ISSN 1677-7018

DIÁRIO DA JUSTIÇA

República Federativa do Brasil 200 ANOS IMPRENSA NACIONAL Imprensa Nacional

Ano LXXXIII Nº 134

Brasília - DF, terça-feira, 15 de julho de 2008

Sumário

PÁGINA

Tribunal Superior Eleitoral 1
Tribunal Superior do Trabalho 1
Conselho Superior da Justiça do Trabalho 43
Conselho Nacional do Ministério Público 44
Ministério Público da União 45
Tribunal Regional Federal
- 2ª Região 56
- 5ª Região 165
Boletim da Justiça Federal
- Seção Judiciária do Distrito Federal (1ª Região) 221
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região 256
Tribunal Regional Eleitoral 372
Justiça Desportiva 374

Tribunal Superior Eleitoral

PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 218, DE 16 DE ABRIL DE 2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no parágrafo único do artigo 154 do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, e o artigo 4º da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Instituir o Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (DJe/TSE) como instrumento oficial de publicação de atos judiciais, administrativos e de comunicações em geral.

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral manterá a publicação impressa e eletrônica até 15 de agosto de 2008, data a partir da qual o DJe substituirá integralmente a versão em papel.

§ 1º Enquanto coexistirem as publicações impressa e eletrônica, prevalecerá, para os efeitos de contagem de prazo e demais implicações processuais, o conteúdo e a data da publicação em meio físico.

§ 2º A publicação eletrônica não substitui a intimação ou vista pessoal quando lei ou determinação judicial assim exigir.

§ 3º As publicações serão realizadas também no formato impresso, por meio dos órgãos oficiais de imprensa ou jornais de grande circulação, sempre que houver determinação legal ou judicial.

Art. 3º As edições do DJe terão periodicidade diária, disponibilizadas a partir das oito horas, e somente serão veiculadas nos dias em que houver expediente no Tribunal Superior Eleitoral, salvo legislação específica que regulamente o período eleitoral e que disponha de modo diverso.

Parágrafo único. Poderá ser veiculada edição extraordinária, por determinação do Presidente do Tribunal, inclusive durante o período de recesso da Corte.

Art. 4º É livre o acesso ao sítio eletrônico do Tribunal na rede mundial de computadores para leitura e impressão das edições do DJe, independente de registro ou identificação.

Art. 5º As veiculações no DJe serão gratuitas nos casos em que houver determinação legal, judicial ou interesse da Justiça Eleitoral.

Art. 6º As edições do DJe serão arquivadas em meio magnético.

Art. 7º Após a publicação, o conteúdo dos documentos não poderá sofrer qualquer espécie de modificação, supressão ou ajuste.

Parágrafo único. As publicações somente poderão ser retificadas por determinação judicial.

Art. 8º A autenticidade, integridade e validade jurídica do Diário da Justiça Eletrônico serão garantidas mediante assinatura digital do Diário e do sítio eletrônico do Tribunal na rede mundial de computadores, baseadas em certificado digital emitido por autoridade credenciada de acordo com a regulamentação da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.

Art. 9º A Secretaria de Tecnologia da Informação - STI fica responsável pela assinatura digital do sítio eletrônico do Tribunal na rede mundial de computadores, pelo sistema de segurança de acesso que garanta a preservação e integridade dos dados e pelo sistema informatizado que cuidará do envio à edição e publicação das matérias.

Art. 10. Compete à Secretaria de Gestão da Informação - SGI a edição, publicação, guarda, arquivamento permanente e íntegro das edições, a assinatura digital do DJe.

Art. 11. A responsabilidade pelo conteúdo das matérias encaminhadas à publicação é da unidade que as produziu.

Art. 12. O encaminhamento das matérias produzidas e disponibilizadas para publicação fica sob a responsabilidade das unidades que tenham a incumbência institucional de enviá-las eletronicamente aos responsáveis pela edição e publicação.

Art. 13. Cabe ao Diretor-Geral da Secretaria baixar os atos necessários ao funcionamento e controle do sistema.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, e será veiculada durante 30 dias no Diário da Justiça impresso, nos termos preceituados pelo § 5º do artigo 4º da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

Ministro MARCO AURÉLIO

SECRETARIA JUDICIÁRIA

COORDENADORIA DE ACÓRDÃOS E RESOLUÇÕES

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES Nº 280/2008

RESOLUÇÃO

22.872 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.897 - CLASSE 19ª - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Relator Ministro Joaquim Barbosa.
Interessada Nísia Pudwell Chaves Travassos Vidigal.

Ementa:
Processo Administrativo. Manutenção da licença para acompanhar o cônjuge. Inexistência de óbices legais. Deferimento do pedido.

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, deferir o pleito, nos termos do voto do relator.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Joaquim Barbosa. Presentes os Srs. Ministros Ari Pargendler, Felix Fischer, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e o Dr. Antonio Fernando de Souza, Procurador-Geral Eleitoral.

Brasília, 24 de junho de 2008.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Tribunal Superior do Trabalho

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHOS

PROC. Nº TST-RC-195697/2008-000-00-00.4

REQUERENTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADOR	:	DR. MAURÍCIO CORREIA DE MELLO
REQUERIDO	:	SÉRGIO J. B. JUNQUEIRA MACHADO - JUIZ DO TRT DA 2ª REGIÃO
TERCEIROS INTERESSADOS	:	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP E ABEL CASTILHO MORENO E OUTROS

D E C I S Ã O

Preliminarmente, determino a reautuação do feito, a fim de que conste como Terceiros Interessados, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e Abel Castilho Moreno e Outros.

Trata-se de **reclamação correicional** formulada pelo Ministério Público do Trabalho contra a v. decisão monocrática proferida pelo Exmo. Juiz do Eg. TRT da 2ª Região, Dr. Sérgio J. B. Junqueira Machado, nos autos do mandado de segurança nº 11612-2008-000-02-00-2.

Por meio da referida decisão (fls. 473/477), a Autoridade Requerida cancelou audiência designada pela Exma. Juíza da 51ª Vara do Trabalho de São Paulo, Dra. Rita de Cássia Martinez, nos autos de ação civil pública (processo nº 01043-2008-051-02-00-0), bem como determinou o ingresso de 307 (trezentos e sete) trabalhadores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, na aludida ação civil pública, como assistentes litisconsorciais.

Relata o Requerente que instaurou inquérito civil para apurar supostas irregularidades de contratação de pessoal, após a Constituição Federal de 1988, pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, ente da administração indireta, sujeita à regra do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal.

Acresce que o inquérito civil em questão originou a ação civil pública nº 01043-2008-051-02-00-0 na qual foi deferida antecipação da tutela de mérito para determinar o desligamento escalonado dos trabalhadores contratados em desconformidade com a Constituição Federal, nos termos da proposta apresentada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo no inquérito civil nº 3797/2002.

Sustenta que a antecipação da tutela, todavia, teve a eficácia sustada por meio de liminar concedida em mandado de segurança.

Alega que, ato contínuo, nos autos do processo principal, 307 (trezentos e sete) trabalhadores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, contratados sem concurso público, requereram ingresso na lide "na condição de listisconsortes passivos necessários" (fl. 5).

Informa que, em virtude do indeferimento do pedido, os trabalhadores impetraram mandado de segurança e, em tal sede, obtiveram liminar que lhes assegurou participação no processo originário na qualidade de assistentes litisconsorciais.

Em suas razões, argumenta que o ato impugnado - deferimento do ingresso dos trabalhadores como assistentes litisconsociais -, causa tumultuo processual e, por conseguinte, inviabiliza o regular prosseguimento da ação civil pública.

A uma, "porque cancelou audiência já designada interferindo no curso da ação civil pública e no poder jurisdicional de primeira instância" (fl. 7).

A duas, porque assegurou aos 307 (trezentos e sete) trabalhadores o direito de participar da audiência designada para 23/07/2008, contestar, produzir provas e recorrer de decisões proferidas na ação civil pública, o que certamente resultará no retardamento do feito.

As matérias publicadas na presente edição foram enviadas no dia 11/7/2008, até as 18h. Excetuam-se, somente, aquelas enviadas com antecedência e agendadas pelo Órgão responsável para publicação nesta edição.

A três, tendo em vista que a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo reconhece a contratação de 992 (novecentos e noventa e dois) trabalhadores, sem concurso público, e que todos, com fundamento no ato impugnado, poderão requerer ingresso na lide, de modo a inviabilizar completamente a tramitação da ação civil pública.

Alega, por outro lado, que a decisão atacada na presente reclamação correicional, além de causar balbúrdia processual, carece de amparo legal, porquanto a Lei nº 7.347/85 tão-somente faculta o regime litisconsorcial em ação civil pública.

Invoca, ainda, em seu favor, a eficácia das decisões proferidas em ação civil pública, a teor do disposto no artigo 16 da Lei nº 7.437/85, cujo "efeito é erga omnes e ultra partes, alcançando todos, ainda que não tenham integrado a relação processual em que foi produzido o título judicial" (fl. 9).

Em decorrência, postula:

(a) concessão de liminar com vistas a determinar "a exclusão do processo dos requerentes ali declinados, bem como que ordene que não sejam juntadas aos autos suas petições, procurações e demais documentos" (fl. 24); e

(b) "seja conhecida e provida a presente Reclamação Correicional a fim de que, mantendo-se a decisão liminar, seja determinado ao Exmo. Sr. Dr. Desembargador SÉRGIO J. B. JUNQUEIRA MACHADO que, doravante, se abstenha de determinar a citação de terceiros possivelmente prejudicados para figurarem na condição de litisconsortes passivos necessários ou assistentes litisconsorciais em ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho" (fl. 24).

É o relatório. DECIDO.

Como se sabe, a reclamação correicional pressupõe o atendimento dos seguintes requisitos, nos termos do artigo 13, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho: a) **irrecorribilidade** do ato; e b) tumulto processual, em tese.

No caso vertente, incontestável a irrecorribilidade do ato impugnado, na medida em que o Regimento Interno do Eg. TRT da 2ª Região não admite interposição de agravo regimental contra decisão que defere medida liminar (artigo 175, § 2º, inciso I).

Cumpre, pois, examinar a presença do acenado tumultuo processual decorrente do deferimento do pedido de ingresso, formulado pelos trabalhadores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, em sede de ação civil pública.

A meu juízo, a v. decisão ora impugnada parece ensejar inversão tumultuária, de ordem procedimental, nos autos da ação civil pública originária.

Senão, vejamos.

No presente caso, ao contrário do afirmado pela v. decisão impugnada, a ação civil pública nº 01043-2008-0051-02-00-0, que tramita na 51ª Vara do Trabalho de São Paulo, tem o escopo de preservar o interesse público insculpido na ordem constitucional, do qual é mero corolário possível declaração de nulidade dos contratos de trabalho firmados em desconformidade com a norma inserta no artigo 37, inciso II da Constituição Federal.

Vê-se, portanto, que a ação civil pública visa, primordialmente, a defesa do princípio da legalidade e da moralidade, de modo a garantir a observância da regra constitucional que condiciona a investidura em cargo ou emprego público à prévia aprovação em concurso público.

Assim, buscou o ora Requerente, em sede de ação civil pública, a preservação de direitos transindividuais de que são titulares pessoas indeterminadas e que, por conseguinte, não se coaduna com aplicação de normas processuais eminentemente concebidas para demandas de natureza individual, sob pena de se inviabilizar as ações coletivas.

Desse modo, exsurge clara a inaplicabilidade de institutos inerentes à natureza do processo individual, em ações coletivas.

Robustece, ainda, tal entendimento o diploma normativo que disciplina a ação civil pública (Lei nº 7.347/85), porquanto apenas reconhece a viabilidade da formação de litisconsórcio facultativo e na posição ativa, entre os co-legitimados para o seu ajuizamento.

Constata-se que a v. decisão impugnada, ao deferir o ingresso dos trabalhadores no processo originário e ordenar o cancelamento de audiência designada nos autos, causou evidente tumultuo processual na medida em que atenta contra o regular procedimento da ação civil pública, ação coletiva incompatível com as normas processuais de natureza individual.

Exsurge, desta forma, nítido o justificado receio de dano de difícil reparação ao ora Requerente, a justificar a atuação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho à luz do artigo 13, § 1º, do Regimento Interno, de seguinte teor:

"§ 1º Em **situação extrema ou excepcional**, poderá o Corregedor-Geral adotar as medidas necessárias a impedir lesão de difícil reparação, assegurando, dessa forma, eventual resultado útil do processo, até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente." (grifo nosso)

Contempla-se aí, como visto, uma modalidade de reclamação correicional de natureza eminentemente **acautelatória**, que visa a impedir a consumação de prejuízos irreversíveis à parte, enquanto pendente de julgamento em definitivo o processo principal.

Por outro lado, o ajuizamento de ação civil pública pelo órgão ministerial, encarregado da tutela de interesses sociais, não impede o direito dos Terceiros Interessados de promoverem ação individual requerendo o que entenderem de direito.

Ademais, a meu ver, a tese jurídica abraçada na v. decisão ora impugnada, relativa ao deferimento do ingresso dos Terceiros Interessados na ação civil pública originária, mostra-se, no mínimo, controvertida.

Não é por outra razão que a jurisprudência do Eg. Tribunal Superior do Trabalho vem se firmando acerca da inadequação das normas de natureza individual às ações coletivas. Nesse sentido, trago a lume precedentes da Eg. SBDI2: ROAR-005/2004-000-11-00.4, DJ de 9/11/2007, Rel. Min. Barros Levenhagen; ROMS-130/2006-000-10-00, DJ de 7/12/2006, Rel. Min. Gelson de Azevedo; e ROAR-814964/2001.2, DJ de 20/8/2004, Rel. Min. Renato de Lacerda Paiva.

Nessas circunstâncias, a produção de eficácia imediata da v. decisão ora impugnada parece-me desaconselhável, ante os evidentes prejuízos, ao regular curso do processo originário, advindos do ingresso dos Terceiros Interessados.

Por essa razão, imperativa a adoção de providência acautelatória destinada a impedir a consumação de efeitos danosos ao regular trâmite da ação civil pública nº 01043-2008-051-02-00-0, em trâmite na 51ª Vara do Trabalho de São Paulo.

Tudo sopesado, **defiro** a liminar para suspender a eficácia da v. decisão concessiva de liminar proferida nos autos do mandado de segurança nº TRT-MS-11612-2008-000-02-00-2 (fls. 473/477) até o julgamento de mérito da ação civil pública nº 01043-2008-051-02-00-0.

Dê-se ciência, com a máxima urgência, via fac-símile, do inteiro teor da presente decisão à MM. 51ª Vara do Trabalho de São Paulo e ao Exmo. Juiz do Eg. TRT da 2ª Região, Dr. Sérgio J. B. Junqueira Machado, Autoridade Requerida, solicitando-se-lhe, ainda, que preste as informações necessárias, querendo, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimem-se o Requerente e os Terceiros Interessados.

Publique-se.

Brasília, 10 de julho de 2008.

RIDER NOGUEIRA DE BRITO
Ministro Presidente do TST, no exercício da
Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho

PROC. Nº TST-RC-195838/2008-000-00-00.8

REQUERENTE	:	PIO FERREIRA DOS SANTOS FILHO
REQUERIDO	:	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

D E C I S Ã O

Trata-se de **reclamação correicional** formulada por Pio Ferreira dos Santos Filho contra decisões do Eg. TRT da 9ª Região que, em sede de recurso ordinário, revogaram o benefício da assistência judiciária gratuita concedido ao ora Requerente, aplicando-lhe, ainda, penalidade por litigância de má-fé nos autos dos processos trabalhistas nº 29358-20007-652-09-00.8, 29974-2007-652-09-00.9, 33112-2008-2007-652-09-00.0, 33113-2007-652-09-00.5, 35770-2007-652-09-09.7.

Em suas razões, o Requerente questiona (i) a revogação do benefício da assistência judiciária gratuita; e (ii) a aplicação de penalidade por litigância de má-fé nos aludidos processos trabalhistas oriundos do Eg. TRT da 9ª Região.

Alega que, contra os fatos ora noticiados, ajuizou correições parciais que, todavia, não foram apreciadas pelo Eg. Tribunal Regional, porquanto já esgotada a prestação jurisdicional acerca dos atos impugnados.

Em decorrência, requer:

(a) o restabelecimento do benefício da assistência judiciária gratuita;

(b) o conhecimento e provimento das correições parciais ajuizadas perante o Eg. TRT da 9ª Região "a fim de que os juízes da 4ª Turma do TRT-PR que julgaram os referidos recursos ordinários (sic) sejam demitidos por justa causa (sic) por terem realizado por 5 vezes a prevaricação (...)" (fl. 5);

É o relatório. DECIDO.

Primeiramente, reputo inapta a presente reclamação correicional, tendo em vista a ausência de indicação precisa da decisão impugnada na petição inicial, cuja tempestividade, por conseguinte, nem sequer pode ser aferida.

De fato, o Requerente não se preocupou, em momento algum, em delimitar o objeto da medida ora em apreço, inclusive para efeitos de aferição de sua tempestividade, restringindo-se a relatar fatos ocorridos em processos trabalhistas, a fim de ver declarada a nulidade de decisões proferidas no estrito exercício da função jurisdicional.

Ademais, o Requerente formula pedidos absolutamente incompatíveis com a competência do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho estabelecida nos artigos 709, inciso II, da CLT e 5º, inciso II, do RICGJT.

Afora isso, a petição inicial ressente-se da ausência de autenticação das peças ou de declaração de sua autenticidade firmada por advogado, bem como de "certidão de inteiro teor, ou cópia reprográfica autenticada que a substitua, da decisão ou despacho reclamado", a teor do disposto no inciso I e no § 2º do artigo 14 do RICGJT.

Resulta patente, assim, a inaptidão formal da petição inicial.

Ante o exposto, com fulcro no artigo 17, inciso I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, indefiro, de plano, a petição inicial da reclamação correicional.

Publique-se.

Intime-se o Requerente.

Brasília, 11 de julho de 2008.

RIDER NOGUEIRA DE BRITO
Ministro Presidente do TST, no exercício da
Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho

PROC. Nº TST-RC-195760/2008-000-00-00.6

REQUERENTE	:	RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA.
ADVOGADO	:	DR. JORGE PINHEIRO CASTELO
REQUERIDA	:	ANA CRISTINA LOBO PETINATI - JUÍZA DO TRT DA 2ª REGIÃO
TERCEIRO INTERESSADO	:	SIMONE MELO DE SALLES ABREU

D E C I S Ã O

Preliminarmente, determino a reautuação do feito, a fim de que conste como Terceira Interessada SIMONE MELO DE SALLES ABREU.

Trata-se de Reclamação Correicional, com pedido de liminar, apresentada por Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., por não se conformar com a v. decisão monocrática de fl. 237, da lavra da Ex.ma Juíza Juíza Ana Cristina Lobo Petinati, do Tribunal Regional do Trabalho da 2a Região, proferida nos autos do mandado de segurança n.º 11672/2008-000-02-00.5, que julgou extinto o mandamus com resolução de mérito.

Salienta a Requerente que, ao assim decidir, a autoridade requerida manteve decisão da 41a Vara do Trabalho de São Paulo, prolatada pela Ex.ma Juíza Danielle Santiago Ferreira da Rocha, que, em execução de sentença, determinou a substituição da carta de fiança bancária por outra garantia de valor superior, estabelecendo, ainda, que nova carta de fiança apenas seria admitida com cláusula de atualização nos mesmos parâmetros do crédito trabalhista, ou seja, correção pela TR mais juros de mora "pro rata die" de 1% (um por cento) ao mês.

Aduz que a decisão pela qual se extinguiu o mandado de segurança, corroborando, portanto, a ilegalidade do ato praticado em 1a instância, causou tumulto processual.

A uma, porque, ao decidir o mérito do mandamus antes de ouvir a autoridade coatora, não se observou o disposto no 147 do Regimento Interno do Tribunal Regional da 2a Região.

A duas, pois teratológica a decisão de se exigir fiança bancária com cláusula de atualização, seja porque, na hipótese de bens móveis dados em garantia, não se determina a sua substituição, mensalmente, visando assegurar a atualidade dos valores, seja porque os critérios de correção fixados pela Juíza de 1º grau, e mantidos pela relatora do mandado de segurança, não são os mesmos aplicados pelos bancos oficiais em relação aos depósitos judiciais.

Alega, por outro lado, que o juízo se encontra plenamente garantido pela carta de fiança bancária apresentada, cujo valor afirma ser inclusive superior ao da execução. Esclarece, a propósito, que foi citado para pagar a importância de R$ 2.953.209,21 (dois milhões, novecentos e cinqüenta e três mil, duzentos e nove reais e vinte e um centavos), ao passo que a fiança bancária oferecida foi de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Lembra, ainda, que, em caso de acolhimento dos seus embargos à execução, o total da execução reduzirá substancialmente, pois considera devido o valor de R$ 1.958.677,13 (um milhão, novecentos e cinqüenta e oito mil, seiscentos e setenta e sete reais e treze centavos), importância bastante inferior ao da fiança bancária ofertada.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

DIÁRIO DA JUSTIÇA

Publicação de atos de caráter judicial dos Tribunais Superiores, do Ministério Público da União, dos Conselhos Nacionais, dos Tribunais Regionais Federais, da Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Federal e Seção do Distrito Federal, dos Tribunais Regionais do Trabalho - 10ª Região e Eleitoral do Distrito Federal, do Tribunal Marítimo, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, da Justiça Desportiva e aqueles decorrentes de determinação legal emanados dos Tribunais de Justiça dos Estados (Comarcas).

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração
e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Pondera, também, que a manutenção da decisão proferida no mandado de segurança resultará dano de difícil reparação, na medida em que poderá ensejar o bloqueio eletrônico de contas bancárias de sua titularidade (BACEN JUD), impedindo-a, assim, de honrar compromissos assumidos, especialmente no tocante a seus empregados e o fisco.

Ressalta, ademais, que a previsão, no Regimento Interno do TRT da 2ª Região, de agravo regimental em face da v. decisão ora impugnada, não afasta o cabimento da presente reclamação correicional, na medida em que aludido recurso não é dotado de efeito suspensivo. Desse modo, invoca, em seu favor, o art. 13, § 1º, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Ao final, requer, em caráter liminar, **(a)** seja determinado à 41a Vara do Trabalho de São Paulo a aceitação da carta de fiança apresentada nos autos do processo nº 2123/1999, processando-se os embargos à execução, ou (b) seja determinada a suspensão da execução até o julgamento do agravo regimental.

É o relatório. DECIDO.

Primeiramente, conquanto caiba agravo regimental contra a v. decisão impugnada -- medida, aliás, da qual a Requerente se utilizou -- tal aspecto não afasta o cabimento da presente reclamação correicional, haja vista a perspectiva de imediata eficácia lesiva da decisão impugnada, em contraponto ao efeito meramente devolutivo do aludido agravo regimental.

Desse modo, entendo que cumpre examinar a pretensão ora deduzida pela Requerente à luz do art. 13, § 1º, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de seguinte teor:

"§ 1º Em **situação extrema ou excepcional**, poderá o Corregedor-Geral adotar as medidas necessárias a impedir lesão de difícil reparação, assegurando, dessa forma, eventual resultado útil do processo, até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente." (grifo nosso)

Contempla-se aí, como visto, uma modalidade de reclamação correicional de natureza eminentemente acautelatória, que visa a impedir a consumação de prejuízos irreversíveis à parte enquanto pendente de julgamento em definitivo o processo principal.

No caso vertente, exsurge nítido o justificado receio da ora Requerente de vir a sofrer dano de difícil reparação, na medida em que a autoridade requerida, monocraticamente, ao extinguir o mandado de segurança com julgamento de mérito, manteve o potencial lesivo da decisão proferida no processo de execução, advindo da determinação do juízo de 1º grau de substituição da carta de fiança carreada aos autos.

Senão, vejamos.

A Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., em 15 de fevereiro de 2008, foi citada para pagar o valor de R$ 2.953.209,21 (dois milhões, novecentos e cinqüenta e três mil, duzentos e nove reais e vinte e um centavos), relativo ao processo n.º 2123/1999, em curso na 41a Vara do Trabalho de São Paulo (fls. 127-8).

Ao que se depreende da documentação acostada aos autos, o processo ficou sobrestado ao menos por 2 (dois) meses, por convenção das partes, conforme petições de fls. 130 e 131-2.

Em 23 de maio de 2008, a Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. requereu a juntada aos autos de carta de fiança bancária, no importe de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), emitida pelo Paraná Banco S/A (fls. 133-6). No dia 27 do mesmo mês, dita Empresa ajuizou embargos à execução, alegando, em síntese, excesso de execução (fls. 150-86). Naquela oportunidade, considerou devido o valor de R$ 1.958.677,13 (um milhão, novecentos e cinqüenta e oito mil, seiscentos e setenta e sete reais e treze centavos).

Em 3 de junho de 2008, determinou-se o processamento dos embargos à execução (fl. 215).

Na impugnação, porém, a Exeqüente, Simone Melo de Salles Abreu, defendeu o não-conhecimento dos embargos à execução, aduzindo, em síntese, que o juízo não estaria garantido (fls. 222-8). Postulou, ao final, a expedição de ordem por intermédio do Sistema Bacen Jud, almejando o bloqueio de ativos financeiros da Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. e da Rádio e Televisão Bandeirantes Minas Gerais Ltda. (fls. 222-6).

Em 16 de junho de 2008, a Juíza Danielle Santiago Ferreira da Rocha proferiu a seguinte decisão:

"Razão assiste à Reclamante, eis que a carta de fiança apresentada às fls. 1064 é inferior à execução que se processa (R$ 3.036.972,26, em 01/06/08).

Intimem-se os Executados, assim, para substituí-la, consignando que somente será aceita nova carta de fiança se cobrir toda a execução e com cláusula de atualização nos mesmos parâmetros do crédito trabalhista (correção pela TR mais juros de mora pro rata die de 1% ao mês)." (fl. 233).

Tal decisão foi atacada pela Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. por intermédio de mandado de segurança. Por sua vez, a Relatora do mandamus, no Tribunal Regional do Trabalho da 2a Região, Juíza Ana Cristina Lobo Petinati, assim decidiu:

"Indefiro a liminar, posto ausentes o periculum in mora e o fumus boni iuris.

Não se vislumbra, no caso, a violação do direito líquido e certo no despacho de fls. 150, que determina a substituição da carta de fiança juntada a fls. 52/53 por uma nova, uma vez que o valor constante naquela não garante toda a execução.

De fato, o que pretende a impetrante é a fixação do valor da execução em montante inferior ao realmente devido e apurado pela MM. Vara de Origem.

Dessa forma, julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do inciso I do art. 269 do CPC." (fl. 237).

Observa-se, portanto, que, no momento da citação da Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., constava do respectivo mandado o valor de R$ 2.953.209,21 (dois milhões, novecentos e cinqüenta e três mil, duzentos e nove reais e vinte e um centavos), relativo à execução da sentença proferida no processo n.º 2123/1999, em curso na 41a Vara do Trabalho de São Paulo.

Desse modo, para efeito de embargos à execução, a garantia do juízo limitava-se à referida importância, mesmo porque não se expediu nenhum outro mandado de citação, penhora e avaliação constando novo valor.

Em razão disso, é forçoso concluir-se que a carta de fiança bancária, no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no momento em que foi apresentada como garantia, superava a importância considerada devida no início da execução, cujo montante, repita-se, era de R$ 2.953.209,21 (dois milhões, novecentos e cinqüenta e três mil, duzentos e nove reais e vinte e um centavos).

Assim, em princípio, afigura-se-me injustificada a recusa à aceitação da fiança bancária carreada aos autos, no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), sobretudo porque não há qualquer norma legal no sentido de apenas se admitir carta de fiança contendo cláusula de correção pela TR mais juros moratórios.

Logo, a extinção do mandado de segurança com julgamento de mérito, mantendo-se, consequentemente, a ordem de substituição da carta de fiança bancária, em última análise, endossou o tumulto processual originado na primeira instância. Além do mais, tal decisão poderá acarretar graves prejuízos de difícil reparação a ora Requerente, diante da ameaça concreta do bloqueio, por intermédio do Sistema BACEN JUD -- já solicitado pela Exeqüente -- de valores expressivos em contas bancárias.

Tudo sopesado, **defiro** a liminar para suspender a eficácia das decisões de fl. 233, pela qual se determinou a substituição da carta de fiança bancária, e de fl. 237, relativa à extinção do mandado de segurança com resolução de mérito, até o julgamento dos embargos à execução relativos ao processo nº 2123/1999, em tramitação na 41a Vara do Trabalho de São Paulo.

Dê-se ciência, com a máxima urgência, via fac-símile, do inteiro teor da presente decisão à MM. 41ª Vara do Trabalho de São Paulo e à Autoridade ora Requerida, Dra. Ana Cristina Lobo Petinati, solicitando-se-lhe, ainda, que preste as informações necessárias, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimem-se a Requerente e a Terceira Interessada.

Publique-se.

Brasília, 10 de julho de 2008.

RIDER NOGUEIRA DE BRITO

Ministro Presidente do TST, no exercício da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E DA SEÇÃO ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS COLETIVOS

DESPACHOS

PROC. Nº TST-AC-194836/2008-000-00-00.1 TST

AUTOR	:	**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CONSTRUÇÃO DE AERONAVES, EQUIPAMENTOS GERAIS AEROESPACIAL, AEROPEÇAS, MONTAGEM E REPARAÇÃO DE AERONAVES E INSTRUMENTOS AEROESPACIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIAEROESPACIAL**
ADVOGADOS	:	**DR. ALEXANDRE SIMÕES LINDOSO E DR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS**
RÉU	:	**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAIS ELÉTRICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO**

D E S P A C H O

Esta ação cautelar, ajuizada em 16 de junho de 2008, foi distribuída ao Exmo. Sr. Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus que, às. fls. 420/421, registrou a ausência de autenticação dos documentos que instruem o processo, motivo pelo qual indeferiu a liminar pretendida e determinou a notificação do autor para, querendo, proceder à autenticação dos documentos, no prazo de dez dias, sob pena de indeferimento da petição inicial.

Dentro do prazo, o autor procedeu à autenticação dos documentos, e postulou, às fls. 428/431, a reapreciação do pedido de liminar. Às fls. 726/727, o autor apresentou nova petição requerendo a remessa dos autos à Presidência para exame do pedido liminar, pelo fato do início das férias forenses.

Tendo em vista o disposto no art. 35, XXX, do RITST, determinei, à fl. 726, que os autos viessem-me conclusos.

À análise.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção de Aeronaves, Equipamentos Gerais Aeroespacial, Aeropeças, Montagem e Reparação de Aeronaves e Instrumentos Aeroespacial do Estado de São Paulo - SINDIAEROESPACIAL ajuíza a presente ação cautelar, com pedido de liminar, pretendendo a concessão de efeito suspensivo ao recurso de revista interposto nos autos do Processo n.º 668-2006-083-15-00.0.

O autor afirma que é entidade sindical de primeiro grau, representativa do setor aeroespacial no Estado de São Paulo, e que obteve seu registro sindical junto ao Ministério do Trabalho e Emprego por intermédio de regular procedimento administrativo. Não obstante, o réu, inconformado com o pedido de registro sindical, apresentou impugnação contra o requerente, que foi rejeitada, por não terem sido atendidas as formalidades previstas na Portaria n.º 343/MTE. Depois, o réu impetrou mandado de segurança, no qual alegava a falta de publicidade do edital de fundação do SINDIAEROESPACIAL, que foi denegada pela MM. 11ª Vara do Trabalho de Brasília. Interposto recurso ordinário para o TRT da 10.ª Região, não foi conhecido por deserto. Finalmente, o réu interpôs recurso de revista, que aguarda julgamento no TST.

O SINDAEROESPACIAL aduz que o réu ajuizou nova ação judicial, cujo processamento teve início perante a MM. 3ª Vara do Trabalho de São José dos Campos, e na qual postulou novamente manifestação do Poder Judiciário sobre a validade da fundação do autor, sem que houvesse o trânsito em julgado do mandado de segurança. Afirma que o processo foi julgado extinto sem julgamento do mérito, por carência de ação. Interposto recurso ordinário para o TRT, a relatora, por entender que não existiam nos autos provas acerca das condições em torno das quais ocorrera o desmembramento do sindicato, determinou, de ofício, a conversão do feito em diligência, a fim de que fosse reaberta a instrução, mediante convocação de audiência destinada ao depoimento das partes, oitiva de testemunhas e juntada de documentos, a realizar-se perante o Juízo de primeiro grau. Retornando os autos ao TRT, aquela Corte, em manifesta supressão de instância, afastou a preliminar de carência de ação para, no mérito, desde logo, reconhecer o réu como legítimo representante da categoria profissional cuja representação era disputada. Afirma que, após tal decisão, interpôs embargos de declaração e, ainda, recurso de revista para o TST, cujo processamento já foi admitido, e em relação ao qual postula a concessão de efeito suspensivo.

Sustenta que a fumaça do bom direito encontra-se caracterizada, tendo em vista que seu recurso de revista tem plenas condições de ser conhecido e provido em relação aos temas "carência de ação", "nulidade por supressão de instância" e "categoria profissional - desmembramento - possibilidade". Afirma que o perigo na demora se caracteriza porque, tendo obtido seu registro sindical junto ao MTE, encontra-se em pleno exercício de sua atividade sindical, representando com eficiência a respectiva categoria profissional, possuindo extenso número de associados. Afirma que vem firmando negociações coletivas com a FIESP e a EMBRAER e que já celebrou duas convenções coletivas, relativamente aos exercícios de 2006 e 2007. Aduz que a decisão proferida pelo TRT pode paralisar sua atividade sindical, ao arrepio do devido processo legal, causando prejuízos de difícil ou impossível reparação à categoria.

Decido.

Tratando-se de ação cautelar que objetiva a concessão de efeito suspensivo a recurso de revista, o fumus boni iuris somente se caracteriza se demonstrada a possibilidade de conhecimento e provimento desse apelo, o que exige se proceda a um exame, ainda que superficial, do recurso interposto.

Na hipótese em exame, o sindicato autor, dentre outras alegações, sustentou no recurso de revista a ocorrência de supressão de instância por parte do TRT da 15ª Região, tendo em vista que aquela Corte, após afastar carência de ação reconhecida pelo Juízo de primeiro grau, passou ao exame do mérito da lide, afrontando de forma direta e literal o art. 96, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal, bem como os arts. 515, caput e § 3.º, do CPC, e 895, "a", da CLT.

O procedimento adotado pelo TRT de origem, de fato, parece vulnerar o disposto no art. 515, § 3.º, do CPC, segundo o qual, nas hipóteses de extinção do processo sem julgamento do mérito, o tribunal somente pode julgar desde logo a lide nas hipóteses em que a causa versar exclusivamente matéria de direito e estiver em condições de imediato julgamento. Não parece ter sido essa, entretanto, a hipótese dos autos principais, tendo em vista a determinação de diligência, com a remessa dos autos ao primeiro grau, para a reabertura da instrução processual, dada "a ausência nos autos de provas que permitam a análise da veracidade das alegações das partes" (fls. 525/526). Além disso, embora o redator do acórdão tenha afirmado que a questão seria de direito, concluiu pela legitimidade do réu amparando-se nos elementos fáticos dos autos, ao afirmar que aquele sindicato possui "tradição histórica, número de associados muito maior do que o sindicato recorrido, eleições sindicais concorridas e efetivas, sua diretoria tem independência das empresas que fazem parte de outro pólo sindical, além de ser um sindicato de categoria metalúrgica não restrito apenas às especialidades contidas em uma empresa principal" (fl. 538).

Ainda que ultrapassada a questão da supressão de instância, constata-se que o recurso de revista obteve processamento quanto ao tópico "representação processual", tendo em vista a colação de aresto considerado específico (fl. 24). Assim sendo, quanto a essa matéria, o recurso também possui possibilidade de conhecimento e, por conseguinte, de provimento.

Por outro lado, o periculum in mora foi comprovado pelo documento de fls. 432/433, que demonstra o oferecimento de oposição pelo réu em dissídio coletivo ajuizado pelo sindicato autor, fundamentando-se, justamente, na decisão proferida nos autos do Proc. n.º 668/2006-083-15. Isso implica dizer que o autor pode estar sendo cerceado em suas atividades sindicais com amparo em decisão passível de reforma, conforme acima demonstrado, causando-lhe os prejuízos alegados nesta ação.

Ante o exposto, entendo caracterizados, nesse exame superficial da matéria, o fumus boni iuris e o periculum in mora a justificar a concessão da liminar pleiteada na inicial, razão pela qual **DEFIRO** efeito suspensivo ao recurso de revista interposto nos autos do processo n.º RO-668/2006-083-15-00.6.

Intime-se o autor e oficie-se o Exmo. Sr. Juiz Presidente do TRT da 15ª Região, encaminhando-lhes cópia deste despacho.

Cite-se o Réu, nos termos e para os fins do artigo 802 do Código de Processo Civil.

Após, sejam os autos conclusos ao Exmo. Sr. Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus, relator.

Publique-se.

Brasília, 9 de julho de 2008.

RIDER DE BRITO

Ministro Presidente do TST

PROC. Nº TST-AC-195557/2008-000-00-00.0TST

AUTORA	:	SONY BRASIL LTDA.
ADVOGADO	:	DR. EDUARDO LUIZ BROCK
RÉU	:	JERSON LUIS BECKEL

D E S P A C H O

A Reclamada ajuíza ação cautelar inominada incidental (fls. 2-9), visando a concessão de efeito suspensivo ao recurso ordinário em ação rescisória interposto perante esta Corte. Pretende a suspensão da execução dos valores relativos aos descontos fiscais e previdenciários.

Determinada a regularização da petição inicial à fl. 687, a Autora autenticou apenas alguns documentos necessários ao exame da medida.

Nota-se que a decisão rescindenda (fls. 74/77) não foi devidamente autenticada, peça enumerada na OJ n.º 76 da SBDI-2/TST.

No entanto, diante da urgência, uma vez que os valores referentes aos descontos fiscais e previdenciários já foram depositados e estão na iminência de serem levantados, conforme atesta a decisão de fl. 646, passo à análise da presente ação cautelar.

A ação rescisória, ajuizada com fundamento no inciso V do art. 485 do CPC, com indicação de ofensa aos arts. 114, VIII e § 2º, e 195, I, da CF, 128 do CTN, 30 da Lei nº 8.212/91 e 46 da Lei nº 8.541/92, busca rescindir a sentença proferida na Reclamação Trabalhista n.º 573-2004-005-04-00-5, mediante a qual a 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre atribuiu à Reclamada a responsabilidade de arcar integralmente com os descontos previdenciários e fiscais (fls. 74/77).

Nesse caso, a fumaça do bom direito está diretamente relacionada com a possibilidade de êxito do pedido rescisório.

A jurisprudência pacífica desta Corte entende serem devidos pelo Reclamante (Súmula nº 368, itens II e III, do TST, e OJ n.º 363 da SBDI-1/TST) os descontos fiscais e previdenciários no que se refere a sua quota-parte. Nesse sentido, verifica-se a provável ocorrência de violação dos arts. 128 do CTN, 30 da Lei nº 8.212/91 e 46 da Lei nº 8.541/92.

Logo, havendo possibilidade de êxito do recurso ordinário em ação rescisória, no tocante aos descontos fiscais e previdenciários, resta configurado o fumus boni iuris, requisito indispensável para a concessão de liminar em ação cautelar.

Quanto ao requisito do periculum in mora, este resta configurado, pois o prosseguimento da execução poderá implicar a difícil restituição das importâncias indevidas que porventura venham a ser pagas ao Reclamante.

Pelo exposto, DEFIRO a liminar pleiteada, inaudita altera pars, para dar efeito suspensivo ao recurso ordinário n.º TST-ROAR-1820-2007-000-04-00-1 interposto por Sony Brasil Ltda., remetido a esta Corte Superior, até o julgamento final do recurso, e conseqüentemente seja suspensa a execução em curso na 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre (Processo n.º 573-2004-005-04-00-5) apenas quanto aos valores relativos aos descontos fiscais e previdenciários.

Sob pena de revogação da presente medida, traga aos autos a Autora, em 10 (dez) dias, cópia autenticada da decisão rescindenda.

Cientifique-se, com urgência, do inteiro teor desta decisão, o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e o Exmo. Juiz da MM. 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre.

Após, seja citado o Réu, na forma do art. 802 do CPC.

Publique-se.

Brasília, 10 de julho de 2008.

RIDER DE BRITO
Ministro Presidente do TST

PROC. Nº TST-AC-195858/2008-000-00-00.7TST

AUTOR	:	BANCO ABN AMRO REAL
ADVOGADO	:	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES
RÉU	:	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DA BAIXADA FLUMINENSE

D E S P A C H O

Banco Abn Amro Real ajuíza ação cautelar incidental, com fundamento nos arts. 796 e seguintes do Código de Processo Civil. Pretende a suspensão da execução promovida nos autos da RT-465/1992-202-01-00-1, que tramita na 2ª Vara do Trabalho da Comarca de Duque de Caxias/RJ, até o trânsito em julgado da ação rescisória n.º TRT-AR-3830/2005-000-01-00-69.

Compulsando os autos, verifica-se que as peças apresentadas pelo Autor não se encontram autenticadas, em desatendimento ao disposto no art. 830 da CLT.

Cabe ressaltar que a faculdade de o advogado declarar a autenticidade das peças trazidas em fotocópia aos autos diz respeito apenas ao agravo de instrumento (art. 544, § 1º, do CPC).

Diante do exposto, **concedo** ao Autor o prazo de 10 (dez) dias para regularizar a petição inicial, sob pena de seu indeferimento, na forma do art. 284, parágrafo único, do CPC.

Publique-se.

Brasília, 9 de julho de 2008.

RIDER DE BRITO
Ministro Presidente do TST

PROC. Nº TST-MS-195.676/2008-000-00-00.5

IMPETRANTE	:	DENISE MARG ALVES SANTANA
ADVOGADA	:	DRA. FABÍOLA GUIMARÃES GONÇALVES
IMPETRADO	:	MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST

D E S P A C H O

Trata-se de mandado de segurança impetrado por DENISE MARG ALVES SANTANA, candidata habilitada em concurso público realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho, classificada em 6º lugar na listagem especial das vagas reservadas aos portadores de deficiência. Afirma a impetrante que, convocada para a realização de perícia médica a fim de comprovar a sua deficiência, compareceu no Centro de Seleção e Eventos da Universidade de Brasília - CESPEUnB e que, "não obstante sua cegueira do olho esquerdo tenha sido confirmada, concluiu-se que, para fins do mencionado concurso público, a Impetrante NÃO se enquadrava no conceito de deficiente visual previsto no Decreto n° 3.298/99" (fl. 3). Informa que interpôs recurso ao resultado da perícia, ressaltando ser portadora de visão monocular - tecnicamente denominada ambliopia -, mas que não obteve êxito em seu intento, resultando, daí, a publicação do edital, determinada pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, com o resultado definitivo do concurso sem que constasse seu nome como habilitada para preenchimento de vaga destinada a pessoa portadora de deficiência.

Preliminarmente, verifica-se dos autos que o comando inserto no artigo 830 da CLT não foi atendido, porquanto carentes de autenticação as peças anexadas à petição inicial. Esse fato não justifica, contudo, a decretação, de plano, da extinção do Mandado de Segurança, visto que caracterizado mero vício formal passível de saneamento. Atente-se, nesse sentido, para o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal, da lavra do Exmo. Ministro Marco Aurélio Mello:

"DESPACHO INICIAL - JUNTADA DE PEÇAS - CÓPIA - AUTENTICAÇÃO - ARTIGO 544, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

(...) 2. As peças anexadas à inicial estão em cópia. Admita-se a aplicação analógica da parte final do § 1º do artigo 544 do Código de Processo Civil, desburocratizando-se a atuação no Judiciário. Acontece que não se tem, na inicial, a declaração de autenticidade pelo subscritor.

3. Ao impetrante, para a correção do defeito"(MS 24899/DF, DJU de 01/06/2004 p - 00005).

Com efeito, o indeferimento da petição inicial importaria, no caso, o desnecessário retardamento da entrega da prestação jurisdicional, de caráter urgente, além de onerar desnecessariamente a impetrante, que se veria compelida a propor nova ação mandamental, de idêntico teor, até porque longe de escoar o prazo decadencial previsto na lei nº 1.533/51.

Em face do exposto, concedo à impetrante prazo de 05 (cinco) dias, a fim de que regularize o feito, sob pena de indeferimento da petição inicial.

Após, voltem-me conclusos os autos.

Publique-se.

Brasília, 11 de julho de 2008.

LELIO BENTES CORRÊA
Relator

SECRETARIA DO TRIBUNAL

SECRETARIA JUDICIÁRIA

COORDENADORIA DE RECURSOS

DESPACHOS

PROC. Nº TST-RE-AIRR-392/2004-058-19-40.7
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADOR	:	DR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA REGIS
RECORRIDA	:	LUCIVÂNIA VIEIRA MARTINS
ADVOGADO	:	DR. JOÃO FIRMO SOARES

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida negou provimento ao agravo de instrumento do recorrente (fls. 124/129). No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação do art. 5º, XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "nulidade da contratação - ausência de concurso público - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - Medida Provisória nº 2.164-41/2001", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 7º, III, 25 e 37, caput, II, e § 2º, da Constituição Federal (fls. 133/151).

Sem contra-razões (certidão de fl. 153).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 136/142), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**
Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 17 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-AIRR-803/2006-076-23-40.6
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	UNIÃO (PGF)
PROCURADOR	:	DR. GÉRSON FERNANDES AZEVEDO
PROCURADOR	:	DR. GABRIEL PRADO LEAL
RECORRIDA	:	TÂNIA SOUZA DE ALMEIDA
ADVOGADO	:	DR. SANDRO ROBERTO ALMEIDA
RECORRIDA	:	J. C. DA MOTTA RESTAURANTE - ME
ADVOGADO	:	DR. ODAIR LUIZ DE PIERI

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida negou provimento ao agravo de instrumento da recorrente, quanto ao tema "competência da Justiça do Trabalho - execução das contribuições previdenciárias - vínculo de emprego reconhecido em juízo", com fundamento na Súmula nº 368, I, desta Corte (fls. 89/91).

Irresignada, a recorrente interpõe recurso extraordinário, com fulcro no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Argumenta com a repercussão geral, e indica violação dos arts. 109, I, 114, VIII, e 195, I, "a", da Constituição Federal (fls. 99/217).

Sem contra-razões, conforme certidão de fl. 120.

Com esse breve **RELATÓRIO,**

D E C I D O.

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional discutida (fls. 102/104), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

A decisão recorrida negou provimento ao agravo de instrumento da recorrente, sob o fundamento de que não é da **competência da Justiça do Trabalho determinar os descontos previdenciários**, relativamente ao período do vínculo de emprego reconhecido em Juízo, nos termos da Súmula nº 368, I, desta Corte, que dispõe:

"A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário-de-contribuição. (ex-OJ nº 141 - Inserida em 27.11.1998) (...)".

Considerando que o Supremo Tribunal Federal iniciou a análise de repercussão geral nos autos do **Recurso Extraordinário nº 569.056/PA**, em que se discute essa matéria, determino o SOBRESTAMENTO deste processo, com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-A-RR-90574/2003-900-01-00.0
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**
PROCURADOR	:	DR. MAURÍCIO MARTINEZ TOLEDO DOS SANTOS
RECORRIDO	:	**JORGE EDUARDO NUNES NOGUEIRA**
ADVOGADO	:	DR. MÁRCIO AUGUSTO VIANNA MARQUES
RECORRIDO	:	**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**
PROCURADORA	:	DRA. INÊS PEDROSA DE ANDRADE FIGUEIRA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida negou provimento ao agravo do recorrente, para manter o despacho que conheceu do recurso de revista do Ministério Público, quanto ao tema "contrato nulo - limitação aos depósitos do FGTS", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público (fls. 283/290).

Os embargos de declaração que seguiram tiveram negado seu provimento, com aplicação de multa de 1% do valor da causa (fls. 302/306).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e § 3º, da Constituição Federal. Sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXVI, LIV e LV, 37, caput, II, e § 2º, 62, 93, IX, 145, 146, 149 e 150 da Constituição Federal (fls. 310/331).

Contra-razões (fls. 335/339 - fax, e 340/344 - originais).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 313/314), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-A-ED-RR-808/2004-051-11-00.1
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDA	:	**MARIA ALICE DA CONCEIÇÃO ALVES**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente, quanto ao tema "servidor público contratado sem concurso público após a Constituição de 1988 - nulidade do contrato de trabalho - efeitos" (fls. 181/186). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação dos arts. 5º, II e XXXVI, e 37, caput, II, § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 202/204).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 207/238).

Sem contra-razões (certidão de fl. 240).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 209), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-AG-RR-622/2004-051-11-00.2
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
RECORRIDA	:	**GILMARA DOS SANTOS FORTE**

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 160/165). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação do art. 5º, II e XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 174/176).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 179/209).

Sem contra-razões (certidão de fl. 211).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 181), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-AG-RR-628/2005-052-11-00.7

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADOR	:	DR. EDUARDO BEZERRA VIEIRA
RECORRIDA	:	**MAYARA KHADIDJA VASCONCELOS ABDOLARIAM ARAÚJO**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 187/197). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 706/710).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal. Requer o sobrestamento do feito até o julgamento da MP nº 2.164-41/2001 (fls. 221/252).

Sem contra-razões (certidão de fl. 254).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 223), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-AG-RR-735/2004-051-11-00.8

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. EDUARDO BEZERRA VIEIRA
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**ROSIMEIRE CAMELO DA CRUZ**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 160/164). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 173/175).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 178/208).

Sem contra-razões (certidão de fl. 210).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 180), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-AG-RR-860/2004-051-11-00.8

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. EDUARDO BEZERRA VIEIRA
RECORRIDA	:	**MARIA DE FÁRTIMA DO NASCIMENTO PRADO**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ FÁBIO MARTINS DA SILVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 149/153). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação dos arts. 5º, II e XXXVI, e 37, caput, II e § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 170/172).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 175/205).

Sem contra-razões (certidão de fl. 207).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 177), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-AG-RR-867/2003-051-11-00.9
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDA	:	**JACIARA SILVA DE SENA**
ADVOGADO	:	DR. RANDERSON MELO DE AGUIAR

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 173/179). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Relativamente ao tema "Nulidade do contrato - recolhimento de FGTS - inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 189/193).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 203/234).

Sem contra-razões (certidão de fl. 236).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 205), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 20 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-AG-RR-2001/2004-051-11-00.3
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDOS	:	**RONILMA PEREIRA DA SILVA E OUTRO**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 201/203). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o fundamento de que "a Turma analisa a questão da inconstitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90 e da irretroatividade, pelo que não há que se falar em nulidade por ausência de fundamentação ou omissão sobre pontos relevantes argüidos na defesa" (fl. 202). Relativamente ao tema "vínculo empregatício. Contratação posterior à Constituição Federal de 1988. Administração pública direta. Efeitos. Limitação da condenação ao FGTS do período", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura aos recorridos o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 217/218).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que os recorridos não fazem jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 221/252).

Sem contra-razões (certidão de fl. 254).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 223), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 20 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-AG-RR-3097/2004-051-11-00.7
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
RECORRIDO	:	**DANT ALIGHIERE ESBELL VIEIRA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 188/198 e 207/211). No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**",** afastou a alegada violação do art. 5º, II e XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Argúi a nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 214/247).

Sem contra-razões (certidão de fl. 249).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 216), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-AG-RR-3611/2004-051-11-00.4
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDO	:	**FRANCIVALDO DA SILVA PINTO**
ADVOGADO	:	DR. MESSIAS GONÇALVES GARCIA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 205/209). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Quanto ao tema "contrato nulo - efeitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público, ou sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 218/220).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 223/253).

Sem contra-razões (certidão de fl. 255).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 225), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-A-RR-220/2004-051-11-00.8
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. RÉGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**VERA LÚCIA DE OLIVEIRA**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 164/168). No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação do art. 5º, II e XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Aos embargos de declaração que seguiram foi negado provimento (fls. 176/181).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Argúi a nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 184/214).

Sem contra-razões (certidão de fl. 216).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 186), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-A-RR-503/2004-051-11-00.0
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**MARCIA REGINA VAZ FONTINELLE**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente, quanto ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público. Afastou a alegada violação do art. 5º, XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01 (fls. 183/188).

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 198/204).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 215/245).

Sem contra-razões (certidão de fl. 246).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 217), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-A-RR-682/2004-051-11-00.5
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDA	:	**MARIA DAS DORES DE SOUZA SOARES**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 159/165). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação do art. 37, II e § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - diferenças de FGTS", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 183/188).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 191/221).

Sem contra-razões (certidão de fl. 223).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 193), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-A-RR-827/2005-052-11-00.5
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. RÉGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**ANTÔNIO MAURÍCIO DOS SANTOS ROSA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente, quanto ao tema "Administração pública. Admissão sem concurso público. Contrato nulo. efeitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público (fls. 166/175).

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls.193/198).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 201/231).

Sem contra-razões (certidão de fl. 233).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 203), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-A-RR-984/2004-051-11-00.3

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**FRANCISCO LOPES DE ASSUNÇÃO**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente, quanto ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público. Afastou a alegada violação do art. 5º, XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01 (fls. 166/171).

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 189/195).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 198/228).

Sem contra-razões (certidão de fl. 230).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 200), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-A-RR-1085/2004-051-11-00.8

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
PROCURADOR	:	DR. RÉGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDO	:	**WASHINGTON LUÍS BRANDÃO DA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. MESSIAS GONÇALVES GARCIA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 181/185). No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação do art. 5º, II e XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Aos embargos de declaração que seguiram foi negado provimento (fls. 202/207).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Argúi a nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 210/240).

Sem contra-razões (certidão de fl. 242).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 212), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-A-RR-1104/2004-051-11-00.6

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDO	:	**ALDEMIR FERREIRA DA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 183/187). No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação do art. 5º, II e XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 204/209).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Alega nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 212/242).

Sem contra-razões (certidão de fl. 244).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 214), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-A-RR-1532/2004-051-11-00.9
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDAS	:	**MARIA RAIMUNDA MENDES FERREIRA E OUTRA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 219/229). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Relativamente ao tema "Administração Pública - admissão sem concurso público - contrato nulo - efeitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura às recorridas o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 249/254).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que as recorridas não fazem jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 257/287).

Sem contra-razões (certidão de fl. 289).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 259), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-A-RR-2733/2004-051-11-00.3
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**FRANCINETE NUNES DA PACIÊNCIA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente, quanto ao tema "nulidade de contrato - recolhimento de FGTS - inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, e com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 187/192).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Argúi preliminar de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 195/225).

Sem contra-razões (certidão de fl. 227).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 197), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-A-RR-2865/2004-051-11-00.5
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. RÉGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**CRISTINA DA SILVA E SILVA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 149/153). No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação do art. 5º, II e XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Aos embargos de declaração que seguiram foi negado provimento (fls. 170/175).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Argúi a nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 178/207).

Sem contra-razões (certidão de fl. 209).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 180), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-A-RR-3057/2005-052-11-00.2
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDO	:	**GUIOMAR SOUZA DE LIMA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 145/153). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Relativamente ao tema "nulidade do contrato - recolhimento de FGTS - inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A à Lei nº 8.036/90", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 163/168).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 171/201).

Sem contra-razões (certidão de fl. 203).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 173), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-A-RR-4270/2004-052-11-00.0

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**RAIMUNDO DIAS DA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 168/173). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Relativamente ao tema "nulidade do contrato - recolhimento de FGTS - inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 190/195).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 198/228).

Sem contra-razões (certidão de fl. 230).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 200), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 19 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-A-RR-4303/2004-052-11-00.2

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**VALDIRENE COELHO BARROS PEREIRA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 175/181). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes, nos termos da Súmula nº 184, desta Corte. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram tiveram negado seu provimento(fls. 199/205).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 208/238).

Sem contra-razões (certidão de fl. 240).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 210), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-ED-A-RR-878/2004-051-11-00.0

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDA	:	**REGINA ALEIXO CASTRO**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 183/188). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que "Como é cediço, a omissão capaz de ensejar o reconhecimento da nulidade do julgado é aquela em que o juízo a quo não analisa a matéria debatida na hipótese, situação não verificada nos autos, principalmente se for considerado que o Tribunal Pleno desta Corte já esgotou o exame da matéria, reconhecendo devidos os depósitos do FGTS referentes ao período trabalhado, em estrita observância ao que dispõe o art. 9º da Medida Provisória nº 2.164-41/2001, o que implicou a alteração da redação da Súmula nº 363 do TST". No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação dos arts. 5º, II e XXXVI, e 37, caput, II e § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram acolhidos para prestar sanar omissões, sob o fundamento de que "Esclareça-se, ainda, que o acórdão embargado, ao examinar a preliminar de nulidade, em momento algum consignou que não estaria prequestionado o tema concernente à inconstitucionalidade do art. 9º da Medida Provisória nº 2.164-41/2001, ao revés, entendeu esgotado o exame da matéria, conforme já consignado acima. Equivoca-se, pois, a parte nesse ponto. Em relação ao art. 7º, inciso III, da Constituição Federal, contudo, assiste razão ao embargante quando alega omissão. Esclareço, portanto, que esse artigo não foi trazido na petição de recurso de revista, sendo inovatória a sua invocação apenas em sede de embargos. Acolho , pois, os embargos de declaração para sanar as omissões apontadas, com a finalidade de alcançar-se a plena prestação jurisdicional, nos termos dos arts. 535 do CPC e 897-A da CLT. " (fls. 206/209).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 212/242).

Sem contra-razões (certidão de fl. 244).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 214), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-ED-RR-417/2004-051-11-00.7
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDAS	:	**MARINALVA MELO ROCHA E OUTRA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 211/216). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por falta de fundamentação e negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes, e, também, consignou que no acórdão embargado houve expressa manifestação da Turma sobre a questão relativa à Medida Provisória que alterou a Lei do FGTS. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura às recorridas o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade dos seus contratos de trabalho, por não terem se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 234/236).

O recorrente requer a suspensão do feito, até o julgamento da MP nº 2.164-41/2001, com fundamento no art. 265, IV, "a", do CPC (fls. 224/230).

Interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que as recorridas não fazem jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 239/269).

Sem contra-razões (certidão de fl. 271).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 241), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 20 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-ED-RR-756/2005-052-11-00.0
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**LAYZA MARA MELRIÊ MARCHIORY**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente, quanto ao tema "Vínculo empregatício. Contratação posterior à Constituição Federal de 1988. Administração pública indireta. Efeitos. Limitação da condenação ao FGTS do período", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público (fls. 148/151).

Os embargos de declaração que seguiram foram acolhidos para sanar omissão, sem qualquer efeito modificativo do julgado (fls. 160/161).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 164/197).

Sem contra-razões (certidão de fl. 199).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 166), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-ED-RR-892/2004-051-11-00.3
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. EDUARDO BEZERRA VIEIRA
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA SOTERO**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de embargos do recorrente (fls. 153/156). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação dos arts. 5º, II e XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "servidor público contratado sem concurso após a Constituição de 1988 - nulidade do contrato nulo - efeitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 172/174).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 177/207).

Sem contra-razões (certidão de fl. 209).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 179), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-ED-RR-2697/2004-051-11-00.8
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. EDUARDO BEZERRA VIEIRA
RECORRIDA	:	**MARIA CLARA DA SILVA DIAS**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 178/181). No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação dos arts. 5º, II e XXXVI, e 37, caput, II, § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 196/198).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Alega, preliminarmente, nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 201/231).

Sem contra-razões (certidão de fl. 233).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 203), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-ED-RR-622553/2000.3 TRT - 1ª REGIÃO

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (SUCESSOR DOS EXTINTOS INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA - RIOFORTE E FUNDAÇÃO RIO)**
ADVOGADO	:	DR. RODRIGO MEIRELES BOSISIO
RECORRIDO	:	**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**
PROCURADORA	:	DRA. CYNTHIA MARIA SIMÕES LOPES
RECORRIDA	:	**ANAMARIA AZIZ CRETTON**
ADVOGADO	:	DR. HYLTON MONIZ FREIRE JÚNIOR

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente, quanto ao tema "nulidade do contrato - recolhimento de FGTS - inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público. Afastou a alegada violação do art. 37, II, e § 2º, da Constituição Federal (fls. 288/291).

Os embargos de declaração que se seguiram foram rejeitados (fls. 299/303).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos arts. 5º, XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 97, 146, 149 e 150, todos da Constituição Federal (fls. 307/322).

Sem contra-razões (certidão de fl. 325).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 312/314), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-39/2005-052-11-00.9

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
RECORRIDO	:	**PAULO MIGUEL NÁPOLES DE FRIAS OLIVA**

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 162/166). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava precluso, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90"**,** afastou a alegada violação do art. 5º, II e XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 182/184).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 187/220).

Sem contra-razões (certidão de fl. 222).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 189), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-111/2004-051-11-00.0

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**ANDREA XAVIER ROSSY**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de embargos do recorrente. Afastou a argüição de nulidade da decisão da Turma por negativa de prestação jurisdicional, consignando que não foram opostos os competentes embargos de declaração (fl. 170).

Quanto ao tema "Contrato nulo - Efeitos", aplicou a Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do contrato de trabalho, por não haver se submetido a concurso público (fls. 170/173).

Rejeitou, ainda, os embargos de declaração que se seguiram (fls. 189/191).

Irresignado, o recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Argúi a repercussão geral da matéria. Insiste na nulidade da decisão proferida no recurso de revista, por negativa de prestação jurisdicional. Sustenta que a Turma não analisou a questão da incidência retroativa da Lei nº 8.036/90 e os efeitos previstos na Súmula nº 363 desta Corte, não obstante a provocação por meio dos competentes embargos de declaração. Diz que, como não foi conhecido o recurso de embargos quanto à preliminar de nulidade da decisão da Turma, opôs embargos de declaração visando obter da SDI pronunciamento sobre o vício apontado, contudo, não obteve êxito, persistindo a negativa de prestação jurisdicional. Aponta ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Argumenta, ainda, com a omissão da Turma e também da SDI no exame da aplicação retroativa da Medida Provisória nº 2.164-41, assim como sobre a sua argüida inconstitucionalidade, em confronto com o ato jurídico perfeito e o direito adquirido; e da falta de urgência para a edição da medida provisória. Em relação ao mérito, efeitos do contrato nulo, alega, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos arts. 5º, II e XXXVI, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 146, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 194/227).

Sem contra-razões (certidão de fl. 229).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 196), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-169/2005-052-11-00.1

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. RÉGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**SILAS WALDEMAR LIMA RODRIGUES**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 166/173). No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90"**,** afastou a alegada violação do art. 5º, XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Aos embargos de declaração que seguiram foi negado provimento (fls. 191/197).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Argúi a nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 200/230).

Sem contra-razões (certidão de fl. 232).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 202), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-258/2004-051-11-00.0

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**NAZARÉ MICHELLE ARAUJO LIMA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 184/188). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Quanto ao tema "contrato nulo - efeitos - Súmula nº 363 do TST"**,** afastou a alegada violação do art. 37, II e § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, e com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 204/206).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 209/239).

Sem contra-razões (certidão de fl. 241).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 211), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-352/2004-051-11-00.0

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. THICIANE GUANABARA SOUZA
RECORRIDO	:	**FELISBERTO ALVES DA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 188/193). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90"**,** afastou a alegada violação dos arts. 5º, II e XXXVI, e 37, caput, II, § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 209/211).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 214/244).

Sem contra-razões (certidão de fl. 246).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 216), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-356/2005-052-11-40.0

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**TEREZINHA PLÁCIDA DE SENA MELO**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de embargos do recorrente. Afastou a argüição de nulidade da decisão da Turma por negativa de prestação jurisdicional, consignando que não foram opostos os competentes embargos de declaração (fl. 153).

Quanto ao tema "Contrato nulo - Efeitos", aplicou a Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do contrato de trabalho, por não haver se submetido a concurso público (fls. 153/157).

Rejeitou, ainda, os embargos de declaração que se seguiram (fls. 166/168).

Irresignado, o recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Argúi a repercussão geral da matéria. Insiste na nulidade da decisão proferida no recurso de revista, por negativa de prestação jurisdicional. Sustenta que a Turma não analisou a questão da incidência retroativa da Lei nº 8.036/90 e os efeitos previstos na Súmula nº 363 desta Corte, não obstante a provocação por meio dos competentes embargos de declaração. Diz que, como não foi conhecido o recurso de embargos quanto à preliminar de nulidade da decisão da Turma, opôs embargos de declaração visando obter da SDI pronunciamento sobre o vício apontado, contudo, não obteve êxito, persistindo a negativa de prestação jurisdicional. Aponta ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Argumenta, ainda, com a omissão da Turma e também da SDI no exame da aplicação retroativa da Medida Provisória nº 2.164-41, assim como sobre a sua argüida inconstitucionalidade, em confronto com o ato jurídico perfeito e o direito adquirido; e da falta de urgência para a edição da medida provisória. Em relação ao mérito, efeitos do contrato nulo, alega, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos arts. 5º, II e XXXVI, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 146, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 171/201).

Sem contra-razões (certidão de fl. 203).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 173), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-362/2005-052-11-00.2

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. EDUARDO BEZERRA VIEIRA
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**ANA MARIA SILVA SOUSA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 131/137). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 155/161).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 164/194).

Sem contra-razões (certidão de fl. 196).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 166), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-412/2004-051-11-00.4

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDOS	:	**RAIMUNDA DA CONCEIÇÃO SILVA E OUTRAS**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ FÁBIO MARTINS DA SILVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de embargos do recorrente (fls. 220/225). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, nos termos das Súmulas nºs 184 e 297, II, desta Corte. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura aos recorridos o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade dos seus contratos de trabalho, por não terem se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 241/243).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que os recorridos não fazem jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 246/276).

Sem contra-razões (certidão de fl. 278).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 248), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-453/2005-052-11-00.8

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. EDUARDO BEZERRA VIEIRA
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**RAQUEL ROCHA DA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 134/140). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Quanto ao tema "contrato nulo - efeitos - fundo de garantia do tempo de serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência - violação do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal"**,** afastou a alegada violação dos arts. 5º, XXXVI, e 37, § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, e com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 158/164).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 167/197).

Sem contra-razões (certidão de fl. 199).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 169), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-474/2004-051-11-00.6

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDA	:	**CONCEIÇÃO DE MARIA CORRÊA DA PENHA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 182/188). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - diferenças de FGTS - argüição de inconstitucionalidade e de irretroatividade da Medida Provisória nº 2.164-41/2001 que introduziu o artigo 19-A à Lei nº 8.036/90 - Súmula nº 363 do TST", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 205/207).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 210/240).

Sem contra-razões (certidão de fl. 242).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 212), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-496/2004-051-11-00.6

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**PAULO PINHEIRO DE OLIVEIRA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 172/176). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Quanto ao tema "contrato nulo - efeitos - Súmula nº 363 do TST", afastou a alegada violação do art. 37, II e § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, e na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 192/194).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 197/227).

Sem contra-razões (certidão de fl. 229).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 199), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-510/2005-052-11-00.9

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**JANETE DE OLIVEIRA SILVA PEREIRA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 130/143). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes, nos termos da Súmula nº 184 desta Corte. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 152/154).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 157/187).

Sem contra-razões (certidão de fl. 189).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 159), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-517/2005-052-11-00.0

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**HIXCIONE DA SILVA DE CASTRO**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 157/165). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Quanto ao tema "contrato nulo - efeitos - fundo de garantia do tempo de serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência - violação do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal", afastou a alegada violação dos arts. 5º, XXXVI, e 37, § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, e na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 183/189).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 192/222).

Sem contra-razões (certidão de fl. 224).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 194), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-529/2003-051-11-00.7

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARALHO COSTA
RECORRIDA	:	**MARIA AUXILIADORA BENEVIDES FERREIRA**
ADVOGADO	:	DR. MESSIAS GONÇALVES GARCIA
RECORRIDA	:	**COORSERV - COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS**
ADVOGADO	:	DR. RANDERSON MELO DE AGUIAR
RECORRIDA	:	**COOPROMED - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS DE RORAIMA**
RECORRIDO	:	**COOPERPAI-MED - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA**

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 316/322). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Súmula nº 363 do TST", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 331/333).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 336/369). Requer, ainda, o sobrestamento do feito até o julgamento da ADI nº 3.127 (fl. 368).

Sem contra-razões (certidão de fl. 371).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 338), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-559/2004-051-11-00.4

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDOS	:	**WILLSTON MACEDO LIMA E OUTROS**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 251/254). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Relativamente ao tema "vínculo empregatício - contratação posterior à Constituição Federal de 1988 - Administração Pública Direta - efeitos - limitação da condenação ao FGTS do período - possibilidade", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram acolhidos, sem efeito modificativo, para sanar omissão (fls. 274/275).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 278/311). Requer, ainda, o sobrestamento do feito até o julgamento da ADI nº 3.127 (fl. 310).

Sem contra-razões (certidão de fl. 313).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 280), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-619/2004-051-11-00.9

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**RUTH HELENA XAVIER DA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. MESSIAS GONÇALVES GARCIA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 155/158). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Relativamente ao tema "vínculo empregatício - contratação posterior à Constituição Federal de 1988 - Administração Pública Direta - efeitos - limitação da condenação ao FGTS do período - possibilidade", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 170/171).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 174/204).

Sem contra-razões (certidão de fl. 206).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 176), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-635/2004-051-11-00.1
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**RONALDO DA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 159/163). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes, nos termos das Súmulas nºs 184 e 297, II, desta Corte. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos", sob o fundamento de que o acórdão da Turma está em conformidade com a Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 179/181).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 184/214).

Sem contra-razões (certidão de fl. 216).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 186), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-713/2004-051-11-00.8
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA - SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL - SETRABES**
PROCURADOR	:	DR. RÉGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**MIRIAM CORREIA DE SEIXAS**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 139/146). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 162/164).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 167/200).

Sem contra-razões (certidão de fl. 202).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 169), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-759/2005-052-11-00.4
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDO	:	**JOSEMAR DE ARAÚJO POLICARPO**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 142/148). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação dos arts. 5º, II e XXXVI, e 37, II e § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 158/163).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 166/196).

Sem contra-razões (certidão de fl. 198).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 168), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-835/2004-051-11-00.4
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
PROCURADORA	:	DRA. THICIANE GUANABARA SOUZA
RECORRIDO	:	**ELIEZER PEREIRA DE ANDRADE**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 156/160). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação do art. 5º, II e XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 176/179).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 182/215).

Sem contra-razões (certidão de fl. 217).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 184), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-860/2005-052-11-00.5

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. RÉGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDA	:	**JOANA SOARES BIZARRIAS**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 146/151). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes, nos termos da Súmula nº 184 desta Corte. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram acolhidos para sanar omissão (fls. 160/163).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e 'c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal. Requer o sobrestamento do feito até o julgamento da MP nº 2.164-41/2001 (fls. 166/197).

Sem contra-razões (certidão de fl. 199).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 168), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-866/2003-051-11-00.4

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. EVAN FELIPE DE SOUSA
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**FRANCISCO BEZERRA**
ADVOGADO	:	DR. ROBERTO GUEDES DE AMORIM

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de embargos do recorrente. Afastou a argüição de nulidade da decisão da Turma por negativa de prestação jurisdicional, consignando que não foram opostos os competentes embargos de declaração (fls. 128/129).

Quanto ao tema "Contrato nulo. Efeitos. Diferenças de FGTS. Inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 2.164-41/2001 que introduziu o artigo 19-A na Lei nº 8.036/90", aplicou a Súmula nº 297 desta Corte quanto a alegada retroatividade da Medida Provisória, uma vez que a Turma não emitiu tese acerca da argüida irretroatividade do referido dispositivo, faltando-lhe o devido prequestionamento. Relativamente aos afeitos do contrato nulo, aplicou a Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público (fls. 129/131).

Os embargos de declaração que seguiram foram acolhidos para prestar esclarecimentos (fls. 140/143).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 146/176).

Sem contra-razões (certidão de fl. 178).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 148), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-875/2005-052-11-00.3

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDO	:	**ALCINEI DA SILVA LAURIANO**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 147/152). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes, nos termos das Súmulas nºs 184 e 297, II, desta Corte. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos", sob o fundamento de que a decisão recorrida está em conformidade com a Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 161/163).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 166/196).

Sem contra-razões (certidão de fl. 198).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 168), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-888/2005-052-11-00.2

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**ANA ANGÉLICA DA SILVA FERREIRA**

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 150/155). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 2.164-41/2001 que introduziu o artigo 19-A da Lei nº 8.036/90", sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram acolhidos para prestar esclarecimentos (fls. 164/167).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 170/200).

Sem contra-razões (certidão de fl. 202).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 172), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-963/2004-051-11-00.8

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDA	:	**LEUDA RODRIGUES DOS SANTOS**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 142/147). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90"**,** sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - depósitos do FGTS - Medida Provisória nº 2.164-41/2001", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 163/165).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 168/198).

Sem contra-razões (certidão de fl. 200).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 170), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-965/2004-051-11-00.7

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**MARTA PEREIRA DA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de embargos do recorrente. Afastou a argüição de nulidade da decisão da Turma por negativa de prestação jurisdicional, consignando que não foram opostos os competentes embargos de declaração (fls. 156/157).

Quanto ao tema "Contrato nulo - Efeitos", aplicou a Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do contrato de trabalho, por não haver se submetido a concurso público (fls. 157/160).

Rejeitou, ainda, os embargos de declaração que se seguiram (fls. 176/178).

Irresignado, o recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Argúi a repercussão geral da matéria. Insiste na nulidade da decisão proferida no recurso de revista, por negativa de prestação jurisdicional. Sustenta que a Turma não analisou a questão da incidência retroativa da Lei nº 8.036/90 e os efeitos previstos na Súmula nº 363 desta Corte, não obstante a provocação por meio dos competentes embargos de declaração. Diz que, como não foi conhecido o recurso de embargos quanto à preliminar de nulidade da decisão da Turma, opôs embargos de declaração visando obter da SDI pronunciamento sobre o vício apontado, contudo, não obteve êxito, persistindo a negativa de prestação jurisdicional. Aponta ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Argumenta, ainda, com a omissão da Turma e também da SDI no exame da aplicação retroativa da Medida Provisória nº 2.164-41, assim como sobre a sua argüida inconstitucionalidade, em confronto com o ato jurídico perfeito e o direito adquirido; e da falta de urgência para a edição da medida provisória. Em relação ao mérito, efeitos do contrato nulo, alega, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos arts. 5º, II e XXXVI, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 146, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 181/211).

Sem contra-razões (certidão de fl. 213).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 183), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-977/2004-051-11-00.1

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**JOSÉ EDUARDO DE FREITAS BARBOSA**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 160/165). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "contrato nulo - efeitos - Súmula nº 363 do TST"**,** afastou a alegada violação dos arts. 5º, II e XXXVI, e 37, § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, e na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 181/184).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 186/219).

Sem contra-razões (certidão de fl. 221).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 188), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-995/2004-051-11-00.3
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**JOSIONE OLIVEIRA DA COSTA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 148/153). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Relativamente ao tema "nulidade do contrato firmado com a Administração sem a observância ao concurso público - efeitos - depósitos do FGTS - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - art. 19-A da Lei nº 8.036/90", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 169/171).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 174/204).

Sem contra-razões (certidão de fl. 206).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 176), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-1076/2004-051-11-00.7
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDA	:	**IRENE ALVES**
ADVOGADO	:	DR. MESSIAS GONÇALVES GARCIA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 161/166). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", com fundamento na Súmula nº 294, desta Corte, que exige a indicação expressa de ofensa ao art. 896 da CLT. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram acolhidos para prestar esclarecimentos (fls. 175/178).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 190/220).

Sem contra-razões (certidão de fl. 222).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 192), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-1107/2004-051-11-00.0
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
PROCURADOR	:	DR. RÉGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDO	:	**ERICK RODRIGUES DA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 146/150 e 168/171). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", sob o fundamento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 146, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal. Requer, ainda, o sobrestamento do feito até o julgamento da ADI nº 3.127 (fls. 174/204).

Sem contra-razões (certidão de fl. 206).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 176), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-1146/2004-051-11-00.7
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**MARIA LINDALVA CARVALHO DA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. MESSIAS GONÇALVES GARCIA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de embargos do recorrente. Afastou a argüição de nulidade da decisão da Turma por negativa de prestação jurisdicional, consignando que não foram opostos os competentes embargos de declaração (fl. 175).

Quanto ao tema "Contrato nulo - Efeitos", aplicou a Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do contrato de trabalho, por não haver se submetido a concurso público (fls. 175/178).

Rejeitou, ainda, os embargos de declaração que se seguiram (fls. 187/189).

Irresignado, o recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Argúi a repercussão geral da matéria. Insiste na nulidade da decisão proferida no recurso de revista, por negativa de prestação jurisdicional. Sustenta que a Turma não analisou a questão da incidência retroativa da Lei nº 8.036/90 e os efeitos previstos na Súmula nº 363 desta Corte, não obstante a provocação por meio dos competentes embargos de declaração. Diz que, como não foi conhecido o recurso de embargos quanto à preliminar de nulidade da decisão da Turma, opôs embargos de declaração visando obter da SDI pronunciamento sobre o vício apontado, contudo, não obteve êxito, persistindo a negativa de prestação jurisdicional. Aponta ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e

93, IX, da Constituição Federal. Argumenta, ainda, com a omissão da Turma e também da SDI no exame da aplicação retroativa da Medida Provisória nº 2.164-41, assim como sobre a sua argüida inconstitucionalidade, em confronto com o ato jurídico perfeito e o direito adquirido; e da falta de urgência para a edição da medida provisória. Em relação ao mérito, efeitos do contrato nulo, alega, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos arts. 5º, II e XXXVI, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 146, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 192/222).

Sem contra-razões (certidão de fl. 224).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 194), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-1600/2004-051-11-00.0

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDOS	:	**ADAILTON RIBEIRO DA SILVA E OUTRO**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 187/191). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura aos recorridos o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 200/202).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que os recorridos não fazem jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 205/235).

Sem contra-razões (certidão de fl. 237).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 207), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-1621/2004-051-11-00.5

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
RECORRIDA	:	**COORSERV - COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA
RECORRIDA	:	**ANA CLEUDE SILVA DE SOUZA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 201/207). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90"**,** afastou a alegada violação do art. 5º, II e XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram acolhidos para prestar esclarecimentos (fls. 216/218).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 221/251).

Sem contra-razões (certidão de fl. 253).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 223), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-1700/2004-051-11-00.6

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
RECORRIDOS	:	**AMAURI MENDES DA SILVA E OUTROS**
ADVOGADA	:	DRA. ANA BEATRIZ OLIVEIRA RÊGO

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 213/223). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90"**,** afastou a alegada violação dos arts. 5º, XXXVI, e 37 , § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura aos recorridos o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 232/236).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que os recorridos não fazem jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 247/277).

Sem contra-razões (certidão de fl. 279).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 249), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 20 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-1716/2004-051-11-00.9
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**JOSÉ AUGUSTO FERRO BITENCOURT**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 158/167). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 209/211).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 214/244).

Sem contra-razões (certidão de fl. 246).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 216), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-1732/2004-051-11-00.1
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. RÉGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDOS	:	**RAIMUNDA RODRIGUES DA CRUZ E OUTRO**
ADVOGADO	:	DR. HINDEMBURGO ALVES DE OLIVEIRA FILHO

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de embargos do recorrente. Afastou a argüição de nulidade da decisão da Turma por negativa de prestação jurisdicional, consignando que não foram opostos os competentes embargos de declaração (fl. 163).

Quanto ao tema "Contrato nulo - Efeitos", aplicou a Súmula nº 363 desta Corte, que assegura aos recorridos o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do contrato de trabalho, por não haver se submetido a concurso público (163/166).

Rejeitou, ainda, os embargos de declaração que se seguiram (fls. 175/177).

Irresignado, o recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Argúi a repercussão geral da matéria. Insiste na nulidade da decisão proferida no recurso de revista, por negativa de prestação jurisdicional. Sustenta que a Turma não analisou a questão da incidência retroativa da Lei nº 8.036/90 e os efeitos previstos na Súmula nº 363 desta Corte, não obstante a provocação por meio dos competentes embargos de declaração. Diz que, como não foi conhecido o recurso de embargos quanto à preliminar de nulidade da decisão da Turma, opôs embargos de declaração visando obter da SDI pronunciamento sobre o vício apontado, contudo, não obteve êxito, persistindo a negativa de prestação jurisdicional. Aponta ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Argumenta, ainda, com a omissão da Turma e também da SDI no exame da aplicação retroativa da Medida Provisória nº 2.164-41, assim como sobre a sua argüida inconstitucionalidade, em confronto com o ato jurídico perfeito e o direito adquirido; e da falta de urgência para a edição da medida provisória. Em relação ao mérito, efeitos do contrato nulo, alega, em síntese, que os recorridos não fazem jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos arts. 5º, II e XXXVI, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 146, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 180/210).

Sem contra-razões (certidão de fl. 212).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 182), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-1777/2005-051-11-00.7
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDO	:	**MARIA APARECIDA LIMA DE OLIVEIRA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 112/117). No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação dos arts. 5º, XXXVI, e 37, II e § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 135/141).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Alega nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 144/174).

Sem contra-razões (certidão de fl. 176).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 146), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2030/2005-051-11-00.6
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**ANTÔNIA RIBEIRO LIMA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de embargos do recorrente (fls. 146/157). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o fundamento de que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes, nos termos das Súmulas nºs 184 e 297, II, desta Corte. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 160/162).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 165/195).

Sem contra-razões (certidão de fl. 197).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 167), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2263/2004-051-11-00.8

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. RÉGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDAS	:	**ELENILDA FERREIRA COSTA E OUTRA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 160/164). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação do art. 5º, II e XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura às recorridas o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade dos seus contratos de trabalho, por não terem se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 173/175).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que as recorridas não fazem jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 178/208).

Sem contra-razões (certidão de fl. 210).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 180), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2381/2005-052-11-00.3

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
PROCURADOR	:	DR. RÉGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDA	:	**MARCELLE VALESKA PARACAT LUCENA**

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 135/143). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação do art. 5º, XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Aos embargos de declaração que seguiram foi negado provimento (fls. 161/167).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 170/200).

Sem contra-razões (certidão de fl. 202).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 172), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2385/2005-052-11-00.1

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. EDUARDO BEZERRA VIEIRA
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**PAULO ROBERTO ALVES FREIRE JÚNIOR**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 142/150). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação do art. 5º, XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 167/173).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 176/206).

Sem contra-razões (certidão de fl. 208).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 178), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2461/2004-052-11-00.8
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**ROSILENE VILENA DE ARAÚJO**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
RECORRIDA	:	**COORSERV - COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 172/177, complementada a fls. 185/187). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o fundamento de que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90"**,** afastou a alegada violação do art. 5º, II e XXXVI, sob o fundamento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 190/220).

Sem contra-razões (certidão de fl. 222).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 192), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 20 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2467/2005-053-11-00.2
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. EDUARDO BEZERRA VIEIRA
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**ANTÔNIA DO ROSÁRIO COSTA LIMA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 151/159). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Quanto ao tema "contrato nulo - efeitos - fundo de garantia do tempo de serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência - violação do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal"**,** afastou a alegada violação dos arts. 5º, XXXVI, e 37, § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, e com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 177/183).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 186/216).

Sem contra-razões (certidão de fl. 218).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 188), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2483/2005-052-11-00.9
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. EDUARDO BEZERRA VIEIRA
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**FRANCISCA FERREIRA DE SOUSA**
ADVOGADA	:	DRA. SUELY ALMEIDA
RECORRIDA	:	**COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA E DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RORAIMA - COOPSAÚDE**
RECORRIDA	:	**COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA**

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 239/246). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90"**,** afastou a alegada violação do art. 5º, II e XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 258/263).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 266/296).

Sem contra-razões (certidão de fl. 298).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 268), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2515/2004-051-11-00.9
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**JOSÉ HÍLTON DOS SANTOS E OUTROS**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 211/213). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 211/213).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 216/246).

Sem contra-razões (certidão de fl. 248).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 218), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2612/2004-053-11-00.4

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**COORSERV - COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA
RECORRIDO	:	**OSVALDO DE LIMA DA FROTA**

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 130/134). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes, nos termos das Súmulas nºs 184 e 297, II, desta Corte. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 150/152).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 155/185).

Sem contra-razões (certidão de fl. 187).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 157), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2623/2004-051-11-00.1

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**ELEN SANDRA DO NASCIMENTO OLIVEIRA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 154/158). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Quanto ao tema "contrato nulo - efeitos - Súmula nº 363 do TST", afastou a alegada violação do art. 37, II e § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, e com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 174/176).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 179/209).

Sem contra-razões (certidão de fl. 211).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 181), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2625/2004-051-11-00.0

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDO	:	**ROBSON FRANCO DA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 169/174). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Súmula nº 363 do TST", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 190/192).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 195/225).

Sem contra-razões (certidão de fl. 227).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 194), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2639/2004-051-11-00.4
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**MÁRCIO DE SOUZA CAVALCANTE**
ADVOGADO	:	DR. MESSIAS GONÇALVES GARCIA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 170/175). No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação do art. 5º, II e XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 191/193).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Argúi a nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 196/226).

Sem contra-razões (certidão de fl. 228).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 198), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2642/2004-051-11-00.8
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**MARIA CRISTINA MAGALHÃES PEIXOTO**
ADVOGADO	:	DR. MESSIAS GONÇALVES GARCIA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 170/174). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Quanto ao tema "contrato nulo - efeitos - Súmula nº 363 do TST", afastou a alegada violação do art. 37, II e § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, e com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 190/192).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 195/225).

Sem contra-razões (certidão de fl. 227).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 197), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2659/2004-051-11-00.5
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
RECORRIDO	:	**RAIMUNDO JORGE DE SOUSA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 154/160). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação dos arts. 5º, XXXVI, e 37, II, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 170/176).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 187/217).

Sem contra-razões (certidão de fl. 219).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 189), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2740/2004-051-11-00.5
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**NELCIVÂNIA DAS NEVES CAMELO**
ADVOGADO	:	DR. HINDEMBURGO ALVES DE OLIVEIRA FILHO

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 139/143). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência - violação do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 161/167).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 170/200).

Sem contra-razões (certidão de fl. 202).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 172), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2808/2004-051-11-00.6

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**WALDIR NUNES VALENTE**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente, quanto ao tema "contrato nulo -efeitos - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência - violação do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público (fls. 168/175).

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 193/199).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Argúi a nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 202/232).

Sem contra-razões (certidão de fl. 234).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 204), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2947/2005-052-11-00.7

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**ALDEMIRA SILVA MARTINS**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 134/140). Quanto ao tema "contrato nulo - efeitos - depósitos do FGTS - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - inconstitucionalidade - aplicabilidade - servidor público contratado sem concurso após a Constituição Federal de 1988", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 149/153).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 156/186).

Sem contra-razões (certidão de fl. 188).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 158), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 19 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-2975/2004-051-11-00.7

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**NORBERTO JOSÉ LEMOS FILHO**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente, quanto ao tema "contrato nulo - efeitos - fundo de garantia do tempo de serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência - violação do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal", afastou a alegada violação dos arts. 5º, XXXVI, e 37, § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, e com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 174/180).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Argúi preliminar de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 191/221).

Sem contra-razões (certidão de fl. 223).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 193), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-3015/2005-052-11-00.1
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**LUZINETE DOS SANTOS DOCE**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 135/140). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade da Medida Provisória nº 2.164-41/2001 que introduziu o art. 19-A na Lei nº 8.036/90"**,** afastou a alegada violação dos arts. 5º, II, e 37, II e § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram acolhidos, para esclarecimentos (fls. 149/151).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 154/184).

Sem contra-razões (certidão de fl. 186).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 156), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-3051/2004-051-11-00.8
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**SEBASTIÃO FAUSTINO DE OLIVEIRA**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 165/169). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90"**,** sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 178/180).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 183/213).

Sem contra-razões (certidão de fl. 215).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 185), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-3109/2004-051-11-00.3
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**MARIA ELISA DA SILVA FIGUEIRA**

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 119/126). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Relativamente ao tema "nulidade do contrato firmado com a Administração sem a observância ao concurso público - efeitos - depósitos do FGTS - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - art. 19-A da Lei nº 8.036/90", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 119/126).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 147/177).

Sem contra-razões (certidão de fl. 179).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 149), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-3188/2004-051-11-00.2
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**FRANCISCA BATISTA LIMA**
ADVOGADA	:	DRA. TELMA MARIA DE SOUSA COSTA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 154/158). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, nos termos das Súmulas nºs 184 e 297, II, desta Corte. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos", sob o fundamento de que a Turma decidiu em conformidade com a Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 167/169).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 172/202).

Sem contra-razões (certidão de fl. 204).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 174), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-3198/2005-052-11-00.5

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**LOUREMBERG MARTINS RAMOS**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 145/150). No que tange à inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**,** afastou a alegada violação dos arts. 5º, II e XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema contrato nulo - efeitos - diferenças de FGTS, com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 168/171).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Alega a nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 174/204).

Sem contra-razões (certidão de fl. 206).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 176), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-3370/2004-051-11-00.3

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDO	:	**ELIÉZIO DE ALMEIDA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 166/172). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange ao tema "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", sob o fundamento de que "o reconhecimento do direito ao salário e ao depósito do FGTS se impõe como forma de indenizar o trabalhador pela prestação de trabalho já consumado, ante a impossibilidade de se restituir a força de trabalho despendida", refutando, em conseqüência, a alegada violação do art. 5º, II e XXXVI, da Constituição Federal. No que se refere ao "contrato nulo - ausência de concurso público - efeitos - depósito do FGTS"**,** afastou a alegada violação do art. 37, II e § 2º, da Constituição Federal, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, estando assegurado ao recorrido, nos termos da Súmula nº 363 desta Corte, o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 181/182).

Irresignado, o recorrente interpõe recurso extraordinário, com fulcro no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Argumenta com a repercussão geral. Argúi nulidade da decisão recorrida, por negativa de prestação jurisdicional, sob o argumento de que seu recurso de embargos não pode deixar de ser conhecido por ausência de indicação expressa do art. 896 da CLT, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 294 da SDI-1 desta Corte. Insiste, ainda, na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional. Indica violação dos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. Quanto ao mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao pagamento do FGTS. Aponta violação dos arts. 5º, II e XXXVI, 37, caput, II e § 2º, 146, 149 e 150, todos da Constituição Federal (fls. 185/215).

A fls. 216/222, requer o sobrestamento do feito até o julgamento da ADI nº 3.127 pelo Supremo Tribunal Federal.

Sem contra-razões (conforme certidão de fl. 224).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 187), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 24 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-3453/2004-051-11-00.2

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**MARIA DAS GRAÇAS FONTINELE**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 189/193). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90"**,** sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 209/211).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 214/244).

Sem contra-razões (certidão de fl. 246).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 216), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-3483/2004-051-11-00.9
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**ADRIA PATRÍCIA DA SILVA SOBRAL**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 183/186). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o fundamento de que a Turma enfrentou todas as questões suscitadas. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "vínculo empregatício - contratação posterior à Constituição Federal de 1988 - administração pública direta - efeitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 198/199).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 202/232).

Sem contra-razões (certidão de fl. 234).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 204), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-3808/2004-051-11-00.3
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**RAIMUNDA CUNHA CONCEIÇÃO**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 165/173). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes, nos termos da Súmula nº 297, II, desta Corte. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram tiveram negado seu provimento (fls. 183/188).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 191/221).

Sem contra-razões (certidão de fl. 223).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 193), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-3864/2004-051-11-00.8
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**MAGNÓLIA LIMA PASSOS PEREIRA**
ADVOGADO	:	DR. MESSIAS GONÇALVES GARCIA
RECORRIDA	:	**COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE RORAIMA - COOPROMEDE**

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 169/174). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Quanto ao tema "nulidade do contrato firmado com a Administração sem a observância ao concurso público - efeitos - depósitos do FGTS - Medida Provisória n.º 2.164-41/2001 - art. 19-A da Lei n.º 8.036/90", afastou a alegada violação dos arts. 5º, XXXVI, e 37, § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, também com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida "MAGNÓLIA LIMA PASSOS PEREIRA" o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 190/192).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida "MAGNÓLIA LIMA PASSOS PEREIRA" não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 195/225).

Sem contra-razões (certidão de fl. 227).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 197), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-3903/2004-053-11-00.0
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. EDUARDO BEZERRA VIEIRA
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**JOSÉ FERREIRA SOBRINHO**
ADVOGADO	:	DR. MESSIAS GONÇALVES GARCIA
RECORRIDA	:	**COORSERV - COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 195/199). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Relativamente ao tema "Contrato nulo. Efeitos. Diferenças de FGTS. Inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 2.164-41/2001 que introduziu o artigo 19-A na Lei nº 8.036/90", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 208/211).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 214/244).

Sem contra-razões (certidão de fl. 246).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 216), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-3908/2004-053-11-00.2

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**MARLETE RODRIGUES DOS SANTOS**

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 137/144). Quanto ao tema "Administração pública. Admissão sem concurso público. Contrato nulo. Efeitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 162/167).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Sustenta a nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 170/200).

Sem contra-razões (certidão de fl. 202).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 172), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 20 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-3931/2004-051-11-00.4

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**HAROLDO SOARES FURTADO**
ADVOGADO	:	DR. HINDEMBURGO ALVES DE OLIVEIRA FILHO

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 189/197). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público (fls. 189/197).

Os embargos de declaração que seguiram tiveram negado seu provimento (fls. 215/221).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 224/254).

Sem contra-razões (certidão de fl. 256).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 226), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-3955/2004-051-11-00.3

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**ELINALDO CABRAL CORRÊA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente, quanto ao tema "contrato nulo - efeitos - diferenças de FGTS - inconstitucionalidade e irretroatividade da Medida Provisória nº 2.164-41/2001 que introduziu o art. 19-A na Lei nº 8.036/90", afastando a alegada violação dos arts. 5º, II e XXXVI, e 37, II, e § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, e com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público (fls. 176/180).

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 198/200).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Argúi nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 203/233).

Sem contra-razões (certidão de fl. 235).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 205), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 20 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-4042/2004-052-11-00.0

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**ROSA GOMES DE OLIVEIRA**
ADVOGADO	:	DR. MESSIAS GONÇALVES GARCIA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 197/203, complementada a fls. 212/215). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes, nos termos da Súmula nº 184 desta Corte. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 218/248).

Sem contra-razões (certidão de fl. 250).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 220), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 20 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-4046/2004-052-11-00.9

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**NÉLSON ARAÚJO DA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 169/176). Quanto ao tema "contrato nulo - efeitos - fundo de garantia do tempo de serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência - violação do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal"**,** afastou a alegada violação dos arts. 5º, XXXVI, e 37, § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, e com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 194/200).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Argúi preliminar de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 203/233).

Sem contra-razões (certidão de fl. 235).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fun damentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 205), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-4053/2004-052-11-00.0

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDA	:	**NEURENY DE MORAIS NASCIMENTO**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 165/173). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90"**,** afastou a alegada violação dos arts. 5º, II e XXXVI, e 37, II e § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 189/191).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 194/224).

Sem contra-razões (certidão de fl. 226).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 196), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobres tamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-4054/2004-052-11-00.5

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**SÉRGIO SOUSA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 157/164). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Quanto ao tema "contrato nulo - efeitos - fundo de garantia do tempo de serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência - violação do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal"**,** afastou a alegada violação dos arts. 5º, XXXVI, e 37, § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, e na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 182/188).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 191/221).

Sem contra-razões (certidão de fl. 223).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 193), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-4066/2004-052-11-00.0
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**PAULA GUEDES DA SILVA**

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 155/163). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação do art. 5º, XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 181/187).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 190/220).

Sem contra-razões (certidão de fl. 222).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 192), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-4113/2005-052-11-00.6
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**JOSÉLIA CAMPOS DA SILVA**

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 150/156). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes, com fundamento na Súmula nº 184 desta Corte. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram tiveram negado seu provimento (fls. 173/180).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 183/213).

Sem contra-razões (certidão de fl. 215).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 185), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-4137/2004-052-11-00.4
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**FRANCISCA MORAIS SALES**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 182/184). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, nos termos da Súmula nº 297, II, desta Corte. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 196/197).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 200/230).

Sem contra-razões (certidão de fl. 232).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 202), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-4210/2004-052-11-00.8
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. RÉGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DR. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**SILAS DE SOUSA**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA
RECORRIDA	:	**COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS - COOSERV**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 189/193). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação do art. 5º, II e XXXVI, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 202/204).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 7º, III, 37, caput, II e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 207/237).

Sem contra-razões (certidão de fl. 239).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 209), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-4266/2004-052-11-00.2

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDO	:	**EDEVALDO SILVA BARROSO**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 158/162). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação dos arts. 5º, II e XXXVI, e 37, II e § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 171/173).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 176/206).

Sem contra-razões (certidão de fl. 208).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 178), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-4301/2004-052-11-00.3

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDA	:	**ENEDINA LEÃO GALVÃO**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA
RECORRIDA	:	**COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE RORAIMA - COOPROMEDE**

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 202/206). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", afastou a alegada violação dos arts. 5º, II e XXXVI, e 37, caput, II e § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 215/217).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 220/250).

Sem contra-razões (certidão de fl. 252).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 222), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-4571/2004-053-11-00.0

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**NÁDIA REGINA SARAIVA MACIEL DE MELO**

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 156/159). No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram acolhidos para sanar omissão (fls. 177/178).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal. Requer o sobrestamento do feito até o julgamento da ADI nº 3.127, com fundamento no art. 265, IV, "a", do CPC (fls. 181/214).

Sem contra-razões (certidão de fl. 216).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 183), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-4621/2005-053-11-00.0
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**JOCIMAR SOUSA DA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 163/167). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90"**,** afastou a alegada violação dos arts. 5º, XXXVI, e 37, II, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, e com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 177/182).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 192/223).

Sem contra-razões (certidão de fl. 225).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 194), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 17 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-4813/2004-053-11-00.6
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
RECORRIDO	:	**FILEMON DA CRUZ LIMA**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 164/170). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90"**,** afastou a alegada violação dos arts. 5º, II e XXXVI, e 37, II e § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 188/190).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 193/223).

Sem contra-razões (certidão de fl. 225).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 195), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-4926/2004-053-11-00.1
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**DARLIRIS DINAL RAMALHO PINHEIRO**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente, quanto ao tema "contrato nulo - efeitos - Súmula nº 363 do TST", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público (fls. 150/155).

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 170/172).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Argúi a nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 175/208). Requer, ainda, o sobrestamento do feito até o julgamento da ADI nº 3.127 (fl. 207).

Sem contra-razões (certidão de fl. 210).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 177), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-4963/2004-052-11-00.3
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. EDUARDO BEZERRA VIEIRA
RECORRIDA	:	**MARIA SAMPAIO DE MEDEIROS**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 170/178). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90"**,** afastou a alegada violação do art. 37, II e § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - diferenças de FGTS", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 188/193).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 196/226).

Sem contra-razões (certidão de fl. 228).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 198), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 18 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-4997/2004-053-11-00.4

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**MARIA IRIS SILVA E SILVA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de embargos do recorrente (fls. 158/166). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, com fundamento na Súmula nº 297, II, desta Corte, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. No que se refere ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram tiveram negado seu provimento (fls. 182/184).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 62, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 187/217).

Sem contra-razões (certidão de fl. 219).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 189), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-5839/2004-053-11-00.1

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDO	:	**DOMINGOS VIEIRA DOS SANTOS**
ADVOGADA	:	DRA. DENISE ABREU CAVALCANTI

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 221/229). Quanto à alegada nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, sob o entendimento de que estava preclusa, uma vez que não foram opostos embargos de declaração para o fim de sanar eventuais vícios porventura existentes. Quanto ao tema "contrato nulo - efeitos - fundo de garantia do tempo de serviço - depósitos - Medida Provisória nº 2.164-41/2001 - aplicação a situações constituídas e consumadas anteriormente a sua vigência - violação do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal", afastou a alegada violação dos arts. 5º, XXXVI, e 37, § 2º, da CF, sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01, e com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 247/253).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Insiste na alegação de nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 256/286).

Sem contra-razões (certidão de fl. 288).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 158), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-RR-221/2004-051-11-00.2

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDA	:	**ROZETH PACHECO**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida conheceu do recurso de revista do recorrente, quanto ao tema "Nulidade contratual por ausência de concurso público", por contrariedade à Súmula nº 363 desta Corte, e, no mérito, deu-lhe parcial provimento, para, declarar a nulidade do contrato de trabalho e limitar a condenação do recorrente ao pagamento dos valores referentes aos depósitos de FGTS (fls. 183/186).

Os embargos de declaração que seguiram foram conhecidos apenas para prestar esclarecimentos sem qualquer efeito modificativo do julgado (fls. 196/198).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Alegada a nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 201/231).

Sem contra-razões (certidão de fl. 233).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 203), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-RR-1454/2004-004-11-00.5

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DO AMAZONAS**
PROCURADOR	:	DR. ALBERTO BEZERRA DE MELO
PROCURADOR	:	DR. RICARDO ANTÔNIO REZENDE DE JESUS
RECORRIDA	:	**THATIANA FERREIRA MARCIÃO GUEDES**
ADVOGADA	:	DRA. ROSELY DA COSTA TRIBUZY

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida, complementada a fls. 196/199, deu provimento parcial ao recurso de revista do recorrente, quanto ao tema "contrato nulo - efeitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público (fls. 183/186).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Requer o sobrestamento do feito até o julgamento da ADI nº 3.127 pelo Supremo Tribunal Federal. Sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação do artigo 37, § 2º, da Constituição Federal (fls. 202/220).

Contra-razões a fls. 222/225 - fax, e 226/229 - originais.

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 206/209), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 17 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-RR-1529/1994-010-04-00.5

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**SETEMBRINO KUHN**
ADVOGADO	:	DR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
RECORRIDA	:	**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE**
ADVOGADA	:	DRA. MÁRCIA DE BARROS ALVES VIEIRA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida deu provimento ao recurso de revista da recorrida, quanto ao tema "contrato nulo - efeitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte (fls. 672/676).

Os embargos de declaração que se seguiram foram rejeitados (fls. 688/691).

Irresignado, o recorrente interpõe recurso extraordinário, com fulcro no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Argumenta com a repercussão geral. Sustenta, em síntese, que tem direito a todas as verbas rescisórias. Aponta violação dos arts. 37, II, §§ 2º e 6º, e 93, IX, da Constituição Federal (fls. 694/707).

Sem contra-razões, conforme certidão de fl. 710.

Com esse breve **RELATÓRIO,**

D E C I D O.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 697/699), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-RR-1787/2004-051-11-00.1

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA LAURA CARVALHO COSTA
RECORRIDAS	:	**IVANEIDE AMORIM SILVA E OUTRA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida conheceu do recurso de revista do recorrente, quanto ao tema "Nulidade contratual por ausência de concurso público", por contrariedade à Súmula nº 363 desta Corte, e, no mérito, deu-lhe parcial provimento, para, declarar a nulidade do contrato de trabalho e limitar a condenação do recorrente ao pagamento dos valores referentes aos depósitos de FGTS (fls. 152/156).

Os embargos de declaração que seguiram foram rejeitados (fls. 167/168).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Alegada a nulidade do acórdão da Turma, por negativa de prestação jurisdicional, apontando ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, sustenta, em síntese, que as recorridas não fazem jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 5º, II e XXXVI, 37, caput, II, e § 2º, 149 e 150, III, "a", da Constituição Federal (fls. 171/201).

Sem contra-razões (certidão de fl. 203).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 173), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-RR-3200/2000-042-02-00.3

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA HOFF
RECORRIDO	:	**SUZEL DE OLIVEIRA SCHMIDT**
ADVOGADA	:	DRA. RITA DE CÁSSIA MARTINELLI
RECORRIDO	:	**ARQUIGRAPH IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO GRÁFICA S/C LTDA.**
ADVOGADO	:	DR. MARCELO FAVALLI

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de revista do recorrente, quanto ao tema "competência da Justiça do Trabalho - execução das contribuições previdenciárias referentes aos período de vínculo empregatício reconhecido em acordo judicial", com fundamento na Súmula nº 368, I, desta Corte (fls. 268/273).

Os embargos de declaração que se seguiram foram acolhidos para prestar esclarecimentos adicionais sem efeito modificativo do julgado (fls. 284/285).

Irresignado, o recorrente interpõe recurso extraordinário, com fulcro no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Argumenta com a repercussão geral, e indica violação dos arts. 109, I, 114, VIII, e 195, I, "a", da Constituição Federal (fls. 295/313).

Sem contra-razões, conforme certidão de fl. 315.

Com esse breve **RELATÓRIO,**

D E C I D O.

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional discutida (fls. 297/300), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de revista do recorrente, sob o fundamento de que não é da **competência da Justiça do Trabalho determinar os descontos previdenciários**, relativamente ao período do vínculo de emprego reconhecido em Juízo, nos termos da Súmula nº 368, I, desta Corte, que dispõe:

"A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário-de-contribuição. (ex-OJ nº 141 - Inserida em 27.11.1998) (...)".

Considerando que o Supremo Tribunal Federal iniciou a análise de repercussão geral nos autos do **Recurso Extraordinário nº 569.056/PA**, em que se discute essa matéria, determino o SOBRESTAMENTO deste processo, com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-RR-795062/2001.2
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO - SEDUC**
PROCURADOR	:	DR. ALDEMAR AUGUSTO ARAÚJO JORGE DE SALLES
PROCURADOR	:	DR. RICARDO ANTÔNIO REZENDE DE JESUS
RECORRIDO	:	**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO**
PROCURADOR	:	DR. AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
RECORRIDA	:	**MARIA DE LOURDES DOS SANTOS**
ADVOGADO	:	DR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES
RECORRIDA	:	**COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA. - COOTRASG**

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida deu parcial provimento recurso de revista do recorrente, quanto ao tema "da nulidade de contratação - reconhecimento do vínculo empregatício"**,** para limitar a condenação ao pagamento dos valores referentes ao FGTS, com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte (fls. 180/185).

Os embargos de declaração que se seguiram foram acolhidos, para esclarecimentos, consignando que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01.

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Argumenta com a repercussão geral da matéria discutida. No mérito, sustenta, em síntese, que a recorrida "MARIA DE LOURDES DOS SANTOS" não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação do artigo 37, II, e § 2º, da Constituição Federal (fls. 210/228).

Sem contra-razões (certidão de fl. 232).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fl. 215), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-E-ED-RR-796/2002-900-11-00.4
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO - SEAD**
PROCURADOR	:	DR. RICARDO ANTÔNIO REZENDE DE JESUS
RECORRIDA	:	**MARILUCE OLIVEIRA CANDEIRA**
ADVOGADO	:	DR. ANACLEY GARCIA ARAÚJO DA SILVA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente, quanto ao tema "contrato nulo - efeitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público (fls. 272/276).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Requer o sobrestamento do feito até o julgamento da ADI nº 3.127 pelo Supremo Tribunal Federal. Sustenta, em síntese, que a recorrida não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação do artigo 37, § 2º, da Constituição Federal (fls. 280/298).

Sem contra-razões (certidão de fl. 300).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 284/287), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-E-ED-RR-75388/2003-900-11-00.7
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SUSAM**
PROCURADOR	:	DR. PAULO DOS SANTOS NETO
RECORRIDO	:	**FRANCISCO ALMEIDA DOS SANTOS**
ADVOGADO	:	DR. FLÁVIO DA CONCEIÇÃO FERREIRA OLIVEIRA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de embargos do recorrente, quanto ao tema "contrato nulo - recolhimento de FGTS - constitucionalidade da Medida Provisória nº 2.164-41/2001", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, ainda que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não haver se submetido previamente a concurso público. Afastou a alegada violação do art. 37, II, § 2º, da Constituição Federal (fls. 203/207).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com fulcro no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Requer o sobrestamento do feito até o julgamento da ADI nº 3.127 pelo Supremo Tribunal Federal. Aponta violação do art. 37, § 2º, da Constituição Federal (fls. 211/229).

Sem contra-razões (certidão de fl. 231).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O.

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 215/218), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-E-ED-RR-751594/2001.6TRT - 11ª REGIÃO
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO - SEDUC**
PROCURADOR	:	DR. PAULO DOS SANTOS NETO
PROCURADORA	:	DRA. ALZIRA FARIAS ALMEIDA DA FONSECA DE GÓES
PROCURADOR	:	DR. RAIMUNDO PAULO DOS SANTOS NETO
RECORRIDA	:	**MARLY RODRIGUES MACÁRIO**
ADVOGADO	:	DR. ERNANI DE BARROS GOMES FILHO

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente, quanto ao tema "contrato nulo - efeitos", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura à recorrida o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público (fls. 183/187).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Requer o sobrestamento do feito até o julgamento da ADI nº 3.127 pelo Supremo Tribunal Federal. Sustenta, em síntese, que a recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação do artigo 37, § 2º, da Constituição Federal (fls. 191/209).

Sem contra-razões (certidão de fl. 211).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 195/198), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobres tamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-E-ED-RR-772940/2001.1

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO - SEDUC**
PROCURADOR	:	DR. RICARDO ANTÔNIO REZENDE DE JESUS
RECORRIDO	:	**JOSÉ GAMA DE ALBUQUERQUE**
ADVOGADO	:	DR. FRANCISCO TARGINO DE LIMA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu de recurso de embargos do recorrente (fls. 175/180). No que tange à "inconstitucionalidade e irretroatividade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90", sob o argumento de que esta Corte tem firmado entendimento no sentido da existência de direito aos depósitos do FGTS nos contratos nulos, mesmo sendo o contrato anterior à MP nº 2.164-41/01. Relativamente ao tema "contrato nulo - efeitos - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, que assegura ao recorrido o pagamento dos valores correspondentes aos depósitos do FGTS, mesmo que declarada a nulidade do seu contrato de trabalho, por não ter se submetido a concurso público.

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação do artigo 37, II, e § 2º, da Constituição Federal (fls. 184/202).

Sem contra-razões (certidão de fl. 204).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 188/190), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal, tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 20 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-RR-586/2004-058-19-00.8

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**ESTADO DE ALAGOAS**
PROCURADOR	:	DR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS
PROCURADORA	:	DRA. CRISTIANE SOUZA TORRES
RECORRIDO	:	**JOSÉ LOURENÇO DE SOUZA**
ADVOGADO	:	DR. FELIPE DE PÁDUA CUNHA DE CARVALHO

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida deu provimento parcial ao recurso de revista do recorrente para, com fundamento na Súmula nº 363 desta Corte, excluir da condenação a determinação de anotação da CTPS do recorrido, mantendo, contudo, a condenação relativa aos depósitos do FGTS (fls. 133/140).

O recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Alega repercussão geral, sob o argumento de que a questão tem relevância econômica, social, política e jurídica. Sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus ao recebimento dos depósitos do FGTS. Aponta violação dos artigos 7º, III, 25 e 37, II e § 2º, da Constituição Federal. Requer, ainda, o sobrestamento do feito até o julgamento da ADI nº 3.127 (fls. 143/162).

Sem contra-razões (certidão de fl. 164).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional (fls. 146/151), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

Discute-se se são devidos ou não os depósitos do FGTS, quando declarada a nulidade da contratação (art. 37, § 2º, da Constituição Federal), consoante o disposto na Súmula nº 363 desta Corte e no art. 19-A da Lei nº 8.036/90, que tem sua origem na Medida Provisória nº 2.164-41.

O Supremo Tribunal Federal tem determinado o sobrestamento dos recursos que discutem a **constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/90**, visto que a matéria está submetida à análise do Pleno daquela Corte, nos autos da ADI nº 3.127.

Efetivamente:

DESPACHO: A constitucionalidade do artigo 19-A da Lei n. 8.036/90, com a redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória n. 2.164-41/01, que expressa ser devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição do Brasil, quando mantido o direito ao salário, está submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI n. 3.127, Relator o Ministro Cezar Peluso.

2. Sendo assim, dou provimento ao agravo de instrumento para admitir o recurso extraordinário que, no entanto, ficará sobrestado na origem, para que seja observado o disposto no artigo 543-B e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 3 de abril de 2008.

Ministro **Eros Grau**

Relator (AI 702.320-7/AM, DJ 15.4.2008)

E, ainda: AI nº 668.005-1/AM, Relatora Min. Carmen Lúcia, Dje 24.4.2008; RE-497.348-1/AM, Relator Min. Eros Grau, DJ 11/4/2008.

Diante desse contexto e com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC, determino o **SOBRESTAMENTO** deste processo, até a análise final da matéria.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-RR-1362/2004-161-06-85.8

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**
PROCURADOR	:	DR. JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
PROCURADORA	:	DRA. CARLA FABRÍCIA RABELO PERON
RECORRIDO	:	**SEVERINO DA SILVA BEZERRA (BANCA ALIANÇA)**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ HUGO DOS SANTOS
RECORRIDA	:	**LAUDICÉIA EULÁLIA DOS SANTOS**
ADVOGADO	:	DR. EDNALDO BARBOSA DE LIMA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de revista do recorrente, quanto ao tema "Competência da Justiça do Trabalho - Execução de Contribuição Previdenciária - Reconhecimento de Vínculo Empregatício em Período Clandestino", com fundamento na Súmula nº 368, I, desta Corte, explicitando que compete a esta Justiça especializada determinar os descontos previdenciários (fls. 206/213).

Irresignado, o recorrente interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Argúi a repercussão geral da matéria discutida e argumenta com a competência da Justiça do Trabalho para determinar o recolhimento das contribuições previdenciárias, nos termos da legislação aplicável ao regime geral de previdência social, referente ao período trabalhado. Aponta violação dos arts. 22, I, 109, I, 114, VIII, 195, caput, e I, "a", e 201, caput, todos da Constituição Federal (fls. 221/245).

Sem contra-razões (certidão de fl. 247).

Com esse breve **RELATÓRIO,**

D E C I D O.

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional discutida (fls. 225/227), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de revista do recorrente, sob o fundamento de que não é da **competência da Justiça do Trabalho determinar os descontos previdenciários**, relativamente ao período do vínculo de emprego reconhecido em Juízo, nos termos da Súmula nº 368, I, desta Corte, que dispõe:

"A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário-de-contribuição. (ex-OJ nº 141 - Inserida em 27.11.1998) (...)".

Considerando que o Supremo Tribunal Federal iniciou a análise de repercussão geral nos autos do **Recurso Extraordinário nº 569.056/PA**, em que se discute essa matéria, determino o SOBRESTAMENTO deste processo, com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC.

Publique-se.

Brasília, 17 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-RR-6128/2005-012-11-00.0

R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE FEIRAS E MERCADOS - SEMAF.**
PROCURADORA	:	DRA. ANDREA VIANEZ CASTRO CAVALCANTI
RECORRIDO	:	**FRANCISCO MARTINS DA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. IVAN DE ARAÚJO RODRIGUES

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de revista do recorrente quanto a alegada incompetência da Justiça do Trabalho, sob o fundamento de que: "a competência desta Justiça especializada decorre da natureza material da relação deduzida em juízo, ou seja, da existência de relação empregatícia entre as partes." (fls. 268/273).

Irresignado, o recorrente interpõe recurso extraordinário, com fulcro no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Argúi, em preliminar, a repercussão geral da matéria. No mérito, sustenta, em síntese, que não é competente a Justiça do Trabalho para apreciar causa de servidor municipal admitido sob a égide de Regime Administrativo Temporário, instituído por Lei Municipal, editada por outorga Constitucional. Indica violação do artigo 114, I, da Constituição Federal (fls. 276/290 - fax, e 292/306 - originais).

Sem contra-razões (certidão de fl. 308).

Com esse breve **relatório,**

D E C I D O.

O recurso atende aos pressupostos genéricos de admissibilidade.

O recorrente satisfaz à exigência de alegação formal e fundamentada da repercussão geral da questão constitucional discutida (fls. 293/294), nos termos da Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da Emenda Regimental nº 21 do Supremo Tribunal Federal, de 30 de abril de 2007.

A decisão recorrida declarou que é **competente a Justiça do Trabalho** para apreciar pedido de servidor contratado temporariamente sob o regime especial da Lei municipal nº 1.871/86, editada com base nos artigos 104 e 106 da Constituição Federal, com redação da EC nº 01/69, a qual foi recepcionada pelo artigo 37 da Constituição Federal.

Seu fundamento é de que "a competência desta Justiça especializada decorre da natureza material da relação deduzida em juízo, ou seja, da existência de relação empregatícia entre as partes." (fls. 268/273).

Considerando que o Supremo Tribunal Federal iniciou a análise de repercussão geral nos autos do **Recurso Extraordinário nº 573202/AM**, em que se discute essa matéria, determino o SOBRESTAMENTO deste processo, com fundamento no art. 543-B, § 1º, do CPC.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Milton de Moura França

Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-AG-RE-ED-AIRR-1212/1993-033-01-40.2
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

AGRAVANTE	:	KLACE S.A. - PISOS E AZULEJOS
ADVOGADO	:	DR. ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU
AGRAVADO	:	FRANCO MANTUANO
ADVOGADO	:	DR. BEROALDO ALVES SANTANA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

Junte-se a petição protocolizada sob o nº66056/2008-0 e autue-se como Agravo Regimental.

Após, conclusos.

Publique-se.

Brasília, 24 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-AIRE-433/1992-041-15-70.1

AGRAVANTE	:	JOSÉ AGNALDO FOGAÇA
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ NALESSO SANTOS
AGRAVADO	:	BANCO NOSSA CAIXA S.A.

D E S P A C H O

Vistos, etc.

Indefiro o pedido de fls. 128, por falta de amparo legal.

A assistência judiciária prevista na Lei nº 1.060/50, data venia, não tem o alcance que o agravante pretende.

O art. 3º do preceito é expresso ao dispor que:

"Art. 3º. A assistência judiciária compreende as seguintes isenções:

I - das taxas judiciárias e dos selos;

II - dos emolumentos e custas devidos aos juízes, órgãos do Ministério Público e serventuários da Justiça;

III - das despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;

IV - das indenizações devidas às testemunhas que, quando empregados, receberão do empregador salário integral, como se em serviço estivessem, ressalvado o direito regressivo contra o poder público federal, no Distrito Federal e nos Territórios, ou contra o poder público estadual, nos Estados;

V - dos honorários de advogado e peritos.

Parágrafo único. A publicação de edital em jornal encarregado da divulgação de atos oficiais, na forma do inciso III, dispensa a publicação em outro jornal".

Logo, conclui-se, desse contexto legal, que a extração de cópias constitui encargo do agravante.

Publique-se.

Brasília, 29 de maio de 2008.

MILTON DE MOURA FRANÇA
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-AIRE-453/2003-255-02-70.6

AGRAVANTE	:	COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA
ADVOGADO	:	DR. SÉRGIO LUIZ AKAOUI MARCONDES
AGRAVADO	:	EDEVAL BISPO DAMACENO
ADVOGADO	:	DR. RICARDO GUIMARÃES AMARAL

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A competência do juízo a quo, em recurso extraordinário, para determinar o sobrestamento de processos, até que o Supremo Tribunal Federal se manifeste, está restrita as questões múltiplas, objeto de repercussão geral, nos termos do art. 543-B do Código de Processo Civil.

A hipótese, em exame, não se ajusta à previsão legal, uma vez que se trata de agravo de instrumento, razão pela qual indefiro o pedido para que se conceda efeito suspensivo ao referido agravo.

Intime-se o agravado para, querendo, apresentar contraminuta e, após, encaminhem-se os autos ao Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Brasília, 20 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-AIRE-581/2003-255-02-70.0

AGRAVANTE	:	COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA
ADVOGADO	:	DR. SÉRGIO LUIZ AKAOUI MARCONDES
AGRAVADO	:	JOÃO CABRAL NETO
ADVOGADA	:	DRA. LUCIANA BEATRIZ GIACOMINI

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A competência do juízo a quo, em recurso extraordinário, para determinar o sobrestamento de processos, até que o Supremo Tribunal Federal se manifeste, está restrita as questões múltiplas, objeto de repercussão geral, nos termos do art. 543-B do Código de Processo Civil.

A hipótese, em exame, não se ajusta à previsão legal, uma vez que se trata de agravo de instrumento, razão pela qual indefiro o pedido para que se conceda efeito suspensivo ao referido agravo.

Intime-se o agravado para, querendo, apresentar contraminuta e, após, encaminhem-se os autos ao Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Brasília, 20 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-AIRE-1166/2004-921-21-70.0

AGRAVANTE	:	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	:	DR. MARCONI MEDEIROS MARQUES DE OLIVEIRA
AGRAVADO	:	ANA KALINA CHIANCA LÚCIO DA SILVA
ADVOGADO	:	DR. NIVARDO GOMES DE MENEZES

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão agravada negou seguimento ao recurso extraordinário, sob o fundamento de que o recorrente não ataca os fundamentos da decisão recorrida, que aplicou a Orientação Jurisprudencial nº 294 da SDI-1 desta Corte, tendo se limitado a arguir a matéria de mérito (prazo para os embargos à execução - inconstitucionalidade do art. 4º da MP nº 2.180-35/2001), que não foi apreciada pela decisão recorrida, razão pela qual aplicou, como óbice ao seguimento do recurso extraórdinário, a Súmula nº 356 do STF, ante a falta de prequestionamento.

Nesse contexto, não cabe sobrestar o prosseguimento do agravo de instrumento, uma vez que não se discute, na decisão agravada, o mérito que é objeto da ADC-11, mas sim pressuposto de natureza processual.

Intime-se os agravados para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 19 de junho de 2008.

MILTON DE MOURA FRANÇA
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-AIRE-31057/2007-000-99-00.5

AGRAVANTE	:	UNIÃO
PROCURADOR	:	DR. LUIS HENRIQUE MARTINS DOS ANJOS
AGRAVADO	:	NELI FRANCISCO PEDROSO DA SILVA
ADVOGADO	:	DR. GUILHERME BELÉM QUERNE

D E S P A C H O

Vistos, etc.

Intime-se o agravado para, querendo, apresentar contraminuta.

Publique-se.

Brasília, 21 de maio de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-AIRE-31758/2007-000-99-00.4

AGRAVANTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA HOFF
AGRAVADA	:	VERSATTI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
ADVOGADA	:	DRA. OTHILIA SIQUEIRA KISS PATERNO
AGRAVADO	:	VICENTE SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DR. ANTÔNIO CARDOSO GOMES

D E S P A C H O

Vistos, etc.

O presente agravo de instrumento foi interposto pela União (INSS).

Às fls. 169/170, a própria agravante argumenta que não faz parte da relação processual e requer seja intimado o Procurador-Geral Federal.

Defiro o pedido, tendo em vista que os subscritores do agravo são procuradores federais (fl. 10), o que demonstra que houve tão-somente um equívoco na nominação do agravante.

Proceda-se à retificação da autuação do processo, para constar como agravante o INSS.

Intime-se o agravado para, querendo, apresentar contraminuta.

Igualmente, deve a Secretaria, doravante, intimar o agravante dos atos do processo na pessoa do Procurador-Geral Federal.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2008.

MILTON DE MOURA FRANÇA
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-E-AIRR-2369/2004-059-02-40.6
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

Petições	:	TST-P-32649/2008.3 e 35593/2008.9
EMBARGANTE	:	**CÁSSIO JOSÉ REIMBERG EDUARDO**
ADVOGADO	:	DR. ALDENIR NILDA PUCCA
EMBARGADOS	:	**AUTO VIAÇÃO PARELHEIROS LTDA. E EXPRESSO PARELHEIROS LTDA.**
ADVOGADA	:	DRA. SHIRLEI DA SILVA PINHEIRO COSTA
EMBARGADO	:	**SÃO PAULO TRANSPORTE S.A. - SPTRANS**
ADVOGADA	:	DRA. MARIA ANTONIETTA MASCARO

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A egrégia Subseção I Especializada em Dissídios Individuais não conheceu dos embargos interpostos por Cássio José Reimberg Eduardo, conforme acórdão publicado no DJU de 29/02/2008.

Irresignado o recorrente interpôs recurso extraordinário, mediante as petições nos TST-P-32649/2008-3 (fac-simile) e TST-P-35593/2008-9, protocolizadas nesta Corte em 24/03/2008 e 28/03/2008, respectivamente.

O recurso é manifestamente intempestivo, conforme se depreende dos registros constantes do Sistema de Informação Judiciária desta Corte, que aponta que em 17/03/2008 ocorreu o trânsito em julgado da decisão proferida nestes autos.

Com estes fundamentos, nego seguimento ao recurso extraordinário, porque manifestamente intempestivo.

Juntem-se as petições.

Publique-se.

Brasília, 24 de abril de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-E-ED-RR-1480/2003-464-02-00.8

RECORRENTE	:	VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA. - INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
ADVOGADO	:	DR. URSULINO SANTOS FILHO
RECORRIDO	:	EDUARDO LUIZ MONTEIRO
ADVOGADO	:	DR. PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida conheceu do recurso de revista da recorrida, quanto ao tema "acordo coletivo - participação nos lucros e nos resultados - flexibilização contra legem - impossibilidade", e deu-lhe provimento para, reformado o acórdão Regional, reconhecer a natureza salarial da parcela "participação nos lucros e resultados" e julgar procedente a reclamação trabalhista, deferindo os pedidos das alíneas "a" e "b" da exordial (fl. 5), determinando-se, ainda, a retenção dos recolhimentos previdenciários e fiscais cabíveis, nos termos da Súmula 368 do TST, bem como a incidência de juros e correção monetária, na forma da lei, devendo ser considerada como época própria da correção monetária o mês subseqüente ao da prestação dos serviços, a partir do dia 1º, a teor da Súmula nº 381 do TST, tudo a ser apurado em regular liquidação de sentença (fls. 186/191).

Os embargos de declaração que se seguiram foram acolhidos, com efeito modificativo, para alterar a parte dispositiva do julgado (fls. 204/206).

Irresignada, a recorrente interpõe recurso de embargos, mediante razões de fls. 211/225. Sucessivamente, interpõe recurso extraordinário com fulcro no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Aponta violação dos arts. 7º, XI, XXVI, e 8º, III, da Constituição Federal (fls. 243/254).

Considerando-se que o **recurso de embargos** não foi julgado, DETERMINO:

1 - a remessa dos autos à Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos, a fim de que seja feita a distribuição dos embargos a um dos Ministros integrantes da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais;

2 - o sobrestamento do juízo de admissibilidade do recurso extraordinário de fls. 243/254 até o julgamento dos embargos, após o que os autos deverão retornar à Vice-Presidência.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-E-ED-RR-220244/1995.2 TRT - 15ª REGIÃO
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	:	DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
RECORRIDO	:	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SOROCABA E REGIÃO
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ TORRES DAS NEVES

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida não conheceu do recurso de revista do recorrente, quanto aos temas "nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional - multa pela interposição de embargos protelatórios" e "diferenças salariais previstas em norma coletiva - superveniência de fato novo - sentença coletiva modificada pelo TST" (fls. 707/714).

Os embargos de declaração que se seguiram foram rejeitados (fls. 721/726).

Irresignado, o recorrente interpõe recurso de embargos, com fundamento no artigo 894 da CLT (fls. 728/731).

Sucessivamente, interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Argumenta com a repercussão geral da matéria. Aponta violação do art. 5º, II e XXXVI, da Constituição Federal (fls. 741/744).

Considerando-se que o **recurso de embargos** não foi julgado, DETERMINO:

1 - a remessa dos autos à Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos, a fim de que seja feita a distribuição dos embargos a um dos Ministros integrantes da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais;

2 - o sobrestamento do juízo de admissibilidade do recurso extraordinário de fls. 741/744, até o julgamento dos embargos, após o que os autos deverão retornar à Vice-Presidência.

Publique-se.

Brasília, 2 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-AIRR-1137/2002-002-10-40.4

RECORRENTE	:	UNIÃO
PROCURADOR	:	DR. JOÃO CARLOS MIRANDA DE SÁ E BENEVIDES, DR. MÁRIO LUIZ GUERREIRO E DRA. TEREZINHA DE SOUSA OLIVEIRA
RECORRIDA	:	MILZABETE MARIA PINHATE
ADVOGADO	:	DR. ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECORRIDA	:	VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT através da petição de fls. 199/201, requer seja retificada a autuação para que conste do pólo passivo da relação processual a empresa VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Defiro o pedido, com fundamento na MP nº 427, de 9/5/2008, considerando que no pólo ativo da lide consta empregada ativa.

Proceda-se, pois, a devida alteração.

Publique-se.

Brasília, 26 de junho de 2008.

MILTON DE MOURA FRANÇA
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-AIRR-1094/1993-007-04-40.0
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTES	:	**CLÁUDIO OLIVEIRA COELHO E OUTRO**
ADVOGADO	:	DR. ADROALDO MESQUITA DA COSTA NETO
ADVOGADA	:	DRA. RAQUEL CRISTINA RIEGER
RECORRIDA	:	**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE**
ADVOGADO	:	DR. CLÁUDIO JERÔNIMO CARVALHO FERREIRA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida negou provimento ao agravo de instrumento dos recorrentes, com fundamento na Súmula nº 277 desta Corte e no art. 614, § 3º, da CLT, que dispõem acerca do prazo de vigência da convenção ou acordo coletivo (fls. 261/267).

Seguiram-se embargos de declaração a fls. 283/286, os quais foram rejeitados.

Irresignados, os recorrentes interpõem recurso extraordinário, com fulcro no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. Argúem a repercussão geral da questão discutida (fls. 293/295). Alegam a nulidade da decisão recorrida, por negativa de prestação jurisdicional e insurgem-se quanto à conversão da reintegração prevista na norma coletiva em indenização correspondente aos salários pelo período de sua vigência. Apontam violação dos arts. 5º, XXXV, XXXVI, LIV, LV, e LXXVIII, 7º, XXVI, e 93, IX, da CF (fls. 290/303).

Sem contra-razões, conforme certidão de fl. 306.

Com esse breve **RELATÓRIO,**

D E C I D O.

O recurso é tempestivo (fls. 287 e 290), está subscrito por advogado regularmente constituído (fls. 40/44 e 280), e o preparo (fl. 304) foi efetuado a contento, mas não deve prosseguir.

Os recorrentes alegam a nulidade da decisão recorrida, por negativa de prestação jurisdicional, sob o argumento de que, mesmo após provocado por embargos de declaração, não houve manifestação acerca do disposto nos arts. 5º, XXXVI e LXXVIII, e 7º, XXVI, da Constituição Federal.

Sem razão.

No tocante ao art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, a decisão recorrida está assim fundamentada:

"A Constituição Federal determina o reconhecimento do acordo e da convenção coletiva de trabalho. Assim sendo, o exame da garantida de emprego deve ser examinado em respeito ao limite da vigência do acordo coletivo.

O objeto da negociação coletiva é de se assegurar a estabilidade do empregado no período de sua vigência.

Nesse contexto, a decisão que determina seja o obreiro indenizado por todos os direitos que perceberia acaso estivesse trabalhando até o último dia de duração da norma não fere o inciso XXVI do art. 7º da Constituição Federal". (fl. 266)

Verifica-se, ainda, que a controvérsia atinente ao art. 5º, XXXVI e LXXVIII, da Constituição Federal somente foi apresentada pelos recorrentes por ocasião da interposição dos embargos de declaração de fls. 270/279, tratando-se, portanto, de questão inovatória, razão pela qual não prospera o recurso extraordinário, a pretexto de negativa de prestação jurisdicional.

Intacto, pois, o art. 93, IX, da Carta da República.

No mérito, a decisão recorrida, ao negar provimento ao agravo de instrumento dos recorrentes, manteve o v. acórdão do Regional que indeferiu seu pedido de reintegração, sob o fundamento de que a norma coletiva que lhes assegurava a garantia no emprego teve exaurido seu prazo de vigência.

Aplicou, assim, o disposto na Súmula nº 277 desta Corte segundo a qual "as condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos" (fl. 265).

Diante desse contexto fático-jurídico, não se constata a alegada violação literal e direta do artigo 7º, XXVI, da Constituição Federal, uma vez que não foi negada a validade do acordo coletivo, mas, sim, ressaltado a extinção do prazo de sua validade com conseqüente impossibilidade de reintegração.

Ressalte-se, outrossim, que o Supremo Tribunal Federal repele a possibilidade de violação literal e direta do art. 5º, XXXV, XXXVI, LIV e LV, da Constituição Federal. Precedentes:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV, LV, 7º, XXIX E 93, IX. I - Alegação de ofensa à Constituição que, se ocorrente, seria indireta, reflexa, o que não autoriza a admissão do recurso extraordinário. II - Ao Judiciário cabe, no conflito de interesses, fazer valer a vontade concreta da lei, interpretando-a. Se, em tal operação, interpreta razoavelmente ou desarrazoadamente a lei, a questão fica no campo da legalidade, inocorrendo o contencioso constitucional. III - Agravo não provido." (RE-AgR 245580 / PR, Relator Ministro Carlos Velloso, DJ 08-03-2002 PP-00061).

"A ofensa a preceito constitucional, para que autorize o recurso extraordinário, há de ser "direta e frontal" (RTJ 107/661, 120/912, 125/705, 155/921, 165/332, , 152/955), "direta e não por via reflexa" (RTJ 105/704; neste sentido: RTJ 105/1.279, 127/758, 128/886; STF-RT 640/229)."

"Tem-se violação reflexa à Constituição, quando o seu reconhecimento depende de rever a interpretação dado à norma ordinária pela decisão recorrida, caso em que é a hierarquia infraconstitucional dessa última que define, para fins recursais, a natureza de questão federal. Admitir o recurso extraordinário por ofensa reflexa ao princípio constitucional da legalidade seria transformar em questões constitucionais todas as controvérsias sobre a interpretação da lei ordinária, baralhando as competências repartidas entre o STF e os tribunais superiores e usurpando até a autoridade definitiva da Justiça dos Estados para a inteligência do direito local "(RTF 161/297)." (in Código de Processo Civil de Theotonio Negrão - 31ª edição - pg. 1.822)".

Diante desse contexto, o recurso não deve prosseguir, não obstante tenham os recorrentes argüido a repercussão geral, nos termos do art. 543-A do CPC, c/c a Emenda Regimental nº 21, de 30.4.2007, do Supremo Tribunal Federal.

Com estes fundamentos, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 16 de maio de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-AIRR-1120/1999-004-10-41.6

RECORRENTE	:	VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
ADVOGADO	:	DR. DÉCIO FREIRE
ADVOGADA	:	DRA. ALICEMAR VITORINO DE OLIVEIRA ROSINDO
RECORRENTE	:	UNIÃO
PROCURADORA	:	DRA. LUCIANA HOFF
PROCURADOR	:	DR. MARIO LUIZ GUERREIRO
RECORRIDA	:	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO GEIPOT - ASSERGE
ADVOGADO	:	DR. CARLOS VICTOR AZEVEDO SILVA
ADVOGADA	:	DRA. DALILA APARECIDA BRANDÃO DO SÊRRO

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT através da petição de fls. 339/345, requer seja retificada a autuação para que constem do pólo passivo da relação processual a União e a empresa VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Defiro o pedido, com fundamento na MP nº 427, de 9/5/2008, considerando que no pólo ativo da lide existem reclamantes na atividade e outros na aposentadoria.

Proceda-se, pois, a devida alteração, devendo a Secretaria, inclusive, observar o nome dos novos procuradores.

Dê-se ciência à União e à VALEC do despacho de fls. 335/336.

Publique-se.

Brasília, 18 de junho de 2008.

MILTON DE MOURA FRANÇA
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-ED-AIRR-504/2003-021-24-40.5

RECORRENTE	:	EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL
ADVOGADO	:	DR. LYCURGO LEITE NETO
RECORRIDO	:	DAVID MACAGNAN
ADVOGADO	:	DR. CARLOS ROBERTO CUNHA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

Intime-se o recorrente para que complemente o preparo, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de deserção (art. 511, § 2º, do CPC), uma vez que recolheu apenas R$ 105,67 (cento e cinco reais, e sessenta e sete centavos) (fl. 365), valor que não atende ao disposto na Resolução nº 352, de 17/1/2008 (DJe de 21/1/2008) do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Após, voltem-me conclusos.

Brasília, 20 de maio de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-ED-AIRR-620/1998-193-05-41.4
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**DISTRIBUIDORA BAIANA DE ALUMÍNIOS LTDA. - DISBAL**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ ROBERTO CAJADO DE MENEZES
ADVOGADO	:	DR. TIAGO CEDRAZ LEITE OLIVEIRA
RECORRIDA	:	**INDIACIRA MARIA OLIVEIRA SANTOS**
ADVOGADO	:	DR. TONY FIGUEIREDO

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A recorrida, através da petição de fls. 444/445, pleiteia seja aplicada à recorrente a multa por litigância de má-fé, ao argumento de que está abusando do direito de recorrer, conforme detalhadamente expõe.

Essa questão extrapola a competência do juízo de admissibilidade precário, devendo, se for o caso, ser objeto de exame pelo Juízo ad quem.

Fica a recorrida intimada para, querendo, apresentar contra-razões.

Publique-se.

Brasília, 25 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-E-RR-421/2003-253-02-00.2
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA
ADVOGADO	:	DR. SÉRGIO LUIZ AKAOUI MARCONDES
RECORRENTE	:	MARIA GILBERTI DE BARROS
ADVOGADO	:	DR. ALEXANDRE DO AMARAL SANTOS
RECORRIDOS	:	OS MESMOS

D E S P A C H O

Vistos, etc.

Intime-se a recorrente **(COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA)** para que complemente o preparo, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de deserção (art. 511, § 2º, do CPC), uma vez que recolheu apenas R$ 105,67 (cento e cinco reais e sessenta e sete centavos - fl. 309), valor que não atende ao disposto na Resolução nº 352, de 17/1/2008 (DJ de 21/1/2008), do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Após, voltem-me conclusos.

Brasília, 30 de maio de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-ED-RR-2417/2003-921-21-40.2

RECORRENTE	:	UNIÃO
PROCURADOR	:	DR. MOACIR ANTÔNIO MACHADO DA SILVA
ADVOGADO	:	DR. MÁRIO LUIZ GUERREIRO
RECORRIDOS	:	PEDRO AMÉRICO DE OLIVEIRA NETO E OUTROS
ADVOGADO	:	DR. MANOEL BATISTA DANTAS NETO

D E S P A C H O

Vistos, etc.

Sob o argumento de que havia dúvida quanto a recorribilidade da decisão da Turma para a SDI-1 desta Corte, o que legitimaria a interposição do recurso extraordinário, cujo seguimento foi negado conforme fls. 408/411, a União pede reconsideração do despacho.

O pedido é incabível, uma vez que há remédio jurídico processual próprio, o agravo de instrumento, razão pela qual é indeferido.

Publique-se.

Brasília, 25 de junho de 2008.

MILTON DE MOURA FRANÇA
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-E-ED-RR-286/2004-012-10-00.0

RECORRENTE	:	UNIÃO
ADVOGADA	:	DRA. MARILANE LOPES RIBEIRPO
RECORRIDA	:	MARIA ALICE DE ANDRADE AQUINO
ADVOGADO	:	DR. LUCAS AIRES BENTO GRAF

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT através da petição de fls. 321/323, requer seja retificada a autuação para que conste do pólo passivo da relação processual a UNIÃO.

Defiro o pedido, com fundamento na Medida Provisória nº 427, de 9/5/2008, considerando que no pólo ativo da lide consta empregada inativa.

Proceda-se, pois, a devida alteração.

Publique-se.

Brasília, 27 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-E-RR-74350/2003-900-02-00.6
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**FERROBAN - FERROVIAS BANDEIRANTES S.A.**
ADVOGADO	:	DR. NILTON DA SILVA CORREIA
ADVOGADA	:	DRA. DANIELA CARRILHO
RECORRIDO	:	**RUBENS PEDRO DA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. EDISON RODRIGUES LOURENÇO

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A questão relativa à alteração do pólo passivo da ação formulada pela recorrente, com objetivo de incluir a Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., a título de sucessão, deverá ser analisada pelo Juízo de primeiro grau, na fase de execução, por demandar cognição incompatível em sede de recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

MILTON DE MOURA FRANÇA
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-RR-337/2003-255-02-00.1
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA**
ADVOGADO	:	DR. SÉRGIO LUIZ AKAOUI MARCONDES
RECORRIDO	:	**EDMILSON LOPES DOS SANTOS**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA

D E S P A C H O

Vistos, etc.

Intime-se a recorrente para que complemente o preparo, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de deserção (art. 511, § 2º, do CPC), uma vez que recolheu apenas R$ 105,67 (cento e cinco reais e sessenta e sete centavos) (fl. 232), valor que não atende ao disposto na Resolução nº 352, de 17/1/2008(DJ de 21/1/2008) do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Após, voltem-me conclusos.

Brasília, 21 de maio de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-RR-630/2003-254-02-00.2
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA**
ADVOGADO	:	DR. SÉRGIO LUIZ AKAOUI MARCONDES
RECORRIDO	:	**JOÃO CARLOS PERDIGÃO LEIROS**
ADVOGADO	:	DR. RODRIGO SILVA CALIL

D E S P A C H O

Vistos, etc.

Intime-se a recorrente para que complemente o preparo, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de deserção (art. 511, § 2º, do CPC), uma vez que recolheu apenas R$ 105,67 (cento e cinco reais e sessenta e sete centavos) (fl. 311), valor que não atende ao disposto na Resolução nº 352, de 17/1/2008 (DJ de 21/1/2008) do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Após, voltem-me conclusos.

Brasília, 18 de junho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-RE-RR-669607/2000.4 TRT - 1ª REGIÃO
R E C U R S O E X T R A O R D I N Á R I O

RECORRENTE	:	**PAULO ROBERTO LABOLITA**
ADVOGADO	:	DR. GUSTAVO GOMES SILVEIRA
RECORRIDA	:	**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**
ADVOGADO	:	DR. LYCURGO LEITE NETO
RECORRIDO	:	**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**
PROCURADOR	:	DR. CARLOS ALBERTO DANTAS DA FONSECA COSTA COUTO

D E S P A C H O

Vistos, etc.

A decisão recorrida conheceu e deu provimento ao recurso de revista do reclamante, sob o fundamento de que: "Afastada a incidência do artigo 37, inciso II e parágrafo 2º, ao caso, não há de se falar em nulidade do contrato de trabalho desenvolvido após a aposentadoria do empregado público. Conseqüentemente, não incide à hipótese a limitação da condenação referida na Súmula 363 do TST, sendo devidas as verbas rescisórias referentes a todo o contrato de trabalho, as quais foram deferidas conforme se constata nos termos do acórdão regional à fl. 122. Ante o exposto, dou provimento ao Recurso de Revista para condenar a Reclamada ao pagamento do aviso prévio e das diferenças da multa de 40% do FGTS sobre todo o período contratual, inclusive sobre o período anterior à aposentadoria." (fls. 216/219).

Diante desse contexto, e considerando que o recorrente pretende, em seu recurso extraordinário, a declaração de que a aposentadoria espontânea não extingue o contrato de trabalho e, ainda, a condenação da recorrida ao pagamento das verbas rescisórias incidentes sobre todo o período contínuo trabalhado, declaro **PREJUDICADO** o recurso extraordinário, por falta de interesse, uma vez que já obteve o recorrente esse mesmo direito, e determino a baixa dos autos ao Juízo a quo.

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2008.

Milton de Moura França
Ministro Vice-Presidente do TST

PROC. Nº TST-ED-AIRR-60/2006-012-06-40.8

Petição	:	TST-P-50253/2008.8
EMBARGANTES	:	**JOSÉ GUTEMBERG NUNES DE ALENCAR E OUTROS**
ADVOGADO	:	DR. MAURICIO IGLESIAS C. MELO
EMBARGADA	:	**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**
ADVOGADO	:	DR. RICARDO CARNEIRO DA CUNHA

D E S P A C H O

A egrégia Oitava Turma desta Corte rejeitou os embargos declaratórios opostos por José Gutemberg Nunes de Alencar e outros contra o acórdão que negou provimento ao seu agravo de instrumento, conforme decisão publicado no DJ de 07/03/2008.

O prazo para interposição de recurso começou a fluir em 10/03/2008, inclusive, e o termo final ocorreu em 24/03/2008. Não havendo qualquer recurso até a referida data, a Coordenadoria da Turma certificou o decurso do prazo recursal e restituiu os autos ao juízo a quo em 02/04/2008.

Irresignado contra a referida decisão, os Embargantes protocolizaram, nesta Corte, recurso extraordinário em 25/04/2008.

Conforme demonstrado acima, o trânsito em julgado da decisão ora impugnada ocorreu em 24/03/2008 e o apelo extremo só foi apresentado em 25/04/2008. O recurso, portanto, é manifestamente intempestivo.

Com estes fundamentos, nego seguimento ao recurso extraordinário.

Arquive-se a petição.

Publique-se.

Brasília, 30 de maio de 2008.

Ministro **Milton de Moura França**
Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PROC. Nº TST-AIRR-1095/2007-201-08-40.7

Petição	:	TST-P-66039/2008.3
RECORRENTE	:	**BERTILLON VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.**
ADVOGADA	:	DRA. CELITA OLIVEIRA SOUZA
RECORRIDO	:	**JOAB BARBOSA PONTES**
ADVOGADO	:	DR. SIDNEY PELAES DE AVÍS

D E S P A C H O

A 8ª Turma negou provimento ao agravo de instrumento em recurso de revista interposto por Bertillon Vigilância e Transporte de Valores Ltda., conforme acórdão publicado no Diário da Justiça de 25/04/2008.

O prazo para interposição de recurso começou a fluir em 28/04/2008, inclusive, e o termo final ocorreu em 12/05/2008. Não havendo qualquer recurso até a referida data, a Coordenadoria da Turma certificou o decurso do prazo recursal e restituiu os autos ao juízo a quo em 19/05/2008.

Irresignada, a agravante interpôs recurso extraordinário por meio da Petição no TST-P-66039/2008.3, protocolada nesta Corte em 26/05/2008.

Conforme demonstrado acima, o trânsito em julgado da decisão ora impugnada ocorreu em 12/05/2008 e o recurso extraordinário só foi apresentado em 26/05/2008. O recurso, portanto, é manifestamente intempestivo.

Com estes fundamentos, nego seguimento ao recurso extraordinário.

Arquive-se a petição.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Ministro **Milton de Moura França**
Vice-Presidente Tribunal Superior do Trabalho

PROC. Nº TST-E-AIRR-866/2005-004-20-40.4

Petição	:	TST-P-68503/2008.6
RECORRENTE	:	**JOSÉ PAULO SANTOS**
ADVOGADO	:	DR. OLÍMPIO DE OLIVEIRA SANTOS
RECORRIDO	:	**NORCON - SOCIEDADE NORDESTINA DE CONSTRUÇÕES S.A.**
ADVOGADO	:	DR. FILADELFO MONTEIRO DE ALMEIDA

D E S P A C H O

A egrégia Subseção I Especializada em Dissídios Individuais não conheceu do recurso de embargos interposto por José Paulo Santos, conforme acórdão publicado no Diário da Jsutiça de 25/04/2008.

O prazo para interposição de recurso começou a fluir em 28/04/2008, inclusive, e o termo final ocorreu em 12/05/2008. Não havendo qualquer recurso até a referida data, a Coordenadoria da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais certificou o decurso do prazo recursal e restituiu os autos ao juízo a quo em 19/05/2008.

Irresignado, o agravante interpôs recurso extraordinário por meio da Petição no TST-P-68503/2008.6, protocolada nesta Corte em 29/05/2008.

Conforme demonstrado acima, o trânsito em julgado da decisão ora impugnada ocorreu em 12/05/2008 e o recurso extraordinário só foi apresentado em 29/05/2008. O recurso, portanto, é manifestamente intempestivo.

Com estes fundamentos, nego seguimento ao recurso extraordinário.

Arquive-se a petição.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2008.

Ministro **Milton de Moura França**
Vice-Presidente Tribunal Superior do Trabalho

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

CONSELHO SUPERIOR

ATO CONJUNTO CSJT.TST.GP Nº 15, DE 5 DE JULHO DE 2008

Institui o Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico e estabelece normas para envio, publicação e divulgação de matérias dos Órgãos da Justiça do Trabalho.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO** e do CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que compete ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho expedirem normas relacionadas aos sistemas de informática, no âmbito de suas competências;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4.º da Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO que, à exceção das decisões previstas no art. 834 da CLT, os demais atos, despachos e decisões proferidas pela Justiça do Trabalho são publicados no Diário da Justiça;

CONSIDERANDO a conveniência e o interesse dos Órgãos da Justiça do Trabalho em contar com meio próprio de divulgação das decisões, atos e intimações, resolve:

Art. 1.º Este Ato institui o Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico e estabelece as normas para sua elaboração, divulgação e publicação.

Seção I

Finalidade do Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico e Endereço de Acesso

Art. 2.º O Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico é o instrumento de comunicação oficial, divulgação e publicação dos atos dos Órgãos da Justiça do Trabalho e poderá ser acessado pela rede mundial de computadores, no Portal da Justiça do Trabalho, endereço eletrônico www.jt.jus.br, possibilitando a qualquer interessado o acesso gratuito, independentemente de cadastro prévio.

Seção II

Do Início da Publicação de Matérias no Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico

Art. 3.º A publicação de matérias no Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico terá início em 9 de junho de 2008, com a divulgação do expediente do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e de Tribunais Regionais do Trabalho.

Parágrafo único. A publicação dos expedientes dos Tribunais Regionais do Trabalho será feita gradualmente, na forma do cronograma a ser fixado pela Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Art. 4.º Os Órgãos da Justiça do Trabalho que iniciarem a publicação no Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico manterão, simultaneamente, as versões atuais de publicação por no mínimo trinta dias.

Art. 5.º Nos casos em que houver expressa disposição legal as publicações também serão feitas na imprensa oficial.

Art. 6.º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da divulgação do Diário Eletrônico no Portal da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

Seção III

Da periodicidade da Publicação e dos Feriados

Art. 7.º O Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico será publicado diariamente, de segunda a sexta-feira, a partir de zero hora e um minuto, exceto nos feriados nacionais.

§ 1.º Na hipótese de problemas técnicos não solucionados até as 11 horas, a publicação do dia não será efetivada e o fato será comunicado aos gestores do sistema para que providenciem o reagendamento das matérias.

§ 2.º Caso o Diário Eletrônico do dia corrente se torne indisponível para consulta no Portal da Justiça do Trabalho, entre 11 e 18 horas, por período superior a quatro horas, considerar-se-á como data de divulgação o primeiro dia útil imediato.

§ 3.º Na hipótese do parágrafo anterior, havendo necessidade de republicação de matérias, o presidente do órgão publicador baixará ato de invalidação da publicação da matéria e determinará a sua republicação.

Art. 8.º Na hipótese de feriados serão observadas as seguintes regras:

I - no caso de cadastramento de feriado de âmbito nacional:

as matérias já agendadas para data coincidente serão automaticamente reagendadas para o primeiro dia útil subseqüente, cabendo ao gestor do órgão publicador intervir para alterá-las ou excluí-las;

serão enviadas mensagens eletrônicas aos gestores, gerentes e publicadores dos órgãos e unidades atingidas;

II - na hipótese de cadastramento de feriado regional, a publicação de matérias já agendadas para a mesma data será mantida, cabendo ao gestor do órgão atingido intervir para alterá-la ou excluí-la;

III - o agendamento de matérias para publicação em dia cadastrado como feriado nacional será rejeitado;

IV - o agendamento de matérias para publicação nos feriados regionais será aceito, caso haja confirmação para essa data.

Seção IV

Da permanência das Edições no Portal da Justiça do Trabalho

Art. 9.º Serão mantidas no Portal para acesso, consulta e download, as trinta últimas edições do Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico.

§ 1.º O acesso e a consulta às edições anteriores a 30.ª somente serão possíveis mediante requerimento formulado diretamente ao gestor do órgão publicador.

§ 2.º O Tribunal Superior do Trabalho e os Tribunais Regionais do Trabalho definirão os procedimentos para guarda e conservação dos diários, bem como para atendimento dos requerimentos de que trata o parágrafo anterior.

Seção V

Da Assinatura Digital, da Segurança e da Numeração Seqüencial

Art. 10. As edições do Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico serão assinadas digitalmente, atendendo aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.

Art. 11. O Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico será identificado por numeração seqüencial para cada edição, pela data da publicação e pela numeração da página.

Seção VI

Dos Gestores Nacionais e Regionais, dos Gerentes e dos Publicadores

Art. 12. O Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico será administrado por um gestor nacional, com as seguintes atribuições:

I - registrar e manter atualizado o calendário dos feriados nacionais;

II - incluir, alterar e excluir os gestores designados pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho;

III - incluir, alterar ou excluir tipos de matérias utilizados no sistema.

Parágrafo único. O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho designará o gestor nacional e respectivo substituto.

Art. 13. Ao gestor regional, além das atribuições conferidas aos gerentes, compete:

I - cadastrar as unidades publicadoras do respectivo regional;

II - incluir, alterar e excluir os gerentes das unidades publicadoras e os gestores regionais substitutos;

III - incluir, alterar e excluir do calendário os dias de feriados regionais.

Art. 14. Cada unidade publicadora designará os seus gerentes e publicadores responsáveis pelo envio das matérias para publicação no Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico.

Art. 15. Aos gerentes, além das prerrogativas conferidas aos publicadores, compete:

I - excluir matérias enviadas por sua unidade;

II - incluir e excluir os gerentes substitutos e os publicadores no âmbito de sua unidade.

Art. 16. Publicador é o servidor credenciado pelo gerente de sua unidade e habilitado para enviar matérias.

Seção VII

Do Horário para Envio e para Exclusão de Matérias

Art. 17. O horário-limite para o envio de matérias será 18 horas do dia anterior ao do agendado para divulgação.

Art. 18. A exclusão de matérias enviadas somente será possível até as 19 horas do dia anterior ao da divulgação.

Seção VIII

Do Conteúdo, das Formas de Envio de Matérias e Confirmação da Publicação

Art. 19. O conteúdo ou a duplicidade das matérias publicadas no Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico é de responsabilidade exclusiva da unidade que o produziu, não havendo nenhuma crítica ou editoração da matéria enviada.

Art. 20. As matérias enviadas para publicação deverão obedecer aos padrões de formatação estabelecidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo único. Nos casos em que se exija publicação de matérias com formatação fora dos padrões estabelecidos, essas deverão ser enviadas como anexos por meio de funcionalidade existente no sistema do Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico.

Art. 21. Após a publicação no Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico, não poderão ocorrer modificações ou supressões nos documentos. Eventuais retificações deverão constar de nova publicação.

Art. 22. A confirmação da publicação das matérias enviadas depende de recuperação, pelo respectivo órgão publicador, dos dados disponíveis no Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico.

Seção IX

Disposições Finais e Transitórias

Art. 23. Compete à Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior do Trabalho:

I - a manutenção e o funcionamento dos sistemas e programas informatizados relativamente ao Diário Eletrônico;

II - o suporte técnico e de atendimento aos usuários do sistema;

III - a guarda e conservação das cópias de segurança do Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico.

Art. 24. Serão de guarda permanente, para fins de arquivamento, as publicações no Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico.

Art. 25. No período referido no artigo 4.º deste Ato, em que haverá simultaneidade na publicação no Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico e no Diário da Justiça ou na versão atual utilizada pelo órgão publicador, constará a informação da data do início da publicação exclusiva no Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico.

Parágrafo único. Enquanto durar a publicação simultânea no Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico e no Diário da Justiça ou versão atual utilizada pelo órgão publicador, os prazos serão aferidos pelo sistema antigo de publicação.

Art. 26. Os horários mencionados neste Ato corresponderão ao horário oficial de Brasília, independentemente do fuso horário local.

Art. 27. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Art. 28. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de junho de 2008.

RIDER NOGUEIRA DE BRITO
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e
do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

ACÓRDÃOS

PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000 917/2007-99
RELATOR : FERNANDO QUADROS DA SILVA
INTERESSADO : MANUELA XAVIER LAGES E MARCELO DUMONT PIRES - PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. IMPUGNAÇÃO À PERMANÊNCIA NA CARREIRA DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO VITALICIADO. PROMOTORES DE JUSTIÇA. PROCEDIMENTO DE IMPUGNAÇÃO INDEFERIDO. DESCONSTITUIÇÃO E REVISÃO DE DECISÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. PEDIDO DE AFASTAMENTO CAUTELAR DO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES. PREVISÃO LEGAL. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 34/94 E LEI FEDERAL Nº 8.625/93. PROVIMENTO ACAUTELATÓRIO DEFERIDO. LEI Nº 9.784/99, ART. 45.
1- Admitido o presente procedimento de controle administrativo que visa à desconstituição e revisão de decisão do e. Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, sujeitam-se os Promotores de Justiça requeridos à incidência dos preceitos legais referentes à impugnação à permanência na carreira do Ministério Público e às conseqüências que tal procedimento lhes possa acarretar;
2- A suspensão do exercício funcional dos requeridos decorre de imposição legal, mas também para que não se torne inócuo ulterior julgamento da matéria, porquanto o desempenho da atividade ministerial é requisito essencial e suficiente à obtenção do vitaliciamento, uma vez satisfeito o prazo de 2 (dois) anos exigidos por lei;
3- Evidenciada a necessidade e conveniência, determina-se o afastamento cautelar dos Promotores de Justiça Manuela Xavier Lages e Marcelo Dumont Pires de suas atividades funcionais, até o definitivo julgamento, nos termos do caput do art. 60 da Lei Federal nº 8.625/1993 e do caput do art. 174 da Lei Complementar Estadual nº 34/1994;
4- Provimento acautelatório deferido, com base no art. 45 da Lei nº 9784/99.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, vencidos os Conselheiros Diaulas Ribeiro, Ivana Santos, Ernando Uchôa, Sérgio Couto, Paulo Barata e Maurício Albuquerque, determinar a instauração de Procedimento de Controle Administrativo contra os Promotores de Justiça requeridos e, cautelarmente, afastá-los de suas atividades funcionais até o definitivo julgamento do presente procedimento, nos termos do voto do relator.
Brasília, 07 de julho de 2008.

FERNANDO QUADROS DA SILVA
Relator

DECISÕES

PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000223/2008-32 (*)
RELATOR: PAULO FREITAS BARATA
INTERESSADO: CLAUDIO BENTO DE OLIVEIRA

DECISÃO

(...) Por tais fundamentos, autorizado pelo artigo 45, IX, do Regimento Interno e pelo Enunciado nº 03 deste Conselho, determino, após as providências de praxe pela Secretaria, o ARQUIVAMENTO deste pedido de providências nº 223/2008-32.

Brasília, 02 de junho de 2008.
PAULO FREITAS BARATA
Relator

PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000256/2008-82 (*)
RELATOR: PAULO FREITAS BARATA
INTERESSADO: ANTÔNIO LEAL DUTRA

DECISÃO

(...) Com tais fundamentos, autorizado pelo artigo 45, IX, do Regimento Interno, determino, após as providências de praxe pela Secretaria, o ARQUIVAMENTO deste pedido de providências nº 256/2008-82.

Brasília, 16 de junho de 2008.
PAULO FREITAS BARATA
Relator

(*) Tornar sem efeito as publicações no Diário da Justiça - Seção 1, de 11/07/2008, pág. 14.

PROCESSO CNMP nº 0.00.000.000957/2007-31
RELATOR: ERNANDO UCHOA LIMA
INTERESSADO: NELSON JOBIM - MINISTRO DA DEFESA

DECISÃO

[...] No caso em foco, por se tratar de atividade-fim, é vedado ao CNMP interferir nos atos praticados por membros do Parquet, cuja independência funcional, fundada na Constituição da República, deve ser respeitada e preservada, consoante vem decidindo o Conselho Nacional do Ministério Público, em sucessivos e pacíficos julgados. Incabível, por conseguinte, o Pedido de Providências, o qual, evidentemente, escapa à competência do CNMP.
Por tais e tantas razões, indefiro o Pedido de Providências, nos termos do Enunciado CNMP Nº 3/2007, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Fortaleza, 27 de junho de 2008.
ERNANDO UCHOA LIMA
Relator

PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000243/2008-11
RELATORA: CONSELHEIRA IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS

1DECISÃO

"...A competência constitucional do Conselho Nacional do Ministério Público, prevista no §2º do art. 130-A, se refere ao "controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros". Todavia, evidente pelas informações prestadas, que o membro do Ministério Público Federal vem sendo diligente e atuante na condução de seus deveres.
Destarte, nos termos do Enunciado nº 3 deste Conselho Nacional do Ministério Público, não havendo providências a serem tomadas por essa Casa, extingo o feito sem exame de mérito, determinando o arquivamento dos presentes autos.
Intime-se a interessada dessa decisão.
Brasília/DF, 10 de julho de 2008.

IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
Relatora

PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000367/2008-99
RELATORA: CONSELHEIRA IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
REQUERENTE: LUIZ CARLOS FERREIRA DO NASCIMENTO

DECISÃO

"...A competência constitucional do Conselho Nacional do Ministério Público, prevista no §2º do art. 130-A, se refere ao "controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros". Todavia, o controle dos deveres funcionais não se estende ao Procurador-Geral da República, como dito anteriormente, pois sujeito às prerrogativas de foro estabelecidas pela Carta Magna.
Destarte, nos termos do Enunciado nº 3 deste Conselho Nacional do Ministério Público, não havendo providências a serem tomadas por essa Casa, extingo o feito sem exame de mérito, determinando o arquivamento dos presentes autos.
Intime-se o interessado dessa decisão.
Brasília/DF, 04 de julho de 2008.

IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
Relatora

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000476/2008-14
Decisão: (...)
Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 71, § 6º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que os fatos narrados não configuram infração disciplinar ou ilícito penal, conforme análise feita pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, que concluiu pelo arquivamento da investigação instaurada. O reclamante e o Plenário deverão ter ciência da presente decisão, bem como a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Brasília, 8 de julho de 2008.
GASPAR ANTONIO VIEGAS
Promotor de Justiça/MPDFT
Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 322/335, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento da presente reclamação.
Dê-se ciência ao reclamante e ao Plenário, nos termos regimentais e à Corregedoria de origem.
Publique-se, registre-se e intime-se.

Brasília, 8 de julho de 2008.
OSMAR MACHADO FERNANDES
CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÕES

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000078/2008-90
Decisão: (...)
Do exposto, opina-se no sentido de se arquivar a reclamação, na forma do artigo 71, § 6º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que os fatos narrados não configuram infração disciplinar ou ilícito penal, conforme análise feita pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, que concluiu pelo arquivamento do protocolado instaurado. O reclamante e o Plenário deverão ter ciência da decisão a ser proferida, bem como a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo.
É o parecer.
S.M.J.
Brasília, 04 de julho de 2008.
CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 2565/2575, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito.
Dê-se ciência aos reclamantes, e ao Plenário, nos termos regimentais, bem como à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Pernambuco, e ao reclamado.
Publique-se, registre-se e intime-se.
Brasília, 08 de julho de 2008.

OSMAR MACHADO FERNANDES
Corregedor nacional do Ministério Público

DECISÃO
RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000313/2008-23
Decisão: (...)
Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 71, § 6º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que os fatos narrados não configuram infração disciplinar ou ilícito penal, conforme análise feita pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que concluiu pelo arquivamento da investigação instaurada. O reclamante e o Plenário deverão ter ciência da presente decisão, bem como a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Brasília, 8 de julho de 2008.

GASPAR ANTONIO VIEGAS
Promotor de Justiça/MPDFT
Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 316/331, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento da presente reclamação.
Dê-se ciência ao reclamante e ao Plenário, nos termos regimentais e à Corregedoria de origem.
Publique-se, registre-se e intime-se.
Brasília, 8 de julho de 2008.

OSMAR MACHADO FERNANDES
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÃO
RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000354/2008-10
Decisão: (...)
Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 71, § 6º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que os fatos narrados não configuram infração disciplinar ou ilícito penal, conforme análise feita pela Corregedoria-Geral do Ministério do Estado de Minas Gerais, que concluiu pelo arquivamento da investigação instaurada. O reclamante e o Plenário deverão ter ciência da presente decisão, bem como a Corregedoria-Geral do Estado de Minas Gerais.
Brasília, 8 de julho de 2008.

GASPAR ANTONIO VIEGAS
Promotor de Justiça do MPDFT
Auxiliar da Corregedoria

Acolho a manifestação de fls. 219/231, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento da presente reclamação.
Dê-se ciência ao reclamante e ao Plenário, nos termos regimentais e à Corregedoria de origem.
Publique-se, registre-se e intime-se.
Brasília, 8 de julho de 2008.

OSMAR MACHADO FERNANDES
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÃO
RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000470/2008-39
Decisão: (...)
Do exposto, opina-se no sentido de se arquivar a reclamação, na forma do artigo 71, § 2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que os fatos narrados não configuram infração disciplinar ou ilícito penal, como se vê das informações e documentos colacionados aos autos pela reclamada. As partes e o Plenário deverão ter ciência da presente decisão.
É o parecer.
Brasília, 8 de julho de 2008.

GASPAR ANTONIO VIEGAS
Promotor de Justiça do MPDFT
Auxiliar da Corregedoria

Acolho a manifestação de fls. 901/908, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento da presente reclamação.
Dê-se ciência à reclamante e ao Plenário, nos termos regimentais e ao Membro do Ministério Público interessado.
Publique-se, registre-se e intime-se.
Brasília, 8 de julho de 2008.

OSMAR MACHADO FERNANDES
Corregedor Nacional do MInistério Público

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
QUARTA CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA PRM BLUMENAU SC Nº 83, DE 3 DE JULHO DE 2008

Aos 03 dias do mês de julho de 2008, com o objetivo de apurar denúncia de supressão de vegetação em área de preservação permanente, DETERMINO, nos termos dos artigos 5º e 6º da Resolução n. 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, a instauração de Inquérito Civil Público a partir das peças de informação que seguem.

Proceda-se ao registro da presente portaria, com as anotações conseqüentes.

Comunique-se à E. 4ª CCR/MPF.

RICARDO KLING DONINI
Procurador da República

PORTARIA Nº 246, DE 2 DE JULHO DE 2008

Interessados: FEEMA, APA-Petrópolis, IBAMA,SERLA, COMDEP
Ementa: Tutela Coletiva. "Novo aterro sanitário nos KM 76 e 78 da BR. 040."

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, e

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "d", da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 (LACP) conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos, bem como a Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a instauração e a tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO que os termos da Portaria de instauração deste P.A nº 1.30.007.000149/2004-76, e as informações prestadas pela COMDEP apontam para a necessidade de dar prosseguimento à apuração da expansão do aterro sanitário de Pedro do Rio, atividade de significativo impacto ambienta, resolve:

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em observância aos termos dos artigo 2º, § 7º e 4º da Resolução nº 23 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, de 23.09.2007, e da Resolução nº 87 do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CONVERTER o procedimento administrativo nº 1.30.007.000149/2004-76 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar os fatos, adotando as seguintes diligências:

1- Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2- Reitere-se o Ofício nº. 3601/2007 endereçado à FEEMA (fl.249), já prorrogado pelo prazo de 20 (vinte) dias conforme Ofício 30/2008 (fl. 258); concedendo o prazo improrrogável de 10 dias úteis, sob pena de responsabilização pela prática do delito previsto no art. 10 da Lei 7347/85;

3- Oficie-se à APA Petrópolis para que informe sobre a existência de eventual interesse em acompanhar o procedimento administrativo de licenciamento da FEEMA, que versa sobre a continuidade e expansão do uso do aterro sanitário de Pedro do Rio pela COMDEP.

4- Remeta-se cópia desta Portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;
Petrópolis, 2 de julho de 2008.

PORTARIA Nº 247, DE 16 DE JUNHO DE 2008

Interessados: IPHAN
Ementa: "Patrimônio Histórico - Conservação dos imóveis da vila operária da extinta Fábrica Cometa, situada na Rua Padre Feijó, 107 a 163, bairro Alto da Serra, Petrópolis."

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, considerando que é sua função promover a defesa do meio ambiente, do patrimônio público, social e cultural brasileiro, da ordem urbanística e do consumidor, entre outros interesses difusos, coletivos, com base no artigo 129, III, da Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar nº 75/93, na Lei nº 7.347/85 e na Resolução n° 23, de 17/09/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Converter o procedimento nº 1.30.007.000161/2007-23 em Inquérito Civil Público, com a finalidade de apurar a conservação dos imóveis localizados na vila operária da extinta fábrica Cometa, Rua padre Feijó, 107 a 163, Alto da Serra, bens tombados pelo Patrimônio Público, determinando as seguintes diligências:

1- Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2- Aguarde-se a realização da reunião agendada para 30 de junho de 2008.

3- Remeta-se cópia desta Portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

4- Após as respostas, voltem-me conclusos.

Petrópolis, 16 de junho de 2008.

CHARLES STEVAN DA MOTA PESSOA
Procurador da República

PORTARIA Nº 235, DE 26 DE MAIO DE 2008

Considerando que o Ministério Público Federal instaurou, em 19/08/99, o procedimento administrativo n° 08123.030350/99-66 de ofício, com o objeto indicado na seguinte ementa: "MEIO AMBIENTE - AREIA - SÃO VICENTE - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA PREFEITURA DE SÃO VICENTE NA RETIRADA DE AREIA DA PRAIA DO ITARARÉ";

Considerando que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, assim como a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas (artigos 127 e 129 da Constituição Federal);

Considerando o disposto nos artigos 5°, 6°, inciso VII, e 37, todos da Lei Complementar n° 75/93, assim como o estabelecido no artigo 8º, § 1º, da Lei 7.347/85;

Considerando o disposto nos artigos 1°, 2°, § 7°, e 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

Instauro inquérito civil para a apuração dos fatos e a adoção das medidas cabíveis. Providencie-se:

1) a afixação desta portaria em local de costume nesta Procuradoria e a remessa de cópia para a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência e a respectiva publicação, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, § 2º, I, da Resolução n° 23 do CNMP, assim como nos artigos 6º e 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) a remessa dos autos à Coordenadoria Jurídica, para registro e autuação como inquérito civil público;

3) Após, voltem conclusos para deliberações.

Designo o Sr. Roberto Costa Sena, servidor lotado neste gabinete, para atuar como Secretário nestes autos, sem prejuízo de outro servidor em substituição.
Santos, 26 de maio de 2008.

PORTARIA Nº 240, DE 10 DE MAIO DE 2008

Considerando que o Ministério Público Federal instaurou, em 05/02/01, o procedimento administrativo n° 1.34.012.000060/2001-49 a partir de representação do Sr. Taurino Rosendo Santana, com o objeto indicado na seguinte ementa: "SÃO VICENTE - MEIO AMBIENTE/CIDADANIA/PATRIMÔNIO PÚBLICO - URBANIZAÇÃO DA ORLA DO ITARARÉ - ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS RELATIVAS AO EIA/RIMA E ACOMPANHAMENTO";

Considerando que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, assim como a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas (artigos 127 e 129 da Constituição Federal);

Considerando o disposto nos artigos 5°, 6°, inciso VII, e 37, todos da Lei Complementar n° 75/93, assim como o estabelecido no artigo 8º, § 1º, da Lei 7.347/85;

Considerando o disposto nos artigos 1°, 2°, § 7°, e 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

Instauro inquérito civil para, considerando que o Ministério Público Federal ajuizou a ação civil pública nº 2002.61.04.004942-3 sobre o tema, o acompanhamento da mencionada ação e adoção das medidas cabíveis. Providencia-se:

1) a afixação desta portaria em local de costume nesta Procuradoria e a remessa de cópia para a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência e a respectiva publicação, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, § 2º, I, da Resolução n° 23 do CNMP, assim como nos artigos 6º e 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) a remessa dos autos à Coordenadoria Jurídica, para registro e autuação como inquérito civil público;

3) Após, voltem conclusos para deliberações.

Designo o Sr. Roberto Costa Sena, servidor lotado neste gabinete, para atuar como Secretário nestes autos, sem prejuízo de outro servidor em substituição.
Santos, 10 de maio de 2008.

ANTONIO JOSÉ DONIZETTI MOLINA DALOIA
Procurador da República

PORTARIA Nº 42, DE 10 DE JUNHO DE 2008

Inquérito Civil Público nº 1.14.007.000045/2008-39.

CONSIDERANDO a remessa do ofício nº 68/2008-MPE-SMC, pela Promotoria de Justiça de Tanhaçu, noticiando a exploração clandestina de quartzito no município de Tanhaçu/BA pela empresa Sussuarana Mineração Ltda.;

CONSIDERANDO, também, que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO, outrossim, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do meio ambiente;

CONSIDERANDO, ainda, a imperiosa necessidade de acompanhamento das medidas a serem adotadas, sobretudo para investigar os danos ambientais causados pela extração ilegal de quartzito no aludido município, resolve:

Instaurar de ofício INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, colimando acompanhar as medidas que serão adotadas pelo poder público e investigar adequadamente os fatos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais, determinando como diligências preliminares, as seguintes:

1. oficie-se ao IBAMA, requisitando-lhe informações acerca dos fatos noticiados na reportagem em anexo, devendo encaminhar toda documentação que instruiu a operação;

2. oficie-se ao DNPM, requisitando-lhe informações acerca dos fatos narrados na reportagem, devendo ser realizada inspeção "*in loco*" para comprovar os danos ocasionados à União, caso a lavra seja clandestina;

3. encaminhe-se cópia da presente documentação à Delegacia de Polícia Federal para fins de instauração de Inquérito Policial;

4. nomeie-se a servidora Márcia Cristina Teixeira de Castro, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP, para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram o Setor Jurídico desta Procuradoria da República, por meio de termo nos autos.

Por fim, cientifique-se à egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de sua Coordenadora, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, cópia da presente e solicitando a publicação da portaria.

Após, voltem-me conclusos.

Vitória da Conquista, 10 de junho de 2008.

FREDERICO DE CARVALHO PAIVA
Procurador da República

QUINTA CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA PRM-NF/GAB-5 Nº 1, DE 29 DE MAIO DE 2008

O PROCURADOR DA REPÚBLICA DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando as informações obtidas através do expediente n.º 1.30.801.006285/2008-38, indicando repasses de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) mediante convênios celebrados entre a Prefeitura de Nova Friburgo e o Ministério da Educação,

Considerando a necessidade de acompanhamento da aplicação dos valores em questão, com vistas à garantia do acesso à educação de qualidade, que é dever dos entes federados constitucionalmente previsto,

Instaure-se Procedimento Administrativo com a seguinte ementa: PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACOMPANHAR A DESTINAÇÃO DE VERBAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) - NOVA FRIBURGO - RJ.

Determino, ainda, a realização das seguintes diligências:

I. Oficie-se a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal comunicando a instauração;

II. oficie-se ao Ministério da Educação, requisitando cópias dos convênios citados no expediente acima;

III. Oficie-se à Prefeita de Nova Friburgo, requisitando esclarecer as atividades até o momento custeadas com os valores repassados, bem como a quantia despendida em cada programa;

IV. Voltem-me conclusos com as informações acima.

Nova Friburgo, 29 de maio de 2008.
MAURÍCIO RIBEIRO MANSO
Procurador da República

PORTARIA Nº 46, DE 25 DE JUNHO DE 2008

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República signatário, no uso da atribuição estabelecida pela Lei Complementar nº 75/93, art. 6º, VII, "a" e "d", com fulcro no art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO que não foi possível concluir o procedimento administrativo em epígrafe, instaurado nesta Procuradoria da República, com o fito de apurar as irregularidades noticiadas pela Controladoria-Geral da União, no Relatório de Fiscalização nº 189, referente ao município de CONDE/PB, especificamente no tocante ao emprego dos recursos federais alusivos ao Ministério das Cidades; resolve:

Convertê-lo em inquérito civil público, no qual, à semelhança, se buscará apurar as irregularidades capituladas no mencionado relatório.

Para tanto, DETERMINO:

1. Registre-se e autue-se esta portaria;

2. Reitere-se o ofício de fl. 29.

3. Reitere-se o ofício de fl. 24-25, desta feita consignando que o inatendimento das requisições do Ministério público pode configurar prática criminosa;

4. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, no prazo de 10 (dez) dias, em observância ao art. 6º da Resolução nº 87/2006;

5. Publique-se esta Portaria na imprensa oficial;

6. Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, ao prazo de 1 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução n.º 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução n.º 87/2006-CSMPF.

Cumpra-se.

João Pessoa (PB), 25 de junho de 2008.
EDSON VIRGINIO CAVALCANTE JÚNIOR
Procurador da República

PORTARIA Nº 38, DE 3 DE JULHO DE 2008

Procedimento Administrativo 1.30.017.000121/2006-81

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, mediante o Procurador da República infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e,

Considerando que foi instaurado o PA em epígrafe, declinado do MPRJ em Caxias, a partir de delação anônima, de 25/10/2005, noticiando que o Prefeito e o vereador de Caxias teriam deixado de repassar a bolsa do PETI a seus beneficiários durante sete meses;

Considerando que, oficiado ao Município, este prestou as devidas informações, às fls. 25/27, de que os pagamentos já se encontravam em dia;

Considerando que foi informado, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, às fls. 62, que a partir da integração do Bolsa Família com o PETI, através da Portaria MDS 666, de 28/12/2005, as famílias não mais recebem via Fundo Municipal de Assistência Social , passando a receber obrigatoriamente através de cartão magnético da CEF;

Considerando que, às fls. 79, foi informado, pelo MDS, que em 2005, ano em que noticiada na representação a ausência de repasse, houve atraso no repasse do MDS ao Município, constando que as parcelas de janeiro a agosto somente foram liberadas em setembro, o que certamente ocasionou o atraso apurado;

Considerando que posteriormente foi encaminhado termo de inspeção do MPRJ em pólos do PETI no Município de Caxias, noticiando superlotação no pólo de Jardim Gramacho, além da ausência de avaliação do perfil da clientela do Programa no pólo Nova Campina;

Considerando que foram informadas tais impropriedades à CGU e à Secretaria Nacional de Assistência Social;

Considerando que decorridos mais de seis meses da instauração do presente, ainda faltam diligências a serem cumpridas;

Considerando o prazo previsto na Resolução 87 do CSMPF para conclusão de Procedimento Administrativo; resolve:

1- Converter o presente Procedimento Administrativo 1.30.017.000121/2006-81 em Inquérito Civil Público, com o objetivo de apurar irregularidades nos Pólos do PETI de Jardim Gramacho e Nova Campina.

II Determinar as seguintes diligências:

a) certifique-se a SOTC sobre eventuais Pas/ICPs instaurados nesta PRM sobre desvios de verbas na execução do PETI em Caxias pelas ONGs Associação Cultural da Baixada e Grupo Afro-Cultural Ojubá Axé;

b) após, voltem conclusos

São João de Meriti, 03 de julho de 2008
RENATO DE FREITAS SOUZA MACHADO
Procurador da República

PORTARIA ICP Nº 234, DE 2 DE JULHO DE 2008

Interessados: José Alberto Gomes e Fabrício Domingues.
Ementa: "Inquérito Civil Público - Improbidade Administrativa - Notícia de possível prática de apropriação indevida de dinheiro, valor e/ou bem móvel, público ou particular (improbidade administrativa) por policiais rodoviários federais - José Alberto Gomes e Fabrício Domingues."

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, considerando que é sua função promover a defesa do meio ambiente, do patrimônio público, social e cultural brasileiro, da ordem urbanística e do consumidor, entre outros interesses difusos, coletivos, com base no artigo 129, III, da Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar nº 75/93, na Lei nº 7.347/85 e na Resolução n° 23, de 17/09/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Instaurar o presente Inquérito Civil Público, com a finalidade de apurar possível prática de improbidade administrativa por policiais rodoviários federais - José Alberto Gomes e Fabrício Domingues, determinando as seguintes providências:

1- Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

Após cumprida a determinação, venham os autos em conclusão para deliberações.

Petrópolis, 02 de julho de 2008.
CHARLES STEVAN DA MOTA PESSOA
Procurador da República

PORTARIA Nº 80, DE 23 DE JUNHO DE 2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo órgão de execução infra signatário, titular do ofício de tutela do patrimônio público federal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com base nos artigos 127 e segs. da Carta Magna e na Lei Orgânica do Ministério Público da União - lei complementar n.º 75/93, de 20 de maio de 1993, e ainda:

CONSIDERANDO que existem nos autos indícios de lesão efetiva aos interesses da União, que causou danos ao erário federal, praticados por servidor da Caixa Econômica Federal.

CONSIDERANDO a necessidade de investigar os fatos narrados no relatório conclusivo do processo RJ.0545.2005.G.000682, onde se apurou irregularidades referentes aos valores estornados do Saldo de Leilão, configurando pagamentos efetuados de forma indevida dos Contratos 00.736.813-3, 00.734.457-9 e 00.728.272-7, de acordo com L.AURUS do movimento de março de 2005, nos valores de R$ 1.404,31, R$ 179,64 e R$ 203,28, respectivamente, conforme trabalho de auditoria AUDIPV051;

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Publica, para a proteção do patrimônio público e social, do meio-ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos dos incisos III, art. 129, Constituição da República;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que disciplina e regulamenta a instauração e tramitação do Inquérito Civil; resolve:

CONVERTER o Procedimento Administrativo 1.30.012.000405/2008-80 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar notícia de irregularidades administrativas acima elencadas, com a adoção das seguintes diligências:

1) o registro do procedimento como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO no sistema ARP, de controle desta PRRJ;

2) Solicite-se à SECRIM informações de eventual instauração de procedimento administrativo criminal/inquérito policial objetivando apurar os fatos narrados no bojo dos autos e, em sendo negativa, determino, desde já, a extração de cópia integral do in-fólio endereçando-o à livre distribuição entre os Procuradores da República que atuam na tutela penal;

3) Requisite-se nos moldes do artigo 8º, inciso II, § 3º da Lei Complementar n.º 75/93, no prazo de 20 dias, ao Presidente da Caixa Econômica Federal, no Rio de Janeiro, que informe adequadamente a esta egrégia Procuradoria da República acerca da instauração de PAD visando a apuração dos fatos relatados na referida auditoria e as providências tomadas afim de sanar tais irregularidades, enviando, ainda, ficha cadastral do investigado ALBERTO EDMUNDO PINTO, bem como cópia digitalizada (em arquivo de texto) do processo RJ.0545.2005.G.000682;

4) a comunicação imediata da instauração do ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 5ª CCR, em menos de 10 (dez) dias (art. 6º, da Resolução nº 87/2006), mediante ofício e correspondência eletrônica, inclusive para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial e no Portal do Ministério Público Federal, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06;

5) Após, remetam-se os autos do procedimento administrativo em epígrafe à Divisão de Tutela Coletiva, a fim de que os mesmos sejam acautelados pelo prazo de trinta dias, salvo a ocorrência de ato ou fato superveniente.

Cumpra-se.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2008.
EDSON ABDON PEIXOTO FILHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 81, DE 23 DE JUNHO DE 2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo órgão de execução infra signatário, titular do ofício de tutela do patrimônio público federal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com base nos artigos 127 e segs. da Carta Magna e na Lei Orgânica do Ministério Público da União - lei complementar n.º 75/93, de 20 de maio de 1993, e ainda:

CONSIDERANDO que existem nos autos indícios de lesão efetiva aos interesses da União, que causou danos ao erário federal, praticados por servidores da Caixa Econômica Federal em conluio com terceiros;

CONSIDERANDO a necessidade de investigar os fatos narrados no relatório conclusivo do processo RJ.0206.2006.A.000046, onde se apurou irregularidades referentes as transferência de saldos das contas poupança das clientes Edyla Bayma Moura Brasil (conta 0206.013.00256384-4) e Maura Ribeiro Sardinha (conta 0206.013.60001324-5) ocorridas na agência Botafogo, com indícios de participação das empregadas, Regina Martins Richaid e Marisa Pena Carneiro, conforme trabalho da Auditoria Regional-AUDIR-RJ;

CONSIDERANDO que foram constatadas ações de empregados públicos em conluio com intermediários nas concessões de bancários; prática de fraude através da concessão de créditos em contas fictícias, transferências de saldos de contas inativas ou sem identificação, bem como levantamento dos FGTS's liberados indevidamente através de terminais de Auto-Atendimento, Banco 24 Horas; falsificação de dados com intuito de conceder crédito a contas fraudadas, descumprimento doloso de normativos por servidores da citada empresa pública federal, entre tantos outros ilícitos;

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Publica, para a proteção do patrimônio público e social, do meio-ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos dos incisos III, art. 129, Constituição da República;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que disciplina e regulamenta a instauração e tramitação do Inquérito Civil; resolve:

CONVERTER o Procedimento Administrativo 1.30.012.000369/2008-54 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar notícia de irregularidades administrativas acima elencadas, com a adoção das seguintes diligências:

1) o registro do procedimento como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO no sistema ARP, de controle desta PRRJ;

2) Solicite-se à SECRIM informações de eventual instauração de procedimento administrativo criminal/inquérito policial objetivando apurar os fatos narrados no bojo dos autos e, em sendo negativa, determino, desde já, a extração de cópia integral do in-fólio endereçando-o à livre distribuição entre os Procuradores da República que atuam na tutela penal;

3) Requisite-se nos moldes do artigo 8º, inciso II, § 3º da Lei Complementar n.º 75/93, no prazo de 20 dias, ao Presidente da Caixa Econômica Federal, no Rio de Janeiro, que informe adequadamente a esta egrégia Procuradoria da República acerca da instauração de PAD visando a apuração dos fatos relatados na referida auditoria e as providências tomadas afim de sanar tais irregularidades, enviando, ainda, ficha cadastral das investigadas Regina Martins Richaid e Marisa Pena Carneiro, bem como cópia digitalizada (em arquivo de texto) do processo RJ.0206.2006.A.000046;

4) a comunicação imediata da instauração do ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 5ª CCR, em menos de 10 (dez) dias (art. 6º, da Resolução nº 87/2006), mediante ofício e correspondência eletrônica, inclusive para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial e no Portal do Ministério Público Federal, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06;

5) Após, remetam-se os autos do procedimento administrativo em epígrafe à Divisão de Tutela Coletiva, a fim de que os mesmos sejam acautelados pelo prazo de trinta dias, salvo a ocorrência de ato ou fato superveniente.

Cumpra-se.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2008.
EDSON ABDON PEIXOTO FILHO
Procurador da República

PORTARIA IC-PR/RS Nº 16, 3 DE JULHO DE 2008

MPF/PR/RS 1.29.000.001281/2008-18

Considerando os termos de denúncia anônima encaminhada a esta Procuradoria da República, a qual aponta que a União dos Vereadores do Rio Grande do Sul estaria promovendo evento cultural, com verbas oriundas do Ministério da Cultura, visando à arrecadação de recursos para financiamento de campanha eleitoral;

Considerando que tal fato pode configurar, em tese, ato tipificado como ímprobo, ficando os agentes públicos responsáveis, por conseqüência, sujeitos às sanções estabelecidas na Lei nº 8.429/92;

Considerando que é função institucional do Ministério Público a defesa do patrimônio público e social (art. 129, III, da Constituição Federal, e art. 5º, III, b, da Lei Complementar n° 75/93);

Considerando que são funções institucionais do Ministério Público da União a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União (art. 5º, I, *h*, da Lei Complementar nº 75/93);

DETERMINO:

a) a instauração de INQUÉRITO CIVIL, para o fim de apurar a denúncia de que a União dos Vereadores do Rio Grande do Sul estaria promovendo evento cultural, com verbas oriundas do Ministério da Cultura, visando à arrecadação de recursos para financiamento de campanha eleitoral;

b) seja juntada a esta Portaria a referida representação;

c) seja expedido o ofício que segue, dirigido à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins dos arts. 6º e 16, § 1º, I, da Resolução CSMPF nº 87/2006;

d) seja expedido, mediante AR, o ofício que segue, dirigido à União dos Vereadores do Rio Grande do Sul, o qual requisita informações para a instrução do presente Inquérito Civil.

Porto Alegre, 03 de julho de 2008.

FABÍOLA DÖRR CALOY,

Procuradora da República

PORTARIA Nº 40, DE 30 DE JUNHO DE 2008

O Excelentíssimo Senhor Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador da República no Estado de Rondônia, Representante da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida da defesa do patrimônio público, no uso de suas atribuições legais, etc...

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO, também, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO, mais, denúncia aportada neste Órgão Ministerial delatando suposto favorecimento à Empresa Eletroprimavera por parte da Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON, através do Contrato n° 029/04, cujo objeto é a compra e venda de energia elétrica para atendimento aos mercados dos municípios de Pimenta Bueno, Espigão D'Oeste, Primavera de Rondônia e Nova Estrela, conforme Resolução da ANEEL n° 747/2002;

CONSIDERANDO, ainda, que a CERON provavelmente está beneficiando o Grupo Rovema utilizando-se do artifício de dispensa de licitação, o que pode ser verificado no Contrato CERON/DT/334/2007 ou pelo resultado do pregão realizado no mês de maio do corrente ano com a mesma finalidade daquele expediente;

CONSIDERANDO, por fim, que tais condutas configuram possível prática de improbidade administrativa, razão pela qual impera a necessidade de apuração das irregularidades, face sua gravidade, impondo a atuação deste ofício de defesa do patrimônio público e social, resolve:

INSTAURAR Inquérito Civil Público, colimando apurar, cabal e celeremente, os fatos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais.

NOMEAR os servidores que estão lotados no 4° Ofício/5° CCR desta unidade do Ministério Público Federal para secretariar o presente feito, os quais, por serem funcionários do quadro efetivo, atuarão independentemente de compromisso.

DETERMINAR, como diligências preliminares, as seguintes:

1. Registre-se e autue-se a presente, juntamente com os documentos anexos;

2. Considerando o pedido de sigilo quanto à identificação do denunciante, providencie-se cópia da página na qual apôs seu nome e número de CPF, retirando-lhe a qualificação pessoal para juntar ao feito. A lauda original deverá ser mantida na contracapa dos autos apenas para viabilizar eventual comunicação com o interessado, sem possibilidade de consulta por terceiros;

3. Oficie-se à CERON solicitando esclarecimentos sobre o Contrato CERON/DT/029/04, principalmente no tocante às penalidades aplicadas ao gestor em razão do descumprimento parcial/total do acordado, fazendo acompanhar os respectivos expedientes comprobatórios;

4. Também, solicite-se da CERON informações acerca do Contrato CERON/DT/334/2007, bem como do trâmite e do resultado do pregão realizado no mês de maio de 2008 para os mesmos fins daquele contrato, encaminhando documentos correlatos.

CIÊNCIA à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de sua Coordenadora, remetendo-lhe, em dez dias (Resolução nº 87, de 03/08/06 - CSMPF, art. 6º), cópia da presente para publicação.

Após, nova vista para outras diligências.

Porto Velho/RO, 30 de junho de 2008.

REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE

Procurador da República

PORTARIA CONJUNTA MPF/MPM Nº 1, 20 DE JUNHO DE 2008

O Ministério Público Federal e o Ministério Público Militar, ramos do Ministério Público da União, por intermédio do Procurador da República e dos Promotores da Justiça Militar signatários, lotados e em exercício, respectivamente, na Procuradoria da República no Município de Santa Maria/RS e na Procuradoria da Justiça Militar de Santa Maria/RS, no uso de suas atribuições e com fulcro no art. 129, II e III, da Constituição Federal, e no art. 6º, VII, a e d, da Lei Complementar nº 75/93, e:

Considerando que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Considerando que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

Considerando que o ingresso em qualquer ente da administração pública deve ser feito através de concurso público, o qual possibilita a escolha da pessoa mais capacitada para o desempenho da função pública, ainda que temporária, evitando a utilização de critérios subjetivos, sendo excepcionais e previstas em leis as formas de assunção de cargo ou emprego público sem concurso público;

Considerando a necessidade de se instaurar, de ofício, investigação para apurar a forma de seleção e ingresso de oficiais e graduados temporários nas Forças Armadas, à exceção dos militares que são incorporados ou matriculados para prestar o serviço militar obrigatório;

Considerando que os oficiais e graduados temporários podem ter seu tempo de serviço sucessivamente prorrogado pela administração militar até o militar completar oito ou nove anos de efetivo serviço;

Considerando que nenhuma autoridade poderá opor ao Ministério Público, sob qualquer pretexto, a exceção de sigilo, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação, do registro, do dado ou do documento que lhe seja fornecido (art. 8º, § 2º, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993);

Considerando que é função institucional do Ministério Público, defender judicialmente os direitos, bens e interesses coletivos, especialmente o patrimônio público e social (art. 5º, III, e, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993);

Considerando que é atribuição do Ministério Público Federal instaurar inquéritos civis públicos e procedimentos administrativos correlatos *(art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993);*

Considerando a necessidade de investigação conjunta por parte de ambos os ramos do Ministério Público da União, tendo em vista que o fato investigado possui reflexos na área de atuação tanto do Ministério Público Militar, como do Ministério Público Federal;

Considerando que a atuação conjunta é a melhor estratégia a ser adotada, posto que possibilita enfoques diversos de abordagem, conciliação de conhecimentos específicos de cada ramo do Ministério Público da União, bem como a concorrência de diligencias aptas a dar uma melhor investigar a problemática sob enfoque.

RESOLVEM:

Nos termos da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e da Resolução nº 30/1999, do Conselho Superior do Ministério Público Militar, instaurar o presente Inquérito Civil Público versando sobre *a forma de seleção e ingresso de oficiais e graduados temporários nas Forças Armadas.*

DETERMINAM:

Autue-se no Ministério Público Federal na categoria de Inquérito Civil Público, comunicando-se, imediatamente, à 5ª Câmara e Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal solicitando a publicação da presente portaria no Diário Oficial.

Autue-se, como Inquérito Civil no Ministério Público Militar, comunicando-se à Procuradoria-Geral da Justiça Militar, solicitando a publicação da presente portaria no Diário Oficial.

Retornem ambos conclusos, para determinação de medidas iniciais.

Santa Maria, 20 de junho de 2008.

JORGE CESAR DE ASSIS

Promotor da Justiça Militar

RAFAEL BRUM MIRON

Procurador da República

SOEL ARPINI

Promotor da Justiça Militar

PORTARIA Nº 44, 30 DE JUNHO DE 2008

Inquérito Civil Público nº 1.14.007.000050/2008-41.

CONSIDERANDO a representação encaminhada pelos Vereadores do município de Caatiba, Jurandir Francisco de Sousa e Carlinho Viana da Silva, noticiando inúmeras fraudes, dentre estas, supostas irregularidades na aplicação de recursos envolvendo diversas fontes, inclusive, de natureza federal;

CONSIDERANDO, ainda, que a documentação em exame versa sobre suposta utilização por parte do Prefeito da aludida municipalidade de empresas "fantasmas", sediadas no município de Itabuna/Ba, para fraudar notas fiscais;

CONSIDERANDO, também, que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO, outrossim, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO, mais, a imperiosa necessidade de acompanhamento das medidas a serem adotadas, sobretudo, para investigar os atos de improbidade praticados pelo atual gestor, Ernevaldo Mendes de Souza;

Resolve instaurar de ofício INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, colimando acompanhar as medidas que serão adotadas pelo poder público e investigar adequadamente os fatos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais, determinando como diligências preliminares, as seguintes:

1) oficie-se à CGU, dando-lhe conhecimento das inúmeras fraudes verificadas no município de Caatiba com participação de empresas "fantasmas", acarretando desvio de recursos federais;

2) oficie-se à SESAB, requisitando-lhe seja realizada fiscalização na Secretaria Municipal de Saúde de Caatiba visando apurar irregularidades na aplicação de verbas do PAB e do SUS no aludido município;

3) oficie-se à Delegacia da Receita Federal em Vitória da Conquista, requisitando-lhe dossiê integrado com as informações fiscais do Prefeito de Caatiba, Ernevaldo Mendes de Souza, CPF nº 206.955.275-68, dos últimos três exercícios;

4) oficie-se à JUCEB, requisitando-lhe o contrato social e as sucessivas alterações contratuais das empresas Alex Aranha dos Santos ME, CS Papelaria, Cesar Artpel, Joan Lima Santos, EAB Comércio Varejista de Materiais para Construção, Coutinho Souza Comércio de Materiais de Construção Ltda., Comercial Lima, MAS de Lima, MED CAL Comércio e Representação Ltda. e Mercantil Bulhões Distribuidora Ltda.;

5) oficie-se aos representantes, informando-lhe da instauração de presente inquérito;

6) nomeie-se a servidora Márcia Cristina Teixeira de Castro, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP, para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram o Setor Jurídico desta Procuradoria da República, por meio de termo nos autos.

Por fim, cientifique-se à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, cópia da presente e solicitando a publicação da portaria.

Após, voltem-me conclusos.

Vitória da Conquista, 30 de junho de 2008.

FREDERICO DE CARVALHO PAIVA

Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 1, DE 11 DE JULHO DE 2008

Inquérito civil MPF/PR/PETROLINA/JUAZEIRO nº

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL , pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição da República; artigos 2º, 5º, 6º e 7º e 10 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; artigo 2º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87, de 03 de agosto de 2006; e artigo 2º, inciso I, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de dezembro de 2007:

CONSIDERANDO ser incumbência do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88);

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art.129, II, da CF/88);

CONSIDERANDO estar assegurado a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (artigo 5º, LXXVII, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população (artigo 93, XIII, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO ser evidente a deficiência na prestação jurisdicional pela Vara Única da Subseção Judiciária de Juazeiro - Bahia (inúmeros adiamentos de audiência, trâmite morosos de ações, etc);

CONSIDERANDO a existência de um único Juiz Federal em exercício na Vara Única da Subseção Judiciária de Juazeiro - Bahia, sem que haja notícia de previsão para preenchimento da outra vaga existente; resolve:

Instaurar inquérito civil com o objetivo de apurar as causas da deficiência na prestação jurisdicional pela Vara Única da Subseção Judiciária de Juazeiro/BA e buscar soluções para o problema, determinando:

- a autuação da presente, com a juntada da documentação anexa;

- a distribuição deste procedimento ao 2º OTCC, em conformidade com artigo 2º, inciso I, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de dezembro de 2007 e artigo 3º da Resolução PRM/Petrolina nº 02/2005 ;

- seja oficiado, comunicando-se a instauração do presente, à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do artigo 6º da Resolução CSMPF nº 87, de 03 de agosto de 2006;

- seja oficiado ao juiz federal Dimis da Costa Braga, titular da Vara Única da Subseção Judiciária de Juazeiro/BA, solicitando-lhe informações sobre a lotação de juízes federais e juízes federais substitutos nas Seções Judiciárias vinculadas ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, bem como sobre o quantitativo de processos existentes nas suas diversas Varas Federais.

Publique-se. Diligencie-se. Cumpra-se.

Petrolina/PE, 11 de julho de 2008.

PABLO COUTINHO BARRETO

Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

PORTARIA PRE/DF Nº 8, DE 11 DE JULHO DE 2008

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL NO DISTRITO FEDERAL, no exercício de suas atribuições legais e, em especial, nos termos dos arts. 72, 77, *in fine* e 79, parágrafo único da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 30, de 19 de maio de 2008, do Conselho Nacional do Ministério Público, publicada no DJ, seção I, do dia 27/05/2008, pg. 159, a qual estabelece parâmetros para a indicação e designação de Promotores para exercer função eleitoral;

CONSIDERANDO a certidão encaminhada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios informando que o encerramento do exercício da função eleitoral do Promotor designado para atuar perante a 11ª Zona Eleitoral dar-se-á no dia 23 de julho de 2008;

CONSIDERANDO que a certidão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios informa que o Dr. Bruno Osmar Verginni, é o membro do Ministério Público que há mais tempo exerceu a função eleitoral;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 30, de 19 de maio de 2.008, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que nos termos da parte final do Art. 77, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, compete ao Procurador Regional Eleitoral a direção das atividades do Ministério Público Eleitoral no âmbito estadual e distrital, resolve:

Art. 1º - Designar o Dr. Bruno Osmar Verginni, para exercer a função eleitoral perante a 11ª Zona Eleitoral, no período de 23 de julho de 2.008 a 31 de dezembro de 2.010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor em 23 de julho de 2.008.

Dê-se ciência ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios e ao Dr. Bruno Osmar Verginni.

Publique-se no Diário da Justiça.

Brasília-DF., 11 de julho de 2.008.

PORTARIA PRE/DF Nº 9, DE 11 DE JULHO DE 2008

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL NO DISTRITO FEDERAL, no exercício de suas atribuições legais e, em especial, nos termos dos arts. 72, 77, *in fine* e 79, parágrafo único da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 30, de 19 de maio de 2008, do Conselho Nacional do Ministério Público, publicada no DJ, seção I, do dia 27/05/2008, pg. 159, a qual estabelece parâmetros para a indicação e designação de Promotores para exercer função eleitoral;

CONSIDERANDO a certidão encaminhada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios informando que vários Promotores Eleitorais estarão em gozo de férias no meses de julho e agosto de 2.008;

CONSIDERANDO certidão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que informa o nome dos membros daquele Ministério Público que há mais tempo exerceram a função eleitoral;

CONSIDERANDO que nos termos da parte final do Art. 77, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, compete ao Procurador Regional Eleitoral a direção das atividades do Ministério Público Eleitoral no âmbito estadual e distrital, resolve:

Art. 1º - Designar os membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para substituir os Promotores Eleitorais em gozo de férias, conforme o quadro abaixo

ZONA	PROMOTOR(A)	PERÍODO
14ª	KARINE BORGES GOULART	29/07/2008 A 08/08/2008
8ª	LUIS GUSTAVO CUNHA RODRIGUES	07/07/2008 A 26/07/2008
12ª	LUCIANA CUNHA RODRIGUES	14/07/2008 A 02/08/2008
17ª	LIZ ROCHA LIBERATO	14/07/2008 A 02/08/2008
5ª	TATIANA MEIRELES MARTINS	14/08/2008 A 17/08/2008
2ª	EDUARDO GAZZINELLI VELOSO	14/07/2008 A 02/08/2008

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios e ao ilustres membros do Ministério Público acima designados.

Publique-se no Diário da Justiça.

Brasília-DF., 11 de julho de 2.008.

OSNIR BELICE

Procurador Regional Eleitoral

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

MOVIMENTACAO DE PROCESSOS - COINTER Junho de 2008

PROCURADOR	Sit	Saldo Anterior	Distrib.	Total	Restituídos		Saldo Atual				Sessões	Audiências	Parecer Oral
					Normal	Cota	Exerc.Ant.	MesesAnt.	Mês Atual	Total			
ADRIANO ALENCAR SABOYA	9	200	66	266	70	7	0	126	63	189	5	0	0
AÍDA GLANZ	9-19	162	0	162	51	0	0	111	0	111	0	0	0
ANDRÉ LUIZ R. TEIXEIRA	9-23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BRENO DA SILVA MAIA FILHO	9-14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DEBORAH DA SILVA FELIX	9	0	32	32	32	0	0	0	0	0	4	0	2
EDUARDO GALVAO DE ANDREA FERREIRA	9	0	68	68	54	0	0	0	14	14	3	0	0
FÁBIO GOULART VILLELA	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
HELENY FERREIRA DE A. SCHITTINE	9	0	54	54	47	1	0	0	6	6	2	2	0
INÊS PEDROSA DE A. FIGUEIRA	8-9-14	0	186	186	50	136	0	0	0	0	1	0	0
JOSÉ ANTONIO VIEIRA DE FREITAS FILHO	10	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0
JOSE CLAUDIO CODEÇO MARQUES	9	0	66	66	66	0	0	0	0	0	4	0	1
LUCIANA TOSTES DE GUADALUPE E SILVA	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LUIZ EDUARDO A. DO VALLE	9-19	20	9	29	20	0	0	0	9	9	0	0	0
MARCELO DE OLIVEIRA RAMOS	9	0	66	66	51	4	0	0	11	11	4	0	0
MARCIO OCTAVIO V. MARQUES	9	16	52	68	57	0	0	0	11	11	4	0	0
MÁRCIO VIEIRA ALVES FARIA	9	133	39	172	25	0	0	109	38	147	6	0	0
MARIA LÚCIA ABRANTES FERREIRA	9-15	0	50	50	41	0	0	0	9	9	3	0	0
MÔNICA SILVA VIEIRA DE CASTRO	9-14	0	6	6	0	0	0	0	6	6	0	0	0
REGINALDO CAMPOS DA MOTTA	9	17	54	71	58	0	0	0	13	13	3	0	0
SAMIRA TORRES SHAAT	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TERESA C. D'ALMEIDA BASTEIRO	8-9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0
VALDENICE AMÁLIA FURTADO	9	1	58	59	40	0	0	0	19	19	4	0	0
TOTAL		549	807	1356	663	148	0	346	199	545	48	2	3

OBS.1 A ÚLTIMA DISTRIBUIÇÃO DO MÊS FOI FEITA NO DIA 30/06.

OBS.2. FORAM REMETIDOS 03 (tres) PROCESSOS SEM PARECER PARA A HOMOLOGAÇÃO DE ACORDOS, DESISTÊNCIAS, ETC.

OBS.3. DO TOTAL DE PROCESSOS AG. DISTRIBUIÇÃO, 154 ENCONTRAM-SE AG. CADASTRAMENTO OU TRIAGEM, NÃO ESTANDO EM CONDIÇÕES DE SEREM DISTRIBUÍDOS POR PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS AINDA PENDENTES.

2 - TRÂNSITO DE PROCESSOS COM TRIBUNAL 3 - PROCESSOS NA PROCURADORIA

RECEBIDOS TRT/VT	REMETIDOS TRT/VT	DIF. ENTRE REC. E REM.
622	792	170

AG. DISTRIB.	AG. EMISSÃO DE PARECER	AG. REMES.	TOTAL EXISTENTE
294	545	177	1016

4 - RECURSOS

PROCURADOR	Acórdãos Examinados	RO	RR	ED	AI	AG	RO-MA	Pedidos de efeito suspensivo	Contestações	Contra-Razões
ADRIANO DE ALENCAR SABOYA(NDI)	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADRIANO DE ALENCAR SABOYA(NCO)	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AÍDA GLANZ(NDI)	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AÍDA GLANZ(NCO)	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CYNTHIA MARIA SIMÕES LOPES	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DEBORAH DA SILVA FELIX(NCO)	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EDUARDO GALVÃO DE ANDRÉA FERREIRA(NCO)	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EDUARDO GALVÃO DE ANDRÉA FERREIRA(NDI)	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0
HELENY FERREIRA DE A. SCHITTINE (NDI)	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INÊS PEDROSA DE ANDRADE FIGUEIRA(NDI)	263	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INÊS PEDROSA DE ANDRADE FIGUEIRA(NCO)	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ISABELLA GAMEIRO DA SILVA TERZI(NDI)	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ISABELLA GAMEIRO DA SILVA TERZI(NCO)	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JOSE ANTONIO VIEIRA DE FREITAS FILHO (O.E)	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JOSÉ CLÁUDIO CODEÇO MARQUES(NDI)	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JOSÉ CLÁUDIO CODEÇO MARQUES(NCO)	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LUIZ EDUARDO AGUIAR DO VALLE(NDI)	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MARCELO DE OLIVEIRA RAMOS(NDI)	15	0	0	2	0	0	0	0	0	0
MARCELO DE OLIVEIRA RAMOS(NCO)	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MARCIO OCTAVIO VIANNA MARQUES(NCO)	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MARCIO VIEIRA ALVES FARIA(NCO)	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MARIA LÚCIA ABRANTES FERREIRA(NDI)	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MARIA LÚCIA ABRANTES FERREIRA(NCO)	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MONICA DA SILVA VIEIRA DE CASTRO(NDI)	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MONICA DA SILVA VIEIRA DE CASTRO(NCO)	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REGINALDO CAMPOS DA MOTTA (NCO)	33	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	553	0	0	2	0	0	0	0	0	0

5 - ATUAÇÃO EM PRIMEIRO GRAU (ÓRGÃO AGENTE)

PROCURADOR	Sit.	Atendimento a incapazes	Ações	Intervenções	Audiências/Varas
ARTUR DE AZAMBUJA RODRIGUES	8	0	0	0	0
TERESA CRISTINA D'ALMEIDA BASTEIRO	8	0	0	0	0
TOTAL		0	0	0	0

6 - COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS - CODIN

PROCURADOR	SIT	PROCESSOS				AUTUAÇÃO	
		Representações	PI	ICP	Ações	Extrajudicial	Judicial
ANA LÚCIA RIANI DE LUNA	9/14	10	1	0	0	133	0
ANA LUIZA FABERO	9	10	8	5	1	171	0
ARTUR DE AZAMBUJA RODRIGO	9	17	4	9	0	224	2
CARLOS EDUARDO CARVALHO BRISOLLA	9	13	12	12	0	98	0
CÁSSIO LUIS CASAGRANDE	9/14	6	2	1	0	100	0
CLÁUDIA CARVALHO DO NASCIMENTO	9/14	2	13	3	0	204	0
CYNTHIA MARIA SIMÕES LOPES	9/11	6	0	0	1	124	4
DANIELA RIBEIRO MENDES	9/14	15	15	0	0	362	2
DANIELLE CRAMER	9	4	4	0	0	76	2
ERICKA RODRIGUES DUARTE	9	10	16	16	1	269	6
FÁBIO LUIZ VIANNA MENDES	9	12	9	8	0	158	5
GUADALUPE LOURO TUROS COUTO	9	12	14	16	0	149	3
HELOISE INGERSOLL SÁ	9	13	6	0	1	82	0
ISABELLA GAMEIRO DA SILVA TERZI	8/9	10	2	2	0	77	0
JOÃO BATISTA BERTHIER LEITE SOARES	9	15	3	0	0	41	2
JOÃO CARLOS TEIXEIRA	9	6	4	0	2	102	4
JOÃO HILÁRIO VALENTIM	9	7	10	0	0	82	0
JULIANE MOMBELLI	9	14	13	7	0	116	1
JÚNIA BONFANTE RAYMUNDO	9/16	12	4	0	2	104	1
LISYANE CHAVES MOTTA	9	9	2	6	0	79	0
LÚCIA DE FÁTIMA DOS SANTOS GOMES	9	8	6	0	0	78	0
MARCELO JOSÉ FERNANDES DA SILVA	9	13	0	0	0	66	6
MARIA JULIETA TEPEDINO DE BRAGANÇA	9	18	2	0	0	90	1
MARIA VITÓRIA SUSSEKIND ROCHA	9	14	0	0	0	146	0
REGINA FÁTIMA BELLO BUTRUS	9	24	13	0	0	147	0
RODRIGO DE LACERDA CARELLI	9/23	12	1	1	0	0	0
SÉRGIO FAVILLA DE MENDONÇA	9	8	11	0	0	94	0
TERESA CRISTINA D'ALMEIDA BASTEIRO	28	0	0	0	0	77	19
VALÉRIA SÁ CARVALHO DA SILVA CORRÊA	9	10	17	5	0	160	1
WILSON ROBERTO PRUDENTE	9	10	0	0	0	62	0
TOTAL		320	192	91	8	3671	59

7 - MAPA DEMONSTRATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS - NUP

PROCURADOR	Sit	Saldo Anterior	Distrib.	Total	Restituídos		Saldo Atual				Audiências
					Normal	Cota	Exerc.Ant.	MesesAnt.	Mês Atual	Total	
BRENO DA SILVA MAIA FILHO	9-14	0	26	26	25	1	0	0	0	0	5
FÁBIO GOULART VILLELA	9	0	35	35	32	3	0	0	0	0	14
LUCIANA TOSTES DE GUALUPE E SILVA	9	1	37	38	31	2	0	0	5	5	15
SAMIRA TORRES SHAAT	9-14	29	25	54	22	1	0	19	12	31	10
TOTAL		30	123	153	110	7	0	19	17	36	44

OBS. A ÚLTIMA DISTRIBUIÇÃO DO MÊS FOI FEITA NO DIA 30/06.

OBS.2: FOI REMETIDO 1 (UM) PROCESSO SEM PARECER PARA HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO, DESISTÊNCIA, ETC.

TRÂNSITO DE PROCESSOS PARA ATUAÇÃO CUSTOS LEGIS (NUP) PROCESSOS NA PROCURADORIA

RECEBIDOS TRT/VT	REMETIDOS TRT/VT	DIF. ENTRE REC. E REM.	AG. DISTRIB.	AG. EMISSÃO DE PARECER	AG. REMES.	TOTAL EXISTENTE
103	103	0	35	36	14	85

RECURSOS

PROCURADOR	RO	AR	ED	AI	AP	AREG	AC
BRENO DA SILVA MAIA FILHO	0	0	0	0	0	0	0
FÁBIO GOULART VILLELA	0	0	0	0	0	0	0
LUCIANA TOSTES DE GUALUPE E SILVA	0	0	0	0	0	0	0
SAMIRA TORRES SHAAT	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0

EXPEDIENTES

PROCURADOR	EXPEDIENTES DISTRIBUÍDOS	EXPEDIENTES ENVIADOS
BRENO DA SILVA MAIA FILHO	8	17
FÁBIO GOULART VILLELA	5	17
LUCIANA TOSTES DE GUALUPE E SILVA	9	26
SAMIRA TORRES SHAAT	7	11
TOTAL	29	71

8 - OFÍCIO DE NOVA FRIBURGO - ATUAÇÃO ORGÃO AGENTE

PROCURADOR	SIT	PROCESSOS				ATUAÇÃO	
		Representações	PI	ICP	Ações	Extrajudicial	Judicial
FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JÚNIOR	9	12	1	0	0	237	0
TOTAL		12	1	0	0	237	0

9 - OFÍCIO DE NOVA FRIBURGO - ATUAÇÃO ORGÃO INTERVENIENTE

PROCURADOR	Sit	Saldo Anterior	Distrib.	Total	Restituídos		Saldo Atual				Audiências	Parecer Oral	Sessões
					Normal	Cota	Exerc.Ant.	MesesAnt.	Mês Atual	Total			
BRENO DA SILVA MAIA FILHO	9-14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JÚNIOR	9	0	20	20	20	0	0	0	0	0	0	0	0
JUNIA BONFANTE RAYMUNDO	9	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0
TOTAL		0	21	21	20	0	0	0	1	0	1	0	0

OBS. A ÚLTIMA DISTRIBUIÇÃO DO MÊS FOI FEITA NO DIA 30/06.

TRÂNSITO DE PROCESSOS COM AS VARAS DO TRABALHO PROCESSOS NA SECRETARIA DO OFÍCIO

RECEBIDOS TRT/VT	REMETIDOS TRT/VT	DIF. ENTRE REC. E REM.	AG. DISTRIB.	AG. EMISSÃO DE PARECER	AG. REMES.	TOTAL EXISTENTE
45	3	42	35	1	17	53

RECURSOS

PROCURADOR	RO	MS	AR	AI	AP	AREG	AC
FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JÚNIOR		0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	0	0	0	0	0

EXPEDIENTES

PROCURADOR	EXPEDIENTES DISTRIBUÍDOS	EXPEDIENTES ENVIADOS
FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JÚNIOR	0	0
TOTAL	0	0

10 - OFÍCIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - ATUAÇÃO ORGÃO AGENTE

PROCURADOR	SIT	PROCESSOS				ATUAÇÃO	
		Representações	PI	ICP	Ações	Extrajudicial	Judicial
JOSÉ MANOEL MACHADO	9	6	3	4	3	95	4
TIAGO OLIVEIRA DE ARRUDA	9	3	2	0	1	108	2
TOTAL		9	5	4	4	203	6

11 - OFÍCIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - ATUAÇÃO ORGÃO INTERVENIENTE

PROCURADOR	Sit	Saldo Anterior	Distrib.	Total	Restituídos		Saldo Atual				Audiências	Parecer Oral	Sessões
					Normal	Cota				Total			
JOSÉ MANOEL MACHADO	9	2	11	13	0	4	0	1	8	9	0	0	0
TIAGO OLIVEIRA DE ARRUDA	9	2	3	5	0	3	0	2	0	2	0	0	0
TOTAL		4	14	18	0	7	0	3	8	11	0	0	0

OBS. A ÚLTIMA DISTRIBUIÇÃO DO MÊS FOI FEITA NO DIA 26/05.

TRÂNSITO DE PROCESSOS COM AS VARAS DO TRABALHO PROCESSOS NA SECRETARIA DO OFÍCIO

RECEBIDOS TRT/VT	REMETIDOS TRT/VT	DIF. ENTRE REC. E REM.	AG. DISTRIB.	AG. EMISSÃO DE PARECER	AG. REMES.	TOTAL EXISTENTE
14	7	7	0	11	0	11

RECURSOS

PROCURADOR	RO	MS	AR	AI	AP	AREG	AC
TIAGO OLIVEIRA DE ARRUDA	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0

EXPEDIENTES

PROCURADOR	EXPEDIENTES DISTRIBUÍDOS	EXPEDIENTES ENVIADOS
TIAGO OLIVEIRA DE ARRUDA	0	0
TOTAL	0	0

12 - OFÍCIO DE VOLTA REDONDA - ATUAÇÃO ORGÃO AGENTE

PROCURADOR	SIT	PROCESSOS				ATUAÇÃO	
		Representações	PI	ICP	Ações	Extrajudicial	Judicial
MARCO ANTONIO SERVIDANES DA MATTA	9	9	0	0	2	70	4
SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAÚJO	9	5	6	1	3	182	9
TOTAL		14	6	1	5	252	13

13 - OFÍCIO DE VOLTA REDONDA - ATUAÇÃO ORGÃO INTERVENIENTE

PROCURADOR	Sit	Saldo Anterior	Distrib.	Total	Restituídos		Saldo Atual				Audiências	Parecer Oral	Sessões
					Normal	Cota				Total			
MARCO ANTONIO SEVIDANES DA MATTA	9	0	5	5	3	0	0	0	2	2	1	0	0
SANDRO HENRIQUE F. CARVALHO DE ARAÚJO	9	4	7	11	8	0	0	0	3	3	1	0	0
TOTAL		4	12	16	11	0	0	0	5	5	2	0	0

OBS. A ÚLTIMA DISTRIBUIÇÃO DO MÊS FOI FEITA NO DIA 30/06.

TRÂNSITO DE PROCESSOS COM AS VARAS DO TRABALHO PROCESSOS NA SECRETARIA DO OFÍCIO

RECEBIDOS TRT/VT	REMETIDOS TRT/VT	DIF. ENTRE REC. E REM.	AG. DISTRIB.	AG. EMISSÃO DE PARECER	AG. REMES.	TOTAL EXISTENTE
12	11	1	0	5	0	5

RECURSOS

PROCURADOR	RO	MS	AR	AI	AP	AREG	AC
MARCO ANTONIO SEVIDANES DA MATTA	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0

EXPEDIENTES

PROCURADOR	EXPEDIENTES DISTRIBUÍDOS	EXPEDIENTES ENVIADOS
MARCO ANTONIO SEVIDANES DA MATTA	0	0
SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO C. DE ARAÚJO	0	0
TOTAL	0	0

14 - OFÍCIO DE NOVA IGUAÇU - ATUAÇÃO ORGÃO AGENTE

PROCURADOR	SIT	PROCESSOS				ATUAÇÃO	
		Representações	PI	ICP	Ações	Extrajudicial	Judicial
CARLOS AUGUSTO SAMPAIO SOLAR	9	8	2	0	0	135	4
MAURÍCIO GUIMARÃES DE CARVALHO	9/15	3	2	0	0	100	0
MARCO ANTÔNIO COSTA PRADO	8	4	4	0	0	152	1
TOTAL		15	8	0	0	387	5

15 - OFÍCIO DE NOVA IGUAÇU - ATUAÇÃO ORGÃO INTERVENIENTE

PROCURADOR	Sit	Saldo Anterior	Distrib.	Total	Restituídos		Saldo Atual				Audiências	Parecer Oral	Sessões
					Normal	Cota				Total			
CARLOS AUGUSTO SAMPAIO SOLAR	9	5	10	15	11	4	0	0	0	0	1	0	0
MARCO ANTONIO COSTA PRADO	9	6	11	17	7	9	0	0	1	1	43	0	0
MAURÍCIO GUIMARÃES DE CARVALHO	9-15	12	11	23	4	10	5	2	2	9	0	0	0
SAMIRA TORRES SHAAT	9	2	0	2	0	0	2	0	0	2	0	0	0
TOTAL		25	32	57	22	23	7	2	3	12	44	0	0

OBS. A ÚLTIMA DISTRIBUIÇÃO DO MÊS FOI FEITA NO DIA 30/06.

TRÂNSITO DE PROCESSOS COM AS VARAS DO TRABALHO PROCESSOS NA SECRETARIA DO OFÍCIO

RECEBIDOS TRT/VT	REMETIDOS TRT/VT	DIF. ENTRE REC. E REM.	AG. DISTRIB.	AG. EMISSÃO DE PARECER	AG. REMES.	TOTAL EXISTENTE
32	46	14	0	12	0	12

RECURSOS

PROCURADOR	RO	MS	AR	AI	AP	AREG	AC
CARLOS AUGUSTO SAMPAIO SOLAR	0	0	0	0	0	0	0
SAMIRA TORRES SHAAT	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0

EXPEDIENTES

PROCURADOR	EXPEDIENTES DISTRIBUÍDOS	EXPEDIENTES ENVIADOS
CARLOS AUGUSTO SAMPAIO SOLAR	6	7
MARCO ANTONIO PRADO	1	1
MAURÍCIO GUIMARÃES DE CARVALHO	7	9
TOTAL	14	17

16 - OFÍCIO DE CABO FRIO - ATUAÇÃO ORGÃO AGENTE

PROCURADOR	SIT	PROCESSOS				ATUAÇÃO	
		Representações	PI	ICP	Ações	Extrajudicial	Judicial
ÉRICA BONFANTE DE ALMEIDA TESSAROLLO	9	15	14	0	0	202	1
TOTAL		15	14	0	0	202	1

17 - OFÍCIO DE CABO FRIO - ATUAÇÃO ORGÃO INTERVENIENTE

PROCURADOR	Sit	Saldo Anterior	Distrib.	Total	Restituídos		Saldo Atual				Audiências	Parecer Oral	Sessões
					Normal	Cota				Total			
ERICA BONFANTE DE ALMEIDA TESSARILLO	9	0	10	10	4	1	0	0	5	5	2	0	0
TOTAL		0	10	10	4	1	0	0	5	5	2	0	0

OBS. A ÚLTIMA DISTRIBUIÇÃO DO MÊS FOI FEITA NO DIA 30/06.

TRÂNSITO DE PROCESSOS COM AS VARAS DO TRABALHO PROCESSOS NA SECRETARIA DO OFÍCIO

RECEBIDOS TRT/VT	REMETIDOS TRT/VT	DIF. ENTRE REC. E REM.	AG. DISTRIB.	AG. EMISSÃO DE PARECER	AG. REMES.	TOTAL EXISTENTE
10	5	5	0	5	0	5

RECURSOS

PROCURADOR	RO	MS	AR	AI	AP	AREG	AC
ERICA BONFANTE DE ALMEIDA TESSARILLO	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0

EXPEDIENTES

PROCURADOR	EXPEDIENTES DISTRIBUÍDOS	EXPEDIENTES ENVIADOS
ERICA BONFANTE DE ALMEIDA TESSARILLO	3	3
TOTAL	3	3

18 - OFÍCIO DE NITERóI - ATUAÇÃO ORGÃO AGENTE

PROCURADOR	SIT	PROCESSOS				ATUAÇÃO	
		Representações	PI	ICP	Ações	Extrajudicial	Judicial
PATRICK MAIA MERÍSIO	9	25	8	0	2	178	3
TOTAL		25	8	0	2	178	3

Rio de Janeiro, 10 de Julho 2008

JOSÉ ANTONIO VIEIRA DE FREITAS FILHO
PROCURADOR-CHEFE

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1, DE 11 DE JUNHO DE 2008

O PROCURADOR DO TRABALHO, ao final assinado, considerando os elementos que constam no procedimento investigatório nº 00155/2006, que indicam a atuação da COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DE TUPANCIRETÃ - COTRAPAN, CNPJ nº 02.847.661/0001-82, na intermediação irregular de mão-de-obra, com indícios de contratação de empregados como pretensos prestadores de serviços autônomos, em fraude à legislação trabalhista;

considerando que a Constituição Federal atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional de promover o inquérito civil público e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (arts. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal);

considerando que a prática descrita na denúncia fere os artigos 2º, 3º, 9º e 41 da CLT, além do artigo 7º da Constituição Federal;

considerando a necessidade de aprofundar a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a identificação dos responsáveis pelas irregularidades praticadas, bem como a busca de soluções administrativas ou de elementos para a adoção das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando a defesa da ordem jurídica e a proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe;

II - Determinar a formação dos autos INQUÉRITO CIVIL nº 00155 /2006, com a juntada desta Portaria e do procedimento investigatório autuado sob nºs 00155/2006;

III - Determinar a publicação desta Portaria na Imprensa Oficial e no quadro de avisos desta Unidade.

PAULO JOARÊS VIEIRA
Procurador do Trabalho

PORTARIA CODIN Nº 717, DE 7 DE JULHO DE 2008

O PROCURADOR DO TRABALHO, ao final assinado, considerando os elementos que constam dos autos do procedimento preparatório nº 00905/08, em especial os fatos relatados nos autos dos processos nº 00895-2005-025-04-00-4, 01035-2006-028-04-00-3 e 01026-2007-018-04-00-6, no sentido de que a empresa ECS INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 90.512.641/0001-18, está contratando trabalhadores através de cooperativas de trabalho ou como pessoa jurídica, ou ainda por outras formas de mascarar o vínculo empregatício, em fraude à relação de emprego com eles mantida, sonegando, deste modo, os direitos sociais dos mesmos;

considerando que a Constituição Federal atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional de promover o inquérito civil público e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (arts. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal);

considerando que a prática descrita na denúncia fere os artigos 2º, 3º, 9º e 41 da CLT, além do artigo 7º da Constituição Federal;

considerando a necessidade de aprofundar a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão, inclusive eventual utilização de outros expedientes com a finalidade de fraudar a relação de emprego, e a identificação dos responsáveis pelas irregularidades praticadas, bem como a busca de soluções administrativas ou de elementos para a adoção das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando a defesa da ordem jurídica e a proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe;

II - Determinar a formação dos autos INQUÉRITO CIVIL nº 905/08, com a juntada desta Portaria e do procedimento preparatório autuado sob nº 00905/2008;

III - Determinar a publicação desta Portaria na Imprensa Oficial e a sua afixação em quadro de avisos acessível ao público.

PAULO JOARÊS VIEIRA
Procurador do Trabalho

PORTARIA CODIN Nº 716, DE 7 DE JULHO DE 2008

O PROCURADOR DO TRABALHO, ao final assinado, considerando os elementos que constam dos autos do procedimento preparatório nº 00959/08, em especial o relatório de fiscalização encaminhado pela DRTE, no sentido de que a empresa SJF ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 00.493.512/0001-37, não mantém registro do horário de trabalho de seus empregados;

considerando que a Constituição Federal atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional de promover o inquérito civil público e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (arts. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal);

considerando que a prática descrita na denúncia viola a norma do artigos 74 da CLT e o direito dos trabalhadores de terem registrados os seus horários de trabalho, além de inviabilizar a fiscalização do cumprimento dos dispositivos que regem a jornada de trabalho, como o artigo 59 da CLT e o artigo 7º, XIII e XIV, da Constituição Federal;

considerando a necessidade de aprofundar a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a identificação dos responsáveis pelas irregularidades praticadas, bem como a busca de soluções administrativas ou de elementos para a adoção das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando a defesa da ordem jurídica e a proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe;

II - Determinar a formação dos autos INQUÉRITO CIVIL nº 959/08, com a juntada desta Portaria e do procedimento preparatório autuado sob nº 00959/2008;

III - Determinar a publicação desta Portaria na Imprensa Oficial e a sua afixação em quadro de avisos acessível ao público.

PAULO JOARÊS VIEIRA
Procurador do Trabalho

PORTARIA CODIN Nº 695, DE 7 DE JULHO DE 2008

A Procuradora do Trabalho, ao final subscrita, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, *considerando*

o teor da denúncia protocolizada sob o nº 004088, que noticia a prática de revista de empregados na WMS Supermercados do Brasil Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com endereço na rua República, nº 500, Bairro Cidade Baixa, Porto Alegre/Rs;

que a prática denunciada viola o disposto no artigo 1º, incisos III e IV, artigo 3º, inciso IV, e artigo 5º, todos da Constituição Federal;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar os fatos em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos do Procedimento PP nº 1/2008;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

Porto Alegre, 7 de julho de 2008.

ALINE MARIA HOMRICH SCHNEIDER CONZATTI
Procuradora do Trabalho

PORTARIA CODIN Nº 700, DE 7 DE JULHO DE 2008

A Procuradora do Trabalho, ao final subscrita, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, *considerando*

os termos do ofício encaminhado pela Polícia Civil - Segunda Delegacia de Polícia Distrital, juntamente com cópia do Boletim de Ocorrência nº 6442/2008/100313 (NI 6033/08-2ª DP), noticiando irregularidades na assinatura de CTPS de empregado(a), bem como no pagamento de salários, pelo Consultório Odontológico de Raquel Ughini, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Saldanha Marinho, nº 33, Sala 702, Bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS;

que as práticas denunciadas, em tese, violam o disposto no artigo 1º, incisos III e IV, e artigo 7º, ambos da Constituição Federal, no artigo 29 da CLT, bem como outros dispositivos legais;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos do Procedimento Preparatório nº 968/2008;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

Porto Alegre, 7 de julho de 2008.

ALINE MARIA HOMRICH SCHNEIDER CONZATTI
Procuradora do Trabalho

PORTARIA CODIN Nº 701, DE 7 DE JULHO DE 2008

A Procuradora do Trabalho, ao final subscrita, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, *considerando*

os termos do ofício encaminhado pelo MM. Juiz da 23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, noticiando a prática de revista de empregados na empresa Centermastersul - Distribuidora de Alimentos Ltda., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida dos Gaúchos, nº 1237, Bairro Sarandi, em Porto Alegre/RS;

que a prática denunciada, em tese, viola o disposto no artigo 1º, incisos III e IV, e artigo 7º, ambos da Constituição Federal;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos do Procedimento Preparatório nº 970/2008;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

Porto Alegre, 7 de julho de 2008.

ALINE MARIA HOMRICH SCHNEIDER CONZATTI
Procuradora do Trabalho

PORTARIA CODIN Nº 702, DE 8 DE JULHO DE 2008

A Procuradora do Trabalho, ao final subscrita, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, *considerando*

O contido nos autos da peça de informação protocolada sob o nº PP 904/2008, instaurada em razão da documentação constante nos autos do inquérito civil nº 293/2007, que revela que a empresa Clínica Odontológica Padre Réus Ltda. pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Quintino Bocaiúva, nº 655m sala 801, município de Porto Alegre, estaria praticando intermediação irregular de mão-de-obra, em fraude à legislação trabalhista;

que a prática denunciada viola o disposto no artigo 7º e artigo 170, inciso VIII, da Constituição Federal, bem como as determinações contidas nos artigos 2º, 3º e 41 da Consolidação das Leis do Trabalho;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar os fatos atribuídos à Clínica Odontológica Padre Réus Ltda. em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da pela de informação protocolada sob o PP nº 904/2008;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

Porto Alegre, 8 de julho de 2008.

MARLISE SOUZA FONTOURA
Procuradora do Trabalho

PORTARIA CODIN Nº 703, DE 8 DE JULHO DE 2008

A Procuradora do Trabalho, ao final subscrita, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, *considerando*

O contido nos autos da peça de informação protocolada sob o nº PP 921/2008, instaurada em razão da documentação extraída dos autos do processo judicial nº 01405-2007-018-04-00-6, encaminhada pelo Juízo da 18ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, que revela indícios de que a Cooperativa Brasileira de Geração de Trabalho Ltda. - ALGERT, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Alvarez Cabral, nº 269, bairro Cristo Redentor, município de Porto Alegre, estaria praticando intermediação irregular de mão-de-obra, em fraude à legislação trabalhista;

que a prática denunciada viola o disposto no artigo 7º e artigo 170, inciso VIII, da Constituição Federal, bem como as determinações contidas nos artigos 2º, 3º e 41 da Consolidação das Leis do Trabalho;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar os fatos atribuídos à Cooperativa Brasileira de Geração de Trabalho Ltda. - ALGERT em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da pela de informação protocolada sob o PP nº 921/2008;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

Porto Alegre, 8 de julho de 2008.

MARLISE SOUZA FONTOURA
Procuradora do Trabalho

PORTARIA Nº 2, de 11 DE JUNHO DE 2008

O PROCURADOR DO TRABALHO, ao final assinado, considerando os elementos que constam no procedimento investigatório nº 00039/2005, que indicam a atuação da COOPERATIVA DO TRABALHADOR RURAL E URBANO DE TENETE PORTELA - COTRUTEPO, CNPJ nº 00.799.772/0001-35, na intermediação irregular de mão-de-obra, com indícios de contratação de empregados como pretensos prestadores de serviços autônomos, em fraude à legislação trabalhista;

considerando que a Constituição Federal atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (arts. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal);

considerando que a prática descrita na denúncia fere os artigos 2º, 3º, 9º e 41 da CLT, além do artigo 7º da Constituição Federal;

considerando a necessidade de aprofundar a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a identificação dos responsáveis pelas irregularidades praticadas, bem como a busca de soluções administrativas ou de elementos para a adoção das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando a defesa da ordem jurídica e a proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe;

II - Determinar a formação dos autos INQUÉRITO CIVIL nº 039/2005, com a juntada desta Portaria e do procedimento investigatório autuado sob nºs 00039/2005;

III - Determinar a publicação desta Portaria na Imprensa Oficial e no quadro de avisos desta Unidade.

PAULO JOARÊS VIEIRA
Procurador do Trabalho

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

PORTARIA Nº 290, DE 3 DE JULHO DE 2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região, pela Procuradora do Trabalho infra-assinada, no uso de suas atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, artigos 6º, inciso VII, e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e

Considerando o Procedimento Preparatório de IC n.º 421/2008, instaurado a partir de representação formulada perante este Órgão Ministerial em face de SAMESP - SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA ESPECIALIZADA LTDA. (HOSPITAL SÃO LUCAS), tendo como objeto irregularidades referentes ao meio ambiente do trabalho, jornada de trabalho, períodos de repouso, pagamento de horas extras, desvio de função e CIPA

Considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

Considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93);

Considerando a necessidade de melhor apurar os fatos noticiados e a eventual ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de SAMESP - SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA ESPECIALIZADA LTDA., tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL com a juntada desta Portaria e das peças que compõe o Procedimento Preparatório de IC n.º 421/2008;

III - Determinar a publicação desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria Regional do Trabalho e na imprensa oficial;

IV - Determinar o cumprimento das demais diligências contidas no despacho de fls. 702/703.

ADRIANE PERINE ARTIFON

PORTARIA Nº 291, DE 9 DE JULHO DE 2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região, pela Procuradora do Trabalho infra-assinada, no uso de suas atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, artigos 6º, inciso VII, e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e

Considerando o Procedimento Preparatório de IC n.º 61/2006, instaurado a partir de representação formulada perante este Órgão Ministerial em face da empresa PANASONIC DA AMAZÔNIA S/A, tendo como objeto irregularidades referentes ao meio ambiente do trabalho;

Considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

Considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93);

Considerando a necessidade de melhor apurar os fatos noticiados e a eventual ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de PANASONIC DA AMAZÔNIA S/A, tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL com a juntada desta Portaria e das peças que compõe o Procedimento Preparatório de IC n.º 61/2006;

III - Determinar a publicação desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria Regional do Trabalho e na imprensa oficial;

IV - Determinar o cumprimento das demais diligências contidas no despacho de fls. 103/104.

ADRIANE PERINE ARTIFON

PORTARIA Nº 293, DE 9 DE JULHO DE 2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região, pela Procuradora do Trabalho infra-assinada, no uso de suas atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, artigos 6º, inciso VII, e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e

Considerando a Representação formulada perante este Órgão Ministerial, da qual se extrai eventuais irregularidades referentes ao meio ambiente do trabalho da empresa Scórpio da Amazônia Ltda, especialmente no tocante à NR-17;

Considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

Considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93);

Considerando a necessidade de melhor apurar os fatos noticiados e a eventual ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de SCÓRPIO DA AMAZÔNIA LTDA., tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL com a juntada desta Portaria e das peças que compõe a Representação n.º 199/2008;

III - Determinar a publicação desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria Regional do Trabalho e na imprensa oficial;

IV - Determinar o cumprimento das demais diligências contidas no despacho de fls. 14/16.

ADRIANE PERINE ARTIFON

PORTARIA Nº 294, DE 10 DE JULHO DE 2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região, pela Procuradora do Trabalho infra-assinada, no uso de suas atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, artigos 6º, inciso VII, e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e

Considerando a Representação formulada perante este Órgão Ministerial pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Meios Magnéticos, Máquinas Fotográficas e Similares do Estado do Amazonas em face da empresa Kodak da Amazônia Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto irregularidades referentes ao meio ambiente de trabalho e ausência de emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho;

Considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

Considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93);

Considerando a necessidade de melhor apurar os fatos noticiados e a eventual ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de KODAK DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL com a juntada desta Portaria e das peças que compõe a Representação n.º 232/2008;

III - Determinar a publicação desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria Regional do Trabalho e na imprensa oficial;

IV - Determinar o cumprimento das demais diligências contidas no despacho de fls. 11/13.

ADRIANE PERINE ARTIFON

PORTARIA Nº 295, DE 10 DE JULHO DE 2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região, pela Procuradora do Trabalho infra-assinada, no uso de suas atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, artigos 6º, inciso VII, e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e

Considerando a Representação n.º 231/2008 formulada perante este Órgão Ministerial em face da empresa HONDA COMPONENTES DA AMAZÔNIA LTDA., tendo como objeto eventuais irregularidades referentes ao meio ambiente do trabalho;

Considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

Considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93);

Considerando a necessidade de melhor apurar os fatos noticiados e a eventual ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de HONDA COMPONENTES DA AMAZÔNIA LTDA., tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL com a juntada desta Portaria e das peças que compõe a Representação n.º 231/2008;

III - Determinar a publicação desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria Regional do Trabalho e na imprensa oficial;

IV - Determinar o cumprimento das demais diligências contidas no despacho de fls. 7/9.

ADRIANE PERINE ARTIFON

PORTARIA Nº 296, DE 10 DE JULHO DE 2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e,

Considerando o Procedimento Preparatório de IC nº 349/2008 instaurado a partir de denúncia apresentada a este Órgão Ministerial em face da empresa TECNOCOOP INFORMÁTICA - COOPERATIVA DE TRABALHO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, inscrito no CNPJ sob o nº 28.194.652/0001-23, com endereço Rua João Alfredo, nº 236, Bairro São Geraldo, Manaus/AM;

Considerando que a denúncia versa sobre o descumprimento da legislação trabalhistas, nos termos do artigo 9º da Consolidação das Leis do Trabalho, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa TECNOCOOP INFORMÁTICA - COOPERATIVA DE TRABALHO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, com fulcro no artigo 9º da Consolidação das Leis do Trabalho, para apuração das irregularidades retratadas em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, determinando-se, desde logo, a reautuação da Representação, o respectivo registro e a publicação desta Portaria na Imprensa Oficial.

SAFIRA CRISTINA FREIRE AZEVEDO C. GOMES

PORTARIA Nº 297, DE 10 DE JULHO DE 2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pela Procuradora do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e,

Considerando o Procedimento Preparatório de IC nº 6/2008 instaurada de oficio em face da Empresa FM FINANCEIRA, incrição no CNPJ n. 08.039.480/0001-06, estabelecida na Rua Saldanha Marinho, 700 A centro, Manaus/AM;

Considerando que a denúncia versa sobre jornada de trabalho dos bancários, com fulcro no art. 224 CLT e súmula 55 do col. TST, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da Empresa FM FINANCEIRA, com fulcro no art. 224 CLT e súmula 55 do TST, para apuração das irregularidades retratadas em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, determinando-se, desde logo, a reautuação da Representação, o respectivo registro e a publicação desta Portaria na Imprensa Oficial.

SAFIRA CRISTINA FREIRE AZEVEDO C. GOMES

PORTARIA Nº 298, DE 10 DE JULHO DE 2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pela Procuradora do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e,

Considerando o Procedimento Preparatório de IC nº 6/2008 instaurada de oficio em face da Empresa CANAÃ FINANCEIRA, com endereço em Avenida Rio Mar, n. 616 , Vieiralves, Manaus/AM;

Considerando que a denúncia versa sobre jornada de trabalho dos bancários, com fulcro no art. 224 CLT e súmula 55 do col. TST, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da Empresa CANAÃ FINANCEIRA, com fulcro no art. 224 CLT e súmula 55 do TST, para apuração das irregularidades retratadas em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, determinando-se, desde logo, a reautuação da Representação, o respectivo registro e a publicação desta Portaria na Imprensa Oficial.

SAFIRA CRISTINA FREIRE AZEVEDO C. GOMES

PORTARIA Nº 299, DE 10 DE JULHO DE 2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pela Procuradora do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e,

Considerando o Procedimento Preparatório de IC nº 350/2008 instaurada partir de denuncia sigilosa apresentada a este Órgão Ministerial em face da Empresa MIX SERVICE , com endereço na Rua Major Gabriel, 1728 - Praça 14, Manaus/AM;

Considerando que a denúncia versa sobre: irregularidade na jornada de trabalho, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da Empresa MIX SERVICE para apuração das irregularidades retratadas em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, determinando-se, desde logo, a reautuação da Representação, o respectivo registro e a publicação desta Portaria na Imprensa Oficial.

SAFIRA CRISTINA FREIRE AZEVEDO C. GOMES

PORTARIA Nº 300, DE 10 DE JULHO DE 2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pela Procuradora do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e,

Considerando o Procedimento Preparatório de IC nº 56/2007 instaurada de denuncia formulada pelo TRT/11ª REGIÃO em face da Empresa VIMAN - VIACAO MANAUENSE LTDA, inscrição no CNPJ n. 63.706.287/0000-00 , com endereço: Av Brasil, 320 - Santo Agostinho , Manaus/AM;

Considerando que a denúncia versa sobre fala de assinatura em CTPS art. 9º e 29 da CLT, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da Empresa VIMAN - VIAÇÃO MANAUENSE LTDA, com fulcro nos arts. 9º e 29 da CLT, para apuração das irregularidades retratadas em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, determinando-se, desde logo, a reautuação da Representação, o respectivo registro e a publicação desta Portaria na Imprensa Oficial.

SAFIRA CRISTINA FREIRE AZEVEDO C. GOMES

PORTARIA Nº 301, DE 10 DE JULHO DE 2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pela Procuradora do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e,

Considerando o Procedimento Preparatório de IC nº 56/2007 instaurada de oficio em face da Empresa BMG FINANCEIRA, inscrita no CNPJ n . 06.154.551/0001-96, com endereço em Avenida Eduardo Ribeiro, 620, Edifício cidade de Manaus, Sala 60-J - Térreo, Manaus/AM;

Considerando que a denúncia versa sobre jornada de trabalho dos bancários, com fulcro no art. 224 CLT e sumúla 55 do TST, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da Empresa BMG FINANCEIRA, com fulcro no art. 224 CLT e súmula 55 do TST, para apuração das irregularidades retratadas em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, determinando-se, desde logo, a reautuação da Representação, o respectivo registro e a publicação desta Portaria na Imprensa Oficial.

SAFIRA CRISTINA FREIRE AZEVEDO C. GOMES

PORTARIA Nº 302, DE 10 DE JULHO DE 2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pela Procuradora do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e,

Considerando o Procedimento Preparatório de IC nº 6/2008 instaurada de oficio em face da Empresa EURO CRÉDITO FINANCEIRA, inscrição no CNPJ n. 07.865.643/0001-47, estabelecida na Rua Saldanha Marinho, 700 A centro, Manaus/AM;

Considerando que a denúncia versa sobre jornada de trabalho dos bancários, com fulcro no art. 224 CLT e súmula 55 do col. TST, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da Empresa EURO CRÉDITO FINANCEIRA, com fulcro no art. 224 CLT e súmula 55 do TST, para apuração das irregularidades retratadas em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, determinando-se, desde logo, a reautuação da Representação, o respectivo registro e a publicação desta Portaria na Imprensa Oficial.

SAFIRA CRISTINA FREIRE AZEVEDO C. GOMES

PORTARIA Nº 303, DE 10 DE JULHO DE 2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pela Procuradora do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e,

Considerando a Representação nº 193/2008 instaurada partir de denúncia apresentada por Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Amazonas em face da Empresa PANASONIC DA AMAZÔNIA S/A, incrição no CNPJ n. 04.403.408/0001-65, estabelecida na Rua Matrinxã, 1155, Distrito Industrial, Manaus/AM;

Considerando que a denúncia versa sobre terceirização irregular, art. 9ª da CLT, em face dos autos lavrados pela Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Amazonas, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da Empresa PANASONIC DA AMAZÔNIA S/A, com fulcro art. 9ª da CLT, para apuração das irregularidades retratadas em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, determinando-se, desde logo, a reautuação da Representação, o respectivo registro e a publicação desta Portaria na Imprensa Oficial.

SAFIRA CRISTINA FREIRE AZEVEDO C. GOMES

PORTARIA Nº 304, DE 10 DE JULHO DE 2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pela Procuradora do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e,

Considerando a Representação nº 193/2008 instaurada de oficio em face da Empresa RIO CLARAO TRUST DE RECEBÍVEIS S/A, inscrição no CNPJ n. 02.878.751/0001-30, estabelecida na avenida Efigênio Sales, n. 2090-A, Bairro Aleixo, Manaus/AM;

Considerando que a denúncia versa sobre jornada de trabalho dos bancários, com fulcro no art. 224 CLT e sumula 55 do TST, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da RIO CLARAO TRUST DE RECEBÍVEIS S/A, com fulcro no art. 224 CLT e sumula 55 do TST, para apuração das irregularidades retratadas em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, determinando-se, desde logo, a reautuação da Representação, o respectivo registro e a publicação desta Portaria na Imprensa Oficial.

SAFIRA CRISTINA FREIRE AZEVEDO C. GOMES

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 3, DE 30 DE JUNHO DE 2008

Os Promotores de Justiça ao final firmados, em exercício na PROMOTORIA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Constituição Federal, artigo 127, *caput*);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil para a proteção do patrimônio social (Constituição Federal, artigo 129, III, e Lei Complementar n.° 75, de 20 de maio de 1993, artigo 6.°, VII, *b*), em cujo âmbito se inserem as entidades de interesse social,

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas da União não aprovou as contas da Sociedade Pé na Estrada no que se refere à aplicação de verbas do FATpara a realização de curso de capacitação de alunos, na área de transportes, havendo, portanto indícios de irregularidade na aplicação desses recursos;

CONSIDERANDO que a entidade, aparentemente, não desenvolve qualquer atividade e aguarda o desfecho do procedimento em trâmite no TCU, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL relativamente à SOCIEDADE PÉ NA ESTRADA, com o fito de apurar as possíveis irregularidades na aplicação dos recursos da entidade, o efetivo cumprimento de finalidades estatutárias, as condições atuais de funcionamento dessa entidade, bem como os fatos apontados nos parágrafos anteriores, para tanto, determinando, de início:

1. autue-se e registre-se esta Portaria,

2.dê-se ciência ao Presidente da entidade, Sr. José Antônio Arocha da Cunha acerca da instauração deste Inquérito Civil Público

3.encaminhar cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial.;

5. cumpridas as providências acima, voltem conclusos os autos,

NELSON FARACO DE FREITAS
Promotor de Justiça de Fundações

PORTARIA Nº 4, DE 30 DE JUNHO DE 2008

Os Promotores de Justiça ao final firmados, em exercício na PROMOTORIA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Constituição Federal, artigo 127, *caput*);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil para a proteção do patrimônio social (Constituição Federal, artigo 129, III, e Lei Complementar n.° 75, de 20 de maio de 1993, artigo 6.°, VII, *b*), em cujo âmbito se inserem as entidades de interesse social,

CONSIDERANDO os termos do Parecer Contábil nº 107/07-PJFEIS, que aponta a existência de irregularidades, estimando prejuízo à ordem de R$ 276.005,34 (duzentos e setenta e seis mil, cinco reais e trinta e quatro centavos, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL relativamente à CASA DE CARIDADE CANTINHO DA ESPERANÇA DE JOÃO ESMOLÉ - CANESPE, com o fito de apurar as possíveis irregularidades na aplicação dos recursos da entidade, para tanto, determinando, de início:

1. autue-se e registre-se esta Portaria,

2. encaminhar cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial.;

3.dê-se cumprimento ao disposto no item 9 do despacho de fl. 825;

4. cumpridas as providências acima, venham conclusos os autos.

NELSON FARACO DE FREITAS
Promotor de Justiça de Fundações

PORTARIA Nº 5, DE 1º DE JULHO DE 2008

Os Promotores de Justiça ao final firmados, em exercício na PROMOTORIA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Constituição Federal, artigo 127, *caput*);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil para a proteção do patrimônio social (Constituição Federal, artigo 129, III, e Lei Complementar n.° 75, de 20 de maio de 1993, artigo 6.°, VII, *b*), em cujo âmbito se inserem as entidades de interesse social,

CONSIDERANDO que a SOCIEDADE AMIGOS DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA - SOBOTÂNICA firmou convênio com a PETROBRAS no valor global de R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), tendo por objeto da recuperação da Estação Ecológica do Jardim Botânico;

CONSIDERANDO que o objeto do referido contrato não foi executado e que há indícios de que tenha havido desvio de recursos financeiros repassados à entidade para o custeio de outras finalidades que não a recuperação do espaço ambiental degradado, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL relativamente à SOCIEDADE AMIGOS DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA - SOBOTÂNICA, com o fito de apurar as possíveis irregularidades na aplicação dos recursos da entidade, determinando, de início:

1. autue-se e registre-se esta Portaria,

2.encaminhar cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial.;

3. cumpridas as providências acima, voltem conclusos os autos,

NELSON FARACO DE FREITAS
Promotor de Justiça de Fundações

PORTARIA Nº 1, DE 30 DE JULHO DE 2008

Os Promotores de Justiça ao final firmados, em exercício na PROMOTORIA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Constituição Federal, artigo 127, *caput*);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil para a proteção do patrimônio social (Constituição Federal, artigo 129, III, e Lei Complementar n.° 75, de 20 de maio de 1993, artigo 6.°, VII, *b*), em cujo âmbito se inserem as entidades de interesse social,

CONSIDERANDO que há notícias de que a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE APOIO ÀS PESSOAS COM CÂNCER - ABRAPEC está atuando no Distrito Federal, capitando contribuições populares ao argumento de que tais recursos seriam destinados ao tratamento de pessoas portadoras de câncer;

CONSIDERANDO que há indícios de que os recursos financeiros captaneados de populares não estariam sendo empregados ao tratamento de pessoas com câncer, mas desviadas em benefício de terceiros, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL relativamente à ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE APOIO ÀS PESSOAS COM CÂNCER, com o fito de apurar as possíveis irregularidades na aplicação dos recursos da entidade , para tanto, determinando, de início:

1. autue-se e registre-se esta Portaria,

2. encaminhar cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial.;

3. cumpridas as providências acima, voltem conclusos os autos,

NELSON FARACO DE FREITAS
Promotor de Justiça de Fundações

PORTARIA Nº 7, DE 30 DE JUNHO DE 2008

Os Promotores de Justiça ao final firmados, em exercício na PROMOTORIA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Constituição Federal, artigo 127, *caput*);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil para a proteção do patrimônio social (Constituição Federal, artigo 129, III, e Lei Complementar n.° 75, de 20 de maio de 1993, artigo 6.°, VII, *b*), em cujo âmbito se inserem as entidades de interesse social,

CONSIDERANDO que foram apuradas diversas irregularidades no exercício da atividade da entidade CANTINHO DO IDOSO VIVER FELIZ, inclusive o encerramento de suas atividades há mais de 1 ano, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL relativamente à CASA DO IDOSO VIVER FELIZ, com o fito de apurar as possíveis irregularidades na aplicação dos recursos da entidade , para tanto, determinando, de início:

1. autue-se e registre-se esta Portaria,

2. encaminhar cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial.;

3.cumpridas as providências acima, venham conclusos os autos.

NELSON FARACO DE FREITAS
Promotor de Justiça de Fundações

PORTARIA Nº 8, DE 1º DE JULHO DE 2008

Os Promotores de Justiça ao final firmados, em exercício na PROMOTORIA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Constituição Federal, artigo 127, *caput*);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil para a proteção do patrimônio social (Constituição Federal, artigo 129, III, e Lei Complementar n.° 75, de 20 de maio de 1993, artigo 6.°, VII, *b*), em cujo âmbito se inserem as entidades de interesse social,

CONSIDERANDO que há indícios de má-versação dos recursos financeiros captaneados de populares, por serviço de telemarketing, que deveriam ser aplicados no desenvolvimento das atividades a que se propõe a entidade CRECHE COMUNITÁRIA ANJO DA GUARDA;

CONSIDERANDO os termos do Auto de Inspeção nº 19/08-PJFEIS, que aponta para a existência de irregularidades, consistentes na precariedade instalações físicas da entidade e na inadequação do tratamento que é dispensada aos usuários, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL relativamente à CRECHE COMUNITÁRIA ANJJO DA GUARDA, com o fito de apurar as possíveis irregularidades na aplicação dos recursos da entidade , para tanto, determinando, de início:

1. autue-se e registre-se esta Portaria,

2. encaminhar cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial.;

3.expeça-se recomendação para que os dirigentes da entidade dêem cumprimento às diligências lançadas no auto de inspeção nº 19/08-PJFEIS, assinalando o prazo de 30 dias para cumprimento

4. decorrido tal prazo, voltem conclusos os autos,

NELSON FARACO DE FREITAS
Promotor de Justiça de Fundações

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

VICE-PRESIDÊNCIA

EXPEDIENTE DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

Decisões e/ou despachos do Exmo. Sr. Vice-Presidente Dr. FERNANDO MARQUES:

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.008809-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL VICE PRESIDENTE
APELANTE	:ESTASA - EMPRESA DE SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS S/A
ADVOGADO	:CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010088092)

DESPACHO *

Os autos do processo nº 2004.51.01.008809-2 deverão permanecer no Juízo de origem enquanto aguardam o julgamento do agravo de instrumento nº 2008.02.01.002819-0, diante do estatuído no item I da Ordem de Serviço nº 01/2000.
Isto posto, indefiro o requerido.
Dê-se ciência ao subscritor.
Após, arquive-se na Assessoria de Recursos.
Rio de Janeiro, 4 de julho de 2008.

FERNANDO MARQUES
Vice-Presidente

* Despacho proferido no rosto da petição nº 2008025719, subscrita pela Dra. Renata Passos Berford Guaraná, OAB/RJ nº 112.211

ASSESSORIA DE RECURSOS

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

Ficam os Recorrentes dos processos abaixo relacionados devidamente intimados a proceder ao recolhimento da diferença das custas e/ou porte de remessa e retorno dos recursos interpostos, no prazo de 5 (cinco) dias, conforme art. 511, § 2º do CPC:

PROC.	:	94.02.04549-0 AC
ORIG	:	9200298354/RJ
REG	:	17.03.1994
APTE	:	MARIA JOSE DA APARECIDA SILVA E OUTROS
ADV	:	ALICE TAUNAY CORDEIRO DE MELO E OUTROS
APDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	CLAUDIO DE S. MARQUES DA SILVA E OUTROS
APDO	:	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
ADV	:	MARIA LUCIA DOS SANTOS DE SOUZA E OUTROS
APDO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC	:	ANTHERO GONCALVES FILHO
APDO	:	INST NAC DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUST - INMETRO
PROC	:	ELIANA CORDEIRO MARIA
APDO	:	INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI
ADV	:	ROSALINA CORREA DE ARAUJO E OUTRO
APDO	:	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ
ADV	:	MARIA ANALIA DE MELO RIBEIRO E OUTROS
APDO	:	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
ADV	:	SEM ADVOGADO
APDO	:	BANCO DO BRASIL S/A
ADV	:	JOAQUIM GOMES DA SILVA E OUTROS
APDO	:	BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A
ADV	:	SEM ADVOGADO
APDO	:	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA - IPEA
ADV	:	RJ999999
APDO	:	SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUCAO - SBI
ADV	:	SEM ADVOGADO
APDO	:	UNIAO FEDERAL
RELATOR	:	DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

PROC.	:	95.02.09106-0 AC
ORIG	:	9200780229/RJ
REG	:	11.04.1995
APTE	:	MARIA JOSE DA APARECIDA SILVA E OUTROS
ADV	:	ALICE TAUNAY CORDEIRO DE MELO E OUTRO
APDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	LUIZ ANTONIO AZAMOR RODRIGUES E OUTROS
RELATOR	:	DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC.	:	1996.51.03.036446-6 AC
ORIG	:	9600364460/RJ
REG	:	20.02.2006
APTE	:	CONSELHO REGIONAL DE TECNICOS EM RADIOLOGIA DA 4A. REGIAO RJ/ES
ADV	:	EDSON JORGE RODRIGUES
APDO	:	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CAMPOS
ADV	:	GERALDO ANTONIO CRESPO BEYRUTH
RMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
RELATOR	:	DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP	:	CONSELHO REG. DE TEC. EM RADIOLOGIA
PROC.	:	97.02.13190-1 AC
ORIG	:	0006073360/RJ
REG	:	06.05.1997
APTE	:	ORLANDO CARDOSO DA SILVA E S/M
ADV	:	RICARDO ROSAS GOMES
APTE	:	EDGAR PEREIRA MOTTA E OUTROS
ADV	:	RICARDO XAVIER DE ARAUJO FEIO E OUTRO
APTE	:	UNIAO FEDERAL
APDO	:	OS MESMOS
APDO	:	DANIEL LEAL TAVARES E OUTROS
ADV	:	BAIARD RITTER SALDANHA
RELATOR	:	DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RE	:	EDGAR PEREIRA MOTTA
RESP	:	EDGAR PEREIRA MOTTA
PROC.	:	1997.51.01.000863-6 AC
ORIG	:	9700008630/RJ
REG	:	20.06.2005
APTE	:	SUELY DIAS CORREIA
ADV	:	ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
APDO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC	:	ANDERSON OLIVEIRA CASTELUCIO
RELATOR	:	DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RE	:	SUELY DIAS CORREIA
RESP	:	SUELY DIAS CORREIA
PROC.	:	1998.51.01.028171-0 AC
ORIG	:	9800281711/RJ
REG	:	28.11.2006
APTE	:	RUY MESQUITA DE LIMA E CONJUGE
ADV	:	MANOEL FRANCISCO DE ALMEIDA E OUTRO
APTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	RODRIGO VILLA REAL AYALA E OUTROS
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
PROC.	:	1998.51.05.600089-4 AC
ORIG	:	9806000897/RJ
REG	:	21.07.2005
APTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	LEONARDO GONCALVES ALMEIDA E OUTROS
APDO	:	ANACONT - ASSOCIACAO NACIONAL DE ASSISTENCIA AO CONSUMIDOR E TRABALHADOR
ADV	:	ISAQUE DEMANI MACHADO
APDO	:	ACECONT-ASSOCIACAO NACIONAL CENTRO DE CIDADANIA EM DEFESA DO CONSUMIDOR E TRABALHADOR e outro
ADV	:	DAVID ALFREDO NIGRI
RELATOR	:	DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

PROC.	:	1999.51.01.023963-1 AC
ORIG	:	9900239636/RJ
REG	:	10.11.2006
APTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	ANDRE PIRES GODINHO E OUTROS
APTE	:	CARLOS ALBERTO SANTIAGO RODRIGUES E OUTRO
ADV	:	ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU E OUTROS
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC.	:	1999.51.01.063208-0 AC
ORIG	:	9900632087/RJ
REG	:	07.03.2003
APTE	:	UNIAO FEDERAL
APDO	:	JOSE PEREIRA DA SILVA
ADV	:	LUIZ GUILHERME MOREIRA ALVES
RELATOR	:	DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RE	:	JOSE PEREIRA DA SILVA
PROC.	:	1999.51.02.203917-4 AC
ORIG	:	9902039170/RJ
REG	:	24.05.2005
APTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	MARILENE MARIA TAVARES BASTOS PARREIRA E OUTROS
APTE	:	MAURICIO DE CARVALHO GUIMARAES E CONJUGE
ADV	:	MARIA THEREZA MENGE E SILVA E OUTROS
APDO	:	OS MESMOS
RELATOR	:	DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC.	:	2000.02.01.020983-5 AC
ORIG	:	9900252381/RJ
REG	:	28.03.2000
APTE	:	MARIA DO ROSARIO DE SOUSA E OUTRO
ADV	:	ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
APDO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC	:	SEM PROCURADOR
RELATOR	:	DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP	:	MARIA DO ROSARIO DE SOUSA
PROC.	:	2000.02.01.042646-9 AC
ORIG	:	8800236090/RJ
REG	:	04.07.2000
APTE	:	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BRITO E OUTROS
ADV	:	GUACIRA DE FRANCA ALBUQUERQUE E OUTROS
APDO	:	UNIAO FEDERAL
RELATOR	:	DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP	:	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BRITO
PROC.	:	2000.51.01.006340-5 AC
ORIG	:	200051010063405/RJ
REG	:	29.01.2004
APTE	:	NIVALDO DE SIQUEIRA SILVA E OUTRO
ADV	:	SANDRA CRISTINA GONZAGA DOS REIS E OUTROS
APDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	MARCO ANTONIO DOS R. ROSA E OUTROS
RELATOR	:	DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
RESP	:	NIVALDO DE SIQUEIRA SILVA
PROC.	:	2000.51.01.033449-8 AC
ORIG	:	200051010334498/RJ
REG	:	19.09.2005
APTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	:	MARIA DE LOURDES ALMEIDA DA FONSECA E OUTROS
APDO	:	FLAVIO DA COSTA E SILVA E OUTRO
ADV	:	HAROLDO BAPTISTA DE BRITO
TERCINT	:	RIO MASSA ENGENHARIA LTDA
ADV	:	LINDOLFA DE ASSIS FRANCO
RELATOR	:	DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

PROC. : 2001.51.01.011139-8 AMS
ORIG : 200151010111398/RJ
REG : 08.08.2003
APTE : DENISE FERREIRA DA ROCHA AZEVEDO
ADV : MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RE : DENISE FERREIRA DA ROCHA AZEVEDO
RESP : DENISE FERREIRA DA ROCHA AZEVEDO

PROC. : 2001.51.01.016229-1 AC
ORIG : 200151010162291/RJ
REG : 12.08.2005
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ANDRE LUIS DE SOUZA MIRANDA CARDOSO E OUTROS
APTE : BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A
ADV : GUSTAVO TRAVASSOS DE AZEVEDO
APDO : DARIO MENDES DE OLIVEIRA
ADV : MARIA DAS GRACAS MARQUES E OUTRO
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

PROC. : 2001.51.02.004358-4 AC
ORIG : 200151020043584/RJ
REG : 03.09.2007
APTE : LUIZ CESAR FONSECA E OUTROS
ADV : ROMEU FERNANDO CARVALHO DE SOUZA E OUTROS
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARLA DE CASTRO MACEDO DE AMORIM E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
RESP : LUIZ CESAR FONSECA

PROC. : 2002.02.01.019699-0 AC
ORIG : 9700735486/RJ
REG : 28.05.2002
APTE : MARIA BRIGIA BRITO PEREIRA E OUTROS
APTE : MARIA LUCIA DE SOUZA MOREIRA
ADV : JOSELICE ALELUIA CERQUEIRA DE JESUS E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RE : MARIA BRIGIA BRITO PEREIRA
RESP : MARIA BRIGIA BRITO PEREIRA

PROC. : 2002.50.01.001308-1 AMS
ORIG : 200250010013081/ES
REG : 16.05.2006
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERAÇAO COLATINENSE LTDA
ADV : ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTROS
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RE : INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERAÇAO COLATINENSE LTDA

PROC. : 2002.50.01.006581-0 AC
ORIG : 200250010065810/ES
REG : 10.05.2007
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CLEBER ALVES TUMOLI E OUTROS
APDO : ROSANE OTTONI PASSOS E OUTROS
ADV : JERIZE TERCIANO ALMEIDA
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

PROC. : 2002.51.01.507454-2 AC
ORIG : 200251015074542/RJ
REG : 14.12.2005
APTE : H S TRADING IMP/ EXP/ LTDA
ADV : LUIZ ANTONIO NUNES E OUTRO
APDO : FAG HANWHA BEARINGS CORPORATION
ADV : DIEGO GOULART DE OLIVEIRA VIEIRA
APDO : INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI
PROC : LENY MACHADO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 35A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RE : H S TRADING IMP/ EXP/ LTDA

PROC. : 2003.51.01.019191-3 AC
ORIG : 200351010191913/RJ
REG : 17.03.2006
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : NEWSON CRUZ BARROSO
ADV : JOSE PERICLES COUTO ALVES
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP : NEWSON CRUZ BARROSO

PROC. : 2003.51.01.516489-4 AC
ORIG : 200351015164894/RJ
REG : 17.10.2005
APTE : DE MAYO IND/ QUIMICAS E FARMACEUTICAS LTDA/
ADV : ALEIR BAPTISTA DE AMORIM
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RE : DE MAYO IND/ QUIMICAS E FARMACEUTICAS LTDA/
RESP : DE MAYO IND/ QUIMICAS E FARMACEUTICAS LTDA/

PROC. : 2004.02.01.007476-5 AG
ORIG : 9700056660/RJ
REG : 06.07.2004
AGRTE : CLOVIS CONCENZO E OUTROS
ADV : AQUIDABAN FIALHO DI IULIO E OUTRO
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ALEX WERNER ROLKE E OUTROS
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RE : CLOVIS CONCENZO
RESP : CLOVIS CONCENZO

PROC. : 2004.51.01.001388-2 AC
ORIG : 200451010013882/RJ
REG : 24.01.2006
APTE : IRMAOS DOMARCO LTDA E OUTROS
ADV : MARCELO RULI
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADV : ALFREDO MELLO MAGALHAES
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP : IRMAOS DOMARCO LTDA

PROC. : 2004.51.01.506067-9 AMS
ORIG : 200451015060679/RJ
REG : 11.05.2005
APTE : ROSA RODRIGUES MACHADO
ADV : PAULO ISSA
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RE : ROSA RODRIGUES MACHADO
RESP : ROSA RODRIGUES MACHADO

PROC. : 2005.50.01.006011-4 AC
ORIG : 200550010060114/ES
REG : 14.06.2007
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GILMAR ZUMAK PASSOS
APDO : ISNALDO BRAGA SILVA
ADV : ELISSANDRA DONDONI
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

PROC. : 2005.51.01.024995-0 AC
ORIG : 200551010249950/RJ
REG : 24.08.2007
APTE : ANA MARIA DE OLIVEIRA SIMOES
ADV : EDILCEMA PEREIRA DE ALMEIDA
APDO : FUNDACAO INST. BRAS. DE GEOGRAFIA E ESTAT. - IBGE
PROC : ALEX TAVARES DOS SANTOS
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RE : ANA MARIA DE OLIVEIRA SIMOES
RESP : ANA MARIA DE OLIVEIRA SIMOES

PROC. : 2006.02.01.008253-9 AG
ORIG : 9600751153/RJ
REG : 02.08.2006
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES E OUTROS
AGRDO : MOACIR NUNES VASCONCELOS E OUTROS
ADV : CRISANTINO DOS SANTOS E OUTROS
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

PROC. : 2006.02.01.008962-5 AG
ORIG : 9600760683/RJ
REG : 18.08.2006
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA E OUTROS
AGRDO : WANDA RODRIGUES SENA
ADV : JULIO CESAR CANDIDO SILVA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RE : WANDA RODRIGUES SENA
RESP : WANDA RODRIGUES SENA

PROC. : 2006.02.01.010962-4 AG
ORIG : 9500067633/RJ
REG : 21.09.2006
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEILA MATHEUS REGA E OUTROS
AGRDO : JOAO BATISTA VIDIGAL
ADV : FERNANDA MARIA LYRA DE LEMOS E OUTRO
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

PROC. : 2006.51.01.014943-0 AC
ORIG : 200651010149430/RJ
REG : 09.05.2007
APTE : MARCO AURELIO COUTINHO
ADV : FERNANDO DE PAULA FARIA
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 20A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP : MARCO AURELIO COUTINHO

PROC. : 2006.51.01.020695-4 AC
ORIG : 200651010206954/RJ
REG : 03.10.2007
APTE : EUGENIA DE ALMEIDA DUARTE E OUTROS
ADV : CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL E OUTROS
APDO : UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
PROC : ALEX TAVARES DOS SANTOS
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RE : EUGENIA DE ALMEIDA DUARTE
RESP : EUGENIA DE ALMEIDA DUARTE

PROC. : 2007.02.01.010213-0 AG
ORIG : 200451015223258/RJ
REG : 14.08.2007
AGRTE : CARLOS THUILLIER CONSTRUÇOES LTDA
ADV : PAULO FERNANDO MARTINS DA SILVA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP : CARLOS THUILLIER CONSTRUÇOES LTDA

PROC. : 2007.02.01.011205-6 AG
ORIG : 200250010074999/ES
REG : 31.08.2007
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS
AGRDO : LEONTINA SOARES DOS SANTOS E OUTROS
ADV : FABIO ANDRE PIRCHINER TORRES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

PROC. : 2007.02.01.011751-0 AG
ORIG : 200350010061985/ES
REG : 12.09.2007
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS

AGRDO : ERIBERTO SCUASSANTE
ADV : ANDRE LUIZ MOREIRA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

PROC. : 2007.02.01.012340-6 AG
ORIG : 9300033840/ES
REG : 21.09.2007
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ALESSANDRO ANDRADE PAIXAO E OUTRO
AGRDO : COMERCIAL DE CIMENTO BHASKO LTDA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

PROC. : 2007.02.01.012365-0 AG
ORIG : 9600325529/RJ
REG : 21.09.2007
AGRTE : NICELMA LESSA FREIRE E OUTROS
ADV : VERA LUCIA GOMES DE ARAUJO E OUTROS
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SONIA LUCIA DOS SANTOS LOPES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. VICE PRESIDENTE - VICE-PRESIDÊNCIA
RESP : NICELMA LESSA FREIRE

SECRETARIA DE ATIVIDADES JUDICIÁRIAS

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DO DIA 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.803438-3 (200751018034383) 422763 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MENTO DOS SANTOS
APDO : SEBASTIAO CAVALHEIRO DA SILVA
ADV : CINTIA DE ANDRADE MELLO
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.810532-8 (200751018105328) 422812 - AC R
APTE : MARIA ILMA FERREIRA DA SILVA
ADV : ALBERTO SOUTO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANDERSON OLIVEIRA CASTELUCIO
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.813051-7 (200751018130517) 422846 - APREN
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANDERSON OLIVEIRA CASTELUCIO
APDO : RUBENS DA CUNHA
ADV : ROSANGELA SOARES DA SILVA E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 37A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 1996.51.04.069222-3 (9600692220) 422747 - AC RJ
APTE : LIBERGINA FERREIRA DA SILVA
ADV : TERESA CRISTINA C DA SILVA GUIMARAES DOS SANTOS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : EMERSON LUIZ BOTELHO DA SILVA
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.518468-7 (200651015184687) 422767 - APREN
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
APDO : AMILTON FORNEROLLI
ADV : WELLOS ALVES DA SILVA E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 37A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.810807-0 (200751018108070) 73194 - AMS R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
APDO : RAYMUNDO MELGACO MONTEIRO
ADV : ROBSON ANSELMO DE JESUS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 37A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.810987-5 (200751018109875) 422804 - APREN
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
APDO : LUIZ CARLOS DIAS LIMA
ADV : ALEXANDRE BARREIRA DE OLIVEIRA
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.04.002226-6 (200751040022266) 422820 - APREN
APTE : PAULO CESAR DA CRUZ
ADV : GERALDO MARCELINO DE FREITAS JUNIOR
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : EMERSON LUIZ BOTELHO DA SILVA
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 4A VARA DE VOLTA REDONDA-RJ
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 1995.51.01.012865-7 (9500128659) 422781 - AC RJ
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANDERSON OLIVEIRA CASTELUCIO
APDO : SEVERINO ANTONIO DA SILVA
ADV : MARCELO DAVIDOVICH E OUTROS
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.805225-7 (200751018052257) 422795 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANDERSON OLIVEIRA CASTELUCIO
APDO : ALEXANDRE DA SILVA DE AZEREDO
ADV : ISAIAS F CALHEIROS
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.805966-5 (200751018059665) 422810 - APREN
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
APDO : NILSON NEVES
ADV : LUIZ CARLOS DA SILVA LOYOLA
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.805984-7 (200751018059847) 422778 - APREN
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANDERSON OLIVEIRA CASTELUCIO
APDO : DEAN LEE PI KUNG
ADV : SALETE CONCEICAO DA CRUZ
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 37A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2003.50.01.002999-8 (200350010029998) 73193 - AMS E
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : FLAVIO TELES FILOGONIO
APDO : ARISTOTELES MAURICIO GARCIA RAMOS
ADV : LUIZ TELVIO VALIM
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2003.51.04.000319-9 (200351040003199) 422794 - APREN
APTE : ACCACIO ANTONIO DE FRANCA
ADV : JOILSON OLIVEIRA DE ALMEIDA
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : DANIEL DE ARAUJO PERALTA
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 4A VARA DE VOLTA REDONDA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.04.000899-3 (200751040008993) 422834 - AC R
APTE : JOSE RABELO DE MORAIS
ADV : MARIZA SILVA SANTOS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : DANIEL DE ARAUJO PERALTA
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.810032-0 (200751018100320) 422734 - AC R
APTE : MARILIA RIBEIRO DE CAMPOS DIAS
ADV : MARCELO GOMES DA ROSA E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANDERSON OLIVEIRA CASTELUCIO
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.810160-8 (200751018101608) 422741 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
APDO : JORGE ALVES CALHEIROS
ADV : PAULO CESAR NAVARRO
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.024291-4 (200751010242914) 73188 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : XAVIER BERNARDES BRAGANCA SOC/ DE ADVOGADOS
ADV : LEONARDO VIVEIROS DE CASTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2000.51.01.520842-2 (200051015208422) 422786 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : AVIANCA AEROVIAS NACIONALES DE COLOMBIA
ADV : ADRIANO MOTA CASSOL E OUTROS
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.531392-2 (200451015313922) 422839 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : GUANABARA PALACE HOTEL LTDA
ADV : ANDRE LUIZ N. DE O. CARUSO
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.019931-0 (200751010199310) 422768 - APREN
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : M-I SWACO DO BRASIL COM/SERVICOS E MINERACAO LTA
ADV : DANIELLA CAMPOS PINTO E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 20A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2002.50.01.000131-5 (200250010001315) 422822 - AC E
APTE : JBM SERVICOS E REPRESENTACOES LIMITADA
ADV : ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

APDO : SERVICO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE)
ADV : SANDRO VIEIRA DE MORAES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2005.51.02.005462-9 (200551020054629) 422769 - APREN
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC : EDUARDO MACCARI TELLES
APDO : ADHEMAR JOSE DE MARINS
ADV : GARY DE OLIVEIRA BON ALI E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE NITEROI-RJ
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.021602-5 (200551010216025) 422803 - AC R
APTE : HTL CONSULTORIA TRIBUTARIA LTDA
ADV : EDEMEIA GOMES DE MORAIS
APDO : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
PROC : MATHEUS VIEIRA DE ALMEIDA FERREIRA
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.02.004667-8 (200751020046678) 73183 - AMS R
APTE : EXPRESSO AGUA MARINHA LTDA
ADV : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.007740-2 (200551010077402) 422743 - AC R
APTE : ESSO BRASILEIRA DE PETROLEO LTDA
ADV : ROSANE LUCIA DE SOUZA THOME E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.02.000204-3 (200751020002043) 422764 - AC R
APTE : ELSON TAVARES ROCHA
ADV : ZELIA MARIA FERNANDES DE LUNA
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.531220-6 (200451015312206) 422821 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : VASCO DA GAMA LICENCIAMENTOS S/A
ADV : MARIANA AGOSTINI DE SEQUEIRA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.002083-0 (200551010020830) 422745 - AC R
APTE : VERA LUCIA PORTO
ADV : JOMAR DOS REIS QUINTAS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.022849-8 (200751010228498) 73181 - AMS R
APTE : SATG EDICOES MUSICAIS LTDA ME
ADV : CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 1996.51.01.019704-0 (9600197040) 422736 - AC RJ
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO E OUTROS
APDO : HELDER FAUSTO LOPES DA SILVA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.000358-3 (200551010003583) 422807 - AC R
APTE : ROSANY FONTANA DO CARMO MACHADO
ADV : FRANCINE BRANDAO
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.014923-5 (200651010149235) 422728 - AC R
APTE : ESIO LUIZ DO REGO
ADV : IRIS RENE BRITO DE MATTOS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.006265-1 (200751010062651) 422811 - AC R
APTE : MARIA TERESA FARIAS ARAUJO E OUTRO
ADV : RAFAEL DAUM STABILE DE SOUSA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROGEL CARMAN GOMES BARBOSA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.011575-8 (200751010115758) 422730 - AC R
APTE : HENRIETTE MASSOUD RAGI
ADV : ANDRE FURTADO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MAURICIO CAMPOS DE ANDRADE ALVES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.022574-6 (200751010225746) 422841 - AC R
APTE : LUIZ GERARDO NEVES
ADV : FLAVIO SOARES CRELIER
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE A LOURENCO
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.02.000492-1 (200751020004921) 422790 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROBERTA ROSA RIBEIRO E OUTROS
APDO : PAULO CEZAR DA COSTA BASTOS
ADV : LUCIMAR DO ROSARIO SOARES
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.002495-9 (200751010024959) 422755 - AC R
APTE : ALAYM QUINTINO DOS ANJOS
ADV : FELIZUMIR DIAS RIBEIRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.010699-0 (200751010106990) 422783 - AC R
APTE : SERGIO MACARIO DE OLIVEIRA
ADV : ROGERIO DE BRITTO SILVA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.012599-5 (200751010125995) 422733 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL VERSIANI CHIEZA E OUTROS
APDO : RISOLETA SALES MENDES FERREIRA
ADV : ACCACIO MONTEIRO BARROZO
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.012875-3 (200751010128753) 422850 - AC R
APTE : MARCELO VICENTI RAISINGER
ADV : RAQUEL DE FREITAS SIMEN
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.025458-8 (200751010254588) 422844 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : VERONICA TORRI E OUTROS
APDO : ERNESTO FREITAS DA SILVA
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.04.002930-3 (200751040029303) 422805 - AC R
APTE : LUCILEA FONSECA CUNHA
ADV : MARIA DE FATIMA DOS SANTOS GRILLO COUTINHO
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCIO DE OLIVEIRA RIBEIRO E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.51.01.011661-5 (200851010116615) 73187 - AMS R
APTE : 1 CAMARA ARBITRAL BRASILEIRA DE MEDIACAO CONCILIACAO E ARBITRAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV : MARCOS ALBERTO GRAÇA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARLOS EDUARDO LEITE SABOYA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 1996.51.01.075640-5 (9600756406) 422797 - AC RJ
APTE : MARIA BELGUE DE OLIVEIRA MARTINS
ADV : ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.007437-8 (200451010074378) 422836 - AC R
APTE : CLERIA MARIA FERREIRA LIMA
ADV : SEVERINO DO RAMO DAS NEVES SILVA
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : AVELINA MENDONCA DA SILVA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.018062-2 (200451010180622) 422855 - AC R
APTE : LUIZ ANTONIO RODRIGUES
ADV : HENRIQUE CZAMARKA E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEANDRO LARA LEAL E OUTROS
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.000133-5 (200651010001335) 422738 - AC R
APTE : DALVA REGINA VIEIRA DE ALMEIDA E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.002948-5 (200651010029485) 422847 - AC R
APTE : JOSE LUIZ NUNES DE MELLO
ADV : VALERIA CRISTINA LEAL BARBOSA DA SILVA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.017336-5 (200651010173365) 73184 - AMS R
APTE : ROBERTA RODRIGUES TEIXEIRA DE CASTRO
ADV : KISSILLA SANTO RIBAS E OUTRO
APDO : FUNDACAO OSWALDO CRUZ- FIOCRUZ
PROC : ALEXANDER ALI SHAH
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.023339-8 (200651010233398) 73182 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : ALAN OLIVEIRA DE SA
ADV : KATIA LEITE DE OLIVEIRA
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.024472-4 (200651010244724) 422798 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES
APDO : ELISABETE CLAUDINO DA SILVA
ADV : MONICA SALES CABRAL
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.004250-9 (200151010042509) 422838 - AC R
APTE : ANDRE LUIS SILVA DE SOUZA
ADV : JOSE FLORENTINO DOS SANTOS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.013672-4 (200451010136724) 422789 - AC R
APTE : ELIANA MARIA GLASSER
ADV : MAURO BUMASCHNY E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2005.50.01.010789-1 (200550010107891) 422848 - AC E
APTE : AERCIO FERNANDES DE NOVAES
ADV : MARCELO MATEDI ALVES
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.009172-9 (200751010091729) 422785 - AC R
APTE : VALERIANO OSVALDE ANDRADE CALDAS
ADV : FREDERICO LUNDGREN BASTOS E OUTRO
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : AURIVAL JORGE P.SILVA E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.012942-3 (200751010129423) 422827 - AC R
APTE : REGINA MARIA DO REGO MONTEIRO DE ABREU
ADV : AGNELO DANTE COSTA QUINTELLA E OUTROS
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUCIA RODRIGUES CAETANO E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.51.01.001080-1 (200851010010801) 422776 - AC R
APTE : RUTH DE AGUIAR BARBOSA TRAVASSOS SARINHO
ADV : FERNANDO FERNANDES GAMA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2003.51.04.002555-9 (200351040025559) 422729 - AC R
APTE : ERALDO ALVES FERREIRA E OUTROS
ADV : VICTOR JACOMO DA SILVA E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARIO JORGE OLIVEIRA JR E OUTROS
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.024081-0 (200651010240810) 422793 - AC R
APTE : WESLEN DORIA BARCELLOS DE PINHO
ADV : GEORGE LUIZ DE DEUS GARCIA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.010558-3 (200751010105583) 422815 - AC R
APTE : LUCIANA BRANDAO VIEIRA BISPO
ADV : KATIA FARHAN BOAVENTURA BROWNE
APDO : UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A E OUTROS
ADV : PATRICIA DE MACEDO FLORIO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROC : ADRIANA TEIXEIRA DE TOLEDO
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.025712-7 (200751010257127) 422857 - AC R
APTE : ASSOCIACAO SINDICAL DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL D MINAS GERAIS
ADV : WEBER PEIXOTO NOVAIS E OUTRO
APDO : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC : ROBERVAL BORGES FILHO
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.028334-5 (200751010283345) 422799 - AC R
APTE : JOAO EVANGELISTA MOURAO
ADV : MARCO ANTONIO DA VEIGA SENNA E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2002.51.01.025549-2 (200251010255492) 422771 - REOAC
PARTEA : SONIA MARIA REIS CORDEIRO
ADV : MARCIA CATAO FERREIRA GUIMARAES E OUTRO
PARTER : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 27A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.001190-3 (200451010011903) 422823 - APREN
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARIA AUGUSTA DA SILVA
ADV : MARCO ANTONIO HURTADO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 27A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.003557-6 (200651010035576) 422770 - APREN
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARIA LUISA LINS MARTINS
ADV : LILIAN TRINDADE PITTA E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 20A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.021882-8 (200651010218828) 422744 - AC R
APTE : ERNANI MONTEIRO ALVES
ADV : GLAUCO GOMES C. DA SILVA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.012177-1 (200751010121771) 422800 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : AURIVAL PARDAUIL E OUTROS
APDO : MANOEL PORTO ALONSO - ESPOLIO
ADV : TATIANA ALONSO PUSTILNICK
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.023757-8 (200751010237578) 73191 - REOMS
PARTEA : CISA TRADING S.A.
ADV : LEONARDO CAMANHO CAMARGO
PARTER : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 14A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.025480-1 (200751010254801) 422796 - AC R
APTE : CARLA REGINA DA SILVA SANTOS
ADV : MARIA LUCIA DE LUNA CORREIA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.030541-9 (200751010305419) 73190 - REOMS
PARTEA : FERNANDA DORNELLAS GODIN DA FONSECA
ADV : MARIANA TONELLI VIANA
PARTER : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - RIO DE JANEIRO
ADV : GUILHERME PERES DE OLIVEIRA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 16A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 1996.51.01.000138-8 (9600001383) 422774 - AC RJ
APTE : EVERTON SANTOS DE OLIVEIRA
ADV : LEONEL RODRIGUES
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.007189-0 (200351010071890) 422759 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ALEXANDRE KUWADA OBERG FERRAZ E OUTROS
APDO : NEIDE DELFINO DA SILVA SANTIAGO
ADV : DEFENSORA PUBLICA DA UNIAO
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.020058-0 (200451010200580) 422787 - AC R
APTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 1A REGIAO/RJ
ADV : FERNANDA COELHO KRATZ E OUTROS
APDO : BANCO SANTANDER S/A E OUTROS
ADV : RAFAEL SALLES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.013891-9 (200551010138919) 422760 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARCELO ANTERO DE CARVALHO
ADV : ONURB COUTO BRUNO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.022767-9 (200551010227679) 422817 - REOAC
PARTEA : COML/ ALFA RIO LTDA
ADV : MONICA ELISA DE LIMA E OUTROS
PARTER : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 9A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.020285-7 (200651010202857) 422780 - AC R
APTE : CLAUDIA BARROSO GANDOLPHO E OUTRO
ADV : LEONARDO P MEIRELLES QUINTELLA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCIA M. DE M. DE MESQUITA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.50.01.001238-4 (200750010012384) 422829 - AC E
APTE : CLEBER ANTONIO PAGANINI E OUTRO
ADV : INGRID SILVA DE MONTEIRO PASCOAL
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2000.51.01.011242-8 (200051010112428) 422845 - AC R
APTE : SERGIO VIRGILIO MOREIRA DO NASCIMENTO
ADV : PAULO LEANDRO DE MATOS CAMPOS E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
ADV : SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2002.51.02.003924-0 (200251020039240) 422766 - AC R
APTE : SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE NITEROI
ADV : ELAINE LOUZADA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.004845-1 (200551010048451) 422757 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROGEL CARMAN GOMES BARBOSA E OUTROS
APDO : WAGNER JUSTINO CORVINO
ADV : ANDERSON COSTA BARRETO
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.027448-7 (200551010274487) 422819 - AC R
APTE : BAR E RESTAURANTE NOVA ONDA DO MEIER LTDA
ADV : LIVIA BASTOS BICUDO MADRUGA
APDO : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADV : CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA DA SILVA
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.022066-9 (200751010220669) 422750 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : DANIEL MALAGUTI BUENO E SILVA
APDO : JOSE EMILIO MARTINS
ADV : GILBERTO TEIXEIRA DE SOUZA
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.016805-9 (200651010168059) 422761 - AC R
APTE : CECILIA PIRES E OUTROS
ADV : ALVARO DE CARVALHO HOMERO
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.002460-1 (200751010024601) 422777 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA E OUTROS
APDO : PAULO RIBEIRO DA SILVA E OUTRO
ADV : PATRICE DESIREE NEVES DE MELLO E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.003532-5 (200751010035325) 422754 - AC R
APTE : PAULO CEZAR AMARO DE OLIVEIRA
ADV : PAULO CEZAR GONCALVES DA SILVA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEILA MATHEUS REGA E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.010737-3 (200751010107373) 422758 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : AURIVAL JORGE PARDAUIL SILVA E OUTROS
APDO : MOYSES WARSZAWSKI
ADV : CARLOS ROBERTO COUTO DE MATTOS E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.018678-9 (200751010186789) 422833 - AC R
APTE : LECI AGUIAR DE SOUZA
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCIA M. DE M. DE MESQUITA E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 1977.51.01.304320-0 (0003043207) 422731 - AC RJ
APTE : BRAULIO E SILVA GOMES
ADV : VALDEIR PEREIRA GOMES
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2000.51.02.002619-3 (200051020026193) 422818 - AC R
APTE : AQUINO CAETANO DE ASSUMPCAO
ADV : MARIA LUIZA DA SILVA BARBOSA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL BURKLE WARD E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.000998-1 (200151010009981) 422765 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : FLAVIA DA SILVA BASTOS REP/ P/ JORGE LUIS DA SILVA
ADV : LAIS MOREIRA PIRES E OUTRO
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.006437-4 (200751010064374) 422851 - AC R
APTE : CYRIO FREIRE DA CONCEICAO
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.008458-0 (200751010084580) 422746 - AC R
APTE : DELMIRO SALGADO IGLEZIAS
ADV : MARCUS ALEXANDRE SIQUEIRA MELO E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.011740-8 (200751010117408) 422792 - AC R
APTE : MARIA ROSA SALDANHA MARINHO
ADV : REJANE DE SOUZA PEREIRA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.018643-1 (200751010186431) 422809 - AC R
APTE : DIVA GOMES DA SILVA
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCIA M. DE M. DE MESQUITA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.022140-6 (200751010221406) 73186 - AMS R
APTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROC : ROBERTO GONCALVES DE MATOS
APDO : MARCIA BRITZ BELACIANO
ADV : LUIZ GUSTAVO DE M. RIBEIRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 16A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2003.50.01.004719-8 (200350010047198) 422828 - AC E
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS
APDO : AUGUSTO FENNER SANDER E OUTROS
ADV : RENATA SCHIMIDT GASPARINI
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.015182-1 (200551010151821) 422782 - AC R
APTE : LOURISINHA FERNANDES PEREIRA E OUTROS
ADV : PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2006.50.01.003735-2 (200650010037352) 422860 - AC E
APTE : LEONARDO THEBALDI
ADV : CHRISTOVAM RAMOS PINTO NETO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.019114-1 (200751010191141) 422843 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : VERONICA TORRI E OUTROS
APDO : FATIMA CONCEICAO SOUZA
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.022429-0 (200551010224290) 422762 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCIO LUIZ DE CAMPOS MATHIAS E OUTROS
APDO : ELZA ALVES DE ALMEIDA
ADV : SHEILA BARRETO
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.027322-7 (200551010273227) 422742 - AC R
APTE : WALDEIR MARCONI E OUTROS
ADV : HELIO GONCALVES E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.005298-7 (200651010052987) 422779 - AC R
APTE : ANTONIO EDUARDO MACHADO
ADV : CESAR GERPI MOREIRA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEILA MATHEUS REGA E OUTROS
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.016946-9 (200751010169469) 422784 - AC R
APTE : LIA DE SOUZA ALVES
ADV : FREDERICO LUNDGREN BASTOS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE A LOURENCO E OUTROS
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.51.02.004373-2 (200751020043732) 422852 - AC R
APTE : JOSE AMERICO DA SILVEIRA
ADV : SANDRO PEREIRA DA SILVA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010892-6 (200350010049110) 8112 - CC ES
AUTOR : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BENTO ADEODATO PORTO
RÉU : COLONIA DE PESCA Z-7 (BARRA DO RIACHO/ARACRUZ)
ADV : DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
SUSCTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
SUSDO : JUIZO DA 3A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA - ES
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010777-6 (200651100065521) 167320 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : AUTO VIACAO REGINAS LTDA
ADV : ALESSANDRO SANTOS SILVA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010906-2 (0005178509) 167410 - AG RJ
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : CALCADOS LAURA LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010912-8 (0005809100) 167414 - AG RJ
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : COML/ DE FERRAGENS RYDALA LTDA E OUTRO
ADV : MARGARIDA PENHA CARNEIRO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010909-8 (200151015083447) 167416 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : CARLOS EDUARDO RIBEIRO
ADV : VALMIR DE ARAUJO COSTA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010910-4 (200751010308949) 167415 - AG R
AGRTE : WERDINEY GONCALVES DA ROCHA
ADV : PAULO ABREU DE MORAES
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010908-6 (0006032990) 167419 - AG RJ
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : IRMAOS VIEIRA E CIA LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010911-6 (8800114490) 167413 - AG RJ
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : MARMORARIA VAZ LOBO LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010891-4 (200851010102057) 167399 - AG R
AGRTE : RADIO MANCHETE LTDA
ADV : ANTONIO CANDIDO DE AZEVEDO SODRE FILHO E OUTRO
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010914-1 (0005832799) 167417 - AG RJ
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : CARTONAGEM CARIOCA LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010915-3 (200851010030198) 167418 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : TECNOSOLO ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE SOLOS E MATERIAIS S/A
ADV : GUILHERME BASTOS NUNES BATISTA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010905-0 (200751015021705) 167409 - AG R
AGRTE : NATAN JOIAS LTDA
ADV : TAINA PITANGA DE ANDRADE E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010907-4 (0006098991) 167411 - AG RJ
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : DEPOSITO DE FERRO VELHO OXOSSI CACADOR LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010356-4 (200051010135520) 167125 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : ANTONIO LOPES E OUTROS
ADV : ANDRE BERNARDES LOPES
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010903-7 (200751010032210) 167407 - AG R
AGRTE : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR-ANS
PROC : MARCIA CRISTINA BIER VIEIRA
AGRDO : SANDRA MARIA APARECIDA PEDRO CINTRA
ADV : LIZIA DE PEDRO CINTRA
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010916-5 (200851010087524) 167420 - AG R
AGRTE : INST NAC DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUST - INMETRO
PROC : HAROLDO DE OLIVEIRA ALMEIDA
AGRDO : RAFBRAS PRODUTOS DE PETROLEO LTDA
ADV : MARGARET DE OLIVEIRA BERALDO MAGALHÃES E OUTRO
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010832-0 (200802010108320) 9664 - MS RJ
IMPTE : PEDRO BATOULI E OUTRO
ADV : PAULO PATRICIO BEZERRA FILHO
IMPDO : SECRETARIO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR - SR. RICARDO PENA RIBEIRO
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010893-8 (200551010160184) 167400 - AG R
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : HUMBERTO PESSOA PAES PINTO E OUTROS
AGRDO : AUTO MECANICA DEFAVERI MULTI MARCA LTDA E OUTRO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010900-1 (200851010085941) 167404 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : LUIZ MAURICIO LEMOS DOS SANTOS
ADV : RICARDO GOMES DA SILVA
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010782-0 (200451010245999) 167325 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : IVAN VIANNA TEIXEIRA
ADV : SERGIO VIANNA TEIXEIRA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010923-2 (200851010096707) 167422 - AG R
AGRTE : MAURO VILLAR FURTADO
ADV : ROBERTO MIRANDA NOGUEIRA JUNIOR
AGRDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010895-1 (9700021572) 167403 - AG RJ
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : ARCENIA DA COSTA MARTINS
ADV : GENEROSA FREITAS DA COSTA MAIA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010901-3 (200851010092416) 167405 - AG R
AGRTE : ROBERTO GUTIERREZ NETTZ
ADV : GUSTAVO TEIXEIRA KAISER E OUTROS
AGRDO : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREMERJ
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010889-6 (200851010284196) 167398 - AG R
AGRTE : THELMAN MADEIRA DE SOUZA
ADV : ANDRE ANDRADE VIZ E OUTROS
AGRDO : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010839-2 (9400018576) 167357 - AG ES
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS
AGRDO : MARIA DA PENHA GUELER
ADV : JOAO BATISTA DALAPICOLA SAMPAIO E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010922-0 (200751010117160) 167421 - AG R
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUCIA RODRIGUES CAETANO E OUTROS
AGRDO : MIGUEL ANTONIO TUPINAMBA ARAUJO SOUZA
ADV : FERNANDA DUTRA DE A. SOUSA
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010896-3 (200851010100413) 167402 - AG R
AGRTE : DENISE DAS CHAGAS SILVA
ADV : DENISE DAS CHAGAS SILVA
AGRDO : CENTRO DE SELECAO E DE PROMOCAO DE EVENTOS DA UNIVERSIDADE D BRASILIA - CESPE/UNB
ADV : SEM ADVOGADO
AGRDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010888-4 (200851040009461) 167397 - AG R
AGRTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC : NICOLA TUTUNGI JUNIOR
AGRDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010467-2 (0009873198) 167155 - AG RJ
AGRTE : JANDYRA BRITO NOGUEIRA PASSOS E OUTROS
ADV : HAROLDO CARNEIRO LEAO E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JOSE CARLOS DA FROTA MATOS
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010904-9 (200851010108734) 167408 - AG R
AGRTE : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS ANP
PROC : LUIZ VICENTE SANCHES LOPES
AGRDO : ANA FLAVIA FREITAS AGUIAR
ADV : ROSANA MARIA RIBEIRO BARRETO GOMES FREIRE E OUTROS
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2007.50.01.001911-1 (200750010019111) 422861 - AC E
APTE : LEONARDO THEBALDI
ADV : JOSE BORGES TEIXEIRA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. POR DEPENDÊNCIA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010894-0 (200751120003203) 5868 - HC RJ
IMPTE : FERNANDO AUGUSTO FERNANDES E OUTROS
IMPDO : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE ITAPERUNA-RJ
PACTE : D.S.G. - REU PRESO
PACTE : A.S.B. - REU PRESO
ADV : FERNANDO AUGUSTO FERNANDES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010351-5 (200751100026581) 167316 - AG R
AGRTE : MAURO DONATI
ADV : CARLOS ALBERTO FERNANDES E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010787-9 (200750010077342) 9663 - MS ES
IMPTE : JOAQUIM SIMPLICIO NETO E OUTRO
ADV : LANIA ROVENIA COURA DE CARVALHO E OUTROS
IMPDO : JUIZO DA 3A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DE VITORIA - ES
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010830-6 (200151010204200) 167354 - AG R
AGRTE : RIO SUL LINHAS AEREAS S/A E OUTROS
ADV : ANTONIO DE OLIVEIRA TAVARES PAES E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADV : SACHA CALMON NAVARRO COELHO E OUTROS
AGRDO : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC : CELSO ANTONIO DE CARVALHO
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010383-7 (200750010062790) 167128 - AG E
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : RODRIGO SALES DOS SANTOS E OUTROS
AGRDO : MOACYR PEREIRA FRANCEZ E CONJUGE
ADV : ELIANE MARIA TARDIN
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010934-7 (200751120003203) 5870 - HC RJ
IMPTE : JOSE MAURO COUTO DE ASSIS FILHO
IMPDO : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE ITAPERUNA-RJ
PACTE : S. L. F. O. - REU PRESO
ADV : JOSE MAURO COUTO DE ASSIS FILHO
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. PREVENÇAO INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010935-9 (200751120003203) 5871 - HC RJ
IMPTE : MAURICIO NEVILLE E OUTRO
IMPDO : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE ITAPERUNA-RJ
PACTE : J. R. R. - REU PRESO
ADV : JOSE MAURICIO NEVILLE DE CASTRO JUNIOR E OUTRO
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. PREVENÇAO INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010877-0 (200551010124684) 14761 - AGREXT
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : MARIA DE LOURDES PINTO DOS SANTOS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010878-1 (9802336815) 14762 - AGRESP
AGVTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC : ALINE REIS DE SOUZA JATAHY
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : SEBASTIAO MARTINS REP/ P/ MARIA DA PENHA MARTINS
ADV : GREICE FREDERICA N. LEAL E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010879-3 (199851010168103) 14763 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : MARIA DO PATROCINIO DOS SANTOS
ADV : ANTONIO AUGUSTO PEREIRA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010880-0 (200451010001545) 14771 - AGREXT
AGVTE : BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROC : ELLIS JUSSARA BARBOSA DE SOUZA E OUTRO
AGVDO : JOSE GERALDO ANDRADE DE PAULA
ADV : HELENA CALVALCANTI DA COSTA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010881-1 (200102010039296) 14770 - AGREXT
AGVTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGVDO : OFICINA MECASOL LTDA
ADV : JOAO PAULO ARAUJO DE FREITAS E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010882-3 (9602054530) 14769 - AGRESP
AGVTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : LUIZ BARBOSA GONDIM

AGVDO : JOSE GERALDO DE QUEIROZ E OUTROS
ADV : MARGARIDA M. NEWLANDS DE FREITAS E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010883-5 (199751020400030) 14768 - AGRESP
AGVTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : GIUSEPPINA PANZA BRUNO
AGVDO : MARGARIDA CELESTE DE OLIVEIRA E OUTROS
ADV : MARCELO XIMENES APOLIANO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010884-7 (200451010021180) 14767 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : MARISTELA MOURA BERLITZ
ADV : PATRICIA REIS NEVES BEZERRA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010885-9 (200051010177903) 14764 - AGRESP
AGVTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ROBERTO NUNES
AGVDO : ALVARO TOSINS E OUTROS
ADV : JEFFERSON RAMOS RIBEIRO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010886-0 (200202010477991) 14765 - AGRESP
AGVTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV : ISABEL CRISTINA B. B. FERREIRA
AGVDO : NAGIB ALBUDANE
ADV : ANA PAULA MENGUAL
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010887-2 (200151010090530) 14766 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : ADILSON DE SOUZA MACHADO REP/ P/ ABIGAIL DE SOUZA SILVA
ADV : JOSE TEIXEIRA DE LIMA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010898-7 (9201027133) 1797 - MCI RJ
REQTE : EXPRESSO CONTINENTAL LTDA
ADV : FABIANO CRISTO CABRAL RODRIGUES E OUTROS
REQDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010899-9 (9201027133) 1798 - MCI RJ
REQTE : EXPRESSO CONTINENTAL LTDA
ADV : FRANCISCO DE ASSIS SOUZA COLEHO FILHO E OUTROS
REQDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2001.02.01.041541-5 (200051020019012) 41321 - AMS R
APTE : GABIER JOIAS LTDA
ADV : LUIZ ANTONIO DA SILVA SANTOS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : FABIO LUIZ MOBARAK IGLESSIA
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

REDIS. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A RESOLUÇÃO 7/2006

PROCESSO : 98.02.13331-0 (9701008642) 22073 - AMS RJ
APTE : ANTONIO CIANNI E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A RESOLUÇÃO 7/2006

REDIS. AUTOMÁTICA EM 08.07.2008

PROCESSO : 2005.50.01.005107-1 (200550010051071) 391026 - EINF
EMBGTE : FERNANDO NOVAES DUARTE E OUTRO
ADV : SUELI DE PAULA FRANCA E OUTRO
EMBGDO : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO DA 5A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 3A.SEÇÃO ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : DES.FED.POUL ERIK DYRLUND

DES.FED.RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
JCMARCELO PEREIRA/no afast. Relator
REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2004.51.01.025337-6 (200451010253376) 384299 - EINF
EMBGTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO E OUTROS
EMBGDO : BIO-SERVICE PROPOSTAS AMBIENTAIS
ADV : JOSE NOLASCO DE CARVALHO E OUTRO
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 3A.SEÇÃO ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : DES.FED.ANTÔNIO CRUZ NETTO

DES.FED.VERA LÚCIA LIMA
REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 1997.51.01.021704-3 (9700217043) 337007 - EINF
EMBGTE : NELSON SANTA ROSA DE CARVALHO
ADV : ADILSON DE VASCONCELLOS LEAL
EMBGDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 4A.SEÇÃO ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : DES.FED.ANTÔNIO CRUZ NETTO

DES.FED.VERA LÚCIA LIMA
JCLUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relat
REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2004.50.01.013524-9 (200450010135249) 392825 - EINF
EMBGTE : MARIO LOPES DE RESENDE FILHO
ADV : RODRIGO MIGUEL VAEVLOET E OUTROS
EMBGDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 4A.SEÇÃO ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : DES.FED.POUL ERIK DYRLUND

DES.FED.RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
JCMARCELO PEREIRA/no afast. Relator
REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A R. DECISÃO DE FLS. 3

PROCESSO : 2006.51.01.003132-7 (200651010031327) 386302 - EINF
EMBGTE : NILDETE PRATA BUENO DE MEDEIROS
ADV : LUCIA ANDRE SAUER E OUTRO
EMBGDO : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADV : FABRICIO MOLINARI MELLO E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 4A.SEÇÃO ESPEC
IMPEDIDO(S) : DES.FED.ANTÔNIO CRUZ NETTO

DES.FED.PAULO ESPIRITO SANTO
DES.FED.VERA LÚCIA LIMA
REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 1994.50.01.001612-5 (9400016123) 335723 - AC ES
APTE : CILONI EDSON FRANCO
ADV : IZAEL DE MELLO REZENDE E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANESIO OTTO FIEDLER
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A R. DECISÃO DE FLS. 1

PROCESSO : 2006.51.02.000187-3 (200651020001873) 419859 - AC R
APTE : DALVANIRA AMARAL AGOSTINHO
ADV : ALVARO DE CARVALHO HOMERO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ELVIRA REBELLO
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A R. DECISÃO DE FLS. 1

PROCESSO : 2006.50.02.000530-0 (200650020005300) 407606 - AC E
APTE : CLOVIS DE MAGALHAES BRAGA
ADV : ADELIA DE SOUZA FERNANDES
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : EDUARDO LIPUS GOMES
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A DECISÃO DE FLS. 214/

PROCESSO : 99.02.05884-1 (9400046235) 193376 - AC ES
APTE : INST. BRAS. DO MEIO-AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
PROC : ANA EMILIA GAZEL JORGE
APDO : FIESA - FERROESTE INDUSTRIAL DO ESPIRITO SANTO S/A
ADV : MARCIO SOUZA PIRES
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-ES
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A R. DECISÃO DE FLS. 2

PROCESSO : 1999.02.01.060554-2 (9400046227) 221522 - AC ES
APTE : INST. BRAS. DO MEIO-AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
PROC : ANA EMILIA GAZEL JORGE E OUTRO
APDO : FIESA - FERROESTE INDUSTRIAL DO ESPIRITO SANTO S/A
ADV : MARCIO SOUZA PIRES
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A CERTIDÃO DE FLS. 269

PROCESSO : 2003.50.02.001946-1 (200350020019461) 366631 - AC E
APTE : BRAMINEX - BRASILEIRA DE MARMORE EXPORTADORA S/A
ADV : PAULO DUARTE CALHEIROS
APDO : INST. BRAS. DO MEIO-AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
PROC : NAILTON O. CRESPO FILHO
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A CERTIDÃO DE JULGAMEN

PROCESSO : 2002.02.01.026298-6 (200051010111837) 43989 - AMS R
APTE : AECIO LADEIRA BAPTISTA E OUTROS
ADV : MARILDA DE AGUIAR E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.1

PROCESSO : 99.02.22820-8 (9400049374) 202007 - AC ES
APTE : INST. BRAS. DO MEIO-AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
PROC : ANA EMILIA GAZEL JORGE E OUTRO
APDO : CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A
ADV : MARCIO SOUZA PIRES
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A R. CERTIDÃO DE JULGA

PROCESSO : 1999.51.01.060362-6 (9900603621) 354588 - AC RJ
APTE : SPARTACUS S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
ADV : SEM ADVOGADO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : GUILHERME GALVAO CALDAS DA CUNHA
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : J.F.CONV.JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA

REDIS. POR DEPENDÊNCIA EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2001.02.01.009777-6 (200051040020690) 74398 - AG RJ
AGRTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANA CRISTINA SILVA SANTOS
AGRDO : ANISIO GOMES DA MOTA
ADV : ETTORE DALBONI DA CUNHA
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2001.51.01.016459-7 (200151010164597) 307841 - AC R
APTE : JOSE SIQUEIRA SILVA
ADV : EVANDRO SOUTO MAIOR
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A RESOLUÇÃO 7/2006

PROCESSO : 2000.02.01.027278-8 (9900181506) 33791 - AMS RJ
APTE : PFIZER LIMITED E OUTRO
ADV : ROBERTO DA SILVEIRA TORRES JUNIOR E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI
ADV : ANDRE LUIS BALLOUSSIER A. DA LUZ E OUTROS
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : JCMÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator

REDISTRIB. PARA ORGÃO JULGADOR EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A R. DECISÃO DE FLS. 6

PROCESSO : 2000.02.01.067908-6 (002022) 253193 - AC RJ
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV : PAULO ROBERTO MARCHIORI
APDO : ALCINO HIGINO DIAS
ADV : DEFENSORIA PUBLICA R.J.
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : DES.FED.ANDRÉ FONTES

REDISTRIB. PARA ORGÃO JULGADOR EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A R. DECISÃO DE FLS. 5

PROCESSO : 2001.51.01.015265-0 (200151010152650) 354583 - AC R
APTE : SPARTACUS S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
ADV : SEM ADVOGADO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SERGIO MANDELBLATT E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : DANIEL MALAGUTI BUENO E SILVA
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : J.F.CONV.JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA

REDISTRIB. PARA ORGÃO JULGADOR EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2004.51.01.022051-6 (200451010220516) 380256 - AC R
APTE : LEIA FERNANDES MARTINS
ADV : NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : RAUL J. L. P. SOUTO
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : J.F.CONV.JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA

REDISTRIB. PARA ORGÃO JULGADOR EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2004.51.01.004425-8 (200451010044258) 359909 - AC R
APTE : GILBERTO LIMA CRUZ FILHO E OUTRO
ADV : HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : JCLUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relat

REDISTRIB. PARA ORGÃO JULGADOR EM 08.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A R. DECISÃO DE FLS. 4

PROCESSO : 2000.51.01.030876-1 (200051010308761) 341397 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JORGE CESAR BARBOSA DO AMARAL
APDO : ORMINDA RAMOS DE ASSUMPCAO E OUTROS
ADV : ANA CRISTINA SCHEFFER E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 7A VARA-RJ
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.504379-3 (200351015043793) 54763 - AMS R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JORGE BATISTA FERNANDES JUNIOR
APDO : JAIR FERREIRA DA SILVA FILHO
ADV : CARLOS VARGAS FARIAS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 35A VARA-RJ
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2002.02.01.033515-1 (8800146139) 293419 - AC RJ
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARCIA CECILIANO DUTRA SOUTO E OUTROS
APDO : PEDRO CORREA DA ROSA FILHO E OUTROS
ADV : GUACIRA DE FRANCA ALBUQUERQUE E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2002.50.01.001719-0 (200250010017190) 389920 - AC E
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS
APDO : MARIO BELINO DE PAULA MACHADO
ADV : CLAUDINE SIMOES MOREIRA
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2003.50.01.007422-0 (200350010074220) 396324 - AC E
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FREDERICO LYRA CHAGAS E OUTROS
APDO : ANTONIO ROCHA ABELHA E OUTRO
ADV : DOROTEIA MARIA CABRAL DE SOUZA E OUTRO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2004.50.01.001621-2 (200450010016212) 392807 - AC E
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FREDERICO LYRA CHAGAS E OUTROS
APTE : EDEGAR JOSÉ KROHLING
ADV : DANIELA RIBEIRO PIMENTA E OUTRO
APDO : OS MESMOS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 08.07.2008

PROCESSO : 2004.50.01.005745-7 (200450010057457) 396466 - AC E
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FREDERICO LYRA CHAGAS E OUTROS
APDO : PAULA VALÉRIA ALEIXO DA SILVA
ADV : JOAQUIM FERREIRA SILVA FILHO E OUTRO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 08.07.2008

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE 08.07.2008

DESEMBARGADOR	ENC	ATRI	1REG	2REG	DIST	REDI	TOTAL
PAULO BARATA	2	0	0	0	6	0	8
FREDERICO GUEIROS	6	0	0	0	8	0	14
TANIA HEINE	5	0	0	0	5	0	10
ALBERTO NOGUEIRA	0	0	0	0	4	1	5
PAULO ESPIRITO SANTO	3	0	0	0	9	0	12
ANTÔNIO CRUZ NETTO	18	0	0	0	8	2	28
FERNANDO MARQUES	0	0	11	0	2	0	13
MARIA HELENA CISNE	1	0	0	0	3	1	5
VERA LÚCIA LIMA	2	0	0	0	11	1	14
RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	3	0	0	0	9	0	12
LUIZ ANTONIO SOARES	1	0	0	0	5	0	6
BENEDITO GONCALVES	2	0	0	0	5	5	12
FRANCISCO PIZZOLANTE	0	0	0	0	3	0	3
GUILHERME DIEFENTHAELER	1	0	0	0	5	0	6
LILIANE RORIZ	1	0	0	0	5	0	6
SERGIO SCHWAITZER	4	0	0	0	8	1	13
POUL ERIK DYRLUND	7	0	0	0	6	3	16

ANDRÉ FONTES	0	0	0	0	3	0	3
REIS FRIEDE	7	0	0	0	6	3	16
JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA	0	0	0	0	9	0	9
ABEL GOMES	1	0	0	0	5	1	7
MESSOD AZULAY NETO	1	0	0	0	5	3	9
LUIZ PAULO S ARAUJO F º/ no afast . R	1	5	0	0	7	1	14
MARCELO PEREIRA / no afast . Relator	2	0	0	0	8	0	10
MÁRCIA HELENA NUNES / no afast . Rela	2	2	0	0	0	1	5
TOTAL	70	7	11	0	145	23	256

PROCESSOS REMETIDOS PARA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO:

PROCESSO : 1976.51.01.219688-0 (0002196883) 422854 - AC RJ
: 9500464381
APTE : ACIRENE SOARES DA SILVA E OUTROS
ADV : MARIA ALICE ADAO ANTUNES
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANDREA BAYAO PEREIRA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA

PROCESSO : 1996.51.02.034249-8 (9600342490) 422740 - AC RJ
APTE : DARIO ALVES CORREA FILHO
ADV : DARIO ALVES CORREA FILHO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ADRIANA REIS DE PAULA
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 1997.50.01.009362-5 (9700093620) 422863 - AC ES
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
ADV : RICARDO BERMUDES MEDINA GUIMARAES E OUTROS
APDO : USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A
ADV : J. MILTON BITTENCOURT E OUTROS
APDO : GERDAU AÇOMINAS S/A
ADV : GUILHERME POGGIALI ALMEIDA E OUTROS
APDO : COMPANHIA SIDERURGICA DE TUBARAO - CST
ADV : MARCELO ABELHA RODRIGUES E OUTROS
APDO : COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA
ADV : MARCELLA RIOS GAVA FURLAN E OUTROS
APDO : LUIS ANDRE RICO VICENTE E OUTRO
ADV : WALMIR DE CASTRO BRAGA E OUTROS
APDO : JOSE ARMANDO DE FIGUEIREDO CAMPOS E OUTROS
ADV : GERALDO RIBEIRO VIEIRA E OUTROS
APDO : CLAUDIO JOSE ANCHIETA DE CARVALHO BORGES
ADV : SERGIO BERMUDES E OUTROS
APDO : IVO COSTA SERRA
ADV : GERALDO CONSOLACAO BRAGA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS

PROCESSO : 1999.51.01.055752-5 (9900557522) 422826 - AC RJ
: 9201304498
APTE : FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
ADV : MARIANA MOREIRA DO VALLE E OUTRO
APDO : MONASA COSULTORIA E PROJETOS LTDA
ADV : MARCELO QUINTANILHA SALOMÃO
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES

PROCESSO : 2000.51.01.033187-4 (200051010331874) 422830 - AC R
: 200251010112632
: 8900151231
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : ALCINO DE FREITAS REIS E OUTROS
ADV : MARIO LACERDA SOARES NETO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE

PROCESSO : 2001.51.01.007772-0 (200151010077720) 422842 - AC R
: 200251010032764
APTE : MARIA OZORIO MONTEIRO
ADV : ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GERSON DE CARVALHO FRAGOZO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND

PROCESSO : 2002.51.01.000221-8 (200251010002218) 422832 - AC R
: 200351010111700
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL VERSIANI CHIEZA E OUTROS
APTE : VALCIR INACIO DE ALMEIDA
ADV : ERICA DE ALMEIDA SANTOS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/NO AFAST. RELA

PROCESSO : 2002.51.01.011263-2 (200251010112632) 422824 - AC R
: 8900151231
: 200051010331874
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : ALCINO DE FREITAS REIS E OUTROS
ADV : LUCIANE LYRIO CALDEIRA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE

PROCESSO : 2002.51.01.021389-8 (200251010213898) 422788 - AC R
: 200251010181575
: 200251010072233
APTE : ELIAS DA SILVA PEREIRA
ADV : FERNANDO SANTIAGO VAZ
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : OCTAVIO CAIO COUTO E SILVA
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE

PROCESSO : 2003.50.01.006198-5 (200350010061985) 422831 - AC E
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS
APDO : ALMIR VIANA DOS SANTOS E OUTROS
ADV : ANDRE LUIZ MOREIRA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES

PROCESSO : 2003.51.01.010830-0 (200351010108300) 422749 - AC R
APTE : JOSE DOS SANTOS PEREIRA E OUTRO
ADV : MARIA DAS GRACAS C. LIMA DE ANDRADE
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE

PROCESSO : 2003.51.01.018521-4 (200351010185214) 422840 - AC R
APTE : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC : DANILO SARMENTO FERREIRA
APDO : QUALITY ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S/C LTDA
ADV : AUREANE RODRIGUES DA SILVA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS

PROCESSO : 2003.51.01.022351-3 (200351010223513) 422814 - AC R
APTE : ROBERTO DE ALMEIDA CARDOSO E OUTRO
ADV : RONALDO GOTLIB COSTA E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : BRUNO VAZ DE CARVALHO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND

PROCESSO : 2004.50.01.012559-1 (200450010125591) 422858 - AC E
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : QUEZIA PIRES DE MOURA E OUTRO
ADV : CLARISSA FERNANDES DELLANDREA
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/NO AFAST. RELATOR

PROCESSO : 2005.50.01.001445-1 (200550010014451) 73196 - AMS E
APTE : ATTA CAPIGUARA S/A
ADV : LEONNY MIGUEL DALMASO SILVA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE

PROCESSO : 2005.50.01.002675-1 (200550010026751) 422813 - AC E
: 200650010072820
APTE : JADIR NARDI DE MORAES E OUTROS
ADV : RODRIGO BOUERI FILGUEIRAS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANESIO OTTO FIEDLER
APDO : UNIAO FEDERAL
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : JADIR NARDI DE MORAES
ADV : RODRIGO BOUERI FILGUEIRAS
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND

PROCESSO : 2005.50.01.005267-1 (200550010052671) 73199 - AMS E
APTE : BANESTES CORRETORA E ADMINISTRADORA DE SEGUROS LTDA
ADV : LUIZ GUSTAVO A. S. BICHARA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE

PROCESSO : 2005.50.01.011277-1 (200550010112771) 422856 - AC E
APTE : ELISA IOLANDA DOS SANTOS
ADV : WERNER BRAUN RIZK E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE

PROCESSO : 2005.51.01.016384-7 (200551010163847) 422801 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUIZ ANTONIO AZAMOR RODRIGUES E OUTROS
APDO : DELFINO MAURICIO LOUZADA
ADV : SOLANGE DE LIMA RODRIGUES
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND

PROCESSO : 2005.51.01.026355-6 (200551010263556) 422862 - AC R
APTE : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC : MARISA CASSIA BATISTA DE SA
APDO : AMESP- ADMINISTRADORA DE PLANOS DE SAUDE E ODONTOLOGICOS LTD
ADV : JOSE LUIZ TORO DA SILVA E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 23A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER

PROCESSO : 2005.51.01.490365-5 (200551014903655) 422849 - APREN
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : INCASA CONSTRUCOES LTDA E OUTROS
ADV : LEONARDO LOBO DE ALMEIDA E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 24A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA

PROCESSO : 2005.51.02.004971-3 (200551020049713) 422816 - AC R
: 9700438015
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : FLORIANO MOINHO PERES E OUTRO
ADV : MARIA VICTORIA SANTOS COSTA
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS

PROCESSO : 2006.51.01.003601-5 (200651010036015) 422808 - AC R
APTE : ARLINDO MARQUES LIMA
ADV : MARCUS ALEXANDRE S MELO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE A LOURENCO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA

PROCESSO : 2006.51.01.003884-0 (200651010038840) 422859 - AC R
APTE : CRISTIANA MACHADO MACIEL E OUTRO
ADV : ALEXANDRA DE SOUZA NIGRI
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL VERSIANI CHIEZA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO

PROCESSO : 2006.51.01.004262-3 (200651010042623) 422791 - AC R
APTE : PAULO ROBERTO LEMOS RAMALHO E OUTRO
ADV : ELIEL SANTOS JACINTHO E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS

PROCESSO : 2006.51.01.008733-3 (200651010087333) 422739 - AC R
: 200451010148350
APTE : ANDERSON ELOI DA SILVA
ADV : HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/NO AFAST. RELATOR

PROCESSO : 2006.51.01.009118-0 (200651010091180) 422802 - AC R
: 200651010130731
APTE : JOSE LEANDRO PEREIRA E CONJUGE
ADV : CRISTIANA DA CONCEICAO GOMES E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL VERSIANI CHIEZA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER

PROCESSO : 2006.51.01.013073-1 (200651010130731) 422806 - AC R
: 200651010091180
APTE : JOSE LEANDRO PEREIRA E CONJUGE
ADV : CRISTIANA DA CONCEICAO GOMES E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL VERSIANI CHIEZA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER

PROCESSO : 2006.51.01.017899-5 (200651010178995) 422737 - AC R
APTE : BENTO GOMES DE PINHO
ADV : DEFENSOR PUBLICO DA UNIAO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2006.51.01.019816-7 (200651010198167) 422853 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL VERSIANI CHIEZA E OUTROS
APDO : MARIA DA PENHA XAVIER PINHEIRO GURGEL DE ALENCAR E OUTRO
ADV : JOSE PERELMITER E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO

PROCESSO : 2006.51.01.021416-1 (200651010214161) 73197 - AMS R
APTE : EMPILHADEIRAS SUL AMERICANAS S/A
ADV : FERNANDO LOESER E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE

PROCESSO : 2006.51.02.003929-3 (200651020039293) 422825 - AC R
: 200551020040291
APTE : TRADICAO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ANIMAIS LTDA
ADV : ARLEI DIAS DOS SANTOS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL BURKLE WARD E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO

PROCESSO : 2006.51.04.000526-4 (200651040005264) 422837 - REOAC
PARTEA : MARIA DE LOURDES RODRIGUES COSTA
ADV : CARLOS ROBERTO PRUDENTE
PARTER : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JORGE FREITAS ZOFOLI
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 4A VARA DE VOLTA REDONDA-RJ
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE

PROCESSO : 2007.50.01.002309-6 (200750010023096) 73202 - AMS E
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ALL VICTOR IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA
ADV : EDUARDO XIBLE SALLES RAMOS E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER

PROCESSO : 2007.51.01.017378-3 (200751010173783) 73192 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : ANDREA PEREIRA MAGALHAES
ADV : ERIC NILSON LOFGREN
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2007.51.01.017878-1 (200751010178781) 73189 - AMS R
APTE : AMIR GONCALVES NETO
ADV : JOSELY ALVES DE PAULA OLIVEIRA
APDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
PROC : MARCELO FRANCISCO FRAGOSO DE CASTRO
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2007.51.01.021364-1 (200751010213641) 422748 - AC R
: 9900161831
APTE : DANIEL DE SOUZA PENSABEM
ADV : LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA

PROCESSO : 2007.51.01.026583-5 (200751010265835) 73200 - AMS R
APTE : GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A
ADV : ANTONIO CARLOS GARCIA DE SOUZA E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 10A VARA-RJ
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE

PROCESSO : 2007.51.01.027763-1 (200751010277631) 73185 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : NEUSA MARIA LESSA GUERREIRO
ADV : GISELE WAINSTOK
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 20A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND

PROCESSO : 2007.51.01.027915-9 (200751010279159) 422732 - AC R
: 200651010136228
APTE : CRISTIANO LIMA FRANCA
ADV : FREDERICO PERPETUO DA CONCEICAO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS

PROCESSO : 2007.51.01.029500-1 (200751010295001) 73198 - AMS R
APTE : GLAUCIA DE MELLO BRITO
ADV : PAULO ANDRE VIANNA NASSER E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND

PROCESSO : 2007.51.01.029664-9 (200751010296649) 73201 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : DROGASMIL MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA
ADV : JOSE OSWALDO CORREA E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA

PROCESSO : 2007.51.01.800620-0 (200751018006200) 73195 - AMS R
APTE : PAULA BACELLAR PEREIRA SOARES DE SOUZA E OUTRO
ADV : JACQUES MALKA Y NEGRI E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/NO AFAST. RELATOR

PROCESSO : 2008.02.01.010779-0 (200051010109636) 167321 - AG R
: 9400273509
: 9900592913
: 9900592921
: 9900592930
: 9900592948
: 9900592956
: 9900592964
: 9900631838
: 9900631846
: 9900631854
: 9900631862
: 9900631870
: 9900631889
: 9900631897
: 9900631900
: 200051010081766
: 200051010081778
: 200051010081833
: 200051010081845
: 200051010081857
: 200051010081950
: 200051010081961
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ANA CLAUDIA VILLA NOVA PESSANHA DE SOUZA E OUTROS
AGRDO : ODETE RORIZ DE SOUZA
ADV : LEILA MALAFAIA MARQUES E OUTRO
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA

PROCESSO : 2008.02.01.010819-7 (200550010081336) 167347 - AG E
AGRTE : THORK COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADV : ENRIQUE DE GOEYE NETO E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE

PROCESSO : 2008.02.01.010890-2 (200551090003751) 9665 - MS RJ
IMPTE : A. J. DE C.
ADV : FLAVIO LUIS SOARES TEIXEIRA
IMPDO : SERVENTUARIO DO CARTORIO DO TRF DA 2A. REGIÃO
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/NO AFAST. RELATOR

PROCESSO : 2008.02.01.010894-0 (200751120003203) 5868 - HC RJ
: 200751120005649
: 200751120005637
: 200751120006708
IMPTE : FERNANDO AUGUSTO FERNANDES E OUTROS
IMPDO : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE ITAPERUNA-RJ
PACTE : D.S.G. - REU PRESO
PACTE : A.S.B. - REU PRESO
ADV : FERNANDO AUGUSTO FERNANDES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO

PROCESSO : 2008.02.01.010897-5 (200851010100425) 167401 - AG R
: 200851010100413
AGRTE : DENISE DAS CHAGAS SILVA
ADV : DENISE DAS CHAGAS SILVA
AGRDO : CENTRO DE SELECAO E DE PROMOCOES DE EVENTOS DA UNIVERSIDADE DE BRASILIA (CESPE/UNB) E OUTRO
ADV : SEM ADVOGADO
AGRDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA

PROCESSO : 2008.02.01.010902-5 (200351010173110) 167406 - AG R
AGRTE : CESAR ARAUJO PEREZ
ADV : DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : PATRICIA DUARTE DAMATO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE

PROCESSO : 2008.02.01.010913-0 (0005416990) 167412 - AG RJ
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE METAIS RIO LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES

PROCESSO : 2008.02.01.010917-7 (200851010010760) 8114 - CC RJ
: 9700124665
AUTOR : MOYSES BARBOSA
ADV : FERNANDO FERNANDES GAMA
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2008.02.01.010918-9 (200851010020387) 8115 - CC RJ
: 9700124665
AUTOR : VERA LUCIA ARDITTI
ADV : FERNANDO FERNANDES GAMA
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 18A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2008.02.01.010919-0 (200751018091871) 5869 - HC RJ
: 200751018116302
IMPTE : MARCIO ENGELBERG MORAES E OUTRO
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : JOSE RENATO DA LUZ BELSITO - REU PRESO
ADV : MARCIO ENGELBERG MORAES E OUTRO
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES

PROCESSO : 2008.02.01.010920-7 (200851010014417) 8116 - CC RJ
: 9700124665
AUTOR : ANA HERTZ BITTENCOURT ALMEIDA MAGALHAES
ADV : FERNANDO FERNANDES GAMA
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2008.02.01.010921-9 (200851010022979) 8113 - CC RJ
: 9700124665
AUTOR : JOSE ALBERTO COSTA
ADV : FERNANDO FERNANDES GAMA
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 18A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2008.02.01.010924-4 (200851010011040) 8122 - CC RJ
: 9700124665
AUTOR : MARIA HILMA CARVALHO AZEVEDO
ADV : FERNANDO FERNANDES GAMA
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2008.02.01.010925-6 (200851010011260) 8127 - CC RJ
: 9700124665
AUTOR : LUZIA TALMA DE OLIVEIRA
ADV : FERNANDO FERNANDES GAMA
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2008.02.01.010926-8 (200851010014442) 8118 - CC RJ
: 9700124665
AUTOR : CELSO BASTOS FERREIRA E SILVA
ADV : FERNANDO FERNANDES GAMA
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2008.02.01.010927-0 (200851010010904) 8119 - CC RJ
: 9700124665
AUTOR : JAIR LOPES
ADV : FERNANDO FERNANDES GAMA
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2008.02.01.010928-1 (200151010224065) 8121 - CC RJ
: 200351010160205
AUTOR : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RÉU : FABIO GONCALVES RAUNHEITTI
ADV : SEM ADVOGADO
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 7A VARA DE EXECUCAO FISCAL-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 20A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER

PROCESSO : 2008.02.01.010929-3 (200851010011003) 8117 - CC RJ
: 9700124665
AUTOR : ARISTIDES PINHEIRO
ADV : FERNANDO FERNANDES GAMA
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2008.02.01.010930-0 (200851010011684) 8120 - CC RJ
: 9700124665
AUTOR : JOSE AFFONSO DA COSTA GIESTEIRA
ADV : FERNANDO FERNANDES GAMA
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2008.02.01.010931-1 (200851010011143) 8123 - CC RJ
: 9700124665
AUTOR : SANDRA CARVALHO DE ARAUJO CUNHA
ADV : FERNANDO FERNANDES GAMA
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2008.02.01.010932-3 (200851010124480) 8124 - CC RJ
: 9700124665
AUTOR : JOSE MARTINS DE SOUZA RAMOS SOBRINHO
ADV : FERNANDO FERNANDES GAMA
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2008.02.01.010933-5 (200851010011271) 8125 - CC RJ
: 9700124665
AUTOR : NELZA FERNANDES FIGUEIREDO
ADV : FERNANDO FERNANDES GAMA
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2008.02.01.010936-0 (200751018126230) 5872 - HC RJ
: 200751018126381
: 200351015049606
IMPTE : LEONARDO MARTINS DOS SANTOS
IMPDO : JUIZO DA 4A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : ANTONIO CARLOS MACEDO - REU PRESO
ADV : LEONARDO MARTINS DOS SANTOS
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ

PROCESSO : 2008.02.01.010937-2 (200851010055183) 9666 - MS RJ
IMPTE : ERIVECIO MENDONCA
ADV : MARGARETH DE LENA COSTA
IMPDO : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS

PROCESSO : 2008.02.01.010938-4 (200851010020387) 8126 - CC RJ
: 9700124665
AUTOR : OLIQUERMO MORAIS DA SILVA
ADV : FERNANDO FERNANDES GAMA
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 18A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2008.51.01.011194-0 (200851010111940) 73203 - AMS R
APTE : SCHOLAR LANGUAGES CENTER LTDA
ADV : CARLOS SCHUBERT DE OLIVEIRA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE

PROCESSO : 2008.51.04.000744-0 (200851040007440) 422835 - AC R
: 200751040022357
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA ESTRUTURA TERRESTRE - DNIT
PROC : ROBERTO GONCALVES DE MATOS
APDO : MUNICIPIO DE BARRA MANSA
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND

TERMO DE ENCERRAMENTO - 2ª VIA

Contém a presente ata a distribuição de 0186 feitos, realizada por processamento eletrônico de dados e 0070 encaminhados para verificação de correlação totalizando, 0034 folhas, todas por mim conferidas e rubricadas. (a) ..... (Romildo Narciso Volotão), Diretor da Secretaria de Atividades Judiciárias.

Rio de Janeiro - RJ, 08 de julho de 2008.

JOAQUIM ANTONIO CASTRO AGUIAR
Presidente

ÍNDICES POR ADVOGADO DOS FEITOS DISTRIBUÍDOS
EM 08.07.2008.

Nome do Advogado	Código OAB	Número do Processo
ACCACIO MONTEIRO BARROZO	RJ090955	2007.51.01.012599-5
ADELIA DE SOUZA FERNANDES	ES004525	2006.50.02.000530-0
ADILSON DE VASCONCELLOS LEAL	RJ001854A	1997.51.01.021704-3
ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR	SP128515	2002.50.01.000131-5
ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU	RJ065963	1996.51.01.075640-5
ADRIANA TEIXEIRA DE TOLEDO	RJ091103	2007.51.01.010558-3
ADRIANO MOTA CASSOL	RJ099481	2000.51.01.520842-2
AGNELO DANTE COSTA QUINTELLA	RJ123596	2007.51.01.012942-3
ALBERTO SOUTO	RJ054051	2007.51.01.810532-8
ALESSANDRO SANTOS SILVA	RJ105838	2008.02.01.010777-6
ALEXANDER ALI SHAH		2006.51.01.017336-5
ALEXANDRE BARREIRA DE OLIVEIRA	RJ096047	2007.51.01.810987-5
ALEXANDRE KUWADA OBERG FERRAZ	RJ080429	2003.51.01.007189-0
ALINE REIS DE SOUZA JATAHY		2008.02.01.010878-1
ALVARO DE CARVALHO HOMERO	RJ083610	2006.51.01.016805-9
		2006.51.02.000187-3
ANA CRISTINA SCHEFFER	RJ120090	2000.51.01.030876-1
ANA CRISTINA SILVA SANTOS	RJ050778	2001.02.01.009777-6
ANA EMILIA GAZEL JORGE	RO000239	1999.02.01.060554-2
ANA EMILIA GAZEL JORGE		99.02.05884-1
		99.02.22820-8
ANA PAULA MENGUAL	RJ073608	2008.02.01.010886-0
ANDERSON COSTA BARRETO	RJ114334	2005.51.01.004845-1
ANDERSON OLIVEIRA CASTELUCIO		1995.51.01.012865-7
		2007.51.01.805225-7
		2007.51.01.805984-7
		2007.51.01.810032-0
		2007.51.01.810532-8
		2007.51.01.813051-7

ANDRE ANDRADE VIZ	RJ057863	2008.02.01.010889-6
ANDRE BERNARDES LOPES	RJ100689	2008.02.01.010356-4
ANDRE FURTADO	RJ130363	2007.51.01.011575-8
ANDRE LUIS BALLOUSSIER A. DA LUZ	RJ049726	2000.02.01.027278-8
ANDRE LUIZ N. DE O. CARUSO	RJ107650	2004.51.01.531392-2
ANESIO OTTO FIEDLER	ES003375	1994.50.01.001612-5
ANTONIO AUGUSTO PEREIRA	RJ084124	2008.02.01.010879-3
ANTONIO CANDIDO DE AZEVEDO SODRE FILH	SP015467	2008.02.01.010891-4
ANTONIO DE OLIVEIRA TAVARES PAES	RJ001646A	2008.02.01.010830-6
AURIVAL JORGE P.SILVA	RJ000821	2007.51.01.009172-9
AURIVAL JORGE PARDAUIL SILVA	RJ000821	2007.51.01.010737-3
AURIVAL PARDAUIL	RJ000821	2007.51.01.012177-1
BENTO ADEODATO PORTO	ES007486	2008.02.01.010892-6
BRUNA SARMENTO DOS SANTOS		2006.51.01.518468-7
		2007.51.01.810160-8
		2007.51.01.810807-0
BRUNA SARMENTO DOS SANTOS	RJ113351	2007.51.01.805966-5
		2007.51.01.810987-5
CARLOS ALBERTO FERNANDES	SP057203	2008.02.01.010351-5
CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA DA SILVA	RJ115002	2005.51.01.027448-7
CARLOS EDUARDO LEITE SABOYA	RJ110265	2008.51.01.011661-5
CARLOS ROBERTO COUTO DE MATTOS	RJ070891	2007.51.01.010737-3
CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO	RJ020283	2007.51.01.022849-8
CARLOS VARGAS FARIAS	RJ074153	2003.51.01.504379-3
CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES	RJ108296	1996.51.01.075640-5
		2006.51.01.024472-4
CELSO ANTONIO DE CARVALHO		2008.02.01.010830-6
CESAR GERPI MOREIRA	RJ055282	2006.51.01.005298-7
CHRISTOVAM RAMOS PINTO NETO	ES007367	2006.50.01.003735-2
CINTIA DE ANDRADE MELLO	RJ124493	2007.51.01.803438-3
CLAUDINE SIMOES MOREIRA	ES000226B	2002.50.01.001719-0
CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES	RJ138017	2002.51.02.003924-0
DANIEL BURKLE WARD	RJ135235	2000.51.02.002619-3
DANIEL DE ARAUJO PERALTA		2003.51.04.000319-9
		2007.51.04.000899-3
DANIEL MALAGUTI BUENO E SILVA		2001.51.01.015265-0
		2007.51.01.022066-9
DANIEL VERSIANI CHIEZA	RJ126753	2007.51.01.012599-5
DANIELA RIBEIRO PIMENTA	ES007322	2004.50.01.001621-2
DANIELLA CAMPOS PINTO	RJ140057	2007.51.01.019931-0
DANIELLE DE A LOURENCO	RJ116610	2007.51.01.016946-9
		2007.51.01.022574-6
DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO	RJ116610	2007.51.01.008458-0
		2007.51.01.010699-0
		2007.51.01.011740-8
		2007.51.01.025480-1
DEFENSORA PUBLICA DA UNIAO		2003.51.01.007189-0
DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO		2008.02.01.010892-6
DEFENSORIA PUBLICA R.J.		2000.02.01.067908-6
DENISE DAS CHAGAS SILVA	RJ117321	2008.02.01.010896-3
DOROTEIA MARIA CABRAL DE SOUZA	ES006454	2003.50.01.007422-0
EDEMEIA GOMES DE MORAIS	SP217480	2005.51.01.021602-5
EDUARDO LIPUS GOMES		2006.50.02.000530-0
EDUARDO MACCARI TELLES	RJ001673B	2005.51.02.005462-9
ELAINE LOUZADA	RJ126843	2002.51.02.003924-0
ELIANE MARIA TARDIN	ES009242	2008.02.01.010383-7
ELLIS JUSSARA BARBOSA DE SOUZA	RJ068769	2008.02.01.010880-0
ELVIRA REBELLO		2006.51.02.000187-3
EMERSON LUIZ BOTELHO DA SILVA		1996.51.04.069222-3
		2007.51.04.002226-6
ERIKA SEIBEL PINTO	ES009181	2002.50.01.001719-0
		2003.50.01.004719-8
		2007.50.01.001238-4
		2008.02.01.010839-2
ETTORE DALBONI DA CUNHA	RJ005063	2001.02.01.009777-6
EVANDRO SOUTO MAIOR	RJ053223	2001.51.01.016459-7
FABIANO CRISTO CABRAL RODRIGUES	DF013725	2008.02.01.010898-7
FABIO LUIZ MOBARAK IGLESSIA	RJ086369	2001.02.01.041541-5
FABRICIO MOLINARI MELLO	RJ092213	2006.51.01.003132-7
FELIZUMIR DIAS RIBEIRO	RJ050916	2007.51.01.002495-9
FERNANDA COELHO KRATZ	RJ132462	2004.51.01.020058-0
FERNANDA DUTRA DE A. SOUSA	RJ133486	2008.02.01.010922-0
FERNANDO AUGUSTO FERNANDES	RJ108329	2008.02.01.010894-0
FERNANDO FERNANDES GAMA	RJ115771	2008.51.01.001080-1
FLAVIO SOARES CRELIER	RJ130892	2007.51.01.022574-6
FLAVIO TELES FILOGONIO		2003.50.01.002999-8
FRANCINE BRANDAO	RJ095900	2005.51.01.000358-3
FRANCISCO DE ASSIS SOUZA COLEHO FILHO	MA003810	2008.02.01.010899-9
FREDERICO LUNDGREN BASTOS	RJ108894	2007.51.01.009172-9
		2007.51.01.016946-9
FREDERICO LYRA CHAGAS	ES009496	2003.50.01.007422-0
		2004.50.01.001621-2
		2004.50.01.005745-7
GARY DE OLIVEIRA BON ALI	RJ004474	2005.51.02.005462-9
GENEROSA FREITAS DA COSTA MAIA	RJ086856	2008.02.01.010895-1
GEORGE LUIZ DE DEUS GARCIA	RJ137608	2006.51.01.024081-0
GERALDO MARCELINO DE FREITAS JUNIOR	MG078618	2007.51.04.002226-6
GILBERTO TEIXEIRA DE SOUZA	RJ133914	2007.51.01.022066-9
GIUSEPPINA PANZA BRUNO		2008.02.01.010883-5
GLAUCO GOMES C. DA SILVA	RJ116633	2006.51.01.021882-8
GREICE FREDERICA N. LEAL	RJ062573	2008.02.01.010878-1
GUACIRA DE FRANCA ALBUQUERQUE	RJ055826	2002.02.01.033515-1
GUILHERME BASTOS NUNES BATISTA	RJ104517	2008.02.01.010915-3
GUILHERME GALVAO CALDAS DA CUNHA	RJ020406	1999.51.01.060362-6
GUILHERME PERES DE OLIVEIRA	RJ147553	2007.51.01.030541-9
GUSTAVO TEIXEIRA KAISER	SP210304	2008.02.01.010901-3
HAROLDO CARNEIRO LEAO	RJ014617	2008.02.01.010467-2
HAROLDO DE OLIVEIRA ALMEIDA	RJ051929	2008.02.01.010916-5
HELENA CALVALCANTI DA COSTA	RJ119437	2008.02.01.010880-0
HELIO GONCALVES	RS017371	2005.51.01.027322-7
HENRIQUE CZAMARKA	RJ012203	2004.51.01.018062-2
HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO	RJ101253	2004.51.01.004425-8
HUMBERTO PESSOA PAES PINTO	RJ107955	2008.02.01.010893-8
INGRID SILVA DE MONTEIRO PASCOAL	ES009101	2007.50.01.001238-4
IRIS RENE BRITO DE MATTOS	RJ092567	2006.51.01.014923-5
ISABEL CRISTINA B. B. FERREIRA	RJ029486	2008.02.01.010886-0
ISAIAS F CALHEIROS	RJ128574	2007.51.01.805225-7
IZAEL DE MELLO REZENDE	ES003720	1994.50.01.001612-5
JEFFERSON RAMOS RIBEIRO	RJ079978	2008.02.01.010885-9
JOAO BATISTA DALAPICOLA SAMPAIO	ES004367	2008.02.01.010839-2
JOAO PAULO ARAUJO DE FREITAS	RJ024266	2008.02.01.010881-1
JOAQUIM FERREIRA SILVA FILHO	ES002814	2004.50.01.005745-7
JOILSON OLIVEIRA DE ALMEIDA	RJ039038	2003.51.04.000319-9
JOMAR DOS REIS QUINTAS	RJ134017	2005.51.01.002083-0
JORGE BATISTA FERNANDES JUNIOR		2003.51.01.504379-3
JORGE CESAR BARBOSA DO AMARAL	RJ035337	2000.51.01.030876-1
JOSE BORGES TEIXEIRA	ES013414	2007.50.01.001911-1
JOSE CARLOS DA FROTA MATOS		2008.02.01.010467-2
JOSE FLORENTINO DOS SANTOS	RJ075823	2001.51.01.004250-9
JOSE MAURICIO NEVILLE DE CASTRO JUNIO	RJ066521	2008.02.01.010935-9
JOSE MAURO COUTO DE ASSIS FILHO	RJ096330	2008.02.01.010934-7
JOSE NOLASCO DE CARVALHO	RJ035915	2004.51.01.025337-6
JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA	RJ013040	2006.51.01.000133-5
		2007.51.01.006437-4
		2007.51.01.018643-1
		2007.51.01.018678-9
		2007.51.01.019114-1
		2007.51.01.025458-8
		2008.02.01.010877-0
		98.02.13331-0
JOSE TEIXEIRA DE LIMA	RJ046785	2008.02.01.010887-2
KATIA FARHAN BOAVENTURA BROWNE	RJ033764	2007.51.01.010558-3
KATIA LEITE DE OLIVEIRA	RJ050181	2006.51.01.023339-8
KISSILLA SANTO RIBAS	RJ125928	2006.51.01.017336-5
LAIS MOREIRA PIRES	RJ052265	2001.51.01.000998-1
LANIA ROVENIA COURA DE CARVALHO	ES004768	2008.02.01.010787-9
LEANDRO LARA LEAL	RJ127106	2004.51.01.018062-2
LEILA MATHEUS REGA	RJ123747	2006.51.01.005298-7
		2007.51.01.003532-5
LEONARDO CAMANHO CAMARGO	RJ088992	2007.51.01.023757-8
LEONARDO P MEIRELLES QUINTELLA	RJ113921	2006.51.01.020285-7
LEONARDO VIVEIROS DE CASTRO	RJ103660	2007.51.01.024291-4
LEONEL RODRIGUES	RJ011615	1996.51.01.000138-8
LILIAN TRINDADE PITTA	RJ082358	2006.51.01.003557-6
LIVIA BASTOS BICUDO MADRUGA	RJ133432	2005.51.01.027448-7
LIZIA DE PEDRO CINTRA	SP153191	2008.02.01.010903-7
LUCIA ANDRE SAUER	RJ113880	2006.51.01.003132-7
LUCIA RODRIGUES CAETANO	RJ072123	2007.51.01.012942-3
		2008.02.01.010922-0
LUCIMAR DO ROSARIO SOARES	RJ090559	2007.51.02.000492-1
LUIZ ANTONIO DA SILVA SANTOS	RJ101479	2001.02.01.041541-5
LUIZ BARBOSA GONDIM	RJ035801	2008.02.01.010882-3
LUIZ CARLOS DA SILVA LOYOLA	RJ032511	2007.51.01.805966-5
LUIZ GUSTAVO DE M. RIBEIRO	RJ131369	2007.51.01.022140-6
LUIZ TELVIO VALIM	ES006315	2003.50.01.002999-8
LUIZ VICENTE SANCHES LOPES		2008.02.01.010904-9
MARCELO DAVIDOVICH	RJ053782	1995.51.01.012865-7
MARCELO GOMES DA ROSA	RJ072842	2007.51.01.810032-0
MARCELO MATEDI ALVES	ES010751	2005.50.01.010789-1
MARCELO XIMENES APOLIANO	RJ100255	2008.02.01.010883-5
MARCIA CATAO FERREIRA GUIMARAES	RJ050053	2002.51.01.025549-2
MARCIA CECILIANO DUTRA SOUTO	RJ048093	2002.02.01.033515-1
MARCIA CRISTINA BIER VIEIRA	RJ098922	2008.02.01.010903-7
MARCIA M. DE M. DE MESQUITA	RJ110625	2006.51.01.020285-7
		2007.51.01.018643-1
		2007.51.01.018678-9
MARCIO DE OLIVEIRA RIBEIRO	RJ082723	2007.51.04.002930-3
MARCIO LUIZ DE CAMPOS MATHIAS	RJ083678	2005.51.01.022429-0
MARCIO SOUZA PIRES	MG031069	1999.02.01.060554-2
MARCIO SOUZA PIRES		99.02.05884-1
		99.02.22820-8
MARCO ANTONIO DA VEIGA SENNA	RJ092166	2007.51.01.028334-5

MARCO ANTONIO HURTADO	RJ085157	2004.51.01.001190-3
MARCOS ALBERTO GRAÇA	RJ055769	2008.51.01.011661-5
MARCUS ALEXANDRE SIQUEIRA MELO	RJ065342	2007.51.01.008458-0
MARGARET DE OLIVEIRA BERALDO MAGALHÃE	RJ079658	2008.02.01.010916-5
MARGARIDA M. NEWLANDS DE FREITAS	RJ027297	2008.02.01.010882-3
MARGARIDA PENHA CARNEIRO	RJ035732	2008.02.01.010912-8
MARIA DE FATIMA DOS SANTOS GRILLO COU	RJ086141	2007.51.04.002930-3
MARIA LUCIA DE LUNA CORREIA	RJ110298	2007.51.01.025480-1
MARIA LUIZA DA SILVA BARBOSA	RJ103463	2000.51.02.002619-3
MARIANA AGOSTINI DE SEQUEIRA	RJ116500	2004.51.01.531220-6
MARIANA TONELLI VIANA	RJ137399	2007.51.01.030541-9
MARILDA DE AGUIAR	RJ061997	2002.02.01.026298-6
MARIO JORGE OLIVEIRA JR	RJ130740	2003.51.04.002555-9
MARIZA SILVA SANTOS	RJ080032	2007.51.04.000899-3
MATHEUS VIEIRA DE ALMEIDA FERREIRA	RJ142192	2005.51.01.021602-5
MAURICIO CAMPOS DE ANDRADE ALVES	RJ011610	2007.51.01.011575-8
MAURO BUMASCHNY	RJ014298	2004.51.01.013672-4
MENTO DOS SANTOS	BRUNA SAR	2007.51.01.803438-3
MONICA ELISA DE LIMA	RJ126898	2005.51.01.022767-9
MONICA SALES CABRAL	RJ122359	2006.51.01.024472-4
NAILTON O. CRESPO FILHO		2003.50.02.001946-1
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES	RJ136118	2007.51.02.004667-8
NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS	RJ066650	2004.51.01.022051-6
NICOLA TUTUNGI JUNIOR		2008.02.01.010888-4
OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E	RJ116261	2007.51.01.002460-1
ONURB COUTO BRUNO	RJ000962A	2005.51.01.013891-9
PATRICE DESIREE NEVES DE MELLO	RJ112201	2007.51.01.002460-1
PATRICIA DE MACEDO FLORIO	RJ122188	2007.51.01.010558-3
PATRICIA REIS NEVES BEZERRA	RJ083102	2008.02.01.010884-7
PAULO ABREU DE MORAES	RJ133317	2008.02.01.010910-4
PAULO CESAR NAVARRO	RJ110861	2007.51.01.810160-8
PAULO CEZAR GONCALVES DA SILVA	RJ136311	2007.51.01.003532-5
PAULO DUARTE CALHEIROS	SP181721A	2003.50.02.001946-1
PAULO LEANDRO DE MATOS CAMPOS	RJ104439	2000.51.01.011242-8
PAULO PATRICIO BEZERRA FILHO	RJ094612	2008.02.01.010832-0
PAULO ROBERTO MARCHIORI	RJ052617	2000.02.01.067908-6
PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO	RJ132642	2005.51.01.015182-1
RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO	RJ104569	1996.51.01.019704-0
		2004.51.01.025337-6
RAFAEL DAUM STABILE DE SOUSA	RJ125404	2007.51.01.006265-1
RAFAEL SALLES	RJ106925	2004.51.01.020058-0
RAQUEL DE FREITAS SIMEN	RJ144034	2007.51.01.012875-3
RAUL J. L. P. SOUTO	RJ081919	2004.51.01.022051-6
REJANE DE SOUZA PEREIRA	RJ024548	2007.51.01.011740-8
RENATA SCHIMIDT GASPARINI	ES010131	2003.50.01.004719-8
RICARDO GOMES DA SILVA	RJ116609	2008.02.01.010900-1
ROBERTA ROSA RIBEIRO	RJ125666	2007.51.02.000492-1
ROBERTO DA SILVEIRA TORRES JUNIOR	RJ091617	2000.02.01.027278-8
ROBERTO GONCALVES DE MATOS	RJ050724	2007.51.01.022140-6
ROBERTO MIRANDA NOGUEIRA JUNIOR	RJ130630	2008.02.01.010923-2
ROBERTO NUNES		2008.02.01.010885-9
ROBERVAL BORGES FILHO	RJ076885	2007.51.01.025712-7
ROBSON ANSELMO DE JESUS	RJ117385	2007.51.01.810807-0
RODRIGO MIGUEL VAEVLOET	ES011053	2004.50.01.013524-9
RODRIGO SALES DOS SANTOS	ES009196	2008.02.01.010383-7
ROGEL CARMAN GOMES BARBOSA	RJ124883	2005.51.01.004845-1
		2007.51.01.006265-1
ROGERIO DE BRITTO SILVA	RJ036661	2007.51.01.010699-0
ROSANA MARIA RIBEIRO BARRETO GOMES FR	RJ124619	2008.02.01.010904-9
ROSANE LUCIA DE SOUZA THOME	RJ057693	2005.51.01.007740-2
ROSANGELA SOARES DA SILVA	RJ067463	2007.51.01.813051-7
SACHA CALMON NAVARRO COELHO	RJ112794A	2008.02.01.010830-6
SALETE CONCEICAO DA CRUZ	RJ051666	2007.51.01.805984-7
SANDRO PEREIRA DA SILVA	RJ096229	2007.51.02.004373-2
SANDRO VIEIRA DE MORAES	ES006725	2002.50.01.000131-5
SEM ADVOGADO		1996.51.01.019704-0
		1999.51.01.060362-6
		2001.51.01.015265-0
		2004.51.01.007437-8
		2006.51.01.016805-9
		2007.51.01.012875-3
		2008.02.01.010889-6
		2008.02.01.010893-8
		2008.02.01.010896-3
		2008.02.01.010901-3
		2008.02.01.010906-2
		2008.02.01.010907-4
		2008.02.01.010908-6
		2008.02.01.010911-6
		2008.02.01.010914-1
SEM PROCURADOR		2008.02.01.010896-3
SERGIO MANDELBLATT	RJ078509	2001.51.01.015265-0
SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA	RJ093742	2000.51.01.011242-8
		2004.51.01.004425-8
SERGIO VIANNA TEIXEIRA	RJ013893	2008.02.01.010782-0
SEVERINO DO RAMO DAS NEVES SILVA	RJ097899	2004.51.01.007437-8
SHEILA BARRETO	RJ093975	2005.51.01.022429-0
SUELI DE PAULA FRANCA	ES001793	2005.50.01.005107-1
TAINA PITANGA DE ANDRADE	RJ134401	2008.02.01.010905-0
TATIANA ALONSO PUSTILNICK	RJ138569	2007.51.01.012177-1
TERESA CRISTINA C DA SILVA GUIMARAES	RJ061792	1996.51.04.069222-3
VALDEIR PEREIRA GOMES	RJ086565	1977.51.01.304320-0
VALERIA CRISTINA LEAL BARBOSA DA SILV	RJ099527	2006.51.01.002948-5
VALMIR DE ARAUJO COSTA	RJ012864	2008.02.01.010909-8
VERONICA TORRI	RJ107834	2007.51.01.019114-1
		2007.51.01.025458-8
VICTOR JACOMO DA SILVA	RJ146899	2003.51.04.002555-9
WEBER PEIXOTO NOVAIS	MG0051907	2007.51.01.025712-7
WELLOS ALVES DA SILVA	RJ074810	2006.51.01.518468-7
ZELIA MARIA FERNANDES DE LUNA	RJ050929	2007.51.02.000204-3

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DO DIA 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.14.000045-4 (200551140000454) 422921 - REOAC
PARTEA : DONATO DOMICIANO DA SILVA
ADV : MARISA LIMA DE MATTOS
PARTER : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : VICTOR GONCALVES ROMEU
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE MAGE-RJ
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.06.001108-7 (200651060011087) 422922 - APREN
APTE : PEDRO ERNESTO NOEL
ADV : NORBERTO JUDSON DE SOUZA BASTOS
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : EDUARDO LOUREIRO LEMOS
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE PETROPOLIS-RJ
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010086-1 (20050110042231) 422212 - AC R
APTE : ROSALINA DA SILVA COELHO
ADV : EISENHOWER DIAS MARIANO E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SIDALI JOAO DE MORAES GUIMARAES FILHO
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.805940-9 (200751018059409) 422878 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
APDO : MAURO JOSE IGNACIO DE CARVALHO
ADV : LUCIANA DA CRUZ PIRES
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.524067-8 (200651015240678) 422866 - AC R
APTE : PEIXOTO COM/ IND/ E SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA
ADV : ANA MARIA ANTUNES GOULART E OUTRO
APDO : COML/ UNIDA DE CEREAIS LTDA
ADV : MILTON GOMES MONTEIRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.51.01.506525-5 (200251015065255) 6208 - ACR RJ
APTE : ANA GLORIA RIBEIRO CORREIA
ADV : ALOYSIO SILVA JUNIOR
APTE : JUCIMAR ALVES DA SILVA BARROS
ADV : ATAUALPA DA COSTA CARVALHO FILHO
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.803025-0 (200751018030250) 422918 - AC R
APTE : ADOLPHO ERNESTO FIGUEIRA DE MELLO
ADV : JOSE PERICLES COUTO ALVES E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SHEILA DARDARI CASTANHEIRA
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 1995.50.01.007023-9 (9500070235) 422724 - APREN
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : AFONSO CEZAR CORADINE
APDO : COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
ADV : RICARDO BERMUDES MEDINA GUIMARAES E OUTROS
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.50.01.009312-6 (200150010093126) 73205 - REOMS
PARTEA : ESCELSA - ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S/A
ADV : IMERO DEVENS JUNIOR E OUTROS
PARTER : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : RENATO MIGUEL E OUTROS
PARTER : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PROCURADOR

PARTER : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.510698-2 (200551015106982) 422897 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : YOLANDA PARTICIPACOES S.A.
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.543665-1 (200351015436651) 422909 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : CONSULTORIA EMPREEND E PARTICIPACOES CONSULTEP S/A
ADV : GABRIELA MESQUITA DE CARVALHO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.50.01.001975-4 (200450010019754) 422915 - APREN
APTE : INSTITUTO BATISTA DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA - IBEV
ADV : NEIVA LIMA DOS SANTOS BUAIZ E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.51.01.509930-7 (200251015099307) 422637 - AC R
APTE : BANCO CLASSICO S/A
ADV : FERNANDA MARIA DE A MARQUES E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.011527-0 (200551010115270) 422891 - AC R
APTE : IND/ FERRAGENS PAGE LTDA
ADV : MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.513366-3 (200551015133663) 422910 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : SEAPAR NAVEGACAO MARITIMA LTDA
ADV : CELSO PITHON WERNECK
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.527848-7 (200651015278487) 422873 - AC R
APTE : PIMACO AUTOADESIVOS LTDA
ADV : JOSE OSWALDO CORREA
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.015320-6 (200751010153206) 422476 - AC R
APTE : DATAMEC S/A SISTEMAS E PROCESSAMENTO DE DADOS
ADV : MANOEL FERNANDO THOMPSON MOTTA FILHO E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.06.000729-4 (200451060007294) 422538 - AC R
APTE : CLINICA INFANTO JUVENIL DRA LIDIA CANIZZA SC LTDA
ADV : JOSE AUGUSTO DE TOLEDO NETO E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.525561-6 (200551015255616) 422905 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : GEOSERV PESQUISAS GEOLOGICAS S/A
ADV : RENATA MARIA NOVOTNY E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.017956-9 (200551010179569) 422344 - AC R
APTE : YARA MARTINS PEREIRA
ADV : GARY DE OLIVEIRA BON ALI
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.50.01.007892-1 (200550010078921) 73085 - AMS E
APTE : T.A. OIL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA
ADV : JOSE ARCISO FIOROT E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.006618-0 (200551010066180) 422906 - AC R
APTE : ANNA MARIA RIBEIRO DURAO E OUTROS
ADV : MARIANA DUARTE FERNANDES
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.009782-6 (200551010097826) 422916 - AC R
APTE : LUIZ SHINKADO E OUTROS
ADV : MARIANA DUARTE FERNANDES
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.510590-8 (200651015105908) 422882 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : PASCHOAL JOIAS E ROUPAS LTDA.
ADV : RENATA VASCONCELOS BARRETO
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.528210-7 (200651015282107) 422890 - AC R
APTE : AEROVIAS NACIONALES DE COLOMBIA S/A AVIANCA
ADV : LUISA MEDINA E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.006501-4 (200351010065014) 422272 - AC R
APTE : INSTITUTO DR MANOEL EIRAS
ADV : JOSE ROBERTO DE A. SAMPAIO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.004173-4 (200651010041734) 422876 - AC R
APTE : WALKIR RODRIGUES REIS E OUTRO
ADV : MURILO SAMPAIO E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
ADV : CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.013839-0 (200651010138390) 422871 - AC R
APTE : DOUGLAS ALVES DO NASCIMENTO E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.018083-7 (200651010180837) 422883 - AC R
APTE : MARCELO DE FARIA LEIRINHA
ADV : LEONARDO DE CARVALHO BARBOZA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.027126-4 (200751010271264) 422902 - AC R
APTE : JOAO BATISTA DE MORAES GOMES
ADV : CRISTIANE VIANA DE ANDRADE E OUTRO
APDO : CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - CRF
PROC : FERNANDA OLIVAES VALLE DOS SANTOS E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.02.001588-8 (200751020015888) 73083 - AMS R
APTE : UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA - UNIVERSO
ADV : CARLA ANDREA BEZERRA ARAUJO E OUTROS
APDO : SAMIA DE FIGUEIREDO ARCHANJO DA SILVA E OUTRO
ADV : MARLUCIA APARECIDA FABBRI ROSA
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.010570-0 (200351010105700) 422894 - AC R
APTE : VANIA NIVIA DE CARVALHO E SILVA
ADV : ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTROS
APDO : CEDAE-CIA/ ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS E OUTROS
ADV : LUIZ CARLOS ZVEITER E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES E OUTROS
APDO : BANCO DO BRASIL S/A
ADV : FELIPE AUGUSTO ROLIM JORGE E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.010046-9 (200751010100469) 422604 - AC R
APTE : DARCY DOS SANTOS FERREIRA OLIVEIRA DA COSTA
ADV : MONICLEDSON FERREIRA CARNEIRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.012556-9 (200751010125569) 422582 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO E OUTROS
APDO : LEILA BRUNO CARREGAL E OUTRO
ADV : PRISCILA SANTOS COLOMER MORAGAS E OUTRO
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 1997.51.01.007236-3 (9700072363) 422499 - AC RJ
APTE : SERGIO ROBERTO MOREIRA E OUTRO
ADV : IEDA JULIATTI DE CARVALHO E OUTROS
APDO : SASSE-CIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS
ADV : SEM ADVOGADO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2000.51.01.004491-5 (200051010044915) 422901 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL VERSIANI CHIEZA E OUTROS
APDO : LAURA SANTA ROSA DE CARVALHO
ADV : ARALTON LIMA JUNIOR
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.51.01.007343-2 (200251010073432) 422396 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO E OUTROS
APTE : MAURICIO MAGALHAES COSTA E OUTROS
ADV : JOSEVALDA SILVA DIAS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.001600-4 (200651010016004) 422865 - APREN
APTE : SEVERINA ANTONIA DA SILVA PAIXAO
ADV : PAULO RODRIGUES DA SILVA E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 27A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.024024-0 (200651010240240) 422895 - AC R
APTE : EDIO JUARES DE ANDRADA PEREIRA E OUTROS
ADV : RODRIGO BOUERI FILGUEIRAS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.017764-8 (200751010177648) 422914 - AC R
APTE : RONALDO CARVALHO GOMES E OUTRO
ADV : VALDIR PAES LOUREIRO E OUTRO
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.030109-8 (200751010301098) 72641 - AMS R
APTE : RENATA GOMES SOUZA
ADV : ROSEKLER DE CARVALHO DIAS
APDO : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.51.01.000697-4 (200851010006974) 73208 - REOMS
PARTEA : SHEILA DE LIMA GRYNSZPAN
ADV : DOUGLAS WILSON MAROSTICA LEITE JUNIOR
PARTER : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - RIO DE JANEIRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.001833-8 (200451010018338) 422877 - AC R
APTE : ROBERTO DOS SANTOS FERREIRA
ADV : JOSE ESPEDITO DE SOUZA PEREIRA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.016464-9 (200651010164649) 422342 - AC R
APTE : JOSE ANTONIO DE SOUZA BARELA
ADV : GERSON LUCCHESI
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.009490-1 (200751010094901) 422888 - AC R
APTE : EVALDO VIANNA E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.026176-6 (200551010261766) 422903 - AC R
APTE : MARIA DA CONCEICAO RABELLO LIMA
ADV : LUIZ DE SOUZA GOUVEA E OUTROS
APDO : EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO - EMBRATUR
PROC : MARCELO FRANCISCO FRAGOSO CASTRO
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.015429-2 (200651010154292) 422295 - AC R
APTE : ADRIANA CHAVES DA FONSECA SOUZA E OUTROS
ADV : CLECY BERNARDES VASCONCELLOS E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.016661-0 (200651010166610) 422872 - AC R
APTE : MILTON FREITAS DE BARROS
ADV : ITAN MARTINS MATTOS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROGEL CARMAN GOMES BARBOSA
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.017659-7 (200651010176597) 422868 - AC R
APTE : NATAL SILVA
ADV : DENIZE TELES DE SOUZA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROGEL CARMAN GOMES BARBOSA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.51.007010-7 (200751510070107) 422893 - AC R
APTE : LUIZ DE ARAUJO BARCELLOS
ADV : JULIO CESAR MOREIRA DE JESUS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : VERONICA TORRI E OUTROS
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.007754-5 (200351010077545) 422907 - AC R
APTE : LUCIENE DANTAS
ADV : HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GERSON DE CARVALHO FRAGOZO E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.007862-9 (200651010078629) 422900 - AC R
APTE : ROBERTO SANTOS E OUTRO
ADV : ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : BRUNO VAZ DE CARVALHO E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.017504-0 (200651010175040) 422885 - AC R
APTE : CUSTODIO MARQUES BAPTISTA DE LEAO E OUTROS
ADV : MARLENE BATISTA DE SOUZA
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.50.01.011410-7 (200750010114107) 422454 - AC E
APTE : EDISON LAURO DA SILVA
ADV : EDY COUTINHO E OUTRO
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.009908-0 (200751010099080) 422899 - AC R
APTE : CARLOS ALBERTO DE ROSE SOUZA
ADV : RUBEM DE FARIAS NEVES JUNIOR E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE A LOURENCO E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.026724-8 (200751010267248) 73206 - AMS R
APTE : ARTHUR LUIZ AMORIM MOURA
ADV : LUIZ MARCELO DE SOUZA ROCHA
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 1997.51.01.005436-1 (9700054365) 422887 - AC RJ
APTE : PAULO SERGIO DA SILVA GUIMARAES
ADV : HAMILTON ANDRE DE OLIVEIRA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.011342-3 (200651010113423) 422879 - AC R
APTE : EMMANOEL ROCHA E SILVA
ADV : JOSE ROBERTO NEVES SILVEIRA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.014234-4 (200651010142344) 422660 - AC R
APTE : JOAQUIM ANTONIO CANDEIAS JUNIOR E OUTROS
ADV : DALVA GIL VIANNA GUIMARAES SALLES E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.018282-2 (200651010182822) 421359 - AC R
APTE : JORGE SENNA
ADV : JAIR GIANGIULIO JUNIOR

APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROGEL CARMAN GOMES BARBOSA
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.022422-3 (200151010224223) 422631 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : ARAPUAN MEDEIROS DA MOTTA E OUTRO
ADV : DANILO SAHIONE E OUTROS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.015635-4 (200351010156354) 422075 - AC R
APTE : LUCIO FERREIRA SALLES
ADV : ELIEL SANTOS JACINTHO E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL VERSIANI CHIEZA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.021240-8 (200551010212408) 422484 - AC R
APTE : BERTHA NOEVNA NUTELS
ADV : LAIZA MARIA DE JESUS VIEIRA E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL VERSIANI CHIEZA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.50.01.000163-1 (200650010001631) 422528 - AC E
APTE : CARMELIA MARIA DA SILVA GONCALVES
ADV : WERNER BRAUN RIZK
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.017755-3 (200651010177553) 422442 - AC R
APTE : ESTER ALVES GOMES
ADV : HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL VERSIANI CHIEZA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.002604-0 (200751010026040) 422889 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEONARDO GONCALVES ALMEIDA E OUTROS
APDO : JANE CLEIDE BARROS
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.004524-0 (200751010045240) 73166 - AMS R
APTE : TANIA MARIA MAFRA PORTUGAL
ADV : JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ E OUTRO
APDO : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREMERJ
ADV : SILVIA RODRIGUES DA ROCHA VIEIRA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.025263-0 (200351010252630) 73133 - AMS R
APTE : CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO R.J.- CRA/RJ
ADV : GIOVANNI F MARCHESE E OUTROS
APDO : BSS SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
ADV : RICARDO PORTA MARTINI
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 28A VARA-RJ
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.50.01.008107-9 (200650010081079) 422867 - AC E
APTE : CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - CREA/ES
ADV : ESMERALDO AUGUSTO LUCCHESI RAMACCIOTTI E OUTROS
APDO : KARLA JAQUELINE JARETA
ADV : GIOVANA DE AZEVEDO FIDALGO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.021167-6 (200651010211676) 422920 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : SANDRA IARIA DA SILVA OLIVEIRA
ADV : HANS LANGER
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.010657-5 (200751010106575) 422917 - AC R
APTE : LUIZ TORRES TEIXEIRA
ADV : SONIA REGINA A DA SILVEIRA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.013593-9 (200751010135939) 422884 - AC R
APTE : PAULO ROBERTO PIMENTEL
ADV : LUIZ GUSTAVO DA SILVA PAIXÃO E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.50.01.004247-0 (200250010042470) 422908 - AC E
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS
APTE : ALDA ROSSMANN
ADV : BRUNO SHINITI ALVES DA COSTA
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.000630-4 (200551010006304) 422912 - AC R
APTE : ALTAIR ANTONIO BARROS E OUTRO
ADV : FRIZIA STELLA NUNES DA SILVA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
ADV : BRUNO VAZ DE CARVALHO E OUTROS
APDO : BANERJ CREDITO IMOBILIARIO S/A
ADV : OTAVIO A. VILARINHO CARDOSO FILHO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.002226-0 (200651010022260) 422886 - AC R
APTE : JOSE CARLOS CASTILHO
ADV : DENIZE TELES DE SOUZA E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROSA CAVALCANTE LEMOS E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.016335-2 (200751010163352) 422919 - AC R
APTE : CLAUDIA CAMACHO BRITO LOPES E OUTRO
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2000.51.01.005719-3 (200051010057193) 422904 - AC R
APTE : MANUEL GONCALVES - ESPOLIO
ADV : AMANDA LIMA HUGUENIN DE CARVALHO E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2000.51.02.004741-0 (200051020047410) 422297 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : SOC/ DE ASSISTENCIA E CULTURA SAGRADO CORACAO DE JESUS/HOSPITAL DA CASA NOSSA SENHORA DAS GRACAS
ADV : RENATA DA SILVEIRA BILHIM E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE NITEROI-RJ
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.50.01.012345-3 (200150010123453) 422898 - AC E
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEONARDO JUNHO GARCIA E OUTROS
APDO : ARLINDO PIGNATON
ADV : SIZENANDO CASTANHEIRA JACINTO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.016330-6 (200551010163306) 422913 - AC R
APTE : MARIA CANDIDA DA SILVA
ADV : LUIZ CARLOS BARBARA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROGEL CARMAN GOMES BARBOSA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.022360-5 (200651010223605) 422537 - AC R
APTE : MARCIO BAPTISTA FERREIRA E OUTRO
ADV : ERICA DE ALMEIDA SANTOS E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.011953-3 (200751010119533) 422881 - AC R
APTE : ANTONIO CONSTANTINO GUIMARAES
ADV : MANOEL CARLOS MATTOS DA SILVA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE A LOURENCO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.020190-0 (200751010201900) 422312 - AC R
APTE : MARIA JOSE BRAGA MARINS E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 1997.51.01.001566-5 (9700015661) 422642 - REOAC
PARTEA : OTOYRIS NOPRES
ADV : ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU
PARTER : BANCO CENTRAL DO BRASIL E OUTRO
PROC : ADRIANA TEIXEIRA DE TOLEDO
PARTER : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : AURIVAL PARDAUIL E OUTROS
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 1997.51.01.072336-2 (9700723364) 422896 - AC RJ
APTE : SUELY WANDERLEY FIUZA
ADV : GARY DE OLIVEIRA BON ALI
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : VERONICA TORRI
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.014987-2 (200751010149872) 422874 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE A LOURENCO E OUTROS
APDO : AILTON MANOEL DE BRITO
ADV : MARCUS VINICIUS M. M. DE OLIVEIRA
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.51.003972-1 (200751510039721) 422880 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANDERSON OLIVEIRA CASTELUCIO
APDO : JOSE AUGUSTO BATISTA FERREIRA
ADV : MARCIA CRISTINA VILELA GRANGEIA E OUTROS
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010968-2 (200851040012411) 167435 - AG R
AGRTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : DANIEL DE ARAUJO PERALTA
AGRDO : ELICIA RIBEIRO DE OLIVEIRA
ADV : NATERCIA MARIA RIBEIRO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010967-0 (200701200011971) 167431 - AG R
AGRTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARCIA FERREIRA
AGRDO : NILCINEI FERREIRA DA GLORIA
ADV : CEZAR DE ALMEIDA
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011015-5 (200851018012938) 5878 - HC RJ
IMPTE : JOSE MAURICIO F.DOS SANTOS
IMPDO : JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE ANGRA DOS REIS - RJ
PACTE : FRANCISCO MORENO DE LIMA - REU PRESO
ADV : JOSE MAURICIO F. DOS SANTOS
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010985-2 (200651510095800) 167443 - AG R
AGRTE : ADEMIR CONCEICAO BUARES
ADV : CESAR LUIZ PEREIRA
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010976-1 (200451020031340) 167428 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : ELCI PEREIRA DA SILVA
ADV : OTTO NILSON FAZZOLO DE SOUZA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010988-8 (200850010008622) 5873 - HC ES
IMPTE : FRANCISCO DE ASSIS ARAUJO HERKENHOFF
IMPDO : JUIZO DA 1A VARA FEDERAL CRIMINAL DE VITORIA-ES
PACTE : L. H. D. L.
ADV : FRANCISCO DE ASSIS ARAUJO HERKENHOFF
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010963-3 (200551030014525) 167442 - AG R
AGRTE : VIAÇÃO CONQUISTENSE LTDA
ADV : FRANCIMAR PAES RANGEL
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010997-9 (200751010232520) 8129 - CC RJ
AUTOR : HENRIQUE LUIZ FERMAN
ADV : VANILCE BARCELLOS BRAGANCA
RÉU : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 29A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011020-9 (200851010091199) 167465 - AG R
AGRTE : DROGASMIL MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA
ADV : JOSE OSWALDO CORREA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010853-7 (9200017606) 167371 - AG RJ
AGRTE : JOSE HENRIQUE BARBOSA MOREIRA LIMA FILHO E OUTRO
ADV : JOSE HENRIQUE BARBOSA M. LIMA NETO E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010962-1 (200551030018427) 167438 - AG R
AGRTE : VIAÇÃO CONQUISTENSE LTDA
ADV : FRANCIMAR PAES RANGEL
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010971-2 (200750010030131) 167426 - AG E
AGRTE : TRANSPORTADORA CONTINENTAL LTDA
ADV : CLARISSE GOMES ROCHA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011009-0 (200851010101569) 167462 - AG R
AGRTE : FININVEST NEGOCIOS DE VAREJO LTDA
ADV : FERNANDA ALBUQUERQUE JUNQUEIRA BASTOS E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010959-1 (200551030004921) 167424 - AG R
AGRTE : VIACAO CONQUISTENSE LTDA
ADV : FRANCIMAR PAES RANGEL
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ARCINELIO DE AZEVEDO CALDAS E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010964-5 (200851160003383) 167446 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : JOSE CARLOS DE MENEZES
ADV : EDSON ZUKERAN
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011019-2 (0005958695) 167467 - AG RJ
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : UNIAO LOTERIAS LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011022-2 (9600373019) 167466 - AG RJ
AGRTE : USINA SAO JOSE S/A
ADV : FELIPPE ZERAIK E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010961-0 (200651170041748) 167434 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : RENAFERRO PRODUTOS SIDERURGICOS LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
AGRDO : ANTONIO DIAS LOPES
ADV : FERNANDO GUEDES DE AZEVEDO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010974-8 (200750010044828) 167432 - AG E
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : JOSE CARLOS MONTEIRO E OUTRO
ADV : SAMIR FURTADO NEMES
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010978-5 (200750010139268) 167433 - AG E
AGRTE : CONSORCIO ECONOMICO LTDA
ADV : JOSE BORGES TEIXEIRA E OUTROS
AGRDO : CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO E.S.-CRA/ES
ADV : ROSANGELA GUEDES GONCALVES E OUTRO
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010982-7 (9500052512) 167447 - AG ES
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : HELIO DIAS COELHO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010966-9 (200650010083957) 167425 - AG E
AGRTE : RONALDO MORGADO RIBEIRO
ADV : FELIPE ITALA RIZK E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010970-0 (200351020074516) 167444 - AG R
AGRTE : CLINONIR CARVALHO
ADV : NILTON NUNES PEREIRA JUNIOR
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010972-4 (200750010065091) 167427 - AG E
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : PISA ENGENHARIA TRANSPORTE E MONTAGENS LTDA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010980-3 (200550010046427) 167452 - AG E
AGRTE : ALUYSIO MATOS MAS
ADV : ALOISIO LIRA
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011016-7 (0005842808) 167473 - AG RJ
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : PRINCEZINHA MODAS LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010973-6 (9500038552) 167429 - AG ES
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : CLEBER GARCIA RODRIGUES
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010979-7 (9700115607) 167436 - AG ES
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : SECOR ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011005-2 (200851010101119) 167460 - AG R
AGRTE : OPERADORA DE POSTOS DE SERVICOS LTDA
ADV : RICARDO FERNANDES MAGALHAES DA SILVEIRA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010999-2 (200851010014491) 167457 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : LUZIA ACHA GOMES
ADV : ANTONIO JOSE ASSUNÇÃO MOREIRA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010983-9 (9700026132) 167441 - AG ES
AGRTE : CEFETES- CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO ESPIRITO SANTO
PROC : FLAVIO TELES FILOGONIO
AGRDO : RONALDO FEU ROSA PACHECO E OUTROS
ADV : ANA IZABEL VIANA GONSALVES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011001-5 (200551010040269) 8132 - CC RJ
AUTOR : LEANDRO LUIS DE BITTENCOURT FERREIRA GOMES
ADV : HELOISA MASCARENHAS GALAXE
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011023-4 (200551010165224) 167468 - AG R
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FERNANDA RODRIGUES D'ORNELAS E OUTROS
AGRDO : CASA GARCIA MOREIRA DE CEREAIS LTDA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.009976-7 (9400250800) 166966 - AG RJ
AGRTE : MARIA RITA DE CACIA DOS SANTOS
ADV : MAURO DANTAS PINTO GUIMARAES E OUTRO
AGRDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011006-4 (200851010060853) 167461 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : PATRICK FELIPE CATRICALA
ADV : FABIO LUCIANO DE ALMEIDA E SILVA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010820-3 (9600057303) 167349 - AG ES
AGRTE : ALCIDES PENHA E OUTROS
ADV : JOAO BATISTA DALLAPICCOLA SAMPAIO E OUTROS
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010841-0 (9800138986) 167359 - AG RJ
AGRTE : MARILZA DA ROCHA
ADV : TANIA LUCIA MARQUES SANTOS E OUTRO
AGRDO : UNIAO FEDERAL
AGRDO : LUCILIA MARIA BENAZIO
ADV : JEANNE GOMES DIMITRIOU DE LIMA
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011017-9 (200851110004641) 167474 - AG R
AGRTE : JOAO ALBERTO MARTINEZ EDDE E OUTRO
ADV : PAULO S. DE A.E S.FABIAO E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010998-0 (200851010097736) 167456 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMATICA DO DISTRITO FEDERAL
ADV : REGINA MARIA GALVAO DO RIO APA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.009911-1 (200351010192899) 166925 - AG R
AGRTE : MARIA REGINA PAULA DOS SANTOS SANTOS E CONJUGE
ADV : CRISTIANA DA CONCEICAO GOMES
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CINTIA DE FREITAS GOUVEA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011025-8 (200851020017956) 167472 - AG R
AGRTE : MARIA JOSE ALVES DA ROCHA E SILVA
ADV : EDSON PINTO
AGRDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010850-1 (200451010239914) 167370 - AG R
AGRTE : DEDALUS INFORMATICA LTDA
ADV : JOSE H. MOREIRA
AGRDO : INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROC : MAURO SODRE MAIA
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010996-7 (200651010234998) 8128 - CC RJ
AUTOR : JORGE FRANCISCO
ADV : PAULO FERNANDO MARQUES CAVALCANTI
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO DE DIREITO DA 3 VARA DE SAO JOAO DE MERITI RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 16A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010261-4 (9800173048) 167053 - AG RJ
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO E OUTROS
AGRDO : JULIO ONESIO LOPES DA SILVA
ADV : GEORGINA FRANCISCA DE ANDRADE
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010969-4 (9904026980) 167439 - AG RJ
AGRTE : CELINA GONZALES AVELAR
ADV : GERALDO MARCELINO DE FREITAS JUNIOR E OUTROS
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARILDA AMORIM VIANNA E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011007-6 (200851010083324) 167463 - AG R
AGRTE : MARIA TEREZA DA SILVA SOUZA
ADV : ANA PAULA VASCONCELLOS VAZ E OUTROS
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010977-3 (200850010069891) 167430 - AG E
AGRTE : FELIPHE VIANA DE PAULA
ADV : PAULO OSCAR NEVES MACHADO
AGRDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010995-5 (200851010096069) 167453 - AG R
AGRTE : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC : OTAVIO AUGUSTO LIMA DE PILLA
AGRDO : ITALO RENATO BARROS COSTA
ADV : ANA CAROLINA DA CRUZ FARIA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011000-3 (200751010105753) 8131 - CC RJ
AUTOR : MARIA APARECIDA NASCIMENTO DOMINGOS
ADV : ANGELO BELLO BUTRUS E OUTRO
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010986-4 (200851010280543) 167445 - AG R
AGRTE : FARMOQUIMICA S/A
ADV : FERNANDA DIAS TEIXEIRA
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011002-7 (200551010072040) 8130 - CC RJ
AUTOR : LEANDRO MELO DA SILVA
ADV : GODOFREDO NUNES FILHO
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD
DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011004-0 (200851010095843) 167459 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : SILVIA CARIUS LEAL
ADV : SILVIA HELENA ANTUNES DOS SANTOS
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD
DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011014-3 (200451010008564) 167469 - AG R
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GERSON DE CARVALHO FRAGOZO E OUTROS
AGRDO : SERGIO GONCALVES FAXAS E OUTRO
ADV : CELIO VENTURA
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD
DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010960-8 7788 - PA/CA
REQTE : DIRETOR DO NUCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECAO JUDICIARIA DO ESPIRITO SANTO
REQDO : EXMO(A).SR(A).PRESIDENTE DO TRF - 2A. REGIAO
RELATOR : DES.FED. SERGIO FELTRIN CORREA - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.800861-0 (200751018008610) 421845 - REOAC
PARTEA : NIUZA MENDES MONTEIRO
ADV : MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS DE JESUS
PARTER : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PROCURADOR
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 38A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPENDÊNCIA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.490291-0 (200751014902910) 73204 - AMS R
APTE : WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA
ADV : JOAO MARCOS COLUSSI E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 10A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPENDÊNCIA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.009392-8 (200651010093928) 422552 - AC R
APTE : CONSTRUTORA HALLIDAY GUIMARAES LTDA
ADV : CHRISTIANNA GALVEAS BRISBANE E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPENDÊNCIA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.50.01.004013-6 (200750010040136) 73157 - AMS E
APTE : COMERCIAL CICLOMOTO S/A
ADV : GLAUCIA MARIA LAUTELLA FRASCINO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPENDÊNCIA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.029478-7 (200351010294787) 422627 - AC R
APTE : CIMENTO POTY S/A
ADV : VLADIMIR MUCURY CARDOSO E OUTROS
APDO : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADV : CLAUDIA LEITE TEIXEIRA CASIUCH
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPENDÊNCIA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.010685-0 (200751010106850) 422603 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO E OUTROS
APDO : ALCIDES FERREIRA TORRES E OUTRO
ADV : MARCELO GLASHERSTER
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPENDÊNCIA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2000.50.01.011190-2 (200050010111902) 422432 - AC E
APTE : LUIZ FELIPE MORIONDO ALVES
ADV : LUIZ FERNANDO CHIABAI PIPA SILVA E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUCIANO CEOTTO E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPENDÊNCIA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.003046-7 (200751010030467) 422255 - AC R
APTE : PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
ADV : CAROLINA ALBUQUERQUE LIMA E OUTROS
APDO : INST. BRAS. DO MEIO-AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
PROC : CLAUDIA NEDER
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPENDÊNCIA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.001075-7 (200551010010757) 421352 - AC R
APTE : MAYKE MOREIRA
ADV : ERICA CARLA SILVA DE SOUSA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPENDÊNCIA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.022662-0 (200651010226620) 419168 - AC R
APTE : MONTEVERDE ENGENHARIA, COM/ IND/ S/A
ADV : SERGIO MALAMUD E OUTRO
APDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
PROC : MARIO ROBERTO B. BRUM
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPENDÊNCIA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010890-2 (200551090003751) 9665 - MS RJ
IMPTE : A. J. DE C.
ADV : FLAVIO LUIS SOARES TEIXEIRA
IMPDO : SERVENTUARIO DO CARTORIO DO TRF DA 2A. REGIÃO
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL
DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010992-0 (200751120003203) 5876 - HC RJ
IMPTE : LUIZ FERNANDO STAMILE RACCO E OUTRO
IMPDO : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE ITAPERUNA-RJ
PACTE : VEIDER JOAO DA CRUZ FERREIRA - REU PRESO
ADV : LUIZ FERNANDO STAMILE RACCO E OUTRO
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010470-2 (200851030008757) 167159 - AG R
AGRTE : ALEXANDRE MARCOS MOCAIBER CARDOSO
ADV : JOAO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO
AGRDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010866-5 (0002451220) 167393 - AG RJ
AGRTE : CESP-COMPANHIA ENERGETICA DE SAO PAULO
ADV : RUBENS FERRAZ DE OLIVEIRA LIMA E OUTROS
AGRDO : WALTER DO AMARAL
ADV : JOAO ORLANDO DUARTE DA CUNHA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010608-5 (0003015858) 167212 - AG RJ
AGRTE : LUIZ WALTER DI PIETRO
ADV : CYNTHIA MARIA PISKE SILVERIO SOUZA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010928-1 (200151010224065) 8121 - CC RJ
AUTOR : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RÉU : FABIO GONCALVES RAUNHEITTI
ADV : SEM ADVOGADO
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 7A VARA DE EXECUCAO FISCAL-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 20A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010552-4 (9900245970) 167194 - AG RJ
AGRTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
AGRDO : E.B.T.E.-EMPRESA BRASILEIRA DE TERRA-PLANAGEM E ENGENHARIA S/
ADV : SERGIO BERMUDES E OUTROS
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD
DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.005821-7 (200651010058217) 422329 - AC R
APTE : ANTONIO HENRIQUE DOS SANTOS E OUTRO
ADV : HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.000818-8 (200751010008188) 422343 - AC R
APTE : ANGELA FIALHO DE MENEZES
ADV : LEONARDO P MEIRELLES QUINTELLA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEANDRO LARA LEAL E OUTROS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010871-9 (9900252942) 167392 - AG RJ
AGRTE : IRIO LIMA E OUTRO
ADV : ROGERIO RIBEIRO DOMINGUES E OUTRO
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. PREVENÇAO INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011011-8 (200851060006672) 1278 - SL RJ
REQTE : MUNICIPIO DE PETROPOLIS
PROC : SEBASTIAO MEDICI
REQDO : JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE PETROPOLIS-RJ
RELATOR : DES.FED. CASTRO AGUIAR - PRESIDÊNCIA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010939-6 (200702010105155) 14772 - AGREXT
AGVTE : GESSE OLEGARIO LOURENCO
ADV : CARLOS LENO DE MORAES SARMENTO E OUTROS
AGVDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010940-2 (200351010179019) 14773 - AGREXT
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : ITALO MANDARINO
ADV : JAIRO NOGUEIRA GUIMARAES
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010941-4 (200651010096255) 14774 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : MARIA NAIR MOREIRA
ADV : FATIMA MARIA ARAUJO DA SILVA
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010942-6 (200151010047544) 14775 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : JOSE REINALDO ANTUNES DO ESPIRITO SANTO
ADV : RILDO FRANCISCO DE OLIVEIRA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010943-8 (200451010214140) 14776 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : SCHIRLEI AVELINO
ADV : PAULO CESAR DAS NEVES CARDOSO
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010944-0 (200151010141690) 14777 - AGREXT
AGVTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGVDO : COMPANHIA PALMARES HOTEIS E TURISMO
ADV : SIMONE VOLOCH E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010945-1 (199902010514603) 14778 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGVDO : BLOKOS ENGENHARIA LTDA.
ADV : PAULO CESAR CAMPOS LOUREIRO
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010946-3 (200702010004387) 14779 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : MARIA DA GLORIA VASCONCELOS TAVARES DE LACERDA
ADV : JOSE CARLOS MOREIRA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010947-5 (200251015074773) 14781 - AGRESP
AGVTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : FABIO OLIVEIRA FONSECA
AGVDO : THERESINHA CARNEIRO ARAGAO
ADV : JESSE GOMES DE OLIVEIRA
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010948-7 (200251010108094) 14783 - AGREXT
AGVTE : BADEN BRASIL LTDA.
ADV : JULIANA CRISTINA MIORIM JORGE E OUTROS
AGVDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010949-9 (200302010014260) 14784 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGVDO : ASSOCIACAO CARIOCA DE ENSINO SUPERIOR
ADV : CARMELO PALMIERI PERRONE E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010950-5 (200651010060510) 14786 - AGREXT
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : DALVANCY DE GOIS BASTOS E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010951-7 (200651010001347) 14780 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : JOAO MARINHO DOS SANTOS E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010952-9 (199151011260884) 14782 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : WILSON CARPI
ADV : LUIS CESARIO DE M MARQUES
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010953-0 (200350010053538) 14785 - AGRESP
AGVTE : PEDRO CRISTIANO PAGUNG
ADV : CAMILA MARIA DIAS PAGUNG
AGVDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GILMAR ZUMAK PASSOS E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010954-2 (200251010161989) 14791 - AGREXT
AGVTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGVDO : ASSOCIACAO DE AMIGOS DO MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO
ADV : GILBERTO FRAGA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010955-4 (199751011012544) 14790 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : JAIME ALVES DA SILVA REP/ P/ PAULINA FELIZARDO DA SILVA
ADV : BERY CHEVALIER DO NASCIMENTO
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010956-6 (200551020047911) 14789 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : JOSE ALVES DA SILVA
ADV : JOANA DARC OLIVEIRA DE MACEDO
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010957-8 (200551010118271) 14788 - AGREXT
AGVTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGVDO : RIO PILOTS EMPRESA DE PRATICAGEM DO EST DO RJ S/C LTDA
ADV : ANA LOURDES DE MELLO FIGUEIREDO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010958-0 (200002010276940) 14787 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGVDO : CARLOS ALBERTO FREITAS MOITA
ADV : LEONARDO RZEZINSKI E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA

REGISTRO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1997.51.01.078695-5 (9700786951) 337573 - AC RJ
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ENEIDA MARIA DOS SANTOS
APDO : WILSON BATISTA DE OLIVEIRA
ADV : ANTONIO VIEIRA GOMES FILHO E OUTROS
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2000.51.01.505996-9 (200051015059969) 375642 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : DIOGO ALVAREZ TRISTAO
APDO : PEDRO ALVES DE OLIVEIRA
ADV : IVONE GALAXE DO AMARAL E OUTROS
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.531797-5 (200151015317975) 334475 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JORGE BATISTA FERNANDES JUNIOR
APDO : JOSE FERNANDES SOBRINHO
ADV : ANGELA DA ROCHA OLIVEIRA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 37A VARA-RJ
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.523235-8 (200351015232358) 392263 - AC R
APTE : CARLOS PAREDES DIAS FILHO
ADV : JOSE NOLASCO DE CARVALHO E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SHEILA DARDARI CASTANHEIRO
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.02.01.010929-2 (19985080082390) 366209 - AC R
APTE : ANTONIO MEDEIROS DE CARVALHO
ADV : VALENTIM DEL GUERSO NETTO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARIO LUIS L. BREJAO
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.02.01.008978-2 (19960510000170) 401466 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : AFRANIO GUALDA TAVARES
APDO : TEREZA PINHEIRO MORAES
ADV : DEFENSORIA PUBLICA-RJ
RMTE : JUIZO DE DIREITO DA 2 VARA DE SAO FIDELIS RJ
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.02.01.015229-7 (200651100024105) 5483 - HC RJ
IMPTE : ALEXANDRE MARS CARNEIRO
IMPDO : JUIZO FEDERAL DA 5A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ

PACTE : OSVALDO CAETANO DE MELLO FILHO E OUTRO
PACTE : DILMA CONCEICAO DE SOUZA
ADV : ALEXANDRE MARS CARNEIRO
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.805385-7 (200751018053857) 409566 - AC R
APTE : ROGERIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS
ADV : RAMILSON TAVARES VEIGA E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SHEILA DARDARI CASTANHEIRA
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 98.02.39064-0 (9600387770) 182360 - AC RJ
APTE : UNIODONTO MACAE/RJ - COOPERATIVA DE TRABALHO ODONTOLOGICO
ADV : NELIO DE SOUZA E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV : CARLOS EDUARDO RIBEIRO NUNES
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1987.51.01.005120-2 (8700051209) 385530 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : HERCILIO FERREIRA SOARES FILHO E OUTRO
ADV : NORMANDIA BARROSO UCHOA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 15A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1988.51.01.023286-9 (8800232868) 351837 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARIA JOSE DOS SANTOS
ADV : PAULO ASSUMPCAO LEITE E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 20A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1989.51.11.027445-3 (8900274457) 386816 - AC RJ
APTE : IRATI IMOVEIS E REPRESENTACOES LTDA/
ADV : ALVARO BORGERTH E OUTRO
APDO : LOSIR WERNECK DE CARVALHO VIANNA - ESPOLIO
ADV : CESAR AUGUSTO GONCALVES PEREIRA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1989.51.11.027448-9 (8900274481) 386828 - AC RJ
APTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC : REJANE WESP KELLER
APDO : IRATI IMOVEIS E REPRESENTACOES LTDA/
ADV : ALVARO BORGERTH E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1989.51.11.027449-0 (8900274490) 386821 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : LOSIR WERNECK DE CARVALHO VIANNA- ESPOLIO
ADV : CESAR AUGUSTO GONCALVES PEREIRA E OUTRO
APDO : IRATI IMOVEIS E REPRESENTACOES LTDA
ADV : ALVARO BORGERTH E OUTROS
APDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC : RODRIGO TOSTES DE A. MASCARENHAS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1990.51.01.017404-9 (9000174040) 304242 - AC RJ
APTE : CLEIDE SANTOS DE OLIVEIRA E OUTRO
ADV : HUMBERTO P. GUEDES JUNIOR
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : CASA DE SAUDE E MATERNIDADE CABO FRIO LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : CLEIDE SANTOS DE OLIVEIRA
ADV : HUMBERTO P. GUEDES JUNIOR E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 15A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1991.51.01.100251-2 (9101002511) 402159 - AC RJ
APTE : BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROC : LUIZ ARMANDO DE LIMA RODRIGUES
APDO : ANGELA SILVA DE ALENCASTRO GUIMARAES
ADV : RODRIGO ROCHA DE SOUZA E OUTROS
APDO : LUCIA RAMIRO DA CONCEICAO
ADV : LOUIS PIERECK DE SA E OUTROS
APDO : LUIZ ANTONIO LARANJEIRA BARBOSA
ADV : AYRES D'ATHAYDE WERMELINGER BARBOSA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1991.51.02.055255-0 (9100552550) 351148 - AC RJ
APTE : MARCIA NUNES BEZERRA E OUTROS
ADV : WANDERLEY DE HOLLANDA GOMES E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : REJANE CHRISTIAN DE OLIVEIRA BARRETO E OUTROS
ADV : ANTONIO SERGIO PINHEIRO LIMA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1992.51.01.045380-4 (9200453805) 342033 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : INDS/ AUGUSTO KLIMMEK S/A
ADV : JOSE ALVES DA SILVA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 10A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1992.51.01.072603-1 (9200726038) 301178 - AC RJ
APTE : BANCO NACIONAL S/A
ADV : PAULO CESAR DE MATTOS G. CRUZ E OUTRO
APTE : BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADV : DENISE DOMINGUES SANTIAGO
APDO : ABAC - ASSOCIACAO BRASILEIRA DOS ARMADORES DE CABOTAGEM
ADV : JORGE BLOISE E OUTROS
TERCINT : BANCO SAFRA S/A
ADV : NEI CALDERON E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 18A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1993.51.01.021673-2 (9300216732) 404506 - AC RJ
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUCIA RODRIGUES CAETANO E OUTROS
APDO : VIVALDO DA SILVA BATISTA
ADV : CESAR AUGUSTO DE SOUZA CARVALHO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1993.51.01.024826-5 (9300248260) 328332 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : BERENICE WEST
ADV : FELIZUMIR DIAS RIBEIRO E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1994.50.01.000918-2 (9400009186) 415203 - AC ES
APTE : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - ESPIRITO SANTO
ADV : REINALDO JOSE PINTO E OUTROS
APDO : ONEIL MATTOS PIMENTEL
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1995.51.01.016631-2 (9500166313) 316645 - AC RJ
APTE : NADYR ALMEIDA CONCEIÇAO
ADV : CARLOS EDUARDO DE SA E BENEVIDES
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARIA MARTEL BRAGA
ADV : JAMES DE OLIVEIRA E OUTRO
APDO : OTACILIO CONCEIÇAO NETO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1995.51.01.021101-9 (9500211017) 335505 - AC RJ
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : GUILHERME MANUEL DA SILVA
APDO : TBG - TECNICA BRASILEIRA DE GEOFISICA LTDA
ADV : LUCIANA CONSTAN CAMPOS DE ANDRADE MELLO E OUTRO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1995.51.02.050368-4 (9500503689) 371455 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : ELISIO DE ARAUJO E OUTROS
ADV : ANTONIO MANOEL DE BARROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE NITEROI-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1996.50.01.008813-3 (9600088136) 402507 - AC ES
APTE : CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO ESPIRITO SANTOS-CEFETES
PROC : ESTEVAO SANTIAGO PIZOL DA SILVA
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DA EDUCACAO FEDERAL DE 1º, 2º E 3º GRAUS DA EDUCCACAO TECNOLOGICA
ADV : HELCIAS DE ALMEIDA CASTRO E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1996.51.01.009202-3 (9600092028) 319630 - AC RJ
APTE : NORMATEL-NORDESTE MATERIAIS LTDA
ADV : CRISTINA DAMIANI DA FONSECA COSTA COUTO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ELIANA COSTA GUTTMANN
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1996.51.01.015073-4 (9600150737) 320473 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : EDUARDO TADEU BRAGA
ADV : SIDINEIA DOS SANTOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 9A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1996.51.01.017080-0 (9600170800) 352404 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : CELSO JOSE MARQUES DE SANTANA
ADV : MARCELINO DIAS DA ROCHA E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1996.51.01.020399-4 (9600203997) 387300 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : LYCIA PEREIRA PINTO MONTEIRO E OUTROS
ADV : SIMONE PIRES
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1997.51.01.014217-1 (9700142175) 402529 - AC RJ
APTE : GERSON NUNES PRACA
ADV : HELIO BIZZO DA COSTA
APDO : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - RIO DE JANEIRO
ADV : ALESSANDRA SABINO E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1997.51.01.019724-0 (9700197247) 311238 - AC RJ
APTE : PAES MENDONCA S/A
ADV : JOSE OSWALDO CORREA E OUTROS
APDO : INST NAC DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUST - INMETRO
ADV : ELCY SILVA SOARES
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1997.51.01.079074-0 (9700790746) 409718 - AC RJ
APTE : ARTUR EUGENIO DE LIMA GANTOIS E OUTROS
ADV : MARIA THEREZA C PAMPLOMA PEREIRA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : VERONICA TORRI E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1997.51.01.108691-6 (9701086910) 304208 - AC RJ
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SONIA LUCIA DOS SANTOS LOPES
APDO : MARIO DIAS PEREIRA - ESPOLIO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1998.50.01.007710-7 (9800077103) 339966 - AC ES
APTE : ARGO PNEUS LTDA
ADV : APARECIDA SERRANO DE MELO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1998.50.01.009974-7 (9800099743) 304211 - AC ES
APTE : HERMES VICENTE E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO
APTE : NADIR AMELIO FERREIRA
ADV : ELSON ANTUNES SANTANA
APTE : JOAO DO VALE SILVA
ADV : SEM ADVOGADO
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : WAGNER DE FREITAS RAMOS E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1998.51.01.012400-8 (9800124004) 352734 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : FELICIA DA COSTA SANTOS
ADV : ALCEDINO ALVES DE OLIVEIRA E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 28A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1998.51.01.026982-5 (9800269827) 368748 - AC RJ
APTE : LILIAN RAMADA ALCAINE
ADV : LOURENCO DO VALE CAVALCANTE E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : AURIVAL PARDAUIL SILVA E OUTROS
APDO : CREDICARD S/A - ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO
ADV : DARCY DE ASSIS VIANNA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1998.51.03.012775-1 (9800127755) 414251 - AC RJ
APTE : VANILSON BARBOSA E OUTROS
ADV : ANTONIO PEREIRA ALBINO E OUTROS
APTE : ROSIMEYRE NUNES E OUTRO
ADV : PAULO GUILHERME LUNA VENANCIO
APTE : ANTONIO JOSE PERIARD DOS SANTOS
ADV : ARLON CAMPOS DA SILVA JUNIOR
APTE : OTACILIO BERNARDO JUNIOR
ADV : RODRIGO CAVALCANTE FEITOZA
APTE : GEDAIAS MEDEIROS NASCIMENTO
ADV : WILSON TORRES COSTA
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ARCINELIO DE AZEVEDO CALDAS E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1999.02.01.041420-7 (0000107522) 209529 - AC ES
APTE : ARISTHEU DA SILVA BORGES - ESPOLIO
ADV : VERA LUCIA G. ARAUJO E OUTRO
APTE : ELIDA RODRIGUES DA SILVA BORGES
ADV : SIMONE SIQUEIRA MIGUEL FREITAS E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARIA IZABEL COUTO ALVES E OUTROS
APDO : COMPANHIA REAL DE CREDITO IMOBILIARIO S/A
ADV : EURICO SAD MATHIAS E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1999.50.02.031398-9 (9900313984) 360483 - AC ES
APTE : GRANBRASIL - GRANITOS DO BRASIL S A
ADV : LUIZ CARLOS LOPES BRANDÃO E OUTROS
APDO : FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1999.51.01.001271-5 (9900012712) 384849 - AC RJ
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEANDRO LARA LEAL E OUTROS
APDO : MAGNO LOPES PORTUGAL E OUTROS
ADV : JOSUE ISAAC VARGAS FARIA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1999.51.01.016602-0 (9900166027) 378526 - AC RJ
APTE : MARIA JOSE DA SILVA OLIVEIRA
ADV : CARMELO CORATO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1999.51.01.021986-3 (9900219864) 410384 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARCIA FERREIRA SOARES
ADV : MARCELLO LIMA ANDREATA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1999.51.01.024034-7 (9900240340) 343120 - AC RJ
APTE : UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ
ADV : CARLA MARIA COELHO BRANCO E OUTROS
APDO : CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2 REGIAO - CREFITO 2
ADV : ELLEN DAHER RODRIGUES DELMAS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1999.51.01.026204-5 (9900262042) 341591 - AC RJ
APTE : INST NAC DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUST - INMETRO
ADV : ELCY SILVA SOARES
APDO : PAES MENDONCA S/A
ADV : JOSE OSWALDO CORREA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1999.51.01.057539-4 (9900575393) 404848 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARIA AUXILIADORA DE SOUZA
ADV : LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1999.51.01.058740-2 (9900587405) 306991 - AC RJ
APTE : THEREZINHA DE JESUS PAIVA E OUTROS
ADV : MARIA EMILIA DE ALMEIDA
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV : ANTHERO GONCALVES FILHO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1999.51.01.060229-4 (9900602293) 385813 - AC RJ
APTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 1A REGIAO/RJ
ADV : CARLOS ALBERTO B. RANGEL
APDO : COOPVALE-COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO VALE DO RIO DOCE E ENTIDADES VINCULADAS LTDA
ADV : PAULO DOURADO DE GUSMAO FILHO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1999.51.01.062273-6 (9900622731) 316516 - AC RJ
APTE : MAGNOLIA ZILIO DA SILVA
ADV : JANDIRA FERREIRA DAVID E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 23A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1999.51.02.202532-1 (9902025323) 405472 - AC RJ
APTE : MUNICIPIO DE NITEROI-RJ
PROC : TELMO PAIVA DE FREITAS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : FABIO LUIZ MOBARAK EGLESSIA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE NITEROI-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 1999.51.03.300599-5 (9903005997) 327446 - AC RJ
APTE : LEONEL DE ALMEIDA BASTOS
ADV : LUCIMERE DE AZEVEDO ESTEVAO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2000.02.01.058277-7 (9600135878) 248337 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARIA LUCINEIDE DA SILVA
ADV : KATIA REGINA MALHEIROS DA SILVA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2000.51.01.000116-3 (200051010001163) 356657 - AC R
APTE : NAITELANE DOS SANTOS BARBOSA
ADV : CARLA SENDON AMEIJEIRAS E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL E OUTRO

APDO : NADYR MARTINS NEVES
ADV : MARIA MILDA SARAIVA REINALDO E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2000.51.01.003827-7 (200051010038277) 342624 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : JORGE EDUARDO RODRIGUES DE ALMEIDA REP/ SEBASTIANA RODRIGUES
ADV : ELENICE MARIA HIRLE
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 21A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2000.51.01.018200-5 (200051010182005) 385808 - AC R
APTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 1A REGIAO/RJ
ADV : CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL
APDO : COOPVALE-COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO VALE DO RIO DOCE E ENTIDADES VINCULADAS LTDA
ADV : PAULO DOURADO DE GUSMAO FILHO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2000.51.01.021669-6 (200051010216696) 306238 - AC R
APTE : ANDRESON RODRIGUES BATISTA
ADV : RICARDO MARQUES DE ABREU
APDO : CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA - CREF-1
ADV : SELMA REGINA DE SOUZA ARAGAO
APDO : CONSELHO FEDERAL DE EDUCACAO FISICA - CONFEF
ADV : SELMA REGINA DE SOUZA A. CONCEICAO
APTE : CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA - CREF-1
ADV : SELMA REGINA DE SOUZA ARAGAO
APDO : ANDRESON RODRIGUES BATISTA
ADV : RICARDO MARQUES DE ABREU
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.02.01.007879-4 (200051100034080) 259769 - AC R
APTE : NORTEX IGUACU COMERCIO DE ROUPAS LTDA
ADV : RODRIGO MOURA COELHO DA PALMA E OUTROS
APDO : FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.02.01.015068-7 (9701052161) 263450 - AC RJ
APTE : SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA IGUACU - SESNI
ADV : RICARDO A. LABANCA BASTOS E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.02.01.019179-3 (9900057805) 265272 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : ROBERTO CELEM
ADV : MARCO ANTONIO HURTADO E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 18A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.02.01.019685-7 (9000345090) 265570 - AC RJ
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : FABIO LUIZ MOBARAK IGLESSIA
APDO : ECRIEL INDUSTRIA COMERCIO REPRESENTACOES IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.02.01.036005-0 (9701031130) 271258 - AC RJ
APTE : CELIO JAVOSKI GOMES
ADV : NILO CESAR MARTINS POMPILIO DA HORA E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.02.01.036006-2 (9900036131) 40883 - AMS RJ
APTE : CELIO JAVOSKI GOMES
ADV : NILO CESAR MARTINS POMPILIO DA HORA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.02.01.037687-2 (9802036935) 272356 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : RICARDO SANTOS DE MORAES
ADV : ANA LUCIA VIOL DE MORAES E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 4A VARA DE NITEROI-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.02.01.042253-5 (200151010040653) 274908 - AC R
APTE : FERNANDA WADDYNGTON CARDOSO DOS SANTOS
ADV : CID COSTA JUNIOR E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.02.01.046542-0 (9600214859) 277056 - AC RJ
APTE : INST NAC DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUST - INMETRO
ADV : ELCY SILVA SOARES E OUTROS
APDO : PAES MENDONCA S/A
ADV : JOSE OSWALDO CORREA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.50.01.000345-9 (200150010003459) 303718 - AC E
APTE : DANY LATICINIOS LTDA
ADV : NOEMAR SEYDEL LYRIO E OUTROS
APDO : INST NAC DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUST - INMETRO
ADV : WANDA BATISTA PEREIRA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.50.01.003163-7 (200150010031637) 348289 - AC E
APTE : CBF IND. DE GUSA S.A.
ADV : MARCIO SOUZA PIRES E OUTROS
APDO : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE - IBAMA
PROC : LUDMILA ROLIM GOMES DE FARIA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.50.01.006773-5 (200150010067735) 396701 - AC E
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS
APDO : DAMIAO ARAUJO RAMOS E OUTROS
ADV : EUSTACHIO DOMICIO LUCCHESI RAMACCIOTTI E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.50.01.008073-9 (200150010080739) 362225 - AC E
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : JULIAO DOS SANTOS
ADV : ANA PAULA TAUCEDA BRANCO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.50.01.010641-8 (200150010106418) 397281 - AC E
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARIA DO CARMO PASSAMANI E OUTROS
ADV : EUSTACHIO DOMICIO LUCCHESI RAMACCIOTTI E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.50.01.011371-0 (200150010113710) 365624 - AC E
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CRISTIANO TEIXEIRA PASSOS E OUTROS
APDO : OSVAIR TOREZANI
ADV : CLAUDIA CARLA ANTONACCI
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.012445-9 (200151010124459) 345616 - AC R
APTE : ODALEA DA SILVA LOPES
ADV : MARGARIDA PENHA CARNEIRO E OUTROS
APDO : DERVALDINA HOMEM DA ROCHA
ADV : MARIA LUCIA PAIVA DE SANTANA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.016591-7 (200151010165917) 303358 - AC R
APTE : EDNA VERISSIMO FIGUEIREDO
ADV : OSWALDO GODOY VIDAL
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.017299-5 (200151010172995) 412360 - AC R
APTE : EDSON DE SOUZA SILVA
ADV : RODRIGO ALMEIDA DEL BARRIO
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROC : GISELE PORTO
APDO : INST. BRAS. DO MEIO-AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
PROC : EUNICE RUBIM DE MOURA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.018738-0 (200151010187380) 355421 - AC R
APTE : MARIA DAS GRAÇAS LIMA DA SILVA
ADV : MARCELO BARBOSA DA SILVA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : ELBA BARROS DA COSTA
ADV : NELSON SOARES CORDEIRO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.024259-6 (200151010242596) 297943 - AC R
APTE : SERGIO DOS SANTOS SOUZA
ADV : RICARDO M. AMARAL DE BARROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GERSON DE CARVALHO FRAGOZO E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.025299-1 (200151010252991) 403641 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : CRISTINA MOREIRA RODRIGUES
ADV : EDIVALDO FERREIRA VITERBO E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 30A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.532960-6 (200151015329606) 392921 - AC R
APTE : REGINAVES INDUSTRIA E COMERCIO DE AVES LTDA
ADV : ERNESTO DUARTE PEREIRA JUNIOR E OUTROS
APDO : INST NAC DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUST - INMETRO
PROC : ELCY SILVA SOARES
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.535922-2 (200151015359222) 347665 - AC R
APTE : MASSA FALIDA DE ENCOL S/A ENGENHARIA COM/ IND/
ADV : IZABELA FERNANDES DIAS E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.51.02.005581-1 (200151020055811) 334434 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : CRIMEIA COELHO DOS SANTOS
ADV : MARIANGELA GUERRA CAMPANELLI E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.51.04.001127-8 (200151040011278) 329020 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : ROMENIA DA SILVA MOREIRA
ADV : FLAVIO DE OLIVEIRA PEREIRA E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE VOLTA REDONDA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.51.06.001726-2 (200151060017262) 342165 - AC R
APTE : PEDRO ANTONIO PIRES NOGUEIRA E OUTROS
ADV : LUIZ ROBERTO GONTIJO E OUTRO
APDO : CONSELHO FEDERAL DE EDUCACAO FISICA - CONFEF
ADV : ANDREA ESTEVES KUDSI RODRIGUES
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2001.51.10.004290-0 (200151100042900) 345643 - AC R
APTE : CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO R.J.- CRA/RJ
ADV : FRANCISCO LUIZ DO LAGO VIEGAS E OUTROS
APDO : IND/ GRANFINO S/A
ADV : ANA PAULA FELICIANO DE MELO E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.02.01.000392-0 (9600214867) 277810 - AC RJ
APTE : INST NAC DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUST - INMETRO
PROC : ELCY SILVA SOARES E OUTROS
APDO : PAES MENDONCA S/A
ADV : JOSE OSWALDO CORREA E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 8A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.02.01.007835-0 (8800282121) 280964 - AC RJ
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : JOSE WILSON DE FARIAS E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : O RESTAURANTE MAJORICA LTDA
ADV : EDUARDO PINTO MARTINS E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 14A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.02.01.008801-9 (0007150377) 281651 - AC RJ
APTE : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROC : ALIPIO OLIVEIRA SANTOS E OUTROS
APDO : DILVO PERES
ADV : PERY GONCALVES DOS SANTOS E OUTROS
APDO : ALUIZIO DE ALMEIDA SIQUEIRA
ADV : ANTONIO BRANDAO FIGUEIRA E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.02.01.010819-5 (9900202511) 282831 - AC RJ
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : LEONARDO DE MELLO CAFFARO
APTE : ADROANO RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADV : MONICA LINHARES PEREIRA SOUTO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.02.01.018911-0 (200150010002390) 286738 - AC E
APTE : FUNDACAO CECILIANO ABEL DE ALMEIDA
ADV : NATHALIA ARRUDA GUIMARAES E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.02.01.019380-0 (9700056856) 287086 - AC RJ
APTE : ARILU MENDES SIMAO
ADV : SAID SIMAO E OUTRO
APTE : MARILEA MENDES FIGUEIREDO
ADV : FELIPE NELIO DOS SANTOS ARAUJO E OUTRO
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ELIZABETH DA SILVA
ADV : MONICA FIGUEIREDO DO AMARAL E OUTRO
RMTE : JUIZO DE DIREITO DA 19 VARA DE RIO DE JANEIRO RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.02.01.022362-2 (9700039803) 288905 - AC ES
APTE : IMM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA E OUTROS
ADV : RODRIGO MELLO DE ALMEIDA E OUTRO
APDO : FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.02.01.027136-7 (200250010037413) 98051 - AG ES
AGRTE : DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - DIO/ES
ADV : LUIZ ROBERTO MARETO CALIL
AGRDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.02.01.036324-9 (980020624) 296668 - AC RJ
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GUSTAVO STTEEL
APTE : CLAIR MALAFAIA GONCALVES
ADV : ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU
APDO : OS MESMOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.02.01.038123-9 (9100471550) 101691 - AG RJ
AGRTE : BANCO BANERJ S/A
ADV : CARLOS MARTINS DE OLIVEIRA E OUTROS
AGRDO : NAGILE FARAH EMILIANO E OUTROS
ADV : GLABRO RICARDO FONTOURA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.50.01.005538-5 (200250010055385) 413650 - AC E
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEONARDO JUNHO GARCIA E OUTROS
APDO : ALDEMAR DE SOUZA E OUTROS
ADV : MARCELO ALVARENGA PINTO E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.50.01.007193-7 (200250010071937) 413607 - AC E
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CLEBER ALVES TUMOLI E OUTROS
APDO : FRANCISCA BOSI DA SILVA E OUTROS
ADV : JERIZE TERCIANO ALMEIDA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.50.02.000832-0 (200250020008320) 406739 - AC E
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FREDERICO LYRA CHAGAS E OUTROS
APDO : ANA LUCIA FRAGOSO PARAGUASSU
ADV : CLAUDINE SIMÕES MOREIRA E OUTRO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.51.01.002513-9 (200251010025139) 354634 - AC R
APTE : HILDA MARIA RAIMUNDO E OUTROS
ADV : ANA BEATRIZ FADEL
APDO : CARMEM NOGUEIRA
ADV : ORLANDO DOS ANJOS
APDO : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 14A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.51.01.012780-5 (200251010127805) 394577 - AC R
APTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC : CARLOS EDISON DO REGO MONTEIRO FILHO
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARIA DE LOURDES CAMPOS BANDEIRA - REP/ P/ SERGIO CAMPOS BANDEIRA
ADV : ROSANGELA SANTOS DE OLIVEIRA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.51.01.020295-5 (200251010202955) 412633 - AC R
APTE : MARIA APPARECIDA MATTOS - ESPOLIO
ADV : RUBENS CASARA
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.51.01.022860-9 (200251010228609) 337855 - AC R
APTE : MARINA DE SOUZA PIMENTA
ADV : MAURO DANTAS PINTO GUIMARAES E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.51.01.023412-9 (200251010234129) 52589 - AMS R
APTE : MARGARETH DUNHAM MACIEL
ADV : MARCELO DE SOUSA CAMPOS PEREIRA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.51.01.506120-1 (200251015061201) 348774 - AC R
APTE : PAO DE ACUCAR EMPREENDIMENTOS TURISTICOS S/A
ADV : DAVID ZANGIROLAMI E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.51.01.525767-3 (200251015257673) 319415 - AC R
APTE : TOURING CLUB DO BRASIL
ADV : PATRICIA REIS NEVES BEZERRA E OUTROS
APDO : FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.51.10.000726-6 (200251100007266) 309036 - AC R
APTE : ZIZA PIRES FIGUEIREDO
ADV : JOSE CALDAS BERNARDINO
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV : RUTH MENDES DE OLIVEIRA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.51.13.000418-8 (200251130004188) 325734 - AC R
APTE : COMPANHIA INDUSTRIAL SANTA MATILDE
ADV : LUIZ FERNANDO DE MELO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.51.13.000864-9 (200251130008649) 333920 - AC R
APTE : COMPANHIA INDUSTRIAL SANTA MATILDE
ADV : LUIZ FERNANDO DE MELO E OUTRO
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2002.51.13.000870-4 (200251130008704) 333916 - AC R
APTE : COMPANHIA INDUSTRIAL SANTA MATILDE
ADV : LUIZ FERNANDO DE MELO E OUTRO
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.02.01.016047-1 (0018) 335176 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : OSCAR LEONCIO NEVES E OUTRO
ADV : JOSE AUGUSTO DA CAMARA TORRES
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.50.01.003154-3 (200350010031543) 345665 - AC E
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : TRANSILVA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
ADV : CELIO DE CARVALHO C. NETO E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.50.01.014444-1 (200350010144441) 410986 - AC E
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : AEDI FARIA MACHADO
ADV : VITOR DE PAULA FRANCA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.50.01.016849-4 (200350010168494) 378154 - AC E
APTE : BENEDITO DE JESUS PIMENTEL
ADV : JOSE ANTONIO GRACELI E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEBASTIAO TRISTAO STHEL E OUTROS
APDO : BENEDITO DE JESUS PIMENTEL
ADV : JOSE ANTONIO GRACELI E OUTRO
APDO : BEIRA MAR TRANSPORTES E TURISMO LTDA. E OUTRO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.006559-2 (200351010065592) 378974 - AC R
APTE : CARMENCITA DA SILVA VESPER
ADV : ROSANGELA SANTOS DE OLIVEIRA
APDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OUTRO
PROC : CLAUDIA CAMARA MOTTA CRUZ DE ANDRADE
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.011722-1 (200351010117221) 371324 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : ELISEU DA SILVA
ADV : PAULO ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.012427-4 (200351010124274) 372134 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : LEONARDO DE MELLO CAFFARO
APDO : PEDRO LOPES PEQUENO FILHO
ADV : MARCELLO ROCHA DE LUNA FREIRE
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 6A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.013386-0 (200351010133860) 375103 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS
APDO : MAGNO SOARES DA COSTA
ADV : ERIKA BENEMOND
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.015388-2 (200351010153882) 375104 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS
APDO : MAGNO SOARES DA COSTA
ADV : ERIKA BENEMOND
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.016875-7 (200351010168757) 395054 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : VERA LUCIA DE OLIVEIRA THOMAZ
ADV : PAULO MACIEL THOMAZ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.020191-8 (200351010201918) 345086 - AC R
APTE : JOEL SILVEIRA
ADV : PAULO HENRIQUE TELES FAGUNDES E OUTRO
APDO : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - RIO DE JANEIRO
ADV : RHEA SILVIA BARROS DE MELLO E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.020789-1 (200351010207891) 373630 - AC R
APTE : EVANDRO RAMOS FERREIRA
ADV : JOSE MANUEL DUARTE CORREIA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.021761-6 (200351010217616) 355349 - AC R
APTE : ADELINO SEBASTIAO DINIZ CRUZ
ADV : ADELINO SEBASTIAO DINIZ CRUZ
APDO : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - RIO DE JANEIRO
ADV : RHEA SILVIA BARROS DE MELLO E OUTRO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.024153-9 (200351010241539) 342264 - AC R
APTE : SONIA MARIA MEDEIROS CABRAL
ADV : HAYLTON FERREIRA CARNEIRO E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : NAIR FÉLIX DE ANDRADE LEITE
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.027531-8 (200351010275318) 366140 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS
APDO : ANTONIO CARLOS VIEIRA DE ALMEIDA
ADV : JOSE RODRIGUES MANDU E OUTRO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.028192-6 (200351010281926) 369779 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : RICARDO EDSON LIMA
ADV : MARCO ANTONIO HURTADO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.02.000910-0 (200351020009100) 56164 - AMS R
APTE : WANDA DIAS MASCARENHAS
ADV : JOSE MAURICIO TOSTES CALDAS E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ROBERTO ESTEVES
APDO : MARIA DE LOURDES MONTEIRO DE BARROS MASCARENHAS
ADV : RODRIGO CAVALCANTE FEITOZA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.07.000171-5 (200351070001715) 350662 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARILENE MARIA TAVARES BASTOS PARREIRA E OUTROS
APDO : NEHEMIAS SOUZA DA SILVA
ADV : EVANIL LOPES DE SOUZA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.10.002366-5 (200351100023665) 340556 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUCIANO PEREIRA CHAGAS E OUTROS
APDO : VERA REGINA SILVEIRA
ADV : VICENTE CELESTINO C GOMES
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.10.010154-8 (200351100101548) 413605 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARLOS EDUARDO LEITE SABOYA E OUTROS
APDO : CARLOS JOSE CORREA
ADV : HAROLDO PAIVA DOS SANTOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2003.51.10.010208-5 (200351100102085) 408477 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES E OUTROS
APDO : CONDOMINIO VILLAGE DOS ROXINOIS
ADV : FRANCISCO JOSE DOS SANTOS MILHEIRO E OUTRO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.50.01.002905-0 (200450010029050) 396793 - AC E
APTE : CONSELHO REG. DE ENGEN. ARQUIT. E AGRON. - CREA/ES
ADV : MAGDA HELENA MALACARNE
APDO : XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
ADV : HELIDA BRAGANCA ROSA PETRI E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.50.01.005585-0 (200450010055850) 384518 - AC E
APTE : LIVIA MARIA PEIXOTO PINTO BARCELOS
ADV : FLAVIO ANDRE DE ALMEIDA CASTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.50.03.000035-0 (200450030000350) 358933 - AC E
APTE : INST. BRAS. DO MEIO-AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
PROC : NAILTON O CRESPO FILHO
APDO : POLIMIX CONCRETO LTDA
ADV : AMANTINO PEREIRA PAIVA E OUTRO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.50.03.000188-3 (200450030001883) 380506 - AC E
APTE : FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FNS
PROC : SHIZUE SOUZA KITAGAWA
APDO : ANTONIO ESTEVAO FILHO E OUTROS
ADV : HELIO A DE C GUEDES
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 1A. VARA DE SAO MATEUS-ES
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.000745-6 (200451010007456) 372530 - AC R
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.001438-2 (200451010014382) 355157 - AC R
APTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROC : OLINTHO JOSE TITONELI ALVIM
APDO : INTER RENT COMERCIO TRANSPORTE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADV : CARLOS EDUARDO DE MENEZES REIS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 20A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.003793-0 (200451010037930) 355132 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROBERTO MUSA CORRÊA E CONJUGE
APDO : CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO NUNES
ADV : EVERTON LUIS AMORIM SANTANA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.004794-6 (200451010047946) 376174 - AC R
APTE : RICARDO ANTONIO BELLIDO DA SILVA
ADV : RICARDO ANTONIO BELLIDO DA SILVA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.006448-8 (200451010064488) 358291 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : RAFAEL SARDAO MATHIAS
ADV : JOAO BAPTISTA COELHO E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.006882-2 (200451010068822) 382078 - AC R
APTE : PAULO ROBERTO DE SOUSA BATISTA
ADV : LUCAS DE ALBUQUERQUE
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.007930-3 (200451010079303) 406595 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : VERONICA TORRI E OUTROS
APDO : MARCI CONCEICAO DE FRANCA MEIRELLES E OUTROS
ADV : MAURICIO FERREIRA DA SILVA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.011018-8 (200451010110188) 390816 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : ANGELA CHAGAS DA SILVA
ADV : VIRGINIA RIBEIRO DE SOUZA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.013024-2 (200451010130242) 60720 - AMS R
APTE : CRIFER COURIER TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.013336-0 (200451010133360) 370343 - AC R
APTE : ILDEFONSO MEIRA
ADV : MARCO ANTONIO HURTADO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.017188-8 (200451010171888) 382294 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MEIRELLES FAGUNDES E OUTROS
APDO : OLACIR ROSA DA SILVA
ADV : KELLY NERY FERREIRA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.017447-6 (200451010174476) 395225 - AC R
APTE : NIRCEA SOUZA DE HOLANDA
ADV : MARCO ANTONIO HURTADO E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.017665-5 (200451010176655) 382071 - AC R
APTE : PAULO ROBERTO DE SOUSA BATISTA
ADV : LUCAS DE ALBUQUERQUE
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.018536-0 (200451010185360) 373197 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARIA DO CARMO DA SILVA GONCALVES
ADV : IVANIA CARDOSO DOS REIS MARTINS SILVA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 20A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.018581-4 (200451010185814) 371141 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : JEAN PABLO DE PAIVA LOPES E OUTROS
APDO : CLARINDO CANDIDO DE SOUZA
ADV : MARIA FRANCISCA M. DO NASCIMENTO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.019333-1 (200451010193331) 394138 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : NORMA DA SILVA BRANDAO
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 11A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.019801-8 (200451010198018) 387925 - AC R
APTE : CONSELHO REG. DE TEC. EM RADIOLOGIA - 4A REGIAO/RJ
ADV : EDSON JORGE RODRIGUES
APDO : VALMIR BRAZ TULSEN
ADV : JOSE PAULO THOME MORAES E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2004.51.14.000315-3 (200451140003153) 392237 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : JORGE PANISSET
ADV : SANDRA MARIA VEIRIA LIMA DOS REIS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE MAGE-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.50.01.001457-8 (200550010014578) 406321 - AC E
APTE : GOLDENPLAST EMBALAGENS LTDA
ADV : RODRIGO FRANCISCO DE PAULA E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.50.01.001763-4 (200550010017634) 378204 - AC E
APTE : MERCANTIL PINHEIRO LTDA - ME E OUTROS
ADV : LUIZ OTAVIO PEREIRA GUARCONI DUARTE E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.50.01.004516-2 (200550010045162) 393911 - AC E
APTE : DROGAVIX COMERCIAL LTDA E OUTRO
ADV : LEONARDO LAGE DA MOTTA E OUTROS
APDO : CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - CRF
ADV : THIAGO COELHO SARAIVA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.50.01.006418-1 (200550010064181) 410983 - AC E
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : AEDI FARIA MACHADO E OUTRO
ADV : VITOR DE PAULA FRANCA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.50.01.007625-0 (200550010076250) 394438 - AC E
APTE : ELIANA SOUZA PIMENTA E OUTRO
ADV : MARCIO GARCIA DOS SANTOS E OUTRO
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.50.01.011028-2 (200550010110282) 390354 - AC E
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : FABIANO FERNANDES SILVA
ADV : ISAAC PANDOLFI E OUTRO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.001547-0 (200551010015470) 399752 - AC R
APTE : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC : CHRISTIAN MATTOS BARROSO
APDO : SAUDE VIDA E CONVENIOS MEDICOS SERVICOS LTDA
ADV : LUIS AUGUSTO PESTANA VIEIRA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.002445-8 (200551010024458) 366934 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : REINALDO CESAR DA SILVA NEUBUSS
ADV : REINALDO CESAR DA SILVA NEUBUSS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.003052-5 (200551010030525) 373749 - AC R
APTE : CARLOS HENRIQUE LOPES DE CASTRO
ADV : NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JORGE CESAR BARBOSA DO AMARAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.003735-0 (200551010037350) 378773 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : SILAS LIVIO XAVIER DA SILVA
ADV : LEONARDO DE CARVALHO BARBOZA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.005841-9 (200551010058419) 372319 - AC R
APTE : GLORIA LISETTE DE CASTRO SERPA
ADV : MARCO ANTONIO HURTADO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.006878-4 (200551010068784) 359721 - AC R
APTE : CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
ADV : ELLEN DAHER RODRIGUES DELMAS E OUTROS
APDO : SINFITO RJ - SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS E DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.013434-3 (200551010134343) 388847 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : JOSE CARLOS FRAGOSO PIRES E OUTROS
ADV : ALEXANDRE L. D. FONTENELLE E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 26A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.013737-0 (200551010137370) 377726 - AC R
APTE : YOLANDA CHAGAS MARTINS
ADV : CESARIO SALGADO DE ALMEIDA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.014687-4 (200551010146874) 394037 - AC R
APTE : TEREZINHA DOS SANTOS SILVA
ADV : MARCO ANTONIO HURTADO E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.017931-4 (200551010179314) 399297 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APTE : CECILIA ARAUJO DRIENDL
ADV : ANGELO BELLO BUTRUS E OUTRO
APDO : SOFIA MARINA FERNANDES RODRIGUES
ADV : LUCY ANDREA M DE PINNA E OUTRO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.018013-4 (200551010180134) 385886 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : AMELIA MACIEL FRANÇA
ADV : FELIZUMIR DIAS RIBEIRO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.020039-0 (200551010200390) 382251 - AC R
APTE : VALFREDO ALONSO DOS SANTOS E OUTROS
ADV : ANDRE LUIZ CARDOSO RODRIGUES E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.021524-0 (200551010215240) 406345 - AC R
APTE : RODRIGO BARBOSA MATOS
ADV : ANA REGINA SHUENQUENER DE ARAUJO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.023847-1 (200551010238471) 410751 - AC R
APTE : CELESTE LIMA DE OLIVEIRA
ADV : PAULO RICARDO CARVALHO RODRIGUES
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.023918-9 (200551010239189) 409306 - AC R
APTE : AMBROSINA RIBEIRO MENDES E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.02.004928-2 (200551020049282) 410893 - AC R
APTE : ENOCK VERIANO NOGUEIRA BARRA JUNIOR
ADV : PAULO LEANDRO DE MATOS CAMPOS E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL BURKLE WARD E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.03.000458-1 (200551030004581) 391386 - AC R
APTE : CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADV : DANIELLE GARRAO AUGUSTO
APDO : C. PAES DA SILVA DROGARIA E PERFUMARIA
ADV : CELIO ROBERTO CARVALHO DE SOUZA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.04.000672-0 (200551040006720) 70917 - AMS R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARCIO DE OLIVEIRA RIBEIRO E OUTROS
APDO : CAMARA NACIONAL DE ARBITRAGEM DE VOLTA REDONDA - CANAAR-VR E OUTRO
ADV : VINICIUS FERRAZ LIMA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.06.001786-3 (200551060017863) 409693 - AC R
APTE : CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO R.J.- CRA/RJ
ADV : AIRES ALEXANDRE JUNIOR
APDO : SANATORIO OSWALDO CRUZ S/C LTDA
ADV : LEONARDO DE MELLO ARAUJO FERREIRA E OUTRO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.10.007091-3 (200551100070913) 415522 - AC R
APTE : CLAUDIO ROBERTO DA SILVA CARNEIRO
ADV : JOSE FAGUNDES JUNIOR
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2005.51.52.004030-9 (200551520040309) 403739 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : WILLIAM VARGAS DE PAIVA
ADV : MARUZZA VERENA CSEKO PORTUGAL E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 4A VARA DE NITEROI-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.02.01.004387-0 (20000180001140) 375630 - AC R
APTE : DROGARIA MACABUENSE LTDA - ME
ADV : PAULO MARCIO ABILA BERSOT E OUTRO
APDO : CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADV : MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.02.01.007043-4 (021980154500) 379490 - AC E
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : JUDETH ELIAS AIEX - ESPOLIO
ADV : LUIZ CLAUDIO DE ALMEIDA DUARTE
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.50.01.000619-7 (200650010006197) 409938 - AC E
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : RODRIGO SALES DOS SANTOS E OUTROS
APDO : ALZIRA MARTINS LOUREIRO E OUTRO
ADV : ROGERIO SIMOES ALVES E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.50.01.004730-8 (200650010047308) 415084 - AC E
APTE : CONSELHO REG. DE ENGEN. ARQUIT. E AGRON. - CREA/ES
ADV : EUSTACHIO DOMICIO LUCCHESI RAMACCIOTTI E OUTROS
APTE : CHARLES TAGARRO
ADV : MARIA DA PENHA TRISTÃO CALMON ALVES
APDO : OS MESMOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.50.02.001135-9 (200650020011359) 396029 - AC E
APTE : BRAMINEX - BRASILEIRA DE MARMORE EXPORTADORA S/A
ADV : MARCELO SCHIAVINI COSSATI
APDO : INST. BRAS. DO MEIO-AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
PROC : FLAVIO TELES FILOGONIO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.001826-8 (200651010018268) 404887 - AC R
APTE : CLAUDIA LOPES DE MELO E OUTRO
ADV : JOSE FRANCISCO NICANDIO
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.002317-3 (200651010023173) 398103 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : THEREZA MEIRELLES DA SILVA
ADV : CARLOS ROBERTO R. ABREU E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 12A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.005043-7 (200651010050437) 410019 - AC R
APTE : MARIZA SOARES SANTOS
ADV : EDIR DA SILVA FIGUEIREDO E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : VINICIUS PEREIRA MARQUES E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.005501-0 (200651010055010) 415371 - AC R
APTE : SEBASTIAO JORGE TEODORO E OUTROS
ADV : MARIANA DUARTE FERNANDES E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.006378-0 (200651010063780) 411608 - AC R
APTE : VALDINEA RAMOS NETO E OUTROS
ADV : ALEXANDRE DA SILVA VERLY E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.007197-0 (200651010071970) 414343 - AC R
APTE : CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV : PEDRO MIRANDA E OUTROS
APDO : ELIANE GOUVEA
ADV : J0SE ANTONIO RAIA DE OLIVEIRA E OUTRO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.009174-9 (200651010091749) 406997 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ANDRE LUIZ AGOSTINHO DA SILVEIRA REIS E OUTROS
APDO : TERESINHA DOS SANTOS NILO
ADV : ROSANA DA SILVA SANTOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.011690-4 (200651010116904) 394052 - AC R
APTE : FERNANDO HERMOGENES DAS CHAGAS FILHO
ADV : SONIA CRISTINA M. M. DO E. SANTO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.012864-5 (200651010128645) 396054 - AC R
APTE : ELZA MENDONCA NOGUEIRA
ADV : AMANDA SODRE R. MOREIRA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.016394-3 (200651010163943) 403286 - AC R
APTE : DEUSNICE BATISTA DE SOUZA
ADV : CAMILA FRAGA E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.016442-0 (200651010164420) 397960 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : DANIEL MALAGUTI E SILVA
APDO : LUCIENE LIMA CAMPOS
ADV : RUBENS CORREA DE AGUIAR E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.016768-7 (200651010167687) 387108 - AC R
APTE : DOUGLAS EDUARDO MOREIRA
ADV : PAULO ROBERTO APOLINARIO DE FIGUEIREDO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.018226-3 (200651010182263) 398524 - AC R
APTE : BERNARDINA VIEIRA NOGUEIRA E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.020135-0 (200651010201350) 404295 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARIA ZILDA COUTO DA SILVA
ADV : LUDOVICO STUMPO E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.020789-2 (200651010207892) 414714 - AC R
APTE : AMARO JOSE SOARES PATRICIO E OUTROS
ADV : LEONARDO PACHECO MURAT DE MEIRELLES QUINTELLA
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : VINICIUS PEREIRA MARQUES E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.020904-9 (200651010209049) 68163 - AMS R
APTE : ACAD - ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ACADEMIAS
ADV : ALVARO CRAVO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.021740-0 (200651010217400) 401133 - AC R
APTE : SILVINA MARIA VICTORIA DA CUNHA
ADV : FABIO DE ABREU CONTI E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.022487-7 (200651010224877) 402964 - AC R
APTE : SANDRA REGINA BONFIM FELISBERTO
ADV : NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : FRANCISCO F. VIEIRA FILHO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.022964-4 (200651010229644) 410418 - AC R
APTE : PEDRO HEITOR BORGES PIOVESAN E OUTRO
ADV : LEONARDO PACHECO MURAT DE MEIRELLES QUINTELLA E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEANDRO LARA LEAL E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.023319-2 (200651010233192) 409604 - AC R
APTE : YARA BORSARIO DE SOUZA
ADV : SERGIO DOS SANTOS DE BARROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.023731-8 (200651010237318) 408614 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : SANDRA DA SILVA ALMEIDA E OUTROS
ADV : RICARDO VIANA RAMOS FERNANDEZ E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 10A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.024559-5 (200651010245595) 405917 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ANDRE LUIZ AGOSTINHO DA SILVEIRA REIS E OUTROS
APDO : MARCIO DE SOUZA FIGUEIREDO
ADV : MIRIAM DOS SANTOS E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.522086-2 (200651015220862) 416737 - AC R
APTE : CIA/ DOCAS DO RIO DE JANEIRO
ADV : FREDERICO AUGUSTO DE ALMEIDA FERREIRA E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.03.000232-1 (200651030002321) 387779 - AC R
APTE : DROGARIA IRMAOS CARVALHO LTDA ME E OUTRO
ADV : WANDIRA MANHAES DA CUNHA E OUTRO
APDO : CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-CRF/RJ
ADV : DANIELLE GARRAO AUGUSTO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2006.51.14.000108-6 (200651140001086) 393959 - AC R
APTE : CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADV : DANIELLE GARRÃO AUGUSTO E OUTROS
APDO : MUNICIPIO DE MAGE
PROC : VANDERSON MACULLO BRAGA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.02.01.010846-6 (200351010299270) 158084 - AG R
AGRTE : JOSE PEIXOTO DE ALBUQUERQUE FILHO E OUTROS
ADV : RODRIGO DE ALMEIDA TAVORA E OUTROS
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ANDRE LUIZ AGOSTINHO DA SILVEIRA REIS E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.02.01.012913-5 (9800301844) 159350 - AG RJ
AGRTE : WALDEMAR DOS SANTOS GONCALVES
ADV : MARIO JORGE SALOME E OUTROS
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : VERONICA TORRI E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.50.01.001983-4 (200750010019834) 409800 - AC E
APTE : APORTE FINANCIAL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
ADV : EDNO PAVIOTTI DO NASCIMENTO E OUTRO
APDO : CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO E.S.- CRA/ES
ADV : ANGELO RODRIGO T. TROTTE E OUTRO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.001522-3 (200751010015223) 415722 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARCIA DE SOUZA APOLINARIO
ADV : CARLOS NUNES DA SILVA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.002936-2 (200751010029362) 410474 - AC R
APTE : JORGE SANTOS CHAGAS
ADV : MARCIA LUIZA BROMONSCHENKEL E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FRANCISCO JOSE NOVAIS JUNIOR E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.003881-8 (200751010038818) 414380 - AC R
APTE : ADEMAR SCHOTTS FILHO E OUTROS
ADV : ANTONIO CARLOS MACEDO SILVA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.005583-0 (200751010055830) 414223 - AC R
APTE : ASSOCIACAO DOS CONTRIBUINTES ASSISTIDOS DA VALIA APOSVALE
ADV : RODRIGO ALEXANDRE TORRES DE LUCA E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.006245-6 (200751010062456) 410608 - AC R
APTE : PAULO NOVELLI
ADV : MONICA EYER L. S. MATESCO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEANDRO LARA LEAL E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.011009-8 (200751010110098) 415952 - AC R
APTE : GLORIA MARQUES PINTO CLARO
ADV : VANESSA ISADORA GENARO E OUTRO
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : AURIVAL JORGE P.SILVA E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.016728-0 (200751010167280) 412201 - AC R
APTE : ALMIR PASSOS DOS SANTOS
ADV : DENIZE TELES DE SOUZA E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FRANCISCO JOSE NOVAIS JUNIOR E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.016752-7 (200751010167527) 413336 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : VINICIUS PEREIRA MARQUES E OUTROS
APDO : ACACIO GEORGINO DA SILVA
ADV : ZELIA M. FERNANDES DE LUNA E OUTRO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.018443-4 (200751010184434) 412165 - AC R
APTE : DITERO SIGMAR UHR E OUTRO
ADV : LEONARDO PACHECO MURAT DE MEIRELLES QUINTELLA E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEILA MATHEUS REGA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.490035-3 (200751014900353) 415213 - AC R
APTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
PROC : ALEX TAVARES DOS SANTOS
APDO : JORGE LUCENA AGUIAR
ADV : RAFAEL ALVES DE OLIVEIRA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.02.003035-0 (200751020030350) 413598 - AC R
APTE : ALDIR PEREIRA DA SILVA
ADV : MARCELO PAIVA LARANJA E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE RODRIGUES DE SOUSA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.04.000354-5 (200751040003545) 412635 - AC R
APTE : IVAN CAMPOS
ADV : MARIA DE FATIMA DOS SANTOS GRILLO COUTINHO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2007.51.04.003047-0 (200751040030470) 415215 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES E OUTROS
APDO : NOEMIA CORREA DIAS E OUTROS
ADV : ANA MARIA LOPES E OUTRO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.000443-4 (043050001825) 412822 - AC E
APTE : DROGARIA BISSI LTDA
ADV : GUSTAVO COUTO ANTUNES DA ROCHA E OUTROS
APDO : CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - CRF/ES
ADV : THIAGO COELHO SARAIVA
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 09.07.2008

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE 09.07.2008

DESEMBARGADOR	ENC	ATRI	1REG	2REG	DIST	REDI	TOTAL
PAULO BARATA	2	0	0	0	7	0	9
FREDERICO GUEIROS	0	0	0	0	5	0	5
TANIA HEINE	1	0	0	0	6	0	7
ALBERTO NOGUEIRA	2	0	0	0	6	0	8
PAULO ESPIRITO SANTO	2	0	0	0	9	0	11
ANTÔNIO CRUZ NETTO	1	0	0	0	6	0	7
CASTRO AGUIAR	0	0	0	0	1	0	1
FERNANDO MARQUES	0	0	20	0	0	0	20
MARIA HELENA CISNE	1	0	0	0	3	0	4
VERA LÚCIA LIMA	1	0	0	0	8	0	9
RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	2	0	0	0	9	0	11
SERGIO FELTRIN CORREA	0	0	0	0	1	0	1
LUIZ ANTONIO SOARES	0	0	0	0	8	0	8
BENEDITO GONCALVES	1	0	0	0	8	0	9
FRANCISCO PIZZOLANTE	1	1	0	0	9	0	11
GUILHERME DIEFENTHAELER	0	0	0	0	9	0	9
LILIANE RORIZ	2	0	0	0	3	0	5
SERGIO SCHWAITZER	0	0	0	0	10	0	10
POUL ERIK DYRLUND	0	0	0	0	8	0	8
ANDRÉ FONTES	0	0	0	0	2	0	2
REIS FRIEDE	3	0	0	0	9	0	12
JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA	2	216	0	0	10	0	228

ABEL GOMES	4	0	0	0	3	0	7
MESSOD AZULAY NETO	1	0	0	0	2	0	3
LUIZ PAULO S ARAUJO F º/ no afast . R	2	0	0	0	8	0	10
MARCELO PEREIRA / no afast . Relator	3	0	0	0	8	0	11
MÁRCIA HELENA NUNES / no afast . Rela	2	8	0	0	4	0	14
TOTAL	33	225	20	0	162	0	440

PROCESSOS REMETIDOS PARA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO:

PROCESSO : 1999.51.01.013034-7 (9900130340) 422892 - AC RJ
: 9900631030
APTE : CARLA DE OLIVEIRA ROSAS
ADV : VERA LUCIA G. ARAUJO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES

PROCESSO : 2000.51.01.005525-1 (200051010055251) 422924 - AC R
: 200051010195462
APTE : CESAR GOMES E OUTRO
ADV : PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/NO AFAST. RELATOR

PROCESSO : 2000.51.01.501648-0 (200051015016480) 6210 - ACR RJ
: 200751018122314
APTE : LUIZ ROBERTO ESQUINCALHA JUNIOR - REU PRESO
ADV : RENATA LEVY E OUTROS
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES

PROCESSO : 2004.51.01.004179-8 (200451010041798) 422923 - AC R
APTE : ROBERTO BITTENCOURT DOS SANTOS
ADV : ROBERT LARA MENDES
APDO : BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROC : MARLOS LOPES GODINHO ERLING
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA

PROCESSO : 2004.51.01.009517-5 (200451010095175) 422864 - AC R
APTE : MAIMELL SAUDE EMPRESARIAL S/C LTDA
ADV : WALTER ABU ALLA JUNIOR
APTE : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC : OTAVIO AUGUSTO LIMA DE PILLA
APDO : OS MESMOS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/NO AFAST. RELA

PROCESSO : 2005.51.01.506089-1 (200551015060891) 422911 - AC R
: 200151015042615
APTE : MOLTEC IND/ DE MARMORES E GRANITOS LTDA
ADV : MILENE BEDRAN
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA

PROCESSO : 2006.51.01.020186-5 (200651010201865) 422870 - AC R
APTE : AROLDO MARQUES CORREA
ADV : JAIR GIANGIULIO JUNIOR
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROGEL CARMAN GOMES BARBOSA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA

PROCESSO : 2006.51.01.502670-0 (200651015026700) 6209 - ACR RJ
: 200751018147323
: 200851018043947
: 200451015353488
: 200851018012458
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APTE : GILBERTO LINHARES TEIXEIRA - REU PRESO
ADV : ENOS DA COSTA PALMA E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/NO AFAST. RELATOR

PROCESSO : 2007.51.01.009143-2 (200751010091432) 73207 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : VEM MANUTENCAO E ENGENHARIA S/A
ADV : BRUNO ROMERO MONTEIRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 27A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA

PROCESSO : 2007.51.01.017133-6 (200751010171336) 422869 - AC R
APTE : CLODOALDO DE ALMEIDA
ADV : CARLOS LUCIANO BITTENCOURT RIBEIRO E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2007.51.01.019549-3 (200751010195493) 73209 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ECISA PARTICIPACOES S/A
ADV : OTTO CARVALHO PESSOA DE MENDONCA E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA

PROCESSO : 2008.02.01.009767-9 (200751010213410) 166865 - AG R
: 200551010167452
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : SELMA SERRA DE FIGUEIREDO
ADV : DORILÉA ARAÚJO FARIAS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE

PROCESSO : 2008.02.01.010842-2 (200851030006153) 167362 - AG R
: 200851030008757
: 200851030008745
: 200851030008824
: 200851030009488
: 200851030010200
: 200751030029653
AGRTE : ALEX PEREIRA CAMPOS
ADV : THIAGO LOPES LIMA NAVES E OUTRO
AGRDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO

PROCESSO : 2008.02.01.010843-4 (200851030006153) 167364 - AG R
: 200851030008757
: 200851030008745
: 200851030008824
: 200851030009488
: 200851030010200
: 200751030029653
AGRTE : FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES
ADV : LEONARDO DIAS SARAIVA
AGRDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO

PROCESSO : 2008.02.01.010965-7 (200750010141639) 167449 - AG E
AGRTE : ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS DO ESPIRITO SANTO
ADV : CARLOS EDUARDO AMARAL DE SOUZA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE

PROCESSO : 2008.02.01.010975-0 (200750010044830) 167437 - AG E
: 9900005368
: 9900005350
: 200750010044828
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : JOSE CARLOS MONTEIRO E OUTRO
ADV : SAMIR FURTADO NEMES
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA

PROCESSO : 2008.02.01.010981-5 (200850010006649) 167448 - AG E
AGRTE : ANTONIO DAS GRACAS PEREIRA DE SOUZA E OUTRO
ADV : FABIANO CARVALHO DE BRITO E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE

PROCESSO : 2008.02.01.010984-0 (200750010161031) 167440 - AG E
AGRTE : PAULO MENDES PECANHA
ADV : AROLDO LIMONGE E OUTROS
AGRDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/NO AFAST. RELA

PROCESSO : 2008.02.01.010987-6 (200851030011793) 167450 - AG R
: 200751030037741
: 9800647090
AGRTE : ESPOLIO DE AMARO PEDRO RIBEIRO REP/ P/ MARIA ERLI DA SILVA E OUTROS
ADV : LUIZ GERSON DA SILVA E OUTRO
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA

PROCESSO : 2008.02.01.010989-0 (200851018035720) 5874 - HC RJ
: 200751018090260
: 200751018029855
: 200551015382079
IMPTE : EDUARDO DE MORAES E OUTROS
IMPDO : JUIZO FEDERAL DA 6A VARA-RJ
PACTE : SILVERIO LUIZ NERY CABRAL JUNIOR
ADV : EDUARDO DE MORAES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES

PROCESSO : 2008.02.01.010990-6 (9600008434) 167451 - AG ES
: 9600080810
: 9700108465
: 9700108473
: 200550010009467
: 200650010117050
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GILMAR ZUMAK PASSOS E OUTROS
AGRDO : SOCIAL - CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA
ADV : FABIO ALEXANDRE FARIA CERUTTI E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA

PROCESSO : 2008.02.01.010991-8 (200750020020663) 5875 - HC ES
: 200750020000998
IMPTE : WESLEY MARGOTTO COSTA
IMPDO : JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES
PACTE : MARCELO DOS SANTOS FERNANDES FERREIRA
ADV : WESLEY MARGOTTO COSTA
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES

PROCESSO : 2008.02.01.010992-0 (200751120003203) 5876 - HC RJ
: 200751120005649
: 200751120005637
: 200751120006708
IMPTE : LUIZ FERNANDO STAMILE RACCO E OUTRO
IMPDO : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE ITAPERUNA-RJ
PACTE : VEIDER JOAO DA CRUZ FERREIRA - REU PRESO
ADV : LUIZ FERNANDO STAMILE RACCO E OUTRO
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO

PROCESSO : 2008.02.01.010993-1 (200751010002058) 167455 - AG R
: 200751010047078
AGRTE : JOSE RICARDO TAVARES CORREA
ADV : ASTERIO PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO
AGRDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE

PROCESSO : 2008.02.01.010994-3 (200851050000790) 167454 - AG R
: 200551050016266
AGRTE : HAMILTON JOSE WERNECK MOUTA
ADV : ROGERIO ALAYLTON D'ANGELO E OUTRO
AGRDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/NO AFAST. RELATOR

PROCESSO : 2008.02.01.011003-9 (9300274120) 167458 - AG RJ
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DA LBA - ASSELBA-RJ
ADV : RENATO ABRANTES DA ROCHA MENEZES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA

PROCESSO : 2008.02.01.011008-8 (200751010044879) 167464 - AG R
AGRTE : MARCIO FERREIRA GOMES
ADV : PATRICE DESIREE NEVES DE MELLO E OUTROS
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE

PROCESSO : 2008.02.01.011010-6 (200651015380403) 5877 - HC RJ
: 200851018075717
: 9800357025
: 9800481583
IMPTE : WELLINGTON MOUSINHO LINS DOS SANTOS
IMPDO : JUIZO DA 4A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : JARBAS RANGEL CORREA - REU PRESO
ADV : WELLINGTON MOUSINHO LINS DOS SANTOS
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ

PROCESSO : 2008.02.01.011013-1 (200650010099400) 5879 - HC ES
: 200850010020828
IMPTE : PAULA CRHISTINA FONSECA E GUSMAO E OUTRO
IMPDO : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CRIMINAL DE VITORIA-ES
PACTE : C B D S - REU PRESO
ADV : PAULA CRHISTINA FONSECA E GUSMAO
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/NO AFAST. RELATOR

PROCESSO : 2008.02.01.011018-0 (200551015010954) 9668 - MS RJ
: 200551015031465
: 200551015031477
: 200651015036881
: 200651015131397
: 200451015423806
IMPTE : BLUEMOUNTAIN SERVIÇOS LTDA
ADV : ADOLPHO MARANHAO AGUIAR E OUTRO
IMPDO : JUIZO DA 5A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES

PROCESSO : 2008.02.01.011021-0 (9900749383) 167471 - AG RJ
AGRTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
AGRDO : SAMUEL HENRIQUE DIBE MALEVAL
ADV : ROGERIO RIBEIRO DOMINGUES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ

PROCESSO : 2008.02.01.011024-6 (200551010200194) 167470 - AG R
: 200651010039478
: 200651010099578
: 200551010136236
AGRTE : COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB
ADV : JORGE CASTAING D'OLIVEIRA
AGRDO : ASSOCIACAO PROJETO LAGOA MARAPENDI
ADV : PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO E OUTROS
LITIS : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAI RENOVAVEIS - IBAMA
PROC : SEM PROCURADOR
LITIS : JULIO SIMOES TRANSPORTES E SERVICOS LTDA
ADV : JOSE ROBERTO DE CASTRO NEVES E OUTROS
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/NO AFAST. RELATOR

PROCESSO : 2008.51.01.805843-4 (200851018058434) 422875 - AC R
: 200051015105189
APTE : CYNERIA DUTRA TAVARES
ADV : MARCO AURELIO MOREIRA DE VASCONCELLOS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANDERSON OLIVEIRA CASTELUCIO
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE

T E R M O D E E N C E R R A M E N T O - 2ª V I A

Contém a presente ata a distribuição de 0407 feitos, realizada por processamento eletrônico de dados e 0033 encaminhados para verificação de correlação totalizando, 0058 folhas, todas por mim conferidas e rubricadas. (a) ..... (Romildo Narciso Volotão), Diretor da Secretaria de Atividades Judiciárias.

Rio de Janeiro - RJ, 09 de julho de 2008.

JOAQUIM ANTONIO CASTRO AGUIAR
Presidente

ÍNDICES POR ADVOGADO DOS FEITOS DISTRIBUÍDOS EM 09.07.2008.

Nome do Advogado	Código OAB	Número do Processo
ADELINO SEBASTIAO DINIZ CRUZ	RJ022913	2003.51.01.021761-6
ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU	RJ065963	1997.51.01.001566-5
		2002.02.01.036324-9
		2006.51.01.007862-9
ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MEIRELLES FA	RJ099101	2004.51.01.017188-8
ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA	RJ133855	2006.51.01.005501-0
ADRIANA TEIXEIRA DE TOLEDO	RJ091103	1997.51.01.001566-5
AFONSO CEZAR CORADINE	ES005748	1995.50.01.007023-9
AFRANIO GUALDA TAVARES	RJ060696	2007.02.01.008978-2
AIRES ALEXANDRE JUNIOR	RJ098677	2005.51.06.001786-3
ALCEDINO ALVES DE OLIVEIRA	RJ092292	1998.51.01.012400-8
ALESSANDRA SABINO	RJ112384	1997.51.01.014217-1
ALEX TAVARES DOS SANTOS		2007.51.01.490035-3
ALEXANDRE DA SILVA VERLY	RJ097647	2006.51.01.006378-0
ALEXANDRE L. D. FONTENELLE	RJ065732	2005.51.01.013434-3
ALEXANDRE MARS CARNEIRO	RJ078275	2007.02.01.015229-7
ALIPIO OLIVEIRA SANTOS	RJ001912A	2002.02.01.008801-9
ALOISIO LIRA	ES007512	2008.02.01.010980-3
ALOYSIO SILVA JUNIOR	RJ057336	2002.51.01.506525-5
ALVARO BORGERTH	RJ101080	1989.51.11.027445-3
		1989.51.11.027448-9
		1989.51.11.027449-0
ALVARO CRAVO	RJ113856	2006.51.01.020904-9
AMANDA LIMA HUGUENIN DE CARVALHO	RJ143987	2000.51.01.005719-3
AMANDA SODRE R. MOREIRA	RJ124856	2006.51.01.012864-5
AMANTINO PEREIRA PAIVA	ES003609	2004.50.03.000035-0
ANA BEATRIZ FADEL	RJ093720	2002.51.01.002513-9
ANA CAROLINA DA CRUZ FARIA	RJ140059	2008.02.01.010995-5
ANA IZABEL VIANA GONSALVES	ES007962	2008.02.01.010983-9
ANA LOURDES DE MELLO FIGUEIREDO	RJ084339	2008.02.01.010957-8
ANA LUCIA VIOL DE MORAES	RJ089719	2001.02.01.037687-2
ANA MARIA ANTUNES GOULART	RJ028176	2006.51.01.524067-8
ANA MARIA LOPES	RJ104889	2007.51.04.003047-0
ANA PAULA FELICIANO DE MELO	RJ001535B	2001.51.10.004290-0
ANA PAULA TAUCEDA BRANCO	ES006332	2001.50.01.008073-9
ANA PAULA VASCONCELLOS VAZ	RJ117934	2008.02.01.011007-6
ANA REGINA SHUENQUENER DE ARAUJO	RJ084374	2005.51.01.021524-0
ANDERSON OLIVEIRA CASTELUCIO		2007.51.51.003972-1
ANDRE LUIZ AGOSTINHO DA SILVEIRA REIS	RJ116677	2006.51.01.009174-9
		2006.51.01.024559-5
		2007.02.01.010846-6
ANDRE LUIZ CARDOSO RODRIGUES	RJ077596	2005.51.01.020039-0
ANDREA ESTEVES KUDSI RODRIGUES	RJ110673	2001.51.06.001726-2
ANGELA DA ROCHA OLIVEIRA	RJ087491	2001.51.01.531797-5
ANGELO BELLO BUTRUS	RJ115379	2005.51.01.017931-4
		2008.02.01.011000-3
ANGELO RODRIGO T. TROTTE	ES013018	2007.50.01.001983-4
ANTHERO GONCALVES FILHO	RJ024930	1999.51.01.058740-2
ANTONIO BRANDAO FIGUEIRA	RJ027790	2002.02.01.008801-9
ANTONIO CARLOS MACEDO SILVA	RJ033895	2007.51.01.003881-8
ANTONIO JOSE ASSUNÇÃO MOREIRA	RJ140324	2008.02.01.010999-2
ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO	RJ055264	2003.51.01.010570-0
ANTONIO MANOEL DE BARROS	RJ076714	1995.51.02.050368-4
ANTONIO PEREIRA ALBINO	MG026930	1998.51.03.012775-1
ANTONIO SERGIO PINHEIRO LIMA	RJ062138	1991.51.02.055255-0
ANTONIO VIEIRA GOMES FILHO	RJ047253	1997.51.01.078695-5
APARECIDA SERRANO DE MELO	ES008528	1998.50.01.007710-7
ARALTON LIMA JUNIOR	RJ082647	2000.51.01.004491-5
ARCINELIO DE AZEVEDO CALDAS	RJ004777	1998.51.03.012775-1
		2008.02.01.010959-1
ARLON CAMPOS DA SILVA JUNIOR	RJ117379	1998.51.03.012775-1
ATAUALPA DA COSTA CARVALHO FILHO	RJ086651	2002.51.01.506525-5
AURIVAL JORGE P.SILVA	RJ000821	2007.51.01.011009-8
AURIVAL PARDAUIL	RJ000821	1997.51.01.001566-5
AURIVAL PARDAUIL SILVA	RJ000821	1998.51.01.026982-5
AYRES d'ATHAYDE WERMELINGER BARBOSA	RJ028015	1991.51.01.100251-2
BERY CHEVALIER DO NASCIMENTO	RJ071135	2008.02.01.010955-4
BRUNA SARMENTO DOS SANTOS		2007.51.01.805940-9
BRUNO SHINITI ALVES DA COSTA	ES013037	2002.50.01.004247-0
BRUNO VAZ DE CARVALHO	RJ097626	2005.51.01.000630-4
		2006.51.01.007862-9
CAMILA FRAGA	RJ121486	2006.51.01.016394-3
CAMILA MARIA DIAS PAGUNG	ES010244	2008.02.01.010953-0
CARLA ANDREA BEZERRA ARAUJO	RJ094214	2007.51.02.001588-8
CARLA MARIA COELHO BRANCO	RJ060954	1999.51.01.024034-7
CARLA SENDON AMEIJEIRAS	RJ084766	2000.51.01.000116-3
CARLOS ALBERTO B. RANGEL	RJ064900	1999.51.01.060229-4
CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL	RJ064900	2000.51.01.018200-5
CARLOS EDISON DO REGO MONTEIRO FILHO	RJ072235	2002.51.01.012780-5
CARLOS EDUARDO DE MENEZES REIS	RJ114108	2004.51.01.001438-2
CARLOS EDUARDO DE SA E BENEVIDES	RJ002176A	1995.51.01.016631-2
CARLOS EDUARDO LEITE SABOYA	RJ110265	2003.51.10.010154-8
CARLOS EDUARDO RIBEIRO NUNES	RJ065307	98.02.39064-0
CARLOS LENO DE MORAES SARMENTO	RJ075458	2008.02.01.010939-6
CARLOS MARTINS DE OLIVEIRA	RJ019608	2002.02.01.038123-9
CARLOS NUNES DA SILVA	RJ079465	2007.51.01.001522-3
CARLOS ROBERTO R. ABREU	RJ068051	2006.51.01.002317-3
CARMELO CORATO	RJ013369	1999.51.01.016602-0
CARMELO PALMIERI PERRONE	RJ061100	2008.02.01.010949-9
CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES	RJ108296	1997.51.01.007236-3
		2003.51.01.010570-0
		2003.51.10.010208-5
		2004.51.01.001833-8
		2005.51.01.001075-7
		2006.51.01.004173-4

CAROLINA ALBUQUERQUE LIMA	RJ134406	2007.51.01.003046-7
CELIO DE CARVALHO C. NETO	ES009100	2003.50.01.003154-3
CELIO ROBERTO CARVALHO DE SOUZA	RJ119551	2005.51.03.000458-1
CELIO VENTURA	RJ065132	2008.02.01.011014-3
CELSO PITHON WERNECK	RJ020870	2005.51.01.513366-3
CESAR AUGUSTO DE SOUZA CARVALHO	RJ072277	1993.51.01.021673-2
CESAR AUGUSTO GONCALVES PEREIRA	RJ007728	1989.51.11.027445-3
		1989.51.11.027449-0
CESAR LUIZ PEREIRA	RJ073868	2008.02.01.010985-2
CESARIO SALGADO DE ALMEIDA	RJ013906	2005.51.01.013737-0
CEZAR DE ALMEIDA	RJ005960	2008.02.01.010967-0
CHRISTIAN MATTOS BARROSO		2005.51.01.001547-0
CHRISTIANNA GALVEAS BRISBANE	RJ099386	2006.51.01.009392-8
CID COSTA JUNIOR	RJ054220	2001.02.01.042253-5
CINTIA DE FREITAS GOUVEA	RJ051050	2008.02.01.009911-1
CLARISSE GOMES ROCHA	ES008870	2008.02.01.010971-2
CLAUDIA CAMARA MOTTA CRUZ DE ANDRADE		2003.51.01.006559-2
CLAUDIA CARLA ANTONACCI	ES007873	2001.50.01.011371-0
CLAUDIA LEITE TEIXEIRA CASIUCH	RJ073637	2003.51.01.029478-7
CLAUDIA NEDER		2007.51.01.003046-7
CLAUDINE SIMÕES MOREIRA	ES00226B	2002.50.02.000832-0
CLEBER ALVES TUMOLI	ES010485	2002.50.01.007193-7
CLECY BERNARDES VASCONCELLOS	RJ035045	2006.51.01.015429-2
CRISTIANA DA CONCEICAO GOMES	RJ135041	2008.02.01.009911-1
CRISTIANE VIANA DE ANDRADE	RJ101856	2007.51.01.027126-4
CRISTIANO TEIXEIRA PASSOS	ES010833	2001.50.01.011371-0
CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES	RJ138017	2007.51.04.000354-5
		2007.51.04.003047-0
CRISTINA DAMIANI DA FONSECA COSTA COU	RJ081124	1996.51.01.009202-3
CYNTHIA MARIA PISKE SILVERIO SOUZA	RJ072886	2008.02.01.010608-5
DALVA GIL VIANNA GUIMARAES SALLES	RJ028761	2006.51.01.014234-4
DANIEL BURKLE WARD	RJ135235	2005.51.02.004928-2
DANIEL DE ARAUJO PERALTA		2008.02.01.010968-2
DANIEL MALAGUTI E SILVA		2006.51.01.016442-0
DANIEL VERSIANI CHIEZA	RJ126753	2000.51.01.004491-5
		2003.51.01.015635-4
		2005.51.01.021240-8
		2006.51.01.017755-3
DANIELLE DE A LOURENCO	RJ116610	2007.51.01.009908-0
		2007.51.01.011953-3
		2007.51.01.014987-2
DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO	RJ116610	2002.51.01.007343-2
		2007.51.01.010046-9
		2007.51.01.010657-5
		2007.51.01.010685-0
		2007.51.01.012556-9
		2008.02.01.010261-4
DANIELLE GARRAO AUGUSTO	RJ099124	2005.51.03.000458-1
		2006.51.03.000232-1
DANIELLE GARRÃO AUGUSTO	RJ009914	2006.51.14.000108-6
DANIELLE RODRIGUES DE SOUSA	RJ123989	2007.51.02.003035-0
DANILO SAHIONE	RJ056034	2001.51.01.022422-3
DARCY DE ASSIS VIANNA	RJ010705	1998.51.01.026982-5
DAVID ZANGIROLAMI	RJ080049	2002.51.01.506120-1
DEFENSORIA PUBLICA-RJ		2007.02.01.008978-2
DENISE DOMINGUES SANTIAGO	RJ001363B	1992.51.01.072603-1
DENIZE TELES DE SOUZA	RJ090302	2006.51.01.002226-0
		2006.51.01.017659-7
		2007.51.01.016728-0
DIOGO ALVAREZ TRISTAO		2000.51.01.505996-9
DOUGLAS WILSON MAROSTICA LEITE JUNIOR	RJ147629	2008.51.01.000697-4
EDIR DA SILVA FIGUEIREDO	RJ076497	2006.51.01.005043-7
EDIVALDO FERREIRA VITERBO	RJ063205	2001.51.01.025299-1
EDNO PAVIOTTI DO NASCIMENTO	ES004407	2007.50.01.001983-4
EDSON JORGE RODRIGUES	RJ057832	2004.51.01.019801-8
EDSON PINTO	RJ025685	2008.02.01.011025-8
EDSON ZUKERAN	RJ130664	2008.02.01.010964-5
EDUARDO LOUREIRO LEMOS		2006.51.06.001108-7
EDUARDO PINTO MARTINS	RJ003855	2002.02.01.007835-0
EDY COUTINHO	ES002101	2007.50.01.011410-7
EISENHOWER DIAS MARIANO	RJ056550	2008.02.01.010086-1
ELCY SILVA SOARES	RJ021920	1997.51.01.019724-0
		1999.51.01.026204-5
		2001.02.01.046542-0
		2002.02.01.000392-0
ELCY SILVA SOARES		2001.51.01.532960-6
ELENICE MARIA HIRLE	RJ086462	2000.51.01.003827-7
ELIANA COSTA GUTTMANN	RJ024994	1996.51.01.009202-3
ELIEL SANTOS JACINTHO	RJ059663	2003.51.01.015635-4
ELLEN DAHER RODRIGUES DELMAS	RJ084280	1999.51.01.024034-7
		2005.51.01.006878-4
ELSON ANTUNES SANTANA	RJ096015	1998.50.01.009974-7
ENEIDA MARIA DOS SANTOS		1997.51.01.078695-5
ERICA CARLA SILVA DE SOUSA	RJ116306	2005.51.01.001075-7
ERICA DE ALMEIDA SANTOS	RJ129828	2006.51.01.022360-5
ERIKA BENEMOND	RJ114023	2003.51.01.013386-0
		2003.51.01.015388-2
ERIKA SEIBEL PINTO	ES009181	2001.50.01.006773-5
		2002.50.01.004247-0
		2003.51.01.013386-0
		2003.51.01.015388-2
		2003.51.01.027531-8
		2007.50.01.011410-7
		2008.02.01.010820-3
ERNESTO DUARTE PEREIRA JUNIOR	RJ117657	2001.51.01.532960-6
ESMERALDO AUGUSTO LUCCHESI RAMACCIOTT	ES00232B	2006.50.01.008107-9
ESTEVAO SANTIAGO PIZOL DA SILVA		1996.50.01.008813-3
EUNICE RUBIM DE MOURA	RJ035746	2001.51.01.017299-5
EURICO SAD MATHIAS	ES00226A	1999.02.01.041420-7
EUSTACHIO DOMICIO LUCCHESI RAMACCIOTT	ES00220B	2001.50.01.006773-5
		2001.50.01.010641-8
		2006.50.01.004730-8
EVANIL LOPES DE SOUZA	RJ076903	2003.51.07.000171-5
EVERTON LUIS AMORIM SANTANA	RJ085080	2004.51.01.003793-0
FABIO DE ABREU CONTI	RJ097766	2006.51.01.021740-0
FABIO LUCIANO DE ALMEIDA E SILVA	RJ085013	2008.02.01.011006-4
FABIO LUIZ MOBARAK EGLESSIA		1999.51.02.202532-1
FABIO LUIZ MOBARAK IGLESSIA	RJ086369	2001.02.01.019685-7
FABIO OLIVEIRA FONSECA		2008.02.01.010947-5
FATIMA MARIA ARAUJO DA SILVA	RJ058435	2008.02.01.010941-4
FELIPE AUGUSTO ROLIM JORGE	RJ101132	2003.51.01.010570-0
FELIPE ITALA RIZK	ES012510	2008.02.01.010966-9
FELIPE NELIO DOS SANTOS ARAUJO	RJ073368	2002.02.01.019380-0
FELIPPE ZERAIK	RJ030397	2008.02.01.011022-2
FELIZUMIR DIAS RIBEIRO	RJ050916	1993.51.01.024826-5
		2005.51.01.018013-4
FERNANDA ALBUQUERQUE JUNQUEIRA BASTOS	RJ120587	2008.02.01.011009-0
FERNANDA DIAS TEIXEIRA	RJ149026	2008.02.01.010986-4
FERNANDA MARIA DE A MARQUES	RJ085578	2002.51.01.509930-7
FERNANDA OLIVAES VALLE DOS SANTOS	RJ114266	2007.51.01.027126-4
FERNANDA RODRIGUES D'ORNELAS	RJ118270	2008.02.01.011023-4
FERNANDO GUEDES DE AZEVEDO	RJ038948	2008.02.01.010961-0
FLAVIO ANDRE DE ALMEIDA CASTRO	ES012012	2004.50.01.005585-0
FLAVIO DE OLIVEIRA PEREIRA	RJ078499	2001.51.04.001127-8
FLAVIO LUIS SOARES TEIXEIRA	RJ044472	2008.02.01.010890-2
FLAVIO TELES FILOGONIO		2006.50.02.001135-9
FLAVIO TELES FILOGONIO	MG080725	2008.02.01.010983-9
FRANCIMAR PAES RANGEL	RJ004151	2008.02.01.010959-1
		2008.02.01.010962-1
		2008.02.01.010963-3
FRANCISCO DE ASSIS ARAUJO HERKENHOFF	ES006590	2008.02.01.010988-8
FRANCISCO F. VIEIRA FILHO		2006.51.01.022487-7
FRANCISCO JOSE DOS SANTOS MILHEIRO	RJ125997	2003.51.10.010208-5
FRANCISCO JOSE NOVAIS JUNIOR	RJ117882	2007.51.01.002936-2
		2007.51.01.016728-0
FRANCISCO LUIZ DO LAGO VIEGAS	RJ067617	2001.51.10.004290-0
FREDERICO AUGUSTO DE ALMEIDA FERREIRA	RJ100825	2006.51.01.522086-2
FREDERICO LYRA CHAGAS	ES009496	2002.50.02.000832-0
FRIZIA STELLA NUNES DA SILVA	RJ085487	2005.51.01.000630-4
GABRIELA MESQUITA DE CARVALHO	RJ134632	2003.51.01.543665-1
GARY DE OLIVEIRA BON ALI	RJ004474	1997.51.01.072336-2
		2005.51.01.017956-9
GEORGINA FRANCISCA DE ANDRADE	RJ041695	2008.02.01.010261-4
GERALDO MARCELINO DE FREITAS JUNIOR	MG078618	2008.02.01.010969-4
GERSON DE CARVALHO FRAGOZO	RJ106445	2001.51.01.024259-6
		2003.51.01.007754-5
		2008.02.01.011014-3
GERSON LUCCHESI	RJ085053	2006.51.01.016464-9
GILBERTO FRAGA	RJ071448	2008.02.01.010954-2
GILMAR ZUMAK PASSOS	ES004656	2008.02.01.010953-0
GIOVANA DE AZEVEDO FIDALGO	ES007079	2006.50.01.008107-9
GIOVANNI F MARCHESE	RJ090950	2003.51.01.025263-0
GISELE PORTO		2001.51.01.017299-5
GLABRO RICARDO FONTOURA	RJ050753	2002.02.01.038123-9
GLAUCIA MARIA LAUTELLA FRASCINO	SP113570	2007.50.01.004013-6
GODOFREDO NUNES FILHO	RJ027698	2008.02.01.011002-7
GUILHERME MANUEL DA SILVA	RJ074662	1995.51.01.021101-9
GUSTAVO COUTO ANTUNES DA ROCHA	ES011048	2008.02.01.000443-4
GUSTAVO STTEEL	RJ102469	2002.02.01.036324-9
HAMILTON ANDRE DE OLIVEIRA	RJ069808	1997.51.01.005436-1
HANS LANGER	RJ023047	2006.51.01.021167-6
HAROLDO PAIVA DOS SANTOS	RJ035388	2003.51.10.010154-8
HAYLTON FERREIRA CARNEIRO	RJ074708	2003.51.01.024153-9
HELCIAS DE ALMEIDA CASTRO	ES003107	1996.50.01.008813-3
HELIDA BRAGANCA ROSA PETRI	ES005883	2004.50.01.002905-0
HELIO A DE C GUEDES	ES00318B	2004.50.03.000188-3
HELIO BIZZO DA COSTA	RJ089586	1997.51.01.014217-1
HELOISA MASCARENHAS GALAXE	RJ105626	2008.02.01.011001-5
HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO	RJ101253	2003.51.01.007754-5
		2006.51.01.005821-7
		2006.51.01.017755-3

HUMBERTO P. GUEDES JUNIOR	RJ044979	1990.51.01.017404-9
IEDA JULIATTI DE CARVALHO	RJ050865	1997.51.01.007236-3
IMERO DEVENS JUNIOR	ES005234	2001.50.01.009312-6
ISAAC PANDOLFI	ES010550	2005.50.01.011028-2
ITAN MARTINS MATTOS	RJ118359	2006.51.01.016661-0
IVANIA CARDOSO DOS REIS MARTINS SILVA	RJ107370	2004.51.01.018536-0
IVONE GALAXE DO AMARAL	RJ107831	2000.51.01.505996-9
IZABELA FERNANDES DIAS	SP185573A	2001.51.01.535922-2
J0SE ANTONIO RAIA DE OLIVEIRA	RJ108630	2006.51.01.007197-0
JAIR GIANGIULIO JUNIOR	RJ138829	2006.51.01.018282-2
JAIRO NOGUEIRA GUIMARAES	RJ024612	2008.02.01.010940-2
JAMES DE OLIVEIRA	RJ023870	1995.51.01.016631-2
JANDIRA FERREIRA DAVID	RJ046758	1999.51.01.062273-6
JEAN PABLO DE PAIVA LOPES	MG073943	2004.51.01.018581-4
JEANNE GOMES DIMITRIOU DE LIMA	RJ097065	2008.02.01.010841-0
JERIZE TERCIANO ALMEIDA	ES006739	2002.50.01.007193-7
JESSE GOMES DE OLIVEIRA	RJ073572	2008.02.01.010947-5
JOANA DARC OLIVEIRA DE MACEDO	RJ109918	2008.02.01.010956-6
JOAO BAPTISTA COELHO	RJ017686	2004.51.01.006448-8
JOAO BATISTA DALLAPICCOLA SAMPAIO	ES004367	2008.02.01.010820-3
JOAO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO	MG020180	2008.02.01.010470-2
JOAO MARCOS COLUSSI	RJ002414A	2007.51.01.490291-0
JOAO ORLANDO DUARTE DA CUNHA		2008.02.01.010866-5
JORGE BATISTA FERNANDES JUNIOR		2001.51.01.531797-5
JORGE BLOISE	RJ034125	1992.51.01.072603-1
JORGE CESAR BARBOSA DO AMARAL	RJ035337	2005.51.01.003052-5
JOSE ALVES DA SILVA	RJ042745	1992.51.01.045380-4
JOSE ANTONIO GRACELI	ES008305	2003.50.01.016849-4
JOSE ARCISO FIOROT	ES006106	2005.50.01.007892-1
JOSE AUGUSTO DA CAMARA TORRES		2003.02.01.016047-1
JOSE AUGUSTO DE TOLEDO NETO	RJ017955	2004.51.06.000729-4
JOSE BORGES TEIXEIRA	ES013414	2008.02.01.010978-5
JOSE CALDAS BERNARDINO	RJ052700	2002.51.10.000726-6
JOSE CARLOS MOREIRA	RJ070223	2008.02.01.010946-3
JOSE ESPEDITO DE SOUZA PEREIRA	RJ058244	2004.51.01.001833-8
JOSE FAGUNDES JUNIOR	RJ103493	2005.51.10.007091-3
JOSE FRANCISCO NICANDIO	RJ106984	2006.51.01.001826-8
JOSE H. MOREIRA	RJ059007	2008.02.01.010850-1
JOSE HENRIQUE BARBOSA M. LIMA NETO	RJ083795	2008.02.01.010853-7
JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ	RJ095297	2007.51.01.004524-0
JOSE MANUEL DUARTE CORREIA	RJ075026	2003.51.01.020789-1
JOSE MAURICIO F. DOS SANTOS	RJ110332	2008.02.01.011015-5
JOSE MAURICIO TOSTES CALDAS	RJ081927	2003.51.02.000910-0
JOSE NOLASCO DE CARVALHO	RJ035915	2003.51.01.523235-8
JOSE OSWALDO CORREA	RJ012667	1997.51.01.019724-0
		1999.51.01.026204-5
		2001.02.01.046542-0
		2002.02.01.000392-0
		2006.51.01.527848-7
		2008.02.01.011020-9
JOSE PAULO THOME MORAES	RJ065554	2004.51.01.019801-8
JOSE PERICLES COUTO ALVES	RJ026200	2007.51.01.803025-0
JOSE ROBERTO DE A. SAMPAIO	RJ069747	2003.51.01.006501-4
JOSE ROBERTO NEVES SILVEIRA	RJ082362	2006.51.01.011342-3
JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA		2008.02.01.010951-7
JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA	RJ013040	2005.51.01.023918-9
		2006.51.01.013839-0
		2006.51.01.018226-3
		2007.51.01.009490-1
		2007.51.01.016335-2
		2007.51.01.020190-0
		2008.02.01.010950-5
JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA JUNIO	RJ136778	2004.51.01.019333-1
JOSE RODRIGUES MANDU	RJ020336	2003.51.01.027531-8
JOSE WILSON DE FARIAS	RJ021454	2002.02.01.007835-0
JOSEVALDA SILVA DIAS	RJ128268	2002.51.01.007343-2
JOSUE ISAAC VARGAS FARIA	RJ098404	1999.51.01.001271-5
JULIANA CRISTINA MIORIM JORGE	SP172186	2008.02.01.010948-7
JULIO CESAR MOREIRA DE JESUS	RJ138431	2007.51.51.007010-7
KATIA REGINA MALHEIROS DA SILVA	RJ084414	2000.02.01.058277-7
KELLY NERY FERREIRA	RJ123284	2004.51.01.017188-8
LAIZA MARIA DE JESUS VIEIRA	RJ115518	2005.51.01.021240-8
LEANDRO LARA LEAL	RJ127106	1999.51.01.001271-5
		2006.51.01.022964-4
		2007.51.01.000818-8
		2007.51.01.006245-6
LEILA MATHEUS REGA	RJ123747	2007.51.01.018443-4
LEONARDO DE CARVALHO BARBOZA	RJ116636	2005.51.01.003735-0
		2006.51.01.018083-7
LEONARDO DE MELLO ARAUJO FERREIRA	RJ083286	2005.51.06.001786-3
LEONARDO DE MELLO CAFFARO	RJ094057	2002.02.01.010819-5
		2003.51.01.012427-4
LEONARDO GONCALVES ALMEIDA	RJ108037	2007.51.01.002604-0
LEONARDO JUNHO GARCIA	ES010864	2001.50.01.012345-3
		2002.50.01.005538-5
LEONARDO LAGE DA MOTTA	ES007722	2005.50.01.004516-2
LEONARDO P MEIRELLES QUINTELLA	RJ113921	2007.51.01.000818-8
LEONARDO PACHECO MURAT DE MEIRELLES Q	RJ113921	2006.51.01.020789-2
		2006.51.01.022964-4
		2007.51.01.018443-4
LEONARDO RZEZINSKI	RJ002005A	2008.02.01.010958-0
LOUIS PIERECK DE SA	RJ012372	1991.51.01.100251-2
LOURENCO DO VALE CAVALCANTE	RJ053578	1998.51.01.026982-5
LUCAS DE ALBUQUERQUE	RJ045097	2004.51.01.006882-2
		2004.51.01.017665-5
LUCIA RODRIGUES CAETANO	RJ072123	1993.51.01.021673-2
LUCIANA CONSTAN CAMPOS DE ANDRADE MEL	RJ071477	1995.51.01.021101-9
LUCIANA DA CRUZ PIRES	RJ089706	2007.51.01.805940-9
LUCIANO CEOTTO	ES009183	2000.50.01.011190-2
LUCIANO PEREIRA CHAGAS	RJ116058	2003.51.10.002366-5
LUCIMERE DE AZEVEDO ESTEVAO	RJ055217	1999.51.03.300599-5
LUCY ANDREA M DE PINNA	RJ103862	2005.51.01.017931-4
LUDMILA ROLIM GOMES DE FARIA	MG065351	2001.50.01.003163-7
LUDOVICO STUMPO	RJ028797	2006.51.01.020135-0
LUIS AUGUSTO PESTANA VIEIRA	AM004003	2005.51.01.001547-0
LUIS CESARIO DE M MARQUES	RJ052494	2008.02.01.010952-9
LUISA MEDINA	RJ117158	2006.51.01.528210-7
LUIZ ARMANDO DE LIMA RODRIGUES	RJ020187	1991.51.01.100251-2
LUIZ CARLOS BARBARA	RJ055836	2005.51.01.016330-6
LUIZ CARLOS LOPES BRANDÃO		1999.50.02.031398-9
LUIZ CARLOS ZVEITER	RJ071132	2003.51.01.010570-0
LUIZ CLAUDIO DE ALMEIDA DUARTE	RJ059030	2006.02.01.007043-4
LUIZ DE SOUZA GOUVEA	RJ099873	2005.51.01.026176-6
LUIZ FERNANDO CHIABAI PIPA SILVA	ES004382	2000.50.01.011190-2
LUIZ FERNANDO DE MELO	RJ005674	2002.51.13.000418-8
		2002.51.13.000864-9
		2002.51.13.000870-4
LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO	RJ038749	1999.51.01.057539-4
LUIZ FERNANDO STAMILE RACCO	RJ112511	2008.02.01.010992-0
LUIZ GUSTAVO DA SILVA PAIXÃO	RJ124403	2007.51.01.013593-9
LUIZ MARCELO DE SOUZA ROCHA	PR034549	2007.51.01.026724-8
LUIZ OTAVIO PEREIRA GUARCONI DUARTE	ES008752	2005.50.01.001763-4
LUIZ ROBERTO GONTIJO	RJ051099	2001.51.06.001726-2
LUIZ ROBERTO MARETO CALIL	ES007338	2002.02.01.027136-7
MAGDA HELENA MALACARNE	ES005073	2004.50.01.002905-0
MANOEL CARLOS MATTOS DA SILVA	RJ078590	2007.51.01.011953-3
MANOEL FERNANDO THOMPSON MOTTA FILHO	RJ044272	2007.51.01.015320-6
MARCELINO DIAS DA ROCHA	RJ083708	1996.51.01.017080-0
MARCELLO ANGELO BOTELHO BASTOS	RJ003142B	2006.51.01.530054-7
MARCELLO LIMA ANDREATA	RJ141376	1999.51.01.021986-3
MARCELLO ROCHA DE LUNA FREIRE	RJ066766	2003.51.01.012427-4
MARCELO ALVARENGA PINTO	ES007860	2002.50.01.005538-5
MARCELO BARBOSA DA SILVA	RJ107519	2001.51.01.018738-0
MARCELO DE SOUSA CAMPOS PEREIRA	RJ083204	2002.51.01.023412-9
MARCELO FRANCISCO FRAGOSO CASTRO		2005.51.01.026176-6
MARCELO GLASHERSTER	RJ076543	2007.51.01.010685-0
MARCELO PAIVA LARANJA	RJ066701	2007.51.02.003035-0
MARCELO SCHIAVINI COSSATI	ES008999	2006.50.02.001135-9
MARCIA CRISTINA VILELA GRANGEIA	RJ079368	2007.51.51.003972-1
MARCIA FERREIRA		2008.02.01.010967-0
MARCIA LUIZA BROMONSCHENKEL	RJ090602	2007.51.01.002936-2
MARCIO DE OLIVEIRA RIBEIRO	RJ082723	2005.51.04.000672-0
MARCIO GARCIA DOS SANTOS	ES011225	2005.50.01.007625-0
MARCIO SOUZA PIRES	MG031069	2001.50.01.003163-7
MARCO ANTONIO HURTADO	RJ085157	2001.02.01.019179-3
		2003.51.01.028192-6
		2004.51.01.013336-0
		2005.51.01.005841-9
		2005.51.01.014687-4
MARCO ANTONIO HURTADO	RJ085587	2004.51.01.017447-6
MARCUS VINICIUS M. M. DE OLIVEIRA	RJ091271	2007.51.01.014987-2
MARGARIDA PENHA CARNEIRO	RJ035732	2001.51.01.012445-9
MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS DE JESU	RJ088141	2007.51.01.800861-0
MARIA DA PENHA TRISTÃO CALMON ALVES	ES00174B	2006.50.01.004730-8
MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE	RJ042725	2006.02.01.004387-0
MARIA DE FATIMA DOS SANTOS GRILLO COU	RJ086141	2007.51.04.000354-5
MARIA EMILIA DE ALMEIDA	RJ025605	1999.51.01.058740-2
MARIA FRANCISCA M. DO NASCIMENTO	RJ092390	2004.51.01.018581-4
MARIA IZABEL COUTO ALVES	ES005774	1999.02.01.041420-7
MARIA LUCIA PAIVA DE SANTANA	RJ100540	2001.51.01.012445-9
MARIA MILDA SARAIVA REINALDO	RJ077742	2000.51.01.000116-3
MARIA THEREZA C PAMPLOMA PEREIRA	RJ078296	1997.51.01.079074-0
MARIANA DUARTE FERNANDES	RJ131556	2005.51.01.006618-0
		2005.51.01.009782-6
		2006.51.01.005501-0
MARIANGELA GUERRA CAMPANELLI	RJ101724	2001.51.02.005581-1
MARILDA AMORIM VIANNA	RJ001798A	2008.02.01.010969-4
MARILENE MARIA TAVARES BASTOS PARREIR	RJ060930	2003.51.07.000171-5
MARIO JORGE SALOME	RJ060089	2007.02.01.012913-5
MARIO LUIS L. BREJAO		2005.02.01.010929-2
MARIO ROBERTO B. BRUM		2006.51.01.022662-0

MARISA LIMA DE MATTOS	RJ107787	2005.51.14.000045-4
MARLENE BATISTA DE SOUZA	RJ071095	2006.51.01.017504-0
MARLUCIA APARECIDA FABBRI ROSA	RJ105639	2007.51.02.001588-8
MARUZZA VERENA CSEKO PORTUGAL	RJ102953	2005.51.52.004030-9
MAURICIO FERREIRA DA SILVA	RJ122978	2004.51.01.007930-3
MAURO DANTAS PINTO GUIMARAES	RJ050052	2002.51.01.022860-9
		2008.02.01.009976-7
MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS	RJ057739	2005.51.01.011527-0
MAURO SODRE MAIA	RJ066284	2008.02.01.010850-1
MILTON GOMES MONTEIRO	CE12447B	2006.51.01.524067-8
MIRIAM DOS SANTOS	RJ075435	2006.51.01.024559-5
MONICA EYER L. S. MATESCO	RJ051067	2007.51.01.006245-6
MONICA FIGUEIREDO DO AMARAL	RJ057644	2002.02.01.019380-0
MONICA LINHARES PEREIRA SOUTO	RJ095517	2002.02.01.010819-5
MONICLEDSON FERREIRA CARNEIRO	RJ122018	2007.51.01.010046-9
MURILO SAMPAIO	RJ019221	2006.51.01.004173-4
NAILTON O CRESPO FILHO		2004.50.03.000035-0
NATERCIA MARIA RIBEIRO	RJ124584	2008.02.01.010968-2
NATHALIA ARRUDA GUIMARAES	ES009190	2002.02.01.018911-0
NEI CALDERON	RJ002693A	1992.51.01.072603-1
NEIVA LIMA DOS SANTOS BUAIZ	ES008395	2004.50.01.001975-4
NELIO DE SOUZA		98.02.39064-0
NELSON SOARES CORDEIRO	RJ066222	2001.51.01.018738-0
NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS	RJ066650	2005.51.01.003052-5
		2006.51.01.022487-7
NILO CESAR MARTINS POMPILIO DA HORA	RJ046441	2001.02.01.036005-0
		2001.02.01.036006-2
NILTON NUNES PEREIRA JUNIOR	RJ066792	2008.02.01.010970-0
NOEMAR SEYDEL LYRIO	ES003666	2001.50.01.000345-9
NORBERTO JUDSON DE SOUZA BASTOS	RJ044205	2006.51.06.001108-7
NORMANDIA BARROSO UCHOA	RJ022352	1987.51.01.005120-2
OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E	RJ116261	2000.51.01.005719-3
		2007.51.01.013593-9
		2007.51.01.017764-8
OLINTHO JOSE TITONELI ALVIM		2004.51.01.001438-2
ORLANDO DOS ANJOS	RJ071187	2002.51.01.002513-9
OSWALDO GODOY VIDAL	RJ080048	2001.51.01.016591-7
OTAVIO A. VILARINHO CARDOSO FILHO	RJ119970	2005.51.01.000630-4
OTAVIO AUGUSTO LIMA DE PILLA	RJ116116	2008.02.01.010995-5
OTTO NILSON FAZZOLO DE SOUZA	RJ011057	2008.02.01.010976-1
PATRICIA REIS NEVES BEZERRA	RJ083102	2002.51.01.525767-3
PAULO ASSUMPCAO LEITE	RJ019598	1988.51.01.023286-9
PAULO CESAR CAMPOS LOUREIRO	ES006892	2008.02.01.010945-1
PAULO CESAR DAS NEVES CARDOSO	RJ047785	2008.02.01.010943-8
PAULO CESAR DE MATTOS G. CRUZ	RJ058578	1992.51.01.072603-1
PAULO DOURADO DE GUSMAO FILHO	RJ029688	1999.51.01.060229-4
		2000.51.01.018200-5
PAULO FERNANDO MARQUES CAVALCANTI	RJ095487	2008.02.01.010996-7
PAULO GUILHERME LUNA VENANCIO	RJ068213	1998.51.03.012775-1
PAULO HENRIQUE TELES FAGUNDES	RJ072474	2003.51.01.020191-8
PAULO LEANDRO DE MATOS CAMPOS	RJ104439	2005.51.02.004928-2
PAULO MACIEL THOMAZ	RJ096520	2003.51.01.016875-7
PAULO MARCIO ABILA BERSOT	RJ103475	2006.02.01.004387-0
PAULO OSCAR NEVES MACHADO	ES010496	2008.02.01.010977-3
PAULO RICARDO CARVALHO RODRIGUES	RJ144606	2005.51.01.023847-1
PAULO ROBERTO APOLINARIO DE FIGUEIRED	RJ119480	2006.51.01.016768-7
PAULO ROBERTO GOMES FERREIRA	RJ041759	2003.51.01.011722-1
PAULO RODRIGUES DA SILVA	RJ075159	2006.51.01.001600-4
PAULO S. DE A.E S.FABIAO	RJ128763	2008.02.01.011017-9
PEDRO MIRANDA	RJ023400	2006.51.01.007197-0
PERY GONCALVES DOS SANTOS	RJ002581B	2002.02.01.008801-9
PRISCILA SANTOS COLOMER MORAGAS	RJ124175	2007.51.01.012556-9
RAFAEL ALVES DE OLIVEIRA	RJ119120	2007.51.01.490035-3
RAMILSON TAVARES VEIGA	RJ054244	2007.51.01.805385-7
REGINA MARIA GALVAO DO RIO APA	RJ062648	2008.02.01.010998-0
REINALDO CESAR DA SILVA NEUBUSS	RJ060217	2005.51.01.002445-8
REINALDO JOSE PINTO	ES001981	1994.50.01.000918-2
REJANE WESP KELLER		1989.51.11.027448-9
RENATA DA SILVEIRA BILHIM	RJ107535	2000.51.02.004741-0
RENATA MARIA NOVOTNY	RJ067864	2005.51.01.525561-6
RENATA VASCONCELOS BARRETO	RJ130718	2006.51.01.510590-8
RENATO MIGUEL	ES006494	2001.50.01.009312-6
RHEA SILVIA BARROS DE MELLO	RJ078159	2003.51.01.020191-8
		2003.51.01.021761-6
RICARDO A. LABANCA BASTOS	RJ077661	2001.02.01.015068-7
RICARDO ANTONIO BELLIDO DA SILVA		2004.51.01.004794-6
RICARDO BERMUDES MEDINA GUIMARAES	ES008544	1995.50.01.007023-9
RICARDO FERNANDES MAGALHAES DA SILVEI	RJ087849	2008.02.01.011005-2
RICARDO M. AMARAL DE BARROS	RJ029022	2001.51.01.024259-6
RICARDO MARQUES DE ABREU	RJ068535	2000.51.01.021669-6
RICARDO PORTA MARTINI	SP123990	2003.51.01.025263-0
RICARDO VIANA RAMOS FERNANDEZ	RJ028681	2006.51.01.023731-8
RILDO FRANCISCO DE OLIVEIRA	RJ043604	2008.02.01.010942-6
ROBERTO ESTEVES	RJ023083	2003.51.02.000910-0
ROBERTO MUSA CORRÊA	RJ103156	2004.51.01.003793-0
RODRIGO ALEXANDRE TORRES DE LUCA	RJ099025	2007.51.01.005583-0
RODRIGO ALMEIDA DEL BARRIO	RJ107647	2001.51.01.017299-5
RODRIGO BOUERI FILGUEIRAS	RJ071786	2006.51.01.024024-0
RODRIGO CAVALCANTE FEITOZA	RJ096373	1998.51.03.012775-1
		2003.51.02.000910-0
RODRIGO DE ALMEIDA TAVORA	RJ099092	2007.02.01.010846-6
RODRIGO FRANCISCO DE PAULA	ES010077	2005.50.01.001457-8
RODRIGO MELLO DE ALMEIDA	ES006796	2002.02.01.022362-2
RODRIGO MOURA COELHO DA PALMA	RJ098041	2001.02.01.007879-4
RODRIGO ROCHA DE SOUZA	RJ085889	1991.51.01.100251-2
RODRIGO SALES DOS SANTOS	ES009196	2006.50.01.000619-7
RODRIGO TOSTES DE A. MASCARENHAS	RJ088194	1989.51.11.027449-0
ROGEL CARMAN GOMES BARBOSA	RJ124883	2005.51.01.016330-6
		2006.51.01.016661-0
		2006.51.01.017659-7
		2006.51.01.018282-2
ROGERIO RIBEIRO DOMINGUES	RJ027485	2008.02.01.010871-9
ROGERIO SIMOES ALVES	ES009378	2006.50.01.000619-7
ROSA CAVALCANTE LEMOS	RJ149140	2006.51.01.002226-0
ROSANA DA SILVA SANTOS	RJ064614	2006.51.01.009174-9
ROSANGELA GUEDES GONCALVES	ES005564	2008.02.01.010978-5
ROSANGELA SANTOS DE OLIVEIRA	RJ054291	2002.51.01.012780-5
		2003.51.01.006559-2
ROSEKLER DE CARVALHO DIAS	RJ075257	2007.51.01.030109-8
RUBEM DE FARIAS NEVES JUNIOR	RJ021388	2007.51.01.009908-0
RUBENS CASARA	RJ102002	2002.51.01.020295-5
RUBENS CORREA DE AGUIAR	RJ100189	2006.51.01.016442-0
RUBENS FERRAZ DE OLIVEIRA LIMA	SP015919	2008.02.01.010866-5
RUTH MENDES DE OLIVEIRA	RJ029943	2002.51.10.000726-6
SAID SIMAO	RJ026261	2002.02.01.019380-0
SAMIR FURTADO NEMES	ES011371	2008.02.01.010974-8
SANDRA MARIA VEIRIA LIMA DOS REIS	RJ114712	2004.51.14.000315-3
SEBASTIAO MEDICI		2008.02.01.011011-8
SEBASTIAO TRISTAO STHEL	ES004623	2003.50.01.016849-4
SELMA REGINA DE SOUZA A. CONCEICAO	GB018758	2000.51.01.021669-6
SELMA REGINA DE SOUZA ARAGAO		2000.51.01.021669-6
SEM ADVOGADO		1990.51.01.017404-9
		1994.50.01.000918-2
		1995.51.01.016631-2
		1997.51.01.007236-3
		1998.50.01.009974-7
		2001.02.01.019685-7
		2003.50.01.016849-4
		2003.51.01.024153-9
		2004.51.01.013024-2
		2005.50.01.001763-4
		2005.51.01.006878-4
		2005.51.01.510698-2
		2006.51.01.005821-7
		2006.51.01.017504-0
		2006.51.01.022360-5
		2007.51.01.002604-0
		2007.51.01.005583-0
		2008.02.01.010928-1
		2008.02.01.010961-0
		2008.02.01.010972-4
		2008.02.01.010973-6
		2008.02.01.010979-7
		2008.02.01.010982-7
		2008.02.01.011007-6
		2008.02.01.011016-7
		2008.02.01.011019-2
		2008.02.01.011023-4
SEM ADVOGADO	RJ999999	1997.51.01.108691-6
SEM PROCURADOR		2001.50.01.009312-6
		2006.51.01.524067-8
		2007.51.01.800861-0
		2008.02.01.010871-9
		2008.02.01.010977-3
		2008.02.01.010985-2
SERGIO BERMUDES	RJ017587	2008.02.01.010552-4
SERGIO DOS SANTOS DE BARROS	RJ097432	2006.51.01.023319-2
SERGIO MALAMUD	RJ080736	2006.51.01.022662-0
SHEILA DARDARI CASTANHEIRA		2006.51.01.530054-7
		2007.51.01.803025-0
		2007.51.01.805385-7
SHEILA DARDARI CASTANHEIRO		2003.51.01.523235-8
SHIZUE SOUZA KITAGAWA	ES008340	2004.50.03.000188-3
SIDALI JOAO DE MORAES GUIMARAES FILHO		2008.02.01.010086-1
SIDINEIA DOS SANTOS	RJ066780	1996.51.01.015073-4
SILVIA HELENA ANTUNES DOS SANTOS	RJ148748	2008.02.01.011004-0
SILVIA RODRIGUES DA ROCHA VIEIRA	RJ109370	2007.51.01.004524-0
SIMONE PIRES	RJ077089	1996.51.01.020399-4
SIMONE SIQUEIRA MIGUEL FREITAS	ES007572	1999.02.01.041420-7
SIMONE VOLOCH	RJ088925	2008.02.01.010944-0
SIZENANDO CASTANHEIRA JACINTO	ES002697	2001.50.01.012345-3
SONIA CRISTINA M. M. DO E. SANTO	RJ097058	2006.51.01.011690-4

SONIA LUCIA DOS SANTOS LOPES	RJ045543	1997.51.01.108691-6
SONIA REGINA A DA SILVEIRA	RJ076329	2007.51.01.010657-5
TANIA LUCIA MARQUES SANTOS	RJ109191	2008.02.01.010841-0
TELMO PAIVA DE FREITAS		1999.51.02.202532-1
THIAGO COELHO SARAIVA	ES010081	2005.50.01.004516-2
		2008.02.01.000443-4
VALDIR PAES LOUREIRO	RJ024344	2007.51.01.017764-8
VALENTIM DEL GUERSO NETTO	RJ094198	2005.02.01.010929-2
VANDERSON MACULLO BRAGA	RJ071159	2006.51.14.000108-6
VANESSA ISADORA GENARO	RJ090829	2007.51.01.011009-8
VANILCE BARCELLOS BRAGANCA	RJ086213	2008.02.01.010997-9
VERA LUCIA G. ARAUJO	RJ063594	1999.02.01.041420-7
VERONICA TORRI	RJ107834	1997.51.01.072336-2
		1997.51.01.079074-0
		2004.51.01.007930-3
		2007.02.01.012913-5
		2007.51.51.007010-7
VICENTE CELESTINO C GOMES	RJ099186	2003.51.10.002366-5
VICTOR GONCALVES ROMEU		2005.51.14.000045-4
VINICIUS FERRAZ LIMA	MG093653	2005.51.04.000672-0
VINICIUS PEREIRA MARQUES	RJ118627	2006.51.01.005043-7
		2006.51.01.020789-2
		2007.51.01.016752-7
VIRGINIA RIBEIRO DE SOUZA	RJ073521	2004.51.01.011018-8
VITOR DE PAULA FRANCA	ES013699	2003.50.01.014444-1
		2005.50.01.006418-1
VLADIMIR MUCURY CARDOSO	RJ102094	2003.51.01.029478-7
WAGNER DE FREITAS RAMOS	ES003712	1998.50.01.009974-7
WANDA BATISTA PEREIRA	RJ111272	2001.50.01.000345-9
WANDERLEY DE HOLLANDA GOMES	RJ031497	1991.51.02.055255-0
WANDIRA MANHAES DA CUNHA	RJ031309	2006.51.03.000232-1
WERNER BRAUN RIZK	ES011018	2006.50.01.000163-1
WILSON TORRES COSTA	RJ130316	1998.51.03.012775-1
ZELIA M. FERNANDES DE LUNA	RJ050929	2007.51.01.016752-7

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DO DIA 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.534720-8 (200451015347208) 422932 - AC R
APTE : IDEVAL PORTO DE AVILEZ FILHO
ADV : HELEN NOGUEIRA
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SHEILA DARDARI CASTANHEIRA
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.519933-9 (200551015199339) 423009 - AC R
APTE : EDSON DE OLIVEIRA
ADV : AYRTON MATHEUS D'AZEVEDO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.524581-7 (200551015245817) 422931 - AC R
APTE : VERA LUCIA DOURADO DOS SANTOS
ADV : MARIA AMELIA CORDEIRO LIMA MAUAD
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.527571-8 (200551015275718) 423019 - AC R
APTE : JORGE PAULO BARONE
ADV : CARLOS VARGAS FARIAS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.806465-0 (200751018064650) 6214 - ACR RJ
APTE : DOROTHY JANNUZZI DA SILVEIRA SOUZA
ADV : DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.51.01.804103-3 (200851018041033) 422955 - AC R
APTE : MARIA DE LOURDES FELICIANO DA SILVA
ADV : JOSE GUILHERME SOUTO PEREIRA E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.511209-2 (200351015112092) 423030 - AC R
APTE : JOAO BATISTA ROCHA DE AQUINO
ADV : CARLOS LENO DE MORAES SARMENTO E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JORGE BATISTA FERNANDES JUNIOR
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.50.01.010123-2 (200550010101232) 422968 - APREN
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JOAO CARLOS DE GOUVEIA FERREIRA DOS SANTOS
APDO : AYLSON GRIJO DO NASCIMENTO
ADV : DANIEL DIAS DE SOUZA
RMTE : JUIZO DA 1A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.505285-7 (200551015052857) 423018 - AC R
APTE : RONALDO DOS SANTOS
ADV : CARLOS VARGAS FARIAS E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ALESSANDRA JAPIASSU MAIA
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.516828-8 (200551015168288) 422981 - AC R
APTE : EDUARDO ALVES FEITOSA
ADV : TATIANA TROMMER BARBOSA E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SHEILA DARDARI CASTANHEIRA
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.504970-0 (200651015049700) 73215 - REOMS
PARTEA : TATIANA REGINA PINTO AMARAL
ADV : IVAN RIBEIRO DOS SANTOS NAZARETH E OUTROS
PARTER : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 39A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.511955-5 (200651015119555) 422935 - REOAC
PARTEA : ELIAS DOMINGOS BARROS
ADV : MARCELO DAVIDOVICH E OUTROS
PARTER : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 39A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.813473-0 (200751018134730) 422958 - AC R
APTE : CLARA FERREIRA SILVA
ADV : SIDNEI BATISTA E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.50.01.007994-5 (200450010079945) 422966 - APREN
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : CLEBSON DA SILVEIRA
APDO : ELIEZER FRANCISCO D'AVILA
ADV : JOSE CARLOS LOUZADA
RMTE : JUIZO DA 1A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.500481-4 (200551015004814) 73216 - REOMS
PARTEA : JOSE LOPES DE MELO
ADV : ARTHUR CARLOS DA SILVA E OUTROS
PARTER : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 39A VARA-RJ
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.507869-0 (200551015078690) 422942 - REOAC
PARTEA : SALVADOR LANZA
ADV : NORBERTO JUDSON DE SOUZA BASTOS E OUTRO
PARTER : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : FLAVIA AZEVEDO CORREA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 39A VARA-RJ
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.504456-7 (200651015044567) 423028 - AC R
APTE : ADILBERTO PINHEIRO DE MELLO
ADV : LEONARDO MOTTA DOS SANTOS E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : LILIAN BARROS DA SILVEIRA
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.518385-3 (200651015183853) 73218 - REOMS
PARTEA : ROSELY ALVES ALMAS
ADV : PAULO RODRIGUES DA SILVA
PARTER : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SHEILA DARDARI CASTANHEIRA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 39A VARA-RJ
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.17.001886-0 (200751170018860) 422939 - AC R
APTE : MARLY BERNADES
ADV : FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA DA SILVA E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : NARA LEVY
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.537413-3 (200451015374133) 423057 - APREN
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JULIANA PIMENTEL DE ALMEIDA
APDO : GILBERTO ARRUDA MOUREN
ADV : PATRICIA CANDIDA LEAL SCHMIDT E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 39A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.512944-1 (200551015129441) 73210 - AMS R
APTE : JUDITE DE SOUZA COSTA
ADV : LEONARDO HAUCH DA SILVA E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.524533-7 (200551015245337) 423016 - AC R
APTE : MARIA DA PENHA GONCALVES
ADV : CARLOS VARGAS FARIAS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.800639-9 (200751018006399) 423020 - AC R
APTE : RAQUELINE TEIXEIRA BENCHIMOL
ADV : GERALDO MAGELA HERMOGENES DA SILVA
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SHEILA DARDARI CASTANHEIRA
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.813017-7 (200751018130177) 73229 - AMS R
APTE : ROBERTO LUIZ PINTO
ADV : CARLOS VARGAS FARIAS E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.04.000807-5 (200751040008075) 73214 - AMS R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : GUSTAVO AUGUSTO FREITASS DE LIMA
APDO : EDSON MARINS
ADV : MARIA ELISA MAIA MARINS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 4A VARA DE VOLTA REDONDA-RJ
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.528890-0 (200351015288900) 423031 - AC R
APTE : VIRGINIA ALVES LUCAS
ADV : HELIO MARQUES DA SILVA E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : LILIAN BARROS DA SILVEIRA
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2003.51.52.013594-4 (200351520135944) 423046 - APREN
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : THIAGO SERPA ERTHAL
APDO : HELOISA TEIXEIRA PLASSING
ADV : MARCIA CRISTINA DOS SANTOS BRAZ
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 4A VARA DE NITEROI-RJ
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.500119-5 (200451015001195) 423060 - APREN
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ADRIANO ALMEIDA FIGUEIRA
APDO : REGINA CELIA DE SOUSA
ADV : FERNANDO SOARES DE ASSIS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 39A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.520292-9 (200451015202929) 423061 - APREN
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
APDO : AIRTON PEREIRA AZEVEDO
ADV : CARLOS VARGAS FARIAS E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 39A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.02.001127-4 (200451020011274) 6213 - ACR RJ
APTE : WALDIVA PEREIRA DE SOUZA
ADV : CARLOS LENO DE MORAES SARMENTO
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.500213-5 (200651015002135) 422965 - REOAC
PARTEA : JOSE EDIBERTO DE BARCELOS
ADV : WOLNEI MESQUITELA MAIA E OUTRO
PARTER : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : FLAVIA AZEREDO CORREA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 39A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.537655-2 (200651015376552) 422933 - AC R
APTE : ELI DE BARROS
ADV : MAURO GONCALVES VIEIRA E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.04.003276-4 (200751040032764) 73228 - AMS R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : EMERSON LUIZ BOTELHO DA SILVA
APDO : JOAO BATISTA VIEIRA PASCOAL
ADV : JORGE ROBERTO DA CRUZ E OUTRO
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.51.01.804356-0 (200851018043560) 422975 - AC R
APTE : ROSEMARY CORDEIRO DA SILVA
ADV : NARCIZA MARIA SANTOS RAMOS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS E OUTROS
PROC : SEM PROCURADOR
APDO : WILSON SILVA DOS SANTOS
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.508335-7 (200451015083357) 6211 - ACR RJ
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APTE : FLAVIO OLIVEIRA CORDEIRO
ADV : CARLOS VARGAS FARIAS E OUTRO
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.512618-0 (200551015126180) 423058 - APREN
APTE : JOSE SOARES
ADV : EDUARDO HENRIQUE LOPES VIEIRA E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SONIA R SIQUEIRA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 39A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.500747-9 (200651015007479) 422971 - AC R
APTE : CLEZIA VAZ DE PAIVA
ADV : ALBERTO SOUTO E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SHEILA DARDARI CASTANHEIRA
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.524636-0 (200651015246360) 73217 - AMS R
APTE : NEIDE DA SILVA ENNES
ADV : RAIMUNDO PINHEIRO SOUZA E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SHEILA DARDADEI CASTANHEIRA
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.813183-2 (200751018131832) 422941 - AC R
APTE : MARIA JOSE FERREIRA
ADV : JOSE GUILHERME SOUTO PEREIRA E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.51.01.802102-2 (200851018021022) 423045 - AC R
APTE : WILSON DE MORAES LOBO
ADV : SARA DE OLIVEIRA FERREIRA E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ISTVAN NUNES LAKI
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1996.50.01.007692-1 (9600076928) 422944 - AC ES
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : INDUSTRIA DE LUMINOSOS SPERIDON LTDA
ADV : GILDO DALTO JUNIOR
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1998.51.01.023263-2 (9800232630) 422951 - AC RJ
APTE : SERGIO GIL E OUTROS
ADV : JOSUE ISAAC VARGAS FARIA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FRANCISCO JOSE NOVAIS JUNIOR E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.02.003448-1 (200451020034481) 422963 - AC R
APTE : FIDELIS SIGMARINGA EVANGELISTA BRAGANCA
ADV : FIDELIS S E BRAGANCA
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.020457-0 (200651010204570) 423000 - APREN
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : AYLTON VIVONE E OUTRO
ADV : VANIA DE ALENCAR BARRETO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.027468-0 (200751010274680) 73248 - REOMS
PARTEA : CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENTIAL GREEN
ADV : LINDONICE DE BRITO PEREIRA GALVAO
PARTER : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1997.50.01.004412-2 (9700044122) 422959 - AC ES
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : JOSE BATALHA DE GOIS FILHO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1997.51.01.078502-1 (9700785025) 422969 - AC RJ
APTE : UNIAO FABRIL EXPORTADORA S/A E OUTROS
ADV : LEONARDO LUIZ THOMAZ DA ROCHA
APDO : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADV : DANIELA GUIMARAES FERNANDES BARROSO DE MELLO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.017443-2 (200551010174432) 423042 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APTE : ALBERTO GENTILLE FILHO E OUTROS
ADV : LIA CALDAS E OUTRO
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1976.51.01.245642-6 (0002456427) 422989 - APREN
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : NEY VIANNA FERNANDES MACHADO
APDO : MALHARIA E CONFECCOES PREDILETA LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 6A VARA DE EXECUCAO FISCAL-RJ
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1984.51.01.625074-8 (0006250742) 422984 - AC RJ
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : CLAUDIO JOSE DE OLIVEIRA
APDO : SIANEL ENGENHARIA LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.506077-5 (200551015060775) 423034 - AC R
APTE : PIN PETROQUIMICA LTDA
ADV : EDUARDO MACCARI TELLES E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.017467-2 (200751010174672) 422983 - AC R
APTE : RICARDO DE CARVALHO LOUREIRO
ADV : DANILO BRIGAGAO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.018554-1 (200451010185541) 422938 - APREN
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : CLEBER MARCIO REZENDE
ADV : MARCOS ZUMBA DE FRANCA E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 21A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.025684-5 (200451010256845) 422925 - AC R
APTE : LINTON FERREIRA DE BARROS
ADV : ALVARO RANGEL DE CARVALHO E OUTRO
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.022333-6 (200751010223336) 73247 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : EDSON ELIZEU GOMES
ADV : WALDIR ASSIS DOS SANTOS E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.029963-8 (200751010299638) 73225 - REOMS
PARTEA : PARTS IMP/ EXP/ LTDA
ADV : EVALDO ROBERTO CARDOSO DE AZEVEDO E OUTROS
PARTER : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 10A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1999.50.01.006999-1 (9900069994) 422972 - AC ES
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : GEAGA IND COM E REPRESENTACOES LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2000.50.01.009899-5 (200050010098995) 422952 - AC E
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : DISTRIBUIDORA NOLASCO LTDA ME
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.506832-4 (200551015068324) 423041 - AC R
APTE : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROC : DANIEL BUCAR CERVASIO
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BRUNO FABIANI MONTEIRO
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.019549-3 (200751010195493) 73209 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ECISA PARTICIPACOES S/A
ADV : OTTO CARVALHO PESSOA DE MENDONCA E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.014612-2 (200451010146122) 422928 - AC R
APTE : LOJAS AMERICANAS S/A
ADV : ANTONIO DANIEL DE C. NETO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.016438-4 (200551010164384) 423039 - AC R
APTE : PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
ADV : MARCELO GOUVEA MACIEL E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.019053-0 (200551010190530) 423083 - APREN
APTE : MARIA DE NAZARETH LEITE DA COSTA
ADV : JOSE PERICLES COUTO ALVES E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 24A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.005603-1 (200751010056031) 73239 - AMS R
APTE : PATRIMOVEL CONSULTORIA IMOBILIARIA S/A
ADV : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 21A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.015505-7 (200751010155057) 73240 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : TRELSA TRANSPORTES ESPECIALIZADOS DE LIQUIDOS S/A
ADV : JOSE OSWALDO CORREA E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 21A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1998.50.01.004988-4 (9800049886) 422954 - AC ES
APTE : CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREA/ES
ADV : MAGDA HELENA MALACARNE
APDO : CLARINDO BRAZ
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2002.50.01.006210-9 (200250010062109) 422956 - AC E
APTE : JOSE LUIZ ROHOR
ADV : BRUNO SHINITI ALVES DA COSTA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEONARDO JUNHO GARCIA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.024231-7 (200451010242317) 422998 - AC R
APTE : IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PIRACICABA
ADV : AUREANE RODRIGUES DA SILVA E OUTROS

APDO : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC : ELIANE DOS SANTOS LOPES
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.018019-5 (200551010180195) 422947 - APREN
APTE : SUSEP - SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PROC : ANA CLAUDIA ASSIS DOS PASSOS
APTE : ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DA SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS -ASSUP
ADV : ANA LUISA DE S C DE MELO
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.015456-5 (200651010154565) 422976 - AC R
APTE : FORTUNATA CARDOSO DA COSTA REP/ P/ JOSE ANTONIO COSTA CARDOS
ADV : JOSE JORGE MACHADO DA SILVA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.021975-4 (200651010219754) 422985 - AC R
APTE : JOAO SOARES MOREIRA
ADV : ANDREA TEIXEIRA DA SILVA RAMOS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROGEL CARMAN GOMES BARBOSA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.015640-2 (200751010156402) 423006 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO E OUTROS
APDO : EDIO MARREIROS
ADV : GARY DE OLIVEIRA BON-ALI E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.019661-8 (200751010196618) 423043 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : JOSE IGNACIO DA COSTA E OUTROS
ADV : JOSE AUGUSTO CARNEIRO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2003.50.01.015507-4 (200350010155074) 422945 - AC E
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS
APDO : FABIO CORREA GONCALVES E OUTROS
ADV : ALEXANDRE ZAMPROGNO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.003823-4 (200451010038234) 422986 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA E OUTROS
APDO : NEI DA ROCHA CALVAO
ADV : AUGUSTO CESAR OLIVEIRA DE REZENDE
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.011400-6 (200751010114006) 423001 - AC R
APTE : SEBASTIAO GOMES DE ALVARENGA
ADV : ALUIZIO DUARTE VALENCA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.027769-2 (200751010277692) 73235 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARIA ESPERANCA DE ALMEIDA TRINDADE DIAS
ADV : GISELE WAINSTOK E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 21A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.51.01.000554-4 (200851010005544) 73242 - AMS R
APTE : NIVALDO GOMES DE OLIVEIRA
ADV : BERNARDO SANTORO PINTO MACHADO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.51.01.490011-4 (200851014900114) 73221 - REOMS
PARTEA : LUIZA UCHOA DUARTE
ADV : RODRIGO PINTO DA ROCHA OSORIO GONDINHO
PARTER : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - RIO DE JANEIRO
ADV : GUILHERME PERES DE OLIVEIRA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.51.17.000261-2 (200851170002612) 422936 - AC R
APTE : PAULO ROBERTO NEVES JUNIOR
ADV : JULIO CESAR LEMOS DOS SANTOS E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1998.50.01.002989-7 (9800029893) 422970 - AC ES
APTE : CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESP. SANTO - CREA/ES
ADV : MAGDA HELENA MALACARNE
APDO : S.M.I SERVICOS DE MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA E OUTRO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.022795-3 (200551010227953) 422999 - AC R
APTE : ANDERSON DE MORAES OLIVEIRA
ADV : PAULO CESAR PEREIRA DE SOUZA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.003390-7 (200651010033907) 423008 - AC R
APTE : LUIZ CLAUDIO VIANA MELO
ADV : JOSE FELICIO GONCALVES E SOUSA
APDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OUTRO
PROC : JULIANA DE SOUZA REIS VIEIRA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.023778-1 (200651010237781) 422978 - AC R
APTE : GERALDO ALVES DE LIMA
ADV : SERGIO MACIEL FREITAS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.002472-8 (200751010024728) 423063 - APREN
APTE : WALDIR MARTINS DE OLIVEIRA E OUTROS
ADV : CRISTIANE DE ANDRADE COUTINHO E OUTROS
APTE : UNIRIO - UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
PROC : FERNANDO LINO VIEIRA
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 21A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.025231-2 (200751010252312) 423015 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARLOS EDUARDO LEITE SABOYA E OUTROS
APDO : IRACEMA DOS SANTOS BORGES
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.51.01.000808-9 (200851010008089) 73222 - REOMS
PARTEA : NATALIE GELLER
ADV : LUIZA MARIA VASCONCELOS DUARTE PEREIRA
PARTER : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - RIO DE JANEIRO
ADV : ANGELO DE SA FONTES
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.012375-8 (200551010123758) 423038 - AC R
APTE : VANDER WOGEL FARIA REP/ P/ JOSE CARLOS FARIA
ADV : CLEBIO CESAR PAULO JUNIOR
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.002185-5 (200751010021855) 73155 - AMS R
APTE : JOAO LUIS BERNES DE SOUSA
ADV : MARCELLO AUGUSTO LIMA DE OLIVEIRA
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 24A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.010116-4 (200751010101164) 423007 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO E OUTROS
APDO : ABEL DE JESUS PEREIRA DE SOUZA FILHO
ADV : GARY DE OLIVEIRA BON-ALI E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.013197-1 (200751010131971) 423022 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROBERTA MURATORY ATHAYDE
APDO : JEANE MACHADO ALVARENGA
ADV : ROSIMERI AMORIM ALVARENGA
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.014121-6 (200751010141216) 423049 - AC R
APTE : JOSE LUIZ LACERDA FERREIRA
ADV : NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : FRANCISCO F. VIEIRA FILHO
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1999.50.01.008452-9 (9900084527) 422950 - AC ES
APTE : CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESP. SANTO - CREA/ES
ADV : MAGDA HELENA MALACARNE

APDO : RUBENS GOMES ARAUJO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.022696-5 (200651010226965) 423037 - AC R
APTE : CARLO LUCIANO DE LUCA
ADV : ACHILLES BRETAS JUNIOR E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : FRANCISCO F VIEIRA FILHO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.009610-7 (200751010096107) 422987 - AC R
APTE : EDNA DE OLIVEIRA GURGEL
ADV : ANANDA COSTEIRA GALVAO E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : OCTAVIO CAIO COUTO E SILVA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.020316-7 (200751010203167) 423027 - AC R
APTE : HILDA AUGUSTO COUTO E OUTRO
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.028492-1 (200751010284921) 73220 - AMS R
APTE : JEFFERSON HENRIQUE PEREIRA
ADV : LUCIANE MARA CORREA GOMES E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.17.005783-9 (200751170057839) 422993 - AC R
APTE : MANOEL PAULO MATIAS E OUTRO
ADV : JULIO CESAR LEMOS DOS SANTOS
APDO : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV : GRYECOS ATTOM VALENTE LOUREIRO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.51.01.004723-0 (200851010047230) 73243 - REOMS
PARTEA : WEATHERFORD IND/ E COM/ LTDA
ADV : CAROLINA MONHO BORRINO E OUTROS
PARTER : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 26A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.51.01.005607-2 (200851010056072) 73212 - REOMS
PARTEA : XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
ADV : LUIS PAULO ESPANHOL
PARTER : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 26A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1972.50.01.005634-6 (0000056340) 422973 - AC ES
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : AMILTO GUIGNONI
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2000.51.02.006051-6 (200051020060516) 423002 - APREN
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : HELIO DE CARVALHO
ADV : UIRA DE SOUZA MARTINS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE NITEROI-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.018480-6 (200651010184806) 73226 - AMS R
APTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
PROC : MARCELO FRANCISCO FRAGOSO DE CASTRO
APDO : TONY DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
ADV : TATIANA BATISTA DE SOUZA D'ASSUMPCAO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.019519-1 (200651010195191) 422934 - AC R
APTE : ELIANE RAMOS DA SILVA
ADV : KENIA CRISTINA WANDERLEY DORVAL
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.018425-2 (200751010184252) 423021 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARLOS EDUARDO LEITE SABOYA E OUTROS
APDO : ALCIDES GOMES BALTHAZAR
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.020814-1 (200751010208141) 423013 - AC R
APTE : ELISEU DE LIMA BERNARDO
ADV : MARIVALDO C DOS SANTOS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.027179-3 (200751010271793) 73231 - AMS R
APTE : RONEY FERREIRA MACIEL
ADV : SIDNEI DA SILVA SEIBEL
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.031773-2 (200751010317732) 73219 - REOMS
PARTEA : THABATA RIBEIRO DA COSTA DANTAS
ADV : SANTIAGO DIAS PEREIRA
PARTER : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV : ANDRÉ LUIZ DA SILVA SOARES E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1996.50.01.002080-0 (9600020809) 422957 - AC ES
APTE : CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESP. SANTO - CREA/ES
ADV : MAGDA HELENA MALACARNE
APDO : JOSE CARLOS PIMENTEL
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1997.51.01.053687-2 (9700536874) 423052 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : MURY GARDEN TURISMO E HOTEIS LTDA
ADV : LEANDRO JOSE TEIXEIRA SIMAO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1998.51.01.013617-5 (9800136177) 422974 - AC RJ
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : AURIVAL JORGE P.SILVA E OUTROS
APDO : HERALDO CLIMACO DOS SANTOS
ADV : DENNIS DIAS GONCALVES
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.028897-0 (200351010288970) 422994 - AC R
APTE : ODAIR PEREIRA DE OLIVEIRA
ADV : CARLOS EDUARDO P DA SILVA E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.000910-3 (200651010009103) 423005 - AC R
APTE : LEANDRO BACELLAR E OUTRO
ADV : MONICA SALES CABRAL
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.027658-4 (200751010276584) 423025 - AC R
APTE : JOSE LUIZ CLAUDINO DA CRUZ
ADV : JOSE BEZERRA DA SILVA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.51.01.000669-0 (200851010006690) 73224 - AMS R
APTE : BRUNO BORGES DE CARVALHO
ADV : HELON MONTEIRO SIAS
APDO : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - RIO DE JANEIRO
ADV : GUILHERME PERES DE OLIVEIRA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2000.51.01.030593-0 (200051010305930) 423051 - AC R
APTE : ERNANE TADEU MACEDO E CONJUGE
ADV : ROSANGELA MARINS LOPES COUTO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.008320-2 (200151010083202) 421234 - AC R
APTE : CINTIA ERICA MARIANO DE MORAIS
ADV : LUIZ GUILHERME OUROFINO I RODRIGUES
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2002.51.01.000221-8 (200251010002218) 422832 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL VERSIANI CHIEZA E OUTROS
APTE : VALCIR INACIO DE ALMEIDA
ADV : ERICA DE ALMEIDA SANTOS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.001169-8 (200351010011698) 421171 - AC R
APTE : DONATUS GRIMM - ESPOLIO
ADV : ANTONIO PEDRO LACERDA DE BARROS E OUTRO
APTE : GESTORA DE RECEBÍVEIS TETTO HABITACIONAL S/A
ADV : FABIO ERLICH E OUTROS
APDO : JOEL FIUZA DE LIMA

ADV : SEM ADVOGADO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GERSON DE CARVALHO FRAGOZO E OUTROS
APDO : BANERJ CREDITO IMOBILIARIO S/A
ADV : OTAVIO A. VILARINHO CARDOSO FILHO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.007883-6 (200651010078836) 73233 - AMS R
APTE : COSMA DA SILVA CAVALCANTI
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.001556-9 (200751010015569) 423014 - AC R
APTE : ARLETTE ALVES DE MATOS
ADV : ANTONIO AUGUSTO PEREIRA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.011188-1 (200751010111881) 423035 - AC R
APTE : ISABEL MERCEDES RAPOSO DE ABREU
ADV : FELIPPE ZERAIK E OUTROS
APDO : BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADV : MICHELE MENEZES DA CUNHA
APDO : BANCO ITAU S/A
ADV : TAYLISE CATARINA ROGERIO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.026629-3 (200751010266293) 423050 - AC R
APTE : CARLOS ALBERTO PEREIRA
ADV : ZULEIKA ROCHA REZENDE E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1986.51.01.923209-2 (0009232095) 422497 - AC RJ
APTE : LUIZ RODRIGUES DE ARAUJO
ADV : CHRISTIANE BARBOSA FERREIRA DE SOUZA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1996.51.01.001622-7 (9600016224) 72893 - AMS RJ
APTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV : JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ E OUTROS
APDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
PROC : FERNANDO LINO VIEIRA
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.015703-0 (200451010157030) 422929 - APREN
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : ARILDO DO NASCIMENTO MOTTA
ADV : ALEXANDRE SFRAPPINI
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 7A VARA-RJ
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.004072-5 (200551010040725) 422151 - AC R
APTE : LIFE SYSTEM ASSISTENCIA MEDICA S/C LTDA
ADV : JOSE LUIZ TORO DA SILVA E OUTROS
APDO : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR-ANS
PROC : BIANCA SILVA FERNANDEZ DE FIGUEIREDO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.010997-3 (200651010109973) 421638 - AC R
APTE : ALVARO FURTADO FERREIRA E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.17.005624-0 (200751170056240) 422927 - AC R
APTE : JORGE DOS SANTOS ATHAYDE E OUTRO
ADV : JULIO CESAR LEMOS DOS SANTOS E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.018317-8 (200151010183178) 422990 - AC R
APTE : VALERIA DE AMORIM MENDONCA E CONJUGE
ADV : JOSELA FRANCO VIEIRA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
ADV : SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.020238-5 (200551010202385) 422926 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROBERTA MURATORI ATHAYDE E OUTROS
APDO : PEDRO SEVERINO DA SILVA
ADV : REGINA COELI FERREIRA NEVES E OUTRO
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.009483-0 (200651010094830) 422948 - AC R
APTE : IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BRAGANCA PAULISTA
ADV : JOSE LUIZ TORO DA SILVA E OUTROS
APDO : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR-ANS
PROC : ELIANE DOS SANTOS LOPES
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.012926-1 (200651010129261) 422995 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : HIRIS CHRISTINA RIBEIRO ALBUQUERQUE E OUTROS
ADV : PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.003791-7 (200751010037917) 73236 - AMS R
APTE : JOSE CORREIA SOUZA
ADV : HUMBERTO SILVA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.008577-8 (200751010085778) 422930 - AC R
APTE : KLEBER DE JESUS BARBOSA
ADV : DEBORA DE NORONHA ALVES E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1999.50.01.008361-6 (9900083610) 422940 - AC ES
APTE : CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPIRITO SANTO - CREA/ES
ADV : MAGDA HELENA MALACARNE
APDO : NELCI PEREIRA MACHADO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1999.51.02.208213-4 (9902082130) 423003 - AC RJ
APTE : ANDRE FERREIRA FIGUEIRA
ADV : JULIO CESAR LEMOS DOS SANTOS E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GRYECOS ATTOM VALENTE LOUREIRO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.009517-5 (200451010095175) 422864 - AC R
APTE : MAIMELL SAUDE EMPRESARIAL S/C LTDA
ADV : WALTER ABU ALLA JUNIOR
APTE : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC : OTAVIO AUGUSTO LIMA DE PILLA
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.009733-0 (200451010097330) 423032 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA E OUTROS
APDO : ADELIEL PESSOA BARROS E CONJUGE
ADV : ROMEU FERNANDO CARVALHO DE SOUZA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.50.01.009863-4 (200550010098634) 422967 - AC E
APTE : ASSOCIACAO DE CATADORES DE FERRO GUZA DE VILA VELHA
ADV : VANIA TAVARES DE SOUZA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.016233-8 (200551010162338) 422979 - APREN
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : ELIZABETH DOS SANTOS FERREIRA RODRIGUES
ADV : PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 21A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.02.003560-3 (200651020035603) 422962 - AC R
APTE : NILTON DE AZEREDO COUTINHO
ADV : NEWTON DA ROCHA E SILVA FILHO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.008527-4 (200751010085274) 423004 - AC R
APTE : EDSON SOUZA PICADA
ADV : PATRICK BIANCHINI COTTAR
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1994.50.01.002695-7 (9400026951) 422244 - AC ES
APTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROC : HELEN FREITAS DE SOUZA JUDICE
APDO : BERNADETE ZANDOMENCO E OUTROS
ADV : DURVAL DOS SANTOS CARDOSO
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.003401-0 (200451010034010) 423036 - AC R
APTE : ROSANGELA DE SOUZA LOURENCO
ADV : DEFENSORIA PUBLICA UNIAO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.50.01.005019-4 (200550010050194) 422664 - AC E
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : RENATO MIGUEL E OUTROS
APDO : JOSE MARCIO SANPAIO RIBEIRO
ADV : RICARDO TADEU RIZZO BICALHO
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.008019-0 (200551010080190) 422991 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEONARDO GONCALVES ALMEIDA
APDO : ELDA MENDES DE SOUZZA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.025885-5 (200751010258855) 73227 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : ALVARO CEZAR BEDUSCHI E OUTRO
ADV : VICTOR GEAMMAL E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 21A VARA-RJ
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.027572-5 (200751010275725) 423048 - AC R
APTE : ADRIANA SOARES DE MOURA ODDO DE ALBUQUERQUE MARANHAO
ADV : ROSANA ALVES RAMOS E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.031630-2 (200751010316302) 73237 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : DOROTHY NAZARIO FERREIRA
ADV : WILSON SILVEIRA DOS SANTOS E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 21A VARA-RJ
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.51.01.011575-1 (200851010115751) 73234 - AMS R
APTE : ALMIR BION
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011032-5 (200251015089569) 3196 - AR RJ
AUTOR : ADRIANA SILVA GARCIA
ADV : GETULIO BATISTA DO CARMO
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.SEÇÃO ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011058-1 (200051010047515) 3198 - AR RJ
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : NORMA VENTURA MARINS
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 4A.SEÇÃO ESPEC
IMPEDIDO(S) : DES.FED.POUL ERIK DYRLUND

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011042-8 (200751018104683) 8141 - CC RJ
AUTOR : JESUS CABALEIRO MORAIS
ADV : MARCO AURELIO MOREIRA DE VASCONCELLOS
RÉU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PROCURADOR
SUSCTE : JUIZO DA 3A VARA FEDERAL DE NITEROI - RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 37A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011047-7 (200851050001628) 8140 - CC RJ
AUTOR : JOSE MARTINS HERINGER
ADV : FATIMA VALERIA COSTA FARIA DA CUNHA
RÉU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PROCURADOR
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE PETROPOLIS-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE NOVA FRIBURGO-RJ
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011034-9 (200651015115380) 8136 - CC RJ
AUTOR : TEREZA DE JESUS LOURENCO
ADV : ABEL JOSE PEREIRA E OUTROS
RÉU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : EDUARDO DOS SANTOS
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 35A VARA-RJ
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011039-8 (200251015078997) 8139 - CC RJ
AUTOR : VERONICA PEDRO DO NASCIMENTO
ADV : CARLOS ANTONIO COELHO
RÉU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PROCURADOR
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 37A VARA-RJ
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011048-9 (200751018082020) 8142 - CC RJ
AUTOR : MIGUEL GOMES DE BARROS
ADV : ROBERTO DE PAULA SEABRA
RÉU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PROCURADOR
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 39A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO DE DIREITO DA 14 VARA DE RIO DE JANEIRO RJ
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011036-2 (200551015166036) 8134 - CC RJ
AUTOR : MARIA DA PENHA MARTELLETO CAMPOS
ADV : MARISA MELLO DE OLIVEIRA ALMEIDA
RÉU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : DALTON ROBERT TIBURCIO
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 35A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011074-0 (200851170004219) 167498 - AG R
AGRTE : SUELI LUIZA DA SILVA DIAS
ADV : CARLOS EDUARDO PEREIRA DA SILVA
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011043-0 (200751018086838) 8143 - CC RJ
AUTOR : LAIDE DA SILVA FREITAS
ADV : ENZO GARCIA PAPPACENA
RÉU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PROCURADOR
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 39A VARA-RJ
SUSDO : JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA CIVEL DA CAPITAL - RJ
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011037-4 (200651015303494) 8135 - CC RJ
AUTOR : ANTONIO PEDRO DA SILVA
ADV : CARLOS ANTONIO COELHO
RÉU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEM PROCURADOR
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 37A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011051-9 (19950050003153) 167482 - AG R
AGRTE : JOSE CORTES SOBRINHO
ADV : EISENHOWER DIAS MARIANO E OUTROS
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEBASTIAO CAFFARO
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010965-7 (200750010141639) 167449 - AG E
AGRTE : ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS DO ESPIRITO SANTO
ADV : CARLOS EDUARDO AMARAL DE SOUZA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011066-0 (9600461783) 167494 - AG RJ
AGRTE : ANTONIO COELHO ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA
ADV : CARLOS ANTONIO ALCANTARA MACHADO
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010732-6 (200651010118731) 167292 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : ROSANGELA CLAUDIO VELLASCO MORENO
ADV : MARCOS CORREA DE LIMA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010867-7 (200051010276840) 167386 - AG R
AGRTE : ANTONIO TALIBERTI JUNIOR E OUTROS
ADV : JORGE DE SOUZA COSTA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011045-3 (200750020014778) 167481 - AG E
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : ANTONIO ROMARIO SENNA
ADV : LUIZA HELENA GOMES LORETO
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011044-1 (200751015006169) 167477 - AG R
AGRTE : FRANCISCO FLAVIO DE GOUVEIA LOPES
ADV : RAYMUNDO NONATO SANTOS FERREIRA
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARIA JOSE SCHMALL WOLFF
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011067-2 (0002130440) 9669 - MS RJ
IMPTE : SEBASTIAO DE OLIVEIRA
ADV : AUGUSTO LABOISSIERE E OUTRO
IMPDO : JUIZO FEDERAL DA 7A VARA DE EXECUCAO FISCAL-RJ
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010913-0 (0005416990) 167412 - AG RJ
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE METAIS RIO LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011046-5 (200850040001538) 167479 - AG E
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : DAVID HUPP
ADV : ANTONIO LUIZ CASTELO FONSECA
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011055-6 (200851010100700) 167483 - AG R
AGRTE : ANGIO VITA SERVICOS MEDICOS LTDA
ADV : DOMICIANO NORONHA DE SA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011056-8 (200451015135977) 167486 - AG R
AGRTE : CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADV : FERNANDA OLIVAES VALLE DOS SANTOS E OUTROS
AGRDO : DROGARIA REAL DE PADRE MIGUEL LTDA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011064-7 (200851010032535) 167492 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : DART DO BRASIL IND/ COM/ LTDA
ADV : ANALUIZA LOPES DOS SANTOS E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011078-7 (200651010144729) 167503 - AG R
AGRTE : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADV : ALEXANDRE EZECHIELLO E OUTROS
AGRDO : NAMBEI RASQUINI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADV : MARCIO GIORGI DA MATTA MELO E OUTRO
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010819-7 (200550010081336) 167347 - AG E
AGRTE : THORK COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADV : ENRIQUE DE GOEYE NETO E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011069-6 (9900667727) 167499 - AG RJ
AGRTE : GRAY MACKENZIE OILFIELD SERVICES DO BRASIL EQUIP MAQ E SERV LTDA
ADV : AFONSO CESAR BURLAMAQUI E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011072-6 (200851010122767) 167502 - AG R
AGRTE : AUTO VIACAO TRES AMIGOS S/A
ADV : LEONARDO LUIZ THOMAZ DA ROCHA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011063-5 (200750010149146) 167488 - AG E
AGRTE : ASSOCIACAO BRASILEIRA DOS PROVEDORES DE ACESSO, SERVICOS E INFORMACOES DE REDE INTERNET- SAO PAULO (ABRANET.SP)
ADV : TAIS BORJA GASPARIAN E OUTROS
AGRDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
TERCINT : TNL PCS S/A - OI
ADV : DECIO FREIRE E OUTROS
TERCINT : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROC : FELIPE FERREIRA DE CARVALHO
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010824-0 (200551010270123) 167344 - AG R
AGRTE : BARBARA EMILIA MONTEIRO NUNES DA SILVA
ADV : HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO E OUTRO
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011008-8 (200751010044879) 167464 - AG R
AGRTE : MARCIO FERREIRA GOMES
ADV : PATRICE DESIREE NEVES DE MELLO E OUTROS
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011038-6 (200651010196250) 8138 - CC RJ
AUTOR : CHARLEY ALEXANDRE DE CARVALHO MAIA E OUTROS
ADV : ANTONIO AUGUSTO DE SOUZA MALLET
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 23A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011068-4 (200751010056109) 167496 - AG R
AGRTE : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO-FHE
ADV : SEBASTIAO ZIMERMAN E OUTROS
AGRDO : CAROLINA PEREIRA PICANCO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011085-4 (200251010094976) 167507 - AG R
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEANDRO LARA LEAL E OUTROS
AGRDO : EDUARDO MONTEIRO PINTO DE PAIVA
ADV : MARLENE LOPES BAILLY E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010849-5 (9200523005) 167373 - AG RJ
AGRTE : ADILSON DA SILVA ABREU E OUTROS
ADV : GARY DE OLIVEIRA BON ALI E OUTRO
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : TUTECIO GOMES DE MELLO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011054-4 (200851010098443) 167485 - AG R
AGRTE : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROC : LIONIO RAMOS DE CARVALHO JR
AGRDO : CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO - COREN/RJ
ADV : MANOEL MESSIAS PEIXINHO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011070-2 (200751010282687) 167495 - AG R
AGRTE : LUIZ CARLOS PEREIRA LINS
ADV : GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011086-6 (200851100021850) 167508 - AG R
AGRTE : CEFETQ - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE QUIMICA D NILOPOLIS
PROC : CARLOS ALBERTO RIBEIRO DA SILVA
AGRDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - 5A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.009767-9 (200751010213410) 166865 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : SELMA SERRA DE FIGUEIREDO
ADV : DORILÉA ARAÚJO FARIAS
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010902-5 (200351010173110) 167406 - AG R
AGRTE : CESAR ARAUJO PEREZ
ADV : DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : PATRICIA DUARTE DAMATO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010937-2 (200851010055183) 9666 - MS RJ
IMPTE : ERIVECIO MENDONCA
ADV : MARGARETH DE LENA COSTA
IMPDO : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010987-6 (200851030011793) 167450 - AG R
AGRTE : ESPOLIO DE AMARO PEDRO RIBEIRO REP/ P/ MARIA ERLI DA SILVA E OUTROS
ADV : LUIZ GERSON DA SILVA E OUTRO
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011035-0 (200651010161922) 8133 - CC RJ
AUTOR : NEIDE ROCHA DE SOUZA
ADV : MARIELIO DE CASTRO MOREIRA
RÉU : UNIAO FEDERAL
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 9A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011041-6 (200851010023662) 167476 - AG R
AGRTE : PEDRO FELIPE DE SOUZA LOPES E OUTROS
ADV : JOSE GUILHERME SOUTO PEREIRA E OUTRO
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011079-9 (200551010093067) 167504 - AG R
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FERNANDA RODRIGUES D'ORNELAS E OUTROS
AGRDO : SIMETRIA ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010993-1 (200751010002058) 167455 - AG R
AGRTE : JOSE RICARDO TAVARES CORREA
ADV : ASTERIO PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO
AGRDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011040-4 (200251010043439) 167475 - AG R
AGRTE : UNIAO FEDERAL
AGRDO : FABIO GONCALVES RAUNHEITTI E OUTRO
ADV : RICARDO A. LABANCA BASTOS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011077-5 (200851520017295) 167500 - AG R
AGRTE : THYAGO VILAR DE BARROS
ADV : SANDRO EGIDIO MACIEL DE ANDRADE E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011071-4 (200851014901428) 167497 - AG R
AGRTE : SINDICATO DAS AGENCIAS DE NAVEGACAO MARITIMA E ATIVIDADES AFINS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-SINDARIO
ADV : CRISTINA MAGDA DIAS E OUTRO
AGRDO : AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROC : SEM PROCURADOR
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010722-3 (9600088306) 167265 - AG RJ
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : VINICIUS PEREIRA MARQUES E OUTROS
AGRDO : MARIA NAZARETH SILVA
ADV : JULIO CESAR DE OLIVEIRA COUTO
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010775-2 (9903020899) 167318 - AG RJ
AGRTE : INDUSTRIA DE BEBIDAS JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO S/A
ADV : MAURICIO NOGUEIRA DA SILVA E OUTRO
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV : WALTER GONCALVES DE FREITAS
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011080-5 (200751010090282) 167505 - AG R
AGRTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUCIA RODRIGUES CAETANO E OUTROS
AGRDO : CONCEICAO DO ROSARIO ALVES DOS SANTOS - ESPOLIO E OUTRO
ADV : NINA MARIA GOMES DE ANDRADE DOS SANTOS E OUTRO
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011082-9 (9200035710) 8145 - CC ES
AUTOR : UNIAO FEDERAL
RÉU : SEBASTIAO EFIGENIO
ADV : SEM ADVOGADO
SUSCTE : JUIZO DA 3A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM-ES
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011061-1 (200851010086489) 167487 - AG R
AGRTE : MARCELO DA SILVA COSTA
ADV : PRISCILA DE OLIVEIRA TEIXEIRA
AGRDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011083-0 (9500062097) 8146 - CC ES
AUTOR : UNIAO FEDERAL
RÉU : ANGELO ERVATE
ADV : SEM ADVOGADO
SUSCTE : JUIZO DA 3A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011049-0 (200851010008636) 167478 - AG R
AGRTE : NELZITA JUSTINA FIALHO FIGUEIRA
ADV : CARLOS LUCIANO B. RIBEIRO E OUTRO
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011059-3 (200751010066607) 167490 - AG R
AGRTE : PROTECAO MEDICA A EMPRESAS LTDA
ADV : DAGOBERTO JOSE STEINMEYER LIMA E OUTROS
AGRDO : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC : LEONARDO MONTANHOLI DOS SANTOS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011062-3 (200851010000601) 167489 - AG R
AGRTE : HELOISA CRUZ DA SILVA
ADV : JORGE TADEU SILVA DE AQUINO VIEIRA
AGRDO : UNIAO FEDERAL
AGRDO : FUNDACAO CARLOS CHAGAS
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011088-0 (200651510265625) 9671 - MS RJ
IMPTE : MARIA RITA DE MONTOJOS
ADV : SIMONE FIORENZA DOS SANTOS
IMPDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010804-5 (9300220764) 167336 - AG RJ
AGRTE : SINDICATO DOS PROFESSORES DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO E REGIAO - SINPRO E OUTRO
ADV : MARCELO DAVIDOVICH E OUTROS
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : VERONICA TORRI E OUTROS
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011053-2 (200751010217646) 167484 - AG R
AGRTE : ERIVALDO CUNHA DE OLIVEIRA
ADV : NAIDE MARINHO DA COSTA E OUTROS
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUIZ ANTONIO AZAMOR RODRIGUES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011081-7 (9700018601) 8144 - CC ES
AUTOR : UNIAO FEDERAL
RÉU : LUIZ ALMEIDA NETO
ADV : SEM ADVOGADO
SUSCTE : JUIZO DA 3A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
SUSDO : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010790-9 (9300239538) 167332 - AG RJ
AGRTE : EDILSON MONTEIRO DE ANDRADE
ADV : MANOEL MESSIAS PEIXINHO E OUTROS
AGRDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FRANCISCO JOSE NOVAIS JUNIOR E OUTROS
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011033-7 (9800071440) 8137 - CC ES
AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ANDERSON DJAR DE SOUZA SILVA E OUTROS
RÉU : GRAMARCIL GRANITOS MARMORES COMERCIO INDUSTRIA LTDA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO
SUSCTE : JUIZO DA 5A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
SUSDO : JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

DISTR. AUTOMÁTICA INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010772-7 (200350010150040) 1806 - PET ES
REQTE : ALENCAR AIRES MORAIS E OUTROS
ADV : MARIA CLEUSA DE ANDRADE E OUTROS
REQDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL
DISTR. POR DEPENDÊNCIA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2003.50.01.007269-7 (200350010072697) 422667 - AC E
APTE : T.A. OIL DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
ADV : JOSE ARCISO FIOROT E OUTROS
APDO : AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS ANP
PROC : VIVIANE LILED M ONTEIRO CALIL SALIM
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPENDÊNCIA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.000515-8 (200651010005158) 422723 - AC R
APTE : LUIS CARLOS ARAUJO DA COSTA
ADV : JOSE FAGUNDES JUNIOR
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPENDÊNCIA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.025119-8 (200751010251198) 422654 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : OCTAVIO CAIO COUTO E SILVA E OUTROS
APDO : SILVIA CELIA DA COSTA CERDEIRA
ADV : MARCIA REGINA SPINOLA TOURINHO E OUTRO
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPENDÊNCIA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010936-0 (200751018126230) 5872 - HC RJ
IMPTE : LEONARDO MARTINS DOS SANTOS
IMPDO : JUIZO DA 4A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : ANTONIO CARLOS MACEDO - REU PRESO
ADV : LEONARDO MARTINS DOS SANTOS
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011010-6 (200651015380403) 5877 - HC RJ
IMPTE : WELLINGTON MOUSINHO LINS DOS SANTOS
IMPDO : JUIZO DA 4A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : JARBAS RANGEL CORREA - REU PRESO
ADV : WELLINGTON MOUSINHO LINS DOS SANTOS
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010644-9 (200651040009075) 167224 - AG R
AGRTE : HOSPITAL JARDIM AMÁLIA LTDA
ADV : AFFONSO JOSE SOARES E OUTROS
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARIA APARECIDA DO VALE
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010975-0 (200750010044830) 167437 - AG E
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : JOSE CARLOS MONTEIRO E OUTRO
ADV : SAMIR FURTADO NEMES
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.010984-0 (200750010161031) 167440 - AG E
AGRTE : PAULO MENDES PECANHA
ADV : AROLDO LIMONGE E OUTROS
AGRDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC
DISTR. POR DEPEND. INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

PROCESSO : 1999.51.01.024120-0 (9900241207) 422628 - AC RJ
APTE : INTERNATIONAL BUSINESS MACHINES CORP
ADV : ROBERTO DA SILVEIRA TORRES JUNIOR E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI
PROC : LENY MACHADO
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1994.50.01.005725-5 (9400057253) 422702 - AC ES
APTE : AGOSTINHO MERCON E OUTROS
ADV : ARY LOPES FERREIRA E OUTRO
APDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROC : JOAO AENDER CAMPOS CREMASCO
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1994.50.01.006602-5 (9400066023) 422690 - APREN
APTE : AGOSTINHO MERCON E OUTROS
ADV : ARY LOPES FERREIRA E OUTRO
APTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROC : JOAO AENDER CAMPOS CREMASCO
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO DA 1A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.026355-6 (200551010263556) 422862 - AC R
APTE : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC : MARISA CASSIA BATISTA DE SA
APDO : AMESP- ADMINISTRADORA DE PLANOS DE SAUDE E ODONTOLOGICOS LTD
ADV : JOSE LUIZ TORO DA SILVA E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 23A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.009118-0 (200651010091180) 422802 - AC R
APTE : JOSE LEANDRO PEREIRA E CONJUGE
ADV : CRISTIANA DA CONCEICAO GOMES E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL VERSIANI CHIEZA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.013073-1 (200651010130731) 422806 - AC R
APTE : JOSE LEANDRO PEREIRA E CONJUGE
ADV : CRISTIANA DA CONCEICAO GOMES E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIEL VERSIANI CHIEZA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA
DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011012-0 (200151010164470) 14795 - AGRESP
AGVTE : JOSE CARLOS DAS CHAGAS REP/ P/ SUA CURADORA MARIA SALVADORA MACIEL DAS CHAGAS
ADV : JOSE ROBERTO NEVES SILVEIRA
AGVDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011026-0 (200451030006597) 14792 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGVDO : CLINICA SANTA HELENA LTDA
ADV : INGRID BARBOSA VIEIRA
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011027-1 (200150010122552) 14794 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGVDO : JUPARANA PNEUS LTDA
ADV : BRUNO FELIPE ESPADA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011028-3 (200102010119589) 14796 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGVDO : COMERCIO DE CARNES SUDOESTE LTDA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011029-5 (200602010069754) 14793 - AGRESP
AGVTE : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROC : ALEXANDRE CHU CHANG
AGVDO : ORGANIZACAO MEDICA CLINIHAUER LTDA
ADV : DAGOBERTO JOSE STEINMEYER LIMA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011030-1 (9102161869) 14797 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : ZITO BATISTA FILHO E OUTROS
ADV : LUIZ OTAVIO NEVES DE SOUZA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2008.02.01.011031-3 (200651010060510) 14798 - AGRESP
AGVTE : UNIAO FEDERAL
AGVDO : DALVANCY DE GOIS BASTOS E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
RELATOR : DES.FED. FERNANDO MARQUES - VICE-PRESIDÊNCIA
REGISTRO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.022724-5 (200351010227245) 377105 - EINF
EMBGTE : GUANAHYRO CARLOS DE SOUZA FILHO E OUTROS
ADV : RICARDO VIANA RAMOS FERNANDEZ
EMBGDO : COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN
PROC : ERIKA RODRIGUES COELHO
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 4A.SEÇÃO ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : DES.FED.REIS FRIEDE
DES.FED.SERGIO SCHWAITZER
REDIS. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2003.02.01.017338-6 (200351015302180) 8230 - MS RJ
IMPTE : MARCIO DELAMBERT MIRANDA FERREIRA
ADV : MARCIO DELAMBERT MIRANDA FERREIRA
IMPTDO : JUIZO DA 3A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA
REDIS. AUTOMÁTICA EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2003.51.01.004930-6 (200351010049306) 362047 - EINF
EMBGTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ALEXANDRE MORAES E SOUZA E OUTROS
EMBGDO : CHARLES DANTAS DOS SANTOS E OUTRO
ADV : MAGDA HRUZA DE SOUZA ALQUERES FERREIRA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 4A.SEÇÃO ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : DES.FED.REIS FRIEDE
REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A R. DECISÃO DE FLS. 3

PROCESSO : 2007.51.07.000029-7 (200751070000297) 405199 - AC R
APTE : DERCI FONSECA DE MORAES
ADV : WILMA HELENA PIMENTA DA COSTA E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : GILBERTO LOPES FERRONE
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O VOTO DE FLS. 63/69 E

PROCESSO : 2005.51.02.006699-1 (200551020066991) 421667 - AC R
APTE : EUNICE DA SILVA AMARAL
ADV : ADILSON MARTINS GOMES
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SERGIO ROBERTO HALL BRUM DE BARROS
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2003.51.06.001820-2 (200351060018202) 408584 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : CLAUDIA NOBREGA DE ANDRADE
APDO : IVANIR LIMA FAUSTINO DE OLIVEIRA
ADV : GISELE DE SOUZA DO AMARAL E OUTROS
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. VOTO DE FLS. 153/

PROCESSO : 2006.50.02.000507-4 (200650020005074) 407846 - AC E
APTE : ROMARIO PEREIRA
ADV : ADELIA DE SOUZA FERNANDES
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SIMONE LENGRUBER DARROZ ROSSONI
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. VOTO DE FLS. 224/

PROCESSO : 2007.51.07.000256-7 (200751070002567) 413095 - AC R
APTE : VICTORIANA OLIVEIRA VIRGENS
ADV : ALVARO DE CARVALHO HOMERO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : DANIEL THIAGO FRANÇA FARIA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. VOTO DE FLS. 61/6

PROCESSO : 2008.02.01.007942-2 (9100006378) 165869 - AG RJ
AGRTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SHEILA DARDARI CASTANHEIRA
AGRDO : ALVARO SILVA RODRIGUES E OUTROS
ADV : JOAO BAPTISTA DA COSTA
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 1996.51.02.074781-4 (9600747814) 419924 - REOAC
PARTEA : IRENICIO ANTUNES DA COSTA E OUTROS
ADV : JOSE MARIA APOLIANO LIMA E OUTROS
PARTER : UNIAO FEDERAL
PARTER : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ADRIANO REIS DE PAULA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 4A VARA DE NITEROI-RJ
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2001.02.01.019255-4 (9800073302) 77836 - AG ES
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS BEIRA MAR LTDA E OUTROS
ADV : BELINE JOSE SALLES RAMOS
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2002.02.01.002229-0 (0007345232) 278698 - AC RJ
APTE : SOCIEDADE RADIO EMISSORA METROPOLITANA LTDA
ADV : ANTONIO BASILIO PIRES E ALBUQUERQUE
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES - 6A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A R. DECISÃO DE FLS. 2

PROCESSO : 2004.02.01.003330-1 (200251510101726) 8321 - MS RJ
IMPTE : LEONARDO MENEZES JORGE
ADV : GUSTAVO ROCHA COELHO
IMPDO : JUIZ FEDERAL DA 1A TURMA RECURSAL
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2000.02.01.012484-2 (9600236119) 227945 - AC RJ
APTE : CASAS DA BANHA COM/ IND/ S/A
ADV : JOSE OSWALDO CORREA E OUTROS
APDO : FAZENDA NACIONAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

REDISTRIB P/ ALTERACAO CLASSE EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA A R. DECISÃO DE FLS. 7

PROCESSO : 2005.02.01.005136-8 (200351015026795) 137608 - AG R
AGRTE : CARLOS LEITE ROMANO
ADV : GILBERTO AUGUSTO TRIGUEIRO VIEIRA RIBEIRO E OUTROS
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ATILIO REGULO TINOCO
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

REDIS. POR DEPENDÊNCIA EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2008.02.01.001392-7 (200751010310610) 162438 - AG R
AGRTE : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADV : MARCELO RODRIGUES LANZANA FERREIRA E OUTROS
AGRDO : VIACAO TOP RIO LTDA
AGRDO : VIACAO MADUREIRA CANDELARIA LTDA
ADV : MAXIMINO GONCALVES FONTES NETO E OUTROS
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD
OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDIS. POR DEPENDÊNCIA EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.02.01.010041-7 (000000000000000) 8489 - MS ES
IMPTE : WAGNER TOSCANO DE BRITO
ADV : CYNTHIA MARIA PISKE SILVERIO SOUZA E OUTROS
IMPDO : EXMO(A).SR(A).PRESIDENTE DO TRF - 2A. REGIAO
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - TRIBUNAL PLENO
OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.02.01.014093-6 (000000000000000) 8739 - MS RJ
IMPTE : AGUSTINHO FERNANDES DIAS DA SILVA E OUTROS
ADV : AGUSTINHO FERNANDES DIAS DA SILVA E OUTRO
IMPDO : EXMO(A).SR(A).PRESIDENTE DO TRF - 2A. REGIAO
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA - TRIBUNAL PLENO

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2003.02.01.008805-0 8106 - MS
IMPTE : ANA CRISTINA RODRIGUES DA ROCHA E OUTROS
ADV : NEY MAGNO VALADARES
IMPDO : EXMO(A).SR(A).PRESIDENTE DO TRF - 2A. REGIAO
IMPDO : EXMO(A).SR(A). JUIZ(A) FEDERAL DIRETOR(A) DO FORO / SECAO JUDIC.-RJ
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - TRIBUNAL PLENO

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2006.02.01.013308-0 (200150010107617) 95 - RVCR ES
REQTE : NATALINO MARCHIORI
ADV : JOSE CARLOS STEIN JUNIOR E OUTROS
REQDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.SEÇÃO ESPECIALIZADA
OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 98.02.11217-8 (9500255154) 165984 - EINF
EMBGTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : HENRIQUE JUNQUEIRA AYRES
EMBGDO : MANOEL TEIXEIRA
ADV : ELIAS LUTIFI
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ - 1A.SEÇÃO ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2005.02.01.012223-5 (200051015237150) 2700 - AR RJ
AUTOR : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARCOS DAVIDOVICH
REU : NERCILIA DE OLIVEIRA MASCARENHAS
ADV : JOSE PERICLES COUTO ALVES E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ANDRÉ FONTES - 1A.SEÇÃO ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2003.02.01.018283-1 (9700488152) 2326 - AR RJ
AUTOR : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE
ADV : EVANDERSON DE JESUS GUTIERRES

REU : LAFONTE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
ADV : GUILHERME BASTOS NUNES BATISTA E OUTRO
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 2A.SEÇÃO ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2006.02.01.004799-0 (200251120001622) 2781 - AR RJ
AUTOR : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JOSE TADEU CARDOSO TINOCO
REU : A CURY MARTINS CONFECCOES E OUTRO
ADV : RAUL LORETTI WERNECK NETO
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 2A.SEÇÃO ESPECIALIZADA
OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1999.02.01.062430-5 (9400018460) 1169 - AR ES
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : ZENIA BRITO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO - 3A.SEÇÃO ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2006.02.01.012825-4 (200551015235241) 8941 - MS RJ
IMPTE : MARIA DE LURDES LOPES DOS SANTOS
ADV : DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES - 1A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R.DESPACHO D

PROCESSO : 1998.51.01.039086-9 (9800390863) 369464 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : NILPHARMA DISTRIB DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA
OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 93.02.16813-1 (9200267890) 73014 - REOMS
PARTEA : ACOTEL IND/ COM/ LTDA
ADV : FRANCISCO XAVIER AMARAL E OUTROS
PARTER : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 30A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 1983.50.01.007437-1 (0000074373) 383231 - AC ES
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : WALDIR MIRANDA RAMOS FILHO
APDO : ANA MARIA MIGUEL PIOVESAN
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2000.50.01.000333-9 (200050010003339) 46605 - AMS E
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : WALDIR MIRANDA RAMOS FILHO
APDO : OGMO - ORGAO DE GESTAO DE MAO-DE-OBRA DOS TRABALHADORES PORTUARIOS AVULSOS DO PORTO ORGANIZADO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
ADV : LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA
OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2001.02.01.028962-8 (200151010081667) 81641 - AG RJ
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : ANALYSIS CONSULT AUDITORES & CONSULTORES EMPRESARIAIS S/C LTDA. E OUTROS
ADV : WALTER CARLOS CONCEICAO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2000.02.01.052690-7 (9803038028) 245314 - AC RJ
APTE : ADILAUTO PECAS LTDA
ADV : JOAO PAULO ARAUJO DE FREITAS E OUTRO
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ROSANGELA FAÇANHA BRAGA
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA
OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2001.50.01.007314-0 (200150010073140) 356476 - AC R
APTE : COMERCIAL GLICIA LTDA
ADV : BRUNO FELIPPE ESPADA
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA
OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.025322-3 (200151010253223) 339582 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : GUILHERME MANUEL DA SILVA
APDO : COLEGIO OLAVO BILAC LTDA
ADV : CARLOS AUGUSTO SAMARY DA SILVA E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 10A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2003.50.01.008842-5 (200350010088425) 356319 - AC E
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : WALDIR MIRANDA RAMOS FILHO
APDO : CLINICA RADIOLOGICA MANOEL DE ABREU LTDA
ADV : HELENROSE PARASSOL PEREIRA E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-ES
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - 4A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2004.51.01.012422-9 (200451010124229) 374256 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : IVONNE PEREIRA DE CASTRO
PROC : EDELIR PEREIRA LEITE
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 16A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE - 7A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2004.51.01.012466-7 (200451010124667) 57609 - AMS R
APTE : LENY BORGES ARAUJO
ADV : RICARDO VIANA RAMOS FERNANDEZ E OUTRO
APDO : COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN
ADV : MAISA MERY BERALDINO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC
OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.004924-8 (200551010049248) 391638 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MARIA JOSE PIRES DOS SANTOS
ADV : RITA DE CASSIA SANTOS DE SANT'ANNA E OUTRO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2005.51.13.000215-6 (200551130002156) 381869 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ROBERTA ROSA RIBEIRO E OUTROS
APDO : DIRCEU ALMEIDA GUIMARAES
ADV : CARLOS RENATO DE CAMPOS GUEDES E OUTRO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2005.51.01.013528-1 (200551010135281) 380379 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APTE : CELITA BORGES DA SILVA
ADV : FRANCISCO CARLOS MENDES E OUTRO
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 21A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA - 8A.TURMA ESPECIALIZADA

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2000.02.01.056662-0 (9500185695) 247462 - AC RJ
APTE : ISABEL DO ESPIRITO SANTO SERRAO
ADV : IZABEL DILOHE PISKE SILVERIO E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND - 8A.TURMA ESPECIALIZADA
OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.02.001241-3 (200751020012413) 421728 - AC R
APTE : CIA/ BRASILEIRA DE AMARRAS - BRASILAMARRAS
ADV : LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : DES.FED.PAULO BARATA
OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDISTRIB. PARA ORGÃO JULGADOR EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.50.01.001353-3 (200450010013533) 72937 - AMS E
APTE : VERACEL CELULOSE S.A.
ADV : LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : DES.FED.PAULO BARATA
OBS : PROCESSO REDISTRIBUÍDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

REDISTRIB. PARA ORGÃO JULGADOR EM 10.07.2008

PROCESSO : 2000.51.01.519478-2 (200051015194782) 383081 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : BRUNA SARMENTO DOS SANTOS
APDO : JOSE DE OLIVEIRA
ADV : ANGELA MARIA FELITTE
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 37A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. MARIA HELENA CISNE - 1A.TURMA ESPECIALIZADA
IMPEDIDO(S) : JCMÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator

REDISTR. ORG. JUL. INSTANTÂNEA EM 10.07.2008

OBS : PROCESSO REDISTRIBUIDO TENDO EM VISTA O R. DESPACHO DE FLS.

PROCESSO : 2006.02.01.009750-6 (200551060012180) 7246 - CC RJ
AUTOR : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROC : DIEGO DA FONSECA HERMES ORNELLAS DE GUSMAO
REU : TELEVIDEO COMERCIO E SERVICOS LTDA
ADV : AURELIO WANDER CHAVES BASTOS
SUSCTE : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROC : DIEGO DA FONSECA HERMES ORNELLAS DE GUSMAO
SUSDO : EXMO. SR. DES. FED. BENEDITO GONCALVES
RELATOR : J.F.CONV. GUILHERME DIEFENTHAELER - TRIBUNAL PLENO

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2000.02.01.050351-8 (0009862200) 1369 - AR RJ
AUTOR : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ROBERTO NUNES
REU : MARIA ELLY SALDANHA
ADV : MILTON FERREIRA CAMPELLO E OUTROS
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA - 3A.SEÇÃO ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2002.51.05.000143-2 (200251050001432) 341312 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : CARLOS ALBERTO RIBEIRO ALVES
APDO : ADELIA PEREIRA DOS REIS E OUTROS
ADV : TARCISIO MARTYR CORREA
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.50.01.004754-7 (200550010047547) 5534 - ACR ES
APTE : ISA BETHY NIGRI
ADV : THEREZINHA TONIDANDEL PAULINO
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.500453-3 (200651015004533) 408565 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SHEILA DARDARI CASTANHEIRA
APDO : FRANCISCO DAS CHAGAS MATOS
ADV : PAULO CESAR NAVARRO E OUTROS
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.02.01.003484-7 (200051050000972) 154008 - AG R
AGRTE : VITOR WESLEY GONCALVES MENDES E OUTROS
ADV : SINVAL PEREIRA DE SOUZA
AGRDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JOSE CARLOS DA SILVA MARINHO MAMEDE
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 94.02.05633-5 (9200211364) 60006 - AC RJ
APTE : MAURO BRASIL FONSECA E OUTROS
ADV : IZABEL MEIRA C. LEMGRUBER PORTO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JOSE ABDO SARKIS
APDO : FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS - FUNCEF
ADV : IVAN TAUIL RODRIGUES E OUTROS
RELATOR : JC MÁRCIA HELENA NUNES/no afast. Relator - 1A.TURMA ESPECIAL

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2003.50.03.000462-4 (200350030004624) 356794 - AC E
APTE : FIBRASISAL INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADV : JOAO PAULO ARAUJO DE FREITAS E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE - 3A.TURMA ESPECIALIZADA

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1995.51.01.013089-5 (9500130890) 384154 - AC RJ
APTE : JOSE STELMAN TRAVASSOS PORTO
ADV : LUCIANO DE SOUZA LEAO JR. E OUTROS
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
APDO : EMPRESA GRAFICA GUTENBERG LTDA
ADV : CARLOS ALBERTO XAVIER R. DOS SANTOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1995.51.01.063258-0 (9500632586) 384150 - AC RJ
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : JOSE STELMAN TRAVASSOS PORTO
ADV : LUCIANO DE SOUZA LEAO JR. E OUTROS
APDO : EMPRESA GRAFICA GUTENBERG LTDA
ADV : CARLOS ALBERTO XAVIER R. DOS SANTOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1997.51.01.073638-1 (9700736385) 307438 - AC RJ
APTE : ASSOCIACAO EDUCACIONAL CAXIENSE
ADV : GIL AMARAL TEIXEIRA LIMA
APDO : UNIAO FEDERAL
PROC : CRISTIANA REINER
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1997.51.01.105211-6 (9701052110) 358600 - AC RJ
APTE : SOCIEDADE DE PROTECAO A INFANCIA E MATERNIDADE DE MESQUITA
ADV : PEDRO AMERICO RIOS GONCALVES E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1997.51.01.107980-8 (9701079809) 328564 - AC RJ
APTE : ALVARO MARTINS BISNETTO
ADV : ALVARO MARTINS BISNETTO
APTE : PRODESTEC-PROJETOS E DESENVOLVIMENTOS TECNICOS LTDA
ADV : ISAAC ZVEITER
APTE : ROBERTO MELLO HEMPEL
ADV : MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
APTE : CARLOS EDUARDO CASERIO MACHADO
ADV : SERGIO FERRAZ
APTE : ROBERTO TEIXEIRA
ADV : LUIZ CLAUDIO NIZZO DE MOURA
APDO : INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI
PROC : RICARDO LUIZ SICHEL
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1998.51.01.005203-4 (9800052038) 329429 - AC RJ
APTE : WLADIMIR FERREIRA DE SANTANA
ADV : JOSE CARLOS MOREIRA E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1998.51.01.014351-9 (9800143513) 334387 - AC RJ
APTE : IVAN MAURO BEZERRA LEITE
ADV : GILBERTO DE MIRANDA AQUINO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARCELLO ENES FIGUEIRA
APDO : JORGE WALTHER BURCK
ADV : OSWALDO MONTEIRO RAMOS
APDO : FIRMINO ALFREDO DE ABREU - ESPOLIO
ADV : SEM ADVOGADO
APDO : PLINIO FARIA
ADV : CICERO TELLES VERAS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1999.02.01.033223-9 (9200378714) 205242 - AC RJ
APTE : REGINA LUCIA VITOR GRANADEIRO E OUTROS
ADV : MARCELLO C. MONIZ DE ARAGAO DAQUER E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARIA DA SOLEDADE DIAS L. RENTROIA
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1999.02.01.035644-0 (9700706982) 206190 - AC RJ
APTE : FERNANDO BASTOS DE ANDRADE
ADV : MARIO ALBERTO BRANDAO E OUTROS
APDO : BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROC : ANTONIO DA SILVA
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1999.02.01.037190-7 (9700102904) 207064 - AC RJ
APTE : JORGE PIFANO
ADV : ANTONIO VIEIRA GOMES FILHO E OUTROS
APDO : FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FNS
ADV : CARLOS HUMBERTO REIS NETO E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1999.02.01.048615-2 (9800294309) 28458 - AMS RJ
APTE : CARLOS LEANDRO BOECHAT ALT E ARAUJO
ADV : LEANDRO ARAUJO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1999.02.01.050592-4 (9500244667) 215006 - AC RJ
APTE : MARINETE MARIA MARIANO BORGES
ADV : SEBASTIAO DIAMANTINO E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANDRE LUIS TEIXEIRA GODINHO
APDO : CLAUDIA MARIA VALETE
ADV : PAULA KIM RAFFAELE CORREA VIDAL E OUTRO
APDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
PROC : ROSA VIRGINIA C. DE CARVALHO E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1999.51.01.002751-2 (9900027515) 355788 - AC RJ
APTE : SERGIO CARLOS BOUSQUET PEREZ
ADV : LUCIENE DA SILVA MOURAO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1999.51.01.018353-4 (9900183533) 295503 - AC RJ
APTE : TELEMAR
ADV : CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1999.51.01.554095-3 (9905540954) 47525 - AMS RJ
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : RICARDO LUIZ SICHEL
APDO : MARIA APARECIDA MONSORES RODRIGUES
ADV : CLAUDIA MENEZES PINHEIRO DA SILVA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-RJ
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2000.02.01.018091-2 (9300196081) 230662 - REOAC
PARTEA : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ANDRE OLIVEIRA DA SILVA
PARTER : UBIRATAN MOREIRA DA SILVA
ADV : FERNANDO DA COSTA PONTES E OUTROS
PARTER : PAULO JOVENCIO LESSA
ADV : PAULO JOVENCIO LESSA E OUTRO
PARTER : WALTER MAGALHAES QUINTANA
ADV : SEM ADVOGADO
PARTER : PEDRO DINIZ PEREIRA
ADV : PAULO ERNANE DE AGUIAR FERREIRA E OUTROS
PARTER : JOAO ALBERTO ABDALLA DE AGUIAR
ADV : LUIZ FERNANDO ABDALA DE AGUIAR E OUTROS
PARTER : RAIMUNDO LINHARES DE ARAUJO
ADV : ANTONIO LOPES SOBRINHO E OUTROS
PARTER : WALDIR LEMOS DE ANDRADE
ADV : FERNANDO J. A. DE MENDONCA
PARTER : INACIO FRANCISCO DE ARAUJO
ADV : OSWALDO DE ALARCAO BARBOZA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2000.02.01.018302-0 (9300633350) 230782 - AC RJ
APTE : WALTER MAGALHAES QUINTANA E OUTRO
ADV : RONALDO OLIVEIRA DO ESPIRITO SANTO E OUTRO
APTE : JOAO ALBERTO ABDALA DE AGUIAR
ADV : LUIZ FERNANDO ABDALA DE AGUIAR E OUTROS
APTE : PEDRO DINIZ PEREIRA
ADV : PAULO ERNANE DE AGUIAR FERREIRA E OUTROS
ADV : ULTIMO DE CARVALHO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARCILIO DA SILVA
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2000.02.01.052227-6 (9000529263) 245124 - AC RJ
APTE : MAURO HENRIQUES DE MAGALHAES
ADV : PAULO MAGALHAES E OUTROS
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : MUNICIPIO DE ANGRA DOS REIS
APTE : MUNICIPIO DE ANGRA DOS REIS
ADV : DALTON COUTINHO CALLADO
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : MAURO HENRIQUES DE MAGALHAES
ADV : PAULO MAGALHAES E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2000.02.01.054628-1 (9900236629) 36891 - AMS RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : CARLOS AUGUSTO REBERVAL FALCAO
ADV : ADALBERTO MAIA VILAR E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-RJ
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2000.02.01.059109-2 (9800150650) 248861 - AC RJ
APTE : CASA DE SAUDE GABINAL LTDA
ADV : ANA MARIA FERREIRA NEGREIRO E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2000.02.01.068810-5 (200051010073095) 38316 - AMS R
APTE : MARILENA DO CARMO FIGUEIREDO
ADV : ARTHUR CARLOS DA SILVA E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : LEONARDO DE MELLO CAFFARO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2000.50.01.002928-6 (200050010029286) 377206 - AC E
APTE : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGENCIAS DE VIAGENS DO ESPIRITO SANTO - ABAV/ES
ADV : MAGDA MARIA BARRETO
APDO : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADV : FABIO DE OLIVEIRA ALVAREZ E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2000.51.01.010378-6 (200051010103786) 361557 - AC R
APTE : GOLDEM CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE S/A
ADV : RENATO JOSE LAGUN
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : LOTUS CARDOSO
ADV : MARIENE FERREIRA MENDES FERRARI
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 18A VARA-RJ
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2000.51.01.019989-3 (200051010199893) 325312 - AC R
APTE : LAURA MARIA FERREIRA MALAGUTI CAVALIERE
ADV : MIGUEL CENTENO SAGNELLI E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ALEXANDRE MORAES E SOUZA E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2000.51.01.028743-5 (200051010287435) 325658 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL E OUTROS
APDO : WILLIAN MUSSA ELIAN
ADV : NELSON IVAN PIENTZENAVER PACHECO JUNIOR E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2001.02.01.017097-2 (9400428553) 39848 - AMS RJ
APTE : INST. BRAS. DO MEIO-AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
PROC : CARLOS HUMBERTO BITENCOURT
APDO : COMPANHIA AMERICA E COMERCIO
ADV : LINDBERGER AUGUSTO DA LUZ E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 18A VARA-RJ
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2001.02.01.035458-0 (9800116192) 271007 - AC ES
APTE : CITRANTUR - CIPRIANO TRANSPORTE E TURISMO LTDA
ADV : LEONARDO FIRME LEAO BORGES E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA
ADV : MARCELO GOMES DE SOUZA E OUTROS
APDO : VIACAO AGUIA BRANCA S.A
ADV : JOSE DOMINGOS DE ALMEIDA E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2001.02.01.036369-5 (200051010218322) 271483 - REOAC
PARTEA : MINISTERIO PUBLICO
PARTER : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : CARLOS ALEXANDRE DE CASTRO MENDONCA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 38A VARA-RJ
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2001.02.01.042066-6 (9907519642) 274720 - AC RJ
APTE : LUXOR TRANSPORTES LTDA E OUTROS
ADV : VANY ROSSELINA GIORDANO E OUTROS
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : JAILTON ZANON DA SILVEIRA E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2001.50.01.006500-3 (200150010065003) 334629 - AC E
APTE : CAMDEM LOGISTICA LTDA
ADV : TANCREDO ROCHA JUNIOR E OUTROS
APDO : AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS - ANTAQ
PROC : LUIZ HENRIQUE DINIZ ARAUJO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.008831-5 (200151010088315) 373533 - AC R
APTE : LATICINIOS E MECEARIA FILHOS DE IRAJA LTDA -ME
ADV : HONORELINO CAMPOS SOUZA
APDO : COMPANHIA NACIOANAL DE ABASTECIMENTO-CONAB
ADV : DONES M. F. N. DA SILVA E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.014837-3 (200151010148373) 370265 - AC R
APTE : AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL E OUTROS
PROC : ANTONIO FERNANDO ALVES LEAL NERI
APTE : LIGHT - SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A
ADV : MONICA GOES DE ANDRADE E OUTROS
APDO : SAYOART INDL/ S/A
ADV : PEDRO VELLOSO WANDERLEY E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2001.51.01.526960-9 (200151015269609) 339251 - AC R
APTE : LUIZ JULIO SILVA FERREIRA
ADV : MIRIAM DOS SANTOS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : PATRICIA MUNHOZ BARBOZA DE SA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2001.51.02.005752-2 (200151020057522) 354809 - AC R
APTE : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROC : MARCONE XAVIER FURTADO
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : MUNICIPIO DE SAO GONCALO
PROC : JULIO CESAR SILVA ALVES
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2001.51.10.004574-3 (200151100045743) 316669 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : SOC/ DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA IGUACU - SESNI
ADV : MARCIO ANDRE MENDES COSTA E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2002.02.01.014748-6 (200151100017553) 284849 - AC R
APTE : JOSE PEIXOTO NETO
ADV : SALVATORE DE ASSIS GRANDE
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : VERA LUCIA TEIXEIRA E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2002.02.01.020692-2 (9800436111) 287915 - AC RJ
APTE : WALTER GUERRA E OUTROS
APTE : REGINALDO SOARES CAMARA
ADV : JOSE AUGUSTO CARVALHO DE MENDONCA E OUTRO
APDO : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE - IBAMA
PROC : MERI MATTOS PACHECO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2002.51.01.001531-6 (200251010015316) 384917 - AC R
APTE : ROCASA COM/ DE ALIMENTOS LTDA ME.
ADV : NEWTON PINHEIRO DA SILVA E OUTROS
APDO : CIA/ NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
ADV : DONES M. F. N. DA SILVA E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2002.51.01.010416-7 (200251010104167) 400114 - AC R
APTE : HUDSON REBELLO E ASSOCIADOS-ADVOGADOS TRABALHISTAS ESPECIALIZADOS
ADV : SERGIO SAHIONE FADEL E OUTROS
APDO : BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES E OUTROS
ADV : PAULA SALDANHA JAOLINO E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2002.51.01.502827-1 (200251015028271) 333843 - AC R
APTE : PAES MENDONCA S/A
ADV : JOSE OSWALDO CORRÊA E OUTROS
APDO : INST NAC DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUST - INMETRO
ADV : ELCY SILVA SOARES
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2003.02.01.001437-5 (200151010062727) 934 - MC RJ
REQTE : MULTI GAMES - CONCURSO DE PROGNOSTICOS LTDA
ADV : JORGE BARATA DE LACERDA E OUTROS
REQDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2003.50.01.001306-1 (200350010013061) 1381 - PET ES
REQTE : AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS - ANTAQ
PROC : LUIZ HENRIQUE DINIZ ARAUJO
REQDO : CAMDEM LOGISTICA LTDA
ADV : TANCREDO ROCHA JUNIOR E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.003717-1 (200351010037171) 335391 - AC R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : BANCO PORTO SEGURO S/A
ADV : RICARDO JOSE GOUVEIA BARBOSA
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.019628-5 (200351010196285) 54034 - AMS R
APTE : SOM SAT CABLE TELECOMUNICACOES LTDA
ADV : MONIKA ANDREA FRISCH
APDO : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES-ANATEL
PROC : DIEGO DA FONSECA HERMES ORNELLAS DE GUSMAO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.026480-1 (200351010264801) 365202 - AC R
APTE : HELIO RANGEL MOURA
ADV : ROBERT LARA MENDES
APDO : BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROC : LUIZ ARMANDO DE LIMA RODRIGUES
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2003.51.01.028151-3 (200351010281513) 390704 - AC R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : DANIEL MALAGUTI BUENO E SILVA
APDO : KOHL ELEVADORES E SISTEMAS LTDA. E OUTRO
ADV : EDUARDO TORREÃO E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.50.01.001374-0 (200450010013740) 378474 - AC E
APTE : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - ESPIRITO SANTO
ADV : ARLETTE ULIANA E OUTRO
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.50.01.002292-3 (200450010022923) 61572 - AMS E
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : BEATRIZ DE ALMEIDA SANTOS NEVES
ADV : CELSO BITTENCOURT RODRIGUES
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 4A VARA-ES
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.50.01.003510-3 (200450010035103) 62149 - AMS E
APTE : FRIGOVALE - FRIGORIFICO VALE DOS GOYTACAZES LTDA
ADV : JOSE FRANCISCO GOZZI SIQUEIRA E OUTRO
APDO : INST. BRAS. DO MEIO-AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
PROC : NAILTON O. CRESPO FILHO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.50.01.003630-2 (200450010036302) 60002 - AMS E
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : IRINEU RICARDO DEGASPERI
ADV : RICARDO CORREA DALLA
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 4A VARA-ES
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.50.01.005917-0 (200450010059170) 66178 - AMS E
APTE : GENOVEVA IZOTON VIEIRA
ADV : LEONARDO LAGE DA MOTTA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.004457-0 (200451010044570) 356837 - AC R
APDO : RICARDO ANTONIO BELLIDO DA SILVA
ADV : RICARDO BELLIDO
APTE : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 26A VARA-RJ
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.006161-0 (200451010061610) 370667 - AC R
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADV : MARIA CRISTINA MANELLA CORDEIRO
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV : CARLOS DA COSTA SILVA FILHO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.006196-7 (200451010061967) 377117 - AC R
APTE : CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAARJ
ADV : LUIZ RICARDO DE MAGALHAES MENDONCA
APDO : JAIRO DE OLIVEIRA CALUMBY
ADV : CARLUCIO LEITE DA SILVA E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-RJ
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.01.009097-9 (200451010090979) 386551 - AC R
APTE : JOSE LUIS DA SILVA PACHECO
ADV : CARLOS DE OLIVEIRA LIMA E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : PAULO JOSÉ CANDIDO DE SOUZA
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2004.51.06.000824-9 (200451060008249) 66504 - AMS R
APTE : MARCUS DA ROCHA PIMENTEL
ADV : MARCUS DA ROCHA PIMENTEL E OUTRO
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARIA HELENA PULCHERIODE ANDRADE
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.50.01.007162-8 (200550010071628) 69272 - AMS E
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAUDE TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ
ADV : EUSTACHIO DOMICIO LUCCHESI RAMACCIOTTI E OUTROS
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.000800-3 (200551010008003) 65259 - AMS R
APTE : SERGIO WEHBE BAPTISTA E OUTROS
ADV : ELISIO A. QUINTINO E OUTROS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : JORGE CESAR BARBOSA DO AMARAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.003601-1 (200551010036011) 376826 - AC R
APTE : CAARJ-CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV : LUIZ RICARDO DE MAGALHAES MENDONCA E OUTROS
APDO : ODENIR BERNARDI
ADV : ODENIR BERNARDI
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.013347-8 (200551010133478) 398997 - AC R
APTE : SOBREP SOC/ BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS PETROQUIMICOS LTDA
ADV : CARLOS ALBERTO F. DE MELLO PITREZ E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : AURIVAL JORGE P.SILVA E OUTROS
APDO : VALLEMETAL FUNDICAO LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.019432-7 (200551010194327) 68480 - AMS R
APTE : FABIO DOMINGOS DA COSTA
ADV : MAURICIO ALVES COSTA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.01.023878-1 (200551010238781) 398773 - AC R
APTE : CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAARJ
ADV : LUIZ RICARDO DE MAGALHAES MENDONCA
APDO : MARCIA DE ALCANTARA MARTINS LEAL
ADV : ELIANE BARBOSA DINIZ E OUTRO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2005.51.10.000570-2 (200551100005702) 69029 - AMS R
APTE : EMPRESA VIACAO VILA RICA LTDA E OUTRO
ADV : FERNANDO JOSE BARBOSA DE OLIVEIRA E OUTROS
APDO : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADV : MARCELO RODRIGUES LANZANA FERREIRA E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.007577-0 (200651010075770) 69307 - AMS R
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : DANIEL ALMEIDA OLIVEIRA
APDO : PAULO JOSE GONVALVES MATOSO
ADV : ELISIO A. QUINTINO E OUTRO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 11A VARA-RJ
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2006.51.01.022469-5 (200651010224695) 394930 - AC R
APTE : ASSOCIACAO NACIONAL DOS USUARIOS DO SISTEMA TELEFONICO FIXO COMUTADO E MOVEL CELULAR E OUTROS
ADV : FERNANDO LUIZ BORNEO RIBEIRO
APDO : LUIZ INACIO LULA DA SILVA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.000855-3 (200751010008553) 69686 - AMS R
APTE : JULIO CESAR BARONI DE BARROS
ADV : PAULO EDUARDO AFFONSO FERREIRA E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 2007.51.01.003482-5 (200751010034825) 397551 - AC R
APTE : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV : FRANCISCO ANTONIO CHAGAS E OUTROS
APDO : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROC : SEM PROCURADOR
APDO : FLAVIO LUIZ MAFRA MAGALHAES
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 99.02.06378-0 (9600002770) 193743 - REOAC
PARTEA : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MAURO JORGE TAVARES DA S. TERRA
PARTER : CARLOS ROBERTO XAVIER CYPRIANO
ADV : PAULO FERREIRA DE ARAUJO
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 24A VARA-RJ
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 99.02.08894-5 (9700767728) 195006 - AC RJ
APTE : JACINTHO DA SILVA TEIXEIRA E OUTROS
ADV : ROGERIO ALAYLTON D'ANGELO E OUTROS
APDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
ADV : CHRISTIANNY GOMES JORGE
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 99.02.16262-2 (0002520940) 198677 - AC RJ
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : EUNIDE GOMES SILVA
APDO : BERNARDINO JOSE DE SOUZA E OUTROS
ADV : LIA DOS SANTOS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 99.02.25018-1 (9800169229) 26301 - AMS RJ
APTE : PAULO ROBERTO DO NASCIMENTO E OUTROS
ADV : EUSINEIA DAMACENA DA SILVA E OUTROS
APDO : INST. BRAS. DO MEIO-AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
PROC : CARLOS HUMBERTO BITENCOURT E OUTROS
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 99.02.29890-7 (9800166009) 26524 - AMS RJ
APTE : ROSANE BEATRIZ OLIVEIRA SEVERO
ADV : HELIO SANTOS ROCHA
APDO : FUNDACAO OSWALDO CRUZ
ADV : LYS CHALFUN
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator - 7A.TURMA ESPEC

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

PROCESSO : 1987.51.01.602658-8 (0006026583) 396232 - AC RJ
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : S/A COSTA PINTO EXPORTACAO E IMPORTACAO
ADV : DALTRO CAMPOS BORGES FILHO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/no afast. Relator - 8A.TURMA ESPECIALIZAD

ATRIBUIÇÃO POR SUCESSÃO EM 10.07.2008

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE 10.07.2008

DESEMBARGADOR	ENC	ATRI	1REG	2REG	DIST	REDI	TOTAL
PAULO BARATA	2	0	0	0	7	3	12
FREDERICO GUEIROS	3	0	0	0	12	0	15
TANIA HEINE	3	0	0	0	7	3	13
ALBERTO NOGUEIRA	2	0	0	0	10	3	15
PAULO ESPIRITO SANTO	3	0	0	0	9	0	12
ANTÔNIO CRUZ NETTO	2	0	0	0	12	1	15
FERNANDO MARQUES	0	0	7	0	0	0	7
MARIA HELENA CISNE	0	0	0	0	7	3	10
VERA LÚCIA LIMA	3	0	0	0	11	1	15
RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	2	0	0	0	10	3	15
LUIZ ANTONIO SOARES	1	0	0	0	6	1	8
BENEDITO GONCALVES	1	0	0	0	9	1	11
FRANCISCO PIZZOLANTE	1	1	0	0	6	3	11
GUILHERME DIEFENTHAELER	0	1	0	0	8	4	13
LILIANE RORIZ	1	0	0	0	10	2	13
SERGIO SCHWAITZER	6	0	0	0	15	1	22
POUL ERIK DYRLUND	3	0	0	0	11	1	15
ANDRÉ FONTES	0	0	0	0	10	3	13
REIS FRIEDE	0	0	0	0	12	1	13
JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA	2	1	0	0	10	0	13
ABEL GOMES	0	0	0	0	9	2	11
MESSOD AZULAY NETO	1	0	0	0	9	1	11
LUIZ PAULO S ARAUJO F º/ no afast . R	2	72	0	0	10	4	88
MARCELO PEREIRA / no afast . Relator	2	1	0	0	10	1	14
MÁRCIA HELENA NUNES / no afast . Rela	0	5	0	0	10	2	17
TOTAL	40	81	7	0	230	44	402

PROCESSOS REMETIDOS PARA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO:

PROCESSO : 1992.51.01.008759-9 (9200087590) 422977 - AC RJ
APTE : BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROC : LUIZ ARMANDO DE LIMA RODRIGUES
APDO : NADIR NAPOLITANO
ADV : HOMERO B. LONGORDO
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS

PROCESSO : 1997.51.01.107673-0 (9701076737) 423053 - AC RJ
APTE : ALICE MENDES HENRIQUES
ADV : JORGE GONCALVES DE FIGUEIREDO E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FRANCISCO JOSE NOVAIS JUNIOR E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO

PROCESSO : 1998.50.01.008704-6 (9800087044) 423026 - REOAC
PARTEA : CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
ADV : GUSTAVO MONTEIRO FAGUNDES E OUTROS
PARTER : GEAP - FUNDACAO DE SEGURIDADE SOCIAL
ADV : MARCO AURÉLIO PINHEIRO GONSALVES E OUTRO
RMTE : JUIZO DA 4A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA

PROCESSO : 2000.51.01.006206-1 (200051010062061) 422937 - AC R
APTE : JAIRO LEAL DE SALLES
ADV : LEONARDO P MEIRELLES QUINTELLA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ARMANDO BORGES DE ALMEIDA JR E OUTROS
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/NO AFAST. RELATOR

PROCESSO : 2002.51.01.024686-7 (200251010246867) 422961 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES E OUTROS
APTE : MARIA JAZETTE GUEDES DA COSTA E OUTRO
ADV : JOSE GUILHERME S. PEREIRA
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS

PROCESSO : 2003.51.01.021814-1 (200351010218141) 422982 - AC R
APTE : LUIZ CARLOS DE SOUZA CAETANO
ADV : RONALDO GOTLIB COSTA E OUTROS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GERSON DE CARVALHO FRAGOZO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA

PROCESSO : 2005.50.01.008105-1 (200550010081051) 422960 - AC E
APTE : HELIO JOSE COURE E OUTRO
ADV : ELIEL SANTOS JACINTHO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : RENATO MIGUEL E OUTROS
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/NO AFAST. RELATOR

PROCESSO : 2005.50.01.012402-5 (200550010124025) 73246 - AMS E
APTE : POLIANA MARQUES FRANÇA
ADV : TATIANA MARQUES FRANCA
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA

PROCESSO : 2005.51.01.010788-1 (200551010107881) 422992 - AC R
APTE : AILTON FERREIRA
ADV : GERSON LUCCHESI E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO

PROCESSO : 2005.51.01.013549-9 (200551010135499) 73241 - AMS R
APTE : BANDEIRANTES RENOVACAO DE PNEUS LTDA
ADV : LIANA MARIA TABORDA RAMOS E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
APDO : INST. BRAS. DO MEIO-AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
PROC : ALESSANDRO Q. MACHADO
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/NO AFAST. RELA

PROCESSO : 2005.51.01.016200-4 (200551010162004) 423040 - AC R
APTE : MARIA TERESINHA ALMEIDA
ADV : MARIA DAS GRACAS CORREIA LIMA DE ANDRADE E OUTRO
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND

PROCESSO : 2005.51.01.022749-7 (200551010227497) 422949 - AC R
APTE : AILTON GLORIA BENEVENUTO
ADV : ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : BRUNO VAZ DE CARVALHO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. BENEDITO GONCALVES

PROCESSO : 2006.51.01.008913-5 (200651010089135) 423012 - AC R
: 8800036775
APTE : LUZINETE DIAS LAZARUS
ADV : EDUARDO ANDRADE FLOR DE AZEVEDO
APDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
PROC : MARCELA LAMONICA REGO
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER

PROCESSO : 2006.51.01.011046-0 (200651010110460) 423011 - AC R
APTE : LIVIA FATIMA MARQUES DE OLIVEIRA
ADV : NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SONIA ARRUDA SILVA CARNEIRO
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA

PROCESSO : 2006.51.01.014920-0 (200651010149200) 422997 - AC R
APTE : BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROC : JEFFERSON SIQUEIRA DE BRITO ALVARES
APDO : ANDRE MAIA TELLES E SOUSA
ADV : BERNARDO BRANDAO COSTA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER

PROCESSO : 2006.51.01.017262-2 (200651010172622) 73238 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : CFBM - CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA
ADV : AUGUSTO CESAR DE ARAUJO E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
RELATOR : J.F.CONV. JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA

PROCESSO : 2006.51.01.020734-0 (200651010207340) 422996 - APREN
APTE : CLARICE GAGLIARDI SALLES ABREU
ADV : TATIANA BATISTA DE SOUZA D'ASSUMPCAO E OUTRO
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER

PROCESSO : 2006.51.01.022371-0 (200651010223710) 423023 - AC R
APTE : HUMBERTO CAMPOS BRAGA E OUTROS
ADV : RODRIGO ALEXANDRE TORRES DE LUCA E OUTROS
APDO : UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
PROC : NOREVALDO CARVALHO MOREIRA DE SOUZA
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2006.51.01.023338-6 (200651010233386) 423033 - AC R
APTE : CIA/ PROGRESSO INDL/ DO BRASIL FABRICA BANGU E OUTROS
ADV : VINICIUS MAGNI VERCOZA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. FRANCISCO PIZZOLANTE

PROCESSO : 2006.51.01.023345-3 (200651010233453) 73245 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : IND/ DE PRODUTOS ALIMENTICIOS PIRAQUE S/A
ADV : LEONARDO LUIZ THOMAZ DA ROCHA E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 15A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA

PROCESSO : 2006.51.01.024675-7 (200651010246757) 423029 - AC R
: 200051010147480
APTE : LEILA DIAS DE OLIVEIRA E OUTROS
ADV : LIA CARLA CARNEIRO CALDAS E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE

PROCESSO : 2006.51.05.001821-8 (200651050018218) 423047 - AC R
: 9700534316
: 9700534324
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : MARCIA FERREIRA
APDO : AMERICO TORRES REIS E OUTROS
ADV : ALTYR PEREIRA DA SILVA E OUTROS
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO

PROCESSO : 2007.51.01.007851-8 (200751010078518) 73230 - REOMS
PARTEA : ANTONIO CAMPOS BRANDAO E OUTRO
ADV : MARIA DA GRACA SOARES CRUZ
PARTER : UNIAO FEDERAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND

PROCESSO : 2007.51.01.011118-2 (200751010111182) 423017 - AC R
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENÇO E OUTROS
APDO : ELY GARCIA VIDAL DE BARROS E OUTRO
ADV : EDILDER MAGALHAES COELHO
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER

PROCESSO : 2007.51.01.018291-7 (200751010182917) 422988 - AC R
: 200051010241666
: 200351010195967
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : VERONICA TORRI E OUTROS
APDO : PAULO SAMUEL SANTOS FILHO
ADV : LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO
RELATOR : DES.FED. PAULO ESPIRITO SANTO

PROCESSO : 2007.51.01.020119-5 (200751010201195) 73211 - AMS R
APTE : FABIANA DA SILVA OLIVEIRA
ADV : TATIANA BATISTA DE SOUZA D'ASSUMPCAO E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA

PROCESSO : 2007.51.01.021452-9 (200751010214529) 73232 - AMS R
APTE : ENEFER - CONSULTORIA PROJETOS LTDA
ADV : AUGUSTO CARLOS CORREA PINA
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA

PROCESSO : 2007.51.01.025854-5 (200751010258545) 73249 - REOMS
PARTEA : XAVIER BERNARDES BRAGANCA SOC/ DE ADVOGADOS
ADV : LEONARDO VIVEIROS DE CASTRO E OUTROS
PARTER : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE

PROCESSO : 2007.51.01.027557-9 (200751010275579) 73213 - AMS R
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : ALINE MELLO FARIAS
ADV : FABIO LUCIANO DE ALMEIDA E SILVA E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 7A VARA-RJ
RELATOR : DES.FED. VERA LÚCIA LIMA

PROCESSO : 2007.51.01.028342-4 (200751010283424) 73244 - AMS R
APTE : SENIOR TAXI AEREO EXECUTIVO LTDA
ADV : JANETE JANE DA CONCEICAO BARBOSA
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. TANIA HEINE

PROCESSO : 2007.51.01.811322-2 (200751018113222) 6212 - ACR RJ
APTE : MARCOS VINICIUS FERREIRA DA SILVA
ADV : BRUNO ABRITTA VENTURA
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. LILIANE RORIZ

PROCESSO : 2008.02.01.011050-7 (200751100070326) 167480 - AG R
: 200651100065521
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : AUTO VIACAO REGINAS LTDA
ADV : LUCIANO OLIVEIRA ARAGAO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. PAULO BARATA

PROCESSO : 2008.02.01.011052-0 (200250010022951) 1799 - MCI ES
REQTE : ADAO LOPES DA SILVA
ADV : NOEL JOSE ORNELLAS
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : RENATO MIGUEL
RELATOR : DES.FED. FREDERICO GUEIROS

PROCESSO : 2008.02.01.011057-0 (200351010161600) 3197 - AR RJ
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : ARISMAR LIMA ASSUNCAO
ADV : SEM ADVOGADO
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER

PROCESSO : 2008.02.01.011060-0 (9100031780) 167493 - AG RJ
AGRTE : MARTA PEREIRA REIS DA FONSECA
ADV : SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/NO AFAST. RELA

PROCESSO : 2008.02.01.011065-9 (200851100020157) 167491 - AG R
AGRTE : PRECON INDUSTRIAL S/A
ADV : DONOVAN MAZZA LESSA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. LUIZ ANTONIO SOARES

PROCESSO : 2008.02.01.011073-8 (9800580000) 167501 - AG RJ
: 200151015356622
AGRTE : CAMPING CLUBE DO BRASIL
ADV : GLAUCIA PADILHA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RELATOR : DES.FED. ALBERTO NOGUEIRA

PROCESSO : 2008.02.01.011084-2 (9000254973) 167506 - AG RJ
: 8900386166
: 8900255746
AGRTE : NEWTON KLEBER DE THUIN
ADV : MARCELO ROBERTO FERRO E OUTROS
AGRDO : BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROC : LUIZ ARMANDO DE LIMA RODRIGUES
AGRDO : DIVERJ - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS DO RIO DE JANEIRO
ADV : OSWALDO DE MORAES BASTOS SOBRINHO E OUTROS
RELATOR : DES.FED. ANTÔNIO CRUZ NETTO

PROCESSO : 2008.02.01.011087-8 (9300455036) 9670 - MS RJ
: 200151015358606
IMPTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LEONARDO YUKIO D. S. KATAOKA E OUTROS
IMPDO : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE EXECUÇÃO FISCAL-RJ
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER

PROCESSO : 2008.51.01.012099-0 (200851010120990) 73223 - AMS R
APTE : SINDICATO DE HOTEIS RESTAURANTES BARES E SIMILARES DA BAIXAD E SUL FLUMINENSE
ADV : PEDRO RIBEIRO GONCALVES E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND

TERMO DE ENCERRAMENTO - 2ª VIA

Contém a presente ata a distribuição de 0362 feitos, realizada por processamento eletrônico de dados e 0040 encaminhados para verificação de correlação totalizando, 0054 folhas, todas por mim conferidas e rubricadas. (a) ..... (Romildo Narciso Volotão), Diretor da Secretaria de Atividades Judiciárias.

Rio de Janeiro - RJ, 10 de julho de 2008.

JOAQUIM ANTONIO CASTRO AGUIAR
Presidente

ÍNDICES POR ADVOGADO DOS FEITOS DISTRIBUÍDOS EM 10.07.2008.

Nome do Advogado	Código OAB	Número do Processo
ABEL JOSE PEREIRA	RJ035889	2008.02.01.011034-9
ACCACIO MONTEIRO BARROZO	RJ090955	1998.51.01.009746-7
ACHILLES BRETAS JUNIOR		2006.51.01.022696-5
ADALBERTO MAIA VILAR	RJ027529	2000.02.01.054628-1
ADELIA DE SOUZA FERNANDES	ES004525	2006.50.02.000507-4
ADILSON MARTINS GOMES	RJ026066	2005.51.02.006699-1
ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU	RJ065963	1995.51.01.019857-0
		1997.51.01.015843-9
		1999.51.01.056391-4
ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA	RJ133855	2004.51.01.003823-4
		2006.51.01.021264-4
ADRIANO ALMEIDA FIGUEIRA		2004.51.01.500119-5
ADRIANO REIS DE PAULA		1996.51.02.074781-4
AFFONSO JOSE SOARES	RJ002428	2008.02.01.010644-9
AFONSO CARLOS FONSECA WEIGERT	RJ077018	1998.51.01.009746-7
AFONSO CESAR BURLAMAQUI	RJ015925	2008.02.01.011069-6
AFRANIO CARLOS MOREIRO THOMAZ	RJ01428B	2000.02.01.046580-3
AGUSTINHO FERNANDES DIAS DA SILVA	RJ008135	2005.02.01.014093-6
ALBERTO GOMES DA ROCHA AZEVEDO	SP028783	1987.51.01.602658-8
ALBERTO SOUTO	RJ054051	2006.51.01.500747-9
ALDIR GOMES SELLES	RJ083136	1999.51.01.018968-8
ALESSANDRA JAPIASSU MAIA		2005.51.01.505285-7
ALEXANDRE CHU CHANG		2008.02.01.011029-5
ALEXANDRE EZECHIELLO	RJ143732	2008.02.01.011078-7
ALEXANDRE GARCIA GANIN	RJ102529	2003.51.01.009729-5
ALEXANDRE MORAES E SOUZA	RJ069009	2000.51.01.019989-3
		2003.51.01.004930-6
ALEXANDRE SFRAPPINI	RJ044482	2004.51.01.015703-0
ALEXANDRE ZAMPROGNO	ES007364	2003.50.01.015507-4
ALUIZIO DUARTE VALENCA	RJ137929	2007.51.01.011400-6
ALVARO DE CARVALHO HOMERO	RJ083610	2007.51.07.000256-7
ALVARO MARTINS BISNETTO	RJ027843	1997.51.01.107980-8
ALVARO RANGEL DE CARVALHO	RJ051354	2004.51.01.025684-5
ANA CLAUDIA ASSIS DOS PASSOS		2005.51.01.018019-5
ANA LUISA DE S C DE MELO	RJ115185	2005.51.01.018019-5
ANA MARIA FERREIRA NEGREIRO	RJ093124	2000.02.01.059109-2
ANALUIZA LOPES DOS SANTOS	RJ103387	2008.02.01.011064-7
ANANDA COSTEIRA GALVAO	RJ029827	2004.51.01.013580-0
		2007.51.01.009610-7
ANDERSON DJAR DE SOUZA SILVA	ES006147	2008.02.01.011033-7
ANDRE CANTERGIANI PANAZZOLO	RJ086054	2006.51.10.001929-8
ANDRE LUIS TEIXEIRA GODINHO		1999.02.01.050592-4
ANDRE OLIVEIRA DA SILVA		2000.02.01.018091-2
ANDREA TEIXEIRA DA SILVA RAMOS	RJ101839	2006.51.01.021975-4
ANDRÉ LUIZ DA SILVA SOARES	RJ110879	2007.51.01.031773-2
ANGELA MARIA FELITTE	RJ062525	2000.51.01.519478-2
ANGELO DE SA FONTES	RJ130620	2008.51.01.000808-9
ANTONIO AUGUSTO CHAVES MEIRELES	RJ082998	2002.51.01.010425-8
ANTONIO AUGUSTO DE SOUZA MALLET	RJ070198	2008.02.01.011038-6
ANTONIO AUGUSTO PEREIRA	RJ084124	2007.51.01.001556-9
ANTONIO BASILIO PIRES E ALBUQUERQUE	RJ068586	2002.02.01.002229-0
ANTONIO DA SILVA	RJ065903	1999.02.01.035644-0
ANTONIO DANIEL DE C. NETO	RJ038704	2004.51.01.014612-2
ANTONIO FERNANDO ALVES LEAL NERI	DF017597	2001.51.01.014837-3
ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO	RJ055264	1997.51.02.040086-7
		1998.51.01.025188-2
		1998.51.01.026768-3
ANTONIO LOPES SOBRINHO	RJ006387	2000.02.01.018091-2
ANTONIO LUIZ CASTELO FONSECA	ES010700	2008.02.01.011046-5
ANTONIO PEDRO LACERDA DE BARROS	RJ077581	2003.51.01.001169-8
ANTONIO VIEIRA GOMES FILHO	RJ047253	1999.02.01.037190-7
ARLETTE ULIANA	ES002274	2004.50.01.001374-0
AROLDO LIMONGE	ES001490	2008.02.01.010984-0
ARTHUR CARLOS DA SILVA	RJ071499	2000.02.01.068810-5
		2005.51.01.500481-4
ARY LOPES FERREIRA		1994.50.01.005725-5
		1994.50.01.006602-5
ASTERIO PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO	RJ067587	2008.02.01.010993-1
ATILIO REGULO TINOCO	RJ021538	2005.02.01.005136-8
AUGUSTO CESAR OLIVEIRA DE REZENDE	RJ032640	2004.51.01.003823-4
AUGUSTO LABOISSIERE		2008.02.01.011067-2
AUREANE RODRIGUES DA SILVA	RJ02722A	2004.51.01.024231-7
AURELIO WANDER CHAVES BASTOS	RJ000398B	2006.02.01.009750-6
AURIVAL JORGE P.SILVA	RJ000821	1998.51.01.013617-5
		2005.51.01.013347-8
AYRTON MATHEUS D'AZEVEDO	RJ027220	2005.51.01.519933-9
BELINE JOSE SALLES RAMOS	ES005520	1992.50.01.003915-3
		2001.02.01.019255-4
BERNARDO SANTORO PINTO MACHADO	RJ145938	2008.51.01.000554-4
BIANCA MESSIAS MENDES	RJ113808	2007.51.01.002513-7
BIANCA SILVA FERNANDEZ DE FIGUEIREDO		2005.51.01.004072-5
BRUNA SARMENTO DOS SANTOS		1998.51.01.025188-2
		2000.51.01.519478-2
		2006.51.01.504970-0
BRUNA SARMENTO DOS SANTOS	RJ113351	2007.51.01.813017-7
BRUNO FABIANI MONTEIRO		2005.51.01.506832-4
BRUNO FELIPE ESPADA	ES010036	2008.02.01.011027-1
BRUNO FELIPPE ESPADA	ES010036	2001.50.01.007314-0
BRUNO SHINITI ALVES DA COSTA	ES013037	2002.50.01.006210-9
CACITO AUGUSTO DE FREITAS ESTEVES	RJ080433	2007.02.01.013006-0
CARLOS ALBERTO F. DE MELLO PITREZ	RJ017904	2005.51.01.013347-8
CARLOS ALBERTO RIBEIRO ALVES	RJ042624	2002.51.05.000143-2
CARLOS ALBERTO RIBEIRO DA SILVA		2008.02.01.011086-6
CARLOS ALBERTO XAVIER R. DOS SANTOS	RJ035577	1995.51.01.013089-5
		1995.51.01.063258-0
CARLOS ALEXANDRE DE CASTRO MENDONCA	RJ097127	2001.02.01.036369-5
CARLOS ANTONIO ALCANTARA MACHADO	RJ097632	2008.02.01.011066-0

CARLOS ANTONIO COELHO	RJ071701	2008.02.01.011037-4
		2008.02.01.011039-8
CARLOS AUGUSTO SAMARY DA SILVA	RJ073449	2001.51.01.025322-3
CARLOS DA COSTA SILVA FILHO		2004.51.01.006161-0
CARLOS DE OLIVEIRA LIMA	RJ005835	2004.51.01.009097-9
CARLOS EDUARDO AMARAL DE SOUZA	ES010107	2008.02.01.010965-7
CARLOS EDUARDO LEITE SABOYA	RJ110265	2005.51.01.012642-5
		2007.51.01.018425-2
		2007.51.01.025231-2
CARLOS EDUARDO P DA SILVA	RJ090424	2003.51.01.028897-0
CARLOS EDUARDO PEREIRA DA SILVA	RJ090424	2008.02.01.011074-0
CARLOS HUMBERTO BITENCOURT	RJ041032	2001.02.01.017097-2
		99.02.25018-1
CARLOS HUMBERTO REIS NETO	RJ020299	1999.02.01.037190-7
CARLOS LENO DE MORAES SARMENTO	RJ075458	2003.51.01.511209-2
		2004.51.01.520968-7
		2004.51.02.001127-4
CARLOS LUCIANO B. RIBEIRO	RJ072172	2008.02.01.011049-0
CARLOS RENATO DE CAMPOS GUEDES	RJ121736	2005.51.13.000215-6
CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO	RJ020283	1999.51.01.018353-4
CARLOS VARGAS FARIAS	RJ074153	2004.51.01.508335-7
		2004.51.01.520292-9
		2005.51.01.505285-7
		2005.51.01.524533-7
		2005.51.01.527571-8
		2007.51.01.813017-7
CARLUCIO LEITE DA SILVA	RJ080509	2004.51.01.006196-7
CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES	RJ108296	2003.51.01.028897-0
CARMEN LUCIA MUNIZ GERALDO	RJ108927	2005.51.01.012642-5
CAROLINA MONHO BORRINO	RJ113077	2008.51.01.004723-0
CELSO BITTENCOURT RODRIGUES	ES008226	2004.50.01.002292-3
CESAR AUGUSTO CARVALHO PEREIRA	RJ058717	1996.51.01.005711-4
		1996.51.01.024173-9
CESAR AUGUSTO SAYAO GARCEZ	RJ027807	2001.02.01.046602-2
CHERYL BERNO	RJ122725	2006.51.01.000507-9
CHRISTIANE BARBOSA FERREIRA DE SOUZA	RJ092007	1986.51.01.923209-2
CHRISTIANNY GOMES JORGE		99.02.08894-5
CICERO TELLES VERAS	RJ031800	1998.51.01.014351-9
CLAUDIA MENEZES PINHEIRO DA SILVA	RJ087904	1999.51.01.554095-3
CLAUDIA NOBREGA DE ANDRADE	RJ136363	2003.51.06.001820-2
CLAUDIO GEHRKE BRANDAO	RJ002194A	99.02.11546-2
CLAUDIO JOSE DE OLIVEIRA		1984.51.01.625074-8
CLAUDIO MARCOS RINALDI DE CARVALHO	RJ015563	96.02.19344-1
CLEBIO CESAR PAULO JUNIOR	RJ133694	2005.51.01.012375-8
CLEBSON DA SILVEIRA	ES010261	2004.50.01.007994-5
CONSTANTINO ALVES DE OLIVEIRA	RJ001155B	2002.51.01.019899-0
CRISTIANA DA CONCEICAO GOMES	RJ135041	2006.51.01.009118-0
		2006.51.01.013073-1
CRISTIANA REINER		1997.51.01.073638-1
CRISTIANE DE ANDRADE COUTINHO	RJ118416	2007.51.01.002472-8
CRISTINA FRACALOSSI BARBIERI	ES007542	2003.50.01.007734-8
CRISTINA MAGDA DIAS	RJ079948	2008.02.01.011071-4
CYNTHIA MARIA PISKE SILVERIO SOUZA	RJ072886	2004.02.01.010041-7
DAGOBERTO JOSE STEINMEYER LIMA	RJ002726A	2008.02.01.011029-5
DAGOBERTO JOSE STEINMEYER LIMA	SP017513	2008.02.01.011059-3
DALTON COUTINHO CALLADO	RJ068758	2000.02.01.052227-6
DALTON ROBERT TIBURCIO		2008.02.01.011036-2
DALTRO CAMPOS BORGES FILHO	RJ036910	1987.51.01.602658-8
DALVANIRA REIS KAWAMOTO		1997.51.02.040086-7
DANIEL ALMEIDA OLIVEIRA		2006.51.01.007577-0
DANIEL BUCAR CERVASIO	RJ104381	2005.51.01.506832-4
DANIEL DIAS DE SOUZA	ES013654	2005.50.01.010123-2
DANIEL MALAGUTI BUENO E SILVA		2003.51.01.028151-3
DANIEL THIAGO FRANÇA FARIA		2007.51.07.000256-7
DANIEL VERSIANI CHIEZA	RJ126753	2002.51.01.000221-8
		2006.51.01.009118-0
		2006.51.01.013073-1
DANIELA GUIMARAES FERNANDES BARROSO D	RJ060900	1997.51.01.078502-1
DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO	RJ116610	2007.51.01.010116-4
		2007.51.01.015640-2
DANILO BRIGAGAO	RJ055469	2007.51.01.017467-2
DANNY WARCHAVSKY GUEDES	RJ114558	2006.51.10.004743-9
DARIO PEREIRA DE CARVALHO	RJ087411	2005.02.01.010356-3
DEBORA DE NORONHA ALVES	RJ058696	2007.51.01.008577-8
DECIO FREIRE	ES012082	2008.02.01.011063-5
DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO		2006.02.01.012825-4
		2007.51.01.806465-0
		2008.02.01.010902-5
DEFENSORIA PUBLICA UNIAO		2004.51.01.003401-0
DENISE DA SILVA BATISTA	RJ068927	2006.51.01.021264-4
DENNIS DIAS GONCALVES	RJ115325	1998.51.01.013617-5
DIEGO DA FONSECA HERMES ORNELLAS DE G	RJ114471	2003.51.01.019628-5
DIEGO DA FONSECA HERMES ORNELLAS DE G		2006.02.01.009750-6
DOMICIANO NORONHA DE SA	RJ123116	2008.02.01.011055-6
DONES M. F. N. DA SILVA	RJ127580	2001.51.01.008831-5
		2002.51.01.001531-6
DORILÉA ARAÚJO FARIAS	RJ042748	2008.02.01.009767-9
DURVAL DOS SANTOS CARDOSO	ES006013	1994.50.01.002695-7
EDELIR PEREIRA LEITE	RJ074518	2004.51.01.012422-9
EDUARDO CHALFIN	RJ053588	2000.51.01.017852-0
EDUARDO DOS SANTOS		2008.02.01.011034-9
EDUARDO HENRIQUE LOPES VIEIRA	RJ099342	2005.51.01.512618-0
EDUARDO JOSE LAPA TORRES	RJ024897	2001.02.01.045282-5
		2004.51.01.000433-9
EDUARDO MACCARI TELLES	RJ001673B	2005.51.01.506077-5
EDUARDO MACHADO DOS SANTOS	RJ071405	2006.02.01.008559-0
EDUARDO TORREÃO	RJ117601	2003.51.01.028151-3
EISENHOWER DIAS MARIANO	RJ056550	2002.02.01.048353-0
		2008.02.01.011051-9
ELADIR MONTENEGRO DE OLIVEIRA COUTO	ES00118B	2000.50.01.000346-7
ELCY SILVA SOARES	RJ021920	2002.51.01.502827-1
ELIANE BARBOSA DINIZ	RJ091507	2005.51.01.023878-1
ELIANE DOS SANTOS LOPES		2004.51.01.024231-7
		2006.51.01.009483-0
ELIAS LUTIFI	RJ012593	98.02.11217-8
ELIEL SANTOS JACINTHO	RJ059663	2006.02.01.009043-3
ELISIO A. QUINTINO	RJ053367	2005.51.01.000800-3
		2006.51.01.007577-0
EMERSON LUIZ BOTELHO DA SILVA		2007.51.04.003276-4
ENEIDA MARIA DOS SANTOS		1990.51.01.029656-8
ENISIO C. GURGEL	CE002656	2003.02.01.014198-1
ENRIQUE DE GOEYE NETO	SP051205	2008.02.01.010819-7
ENZO GARCIA PAPPACENA	RJ092209	2008.02.01.011043-0
ERICA DE ALMEIDA SANTOS	RJ129828	2002.51.01.000221-8
ERIKA RODRIGUES COELHO		2003.51.01.022724-5
ERIKA SEIBEL PINTO	ES009181	2002.50.01.005247-5
		2003.50.01.015507-4
		2005.50.01.002119-4
		2007.02.01.011757-1
EUNIDE GOMES SILVA	RJ041429	99.02.16262-2
EUSINEIA DAMACENA DA SILVA	RJ063810	99.02.25018-1
EUSTACHIO DOMICIO LUCCHESI RAMACCIOTT	ES00220B	2005.50.01.007162-8
		2006.50.01.000139-4
EVALDO ROBERTO CARDOSO DE AZEVEDO	RJ117357	2007.51.01.029963-8
EVANDERSON DE JESUS GUTIERRES	DF010122	2003.02.01.018283-1
FABIO DE OLIVEIRA ALVAREZ	RJ124925	2000.50.01.002928-6
FABIO ERLICH	RJ130943	2003.51.01.001169-8
FABIO LUIZ DE S. CARVALHO		2000.51.06.000201-1
FATIMA VALERIA COSTA FARIA DA CUNHA	RJ080025	2008.02.01.011047-7
FELIPE FERREIRA DE CARVALHO		2008.02.01.011063-5
FELIPPE ZERAIK	RJ030397	2007.51.01.011188-1
FERNANDA OLIVAES VALLE DOS SANTOS	RJ114266	2008.02.01.011056-8
FERNANDA RODRIGUES D'ORNELAS	RJ118270	2008.02.01.011079-9
FERNANDO DA COSTA PONTES	RJ014088	2000.02.01.018091-2
FERNANDO J. A. DE MENDONCA	RJ045769	2000.02.01.018091-2
FERNANDO JOSE BARBOSA DE OLIVEIRA	RJ034320	2005.51.10.000570-2
		2008.02.01.001348-4
FERNANDO LINO VIEIRA	RJ060390	1996.51.01.001622-7
		2007.51.01.002472-8
FERNANDO LUIZ BORNEO RIBEIRO	RJ031235	2006.51.01.022469-5
FERNANDO SOARES DE ASSIS	RJ044795	2004.51.01.500119-5
FIDELIS S E BRAGANCA	RJ048358	2004.51.02.003448-1
FLAVIA AZEREDO CORREA		2006.51.01.500213-5
FLAVIA AZEVEDO CORREA		2005.51.01.507869-0
FRANCISCO ANTONIO CHAGAS	RJ038373	2007.51.01.003482-5
FRANCISCO CARLOS MENDES	RJ075347	2005.51.01.013528-1
FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA DA SILVA	RJ085330	2007.51.17.001886-0
FRANCISCO F VIEIRA FILHO		2006.51.01.022696-5
FRANCISCO F. VIEIRA FILHO		2007.51.01.014121-6
FRANCISCO JOSE NOVAIS JUNIOR	RJ117882	1998.51.01.023263-2
		2006.51.01.018275-5
		2008.02.01.010790-9
FRANCISCO XAVIER AMARAL	MG028819	93.02.16813-1
GARY DE OLIVEIRA BON ALI	RJ004474	2008.02.01.010849-5
GARY DE OLIVEIRA BON-ALI	RJ004474	2007.51.01.010116-4
		2007.51.01.015640-2
GEORGE EDUARDO RIPPER VIANNA	RJ028105	2005.02.01.006852-6
GERALDO MAGELA HERMOGENES DA SILVA	RJ075384	2007.51.01.800639-9
GERSON DE CARVALHO FRAGOZO	RJ106445	1996.51.01.005711-4
		1996.51.01.024173-9
		2001.51.01.008320-2
		2003.51.01.001169-8
GERSON LUCCHESI	RJ085053	2007.51.01.028169-5
GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA	RJ085053	2008.02.01.011070-2
GETULIO BATISTA DO CARMO	RJ140737	2008.02.01.011032-5
GIL AMARAL TEIXEIRA LIMA	RJ008009	1997.51.01.073638-1
GILBERTO AUGUSTO TRIGUEIRO VIEIRA RIB	RJ007683	2005.02.01.005136-8
GILBERTO DE MIRANDA AQUINO	RJ060124	1998.51.01.014351-9
GILBERTO LOPES FERRONE		2007.51.07.000029-7
GILDO DALTO JUNIOR	ES005393	1996.50.01.007692-1
GIOVANA TOGNOLO OLIVIER VILELA	RJ113576A	2002.51.09.000433-0

GISELE DE SOUZA DO AMARAL	RJ112279	2003.51.06.001820-2
GISELE WAINSTOK	RJ131447	2007.51.01.027769-2
GODOFREDO MENDES VIANNA	RJ073562	1994.51.01.068560-8
GRYECOS ATTOM VALENTE LOUREIRO	RJ097640	1999.51.02.208213-4
		2007.51.17.005783-9
GUIDO ANTONIO SUCENA MACIEL	RJ044488	2000.51.01.017852-0
GUILHERME BASTOS NUNES BATISTA	RJ104517	2003.02.01.018283-1
GUILHERME MANUEL DA SILVA		2001.51.01.025322-3
GUILHERME PERES DE OLIVEIRA	RJ147553	2008.51.01.000669-0
		2008.51.01.490011-4
GUSTAVO AUGUSTO FREITASS DE LIMA		2007.51.04.000807-5
GUSTAVO ROCHA COELHO	RJ094281	2004.02.01.003330-1
HEBER QUINDERE JUNIOR	CE004328	2003.02.01.014195-6
HELEN FREITAS DE SOUZA JUDICE		1994.50.01.002695-7
HELEN FREITAS DE SOUZA JUDICE		2003.50.01.008450-0
HELEN NOGUEIRA	RJ098724	2004.51.01.534720-8
HELENROSE PARASSOL PEREIRA	ES00281B	2003.50.01.008842-5
HELIO ALBERTO MIZRAHI	RJ068337	2000.02.01.046580-3
HELIO MARQUES DA SILVA	RJ046572	2003.51.01.528890-0
HELIO SANTOS ROCHA	RJ090668	99.02.29890-7
HELON MONTEIRO SIAS	RJ047469	2008.51.01.000669-0
HENRIQUE JUNQUEIRA AYRES	RJ070156	98.02.11217-8
HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO	RJ101253	2008.02.01.010824-0
HONORELINO CAMPOS SOUZA	RJ107149	2001.51.01.008831-5
HUMBERTO SILVA	RJ062769	2007.51.01.003791-7
INGRID BARBOSA VIEIRA	RJ099925	2008.02.01.011026-0
ISAAC ZVEITER	RJ082280	1997.51.01.107980-8
ISABELLA TIANO	SP154058	2002.02.01.019208-0
ISTVAN NUNES LAKI		2004.51.01.520292-9
		2005.51.01.500481-4
		2005.51.01.512944-1
		2005.51.01.519933-9
		2005.51.01.524533-7
		2005.51.01.524581-7
		2005.51.01.527571-8
		2006.51.01.511955-5
		2006.51.01.537655-2
		2007.51.01.813183-2
		2007.51.01.813473-0
		2008.51.01.802102-2
		2008.51.01.804103-3
IVAN RIBEIRO DOS SANTOS NAZARETH	RJ121685	2006.51.01.504970-0
IVAN TAUIL RODRIGUES	RJ061118	94.02.05633-5
IZABEL DILOHE PISKE SILVERIO	RJ001403A	2000.02.01.056662-0
IZABEL MEIRA C. LEMGRUBER PORTO	RJ050180	94.02.05633-5
JAILTON ZANON DA SILVEIRA	RJ077366	2001.02.01.042066-6
		2001.02.01.046602-2
JAIR GIANGIULIO JUNIOR	RJ138829	2006.51.01.018275-5
JANUARIO SPISLA	RJ001462B	1999.02.01.050715-5
JERIZE TERCIANO ALMEIDA	ES006739	2003.50.01.008450-0
JOAO AENDER CAMPOS CREMASCO		1994.50.01.005725-5
		1994.50.01.006602-5
		1995.50.01.002569-6
JOAO BAPTISTA CORREA DE MELLO	RJ002672	2008.02.01.005665-3
JOAO BAPTISTA DA COSTA	RJ024824	2008.02.01.007942-2
JOAO CARLOS DE GOUVEIA FERREIRA DOS S	ES009943	2005.50.01.010123-2
JOAO FRANCISCO GOMES	RJ002226	2002.51.01.025896-1
JOAO MARCOS COLUSSI	RJ002414A	2006.02.01.000205-2
JOAO PAULO ARAUJO DE FREITAS	RJ024266	2000.02.01.052690-7
		2003.50.03.000462-4
JORGE BARATA DE LACERDA	RS024867	2003.02.01.001437-5
JORGE BATISTA FERNANDES JUNIOR		2003.51.01.511209-2
JORGE CESAR BARBOSA DO AMARAL		2005.51.01.000800-3
JORGE DE SOUZA COSTA	RJ021961	2008.02.01.010867-7
JORGE ROBERTO DA CRUZ	RJ073900	2007.51.04.003276-4
JORGE TADEU SILVA DE AQUINO VIEIRA	RJ041786	2008.02.01.011062-3
JOSE ABDO SARKIS	RJ014933	94.02.05633-5
JOSE ARCISO FIOROT	ES006106	2003.50.01.007269-7
JOSE AUGUSTO CARNEIRO	RJ117087	2007.51.01.019661-8
JOSE AUGUSTO CARVALHO DE MENDONCA	RJ012512	2002.02.01.020692-2
JOSE BEZERRA DA SILVA	RJ089365	2007.51.01.027658-4
JOSE CARLOS DA SILVA MARINHO MAMEDE		2007.02.01.003484-7
JOSE CARLOS LOUZADA	RJ029793	2004.50.01.007994-5
JOSE CARLOS MOREIRA	RJ070223	1998.51.01.005203-4
JOSE CARLOS STEIN JUNIOR	ES004939	2006.02.01.013308-0
JOSE DOMINGOS DE ALMEIDA	ES001801	2001.02.01.035458-0
JOSE FAGUNDES JUNIOR	RJ103493	2006.51.01.000515-8
JOSE FELICIO GONCALVES E SOUSA	RJ031350	2006.51.01.003390-7
JOSE FRANCISCO GOZZI SIQUEIRA	ES003416	2004.50.01.003510-3
JOSE GUILHERME SOUTO PEREIRA	RJ111099	2000.51.01.009332-0
		2007.51.01.813183-2
		2008.02.01.011041-6
		2008.51.01.804103-3
JOSE JORGE MACHADO DA SILVA	RJ115176	2006.51.01.015456-5
JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ	RJ095297	1996.51.01.001622-7
JOSE LUIZ TORO DA SILVA	RJ110493A	2005.51.01.004072-5
		2005.51.01.026355-6
		2006.51.01.009483-0
JOSE MANUEL DUARTE CORREIA	RJ075026	2007.02.01.013685-1
JOSE MARIA APOLIANO LIMA	RJ036964	1996.51.02.074781-4
JOSE OSWALDO CORREA	RJ012667	2000.02.01.012484-2
		2007.51.01.015505-7
		97.02.44360-1
JOSE OSWALDO CORRÊA	RJ012667	2002.51.01.502827-1
JOSE PAULO SCHIVARTCHE	SP013924	2005.02.01.013545-0
JOSE PERICLES COUTO ALVES	RJ026200	2002.51.01.004483-3
		2004.51.01.019268-5
		2005.02.01.012223-5
		2005.51.01.015334-9
		2005.51.01.019053-0
		2006.02.01.012363-3
JOSE ROBERTO NEVES SILVEIRA	RJ082362	2008.02.01.011012-0
JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA	RJ013040	2004.51.01.014091-0
		2006.51.01.007883-6
		2006.51.01.010997-3
		2007.51.01.004176-3
		2007.51.01.018425-2
		2007.51.01.020316-7
		2007.51.01.025231-2
		2008.02.01.011031-3
JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA JUNIO	RJ136778	2008.51.01.011575-1
JOSE TADEU CARDOSO TINOCO	RJ051564	2006.02.01.004799-0
JOSELA FRANCO VIEIRA	RJ107642	1996.51.01.005711-4
		1996.51.01.024173-9
		2001.51.01.018317-8
JOSEMILDO FELISARDO DA SILVA	RJ063815	2007.02.01.010253-1
JOSUE ISAAC VARGAS FARIA	RJ098404	1998.51.01.023263-2
JULIANA DE SOUZA REIS VIEIRA	RJ121235	2006.51.01.003390-7
JULIANA PIMENTEL DE ALMEIDA		2004.51.01.537413-3
JULIO CESAR DE FREITAS SILVA	SP144049	2005.50.01.002119-4
JULIO CESAR DE OLIVEIRA COUTO	RJ080438	2008.02.01.010722-3
JULIO CESAR ESPOSITO DE MEDEIROS	RJ113496	2006.02.01.007123-2
JULIO CESAR LEMOS DOS SANTOS	RJ101021	1999.51.02.208213-4
		2007.51.17.005624-0
		2007.51.17.005783-9
		2008.51.17.000261-2
JULIO CESAR RIBEIRO DE SA OLIVEIRA	RJ075923	2002.02.01.048353-0
JULIO CESAR SILVA ALVES		2001.51.02.005752-2
KENIA CRISTINA WANDERLEY DORVAL	RJ135899	2006.51.01.019519-1
LEANDRO ARAUJO	RJ070802	1999.02.01.048615-2
LEANDRO JOSE TEIXEIRA SIMAO	RJ068151	1997.51.01.053687-2
LEANDRO LARA LEAL	RJ127106	2008.02.01.011085-4
LENY MACHADO		1999.51.01.024120-0
LEONARDO DE MELLO CAFFARO	RJ094057	2000.02.01.068810-5
LEONARDO FIRME LEAO BORGES	ES008760	2001.02.01.035458-0
LEONARDO GONCALVES ALMEIDA	RJ108037	2005.51.01.008019-0
LEONARDO HAUCH DA SILVA	RJ125892	2005.51.01.512944-1
LEONARDO JUNHO GARCIA	ES010864	2002.50.01.006210-9
LEONARDO LAGE DA MOTTA	ES007722	2004.50.01.005917-0
LEONARDO LUIZ THOMAZ DA ROCHA	RJ113675	1997.51.01.078502-1
		2008.02.01.011072-6
LEONARDO MARTINS DOS SANTOS	RJ139771	2008.02.01.010936-0
LEONARDO MONTANHOLI DOS SANTOS	RJ114870	2008.02.01.011059-3
LEONARDO MOTTA DOS SANTOS	RJ099385	2006.51.01.504456-7
LIA CALDAS	RJ065156	2005.51.01.017443-2
LIA DOS SANTOS		99.02.16262-2
LILIAN BARROS DA SILVEIRA		2003.51.01.528890-0
		2006.51.01.504456-7
LINDBERGER AUGUSTO DA LUZ	RJ076602	2001.02.01.017097-2
LINDONICE DE BRITO PEREIRA GALVAO	RJ131507	2007.51.01.027468-0
LIONIO RAMOS DE CARVALHO JR		2008.02.01.011054-4
LUCIA RODRIGUES CAETANO	RJ072123	2001.02.01.037749-9
		2008.02.01.011080-5
LUCIANE MARA CORREA GOMES	RJ110530	2007.51.01.028492-1
LUCIANO DE SOUZA LEAO JR.	RJ027544	1995.51.01.013089-5
		1995.51.01.063258-0
LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO	ES005205	2000.50.01.000333-9
LUCIENE BARBOSA DA SILVA	RJ131862	2006.51.01.003381-6
LUCIENE DA SILVA MOURAO	RJ108078	1999.51.01.002751-2
LUIS CLAUDIO DE OLIVEIRA NOVAES	RJ085874	2004.51.01.008679-4
LUIS PAULO ESPANHOL	RJ089576	2008.51.01.005607-2
LUIZ ALBERTO RODRIGUES PINTO	RJ070333	2007.02.01.010253-1
LUIZ ANDRE NUNES DE OLIVEIRA	RJ046413	2004.51.01.018211-4
LUIZ ANTONIO AZAMOR RODRIGUES	RJ032254	2002.51.01.019899-0
		2008.02.01.011053-2
LUIZ ARMANDO DE LIMA RODRIGUES	RJ020187	2003.51.01.026480-1
LUIZ CARLOS BISSOLI	ES005830	2002.50.01.005247-5
LUIZ CARLOS FRUSCA DO MONTE	RJ044680	99.02.25266-4
LUIZ CLAUDIO NIZZO DE MOURA	RJ041247	1997.51.01.107980-8
LUIZ FERNANDO ABDALA DE AGUIAR	RJ025654	2000.02.01.018091-2
		2000.02.01.018302-0
LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO	RJ038749	2001.51.01.013497-0

LUIZ GERSON DA SILVA	RJ005479	2008.02.01.010987-6
LUIZ GONZAGA CHAIA RAMOS	RJ035768	1990.51.01.029656-8
LUIZ GUILHERME OUROFINO I RODRIGUES	RJ112249	2001.51.01.008320-2
LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA	RJ112310	2004.50.01.001353-3
		2007.51.02.001241-3
LUIZ HENRIQUE DINIZ ARAUJO	PE019413	2001.50.01.006500-3
		2003.50.01.001306-1
LUIZ INACIO BARBOSA CARVALHO	RJ044418	97.02.22074-2
LUIZ OTAVIO NEVES DE SOUZA	RJ049676	2008.02.01.011030-1
LUIZ RICARDO DE MAGALHAES MENDONCA	RJ020298	2004.51.01.006196-7
		2005.51.01.003601-1
		2005.51.01.023878-1
LUIZA HELENA GOMES LORETO	ES009599	2008.02.01.011045-3
LUIZA MARIA VASCONCELOS DUARTE PEREIR	RJ148783	2008.51.01.000808-9
LURDES EYER CAMPOS	RJ031016	2003.51.02.005839-0
LYS CHALFUN	RJ034336	99.02.29890-7
MAGDA HELENA MALACARNE	ES005073	1996.50.01.002080-0
		1998.50.01.002989-7
		1998.50.01.004988-4
		1999.50.01.008361-6
		1999.50.01.008452-9
MAGDA HRUZA DE SOUZA ALQUERES FERREIR	RJ044662	2003.51.01.004930-6
MAGDA MARIA BARRETO	ES005121	2000.50.01.002928-6
MAISA MERY BERALDINO	RJ097040	2004.51.01.012466-7
MANOEL MESSIAS PEIXINHO	RJ074759	2008.02.01.010790-9
		2008.02.01.011054-4
MARCELLO AUGUSTO LIMA DE OLIVEIRA	RJ099720	2007.51.01.002185-5
MARCELLO C. MONIZ DE ARAGAO DAQUER	RJ063779	1999.02.01.033223-9
MARCELLO ENES FIGUEIRA		1998.51.01.014351-9
MARCELO DAVIDOVICH	RJ053782	2006.51.01.511955-5
		2008.02.01.010804-5
MARCELO FRANCISCO FRAGOSO DE CASTRO		2006.51.01.018480-6
MARCELO GOMES DE SOUZA	MG045952	2001.02.01.035458-0
MARCELO GOUVEA MACIEL	RJ104093	2005.51.01.016438-4
MARCELO LEONARDO TAVARES	RJ091813	99.02.25266-4
MARCELO LIPCOVITCH QUADROS DA SILVA	RJ046807	2003.02.01.014195-6
MARCELO RODRIGUES LANZANA FERREIRA	RJ105246	2005.51.10.000570-2
		2008.02.01.001348-4
		2008.02.01.001392-7
MARCELO SAMPAIO VIANNA RANGEL	RJ090412	2003.02.01.014198-1
MARCELO UZEDA DE FARIA - DEFENSORIA P		2002.51.01.510046-2
MARCIA CRISTINA DOS SANTOS BRAZ	RJ080187	2003.51.52.013594-4
MARCIA REGINA SPINOLA TOURINHO	RJ053560	2007.51.01.025119-8
MARCILIO DA SILVA		2000.02.01.018302-0
MARCIO ANDRE MENDES COSTA	RJ074823	2001.51.10.004574-3
MARCIO DELAMBERT MIRANDA FERREIRA	RJ106809	2003.02.01.017338-6
MARCIO DIOGENES MELO	RJ000666B	97.02.22074-2
MARCIO GIORGI DA MATTA MELO	RJ092871	2008.02.01.011078-7
MARCIO S. POLLET	SP156299	2008.02.01.000755-1
MARCO ANTONIO ODOS SANTOS RODRIGUES		2003.51.01.002710-4
MARCO AURELIO MOREIRA DE VASCONCELLOS	RJ068522	2008.02.01.011042-8
MARCO RICA MARCOS JUNIOR	RJ100464	1998.51.01.010330-3
MARCONE XAVIER FURTADO	RJ091980	2001.51.02.005752-2
MARCOS ANDRE FERREIRA TAVARES	RJ081285	2004.51.16.000823-5
MARCOS CORREA DE LIMA	RJ113139	2008.02.01.010732-6
MARCOS DAVIDOVICH		2005.02.01.012223-5
MARCOS ZUMBA DE FRANCA	RJ098865	2004.51.01.018554-1
MARCUS DA ROCHA PIMENTEL	RJ076287	2004.51.06.000824-9
MARGARETH DE LENA COSTA	RJ106610	2008.02.01.010937-2
MARIA AMELIA CORDEIRO LIMA MAUAD	RJ044910	2005.51.01.524581-7
MARIA APARECIDA BARBOZA PREVOT		2005.02.01.006852-6
MARIA APARECIDA DO VALE		2008.02.01.010644-9
MARIA CAROLA GUDIN PRADO AMARAL	RJ048642	2001.51.01.008612-4
MARIA CLEUSA DE ANDRADE	MG087037	2008.02.01.010772-7
MARIA CRISTINA MANELLA CORDEIRO		2004.51.01.006161-0
MARIA DA SOLEDADE DIAS L. RENTROIA	RJ022178	1999.02.01.033223-9
MARIA DE LOURDES ALMEIDA DA FONSECA	RJ123675	2004.51.01.013580-0
MARIA ELISA MAIA MARINS	RJ139591	2007.51.04.000807-5
MARIA FRANCISCA M. DO NASCIMENTO	RJ092390	2006.02.01.006323-5
MARIA HELENA PULCHERIODE ANDRADE		2004.51.06.000824-9
MARIA JOSE SCHMALL WOLFF		2008.02.01.011044-1
MARIA THEREZA MENGE E SILVA	RJ024153	99.02.11546-2
		99.02.19336-6
MARIELIO DE CASTRO MOREIRA	RJ019253	2008.02.01.011035-0
MARIENE FERREIRA MENDES FERRARI	RJ036352	2000.51.01.010378-6
MARIO ALBERTO BRANDAO	RJ019399	1999.02.01.035644-0
MARIO DE AQUINO BORGES	RJ061280	1999.02.01.050715-5
MARISA CASSIA BATISTA DE SA	RJ001446B	2005.51.01.026355-6
MARISA MELLO DE OLIVEIRA ALMEIDA	RJ033602	2008.02.01.011036-2
MARIVALDO C DOS SANTOS	RJ127045	2007.51.01.020814-1
MARLENE LOPES BAILLY	RJ066808	2008.02.01.011085-4
MAURICIO ALVES COSTA	RJ066653	2005.51.01.019432-7
MAURICIO NOGUEIRA DA SILVA	RJ093163	2008.02.01.010775-2
MAURO GONCALVES VIEIRA	RJ029169	2006.51.01.537655-2
MAURO JORGE TAVARES DA S. TERRA	RJ039171	99.02.06378-0
MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS	RJ057739	1997.51.01.107980-8
MAXIMINO GONCALVES FONTES NETO	RJ017783	2008.02.01.001392-7
MERI MATTOS PACHECO	RJ057740	2002.02.01.020692-2
MICHEL EDUARDO CHAACHAA	RJ087275	2000.02.01.064190-3
MICHELE MENEZES DA CUNHA	RJ134786	2007.51.01.011188-1
MIGUEL CENTENO SAGNELLI	RJ078095	2000.51.01.019989-3
MIGUEL LOBATO	RJ028072	2004.51.01.020700-7
MILTON FERREIRA CAMPELLO	RJ030006	2000.02.01.050351-8
MIOMIR DAVIDOVIC LEAL	RJ097890	2004.51.01.004935-9
MIRIAM DOS SANTOS	RJ075435	2001.51.01.526960-9
MONICA EYER L. S. MATESCO	RJ051067	2004.51.01.020700-7
MONICA GOES DE ANDRADE	RJ064037	2001.51.01.014837-3
MONICA SALES CABRAL	RJ122359	2006.51.01.000910-3
MONIKA ANDREA FRISCH	RJ099992	2003.51.01.019628-5
NAIDE MARINHO DA COSTA	RJ074228	2008.02.01.011053-2
NAILTON O. CRESPO FILHO		2004.50.01.003510-3
NARA LEVY		2007.51.17.001886-0
NARCIZA MARIA SANTOS RAMOS	RJ079941	2008.51.01.804356-0
NATALIA AMITRANO VARGAS DE MENEZES		2001.51.01.013497-0
NELSON IVAN PIENTZENAVER PACHECO JUNI	RJ090729	2000.51.01.028743-5
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES	SP128341	2005.51.01.009518-0
		2007.51.01.005603-1
NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS	RJ066650	2007.51.01.014121-6
NEWTON DA ROCHA E SILVA FILHO	RJ093179	2006.51.02.003560-3
NEWTON PINHEIRO DA SILVA	RJ014985	2002.51.01.001531-6
NEY MAGNO VALADARES	RJ097060	2003.02.01.008805-0
NEY VIANNA FERNANDES MACHADO	RJ-11957	1976.51.01.245642-6
NINA MARIA GOMES DE ANDRADE DOS SANTO	RJ102806	2008.02.01.011080-5
NORBERTO JUDSON DE SOUZA BASTOS	RJ044205	2005.51.01.507869-0
OCTAVIO CAIO COUTO E SILVA	RJ116261	2007.51.01.009610-7
		2007.51.01.025119-8
OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E	RJ116261	2000.51.01.030593-0
		2004.51.01.009733-0
ODENIR BERNARDI	RJ040037	2005.51.01.003601-1
OSWALDO DE ALARCAO BARBOZA	RJ053070	2000.02.01.018091-2
OSWALDO MONTEIRO RAMOS	RJ014878	1998.51.01.014351-9
OTAVIO A. VILARINHO CARDOSO FILHO	RJ119970	2003.51.01.001169-8
OTAVIO AUGUSTO LIMA DE PILLA		2004.51.01.009517-5
OTTO CARVALHO PESSOA DE MENDONCA	MG093835	2007.51.01.019549-3
PATRICE DESIREE NEVES DE MELLO	RJ112201	2008.02.01.011008-8
PATRICIA CANDIDA LEAL SCHMIDT	RJ088073	2004.51.01.537413-3
PATRICIA DUARTE DAMATO	RJ108990	2008.02.01.010902-5
PATRICIA MUNHOZ BARBOZA DE SA	RJ103280	2001.51.01.526960-9
PATRICK BIANCHINI COTTAR	RJ114733	2007.51.01.008527-4
PATRÍCIA NEWTON LOPES TOLEDO	RJ132746	2005.51.01.004611-9
PAULA KIM RAFFAELE CORREA VIDAL	RJ085600	1999.02.01.050592-4
PAULA SALDANHA JAOLINO	RJ095457	2002.51.01.010416-7
PAULA SOUZA DE MENEZES	RJ109716	2005.02.01.013545-0
PAULO CESAR DE ARAUJO SOUZA	RJ067227	97.02.22074-2
PAULO CESAR NAVARRO	RJ110861	2006.51.01.500453-3
PAULO CESAR PEREIRA DE SOUZA	RJ035910	2005.51.01.022795-3
PAULO EDUARDO AFFONSO FERREIRA	RJ082334	2007.51.01.000855-3
PAULO ERNANE DE AGUIAR FERREIRA	RJ048623	2000.02.01.018091-2
		2000.02.01.018302-0
PAULO FERREIRA DE ARAUJO	RJ029316	99.02.06378-0
PAULO JOSÉ CANDIDO DE SOUZA		2004.51.01.009097-9
PAULO JOVENCIO LESSA	RJ031585	2000.02.01.018091-2
PAULO MAGALHAES	RJ014926	2000.02.01.052227-6
PAULO RODRIGUES DA SILVA	RJ075159	2006.51.01.518385-3
PAULO SERGIO CALDEIRA FUTSCHER	RJ025761	2003.02.01.008253-8
PAULO SERGIO PINTO SILVA	RJ019474	96.02.15971-5
PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO	RJ132642	2005.51.01.016233-8
		2006.51.01.012926-1
PEDRO AMERICO RIOS GONCALVES	RJ095806	1997.51.01.105211-6
PEDRO VELLOSO WANDERLEY	RJ007108	2001.51.01.014837-3
PRISCILA DE OLIVEIRA TEIXEIRA	RJ147252	2008.02.01.011061-1
RAFAEL MAIA GUANAES		2007.02.01.007487-0
RAIMUNDO PINHEIRO SOUZA	RJ019807	2006.51.01.524636-0
RAQUEL MOTTA DE MACEDO	RJ093122	2007.02.01.013006-0
RAUL LORETTI WERNECK NETO	RJ096576	2006.02.01.004799-0
RAYMUNDO NONATO SANTOS FERREIRA	RJ009697	2008.02.01.011044-1
REGINA COELI FERREIRA NEVES	RJ117133	2005.51.01.020238-5
RENATO JOSE LAGUN	RJ022001	2000.51.01.010378-6
		2002.51.01.019899-0
RENATO MIGUEL	ES006494	1999.50.01.002781-9
		2005.50.01.005019-4
RICARDO A. LABANCA BASTOS	RJ077661	2008.02.01.011040-4
RICARDO ARMANDO CUNHA DE A. MARIZ	RJ031152	2003.51.01.029425-8
RICARDO BELLIDO	RJ123993	2004.51.01.004457-0
RICARDO CORREA DALLA	ES004055	2004.50.01.003630-2
RICARDO JOSE GOUVEIA BARBOSA	RJ075439	2003.51.01.003717-1
RICARDO LUIZ SICHEL	RJ048665	1999.51.01.554095-3
RICARDO LUIZ SICHEL		1997.51.01.107980-8
RICARDO TADEU RIZZO BICALHO	ES003901	2005.50.01.005019-4
RICARDO VIANA RAMOS FERNANDEZ	RJ028681	2003.51.01.022724-5
		2004.51.01.012466-7

RITA DE CASSIA SANTOS DE SANT'ANNA	RJ093230	2005.51.01.004924-8
ROBERT LARA MENDES	RJ109998	2003.51.01.026480-1
ROBERTA MURATORI ATHAYDE	MG083991	2005.51.01.020238-5
ROBERTA MURATORY ATHAYDE	RJ083991	2007.51.01.013197-1
ROBERTA ROSA RIBEIRO	RJ125666	2005.51.13.000215-6
ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES	RJ056175	2008.02.01.010824-0
ROBERTO DA SILVEIRA TORRES JUNIOR	RJ091617	1999.51.01.024120-0
ROBERTO DE PAULA SEABRA	RJ084411	2008.02.01.011048-9
ROBERTO NUNES		2000.02.01.050351-8
RODRIGO FRANCA CALDAS		1998.51.01.010330-3
RODRIGO PINTO DA ROCHA OSORIO GONDINH	RJ134979	2008.51.01.490011-4
ROGEL CARMAN GOMES BARBOSA	RJ124883	2006.51.01.021975-4
ROGERIO ALAYLTON D'ANGELO	RJ058050	99.02.08894-5
ROMEU FERNANDO CARVALHO DE SOUZA	RJ065722	2001.02.01.045282-5
		2004.51.01.009733-0
RONALDO GOTLIB COSTA	RJ091379	1999.51.01.018968-8
		2001.02.01.037749-9
RONALDO OLIVEIRA DO ESPIRITO SANTO	RJ087942	2000.02.01.018302-0
ROSA VIRGINIA C. DE CARVALHO	RJ059088	1999.02.01.050592-4
ROSANA ALVES RAMOS	RJ063413	2007.51.01.027572-5
ROSANGELA DA ROCHA MACHADO JUNQUEIRA	RJ041569	1998.51.01.010987-1
ROSANGELA FAÇANHA BRAGA	CE012322	2000.02.01.052690-7
ROSANGELA MARINS LOPES COUTO	RJ082642	2000.51.01.030593-0
ROSANGELA SANTOS DE OLIVEIRA	RJ054291	2003.51.01.002710-4
ROSIMERI AMORIM ALVARENGA	RJ116524	2007.51.01.013197-1
ROWENA FERREIRA TOVAR	ES003366	1999.50.01.002781-9
RUY LUDOLF RIBEIRO	RJ013575	2004.51.01.000433-9
SALVATORE DE ASSIS GRANDE	RJ089304	2002.02.01.014748-6
SAMIR FURTADO NEMES	ES011371	2008.02.01.010975-0
SANDRA HELENA DE SOUZA	ES004948	2000.50.01.000346-7
SANDRO EGIDIO MACIEL DE ANDRADE	RJ123537	2008.02.01.011077-5
SANTIAGO DIAS PEREIRA	RJ146198	2007.51.01.031773-2
SARA DE OLIVEIRA FERREIRA	RJ079722	2008.51.01.802102-2
SEBASTIAO CAFFARO	RJ047650	2008.02.01.011051-9
SEBASTIAO DIAMANTINO	RJ035239	1999.02.01.050592-4
SEBASTIAO HERMES PEREIRA	RJ003563	2002.02.01.029684-4
SEBASTIAO ZIMERMAN	RJ098858	2008.02.01.011068-4
SEM ADVOGADO		1972.50.01.005634-6
		1976.51.01.245642-6
		1983.50.01.007437-1
		1984.51.01.625074-8
		1995.50.01.002569-6
		1996.50.01.002080-0
		1997.50.01.004412-2
		1998.50.01.002989-7
		1998.50.01.004988-4
		1998.51.01.014351-9
		1998.51.01.039086-9
		1999.02.01.062430-5
		1999.50.01.006999-1
		1999.50.01.008361-6
		1999.50.01.008452-9
		2000.02.01.018091-2
		2000.50.01.009899-5
		2001.02.01.005083-8
		2002.02.01.029684-4
		2003.51.01.001169-8
		2005.51.01.008019-0
		2005.51.01.013347-8
		2006.02.01.009043-3
		2006.51.01.000910-3
		2006.51.01.022469-5
		2007.02.01.007487-0
		2007.51.01.003482-5
		2007.51.01.011400-6
		2007.51.01.017467-2
		2007.51.17.005624-0
		2008.02.01.010913-0
		2008.02.01.011008-8
		2008.02.01.011028-3
		2008.02.01.011033-7
		2008.02.01.011041-6
		2008.02.01.011049-0
		2008.02.01.011056-8
		2008.02.01.011058-1
		2008.02.01.011062-3
		2008.02.01.011068-4
		2008.02.01.011079-9
		2008.02.01.011081-7
		2008.02.01.011082-9
		2008.02.01.011083-0
		2008.51.01.804356-0
		2008.51.17.000261-2

SEM PROCURADOR		2000.02.01.064190-3
		2007.51.01.003482-5
		2008.02.01.010987-6
		2008.02.01.011032-5
		2008.02.01.011037-4
		2008.02.01.011039-8
		2008.02.01.011042-8
		2008.02.01.011043-0
		2008.02.01.011047-7
		2008.02.01.011048-9
		2008.02.01.011071-4
		2008.02.01.011074-0
		2008.51.01.804356-0
SERGIO ANTONIO DE CARVALHO	RJ122312	2004.51.06.001221-6
SERGIO FERRAZ	RJ010217	1997.51.01.107980-8
SERGIO MACIEL FREITAS	RJ093611	2006.51.01.023778-1
SERGIO MANDELBLATT	RJ078509	1995.51.01.019857-0
		1997.51.01.015843-9
		1999.51.01.056391-4
SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA	RJ093742	2001.51.01.018317-8
SERGIO ROBERTO HALL BRUM DE BARROS		2005.51.02.006699-1
SERGIO SAHIONE FADEL	RJ014115	2002.51.01.010416-7
SHEILA DARDADEI CASTANHEIRA		2006.51.01.524636-0
SHEILA DARDARI CASTANHEIRA		2004.51.01.534720-8
		2005.51.01.516828-8
		2006.51.01.500453-3
		2006.51.01.500747-9
		2006.51.01.518385-3
		2007.51.01.800639-9
		2008.02.01.007942-2
SIDNEI BATISTA	RJ096618	2007.51.01.813473-0
SIDNEI DA SILVA SEIBEL	RJ047717	2007.51.01.027179-3
SIDNEY FERREIRA SCHREIBER	ES00255B	2007.02.01.011757-1
SIMONE FIORENZA DOS SANTOS	RS126712	2008.02.01.011088-0
SIMONE LENGRUBER DARROZ ROSSONI	ES004078	2006.50.02.000507-4
SIMONE SIQUEIRA MIGUEL FREITAS	ES007572	1999.50.01.002781-9
SINVAL PEREIRA DE SOUZA	RJ041184	2007.02.01.003484-7
SONIA LUCIA DOS SANTOS LOPES	RJ045543	99.02.19336-6
SONIA R SIQUEIRA		2005.51.01.512618-0
SONIA R. SIQUEIRA		1998.51.01.026768-3
		2004.51.01.520968-7
TAIS BORJA GASPARIAN	SP074182	2008.02.01.011063-5
TANCREDO ROCHA JUNIOR	MG045581	2001.50.01.006500-3
		2003.50.01.001306-1
TARCISIO MARTYR CORREA	RJ005335	2002.51.05.000143-2
TATIANA BATISTA DE SOUZA D'ASSUMPCAO	RJ103912	2006.51.01.018480-6
TATIANA TROMMER BARBOSA	RJ060065	2005.51.01.516828-8
TAYLISE CATARINA ROGERIO	RJ132028	2007.51.01.011188-1
THEREZINHA TONIDANDEL PAULINO	MG043266	2005.50.01.004754-7
THIAGO SERPA ERTHAL		2003.51.52.013594-4
TUTECIO GOMES DE MELLO	RJ075478	2000.51.01.009332-0
		2008.02.01.010849-5
UIRA DE SOUZA MARTINS	RJ114721	2000.51.02.006051-6
VALTER PEREIRA DA SILVA	RJ057226	2003.51.01.029425-8
VANIA DE ALENCAR BARRETO	RJ046145	2006.51.01.020457-0
VANIA TAVARES DE SOUZA	RJDF7032	2005.50.01.009863-4
VANY ROSSELINA GIORDANO	RJ055299	2000.51.06.000201-1
		2001.02.01.042066-6
VERA LUCIA TEIXEIRA	RJ019218	2002.02.01.014748-6
VERONICA TORRI	RJ107834	2008.02.01.010804-5
VICTOR GEAMMAL	RJ014172	2007.51.01.025885-5
VINICIUS PEREIRA MARQUES	RJ118627	2008.02.01.010722-3
VIVIANE DIAS SIQUEIRA	RJ124482	2006.02.01.006323-5
VIVIANE LILED M ONTEIRO CALIL SALIM		2003.50.01.007269-7
WALDIR ASSIS DOS SANTOS	RJ070781	2007.51.01.022333-6
WALDIR MIRANDA RAMOS FILHO	ES006186	1983.50.01.007437-1
		2000.50.01.000333-9
		2003.50.01.008842-5
WALTER ABU ALLA JUNIOR	RJ121639	2004.51.01.009517-5
WALTER CARLOS CONCEICAO	RJ102064	2001.02.01.028962-8
WALTER GONCALVES DE FREITAS	RJ026058	2008.02.01.010775-2
WELLINGTON MOUSINHO LINS DOS SANTOS	RJ060578	2008.02.01.011010-6
WILMA HELENA PIMENTA DA COSTA	RJ040732	2007.51.07.000029-7
WILSON SILVEIRA DOS SANTOS	RJ098383	2007.51.01.031630-2
WOLNEI MESQUITELA MAIA	RJ110278	2006.51.01.500213-5
ZULEIKA ROCHA REZENDE	RJ040024	2007.51.01.026629-3

SUBSECRETARIA DAS SEÇÕES

TERCEIRA SEÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO

DESPACHOS/DECISÕES

EXPEDIENTE N1 DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

II - AÇÃO RESCISÓRIA 2003.02.01.000627-5

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA
AUTOR	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
REU	:ON-LINE - PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA
ADVOGADO	:JOAO LUIZ PINTO DA NOBREGA
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9400489277)
RESP	:ON-LINE - PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA

DESPACHO

Aguarde-se por 30 dias a manifestação da parte interessada. Decorrido o prazo, arquivem-se.
Rio de Janeiro, 10 de julho de 2008.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado - Relator

II - EMBARGOS INFRINGENTES 2001.02.01.028675-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FREDERICO GUEIROS
EMBARGANTE	:ADELIA DIAS DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	:RICARDO XAVIER DE ARAUJO FEIO E OUTROS
EMBARGADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051010015186)

Decisão

Trata-se de Embargos Infringentes opostos em face do acórdão de fls. 639, que, por maioria, deu provimento à apelação da UNIÃO FEDERAL e à remessa necessária, nos autos do mandado de segurança, que concedeu a segurança pleiteada para que a autoridade impetrada procedesse à imediata liberação do pagamento de valores atrasados, devidos aos impetrantes, conforme determinação do Tribunal de Contas da União, na decisão plenária 481/97, e do disposto no art. 2º, da Lei nº 8.914/94, não aplicando o Parecer nº 178/98, da Advocacia Geral da União.

Já se encontra pacificado nos Tribunais Superiores o entendimento de que é incabível a interposição de embargos infringentes em face de acórdão não unânime proferido em julgamento de apelação em mandado de segurança, conforme os seguintes arestos:

"MANDADO DE SEGURANÇA - EMBARGOS INFRINGENTES - INADMISSIBILIDADE - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COMPROVADA - SÚMULA 597/STF - APLICAÇÃO DO VERBETE 169/STJ - RESTABELECIMENTO DA DECISÃO PROFERIDA NO TRIBUNAL "A QUO".
- No processo de mandado de segurança são inadmissíveis embargos infringentes.
- Restabelecimento da decisão proferida quando do julgamento da apelação interposta.
- Recurso conhecido e provido."
(STJ, REsp 469644/ MG - Rel. Min. Francisco Peçanha Martins - 2ª Turma, DJ de 14-11-2005, p. 239)

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. APELAÇÃO NÃO UNÂNIME. MANDADO DE SEGURANÇA. EMBARGOS INFRINGENTES. NÃO CABIMENTO.
1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de ser incabível a interposição de embargos infringentes contra decisão não unânime proferida em sede de apelação em mandado de segurança.
2. Agravo improvido."
(STJ, AGA 406743/SP - Rel. Min. Paulo Gallotti - 6ª Turma, DJ de 02-09-2002, p. 263)

No mesmo sentido, o parágrafo único do art. 248, do Regimento Interno desta Colenda Corte:

"*Não cabem embargos infringentes nas decisões proferidas em apelação e remessa oficial em mandado de segurança."*

Tal entendimento consta inclusive da Súmula 169 do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

"São inadmissíveis embargos infringentes no processo de mandado de segurança."

E da Súmula 597 do Supremo Tribunal Federal:

"Não cabem embargos infringentes de acórdão que, em mandado de segurança, decidiu, por maioria de votos, a apelação."

Diante do exposto, nego seguimento aos Embargos Infringentes com fulcro no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos à Vara de Origem, com baixa na distribuição.
Publique-se.
Intime-se.

Rio de Janeiro 07 de julho de 2008.

FREDERICO GUEIROS
Relator

XXXVII - EMBARGOS INFRINGENTES (AC) 382601 2003.51.01.009369-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
EMBARGANTE	:CARLOS ALBERTO DOS SANTOS REP/ P/ INELSIDES MARIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	:ALEXANDRE SFRAPPINI E OUTROS
EMBARGADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010093691)

D E C I S Ã O

Proposta ação por CARLOS ALBERTO DOS SANTOS, representado por sua esposa e curadora INELSIDES MARIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, objetivando sua inclusão como pensionista do seu falecido pai, ex-combatente, foi o feito julgado improcedente. (fls. 98/103).

Interposta apelação a E. 5ª Turma Especializada deste Tribunal, por maioria, negou provimento à apelação mantendo integralmente a sentença (fls. 148).

Opôs, então, a parte autora, embargos infringentes, que foram admitidos, às fls. 166.

Entretanto, cabe observar que não há como se admitir os presentes embargos, em face do artigo 530 do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 10.352, de 26/12/01, que assim dispõe:

"Art. 530. Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência."

In casu a sentença foi confirmada por este Tribunal. Logo, não havendo divergência entre a Turma Julgadora e a sentença, encontra-se ausente um dos requisitos legais à admissibilidade do recurso.

Diante do exposto, nos termos do art. 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso, em face de sua manifesta inadmissibilidade.

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2008.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

II - AÇÃO RESCISÓRIA 3096 2007.02.01.016745-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AUTOR	:CARLOS ANTONIO MARQUES RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO	:MARCELO ROQUE ANDERSON MACIEL AVILA
REU	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010089047)

D E S P A C H O

Intimem-se as partes para alegações finais, nos termos do artigo 493 do Código de Processo Civil.

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2008.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

II - AÇÃO RESCISÓRIA 2008.02.01.002558-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FREDERICO GUEIROS
AUTOR	:UMBERTO VASCONCELOS DE ANDRADE
ADVOGADO	:ALAMIR RAGGIO VERGACA E OUTRO
REU	:UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
PROCURADOR	:SEM PROCURADOR
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9800292659)

Despacho

Digam as partes se pretendem produzir provas.
Caso não haja requerimento neste sentido, intimem-se autor e réu, sucessivamente, para apresentarem razões finais, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 195 do Regimento Interno deste Tribunal c/c art. 493 do Código de Processo Civil.
Após, ao Ministério Público Federal.
Rio de Janeiro, 16 de junho de 2008.

FREDERICO GUEIROS
Relator

* republicado para a parte autora dar cumprimento ao 2º §.

II - AÇÃO RESCISÓRIA 2006.02.01.013011-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AUTOR	:UNIAO FEDERAL
REU	:PRYSCILLA DE SOUZA BITTENCOURT
ADVOGADO	:LEONARDO LUZ FRAUCHES DE ANDRADE
ORIGEM	:3ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO

Digam as partes, em 5 (cinco) dias, se têm provas a produzir.
Intimem-se.
Rio de Janeiro, 01/07/2008.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

II - AÇÃO RESCISÓRIA 2000.02.01.050351-8

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
AUTOR	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:ROBERTO NUNES
REU	:MARIA ELLY SALDANHA
ADVOGADO	:MILTON FERREIRA CAMPELLO (RJ030006) E OUTROS
ORIGEM	:SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (0009862200)

DESPACHO

Tendo em vista que o INSS informou (fl. 259) que já adotou as providências cabíveis junto ao Setor Financeiro, e que o depósito judiciário se encontra na agência 1567-9 do Banco do Brasil Poder Judiciário (fl. 249), cumpra-se a última parte do despacho de fl. 256.
P.I.
Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado - Relator

QUARTA SEÇÃO ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos ORDINARIA do dia 28 de JULHO de 2008, SEGUNDA-FEIRA, às 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

00001	2001.02.01.020557-3 AR RJ 1622
RELATOR	: DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
AUTOR	: COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - CVM
PROC	: JOSE DE ARAUJO BARBOSA JUNIOR E OUTRO
REU	: CARLOS JOSE DE BARROS
ADV	: SERGIO FERRAZ E OUTROS
00002	2001.02.01.020558-5 MC RJ 549
RELATOR	: DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
REQTE	: COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - CVM
PROC	: JOSE DE ARAUJO BARBOSA JUNIOR E OUTRO
REQDO	: CARLOS JOSE DE BARROS
ADV	: SERGIO FERRAZ E OUTROS
00003	2007.02.01.005997-2 AR ES 2955
RELATOR	: DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
AUTOR	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROC	: OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO
REU	: NELTON MARTINS YIN
ADV	: LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO
00004	2007.02.01.007857-7 AR RJ 2979
RELATOR	: DES.FED. RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: CELIA CACHOEIRA CHAPOT E OUTRO
ADV	: SEM ADVOGADO
00005	2000.02.01.000561-0 EINF RJ 222819
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
EMBGTE	: UNIAO FEDERAL
EMBGDO	: DIRCE VILLAS BOAS GROTKOWSKY
ADV	: PEDRO LAUDO DE CAMARGO
00006	2002.51.02.002494-6 EINF RJ 361985
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
EMBGTE	: ERROL DOS SANTOS BUSSADE E OUTROS

ADV : DAYSE MARTINS COUTO
EMBGDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : TERESA MARIA M PIMENTA E OUTROS

00007 2006.02.01.003958-0 AR RJ 2772
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : JULIO CESAR DE ANDRADE CATARINO E OUTRO
ADV : SEM ADVOGADO
REU : SARITA DE OLIVEIRA FERREIRA LOPES E OUTROS
ADV : MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS E OUTROS

00008 2000.02.01.008378-5 EINF RJ 226317
RELATOR : DES.FED. POUL ERIK DYRLUND
EMBGTE : MARCELO AUGUSTO BARRETO DE RESENDE
ADV : LILIAN R. WEEKS E OUTROS
EMBGTE : LAERCIO PAULO DA SILVA FALCAO
ADV : NEY MOREIRA DA FONSECA E OUTROS
EMBGTE : RICARDO HELENO FORTES ANTÃO
ADV : NILO CESAR MARTINS POMPILIO DA HORA
EMBGDO : UNIAO FEDERAL

00009 2006.02.01.011288-0 AR RJ 2862
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/NO AFAST. RELATOR
AUTOR : VALMIR BELMONTE E OUTROS
ADV : RUBENS CEZAR DE MOURA LIMA
REU : UNIAO FEDERAL

00010 2007.02.01.004612-6 AR RJ 2930
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/NO AFAST. RELATOR
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : MARIA DE FATIMA DO NASCIMENTO SILVA E OUTROS
ADV : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS

00011 2007.02.01.013045-9 AR RJ 3056
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/NO AFAST. RELATOR
AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FRANCISCO JOSE NOVAIS JUNIOR E OUTROS
REU : NELSON PEREIRA PIXININE
ADV : PAULO CESAR MAHOMED ALLI JUNIOR E OUTROS

00012 2000.51.01.014682-7 EINF RJ 363888
RELATOR : JC MARCELO PEREIRA/NO AFAST. RELATOR
EMBGTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : MARIA DE LOURDES ALMEIDA DA FONSECA E OUTROS
EMBGDO : RICARDO VIEIRA LIMA MAGALHAES GONDIM
ADV : NADIA LUCIA DOS SANTOS ROQUE E OUTRO

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2008.

Desembargador Federal SERGIO SCHWAITZER
Presidente

SUBSECRETARIA DA 1ª TURMA ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos ORDINARIA do dia 23 de JULHO de 2008, QUARTA-FEIRA, às 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

00001 2002.50.01.003108-3 ACR ES 5108
RELATORA : DES.FED. MARIA HELENA CISNE
REVISOR : DES.FED. ABEL GOMES
APTE : ANTONIO SERGIO VALLE DOS SANTOS
ADV : ANTONIO SERGIO VALLE DOS SANTOS
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

INCID. : 2008038987 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : ANTONIO SERGIO VALLE DOS SANTOS
ADV : ANTONIO SERGIO VALLE DOS SANTOS
EMBDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

00002 2002.50.01.003108-3 ACR ES 5108
RELATORA : DES.FED. MARIA HELENA CISNE
REVISOR : DES.FED. ABEL GOMES
APTE : ANTONIO SERGIO VALLE DOS SANTOS
ADV : ANTONIO SERGIO VALLE DOS SANTOS
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

INCID. : 2008038988 - AGRAVO INTERNO
AGRTE : ANTONIO SERGIO VALLE DOS SANTOS
ADV : ANTONIO SERGIO VALLE DOS SANTOS
AGRVDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

00003 2008.02.01.001089-6 HC RJ 5623
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
IMPTE : UBIRATAN T. GUEDES
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : ANIZ ABRAHAO DAVID
ADV : UBIRATAN T GUEDES

00004 2008.02.01.004680-5 HC RJ 5715
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
IMPTE : ANDRE EMILIO RIBEIRO VON MELENTO-VYTCH E OUTROS
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : MARCIO DE ANDRADE VASCONCELLOS
ADV : ANDRE EMILIO RIBEIRO VON MELENTO-VYTCH E OUTROS

00005 2008.02.01.002411-1 HC RJ 5644
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
IMPTE : MARCIO ENGELBERG MORAES
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : CARLOS ALBERTO ARAUJO LIMA
ADV : MARCIO ENGELBERG MORAES

00006 2007.02.01.015143-8 MS RJ 9475
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
IMPTE : FRANCISCO MARTINS DA SILVA
ADV : SERGIO DE ARAUJO OLIVEIRA E OUTROS
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
LITIS : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

00007 2007.02.01.016145-6 HC RJ 5516
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
IMPTE : DAVID ZANGIROLAMI E OUTROS
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : PAULO ROBERTO FERREIRA LINO
ADV : DAVID ZANGIROLAMI

00008 2007.02.01.016503-6 HC RJ 5544
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
IMPTE : MARIO CESAR MACHADO MONTEIRO E OUTROS
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : LAURENTINO FREIRE DOS SANTOS
ADV : MARIO CESAR MACHADO MONTEIRO E OUTROS

00009 2007.02.01.013241-9 HC RJ 5421
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
IMPTE : MANUEL DE JESUS SOARES
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : MADALENA PELUSO MOURA SUAID
ADV : MANUEL DE JESUS SOARES

00010 2007.02.01.016173-0 HC RJ 5524
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
IMPTE : NELIO ROBERTO SEIDL MACHADO E OUTRO
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : AILTON GUIMARAES JORGE
PACTE : JULIO CESAR GUIMARAES SOBREIRA
ADV : NELIO NOBERTO SEIDL MACHADO

00011 2007.02.01.012629-8 HC RJ 5402
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
IMPTE : ANTONIO FERNANDES MOREIRA JUNIOR E OUTRO
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : RONALDO GONCALVES MONTALVAO
ADV : ANTONIO FERNANDES MOREIRA JUNIOR E OUTRO

00012 2007.02.01.015347-2 HC RJ 5490
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
IMPTE : ANTONIO CARLOS BARANDIER E OUTROS
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : MARCELLO JANSEN DE MELLO
ADV : ANTONIO CARLOS DA GAMA BARANDIER E OUTROS

00013 2007.02.01.011030-8 HC RJ 5342
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
IMPTE : CARLO HUBERTH C.C E LUCHIONE E OUTRO
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : JORGE DA SILVA CALDAS - REU PRESO
ADV : CARLO HUBERTH CASTRO CUEVA E LUCHIONE E OUTRO

00014 2007.02.01.014574-8 HC RJ 5464
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
IMPTE : FERNANDO FRAGOSO E OUTRO
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : EDUARDO MACHADO FONTE
ADV : FERNANDO FRAGOSO E OUTRO

00015 2007.02.01.012546-4 HC RJ 5400
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
IMPTE : ARIOSTO DE REZENDE ROCHA FILHO
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : LUCIANO ANDRADE DO NASCIMENTO
ADV : ARIOSTO DE REZENDE ROCHA FILHO

00016 2007.02.01.011961-0 HC RJ 5381
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
IMPTE : ANTONIO FERNANDES MOREIRA JUNIOR E OUTRO
IMPDO : JUIZO DA 6A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE : JULIO RODRIGUES BILHARINHO
ADV : ANTONIO FERNANDES MOREIRA JUNIOR E OUTRO

00017 2002.51.01.526248-6 ACR RJ 4922
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
REVISORA : DES.FED. MARIA HELENA CISNE
APTE : HELOISA HELENA ALVES TERENCIO
ADV : LUCIANA BARROS DA CUNHA MACHADO
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

00018 2003.51.03.000694-5 ACR RJ 4586
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
REVISORA : JC MÁRCIA HELENA NUNES/NO AFAST. RELATOR
APTE : AILTON DA CONCEICAO - REU PRESO
ADV : EDUARDO GUILHERME GRANATO BOTELHO
APTE : MARCELO MARCOS PINHEIRO - REU PRESO
ADV : LUIZ RAFAEL GRAIN
APTE : IRIS PEREIRA GUIMARAES - REU PRESO
ADV : JOILSO NUNES
APTE : FABRICIO ROSA DA SILVA - REU PRESO
ADV : MARCELO DE SOUZA BARRETO
APTE : AGNALDO GOMES DE OLIVEIRA - REU PRESO
ADV : KARINA REIS DOS SANTOS NUNES
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

00019 2007.51.01.802962-4 ACR RJ 5955
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
REVISORA : JC MÁRCIA HELENA NUNES/NO AFAST. RELATOR
APTE : DANIEL YOUSSEF ZAOUER - REU PRESO
ADV : DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

00020 2004.51.01.523795-6 ACR RJ 4895
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
REVISORA : JC MÁRCIA HELENA NUNES/NO AFAST. RELATOR
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : LUIZ ROCHA CORREIA
ADV : EURIVALDO NEVES BEZERRA

00021 2003.51.01.519379-1 ACR RJ 5275
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
REVISORA : JC MÁRCIA HELENA NUNES/NO AFAST. RELATOR
APTE : HIVIE CARREIRO DA SILVA
ADV : JESSE DE SOUZA MARQUES
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

00022 2003.51.03.002966-0 ACR RJ 5803
RELATOR : DES.FED. ABEL GOMES
REVISORA : JC MÁRCIA HELENA NUNES/NO AFAST. RELATOR
APTE : SEBASTIÃO CARLOS DA SILVA AUGUSTO
ADV : NILSON MACEDO DA SILVA
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

00023 2005.51.10.007637-0 RSE RJ 1725
RELATORA : JC MÁRCIA HELENA NUNES/NO AFAST. RELATOR
RECTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RECDO : ZENILDO COELHO BARROSO E OUTROS
RECDO : GUARINO GENTIL
ADV : WANDERLEY OLIVEIRA DA SILVA

00024 1997.50.01.006406-6 ACR ES 5835
RELATORA : JC MÁRCIA HELENA NUNES/NO AFAST. RELATOR
REVISORA : DES.FED. MARIA HELENA CISNE
APTE : CLEBER NUNES DE AZEVEDO
ADV : DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

INCID. : 2008031635 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : CLEBER NUNES DE AZEVEDO
ADV : MICHELLE VALÉRIA MACEDO SILVA
EMBDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2008.

Desembargadora Federal MARIA HELENA CISNE
Presidente

SUBSECRETARIA DA 2ª TURMA ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

EXPEDIENTE Nº 319 DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2006.51.01.530670-7

RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL LILIANE RORIZ
APELANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : LILIAN BARROS DA SILVEIRA
APELADO : JORGE WILSON DOS REIS
ADVOGADO : LEONARDO HAUCH DA SILVA
REMETENTE : JUIZO FEDERAL DA 35A VARA-RJ
ORIGEM : TRIGÉSIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651015306707)

Despacho
Fls.293 e 308: por economia processual, intime-se o patrono do apelante Dr. Leonardo Hauch da Silva para oferecer contra-razões.
Atendido, abra-se vista ao Ministério Público Federal.
Rio de Janeiro, 11 de julho de 2008.
LILIANE RORIZ
Relatora

EXPEDIENTE Nº 320 DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

X - HABEAS CORPUS 2008.02.01.006611-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO
IMPETRANTE : ROBERTO PAULO OLIVEIRA AZEVEDO
IMPETRADO : JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE SAO GONCALO - RJ
PACIENTE : JOSE EDUARDO SCISINIO VIEIRA
ADVOGADO : ROBERTO PAULO O. AZEVEDO
ORIGEM : 1 VARA JUSTIÇA FEDERAL SAO GONCALO/RJ (200751170058819)

DESPACHO

De acordo com o § 3º do art. 2º da Resolução nº 558/2007, do Conselho da Justiça Federal, que dispõe sobre o pagamento de honorários de advogados dativos, em caso de assistência judiciária gratuita, "ainda que haja processos incidentes, a remuneração deverá ser única e será determinada pela natureza da ação principal (...)".

Assim sendo, o pleito formulado às fls. 135 deverá ser direcionado ao MM. Juízo de 1º grau.

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2008.

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator
2ª Turma Especializada

X - HABEAS CORPUS 2008.02.01.010550-0

RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL LILIANE RORIZ
IMPETRANTE : FRANCISCO J. N. DA ROCHA
IMPETRADO : JUIZO DA 4A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ANTONIO CARLOS MACEDO - REU PRESO
ADVOGADO : FRANCISCO JOAQUIM NUNES DA ROCHA
ORIGEM : QUARTA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200751018126230)

Decisão

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por FRANCISCO J. N. DA ROCHA em favor de ANTONIO CARLOS MACEDO, pretendendo, liminarmente, a expedição de alvará de soltura, e, no mérito a revogação da prisão preventiva decretada pelo Juízo da 4ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, nos autos da ação penal nº 2007.51.01.812623-0.
Alega, o impetrante, que o paciente seria vítima de constrangimento ilegal, uma vez que os fundamentos utilizados por ocasião da decretação da medida cautelar estariam superados.
Sustenta a ilegalidade da prisão por excesso de prazo, eis que a fase de diligências já teria sido ultrapassada há cinco meses e que, mesmo que o paciente fosse condenado a uma pena máxima, já teria tempo suficiente para requerer progressão de regime, para cumprimento de pena em regime aberto.
Entende que o paciente sofre antecipação da pena e invoca a decisão da 2ª Turma Especializada, proferida nos autos do *Habeas Corpus* nº 2008.02.01.005110-2, que concedeu a ordem para revogar a prisão preventiva dos co-réus Hélio Machado da Conceição, Jorge Luiz Fernandes e Fábio Menezes de Leão, que teriam sido presos por força da mesma decisão e sob os mesmos fundamentos que o paciente, bem como a decisão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que concedeu de ofício a ordem em favor do co-réu Rogério de Andrade, no dia 26 de junho último.
O impetrante junta documentos às fls. 16/48.
É o relatório. Passo a decidir:
É cediço na jurisprudência que o deferimento de liminar em sede de *habeas corpus* é medida excepcional, não prevista em lei, reservada, tão somente, a casos em que se evidencie, de modo flagrante, coação ilegal ou derivada de abuso de poder, em detrimento do direito de liberdade, servindo à garantia de eficácia da decisão de mérito, com a qual não se deve confundir, visto que não objetiva antecipação de tutela, dependendo, em qualquer caso, da demonstração da plausibilidade jurídica do direito subjetivo invocado e do perigo da demora na prestação da cautela requerida.
A excepcionalidade da concessão de liminar em sede de *habeas corpus* já foi assentada pela doutrina e jurisprudência pátrias:
"embora desconhecida na legislação referente ao habeas corpus, foi introduzida nesse remédio jurídico, pela jurisprudência, a figura da 'liminar', que visa atender casos em que a cassação da coação ilegal exige pronta intervenção do Judiciário. Passou-se, assim, a ser mencionada nos regimentos internos dos tribunais a possibilidade de concessão de liminar pelo relator, ou seja, a expedição do salvo conduto ou a ordem liberatória provisória antes do processamento do pedido, em caso de urgência (...) como medida cautelar excepcional, a liminar em habeas corpus exige requisitos: o periculum in mora (probabilidade de dano irreparável) e o fumus boni iuris (elementos da impetração que indiquem a existência de ilegalidade no constrangimento)".

"AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE MEDIDA LIMINAR EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO FUMUS BONI IURIS. INCABIMENTO DE RECURSO CONTRA DECISÃO DE MEDIDA LIMINAR.
1. A liminar em sede de habeas corpus é medida excepcional, admitida tão-somente pela doutrina e jurisprudência e sem dispensa da satisfação cumulativa dos requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora.
2. A excepcionalidade da medida tem sido relacionada ao constrangimento ilegal manifesto, perceptível primus ictus oculi, inocorrente na espécie, não se prestando, de qualquer modo, a provisão cautelar à supressão de competência da Turma Julgadora, que há de julgar o writ, concedendo-o ou negando-o.
3. Esta Corte Superior de Justiça, na esteira dos precedentes do Excelso Supremo Tribunal Federal, firmou já entendimento no sentido de que não cabe recurso contra decisão de Relator que, em habeas corpus, defere ou indefere, fundamentadamente, pedido de medida liminar.
4. Agravo regimental não conhecido". (AGRHC 18299/SP. Processo no: 200101037719. 6a. Turma. Rel. Min. Hamilton Carvalhido. DJ 13/05/2002. pág. 233) (grifos nossos).

" (omissis) A liminar em habeas corpus não tem previsão legal, sendo criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida se mostrem evidenciadas de forma indiscutível na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham. No caso, o alegado constrangimento a que estaria submetido o paciente não se revela com a nitidez exigida na cognição que ora se faz, estando a depender de um exame mais detalhado da impetração, o que ocorrerá quando do julgamento do mérito pelo órgão colegiado, até porque o pedido não foi instruído com nenhum documento. (omissis)" (STJ. HC no. 041837. Rel. Min. Paulo Galotti. DJ de 08/03/2005) (grifos nossos).

No caso vertente, não sendo evidente a ilegalidade na decisão impugnada, ao menos que seja perceptível *primus ictus oculi*, deve a decisão do Juízo impetrado ser, por ora, prestigiada, uma vez que o mesmo avaliou conveniente a questão posta a seu exame.
Ante o exposto, INDEFIRO A LIMINAR pleiteada.
Oficie-se ao Juízo impetrado, comunicando o indeferimento da liminar e solicitando as informações no prazo de 24 horas.
Após, ao Ministério Público Federal, para apresentar parecer no prazo de 24 horas.
Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008.

LILIANE RORIZ
Relatora

X - HABEAS CORPUS 2008.02.01.008565-3

RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL LILIANE RORIZ
IMPETRANTE : MATUSALEM LOPES DE SOUZA E OUTRO
IMPETRADO : JUIZO DA 7A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ARMANDO PEREIRA BASTOS FILHO - REU PRESO
ADVOGADO : MATUSALEM LOPES DE SOUZA E OUTRO
ORIGEM : SETIMA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200751020011408)

Decisão

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por MATUSALEM LOPES DE SOUZA e FRANCISCO BARROS DA SILVA, em favor de ARMANDO PEREIRA BASTOS FILHO, pretendendo, liminarmente, a expedição de alvará de soltura, revogando-se a prisão temporária decretada pelo Juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro nos autos da Ação Penal nº 2007.51.02.001140-8 e, no mérito, a confirmação da liminar requerida.
Sustentam, os impetrantes, ser ilegal a prisão ora impugnada, eis que o Juízo impetrado, ao término dos interrogatórios dos demais co-réus, concedeu-lhes a liberdade provisória compromissada ao argumento de desnecessidade da medida excepcional, contudo, indeferiu o pedido do paciente sem qualquer fundamentação, escorando-se apenas em conjecturas, limitando-se a aderir aos argumentos esposados pelo Ministério Público Federal.
Alegam, ainda, ausência dos pressupostos para a prisão preventiva, eis que o paciente, que possui residência fixa no distrito de culpa, não oferece perigo à instrução criminal, os crimes a ele imputados não se revestem de extrema gravidade.
Inconformam-se, por fim, com fato de os co-réus que se recusaram a depor, tanto em sede extrajudicial quanto em juízo, além de terem negado reconhecimento aos dados de voz interceptados, e até mesmo co-réu foragido, tiveram suas prisões revogadas, e o paciente, que estaria colaborando para a busca da verdade real desde a fase extrajudicial, ocasião em que demonstrou o desejo de realizar a delação premiada, ratificando-a em juízo, teve o seu pedido de revogação da prisão indeferido.
Os impetrantes juntaram documentos às fls. 15/131.
Decisão indeferindo a liminar às fls. 137/140.
Informações do Juízo impetrado às fls. 148/151.
Parecer do MPF pela denegação da ordem às fls. 169/171.
Informações complementares da autoridade impetrada cientificando da decisão que revogou a prisão preventiva do ora paciente, às fls. 177.
É o relatório. Passo a decidir:
Restringindo-se o presente *writ* a combater a legalidade da decisão que manteve a prisão em flagrante dos pacientes e restando esta revogada, por decisão proferida em 16/06/2008, pelo próprio Juízo impetrado (fls. 177), ficam superados os fundamentos da impetração, que perdeu seu objeto.
Neste sentido, tem-se o posicionamento da jurisprudência:
I. Habeas corpus prejudicado: perda de objeto da impetração pela revogação da decisão impugnada.
II. Agravo regimental: impossibilidade de conhecer da questão relativa ao acerto ou não das decisões que arquivaram os habeas corpus no STJ (HHCC 52.319 e 52573), que não é objeto da impetração.
III. Habeas corpus de ofício: inviabilidade da sua concessão, no caso, por não se vislumbrar, de plano, equívoco nos mencionados arquivamentos".
(STF. HC-AgR - Processo: 87802/MS. Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE. DJ 05-05-2006 PP-00014 EMENT VOL-02231-02 PP-00355).

Ante o exposto, com base na fundamentação acima, JULGO EXTINTO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO o presente *habeas corpus*, por perda de objeto.
P.I.
Decorrido *in albis* o prazo recursal, dê-se baixa e arquive-se.
Rio de Janeiro, 09 de julho de 2008.

LILIANE RORIZ
Relatora

X - HABEAS CORPUS 2008.02.01.008732-7

RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL LILIANE RORIZ
IMPETRANTE : LUIZ CARLOS DA SILVA NETO E OUTRO
IMPETRADO : JUIZO DA 4A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO

PACIENTE	:ROGERIO COSTA DE ANDRADE E SILVA - REU PRESO
ADVOGADO	:LUIZ CARLOS DA SILVA NETO E OUTROS
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200351015049606)

Decisão

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por LUIZ CARLOS DA SILVA NETO e RICARDO GONTIJO BUZELIN em favor de ROGÉRIO COSTA DE ANDRADE E SILVA, pretendendo, liminarmente, que seja declarada a insubsistência legal da medida de transferência do paciente para o Estado do Mato Grosso do Sul.
No mérito, requerem o deferimento da ordem, ratificando os efeitos da medida liminar, caso concedida, para que seja revogada a medida de transferência do paciente para outro Estado da Federação, determinando que a custódia prossiga no Estado do Rio de Janeiro, na Penitenciária Joaquim Ferreira de Souza.
Os impetrantes alegam que, por despacho datado de 08/04/08, o Juízo impetrado determinou a permanência do paciente no presídio federal em que se encontra desde 25/05/07, usurpando a competência do Juízo Federal de Execução Penal com jurisdição perante o presídio federal em que o paciente se encontra, uma vez que a norma prevista no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 557, do Conselho da Justiça Federal e no art. 10, § 1º, da Lei nº 11.671/08, prevê que, findo o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, cabe ao Juízo de origem apenas solicitar a renovação da medida de transferência, sendo que a determinação da renovação seria da competência do Juízo Federal de Execução Penal do local em que situe o presídio federal.
Sustentam, assim, a violação da garantia do Juiz Natural, bem como a ocorrência de preclusão *pro judicato*, ante a inexistência da necessária e tempestiva formalização da supracitada solicitação, eis que o art. 2º da Lei nº 11.671/08 determina que o Juízo de origem é obrigado a receber o preso no estabelecimento penal sob sua jurisdição, se não for feito pedido de renovação imediatamente após o decurso do prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias.
Os impetrantes juntam documentos às fls. 34/444.
Decisão indeferindo a liminar pleiteada (fls. 503/505).
Prestadas as informações pela autoridade coatora às fls. 510/522.
Manifestação do MPF às fls. 525/527, requerendo informações complementares do Juízo impetrado.
Informações complementares da autoridade coatora às fls. 534/539.
Parecer do Ministério Público Federal, pela extinção do feito sem resolução do mérito, diante da decisão do Superior Tribunal de Justiça nos autos do HC nº 86.352/RJ.
É o relatório. DECIDO.
Considerando que o presente *habeas corpus* objetiva o retorno do paciente, que se encontrava acautelado preventivamente no Presídio Federal de Campo Grande/MS, à cidade do Rio de Janeiro, verifico superados os fundamentos da impetração, que perdeu seu objeto, em razão da superveniência da decisão da 6ª Turma do Eg. Superior Tribunal de Justiça, de 26 de junho de 2008, que, nos autos do *Habeas Corpus* nº 86.352/RJ, concedeu a ordem para revogar a prisão preventiva decretada em desfavor do ora paciente (AP nº 2003.51.01.504960-6).
Ante o exposto, com base na fundamentação acima, JULGO EXTINTO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO o presente *habeas corpus*, por perda de objeto.
Com o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se.
P.I., comunicando-se ao Juízo impetrado.

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2007.

LILIANE RORIZ
Relatora

X - HABEAS CORPUS 2008.02.01.008756-0

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL LILIANE RORIZ
IMPETRANTE	:JOAO COSTA RIBEIRO FILHO E OUTRO
IMPETRADO	:JUIZO DA 4A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	:FERNANDO DE MIRANDA IGGNACIO - REU PRESO
ADVOGADO	:JOAO COSTA RIBEIRO FILHO E OUTRO
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200351015049606)

Decisão

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por JOÃO COSTA RIBEIRO FILHO e MARIA APARECIDA MEDEIROS em favor de FERNANDO DE MIRANDA IGGNÁCIO, pretendendo, liminarmente, o imediato retorno do paciente à cidade do Rio de Janeiro, cabendo à Secretaria de Administração Penitenciária definir o local próprio e adequado à sua condição prisional.
No mérito, requerem o deferimento da ordem para autorizar que o paciente retorne e permaneça custodiado na cidade do Rio de Janeiro, se for o caso em Sala de Estado-Maior ou, na sua ausência, em prisão domiciliar.
Os impetrantes alegam que jamais foi imputada ao paciente a prática de qualquer irregularidade dentro do sistema prisional do Rio de Janeiro, sendo permanência do paciente na Penitenciária de Campo Grande/MS ilegal tanto pela demora no julgamento do processo, quanto em razão da desnecessidade de sua custódia em Campo Grande/MS, em face da recente reestruturação do sistema prisional fluminense.
Sustentam que a condição de advogado do paciente, autoriza a sua prisão em Sala de Estado-Maior ou, na inexistência desta, a concessão de prisão domiciliar.
Requerem, por fim, a extensão da ordem ao co-réu ROGÉRIO DE ANDRADE E SILVA.
Os impetrantes juntam documentos às fls. 11/83.
Decisão indeferindo a liminar pleiteada (fls. 146/148).
Prestadas as informações pela autoridade coatora às fls. 154/158.
Parecer do MPF às fls. 161/168, pela denegação da ordem.
É o relatório.
DECIDO.
Considerando que o presente *habeas corpus* objetiva o retorno do paciente, que se encontrava acautelado preventivamente no Presídio Federal de Campo Grande/MS, à cidade do Rio de Janeiro, verifico superados os fundamentos da impetração, que perdeu seu objeto, em razão da superveniência da decisão da 2ª Turma Especializada, que lhe concedeu a ordem, nos autos do *Habeas Corpus* nº 2008.02.01.008755-8, para a revogação de sua segregação cautelar (AP nº 2003.51.01.504960-6).
Ante o exposto, com base na fundamentação acima, JULGO EXTINTO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO o presente *habeas corpus*, por perda de objeto.
Com o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se.
P.I., comunicando-se ao Juízo impetrado.

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2007.

LILIANE RORIZ
Relatora

X - HABEAS CORPUS 2008.02.01.008655-4

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL LILIANE RORIZ
IMPETRANTE	:HENRIQUE PEREIRA BAPTISTA E OUTRO
IMPETRADO	:JUIZO DA 4A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	:CARLOS HENRIQUE DE JESUS - REU PRESO
ADVOGADO	:HENRIQUE PEREIRA BAPTISTA E OUTRO
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200351015049606)

Decisão

Tendo em vista a decisão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, datada de 03/07/08, que concedeu, nos autos do HC nº 91.827/RJ, a ordem para revogar a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, homologo a desistência do presente *habeas corpus*, que perdeu seu objeto.
Junte-se a petição de desistência.
Transitada em julgado, dê-se baixa.
P. I.

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2008.

LILIANE RORIZ
Relatora

X - HABEAS CORPUS 2003.02.01.001560-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ FONTES
IMPETRANTE	:JORGE RIBAS SOARES
IMPETRADO	:JUIZO DA 8A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	:JORGE RIBAS SOARES JUNIOR
ADVOGADO	:JORGE RIBAS SOARES
ORIGEM	:OITAVA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (9400391293)

D E S P A C H O

I- Admito a correlação apontada à fl. 108-v. Encaminhem-se os presentes autos à DIDRA para distribuição.

II- Ante a certidão de fls.103-104 e o despacho de fl.108, dê-se baixa e arquive-se.

Em 27-6-2008

ANDRÉ FONTES
Relator
Desembargador do TRF - 2ª Região

X - HABEAS CORPUS 2008.02.01.008961-0

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL LILIANE RORIZ
IMPETRANTE	:JORGE SANTORO FILHO E OUTRO
IMPETRADO	:JUIZO DA 4A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	:FLAVIO DA SILVA SANTOS - REU PRESO
ADVOGADO	:JORGE SANTORO FILHO E OUTRO
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200751018072189)

Decisão

Tendo em vista a decisão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, datada de 03/07/08, que concedeu, nos autos do HC nº 101.449/RJ, a ordem para revogar a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, homologo a desistência do presente *habeas corpus* (fls. 406), que perdeu seu objeto.
Transitada em julgado, dê-se baixa.
P. I.
Rio de Janeiro, 09 de julho de 2008.

LILIANE RORIZ
Relatora

X - HABEAS CORPUS 2008.02.01.010935-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO
IMPETRANTE	:MAURICIO NEVILLE E OUTRO
IMPETRADO	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE ITAPERUNA-RJ
PACIENTE	:J. R. R. - REU PRESO
ADVOGADO	:JOSE MAURICIO NEVILLE DE CASTRO JUNIOR E OUTRO
ORIGEM	:VARA ÚNICA DE ITAPERUNA (200751120003203)

DESPACHO

Cumpra-se a decisão proferida no H.C. nº 2008.02.01.010539-1.

Rio de Janeiro, 07.07.2008.

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator
2ª Turma Especializada

X - HABEAS CORPUS 2008.02.01.010306-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO
IMPETRANTE	:REGINA CELIA DE LIMA
IMPETRADO	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE ITAPERUNA-RJ
PACIENTE	:B. C. M. - REU PRESO
ADVOGADO	:REGINA CELIA DE LIMA
ORIGEM	:VARA ÚNICA DE ITAPERUNA (200751120003203)

DECISÃO

A denúncia oferecida contra o ora paciente relata a existência de um grupo formado por servidores do INSS, médicos-peritos, advogados e políticos, voltado para a prática de fraudes contra a autarquia previdenciária, cuja atuação, dentre outras fraudes, consistia basicamente na concessão de um absurdo número de beneficios indevidos, ressaltando que no ano de 2007, quase 10% da população adulta do Município conseguiu beneficio de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, podendo materializar um desvio de cerca de um milhão de reais por ano aos cofres da Previdência Social.

As transcrições das gravações telefônicas evidenciam o forte poder de corrupção e intimidação e a influência que possui o grupo em questão, não só na agência da previdência social, bem como no Município de Bom Jesus de Itabapoana.

Outros trechos das conversas gravadas revelam a disposição dos denunciados em intimidar testemunhas, falsear depoimentos e instruir depoentes.

Não obstante o grande número de diálogos gravados, que representa boa parte do acervo probatório, é evidente que a prova testemunhal a ser produzida será de grande importância na elicidação dos fatos delituosos apontados pela denúncia, importando na oitiva não só daqueles que se beneficiaram dos serviços da quadrilha, como dos que por ela de alguma forma foram lesados, como nos casos em que o beneficio, mesmo devido, era negado pelo servidor, que encaminhava o solicitante ao escritório do qual era sócio, a fim de fosse pleiteado o beneficio judicialmente, ficando posteriormente com os valores referentes àos heneficios em atraso.

Não se pode desconsiderar que o Município de Bom Jesus de Itabapoana, no qual se deram os fatos delituosos, possui um pequeno número de habitantes, o que aliado ao envolvimento de servidores públicos e políticos de grande expressão local recomenda cautela quando se trata da preservação da produção da prova testemunhal, tendo em vista o contexto social em que se encontram inseridos os fatos e sua repercussão local.

Assim, é evidente que, ao menos em fase preliminar de exame do presente *Habeas Corpus*, há que se manter a prisão preventiva, decretada como forma de garantia da instrução criminal.

Pelo exposto, INDEFIRO A LIMINAR.

Voltem conclusos.

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2008.

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator
2ª Turma Especializada

X - HABEAS CORPUS 2008.02.01.010934-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO
IMPETRANTE	:JOSE MAURO COUTO DE ASSIS FILHO
IMPETRADO	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE ITAPERUNA-RJ
PACIENTE	:S. L. F. O. - REU PRESO
ADVOGADO	:JOSE MAURO COUTO DE ASSIS FILHO
ORIGEM	:VARA ÚNICA DE ITAPERUNA (200751120003203)

DECISÃO

A denúncia oferecida contra o ora paciente relata a existência de um grupo formado por servidores do INSS, médicos-peritos, advogados e políticos, voltado para a prática de fraudes contra a autarquia previdenciária, cuja atuação, dentre outras fraudes, consistia basicamente na concessão de um absurdo número de beneficios indevidos, ressaltando que no ano de 2007, quase 10% da população adulta do Município conseguiu beneficio de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, podendo materializar um desvio de cerca de um milhão de reais por ano aos cofres da Previdência Social.

As transcrições das gravações telefônicas evidenciam o forte poder de corrupção e intimidação e a influência que possui o grupo em questão, não só na agência da previdência social, bem como no Município de Bom Jesus de Itabapoana.

Outros trechos das conversas gravadas revelam a disposição dos denunciados em intimidar testemunhas, falsear depoimentos e instruir depoentes.

Não obstante o grande número de diálogos gravados, que representa boa parte do acervo probatório, é evidente que a prova testemunhal a ser produzida será de grande importância na elicidação dos fatos delituosos apontados pela denúncia, importando na oitiva não só daqueles que se beneficiaram dos serviços da quadrilha, como dos que por ela de alguma forma foram lesados, como nos casos em que o beneficio, mesmo devido, era negado pelo servidor, que encaminhava o solicitante ao escritório do qual era sócio, a fim de fosse pleiteado o beneficio judicialmente, ficando posteriormente com os valores referentes àos heneficios em atraso.

Não se pode desconsiderar que o Município de Bom Jesus de Itabapoana, no qual se deram os fatos delituosos, possui um pequeno número de habitantes, o que aliado ao envolvimento de servidores públicos e políticos de grande expressão local recomenda cautela quando se trata da preservação da produção da prova testemunhal, tendo em vista o contexto social em que se encontram inseridos os fatos e sua repercussão local.

Assim, é evidente que, ao menos em fase preliminar de exame do presente Habeas Corpus, há que se manter a prisão preventiva, decretada como forma de garantia da instrução criminal.

Pelo exposto, INDEFIRO A LIMINAR.

Voltem conclusos.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2008.

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator
2ª Turma Especializada

X - HABEAS CORPUS 2008.02.01.010992-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO
IMPETRANTE	:LUIZ FERNANDO STAMILE RACCO E OUTRO
IMPETRADO	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE ITAPERUNA-RJ
PACIENTE	:V. J. D. C. F. - REU PRESO
ADVOGADO	:LUIZ FERNANDO STAMILE RACCO E OUTRO
ORIGEM	:VARA ÚNICA DE ITAPERUNA (200751120003203)

DECISÃO

A denúncia oferecida contra o ora paciente relata a existência de um grupo formado por servidores do INSS, médicos-peritos, advogados e políticos, voltado para a prática de fraudes contra a autarquia previdenciária, cuja atuação, dentre outras fraudes, consistia basicamente na concessão de um absurdo número de beneficios indevidos, ressaltando que no ano de 2007, quase 10% da população adulta do Município conseguiu beneficio de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, podendo materializar um desvio de cerca de um milhão de reais por ano aos cofres da Previdência Social.

As transcrições das gravações telefônicas evidenciam o forte poder de corrupção e intimidação e a influência que possui o grupo em questão, não só na agência da previdência social, bem como no Município de Bom Jesus de Itabapoana.

Outros trechos das conversas gravadas revelam a disposição dos denunciados em intimidar testemunhas, falsear depoimentos e instruir depoentes.

Não obstante o grande número de diálogos gravados, que representa boa parte do acervo probatório, é evidente que a prova testemunhal a ser produzida será de grande importância na elicidação dos fatos delituosos apontados pela denúncia, importando na oitiva não só daqueles que se beneficiaram dos serviços da quadrilha, como dos que por ela de alguma forma foram lesados, como nos casos em que o beneficio, mesmo devido, era negado pelo servidor, que encaminhava o solicitante ao escritório do qual era sócio, a fim de fosse pleiteado o beneficio judicialmente, ficando posteriormente com os valores referentes àos heneficios em atraso.

Não se pode desconsiderar que o Município de Bom Jesus de Itabapoana, no qual se deram os fatos delituosos, possui um pequeno número de habitantes, o que aliado ao envolvimento de servidores públicos e políticos de grande expressão local recomenda cautela quando se trata da preservação da produção da prova testemunhal, tendo em vista o contexto social em que se encontram inseridos os fatos e sua repercussão local.

Assim, é evidente que, ao menos em fase preliminar de exame do presente Habeas Corpus, há que se manter a prisão preventiva, decretada como forma de garantia da instrução criminal.

Pelo exposto, INDEFIRO A LIMINAR.

Voltem conclusos.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2008.

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator
2ª Turma Especializada

X - HABEAS CORPUS 2008.02.01.011010-6

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL LILIANE RORIZ
IMPETRANTE	:WELLINGTON MOUSINHO LINS DOS SANTOS
IMPETRADO	:JUIZO DA 4A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	:JARBAS RANGEL CORREA - REU PRESO
ADVOGADO	:WELLINGTON MOUSINHO LINS DOS SANTOS
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200651015380403)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por WELLINGTON MOUSINHO LINS DOS SANTOS, em favor de JARBAS RANGEL CORREA, pretendendo, liminarmente, o recolhimento do mandado de prisão expedido em desfavor do paciente pelo Juízo da 4ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro e, no mérito, a concessão da ordem confirmando-se o requerido em liminar, de forma a permitir que o paciente responda ao processo em liberdade, sob compromisso.
O impetrante alega que o paciente sofre constrangimento ilegal por desnecessidade da medida e por excesso de prazo.
Segundo informa, o paciente é réu na Ação Penal nº 2006.51.01.538040-3, na qual responde pela suposta prática da conduta descrita no art. 290, parágrafo único, c/c art. 69 e 327 § 1º, todos do Código Penal.
O Juízo impetrado teria decretado sua prisão preventiva em 15 de dezembro de 2005, o que somente teria se efetivado em 09/04/08, pelo fato de que o paciente, por entender que se encontrava em estado de perigo de vida, procurava manter-se em lugar seguro, a salvo de ameças, torturas e outras investidas criminosas.
Ressalta que os meios de localização do paciente para citá-lo pessoalmente não foram esgotados, como orienta a jurisprudência, tendo, a citação, sido prontamente feita por edital, motivo pelo qual, o paciente não teria tomado conhecimento que era réu e que havia decreto de prisão contra ele.
Aduz ser o paciente primário e de bons antecedentes, com endereço certo, conhecido pela Autoridade impetrada, que inexistem os alegados riscos à instrução criminal ou à futura aplicação da lei penal.
Alega, ainda, que as testemunhas de acusação já foram ouvidas, a prova de defesa teria sido adiada para o dia 18 /08/08, ante a informação de que duas testemunhas da defesa haviam falecido e outra, transferida para Brasília.
Informa, por fim, que todos os pleitos de revogação da prisão preventiva firmados pela defesa do paciente foram indeferidos.
O impetrante junta documentos às fls. 07/27.
É o relatório. Passo a decidir:
É cediço na jurisprudência que o deferimento de liminar em sede de *habeas corpus* é medida excepcional, não prevista em lei, reservada, tão somente, a casos em que se evidencie, de modo flagrante, coação ilegal ou derivada de abuso de poder, em detrimento do direito de liberdade, servindo à garantia de eficácia da decisão de mérito, com a qual não se deve confundir, visto que não objetiva antecipação de tutela, dependendo, em qualquer caso, da demonstração da plausibilidade jurídica do direito subjetivo invocado e do perigo da demora na prestação da cautela requerida.
A excepcionalidade da concessão de liminar em sede de *habeas corpus* já foi assentada pela jurisprudência pátria:
"AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE MEDIDA LIMINAR EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO FUMUS BONI IURIS. INCABIMENTO DE RECURSO CONTRA DECISÃO DE MEDIDA LIMINAR.
1. A liminar em sede de habeas corpus é medida excepcional, admitida tão-somente pela doutrina e jurisprudência e sem dispensa da satisfação cumulativa dos requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora.
2. A excepcionalidade da medida tem sido relacionada ao constrangimento ilegal manifesto, perceptível primus ictus oculi, inocorrente na espécie, não se prestando, de qualquer modo, a provisão cautelar à supressão de competência da Turma Julgadora, que há de julgar o writ, concedendo-o ou negando-o.
3. Esta Corte Superior de Justiça, na esteira dos precedentes do Excelso Supremo Tribunal Federal, firmou já entendimento no sentido de que não cabe recurso contra decisão de Relator que, em habeas corpus, defere ou indefere, fundamentadamente, pedido de medida liminar.
4. Agravo regimental não conhecido".
(AGRHC 18299/SP. Processo no: 200101037719. 6a. Turma. Rel. Min. Hamilton Carvalhido. DJ 13/05/2002. pág. 233) (grifos nossos).

"(omissis) A liminar em habeas corpus não tem previsão legal, sendo criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida se mostrem evidenciadas de forma indiscutível na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham. No caso, o alegado constrangimento a que estaria submetido o paciente não se revela com a nitidez exigida na cognição que ora se faz, estando a depender de um exame mais detalhado da impetração, o que ocorrerá quando do julgamento do mérito pelo órgão colegiado, até porque o pedido não foi instruído com nenhum documento. (omissis)" (STJ. HC no. 041837. Rel. Min. Paulo Galotti. DJ de 08/03/2005) (grifos nossos).

Neste mesmo sentido também se manifestou a doutrina, através de Júlio Fabbrini Mirabete:

"embora desconhecida na legislação referente ao habeas corpus, foi introduzida nesse remédio jurídico, pela jurisprudência, a figura da 'liminar', que visa atender casos em que a cassação da coação ilegal exige pronta intervenção do Judiciário. Passou-se, assim, a ser mencionada nos regimentos internos dos tribunais a possibilidade de concessão de liminar pelo relator, ou seja, a expedição do salvo conduto ou a ordem liberatória provisória antes do processamento do pedido, em caso de urgência (...) como medida cautelar excepcional, a liminar em habeas corpus exige requisitos: o periculum in mora (probabilidade de dano irreparável) e o fumus boni iuris (elementos da impetração que indiquem a existência de ilegalidade no constrangimento)".

No caso vertente, não considero evidente a ilegalidade na decisão impugnada, ao menos que seja perceptível *primus ictus oculi*, devendo a decisão do Juízo impetrado, por ora, prestigiada, vez que o mesmo avaliou conveniente a questão posta a seu exame
Ante o exposto, INDEFIRO A LIMINAR pleiteada.
Oficie-se ao Juízo impetrado, comunicando o indeferimento da liminar e solicitando as informações no prazo de 24 horas.
Após, ao Ministério Público Federal, para apresentar parecer no prazo de 24 horas.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2008.

LILIANE RORIZ
Relatora

X - HABEAS CORPUS 2008.02.01.010798-3

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL LILIANE RORIZ
IMPETRANTE	:LUIZ EDUARDO ZANCA
IMPETRADO	:JUIZO DA 3A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	:RODRIGO FERREIRA - REU PRESO
ADVOGADO	:LUIZ EDUARDO ZANCA E OUTRO
ADVOGADO	:ROBERTA MAXIMIANO NOBREGA
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200851018013232)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por LUIZ EDUARDO ZANCA, em favor de RODRIGO FERREIRA, pretendendo, liminarmente, a suspensão da eficácia da decisão que decretou a sua prisão preventiva, e no mérito, a concessão da ordem para a revogação da segregação cautelar, permitindo-lhe responder o processo em liberdade.
Alega, o impetrante, que o paciente encontra-se preso na POLINTER - Grajaú, tendo sido preso em flagrante em 29/04/08, por ter incorrido, em tese, nas condutas descritas no art. 273 § 1º B, inc. I e V c/c art. 14, inc. II e art. 334, caput c/c art. 14, inc. II, todos do Código Penal, pelo que foi denunciado pelo Ministério Público Federal.
Sustenta que foi requerida a liberdade provisória ao Juízo impetrado, que teria indeferido o pedido sem fundamentação, apenas justificando a manutenção da medida impugnada por não haver alteração na situação fática do ora paciente, que deveria aguardar o julgamento da ação penal em prisão cautelar.
Alega, assim, violação ao princípio da presunção de inocência, falta de justa causa, ausência dos requisitos justificadores da prisão preventiva e conseqüentemente violação ao direito do paciente de responder ao processo em liberdade, eis que atenderia aos requisitos do art. 310, do Código de Processo Penal.
Aduz que o art. 1º, VII-B, da Lei nº 8.072/90 equipara a conduta descrita no art. 273, § 1º B, I e V, do CP aos crimes hediondos, sendo que a nova redação da própria Lei dos Crimes Hediondos admite a concessão de liberdade provisória aos delitos ali mencionados.
Ademais, entende, a defesa do paciente, que a quantidade de medicamentos apreendidos não justificaria a medida constritiva, eis que não se vislumbraria intensa gravidade na conduta a ele imputada.

Alega que, mesmo em caso de condenação, em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o paciente sequer cumpriria pena em regime fechado, o que demonstraria o excesso e a desnecessidade da prisão cautelar.
Por fim, sustenta ser o paciente pessoa de boa índole, trabalhador autônomo, tecnicamente primário, com endereço certo e fixo na cidade de Araras/SP.
O impetrante junta documentos às fls. 23/155.
É o relatório. Passo a decidir:
É cediço na jurisprudência que o deferimento de liminar em sede de *habeas corpus* é medida excepcional, não prevista em lei, reservada, tão somente, a casos em que se evidencie, de modo flagrante, coação ilegal ou derivada de abuso de poder, em detrimento do direito de liberdade, servindo à garantia de eficácia da decisão de mérito, com a qual não se deve confundir, visto que não objetiva antecipação de tutela, dependendo, em qualquer caso, da demonstração da plausibilidade jurídica do direito subjetivo invocado e do perigo da demora na prestação da cautela requerida.
A excepcionalidade da concessão de liminar em sede de *habeas corpus* já foi assentada pela jurisprudência pátria:
"AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE MEDIDA LIMINAR EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO FUMUS BONI IURIS. INCABIMENTO DE RECURSO CONTRA DECISÃO DE MEDIDA LIMINAR.
1. A liminar em sede de habeas corpus é medida excepcional, admitida tão-somente pela doutrina e jurisprudência e sem dispensa da satisfação cumulativa dos requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora.
2. A excepcionalidade da medida tem sido relacionada ao constrangimento ilegal manifesto, perceptível primus ictus oculi, inocorrente na espécie, não se prestando, de qualquer modo, a provisão cautelar à supressão de competência da Turma Julgadora, que há de julgar o writ, concedendo-o ou negando-o.
3. Esta Corte Superior de Justiça, na esteira dos precedentes do Excelso Supremo Tribunal Federal, firmou já entendimento no sentido de que não cabe recurso contra decisão de Relator que, em habeas corpus, defere ou indefere, fundamentadamente, pedido de medida liminar.
4. Agravo regimental não conhecido". (AGRHC 18299/SP. Processo no: 200101037719. 6a. Turma. Rel. Min. Hamilton Carvalhido. DJ 13/05/2002. pág. 233) (grifos nossos).

"(omissis) A liminar em habeas corpus não tem previsão legal, sendo criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida se mostrem evidenciadas de forma indiscutível na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham. No caso, o alegado constrangimento a que estaria submetido o paciente não se revela com a nitidez exigida na cognição que ora se faz, estando a depender de um exame mais detalhado da impetração, o que ocorrerá quando do julgamento do mérito pelo órgão colegiado, até porque o pedido não foi instruído com nenhum documento. (omissis)" (STJ. HC no. 041837. Rel. Min. Paulo Galotti. DJ de 08/03/2005) (grifos nossos).

Neste mesmo sentido também se manifestou a doutrina, através de Júlio Fabbrini Mirabete:

"embora desconhecida na legislação referente ao habeas corpus, foi introduzida nesse remédio jurídico, pela jurisprudência, a figura da 'liminar', que visa atender casos em que a cassação da coação ilegal exige pronta intervenção do Judiciário. Passou-se, assim, a ser mencionada nos regimentos internos dos tribunais a possibilidade de concessão de liminar pelo relator, ou seja, a expedição do salvo conduto ou a ordem liberatória provisória antes do processamento do pedido, em caso de urgência (...) como medida cautelar excepcional, a liminar em habeas corpus exige requisitos: o periculum in mora (probabilidade de dano irreparável) e o fumus boni iuris (elementos da impetração que indiquem a existência de ilegalidade no constrangimento)".

No caso vertente, não considero evidente a ilegalidade na decisão impugnada, ao menos que seja perceptível *primus ictus oculi*, eis que o próprio paciente declarou já ter reiterado a conduta, bem como pelo fato de residir fora do distrito de culpa, em outro Estado da Federação.
Assim, entendo prudente e necessário prestigiar, por ora, a decisão do Juízo, uma vez que o mesmo avaliou conveniente a questão posta a seu exame.
Ante o exposto, INDEFIRO A LIMINAR pleiteada.
Oficie-se ao Juízo impetrado, comunicando o indeferimento da liminar e solicitando as informações no prazo de 24 horas.
Após, ao Ministério Público Federal, para apresentar parecer no prazo de 24 horas.

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2008.

LILIANE RORIZ
Relatora

X - HABEAS CORPUS 2008.02.01.010598-6

RELATOR	:ANDRÉ FONTES
IMPETRANTE	:SILVIO FERNANDES
IMPETRADO	:JUIZO DA 1A. VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	:TEREZA CRISTINA PACHECO DE SOUZA
ADVOGADO	:SILVIO FERNANDES
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200751018079585)

D E C I S Ã O
I - Trata-se de requerimento liminar em *habeas corpus* impetrado com o objetivo de trancar a ação penal n.º 2007.51.01.807958-5, em que se apura o suposto cometimento do crime de estelionato qualificado (art. 171, § 3.º do Código Penal) diante da percepção do benefício de auxílio-doença concomitantemente ao exercício de advocacia, ou, alternativamente, o deferimento da ordem para que a paciente não seja compelida a realizar perícia médica para fins de aferição da sua atual capacidade laborativa.
É o que me incumbia relatar. Decido.
O deferimento de liminar em *habeas corpus* decorre de criação jurisprudencial fundamentada na necessidade de se evitar que o prejuízo decorrente de uma ilegalidade se torne irreparável ou de difícil reparação após o regular processamento do remédio constitucional até seu provimento final.
Embora irrefutável a relevância e utilidade da providência, não se pode perder de vista para seu deferimento, os requisitos cumulativos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*. O primeiro preenchido se, no caso concreto, se vislumbra a real iminência de dano irreparável ao paciente e o segundo, se há plausibilidade no pedido e seus fundamentos.
No que se refere especificamente ao pedido de trancamento da ação penal pela alegada ausência de justa causa, não se encontra demonstrada, nos autos, a urgência apta a justificar o deferimento da liminar. No caso, como se depreende das alegações feitas na inicial, o ato reputado inicialmente como coator é o recebimento (cópia da decisão à fl. 125), em 17 de setembro de 2007, da denúncia oferecida contra a paciente. Como se verifica, pelos documentos juntados, a instrução penal está em fase avançada, tendo as partes já se manifestado a respeito das diligências complementares nos termos do artigo 499 do Código de Processo Penal. Se foi possível aguardar até esse momento para impetrar o "writ" com o fim de trancar a ação penal, nada justifica que não se aguarde o julgamento final deste feito.
Não se vislumbra, assim, diante desse quadro, a iminência de dano irreparável, com o normal curso do processo penal, sendo relevante ressaltar que, tendo por norte o princípio *in dubio pro societate*, aplicável nesse momento da persecução, apenas a certeza quanto à evidente atipicidade da conduta imputada poderia dar ensejo ao trancamento prematuro da ação penal, o que não ocorre no caso dos autos, já que, segundo os termos da peça acusatória (cópia às fls. 47-49) não se afasta de plano a ocorrência, em tese, do estelionato qualificado mediante a percepção de auxílio-doença com base em laudos médicos fraudulentos.
Sem prejuízo dessas considerações, verifico, contudo, razão nos argumentos da impetrante no que tange à determinação para que a paciente se submeta à perícia médica. Consoante o que se deflui do Princípio Constitucional da Não Auto-Incriminação, "*ao indiciado não cabe o ônus de colaborar de qualquer modo com a apuração dos fatos que o possam incriminar - que é todo dos organismos estatais de repressão*" (Supremo Tribunal Federal - Primeira Turma - HC 79781 - Relator Ministro Sepúlveda Pertence - Julgamento Unânime em 18.04.2000 - DJ de 09.06.2000 - p. 0022). Desse modo, não pode a acusada ser obrigada a realizar o referido exame, sob pena de estar produzindo prova contra si, em franca violação ao mencionado princípio.
Isto posto, defiro parcialmente a liminar, apenas para impedir que a paciente seja compelida a se submeter à perícia médica com a finalidade de avaliar sua capacidade laborativa. Deve ser destacado, contudo, que fica autorizada a perícia com base em todos os documentos existentes, inclusive com requisição de seus prontuários médicos, devendo a paciente ser intimada da sua realização para, querendo, comparecer.
III - Solicitem-se informações ao juízo impetrado, com urgência. Assinale-se que as informações poderão vir instruídas com documentos que corroboram o ato sob censura.
IV - Juntadas as informações, remetam-se os autos ao Ministério Público para que se manifeste, na forma do artigo 175, do Regimento Interno desta Corte.
V - Publique-se.
VI - Intime-se.
VII - Oficie-se.
Em 04-07-2008.
SANDRA MEIRIM CHALU BARBOSA DE CAMPOS
Juíza Federal Convocada - TRF da 2.ª Região
Segunda Turma Especializada

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DE JULGAMENTOS

ACÓRDÃOS

EXPEDIENTE Nº 218 DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

V - APELACAO CRIMINAL 2004.51.01.500622-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO
APELANTE	:ELAINE CRISTINA DONHA PEREIRA
ADVOGADO	:ARCHIMEDES CAMPOS
APELADO	:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORIGEM	:SETIMA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200451015006223)

EMENTA
PENAL - ART. 12 C/C INCISOS I e III do ART. 18 DA LEI Nº 6368/76 - TRÁFICO DE DROGAS - PERDÃO JUDICIAL - ART. 13, I E ART. 14 DA LEI Nº 9.807/99 - SUBSTITUIÇÃO POR APENAS UMA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS.
1. A materialidade e a autoria do crime foram comprovadas pelos laudos periciais, que concluíram que a substância apreendida era cocaína, e pela prisão em flagrante da apelante ao embarcar para o exterior com a substância entorpecente acondicionada nas hastes de sua bagagem.
2. Descabida a pretensão de a acusada vir a ser beneficiária do perdão judicial, por exigir a Lei nº 9.807/99 não só a efetividade e a voluntariedade da colaboração, como que desta colaboração advenha resultados práticos consistentes na identificação dos demais co-autores ou partícipes na ação criminosa (art. 13, I, Lei nº 9.807/99) inocorrentes na hipótese.
3. Na r. sentença foram analisadas pormenorizadamente todas as circunstâncias relevantes ou não que poderiam beneficiar a ré, aplicando as cabíveis "in casu", como a constante do art. 14 da Lei nº 9.807/99.
4. Em sua decisão, a MM. Juíza concedeu a ré todos os benefícios cabíveis, inclusive o cumprimento da pena em liberdade e a sua substituição por duas restritivas de direitos, sendo descabida a diminuição para apenas uma pena restritiva de direitos.
5. Recurso ao qual se nega provimento.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros da 2ª Turma Especializada deste TRF-2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e do voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 09 de julho de 2008.

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator

V - APELACAO CRIMINAL 2000.51.01.520052-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO
APELANTE	:MARIA DE LOURDES BORGES DE ALCANTARA BULCAO E OUTRO
ADVOGADO	:PAULO FREITAS RIBEIRO
APELANTE	:MAURO DE REZENDE SOBREIRA JUNIOR
ADVOGADO	:CLAUDIA MARIA DA SILVA
APELADO	:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORIGEM	:OITAVA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200051015200526)

EMENTA
PENAL E PROCESSUAL PENAL - APELAÇÃO CRIMINAL - NÃO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DESCONTADAS DE EMPREGADOS - ART. 168-A, § 1º, I, DO CP - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - DIFICULDADES FINANCEIRAS DEMONSTRADAS - INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA - RECURSOS PROVIDOS.
I - O crime previsto no art. 168-A, § 1º, I, do Código Penal é crime omissivo próprio, e se perfaz com a adequação da conduta omissiva à descrição típica penal, quando o agente se abstém de recolher à Previdência Social os valores anteriormente arrecadados, infringindo o dever implícito na norma incriminadora de repassar as contribuições previdenciárias.
II - A comprovação de dificuldades financeiras enfrentadas pela empresa TRANSFORTE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, através de prova testemunhal idônea produzida durante a instrução criminal, aliada à prova documental trazida aos autos por ocasião da interposição do apelo das acusadas, autoriza as absolvições dos apelantes, impossibilitados que estavam de agir conforme o direito, reconhecendo-se a causa supralegal de exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa.
III - Apelos a que se DÁ PROVIMENTO.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, DAR PROVIMENTO aos recursos, nos termos voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 9 de julho de 2008. (data de julgamento)

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator

EXPEDIENTE Nº 220 DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

V - APELACAO CRIMINAL 2002.51.60.002416-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO
APELANTE	:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APELADO	:NILO SERGIO FARIAS CONSTANTINO
ADVOGADO	:NATALICIO PAULINO DOS SANTOS E OUTRO
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200251600024162)

EMENTA
PENAL-APELAÇÃO CRIMINAL - DENÚNCIA PELA PRÁTICA DOS ARTS 307 e 329, CP - SENTENÇA DECIDE PELO DELITO DO ART. 330 DO CP, RECONHECENDO SUA PRESCRIÇÃO - DECLARAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DO DELITO DO ART.307, CP - MINISTÉRIO PÚBLICO REQUER CONDENAÇÃO PELO ART. 329, CP E NÃO RECORRE DA DECISÃO RELATIVA AO ART. 307, CP - APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA - FIXAÇÃO DA PENA PARA O DELITO DO ART. 330, CP- DECLARAÇÃO DA PRESCRIÇÃO PARA O DELITO DO ART. 330, CP- PARCIAL PROVIMENTO

I- A denúncia imputou, ao réu, a prática dos delitos dos arts. 329 (resistência) e 307 (falsa identidade), ambos do Código Penal.
II- A Sentença entendeu que a conduta do réu se amoldava ao delito de desobediência (art. 330, CP), e não de resistência, por não ter se caracterizado a elementar "violência ou ameaça", constante do art. 329, do CP.
III- Sendo assim, declarou a prescrição intercorrente, por ser o delito de desobediência, cominado com pena máxima de 6 (seis) meses, prescrevendo em 2 (dois) anos, sendo certo que entre o recebimento da denúncia (15/7/2004) e a prolação da Sentença (17/12/2007), restou ultrapassado o lapso temporal prescritivo.
IV- A pena máxima cominada para o art. 307, CP, é de 1 (hum) ano, com prescrição em 4 (quatro) anos; tendo em vista que o referido prazo só se aplicaria, na hipótese de condenação com pena máxima, e que, no caso em tela, a pena não poderia ser por demais elevada porque não existem circunstâncias judiciais desfavoráveis (art. 59, CP) e não convergem agravantes nem causas de aumento de pena, o juiz adotou a prescrição antecipada para o delito em questão.
V- Entendo que o delito praticado pelo réu foi o de desobediência (art.330, CP); fixo a pena em quinze dias de detenção e dez dias-multa e declaro extinta a punibilidade do réu pela ocorrência da prescrição retroativa da pretensão punitiva; mantenho a Sentença no que pertine ao delito do art. 307, do CP, vez que o Parquet não recorreu desta parte da Sentença.
VI- Apelação do Ministério Público parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros da Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PARCIAL PROVIMENTO à Apelação, nos termos do Relatório e Voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 9 de julho de 2008 (data do julgamento).

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator

V - APELACAO CRIMINAL 2005.50.01.001195-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO
APELANTE	:JEFFERSON FERREIRA SANTOS
ADVOGADO	:CLAUDIUS ANDRE MENDONCA CABALLERO
APELADO	:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORIGEM	:1ª VARA FEDERAL CRIMINAL DE VITÓRIA/ES (200550010011954)
ÓRGÃO ATUAL	:GABINETE DO DR. MESSOD AZULAY NETO

EMENTA

PENAL - PROCESSO PENAL - APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA - ARTIGO 168-A C/C 71 DO CÓDIGO PENAL - SENTENÇA CONDENATÓRIA - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO RETROATIVA - JULGAMENTO DO MÉRITO PREJUDICADO.
I - A Sentença recorrida condena o ora apelante, pela prática do crime previsto no art. 168-A, na forma do art. 71, ambos do Código Penal.
II - Certificado o trânsito em julgado da sentença para a acusação, regula-se a prescrição pela pena concretamente aplicada, nos termos do §1º do art. 110 do CP, devendo ser a prescrição regida pelo prazo do inciso V, do art. 109, do Código Penal, ou seja, em 4 (quatro) anos, dada a condenação à pena de 02 (dois) anos de reclusão, desconsiderando-se a causa de aumento pela continuidade delitiva.
III - Entre a consumação do crime praticado no período de dezembro de 1998 a fevereiro de 2000 e o recebimento da Denúncia em 28.02.2005 nota-se um lapso temporal de 05 (cinco) anos, o que impõe o reconhecimento da prescrição retroativa, a teor do disposto no §2º do art. 110 do Código Penal.
V - Extinta a punibilidade de JEFFERSON FERREIRA DOS SANTOS pelo reconhecimento da ocorrência da prescrição retroativa, com fundamento no disposto nos arts. 107, IV; 109, V c/c 110, §§1º e 2º, todos do Código Penal, prejudicado o exame do mérito do recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, declarar a prescrição e extinguir a punibilidade, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2008. (data do julgamento).

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator

EXPEDIENTE Nº 219 DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL 275742 2001.02.01.043865-8

RELATOR	:ANDRÉ FONTES
APELANTE	:RUTH DA SILVA PESSANHA
ADVOGADO	:JESSE GOMES DE OLIVEIRA E OUTRO
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
DECISÃO	:FLS. 75-77
PROCURADOR	:AMERICO LUIS M DA SILVA E OUTROS
ORIGEM	:JUÍZO FEDERAL DA 36ª VARA DO RIO DE JANEIRO-RJ (200051015105463)

EMENTA

I- A decadência, disposta no art. 103, caput, da Lei 8.213/91, com prazo de dez anos, surgiu, somente, a partir de 27 de junho de 1997, com a edição da MP nº 1.523, convertida na Lei 9.528/97; este prazo foi reduzido a partir da edição da Lei 9.711/98 para cinco anos; no entanto, o prazo decadencial aludido nesta norma previdenciária foi alterado, novamente, para dez anos, com a Medida Provisória nº 183/03, convertida na Lei nº 10.839/2004.
II- A decadência, sendo instituto de direito material, só pode ser aplicada após a vigência da lei que a instituiu, portanto não deverá alcançar os benefícios concedidos antes da MP nº 1523 de 27 de junho de 1997, pelo princípio da irretroatividade. Esses benefícios serão atingidos, apenas, pela prescrição qüinqüenal da Súmula 85 do STJ.
III- Portanto, conclui-se que não ocorreu, no caso presente, prescrição de fundo de direito, considerando ser a DIB de 26/2/1988, anterior à Medida Provisória nº 1523/97 que dá nova redação ao art. 103 da Lei 8213/91, dispondo sobre decadência nas ações previdenciárias.
IV- Cumpre ressalvar que, conforme o princípio do "tempus regit act", a norma a ser aplicada é o Decreto nº 89.312/84, considerando que o benefício foi concedido em 1988 e suspenso em 1991.
V- Agravo Interno da Autora provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, por maioria, dar provimento ao recurso, nos termos do Relatório e Voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Vencido o Des Federal André Fontes.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008 (data do julgamento)

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator

V - APELACAO CRIMINAL 2002.51.08.002103-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO
APELANTE	:PAULO LOPES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:ROGERIO KAHN
APELADO	:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORIGEM	:VARA ÚNICA DE SÃO PEDRO DA ALDEIA (200251080021032)

EMENTA

PENAL - CRIME AMBIENTAL - ART.69 DA LEI Nº 9.605/98 - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO RETROATIVA - REFORMATIO IN PEJUS - ABSOLVIÇÃO - FALTA DE INTERESSE DE AGIR.
1. A prescrição não ocorreu, porém, acolhendo o determinado pelo art. 617 do CPP, é vedada a "reformatio in pejus indireta.
2. A extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva na modalidade retroativa gera os mesmos efeitos que a absolvição, torna-se patente a falta de interesse de agir do réu.
3.As anotações referentes a inquéritos policiais e processos penais devem ser excluídas da Folha de Antecedentes Criminais nas hipóteses em que resultarem na extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, arquivamento, absolvição ou reabilitação.
4. Uma vez reconhecida a prescrição punitiva estatal pelo Tribunal a quo, resta evidenciada a perda de interesse de agir do Recorrente, que busca a nulidade da ação penal diante da incompetência da Justiça Federal para seu processamento e julgamento.A prescrição da pretensão punitiva afasta todos os efeitos do delito, como se ele nunca tivesse existido.
5. Recurso prejudicado.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, julgar prejudicado o recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2008 (data do julgamento).

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator

V - APELACAO CRIMINAL 2003.51.01.542359-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO
APELANTE	:JOSE CARLOS MELLO OURIVIO
ADVOGADO	:JOAO MESTIERI
APELADO	:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORIGEM	:SETIMA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200351015423590)

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL - APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA - ART. 168-A, DO CÓDIGO PENAL - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA - RECONHECIMENTO DE OFÍCIO - ART. 61 DO CPP - JULGAMENTO DO MÉRITO PREJUDICADO .
I - A Sentença recorrida condena o ora apelante, pela prática do crime previsto no art. 168-A, por 40 vezes, na forma do art. 71, ambos do Código Penal.
II - Certificado o trânsito em julgado da sentença para a acusação, regula-se a prescrição pela pena concretamente aplicada, nos termos do §1º do art. 110 do CP, devendo ser a prescrição regida pelo prazo do inciso IV, do art. 109, do Código Penal, ou seja, em 8 (oito) anos, dada a condenação à pena de 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão, desconsiderando-se a causa de aumento pela continuidade delitiva.
III - Consideração de que o réu, ora apelante, na data da publicação da sentença (08.05.2007), já contava 74 anos de idade, o que importa no reconhecimento, nesse caso, da redução do prazo prescricional de que trata o art. 115 do CP, pelo que passa a prescrição, dessa forma, a ocorrer em 04 (quatro) anos.
IV - Entre a consumação do crime praticado no período de outubro de 1996 a janeiro de 2000 e o recebimento da Denúncia em 01.10.2004 (fls. 264/265), nota-se um lapso temporal de 04 (quatro) anos e 09 (nove) meses, o que impõe o reconhecimento da prescrição retroativa, a teor do disposto no §2º do art. 110 do Código Penal.
V - Extinta a punibilidade de JOSÉ CARLOS MELLO OURÍVIO, nos termos do art. 61 do CPP, pelo reconhecimento da ocorrência da prescrição retroativa, com fundamento no disposto nos arts. 107, IV; 109, IV c/c 110, §§1º e 2º e 115, todos do Código Penal, prejudicado o exame do mérito do recurso.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE, nos termos voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 09 de julho de 2008 (data de julgamento)

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator

PAUTA DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos EXTRAORDINARIA do dia 17 de JULHO de 2008, QUINTA-FEIRA, às 13:00 horas. Os pedidos de preferência dos processos incluídos em pauta poderão ser feitos, desde a data da inclusão, através do telefone ou no balcão da Subsecretaria desta 2**ª. Turma Especializada**.

00001	2005.51.01.500939-3 AC RJ 401734 04.03.07.01 - AVERBAÇÃO/CÔMPUTO/CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECI
RELATOR	: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
PAUTA	**: J.F. CONV. SANDRA CHALU BARBOSA**
APTE	: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS TECNICOS INDUSTRIAIS DE NIVEL MEDIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV	: CARLOS EDUARDO REIS CLETO
APDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC	: ADRIANO ALMEIDA FIGUEIRA

ÍNDICES POR ADVOGADO DA PAUTA DE 17.07.2008.

Nome do Advogado	Código OAB	Número do Processo
ADRIANO ALMEIDA FIGUEIRA	RJ088753	2005.51.01.500939-3
CARLOS EDUARDO REIS CLETO	RJ093431	2005.51.01.500939-3

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2008.

Desembargador Federal MESSOD AZULAY NETO
Presidente

SUBSECRETARIA DA 3ª TURMA ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

EXPEDIENTE Nº 9133 DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

IV - APELACAO CIVEL 2006.50.01.004686-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:PLASTICAL - PLASTICO CAPIXABA LTDA
ADVOGADO	:LANIA ROVENIA COURA DE CARVALHO E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:4ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA/ES (200650010046869)

D E C I S Ã O

Vistos, etc.

Trata-se de apelação cível (fls. 66/75) interposta por PLASTICAL - PLÁSTICO CAPIXABA LTDA. em face da UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, objetivando reformar a sentença (fls. 60/63) que julgou improcedente o pedido deduzido nos embargos à execução fiscal, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC, sem condenação em custas e honorários advocatícios.
Em sua apelação, a embargante alega, em síntese, a nulidade da certidão de dívida ativa por ausência de requisitos formais de validade, a inconstitucionalidade do acréscimo de 20% (vinte por cento) do Decreto-Lei nº 1025/69 e a inconstitucionalidade da Taxa SELIC.
Sem contra-razões, os autos subiram a este Tribunal e foram a mim distribuídos como relator.
Manifestação do Ministério Público Federal (fls. 83) pela desnecessidade de sua intervenção no feito.
Considerando que a matéria encontra-se pacificada na jurisprudência, inclusive no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, passo a decidir com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, e no artigo 43, § 1º, II, do Regimento Interno deste Tribunal.
O art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 6.830/80 e os arts. 202 e 203, do CTN, estabelecem diversos requisitos à formação do Termo de Inscrição em Dívida Ativa, cujos elementos devem ser reproduzidos na Certidão de Dívida Ativa (CDA), sob pena de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente.
Todavia, a jurisprudência tem atenuado o rigor de tais normas e aplicado nos casos em concreto o princípio estampado no brocado *pas de nullité sans grief* (não há nulidade sem prejuízo), no sentido de que se a CDA indicar perfeitamente o devedor e especificar a exigência fiscal, indicando os dispositivos legais pertinentes, eventual omissão eventual omissão incapaz de causar prejuízo ao executado não macula o processo.
Na hipótese vertente, a certidão (fls. 28/29) estabelece de forma expressa toda a fundamentação legal que deu origem ao crédito tributário, demonstrando, de forma discriminada, o valor do principal, dos juros e da multa.
A aplicação da taxa SELIC, por sua vez, encontra-se prevista no art. 13 da Lei nº. 9.065/95:

"Art. 13. A partir de 1º de abril de 1995, os juros de que tratam a alínea c do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, com a redação dada pelo art. 6º da Lei nº 8.850, de 28 de janeiro de 1994, e pelo art. 90 da Lei nº 8.981, de 1995, o art. 84, inciso I, e o art. 91, parágrafo único, alínea a.2, da Lei nº 8.981, de 1995, serão equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente."

A incidência da Taxa SELIC nas execuções fiscais é a concretização do princípio da eqüidade no direito tributário, na medida em que tal índice também é aplicado nas ações de compensação e de repetição de indébito tributário.
Assim vem decidindo o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça:

"APLICABILIDADE DA SELIC NAS EXECUÇÕES FISCAIS.
A incidência da Taxa SELIC, na correção dos débitos fiscais, é a expressão do princípio da eqüidade, em matéria tributária. Isto porque a restituição devida, pelo Poder Público, aos contribuintes, também é submetida ao mesmo índice.
O Supremo Tribunal Federal, em mais de uma oportunidade, ressaltou: a aplicação da taxa SELIC propicia "rigorosa igualdade de tratamento entre o contribuinte e o fisco" (ADI nº 2214-MC/MS, rel. o Min. Maurício Corrêa; ADI-MC nº 1933, Rel. Min. Nelson Jobim)"

"RECURSO ESPECIAL - ALÍNEA "A" - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - CDA - CRITÉRIO DE CÁLCULO DOS JUROS DE MORA - APLICAÇÃO DA TAXA SELIC - POSSIBILIDADE - ITERATIVOS PRECEDENTES.
É firme a orientação deste Sodalício no sentido da aplicabilidade da Taxa SELIC para a cobrança de débitos fiscais, entendimento consagrado pela colenda Primeira Seção quando do julgamento dos EREsps 291.257/SC, 399.497/SC e 425.709/SC, Relator Ministro Luiz Fux, j. 14.05.03.
Na mesma esteira, os seguintes precedentes: REsp 462710/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU 09.06.2003; REsp 475.904/PR, Relator Min. José Delgado, DJU 12.05.2003; REsps 596.198/PR, DJU 14.06.2004, e 443.343/RS, DJU 24.11.2003, ambos relatados por este Magistrado.
Recurso especial provido."
(RESP 586039/MG. Rel. Min. Franciulli Netto. Segunda Turma. DJ. 08.11.2004. p. 208.)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. MASSA FALIDA. JUROS ANTERIORES À QUEBRA. EXIGIBILIDADE. ENCARGO PREVISTO NO DL Nº 1.025/69. NATUREZA DE DESPESA JUDICIAL. APLICAÇÃO CONCOMITANTE COM A VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL. LEI Nº 7.718/88. JUROS DE MORA. TAXA SELIC. LEI Nº 9.065/95. TERMO A QUO DE SUA INCIDÊNCIA. UTILIZAÇÃO EM PERÍODOS DIVERSOS DE OUTROS ÍNDICES. PRECEDENTES.
[...] *Omissis.*
3. O art. 13 da Lei nº 9.065/95 dispõe que "a partir de 1º de abril de 1995, os juros de que tratam a alínea 'c' do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, com a redação dada pelo art. 6º da Lei nº 8.850, de 28 de janeiro de 1994, e pelo art. 90 da Lei n º 8.981, de 1995, o art. 84, inciso I, e o art. 91, parágrafo único, alínea 'a' 2, da Lei nº 8.981, de 1995, serão equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC - para títulos federais, acumulada mensalmente".
4. Havendo legislação específica determinando a cobrança dos juros de acordo com a referida Taxa e não havendo limite para os mesmos, devem eles ser aplicados ao débito exeqüendo e calculados, após tal data, de acordo com a referida lei, que inclui, para a sua aferição, a correção monetária do período em que ela foi apurada. A aplicação dos juros, *in casu*, afasta a cumulação de qualquer índice de correção monetária a partir de sua incidência. Este fator de atualização de moeda já se encontra considerado nos cálculos fixadores da referida Taxa. Sem base legal a pretensão do Fisco de só ser seguido tal sistema de aplicação dos juros quando o contribuinte requerer administrativamente a restituição. A referida
Taxa é aplicada em períodos diversos dos demais índices de correção monetária, como IPC/INPC e UFIR. Juros pela Taxa SELIC só a partir da sua instituição. Entretanto, frise-se que não é a mesma cumulada com quaisquer outros índices de correção monetária.
[...] *Omissis*
9. Recurso especial não provido."
(RESP 668253/PR. Rel. Min. José Delgado. Primeira Turma. DJ. 01.02.2005. p. 452.)

Insta esclarecer que a taxa SELIC é a conjugação das perdas inflacionárias com os juros reais. Desta forma, a sua aplicação afasta a incidência de quaisquer outros índices de atualização.
Ressalte-se, por fim, que a jurisprudência é uníssona no sentido da legitimidade da cobrança do encargo previsto no Decreto-Lei nº 1.025/69 nas execuções fiscais ajuizadas pela União Federal, como se pode inferir dos seguintes arestos:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITOS TRIBUTÁRIOS. APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. LEGALIDADE. ENCARGO PREVISTO NO DECRETO-LEI 1.025/69. CABIMENTO.
1. Esta Corte já uniformizou o entendimento no sentido de que a aplicação da taxa SELIC em débitos tributários é plenamente cabível, porquanto fundada no art. 13 da Lei 9.065/95.
2. Nos termos da Súmula 168 do extinto TFR, "o encargo de 20%, do Decreto-Lei 1.025, de 1969, é sempre devido nas execuções fiscais da União e substitui, nos embargos, a condenação do devedor em honorários advocatícios". A Primeira Seção, ao apreciar os EREsp 252.668/MG (Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 12.5.2003), ratificou o entendimento contido na súmula referida.
3. Agravo regimental desprovido.
(AgRg no Ag 929.373/SP, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 10.12.2007 p. 333)"

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS. ENCARGO DE 20% DO DECRETO-LEI Nº 1.025/69. ART. 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. ADESÃO AO PAES. DESISTÊNCIA. VERBA DE SUCUMBÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.
1. Não enseja conhecimento o recurso especial, quanto à alegação de ofensa ao art. 535, II, do CPC, quando o recorrente deixa de indicar sobre quais matérias teriam persistido as falhas, limitando-se a expor argumentos genéricos que não traduzem especificamente em que consistiu a suposta negativa de prestação jurisdicional.
2. Para o conhecimento do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional, faz-se necessário que a norma infraconstitucional tida como contrariada - no caso os arts. 142, 145, 149 e 150, caput e § 4º, do CTN - tenha sido objeto de análise pela instância de origem, sob pena de não ser conhecido por ausência de prequestionamento. Incidência da Súmula 282/STF.
3. Não enseja interposição de recurso especial matéria que não foi ventilada no acórdão atacado e que tampouco foi objeto de análise em sede de embargos de declaração.
4. O encargo de 20%, disposto no Decreto-Lei nº 1.025/69, tem a finalidade de cobrir despesas com a cobrança da Dívida Ativa da União.
5. Em execução fiscal promovida pela Fazenda Nacional, os honorários advocatícios já foram incluídos no valor do encargo de 20%, mostrando-se, assim, impertinente nova condenação em honorários.
6. O legislador não restringiu o recolhimento do encargo para custear apenas as despesas com execução fiscal, tanto é assim que expressamente consignou que a verba se destina, entre outros, a custear "taxas, custas e emolumentos relacionados com a execução fiscal e a defesa judicial", o que quer dizer que aí estariam abrangidos os incidentes processuais relacionados com a ação executiva, incluindo-se os embargos do devedor.
7. Recurso especial da Fazenda Nacional conhecido em parte e não provido. Recurso especial de Distribuidora de Bebidas Dois Pingüins Ltda. não conhecido.
(REsp 979.540/PE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 04.10.2007, DJ 18.10.2007 p. 345)"

"PROCESSUAL CIVIL. ADESÃO AO REFIS. EXECUÇÃO MOVIDA PELA FAZENDA NACIONAL. DESISTÊNCIA DOS EMBARGOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. Nas hipóteses de embargos à execução fiscal promovida pela Fazenda Nacional há a inclusão do encargo legal do Decreto-Lei nº 1.025/69; a desistência não acarreta, portanto, a condenação em honorários advocatícios. Precedentes.
2. O encargo legal de 20% previsto no Decreto-Lei nº 1.025/69 se destina a atender a despesas diversas relativas à arrecadação de tributos não pagos pelos contribuintes, abrangendo inclusive a verba sucumbencial e deve ser recolhido aos cofres da União.
3. Recurso especial provido.
(REsp 940.469/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 11.09.2007, DJ 25.09.2007 p. 226)"

Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO à apelação e ao agravo retido, com base no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, com redação dada pela Lei nº. 9.756/98, e no art. 43, § 1º, II, do Regimento Interno deste Tribunal.
Transcorrido o prazo recursal, feitas as anotações de praxe, remetam-se estes autos à vara de origem para as providências devidas.
Intimem-se.
Rio de Janeiro, 04 de julho de 2008.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2007.51.04.003621-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:ADLON MAC STANLY MALTA
ADVOGADO	:NELSON LOPES DE ALMEIDA E OUTROS
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:SEM PROCURADOR
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA (200751040036216)

D E C I S Ã O

Vistos, etc.

Trata-se de apelação interposta por ADLON MAC STANLY MALTA em face da UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da sentença (fls. 102/107) que julgou liminarmente improcedente o pedido de restituição das contribuições descontadas do autor, enquanto segurado aposentado que retornou ao trabalho, nos termos do art. 285-A, do CPC, com a condenação no pagamento de custas e honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.
Em suas razões (fls. 109/112), alega, em síntese, que não existem benefícios que justifiquem a cobrança de contribuição incidente sobre a remuneração obtida nas atividades desempenhadas pelos segurados que retornam ao trabalho, de forma que tal incidência estaria estabelecendo uma relação solidária desarrazoada.
Sem contra-razões, os autos foram remetidos a este Tribunal e a mim distribuídos como Relator.
Considerando que a matéria encontra-se pacificada na jurisprudência, inclusive no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, passo a decidir com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, e no artigo 43, § 1º, II, do Regimento Interno deste Tribunal.
De acordo com o art. 12, §4º, da Lei nº 8.212/91, acrescentado pela Lei nº 9.032/97, "o aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social - RGPS que estiver exercendo ou voltar a exercer a atividade abrangida por este regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata esta Lei, para fins de custeio da Seguridade Social".
Assim, embora o aposentado não faça mais jus à prestação alguma da Previdência em decorrência do exercício dessa atividade, poderá ser beneficiário do salário família e da reabilitação profissional, quando desempregado, nos termos do art. 18, §2º, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.528/97.
O Supremo Tribunal Federal já pacificou entendimento no sentido de que a contribuição previdenciária do aposentado que retorna à atividade está em perfeita consonância com o princípio da universalidade do custeio, previsto no art. 195, da Constituição federal, como se pode inferir dos seguintes arestos:
"1. RECURSO. Extraordinário. Acórdão com dupla fundamentação suficiente. Impugnação de um só dos fundamentos. Subsistência do fundamento infraconstitucional. Preclusão consumada. Não conhecimento. Aplicação da Súmula 283. É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.
2. RECURSO. Extraordinário. Inadmissiblidade. Contribuição Previdenciária. Aposentado que retorna ou permanece em atividade. Incidência. Jurisprudência assentada. Ausência de razões consistentes. Decisão mantida. Agravo regimental improvido. Nega-se provimento a agravo regimental tendente a impugnar, sem razões consistentes, decisão fundada em jurisprudência assente na Corte.
(STF, AI-AgR 397337/RS - Rel. Min. Cezar Peluso - D.J.: 14/08/2007)"

"Contribuição previdenciária: aposentado que retorna à atividade: CF, 201, § 4º, L. 8.212/91, art. 12: aplicação à espécie, mutatis mutandis, da decisão plenária da ADIn 3.105, red. P/acórdão Peluso, DJ 18.02.05. A contribuição previdenciária do aposentado que retorna à atividade está amparada no princípio da universalidade do custeio da Previdência Social (CF, art. 195); o art. 201, §4º, da Constituição Federal "remete à lei os casos em que a contribuição repercute nos benefícios" (STF, RE 437640/RS, Min. Sepúlveda Pertence, D.J: 05/09/2006")"

Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO à apelação, com base no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, com redação dada pela Lei nº. 9.756/98, e no art. 43, § 1º, II, do Regimento Interno deste Tribunal.
Transcorrido o prazo recursal, feitas as anotações de praxe, remetam-se estes autos à vara de origem para as providências devidas.
Intimem-se.
Rio de Janeiro, 01 de julho de 2008.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1996.50.01.004975-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:ARMANDO BRIOSCHI
ADVOGADO	:GILBERTO ALVARES DOS SANTOS E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (9600049750)

D E C I S Ã O

Vistos, etc.

Trata-se de apelação interposta por ARMANDO BRIOSCHI em face da UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da sentença (fls. 52/58) que julgou o feito extinto com resolução de mérito, com base no art. 269, IV, do CPC, pronunciando a decadência do direito do autor de pleitear a repetição do indébito referente às parcelas pagas a título de empréstimo compulsório sobre combustíveis.
Em suas razões (fls. 62/69) aduz, em síntese, a inocorrência da decadência e da prescrição, tendo em vista que nos tributos sujeitos à lançamento por homologação o prazo para a repetição do indébito é decenal.
Com contra-razões (fls. 71 v.), os autos foram remetidos a este Tribunal e a mim distribuídos como Relator.
Manifestação do Ministério Público Federal, às fls. 75, pela desnecessidade de sua intervenção no feito.
Considerando que a matéria encontra-se pacificada na jurisprudência, inclusive no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, passo a decidir com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, e no artigo 43, § 1º, II, do Regimento Interno deste Tribunal.
Inicialmente, ressalto que o prazo para o contribuinte pleitear a restituição ou a compensação do indébito é prescricional e não decadencial, tendo em vista que o prazo é para o exercício de uma pretensão, estando relacionado ao direito de ação.
O empréstimo compulsório é submetido ao lançamento por homologação, que tem como característica o procedimento iniciado pelo próprio contribuinte, que cientifica o fisco da ocorrência do fato gerador e, antecipadamente, calcula o valor devido, realizando o recolhimento.
Efetuado este recolhimento, a autoridade lançadora homologará os valores (se o recolhimento corresponde à quantia efetivamente apurada pelo fisco), ou lançará o valor equivalente à parcela faltosa.
A homologação dar-se-á de forma expressa (com o pronunciamento do órgão) ou tácita (quedando-se silente a autoridade lançadora), e é o decurso do prazo decadencial de cinco anos para o exercício do direito potestativo do fisco de efetuar o lançamento e constituir o crédito tributário, que determina a homologação tácita.
Deste modo, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação (ou auto-lançamento, como alguns o denominam), o crédito tributário, quase que a um tempo, se constitui e se extingue no momento da homologação pelo órgão titular da competência tributária ativa.
Se a extinção do crédito tributário não se dá pelo mero recolhimento, entende-se que o prazo prescricional qüinqüenal não terá como termo inicial o recolhimento, mas a homologação dos valores recolhidos, a qual, quase sempre, ocorre tacitamente, isto é, cinco anos após a ocorrência do fato gerador (§4º do artigo 150 do Código Tributário Nacional).
Destarte, no que concerne a esses tributos, o Superior Tribunal de Justiça consagrou o entendimento segundo o qual o prazo prescricional que assiste ao contribuinte para repetir o indébito ou proceder à compensação perfaz o total de dez anos a partir da ocorrência do fato gerador (cinco anos a contar da homologação tácita, que ocorre cinco anos após a ocorrência do fato gerador).
Todavia o art. 3º, da Lei Complementar nº 118/2005, a pretexto de interpretar os arts. 150, §1º e 168, I, do CTN, conferiu-lhes um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário, inovando no plano normativo, por retirar de tais disposições justamente a exegese tida como correta pelo Superior Tribunal de Justiça, intérprete e guardião da legislação federal.
Diante de tal fato, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do ERESP 327.043/DF, entendeu que tal dispositivo somente é aplicável às situações constituídas a partir da data da sua vigência, ou seja, após 09.06.2005, em razão da *vacatio legis* de 120 dias prevista no art. 4º, do diploma legal em comento.
Confirmando esse posicionamento, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade no EREsp nº. 644.736/PE, declarou a inconstitucionalidade da parte final do artigo 4º da Lei Complementar nº. 118/2005: "*...observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, inciso I, da Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional*".
O referido julgado está assim ementado:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. LEI INTERPRETATIVA. PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA A REPETIÇÃO DE INDÉBITO, NOS TRIBUTOS SUJEITOS A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. LC 118/2005: NATUREZA MODIFICATIVA (E NÃO SIMPLESMENTE INTERPRETATIVA) DO SEU ARTIGO 3º. INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, NA PARTE QUE DETERMINA A APLICAÇÃO RETROATIVA.
1. Sobre o tema relacionado com a prescrição da ação de repetição de indébito tributário, a jurisprudência do STJ (1ª Seção) é no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo de cinco anos, previsto no art. 168 do CTN, tem início, não na data do recolhimento do tributo indevido, e sim na data da homologação - expressa ou tácita - do lançamento. Segundo entende o Tribunal, para que o crédito se considere extinto, não basta o pagamento: é indispensável a homologação do lançamento, hipótese de extinção albergada pelo art. 156, VII, do CTN. Assim, somente a partir dessa homologação é que teria início o prazo previsto no art. 168, I. E, não havendo homologação expressa, o prazo para a repetição do indébito acaba sendo, na verdade, de dez anos a contar do fato gerador.
2. Esse entendimento, embora não tenha a adesão uniforme da doutrina e nem de todos os juízes, é o que legitimamente define o conteúdo e o sentido das normas que disciplinam a matéria, já que se trata do entendimento emanado do órgão do Poder Judiciário que tem a atribuição constitucional de interpretá-las.
3. O art. 3º da LC 118/2005, a pretexto de interpretar esses mesmos enunciados, conferiu-lhes, na verdade, um sentido e um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário. Ainda que defensável a 'interpretação' dada, não há como negar que a Lei inovou no plano normativo, pois retirou das disposições interpretadas um dos seus sentidos possíveis, justamente aquele tido como correto pelo STJ, intérprete e guardião da legislação federal.
4. Assim, tratando-se de preceito normativo modificativo, e não simplesmente interpretativo, o art. 3º da LC 118/2005 só pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir da sua vigência.
5. O artigo 4º, segunda parte, da LC 118/2005, que determina a aplicação retroativa do seu art. 3º, para alcançar inclusive fatos passados, ofende o princípio constitucional da autonomia e independência dos poderes (CF, art. 2º) e o da garantia do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI).
6. Argüição de inconstitucionalidade acolhida."
(AI no EREsp nº. 644.736/PE. Corte Especial. Relator Ministro Teori Albino Zavascki. Data do julgamento 06.06.2007. DJ 27.08.2007, p. 170).

Como bem observado no voto do eminente Relator do julgado acima transcrito, na aplicação do artigo 3º da LC 118/2005, deve-se atentar à regra clássica de direito intertemporal, segundo a qual o termo inicial do novo prazo será o da data da vigência da lei que o estabelece, salvo se a prescrição, iniciada na vigência da lei antiga, vier a se completar, segundo aquela lei, em menos tempo. De forma que, nos termos em que ficou consignado naquele voto:

"com o advento da LC 118/2005, a prescrição, do ponto de vista prático, deve ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09.06.2005), o prazo para a ação de repetição do indébito é de cinco a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova."

Como a ação foi ajuizada em 23 de julho de 1996 e o fato gerador mais remoto do tributo operou-se em 24 de julho de 1986 (data de sua instituição pelo Decreto-lei nº 2.288/86), o direito de ação não foi atingido pela prescrição.
O Estado editou o Decreto-lei nº 2288/86 instituindo empréstimo compulsório a ser exigido dos consumidores de combustível - gasolina ou álcool - para veículos automotores, bem como dos adquirentes de automóveis de passeio e utilitários (art. 10).
O empréstimo calculado sobre o consumo de combustível era cobrado, junto com o preço do produto, pelas empresas refinadoras, distribuidoras e varejistas de gasolina e álcool e recolhido pelas refinadoras, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 12).
Aos poucos as decisões dos Tribunais de todo o País foram se firmando no sentido de reconhecer o empréstimo em causa como verdadeiro tributo, não podendo ser cobrado no ano da sua instituição por força do princípio da anterioridade da lei tributária.
Em 1º.12.94, O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da instituição do empréstimo compulsório sobre a aquisição de combustíveis (RE 175.385-SC, DJ de 24.02.95), conforme mencionado na sentença.
A lei dispensou a apresentação de documento de recolhimento do empréstimo, estabelecendo, desde logo, como seria feita a sua devolução.
Ademais, o verbete nº 11 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal dispõe:
"É desnecessária a apresentação dos comprovantes de aquisição de combustíveis - gasolina ou álcool carburante - na ação de restituição do empréstimo compulsório instituído pelo Decreto-Lei nº 2288, de 23 de julho de 1986, que estabeleceu, desde logo, a sistemática de cálculo para sua devolução (art. 16)".
Aqueles que tiverem as notas fiscais de consumo de combustível no período mencionado poderão optar entre pedir a repetição de acordo com o que foi efetivamente recolhido ou de acordo com o estabelecido no DL nº 2.288/86.
No caso em exame, o autor ARMANDO BRIOSCHI comprovou que permaneceu proprietário do veículo na competência no período de fevereiro de 1984 a março de 1996 (docs. 09/10), fazendo jus à devolução nos termos da lei que instituiu o empréstimo em questão.
Observa-se que, apesar de as certidões do DETRAN não informarem o tipo de combustível utilizado, pela marca do veículo (Ford modelo Belina), conclui-se que somente pode ser movido a álcool ou gasolina.
A Primeira Seção do e. STJ assentou a orientação de que os índices a serem utilizados na repetição ou compensação de indébito tributário são os seguintes: IPC, em janeiro e fevereiro de 1989, e de março/1990 a fevereiro/1991; INPC, de março a dezembro/1991; UFIR, de janeiro/1992 a dezembro/1995. A partir de janeiro de 1996, aplica-se, exclusivamente, a taxa SELIC, ressaltando-se que, para os meses de janeiro e fevereiro de 1989, os percentuais são, respectivamente, de 42,72% e 10,14%. (EREsp 548711/PE, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25.04.2007, DJ 28.05.2007 p. 278).
No período anterior a fevereiro de 1989, deve ser aplicada a OTN, índice de correção monetária então em vigor.
Releva ressaltar, em relação ao índice aplicável a título de juros, que a Lei 9.250/95, em seu artigo 39, §4º, previu expressamente a incidência da taxa SELIC, no âmbito do direito tributário, aos créditos a serem compensados ou restituídos.
Do cotejo da norma acima com a do parágrafo único do artigo 167 do Código Tributário Nacional, extrai-se que os dispositivos se completam, tendo como melhor interpretação a incidência do parágrafo único do artigo 167 do CTN a partir do trânsito em julgado da sentença e a aplicação do §4º do artigo 39 da Lei 9250/95 a partir de 1º/01/1996.
No caso em tela, como a decisão ainda não transitou em julgado, a norma a ser aplicada é a prevista no §4º do artigo 39 da Lei 9.250/95.
Insta esclarecer que a taxa calculada pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (TAXA SELIC) é a conjugação das perdas inflacionárias com os juros reais. Desta forma, sua aplicação afasta a incidência de quaisquer outros índices de atualização do *quantum* compensável.
Confiram-se os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA. PIS. COMPENSAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TAXA SELIC.
1.*Omissis.*
2.A jurisprudência do STJ firmou-se pela inclusão dos expurgos inflacionários na repetição/compensação de indébito, utilizando-se: a) o IPC, no período de janeiro/89 a janeiro/91; b) o INPC de fevereiro/1991 a dezembro/1991; e c) a partir de janeiro/1992, a aplicação da UFIR, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 8.383/91, até janeiro de 1996, a partir de quando deverá incidir a Taxa SELIC. O índice de janeiro/89 é de 42,72% (REsp 43.055/SP, DJ de 18/12/95). (...)
3.Embargos de declaração acolhidos, apenas determinar a incidência da correção monetária e da taxa SELIC na forma acima explicitada".
(EERESP 506339/PR; DJ. 15/03/2004. P. 161. Rel Min. Luiz Fux. 1ª Turma).

"TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TAXA SELIC. TERMO INICIAL DE SUA APLICAÇÃO: TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA OU EDIÇÃO DA LEI 9.250/95.
1.A orientação prevalente no âmbito da 1ª Seção firmou-se no sentido do paradigma, podendo ser sintetizada da seguinte forma: (a) antes do advento da Lei 9.250/95, incidia a correção monetária desde o pagamento indevido até a restituição ou compensação (Súmula 162/STJ), acrescida de juros de mora a partir do trânsito em julgado (Súmula 188/STJ), nos termos do art. 167, § único, do CTN; (b) após a edição da LEI 9.250/95, aplica-se a taxa Selic desde o recolhimento indevido, ou, se for o caso, a partir de 1º.01.1996, não podendo ser cumulada, porém, com qualquer outro índice, seja de atualização monetária, seja de juros, porque a SELIC inclui, a um só tempo, o índice de inflação do período e a taxa de juros real.
2. Embargos de divergência providos".
(ERESP 267080/SC. DJ 10/11/2003. P. 150. Rel. Min. Teori Albino Zavascki. 1ª Seção).

Quanto à verba honorária, considerando a complexidade da lide, esta turma vem entendendo razoável a sua fixação no percentual de 5% sobre o valor da condenação.
Diante do exposto, com base no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, com redação dada pela Lei nº. 9.756/98, e no art. 43, § 1º, II, do Regimento Interno deste Tribunal, DOU PROVIMENTO à apelação para reformar a sentença e julgar o pedido procedente para determinar a repetição dos valores pagos a título de empréstimo compulsório no período não atingido pela prescrição, acrescido de correção monetária e juros moratórios nos termos da fundamentação supra.
Transcorrido o prazo recursal, feitas as anotações de praxe, remetam-se estes autos à Vara de origem para as providências devidas.
Intimem-se.
Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

III - AGRAVO 2008.02.01.010710-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
AGRAVANTE	:CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 5 REGIAO-RJ
ADVOGADO	:FLAVIA ALESSANDRA DE FREITAS
AGRAVADO	:LUCI DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200651015211897)

D E C I S Ã O

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto pelo CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 5ª REGIÃO contra a decisão proferida pelo juiz da 2ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ que, nos autos da execução fiscal nº 2006.51.01.521189-7, oportunizou ao recorrente a retificação da certidão de dívida ativa, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção.
O magistrado de 1º grau considerou que os conselhos de fiscalização, conforme decidido pelo STF, no julgamento da ADIN nº 1.717, sujeitam-se ao princípio da legalidade (artigo 150, I, da CF/88) e não podem ter seus valores fixados ou aumentados por simples resolução; que o artigo 2º da Lei 11.000/04, ao delegar aos referidos conselhos o poder de fixar as contribuições anuais, afronta o princípio constitucional da legalidade; por fim, entendeu abalada a liquidez e certeza do título executivo em face da exorbitância dos limites legais aplicáveis ao crédito tributário em questão.
Por sua vez, o recorrente alega, em síntese, que a Lei 6.994/82 foi expressamente revogada pelo artigo 87 da Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB), que apesar de referir-se à classe profissional exclusiva, trouxe dispositivo genérico que se aplica a todos os Conselhos Profissionais; que a anuidade é fixada com base em patamares máximo e mínimo estabelecidos pelo Conselho Federal, não havendo valoração arbitrária; que a decisão agravada entendeu, indevidamente, que a Lei nº 11.000/2004 é inconstitucional; que uma vez aprovada e sancionada, a lei só pode ser declarada inconstitucional por via própria; que tal inconstitucionalidade está sendo discutida na ADIn nº 3.408, que ainda não tem posição definida, estando, portanto, em vigor a Lei nº 11.000/2004.
Pelas razões expostas na decisão hostilizada, nota-se que o juiz a quo deu à lei e aos fatos razoável interpretação, o que recomenda a sua manutenção.
Primeiramente, vale dizer que somente no regime constitucional anterior, os supracitados conselhos detinham competência para instituir tais contribuições posto que estas não possuíam caráter tributário.
Em que pese a argumentação expendida pela recorrente, certo é que o STJ pacificou o entendimento de que as anuidades dos conselhos profissionais, à exceção da OAB, têm natureza tributária e, por isso, seus valores somente podem ser fixados nos limites estabelecidos em lei.
O Plenário desta Corte também já firmou posicionamento no mesmo sentido:
COMPETÊNCIA INTERNA. EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÃO DE INTERESSE DE CATEGORIA PROFISSIONAL. NATUREZA JURÍDICA TRIBUTÁRIA. TURMA ESPECIALIZADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.
1. Doutrina e jurisprudência já se posicionaram no sentido de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais, à exceção da OAB, possuem natureza jurídica tributária. 2. O art. 3º da Resolução n. 36/2004 deste Tribunal atribuiu à 3ª e 4ª Turmas Especializadas em matéria tributária a competência para apreciar e julgar "as questões pertinentes aos tributos, inclusive contribuições", dirimindo, em definitivo, a matéria relativa à competência para julgar remessa ex officio em execução fiscal de contribuição de interesse de categoria profissional, quer porque o mesmo trata de questão pertinente a tributo, quer por se tratar de contribuição. 3. Conflito conhecido e provido para declarar a competência da 4ª Turma Especializada.
(TRF 2ª Região - CONFLITO DE COMPETENCIA - 7336 - Processo: 2002.02.01.000086-4 - UF : ES - Órgão Julgador: PLENÁRIO - Data Decisão: 07/12/2006 Documento: TRF200159156 - DJU DATA:27/12/2006 PÁGINA: 3 - Relator: JUIZA LILIANE RORIZ)

EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO. FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. ANUIDADE. CARÁTER TRIBUTÁRIO. - Cuida-se de Conflito Negativo de Competência suscitado pelo Exmo. Desembargador Federal Reis Friede nos autos da Apelação Cível em Execução Fiscal, por entender que a questão trazida nos autos (natureza jurídica das anuidades cobradas pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA) é de natureza tributária, diferentemente do entendimento do Exmo. Desembargador Federal Alberto Nogueira. - Os Tribunais Superiores, quer o Supremo Tribunal Federal (STF, RE 138284, DJ 28/8/92), quer o Superior Tribunal de Justiça (STJ, RESP 652554, DJ 16/11/04; RESP 273674, DJ 27/5/02) já definiram, que a natureza jurídica das anuidades é de caráter tributário, só havendo divergência nas Cortes Superiores, quanto às anuidades da OAB, o que in casu não tem qualquer pertinência, pelo que se impõe acolher o conflito negativo de competência, reconhecendo-se a mesma em favor da Egrégia 4ª Turma Especializada. - Por derradeiro, esta Egrégia Corte Regional decidiu no mesmo diapasão epigrafado (TRF/2R, CC, processo no. 2002.02.01.000086-4, Relatora Desembargadora Federal Liliane Roriz, Plenário, unânime, julgamento 7 de dezembro de 2006). - Conflito acolhido para declarar competente a 4a. Turma Especializada desta Egrégia Corte Regional.
(TRIBUNAL - SEGUNDA REGIÃO - Classe: CONFLITO DE COMPETENCIA - 7348 - Processo: 1991.50.01.004956-7 - UF : ES - Órgão Julgador: PLENÁRIO - Data da Decisão: 01/03/2007 - Documento: TRF200161713 - DJU DATA:19/03/2007 PÁGINA: 217 - Relator: JUIZ POUL ERIK DYRLUND)

Por outro lado, na ADIN 1717-6/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade parcial do art. 58, da Lei 9.649/98, nos seguintes termos:
DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 58 E SEUS PARÁGRAFOS DA LEI FEDERAL Nº 9.649, DE 27.05.1998, QUE TRATAM DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS. 1. Estando prejudicada a Ação, quanto ao § 3º do art. 58 da Lei nº 9.649, de 27.05.1998, como já decidiu o Plenário, quando apreciou o pedido de medida cautelar, a Ação Direta é julgada procedente, quanto ao mais, declarando-se a inconstitucionalidade do "caput" e dos § 1º, 2º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do mesmo art. 58. 2. Isso porque a interpretação conjugada dos artigos 5°, XIII, 22, XVI, 21, XXIV, 70, parágrafo único, 149 e 175 da Constituição Federal, leva à conclusão, no sentido da indelegabilidade, a uma entidade privada, de atividade típica de Estado, que abrange até poder de polícia, de tributar e de punir, no que concerne ao exercício de atividades profissionais regulamentadas, como ocorre com os dispositivos impugnados. 3. Decisão unânime (Rel. Min. Sydney Sanches, Tribunal Pleno, DJU 28/03/03)..

Dessa forma, me parece que a Lei nº. 11.000/2004, ao ensejar a possibilidade de fixação das anuidades pelos próprios Conselhos, incorreu no mesmo vício contido no art. 58 da Lei nº. 9.649/98, já declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
Corroborando tal ponto de vista o Egrégio Tribunal Regional Federal - 4ª Região, julgando o INAMS-20067200001284-9/SC, em 11.04.07, declarou a inconstitucionalidade do termo "fixar" constante do *caput* do artigo 2º da Lei 11.000-04, bem como da integralidade do § 1º do referido artigo, por violação ao artigo 150, I da CF/88.
Por outro lado, não vislumbro perigo de lesão grave e de difícil reparação aos interesses do recorrente, sendo certo que o agravante sequer fundamentou adequadamente este requisito necessário à concessão do efeito suspensivo pretendido.
Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso, nos termos do artigo 557 do CPC.
Oportunamente, remeta-se à vara de origem, observados os procedimentos de praxe.
Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

III - AGRAVO 2008.02.01.010706-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
AGRAVANTE	:CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 5 REGIAO-RJ
ADVOGADO	:FLAVIA ALESSANDRA DE FREITAS
AGRAVADO	:MARISE CONCEICAO VIEIRA VALENTE
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200451015399956)

D E C I S Ã O

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto pelo CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 5ª REGIÃO contra a decisão proferida pelo juiz da 2ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ que, nos autos da execução fiscal nº 2004.51.01.539995-6.
O magistrado de 1º grau considerou que os conselhos de fiscalização, conforme decidido pelo STF, no julgamento da ADIN nº 1.717, sujeitam-se ao princípio da legalidade (artigo 150, I, da CF/88) e não podem ter seus valores fixados ou aumentados por simples resolução; que o artigo 2º da Lei 11.000/04, ao delegar aos referidos conselhos o poder de fixar as contribuições anuais, afronta o princípio constitucional da legalidade; por fim, entendeu abalada a liquidez e certeza do título executivo em face da exorbitância dos limites legais aplicáveis ao crédito tributário em questão.
Por sua vez, o recorrente alega, em síntese, que a Lei 6.994/82 foi expressamente revogada pelo artigo 87 da Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB), que apesar de referir-se à classe profissional exclusiva, trouxe dispositivo genérico que se aplica a todos os Conselhos Profissionais; que a anuidade é fixada com base em patamares máximo e mínimo estabelecidos pelo Conselho Federal, não havendo valoração arbitrária; que a decisão agravada entendeu, indevidamente, que a Lei nº 11.000/2004 é inconstitucional; que uma vez aprovada e sancionada, a lei só pode ser declarada inconstitucional por via própria; que tal inconstitucionalidade está sendo discutida na ADIn nº 3.408, que ainda não tem posição definida, estando, portanto, em vigor a Lei nº 11.000/2004.
Pelas razões expostas na decisão hostilizada, nota-se que o juiz a quo deu à lei e aos fatos razoável interpretação, o que recomenda a sua manutenção.
Primeiramente, vale dizer que somente no regime constitucional anterior, os supracitados conselhos detinham competência para instituir tais contribuições posto que estas não possuíam caráter tributário.
Em que pese a argumentação expendida pela recorrente, certo é que o STJ pacificou o entendimento de que as anuidades dos conselhos profissionais, à exceção da OAB, têm natureza tributária e, por isso, seus valores somente podem ser fixados nos limites estabelecidos em lei.
O Plenário desta Corte também já firmou posicionamento no mesmo sentido:

COMPETÊNCIA INTERNA. EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÃO DE INTERESSE DE CATEGORIA PROFISSIONAL. NATUREZA JURÍDICA TRIBUTÁRIA. TURMA ESPECIALIZADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.
1. Doutrina e jurisprudência já se posicionaram no sentido de que as anuidades cobradas pelos Conselhos Profissionais, à exceção da OAB, possuem natureza jurídica tributária. 2. O art. 3º da Resolução n. 36/2004 deste Tribunal atribuiu à 3ª e 4ª Turmas Especializadas em matéria tributária a competência para apreciar e julgar "as questões pertinentes aos tributos, inclusive contribuições", dirimindo, em definitivo, a matéria relativa à competência para julgar remessa ex officio em execução fiscal de contribuição de interesse de categoria profissional, quer porque o mesmo trata de questão pertinente a tributo, quer por se tratar de contribuição. 3. Conflito conhecido e provido para declarar a competência da 4ª Turma Especializada.
(TRF 2ª Região - CONFLITO DE COMPETENCIA - 7336 - Processo: 2002.02.01.000086-4 - UF : ES - Órgão Julgador: PLENÁRIO - Data Decisão: 07/12/2006 Documento: TRF200159156 - DJU DATA:27/12/2006 PÁGINA: 3 - Relator: JUIZA LILIANE RORIZ)

EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO. FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. ANUIDADE. CARÁTER TRIBUTÁRIO. - Cuida-se de Conflito Negativo de Competência suscitado pelo Exmo. Desembargador Federal Reis Friede nos autos da Apelação Cível em Execução Fiscal, por entender que a questão trazida nos autos (natureza jurídica das anuidades cobradas pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA) é de natureza tributária, diferentemente do entendimento do Exmo. Desembargador Federal Alberto Nogueira. - Os Tribunais Superiores, quer o Supremo Tribunal Federal (STF, RE 138284, DJ 28/8/92), quer o Superior Tribunal de Justiça (STJ, RESP 652554, DJ 16/11/04; RESP 273674, DJ 27/5/02) já definiram, que a natureza jurídica das anuidades é de caráter tributário, só havendo divergência nas Cortes Superiores, quanto às anuidades da OAB, o que in casu não tem qualquer pertinência, pelo que se impõe acolher o conflito negativo de competência, reconhecendo-se a mesma em favor da Egrégia 4ª Turma Especializada. - Por derradeiro, esta Egrégia Corte Regional decidiu no mesmo diapasão epigrafado (TRF/2R, CC, processo no. 2002.02.01.000086-4, Relatora Desembargadora Federal Liliane Roriz, Plenário, unânime, julgamento 7 de dezembro de 2006). - Conflito acolhido para declarar competente a 4a. Turma Especializada desta Egrégia Corte Regional.
(TRIBUNAL - SEGUNDA REGIÃO - Classe: CONFLITO DE COMPETENCIA - 7348 - Processo: 1991.50.01.004956-7 - UF : ES - Órgão Julgador: PLENÁRIO - Data da Decisão: 01/03/2007 - Documento: TRF200161713 - DJU DATA:19/03/2007 PÁGINA: 217 - Relator: JUIZ POUL ERIK DYRLUND)

Por outro lado, na ADIN 1717-6/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade parcial do art. 58, da Lei 9.649/98, nos seguintes termos:
DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 58 E SEUS PARÁGRAFOS DA LEI FEDERAL Nº 9.649, DE 27.05.1998, QUE TRATAM DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS. 1. Estando prejudicada a Ação, quanto ao § 3º do art. 58 da Lei nº 9.649, de 27.05.1998, como já decidiu o Plenário, quando apreciou o pedido de medida cautelar, a Ação Direta é julgada procedente, quanto ao mais, declarando-se a inconstitucionalidade do "caput" e dos § 1º, 2º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do mesmo art. 58. 2. Isso porque a interpretação conjugada dos artigos 5°, XIII, 22, XVI, 21, XXIV, 70, parágrafo único, 149 e 175 da Constituição Federal, leva à conclusão, no sentido da indelegabilidade, a uma entidade privada, de atividade típica de Estado, que abrange até poder de polícia, de tributar e de punir, no que concerne ao exercício de atividades profissionais regulamentadas, como ocorre com os dispositivos impugnados. 3. Decisão unânime (Rel. Min. Sydney Sanches, Tribunal Pleno, DJU 28/03/03)..

Dessa forma, me parece que a Lei nº. 11.000/2004, ao ensejar a possibilidade de fixação das anuidades pelos próprios Conselhos, incorreu no mesmo vício contido no art. 58 da Lei nº. 9.649/98, já declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
Corroborando tal ponto de vista o Egrégio Tribunal Regional Federal - 4ª Região, julgando o INAMS-20067200001284-9/SC, em 11.04.07, declarou a inconstitucionalidade do termo "fixar" constante do *caput* do artigo 2º da Lei 11.000-04, bem como da integralidade do § 1º do referido artigo, por violação ao artigo 150, I da CF/88.
Por outro lado, não vislumbro perigo de lesão grave e de difícil reparação aos interesses do recorrente, sendo certo que o agravante sequer fundamentou adequadamente este requisito necessário à concessão do efeito suspensivo pretendido.
Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso, nos termos do artigo 557 do CPC.
Oportunamente, remeta-se à vara de origem, observados os procedimentos de praxe.
Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO 2008.02.01.006061-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
EMBARGANTE	:ERNANI BALTAZAR SANTOS BARBOSA E OUTROS
ADVOGADO	:JORGE DE SOUZA COSTA
EMBARGADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
DECISÃO EMBARGADA.	:FLS. 139/142
ORIGEM	:VIGÉSIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9000553326)

D E C I S Ã O

Os agravantes, irresignados com a decisão de fls. 139/142, opõem embargos de declaração, com base no art. 535 e 536 do CPC, objetivando afastar dúvida, omissão e contradição que entendem existentes no julgado e prequestionar a matéria.
Sustentam os recorrentes inicialmente a necessidade do prequestionamento, aduzindo que não só pediram a aplicação de juros e correção monetária entre a data da expedição do precatório e a do efetivo pagamento como a aplicação destes entre a data do cálculo e a da expedição até a data do efetivo pagamento.
Os embargos de declaração devem observância ao artigo 535 do CPC, ou seja, há que ter ocorrido obscuridade, contradição ou omissão, o que não é o caso.
O que pretendem o embargantes é a reapreciação da matéria, o que não é possível, pois a via eleita não é a adequada. Veja-se:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE INDICAÇÃO DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA DE MÉRITO. INOBSERVÂNCIA DAS EXIGÊNCIAS DO ARTIGO 535, E INCISOS, DO CPC. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESERVAÇÃO DO VALOR RELA DA MOEDA. DESNECESSIDADE DE ALEGAÇÃO NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA.
1.Inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum no que pertine ao redirecionamento da execução fiscal, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535, do CPC.
2. ...
3. ...
Embargos rejeitados."
(STJ. EDAGA 427168/DF. T1. Min. Luiz Fux. DJ de 20.05.03).

O recurso interposto, ainda que com o fim de pré-questionamento, deve observância ao artigo 535, do CPC.
Neste sentido a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR.
JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA A PARTIR DA ÚLTIMA CONTA. MATÉRIA TRATADA SOB A ÓTICA INFRACONSTITUCIONAL.
A jurisprudência já pacificada desta Corte Superior se orienta "no sentido de que incidem juros moratórios no precatório complementar no período entre a data da última conta homologada e o conseqüente pagamento" (REsp n. 135.010/DF, rel. Min. Ari Pargendler, DJU de 17.11.97).
A presente controvérsia restou apreciada sob o prisma infraconstitucional, de acordo com a remansosa jurisprudência deste Sodalício.
A apreciação de tema de índole constitucional refoge da competência atribuída a este Sodalício, consoante se depreende do artigo 105,inciso III, da Carta Política.
"Mesmo nos embargos de declaração com fim de pré-questionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535 do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção
pretoriana integrativa, a hipótese de erro material). Esse recurso não é meio hábil ao reexame da causa." (REsp. n. 11.465/SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJU de 15.2.1993).
Embargos de declaração rejeitados."
(EDRESP nº 462420/DF. T2. Min. Franciulli Neto. DJ de 22.09.03).

Vale esclarecer, que efeitos modificativos aos embargos de declaração são admissíveis, excepcionalmente, quando manifesto o equívoco, o que não é o caso.
Como bem observado na decisão de fls. 139/142, o ato judicial atacado está devidamente fundamentado e não é abusivo.
Isto posto, NEGO PROVIMENTO aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

III - AGRAVO 99.02.14707-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
AGRAVANTE	:VALEPAR S/A
ADVOGADO	:LEO KRAKOWIAK E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9900081595)

D E C I S Ã O

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por VALEPAR S/A contra a decisão proferida pelo juiz da 16ª Vara Federal/RJ que, nos autos do mandado de segurança nº 99.0008159-5, indeferiu o pedido de liminar visando suspender a exigibilidade do crédito tributário referente à Contribuição Social sobre o Lucro relativa ao ano-base de 1998.
O efeito suspensivo ativo pleiteado foi indeferido pelo Desembargador Federal Ney Fonseca.
Posteriormente, a Desembargadora Federal Maria Helena, em agravo regimental interposto pela VALEPAR S/A, reconsiderou a decisão agravada e deferiu a liminar para desobrigar a agravante ao recolhimento da contribuição social sobre o lucro relativa ao ano-base de 1998 (fls. 280/282).
Parecer do Ministério Público Federal, às fls. 304, pelo provimento do recurso.
Após, a Turma negou provimento ao agravo regimental interposto pela União Federal (fls. 313).
Acontece que o juiz *a quo* proferiu sentença nos autos que deram ensejo a este agravo, denegando a segurança e mantendo os efeitos da decisão liminar proferida neste agravo, conforme cópia de fls. 205/208.
Porém, tendo em vista que a sentença proferida em mandado de segurança é dotada de auto-executoriedade há de se reconhecer a ausência de interesse recursal no processamento do presente agravo, restando o mesmo prejudicado, pela superveniente perda de objeto.
Isto posto, NEGO SEGUIMENTO ao agravo, nos termos do artigo 557 do CPC.
Oportunamente, remeta-se o feito à vara de origem, observadas as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2000.02.01.053957-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:VALEPAR S/A
ADVOGADO	:LEO KRAKOWIAK E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9900081595)

D E C I S Ã O

Vistos, etc.

Trata-se de apelação interposta por VALEPAR S/A em face da UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da sentença (fls. 308/311) que denegou a ordem pleiteada em mandado de segurança pleiteando o reconhecimento do direito de não ser penalizada por, não sendo empregadora, não efetuar o recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro relativa ao ano-base de 1998.
Em suas razões (318/336), aduz, em síntese, que a Lei nº 7.689/88, ao indicar como contribuintes da CSL as "pessoas jurídicas" em geral, foi além da competência outorgada pelo art. 195, I, da Constituição Federal, em vigor à época de sua edição, que indicava como contribuinte somente o 'empregador'.
Com contra-razões (fls. 371/373), os autos subiram a este Tribunal e foram distribuídos à Desembargadora Federal Maria Helena Cisne.
Manifestação do Ministério Público Federal (fls 380/383) pelo provimento do recurso.
Por força da especialização das turmas deste tribunal, os autos foram redistribuídos e me vieram conclusos no dia 31 de março de 2005.
Considerando que a matéria encontra-se pacificada na jurisprudência, inclusive no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, passo a decidir com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, e no artigo 43, § 1º, II, do Regimento Interno deste Tribunal.
A contribuição social sobre o lucro é um tributo que, dentro da teoria qüinquipartite, adotada pelo Supremo Tribunal Federal, se enquadra com contribuição especial para a seguridade social, encontrando fundamento no art. 195, da Constituição Federal, que assim dispõe:

"Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:
I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidente sobre: (...)
b) a receita ou o faturamento;
c) o lucro(...)"

A redação atual do referido dispositivo foi dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, modificando a redação original, que dispunha: "(...) I - dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro".
A tese autoral no sentido de que os sujeitos passivos da CSL seriam somente os empregadores, no significado definido pela CLT, busca fundamento na interpretação literal do art. 195, da Constituição Federal, em sua redação original.
Ocorre que a interpretação constitucional não se baseia apenas no elemento literal, sobretudo quando o constituinte utiliza uma linguagem plástica na qual a mesma palavra tem uma acepção na linguagem corrente e uma outra acepção técnica.
Diante de tal conflito exegético, devemos levar em conta que a Constituição não é um depósito de normas isoladas, e sim uma unidade, devendo as normas constitucionais ser interpretadas sistematicamente, buscando assegurar a máxima efetividade de suas disposições.
Um dos princípios que regem a seguridade social é justamente o da universalidade do custeio, consagrado no *caput* do art. 195, da Constituição Federal.
Assim, a redação original do inciso I, do art. 195, deve ser interpretada sistematicamente com o *caput* do mesmo dispositivo, entendendo-se como "empregadores" as empresas de um modo geral, e não apenas as que se enquadram no conceito positivado na CLT, como posteriormente consagrado na Emenda Constitucional nº 20/98, por serem potencialmente empregadoras, eis que quando se tem uma atividade economicamente organizada nela se integram o capital e o trabalho visando à legítima expectativa de criação de lucro.
Tal interpretação prestigia, ainda, o elemento teleológico, tendo em vista que a finalidade foi a de buscar a justiça distributiva, com o financiamento da seguridade social por toda a sociedade, e não o estímulo à constituição de empresas automatizadas ou com burlas trabalhistas visando a elisão fiscal.
Nesta esteira, o Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento de que a seguridade social deve ser financiada por toda a sociedade, de modo que as empresas potencialmente empregadoras não estão excluídas desta obrigação tributária, como se pode inferir dos seguintes arestos:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO: COFINS - PIS - FINSOCIAL. C.F., art. 195, I.
I - Pessoa jurídica habilitada a operar, admitindo trabalhadores. O vocábulo empregador inscrito no art. 195, I, C.F, compreende a pessoa jurídica empregadora em potencial.
II - Agravo não provido.
(RE-AgR 364215/PR; Rel. Min. Carlos Velloso. Julgamento: 17/08/2004; Órgão julgador: Segunda Turma; Publicação: DJ 03/09/2004 PP - 00032)"

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. COFINS. PESSOA JURÍDICA SEM EMPREGADOS. EXIGÊNCIA.
1. O enunciado do art. 195, caput, da CF/88 "a seguridade social será financiada por toda a sociedade" revela a intenção do legislador constituinte de não excluir de ninguém a responsabilidade de custeá-la. O vocábulo "empregador" constante do inciso I desse artigo abrange a pessoa jurídica empregadora em potencial. Precedentes: RE 335.256-AgR e RE 442.735-AgR.
2. Agravo regimental improvido. (RE-AgR 249841/PR, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJ 05/05/2006 PP - 00034)"

"Agravo regimental em recurso extraordinário.
omissis.
Art. 195, I, CF/88. Expressão 'empregador'. Pessoa jurídica potencial empregadora. Predecentes.
Agravo regimental a que se nega provimento. (RE-AgR 354017/SC, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJ 03/02/2006 PP - 00075)"

Diante do exposto, com base no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, com redação dada pela Lei nº. 9.756/98, e no art. 43, § 1º, II, do Regimento Interno deste Tribunal, NEGO SEGUIMENTO ao recurso, nos termos da fundamentação supra.
Transcorrido o prazo recursal, feitas as anotações de praxe, remetam-se estes autos à Vara de origem para as providências devidas.
Intimem-se.
Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

EXPEDIENTE Nº 9134 DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

REMESSA EX-OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 2001.02.01.025595-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
PARTE AUTORA	:POSTO VAGALUME LTDA
ADVOGADO	:JOSE CARLOS BARROS AMADO E OUTRO
PARTE RÉ	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:RICARLOS ALMAGRO V. CUNHA
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 8A VARA-RJ
ORIGEM	:OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9800321292)

D E C I S Ã O

Vistos, etc.

Trata-se de remessa oficial de sentença que, nos autos da ação ordinária nº 98.00.32129-2, ajuizada pelo POSTO VAGALUME LTDA em face do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, julgou parcialmente procedente o pedido para reconhecer o direito da autora de compensar os valores recolhidos a título de contribuição previdenciária incidente sobre pagamentos efetuados a trabalhadores autônomos e avulsos, instituída nos arts. 3º da Lei nº 7.787/89, e 22 , inciso I, da Lei nº 8.212/91, com valores devidos a

título de contribuição patronal, nos termos do artigo 66 da Lei nº 8.383/91, observando-se os limites fixados nas Leis nº 9.032/95 e 9.129/95, no que diz respeito aos valores recolhidos após o advento desses diplomas legais, corrigidos monetariamente, no período pretérito a janeiro de 1992, pelos mesmos índices utilizados pela Fazenda na correção de seus créditos, incluindo-se os índices expurgados da inflação, constantes da Tabela de Atualização de Precatórios da Justiça Federal e, após janeiro de 1992 pela UFIR, até 1º de janeiro de 1996, quando incidirá a SELIC, mais a incidência de juros moratórios de 1% ao mês.
É o relatório. Decido.
Em relação à prescrição, o Superior Tribunal de Justiça consagrou o entendimento segundo o qual, no que concerne aos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional que assiste ao contribuinte para repetir o indébito ou proceder à compensação perfaz o total de dez anos a partir da ocorrência do fato gerador (cinco anos a contar da homologação tácita, que ocorre cinco anos após a ocorrência do fato gerador).
Todavia o art. 3º, da Lei Complementar nº 118/2005, a pretexto de interpretar os arts. 150, §1º e 168, I, do CTN, conferiu-lhes um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário, inovando no plano normativo, por retirar de tais disposições justamente a exegese tida como correta pelo Superior Tribunal de Justiça, intérprete e guardião da legislação federal.
Diante de tal fato, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do ERESP 327.043/DF, entendeu que tal dispositivo somente é aplicável às situações constituídas a partir da data da sua vigência, ou seja, após 09.06.2005, em razão da *vacatio legis* de 120 dias prevista no art. 4º, do diploma legal em comento.
Confirmando esse posicionamento, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade no EREsp nº. 644.736/PE, declarou a inconstitucionalidade da parte final do artigo 4º da Lei Complementar nº. 118/2005: "*...observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, inciso I, da Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional*".
O referido julgado está assim ementado:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. LEI INTERPRETATIVA. PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA A REPETIÇÃO DE INDÉBITO, NOS TRIBUTOS SUJEITOS A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. LC 118/2005: NATUREZA MODIFICATIVA (E NÃO SIMPLESMENTE INTERPRETATIVA) DO SEU ARTIGO 3º. INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, NA PARTE QUE DETERMINA A APLICAÇÃO RETROATIVA.
1. Sobre o tema relacionado com a prescrição da ação de repetição de indébito tributário, a jurisprudência do STJ (1ª Seção) é no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo de cinco anos, previsto no art. 168 do CTN, tem início, não na data do recolhimento do tributo indevido, e sim na data da homologação - expressa ou tácita - do lançamento. Segundo entende o Tribunal, para que o crédito se considere extinto, não basta o pagamento: é indispensável a homologação do lançamento, hipótese de extinção albergada pelo art. 156, VII, do CTN. Assim, somente a partir dessa homologação é que teria início o prazo previsto no art. 168, I. E, não havendo homologação expressa, o prazo para a repetição do indébito acaba sendo, na verdade, de dez anos a contar do fato gerador.
2. Esse entendimento, embora não tenha a adesão uniforme da doutrina e nem de todos os juízes, é o que legitimamente define o conteúdo e o sentido das normas que disciplinam a matéria, já que se trata do entendimento emanado do órgão do Poder Judiciário que tem a atribuição constitucional de interpretá-las.
3. O art. 3º da LC 118/2005, a pretexto de interpretar esses mesmos enunciados, conferiu-lhes, na verdade, um sentido e um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário. Ainda que defensável a 'interpretação' dada, não há como negar que a Lei inovou no plano normativo, pois retirou das disposições interpretadas um dos seus sentidos possíveis, justamente aquele tido como correto pelo STJ, intérprete e guardião da legislação federal.
4. Assim, tratando-se de preceito normativo modificativo, e não simplesmente interpretativo, o art. 3º da LC 118/2005 só pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir da sua vigência.
5. O artigo 4º, segunda parte, da LC 118/2005, que determina a aplicação retroativa do seu art. 3º, para alcançar inclusive fatos passados, ofende o princípio constitucional da autonomia e independência dos poderes (CF, art. 2º) e o da garantia do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI).
6. Argüição de inconstitucionalidade acolhida."
(AI no EREsp nº. 644.736/PE. Corte Especial. Relator Ministro Teori Albino Zavascki. Data do julgamento 06.06.2007. DJ 27.08.2007, p. 170).

Como bem observado no voto do eminente Relator do julgado acima transcrito, na aplicação do artigo 3º da LC 118/2005, deve-se atentar à regra clássica de direito intertemporal, segundo a qual o termo inicial do novo prazo será o da data da vigência da lei que o estabelece, salvo se a prescrição, iniciada na vigência da lei antiga, vier a se completar, segundo aquela lei, em menos tempo. De forma que, nos termos em que ficou consignado naquele voto:

"com o advento da LC 118/2005, a prescrição, do ponto de vista prático, deve ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09.06.2005), o prazo para a ação de repetição do indébito é de cinco a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova."

No presente caso, a ação foi ajuizada em dezembro de 1998, estando prescritos os valores recolhidos no período anterior a dezembro de 1988.
No mérito, propriamente dito, o Plenário do Colendo Supremo Tribunal Federal, julgando os recursos extraordinários nºs. 166772-9/RS e 177296-4/RS, declarou a inconstitucionalidade da expressão "avulsos, autônomos e administradores" contida no inciso I do artigo 3º da Lei nº 7.787/89.
Posteriormente, o Senado Federal, através da Resolução nº 14/95, publicada no DJ de 28/4/1995, suspendeu a execução da expressão "avulsos, autônomos e administradores" do referido inciso.
A inconstitucionalidade das palavras "empresários e autônomos", contidas no artigo 22, inciso I, da Lei 8.212/91, também foi declarada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento definitivo da ADIN nº 1102-2, em sessão do dia 05/10/95.
Diante da inexistência de relação jurídica entre as partes, quanto ao pagamento da contribuição para a seguridade social, incidente sobre a folha de salário, no tocante aos valores pagos a "avulsos, autônomos e administradores", na forma prevista nas Leis nºs. 7.787/89 e 8.212/91, resta evidente o direito da autora pleitear a compensação do montante pago indevidamente.
Vale lembrar que nos termos da Súmula 34, deste Tribunal Regional Federal, "*A contribuição previdenciária sobre a remuneração paga aos administradores, autônomos e avulsos, tendo sido declarada inconstitucional, pode ser compensada com contribuições da mesma espécie, desnecessária a comprovação de inexistência de repercussão ou repasse, dada à sua natureza de tributo direto*."
Em se tratando de créditos advindos de recolhimentos efetuados a título de tributo declarado inconstitucional, deve ser afastada a limitação à compensação imposta pelas Leis nºs. 9.032/95 e 9.129/95 (25% e 30%, respectivamente).
Nesse sentido, confiram-se:

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AUTÔNOMOS, AVULSOS E ADMINISTRADORES. PROVA DA NÃO REPERCUSSÃO. DESNECESSIDADE. TRIBUTO DIRETO. PRECEDENTES. COMPENSAÇÃO. LIMITES INSTITUÍDOS PELAS LEIS 9032 E 9129 DE 1995. INAPLICABILIDADE. EXAÇÃO DECLARADA INCONSTITUCIONAL. EFEITOS DA DECLARAÇÃO.
À jurisprudência recente desta Corte adotou posicionamento de que a contribuição em tela possui natureza de tributo direto, sendo admissível a repetição do indébito e a compensação, sem a exigência de prova do não repasse.
Diante de uma situação de normalidade, ou seja, tendo em vista exação válida perante o ordenamento jurídico, a lei aplicável, em matéria de compensação tributária, será aquela vigente na data do encontro de créditos e débitos, pois neste momento é que surge efetivamente o direito à compensação, de acordo com os cânones traçados pelo Direito Privado a tal instituto, que devem ser respeitados pela lei tributária, ex vi do art. 110 do Código Tributário Nacional.
Diversa será, no entanto, a situação quando houver declaração de inconstitucionalidade do tributo, tendo em vista que tal declaração expunge do mundo jurídico a norma, que será considerada inexistente ab initio. Sua nulidade contamina, ab ovo, a exação por ela criada, que será considerada, a partir da declaração de inconstitucionalidade, devido aos seus efeitos erga omnes, como se nunca tivesse existido. O direito à restituição do indébito que emana deste ato de pagar tributo inexistente dar-se-á, na espécie, por meio de compensação tributária, não podendo, em hipótese alguma, ser limitado, sob pena de ofensa ao primado da supremacia da Constituição. E isso porque, o limite à compensação, seja de 25% ou 30%, torna parte do pagamento válido, concedendo, assim, eficácia parcial a lei nula de pleno direito.
Embargos de divergência rejeitados."
(EREsp 189052/SP, Rel. Ministro PAULO MEDINA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12.03.2003, DJ 03.11.2003, p. 242).

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE A REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES, AUTÔNOMOS E AVULSOS. ART. 3º, I, DA LEI N. 7.787/89 E ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. TRIBUTO DECLARADO INCONSTITUCIONAL. COMPENSAÇÃO. NÃO-INCIDÊNCIA DOS LIMITES FIXADOS PELAS LEIS N. 9.032 E 9.129/95. EMPRESAS OPTANTES PELO "SIMPLES". ART. 17 DA LEI 9.317/96. LEGITIMIDADE DA UNIÃO.
1. Em se tratando de créditos advindos de recolhimento de contribuição declarada inconstitucional pelo Excelso Pretório, fica afastada, por completo, a limitação à compensação imposta pelas Leis n. 9.032 e 9.129/95, qualquer que seja a data do pagamento indevido. Precedentes.
2. [...]
3. Recurso especial provido."
(REsp 379944/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 13.12.2005, DJ 13.03.2006, p. 247).

Contudo, a autora não se insurgiu contra a sentença, razão pela qual este Tribunal não pode alterar o *decisum*, nesta parte, para beneficiá-la, em detrimento da Fazenda Pública (*reformatio in pejus*).
A Lei nº. 8.383/91 assegura a compensação de créditos apurados pelo contribuinte com valores a serem pagos em períodos subseqüentes, de tributos e contribuições da mesma espécie:

"Art. 66. Nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos, contribuições federais, inclusive previdenciárias, e receitas patrimoniais, mesmo quando resultante de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a período subseqüente.
§1º A compensação só poderá ser efetuada entre tributos, contribuições e receitas da mesma espécie.
(...)".

Com a publicação da Lei 9.250, de 26/12/1995, nova condição foi imposta para que a compensação pudesse ser realizada:

"Art. 39. A compensação de que trata o art. 66 da Lei 8.383, de 30 de dezembro de 1991, com redação dada pelo art. 58 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, somente poderá ser efetuada com o recolhimento de importância correspondente a imposto, taxa, contribuição federal ou receitas patrimoniais de mesma natureza e destinação constitucional, apurado em períodos subseqüentes".

Observados os requisitos estipulados nos diplomas legais acima, não há empeço à compensação.
A correção monetária não constitui um *plus* ao patrimônio das autoras, mas somente a atualização do débito face à desvalorização da moeda, devendo incidir desde o pagamento indevido. O Superior Tribunal de Justiça já consolidou entendimento neste sentido, inclusive quanto a inclusão dos expurgos inflacionários.
No caso dos juros de mora, a autora não incorreu em erro em relação ao *quantum* recolhido aos cofres públicos, segundo diplomas legais que posteriormente foram declarados inconstitucionais. Desta forma, não pode ser penalizada pela não incidência de juros, já que para a compensação dos valores pagos indevidamente dependia desta declaração de inconstitucionalidade.
Releva ressaltar, em relação ao índice aplicável a título de juros, que a Lei 9.250/95, em seu artigo 39, §4º, previu expressamente a incidência da Taxa SELIC, no âmbito do direito tributário, aos créditos a serem compensados ou restituídos.
Do cotejo da norma acima com a do parágrafo único do artigo 167 do Código Tributário Nacional, extrai-se que os dispositivos se completam, tendo como melhor interpretação a incidência do parágrafo único do artigo 167 do CTN a partir do trânsito em julgado da sentença e a aplicação do §4º do artigo 39 da Lei 9250/95 a partir de 1º/01/1996.
No caso em tela, como a decisão ainda não transitou em julgado, a norma a ser aplicada é a prevista no §4º do artigo 39 da Lei 9.250/95.
Insta esclarecer que a taxa calculada pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (TAXA SELIC) é a conjugação das perdas inflacionárias com os juros reais. Desta forma, sua aplicação afasta a incidência de quaisquer outros índices de atualização do *quantum* compensável.
Confiram-se os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA. PIS. COMPENSAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TAXA SELIC.
1.*Omissis.*
2.A jurisprudência do STJ firmou-se pela inclusão dos expurgos inflacionários na repetição/compensação de indébito, utilizando-se: a) o IPC, no período de janeiro/89 a janeiro/91; b) o INPC de fevereiro/1991 a dezembro/1991; e c) a partir de janeiro/1992, a aplicação da UFIR, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 8.383/91, até janeiro de 1996, a partir de quando deverá incidir a Taxa SELIC. O índice de janeiro/89 é de 42,72% (REsp 43.055/SP, DJ de 18/12/95). (...)
3.Embargos de declaração acolhidos, apenas determinar a incidência da correção monetária e da taxa SELIC na forma acima explicitada".
(EERESP 506339/PR; DJ. 15/03/2004. P. 161. Rel Min. Luiz Fux. 1ª Turma).

"TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TAXA SELIC. TERMO INICIAL DE SUA APLICAÇÃO: TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA OU EDIÇÃO DA LEI 9.250/95.
1.A orientação prevalente no âmbito da 1ª Seção firmou-se no sentido do paradigma, podendo ser sintetizada da seguinte forma: (a) antes do advento da Lei 9.250/95, incidia a correção monetária desde o pagamento indevido até a restituição ou compensação (Súmula 162/STJ), acrescida de juros de mora a partir do trânsito em julgado (Súmula 188/STJ), nos termos do art. 167, § único, do CTN; (b) após a edição da LEI 9.250/95, aplica-se a taxa Selic desde o recolhimento indevido, ou, se for o caso, a partir de 1º.01.1996, não podendo ser cumulada, porém, com qualquer outro índice, seja de atualização monetária, seja de juros, porque a SELIC inclui, a um só tempo, o índice de inflação do período e a taxa de juros real.
2. Embargos de divergência providos".
(ERESP 267080/SC. DJ 10/11/2003. P. 150. Rel. Min. Teori Albino Zavascki. 1ª Seção).

Em que pese meu entendimento, a autora não apelou da sentença, razão pela qual este Tribunal não pode alterar o *decisum*, nesta parte, para beneficiá-la quanto à correção do indébito anterior a janeiro de 1992, em detrimento da Fazenda Pública (*reformatio in pejus*).
Assim, fica mantida a forma de correção consignada na sentença, com exclusão dos juros moratórios.
Diante do exposto, com base no art. 557, *caput* e § 1º-A, do Código de Processo Civil, com redação dada pela Lei nº. 9.756/98, e no art. 43, § 1º, II, do Regimento Interno deste Tribunal, DOU PARCIAL PROVIMENTO à remessa necessária para excluir os juros moratórios da correção do indébito.
Ressalto que este julgado não induz em homologação dos valores apresentados pela autora, e que o fisco tem plena liberdade para aferir a compensação, observada a legislação pertinente e os termos deste julgado.

Transcorrido o prazo recursal, feitas as anotações de praxe, remetam-se estes autos à Vara de origem para as providências devidas.
Intimem-se.
Rio de Janeiro, 10 de julho de 2008.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2004.51.01.014404-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:ALFREDO RUY BARBOSA E OUTROS
ADVOGADO	:JEFFERSON RAMOS RIBEIRO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 16A VARA-RJ
ORIGEM	:DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010144046)
PETIÇÃO Nº	:2007056426
REQUERENTE	:FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCIAL - VALIA
ADVOGADO	:ANA BEATRIZ OCCHIONI

D E S P A C H O

Em relação à petição de fls. 840/841, a requerente deve agir segundo melhor lhe parecer. Não cabe a este relator aconselhá-la.
Em, 10/07/08.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

EXPEDIENTE Nº 9135 DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

III AGRAVO 2007.02.01.011733-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
AGRAVANTE	:AMERICAN VIRGINIA INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA E OUTRO
ADVOGADO	:CARLOS ALBERTO FERNANDES E OUTRO
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:1A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DE SAO JOAO DE (200751100026581)

D E C I S Ã O
Vistos etc...
Trata-se de agravo interposto pela AMERICAM VIRGINIA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA e OUTRO em face da decisão de fls. 38/40, com o escopo de desbloquear todos os bens bloqueados e liberar a agravante para utilizar os referidos recursos para pagamentos de seus compromissos.
Conforme as movimentações processuais anexas, o juiz a quo já proferiu sentença, reconhecendo a procedência do pedido inicial para confirmar a medida cautelar concedida às fls. 23/26, revogando, na ocasião, o despacho de fls. 622/624, dos autos principais, o que acarreta a perda de objeto do presente recurso, bem como revogou o segredo de justiça.
Isto posto, NEGO SEGUIMENTO ao agravo, nos termos do artigo 557 do CPC.
Oportunamente, remeta-se o feito à vara de origem, observadas as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.01.008290-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:DINAIR BOTELHO DE LIMA E OUTROS
ADVOGADO	:FERNANDO DE PAULA FARIA E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELANTE	:ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	:MARCELO LOPES DA SILVA
APELADO	:DINAIR BOTELHO DE LIMA
ADVOGADO	:FERNANDO DE PAULA FARIA E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 24A VARA-RJ
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010082901)

D E S P A C H O

Digam as partes, querendo, no prazo sucessivo de cinco dias, sobre os embargos de declaração opostos pela parte contrária (fls. 498/507 e 512/517).
Rio de Janeiro, 10 de julho de 2008.

PAULO FREITAS BARATA
Relator

EXPEDIENTE Nº 12014 DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.000988-6

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSÉ CARLOS GARCIA
APELANTE	:JOAO FERNANDES FILHO
ADVOGADO	:MARCUS VINICIUS MENDES DE FREITAS E OUTROS
APELADO	:CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVOGADO	:MARCELO THOMPSON LANDGRAF
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010009886)

DESPACHO

Manifeste-se a parte quanto à petição de fls. 594/596, tendo em vista que a SAC - SOCIEDADE AUXILIAR DE CRÉDITO E COMÉRCIO LTDA. não consta da relação processual dos autos.

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2008.

JOSÉ CARLOS GARCIA
Juiz Federal Convocado

SUBSECRETARIA DA 3ª TURMA

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DE JULGAMENTOS

ACÓRDÃOS

EXPEDIENTE Nº 1162/2008

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.543504-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:DANIEL MALAGUTI BUENO E SILVA
APELADO	:MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	:DANIEL BUCAR CERVASIO
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200551015435047)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. IMUNIDADE. ART. 150, VI, "a", CRFB. FINALIDADE ESSENCIAL. ÔNUS DA PROVA DO MUNICÍPIO. TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO. EXISTÊNCIA DE SERVIÇO PÚBLICO ESPECÍFICO E DIVISÍVEL. COBRANÇA LEGÍTIMA.
1. A Constituição Federal, em seu art. 150, VI, "a", estende às autarquias a imunidade tributária a impostos, todavia, restringe a referida não incidência constitucionalmente qualificada aos impostos relativos ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou à dela decorrentes, nos termos do §2º, da mencionada norma.
2. Sendo a imunidade uma vedação absoluta ao poder de tributar, o Município somente pode exercer sua competência tributária no tocante ao IPTU se comprovar que o imóvel utilizado não é utilizado pela autarquia-previdenciária em suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes. Ausência de comprovação no caso em comento.
3. A Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo apresenta como fato gerador a prestação de um serviço público específico, mensurável e suscetível de ser referido a cada contribuinte, sendo a sua imposição, deste modo, legítima.
4. Sucumbência recíproca.
5. Recurso e remessa necessária, como existente, parcialmente providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso e à remessa, que se considerou existente, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 24 de junho de 2008(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.543337-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	:VANICE LIRIO DO VALLE
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200551015433373)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. IMUNIDADE. TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO. ESPECIFICIDADE E DIVISIBILIDADE.
1. O rito previsto nos arts. 730 e 731, do Código de Processo Civil é perfeitamente compatível com o procedimento da Lei de Execuções Fiscais e com o art. 100, da Constituição Federal, distinguindo-se a execução fiscal contra a Fazenda Pública apenas no tocante à inexistência de penhora, ocorrendo, desde logo, a abertura de oportunidade para a defesa e, se for o caso, a expedição de precatório.
2. As varas especializadas em execução fiscal são competentes para julgar as execuções fiscais propostas em face da União Federal.
3. A restrição prevista no §2º, do art. 150 somente se aplica às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, não alcançando a Embargante que é, assim, imune ao pagamento do IPTU, independentemente do adimplemento de qualquer condição.
3. As taxas não se encontram albergadas pela imunidade recíproca, eis que esta somente alcança os impostos.
4. A Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo apresenta como fato gerador a prestação de um serviço público específico, mensurável e suscetível de ser referido a cada contribuinte, sendo a sua imposição, deste modo, legítima.
5. Recurso e remessa necessária, como existente, parcialmente providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso e à remessa necessária, que se considerou existente, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 24 de junho de 2008(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2005.51.01.001437-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:MECTUBO ESTRUTURAS TUBULARES LTDA
ADVOGADO	:ALEXANDRE SILVA DE MATTOS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-RJ
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010014374)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGRURANÇA. CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITO COM EFEITOS DE NEGATIVA. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. PAGAMENTO. SALDO REMANESCENTE DE VALOR INSIGNIFICANTE.
1. A possível existência de resíduo, de valor ínfimo, remanescente do pagamento efetuado pelo impetrante com fins à extinção do crédito tributário não impede a concessão da certidão positiva de débito com efeitos de negativa.
2. Os demais débitos inscritos não constituem óbice à procedência do pedido, uma vez que se encontram com a exigibilidade suspensa, por força de liminar concedida em mandado de segurança.
3. Apelação e remessa necessária parcialmente providas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, dar parcial provimento ao recurso e à remessa necessária, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado. Vencido o Exmo. Sr. Juiz Federal Convocado José Neiva que dava provimento ao recurso e à remessa.
Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2006(data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

XII - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA 2005.51.01.009911-2

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO BARATA
APELANTE	:ANGLO AMERICANO ESCOLAS INTEGRADAS LTDA
ADVOGADO	:NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:MARIA ISABEL ABREU DA SILVA
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA E OUTRO
PROCURADOR	:MARCO MAGNO MANELA
APELADO	:OS MESMOS
ORIGEM	:DÉCIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010099112)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO E MANDADO DE SEGURANÇA -ILEGITIMIDADE *AD CAUSAM* DO INCRA - PRESCRIÇÃO - LC 118/2005 (INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, SEGUNDA PARTE) - CONTRIBUIÇÕES PARA O CUSTEIO DO PRORURAL - ART. 15, INCISO II, DA LC Nº 11/71 - EMPRESAS URBANAS - LEGALIDADE DA COBRANÇA - EXTINÇÃO APENAS DA CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL PELO § 1º, DO ART. 3º, DA LEI Nº 7.787/89 - PERMANÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO DE 0,2% AO INCRA NO ORDENAMENTO JURÍDICO - NATUREZA DE CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.
1. Inexistência de relação jurídico-tributária entre o INCRA e a impetrante (contribuinte), já que, no Direito Tributário, não há solidariedade ativa. Extinção do processo, sem resolução do mérito, com relação à referida autarquia.
2. Inconstitucionalidade do artigo 4º, segunda parte, da LC 118/2005, que determina a aplicação retroativa do seu artigo 3º, para alcançar inclusive fatos passados, reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça. (Argüição de Inconstitucionalidade nos Embargos de Divergência no REsp nº. 644.736/PE).
3. O prazo prescricional para pleitear o indébito nos tributos sujeitos a lançamento por homologação é de dez anos a contar da ocorrência do fato gerador, para as situações constituídas antes da entrada em vigor da LC 118/2005.
4. Na aplicação do artigo 3º da LC 118/2005, deve-se atentar à regra clássica de direito intertemporal, segundo a qual o termo inicial do novo prazo será o da data da vigência da lei que o estabelece, salvo se a prescrição, iniciada na vigência da lei antiga, vier a se completar, segundo aquela lei, em menos tempo.
5. A LC nº 11/71 instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), o qual seria custeado pelos recursos advindos da contribuição de 2% (dois por cento) devida pelo produtor sobre o valor comercial dos produtos rurais, e da contribuição de que trata o art. 3º do Decreto-lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970, a qual foi elevada para 2,6% (dois e seis décimos por cento), cabendo 2,4% (dois e quatro décimos por cento) ao FUNRURAL.
6. A questão da legalidade do recolhimento das contribuições ao FUNRURAL e ao INCRA pelas empresas urbanas encontra-se pacificada no Egrégio Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a lei não condicionou a vinculação da empresa às atividades rurais para o recolhimento das referidas contribuições, não havendo óbice a que sejam cobradas das empresas urbanas, face ao princípio da solidarização da seguridade social.
7. Com a edição da Lei nº 7.787/89, que unificou o custeio da Previdência, a contribuição para o PRORURAL de natureza previdenciária, restou abrangida pela alíquota de 20% incidente sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, nos termos do seu § 1º, do art. 3º, não sendo mais exigida, ou arrecadada, em parcela destacada.
8. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, modificando posicionamento anterior sobre a matéria, passou a entender que a contribuição destinada ao INCRA tem natureza de contribuição de intervenção no domínio econômico, razão pela qual não foi extinta pela Lei 7.787/89, de natureza previdenciária, permanecendo hígida no ordenamento jurídico (Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 770.451/SC).
9. Extinção do processo, sem resolução do mérito, com relação ao INCRA, e prejudicada sua apelação; apelação da impetrante improvida; e apelação do INSS e remessa oficial, como existente, providas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, JULGAR EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, em relação ao INCRA e PREJUDICADO o seu recurso; NEGAR PROVIMENTO ao recurso da impetrante e DAR PROVIMENTO ao recurso do INSS e à remessa oficial, que se considerou existente, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 17 de junho de 2008 (data do julgamento).

PAULO FREITAS BARATA
Relator

SUBSECRETARIA DA 4ª TURMA ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

EXPEDIENTE Nº 1 DO DIA 26 DE JUNHO DE 2008

IV - APELACAO CIVEL 1999.02.01.038173-1

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL JULIETA LIDIA LUNZ
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:IMI CORNELIUS BRASIL LTDA
ADVOGADO	:VANY ROSSELINA GIORDANO E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
ORIGEM	:DÉCIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9800074708)

D E S P A C H O

Admito os Embargos Infringentes de fls. 207/215.
À DIDRA para redistribuir.
Rio de Janeiro, 13 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2000.02.01.021388-7

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL JULIETA LIDIA LUNZ
APELANTE	:LUCIENE TAVARES DA GAMA
ADVOGADO	:CARMEN MARIA LOURENCO SERRA E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9800035206)

D E S P A C H O

Em atenção à garantia constitucional decorrente do art. 5º, LV, da Magna Carta, manifeste-se a parte contrária acerca dos embargos de declaração opostos com pedido de aplicação de efeito modificativo.
Nesse sentido, *in verbis*:

"Embargos de declaração, efeito modificativo e contraditório (CF, art. 5º, LV). Firme o entendimento do Tribunal que a garantia constitucional do contraditório exige que à parte contrária se assegure a possibilidade de manifestar-se sobre embargos de declaração que pretendam alterar decisão que lhe tenha sido favorável: precedentes."
(STF - RE 384031/AL - DJ: 06/04/2004 - Relator: Ministro Sepúlveda Pertence)

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - REMESSA EX-OFFICIO EM MS 2000.50.01.009984-7

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL JULIETA LIDIA LUNZ
PARTE AUTORA	:CREDICORES-COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS CORRETORES DE SEGUROS DO ESPIRITO SANTO
ADVOGADO	:VALERIA MARIA CID PINTO E OUTROS
PARTE RÉ	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-ES
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL VITÓRIA (200050010099847)

D E S P A C H O

Em atenção à garantia constitucional decorrente do art. 5º, LV, da Magna Carta, manifeste-se a parte contrária acerca dos embargos de declaração opostos com pedido de aplicação de efeito modificativo.
Nesse sentido, *in verbis*:

"Embargos de declaração, efeito modificativo e contraditório (CF, art. 5º, LV). Firme o entendimento do Tribunal que a garantia constitucional do contraditório exige que à parte contrária se assegure a possibilidade de manifestar-se sobre embargos de declaração que pretendam alterar decisão que lhe tenha sido favorável: precedentes."
(STF - RE 384031/AL - DJ: 06/04/2004 - Relator: Ministro Sepúlveda Pertence)

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2001.02.01.046375-6

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL JULIETA LIDIA LUNZ
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:VILLA VERDE MODAS LTDA
ADVOGADO	:MARCIA KAHN
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (0009289860)

D E S P A C H O

Em atenção à garantia constitucional decorrente do art. 5º, LV, da Magna Carta, manifeste-se a parte contrária acerca dos embargos de declaração opostos com pedido de aplicação de efeito modificativo.
Nesse sentido, *in verbis*:

"Embargos de declaração, efeito modificativo e contraditório (CF, art. 5º, LV). Firme o entendimento do Tribunal que a garantia constitucional do contraditório exige que à parte contrária se assegure a possibilidade de manifestar-se sobre embargos de declaração que pretendam alterar decisão que lhe tenha sido favorável: precedentes."
(STF - RE 384031/AL - DJ: 06/04/2004 - Relator: Ministro Sepúlveda Pertence)

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

AGRAVO INTERNO 2002.02.01.020073-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ALBERTO NOGUEIRA
AGRAVANTE	:UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO	:V. ACÓRDÃO DE FL. 1015
PARTES	:UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
	:DARCY GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:MARCELO DA COSTA HONORATO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-ES
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL VITÓRIA (9500066017)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo interno interposto pela UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL, em face do v. acórdão de fl. 105.
Insurge-se o ora agravante contra o acórdão (fl. 105) que apreciou os embargos de declaração, requerendo a reconsideração da decisão que julgou a apelação (fls. 91/92). A agravante alega, em síntese, que o entendimento firmado quanto à questão da prescrição (regra dos 5 mais 5, afastando a aplicação do art. 3º, da LC 118/2005, por entender que só se aplicar às demandas propostas a partir do prazo previsto naquele diploma legal), merece reforma, pois, por se tratar de norma interpretativa, o art. 3º, da LC 118, não se sujeita ao disposto no artigo 4º da mesma lei, tendo em vista a determinação contida no art. 106, I, do CTN. Aduz, ainda, que a jurisprudência invocada na decisão guerreada viola o disposto no art. 97, da CF/88, pelo que não se presta a sustentar a infundada tese da prescrição decenal. Requer, assim, o provimento do agravo interno para que seja reconhecida a ocorrência da prescrição qüinqüenal.
É o relatório. Passo a decidir.
O fato de os embargos interromperem o prazo para a interposição de outros recursos (art. 538, do CPC), não significa que tenha o condão de reabrir o prazo para a oposição de agravo interno contra a decisão já embargada (acórdão de fl. 105). O que se poderia admitir seria a interposição de novos embargos em face do acórdão que julgou os declaratórios anteriores.
O agravo interno foi interposto em face de acórdão que julgou os embargos de declaração. Contudo, de acordo com o disposto no artigo 241 do RI deste Tribunal, o agravo só é cabível de decisão monocrática proferida nos termos do art. 557, e § 1º -A, do CPC e do artigo 43, § 1º do RI.
Portanto, o ataque a *decisum* de órgão colegiado por via de agravo interno (recurso inadequado) consubstancia erro grosseiro, o que afasta a possibilidade da fungibilidade recursal. (AGREsp 219177/SP, Rel. Min. Dipp, DJ de 12/03/2001; AEREsp 147659, Rel. Min. Vicente Leal, DJ de 16/08/99).
Ante o exposto, nego seguimento ao agravo interno, considerando que este não é o meio processual próprio para impugnação de acórdão, nos termos do artigo 241 do RI desta Corte.
Publique-se e intime-se.
Preclusa esta decisão, remetam-se os autos à Vara de Origem, com as cautelas de estilo.
Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008

ALBERTO NOGUEIRA
Desembargador Federal - Relator

IV - APELACAO CIVEL 2002.50.01.006842-2

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL JULIETA LIDIA LUNZ
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:DORVAL ANTONIO PAZ E OUTROS
ADVOGADO	:JOSE HENRIQUE DAL PIAZ E OUTRO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-ES
ORIGEM	:SEGUNDA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (200250010068422)

D E S P A C H O

Em atenção à garantia constitucional decorrente do art. 5º, LV, da Magna Carta, manifeste-se a parte contrária acerca dos embargos de declaração opostos com pedido de aplicação de efeito modificativo.
Nesse sentido, *in verbis*:

"Embargos de declaração, efeito modificativo e contraditório (CF, art. 5º, LV). Firme o entendimento do Tribunal que a garantia constitucional do contraditório exige que à parte contrária se assegure a possibilidade de manifestar-se sobre embargos de declaração que pretendam alterar decisão que lhe tenha sido favorável: precedentes."
(STF - RE 384031/AL - DJ: 06/04/2004 - Relator: Ministro Sepúlveda Pertence)

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2002.51.04.000249-0

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL S/A
ADVOGADO	:ANDRE SIMAO SANTOS E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA (200251040002490)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta em face de sentença que denegou a segurança, por não verificar a existência de direito líquido e certo da impetrante ao crédito de valores do IPI sobre bens do ativo permanente.

Em suas razões a apelante sustenta a reforma da sentença aduzindo que o mandado de segurança é de caráter preventivo e visa ao resguardo para creditar-se em sua conta contábil, de valores que venha a suportar, bem assim daqueles suportados a título de IPI, razão pela qual não há necessidade de prova inequívoca de que esteja próxima de algum recolhimento do imposto, pois, para o andamento normal de suas atividades, o seu recolhimento é certo em decorrência de cada operação concretizada, por determinação legal.

A União Federal / Fazenda Nacional em contra-razões pugna pela manutenção da sentença, pois a formulação genérica da segurança preventiva não apresenta prova nos autos de que a impetrante, ora apelante, industrialize matérias primas, insumos e produtos intermediários nas condições que menciona, esbarrando sua pretensão no entendimento jurisprudencial.

Manifestou-se o Ministério Público Federal, opinando pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Permito-me trazer à colação a jurisprudência norteadora das decisões judiciais acerca do tema, a fim de equacionar o dinamismo atual com a enormidade de feitos que tramitam neste Gabinete, bem como no Poder Judiciário como um todo, antecipando os fundamentos da presente decisão, uma vez que o contexto jurídico atual não mais permite ilações sobre matérias que já foram reiteradamente discutidas, descabendo, pois, maiores digressões, que neste momento somente inviabilizariam a efetividade do princípio constitucional da duração razoável do processo.

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - COMPENSAÇÃO - NECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO JUDICIAL SOBRE O INDÉBITO A SER COMPENSADO - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.
1. O indébito alegado pela recorrente para efeito de compensação é a inconstitucionalidade da incidência de 8% do imposto de renda a ser calculado sobre o valor do seu lucro líquido, ajustado pela exclusão e adição de parcelas, nos termos dos arts. 35 e 36 da Lei n. 7.713/88, reconhecida pelo STF em controle difuso, intra partes.
2. Por se cuidar de mera orientação jurisprudencial do STF sem força vinculante, necessita-se de seu reconhecimento judicial, mediante declaração de sua inconstitucionalidade no bojo do próprio mandado de segurança, para, em seguida, declarar-se o direito à compensação.
3. O mandado de segurança não se presta ao reconhecimento e proteção de direito que não seja reconhecido de plano, que necessite de investigação judicial profunda, pois direito líquido e certo é o que "se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. (...) Se depender de comprovação posterior, não é líquido nem certo, para fins de segurança." (Mandado de Segurança, Hely Lopes Meirelles, ed. Malheiros, 29ª edição, p. 37).
4. O direito ao indébito tributário da contribuinte não se encontra comprovado de plano, necessitando de pronunciamento judicial para lhe conferir liquidez e certeza, o que é inviável na via estreita do mandado de segurança. Somente após este reconhecimento é que se poderia declarar o direito à compensação. Precedente: Resp 848768/MG, Rel. Min. José Delgado, DJ 6.9.2007.
Recurso especial improvido.
(Origem: STJ - Classe: RESP - Processo: 200501466470 UF: AL Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA Data da decisão: 03/04/2008 DJ DATA:14/04/2008 PÁGINA:1 - Relator: Ministro Humberto Martins)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. FATO GERADOR PRESUMIDO. NÃO REALIZAÇÃO. COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DO RECOLHIMENTO DO TRIBUTO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.
1. Mandado de segurança é instrumento para tutela do direito líquido e certo, ameaçado ou violado por ato de autoridade.
2. Só há direito líquido e certo quando o fato jurídico que lhe dá origem está demonstrado por prova pré-constituída.
3. No caso, o pressuposto fático do reconhecimento do direito de compensar é o recolhimento indevido de imposto. Sem prova desse pressuposto, a decisão teria caráter apenas normativo, condicionada à futura comprovação de um fato.
4. Recurso ordinário a que se nega provimento.
(Origem: STJ - Classe: ROMS - Processo: 200602493388 UF: CE Órgão Julgador:PRIMEIRATURMA Data da decisão: 06/11/2007 - DJ DATA:26/11/2007 PÁGINA:117 - Relator: Ministro Teori Albino Zavascki)

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. ICMS. COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS COM PRECATÓRIOS. INDEFERIMENTO DA COMPENSAÇÃO PELA AUTORIDADE FISCAL. MANDADO DE SEGURANÇA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.
1. A ausência de impugnação do fundamento nuclear do acórdão recorrido, qual seja a inadequação da via eleita, em face da necessidade de dilação probatória, o qual é suficiente para mantê-lo, enseja o não-conhecimento do recurso, incidindo, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula 283 do STF.
2. Nesse segmento, extrai-se do voto condutor a seguinte passagem, in verbis: "O mandado de segurança, nos dizeres de Alexandre de Moraes, "é uma ação constitucional, de natureza civil, cujo objeto é a proteção de direito líquido e certo, lesado ou ameaçado de lesão, por ato ou omissão de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público". (in Direito Constitucional, 15ª Edição, Ed. Atlas, pág. 165).
Com efeito, quando a norma faz menção a direito líquido e certo, quer se referir à demonstração de plano, por meio de prova documental pré-constituída, dos fatos alegados em amparo à pretensão do Impetrante, o que não é o caso da presente hipótese.
Defendem os Apelantes que os débitos fiscais que ensejaram a inscrição de seus nomes na dívida ativa do Distrito Federal já foram pagos, em razão dos pedidos de homologação de compensação tributária formulados por denúncia espontânea, objetivando a compensação com créditos provenientes de precatórios judiciais, relativamente aos meses em que o imposto não foi recolhido.
Ocorre que, consoante se observa da Notificação n.º 084/2003 (fl. 81), o pedido de compensação formulado pela empresa Apelante restou indeferido, "tendo em vista a não adequação do caso às regras previstas na legislação que rege a matéria".
O artigo 170, do Código Tributário Nacional, prevê a possibilidade da lei autorizar a compensação de créditos tributários com créditos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.
No âmbito distrital, o artigo 69, do Código Tributário do Distrito Federal, prevê tal possibilidade, cujo regramento restou estabelecido pela Lei Complementar nº 52/97, regulamentada pelo Decreto 19.211/98. No entanto, a compensação tributária foi limitada aos fatos geradores ocorridos até o dia 31 de janeiro de 2001 e, posteriormente, o limite foi estendido para o dia 31 de janeiro de 2002, consoante informado pela indigitada autoridade coatora.
Acontece que os Apelantes postulam a compensação dos tributos devidos após referida data, não preenchendo os requisitos exigidos pela lei de regência, razão pela qual não possuem direito líquido e certo à declaração de inexistência do débito fiscal.
A verificação das supostas irregularidades nos processos administrativos, que ensejaram a inscrição do nome dos Apelantes na dívida ativa do Distrito Federal, exige dilação probatória, fato este incompatível com a via estreita do presente mandamus, razão pela qual devem os Apelantes utilizar-se da via adequada para veicular tal pretensão, caso haja interesse."
3. Descabe o recurso especial quanto à suposta violação a dispositivos da Constituição Federal.
4. A interposição do recurso especial impõe que o dispositivo de Lei Federal tido por violado, como meio de se aferir a admissão da impugnação, tenha sido ventilado no acórdão recorrido, sob pena de padecer o recurso do prequestionamento, requisito essencial à admissão do mesmo, o que atrai a incidência dos Enunciados n°s 282 e nº 356 da Súmula do STF.
5. Agravo regimental desprovido.
(Origem: STJ - Classe: AGRESP - - Processo: 200601370488 UF: DF Órgão Julgador:PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 11/09/2007 - DJ DATA:08/10/2007 PÁGINA:221 - Relator: Ministro Luiz Fux)

Isso posto, com base no artigo 557, caput do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao Recurso de Apelação.
Preclusas as vias recursais, remetam-se os autos ao Juízo de origem.
Publique-se. Intimem-se.
Rio de Janeiro, 20 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.11.000732-9

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL JULIETA LIDIA LUNZ
APELANTE	:OCTAVIO IGNACIO DA ROSA
ADVOGADO	:LUIZ FERNANDO RODRIGUES CORDEIRO E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DE ANGRA DOS REIS (200251110007329)

D E S P A C H O
Em atenção à garantia constitucional decorrente do art. 5º, LV, da Magna Carta, manifeste-se a parte contrária acerca dos embargos de declaração opostos com pedido de aplicação de efeito modificativo.
Nesse sentido, *in verbis*:

"Embargos de declaração, efeito modificativo e contraditório (CF, art. 5º, LV). Firme o entendimento do Tribunal que a garantia constitucional do contraditório exige que à parte contrária se assegure a possibilidade de manifestar-se sobre embargos de declaração que pretendam alterar decisão que lhe tenha sido favorável: precedentes."
(STF - RE 384031/AL - DJ: 06/04/2004 - Relator: Ministro Sepúlveda Pertence)

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2003.02.01.008034-7

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL JULIETA LIDIA LUNZ
AGRAVANTE	:ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	:JOAO GUILHERME SAUER
AGRAVADO	:ODETTE DANTAS FONTES
ADVOGADO	:NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS
ORIGEM	:DÉCIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010053590)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão que, em ação de rito ordinário, deferiu à autora, ora agravada, a tutela antecipada, para determinar aos réus que não descontassem imposto de renda sobre os benefícios de pensão por ela recebidos.

Acolheu o MM. Juiz as alegações da autora - que trouxe aos autos elementos suficientes para comprovar ser ela portadora de cardiopatia grave, moléstia passível de isentá-la do imposto de renda, além de contar com mais de oitenta anos de idade - e considerou presentes os pressupostos para a antecipação da tutela.

Inicialmente, foi a ação proposta em face da União Federal, sobrevindo determinação do MM. Juiz *a quo* para que o Estado do Rio de Janeiro integrasse a lide, por ser ele, também, ente pagador de pensão à autora.

Inconformado com a decisão que deferiu a tutela antecipada e impediu que a pensão paga à ora apelada pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro - IASERJ sofresse os descontos do imposto de renda, pretende o agravante o recebimento do agravo no efeito suspensivo e a reforma do *decisum*, por entender que

a agravada não satisfez o requisito previsto no art. 30, § 1º, da Lei 9.250/95 e no art. 39, § 4º, do Regulamento do Imposto de Renda em vigor (RIR/99).

Recebido o agravo no efeito meramente devolutivo, manifestou-se o Ministério Público Federal opinando pelo conhecimento e não provimento do recurso, com a manutenção da decisão recorrida.

É o relatório.

Decido.

A concessão da tutela antecipada prevista no artigo 273 do CPC visa conceder aos sujeitos da relação processual um meio capaz de afastar os danos materiais decorrentes da sua demora, sendo certo que, preenchidos os requisitos legais, obtenha a parte, de forma antecipada, os efeitos do provimento jurisdicional que somente seria alcançado com o trânsito em julgado da sentença definitiva de mérito.

O artigo 273 do CPC diz que o "juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação".

Convém ressaltar que, em razão do princípio do livre convencimento motivado, adotado pela nossa legislação, a apreciação da existência ou não dos requisitos autorizadores da tutela antecipatória específica - *fumus boni iuris* e *periculum in mora* - inserem-se no poder geral de cautela do juiz.

Ademais, esta Egrégia Corte tem decidido reiteradamente que, em sede de

agravo de instrumento, as decisões monocráticas proferidas pelos juízes singulares somente devem ser reformadas quando houver manifesto abuso de poder, eivadas de ilegalidade ou se revestirem de cunho teratológico, sendo certo que a decisão recorrida não se enquadra nessas exceções.

A jurisprudência vem admitindo a concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública, em acórdãos assim ementados, *verbis*:

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - ICMS - SUSPENSÃO DE EXIGIBILIDADE - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA - POSSIBILIDADE.
1. Desde que preenchidos os respectivos pressupostos, não há óbice à concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública.
2. Recurso especial provido.
(Origem: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Classe: RECURSO ESPECIAL - Processo: 200501114038 UF: SC Órgão Julgador: SEGUNDA TURMAData da decisão: 28/08/2007- Relatora: Ministra Eliana Calmon)

RECURSO ESPECIAL - PROCESSO CIVIL - AUSÊNCIA DE VEDAÇÃO DE CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA - PRETENDIDA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - POSSIBILIDADE - ALEGADA INCONSTITUCIONALIDADE DA TAXA DE SEGURANÇA - INCOMPETÊNCIA DESTE STJ PARA EXAMINAR A QUESTÃO.
Em estudo elaborado por este Relator, ficou consignado que "foi firmado o princípio da admissibilidade da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, exceto as exceções restritivas" (cf. Domingos Franciulli Netto in "Notas sobre o

precatório na execução contra a Fazenda Pública", in Revista dos Tribunais, n. 768, outubro de 1999, p. 44).
A jurisprudência, por sua vez, orienta-se no mesmo sentido. Assim, nos termos do voto da lavra do insigne Ministro Castro Meira, "é admissível a antecipação de tutela contra a Fazenda Pública desde que efetivamente demonstrados os requisitos que ensejam a sua concessão. A Lei n.º 9.494/97

não constitui óbice aos provimentos antecipatórios contra entidades de direito público, senão nas hipótese taxativamente previstas em lei" (REsp 513.842-MG, DJ 1/3/2004).
A Lei Complementar n. 104/01 introduziu dois novos incisos ao artigo 151 do CTN, que contemplam outras hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, entre elas a concessão de tutela antecipada.
Não merece ser conhecido o recurso no que concerne à questão da constitucionalidade da Taxa de Segurança, instituída pela Lei Estadual n. 6.848, de 27.12.95. Com efeito, é comezinho que a competência do Superior Tribunal de Justiça refere-se à matéria infraconstitucional.
Recurso especial conhecido em parte e improvido.
(Origem: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Classe: RECURSO ESPECIAL - Processo: 200500028315 UF: RN Órgão Julgador: SEGUNDA TURMAData da decisão: 03/03/2005- Relator: Ministro Franciulli Netto)
Isso posto, com base no artigo 557, caput, do CPC, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intime-se. Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e arquive-se.

Rio de Janeiro, 18 junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2003.50.01.015922-5

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL JULIETA LIDIA LUNZ
APELANTE	:INSTITUTO DE ULTRA SONOGRAFIA S/C LTDA
ADVOGADO	:HELENROSE PARASSOL PEREIRA E OUTRO
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:OS MESMOS
REMETENTE	:JUIZO DA 1A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
ORIGEM	:1ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200350010159225)

D E S P A C H O
Em atenção à garantia constitucional decorrente do art. 5º, LV, da Magna Carta, manifeste-se a parte contrária acerca dos embargos de declaração opostos com pedido de aplicação de efeito modificativo. Nesse sentido, *in verbis*:

"Embargos de declaração, efeito modificativo e contraditório (CF, art. 5º, LV). Firme o entendimento do Tribunal que a garantia constitucional do contraditório exige que à parte contrária se assegure a possibilidade de manifestar-se sobre embargos de declaração que pretendam alterar decisão que lhe tenha sido favorável: precedentes."
(STF - RE 384031/AL - DJ: 06/04/2004 - Relator: Ministro Sepúlveda Pertence)

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2003.51.01.020455-5

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:CIA/ SIDERURGICA NACIONAL
ADVOGADO	:LUIZ GUSTAVO A. S. BICHARA E OUTRO
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:DÉCIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010204555)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta em face de sentença que denegou a segurança, por não verificar a existência de direito líquido e certo da impetrante.

Em suas razões a apelante sustenta a reforma da sentença aduzindo que deve ser dado interpretação extensiva ao inciso I do § 3º da Lei 10.637/2002, pois a vedação quanto à dedução da base de cálculo do PIS, das despesas relativas à compra de máquinas e equipamentos importados, estaria violando os princípios constitucionais previstos nos artigos 150, II 152 e l70, IV da CF/88.

A União Federal / Fazenda Nacional em contra-razões pugna pela manutenção da sentença, pois não há violação aos princípios mencionados pela apelante, bem como é possível ter alíquotas ou base de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.

Manifestou-se o Ministério Público Federal, opinando pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Permito-me trazer à colação a jurisprudência norteadora das decisões judiciais acerca do tema, a fim de equacionar o dinamismo atual com a enormidade de feitos que tramitam neste Gabinete, bem como no Poder Judiciário como um todo, antecipando os fundamentos da presente decisão, uma vez que o contexto jurídico atual não mais permite ilações sobre matérias que já foram reiteradamente discutidas, descabendo, pois, maiores digressões, que neste momento somente inviabilizariam a efetividade do princípio constitucional da duração razoável do processo.

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - COMPENSAÇÃO - NECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO JUDICIAL SOBRE O INDÉBITO A SER COMPENSADO - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.
1. O indébito alegado pela recorrente para efeito de compensação é a inconstitucionalidade da incidência de 8% do imposto de renda a ser calculado sobre o valor do seu lucro líquido, ajustado pela exclusão e adição de parcelas, nos termos dos arts. 35 e 36 da Lei n. 7.713/88, reconhecida pelo STF em controle difuso, intra partes.
2. Por se cuidar de mera orientação jurisprudencial do STF sem força vinculante, necessita-se de seu reconhecimento judicial, mediante declaração de sua inconstitucionalidade no bojo do próprio mandado de segurança, para, em seguida, declarar-se o direito à compensação.
3. O mandado de segurança não se presta ao reconhecimento e proteção de direito que não seja reconhecido de plano, que necessite de investigação judicial profunda, pois direito líquido e certo é o que "se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. (...) Se depender de comprovação posterior, não é líquido nem certo, para fins de segurança." (Mandado de Segurança, Hely Lopes Meirelles, ed. Malheiros, 29ª edição, p. 37).
4. O direito ao indébito tributário da contribuinte não se encontra comprovado de plano, necessitando de pronunciamento judicial para lhe conferir liquidez e certeza, o que é inviável na via estreita do mandado de segurança. Somente após este reconhecimento é que se poderia declarar o direito à compensação. Precedente: Resp 848768/MG, Rel. Min. José Delgado, DJ 6.9.2007.
Recurso especial improvido.
(Origem: STJ - Classe: RESP - Processo: 200501466470 UF: AL Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA Data da decisão: 03/04/2008 DJ DATA:14/04/2008 PÁGINA:1 - Relator: Ministro Humberto Martins)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. FATO GERADOR PRESUMIDO. NÃO REALIZAÇÃO. COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DO RECOLHIMENTO DO TRIBUTO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.
1. Mandado de segurança é instrumento para tutela do direito líquido e certo, ameaçado ou violado por ato de autoridade.
2. Só há direito líquido e certo quando o fato jurídico que lhe dá origem está demonstrado por prova pré-constituída.
3. No caso, o pressuposto fático do reconhecimento do direito de compensar é o recolhimento indevido de imposto. Sem prova desse pressuposto, a decisão teria caráter apenas normativo, condicionada à futura comprovação de um fato.
4. Recurso ordinário a que se nega provimento.
(Origem: STJ - Classe: ROMS - Processo: 200602493388 UF: CE Órgão Julgador:PRIMEIRATURMA Data da decisão: 06/11/2007 - DJ DATA:26/11/2007 PÁGINA:117 - Relator: Ministro Teori Albino Zavascki)

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. ICMS. COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS COM PRECATÓRIOS. INDEFERIMENTO DA COMPENSAÇÃO PELA AUTORIDADE FISCAL. MANDADO DE SEGURANÇA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.
1. A ausência de impugnação do fundamento nuclear do acórdão recorrido, qual seja a inadequação da via eleita, em face da necessidade de dilação probatória, o qual é suficiente para mantê-lo, enseja o não-conhecimento do recurso, incidindo, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula 283 do STF.
2. Nesse segmento, extrai-se do voto condutor a seguinte passagem, in verbis: "O mandado de segurança, nos dizeres de Alexandre de Moraes, "é uma ação constitucional, de natureza civil, cujo objeto é a proteção de direito líquido e certo, lesado ou ameaçado de lesão, por ato ou omissão de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público". (in Direito Constitucional, 15ª Edição, Ed. Atlas, pág. 165).
Com efeito, quando a norma faz menção a direito líquido e certo, quer se referir à demonstração de plano, por meio de prova documental pré-constituída, dos fatos alegados em amparo à pretensão do Impetrante, o que não é o caso da presente hipótese.
Defendem os Apelantes que os débitos fiscais que ensejaram a inscrição de seus nomes na dívida ativa do Distrito Federal já foram pagos, em razão dos pedidos de homologação de compensação tributária formulados por denúncia espontânea, objetivando a compensação com créditos provenientes de precatórios judiciais, relativamente aos meses em que o imposto não foi recolhido.
Ocorre que, consoante se observa da Notificação n.º 084/2003 (fl. 81), o pedido de compensação formulado pela empresa Apelante restou indeferido, "tendo em vista a não adequação do caso às regras previstas na legislação que rege a matéria".
O artigo 170, do Código Tributário Nacional, prevê a possibilidade da lei autorizar a compensação de créditos tributários com créditos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.
No âmbito distrital, o artigo 69, do Código Tributário do Distrito Federal, prevê tal possibilidade, cujo regramento restou estabelecido pela Lei Complementar nº 52/97, regulamentada pelo Decreto 19.211/98. No entanto, a compensação tributária foi limitada aos fatos geradores ocorridos até o dia 31 de janeiro de 2001 e, posteriormente, o limite foi estendido para o dia 31 de janeiro de 2002, consoante informado pela indigitada autoridade coatora.
Acontece que os Apelantes postulam a compensação dos tributos devidos após referida data, não preenchendo os requisitos exigidos pela lei de regência, razão pela qual não possuem direito líquido e certo à declaração de inexistência do débito fiscal.
A verificação das supostas irregularidades nos processos administrativos, que ensejaram a inscrição do nome dos Apelantes na dívida ativa do Distrito Federal, exige dilação probatória, fato este incompatível com a via estreita do presente mandamus, razão pela qual devem os Apelantes utilizar-se da via adequada para veicular tal pretensão, caso haja interesse."
3. Descabe o recurso especial quanto à suposta violação a dispositivos da Constituição Federal.
4. A interposição do recurso especial impõe que o dispositivo de Lei Federal tido por violado, como meio de se aferir a admissão da impugnação, tenha sido ventilado no acórdão recorrido, sob pena de padecer o recurso do prequestionamento, requisito essencial à admissão do mesmo, o que atrai a incidência dos Enunciados n°s 282 e nº 356 da Súmula do STF.
5. Agravo regimental desprovido.
(Origem: STJ - Classe: AGRESP - - Processo: 200601370488 UF: DF Órgão Julgador:PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 11/09/2007 - DJ DATA:08/10/2007 PÁGINA:221 - Relator: Ministro Luiz Fux)

Isso posto, com base no artigo 557, caput do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao Recurso de Apelação.
Preclusas as vias recursais, remetam-se os autos ao Juízo de origem.
Publique-se. Intimem-se.
Rio de Janeiro, 20 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2004.02.01.010315-7

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE	:FRILAB LABORATORIO MEDICO DE PATOLOGIA CLINICA S/C LTDA
ADVOGADO	:MURILO VOUZELLA DE ANDRADE E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:VARA ÚNICA DE NOVA FRIBURGO (200451050009178)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento que se encontra superado, em razão de ter sido proferido sentença, conforme Ofício juntado às fls. 195.

Isso posto:

Julgo prejudicado o agravo.

Publique-se e, após o decurso do prazo, baixem os autos.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2004.51.01.002915-4

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL JULIETA LIDIA LUNZ
APELANTE	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:PAULO CESAR AITA DE CARVALHO
ADVOGADO	:LEONARDO RZEZINSKI E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010029154)

D E S P A C H O
Em atenção à garantia constitucional decorrente do art. 5º, LV, da Magna Carta, manifeste-se a parte contrária acerca dos embargos de declaração opostos com pedido de aplicação de efeito modificativo. Nesse sentido, *in verbis*:

"Embargos de declaração, efeito modificativo e contraditório (CF, art. 5º, LV). Firme o entendimento do Tribunal que a garantia constitucional do contraditório exige que à parte contrária se assegure a possibilidade de manifestar-se sobre embargos de declaração que pretendam alterar decisão que lhe tenha sido favorável: precedentes."
(STF - RE 384031/AL - DJ: 06/04/2004 - Relator: Ministro Sepúlveda Pertence)

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2004.51.01.016039-8

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:ESPACO TOTAL S/C LTDA
ADVOGADO	:EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT E OUTROS
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:AUGUSTO FREDERICO CALDWELL DO COUTO SOUTO MAIOR
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010160398)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta em face de sentença que denegou a segurança, por não verificar a existência de direito líquido e certo da impetrante.

Em suas razões a apelante sustenta a reforma da sentença aduzindo que requereu o parcelamento especial dos débitos tributários, relativos aos fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 2003, nos termos da Lei nº 10.684/2003, destacando que a finalidade da lei mencionada é tornar possível a regularização da situação fiscal das empresas em débito com a SRF, a PGFN e o INSS.

O INSS em contra-razões pugna pela manutenção da sentença, pois os fracos argumentos da impetrante, ora apelante, queixando-se tão-somente da situação econômica do país não se pode permitir que o Poder Judiciário assuma o papel de legislador positivo, permitindo que o contribuinte inclua no parcelamento especial créditos relativos a fatos geradores ocorridos fora do prazo admitido pela lei que o criou sob pena de ferir a Constituição Federal, que veda a interferência entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Manifestou-se o Ministério Público Federal, opinando pelo não provimento do recurso.
É o relatório.
Decido.

Permito-me trazer à colação a jurisprudência norteadora das decisões judiciais acerca do tema, a fim de equacionar o dinamismo atual com a enormidade de feitos que tramitam neste Gabinete, bem como no Poder Judiciário como um todo, antecipando os fundamentos da presente decisão, uma vez que o contexto jurídico atual não mais permite ilações sobre matérias que já foram reiteradamente discutidas, descabendo, pois, maiores digressões, que neste momento somente inviabilizariam a efetividade do princípio constitucional da duração razoável do processo.

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - COMPENSAÇÃO - NECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO JUDICIAL SOBRE O INDÉBITO A SER COMPENSADO - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.
1. O indébito alegado pela recorrente para efeito de compensação é a inconstitucionalidade da incidência de 8% do imposto de renda a ser calculado sobre o valor do seu lucro líquido, ajustado pela exclusão e adição de parcelas, nos termos dos arts. 35 e 36 da Lei n. 7.713/88, reconhecida pelo STF em controle difuso, intra partes.
2. Por se cuidar de mera orientação jurisprudencial do STF sem força vinculante, necessita-se de seu reconhecimento judicial, mediante declaração de sua inconstitucionalidade no bojo do próprio mandado de segurança, para, em seguida, declarar-se o direito à compensação.
3. O mandado de segurança não se presta ao reconhecimento e proteção de direito que não seja reconhecido de plano, que necessite de investigação judicial profunda, pois direito líquido e certo é o que "se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. (...) Se depender de comprovação posterior, não é líquido nem certo, para fins de segurança." (Mandado de Segurança, Hely Lopes Meirelles, ed. Malheiros, 29ª edição, p. 37).
4. O direito ao indébito tributário da contribuinte não se encontra comprovado de plano, necessitando de pronunciamento judicial para lhe conferir liquidez e certeza, o que é inviável na via estreita do mandado de segurança. Somente após este reconhecimento é que se poderia declarar o direito à compensação. Precedente: Resp 848768/MG, Rel. Min. José Delgado, DJ 6.9.2007.
Recurso especial improvido.
(Origem: STJ - Classe: RESP - Processo: 200501466470 UF: AL Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA Data da decisão: 03/04/2008 DJ DATA:14/04/2008 PÁGINA:1 - Relator: Ministro Humberto Martins)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. FATO GERADOR PRESUMIDO. NÃO REALIZAÇÃO. COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DO RECOLHIMENTO DO TRIBUTO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.
1. Mandado de segurança é instrumento para tutela do direito líquido e certo, ameaçado ou violado por ato de autoridade.
2. Só há direito líquido e certo quando o fato jurídico que lhe dá origem está demonstrado por prova pré-constituída.
3. No caso, o pressuposto fático do reconhecimento do direito de compensar é o recolhimento indevido de imposto. Sem prova desse pressuposto, a decisão teria caráter apenas normativo, condicionada à futura comprovação de um fato.
4. Recurso ordinário a que se nega provimento.
(Origem: STJ - Classe: ROMS - Processo: 200602493388 UF: CE Órgão Julgador:PRIMEIRATURMA Data da decisão: 06/11/2007 - DJ DATA:26/11/2007 PÁGINA:117 - Relator: Ministro Teori Albino Zavascki)

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. ICMS. COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS COM PRECATÓRIOS. INDEFERIMENTO DA COMPENSAÇÃO PELA AUTORIDADE FISCAL. MANDADO DE SEGURANÇA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.
1. A ausência de impugnação do fundamento nuclear do acórdão recorrido, qual seja a inadequação da via eleita, em face da necessidade de dilação probatória, o qual é suficiente para mantê-lo, enseja o não-conhecimento do recurso, incidindo, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula 283 do STF.
2. Nesse segmento, extrai-se do voto condutor a seguinte passagem, in verbis: "O mandado de segurança, nos dizeres de Alexandre de Moraes, "é uma ação constitucional, de natureza civil, cujo objeto é a proteção de direito líquido e certo, lesado ou ameaçado de lesão, por ato ou omissão de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público". (in Direito Constitucional, 15ª Edição, Ed. Atlas, pág. 165).
Com efeito, quando a norma faz menção a direito líquido e certo, quer se referir à demonstração de plano, por meio de prova documental pré-constituída, dos fatos alegados em amparo à pretensão do Impetrante, o que não é o caso da presente hipótese.
Defendem os Apelantes que os débitos fiscais que ensejaram a inscrição de seus nomes na dívida ativa do Distrito Federal já foram pagos, em razão dos pedidos de homologação de compensação tributária formulados por denúncia espontânea, objetivando a compensação com créditos provenientes de precatórios judiciais, relativamente aos meses em que o imposto não foi recolhido.
Ocorre que, consoante se observa da Notificação n.º 084/2003 (fl. 81), o pedido de compensação formulado pela empresa Apelante restou indeferido, "tendo em vista a não adequação do caso às regras previstas na legislação que rege a matéria".
O artigo 170, do Código Tributário Nacional, prevê a possibilidade da lei autorizar a compensação de créditos tributários com créditos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.
No âmbito distrital, o artigo 69, do Código Tributário do Distrito Federal, prevê tal possibilidade, cujo regramento restou estabelecido pela Lei Complementar nº 52/97, regulamentada pelo Decreto 19.211/98. No entanto, a compensação tributária foi limitada aos fatos geradores ocorridos até o dia 31 de janeiro de 2001 e, posteriormente, o limite foi estendido para o dia 31 de janeiro de 2002, consoante informado pela indigitada autoridade coatora.
Acontece que os Apelantes postulam a compensação dos tributos devidos após referida data, não preenchendo os requisitos exigidos pela lei de regência, razão pela qual não possuem direito líquido e certo à declaração de inexistência do débito fiscal.
A verificação das supostas irregularidades nos processos administrativos, que ensejaram a inscrição do nome dos Apelantes na dívida ativa do Distrito Federal, exige dilação probatória, fato este incompatível com a via estreita do presente mandamus, razão pela qual devem os Apelantes utilizar-se da via adequada para veicular tal pretensão, caso haja interesse."
3. Descabe o recurso especial quanto à suposta violação a dispositivos da Constituição Federal.
4. A interposição do recurso especial impõe que o dispositivo de Lei Federal tido por violado, como meio de se aferir a admissão da impugnação, tenha sido ventilado no acórdão recorrido, sob pena de padecer o recurso do prequestionamento, requisito essencial à admissão do mesmo, o que atrai a incidência dos Enunciados n°s 282 e nº 356 da Súmula do STF.
5. Agravo regimental desprovido.
(Origem: STJ - Classe: AGRESP - - Processo: 200601370488 UF: DF Órgão Julgador:PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 11/09/2007 - DJ DATA:08/10/2007 PÁGINA:221 - Relator: Ministro Luiz Fux)

Isso posto, com base no artigo 557, caput do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao Recurso de Apelação.
Preclusas as vias recursais, remetam-se os autos ao Juízo de origem.
Publique-se. Intimem-se.
Rio de Janeiro, 20 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2004.51.05.000917-8

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:FRILAB LABORATORIO MEDICO DE PATOLOGIA CLINICA S/C LTDA
ADVOGADO	:MURILO VOUZELLA DE ANDRADE E OUTRO
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:VARA ÚNICA DE NOVA FRIBURGO (200451050009178)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta em face de sentença que denegou a segurança, por não verificar a existência de direito líquido e certo da impetrante.

Em suas razões a apelante sustenta a reforma da sentença aduzindo que requereu o parcelamento especial dos débitos tributários, relativos aos fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 2003, nos termos da Lei nº 10.684/2003, destacando que a finalidade da lei mencionada é tornar possível a regularização da situação fiscal das empresas em débito com a SRF, a PGFN e o INSS.
O INSS em contra-razões pugna pela manutenção da sentença, pois os fracos argumentos da impetrante, ora apelante, queixando-se tão-somente da situação econômica do país não se pode permitir que o Poder Judiciário assuma o papel de legislador positivo, permitindo que o contribuinte inclua no parcelamento especial créditos relativos a fatos geradores ocorridos fora do prazo admitido pela lei que o criou sob pena de ferir a Constituição Federal, que veda a interferência entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Manifestou-se o Ministério Público Federal, opinando pelo não provimento do recurso.

É o relatório.
Decido.

Permito-me trazer à colação a jurisprudência norteadora das decisões judiciais acerca do tema, a fim de equacionar o dinamismo atual com a enormidade de feitos que tramitam neste Gabinete, bem como no Poder Judiciário como um todo, antecipando os fundamentos da presente decisão, uma vez que o contexto jurídico atual não mais permite ilações sobre matérias que já foram reiteradamente discutidas, descabendo, pois, maiores digressões, que neste momento somente inviabilizariam a efetividade do princípio constitucional da duração razoável do processo.

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - COMPENSAÇÃO - NECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO JUDICIAL SOBRE O INDÉBITO A SER COMPENSADO - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.
1. O indébito alegado pela recorrente para efeito de compensação é a inconstitucionalidade da incidência de 8% do imposto de renda a ser calculado sobre o valor do seu lucro líquido, ajustado pela exclusão e adição de parcelas, nos termos dos arts. 35 e 36 da Lei n. 7.713/88, reconhecida pelo STF em controle difuso, intra partes.
2. Por se cuidar de mera orientação jurisprudencial do STF sem força vinculante, necessita-se de seu reconhecimento judicial, mediante declaração de sua inconstitucionalidade no bojo do próprio mandado de segurança, para, em seguida, declarar-se o direito à compensação.
3. O mandado de segurança não se presta ao reconhecimento e proteção de direito que não seja reconhecido de plano, que necessite de investigação judicial profunda, pois direito líquido e certo é o que "se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. (...) Se depender de comprovação posterior, não é líquido nem certo, para fins de segurança." (Mandado de Segurança, Hely Lopes Meirelles, ed. Malheiros, 29ª edição, p. 37).
4. O direito ao indébito tributário da contribuinte não se encontra comprovado de plano, necessitando de pronunciamento judicial para lhe conferir liquidez e certeza, o que é inviável na via estreita do mandado de segurança. Somente após este reconhecimento é que se poderia declarar o direito à compensação. Precedente: Resp 848768/MG, Rel. Min. José Delgado, DJ 6.9.2007.
Recurso especial improvido.
(Origem: STJ - Classe: RESP - Processo: 200501466470 UF: AL Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA Data da decisão: 03/04/2008 DJ DATA:14/04/2008 PÁGINA:1 - Relator: Ministro Humberto Martins)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. FATO GERADOR PRESUMIDO. NÃO REALIZAÇÃO. COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DO RECOLHIMENTO DO TRIBUTO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.
1. Mandado de segurança é instrumento para tutela do direito líquido e certo, ameaçado ou violado por ato de autoridade.
2. Só há direito líquido e certo quando o fato jurídico que lhe dá origem está demonstrado por prova pré-constituída.
3. No caso, o pressuposto fático do reconhecimento do direito de compensar é o recolhimento indevido de imposto. Sem prova desse pressuposto, a decisão teria caráter apenas normativo, condicionada à futura comprovação de um fato.
4. Recurso ordinário a que se nega provimento.
(Origem: STJ - Classe: ROMS - Processo: 200602493388 UF: CE Órgão Julgador:PRIMEIRATURMA Data da decisão: 06/11/2007 - DJ DATA:26/11/2007 PÁGINA:117 - Relator: Ministro Teori Albino Zavascki)

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. ICMS. COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS COM PRECATÓRIOS. INDEFERIMENTO DA COMPENSAÇÃO PELA AUTORIDADE FISCAL. MANDADO DE SEGURANÇA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.
1. A ausência de impugnação do fundamento nuclear do acórdão recorrido, qual seja a inadequação da via eleita, em face da necessidade de dilação probatória, o qual é suficiente para mantê-lo, enseja o não-conhecimento do recurso, incidindo, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula 283 do STF.

2. Nesse segmento, extrai-se do voto condutor a seguinte passagem, in verbis: "O mandado de segurança, nos dizeres de Alexandre de Moraes, "é uma ação constitucional, de natureza civil, cujo objeto é a proteção de direito líquido e certo, lesado ou ameaçado de lesão, por ato ou omissão de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público". (in Direito Constitucional, 15ª Edição, Ed. Atlas, pág. 165).
Com efeito, quando a norma faz menção a direito líquido e certo, quer se referir à demonstração de plano, por meio de prova documental pré-constituída, dos fatos alegados em amparo à pretensão do Impetrante, o que não é o caso da presente hipótese.
Defendem os Apelantes que os débitos fiscais que ensejaram a inscrição de seus nomes na dívida ativa do Distrito Federal já foram pagos, em razão dos pedidos de homologação de compensação tributária formulados por denúncia espontânea, objetivando a compensação com créditos provenientes de precatórios judiciais, relativamente aos meses em que o imposto não foi recolhido.
Ocorre que, consoante se observa da Notificação n.º 084/2003 (fl. 81), o pedido de compensação formulado pela empresa Apelante restou indeferido, "tendo em vista a não adequação do caso às regras previstas na legislação que rege a matéria".
O artigo 170, do Código Tributário Nacional, prevê a possibilidade da lei autorizar a compensação de créditos tributários com créditos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.
No âmbito distrital, o artigo 69, do Código Tributário do Distrito Federal, prevê tal possibilidade, cujo regramento restou estabelecido pela Lei Complementar nº 52/97, regulamentada pelo Decreto 19.211/98. No entanto, a compensação tributária foi limitada aos fatos geradores ocorridos até o dia 31 de janeiro de 2001 e, posteriormente, o limite foi estendido para o dia 31 de janeiro de 2002, consoante informado pela indigitada autoridade coatora.
Acontece que os Apelantes postulam a compensação dos tributos devidos após referida data, não preenchendo os requisitos exigidos pela lei de regência, razão pela qual não possuem direito líquido e certo à declaração de inexistência do débito fiscal.
A verificação das supostas irregularidades nos processos administrativos, que ensejaram a inscrição do nome dos Apelantes na dívida ativa do Distrito Federal, exige dilação probatória, fato este incompatível com a via estreita do presente mandamus, razão pela qual devem os Apelantes utilizar-se da via adequada para veicular tal pretensão, caso haja interesse."
3. Descabe o recurso especial quanto à suposta violação a dispositivos da Constituição Federal.
4. A interposição do recurso especial impõe que o dispositivo de Lei Federal tido por violado, como meio de se aferir a admissão da impugnação, tenha sido ventilado no acórdão recorrido, sob pena de padecer o recurso do prequestionamento, requisito essencial à admissão do mesmo, o que atrai a incidência dos Enunciados n°s 282 e nº 356 da Súmula do STF.
5. Agravo regimental desprovido.
(Origem: STJ - Classe: AGRESP - - Processo: 200601370488 UF: DF Órgão Julgador:PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 11/09/2007 - DJ DATA:08/10/2007 PÁGINA:221 - Relator: Ministro Luiz Fux)

Isso posto, com base no artigo 557, caput do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao Recurso de Apelação.
Preclusas as vias recursais, remetam-se os autos ao Juízo de origem.
Publique-se. Intimem-se.
Rio de Janeiro, 20 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2005.02.01.011299-0

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE	:CIDACEL - COMERCIO E INDUSTRIA DE AZEITES CENTRAL LOUSANENSE S.A
ADVOGADO	:ADRIANO MONTE PESSOAS E OUTRO
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:DÉCIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010157410)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento que se encontra superado, em razão de ter sido prolatada sentença pelo Juízo *a quo*.

Isso Posto:

Julgo prejudicado o agravo.

Publique-se e, após o decurso do prazo, baixem os autos.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2005.51.01.015741-0

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:CIDACEL - COMERCIO E INDUSTRIA DE AZEITES CENTRAL LOUSANENSE S/A
ADVOGADO	:ADRIANO MONTE PESSOAS E OUTRO
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:DÉCIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010157410)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta em face de sentença que denegou a segurança, por entender necessário dilação probatória, em pedido no qual se postula a não decretação da pena de perdimento de mercadorias importadas.
Em suas razões a apelante sustenta a reforma da sentença, argumentando que, tem direito liquido e certo de usar, gozar e dispor da mercadoria identificada pelo B/L nº SETROC 0006, retida no recinto alfandegário, afastando a coação ilegal da autoridade impetrada, ora apelada, para que não seja aplicada a pena de perdimento, bem como para que seja autorizada a reexportação das mercadorias ao seu país de origem, ou oferecê-las à venda, no Brasil, a terceiros eventualmente interessados em adquiri-las.
Em suas contra-razões a União Federal/Fazenda Nacional argumenta que a atuação do Poder Público foi baseada no chamado poder de polícia, pois é dever dos Auditores Fiscais da Receita Federal, o controle, no caso das atividades relacionadas ao Comércio Exterior, da defesa dos interesses fazendários nacionais nos termos do artigo 237 da CF/88, esclarecendo que, por configurarem indícios da infração de dano ao Erário, punível com pena de perdimento, é que foi adotado o Procedimento Especial de Controle Aduaneiro, previsto na IN/SRF 206/02.
Manifestou-se o Ministério Público Federal, opinando pelo não provimento do recurso.
É o relatório.
Decido.
Permito-me trazer à colação a jurisprudência norteadora das decisões judiciais acerca do tema, a fim de equacionar o dinamismo atual com a enormidade de feitos que tramitam neste Gabinete, bem como no Poder Judiciário como um todo, antecipando os fundamentos da presente decisão, uma vez que o contexto jurídico atual não mais permite ilações sobre matérias que já foram reiteradamente discutidas, descabendo, pois, maiores digressões, que neste momento somente inviabilizariam a efetividade do princípio constitucional da duração razoável do processo.

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. TRANSFORMAÇÃO E MOTORISTAS AUXILIARES EM PERMISSIONÁRIOS AUTÔNOMOS DE SERVIÇO DE VEÍCULOS DE ALUGUEL A TAXÍMETRO. LEI MUNICIPAL 3.123/00. MANDADO DE SEGURANÇA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. NECESSÁRIA DILAÇÃO PROBATÓRIA.
1. O mandado de segurança reclama direito evidente prima facie, porquanto não comporta a fase instrutória inerente aos ritos que contemplam cognição primária. É que "No mandado de segurança, inexiste a fase de instrução, de modo que, havendo dúvidas quanto às provas produzidas na inicial, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito, por falta de um pressuposto básico, ou seja, a certeza e liquidez do direito." (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, in Direito Administrativo, Editora Atlas, 13ª Edição, pág. 626)
2. Revelando seu exercício dependência de circunstâncias fáticas ainda indeterminadas, o direito não enseja o uso da via da segurança, embora tutelado por outros meios judiciais. Precedentes do STJ:RMS 18876/MT, Relator Ministro Teori Zavascki, DJ de 12.06.2006; RMS 15901/SE, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ de 06.03.2006 e MS 8821/DF, desta relatoria, DJ 23.06.2005.
3. Mandado de Segurança objetivando o cumprimento da Lei do Município do Rio de Janeiro nº 3.123/2000, que determinou a gradual transformação dos motoristas auxiliares de veículos de aluguel a taxímetro em permissionários autônomos.
4. In casu, a pretensão engendrada no mandado de segurança ab origine esbarra em óbice intransponível, consubstanciado na ausência de direito líquido e certo, consoante se infere do voto- condutor do acórdão hostilizado.
5. Recurso ordinário desprovido.
(Origem:STJ - Classe: ROMS - Processo: 200501615556 UF: RJ Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 13/11/2007 DJ DATA:12/12/2007 PÁGINA:387 - Relator: Ministro Luiz Fux)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.
1. É cediço, nos termos do art. 1º da Lei 1.533/51, que direito líquido e certo significa o direito que pode ser usufruído e averiguado de plano, sem que, para isso, seja necessária a fase processual de instrução, não devendo, pois, haver, em sede de mandado de segurança, dilação probatória. Todavia, isso não quer dizer que o impetrante não possa e deva juntar aos autos documentos que sirvam de base à comprovação de seu direito. Aliás, esse é o meio possível e necessário para se comprovar os fatos alegados na impetração. O que não se pode é estender os meios de prova para além da via documental, ensejando dilação probatória inviável nesta via, tais como provas periciais, testemunhais, entre outras. Desse modo, para que o impetrante obtenha êxito na via do mandamus, é essencial que traga aos autos os documentos necessários para provar a existência de seu direito.
2. É inviável, em sede de recurso especial, discutir matéria fático-probatória relativa à existência de prova pré-constituída que demonstre o direito líquido e certo para impetração de mandado de segurança, nos termos da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."
3. Este Superior Tribunal de Justiça, após o julgamento da ADI 1.851/AL pelo Supremo Tribunal Federal, passou a entender no sentido da impossibilidade de restituição de eventuais excessos decorrentes da venda realizada por preço inferior ao da base de cálculo presumida, na medida em que o contribuinte somente tem direito à restituição do imposto pago no caso de a venda presumida não se realizar (REsp 725.063/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 27.3.2006; RMS 11.693/ES, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 28.2.2007; AgRg no AgRg no REsp 734.258/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 30.4.2007).
4. Agravo regimental desprovido.
(Origem: STJ - Classe: AGRESP - - Processo: 200401337909 UF: RJ Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMAData da decisão: 14/08/2007 Documento: STJ000768296 DJ DATA:13/09/2007 PÁGINA:156 - Relatora: Ministra Denise Arruda)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. DESCABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ANÁLISE.
I - Não obstante tenham os recorrentes apontados diversas máculas no processo administrativo, não é possível a análise das teses por eles sustentadas, porquanto carrearam aos autos tão-somente algumas peças do referido procedimento, as quais, por si só, não são suficientes para caracterizar qualquer irregularidade.
II - Consoante entendimento cediço, o mandado de segurança não comporta dilação probatória, devendo impetrante anexar à exordial as provas que possibilitem a análise de sua pretensão.
Recurso desprovido.
(Origem: STJ - Classe: ROMS - Processo: 200201255673 UF: TO Órgão Julgador: QUINTA TURMA Data da decisão: 08/06/2004 DJ DATA:01/07/2004 PÁGINA:216 - Relator: Ministro Felix Fischer)

Isso posto, com base no artigo 557, caput do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao Recurso de Apelação.
Preclusas as vias recursais, remetam-se os autos ao Juízo de origem.
Publique-se. Intimem-se.
Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2006.51.01.001521-8

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:VEM - VARIG ENGENHARIA E MANUTENCAO S/A
ADVOGADO	:PEDRO SOLIA PAMPLONA E OUTRO
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:RODRIGO GASPAR DE MELLO
ORIGEM	:SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010015218)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta em face de sentença que denegou a segurança, julgando improcedente o pedido no qual se postula o não-recolhimento da contribuição previdenciária sobre o salário-maternidade das seguradas gestantes no período de 03/2000 a 09/2003.

Em suas razões a apelante sustenta a reforma da sentença, argumentando que, não sendo mais remuneradas as seguradas gestantes empregadas pelas empresas, no período em que as mesmas gozam da licença-maternidade, desenquadrado está o benefício do conceito de salário-contribuição, sendo inconstitucional a referida exação, sendo certo ainda que, o referido benefício no período de 11/99 a 08/2003, passou a ser pago diretamente pela Seguridade Social, uma vez que, nesse período, tal exigência não se enquadrava entre aquelas hipóteses previstas no artigo 195, I, alínea "a" da CF/88, de tal forma que a exigência por parte da apelada violou os princípios da estrita legalidade da norma tributária e da indelegabilidade da competência tributária.

Em suas contra-razões o INSS argumenta que o salário-maternidade detém natureza salarial e constitui base de cálculo para incidência das contribuições previdenciárias, sendo considerado salário-contribuição, consoante entendimento jurisprudencial.

Manifestou-se o Ministério Público Federal, opinando pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Permito-me trazer à colação a jurisprudência norteadora das decisões judiciais acerca do tema, a fim de equacionar o dinamismo atual com a enormidade de feitos que tramitam neste Gabinete, bem como no Poder Judiciário como um todo, antecipando os fundamentos da presente decisão, uma vez que o contexto jurídico atual não mais permite ilações sobre matérias que já foram reiteradamente discutidas, descabendo, pois, maiores digressões, que neste momento somente inviabilizariam a efetividade do princípio constitucional da duração razoável do processo.

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO-MATERNIDADE. NATUREZA JURÍDICA. INCIDÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 535, I e II, DO CPC. NÃO CONFIGURADA.
1. O art. 28 da Lei 8.212/91 no seu § 2º considera o salário maternidade, salário contribuição, sendo certo que referido pagamento mantém a sua higidez constitucional, posto inexistente ação declaratória com o escopo de conjurá-lo do ordenamento constitucional.

2. Deveras, a exação referente à maternidade, originariamente cabia ao empregador, circunstância que revelava seu caráter salarial, constituindo obrigação trabalhista. Não obstante, posteriormente, assumiu o seu ônus a Previdência Social, com a edição da Lei 6.136/74, seguindo tendência mundial, por sugestão da OIT, alçando referido salário-maternidade a categoria de prestação previdenciária.
3. Entretanto, o fato de ser custeado pelos cofres da Autarquia Previdenciária, porém, não exime o empregador da obrigação tributária relativamente à contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, incluindo, na respectiva base de cálculo, o salário-maternidade auferido por suas empregadas gestantes (Lei 8.212/91, art. 28, § 2º). Princípio da legalidade que limita a exegese isencional pretendida.
4. As verbas auferidas pela gestante durante seu afastamento temporário, nos termos do art. 7º, XVII, da CF/88, não perdem seu caráter de salário-contribuição à previdência.
5. Precedentes jurisprudenciais desta Corte: REsp 762703/SC, DJ de 18.09.2006; REsp 836.531/SC, DJ de 17.8.2006; AgRg no Resp 762.172/SC, DJ de 19.12.2005.
6. Inexiste ofensa ao art. 535, I e II, CPC, quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, cujo decisum revela-se devidamente fundamentado. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Precedente desta Corte: RESP 658.859/RS, publicado no DJ de 09.05.2005.
7. Recurso especial desprovido.
(Origem:STJ - Classe: RESP - - Processo: 200501958990 UF: SC Órgão Julgador:PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 08/05/2007 DJ DATA:31/05/2007 PÁGINA:355 - Relator: Ministro Luiz Fux)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. SALÁRIO- MATERNIDADE. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL "A QUO". IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO DO APELO EXCEPCIONAL.
1. Agravo regimental interposto por Calçados Azaléia S/A e Outros contra decisão que negou provimento a agravo de instrumento por ter o acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região tratado de matéria de cunho constitucional e pela ausência de violação do art. 535, II, do CPC.
2. O Tribunal a quo decidiu: "O salário-maternidade possui nítido caráter salarial, segundo a exegese que se extrai do art. 7º, inc. XVIII, da Constituição Federal, devendo incidir contribuição previdenciária sobre as verbas pagas a tal título."
3. Não se conhece de recurso especial quando a decisão atacada baseou-se, como fundamento central, na análise de norma constitucional.
4. Agravo regimental não-provido.
(Origem:STJ - Classe: AGA - - Processo: 200602633415 UF: RS Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 08/05/2007 DJ DATA:28/05/2007 PÁGINA:293 - Relator: Ministro José Delgado)

TRIBUTÁRIO. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO-MATERNIDADE. NATUREZA SALARIAL. INCIDÊNCIA.
AUXÍLIO-DOENÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA NºS 282 E 356/STF. NÃO-INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
I - O salário-maternidade possui natureza salarial e integra a base de cálculo da contribuição previdenciária. Precedentes: REsp nº 486.697/PR, Relª. Minª. DENISE ARRUDA, DJ de 17/12/2004; REsp nº 641.227/SC, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 29/11/2004; REsp nº 572.626/BA, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 20/09/2004.
II - No que se refere ao debate sobre o auxílio-doença, não procedem as alegações da Fazenda Nacional de que houve o prequestionamento implícito da matéria, tendo em vista que o Tribunal de origem em nenhum momento analisou o disposto nos artigos tidos como violados.
Além disso, a recorrente, ora agravante, deixou de opor embargos de
declaração ao julgado vergastado, para buscar o pronunciamento sobre a questão suscitada. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356 do STF.
III - Ademais, "A diferença paga pelo empregador, nos casos de auxílio-doença, não tem natureza remuneratória. Não incide, portanto, sobre o seu valor, contribuição previdenciária" (REsp nº 479935/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 17/11/2003).
IV - Agravos regimentais improvidos.
(Origem: STJ - Classe: AGRESP - Processo: 200501049932 UF: SC Órgão Julgador:PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 25/10/2005 DJ DATA:19/12/2005 PÁGINA:262 - Relator: Ministro Francisco Falcão)

Isso posto, com base no artigo 557, caput do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao Recurso de Apelação.

Preclusas as vias recursais, remetam-se os autos ao Juízo de origem.
Publique-se. Intimem-se.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2006.51.01.018341-3

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:SEAC-SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO	:PEDRO SOLIA PAMPLONA E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:DÉCIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010183413)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta em face de sentença que denegou a segurança, julgando improcedente o pedido no qual se postula o não-recolhimento da contribuição previdenciária sobre o salário-maternidade a partir da edição da Lei nº 9.876/99.

Em suas razões a apelante sustenta a reforma da sentença, argumentando que, não sendo mais remuneradas as seguradas gestantes empregadas pelas empresas, no período em que as mesmas gozam da licença-maternidade, desenquadrado está o benefício do conceito de salário-contribuição, sendo inconstitucional a referida exação, sendo certo ainda que, o referido benefício no período de 11/99 a 08/2003, passou a ser pago diretamente pela Seguridade Social, uma vez que, nesse período, tal exigência não se enquadrava entre aquelas hipóteses previstas no artigo 195, I, alínea "a" da CF/88, de tal forma que a exigência por parte da apelada violou os princípios da estrita legalidade da norma tributária e da indelegabilidade da competência tributária.

Em suas contra-razões a União Federal/Fazenda Nacional argumenta que o salário-maternidade detém natureza salarial e constitui base de cálculo para incidência das contribuições previdenciárias, sendo considerado salário-contribuição, consoante entendimento jurisprudencial.

Manifestou-se o Ministério Público Federal, opinando pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Permito-me trazer à colação a jurisprudência norteadora das decisões judiciais acerca do tema, a fim de equacionar o dinamismo atual com a enormidade de feitos que tramitam neste Gabinete, bem como no Poder Judiciário como um todo, antecipando os fundamentos da presente decisão, uma vez que o contexto jurídico atual não mais permite ilações sobre matérias que já foram reiteradamente discutidas, descabendo, pois, maiores digressões, que neste momento somente inviabilizariam a efetividade do princípio constitucional da duração razoável do processo.

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO-MATERNIDADE. NATUREZA JURÍDICA. INCIDÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 535, I e II, DO CPC. NÃO CONFIGURADA.
1. O art. 28 da Lei 8.212/91 no seu § 2º considera o salário maternidade, salário contribuição, sendo certo que referido pagamento mantém a sua higidez constitucional, posto inexistente ação declaratória com o escopo de conjurá-lo do ordenamento constitucional.
2. Deveras, a exação referente à maternidade, originariamente cabia ao empregador, circunstância que revelava seu caráter salarial, constituindo obrigação trabalhista. Não obstante, posteriormente, assumiu o seu ônus a Previdência Social, com a edição da Lei 6.136/74, seguindo tendência mundial, por sugestão da OIT, alçando referido salário-maternidade a categoria de prestação previdenciária.
3. Entretanto, o fato de ser custeado pelos cofres da Autarquia Previdenciária, porém, não exime o empregador da obrigação tributária relativamente à contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, incluindo, na respectiva base de cálculo, o salário-maternidade auferido por suas empregadas gestantes (Lei 8.212/91, art. 28, § 2º). Princípio da legalidade que limita a exegese isencional pretendida.
4. As verbas auferidas pela gestante durante seu afastamento temporário, nos termos do art. 7º, XVII, da CF/88, não perdem seu caráter de salário-contribuição à previdência.
5. Precedentes jurisprudenciais desta Corte: REsp 762703/SC, DJ de 18.09.2006; REsp 836.531/SC, DJ de 17.8.2006; AgRg no Resp 762.172/SC, DJ de 19.12.2005.
6. Inexiste ofensa ao art. 535, I e II, CPC, quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, cujo decisum revela-se devidamente fundamentado. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Precedente desta Corte: RESP 658.859/RS, publicado no DJ de 09.05.2005.
7. Recurso especial desprovido.
(Origem:STJ - Classe: RESP - - Processo: 200501958990 UF: SC Órgão Julgador:PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 08/05/2007 DJ DATA:31/05/2007 PÁGINA:355 - Relator: Ministro Luiz Fux)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. SALÁRIO- MATERNIDADE. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL "A QUO". IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO DO APELO EXCEPCIONAL.
1. Agravo regimental interposto por Calçados Azaléia S/A e Outros contra decisão que negou provimento a agravo de instrumento por ter o acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região tratado de matéria de cunho constitucional e pela ausência de violação do art. 535, II, do CPC.
2. O Tribunal a quo decidiu: "O salário-maternidade possui nítido caráter salarial, segundo a exegese que se extrai do art. 7º, inc. XVIII, da Constituição Federal, devendo incidir contribuição previdenciária sobre as verbas pagas a tal título."
3. Não se conhece de recurso especial quando a decisão atacada baseou-se, como fundamento central, na análise de norma constitucional.
4. Agravo regimental não-provido.
(Origem:STJ - Classe: AGA - - Processo: 200602633415 UF: RS Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 08/05/2007 DJ DATA:28/05/2007 PÁGINA:293 - Relator: Ministro José Delgado)

TRIBUTÁRIO. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO-MATERNIDADE. NATUREZA SALARIAL. INCIDÊNCIA.
AUXÍLIO-DOENÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA NºS 282 E 356/STF. NÃO-INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
I - O salário-maternidade possui natureza salarial e integra a base de cálculo da contribuição previdenciária. Precedentes: REsp nº 486.697/PR, Relª. Minª. DENISE ARRUDA, DJ de 17/12/2004; REsp nº 641.227/SC, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 29/11/2004; REsp nº 572.626/BA, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 20/09/2004.
II - No que se refere ao debate sobre o auxílio-doença, não procedem as alegações da Fazenda Nacional de que houve o prequestionamento implícito da matéria, tendo em vista que o Tribunal de origem em nenhum momento analisou o disposto nos artigos tidos como violados.
Além disso, a recorrente, ora agravante, deixou de opor embargos de
declaração ao julgado vergastado, para buscar o pronunciamento sobre a questão suscitada. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356 do STF.
III - Ademais, "A diferença paga pelo empregador, nos casos de auxílio-doença, não tem natureza remuneratória. Não incide, portanto, sobre o seu valor, contribuição previdenciária" (REsp nº 479935/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 17/11/2003).
IV - Agravos regimentais improvidos.
(Origem: STJ - Classe: AGRESP - Processo: 200501049932 UF: SC Órgão Julgador:PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 25/10/2005 DJ DATA:19/12/2005 PÁGINA:262 - Relator: Ministro Francisco Falcão)

Isso posto, com base no artigo 557, caput do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao Recurso de Apelação.

Preclusas as vias recursais, remetam-se os autos ao Juízo de origem.
Publique-se. Intimem-se.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2007.02.01.007469-9

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL JULIETA LIDIA LUNZ
AGRAVANTE	:RICARDO DERENUSSON FRANCO
ADVOGADO	:RICARDO GOMES DE MENDONCA E OUTROS
AGRAVADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:LEONARDO CARDOSO M. T. MENDES
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200451015179622)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento interposto por RICARDO DERENUSSON FRANCO, em face da decisão de fl. 06, que recebeu como agravo retido, e não como agravo de instrumento, o recurso de fls. 23/32, no qual se insurgia contra a decisão da MM. Juíza *a quo* de fls.18/22, proferida ao apreciar a exceção de pré-executividade por ele oposta nos autos da execução fiscal em curso na 4ª Vara de Execução Fiscal.

Entendeu a MM. Juíza ter o ora agravante legitimidade passiva para figurar no processo de execução fiscal movido pelo INSS contra DATATEK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e outras, uma vez que exercia poderes de gestão à época do fato gerador da dívida.

Na exceção de pré-executividade (fl. 47/57), sustentou o excipiente que jamais participou como sócio da empresa DATATEK, primeira executada, nem exerceu qualquer função de gerência ou administração que justificasse sua inclusão no pólo passivo da lide. Funcionou, apenas, como procurador de um dos sócios da empresa referida, a CARLINK WORLDWIDE INC, empresa estrangeira que, por exigência legal, deve contar com um procurador no Brasil para receber citação.

Ao apreciar tal pedido (fl 18/22), a MM. Juíza manteve o agravante no pólo passivo da lide, como co-responsável tributário, e determinou o prosseguimento da execução.

Contra essa decisão, interpôs o agravante agravo de instrumento (fl.23/32), tendo, no entanto, ajuizado o recurso no Juízo *a quo*, que o recebeu como agravo retido (fl. 06).

Inconformado com o recebimento do recurso como agravo retido, vem o agravante, através deste agravo de instrumento, requerer a reforma da decisão agravada (fl.06), para que seja determinada a remessa do agravo de instrumento (fl.23/32) que teve como objeto a decisão que solucionou a exceção de pré-executividade (fl. 18/22).

Foi o agravo recebido no efeito meramente devolutivo.

Em contra-razões, o INSS alega que a questão da responsabilidade do sócio deve ser discutida em sede de embargos à execução, não se prestando a exceção de pré-executividade para tanto. Aduz, ainda, que os argumentos do agravante a respeito da matéria não encontram respaldo jurisprudencial.

Por seu turno, o Ministério Público Federal opina pelo não provimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

Preliminarmente, vale salientar que o recurso foi interposto no Juízo *a quo*, quando o art. 524 do CPC determina que a interposição do agravo de instrumento deve ser no Juízo *ad quem*. A prosperar tal orientação, não merece ser conhecido o recurso. Este Tribunal, ao apreciar questão semelhante, assim entendeu, *verbis*:

'I - PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO -INTERPOSIÇÃO NO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU - INADMISIBILIDADE - O AGRAVO DE INSTRUMENTO DEVE SER DIRIGIDO DIRETAMENTE AO TRIBUNAL SEGUNDO A REGRA DO ART 524 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, CONFORME A NOVA REDAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI Nº 9.139, DE 30.11.95, SENDO INADMISSÍVEL, PORTANTO, SUA INTERPOSIÇÃO DIRETAMENTE NO PRIMEIRO GRAU.
II - AGRAVO NÃO CONHECIDO."
(Agravo nº 96.02.12511-0 - TRF 2ª Região - Quarta Turma - DJ: 18/03/1997 -Relator: Desembargador Federal FREDERICO GUEIROS)

Contudo, superada a preliminar, no mérito, a pretensão merece ser examinada, levando-se em conta a orientação jurisprudencial que se aplica à matéria questionada nos embargos à execução.

A exceção de pré-executividade é instrumento destinado à defesa do executado sempre que houver matéria de ordem pública, conhecível de ofício, a impedir o prosseguimento da ação executiva.

O uso desse instrumento pressupõe que a matéria alegada seja evidente mediante simples análise da petição, não sendo admissível dilação probatória, que somente seria cabível em sede de embargos à execução, após seguro o Juízo.

Os precedentes abaixo, oriundos do egrégio Superior Tribunal de Justiça, bem se aplicam à hipótese destes autos:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. AVERIGUAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE SÓCIO-GERENTE. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.
1. Agravo regimental contra decisão que desproveu o agravo de instrumento do agravante.
2. O acórdão a quo, em execução fiscal, julgou improcedente a exceção de pré-executividade para manter o excipiente no pólo passivo da execução.
3. Encontra-se pacificado no âmbito das egrégias Turmas que compõem a 1ª Seção do STJ o entendimento de que a exceção de pré-executividade é cabível para discutir matérias de ordem pública na execução fiscal, id est, os pressupostos processuais, as condições da ação, os vícios objetivos do título executivo, atinentes à certeza, liquidez e exigibilidade, não sendo permitida a sua interposição quando necessite de dilação probatória.
4. Sobre a averiguação da responsabilidade de sócio-gerente, a jurisprudência entende que:
- 'A responsabilidade de sócio, por dívida fiscal da pessoa jurídica, em decorrência da prática de ato ilícito, demanda dilação probatória. A exceção de pré-executividade se mostra inadequada, quando o incidente envolve questão que necessita de produção probatória, como referente à responsabilidade solidária do sócio-gerente da empresa executada' (AGA nº 591949/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 13/12/2004). - 'Havendo indícios de que a empresa encerrou irregularmente suas atividades, é possível redirecionar a execução ao sócio, a quem cabe provar o contrário em sede de embargos à execução, e não pela estreita via da exceção de pré-executividade' (AGA nº 561854/SP,
Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19/04/2004).
- 'Tratando-se de Firma Individual, a responsabilidade do sócio é ilimitada, o que, a fortiori, obsta a argüição de ilegitimidade passiva, mormente em se tratando de exceção de pré-executividade, onde não se admite dilação probatória' (REsp nº 507317/PR, 1ª Turma,
Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 08/09/2003)
- 'Não se admite a argüição de ilegitimidade passiva ad causam por meio de exceção de pré-executividade quando sua verificação demandar extenso revolvimento de provas' (AgRg no REsp nº 604257/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 24/05/2004).
- 'Descabe o uso da exceção de pré-executividade com o objetivo de se discutir a legitimidade passiva do sócio-gerente de sociedade limitada em execução fiscal, devendo a matéria ser apreciada por meio de embargos do devedor' (AgRg no REsp nº 588045/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 28/04/2004)
5. Agravo regimental não provido."
(STJ - AGA 65315-9/SP - Relator Ministro José Delgado - DJU de 30/05/2005).

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 545 DO CPC. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. A exceção de pré-executividade é servil à suscitação de questões que devam ser conhecidas de ofício pelo juiz, como as atinentes à liquidez do título executivo, os pressupostos processuais e as condições da ação executiva.
2. O espectro das matérias suscitáveis através da exceção tem sido ampliado por força da exegese jurisprudencial mais recente, admitindo-se a argüição de prescrição e de ilegitimidade passiva do executado, desde que não demande dilação probatória (exceção secundum eventus probationis).
3. In casu, o Tribunal de origem assentou que o reconhecimento da causa impeditiva da execução do crédito tributário demandaria a produção de provas, o que afasta o cabimento da exceção de pré-executividade, verbis: "a produção probatória, em regra, deve ser objeto dos embargos do devedor, pois, para acolhimento da exceção de pré-executividade, esta deve ser pré-constituída e, principalmente, revelar-se suficientemente consistente para convencer o Magistrado e desconstituir o título executivo. No caso dos autos, a apreciação da nulidade do título, nesta via excepcional, mostra-se impossível, o que, no entanto, poderá ser feito por meio da propositura dos embargos à execução, após garantido o juízo" (fls. 164/165).
4. Aferir a necessidade ou não de dilação probatória, inviabilizadora da utilização da exceção de pré-executividade, demanda o reexame do conteúdo fático probatório dos autos, insindicável ao STJ, em sede de recurso especial, ante a incidência da Súmula 7/STJ. Precedentes: (REsp 840924/RO, DJ.19.10.2006; AgRg no REsp 815388/SP, DJ.01.09.2006; AgRg no Ag 751712/RS, DJ. 30.06.2006).
5. Agravo regimental improvido."
(STJ - AgRg 869357/SP - Relator: Ministro Luiz Fux - DJU de 29/11/2007)

Isso posto, com base no art 557, caput, do CPC, nego seguimento ao agravo.

Publique-se, intimem-se e, decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e arquive-se.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2007.50.01.000174-0

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:SAGA IMPORTACAO E EXPORTACAO S/A
ADVOGADO	:MURILO S. BARBOSA
APELADO	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:1ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200750010001740)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta em face de sentença que denegou a segurança, por não verificar a existência de direito líquido e certo da impetrante ingressar no PAEX.

Em suas razões a apelante sustenta a reforma da sentença pois entende que a mesma não ponderou nenhum dos fundamentos expendidos na inicial do mandado de segurança, interpretando de maneira equivocada o próprio artigo 8º da Portaria conjunta da PGFN/SRF nº 002/2006, devendo ser aplicado o princípio da proporcionalidade.

Sem contra-razões.

Manifestou-se o Ministério Público Federal, opinando pelo provimento do recurso.
É o relatório.

Decido.

Permito-me trazer à colação a jurisprudência norteadora das decisões judiciais acerca do tema, a fim de equacionar o dinamismo atual com a enormidade de feitos que tramitam neste Gabinete, bem como no Poder Judiciário como um todo, antecipando os fundamentos da presente decisão, uma vez que o contexto jurídico atual não mais permite ilações sobre matérias que já foram reiteradamente discutidas, descabendo, pois, maiores digressões, que neste momento somente inviabilizariam a efetividade do princípio constitucional da duração razoável do processo.

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - COMPENSAÇÃO - NECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO JUDICIAL SOBRE O INDÉBITO A SER COMPENSADO - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.
1. O indébito alegado pela recorrente para efeito de compensação é a inconstitucionalidade da incidência de 8% do imposto de renda a ser calculado sobre o valor do seu lucro líquido, ajustado pela exclusão e adição de parcelas, nos termos dos arts. 35 e 36 da Lei n. 7.713/88, reconhecida pelo STF em controle difuso, intra partes.
2. Por se cuidar de mera orientação jurisprudencial do STF sem força vinculante, necessita-se de seu reconhecimento judicial, mediante declaração de sua inconstitucionalidade no bojo do próprio mandado de segurança, para, em seguida, declarar-se o direito à compensação.
3. O mandado de segurança não se presta ao reconhecimento e proteção de direito que não seja reconhecido de plano, que necessite de investigação judicial profunda, pois direito líquido e certo é o que "se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. (...) Se depender de comprovação posterior, não é líquido nem certo, para fins de segurança." (Mandado de Segurança, Hely Lopes Meirelles, ed. Malheiros, 29ª edição, p. 37).
4. O direito ao indébito tributário da contribuinte não se encontra comprovado de plano, necessitando de pronunciamento judicial para lhe conferir liquidez e certeza, o que é inviável na via estreita do mandado de segurança. Somente após este reconhecimento é que se poderia declarar o direito à compensação. Precedente: Resp 848768/MG, Rel. Min. José Delgado, DJ 6.9.2007.
Recurso especial improvido.
(Origem: STJ - Classe: RESP - Processo: 200501466470 UF: AL Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA Data da decisão: 03/04/2008 DJ DATA:14/04/2008 PÁGINA:1 - Relator: Ministro Humberto Martins)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. FATO GERADOR PRESUMIDO. NÃO REALIZAÇÃO. COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DO RECOLHIMENTO DO TRIBUTO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.
1. Mandado de segurança é instrumento para tutela do direito líquido e certo, ameaçado ou violado por ato de autoridade.
2. Só há direito líquido e certo quando o fato jurídico que lhe dá origem está demonstrado por prova pré-constituída.
3. No caso, o pressuposto fático do reconhecimento do direito de compensar é o recolhimento indevido de imposto. Sem prova desse pressuposto, a decisão teria caráter apenas normativo, condicionada à futura comprovação de um fato.
4. Recurso ordinário a que se nega provimento.
(Origem: STJ - Classe: ROMS - Processo: 200602493388 UF: CE Órgão Julgador:PRIMEIRATURMA Data da decisão: 06/11/2007 - DJ DATA:26/11/2007 PÁGINA:117 - Relator: Ministro Teori Albino Zavascki)

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. ICMS. COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS COM PRECATÓRIOS. INDEFERIMENTO DA COMPENSAÇÃO PELA AUTORIDADE FISCAL. MANDADO DE SEGURANÇA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.
1. A ausência de impugnação do fundamento nuclear do acórdão recorrido, qual seja a inadequação da via eleita, em face da necessidade de dilação probatória, o qual é suficiente para mantê-lo, enseja o não-conhecimento do recurso, incidindo, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula 283 do STF.
2. Nesse segmento, extrai-se do voto condutor a seguinte passagem, in verbis: "O mandado de segurança, nos dizeres de Alexandre de Moraes, "é uma ação constitucional, de natureza civil, cujo objeto é a proteção de direito líquido e certo, lesado ou ameaçado de lesão, por ato ou omissão de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público". (in Direito Constitucional, 15ª Edição, Ed. Atlas, pág. 165).
Com efeito, quando a norma faz menção a direito líquido e certo, quer se referir à demonstração de plano, por meio de prova documental pré-constituída, dos fatos alegados em amparo à pretensão do Impetrante, o que não é o caso da presente hipótese.
Defendem os Apelantes que os débitos fiscais que ensejaram a inscrição de seus nomes na dívida ativa do Distrito Federal já foram pagos, em razão dos pedidos de homologação de compensação tributária formulados por denúncia espontânea, objetivando a compensação com créditos provenientes de precatórios judiciais, relativamente aos meses em que o imposto não foi recolhido.
Ocorre que, consoante se observa da Notificação n.º 084/2003 (fl. 81), o pedido de compensação formulado pela empresa Apelante restou indeferido, "tendo em vista a não adequação do caso às regras previstas na legislação que rege a matéria".
O artigo 170, do Código Tributário Nacional, prevê a possibilidade da lei autorizar a compensação de créditos tributários com créditos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.
No âmbito distrital, o artigo 69, do Código Tributário do Distrito Federal, prevê tal possibilidade, cujo regramento restou estabelecido pela Lei Complementar nº 52/97, regulamentada pelo Decreto 19.211/98. No entanto, a compensação tributária foi limitada aos fatos geradores ocorridos até o dia 31 de janeiro de 2001 e, posteriormente, o limite foi estendido para o dia 31 de janeiro de 2002, consoante informado pela indigitada autoridade coatora.
Acontece que os Apelantes postulam a compensação dos tributos devidos após referida data, não preenchendo os requisitos exigidos pela lei de regência, razão pela qual não possuem direito líquido e certo à declaração de inexistência do débito fiscal.
A verificação das supostas irregularidades nos processos administrativos, que ensejaram a inscrição do nome dos Apelantes na dívida ativa do Distrito Federal, exige dilação probatória, fato este incompatível com a via estreita do presente mandamus, razão pela qual devem os Apelantes utilizar-se da via adequada para veicular tal pretensão, caso haja interesse."
3. Descabe o recurso especial quanto à suposta violação a dispositivos da Constituição Federal.
4. A interposição do recurso especial impõe que o dispositivo de Lei Federal tido por violado, como meio de se aferir a admissão da impugnação, tenha sido ventilado no acórdão recorrido, sob pena de padecer o recurso do prequestionamento, requisito essencial à admissão do mesmo, o que atrai a incidência dos Enunciados n°s 282 e nº 356 da Súmula do STF.
5. Agravo regimental desprovido.

(Origem: STJ - Classe: AGRESP - - Processo: 200601370488 UF: DF Órgão Julgador:PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 11/09/2007 - DJ DATA:08/10/2007 PÁGINA:221 - Relator: Ministro Luiz Fux)

Isso posto, com base no artigo 557, caput do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao Recurso de Apelação.

Preclusas as vias recursais, remetam-se os autos ao Juízo de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - REMESSA EX-OFFICIO EM MS 2007.51.01.010506-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ALBERTO NOGUEIRA
PARTE AUTORA	:UNIMED DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-FEDERACAO DAS COOPERATIVAS MEDICAS
ADVOGADO	:RUY DE CARVALHO PINHO E OUTRO
PARTE RÉ	:UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 7A VARA-RJ
ORIGEM	:SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010105066)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária em mandado de segurança, cuja sentença de fls. 106/108, que julgou procedente o pedido para determinar à autoridade coatora o recebimento e seguimento do recurso administrativo interposto pela Impetrante, relativo à NFLD nº 37.010.453-6, garantindo-se à Impetrante a apreciação do mérito por parte da CRPS, independentemente da exigência do depósito prévio administrativo correspondente a 30% do valor das contribuições previdenciárias em questão, ou do arrolamento de bens. Custas *ex lege*.
Sem honorários advocatícios (Súmula 512, STF e 105, STJ).
Liminar deferida às fls. 73.
A União interpõe agravo retido às fls. 89/93.
A Impetrante apresenta suas contra-razões às fls. 97/99.
Parecer do Ministério Público Federal às fls. 119/137, opinando pelo não provimento da remessa.
É o relatório.
Passo a decidir.
Preliminarmente, não conheço do agravo retido (Art.523, §1º do CPC).
No mérito, o direito de defesa permite discutir o ato administrativo, independentemente de depósito prévio, por ser ele de índole constitucional. Assim, entendo que a garantia da instância é incompatível com as garantias do devido processo legal e da ampla defesa, consubstanciadas na ordem constitucional, porque a Magna Carta assegura aos litigantes o contraditório e a ampla defesa, mesmo em se tratando de processo administrativo (art. 5º, LV). Outrossim, a exigência do depósito foi abolida pelo DL nº 822/69 - que foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 - e, uma vez que o crédito cobrado pela autoridade pública é de índole tributária, goza, pois, das prerrogativas e garantias a eles inerentes, como previsto nas Leis nºs. 4320/64 e 6830/80. Segue-se, portanto, que devem ser aplicadas as garantias constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa ao processo administrativo por inteiro, até a decisão final.
Ademais, no meu juízo, como bem explanado em diversas decisões pela Eminente Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA DA SILVA: *"no confronto entre os dois diplomas legais, neste caso, há de prevalecer o CTN, por força não de uma suposta hierarquia entre essas leis, que não existe, mas sim, em virtude do princípio tributário (art. 146, III, b) e, como conseqüência, de suas causas de suspensão da exigibilidade. Nesta linha, se o recurso suspende a exigibilidade do crédito tributário, porque assim determina a norma geral da União, não pode a lei ordinária vir a exigi-lo, mesmo que parcialmente e sob a designação de depósito. (...)"*.
A propósito, o Plenário do E. Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 388359/PE, em 28.03.2007, tendo como Relator o Exmo. Ministro Marco Aurélio decidiu ser a exigência em questão inconstitucional, *verbis:*
"É inconstitucional a exigência de depósito prévio como condição de admissibilidade de recurso na esfera administrativa. Nesse sentido, o Tribunal, por maioria, deu provimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e declarou a inconstitucionalidade do art. 33, § 2º, do Decreto 70.235/72, na redação do art. 32 da Medida Provisória 1.699-41/98, convertida na Lei 10.522/2002 - v. Informativo 423. Entendeu-se que a exigência do depósito ofende o art. 5º, LV, da CF - que assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes -, bem como o art. 5º, XXXIV, a, da CF, que garante o direito de petição, gênero no qual o pleito administrativo está inserido, independentemente do pagamento de taxas. Vencido o Min. Sepúlveda Pertence que, reportando-se ao voto que proferira no julgamento da ADI 1922 MC/DF (DJU de 24.11.2000), negava provimento ao recurso, ao fundamento de que exigência de depósito prévio não transgride a Constituição Federal, porque esta não prevê o duplo grau de jurisdição administrativa." (Informativo nº 461, do STF).
Outrossim, no que se refere ao arrolamento de bens como condição para a admissibilidade do recurso administrativo fiscal, o Plenário do E. Supremo Tribunal Federal, nos julgamentos das ADI 1922/DF e ADI 1976/DF, também em 28.03.2007, tendo como Relator o Exmo. Ministro Joaquim Barbosa decidiu, *verbis:*
"(...) Asseverou, no ponto, que a obrigação de arrolar bens criara a mesma dificuldade que depositar quantia para recorrer administrativamente. Considerou superada, ademais, a análise dos requisitos de relevância e urgência da Medida Provisória 1.699-41/98, em virtude de sua conversão em lei. Quanto ao mérito, o Tribunal julgou procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade do art. 32 da Medida Provisória 1.699-41/98, convertida na Lei 10.522/2002, reportando-se à orientação firmada nos recursos extraordinários 388359/PE, 389383/SP e 390513/SP anteriormente mencionados. O Min. Sepúlveda Pertence também fez ressalva quanto aos fundamentos de seu voto vencido nesses recursos extraordinários."
(Informativo nº 461, do STF).

Custas conforme r.sentença.
Honorários mantidos, conforme r. sentença. (Súmulas 512, do C. Supremo Tribunal Federal e 105, do E. Superior Tribunal de Justiça).
Pelo exposto, nego provimento à remessa necessária, mantendo r.sentença.
Preclusa esta decisão, baixem os autos à Vara de Origem.
Rio de Janeiro, 17 de junho de 2008.

ALBERTO NOGUEIRA
Desembargador Federal Relator

XXII - HABEAS DATA 2008.02.01.003526-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ALBERTO NOGUEIRA
IMPETRANTE	:CELSO LINO
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
IMPETRADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL (200802010035261)

D E C I S Ã O

Cumpra-se a decisão de fl. 14.
Quanto ao requerido à fl. 17 (ainda sem representação legal), não tomo conhecimento.
Que o requerente procure (não através do Juiz) a Defensoria Pública.
Arquive-se, em definitivo, abstendo-se a secretaria de receber eventuais petições.
Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

ALBERTO NOGUEIRA
Desembargador Federal Relator

III - AGRAVO 2008.02.01.008658-0

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE	:FABRICA TRIANON DE BEBIDAS LTDA
ADVOGADO	:ANDERSON JULIAO DE SOUZA
AGRAVADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:LUIZ CARLOS ROCHA
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200751015192226)

DECISÃO
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por FABRICA TRIANON DE BEBIDAS LTDA, contra decisão que deixou de apreciar as alegações apresentadas pelo executado por entender que a matéria só pode ser apreciada em sede de embargos.

Alega a agravante que o juízo da 23ª Vara Federal está prevento em relação ao Executivo Fiscal nº 2007.51.01.519222-6, que tramita na 5ª Vara Federal de Execuções Fiscais, já que naquele juízo está em andamento a Ação de Compensação nº 2006.51.01.003671-4, proposta pelo agravante e entre os referidos processos existiria a conexão, uma vez que ambos teriam o mesmo objeto, ou seja, tratariam de contribuições previdenciárias.

É o relatório.

Decido.

Compulsando os autos, verifica-se a intempestividade do presente recurso, uma vez que, de acordo com fls. 12, a decisão agravada foi publicada em 12/03/2008 começando, então, a contagem do prazo recursal em 13/03/2008. Ocorre que o presente Agravo de Instrumento foi protocolado no dia 28/05/2008, tendo decorrido mais de dois meses da publicação, sendo, portanto, intempestivo o presente recurso.

Isto posto, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento, nos termos do artigo 557, do Código de Processo Civil.

Decorrido, *in albis*, o prazo recursal, remetam-se os autos à vara de origem, com baixa na distribuição.

Publique-se e Intime-se.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
JUIZ FEDERAL CONVOCADO

IV - APELACAO CIVEL 1991.51.01.041702-9

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:MARCELO WEBHBY
APELADO	:ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	:JOSE ALFREDO FERRARI SOBRINHO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE EXECUCAO FISCAL-RJ
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (9100417025)

DECISÃO

I- Dos Fatos

Trata-se de Remessa Necessária e Apelação Cível de fls.113/117, interposta pelo Instituto Nacional do Seguro Social- INSS em face da sentença de fls.97/103 que decidiu a lide, julgando extinto o processo com exame de mérito, nos termos do art.269, IV do Código de Processo Civil.

Contra-razões do Estado do Rio de Janeiro, às fls.125/131.

É o breve relatório. Decido.

II- Da Fundamentação

Encontra-se assentado pelo Supremo Tribunal Federal que as contribuições sociais têm natureza tributária, devendo ser aplicado o instituto da prescrição intercorrente no processo de execução fiscal. A prescrição, em questão, é criação da Lei 11.051/2004, quando inseriu o §4º no art.40 da Lei de Execuções Fiscais, a Lei nº 6.830/80.

Dispõe a supracitada legislação, *in verbis*, que:

"*Art.40- O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição"*

(....) "§4º- Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato."

Nesse sentido, a orientação do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *mutatis mutandis*:
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO.
1. Não é possível decretar de ofício a prescrição de créditos tributários. Precedentes.
2. Ressalto, ainda, que em 11/12/2004, foi editada a Lei n. 11.051, que acrescentou o parágrafo 4º ao art. 40 da Lei n. 6.830/80, autorizando a decretação de ofício da prescrição intercorrente com a seguinte redação: "Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvir a Fazenda Pública, poderá reconhecer a prescrição e decretá-la de imediato". Nesse panorama, perfilhando da mesma conclusão consignada no julgamento do Recurso Especial n. 800.853 (rel. Min. Teori Albino Zavascki), entendo que o novel regramento tem natureza processual e que, por isso, alcança os processos em curso. Sendo assim, advirto que pode o feito, ao retornar a Corte a quo, ser julgado sob o prisma da Lei n. 11.051/2004.
3. Recurso especial conhecido parcialmente e provido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 708857 - Processo: 200401737500 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 15/02/2007 Documento: STJ000734116 - Fonte DJ DATA:07/03/2007 PÁGINA:213 - Relator(a) JOÃO OTÁVIO DE NORONHA)
AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - INTERCORRENTE - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ARTIGO APONTADO - COMO VIOLADO - PARALISAÇÃO DO FEITO POR MAIS DE CINCO ANOS - DECRETAÇÃO A REQUERIMENTO DO EXECUTADO - POSSIBILIDADE.
Impõe-se o não-conhecimento do recurso especial quanto à alegada violação do art. 2º, § 3º, da Lei n. 6.830/80, uma vez que ausente o prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão impugnada.
É pacífico nesta Corte o entendimento de que o artigo 40 da Lei de Execução Fiscal, que prevê a suspensão da execução fiscal quando não localizado o devedor ou não encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, deve ser aplicado à luz do disposto no artigo 174 do CTN.
Na espécie, constatado que permaneceu o exeqüente inerte por mais de cinco anos após o arquivamento do feito, o ínclito juiz, acertadamente, a requerimento do executado, determinou a extinção do processo em vista da ocorrência da prescrição intercorrente.
Agravo regimental improvido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 614864 - Processo: 200302238647 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 06/09/2005 Documento: STJ000690825 - Fonte DJ DATA:31/05/2006 PÁGINA:246 - Relator(a) FRANCIULLI NETTO)

Logo o Instituto da prescrição pode ser conhecido de ofício. Força do art.219, §5º do Código de Processo Civil c/c o art.40, § 4º da Lei de Execuções Fiscais.

Quanto ao prazo do mesmo, a jurisprudência do STJ já pacificou o entendimento de que se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação ou não, cabe ao Fisco proceder ao mesmo de ofício no prazo decadencial de 5 (cinco) anos, na forma estabelecida no art. 173, I, do Código Tributário Nacional.

Do Superior Tribunal de Justiça sobre a questão do prazo prescricional:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECADÊNCIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PAGAMENTO NÃO ANTECIPADO PELO CONTRIBUINTE. INCIDÊNCIA DO ART. 173, I, DO CTN. PRESCRIÇÃO. ART. 174 DO CTN. CITAÇÃO VÁLIDA. RECURSO DESPROVIDO.
1. O prazo decadencial para constituição do crédito tributário pode ser estabelecido da seguinte maneira: (a) em regra, segue-se o disposto no art. 173, I, do CTN, ou seja, o prazo é de cinco anos contados "do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado"; (b) nos tributos sujeitos a lançamento por homologação cujo pagamento ocorreu antecipadamente, o prazo é de cinco anos contados do fato gerador, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN.
2. Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação cujo pagamento não foi antecipado pelo contribuinte, deve ser aplicado o disposto no art. 173, I, do CTN.
3. Definitivamente constituído o crédito tributário, inicia-se o prazo prescricional para sua cobrança, de modo que o Fisco possui o lapso temporal de cinco anos para o ajuizamento da execução fiscal e, após, para a citação válida do executado, consoante previsto no art. 174 do CTN.
4. Na hipótese dos autos, o lançamento efetuou-se dentro do prazo de cinco anos em relação aos fatos geradores questionados, não ocorrendo, pois, o prazo decadencial previsto no art. 173 do CTN. Em seguida, o contribuinte foi notificado do auto de infração em 31 de dezembro de 1996, sem, contudo, apresentar impugnação do lançamento. A partir dessa data, então, o crédito tributário foi definitivamente constituído, iniciando-se, portanto, a contagem do prazo prescricional previsto no art. 174 do CTN. Por sua vez, a execução fiscal foi ajuizada em 8 de outubro de 1997 e a citação da empresa e de seus sócios ocorreu em 16 de março de 1998 (fls. 7/18). Assim, não se implementou a prescrição, tampouco a decadência.
5. Recurso especial desprovido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 739694 - Processo: 200500553040 UF: MG Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 02/10/2007 Documento: STJ000784884 - Fonte DJ DATA:12/11/2007 PÁGINA:159 - Relator(a) DENISE ARRUDA)

CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ARTIGO 45 DA LEI 8.212/91. OFENSA AO ART. 146, III,B, DA CONSTITUIÇÃO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DECADENCIAL DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. TERMO INICIAL: (A) PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR ,SE NÃO HOUVE ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO (CTN, ART. 173, I); (B) FATO GERADOR, CASO TENHA OCORRIDO RECOLHIMENTO, AINDA QUE PARCIAL (CTN,ART. 150, § 4º). PRECEDENTES DA 1ª SEÇÃO.
1. "As contribuições sociais, inclusive as destinadas a financiar a seguridade social (CF, art. 195), têm, no regime da Constituição de 1988, natureza tributária. Por isso mesmo, aplica-se também a elas o disposto no art. 146, III, b, da Constituição, segundo o qual cabe à lei complementar dispor sobre normas gerais em matéria de prescrição e decadência tributárias, compreendida nessa cláusula inclusive a fixação dos respectivos prazos. Conseqüentemente, padece de inconstitucionalidade formal o artigo 45 da Lei 8.212, de 1991, que fixou em dez anos o prazo de decadência para o lançamento das contribuições sociais devidas à Previdência Social" (Corte Especial, Argüição de Inconstitucionalidade no REsp nº 616348/MG)
2. O prazo decadencial para efetuar o lançamento do tributo é, em regra, o do art. 173, I, do CTN, segundo o qual "o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado".
3. Todavia, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação - que, segundo o art. 150 do CTN, "ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa" e "opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa" - , há regra específica. Relativamente a eles, ocorrendo o pagamento antecipado por parte do contribuinte, o prazo decadencial para o lançamento de eventuais diferenças é de cinco anos a contar do fato gerador, conforme estabelece o § 4º do art. 150 do CTN. Precedentes jurisprudenciais.
4. No caso, trata-se de contribuição previdenciária, tributo sujeito a lançamento por homologação, e não houve qualquer antecipação de pagamento. Aplicável, portanto, a regra do art. 173, I, do CTN.
5. Recurso especial a que se nega provimento.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 757922 - Processo: 200500953009 UF: SC Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 11/09/2007 Documento: STJ000775976 - Fonte DJ DATA:11/10/2007 PÁGINA:294 - Relator(a) TEORI ALBINO ZAVASCKI)

Ressalte-se por fim que é notório nos Tribunais Superiores o entendimento, sobre o qual, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações da parte; uma vez que tenha encontrado um motivo suficientemente forte para fundamentar sua decisão.

Em relação a questão dos ônus de sucumbência e honorários advocatícios não há que se falar em retificação, visto que o texto jurisdicional, ou seja, a sentença prolatada, esta firme no art.20 do Código de Processo Civil e não foge à lógica do disposto na legislação citada.

III- Do Dispositivo

Assim, diante do exposto, com suporte no art. 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento à remessa necessária e ao recurso do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Mantenho a sentença atacada.
P.R.I.C.
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e retornem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 1994.50.01.003056-0

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	JOAO BATISTA MARTINS PRATA BRAGA
APELADO	:	LESS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. E OUTROS
ADVOGADO	:	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
ORIGEM	:	3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA/ES (9400030568)

DECISÃO

I- Dos Fatos

Trata-se de Apelação Cível de fls.67/75, interposta pelo Instituto Nacional do Seguro Social- INSS em face da sentença de fls.61/65 que decidiu a lide, julgando extinto o processo com exame de mérito, nos termos do art.269, IV do Código de Processo Civil. Sem Remessa Necessária, nos termos do art.475, §2º do Código de Processo Civil já citado.

Contra-razões da parte Less Indústria e Comércio Ltda e Outros, às fls.85/94.

É o breve relatório. Decido.

II- Da Fundamentação

O Juízo Inicial extinguiu o feito e julgou o mérito da causa, reconhecendo ter ocorrido a prescrição intercorrente no processo de execução fiscal. A prescrição, em questão, é criação da Lei 11.051/2004, quando inseriu o §4º no art.40 da Lei de Execuções Fiscais, a Lei nº 6.830/80.

Dispõe a supracitada legislação, *in verbis*, que:

"*Art.40- O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição"*

(....) "§4º- Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato."

Nesse sentido, a orientação do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *mutatis mutandis*:
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO.
1. Não é possível decretar de ofício a prescrição de créditos tributários. Precedentes.
2. Ressalto, ainda, que em 11/12/2004, foi editada a Lei n. 11.051, que acrescentou o parágrafo 4º ao art. 40 da Lei n. 6.830/80, autorizando a decretação de ofício da prescrição intercorrente com a seguinte redação: "Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvir a Fazenda Pública, poderá reconhecer a prescrição e decretá-la de imediato". Nesse panorama, perfilhando da mesma conclusão consignada no julgamento do Recurso Especial n. 800.853 (rel. Min. Teori Albino Zavascki), entendo que o novel regramento tem natureza processual e que, por isso, alcança os processos em curso. Sendo assim, advirto que pode o feito, ao retornar a Corte a quo, ser julgado sob o prisma da Lei n. 11.051/2004.
3. Recurso especial conhecido parcialmente e provido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 708857 - Processo: 200401737500 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 15/02/2007 Documento: STJ000734116 - Fonte DJ DATA:07/03/2007 PÁGINA:213 - Relator(a) JOÃO OTÁVIO DE NORONHA)

AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - INTERCORRENTE - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ARTIGO APONTADO - COMO VIOLADO - PARALISAÇÃO DO FEITO POR MAIS DE CINCO ANOS - DECRETAÇÃO A REQUERIMENTO DO EXECUTADO - POSSIBILIDADE.
Impõe-se o não-conhecimento do recurso especial quanto à alegada violação do art. 2º, § 3º, da Lei n. 6.830/80, uma vez que ausente o prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão impugnada.
É pacífico nesta Corte o entendimento de que o artigo 40 da Lei de Execução Fiscal, que prevê a suspensão da execução fiscal quando não localizado o devedor ou não encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, deve ser aplicado à luz do disposto no artigo 174 do CTN.
Na espécie, constatado que permaneceu o exeqüente inerte por mais de cinco anos após o arquivamento do feito, o ínclito juiz, acertadamente, a requerimento do executado, determinou a extinção do processo em vista da ocorrência da prescrição intercorrente.
Agravo regimental improvido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 614864 - Processo: 200302238647 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 06/09/2005 Documento: STJ000690825 - Fonte DJ DATA:31/05/2006 PÁGINA:246 - Relator(a) FRANCIULLI NETTO)

Logo o Instituto da prescrição pode ser conhecido de ofício. Força do art.219, §5º do Código de Processo Civil c/c o art.40, § 4º da Lei de Execuções Fiscais.
Quanto ao prazo do mesmo, a jurisprudência do STJ já pacificou o entendimento de que se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação ou não, cabe ao Fisco proceder ao mesmo de ofício no prazo decadencial de 5 (cinco) anos, na forma estabelecida no art. 173, I, do Código Tributário Nacional.

Do Superior Tribunal de Justiça sobre a questão do prazo prescricional:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECADÊNCIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PAGAMENTO NÃO ANTECIPADO PELO CONTRIBUINTE. INCIDÊNCIA DO ART. 173, I, DO CTN. PRESCRIÇÃO. ART. 174 DO CTN. CITAÇÃO VÁLIDA. RECURSO DESPROVIDO.
1. O prazo decadencial para constituição do crédito tributário pode ser estabelecido da seguinte maneira: (a) em regra, segue-se o disposto no art. 173, I, do CTN, ou seja, o prazo é de cinco anos contados "do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado"; (b) nos tributos sujeitos a lançamento por homologação cujo pagamento ocorreu antecipadamente, o prazo é de cinco anos contados do fato gerador, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN.
2. Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação cujo pagamento não foi antecipado pelo contribuinte, deve ser aplicado o disposto no art. 173, I, do CTN.
3. Definitivamente constituído o crédito tributário, inicia-se o prazo prescricional para sua cobrança, de modo que o Fisco possui o lapso temporal de cinco anos para o ajuizamento da execução fiscal e, após, para a citação válida do executado, consoante previsto no art. 174 do CTN.
4. Na hipótese dos autos, o lançamento efetuou-se dentro do prazo de cinco anos em relação aos fatos geradores questionados, não ocorrendo, pois, o prazo decadencial previsto no art. 173 do CTN. Em seguida, o contribuinte foi notificado do auto de infração em 31 de dezembro de 1996, sem, contudo, apresentar impugnação do lançamento. A partir dessa data, então, o crédito tributário foi definitivamente constituído, iniciando-se, portanto, a contagem do prazo prescricional previsto no art. 174 do CTN. Por sua vez, a execução fiscal foi ajuizada em 8 de outubro de 1997 e a citação da empresa e de seus sócios ocorreu em 16 de março de 1998 (fls. 7/18). Assim, não se implementou a prescrição, tampouco a decadência.
5. Recurso especial desprovido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 739694 - Processo: 200500553040 UF: MG Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 02/10/2007 Documento: STJ000784884 - Fonte DJ DATA:12/11/2007 PÁGINA:159 - Relator(a) DENISE ARRUDA)

CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ARTIGO 45 DA LEI 8.212/91. OFENSA AO ART. 146, III,B, DA CONSTITUIÇÃO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DECADENCIAL DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. TERMO INICIAL: (A) PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR ,SE NÃO HOUVE ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO (CTN, ART. 173, I); (B) FATO GERADOR, CASO TENHA OCORRIDO RECOLHIMENTO, AINDA QUE PARCIAL (CTN,ART. 150, § 4º). PRECEDENTES DA 1ª SEÇÃO.
1. "As contribuições sociais, inclusive as destinadas a financiar a seguridade social (CF, art. 195), têm, no regime da Constituição de 1988, natureza tributária. Por isso mesmo, aplica-se também a elas o disposto no art. 146, III, b, da Constituição, segundo o qual cabe à lei complementar dispor sobre normas gerais em matéria de prescrição e decadência tributárias, compreendida nessa cláusula inclusive a fixação dos respectivos prazos. Conseqüentemente, padece de inconstitucionalidade formal o artigo 45 da Lei 8.212, de 1991, que fixou em dez anos o prazo de decadência para o lançamento das contribuições sociais devidas à Previdência Social" (Corte Especial, Argüição de Inconstitucionalidade no REsp nº 616348/MG)
2. O prazo decadencial para efetuar o lançamento do tributo é, em regra, o do art. 173, I, do CTN, segundo o qual "o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado".
3. Todavia, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação - que, segundo o art. 150 do CTN, "ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa" e "opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa" - , há regra específica. Relativamente a eles, ocorrendo o pagamento

antecipado por parte do contribuinte, o prazo decadencial para o lançamento de eventuais diferenças é de cinco anos a contar do fato gerador, conforme estabelece o § 4º do art. 150 do CTN. Precedentes jurisprudenciais.
4. No caso, trata-se de contribuição previdenciária, tributo sujeito a lançamento por homologação, e não houve qualquer antecipação de pagamento. Aplicável, portanto, a regra do art. 173, I, do CTN.
5. Recurso especial a que se nega provimento.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 757922 - Processo: 200500953009 UF: SC Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 11/09/2007 Documento: STJ000775976 - Fonte DJ DATA:11/10/2007 PÁGINA:294 - Relator(a) TEORI ALBINO ZAVASCKI)

Ressalte-se por fim que é notório nos Tribunais Superiores o entendimento, sobre o qual, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações da parte; uma vez que tenha encontrado um motivo suficientemente forte para fundamentar sua decisão.

III- Do Dispositivo

Assim, diante do exposto, com suporte no art. 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso do Instituto Nacional do Seguro Social -INSS. Mantenho a sentença atacada.
P.R.I.C.
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e retornem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 1997.50.01.011712-5

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	J F VEICULOS LTDA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA/ES (9700117120)

DECISÃO

I- Dos Fatos

Trata-se de Apelação Cível de fls.115/125, interposta pela União Federal/ Fazenda Nacional em face da sentença de fls.106/111 que decidiu a lide, julgando extinto o processo com exame de mérito, nos termos do art.269, IV do Código de Processo Civil. Sem Remessa Necessária, nos termos do art.475, §2º do Código de Processo Civil já citado.

Sem contra-razões.

É o breve relatório. Decido.

II- Da Fundamentação

O Juízo Inicial extinguiu o feito e julgou o mérito da causa, reconhecendo ter ocorrido a prescrição intercorrente no processo de execução fiscal. A prescrição, em questão, é criação da Lei 11.051/2004, quando inseriu o §4º no art.40 da Lei de Execuções Fiscais, a Lei nº 6.830/80.

Dispõe a supracitada legislação, *in verbis*, que:

"*Art.40- O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição"*

(....) "§4º- Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato."

Nesse sentido, a orientação do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *mutatis mutandis*:
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO.
1. Não é possível decretar de ofício a prescrição de créditos tributários. Precedentes.
2. Ressalto, ainda, que em 11/12/2004, foi editada a Lei n. 11.051, que acrescentou o parágrafo 4º ao art. 40 da Lei n. 6.830/80, autorizando a decretação de ofício da prescrição intercorrente com a seguinte redação: "Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvir a Fazenda Pública, poderá reconhecer a prescrição e decretá-la de imediato". Nesse panorama, perfilhando da mesma conclusão consignada no julgamento do Recurso Especial n. 800.853 (rel. Min. Teori Albino Zavascki), entendo que o novel regramento tem natureza processual e que, por isso, alcança os processos em curso. Sendo assim, advirto que pode o feito, ao retornar a Corte a quo, ser julgado sob o prisma da Lei n. 11.051/2004.
3. Recurso especial conhecido parcialmente e provido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 708857 - Processo: 200401737500 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 15/02/2007 Documento: STJ000734116 - Fonte DJ DATA:07/03/2007 PÁGINA:213 - Relator(a) JOÃO OTÁVIO DE NORONHA)

AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - INTERCORRENTE - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ARTIGO APONTADO - COMO VIOLADO - PARALISAÇÃO DO FEITO POR MAIS DE CINCO ANOS - DECRETAÇÃO A REQUERIMENTO DO EXECUTADO - POSSIBILIDADE.
Impõe-se o não-conhecimento do recurso especial quanto à alegada violação do art. 2º, § 3º, da Lei n. 6.830/80, uma vez que ausente o prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão impugnada.
É pacífico nesta Corte o entendimento de que o artigo 40 da Lei de Execução Fiscal, que prevê a suspensão da execução fiscal quando não localizado o devedor ou não encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, deve ser aplicado à luz do disposto no artigo 174 do CTN.
Na espécie, constatado que permaneceu o exeqüente inerte por mais de cinco anos após o arquivamento do feito, o ínclito juiz, acertadamente, a requerimento do executado, determinou a extinção do processo em vista da ocorrência da prescrição intercorrente.
Agravo regimental improvido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 614864 - Processo: 200302238647 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 06/09/2005 Documento: STJ000690825 - Fonte DJ DATA:31/05/2006 PÁGINA:246 - Relator(a) FRANCIULLI NETTO)

Logo o Instituto da prescrição pode ser conhecido de ofício. Força do art.219, §5º do Código de Processo Civil c/c o art.40, § 4º da Lei de Execuções Fiscais.
Quanto ao prazo do mesmo, a jurisprudência do STJ já pacificou o entendimento de que se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação ou não, cabe ao Fisco proceder ao mesmo de ofício no prazo decadencial de 5 (cinco) anos, na forma estabelecida no art. 173, I, do Código Tributário Nacional.

Do Superior Tribunal de Justiça sobre a questão do prazo prescricional:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECADÊNCIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PAGAMENTO NÃO ANTECIPADO PELO CONTRIBUINTE. INCIDÊNCIA DO ART. 173, I, DO CTN. PRESCRIÇÃO. ART. 174 DO CTN. CITAÇÃO VÁLIDA. RECURSO DESPROVIDO.
1. O prazo decadencial para constituição do crédito tributário pode ser estabelecido da seguinte maneira: (a) em regra, segue-se o disposto no art. 173, I, do CTN, ou seja, o prazo é de cinco anos contados "do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado"; (b) nos tributos sujeitos a lançamento por homologação cujo pagamento ocorreu antecipadamente, o prazo é de cinco anos contados do fato gerador, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN.
2. Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação cujo pagamento não foi antecipado pelo contribuinte, deve ser aplicado o disposto no art. 173, I, do CTN.
3. Definitivamente constituído o crédito tributário, inicia-se o prazo prescricional para sua cobrança, de modo que o Fisco possui o lapso temporal de cinco anos para o ajuizamento da execução fiscal e, após, para a citação válida do executado, consoante previsto no art. 174 do CTN.
4. Na hipótese dos autos, o lançamento efetuou-se dentro do prazo de cinco anos em relação aos fatos geradores questionados, não ocorrendo, pois, o prazo decadencial previsto no art. 173 do CTN. Em seguida, o contribuinte foi notificado do auto de infração em 31 de dezembro de 1996, sem, contudo, apresentar impugnação do lançamento. A partir dessa data, então, o crédito tributário foi definitivamente constituído, iniciando-se, portanto, a contagem do prazo prescricional previsto no art. 174 do CTN. Por sua vez, a execução fiscal foi ajuizada em 8 de outubro de 1997 e a citação da empresa e de seus sócios ocorreu em 16 de março de 1998 (fls. 7/18). Assim, não se implementou a prescrição, tampouco a decadência.
5. Recurso especial desprovido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 739694 - Processo: 200500553040 UF: MG Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 02/10/2007 Documento: STJ000784884 - Fonte DJ DATA:12/11/2007 PÁGINA:159 - Relator(a) DENISE ARRUDA)

CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ARTIGO 45 DA LEI 8.212/91. OFENSA AO ART. 146, III,B, DA CONSTITUIÇÃO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DECADENCIAL DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. TERMO INICIAL: (A) PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR ,SE NÃO HOUVE ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO (CTN, ART. 173, I); (B) FATO GERADOR, CASO TENHA OCORRIDO RECOLHIMENTO, AINDA QUE PARCIAL (CTN,ART. 150, § 4º). PRECEDENTES DA 1ª SEÇÃO.
1. "As contribuições sociais, inclusive as destinadas a financiar a seguridade social (CF, art. 195), têm, no regime da Constituição de 1988, natureza tributária. Por isso mesmo, aplica-se também a elas o disposto no art. 146, III, b, da Constituição, segundo o qual cabe à lei complementar dispor sobre normas gerais em matéria de prescrição e decadência tributárias, compreendida nessa cláusula inclusive a fixação dos respectivos prazos. Conseqüentemente, padece de inconstitucionalidade formal o artigo 45 da Lei 8.212, de 1991, que fixou em dez anos o prazo de decadência para o lançamento das contribuições sociais devidas à Previdência Social" (Corte Especial, Argüição de Inconstitucionalidade no REsp nº 616348/MG)
2. O prazo decadencial para efetuar o lançamento do tributo é, em regra, o do art. 173, I, do CTN, segundo o qual "o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado".
3. Todavia, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação - que, segundo o art. 150 do CTN, "ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa" e "opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa" - , há regra específica. Relativamente a eles, ocorrendo o pagamento antecipado por parte do contribuinte, o prazo decadencial para o lançamento de eventuais diferenças é de cinco anos a contar do fato gerador, conforme estabelece o § 4º do art. 150 do CTN. Precedentes jurisprudenciais.
4. No caso, trata-se de contribuição previdenciária, tributo sujeito a lançamento por homologação, e não houve qualquer antecipação de pagamento. Aplicável, portanto, a regra do art. 173, I, do CTN.
5. Recurso especial a que se nega provimento.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 757922 - Processo: 200500953009 UF: SC Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 11/09/2007 Documento: STJ000775976 - Fonte DJ DATA:11/10/2007 PÁGINA:294 - Relator(a) TEORI ALBINO ZAVASCKI)

Ressalte-se por fim que é notório nos Tribunais Superiores o entendimento, sobre o qual, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações da parte; uma vez que tenha encontrado um motivo suficientemente forte para fundamentar sua decisão.

III- Do Dispositivo

Assim, diante do exposto, com suporte no art. 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso da União Federal/ Fazenda Nacional. Mantenho a sentença atacada.
P.R.I.C.
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e retornem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - REMESSA EX-OFFICIO EM MS 1999.50.01.002093-0

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
PARTE AUTORA	:	JOSE BONESI BROTTO E OUTROS
ADVOGADO	:	IZAEL DE MELLO REZENDE
PARTE RÉ	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
REMETENTE	:	JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
ORIGEM	:	2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (9900020936)

D E C I S Ã O
Trata-se de remessa necessária em mandado de segurança preventivo, com pedido de concessão de liminar, impetrado por JOSE BONESI BROTTO E OUTROS, com o fim de determinar que as autoridades impetradas se abstenham de efetuar qualquer desconto nos seus proventos a título de contribuição previdenciária, que fora estabelecido pela Lei nº 9.783/99.

Sustentam os impetrantes, em síntese, que o desconto em questão viola os transcritos dispositivos constitucionais, dado que a Lei nº 9.783/99, por não ser lei complementar, é inadequada e inconstitucional para a instituição da contribuição previdenciária.

Liminar deferida às fls. 43/48.

Informações prestadas pelo Delegado da Receita Federal em Vitória/ES, às fls 54/61, em que sustenta a legalidade do ato impugnado.

O Ministério Público Federal, às fls. 63/65, manifestou-se pela concessão da ordem.
Sentença, às fls. 91/104, concedendo a segurança para determinar à autoridade coatora que se abstenha de implementar quaisquer exações de contribuição instituídas pela Lei nº 9.783/99.

Às fls.115/127, o MPF opina pelo desprovimento da remessa.

É o relatório.

DECIDO

O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que a contribuição referente a inativos e pensionistas deixou de ter suporte constitucional, tornando-se conseqüentemente inexigível, a partir da promulgação da EC 20/98, que introduziu substancial modificação no ordenamento jurídico positivo.

A inexigibilidade das contribuições referidas perdurou até a vigência da EC 41/03, que modificou o art. 40, §18, da Constituição Federal. Nesse sentido, AgR no RE nº 435.210-9, Relatora a Ministra Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ de 14/06/2005:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS.
1. Contribuição previdenciária prevista na Lei 9.783/99. Incidência sobre proventos e pensões de servidores públicos e pensionistas. Inconstitucionalidade reconhecida pelo Plenário do STF no julgamento da ADI 2.010-MC.

2. Suspensão da cobrança dessa exação até a vigência da Emenda Constitucional nº 41/03.
3. Agravo regimental improvido.
(grifo nosso)

Face à nova redação dada ao art. 40, §18, da Constituição Federal, incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas naquilo que superar o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Carta Magna.

A questão que se coloca nos autos diz respeito à constitucionalidade da Lei nº 9.783/99, no que se refere à incidência de contribuição previdenciária sobre os vencimentos dos aposentados e pensionistas do regime próprio dos servidores públicos. Trago à colação jurisprudência que norteia a matéria:

E M E N T A: SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL - LEI Nº 9.783/99 - ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL DESSE DIPLOMA LEGISLATIVO - RELEVÂNCIA JURÍDICA DA TESE PERTINENTE À NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL SOBRE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO FEDERAL (CF, ART. 40, CAPUT, E RESPECTIVO § 12, C/C O ART. 195, II, NA REDAÇÃO DADA PELA EC Nº 20/98) - ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS - ESCALA DE PROGRESSIVIDADE DOS ADICIONAIS TEMPORÁRIOS (ART. 2º DA LEI Nº 9.783/99) - ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO QUE VEDA A TRIBUTAÇÃO CONFISCATÓRIA (CF, ART. 150, IV) E DE DESCARACTERIZAÇÃO DA FUNÇÃO CONSTITUCIONAL INERENTE À CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL - PLAUSIBILIDADE JURÍDICA - MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA EM PARTE. PRINCÍPIO DA IRREPETIBILIDADE DOS PROJETOS REJEITADOS NA MESMA SESSÃO LEGISLATIVA (CF, ART. 67) - MEDIDA PROVISÓRIA REJEITADA PELO CONGRESSO NACIONAL - POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE LEI, PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NO INÍCIO DO ANO SEGUINTE ÀQUELE EM QUE SE DEU A REJEIÇÃO PARLAMENTAR DA MEDIDA PROVISÓRIA. - A norma inscrita no art. 67 da Constituição - que consagra o postulado da irrepetibilidade dos projetos rejeitados na mesma sessão legislativa - não impede o Presidente da República de submeter, à apreciação do Congresso Nacional, reunido em convocação extraordinária (CF, art. 57, § 6º, II), projeto de lei versando, total ou parcialmente, a mesma matéria que constituiu objeto de medida provisória rejeitada pelo Parlamento, em sessão legislativa realizada no ano anterior. - O Presidente da República, no entanto, sob pena de ofensa ao princípio da separação de poderes e de transgressão à integridade da ordem democrática, não pode valer-se de medida provisória para disciplinar matéria que já tenha sido objeto de projeto de lei anteriormente rejeitado na mesma sessão legislativa (RTJ 166/890, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI). Também pelas mesmas razões, o Chefe do Poder Executivo da União não pode reeditar medida provisória que veicule matéria constante de outra medida provisória anteriormente rejeitada pelo Congresso Nacional (RTJ 146/707-708, Rel. Min. CELSO DE MELLO). RESERVA CONSTITUCIONAL DE LEI COMPLEMENTAR - INCIDÊNCIA NOS CASOS TAXATIVAMENTE INDICADOS NA CONSTITUIÇÃO - CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DEVIDA POR SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM ATIVIDADE - INSTITUIÇÃO MEDIANTE LEI ORDINÁRIA - POSSIBILIDADE. - Não se presume a necessidade de edição de lei complementar, pois esta é somente exigível nos casos expressamente previstos na Constituição. Doutrina. Precedentes. - O ordenamento constitucional brasileiro - ressalvada a hipótese prevista no art. 195, § 4º, da Constituição - não submeteu, ao domínio normativo da lei complementar, a instituição e a majoração das contribuições sociais a que se refere o art. 195 da Carta Política. - Tratando-se de contribuição incidente sobre servidores públicos federais em atividade - a cujo respeito existe expressa previsão inscrita no art. 40, caput, e § 12, c/c o art. 195, II, da Constituição, na redação dada pela EC nº 20/98 - revela-se legítima a disciplinação do tema mediante simples lei ordinária. As contribuições de seguridade social - inclusive aquelas que incidem sobre os servidores públicos federais em atividade -, embora sujeitas, como qualquer tributo, às normas gerais estabelecidas na lei complementar a que se refere o art. 146, III, da Constituição, não dependem, para o específico efeito de sua instituição, da edição de nova lei complementar, eis que, precisamente por não se qualificarem como impostos, torna-se inexigível, quanto a elas, a utilização dessa espécie normativa para os fins a que alude o art. 146, III, a, segunda parte, da Carta Política, vale dizer, para a definição dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes. Precedente: RTJ 143/313-314. A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO ADMITE A INSTITUIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL SOBRE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO. - A Lei nº 9.783/99, ao dispor sobre a contribuição de seguridade social relativamente a pensionistas e a servidores inativos da União, regulou, indevidamente, matéria não autorizada pelo texto da Carta Política, eis que, não obstante as substanciais modificações introduzidas pela EC nº 20/98 no regime de previdência dos servidores públicos, o Congresso Nacional absteve-se, conscientemente, no contexto da reforma do modelo previdenciário, de fixar a necessária matriz constitucional, cuja instituição se revelava indispensável para legitimar, em bases válidas, a criação e a incidência dessa exação tributária sobre o valor das aposentadorias e das pensões. O regime de previdência de caráter contributivo, a que se refere o art. 40, caput, da Constituição, na redação dada pela EC nº 20/98, foi instituído, unicamente, em relação "Aos servidores titulares de cargos efetivos...", inexistindo, desse modo, qualquer possibilidade jurídico-constitucional de se atribuir, a inativos e a pensionistas da União, a condição de contribuintes da exação prevista na Lei nº 9.783/99. Interpretação do art. 40, §§ 8º e 12, c/c o art. 195, II, da Constituição, todos com a redação que lhes deu a EC nº 20/98. DEBATES PARLAMENTARES E INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO. - O argumento histórico, no processo de interpretação constitucional, não se reveste de caráter absoluto. Qualifica-se, no entanto, como expressivo elemento de útil indagação das circunstâncias que motivaram a elaboração de determinada norma inscrita na Constituição, permitindo o conhecimento das razões que levaram o constituinte a acolher ou a rejeitar as propostas que lhe foram submetidas. Doutrina. - O registro histórico dos debates parlamentares, em torno da proposta que resultou na Emenda Constitucional nº 20/98 (PEC nº 33/95), revela-se extremamente importante na constatação de que a única base constitucional - que poderia viabilizar a cobrança, relativamente aos inativos e aos pensionistas da União, da contribuição de seguridade social - foi conscientemente excluída do texto, por iniciativa dos próprios Líderes dos Partidos Políticos que dão sustentação parlamentar ao Governo, na Câmara dos Deputados (Comunicado Parlamentar publicado no Diário da Câmara dos Deputados, p. 04110, edição de 12/2/98). O destaque supressivo, patrocinado por esses Líderes partidários, excluiu, do Substitutivo aprovado pelo Senado Federal (PEC nº 33/95), a cláusula destinada a introduzir, no texto da Constituição, a necessária previsão de cobrança, aos pensionistas e aos servidores inativos, da contribuição de seguridade social. O REGIME CONTRIBUTIVO É, POR ESSÊNCIA, UM REGIME DE CARÁTER EMINENTEMENTE RETRIBUTIVO. A QUESTÃO DO EQUILÍBRIO ATUARIAL (CF, ART. 195, § 5º). CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL SOBRE PENSÕES E PROVENTOS: AUSÊNCIA DE CAUSA SUFICIENTE. - Sem causa suficiente, não se justifica a instituição (ou a majoração) da contribuição de seguridade social, pois, no regime de previdência de caráter contributivo, deve haver, necessariamente, correlação entre custo e benefício. A existência de estrita vinculação causal entre contribuição e benefício põe em evidência a correção da fórmula segundo a qual não pode haver contribuição sem benefício, nem benefício sem contribuição. Doutrina. Precedente do STF. A CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM ATIVIDADE CONSTITUI MODALIDADE DE TRIBUTO VINCULADO.
- A contribuição de seguridade social, devida por servidores públicos em atividade, configura modalidade de contribuição social, qualificando-se como espécie tributária de caráter vinculado, constitucionalmente destinada ao custeio e ao financiamento do regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo. Precedentes. A GARANTIA DA IRREDUTIBILIDADE DA REMUNERAÇÃO NÃO É OPONÍVEL À INSTITUIÇÃO/MAJORAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL RELATIVAMENTE AOS SERVIDORES EM ATIVIDADE. - A contribuição de seguridade social, como qualquer outro tributo, é passível de majoração, desde que o aumento dessa exação tributária observe padrões de razoabilidade e seja estabelecido em bases moderadas. Não assiste ao contribuinte o direito de opor, ao Poder Público, pretensão que vise a obstar o aumento dos tributos - a cujo conceito se subsumem as contribuições de seguridade social (RTJ 143/684 - RTJ 149/654) -, desde que respeitadas, pelo Estado, as diretrizes constitucionais que regem, formal e materialmente, o exercício da competência impositiva. Assiste, ao contribuinte, quando transgredidas as limitações constitucionais ao poder de tributar, o direito de contestar, judicialmente, a tributação que tenha sentido discriminatório ou que revele caráter confiscatório. A garantia constitucional da irredutibilidade da remuneração devida aos servidores públicos em atividade não se reveste de caráter absoluto. Expõe-se, por isso mesmo, às derrogações instituídas pela própria Constituição da República, que prevê, relativamente ao subsídio e aos vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos - (CF, art. 37, XV), a incidência de tributos, legitimando-se, desse modo, quanto aos servidores públicos ativos, a exigibilidade da contribuição de seguridade social, mesmo porque, em tema de tributação, há que se ter presente o que dispõe o art. 150, II, da Carta Política. Precedentes: RTJ 83/74 - RTJ 109/244 - RTJ 147/921, 925. CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL - SERVIDORES EM ATIVIDADE - ESTRUTURA PROGRESSIVA DAS ALÍQUOTAS: A PROGRESSIVIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA SUPÕE EXPRESSA AUTORIZAÇÃO CONSTITUCIONAL. RELEVO JURÍDICO DA TESE. - Relevo jurídico da tese segundo a qual o legislador comum, fora das hipóteses taxativamente indicadas no texto da Carta Política, não pode valer-se da progressividade na definição das alíquotas pertinentes à contribuição de seguridade social devida por servidores públicos em atividade. Tratando-se de matéria sujeita a estrita previsão
constitucional - CF, art. 153, § 2º, I; art. 153, § 4º; art. 156, § 1º; art. 182, § 4º, II; art. 195, § 9º (contribuição social devida pelo empregador) - inexiste espaço de liberdade decisória para o
Congresso Nacional, em tema de progressividade tributária, instituir alíquotas progressivas em situações não autorizadas pelo texto da Constituição. Inaplicabilidade, aos servidores estatais, da norma inscrita no art. 195, § 9º, da Constituição, introduzida pela EC nº 20/98. A inovação do quadro normativo resultante da promulgação da EC nº 20/98 - que introduziu, na Carta Política, a regra consubstanciada no art. 195, § 9º (contribuição patronal) - parece tornar insuscetível de invocação o precedente firmado na ADI nº 790-DF (RTJ 147/921). A TRIBUTAÇÃO CONFISCATÓRIA É VEDADA PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende cabível, em sede de controle normativo abstrato, a possibilidade de a Corte examinar se determinado tributo ofende, ou não, o princípio constitucional da não-confiscatoriedade consagrado no art. 150, IV, da Constituição. Precedente: ADI 1.075-DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO (o Relator ficou vencido, no precedente mencionado, por entender que o exame do efeito confiscatório do tributo depende da apreciação individual de cada caso concreto). - A proibição constitucional do confisco em matéria tributária nada mais representa senão a interdição, pela Carta Política, de qualquer pretensão governamental que possa conduzir, no campo da fiscalidade, à injusta apropriação estatal, no todo ou em parte, do patrimônio ou dos rendimentos dos contribuintes, comprometendo-lhes, pela insuportabilidade da carga tributária, o exercício do direito a uma existência digna, ou a prática de atividade profissional lícita ou, ainda, a regular satisfação de suas necessidades vitais (educação, saúde e habitação, por exemplo). A identificação do efeito confiscatório deve ser feita em função da totalidade da carga tributária, mediante verificação da capacidade de que dispõe o contribuinte - considerado o montante de sua riqueza (renda e capital) - para suportar e sofrer a incidência de todos os tributos que ele deverá pagar, dentro de determinado período, à mesma pessoa política que os houver instituído (a União Federal, no caso), condicionando-se, ainda, a aferição do grau de insuportabilidade econômico-financeira, à observância, pelo legislador, de padrões de razoabilidade destinados a neutralizar excessos de ordem fiscal eventualmente praticados pelo Poder Público. Resulta configurado o caráter confiscatório de determinado tributo, sempre que o efeito cumulativo - resultante das múltiplas incidências tributárias estabelecidas pela mesma entidade estatal - afetar, substancialmente, de maneira irrazoável, o patrimônio e/ou os rendimentos do contribuinte. - O Poder Público, especialmente em sede de tributação (as contribuições de seguridade social revestem-se de caráter tributário), não pode agir imoderadamente, pois a atividade estatal acha-se essencialmente condicionada pelo princípio da razoabilidade. A CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL POSSUI DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL ESPECÍFICA. - A contribuição de seguridade social não só se qualifica como modalidade autônoma de tributo (RTJ 143/684), como também representa espécie tributária essencialmente vinculada ao financiamento da seguridade social, em função de específica destinação constitucional. A vigência temporária das alíquotas progressivas (art. 2º da Lei nº 9.783/99), além de não implicar concessão adicional de outras vantagens, benefícios ou serviços - rompendo, em conseqüência, a necessária vinculação causal que deve existir entre contribuições e benefícios (RTJ 147/921) - constitui expressiva evidência de que se buscou, unicamente, com a arrecadação desse plus, o aumento da receita da União, em ordem a viabilizar o pagamento de encargos (despesas de pessoal) cuja satisfação deve resultar, ordinariamente, da arrecadação de impostos. RAZÕES DE ESTADO NÃO PODEM SER INVOCADAS PARA LEGITIMAR O DESRESPEITO À SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. - A invocação das razões de Estado - além de deslegitimar-se como fundamento idôneo de justificação de medidas legislativas - representa, por efeito das gravíssimas conseqüências provocadas por seu eventual acolhimento, uma ameaça inadmissível às liberdades públicas, à supremacia da ordem constitucional e aos valores democráticos que a informam, culminando por introduzir, no sistema de direito positivo, um preocupante fator de ruptura e de desestabilização político-jurídica. Nada compensa a ruptura da ordem constitucional. Nada recompõe os gravíssimos efeitos que derivam do gesto de infidelidade ao texto da Lei Fundamental. A defesa da Constituição não se expõe, nem deve submeter-se, a qualquer juízo de oportunidade ou de conveniência, muito menos a avaliações discricionárias fundadas em razões de pragmatismo governamental. A relação do Poder e de seus agentes, com a Constituição, há de ser, necessariamente, uma relação de respeito. Se, em determinado momento histórico, circunstâncias de fato ou de direito reclamarem a alteração da Constituição, em ordem a conferir-lhe um sentido de maior contemporaneidade, para ajustá-la, desse modo, às novas exigências ditadas por necessidades políticas, sociais ou econômicas, impor-se-á a prévia modificação do texto da Lei Fundamental, com estrita observância das limitações e do processo de reforma estabelecidos na própria Carta Política. A DEFESA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA REPRESENTA O ENCARGO MAIS RELEVANTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. - O Supremo Tribunal Federal - que é o guardião da
Constituição, por expressa delegação do Poder Constituinte - não pode renunciar ao exercício desse encargo, pois, se a Suprema Corte falhar no desempenho da gravíssima atribuição que lhe foi outorgada, a integridade do sistema político, a proteção das liberdades públicas, a estabilidade do ordenamento normativo do Estado, a segurança das relações jurídicas e a legitimidade das instituições da República restarão profundamente comprometidas. O inaceitável desprezo pela Constituição não pode converter-se em prática governamental consentida. Ao menos, enquanto houver um Poder Judiciário independente e consciente de sua alta responsabilidade política, social e jurídico-institucional. (grifo nosso)
(ADI-MC 2010/DF; Relator: Min. Celso de Mello; julgamento: 13/06/2002; órgão julgador: Tribunal Pleno, publicação DJ: 28/03/2003).

Diante do exposto, com esteio no artigo 557, caput, do CPC, nego seguimento à remessa necessária.

Preclusa esta decisão, devolvam-se os autos ao Juízo de Origem, com as cautelas de praxe.

Publique-se. Intimem-se.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 1999.50.01.032143-6

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DENISE FENSTERSEIFER COIMBRA

APELADO	:	DEOLINDO ALVARO TAVARES COSTA
ADVOGADO	:	JOAO CARLOS ASSAD E OUTROS
ORIGEM	:	2 VARA JUSTIÇA FEDERAL CACHOEIRO DE ITAPEM/ES (9900321430)

DECISÃO

I- Dos Fatos

Trata-se de Remessa Necessária e Apelação Cível de fls.63/66, interposta pelo Instituto Nacional do Seguro Social- INSS em face da sentença de fls.58/61 que decidiu a lide, julgando procedentes os embargos à execução, nos termos do art.269, IV do Código de Processo Civil.

Sem contra-razões.

É o breve relatório. Decido.

II- Da Fundamentação

Reconheço ter ocorrido à prescrição intercorrente no processo de execução fiscal. A prescrição, em questão, é criação da Lei 11.051/2004, quando inseriu o §4º no art.40 da Lei de Execuções Fiscais, a Lei nº 6.830/80.

Dispõe a supracitada legislação, *in verbis*, que:

"*Art.40- O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição"*

(....) "§4º- Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato."

Nesse sentido, a orientação do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *mutatis mutandis*:
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO.
1. Não é possível decretar de ofício a prescrição de créditos tributários. Precedentes.
2. Ressalto, ainda, que em 11/12/2004, foi editada a Lei n. 11.051, que acrescentou o parágrafo 4º ao art. 40 da Lei n. 6.830/80, autorizando a decretação de ofício da prescrição intercorrente com a seguinte redação: "Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvir a Fazenda Pública, poderá reconhecer a prescrição e decretá-la de imediato". Nesse panorama, perfilhando da mesma conclusão consignada no julgamento do Recurso Especial n. 800.853 (rel. Min. Teori Albino Zavascki), entendo que o novel regramento tem natureza processual e que, por isso, alcança os processos em curso. Sendo assim, advirto que pode o feito, ao retornar a Corte a quo, ser julgado sob o prisma da Lei n. 11.051/2004.
3. Recurso especial conhecido parcialmente e provido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 708857 - Processo: 200401737500 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 15/02/2007 Documento: STJ000734116 - Fonte DJ DATA:07/03/2007 PÁGINA:213 - Relator(a) JOÃO OTÁVIO DE NORONHA)

AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - INTERCORRENTE - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ARTIGO APONTADO - COMO VIOLADO - PARALISAÇÃO DO FEITO POR MAIS DE CINCO ANOS - DECRETAÇÃO A REQUERIMENTO DO EXECUTADO - POSSIBILIDADE.
Impõe-se o não-conhecimento do recurso especial quanto à alegada violação do art. 2º, § 3º, da Lei n. 6.830/80, uma vez que ausente o prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão impugnada.
É pacífico nesta Corte o entendimento de que o artigo 40 da Lei de Execução Fiscal, que prevê a suspensão da execução fiscal quando não localizado o devedor ou não encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, deve ser aplicado à luz do disposto no artigo 174 do CTN.
Na espécie, constatado que permaneceu o exeqüente inerte por mais de cinco anos após o arquivamento do feito, o ínclito juiz, acertadamente, a requerimento do executado, determinou a extinção do processo em vista da ocorrência da prescrição intercorrente.
Agravo regimental improvido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 614864 - Processo: 200302238647 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 06/09/2005 Documento: STJ000690825 - Fonte DJ DATA:31/05/2006 PÁGINA:246 - Relator(a) FRANCIULLI NETTO)

Logo o Instituto da prescrição pode ser conhecido de ofício. Força do art.219, §5º do Código de Processo Civil c/c o art.40, § 4º da Lei de Execuções Fiscais.
Quanto ao prazo do mesmo, a jurisprudência do STJ já pacificou o entendimento de que se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação ou não, cabe ao Fisco proceder ao mesmo de ofício no prazo decadencial de 5 (cinco) anos, na forma estabelecida no art. 173, I, do Código Tributário Nacional.

Do Superior Tribunal de Justiça sobre a questão do prazo prescricional:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECADÊNCIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PAGAMENTO NÃO ANTECIPADO PELO CONTRIBUINTE. INCIDÊNCIA DO ART. 173, I, DO CTN. PRESCRIÇÃO. ART. 174 DO CTN. CITAÇÃO VÁLIDA. RECURSO DESPROVIDO.
1. O prazo decadencial para constituição do crédito tributário pode ser estabelecido da seguinte maneira: (a) em regra, segue-se o disposto no art. 173, I, do CTN, ou seja, o prazo é de cinco anos contados "do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado"; (b) nos tributos sujeitos a lançamento por homologação cujo pagamento ocorreu antecipadamente, o prazo é de cinco anos contados do fato gerador, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN.
2. Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação cujo pagamento não foi antecipado pelo contribuinte, deve ser aplicado o disposto no art. 173, I, do CTN.
3. Definitivamente constituído o crédito tributário, inicia-se o prazo prescricional para sua cobrança, de modo que o Fisco possui o lapso temporal de cinco anos para o ajuizamento da execução fiscal e, após, para a citação válida do executado, consoante previsto no art. 174 do CTN.
4. Na hipótese dos autos, o lançamento efetuou-se dentro do prazo de cinco anos em relação aos fatos geradores questionados, não ocorrendo, pois, o prazo decadencial previsto no art. 173 do CTN. Em seguida, o contribuinte foi notificado do auto de infração em 31 de dezembro de 1996, sem, contudo, apresentar impugnação do lançamento. A partir dessa data, então, o crédito tributário foi definitivamente constituído, iniciando-se, portanto, a contagem do prazo prescricional previsto no art. 174 do CTN. Por sua vez, a execução fiscal foi ajuizada em 8 de outubro de 1997 e a citação da empresa e de seus sócios ocorreu em 16 de março de 1998 (fls. 7/18). Assim, não se implementou a prescrição, tampouco a decadência.
5. Recurso especial desprovido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 739694 - Processo: 200500553040 UF: MG Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 02/10/2007 Documento: STJ000784884 - Fonte DJ DATA:12/11/2007 PÁGINA:159 - Relator(a) DENISE ARRUDA)

CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ARTIGO 45 DA LEI 8.212/91. OFENSA AO ART. 146, III,B, DA CONSTITUIÇÃO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DECADENCIAL DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. TERMO INICIAL: (A) PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR ,SE NÃO HOUVE ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO (CTN, ART. 173, I); (B) FATO GERADOR, CASO TENHA OCORRIDO RECOLHIMENTO, AINDA QUE PARCIAL (CTN,ART. 150, § 4º). PRECEDENTES DA 1ª SEÇÃO.
1. "As contribuições sociais, inclusive as destinadas a financiar a seguridade social (CF, art. 195), têm, no regime da Constituição de 1988, natureza tributária. Por isso mesmo, aplica-se também a elas o disposto no art. 146, III, b, da Constituição, segundo o qual cabe à lei complementar dispor sobre normas gerais em matéria de prescrição e decadência tributárias, compreendida nessa cláusula inclusive a fixação dos respectivos prazos. Conseqüentemente, padece de inconstitucionalidade formal o artigo 45 da Lei 8.212, de 1991, que fixou em dez anos o prazo de decadência para o lançamento das contribuições sociais devidas à Previdência Social" (Corte Especial, Argüição de Inconstitucionalidade no REsp nº 616348/MG)
2. O prazo decadencial para efetuar o lançamento do tributo é, em regra, o do art. 173, I, do CTN, segundo o qual "o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado".
3. Todavia, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação - que, segundo o art. 150 do CTN, "ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa" e "opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa" - , há regra específica. Relativamente a eles, ocorrendo o pagamento antecipado por parte do contribuinte, o prazo decadencial para o lançamento de eventuais diferenças é de cinco anos a contar do fato gerador, conforme estabelece o § 4º do art. 150 do CTN. Precedentes jurisprudenciais.
4. No caso, trata-se de contribuição previdenciária, tributo sujeito a lançamento por homologação, e não houve qualquer antecipação de pagamento. Aplicável, portanto, a regra do art. 173, I, do CTN.
5. Recurso especial a que se nega provimento.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 757922 - Processo: 200500953009 UF: SC Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 11/09/2007 Documento: STJ000775976 - Fonte DJ DATA:11/10/2007 PÁGINA:294 - Relator(a) TEORI ALBINO ZAVASCKI)

Ressalte-se por fim que é notório nos Tribunais Superiores o entendimento, sobre o qual, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações da parte; uma vez que tenha encontrado um motivo suficientemente forte para fundamentar sua decisão.

III- Do Dispositivo

Assim, diante do exposto, com suporte no art. 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento à remessa necessária e ao recurso pelo Instituto Nacional do Seguro Social- INSS. Mantenho a sentença atacada.
P.R.I.C.
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e retornem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2000.51.03.001690-1

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	PRIMEIRA VARA FEDERAL DE CAMPOS (200051030016901)

DECISÃO

I- Dos Fatos

Trata-se de Apelação Cível de fls.21/28, interposta pela União Federal/ Fazenda Nacional em face da sentença de fls.19 que decidiu a lide, julgando extinto o processo sem exame de mérito, nos termos do art.267, IV do Código de Processo Civil.

Sem contra-razões.

É o breve relatório. Decido.

II- Da Fundamentação

Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o Tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento, conforme possibilita o art.515, § 3º do Código de Processo Civil.

Verifico o despacho de fls.30 dos autos: "...Tal situação aponta para ausência de um dos pressupostos de admissibilidade do recurso, qual seja, o interesse de recorrer, sob o viés da utilidade do apelo, pois a expectativa que justifica a interposição do recurso é a possibilidade de situação mais vantajosa, ausente tal inferência... apenas para não dar margem à alegação de cerceamento de defesa, a apelação é admitida..."

E, Assim, decido definitivamente o mérito da causa, reconhecendo ter ocorrido a prescrição intercorrente no processo de execução fiscal. A prescrição, em questão, é criação da Lei 11.051/2004, quando inseriu o §4º no art.40 da Lei de Execuções Fiscais, a Lei nº 6.830/80.

Dispõe a supracitada legislação, *in verbis*, que:

"*Art.40- O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição"*

(....) "§4º- Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato."

Nesse sentido, a orientação do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *mutatis mutandis*:
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO.
1. Não é possível decretar de ofício a prescrição de créditos tributários. Precedentes.
2. Ressalto, ainda, que em 11/12/2004, foi editada a Lei n. 11.051, que acrescentou o parágrafo 4º ao art. 40 da Lei n. 6.830/80, autorizando a decretação de ofício da prescrição intercorrente com a seguinte redação: "Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvir a Fazenda Pública, poderá reconhecer a prescrição e decretá-la de imediato". Nesse panorama, perfilhando da mesma conclusão consignada no julgamento do Recurso Especial n. 800.853 (rel. Min. Teori Albino Zavascki), entendo que o novel regramento tem natureza processual e que, por isso, alcança os processos em curso. Sendo assim, advirto que pode o feito, ao retornar a Corte a quo, ser julgado sob o prisma da Lei n. 11.051/2004.
3. Recurso especial conhecido parcialmente e provido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 708857 - Processo: 200401737500 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 15/02/2007 Documento: STJ000734116 - Fonte DJ DATA:07/03/2007 PÁGINA:213 - Relator(a) JOÃO OTÁVIO DE NORONHA)

AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - INTERCORRENTE - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ARTIGO APONTADO - COMO VIOLADO - PARALISAÇÃO DO FEITO POR MAIS DE CINCO ANOS - DECRETAÇÃO A REQUERIMENTO DO EXECUTADO - POSSIBILIDADE.
Impõe-se o não-conhecimento do recurso especial quanto à alegada violação do art. 2º, § 3º, da Lei n. 6.830/80, uma vez que ausente o prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão impugnada.
É pacífico nesta Corte o entendimento de que o artigo 40 da Lei de Execução Fiscal, que prevê a suspensão da execução fiscal quando não localizado o devedor ou não encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, deve ser aplicado à luz do disposto no artigo 174 do CTN.
Na espécie, constatado que permaneceu o exeqüente inerte por mais de cinco anos após o arquivamento do feito, o ínclito juiz, acertadamente, a requerimento do executado, determinou a extinção do processo em vista da ocorrência da prescrição intercorrente.
Agravo regimental improvido.

(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 614864 - Processo: 200302238647 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 06/09/2005 Documento: STJ000690825 - Fonte DJ DATA:31/05/2006 PÁGINA:246 - Relator(a) FRANCIULLI NETTO)

Logo o Instituto da prescrição pode ser conhecido de ofício. Força do art.219, §5º do Código de Processo Civil c/c o art.40, § 4º da Lei de Execuções Fiscais.
Quanto ao prazo do mesmo, a jurisprudência do STJ já pacificou o entendimento de que se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação ou não, cabe ao Fisco proceder ao mesmo de ofício no prazo decadencial de 5 (cinco) anos, na forma estabelecida no art. 173, I, do Código Tributário Nacional.

Do Superior Tribunal de Justiça sobre a questão do prazo prescricional:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECADÊNCIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PAGAMENTO NÃO ANTECIPADO PELO CONTRIBUINTE. INCIDÊNCIA DO ART. 173, I, DO CTN. PRESCRIÇÃO. ART. 174 DO CTN. CITAÇÃO VÁLIDA. RECURSO DESPROVIDO.
1. O prazo decadencial para constituição do crédito tributário pode ser estabelecido da seguinte maneira: (a) em regra, segue-se o disposto no art. 173, I, do CTN, ou seja, o prazo é de cinco anos contados "do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado"; (b) nos tributos sujeitos a lançamento por homologação cujo pagamento ocorreu antecipadamente, o prazo é de cinco anos contados do fato gerador, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN.
2. Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação cujo pagamento não foi antecipado pelo contribuinte, deve ser aplicado o disposto no art. 173, I, do CTN.
3. Definitivamente constituído o crédito tributário, inicia-se o prazo prescricional para sua cobrança, de modo que o Fisco possui o lapso temporal de cinco anos para o ajuizamento da execução fiscal e, após, para a citação válida do executado, consoante previsto no art. 174 do CTN.
4. Na hipótese dos autos, o lançamento efetuou-se dentro do prazo de cinco anos em relação aos fatos geradores questionados, não ocorrendo, pois, o prazo decadencial previsto no art. 173 do CTN. Em seguida, o contribuinte foi notificado do auto de infração em 31 de dezembro de 1996, sem, contudo, apresentar impugnação do lançamento. A partir dessa data, então, o crédito tributário foi definitivamente constituído, iniciando-se, portanto, a contagem do prazo prescricional previsto no art. 174 do CTN. Por sua vez, a execução fiscal foi ajuizada em 8 de outubro de 1997 e a citação da empresa e de seus sócios ocorreu em 16 de março de 1998 (fls. 7/18). Assim, não se implementou a prescrição, tampouco a decadência.
5. Recurso especial desprovido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 739694 - Processo: 200500553040 UF: MG Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 02/10/2007 Documento: STJ000784884 - Fonte DJ DATA:12/11/2007 PÁGINA:159 - Relator(a) DENISE ARRUDA)

CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ARTIGO 45 DA LEI 8.212/91. OFENSA AO ART. 146, III,B, DA CONSTITUIÇÃO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DECADENCIAL DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. TERMO INICIAL: (A) PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR ‚SE NÃO HOUVE ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO (CTN, ART. 173, I); (B) FATO GERADOR, CASO TENHA OCORRIDO RECOLHIMENTO, AINDA QUE PARCIAL (CTN,ART. 150, § 4º). PRECEDENTES DA 1ª SEÇÃO.
1. "As contribuições sociais, inclusive as destinadas a financiar a seguridade social (CF, art. 195), têm, no regime da Constituição de 1988, natureza tributária. Por isso mesmo, aplica-se também a elas o disposto no art. 146, III, b, da Constituição, segundo o qual cabe à lei complementar dispor sobre normas gerais em matéria de prescrição e decadência tributárias, compreendida nessa cláusula inclusive a fixação dos respectivos prazos. Conseqüentemente, padece de inconstitucionalidade formal o artigo 45 da Lei 8.212, de 1991, que fixou em dez anos o prazo de decadência para o lançamento das contribuições sociais devidas à Previdência Social" (Corte Especial, Argüição de Inconstitucionalidade no REsp nº 616348/MG)
2. O prazo decadencial para efetuar o lançamento do tributo é, em regra, o do art. 173, I, do CTN, segundo o qual "o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado".
3. Todavia, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação - que, segundo o art. 150 do CTN, "ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa" e "opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa" - , há regra específica. Relativamente a eles, ocorrendo o pagamento antecipado por parte do contribuinte, o prazo decadencial para o lançamento de eventuais diferenças é de cinco anos a contar do fato gerador, conforme estabelece o § 4º do art. 150 do CTN. Precedentes jurisprudenciais.
4. No caso, trata-se de contribuição previdenciária, tributo sujeito a lançamento por homologação, e não houve qualquer antecipação de pagamento. Aplicável, portanto, a regra do art. 173, I, do CTN.
5. Recurso especial a que se nega provimento.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 757922 - Processo: 200500953009 UF: SC Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 11/09/2007 Documento: STJ000775976 - Fonte DJ DATA:11/10/2007 PÁGINA:294 - Relator(a) TEORI ALBINO ZAVASCKI)

Ressalte-se por fim que é notório nos Tribunais Superiores o entendimento, sobre o qual, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações da parte; uma vez que tenha encontrado um motivo suficientemente forte para fundamentar sua decisão.

III- Do Dispositivo

Assim, diante do exposto, com suporte no art. 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso da União Federal/ Fazenda Nacional. Mantenho a sentença atacada.
P.R.I.C.
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e retornem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.01.506028-2

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL JULIETA LIDIA LUNZ
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELANTE	:	RONALDO TOSTE PARREIRA
ADVOGADO	:	LAFAYETTE TEIXEIRA VAZ JUNIOR
ORIGEM	:	TERCEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200251015060282)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta em face de sentença que julgou extinto processo sem resolução do mérito nos termos do art. 267, VI, do CPC, condenando a União Federal / Fazenda Nacional a honorários sucumbenciais, arbitrados em R$ 100,00 (cem reais).
A Embargada, em suas razões recursais, alega que já existe entendimento no STF em fixar honorários consoante apreciação eqüitativa do Juiz (art. 20, parágrafo quarto, do CPC) razão pela qual pede a reforma parcial da sentença.

Sem contra-razões.

É o relatório.

Decido
A controvérsia existente no presente recurso cinge-se em saber se - uma vez extintos os embargos à execução, com fundamento no art. 267, VI, do Código de Processo Civil, tendo em vista a extinção da execução fiscal, a pedido da própria exeqüente, em face da anulação da inscrição em dívida ativa, é cabível a condenação da União Federal em custas e honorários advocatícios.
Acerca do tema prevê o art. 26 da Lei n. 6.830/80 estabelece que:

"Art. 26. Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de dívida ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução será extinta, sem qualquer ônus para as partes".

Ocorre que, no presente caso, o cancelamento da inscrição do débito em dívida ativa deu-se após a citação do executado, ora recorrente, o qual já havia contratado advogado para apresentar defesa, tendo interposto estes embargos à execução.
Nessa perspectiva, deve permear a solução da questão ora posta sob julgamento o princípio da causalidade, tendo em vista que a extinção dos presentes embargos seu deu causa superveniente - o reconhecimento pela Fazenda Nacional de que a cobrança constante da execução fiscal era indevida -, o que leva à condenação da mesma na verba honorária.
A propósito, são precisas as lições de Araken de Assis, em sua obra "Manual do Processo de Execução", 8ª edição, Revista dos Tribunais, p. 1286/1287, *verbis*:

"Segundo a 4ª Turma do STJ, aos embargos se aplica o § 4º do art. 20, pois não se cuida de sentença condenatória, mas desconstitutiva ou declaratória, conforme a hipótese de procedência ou de improcedência, devendo o juiz arbitrar os honorários de forma eqüitativa e objetiva, considerando os elementos do § 3º do mesmo dispositivo".

É essa a orientação firmada no âmbito do STJ, cujo entendimento se revela no sentido de que, em sede de embargos à execução fiscal, sendo cancelada a inscrição da dívida ativa, com a superveniente extinção do executivo fiscal, e já tendo ocorrido a sua interposição, a extinção do feito implica na condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios. Nesse sentido, vale citar:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESISTÊNCIA DA EXECUÇÃO APÓS A APRESENTAÇÃO DE EMBARGOS. SÚMULA 153/STJ. MULTA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ART. 538 DO CPC. AFASTAMENTO. SÚMULA 98/STJ. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
1. É devida a condenação do exeqüente nos ônus sucumbenciais quando a desistência da execução fiscal ocorre somente após a apresentação dos embargos do devedor, consoante dispõe a Súmula 153/STJ: "A desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, não exime o exeqüente dos encargos da sucumbência."
2. A aplicação do disposto no art. 26 da Lei de Execuções Fiscais encontra algumas restrições, sendo certo que os ônus sucumbenciais somente podem ser dispensados se o cancelamento do débito tributário ocorrer antes da citação do executado, e, conseqüentemente, em data anterior à apresentação de embargos à execução.
3. Os embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não podem ser considerados protelatórios (Súmula 98/STJ), o que justifica o afastamento, se postulado, da multa aplicada nos termos do art. 538 do CPC.
4. Recurso especial parcialmente provido."
(REsp 626.084/SC, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07.08.2007, DJ 06.09.2007 p. 194).

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DA DÍVIDA. CONDENAÇÃO DA FAZENDA EM HONORÁRIOS. CABIMENTO. ART. 26 DA LEF. Precedentes do STJ.
1. Conforme se depreende da fundamentação da sentença e da afirmação das partes, quando a exeqüente/apelante requereu a extinção da execução, a parte ré já havia sido obrigada a contratar advogado para se defender em um processo que na realidade nem deveria existir. Sendo, pois, imponível a condenação da Fazenda em honorários advocatícios.
2. "Se o manejo da execução fiscal compeliu o executado - mesmo que não tenha manifestado embargos - a efetuar despesas e constituir advogado, o preceito contido no final do art. 26 da Lei 6.830/80 determina que a sentença de extinção do processo imponha ao Estado desistente o encargo de indenizar tais casos" (STJ, REsp 82.491/SP, DJU 17.06.1996).

Por fim, em relação ao montante dos honorários advocatícios, a teor do disposto no art. 20, § 4º, do CPC, que não exige a fixação dessa verba em percentual e tampouco determina a base de cálculo, exigindo tão-somente sejam aferidos na fixação do *quantum* o grau de zelo do profissional, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, dentre outros elementos de ordem objetiva.
Em face desse contexto, observo que não merece reparo a sentença na aferição do quantum fixado, no caso R$ 100,00 (cem reais), que representa montante inferior a 1% do valor da causa, que é de R$ 11.357,44 (onze mil, trezentos e cinqüenta e sete reais e quarenta e quatro centavos, consolidado em 01/04/2002.
Isso posto, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao recurso interposto pela União Federal.
Publique-se. Intime-se. Decorrido o prazo recursal dê-se baixa e arquive-se.
Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.02.005534-7

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	BARBARELA DISCOS LTDA.
ADVOGADO	:	MARCELO GOMES CRUZ
ORIGEM	:	QUINTA VARA FEDERAL DE NITERÓI (200251020055347)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação cível interposta pela UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL em face de BARBARELA DISCOS LTDA., objetivando reformar a sentença que extinguiu os embargos à execução com resolução de mérito, em face da improcedência do pedido, na parte em que deixou de condenar a embargante em honorários advocatícios.
A apelante alega, em síntese, que o embargante deve ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios, nos termos do art. 26 do Código de Processo Civil, à razão de 20% do valor da causa, c/c o disposto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1025/69, cujo encargo sustenta não ser mero substituto da verba de patrocínio, em vista do que prevê o art. 3º da Lei nº 7.711/88. Por fim, invoca, na defesa de sua tese, o disposto no verbete sumular nº 168 do extinto TFR.
Sem contra-razões.
Relatados. Decido.

A questão ora posta sob apreciação não é nova no âmbito da 4ª Turma Especializada, que tem perfilhado a orientação que se encontra sedimentada no âmbito do Colendo STJ.
A controvérsia existente no presente recurso cinge-se em saber se - uma vez extintos os embargos à execução, em que se julgou improcedente o pedido formulado, é cabível, ou não, a condenação da embargante em honorários advocatícios.
Acerca do tema prevê o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025/69, *verbis*:
"Art. 1º -É declarada extinta a participação de servidores públicos na cobrança da Dívida Ativa da União, a que se referem os arts. 21 da Lei n. 4.439, de 27 de outubro de 1964, e 1º, inciso II, da Lei n. 5.421, de 25 de abril de 1968, passando a taxa, no total de 20% (vinte por cento), paga pelo executado, a ser recolhida aos cofres públicos, como renda da União."

De seu turno, a Lei nº 7.711/88, em seu art. 3º, assim disciplinou a questão acerca da cobertura de despesas destinadas a atos judiciais referentes à propositura da ação, verbis*:*

"Art. 3º - A partir do exercício de 1989 fica instituído programa de trabalho de "Incentivo à Arrecadação da Dívida Ativa da União", constituído de projetos destinados ao incentivo da arrecadação, administrativa ou judicial, de receitas inscritas como Dívida Ativa da União à implementação, desenvolvimento e modernização de redes e

sistemas de processamento de dados, no custeio de taxas, custas e emolumentos relacionados com a execução fiscal e a defesa judicial da Fazenda Nacional e sua representação em juízo, em causas de natureza fiscal, bem assim diligências, publicações, pro labore de peritos técnicos, de êxito, inclusive a seus procuradores e ao Ministério Público Estadual e de avaliadores e contadores, e aos serviços relativos a penhora de bens e a remoção e depósito de bens penhorados ou adjudicados à Fazenda Nacional.
Parágrafo único. O produto dos recolhimentos do encargo de que trata o art. 1º Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, modificado pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977, art. 3º do Decreto-Lei nº 1.645/, de 11 de dezembro de 1978, e art. 12 do Decreto-Lei nº 2.163, de 19 de setembro de 1984, será recolhido ao Fundo a que se refere o art. 4º, em subconta especial, destinada a atender a despesa com o programa previsto neste artigo e que será gerida pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, de acordo com o disposto no art. 6º desta Lei."

O Colendo STJ, a quem cabe dizer a última palavra acerca da interpretação de lei federal, ao proceder à interpretação desses dispositivos legais, consolidou o entendimento segundo o qual a cobrança do encargo de 20% sobre o valor do débito, previsto no Decreto-Lei nº 1.025/69, serve para o custeio da arrecadação dos tributos, incluindo despesas judiciais, a defesa da Fazenda Nacional e sua representação em Juízo, assentando não prosperar a pretensão da Fazenda Nacional de obter, além do citado encargo, a condenação do Executado/Embargante em honorários advocatícios.
Com efeito, a jurisprudência desse Sodalício firmou-se no sentido de que, após a edição da Lei nº 7.711/88, o encargo previsto no Decreto-Lei nº 1.025/69 passou a cobrir despesas com a arrecadação da dívida ativa da União, abrangendo inclusive honorários advocatícios, conforme se depreende das ementas a seguir transcritas:

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. DECRETO-LEI N. 1.025/69. ENCARGO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DO PERCENTUAL DE 20%. EMBARGOS ACOLHIDOS.
O encargo legal previsto no artigo 1º do Decreto-lei n. 1.025/69, de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito, substitui a condenação do devedor em honorários de advogado, na cobrança executiva da Dívida Ativa da União (art. 3º do Decreto-lei n. 1.645/78), e destina-se a atender a despesas diversas relativas à arrecadação de tributos não pagos pelos contribuintes (art. 3º da Lei n. 7.711/88). Incabível, portanto, a redução do seu percentual de 20% (vinte por cento), por não ser ele mero substituto da verba honorária. Embargos de Divergência acolhidos." (ERESP 252668/MG, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, DJ de 12/05/2003)

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. ENCARGO PREVISTO NO ART. 1º DO DECRETO-LEI N. 1.025/69. PRECEDENTES.
É legítima a cobrança do encargo de 20% previsto no art. 1º do Decreto-Lei 1.025/69, o qual serve para cobrir todas as despesas (inclusive honorários advocatícios) relativas à arrecadação de tributos não recolhidos, não sendo mero substituto da verba de patrocínio. Recurso especial conhecido e provido." (RESP 172105/DF, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, DJ de 10/04/2000)

"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ENCARGO DO ART. 1º DO DECRETO-LEI N. 1.025/69. REDUÇÃO DO PERCENTUAL DE 20%. IMPOSSIBILIDADE. LEIS NS. 4.320/64 E 7.711/88.
I. O encargo previsto no art. 1º do Decreto-Lei n. 1.025/69, destina-se ao custeio da arrecadação da dívida ativa da União como um todo, incluindo projetos de modernização e despesas judiciais (Lei n. 7.711/88, art. 3º e § único), pelo que não pode ter a sua natureza identificada exclusivamente como honorários advocatícios de sucumbência e, sob tal fundamento, ser reduzido o percentual de 20% fixado no citado diploma legal. II. Precedentes do STJ. III. Recurso conhecido e provido."
(RESP 197590/MG, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ de 17/05/1999)

Em se tratando de embargos à execução fiscal de créditos da Fazenda Nacional, como no presente caso, não cabe a condenação em verba honorária porque já incluído no débito consolidado o encargo de 20% (vinte por cento) do Decreto-lei nº 1.025/69 - nele compreendidos, como dito, honorários advocatícios -, que substitui, nos embargos, a condenação do devedor em honorários, conforme assim o estabelece a Súmula 168, do extinto Tribunal Federal de Recursos, *verbis*:

"Súmula 168. *O encargo de 20% (vinte por cento), do Decreto-lei nº 1.025, de 1969, é sempre devido nas execuções fiscais da União e substitui, nos embargos, a condenação do devedor em honorários advocatícios."*
Nesse sentido, tem se pronunciado o colendo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. MASSA FALIDA. EXIGÊNCIA DO ENCARGO LEGAL DO DL 1.025/69. TAXA SELIC. POSSIBILIDADE.
1- Nas execuções fiscais propostas pela União, o acréscimo legal instituído pelo DL 1.025/69 é sempre devido, substituindo, nos embargos, os honorários advocatícios (Súmula 168/TFR), e destinando-se ainda a custear as despesas associadas à arrecadação da dívida ativa federal, nos termos do art. 3º da Lei 7.711/88.
2- (...)
3- Recurso especial a que se nega provimento.
(Resp. 641193/PR. Relator: Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI. 1ª Turma do STJ. DJ 05/09/2005, P. 228).

O mesmo entendimento encontra-se assentado na apelação cível nº 2003.51.01.002095-7, da relatoria do DD. Desembargador Federal Luiz Antonio Soares, acórdão publicado no DJU de 17/01/2006, p. 205, assim ementado:

"EMBARGOS Á EXECUÇÃO FISCAL. EXECUÇÃO PROMOVIDA PELA FAZENDA NACIONAL. ENCARGO DE 20% DO DL 1.025/69. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 168/TFR.
1- Em sede de execução fiscal promovida pela Fazenda Pública, em que já é devido o encargo do Decreto-Lei nº 1.025/69, não cabe a condenação, nos embargos à execução, em honorários advocatícios.
2- Matéria sumulada pelo verbete nº 168 do extinto Tribunal Federal de Recursos.
3- Recurso de apelação e remessa necessária improvidos."

Revela-se, pois, inadmissível a cumulação do encargo de 20% (vinte por cento), de que trata o art. 1.º do Decreto-Lei n.º 1.025/69 com valores referentes aos honorários advocatícios sucumbenciais.
Isso posto, com base no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO à apelação interposta pela União Federal/Fazenda Nacional.
Publique-se. Intime-se.
Preclusa a via recursal, dê-se baixa e arquivem-se.
Rio de Janeiro, 18 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.506061-4

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:	SIMGRA SOC/ INDL/ E MINERADORA DE GRANITOS LTDA
ADVOGADO	:	ADELSON VIRGILIO VASQUES DA SILVA
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	SÉTIMA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200351015060614)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação cível interposta por SIMGRA SOC/ INDL/ E MINERADORA DE GRANITOS LTDA, objetivando reformar a sentença que rejeitou liminarmente os presentes embargos à execução fiscal, sob o fundamento de terem sido apresentados fora do prazo legal, na forma preconizada no art. 16, inciso III, da Lei nº 6.830/80, já que a MM. Juíza prolatora do *decisum* recorrido perfilha a orientação no sentido de que não se aplica no cômputo do prazo, subsidiariamente, o art. 184 do CPC, que prevê a regra geral segundo a qual se deve desprezar o dia do começo e incluir o *dies ad quem*.
A apelante alega, em síntese, que a contagem do prazo para interposição dos embargos à execução começa a fluir no dia seguinte ao da intimação pessoal da penhora. Invoca, na oportunidade, a orientação assentada no verbete sumular 12 do TRF-4ª Região e colaciona, na defesa de sua tese, jurisprudência do TRF-2ª Região abonando o argumento arregimentado em suas razões recursais apresentadas às fls. 46/50.
Petição da apelante acostada às fls. 59, informando que requereu junto ao Juízo da execução a anulação de todos os atos processuais a partir da efetivação da penhora.
Relatados. Decido.
Discute-se no presente feito se o próprio dia da intimação da penhora tem aptidão para deflagrar o cômputo do prazo de 30 dias para o oferecimento de embargos à execução ou se a regra geral prevista no art. 184 do Código de Processo Civil deve ser observada, fazendo com que o termo *a quo* do prazo seja considerado o dia seguinte ao da intimação da penhora, quando essa se realiza pessoalmente.
A questão ora posta sob julgamento não é nova e já foi enfrentada pela 4ª Turma Especializada desta Corte, na apelação cível nº 2001.02.01.044631-0, da relatoria do DD. Desembargador Federal Luiz Antonio Soares, julgado na sessão de 18 de março do corrente, em que participei como membro votante, juntamente com o DD. Desembargados Federal Alberto Nogueira, oportunidade em que a Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso para receber a ação autônoma de impugnação e determinar o seu prosseguimento (DJU de 28/04/2008, fls. 157/164), na linha de orientação seguida pelo douto Relator, cujo voto adoto como razão de decidir e ora trago à baila, excerto, passando a fazer parte integrante da presente decisão, *verbis*:

"Trata-se de recurso de apelação interposto em face da sentença que julgou extintos os embargos à execução, sem julgamento de mérito, por afronta à norma inserta no art. 16, inc. III, da Lei nº 6.830/80.

Na r. sentença apelada, o Juízo a quo considerou os presentes embargos intempestivos, por interpostos fora do prazo legal, sob a alegação de que a contagem do prazo para a interposição de embargos do devedor começa a fluir na data da intimação da penhora.

Nessa concepção, os embargos seriam intempestivos, uma vez que se a intimação da penhora ocorreu em 28/09/2000, o prazo final para oferecimento dos embargos seria o dia 27/10/2000, sendo que a apelada somente ingressou com os embargos do devedor em 30/10/2000.

De acordo com o art. 16, inc. III, da Lei nº 6.830/80 (legislação especial aplicável à espécie), o cômputo do prazo para a oposição de embargos tem como marco a data de intimação da penhora realizada nos autos do feito principal.

Contudo, a referida norma não regula expressamente a forma de contagem dos lapsos temporais a que alude, o que nos remete à aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, tendo em vista o comando do art. 1º da referida lei, in verbis:

" A execução judicial para cobrança da Divida Ativa da União, dos Estados , do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por está lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil."

O Código de Processo Civil, em ser artigo 184, regulamenta a questão da seguinte forma: "Salvo disposições em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento".

Portanto, a contagem iniciar-se-á a partir do dia útil seguinte ao da realização da intimação.

No caso, a intimação pessoal da penhora ocorreu no dia 28/09/2000 (fl. 89), e os embargos à execução ajuizados em 30/10/2000.

Ocorrida a intimação no dia 28/09/2000 (quinta-feira), iniciou-se o prazo no dia seguinte (29/09/2000 - sexta-feira), com término no dia 28/10/2000 (sábado), ficando o prazo prorrogado até o primeiro dia útil subseqüente (§ 1º do art. 184 do CPC), ou seja, dia 30/10/2000 (segunda-feira).

Portanto, ingressando o apelante com os embargos em 30/10/2000, têm-se os mesmos por tempestivos."

O mesmo entendimento tem sido seguido no âmbito desta Corte, vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PRAZO. INTEMPESTIVIDADE.
1. A intimação da penhora é um dos marcos iniciais do prazo para oferecimento de embargos à execução fiscal (Lei nº 6.830/80), mas o começo da fluência somente se dá a partir do primeiro dia útil seguinte, nos termos do artigo 184 do CPC.
2. Intempestividade dos embargos à execução fiscal, por terem sido interpostos fora do prazo legal.
3. Apelação improvida."
(AC 393606 - Processo: 200651030007781 UF: RJ Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA ESP. Fonte DJU DATA: 01/08/2007 PÁGINA: 118 Relator(a) JUIZ PAULO BARATA)

"PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO RECURSAL. PRIMEIRO DIA ÚTIL POSTERIOR À INTIMAÇÃO DA PENHORA. PLICABILIDADE DO ARTIGO 184 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
1. Agravo interno em face da decisão que negou seguimento à apelação interposta, em que se pretendia a reforma da sentença que julgou extinta a ação de embargos à execução, sem resolução de mérito, por intempestividade.
2. O início da contagem do prazo recursal deve se dar do mesmo modo que os prazos processuais, ou seja, considerando-se como termo inicial o primeiro dia útil posterior à ciência, conforme previsto no artigo 184 do Código de Processo Civil.
3. Dessa forma, tendo em vista que a intimação da penhora ocorreu no dia 28.07.2004 (quarta-feira), o prazo começaria no dia 29.07.2004 (quinta-feira) e terminaria no dia 27.08.2004, data em que foi apresentada a petição de embargos, razão pela qual seria tempestivo. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.
4. Vale destacar que, analogicamente, se a sentença é prolatada em audiência, a contagem do prazo para interpor apelação se inicia no dia seguinte. (REsp 513016/RJ; Min. CASTRO FILHO DJ 27.09.2004).
5. Registre-se que o artigo 506 do Código de Processo Civil determina, expressamente, a aplicabilidade do disposto no artigo 184 e seus parágrafos no prazo para interposição dos recursos.
6. Agravo interno conhecido e provido."
(AGTAC - 356549 Processo: 200451015351108 Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA ESP. Fonte DJU DATA:16/07/2007 PÁGINA: 190 Relator(a) JUIZA TANIA HEINE)

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. NÃO OCORRÊNCIA.EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. ART. 16, INCISO III, DA LEF. RECURSO PROVIDO.
Não assiste razão ao d. julgador monocrático, ao julgar extinto o Processo de Embargos à Execução sem julgamento de mérito, por inobservância do inciso III, do art. 16 da Lei 6.830/80.
O art. 16, inciso III, da LEF, estabelece que o executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora.
A contagem do prazo de 30 (trinta) dias, para interposição dos embargos, começa a fluir a partir do primeiro dia útil seguinte àquele em que ocorreu a intimação da penhora.
A embargante foi intimada pessoalmente da penhora em 10.03.2005, e os presentes embargos foram oferecidos aos 11.04.2005, dentro do prazo estabelecido pela lei supracitada.
Merece prosperar a tese da embargante-apelante no sentido de que o termo a quo para oposição dos embargos à execução é o dia seguinte ao da intimação da penhora.
Assim sendo, são tempestivos os presentes embargos, eis que interpostos no último dia do prazo.
Recurso provido para, anulando-se a sentença, dar-se prosseguimento
ao feito."
(AC - APELAÇÃO CIVEL - 373181 Processo: 200551015206046 Orgão Julgador: QUARTA TURMA ESP. Fonte DJU DATA:10/01/2007 PÁGINA: 95 Relator(a) JUIZ ALBERTO NOGUEIRA)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ARTIGO 16, INCISO III DA LEI Nº 6.830/80. INTIMAÇÃO DA PENHORA. TERMO INICIAL DO PRAZO. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA COM A REGRA GERAL DO ARTIGO 184 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. EXCLUSÃO DO DIA DO COMEÇO E INCLUSÃO DO DIA DO VENCIMENTO. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO IMPROVIDO.
- O prazo de 30 (trinta) dias para a oposição da ação incidental de embargos à execução fiscal inicia-se com a intimação da penhora, nos exatos termos do art. 16, inciso III da Lei nº 6.830/80. O Código de Processo Civil, no artigo 184, determina que, salvo disposições em sentido contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.
- A intimação da penhora deu-se no dia 16/07/03 (Quarta-feira), portanto, o prazo para o oferecimento dos embargos à execução iniciou-se no dia 17/03/2003 (Quinta-feira), expirando em 15/08/2003 (Sexta-feira). Pelo que, tendo em vista a apresentação dos embargos à execução fiscal no dia 09/09/2003, afigura-se evidente sua intempestividade.
- Recurso não provido."
(AC - APELAÇÃO CIVEL - 339286 Processo: 200351015258025 UF: RJ Órgão Julgador: QUARTA TURMA Fonte DJU DATA:08/11/2004 PÁGINA: 243 Relator(a) JUIZ BENEDITO GONCALVES)

Essa também tem sido a orientação perfilhada no âmbito do STJ e do TRF-4ª Região, cuja questão neste último encontra-se, inclusive, sumulada, conforme ressaltado pelo ora apelante.
Ora, no presente caso, tendo a intimação da penhora ocorrido no dia 12/03/2003, o termo inicial para contagem do prazo é o dia seguinte - 13/03/2003 - e o termo final o dia 11/04/2003. Logo, os embargos à execução são tempestivos, já que ajuizados em 11/04/2003 (fls. 02), ou seja, no último dia do prazo previsto em lei.
Quanto ao pedido de exame da alegada extinção do crédito tributário, objeto da execução cujo título executivo se pretende desconstituir nessa via impugnativa, revela-se descabido antes da perfectibilização da relação jurídico-processual e de oportunizado o contraditório, corolário lógico e inafastável do devido processo do direito, princípios ínsitos ao Estado Democrático de Direito.
Por fim, no que toca ao requerimento formulado às fls. 59, como bem evidenciou o próprio postulante, a questão ventilada no Juízo da execução não foi objeto de decisão até aquele momento, o que denota não ter sido deflagrada a competência recursal desta Corte. Ademais, a eventual insurgência do executado contra os fundamentos da futura decisão a ser proferida deve ser deduzida em recurso próprio, não se revelando hábil a inovação da causa de pedir recursal e o exame de questão dirimida em decisão interlocutória, na via do executivo fiscal, no presente recurso de apelação, cuja apreciação deve cingir-se à questão objeto de discussão nos embargos do devedor.
Isso posto, com base no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, perfilhando a mesma orientação já sedimentada na 4ª Turma Especializada desta Corte, DOU PARCIAL PROVIMENTO à apelação, para receber os embargos à execução e determinar o seu prosseguimento, tendo em vista que o protocolo da petição inicial se deu no último dia do prazo previsto no art. 16, inciso III, da Lei nº 6.830/80.
Publique-se. Intime-se.
Preclusa a via recursal, proceda-se à baixa dos autos.
Rio de Janeiro, 20 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.517148-5

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:	PAES MENDONCA S/A
ADVOGADO	:	JOSE OSWALDO CORRÊA E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	SÉTIMA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200351015171485)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação cível interposta por PAES MENDONCA S/A objetivando reformar a sentença que rejeitou liminarmente os presentes embargos à execução fiscal, sob o fundamento de terem sido apresentados fora do prazo legal, na forma preconizada no art. 16, inciso III, da Lei nº 6.830/80, já que a MM. Juíza prolatora do *decisum* recorrido perfilha a orientação no sentido de que não se aplica no cômputo do prazo, subsidiariamente, o art. 184 do CPC, que prevê a regra geral segundo a qual se deve desprezar o dia do começo e incluir o *dies ad quem*.
A apelante alega, em síntese, que a contagem do prazo para interposição dos embargos à execução começa a fluir no dia seguinte ao da intimação pessoal da penhora. Invoca, na oportunidade, a orientação assentada no verbete sumular 12 do TRF-4ª Região e colaciona, na defesa de sua tese, farta jurisprudência abonando o argumento arregimentado em suas razões recursais apresentadas às fls. 40/47.
O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 73/75 pelo prosseguimento do feito.
Relatados. Decido.

Discute-se no presente feito se o próprio dia da intimação da penhora tem aptidão para deflagrar o cômputo do prazo de 30 dias para o oferecimento de embargos à execução ou se a regra geral prevista no art. 184 do Código de Processo Civil deve ser observada, fazendo com que o termo *a quo* do prazo seja considerado o dia seguinte ao da intimação da penhora, quando essa se realiza pessoalmente.

A questão ora posta sob julgamento não é nova e já foi enfrentada pela 4ª Turma Especializada desta Corte, na apelação cível nº 2001.02.01.044631-0, da relatoria do DD. Desembargador Federal Luiz Antonio Soares, julgado na sessão de 18 de março do corrente, em que participei como membro votante, juntamente com o DD. Desembargados Federal Alberto Nogueira, oportunidade em que a Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso para receber a ação autônoma de impugnação e determinar o seu prosseguimento (DJU de 28/04/2008, fls. 157/164), na linha de orientação seguida pelo douto Relator, cujo voto adoto como razão de decidir e ora trago à baila, excerto, passando a fazer parte integrante da presente decisão, *verbis*:

"Trata-se de recurso de apelação interposto em face da sentença que julgou extintos os embargos à execução, sem julgamento de mérito, por afronta à norma inserta no art. 16, inc. III, da Lei nº 6.830/80.

Na r. sentença apelada, o Juízo a quo considerou os presentes embargos intempestivos, por interpostos fora do prazo legal, sob a alegação de que a contagem do prazo para a interposição de embargos do devedor começa a fluir na data da intimação da penhora.

Nessa concepção, os embargos seriam intempestivos, uma vez que se a intimação da penhora ocorreu em 28/09/2000, o prazo final para oferecimento dos embargos seria o dia 27/10/2000, sendo que a apelada somente ingressou com os embargos do devedor em 30/10/2000.

De acordo com o art. 16, inc. III, da Lei nº 6.830/80 (legislação especial aplicável à espécie), o cômputo do prazo para a oposição de embargos tem como marco a data de intimação da penhora realizada nos autos do feito principal.

Contudo, a referida norma não regula expressamente a forma de contagem dos lapsos temporais a que alude, o que nos remete à aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, tendo em vista o comando do art. 1º da referida lei, in verbis:

" A execução judicial para cobrança da Divida Ativa da União, dos Estados , do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por está lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil."

O Código de Processo Civil, em ser artigo 184, regulamenta a questão da seguinte forma: "Salvo disposições em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento".

Portanto, a contagem iniciar-se-á a partir do dia útil seguinte ao da realização da intimação.

No caso, a intimação pessoal da penhora ocorreu no dia 28/09/2000 (fl. 89), e os embargos à execução ajuizados em 30/10/2000.

Ocorrida a intimação no dia 28/09/2000 (quinta-feira), iniciou-se o prazo no dia seguinte (29/09/2000 - sexta-feira), com término no dia 28/10/2000 (sábado), ficando o prazo prorrogado até o primeiro dia útil subseqüente (§ 1º do art. 184 do CPC), ou seja, dia 30/10/2000 (segunda-feira).

Portanto, ingressando o apelante com os embargos em 30/10/2000, têm-se os mesmos por tempestivos."

O mesmo entendimento tem sido seguido no âmbito desta Corte, vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PRAZO. INTEMPESTIVIDADE.
1. A intimação da penhora é um dos marcos iniciais do prazo para oferecimento de embargos à execução fiscal (Lei nº 6.830/80), mas o começo da fluência somente se dá a partir do primeiro dia útil seguinte, nos termos do artigo 184 do CPC.
2. Intempestividade dos embargos à execução fiscal, por terem sido interpostos fora do prazo legal.
3. Apelação improvida."
(AC 393606 - Processo: 200651030007781 UF: RJ Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA ESP. Fonte DJU DATA: 01/08/2007 PÁGINA: 118 Relator(a) JUIZ PAULO BARATA)

"PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO RECURSAL. PRIMEIRO DIA ÚTIL POSTERIOR À INTIMAÇÃO DA PENHORA. PLICABILIDADE DO ARTIGO 184 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
1. Agravo interno em face da decisão que negou seguimento à apelação interposta, em que se pretendia a reforma da sentença que julgou extinta a ação de embargos à execução, sem resolução de mérito, por intempestividade.
2. O início da contagem do prazo recursal deve se dar do mesmo modo que os prazos processuais, ou seja, considerando-se como termo inicial o primeiro dia útil posterior à ciência, conforme previsto no artigo 184 do Código de Processo Civil.
3. Dessa forma, tendo em vista que a intimação da penhora ocorreu no dia 28.07.2004 (quarta-feira), o prazo começaria no dia 29.07.2004 (quinta-feira) e terminaria no dia 27.08.2004, data em que foi apresentada a petição de embargos, razão pela qual seria tempestivo. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.
4. Vale destacar que, analogicamente, se a sentença é prolatada em audiência, a contagem do prazo para interpor apelação se inicia no dia seguinte. (REsp 513016/RJ; Min. CASTRO FILHO DJ 27.09.2004).
5. Registre-se que o artigo 506 do Código de Processo Civil determina, expressamente, a aplicabilidade do disposto no artigo 184 e seus parágrafos no prazo para interposição dos recursos.
6. Agravo interno conhecido e provido."
(AGTAC - 356549 Processo: 200451015351108 Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA ESP. Fonte DJU DATA:16/07/2007 PÁGINA: 190 Relator(a) JUIZA TANIA HEINE)

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. NÃO OCORRÊNCIA.EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. ART. 16, INCISO III, DA LEF. RECURSO PROVIDO.
Não assiste razão ao d. julgador monocrático, ao julgar extinto o Processo de Embargos à Execução sem julgamento de mérito, por inobservância do inciso III, do art. 16 da Lei 6.830/80.
O art. 16, inciso III, da LEF, estabelece que o executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora.
A contagem do prazo de 30 (trinta) dias, para interposição dos embargos, começa a fluir a partir do primeiro dia útil seguinte àquele em que ocorreu a intimação da penhora.
A embargante foi intimada pessoalmente da penhora em 10.03.2005, e os presentes embargos foram oferecidos aos 11.04.2005, dentro do prazo estabelecido pela lei supracitada.
Merece prosperar a tese da embargante-apelante no sentido de que o termo a quo para oposição dos embargos à execução é o dia seguinte ao da intimação da penhora.
Assim sendo, são tempestivos os presentes embargos, eis que interpostos no último dia do prazo.
Recurso provido para, anulando-se a sentença, dar-se prosseguimento
ao feito."
(AC - APELAÇÃO CIVEL - 373181 Processo: 200551015206046 Orgão Julgador: QUARTA TURMA ESP. Fonte DJU DATA:10/01/2007 PÁGINA: 95 Relator(a) JUIZ ALBERTO NOGUEIRA)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ARTIGO 16, INCISO III DA LEI Nº 6.830/80. INTIMAÇÃO DA PENHORA. TERMO INICIAL DO PRAZO. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA COM A REGRA GERAL DO ARTIGO 184 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. EXCLUSÃO DO DIA DO COMEÇO E INCLUSÃO DO DIA DO VENCIMENTO. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO IMPROVIDO.
- O prazo de 30 (trinta) dias para a oposição da ação incidental de embargos à execução fiscal inicia-se com a intimação da penhora, nos exatos termos do art. 16, inciso III da Lei nº 6.830/80. O Código de Processo Civil, no artigo 184, determina que, salvo disposições em sentido contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.
- A intimação da penhora deu-se no dia 16/07/03 (Quarta-feira), portanto, o prazo para o oferecimento dos embargos à execução iniciou-se no dia 17/03/2003 (Quinta-feira), expirando em 15/08/2003 (Sexta-feira). Pelo que, tendo em vista a apresentação dos embargos à execução fiscal no dia 09/09/2003, afigura-se evidente sua intempestividade.
- Recurso não provido."
(AC - APELAÇÃO CIVEL - 339286 Processo: 200351015258025 UF: RJ Órgão Julgador: QUARTA TURMA Fonte DJU DATA:08/11/2004 PÁGINA: 243 Relator(a) JUIZ BENEDITO GONCALVES)

Essa também tem sido a orientação perfilhada no âmbito do STJ e do TRF-4ª Região, cuja questão encontra-se, inclusive, sumulada, conforme ressaltado pelo ora apelante.
Ora, no presente caso, tendo a intimação da penhora ocorrido no dia 22/07/2003, o termo inicial para contagem do prazo é o dia seguinte - 23/07/2003 - e o termo final o dia 21/08/2003. Logo, os embargos à execução são tempestivos, já que ajuizados em 21/08/2003 (fls. 02), ou seja, no último dia do prazo previsto em lei.
Isso posto, com base no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, perfilhando a mesma orientação já sedimentada na 4ª Turma Especializada desta Corte, DOU PROVIMENTO à apelação, para receber os embargos à execução e determinar o seu prosseguimento, tendo em vista que o protocolo da petição inicial se deu no último dia do prazo previsto no art. 16, inciso III, da Lei nº 6.830/80.
Publique-se. Intime-se.
Preclusa a via recursal, proceda-se à baixa dos autos.
Rio de Janeiro, 20 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.16.003210-5

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	MOISES RUBBIOLI CORDEIRO
APELADO	:	ALEXANDRE GONÇALVES SILVA
ADVOGADO	:	GUILHERME GUERRA D ARRIAGA SCHMIDT E OUTRO
ORIGEM	:	1A. VARA FEDERAL DE MACAE (200351160032105)

DECISÃO

I- Dos Fatos

Trata-se de Remessa Necessária e Apelação Cível de fls.321/328, interposta pelo Instituto Nacional do Seguro Social- INSS em face da sentença de fls.305/307 que decidiu a lide, julgando extinto o processo com exame de mérito, nos termos do art.269, IV do Código de Processo Civil.

Contra-razões da parte Alexandre Gonçalves Silva, às fls.435/440.

É o breve relatório. Decido.

II- Da Fundamentação

Encontra-se assentado pelo Supremo Tribunal Federal que as contribuições sociais têm natureza tributária, devendo ser aplicado o instituto da prescrição intercorrente no processo de execução fiscal. A prescrição, em questão, é criação da Lei 11.051/2004, quando inseriu o §4º no art.40 da Lei de Execuções Fiscais, a Lei nº 6.830/80.

Dispõe a supracitada legislação, *in verbis*, que:

"*Art.40- O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição"*

(....) "§4º- Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato."

Nesse sentido, a orientação do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *mutatis mutandis*:
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO.
1. Não é possível decretar de ofício a prescrição de créditos tributários. Precedentes.
2. Ressalto, ainda, que em 11/12/2004, foi editada a Lei n. 11.051, que acrescentou o parágrafo 4º ao art. 40 da Lei n. 6.830/80, autorizando a decretação de ofício da prescrição intercorrente com a seguinte redação: "Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvir a Fazenda Pública, poderá reconhecer a prescrição e decretá-la de imediato". Nesse panorama, perfilhando da mesma conclusão consignada no julgamento do Recurso Especial n. 800.853 (rel. Min. Teori Albino Zavascki), entendo que o novel regramento tem natureza processual e que, por isso, alcança os processos em curso. Sendo assim, advirto que pode o feito, ao retornar a Corte a quo, ser julgado sob o prisma da Lei n. 11.051/2004.
3. Recurso especial conhecido parcialmente e provido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 708857 - Processo: 200401737500 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 15/02/2007 Documento: STJ000734116 - Fonte DJ DATA:07/03/2007 PÁGINA:213 - Relator(a) JOÃO OTÁVIO DE NORONHA)

AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - INTERCORRENTE - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ARTIGO APONTADO - COMO VIOLADO - PARALISAÇÃO DO FEITO POR MAIS DE CINCO ANOS - DECRETAÇÃO A REQUERIMENTO DO EXECUTADO - POSSIBILIDADE.
Impõe-se o não-conhecimento do recurso especial quanto à alegada violação do art. 2º, § 3º, da Lei n. 6.830/80, uma vez que ausente o prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão impugnada.
É pacífico nesta Corte o entendimento de que o artigo 40 da Lei de Execução Fiscal, que prevê a suspensão da execução fiscal quando não localizado o devedor ou não encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, deve ser aplicado à luz do disposto no artigo 174 do CTN.
Na espécie, constatado que permaneceu o exeqüente inerte por mais de cinco anos após o arquivamento do feito, o ínclito juiz, acertadamente, a requerimento do executado, determinou a extinção do processo em vista da ocorrência da prescrição intercorrente.
Agravo regimental improvido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 614864 - Processo: 200302238647 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 06/09/2005 Documento: STJ000690825 - Fonte DJ DATA:31/05/2006 PÁGINA:246 - Relator(a) FRANCIULLI NETTO)

Logo o Instituto da prescrição pode ser conhecido de ofício. Força do art.219, §5º do Código de Processo Civil c/c o art.40, § 4º da Lei de Execuções Fiscais.
Quanto ao prazo do mesmo, a jurisprudência do STJ já pacificou o entendimento de que se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação ou não, cabe ao Fisco proceder ao mesmo de ofício no prazo decadencial de 5 (cinco) anos, na forma estabelecida no art. 173, I, do Código Tributário Nacional.

Do Superior Tribunal de Justiça sobre a questão do prazo prescricional:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECADÊNCIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PAGAMENTO NÃO ANTECIPADO PELO CONTRIBUINTE. INCIDÊNCIA DO ART. 173, I, DO CTN. PRESCRIÇÃO. ART. 174 DO CTN. CITAÇÃO VÁLIDA. RECURSO DESPROVIDO.
1. O prazo decadencial para constituição do crédito tributário pode ser estabelecido da seguinte maneira: (a) em regra, segue-se o disposto no art. 173, I, do CTN, ou seja, o prazo é de cinco anos contados "do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado"; (b) nos tributos sujeitos a lançamento por homologação cujo pagamento ocorreu antecipadamente, o prazo é de cinco anos contados do fato gerador, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN.
2. Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação cujo pagamento não foi antecipado pelo contribuinte, deve ser aplicado o disposto no art. 173, I, do CTN.
3. Definitivamente constituído o crédito tributário, inicia-se o prazo prescricional para sua cobrança, de modo que o Fisco possui o lapso temporal de cinco anos para o ajuizamento da execução fiscal e, após, para a citação válida do executado, consoante previsto no art. 174 do CTN.
4. Na hipótese dos autos, o lançamento efetuou-se dentro do prazo de cinco anos em relação aos fatos geradores questionados, não ocorrendo, pois, o prazo decadencial previsto no art. 173 do CTN. Em seguida, o contribuinte foi notificado do auto de infração em 31 de dezembro de 1996, sem, contudo, apresentar impugnação do lançamento. A partir dessa data, então, o crédito tributário foi definitivamente constituído, iniciando-se, portanto, a contagem do prazo prescricional previsto no art. 174 do CTN. Por sua vez, a execução fiscal foi ajuizada em 8 de outubro de 1997 e a citação da empresa e de seus sócios ocorreu em 16 de março de 1998 (fls. 7/18). Assim, não se implementou a prescrição, tampouco a decadência.
5. Recurso especial desprovido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 739694 - Processo: 200500553040 UF: MG Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 02/10/2007 Documento: STJ000784884 - Fonte DJ DATA:12/11/2007 PÁGINA:159 - Relator(a) DENISE ARRUDA)

CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ARTIGO 45 DA LEI 8.212/91. OFENSA AO ART. 146, III,B, DA CONSTITUIÇÃO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DECADENCIAL DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. TERMO INICIAL: (A) PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR ,SE NÃO HOUVE ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO (CTN, ART. 173, I); (B) FATO GERADOR, CASO TENHA OCORRIDO RECOLHIMENTO, AINDA QUE PARCIAL (CTN,ART. 150, § 4º). PRECEDENTES DA 1ª SEÇÃO.
1. "As contribuições sociais, inclusive as destinadas a financiar a seguridade social (CF, art. 195), têm, no regime da Constituição de 1988, natureza tributária. Por isso mesmo, aplica-se também a elas o disposto no art. 146, III, b, da Constituição, segundo o qual cabe à lei complementar dispor sobre normas gerais em matéria de prescrição e decadência tributárias, compreendida nessa cláusula inclusive a fixação dos respectivos prazos. Conseqüentemente, padece de inconstitucionalidade formal o artigo 45 da Lei 8.212, de 1991, que fixou em dez anos o prazo de decadência para o lançamento das contribuições sociais devidas à Previdência Social" (Corte Especial, Argüição de Inconstitucionalidade no REsp nº 616348/MG)
2. O prazo decadencial para efetuar o lançamento do tributo é, em regra, o do art. 173, I, do CTN, segundo o qual "o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado".
3. Todavia, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação - que, segundo o art. 150 do CTN, "ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa" e "opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa" - , há regra específica. Relativamente a eles, ocorrendo o pagamento antecipado por parte do contribuinte, o prazo decadencial para o lançamento de eventuais diferenças é de cinco anos a contar do fato gerador, conforme estabelece o § 4º do art. 150 do CTN. Precedentes jurisprudenciais.
4. No caso, trata-se de contribuição previdenciária, tributo sujeito a lançamento por homologação, e não houve qualquer antecipação de pagamento. Aplicável, portanto, a regra do art. 173, I, do CTN.
5. Recurso especial a que se nega provimento.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 757922 - Processo: 200500953009 UF: SC Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 11/09/2007 Documento: STJ000775976 - Fonte DJ DATA:11/10/2007 PÁGINA:294 - Relator(a) TEORI ALBINO ZAVASCKI)

Ressalte-se por fim que é notório nos Tribunais Superiores o entendimento, sobre o qual, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações da parte; uma vez que tenha encontrado um motivo suficientemente forte para fundamentar sua decisão.

III- Do Dispositivo

Assim, diante do exposto, com suporte no art. 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento à remessa necessária e ao recurso do Instituto Nacional do Seguro Social- INSS. Mantenho a sentença atacada.
P.R.I.C.
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e retornem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2004.51.01.012973-2

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL JULIETA LIDIA LUNZ
APELANTE	:	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO	:	GLAUCIA BRAGA MERCHER COUTINHO E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010129732)

D E S P A C H O
Em atenção à garantia constitucional decorrente do art. 5º, LV, da Magna Carta, manifeste-se a parte contrária acerca dos embargos de declaração opostos com pedido de aplicação de efeito modificativo.
Nesse sentido, *in verbis*:

"Embargos de declaração, efeito modificativo e contraditório (CF, art. 5º, LV). Firme o entendimento do Tribunal que a garantia constitucional do contraditório exige que à parte contrária se assegure a possibilidade de manifestar-se sobre embargos de declaração que pretendam alterar decisão que lhe tenha sido favorável: precedentes."
(STF - RE 384031/AL - DJ: 06/04/2004 - Relator: Ministro Sepúlveda Pertence)

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2004.51.07.000274-8

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:	ACOL INFORMATICA LTDA
ADVOGADO	:	JOSE GRACIANO DOS SANTOS COSTA E OUTRO
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	VARA ÚNICA DE ITABORAÍ (200451070002748)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação em mandado de segurança impetrado por ACOL INFORMATICA LTDA contra ato imputado ao Sr. DELEGADO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL no Rio de Janeiro e do Sr. PROCURADOR DA PGFN no Rio de Janeiro, objetivando a expedição de Certidão Negativa de Tributos Federais e da Dívida Ativa da União.
Processado o feito, o Juízo *a quo* denegou a segurança (fls. 152/155).
Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos da Súmula 512 do STF e da Súmula 105 do STJ.
Inconformada, apela a impetrante, apresentando suas razões às fls. 157/162.
Contra-razões às fls. 166/169.
Parecer do Ministério Público Federal às fls. 174/175.
Às fls. 178 a impetrante informa que "*os supostos débitos cobrados pelas Apeladas foram espontaneamente baixados na esfera administrativa inexistindo qualquer irregularidade perante o Fisco Federal*".
De seu turno, a União Federal (fls. 181) ratifica o teor da informações da apelante nos seguintes termos: *"(...) considerando o cancelamento administrativo das inscrições nºs 70 7 04 002112-45, 70 2 04 007408-10 e 70 6 04 009313-56, objeto do presente mandamus, consoante se verifica das consultas em anexo, requer seja julgado prejudicado o presente recurso, por perda de objeto, a teor do disposto no art. 43, § 1º, inciso I, do Regimento Interno deste Col. TRF/2ª Região c/c art. 557, do CPC*".
Por fim, às fls. 194 a apelante expressamente invoca o art. 267, inciso VI, do CPC, manifestando-se pela ausência de interesse no exame do mérito da questão posta sob julgamento.
Relatados. Decido.

Preliminarmente cumpre evidenciar que, a despeito da recorrente, em sua petição de fls. 194 ter indicado o art. 267, inciso VI, do CPC como fundamento de seu pedido, que cuida do julgamento sem resolução de mérito, é preciso ter presente que, após proferida sentença, descabe tal postulação, revelando-se, na verdade, como pedido de desistência do recurso, na forma do art. 501 do CPC. A questão deve assim ser solucionada, em face da premissa de que ao Juiz é dado o fato, cabendo-lhe conhecer do direito.
Essa é a orientação da jurisprudência, *verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. DECISÃO DO RELATOR QUE, EM FACE DA DESISTÊNCIA, JULGOU EXTINTO O PROCESSO, NA FORMA DO ART. 267, III, CPC.
I - Agravo interno contra decisão monocrática do então relator que, acolhendo a desistência da ação requerida pelos apelantes, julgou extinto o processo, sem julgamento do mérito, na forma do art. 267, III, do CPC.
II - Uma vez proferida a sentença, não é mais cabível a desistência do feito. O que é possível é a desistência do recurso, na forma do art. 501 do CPC. Desse modo, subsiste a sentença tal como foi lançada, não sendo possível falar-se em extinção sem resolução do mérito, uma vez que este já foi apreciado na sentença recorrida.
III - Agravo interno provido. Pedido conhecido como desistência do recurso."
(TRF-2ª Região, AGTAMS 42213, processo nº 200202010060605, Quinta Turma Especializada, Relator JUIZ ANTÔNIO CRUZ NETTO, DJU de 17/01/2008, p. 315)

O direito da parte recorrente desistir do recurso interposto encontra disciplina no art. 501 do Código de Processo Civil que preceitua, *verbis*:
"Art. 501. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso."

Em decorrência de expressa previsão legal, cabe ao Julgador, em face de pedido dessa natureza, tão-somente aferir se o subscritor da peça postulatória detém poderes específicos que viabilizem a homologação de seu pedido de desistência.
Observo da procuração acostada às fls. 11 que foram outorgados poderes específicos para esse fim aos subscritores do pedido formal de desistência.
Preenchidos, pois, os requisitos indispensáveis à homologação do pedido, revela-se dispensada a anuência da parte recorrida.
Em abono ao procedimento ora adotado, *verbis*:
"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA FORMULADA POR ASSOCIAÇÃO. ANUÊNCIA EXPRESSA DO ASSOCIADO. DESNECESSIDADE.
1. Nos termos do artigo 501 do Código de Processo Civil, a desistência do recurso independe da concordância do recorrido ou dos litisconsortes e pode ser formulado até o julgamento do recurso. Neste caso, há extinção do processo com julgamento do mérito, prevalecendo a decisão imediatamente anterior, inclusive no que diz respeito a custas e honorários advocatícios.
2. Havendo as associações autoras formulado regular pedido de desistência do recurso, uma vez que detém poderes para representar os interesses de seus associados em juízo, é desnecessária expressa autorização dos associados.
3. Agravo regimental improvido."
(STJ, AGRESP 695620, processo nº 200401370746, Sexta Turma, Relator HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 07/04/2008, p. 1)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. JULGAMENTO INICIADO E SUSPENSO POR PEDIDO DE VISTA. PEDIDO DE DESISTÊNCIA SUPERVENIENTE. HOMOLOGAÇÃO REQUERIDA PELA RECORRENTE. DEFERIMENTO. POSSIBILIDADE
1. A homologação de pedido de desistência do recurso pelo recorrente é cabível ainda que iniciado o julgamento e proferido o voto pelo relator.
2. É que o artigo 501 do CPC é textual ao dispor que "o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso."
3. Precedentes: REsp 63.702/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, DJ 26.08.1996; REsp 21.323/GO, Rel. Min. Waldemar Zveiter, Terceira Turma, DJ 24.08.1992.
4. Pedido de desistência formulado pelo recorrente homologado, para que produza seus efeitos jurídicos, à luz do disposto no artigo 501 do CPC c/c artigo 34, IX, do RISTJ."
(STJ, ROMS 20582, processo nº 200501493518, Primeira Turma, Relator FRANCISCO FALCÃO, DJ de 18/10/2007, p.263)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO - DECISÃO - HOMOLOGAÇÃO PEDIDO DE DESISTÊNCIA DO RECURSO - EXISTÊNCIA DE SENTENÇA - MANUTENÇÃO - CONVERSÃO EM RENDA DA UNIÃO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS.
1 - As recorrentes pretendem a reconsideração da decisão, ou caso não seja esse o entendimento o processo seja apresentado em mesa para julgamento pelo órgão colegiado, para o fim de reformar a sentença, extinguindo-se o feito, sem julgamento de mérito (art. 267, VI do CPC), autorizando-se o levantamento imediato dos valores de CSLL depositados em juízo.
2. "Somente tem direito à desistência do recurso a parte que recorreu; nos termos do art. 501 do CPC, desnecessária a anuência do recorrido ou dos litisconsortes e somente pode ser formulado o pedido até julgamento do recurso; nesta hipótese, prevalece a decisão imediatamente anterior e acarreta a extinção do feito nos termos do art. 269, I do CPC". (Resp 555139/CE, da 2ª Turma do STJ, rel. Ministra Eliana Calmon, publicado no DJ em 13.06.2005, p. 240, item 2 da Ementa)
3. Prevalece a disciplina da sentença, a respeito da conversão em renda da União dos depósitos efetuados.
4. Agravo conhecido e desprovido."
(TRF-2ª Região, AMS 60876, processo nº 200551010016103, Terceira Turma Especializada, Relator JUIZ JOSE NEIVA/no afast. Relator, DJU de 31/10/2006, p. 143)

"PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - DESISTÊNCIA DO
RECURSO.
1. o recorrente pode, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso (art. 501 do CPC).
2. Agravo improvido."
(TRF-2ª Região, AGVAC 348672, processo nº 200151080001089, Terceira Turma Especializada, Relator JUIZ PAULO BARATA, DJU de 14/06/2005, p. 99/100)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE DEFERE DESISTÊNCIA DE APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ANUÊNCIA DA PARTE CONTRÁRIA. DESNECESSIDADE.
- A decisão que defere a desistência do recurso de apelação prescinde de anuência do recorrido, a teor do art. 501 do CPC. A Lei Processual não prevê sequer o exame dos motivos da desistência.
- In casu, não se aplica à decisão agravada o art. 26 do CPC, que atribui ao desistente as despesas processuais e honorários advocatícios: a uma porque não se cuida de homologação de desistência da ação; a duas, porque a União não adiantou quaisquer despesas; e, a três, porque em mandado de segurança, não há condenação em honorários (STJ, Súmula 105).
- À ausência de extinção do feito, tampouco se aplica o § 4o do art. 267 (prévia manifestação da parte contrária), até porque a desistência da ação (art. 267, VIII, do CPC) só é possível em momento anterior à sentença de mérito. Precedentes do STF.
- Agravo regimental improvido."
(TRF-2ª Região, AGAMS 38068, processo nº 200002010662165, Quinta Turma, Relatora JUIZA NIZETE ANTONIA LOBATO RODRIGUES, DJU de 24/01/2003, p. 270)

Isso posto, com fundamento no art. 501 do Código de Processo Civil c/c o art. 43, VII, do Regimento Interno desta Corte, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos efeitos, a desistência do recurso interposto por ACOL INFORMATICA LTDA, na forma da manifestação de fls. 194. Mantida, pois, a sentença recorrida em todos os seus termos.
Preclusas as vias recursais, remetam-se os autos ao Juízo de origem.
Publique-se. Intimem-se.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2006.02.01.006630-3

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL JULIETA LIDIA LUNZ
AGRAVANTE	:	TLM - TRANSPORTES E LOGISTICA MODERNA LTDA
ADVOGADO	:	SONIA NEVES DE ASSIS E CONJUGE
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	SEM PROCURADOR
ORIGEM	:	DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010076037)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento, interposto em face da decisão que indeferiu a concessão de liminar para a antecipação parcial dos efeitos da tutela no sentido de suspender a exigibilidade de créditos previdenciários, impedir sua inscrição no CADIN e manter a autora no programa de parcelamento especial (PAES).

A agravante em suas razões sustenta que se encontram presentes os requisitos para a concessão da liminar para a antecipação da pretensão recursal pretendida tendo em vista que foi excluída do PAES, sem sequer ter sido notificada de tal decisão administrativa pelo INSS, a inclusão no CADIN é uma questão de dias, quiçá horas, causando sérias restrições ao Agravante, com abalo de crédito.
Não foram apresentadas contra-razões.

Manifestou-se o MPF, às fls.147 pelo não conhecimento do apelo.

É o relatório.

Decido.

A concessão da tutela antecipada prevista no artigo 273 do CPC visa conceder aos sujeitos da relação processual um meio capaz de afastar os danos materiais decorrentes da sua demora, sendo certo que, preenchidos os requisitos legais, obtenha a parte, de forma antecipada os efeitos do provimento jurisdicional que somente seria alcançado com o trânsito em julgado da sentença definitiva de mérito.

O artigo 273 do CPC diz que o "juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação.

Convém ressaltar que em razão do princípio do livre convencimento motivado, adotado pela nossa legislação, a apreciação da existência ou não dos requisitos autorizadores da tutela antecipatória específica - *fumus boni iuris* e *periculum in mora* - inserem-se no poder geral de cautela do juiz.

Ademais, esta Egrégia Corte tem decidido reiteradamente que, em sede de agravo de instrumento, as decisões monocráticas proferidas pelos juízes singulares somente devem ser reformadas quando houver manifesto abuso de poder, eivadas de ilegalidade ou se revestirem de cunho teratológico, sendo certo que a decisão recorrida não se enquadra nessas exceções.

Assim, a jurisprudência desse Tribunal afina-se com esse posicionamento, conforme acórdãos assim ementados, *verbis:*

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - REEXAME DO JULGADO - INADEQUAÇÃO DA VIA - OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - INEXISTÊNCIA - INSCRIÇÃO NO CADIN - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - INDEFERIMENTO - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS - PODER GERAL DE CAUTELA DO JUIZ.
1- A tutela antecipada é reservada às hipóteses em que, presentes os pressupostos da prova inequívoca e da verossimilhança das alegações, a antecipação se subsuma a qualquer dos requisitos inseridos nos incisos I e II do art. 273 do CPC.
2- A concessão ou denegação de providências liminares é prerrogativa inerente ao poder geral de cautela do Juiz.
3- Não está obrigado a julgar a questão de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso.
As funções dos embargos de declaração, por sua vez, são, somente, afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e conclusão.
4- Embora a jurisprudência tenha se consolidado no sentido de que, em hipóteses excepcionais, os embargos declaratórios podem adquirir efeitos modificativos se a omissão, contradição, obscuridade, dúvida ou erro material forem de tal sorte que infirmem a conclusão judicial, não é essa a hipótese dos autos, em que a parte embargante pretende tão-somente obter novo julgamento da causa, desiderato estranho ao perfil dos aclaratórios.
5- Constando no relatório e voto, que são partes integrantes do julgado, todos os fundamentos importantes para a causa de pedir, o Juízo não está obrigado a descrevê-los detalhadamente no acórdão.
6- A omissão apta a ser suprida pelos embargos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento, e prejudicial à compreensão da causa, e não aquela que entenda o embargante, ainda mais como
meio transverso de forçar a subida de recurso extraordinário.
7- Inadequada a via dos embargos de declaração como forma de reexame do julgado.
8- Precedentes: STF, RE Nº97.558-6/GO, Rel. Min. Oscar Correa; STJ, RESP. 302179/RJ - Rel. Min. José Delgado; EDcl no AgRg no Resp 852437 / RS - Relator Ministro José Delgado; EARESP 249398/RS - Rel. Min. Nancy Andrighi; EDcl no AgRg no Ag 548505 / RJ - Relator Ministro Massami Uyeda; EDcl no AgRg no REsp 813758 / PR - Relatora Ministra Nancy Andrighi ; Resp. nº 184590/RJ, Min. Nilson Naves, DJ de 17/12/99.
9- Embargos improvidos.
(Origem: TRIBUNAL SEGUNDA REGIÃO Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - 153765Processo: 200702010030829 UF: RJ Órgão Julgador: SEXTA TURMAESP. Data da decisão: 05/12/2007- Relator: Desembargador Frederico Gueiros)

PROCESSO CIVIL - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - DENEGAÇÃO - LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ - INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER.
I - Se o Juiz entende, no exame preliminar da questão, que existe ou que inexiste prova inequívoca que o convença da verossimilhança da alegação autoral, ou que haja ou não fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou que se caracterize ou não hipótese de abuso de direito de defesa, ou ainda, afirme o eventual risco de irreversibilidade do decisum; se o Juiz Monocrático, por fim, forma sua convicção, não há porquê o Tribunal tenha de rever, necessária e obrigatoriamente, a Decisão Interlocutória de primeiro grau, impondo-lhe entendimento diverso; salvo se, a toda evidência, restar excepcionalmente, caracterizado o eventual julgamento em flagrante oposição a questão já plena e inequivocamente pacificada no âmbito do STJ ou do STF.
II - Ressalvado, portanto, situações muito peculiares, o deferimento ou o indeferimento de Tutela Antecipada depende do livre convencimento do magistrado, até porque a sentença confirmatória ou denegatória da Decisão Incidental epigrafada será, em última análise, de sua lavra, com a expressa consignação fundamentada de seu pensamento jurídico a respeito do tema. III - Desta feita, não há qualquer razão para que este Tribunal tenha de substituí-lo, para determinar, ao reverso, a concessão ou a denegação de Tutela Sumária de Conhecimento que seu livre convencimento venha a deferir ou indeferir.
IV-Agravo de Instrumento improvido.
Origem: TRIBUNAL - SEGUNDA REGIÃOClasse: AGV - AGRAVO - 155292 UF: RJ Órgão Julgador: SÉTIMA TURMA ESP.Data da decisão: 28/11/2007 - Relator: Juiz Reis Friede

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO -MILITAR - ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA - PRESENTES OS REQUISITOS DO ART. 273, DO CPC - PODER GERAL DE CAUTELA DO JUIZ
1. A tutela antecipada é reservada às hipóteses em que, presentes os pressupostos da prova inequívoca e da verossimilhança da alegação, a antecipação se subsuma a qualquer dos requisitos inseridos nos incisos I e II do art.273 do CPC, conciliada, alternativamente, com o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (inciso I) ou ainda, quando caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu (inciso II).
2. A prova inequívoca, requisito imprescindível e ensejadora da verossimilhança da alegação, é aquela que convence da plausibilidade da pretensão de direito material afirmado, não se mostrando suficiente o mero fumus bonis iuris, requisito típico do processo cautelar. Não é dado ao órgão colegiado sobrepor-se ao juízo monocrático na avaliação das circunstâncias fáticas que ensejaram o deferimento ou indeferimento da medida requerida quando esta foi proferida em consonância com as circunstâncias verificadas nos autos de origem.
3. Precedentes: AG nº 2005.02.01.008645-0/ES - DJU:29/01/2007- Relator D.F. POUL ERIK DYRLUND.
4. Agravo de instrumento improvido.
Origem: TRIBUNAL - SEGUNDA REGIÃOClasse: AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO UF: RJ Órgão Julgador: SEXTA TURMA ESP.Data da decisão: 21/11/2007- Relator: Juiz Ricardo Perlingeiro

PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INGRESSO NAS FORÇAS ARMADAS. CONCURSO PÚBLICO. INSCRIÇÃO. LIMITE DE IDADE. TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS. AUSÊNCIA.
1. A concessão da tutela antecipada exige a presença de certos requisitos que se materializam na prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação (caput, art. 273, CPC), conciliada, alternativamente, com o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (inciso I) ou ainda, quando caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu (inciso II).
2. A prova inequívoca, requisito imprescindível e ensejadora da verossimilhança da alegação, é aquela que convence da plausibilidade da pretensão de direito material afirmado, não se mostrando suficiente o mero fumus bonis iuris, requisito típico do processo cautelar.

3. Não se vislumbra verossimilhança da tese, de que a legalidade referida no preceito constitucional seria de caráter absoluto, e não relativo, como de praxe, na regulação da atividade das Forças Armadas (STF, mutatis, RMS 25159, DJ 02/06/06), o que inviabiliza o pleito, a par de que deve ser preservado o princípio republicano da isonomia (STF, mutatis, RE 351142, DJ 01/07/05).
4. Entendimento, reiteradamente, adotado por esta Egrégia Corte, de que o deferimento da medida pleiteada se insere no poder geral de cautela do juiz que, à vista dos elementos constantes do processo que, pode melhor avaliar a presença dos requisitos necessários à concessão; e, conseqüentemente, que a liminar, em casos como o ora em exame, só é acolhível quando o juiz dá à lei uma interpretação teratológica, fora da razoabilidade jurídica, ou quando o ato se apresenta manifestamente abusivo, o que inocorre, na hipótese; o que deságua no indeferimento da tutela antecipada recursal.
5. Agravo de Instrumento conhecido e desprovido.
Origem:TRIBUNAL SEGUNDA REGIÃO Classe: AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO - UF: RJ Órgão Julgador: OITAVA TURMA ESP. Data da decisão: 03/10/2007 - Relator: Juiz Poul Erik Dyrland

Isso posto, com base no artigo 557, caput, do CPC, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intime-se. Decorrido o prazo recursal dê-se baixa e arquive-se.

Rio de Janeiro, 04 de Junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2006.02.01.012295-1

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL JULIETA LIDIA LUNZ
AGRAVANTE	:	BALPRENSA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRO LTDA
ADVOGADO	:	GIBRAN MOYSES FILHO E OUTROS
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010153548)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão que indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela em ação ordinária, objetivando a suspensão da exigibilidade dos créditos inscritos em dívida ativa, a fim de que seja emitida Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa, nos termos do art. 206 do CTN.

A agravante, em suas razões, alega que ofereceu caução, mediante relação de bens de sua propriedade, no valor de R$ 3.522.200,00 (três milhões, quinhentos e vinte e dois mil e duzentos reais) conforme consta às fls. 58 destes autos, sendo esta superior ao montante exigido pela agravada.
Recurso regularmente processado, tendo sido indeferida a concessão do efeito suspensivo (fls. 280/283).

Contra-razões às fls. 289/293.

O Ministério Público Federal opinou pelo improvimento do recurso (fls. 314/317).

É o relatório. Decido.

A concessão da tutela antecipada prevista no artigo 273 do CPC, bem como qualquer outra medida liminar, visa conceder aos sujeitos da relação processual um meio capaz de afastar os danos materiais decorrentes da sua demora, sendo certo que, preenchidos os requisitos legais, obtenha a parte, de forma antecipada os efeitos do provimento jurisdicional que somente seria alcançado com o trânsito em julgado da sentença definitiva de mérito.

O artigo 273 do CPC diz que o "juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação.

Convém ressaltar que em razão do princípio do livre convencimento motivado, adotado pela nossa legislação, a apreciação da existência ou não dos requisitos autorizadores da tutela antecipatória específica - *fumus boni iuris* e *periculum in mora* - inserem-se no poder geral de cautela do juiz.

Ademais, esta Egrégia Corte tem decidido reiteradamente que, em sede de agravo de instrumento, as decisões monocráticas proferidas pelos juízes singulares somente devem ser reformadas quando houver manifesto abuso de poder, eivadas de ilegalidade ou se revestirem de cunho teratológico, sendo certo que a decisão recorrida não se enquadra nessas exceções.

Assim, a jurisprudência desse Tribunal afina-se com esse posicionamento, conforme acórdãos assim ementados, *verbis:*

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - REEXAME DO JULGADO - INADEQUAÇÃO DA VIA - OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - INEXISTÊNCIA - INSCRIÇÃO NO CADIN - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - INDEFERIMENTO - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS - PODER GERAL DE CAUTELA DO JUIZ.
1- A tutela antecipada é reservada às hipóteses em que, presentes os pressupostos da prova inequívoca e da verossimilhança das alegações, a antecipação se subsuma a qualquer dos requisitos inseridos nos incisos I e II do art. 273 do CPC.
2- A concessão ou denegação de providências liminares é prerrogativa inerente ao poder geral de cautela do Juiz.
3- Não está obrigado a julgar a questão de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso.
As funções dos embargos de declaração, por sua vez, são, somente, afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e conclusão.
4- Embora a jurisprudência tenha se consolidado no sentido de que, em hipóteses excepcionais, os embargos declaratórios podem adquirir
efeitos modificativos se a omissão, contradição, obscuridade, dúvida ou erro material forem de tal sorte que infirmem a conclusão judicial, não é essa a hipótese dos autos, em que a parte embargante pretende tão-somente obter novo julgamento da causa, desiderato estranho ao perfil dos aclaratórios.
5- Constando no relatório e voto, que são partes integrantes do julgado, todos os fundamentos importantes para a causa de pedir, o Juízo não está obrigado a descrevê-los detalhadamente no acórdão.
6- A omissão apta a ser suprida pelos embargos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento, e prejudicial à compreensão da causa, e não aquela que entenda o embargante, ainda mais como
meio transverso de forçar a subida de recurso extraordinário.
7- Inadequada a via dos embargos de declaração como forma de reexame do julgado.
8- Precedentes: STF, RE Nº97.558-6/GO, Rel. Min. Oscar Correa; STJ, RESP. 302179/RJ - Rel. Min. José Delgado; EDcl no AgRg no Resp 852437 / RS - Relator Ministro José Delgado; EARESP 249398/RS - Rel. Min. Nancy Andrighi; EDcl no AgRg no Ag 548505 / RJ - Relator Ministro Massami Uyeda; EDcl no AgRg no REsp 813758 / PR - Relatora Ministra Nancy Andrighi ; Resp. nº 184590/RJ, Min. Nilson Naves, DJ de 17/12/99.
9- Embargos improvidos.
(Origem: TRIBUNAL SEGUNDA REGIÃO Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - 153765Processo: 200702010030829 UF: RJ Órgão Julgador: SEXTA TURMAESP. Data da decisão: 05/12/2007- Relator: Desembargador Frederico Gueiros)

PROCESSO CIVIL - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - DENEGAÇÃO - LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ - INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER.
I - Se o Juiz entende, no exame preliminar da questão, que existe ou que inexiste prova inequívoca que o convença da verossimilhança da alegação autoral, ou que haja ou não fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou que se caracterize ou não hipótese de abuso de direito de defesa, ou ainda, afirme o eventual risco de irreversibilidade do decisum; se o Juiz Monocrático, por fim, forma sua convicção, não há porquê o Tribunal tenha de rever, necessária e obrigatoriamente, a Decisão Interlocutória de primeiro grau, impondo-lhe entendimento diverso; salvo se, a toda evidência, restar excepcionalmente, caracterizado o eventual julgamento em flagrante oposição a questão já plena e inequivocamente pacificada no âmbito do STJ ou do STF.
II - Ressalvado, portanto, situações muito peculiares, o deferimento ou o indeferimento de Tutela Antecipada depende do livre convencimento do magistrado, até porque a sentença confirmatória ou denegatória da Decisão Incidental epigrafada será, em última análise, de sua lavra, com a expressa consignação fundamentada de seu pensamento jurídico a respeito do tema. III - Desta feita, não há qualquer razão para que este Tribunal tenha de substituí-lo, para determinar, ao reverso, a concessão ou a denegação de Tutela Sumária de Conhecimento que seu livre convencimento venha a deferir ou indeferir.
IV-Agravo de Instrumento improvido.
Origem: TRIBUNAL - SEGUNDA REGIÃOClasse: AGV - AGRAVO - 155292 UF: RJ Órgão Julgador: SÉTIMA TURMA ESP.Data da decisão: 28/11/2007 - Relator: Juiz Reis Friede

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO -MILITAR - ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA - PRESENTES OS REQUISITOS DO ART. 273, DO CPC - PODER GERAL DE CAUTELA DO JUIZ
1. A tutela antecipada é reservada às hipóteses em que, presentes os pressupostos da prova inequívoca e da verossimilhança da alegação, a antecipação se subsuma a qualquer dos requisitos inseridos nos incisos I e II do art.273 do CPC, conciliada, alternativamente, com o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (inciso I) ou ainda, quando caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu (inciso II).
2. A prova inequívoca, requisito imprescindível e ensejadora da verossimilhança da alegação, é aquela que convence da plausibilidade da pretensão de direito material afirmado, não se mostrando suficiente o mero fumus bonis iuris, requisito típico do processo cautelar. Não é dado ao órgão colegiado sobrepor-se ao juízo monocrático na avaliação das circunstâncias fáticas que ensejaram o deferimento ou indeferimento da medida requerida quando esta foi proferida em consonância com as circunstâncias verificadas nos autos de origem.
3. Precedentes: AG nº 2005.02.01.008645-0/ES - DJU:29/01/2007- Relator D.F. POUL ERIK DYRLUND.
4. Agravo de instrumento improvido.
Origem: TRIBUNAL - SEGUNDA REGIÃOClasse: AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO UF: RJ Órgão Julgador: SEXTA TURMA ESP.Data da decisão: 21/11/2007- Relator: Juiz Ricardo Perlingeiro

PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INGRESSO NAS FORÇAS ARMADAS. CONCURSO PÚBLICO. INSCRIÇÃO. LIMITE DE IDADE. TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS. AUSÊNCIA.
1. A concessão da tutela antecipada exige a presença de certos requisitos que se materializam na prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação (caput, art. 273, CPC), conciliada, alternativamente, com o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (inciso I) ou ainda, quando caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu (inciso II).
2. A prova inequívoca, requisito imprescindível e ensejadora da verossimilhança da alegação, é aquela que convence da plausibilidade da pretensão de direito material afirmado, não se mostrando suficiente o mero fumus bonis iuris, requisito típico do processo cautelar.
3. Não se vislumbra verossimilhança da tese, de que a legalidade referida no preceito constitucional seria de caráter absoluto, e não relativo, como de praxe, na regulação da atividade das Forças Armadas (STF, mutatis, RMS 25159, DJ 02/06/06), o que inviabiliza o pleito, a par de que deve ser preservado o princípio republicano da isonomia (STF, mutatis, RE 351142, DJ 01/07/05).
4. Entendimento, reiteradamente, adotado por esta Egrégia Corte, de que o deferimento da medida pleiteada se insere no poder geral de cautela do juiz que, à vista dos elementos constantes do processo que, pode melhor avaliar a presença dos requisitos necessários à concessão; e, conseqüentemente, que a liminar, em casos como o ora em exame, só é acolhível quando o juiz dá à lei uma interpretação teratológica, fora da razoabilidade jurídica, ou quando o ato se apresenta manifestamente abusivo, o que inocorre, na hipótese; o que deságua no indeferimento da tutela antecipada recursal.
5. Agravo de Instrumento conhecido e desprovido.
Origem:TRIBUNAL SEGUNDA REGIÃO Classe: AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO - UF: RJ Órgão Julgador: OITAVA TURMA ESP. Data da decisão: 03/10/2007 - Relator: Juiz Poul Erik Dyrland

Isso posto, com base no artigo 557, caput, do CPC, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intime-se. Decorrido o prazo recursal dê-se baixa e arquive-se.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2006.51.10.006799-2

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:	DISTRIBUIDORA DE CARNES E DERIVADOS LAMIN LTDA
ADVOGADO	:	JOSE OSWALDO CORREA E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	QUINTA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200651100067992)

D E C I S Ã O

Trata-se de recurso de apelação em mandado de segurança impetrado por DISTRIBUIDORA DE CARNES E DERIVADOS LAMIN LTDA em face do Sr. DELEGADO DA RECEITA FEDERAL em Nova Iguaçu/RJ, objetivando que a autoridade fiscal se abstenha de praticar qualquer ato coator contra a impetrante, no sentido de impedir o seguimento de recurso administrativo, referente ao débito exigido e constante no processo administrativo fiscal nº 10735.002492/2004-79, independentemente do depósito ou do arrolamento de bens em substituição ao depósito recursal prévio de 30% (trinta por cento) da exigência fiscal, consoante permissivo legal estabelecido no art. 33, § 2º do Decreto nº 70.235/72, com a redação determinada pela Lei nº 10.522/02.
Processado o feito, o Juízo *a quo* denegou a segurança, por entender constitucional a exigência objeto de insurgência.
Inconformada, a impetrante interpôs recurso de apelação e sustentou a inconstitucionalidade do depósito prévio e a ilegitimidade do ato que a impuser para fins de recebimento e processamento de seu recurso administrativo (fls. 91/96), destacando a mudança de entendimento pelo STF *"no julgamento conjunto dos Recursos Extraordinários (RE) 388359, 389383, 390513*".
De seu turno, a União Federal apresentou suas contra-razões às fls. 132/137, e ressaltou, em síntese, que *"(...) o referido julgado foi prolatado em recurso extraordinário, isto é, em sede de controle difuso e concreto de constitucionalidade. Diante disso, não há como fazer com que os efeitos da decisão ali prolatada se estendam a outras relações jurídicas ali não tratadas*".
Postula, por fim, a manutenção da sentença.
O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 145 pelo improvimento do recurso.
Relatados. Decido.

Discute-se nos autos a legalidade da exigência de depósito prévio de 30% (trinta por cento) do valor do depósito fiscal ou sua substituição pelo arrolamento de bens, como condição de admissibilidade de recurso voluntário administrativo.
A questão jurídica em discussão encontra-se superada, uma vez que o Plenário do Excelso Supremo Tribunal Federal, órgão que detém a competência constitucional para apreciar a questão relativa à constitucionalidade de lei ou de ato normativo, revendo seu posicionamento anterior, no julgamento da ADI n. 1976-7/DF, declarou que

"*A exigência de depósito ou arrolamento prévio de bens e direitos como condição de admissibilidade de recurso administrativo constitui obstáculo sério (e intransponível, para consideráveis parcelas da população) ao exercício do direito de petição (CF, art. 5º, XXXIV), além de caracterizar ofensa ao princípio do contraditório (CF, art. 5º, LV)*".
Referido acórdão recebeu a seguinte ementa:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 32, QUE DEU NOVA REDAÇÃO AO ART. 33, § 2º, DO DECRETO 70.235/72 E ART. 33, AMBOS DA MP 1.699-41/1998. DISPOSITIVO NÃO REEDITADO NAS EDIÇÕES SUBSEQUENTES DA MEDIDA PROVISÓRIA TAMPOUCO NA LEI DE CONVERSÃO. ADITAMENTO E CONVERSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA NA LEI 10.522/2002. ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DO CONTEÚDO DA NORMA IMPUGNADA. INOCORRÊNCIA. PRESSUPOSTOS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA. DEPÓSITO DE TRINTA PORCENTO DO DÉBITO EM DISCUSSÃO OU ARROLAMENTO PRÉVIO DE BENS E DIREITOS COMO CONDIÇÃO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO. PEDIDO DEFERIDO.
Perda de objeto da ação direta em relação ao art. 33, caput e parágrafos, da MP 1.699-41/1998, em razão de o dispositivo ter sido suprimido das versões ulteriores da medida provisória e da lei de conversão. A requerente promoveu o devido aditamento após a conversão da medida provisória impugnada em lei. Rejeitada a preliminar que sustentava a prejudicialidade da ação direta em razão de, na lei de conversão, haver o depósito prévio sido substituído pelo arrolamento de bens e direitos como condição de admissibilidade do recurso administrativo. Decidiu-se que não houve, no caso, alteração substancial do conteúdo da norma, pois a nova exigência contida na lei de conversão, a exemplo do depósito, resulta em imobilização de bens. Superada a análise dos pressupostos de relevância e urgência da medida provisória com o advento da conversão desta em lei. A exigência de depósito ou arrolamento prévio de bens e direitos como condição de admissibilidade de recurso administrativo constitui obstáculo sério (e intransponível, para consideráveis parcelas da população) ao exercício do direito de petição (CF, art. 5º, XXXIV), além de caracterizar ofensa ao princípio do contraditório (CF, art. 5º, LV). A exigência de depósito ou arrolamento prévio de bens e direitos pode converter-se, na prática, em determinadas situações, em supressão do direito de recorrer, constituindo-se, assim, em nítida violação ao princípio da proporcionalidade. Ação direta julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade do art. 32 da MP 1699-41 - posteriormente convertida na lei 10.522/2002 -, que deu nova redação ao art. 33, § 2º, do Decreto 70.235/72."

Tem-se, pois, que - posteriormente a declaração de inconstitucionalidade dos parágrafos 1º e 2º do art. 126 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.639/98, que exigem o depósito prévio de quantia equivalente a 30% do débito fiscal como condição para o recebimento e processamento de recursos administrativos relativos a créditos tributários do INSS, na sessão do dia 28 de março de 2007, que julgou os Recursos Extraordinários nºs 389.383 e 390.513 - o STF, na ADI nº e 1976, também declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 2º do artigo 33 do Decreto nº 70.235/72, com a redação introduzida pelo artigo 32 da Lei nº 10.522/02, que condiciona a interposição de recurso administrativo de créditos tributários da União ao arrolamento de bens.
Por oportuno, acerca do tema, colaciono, ainda, a ementa referente ao Recurso Extraordinário nº 389.383/SP, da relatoria do Ministro Marco Aurélio, publicada no DJ de 29.06.2007, *verbis*:

"RECURSO ADMINISTRATIVO - DEPÓSITO - §§ 1º E 2º DO ARTIGO 126 DA LEI Nº 8.213/1991 - INCONSTITUCIONALIDADE.
A garantia constitucional da ampla defesa afasta a exigência do depósito como pressuposto de admissibilidade de recurso administrativo."
Com efeito, tendo assentado o Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade do depósito prévio em recurso administrativo, seja com relação a débitos com o INSS ou com a Fazenda Nacional, bem como da exigência de arrolamento de bens, impõe-se a reforma da sentença recorrida.
Isso Posto, com fundamento no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO à apelação interposta por DISTRIBUIDORA DE CARNES E DERIVADOS LAMIN LTDA.
Preclusa a via recusal, devolvam-se os autos ao Juízo de Origem, com as cautelas de praxe.
Publique-se. Intimem-se.
Rio de Janeiro, 18 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2007.02.01.012851-9

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	NICOLOR EMERGENCIAS MEDICAS LTDA E OUTRO
ADVOGADO	:	JULIO ROTBERG
REMETENTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE NILOPOLIS RJ
ORIGEM	:	1A. VARA ESTADUAL - NILOPOLIS/RJ (19975240054562)

DECISÃO

I- Dos Fatos

Trata-se de Remessa Necessária e Apelação Cível de fls.98/104, interposta pela União Federal/Fazenda Nacional em face da sentença de fls.92/96 que decidiu a lide, julgando extinto o processo com exame de mérito, nos termos do art.269, IV do Código de Processo Civil.

Sem contra-razões.

É o breve relatório. Decido.

II- Da Fundamentação

O Juízo Inicial extinguiu o feito e julgou o mérito da causa, reconhecendo ter ocorrido a prescrição intercorrente no processo de execução fiscal. A prescrição, em questão, é criação da Lei 11.051/2004, quando inseriu o §4º no art.40 da Lei de Execuções Fiscais, a Lei nº 6.830/80.

Dispõe a supracitada legislação, *in verbis*, que:

"*Art.40- O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição"*

(....) "§4º- Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato."

Nesse sentido, a orientação do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *mutatis mutandis*:
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO.
1. Não é possível decretar de ofício a prescrição de créditos tributários. Precedentes.
2. Ressalto, ainda, que em 11/12/2004, foi editada a Lei n. 11.051, que acrescentou o parágrafo 4º ao art. 40 da Lei n. 6.830/80, autorizando a decretação de ofício da prescrição intercorrente com a seguinte redação: "Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvir a Fazenda Pública, poderá reconhecer a prescrição e decretá-la de imediato". Nesse panorama, perfilhando da mesma conclusão consignada no julgamento do Recurso Especial n. 800.853 (rel. Min. Teori Albino Zavascki), entendo que o novel regramento tem natureza processual e que, por isso, alcança os processos em curso. Sendo assim, advirto que pode o feito, ao retornar a Corte a quo, ser julgado sob o prisma da Lei n. 11.051/2004.
3. Recurso especial conhecido parcialmente e provido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 708857 - Processo: 200401737500 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 15/02/2007 Documento: STJ000734116 - Fonte DJ DATA:07/03/2007 PÁGINA:213 - Relator(a) JOÃO OTÁVIO DE NORONHA)

AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - INTERCORRENTE - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ARTIGO APONTADO - COMO VIOLADO - PARALISAÇÃO DO FEITO POR MAIS DE CINCO ANOS - DECRETAÇÃO A REQUERIMENTO DO EXECUTADO - POSSIBILIDADE.
Impõe-se o não-conhecimento do recurso especial quanto à alegada violação do art. 2º, § 3º, da Lei n. 6.830/80, uma vez que ausente o prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão impugnada.
É pacífico nesta Corte o entendimento de que o artigo 40 da Lei de Execução Fiscal, que prevê a suspensão da execução fiscal quando não localizado o devedor ou não encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, deve ser aplicado à luz do disposto no artigo 174 do CTN.
Na espécie, constatado que permaneceu o exeqüente inerte por mais de cinco anos após o arquivamento do feito, o ínclito juiz, acertadamente, a requerimento do executado, determinou a extinção do processo em vista da ocorrência da prescrição intercorrente.
Agravo regimental improvido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 614864 - Processo: 200302238647 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 06/09/2005 Documento: STJ000690825 - Fonte DJ DATA:31/05/2006 PÁGINA:246 - Relator(a) FRANCIULLI NETTO)

Logo o Instituto da prescrição pode ser conhecido de ofício. Força do art.219, §5º do Código de Processo Civil c/c o art.40, § 4º da Lei de Execuções Fiscais.
Quanto ao prazo do mesmo, a jurisprudência do STJ já pacificou o entendimento de que se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação ou não, cabe ao Fisco proceder ao mesmo de ofício no prazo decadencial de 5 (cinco) anos, na forma estabelecida no art. 173, I, do Código Tributário Nacional.

Do Superior Tribunal de Justiça sobre a questão do prazo prescricional:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECADÊNCIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PAGAMENTO NÃO ANTECIPADO PELO CONTRIBUINTE. INCIDÊNCIA DO ART. 173, I, DO CTN. PRESCRIÇÃO. ART. 174 DO CTN. CITAÇÃO VÁLIDA. RECURSO DESPROVIDO.
1. O prazo decadencial para constituição do crédito tributário pode ser estabelecido da seguinte maneira: (a) em regra, segue-se o disposto no art. 173, I, do CTN, ou seja, o prazo é de cinco anos contados "do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado"; (b) nos tributos sujeitos a lançamento por homologação cujo pagamento ocorreu antecipadamente, o prazo é de cinco anos contados do fato gerador, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN.
2. Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação cujo pagamento não foi antecipado pelo contribuinte, deve ser aplicado o disposto no art. 173, I, do CTN.
3. Definitivamente constituído o crédito tributário, inicia-se o prazo prescricional para sua cobrança, de modo que o Fisco possui o lapso temporal de cinco anos para o ajuizamento da execução fiscal e, após, para a citação válida do executado, consoante previsto no art. 174 do CTN.
4. Na hipótese dos autos, o lançamento efetuou-se dentro do prazo de cinco anos em relação aos fatos geradores questionados, não ocorrendo, pois, o prazo decadencial previsto no art. 173 do CTN. Em seguida, o contribuinte foi notificado do auto de infração em 31 de dezembro de 1996, sem, contudo, apresentar impugnação do lançamento. A partir dessa data, então, o crédito tributário foi definitivamente constituído, iniciando-se, portanto, a contagem do prazo prescricional previsto no art. 174 do CTN. Por sua vez, a execução fiscal foi ajuizada em 8 de outubro de 1997 e a citação da empresa e de seus sócios ocorreu em 16 de março de 1998 (fls. 7/18). Assim, não se implementou a prescrição, tampouco a decadência.
5. Recurso especial desprovido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 739694 - Processo: 200500553040 UF: MG Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 02/10/2007 Documento: STJ000784884 - Fonte DJ DATA:12/11/2007 PÁGINA:159 - Relator(a) DENISE ARRUDA)

CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ARTIGO 45 DA LEI 8.212/91. OFENSA AO ART. 146, III,B, DA CONSTITUIÇÃO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DECADENCIAL DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. TERMO INICIAL: (A) PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR ,SE NÃO HOUVE ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO (CTN, ART. 173, I); (B) FATO GERADOR, CASO TENHA OCORRIDO RECOLHIMENTO, AINDA QUE PARCIAL (CTN,ART. 150, § 4º). PRECEDENTES DA 1ª SEÇÃO.
1. "As contribuições sociais, inclusive as destinadas a financiar a seguridade social (CF, art. 195), têm, no regime da Constituição de 1988, natureza tributária. Por isso mesmo, aplica-se também a elas o disposto no art. 146, III, b, da Constituição, segundo o qual cabe à lei complementar dispor sobre normas gerais em matéria de prescrição e decadência tributárias, compreendida nessa cláusula inclusive a fixação dos respectivos prazos. Conseqüentemente, padece de inconstitucionalidade formal o artigo 45 da Lei 8.212, de 1991, que fixou em dez anos o prazo de decadência para o lançamento das contribuições sociais devidas à Previdência Social" (Corte Especial, Argüição de Inconstitucionalidade no REsp nº 616348/MG)
2. O prazo decadencial para efetuar o lançamento do tributo é, em regra, o do art. 173, I, do CTN, segundo o qual "o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado".
3. Todavia, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação - que, segundo o art. 150 do CTN, "ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa" e "opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa" - , há regra específica. Relativamente a eles, ocorrendo o pagamento antecipado por parte do contribuinte, o prazo decadencial para o lançamento de eventuais diferenças é de cinco anos a contar do fato gerador, conforme estabelece o § 4º do art. 150 do CTN. Precedentes jurisprudenciais.
4. No caso, trata-se de contribuição previdenciária, tributo sujeito a lançamento por homologação, e não houve qualquer antecipação de pagamento. Aplicável, portanto, a regra do art. 173, I, do CTN.
5. Recurso especial a que se nega provimento.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 757922 - Processo: 200500953009 UF: SC Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 11/09/2007 Documento: STJ000775976 - Fonte DJ DATA:11/10/2007 PÁGINA:294 - Relator(a) TEORI ALBINO ZAVASCKI)

Ressalte-se por fim que é notório nos Tribunais Superiores o entendimento, sobre o qual, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações da parte; uma vez que tenha encontrado um motivo suficientemente forte para fundamentar sua decisão.

III- Do Dispositivo

Assim, diante do exposto, com suporte no art. 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal/ Fazenda Nacional. Mantenho a sentença atacada.
P.R.I.C.
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e retornem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2007.02.01.012852-0

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	NICOLOR EMERGENCIAS MEDICAS LTDA E OUTRO
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
REMETENTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE NILOPOLIS RJ
ORIGEM	:	1A. VARA ESTADUAL - NILOPOLIS/RJ (19985240010651)

DECISÃO

I- Dos Fatos

Trata-se de Remessa Necessária e Apelação Cível de fls.33/39, interposta pela União Federal/Fazenda Nacional em face da sentença de fls.27/31 que decidiu a lide, julgando extinto o processo com exame de mérito, nos termos do art.269, IV do Código de Processo Civil.

Sem contra-razões.

É o breve relatório. Decido.

II- Da Fundamentação

O Juízo Inicial extinguiu o feito e julgou o mérito da causa, reconhecendo ter ocorrido a prescrição intercorrente no processo de execução fiscal. A prescrição, em questão, é criação da Lei 11.051/2004, quando inseriu o §4º no art.40 da Lei de Execuções Fiscais, a Lei nº 6.830/80.

Dispõe a supracitada legislação, *in verbis,* que:

"*Art.40- O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição"*

(....) "§4º- Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato."

Nesse sentido, a orientação do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *mutatis mutandis*:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO.

1. Não é possível decretar de ofício a prescrição de créditos tributários. Precedentes.

2. Ressalto, ainda, que em 11/12/2004, foi editada a Lei n. 11.051, que acrescentou o parágrafo 4º ao art. 40 da Lei n. 6.830/80, autorizando a decretação de ofício da prescrição intercorrente com a seguinte redação: "Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvir a Fazenda Pública, poderá reconhecer a prescrição e decretá-la de imediato". Nesse panorama, perfilhando da mesma conclusão consignada no julgamento do Recurso Especial n. 800.853 (rel. Min. Teori Albino Zavascki), entendo que o novel regramento tem natureza processual e que, por isso, alcança os processos em curso. Sendo assim, advirto que pode o feito, ao retornar a Corte a quo, ser julgado sob o prisma da Lei n. 11.051/2004.

3. Recurso especial conhecido parcialmente e provido.

(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 708857 - Processo: 200401737500 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 15/02/2007 Documento: STJ000734116 - Fonte DJ DATA:07/03/2007 PÁGINA:213 - Relator(a) JOÃO OTÁVIO DE NORONHA)

AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - INTERCORRENTE - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ARTIGO APONTADO - COMO VIOLADO - PARALISAÇÃO DO FEITO POR MAIS DE CINCO ANOS - DECRETAÇÃO A REQUERIMENTO DO EXECUTADO - POSSIBILIDADE.

Impõe-se o não-conhecimento do recurso especial quanto à alegada violação do art. 2º, § 3º, da Lei n. 6.830/80, uma vez que ausente o prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão impugnada.

É pacífico nesta Corte o entendimento de que o artigo 40 da Lei de Execução Fiscal, que prevê a suspensão da execução fiscal quando não localizado o devedor ou não encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, deve ser aplicado à luz do disposto no artigo 174 do CTN.

Na espécie, constatado que permaneceu o exeqüente inerte por mais de cinco anos após o arquivamento do feito, o ínclito juiz, acertadamente, a requerimento do executado, determinou a extinção do processo em vista da ocorrência da prescrição intercorrente.

Agravo regimental improvido.

(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 614864 - Processo: 200302238647 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 06/09/2005 Documento: STJ000690825 - Fonte DJ DATA:31/05/2006 PÁGINA:246 - Relator(a) FRANCIULLI NETTO)

Logo o Instituto da prescrição pode ser conhecido de ofício. Força do art.219, §5º do Código de Processo Civil c/c o art.40, § 4º da Lei de Execuções Fiscais.

Quanto ao prazo do mesmo, a jurisprudência do STJ já pacificou o entendimento de que se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação ou não, cabe ao Fisco proceder ao mesmo de ofício no prazo decadencial de 5 (cinco) anos, na forma estabelecida no art. 173, I, do Código Tributário Nacional.

Do Superior Tribunal de Justiça sobre a questão do prazo prescricional:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECADÊNCIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PAGAMENTO NÃO ANTECIPADO PELO CONTRIBUINTE. INCIDÊNCIA DO ART. 173, I, DO CTN. PRESCRIÇÃO. ART. 174 DO CTN. CITAÇÃO VÁLIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O prazo decadencial para constituição do crédito tributário pode ser estabelecido da seguinte maneira: (a) em regra, segue-se o disposto no art. 173, I, do CTN, ou seja, o prazo é de cinco anos contados "do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado"; (b) nos tributos sujeitos a lançamento por homologação cujo pagamento ocorreu antecipadamente, o prazo é de cinco anos contados do fato gerador, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN.

2. Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação cujo pagamento não foi antecipado pelo contribuinte, deve ser aplicado o disposto no art. 173, I, do CTN.

3. Definitivamente constituído o crédito tributário, inicia-se o prazo prescricional para sua cobrança, de modo que o Fisco possui o lapso temporal de cinco anos para o ajuizamento da execução fiscal e, após, para a citação válida do executado, consoante previsto no art. 174 do CTN.

4. Na hipótese dos autos, o lançamento efetuou-se dentro do prazo de cinco anos em relação aos fatos geradores questionados, não ocorrendo, pois, o prazo decadencial previsto no art. 173 do CTN. Em seguida, o contribuinte foi notificado do auto de infração em 31 de dezembro de 1996, sem, contudo, apresentar impugnação do lançamento. A partir dessa data, então, o crédito tributário foi definitivamente constituído, iniciando-se, portanto, a contagem do prazo prescricional previsto no art. 174 do CTN. Por sua vez, a execução fiscal foi ajuizada em 8 de outubro de 1997 e a citação da empresa e de seus sócios ocorreu em 16 de março de 1998 (fls. 7/18). Assim, não se implementou a prescrição, tampouco a decadência.

5. Recurso especial desprovido.

(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 739694 - Processo: 200500553040 UF: MG Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 02/10/2007 Documento: STJ000784884 - Fonte DJ DATA:12/11/2007 PÁGINA:159 - Relator(a) DENISE ARRUDA)

CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ARTIGO 45 DA LEI 8.212/91. OFENSA AO ART. 146, III,B, DA CONSTITUIÇÃO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DECADENCIAL DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. TERMO INICIAL: (A) PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR ,SE NÃO HOUVE ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO (CTN, ART. 173, I); (B) FATO GERADOR, CASO TENHA OCORRIDO RECOLHIMENTO, AINDA QUE PARCIAL (CTN,ART. 150, § 4º). PRECEDENTES DA 1ª SEÇÃO.

1. "As contribuições sociais, inclusive as destinadas a financiar a seguridade social (CF, art. 195), têm, no regime da Constituição de 1988, natureza tributária. Por isso mesmo, aplica-se também a elas o disposto no art. 146, III, b, da Constituição, segundo o qual cabe à lei complementar dispor sobre normas gerais em matéria de prescrição e decadência tributárias, compreendida nessa cláusula inclusive a fixação dos respectivos prazos. Conseqüentemente, padece de inconstitucionalidade formal o artigo 45 da Lei 8.212, de 1991, que fixou em dez anos o prazo de decadência para o lançamento das contribuições sociais devidas à Previdência Social" (Corte Especial, Argüição de Inconstitucionalidade no REsp nº 616348/MG)

2. O prazo decadencial para efetuar o lançamento do tributo é, em regra, o do art. 173, I, do CTN, segundo o qual "o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado".

3. Todavia, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação - que, segundo o art. 150 do CTN, "ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa" e "opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa" - , há regra específica. Relativamente a eles, ocorrendo o pagamento antecipado por parte do contribuinte, o prazo decadencial para o lançamento de eventuais diferenças é de cinco anos a contar do fato gerador, conforme estabelece o § 4º do art. 150 do CTN. Precedentes jurisprudenciais.

4. No caso, trata-se de contribuição previdenciária, tributo sujeito a lançamento por homologação, e não houve qualquer antecipação de pagamento. Aplicável, portanto, a regra do art. 173, I, do CTN.

5. Recurso especial a que se nega provimento.

(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 757922 - Processo: 200500953009 UF: SC Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 11/09/2007 Documento: STJ000775976 - Fonte DJ DATA:11/10/2007 PÁGINA:294 - Relator(a) TEORI ALBINO ZAVASCKI)

Ressalte-se por fim que é notório nos Tribunais Superiores o entendimento, sobre o qual, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações da parte; uma vez que tenha encontrado um motivo suficientemente forte para fundamentar sua decisão.

III- Do Dispositivo

Assim, diante do exposto, com suporte no art. 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento à remessa necessária e ao recurso da União Federal/ Fazenda Nacional. Mantenho a sentença atacada.

P.R.I.C.

Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e retornem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2007.51.01.003797-8

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:	A IMPECAVEL ROUPAS LTDA
ADVOGADO	:	JOSE OSWALDO CORREA E OUTRO
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010037978)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação em mandado de segurança impetrado por A IMPECAVEL ROUPAS LTDA contra ato imputado ao Sr. PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO no Rio de Janeiro, objetivando a expedição de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

Processado o feito, o Juízo *a quo* julgou extinto o processo sem resolução de mérito, em face do reconhecimento da ocorrência do fenômeno jurídico-processual da litispendência (fls. 100/102).

Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos da Súmula 512 do STF e da Súmula 105 do STJ.

Inconformada, apela a impetrante, apresentando suas razões às fls. 104/110.

Contra-razões às fls. 114/116.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 124/125.

Às fls. 127 a impetrante, por seu procurador, requer a desistência do recurso.

Relatados. Decido.

O direito da parte recorrente desistir do recurso interposto encontra disciplina no art. 501 do Código de Processo Civil que preceitua, *verbis*:

"Art. 501. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso."

Em decorrência de expressa previsão legal, cabe ao Julgador, em face de pedido dessa natureza, tão-somente aferir se o subscritor da peça postulatória detém poderes específicos que viabilizem a homologação de seu pedido de desistência.

Observo da procuração acostada às fls. 18 que foram outorgados poderes específicos para esse fim ao subscritor do pedido formal de desistência.

Preenchidos, pois, os requisitos indispensáveis à homologação do pedido, revela-se dispensada a anuência da parte recorrida.

Em abono ao procedimento ora adotado, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA FORMULADA POR ASSOCIAÇÃO. ANUÊNCIA EXPRESSA DO ASSOCIADO. DESNECESSIDADE.

1. Nos termos do artigo 501 do Código de Processo Civil, a desistência do recurso independe da concordância do recorrido ou dos litisconsortes e pode ser formulado até o julgamento do recurso. Neste caso, há extinção do processo com julgamento do mérito, prevalecendo a decisão imediatamente anterior, inclusive no que diz respeito a custas e honorários advocatícios.

2. Havendo as associações autoras formulado regular pedido de desistência do recurso, uma vez que detém poderes para representar os interesses de seus associados em juízo, é desnecessária expressa autorização dos associados.

3. Agravo regimental improvido."

(STJ, AGRESP 695620, processo nº 200401370746, Sexta Turma, Relator HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 07/04/2008, p. 1)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. JULGAMENTO INICIADO E SUSPENSO POR PEDIDO DE VISTA. PEDIDO DE DESISTÊNCIA SUPERVENIENTE. HOMOLOGAÇÃO REQUERIDA PELA RECORRENTE. DEFERIMENTO. POSSIBILIDADE

1. A homologação de pedido de desistência do recurso pelo recorrente é cabível ainda que iniciado o julgamento e proferido o voto pelo relator.

2. É que o artigo 501 do CPC é textual ao dispor que "o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso."

3. Precedentes: REsp 63.702/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, DJ 26.08.1996; REsp 21.323/GO, Rel. Min. Waldemar Zveiter, Terceira Turma, DJ 24.08.1992.

4. Pedido de desistência formulado pelo recorrente homologado, para que produza seus efeitos jurídicos, à luz do disposto no artigo 501 do CPC c/c artigo 34, IX, do RISTJ."

(STJ, ROMS 20582, processo nº 200501493518, Primeira Turma, Relator FRANCISCO FALCÃO, DJ de 18/10/2007, p.263)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO - DECISÃO - HOMOLOGAÇÃO PEDIDO DE DESISTÊNCIA DO RECURSO - EXISTÊNCIA DE SENTENÇA - MANUTENÇÃO - CONVERSÃO EM RENDA DA UNIÃO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS.

1 - As recorrentes pretendem a reconsideração da decisão, ou caso não seja esse o entendimento o processo seja apresentado em mesa para julgamento pelo órgão colegiado, para o fim de reformar a sentença, extinguindo-se o feito, sem julgamento de mérito (art. 267, VI do CPC), autorizando-se o levantamento imediato dos valores de CSLL depositados em juízo.

2. "Somente tem direito à desistência do recurso a parte que recorreu; nos termos do art. 501 do CPC, desnecessária a anuência do recorrido ou dos litisconsortes e somente pode ser formulado o pedido até julgamento do recurso; nesta hipótese, prevalece a decisão imediatamente anterior e acarreta a extinção do feito nos termos do art. 269, I do CPC". (Resp 555139/CE, da 2ª Turma do STJ, rel. Ministra Eliana Calmon, publicado no DJ em 13.06.2005, p. 240, item 2 da Ementa)

3. Prevalece a disciplina da sentença, a respeito da conversão em renda da União dos depósitos efetuados.

4. Agravo conhecido e desprovido."

(TRF-2ª Região, AMS 60876, processo nº 200551010016103, Terceira Turma Especializada, Relator JUIZ JOSE NEIVA/no afast. Relator, DJU de 31/10/2006, p. 143)

"PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - DESISTÊNCIA DO
RECURSO.

1. o recorrente pode, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso (art. 501 do CPC).

2. Agravo improvido."

(TRF-2ª Região, AGVAC 348672, processo nº 200151080001089, Terceira Turma Especializada, Relator JUIZ PAULO BARATA, DJU de 14/06/2005, p. 99/100)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE DEFERE DESISTÊNCIA DE APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ANUÊNCIA DA PARTE CONTRÁRIA. DESNECESSIDADE.

- A decisão que defere a desistência do recurso de apelação prescinde de anuência do recorrido, a teor do art. 501 do CPC. A Lei Processual não prevê sequer o exame dos motivos da desistência.
- In casu, não se aplica à decisão agravada o art. 26 do CPC, que atribui ao desistente as despesas processuais e honorários advocatícios: a uma porque não se cuida de homologação de desistência da ação; a duas, porque a União não adiantou quaisquer despesas; e, a três, porque em mandado de segurança, não há condenação em honorários (STJ, Súmula 105).
- A ausência de extinção do feito, tampouco se aplica o § 4o do art. 267 (prévia manifestação da parte contrária), até porque a desistência da ação (art. 267, VIII, do CPC) só é possível em momento anterior à sentença de mérito. Precedentes do STF.
- Agravo regimental improvido."
(TRF-2ª Região, AGAMS 38068, processo nº 200002010662165, Quinta Turma, Relatora JUIZA NIZETE ANTONIA LOBATO RODRIGUES, DJU de 24/01/2003, p. 270)

Isso posto, com fundamento no art. 501 do Código de Processo Civil c/c o art. 43, VII, do Regimento Interno desta Corte, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos efeitos, a desistência do recurso interposto por A IMPECAVEL ROUPAS LTDA, na forma da manifestação de fls. 127. Mantida, pois, a sentença recorrida em todos os seus termos.
Preclusas as vias recursais, remetam-se os autos ao Juízo de origem.
Publique-se. Intimem-se.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2008.02.01.001086-0

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE	:	SAB COMPANY COMERCIO INTERNACIONAL S/A
ADVOGADO	:	AMANDA PINTO GUIMARÃES E OUTROS
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	1ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA/ES (200650010060866)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento, interposto em face de decisão que, nos autos da execução fiscal, rejeitou a exceção de pré-executividade apresentada pela executada.

A decisão agravada entendeu pela impossibilidade da utilização da exceção de pré-executividade, tendo em vista que a matéria necessita de dilação probatória, devendo ser apreciada somente em sede de embargos à execução.

Sustenta a agravante que os débitos executados foram compensados com fundamento em decisão judicial; que, não tendo havido o lançamento e passados mais de cinco anos da ocorrência do fato gerador, o crédito tributário foi extinto pela decadência; há manifestação de inconformidade pendente de julgamento na via administrativa, estando suspensa a exigibilidade do crédito tributário; que a exceção de pré-executividade é plenamente cabível, vez que a matéria independe de dilação probatória.

Recurso regularmente processado, tendo sido recebido no efeito meramente devolutivo.
Razões de agravada apresentadas às fls. 488/492.
O MPF opina pelo improvimento do recurso.
É o relatório.
DECIDO.

A exceção de pré-executividade é instrumento destinado à defesa do executado sempre que houver matéria de ordem pública, conhecível de ofício, a impedir o prosseguimento da ação executiva.

O uso desse instrumento pressupõe que a matéria alegada seja evidente mediante simples análise da petição, não sendo admissível dilação probatória, que somente seria cabível em sede de embargos à execução, após seguro o Juízo.

Os precedentes abaixo, oriundos do eg. STJ, bem se aplicam à hipótese destes autos:
"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. AVERIGUAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE SÓCIO-GERENTE. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.
1. Agravo regimental contra decisão que desproveu o agravo de instrumento do agravante.
2. O acórdão a quo, em execução fiscal, julgou improcedente a exceção de pré-executividade para manter o excipiente no pólo passivo da execução.
3. Encontra-se pacificado no âmbito das egrégias Turmas que compõem a 1ª Seção do STJ o entendimento de que a exceção de pré-executividade é cabível para discutir matérias de ordem pública na execução fiscal, id est, os pressupostos processuais, as condições da ação, os vícios objetivos do título executivo, atinentes à certeza, liquidez e exigibilidade, não sendo permitida a sua interposição quando necessite de dilação probatória.
4. Sobre a averiguação da responsabilidade de sócio-gerente, a jurisprudência entende que:
- 'A responsabilidade de sócio, por dívida fiscal da pessoa jurídica, em decorrência da prática de ato ilícito, demanda dilação probatória. A exceção de pré-executividade se mostra inadequada, quando o incidente envolve questão que necessita de produção probatória, como referente à responsabilidade solidária do sócio-gerente da empresa executada' (AGA nº 591949/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 13/12/2004). - 'Havendo indícios de que a empresa encerrou irregularmente suas atividades, é possível redirecionar a execução ao sócio, a quem cabe provar o contrário em sede de embargos à execução, e não pela estreita via da exceção de pré-executividade' (AGA nº 561854/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19/04/2004).
- 'Tratando-se de Firma Individual, a responsabilidade do sócio é ilimitada, o que, a fortiori, obsta a argüição de ilegitimidade passiva, mormente em se tratando de exceção de pré-executividade, onde não se admite dilação probatória' (REsp nº 507317/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 08/09/2003)
- 'Não se admite a argüição de ilegitimidade passiva ad causam por meio de exceção de pré-executividade quando sua verificação demandar extenso revolvimento de provas' (AgRg no REsp nº 604257/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 24/05/2004).
- 'Descabe o uso da exceção de pré-executividade com o objetivo de se discutir a legitimidade passiva do sócio-gerente de sociedade limitada em execução fiscal, devendo a matéria ser apreciada por meio de embargos do devedor' (AgRg no REsp nº 588045/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 28/04/2004)
5. Agravo regimental não provido."
(STJ - AGA 65315-9/SP - Relator Ministro José Delgado - DJU de 30/05/2005).

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 545 DO CPC. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. A exceção de pré-executividade é servil à suscitação de questões que devam ser conhecidas de ofício pelo juiz, como as atinentes à liquidez do título executivo, os pressupostos processuais e as condições da ação executiva.
2. O espectro das matérias suscitáveis através da exceção tem sido ampliado por força da exegese jurisprudencial mais recente, admitindo-se a argüição de prescrição e de ilegitimidade passiva do executado, desde que não demande dilação probatória (exceção secundum eventus probationis).
3. In casu, o Tribunal de origem assentou que o reconhecimento da causa impeditiva da execução do crédito tributário demandaria a produção de provas, o que afasta o cabimento da exceção de pré-executividade, verbis: "a produção probatória, em regra, deve ser objeto dos embargos do devedor, pois, para acolhimento da exceção de pré-executividade, esta deve ser pré-constituída e, principalmente, revelar-se suficientemente consistente para convencer o Magistrado e desconstituir o título executivo. No caso dos autos, a apreciação da nulidade do título, nesta via excepcional, mostra-se impossível, o que, no entanto, poderá ser feito por meio da propositura dos embargos à execução, após garantido o juízo" (fls. 164/165).
4. Aferir a necessidade ou não de dilação probatória, inviabilizadora da utilização da exceção de pré-executividade, demanda o reexame do conteúdo fático probatório dos autos, insindicável ao STJ, em sede de recurso especial, ante a incidência da Súmula 7/STJ. Precedentes: (REsp 840924/RO, DJ.19.10.2006; AgRg no REsp 815388/SP, DJ.01.09.2006; AgRg no Ag 751712/RS, DJ. 30.06.2006).
5. Agravo regimental improvido."
(STJ - AgRg 869357/SP - Relator: Ministro Luiz Fux - DJU de 29/11/2007).

Isso posto, com base no art. 557, *caput*, do CPC, nego seguimento ao agravo.

Publique-se. Intime-se. Decorrido o prazo recursal dê-se baixa e arquive-se.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2008.02.01.001279-0

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	PEDRO GONZALES CARDOSO
APELADO	:	INDUSTRIA DE MOVEIS ALVES E ALVES LTDA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
REMETENTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE NILOPOLIS RJ
ORIGEM	:	1A. VARA ESTADUAL - NILOPOLIS/RJ (19790360000405)

DECISÃO

I- Dos Fatos

Trata-se de Remessa Necessária e Apelação Cível de fls.110/117, interposta pelo Instituto Nacional do Seguro Social- INSS em face da sentença de fls.104/108 que decidiu a lide, julgando extinto o processo com exame de mérito, nos termos do art.269, IV do Código de Processo Civil.

Sem contra-razões.

É o breve relatório. Decido.

II- Da Fundamentação

O Juízo Inicial extinguiu o feito e julgou o mérito da causa, reconhecendo ter ocorrido a prescrição intercorrente no processo de execução fiscal. A prescrição, em questão, é criação da Lei 11.051/2004, quando inseriu o §4º no art.40 da Lei de Execuções Fiscais, a Lei nº 6.830/80.

Dispõe a supracitada legislação, *in verbis*, que:

"*Art.40- O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição"*

(....) "§4º- Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato."

Nesse sentido, a orientação do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *mutatis mutandis*:
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO.
1. Não é possível decretar de ofício a prescrição de créditos tributários. Precedentes.
2. Ressalto, ainda, que em 11/12/2004, foi editada a Lei n. 11.051, que acrescentou o parágrafo 4º ao art. 40 da Lei n. 6.830/80, autorizando a decretação de ofício da prescrição intercorrente com a seguinte redação: "Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvir a Fazenda Pública, poderá reconhecer a prescrição e decretá-la de imediato". Nesse panorama, perfilhando da mesma conclusão consignada no julgamento do Recurso Especial n. 800.853 (rel. Min. Teori Albino Zavascki), entendo que o novel regramento tem natureza processual e que, por isso, alcança os processos em curso. Sendo assim, advirto que pode o feito, ao retornar a Corte a quo, ser julgado sob o prisma da Lei n. 11.051/2004.
3. Recurso especial conhecido parcialmente e provido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 708857 - Processo: 200401737500 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 15/02/2007 Documento: STJ000734116 - Fonte DJ DATA:07/03/2007 PÁGINA:213 - Relator(a) JOÃO OTÁVIO DE NORONHA)

AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - INTERCORRENTE - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ARTIGO APONTADO - COMO VIOLADO - PARALISAÇÃO DO FEITO POR MAIS DE CINCO ANOS - DECRETAÇÃO A REQUERIMENTO DO EXECUTADO - POSSIBILIDADE.
Impõe-se o não-conhecimento do recurso especial quanto à alegada violação do art. 2º, § 3º, da Lei n. 6.830/80, uma vez que ausente o prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão impugnada.
É pacífico nesta Corte o entendimento de que o artigo 40 da Lei de Execução Fiscal, que prevê a suspensão da execução fiscal quando não localizado o devedor ou não encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, deve ser aplicado à luz do disposto no artigo 174 do CTN.
Na espécie, constatado que permaneceu o exeqüente inerte por mais de cinco anos após o arquivamento do feito, o ínclito juiz, acertadamente, a requerimento do executado, determinou a extinção do processo em vista da ocorrência da prescrição intercorrente.
Agravo regimental improvido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 614864 - Processo: 200302238647 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 06/09/2005 Documento: STJ000690825 - Fonte DJ DATA:31/05/2006 PÁGINA:246 - Relator(a) FRANCIULLI NETTO)

Logo o Instituto da prescrição pode ser conhecido de ofício. Força do art.219, §5º do Código de Processo Civil c/c o art.40, § 4º da Lei de Execuções Fiscais.
Quanto ao prazo do mesmo, a jurisprudência do STJ já pacificou o entendimento de que se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação ou não, cabe ao Fisco proceder ao mesmo de ofício no prazo decadencial de 5 (cinco) anos, na forma estabelecida no art. 173, I, do Código Tributário Nacional.

Do Superior Tribunal de Justiça sobre a questão do prazo prescricional:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECADÊNCIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PAGAMENTO NÃO ANTECIPADO PELO CONTRIBUINTE. INCIDÊNCIA DO ART. 173, I, DO CTN. PRESCRIÇÃO. ART. 174 DO CTN. CITAÇÃO VÁLIDA. RECURSO DESPROVIDO.
1. O prazo decadencial para constituição do crédito tributário pode ser estabelecido da seguinte maneira: (a) em regra, segue-se o disposto no art. 173, I, do CTN, ou seja, o prazo é de cinco anos contados "do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado"; (b) nos tributos sujeitos a lançamento por homologação cujo pagamento ocorreu antecipadamente, o prazo é de cinco anos contados do fato gerador, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN.
2. Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação cujo pagamento não foi antecipado pelo contribuinte, deve ser aplicado o disposto no art. 173, I, do CTN.
3. Definitivamente constituído o crédito tributário, inicia-se o prazo prescricional para sua cobrança, de modo que o Fisco possui o lapso temporal de cinco anos para o ajuizamento da execução fiscal e, após, para a citação válida do executado, consoante previsto no art. 174 do CTN.
4. Na hipótese dos autos, o lançamento efetuou-se dentro do prazo de cinco anos em relação aos fatos geradores questionados, não ocorrendo, pois, o prazo decadencial previsto no art. 173 do CTN. Em seguida, o contribuinte foi notificado do auto de infração em 31 de dezembro de 1996, sem, contudo, apresentar impugnação do lançamento. A partir dessa data, então, o crédito tributário foi definitivamente constituído, iniciando-se, portanto, a contagem do prazo prescricional previsto no art. 174 do CTN. Por sua vez, a execução fiscal foi ajuizada em 8 de outubro de 1997 e a citação da empresa e de seus sócios ocorreu em 16 de março de 1998 (fls. 7/18). Assim, não se implementou a prescrição, tampouco a decadência.
5. Recurso especial desprovido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 739694 - Processo: 200500553040 UF: MG Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 02/10/2007 Documento: STJ000784884 - Fonte DJ DATA:12/11/2007 PÁGINA:159 - Relator(a) DENISE ARRUDA)

CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ARTIGO 45 DA LEI 8.212/91. OFENSA AO ART. 146, III,B, DA CONSTITUIÇÃO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DECADENCIAL DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. TERMO INICIAL: (A) PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR ,SE NÃO HOUVE ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO (CTN, ART. 173, I); (B) FATO GERADOR, CASO TENHA OCORRIDO RECOLHIMENTO, AINDA QUE PARCIAL (CTN,ART. 150, § 4º). PRECEDENTES DA 1ª SEÇÃO.
1. "As contribuições sociais, inclusive as destinadas a financiar a seguridade social (CF, art. 195), têm, no regime da Constituição de 1988, natureza tributária. Por isso mesmo, aplica-se também a elas o disposto no art. 146, III, b, da Constituição, segundo o qual cabe à lei complementar dispor sobre normas gerais em matéria de prescrição e decadência tributárias, compreendida nessa cláusula inclusive a fixação dos respectivos prazos. Conseqüentemente, padece de inconstitucionalidade formal o artigo 45 da Lei 8.212, de 1991, que fixou em dez anos o prazo de decadência para o lançamento das contribuições sociais devidas à Previdência Social" (Corte Especial, Argüição de Inconstitucionalidade no REsp nº 616348/MG)
2. O prazo decadencial para efetuar o lançamento do tributo é, em regra, o do art. 173, I, do CTN, segundo o qual "o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado".
3. Todavia, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação - que, segundo o art. 150 do CTN, "ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa" e "opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa" - , há regra específica. Relativamente a eles, ocorrendo o pagamento antecipado por parte do contribuinte, o prazo decadencial para o lançamento de eventuais diferenças é de cinco anos a contar do fato gerador, conforme estabelece o § 4º do art. 150 do CTN. Precedentes jurisprudenciais.
4. No caso, trata-se de contribuição previdenciária, tributo sujeito a lançamento por homologação, e não houve qualquer antecipação de pagamento. Aplicável, portanto, a regra do art. 173, I, do CTN.
5. Recurso especial a que se nega provimento.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 757922 - Processo: 200500953009 UF: SC Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 11/09/2007 Documento: STJ000775976 - Fonte DJ DATA:11/10/2007 PÁGINA:294 - Relator(a) TEORI ALBINO ZAVASCKI)

Ressalte-se por fim que é notório nos Tribunais Superiores o entendimento, sobre o qual, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações da parte; uma vez que tenha encontrado um motivo suficientemente forte para fundamentar sua decisão.

III- Do Dispositivo

Assim, diante do exposto, com suporte no art. 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento à remessa necessária e ao recurso do Instituto Nacional do Seguro Social- INSS. Mantenho a sentença atacada.
P.R.I.C.
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e retornem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2008.02.01.001280-7

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	PEDRO GONZALEZ CARDOSO
APELADO	:	INDUSTRIA DE MOVEIS ALVES E ALVES LTDA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
REMETENTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE NILOPOLIS RJ
ORIGEM	:	1A. VARA ESTADUAL - NILOPOLIS/RJ (19860360001030)

DECISÃO

I- Dos Fatos

Trata-se de Remessa Necessária e Apelação Cível de fls.50/57, interposta pelo Instituto Nacional do Seguro Social- INSS em face da sentença de fls.44/48 que decidiu a lide, julgando extinto o processo com exame de mérito, nos termos do art.269, IV do Código de Processo Civil.

Sem contra-razões.

É o breve relatório. Decido.

II- Da Fundamentação

O Juízo Inicial extinguiu o feito e julgou o mérito da causa, reconhecendo ter ocorrido a prescrição intercorrente no processo de execução fiscal. A prescrição, em questão, é criação da Lei 11.051/2004, quando inseriu o §4º no art.40 da Lei de Execuções Fiscais, a Lei nº 6.830/80.

Dispõe a supracitada legislação, *in verbis*, que:

"*Art.40- O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição"*

(....) "§4º- Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato."

Nesse sentido, a orientação do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *mutatis mutandis*:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO.
1. Não é possível decretar de ofício a prescrição de créditos tributários. Precedentes.
2. Ressalto, ainda, que em 11/12/2004, foi editada a Lei n. 11.051, que acrescentou o parágrafo 4º ao art. 40 da Lei n. 6.830/80, autorizando a decretação de ofício da prescrição intercorrente com a seguinte redação: "Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvir a Fazenda Pública, poderá reconhecer a prescrição e decretá-la de imediato". Nesse panorama, perfilhando da mesma conclusão consignada no julgamento do Recurso Especial n. 800.853 (rel. Min. Teori Albino Zavascki), entendo que o novel regramento tem natureza processual e que, por isso, alcança os processos em curso. Sendo assim, advirto que pode o feito, ao retornar a Corte a quo, ser julgado sob o prisma da Lei n. 11.051/2004.
3. Recurso especial conhecido parcialmente e provido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 708857 - Processo: 200401737500 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 15/02/2007 Documento: STJ000734116 - Fonte DJ DATA:07/03/2007 PÁGINA:213 - Relator(a) JOÃO OTÁVIO DE NORONHA)

AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - INTERCORRENTE - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ARTIGO APONTADO - COMO VIOLADO - PARALISAÇÃO DO FEITO POR MAIS DE CINCO ANOS - DECRETAÇÃO A REQUERIMENTO DO EXECUTADO - POSSIBILIDADE.
Impõe-se o não-conhecimento do recurso especial quanto à alegada violação do art. 2º, § 3º, da Lei n. 6.830/80, uma vez que ausente o prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão impugnada.
É pacífico nesta Corte o entendimento de que o artigo 40 da Lei de Execução Fiscal, que prevê a suspensão da execução fiscal quando não localizado o devedor ou não encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, deve ser aplicado à luz do disposto no artigo 174 do CTN.
Na espécie, constatado que permaneceu o exeqüente inerte por mais de cinco anos após o arquivamento do feito, o ínclito juiz, acertadamente, a requerimento do executado, determinou a extinção do processo em vista da ocorrência da prescrição intercorrente.
Agravo regimental improvido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 614864 - Processo: 200302238647 UF: RS Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data da decisão: 06/09/2005 Documento: STJ000690825 - Fonte DJ DATA:31/05/2006 PÁGINA:246 - Relator(a) FRANCIULLI NETTO)

Logo o Instituto da prescrição pode ser conhecido de ofício. Força do art.219, §5º do Código de Processo Civil c/c o art.40, § 4º da Lei de Execuções Fiscais.
Quanto ao prazo do mesmo, a jurisprudência do STJ já pacificou o entendimento de que se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação ou não, cabe ao Fisco proceder ao mesmo de ofício no prazo decadencial de 5 (cinco) anos, na forma estabelecida no art. 173, I, do Código Tributário Nacional.

Do Superior Tribunal de Justiça sobre a questão do prazo prescricional:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECADÊNCIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PAGAMENTO NÃO ANTECIPADO PELO CONTRIBUINTE. INCIDÊNCIA DO ART. 173, I, DO CTN. PRESCRIÇÃO. ART. 174 DO CTN. CITAÇÃO VÁLIDA. RECURSO DESPROVIDO.
1. O prazo decadencial para constituição do crédito tributário pode ser estabelecido da seguinte maneira: (a) em regra, segue-se o disposto no art. 173, I, do CTN, ou seja, o prazo é de cinco anos contados "do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado"; (b) nos tributos sujeitos a lançamento por homologação cujo pagamento ocorreu antecipadamente, o prazo é de cinco anos contados do fato gerador, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN.
2. Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação cujo pagamento não foi antecipado pelo contribuinte, deve ser aplicado o disposto no art. 173, I, do CTN.
3. Definitivamente constituído o crédito tributário, inicia-se o prazo prescricional para sua cobrança, de modo que o Fisco possui o lapso temporal de cinco anos para o ajuizamento da execução fiscal e, após, para a citação válida do executado, consoante previsto no art. 174 do CTN.
4. Na hipótese dos autos, o lançamento efetuou-se dentro do prazo de cinco anos em relação aos fatos geradores questionados, não ocorrendo, pois, o prazo decadencial previsto no art. 173 do CTN. Em seguida, o contribuinte foi notificado do auto de infração em 31 de dezembro de 1996, sem, contudo, apresentar impugnação do lançamento. A partir dessa data, então, o crédito tributário foi definitivamente constituído, iniciando-se, portanto, a contagem do prazo prescricional previsto no art. 174 do CTN. Por sua vez, a execução fiscal foi ajuizada em 8 de outubro de 1997 e a citação da empresa e de seus sócios ocorreu em 16 de março de 1998 (fls. 7/18). Assim, não se implementou a prescrição, tampouco a decadência.
5. Recurso especial desprovido.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 739694 - Processo: 200500553040 UF: MG Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 02/10/2007 Documento: STJ000784884 - Fonte DJ DATA:12/11/2007 PÁGINA:159 - Relator(a) DENISE ARRUDA)

CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ARTIGO 45 DA LEI 8.212/91. OFENSA AO ART. 146, III,B, DA CONSTITUIÇÃO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DECADENCIAL DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. TERMO INICIAL: (A) PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR ,SE NÃO HOUVE ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO (CTN, ART. 173, I); (B) FATO GERADOR, CASO TENHA OCORRIDO RECOLHIMENTO, AINDA QUE PARCIAL (CTN,ART. 150, § 4º). PRECEDENTES DA 1ª SEÇÃO.
1. "As contribuições sociais, inclusive as destinadas a financiar a seguridade social (CF, art. 195), têm, no regime da Constituição de 1988, natureza tributária. Por isso mesmo, aplica-se também a elas o disposto no art. 146, III, b, da Constituição, segundo o qual cabe à lei complementar dispor sobre normas gerais em matéria de prescrição e decadência tributárias, compreendida nessa cláusula inclusive a fixação dos respectivos prazos. Conseqüentemente, padece de inconstitucionalidade formal o artigo 45 da Lei 8.212, de 1991, que fixou em dez anos o prazo de decadência para o lançamento das contribuições sociais devidas à Previdência Social" (Corte Especial, Argüição de Inconstitucionalidade no REsp nº 616348/MG)
2. O prazo decadencial para efetuar o lançamento do tributo é, em regra, o do art. 173, I, do CTN, segundo o qual "o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado".
3. Todavia, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação - que, segundo o art. 150 do CTN, "ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa" e "opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa" - , há regra específica. Relativamente a eles, ocorrendo o pagamento antecipado por parte do contribuinte, o prazo decadencial para o lançamento de eventuais diferenças é de cinco anos a contar do fato gerador, conforme estabelece o § 4º do art. 150 do CTN. Precedentes jurisprudenciais.
4. No caso, trata-se de contribuição previdenciária, tributo sujeito a lançamento por homologação, e não houve qualquer antecipação de pagamento. Aplicável, portanto, a regra do art. 173, I, do CTN.
5. Recurso especial a que se nega provimento.
(STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 757922 - Processo: 200500953009 UF: SC Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA - Data da decisão: 11/09/2007 Documento: STJ000775976 - Fonte DJ DATA:11/10/2007 PÁGINA:294 - Relator(a) TEORI ALBINO ZAVASCKI)

Ressalte-se por fim que é notório nos Tribunais Superiores o entendimento, sobre o qual, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações da parte; uma vez que tenha encontrado um motivo suficientemente forte para fundamentar sua decisão.

III- Do Dispositivo

Assim, diante do exposto, com suporte no art. 557, do Código de Processo Civil, nego seguimento à remessa necessária e ao recurso do Instituto Nacional do Seguro Social- INSS. Mantenho a sentença atacada.
P.R.I.C.
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e retornem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

GUILHERME DIEFENTHAELER
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2008.02.01.003736-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE	:	CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO R.J.- CRA/RJ
ADVOGADO	:	FRANCISCO LUIZ DO LAGO VIEGAS E OUTROS
AGRAVADO	:	PAULO ROBERTO DIAS REIS
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200751015335475)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO - CRA/RJ, em face da decisão (fls. 36/39) proferida pelo Juízo da 2ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro no processo n.º 2007.51.01.533547-5, que entendeu que os conselhos profissionais não podem fixar ou majorar, por meio de Resolução, o valor das anuidades, uma vez que referidas contribuições têm natureza tributária, o que afronta o princípio da legalidade, previsto no artigo 150, inciso I, da Constituição Federal. Consta como agravado Paulo Roberto Dias Reis.
Decisão monocrática (fls. 42/49) indeferindo o pedido de efeito suspensivo, mantendo-se a decisão agravada.
Informações prestadas pelo julgador de 1º grau de que foi proferida sentença extintiva da execução (fl. 53).

É o breve relato. Passo a decidir.

A jurisprudência tem entendido que o agravo de instrumento fica prejudicado, por perda de objeto, após a prolação da sentença no processo principal.
Nesse sentido, tem decidido o Colendo Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE INDEFERIMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAL. SENTENÇA DE MÉRITO PELA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PREJUDICIALIDADE DO AGRAVO (TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL).
1. Prolatada sentença de mérito julgando improcedente o pedido inicial, resta prejudicado o agravo de instrumento interposto em face de decisão interlocutória de indeferimento de depósito judicial.
2. Agravo Regimental desprovido.
(AgRg no REsp 614948/RS, Relator Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA DO STJ, DJ 21.03.2005 p. 242).

No mesmo sentido, tem decidido este Egrégio Tribunal, senão vejamos:

Agravo de Instrumento. Prejudicado. Apelação a ser julgada nesta sessão. Tendo em vista a superveniência de sentença extintiva no processo principal, da qual foi interposta Apelação, que subiu a este Tribunal e será julgada nesta mesma sessão, julgo prejudicado o Agravo de Instrumento.
(AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 14562-RJ. Relator: JUIZ GUILHERME DIEFENTHAELER. TERCEIRA TURMA DO TRF/2ª REGIÃO. DJU 08/06/2000).

Posto isso, julgo prejudicado o presente agravo, por perda de objeto, com fundamento no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil c/c o artigo 228 do Regimento Interno deste Tribunal.
Decorrido o prazo sem a interposição de recurso, encaminhe-se o presente à vara de origem.
Intimem-se.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

LUIZ ANTONIO SOARES
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

III - AGRAVO 2008.02.01.003746-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE	:	CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO R.J.- CRA/RJ
ADVOGADO	:	FRANCISCO LUIZ DO LAGO VIEGAS E OUTROS
AGRAVADO	:	LELIO FERREIRA DE MENEZES
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200751015334021)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO - CRA/RJ, em face da decisão (fls. 36/39) proferida pelo Juízo da 2ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro no processo n.º 2007.51.01.533402-1, que entendeu que os conselhos profissionais não podem fixar ou majorar, por meio de Resolução, o valor das anuidades, uma vez que referidas contribuições têm natureza tributária, o que afronta o princípio da legalidade, previsto no artigo 150, inciso I, da Constituição Federal. Consta como agravado Lelio Ferreira de Menezes.
Decisão monocrática (fls. 42/49) indeferindo o pedido de efeito suspensivo, mantendo-se a decisão agravada.
Informações prestadas pelo julgador de 1º grau de que foi proferida sentença extintiva da execução (fl. 53).

É o breve relato. Passo a decidir.

A jurisprudência tem entendido que o agravo de instrumento fica prejudicado, por perda de objeto, após a prolação da sentença no processo principal.
Nesse sentido, tem decidido o Colendo Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE INDEFERIMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAL. SENTENÇA DE MÉRITO PELA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PREJUDICIALIDADE DO AGRAVO (TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL).
1. Prolatada sentença de mérito julgando improcedente o pedido inicial, resta prejudicado o agravo de instrumento interposto em face de decisão interlocutória de indeferimento de depósito judicial.
2. Agravo Regimental desprovido.
(AgRg no REsp 614948/RS, Relator Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA DO STJ, DJ 21.03.2005 p. 242).

No mesmo sentido, tem decidido este Egrégio Tribunal, senão vejamos:

Agravo de Instrumento. Prejudicado. Apelação a ser julgada nesta sessão. Tendo em vista a superveniência de sentença extintiva no processo principal, da qual foi interposta Apelação, que subiu a este Tribunal e será julgada nesta mesma sessão, julgo prejudicado o Agravo de Instrumento.
(AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 14562-RJ. Relator: JUIZ GUILHERME DIEFENTHAELER. TERCEIRA TURMA DO TRF/2ª REGIÃO. DJU 08/06/2000).

Posto isso, julgo prejudicado o presente agravo, por perda de objeto, com fundamento no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil c/c o artigo 228 do Regimento Interno deste Tribunal.
Decorrido o prazo sem a interposição de recurso, encaminhe-se o presente à vara de origem.
Intimem-se.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

LUIZ ANTONIO SOARES
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

III - AGRAVO 2008.02.01.006999-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE	:	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO	:	BRUNO GUIMARAES DOS SANTOS E OUTROS
AGRAVADO	:	ELITE HOT ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200751015347799)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ, em face da decisão (fls. 20/23) proferida pelo Juízo da 2ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro no processo n.º 2007.51.01.534779-9, que entendeu que os conselhos profissionais não podem fixar ou majorar, por meio de Resolução, o valor das anuidades, uma vez que referidas contribuições têm natureza tributária, o que afronta o princípio da legalidade, previsto no artigo 150, inciso I, da Constituição Federal. Consta como agravado Elite Hot Alimentos LTDA.
Decisão monocrática (fls. 26/31) indeferindo o pedido de efeito suspensivo, mantendo-se a decisão agravada.
Informações prestadas pelo julgador de 1º grau de que foi proferida sentença extintiva da execução (fl. 35).

É o breve relato. Passo a decidir.

A jurisprudência tem entendido que o agravo de instrumento fica prejudicado, por perda de objeto, após a prolação da sentença no processo principal.
Nesse sentido, tem decidido o Colendo Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE INDEFERIMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAL. SENTENÇA DE MÉRITO PELA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PREJUDICIALIDADE DO AGRAVO (TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL).
1. Prolatada sentença de mérito julgando improcedente o pedido inicial, resta prejudicado o agravo de instrumento interposto em face de decisão interlocutória de indeferimento de depósito judicial.
2. Agravo Regimental desprovido.
(AgRg no REsp 614948/RS, Relator Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA DO STJ, DJ 21.03.2005 p. 242).

No mesmo sentido, tem decidido este Egrégio Tribunal, senão vejamos:

Agravo de Instrumento. Prejudicado. Apelação a ser julgada nesta sessão. Tendo em vista a superveniência de sentença extintiva no processo principal, da qual foi interposta Apelação, que subiu a este Tribunal e será julgada nesta mesma sessão, julgo prejudicado o Agravo de Instrumento.
(AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 14562-RJ. Relator: JUIZ GUILHERME DIEFENTHAELER. TERCEIRA TURMA DO TRF/2ª REGIÃO. DJU 08/06/2000).

Posto isso, julgo prejudicado o presente agravo, por perda de objeto, com fundamento no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil c/c o artigo 228 do Regimento Interno deste Tribunal.
Decorrido o prazo sem a interposição de recurso, encaminhe-se o presente à vara de origem.
Intimem-se.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

LUIZ ANTONIO SOARES
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DE JULGAMENTOS

ACÓRDÃO

EXPEDIENTE Nº 1 DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 2005.51.01.006398-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ALBERTO NOGUEIRA
EMBARGANTE	:	UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FLS. 182/183
PARTES	:	UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
	:	SILVIO NERY DO VABO E OUTROS
ADVOGADO	:	ROSANA ALVES RAMOS E OUTROS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 11A VARA-RJ
ORIGEM	:	DÉCIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010063981)

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
Do exame da petição dos embargos de declaração constata-se que nela não se contempla nenhuma das hipóteses de seu cabimento, insertas nos incisos I e II, do artigo 535, do CPC.
Os embargos de declaração não constituem meio idôneo para alterar o fundamento do julgado.
O entendimento firmado sobre o contexto jurídico está claramente posto no voto.
Quanto aos dispositivos apontados, verifica-se que sequer foram abordados nas razões de seu recurso.
Se houve omissão foi da embargante que deixou de no momento próprio de questionar a matéria.
Se a embargante entende que o v. acórdão adotou entendimento contrário ao que persegue ou se o julgamento não está correto, deve interpor o recurso cabível.
Negado provimento aos embargos de declaração.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Quarta Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração da UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, nos termos do Voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2008.

ALBERTO NOGUEIRA
Desembargador Federal Relator

SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

EXPEDIENTE Nº 1 DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

IV - APELACAO CIVEL 95339 95.02.29971-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE	:	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - CRF
ADVOGADO	:	RENATO LUIZ CSASZAR
APELADO	:	DROGARIA GIGI LTDA
ADVOGADO	:	JOSE CARLOS PINHEIRO COELHO E OUTROS
ORIGEM	:	QUARTA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (9100045586)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação cível interposta pelo CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA - CRF (folhas 233/237), contra sentença (fls. 227/232) proferida pelo MM. Juízo da 4ª Vara Federal do Espírito Santo, que julgou procedentes os embargos do devedor opostos pela DROGARIA GIGI LTDA. à Execução Fiscal movimentada em seu desfavor para cobrança de dívida originada de multa administrativa, por infração ao artigo 24 da Lei nº 3.820/60.

Verifica-se, pelas informações obtidas junto sistema informatizado da Seção Judiciária do Espírito Santo (em anexo), que a Execução Fiscal em questão foi extinta, em outubro de 1997, diante da desistência do exeqüente. Eis a redação da sentença mencionada:

"Face os termos da petição de folhas 36, e documentos que a acompanham, extingo a presente Execução Fiscal n. 563/91-III (Reg. n. 91.0004558-6), que o CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - CRF move em face de DROGARIA GIGI LTDA E OUTRO, inscrita no C.G.C sob o n. 28.396.885/0001-09, instruída com as Certidões de Dívida Ativa ns. 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 1275, 1276, 1277, 1278, 1279, 1280, 1281, 1282, 1283, 1284, 1285, 1286 e 1287, nos termos dos artigos 267, VIII, e 598, ambos do C.P.C.
Fica Levantada a penhora de folhas 30. Transitada esta em julgado, arquivem-se os autos."

Diante do exposto, nego seguimento ao presente recurso, nos termos do artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, por se achar prejudicado.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2008

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

IV - APELACAO CIVEL 97.02.04740-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL
APELADO	:	ROBERTO MELLO DE CARVALHO ROCHA
ADVOGADO	:	GILZIO GRECO MOREIRA
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-ES
ORIGEM	:	2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA

DESPACHO

Trata-se de recurso de embargos infringentes em apelação cível interposto contra o v. acórdão de fls. 155, que, por maioria, deu parcial provimento à apelação e à remessa necessária.
Procedendo à análise do recurso, verifico que o mesmo preenche todos os pressupostos específicos de admissibilidade estipulados no art. 530, caput, do CPC, já tendo sido, inclusive, apresentadas contra-razões.
Pelo exposto, admito os embargos infringentes de fls. 175/192.
Após, redistribua-se a novo relator, na forma do art. 249, §3º, do Regimento Interno deste Tribunal.
Rio de Janeiro, 08/07/2008.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

CN/nrl.

IV - APELACAO CIVEL 2001.02.01.024064-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
APELANTE	:JOSE EMILIO DE CASTRO E OUTROS
ADVOGADO	:ELAINE DE CARVALHO BANNACH NOGUEIRA E OUTROS
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:LUCIA RODRIGUES CAETANO E OUTROS
ORIGEM	:4ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA

D E C I S Ã O

Pela petição de fls. 180 e 181 a Caixa Econômica Federal - CEF trouxe aos autos "Termo de Adesão" firmado pelo apelado JOSÉ EMÍLIO DE CASTRO, pelo qual este concorda em receber o valor do complemento de atualização monetária da sua conta vinculada do FGTS, correspondente à importância calculada pelo Agente Operador do FGTS (CEF), na forma do art. 4º da Lei Complementar nº 110/2001, remunerada até 10 de julho de 2001, na forma do *caput* do art. 5º da referida lei complementar. Ao final os requerentes pedem que seja homologado o acordo para os fins de direito, extinguindo-se o feito na forma do art. 269, III do CPC.
Verifica-se a intimação do patrono do apelado, fls. 188 e 190, e o decurso do prazo sem qualquer manifestação do mesmo, certificado na folha 191.
Trata-se, porém, de acordo livremente pactuado entre as partes, sendo que o apelado firmou pessoalmente o Termo. Não há motivo para desconsiderar-se o ajuste. A intimação requerida pela CEF tem objetivo apenas de dar ciência da transação ao advogado, para que ele possa exercer eventuais direitos junto ao autor.
Neste sentido, o egrégio Supremo Tribunal Federal, em 30/05/2007, editou a 1ª Súmula Vinculante - FGTS, que tem o seguinte teor:
"Ofende a garantia constitucional do ato jurídico perfeito a decisão que, sem ponderar as circunstâncias do caso concreto, desconsidera a validez e a eficácia de acordo constante de termo de adesão instituído pela Lei Complementar nº 110/2001."
Tenho como preenchidos os pressupostos legais, razão pela qual homologo o acordo celebrado entre a Caixa Econômica Federal - CEF e o autor/apelado José Emílio de Castro, para que produzam os devidos efeitos legais e, em conseqüência, declaro extinto o processo em relação a este apelado, na forma do art. 269, III, do CPC, prosseguindo-se o feito quanto aos demais litisconsortes.
Intime-se.
Rio de Janeiro, 08/07/2008.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Desembargador Federal
CN/aan

IV - APELACAO CIVEL 290306 2002.02.01.025258-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:MARCIO DIOGENES MELO E OUTROS
APELADO	:BIRATAM RODRIGUES DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	:JOSUE ISAAC VARGAS FARIA E OUTRO
ORIGEM	:2ª VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI

D E C I S Ã O

Pelas petições de fls. 302/303 e fls. 306/307, a Caixa Econômica Federal - CEF trouxe aos autos Termos de Adesão firmados pelos apelados SEBASTIÃO GOMES DE OLIVEIRA e MÁRIO RODRIGUES DA CUNHA, pelo qual estes concordam em receber o valor do complemento de atualização monetária da sua conta vinculada do FGTS, correspondente à importância calculada pelo Agente Operador do FGTS (CEF), na forma do art. 4º da Lei Complementar nº 110/2001, remunerada até 10 de julho de 2001, na forma do *caput* do art. 5º da referida lei complementar. Ao final, a requerente pede que seja homologado o acordo para os fins de direito, extinguindo-se o feito na forma do art. 269, III do CPC.
A requerimento da CEF, foi intimado o advogado dos apelados, tendo o causídico se manifestado de forma favorável à transação realizada, exceto quanto aos honorários que não poderiam ser objeto de transação entre autor e réu.
Trata-se de acordo livremente pactuado entre as partes, sendo que os apelados firmaram pessoalmente o termo. Não há motivo para desconsiderar-se o ajuste. A intimação requerida pela CEF tem objetivo apenas de dar ciência da transação ao advogado, para que ele possa exercer eventuais direitos junto ao autor.
Ressalto, contudo, que não houve condenação em honorários advocatícios, na sentença. Logo nada há a dispor sobre isto.
Tenho como preenchidos os pressupostos legais, razão pela qual homologo os acordos celebrados entre a Caixa Econômica Federal - CEF e Sebastião Gomes de Oliveira, Mário Rodrigues da Cunha, para que produzam os devidos efeitos legais e, em conseqüência, declaro extinto o processo em relação a estes apelados, na forma do art. 269, III, do CPC, prosseguindo-se quanto aos demais litisconsortes.
Intimem-se.
Rio de Janeiro, 10/07/2008.
ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator
CN/ais

APELACAO CIVEL 391318/RJ 2002.51.02.005073-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE	:GEIZE MARY XAVIER CABRAL CID
ADVOGADO	:CRISTIANA DA CONCEICAO GOMES E OUTROS
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:CARLA DE CASTRO MACEDO DE AMORIM
APELADO	:OS MESMOS
ORIGEM	:1A. VARA FEDERAL - NITEROI/RJ (200251020050738)

D E S P A C H O

Ouça-se a 1ª Apelante sobre a manifestação da CEF, às fls. 300.

Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.019150-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:LUIZ FERNANDO PADILHA E OUTROS
APELADO	:JORGE DOMINGOS DE BARROS
ADVOGADO	:LEONARDO RIBEIRO DO NASCIMENTO
ORIGEM	:29ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

D E C I S Ã O

Pela petição de fls. 72/73 a Caixa Econômica Federal traz aos autos o "Termo de Adesão" firmado pelo apelado, pelo qual este concorda em receber o valor do complemento de atualização monetária da sua conta vinculada do FGTS, correspondente à importância calculada pelo Agente Operador do FGTS (CEF), na forma do art. 4º da Lei Complementar nº 110/2001, remunerada até 10 de julho de 2001, na forma do caput do art. 5º da referida lei complementar. Ao final a requerente pede que seja homologado o acordo para os fins de direito, extinguindo-se o feito na forma do art. 269, III do CPC.
Trata-se, como se vê, de acordo livremente pactuado entre as partes, sendo que o apelado firmou pessoalmente o termo. Nada consta, no termo de acordo, sobre os honorários advocatícios, presumindo-se, nesta hipótese, que cada parte arcará com o respectivo ônus.
Tenho como preenchidos os pressupostos legais, razão pela qual homologo o acordo celebrado entre a Caixa Econômica Federal e JORGE DOMINGOS DE BARROS, para que produza os devidos efeitos legais e, em conseqüência, declaro extinto o processo, na forma do art. 269, III, do CPC.
Em face disso, julgo prejudicado o recurso na forma do art. 43, § 1º,II do Regimento Interno deste Tribunal.
Intime-se.
Oportunamente, dê-se baixa à vara de origem.

Rio de Janeiro, 08/07/2008.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

CNN/nrl

APELACAO CIVEL 416158/ES 2004.50.01.003540-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE	:BANCO ECONOMICO S/A - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO	:FABIANO DE CHRISTO DEPES TALLON E OUTROS
APELANTE	:EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO	:GILMAR ZUMAK PASSOS E OUTROS
APELADO	:MARIO CESAR MORAIS ALVES
ADVOGADO	:LUCIANA CAETANO MARQUES
ORIGEM	:4ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200450010035401)

D E S P A C H O

Diga a 2º Apelante se persiste seu interesse no julgamento da presente via recursal, tendo em vista o pedido de desistência ao presente feito formulado pelo 1º Apelante, através da petição nº 2139/08, cuja juntada ora determino.

Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

III - AGRAVO 142389 2005.02.01.012494-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE	:JOSÉ RUFINO DE SANTANA FILHO
ADVOGADO	:GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010185454)

D E C I S Ã O

Trata-se de recurso de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo ativo interposto contra a decisão proferida pelo MM. Juízo de 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ, cópia às fls. 131 que, nos autos da ação ordinária movida por JOSÉ RUFINO DE SANTANA FILHO em face da UNIÃO FEDERAL, indeferiu o pedido de tutela antecipada, que objetivava a reintegração do ora agravante na reserva remunerada da Marinha do Brasil, com direito à promoção correspondente nos quadros de oficiais auxiliares da armada, ou, alternativamente, que fosse promovido segundo a figura do paradigma de Capitão-de-Corveta, com proventos de Capitão-de-Fragata.

Encaminhados os autos a este E. Tribunal, verifica-se que foi determinada a intimação do Patrono do Agravante, (decisão de fls. 151), para esclarecer se permanecia o interesse no prosseguimento desta via recursal, tendo em conta a suspensão do feito principal no primeiro grau de jurisdição, em face do falecimento da parte autora.

Às fls. 155, foi requerida a suspensão temporária deste recurso, a fim de possibilitar a habilitação dos herdeiros no processo principal, advindo, então, a decisão de fls. 160, deferindo tal pleito pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Decorrido, *in albis*, o prazo concedido, (fls. 167), foi determinada nova intimação do Patrono do Agravante, com o fito de esclarecer quanto ao interesse no prosseguimento desta via recursal.

Uma vez mais, não houve qualquer manifestação do Agravante, através de seu Patrono, conforme se infere da certidão acostada às fls. 175.

Nestas condições, frustradas as possibilidades, no sentido de aferir-se quanto ao interesse da parte autora desta via recursal, resta evidenciada a impossibilidade de prosseguimento do presente, impondo-se, portanto, a sua extinção

Diante do exposto, julgo extinto o processo, nos termos do artigo 267, inciso I, do CPC c/c artigo 43, § 1º, I do Regimento Interno deste E. Tribunal.

Adotadas as providências de praxe, baixem os autos à Vara de origem para as providências cabíveis.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2008

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

IV - APELACAO CIVEL 386484 2006.51.17.000001-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
APELANTE	:WALDIR BORGES DE SOUZA
ADVOGADO	:RITA DE CASSIA DE SOUZA BRITO
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:2ª VARA FEDERAL DE SAO GONCALO/RJ

DESPACHO

Junte-se a petição n°2008047049, pela qual a viúva e os filhos de WALDIR BORGES DE SOUZA informam seu falecimento e, solicitam sua habilitação na forma de art. 1060 do CPC, na qualidade de viúva e herdeiros necessários do falecido, entretanto a petição está desacompanhada de procuração.
Intimem-se os requerentes, para que no prazo de 5(cinco) dias, juntem procuração aos autos.

Rio de Janeiro,08/07/2008.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

CN/ais

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 160518/RJ 2007.02.01.015150-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
EMBARGANTES	:MARCUS VENICIUS RIBEIRO OLIVEIRA E CONJUGE
ADVOGADOS	:MAGDA HRUZA DE SOUZA ALQUERES FERREIRA E OUTROS

EMBARGADA	:CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010266049)

DESPACHO

Trata-se de embargos de declaração opostos por MARCUS VENÍCIUS RIBEIRO OLIVEIRA E CÔNJUGE em face da decisão de fls. 71/72, que, com base na jurisprudência dominante, negou seguimento ao agravo de instrumento em que os autores se insurgiam contra decisão que concedeu parcialmente a antecipação de tutela, em ação ordinária na qual eles discutem cláusulas do contrato de mútuo e pretendem a aplicação do FCVS.
Em suas razões de fls. 76/77, os embargantes sustentam que a decisão contém contradição, pois firma-se na premissa de que o depósito previsto no art. 50 da Lei nº 10.931/2004 é pressuposto necessário para a concessão da tutela, entretanto, o caso dos autos é diverso, pois o pedido é meramente declaratório de direito à quitação do financiamento pelo FCVS, com repetição das parcelas pagas indevidamente.
É o relatório.
Tratando-se de embargos de declaração em face de decisão monocrática do relator, entendo que também devem ser decididos monocraticamente.
Têm razão os embargantes quando dizem que não se aplica ao caso o art. 50 da Lei nº 10.931/2004, visto que a pretensão deles é essencialmente de cunho declaratório, na medida em que, segundo afirmam, já teriam pago todas as 180 (cento e oitenta) prestações. Assim, como o contrato contém cláusula de quitação do saldo devedor pelo FCVS, entendem que já têm direito à quitação do contrato com a conseqüente liberação da hipoteca que existe sobre o imóvel.
Na verdade o art. 50 da Lei nº 10.931/2004 trata mais especificamente dos questionamentos sobre o valor das prestações e os critérios de reajustamento destas.
Destarte, versando a ação sobre quitação total do saldo devedor, por entender o mutuário que não deve mais nada, não há como exigir-lhe o depósito de valores controversos ou incontroversos.
Merecem, pois, ser conhecidos e providos os embargos de declaração, mas apenas para sanar a contradição, sem, contudo, alterar o dispositivo da decisão, visto que a hipótese não comportaria mesmo a antecipação da tutela nos termos amplos em que pretendidos pelos embargantes, mesmo porque não há notícia, nos autos, de nenhuma providência da CEF no sentido de promover a execução extrajudicial.
Ante o exposto, dou provimento aos embargos de declaração para corrigir a contradição na forma acima explicitada, sem, contudo, alterar o dispositivo da decisão embargada.
Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator *CN/stv*

IV - APELAÇÃO CÍVEL 2007.51.01.008754-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
APELANTE	:DIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:DENIZE TELES DE SOUZA E OUTRO
APELADO	:CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:VINÍCIUS PEREIRA MARQUES E OUTROS
ORIGEM	:6ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

D E C I S Ã O

Não conheço do recurso de agravo de instrumento retido *(sic)* contra decisão de relator. Ademais, a decisão de fls.94 é de mero impulso processual, pois apenas determinou a intimação do apelante para manifestar-se sobre uma petição da apelada. Portanto não cabe nenhum recurso de tal decisão.
Pela petição de fls. 97/98 a Caixa Econômica Federal traz aos autos o "Termo de Adesão" firmado pelo apelante, pelo qual este concorda em receber o valor do complemento de atualização monetária da sua conta vinculada do FGTS, correspondente à importância calculada pelo Agente Operador do FGTS (CEF), na forma do art. 4º da Lei Complementar nº 110/2001, remunerada até 10 de julho de 2001, na forma do *caput* do art. 5º da referida lei complementar. Ao final a requerente pede que seja homologado o acordo para os fins de direito, extinguindo-se o feito na forma do art. 794, II do CPC.
Intimado, o advogado do apelante não se manifestou sobre o referido acordo.
Trata-se, como se vê, de acordo livremente pactuado entre as partes, sendo que o apelante firmou pessoalmente o termo. Nada consta, no termo de acordo, sobre os honorários advocatícios, presumindo-se, nesta hipótese, que cada parte arcará com o respectivo ônus.
Tenho como preenchidos os pressupostos legais, razão pela qual homologo o acordo celebrado entre a Caixa Econômica Federal e DIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA, para que produza os devidos efeitos legais e, em conseqüência, declaro extinto o processo, na forma do art. 269, III, do CPC.
Intimem-se.
Oportunamente dê-se baixa à vara de origem.

Rio de Janeiro, 09/07/2008.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

CN/sam

AGRAVO DE INSTRUMENTO 163159/RJ 2008.02.01.002922-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:CORDUROY S/A-INDUSTRIAIS TEXTEIS
ADVOGADOS	:ALEXANDRE DE M. WALD E OUTROS
AGRAVADO	:BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES
ADVOGADOS	:DANIELA PIO BORGES MARIANO DA FONSECA E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010180490)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento em face de decisão que, nos autos da execução provisória movida pelo BNDES em desfavor de SUAPE TÊXTIL S/AS e CORDUROY S/A INDÚSTRIAS TÊXTEIS S/A, deferiu o pedido da agravada (fls.175/178), para determinar o prosseguimento da execução em face da agravante.
Alega a agravante que: 1) a SUAPE TÊXTIL S/A apresentou minucioso projeto de modernização e expansão do seu parque industrial instalado no Município do Cabo, em Pernambuco; 2) o BNDES analisou cuidadosamente a viabilidade econômica e social desta iniciativa, aprovando-a posteriormente; 3) em 29 de abril de 1995, foi assinado o contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor de R$ 18.866.682,00 (dezoito milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e oitenta e dois reais); 4) em 25 de setembro de 1996, foi assinado outro contrato para liberação de valor suplementar (5.396.511,00) ao primeiro contrato, a fim de viabilizar a continuidade do projeo; 5) em garantia ao cumprimento de todo o projeto idealizado e chancelado pelo BNDES, a SUAPE e a CORDUROY S/A, na qualidade de interveniente do contrato, deram ao BNDES, em alienação fiduciária, diversas máquinas e equipamentos operacionais de sua propriedade; 6) na Assembléia Extraordinária concluída no dia 04.12.97, os acionistas da CORDUROY S/A aprovaram a cisão parcial da sociedade, "com versão de todas as máquinas produtivas de fios e tecidos constantes de seu patrimônio à SUAPE TÊXTIL"; 7) por sua vez, os acionistas da SUAPE S/A também aprovaram a incorporação dos bens recebidos por meio da cisão parcial da CORDUROY S/A ao seu patrimônio; 8) tais operações societárias, que resultaram na transferência de ativos entre estas empresas, foram acompanhadas pelo BNDES; 9) no entanto o BNDES, apontando inadimplemento em relação ao 2º (segundo) Contrato de Financiamento, ajuizou ação de busca e apreensão, cujo pedido foi julgado procedente; 10) após alguns desdobramentos no processo de busca e apreensão, a empresa SUAPE TÊXTIL S/A teve o seu pleito de recuperação judicial deferido pelo Juízo de Cabo de Santo Agostinho - PE, inclusive no que diz respeito à suspensão de toda e qualquer execução que estivesse em curso contra a mesma e, conseqüentemente, contra atos que afetem os equipamentos essenciais às suas atividades empresariais; 11) o BNDES reconheceu que a execução provisória deve ser sobrestada em relação à SUAPE - na forma dos arts. 6º, 49º, e 52º da Lei 11.101/05 -, mas requereu que tivesse prosseguimento em relação à CORDUROY S/A, tendo sido deferido pelo MM. Juízo *a quo;* 12) não pretende discutir a legitimidade para figurar no pólo passivo da execução provisória, esta já decidida em sede de sentença da ação de busca e apreensão, cuja apelação foi devolvida a este Tribunal; 13) o BNDES não só teve ciência como também concordou com a versão do imóvel e de todas as máquinas têxteis que integravam parte do patrimônio da CORDUROY à SUAPE, e a conseqüente transferência dos bens dados em garantia; 14) os bens dados em garantia estão em posse da SUAPE S/A, não ostentando assim a condição de depositária dos mesmos; 15) impende a suspensão da execução provisória em tela em observância ao prazo de 180 (cento e oitenta) dias previsto na Lei nº 11.101/05 e já fixado pelo juiz da recuperação judicial da SUAPE, ou ao menos até o julgamento definitivo do presente recurso.
Pleiteia a atribuição de efeito suspensivo ao agravo.
É o relatório. Decido.
A questão de fundo, qual seja, a suspensão da busca e apreensão determinada pelo juiz, na sentença da ação específica, já foi por mim examinada, como observa a própria agravante.
Com efeito, em agravo de instrumento anterior (nº 2007.02.01.009102-8) da agravante, ao indeferir o efeito suspensivo à apelação por ela interposta nos autos da ação de busca e apreensão, eu o fiz sob o fundamento de que a jurisprudência do STJ é reiterada no sentido de que o credor fiduciário tem direito de obter a busca e apreensão dos bens alienados, independentemente dos motivos que acarretaram a inadimplência contratual.
Vê-se, assim, que a agravante pretende, com este agravo de instrumento, obter a medida que ela não conseguiu no agravo anterior.
O fato novo superveniente, que aqui se invoca, é o deferimento do pedido de recuperação judicial da empresa SUAPE TÊXTIL, pelo Juízo de Direito do Município de Cabo de Santo Agostinho/PE, empresa esta para a qual foram vertidos os bens objetos de alienação fiduciária num contrato de empréstimo firmado entre a CORDUROY S/A INDÚSTRIAS TÊXTEIS - ora agravante - e o BNDES.
Ocorre que este fato novo já foi considerado pelo juiz, ao determinar a suspensão do processo de execução provisória contra a SUAPE TÊXTIL.
A agravante, a certa altura de sua petição passa a defender os interesses da SUAPE TÊXTIL, sob o fundamento de esta empresa estar em recuperação judicial. Contudo, não merecem exame tais alegações, visto que lhe falta legitimidade para isto.
Ausente, pois, os pressupostos legais, constantes do art. 558 do CPC, indefiro o pedido de suspensão dos efeitos da decisão agravada.
Intime-se a agravada para os fins do art. 527-V do CPC.
Rio de Janeiro, 08/07/2008.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

cn/srv

AGRAVO DE INSTRUMENTO 165973/ES 2008.02.01.008169-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADOS	:ERIKA SEIBEL PINTO E OUTROS
AGRAVADO	:ELEISON BORGES TAVARES
ADVOGADOS	:REGINA COELI CHEQUER BOU-HABIB E OUTROS
ORIGEM	:5ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (9600000778)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão, proferida pelo Juízo da 5ª Vara Federal/ES que determinou a intimação da CEF para que, no prazo de 30 (trinta) dias, comprove que recompôs os saldos das contas vinculadas ao FGTS do agravado, "*mediante a aplicação dos juros de mora à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, da citação até janeiro de 2003, nos termos do Código Civil de 1916, e a partir de 11/01/2003, a taxa SELIC, nos termos do art. 406 do CCB/02*".
Sustenta a agravante que: 1) a aplicação da taxa SELIC é inconstitucional, pois esta é produto da cumulação de um índice de correção monetária com uma taxa de juros remuneratórios; 2) a aplicação desta taxa viola o princípio da legalidade e da segurança pública; 3) a única interpretação válida do art. 406 do novel Código Civil impõe a aplicação do art. 161, parágrafo único, do CTN, ou seja, a taxa de juros moratórios deve ser o equivalente a 1% (um por cento) ao mês, no caso de a ação em tela ter sido ajuizada após a Lei nº 10.406/2001; 4) porém, se a referida ação foi ajuizada após o advento do novo Código Civil, a taxa de juros moratórios deve equivaler a 0,5% (meio por cento) ao mês, conforme o antigo Código Civil; 5) "a *utilização da taxa SELIC para o cálculo de juros moratórios se afiguraria ilegítima, por criar a figura do "processo rentável"; 6)* há diversos precedentes do STJ no sentido da inconstitucionalidade da TAXA SELIC para a apuração dos juros moratórios.
Pleiteia a atribuição de efeito suspensivo ao agravo.
É o relatório. Decido.
A hipótese não comporta efeito suspensivo, visto que inexiste risco de lesão grave ou de difícil reparação à agravante, mesmo porque não lhe foi aplicada nenhuma sanção.
Indefiro, pois, o pedido de efeito suspensivo.
Intime-se o agravado para os fins do art. 527-V do CPC.
Rio de Janeiro, 09.07.2008.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator
cn/srv

AGRAVO DE INSTRUMENTO 166144/ES 2008.02.01.008466-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:RODRIGO SALES DOS SANTOS E OUTROS
AGRAVADO	:TÂNIA MÁRCIA DE PAULA
ADVOGADO	:JOSÉ GARCIA DE MEDEIROS

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo de instrumento em face de decisão que, nos autos da ação de cobrança visando à reposição dos expurgos decorrentes dos Planos Econômicos de 1987 a 1991, determinou a apresentação dos extratos no prazo 10 (dez) dias, determinando que, neste prazo, a ré junte os extratos referentes à conta-poupança no período pleiteado na inicial, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00.
Alega a agravante que não há que se inverter o ônus da prova no presente caso, tratando-se de prova impossível. Isto porque não há qualquer norma que obrigue uma instituição financeira a guardar extratos bancários, bem como suportar o custo desta guarda, pelo período acima de 05 (cinco) anos.
Pleiteia a atribuição de efeito suspensivo ao agravo.
É o relatório. Decido.
O art. 333, I, do CPC, é claro ao dispor que incumbe ao autor comprovar o fato constitutivo do direito alegado, de modo que ele deve apresentar toda a documentação necessária à futura execução do julgado, ressalvada apenas a hipótese comprovada de que não teve êxito na obtenção da referida documentação, caso em que abriria ensejo para o juiz requisitá-la diretamente.
Assim, pretendendo o autor obter provimento judicial que lhe assegure a remuneração de sua conta de poupança, com incidência de índices expurgados da inflação, deve comprovar, no mínimo, a titularidade de tal conta no período pretendido. Trata-se de documento indispensável à propositura da ação, salvo se, como já registrado, a instituição bancária se recusar a fornecê-los.
Nesse sentido, a jurisprudência da Quinta Turma Especializada desta Corte e do Colendo STJ, como se comprova a partir da transcrição das seguintes ementas:

"CONSTITUCIONAL - CADERNETA DE POUPANÇA - CORREÇÃO MONETÁRIA - PLANOS BRESSER, VERÃO E COLLOR I E COLLOR II - LEGITIMIDADE PASSIVA - FECHAMENTO DO CICLO MENSAL - LESÃO A DIREITO ADQUIRIDO E AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA - INOCORRÊNCIA - IOF SOBRE OS SAQUES - BACEN - ILEGITIMIDADE.
(...)
Em relação aos meses de fevereiro e março de 1991, verifico que os titulares das contas de poupança juntaram, apenas, os extratos de cadernetas relativos aos meses de março e abril de 1990, não havendo como saber se existiam ou não as mencionadas contas quando da edição do Plano Collor II, Lei nº 8.177/91;
De acordo com o disposto no art.333, I, do CPC, incumbe ao autor o ônus da prova do fato constitutivo de seu direito;
(...)
(TRF 2ª Região, AC-226886, Processo: 2000.02.01.010438-7/RJ, 2ª Turma, Relator Juiz PAULO ESPÍRITO SANTO, DJU: 17/10/2003)"

"PROCESSO CIVIL - AÇÃO DE COBRANÇA - CORREÇÃO MONETÁRIA -ATIVOS RETIDOS - PRESCRIÇÃO - DECRETO-LEI 20.910/32 - POUPNAÇA - EXTRATOS - DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS AO AJUIZAMENTO DA DEMANDA.
(...)
Não são indispensáveis ao ajuizamento da ação visando a aplicação dos expurgos inflacionários os extratos das contas poupança, desde que acompanhe a inicial prova da titularidade no período vindicado, sob pena de infringência do art. 333, I, do CPC. Os extratos poderão ser juntados posteriormente, na fase de execução, a fim de apurar o *quantum debeatur.*
Recurso especial improvido.
(REsp 644346/BA, STJ-2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 29.11.2004)

No presente caso, a autora da ação pleiteia a incidência em suas cadernetas de poupança dos índices expurgados da inflação nos meses de junho/87 (26,06%), janeiro/89 (42,72%), fevereiro/89 (10,14%), março/90 (84,32%).
Entretanto, apresenta como prova das suas contas poupança apenas um recibo de depósito efetuado na conta n° 65.822, no mês de julho de 1988 (fls. 27). Tem-se, assim, que a agravada não comprovou a existência de conta de poupança nos períodos em que reivindica a incidência de índices expurgados, com tem exigido a jurisprudência do STJ.
Sendo, pois, relevantes os fundamentos do recurso, e considerando que a ilustre magistrada fixou multa diária de R$ 1.000,00 (um mil reais) por descumprimento da decisão, o que caracteriza o risco de lesão de difícil reparação à agravante, defiro o pedido e, em conseqüência, suspendo a execução da decisão agravada, até o julgamento final do recurso pela Turma.
Comunique-se.
Intime-se a agravada para os fins do art. 572-V do CPC.
Rio de Janeiro, 07 de julho de 2008.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 166166/RJ 2008.02.01.008495-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:MARILZA SANTOS RODRIGUES
ADVOGADO	:SAULO DE TARSO DUTRA DE ALENCAR E SILVA
AGRAVADA	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:TRIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200851010039890)

D E C I S Ã O

Insurge-se o agravante contra decisão que, em sede de ação ordinária ajuizada em face da União Federal, indeferiu o pedido de antecipação da tutela, para implantação de pensão especial deixada pelo seu pai, ex-combatente, ao fundamento de que a norma vigente à época do evento morte de seu instituidor - Lei nº 8.059/90 - não contempla as filhas maiores de 21 (vinte e um) anos, como a ora recorrente.
Alega a agravante que: 1) seu pai faleceu em 1989, e sua mãe anteriormente, em 1978; 2) tem direito à pensão especial desde então, não se aplicando ao seu caso a referida legislação, porquanto seu pai faleceu anteriormente à sua vigência; 3) a legislação de regência são as leis nº 4.242/63 e 3.765/60 que não limitavam a pensão especial às filhas de ex-combatentes aos 21 (vinte e um) anos, como a lei supracitada; 4) estão presentes os requisitos processuais para o deferimento da antecipação da tutela recursal.
Pleiteia a antecipação da tutela recursal.
É o relatório. Decido.
A lei n° 11.187 de 19/10/2005 imprimiu nova redação ao Código de Processo Civil, modificando, substancialmente, a sistemática do processamento do recurso de agravo.
Nesse passo, o artigo 522 do CPC passou a ter a seguinte redação:

"Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento".
Com o advento da nova legislação, o agravo tem como regra a forma retida, cabendo, apenas excepcionalmente, sua interposição por instrumento, quando se tratar de decisão que possa causar lesão grave e de difícil reparação.
No presente caso, não vislumbro lesão grave e de difícil reparação para a agravante que importe na exceção prevista no citado artigo 522, afinal o pai dela faleceu em 1989, pelo que não se pode cogitar de perigo da demora, pois ela mesma demorou quase nove anos para ingressar em juízo.
Posta assim a questão, não há porque dar trâmite a este agravo de instrumento.
Impõe-se, pois, aplicar a regra geral do artigo 522 do CPC, ou seja, o agravo deve ser processado na modalidade retida.
Face ao exposto, converto este agravo de instrumento em agravo retido, na forma do art. 527, inciso II, do CPC.
Remetam-se os autos ao juízo da causa, para serem apensados aos autos principais.
Intime-se.
Rio de Janeiro, 09.07.2008.
ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator
cn/srv

XII - MANDADO DE SEGURANÇA 2008.02.01.008902-6

RELATOR	:DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
IMPETRANTE	:INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
PROCURADOR	:ALIPIO OLIVEIRA SANTOS
IMPETRADO	:JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE CAMPOS DE GOYTACAZES - RJ
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DE CAMPOS (200851530013791)

D E C I S Ã O

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA impetra Mandado de Segurança, com pedido liminar de tutela de urgência, contra decisão judicial, exarada pelo MM. Juiz Federal Titular da 1ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes - RJ, que acolheu requerimento liminar de reintegração de posse, deduzido pela Companhia Açucareira Usina Barcelos, nos autos da ação de reintegração nº 2008.51.03.001379-1.
A autarquia federal impetrante aponta a incompetência do Juízo da 1ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes - RJ, posto haver conexão entre a ação de reintegração e a ação declaratória nº 2007.51.03004231-1, distribuída em momento anterior ao Juízo da 2ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes - RJ, o qual, por força do art. 106 do Código de Processo Civil, considera-se prevento por ter despachado em primeiro lugar.
Por esta razão, requer, em sede liminar, a suspensão da ordem de reintegração. No mérito, postula a anulação da decisão impugnada, com a conseqüente remessa dos autos ao Juízo da 2ª Vara Federal.
É o relatório. Decido.
No que tange à pretensão ora deduzida, assim dispõe o art. 5º, II, da Lei n.º 1.533/51:
"Não se dará mandado de segurança quando se tratar:
.....
II - de despacho ou decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado por via de correição;"
Os tribunais pátrios e a doutrina não divergem quanto à interpretação deste dispositivo. Com efeito, havendo a possibilidade de a decisão judicial ser impugnada por recurso eficaz, o *writ* não será cabível.
Neste sentido, ilustrativamente, confira-se:
PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRAZO DECADENCIAL. 120 DIAS. ATO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 267 DO STF.
I - Tendo sido a ação de segurança ajuizada após o prazo de 120 dias a que alude o art. 18 da Lei n.º 1.533/51, não há como se afastar a decadência do direito à impetração reconhecida pelo Tribunal de origem.
II - "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição." (Súmula n.º 267 do c. STF).
Recurso desprovido.
(STJ, RMS nº 21.657 / SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, J. em 21/09/2006, DJ de 30/10/2006, p. 337).
Sobre o tema, é válido acentuar, ainda, o teor do verbete n.º 267, da Súmula do Supremo Tribunal Federal, *in verbis:*
"Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição."
Ora, na hipótese, tratando-se de decisão interlocutória proferida por juiz de primeiro grau, há recurso cabível e eficaz, qual seja, o agravo de instrumento, conforme estabelece o art. 522 do Código de Processo Civil, o qual, necessário dizer, já foi manejado pelo impetrante (AG nº 2008.02.01.008904-0).
Dessa sorte, não merece prosperar o presente *mandamus*, cujo escopo não é evitar a violação de direito líquido e certo, mas sim substituir o agravo de instrumento.
Por estas razões, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, com fulcro no art. 8º, da Lei n.º 1.533/51 c/c art. 295, III, do CPC (falta de interesse processual na vertente adequação da via eleita).
Publique-se.
Transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso relativamente a esta decisão, dê-se baixa na distribuição, remetendo-se os autos ao arquivo.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2008.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO 166919/RJ 2008.02.01.009904-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO CRUZ NETTO
AGRAVANTE	:DÁCIA DE MATTOS DURÃO
ADVOGADOS	:MIGUEL ÂNGELO MOREIRA LEÃO E OUTRO
AGRAVADO	:CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADOS	:LEANDRO LARA LEAL E OUTROS
ORIGEM	:17ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

D E C I S Ã O

Verifico que inexiste nos presentes autos cópia da procuração outorgada ao advogado da agravada, peça obrigatória na instrução do agravo de instrumento, nos termos do art. 525, I, do CPC.
Vale ressaltar que em sede de agravo de instrumento não existe possibilidade de proceder-se à complementação de documentos, consoante reiterada jurisprudência dos Tribunais Federais e das Cortes Superiores:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORMAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DA PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO DO AGRAVADO. ÔNUS DO AGRAVANTE.
1. É indispensável o traslado de todas as peças essenciais à formação do agravo de instrumento.
2. Constitui peça obrigatória à formação do agravo de instrumento a procuração outorgada ao advogado do agravado.
3. Recai sobre o agravante o ônus de zelar pela correta formação do agravo.
4. Negou-se provimento ao agravo no agravo de instrumento".
(STJ, AGA nº 586679/SP; Agravo Regimental no agravo de instrumento 2004/0046104-1; Rel. Min. Nancy Andrighi, DJU 07/06/2004). (grifei).

"AGRAVO INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA. VIOLAÇÃO DO ART. 525 DO CPC. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
1. A ausência de documentos obrigatórios à instrução do agravo de instrumento viola o art. 525 do CPC e acarreta o seu não conhecimento.
2. Recurso não conhecido."
(TRF-2ª Região, AG nº 200202010400829/RJ; Rel. Juíza Maria Alice Paim Lyard, DJU 10/03/2006). (grifei).

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCURAÇÃO DO ADVOGADO. PEÇA OBRIGATÓRIA. AUSÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO.
1. Deve o agravo ser instruído, de pronto, com as peças ditas obrigatórias, a teor do art. 525, I, do CPC, uma vez que inexiste previsão de complementação da instrução em tal recurso.
2. A ausência de procuração outorgada ao advogado dos agravantes acarreta o não-conhecimento do recurso, por ser peça de juntada obrigatória.
3. Agravo regimental não provido.
(TRF-1ª Região, AGA nº 200601000349490/BA, Rel. Des. Fed. Antônio Ezequiel da Silva, DJU 21/09/2007). (grifei).

Face ao exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com base no art. 557, caput, do CPC c/c art. 43, parágrafo 1º, inciso II, do Regimento Interno.
Intime-se.
Oportunamente, remetam-se os autos à Vara de origem.
Rio de Janeiro, 08/07/2008.

ANTÔNIO CRUZ NETTO
Relator

CN/nns

III - AGRAVO 167095 2008.02.01.010309-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE	:UNIAO FEDERAL
AGRAVADO	:ADRIANA GUEDES SABINO DOS SANTOS
ADVOGADO	:NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200851010081250)

D E C I S Ã O

O Juiz de primeiro grau, no processo de cognição, poderá antecipar a tutela jurisdicional esperada liminar e provisoriamente, desde que, analisando a petição inicial, verifique a presença dos fatos que tipifiquem os seus pressupostos autorizadores previstos no art. 273 e seguintes do CPC.

O Legislador processual pátrio condiciona o seu deferimento à existência de prova inequívoca dos fatos narrados na inicial, visando formar o livre convencimento do Juiz, quanto à verossimilhança das alegações, além da existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou, ainda, que fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do Réu.

Assim, se o MM. Juízo *a quo*, analisando o pedido nos termos da lei, externa o seu livre convencimento e conclui pelo deferimento ou indeferimento da tutela jurisdicional antecipada, não vejo porque

deva o Tribunal "de Apelação" rever sua decisão impondo-lhe outro entendimento, a menos que se trate de questão, cujo posicionamento esteja pacificado pelos Membros desta C. Corte ou Tribunais Superiores, não observada pelo Magistrado.

Nesta linha de raciocínio, só excepcionalmente admitir-se-ia a substituição da decisão do Juiz no primeiro grau, com cunho cautelar, por outra deste Relator, uma vez que o seu juízo repercute no mérito da causa e traduz sua posição preliminar, enquanto não proferida a sentença de mérito, de modo que não se justifica modificá-la, a menos que fundamentada para corrigir manifesta ilegalidade ou abuso de poder.

Deve, assim, prevalecer a decisão do Juiz de primeiro grau, pois, além de proferir a sentença de mérito, está ele no contato direto com o jurisdicionado, tendo, portanto, maior afinidade com as questões trazidas, constituindo um melhor referencial para a apreciação e a avaliação dos fatos e provas existentes nos autos .

Por outro lado, cabe registrar que na esteira do entendimento jurisprudencial dominante sobre o assunto, não se afigura plausível condicionar a liberação do serviço militar ao pagamento de indenização, sob pena de se estar violando garantias constitucionalmente asseguradas.

Diante do exposto, INDEFIRO A LIMINAR.

Intime-se a Agravada, nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.

Após, encaminhem-se os autos ao douto Procurador Regional da República para o colhimento de seu necessário e sempre valioso parecer.

Rio de Janeiro, 1º de julho de 2008

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

III - AGRAVO 167358 2008.02.01.010835-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE	:EVERSON SCHERRER BORGES E OUTRO
ADVOGADO	:ATILIO GIRO MEZADRE E OUTROS
AGRAVADO	:MANOEL LUIZ GARCIA E OUTRO
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
AGRAVADO	:INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA-INCRA
PROCURADOR	:LENA MARTA RIBEIRO
ORIGEM	:1 VARA JUSTIÇA FEDERAL CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES (200850020002112)

D E C I S Ã O

O Juiz de primeiro grau, no exame das questões que lhe são trazidas preliminarmente, quando externa seu juízo cautelar, é porque entendeu presentes ou ausentes os pressupostos jurídicos necessários, sejam eles: a plausibilidade jurídica do pedido, o receio de dano ou perigo na demora da intervenção judicial ou a ilegalidade ou abuso de poder dos atos de autoridades públicas.

Assim, se o MM. Juízo *a quo*, analisando o pedido nos termos da lei, externa o seu livre convencimento e conclui pelo deferimento ou indeferimento de liminar, não vejo porque deva o Tribunal "de Apelação" rever sua decisão, impondo-lhe outro entendimento, a menos que se trate de questão, cujo posicionamento esteja pacificado pelos Membros desta C. Corte ou Tribunais Superiores, não observada pelo Magistrado.

Nesta linha de raciocínio, só excepcionalmente admitir-se-ia a substituição da sua decisão, com cunho cautelar, por outra desta Eg. Turma, uma vez que o seu juízo repercute no mérito da causa e traduz sua posição preliminar, enquanto não proferida a sentença de mérito, de modo que não se justifica modificá-la, a menos que fundamentada para corrigir manifesta ilegalidade ou abuso de poder.
Deve, assim, prevalecer a decisão liminar do primeiro grau, pois, além de ser o seu prolator quem irá proferir a sentença de mérito, está ele no contato direto com o jurisdicionado, tendo, portanto, maior afinidade com as questões, constituindo um melhor referencial para a apreciação e a avaliação dos fatos e das provas existentes nos autos.

Por outro lado, deve ser registrado que o douto Julgador *a quo*, na realidade, não vislumbrou, por ocasião da audiência realizada nos autos da ação de reintegração de posse ajuizada pelo Agravante, a ocorrência de esbulho na conduta do primeiro Agravado, razão pela qual indeferiu o pedido de liminar postulado.

Diante do exposto, INDEFIRO A LIMINAR.

Intimem-se os Agravados, nos termos do art. 527, inciso V, do CPC.

Após, encaminhem-se os autos ao douto Procurador Regional da República para o colhimento de seu valioso e sempre necessário parecer.

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2008.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

SUBSECRETARIA DA 6ª TURMA ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

EXPEDIENTE Nº 1 DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

IV - APELACAO CIVEL 2000.51.01.027297-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FREDERICO GUEIROS
APELANTE	:SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE ANGRA DOS REIS - SINSPMAR E OUTROS
ADVOGADO	:MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA CONTRUCCI E OUTROS
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:LEONARDO GONCALVES ALMEIDA E OUTROS
APELADO	:OS MESMOS
ORIGEM	:DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051010272973)

Despacho na petição nº 2008.048955
do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE ANGRA DOS REIS - SINSPMAR

Devolva-se ao requerente, tendo em vista que o pedido deverá ser efetuado ao Relator dos autos (art. 94 do RITRF) e não ao Diretor da Subsecretaria.
Dê-se baixa das petições no sistema.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2008

Agamenon R. Campos
Diretor da Subsecretaria da 6ª Turma Especializada

III - AGRAVO 2002.02.01.023283-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FREDERICO GUEIROS
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:BRUNO DUTRA E OUTROS
AGRAVADO	:SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE ANGRA DOS REIS
ADVOGADO	:JOSE FRANCISCO FRANCO OLIVEIRA E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051010272973)

Despacho na petição nº 2008.048957
do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE ANGRA DOS REIS - SINSPMAR

Devolva-se ao requerente, tendo em vista que o pedido deverá ser efetuado ao Relator dos autos (art. 94 do RITRF) e não ao Diretor da Subsecretaria.
Dê-se baixa das petições no sistema.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2008

Agamenon R. Campos
Diretor da Subsecretaria da 6ª Turma Especializada

III - AGRAVO 2002.02.01.042591-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FREDERICO GUEIROS
AGRAVANTE	:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR	:FLAVIO PAIXAO DE MOURA JUNIOR
AGRAVADO	:SIND. SERV PUBLICOS MUNICIPAIS DE ANGRA DOS REIS - SINSPMAR
ADVOGADO	:JOSE FRANCISCO FRANCO OLIVEIRA E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051010272973)

Despacho na petição nº 2008.048956
do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE ANGRA DOS REIS - SINSPMAR

Devolva-se ao requerente, tendo em vista que o pedido deverá ser efetuado ao Relator dos autos (art. 94 do RITRF) e não ao Diretor da Subsecretaria.
Dê-se baixa das petições no sistema.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2008

Agamenon R. Campos
Diretor da Subsecretaria da 6ª Turma Especializada

III - AGRAVO 2004.02.01.002818-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FREDERICO GUEIROS
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SONIA LUCIA DOS SANTOS LOPES E OUTROS
AGRAVADO	:SINDICATO SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE ANGRA DOS REIS - SINSPMAR
ADVOGADO	:MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA CONTRUCCI E OUTRO
ORIGEM	:DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051010272973)

Despacho na petição nº 2008.048958
do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE ANGRA DOS REIS - SINSPMAR

Devolva-se ao requerente, tendo em vista que o pedido deverá ser efetuado ao Relator dos autos (art. 94 do RITRF) e não ao Diretor da Subsecretaria.
Dê-se baixa das petições no sistema.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2008

Agamenon R. Campos
Diretor da Subsecretaria da 6ª Turma Especializada

III - AGRAVO 2004.02.01.004663-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FREDERICO GUEIROS
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SONIA LUCIA DOS SANTOS LOPES E OUTROS
AGRAVADO	:SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE ANGRA DOS REIS - SINSPMAR
ADVOGADO	:JOSE FRANCISCO FRANCO OLIVEIRA E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051010272973)

Despacho na petição nº 2008.048959
do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE ANGRA DOS REIS - SINSPMAR

Devolva-se ao requerente, tendo em vista que o pedido deverá ser efetuado ao Relator dos autos (art. 94 do RITRF) e não ao Diretor da Subsecretaria.
Dê-se baixa das petições no sistema.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2008

Agamenon R. Campos
Diretor da Subsecretaria da 6ª Turma Especializada

EXPEDIENTE Nº 2 DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.000737-0

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA
APELANTE	:IOLANDA ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO	:NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:LEONARD DE QUEIROZ SOARES
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010007370)

DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de apelação cível interposta por IOLANDA ALVES DOS SANTOS de sentença proferida nos autos da Ação Ordinária que ajuizou em face da UNIÃO FEDERAL, objetivando a condenação da Ré ao pagamento dos valores atrasados do dia 11 de dezembro de 1990 até o dia 30 de novembro de 2003 referentes aos 47,11% incidentes sobre o vencimento-base e sobre as demais parcelas que o utilizam como base de cálculo, bem como, ao pagamento dos valores relativos aos reconhecidos reajustes de 3,17% e 28,86%, tudo corrigido monetariamente.
Gratuidade de justiça deferida (fls. 56).
A MM. Juíza *a quo* às fls. 129/136 julgou improcedente o pedido condenando a Autora no pagamento de honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa, observado o disposto o art. 12, da Lei nº 1.060/50.
Embargos de Declaração interpostos às fls. 138/151 e que foram providos às fls. 156/157.
Apelação da Autora, às fls. 158/177, requerendo a reforma da sentença.
Resposta do apelado às fls. 179/181.
Parecer do Ministério Público Federal, às fls. 184/187 pelo provimento do recurso.
Relatei, decido:
Sobre o assunto, cabe transcrever o entendimento esposado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a Lei 7.686/88, produz efeitos, tão somente, a partir de sua vigência, não podendo ser aplicada retroativamente, razão por que não há falar em direito a reajuste pretérito da referida parcela, tomando como base a incidência da URP (art. 8º do Decreto-lei nº 2.335/87), *verbis*:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. LEIS 7.686/88 E 8.460/92. ADIANTAMENTO DO PCCS. PERÍODO ANTERIOR A OUTUBRO DE 1988. REAJUSTES. INDEVIDOS. DIREITO A INCORPORAÇÃO. INEXISTÊNCIA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. A Lei 7.686/88, que tornou legítimo o pagamento do abono denominado "Adiantamento de PCCS", somente produziu efeitos a partir de sua vigência, de modo que são indevidos reajustamentos referentes ao período anterior a outubro de 1988. Precedentes.
2. A parcela denominada "Adiantamento de PCCS" foi incorporada aos vencimentos dos servidores públicos civis por força do art. 4º, II, da Lei 8.460/92, não havendo falar em direito à manutenção do pagamento dessa verba.
3. Recurso especial conhecido e improvido."
(REsp 640.072/PE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 03.04.2007, DJ 07.05.2007 p. 354)
"*RECURSO ESPECIAL. ADIANTAMENTO DO PCCS. PERÍODO ANTERIOR À LEI Nº 7.686/88. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.*
1.A matéria relativa à remuneração de servidores públicos de autarquias federais depende de lei de iniciativa do Presidente da República. É indevido, pois, o adiantamento do Plano de Classificação de Cargos e Salários concedido por decisão administrativa no período de outubro de 1987 a outubro de 1988.
2. Apenas após a MP n.º 20/88, convertida na Lei n.º 7.686/88, o benefício foi validamente instituído, sem, no entanto, legitimar o seu recebimento em período anterior à edição da lei em apreço.
3. Recurso especial não provido."
(REsp 273.146/MG, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Sexta Turma, DJ 4/10/04)
"*ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTOS. ADIANTAMENTO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS. REAJUSTE. INCORPORAÇÃO. DIREITO. INEXISTÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA 95 DO STJ.*
I - O abono pecuniário denominado "Adiantamento de PCCS" não pode ter o seu valor reajustado nos termos do art. 8° do DL 2.335/87 no período de janeiro/88 a outubro/88.
II - A Lei 7.686/88, que tornou legítimo o pagamento desta verba, somente produz efeitos a partir de sua vigência, não podendo ser aplicada retroativamente. (Precedentes.)
III - O servidor público tem direito adquirido ao quantum remuneratório, mas não ao regime jurídico de composição dos vencimentos. (Precedentes.)
IV - Tendo a Lei 8.460/92 determinado expressamente a incorporação do adiantamento pecuniário (concedido pela Lei 7.686/88) aos vencimentos dos servidores, com ressalva para o pagamento de eventual diferença, de modo a evitar a redução do quantum, não há direito à manutenção do pagamento dessa verba.
V - Na espécie, não há que se falar em prescrição qüinqüenal, afinal, a teor da súmula 85 do STJ, in verbis: "nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação"(o grifo não consta do original).
Recurso não conhecido."
(REsp 587.672/PE, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 19/12/03)
"*ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTOS. ADIANTAMENTO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS. REAJUSTE. LEI 7.686/88.*
I - O abono pecuniário denominado "Adiantamento de PCCS" não pode ter o seu valor reajustado nos termos do art. 8° do DL 2.335/87 no período de janeiro/88 a outubro/88.
II - A Lei 7.686/88, que tornou legítimo o pagamento desta verba, somente produz efeitos a partir de sua vigência, não podendo ser aplicada retroativamente.
Embargos acolhidos."
(STJ, 3ª Seção, ERESP 298.541, Rel. Min. FELIX FISCHER, unânime, DJU de 04.11.2002)
Não procede, outrossim, os argumentos da Autora, ora Apelante, de que a Medida Provisória nº 146/2003, convertida na Lei nº 10.855/2004, importou em reconhecimento expresso por parte do devedor quanto ao direito ao percentual de 47,11% sobre o "Adiantamento do PCCS", desde Janeiro de 1988, haja vista que a possibilidade de opção pela Carreira do Seguro Social, que implicaria em renúncia às parcelas de valores incorporados à remuneração, por força de decisão administrativa ou judicial referentes ao referido adiantamento, prevista no § 2°, do artigo 3°, da Lei n° 10.855/2004, não induz à assertiva de que houve a extensão do reajuste àqueles servidores que embora percebendo o adiantamento pecuniário não foram contemplados com o aludido índice.
Pelo contrário, a referida lei buscou evitar o surgimento de novas demandas judiciais ou pôr fim às que se encontravam em andamento, desde que houvesse a mencionada renúncia.
Portanto, tendo sido o aludido adiantamento pecuniário incorporado aos vencimentos dos servidores públicos, na forma do inciso II, do artigo 4º, da Lei nº 8.460/92, conforme é afirmado, inclusive, pela apelante na exordial (fls. 06), a interpretação pretendida, relativamente à Lei nº 10.855/2004, implicaria no cômputo ou acumulação de acréscimo pecuniário percebido por servidor público, para fim de concessão de acréscimos ulteriores, o que violaria flagrantemente o inciso XIV, do artigo 37, da CF/88 (com redação conferida pela Emenda Constitucional n° 19/98).
Ademais, o Poder Judiciário não tem função legislativa para prover a majoração ou a alteração de vencimentos dos seus servidores, conforme sumulou o STF, *in verbis*:
"*Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia"* (Súmula 339).
Por fim, não há que se falar em concessão dos reajustes de 3,17% e 28,86% sobre o acréscimo resultante da aplicação do índice de 47,11%, uma vez que a Autora, ora Apelante, não faz jus ao mesmo.
Destarte, seja por estar em perfeita consonância com jurisprudência dominante das Cortes Superiores seja em razão da ausência de qualquer ofensa aos dispositivos legais pertinentes à matéria, não vislumbro como agasalhar o pleito recursal.
Isto posto, nego seguimento ao recurso, com lastro no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, bem como no art. 43, § 1º, II, do Regimento Interno desta Emérita Corte Regional, com a redação da Emenda nº 41/2001.
Decorrido o prazo, sem recurso, devolvam-se os autos à instância ordinária.
P.I.
RIO DE JANEIRO, 08 DE JULHO DE 2008.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado - Relator

IV - APELACAO CIVEL 395563 2005.50.01.005045-5

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
APELANTE	:CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO ESPIRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO	:ANGELO RODRIGO T. TROTTE E OUTROS
APELADO	:PRESERVE CONSTRUÇOES E MANUNTENÇAO INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	:WERNER BRAUN RIZK E OUTROS
ORIGEM	:3ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200550010050455)

DECISÃO

Vistos, etc.
Trata-se de apelação cível interposta pelo Conselho Regional de Administração do Espírito Santo - CRA/ES, inconformado com a r. sentença, de fls. 185/192, que, nos autos da ação pelo rito ordinário, julgou procedente o pedido da parte autora *"para anular o auto de infração de n. 215/2003, bem como, extinguir as execuções fiscais de ns. 99.0005377-0 e 2003.50.01.016967-0.*
Razões do Apelante, às fls. 204/219, asseverando que:
"... tal entendimento retira do apelante o poder de polícia administrativo, o que não se pode aceitar em sede de sentença, tendo em vista que o mesmo decorre de lei, não podendo o magistrado, salvo melhor juízo, retirar-lhe tal competência. (...) o que se pode verificar efetivamente é o fato da apelada não se conformar com a multa aplicada, diga-se de passagem, estritamente dentro dos limites legais, e tentar se socorrer ao Judiciário para, através de uma sentença, inibir o poder de fiscalizar do apelante, poder, este, é bom que se frise, decorrido da CRFR/88. (...) Com efeito, verifica-se que o CRA-ES, através de seu agente de fiscalização, no ato de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei n.º 4.769/65 e o Decreto 61.934/67 regulamentador, bem como, as Resoluções Normativos do Conselho Federal de Administração n.º 125/92, alterada pelas Normativas do Conselho Federal de Administração n.º 125/92, alterada pelas Resoluções 167/95 e 158/94, definiu a necessidade de registro da apelada, como verificado da legislação acima transcrita. Dessa forma, forçoso reconhecer que a apelada está sujeita a fiscalização do CRA-ES, pois exerce atividade no campo privativo do administrador, sendo alcançada pela legislação pertinente.(...)"
Contra-razões, às fls. 223/234, requerendo o não provimento da apelação.
Parecer do Ministério Público Federal, às fls. 242/249, opinando pela manutenção da sentença recorrida.
É o sucinto relatório. Decido:
Preliminarmente, quanto à alegação de pedido juridicamente impossível, sob o argumento que o pedido da parte autora tem como objetivo afasta o poder de polícia conferido pela Constituição Federal e por Lei Federal à parte ré, ora Apelante, restou superada, uma vez que a argüição suscitada trata-se de matéria de mérito e não de processo, tendo o MM. Juízo "a quo" fundamentado a sentença recorrida com perfeita acuidade.
A ação proposta pela parte autora, ora apelada, tem como pedido a anulação do auto de infração lavrado pelo apelante, a declaração de inexistência de qualquer relação jurídica entre os litigantes, e a extinção das execuções fiscais nºs. 99.0005377-0 e 2003.50.01.016967-0.
Alega a apelante que detém poder de fiscalizar a apelada, contudo, a jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça é assente, no sentido de que a obrigatoriedade de registro da empresa perante o conselho profissional, e conseqüentemente, a definição do órgão fiscalizador, é determinada pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa.
Assim, o Conselho Regional de Administração somente tem competência para fiscalizar, atuando com poder de polícia conferido pela Constituição Federal e pela Lei, quando se tratar de empresa cuja atividade-fim seja atividade da administração.
Nesse sentido, vale trazer à colação julgados do E. STJ sobre a matéria:
"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. REGISTRO DE SUPERMERCADO JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM. VIOLAÇÃO AO ART. 15, II, DA LEI 5.903/73. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. VIOLAÇÃO AO ART. 1º DA LEI N.º 6.839/80. INOCORRÊNCIA. ATIVIDADE FIM DETERMINANTE.
1. Não pode ser conhecido pela alínea a o recurso especial em que os dispositivos de lei indicados como violados não contêm comando suficiente para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido (Súmula 284/STF).
2. A divergência jurisprudencial ensejadora do conhecimento do recurso especial pela alínea c deve ser devidamente demonstrada, conforme as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255 do RISTJ. 3. "As Turmas que compõem a 1ª Seção desta Corte têm se manifestado no sentido de que é a atividade básica da empresa que determina sua vinculação a conselho profissional" (Resp n.º 803.665, 1ª Turma, Min. Teori Zavascki, DJ de 20.03.2006). 4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido." (G.N.)
(STJ, REsp 888.982/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17.04.2007, DJ 03.05.2007 p. 231)
"ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA. ATIVIDADE BÁSICA DIVERSA. INSCRIÇÃO. NÃO OBRIGATORIEDADE.
1. "A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a especialidade da atividade básica desenvolvida pela empresa define sob a égide de qual órgão está a fiscalização de seu desempenho" (REsp 475.077/SC, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 13.12.04).
2. Para que haja julgamento extra petita faz-se necessário que tenha sido julgado questão diversa da pretendida pelo autor. 3 "Não se conhece de recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula 83/STJ). 4. Recurso especial improvido." (G.N.)
(STJ, REsp 843.422/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 13.02.2007, DJ 07.03.2007 p. 215)
"ADMINISTRATIVO. CLINICA DE SERVIÇOS MÉDICOS E DE DIAGNÓSTICO. RADIOLOGIA. NECESSIDADE DE TÉCNICO. FISCALIZAÇÃO PELO CONSELHO DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA. ATIVIDADE BÁSICA DA EMPRESA. FISCALIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS RESPECTIVOS. ARTIGO 1º, DA LEI Nº 6.839/80. VIOLAÇÃO NÃO CARACTERIZADA.
I - Este eg. Superior Tribunal de Justiça, em análise ao artigo 1º, da Lei nº 6.839/80, já tem firme entendimento jurisprudencial no sentido de que é a atividade básica da empresa que vincula sua inscrição, anotação e fiscalização junto aos Conselhos de fiscalização do exercício profissional (REsp nº 803.665/PR, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 20/03/06; REsp n º 770.453/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 01/08/06; REsp nº 724.098/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJ de 06/03/2006.
II - O objetivo social da sociedade recorrente abrange dois segmentos, quais sejam: a exploração de atividades de prestação de serviços médicos e de serviços ultrassonográficos, e a atuação do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia não se deu no âmbito da clínica, mas ocorreu no âmbito da fiscalização dos funcionários respectivos, no exercício irregular da profissão de Técnico de Radiologia, afastando-se a hipótese de violação ao artigo 1º, da Lei nº 6.839/80. III - Recurso improvido." (G.N.)
(STJ, REsp 863.568/CE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10.10.2006, DJ 26.10.2006 p. 268)
"ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS. REGISTRO. NÃO-OBRIGATORIEDADE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO STJ.
1. A obrigatoriedade de inscrição no órgão competente subordina-se à efetiva prestação de serviços, que exijam profissionais cujo registro naquele Conselho seja da essência da atividade desempenhada pela empresa.
2. In casu, a recorrida, consoante evidenciado pela sentença, desempenha o comércio de produtos agropecuários e veterinários em geral, como alimentação animal, medicamentos veterinários e ferramentas agrícolas, portanto, atividades de mera comercialização dos produtos, não constituindo atividade-fim, para fins de registro junto ao Conselho Regional de Medicina veterinária, cujos sujeitos são médicos veterinários ou as empresas que prestam serviço de medicina veterinária (atividade básica desenvolvida), e não todas as indústrias de agricultura, cuja atividade-fim é coisa diversa.
3. Aliás, essa é a exegese que se impõe à luz da jurisprudência desta Corte que condiciona a imposição do registro no órgão profissional à tipicidade da atividade preponderante exercida ou atividade-fim porquanto a mesma é que determina a que Conselho profissional deve a empresa se vincular. Nesse sentido decidiu a 1ª Turma no RESP 803.665/PR, Relator Ministro Teori Zavascki, DJ de 20.03.2006, verbis: "ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS. REGISTRO. NÃO-OBRIGATORIEDADE. 1. A atividade básica da empresa vincula a sua inscrição e a anotação de profissional habilitado, como responsável pelas funções exercidas por esta empresa, perante um dos Conselhos de fiscalização de exercício profissional. 2. A empresa cujo ramo de atividade é o comércio de produtos agropecuários e veterinários, forragens, rações, produtos alimentícios para animais e pneus não exerce atividade básica relacionada à medicina veterinária, e, por conseguinte, não está obrigada, por força de lei, a registrar-se junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária. 3. Precedentes do STJ: REsp 786055/RS, 2ª Turma, Min. Castro Meira, DJ de 21.11.2005; REsp 447.844/RS, Rel.ª Min.ª Eliana Calmon, 2ª Turma, DJ de 03.11.2003. 4. Recurso especial a que se nega provimento."
4. Recurso especial desprovido." (G.N.)
(STJ, REsp 724.551/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17.08.2006, DJ 31.08.2006 p. 217).
No caso em questão, a Empresa-Apelada tem como objeto, previsto em contrato social, às fls. 20/24, *"a prestação de serviços técnicos dentro do seguinte campo de atividade: Manutenção industrial, mecânica e elétrica; pinturas industriais em geral; limpeza industriais; e assessoramento técnico a essas atividades."* (fl. 20).

Com efeito, não cabe ao Conselho de Administração fiscalizar a Apelada, lavrando auto de infração, com aplicação de multa, e posterior execução, tendo em vista que não detém o poder de fiscalizar empresa cuja atividade básica desempenhada seja totalmente diversa da atividade da administração.
Isto posto, nego seguimento à apelação, com lastro no art. 557, "caput", do Código de Processo Civil.
Decorrido "in albis" o prazo para recurso, remetam-se os autos ao Juízo "a quo", nos moldes regimentais, para as providências pertinentes.
P.I.
Rio de Janeiro, 07 de julho de 2008.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado - Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.002142-7

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA
AGRAVANTE	:CLAUDIA PORTO CARDOSO
ADVOGADO	:ANTONIO AUGUSTO DE SOUZA MALLET E OUTROS
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:JOSE LEITAO FILHO E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200051010319620)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra deliberação que determinou a baixa dos autos após a expedição do alvará (fl. 11).
Foram oferecidas contra-razões.
Decido.
O recurso perdeu o objeto, tendo em vista que o juízo de origem, verificando a existência de recurso que impugnava a decisão que indeferiu o pedido de arbitramento de honorários, suspendeu o processo. Vejamos:
"Tendo em vista as petições de fls. 226/227 e 229/237, comunicando a existência de agravo de instrumento, interposto contra decisão de fl. 160, pendente de julgamento no TRF da 2ª Região, suspenda-se o presente processo, no aguardo da comunicação do decisum".
Dessa forma, restou reconsiderada a decisão que deliberou pelo arquivamento dos autos, a justificar a incidência do art. 529 do CPC.
Por outro lado, consultando-se o sistema de acompanhamento processual desta Corte, observa-se que o agravo de instrumento nº 2005.02.01.012738-5, no qual se objetivava a outorga de verba honorária, foi provido pela Colenda Sexta Turma Especializada, havendo trânsito em julgado e baixa dos autos à Vara de origem.
Isto posto,
Nego seguimento ao recurso, nos termos do art. 557 do CPC.
Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado - Relator

III - AGRAVO 2007.02.01.013541-0

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA
AGRAVANTE	:UNIAO FEDERAL
AGRAVADO	:JORGE LUIZ GOMES
ADVOGADO	:WELLINGTON MOUSINHO LINS DOS SANTOS
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (8700015890)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União contra decisão proferida nos termos abaixo:
"1. Fls. 304/342: Forneça o autor, no prazo de 05 (cinco) dias, as cópias necessárias.
2. Cumprida a determinação supra, expeça-se ofício ao Comandante Militar do Leste, conforme requerido, para que cumpra o julgado, no tocante à obrigação de fazer, concedendo a reforma do autor, retroativamente a 09/01/1986, com proventos da graduação que possuía na ativa, com os efeitos jurídicos daí decorrentes, observando os limites do pedido inicial, nos termos da sentença de fls. 262/265. Fixo prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento, sob pena de fixação de multa por dia de atraso, conforme o art. 461 e § 4.º do CPC.
2.1 No mesmo prazo, deve a autoridade supracitada encaminhar ao juízo a planilha dos atrasados devidos, desde a data do desligamento, nos termos da coisa julgada.
3. Após, dê-se vista à Advocacia Geral da União, no prazo de agravo".
Impugna a recorrente a estipulação da multa.
Foram apresentadas contra-razões.
O MPF manifestou-se no sentido de inexistir interesse a justificar sua intervenção.
Decido.
Entendo que o recurso perdeu o seu objeto, eis que, utilizando-se o sistema de consulta processual desta Corte, verifica-se que a Administração não se omitiu no cumprimento do julgado, a justificar a incidência da multa. Tanto é assim que, em decisão posterior, deliberou o juízo de origem quanto à necessidade de o autor fornecer elementos para a implementação do benefício em folha de pagamento. Vejamos:
"Intime-se pessoalmente o autor para que esclareça se providenciou a documentação necessária à implantação em folha de pagamento, conforme requerido pelo Comando Militar do Leste (fls. 373/374), no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos até a provocação do interessado".
Ademais, posteriormente, o juízo despachou, fornecendo novo prazo de 30 dias para a AGU cumprir o item 2.1. da decisão agravada, como se observa abaixo:
"Providencie a Advocacia Geral da União, no prazo de 30 (trinta) dias, o cumprimento do item 2.1 do despacho de fl. 353".
O item 2.1. da deliberação de fl. 353 (decisão agravada) dispõe que a autoridade deveria "*encaminhar ao juízo a planilha dos atrasados devidos, desde a data do desligamento, nos termos da coisa julgada*", envolvendo, portanto, elementos para a viabilização de cálculo a instruir execução por quantia certa dos valores atrasados, o que gera a inevitável conclusão de que a obrigação de fazer, com inclusão em folha de pagamento, já foi efetivada sem o uso da multa. Isto porque a implementação em folha é o termo final do cálculo dos atrasados.
Ante o exposto,
Nego seguimento ao recurso, nos termos do art. 557 do CPC.
Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado - Relator

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.026396-1

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA
APELANTE	:ALESSANDRO FREIRE DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO	:SEM ADV0GADO
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:ANA PAULA VASCONCELLOS VAZ E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010263961)

DECISÃO

Peticionam os patronos da parte apelante, à fl. 326 noticiando a renúncia ao mandato por ela outorgado.
O ato de renúncia somente se aperfeiçoa e produz efeitos com a prova da ciência do mandante para que constitua novo advogado, conforme determina o artigo 45 do Código de Processo Civil.
A parte apelante foi devidamente cientificada da renúncia ao mandato, conforme documentos acostados às fls. 327/328. Ainda assim, houve a intimação pessoal da Autora Andréia Borges Freire da Silva (fls. 332v) para regularizar a sua representação processual, tendo expirado o prazo legal de 10 (dez) dias sem que tenha constituído novo procurador nos autos.
Entendo, inclusive, que seria dispensável qualquer diligência judicial diante do próprio conteúdo do art. 45 citado.
Assim, encontrando-se a parte Apelante despida de capacidade postulatória, não deve ser conhecido o apelo, pela falta de requisito de admissibilidade.
Isto posto, nego seguimento ao apelo, com fulcro no art. 557 do CPC.
Decorrido o prazo in albis, remetam-se os autos à vara de origem, para arquivamento, observadas as cautelas legais.
P.I.
Rio de Janeiro, 07 de julho de 2008.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado - Relator

EXPEDIENTE Nº 3 DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

III - AGRAVO 166921 2008.02.01.009906-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:BELMIRO RUFINI VALENTE
ADVOGADO	:BELMIRO RUFINI VALENTE
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
ADVOGADO	:TUTECIO GOMES DE MELLO E OUTROS
ORIGEM	:SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010060759)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo, interposto por Belmiro Rufini Valente, em face da decisão trazida aos autos por cópia às fl. 11/12 que determinou-lhe *"(...) o depósito da importância de R$8.816,64 em quatro vezes, cumulado com a mensalidade (...)"* afeta a contrato de mútuo financeiro habitacional.
Sustenta o agravante às fl. 04/09 que *"(...) há vívido interesse tanto das embargadas, quanto do embargante, na celebração de uma transação que produza a renegociação do contrato (...)"*, pelo que pleiteia pela suspensão dos efeitos da decisão impugnada até a ocorrência da audiência conciliatória.
Autos conclusos em 27.06.2008, pelo que, devidamente relatado, passo a decidir.
De fato, observa-se que, embora em data posterior à da prolação da decisão agravada, a CEF e/ou EMGEA juntaram petição requerendo ao Juízo de Primeiro Grau a designação de dia e hora para realização de audiência de conciliação, ocasião em que apresentarão proposta de acordo (fl. 60).
Ora, de fato, observa-se a nítida ausência de resistência pelas ora agravadas à realização de audiência de conciliação, além do mútuo interesse das partes em transacionarem acerca do objeto da demanda, inexistindo, portanto, prejuízos à concessão da medida vindicada.
Isto posto, na forma do artigo 558 do Código de Processo Civil, atribuo o efeito suspensivo pleiteado à decisão de fl. 11/12, para suspender a obrigação de o ora agravante proceder ao referido depósito, até que seja realizada a pertinente audiência de conciliação, na qual a CEF ou a EMGEA apresentarão suas propostas. Comunique-se. Por oportuno, intime-se o agravado para contra-razões no prazo legal. Após, com ou sem resposta, voltem conclusos ao eminente relator.
Rio de Janeiro, 27 de junho de 2008.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado - Relator

EXPEDIENTE Nº 4 DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

III - AGRAVO 2008.02.01.004986-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL BENEDITO GONCALVES
AGRAVANTE	:AMAURY COUTO PRADO E OUTROS
ADVOGADO	:RENATO BERTOLA MIRANDA E OUTROS
AGRAVADO	:UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR	:MARCELE SILVEIRA VIDAL BALDANZA
ORIGEM	:2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200450010066641)

DECISÃO

Tendo em vista a informação prestada através do OFÍCIO n.º OFI.0012.000348-6/2008-Gab. 12.ª VF, no qual se verifica que foi prolatada sentença nos autos da ação mandamental, onde foi proferida a decisão liminar agravada, é mister reconhecer que resta prejudicado o objeto do presente recurso.
Do exposto, com esteio no art. 557, *caput*, do CPC c/c art. 43, § 1º, I, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o agravo de instrumento, pela flagrante perda de seu objeto.
Oportunamente, remetam-se os autos à Vara de origem, com as cautelas de praxe. (art. 227, parágrafo único, do RI).
Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro, 30 de junho de 2008.

CARLOS GUILHERME FRANCOVICH LUGONES
Juiz Federal Convocado
(art. 56, inciso I, do RI-TRF/2ª Região)

EXPEDIENTE Nº 5 DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2007.51.01.002779-1

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:FGF COM/ E SERVICOS DE ESTERILIZACAO EM OXIDO DE ETILENO LTDA
ADVOGADO	:FREDERICO AUGUSTO D'AVILA RIANI E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 24A VARA-RJ
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010027791)

DESPACHO

Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestem acerca do pedido de assistência formulado às fls.418/438, nos termos do art. 51 do CPC.
Rio de Janeiro, 27 de junho de 2008.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado - Relator

EXPEDIENTE Nº 6 DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

III - AGRAVO 2008.02.01.008460-0

RELATOR	:JUIZ FEDERAL CONVOCADO JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA
AGRAVANTE	:JOSE RUNGERIO MONTEIRO E OUTROS
ADVOGADO	:JOSE RUNGERIO MONTEIRO E OUTROS
AGRAVADO	:CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAARJ
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
AGRAVADO	:ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - RIO DE JANEIRO
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:QUARTA VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA (200851040010529)

DECISÃO

Fls. 87/88. Noticiam os Agravantes a desistência do feito originário, informando ainda que o presente estaria prejudicado em face da aludida desistência, pelo que requerem a extinção do presente agravo de instrumento.
Da consulta à ficha processual do feito originário, que ora determino a juntada, tem se que tal pedido ainda não foi apreciado.

Sendo assim, do petitório de fls 87/88, verifica-se que os agravantes não possuem mais interesse no prosseguimento do feito, devendo tal manifestação ser considerada como pedido de desistência do agravo de instrumento.
Isto posto, homologo a desistência do recurso, nos moldes do art. 501 do Código de Processo Civil, pelo que ao mesmo nego seguimento.
Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos à instância inferior para arquivo, consoante previsão regimental.
P.I.
Rio de Janeiro, 03 de julho de 2008.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Juiz Federal Convocado - Relator

EXPEDIENTE Nº 7 DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.010360-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FREDERICO GUEIROS
APELANTE	:IOLA VALENTE CARVALHO VIANA
ADVOGADO	:JOYCE GOMES DE MENEZES E OUTRO
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA E OUTROS
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010103603)
REQUERENTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:RENATO CORTES NETO

Despacho

Fls. 156/158: Indefiro, não consta nos autos instrumento de mandato em nome da advogada subscritora da petição de substabelecimento de fls. 157.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2008.

FREDERICO GUEIROS
Relator

EXPEDIENTE Nº 8 DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

III - AGRAVO 2007.02.01.007515-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FREDERICO GUEIROS
AGRAVANTE	:ITAIPAVA ECOLOGICO PNEUS LTDA
ADVOGADO	:REGINALDO MARTINS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
AGRAVADO	:INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR	:SEBASTIÃO HENRIQUE DA SILVA LIMA
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010044326)

Decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ITAIPAVA ECOLÓGICO PNEUS LTDA. em face de decisão que indeferiu o pleito para que fosse determinado à Administração que emitisse licença de importação de pneus usados para utilização como matéria prima pela indústria nacional de reforma, dentre outros pedidos alternativos.
O MM Juiz da 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro, através do Ofício nº 049/2008-GAB, datado de 17/06/2008, cuja cópia deve ser juntada, noticia que foi prolatada sentença nos autos da ação ordinária nº 2007.51.01.004432-6, originária deste agravo, julgando improcedente o pedido.
Verifica-se a perda de objeto deste agravo, uma vez que a decisão que defere ou indefere medida antecipatória da tutela é substituída pela sentença. A propósito, vejam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PROLAÇÃO DE SENTENÇA - PERDA DE OBJETO - ERRO MATERIAL QUE SE CORRIGE.
1. Sentenciado o feito, perde o objeto, restando prejudicado, o recurso especial interposto de acórdão que examinou agravo de instrumento de decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela.
2. A sentença de mérito que confirma o provimento antecipatório absorve seus efeitos, por se tratar de decisão proferida em cognição exauriente; se de improcedência a sentença, resta cassado o provimento liminar.
3. Precedentes do STJ.
4. Agravo regimental parcialmente provido, tão-somente para a correção de erro material.
(AgRg no AgRg no Resp 917581/PR, rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 17.10.2007, p. 281).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. PERDA DE OBJETO DO RECURSO RELATIVO À MEDIDA LIMINAR. PRECEDENTES. DESPROVIMENTO.
1. "Perde objeto o recurso relativo à antecipação da tutela quando a sentença superveniente (a) revoga, expressa ou implicitamente, a liminar antecipatória (o que pode ocorrer com juízo de improcedência ou de extinção do processo sem julgamento de mérito), ou, (b) sendo de procedência (integral ou parcial), tem aptidão para, por si só, irradiar os mesmos efeitos da medida antecipatória. Em qualquer dessas situações, o provimento do recurso relativo à liminar não teria o condão de impedir o cumprimento da sentença superveniente" (AgRg no REsp 506.887/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 7.3.2005).
2. "As medidas liminares, editadas em juízo de mera verossimilhança, têm por finalidade ajustar provisoriamente a situação das partes envolvidas na relação jurídica litigiosa e, por isso mesmo, desempenham no processo uma função por natureza temporária. Sua eficácia se encerra com a superveniência da sentença, provimento tomado à base de cognição exauriente, apto a dar tratamento definitivo à controvérsia, atendendo ou não ao pedido ou simplesmente extinguindo o processo" (REsp 810.052/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 8.6.2006).
3. Agravo regimental desprovido.
(AgRg no Resp 638561/RS, rel. Min. Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 06.09.2007, p. 195).

Em face do exposto, julgo prejudicado o presente agravo de instrumento por perda de objeto e, em conseqüência, nego-lhe seguimento, nos termos do art. 557 do Código de Processo Civil c/c art. 43, parágrafo 1º,incisos I e II, do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se. Intimem-se.
Oportunamente, dê-se baixa na distribuição e encaminhem-se os autos ao juízo de origem, para arquivamento, observados os procedimentos de praxe.
Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

FREDERICO GUEIROS
Relator

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DE JULGAMENTOS

ACÓRDÃOS

EXPEDIENTE Nº 1 DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.023988-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL FREDERICO GUEIROS
APELANTE	:ALESSANDRO MARCAL DA COSTA MAGALHAES
ADVOGADO	:HUMBERTO SILVA
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010239880)

EMENTA

ADMINISTRATIVO - MILITAR - REFORMA - IMPOSSIBILIDADE - LAUDO PERICIAL - ENFERMIDADE QUE NÃO TORNA O AUTOR TOTAL E DEFINITIVAMENTE INCAPAZ PARA OUTRAS ATIVIDADES LABORATIVAS.

1. O Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/80) exige como requisito para a transferência à inatividade mediante reforma a constatação da incapacidade definitiva do militar para o serviço ativo.
2. Há que ser indeferido pedido de reforma de militar, se o laudo pericial acostado aos autos, além de não ser conclusivo em relação ao nexo de causalidade entre o desenvolvimento da doença na região macular do olho esquerdo e a atividade exercida pelo militar no quartel, atesta que o autor não é inválido para todo e qualquer trabalho, uma vez que possui visão normal com o olho direito, não necessitando de cuidados permanentes de enfermagem, ou de hospitalização permanente ou eventual.
3. Apelação improvida. Sentença confirmada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
Rio de Janeiro, 30 de abril de 2008 (data do julgamento).

FREDERICO GUEIROS
Relator

SUBSECRETARIA DA 7ª TURMA ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

EXPEDIENTE Nº 76 DO DIA 9 DE JULHO DE 2008

III - AGRAVO 166078 2008.02.01.008309-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
AGRAVANTE	:SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-SINTRASEF
ADVOGADO	:ANTONIO CARLOS MACEDO SILVA E OUTROS
AGRAVADO	:FUNDACAO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE
PROCURADOR	:SEM PROCURADOR
ORIGEM	:DÉCIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200851010068001)

DESPACHO

Desconsidere-se a petição de fls. 58/61, uma vez que, com a conversão do Agravo de Instrumento em Agravo Interno, não há que se falar em contra-razões da parte agravada.
Cumpra-se a parte final da Decisão de fls. 52/56.

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2008.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 410599 1995.51.01.016703-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:CARLOS EDUARDO LEITE SABOYA E OUTROS
APELADO	:EVANDRO DE MATOS PEIXOTO E OUTROS
ADVOGADO	:ITAN MARTINS MATTOS E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9500167034)

DESPACHO

Intime-se a Parte Ré para que se manifeste sobre o recurso interposto às fls. 594/596.
Rio de Janeiro, 18 de junho de 2008.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 330038 1996.51.01.015677-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
PROCURADOR	:LISETTE BIANCHI E OUTROS
APELADO	:MAURICIO MAGALHAES CAMPOS E OUTROS
ADVOGADO	:MARIA DAS GRACAS C. LIMA DE ANDRADE
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9600156778)

DESPACHO

À VISTA DA INFORMAÇÃO DE FL. 1632 DE QUE OS MUTUÁRIOS PROCEDERAM BAIXA À HIPOTECA JUNTO AO REGISTRO DE IMÓVEIS, MANIFESTE-SE A CEF SOBRE O INTERESSE NO JULGAMENTO DO RECURSO DE AGRAVO INTERNO, ÀS FLS. 1635/1636.
INTIME-SE A AGRAVANTE.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2008.

Reis Friede
Relator

III - AGRAVO 2008.02.01.008102-7

RELATOR	:SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE	:JOSE JOSAPHAT MAYRINK E OUTRO
ADVOGADO	:LEONARDO CAMANHO CAMARGO E OUTROS
AGRAVADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:1A. VARA FEDERAL - NITEROI/RJ (200751020031500)

DESPACHO
Intime-se o agravado para a contraminutar.
Rio de Janeiro, 01 de Julho de 2008.

SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

III - AGRAVO 2008.02.01.008079-5

RELATOR	:SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:HUMBERTO PESSOA PAES PINTO (RJ107955) E OUTROS
AGRAVADO	:ALVIMAR LOBO ALBINO
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
ORIGEM	:OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200851010122640)

DESPACHO

Nada a reconsiderar na decisão de fls. 64; cumpra-se sua parte final.
Rio de Janeiro, 04 de julho de 2008

SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2006.51.01.023765-3

RELATOR	:SERGIO SCHWAITZER
APELANTE	:HIDROMEC IND/ COM/ E LTDA
ADVOGADO	:OTAVIO BEZERRA NEVES E OUTROS
APELADO	:JCTM COMERCIO E TECNOLOGIA LTDA

ADVOGADO	:JAIRO ANTONIO VIEIRA E OUTROS
APELADO	:CIA/ DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS-CPRM
PROCURADOR	:RODRIGO MARIANO DIAS CARNEIRO
ORIGEM	:SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010237653)

DESPACHO
Considerando que a redistribuição para a 6ª Vara ocorreu em 14/04/2008, ou seja, dentro do prazo concedido ao apelado, o qual, por sua vez, requereu a devolução do prazo tempestivamente (14/04/2008 - fls. 223), sem que tal pedido fosse apreciado pelo Juízo a quo, defiro a devolução do prazo para contra-razões.
Rio de Janeiro, 07 de Julho de 2008.

SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

EXPEDIENTE Nº 244 DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

III - AGRAVO 2008.02.01.009578-6

RELATOR	:JUIZ FED. CONV. LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO/NO AFAST. RELATOR
AGRAVANTE	:AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP
PROCURADOR	:SIMONE MAGALHAES ABREU
AGRAVADO	:THIAGO ROCHA LADEIRA
ADVOGADO	:FRANCISCO JOSE PEREIRA LYRIO E OUTRO
ORIGEM	:VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200851010085552)

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto pela AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP contra decisão que, no curso do mandado de segurança impetrado por THIAGO ROCHA LADEIRA em face do Diretor-Geral da ANP, em razão da reprovação e eliminação do concurso público Edital nº 001/2008 - ANP por não ter o impetrante apresentado o diploma de curso superior, concedeu liminar para que o impetrante participe do curso de formação do referido concurso, ressalvada a existência de outros óbices, que não a falta da apresentação do diploma do curso superior de tecnologia em processamento de dados.

2. Deve ser negado seguimento ao presente recurso.

Com efeito: Não obstante a imprescindibilidade de preenchimento de todos os requisitos previstos no Edital para a participação de 2ª etapa de concurso (curso de formação), cuja convocação se deu em 21.05.2008 (fl. 126), em observância aos princípios da legalidade, da moralidade e da vinculação ao edital, certo é que não se mostra razoável indeferir a participação do candidato que, em 23 de dezembro de 2005, concluiu o Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados do Instituto de Ciências Exatas, tendo sido expedida a respectiva certidão, por parte daquela Escola, em 12 de abril de 2006 (fl. 68).

O certificado de conclusão emitido pela UNEB supre temporariamente a necessidade de exibição do diploma reclamado, pois atesta que o candidato concluiu a graduação exigida, obtendo o grau que o habilita a concorrer ao cargo almejado.

Neste sentido, vejam-se os seguintes arestos:

ENSINO SUPERIOR. COLAÇÃO DE GRAU. DIPLOMA. INSCRIÇÃO NO CRMV.
I - A exigência de comprovação da conclusão do curso foi plenamente satisfeita através de outro meio igualmente idôneo, consubstanciado em documento expedido pela própria universidade, não sendo razoável, desta feita, a exigência de apresentação exclusivamente do diploma para a pretendida inscrição;
II - Remessa Necessária improvida. (TRF 2ª Região - 7ª T. ROMS 20055001006879-4. Rel. Des. Fed. Reis Friede, DJ de 01.03.2007).

ADMINISTRATIVO. REGISTRO PROFISSIONAL. MÉDICOS VETERINÁRIOS E ZOOTECNISTAS. INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESPÍRITO SANTO - CRMV/ES. INDEFERIMENTO SOB O FUNDAMENTO DA NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DO DIPLOMA (ART. 2º, ALÍNEA "A" E 3º, DA LEI Nº 5.517/68). IMPOSSIBILIDADE. A CERTIDÃO DE COLAÇÃO DE GRAU EXPEDIDA PELA INSTITUIÇÃO CURSADA PORTA FÉ PÚBLICA E ATENDE À FINALIDADE DA LEI. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE (ART. 2º, DA LEI Nº 9784/99) E À DIRETRIZ TRAÇADA À ATUAÇÃO DO LEGISLADOR, INSCULPIDA NO ART. 5º, INCISO XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
1. Exigência legal no sentido da apresentação do diploma, entre outros documentos, de forma a conferir-se aos médicos veterinários e zootecnistas recém formados, o registro junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, de modo a possibilitar-lhes o exercício da profissão.
2. Da demora, contudo, da instituição responsável pela expedição e registro do referido documento não pode resultar prejuízo ao exercício da profissão para a qual os interessados encontram-se aptos.
3. O diploma legal do qual tais exigências são extraídas tem que ser interpretado em conformidade com a Constituição Federal que, por sua vez, apregoa o "*livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão*".
4. Prevalência, na hipótese, do princípio da razoabilidade, insculpido no art. 2º, da Lei nº 9.784/99.
5. Acresce que o certificado de colação de grau, além de portar fé pública, traduz os mesmos efeitos que o diploma, durante o tempo em que pende de conclusão a expedição deste documento. (Precedente desta Quinta Turma Especializada - AMS 54042/ES - Rel. DES. FED. VERA LÚCIA LIMA).
6. Remessa improvida. (TRF 2ª Região - 5ª T. ROMS 20055001001428-1. Rel. Des. Fed. Antônio Cruz Netto, DJ de 05.03.2007)

MANDADO DE SEGURANÇA - SELEÇÃO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO - ATRASO NA ELABORAÇÃO DO DIPLOMA PELA PRÓPRIA UNIVERSIDADE IMPETRADA - AUSÊNCIA DO DOCUMENTO SUPRIDA PELA DECLARAÇÃO DE COLAÇÃO DE GRAU E DE REQUERIMENTO DO DIPLOMA PELA IMPETRANTE.
I - Sentença em Mandado de Segurança que concedeu a segurança postulada na exordial, confirmando a liminar deferida, para determinar à autoridade Impetrada procedesse à contratação da Impetrante no cargo de Professor Substituto para o Setor Curricular de Ciências Biológica da UFRJ.
II - Deve ser mantida a Sentença, reconhecendo-se que a demora injustificada na expedição do diploma da Impetrante deveu-se, exclusivamente, a atraso da própria UFRJ, não podendo a Impetrante ser prejudicada por exigências não cumpridas, por falha da autoridade coatora.
III - A Declaração, emitida pela universidade, supre temporariamente a necessidade de exibição daquele documento, atestando que a candidata concluiu a graduação exigida, obtendo o grau que a habilita a exercer o cargo almejado.
IV - Precedentes desta Corte: REO 8902038556, TRF 2ª Região, Terceira Turma, Relator Des. Fed. NEY VALADARES, julgado em 21.05.1990, publicado no DJ de 03.07.1990 e REO 8902037312, TRF da 2ª Região, Segunda Turma, Relator Des. Fed. ALBERTO NOGUEIRA, julgado em 11.12.1990, publicado no DJ de 19.02.1991.
V - *"O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso público"* (Súmula 266, do STJ).
VI- Remessa Necessária e Apelação a que se NEGA PROVIMENTO
(TRF 2ª Região, AMS nº - 42937/RJ, 8ª T. Esp., unân., Rel. Des. Fed. Raldênio Bonifácio Costa, DJU 03/09/2007, p. 553).

3. Ante o exposto, *nego seguimento* ao presente agravo, nos termos do art. 557 do Código de Processo Civil e art. 43, § 1º, II, do Regimento Interno desta Corte.

Arquivem-se, após a baixa.

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2008.

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2008.02.01.010802-1

RELATOR	:JUIZ FED. CONV. LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO/NO AFAST. RELATOR
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES E OUTROS
AGRAVADO	:MARIA WANES DE OLIVEIRA E CONJUGE
ADVOGADO	:SONIA CARVALHO DE SOUZA E OUTRO
ORIGEM	:QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251510016358)

DECISÃO

1. Deve ser negado seguimento ao presente recurso. Com efeito: a agravante não instruiu o instrumento do agravo com a certidão da intimação da decisão recorrida, nem com cópia de qualquer outro expediente que permita a verificação da tempestividade do agravo, descumprindo, destarte, o inciso I do art. 525 do Código de Processo Civil.

Vale ressaltar que a consulta processual obtida junto ao Sistema Apolo de fl. 08 não supre a exigência do supracitado dispositivo legal, visto que, *conforme consta do próprio documento*, as informações nele contidas não produzem efeitos legais, eis que somente a publicação no D. O. tem validade para a contagem de prazos.

2. Ante o exposto, *nego seguimento* ao presente agravo, consoante o art. 557, *caput*, do CPC, e o art. 43, § 1º, II, do Regimento Interno deste Tribunal.

P.I.

Arquivem-se, após a baixa.
Rio de Janeiro, 07 de julho de 2008.

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2008.02.01.010237-7

RELATOR	:JUIZ FED. CONV. LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO / NO AFAST. RELATOR
AGRAVANTE	:BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES
ADVOGADO	:LUCIANE APARECIDA POLETTI MOREIRA E OUTROS
AGRAVADO	:JULIANA HUANG
ADVOGADO	:JULIANA HUANG
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200851010092970)

DECISÃO

1. Com relação à petição de fls. 79/106, não procede o pedido de reconsideração, devendo ser mantida a decisão de fls. 69/73 por seus próprios fundamentos, não tendo sido, ademais, apresentado argumento novo que pudesse infirmar suas conclusões.

2. Quanto ao "agravo regimental", interposto com base no art. 241 do Regimento Interno desta Corte, não se pode olvidar que o parágrafo único do art. 527 do CPC, com a redação determinada pela Lei nº 11.187, de 19.10.2005, em redação tortuosa, tornou irrecorrível a decisão liminar, proferida nos casos dos incisos II e III do *caput* do mencionado dispositivo, que "somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar".

Bem ou mal, *legem habemus* e não pode subsistir o denominado agravo interno, previsto no Regimento Interno do Tribunal, simplesmente porque regimentos internos, como diz o próprio nome, restringem-se a questões internas do tribunal: "Compete privativamente aos tribunais eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, *com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes*, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos" (art. 96, inciso I, letra *a*, da Constituição Federal).

A criação ou extinção de recursos, é matéria submetida ao princípio da legalidade estrita, da competência privativa da União, como se observa do artigo 22, inciso I, da Constituição da República.

Assim sendo, não tem mais cabimento a interposição do agravo interno/regimental, como tem decidido a jurisprudência predominante: "Incabível a interposição de agravo regimental após a edição da Lei nº 11.187/2005, que deu nova redação ao parágrafo único do art. 527 do CPC" (TRF 5ª Reg., 1ª Turma, AG nº 71223/CE, Rel. Des. Fed. Francisco Wildo, unân., *DJ* de 27/04/2007, p. 862).

No mesmo sentido:

"AGRAVO INTERNO. CONVERSÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO RETIDO. PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 527 DO CPC. NÃO CONHECIMENTO.
1. Não se conhece de agravo interno, tendo em vista que a decisão impugnada foi proferida em abril de 2007, na vigência da Lei 11.187/05, que suprimiu o cabimento de agravo interno contra decisão que converte o agravo de instrumento em agravo retido (CPC, parágrafo único do art. 527).
2. Diante da impossibilidade de recurso contra tal ato, por vontade do legislador infraconstitucional, descabe o uso de meio impugnativo previsto em Regimento Interno para a hipótese.
3. Agravo interno não conhecido." (TRF 2ª Reg., 3ª Turma, AG nº 2007.02.01.000999-3/RJ, Rel. Juiz Fed. Conv. Jose Neiva, unân., julg. em 29.05.2007

"PROCESSUAL CIVIL. PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 527 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº. 11.187/2005. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.
I - O parágrafo único do artigo 527, com a redação dada pela Lei n. 11.187/2005 dispõe que a decisão liminar, proferida nos casos dos incisos II e III do caput deste artigo, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.
II - Agravo regimental não conhecido." (TRF 1ª Reg., 8ª Turma, AGA nº 200601000123201/DF, Rel. Des. Fed. Carlos Fernando Mathias, unân., *DJ* de 25.05.2007, p. 172).

Ante o exposto, *não admito* o agravo interno.

2. Cumpra-se o determinado às fls. 69/73, *in fine*.

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2008.

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO 2008.02.01.010516-0

RELATOR	:JUIZ FED. CONV. LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO/NO AFAST. RELATOR
AGRAVANTE	:AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP
PROCURADOR	:SIMONE MAGALHAES ABREU
AGRAVADO	:PETROSYNERGY LTDA
ADVOGADO	:GUILHERME GUERRA D'ARRIAGA SCHMIDT E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200851010095752)

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto pela AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEL - ANP contra decisão que, no curso da ação ordinária, determinou que a recorrente se abstenha de executar a garantia financeira referente ao contrato de concessão celebrado com a empresa Petrosinergy, extinto em razão do não cumprimento, pela concessionária, do Programa Exploratório Mínimo dos blocos objeto da licitação dentro dos prazos estipulados.

Sustenta a recorrente, em síntese, que houve resolução de pleno direito do contrato em virtude de descumprimento de cláusula contratual, pois a Cláusula 5ª do contrato determina que a solicitação fundamentada do pedido de prorrogação do prazo para a finalização do 1º período exploratório deve ser encaminhada à ANP com antecedência mínima de 72 horas, o que não ocorreu *in casu*, já que o protocolo de tal pedido ocorreu somente um dia antes do término do período inicialmente previsto; que a Cláusula 30ª dispõe que, se o concessionário deixar de cumprir prazo fixado pela ANP para o adimplemento de obrigação pendente, o contrato pode ser rescindido; que a concessionária, ao deixar de atender a uma das cláusulas compactuadas referente ao Programa Exploratório Mínimo, deu causa à extinção do contrato por inadimplemento por culpa sua, decorrendo daí a necessidade de execução da garantia financeira contratualmente pactuada; que a empresa não vem pagando royalties, em descumprimento à Cláusula 33ª; que as garantias financeiras que subsidiaram o compromisso assumido pela concessionária vencem em 12.10.2008 e 12.11.2008, e, portanto, manter suspensa a execução da garantia pode representar subtraí-la.

2. Deve ser indeferido o pedido de suspensão da eficácia da decisão recorrida porque não se mostra relevante a fundamentação. Com efeito: o deferimento ou não de liminar ou antecipação de tutela se insere no poder geral de cautela do juiz, que tem melhores condições de verificar a presença dos requisitos necessários à vista dos elementos constantes do processo.
Desse modo, consoante a jurisprudência predominante, somente é possível a modificação de decisão teratológica ou fora da razoabilidade jurídica, ou em casos de flagrante ilegalidade ou abuso de poder (Nesse sentido: TRF 2ª Região - 8ª T. AI 2006.02.01.008831-1. Rel. Des. Poul Erik Dyrlund. J. em 14.02.2007; TRF 2ª Região - 3ª T. AI 2006.02.01.006583-9. Rel. Des. Paulo Freitas Barata. J. em 12.12.2006).

No caso em tela, inexiste o *periculum in mora* a justificar a concessão do efeito suspensivo ao recurso, *inaudita altera parte*, já que a garantia financeira somente perde a vigência em outubro de 2008.

Além disso, o objeto da presente demanda é a extinção do contrato em razão do não cumprimento do Programa Exploratório Mínimo (fl. 61), sendo a questão acerca da inadimplência da concessionária em relação aos royalties estranha ao feito.

2. Ante o exposto, *indefiro* a suspensão da eficácia da decisão recorrida, por não se mostrar suficientemente relevante a fundamentação do recurso (art. 527, III c/c 558 ambos do CPC).

Intime-se o agravado (art. 527, V, do CPC).
Rio de Janeiro, 07 de julho de 2008.

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 422068 2007.51.01.004566-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:JOSIAS OLIVEIRA VIEIRA
ADVOGADO	:BIANCA MESSIAS MENDES
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010045665)

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta por Josias Oliveira Vieira contra sentença de fls 108/109, nos autos de Ação Ordinária, proferida pelo Juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, objetivando, em síntese, a reforma do *decisum* que julgou a ação sem resolução do mérito.

Inicialmente, os Autores, ora Apelantes, em sua Exordial, objetivaram o seguinte (fls 02/09), *verbis*:

"I - a concessão da TUTELA ANTECIPADA no sentido de proceder a favor do (a) demandante a incorporação do percentual complementar aos 28,86% dada a natureza alimentar da verba pleiteada e plausibilidade do presente pedido, com (sic) *já cabalmente demonstrado, bem como tornar definitivo o pedido de tutela antecipada.*

II - a PROCEDÊNCIA do pedido da presente peça exordial no sentido de que a ré seja condenada a pagar aos suplicantes o montante correspondente às parcelas atrasadas de cinco anos anteriores ao ajuizamento da presente demanda, bem como a incorporação do percentual a que se refere o item acima, mediante a compensação do percentual de reajuste já implantado, com juros de mora a partir da data da citação e correção monetária;

III - a citação da União Federal, na pessoa de seu representante legal, para contestar os presentes fatos e argumentos, sob pena de suportar os efeitos da revelia;

IV - o deferimento da gratuidade de justiça aos demandantes nos moldes da Lei 1.060/50;

VIII - Protesta pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pericial contábil e documental superveniente."

À fl 82, consta informação sobre a possibilidade de prevenção e remessa dos autos para o 4º Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Contudo, reconsiderando o despacho de citado, à fl 85, o Magistrado do 4º Juizado Especial Federal/RJ determinou a remessa dos autos a uma da varas, em razão dos valores atribuída à causa.

O pedido de concessão de assistência judiciária gratuita foi deferido à fl 90, bem como a determinação de que o Autor se manifestasse sobre a possibilidade de litispendência.

Às fls 94/107, a Parte Autora apresentou os documentos requeridos referentes ao processo que gerou a litispendência.
A Douta Magistrada *a quo*, às fls 108/109, julgou a lide nos seguintes termos:
"*Pelo que se verifica às fls. 81/82, 85, 87/89 e 95/107, a presente ação possui os mesmos elementos da ação que tramitou no 4º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro, (proc. nº 2003.5151077412-9), cuja decisão de mérito já transitou em julgado, havendo identidade de partes, causa de pedir e pedido.*
Assim, ante a ocorrência de coisa julgada, impõe-se a extinção do presente processo, sem análise do mérito.
Isto posto, INDEFIRO A INICIAL, JULGANDO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, V, do CPC. Sem custas face a gratuidade de justiça deferida. Sem honorários advocatícios."
Irresignado, o Autor, ora Apelante, interpôs Apelação Cível, fls113/116, requerendo o seguinte:

"*DO PEDIDO DE NOVA DECISÃO*
ISTO POSTO, espera o apelante que a APELAÇÃO seja conhecida e provida, a fim de que seja reformada a r. sentença a quo, com o fito de que seja determinada a citação da Ré para em o querendo responder a presente ação, para que ao final, seja julgada procedente a demanda, ou, caso não seja este o entendimento do Juízo, o que é crível, requer a remessa dos autos,à Superior Instância para julgamento do recurso, após cumprida as formalidades de praxe.
Insta observar que a parte Apelada tenta de todas as formas afastar o direito concedido ao (sic) militares quanto ao reajuste dos 28,86%, a fim de que o mesmo jamais seja incorporado ao soldo, o que por via de conseqüência acarreta injustiça, pois estaria subtraindo um direito que já foi concedido pelo STF, em flagrante violação ao direito adquirido dos mesmos quanto ao reajuste.
Outrossim, requer seja a apelada condenada no pagamento dos honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação.

Nos termos do art. 296, parágrafo único do CPC, estes autos foram remetidos a este Eg. Tribunal.
Relatei. Decido.
Incontestável é a decisão proferida pela Magistrada Sentenciante, às fls 108/109.

I - DA PETIÇÃO INCIAL DO PROCESSO ANTERIOR
Observa-se que, após aferir a possibilidade de existência de coisa julgada em processo anterior o Juiz de primeiro grau determinou a juntada da exordial do processo nº 2003.51.51.077412-9 pela Parte Autora.
Em cumprimento a determinação, o Apelante acostou às fls 94/107 a exordial (fls 95/99), a sentença (fls 100/102), a decisão monocrática da Turma Recursal (103/105), a Decisão inadmitindo o Recurso Extraordinário (fl 107) e a Decisão determinando a intimação da União e posterior pagamento das verbas devidas (fl 141).
Da análise dos documentos citados e das informações prestadas quando da distribuição do processo, a Magistrada Sentenciante aferiu que as partes, a causa de pedir e os pedidos são idênticos àqueles pleiteados no processo nº 2003.51.51.077412-9. Este processo tramitou no 4º Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, cuja sentença transitou em julgado, segundo o andamento apresentado, à fl 89, e com baixa datada de 30/03/2007.
Atente-se, ainda, ao fato que em suas razões de Apelação
"(...) no processo de nº 2003.51.51.077.412-9, o autor requeria apenas os atrasados da diferença do percentual de 28,86% referente aos últimos cinco anos desde a propositura daquela ação, bem como NÃO requeria a incorporação do percentual do soldo, diferentemente do pretendido no processo de nº 2007.51.01.004.566-5 no qual o autor além de requerer a diferença do percentual referente a período DIVERSO, REQUER A INCORPORAÇÃO DO PERCENTUAL DE 28,86% AO SEU SOLDO, conforme se pode verificar nos pedidos da petição inicial."

Diferentemente do alegado, a exordial do processo que tramitou no 4º Juizado Especial Federal possuía como item nº 5, fl 98, o seguinte, *verbis:*
"*5. que, seja ainda, condenada a UNIÂO FEDERAL a incorporar o índice de reajuste cabível, aos proventos mensais do Requerente*;"

Desta forma, incabível é a alegação de erro no julgamento, conforme afirmado pelo Apelante.

II - DA SÍNTESE CONCLUSIVA

Por todo o exposto, nego seguimento ao Recurso interposto pela Parte Autora, para manter *in totum* a sentença de primeiro grau.

Mantenho a assistência judiciária gratuita anteriormente concedida.

P.R.I.C.

Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e retornem os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2008.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 313001 2001.51.01.022340-1

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:SAMCIL CONVENIOS MEDICOS HOSPITALARES S/C LTDA
ADVOGADO	:LARISSA LEAL GONCALVES (SP180347) E OUTROS
APELADO	:AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
ADVOGADO	:MARCIA SILVEIRA GONCALVES (RS053530) E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200151010223401)

DECISÃO

Fls. 640: indefiro, tendo em vista a intimação pessoal de fls. 591.
Rio de Janeiro, 01 de julho de 2008.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 408681 1993.51.01.002133-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:EIDELLY BASTOS DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	:LUIZ CARLOS BARBARA E OUTROS
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SUELY BARROSO MOSQUERA E OUTROS
ORIGEM	:SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9300021338)

DECISÃO

Trata-se de Agravo Interno interposto pela CEF - Parte Ré, às fls. 555/557, em face da decisão monocrática de fls. 551/553, a qual concedeu parcial provimento ao seu recurso de Apelação.

Sustenta a CEF que quando a Parte Autora assina ao termo de adesão, correrão por contas das partes os honorários devidos a seus respectivos advogados ainda que sejam objeto de condenação judicial.
É o relatório. Passo a decidir.

Não assiste razão ao Recorrente, pois em face da sistemática vigente, a homologação de transação firmada entre as partes não atinge os honorários advocatícios impostos na fase de conhecimento. A verba honorária pertence ao advogado, não podendo ser objeto de transação da qual este não participou.

Dessa forma, o pagamento de honorários advocatícios não pode ser dispensado pelas partes ao firmar transação e, pois, tratando-se de parcela autônoma, que não lhes pertence, principalmente quando os advogados não participaram do acordo.

Ante o exposto, nos termos do art. 557, nego provimento ao recurso, mantendo-se a decisão agravada.

Publique-se.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2008.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 421316 2001.50.01.002836-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:DANILSON SENA CUNHA E CONJUGE
ADVOGADO	:JOSE CARLOS HOMEM
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:RENATO MIGUEL E OUTROS
ORIGEM	:6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200150010028365)

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pela Parte Autora, nos autos de Ação de Procedimento Cautelar, cuja sentença encontra-se consubstanciada em dispositivo a seguir (fls. 212/213):

"Pelo exposto, extingo o feito sem resolução de mérito (art. 808, III, do CPC).
Casso a medida liminar deferida.
Custas pelos AUTORES. Arbitro os honorários de acordo com o que foi determinado na Ação Principal nº 2001.50.01.004208-8 (em apenso).
Correção monetária e juros pelo processo principal.
Execução pelo art. 475-J e seguintes do CPC.
PRI."

Irresignada, a Parte Autora insurgiu-se contra a Sentença, interpondo o presente recurso de Apelação às fls. 216/217, onde, dentre os vários fundamentos, aduz que a decisão merece ser reformada, porque a extinção do feito deu-se em razão de o valor da causa, indicado pelos Apelantes, não ter sido deferido pelo juízo *a quo*. Infere-se, portanto, que a relação jurídico-processual só pode ser encerrada, sem a apreciação do direito discutido se houvesse o abandono da causa pelos Apelantes, sem, contudo, serem intimados pessoalmente para suprir a falta, o que não se observou.
Contra-razões da Parte Ré às fls. 238/240.
É o relatório. Passo a decidir.

I. Do Valor da Causa.

A irresignação dos Apelantes merece prosperar. O entendimento adotado pela v. sentença recorrida culminou na extinção do processo sem resolução do mérito (CPC, art. 808, III), porque se declarou o processo principal extinto. Porém, o fundamento adotado, que resultou na cessação da eficácia da medida cautelar, não logra prosperar.

O valor da causa constará sempre da petição inicial e será, em princípio, o valor do contrato, atualizado até a data da propositura da ação, deduzidas as prestações pagas devidamente corrigidas, quando o litígio tiver por objeto a existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão do negócio jurídico. (CPC, art. 259, V) Todavia, se a controvérsia não diz respeito ao contrato por inteiro, mas apenas às cláusulas contratuais específicas, o valor da causa deve ser o *quantum* fixado para a demanda, ou seja, o valor da diferença pretendida através da demanda principal.

A causa deve ter como valor conteúdo semelhante ou pelo menos aproximado do benefício econômico postulado, não podendo configurar valor ínfimo, em total afastamento à expectativa financeira da pretensão a ser buscada, além de frustrar os efeitos da verba sucumbencial, a ser eventualmente suportada pelo vencido. (CPC, art. 20)
De toda petição inicial deve constar a atribuição de um valor econômico, expresso em dinheiro. Não existem, pois, causas de valor inestimável perante a lei vigente. Do valor da causa dependen alguns atos processuais, tais como custas iniciais, definição do procedimento sumário (CPC, art. 275, I), fixação de honorários, cabimento de recurso, definição de competência e tantos outros.

Na hipótese vertente, tendo a ação por objeto revisão contratual, com o fito de modificar cláusulas da avenca, em especial quanto aos aspectos da atualização monetária das prestações mensais e amortização do saldo devedor e das taxas de juros, com enfoque para a suposta capitalização de juros (anatocismo), não poderá ser aplicada a regra do art. 259, inciso V, do CPC, pois a controvérsia não compreende todo o contrato. Na verdade, o proveito econômico é a diferença que se pretende na ação principal, que, na espécie, deduz-se através de cálculos matemáticos, resultando esta diferença do valor do saldo devedor atualizado no momento da propositura da ação e o valor que os autores entendem ser devidos.
Realmente, a jurisprudência predominante do Eg. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, se firmou neste sentido. Haja vista o v. aresto proferido em sessão do dia 08/10/2004, da Quinta Turma, em Agravo de Instrumento - AG 2003.0100008645-6, DJ 25/10/2004, p. 57, de que foi Relatora a Desembargadora *Selene Maria de Almeida*, cuja ementa diz:

"PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. SFH. DECISÃO A QUO QUE ACOLHE INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA OPOSTO PELA CEF. AÇÃO ORDINÁRIA QUE VISA ALTERAÇÃO DE CLÁUSULAS DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE IMÓVEL. CONTEÚDO ECONÔMICO DA PRETENSÃO.
1. Em ação revisional de mútuo habitacional em que se discute a alteração do valor das prestações do contrato, deve o valor da causa refletir o conteúdo econômico da pretensão, possibilitando o afastamento de aventuras jurídicas que ao final não representem valores compatíveis com o direito discutido, prejudicando o erário com o recolhimento de custas ínfimas e a parte adversa com a fixação de honorários insignificantes.
2. Deve ser fixado como valor da causa o conteúdo econômico que os autores pretendem obter, ou seja, o valor do contrato que está discutindo, abatendo apenas aquilo que entendam não deva ser objeto de discussão e que efetivamente reequilibre a relação contratual.
3. Não há razão para modificar a decisão recorrida, que, estabeleceu como critério para a fixação do valor da causa em discussão a diferença resultante entre o valor do saldo devedor atualizado no momento da propositura da ação e o valor que os autores entendem ser devido.
4. Agravo de instrumento dos autores improvido.

II. Da Síntese Conclusiva.

Ante os fundamentos acima transcritos, os quais adoto como razão de decidir, com sustentáculo no art. 557, § 1º-A, dou provimento ao Apelo para anular a r. sentença recorrida e determinar que o valor da causa corresponda a diferença entre o que pretende o mutuário - o valor que os Apelantes entendem ser devidos - e o valor do saldo devedor atualizado à época da propositura da demanda, devendo os autos retornar à Primeira Instância para que, dando prosseguimento ao feito, aprecie o mérito da causa.
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e retornem os autos à Vara de origem.
P.I.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2008.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 421313 2001.50.01.004208-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:DANILSON SENA CUNHA E CONJUGE
ADVOGADO	:JOSE CARLOS HOMEM
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:RENATO MIGUEL E OUTROS
ORIGEM	:6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200150010042088)

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pela Parte Autora, nos autos de Ação de Procedimento Ordinário, cuja sentença encontra-se consubstanciada em dispositivo a seguir (fls. 224/225):

"Pelo exposto, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 267, XI c/c art. 282, V e 284, do CPC.
Custas ex lege. Condeno os autores a arcarem com os honorários advocatícios que fixo em R$ 300,00, valendo-me do que dispõe o art. 20, § 4º do CPC.
Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se.
PRI."

Irresignada, a Parte Autora insurgiu-se contra a Sentença, interpondo o presente recurso de Apelação às fls. 216/217, onde, dentre os vários fundamentos, aduz que a decisão merece ser reformada, porque os Apelantes atenderam à determinação judicial de emendar a inicial conforme petição juntada às fls. 214/215. Por outra via, afirmam que é inaplicável o Inciso V, do art. 259, do CPC, quando a lide versar sobre a existência, validade e modificações contratuais, se parte do contrato já foi cumprido. Argumentam, ainda, que a extinção do feito deu-se em razão de o valor da causa, indicado pelos Apelantes, não ter sido deferido pelo juízo *a quo*. Infere-se, portanto, que a relação jurídico-processual só pode ser encerrada, sem a apreciação do direito discutido, se houvesse o abandono da causa pelos Apelantes, sem, contudo, serem intimados pessoalmente para suprir a falta, o que fora inobservado à vista do *decisum* apelado.
Contra-razões da Parte Ré às fls. 258/277.
É o relatório. Passo a decidir.

I. Do Valor da Causa.

A irresignação dos Apelantes merece prosperar. O entendimento adotado pela v. sentença recorrida culminou na extinção do processo sem resolução do mérito, uma vez que não houve cumprimento integral da decisão proferida pelo juízo de 1º grau, que determinava que a parte diligenciasse no sentido de comprovar, no prazo de (05) dias, o recolhimento das custas complementares.
O valor da causa constará sempre da petição inicial e será, em princípio, o valor do contrato, atualizado até a data da propositura da ação, deduzidas as prestações pagas devidamente corrigidas, quando o litígio tiver por objeto a existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão do negócio jurídico. (CPC, art. 259, V) Todavia, se a controvérsia não diz respeito ao contrato por inteiro, mas apenas às cláusulas contratuais específicas, o valor da causa deve ser o *quantum* fixado para a demanda, ou seja, o valor da diferença pretendida através da demanda principal.
A causa deve ter como valor conteúdo semelhante ou pelo menos aproximado do benefício econômico postulado, não podendo configurar valor ínfimo, em total afastamento à expectativa financeira da pretensão a ser buscada, além de frustrar os efeitos da verba sucumbencial, a ser eventualmente suportada pelo vencido. (CPC, art. 20)
De toda petição inicial deve constar a atribuição de um valor econômico, expresso em dinheiro. Não existem, pois, causas de valor inestimável perante a lei vigente. Do valor da causa dependen alguns atos processuais, tais como custas iniciais, definição do procedimento sumário (CPC, art. 275, I), fixação de honorários, cabimento de recurso, definição de competência e tantos outros.

Na hipótese vertente, tendo a ação por objeto revisão contratual, com o fito de modificar cláusulas da avenca, em especial quanto aos aspectos da atualização monetária das prestações mensais e amortização do saldo devedor e das taxas de juros, com enfoque para a suposta capitalização de juros (anatocismo), não poderá ser aplicada a regra do art. 259, inciso V, do CPC, pois a controvérsia não compreende todo o contrato. Na verdade, o proveito econômico é a diferença que se pretende na ação principal, que, na espécie, deduz-se através de cálculos matemáticos, resultando esta diferença do valor do saldo devedor atualizado no momento da propositura da ação e o valor que os autores entendem ser devidos.
Realmente, a jurisprudência predominante do Eg. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, se firmou neste sentido. Haja vista o v. aresto proferido em sessão do dia 08/10/2004, da Quinta Turma, em Agravo de Instrumento - AG 2003.0100008645-6, DJ 25/10/2004, p. 57, de que foi Relatora a Desembargadora *Selene Maria de Almeida*, cuja ementa diz:

"PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. SFH. DECISÃO A QUO QUE ACOLHE INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA OPOSTO PELA CEF. AÇÃO ORDINÁRIA QUE VISA ALTERAÇÃO DE CLÁUSULAS DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE IMÓVEL. CONTEÚDO ECONÔMICO DA PRETENSÃO.
1. Em ação revisional de mútuo habitacional em que se discute a alteração do valor das prestações do contrato, deve o valor da causa refletir o conteúdo econômico da pretensão, possibilitando o afastamento de aventuras jurídicas que ao final não representem valores compatíveis com o direito discutido, prejudicando o erário com o recolhimento de custas ínfimas e a parte adversa com a fixação de honorários insignificantes.
2. Deve ser fixado como valor da causa o conteúdo econômico que os autores pretendem obter, ou seja, o valor do contrato que está discutindo, abatendo apenas aquilo que entendam não deva ser objeto de discussão e que efetivamente reequilibre a relação contratual.
3. Não há razão para modificar a decisão recorrida, que, estabeleceu como critério para a fixação do valor da causa em discussão a diferença resultante entre o valor do saldo devedor atualizado no momento da propositura da ação e o valor que os autores entendem ser devido.
4. Agravo de instrumento dos autores improvido.

II. Da Síntese Conclusiva.

Ante os fundamentos acima transcritos, os quais adoto como razão de decidir, com sustentáculo no art. 557, § 1º-A, dou provimento ao Apelo para anular a r. sentença recorrida e determinar que o valor da causa corresponda a diferença entre o que pretende o mutuário - o valor que os Apelantes entendem ser devidos - e o valor do saldo devedor atualizado à época da propositura da demanda, devendo os autos retornar à Primeira Instância para que, dando prosseguimento ao feito, aprecie o mérito da causa.
Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa e retornem os autos à Vara de origem.
P.I.
Rio de Janeiro, 25 de junho de 2008.

Reis Friede
Relator

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DE JULGAMENTOS

ACÓRDÃOS

EXPEDIENTE Nº 352 DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

IV - APELACAO CIVEL 1999.51.01.017318-8

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO SCHWAITZER
APELANTE	:HELIO PONTES MOUTA AGUIAR E CONJUGE
ADVOGADO	:EDSON DE MATOS BAYMA FILHO
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:DANIEL VERSIANI CHIEZA E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9900173180)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO - AUSÊNCIA DE VÍCIOS - SEDE PROCESSUAL ADEQUADA
I - Inviável a oposição de Embargos de Declaração que não apontam qualquer obscuridade, contradição ou omissão na decisão guerreada.
II - Embargos de declaração desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 02 de julho de 2008 (data de julgamento).

SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

IV - APELACAO CIVEL 2002.50.01.001914-9

RELATOR	:SERGIO SCHWAITZER
APELANTE	:GISELDA PINHEIRO LARICA E OUTROS
ADVOGADO	:CESAR PIANTAVIGNA E OUTROS
APELADO	:FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S/A
ADVOGADO	:DECIO FREIRE E OUTROS
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:4ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200250010019149)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRETENSÃO DE REFORMA DO JULGADO - PREQUESTIONAMENTO - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU CONSTITUCIONAL PARA FINS DE RECURSO ESPECIAL E/OU EXTRAORDINÁRIO
I - Os embargos de declaração constituem recurso hábil para sindicar a existência de obscuridade, contradição ou omissão no bojo de ato judicial decisório, nos estritos termos do art. 535 do CPC, descabendo, em sua sede, deduzir-se, de modo apriorístico e incontido, pretensão de reforma substancial do julgado que resta impugnado, vez que dito questionamento transcende os limites objetivos do aludido recurso.
II - O voto condutor encontra-se devidamente fundamentado, inexistindo obscuridade, contradição ou omissão que possa autorizar a sua reforma em sede de Embargos de Declaração.
III - A iterativa jurisprudência da Corte Especial do Colendo Superior Tribunal de Justiça, órgão de cúpula do Poder Judiciário do Estado Brasileiro no que tange às questões de interpretação e aplicação do direito federal infraconstitucional, firma-se, muito acertadamente, no sentido de que desnecessária é a menção expressa ao(s) dispositivo(s) incidente(s) e aplicado(s) na decisão proferida, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais para o fim de aferir-se a pertinência de percurso das vias recursais extraordinária e/ou especial, disciplinadas, respectivamente, no art. 102, III, alíneas e §§, e no art. 105, III, alíneas "a", "b" e "c", ambos da Constituição Federal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2008.(data de julgamento).

SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

IV - APELACAO CIVEL 1999.51.01.000508-5

RELATOR	:SERGIO SCHWAITZER
APELANTE	:PEDRO ADALBERTO DO AMARAL MENDES E OUTRO
ADVOGADO	:ACCACIO MONTEIRO BARROZO E OUTROS
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO E OUTROS
ORIGEM	:VIGÉSIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9900005082)

EMENTA

FINANCEIRO - PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE VÍCIO - PRETENSÃO DE REFORMA DO JULGADO - PREQUESTIONAMENTO - DESNECESSIDADE DE MENÇÃO OU INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI APLICADO - RECURSO DESPROVIDO

I - O órgão julgador não está obrigado a rebater todos os argumentos da parte, se por outros motivos tiver firmado seu convencimento;
II - Os embargos de declaração não são a sede adequada para rediscussão da matéria posta em juízo;
III - A iterativa jurisprudência do Plenário do C. STF e da Corte Especial do E. STJ, órgãos de cúpula do Poder Judiciário do Estado Brasileiro no que tange, respectivamente, às questões de interpretação e aplicação do direito constitucional e do direito federal infraconstitucional, firma-se, muito acertadamente, no sentido de que desnecessária é a menção expressa ao(s) dispositivo(s) legal(is) e/ou ao(s) preceito(s) constitucional (is) incidente(s) e aplicado(s) na decisão proferida, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais para o fim de se aferir a pertinência de percurso das vias recursais especial e/ou extraordinária, disciplinadas, respectivamente, no art. 105, III, alíneas "a", "b" e "c", e no art. 102, III, alíneas e §§, ambos da Constituição Federal. Precedentes: STF, RE 141.788-CE; STJ, EREsp n.º 144.844-RS, EREsp n.º 155.321-SP, EREsp n.º 181.682-CE;
IV - Embargos de Declaração desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, (data de julgamento).

SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

IV - APELACAO CIVEL 2004.50.01.002664-3

RELATOR	:SERGIO SCHWAITZER
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:INCORPORADORA VINCO LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:SUELI DE PAULA FRANCA (ES001793) E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 6A VARA-ES
ORIGEM	:SEXTA VARA FEDERAL DE VITÓRIA (200450010026643)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL - REITERAÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - COBRANÇA DE TAXA DE OCUPAÇÃO - TERRENO DE MARINHA - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO
- Os limites da lide foram estabelecidos pelo conteúdo da petição inicial, cuja causa de pedir está nitidamente consubstanciada na existência de títulos de domínio registrados em favor dos demandantes, ali não se vislumbrando qualquer fundamentação relativa à ausência de intimação pessoal dos ocupantes dos imóveis à época do procedimento demarcatório.

A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, (data de julgamento).

SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

EXPEDIENTE Nº 353 DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

III - AGRAVO 2008.02.01.001545-6

RELATOR	:JUIZ FED. CONV. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO/NO AFAST. RELATOR
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:RENATO MIGUEL E OUTROS
AGRAVADO	:CLAUDIO MIGUEL CARLESSO
ADVOGADO	:DIOGO ASSAD BOECHAT
ORIGEM	:5ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200750010064748)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXIBIÇÃO DE EXTRATOS DE CONTA-POUPANÇA.
1. A exibição incidental de documento, em nosso sistema jurídico, submete-se a procedimento específico (arts. 355-363 do CPC), que não enseja a fixação de multa cominatória, mas prevê solução adequada à questão probatória, com eventual admissão da veracidade dos fatos que, por meio do documento, a parte pretendia provar (art. 359).
2. Agravo de instrumento provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, *dar provimento* ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2008 (data do julgamento).

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 97.02.03645-3

RELATOR	:JUIZ FED. CONV. LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO / NO AFAST. RELATOR
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:FERNANDO MURILLO PEREIRA PEIXOTO
ADVOGADO	:FERNANDA MAIA PEIXOTO E OUTROS
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-RJ
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9300224000)

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. ANISTIA POLÍTICA. MILITAR AVIADOR. REPARAÇÃO ECONÔMICA. IMPEDIMENTO EXERCÍCIO PROFISSIONAL.
AS PROMOÇÕES OUTORGADAS NA INATIVIDADE SÃO APENAS AQUELAS DECORRENTES DA ANTIGUIDADE, NÃO TENDO O AUTOR DIREITO ÀS PROMOÇÕES POR MERECIMENTO NEM, *a fortiori*, ÀQUELA DE LIVRE ESCOLHA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, PARA BRIGADEIRO, NOS TERMOS DA LEI N.º 5.821/72.
DESDE A EDIÇÃO DA LEI N.º 6.683/79, SEGUIDA DO DISPOSTO NA EC N.º 26/85, E, AINDA, NOS TERMOS DOS ARTS. 8º E 9º DA CF/88, SEMPRE FOI VEDADA A CONCESSÃO DE EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS ÀS REPARAÇÕES DECORRENTES DE ANISTIA.
A DESPEITO DA GRAVIDADE DOS ATOS PRATICADOS SOB REGIME DE EXCEÇÃO, A REPARAÇÃO AOS DANOS SOFRIDOS PELOS ANISTIADOS POLÍTICOS ENCONTRA REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA, NOS TERMOS DO ART. 8º DO ADCT, NA LEI N.º 10.559/2002, ASSEGURANDO-SE A REPARAÇÃO ECONÔMICA, CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO, CONCLUSÃO DE CURSO E REINTEGRAÇÃO DOS SERVIDORES (ART. 1º), SENDO INDEVIDA QUALQUER OUTRA REPARAÇÃO, DECORRENTE DA CONDIÇÃO DE ANISTIADO, NOS TERMOS DO ART. 16 DA SOBREDITA LEI.
4. Reconhecida a mora legislativa pelo STF (MI n.º 283/DF), somente sanada com a edição da Lei n.º 10.559/2002, resultado da conversão das medidas provisórias anteriores, e comprovado o indeferimento de licença para piloto, com base na Portaria Ministerial Reservada S-50-GM5, é devida a reparação pelo impedimento ao exercício de atividade econômica, nos termos do art. 8º, § 3º, do ADCT, cujo termo *ad quem*, no entanto, deve ser o momento em que o militar foi beneficiado pela anistia, nos termos da Lei n.º 6.683/79, seguida da EC 26/85, sob pena de pagamento em duplicidade.
5. A reparação de natureza econômica, compreendendo os danos morais, deve ser fixada considerando os vencimentos que o militar perceberia se na ativa tivesse permanecido, nos termos do art. 6º da Lei n.º 10.559/02, observando-se as promoções por antiguidade a que teria direito.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, quanto ao processo n.º 97.02.03645-3, *dar provimento à apelação da União e à remessa necessária*, e, quanto ao processo n.º 97.02.03646-1, *dar parcial provimento* à remessa necessária, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2008 (data do julgamento).

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 97.02.03646-1

RELATOR	:JUIZ FED. CONV. LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO / NO AFAST. RELATOR
PARTE A	:FERNANDO MURILLO PEREIRA PEIXOTO
ADVOGADO	:FERNANDA MAIA PEIXOTO E OUTROS
PARTE R	:UNIÃO FEDERAL
ORIGEM	:TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9300113658)

EMENTA

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. ANISTIA POLÍTICA. MILITAR AVIADOR. REPARAÇÃO ECONÔMICA. IMPEDIMENTO EXERCÍCIO PROFISSIONAL.
AS PROMOÇÕES OUTORGADAS NA INATIVIDADE SÃO APENAS AQUELAS DECORRENTES DA ANTIGUIDADE, NÃO TENDO O AUTOR DIREITO ÀS PROMOÇÕES POR MERECIMENTO NEM, *a fortiori*, ÀQUELA DE LIVRE ESCOLHA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, PARA BRIGADEIRO, NOS TERMOS DA LEI N.º 5.821/72.
DESDE A EDIÇÃO DA LEI N.º 6.683/79, SEGUIDA DO DISPOSTO NA EC N.º 26/85, E, AINDA, NOS TERMOS DOS ARTS. 8º E 9º DA CF/88, SEMPRE FOI VEDADA A CONCESSÃO DE EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS ÀS REPARAÇÕES DECORRENTES DE ANISTIA.
A DESPEITO DA GRAVIDADE DOS ATOS PRATICADOS SOB REGIME DE EXCEÇÃO, A REPARAÇÃO AOS DANOS SOFRIDOS PELOS ANISTIADOS POLÍTICOS ENCONTRA REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA, NOS TERMOS DO ART. 8º DO ADCT, NA LEI N.º 10.559/2002, ASSEGURANDO-SE A REPARAÇÃO ECONÔMICA, CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO, CONCLUSÃO DE CURSO E REINTEGRAÇÃO DOS SERVIDORES (ART. 1º), SENDO INDEVIDA QUALQUER OUTRA REPARAÇÃO, DECORRENTE DA CONDIÇÃO DE ANISTIADO, NOS TERMOS DO ART. 16 DA SOBREDITA LEI.
4. Reconhecida a mora legislativa pelo STF (MI n.º 283/DF), somente sanada com a edição da Lei n.º 10.559/2002, resultado da conversão das medidas provisórias anteriores, e comprovado o indeferimento de licença para piloto, com base na Portaria Ministerial Reservada S-50-GM5, é devida a reparação pelo impedimento ao exercício de atividade econômica, nos termos do art. 8º, § 3º, do ADCT, cujo termo *ad quem*, no entanto, deve ser o momento em que o militar foi beneficiado pela anistia, nos termos da Lei n.º 6.683/79, seguida da EC 26/85, sob pena de pagamento em duplicidade.
5. A reparação de natureza econômica, compreendendo os danos morais, deve ser fixada considerando os vencimentos que o militar perceberia se na ativa tivesse permanecido, nos termos do art. 6º da Lei n.º 10.559/02, observando-se as promoções por antiguidade a que teria direito.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, quanto ao processo n.º 97.02.03645-3, *dar provimento à apelação da União e à remessa necessária*, e, quanto ao processo n.º 97.02.03646-1, *dar parcial provimento* à remessa necessária, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2008 (data do julgamento).

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Juiz Federal Convocado

VII - CONFLITO DE COMPETENCIA 2007.02.01.007137-6

RELATOR	:JUIZ FED. CONV. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO/NO AFAST. DO RELATOR
AUTOR	:ALCIBIADES DOS SANTOS CALAZANS
ADVOGADO	:ALCIBIADES DOS SANTOS CALAZANS
RÉU	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:SEM ADVOGADO
SUSCITANTE	:JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
SUSCITADO	:JUIZO FEDERAL DA 16A VARA-RJ
ORIGEM	:3CI VARA JUSTIÇA FEDERAL SAO JOAO DE MERITI/RJ (200351010054740)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. DIREITO PESSOAL.
1. A pretensão de consignação em pagamento para discussão de cláusulas de contrato de financiamento, não caracteriza ação real, mas sim pessoal, motivo pelo qual a ação pode ser ajuizada na sede da ré (art. 100, IV, a, do CPC).
2. Conflito procedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, *JULGAR PROCEDENTE O CONFLITO DE COMPETÊNCIA, para declarar a competência do juízo suscitado, da 16ª Vara Federal/RJ*, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2008 (data do julgamento).

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2007.51.04.000453-7

RELATOR	:JUIZ FED. CONV. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO / NO AFAST. RELATOR
APELANTE	:FRANCISCO PEREIRA DA LUZ E CONJUGE
ADVOGADO	:ELIEL SANTOS JACINTHO E OUTROS
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:ALDIR GOMES SELLES E OUTROS
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA (200751040004537)

EMENTA

SFH. ANULAÇÃO EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. REVISÃO CONTRATUAL. APELAÇÃO. RAZÕES DISSOCIADAS.
1. Não deve ser conhecida a apelação, cujas razões não se referem à anulação da execução extrajudicial do imóvel, imprescindível para a análise do pedido de revisão contratual.
2. Apelação não conhecida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, *não conhecer* da apelação dos autores, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2008 (data do julgamento).

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2006.51.04.001971-8

RELATOR	:JUIZ FED. CONV. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO / NO AFAST. RELATOR
APELANTE	:FRANCISCO PEREIRA DA LUZ E OUTRO
ADVOGADO	:ELIEL SANTOS JACINTHO E OUTROS
APELADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:ALDIR GOMES SELLES E OUTROS
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA (200651040019718)

EMENTA

SFH. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. NOTIFICAÇÃO PESSOAL do MUTUÁRIO. LEILOEIRO Público.
1. ENVIADOS AVISOS RECLAMANDO PAGAMENTO DA DÍVIDA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 31 DO DECRETO-LEI 70/66.
2. NÃO HÁ ÓBICES A QUE O LEILOEIRO PÚBLICO CONDUZA A REALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DOS IMÓVEIS NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N° 70/66.
Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, *negar provimento* à apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2008 (data do julgamento).

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Juiz Federal Convocado

EXPEDIENTE Nº 354 DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

IV - APELACAO CIVEL 412057 2006.51.01.022683-7

RELATOR	:THEOPHILO MIGUEL
APELANTE	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:TATIANA IANAKIEWA DE CARVALHO NALIATO
ADVOGADO	:MARCOS NASSEH TABET E OUTRO
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010226837)

EMENTA

ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - COMUNICAÇÃO DE NOMEAÇÃO - VIA POSTAL.
- No caso específico, não se pode deixar de considerar que muito embora o Edital permitisse que todas as intimações fossem realizadas através do Diário Oficial, certo é que também previu que a comunicação poderia ocorrer por via postal, conforme se infere do item 14.10 da norma editalícia.
- A partir do momento que a Administração optou por convocar o candidato mediante carta, ela tem que ficar vinculada às próprias atividades, ou seja, fica vinculada a essa modalidade de comunicação.
- A candidata não pode vir a ser prejudicada pelo não recebimento da correspondência a tempo de ser empossada no cargo ao qual concorreu e obteve aprovação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, negar provimento ao recurso e à remessa necessária, vencido o Relator, nos termos do voto constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 26 de março de 2008 (data de julgamento).

SERGIO SCHWAITZER
REDATOR PARA ACÓRDÃO

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2006.51.01.014237-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:UNIÃO FEDERAL
APELADO	:ALESSANDRA VELOSO SELLMANN
ADVOGADO	:PAULO CESAR MIRANDA DE AZEVEDO E OUTRO
REMETENTE	:JUIZO FEDERAL DA 23ª VARA-RJ
ORIGEM	:VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010142370)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. Apelação em mandado de segurança. militar. escritura pública de adoção. artigos 375 e 377 do código civil de 1916. art. 28 da lei 6.697/79. AVÓS paternos ADOTARAM a NETA. pais biologicos da adotada estavam vivos. requerimento de reversão de pensão militar. Art. 7º, inciso II, da Lei 3.765/60. avô paterno instituidor do benefício. abuso de direito. princípio da moralidade. enriquecimento sem causa. Principio da razoabilidade. ausência de direito líquido e certo. remessa necessária e recurso de Apelação providos. sentença reformada.

I - A Parte Impetrante requer que seja concedida a reversão da pensão militar, com o fundamento de que foi adotada por seu avô e, assim, estaria enquadrada nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei 3.765/60.
II - A Escritura Pública de Adoção, nos termos do art. 377 do código civil de 1916 e do art. 28 da lei 6.697/79, carece de autorização judicial e não envolve direitos hereditários como, por exemplo, a reversão de pensão militar, inviabilizando, deste modo, por completo, a pretensão autoral.
III - A pretensão da Autora encontra-se inserida no plano da antijuridicidade, uma vez que viola os fundamentos axiológicos normativos, isto é, os limites éticos, sociais e econômicos. De fato, o que se buscou, através da adoção da Autora, foi alcançar objetivo diverso daquele previsto pelo instituto da pensão militar, já que o *mens lege* diz respeito à concessão deste benefício como conseqüência lógica do grau de parentesco ou da dependência econômica entre o seu instituidor e o pretenso pensionista.
VI - Trata-se de uma ficção, ou seja, de uma simulação de negócio jurídico, já que esta adoção tem caráter artificial, pois se vislumbra que a Autora só foi adotada pelo próprio avô, com o objetivo de que a pensão militar se perpetuasse no seio familiar, sendo auferida de forma vitalícia pela Autora.
V - O ato que concederia a reversão da pensão militar desprestigiaria, integralmente, o princípio da moralidade administrativa, tendo em vista que a reversão da pensão à Autora estaria em desacordo com o espírito da lei, gerando um enriquecimento sem causa à Autora.
VI - Na ocasião da adoção, a Autora possuía os pais vivos e não demonstrou dependência econômica em relação ao pretenso instituidor do beneficio, seu avô. Inexiste, assim, o direito liquido e certo alegado pela Autora. Portanto, não há de se falar em ilegalidade do ato praticado de indeferimento da reversão da pensão militar à Autora, visto que este está em sintonia com o princípio da razoabilidade.
VII - Remessa Necessária e Recurso de Apelação providos. Sentença reformada.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao Recurso de Apelação e à Remessa Necessária, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2008.

Reis Friede
Relator

III - AGRAVO 164839 2008.02.01.005671-9

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
AGRAVANTE	:LUIZ CLAUDIO GARCIA
ADVOGADO	:CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO E OUTROS
AGRAVADO	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:AURIVAL JORGE PARDAUIL SILVA E OUTROS
ORIGEM	:DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010032121)

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDEFERIMENTO DE PROVA ORAL - PROVA QUE SE AFIGURA DISPENSÁVEL AO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ
I - Segundo unissonância da jurisprudência pátria, "*(...) o Juiz, como destinatário das evidências a serem demonstradas pelas partes, é o senhor da prova, na medida em que, produzida esta, tem-se por suficientemente esclarecido para decidir*". (TRF da 4ª Região, AG 2003040104448951, 4ª Turma, Rel. Juiz Valdemar Capeletti, DJU 18/08/2004).
II - Diante disso, não há qualquer razão lógico-jurídica para que este Tribunal venha substituir uma Decisão que, em última análise, reflete a formação do livre convencimento do Juiz.
III - Agravo de Instrumento improvido.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de junho de 2008.

Reis Friede
Relator

III - AGRAVO 164804 2008.02.01.005635-5

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:RODRIGO SALES DOS SANTOS E OUTROS
AGRAVADO	:JOSE JAQUES COELHO E OUTRO
ADVOGADO	:ALBERTO FLORIANO DA SILVA
ORIGEM	:3ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200750010066502)

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO - CADERNETA DE POUPANÇA - CORREÇÃO MONETÁRIA - APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS - ÔNUS QUE SÓ TRANSFERE AO RÉU NO CASO DE RECUSA INJUSTIFICADA DO MESMO - MULTA QUE SE REVELA EXCESSIVA DIANTE DE PRAZO EXÍGUO

I - De acordo com entendimento assente no seio da jurisprudência pátria, "*diferentemente do que ocorre nas ações que versam sobre correção do saldo de contas vinculadas do FGTS, onde os registros efetivados na carteira de trabalho são suficientes para deslinde da controvérsia, nos casos em que se discute correção do saldo de contas de poupança, é condição essencial para a propositura da ação a apresentação de extratos que comprovem a existência e a titularidade das respectivas contas*" (TRF da 2ª Região, AC 237091, DJU 07/12/2000).
II - Ademais, nos termos do art. 333, I do CPC, cabe ao autor a prova do fato constitutivo do seu direito, não podendo o ônus ser transferido ao réu, só se permitindo a intervenção do Judiciário no caso de comprovação de que houve recusa da instituição financeira em fornecer os extratos das contas de poupança.
III - Verificando o Magistrado a resistência da parte Ré em cumprir o determinando no *decisum*, afigura-se correta a fixação de multa diária para a hipótese de desobediência, cabendo ao Magistrado fixar tempo razoável para o cumprimento da obrigação.
IV - *In casu*, não há recusa da CEF em cumprir a obrigação, mas apenas o reconhecimento de que devido à enorme demanda, há uma demora justificada, o que torna descabida a imposição de multa diária.
V - Agravo de Instrumento parcialmente provido.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dou parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de junho de 2008.

Reis Friede
Relator

IV - APELACAO CIVEL 418429 2003.51.01.007364-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRON. - CREA/RJ
ADVOGADO	:DECIO FREIRE (RJ02255A) E OUTROS
APELADO	:L E M FACTORING LTDA
ADVOGADO	:BRUNO VASCONCELLOS LOPES DOS SANTOS (RJ109633) E OUTRO
REMETENTE	:JUÍZO FEDERAL DA 9ª VARA/RJ
ORIGEM	:NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010073643)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. CREA. PARTE AUTORA INSURGE-SE CONTRA A LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO. REALIZAÇÃO DE OBRA SEM A NECESSÁRIA SUPERVISÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO.

I - Pretendeu a Parte Autora a nulidade de Auto de Infração, contra ela lavrado em razão de a mesma efetivar obras em sua sede sem a necessária supervisão de profissional registrado nos quadros do Conselho-Réu.

II - Verifica-se, à fl. 57, na proposta de serviços firmada pelo pedreiro contratado pela Autora, que foi realizado o serviço de troca de encanamentos, inclusive. Extrai-se desta informação, pois, que a Autora efetivou reparo nas tubulações do edifício, o que pode comprometer, por certo, a sua estrutura.

III - Considerando, outrossim o disposto no art. 7º da Lei n.º 5.194/66, tem-se que a Autora contratou pedreiro autônomo para a realização de obras que, por lei, deveriam ser fiscalizadas por profissional de engenharia devidamente habilitado.

IV - Remessa Necessária e Apelação do CREA providas para julgar improcedente a pretensão autoral.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas. Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à Remessa Necessária e à Apelação do CREA, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2008.

Reis Friede
Relator

III - AGRAVO 165024 2008.02.01.006069-3

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
AGRAVANTE	:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:RODRIGO SALES DOS SANTOS E OUTROS
AGRAVADO	:JOAO MARCOS DA SILVA
ADVOGADO	:MARIA DA CONCEICAO S. B. CHAMOUN E OUTROS
ORIGEM	:3ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200750010062363)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. POUPANÇA. TITULARIDADE.
1. Além da necessidade de comprovação da recusa da CEF de fornecer os extratos, que tem sido exigida pela jurisprudência para caracterizar o interesse processual (TRF 3ª Reg., 1ª T., AC 1033772/SP), tem-se, como motivo fundamental, que a exibição é descabida, pois é ônus do autor provar a titularidade da conta poupança no período vindicado (STJ, 2ª T., REsp. 644.346/BA).
2. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, *deu provimento* ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2008 (data do julgamento).

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 417385 2001.51.01.003818-0

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
APELANTE	:TRANSMIL RIO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	:DOUGLAS DE FREITAS CARDOSO (RJ072145) E OUTRO
APELADO	:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:ROBERTSON DE A. WERNER
ORIGEM	:TRIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200151010038180)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. PARTE AUTORA ALEGA QUE NÃO FOI PAGA POR SERVIÇOS PRESTADOS AO INSS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO FORMAL DOS SUPOSTOS SERVIÇOS PRESTADOS.

I - sagrou-se a Parte Autora vencedora de procedimento licitatório efetivado pelo INSS, firmando com o mesmo contrato para prestação de serviço de transporte de materiais.

II - Afirma ter prestado tais serviços sem, contudo, receber a contraprestação da Autarquia-Ré.

III - Há de se destacar que o Edital do referido procedimento de licitação estabeleceu forma especial para a comprovação dos serviços e conseqüente pagamento dos mesmos, qual seja, "*Controle(s) de TRANSPORTE RODOVIÁRIO devidamente preenchido e assinado pelo INSS e a Contratada, conforme modelo do Anexo II deste Edital.*".

IV - Não há nos autos, todavia, a prova dos serviços prestados consoante exigência editalícia acima referida. Ao contrário, limitou-se apenas a apresentar ordens de serviço emitidas pela própria.

V - Apelação da Parte Autora improvida.

ACÓRDÃO
Visto e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas. Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à Apelação da Parte Autora, nos termos do voto do relator constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2008.

Reis Friede
Relator

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos ORDINARIA do dia 30 de JULHO de 2008, QUARTA-FEIRA, às 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

00001	2007.02.01.013433-7 AG RJ 159686 01.07.09.02 - POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS - INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
AGRTE	: MARILENE PORCARI ALVES E OUTRO
ADV	: AUDREY DE OLIVEIRA E SILVA E OUTRO
AGRDO	: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	: SEM ADVOGADO
00002	2008.02.01.009148-3 AG RJ 166594 01.14.05.08 - PREGÃO - LICITAÇÕES - LICITAÇÕES E CONTRATOS - ADMINI
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
AGRTE	: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	: ELTON NOBRE DE OLIVEIRA E OUTROS
AGRDO	: MIGUEL DA SILVA VILLAS BOAS
ADV	: AROLDO MOITINHO FERRAZ E OUTROS
00003	2005.51.01.018648-3 AMS RJ 64859 01.12.04.02 - PENSÃO - BENEFÍCIOS - SERVIDOR PÚBLICO MILITAR - ADMIN
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE	: UNIAO FEDERAL
APDO	: NATASHA DO NASCIMENTO AMORIM
ADV	: TATIANA ZAKHIA INACIO
RMTE	: JUIZO FEDERAL DA 7A VARA-RJ
ANOTAÇÕES	: DUPLO GRAU JUST.GRAT.
00004	2005.51.01.021559-8 AMS RJ 66999 01.11.02 - SISTEMA REMUNERATÓRIO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINIST
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE	: UNIAO FEDERAL
APDO	: PAULO ROBERTO AMANCIO
ADV	: ARACELI ALVES RODRIGUES
RMTE	: JUIZO FEDERAL DA 18A VARA-RJ
ANOTAÇÕES	: DUPLO GRAU
00005	2007.51.01.026909-9 AMS RJ 72524 01.11.04.04 - PROVENTOS DE INATIVIDADE - BENEFÍCIOS - SERVIDOR PÚBLI
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
PROC	: JORGE GAVINHO SOBRINHO
APDO	: LAURO BOECHAT BATISTA E OUTROS
ADV	: EDSON DE JESUS FERNANDES E OUTROS
RMTE	: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-RJ
ANOTAÇÕES	: DUPLO GRAU
00006	2006.51.01.003491-2 AMS RJ 72634 01.11.02.14 - ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO - SISTEMA REMUNERATÓRIO
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE	: UNIAO FEDERAL
APDO	: PEDRO COSTA E OUTROS
ADV	: MONICA S MACHADO DE MELLO
RMTE	: JUIZO FEDERAL DA 18A VARA-RJ
ANOTAÇÕES	: DUPLO GRAU AGR.RET.
00007	2005.51.01.024542-6 AC RJ 388300 01.12.04.02 - PENSÃO - BENEFÍCIOS - SERVIDOR PÚBLICO MILITAR - ADMIN
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE	: UNIAO FEDERAL
APDO	: CLAUDIA CANDAL MEDICI
ADV	: MANOEL FRANCISCO MENDES FRANCO E OUTROS
RMTE	: JUIZO FEDERAL DA 23A VARA-RJ
ANOTAÇÕES	: DUPLO GRAU
00008	2004.51.01.011649-0 AC RJ 386826 01.11.02.02 - GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO - SISTEMA REMUNERATÓRIO - SE
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE	: FRANCISCO MARTINS DE SOUZA
ADV	: GISA NARA MACIEL MACHADO DA SILVA E OUTROS
APDO	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
PROC	: RITA CRISTINA ZAMPA DA SILVA
00009	2006.51.01.011958-9 AC RJ 400861 01.02.01 - DANO MORAL E/OU MATERIAL - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - AD
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE	: MANOEL CORREA DE ANDRADE NETO
ADV	: CARLOS HENRIQUE DE SOUZA JUND
APDO	: UNIAO FEDERAL
ANOTAÇÕES	: JUST.GRAT.
00010	2006.51.01.012882-7 AC RJ 419879 01.11.02.03 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - SISTEMA REMUNERATÓRIO - S
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE	: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTRASEF
ADV	: ANTONIO CARLOS MACEDO SILVA
APDO	: FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FNS
PROC	: MARCELO FRANCISCO FRAGOSO DE CASTRO
00011	2004.51.01.015884-7 AC RJ 377536 01.12.04.02 - PENSÃO - BENEFÍCIOS - SERVIDOR PÚBLICO MILITAR - ADMIN
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE	: ELIANE DE SOUZA PONTES
ADV	: FELIZUMIR DIAS RIBEIRO E OUTROS
APDO	: UNIAO FEDERAL
00012	2005.51.01.003881-0 AC RJ 380994 01.12.04.02 - PENSÃO - BENEFÍCIOS - SERVIDOR PÚBLICO MILITAR - ADMIN
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE	: DARCY DO CARMO DA SILVEIRA E OUTRO
ADV	: JOSE FRANCISCO NICANDIO
APDO	: UNIAO FEDERAL
ANOTAÇÕES	: JUST.GRAT.
00013	1994.51.01.022380-7 AC RJ 411467 02.09.04 - EXECUÇÃO DE DÍVIDA - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - C
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE	: SERGIO TORRES MEURER E CONJUGE
ADV	: SERGIO TORRES MEURER
APTE	: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	: SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA E OUTROS
APDO	: OS MESMOS
ANOTAÇÕES	: AGR.RET.
00014	1999.51.01.002609-0 AC RJ 357880 02.09.02 - REAJUSTE DE PRESTAÇÕES - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE	: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	: AFONSO CARLOS FONSECA WEIGERT E OUTROS
APDO	: PAULO ANDO VIANNA
ADV	: JOSE ALVES MACHADO
ANOTAÇÕES	: REC.ADES.
00015	1999.50.01.007721-5 AC ES 417286 02.09.09 - REVISÃO CONTRATUAL - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - C
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE	: FERNANDO AVELAR TORNELLI
ADV	: KARLA CECILIA LUCIANO PINTO
APDO	: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	: RENATO MIGUEL E OUTROS
00016	2000.51.01.011950-2 AC RJ 355093 02.09.09 - REVISÃO CONTRATUAL - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - C
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE	: FERNANDO DOS SANTOS CARRASCO E OUTROS
ADV	: JOSELA FRANCO VIEIRA E OUTROS
APDO	: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	: KATHIA VIANNA E OUTROS
00017	2000.51.01.004509-9 AC RJ 355094 02.09.09 - REVISÃO CONTRATUAL - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - C
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE	: FERNANDO DOS SANTOS CARRASCO E CONJUGE
ADV	: JOSELA FRANCO VIEIRA E OUTROS
APDO	: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV	: FREDERICO PESSANHA SARAIVA E OUTROS
00018	2000.51.04.002445-1 AC RJ 358086 02.09.09 - REVISÃO CONTRATUAL - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - C
RELATOR	: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE	: HAMILTON MILHEIRO

ADV : NELSON LOPES DE ALMEIDA
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : RODRIGO TREZZA BORGES E OUTROS

00019 2003.51.01.015336-5 AC RJ 357618 02.09.01 - QUITAÇÃO - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - CIVIL
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE : CREUZA CARVALHO PESSANHA
ADV : PEDRO TENUTO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ALDIR GOMES SELLES E OUTROS
ANOTAÇÕES : JUST.GRAT.

00020 1999.51.01.062929-9 AC RJ 357278 02.09.05 - SUSTAÇÃO / ALTERAÇÃO DE LEILÃO - SISTEMA FINANCEIRO DE HA
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE : GERCELIO PEREIRA BRAGA E CONJUGE
ADV : NORMANDIA BARROSO UCHOA E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ALDIR GOMES SELLES E OUTROS

00021 1993.51.01.024641-4 AC RJ 357295 02.09.01 - QUITAÇÃO - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - CIVIL
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE : GERCELIO PEREIRA BRAGA E CONJUGE
ADV : NORMANDIA BARROSO UCHOA E OUTRO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ALDIR GOMES SELLES E OUTROS

00022 2007.51.17.001399-0 AC RJ 420472 02.09.14 - DEPÓSITO DAS PRESTAÇÕES - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE : JOAO RICARDO MEDEIROS SILVA E CONJUGE
ADV : JULIO CESAR LEMOS DOS SANTOS
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : SEM ADVOGADO
ANOTAÇÕES : JUST.GRAT.

00023 1993.51.02.020238-9 AC RJ 365633 02.09.09 - REVISÃO CONTRATUAL - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - C
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : FLAVIA SARDENBERG CAMPISTA E OUTROS
APDO : WANDA SEABRA BAPTISTA GUIMARAES E OUTRO
ADV : ANTONIO CARLOS AMARAL LEAO E OUTRO

00024 2000.51.02.002470-6 AC RJ 369937 02.09.09 - REVISÃO CONTRATUAL - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - C
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CARLOS AFONSO HARTMANN E OUTROS
APTE : ROSALI FERREIRA E OUTRO
ADV : DENIZE PERES MENDES CAMPOS DA SILVA E OUTROS
APDO : OS MESMOS

00025 2002.51.01.000461-6 AC RJ 368878 02.09.09 - REVISÃO CONTRATUAL - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - C
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE : ROSANGELA DOS SANTOS SILVA
ADV : MARIA DAS GRACAS C. LIMA DE ANDRADE
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : RODRIGO VILLA REAL AYALA E OUTROS

00026 2000.51.01.014284-6 AC RJ 334479 01.04.02.02 - CRÉDITO EDUCATIVO - ENSINO SUPERIOR - SERVIÇOS - ADMI
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : LUIZ OSCAR LOPES E OUTROS
APDO : MARSANGELA CORREA PINHO BRUM
ADV : ANTONIO MARCUS ERMIDA
ANOTAÇÕES : JUST.GRAT.

00027 2001.51.01.009167-3 AC RJ 293331 02.09.02 - REAJUSTE DE PRESTAÇÕES - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE : ANTONIO CARLOS REIS BARBOSA
ADV : URSULA FERREIRA CARDOSO THEOTONIO
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : GUSTAVO STTEEL E OUTROS

00028 1997.51.06.084999-7 AC RJ 328410 01.03.01 - REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO - ATOS ADMINIS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : MUNICIPIO DE PETROPOLIS
PROC : SERGIO TORRES MEURER
APDO : INST. BRAS. DO MEIO-AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
PROC : EUNICE RUBIM DE MOURA
APDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
APDO : INSTITUTO DE ECOLOGIA E TECNOLOGIA DE MEIO AMBIENTE ECOTEMA
ADV : CHRISTIANE LADVOCAT CINTRA
APDO : DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER
PROC : LETICIA BOTELHO GOIS

00029 2000.02.01.012278-0 AC RJ 227846 01.11.05.01 - PENALIDADES - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - SE
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : ROBERTO JAUREGUIBER PREL JUNIOR E OUTROS
ADV : WILSON MIRZA E OUTRO
Juizes impedidos
GUILHERME DIEFENTHAELER

00030 1995.51.01.019441-1 AC RJ 304103 01.03.01 - REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO - ATOS ADMINIS
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : JORGE LUIZ DE ANDRADE LINS E OUTRO
ADV : RICARDO XAVIER DE ARAUJO FEIO E OUTRO
APDO : SUSEP - SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PROC : AUGUSTO GONÇALVES DA SILVA NETO E OUTROS

00031 2001.02.01.006918-5 AC RJ 259369 01.02.01 - DANO MORAL E/OU MATERIAL - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - AD
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : AMERICO LUIS MARTINS DA SILVA
APDO : ARMINDA MAGALHAES DIAS
ADV : SIDINEIA DOS SANTOS E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 15A VARA-RJ
Juizes impedidos
GUILHERME DIEFENTHAELER

ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00032 2001.51.13.000236-9 AC RJ 315532 02.08.07 - CARTÃO DE CRÉDITO - CONTRATOS/CIVIL/COMERCIAL/ECONÔMICO E
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : INST NAC DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUST - INMETRO
ADV : ELCY SILVA SOARES
APDO : DELCIO CARDOSO DA SILVA
ADV : PAULO SERGIO BARROS E OUTRO

00033 1998.50.01.009553-5 AC ES 327352 01.08.02.02 - LIBERAÇÃO DE CONTA - PIS/PASEP - ENTIDADES ADMINISTRAT
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : ELADIR MONTENEGRO DE OLIVEIRA COUTO E OUTROS
APDO : LUCIANO LELIS DO CARMO
ADV : ARTHUR KI BEAK LEE E OUTRO
ANOTAÇÕES : JUST.GRAT.

00034 1999.51.01.020332-6 AC RJ 296945 01.04.08 - SERVIÇOS DELEGADOS A TERCEIROS: CONCESSÃO/PERMISSÃO/AUTOR
RELATOR : DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : CLAVI PRODUCOES LTDA ME
ADV : OSWALDO MONTEIRO RAMOS
APTE : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADV : CARLOS LEONIDIO BARBOSA
APDO : OS MESMOS

00035 2000.02.01.056663-2 AC RJ 247463 01.11.03.01 - URP FEV/89 - REAJUSTE DE VENCIMENTOS - SERVIDOR PÚBLI
RELATOR : DES.FED. REIS FRIEDE
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : ROMERO MARTINS E OUTROS
ADV : LUIZ MANOEL FERNANDES COSTA E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL

00036 95.02.08022-0 AC RJ 78655 01.04.08.02 - TRANSPORTE TERRESTRE - SERVIÇOS DELEGADOS A TERCEIROS:
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/NO AFAST. RELATOR
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : VIACAO SALUTARIS E TURISMO S/A
ADV : WAGNER DE SOUZA SOARES E OUTRO
APDO : DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER
PROC : EMMANUEL RAIMUNDO COIMBRA TABOSA

00037 95.02.08023-8 AC RJ 78656 01.04.08.02 - TRANSPORTE TERRESTRE - SERVIÇOS DELEGADOS A TERCEIROS:
RELATOR : JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/NO AFAST. RELATOR
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : VIACAO SALUTARIS E TURISMO S/A
ADV : WAGNER DE SOUZA SOARES E OUTRO
APDO : DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER
PROC : ÇIOZ ANTONIO DA COSTA NOBREGA

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2008.

Desembargador Federal SERGIO SCHWAITZER
Presidente

ÍNDICES POR ADVOGADO DA PAUTA DE 30.07.2008.

Nome do Advogado	Código OAB	Número do Processo
AFONSO CARLOS FONSECA WEIGERT	RJ077018	1999.51.01.002609-0
ALDIR GOMES SELLES	RJ083136	1993.51.01.024641-4
		1999.51.01.062929-9
		2003.51.01.015336-5
AMERICO LUIS MARTINS DA SILVA	DF003967	2001.02.01.006918-5
ANTONIO CARLOS AMARAL LEAO	RJ021116	1993.51.02.020238-9
ANTONIO CARLOS MACEDO SILVA	RJ033895	2006.51.01.012882-7
ANTONIO MARCUS ERMIDA	RJ097983	2000.51.01.014284-6
ARACELI ALVES RODRIGUES	RJ131708	2005.51.01.021559-8
AROLDO MOITINHO FERRAZ	BA017710	2008.02.01.009148-3
ARTHUR KI BEAK LEE	ES006986	1998.50.01.009553-5
AUDREY DE OLIVEIRA E SILVA	RJ097835	2007.02.01.013433-7
AUGUSTO GONÇALVES DA SILVA NETO		1995.51.01.019441-1
CARLOS AFONSO HARTMANN	RJ005183	2000.51.02.002470-6
CARLOS HENRIQUE DE SOUZA JUND	RJ087458	2006.51.01.011958-9
CARLOS LEONIDIO BARBOSA	RJ036937	1999.51.01.020332-6
CHRISTIANE LADVOCAT CINTRA	RJ059278	1997.51.06.084999-7
DENIZE PERES MENDES CAMPOS DA SILVA	RJ117707	2000.51.02.002470-6

EDSON DE JESUS FERNANDES	RJ064481	2007.51.01.026909-9
ELADIR MONTENEGRO DE OLIVEIRA COUTO	ES00118B	1998.50.01.009553-5
ELCY SILVA SOARES	RJ021920	2001.51.13.000236-9
ELTON NOBRE DE OLIVEIRA	RJ068058	2008.02.01.009148-3
EMMANUEL RAIMUNDO COIMBRA TABOSA		95.02.08022-0
EUNICE RUBIM DE MOURA		1997.51.06.084999-7
FELIZUMIR DIAS RIBEIRO	RJ050916	2004.51.01.015884-7
FLAVIA SARDENBERG CAMPISTA	RJ100346	1993.51.02.020238-9
FREDERICO PESSANHA SARAIVA	RJ104464	2000.51.01.004509-9
GISA NARA MACIEL MACHADO DA SILVA	RJ000760B	2004.51.01.011649-0
GUSTAVO STTEEL	RJ102469	2001.51.01.009167-3
JORGE GAVINHO SOBRINHO		2007.51.01.026909-9
JOSE ALVES MACHADO	RJ067144	1999.51.01.002609-0
JOSE FRANCISCO NICANDIO	RJ106984	2005.51.01.003881-0
JOSELA FRANCO VIEIRA	RJ107642	2000.51.01.004509-9
		2000.51.01.011950-2
JULIO CESAR LEMOS DOS SANTOS	RJ101021	2007.51.17.001399-0
KARLA CECILIA LUCIANO PINTO	ES003442	1999.50.01.007721-5
KATHIA VIANNA	RJ118354	2000.51.01.011950-2
LETICIA BOTELHO GOIS		1997.51.06.084999-7
LUIZ MANOEL FERNANDES COSTA	RJ081467	2000.02.01.056663-2
LUIZ OSCAR LOPES	RJ017434	2000.51.01.014284-6
MANOEL FRANCISCO MENDES FRANCO	RJ006877	2005.51.01.024542-6
MARCELO FRANCISCO FRAGOSO DE CASTRO		2006.51.01.012882-7
MARIA DAS GRACAS C. LIMA DE ANDRADE	RJ047754	2002.51.01.000461-6
MONICA S MACHADO DE MELLO	RJ105131	2006.51.01.003491-2
NELSON LOPES DE ALMEIDA	RJ119149	2000.51.04.002445-1
NORMANDIA BARROSO UCHOA	RJ022352	1993.51.01.024641-4
		1999.51.01.062929-9
OSWALDO MONTEIRO RAMOS	RJ014878	1999.51.01.020332-6
PAULO SERGIO BARROS	RJ005874	2001.51.13.000236-9
PEDRO TENUTO	RJ033543	2003.51.01.015336-5
RENATO MIGUEL	ES006494	1999.50.01.007721-5
RICARDO XAVIER DE ARAUJO FEIO	RJ059083	1995.51.01.019441-1
RITA CRISTINA ZAMPA DA SILVA		2004.51.01.011649-0
RODRIGO TREZZA BORGES	MG078792	2000.51.04.002445-1
RODRIGO VILLA REAL AYALA	RJ108650	2002.51.01.000461-6
SEM ADVOGADO		2007.02.01.013433-7
		2007.51.17.001399-0
SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA	RJ093742	1994.51.01.022380-7
SERGIO TORRES MEURER	RJ011636	1994.51.01.022380-7
		1997.51.06.084999-7
SIDINEIA DOS SANTOS	RJ066780	2001.02.01.006918-5
TATIANA ZAKHIA INACIO	RJ122912	2005.51.01.018648-3
URSULA FERREIRA CARDOSO THEOTONIO	RJ105327	2001.51.01.009167-3
WAGNER DE SOUZA SOARES	DF017163	95.02.08022-0
		95.02.08023-8
WILSON MIRZA	RJ008418	2000.02.01.012278-0
ÇIOZ ANTONIO DA COSTA NOBREGA		95.02.08023-8

ADITAMENTO

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados no Aditamento a Pauta de Julgamentos ORDINARIA do dia 16 de JULHO de 2008, QUARTA-FEIRA, às 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

00048	2008.02.01.010237-7 AG RJ 167044 01.13.07 - REALIZAÇÃO DE ETAPAS - CONCURSO PÚBLICO - ADMINISTRATIVO
RELATOR	: JC LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/NO AFAST. RELATOR
PAUTA	: J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE	: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES
ADV	: LUCIANE APARECIDA POLETTI MOREIRA E OUTROS
AGRDO	: JULIANA HUANG
ADV	: JULIANA HUANG

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2008.

Desembargador Federal SERGIO SCHWAITZER
Presidente

ÍNDICES POR ADVOGADO DA PAUTA DE 16.07.2008.

Nome do Advogado	Código OAB	Número do Processo
JULIANA HUANG	RJ141533	2008.02.01.010237-7
LUCIANE APARECIDA POLETTI MOREIRA	RJ123503	2008.02.01.010237-7

SUBSECRETARIA DA 8ª TURMA ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS

DESPACHOS/DECISÕES

EXPEDIENTE Nº 470 DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 54969 2002.51.02.001807-7

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
APELANTE	:THALES GEOSOLUTIONS BRASIL LTDA
ADVOGADO	:CARLOS MAURICIO MARTINS RODRIGUES (RJ007776)
APELADO	:UNIAO FEDERAL
APELADO	:FARCO - FONSECA ALMEIDA REPRESENTACOES E COM/ LTDA
ADVOGADO	:JOSE GERALDO GARCIA DE SOUZA (RJ001860)
ORIGEM	:2A. VARA FEDERAL - NITEROI/RJ (200251020018077)

=DECISÃO=

1. Venha aos autos contrato social comprovador de que FUGRO GEOSOLUTIONS (BRASIL) SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO LTDA. se constitui na atual denominação de THALES GEOSOLUTIONS LTDA.

2. Prazo: 10 dias.

3. Após, voltem conclusos.

Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008.

RALDÊNIO BONIFACIO COSTA
RELATOR

III - AGRAVO 2007.02.01.000459-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL POUL ERIK DYRLUND
AGRAVANTE	:PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS
ADVOGADO	:LEONARDO NUNES DA CUNHA FILHO E OUTROS
AGRAVADO	:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DE ANGRA DOS REIS (200551110000579)

D E C I S Ã O
Fls. 650/653: intime-se a União.

Após, dê-se vista a parte agravada.

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2008.
POUL ERIK DYRLUND
Relator

III - AGRAVO 2005.02.01.013932-6

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL POUL ERIK DYRLUND
AGRAVANTE	:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
AGRAVADO	:FCA ANGRAPORTO S/A E OUTROS
ADVOGADO	:MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA CONTRUCCI E OUTROS
AGRAVADO	:CIA/ DOCAS DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO	:OCTAVIO BLATTER PINHO E OUTROS
AGRAVADO	:FUNDACAO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE - FEEMA
ADVOGADO	:DELCY ALEX LINHARES E OUTROS
AGRAVADO	:PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
ADVOGADO	:FABIO MARQUES ARAGAO DA SILVA E OUTROS
ORIGEM	:PRIMEIRA VARA FEDERAL DE ANGRA DOS REIS (200551110000579)

D E C I S Ã O
Fls. 1511/1534: assino o prazo de 30 (trinta) dias, sucessivo, para que a parte agravada se manifeste sobre a documentação.

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2008.
POUL ERIK DYRLUND
Relator

EXPEDIENTE Nº 471 DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

III - AGRAVO 2008.02.01.009580-4

RELATOR	:DESEMBARGADOR FEDERAL POUL ERIK DYRLUND
AGRAVANTE	:AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP
PROCURADOR	:SIMONE MAGALHAES ABREU
AGRAVADO	:GUSTAVO DE FREITAS TINOCO
ADVOGADO	:CYRLENA RIBEIRO BLONDET E OUTRO
ORIGEM	:SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200851010083750)

D E C I S Ã O
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, objetivando cassar a decisão proferida pelo Juízo da 7ª Vara Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, assim vertida:

"1. Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar inaudita altera pars para que seja determinada a imediata matrícula no curso de formação da ANP do concurso público para provimento do cargo de especialidade de regulação de petróleo.
Para tanto sustenta ser bacharel em ciências econômicas, classificando e impedido de participar da segunda etapa por não possuir cópia autenticada de seu diploma de bacharelado e não atender ao item 3.2, "b" do edital 6/2008 (fls. 18) nos termos do edital de eliminação 8/2008 (fls.20).
Tal ato fere seu direito líquido e certo à inscrição ante o disposto na Súmula 266 do STJ.
O periculum in mora apresenta-se no término do prazo da inscrição e início do curso de formação, em 02/06/2008, deixando-o fora do certame.
2. É o breve relatório. Decido.
Razão assiste ao Impetrante.
Conforme a Súmula 266 do STJ o diploma deve ser exigido na posse e não nas fases intermediárias do concurso ferindo o item 3.2 do edital 6/2008 e o edital 8/2008 disposição expressa pela Súmula do Superior Tribunal de Justiça.
O Impetrante junta documentação demonstrando que é bacharel pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, fls. 21, e que requereu seu diploma.
Demonstra o cerceamento de seu direito através do edital 8/2008, fls. 20, ante a contrariedade dos editais ao disposto na súmula 266 do STJ.

Resta configurada a lesão ao direito do Impetrante de inscrever-se e participar da segunda etapa do concurso público para provimento do cargo de especialidade de regulação de petróleo e gás natural.
3. Ante o exposto, presentes os requisitos legais autorizadores, defiro a liminar, no sentido de determinar à autoridade coatora que abstenha de exigir do Impetrante cópia do diploma a teor do disposto na Súmula 266 do STJ para que esse possa prosseguir na segunda etapa do certame em igualdade de condições com os demais inscritos no concurso público para provimento do cargo a que concorreu e deferir sua inscrição no curso de formação.
Oficie-se nos termos do artigo 7º, inciso I e II da Lei 1.533/51 e intime-se para imediato cumprimento.
Publique-se. Intime-se com urgência.
Após, ao Ministério Público Federal."

A Agravante alega, em suma, como causa de pedir:

"(...) O Impetrante se inscreveu no concurso público da ANP regido pelo Edital nº 001/2008 - ANP e concorre a uma vaga do cargo de nível superior de Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural, Área Geral 1, no Rio de Janeiro.
(...) As regras para participação no concurso público da ANP e matrícula no Curso de Formação foram estabelecidas pelo Edital nº 001/2008 - ANP, de 13 de fevereiro de 2008, publicado no DOU de 14 de fevereiro de 2008, itens 12 e subitens 12.1 e 12.2, que remete ao item 2, subitem 2.1.1.2 - Anexo I e pelo Edital nº 006/2008 - ANP, de 20 de maio de 2008, publicado em 21 de maio de 2008- ANP, item 3 - Anexo II.
(...)Necessário ressaltar a prevalência e a imperatividade do edital do concurso. Com efeito, os candidatos ao inscreverem-se em determinado concurso aderem às regras estabelecidas pelo edital, que devem ser obrigatoriamente respeitadas em homenagem ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório...
(...) Por todo o exposto, espera a Agravante que V. Exa, bem apreciando os fatos e o direito que lhes é aplicável, receba o presente Agravo de Instrumento no efeito suspensivo, suspendendo os efeitos da decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, para, a final, a Egrégia Turma dar-lhe provimento, não só pela absoluta falta de direito líquido e certo, já que não houve por parte da ANP prática de qualquer ato eivado de ilegalidade ou abuso de poder, cumprindo esta autarquia estritamente a Constituição Federal, as normas infraconstitucionais e o edital do certame, que é a lei do concurso.
Assim, requer-se à Vossa Excelência:
(...) b) dar provimento ao Agravo de Instrumento, reformando a r. decisão atacada;"

Analisando os autos, conclui-se não se tratar o presente recurso de Agravo de Instrumento de provisão jurisdicional de reconhecida natureza urgente - a reclamar o imediato e inadiável pronunciamento deste órgão julgador - e não havendo, na hipótese em questão, qualquer comprovação, pela parte interessada, quanto à presença de efetivo perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação, e não sendo, ainda, caso de inadmissão de recurso de apelação, bem como de efeitos em que a mesma é recebida; aplico, ao caso vertente, a disposição normativa expressamente prevista no inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil, com a nova redação determinada pela Lei nº 11.187/2005, convertendo, outrossim, em Agravo Retido o recurso originalmente interposto, verbis:

"Recebido o Agravo de Instrumento no Tribunal, e distribuído incontinente, o Relator:
(...) II - converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandado remeter os autos ao juiz da causa."

Registre-se, por oportuno, que tal entendimento já se mostrava pacífico na jurisprudência atual de nossos Tribunais, mesmo antes da atual modificação legislativa perpetrada pelo advento da Lei nº 11.187/2005.

Neste sentido:

"Inexistindo perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação, pode o magistrado converter o Agravo de Instrumento em Agravo Retido, mormente se é perfeitamente possível que a parte venha, através de possível recurso de apelação (...)" (STJ - AI 496.001/MS - Min. Rel. Francisco Falcão - Dec. Mon. DJ 20/10/2003).
"A conversão do Agravo de Instrumento em Agravo Retido é intrínseca à função do Relator que, ao analisar o recurso, verificará a existência ou não de urgência na prestação jurisdicional ou de perigo grave e de difícil reparação." (TRF 2ª Região - AGTAG nº 100499 - 6ª Turma - Rel. Des. Fed. Poul Erik Dyrlund - DJ 22/11/2002)."

Saliente-se, ainda, que a presente decisão não se presta a impedir a apreciação, pelo Poder Judiciário, de eventual lesão ao direito da parte recorrente, mas, ao contrário, com bem consignou o Exmo. Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Dr. Silveira Lenzi, no artigo "O Novo Sistema do Agravo", a mesma "pretende reforçar a figura do juiz de direito que preside e vive o processo na base; (...) o alto percentual de recorribilidade das decisões interlocutórias, faz do magistrado de 1º grau um mero coletor de provas e ordenador do procedimento, delegando-se ao 2º grau, antes mesmo de prolatada a sentença, a competência para decidir sobre todas as questões postas no Juízo a quo. Propugna-se, portanto, pelo fortalecimento da jurisdição da base do conflito, revendo-se, por agravo de instrumento, somente as situações e casos excepcionais", que, indiscutivelmente, não podem deixar de ser apreciados, sob pena de se infringir o princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional.

Cumpre ressaltar, em necessária adição, que - para concluir pela aplicação da disposição normativa epigrafada, foi exaustivamente compulsado o material cognitivo ínsito aos autos, constatando-se, inclusive, a ausência do necessário elemento probatório (de exclusivo ônus do recorrente) a amparar a expressa pretensão quanto ao julgamento do presente recurso, na forma instrumental (e não de retenção aos autos), conforme manifestado na peça preambular.

"Para se verificar a existência de perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação, óbice à conversão do Agravo de Instrumento em Agravo Retido - art. 527, II, do CPC, é necessário compulsar o material cognitivo presente dos autos (...)" (STJ - RESP 5589676/MG - 5ª Turma - Min. Felix Fischer, DJ 02/08/2004)."

Cumpre assinalar, por derradeiro, que, na época oportuna da prolação da competente sentença, a apreciação do recurso sub examen dependerá, em qualquer hipótese, de prévia e tempestiva interposição do correspondente recurso de apelação, além de expressa manifestação neste sentido, pela parte agravante, independente de preparo (art. 522, parágrafo único do CPC), a teor da previsão legal ínsita no art. 523, caput e §1º do CPC, verbis:

"Na modalidade de Agravo Retido o Agravante requererá que o Tribunal dele conheça preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação.
§1º. Não se conhecerá do Agravo se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação sua apreciação pelo Tribunal."

Noutro eito, eventual e futura apreciação do recurso do Agravo Retido, em comento, será procedida pelo novo Relator a que for distribuído o recurso principal de Apelação, não se aplicando, in casu, a figura processual da prevenção relativa a este Gabinete.
Assim, encaminhem-se, pois, imediatamente, os presentes autos, ao eminente Juízo da Causa, para as providências processuais correlatas, em função da implícita vedação à interposição de recurso de Agravo Interno ou Inominado contra a presente decisão, consoante o disposto no parágrafo único do art. 527 do CPC, verbis:

"Art. 527. (...) Parágrafo único. A decisão liminar, proferida nos casos dos incisos II e III do caput deste artigo, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar."

Rio de Janeiro, 01 de julho de 2008.
POUL ERIK DYRLUND
Relator

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DE JULGAMENTOS

ACÓRDÃO

EXPEDIENTE Nº 1 DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

IV - APELACAO CIVEL 2000.02.01.069759-3

RELATOR	:JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MARIA ALICE PAIM LYARD
APELANTE	:IOLANDA DE CARVALHO
ADVOGADO	:LUISA DE PINHO VALLE E OUTRO
APELADO	:UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:DÉCIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9500218879)

EMENTA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FUNCIONÁRIA DO EXTINTO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO-DNOS. DECRETO-LEI N. 2.280/85. PROCESSO SELETIVO INTERNO E CONCURSO PÚBLICO. DIFERENÇA. ART. 100 CF/69. ART. 19 ADCT, CF/88. ESTABILIDADE NÃO CARACTERIZADA.
Pretende a Autora, funcionária pública contratada pelo DNOS sob o regime celetista, ser reintegrada no cargo/emprego público que ocupava, bem como o reconhecimento de vínculo estatutário com a entidade e a conseqüente nulidade da sua demissão.
Tanto os arts. 97, § 1º e 100 da Constituição Federal de 1.969, assim como a atual Constituição, já exigiam a prévia aprovação em concurso público para a investidura em cargo público. O processo seletivo interno previsto pelo Decreto-Lei n. 2.280/85 não atende ao postulado constitucional, não podendo, os servidores que dele se beneficiaram, ser considerados "concursados" para fins de estabilidade no cargo.
Do mesmo modo, não materializado o transcurso do prazo de 05 (cinco) anos previsto pelo art. 19 do ADCT, CF/88, impossível o reconhecimento da estabilidade no serviço público.
Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Egrégia Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2008.

Maria Alice Paim Lyard
Juíza Federal Convocada Relatora

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

PRESIDÊNCIA

EXPEDIENTE CR/2008.000508 DA(O) SUBSECRETARIA DE RECURSOS EXT. ESP. E ORD.

Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contrarazões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 407954/RN - 2006.84.00.002660-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANNA CAROLINA DE BRITO FERNANDES e outros
APDO	:	ALFREDO JOSÉ PEREIRA E SILVA
ADV/PROC	:	ALFREDO JOSE PEREIRA E SILVA
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 335918/PB - 2003.82.00.001720-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	ESTADO DA PARAÍBA
ADV/PROC	:	RENAN DE VASCONCELOS NEVES e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	SALVADOR CONGENTINO NETO e outros
REMTE	:	Juízo Federal da 2a Vara da Paraíba
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 381635/SE - 2004.85.00.000083-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Sergipe
APTE	:	JOSE MILITAO DE ARAUJO
ADV/PROC	:	CARLOS EDUARDO REIS CLETO e outros
APDO	:	UNIÃO
RECTE em REsp	:	JOSE MILITAO DE ARAUJO
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AC - 383976/PE - 2005.83.08.001070-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	JOALINA TRANSPORTES LTDA
ADV/PROC	:	JOAO MOREIRA CAVALCANTI REGO e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (PETROLINA)
RECTE em REsp	:	JOALINA TRANSPORTES LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 73004/PE - 2007.05.00.000203-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ÂNGELO GUSTAVO BARBOSA PETER e outros
AGRDO	:	ARIEL DE OLIVEIRA SOUZA
AGRDO	:	MANOEL VENTURA DA COSTA
AGRDO	:	MAURO EZEQUIEL DA SILVA
AGRDO	:	SÉRGIO AUGUSTO TOURINHO FERREIRA
AGRDO	:	WALMIR DE ANDRADE ALVES
ADV/PROC	:	MARIA RUTH FERRAZ TEIXEIRA e outro
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 419610/PE - 2004.83.00.024814-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros
APDO	:	DAVID JOSE SIMOES
ADV/PROC	:	MARCOS ANTONIO DA SILVA e outros
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 328420/AL - 2002.80.00.005406-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	NILSON CLEOMAR GONCALVES DA SILVA e cônjuge
ADV/PROC	:	ISMAEL SIMOES MARINHO e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro

ADV/PROC : PAULO ELTON VASCONCELOS ALVES e outros
RECTE em REsp : NILSON CLEOMAR GONCALVES DA SILVA

AC - 430538/AL - 2007.80.00.002819-8

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM : 4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE : ROBSON GOMES ARAÚJO DA SILVA
ADV/PROC : SANDRA VALERIA OLIVEIRA CAVALCANTE
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : CARLOS ANDRÉ CANUTO DE ARAÚJO e outros
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 432000/PB - 2007.82.00.004863-3

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM : 2ª Vara Federal da Paraíba
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES e outros
APTE : EDNA FREITAS GONZAGA
ADV/PROC : FRANCISCO LUIS MACEDO PORTO e outro
APDO : OS MESMOS
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 432858/PE - 2007.83.00.009194-2

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM : 9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : CONCEIÇÃO KEANE GOMES CHAVES
APDO : JOSEFINA TAVARES DA COSTA e outro
ADV/PROC : ADERBAL DE MELO MENDONÇA e outro
RECTE em REsp : JOSEFINA TAVARES DA COSTA

AC - 436391/RN - 2007.84.00.004410-3

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM : 3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE : MARIA PINHEIRO DANTAS OLIVEIRA
ADV/PROC : KEILA NORONHA CUNHA e outro
APDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADV/PROC : FRANCISCO JOÃO DE OLIVEIRA NETO
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Expediente CR/2008.000509 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 407574/PE - 2001.83.00.003093-8

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : S. B. STUDIO LTDA ME
ADV/PROC : RAIMUNDO DE SOUZA MEDEIROS JÚNIOR e outros
RECTE em REsp : FAZENDA NACIONAL

AGTR - 69465/PE - 2006.05.00.041751-1

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL RIDALVO COSTA
ORIGEM : 3ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE : PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO : RILDO DE ASSIS COSTA
AGRDO : MANOEL ELEUTÉRIO DA SILVA
AGRDO : MAURICIO THEODORO DA SILVA
AGRDO : JOSE BARBOSA IRMÃO
AGRDO : JORGE DE CASTRO SILVEIRA
ADV/PROC : MARIA RUTH FERRAZ TEIXEIRA e outros
RECTE em REsp : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

AGTR - 71701/CE - 2006.05.00.070718-5

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL RIDALVO COSTA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
AGRTE : PEDRO PAULO SEVERINO
ADV/PROC : DEISE DE OLIVEIRA LASHERAS e outro
AGRDO : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE : PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
RECTE em REsp : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECTE em RE : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EINFAC - 373533/CE - 2000.81.00.033096-2

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM : 7ª Vara Federal do Ceará
EMBTE : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE : PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
EMBDO : MARIA ALVES DA ROCHA
ADV/PROC : VANDERLEY FARIAS PEDROSA
RECTE em REsp : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

AGTR - 72519/CE - 2006.05.00.076842-3

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL RIDALVO COSTA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
AGRTE : JUDITE MENDES PINHEIRO
ADV/PROC : DEISE DE OLIVEIRA LASHERAS e outro
AGRDO : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE : PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
RECTE em REsp : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECTE em RE : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

AGTR - 73490/PE - 2007.05.00.004538-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM : 22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE : FAZENDA NACIONAL
AGRDO : JOSE BERINSON
RECTE em REsp : FAZENDA NACIONAL

AGTR - 73642/PE - 2007.05.00.004749-9

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE : CARLOS JOSÉ GOMES PEREIRA
AGRTE : DAMIÃO GOMES PEREIRA FILHO
AGRTE : MARIA ISABEL GOMES COSTA
ADV/PROC : MONICA MARIA PIMENTEL CANUTO e outros
AGRDO : FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp : FAZENDA NACIONAL

AC - 408638/AL - 2006.80.00.001697-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL VLADIMIR SOUZA CARVALHO (conv.)
ORIGEM : 7ª Vara Federal de Alagoas
APTE : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE : PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO : MANOEL JOSÉ DA SILVA
ADV/PROC : NARA LUCIA TREVISAN GANDOLFO
RECTE em REsp : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

AGTR - 67178/PE - 2006.05.00.008365-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM : 22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE : FAZENDA NACIONAL
AGRDO : IZABEL CRISTINA DE ALMEIDA SOARES
RECTE em REsp : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

AC - 409266/CE - 2007.05.00.015916-2

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL RIDALVO COSTA
ORIGEM : 8ª Vara Federal do Ceará
APTE : GERARDO ALVES XIMENES e outros
ADV/PROC : ANA CANDIDA VIEIRA DE ANDRADE e outro
APDO : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE : PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
RECTE em RE : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECTE em REsp : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

AC - 411236/CE - 2004.81.00.015423-5

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL RIDALVO COSTA
ORIGEM : 16ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APTE : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE : PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO : ZENILEIDE FIRMINO DE SOUSA
ADV/PROC : FRANCISCO ELDO DE SOUZA e outros
RECTE em REsp : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

REOAC - 417645/PE - 2007.83.05.000120-1

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 23ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
PARTE A : FAZENDA NACIONAL
PARTE R : INCONTINENTAL NORDESTE LTDA
REMTE : JUÍZO DA 23ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (GARANHUNS) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS
RECTE em REsp : FAZENDA NACIONAL

AC - 417650/PE - 2007.83.00.000431-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : FAZENDA NACIONAL
APTE : INTELECTUS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA EPP
ADV/PROC : MANUEL DE FREITAS CAVALCANTE JUNIOR e outros
APDO : OS MESMOS
REMTE : JUÍZO DA 21ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)
RECTE em REsp : FAZENDA NACIONAL

AGTR - 79267/AL - 2007.05.00.047482-1

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL RIDALVO COSTA
ORIGEM : 4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE : PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO : JOAO VITAL DOS SANTOS
ADV/PROC : ANITA LIMA ALVES DE MIRANDA GAMELEIRA
RECTE em REsp : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

AC - 419763/PE - 2003.83.00.020446-9

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM : 11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : MANOEL DA PACIENCIA BOLITREAU
RECTE em RE : FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp : FAZENDA NACIONAL

Expediente CR/2008.000510 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 326341/PE - 2003.05.99.001539-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM : 5ª Vara da Comarca de Caruaru
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : IRMAOS COUTINHO INDUSTRIA DE COUROS S/A
ADV/PROC : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO e outros
RECTE em REsp : IRMAOS COUTINHO INDUSTRIA DE COUROS S/A
RECTE em REsp : FAZENDA NACIONAL

AC - 330608/RN - 2003.84.00.004852-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	LOJAS EXOTICA LTDA
ADV/PROC	:	ROBERTO BORBA GOMES DE MELO e outro
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 340361/CE - 2003.81.00.009725-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	JOSÉ SOARES CAMPOS e outros
ADV/PROC	:	JOSÉ DE RIBAMAR CAPIBARIBE DE SOUSA
REMTE	:	Juízo Federal da 3a Vara do Ceará
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 73346/PE - 2007.05.00.000547-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	FRIGOSERV DE PERNAMBUCO S/A
ADV/PROC	:	ROMERO BERARDO PESSOA DE SOUZA
AGRDO	:	FINAME - AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDL/
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
RECTE em REsp	:	FRIGOSERV DE PERNAMBUCO S/A

AGTR - 73556/PE - 2007.05.00.004626-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	CARMEM LUCIA C SCHETTINI DE OLIVEIRA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 406075/PB - 2001.82.01.007842-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	6ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	COLEGIO ALFREDO DANTAS LTDA
ADV/PROC	:	MARIA DINIZ DE OLIVEIRA BARROS e outros
APDO	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 78472/PE - 2007.05.00.040117-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	PREDIAL NORDESTE LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 78475/PE - 2007.05.00.040127-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	IMOBILIÁRIA VIEIRA DA CUNHA LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 80429/PE - 2007.05.00.061599-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	USINA CERÂMICA DO CORDEIRO LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 81104/SE - 2007.05.99.002262-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Porto da Folha
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	ALONSO ALVES DE SOUZA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 426884/PE - 2006.83.00.014442-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	6ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	JOAQUIM MARQUES DE JESUS FILHO
ADV/PROC	:	ANDREA KARLA DE CARVALHO COSTA MENEZES
APDO	:	UNIÃO
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AC - 431180/PE - 2003.83.00.026463-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	MARIA ANUNCIADA FALCAO JORGE MONTEIRO
PARTE R	:	MIRTES GLEIDE BRASILEIRO CLEMENTE e outro
ADV/PROC	:	MIRTES GLEIDE BRAZILEIRO CLEMENTE
REMTE	:	JUÍZO DA 22ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE) - PRIVATIVA P/ EXEC. FISCAIS
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

Expediente CR/2008.000511 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.

Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 412750/PB - 2004.82.00.009342-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	WERTON DE MEDEIROS ROQUE e outros
ADV/PROC	:	YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE e outros
APDO	:	UNIÃO
RECTE em RE	:	UNIÃO
RECTE em REsp	:	UNIÃO

AC - 381751/RN - 2005.84.00.003637-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	CELIA MARIA BARBOSA FREITAS e outros
ADV/PROC	:	AIRTON CARLOS MORAES DA COSTA e outros
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AC - 383471/RN - 2004.84.00.008015-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	JOSE GURGEL SANTOS
ADV/PROC	:	HERBET DE MEDEIROS GOMES
RECTE em REsp	:	UNIÃO
RECTE em RE	:	UNIÃO

AC - 401944/PE - 2006.83.00.005148-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	NEUZA PEREIRA DA COSTA
ADV/PROC	:	VANIA AFFONSO DE MELLO
REMTE	:	JUÍZO DA 12ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)
RECTE em REsp	:	NEUZA PEREIRA DA COSTA
RECTE em REsp	:	UNIÃO

AC - 412319/RN - 2006.84.00.003605-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	MARIA DE LOURDES FÁTIMA ROCHA DA CUNHA
ADV/PROC	:	ANGELO EUGENIO COUTO SILVEIRA e outros
RECTE em REsp	:	UNIÃO

AGTR - 79153/AL - 2007.05.00.047301-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	MAURO MARQUES DE OLIVEIRA
AGRDO	:	MAURO DE SOUZA CHAVES
AGRDO	:	MAURO FERNANDO SIMONETI
AGRDO	:	MAURO HUMBERTO DE O. LUCAS
AGRDO	:	MAURO LEMOS DA SILVA
ADV/PROC	:	IVANA CLAUDIA BASTOS MATOS
RECTE em RE	:	UNIÃO
RECTE em REsp	:	UNIÃO

AMS - 85995/SE - 2002.85.00.002240-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Sergipe
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	SINPRF/SE - SINDICATO DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS NO ESTADO DE SERGIPE
ADV/PROC	:	ADEMIR MEIRA DOS SANTOS
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU)
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 79194/AL - 2007.05.00.047293-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	MARIA DA PAZ BARROSO DA COSTA
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 79481/PB - 2007.05.00.052312-1

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	4ª Vara Federal da Paraíba
AGRTE	:	IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB
ADV/PROC	:	RODRIGO AZEVEDO GRECO
RECTE em REsp	:	IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

AGTR - 79983/AL - 2007.05.00.053031-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	LUIZ GONZAGA DE MELO SOUZA
AGRDO	:	LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
AGRDO	:	LUIZ CARLOS FRAGA
AGRDO	:	LUIZ CLAUDIO SANTANA
AGRDO	:	LUIZ EUSTÁQUIO DOS SANTOS
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em RE	:	UNIÃO
RECTE em REsp	:	UNIÃO

AC - 438237/PE - 2002.83.00.008099-5

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
APDO	:	ICEBRAS - INDÚSTRIA CERÂMICA BRASIL S/A
REMTE	:	JUÍZO DA 22ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE) - PRIVATIVA P/ EXEC. FISCAIS
RECTE em REsp	:	CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Expediente CR/2008.000512 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 435591/PE - 2007.83.00.008812-8

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTONIO HENRIQUE FREIRE GUERRA e outros
APDO	:	LUCIANA SANTANA LIMA
ADV/PROC	:	DANIELLA PACHECO DUQUE PORTO e outro
RECTE em RE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 58361/RN - 2004.05.00.028632-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	KÁTIA CAMPANELLI DA NÓBREGA e outros
AGRDO	:	NAZILDA MARIA DUTRA BEZERRA e outros
ADV/PROC	:	ALEXANDRE JOSE CASSOL e outro
RECTE em REsp	:	NAZILDA MARIA DUTRA BEZERRA

AC - 350311/AL - 2004.80.00.004000-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FERNANDO ANTONIO DA SILVEIRA CORREA e outros
APTE	:	ERTON MOURA AZEVEDO
ADV/PROC	:	JOSÉ ARNÓBIO DAMASCENO ALVES e outro
APDO	:	OS MESMOS
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 393248/CE - 2003.81.00.030931-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL RIDALVO COSTA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	ANTONIO CARLOS DIOGO e cônjuge
ADV/PROC	:	FRANCISCO DAS CHAGAS MENDES CHAVES e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO e outros
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 80674/PB - 2007.05.00.062039-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ISAAC MARQUES CATÃO e outros
AGRDO	:	ADEMIR SILVA DE ALMEIDA
ADV/PROC	:	MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA e outros
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 80716/PB - 2007.05.00.056773-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FRANCISCO EDWARD AGUIAR NETO e outros
AGRDO	:	SINVAL TAVARES DE SOUZA
ADV/PROC	:	MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA e outro
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 423004/PE - 2003.83.00.018473-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
APDO	:	JAIRO ALVES DO NASCIMENTO e cônjuge
ADV/PROC	:	MARIA BERNADETE MACHADO DE AZEVEDO
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 81099/PB - 2007.05.00.057321-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ISAAC MARQUES CATÃO e outros
AGRDO	:	MANOEL PEDRO SOARES JUNIOR
ADV/PROC	:	MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA e outros
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 426579/AL - 2007.80.00.003201-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL RIDALVO COSTA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	NAI ALVES DE FREITAS
ADV/PROC	:	LUIZ MÁRIO FELIX DE MORAES GUERRA e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CARLOS ANDRÉ CANUTO DE ARAÚJO e outros
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 436933/PB - 2007.82.00.005217-0

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	JAIME MARTINS PEREIRA JÚNIOR e outros
APDO	:	MARIA GRASIELA DE ALMEIDA DANTAS
ADV/PROC	:	MANFRINI ANDRADE DE ARAÚJO e outro
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RECTE em RE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 152398/CE - 98.05.50804-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FRANCISCO DAS CHAGAS ANTUNES MARQUES e outros
APDO	:	LIDUINA MARIA DE JESUS ROLA e outros
ADV/PROC	:	JOAQUIM AUGUSTO LOPES OLIVEIRA
RECTE em RE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 438749/PE - 2008.83.00.000949-0

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO	:	ANTONIO OTAVIO DE CARVALHO
RECTE em REsp	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 438989/PE - 2008.83.00.001697-3

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
APDO	:	MARLENE MARINHO CORREIA
RECTE em REsp	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 439043/PE - 2008.83.00.002672-3

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros
APDO	:	JOÃO VIEIRA DE MORAIS S
RECTE em REsp	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 439208/PE - 2008.83.00.002778-8

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa em Matéria Penal)
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO	:	TEREZINHA DE ALMEIDA AQUINO
RECTE em REsp	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 439534/PB - 2007.82.00.005221-1

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES e outros
APDO	:	SUZANA FIGUEIREDO COUTINHO GUERRA
ADV/PROC	:	MANFRINI ANDRADE DE ARAÚJO e outro
RECTE AD	:	SUZANA FIGUEIREDO COUTINHO GUERRA
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 440538/CE - 2007.81.00.008091-5

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	FRANCISCA CARDOSO DA COSTA
ADV/PROC	:	LUIZ THOMAZ DIAS
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 441049/PB - 2007.82.00.004045-2

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	LEILA REGINA DE BRITO ANDRADE e outros
APDO	:	JOAO BOSCO GONZAGA DE SOUSA
ADV/PROC	:	DANILO CAZÉ BRAGA DA COSTA SILVA
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 441108/SE - 2007.85.01.000144-9

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	6ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	PAULA GIRON MARGALHO
APDO	:	EDGAR GOMES AZEVEDO e outro
ADV/PROC	:	FABIO COSTA SANTANA
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Expediente CR/2008.000513 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 135591/RN - 98.05.14328-7

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	EXPEDITO GOMES DA SILVA
ADV/PROC	:	MARCIA DE ALMEIDA BRITO E SOUSA e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FRANCISCO FREDERICO FELIPE MARROCOS e outros
RECTE em REsp	:	EXPEDITO GOMES DA SILVA

AC - 328031/PE - 2003.05.00.025017-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	HAROLDO TEMPORAL VARELLA
APDO	:	BANCO BRADESCO S/A - BANCO BRASILEIRO DE DESCONTO S/A
ADV/PROC	:	WILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA e outros
APDO	:	UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADV/PROC	:	ELKER SIQUEIRA CAMPOS e outros
APDO	:	BANCO ITAÚ S/A

ADV/PROC : JOSÉ CARLOS CAVALCANTI DE ARAÚJO e outros
APDO : BANCO AMÉRICA DO SUL S/A
ADV/PROC : ERIKA SHIMAKOISHI e outros
APDO : BANCO BOZANNO SIMONSEN S/A
ADV/PROC : AFFONSO ALÍPIO PERNET DE AGUIAR e outros
APDO : BANCO CITIBANK N.A.
ADV/PROC : JOSÉ ESTEVÃO DANTAS SEVE NETO e outros
APDO : BANCO EXCEL ECONÔMICO S/A
ADV/PROC : JORGE VELOSO DA SILVEIRA e outros
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 78293/SE - 2007.05.00.039868-5

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM : 4ª Vara Federal de Sergipe (Privativa de Execuções Fiscais)
AGRTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : JOAO BAPTISTA BARBOSA ARRUDA e outros
AGRDO : CARNE DO SOL DO RAMIRO LTDA ME
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 80834/RN - 2007.05.00.057008-1

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM : 9ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE : TEREZINHA RITA FARIAS
ADV/PROC : MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA e outros
AGRDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 434540/RN - 2007.84.00.003484-5

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
ORIGEM : 3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC : MARCELO NEVES DE ALMEIDA e outros
ASSIST : UNIÃO
APTE : ARI FERNANDES DE ARAÚJO e cônjuge
ADV/PROC : ANDREO ZAMENHOF DE MACEDO e outro
APDO : OS MESMOS
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 436366/RN - 2005.84.00.002363-2

RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM : 4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE : JOAO MARIA FONSECA
ADV/PROC : NILSON RODRIGUES BARBOSA e outro
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC : FRANCISCO JOÃO DE OLIVEIRA NETO e outros
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 437730/PB - 2007.82.00.004691-0

RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM : 1ª Vara Federal da Paraíba
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : FRANCISCO EDWARD AGUIAR NETO e outros
APDO : ROGÉRIO FONSÊCA DA COSTA
ADV/PROC : ANIEL AIRES DO NASCIMENTO
RECTE em RE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 439077/PE - 2008.83.00.000771-6

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO : MAURO DORNELAS CAMARA
RECTE em REsp : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 439251/PE - 2008.83.00.002124-5

RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros
APDO : FRANCISCO ALFREDO D PINTO
RECTE em REsp : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

Expediente CR/2008.000514 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contrarazões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 327764/AL - 2002.80.00.002372-5

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM : 3ª Vara Federal de Alagoas
APTE : EMMANUEL LOPES FERREIRA GALVAO
ADV/PROC : ANA KILZA SANTOS PATRIOTA
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : PAULO ELTON VASCONCELOS ALVES e outros
APDO : CAIXA SEGURADORA S/A
ADV/PROC : JORCELINO MENDES DA SILVA e outros
RECTE em REsp : CAIXA SEGURADORA S/A

AC - 439066/PE - 2008.83.00.000690-6

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
APDO : LUCAS JOSE MARTINS
RECTE em REsp : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 439057/PE - 2008.83.00.002217-1

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros
APDO : ITAMAR SCHMITZ
RECTE em REsp : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 439046/PE - 2008.83.00.001339-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
APDO : ALANO JOSE CESAR DE ARAUJO
RECTE em REsp : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 438898/PE - 2008.83.00.002741-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros
APDO : RUI DE FIGUEIREDO BEZERRA
RECTE em REsp : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 438893/PE - 2008.83.00.002600-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO : CARLA PATRICIA ANDRADE DOS SANTOS
RECTE em REsp : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 438877/PE - 2008.83.00.001193-8

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO : ADALBERTO PINTO RIBEIRO
RECTE em REsp : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 428964/SE - 2003.85.00.003810-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 6ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : MARIA DA PURIFICAÇÃO OLIVEIRA SANTOS e outros
APDO : ANA LUCIA MOURA
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 433021/PE - 2001.83.00.019837-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL VLADIMIR SOUZA CARVALHO (conv.)
ORIGEM : 6ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
APDO : ALTAMIR CORREIA DE SÁ
ADV/PROC : LUIZ ALBERTO DA SILVA
RECTE em REsp : ALTAMIR CORREIA DE SÁ

AC - 427847/PE - 2004.83.00.004627-3

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE : CÍCERO PEREIRA DA SILVA
ADV/PROC : LUIZ ALBERTO DA SILVA e outros
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC : ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 424122/RN - 2002.84.00.009344-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : MARCELO NEVES DE ALMEIDA e outros
APTE : MARCOS AURELIO LEIBNITZ BARROSO CAVALCANTI
ADV/PROC : DANIELLE CRISTINE MACENA BARROS e outro
APDO : OS MESMOS
RECTE em REsp : MARCOS AURELIO LEIBNITZ BARROSO CAVALCANTI
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 81084/PB - 2007.05.00.057301-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ISAAC MARQUES CATÃO
AGRDO : LINDOLFO PIRES FERREIRA
ADV/PROC : SAULO PERICLES B. PIRES FERREIRA
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 81075/PB - 2007.05.00.061836-3

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : FRANCISCO EDWARD AGUIAR NETO
AGRDO : MARIA ANA DE JESUS
ADV/PROC : JOÃO DE DEUS QUIRINO FILHO
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 80925/RN - 2007.05.00.056934-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM : 9ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE : FRANCISCO ADRIANO DA COSTA
ADV/PROC : MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA e outros
AGRDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 362920/RN - 2004.84.00.010991-1

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM : 1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : LEANDRO CABRAL MORAES e outros
APDO : JOÃO SÉRGIO BARBALHO SIMONETTI
ADV/PROC : FERNANDO JOSE MEDEIROS DE ARAUJO e outros
RECTE AD : JOÃO SÉRGIO BARBALHO SIMONETTI
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Expediente CR/2008.000515 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contrarazões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AGTR - 79393/AL - 2007.05.00.047659-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	ROBERTO PAULO F DE SOUZA
AGRDO	:	ROBERTO EGIDIO DE A LIPPO
AGRDO	:	ROSANE MEIRELES LOPES
AGRDO	:	ROSAEL MESSIAS SANTOS SILVA
AGRDO	:	RONALDO GUILHERME DE L CARVALHO
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 78990/AL - 2007.05.00.047089-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	JOSE DE NAZARENO RODRIGUES
AGRDO	:	JOSE DE SOUZA LEMOS
AGRDO	:	JOSE DIDIMO DO ESPIRITO SANTO COSTA
AGRDO	:	JOSE EDUARDO RODEIRO VIEIRA
AGRDO	:	JOSE EDVALDO ALBUQUERQUE DE LIMA
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO
RECTE em REsp	:	UNIÃO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 79005/AL - 2007.05.00.047025-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	ANGELO IGNACIO MATOS JUNIOR
AGRDO	:	ANGELO REMO TALARICO
AGRDO	:	ANGELO OLIVEIRA SALIGNAC
AGRDO	:	ANIBAL ALVES
AGRDO	:	ANIBAL DE LIMA
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 79215/AL - 2007.05.00.047186-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	MARIA DE LOURDES S SENEZ
AGRDO	:	MARCUS VINICIUS R DE SOUZA
AGRDO	:	MARIA DE LOURDES C R MIRANDA
AGRDO	:	PAULO JAIR DE SOUZA
AGRDO	:	PAULO DE MELO SANTOS
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	UNIÃO
RECTE em RE	:	UNIÃO

AGTR - 79259/AL - 2007.05.00.047497-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	ARIOLANDO FERREIRA BRAGA
AGRDO	:	ARAJA ALMEIDA DE ARAUJO
AGRDO	:	ANTONIO VICTOR LOSS
AGRDO	:	ANTONIO VANDERLEY P VASCONCELO
AGRDO	:	ARIOVALDO MOSCARDI
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 79418/AL - 2007.05.00.047652-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	JOLIMAR TURIBIO SOARES PINTO
AGRDO	:	JONAS DE SOUZA
AGRDO	:	JONAS WANDERLEY REAL
AGRDO	:	JORGE ALBERTO DE O CUNHA
AGRDO	:	JORGE ALBERTO SALES DAS MERCES
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 78955/AL - 2007.05.00.035913-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	JULIO CESAR DA COSTA PIRES
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	UNIÃO
RECTE em RE	:	UNIÃO

AGTR - 79620/AL - 2007.05.00.052461-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	JOSÉ GONÇALVES VIANA FILHO
AGRDO	:	JOSÉ GOMES
AGRDO	:	JOSÉ GRAÇA ARAGÃO SANTANA
AGRDO	:	JOSÉ GUEDES BERNARDI
AGRDO	:	JOSÉ GUIMARAES DE SOUZA
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 79687/AL - 2007.05.00.052616-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	GIVALDO MAIA DE MOURA
AGRDO	:	GIOVANI LARA DOS SANTOS
AGRDO	:	JAIR DE OLIVEIRA CABRAL
AGRDO	:	JAIR CRISTINO DA SILVA JUNIOR
AGRDO	:	JAIR A RODRIGUES VIEIRA
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outro
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 80404/AL - 2007.05.00.052585-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	EMMANUEL JOSE P PACHECO
AGRDO	:	DANIEL PEDRO DE BARROS
AGRDO	:	ENOQUE CHAGAS SALCEDO
AGRDO	:	ERASME FRANCISCO FERREIRA
AGRDO	:	ERNANDE ALBUQUERQUE FONSECA
ADV/PROC	:	GEORGE SARMENTO LINS
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 80537/AL - 2007.05.00.061924-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	LUIS ALVES FEITOSA
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Expediente CR/2008.000516 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AGTR - 79093/AL - 2007.05.00.047254-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	MARCO ANTONIO J DE REZENDE
AGRDO	:	MARCO ANTONIO DE QUEIROZ LIMA
AGRDO	:	MARCO ANTÔNIO FERNANDES DE BARROS LIMA
AGRDO	:	NEONIO MIRANDA MAGNO
AGRDO	:	NEPOSIANO BELARMINO DA SILVA
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 79125/AL - 2007.05.00.047238-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	ADONIDES RODRIGUES
AGRDO	:	ADONIS TOMAZ
AGRDO	:	ADRIANA RAMOS DE ALBUQUERQUE BARROS
AGRDO	:	ANTONIO AUGUSTO CABRAL
AGRDO	:	ANTONIO VIEIRA RUFINO
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO
RECTE em REsp	:	UNIÃO
RECTE em RE	:	UNIÃO

AGTR - 79146/AL - 2007.05.00.047324-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	ALVARO ZILOMAR AVILA LOURENZE
AGRDO	:	ALVIMAR DOS SANTOS PIRES
AGRDO	:	ALZELINO FERNANDES RIBEIRO
AGRDO	:	WALDEZ PEREIRA DE LUCENA
AGRDO	:	WALDI ARNO SCHWEICH
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO
RECTE em REsp	:	UNIÃO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 79175/AL - 2007.05.00.047364-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	MARCIO ANTONIO C MARRA
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	UNIÃO
RECTE em RE	:	UNIÃO

AGTR - 79183/AL - 2007.05.00.047309-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	ROGERIO SANTANA DA SILVA e outros
AGRDO	:	ROGERIO MARCUS GONÇALVES GOMES
AGRDO	:	ROGERIO OLIVEIRA SCHIAVELLI
AGRDO	:	ROGERIO SAID MASSINI
AGRDO	:	ROGERIO SALES
ADV/PROC	:	GEORGE SARMENTO LINS e outros
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 79200/AL - 2007.05.00.047295-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	MAURO AMENT
AGRDO	:	MAURICIO DE SOUZA PINHEIRO
AGRDO	:	MAURICIO FERNANDES EIRAS
AGRDO	:	MAURICIO PINHEIRO SOARES
AGRDO	:	MAURO DA CUNHA GIRAO
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO
RECTE em REsp	:	UNIÃO
RECTE em RE	:	UNIÃO

AGTR - 79351/AL - 2007.05.00.047656-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	JOSE WELLINGTON FERREIRA
AGRDO	:	JORGE VICENTE RIBEIRO
AGRDO	:	JORGE VIGORITO DE CARVALHO
AGRDO	:	JOSE WWLLINGTON V. ALBUQUERQUE
AGRDO	:	JOSE XIMENES DE ALBUQUERQUE
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 79586/AL - 2007.05.00.052454-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	RICARDO SALGADO FONTES
AGRDO	:	PEDRO CARVALHO DOS REIS
AGRDO	:	PEDRO CESAR DE B C DE CASTRO
AGRDO	:	RICARDO SALAME GUIMARAES
AGRDO	:	RICARDO SANTOS PERES
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 79604/AL - 2007.05.00.052548-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	JÚLIO CÉSAR VENTURIM

AGRDO	:	JÚLIO CÉSAR SANTOS ALMEIDA
AGRDO	:	JULIO CESAR TEIXEIRA
AGRDO	:	JÚLIO CÉZAR DALMEIDA E PINHO
AGRDO	:	JÚLIO CÉZAR XAVIER DA TRINDADE
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 79618/AL - 2007.05.00.052552-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	DARIO DE SOUZA REZENDE
AGRDO	:	DANTE LUIZ DOS SANTOS
AGRDO	:	DARCI DOS SANTOS
AGRDO	:	DARCY JOSE MEIRELLES JUNIOR
AGRDO	:	DARIO CESAR DA SILVA
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 80459/AL - 2007.05.00.061648-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	JOSE MAURO DE BARROS
AGRDO	:	JOSE MARQUES DE GUSMAO
AGRDO	:	JOSE MARQUES LEAL
AGRDO	:	JOSE MARTINS GONSALVES
AGRDO	:	JOSE MAURICIO BARBOSA DE CASTRO
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO
RECTE em RE	:	UNIÃO
RECTE em REsp	:	UNIÃO

AGTR - 80594/AL - 2007.05.00.062005-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	RENATO SALAZAR BATISTA LIMA
AGRDO	:	RENER DIAS DA SILVA
AGRDO	:	REYNALDO JOSE RAMOS
AGRDO	:	RICARDO ALEXANDRE GOMES REGO
AGRDO	:	RICARDO BITTAR LEITÃO
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	UNIÃO
RECTE em RE	:	UNIÃO

Expediente CR/2008.000517 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AGTR - 79396/AL - 2007.05.00.052221-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	JOSÉ NAZARENO LIMA ROSA
AGRDO	:	FRANCISCO DE P V GARRIDO
AGRDO	:	FRANCISCO EDIBERTO R DE MEDEIROS
AGRDO	:	FRANCISCO GILMARIO M CAVALCANTE
AGRDO	:	JOSE MAURO CALADO
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 78957/AL - 2007.05.00.035914-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	MARCELO DE PAULA GOMES
AGRDO	:	LUIZ ALBERTO CALVOSO
AGRDO	:	LUIZ CARLOS DA SILVA GAMA
AGRDO	:	MANOEL NETO DOS SANTOS
AGRDO	:	MANOEL RICARDO S BATISTA NETO
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	UNIÃO
RECTE em RE	:	UNIÃO

AGTR - 78979/AL - 2007.05.00.047065-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	SERGIO KAWASSAKI
AGRDO	:	SERGIO KYOSHI KIMURA
AGRDO	:	SERGIO LEITE BEZERRA DA SILVA
AGRDO	:	SERGIO LOPES DOS SANTOS
AGRDO	:	SERGIO LOYOLA MARTINS
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 78984/AL - 2007.05.00.047063-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	MARCO AURELIO G CASTRO
AGRDO	:	MARCOS ALEXANDRE P DO MONTE
AGRDO	:	MARCOS ANTONIO CORREIA DA SILVA
AGRDO	:	MARCOS ANTONIO CAMARGO
AGRDO	:	MARCOS ANTONIO DE CARVALHO
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	UNIÃO
RECTE em RE	:	UNIÃO

AGTR - 79268/AL - 2007.05.00.047401-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	JOSE ADONES DE OLIVEIRA BEZERRA
AGRDO	:	JOÃO JOSE CURY
AGRDO	:	JOSE ADAILTON BASSETI
AGRDO	:	JOSE ADEI PEREIRA GUERREIRO
AGRDO	:	JOSE ADEILDO PESSOA
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 79403/AL - 2007.05.00.052238-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	JOSE VICTOR SELEIO
AGRDO	:	JORGE M. M. DA SILVA JUNIOR
AGRDO	:	JORGE MANOEL MENDES FERREIRA
AGRDO	:	JORGE MINERVINO
AGRDO	:	JORGE MOREIRA GOMES
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO
RECTE em REsp	:	UNIÃO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 78921/AL - 2007.05.00.040320-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	JOSÉ LELIS SOBRINHO
AGRDO	:	JOSÉ LÁZARO P DE OLIVEIRA
AGRDO	:	JOSÉ LEANDRO SOBRINHO
AGRDO	:	JOSÉ LEONIDAS DA SILVA
AGRDO	:	JOSÉ LINO DA SILVA
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 79676/AL - 2007.05.00.052617-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	PAULO LUIZ DE SOUZA
AGRDO	:	PAULO LICHT DE OLIVEIRA
AGRDO	:	PAULO LAPAGESSE
AGRDO	:	PAULO LAIR NEDEL
AGRDO	:	PAULO KERBER
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outro
RECTE em REsp	:	UNIÃO
RECTE em RE	:	UNIÃO

AGTR - 79729/AL - 2007.05.00.052732-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	RUI DUARTE ENDERLE
AGRDO	:	RUI DE SOUZA
AGRDO	:	RUI DE PAULA RODRIGUES
AGRDO	:	RUI ALBERTO DOS SANTOS MACHADO
AGRDO	:	RUFINO ANDREA OSMARI
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 79887/AL - 2007.05.00.052883-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	DEUSLENE JOSE DA S. BARBOSA
AGRDO	:	DEUSIMAR DA COSTA CAVALCANTE
AGRDO	:	DEUSDEDT CRUZ SAMPAIO
AGRDO	:	DERMIVAL DA CRUZ SANTOS
AGRDO	:	DERMEVAL BARRETO DE MATOS
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECTE em RE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AGTR - 80128/AL - 2007.05.00.052992-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	ARLINDO DA SILVA LEMOS
AGRDO	:	ARLINDO CAMELO VIANA
AGRDO	:	ARLINDO AUGUSTO FURTADO JUNIOR
AGRDO	:	ARLINDO ALVARES PADILHA JUNIOR
AGRDO	:	ARLETE LOURENÇO DA SILVA
ADV/PROC	:	FELIPE SARMENTO CORDEIRO e outros
RECTE em REsp	:	UNIÃO
RECTE em RE	:	UNIÃO

Expediente CR/2008.000518 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 355461/AL - 2002.80.00.000868-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL RIDALVO COSTA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
APDO	:	MARCOS JOSÉ FERREIRA DE LUCENA e outros
ADV/PROC	:	JOÃO FRANCISCO DE CAMARGO e outros
RECTE em REsp	:	IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

AC - 395289/CE - 2004.81.00.000342-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL RIDALVO COSTA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
APDO	:	ASSECAS - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO DNOCS
ADV/PROC	:	GLAYDDES MARIA SINDEAUX ESMERALDO
RECTE em REsp	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Expediente CR/2008.000519 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 415138/PE - 2003.83.00.023894-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	NOVA SELVA AGRICOLA PECUARIA SA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 70426/PE - 2006.05.00.053374-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	ENYDICE NOGUEIRA BORBA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 72256/PE - 2006.05.00.074441-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	JOSÉ WALMAR SAMPAIO COELHO
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 72370/PE - 2006.05.00.074623-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	CARVALHO PNEUS E SERVIÇOS LTDA
ADV/PROC	:	SEM ADVOGADO/PROCURADOR
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 72397/PE - 2006.05.00.074659-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	LOCADORA DE VIDEO CUNHA LIMITADA - ME
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 412368/PE - 2003.83.00.026062-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	LUIZ ANTONIO DA SILVA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 412371/PE - 2003.83.00.017556-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	HELENO FONSECA DE GOUVEIA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 412388/PE - 2003.83.00.014278-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 412625/PE - 2004.83.00.003135-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	DAMAC REPRESENTAÇOES E CONSULTORIA LTDA
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 414947/PE - 2003.83.00.021110-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	USINA CERÂMICA DO CORDEIRO LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 416010/PE - 2003.83.00.022742-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	ZEFERINO LOPES DA SILVA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 391076/CE - 2005.81.00.000662-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	GUILHERME FERNANDES BLUHM
ADV/PROC	:	VINICIUS MAIA LIMA e outros
APDO	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 416028/PE - 2003.83.00.023526-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	LOJAS BRASILEIRAS S/A
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 416324/PE - 2003.83.00.022798-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	NILSON DE LIMA PIMENTEL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 78199/PE - 2007.05.00.039651-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	USINA CERÂMICA DO CORDEIRO LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 78401/PE - 2007.05.00.040020-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	LOJÃO DA INDUSTRIA LTDA
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 78694/PE - 2007.05.00.040230-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	AKROPOLIS - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 421847/PE - 2003.83.00.026564-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	MARIO AUGUSTO VILAR TORRES
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 80636/PE - 2007.05.00.062082-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	JOSUE GOMES CORREIA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 430429/CE - 2007.05.00.088701-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	SERVIGRAF LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 430608/CE - 2007.05.00.082649-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	COMERCIAL OLINDA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

Expediente CR/2008.000520 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AGTR - 79673/CE - 2007.05.00.052693-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	RAFAEL CLAUDIO DE ARAUJO NETO
AGRDO	:	JOSE AMILCAR MENDES DE ARAUJO
ADV/PROC	:	ARNALDO CARNEIRO MAPURUNGA FILHO
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 345229/PE - 2004.05.99.001426-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL UBALDO ATAIDE
ORIGEM	:	2ª Vara Privativa da Fazenda Pública da Comarca de Jaboatão dos Guararapes
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	SIMAO ABRAHAN COHEN
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 61787/CE - 2005.05.00.010358-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	ESCRITORIO DE ADVOCACIA AURY SILVA S/C
ADV/PROC	:	ALIETE MYRNA BARRETO GONDIM e outro
AGRDO	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 72418/PE - 2006.05.00.074698-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	CONSTRUTORA SALZANO LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 417565/PE - 2000.83.08.000480-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	17ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	RAIMUNDA SONIA NOGUEIRA E SILVA - ME
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 78499/PE - 2007.05.00.040040-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	JATOBA ENGENHARIA LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 419863/PE - 2003.83.00.025484-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	COLÉGIO BOA VIAGEM LTDA
ADV/PROC	:	EDUARDO HENRIQUE VALENÇA DE FREITAS e outros
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 419998/PE - 2000.83.00.000925-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	CASIL COMERCIO DE BICICLETAS LTDA - ME
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 422881/PB - 2007.05.00.056809-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	10ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	JOSÉ MARCELO DE ANDRADE
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 339070/PE - 2000.83.00.004721-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	NARCISO MAIA TECIDOS LTDA
ADV/PROC	:	FREDERICO HARTMANN
REMTE	:	JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 81466/CE - 2007.05.00.061703-6

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	J S TROPICAL COMERCIO DE FRUTAS LTDA
ADV/PROC	:	JOSEFA MARIA ARAUJO VIANA DE ALENCAR
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 428474/PE - 2004.83.00.006731-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	L.H. ENGENHARIA LTDA
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 430036/CE - 2007.05.00.082668-3

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	PLASTILÂNDIA COMERCIAL DE PLÁSTICOS E PAPEIS REP/ LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 430686/CE - 2005.81.02.000776-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	16ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	ANTONIO DANTAS DE SOUZA CALÇADOS ME
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 431196/SE - 2007.05.00.089025-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	2ª Vara da Comarca de Lagarto
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	CARMELITA BOUTIQUE LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 433635/SE - 2002.85.00.006213-4

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FLÁVIO MONTEIRO CAVALCANTE
ADV/PROC	:	GILSON LUIS SOUSA DE ARAÚJO e outros
APDO	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 434455/CE - 2007.05.00.098513-0

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	SATORU ODAIRA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

Expediente CR/2008.000522 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.

Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 400648/PB - 2006.82.00.000376-1

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	EURIDICE MOREIRA DA SILVA
ADV/PROC	:	JOÃO CYRILLO SOARES DA SILVEIRA NETO
APDO	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 71869/PE - 2006.05.00.070961-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	MASTER SAUDE LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 72354/PE - 2006.05.00.074485-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	FARMAFORTE LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 73137/PE - 2007.05.00.000400-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	LUIS GUSTAVO DOS SANTOS
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 73157/PE - 2007.05.00.000412-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	INTERBRASIL TRANSPORTES LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 73314/SE - 2007.05.99.000101-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	2ª Vara da Comarca de Lagarto
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	JOSELENE RIBEIRO
ADV/PROC	:	SEM ADVOGADO/PROCURADOR
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 73397/PE - 2007.05.00.000750-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	SEVERINO VENANCIO DE AGUIAR
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 413621/PE - 2007.05.00.033092-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	COMERCIAL SOFT LTDA e outro
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 415231/PE - 2004.83.00.001044-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL RIDALVO COSTA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	ANA PEDROSA DE MELO DUTRA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 429934/PE - 2005.83.00.009674-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	TOYOLEX VEICULOS LTDA
ADV/PROC	:	GUILHERME FREIRE DE MORAES GUERRA e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 12ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL

AMS - 100327/PB - 2006.82.00.007662-4

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	LOJAS PRIMAVERA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
ADV/PROC	:	RUBIANA GALDINO GUEDES e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 435683/PE - 2008.05.00.002102-8

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	SANDRA ALBUQUERQUE CAVALCANTI
ADV/PROC	:	MARCIO ROMULO SIQUEIRA ALENCAR
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

Expediente CR/2008.000523 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.

Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 345972/CE - 2002.81.00.008976-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	IVANILDO VIEIRA GIRÃO
ADV/PROC	:	GUIDO FONTGALLAND JUNIOR
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	RAIMUNDO CAMELO VASCONCELOS JÚNIOR e outros
RECTE em REsp	:	IVANILDO VIEIRA GIRÃO

AC - 395299/CE - 2001.81.00.023748-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CHRISTINE FRANCA BEVILÁQUA VIEIRA e outros
APDO	:	IVANILDO VIEIRA GIRÃO e outros
ADV/PROC	:	GUIDO FONTGALLAND JUNIOR
RECTE em REsp	:	IVANILDO VIEIRA GIRÃO

AC - 413407/AL - 2006.80.00.005162-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ALYNNE CRISTINNE DA SILVA ROCHA e outros
APDO	:	JOSÉ GONÇALVES FERREIRA DA SILVA
ADV/PROC	:	MICHELLE GONÇALVES DA SILVA
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 81074/PB - 2007.05.00.057311-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ISAAC MARQUES CATÃO e outros
AGRDO	:	FRANCISCO HERLEY BRAGA FERNANDES
ADV/PROC	:	JOÃO DE DEUS QUIRINO FILHO
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 425488/SE - 2002.85.00.003456-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Sergipe
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CLAUDIA TELES DA PAIXAO ARAUJO e outros
APTE	:	CAIXA SEGURADORA S/A
ADV/PROC	:	BRUNO NOVAES ROSA
APDO	:	RAUL VICTÓRIA PIMENTEL e outros
ADV/PROC	:	ADERNOEL ALMEIDA DA CRUZ FILHO
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 434671/PB - 2001.82.00.004611-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	LÚCIA GONDIM DE OLIVEIRA MIRANDA e cônjuge
ADV/PROC	:	JOSEFA RODRIGUES DA SILVA e outros
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	LEILA REGINA DE BRITO ANDRADE
APDO	:	OS MESMOS
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 439390/CE - 2005.81.00.011439-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CHRISTINE FRANCA BEVILÁQUA VIEIRA e outros
APDO	:	FABIANO DE OLIVEIRA SOUZA
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 439404/PB - 2007.82.00.005219-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FRANCISCO EDWARD AGUIAR NETO e outros
APDO	:	QUITERIA FATIMA PEREIRA DA COSTA FERNANDES
ADV/PROC	:	MANFRINI ANDRADE DE ARAÚJO e outro
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Expediente CR/2008.000524 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 339752/PE - 2004.05.00.012861-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	BANDEPE - BANCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S/A
ADV/PROC	:	MARTA TEREZA ARAUJO SILVA BEZERRA DE OLIVEIRA e outros
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	RICARDO PESSOA DE MORAES e outros
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	ANTÔNIO RICARDO BORBA VERÇOSA e outro
ADV/PROC	:	HELIO PAULINO QUEIROZ e outro
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 414806/CE - 2002.81.00.020952-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	ESUTA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA
ADV/PROC	:	MARCELO VINICIUS GOUVEIA MARTINS
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	RACHEL PHILOMENO GOMES e outros
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 415989/SE - 2005.85.00.004296-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Sergipe
APTE	:	JOSE LUCIANO DOS SANTOS incapaz
CURADOR	:	ANA MARIA BARBOSA DOS SANTOS
ADV/PROC	:	MARIA ETNA DA SILVA OLIVEIRA
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CLAUDIA TELES DA PAIXAO ARAUJO e outros
RECTE em RE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RECTE em RE	:	JOSE LUCIANO DOS SANTOS
RECTE em REsp	:	JOSE LUCIANO DOS SANTOS

AC - 420911/CE - 2002.81.00.017235-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	16ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	LUIZ EDUARDO DIAS DA FRANCA e cônjuge
ADV/PROC	:	NOEMIA BEZERRA FERREIRA GOMES e outro
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CARLOS DANIEL JESUS DE AZEVEDO LEITÃO
APDO	:	OS MESMOS
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 80379/PE - 2007.05.00.061410-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	AGENOR WESTPHALEN SOBRINHO
ADV/PROC	:	ANA PAULA BORGES DE OLIVEIRA e outro
AGRDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RECTE em REsp	:	AGENOR WESTPHALEN SOBRINHO

AGTR - 80686/PB - 2007.05.00.061827-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FRANCISCO EDWARD AGUIAR NETO
AGRDO	:	JOSÉ QUEIROGA DA SILVA
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 83345/PB - 2007.05.00.088888-3

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
AGRTE	:	NILZA MARIA DE ALBUQURQUE BARRETO
ADV/PROC	:	CICERO RICARDO ANTAS ALVES CORDEIRO
AGRDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	JAIME MARTINS PEREIRA JÚNIOR e outros
RECTE em REsp	:	NILZA MARIA ALBUQUERQUE BARRETO

AGTR - 84843/PE - 2007.05.00.098173-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTONIO HENRIQUE FREIRE GUERRA e outros
AGRDO	:	SEVERINA GADELHA DE PAULA
ADV/PROC	:	ANTONIO JORGE DE AZEVEDO
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Expediente CR/2008.000525 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 376122/CE - 2002.81.00.005509-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APTE	:	BANCO BRADESCO S/A - BANCO BRASILEIRO DE DESCONTO S/A
ADV/PROC	:	MAURO CARMELIO SANTOS COSTA JUNIOR e outros
APDO	:	RUBENS PERGENTINO DE ALMEIDA
ADV/PROC	:	CRISTIANE PINHEIRO DIOGENES e outros
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 75633/AL - 2007.05.00.015757-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DIOCLECIO CAVALCANTE DE MELO NETO e outros
AGRDO	:	CLOVES JUNIOR DE ARAUJO LOURENÇO
ADV/PROC	:	JOSE ADAO DE OLIVEIRA
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 75690/AL - 2007.05.00.016034-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DIOCLECIO CAVALCANTE DE MELO NETO e outros
AGRDO	:	ANA CAROLINA LOPES DE CARVALHO ME e outro
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 412107/PE - 2002.83.00.006364-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Questões Agrárias)
APTE	:	MARIA HELENA DE SANTANA LIMA e outro
ADV/PROC	:	LUCIANA SIMÕES PESTANA e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	BRUNA MAGGI DE SOUSA e outros
RECTE em REsp	:	MARIA HELENA DE SANTANA LIMA

AGTR - 79532/SE - 2007.05.00.052440-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	BIANCO SOUZA MORELLI e outros
AGRDO	:	OSMAN DA SILVA BUARQUE espólio
REPTE	:	MARCIO LUIZ CARDOSO BUARQUE
ADV/PROC	:	MARCIO LUIZ CARDOSO BUARQUE
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 81117/PB - 2007.05.00.057347-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ISAAC MARQUES CATÃO
AGRDO	:	MARIA GORETI DO NASCIMENTO ANDRADE
ADV/PROC	:	JOÃO DE DEUS QUIRINO FILHO
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 427779/CE - 2002.81.00.005960-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	RÉGIS FRANÇA ROLIM
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO e outros
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 83456/PE - 2007.05.00.089101-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTONIO HENRIQUE FREIRE GUERRA e outros
AGRDO	:	EDSON BEZERRA PONZI FILHO
ADV/PROC	:	ERNANI JOSE BARBOSA DA SILVA e outro
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 441062/PE - 2002.83.00.004373-1

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	AVANILDO CRUZ DE ALBUQUERQUE MARANHAO e outro
ADV/PROC	:	VALTER MARIO PESTANA e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros
RECTE em REsp	:	AVANILDO CRUZ DE ALBUQUERQUE MARANHAO
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Expediente CR/2008.000526 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 414950/PE - 2003.83.00.021096-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	PAULO ROBERTO BEZERRA
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 71490/PE - 2006.05.00.065589-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	FÁBRICA LAFAYETTE S/A
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 72575/PE - 2006.05.00.076885-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	FLETOR CONSTRURORA E INCORPORADORA LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 73036/PE - 2007.05.00.000263-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	YVONE OLIVEIRA DA COSTA CARVALHO
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 73504/PE - 2007.05.00.004553-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	TASSI TURISMO LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 73566/PE - 2007.05.00.004648-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	BAUMEX LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 411242/PE - 2006.83.00.009053-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE GOITÁ
ADV/PROC	:	MARCIO ALEXANDRE VALENCA BELCHIOR e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 412733/PE - 2006.83.02.000631-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	24ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	MUNICÍPIO DE BELO JARDIM - PE
ADV/PROC	:	JORIVAL FRANCA DE OLIVEIRA JUNIOR e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (CARUARU) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 77524/PE - 2007.05.00.032668-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	JANILSON AZEVEDO DANTAS
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 415187/PE - 2003.83.00.025546-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	SEVERINO FELIX DA SILVA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AMS - 75094/PE - 2001.05.00.000874-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	13ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa em Matéria Penal e Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	AVICOLA GUARARAPES LTDA
ADV/PROC	:	GLÁUCIO MANOEL DE LIMA BARBOSA e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE) - PRIV. MATÉRIA PENAL E COMPETENTE EXEC. PENAIS
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 416062/PE - 2004.83.00.002236-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	JOSÉ GOMES DA SILVA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 78658/PE - 2007.05.00.040296-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	MADEIRARTE LTDA
ADV/PROC	:	MANUEL DE FREITAS CAVALCANTE e outros
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 418941/PE - 2007.05.00.047036-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	MACON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME
REMTE	:	JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE) - PRIVATIVA DAS EXEC. FISCAIS
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 420342/PE - 2007.05.00.052436-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	COMPANHIA MANUFATURADORA DE TECIDOS DO NORTE
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

REOAC - 421101/PE - 2006.83.00.009001-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
PARTE A	:	UNIÃO
PARTE R	:	MUNICÍPIO DOS PALMARES - PE
ADV/PROC	:	MARCIO ALEXANDRE VALENCA BELCHIOR e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 21ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 421370/PE - 2003.83.00.025560-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	JF DE ARAUJO IMOBILIARIA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 430046/CE - 2007.05.00.082651-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	ROBERTO EDILSON MEIRELES PASSOS e outro
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 438484/CE - 2008.05.00.013766-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	FRANCOLAR EMPRESARIAL LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

Expediente CR/2008.000527 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contrarazões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 230475/CE - 2000.05.00.048077-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	FAE - FERRAGENS E APARELHOS ELETRICOS S/A e outros
ADV/PROC	:	NIVEA DE MATOS NUNES ROLIM e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AMS - 86541/CE - 2000.81.00.010105-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO GADELHA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	BRACOL INDÚSTRIA DE COUROS LTDA
ADV/PROC	:	VANIA STELA DE CARVALHO e outro
REMTE	:	Juízo Federal da 5a Vara do Ceará
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 402989/PE - 2003.83.00.026384-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	AILTON CAETANO BARBOSA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 403045/PE - 2003.83.00.026088-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	IVANILDO JOSE SALGADO
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 404408/PE - 2004.83.00.000920-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	ECONÔMICO AGRO PASTORIL INDUSTRIAL S/A
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 404505/PE - 2004.83.00.001254-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	ANALICE BERNARDINO SENA MARANHAO espólio
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 76906/SE - 2007.05.99.000822-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS REBELO JÚNIOR (conv)
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Nossa Senhora da Glória
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	MARIA DE LOURDES SOUZA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 76915/SE - 2007.05.99.000847-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Nossa Senhora da Glória
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	CONSTRUTORA DAMARES LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

REOAC - 412259/PE - 2005.83.00.007223-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
PARTE A	:	FAZENDA NACIONAL
PARTE R	:	YORK INTERNACIONAL LTDA
ADV/PROC	:	RICARDO JOSÉ LUCAS PRAGANA FILHO e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 22ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE) - PRIVATIVA P/ EXEC. FISCAIS
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 412624/PE - 2004.83.00.003011-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	MARCU'S SAPATOS LTDA
ADV/PROC	:	JULIANA TALITA MONTEIRO e outros
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 78505/PE - 2007.05.00.039818-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	IMOBILIÁRIA AGUA DE PRATA LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 78696/PE - 2007.05.00.040356-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	CERQUEIRA COMERCIO DE BATERIAS LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 78960/PE - 2007.05.00.047026-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	BANDA B CELULAR LTDA
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 79285/PE - 2007.05.00.047566-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	RD LOJA DE CONVENIENCIA LTDA - ME
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 422585/PE - 2004.83.00.022559-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	COMERCIAL DE MODAS LTDA
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 80703/PE - 2007.05.00.062042-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	TRANSCOUTINHO TRANSPORTES DE CARGAS COUTINHO LTDA.
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 426495/PE - 2005.83.00.009723-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	EMPRESA NACIONAL DE CONTADORES
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 434306/CE - 2007.05.00.104077-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	MANOEL TAVARES BRAGA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

Expediente CR/2008.000528 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 371866/CE - 2000.81.00.012637-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APTE	:	MARIA DOS HUMILDES PAZ VASCONCELOS e outros
ADV/PROC	:	REGINALDO CASTELO BRANCO ANDRADE e outro
APDO	:	OS MESMOS
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 420898/PE - 2003.83.00.013266-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	10ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MAX EDUARDO ALVES RIBEIRO e outros
APTE	:	JOAO CARNEIRO DE SANTANA e outros
ADV/PROC	:	EXPEDITO BANDEIRA DE ARAÚJO JÚNIOR e outro
APDO	:	OS MESMOS
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 432834/CE - 2002.81.00.008812-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	16ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CARLOS DANIEL JESUS DE AZEVEDO LEITÃO e outros
APTE	:	PEDRO MONTENEGRO DE SOUZA e cônjuge
ADV/PROC	:	EDSON SARAIVA TAVARES
APDO	:	OS MESMOS
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 434470/PB - 2007.82.01.001457-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	6ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FRANCISCO EDWARD AGUIAR NETO e outros
RECTE em REsp	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 441086/PE - 2006.83.00.009760-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	IEDA CORREIA DA SILVA e cônjuge
ADV/PROC	:	LUIZ ALBERTO DA SILVA e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros
RECTE em REsp	:	IEDA CORREIA DA SILVA

Expediente CR/2008.000529 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 370651/RN - 2002.84.00.005929-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	SINTSEF/RN - SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
ADV/PROC	:	MARIA DE LOURDES ALBANO e outro
APTE	:	INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	OS MESMOS
RECTE em REsp	:	INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

AGTR - 66295/RN - 2006.05.00.000299-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
AGRTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	SINTEST/RN - SINDICATO ESTADUAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO 3º GRAU DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV/PROC	:	CARLOS ALBERTO MARQUES JUNIOR e outro
RECTE em REsp	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

AC - 400142/PE - 2006.83.00.002661-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	JOSÉ MARTINIANO TEIXEIRA NETO
ADV/PROC	:	ADRIANA MELLO OLIVEIRA DE CAMPOS MACHADO
APDO	:	CREMEPE - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	ROBERTA SILVA MELO FERNANDES e outro
APDO	:	UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
RECTE em REsp	:	UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

AC - 406056/PE - 2006.83.00.009697-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE - PE
ADV/PROC	:	MEIRILA AMORIM PALMEIRA SANTOS SILVA
APTE	:	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	OS MESMOS
ASSIST	:	MUNICíPIO DE LINHARES - ES
ASSIST	:	MUNICÍPIO DE MADRE DE DEUS -BA
ASSIST	:	MUNICÍPIO DE SÃO MATHEUS -ES
ASSIST	:	MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO - SP
ASSIST	:	MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ - RS
ADV/PROC	:	EDSON QUEIROZ BARCELOS JUNIOR e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)
RECTE em REsp	:	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO

AC - 418077/RN - 2001.84.00.002537-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	INSTITUTO DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA DO RN -ITORN e outros
ADV/PROC	:	WAGNER GERALDO DA SILVA
APDO	:	CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA - 2ª REGIÃO
ADV/PROC	:	EDIMIR PEREIRA MARTINS FILHO e outro
RECTE em REsp	:	INSTITUTO DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA DO RN -ITORN

AC - 429257/SE - 2006.85.02.000304-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
APDO	:	MARIA JOSE LIMA DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	LUIZ ROBERTO DANTAS DE SANTANA e outros
RECTE em REsp	:	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

REOMS - 100179/PB - 2007.82.01.001125-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	4ª Vara Federal da Paraíba
PARTE A	:	MARIA BETÂNIA BARBOSA DA SILVA LIMA
ADV/PROC	:	MAURO ROCHA GUEDES
PARTE R	:	UFCG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (PARAÍBA)
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (CAMPINA GRANDE)
RECTE em REsp	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RECTE em RE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

AC - 439550/RN - 2006.84.00.006070-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS REBELO JÚNIOR (conv)
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
APDO	:	EVERALDO SILVINO DOS SANTOS e outros
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA
RECTE AD	:	EVERALDO SILVINO DOS SANTOS e outros
RECTE em REsp	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Expediente CR/2008.000530 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 159469/CE - 99.05.07322-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APTE	:	ELDORADO EMPREENDIMENTOS LTDA
ADV/PROC	:	CLÓVIS RICARDO CALDAS DA SILVEIRA MAPURUNGA e outros
APDO	:	OS MESMOS
RECTE em REsp	:	INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
RECTE em REsp	:	INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
RECTE em REsp	:	ELDORADO EMPREENDIMENTOS LTDA

AC - 377785/RN - 2004.84.00.003430-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	CEFET/RN - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
APDO	:	JOSE MAURICIO DA SILVA
ADV/PROC	:	JOSE ALVES MACHADO
RECTE em REsp	:	CEFET/RN - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE

AC - 393597/PE - 2004.83.00.000788-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
ORIGEM	:	10ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	EDNILTON JOSÉ DE SANTANA
APTE	:	JOSÉ ERNESTO DA SILVA
APTE	:	ROBERTO CESAR ERNESTO DA SILVA
ADV/PROC	:	MAURO CABRAL DA CUNHA CAVALCANTI FILHO e outro
APDO	:	CRTR 15ª REGIÃO - CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA 15ª REGIÃO
ADV/PROC	:	ADANEUZA LIMA FIGUEIREDO
RECTE em REsp	:	CRTR 15ª REGIÃO - CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA 15ª REGIÃO

AC - 393991/RN - 2002.84.00.006077-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
APDO	:	JOAO PEDRO DA SILVA espólio
REPTE	:	PAULO JORGE DA SILVA e outros
ADV/PROC	:	MAGNA LETICIA DE AZEVEDO LOPES CAMARA e outro
RECTE em REsp	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

AC - 396776/RN - 2006.84.00.002221-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	JOÃO MARIA DO NASCIMENTO
ADV/PROC	:	MARIA DE LOURDES ALBANO e outro
RECTE AD	:	JOÃO MARIA DO NASCIMENTO
RECTE em REsp	:	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

REOMS - 98214/CE - 2004.81.00.008620-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL RIDALVO COSTA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
PARTE A	:	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE IGUATU - CEARÁ
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PARTE R	:	MARIA ROZILÂNDIA BEZERRA DE MORAES
ADV/PROC	:	LUIZ CARLOS ARRAES FERREIRA
REMTE	:	JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)
RECTE em REsp	:	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE IGUATU - CEARÁ
RECTE em RE	:	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE IGUATU - CEARÁ

AC - 420129/CE - 2003.81.00.023348-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ANTONIO DA SILVA OLIVEIRA e outros
ADV/PROC	:	JOSÉ RODRIGUES CARVALHO
REMTE	:	JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)
RECTE em REsp	:	UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

AC - 434983/AL - 2007.80.00.000515-0

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ADV/PROC	:	ANILDSON MENEZES SILVA e outros
APDO	:	PRATAGY TERCEIRIZAÇAO POSTAL LTDA
ADV/PROC	:	GALBA ROSA GOMES CAMELO
RECTE em REsp	:	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Expediente CR/2008.000531 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AMS - 92444/RN - 2005.84.00.003861-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	NICODEMOS LOURENÇO DE SOUZA JUNIOR
ADV/PROC	:	CRISTHIANO CAMPELO DE QUEIROZ
APDO	:	UNIÃO
RECTE em REsp	:	UNIÃO

AC - 373026/AL - 2003.80.00.003879-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	JOSÉ CÍCERO e outros
ADV/PROC	:	JOÃO FRANCISCO DE CAMARGO e outros
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	OS MESMOS
RECTE em REsp	:	UNIÃO

AGTR - 67516/PE - 2006.05.00.012371-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	EDNALDO DOS PRAZERES
ADV/PROC	:	LUZIMAR RAMOS DA SILVA
AGRDO	:	UNIÃO
RECTE em REsp	:	UNIÃO

AC - 396637/AL - 2004.80.00.001099-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	LAURA PEDROSA CONSTANTE e outros
ADV/PROC	:	JOÃO FRANCISCO DE CAMARGO e outros
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

AC - 414746/PB - 2006.82.00.002991-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	MUNICÍPIO DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO - PB
ADV/PROC	:	JOSÉ AUGUSTO MACÊDO MAIA e outros
APDO	:	UNIÃO
RECTE em REsp	:	UNIÃO
RECTE em RE	:	UNIÃO

AC - 419516/CE - 2006.81.00.001806-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	OTÁVIO BENTO DE SOUZA e outros
ADV/PROC	:	DEISE DE OLIVEIRA LASHERAS
RECTE em REsp	:	UNIÃO

AC - 427104/CE - 2006.81.00.014520-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	ANA MARIA TIMBO ANDRADE e outros
ADV/PROC	:	MARCIO MILITÃO SABINO
RECTE em REsp	:	UNIÃO

AC - 436456/PB - 2005.82.01.005905-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS REBELO JÚNIOR (conv)
ORIGEM	:	6ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	JULCE JOICE DA SILVA e outro
ADV/PROC	:	VITAL BEZERRA LOPES
REMTE	:	JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (CAMPINA GRANDE)
RECTE em REsp	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Expediente CR/2008.000532 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AMS - 84884/RN - 2002.84.00.004489-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	RADIO POTI S/A
ADV/PROC	:	RICARDO GEORGE FURTADO DE MENDONCA E MENEZES e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (NATAL)
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 59566/CE - 2004.05.00.040778-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL

AGRDO : BONECOS E MAMULENGOS LTDA - ME
ADV/PROC : JOSE ARIMA ROCHA BRITO e outros
RECTE em REsp : FAZENDA NACIONAL

AC - 369940/CE - 2004.81.00.009540-1

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : PLASTICLINIC S/C LTDA
ADV/PROC : FLÁVIO AUTRAN NUNES FILHO e outros
APDO : FAZENDA NACIONAL
RECTE em RE : FAZENDA NACIONAL

AMS - 98860/CE - 2006.81.00.011169-5

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : OPÇÃO ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA E CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA
ADV/PROC : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e outros
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
RECTE em RE : FAZENDA NACIONAL

AC - 420339/PE - 2007.05.00.052435-6

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM : 22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : E.V. REPRESENTACOES LTDA
RECTE em REsp : FAZENDA NACIONAL
RECTE em RE : FAZENDA NACIONAL

AC - 420765/CE - 2004.81.00.023248-9

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM : 4ª Vara Federal do Ceará
APTE : JURANDIR TORRES RIBEIRO e outros
ADV/PROC : FELIPE FIALHO NETO e outro
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
REMTE : JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)
RECTE em RE : FAZENDA NACIONAL

AC - 422008/AL - 2007.05.00.061694-9

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM : 5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : EDLEUSA LIMA SANTOS
RECTE em REsp : FAZENDA NACIONAL

AC - 424227/AL - 2007.05.00.057439-6

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM : 5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : LABORATORIO DE ANALISES MEDICAS MEROVEU LTDA ME
RECTE em RE : FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp : FAZENDA NACIONAL

AC - 427270/AL - 2007.05.00.071419-4

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM : 5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : J. VAXCONCELOS & CIA LTDA
RECTE em RE : FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp : FAZENDA NACIONAL

AC - 427807/SE - 2005.85.00.002942-9

RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM : 2ª Vara Federal de Sergipe
APTE : ASSOCIACAO SERGIPANA DE ADMINISTRACAO S/C LTDA entidade mantenedora da UNIT - UNIVERSIDADE TIRADENTES
ADV/PROC : JOSÉ GOMES DE BRITTO NETO
APTE : INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
REPTE : PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO : OS MESMOS
REMTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU)
PARTE R : FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp : INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
RECTE em REsp : FAZENDA NACIONAL
RECTE em RE : FAZENDA NACIONAL

Expediente CR/2008.000533 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contrarazões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 438887/PE - 2008.83.00.000533-1

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS REBELO JÚNIOR (conv)
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO : UMARACY ALVES DE ALMEIDA
RECTE em REsp : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 396741/PE - 2004.83.00.021383-9

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
ORIGEM : 3ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros
APTE : HELIO DE AMORIM LEITAO e cônjuge
ADV/PROC : VALTER MARIO PESTANA e outros
APDO : OS MESMOS
RECTE em REsp : HELIO DE AMORIM LEITAO
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 399897/PE - 2005.83.00.016681-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : WELTER JOSÉ PAIVA ROSA
ADV/PROC : AIRTON JOSE BEZERRA VASCONCELOS e outro
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC : JAINE ARETAKIS CORDEIRO DIDIER e outros
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 86011/PE - 2008.05.00.002643-9

RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : DANIELA LEMOS NEUENSCHWANDER e outros
AGRDO : LADJANE CAVALCANTI PARMEIRA
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 438779/PE - 2008.83.00.000701-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS REBELO JÚNIOR (conv)
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA
APDO : INALDO RODRIGUES DE SOUZA
RECTE em REsp : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 438854/PE - 2008.83.00.002163-4

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS REBELO JÚNIOR (conv)
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO : ILZA ALMEIDA DO NASCIMENTO
RECTE em REsp : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 438903/PE - 2008.83.00.000457-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS REBELO JÚNIOR (conv)
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV/PROC : JAINE ARETAKIS CORDEIRO DIDIER
APDO : FERNANDO AQUINO FREIRE
RECTE em REsp : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 365466/SE - 2003.85.00.002614-6

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM : 2ª Vara Federal de Sergipe
APTE : RENER OLIVEIRA BORGES
DEF. PÚBLICO : BRUNO DE ANDRADE LAGE
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : CICERO CORBAL GUERRA NETO e outros
RECTE em REsp : RENER OLIVEIRA BORGES

AC - 438971/PE - 2008.83.00.002048-4

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS REBELO JÚNIOR (conv)
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO : JACI DA FONSECA AVELAR
RECTE em REsp : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 439053/PE - 2008.83.00.001883-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS REBELO JÚNIOR (conv)
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO : SOLANGE ALMEIDA DE OLIVEIRA
RECTE em REsp : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 439079/PE - 2008.83.00.000355-3

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS REBELO JÚNIOR (conv)
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros
APDO : FREDERICO AUGUSTO DIAS DA SILVA FIGUEIREDO
RECTE em REsp : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 439252/PE - 2008.83.00.002144-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS REBELO JÚNIOR (conv)
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO : LUCIA MARIA DE SOUSA
RECTE em REsp : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

AC - 440736/PE - 2007.83.00.002101-0

RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM : 5ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : CLAUDIO ARAUJO MELO e outro
ADV/PROC : BRUNO PESSOA DE MELO MAIA e outro
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : JAINE ARETAKIS CORDEIRO DIDIER e outros
RECTE em REsp : CLAUDIO ARAUJO MELO

Expediente CR/2008.000534 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contrarazões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 379922/CE - 2003.81.00.015195-3

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 15ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : JOSÉ GUERREIRO CHAVES FILHO e outros
APDO : VERA LÚCIA DA SILVA FERNANDES
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 380555/PE - 2003.83.00.006654-1

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 2ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ÂNGELO GUSTAVO BARBOSA PETER e outros

APDO : SINDSEP/PE - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV/PROC : FRANCISCO IVO DANTAS CAVALCANTI e outro
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 71304/CE - 2006.05.00.065248-2

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM : 1ª Vara Federal do Ceará
AGRTE : OSIAS LUIZ DO NASCIMENTO
ADV/PROC : MARCOS DA SILVA BRUNO e outros
AGRDO : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
PARTE R : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RECTE em REsp : OSIAS LUIZ DO NASCIMENTO

AC - 414897/PB - 2005.82.00.014074-7

RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM : 1ª Vara Federal da Paraíba
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES
APDO : ISRAEL VILAR NETO e outro
RECTE em REsp : CEF

AC - 415388/CE - 2003.81.00.025306-3

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM : 6ª Vara Federal do Ceará
APTE : UNIÃO
APDO : DILMA MARIA ALVES DE CARVALHO
ADV/PROC : MARIAIDA PEREIRA FARIA
REMTE : JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)
RECTE em REsp : UNIÃO

AC - 424823/CE - 2005.81.00.016053-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO : LEONOR RODRIGUES DE LACERDA
ADV/PROC : ANTONIO AUGUSTO LIMA ARAÚJO
RECTE AD : LEONOR RODRIGUES DE LACERDA
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 425724/PE - 2001.83.00.015835-9

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 6ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
APTE : DENISE DE ABREU RIBEIRO e outro
APDO : OS MESMOS
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 82079/PE - 2007.05.00.071558-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 2ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : CONCEIÇÃO KEANE GOMES CHAVES e outros
AGRDO : CARLOS EDUARDO DOMINGOS NEVES
ADV/PROC : ALESSANDRO LUIS COUTO RODRIGUES e outros
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 82873/PE - 2007.05.00.082164-8

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 2ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTONIO HENRIQUE FREIRE GUERRA e outros
AGRDO : PAULO ROBERTO RODRIGUES BUONAFINA
ADV/PROC : DULCINEA COUTINHO DA SILVA
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 430224/PE - 2007.83.00.008220-5

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM : 21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : ANIBAL BALTAR SOUTO MAIOR espólio
INV/SIND : MARIA CHRISTINA CAMARA AZEVEDO TRAVASSOS
ADV/PROC : JOSÉ VERÇOSA DE LEMOS JÚNIOR e outro
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RECTE em REsp : ESPOLIO DE ANIBAL BALTAR SOUTO MAIOR

AGTR - 83458/PE - 2007.05.00.089100-6

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 2ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTONIO HENRIQUE FREIRE GUERRA e outros
AGRDO : MARIA JOSE RODRIGUES DA SILVA
ADV/PROC : MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA e outros
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 432279/CE - 2002.81.00.012687-5

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 7ª Vara Federal do Ceará
APTE : WELLIGNTON NOBRE DANTAS
ADV/PROC : GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Expediente CR/2008.000535 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 390710/SE - 2005.85.02.000344-6

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 7ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : MARCO AURÉLIO RIBEIRO e outro
APDO : INCOMGEL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASIL S/A
ADV/PROC : NORTON LACERDA DA SILVA
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 405486/CE - 2007.05.00.004675-6

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 5ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : GOUVAN LINHARES LOPES e outros
APDO : JOSÉ MOREIRA BEZERRA e outros
ADV/PROC : FRANCISCO HELIO LANDIM
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 418710/RN - 2005.84.00.006490-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : FRANCISCO FREDERICO FELIPE MARROCOS e outros
APDO : FERNANDO MARINHO DE FIGUEIREDO
ADV/PROC : ANGELO EUGENIO COUTO SILVEIRA
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 421149/RN - 2006.84.00.006463-8

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC : MARCELO NEVES DE ALMEIDA e outros
APDO : ALBERTO FERNANDES DE OLIVEIRA e cônjuge
ADV/PROC : DANIELLE CRISTINE MACENA BARROS
RECTE em REsp : ALBERTO FERNANDES DE OLIVEIRA
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 80688/PB - 2007.05.00.061826-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : FRANCISCO EDWARD AGUIAR NETO e outros
AGRDO : MIRIAM ABRANTES SARMENTO
ADV/PROC : JOSE ALVES FORMIGA
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 426197/CE - 2000.81.00.031062-8

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 2ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO : NICODEMOS BESSA SILVA e cônjuge
ADV/PROC : SILVIA PAULA ALENCAR DINIZ
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 433971/CE - 2002.81.00.017300-2

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 6ª Vara Federal do Ceará
APTE : TAIS ELIANE SAMPAIO DE OLIVEIRA LIBOS e cônjuge
ADV/PROC : AURINEIDE MONTEIRO CASTELO BRANCO e outro
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO e outros
APDO : OS MESMOS
RECTE em REsp : TAIS ELIANE SAMPAIO DE OLIVEIRA LIBOS
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AC - 434640/PE - 2004.83.00.026482-3

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 6ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : CARLO CRISTHIAN TEIXEIRA NERY e outros
APDO : MANOEL OVIDIO FILHO e outros
ADV/PROC : MARIA BARBOSA TAVARES DE FRANÇA e outro
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 86888/PE - 2008.05.00.014206-3

RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM : 3ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : JAINE ARETAKIS CORDEIRO DIDIER e outros
AGRDO : VALDEMIRO CESAR DE LIMA espólio
ADV/PROC : JOSE SALES DA SILVA e outros
RECTE em REsp : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Expediente CR/2008.000536 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.
Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 430319/PE - 2001.83.00.002961-4

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : FUSILAMP LTDA
RECTE em REsp : FAZENDA NACIONAL

AGTR - 70285/PE - 2006.05.00.053178-2

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE : FAZENDA NACIONAL
AGRDO : COMERCIAL VARZEANO LTDA ME
ADV/PROC : SEM ADVOGADO/PROCURADOR
RECTE em REsp : FAZENDA NACIONAL

AC - 412906/PE - 2004.83.00.000605-6

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM : 1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : ERNANDES VILA BELA BEZERRA e outros
ADV/PROC : ANTONIO HENRIQUE DA FONSECA e outros
RECTE em RE : FAZENDA NACIONAL

AMS - 98479/AL - 2006.80.00.001641-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	MARCUS VINICIUS DE ASSIS SARMENTO
ADV/PROC	:	ADRIANO COSTA AVELINO e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE ALAGOAS (MACEIÓ)
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 429801/CE - 1999.81.00.022096-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	REPRESENTAÇÕES NORBRASIL LTDA ME
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 431070/CE - 2007.05.00.088918-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	FACIL IMOVEIS CONDOMINIO S C LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 69626/CE - 2006.05.00.044003-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	CEREALISTA ARABE LTDA
ADV/PROC	:	MANUEL DE FREITAS CAVALCANTE e outros
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AMS - 100387/PE - 2007.83.00.013701-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Questões Agrárias)
APTE	:	PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADV/PROC	:	JOSE GALDINO DA SILVA FILHO e outros
APDO	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

REOAC - 435230/SE - 2005.85.00.006518-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
PARTE A	:	INDUSTRIA ALIMENTICIAS MARATA LTDA
ADV/PROC	:	AILTON ALVES NUNES JÚNIOR e outros
PARTE R	:	FAZENDA NACIONAL
REMTE	:	JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 436993/CE - 2001.81.00.002512-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	DECOR RAQUEL COM E IND DE MOVEIS E SERVIÇOS LTDA ME
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 439325/CE - 2008.05.00.014199-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	20ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	MAGEM ROUPAS LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

Expediente CR/2008.000537 da(o) Subsecretaria de Recursos Ext. Esp. e Ord.

Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AC - 374628/PB - 2003.82.00.010505-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	CLOVIS DE OLIVEIRA LEONCIO PINHEIRO
ADV/PROC	:	CESAR AUGUSTO CESCONETTO e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 74653/RN - 2007.05.00.012601-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	EVERLIM FIDELIS DOS SANTOS
AGRDO	:	JOAO DAMASCENO NETO
AGRDO	:	JOSE HENRIQUE TEIXEIRA DE CARVALHO
ADV/PROC	:	FERNANDO GURGEL PIMENTA
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 80142/PE - 2007.05.00.061266-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	17ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	COMAL COMERCIAL ARARIPE LTDA
ADV/PROC	:	SEM ADVOGADO/PROCURADOR
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 429987/CE - 2007.05.00.082586-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	SHEILA MARIA CHAGAS MUNIZ
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 430619/CE - 2007.05.00.088717-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	MALVEIRA E COSTA LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 430896/PE - 2005.83.08.000294-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	ABS ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA
ADV/PROC	:	ROSÂNGELA DE FÁTIMA JACÓ BATISTA e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (PETROLINA)
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AMS - 100575/CE - 2005.81.00.020365-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	ENGEPAC EMBALAGENS SAO PAULO LTDA
ADV/PROC	:	FLÁVIO DE SÁ MUNHOZ e outros
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 437519/PE - 2000.83.00.003315-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	RALLY SUL LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 438038/PE - 2000.83.00.004185-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	MELPPA COMERCIO LTDA ME
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 438543/CE - 2008.05.00.013762-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	JOSE WILSON PRACIANO DE CASTRO
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

EXPEDIENTE CR/2008.000538 DA(O) SUBSECRETARIA DE RECURSOS EXT. ESP. E ORD.

Fica(m) intimado(s) o(s) recorrido(s) para apresentar(em) as contra-razões, nos termos do Art. 542, do CPC, nos seguintes processos:

AGTR - 66673/SE - 2006.05.00.004289-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Sergipe (Privativa de Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	CARY - INDÚSTRIA DE MÓVEIS ESTOFADOS LTDA
ADV/PROC	:	ANA LEONOR FERREIRA DE FIGUEIREDO e outros
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 379567/PB - 2002.82.01.005451-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
ORIGEM	:	10ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	MARIA DE FATIMA FIGUEIRAS PEREIRA
ADV/PROC	:	MANOEL FÉLIX NETO e outro
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	OS MESMOS
PART INT	:	P B SOBRINHO
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 392781/RN - 2005.84.00.007715-0

RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL MARGARIDA CANTARELLI
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	JGC LOPES SOCIEDADE DE CAPITAL E INDUSTRIAL
ADV/PROC	:	MARIA CLAUDIA CAPI PEREIRA e outros
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 71283/SE - 2006.05.99.001815-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	2ª Vara da Comarca de Lagarto
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	DERIVALDO LOURENÇO LUIZ
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 71558/SE - 2006.05.99.001964-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	2ª Vara da Comarca de Umbaúba
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	REGINALDO ALVES GABRIEL
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 72928/PE - 2007.05.00.000102-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	CABANGA VEICULOS S/A
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 76287/PE - 2007.05.00.024373-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	NAP- ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 76660/SE - 2007.05.99.000803-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Nossa Senhora da Glória
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	POSTO SAO MIGUEL LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 415185/PE - 2003.83.00.023436-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	IMOBILIÁRIA VIEIRA DA CUNHA LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 415997/PE - 2003.83.00.020432-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	HELIO GALVAO DA CUNHA LIMA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 428482/PE - 2003.83.00.019685-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	CREDIDIO REPRESENTAÇÕES LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 430167/CE - 2007.05.00.082685-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	GUIMARÃES TORRES E CIA LTDA e outro
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 430639/CE - 2007.05.00.088763-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	FORBIMEDICA PRODUTOS BIOQUIMICAS MED LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AMS - 100331/RN - 2007.84.00.002644-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	PRONTOMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME
ADV/PROC	:	ANDRE DE SOUZA DANTAS ELALI e outros
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	OS MESMOS
RECTE em RE	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 434228/CE - 2007.05.00.098278-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	MARÍLIA BRAGA DE SOUSA TEIXEIRA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

AC - 437608/CE - 2008.05.00.007019-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	RECANTO DO CONSTRUTOR LTDA
RECTE em REsp	:	FAZENDA NACIONAL

SECRETARIA JUDICIÁRIA

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 2ª TURMA

DESPACHOS

EXPEDIENTE DESPA/2008.000068 DA(O) DIVISÃO DA 2ª TURMA

APELREEX - 81/CE - 2007.81.00.012589-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APELANTE	:	LABORATORIO MADREVITA LTDA
ADV/PROC	:	NIKOLAS PEIXOTO CORTEZ e outros
APELADO	:	FAZENDA NACIONAL
REMTE	:	JUÍZO DA 10ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

Vistos etc.

Trata-se de apelação interposta contra sentença denegatória de segurança em que se considerou apropriada a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

A discussão não é complexa, sendo descabido falar em violação a preceitos constitucionais.

O ICMS, por ser um imposto indireto, é embutido no preço final das mercadorias, compondo o rendimento das empresas.

Por sua vez, sendo a contribuição para o PIS e a COFINS calculadas com base no faturamento, segundo aduz o art. 2º da Lei nº 9.718/98 e as LC nº 07/70 e LC nº 70/91, devem, dessa forma, incluir os valores pertinentes à exação estadual supramencionada.

Tal entendimento, inclusive, encontra-se sumulado no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, através do Verbete nº 68 relativamente ao PIS e do Verbete nº 94, aplicável à COFINS, que foi estipulada em substituição à contribuição para o FINSOCIAL, guardando a mesma natureza jurídica desta, in verbis:

Súmula nº 94: A parcela relativa ao ICMS inclui-se na base de cálculo do FINSOCIAL.

Súmula nº 68: A parcela relativa ao ICM inclui-se na base de cálculo do PIS.

Nesse sentido, é de bom alvitre citar os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO - ICMS - BASE DE CÁLCULO - PIS/COFINS - COMPENSAÇÃO - INCABIMENTO. PRESCRIÇÃO

1. No caso em apreço, considerando que, na data em que foi ajuizada a presente ação, o dispositivo do art. 3º, da LC nº 118/2005, já havia superado o período de vacatio legis, é de ser aplicado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

2. O montante referente ao ICMS inclui-se na base de cálculo do PIS e da COFINS.

3. Precedentes do STJ: AGRG no AG 676674/RS, relator(a) Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 01.08.2005 p. 338; AGRG no AG 669344/SC; relator(a) Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 01.08.2005 p. 406; AGRG no AG 623163/PR, relator(a) Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, dj 27.06.2005 p. 231)

4. Ademais, a matéria em foco, encontra-se versada nos dispositivos sumulares nº 94 e 68, do STJ.

5. Apelação improvida. (TRF - 5ª R., 1ª T., AC 421182/CE, rel. Des. Federal Ricardo César Mandarino Barretto, j. 06.12.07, DJ 28.02.08, p. 1416)

TRIBUTÁRIO. COFINS. PIS. INCLUSÃO DO VALOR CORRESPONDENTE AO ICMS E ISS NA BASE DE CÁLCULO. LEGALIDADE.

I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que é legal a inclusão na base de cálculo da contribuição para o PIS e COFINS, do montante correspondente ao ICMS e ISS destacado pelo empreendimento comercial. (Súmulas 68 e 94 do colendo STJ. AGRG no AG 676674/RS, relator(a) Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 01.08.2005, p. 338; AGRG no AG 669344/SC; relator(a) Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 01.08.2005, p. 406; AGRG no AG 623163/PR, relator(a) Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 27.06.2005, p. 231).

II. Apelação improvida. (TRF - 5ª R., 4ª T., AMS97581/PE, rel. Des. Federal Margarida Cantarelli, j. 17.04.07, DJ 09.05.07, p. 598)

Não desconheço o fato de que o Supremo Tribunal Federal, provocado em sede de recurso extraordinário, está a reapreciar a matéria. Nada obstante, até que sobrevenha posicionamento definitivo do Excelso Pretório, permanece a orientação já pacificada.

Por todo o exposto, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.

P.I.

Recife, 17 de junho de 2008.

APELREEX - 408/CE - 2007.81.00.009766-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APELANTE	:	UNIÃO
APELADO	:	JAMILA ABDALA
ADV/PROC	:	LUIZA AUREA JATAI CASTELO SILVEIRA
REMTE	:	JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

Vistos etc.

A matéria aqui devolvida versa sobre a percepção da GDASST (Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho), instituída pela Lei nºs 10.483/02.

O Colendo Supremo Tribunal, ao julgar os Recursos Extraordinários nºs 476279-DF e 476390-MG, adotou o posicionamento de que a GDATA, por ter caráter geral, é extensível aos titulares de aposentadoria ou pensão abrangidos pela Lei nº 10.404/02 e deve ser calculada, em relação a estes, com base em número de pontos idêntico ao dos servidores em atividade não avaliados, sob pena de o legislador "fraudar a chamada regra da paridade de proventos entre ativos e inativos".

Tais decisões, evidentemente, também se aplicam à GDASST, pois não há diferença ontológica entre esta e a gratificação supra-referida, sendo a primeira mera substituta da GDATA para os integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, consoante se infere do art. 15 da Lei nº 10.483/02.

À vista do exposto, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, NEGO SEGUIMENTO à apelação e à remessa oficial, julgando prejudicado o exame do pedido de antecipação de tutela recursal.

P.I.

Recife, 07 de julho de 2008.

ACR - 5778/AL - 2007.80.00.002454-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	JOSÉ FERNANDO LIMA SOUZA
ADV/PROC	:	FERNANDO ANTÔNIO BARBOSA MACIEL
APTE	:	JOÃO JOSÉ PEREIRA DE LYRA
ADV/PROC	:	FABIO COSTA FERRARIO DE ALMEIDA
APDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Tendo em vista a liminar deferida, em 21/02/2008, pelo Min. Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, na Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 130, determinando a suspensão dos processos que versem sobre diversos dispositivos da Lei nº 5.250/67 (Lei de Imprensa), dentre os quais estão incluídos os arts. 20, 21 e 22 tratados nesta ação, bem assim que tal decisão foi ratificada pelo Pleno daquela Corte, em 27/02/2008, defiro o pedido do Ministério Público Federal e DETERMINO A SUSPENSÃO do presente feito, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, devendo os autos ficarem acauteladas na Secretaria e virem conclusos a este Relator após o transcurso do referido lapso ou quando ocorrer o julgamento do mérito da mencionada ADPF nº 130, o que ocorrer primeiro.

Fica suspenso, por conseguinte, o prazo prescricional.

P.I.

Recife, 26 de junho de 2008.

ACR - 5809/PE - 2005.83.00.014626-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	13ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa em Matéria Penal

e Competente p/ Execuções Penais)

APTE	:	MAURI VIEIRA COSTA
ADV/PROC	:	JOAQUIM PINTO LAPA FILHO
APDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Tendo em vista a liminar deferida, em 21/02/2008, pelo Min. Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, na Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 130, determinando a suspensão dos processos que versem sobre diversos dispositivos da Lei nº 5.250/67 (Lei de Imprensa), dentre os quais estão incluídos os arts. 22 e 23 tratados nesta ação, bem assim que tal decisão foi ratificada pelo Pleno daquela Corte, em 27/02/2008, defiro o pedido do Ministério Público Federal e DETERMINO A SUSPENSÃO do presente feito, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, devendo os autos ficarem acauteladas na Secretaria e virem conclusos a este Relator após o transcurso do referido lapso ou quando ocorrer o julgamento do mérito da mencionada ADPF nº 130, o que ocorrer primeiro.

Fica suspenso, por conseguinte, o prazo prescricional.

P.I.

Recife, 26 de junho de 2008.

ACR - 6011/RN - 2005.84.00.001029-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/

Execuções Penais)

APTE	:	EDMUNDO DA CUNHA MEDEIROS
APTE	:	EDSON DA CUNHA MEDEIROS
ADV/PROC	:	ARMINDO AUGUSTO ALBUQUERQUE NETO
APDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DESPACHO

Intimem-se os apelantes, para, no prazo de 08 (oito) dias, apresentarem as razões do apelo.

Recife, 04 de julho de 2008.

AC - 417999/PB - 2004.82.00.003030-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	THEREZA SHIMENA SANTOS TORRES e outros
APDO	:	LUIZ FERREIRA DE LIMA FILHO
ADV/PROC	:	LUIZ GUEDES DA LUZ NETO
EMBTE	:	LUIZ FERREIRA DE LIMA FILHO

Vistos etc.

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Luiz Ferreira de Lima Filho contra decisão que retificou, de ofício, erro material constante do dispositivo da sentença e, com arrimo no art. 557 do CPC, julgou prejudicado o apelo da Caixa.

O embargante sustenta que, ao corrigir o suposto erro material, a decisão impugnada modificou o resultado da sentença, razão pela qual se faz necessária a remessa dos autos ao juízo de origem, para que seja intimado do julgado modificado, permitindo-lhe o manejo de apelação.

Nos termos do art. 535 do CPC, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição ou omissão na decisão e, por construção pretoriana integrativa, erro material.

Na hipótese, não há nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.

De uma simples leitura da sentença, vê-se, claramente, que o pleito autoral foi julgado improcedente, de modo que, tendo em conta o vício contido na sua parte dispositiva, deveria o autor, naquela oportunidade, ter interposto embargos de declaração.

POSTO ISSO, NEGO SEGUIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do art. 557 do CPC.

Recife, 27 de junho de 2008.

AGTR - 82716/RN - 2007.05.00.077280-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
AGRTE	:	MARIA DAS NEVES ALVES DA COSTA
ADV/PROC	:	ALEXSANDRO MAZURKIEWISK SOUSA
AGRDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Vistos, etc.

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por MARIA DAS NEVES ALVES DA COSTA, nos autos da ação em que contende com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

Segundo dados constantes do Sistema de Informações Processuais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, o processo no bojo do qual fora proferida a decisão agravada já recebeu sentença.

Assim, diante do julgamento da ação principal, fica prejudicado o exame do mérito do agravo de instrumento.

Com essas considerações, JULGO PREJUDICADO O AGRAVO DE INSTRUMENTO.

Após certificado o trânsito em julgado, baixem-se os autos ao juízo de origem.

Intime-se.

Publique-se.

Recife, 09 de julho de 2008.

AGTR - 86014/CE - 2008.05.00.002640-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	SANTA CLARA IND/ COM/ DE ALIMENTOS LTDA
ADV/PROC	:	TARCIANO CAPIBARIBE BARROS e outros

Vistos, etc.

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, nos autos da ação em que contende com SANTA CLARA IND/ COM/ DE ALIMENTOS LTDA.

Segundo informações constantes do Sistema de Informações Processuais da Seção Judiciária do Ceará, o processo no bojo do qual fora proferida a decisão agravada já recebeu sentença.

Assim, diante do julgamento da ação principal, fica prejudicado o exame do mérito do agravo de instrumento e do agravo regimental.

Com essas considerações, JULGO PREJUDICADOS O AGRAVO DE INSTRUMENTO e o AGRAVO REGIMENTAL.

Após certificado o trânsito em julgado, baixem-se os autos ao juízo de origem.

Intime-se.

Publique-se.

Recife, 30 de junho de 2008.

AGTR - 87841/CE - 2008.05.00.027962-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	18ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	MUNICÍPIO DE URUBURETAMA - CE
ADV/PROC	:	VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO e outros
AGRDO	:	FAZENDA NACIONAL

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo MUNICÍCPIO DE URUBURETAMA - CE, nos autos da ação em que contende com a FAZENDA NACIONAL.

O agravante se insurgiu contra decisão, proferida em medida cautelar, em que foi indeferido pedido liminar de vedação à extrapolação de limites em retenções em quotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Alegou, em síntese, que:

a) há que ser respeitado, nas retenções discutidas, o limitante legalmente estabelecido, destacando, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, a impossibilidade de efetivação de constrição em montante superior a 15% (quinze por cento) de sua Receita Corrente Líquida (RCL);

b) a recorrida não tem observado o limite referido, impondo-lhe, sem qualquer amparo normativo, retenções em importâncias superiores às efetivamente devidas;

c) configura-se, in casu, afronta a texto expresso de lei, bem como aos princípios constitucionais da não afetação de receitas públicas e da garantia da ampla defesa.

Requereu, preliminarmente, que seja emprestado efeito ativo ao agravo, impondo-se, sob pena de multa diária de R$5.000,00 (cinco mil reais), óbice à efetivação de retenções excessivas.

O exame do pedido liminar foi postergado pela Desembargadora Federal que à época relatava o feito (fl. 488/489).

Às fls. 492/495, a recorrida apresentou contra-razões.

Passo a decidir.

A previsão de concessão do efeito pretendido pelo agravante se encontra contida no art. 527, III, do Estatuto Processual Civil, exigindo-se, para a outorga do provimento almejado, a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação, bem como a relevância da fundamentação.

Na hipótese sub examine, em análise perfunctória da questão, própria das tutelas de urgência, não vislumbro a presença conjunta de tais requisitos.

Com efeito, o recorrente não logrou demonstrar que a medida restará ineficaz caso atendida apenas por ocasião da análise da decisão final do agravo, afastando-se, portanto, o perigo da demora.

Com essas considerações, INDEFIRO o pedido liminar.

Em face da peça de fl. 498, remetam-se os autos ao setor competente para a modificação na referência aos causídicos do agravante.

Após, intime-se.

Publique-se.

Recife, 07 de julho de 2008.

AGTR - 88010/CE - 2008.05.00.028460-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	16ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	SESCE - SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ LTDA
ADV/PROC	:	FRANCISCO HELDER ALVES DO NASCIMENTO e outros
AGRDO	:	LUIZ HELDER DE ALENCAR MORENO FILHO
ADV/PROC	:	MARCIO BESSA NUNES e outro

Vistos, etc.

Cuida-se de pedido de reconsideração, interposto pela SESCE - SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ LTDA., contra decisão em que foi determinada a conversão do agravo em retido.

O peticionário alega, em síntese, que o recurso deveria ser processado como agravo de instrumento, destacando a configuração do perigo da demora e a possibilidade de perda do objeto de sua irresignação.

Passo a decidir.

Considerando a regular celeridade do rito do mandado de segurança, como já afirmado na decisão de fls. 121/122, verifico inexistir motivação para a acolhida do pedido de reconsideração.

Com essas considerações, INDEFIRO O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE FLS. 124/127.

Intime-se.

Publique-se.

Recife, 07 de julho de 2008.

AGTR - 89418/PE - 2008.05.00.044253-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções

Fiscais)

AGRTE	:	IMPERATRIZ CALÇADOS LTDA
ADV/PROC	:	LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES e outro
AGRDO	:	FAZENDA NACIONAL

Vistos etc.

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela IMPERATRIZ CALÇADOS LTDA nos autos da ação em que contende com a FAZENDA NACIONAL.

A agravante insurge-se contra decisão que revogou despacho anterior no tocante à necessidade de substituição da CDA e determinou o prosseguimento da execução, com realização do leilão do bem penhorado pelo antigo valor do débito exeqüendo.

Alega, em síntese, que o art. 520 do CPC prevê que a apelação interposta contra sentença que julgou procedentes os embargos à execução é recebida, como regra, no duplo efeito, sendo apenas no devolutivo quando estes são rejeitados liminarmente ou quando são julgados improcedentes, não sendo o caso presente.

Defende que a discussão a respeito dos efeitos em que a referida apelação foi recebida deveria ter sido veiculada por meio de agravo de instrumento, não se prestando o pedido de reconsideração para tal fim quando existente recurso específico, tendo a agravada, no entanto, deixado transcorrer in albis o prazo recursal.

Aduz que ocorreu a preclusão pro judicato, vez que o MM. Juiz a quo já havia encerrado o seu ofício, mas que, ainda que se admitisse a revisão pelo próprio julgador, a modificação deveria ter sido feita nos autos dos embargos e não atendendo a um pedido formulado no caderno da execução.

Ressalta, por fim, o perigo na demora, porquanto será efetuado o leilão do imóvel onde se situa sua matriz e estoque antes do julgamento do recurso de apelação, o qual foi recebido no duplo efeito.

Requer, preliminarmente, que seja emprestado efeito suspensivo ao agravo.

Passo a decidir.

A previsão de concessão do efeito pretendido pela recorrente encontra-se no art. 527, III, do Estatuto Processual Civil, exigindo-se, para a outorga do provimento almejado, a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação, bem como a relevância da fundamentação.

Na hipótese sub examine, em análise perfunctória da questão, própria das tutelas de urgência, não vislumbro a presença conjunta de tais requisitos.

Com efeito, a decisão atacada foi prolatada com razoabilidade, pois é possível a execução provisória do julgado ainda durante o trâmite dos embargos à execução, o que igualmente é admissível em sede de apelação, com arrimo no art. 739-A e parágrafos do Código de Processo Civil.

Observe-se que não há que se falar em excesso na execução ou prejudicialidade para a agravante diante da não adaptação dos cálculos aos novos parâmetros fixados na sentença que julgou os embargos, visto que o valor a ser abatido da execução corresponde a algo em torno de R$ 8.000,00 (oito mil reais), o que corresponde a menos de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor do débito exeqüendo, qual seja, R$ 2.419.428,78 (dois milhões, quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte e oito reais e setenta e oito centavos), enquanto que o bem penhorado foi avaliado em R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), isto é, montante inferior a 50% desta dívida, nos termos sustentados pela União na petição cuja cópia repousa às fls. 34/35.

Com essas considerações, INDEFIRO o pedido liminar.

Intime-se a parte agravada para que responda o recurso, no prazo legal.

Publique-se.

Recife, 07 de julho de 2008.

AGTR - 89433/CE - 2008.05.00.044284-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	FRANCISCO DE ASSIS REBOUÇAS
ADV/PROC	:	TARCIANO CAPIBARIBE BARROS e outros
AGRDO	:	FAZENDA NACIONAL

Vistos etc.

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por FRANCISCO DE ASSIS REBOUÇAS, nos autos da ação em que contende com a FAZENDA NACIONAL.

O agravante insurge-se contra decisão que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela através da qual objetivava a nulidade do processo administrativo nº 10380.010736/2005-35 e da respectiva Súmula Administrativa de Documentação Tributariamente Ineficaz, bem como a suspensão das execuções fiscais de nºs 2005.81.00.014953-0 e 2007.81.00.011191-2.

Sustenta, em síntese, que a discrepância apontada pela recorrida dos valores apresentados deve-se à sua conduta relapsa de entregar seus documentos a qualquer profissional de contabilidade para o preenchimento das declarações do imposto de renda.

Assevera que possuía uma equipe de estagiários para o atendimento dos pacientes, o qual era feito em horários variáveis para conciliar com o cargo público que possui, sendo tais fatos justificadores do elevado número de recibos para dedução de despesas médicas em suas declarações.

Aduz a ocorrência de irregularidades no processo administrativo, ressaltando que a prova da ilegalidade dos recibos emitidos cabe à agravada, que não averiguou caso a caso, infringindo, dessa forma, o princípio da busca da verdade real.

Alega a existência de dano irreparável, pois está em curso a cobrança de valores supostamente auferidos, não dispondo de bens ou numerário suficiente para garantir o juízo da execução fiscal proposta, o que impossibilita a sua defesa.

Passo a decidir.

A previsão de concessão do efeito pretendido pelo recorrente se encontra contida no art. 527, III, do Estatuto Processual Civil, exigindo-se, para a outorga do provimento almejado, a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação, bem como a relevância da fundamentação.

Na hipótese sub examine, em análise perfunctória da questão, própria das tutelas de urgência, não vislumbro a presença conjunta de tais requisitos.

Com efeito, o recorrente não logrou demonstrar que a medida restará ineficaz caso atendida apenas por ocasião da análise da decisão final do agravo, afastando-se, portanto, o perigo da demora.

Com essas considerações, INDEFIRO o pedido liminar.

Intime-se a parte agravada para que responda o recurso, no prazo legal.

Publique-se.

Recife, 04 de julho de 2008.

AGTR - 89471/CE - 2008.05.00.054985-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	ALUISIO DA SILVA RAMALHO e outros
ADV/PROC	:	FRANCISCO JOSE PARENTE VASCONCELOS e outros
AGRDO	:	UNIÃO

Vistos etc.

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por ALUÍSIO DA SILVA RAMALHO e outros, nos autos da ação em que contendem com a UNIÃO.

Os agravantes insurgem-se contra decisão que determinou a remessa dos autos da ação principal à Contadoria do Foro para que elabore os cálculos pertinentes, considerando como limite temporal da recomposição financeira janeiro de 1995.

Sustentam, em síntese, que a medida combatida é ilegal, por determinar a limitação da execução ao advento dos Decretos Legislativos nº 6 e 7, apesar de o título exeqüendo ter sido expresso em condenar a agravada à incorporação do índice de 11,98% nos vencimentos dos agravantes, sem qualquer limitação temporal e, muito embora, estes não tenham sido beneficiados com os reajustes decorrentes dos aludidos decretos, vez que não são juízes togados.

Asseveram que o cumprimento do decisum combatido acarreta uma lesão patrimonial grave, na medida que a limitação imposta retira-lhes a condição de credores, levando-lhes à situação de devedores de considerável valor (R$ 1.099.134,94-um milhão, noventa e nove mil, cento e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

Destacam que a situação acima delineada os expõe a arcarem indevidamente com vultoso ônus de sucumbência-além do montante integral-, havendo, inclusive a possibilidade de não reverterem a sobredita determinação, em razão da avançada idade que possuem.

Passo a decidir.

A previsão de concessão do efeito pretendido pelos recorrentes se encontra contida no art. 527, III, do Estatuto Processual Civil, exigindo-se, para a outorga do provimento almejado, a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação, bem como a relevância da fundamentação.

Na hipótese sub examine, em análise perfunctória da questão, própria das tutelas de urgência, não vislumbro a presença conjunta de tais requisitos.

Com efeito, os recorrentes não lograram demonstrar que a medida restará ineficaz caso atendida apenas por ocasião da análise da decisão final do agravo, afastando-se, portanto, o perigo da demora.

Com essas considerações, INDEFIRO o pedido liminar.

Intime-se a parte agravada para que responda o recurso, no prazo legal.

Publique-se.

Recife, 10 de julho de 2008.

AGTR - 89548/PB - 2008.05.00.044296-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	MANOEL CARLOS GADELHA DE SÁ
ADV/PROC	:	FLORIANO CAMELO DE SOUZA NETO
AGRDO	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Tendo em vista a ausência de pagamento do porte de retorno, intime-se a parte agravante para, no prazo de cinco dias, complementar o preparo do recurso, nos termos do art. 511, § 2º, do Código de Processo Civil, sob pena de deserção.

Publique-se.

Recife, 03 de julho de 2008.

AGTR - 89608/CE - 2008.05.00.055211-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	JOANA ADEODATO DO NASCIMENTO
ADV/PROC	:	ELIANE MARIA GOMES DE AZEVEDO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO, nos autos da ação em que contende com JOANA ADEODATO DO NASCIMENTO.

A agravante insurge-se contra decisão em que foi concedida antecipação de tutela, determinando-se, sob pena de multa diária de R$1.000,00 (mil reais), a realização de tratamento de oxigenoterapia hiperbárica.

Alega, em síntese, que:

a) em razão da estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS), é ilegítima sua figuração na demanda, pois, nos termos da Lei nº 8.080/90, sua competência limita-se à gestão e ao financiamento de ações de saúde pública;

b) sendo ilegítima sua presença no feito original, o mesmo há que ser extinto em relação a si, nos termos do artigo 267, VI, do Código Processual Civil;

c) à Municipalidade incumbe o dever de concreta prestação de atendimento de saúde à população;

d) o provimento vergastado constitui-se em afronta à legislação pertinente, ressaltando a importância da consideração dos princípios da reserva do possível e da igualdade.

Aduz, ainda, que:

a) em virtude de seu potencial efeito multiplicador, a medida combatida implica em grave risco público, destacando sua irreversibilidade e a possibilidade de desestabilização do SUS;

b) a imposição da penalidade de multa há que ser revista, eis que a Administração, em sua atuação, deve observar os procedimentos administrativos e a legislação orçamentária.

Requer, preliminarmente, que seja emprestado efeito suspensivo ao agravo.

Passo a decidir.

A previsão de concessão do efeito pretendido pelo recorrente se encontra contida no art. 527, III, do Estatuto Processual Civil, exigindo-se, para a outorga do provimento almejado, a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação, bem como a relevância da fundamentação.

Na hipótese sub examine, em análise perfunctória da questão, própria das tutelas de urgência, não vislumbro a presença conjunta de tais requisitos.

Com efeito, os fundamentos da decisão prolatada pelo juízo a quo apresentam-se, em princípio, revestidos de razoabilidade, mormente se levando em consideração a proteção constitucional conferida à saúde, a conjunta responsabilidade dos entes que compõem a Federação pela manutenção do Sistema Único de Saúde e a referência à existência de elementos que revelam a gravidade da patologia de que é portadora a recorrida.

Com essas considerações, INDEFIRO o pedido liminar.

Intime-se a parte agravada para que responda o recurso, no prazo legal.

Após, vista ao Ministério Público, nos termos da Lei nº 10.741/2003.

Publique-se.

Recife, 08 de julho de 2008.

AGTR - 89624/CE - 2008.05.00.055064-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	MASTER FUTURE CORRETORA DE SEGUROS LTDA
ADV/PROC	:	ANÁSTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO e outros
AGRDO	:	FAZENDA NACIONAL

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por MASTER FUTURE CORRETORA DE SEGUROS LTDA., nos autos da ação em que contende com a FAZENDA NACIONAL.

A agravante insurge-se contra decisão, proferida em mandado de segurança, em que foi indeferido pedido liminar com o qual objetivava a suspensão da exigibilidade dos créditos inscritos em CDAs determinadas, bem como a garantia de expedição de certidão de regularidade fiscal.

Alega, em síntese, que:

a) em razão das disposições constantes do artigo 2º, §2º, da Lei nº 10.522/2002, são nulos os atos de inscrição de créditos tributários nas CDAs que enumera, devendo, de plano, ser reconhecida a inexigibilidade dos tributos reclamados, pois, como contribuinte, deveria ter sido previamente notificado a respeito das questionadas inscrições;

b) inexistindo na citada Lei nº 10.522/2002 qualquer ressalva de inaplicabilidade do dispositivo mencionado, é irrelevante o fato de os débitos inscritos originarem-se de DCTF;

c) a ausência de sua notificação constitui-se em evidência da ofensa do princípio da estrita legalidade;

d) são, in casu, plenamente aplicáveis as disposições da citada Lei nº 10.522/2002 e da Lei nº 9.784/99;

e) o perigo da demora configura-se em face dos riscos a que , não atendido seu pleito liminar, potencialmente se sujeita (inviabilização de suas regulares operações e sua sujeição a restrições bancárias / procedimentos executivos).

Requer, preliminarmente, que seja emprestado efeito ativo ao agravo.

Passo a decidir.

No exame dos autos, observo, considerando a natureza da ação original e a regular celeridade na tramitação das ações de tal espécie, que não restou demonstrada a existência de lesão grave e de difícil reparação para a parte recorrente, sendo, portanto, inadequado, nos termos do art. 522 do Código Processual Civil, o processamento do seu pedido de reforma de decisão através da via eleita.

Destarte, há que se aplicar ao recurso sub examine a disposição contida no art. 527, inciso II, do diploma legal referido.

Com essas considerações, CONVERTO EM RETIDO O AGRAVO interposto.

Em face do teor da peça de fl. 560, remetam-se os autos ao setor competente para que se modifique a identificação do causídico principal da agravante.

Após, encaminhem-se os autos ao juízo de origem.

Publique-se.

Recife, 08 de julho de 2008.

AGTR - 89637/PB - 2008.05.00.055249-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	10ª Vara Federal da Paraíba
AGRTE	:	FRANKLIN ROBERTO BATISTA
ADV/PROC	:	THELIO QUEIROZ FARIAS e outros
AGRDO	:	FAZENDA NACIONAL

Vistos, etc.

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por FRANKLIN ROBERTO BATISTA, nos autos da ação em que contende com a FAZENDA NACIONAL.

O agravante insurge-se contra decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade e condenou o excipiente ao pagamento de honorários advocatícios no montante de R$ 1.000,00 (um mil reais).

Compulsando o presente feito, constato, de plano, a ausência de requisito de admissibilidade, consubstanciado na irregularidade formal do presente agravo de instrumento, vez que desacompanhado de documentação obrigatória comprobatória da tempestividade, nos termos do art. 525, I, do CPC, bem como de cópia de peças essenciais à correta compreensão da lide.

De saída, verifica-se que a parte recorrente não colacionou aos autos cópia do ato judicial a que se refere à fl. 05, sendo insuficiente a certidão de fl. 25 para certificar a tempestividade do presente recurso.

De outro vértice, observa-se, ainda, que, conquanto a insurgência do recorrente recaia sobre a ocorrência da prescrição, pelo decurso de mais de 08 (oito) anos da citação da empresa (em 19.01.2000, consoante assevera à fl. 05) até a efetivação do redirecionamento, em 2008, não foi juntada cópia de qualquer documentação relativa a tais fatos, de modo que não há elementos para se aferir a veracidade ou não do alegado.

Com essas considerações, NEGO SEGUIMENTO ao agravo, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.

P.I.

Recife, 08 de julho de 2008.

AGTR - 89638/AL - 2008.05.00.055145-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	AUTO PEÇAS DANTAS LTDA
ADV/PROC	:	MARCOS DE OLIVEIRA SANTOS e outro

Vistos etc.

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, nos autos da ação em que contende com AUTO PEÇAS DANTAS LTDA.

A agravante insurge-se contra decisão que, em ação executiva, indeferiu pedido de inclusão de JURANDIR GUEIROS DANTAS NETO e FERNANDO SANTOS DA SILVA, sócios da agravada, no pólo passivo da execução e a citação de ambos, em nome próprio, para que paguem o débito ou apresentem bens em garantia.

Alega, em síntese, que, uma vez dissolvida irregularmente a empresa executada e não tendo a agravante encontrado bens, é possível a inclusão dos sócios da agravada no pólo passivo da execução. Aduz, ainda, que o sócio-gerente agiu com excesso de poderes ao propor demanda em face da agravante com a finalidade de quitar débitos tributários através de apólices antigas, devendo responder pessoalmente pela condenação da agravada em honorários advocatícios.

Requer, preliminarmente, que seja emprestado efeito ativo ao agravo.

Passo a decidir.

A previsão de concessão do efeito pretendido pela recorrente se encontra contida no art. 527, III, do Estatuto Processual Civil, exigindo-se, para a outorga do provimento almejado, a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação, bem como a relevância da fundamentação.

Na hipótese sub examine, em análise perfunctória da questão, própria das tutelas de urgência, não vislumbro a presença conjunta de tais requisitos.

Com efeito, a agravante não logrou demonstrar que a medida restará ineficaz caso atendida apenas por ocasião da análise da decisão final do agravo, afastando-se, portanto, o perigo da demora.

Com essas considerações, INDEFIRO o pedido liminar.

Intime-se a parte agravada para que responda o recurso, no prazo legal.

Publique-se.

Recife, 09 de julho de 2008.

AGTR - 89643/PE - 2008.05.00.044053-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	MARIA MARGARETH LOPES FERRÃO
ADV/PROC	:	ALEXANDER LUZ VAZ e outro

Vistos etc.

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO nos autos da ação em que contende com MARIA MARGARETH LOPES FERRÃO.

A agravante insurge-se contra decisão que, em cumprimento de sentença, determinou a satisfação da obrigação de fazer, relativa à concessão de pensão por morte de militar, no prazo de trinta dias e, nos dez dias contíguos, a apresentação dos documentos necessários ao cálculo das parcelas atrasadas, se houver, ou de memória de cálculos, tudo sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais).

Alega, em síntese, que não é possível a imposição de prazo com cominação de multa diária por atraso contra a Fazenda Pública, em face do trâmite administrativo a ser observado, bem como diante da inexistência de oposição injustificada ao cumprimento da obrigação, empreendendo todos os esforços para tal fim. Aduz ainda que o valor de R$ 100,00 (cem reais) por dia fere os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, tendo em vista a matéria controversa nos autos e as proporções que podem ser alcançadas.

Requer, preliminarmente, que seja emprestado efeito suspensivo ao agravo.

Passo a decidir.

A previsão de concessão do efeito pretendido pela recorrente encontra-se no art. 527, III, do Estatuto Processual Civil, exigindo-se, para a outorga do provimento almejado, a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação, bem como a relevância da fundamentação.

Na hipótese sub examine, em análise perfunctória da questão, própria das tutelas de urgência, não vislumbro a presença conjunta de tais requisitos.

Com efeito, a recorrente não logrou demonstrar que a medida restará ineficaz caso atendida apenas por ocasião da análise da decisão final do agravo, afastando-se, portanto, o perigo da demora.

Com essas considerações, INDEFIRO o pedido liminar.

Intime-se a parte agravada para que responda ao recurso, no prazo legal.

Publique-se.

Recife, 07 de julho de 2008.

AGTR - 89659/PE - 2008.05.00.055259-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	MARCELO ALLGAYER DE HOLANDA CAVALCANTI
ADV/PROC	:	CONCEICAO LIMA DE OLIVEIRA CORDEIRO
AGRDO	:	UNIÃO

Tendo em vista a ausência de pagamento do porte de retorno, intime-se o agravante para, no prazo de cinco dias, complementar o preparo do recurso, nos termos do art. 511, § 2º, do Código de Processo Civil, sob pena de deserção.

Publique-se.

Recife, 08 de julho de 2008.

AMS - 98603/PE - 2006.83.00.014455-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	ASA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
ADV/PROC	:	JOSE CAMPOS NETO
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

Vistos etc.

Trata-se de apelação interposta contra sentença denegatória de segurança em que se considerou apropriada a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

A discussão não é complexa, sendo descabido falar em violação a preceitos constitucionais.

O ICMS, por ser um imposto indireto, é embutido no preço final das mercadorias, compondo o rendimento das empresas.

Por sua vez, sendo a contribuição para o PIS e a COFINS calculadas com base no faturamento, segundo aduz o art. 2º da Lei nº 9.718/98 e as LC nº 07/70 e LC nº 70/91, devem, dessa forma, incluir os valores pertinentes à exação estadual supramencionada.

Tal entendimento, inclusive, encontra-se sumulado no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, através do Verbete nº 68 relativamente ao PIS e do Verbete nº 94, aplicável à COFINS, que foi estipulada em substituição à contribuição para o FINSOCIAL, guardando a mesma natureza jurídica desta, in verbis:

Súmula nº 94: A parcela relativa ao ICMS inclui-se na base de cálculo do FINSOCIAL.

Súmula nº 68: A parcela relativa ao ICM inclui-se na base de cálculo do PIS.

Nesse sentido, é de bom alvitre citar os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO - ICMS - BASE DE CÁLCULO - PIS/COFINS - COMPENSAÇÃO - INCABIMENTO. PRESCRIÇÃO

1. No caso em apreço, considerando que, na data em que foi ajuizada a presente ação, o dispositivo do art. 3º, da LC nº 118/2005, já havia superado o período de vacatio legis, é de ser aplicado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

2. O montante referente ao ICMS inclui-se na base de cálculo do PIS e da COFINS.

3. Precedentes do STJ: AGRG no AG 676674/RS, relator(a) Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 01.08.2005 p. 338; AGRG no AG 669344/SC; relator(a) Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 01.08.2005 p. 406; AGRG no AG 623163/PR, relator(a) Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, dj 27.06.2005 p. 231)

4. Ademais, a matéria em foco, encontra-se versada nos dispositivos sumulares nº 94 e 68, do STJ.

5. Apelação improvida. (TRF - 5ª R., 1ª T., AC 421182/CE, rel. Des. Federal Ricardo César Mandarino Barretto, j. 06.12.07, DJ 28.02.08, p. 1416)

TRIBUTÁRIO. COFINS. PIS. INCLUSÃO DO VALOR CORRESPONDENTE AO ICMS E ISS NA BASE DE CÁLCULO. LEGALIDADE.

I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que é legal a inclusão na base de cálculo da contribuição para o PIS e COFINS, do montante correspondente ao ICMS e ISS destacado pelo empreendimento comercial. (Súmulas 68 e 94 do colendo STJ. AGRG no AG 676674/RS, relator(a) Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 01.08.2005, p. 338; AGRG no AG 669344/SC; relator(a) Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 01.08.2005, p. 406; AGRG no AG 623163/PR, relator(a) Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 27.06.2005, p. 231).

II. Apelação improvida. (TRF - 5ª R., 4ª T., AMS97581/PE, rel. Des. Federal Margarida Cantarelli, j. 17.04.07, DJ 09.05.07, p. 598)

Não desconheço o fato de que o Supremo Tribunal Federal, provocado em sede de recurso extraordinário, está a reapreciar a matéria. Nada obstante, até que sobrevenha posicionamento definitivo do Excelso Pretório, permanece a orientação já pacificada.

Por todo o exposto, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.

P.I.

Recife, 18 de junho de 2008.

AMS - 98680/PE - 2006.83.02.001276-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	16ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções

Penais)

APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	FERREIRA COSTA & CIA e outro
ADV/PROC	:	GLÁUCIO MANOEL DE LIMA BARBOSA e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 16ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (CARUARU) - COMPETENTE P/ EXEC.

PENAIS

Vistos etc.

Trata-se de remessa oficial e de apelação interposta contra sentença que concedeu a segurança, determinando a exclusão da parcela relativa ao ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, autorizando os impetrantes a procederem à compensação dos valores indevidamente recolhidos, após o trânsito em julgado da sentença.

Alega, preliminarmente, a Fazenda Nacional a ocorrência da prescrição, pugnando, no mérito, pela reforma do julgado.

Contra-razões apresentadas às fls. 150/154.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, tenho que um reexame, atento à real compreensão do posicionamento adotado pelo STJ, acerca do tema alusivo à prescrição/decadência previsto na LC nº 118/05 leva ao entendimento de que "o prazo prescricional das ações de compensação/repetição de indébito, do ponto de vista prático, deve ser contado da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da vigência da Lei Complementar 118/2005 (09.06.05), o prazo para se pleitear a restituição é de cinco anos a contar da data do recolhimento indevido; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da novel lei complementar". (STJ, 1ª T., AgRg no REsp 929887/SP, rel. Min. LUIZ FUX, DJ 29.11.2007, p.230). (grifos no original)

Perfilhando tal orientação, verifico que, no presente feito, estão prescritos os recolhimentos efetuados nos dez anos que antecedem a propositura desta ação.

Passando ao mérito, verifico que a discussão não é complexa, sendo descabido falar em violação a preceitos constitucionais.

O ICMS, por ser um imposto indireto, é embutido no preço final das mercadorias, compondo o rendimento das empresas.

Por sua vez, sendo as contribuições para o PIS e COFINS calculadas com base no faturamento, segundo aduz o art. 2º, da Lei nº 9.718/98, e as LC nº 07/70 e LC nº 70/91, deve, dessa forma, incluir os valores pertinentes à exação estadual supramencionada.

Tal entendimento, inclusive, encontra-se sumulado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, através do Verbete nº 68 relativamente ao PIS e do Verbete nº 94, aplicável à COFINS, que foi estipulada em substituição à contribuição para o FINSOCIAL, guardando a mesma natureza jurídica desta, in verbis:

Súmula nº 94: A parcela relativa ao ICMS inclui-se na base de cálculo do FINSOCIAL.

Súmula nº 68: A parcela relativa ao ICM inclui-se na base de cálculo do PIS.

Nesse sentido, é de bom alvitre citar os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO - ICMS - BASE DE CÁLCULO - PIS/COFINS - COMPENSAÇÃO - INCABIMENTO. PRESCRIÇÃO

1. No caso em apreço, considerando que na data em que foi ajuizada a presente ação, o dispositivo do art. 3º, da LC nº 118/2005, já havia superado o período de vacatio legis, é de ser aplicado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

2. O montante referente ao ICMS inclui-se na base de cálculo do PIS e da COFINS.

3. Precedentes do STJ: AGRG no AG 676674/RS, relator(a) Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 01.08.2005 p. 338; AGRG no AG 669344/SC; relator(a) Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 01.08.2005 p. 406; AGRG no AG 623163/PR, relator(a) Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, dj 27.06.2005 p. 231)

4. Ademais, a matéria em foco, encontra-se versada nos dispositivos sumulares nº 94 e 68, do STJ.

5. Apelação improvida. (TRF - 5ª R., 1ª T., AC 421182/CE, rel. Des. Federal Ricardo César Mandarino Barretto, j. 06.12.07, DJ 28.02.08, p. 1416)

TRIBUTÁRIO. COFINS. PIS. INCLUSÃO DO VALOR CORRESPONDENTE AO ICMS E ISS NA BASE DE CÁLCULO. LEGALIDADE.

I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que é legal a inclusão na base de cálculo da contribuição para o PIS e COFINS, do montante correspondente ao ICMS e ISS destacado pelo empreendimento comercial. (Súmulas 68 e 94 do colendo STJ. AGRG no AG 676674/RS, relator(a) Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 01.08.2005, p. 338; AGRG no AG 669344/SC; relator(a) Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 01.08.2005, p. 406; AGRG no AG 623163/PR, relator(a) Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 27.06.2005, p. 231).

II. Apelação improvida. (TRF - 5ª R., 4ª T., AMS97581/PE, rel. Des. Federal Margarida Cantarelli, j. 17.04.07, DJ 09.05.07, p. 598)

Não desconheço o fato de que o Supremo Tribunal Federal, provocado em sede de recurso extraordinário, está a reapreciar a matéria. Nada obstante, até que sobrevenha posicionamento definitivo do Excelso Pretório, permanece a orientação já pacificada.

Por todo o exposto, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO E À REMESSA OFICIAL, com fulcro no art. 557, § 1º - A, do Código de Processo Civil, para denegar a segurança. Inversão do ônus da sucumbência (custas).

P.I.

Recife, 17 de junho de 2008.

AMS - 100030/CE - 2006.81.00.019554-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	SINDILOJAS - SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DE FORTALEZA
ADV/PROC	:	BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO e outro
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

Vistos etc.

Trata-se de apelação interposta contra sentença denegatória de segurança em que se considerou apropriada a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

A discussão não é complexa, sendo descabido falar em violação a preceitos constitucionais.

O ICMS, por ser um imposto indireto, é embutido no preço final das mercadorias, compondo o rendimento das empresas.

Por sua vez, sendo a contribuição para o PIS e a COFINS calculadas com base no faturamento, segundo aduz o art. 2º da Lei nº 9.718/98 e as LC nº 07/70 e LC nº 70/91, devem, dessa forma, incluir os valores pertinentes à exação estadual supramencionada.

Tal entendimento, inclusive, encontra-se sumulado no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, através do Verbete nº 68 relativamente ao PIS e do Verbete nº 94, aplicável à COFINS, que foi estipulada em substituição à contribuição para o FINSOCIAL, guardando a mesma natureza jurídica desta, in verbis:

Súmula nº 94: A parcela relativa ao ICMS inclui-se na base de cálculo do FINSOCIAL.

Súmula nº 68: A parcela relativa ao ICM inclui-se na base de cálculo do PIS.

Nesse sentido, é de bom alvitre citar os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO - ICMS - BASE DE CÁLCULO - PIS/COFINS - COMPENSAÇÃO - INCABIMENTO. PRESCRIÇÃO

1. No caso em apreço, considerando que, na data em que foi ajuizada a presente ação, o dispositivo do art. 3º, da LC nº 118/2005, já havia superado o período de vacatio legis, é de ser aplicado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

2. O montante referente ao ICMS inclui-se na base de cálculo do PIS e da COFINS.

3. Precedentes do STJ: AGRG no AG 676674/RS, relator(a) Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 01.08.2005 p. 338; AGRG no AG 669344/SC; relator(a) Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 01.08.2005 p. 406; AGRG no AG 623163/PR, relator(a) Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, dj 27.06.2005 p. 231)

4. Ademais, a matéria em foco, encontra-se versada nos dispositivos sumulares nº 94 e 68, do STJ.

5. Apelação improvida. (TRF - 5ª R., 1ª T., AC 421182/CE, rel. Des. Federal Ricardo César Mandarino Barretto, j. 06.12.07, DJ 28.02.08, p. 1416)

TRIBUTÁRIO. COFINS. PIS. INCLUSÃO DO VALOR CORRESPONDENTE AO ICMS E ISS NA BASE DE CÁLCULO. LEGALIDADE.

I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que é legal a inclusão na base de cálculo da contribuição para o PIS e COFINS, do montante correspondente ao ICMS e ISS destacado pelo empreendimento comercial. (Súmulas 68 e 94 do colendo STJ. AGRG no AG 676674/RS, relator(a) Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 01.08.2005, p. 338; AGRG no AG 669344/SC; relator(a) Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 01.08.2005, p. 406; AGRG no AG 623163/PR, relator(a) Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 27.06.2005, p. 231).

II. Apelação improvida. (TRF - 5ª R., 4ª T., AMS97581/PE, rel. Des. Federal Margarida Cantarelli, j. 17.04.07, DJ 09.05.07, p. 598)

Não desconheço o fato de que o Supremo Tribunal Federal, provocado em sede de recurso extraordinário, está a reapreciar a matéria. Nada obstante, até que sobrevenha posicionamento definitivo do Excelso Pretório, permanece a orientação já pacificada.

Por todo o exposto, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.

P.I.

Recife, 18 de junho de 2008.

AMS - 102042/PB - 2008.82.00.000079-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	POSTO DE COMBUSTIVEL PRESIDENTE LTDA
ADV/PROC	:	FELIPE ROCHA FERNANDES LIMA e outro
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

Vistos etc.

Trata-se de apelação interposta contra sentença denegatória de segurança que considerou apropriada a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Inicialmente, registro que não há de ser conhecido o agravo retido, uma vez que não foi requerido no apelo a sua apreciação, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC.

Passando ao mérito, verifico que a discussão não é complexa, sendo descabido falar em violação a preceitos constitucionais.

O ICMS, por ser um imposto indireto, é embutido no preço final das mercadorias, compondo o rendimento das empresas.

Por sua vez, sendo as contribuições para o PIS e COFINS calculadas com base no faturamento, segundo aduz o art. 2º, da Lei nº 9.718/98, e as LC nº 07/70 e LC nº 70/91, deve, dessa forma, incluir os valores pertinentes à exação estadual supramencionada.

Tal entendimento, inclusive, encontra-se sumulado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, através do Verbete nº 68 relativamente ao PIS e do Verbete nº 94, aplicável à COFINS, que foi estipulada em substituição à contribuição para o FINSOCIAL, guardando a mesma natureza jurídica desta, in verbis:

Súmula nº 94: A parcela relativa ao ICMS inclui-se na base de cálculo do FINSOCIAL.

Súmula nº 68: A parcela relativa ao ICM inclui-se na base de cálculo do PIS.

Nesse sentido, é de bom alvitre citar os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO - ICMS - BASE DE CÁLCULO - PIS/COFINS - COMPENSAÇÃO - INCABIMENTO. PRESCRIÇÃO

1. No caso em apreço, considerando que na data em que foi ajuizada a presente ação, o dispositivo do art. 3º, da LC nº 118/2005, já havia superado o período de vacatio legis, é de ser aplicado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

2. O montante referente ao ICMS inclui-se na base de cálculo do PIS e da COFINS.

3. Precedentes do STJ: AGRG no AG 676674/RS, relator(a) Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 01.08.2005 p. 338; AGRG no AG 669344/SC; relator(a) Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 01.08.2005 p. 406; AGRG no AG 623163/PR, relator(a) Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, dj 27.06.2005 p. 231)

4. Ademais, a matéria em foco, encontra-se versada nos dispositivos sumulares nº 94 e 68, do STJ.

5. Apelação improvida. (TRF - 5ª R., 1ª T., AC 421182/CE, rel. Des. Federal Ricardo César Mandarino Barretto, j. 06.12.07, DJ 28.02.08, p. 1416)

TRIBUTÁRIO. COFINS. PIS. INCLUSÃO DO VALOR CORRESPONDENTE AO ICMS E ISS NA BASE DE CÁLCULO. LEGALIDADE.

I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que é legal a inclusão na base de cálculo da contribuição para o PIS e COFINS, do montante correspondente ao ICMS e ISS destacado pelo empreendimento comercial. (Súmulas 68 e 94 do colendo STJ. AGRG no AG 676674/RS, relator(a) Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 01.08.2005, p. 338; AGRG no AG 669344/SC; relator(a) Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 01.08.2005, p. 406; AGRG no AG 623163/PR, relator(a) Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 27.06.2005, p. 231).

II. Apelação improvida. (TRF - 5ª R., 4ª T., AMS97581/PE, rel. Des. Federal Margarida Cantarelli, j. 17.04.07, DJ 09.05.07, p. 598)

Não desconheço o fato de que o Supremo Tribunal Federal, provocado em sede de recurso extraordinário, está a reapreciar a matéria. Nada obstante, até que sobrevenha posicionamento definitivo do Excelso Pretório, permanece a orientação já pacificada.

Por todo o exposto, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.

P.I.

Recife, 09 de junho de 2008.

MSTR - 102238/AL - 2008.05.00.054907-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
IMPTTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPTDO	:	JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DE ARAPIRACA - AL

Vistos etc.

Trata-se de mandado de segurança impetrado contra ato do MM. Juiz Federal da 8ª Vara/AL (Arapiraca) que, nos autos de inquérito policial para apuração da ocorrência do crime previsto no art. 155, § 4º, do CP, indeferiu requerimento formulado pelo MPF em Arapiraca de remessa dos autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

O impetrante alega, em síntese, que não pode o Judiciário manifestar-se sobre competência no âmbito de inquérito policial; como titular exclusivo da ação penal, irrefutável o seu direito de decidir acerca da melhor forma de produzir o lastro probatório que embasará a denúncia; o conflito de atribuições entre membros do MPF está configurado; a atribuição para apurar o caso é da Procuradoria da República de Goiás.

Passo a decidir.

Tenho trilhado pelo entendimento de que o mandado de segurança não se mostra cabível para impugnar ato judicial passível de recurso ou que pode ser modificado por via de correição, uma vez que apenas em raríssimas hipóteses se permite que dita ação seja dirigida no afã de modificar o norte consagrado através do exercício da função judicante, o que pode vir a acontecer em se tratando de decisões jurisdicionais caracterizáveis como teratológicas, não sendo este o caso em tela.

O tema encontra-se pacificado na jurisprudência, tendo o Pretório Excelso editado a Súmula nº 267, que assim dispõe:

Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.

Nesse sentido, é a redação do art. 5º, II, da Lei nº 1.533/51, in verbis:

Art. 5º. Não se dará mandado de segurança quando se tratar:

(...)

II - de despacho ou decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado por via de correição;

A propósito, vale conferir o seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL SUJEITO A RECURSO. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 267/STF. PRECEDENTES.

O art. 5º, inciso II, da Lei n. 1.533/51, revela que não cabe a impetração de mandado de segurança como sucedâneo de recurso legalmente cabível.

Após as inovações trazidas pela Lei n. 9.139/95, o mandado de segurança contra ato judicial somente é admitido nos casos de decisão judicial teratológica. Hipótese não configurada nos autos.

Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição (Súmula n. 267/STF).

Recurso improvido. (STJ, 2ª T., ROMS 15241/ES, rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ 10.05.06, p.1701).

Destarte, resta patente a inadequação da via eleita, não podendo o mandamus ser utilizado como substitutivo de recurso cabível ou correição.

À luz do exposto, com fulcro no art. 267, I, do CPC, indefiro a exordial, ficando prejudicado o exame do pleito relativo à concessão de liminar.

P.I.

Recife, 04 de julho de 2008.

AC - 392506/RN - 2005.84.00.009928-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	FÁBIO MAROJA JALES COSTA e outros
ADV/PROC	:	MARIA LÚCIA CAVALCANTI JALES SOARES

Vistos etc.

A matéria aqui discutida diz respeito à limitação temporal do acréscimo de 11,98% à remuneração dos servidores públicos do Poder Judiciário, por força do advento da Lei nº 9.421/96.

Inicialmente, quanto à aplicação de multa à embargante, requerida pelos apelados com arrimo no art. 601 do CPC, tal pleito há de ser rejeitado, tendo em vista que não estão presentes os requisitos que lhe dão ensejo.

Feita tal consideração, examinando a questão, observo que o Col. Supremo Tribunal Federal, em face do julgamento dos pedidos de medida cautelar nas ADIs 2.321 e 2.323, posicionou-se no sentido de que restou superado o entendimento firmado na ADI 1.797, a qual limitava a incidência do reajuste de 11,98% para o período de abril de 1994 a dezembro de 1996 (2ª T., RE-AgR 416940/RN, rel. Min. Joaquim Barbosa, DJU 03/08/2007).

No tocante ao pedido sucessivo formulado pela União, concernente à redução dos valores alusivos aos redutores salariais, como tal questão não foi examinada no decisum recorrido, nem houve insurgência da recorrente no momento oportuno, descabida se mostra sua apreciação na esfera recursal.

Com essas considerações, NEGO SEGUIMENTO AO APELO, com arrimo no art. 557, CPC.

Recife, 10 de julho de 2008.

AC - 409568/CE - 2002.81.00.015695-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	FRANCISCO JOSE MONTE UCHOA
ADV/PROC	:	FLÁVIO JACINTO DA SILVA
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros

DESPACHO

Intime-se a CEF para, no prazo de dez dias, apresentar documento comprobatório da composição informada à fl. 97, bem como a parte apelante para se pronunciar a respeito da mesma petição.

Recife, 03 de julho de 2008.

AC - 411039/PE - 2005.83.00.009606-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em

Naturalização)

APTE	:	CARLOS ANDRÉ DA COSTA RANGEL
ADV/PROC	:	CUSTÓDIO NETO DA SILVA e outro
APDO	:	UNIÃO

Vistos etc.

Cuida-se de apelação interposta contra sentença que, nos autos de ação cautelar, julgou improcedente o pedido.

À fl. 68, o apelante postula a desistência do recurso.

No caso sub examine, torna-se desnecessária a ouvida da parte apelada, uma vez que o art. 501 do CPC estabelece que o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso já aforado (Conferir: REsp 856565, 1ª T., rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU 09.04.2007, p. 237).

Com essas considerações, com fulcro no art. 501, CPC, HOMOLOGO o pedido de desistência do recurso.

Int.

Recife, 04 de julho de 2008.

AC - 412807/RN - 2006.84.00.001972-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/

Execuções Penais)

APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	CÉLIA DE CASTRO ROCHA
ADV/PROC	:	ANA CÂNDIDA VIEIRA DE ANDRADE
REMTE	:	JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (NATAL) - COMPETENTE P/

EXEC. PENAIS

DECISÃO

Vistos etc.

Inicialmente, necessário se faz afastar a prescrição do fundo do direito, pois, nas prestações de trato sucessivo, o referido instituto só alcança as parcelas vencidas no qüinqüênio anterior à data da propositura da ação (prescrição qüinqüenal).

Tecida tal consideração, observo que o cerne da questão ora apresentada consiste em saber se a majoração da cota familiar introduzida pela Lei nº 9.032/95 é extensível às pensões implementadas em data anterior à da sua vigência.

A respeito da matéria, a jurisprudência do Colendo Supremo Tribunal Federal pacificou-se no sentido de que, "se o direito ao benefício foi adquirido anteriormente à edição da nova lei, o seu cálculo deve se efetuar de acordo com a legislação vigente à época em que atendidos os requisitos necessários (princípio tempus regit actum)", como se observa nos seguintes julgados: RE 416827/SC e RE 415454/SC.

Assim sendo, com arrimo no art. 557 do CPC, DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO E À REMESSA OFICIAL, para julgar improcedente o pedido. Deixo de condenar a parte autora em honorários advocatícios, pois a mesma é beneficiária da justiça gratuita.

P.I.

Recife, 20 de junho de 2008.

AC - 420372/CE - 2006.81.00.000571-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	WALTER MARINHO & CIA LTDA
ADV/PROC	:	RAFAEL PEREIRA DE SOUZA e outros

Vistos etc.

Em petição de fls. 179 e 180, a parte autora requer seja recebido o apelo apenas no efeito devolutivo.

Na análise do tema, constato que o pleito é digno de acolhimento.

Com efeito, o Código de Processo Civil estabelece, em seu art. 520, que a apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo, listando, a seguir, hipóteses em que a mencionada suspensão será excluída. Dentre tais situações, destaca-se a confirmação da antecipação dos efeitos da tutela, in verbis:

Art. 520. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que:

(...)

VII - confirmar a antecipação dos efeitos da tutela;

Deste modo, tendo sido concedida, na sentença dos embargos de declaração - fls. 139/140, a tutela antecipada, há que se reconhecer a configuração da hipótese referida no inciso VII do artigo transcrito, devendo, por conseguinte, ser afastada a incidência do efeito suspensivo.

Neste sentido, é válida a colação do aresto seguinte:

PROCESSO CIVIL. SENTENÇA QUE DEFERE A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. APELAÇÃO. EFEITOS.

- A apelação de sentença que defere a antecipação dos efeitos da tutela, quando verificada a presença do perigo de dano, comporta recebimento apenas no efeito devolutivo.

- Regra aplicada apenas ao conteúdo da antecipação de tutela, agregando-se efeito suspensivo relativamente às demais questões, conforme art. 520, caput, do CPC.

- Prequestionamento estabelecido pelas razões de decidir.

- Agravo de instrumento provido. (TRF 4ª R., 3ª T., AG nº 200504010448728/RS, rel. Des. Federal Silvia Maria Gonçalves Goraieb, DJU 22.03.2006, p. 632).

Posto isso, DEFIRO O PEDIDO de fls. 179 e 180, emprestando ao apelo, tão-só, o efeito devolutivo.

Int.

Recife, 10 de julho de 2008.

AC - 423478/PB - 2005.82.00.010062-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

RENOVÁVEIS

REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ASIBAMA - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO IBAMA
ADV/PROC	:	ANTONIO TORREÃO BRAZ FILHO e outro

Vistos etc.

Cuida-se de petição protocolada pela ASIBAMA - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO IBAMA, nos autos da ação em que contende com o IBAMA, postulando a extinção do feito sem apreciação do mérito.

A apelada alega haver ajuizado ação coletiva, com o mesmo fim colimado na presente actio, na Seção Judiciária do Distrito Federal, cujo mérito restou julgado pelo Col. STF, favoravelmente à pretensão dos substituídos.

Instada a se pronunciar, o IBAMA aquiesceu ao pedido, a fim de evitar decisões contraditórias e condenações em duplicidade.

Passo a decidir.

Considerando que a pretensão aqui deduzida já foi reconhecida em outra lide, resta patente a perda de objeto do presente feito, em face da perda superveniente do interesse processual, ficando prejudicado o exame do recurso.

Com essas considerações, EXTINGO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI do Código de Processo Civil, JULGANDO PREJUDICADA a apelação.

Inversão do ônus da sucumbência, fixados os honorários em favor do IBAMA na quantia de R$ 1.000,00 (mil reais).

Após certificado o trânsito em julgado, baixem-se os autos ao juízo de origem.

P.I.

Recife, 10 de julho de 2008.

AC - 427683/PE - 2007.83.00.008852-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	SÉRGIO OLIVEIRA FARIAS
ADV/PROC	:	ANDRÉ LINS E SILVA e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

Vistos etc.

Cuida-se de apelação interposta contra sentença que, nos autos de ação cautelar de exibição de documentos, julgou extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, CPC.

Nas razões do seu apelo, o promovente insurge-se contra a competência dos Juizados Especiais Federais para apreciar o pleito, alegando haver mensurado o valor da causa abaixo do teto fixado na Lei nº 10.259/01, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para fins meramente fiscais. Pugna, alfim, acaso acolhida a incompetência determinada na sentença, pela remessa dos autos ao Juízo Competente.

Passo a decidir.

Ab initio, constato que a tese expendida na apelação não atacou os motivos e fundamentos da sentença que ensejaram a extinção do presente feito, pois, este, na verdade, foi julgado extinto por ter entendido o juízo a quo a desnecessidade da cautelar exibitória para apresentação dos extratos bancários, em vista da possibilidade de formulação incidental de tal pleito no processo principal.

Esta Egrégia Corte vem prestigiando, de maneira unânime, o entendimento de não se conhecer do apelo, quando as suas razões estiverem dissociadas do que a sentença decidiu, em face da ausência de motivação recursal e de ofensa ao princípio da congruência, conforme decisão que assim restou ementada:

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO DISSOCIADA DA SENTENÇA. PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO.

Não se conhece de apelação que discute matéria estranha ao fundamento da sentença, em observância ao princípio da congruência recursal.(TRF-5ª, 3ª Turma, AC 161528/PE, Relator Desembargador Federal Ridalvo Costa, in DJU 24/09/1999, p. 1371).

Conferir, ainda, os seguintes julgados desta mesma Casa: AC 156017-PB, Relator Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, j. 06/06/2000; AC 197973-RN, Relator Desembargador Federal Petrúcio Ferreira, j. 15/02/2000.

Outro não é o entendimento do Egrégio STJ, consoante aresto abaixo colacionado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTAÇÃO DISSOCIADA DO ACÓRDÃO RECORRIDO.

Se a prestação jurisdicional não corresponde ao pleiteado nas razões do apelo extremo, merecem provimento os embargos de declaração, com excepcionais efeitos infringentes, procedendo-se a uma nova apreciação do Recurso Especial.

O Recurso Especial está dissociado da matéria apreciada pelo Acórdão recorrido, restando insatisfeito o requisito de admissibilidade da regularidade formal do recurso, pois os fundamentos da decisão recorrida não foram impugnados. (STJ, EDREesp 201101/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, in DJU 02/05/2000, p. 133). (grifos acrescidos)

Assim, por não haver correlação entre os fundamentos da sentença e as razões da apelação, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso, com fulcro no art. 557 do Código de Processo Civil.

P.I.

Recife, 18 de junho de 2008.

AC - 444650/CE - 2005.81.00.015555-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	JOSÉ MARIA COSTA
ADV/PROC	:	GEOVA LEMOS CAVALCANTE
REMTE	:	JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

DECISÃO

Vistos etc.

Versam os autos acerca da incidência da ORTN/OTN como critério de correção monetária dos salários-de-contribuição utilizados na determinação da RMI de benefício previdenciário concedido entre a edição da Lei nº 6.423/77 e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento favorável à incidência da ORTN/OTN na atualização monetária dos salários-de-contribuição utilizados para o cálculo da Renda Mensal Inicial de benefícios concedidos antes da Constituição de 1988, como se observa nos seguintes julgados: REsp 480376/RJ e REsp 243965/SP.

Por outro lado, a revisão do art. 58 do ADCT é devida no período de abril/89 até a regulamentação da Lei nº 8.213/91, através do Decreto nº 357, de 07 de dezembro de 1991, em face da alteração da RMI do benefício.

Cumpre ajustar o julgado, apenas, aos ditames da Súmula 111, na sua nova redação, dispondo que "Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre as prestações vencidas após a sentença."

Assim sendo, com arrimo no art. 557 do CPC, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO E DOU PARCIAL PROVIMENTO À REMESSA OFICIAL, para estabelecer que a verba honorária incida apenas sobre as parcelas vencidas até a sentença.

P.I.

Recife, 20 de junho de 2008.

AC - 446234/CE - 2007.81.00.010481-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	APIGUANA MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA
ADV/PROC	:	CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA e outros
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

Vistos etc.

Trata-se de apelação interposta contra sentença que julgou improcedente o pedido de não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

A discussão não é complexa, sendo descabido falar em violação a preceitos constitucionais.

O ICMS, por ser um imposto indireto, é embutido no preço final das mercadorias, compondo o rendimento das empresas.

Por sua vez, sendo as contribuições para o PIS e COFINS calculadas com base no faturamento, segundo aduz o art. 2º, da Lei nº 9.718/98, e as LC nº 07/70 e LC nº 70/91, deve, dessa forma, incluir os valores pertinentes à exação estadual supramencionada.

Tal entendimento, inclusive, encontra-se sumulado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, através do Verbete nº 68 relativamente ao PIS e do Verbete nº 94, aplicável à COFINS, que foi estipulada em substituição à contribuição para o FINSOCIAL, guardando a mesma natureza jurídica desta, in verbis:

Súmula nº 94: A parcela relativa ao ICMS inclui-se na base de cálculo do FINSOCIAL.

Súmula nº 68: A parcela relativa ao ICM inclui-se na base de cálculo do PIS.

Nesse sentido, é de bom alvitre citar os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO - ICMS - BASE DE CÁLCULO - PIS/COFINS - COMPENSAÇÃO - INCABIMENTO. PRESCRIÇÃO

1. No caso em apreço, considerando que na data em que foi ajuizada a presente ação, o dispositivo do art. 3º, da LC nº 118/2005, já havia superado o período de vacatio legis, é de ser aplicado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

2. O montante referente ao ICMS inclui-se na base de cálculo do PIS e da COFINS.

3. Precedentes do STJ: AGRG no AG 676674/RS, relator(a) Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 01.08.2005 p. 338; AGRG no AG 669344/SC; relator(a) Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 01.08.2005 p. 406; AGRG no AG 623163/PR, relator(a) Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, dj 27.06.2005 p. 231)

4. Ademais, a matéria em foco, encontra-se versada nos dispositivos sumulares nº 94 e 68, do STJ.

5. Apelação improvida. (TRF - 5ª R., 1ª T., AC 421182/CE, rel. Des. Federal Ricardo César Mandarino Barretto, j. 06.12.07, DJ 28.02.08, p. 1416)

TRIBUTÁRIO. COFINS. PIS. INCLUSÃO DO VALOR CORRESPONDENTE AO ICMS E ISS NA BASE DE CÁLCULO. LEGALIDADE.

I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que é legal a inclusão na base de cálculo da contribuição para o PIS e COFINS, do montante correspondente ao ICMS e ISS destacado pelo empreendimento comercial. (Súmulas 68 e 94 do colendo STJ. AGRG no AG 676674/RS, relator(a) Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 01.08.2005, p. 338; AGRG no AG 669344/SC; relator(a) Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 01.08.2005, p. 406; AGRG no AG 623163/PR, relator(a) Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 27.06.2005, p. 231).

II. Apelação improvida. (TRF - 5ª R., 4ª T., AMS97581/PE, rel. Des. Federal Margarida Cantarelli, j. 17.04.07, DJ 09.05.07, p. 598)

Não desconheço o fato de que o Supremo Tribunal Federal, provocado em sede de recurso extraordinário, está a reapreciar a matéria. Nada obstante, até que sobrevenha posicionamento definitivo do Excelso Pretório, permanece a orientação já pacificada.

Por todo o exposto, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.

Retifique-se a autuação, fazendo constar o autor como apelante e a ré como apelada.

P.I.

Recife, 30 de junho de 2008.

AC - 446667/CE - 2007.81.02.000265-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	16ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	ELIESIO FERNANDES DE ALCANTARA ME
ADV/PROC	:	FRANCISCO LUIS GADELHA SANTOS e outros
APDO	:	FAZENDA NACIONAL

Vistos etc.

Trata-se de apelação interposta contra sentença que julgou improcedente o pedido de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Inicialmente, no tocante ao tema alusivo à prescrição/decadência previsto na LC nº 118/05, tenho que um reexame, atento à real compreensão do posicionamento adotado pelo STJ, acerca da matéria, leva ao entendimento de que "o prazo prescricional das ações de compensação/repetição de indébito, do ponto de vista prático, deve ser contado da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efe-

tuados a partir da vigência da Lei Complementar 118/2005 (09.06.05), o prazo para se pleitear a restituição é de cinco anos a contar da data do recolhimento indevido; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da novel lei complementar". (STJ, 1ª T., AgRg no REsp 929887/SP, rel. Min. LUIZ FUX, DJ 29.11.2007, p.230). (grifos no original)

Perfilhando tal orientação, verifico que, no presente feito, estão prescritos os recolhimentos efetuados nos dez anos que antecedem a propositura desta ação.

Passando ao mérito, observo que discussão não é complexa, sendo descabido falar em violação a preceitos constitucionais.

O ICMS, por ser um imposto indireto, é embutido no preço final das mercadorias, compondo o rendimento das empresas.

Por sua vez, sendo as contribuições para o PIS e COFINS calculadas com base no faturamento, segundo aduz o art. 2º, da Lei nº 9.718/98, e as LC nº 07/70 e LC nº 70/91, deve, dessa forma, incluir os valores pertinentes à exação estadual supramencionada.

Tal entendimento, inclusive, encontra-se sumulado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, através do Verbete nº 68 relativamente ao PIS e do Verbete nº 94, aplicável à COFINS, que foi estipulada em substituição à contribuição para o FINSOCIAL, guardando a mesma natureza jurídica desta, in verbis:

Súmula nº 94: A parcela relativa ao ICMS inclui-se na base de cálculo do FINSOCIAL.

Súmula nº 68: A parcela relativa ao ICM inclui-se na base de cálculo do PIS.

Nesse sentido, é de bom alvitre citar os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO - ICMS - BASE DE CÁLCULO - PIS/COFINS - COMPENSAÇÃO - INCABIMENTO. PRESCRIÇÃO

1. No caso em apreço, considerando que na data em que foi ajuizada a presente ação, o dispositivo do art. 3º, da LC nº 118/2005, já havia superado o período de vacatio legis, é de ser aplicado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

2. O montante referente ao ICMS inclui-se na base de cálculo do PIS e da COFINS.

3. Precedentes do STJ: AGRG no AG 676674/RS, relator(a) Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 01.08.2005 p. 338; AGRG no AG 669344/SC; relator(a) Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 01.08.2005 p. 406; AGRG no AG 623163/PR, relator(a) Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, dj 27.06.2005 p. 231)

4. Ademais, a matéria em foco, encontra-se versada nos dispositivos sumulares nº 94 e 68, do STJ.

5. Apelação improvida. (TRF - 5ª R., 1ª T., AC 421182/CE, rel. Des. Federal Ricardo César Mandarino Barretto, j. 06.12.07, DJ 28.02.08, p. 1416)

TRIBUTÁRIO. COFINS. PIS. INCLUSÃO DO VALOR CORRESPONDENTE AO ICMS E ISS NA BASE DE CÁLCULO. LEGALIDADE.

I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que é legal a inclusão na base de cálculo da contribuição para o PIS e COFINS, do montante correspondente ao ICMS e ISS destacado pelo empreendimento comercial. (Súmulas 68 e 94 do colendo STJ. AGRG no AG 676674/RS, relator(a) Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 01.08.2005, p. 338; AGRG no AG 669344/SC; relator(a) Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 01.08.2005, p. 406; AGRG no AG 623163/PR, relator(a) Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 27.06.2005, p. 231).

II. Apelação improvida. (TRF - 5ª R., 4ª T., AMS97581/PE, rel. Des. Federal Margarida Cantarelli, j. 17.04.07, DJ 09.05.07, p. 598)

Não desconheço o fato de que o Supremo Tribunal Federal, provocado em sede de recurso extraordinário, está a reapreciar a matéria. Nada obstante, até que sobrevenha posicionamento definitivo do Excelso Pretório, permanece a orientação já pacificada.

Por todo o exposto, NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.

P.I.

Recife, 30 de junho de 2008.

AC - 447692/PB - 2005.82.00.012309-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	GLAUCIA MARIA DE SOUZA CORREIA
ADV/PROC	:	VALTER DE MELO e outros
APDO	:	UNIÃO

DECISÃO

Vistos etc.

Cuida-se de apelação interposta contra sentença que julgou improcedente pedido de restabelecimento de pensão especial de ex-combatente, postulado por filha do instituidor.

Nas razões do seu apelo, a promovente insurge-se contra a prescrição, a qual alega ter sido aduzida pela ré e acolhida no julgado, sob o argumento de que tal instituto não alcança as prestações sucessivas.

Em suas contra-razões, suscita a União a inépcia da peça recursal, já que as razões do recurso não focaram os fundamentos do decisum.

Passo a decidir.

Ab initio, constato que a tese expendida no recurso de apelação não atacou, nem de longe, os motivos e fundamentos da sentença, que ensejaram a extinção do processo pela improcedência do pedido, sendo certo que, em momento algum, foi suscitada ou examinada a prescrição no presente feito.

Esta Egrégia Corte vem prestigiando, de maneira unânime, o entendimento de não se conhecer do apelo, quando as suas razões estiverem dissociadas do que a sentença decidiu, em face da ausência de motivação recursal e de ofensa ao princípio da congruência, conforme decisão que assim restou ementada:

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO DISSOCIADA DA SENTENÇA. PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO.

Não se conhece de apelação que discute matéria estranha ao fundamento da sentença, em observância ao princípio da congruência recursal.(TRF-5ª, 3ª Turma, AC 161528/PE, Relator Desembargador Federal Ridalvo Costa, in DJU 24/09/1999, p. 1371).

Conferir, ainda, os seguintes julgados desta mesma Casa: AC 156017-PB, Relator Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, j. 06/06/2000; AC 197973-RN, Relator Desembargador Federal Petrúcio Ferreira, j. 15/02/2000.

Outro não é o entendimento do Egrégio STJ, consoante aresto abaixo colacionado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTAÇÃO DISSOCIADA DO ACÓRDÃO RECORRIDO.

Se a prestação jurisdicional não corresponde ao pleiteado nas razões do apelo extremo, merecem provimento os embargos de declaração, com excepcionais efeitos infringentes, procedendo-se a uma nova apreciação do Recurso Especial.

O Recurso Especial está dissociado da matéria apreciada pelo Acórdão recorrido, restando insatisfeito o requisito de admissibilidade da regularidade formal do recurso, pois os fundamentos da decisão recorrida não foram impugnados. (STJ, EDREesp 201101/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, in DJU 02/05/2000, p. 133). (grifos acrescidos)

Assim, por não haver correlação entre os fundamentos da sentença e as razões da apelação, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso, com fulcro no art. 557 do Código de Processo Civil.

P.I.

Recife, 02 de julho de 2008.

RESUMO DOS PROCESSOS:

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL - 36

ACÓRDÃOS

EXPEDIENTE ACO/2008.000073 DA(O) DIVISÃO DA 2ª TURMA

HC - 3224/CE - 2008.05.00.035539-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal do Ceará (Privativa em Matéria Penal)
IMPTTE	:	MARIA ERBENIA RODRIGUES
IMPTDO	:	JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA) - PRIVATIVA EM MATÉRIA PENAL
PACTE	:	GENIGLEI ALVES DOS SANTOS

EMENTA

PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. INDÍCIOS DE CO-PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM DE DINHEIRO DO ATIVOS ILÍCITOS OBTIDOS COM O FURTO QUALIFICADO À CAIXA FORTE DO BANCO CENTRAL EM FORTALEZA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PRESENTES OS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MANUTENÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR.

1-Necessária a manutenção da prisão preventiva, porquanto está presente a real necessidade de garantia da ordem pública, diante de uma ação implementada por agentes em concurso que, de fato, demonstram alguma organização para o crime. custódia que atende ao requisito legal de se 'assegurar a aplicação penal', mormente quando noticiam os autos indícios de co-participação em organização criminosa.

2-Presentes os requisitos autorizadores da manutenção da prisão preventiva para garantir a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal. Inteligência do art. 312 CPP, ainda mais quando não se recomenda a concessão de liberdade provisória à paciente, neste momento em que a ação penal em curso no juízo cognoscitivo penal está na fase de interrogatório judicial das pessoas denunciadas, liberdade que acarretaria risco eminente à ordem pública e à própria instrução criminal.

3-A primariedade, os bons antecedentes e a ocupação lícita constituem circunstâncias que, isoladamente, não inviabilizam a custódia preventiva, quando fundada nos requisitos do art. 312 do CPP.

4-Ordem de 'Habeas Corpus' denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, DENEGAR A ORDEM DE 'HABEAS CORPUS', nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 1º de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

HC - 3235/AL - 2008.05.00.035893-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
IMPTTE	:	JOSÉ FERNANDO LIMA SOUZA
IMPTDO	:	JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DE ALAGOAS (ARAPIRACA) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS
PACTE	:	FRANCISCO CARLOS ALBUQUERQUE DOS SANTOS

EMENTA

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS PREVENTIVO E LIBERATÓRIO. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL E REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. CRIMES, EM TESE, DE FORMAÇÃO DE QUADRILHA E FRAUDE A LICITAÇÕES, EM CO-AUTORIA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE PREENCHE OS REQUISITOS DO ARTIGO 41 DO CPP. AUSENTES AS CAUSAS DE REJEIÇÃO ELECANDAS NO ARTIGO 43 DO CPP. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA SUJEITA À DILAÇÃO PROBATÓRIA. JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PENAL.

1-Narrando a denúncia fato que, em tese, constitui crime, desacolhe-se pedido de trancamento de Ação Penal, em sede de 'Habeas Corpus'.

2-Existindo suficiente descrição dos fatos e da imputação da autoria, e estando a denúncia em consonância com os requisitos elencados no artigo 41 do CPPB, e restando ausentes as causas de rejeição da denúncia elencadas no artigo 43 do CPPB, não há que se falar em inépcia da denúncia, que, por sua vez, foi recebida pelo magistrado de primeiro grau com base em indícios suficientes de autoria e materialidade delituosas.

3-A alegada demora na instrução criminal a ensejar a soltura do paciente pelo excesso de prazo na instrução criminal, que consubstanciaria constrangimento ilegal autorizador de ordem concessiva no presente writ, resta superado ante o recebimento da denúncia, bem como em face da realização do interrogatório do acusado e da designação da ouvida das testemunhas arroladas pela acusação e defesa (atual fase do processo).

4. A declaração de suspeição do magistrado, por motivo superveniente, não implica na nulidade dos atos anteriormente praticados no processo.

5.Presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva (prova de materialidade e indício suficiente de autoria), para garantir a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal. Inteligência do art. 312 CPP.

6-O argumento de que o paciente não teria participado das alegadas fraudes em licitações é matéria de mérito sujeita a instrução probatória, incabível em sede de 'Habeas Corpus', e que deverá ser examinada e julgada em foro próprio do Juízo cognoscitivo penal.

7-Ordem de 'habeas corpus' denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, DENEGAR A ORDEM DE HABEAS CORPUS, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 1º de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 339545/RN - 2003.84.00.005060-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competência Privativa em Matéria Penal e Exec. Penal)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	CLEZIMAR FERNANDES DA SILVA
ADV/PROC	:	ROBERTO MEDEIROS DOS SANTOS e outros
REMTE	:	Juízo Federal da 2a Vara do Rio Grande do Norte
EMBTE	:	UNIÃO

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO PARTICULAR E DA FAZENDA NACIONAL. IMPOSTO DE RENDA. HORAS EXTRAS PAGAS AOS EMPREGADOS DA PETROBRÁS. EMBARGOS DO PARTICULAR - INCONFORMISMO COM A DECISÃO PROFERIDA. NÍTIDO PROPÓSITO DE REAPRECIAÇÃO DO JULGADO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DA FAZENDA - OMISSÃO QUANTO À FIXAÇÃO DAS CUSTAS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FIXAÇÃO NOS TERMOS DA SENTENÇA.

I - A matéria, objeto dos presentes embargos, cuida da incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas pelos empregados da PETROBRÁS a título de horas extras.

II - O particular, em suas razões de embargos, requer sejam supridas as omissões quanto à natureza jurídica das verbas recebidas a título de horas extras pelos empregados da PETROBRÁS, em face da legislação federal, e sejam apreciados os dispositivos legais pertinentes à matéria para fins de prequestionamento.

III - A Fazenda Nacional opõe embargos de declaração a fim de que seja sanada a omissão quanto à condenação do autor/apelado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios nos termos do art. 20, §§1º e 3º do CPC.

IV - No tocante à omissão apontada pelo particular, é de se observar que a Turma expôs sua razão de decidir, de forma fundamentada, não estando obrigada a se pronunciar expressamente sobre cada dispositivo legal ou constitucional mencionado pela parte. Portanto, nesta hipótese, resta claro o nítido propósito de reapreciação do julgado, em face da ausência dos requisitos do art. 535 do CPC.

V - Na presente hipótese, assiste razão à Fazenda Nacional no tocante à omissão apontada, em face da ausência de manifestação no v. acórdão quanto à fixação dos honorários advocatícios.

VI - Visando tão-somente sanar a omissão apontada pela Fazenda Nacional, é de se manter honorários fixados na sentença em R$ 1.000,00 (hum mil reais), com fundamento no art. 20, §4º do CPC e as custas na forma da lei.

VII - Embargos do particular e da Fazenda Nacional conhecidos. Embargos do particular improvidos e Embargos da Fazenda Nacional parcialmente providos tão-só para sanar a omissão.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, conhecer dos embargos do particular e da Fazenda Nacional, para negar provimento aos embargos do particular e dar parcial provimento aos embargos da Fazenda Nacional, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 147900/AL - 98.05.43932-1/01

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	EDUARDO GOMES DA SILVEIRA e outros
ADV/PROC	:	JOSE ALBERTO DE ALBUQUERQUE PEREIRA
REMTE	:	JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE ALAGOAS (MACEIÓ) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS
EMBTE	:	FAZENDA NACIONAL

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE ABONO DE FÉRIAS E LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. INCONFORMISMO COM A DECISÃO PROFERIDA. NÍTIDO PROPÓSITO DE REAPRECIAÇÃO DO JULGADO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.

I - A matéria, objeto dos presentes embargos, trata da não incidência do imposto de renda sobre licença-prêmio, abono pecuniário de férias não gozadas e convertidas em pecúnia, em face da natureza indenizatória das referidas verbas.

II - A embargante requer seja suprida a omissão referente ao imposto de renda sobre as férias não gozadas por necessidade de serviço, em face do pedido da autora.

III - O Julgador não está circunscrito aos argumentos das partes, pois julga de acordo com seu livre convencimento, apreciando livremente as provas, a lei, a jurisprudência e a doutrina que entender pertinentes à matéria.

IV - A Turma expôs sua razão de decidir, de forma fundamentada, analisando as questões referidas nas razões da embargante, não estando obrigada a se pronunciar expressamente sobre cada dispositivo legal ou constitucional mencionado pelas partes.

V - Na hipótese, resta claro o nítido propósito de reapreciação do julgado, em face da ausência dos requisitos do art. 535 do CPC.

VI - Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 360100/RN - 2004.84.00.003128-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	JOSE WENDELL ALMEIDA MARINHO
ADV/PROC	:	JOÃO COSME DE MELO e outro
APDO	:	UNIÃO
EMBTE	:	UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MILITAR. 28,86%. OMISSÃO QUANTO À LIMITAÇÃO TEMPORAL. MP Nº. 2.215-10/01. RECONHECIMENTO. FIXAÇÃO DA BASE DE INCIDÊNCIA DO REAJUSTE. NECESSIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E PROVIDOS.

1. Os embargos de declaração constituem o meio específico de que dispõe a parte para escoimar a sentença ou acórdão de falhas que possam ser danosas para o cumprimento do julgado, tendo como finalidade completar a decisão omissa ou, ainda, aclará-la, dissipando assim obscuridades ou contradições.

2. Omissão do acórdão no tocante à fixação da limitação temporal imposta pela MP nº 2.215-10/01. Reconhecimento.

3. Omissão também existente quanto à base de incidência do reajuste. Incidência direta sobre o soldo e indireta sobre as parcelas que o tenham por base de cálculo. Precedente desta Corte.

4. Embargos de declaração conhecidos e providos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA DAR-LHES PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 367507/CE - 2004.81.00.007878-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	INDALECIO FERREIRA NUNES
ADV/PROC	:	KENNEDY FERREIRA LIMA
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)
EMBTE	:	UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MILITAR. 28,86%. OMISSÃO QUANTO À LIMITAÇÃO TEMPORAL. MP Nº. 2.215-10/01. RECONHECIMENTO. FIXAÇÃO DA BASE DE INCIDÊNCIA DO REAJUSTE. NECESSIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E PROVIDOS.

1. Os embargos de declaração constituem o meio específico de que dispõe a parte para escoimar a sentença ou acórdão de falhas que possam ser danosas para o cumprimento do julgado, tendo como finalidade completar a decisão omissa ou, ainda, aclará-la, dissipando assim obscuridades ou contradições.

2. Omissão do acórdão no tocante à fixação da limitação temporal imposta pela MP nº 2.215-10/01. Reconhecimento.

3. Omissão também existente quanto à base de incidência do reajuste. Incidência direta sobre o soldo e indireta sobre as parcelas que o tenham por base de cálculo. Precedente desta Corte.

4. Embargos de declaração conhecidos e providos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA DAR-LHES PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 362412/CE - 2003.81.00.026197-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	RFFSA - REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A em liquidação extrajudicial
ADV/PROC	:	FERNANDO ANTONIO ARAUJO
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	LUIZA MOREIRA SIQUEIRA
ADV/PROC	:	ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE
PART INT	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REMTE	:	JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)
EMBTE	:	UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. JUROS FIXADOS PELA SENTENÇA E EXPRESSAMENTE MANTIDOS PELO ACÓRDÃO EMBARGADO. OMISSÃO QUANTO À APRECIAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97. INEXISTÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO.

1. São incabíveis embargos de declaração utilizados com a indevida finalidade de instaurar nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada.

2. Juros fixados na sentença monocrática e mantidos pelo acórdão embargado na razão de 1% (um por cento) ao mês nos termos do art. 406 do CC/2002 c/c o art. 161, § 1º do CTN. Omissão quanto à apreciação do art. 1º - F da Lei nº 9.494/97. Inexistência. Reapreciação da matéria. Impossibilidade.

3. Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 382056/CE - 2003.81.00.026443-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	FRANCISCA MARIA MENEZES SARAIVA
ADV/PROC	:	ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE
APDO	:	UNIÃO
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A em liquidação extrajudicial
ADV/PROC	:	FERNANDO ANTONIO ARAUJO
EMBTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. EX-FERROVIÁRIA. REVISÃO DO BENEFÍCIO. PENSÃO POR MORTE. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

1. Os Embargos de Declaração constituem o meio específico de que dispõe a parte para escoimar a sentença ou acórdão de falhas que possam ser danosas para o cumprimento do julgado, tendo como finalidade completar a decisão omissa ou, ainda, aclará-la, dissipando assim obscuridades ou contradições.

2. Inexistência de qualquer omissão no acórdão embargado. Apreciação da matéria pela E. 2ª Turma, inclusive, com pronunciamento expresso sobre a aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91.

3. Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 389138/PB - 2004.82.00.007357-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
ORIGEM	:	3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
APDO	:	LÍDIA GOMES FIGUEIRÊDO e outro
ADV/PROC	:	JOSE RAMOS DA SILVA e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS
EMBTE	:	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. GDATA. EXTENSÃO AOS INATIVOS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

1. São incabíveis embargos de declaração utilizados com a indevida finalidade de instaurar nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada. Omissão inexistente.

2. O juiz, ao proferir a decisão, não está obrigado a examinar todos os fundamentos de fato e de direito trazidos para discussão, podendo conferir aos fatos qualificação jurídica diversa da atribuída, seja pelo autor, seja pelo réu.

3. Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 348707/RN - 2003.84.00.013029-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	SEVERINO DUDA DE LIMA
REPTE	:	MARIA DO SOCORRO ALVES LIMA
ADV/PROC	:	ANDRE BARBALHO TORRES
APDO	:	UNIÃO
EMBTE	:	UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. EXISTÊNCIA. NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO. EX-COMBATENTE. PENSÃO. CUMULAÇÃO COM PROVENTOS DA REFORMA. PREQUESTIONAMENTO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. Existência de erro material no acórdão no tocante à expressão "à unanimidade". Julgamento proferido pela E. 2ª Turma que deu-se por maioria, vencido o Des. Federal José Baptista de Almeida Filho, conforme se depreende da certidão de fls. 137 e das notas taquigráficas de fls. 138/139. Retificação. Necessidade.

2. Inexistência das omissões apontadas. Rediscussão de matéria. Impossibilidade.

3. Embargos de Declaração conhecidos e parcialmente providos, tão somente para correção do erro material no acórdão de forma a ficar em conformidade com a certidão de fls. 137 e as notas taquigráficas de fls. 138/139 dos autos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, DANDO-LHES PARCIAL PROVIMENTO APENAS PARA CORREÇÃO DO ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 401441/CE - 2004.81.00.019480-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	LEOCACIO VENICIUS SOUSA BARROSO e outros
ADV/PROC	:	JORGE LUIZ PORTELA MACÊDO e outros
APDO	:	UNIÃO
EMBTE	:	LEOCACIO VENICIUS SOUSA BARROSO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS. CORREÇÃO DAS TABELAS DE MÉDICOS E HOSPITAIS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

1. São incabíveis embargos de declaração utilizados com a indevida finalidade de instaurar nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada. Omissão inexistente.

2. Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 377989/RN - 2005.84.00.000282-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	RENE TARGINO MOREIRA e outros
ADV/PROC	:	PAULO DE SOUZA COUTINHO FILHO e outro
APDO	:	UNIÃO e outro
EMBTE	:	UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PERCENTUAL DE JUROS JÁ FIXADO PELO ACÓRDÃO EMBARGADO. OMISSÃO QUANTO À APRECIAÇÃO EXPRESSA DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97. INEXISTÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO.

1. São incabíveis embargos de declaração utilizados com a indevida finalidade de instaurar nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada.

2. Juros fixados pelo acórdão embargado na razão de 1% (um por cento) ao mês nos termos do art. 406 do CC/2002 c/c o art. 161, § 1º do CTN. Omissão quanto à apreciação do art. 1º - F da Lei nº 9.494/97. Inexistência. Reapreciação da matéria. Impossibilidade.

3. Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 401287/PE - 2005.83.00.010079-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE	:	INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARIA GERUSA FERREIRA DUARTE e outros
ADV/PROC	:	RICARDO ARAÚJO MATUTINO e outro
EMBTE	:	INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. GDARA. EXTENSÃO AOS INATIVOS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

1. São incabíveis embargos de declaração utilizados com a indevida finalidade de instaurar nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada.

2. Hipótese em que não se trata de omissão do julgado, mas do entendimento da Turma julgadora ao analisar o caso dos autos.

3. Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 405803/PE - 2003.83.00.021980-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE	:	LIGIA GUEDES DUEIRE DA COSTA e outro
ADV/PROC	:	BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA e outro
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	OS MESMOS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE) - ESPECIALIZADA EM NATURALIZAÇÃO
EMBTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

1. Os Embargos de Declaração constituem o meio específico de que dispõe a parte para escoimar a sentença ou acórdão de falhas que possam ser danosas para o cumprimento do julgado, tendo como finalidade completar a decisão omissa ou, ainda, aclará-la, dissipando assim obscuridades ou contradições.

2. Inexistência de qualquer omissão no acórdão embargado. Apreciação da matéria pela E. 2ª Turma, inclusive, com pronunciamento expresso sobre a aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91.

3. Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 348920/RN - 2001.84.00.010978-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	JESSICA VILA MAIOR PIMENTA GURGEL
ADV/PROC	:	ANGELO EUGENIO COUTO SILVEIRA
APDO	:	UNIÃO
EMBTE	:	AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. PERCEPÇÃO DURANTE A LICENÇA-GESTANTE. OMISSÃO QUANTO À SUCUMBÊNCIA NA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. OMISSÃO QUANTO AOS JUROS DE MORA. RECONHECIMENTO. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97. JUROS À RAZÃO DE 0,5% AO MÊS. EMBARGOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. São incabíveis embargos de declaração utilizados com a indevida finalidade de instaurar nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada.

2. Honorários de advogado. Ausência de condenação proporcional a justificar a sucumbência recíproca. Verba honorária fixada quando da inversão do ônus da sucumbência. Omissão do acórdão embargado neste tocante. Inexistência.

3. Juros não fixados pela decisão embargada. Omissão. Reconhecimento. Verba remuneratória devida à servidora pública. Juros à razão de 0,5% ao mês.

4. Embargos conhecidos e parcialmente providos tão somente para fixar os juros de mora à razão de 0,5% ao mês, a contar da citação, nos termos do art. 1º - F da Lei nº 9.494/97.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO tão somente para reconhecer a omissão da decisão quanto aos juros e fixá-los à razão de 0,5% ao mês, a contar da citação, nos termos do art. 1º - F da Lei nº 9.494/97, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 420478/PB - 2003.82.01.006547-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ZULMIRA HOLANDA ROLIM
ADV/PROC	:	CARLOS ROBERTO PEREIRA DE SOUSA
EMBTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APOSENTADORIA RURAL. DATA DE INÍCIO DE BENEFÍCIO. PRONUNCIAMENTO NA DECISÃO SINGULAR. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Há de se observar que não assiste razão ao embargante quanto à omissão alegada, tendo em vista constar na decisão singular o pronunciamento, explicitamente, sobre a data de inicio do benefício.

2. Embargos conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

REOAC - 396956/PE - 2002.83.00.011567-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	6ª Vara Federal de Pernambuco
PARTE A	:	MARIA DAS GRAÇAS DE MORAES DANTAS
ADV/PROC	:	ROBERTO GILSON RAIMUNDO FILHO
PARTE R	:	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
REMTE	:	JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)
EMBTE	:	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. TEMPO DE SERVIÇO. SERVIDOR PÚBLICO. JUROS DE MORA. MP 2180-35/01. ART. 1º-F DA LEI 9.494/97. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Constatado no Voto embargado que a matéria referente aos juros de mora já foi analisada não há como identificar-se a apontada omissão.

2. Acórdão embargado que, ao julgar improvida a remessa oficial, manteve o percentual de juros de mora fixados pela sentença. Omissão. Inexistência.

3. Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, conhecer e negar provimento as embargos, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 1º de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 420922/PE - 2004.83.00.006699-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	R M REFEIÇÕES LIMITADA
EMBTE	:	FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PIS/CONFIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. TENTATIVA DE REAPRECIAÇÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Constatando-se que a Egrégia 2ª Turma analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e ainda, em consonância com a jurisprudência do STF e STJ e o final, concluiu por manter a decisão singular que extinguiu a execução fiscal onde se objetivou a cobrança de valores a título de PIS e/ou COFINS com base no art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, não há que se falar em omissão no presente julgado.

2. Na verdade, sob o pretexto de omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda a reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração.

3. Embargos de Declaração conhecidos e improvidos

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 412754/PE - 2004.83.00.003047-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	CPM CONSULTORIA PROJETOS E MANUTENÇÃO ELÉTRICA LTDA ME
EMBTE	:	FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PIS/CONFIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. TENTATIVA DE REAPRECIAÇÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Constatando-se que a Egrégia 2ª Turma analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e ainda, em consonância com a jurisprudência do STF e STJ e o final, concluiu por manter a decisão singular que extinguiu a execução fiscal onde se objetivou a cobrança de valores a título de PIS e/ou COFINS com base no art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, não há que se falar em omissão no presente julgado.

2. Na verdade, sob o pretexto de omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda a reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração.

3. Embargos de Declaração conhecidos e improvidos

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AMS - 50692/CE - 95.05.23866-5/02

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	EMPESCA S/A - CONSTRUCOES NAVAIS PESCA E EXP/
ADV/PROC	:	RAUL MANOEL LIMA CAVALCANTI e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)
EMBTE	:	EMPESCA S/A - CONSTRUCOES NAVAIS PESCA E EXP/

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO (DL 491/69). AUSÊNCIA DE OMISSÃO NA ANÁLISE DA MATÉRIA. INCONFORMISMO COM A DECISÃO PROFERIDA. NÍTIDO PROPÓSITO DE REAPRECIAÇÃO DO JULGADO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC.

I - A matéria, objeto dos presentes embargos, trata da extinção do crédito-prêmio de IPI previsto no Decreto-lei 491/69.

II - A embargante requer o pronunciamento acerca da vigência do crédito-prêmio de IPI em face da redação dada pela Resolução Senatorial nº 71/05, sob o argumento de que a resolução revigorou o benefício fiscal previsto no Decreto-lei 491/69.

III - Os embargos de declaração só terão lugar quando houver na sentença ou acórdão obscuridade, contradição ou quando se tiver omitido algum ponto sobre que deveria levar em consideração, conforme prevê o art. 535 do Código de Processo Civil.

IV - O Julgador não está circunscrito aos argumentos das partes, pois julga de acordo com seu livre convencimento, apreciando livremente as provas, a lei, a jurisprudência e a doutrina que entender pertinentes à matéria.

V - A Turma expôs sua razão de decidir, de forma fundamentada, não estando obrigada a se pronunciar expressamente sobre cada dispositivo legal ou constitucional mencionado pelas partes.

VI - Na hipótese, resta claro o nítido propósito de reapreciação do julgado, em face da ausência dos requisitos do art. 535 do CPC.

VII - Embargos conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 432025/RN - 2007.84.00.001222-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	MARIA RAQUEL DOS SANTOS e outros
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	OS MESMOS
EMBTE	:	MARIA RAQUEL DOS SANTOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE OS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA POR FORÇA DA LEI Nº 9.678/98, QUE INSTITUIU A GED. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPRESTABILIDADE PARA REEXAME DO JULGADO.

1 - Objetiva o prequestionamento de dispositivos legais evitar que, quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, seja enfrentada questão não ventilada no acórdão recorrido.

2 - Na hipótese, constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e, ao final, concluiu por limitar o pagamento dos atrasados relativos ao percentual de 3,17% até a Lei nº 9.678/98 que instituiu a gratificação denominada GED, ao entendimento de que concessão da aludida gratificação reestruturou a carreira dos servidores da Universidade, não há que se falar em omissão no presente julgado.

3 - Na verdade, e diante das razões dos embargos, sob o pretexto de prequestionamento e omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração, que não se prestam à modificação do que foi sobejamente decidido.

4 - Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AGTR - 80954/SE - 2007.05.99.002175-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Nossa Senhora das Dores - SE
AGRVTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRVDO	:	CLINICA NOSSA SENHORA AUXILIADORA LTDA
EMBTE	:	FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. TRAMITAÇÃO NA JUSTIÇA ESTADUAL. PAGAMENTO DE CUSTAS PELA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL. POSSIBILIDADE. LEI Nº 9.289/96, ART. 1º, §1º. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. TENTATIVA DE REAPRECIAÇÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.

Os embargos de declaração destinam-se ao esclarecimento ou integração do julgado, em casos de obscuridade, contradição ou omissão (art. 535 do CPC). Assim, na análise de recurso dessa espécie, deve o julgador ater-se tão- somente à apreciação de eventual existência de tais vícios no decisum impugnado

Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem o inconformismo da embargante com o teor do decisum, pretendendo rediscutir matérias já apreciadas e decididas, sem efetivamente demonstrar a ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade.

Inexistentes, pois, in casu, os vícios que caracterizam os pressupostos legais de manejo dos embargos de declaração.

Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 431936/RN - 2007.84.00.005507-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	DOGMAR BARBALHO AZEVEDO e outros
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
EMBTE	:	DOGMAR BARBALHO AZEVEDO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE OS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA POR FORÇA DA LEI Nº 9.678/98, QUE INSTITUIU A GED. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPRESTABILIDADE PARA REEXAME DO JULGADO.

1 - Objetiva o prequestionamento de dispositivos legais evitar que, quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, seja enfrentada questão não ventilada no acórdão recorrido.

2 - Na hipótese, constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e, ao final, concluiu por limitar o pagamento dos atrasados relativos ao percentual de 3,17% até a Lei nº 9.678/98 que instituiu a gratificação denominada GED, ao entendimento de que

concessão da aludida gratificação reestruturou a carreira dos servidores da Universidade, não há que se falar em omissão no presente julgado.

3 - Na verdade, e diante das razões dos embargos, sob o pretexto de prequestionamento e omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração, que não se prestam à modificação do que foi sobejamente decidido.

4 - Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 430385/RN - 2007.84.00.004624-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	FRANCISCA LUCIA DE ARAUJO COUTINHO e outros
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
RECTE AD	:	FRANCISCA LUCIA DE ARAUJO COUTINHO e outros
EMBTE	:	FRANCISCA LUCIA DE ARAUJO COUTINHO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE OS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA POR FORÇA DA LEI Nº 9.678/98, QUE INSTITUIU A GED. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPRESTABILIDADE PARA REEXAME DO JULGADO.

1 - Objetiva o prequestionamento de dispositivos legais evitar que, quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, seja enfrentada questão não ventilada no acórdão recorrido.

2 - Na hipótese, constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e, ao final, concluiu por limitar o pagamento dos atrasados relativos ao percentual de 3,17% até a Lei nº 9.678/98 que instituiu a gratificação denominada GED, ao entendimento de que concessão da aludida gratificação reestruturou a carreira dos servidores da Universidade, não há que se falar em omissão no presente julgado.

3 - Na verdade, e diante das razões dos embargos, sob o pretexto de prequestionamento e omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração, que não se prestam à modificação do que foi sobejamente decidido.

4 - Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 430311/RN - 2007.84.00.002836-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARCINO DIAS DE OLIVEIRA JUNIOR e outros
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
RECTE AD	:	MARCINO DIAS DE OLIVEIRA JUNIOR e outros
EMBTE	:	MARCINO DIAS DE OLIVEIRA JUNIOR

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE OS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA POR FORÇA DA LEI Nº 9.678/98, QUE INSTITUIU A GED. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPRESTABILIDADE PARA REEXAME DO JULGADO.

1 - Objetiva o prequestionamento de dispositivos legais evitar que, quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, seja enfrentada questão não ventilada no acórdão recorrido.

2 - Na hipótese, constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e, ao final, concluiu por limitar o pagamento dos atrasados relativos ao percentual de 3,17% até a Lei nº 9.678/98 que instituiu a gratificação denominada GED, ao entendimento de que concessão da aludida gratificação reestruturou a carreira dos servidores da Universidade, não há que se falar em omissão no presente julgado.

3 - Na verdade, e diante das razões dos embargos, sob o pretexto de prequestionamento e omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração, que não se prestam à modificação do que foi sobejamente decidido.

4 - Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 428334/RN - 2007.84.00.001367-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	JOAZ SANTANA PRAXEDES
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
RECTE AD	:	JOAZ SANTANA PRAXEDES
EMBTE	:	JOAZ SANTANA PRAXEDES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE OS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA POR FORÇA DA LEI Nº 9.678/98, QUE INSTITUIU A GED. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPRESTABILIDADE PARA REEXAME DO JULGADO.

1 - Objetiva o prequestionamento de dispositivos legais evitar que, quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, seja enfrentada questão não ventilada no acórdão recorrido.

2 - Na hipótese, constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e, ao final, concluiu por limitar o pagamento dos atrasados relativos ao percentual de 3,17% até a Lei nº 9.678/98 que instituiu a gratificação denominada GED, ao entendimento de que concessão da aludida gratificação reestruturou a carreira dos servidores da Universidade, não há que se falar em omissão no presente julgado.

3 - Na verdade, e diante das razões dos embargos, sob o pretexto de prequestionamento e omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração, que não se prestam à modificação do que foi sobejamente decidido.

4 - Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 429710/RN - 2007.84.00.002414-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Cumulativa c/ I e II JEF)
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ADÉLIA ALICE DE MEDEIROS e outros
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
EMBTE	:	ADÉLIA ALICE DE MEDEIROS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE OS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA POR FORÇA DA LEI Nº 9.678/98, QUE INSTITUIU A GED. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPRESTABILIDADE PARA REEXAME DO JULGADO.

1 - Objetiva o prequestionamento de dispositivos legais evitar que, quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, seja enfrentada questão não ventilada no acórdão recorrido.

2 - Na hipótese, constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e, ao final, concluiu por limitar o pagamento dos atrasados relativos ao percentual de 3,17% até a Lei nº 9.678/98 que instituiu a gratificação denominada GED, ao entendimento de que concessão da aludida gratificação reestruturou a carreira dos servidores da Universidade, não há que se falar em omissão no presente julgado.

3 - Na verdade, e diante das razões dos embargos, sob o pretexto de prequestionamento e omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração, que não se prestam à modificação do que foi sobejamente decidido.

4 - Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 429768/RN - 2007.84.00.002885-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARIA DAS GRAÇAS CAVALCANTI DE OLIVEIRA e outros
ADV/PROC	:	JOAO HELDER DANTAS CAVALCANTI e outro
EMBTE	:	MARIA DAS GRAÇAS CAVALCANTI DE OLIVEIRA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE OS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA POR FORÇA DA LEI Nº 9.678/98, QUE INSTITUIU A GED. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPRESTABILIDADE PARA REEXAME DO JULGADO.

1 - Objetiva o prequestionamento de dispositivos legais evitar que, quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, seja enfrentada questão não ventilada no acórdão recorrido.

2 - Na hipótese, constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e, ao final, concluiu por limitar o pagamento dos atrasados relativos ao percentual de 3,17% até a Lei nº 9.678/98 que instituiu a gratificação denominada GED, ao entendimento de que concessão da aludida gratificação reestruturou a carreira dos servidores da Universidade, não há que se falar em omissão no presente julgado.

3 - Na verdade, e diante das razões dos embargos, sob o pretexto de prequestionamento e omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração, que não se prestam à modificação do que foi sobejamente decidido.

4 - Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 426985/RN - 2006.84.00.001721-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	FRANCISCO DAS CHAGAS MOTA e outros
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
EMBTE	:	FRANCISCO DAS CHAGAS MOTA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE OS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA POR FORÇA DA LEI Nº 9.678/98, QUE INSTITUIU A GED. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPRESTABILIDADE PARA REEXAME DO JULGADO.

1 - Objetiva o prequestionamento de dispositivos legais evitar que, quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, seja enfrentada questão não ventilada no acórdão recorrido.

2 - Na hipótese, constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e, ao final, concluiu por limitar o pagamento dos atrasados relativos ao percentual de 3,17% até a Lei nº 9.678/98 que instituiu a gratificação denominada GED, ao entendimento de que concessão da aludida gratificação reestruturou a carreira dos servidores da Universidade, não há que se falar em omissão no presente julgado.

3 - Na verdade, e diante das razões dos embargos, sob o pretexto de prequestionamento e omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração, que não se prestam à modificação do que foi sobejamente decidido.

4 - Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 431389/RN - 2007.84.00.001564-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	IVETE GUEDES DE MELO
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
EMBTE	:	IVETE GUEDES DE MELO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE OS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA POR FORÇA DA LEI Nº 9.678/98, QUE INSTITUIU A GED. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPRESTABILIDADE PARA REEXAME DO JULGADO.

1 - Objetiva o prequestionamento de dispositivos legais evitar que, quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, seja enfrentada questão não ventilada no acórdão recorrido.

2 - Na hipótese, constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e, ao final, concluiu por limitar o pagamento dos atrasados relativos ao percentual de 3,17% até a Lei nº 9.678/98 que instituiu a gratificação denominada GED, ao entendimento de que concessão da aludida gratificação reestruturou a carreira dos servidores da Universidade, não há que se falar em omissão no presente julgado.

3 - Na verdade, e diante das razões dos embargos, sob o pretexto de prequestionamento e omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração, que não se prestam à modificação do que foi sobejamente decidido.

4 - Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 429764/RN - 2007.84.00.001146-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
RECTE AD	:	ANTONIO SOUZA DE ARAUJO e outros
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
APDO	:	OS MESMOS
EMBTE	:	ANTONIO SOUZA DE ARAUJO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE OS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA POR FORÇA DA LEI Nº 9.678/98, QUE INSTITUIU A GED. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPRESTABILIDADE PARA REEXAME DO JULGADO.

1 - Objetiva o prequestionamento de dispositivos legais evitar que, quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, seja enfrentada questão não ventilada no acórdão recorrido.

2 - Na hipótese, constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e, ao final, concluiu por limitar o pagamento dos atrasados relativos ao percentual de 3,17% até a Lei nº 9.678/98 que instituiu a gratificação denominada GED, ao entendimento de que concessão da aludida gratificação reestruturou a carreira dos servidores da Universidade, não há que se falar em omissão no presente julgado.

3 - Na verdade, e diante das razões dos embargos, sob o pretexto de prequestionamento e omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração, que não se prestam à modificação do que foi sobejamente decidido.

4 - Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 426836/RN - 2006.84.00.008321-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	JOMARIA MATA DE LIMA ALLOUFA e outro
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
RECTE AD	:	JOMARIA MATA DE LIMA ALLOUFA e outro
EMBTE	:	JOMARIA MATA DE LIMA ALLOUFA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE OS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA POR FORÇA DA LEI Nº 9.678/98, QUE INSTITUIU A GED. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPRESTABILIDADE PARA REEXAME DO JULGADO.

1 - Objetiva o prequestionamento de dispositivos legais evitar que, quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, seja enfrentada questão não ventilada no acórdão recorrido.

2 - Na hipótese, constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e, ao final, concluiu por limitar o pagamento dos atrasados relativos ao percentual de 3,17% até a Lei nº 9.678/98 que instituiu a gratificação denominada GED, ao entendimento de que concessão da aludida gratificação reestruturou a carreira dos servidores da Universidade, não há que se falar em omissão no presente julgado.

3 - Na verdade, e diante das razões dos embargos, sob o pretexto de prequestionamento e omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração, que não se prestam à modificação do que foi sobejamente decidido.

4 - Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 425533/RN - 2006.84.00.002217-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	IVONETE DE FREITAS CADENGUE
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
EMBTE	:	IVONETE DE FREITAS CADENGUE

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE OS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA POR FORÇA DA LEI Nº 9.678/98, QUE INSTITUIU A GED. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPRESTABILIDADE PARA REEXAME DO JULGADO.

1 - Objetiva o prequestionamento de dispositivos legais evitar que, quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, seja enfrentada questão não ventilada no acórdão recorrido.

2 - Na hipótese, constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e, ao final, concluiu por limitar o pagamento dos atrasados relativos ao percentual de 3,17% até a Lei nº 9.678/98 que instituiu a gratificação denominada GED, ao entendimento de que concessão da aludida gratificação reestruturou a carreira dos servidores da Universidade, não há que se falar em omissão no presente julgado.

3 - Na verdade, e diante das razões dos embargos, sob o pretexto de prequestionamento e omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração, que não se prestam à modificação do que foi sobejamente decidido.

4 - Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 425422/RN - 2006.84.00.005429-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	WANI FERNANDES PEREIRA e outros
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
RECTE AD	:	WANI FERNANDES PEREIRA e outros
EMBTE	:	WANI FERNANDES PEREIRA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE OS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA

POR FORÇA DA LEI Nº 9.678/98, QUE INSTITUIU A GED. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPRESTABILIDADE PARA REEXAME DO JULGADO.

1 - Objetiva o prequestionamento de dispositivos legais evitar que, quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, seja enfrentada questão não ventilada no acórdão recorrido.

2 - Na hipótese, constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e, ao final, concluiu por limitar o pagamento dos atrasados relativos ao percentual de 3,17% até a Lei nº 9.678/98 que instituiu a gratificação denominada GED, ao entendimento de que concessão da aludida gratificação reestruturou a carreira dos servidores da Universidade, não há que se falar em omissão no presente julgado.

3 - Na verdade, e diante das razões dos embargos, sob o pretexto de prequestionamento e omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração, que não se prestam à modificação do que foi sobejamente decidido.

4 - Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 431535/RN - 2007.84.00.000068-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARIA JOANA D'ARC SILVEIRA DE MEDEIROS e outros
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
RECTE AD	:	MARIA JOANA D'ARC SILVEIRA DE MEDEIROS
EMBTE	:	MARIA JOANA D'ARC SILVEIRA DE MEDEIROS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE OS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA POR FORÇA DA LEI Nº 9.678/98, QUE INSTITUIU A GED. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPRESTABILIDADE PARA REEXAME DO JULGADO.

1 - Objetiva o prequestionamento de dispositivos legais evitar que, quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, seja enfrentada questão não ventilada no acórdão recorrido.

2 - Na hipótese, constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e, ao final, concluiu por limitar o pagamento dos atrasados relativos ao percentual de 3,17% até a Lei nº 9.678/98 que instituiu a gratificação denominada GED, ao entendimento de que concessão da aludida gratificação reestruturou a carreira dos servidores da Universidade, não há que se falar em omissão no presente julgado.

3 - Na verdade, e diante das razões dos embargos, sob o pretexto de prequestionamento e omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração, que não se prestam à modificação do que foi sobejamente decidido.

4 - Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 425220/RN - 2006.84.00.008663-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ZILAH MESQUITA GALVAO
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
RECTE AD	:	ZILAH MESQUITA GALVAO
EMBTE	:	ZILAH MESQUITA GALVAO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE OS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA POR FORÇA DA LEI Nº 9.678/98, QUE INSTITUIU A GED. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPRESTABILIDADE PARA REEXAME DO JULGADO.

1 - Objetiva o prequestionamento de dispositivos legais evitar que, quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, seja enfrentada questão não ventilada no acórdão recorrido.

2 - Na hipótese, constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e, ao final, concluiu por limitar o pagamento dos atrasados relativos ao percentual de 3,17% até a Lei nº 9.678/98 que instituiu a gratificação denominada GED, ao entendimento de que concessão da aludida gratificação reestruturou a carreira dos servidores da Universidade, não há que se falar em omissão no presente julgado.

3 - Na verdade, e diante das razões dos embargos, sob o pretexto de prequestionamento e omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração, que não se prestam à modificação do que foi sobejamente decidido.

4 - Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 429072/RN - 2007.84.00.002332-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	IVANILDA PINHEIRO DA COSTA
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
RECTE AD	:	IVANILDA PINHEIRO DA COSTA
EMBTE	:	IVANILDA PINHEIRO DA COSTA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE OS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA POR FORÇA DA LEI Nº 9.678/98, QUE INSTITUIU A GED. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPRESTABILIDADE PARA REEXAME DO JULGADO.

1 - Objetiva o prequestionamento de dispositivos legais evitar que, quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, seja enfrentada questão não ventilada no acórdão recorrido.

2 - Na hipótese, constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão de acordo com a legislação de regência e, ao final, concluiu por limitar o pagamento dos atrasados relativos ao percentual de 3,17% até a Lei nº 9.678/98 que instituiu a gratificação denominada GED, ao entendimento de que concessão da aludida gratificação reestruturou a carreira dos servidores da Universidade, não há que se falar em omissão no presente julgado.

3 - Na verdade, e diante das razões dos embargos, sob o pretexto de prequestionamento e omissão, pretende a Embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação da matéria, o que não se admite em sede de Embargos de Declaração, que não se prestam à modificação do que foi sobejamente decidido.

4 - Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

REOMS - 58071/PB - 97.05.02896-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
PARTE A	:	REFRINOR - REFRIGERANTES DO NORDESTE S/A
ADV/PROC	:	JOSÉ HENRIQUE WANDERLEY FILHO e outros
PARTE R	:	FAZENDA NACIONAL
REMTE	:	JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IPI. ZONA FRANCA DE MANAUS. INCENTIVOS FISCAIS. PRESENÇA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. PROVIMENTO DOS EMBARGOS PARA SANAR A OMISSÃO.

1. Cuida a hipótese de embargos de declaração opostos ao acórdão de fls. 113, onde a Turma, à unanimidade de votos, conheceu e deu provimento aos embargos da REFRINOR, para sanar a contradição existente entre voto, notas taquigráficas e acórdão, declarando o direito à isenção do IPI sobre matéria prima adquirida na Zona Franca de Manaus e, assim, negar provimento à remessa oficial.

2. A embargante requer seja suprida a omissão do v. acórdão que, embora tenha negado provimento à remessa oficial, deixou de apreciar o mérito da demanda, cujo pedido era de reconhecimento do crédito de IPI oriundo de aquisição de produto isento adquirido na Zona Franca de Manaus, para efeitos de prequestionamento.

3. Observe-se que o art. 9º, do Decreto-lei 288/67 preserva a Zona Franca de Manaus como área de livre comércio estendendo a ela os benefícios fiscais presentes nas exportações ao estrangeiro, portanto, para efeitos fiscais, a exportação de mercadoria destinadas àquela área equivale a uma exportação de produto brasileiro para o estrangeiro.

3. O disposto no art. 40 do ADCT assegura o conjunto de incentivos concedidos à Zona Franca de Manaus, com suas características de área livre do comércio, de exportação, importação e de incentivos fiscais, pelo prazo de 25 anos, a partir da promulgação da Constituição.

4. Reconhecimento do direito à isenção no tocante ao IPI em face dos benefícios concedidos à Zona Franca de Manaus, nos termos em que deferido na sentença.

5. Embargos conhecidos e providos, para sanar a omissão.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, conhecer e dar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AGTR - 81212/PE - 2007.05.00.057582-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
AGRDO	:	FAZENDA TAMBOATA S/A

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGTR. SENTENÇA PROFERIDA NA PRIMEIRA INSTÂNCIA. PERDA DE OBJETO.

1. A prolação de sentença na Primeira Instância, antes do julgamento do mérito do AGTR, acarreta a perda do objeto deste, de vez que o seu julgamento não produzirá repercussão no processo originário.

2. Quando o Juízo "a quo" profere a sentença, a anterior decisão interlocutória, em regra, perde os seus efeitos, inexistindo, portanto, qualquer interesse/utilidade no conhecimento do AGTR interposto contra referida decisão.

3. Agravo de Instrumento extinto.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, extinguir o agravo de instrumento, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01.07.08

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AGTR - 81709/PE - 2007.05.00.067330-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	DJANIRA ALCANTARA DA SILVA
ADV/PROC	:	LORENITA APARECIDA GOMES ANTUNES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGTR.PENHORA POR MEIO ELETRÔNICO (ON LINE). ART. 185-A DO CTN. REDAÇÃO DA LC 118/05. REQUISITOS.OBSERVÂNCIA. AGTR PROVIDO.

1. A decretação da indisponibilidade de bens e direitos pelo Magistrado, por meio eletrônico (penhora on-line) depende do preenchimento de três requisitos: (a) o devedor ser devidamente citado;(b) não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal; e (c) não serem encontrados bens penhoráveis (art. 185-A do CTN).

2. Hipótese em que estão presentes os requisitos estabelecidos no art. 185-A do CTN, não havendo necessidade de demonstração, pelo credor, de que tenha exaurido a pesquisa sobre a existência de outros bens passíveis de penhora.

3. Agravo de Instrumento a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, dar provimento ao agravo, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01.07.08

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AGTR - 82200/SE - 2007.05.00.071860-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	6ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	ERICSON ANDRADE OLIVEIRA
AGRDO	:	JOSE JORGE SANTOS
PARTE R	:	LOJAS ARROJADO FILHO LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PEDIDO DE BLOQUEIO DE COTAS PERTENCENTES AO SÓCIO DA EMPRESA EXECUTADA. IMPOSSIBILIDADE, ANTE A AUSÊNCIA DE SUA CITAÇÃO.

1. Objetiva-se no presente agravo a atribuição de efeito suspensivo a decisão singular que indeferiu o pedido de bloqueio de bens do devedor, sob o fundamento de não existir elementos suficientes que possam identificar tanto o bem passível de constrição, como sua localização ou situação jurídica.

2. Não obstante tenha a agravante requerido a penhora das cotas sociais pertencentes ao Sr. Ericson Andrade de Oliveira e comprovado a existência de referidas cotas, através de Certidão fornecida pela Junta Comercial, não há como se proceder à penhora, porquanto não citado o referido sócio.

3. Não sendo objeto de apreciação, na decisão agravada, os pedidos de: citação dos sócios e conversão em renda dos valores bloqueados, através do sistema BACEN-JUD, deixo de conhecê-los.

4. Agravo de instrumento improvido e prejudicado o pedido de reconsideração.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, negar provimento ao agravo e julgar prejudicado o pedido de reconsideração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01.07.08

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AGTR - 84944/PE - 2007.05.00.098381-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Questões Agrárias)
AGRTE	:	CFN - CIA/ FERROVIARIA DO NORDESTE
ADV/PROC	:	MICHELE MOTA LINS e outro
AGRDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. CRITÉRIO DO JUIZ.

Entendendo o Julgador de Primeiro Grau que as provas acostadas aos autos são suficientes para formar o seu convencimento, aplicável é o dispositivo normativo, art. 130 do CPC. Não há, portanto, no indeferimento do pedido, indigitada ofensa aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Nego provimento ao agravo de instrumento e julgo prejudicado agravo regimental.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento e julgar prejudicado o agravo regimental, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01.07.08

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AGTR - 85114/PE - 2007.05.00.104147-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	SUPERMERCADO MAFESA LTDA ME

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA. CRITÉRIO TERRITORIAL. DECLINAÇÃO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão proferida em execução fiscal que reconheceu a incompetência do juízo para conhecê-la e julgá-la.

2. Nesse caso, por ser execução fiscal, a fixação da competência atenta para critérios territoriais, sendo portanto competência relativa, cuja prorrogação só poderá ocorrer se não oposta exceção de incompetência.

3. Reforma da decisão agravada que declarou a incompetência "ex-officio".

4. Agravo de instrumento provido.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 29 de abril de 2008.

DES. FEDERAL CARLOS REBÊLO JÚNIOR (Convocado)

RELATOR

AGTR - 87545/RN - 2008.05.00.022996-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	DARLAN ASCENDINO CARLOS DA SILVA
ADV/PROC	:	LEONARDO PEREIRA GUEDES

EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCURSO PÚBLICO. POSSE EM LOCAL QUE ATENDE AOS INTERESSES DA ADMINISTRAÇÃO. REMOÇÃO. LEI 8.112/90.

1. Ausente os requisitos legais previstos no parágrafo único do art. 36, da Lei nº 8.112/90, para fins de remoção de servidor, deve este ser mantido no local que atenda aos interesses da Administração.

2. Agravo de Instrumento provido.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, deu provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 1º.07.2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AMS - 98143/PB - 2006.82.01.004467-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	4ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	CLEBER VEIGA DE FREITAS
ADV/PROC	:	AMILTON DE FRANCA
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. ADMINISTRATIVO. ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO QUE ATINGIU A MAIORIDADE. MANUTENÇÃO DO BENEFÍCIO ATÉ O LIMITE DE 24 (VINTE E QUATRO) ANOS DE IDADE COMO SENDO SUFICIENTE À CONCLUSÃO DO CURSO SUPERIOR. RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO. POSSIBILIDADE.

1. In casu, trata-se de ação em que o autor objetiva o restabelecimento de pensão temporária deixada pela sua genitora, para que a mesma perdure até a conclusão do curso universitário.

2. Comprovado nos autos que o estudante-dependente não possui outro rendimento, a ele é devido o restabelecimento da pensão por morte, em face, inclusive, da sua natureza alimentar, até o limite de 24 (vinte e quatro) anos de idade, limite este tido por suficiente para conclusão da formação superior.

3. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por maioria, dar provimento à apelação, nos termos do voto condutor, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 06 de novembro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL UBIRATAN DE COUTO MAURICIO

RELATOR P/ ACÓRDÃO

REOAC - 327621/CE - 2003.05.00.026878-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
PARTE A	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PARTE R	:	PEDRO ROBERTO DA SILVA espólio
REPTE	:	MANOEL PEDRO DA SILVA
REMTE	:	Juízo Federal da 6a Vara do Ceará

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. REMESSA OFICIAL. INDENIZAÇÃO COM BASE NO LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE ERRÔNIAS. JUROS MORATÓRIOS. DEVIDOS NOS TERMOS DO ART. 15-B, DO DECRETO-LEI 3.365/41, ACRESCIDO POR FORÇA DA MP 1.577/97. JUROS COMPENSATÓRIOS DEVIDOS CONFORME FIXADOS NA SENTENÇA. CUMULAÇÃO DE JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. SÚMULA 12 DO STJ. POSSIBILIDADE. CORREÇAO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA.

1. Reexame necessário, em face do art. 13, §1º da Lei Complementar n.º 76/93.

2. Manutenção do valor total da indenização fixado na decisão singular em Cr$ 971.687,50 (novecentos e setenta e hum mil, seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e cinqüenta centavos), com base no laudo pericial.

3. Em relação à aplicação das alterações procedidas no Decreto-Lei 3.365/41, promovidas pela MP 1.577/97 e suas reedições, depreende-se que: a) em relação aos juros moratórios, a alteração legislativa aplica-se aos processos em curso e b) em relação aos juros compensatórios a MP 1.577, somente é aplicável às desapropriações iniciadas após seu advento, em 11.06.1997, e no período compreendido entre essa data e 13.09.2001, quando foi publicada decisão liminar do STF na ADIn 2.332/DF.

4. Na hipótese, a ação foi ajuizada em 22.03.1988, e a imissão na posse em favor do DNOCS se deu em 23.04.1988. Assim, fixa-se os juros de mora, de conformidade com o disposto no art. 15-B do Decreto-Lei 3.365/41, com a alteração da MP 2.027-38/2000 e mantem-se os juros compensatórios, conforme fixados na sentença, consoante a legislação vigente à época.

5. Nos termos da liminar concedida na ADInMC 2.332-DF, Relator Min. Moreira Alves em 5.09.2001, os juros compensatórios devem incidir sobre a diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença.

6. Os juros moratórios e compensatórios podem correr simultaneamente, nos precisos termos da Súmula 12 do STJ. Entretanto, os juros compensatórios, são devidos até o efetivo pagamento do preço, enquanto os juros moratórios, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição, e a partir daí são acumuláveis com os juros compensatórios.

7. Correção monetária devida, por visar tão-somente a atualização da moeda, nos termos da Súmula 561 do STF, devendo incidir a partir do laudo.

8. Remessa oficial parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à Remessa Oficial, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 1º.07.2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 335527/AL - 2003.80.00.000596-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	EDILSON BRASILEIRO MEDEIROS e outros
APDO	:	LUIS ANTONIO RODRIGUES SILVESTRE

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO JUDICIAL INTERRUPTIVO DE PRAZO PRESCRICIONAL. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA DO INTERESSE. CONSTATAÇÃO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

1. A decisão recorrida extinguiu o feito, sem resolução do mérito, por ausência de interesse de agir, ao fundamento de que o ordenamento jurídico admite o manejo do protesto cambial com o propósito de interromper a prescrição, por força do art. 202, III, do Código Civil de 2002, tornando prescindível o manejo da ação judicial.

2. A possibilidade de utilização do protesto extrajudicial não inibe a possibilidade de conseguir-se a interrupção da prescrição através da medida cautelar de protesto, prevista no art. 867 do CPC.

3. Reconhecido na hipótese, o interesse de agir, presente encontra-se esta condição da ação a ensejar o seu desenvolvimento regular.

4. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, DAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

AC - 335549/AL - 2003.80.00.001176-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	EDILSON BRASILEIRO MEDEIROS e outros
APDO	:	JURANDI FERREIRA DE ARAUJO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO JUDICIAL INTERRUPTIVO DE PRAZO PRESCRICIONAL. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA DO INTERESSE. CONSTATAÇÃO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

1. A decisão recorrida extinguiu o feito, sem resolução do mérito, por ausência de interesse de agir, ao fundamento de que o ordenamento jurídico admite o manejo do protesto cambial com o propósito de interromper a prescrição, por força do art. 202, III, do Código Civil de 2002, tornando prescindível o manejo da ação judicial.

2. A possibilidade de utilização do protesto extrajudicial não inibe a possibilidade de conseguir-se a interrupção da prescrição através da medida cautelar de protesto, prevista no art. 867 do CPC.

3. Reconhecido na hipótese, o interesse de agir, presente encontra-se esta condição da ação a ensejar o seu desenvolvimento regular.

4. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, DAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

AC - 337001/AL - 2003.80.00.004841-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	EDILSON BRASILEIRO MEDEIROS e outros
APDO	:	JOSE CORDEIRO LINS e cônjuge

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO JUDICIAL INTERRUPTIVO DE PRAZO PRESCRICIONAL. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA DO INTERESSE. CONSTATAÇÃO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

1. A decisão recorrida extinguiu o feito, sem resolução do mérito, por ausência de interesse de agir, ao fundamento de que o ordenamento jurídico admite o manejo do protesto cambial com o propósito de interromper a prescrição, por força do art. 202, III, do Código Civil de 2002, tornando prescindível o manejo da ação judicial.

2. A possibilidade de utilização do protesto extrajudicial não inibe a possibilidade de conseguir-se a interrupção da prescrição através da medida cautelar de protesto, prevista no art. 867 do CPC.

3. Reconhecido na hipótese, o interesse de agir, presente encontra-se esta condição da ação a ensejar o seu desenvolvimento regular.

4. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, DAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

AC - 337019/AL - 2002.80.00.003093-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	JOAO LINS CEDRIM NETTO
ADV/PROC	:	RODRIGO MARQUES LIRA
REMTE	:	Juízo Federal da 4a Vara de Alagoas

EMENTA

ADMINISTRATIVO. FUNCIONÁRIO PÚBLICO. SELEÇÃO INTERNA. POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL. GRUPAMENTO DE POLICIAMENTO ESPECIAL. EXAME PSICOTÉCNICO. FALTA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS. OCORRÊNCIA. CRITÉRIOS SUBJETIVOS. INADMISSIBILIDADE.

1. Trata-se de apelação contra sentença que julgou procedente pedido para determinar que o Departamento de Polícia Federal integre definitivamente o autor no Grupamento de Policiamento Especial - GPE.

2. Não há que se negar a importância do próprio psicotécnico enquanto complementação do exame de saúde, no quanto tal exame visa não só afastar do certame os psiquicamente doentes - incapazes -, como e igualmente, é instrumento de apreciação das aptidões necessárias, psíquicas e pessoais, do candidato ao desempenho da função a que concorre.

3. Casos há, entretanto, em que, tendo ocorrido avaliação psicotécnica sob a égide do sigilo e da subjetividade, flagrante se apresenta a ilegalidade, ferindo preceitos constitucionais fundamentais.

4. As provas juntadas aos autos restou evidenciado o caráter subjetivo do teste psicotécnico a que se submeteu o candidato.

5. Apelação da União improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 20 de novembro de 2007.
DESEMBARGADOR FEDERAL UBIRATAN DE COUTO MAURICIO (CONVOCADO)
RELATOR

AC - 337412/AL - 2003.80.00.000586-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	EDILSON BRASILEIRO MEDEIROS e outros
APDO	:	ELIENE CARVALHO ROLEMBERG LIMA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO JUDICIAL INTERRUPTIVO DE PRAZO PRESCRICIONAL. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA DO INTERESSE. CONSTATAÇÃO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

1. A decisão recorrida extinguiu o feito, sem resolução do mérito, por ausência de interesse de agir, ao fundamento de que o ordenamento jurídico admite o manejo do protesto cambial com o propósito de interromper a prescrição, por força do art. 202, III, do Código Civil de 2002, tornando prescindível o manejo da ação judicial.

2. A possibilidade de utilização do protesto extrajudicial não inibe a possibilidade de conseguir-se a interrupção da prescrição através da medida cautelar de protesto, prevista no art. 867 do CPC.

3. Reconhecido na hipótese, o interesse de agir, presente encontra-se esta condição da ação a ensejar o seu desenvolvimento regular.

4. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, DAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

AC - 339770/AL - 2003.80.00.000690-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	EDILSON BRASILEIRO MEDEIROS e outros
APDO	:	EDIVAN MOUREIRA DA COSTA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO JUDICIAL INTERRUPTIVO DE PRAZO PRESCRICIONAL. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA DO INTERESSE. CONSTATAÇÃO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

1. A decisão recorrida extinguiu o feito, sem resolução do mérito, por ausência de interesse de agir, ao fundamento de que o ordenamento jurídico admite o manejo do protesto cambial com o propósito de interromper a prescrição, por força do art. 202, III, do Código Civil de 2002, tornando prescindível o manejo da ação judicial.

2. A possibilidade de utilização do protesto extrajudicial não inibe a possibilidade de conseguir-se a interrupção da prescrição através da medida cautelar de protesto, prevista no art. 867 do CPC.

3. Reconhecido na hipótese, o interesse de agir, presente encontra-se esta condição da ação a ensejar o seu desenvolvimento regular.

4. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, DAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

AC - 339792/AL - 2003.80.00.001214-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	EDILSON BRASILEIRO MEDEIROS e outros
APDO	:	ROBERTO JORGE BARROS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO JUDICIAL INTERRUPTIVO DE PRAZO PRESCRICIONAL. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA DO INTERESSE. CONSTATAÇÃO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

1. A decisão recorrida extinguiu o feito, sem resolução do mérito, por ausência de interesse de agir, ao fundamento de que o ordenamento jurídico admite o manejo do protesto cambial com o propósito de interromper a prescrição, por força do art. 202, III, do Código Civil de 2002, tornando prescindível o manejo da ação judicial.

2. A possibilidade de utilização do protesto extrajudicial não inibe a possibilidade de conseguir-se a interrupção da prescrição através da medida cautelar de protesto, prevista no art. 867 do CPC.

3. Reconhecido na hipótese, o interesse de agir, presente encontra-se esta condição da ação a ensejar o seu desenvolvimento regular.

4. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, DAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

REOAC - 340963/CE - 2004.05.00.014693-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
PARTE A	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PARTE R	:	ANTONIO DEMETRIO BATISTA
ADV/PROC	:	JOAO ALFREDO TELLES MELO e outros
REMTE	:	Juízo Federal da 6a Vara do Ceará

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. REMESSA OFICIAL. INDENIZAÇÃO COM BASE NO LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE ERRONIAS. JUROS MORATÓRIOS. DEVIDOS NOS TERMOS DO ART. 15-B, DO DECRETO-LEI 3.365/41, ACRESCIDO POR FORÇA DA MP 1.577/97. JUROS COMPENSATÓRIOS DEVIDOS CONFORME FIXADOS NA SENTENÇA. CUMULAÇÃO DE JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. SÚMULA 12 DO STJ. POSSIBILIDADE. CORREÇAO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANUTENÇÃO.

1. Reexame necessário, em face do art. 13, §1º da Lei Complementar n.º 76/93.

2. Manutenção do valor total da indenização fixado na decisão singular em R$ 1.339,20 (hum mil, trezentos e trinta e nove reais e vinte centavos), levando-se em conta a fragilidade da prova pericial produzida e a razoabilidade do valor encontrado pelo julgador.

3. Em relação à aplicação das alterações procedidas no Decreto-Lei 3.365/41, promovidas pela MP 1.577/97 e suas reedições, depreende-se que: a) em relação aos juros moratórios, a alteração legislativa aplica-se aos processos em curso e b) em relação aos juros compensatórios a MP 1.577, somente é aplicável às desapropriações iniciadas após seu advento, em 11.06.1997, e no período compreendido entre essa data e 13.09.2001, quando foi publicada decisão liminar do STF na ADIn 2.332/DF.

4. Na hipótese, a ação foi ajuizada em 16.12.1993, e a imissão na posse em favor do DNOCS se deu em 12.05.1994. Assim, fixa-se os juros de mora, de conformidade com o disposto no art. 15-B do Decreto-Lei 3.365/41, com a alteração da MP 2.027-38/2000 e mantem-se os juros compensatórios, conforme fixados na sentença, consoante a legislação vigente à época.

5. Nos termos da liminar concedida na ADInMC 2.332-DF, Relator Min. Moreira Alves em 5.09.2001, os juros compensatórios devem incidir sobre a diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença.

6. Os juros moratórios e compensatórios podem correr simultaneamente, nos precisos termos da Súmula 12 do STJ. Entretanto, os juros compensatórios, são devidos até o efetivo pagamento do preço, enquanto os juros moratórios, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição, e a partir daí são acumuláveis com os juros compensatórios.

7. Correção monetária devida, por visar tão-somente a atualização da moeda, nos termos da Súmula 561 do STF, devendo incidir a partir do laudo.

8. Manutenção da condenação dos honorários advocatícios fixados à base de 4% (dez por cento) sobre a diferença entre o preço ofertado e o valor da indenização estipulada na sentença.

9. Remessa oficial parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à Remessa Oficial, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 1º.07.2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

REOAC - 344823/PE - 2004.05.00.026084-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Pernambuco
PARTE A	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
PARTE R	:	JOSE HERMINIO DE ARRUDA e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. REMESSA OFICIAL. INDENIZAÇÃO COM BASE NO LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE ERRONIAS. JUROS MORATÓRIOS. DEVIDOS NOS TERMOS DO ART. 15-B, DO DECRETO-LEI 3.365/41, ACRESCIDO POR FORÇA DA MP 1.577/97. JUROS COMPENSATÓRIOS. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO NA PARTE DISPOSITIVA DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE DE REFORMA EM PREJUÍZO DA FAZENDA PÚBLICA NO REEXAME NECESSÁRIO. CORREÇAO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA.

1. Reexame necessário, em face do art. 13, §1º da Lei Complementar n.º 76/93.

2. Manutenção do valor total da indenização fixado na decisão singular em R$ 24.059,47 (vinte e quatro mil, cinqüenta e nove reais e quarenta e sete centavos), com base no laudo pericial.

3. Na hipótese, a ação foi ajuizada em 17.08.1998. Assim, fixa-se os juros de mora, de conformidade com o disposto no art. 15-B do Decreto-Lei 3.365/41, com a alteração da MP 2.027-38/2000.

4. O julgador singular deixou de fixar os juros compensatórios na parte dispositiva da sentença. A Súmula 254 do STF ao afirmar que "Incluem-se os juros moratórios na liquidação, embora omisso o pedido inicial ou a condenação" é específica quanto aos juros moratórios.

5. Não havendo condenação na decisão recorrida quanto a tais juros, e não tendo sido interposto recurso de apelação, ausente encontra-se a obrigação do DNOCS no pagamento dos juros compensatórios, atendendo a vedação em agravar a situação da Fazenda Pública, nas hipóteses de remessa oficial.

6. Correção monetária devida, por visar tão-somente a atualização da moeda, nos termos da Súmula 561 do STF, devendo incidir a partir do laudo.

7. Remessa oficial improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, negar provimento à Remessa Oficial, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 1º.07.2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

REOAC - 382280/CE - 2006.05.00.012125-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
PARTE A	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PARTE R	:	HERMINIO RIBEIRO DA SILVA espólio
REMTE	:	JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. PRELIMINAR DE NULIDADE ARGÜIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. ACOLHIMENTO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM. NECESSIDADE.

1. O do desatendimento ao comando do inciso III do art. 232 do CPC, bem como do art. 9º, II do mesmo Diploma Legal, como ocorreu no caso, ofende aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

2. Preliminar de nulidade deduzida pelo Ministério Público Federal acolhida para anular o processo, e determinar o retorno dos autos ao juízo de origem para, promovendo nova citação, observar as prescrições legais acerca da matéria.

3. Remessa Oficial provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, dar provimento à remessa oficial, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 1º.07.2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 384050/AL - 2006.05.99.000514-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Canapi
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	EDIVILIO RODRIGUES DA SILVA
REPTE	:	ERONITA RODRIGUES DA SILVA.
ADV/PROC	:	JOSE CARVALHO MACIEL e outro

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AMPARO SOCIAL. LEI Nº 8.742/93 E DECRETO Nº 1.744/93. PERÍCIA MÉDICA-JUDICIAL. REALIZAÇÃO. INCAPACIDADE LABORATIVA. COMPROVAÇÃO. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. POSSIBILIDADE.HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONFIRMAÇÃO DO DECRETO SINGULAR. JUROS DE MORA. DECISÃO MANTIDA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO SINGULAR.

1- A Lei 8.742/93, que regulamentou o artigo 203, V da CF/88, assegura à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que não possuem meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, a concessão de um salário mínimo de benefício mensal.

2- In casu, o autor, atualmente com 19 anos de idade, portador de Retardo Mental Grave e Esquizofrenia, CID F 72 + F20-, conforme laudo pericial, que o autor é portator de deficiência, enquadrando-se no artigo 20, § 2º da Lei 8.742/93, não tem o autor como ser reaproveitada à vida laboral.

3- Preenchendo o autor o requisito do artigo 20, § 2º e 3º da Lei 8.742/93, qual seja, incapacidade para vida independente e para o trabalho, somando-se, ainda, o fato de que o grupo familiar não tem condições de prover sua subsistência, impõe-se a concessão do benefício amparo social.

4- A verba honorária há de ser mantida, fixada que foi na decisão singular.

5- Os juros de mora hão de ser mantidos em 1% ao mês, conforme reiterada jurisprudência do STJ, incidindo a partir da citação nos termos da Súmula 204 - STJ. Precedente.

6- Apelação do INSS improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 29 de abril de 2008.

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS REBÊLO JÚNIOR (CONVOCADO)

RELATOR

REOAC - 389891/CE - 2006.05.00.036011-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
PARTE A	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PARTE R	:	PEDRO ROLIM DE MACEDO espólio
REPTE	:	ANTONIA CLARES DE SOUZA
ADV/PROC	:	SILVIA RENATA BARRETO MEDEIROS
REMTE	:	JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. REMESSA OFICIAL. INDENIZAÇÃO COM BASE NO LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE ERRONIAS. JUROS MORATÓRIOS. DEVIDOS NOS TERMOS DO ART. 15-B, DO DECRETO-LEI 3.365/41, ACRESCIDO POR FORÇA DA MP 1.577/97. JUROS COMPENSATÓRIOS DEVIDOS CONFORME FIXADOS NA SENTENÇA. CUMULAÇÃO DE JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. SÚMULA 12 DO STJ. POSSIBILIDADE. CORREÇAO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA.

1. Reexame necessário, em face do art. 13, §1º da Lei Complementar n.º 76/93.

2. Manutenção do valor total da indenização fixado na decisão singular em R$ 3.011,88 (três mil e onze reais e oitenta e oito centavos), com base no laudo pericial.

3. Em relação à aplicação das alterações procedidas no Decreto-Lei 3.365/41, promovidas pela MP 1.577/97 e suas reedições, depreende-se que: a) em relação à aos juros moratórios, a alteração legislativa aplica-se aos processos em curso e b) em relação aos juros compensatórios a MP 1.577, somente é aplicável às desapropriações iniciadas após seu advento, em 11.06.1997, e no período compreendido entre essa data e 13.09.2001, quando foi publicada decisão liminar do STF na ADIn 2.332/DF.

4. Na hipótese, a ação foi ajuizada em 30.11.1993, e a imissão na posse em favor do DNOCS se deu em 23.04.1994. Assim, fixa-se os juros de mora, de conformidade com o disposto no art. 15-B do Decreto-Lei 3.365/41, com a alteração da MP 2.027-38/2000 e mantem-se os juros compensatórios, conforme fixados na sentença, consoante a legislação vigente à época.

5. Nos termos da liminar concedida na ADInMC 2.332-DF, Relator Min. Moreira Alves em 5.09.2001, os juros compensatórios devem incidir sobre a diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença.

6. Os juros moratórios e compensatórios podem correr simultaneamente, nos precisos termos da Súmula 12 do STJ. Entretanto, os juros compensatórios, são devidos até o efetivo pagamento do preço, enquanto os juros moratórios, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição, e a partir daí são acumuláveis com os juros compensatórios.

7. Correção monetária devida, por visar tão-somente a atualização da moeda, nos termos da Súmula 561 do STF, devendo incidir a partir do laudo.

8. Remessa oficial parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à Remessa Oficial, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 1º.07.2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 390101/CE - 2001.81.00.010559-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARIA VILANI MONTEIRO DE LIMA e outros
ADV/PROC	:	KAUE CIRIACO BARROSO e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AMPARO SOCIAL. LEI Nº 8.742/93 ART.21. DECRETO Nº 1.744/95. CAPACIDADE LABORATIVA APONTADA POR PERÍCIA DO INSS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS MÍNIMOS DE ATENÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. RESTABELECIMENTO. POSSIBILIDADE. REFORMADA DECISÃO SINGULAR APENAS QUANTO À APLICAÇÃO DA SÚMULA 111 DO STJ.

1. O benefício assistencial deve ser revisto a cada dois anos, nos termos do artigo 21 da LOAS. Entendo que a perícia do INSS deve observar requisitos mínimos de atenção aos princípios da ampla defesa e do contraditório. Para tanto o laudo deve explicitar, pelo menos, o motivo pelo qual concluiu pela inexistência de incapacidade.

2. No caso em hipótese, a Autarquia de maneira unilateral suspendeu os benefícios sem obedecer aos princípios retromencionados, utilizando laudo administrativo que apenas concluiu pela inexistência de incapacidade dos apelados, mediante a simples assinalação de um "x" em espaço em branco, sem ter demonstrado, sequer de forma resumida, o quadro clínico e o motivo pelo qual concluiu pela cessação da incapacidade.

3. Ademais, encaminharam aos apelados comunicações, informando desde já o cancelamento dos benefícios, sem que abrisse oportunidade para manifestação sobre o laudo.

4. Mantidos os juros de mora em 1%(um por cento) ao mês nos termos da reiterada Jurisprudência do STJ, devendo incidir a partir da citação nos termos da Súmula 204/STJ.

5. Os honorários advocatícios devem ser mantidos conforme o dispositivo do art. 20, § 4º do C.P.C, respeitando a súmula 111 do STJ.

6. Apelação do INSS improvida e remessa oficial parcialmente provida para aplicar o teor da súmula n° 111 do SJT ao pagamento de honorários advocatícios.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por maioria, negar provimento à apelação do INSS e dar provimento parcial à remessa oficial, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 17 de junho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

REOAC - 400017/CE - 2006.05.00.063117-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
PARTE A	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PARTE R	:	MARIA LEANDRO DE SÁ
REMTE	:	JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. REMESSA OFICIAL. INDENIZAÇÃO COM BASE NO LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE ERRÔNIAS. JUROS MORATÓRIOS. DEVIDOS NOS TERMOS DO ART. 15-B, DO DECRETO-LEI 3.365/41, ACRESCIDO POR FORÇA DA MP 1.577/97. JUROS COMPENSATÓRIOS DEVIDOS CONFORME FIXADOS NA SENTENÇA. CUMULAÇÃO DE JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. SÚMULA 12 DO STJ. POSSIBILIDADE. CORREÇAO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA.

1. Reexame necessário, em face do art. 13, §1º da Lei Complementar n.º 76/93.

2. Manutenção da decisão singular no tocante à indenização fixada no valor total de Cr$ 277.806,00, encontrado com base no laudo pericial, por não se verificar na fixação, qualquer erronia a fundamentar a rejeição dos valores obtidos através da perícia.

3. Em relação à aplicação das alterações procedidas no Decreto-Lei 3.365/41, promovidas pela MP 1.577/97 e suas reedições, depreende-se que: a) em relação aos juros moratórios, a alteração legislativa aplica-se aos processos em curso e b) em relação aos juros compensatórios a MP 1.577, somente é aplicável às desapropriações iniciadas após seu advento, em 11.06.1997, e no período compreendido entre essa data e 13.09.2001, quando foi publicada decisão liminar do STF na ADIn 2.332/DF.

4. Na hipótese, a ação foi ajuizada em 07.03.89, e a imissão na posse em favor do DNOCS se deu em 20.06.1989. Assim, fixa-se os juros de mora, de conformidade com o disposto no art. 15-B do Decreto-Lei 3.365/41, com a alteração da MP 2.027-38/2000 e mantem-se os juros compensatórios, conforme fixados na sentença, consoante a legislação vigente à época.

5. Nos termos da liminar concedida na ADInMC 2.332-DF, Relator Min. Moreira Alves em 5.09.2001, os juros compensatórios devem incidir sobre a diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença.

6. Os juros moratórios e compensatórios podem correr simultaneamente, nos precisos termos da Súmula 12 do STJ. Entretanto, os juros compensatórios, são devidos até o efetivo pagamento do preço, enquanto os juros moratórios, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição, e a partir daí são acumuláveis com os juros compensatórios.

7. Correção monetária devida, por visar tão-somente a atualização da moeda, nos termos da Súmula 561 do STF, devendo incidir a partir do laudo.

8. Remessa oficial parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à Remessa Oficial, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 1º.07.2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

REOAC - 420420/CE - 2007.05.00.052430-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
PARTE A	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PARTE R	:	RUFINO RODRIGUES DE MESQUITA espólio
REPTE	:	ANTÔNIO RODRIGUES TRAJANO
ADV/PROC	:	RUBENS PEREIRA LOPES
REMTE	:	JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. REMESSA OFICIAL. INDENIZAÇÃO COM BASE NO LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE ERRONIAS. JUROS MORATÓRIOS. DEVIDOS NOS TERMOS DO ART. 15-B, DO DECRETO-LEI 3.365/41, ACRESCIDO POR FORÇA DA MP 1.577/97. JUROS COMPENSATÓRIOS DEVIDOS CONFORME FIXADOS NA SENTENÇA. CUMULAÇÃO DE JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. SÚMULA 12 DO STJ. POSSIBILIDADE. CORREÇAO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA.

1. Reexame necessário, em face do art. 13, §1º da Lei Complementar n.º 76/93.

2. Manutenção da decisão singular no tocante à indenização fixada no valor total de Cr$ 739.053,43, encontrado com base no laudo pericial, por não se verificar na fixação, qualquer erronia a fundamentar a rejeição dos valores obtidos através da perícia.

3. Em relação à aplicação das alterações procedidas no Decreto-Lei 3.365/41, promovidas pela MP 1.577/97 e suas reedições, depreende-se que: a) em relação aos juros moratórios, a alteração legislativa aplica-se aos processos em curso e b) em relação aos juros compensatórios a MP 1.577, somente é aplicável às desapropriações iniciadas após seu advento, em 11.06.1997, e no período compreendido entre essa data e 13.09.2001, quando foi publicada decisão liminar do STF na ADIn 2.332/DF.

4. Na hipótese, a ação foi ajuizada em 08.05.89, e a imissão na posse em favor do DNOCS se deu em 11.05.1989. Assim, fixa-se os juros de mora, de conformidade com o disposto no art. 15-B do Decreto-Lei 3.365/41, com a alteração da MP 2.027-38/2000 e mantem-se os juros compensatórios, conforme fixados na sentença, consoante a legislação vigente à época.

5. Nos termos da liminar concedida na ADInMC 2.332-DF, Relator Min. Moreira Alves em 5.09.2001, os juros compensatórios devem incidir sobre a diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença.

6. Os juros moratórios e compensatórios podem correr simultaneamente, nos precisos termos da Súmula 12 do STJ. Entretanto, os juros compensatórios, são devidos até o efetivo pagamento do preço, enquanto os juros moratórios, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição, e a partir daí são acumuláveis com os juros compensatórios.

7. Correção monetária devida, por visar tão-somente a atualização da moeda, nos termos da Súmula 561 do STF, devendo incidir a partir do laudo.

8. Remessa oficial parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à Remessa Oficial, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 1º.07.2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 425271/RN - 2007.84.00.000081-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA e outros
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE VENCIMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA EM 1998. OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45/01, QUE POSSIBILITOU A DEDUÇÃO DO REFERIDO PERCENTUAL EM CASO DE REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. OBRIGAÇÃO DE PAGAR. REDUÇÃO DO "QUANTUM" DO TÍTULO EXEQÜENDO. OCORRÊNCIA.

1 - Objetivam os Embargos do Devedor a desconstituição do título executivo ao fundamento de excesso de execução na obrigação de pagar concernente à incorporação de 3,17% em face da aplicação da Medida Provisória nº 2.225-45/01, que determinou a implantação do aludido índice e o pagamento dos atrasados.

2 - "In casu", considerando que houve concessão de nova gratificação nas carreiras dos servidores no ano de 1998, por conta da Lei nº 9.678/98 e, que o art. 10 da Medida Provisória nº 2.225/2001 limitou a concessão do reajuste de 3,17% até a data da vigência da referida reestruturação ou outorga de gratificação, conclui-se pela impossibilidade de implantação do aludido percentual, impondo-se, por igual, a limitação do pagamento dos atrasados a tal data.

3 - Apelação da provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por maioria, dar provimento à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.Lavro o acórdão em face da vacância do cargo (falecimento) do relator, nos termos do art. 37, lll, "b", do Regimento Interno desta Corte.

Recife, 04 de dezembro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO

RELATOR CONVOCADO PARA ACÓRDÃO

AC - 425384/RN - 2006.84.00.005975-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARCIA ARAUJO BARRETO e outros
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA
RECTE AD	:	MARCIA ARAUJO BARRETO e outros

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE VENCIMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA EM 1998. OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45/01, QUE POSSIBILITOU A DEDUÇÃO DO REFERIDO PERCENTUAL EM CASO DE REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. OBRIGAÇÃO DE PAGAR. REDUÇÃO DO "QUANTUM" DO TÍTULO EXEQÜENDO. OCORRÊNCIA.

1 - Objetivam os Embargos do Devedor a desconstituição do título executivo ao fundamento de excesso de execução na obrigação de pagar concernente à incorporação de 3,17% em face da aplicação da Medida Provisória nº 2.225-45/01, que determinou a implantação do aludido índice e o pagamento dos atrasados.

2 - "In casu", considerando que houve concessão de nova gratificação nas carreiras dos servidores no ano de 1998, por conta da Lei nº 9.678/98 e, que o art. 10 da Medida Provisória nº 2.225/2001 limitou a concessão do reajuste de 3,17% até a data da vigência

da referida reestruturação ou outorga de gratificação, conclui-se pela impossibilidade de implantação do aludido percentual, impondo-se, por igual, a limitação do pagamento dos atrasados a tal data.

3 - Apelação da UFRN provida e recurso adesivo dos particulares prejudicado.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por maioria, dar provimento à apelação da UFRN e julgar prejudicado o recurso adesivo dos particulares, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.Lavro o acórdão em face da vacância do cargo (falecimento) do relator, nos termos do art. 37, lll, "b", do Regimento Interno desta Corte.

Recife, 04 de dezembro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO

RELATOR CONVOCADO PARA ACÓRDÃO

AC - 426486/PE - 2002.83.00.018667-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	HELIO ALENCAR DE SOUZA MONTEIRO

EMENTA

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECISÃO SINGULAR QUE CONHECEU DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE APÓS OUVIDA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 40, § 2º, DA LEI Nº 6.830/80. DÉBITO DE PEQUENO VALOR. DECURSO DO PRAZO DE CINCO ANOS. CONSTATAÇÃO. SÚMULA VINCULANTE Nº 08 DO STF.

1. Cuida-se de apelação da sentença que extinguiu a execução fiscal com resolução de mérito, decretando de ofício a prescrição intercorrente, com fulcro no art. 269, IV do CPC.

2. A prescrição tem como objetivo pôr fim a pretensão do titular da ação, que se quedou inerte em um determinado lapso de tempo, privilegiando assim, a segurança jurídica e a ordem social. Observe-se por oportuno, que a punibilidade pela prescrição, não decorre de qualquer inércia momentânea, mas sim da inércia prolongada, fruto da negligência do titular do direito.

3. A despeito do valor da execução ser de pouca monta é possível o reconhecimento da prescrição intercorrente, porquanto o arquivamento dos autos não suspende o curso do prazo prescricional.

4. O STF, ao argumento de que apenas lei complementar pode dispor sobre normas gerais em matéria tributária, declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 1.569/77 que estabelecia que o arquivamento administrativo das execuções fiscais de crédito tributário de pequeno valor é causa de suspensão do curso prescricional. Súmula Vinculante nº 8. "São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário".

5. Constatando-se que fora ouvida, previamente, a Fazenda Pública, acerca da ocorrência de prescrição e, tendo decorrido o prazo prescricional, irreparável a decisão singular que concluiu por extinguir a Execução Fiscal.

6. Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 426855/RN - 2007.84.00.002219-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	ANA PATRICIA RODRIGUES LEITE e outros
ADV/PROC	:	JOAO HELDER DANTAS CAVALCANTI e outros

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE VENCIMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO. RESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA EM 1998. OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45/01, QUE POSSIBILITOU A DEDUÇÃO DO REFERIDO PERCENTUAL EM CASO DE RESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. OBRIGAÇÃO DE PAGAR. REDUÇÃO DO "QUANTUM" DO TÍTULO EXEQÜENDO. OCORRÊNCIA.

1 - Objetivam os Embargos do Devedor a desconstituição do título executivo ao fundamento de excesso de execução na obrigação de pagar concernente à incorporação de 3,17% em face da aplicação da Medida Provisória nº 2.225-45/01, que determinou a implantação do aludido índice e o pagamento dos atrasados.

2 - "In casu", considerando que houve concessão de nova gratificação nas carreiras dos servidores no ano de 1998, por conta da Lei nº 9.678/98 e, que o art. 10 da Medida Provisória nº 2.225/2001 limitou a concessão do reajuste de 3,17% até a data da vigência da referida reestruturação ou outorga de gratificação, conclui-se pela impossibilidade de implantação do aludido percentual, impondo-se, por igual, a limitação do pagamento dos atrasados a tal data.

3 - Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por maioria, dar provimento à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.Lavro o acórdão em face da vacância do cargo (falecimento) do relator, nos termos do art. 37, lll, "b", do Regimento Interno desta Corte.

Recife, 04 de desembro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO

RELATOR CONVOCADO PARA ACÓRDÃO

AC - 427185/RN - 2007.84.00.000257-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	OSWALDO HAJIME YAMAMOTO e outros
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
RECTE AD	:	OSWALDO HAJIME YAMAMOTO e outros

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE VENCIMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO. RESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA EM 1998. OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45/01, QUE POSSIBILITOU A DEDUÇÃO DO REFERIDO PERCENTUAL EM CASO DE RESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. OBRIGAÇÃO DE PAGAR. REDUÇÃO DO "QUANTUM" DO TÍTULO EXEQÜENDO. OCORRÊNCIA.

1 - Objetivam os Embargos do Devedor a desconstituição do título executivo ao fundamento de excesso de execução na obrigação de pagar concernente à incorporação de 3,17% em face da aplicação da Medida Provisória nº 2.225-45/01, que determinou a implantação do aludido índice e o pagamento dos atrasados.

2 - "In casu", considerando que houve concessão de nova gratificação nas carreiras dos servidores no ano de 1998, por conta da Lei nº 9.678/98 e, que o art. 10 da Medida Provisória nº 2.225/2001 limitou a concessão do reajuste de 3,17% até a data da vigência da referida reestruturação ou outorga de gratificação, conclui-se pela impossibilidade de implantação do aludido percentual, impondo-se, por igual, a limitação do pagamento dos atrasados a tal data.

3 - Apelação da UFRN provida e recurso adesivo dos particulares prejudicado.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por maioria, dar provimento à apelação da UFRN e julgar prejudicado o recurso adesivo dos particulares, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.Lavro o acórdão em face da vacância do cargo (falecimento) do relator, nos termos do art. 37, lll, "b", do Regimento Interno desta Corte.

Recife, 04 de dezembro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO

RELATOR CONVOCADO PARA ACÓRDÃO

AC - 427212/RN - 2007.84.00.000074-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	REGIA MARIA e outros
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
RECTE AD	:	REGIA MARIA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE VENCIMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO. RESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA EM 1998. OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45/01, QUE POSSIBILITOU A DEDUÇÃO DO REFERIDO PERCENTUAL EM CASO DE RESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. OBRIGAÇÃO DE PAGAR. REDUÇÃO DO "QUANTUM" DO TÍTULO EXEQÜENDO. OCORRÊNCIA.

1 - Objetivam os Embargos do Devedor a desconstituição do título executivo ao fundamento de excesso de execução na obrigação de pagar concernente à incorporação de 3,17% em face da aplicação da Medida Provisória nº 2.225-45/01, que determinou a implantação do aludido índice e o pagamento dos atrasados.

2 - "In casu", considerando que houve concessão de nova gratificação nas carreiras dos servidores no ano de 1998, por conta da Lei nº 9.678/98 e, que o art. 10 da Medida Provisória nº 2.225/2001 limitou a concessão do reajuste de 3,17% até a data da vigência da referida reestruturação ou outorga de gratificação, conclui-se pela impossibilidade de implantação do aludido percentual, impondo-se, por igual, a limitação do pagamento dos atrasados a tal data.

3 - Apelação da UFRN provida e recurso adesivo dos particulares prejudicado.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por maioria, dar provimento à apelação da UFRN e julgar prejudicado o recurso adesivo dos particulares, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.Lavro o acórdão em face da vacância do cargo (falecimento) do relator, nos termos do art. 37, lll, "b", do Regimento Interno desta Corte.

Recife, 04 de dezembro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO

RELATOR CONVOCADO PARA ACÓRDÃO

AC - 427449/RN - 2007.84.00.001394-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	JOAO DE CARVALHO COSTA
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros
RECTE AD	:	JOAO DE CARVALHO COSTA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE VENCIMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO. RESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA EM 1998. OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45/01, QUE POSSIBILITOU A DEDUÇÃO DO REFERIDO PERCENTUAL EM CASO DE RESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. OBRIGAÇÃO DE PAGAR. REDUÇÃO DO "QUANTUM" DO TÍTULO EXEQÜENDO. OCORRÊNCIA.

1 - Objetivam os Embargos do Devedor a desconstituição do título executivo ao fundamento de excesso de execução na obrigação de pagar concernente à incorporação de 3,17% em face da aplicação da Medida Provisória nº 2.225-45/01, que determinou a implantação do aludido índice e o pagamento dos atrasados.

2 - "In casu", considerando que houve concessão de nova gratificação nas carreiras dos servidores no ano de 1998, por conta da Lei nº 9.678/98 e, que o art. 10 da Medida Provisória nº 2.225/2001 limitou a concessão do reajuste de 3,17% até a data da vigência da referida reestruturação ou outorga de gratificação, conclui-se pela impossibilidade de implantação do aludido percentual, impondo-se, por igual, a limitação do pagamento dos atrasados a tal data.

3 - Apelação da UFRN provida e recurso adesivo do particular prejudicado.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por maioria, dar provimento à apelação da UFRN e julgar prejudicado o recurso adesivo do particular, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.Lavro o acórdão em face da vacância do cargo (falecimento) do relator, nos termos do art. 37, lll, "b", do Regimento Interno desta Corte.

Recife, 04 de dezembro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO

RELATOR CONVOCADO PARA ACÓRDÃO

AC - 428066/RN - 2006.84.00.007982-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	FRANCISCO ALEXANDRE DA COSTA e outros
ADV/PROC	:	RAISSA ANDRADE LIMA DE GÓIS e outro

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE VENCIMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA EM 1998. OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45/01, QUE POSSIBILITOU A DEDUÇÃO DO REFERIDO PERCENTUAL EM CASO DE REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. OBRIGAÇÃO DE PAGAR. REDUÇÃO DO "QUANTUM" DO TÍTULO EXEQÜENDO. OCORRÊNCIA.

1 - Objetivam os Embargos do Devedor a desconstituição do título executivo ao fundamento de excesso de execução na obrigação de pagar concernente à incorporação de 3,17% em face da aplicação da Medida Provisória nº 2.225-45/01, que determinou a implantação do aludido índice e o pagamento dos atrasados.

2 - "In casu", considerando que houve concessão de nova gratificação nas carreiras dos servidores no ano de 1998, por conta da Lei nº 9.678/98 e, que o art. 10 da Medida Provisória nº 2.225/2001 limitou a concessão do reajuste de 3,17% até a data da vigência da referida reestruturação ou outorga de gratificação, conclui-se pela impossibilidade de implantação do aludido percentual, impondo-se, por igual, a limitação do pagamento dos atrasados a tal data.

3 - Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por maioria, dar provimento à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.Lavro o acórdão em face da vacância do cargo (falecimento) do relator, nos termos do art. 37, lll, "b", do Regimento Interno desta Corte.

Recife, 04 de dezembro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO

RELATOR CONVOCADO PARA ACÓRDÃO

AC - 429678/RN - 2007.84.00.004718-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	JOSÉ MIGUEL MICUSSI e outros
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIO SANTIAGO DE OLIVEIRA e outros

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 3,17%, INCIDENTE SOBRE VENCIMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO OCORRIDA EM 1998. OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45/01, QUE POSSIBILITOU A DEDUÇÃO DO REFERIDO PERCENTUAL EM CASO DE REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. OBRIGAÇÃO DE PAGAR. REDUÇÃO DO "QUANTUM" DO TÍTULO EXEQÜENDO. OCORRÊNCIA.

1 - Objetivam os Embargos do Devedor a desconstituição do título executivo ao fundamento de excesso de execução na obrigação de pagar concernente à incorporação de 3,17% em face da aplicação da Medida Provisória nº 2.225-45/01, que determinou a implantação do aludido índice e o pagamento dos atrasados.

2 - "In casu", considerando que houve concessão de nova gratificação nas carreiras dos servidores no ano de 1998, por conta da Lei nº 9.678/98 e, que o art. 10 da Medida Provisória nº 2.225/2001 limitou a concessão do reajuste de 3,17% até a data da vigência da referida reestruturação ou outorga de gratificação, conclui-se pela impossibilidade de implantação do aludido percentual, impondo-se, por igual, a limitação do pagamento dos atrasados a tal data.

3 - Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por maioria, dar provimento à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.Lavro o acórdão em face da vacância do cargo (falecimento) do relator, nos termos do art. 37, lll, "b", do Regimento Interno desta Corte.

Recife, 04 de dezembro de 2007.

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO

RELATOR CONVOCADO PARA ACÓRDÃO

AC - 431139/CE - 2007.05.99.003208-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca do Barro
APTE	:	JOSEFA DE OLIVEIRA MARTINS NOGUEIRA
ADV/PROC	:	JOSE IDEMARIO TAVARES DE OLIVEIRA
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. AMPARO SOCIAL. LEI Nº 8.742/93 E DECRETONº1.744/93.INCAPACIDADE LABORATIVA COMPROVAÇÃO DE RENDA FAMILIAR CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. POSSIBILIDADE.

1. Não estando comprovada a necessidade de provas em audiência, nos termos do art. 330, inciso I do CPC, cabe ao julgador antecipar a lide, não se constituindo tal procedimento em cerceamento de defesa.

2. A Lei 8.742/93, que regulamentou o artigo 203, V da CF/88, assegura à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que não possuem meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, a concessão de um salário mínimo de benefício mensal.

3. In casu, a autora, atualmente com 54 anos de idade, portadora de Cardiopatia Grave, CID - 195.0, conforme perícia médica judicial.

4. Preenchendo a autora os requisitos do artigo 20, da Lei 8.742/93, qual seja, a incapacidade para vida independente e para o trabalho.

5. Somando-se, ainda, o fato de que o grupo familiar não tem condições de prover sua subsistência, impõe-se a concessão do benefício do amparo social.

6. Apelação do particular provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, Dar provimento à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 29 de abril de 2008.

DES. FEDERAL CARLOS REBÊLO JÚNIOR (Convocado)

RELATOR

AC - 434123/PE - 2007.05.00.098525-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	COMERCIAL MADEIRA E FERRO JORDÃO LTDA ME

EMENTA

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECISÃO SINGULAR QUE CONHECEU DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE SEM A OUVIDA PRÉVIA DA FAZENDA PÚBLICA. VIOLAÇÃO AO ART. 40, § 4º DA LEF. OCORRÊNCIA.

1. Cuida-se de apelação da sentença que extinguiu a Execução Fiscal com resolução de mérito, decretando de ofício a prescrição intercorrente, com fulcro no art. 269, IV, CPC.

2. Visando evitar a eternização das ações executivas fiscais a Lei 11.051/04, acrescentou ao art. 40, da LEF o parágrafo 4º, possibilitando ao juiz conhecer de ofício a prescrição, desde que previamente ouvida a Fazenda Pública. Tal requisito se afigura justo, na medida em que visa preservar a indisponibilidade do crédito público.

3. Assim sendo, após a edição do novel § 4º do art. 40 da LEF, a decretação da prescrição intercorrente está condicionada a ouvida da Fazenda. (Precedentes do Colendo STJ e da Egrégia 2ª Turma)

4. Na hipótese, verificando-se que não fora ouvida a Fazenda Pública, acerca da ocorrência de prescrição, merece reforma a decisão singular que concluiu por extinguir a Execução Fiscal.

5. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, DAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

REOAC - 435339/PB - 2007.82.00.002590-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
PARTE A	:	EDUARDO FRANCISCO DE ELIAS e outro
ADV/PROC	:	VERÔNICA LEITE ALBUQUERQUE DE BRITO e outro
PARTE R	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. REVISÃO DE VENCIMENTOS. RESÍDUO DE 3,17%. APLICAÇÃO CONJUNTA DOS ARTS. 28 E 29, PARÁG. 5º. DA LEI 8.880/94. MATÉRIA PACIFICADA. REAJUSTE DEVIDO. PRESCRIÇÃO. EDIÇÃO DA MP N.º 2.225-45/2001. RENÚNCIA. OCORRÊNCIA.

1. É pacifico o entendimento de que é devido aos servidores públicos federais o índice de 3,17%, relativo à aplicação conjunta dos artigos 28 e 29, parág. 5º da Lei nº 8.880/94.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça vem se firmando no sentido de que a edição da Medida Provisória 2.225/2001 implicou a renúncia da prescrição pela Administração, no que se refere às parcelas provenientes do resíduo de 3,17%.

3. Na hipótese, há de ser reconhecido o direito dos autores às parcelas referentes ao reajuste de 3,17% sobre seus vencimentos no período de janeiro de 1995 a dezembro de 2001, descontando-se os valores recebidos administrativamente.

4. Remessa Oficial improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO À REMESSA OFICIAL, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 10 de junho de 2008.

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 437499/PE - 2000.83.08.000244-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	17ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	PMO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

EMENTA

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECISÃO SINGULAR QUE CONHECEU DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE APÓS OUVIDA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 40, § 2º, DA LEI Nº 6.830/80. DÉBITO DE PEQUENO VALOR. DECURSO DO PRAZO DE CINCO ANOS. CONSTATAÇÃO. SÚMULA VINCULANTE Nº 08 DO STF.

1. Cuida-se de apelação da sentença que extinguiu a execução fiscal com resolução de mérito, decretando de ofício a prescrição intercorrente, com fulcro no art. 269, IV do CPC.

2. A prescrição tem como objetivo pôr fim a pretensão do titular da ação, que se quedou inerte em um determinado lapso de tempo, privilegiando assim, a segurança jurídica e a ordem social. Observe-se por oportuno, que a punibilidade pela prescrição, não decorre de qualquer inércia momentânea, mas sim da inércia prolongada, fruto da negligência do titular do direito.

3. A despeito do valor da execução ser de pouca monta é possível o reconhecimento da prescrição intercorrente, porquanto o arquivamento dos autos não suspende o curso do prazo prescricional.

4. O STF, ao argumento de que apenas lei complementar pode dispor sobre normas gerais em matéria tributária, declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 1.569/77 que estabelecia que o arquivamento administrativo das execuções fiscais de crédito tributário de pequeno valor é causa de suspensão do curso prescricional. Súmula Vinculante nº 8. "São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário".

5. Constatando-se que fora ouvida, previamente, a Fazenda Pública, acerca da ocorrência de prescrição e, tendo decorrido o prazo prescricional contados do arquivamento dos autos, em razão de pequeno valor, irreparável a decisão singular que concluiu por extinguir a Execução Fiscal.

6. Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008

Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA

Relator

AC - 438149/PE - 2007.83.05.001061-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	23ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV/PROC	:	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO e outros
APDO	:	MARCILIO REINAUX MAIA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO JUDICIAL INTERRUPTIVO DE PRAZO PRESCRICIONAL. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA DO INTERESSE. CONSTATAÇÃO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

1. A decisão recorrida extinguiu o feito, sem resolução do mérito, por ausência de interesse de agir, ao fundamento de que o ordenamento jurídico admite o manejo do protesto cambial com o propósito de interromper a prescrição, por força do art. 202, III, do Código Civil de 2002, tornando prescindível o manejo da ação judicial.

2. A possibilidade de utilização do protesto extrajudicial não inibe a possibilidade de conseguir-se a interrupção da prescrição através da medida cautelar de protesto, prevista no art. 867 do CPC.

3. Reconhecido na hipótese, o interesse de agir, presente encontra-se esta condição da ação a ensejar o seu desenvolvimento regular.

4. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, DAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

AC - 438404/PE - 2007.83.05.001064-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	23ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV/PROC	:	JAINE ARETAKIS CORDEIRO DIDIER e outros
APDO	:	ALDEMIR FERNANDES VILELA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO JUDICIAL INTERRUPTIVO DE PRAZO PRESCRICIONAL. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA DO INTERESSE. CONSTATAÇÃO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

1. A decisão recorrida extinguiu o feito, sem resolução do mérito, por ausência de interesse de agir, ao fundamento de que o ordenamento jurídico admite o manejo do protesto cambial com o propósito de interromper a prescrição, por força do art. 202, III, do Código Civil de 2002, tornando prescindível o manejo da ação judicial.

2. A possibilidade de utilização do protesto extrajudicial não inibe a possibilidade de conseguir-se a interrupção da prescrição através da medida cautelar de protesto, prevista no art. 867 do CPC.

3. Reconhecido na hipótese, o interesse de agir, presente encontra-se esta condição da ação a ensejar o seu desenvolvimento regular.

4. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, DAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

AC - 438905/PE - 2008.83.00.000377-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO	:	IDALMIR MAIA E OLIVEIRA SM

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO INTERRUPTIVO DE PRAZO PRESCRICIONAL. VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA DESPROPORCIONAL AO BENEFÍCIO PATRIMONIAL PRETENDIDO. OPORTUNIDADE PARA SANAR O DEFEITO DA INICIAL. ART. 284 DO CPC. APLICAÇÃO. PEDIDO DE DILAÇÃO DE PRAZO INDEFERIDO E EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. Cuida-se de apelação onde se objetiva a reforma da decisão singular que extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 284, parágrafo único do CPC.

2. Estabelece o art. 867 do CPC que todo aquele que desejar prevenir responsabilidade, prover a conservação e ressalva de seus direitos ou manifestar qualquer intenção de modo formal poderá fazer por escrito o seu protesto.

3. O vigente Código Civil, Seção III - art. 202, incisos I e II - cuida das causas que interrompem a prescrição. A teor do dispositivo legal mencionado, a interrupção da prescrição ocorre com o despacho do juiz que ordenar a citação. Contudo, estabelece o § 1º do art. 219, do Código de Processo Civil, que: "A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação."

4. Caberia à CEF, antes de ajuizar a demanda, tomar todas as providências necessárias ao seu ajuizamento, posto que a dilação do prazo pretendida acarreta a prorrogação do prazo prescricional, como bem entendeu o julgador singular.

5. Não tendo a requerente atendido ao comando do art. 282 do CPC, foi-lhe conferida a oportunidade de, no prazo de 10 dias, sanar as faltas da petição inicial, a teor do que estabelece o art. 284 do CPC, não conseguindo a mesma se desincumbir do encargo que lhe cabia.

6. Manutenção da decisão singular que extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 284, parágrafo único do CPC.

7. Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

AC - 438930/PE - 2008.83.00.001434-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO	:	RITA DE CASSIA PEREIRA GOMES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO INTERRUPTIVO DE PRAZO PRESCRICIONAL. VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA DESPROPORCIONAL AO BENEFÍCIO PATRIMONIAL PRETENDIDO. OPORTUNIDADE PARA SANAR O DEFEITO DA INICIAL. ART. 284 DO CPC. APLICAÇÃO. PEDIDO DE DILAÇÃO DE PRAZO INDEFERIDO E EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. Cuida-se de apelação onde se objetiva a reforma da decisão singular que extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 284, parágrafo único do CPC.

2. Estabelece o art. 867 do CPC que todo aquele que desejar prevenir responsabilidade, prover a conservação e ressalva de seus direitos ou manifestar qualquer intenção de modo formal poderá fazer por escrito o seu protesto.

3. O vigente Código Civil, Seção III - art. 202, incisos I e II - cuida das causas que interrompem a prescrição. A teor do dispositivo legal mencionado, a interrupção da prescrição ocorre com o despacho do juiz que ordenar a citação. Contudo, estabelece o § 1º do art. 219, do Código de Processo Civil, que: "A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação."

4. Caberia à CEF, antes de ajuizar a demanda, tomar todas as providências necessárias ao seu ajuizamento, posto que a dilação do prazo pretendida acarreta a prorrogação do prazo prescricional, como bem entendeu o julgador singular.

5. Não tendo a requerente atendido ao comando do art. 282 do CPC, foi-lhe conferida a oportunidade de, no prazo de 10 dias, sanar as faltas da petição inicial, a teor do que estabelece o art. 284 do CPC, não conseguindo a mesma se desincumbir do encargo que lhe cabia.

6. Manutenção da decisão singular que extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 284, parágrafo único do CPC.

7. Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

AC - 439188/PE - 2008.83.00.001499-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV/PROC	:	IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO	:	FRANCISCO CAVALCANTI BRAZ

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO INTERRUPTIVO DE PRAZO PRESCRICIONAL. VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA DESPROPORCIONAL AO BENEFÍCIO PATRIMONIAL PRETENDIDO. OPORTUNIDADE PARA SANAR O DEFEITO DA INICIAL. ART. 284 DO CPC. APLICAÇÃO. PEDIDO DE DILAÇÃO DE PRAZO INDEFERIDO E EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. Cuida-se de apelação onde se objetiva a reforma da decisão singular que extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 284, parágrafo único do CPC.

2. Estabelece o art. 867 do CPC que todo aquele que desejar prevenir responsabilidade, prover a conservação e ressalva de seus direitos ou manifestar qualquer intenção de modo formal poderá fazer por escrito o seu protesto.

3. O vigente Código Civil, Seção III - art. 202, incisos I e II - cuida das causas que interrompem a prescrição. A teor do dispositivo legal mencionado, a interrupção da prescrição ocorre com o despacho do juiz que ordenar a citação. Contudo, estabelece o § 1º do art. 219, do Código de Processo Civil, que: "A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação."

4. Caberia à CEF, antes de ajuizar a demanda, tomar todas as providências necessárias ao seu ajuizamento, posto que a dilação do prazo pretendida acarreta a prorrogação do prazo prescricional, como bem entendeu o julgador singular.

5. Não tendo a requerente atendido ao comando do art. 282 do CPC, foi-lhe conferida a oportunidade de, no prazo de 10 dias, sanar as faltas da petição inicial, a teor do que estabelece o art. 284 do CPC, não conseguindo a mesma se desincumbir do encargo que lhe cabia.

6. Manutenção da decisão singular que extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 284, parágrafo único do CPC.

7. Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

AC - 439199/PE - 2008.83.00.002580-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV/PROC	:	IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO	:	YOSHINOBU NARITA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO INTERRUPTIVO DE PRAZO PRESCRICIONAL. VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA DESPROPORCIONAL AO BENEFÍCIO PATRIMONIAL PRETENDIDO. OPORTUNIDADE PARA SANAR O DEFEITO DA INICIAL. ART. 284 DO CPC. APLICAÇÃO. PEDIDO DE DILAÇÃO DE PRAZO INDEFERIDO E EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. Cuida-se de apelação onde se objetiva a reforma da decisão singular que extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 284, parágrafo único do CPC.

2. Estabelece o art. 867 do CPC que todo aquele que desejar prevenir responsabilidade, prover a conservação e ressalva de seus direitos ou manifestar qualquer intenção de modo formal poderá fazer por escrito o seu protesto.

3. O vigente Código Civil, Seção III - art. 202, incisos I e II - cuida das causas que interrompem a prescrição. A teor do dispositivo legal mencionado, a interrupção da prescrição ocorre com o despacho do juiz que ordenar a citação. Contudo, estabelece o § 1º do art. 219, do Código de Processo Civil, que: "A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação."

4. Caberia à CEF, antes de ajuizar a demanda, tomar todas as providências necessárias ao seu ajuizamento, posto que a dilação do prazo pretendida acarreta a prorrogação do prazo prescricional, como bem entendeu o julgador singular.

5. Não tendo a requerente atendido ao comando do art. 282 do CPC, foi-lhe conferida a oportunidade de, no prazo de 10 dias, sanar as faltas da petição inicial, a teor do que estabelece o art. 284 do CPC, não conseguindo a mesma se desincumbir do encargo que lhe cabia.

6. Manutenção da decisão singular que extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 284, parágrafo único do CPC.

7. Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

AC - 439211/PE - 2008.83.00.000411-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa em Matéria Penal)
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO	:	CARLOS FELIPE DOS SANTOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO INTERRUPTIVO DE PRAZO PRESCRICIONAL. VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA DESPROPORCIONAL AO BENEFÍCIO PATRIMONIAL PRETENDIDO. OPORTUNIDADE PARA SANAR O DEFEITO DA INICIAL. ART. 284 DO CPC. APLICAÇÃO. PEDIDO DE DILAÇÃO DE PRAZO INDEFERIDO E EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. Cuida-se de apelação onde se objetiva a reforma da decisão singular que extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 284, parágrafo único do CPC.

2. Estabelece o art. 867 do CPC que todo aquele que desejar prevenir responsabilidade, prover a conservação e ressalva de seus direitos ou manifestar qualquer intenção de modo formal poderá fazer por escrito o seu protesto.

3. O vigente Código Civil, Seção III - art. 202, incisos I e II - cuida das causas que interrompem a prescrição. A teor do dispositivo legal mencionado, a interrupção da prescrição ocorre com o despacho do juiz que ordenar a citação. Contudo, estabelece o § 1º do art. 219, do Código de Processo Civil, que: "A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação."

4. Caberia à CEF, antes de ajuizar a demanda, tomar todas as providências necessárias ao seu ajuizamento, posto que a dilação do prazo pretendida acarreta a prorrogação do prazo prescricional, como bem entendeu o julgador singular.

5. Não tendo a requerente atendido ao comando do art. 282 do CPC, foi-lhe conferida a oportunidade de, no prazo de 10 dias, sanar as faltas da petição inicial, a teor do que estabelece o art. 284 do CPC, não conseguindo a mesma se desincumbir do encargo que lhe cabia.

6. Manutenção da decisão singular que extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 284, parágrafo único do CPC.

7. Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

AC - 440048/PB - 2008.05.99.000614-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara da Comarca de Cuité
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARIA DO SOCORRO DA SILVA FERREIRA
ADV/PROC	:	GENIVANDO DA COSTA ALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL. PROVA DOCUMENTAL. VINCULO EMPREGATÍCIO COM PREFEITURA.

1. Em se tratando de rurícola, não se exige a prova do cumprimento do período de carência através do recolhimento das respectivas contribuições, bastando provar o exercício da atividade rural por tempo igual ao período de carência exigido.

2. Da documentação acostada aos autos, depreende-se que a autora não preenche os requisitos exigidos em lei, visto que a autora desenvolveu atividade urbana, pois manteve vínculo com a Prefeitura Municipal de Cuité, pelo período de aproximadamente dois anos.

3. Tal fato contraria o disposto no § 8º do art. 9º do Dec. 3.048/99, bem como a Instrução Normativa INSS/DL nº 20/2000, segundo os quais não se considera segurado especial quem possui outra fonte de rendimento decorrente de atividade remunerada, ou de aposentadoria decorrente de qualquer regime.

4. Inexistentes os requisitos ensejadores do benefício pleiteado, uma vez que restou descaracterizado o trabalho em regime de economia familiar.

5. Apelação do INSS provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, dar provimento à apelação do INSS, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

AC - 440636/RN - 2008.05.00.021038-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	HOLANDA E MADRUGA LTDA

EMENTA

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECISÃO SINGULAR QUE CONHECEU DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE APÓS OUVIDA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 40, § 2º, DA LEI Nº 6.830/80. DÉBITO DE PEQUENO VALOR. DECURSO DO PRAZO DE CINCO ANOS. CONSTATAÇÃO. SÚMULA VINCULANTE Nº 08 DO STF.

1. Cuida-se de apelação da sentença que extinguiu a execução fiscal com resolução de mérito, decretando de ofício a prescrição intercorrente, com fulcro no art. 269, IV do CPC.

2. A prescrição tem como objetivo pôr fim a pretensão do titular da ação, que se quedou inerte em um determinado lapso de tempo, privilegiando assim, a segurança jurídica e a ordem social. Observe-se por oportuno, que a punibilidade pela prescrição, não decorre de qualquer inércia momentânea, mas sim da inércia prolongada, fruto da negligência do titular do direito.

3. A despeito do valor da execução ser de pouca monta é possível o reconhecimento da prescrição intercorrente, porquanto o arquivamento dos autos não suspende o curso do prazo prescricional.

4. O STF, ao argumento de que apenas lei complementar pode dispor sobre normas gerais em matéria tributária, declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 1.569/77 que estabelecia que o arquivamento administrativo das execuções fiscais de crédito tributário de pequeno valor é causa de suspensão do curso prescricional. Súmula Vinculante nº 8. "São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário".

5. Constatando-se que fora ouvida, previamente, a Fazenda Pública, acerca da ocorrência de prescrição e, tendo decorrido o prazo prescricional contados do arquivamento dos autos, em razão de pequeno valor, irreparável a decisão singular que concluiu por extinguir a Execução Fiscal.

6. Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

AC - 446852/PE - 2008.83.00.000632-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
APDO	:	CLEIDE MARIA LOPES DE OLIVEIRA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO JUDICIAL INTERRUPTIVO DE PRAZO PRESCRICIONAL. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA DO INTERESSE. CONSTATAÇÃO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

1. A decisão recorrida extinguiu o feito, sem resolução do mérito, por ausência de interesse de agir, ao fundamento de que o ordenamento jurídico admite o manejo do protesto cambial com o propósito de interromper a prescrição, por força do art. 202, III, do Código Civil de 2002, tornando prescindível o manejo da ação judicial.

2. A possibilidade de utilização do protesto extrajudicial não inibe a possibilidade de conseguir-se a interrupção da prescrição através da medida cautelar de protesto, prevista no art. 867 do CPC.

3. Reconhecido na hipótese, o interesse de agir, presente encontra-se esta condição da ação a ensejar o seu desenvolvimento regular.

4. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, DAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

AC - 447134/PE - 2008.83.00.002446-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO	:	MARIA JOSE DA SILVA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO JUDICIAL INTERRUPTIVO DE PRAZO PRESCRICIONAL. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA DO INTERESSE. CONSTATAÇÃO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

1. A decisão recorrida extinguiu o feito, sem resolução do mérito, por ausência de interesse de agir, ao fundamento de que o ordenamento jurídico admite o manejo do protesto cambial com o propósito de interromper a prescrição, por força do art. 202, III, do Código Civil de 2002, tornando prescindível o manejo da ação judicial.

2. A possibilidade de utilização do protesto extrajudicial não inibe a possibilidade de conseguir-se a interrupção da prescrição através da medida cautelar de protesto, prevista no art. 867 do CPC.

3. Reconhecido na hipótese, o interesse de agir, presente encontra-se esta condição da ação a ensejar o seu desenvolvimento regular.

4. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, DAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 01 de julho de 2008.
Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
Relator

RESUMO DOS PROCESSOS:
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA - 1
DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT - 1
DESEMBARGADOR FEDERAL NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - 1
DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA - 21
DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA - 61

PAUTA DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na pauta de julgamento da Segunda Turma do dia 22/7/2008, terça-feira, às 14:00 horas, podendo, entretanto, nesta mesma sessão ou sessões subseqüentes, serem julgados os processos adiados ou constantes de pautas já publicadas

APELREEX - 39/CE - 2003.81.10.001538-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	16ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APELANTE	:	MARIA RODRIGUES DE SOUZA
ADV/PROC	:	ANTONIO JUVENAL OLIVEIRA DOS SANTOS e outro
APELADO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REMTE	:	JUÍZO DA 16ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (JUAZEIRO DO NORTE) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

APELREEX - 75/PB - 2008.05.99.001669-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	3ª Vara da Comarca de Cajazeiras
APELANTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APELADO	:	VICENTE RAIMUNDO DA SILVA
ADV/PROC	:	MARCELO DE ALMEIDA MATIAS
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA COMARCA DE CAJAZEIRAS - PB

APELREEX - 289/PB - 2008.05.99.001851-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	2ª Vara da Comarca de Soledade
APELANTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APELADO	:	NEUSA MARIA DOS SANTOS
ADV/PROC	:	CARLOS ANTONIO DE ARAUJO BONFIM
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SOLEDADE - PB

AGTR - 82718/PB - 2007.05.00.077229-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	LINK ENGENHARIA IND/ E COM/ LTDA
AGRTE	:	RICARDO MORAES DE PESSOA
AGRTE	:	WAGNER PÉRICLES AMORIM PEREIRA
ADV/PROC	:	FERNANDO AMÉRICO DE FIGUEIREDO PORTO e outros
AGRDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

AGTR - 83501/RN - 2007.05.00.089159-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	JOANA GERALDA LIMA DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	ENÉLIO LIMA PETROVICH e outro

AGTR - 83612/CE - 2007.05.00.089194-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	MARIA DE FÁTIMA VASCONCELOS
ADV/PROC	:	MARCOS DA SILVA BRUNO e outros
AGRDO	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
AGRDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO e outros

AGTR - 84182/PB - 2007.05.00.093611-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
AGRTE	:	LUIZ CARLOS DA SILVA TORRES
REPTE	:	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	LEILA REGINA DE BRITO ANDRADE e outros
AGRDO	:	CAIXA SEGURADORA S/A

AGTR - 84430/AL - 2007.05.00.093930-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	EVERALDO JOSÉ LYRA DE ALMEIDA e outros
AGRDO	:	JAQUELANE FERREIRA DA SILVA e cônjuge

AGTR - 85399/CE - 2007.05.99.003635-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	1ª Vara da Comarca de Pacatuba
AGRTE	:	CERVEJARIAS KAISER BRASIL S/A
ADV/PROC	:	ALEXANDRE BRENAND DA SILVA e outros
AGRDO	:	FAZENDA NACIONAL

AMS - 100609/PE - 2007.83.00.005160-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO S/A
ADV/PROC	:	FERNANDA GONÇALVES BRAGA e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)

REOMS - 101505/PE - 2007.83.00.017897-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
PARTE A	:	TIAGO DE ANDRADE LIMA MOTTA
ADV/PROC	:	CARLOS MURILO NOVAES e outros
PARTE R	:	ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
REMTE	:	JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)

AC - 159935/AL - 99.05.07873-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANDRÉ FALCÃO DE MELO e outros
APDO	:	OTILIA SABINO DOS SANTOS e outros
ADV/PROC	:	PAULO GERALDO DOS SANTOS VASQUES e outro

AC - 313688/CE - 2003.05.00.002416-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADV/PROC	:	ERICA PAES CAVALCANTE e outros
APDO	:	MANUEL EDUARDO PINHEIRO CAMPOS
ADV/PROC	:	RODOLFO LICURGO TERTULINO DE OLIVEIRA e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

AC - 346989/SE - 2003.85.00.005411-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Sergipe
APTE	:	ARTUR FONSECA
ADV/PROC	:	MARIA ANGELICA BASTOS NASCIMENTO DE CAMPOS e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	PAULA GIRON MARGALHO e outros

AC - 354040/AL - 2005.05.99.000113-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	COMPANHIA AÇUCAREIRA CONCEIÇÃO DO PEIXE
ADV/PROC	:	EDUARDO MESSIAS GONÇALVES DE LYRA JÚNIOR

AC - 354058/AL - 2004.80.00.004299-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	GENESIA DOS SANTOS SILVA
ADV/PROC	:	FLAVIO ALMEIDA DA SILVA JUNIOR e outros

AC - 368160/CE - 2003.81.00.013591-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CARLOS CESAR CARVALHO DE ARAÚJO e cônjuge
ADV/PROC	:	ANTONIO DE PÁDUA DE FARIAS MOREIRA
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR

AC - 369124/CE - 2004.81.00.009341-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA
ADV/PROC	:	MONICA RODRIGUES DE LIMA

AC - 374489/PE - 2005.83.08.001181-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	DORGIVAL GOMES DE MEDEIROS
ADV/PROC	:	GERALDINE CAVALCANTI LINS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 388235/PE - 2004.83.00.019434-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	PERNOD RICARD DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADV/PROC	:	JOSE GALDINO DA SILVA FILHO e outros

REOAC - 398521/SE - 2005.85.02.000854-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
PARTE A	:	MARIA HELENA DE JESUS
ADV/PROC	:	ANTONIO FRANCISCO FONTES
PARTE R	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
PARTE R	:	UNIÃO
REMTE	:	JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ESTÂNCIA) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

AC - 406575/PE - 2005.83.00.013483-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros
APDO	:	IRACEMA DE MELO CAMPINA e outro
ADV/PROC	:	MARIA HELENA SANDES e outro

AC - 415886/SE - 2007.05.99.001134-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	2ª Vara da Comarca de Tobias Barreto
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARIA SOUZA DE MENEZES
ADV/PROC	:	ANTONIO NERY DO NASCIMENTO JÚNIOR
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO - SE

AC - 416167/SE - 2007.05.99.001386-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	Vara Única de Tobias Barreto
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARIA ENEDINA DA FONSECA
ADV/PROC	:	ANTONIO NERY DO NASCIMENTO JÚNIOR
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO - SE

AC - 416907/SE - 2007.05.99.001529-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	1ª Vara Cível da Comarca de Lagarto
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	AGUINALDO JOSE DOS SANTOS
ADV/PROC	:	HAMILTON LIMA DE ANDRADE

REOAC - 417386/PB - 2002.82.01.005171-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
PARTE A	:	ALDENORA DE CARVALHO JERÔNIMO
ADV/PROC	:	OTONIEL ANACLETO ESTRELA
PARTE R	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (SOUSA) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

AC - 420776/SE - 2007.05.99.001960-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	Vara Única de Tobias Barreto
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	JHONATTAN DORIA OLIVEIRA
REPTE	:	MARIA DORIA DOS SANTOS
ADV/PROC	:	THEREZA DANTAS DA SILVA
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO - SE

AC - 421287/PB - 2007.05.00.061224-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	6ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	JOAQUIM MARIA DA SILVA
ADV/PROC	:	JOSEFA INEZ DE SOUZA
REMTE	:	JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (CAMPINA GRANDE)

AC - 439592/SE - 2008.05.99.000685-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	Vara Única de Tobias Barreto
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	JOSÉ AILTON DOS REIS SANTOS
ADV/PROC	:	THEREZA DANTAS DA SILVA
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO - SE

AC - 439877/SE - 2007.85.00.003641-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Sergipe
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	LENORA VIANA DE ASSIS e outros
APDO	:	MARIA MADALENA SOUTO MAIOR
ADV/PROC	:	ANA CRISTINA MENDONÇA SOUTO MAIOR

REOAC - 446122/SE - 2008.05.99.001459-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	1ª Vara Cível da Comarca de Lagarto
PARTE A	:	EDIVÂNIA BATISTA DOS SANTOS
ADV/PROC	:	HAMILTON LIMA DE ANDRADE
PARTE R	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO - SE

AC - 446620/AL - 2007.80.00.007216-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CARLOS ANDRÉ CANUTO DE ARAÚJO e outros
APDO	:	GERALDO DOS ANJOS e outros
ADV/PROC	:	ILANA FLÁVIA CAVALCANTI SILVA e outros

AC - 446960/CE - 2008.05.00.035898-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	JOSE AMANCIO DE MOURA
ADV/PROC	:	NICASIO DAMO
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

REOAC - 447008/CE - 2007.81.00.012841-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
PARTE A	:	ANDORINHAS EMPREENDIMENTOS LTDA
ADV/PROC	:	ANTONIO KALLIL CAVALCANTE QUIRINO
PARTE R	:	FAZENDA NACIONAL
REMTE	:	JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

AC - 447032/CE - 2008.05.99.001581-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Umirim
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARIA FERREIRA DOS SANTOS
ADV/PROC	:	SILVIA MARIA BEZERRA GOMES DA SILVA

REOAC - 447042/PB - 2008.05.99.001658-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	2ª Vara da Comarca de Piancó
PARTE A	:	PETRONILIA MOURA DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	GERIVALDO DANTAS DA SILVA
PARTE R	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE PIANCÓ - PB

AC - 447316/AL - 2007.80.00.001070-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	OAB/AL - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DE ALAGOAS
ADV/PROC	:	OMAR COELHO DE MELLO
APDO	:	PÁTROCUS QUINTELA DE MEDEIROS
ADV/PROC	:	LAERCIO M. DE AMORIM M. FILHO e outro

AC - 447498/PB - 2008.05.99.001786-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Bonito de Santa Fé
APTE	:	MARIA DO SOCOPRRO CAZUZA TIMÓTEO
ADV/PROC	:	JULIO PEREIRA DE SOUSA
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 447929/PE - 2007.83.00.018689-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	JOSIAS ALVES BEZERRA e outros
APDO	:	CRED VIDA E ASSESORIA ADMINISTRATIVA LTDA-ME

AC - 448074/PE - 2008.83.00.003311-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	ADELSON COSTA DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	JANETE FERREIRA MACIEL
APDO	:	UNIÃO

AC - 448248/PE - 2007.83.00.013444-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	ESMERALDINA ASSIS MONTEIRO DA SILVA
ADV/PROC	:	SÉRGIO SILVIO GOMES ALVES e outro
APDO	:	UNIÃO

AC - 448361/PE - 2008.83.00.000864-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
APDO	:	LUIZ DE GUSMÃO DA SILVA

AC - 448793/PB - 2007.82.00.003491-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL
ORIGEM	:	3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FRANCISCO EDWARD AGUIAR NETO e outros
APDO	:	MARGARETE SOUZA QUEIROZ
ADV/PROC	:	GERALDO RIBEIRO DE QUEIROZ

APELREEX - 133/PB - 2007.82.00.008694-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APELANTE	:	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
APELADO	:	MARIA GOMES PIRES
ADV/PROC	:	GERSON MOUSINHO DE BRITO e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)

APELREEX - 307/PE - 2007.83.00.001628-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APELANTE	:	CRC/PE - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	MAURO CEZAR DA SILVA CRUZ
APELADO	:	MUCIO ANGEIRAS PENA

APELREEX - 319/PE - 2003.83.00.000296-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APELANTE	:	FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	AMATA ENGENHARIA OBRAS E SERVIÇOS LTDA
ADV/PROC	:	FRANCISCO MONTEIRO DA ROCHA e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE) - PRIVATIVA DAS EXEC. FISCAIS

MCTR - 2113/AL - 2005.05.00.022456-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	1ª Vara de Maceió
REQTE	:	RÔMULO ANTÔNIO ARAÚJO SILVA
ADV/PROC	:	THIAGO DE SOUZA MENDES e outro
REQDO	:	UNIÃO

AC - 6316/CE - 90.05.03893-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	EPITACIO PAULO
REMTE	:	JUIZO FEDERAL DA 4A VARA-CE

AGTR - 48425/AL - 2003.05.00.004657-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	EDILSON BRASILEIRO MEDEIROS e outros
AGRDO	:	JOSIMAR ALVES DA SILVA e cônjuge

AGTR - 50851/RN - 2003.05.00.022880-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	WELLINGTON FERNANDES DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	EMANUEL PAIVA PALHANO
AGRDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
LIT PASS	:	IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
LIT PASS	:	CREA/RN - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE

AGTR - 51523/PE - 2003.05.00.026420-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	CARLOS CEZAR DE ALMEIDA COELHO
ADV/PROC	:	FELIPE BORBA BRITTO PASSOS e outro
AGRDO	:	TABAJARA S/A CREDITO IMOBILIARIO em liquidação extrajudicial
ADV/PROC	:	MILTON MASCENA FILHO e outro
LIT PASS	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	HAROLDO TEMPORAL VARELLA e outros

AGTR - 53490/CE - 2004.05.00.000082-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	MARIA DE FATIMA ANTUNES BEZERRA
ADV/PROC	:	ALBERTO BELCHIOR MORENO MAIA e outros
AGRDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MAURO ABNER BARREIRA FURTADO e outros

AGTR - 54378/AL - 2004.05.00.004827-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	SHEYLA FERRAZ DE MENEZES e outros
AGRDO	:	CICERO DE BARROS FARIAS e outro
DEF. PÚBLICO	:	ALISSON WANDER PAIXAO

AGTR - 54765/PE - 2004.05.00.007956-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA ALVES
ADV/PROC	:	LEONARDO ALEXANDRE DE LUNA e outro
AGRDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	LUIZ CORREIA SALES e outros

AGTR - 54940/CE - 2004.05.00.008434-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	KARLA MAGALHÃES KARAM e outros
AGRDO	:	FRANCISCA JOELIA OLIVEIRA DIAS e outros
ADV/PROC	:	LAURO HENRIQUE LOBO BANDEIRA e outros

AGTR - 55068/CE - 2004.05.00.010096-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	ANGELINA FONSECA GALVAO e cônjuge
ADV/PROC	:	JORGEANA LOPES DE LIMA e outro
AGRDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANNA KARINNE NERY VERAS e outros

AGTR - 55263/PE - 2004.05.00.009683-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	JUSTINIANO DIAS DA SILVA JÚNIOR e outros
AGRDO	:	ALMIR BEZERRA DE MELO e cônjuge
ADV/PROC	:	RAIMUNDA IRACEMA CORREIA

AGTR - 56017/CE - 2004.05.00.014468-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	TARCÍSIO VICENTE DE SOUSA
ADV/PROC	:	FÁBIA DE ARAÚJO BEZERRA LEITE e outros
AGRDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	JOSÉ GUERREIRO CHAVES FILHO e outros

AGTR - 59326/AL - 2004.05.00.039226-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	PAULO ELTON VASCONCELOS ALVES e outros
AGRDO	:	WONG KUEN KUEN DE PAULA FREITAS e outro
ADV/PROC	:	ANTHONY FERNANDES OLIVEIRA LIMA

AGTR - 59935/CE - 2005.05.00.000261-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR
AGRDO	:	EXPEDITO BATISTA DE LIMA e cônjuge
ADV/PROC	:	FRANCISCO WELTON LINHARES DEMÉTRIO DE SOUZA

AGTR - 60232/CE - 2005.05.00.002394-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
AGRDO	:	ANTONIO HELIO MARQUES JUCA e cônjuge
ADV/PROC	:	PAULO ANTONIO GUIMARAES PINHEIRO

AGTR - 60860/CE - 2005.05.00.004863-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
AGRDO	:	ELENIR FERNANDES COSTA e outro
ADV/PROC	:	IRENILZA DE SOUSA FERREIRA

AC - 67041/PE - 94.05.40712-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	JOSE SEVERINO DA SILVA e outros
ADV/PROC	:	CARLAN CARLO DA SILVA e outros
APDO	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	MARIA ESPINDOLA FALCAO
ADV/PROC	:	ANA ANTONIA GOIS DE MENEZES e outros

AGTR - 68335/CE - 2006.05.00.020664-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	COMPANHIA TÉCNICA DE ENGENHARIA ELÉTRICA
ADV/PROC	:	JOSÉ HENRIQUE WANDERLEY FILHO e outros
AGRDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PARTE R	:	KENNEDY MOURA RAMOS
PARTE R	:	ROBERTO SMITH
PARTE R	:	CLAUDIO VASCONCELOS FROTA
PARTE R	:	FRANCISCO DE ASSIS GERMANO ARRUDA
PARTE R	:	LUIZ ETHEWALDO DE ALBUQUERQUE GUIMARAES
PARTE R	:	VICTOR SAMUEL CAVALCANTE DA PONTE
PARTE R	:	RAIMUNDA LÚCIA PESSOA DE LIMA
PARTE R	:	JOSE NOBRE GUIMARAES
PARTE R	:	JOSÉ ADALBERTO VIEIRA DA SILVA
PARTE R	:	SISTEMA DE TRANSMISSAO NORDESTE STN
PARTE R	:	ENPHASE PROJETOS DE INVESTIMENTO E CONSULTORIA LTDA

AGTR - 70468/CE - 2006.05.00.055025-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	DIONEA AUTRAN NUNES DE MESQUITA
ADV/PROC	:	ARMANDO CORDEIRO DE FARIAS e outro

AGTR - 71485/PB - 2006.05.00.065660-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
AGRTE	:	MUNICÍPIO DE CONDE - PB
ADV/PROC	:	BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO e outro
AGRDO	:	UNIÃO

AGTR - 72931/CE - 2007.05.99.000017-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Aurora
AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	MARIA LUZANIRA DE SOUZA
ADV/PROC	:	FRANCISCO NARDELI MACEDO CAMPOS

AGTR - 73325/CE - 2007.05.00.000610-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
AGRDO	:	FRANCISCO LIMA ARAGAO
AGRDO	:	HEITOR HUGO DA SILVEIRA
AGRDO	:	HENRIQUE OLIVEIRA SOUZA
AGRDO	:	MOZART RAMOS FORTE
AGRDO	:	JOSE MARIA DE CARVALHO
ADV/PROC	:	RAIMUNDO IVANILDO DE SENA e outros

AGTR - 73351/RN - 2007.05.00.000619-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	IRENE TEODOSIO DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	ENÉLIO ANTÔNIO GALVAO PETROVICH e outro

AGTR - 74404/SE - 2007.05.99.000218-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	2ª Vara da Comarca de Nossa Senhora do Socorro
AGRTE	:	ANGELA MARIA DOS SANTOS
ADV/PROC	:	MAURÍCIO SOBRAL NASCIMENTO
AGRDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AGTR - 74534/AL - 2007.05.00.006177-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	ADILSON BATISTA LEITE
AGRDO	:	ANILDSON MENEZES SILVA
AGRDO	:	ANTONIO MARTINS DOS SANTOS NETO
AGRDO	:	AURÉLIO JOSÉ XAVIER LINS
AGRDO	:	CARLOS JOSÉ FERREIRA GONÇALVES
ADV/PROC	:	ANITA LIMA ALVES DE MIRANDA GAMELEIRA

AGTR - 80425/AL - 2007.05.00.061635-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	MUNICÍPIO DE CRAÍBAS - AL
ADV/PROC	:	DANIEL COSTA DA CUNHA e outro
AGRDO	:	UNIÃO
PARTE R	:	IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

AGTR - 82430/CE - 2007.05.00.076575-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
AGRDO	:	ASSECAS - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO DNOCS
ADV/PROC	:	GLAYDDES MARIA SINDEAUX ESMERALDO

AGTR - 83788/CE - 2007.05.00.089524-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
ADV/PROC	:	ALEXANDRE COSTA LIMA NETO
AGRDO	:	ASSECAS - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO DNOCS
ADV/PROC	:	GLAYDDES MARIA SINDEAUX ESMERALDO e outros

AGTR - 85551/CE - 2008.05.00.001931-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
AGRTE	:	CLAUDIO DA SILVEIRA QUINDERE
AGRTE	:	CARBOMIL AGROPECUARIA S/A
ADV/PROC	:	MONICA BARBOSA DE MARTINS MELLO e outros
AGRDO	:	UNIÃO

AGTR - 85599/PB - 2008.05.00.002042-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	5ª Vara Federal da Paraíba (Privativa de Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	ROBERTO CAVALCANTI CIRAULO
ADV/PROC	:	JOSE AUGUSTO MEIRELLES NETO e outro

AGTR - 86138/PB - 2008.05.00.006398-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	10ª Vara Federal da Paraíba
AGRTE	:	COREN/PB - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAÍBA
ADV/PROC	:	VIVIAN STEVE DE LIMA e outros
AGRDO	:	ROBERTA DE LOURDES TOLEDO ROCHA

AGTR - 86173/AL - 2008.05.00.006419-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	CRA/AL - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ALAGOAS
ADV/PROC	:	WILLIAMS PACIFICO ARAUJO DOS SANTOS e outro
AGRDO	:	PLENA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA
ADV/PROC	:	EDILSON BRASILEIRO MEDEIROS

AGTR - 86176/PB - 2008.05.00.006418-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
AGRTE	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
AGRDO	:	MARIA ELISABETH DE SOUSA
ADV/PROC	:	CELINA LOPES PINTO

AGTR - 86208/PE - 2008.05.00.006448-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	NATALIA ESTER PRADO BORGES
REPTE	:	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

AGTR - 86209/PE - 2008.05.00.006518-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Questões Agrárias)
AGRTE	:	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARREIROS - PE
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
AGRDO	:	ROBSON FERNANDO VASCONCELOS DA SILVA
AGRDO	:	EDSON SOUZA PEREIRA DE BRITO
ADV/PROC	:	LUIZ ANTONIO CARDOSO GAYÃO e outros

AGTR - 86312/AL - 2008.05.00.006600-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ADV/PROC	:	ADEMAR JOSE DA SILVA e outros
AGRDO	:	JOSE BALBINO DA COSTA

AGTR - 86611/PE - 2008.05.00.007188-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	INTERAVIA TRANSPORTES LTDA
ADV/PROC	:	CELSO LUIZ DE OLIVEIRA e outros
AGRDO	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 86843/PB - 2008.05.00.014062-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
AGRTE	:	EDIVAN DA SILVA
ADV/PROC	:	HEITOR CABRAL DA SILVA
AGRDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	LEILA REGINA DE BRITO ANDRADE e outros

AGTR - 86929/PE - 2008.05.00.014280-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Pernambuco
AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	MUNICÍPIO DE ARARIPINA - PE
ADV/PROC	:	FABRÍZIO AMORIM DE MENEZES e outros

AGTR - 87074/AL - 2008.05.00.020735-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	G BARBOSA COMERCIAL LTDA
ADV/PROC	:	VITOR HUGO PEREIRA DA SILVA e outros

AGTR - 87225/PB - 2008.05.00.021103-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	10ª Vara Federal da Paraíba
AGRTE	:	EDMUNDO PEREIRA DE ASSIS NETO
ADV/PROC	:	MANOEL CLEMENTINO DE FREITAS e outro
AGRDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AGTR - 87350/PE - 2008.05.00.022640-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	24ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	METALURGICA DALLAS LTDA

AGTR - 87399/SE - 2008.05.99.000900-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Gararu
AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	SALVELINO JOSE DE BARROS
ADV/PROC	:	JOSÉ DIAS GUIMARÃES

AGTR - 87479/RN - 2008.05.99.000999-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	Vara da Fazenda Pública da Comarca de Parnamirim - RN
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	SUFABRIL NORDESTE S/A

AGTR - 87497/RN - 2008.05.99.000984-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	Vara da Fazenda Pública da Comarca de Parnamirim - RN
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	CONSTRUTORA RN BRASIL LTDA

AGTR - 87562/PB - 2008.05.00.023008-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	4ª Vara Federal da Paraíba
AGRTE	:	GUILHERME ANTONIO GAIAO
ADV/PROC	:	JALDELENIO REIS DE MENESES
AGRDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

AGTR - 87570/AL - 2008.05.00.023011-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
AGRTE	:	GERSON LOPES DE ALBUQUERQUE
ADV/PROC	:	JOSÉ JASSON ROCHA TENÓRIO
AGRDO	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 87693/SE - 2008.05.00.023216-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Sergipe
AGRTE	:	FARMAC COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
ADV/PROC	:	THIAGO JOSÉ DE CARVALHO OLIVEIRA e outros
AGRDO	:	ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

AGTR - 87703/PB - 2008.05.00.023359-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	4ª Vara Federal da Paraíba
AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

AGTR - 87822/RN - 2008.05.00.028207-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
AGRTE	:	UNIÃO
AGRDO	:	FRANCISCA LEITE DE ALMEIDA
AGRDO	:	IONE SOARES DE ALMEIDA
AGRDO	:	DIONE SOARES DE ALMEIDA
ADV/PROC	:	ADRIANA WANDERLEY DA CUNHA LIMA

AGTR - 88268/PE - 2008.05.00.028538-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
AGRTE	:	KELNER PUBLICIDADE E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADV/PROC	:	FÁBIO HENRIQUE DE ARAÚJO URBANO
AGRDO	:	FAZENDA NACIONAL

AMS - 91544/AL - 2005.80.00.001038-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	JOSÉ GOMES DA SILVA
ADV/PROC	:	LOURIVAL SIQUEIRA DE OLIVEIRA
APDO	:	UNIÃO

AMS - 97394/CE - 2006.81.00.002708-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	ALEVARGAS BARRETO ALVES e outros
ADV/PROC	:	RODRIGO ANTONIO MAIA BARRETO
APDO	:	CEFET/CE - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO CEARÁ
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

AC - 154089/RN - 98.05.53213-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	APURINAN VIEIRA BATISTA e outros
ADV/PROC	:	MARCIA DE ALMEIDA BRITO E SOUSA e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FRANCISCO FREDERICO FELIPE MARROCOS e outros

AC - 228016/AL - 2000.05.00.044532-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Alagoas
APTE	:	MOACIR ANSELMO DO NASCIMENTO e outro
ADV/PROC	:	JOSÉ PETRÚCIO DE OLIVEIRA
APDO	:	UNIÃO

AC - 368801/CE - 2004.81.00.022374-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	JOAO BATISTA CASTRO RAMALHO e outros
ADV/PROC	:	FRANCISCO DE ASSIS GOMES MARTINS e outros
APDO	:	UNIÃO

AC - 378183/PB - 2003.82.00.009543-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	AMARO ORIENTE DE CUSSATI
DEF. PÚBLICO	:	FREDERICO RODRIGUES VIANA DE LIMA e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	SINEIDE ANDRADE CORREIA LIMA e outro

AC - 387551/PE - 2006.05.00.028012-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CRISTIANE FERREIRA DA SILVA
ADV/PROC	:	VERA LÚCIA DE ORANGE LINS DA FONSECA E SILVA e outros
APDO	:	UNIÃO
APDO	:	PEDRO TOROS BELIAN

AC - 398213/PE - 2005.83.00.002625-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Questões Agrárias)
APTE	:	GRACIA MARIA CAFFE LIMA MIRANDA e outros
ADV/PROC	:	MARCUS COSTA DE AZEVEDO e outro
APDO	:	INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 399302/PE - 2000.83.00.010912-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	VICÊNCIA JOSEFA SERAFIM
ADV/PROC	:	JOSÉ CARLOS LIMA DE MEDEIROS e outros
APDO	:	UNIÃO e outros

AC - 403319/PE - 2006.05.00.071191-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Questões Agrárias)
APTE	:	EDJANE MARIA DE ARAÚJO e outro
ADV/PROC	:	RONALDO COELHO FILHO e outro
APDO	:	UNIÃO

AC - 407869/PB - 2006.82.01.003382-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	4ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	EUNICE ITALIANO DA NOBREGA e outros
ADV/PROC	:	YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE e outro
APDO	:	UNIÃO

AC - 409312/PE - 2000.83.00.005410-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	CREA/PE - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DE PERNAMBUCO
ADV/PROC	:	ANA RITA COSTA LIMA FALCÃO e outro
APDO	:	AMARO ROBERTO JESUS DO NASCIMENTO

AC - 418258/PE - 2007.05.00.035915-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	JOSÉ MARTINS DA SILVA FILHO e outro
ADV/PROC	:	VERA LÚCIA DE ORANGE LINS DA FONSECA E SILVA e outros
APDO	:	BASE CONSTRUTORA LTDA
ADV/PROC	:	JOSE AIRTON GARRIDO DE VASCONCELOS e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)

AC - 423576/PE - 2000.83.00.009843-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE	:	ANTONIA MARIA DA ANUNCIAÇÃO DA SILVA
ADV/PROC	:	RONALDO COELHO FILHO e outro
APDO	:	UNIÃO
PARTE R	:	MARIA ESPINDOLA FALCÃO
ADV/PROC	:	DANIELA MARIA A. ALVES DE MELO e outros

AC - 424342/AL - 2006.80.01.000694-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
APDO	:	ANTONIO SANTOS e outros
ADV/PROC	:	MARCOS RADLER DE QUEIROZ e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DE ALAGOAS (ARAPIRACA) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

AC - 424469/AL - 2006.80.01.000687-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	8ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
APDO	:	JOSE GERONIMO DOS SANTOS e outros
ADV/PROC	:	MARCOS RADLER DE QUEIROZ e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DE ALAGOAS (ARAPIRACA) - COMPETENTE P/ EXEC. PENAIS

AC - 429015/PB - 2006.82.00.005978-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	GELIA NEVES GUERRA
ADV/PROC	:	JOSEMILIA DE FÁTIMA BATISTA GUERRA e outro
RECTE AD	:	GELIA NEVES GUERRA
REMTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)

AC - 431272/CE - 2003.81.00.016480-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	ASSECAS - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO DNOCS
ADV/PROC	:	GLAYDDES MARIA SINDEAUX ESMERALDO e outro
APDO	:	UNIÃO
APDO	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

AC - 431587/PE - 2006.83.00.012488-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	ADEMÁRIO DE OLIVEIRA PEREIRA e outros
ADV/PROC	:	JOAO MAURICIO CAVALCANTI GOMES DA FONSECA e outros
APDO	:	CEFET/PE - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PERNAMBUCO
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

AC - 434407/PE - 2007.83.00.009744-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTONIO HENRIQUE FREIRE GUERRA e outros
APDO	:	ROSSEVELT CAVALCANTI DA SILVA
ADV/PROC	:	JOCELINO NUNES NETO e outro

AC - 435603/PE - 2006.83.00.009386-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	FERNANDO MACHADO e cônjuge
ADV/PROC	:	CEDRIC JOHN BLACK DE C. BEZERRA e outros
APDO	:	UNIÃO

AC - 435971/PB - 2006.82.02.000714-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	8ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	MARIA SOCORRO SARAIVA
ADV/PROC	:	JOSE AIRTON GONCALVES DE ABRANTES e outro
APDO	:	CEFET/PB - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLOGICA DA PARAÍBA
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

AC - 436696/CE - 2006.81.00.012661-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	MARIA COELI ALCANTARA DE ALENCAR
ADV/PROC	:	CARMOLINDA SOARES MONTEIRO e outro
APDO	:	UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

AC - 437299/CE - 2008.05.00.007008-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	20ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	PADARIA E CONFEITARIA CRISTIANO LTDA.

AC - 437912/SE - 2005.85.00.000420-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	3ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	IVALDO PAULO SOUZA DE JESUS e outro
ADV/PROC	:	JAMES MENDONÇA OLIVEIRA

AC - 437963/PE - 2007.83.00.008742-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CONCEIÇÃO KEANE GOMES CHAVES e outros
APDO	:	FLAVIO REBELO TAVORA
ADV/PROC	:	JOSEH ANTONIO DE OLIVEIRA TAVORA e outros

AC - 438726/PB - 2007.82.00.000561-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	ROSILDA TOLÊDO SALES
ADV/PROC	:	DAVID SARMENTO CAMARA e outros

AC - 438811/PE - 2008.83.00.000640-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	21ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	JAINE ARETAKIS CORDEIRO DIDIER e outros
APDO	:	SIMONE VASCONCELOS

AC - 439334/CE - 2008.05.00.014212-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	JOJOBA DO BRASIL S/A - JOBRASA

AC - 439611/CE - 2008.05.00.014352-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	20ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	EAR ENGENHARIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA

AC - 439641/PB - 2005.82.00.009579-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	PEDRO SOARES DA ROCHA e outros
ADV/PROC	:	NEMESIO ALMEIDA SOARES JUNIOR
APDO	:	UNIÃO

AC - 439691/CE - 2008.05.00.018021-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	20ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	AVITEL COMÉRCIO CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA

AC - 439777/CE - 2008.05.00.013698-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	AVITEL COMÉRCIO CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA

AC - 441038/CE - 2008.05.00.022568-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	20ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	CENTRA CENTRAL DE RAÇÕES LTDA

AC - 441218/PE - 2008.05.99.000688-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	2ª Vara Privativa da Fazenda Pública da Comarca de Jaboatão dos Guararapes
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	SEVERINO BEZERRA FILHO

AC - 441542/PB - 2000.82.01.003986-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	10ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	SUPERMERCADO PEXINXAO LTDA

AC - 442016/PE - 2007.83.00.008914-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARCELO SANTIAGO BEZERRA DE LIMA e outros
APDO	:	VILARZITO NOGUEIRA JÚNIOR
ADV/PROC	:	VILARZITO NOGUEIRA JUNIOR

AC - 442443/PE - 2008.83.00.004193-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Questões Agrárias)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
APDO	:	SONIA MARIA DA SILVA

AC - 442713/CE - 2008.05.00.023091-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	20ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	XIMENES MATERIAL ELETRICO LTDA

AC - 442740/CE - 2008.05.00.023065-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	ABDIAS PEIXOTO FILHO ME

AC - 443697/SE - 2008.05.00.027985-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Sergipe (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	DISPROFAR LTDA

AC - 443762/CE - 2008.05.00.027988-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	20ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	MARIA HERBENE BARBOSA

AC - 444034/SE - 2007.85.02.000340-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Sergipe (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	LENORA VIANA DE ASSIS e outro
APDO	:	CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA

AC - 444572/CE - 2008.05.99.000550-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	1ª Vara da Comarca de Crateús
APTE	:	IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	INDUSTRIA DE CERAMICA GREMIHEL LTDA ME

AC - 444879/PE - 2001.83.00.009081-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	MACTRONIC LTDA

AC - 444912/PE - 2001.83.00.004101-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	ADRIATICO FORNECIMENTOS PARA NAVIOS LTDA

AC - 444916/PE - 2002.83.00.009503-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	PH PRODUÇOES & ARTE LTDA ME

AC - 444934/PB - 2007.82.01.002472-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	4ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	UNIÃO
APDO	:	OLAVO NOBREGA DE SOUZA
ADV/PROC	:	JURANDIR PEREIRA DA SILVA e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (CAMPINA GRANDE)

AC - 445580/CE - 2003.81.00.014934-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CHRISTINE FRANCA BEVILÁQUA VIEIRA e outros
APDO	:	FRANCISCA ÂNGELA PINHEIRO CAMPOS
ADV/PROC	:	SILVANA LUCIA BRASIL

AC - 445619/PE - 2008.05.00.028728-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	6ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	BRUNA MAGGI DE SOUSA
APDO	:	PEDRO FELIX BARRETO e outro
ADV/PROC	:	PAULO AFONSO DE FIGUEIREDO
PARTE R	:	UNIÃO
PARTE R	:	BANDEPE - BANCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S/A
ADV/PROC	:	MARCO ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE MEIRA e outros

AC - 445637/CE - 2005.81.03.000298-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	18ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	FAZENDA NACIONAL
APDO	:	JOSE PAZ CANDIDO

AC - 446007/PB - 2006.82.00.000750-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	1ª Vara Federal da Paraíba
APTE	:	ESTADO DA PARAÍBA
ADV/PROC	:	CARLOS ARTHUR DE ALMEIDA BAPTISTA FERREIRA PEREIRA
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FRANCISCO EDWARD AGUIAR NETO e outros

AC - 446144/PE - 2008.83.00.002684-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	JAINE ARETAKIS CORDEIRO DIDIER e outros
APDO	:	LUIZ CARLOS DOS SANTOS PEREIRA

AC - 446600/RN - 2007.84.00.007437-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	KILDERE GOMES DE LIMA E SILVA e outros
APDO	:	LARISSA ARIELE FELIPE DA SILVA GALVÃO
ADV/PROC	:	EUCESE CAVALCANTI SILVA DA ROSA e outros

AC - 446688/PE - 2008.83.00.001520-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA
APDO	:	LUIZ GOMES CAVALCANTI DA SILVA

AC - 446695/PE - 2008.83.00.003966-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

ADV/PROC : JAINE ARETAKIS CORDEIRO DIDIER e outros
APDO : TELMA MARIA SOUTO BACELAR
APDO : CONCIC ENGENHARIA S/A

AC - 446700/PE - 2003.83.08.002262-6

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 8ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : SALOMÃO MOREIRA LIMA
ADV/PROC : MARCELO NEESER NOGUEIRA REIS e outros

AC - 447429/PE - 2008.83.00.000283-4

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : JAINE ARETAKIS CORDEIRO DIDIER e outros
APDO : OTACILIO CALDAS PINHEIRO

AC - 447449/PE - 2008.83.00.002132-4

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : JAINE ARETAKIS CORDEIRO DIDIER e outros
APDO : GABRIEL ANISIO M. MORGADO

AC - 447545/PE - 2008.83.00.001772-2

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
APDO : LINDANAURA DE BARROS ALENCAR E SA ALVES DO NASCIMENTO

AC - 447699/CE - 2002.81.00.020919-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 2ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO : VILMA GRACIELA GONZALEZ PINZON e outro
ADV/PROC : SUYANE FROTA LÕBO
RECTE AD : VILMA GRACIELA GONZALEZ PINZON e outro

AC - 447860/PE - 2008.83.00.000803-4

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC : SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
APDO : MIRIAM CONCEIÇÃO DE VASCONCELOS NASCIMENTO

AC - 447923/PE - 2007.83.00.016482-9

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : TANIA M D MOTA OLIVEIRA ME

REOAC - 447931/PE - 2003.83.00.017600-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
PARTE A : FAZENDA NACIONAL
PARTE R : MEGAFERRO LTDA
REMTE : JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE) - PRIVATIVA DAS EXEC. FISCAIS

AC - 447935/PE - 2003.83.00.025534-9

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : MARIA ANTONIETA MARTINS MOREIRA

AC - 447939/PE - 2007.83.00.016075-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : FERNANDO QUEIROZ FILHO

AC - 447948/PE - 2003.83.00.026404-1

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : HOMERO MOURA LACERDA DE MELO

AC - 447957/PB - 2007.82.00.007197-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
APTE : FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
REPTE : PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
APDO : MARIA NATALINE REGIS CLEROT e outros
ADV/PROC : PAULO SERGIO TAVARES LINS FALCAO

AC - 447985/CE - 2008.05.00.043532-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 20ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : F P TECNICA DE INST E CONSTRUÇÃO LTDA.

AC - 448014/PE - 2008.83.00.002158-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 2ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
APDO : YARA SANTOS LEAL

AC - 448145/PE - 2008.05.00.044015-3

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 11ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais)
APTE : UNIÃO
APDO : EFREM B FONTES NETO ME

AC - 448196/CE - 2008.05.00.044156-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 20ª Vara Federal do Ceará (Privativa de Execuções Fiscais)
APTE : FAZENDA NACIONAL
APDO : HOBBY TURISMO LTDA

AC - 448249/PE - 2008.83.00.003669-8

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 6ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
APDO : ALCY GERALDO DE OLIVEIRA PALACIO

AC - 448280/CE - 2002.81.00.017992-2

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 2ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO : JAYLSON GONCALVES DANTAS
ADV/PROC : JAYLSON GONCALVES DANTAS

AC - 448322/PE - 2008.83.00.004497-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 6ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : JAINE ARETAKIS CORDEIRO DIDIER e outros
APDO : CARLOS JOSÉ BARBOSA

AC - 448352/CE - 2002.81.00.017942-9

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 8ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO : FRANCISCA CLARICE PEREIRA QUINA

AC - 448356/PE - 2008.83.00.000854-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : JAINE ARETAKIS CORDEIRO DIDIER e outros
APDO : ADEMIR MOURA PIMENTEL

AC - 448357/PE - 2008.83.00.002041-1

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 1ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Naturalização)
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA e outros
APDO : WALDSON HENRIQUE ARAUJO DE MORAES

REOAC - 448765/PB - 2007.82.00.008026-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
ORIGEM : 2ª Vara Federal da Paraíba
PARTE A : IVONETE FLORIANO DA SILVA e outros
ADV/PROC : VERÔNICA LEITE ALBUQUERQUE DE BRITO e outro
PARTE R : FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
REPTE : PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
REMTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)

AGTR - 65439/PB - 2005.05.00.040505-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 1ª Vara Federal da Paraíba
AGRTE : HELENA DOMINGOS DE CARVALHO
ADV/PROC : JURANDIR PEREIRA DA SILVA e outro
AGRDO : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE : PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
PARTE A : MARCELINO DOMINGOS DE CARVALHO espólio
INV/SIND : HELENA DOMINGOS DE CARVALHO

AGTR - 71821/CE - 2006.05.00.070896-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 1ª Vara Federal do Ceará
AGRTE : FAZENDA NACIONAL
AGRDO : MARGARIDA MARIA LEITÃO DE MAGALHÃES
ADV/PROC : CARLOS OTÁVIO DE ARRUDA BEZERRA

AGTR - 73306/SE - 2007.05.00.000583-3

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 4ª Vara Federal de Sergipe (Privativa de Execuções Fiscais)
AGRTE : FAZENDA NACIONAL
AGRDO : FARONE FABRICA DE ROUPAS DO NORDESTE LTDA

AGTR - 73677/CE - 2007.05.00.004798-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 3ª Vara Federal do Ceará
AGRTE : UNIÃO
AGRDO : ERMOGENES GOMES FREITAS

AGTR - 75644/AL - 2007.05.00.015809-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal de Alagoas (Competente p/ Execuções Fiscais)
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	COLEGIO ADONAY LTDA
AGRDO	:	PEDRO ROQUE DA SILVA

AGTR - 79989/PE - 2007.05.00.052994-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	20ª Vara Federal de Pernambuco (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	UNIAUTO UNIÃO AUTOMOTORES LTDA
ADV/PROC	:	LUIZ DE SA MONTEIRO e outros
AGRDO	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 80878/RN - 2007.05.00.061814-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS
ADV/PROC	:	MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
AGRDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGTR - 81495/RN - 2007.05.00.066806-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
AGRTE	:	MAURICIO JOSE DE QUEIROZ GALVAO
AGRTE	:	MARCOS DE QUEIROZ GALVÃO
AGRTE	:	RICARDO DE QUEIROZ GALVÃO
ADV/PROC	:	AMÍLCAR BASTOS FALCÃO e outros
AGRDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PARTE R	:	FRANCISCO ADALBERTO PESSOA DE CARVALHO

AGTR - 81499/RN - 2007.05.00.057389-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
AGRTE	:	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S/A
AGRTE	:	CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA
ADV/PROC	:	AMÍLCAR BASTOS FALCÃO e outros
AGRDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PART INT	:	FRANCISCO ADALBERTO PESSOA DE CARVALHO e outros
PART INT	:	OUTEC - ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA
PART INT	:	UNIÃO

AGTR - 82429/AL - 2007.05.00.076643-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Alagoas
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ALYNNE CRISTINNE DA SILVA ROCHA e outros
AGRDO	:	JOSIVALDO CORREIA DA SILVA
ADV/PROC	:	CARLOS ALBERTO DE ANDRADE SILVA e outros

AGTR - 82604/PB - 2007.05.00.077099-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal da Paraíba
AGRTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
AGRDO	:	SILVESTRE DE ALMEIDA FILHO
ADV/PROC	:	ANDRE MOTTA DE ALMEIDA

AGTR - 83074/CE - 2007.05.00.082526-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
AGRDO	:	ASSECAS - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO DNOCS
ADV/PROC	:	GLAYDDES MARIA SINDEAUX ESMERALDO

AGTR - 83215/CE - 2007.05.00.082566-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV/PROC	:	LEONARDO RUFINO CAPISTRANO e outros
AGRDO	:	MARIA ELIZETE DE SOUZA VIEIRA
ADV/PROC	:	VICTOR EMANOEL ESTEVES

AGTR - 83422/CE - 2007.05.00.089017-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
AGRDO	:	ASSECAS - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO DNOCS
ADV/PROC	:	GLAYDDES MARIA SINDEAUX ESMERALDO

AGTR - 83487/SE - 2007.05.00.088796-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal de Sergipe
AGRTE	:	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLOGIGA DE SERGIPE
REPTE	:	PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
AGRDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

AGTR - 84023/PB - 2007.05.00.093452-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal da Paraíba (Competente p/ Execuções Penais)
AGRTE	:	TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV/PROC	:	CAIO CESAR VIEIRA ROCHA e outros
AGRDO	:	MARIENE ATAÍDE ALMEIDA DE SOUZA LIMA
ADV/PROC	:	LUIZ ARTHUR DE ALBUQUERQUE BEZERRA e outro

AGTR - 84143/SE - 2007.05.00.093599-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal de Sergipe
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	ENERGIPE - EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S/A
ADV/PROC	:	BRUNO FERNANDES TELES e outros

AGTR - 84698/PB - 2007.05.00.097934-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal da Paraíba
AGRTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRDO	:	VICTOR MAIA DE PAULA
ADV/PROC	:	LUCIANA MARIA SILVEIRA GOMES COUTINHO
PARTE R	:	UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AGTR - 84987/SE - 2007.05.00.098384-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal de Sergipe (Privativa de Execuções Fiscais)
AGRTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	JOAO BAPTISTA BARBOSA ARRUDA e outros
AGRDO	:	COOPERATIVA DOS RODOVIARIOS LTDA e outros

AGTR - 85261/CE - 2007.05.00.104430-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
AGRTE	:	TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV/PROC	:	ROMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS e outros
AGRDO	:	LUIZ SOARES DE MESQUITA
ADV/PROC	:	CLENYA LEITÃO GADELHA e outros

AGTR - 86333/RN - 2008.05.00.006621-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
AGRTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRDO	:	WILMA MARIA DE FARIA e outros
ADV/PROC	:	ERICK WILSON PEREIRA e outros

AGTR - 86460/RN - 2008.05.00.006719-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte
AGRTE	:	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S/A
AGRTE	:	CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA
ADV/PROC	:	RODRIGO DE MIRANDA AZEVEDO e outros
AGRDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

AGTR - 86748/RN - 2008.05.00.013907-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competente p/ Execuções Fiscais)
AGRTE	:	JÂNIO MENDONÇA
ADV/PROC	:	JOSÉ AMÉRICO DA COSTA JÚNIOR e outro
AGRDO	:	FAZENDA NACIONAL

AGTR - 88370/SE - 2008.05.99.001462-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Cível da Comarca de Lagarto
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	MARCO JOSE LEITE DO NASCIMENTO

AGTR - 88653/SE - 2008.05.99.001643-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Canindé de São Francisco
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	PADILHA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

AGTR - 88668/SE - 2008.05.99.001640-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Canindé de São Francisco
AGRTE	:	FAZENDA NACIONAL
AGRDO	:	F. S. CONSTRUÇÕES LTDA

AMS - 93024/CE - 2004.81.00.010344-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	JOSE NICODEMOS SAMPAIO DE ANDRADE e cônjuge
ADV/PROC	:	RICARDO AUGUSTO LIMA ARAUJO
APDO	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
LIT PASS	:	UNIÃO

AC - 312267/CE - 2001.81.00.009856-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	LUIS CARNEIRO DE OLIVEIRA e cônjuge
ADV/PROC	:	FRANCISCO DE ASSIS COSTA e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	LUIS JORGE DE LIMA e outros
PARTE R	:	JJET CONSULTORIA E SISTEMAS

AC - 314505/CE - 2003.05.00.003321-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	RAIMUNDA NONATO DE LIMA AVELINO
ADV/PROC	:	ALICE MARIA PINTO SOARES e outros

AC - 314836/PE - 2001.83.00.019420-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ADOLPHO CAMILIANO PASSOS DE MORAES FERREIRA e outros

APTE : PAULO MOREIRA DE ANDRADE
ADV/PROC : ARAMIS FRANCISCO TRINDADE DE SOUZA e outro
APDO : OS MESMOS

AC - 317197/CE - 2000.81.00.005270-6

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : JUCELIO FERREIRA CAVALCANTE
ADV/PROC : JOAO DE DEUS VIEIRA
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros

AC - 322852/CE - 2003.05.00.020475-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 3ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO : JOSE NILSON BARRETO DE OLIVEIRA e outro
ADV/PROC : CELSO RICARDO FREDERICO BALDAN e outro

AC - 323410/PE - 2000.83.00.019626-5

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : CONCEIÇÃO KEANE GOMES CHAVES e outros
APDO : JOSE LUCIANO DA SILVA
ADV/PROC : ARAMIS FRANCISCO TRINDADE DE SOUZA e outro

AC - 324328/PE - 2002.83.00.005232-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV/PROC : LUIZ DOS SANTOS FILHO e outros
APDO : JOAO CARLOS ZIRPOLI LEITE
ADV/PROC : WILTON ANDRADE DE SOUZA JÚNIOR e outro

AC - 324586/CE - 2001.81.00.000039-5

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO : WANDA GOMES DE OLIVEIRA MURTA e cônjuge
ADV/PROC : BERNADETE LISBOA COLARES

AC - 324606/CE - 2003.05.00.022898-1

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : MARCELO DUTRA VICTOR e outros
APDO : TOCHIO SHIBUYA e cônjuge
ADV/PROC : MARCOS VINICIUS VIANNA e outro

AC - 324607/CE - 1999.81.00.019655-4

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : TOCHIO SHIBUYA e cônjuge
ADV/PROC : MARCOS VINICIUS VIANNA e outro
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : MARCELO DUTRA VICTOR e outros
APDO : OS MESMOS

AC - 324620/CE - 2003.05.00.022640-6

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : MARCELO DUTRA VICTOR e outros
APDO : FRANCISCO CARNEIRO NETO
ADV/PROC : ANTONIA MATIAS DE ALENCAR

AC - 324621/CE - 2003.05.00.022641-8

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : MARCELO DUTRA VICTOR e outros
APDO : FRANCISCO CARNEIRO NETO
ADV/PROC : ANTONIA MATIAS DE ALENCAR

AC - 324725/CE - 1999.81.00.021271-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : DOMINGAS FREITAS DE LACERDA e outro
ADV/PROC : PAULO CÉSAR JUCÁ MARTINS e outro
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : MARCELO DUTRA VICTOR e outros
APDO : OS MESMOS

AC - 324774/CE - 2003.05.00.022664-9

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : MARCELO DUTRA VICTOR e outros
APDO : DOMINGAS FREITAS DE LACERDA e outro
ADV/PROC : PAULO CÉSAR JUCÁ MARTINS e outro

AC - 326830/CE - 2003.05.00.025594-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : CARLOS HENRIQUE SCHORDER e outros
ADV/PROC : MONICA RODRIGUES DE LIMA
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros

AC - 326945/CE - 2001.81.00.025512-9

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ADONIAS MELO DE CORDEIRO e outros
APDO : ALVARO MANOEL DA SILVA JUNIOR
ADV/PROC : ELIEZER GUILHERME OLIVEIRA JUNIOR

AC - 326963/CE - 2003.05.00.025735-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APTE : QUITERIA TEREZINHA MOURÃO MONTALVERNE
ADV/PROC : VALDENIZE DO NASCIMENTO MARQUES e outros
APDO : OS MESMOS

AC - 327944/CE - 2001.81.00.015677-2

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 7ª Vara Federal do Ceará
APTE : ANA BRIGIDA FERREIRA DE OLIVEIRA
ADV/PROC : CLAUDIONOR SILVA DA SILVEIRA e outro
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros

AC - 328140/CE - 2003.05.00.028058-9

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO : MARCOS MIRANDA CABRAL e outro
ADV/PROC : YARA MORENO PINTO

AC - 328142/CE - 2003.05.00.028057-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : DAYANE DE CASTRO CARVALHO e outros
APDO : MARCOS MIRANDA CABRAL e outro
ADV/PROC : YARA MORENO PINTO

AC - 328169/CE - 2001.81.00.011428-5

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ADONIAS MELO DE CORDEIRO e outros
APDO : JOANA D ARC DOS SANTOS FERNANDES
ADV/PROC : IRENILZA DE SOUSA FERREIRA e outros

AC - 328401/CE - 2001.81.00.004475-1

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 4ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO : JACKSON DE SOUSA DOS SANTOS e s/m
ADV/PROC : MARCOS VINICIUS VIANNA e outro

AC - 328855/CE - 2000.81.00.002918-6

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO : JOAO FELICIO NETO
ADV/PROC : ALCIDES PORTO BENEVIDES

AC - 328858/CE - 2002.81.00.012452-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APTE : FRANCISCA ISABEL LIMA GURGEL e cônjuge
ADV/PROC : TICIANA ALEXANDRE COSTA SOUSA
APDO : OS MESMOS

AC - 329381/CE - 2000.81.00.005557-4

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 12ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Exec. Penais)
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO : MARIA MARLENE SEVERO FRÓES
ADV/PROC : FRANKLIN FERNANDES TEIXEIRA e outros

AC - 329537/CE - 2000.81.00.001491-2

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 4ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO : MARCIUS TARCISIO SALES e outro
ADV/PROC : HENRIQUE DAVI DE LIMA NETO e outro

AC - 330269/CE - 2003.81.00.008016-8

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 4ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : BERGSON DE SOUZA BONFIM e outros
APDO : JOSE RIVALDO ALENCAR
ADV/PROC : MIGUEL EUGÊNIO GUIMARÃES LIMA

AC - 330781/CE - 2002.81.00.020397-3

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : MARIA IONE DE LEMOS ROCHA e cônjuge
ADV/PROC : MARCOS VINICIUS VIANNA e outro
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : JOSÉ CARLOS VASCONCELOS FILHO e outros
APDO : OS MESMOS
APDO : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV/PROC : DAYANE DE CASTRO CARVALHO

AC - 334058/RN - 2003.84.00.009706-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Rio Grande do Norte (Competência Privativa em Matéria Penal e Exec. Penal)
APTE	:	JOSÉ GENILSON DE CASTRO e cônjuge
ADV/PROC	:	VINICIUS VICTOR LIMA DE CARVALHO
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MYERSON LEANDRO DA COSTA e outros

AC - 335348/CE - 2004.05.00.003425-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	JOSE ARLINDO VALENTIM DE ANDRADE e cônjuge
ADV/PROC	:	FRANCISCO ADRIANO OLIVEIRA PINTO e outro

AC - 335701/CE - 2004.05.00.004781-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ADONIAS MELO DE CORDEIRO e outros
APDO	:	MARIA DAS GRACAS EVANGELISTA ABREU
ADV/PROC	:	LEILA REGINA PAIVA DE SOUZA e outros

AC - 336330/PE - 1999.83.00.017450-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CONCEIÇÃO KEANE GOMES CHAVES e outros
APTE	:	MARIA DE LOURDES LEITE DO AMARAL
ADV/PROC	:	FELIPE BORBA BRITTO PASSOS e outros
APDO	:	OS MESMOS

AC - 336332/PE - 2000.83.00.001621-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CONCEIÇÃO KEANE GOMES CHAVES e outros
APDO	:	MARIA DE LOURDES LEITE DO AMARAL
ADV/PROC	:	FELIPE BORBA BRITTO PASSOS e outros

AC - 336585/CE - 2003.81.00.004340-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	JOSE JUCIE ALVES DE SOUZA e cônjuge
ADV/PROC	:	ANDREA PORTELA MAIA

AC - 336876/CE - 2000.81.00.011940-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	MARIA DAYSE LIMA MAIA e outro
ADV/PROC	:	SILVIA PAULA ALENCAR DINIZ e outro

AC - 338144/CE - 2001.81.00.005202-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	FRANCISCO TEOFANES LIMA DA SILVA
ADV/PROC	:	JOAO DE DEUS VIEIRA
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros

AC - 338199/CE - 2001.81.00.000972-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	RAIMUNDO ÁLVARO DE LIMA
ADV/PROC	:	JOSE LEONIDAS DE FREITAS e outros
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	OS MESMOS

AC - 338237/PE - 2000.83.00.009916-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	JAIR OLIVEIRA FIGUEIREDO MENDES e outros
APTE	:	JOSE AILTON CHAGAS e cônjuge
ADV/PROC	:	FELIPE BORBA BRITTO PASSOS
APDO	:	OS MESMOS

AC - 338242/PE - 2000.83.00.015608-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	JOSE AILTON CHAGAS e cônjuge
ADV/PROC	:	ANA PAULA BORGES DE OLIVEIRA
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	JAIR OLIVEIRA FIGUEIREDO MENDES e outros

AC - 338535/CE - 2004.05.00.009501-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTONIO CLAUDIO ALVES DE ALBUQUERQUE e outros
APTE	:	BEC - BANCO DO ESTADO DO CEARÁ S/A
ADV/PROC	:	LUIS JORGE DE LIMA e outros
APDO	:	FRANCISCA LUCELIA PEREIRA OLIVEIRA
ADV/PROC	:	FRANCISCO ALVES DE ALBUQUERQUE
REMTE	:	Juízo Federal da 2a Vara do Ceará

AC - 338537/CE - 2004.05.00.009502-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTONIO CLAUDIO ALVES DE ALBUQUERQUE e outros
APTE	:	BEC - BANCO DO ESTADO DO CEARÁ S/A
ADV/PROC	:	LUIS JORGE DE LIMA e outros
APDO	:	FRANCISCA LUCELIA PEREIRA OLIVEIRA
ADV/PROC	:	FRANCISCO ALVES DE ALBUQUERQUE
REMTE	:	Juízo Federal da 2a Vara do Ceará

AC - 338774/CE - 2001.81.00.009754-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	ABIGAIL ARAUJO MACHADO
ADV/PROC	:	YARA MORENO PINTO

AC - 339272/CE - 2004.05.00.010031-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARCELO DUTRA VICTOR e outros
APTE	:	FRANCISCO EDSON PEREIRA
ADV/PROC	:	GLEBA GIRLENE BRITO CAVALCANTE e outro
APDO	:	OS MESMOS

AC - 339276/CE - 2004.05.00.010030-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	FRANCISCO EDSON PEREIRA
ADV/PROC	:	GLEBA GIRLENE BRITO CAVALCANTE e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANNA KARINNE NERY VERAS e outros

AC - 339330/CE - 2000.81.00.011057-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	MARTA MARIA DE SANTANA
ADV/PROC	:	ANTONIO CLETO GOMES e outros
RECTE AD	:	MARTA MARIA DE SANTANA

AC - 339450/CE - 2000.81.00.019996-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	MARIA DE LOURDES DUTRA CARTAXO e cônjuge
ADV/PROC	:	YARA MORENO PINTO

AC - 339830/CE - 2000.81.00.015603-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FRANCISCA THEREZA CABRAL DE MENEZES HOLANDA e outros
APDO	:	MARIA OLIVEIRA BRAGA
ADV/PROC	:	FRANKLIN FERNANDES TEIXEIRA e outros

AC - 340036/CE - 2002.81.00.008517-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	SILVIO RICARDO FONTENELE CANDIDO
ADV/PROC	:	MARIA JOSE RABELO DO AMARAL

AC - 340059/CE - 2000.81.00.010281-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CHRISTINE FRANCA BEVILÁQUA VIEIRA e outros
APDO	:	RENATA DEMES MARTINS DE ARAUJO COSTA
ADV/PROC	:	MIGUEL AGOSTINHO MARQUES DA COSTA e outro

AC - 340128/CE - 2004.05.00.013240-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	ELENIR MARIA PARO
ADV/PROC	:	WELLINGTON ROCHA LEITÃO FILHO e outros
RECTE AD	:	ELENIR MARIA PRADO

AC - 340724/CE - 1999.81.00.021035-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	FRANCISCO DE OLIVEIRA BARROS JÚNIOR
ADV/PROC	:	FRANCISCO REGIS AGUIAR MOTA e outros

AC - 341007/CE - 2000.81.00.009460-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	MARIA SIQUEIRA DA CONCEIÇÃO
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA e outro

AC - 341120/PE - 2004.05.00.016292-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	MARIA AUXILIADORA LEITE FALCAO
ADV/PROC	:	JOÃO BATISTA DE FREITAS e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CONCEIÇÃO KEANE GOMES CHAVES e outros

AC - 341911/CE - 2000.81.00.022418-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ADONIAS MELO DE CORDEIRO e outros
APDO	:	JADER BEZERRA FAÇANHA e s/m
ADV/PROC	:	YARA MORENO PINTO

AC - 342584/CE - 2004.05.00.020665-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	RAFAEL MAGALHÃES FURTADO e outros
APDO	:	MARIA MARLENE DA SILVA BEZERRA
ADV/PROC	:	GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA

AC - 342585/CE - 2004.05.00.020666-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	RAFAEL MAGALHÃES FURTADO e outros
APDO	:	MARIA MARLENE BEZERRA DA SILVA
ADV/PROC	:	GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA

AC - 345387/CE - 2002.81.00.005315-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FRANCISCO DAS CHAGAS ANTUNES MARQUES e outros
APDO	:	SYDNEI ANDRADE DE ALMEIDA
ADV/PROC	:	PAULO HAMILTON DA SILVA e outros

AC - 345468/CE - 2000.81.00.001399-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GOUVAN LINHARES LOPES e outros
APDO	:	CARLOS FONTENELE DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	GILDÁSIO LOPES LEAL FILHO
RECTE AD	:	CARLOS FONTENELE DE OLIVEIRA

AC - 345893/CE - 2001.81.00.008654-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	ANTONIA RITA DE CASSIA FEITOSA CASTRO
ADV/PROC	:	NOEMIA BEZERRA FERREIRA GOMES e outro

AC - 347933/CE - 2000.81.00.012415-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ELIAS MENEZES DE AGUIAR e outros
APDO	:	JOSE MARCOS CALADO
ADV/PROC	:	THALES CATUNDA DE CASTRO e outros
RECTE AD	:	JOSE MARCOS CALADO

AC - 349501/CE - 2002.81.00.008271-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	NAZARÉ EMIDIA PONTES SABOYA
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA e outro

AC - 349507/CE - 2002.81.00.009719-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	NAZARÉ EMIDIA PONTES SABOYA
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA e outro

AC - 349861/CE - 2001.81.00.022532-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ADONIAS MELO DE CORDEIRO e outros
APTE	:	JOSE LOPES DE SOUSA e cônjuge
ADV/PROC	:	PAULO HAMILTON DA SILVA e outros
APDO	:	OS MESMOS

AC - 350247/CE - 2003.81.00.024072-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	SOCORRO NIZEMAR CLARES ANDRADE e cônjuge
ADV/PROC	:	KATARINA TEIXEIRA EVANGELISTA

AC - 358555/PE - 2005.05.00.010669-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CARBOMIL QUÍMICA S/A
ADV/PROC	:	URBANO VITALINO DE MELO NETO e outros
APDO	:	UNIÃO
APDO	:	BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
ADV/PROC	:	DANILO DUARTE DE QUEIROZ e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)

AC - 360498/CE - 2002.81.00.002255-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	AUDEMI FRAGOSO VIEIIRA e cônjuge
ADV/PROC	:	GUIDO FONTGALLAND JUNIOR
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros

AC - 362712/PE - 2004.83.00.010528-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CARLOS MAECELO BORBA LEITE
ADV/PROC	:	MÁRCIO ALEXANDRE DE CARVALHO
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CONCEIÇÃO KEANE GOMES CHAVES e outros

AC - 362770/CE - 2000.81.00.003659-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	JOSE JEOVA ALVES DA COSTA
ADV/PROC	:	FRANKLIN FERNANDES TEIXEIRA e outros

AC - 363892/CE - 2003.81.00.014205-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CHRISTINE FRANCA BEVILÁQUA VIEIRA e outros
APDO	:	FRANCISCO AELIO ALMEIDA MONTEIRO e cônjuge
ADV/PROC	:	JÚLIO DE ASSIS ARAÚJO BEZERRA LEITE

AC - 364654/CE - 2003.81.00.008442-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	MARIA NECILDA MAIA MIRANDA
ADV/PROC	:	GILBERTO SIEBRA MONTEIRO

AC - 365668/CE - 2004.81.00.003935-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	JOSE UBIRACI ALVES
ADV/PROC	:	JOAO BARBOSA DE PAULA P. C. FILHO e outros

AC - 365796/CE - 2002.81.00.005109-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	JOSE ALZIR DO REGO FERNANDES e cônjuge
ADV/PROC	:	MÔNICA MARIA VIEIRA ADERALDO e outro
APDO	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros

AC - 365798/CE - 2002.81.00.009718-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	JOSE ALZIR DO REGO FERNANDES e cônjuge
ADV/PROC	:	MÔNICA MARIA VIEIRA ADERALDO e outro
APDO	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros

AC - 365811/CE - 2004.81.00.003779-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	MARLI LUCAS CAVALCANTE
ADV/PROC	:	MARCOS ANTONIO SALES DE MOURA
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
APDO	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros

AC - 365881/CE - 2002.81.00.001317-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	VALDECI FERREIRA AGUIAR e cônjuge
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA e outro
APDO	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros

AC - 366155/CE - 2002.81.00.018232-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	MARIA EVANDATE DE ALMEIDA
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA e outros

AC - 366169/CE - 2003.81.00.004829-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	ALEXANDRE JOSE FELISMINO DA ROCHA e cônjuge
ADV/PROC	:	FRANCISCA PEREIRA FILIZARDA

AC - 366467/CE - 2000.81.00.033568-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FLORIANO BENEVIDES DE MAGALHÃES NETO e outros
APDO	:	MARIA MARLENE SEVERO FROES
ADV/PROC	:	FRANKLIN FERNANDES TEIXEIRA

AC - 367305/CE - 2003.81.00.006031-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	JOSÉ CARLOS VASCONCELOS FILHO e outros
APTE	:	JOSE ITAMAR PEREIRA LIMA
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA e outro
APDO	:	OS MESMOS

AC - 367307/CE - 2004.81.00.008379-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	CLAUDIO SEPULVEDA e outro
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA e outro

AC - 367892/CE - 2002.81.00.012904-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	EDVALDO BEZERRA SILVA e cônjuge
ADV/PROC	:	JOSE SERGIO DANTAS LOPES e outros
PART INT	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV/PROC	:	ADONIAS MELO DE CORDEIRO e outros

AC - 368299/CE - 2003.81.00.006364-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR
APDO	:	ALFREDO ALVES DE CARVALHO NETO
ADV/PROC	:	MARCELO MOTA GURGEL DO AMARAL

AC - 368449/CE - 2001.81.00.008657-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	EDILBERTO VIRGULINO RODRIGUES
ADV/PROC	:	NOEMIA BEZERRA FERREIRA GOMES e outros

AC - 368623/CE - 2005.81.00.002180-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	MADALENA BEZERRA SARAIVA
ADV/PROC	:	LUCIA MARIA BRASIL RICARTE LIMA
APDO	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros

AC - 368921/CE - 2002.81.00.020665-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	MARGARIDA MARTINS XIMENES PINTO e cônjuge
ADV/PROC	:	PAULO HAMILTON DA SILVA e outro
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	OS MESMOS

AC - 370242/PE - 2005.05.00.036402-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	LIBRA - LIGAS DO BRASIL S/A
ADV/PROC	:	URBANO VITALINO DE MELO NETO e outros
APDO	:	UNIÃO
APDO	:	BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
ADV/PROC	:	JOAO SILVA DE ALMEIDA

AC - 372802/PE - 2000.83.00.012850-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CONCEIÇÃO KEANE GOMES CHAVES e outros
APDO	:	MARIA ANGÉLICA ALMEIDA DE MIRANDA FREIRE
ADV/PROC	:	GUSTAVO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI e outros

AC - 372813/PE - 2005.05.00.039656-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	ZAIRA MARIA DOWSLEY COSTA GITIRANA e cônjuge
ADV/PROC	:	PAULO AFONSO DE FIGUEIREDO e outros
APDO	:	UNIÃO
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	JAIR OLIVEIRA FIGUEIREDO MENDES e outros
APDO	:	BANCO BANORTE - BANCO NACIONAL DO NORTE S/A em liquidação extrajudicial
ADV/PROC	:	JOSÉ ROBERTO PORTO GOMES e outros

AC - 373524/CE - 2000.81.00.016071-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CHRISTINE FRANCA BEVILÁQUA VIEIRA e outros
APDO	:	JOSE ERNANI DE ARAGÃO BRANDÃO
ADV/PROC	:	HENRIQUE BOTELHO ROMCY

AC - 373570/CE - 2000.81.00.014426-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	RAFAEL MAGALHÃES FURTADO e outros
APDO	:	JAELAN ALVES DA SILVA e cônjuge
ADV/PROC	:	JOSE TEORGE ALVES DE CASTRO

AC - 374506/CE - 1999.81.00.020163-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	MARIA DO SOCORRO DE LIMA LOPES
ADV/PROC	:	MARIA CONSUELO BEZERRA LINS
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DAYANE DE CASTRO CARVALHO e outros

AC - 374804/CE - 2003.81.00.008604-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FRANCISCO IVO FERRO NETO
APDO	:	REDVAN BARBOSA DA CUNHA
ADV/PROC	:	JOSÉ MESSIAS FERREIRA

AC - 375509/CE - 2002.81.00.003861-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARCUS PINHEIRO MAIA e outros
APTE	:	MARIA GORETTI PESSOA FERREIRA NUNES e cônjuge
ADV/PROC	:	PAULO HAMILTON DA SILVA e outros
APDO	:	OS MESMOS

AC - 376786/CE - 2001.81.00.022978-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CARLOS BARBOSA BEZERRA e cônjuge
ADV/PROC	:	MARIA ADEIS DA SILVA CARNEIRO
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANGELA RAFAELA KNOPF e outros
APDO	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros

AC - 377977/CE - 2004.81.00.002226-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	FRANCISCO TADEU DE ALCANTARA MACEDO e outro
ADV/PROC	:	FRANCISCO LUIS GADELHA SANTOS e outros
APDO	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros

AC - 378403/CE - 2004.81.00.007029-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	TÂNIA MARIA HENRIQUE DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	PAULO SERGIO PASSOS URANO DE CARVALHO e outro
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros

AC - 378405/CE - 2004.81.00.002400-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	TÂNIA MARIA HENRIQUE DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	PAULO SERGIO PASSOS URANO DE CARVALHO
APDO	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros

AC - 379237/CE - 2004.81.00.010649-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CHRISTINE FRANCA BEVILÁQUA VIEIRA e outros
APDO	:	SILVIO RICARDO FONTENELE CANDIDO e cônjuge
ADV/PROC	:	MARIA JOSE RABELO DO AMARAL

AC - 379393/PE - 2006.05.00.004492-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	6ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	NEODETE MARIA ALVES DE ALENCASTRO
ADV/PROC	:	ARAMIS FRANCISCO TRINDADE DE SOUZA e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	PAULO MELO DE ALMEIDA BARROS e outros

AC - 382095/CE - 2002.81.00.008274-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	HERIVALDO EVERTON DE ALMEIDA e outro
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA e outro

AC - 382176/CE - 2004.81.00.019007-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APTE	:	DOMUS - COMPANHIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO
ADV/PROC	:	RICARDO LUIZ ANDRADE LOPES
APDO	:	PEDRO GERARDO MAGALHÃES
ADV/PROC	:	FRANCISCO HELIO MOREIRA DA SILVA e outros

AC - 382308/CE - 2003.81.00.030676-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	MARÍLIA CASTELO BRANCO MENDES DA CUNHA
ADV/PROC	:	MARÍLIA CASTELO BRANCO MENDES DA CUNHA

AC - 382314/CE - 2002.81.00.005541-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	RODGER BATISTA NOBRE
ADV/PROC	:	AURINEIDE MONTEIRO CASTELO BRANCO
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros

AC - 382390/CE - 2000.81.00.019152-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	JOSÉ VALDIR BARBOSA LIMA
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA

AC - 382904/CE - 2002.81.00.009245-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APTE	:	HERIVALDO EVERTON DE ALMEIDA e cônjuge
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA e outro
APDO	:	OS MESMOS

AC - 383512/CE - 2002.81.00.013484-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	MARIA OLIVIA SOBREIRA DE LIMA
ADV/PROC	:	DJEANNE FURTADO DOS SANTOS e outros

AC - 383917/PE - 1999.83.00.013948-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ÂNGELO GUSTAVO BARBOSA PETER e outros
APDO	:	HELIO FERNANDO BARROS TAVARES DE MELO
ADV/PROC	:	MARIA CATARINA BARRETO DE ALMEIDA VASCONCELOS e outros
RECTE AD	:	HELIO FERNANDO BARROS TAVARES DE MELO

AC - 384723/CE - 2003.81.00.014166-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	FRANCISCO ZEILDO E SOUZA CAMPOS
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA e outro
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	OS MESMOS

AC - 385642/CE - 2004.81.00.009323-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	SILVIO DE PAIVA RIBEIRO e outro
ADV/PROC	:	HENRIQUE DAVI DE LIMA NETO e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros

AC - 385934/PE - 2006.05.00.020446-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CONCEIÇÃO KEANE GOMES CHAVES e outros
APDO	:	ROBSON BASILIO DE OLIVEIRA e outro
ADV/PROC	:	PAULO AFONSO DE FIGUEIREDO e outro

AC - 386363/CE - 2004.81.00.003714-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	SAMIRA GOMES DE VASCONCELOS e outros
APDO	:	ETUARDO SALVIO FERREIRA SILVA e cônjuge
ADV/PROC	:	BERNADETE LISBOA COLARES

AC - 387353/CE - 2004.81.00.007316-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO	:	JOSE GOMES SOARES e cônjuge
ADV/PROC	:	SERGIO RAYMUNDO BAYAS QUEIROZ e outro

AC - 388171/CE - 2002.81.00.020467-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	MARIA DO SOCORRO SIQUEIRA OLIVEIRA e cônjuge
ADV/PROC	:	REGINALDO CASTELO BRANCO ANDRADE e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros

AC - 388353/CE - 2002.81.00.018128-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	ELISSANDRA PESSOA ALCANTARA
ADV/PROC	:	MARCELO RIBEIRO UCHOA e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros

AC - 388792/PE - 2000.83.00.000302-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	HÉLIO FERNANDO BARROS TAVARES DE MELO
ADV/PROC	:	MARIA CATARINA BARRETO DE ALMEIDA VASCONCELOS e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros

AC - 389151/PE - 2005.83.00.002354-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	PAULO MELO DE ALMEIDA BARROS e outros
APDO	:	MARIJALBA MARQUES DA SILVA
ADV/PROC	:	ARAMIS FRANCISCO TRINDADE DE SOUZA e outro
REMTE	:	JUÍZO DA 12ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (RECIFE)

AC - 389386/PE - 2006.05.00.032740-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	PAULO MELO DE ALMEIDA BARROS e outros
APDO	:	MARCOS ANDRE DE MOURA COIMBRA e cônjuge
ADV/PROC	:	EDUARDO MONTENEGRO SERUR e outro

AC - 389484/CE - 2006.05.00.032816-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	ANNA KARINNE NERY VERAS
APDO	:	JOSÉ GOMES DA SILVA e cônjuge
ADV/PROC	:	EMMANUEL BEZERRA BORGES DOS SANTOS e outro
APDO	:	MANUEL FIRMINO DE ARAUJO NETO e cônjuge
ADV/PROC	:	EDUARDO CARNEIRO DOS SANTOS

AC - 389601/CE - 2004.81.00.009795-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	UBIRATAN MACHADO DE CASTRO e cônjuge
ADV/PROC	:	JANAINA MOITA COSTA e outros

AC - 389856/CE - 2001.81.00.023201-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	FRANCISCO EVANDRO FEITOSA
ADV/PROC	:	SILVANA LUCIA BRASIL

AC - 389864/CE - 2000.81.00.011486-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	WILLIAM BARBOSA COSTA
ADV/PROC	:	ANDRE LUIS NEGREIROS DE ALMEIDA
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros

AC - 390302/CE - 2003.81.00.016120-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	MARIA DO SOCORRO SIQUEIRA OLIVEIRA e cônjuge
APTE	:	HUMBERTO RAMOS SIQUEIRA
ADV/PROC	:	REGINALDO CASTELO BRANCO ANDRADE e outro
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FLORIANO BENEVIDES DE MAGALHÃES NETO e outros
APDO	:	OS MESMOS

AC - 391292/CE - 2004.81.00.015253-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	LUIZ ALBERTO ARAÚJO
ADV/PROC	:	ANTONIA MATIAS DE ALENCAR

AC - 391333/PE - 2006.05.00.041446-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	PAULO MELO DE ALMEIDA BARROS e outros
APTE	:	BANCO BANORTE - BANCO NACIONAL DO NORTE S/A em liquidação extrajudicial
ADV/PROC	:	ROGÉRIO NEVES BAPTISTA e outros
APDO	:	FERNANDO DE SOUZA CAVALCANTI e outro
ADV/PROC	:	FERNANDO BRITO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

AC - 391383/CE - 2003.81.00.009641-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	JOSÉ AIRTON RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	FRANCISCO HELIO MOREIRA DA SILVA
PARTE R	:	DOMUS - COMPANHIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO
ADV/PROC	:	RICARDO LUIZ ANDRADE LOPES

AC - 391468/CE - 2004.81.00.007120-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO	:	GUSTAVO RAMON TAMBUCHO ARIETA
ADV/PROC	:	BERNADETE LISBOA COLARES

AC - 392401/PE - 2003.83.00.012667-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	JOSE EMILIO MEDEIROS CALADO e outros
ADV/PROC	:	MARIA CATARINA BARRETO DE ALMEIDA VASCONCELOS e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros

AC - 392433/CE - 2000.81.00.018302-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	ANA MARIA MIRANDA DA SILVA
ADV/PROC	:	AURINEIDE MONTEIRO CASTELO BRANCO e outro

AC - 392438/CE - 2002.81.00.013760-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	ANA MARIA MIRANDA DA SILVA
ADV/PROC	:	AURINEIDE MONTEIRO CASTELO BRANCO

AC - 392515/PE - 2000.83.00.015949-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	JOÃO CARLOS RIBEIRO FILHO e outro
ADV/PROC	:	ARNAUD MAIA DOS SANTOS JÚNIOR e outros
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	LEONARDO MUNIZ RAMOS DA ROCHA JUNIOR e outros
APDO	:	OS MESMOS

AC - 392658/PE - 2006.05.00.041849-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
APDO	:	CAVALCANTI EMPREENDIMENTOS LTDA e outros
ADV/PROC	:	JOÃO BENTO DE GOUVEIA e outros

AC - 394289/CE - 2001.81.00.012687-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	SONIA MARIA ARAUJO SOUSA
ADV/PROC	:	YARA MORENO PINTO

AC - 395889/PE - 2006.05.00.047601-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	PAULO MELO DE ALMEIDA BARROS e outros
APDO	:	JOSÉ AMARO SERENO FILHO e cônjuge
ADV/PROC	:	JOÃO BATISTA DE FREITAS e outros
PARTE R	:	BANDEPE - BANCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S/A
ADV/PROC	:	MARIA DE FATIMA BRAGA GOMES DOS SANTOS e outros

AC - 396415/CE - 2004.81.00.009551-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	PEDRO GERARDO MAGALHÃES
ADV/PROC	:	FRANCISCO HELIO MOREIRA DA SILVA e outros

AC - 396464/CE - 2006.05.00.053110-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	SUZANA MARIA MORAES DA SILVA e outro
ADV/PROC	:	MARIA CONSUELO BEZERRA LINS

AC - 396768/CE - 2003.81.00.015336-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	SAMIRA GOMES DE VASCONCELOS e outros
APDO	:	RAIMUNDO RODRIGUES DE SOUZA e cônjuge
ADV/PROC	:	FRANCISCO ASSIS RABELO PEREIRA e outro

AC - 397662/PE - 2004.83.00.000021-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	JOSÉ NELSON DE ALMEIDA
ADV/PROC	:	LUIZ ALBERTO DA SILVA e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	PAULO MELO DE ALMEIDA BARROS e outros

AC - 397737/CE - 2006.81.00.001439-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO	:	EDSON ALVES PEQUENO
ADV/PROC	:	WILISA VANNIA QUIARATO e outro

AC - 398454/CE - 2000.81.00.004714-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	KEILA MARIA PEREIRA CAMELO
ADV/PROC	:	MARIA CONSUELO BEZERRA LINS

AC - 398899/CE - 2002.81.00.018967-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	IRIS MONTENEGRO TELES e outro

AC - 398948/CE - 2003.81.00.030332-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	VALDECIR SEREJO CIARLINI e outro
ADV/PROC	:	SILVIA PAULA ALENCAR DINIZ e outro

AC - 398977/PE - 2003.83.00.009340-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	LEONARDO MUNIZ RAMOS DA ROCHA JUNIOR e outros
APDO	:	RICARDO HUMBERTO DE SOUZA WANDERLEY
ADV/PROC	:	LUIZ ALBERTO DA SILVA e outros
RECTE AD	:	RICARDO HUMBERTO DE SOUZA WANDERLEY

AC - 398980/CE - 2003.81.00.022083-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO e outros
APDO	:	ANDERSON MARTINS GUIMARÃES
ADV/PROC	:	NICOLE FELISMINO APOLINARIO

AC - 399375/CE - 2000.81.00.010669-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	STENIO GONCALVES SILVA
ADV/PROC	:	STENIO GONCALVES SILVA e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	FRANCISCO IVO FERRO NETO e outros
PARTE A	:	MARCOS ANTONIO CAVALCANTE
ADV/PROC	:	MARCOS ANTONIO CAVALCANTE e outro

AC - 399511/PE - 2006.05.00.062759-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	LEONARDO MUNIZ RAMOS DA ROCHA JUNIOR e outros
RECTE AD	:	JOSEADY LOPES PEREIRA e cônjuge
ADV/PROC	:	MARIA CATARINA BARRETO DE ALMEIDA VASCONCELOS e outro

AC - 399557/CE - 2000.81.00.005494-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	EMANOEL NAZARENO DE ANDRADE VELOSO e cônjuge
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	LUIS JORGE DE LIMA e outros

AC - 402210/PE - 2001.83.00.019865-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros
APDO	:	FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS e cônjuge
ADV/PROC	:	ANIBAL BRUNO MONTENEGRO ARRUDA

AC - 402663/CE - 2001.81.00.007375-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO	:	RAIMUNDO JOSE BEZERA PARENTE e cônjuge
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA

AC - 402687/CE - 2003.81.00.000121-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	ALEXANDRE CARLOS COELHO DAMASCENO e outro
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DAYANE DE CASTRO CARVALHO e outros

AC - 402895/CE - 2003.81.00.006966-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO	:	ANA JULIA PEREIRA DA SILVA
ADV/PROC	:	HUMBERTO ANTONIO ALVES DE MORAIS MENDONÇA e outro

AC - 403773/CE - 2002.81.00.013370-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	MARIA LUCIA FIGUEIREDO PINHEIRO e outro
ADV/PROC	:	JOSÉ JALES DE FIGUEIREDO JÚNIOR e outros
RECTE AD	:	MARIA LUCIA FIGUEIREDO PINHEIRO e outro

AC - 404941/CE - 2003.81.00.006180-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO e outros
APDO	:	LEANDRO BEZERRA DE MENEZES e cônjuge
ADV/PROC	:	FRANCISCO ANASTACIO DA SILVA e outros

AC - 405028/CE - 2004.81.00.010312-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APTE	:	SELMA OLIVEIRA LIMA DAS NEVES e cônjuge
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA e outro
APDO	:	OS MESMOS

AC - 405396/CE - 2000.81.00.003459-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	LEÃO HUMBERTO MONTEZUMA SANTIAGO FILHO e cônjuge
ADV/PROC	:	LUIZ HENRIQUE ROVERE DE OLIVEIRA
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	LUIS JORGE DE LIMA e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

AC - 405692/PE - 2002.83.00.011580-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	AMANDO BRANDAO SOUTO
ADV/PROC	:	CLÁUDIA DE ARAÚJO LOBO
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros

AC - 405696/PE - 2000.83.00.009518-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	JOSÉ CARLOS DE LACERDA
ADV/PROC	:	ARNAUD MAIA DOS SANTOS JÚNIOR
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros

AC - 405791/CE - 2004.81.00.015741-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO	:	JUVANI PIRES NUNES DE MENDONÇA
ADV/PROC	:	MARCOS DA SILVA BRUNO e outro

AC - 406689/CE - 2003.81.00.024581-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO
APTE	:	ROSAURA MARIA DE HOLANDA ANGELIM SANTOS e cônjuge
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA e outro
APDO	:	OS MESMOS

REOAC - 406690/CE - 2003.81.00.022390-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
PARTE A	:	ROSAURA MARIA DE HOLANDA ANGELIM SANTOS e cônjuge
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA e outro
PARTE R	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
REMTE	:	JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DO CEARÁ (FORTALEZA)

AC - 406865/CE - 2002.81.00.012671-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO	:	FRANCISCO DAS CHAGAS DE ANDRADE e cônjuge
ADV/PROC	:	BERNADETE LISBOA COLARES

AC - 407749/CE - 2001.81.00.004928-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO e outros
APDO	:	ANTONIA NADI FORTALEZA MOURA
ADV/PROC	:	IRENILZA DE SOUSA FERREIRA

AC - 407944/PE - 2001.83.00.019961-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	ANA REGINA LINS CORDEIRO e cônjuge
ADV/PROC	:	FELIPE BORBA BRITTO PASSOS e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros

AC - 408521/CE - 2002.81.00.013366-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	MARCO ANTONIO ASSUNÇÃO CAVALCANTE e cônjuge
ADV/PROC	:	PAULO DA CRUZ MATOS e outros

AC - 409252/CE - 2002.81.00.012003-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	MAURO ROCHA PEREIRA JUNIOR
ADV/PROC	:	JOSE NILSON FARIAS SOUSA JUNIOR e outros

AC - 409675/CE - 2000.81.00.013094-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	SAMIRA GOMES DE VASCONCELOS e outros
APDO	:	MARIA SIQUEIRA DA CONCEIÇÃO
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA e outro

AC - 409808/CE - 2000.81.00.018404-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	MARCIA SHEILA EXELRUD
ADV/PROC	:	MARCOS VINICIUS VIANNA
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO e outros

AC - 409984/CE - 2003.81.00.016122-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	RODGER BATISTA NOBRE
ADV/PROC	:	AURINEIDE MONTEIRO CASTELO BRANCO
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CHRISTINE FRANCA BEVILÁQUA VIEIRA e outros
APDO	:	OS MESMOS

AC - 411445/PE - 2000.83.00.014498-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO
APTE	:	ISRAEL GUEIROS SELVA e cônjuge
ADV/PROC	:	ARNAUD MAIA DOS SANTOS JÚNIOR

AC - 412358/CE - 2003.81.00.030357-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO	:	MARCO AURELIO DE OLIVEIRA GOMES
ADV/PROC	:	MARIA HELENA FARIAS VIEIRA COSTA

AC - 412981/PE - 2001.83.00.016511-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	RAIMUNDA FERREIRA MAIA
ADV/PROC	:	ARNAUD MAIA DOS SANTOS JÚNIOR
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	PAULO MELO DE ALMEIDA BARROS
APDO	:	OS MESMOS

AC - 414306/CE - 2003.81.00.031384-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO	:	HELDER PONTES FERREIRA
ADV/PROC	:	NEUTEL ANDRADE LIMA NETO

AC - 414398/CE - 2007.05.00.033206-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	SANDRA PRADO ALBUQUERQUE e outros
APDO	:	ROGERIO GIANNETTI TORRES e outro
ADV/PROC	:	YARA MORENO PINTO

AC - 414417/CE - 2004.81.00.009080-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO	:	GERALDO MAGELA PONTES ROCHA e cônjuge
DEF. DATIVO	:	IRENILZA DE SOUSA FERREIRA

AC - 415762/CE - 2001.81.00.014808-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO	:	CARLOS GIOVANE BARBOSA REBOUÇAS
ADV/PROC	:	VÂNDER MARTINS DE OLIVEIRA PAIVA

AC - 415802/CE - 2004.81.00.007556-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	AVANDA PAIVA PESSOA
ADV/PROC	:	ANTONIO LUIZ DE PAIVA VIANA
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO e outros

AC - 416423/CE - 2002.81.00.015941-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC	:	ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO e outros
APDO	:	JULIA MARIA SARAIVA NOGUEIRA e cônjuge
ADV/PROC	:	FRANCISCO ANASTACIO DA SILVA e outros

AC - 416684/CE - 2005.81.00.007816-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA
APDO	:	VARCILENE BARROSO DE SOUSA e outro
ADV/PROC	:	PAULO HAMILTON DA SILVA e outros

AC - 416703/CE - 1999.81.00.021321-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	JOSE ERNANI DE ARAGÃO BRANDÃO e cônjuge
ADV/PROC	:	JOSÉ AILSON RÊGO BALTAZAR
APTE	:	JOSE LUIZ FILHO e cônjuge
ADV/PROC	:	DJEANNE FURTADO DOS SANTOS e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO e outros
PARTE R	:	DORIVAL DE OLIVEIRA ARRAIS JUNIOR e cônjuge
ADV/PROC	:	HENRIQUE BOTELHO ROMCY

AC - 417322/CE - 2001.81.00.019706-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO e outros
APDO	:	FRANCISCO WILLIAME BESSA FEITOSA e outro
ADV/PROC	:	PAULO SERGIO PASSOS URANO DE CARVALHO e outro

AC - 417784/CE - 2004.81.00.007847-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	ANTÔNIO MIRAILTON DO NASCIMENTO e outro
ADV/PROC	:	ESPEDITO AFONSO JUNIOR
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR

AC - 418166/CE - 2002.81.00.009481-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO
APDO	:	JOSE ALVES DE ALBUQUERQUE e cônjuge
ADV/PROC	:	YARA MORENO PINTO

AC - 418493/CE - 2005.81.00.002289-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO	:	MARIA ALDENIR SIQUEIRA DA SILVA
ADV/PROC	:	MARIA CONSUELO BEZERRA LINS

AC - 418515/CE - 2006.81.00.002791-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO	:	JOSE WALDER LEITAO e cônjuge
ADV/PROC	:	TATIANE TEIXEIRA DE CARVALHO

AC - 420071/CE - 2003.81.00.030403-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	16ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	JOSÉ JAYRO TAVARES DE MENDONÇA
ADV/PROC	:	ILNAH CLÁUDIA DE FREITAS
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO e outros
APDO	:	OS MESMOS

AC - 420213/CE - 2005.81.02.007065-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	16ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO e outros
APDO	:	ROSA MARIA MATIAS ARAÚJO
ADV/PROC	:	EDSON SARAIVA TAVARES
RECTE AD	:	ROSA MARIA MATIAS ARAÚJO

AC - 420596/CE - 2001.81.00.018339-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	SANDRA PRADO ALBUQUERQUE e outros
APDO	:	MARIA DAS GRACAS FERNANDES LOPES
ADV/PROC	:	JOÃO BOSCO MEIRA BARBOZA e outro

AC - 420602/CE - 2007.05.00.052607-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO e outros
APDO	:	LUIS CARLOS VIANA e outros
ADV/PROC	:	FRANCISCO ADRIANO OLIVEIRA PINTO e outro

AC - 421231/CE - 2004.81.00.002362-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	16ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ADV/PROC : CARLOS DANIEL JESUS DE AZEVEDO LEITÃO e outros
APDO : MARGARIDA MARIA DE SOUZA
ADV/PROC : EDSON SARAIVA TAVARES
AC - 422199/CE - 2002.81.00.017598-9

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 16ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO : FRANCISCO DE ASSIS TELES ESMERALDO e cônjuge
ADV/PROC : ANTONIO LUIZ RAMOS GARCIA DE OLIVEIRA e outro
AC - 422328/CE - 2004.81.00.000499-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO : MARIA DO ROSÁRIO DE PAULA NOGUEIRA
ADV/PROC : JOSE ALEXANDRE DE SOUSA JUNIOR
AC - 422505/PE - 2007.05.00.061966-5

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTONIO XAVIER DE MORAES PRIMO e outros
APDO : HIROITI TUKADA e cônjuge
ADV/PROC : HELIO PAULINO QUEIROZ e outro
PARTE R : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : LUIZ CORREIA SALES e outros
PARTE R : BANCO BANORTE - BANCO NACIONAL DO NORTE S/A
ADV/PROC : ROGÉRIO NEVES BAPTISTA e outros
PARTE R : UNIÃO
AC - 424468/CE - 2003.81.00.008153-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 16ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO e outros
APDO : ANA CLAUDIA MACEDO
ADV/PROC : MARIA ALICE DOS SANTOS PINTO
AC - 424862/PE - 2002.83.00.014949-1

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : REGINALDO BRISSANT VENTURA e outro
ADV/PROC : ARNAUD MAIA DOS SANTOS JÚNIOR
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
AC - 426206/CE - 2003.81.00.015496-6

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 3ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC : CHRISTINE FRANCA BEVILÁQUA VIEIRA e outros
APDO : RAIMUNDO NONATO GORDIANO BATISTA VIEIRA
ADV/PROC : ELERI AQUINO RIBEIRO e outro
AC - 426219/CE - 2007.05.00.067390-8

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 5ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANNA KARINNE NERY VERAS e outros
APDO : CEUCESMIRAN PAZ DE ALMEIDA
ADV/PROC : ARMANDO CORDEIRO DE FARIAS e outros
AC - 426686/CE - 2007.05.00.071207-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 1ª Vara Federal do Ceará
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO e outros
APDO : EFIGENIA LIMA COLARES
ADV/PROC : BERNADETE LISBOA COLARES
AC - 426701/CE - 2003.81.00.024303-3

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 7ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC : ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO e outros
APDO : JOSE FERREIRA RODRIGUES e outro
ADV/PROC : EVANELDO SOARES MARTINS e outros
AC - 426756/CE - 2006.81.00.003578-4

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO : FLAVIO MARTINS COLARES
ADV/PROC : ANTONIO AUGUSTO LIMA ARAÚJO e outros
AC - 427866/CE - 2004.81.00.003719-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 3ª Vara Federal do Ceará
APTE : DOMUS - COMPANHIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO
ADV/PROC : RICARDO LUIZ ANDRADE LOPES e outros
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO e outros
APDO : LUCAS ANTÔNIO DE MENEZES SOARES e outro
ADV/PROC : TATIANE TEIXEIRA DE CARVALHO e outros
AC - 427953/CE - 2006.81.00.000521-4

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 3ª Vara Federal do Ceará
APTE : MARIA KELMA MOREIRA SOARES
ADV/PROC : MARCOS DA SILVA BRUNO e outros
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO e outros
AC - 428207/CE - 2001.81.00.007646-6

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 4ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APTE : MARIA ALBENI MENEZES BRAUN e outro
ADV/PROC : FRANCISCO QUEIROZ
APDO : OS MESMOS
AC - 428773/CE - 2004.81.00.021065-2

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 5ª Vara Federal do Ceará
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS e outro
ADV/PROC : ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO e outros
APDO : RICARDO WAGNER BATISTA LIMA e outros
ADV/PROC : PAULO HAMILTON DA SILVA e outro
AC - 429040/CE - 2004.81.00.020428-7

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 5ª Vara Federal do Ceará
APTE : RAIMUNDO FERNANDES ALVES
ADV/PROC : ANTONIO AUGUSTO LIMA ARAÚJO e outros
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA
AC - 429783/CE - 2003.81.00.009376-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 1ª Vara Federal do Ceará
APTE : MARIA EROTILDES DA SILVA LOPES e cônjuge
ADV/PROC : MARCOS VINICIUS VIANNA e outro
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
AC - 429787/CE - 2004.81.00.007612-1

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 1ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO : MARIA DE FATIMA FERNANDES GONÇALVES
ADV/PROC : DEMITRI NÓBREGA CRUZ e outros
AC - 430278/CE - 2002.81.00.009585-4

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 4ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO e outros
APDO : STENIO CORDEIRO e cônjuge
ADV/PROC : MONICA RODRIGUES DE LIMA
AC - 431021/CE - 2002.81.00.015262-0

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 5ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC : ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO e outros
APDO : GUSTAVO RODRIGUES DE SOUZA
ADV/PROC : MONICA RODRIGUES DE LIMA
AC - 431212/CE - 2007.05.00.081909-5

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 4ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR
APDO : TERRA COMPANHIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO
ADV/PROC : CARLOS ALBERTO LOPES DA COSTA e outros
APDO : MARIA CLEIDE CAVALCANTE
ADV/PROC : RICARDO LUIZ ANDRADE LOPES
AC - 431703/CE - 2006.81.00.002156-6

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 7ª Vara Federal do Ceará
APTE : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC : ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO e outros
APDO : FRANCISCO NAVAL SARMENTO GOMES e cônjuge
ADV/PROC : DANIEL SUCUPIRA BARRETO e outros
AC - 431723/CE - 2004.81.00.007005-2

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 7ª Vara Federal do Ceará
APTE : MARCOS ANTONIO LOPES GOMES e cônjuge
ADV/PROC : FRANCISCO WELTON LINHARES DEMÉTRIO DE SOUZA e outro
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO e outros
AC - 431771/CE - 2006.81.00.011468-4

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 10ª Vara Federal do Ceará
APTE : EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV/PROC : DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO : JOSE WILLIAME BARRETO DA SILVA e cônjuge
ADV/PROC : PAULO HAMILTON DA SILVA e outro
AC - 432343/PE - 2003.83.00.006434-9

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM : 12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE : PAULO LEITE DE MELO
ADV/PROC : LUIZ ALBERTO DA SILVA e outros
APDO : CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC : SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros

AC - 432456/CE - 2001.81.00.011427-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	FRANCISCO MAIA CORDEIRO
ADV/PROC	:	MARCOS DA SILVA BRUNO
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO e outros

AC - 433083/CE - 2004.81.00.007933-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	16ª Vara Federal do Ceará (Competente p/ Execuções Penais)
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CARLOS DANIEL JESUS DE AZEVEDO LEITÃO e outros
APDO	:	MARIA AUXILIADORA NUNES DE LIMA
ADV/PROC	:	EDSON SARAIVA TAVARES e outros

AC - 433479/CE - 2006.81.00.000712-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO e outros
APDO	:	LUIZ GONZAGA PEREIRA LOPES e cônjuge
ADV/PROC	:	JOSÉ JALES DE FIGUEIREDO JÚNIOR e outros

AC - 433632/CE - 2004.81.00.008896-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO e outros
APDO	:	IRANDES BASTOS SALES e outros
ADV/PROC	:	JOSEFA SEMIRAMIS GOMES DIAS e outros
RECTE AD	:	IRANDES BASTOS SALES

AC - 434006/CE - 2007.05.00.098377-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	GILMAR COELHO DE SALLES JÚNIOR e outros
APDO	:	LUCIO TADASHI DE SOUZA e cônjuge
ADV/PROC	:	MARCELO DE OLIVEIRA SAMPAIO

AC - 434110/PB - 2007.05.99.003414-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara da Comarca de Cuité
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	VANDA MARIA DA SILVA
ADV/PROC	:	LEVI RODRIGUES VARELA
REMTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CUITÉ - PB

AC - 434593/CE - 2007.05.99.002482-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Acaraú
APTE	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE
APDO	:	MARIA DE JESUS COSTA
ADV/PROC	:	JOSÉ MARIA SABINO

AC - 434864/CE - 2007.05.99.003751-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Cariús
APTE	:	ANTONIA RIZALVA BEZERRA e outros
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 434980/CE - 2001.81.00.003437-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	LUZIETE MARTINS DE OLIVEIRA
ADV/PROC	:	REGINA CELIA NOBRE DO NASCIMENTO e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros

AC - 434994/PE - 2002.83.00.005939-8

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Questões Agrárias)
APTE	:	MARIA APARECIDA PASQUAL DE MACEDO
ADV/PROC	:	FELIPE BORBA BRITTO PASSOS e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros

AC - 434999/PE - 2001.83.00.023111-7

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal de Pernambuco (Especializada em Questões Agrárias)
APTE	:	MARIA APARECIDA PASQUAL DE MACEDO
ADV/PROC	:	FELIPE BORBA BRITTO PASSOS e outro
APDO	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV/PROC	:	BRUNA MAGGI DE SOUSA e outros

AC - 435263/CE - 2008.05.99.000045-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	Vara Única da Comarca de Cariús
APTE	:	FRANCISCA DAMIANA LEITE SILVA e outros
ADV/PROC	:	FRANCISCO GONÇALVES DIAS
APDO	:	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REPTE	:	PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

AC - 435467/CE - 2006.81.00.016381-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APTE	:	SONIA MARIA PINHEIRO
ADV/PROC	:	RILDSON MAGALHAES MARTINS
APDO	:	OS MESMOS

AC - 435645/CE - 2001.81.00.007965-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	7ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	MARIA DO SOCORRO PAZ FREITAS
ADV/PROC	:	ANTONIO GLAUCO FONSECA MOTA e outro

AC - 435818/PE - 2000.83.00.015783-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	ODILON DOS SANTOS NETO
ADV/PROC	:	ARAMIS FRANCISCO TRINDADE DE SOUZA e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	BRUNA MAGGI DE SOUSA e outros

AC - 435967/CE - 2007.81.00.004868-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CHRISTINE FRANCA BEVILÁQUA VIEIRA e outros
APDO	:	MARIA HELENA NOGUEIRA COELHO e outros
ADV/PROC	:	MARIA CAROLINA DE PAULA SANTOS

AC - 436238/CE - 2001.81.00.015613-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO	:	JEOMAR TEIXEIRA AGUIAR e cônjuge
ADV/PROC	:	ROBERTO POMPEU DE SOUSA BRASIL e outro

AC - 436254/CE - 2004.81.00.019497-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO e outros
APDO	:	RAIMUNDO QUEIROZ FILHO
ADV/PROC	:	EUDORIO MAIA DE ALMEIDA FILHO

AC - 437565/PE - 2006.83.00.003843-1

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	NILDO PAULINO DA FONSECA e outro
ADV/PROC	:	FLÁVIO ROBERTO DE QUEIROZ FIGUEIREDO
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	BRUNA MAGGI DE SOUSA

AC - 437768/PE - 2008.05.00.007192-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	MARIA DA CONCEIÇÃO COUTINHO DE SOUZA
ADV/PROC	:	VALTER MARIO PESTANA e outro
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	BRUNA MAGGI DE SOUSA e outros

AC - 438287/PE - 2002.83.00.003578-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
APTE	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADV/PROC	:	BRUNA MAGGI DE SOUSA
APTE	:	TEREZA CRISTINA DE MEDEIROS
ADV/PROC	:	FELIPE BORBA BRITTO PASSOS
APDO	:	OS MESMOS

AC - 438577/PE - 2008.05.00.013563-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
APDO	:	JOSE PEREGRINO NETO e cônjuge
ADV/PROC	:	PAULO GERARDO FEITOSA CARNEIRO CAMPELO e outros

AC - 440462/CE - 2001.81.00.007000-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	1ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	SANDRA PRADO ALBUQUERQUE e outros
APDO	:	JOSÉ EDNARDO JÚNIOR e outro
ADV/PROC	:	JOSÉ ORLANDO DE MORAES e outro

AC - 440465/PE - 2008.05.00.020936-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	12ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	FERNANDO MANOEL PIRES JÚNIOR e outro
ADV/PROC	:	LUCIANA SIMÕES PESTANA e outros
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	SERGIO COSMO FERREIRA NETO e outros
APDO	:	OS MESMOS

AC - 440728/CE - 2003.81.00.015205-2

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ADV/PROC	:	MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO e outros
APDO	:	JOSÉ APARICIO TOMAZ DE OLIVEIRA e outro
ADV/PROC	:	MONICA RODRIGUES DE LIMA

AC - 441135/PE - 2007.83.00.015690-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	9ª Vara Federal de Pernambuco
APTE	:	ERICA RODRIGUES CONDE Y QUIRINO
ADV/PROC	:	ARAMIS FRANCISCO TRINDADE DE SOUZA e outro
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	JAINE ARETAKIS CORDEIRO DIDIER e outros

AC - 442145/CE - 2002.81.00.012087-3

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	SERGIO BENEVIDES GRESS e cônjuge
ADV/PROC	:	PAULO HAMILTON DA SILVA e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	SANDRA PRADO ALBUQUERQUE e outros

AC - 442174/CE - 2006.81.00.002416-6

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	4ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO e outros
APDO	:	ANA MARIA PINHEIRO SALES e outros
ADV/PROC	:	SUYANE FROTA LÔBO

AC - 442205/CE - 2005.81.00.016712-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	5ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	MARIA TEREZINHA DE SOUSA MUNHOZ
ADV/PROC	:	ANA MARIA MARINHO MOURA e outro

AC - 444061/CE - 2006.81.00.002233-9

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	ANTÔNIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
APDO	:	ANTÔNIO GILDEVAN DA SILVA
ADV/PROC	:	EDSON FERNANDES TEIXEIRA e outros

AC - 444392/CE - 2007.81.00.011626-0

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	8ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CIRANO FERREIRA PONTES
ADV/PROC	:	MARCOS DA SILVA BRUNO e outros
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	CHRISTINE FRANCA BEVILÁQUA VIEIRA e outros

AC - 445125/CE - 2007.81.00.003206-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	10ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e outro
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO	:	ROSELENA MOREIRA DA SILVA MELO e outro
ADV/PROC	:	MARCOS DA SILVA BRUNO e outros

AC - 445529/CE - 2000.81.00.003607-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	2ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA e outros
APDO	:	VALMIR BRITO DE ARAUJO e cônjuge
ADV/PROC	:	DJALMA BARBOSA DOS SANTOS

AC - 446270/CE - 1999.81.00.020143-4

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	3ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	PEDRO OSVALDO BIGAS e cônjuge
ADV/PROC	:	FRANCISCO EDUVAL ALVES DE HOLLANDA
APDO	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA

AC - 446813/CE - 2008.05.00.035879-5

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
ORIGEM	:	6ª Vara Federal do Ceará
APTE	:	CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADV/PROC	:	MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO e outros
APDO	:	MARIA DE JESUS SAMPAIO JARAUTA
ADV/PROC	:	VALDECY DA COSTA ALVES

Luiz Alberto Gurgel de Faria
Desembargador Federal Presidente da 2ª Turma

RESUMO DOS PROCESSOS:
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL - 43
DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT - 133
DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA - 274

CORREGEDORIA GERAL

ATO Nº 427, DE 10 DE JULHO DE 2008

O EXMº SR. DESEMBARGADOR FEDERAL DR. JOSÉ MARIA LUCENA, CORREGEDOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 do Regimento Interno, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 35, de 22/10/2003, resolve:

DESIGNAR o MM. Juiz Federal Substituto Dr. SÉRGIO DE ABREU BRITO, da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, para sem prejuízo de sua jurisdição e de outras designações, responder pela 3ª Vara da citada Seção Judiciária, no período de 07 a 09/07/2008, em razão de afastamento do MM. Juiz Federal Dr. PAULO MACHADO CORDEIRO, para compor este Tribunal, e de férias da MM. Juíza Federal Substituta Dra. CÍNTIA MENEZES BRUNETTA.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ MARIA LUCENA
Corregedor-Geral,
Em Exercício

ATO Nº 428, DE 10 DE JULHO DE 2008

O EXMº SR. DESEMBARGADOR FEDERAL DR. JOSÉ MARIA LUCENA, CORREGEDOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 do Regimento Interno, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 35, de 22/10/2003, resolve:

DESIGNAR a MM. Juíza Federal Substituta Dra. CÍNTIA MENEZES BRUNETTA, da 3ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, para, sem prejuízo de outras designações, responder pela citada Vara, no período de 10/07/2008 a 05/08/2008, em razão de afastamento do MM. Juiz Federal Dr. PAULO MACHADO CORDEIRO, para compor este Tribunal.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ MARIA LUCENA
Corregedor-Geral,
Em Exercício

ATOS DE 10 DE JULHO DE 2008

O EXMº SR. DESEMBARGADOR FEDERAL DR. JOSÉ MARIA LUCENA, CORREGEDOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art.18 do Regimento Interno, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 35, de 22/10/2003, tendo em vista o que consta no Expediente Administrativo nº 02667.0404/2008-06, deste Gabinete, de interesse do MM. Juiz Federal Dr. ANDRÉ LUIS MAIA TOBIAS GRANJA, da 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, resolve:

Nº 429 - DESIGNAR a MM. Juíza Federal Substituta Dra. CÍNTIA MENEZES BRUNETTA, da 3ª Vara da Seção Ju diciária do Estado de Alagoas, para, sem prejuízo de sua jurisdição e de outras designações, prestar auxílio na 6ª Vara da citada Seção Judiciária, no dia 10/07/2008.

O EXMº SR. DESEMBARGADOR FEDERAL DR. JO SÉ MARIA LUCENA, CORREGEDOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 do Regimento Interno, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 35, de 22/10/2003, resolve:

Nº 430 - DESIGNAR a MM. Juíza Federal Substituta Dra. CÍNTIA MENEZES BRUNETTA, da 3ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, para, sem prejuízo de sua jurisdição e de outras designações, responder pela 6ª Vara da citada Seção Judiciária, no dia 11/07/2008, em razão de afastamento do MM. Juiz Federal Dr. ANDRÉ LUIS MAIA TOBIAS GRANJA, a serviço do Tribunal Regional Eleitoral do referido Estado, e de prazo para entrar em exercício do MM. Juiz Federal Substituto Dr. NIVALDO LUIZ DIAS.

O EXMº SR. DESEMBARGADOR FEDERAL DR. JOSÉ MARIA LUCENA, CORREGEDOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art.18 do Regimento Interno, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 35, de 22/10/2003, tendo em vista o que consta no Expediente Administrativo nº 02659.0396/2008-06, deste Gabinete, de interesse do MM. Juiz Federal Dr. ANDRÉ LUIS MAIA TOBIAS GRANJA, da 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, resolve:

Nº 431 - DESIGNAR o MM. Juiz Federal Substituto Dr. GUSTAVO DE MENDONÇA GOMES, da 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, para, sem prejuízo de sua jurisdição e de outras designações, prestar auxílio na 6ª Vara da citada Seção Judiciária, nos dias 08 e 09/07/2008.

O EXMº SR. DESEMBARGADOR FEDERAL DR. JOSÉ MARIA LUCENA, CORREGEDOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art.18 do Regimento Interno, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 35, de 22/10/2003, tendo em vista o que consta no Expediente Administrativo nº 02659.0396/2008-06, deste Gabinete, de interesse do MM. Juiz Federal Dr. ANDRÉ LUIS MAIA TOBIAS GRANJA, da 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, resolve:

Nº 432 - DESIGNAR o MM. Juiz Federal Substituto Dr. GUSTAVO MOULIN RIBEIRO, da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, para, sem prejuízo de sua jurisdição e de outras designações, prestar auxílio na 6ª Vara da citada Seção Judiciária, nos dias 08 e 09/07/2008.

O EXMº SR. DESEMBARGADOR FEDERAL DR. JOSÉ MARIA LUCENA, CORREGEDOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 do Regimento Interno, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 35, de 22/10/2003, resolve:

Nº 433 - DESIGNAR a MM. Juíza Federal Substituta Dra. ROBERTA WALMSLEY SOARES CARNEIRO PORTO DE BARROS, da 12ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, para, sem prejuízo de outras designações, responder pela citada Vara, no dia 10/07/2008, em razão de afastamento do MM. Juiz Federal Dr. FREDERICO JOSÉ PINTO DE AZEVEDO, para viagem a Brasília-DF, a serviço deste Tribunal.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

JOSÉ MARIA LUCENA
CORREGEDOR-GERAL,
EM EXERCÍCIO

PORTARIAS DE 10 DE JULHO DE 2008

O EXMº SR. DESEMBARGADOR FEDERAL DR. JOSÉ MARIA LUCENA, CORREGEDOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta no PA nº 2008.00.00.001108-5, resolve:

Nº 104 - INTERROMPER, a partir de 10/07/2008, o usufruto do 1º (primeiro) período de férias relativo ao exercício de 2008, fixado de 12/06 a 11/07/2008, da MM. Juíza Federal Substituta Drª CÍNTIA MENEZES BRUNETTA, da 3ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Alagoas.

O EXMº SR. DESEMBARGADOR FEDERAL DR. JOSÉ MARIA LUCENA, CORREGEDOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta no PA nº 2008.00.00.001110-3, resolve:

Nº 105 - AUTORIZAR o usufruto de dias de férias do MM. Juiz Federal Dr. JOSÉ PARENTE PINHEIRO, da 20ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Ceará, a seguir discriminados:

PERÍODO AQUISITIVO	USUFRUTO	Nº DE DIAS
1º/2007	12 a 16/08/2008	05

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ MARIA LUCENA
Corregedor-Geral,
Em Exercício

Boletim da Justiça Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - 1ª REGIÃO

JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO: MARCOS AUGUSTO DE SOUSA
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA: PAOLA KARINA DE BARRON SALES

ATA DE DISTRIBUICAO REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2008

PROCESSOS EM TRAMITACAO COMUM

I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2008.34.00.017845-6 PROT.:06/06/2008
CLASSE : 3200-EXECUÇÃO FISCAL/INSS
EXQTE: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO : LUCIO LEOCARL COLLICCHIO
EXCDO: : SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR TOLEDO LTDA E OUTROS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.018843-0 PROT.:13/06/2008
CLASSE : 5201-PROTESTO
AUTOR: : COPACOL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA E OUTROS
ADVOGADO : TANIA REGINA PEREIRA
REU: : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020452-3 PROT.:27/06/2008
CLASSE : 5201-PROTESTO
AUTOR: : LUIZ ALBERTO BASSETTO
ADVOGADO : JOSE CARLOS PEREIRA
REU: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020467-4 PROT.:27/06/2008
CLASSE : 5201-PROTESTO
AUTOR: : SPSCS INDUSTRIAL S/A E OUTROS
ADVOGADO : JOSE CARLOS PEREIRA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020473-2 PROT.:27/06/2008
CLASSE : 5201-PROTESTO
AUTOR: : FIACAO E TECELAGEM SAO JOSE SA E OUTROS
ADVOGADO : JOSE CARLOS PEREIRA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020474-6 PROT.:27/06/2008
CLASSE : 5201-PROTESTO
AUTOR: : MULTICAP PARTICIPACOES E CONSULTORIA LTDA
ADVOGADO : JOSE CARLOS PEREIRA
REU: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020475-0 PROT.:27/06/2008
CLASSE : 5201-PROTESTO
AUTOR: : MULTICAP PARTICIPACOES E CONSULTORIA LTDA E OUTROS
ADVOGADO : JOSE CARLOS PEREIRA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020475-0 PROT.:27/06/2008
CLASSE : 5201-PROTESTO
AUTOR: : MULTICAP PARTICIPACOES E CONSULTORIA LTDA E OUTROS
ADVOGADO : JOSE CARLOS PEREIRA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020476-3 PROT.:27/06/2008
CLASSE : 5201-PROTESTO
AUTOR: : WELLINGTON TREUMANN PEDROSO E OUTROS
ADVOGADO : JOSE CARLOS PEREIRA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020600-6 PROT.:30/06/2008
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : HELIO PEREIRA PINTO
ADVOGADO : JOSE LUIZ BARROS DE OLIVEIRA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021022-9 PROT.:03/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : LUIZ ANTONIO ATHAYDE SOUTO
ADVOGADO : IRINEU DE OLIVEIRA FILHO
IMPDO: : PRESIDENTE DO ORGAO ESPECIAL DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021251-7 PROT.:08/07/2009
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA
REU: : BANCO DO BRASIL S/A
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021273-0 PROT.:08/07/2008
CLASSE : 6102-CARTA PRECATÓRIA / PREVIDENCIÁRIA
REQTE: : ADRIANO APARECIDO DA SILVA REIS
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 4ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021319-7 PROT.:08/07/2008
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ASSOCIACAO COMUNITARIA FORTALEZA DE SAO JOAO
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021463-0 PROT.:08/07/2008
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : VALDIR DE AZEVEDO SOARES
ADVOGADO : KARLA CARDOSO FURTADO CRUZ DE LIMA E SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021465-8 PROT.:08/07/2008
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : JOSUE DE MACEDO
ADVOGADO : KARLA CARDOSO FURTADO CRUZ DE LIMA E SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021465-8 PROT.:08/07/2008
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : JOSUE DE MACEDO
ADVOGADO : KARLA CARDOSO FURTADO CRUZ DE LIMA E SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021466-1 PROT.:08/07/2008
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : ERNANI FREITAS SILVA
ADVOGADO : KARLA CARDOSO FURTADO CRUZ DE LIMA E SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021467-5 PROT.:08/07/2008
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : MANOEL MESSIAS DA SILVA NASCIMENTO
ADVOGADO : KARLA CARDOSO FURTADO CRUZ DE LIMA E SILVA
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021468-9 PROT.:08/07/2008
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : MARIA LUCIA MADEIRA DE BIASE MARTINS
ADVOGADO : MATHEUS BANDEIRA RAMOS COELHO
REU: : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021470-2 PROT.:08/07/2008
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : CONCREJATO SERVICOS TECNICOS DE ENGENHARIA SA
ADVOGADO : FELIPE INACIO ZANCHET MAGALHAES
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021483-6 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : BUETTNER SA INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO : MARCO ALEXANDRE SOARES SILVA
IMPDO: : PRESIDENTE DO COMITE GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL - REFIS
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021486-7 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : AGUAS LINDAS TURISMO E TRANSPORTE COLETIVO LTDA
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO DE LIMA
REQDO: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021489-8 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 9105-MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO
REQTE: : MANOEL PEREIRA DA COSTA E OUTROS
ADVOGADO : RICARDO COTIA BRAGA
REQDO: : DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASILIA/DF
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021489-8 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 9105-MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO
REQTE: : MANOEL PEREIRA DA COSTA E OUTROS
ADVOGADO : RICARDO COTIA BRAGA
REQDO: : DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASILIA/DF
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021490-8 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : DADE BEHRING LTDA
ADVOGADO : LUIS CARLOS PASCUAL
IMPDO: : GERENTE DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DO DECEX - DEPARTAMENTO DE OPERACOES DE COMERCIO EXTERIOR
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021495-6 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : CONSTRUTORA MEARIM LIMITADA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021496-0 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 6103-CARTA PRECATÓRIA / FISCAL
REQTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REQDO: : DULCE DONAIRE DE MELLO E OLIVEIRA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021499-0 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ANEZIO DOS SANTOS SANTANA
REQDO: : BANCO CENTRAL DO BRASIL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021500-5 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ANEZIO DOS SANTOS SANTANA
REQDO: : BANCO CENTRAL DO BRASIL
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021503-6 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ATENEU BARAO DE MAUA LTDA S/C
ADVOGADO : ABELARDO DE LIMA FERREIRA
IMPDO: : PRESIDENTE DO COMITE GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL - REFIS
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021505-3 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : CLAUTUR TRANSPORTES TURISTICOS LTDA
ADVOGADO : TANIA VALERIA DE OLIVEIRA OLIVER
IMPDO: : SUPERINTENDENTE DE SERVICOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA ANTT
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021512-5 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : ADRIANO DE ALMEIDA COSTA
EXCDO: : RUD ALVES DE OLIVEIRA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021512-5 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : ADRIANO DE ALMEIDA COSTA
EXCDO: : RUD ALVES DE OLIVEIRA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021513-9 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : ADRIANO DE ALMEIDA COSTA
EXCDO: : LEONARDO DOS SANTOS FERREIRA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021514-2 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : MARCO ANTONIO ROCHAEL FRANCA
EXCDO: : EVAN MARCOS DE OLIVEIRA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021516-0 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : MARCO ANTONIO ROCHAEL FRANCA
EXCDO: : PEDRO COELHO DE ARAUJO
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021517-3 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : LUIZ FERRUCIO DUARTE SAMPAIO JUNIOR
EXCDO: : VITOR CARLOS ANTUNES FILHO
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021518-7 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : LUIZ FERRUCIO DUARTE SAMPAIO JUNIOR
EXCDO: : RAIMUNDO ROCHA DOS SANTOS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021522-8 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANA - DER E OUTROS
REQDO: : CAMINHOS DO PARANA SA
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021527-6 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : LEVI MACHADO DE OLIVEIRA
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021529-3 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MARGARETE SOARES DE SOUZA
REQDO: : ESTADO DO ACRE - SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021532-0 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
EXQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO
EXCDO: : MG RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA E OUTROS
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021534-8 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
EXQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO
EXCDO: : MANOEL PEREIRA DA SILVA
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021535-1 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
EXQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO
EXCDO: : F G DE LIMA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO ME E OUTROS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021537-9 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
EXQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO
EXCDO: : MARIO ANTONIO DOMINGUES
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021539-6 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
EXQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO
EXCDO: : NIVALDO NOBREGA DA SILVA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021540-6 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
EXQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO
EXCDO: : JOSE BENEDITO FILHO COMERCIO ME E OUTROS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021541-0 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
EXQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO
EXCDO: : MARIA JOSE FEITOSA DA SILVA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021541-0 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
EXQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO
EXCDO: : MARIA JOSE FEITOSA DA SILVA
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021542-3 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
EXQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO
EXCDO: : MINAS CARNES LTDA ME E OUTROS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021546-8 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : MARIA DO SOCORRO ARAUJO
ADVOGADO : TULIUS BERQUO FERREIRA LEMES
REQDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021548-5 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 5120-AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE
AUTOR: : EDINALVA CONCEICAO CAVALCANTE
ADVOGADO : GEORGE PEIXOTO LIMA
RÉU: : COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA TERRACAP
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021551-2 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
EXQTE: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVOGADO : LUIZ FERRUCIO DUARTE SAMPAIO JUNIOR
EXCDO: : NUBIA ALVES DOS SANTOS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021553-0 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 4200-EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
EXQTE: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSNEI DE OLIVEIRA PINTO
EXCDO: : SADHNNA COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA E OUTROS
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021561-5 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : PEDRAS DE MARIA AGROPECUARIA LTDA E OUTROS
ADVOGADO : LINCOLN D'AQUINO FILOCRE
IMPDO: : PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021565-0 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : JOSE ARMANDO DE CARVALHO RAMOS
ADVOGADO : ADRIANO SOARES BRANQUINHO
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021565-0 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : JOSE ARMANDO DE CARVALHO RAMOS
ADVOGADO : ADRIANO SOARES BRANQUINHO
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021567-7 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : ALEXANDRE MARES HAUTSCH REINEHR
ADVOGADO : ADRIANO SOARES BRANQUINHO
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 22ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021568-0 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : CLOTILDE MARIA MAGALHAES DA CUNHA COSTA
ADVOGADO : ADRIANO SOARES BRANQUINHO
REU: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021571-8 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : CARLOS CESAR DA SILVA
ADVOGADO : ALYSSON SOUSA MOURAO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021575-2 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
AUTOR: : JULIANA DE SOUSA LIBANO
ADVOGADO : FERNANDO DE ASSIS GOMES
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 16ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021577-0 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : VICTOR ANDRE CARBALLAR DA COSTA
ADVOGADO : JURANDIR GROSSMANN ANASTACIO
IMPDO: : DIRETOR DA UNIVERSIDADE CATOLICA DE BRASILIA UCB
VARA : 8ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021583-8 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : TOTAL LINHAS AEREAS SA
ADVOGADO : RIVALDO LOPES
REU: : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS ECT
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021585-5 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : ADMILSON FERREIRA ALMEIDA
VARA : 12ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021586-9 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU
ADVOGADO : DAYLTON CUNHA CARNEIRO
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE CONVENIOS DO MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021586-9 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU
ADVOGADO : DAYLTON CUNHA CARNEIRO
IMPDO: : COORDENADOR GERAL DE CONVENIOS DO MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021588-6 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : GEZA LTDA
ADVOGADO : GUSTAVO MONTEIRO AMARAL
IMPDO: : SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E OUTROS
VARA : 6ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021589-0 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : ADRIANA FRANCO BORGES
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021590-0 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : NALDO ROGERIO FERREIRA DE OLIVEIRA
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 5ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021591-3 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL E OUTROS
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021592-7 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL E OUTROS
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021596-1 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 17100-CARTA PRECATÓRIA / PENAL
REQTE: : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: : CECILIA APARECIDA DE OLIVEIRA E OUTROS
VARA : 10ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021605-5 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 2200-MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO
IMPTE: : FEBRAFARMA FEDERACAO BRASIELIRA DA INDUSTRIA FARMACEUTICA
ADVOGADO : ANTONIO CARLOS ARIBONI
IMPDO: : DIRETOR PRESIDENTE DA AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021605-5 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 2200-MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO
IMPTE: : FEBRAFARMA FEDERACAO BRASIELIRA DA INDUSTRIA FARMACEUTICA
ADVOGADO : ANTONIO CARLOS ARIBONI
IMPDO: : DIRETOR PRESIDENTE DA AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021608-6 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : CACILDA BENEDITA JACOBINA DA CRUZ
ADVOGADO : BENEDITO DA SILVA BRITO
IMPDO: : SECRETARIO DE GESTAO DO TRABALHO E DA EDUCACAO NA SAUDE - MINISTERIO DA SAUDE
VARA : 7ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021610-0 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : ATHENAS VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
ADVOGADO : MAURILIO RAMOS DE SA
IMPDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021670-6 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : META COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO : REILOS MONTEIRO
IMPDO: : CHEFE DE EQUIPE DE ARRECADACAO E COBRANCA - DICAT - DRP/DF
VARA : 13ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021672-3 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : VIVIANO DE ALMEIDA CUBAS
ADVOGADO : ANA CLAUDIA DE CARVALHO TIRELLI DJUKIC
IMPDO: : SECRETARIO DE POLITICA NACIONAL DE TRANSPORTES E OUTROS
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021679-9 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : FORTESUL SERVICOS CONSTRUCOES E SANEAMENTO LTDA
ADVOGADO : WANESSA MAFALDA ARANTES
IMPDO: : PREGOEIRA DOS MINISTERIOS DOS TRANSPORTES E OUTROS
VARA : 3ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021680-9 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPART DE POL FEDERAL SINPECPF
ADVOGADO : FELIPE CARLOS SCHWINGEL
IMPDO: : DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL E OUTROS
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021687-4 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : CONSULTORIA DE ENSINO DE JOAO PESSOA LTDA
ADVOGADO : ROBERTA MARIA RANGEL
IMPDO: : PRESIDENTE DO COMITE GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL - REFIS
VARA : 20ª VARA FEDERAL

I-DISTRIBUICAO
2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO : 2008.34.00.000953-8 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : PERICLES SARAIVA LEITAO - ME
ADVOGADO : ANDRE ALVIM DE PAULA RIZZO
EMBDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.000954-1 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : CIMENTO TOCANTINS SA
ADVOGADO : ADIRCIO LOURENCO TEIXEIRA
EMBDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 18ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.017051-0 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 10100-IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA
REQTE: : MARIA LEITE DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO : TANIA MARIA MARTINS G LEÃO FREITAS
REQDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 14ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.017291-4 PROT.:01/07/2008
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : PEDRO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR
EMBDO: : PAULO JOSE ALVES E OUTROS
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.017292-8 PROT.:05/05/2008
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : FLORIANO KUPSKE E OUTROS
ADVOGADO : IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.017293-1 PROT.:03/03/2008
CLASSE : 4100-EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE: : ELZA COUTO DE SANTANNA E OUTROS
ADVOGADO : HUMBERTO ELIO FIGUEIREDO DOS SANTOS
EXCDO: : UNIAO FEDERAL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.017846-0 PROT.:06/06/2008
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR TOLEDO LTDA
ADVOGADO : CLÁUDIA APARECIDA LOPES
EMBDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.018584-9 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ANTONIO NABOR AREIAS BULHOES
EMBDO: : EDSON XAVIER DOS SANTOS E OUTROS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.018584-9 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ANTONIO NABOR AREIAS BULHOES
EMBDO: : EDSON XAVIER DOS SANTOS E OUTROS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.018585-2 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ANTONIO NABOR AREIAS BULHOES
EMBDO: : SINDICATO DOS POLICIAIS RODOVIARIOS FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SINPRFRJ E OUTROS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.018586-6 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 11102-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA
EMBTE: : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO
EMBDO: : ISABEL CRISTINA CORREA DE AZEVEDO E OUTROS
VARA : 9ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.019686-9 PROT.:19/06/2008
CLASSE : 1100-AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR: : INDUSTRIA DAUD DE BORRACHAS LTDA
ADVOGADO : ANALICE CABRAL COSTA ANDRADE GONCALVES
REU: : DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
VARA : 15ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.019714-4 PROT.:19/06/2008
CLASSE : 1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR: : FRANCISCO HELIO BEZERRA BESSA
ADVOGADO : ALDENIZE MAGALHAES AUFIERO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 17ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.019717-5 PROT.:19/06/2008
CLASSE : 5101-AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
AUTOR: : JOAO BATISTA LEAL WAIHRICH
ADVOGADO : SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REU: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020557-3 PROT.:27/06/2008
CLASSE : 5201-PROTESTO
AUTOR: : ANTONIO PEDRO JOSE JUTGLAR EJIO
ADVOGADO : JOSE CARLOS PEREIRA
REU: : UNIAO FEDERAL E OUTROS
VARA : 21ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020559-0 PROT.:27/06/2008
CLASSE : 5201-PROTESTO
AUTOR: : WELLINGTON TREUMANN PEDROSO E OUTROS
ADVOGADO : LUCIANO GOMES CARRILHO
REU: : UNIAO FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020782-7 PROT.:01/07/2008
CLASSE : 11500-EMBARGOS DE TERCEIROS
EMBTE: : CONCEICAO DE MARIA DA SILVA PINTO
ADVOGADO : ARIDEU GALDINO DA SILVA RAYMUNDO
EMBDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020782-7 PROT.:01/07/2008
CLASSE : 11500-EMBARGOS DE TERCEIROS
EMBTE: : CONCEICAO DE MARIA DA SILVA PINTO
ADVOGADO : ARIDEU GALDINO DA SILVA RAYMUNDO
EMBDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020783-0 PROT.:27/05/2008
CLASSE : 11103-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EMBTE: : LUCIANA CARLA DE ALMEIDA LOPES
ADVOGADO : WASHINGTON DE VASCONCELOS SILVA
EMBDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020784-4 PROT.:01/06/2008
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO : CESAR RODRIGUES ALVES
EMBDO: : INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL INMETRO
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020785-8 PROT.:24/06/2008
CLASSE : 11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
EMBTE: : FABIO RIBEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO : JOSE OSORIO FILHO
EMBDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020786-1 PROT.:16/06/2008
CLASSE : 11103-EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EMBTE: : CLEBER PERALTA GOMES
ADVOGADO : VALERIO ALVARENGA M DE CASTRO
EMBDO: : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
VARA : 11ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.020918-3 PROT.:02/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : FERNANDA PATRICIA SOARES SAMPAIO NOVAES
ADVOGADO : ANDREA RODRIGUES DA SILVEIRA
IMPDO: : DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
VARA : 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021220-5 PROT.:07/07/2008
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : COOPERATIVA DE TRABALHO E DE CULTURA EMPRESARIAL
ADVOGADO : SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REQDO: : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
VARA : 19ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021304-6 PROT.:08/07/2008
CLASSE : 4304-EXECUÇÃO DIVERSA POR CARTA ORIUNDA DE FEITO CÍVEL
EXQTE: : ADILSON MORENO MARTINS E OUTROS
ADVOGADO : MARCOS A Z ROMANO
EXCDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021304-6 PROT.:08/07/2008
CLASSE : 4304-EXECUÇÃO DIVERSA POR CARTA ORIUNDA DE FEITO CÍVEL
EXQTE: : ADILSON MORENO MARTINS E OUTROS
ADVOGADO : MARCOS A Z ROMANO
EXCDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021306-3 PROT.:08/07/2008
CLASSE : 4304-EXECUÇÃO DIVERSA POR CARTA ORIUNDA DE FEITO CÍVEL
EXQTE: : TERESINHA DE JESUS M CORDEIRO E OUTROS
ADVOGADO : JOSE PEIXOTO GUIMARAES NETO
EXCDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021308-0 PROT.:08/07/2008
CLASSE : 4304-EXECUÇÃO DIVERSA POR CARTA ORIUNDA DE FEITO CÍVEL
EXQTE: : BRAULINA NUNES DE ANDRADE BOMFIM E OUTROS
ADVOGADO : JOSE PEIXOTO GUIMARAES NETO
EXCDO: : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
VARA : 2ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2008.34.00.021618-9 PROT.:10/07/2008
CLASSE : 9200-MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE: : TRIUNFO OPERADORA PORTUARIA LTDA
ADVOGADO : CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA
REQDO: : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
VARA : 2ª VARA FEDERAL

II-REDISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO : 2008.34.00.021525-9 PROT.:09/07/2008
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : MARCIO ARTHUR PAGLIARINI MEDEIROS
ADVOGADO : RUSSEL ALEXANDRE BARBOSA MAIA
IMPDO: : PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMB E DOS REC NAT RENOV IBAMA
VARA : 20ª VARA FEDERAL

PROCESSO : 2007.34.00.044376-0 PROT.:19/12/2007
CLASSE : 2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: : VIGILANCIA PEDROZO LTDA
ADVOGADO : RAIMUNDO FLORES
IMPDO: : CONSELHEIRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
VARA : 22ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO

IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	74
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	26
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	1
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	1
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
TOTAL DOS PROCESSOS	:	102

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL (JEF)

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO
IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	0
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE	:	0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA	:	0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE	:	0
TOTAL DOS PROCESSOS	:	0

JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA

Juiza Titular : DRA. SOLANGE SALGADO DA SILVA RAMOS DE VASCONCELOS
Juiz Substit. : DR. MARCELO REBELLO PINHEIRO
Dir. Secret. : BEL. WOLNER BRITO LIMA

EXPEDIENTE DO DIA 19 DE JUNHO DE 2008

Atos do Exmo. : DR. MARCELO REBELLO PINHEIRO

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.015984-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : DISTRIBUIDORA BRASILIA DE VEICULOS S/A
ADVG. : DF00018161 - BRUNO DEGRAZIA MOHN
IMPDO : DELEGADO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL EM BRASILIA/DF

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intime-se a impetrante para indicar objetivamente os valores sobre os quais estaria incidindo o IRPJ e a CSLL.
Prazo: 10 (dez) dias.
Após a manifestação da impetrante, venham os autos conclusos para apreciação do pedido liminar.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1997.34.00.019050-1 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : INDUSTRIA TEXTIL MARIA DE NAZARETH S A
ADVG. : DF00009191 - SAVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM
EXCDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Expeça-se alvará de levantamento do valor disponibilizado à fl. 179 relativo à 2ª parcela do precatório nº 2006.01.98.042630-2/DF, em favor da exequente.
Intime-se a parte interessada para retirar o alvará na Secretaria deste Juízo até o prazo e 30 (trinta) dias da publicação desde despacho.
Após, suspenda-se o feito no aguardo da liberação da próxima parcela.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.018897-8 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : ARMTEC ASSESSORIA E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA
ADVG. : SP00036186 - LUIZ ANTONIO ALVES DE SOUZA
IMPDO : PREGOEIRA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL - GILIC/BR

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intime-se a impetrante para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a petição inicial e requerer a inclusão da empresa que sagrou vencedora no pólo passivo da presente lide.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1998.34.00.020754-1 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : ADONIS IMPRESSOS LTDA
ADVG. : DF00000843 - YOR QUEIROZ JUNIOR
EXCDO : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Expeça-se alvará de levantamento do valor disponibilizado à fl. 249 relativo à 4ª parcela do precatório nº 2004.01.024397-0/DF, em favor da exequente.
Intime-se a parte interessada para retirar o alvará na Secretaria deste Juízo até o prazo e 30 (trinta) dias da publicação desde despacho.
Após, suspenda-se o feito no aguardo da liberação da próxima parcela.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.021715-5 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : MAURO SALTIVA DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVG. : DF00002218 - JOAO ESTENIO CAMPELO BEZERRA
EXCDO : UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Expeça-se alvará de levantamento do valor disponibilizado à fl. 1200 relativo à 2ª parcela do precatório nº 2006.01.98.042650-5/DF, em favor de João Estênio Campello Bezerra.
Intime-se a parte interessada para retirar o alvará na Secretaria deste Juízo até o prazo e 30 (trinta) dias da publicação desde despacho.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Expeça-se alvará de levantamento dos valores relativos à sucumbência (guias fl. 342) conforme requerido à fl. 362.
Intime-se a parte interessada para retirar o alvará na Secretaria deste Juízo até o prazo e 30 (trinta) dias da publicação desde despacho.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)
O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Expeça-se alvará de levantamento dos valores relativos à sucumbência (guias fl. 342) conforme requerido à fls. 362.
Intime-se a parte interessada para retirar o alvará na Secretaria deste Juízo até o prazo e 30 (trinta) dias da publicação desde despacho.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.023725-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE : UNIAO FEDERAL
PROC. : DF00021904 - MARIA PAULA DE BARROS LIMA
EMBDO : JOAO FIRMINO PENA
EMBDO : VERA MARIA MEDEIROS DE AZEVEDO
ADVG. : DF00013074 - ALEXANDRE MATTAO
ADVG. : DF00009338 - WALDEMAR SOARES LIMA JUNIOR

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...dê-se vistas às partes, sucessivamente, por 10 dias, a começar pelos embargados, para conferência dos cálculos
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.002007-4 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE : UNIAO FEDERAL
EMBDO : MARIA SOLEDADE SILVA ARAUJO
ADVG. : DF0000262A - WALDIR SANTIAGO GOMES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...vistas às partes dos cálculos, pelo prazo sucessivo de 15 (quinze) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.004434-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG. : MG00091253 - ALEXANDER DA SILVA MORAES
ADVG. : DF00020829 - DANIEL AQUINO SCHNEIDE
EXCDO : CR PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA
ADVG. : DF00008892 - RICARDO DE CARVALHO GUEDES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista a CEF sobre a certidão de fl. 451. Prazo: 10 (dez) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.016778-1 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR : SA CORREIO BRAZILIENSE
ADVG. : SP00181293 - REINALDO PISCOPO
REU : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
REU : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tempestiva, recebo a apelação do INCRA nos efeitos devolutivo e suspensivo.
Vista ao autor para apresentar as contra-razões ao recurso de apelação.
Por fim, oportunamente, remetam-se os autos ao TRF 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.017015-2 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR : COMPANHIA SIDERURGICA DE TUBARAO
ADVG. : DF00015787 - ANETE MAIR MEDEIROS DE P VIEIRA
ADVG. : MG0000822A - JOAO DACIO ROLIM
REU : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
REU : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tempestiva, recebo a apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo.
Vista ao autor para apresentar as contra-razões ao recurso de apelação.
Por fim, oportunamente, remetam-se os autos ao TRF 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.022304-5 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR : CARLOS JOSE GASPAR DE ALMEIDA BRAGA E OUTROS
ADVG. : DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

2004.34.00.029679-1 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR : LUIZ PAULO DE CARVALHO
ADVG. : - DENISE APARECIDA R P DE OLIVEIRA
ADVG. : DF0005091E - RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

2007.34.00.010141-9 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR : HEITOR GREENHALGH DE OLIVEIRA FILHO
ADVG. : DF00004914 - GERALDO DE ASSIS ALVES
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tempestiva, recebo a apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo.
Vista ao autor para apresentar as contra-razões ao recurso de apelação.
Por fim, oportunamente, remetam-se os autos ao TRF 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.032282-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR : FRANCISCO ROCELIO CAVALCANTE E OUTROS
ADVG. : DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2004.34.00.026916-7 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR : ADAIR FRANCISCO MALLMANN E OUTROS
ADVG. : DF00012409 - JOSE CARLOS DE ALMEIDA
REU : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tempestiva, recebo a apelação da União Federal (Fazenda Nacional) nos efeitos devolutivo e suspensivo.
Vista ao autor para apresentar as contra-razões ao recurso de apelação.
Por fim, oportunamente, remetam-se os autos ao TRF 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.025637-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : SAMIRA ABRAHAO RODRIGUES PINHEIRO
ADVG. : DF00011116 - UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO
IMPDO : DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL
IMPDO : COORDENADOR DE REC HUM DA FUNDACAO COORD APERF PESSOAL NIVEL SUPERIOR

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intime-se a impetrante para, no prazo de 10 (dez) dias, dizer se ainda já algo a requerer.
Após, sem manifestação, arquivem-se os autos com baixa na Distribuição.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.029077-0 AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

AUTOR	:	MARIA DE LOURDES FERRO COSTA VEPPO E OUTRO
ADVG.	:	DF00004945 - MARIA HELENA LEITE DE AZEVEDO
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tendo em vista que a União não tem interesse na execução, arquivem-se os autos com baixa na Distribuição.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.033550-1 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	ADA LUCIA BOSIO FABRIS E OUTROS
ADVG.	:	DF00017184 - MARCOS A Z ROMANO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Chamo o feito a ordem e converto o julgamento em diligência.
Compulsando os autos, verifico que foi proferida decisão em Exceção de Incompetência (fls. 144/146) na qual foi determinada a remessa dos presentes autos para a Seção Judiciária de São Paulo/SP...
Exma. Juíza da 20ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo/SP determinou a restituição dos autos a esta 1ª Vara Federal, nos termos da decisão de fl. 149.
Assim, considerando as decisões acima mencionadas, determino a remessa dos autos a uma das Varas Federais da Seção Judiciária de Taubaté/SP, com as cautelas de estilo.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.017809-6 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	PAULO ALEXANDRE BAPTISTA FERREIRA ALBERTO
ADVG.	:	DF00009015 - TULIA MARIA MORGADO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Converto o julgamento em diligência.
Manifeste-se o autor sobre a petição de fls. 84/85 da CEF. Prazo: 10 (dez) dias.
Após, retornem os autos conclusos para sentença.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.016158-6 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	CIRO VOLTAIRE SALDANHA DE OLIVEIRA JUNIOR
ADVG.	:	DF00020153 - GERALDO RODRIGUES PRADO JUNIOR
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Ante o exposto, indefiro a antecipação de tutela...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.015717-1 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	CRISTIANE JORGE RODRIGUES LIMA
ADVG.	:	MG00098876 - PAULO WAGNER TEIXEIRA
IMPDO	:	DIRETOR DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Ante o exposto, presentes os requisitos legais, defiro o pedido liminar determinar a suspensão da multa ora impugnada ...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.010604-1 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	FERNANDO GUIMARAES CORTEZ E OUTROS
ADVG.	:	SP00114737 - LUZIA GUIMARAES CORREA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Diante do exposto, defiro parcialmente o pedido de antecipação dos efeitos da tutela...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.027354-8 AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

AUTOR	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	- OBELKY CARDOSO DOS SANTOS
RÉU	:	ZENILDA NOGUEIRA MARINHO BISPO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Ante o exposto, defiro a liminar, para determinar expedição do mandado de reintegração de posse em favor da União Federal, em relação ao imóvel irregularmente ocupado pela ré, qual seja, o imóvel situado na SQN 306, bloco "I", aptº 203, Brasília-DF...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.028100-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	MURILO GONCALVES SOUSA
ADVG.	:	DF00013609 - HELIA FERNANDA PFREIRE
REU	:	UNIAO FEDERAL

2008.34.00.013183-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIARIO E DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO NO DF - SINDJUS/DF
ADVG.	:	DF00026720 - ARACELI ALVES RODRIGUES
ADVG.	:	DF00021006 - JEAN PAULO RUZZARIN
ADVG.	:	DF00021203 - MARCOS JOEL DOS SANTOS
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Ante o exposto, indefiro a antecipação de tutela...

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.007276-8 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	RAFAEL DE CARVALHO PANIAGO
ADVG.	:	DF00012553 - SELMA MARIA LOBATO PEREIRA
IMPDO	:	SECRETARIO GERAL DO CENTRO UNIVERSITARIO DE BRASILIA UNICEUB

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Diante do exposto, concedo a segurança, para determinar à auotidade impetrada que efetue a renovação da matrícula do impetrante no 3º semestre do Curso de Engenhria da Computação...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.042033-8 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	MAX LUIZ ALMEIDA NOBREGA E OUTROS
ADVG.	:	DF00008697 - HILARIO LOPES NETO MONTEIRO
EXCDO	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
ADVG.	:	DF00008697 - HILARIO LOPES NETO MONTEIRO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...tendo em vista não ter constado na autuação o nome dos advogados dos exequentes, republique-se a sentença de fls. 247/248.
...Assim, considerando o cumprimento da obrigação em sua integralidade, extingo o processo com espeque no art. 794, I do CPC...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.011814-7 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
EXCDO	:	ESPOLIO DE HELCIO MAGHENZANI
ADVG.	:	SP00085489 - ALBERTO EDSON PASSOS DOS SANTOS
ADVG.	:	SP00184963 - ERICK ARCHANGELO DOS S. DE N. G. RINALDI
ADVG.	:	DF00000898 - WAGNER NUNES DE CASTRO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...tendo em vista não ter constado na autuação o nome dos advogados dos exequentes, republique-se a sentença de fls. 357/359.
...Diante do exposto, rejeito a presente impugnação.
Condeno a parte executada ao pagamento dos honorários advocatícios no valor de R$ 1.500,00
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1998.34.00.024173-7 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	MARIO SERGIO NICOLAU MORHY E OUTROS
ADVG.	:	DF00018910 - GISLENE ENOZOMARA GONCALVES DE SOUZA
ADVG.	:	DF00008549 - HEBERT DA SILVA TAVARES
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00013747 - ADRIANA SOUSA DE OLIVEIRA
ADVG.	:	DF00009170 - ALBERTO CAVALCANTE BRAGA
ADVG.	:	DF00017174 - SUZANA RODRIGUEZ ALVES MOREIRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
tendo em vista não ter constado na autuação o nome dos advogados da CEF, republique-se a sentença de fs.1009.
...Desse modo, extingo a execução nos termos do art. 794, III, do CPC.
Os depósitos judiciais deverão ser levantados pela executada (Caixa), independentemente de expedição de ofício ou alvará, por transferência de valores entre contas judiciais e rubricas contáveis da própria empresa...

AUTOS COM ATO ORDINATÓRIO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.016011-4 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	RAIMUNDA BARBOSA XAVIER
ADVG.	:	DF00024258 - THIAGO MOREIRA DA SILVA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
LITISPA	:	BANCO DO BRASIL S/A
ADVG.	:	DF00013158 - ESTEFANIA GONCALVES BARBOSA COLMANETTI
ADVG.	:	DF00021924 - GABRIELA RODRIGUES LAGO COSTA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...dar vista ao Banco do Brasil, para querendo, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, indicar as provas que ainda pretende produzir justificando sua necessidade.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.019044-9 EMBARGOS DE TERCEIRO

EMBTE	:	FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO
ADVG.	:	DF00007134 - JOSE AFONSO TAVARES
ADVG.	:	DF00020981 - MARCO ANTONIO ROCHAEL FRANCA
ADVG.	:	DF00003763 - SILVIO DA COSTA ALVES
EMBDO	:	CENTRO SUL LANCHONETE E SNOOKER LTDAME
ADVG.	:	DF00004652 - HODECY FERREIRA PINHEIRO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista a CEF. (fls. 337/338)
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.032456-7 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DE INSTITUICOES DE PESQUISA AGROPECUARIA E FLORESTALSINPAF
ADVG.	:	- DENISE APARECIDA R P DE OLIVEIRA
ADVG.	:	DF00009715 - LIDIA KAORU YAMAMOTO
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00009170 - ALBERTO CAVALCANTE BRAGA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista aos exequentes. Prazo: 30 (trinta) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1997.34.00.005608-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	LINO FERREIRA NETTO
ADVG.	:	DF00001098 - ALBERTO CRISPIM GONCALVES
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista aos exequentes dos ofícios de fls. 251. Prazo: 05 (cinco) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.000698-8 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	RUDA CAVALCANTI DE ALMEIDA E OUTRO
ADVG.	:	DF00007537 - LUCILA MARIA DE ALMEIDA SILVA
ADVG.	:	DF00006596 - OSVALDO DA SILVA
ADVG.	:	DF00013398 - VALERIO ALVARENGA M DE CASTRO
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista aos exequentes dos ofícios de fls. 314. Prazo: 05 (cinco) dias.

Juiza Titular	:	DRA. SOLANGE SALGADO DA SILVA RAMOS DE VASCONCELOS
Juiz Substit.	:	DR. MARCELO REBELLO PINHEIRO
Dir. Secret.	:	BEL. WOLNER BRITO LIMA

EXPEDIENTE DO DIA 18 DE JUNHO DE 2008

Atos do Exmo.	:	DR. MARCELO REBELLO PINHEIRO

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.041763-6 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	CONSTRUTORA VILLELA E CARVALHO LTDA E OUTRO
ADVG.	:	DF00011161 - ANDREIA MORAES DE O MOURAO
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tempestiva, recebo a apelação da Fazenda Nacional. em seus regulares efeitos.
Vista aos autores para apresentarem as contra-razões ao recurso de apelação.
Por fim, oportunamente, remetam-se os autos ao TRF 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.020342-8 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	SINDICATO NACIONAL DOS TECNICOS DA RECEITA FEDERAL - SINDIRECEITA
ADVG.	:	DF00017717 - ALESSANDRA DAMIAN CAVALCANTI
ADVG.	:	DF00018026 - DAVID ODISIO HISSA
REU	:	CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRACAO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tempestiva, recebo a apelação no efeito devolutivo.
Vista ao autor para apresentar as contra-razões ao recurso de apelação.
Por fim, oportunamente, remetam-se os autos ao TRF 1ª Região.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.028262-8 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MINASGAS DISTRIBUIDORA DE GAS COMBUSTIVEL LTDA
ADVG.	:	DF00011099 - CARLOS EDUARDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO
ADVG.	:	DF00001987 - WILFRIDO AUGUSTO MARQUES
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tempestiva, recebo a apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo.
Vista ao autor para apresentar as contra-razões ao recurso de apelação.
Por fim, oportunamente, remetam-se os autos ao TRF 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.016820-4 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	INDUSTRIA MISSIATO DE BEBIDAS LTDA
ADVG.	:	SP0131959B - RICARDO NUSSRALA HADDAD
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tempestiva, recebo a apelação no efeito devolutivo.
Vista ao autor para apresentar as contra-razões ao recurso de apelação.
Por fim, oportunamente, remetam-se os autos ao TRF 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.002160-0 AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

AUTOR	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	DF00020281 - LUCAS NOGUEIRA ISRAEL
RÉU	:	ROQUE ALBUEZ DE SOUZA
RÉU	:	NERIA VIEIRA DE SOUZA
ADVG.	:	DF00010661 - FERNANDO CUNHA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tempestiva, recebo a apelação da União Federal no efeito devolutivo.
Vista aos réus para apresentar as suas contra-razões ao recurso de apelação.
Por fim, oportunamente, remetam-se os autos ao TRF 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

91.00.07319-9 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	IRMAOS PINESE LTDA
ADVG.	:	DF00000843 - YOR QUEIROZ JUNIOR
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

96.00.16585-8 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MARIO GIBSON ALVES BARBOZA E OUTROS
ADVG.	:	DF00011116 - UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO
IMPDO	:	COORDENADOR DE RECURSOS HUMDO MINDA ADMFEDERAL E DA REFDO ESTADO
IMPDO	:	COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DO MINDAS RELACOES EXTERIORES

2002.34.00.038939-7 AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

AUTOR	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	DF00014200 - ISRAEL PINHEIRO TORRES JUNIOR
RÉU	:	YONE SOARES

2005.34.00.027367-8 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	CASSIANO RICARDO JORGE DUARTE
ADVG.	:	DF00018163 - DANIEL IVO ODON
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	UNIVERSIDADE DE BRASILIA - UNB

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Arquivem-se os autos com baixa na Distribuição.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.024239-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	AMAURI CUNHA E OUTROS
ADVG.	:	DF00005166 - GILBERTO CLAUDIO HOERLLE
ADVG.	:	DF00011776 - MARCELO AMERICO MARTINS DA SILVA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intimem-se os autores para que digam se consideram cumprida a obrigação de fazer, no prazo de 10 (dez) dias.
Sem manifestação, dê-se baixa e arquivem-se os autos.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.011267-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	DANIEL DOS SANTOS NOBREGA
ADVG.	:	DF00015598 - MARCELO RAMOS CORREIA
IMPDO	:	SECRETARIO GERAL DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Arquivem-se os autos com baixa na Distribuição.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.039083-7 MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO

REQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MS00008598 - ROBSON CELESTE CANDELORIO
REQDO	:	CONDOMINIO DO EDIFICIO RIO DE JANEIRO
ADVG.	:	DF00008121 - JACQUELINE SOUZA RAMOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intime-se o autor para que requeira o que de direito, no prazo de 10 (dez) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.026153-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	FABIO VASCONCELOS ABREU
ADVG.	:	DF00005040 - RAIMUNDO DA CUNHA ABREU
IMPDO	:	REITOR DA FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tempestiva, recebo a apelação em seus regulares efeitos.
Vista ao impetrante para apresentar as contra-razões ao recurso de apelação.
Após, ao MPF
Por fim oportunamente, remetam-se os autos ao TRF 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.025225-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ANDRESSA CASTRO DE SOUZA LIMA
ADVG.	:	MG00078895 - MARLIUS CATRO DE SOUZA LIMA
ADVG.	:	DF00020379 - THATYANNA MYCHELLE GOMES DE CARVALHO
IMPDO	:	DIRETOR PRESIDENTE DA ANAC AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tempestiva, recebo a apelação no efeito devolutivo.
Vista ao impetrante para apresentar as contra-razões ao recurso de apelação.
Após, dê-se vista ao MPF
Por fim oportunamente, remetam-se os autos ao TRF 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.012132-1 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ALGODAO DO CERRADO BAIANO LTDA
ADVG.	:	MG00036101 - CARLOS FERNANDO DE SOUZA
IMPDO	:	DIRETOR DE GESTAO DE ESTOQUES DA CONAB-COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
IMPDO	:	SUPERINTENDENTE DE OPERACOES SUOPE DA CONAB COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
IMPDO	:	PRESIDENTE DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tempestiva, recebo a apelação no efeito devolutivo.
Vista ao impetrante para apresentar as contra-razões ao recurso de apelação.
Após, dê-se vista ao MPF
Por fim oportunamente, remetam-se os autos ao TRF 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.021475-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	LEONARDO GALDINO DE MORAIS E OUTRO
ADVG.	:	DF00020032 - ROBERTO OLIVEIRA COIMBRA
IMPDO	:	DIRETOR DE GESTAO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tempestiva, recebo a apelação no efeito devolutivo.
Vista ao impetrante para apresentar as contra-razões ao recurso de apelação.
Por fim oportunamente, remetam-se os autos ao TRF 1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.028753-0 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	LUIZ GANDARELA MORAES E OUTROS
ADVG.	:	DF00008690 - SONIA TELES DE BULHOES
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00007529 - DANIELLA GAZZETTA DE CAMARGO
ADVG.	:	ES00008373 - LUIZ CLAUDIO SOBREIRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...dê-se vista aos autores pelo prazo de 10(dez) dias.
Nada mais a requerer, dê-se baixa e arquivem-se.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.043153-4 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU	:	VICENTE DE PAULA DE FREITAS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Converto o feito em diligência
Intime-se a Caixa Econômica Federal para acostar aos autos documentação que comprove a publicação do edital de citação em jornal de grande circulação por, pelo menos, duas vezes, nos termos do artigo 232 do CPC, haja vista os documentos anexados às fls. 60/61 fazerem alusão à pessoa diversa daquela apontada como réus neste processo.
Prazo: 10 (dez) dias, sob pena do reconhecimento da nulidade do ato citatório.

AUTOS COM Sentença

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.006785-8 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ANTONIO AURELIO DE FIGUEIREDO E OUTROS
ADVG.	:	RO00000574 - REGINALDO VAZ DE ALMEIDA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos para condenar a União a proceder à correção monetária dos valores percebidos pelos autores...

AUTOS COM Ato Ordinatório

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.022851-5 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	TRANSPORTES COLETIVO SERRA AZUL LTDA
ADVG.	:	PR00012504 - RAMIRO DE LIMA DIAS
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...às partes, indicarem as provas que pretendem produzir justificando sua necessidade.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

95.00.06241-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	EMANUEL LOURENCO DA SILVA E OUTROS
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00009170 - ALBERTO CAVALCANTE BRAGA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...vistas às partes, pelo prazo sucessivo de 10 (dez) dias.
Com ou sem manifestação das partes, venham os autos imediatamente conclusos.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.012151-0 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	MARIA EDIRLE CARVALHO BARROSO E OUTROS
ADVG.	:	DF00017184 - MARCOS A Z ROMANO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para manifestar justificadamente, sobre as provas que ainda pretendem produzir.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.036293-1 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	FIN HAB CREDITO IMOBILIARIO S/A
ADVG.	:	RS00005261 - CRISTOVAO COLOMBO DOS REIS MILLER
ADVG.	:	SP00171162 - REINALDO GARRIDO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...considerando o teor da certidão acima, republique-se o ato ordinatório de fl. 589.

...Vistas às partes para se manifestarem, justificadamente, sobre as provas que ainda pretendem produzir.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.033229-5 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00018348 - CINTIA MARA DIAS CUSTODIO
ADVG.	:	MG00090735 - LENYMARA CARVALHO
RÉU	:	MARLI DE ASSIS AQUINO
RÉU	:	VALERIA MOREIRA VENDA
ADVG.	:	DF00019968 - MIRIAN RODRIGUES DE ALMEIDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...Vistas às partes para se manifestarem, justificadamente, sobre as provas que ainda pretendem produzir, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.044309-1 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	AC - COELHO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA
ADVG.	:	DF00021765 - LUCIANO CORREIA MATIAS ALVES
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vistas ao(s) autor(es) sobre a(s) contestação (ões).
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.015976-4 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	BARREIROS PREFEITURA
ADVG.	:	DF00018865 - CARLOS EDUARDO VALADARES ARAUJO
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

2007.34.00.017253-7 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	CARLOS ALBERTO SAMPAIO PEREIRA E OUTROS
ADVG.	:	DF00006102 - ALZIR LEOPOLDO DO NASCIMENTO
REU	:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE FUNASA

2007.34.00.030149-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ANTONIO PEREIRA DE MORAIS
ADVG.	:	DF00011723 - ROBERTO GOMES FERREIRA
REU	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

2007.34.00.030370-5 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	BICAS PREFEITURA
ADVG.	:	DF0000183A - MARIA TEREZA CALIL NADER
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2007.34.00.036905-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	COMERCIAL J CAMPOS LTDA
ADVG.	:	DF00023262 - ANALICE CABRAL COSTA ANDRADE GONCALVES
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...Vistas às partes para querendo, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, indicarem as provas que ainda pretendem produzir justificando sua necessidade.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.023557-9 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR	:	JULIANO FERRAZ SALES
ADVG.	:	DF0001970A - ANTONIO CARLOS MESQUITA FILHO
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
LITISPA	:	HELIANE MORAIS FIGUEIRA
ADVG.	:	DF00007605 - HELOISA HELENA FIGUEIRA DOURADO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...Vistas às partes para se manifestarem, justificadamente, sobre as provas que ainda pretendem produzir.

JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA

Juiza Titular	:	DRA. MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES P. DE MEDEIROS
Juiz Substit.	:	DR. PABLO ZUNIGA DOURADO
Dir. Secret.	:	GEOVANA CRISTINA L. DE CASTRO FLORES

EXPEDIENTE DO DIA 8 DE JULHO DE 2008

Atos da Exma.	:	DRA. MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES P. DE MEDEIROS

AUTOS COM ATO ORDINATÓRIO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

90.00.08465-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	THEREZA ARRUDA BORREGO BIJOS E OUTROS
ADVG.	:	DF0000 19647 -EWERTON DA PAZ MACHADO
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL MINISTERIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO

2002.34.00.004418-8 AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

REQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG 000 94799-LUCIANO CAIXETA AMANCIO
REQDO	:	MAURO LIMA DA SILVA

2002.34.00.011776-9 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVG.	:	DF00022586 - VANESSA BITTES TERRA
EXCDO	:	RICARDO COTIA BRAGA

2004.34.00.010535-7 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	FRANCISCO DAL MOLIN DA ROSA E OUTRO
ADVG.	:	DF00015123 - SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

2005.34.00.035567-9 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	IVO EVANGELISTA DE AVILA SC ADVG.S
ADVG.	:	DF000002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

2005.34.00.035571-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
EXCDO	:	VALTER CELESTINO DOS SANTOS
ADVG.	:	DF00010308 - RAUL CANAL

2007.34.00.016138-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	REGINALDO ANTONIO BARROSO TEIXEIRA
ADVG.	:	DF00021987 - FERNANDA FERREIRA RODRIGUES
IMPDO	:	PRESIDENTE DA COMISSAO DE CONCURSO DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS

2007.34.00.025692-9 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	FREDERICO LOPES MEIRA BARBOZA
ADVG.	:	DF00007424 - CLEIDE VIEIRA LIMA CALAND
REU	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM

A Exma. Sra. Juiza exarou :
De ordem, ficam o(s) advogado(s) intimado(s) a devolver os autos que estão com excesso de prazo fora da Secretaria, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de expedição de mandado de busca e apreensão:

Juiza Titular	:	DRA. MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES P. DE MEDEIROS
Juiz Substit.	:	DR. PABLO ZUNIGA DOURADO
Dir. Secret.	:	GEOVANA CRISTINA L. DE CASTRO FLORES

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

Atos do Exmº.	:	DR. PABLO ZUNIGA DOURADO

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.09708-3 - EMBARGOS À EXECUÇÃO

EMBTE	:	UNIÃO FEDERAL
EMBDO	:	JOSE ANTONIO AGUIAR E OUTRO
ADVDO	:	DF00011116-UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO

O Exmº. Sr. Juiz exarou :
"Intimem-se as partes da decisão prolatada no incidente de impugnação ao valor da causa, voltando-me ambos conclusos após."

Juiza Titular	:	DRA. MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES P. DE MEDEIROS
Juiz Substit.	:	DR. PABLO ZUNIGA DOURADO
Dir. Secret.	:	GEOVANA CRISTINA L. DE CASTRO FLORES

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

Atos da Exma.	:	DRA. MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES P. DE MEDEIROS

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.041120-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	BENEDITO MACARIO DA SILVA E OUTROS
ADVG.	:	DF00008583 - JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
ADVG.	:	DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
ENTIDADE	:	UNIAO FEDERAL
IMPDO	:	DIRETOR GERAL DA IMPRENSA NACIONAL
IMPDO	:	SECRETARIO DE ADMINISTRACAO DA CASA CIVIL DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
"...Concedo à parte impetrante o prazo de 20(vinte) dias para os fins pretendidos na sua petição de fls."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.008016-9 INTERPELAÇÃO

INTPTE	:	SIGMA PHARMA LTDA
ADVG.	:	RJ00134876 - ANGELO NICOLAU TERRA ALBERONI
ADVG.	:	RJ00091336 - UBIRAJARA REGIS QUINTANHILHA MARQUES
INTPDO	:	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
"... Feita a intimação, pagas as custas e decorridas 48 (quarenta e oito) horas, entreguem-se os presentes autos ao interpelante, independentemente de traslado. Decorrido tal prazo, sem a retirada ora determinada, arquivem-se, com baixa".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.030316-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	LUCIANA VAZ DE OLIVEIRA
ADVG.	:	DF00016058 - DENISE SOARES VARGAS
ENTIDADE	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB
IMPDO	:	DIRETOR DE ADMINISTRACAO ACADEMICA DA UNIVERSIDADE DE BRASILIA - UNB

A Exma. Sra. Juiza exarou :
"Dê-se ciência à parte impetrante do retorno dos autos do eg. TF/1ª Região. Nada sendo requerido no prazo de cinco dias, arquivem-se os autos."

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.018298-0 IMPUGNAÇÃO DO DIREITO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

IMPTE	:	HLB AUDILINK & CIA AUDITORES
IMPGDO	:	GILBERTO AMADO DA SILVA
ADVG.	:	DF00001590 - GILBERTO AMADO DA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vista ao(s) Impugnado(s) pelo prazo de 48 (quarenta e oito) horas..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.090238-5 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
EMBDO	:	FRANCISCA FERREIRA DA SILVA
EMBDO	:	ELBA CAVALCANTE PEIXOTO
EMBDO	:	ENAURA EUZEBIO HORGOS
EMBDO	:	EDNA REJANE LARANJEIRAS GAMA
EMBDO	:	ELVIRA LUCIENE BURGOS GOMES
EMBDO	:	FRANCISCO RODRIGUES FREIRE
EMBDO	:	FLORA CERQUEIRA LIMA
EMBDO	:	GENY LOPES GUIMARAES
EMBDO	:	GLAUCIA NUNES PEREIRA
EMBDO	:	GILVAN MATA DE FARIAS FRANCA
ADVG.	:	AL00000490 - GEORGE SARMENTO LINS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Tendo em vista que a superior instância negou provimento ao agravo interposto pela ré (fls.), cumpra a Secretaria o determinado à fl."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.007210-5 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	DEDALUZ INFORMATICA LTDA
ADVG.	:	RJ00063518 - MARCOS PRADO
ADVG.	:	RJ00113541 - VINICIUS SOUZA NOGUEIRA
REU	:	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS SERPRO
ADVG.	:	DF00021149 - JULIANO COUTO GONDIN NAVES
ADVG.	:	DF00016112 - OCTAVIO HENRIQUE MENDONCA FILHO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Reitere-se a intimação de fls. , alertando ao SERPRO que o desatendimento implicará em renúncia à produção de prova por ele requerida..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1998.34.00.009965-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	SINDICATO NACIONAL DOS TECNICOS DA RECEITA FEDERAL - SINDIRECEITA
ADVG.	:	DF0000939A - IZABEL DILOHE PISKE SILVERIO
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL MINISTERIO DA FAZENDA
PROC.	:	- J. J. BERREDO FILHO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Mantenho a decisão agravada, pelos seus próprios fundamentos. Aguarde-se, contudo, o julgamento do agravo de instrumento."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.016488-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	FRANCESCA CHEIN MUNIZ
ADVG.	:	DF00018316 - PAULO MARQUES DA SILVA
IMPDO	:	DIRETOR DE GESTAO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Recebo o recurso de apelação interposto, no efeito apenas devolutivo. À parte apelada, para resposta, por quinze dias. Em seguida, não havendo fato novo, remetam-se os autos à superior instância, com as cautelas de praxe."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.021023-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JOSENI CARVALHO RAMOS
ADVG.	:	DF00009725 - OSMAR LOBÃO VERAS FILHO
IMPDO	:	PRESIDENTE DE FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S/A

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Emende a parte autora sua inicial, sob pena de indeferimento, a fim de indicar o ato coator contra o qual se insurge. Prazo: 10 (dez) dias."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.020983-4 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	SMAFF NORDESTE VEICULOS LTDA E OUTRO
ADVG.	:	DF00018161 - BRUNO DEGRAZIA MOHN
IMPDO	:	SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASILIA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Regularize a parte impetrante sua representação processual, uma vez que a procuração de fls. não vei acompanhada do respectivo ato constitutivo da pessoa jurídica que outorga os poderes recebidos. Prazo: dez dias."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.019291-6 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	SEVA ENGENHARIA ELETRONICA LTDA
ADVG.	:	GO00020517 - LUCIO FLAVIO SIQUEIRA DE PAIVA
REQDO	:	UNIAO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Emendar a inicial, a fim de esclarecer qual o valor da causa e providenciar a citação do autor da ação principal, tendo em vista a necessidade do itisconsórcio. Prazo: 10 dias."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.008015-5 INTERPELAÇÃO

INTPTE	:	SIGMA PHARMA LTDA
ADVG.	:	RJ00134876 - ANGELO NICOLAU TERRA ALBERONI
ADVG.	:	RJ00091336 - UBIRAJARA REGIS QUINTANHILHA MARQUES
INTPDO	:	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"... Feita a intimação, pagas as custas e decorridas 48 (quarenta e oito) horas, entreguem-se os presentes autos ao interpelante, independentemente de traslado. Decorrido tal prazo, sem a retirada ora determinada, arquivem-se, com baixa".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1997.34.00.008136-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	NEY DA SILVEIRA CARDADOR E OUTROS
ADVG.	:	DF00005772 - JOSE BORGES ANTUNES
ADVG.	:	DF00004889 - JOSE FERREIRA DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	- REGINA CELIA S. ALVES
PROC.	:	- SONIRA AVELAR

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Recebo o recurso de apelação interposto, nos efeitos devolutivo e suspensivo. À parte apelada, para resposta, por quinze dias. Em seguida, não havendo fato novo, remetam-se os autos à superior instância, com as cautelas de praxe."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.020388-1 AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

AUTOR	:	ARI LUIZ ALVES PAE
ADVG.	:	DF00012287 - ALBERTO CASCAIS MELEIRO
RÉU	:	UNIAO FEDERAL
LITISPA	:	ADALBERTO INACIO GONZAGA DA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"O Autor requer antecipação de tutela para que lhe seja concedida a manutenção de posse do imóvel constituído do lote 08, da Rua 05, situado no Condomínio Recanto da Serra, em Sobradinho/DF. Contudo, não juntou documentos para provar sua posse. Assim, emende o autor a inicial a fim de juntar os documentos necessários à propositura da ação [...] sob pena de indeferimento da inicial."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.029271-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	CARLOS EDUARDO VIANA SANTOS
ADVG.	:	DF00011108 - EVILAZIO VIANA SANTOS
IMPDO	:	COORDENADORA-GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DA SAUDE
IMPDO	:	GERENTE DE CADASTRO DO MINISTERIO DA SAUDE MS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...intime-se a parte impetrante para ter vista dos embargos de declaração opostos..."

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.011526-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MARIA JOSE SILVA DOS SANTOS
ADVG.	:	MG00111330 - ALTAIR GOMES CAIXETA
IMPDO	:	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
"...CONCEDO A LIMINAR..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.006488-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	BIANOR GONCALVES DE OLIVEIRA
ADVG.	:	DF00020190 - HUMBERTO VALLIM
IMPDO	:	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE BRASILIA-DF

A Exma. Sra. Juiza exarou :
"...defiro a liminar..."

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.025948-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	WELLINGTON CLAUDIO PINHO DE CASTRO
ADVG.	:	DF00015640 - GUILHERME NAVARRO E MELO
ADVG.	:	DF00015730 - OSMAR TOGNOLO
ADVG.	:	DF00014373 - OSMAR VELLOSO TOGNOLO
EXCDO	:	UNIAO (AGU)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"O erro material pode ser corrigido a qualquer tempo. Assim, considerando a alegação da União neste sentido, e objetivando evitar o enriquecimento sem causa, determino a remessa dos presentes autos à contadoria judicial. Antes, porém, tendo em vista que a União já teve vista da requisição expedida, nos termos do art. 12 da Resolução 559/2007 do CJF, corrija-se a requisição de pagamento para constar o valor indicado como incontroverso [...] e libere-se o ofício requisitório"
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.038094-7 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	LUCIANO FRANCO TOLENTINO AMARAL
ADVG.	:	DF00018503 - MARCELO ANTONIO RODRIGUES VIEGAS
ADVG.	:	DF00020567 - PLAUTO AFONSO DA SILVA RIBEIRO
EXCDO	:	UNIAO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...Ante o exposto, acolho, em parte, a execção de pré-executividade oferecida, apenas para determinar a remessa dos autos à contadoria judicial, a fim de verificar as alegações da União. Contudo, considerando que a União, já intimada da expedição do ofício requisitório, nos termos do art. 12 da Resolução nº 559/2007 do CNJ, indicou como devido o valor de [...], deverá ser corrigido o valor inserto na requisição de fls., com a respectiva remessa, ante o prazo constitucional do art. 100, §1º, da CF/88..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.021109-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS NO DISTRITO FEDERAL SINDSEPDF
ADVG.	:	DF00021831 - LILIAN BEATRIZ FIDELIS MAYA
ADVG.	:	DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...INDEFIRO A TUTELA PLEITEADA..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.010584-4 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	GILBERTO AMADO DA SILVA
ADVG.	:	DF00001590 - GILBERTO AMADO DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CARMEM ZELAIDE COLOMBO
REU	:	BIANCHESSI AUDITORES
REU	:	HLB AUDILINK & CIA AUDITORES
ADVG.	:	DF00011254 - HELOISA MONZILLO DE ALMEIDA
ADVG.	:	DF00008248 - JONAS F FONTENELE DE CARVALHO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...A ré Carmem Zelaide Colombo não foi encontrada no endereço indicado na procuração de fls. Contudo, considerando que compareceu aos autos espontaneamente, aplicável o disposto no § 1º do art. 214 do CPC. Concedo ao Advogado constituído o prazo legal para contestação, o qual deverá ser intimado pela imprensa oficial..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.020295-1 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	CLECIO GOMES DE ARAUJO E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...ANTECIPO PARCIALMENTE OS EFEITOS DA TUTELA..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.035566-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	EDUARDO MARTINS ROBINSON
ADVG.	:	DF00007033 - MILTON NOVATO DE CARVALHO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...defiro a produção da prova requerida pelo autor. Faculto às partes a nomeação de assistente técnico e formulação de quesitos, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, oficie-se ao Presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, solicitando-lhe a gentileza de encaminhar a este Juízo uma relação de nomes de médicos..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.021390-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	LAIS CASTEX VIEIRA DA CUNHA PEREIRA
ADVG.	:	DF00015598 - MARCELO RAMOS CORREIA
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DA FAZENDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...DEFIRO A LIMINAR..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.001817-7 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MARINETE DOS ANJOS BARCELLOS
ADVG.	:	DF00023010 - ERNANI DA SILVA CARLOS
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS E ANTECIPO A TUTELA PRETENDIDA NA INICIAL..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.021076-7 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	JOAQUIM DE MENEZES SILVA E OUTROS
ADVG.	:	DF00020379 - THATYANNA MYCHELLE GOMES DE CARVALHO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...DEFIRO A TUTELA..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.020389-5 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ALUISIO MANOEL LANZARIN
ADVG.	:	MG00102770 - DELIO SOARES DE MENDONCA JUNIOR
ADVG.	:	MG0015486E - LUCIANA MIRANDA ARAUJO
ADVG.	:	MG0018238E - MARIA CRISTINA FERNANDES MAZETO
ADVG.	:	MG00109332 - MARIANA BORGES DE OLIVEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...DEFIRO EM PARTE A TUTELA VINDICADA..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.020871-2 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MTRADING COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVG.	:	SP00180924 - JULIANA CARRILLO VIEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...NEGO A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.020720-3 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	BANCO COMMERCIAL INVESTMENT TRUST DO BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO
ADVG.	:	SP00021544 - LUIZ FERNANDO HOFLING
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA..."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.021226-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JOAO CORDEIRO
ADVG.	:	DF00019759 - MARCELO MARTINS NARDELLI
IMPDO	:	DIRETOR DE GESTAO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...DEFIRO A LIMINAR..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.017472-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	GABRIEL PRIEBE DE OLIVEIRA
ADVG.	:	RS00041861 - MARCELO PARMEGGIANI
ADVG.	:	RS00036122 - MARCELO ROTTA LIMA
IMPDO	:	PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS

2008.34.00.017590-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	IZABEL PRATES BENDLIN - ME
ADVG.	:	SC00018879 - DANIELLE MASNIK
IMPDO	:	DIRETOR DA DIRETORIA COLEGIADA DA AGENCIA DE VIGILANCIA SANITARIA ANVISA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...NEGO A LIMINAR..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.009870-1 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	MARIA DE LOURDES PEREIRA
ADVG.	:	DF00004261 - DEUSDEDITA SOUTO CAMARGO
REQDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00022069 - DAMIAO ALVES DE AZEVEDO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...indefiro a liminar pretendida [...] concedo o prazo de 10 (dez) dias para réplica..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.018852-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	DURVAL SOBREIRO JUNIOR
ADVG.	:	DF00022442 - NELSON LICINIO PANTAROTTO
IMPDO	:	PRESIDENTE DA UNIPLAC UNIAO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL

2008.34.00.020027-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	IDEAL CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E APERFEICOAMENTO EM SEGURANCA PRIVADA LTDA
ADVG.	:	SP00242310 - EDUARDO CORREA DA SILVA
ADVG.	:	SP00201269 - MAURICIO ANTONIO PAULO
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANCA PRIVADA EM BRASILIA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...CONCEDO A LIMINAR..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.004099-8 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	CACHOEIRA DOURADA PREFEITURA MUNICIPAL
ADVG.	:	DF0000183A - MARIA TEREZA CALIL NADER
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.014351-2 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	HP FERRAMENTAS LTDA
ADVG.	:	DF00023262 - ANALICE CABRAL COSTA ANDRADE GONCALVES
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...INDEFIRO TUTELA.."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.002593-0 IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

REQTE	:	JOSE ANTONIO AGUIAR E OUTRO
ADVG.	:	DF00011116 - UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO
REQDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...acolho a presente impugnação..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.018355-7 MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO

REQTE	:	ARIMAR DE OLIVEIRA FREITAS
ADVG.	:	DF00025195 - BERNARDO DE MEDEIROS SANTOS
REQDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00016721 - DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...intime-se a parte autora, nos termos do art. 357 do CPC, para provar que a alegação não corresponde à verdade..."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.018370-4 MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO

REQTE	:	ESPOLIO DE TOBIAS LEITE BORGES
ADVG.	:	DF00025195 - BERNARDO DE MEDEIROS SANTOS
REQDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00024529 - DERMEVAL RIBEIRO VIANNA FILHO
INVENT.	:	NAIR MENDES BORGES

2007.34.00.018399-2 MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO

REQTE	:	CHRISTOVAM FRANCISCO DAS CHAGAS
ADVG.	:	DF00024037 - MAURICIO LINDENMEYER BARBIERI
REQDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00016721 - DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...concedo à CEF o prazo de 05 (cinco) dias para providenciar a exibição dos extratos no período indicado na inicial, sob pena de ser considerada ilegítima a recusa."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.021137-1 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	CAMPUS EMPREENDIMENTOS E COMERCIO LTDA
ADVG.	:	MG00067249 - MARCELO TORRES MOTTA
REU	:	PRESIDENTE DO COMITE GESTOR DO REFIS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...INDEFIRO a liminar pleiteada..."

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.029976-6 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	OBJETIVA FOMENTO MERCANTIL LTDA
ADVG.	:	DF00018254 - CRISTIANE RODRIGUES BRITTO
ADVG.	:	DF00015079 - FLAVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO
REU	:	CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO DISTRITO FEDERAL
ADVG.	:	DF00009441 - FATIMA DE OLIVEIRA BUONAFINA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
"...JULGO IMPROCEDENTES os pedidos..."

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.005860-2 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO
EMBDO	:	AVIO MOZAR JOSE FERRAZ DE NOVAES
ADVG.	:	DF00015640 - GUILHERME NAVARRO E MELO
ADVG.	:	DF00015730 - OSMAR TOGNOLO
ADVG.	:	DF00014373 - OSMAR VELLOSO TOGNOLO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...julgo procedentes os embargos..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.039373-4 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ALINE ESPIRITO SANTO DE ARAUJO
ADVG.	:	DF00017717 - ALESSANDRA DAMIAN CAVALCANTI
ADVG.	:	DF00018935 - ALEX COSTA ALMEIDA
ADVG.	:	DF00022993 - ANA PAULA DANTAS MAGNO
ADVG.	:	DF00022523 - VANESSA ACHTSCHIN SOARES DA SILVA
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DA FAZENDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...RATIFICO A DECISÃO LIMINAR E CONCEDO EM PARTE A SEGURANÇA..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.029785-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MUNICIPIO DE TAQUARA
ADVG.	:	RS00066564 - RENATO GEMILLI BONADIMAN
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE PRESTACAO DE CONTAS DO FUNDO NACIONALDE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...CONCEDO PARCIALMENTE A SEGURANÇA..."

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.031031-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	DENIS COLARES DE ARAUJO
ADVG.	:	DF00009020 - ANTONIETA PAULINA BULBOL C MOREIRA DA COSTA
IMPDO	:	PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL DO DF

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...RATIFICO OS TERMOS DA DECISÃO QUE DEFERIU A LIMINAR E CONCEDO A SEGURANÇA..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.042119-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ISMAEL ALVES DE MENEZES
ADVG.	:	DF00013398 - VALERIO ALVARENGA M DE CASTRO
IMPDO	:	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO SERVICO EXTERIOR
IMPDO	:	SUBSECRETARIA GERAL DO SERVICO EXTERIOR DO MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...RATIFICO A DECISÃO QUE DEFERIU A LIMINAR (FLS.)E CONCEDO A SEGURANÇA..."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.034815-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	CESAR MITSUHARU TAKANO
ADVG.	:	SP00114931 - JONAS MARZAGAO
IMPDO	:	DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"...CONCEDO EM PARTE A SEGURANÇA..."

AUTOS COM ATO ORDINATÓRIO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.035569-6 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
EXCDO	:	VANESIA MARIA RODRIGUES
ADVG.	:	DF00013775 - ERICA LIMA DE PAIVA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Fica o(a)parte executada intimada da juntada do(s) documento(s) de fls., pelo prazo de 05 (cinco) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

87.00.03724-9 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	GERMAN LEHM MULLER E OUTROS
ADVG.	:	DF00011188 - ALFREDO RIBEIRO DA SILVA
EXCDO	:	INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL INPS

2002.34.00.002404-9 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	FUNDACAO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS E OUTROS
ADVG.	:	MG00064646 - FABIO AUGUSTO JUNQUEIRA DE CARVALHO
REQDO	:	UNIAO FEDERAL

2004.34.00.044149-8 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MAD FORM INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA E OUTRO
ADVG.	:	MG00054198 - ALESSANDRO ALBERTO DA SILVA
ADVG.	:	MG00067249 - MARCELO TORRES MOTTA
IMPDO	:	PRESIDENTE DO COMITE GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL - REFIS

2007.34.00.001889-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JOSE ALVES DA SILVA
ADVG.	:	DF00017738 - MAURO MACHADO CHAIBEN
IMPDO	:	DIRETOR DE FISCALIZACAO DA AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL

2008.34.00.005779-6 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	BMS PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
ADVG.	:	GO00018808 - ADRIANO DINIZ
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Fica o advogado requerente intimado de que os autos foram desarquivados, devendo manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do inciso XVI do art. 7º da Lei 8.906/94. Nada sendo requerido, serão os autos retornar ao arquivo geral, com baixa.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.044733-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	JOSE ERNANDO CAVALCANTE DAS NEVES E OUTROS
ADVG.	:	DF00007978 - CASSIANO PEREIRA VIANA
ADVG.	:	DF00019505 - FABIO VIANA SILVA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

2007.34.00.002578-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	WALDYR MENDONCA E OUTROS
ADVG.	:	DF00003308 - LUIZA TIMOTEO DE OLIVEIRA SOUZA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

2007.34.00.038098-1 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ADEMILDES MARIA FERREIRA E OUTROS
ADVG.	:	DF00011116 - UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Fica a pate exequente intimada, nos termos do art. 12 da Resolução nº 559/2007, do Conselho da Justiça Federal, acerca do(s) precatório(s)/RPV('s) expedido(s) nestes autos e que será(ão) encaminhado(s) ao TRF-1ª Região.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.019836-9 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA HIPOTECÁRIO

AUTOR	:	IVAN GOMES DAS NEVES E OUTRO
ADVG.	:	DF00014513 - NOÉ ALEXANDRE DE MELO
ADVG.	:	PA00005433 - SILVIO ANTONIO DAMASCENO SANTOS
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

2008.34.00.020347-7 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	DEUZELIA AQUINO SOARES
ADVG.	:	DF00003765 - AVENIR ANGELO ROSA FILHO
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2008.34.00.020357-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	PAULO SERGIO MONTEIRO MESIANO
ADVG.	:	DF00003765 - AVENIR ANGELO ROSA FILHO
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2008.34.00.020359-7 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	VERONICA MOREIRA CAVALCANTE
ADVG.	:	DF00003765 - AVNIR ANGELO ROSA FILHO
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2008.34.00.020361-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ANA CRISTINA SOARES
ADVG.	:	DF00003765 - AVENIR ANGELO ROSA FILHO
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2008.34.00.020363-8 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	HELENA VERAS RODRIGUES CAETANO
ADVG.	:	DF00003765 - AVENIR ANGELO ROSA FILHO
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2008.34.00.020364-1 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	HELIDA REGINA GARCIA
ADVG.	:	DF00003765 - AVENIR ANGELO ROSA FILHO
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2008.34.00.020521-3 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	NILZA ANTUNES DIAS MARIOSA
ADVG.	:	MG00086880 - LAZARO CELIS MARIOSA
REU	:	UNIAO FEDERAL

2008.34.00.021019-1 MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO

REQTE	:	JOAO NUNES TEIXEIRA
ADVG.	:	DF00021860 - MARCO ANTONIO BARION
REQDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Fica a parte autora intimada para esclarecer quanto ao valor atribuído à causa e o seu fundamento, no prazo de 10 (dez) dias, em face do art. 3º da Lei 10.259/2001.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.035840-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	JEFFERSON P STINGHETTI E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC.	:	- FRANCISCO JOAQUIM DE SOUSA NETO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Fica o(a) advogado(a)/procurador (a) intimado(a) para proceder à assinatura da petição juntada aos autos fls., sob pena de desentranhamento da peça, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

89.00.08720-7 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	MILTON CALAIS RIBEIRO
ADVG.	:	DF00003673 - CLAUDETE L S VARANDAS
ADVG.	:	DF00004296 - ELEUSA MOREIRA
ADVG.	:	DF00001502 - SEBASTIAO MOREIRA GONCALVES
ADVG.	:	DF00007917 - SERGIO DE FREITAS MOREIRA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC.	:	- GILDA MARIA FREIRE GARCIA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Fica a parte interessada intimada de que deverá informar o número do(s) documento(s) abaixo assinalado(s), para fins de expedição de alvará, conforme a Resolução nº 509/2006 do Conselho da Justiça Federal, no prazo de 05 (cinco) dias: (art. 26 da Portaria nº 01/2006) - CPF
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.011526-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MARIA JOSE SILVA DOS SANTOS
ADVG.	:	MG00111330 - ALTAIR GOMES CAIXETA
IMPDO	:	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL

2008.34.00.021226-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JOAO CORDEIRO
ADVG.	:	DF00019759 - MARCELO MARTINS NARDELLI
IMPDO	:	DIRETOR DE GESTAO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

2008.34.00.021390-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	LAIS CASTEX VIEIRA DA CUNHA PEREIRA
ADVG.	:	DF00015598 - MARCELO RAMOS CORREIA
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DA FAZENDA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Fica a parte impetrante intimada para apresentar cópia das peças necessárias à instrução do(s) mandado(s) de notificação e de intimação da(s) entidade(s) pública(s) a que está(ão) vinculada(s) a(s) autoridade(s) coatora(s), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.005123-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	SAMUEL FRANKLIN CORDEIRO LOPES
ADVG.	:	SP00127918 - MARIA CECILIA JORGE BRANCO MARTINIANO DE OLIVEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Ficam as partes intimadas para dizer se pretendem produzir outras provas, além das já existentes nos autos, justificando e delimitando-lhes o objeto e pertinência com o contexto dos autos, no prazo comum de 05 (cinco) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.027491-3 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CANAA COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS LTDA
ADVG.	:	DF00012330 - MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA
ADVG.	:	DF00016467 - SEBASTIAO ALVES PEREIRA NETO
REU	:	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP

2008.34.00.005123-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	SAMUEL FRANKLIN CORDEIRO LOPES
ADVG.	:	SP00127918 - MARIA CECILIA JORGE BRANCO MARTINIANO DE OLIVEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Fica o(a)parte autora intimada da juntada do(s) documento(s) de fls., pelo prazo de 05 (cinco) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.013743-9 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	SUELY OLIVEIRA CARDOSO DA SILVA
ADVG.	:	DF00019031 - REGINA CELIA DO NASCIMENTO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	SASSE - COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVG.	:	DF00013488 - BRUNO WURMBAUER JUNIOR
ADVG.	:	DF00022069 - DAMIAO ALVES DE AZEVEDO

2004.34.00.040997-5 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	DF00013327 - LUIS ANDRE MARTINS LIMA
EMBDO	:	SARA NESPEREIRA LEITAO
EMBDO	:	ANTONIO MIRANDA FILHO
EMBDO	:	JOSE LAZARO MOREIRA
EMBDO	:	JOSE PEREIRA DE CARVALHO
ADVG.	:	DF00002021 - ESLY SCHETTINI PEREIRA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Ficam as partes intimadas acerca das informações ou cálculos da Contadoria Judicial (fls.), pelo prazo sucessivo de 05 (cinco) dias.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

95.00.05084-6 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	ANTONIO DE PADUA MAIA E OUTROS
ADVG.	:	DF00004056 - HELIO CARVALHO SANTANA
ADVG.	:	DF0001441A - JOSE EYMARD LOGUERCIO
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00009170 - ALBERTO CAVALCANTE BRAGA
PROC.	:	- J.J.BERREDO FILHO

96.00.19097-6 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	JOSE MARIO DE MELO CUNHA E OUTROS
ADVG.	:	DF00006923 - EDEWYLTON WAGNER SOARES
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

2001.34.00.028614-8 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	LUIZ LOPES DE ALMEIDA E OUTROS
ADVG.	:	DF00012284 - FERNANDO FREIRE DIAS
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL MIN DA SAUDE

2001.34.00.030438-0 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	JARBAS TOMAZOLI NUNES E OUTRO
ADVG.	:	DF00016013 - ERIVELTON EUGENIO GUEDES REIS
ADVG.	:	DF00015123 - SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00007529 - DANIELLA GAZZETTA DE CAMARGO

2002.34.00.007408-8 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	ADRIANO VERAS PEREIRA E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	SC00012989 - JORGE LUIS SCHIMITZ

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Fica a(o-s) o advogado da parte autora intimada(o-s) de que foi(ram) expedido(s) o(s) alvará(s), bem como para comparecer na Secretaria da Vara, a fim de recebê-lo(s), no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena do cancelamento.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.021021-5 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MARIA DAS GRACAS COSTA MARQUES
ADVG.	:	DF00008849 - GILBERTO GARCIA GOMES
ADVG.	:	DF00026034 - HANAH KARINE HILARIO DO NASCIMENTO
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE GESTAO DE PESSOAS DO MINISTERIO DA CULTURA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
fica a parte impetrante intimada para recolher/complementar as custas processuais, no valor de R$5,32, na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, através de DARF, sob o código 5762, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 257, CPC), no prazo de 30 (trinta) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.019474-7 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	JOSE ANTONIO NESPOLO E OUTROS
ADVG.	:	GO00005309 - PAULO HENRIQUE RODRIGUES
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REU	:	BANCO DO BRASIL SA
ADVG.	:	DF00008982 - CARLOS RIBEIRO DE OLIVEIRA
ADVG.	:	DF00006744 - JORGE VERQUEIRO DA C MACHADO NETO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Fica a parte ré (Banco do Brasil) intimada do trânsito em julgado certificado nos autos, para requerer o que entender pertinente, pelo prazo de 10(dez) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.016332-2 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	LUXOR VEICULOS LTDA
ADVG.	:	GO00023931 - PATRICIO DUTRA DANTAS FERREIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Fica a parte autora intimada para fornecer cópia(s) da petição inicial, em número coincidente com a quantidade de réus, no prazo de 05 (cinco) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.044579-4 AÇÃO SUMÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS ECT
ADVG.	:	DF00017279 - JOHN CORDEIRO
ADVG.	:	DF00011755 - MATIAS DE ARAUJO NETO
ADVG.	:	MG00101119 - PATRICIA ELETO DA SILVA
REU	:	CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Fica o(a)parte ré intimada da juntada do(s) documento(s) de fls., pelo prazo de 05 (cinco) dias.

JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA

Juiz Titular : DR. ITAGIBA CATTA PRETA NETO
Juiz Substit. : DR. NÁIBER PONTES DE ALMEIDA
Dir. Secret. : MÁRCIA NUNES DE MIRANDA CLEMENTINO

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

Atos do Exmo. : DR. ITAGIBA CATTA PRETA NETO

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

95.00.09833-4 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR : CIA CERVEJARIA BRAHMA FILIAL CURITIBA E OUTROS
ADVOGADO : SP00064055 - ANTONIO DE CARVALHO
ADVOGADO : SP00162380 - DIOMAR TAVEIRA VILELA
REU : UNIAO FEDERAL
REU : COPEL COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Defiro aos autores vista dos autos pelo prazo de cinco dias.
Nada sendo requerido, retornem para o arquivo.

2006.34.00.009811-9 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE : UNIAO FEDERAL
ADVOGADO : DF00012924 - NEREIDA DE LIMA DEL AGUILA
EMBDO : CELIO EDUARDO CALDAS DE FIGUEIREDO
ADVOGADO : DF00008583 - JULIO CESAR BORGES DE RESENDE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intime-se a parte embargada para, no prazo de 10 dias, requerer o que de direito.
Nada requerido,.... remetam-se ao Arquivo, com baixa na distribuição.

2003.34.00.027104-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR : ANTONIO BATSCHAUER E OUTROS
ADVOGADO : SP00165826 - CARLA SOARES VICENTE
REU : UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Defiro ao autor vista dos autos pelo prazo de cinco dias.
Decorrido o prazo sem manifestação ou nada sendo requerido, arquivem-se os autos.

2005.34.00.036682-9 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00013178 - PAULO ROBERTO SOARES
EXCDO : AVELINO VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO : GO00009233 - MAROZAN APARECIDO DE ARAUJO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Proceda o executado (AVELINO VIEIRA DA SILVA) ao pagamento do débito exequendo no valor de R$ 709,28, a ser atualizado, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% e penhora de bens, nos termos do art. 475-J do CPC, acrescentado pela lei 11.232/2005....

2000.34.00.045784-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : GERSON ALVES DE CARVALHO E OUTROS
ADVOGADO : DF00008583 - JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
ADVOGADO : DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
ENTIDADE : UNIAO FEDERAL
IMPDO : DIRETOR GERAL DA IMPRENSA NACIONAL
IMPDO : SECRETARIO DE ADMINISTRACAO DA CASA CIVIL DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Defiro ao impetrante vista dos autos pelo prazo de cinco dias.

2002.34.00.012084-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : BENEDITO PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO : DF0001666A - JEOVAM LEMOS CAVALCANTE
EXCDO : UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Concedo ao exequente o prazo de dez dias para instruir os autos com o número de seu CPF a fim de regularizar o cadastro do processo e viabilizar a expedição do ofício requisitório de pagamento.

2006.34.00.037060-0 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR : APARECIDO DONIZETI GALLI E OUTROS
ADVOGADO : DF00017184 - MARCOS A Z ROMANO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00007658 - ALEXANDRE DUARTE DE LACERDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação interposta pelos autores nos efeitos suspensivo e devolutivo.
Vista ao apelado para contra razões, no prazo de 15 dias.

2000.34.00.042777-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR : CLOVES FONSECA COELHO E OUTROS
ADVOGADO : DF00007019 - FABER IRIA MATIAS
REU : UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Procedam os autores/réus (JOSÉ HELENO DA SILVA E OUTROS) ao pagamento do débito exequendo, no prazo de 15 dias, no valor total de R$ 2.075,58, atualizado, sendo R$ 377,38 para cada um, sob pena de multa de 10% e penhora de bens, nos termos do art. 475- J do CPC, acrescentado pela lei 11.232/2005....

2008.34.00.017596-8 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : LUCAS RAMALHO MACIEL
ADVOGADO : DF00022956 - MARCELO TURBAY FREIRIA
IMPDO : SECRETARIO EXECUTIVO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
IMPDO : DIRETOR-GERAL DO CENTRO DE SELECAO E DE PROMOCAO DE EVENTOS DA UNIVERSIDADE DE BRASILIA CESPE UNB

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intime-se o patrono do impetrante para que, no prazo de cinco dias, apresente procuração com poderes específicos para desistir.

2003.34.00.030775-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR : CARLOS ALFREDO RAAB E OUTROS
ADVOGADO : DF00018136 - ANDREA BUENO MAGNANI
ADVOGADO : DF00014489 - DAMARES MEDINA
REU : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Chamo o feito à ordem.
À luz do art. 475 I do CPC, torno sem efeito a certidão de fls. e atos subsequentes.
Subam os autos ao e. TRF 1ª Região, em virtude da remessa ex officio obrigatória.

2008.34.00.020656-1 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR : ROSEANE DOS SANTOS BARROS
ADVOGADO : DF00021490 - ELISA BARROS HORSTH
REU : UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Sendo a competência do Juizado Especial absoluta e o valor econÔmico da demanda inferior a sessenta salários mínimos, concedo á autora o prazo de dez dias para emendar, querendo, a petição inicial (com contrafé), adequando o valor da causa a efetiva expressão econômica do pedido, bem como recolher as custas complementares nos termos do Portaria/Presi 1105-137, de 25.05.200.
Nada requerendo, remetam-se os autos ao Juizado Especial Federal.

2001.34.00.017936-0 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR : MARCIO BOSSI
ADVOGADO : DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00007529 - DANIELLA GAZZETTA DE CAMARGO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Defiro ao autor vista dos autos pelo prazo de 10 dias.
Decorrido o prazo sem manifestação ou nada sendo requerido, retornem os autos ao arquivo.

2002.34.00.036070-7 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : JOSE ESTEVAM TOMAZ E OUTROS
ADVOGADO : DF00013486 - CARLOS ALBERTO DO CARMO
EXCDO : UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Sem razão o advogado no que se refere ao cálculo da verba honorária.
(...)
Expeça-se RPV em favor dos exequentes pelo valor indicado na planilha de fl. 169.
(....)
... determino a expedição de precatório em relação à verba honorária.

2001.34.00.026551-6 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR : ROOSTER S/A INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS
ADVOGADO : GO00010498 - HUDSON MENDES CORONHEIRO
REU : UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
À vista da manifestação de fl., pela qual a União requer a desistência da execução, arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

2004.34.00.019381-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00017348 - ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
EXCDO : MARISA ROSANE DA SILVA
ADVOGADO : DF00013226 - ALEXANDRE JPEREIRA LIRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Em face da petição de fl.., remetam-se os autos ao arquivo, sem baixa, onde aguardarão as providências a cargo da CEF, para o prosseguimento do feito.

2008.34.00.009338-8 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR : VANESSA NESPOLI DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DF00008622 - JOSE UMBERTO CEZE
ADVOGADO : DF00020221 - RICARDO HUMBERTO CEZE
REU : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intimem-se as partes para ciência da decisão proferida pelo e. TRF 1ª Região no AG 2008.01.00.031444-8, que deu provimento ao agravo para cassar a antecipação de tutela.
Na mesma oportunidade, manifeste-se o autor sobre a contestação apresentada.

2008.34.00.012648-9 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR : PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAU
ADVOGADO : DF0000183A - MARIA TEREZA CALIL NADER
REU : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tendo em vista o tempo decorrido desde a intimação de fl. , defiro ao autor o prazo final de 10 dias para instruir o feito com a ata de posse ou diploma do Prefeito, sob pena de indeferimento da petição inicial.

92.00.02492-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : JEFFERSON RICARDO DE SOUSA E OUTRO
ADVOGADO : DF00010177 - CLEITON PENA ARAUJO
ADVOGADO : DF00008549 - HEBERT DA SILVA TAVARES
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00017788 - ELGA LUSTOSA DE MOURA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Em face da anuência do executado ao bloqueio de ativo financeiro realizado, manifeste-se a CEF informando para qual conta deverá ser transferido o aludido valor.

2005.34.00.090363-0 IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

REQTE : EMPRESA GESTORA DE ATIVOS- EMGEA E OUTRO
ADVOGADO : DF00017348 - ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DF00016227 - INESSA DO AMARAL ALMEIDA MADRUGA
REQDO : DELVANY NERES MOREIRA CASTRO
ADVOGADO : DF00019031 - REGINA CELIA DO NASCIMENTO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
A petição de fls.. não guarda relação com o presente incidente.
O processo principal já foi extinto com resolução do mérito, cuja sentença transitou em julgado em 05.06.2008.
Retornem os autos para o arquivo.

1997.34.00.036612-3 AÇÃO ORDINÁRIA / IMÓVEIS

AUTOR : GERUSIA GOMES DE LIMA ARAUJO E OUTRO
ADVOGADO : DF00004261 - DEUSDEDITA SOUTO CAMARGO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00010574 - JESUS LIMA CAVAIGNAC

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Este Juízo possui o entendimento de que a multa prevista pelo art. 475-J do CPC, no percentual de 10% só é cabível após a intimação, por publicação do executado para que efetue, espontaneamente, o pagamento do débito.
No caso em apreço, os executados sequer foram intimados para saldar a dívida a que foram condenados, motivo pelo qual determino seja retificada a conta de fls. para exclusão da multa pelo não pagamento voluntário.

1998.34.00.009604-3 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : UNIAO FEDERAL
PROCUR : - OBELKY CARDOSO DOS SANTOS
EXCDO : FRANCISCO TARCIZO BONFIM
EXCDO : MARIA ANGELICA TORRES BONFIM
ADVOGADO : DF00010308 - RAUL CANAL
ADVOGADO : DF00011328 - RONALD W MIGNONE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Defiro aos autores o prazo de 15 dais para pagamento voluntário do débito remanescente apontado às fls..., que deverá ser devidamente atualizado.

2008.34.00.018819-3 PROTESTO

AUTOR : REICHERT CALCADOS LTDA E OUTROS
ADVOGADO : PR0032873A - TANIA REGINA PEREIRA
REU : UNIAO FEDERAL
REU : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Concedo aos autores o prazo de dez dias, sob pena de indeferimento, para:
1. Emendarem a petição inicial (com contrafé) adequando o valor da causa à efetiva expressão econômica do pedido;
2. Procederem, imediatamente a complementação das custas, sob pena de cancelamento da distribuição;
3. Instruir os autos com documentos hábeis que legitimem LUIS RAUBER e ANALDO GRIN NETO a outorga dos poderes conferidos nos instrumentos de fls...

2008.34.00.017699-0 MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO

REQTE	:	JOSE COSME NASCIMENTO MARINHO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF0025842A - TONY LUIZ RAMOS
REQDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Concedo à autora, o prazo de dez dias, para instruir a petição inicial, sob pena de indeferimento, com os documentos indispensáveis a propositura da ação.

1999.34.00.006632-7 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CARMELINDA ROSA DE LIMA
ADVOGADO	:	DF00012151 - CARLOS AUGUSTO MONTEZUMA FIRMINO
EXCDO	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
PROCUR	:	- CARMINA FERREIRA CAMPOS VIEIRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Para o deferimento do pedido de habilitação, promova o advogado a juntada aos autos do Termo de Compromisso de Inventariante do espólio de Carmelinda Rosa de Lima.

2002.34.00.011764-9 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CEZAR MOACIR FELIN E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00006029 - DEOCLECIANO BATISTA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Mantenho a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.
Até a presente data, não consta nos autos, comprovação de que tenha sido conferido efeito suspensivo ao AG....
Assim, cumpra-se a referida decisão de fls....

1999.34.00.013822-6 AÇÃO ORDINÁRIA / IMÓVEIS

AUTOR	:	ANTONIA LIMA DE MACEDO RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00004261 - DEUSDEDITA SOUTO CAMARGO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Em face da petição de fl., defiro o prazo de 30 dais para que a autora informe acerca da efetivação do noticiado acordo com a CEF, para pagamento dos honorários advocatícios na via administrativa.

95.00.18228-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	AMASILE KARLINE F DO NASCIMENTO FARIAS E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Mantenho a decisão de fll, por seus próprios e jurídicos fundamentos.
Em face da cópia da petição de AI juntada às fls.., aguarde-se até o julgmaento final daquele recurso interpostos pela CEF.

2006.34.00.016950-4 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	FOR SECURITY VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
ADVOGADO	:	RJ00138416 - CLAUDIO ROMULO DOS SANTOS
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifeste-se o autor sobre os termos da petição de fl...

2006.34.00.007465-8 EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

EXPTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00007658 - ALEXANDRE DUARTE DE LACERDA
EXCTO	:	GAUDENCIO SOUZA VILELA
EXCTO	:	JULIO MAGNO MILAN KELBOUSCAS
EXCTO	:	LEONIR JOSE BARON
EXCTO	:	LUIZ CARLOS STEFANELLO
EXCTO	:	LUIZ FANOEL DA SILVA CAMPOS
ADVOGADO	:	DF00014746 - JOSE PEIXOTO GUIMARAES NETO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tendo em vista que até a presente data não há notícia sobre a concessão de feito suspensivo ao AG... intimem-se os autores para promoverem o desmembramento do feito, no prazo de 10 dias, oportunidade em que deverão apresentar, em Secretaria, a petição inicial referente a cada autor, instruída com os documentos cabíveis, para viabilizar a remessa dos novos autos às Seções Judiciárias competentes, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito.

2006.34.00.004704-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	NOBUTSUNA WATANABE & CIA LTDA EPP
ADVOGADO	:	DF00020009 - CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Proceda o réu ao pagamento do débito exequendo atualizado no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% e penhora de bens, nos termos do art. 475-J do CPC, acrescentado pela lei 11.232/2005....

2005.34.00.024208-0 AÇÃO CIVIL PÚBLICA

REQTE	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQTE	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
LITISAT	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	DF00014291 - CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA
PROCUR	:	- JOSE ALFREDO DE PAULA SILVA
REQDO	:	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND
ADVOGADO	:	PE00002742 - LINDEMBERG DA MOTA SILVEIRA
ADVOGADO	:	PE00003854 - RAUL CUNHA NETO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(....)
Esclareça a ré a quais créditos/débitos se refere, especificamente, quando reivindica o cumprimento da liminar no que tange à suspensão da exigibilidade, vez que aquela suspensão tem caráter limitado e restrito.

2007.34.00.033768-1 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	ELIANA GONCALVES DE AGUIAR
ADVOGADO	:	DF00024897 - KLAUS STENIUS B C DE MELO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tendo em vista o pedido de fls.., e considerando que no dia 28/07/2008 estarei ausente em razão de minha participação na Seção da Turma Nacional de Unificação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, fica cancelada a audiência designada para o dia 28/07/2008, às 15:00.
Intimem-se as partes, assim como o funcionário da CEF, Sr. Marcelo Siqueira da Rocha.
Intime-se a autora para informar o seu atual endereço, eis que não foi possível intimá-la no endereço que consta dos autos.
Na mesma oportunidade, deverá esclarecer se as testemunhas arroladas às fls. .. comparecerão á audiência independente de intimação.
Prazo: cinco dias.

2006.34.00.033752-3 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	FLAMINGO JOGOS E DIVERSOES ELETRONICAS LTDA ME E OUTROS
ADVOGADO	:	SP00024923 - AMERICO LOURENCO MASSET LACOMBE
ADVOGADO	:	SP00080501 - ANA MARIA LOPES SHIBATA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	ESTADO DE SANTA CATARINA
REU	:	LOTERIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA LOTESC
ADVOGADO	:	SC00009736 - LORENO WEISSHEIMER

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Em face do pedido de desistência apresentado pelos autores, digam os réus.

2007.34.00.031524-0 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	MG00090735 - LENYMARA CARVALHO
RÉU	:	FRANCISCO NIELSEN ALBUQUERQUE
ADVOGADO	:	GO00015540 - EVANIA DE PAULA RIBEIRO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intime-se o réu para, querendo, apresentar declaração do seu estado de pobreza, caso queira ver apreciado seu pedido de assistencia judiciária.

2003.34.00.023493-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	JOAO BATISTA FERREIRA LAGO E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00002701 - DORIVAL FERNANDES RODRIGUES
ADVOGADO	:	DF00005934 - JOSE MAGNO DE AVILA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intimem-se os exequentes para, no prazo de 10 dias, informar se ainda têm algo a requerer nestes autos.Nada requerido, venham-se os autos conclusos para sentença de extinção da obrigação.

2006.34.00.000514-6 AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE

REQTE	:	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS- EMGEA E OUTRO
ADVOGADO	:	MG00090735 - LENYMARA CARVALHO
REQDO	:	NEIDE FERREIRA DOS SANTOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista às partes requerentes da certidão de fls. e documentos de fls..

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.021494-2 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	PAULO SERGIO DE SOUSA
ADVOGADO	:	GO00026702 - CHARLES STEFAN FELIPE SIVA
ADVOGADO	:	MG00092772 - ERICO MARTINS DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...)
... DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de antecipação dos efeitos da tutela...
Concedo ao autor o prazo de dez dias, sob pena de indeferimento, para emendar a petição inicial (com contrafé) adequando o valor da causa à efetiva expressão econômica do pedido de modo a refletir o proveito econômico a ser obtido em caso de procedência. Deverá a parte autora, ainda, proceder imediatamente à complementação das custas, sob pena de cancelamento da distribuição.
Somente após comprovação do cumprimento da determinação acima, deverá ser intimada a Delegacia da Receita Federal de Foz de Iguaçu - PR para cumprimento da presente decisão.

2008.34.00.020628-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	MARIA IRINEIDE DA COSTA E SILVA NUNES
ADVOGADO	:	DF00019825 - FERNANDO GUIMARAES MENDES
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...)
... DEFERIR a antecipação da tutela...
(...)

2008.34.00.021221-9 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	WILSON ALBERTO FERREIRA RAMOS
ADVOGADO	:	DF00027343 - HOGLA DA SILVA BUENO
ADVOGADO	:	DF00017966 - VERA MIRNA SCHMORANTZ
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	BANCO CENTRAL DO BRASIL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...)
... DEFERIR a antecipação da tutela...
(...)

2008.34.00.021120-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JOSE PANKOWSKI
ADVOGADO	:	PR00027335 - ELISEU ALVES FORTES
ADVOGADO	:	PR00015723 - ELSON SUGIGAN
IMPDO	:	SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...)
Defiro, assin, o pedido de liminar para autorizar o depósito do montante integral do tributo suspendendo, assim, sua exigibilidade.
(...)

AUTOS COM

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.025076-7 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	SAO VICENTE VEICULOS LTDA
ADVOGADO	:	DF00023262 - ANALICE CABRAL COSTA ANDRADE GONCALVES
ADVOGADO	:	RJ00094953 - CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem as partes as provas que ainda pretendem produzir, indicando, com objetividade, os fatos que desejam demonstrar (CPC, art. 332). Prazo sucessivo de cinco dias, a inicar pelo autor.

2007.34.00.042908-7 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	DANIEL FERREIRA DIAS E OUTRO
ADVOGADO	:	DF0002238A - SANDRA LUIZA FELTRIN
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem as partes as provas que ainda pretendem produzir, indicando, com objetividade, os fatos que desejam demonstrar (CPC, art. 332). Prazo sucessivo de cinco dias, a inicar pelo autor.

2007.34.00.044245-6 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA OURENSE LTDA
ADVOGADO	:	DF00023262 - ANALICE CABRAL COSTA ANDRADE GONCALVES
ADVOGADO	:	DF00020416 - TATIANA FONSECA DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem as partes as provas que ainda pretendem produzir, indicando, com objetividade, os fatos que desejam demonstrar (CPC, art. 332). Prazo sucessivo de cinco dias, a inicar pelo autor.

2008.34.00.005825-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	PATINHO COMERCIO DE ROUPAS LTDA ME
ADVOGADO	:	DF00023262 - ANALICE CABRAL COSTA ANDRADE GONCALVES
REU	:	FAZENDA NACIONAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem as partes as provas que ainda pretendem produzir, indicando, com objetividade, os fatos que desejam demonstrar (CPC, art. 332). Prazo sucessivo de cinco dias, a inicar pelo autor.

2008.34.00.005889-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	LUIZ FERNANDO RUTOWITSCH HORTA RODRIGUES
ADVOGADO	:	DF00006102 - ALZIR LEOPOLDO DO NASCIMENTO
ADVOGADO	:	DF00015130 - DANIEL LEOPOLDO DO NASCIMENTO
ADVOGADO	:	DF00026523 - KEILLE COSTA FERREIRA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem as partes as provas que ainda pretendem produzir, indicando, com objetividade, os fatos que desejam demonstrar (CPC, art. 332). Prazo sucessivo de cinco dias, a inicar pelo autor.

2006.34.00.029472-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	AMADEU FERREIRA DA COSTA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF0001834A - IVAI ABIMAEL MARTINS
REU	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
OUTROS	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem-se provas: prazo sucessivo de 5 dias, primeiro os autores.

2007.34.00.019580-1 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS NO DISTRITO FEDERAL SINDSEPDF
ADVOGADO	:	DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem-se provas: prazo sucessivo de 5 dias, primeiro os autores.

2007.34.00.027052-9 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	LC MORENO CONSTRUCOES LTDA
ADVOGADO	:	DF00023262 - ANALICE CABRAL COSTA ANDRADE GONCALVES
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem-se provas: prazo sucessivo de 5 dias, primeiro os autores.

2007.34.00.029517-7 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MARCOS DA SILVA IBIAS
ADVOGADO	:	DF00020549 - MORENA PAULA S.D. SILVEIRA
ADVOGADO	:	DF00019455 - RODRIGO VALADARES GERTRUDES
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00020829 - DANIEL AQUINO SCHNEIDE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem-se provas: prazo sucessivo de 5 dias, primeiro os autores.

2007.34.00.031427-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	OUREM PREFEITURA
ADVOGADO	:	DF00007748 - JOSE DIMAS MACIEL DOS SANTOS
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem-se provas: prazo sucessivo de 5 dias, primeiro os autores.

2007.34.00.032534-4 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MUTUA DE ASSISTENCIA DOS PROFISSIONAIS DA ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA
ADVOGADO	:	DF00002599 - HEITOR FRANCISCO GOMES COELHO
REU	:	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DE GOIAS
ADVOGADO	:	GO000005563 - DIVINO TERENCO XAVIER

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem-se provas: prazo sucessivo de 5 dias, primeiro os autores.

2007.34.00.037839-2 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ENASUL EMPRESA ESTIVADORA DE NAVEGACAO ATLANTICO SUL LTDA
ADVOGADO	:	RS00022136 - EDISON FREITAS DE SIQUEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	COMITE GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL REFIS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem-se provas: prazo sucessivo de 5 dias, primeiro os autores.

2007.34.00.040389-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	AGNELO LUIZ DA TRINDADE E OUTRO
ADVOGADO	:	DF0002238A - SANDRA LUIZA FELTRIN
REU	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem-se provas: prazo sucessivo de 5 dias, primeiro os autores.

2007.34.00.042049-5 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	CONSTRUTORA F R LTDA
ADVOGADO	:	DF00012883 - CLEBERSON ROBERTO SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem-se provas: prazo sucessivo de 5 dias, primeiro os autores.

2007.34.00.043534-4 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR	:	MARIA AUGUSTA ALMEIDA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DF00022820 - LOURIVAL MOURA E SILVA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem-se provas: prazo sucessivo de 5 dias, primeiro os autores.

2008.34.00.001635-5 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR	:	JOSE DE RIBAMAR PEREIRA
ADVOGADO	:	DF00022388 - TEREZA CRISTINA SOUSA FERNANDES
ADVOGADO	:	DF00022393 - WANESSA ALDRIGUES CANDIDO
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem-se provas: prazo sucessivo de 5 dias, primeiro os autores.

2008.34.00.007040-4 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	FEDERACAO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADVOGADO	:	DF00014489 - DAMARES MEDINA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem-se provas: prazo sucessivo de 5 dias, primeiro os autores.

2001.34.00.032603-2 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	TO00001145 - JOSNEI DE OLIVEIRA PINTO
ADVOGADO	:	DF00017161 - RAFAEL D'ALESSANDRO CALAF
ADVOGADO	:	DF00018527 - THAIS SEVERO BARBOSA
RÉU	:	LUIZ FERNANDO DA SILVA FONSECA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para réplica.

2006.34.00.017024-5 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	CARLOS EDUARDO MARTINEZ DE MEDEIROS
ADVOGADO	:	DF00013743 - JONAS MODESTO DA CRUZ
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB
REU	:	ANDERSON FLORES BUSNELLO
REU	:	PABLO LIOI
ADVOGADO	:	SP00183107 - HENRIQUE CUNHA CATELLA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para réplica.

2007.34.00.020622-5 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS NO DISTRITO FEDERAL SINDSEPDF
ADVOGADO	:	DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU	:	FUNDACAO COORDENACAO DE APERFEICOAMENTO DE NIVEL SUPERIOR-CAPES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para réplica.

2007.34.00.039554-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA HIPOTECÁRIO

AUTOR	:	GILSON FERREIRA BORGES E OUTRO
ADVOGADO	:	DF0002343A - RODRIGO DANIEL DOS SANTOS
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS- EMGEA
ADVOGADO	:	DF00016721 - DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO
ADVOGADO	:	DF00018771 - EDUARDO SOARES
ADVOGADO	:	GO000018771 - THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para réplica.

2007.34.00.039945-4 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA SA
ADVOGADO	:	SP00127050 - PAULO LOPES DA SILVA
REU	:	EXPRESSO MAIA LTDA
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
ADVOGADO	:	GO000018128 - SIVALDO PEREIRA CARDOSO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para réplica.

2007.34.00.043896-3 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENA
ADVOGADO	:	DF00022665 - SYLVIO CADEMARTORI NETO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para réplica.

2007.34.00.044176-6 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAPOLIS
ADVOGADO	:	PE00024421 - ADRIANO CASTRO E DANTAS
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para réplica.

2008.34.00.003154-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	EMBRAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA
ADVOGADO	:	DF00015501 - JULIERME FREIRE MENDES
REU	:	TAM LINHAS AEREAS SA
ADVOGADO	:	DF00019477 - DANIELLE ZULATO BITTAR

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para réplica.

2008.34.00.004700-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	JAELINE BOSO PORTELA DE SANTANA
ADVOGADO	:	SP00236372 - GABRIEL AUGUSTO PORTELA DE SANTANA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para réplica.

2008.34.00.004934-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	RUI LUIZ GAIO
ADVOGADO	:	GO00021037 - MAISA RIBEIRO DE SOUZA LEMOS
REU	:	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB
ADVOGADO	:	DF00017411 - GABRIELA GASTAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para réplica.

2008.34.00.005821-5 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	IBIPORA PREFEITURA
ADVOGADO	:	DF0000183A - MARIA TEREZA CALIL NADER
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para réplica.

2008.34.00.011083-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ADELMIR AZEVEDO CAIRES E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para réplica.

2008.34.00.011141-3 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	FRANCISCA INACIA DE SOUZA ALMEIDA
ADVOGADO	:	DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para réplica.

2008.34.00.013544-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO
ADVOGADO	:	DF0001937A - MOACIR YAMAKAWA
ADVOGADO	:	DF0025852T - MONICA MIRANDA FRANCO VILELA
ADVOGADO	:	MG00097893 - ROGERIO ROCHA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para réplica.

95.00.05820-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MARIO ALVES SEIXAS
ADVOGADO	:	DF0001530A - LYCURGO LEITE NETO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor, conforme requerido.

2007.34.00.032532-7 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MUTUA DE ASSISTENCIA DOS PROFISSIONAIS DA ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA
ADVOGADO	:	DF00002599 - HEITOR FRANCISCO GOMES COELHO
REU	:	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAPA
ADVOGADO	:	AP00000400 - ELIAS SALVIANO FARIAS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao réu para especificação de provas, no prazo de cinco dias.

2001.34.00.030480-7 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	WASHINGTON EDUARDO BORGES
ADVOGADO	:	DF00002447 - FRANCISCO AGRÍCIO CAMILO
ADVOGADO	:	DF00003761 - JOSÉ RAIMUNDO DAS V FERREIRA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	MG00076157 - LUCIANA LARA DE MELO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Requeira o autor o que for de direito, considerando o trânsito em julgado da sentença. Prazo de 30 dias. Caso negativo, arquivar.

2007.34.00.008624-1 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	ARG LTDA
ADVOGADO	:	DF00022298 - CYNTHIA POVOA DE ARAGAO
REU	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES -DNIT

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista às partes da proposta de honorários periciais.

2002.34.00.035424-4 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	EVA MARTHA KATHARINA SZENDY DOS SANTOS MELLO
ADVOGADO	:	DF00005064 - UBIRAJARA WANDERLEY LINS JUNIOR
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00009170 - ALBERTO CAVALCANTE BRAGA
ADVOGADO	:	DF00010626 - HÉLIO HIRASAWA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor.

2004.34.00.014772-4 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00007658 - ALEXANDRE DUARTE DE LACERDA
ADVOGADO	:	DF00005974 - ANTONIO GILVAN MELO
RÉU	:	FRANCISCO SERGIO TEIXEIRA DE ARAUJO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifestem-se as partes sobre o laudo de fls, no prazo sucessivo de 10 dias, primeiro a autora.

2005.34.00.021273-9 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	JULIO ROMULO ROCHA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF0001691A - MARISTELA PINTO DA MOTA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Apresente o advogado os números dos CPFs dos exequentes necessários à expedição do precatóri determinado. Prazo: 5 dias.

2005.34.00.021271-1 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	HELYETE DE FATIMA TEIXEIRA BELCHIOR E OUTROS
ADVOGADO	:	DF0001691A - MARISTELA PINTO DA MOTA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista aos exequentes da petição e documentos de fls... para manifestação.

2006.34.00.037630-2 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA EMBRAPA
ADVOGADO	:	DF00015501 - JULIERME FREIRE MENDES
RÉU	:	AILTON AGUIAR BARBOSA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista à autora (EMBRAPA).

2006.34.00.002792-6 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	WANDERSON DE SOUSA BRITO
ADVOGADO	:	DF00018083 - EDUARDO BITTENCOURT BARREIROS
REU	:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE FUNASA
REU	:	MUNICIPIO DE IACIARA -GO
ADVOGADO	:	GO000019552 - EDUARDO JOSE DIAS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor da petição de fl...

2008.34.00.008796-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	SERGIO DE MOURA
ADVOGADO	:	SP00096300 - HELENA RODRIGUES JORDAN TAKAHASHI
ADVOGADO	:	SP00243981 - MARIA DOLORES RODRIGUES JORDAN ORFEI ABE
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para réplica da contestação apresentada às fls... Prazo: 10 dias.

2002.34.00.010015-5 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	BRASILIA SQUEMA SEIS LTDA
ADVOGADO	:	DF00015787 - ANETE MAIR MEDEIROS DE P VIEIRA
ADVOGADO	:	DF00012051 - LELIANA ROLIM DE PONTES VIEIRA
IMPDO	:	SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Requeiram as partes o que for de direito, consideando o trânsito em julgado da sentença. Prazo de 30 dias. Caso negativo, arquivar.

2005.34.00.004534-1 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	N A TRADING E FOMENTO MERCANTIL LTDA
ADVOGADO	:	SP0166149A - CRISTIANO REGO BENZOTA DE CARVALHO
IMPDO	:	SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Requeiram as partes o que for de direito, consideando o trânsito em julgado da sentença. Prazo de 30 dias. Caso negativo, arquivar.

2005.34.00.030155-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	SAMI ARAP SOBRINHO
ADVOGADO	:	DF00010972 - ROBERTA MARIA RANGEL
IMPDO	:	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Requeira o Impetrante o que for de direito, consideando o trânsito em julgado da sentença. Prazo de 30 dias. Caso negativo, arquivar.

1998.34.00.018627-4 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	FEDERACAO DO COMERCIO DE BRASILIA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00025425 - BRUNO RIBEIRO SILVA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DF00003174 - CELITA OLIVEIRA SOUSA
ADVOGADO	:	DF00009455 - JOAO VITOR MESQUITA AGRESTA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
REU	:	SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA SESI
REU	:	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA CEB
REU	:	FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DE BRASILIA FIBRA
REU	:	SERVICO NACIONAL DA INDUSTRIA SENAI
ADVOGADO	:	DF00015827 - RODRIGO MATOS DA COSTA
ADVOGADO	:	DF00008626 - RODRIGO SIMOES FREJAT
PROCUR	:	DF00014003 - CARLOS AUGUSTO VALENZA DINIZ

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao SENAI e SESI.

2007.34.00.015750-3 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	- LUCIA HELENA PIGOSSI NEVES
PROCUR	:	DF00005319 - ROMULO TORRES COSTA
EMBDO	:	MAURA PEDROSO GONCALVES
ADVOGADO	:	DF00008799 - ROGERIO LUIS BORGES DE RESENDE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao embargado.

2004.34.00.025709-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	INES AZEVEDO OLIVEIRA BUZACHERO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor.

2003.34.00.004096-9 AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

AUTOR	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	- ISRAEL PINHEIRO TORRES JUNIOR
RÉU	:	GERALDO ELIAS PEREIRA
ADVOGADO	:	DF00010860 - WELLINGTON DE QUEIROZ

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista aos requeridos da manifestação e documentos apresentados pela União.

2000.34.00.038179-3 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCUR	:	- LEANDRO FELIPE BUENO
EMBDO	:	INDUSTRIA DE COUROS ATLANTICA SA
ADVOGADO	:	DF00006235 - ARNALDO VERSIANI LEITE SOARES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Requeira a embargada o que for de direito, considerando o trânsito em julgado da sentença. Prazo de 30 dias. Caso negativo, arquivar.

2000.34.00.039007-4 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	FLAVIA MOREIRA PARREIRA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00011555 - IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
REQDO.	:	UNIAO FEDERAL
IMPDO	:	DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Requeiram os impetrantes o que for de direito, considerando o trânsito em julgado da sentença. Prazo de 30 dias. Caso negativo, arquivar.

2001.34.00.003102-8 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	VALMIZOLIA LOPES DE BRITO E SILVA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00013022 - GLADYS NASCIMENTO
ENTIDADE	:	UNIAO FEDERAL
IMPDO	:	DIRETOR DA IMPRENSA NACIONAL
IMPDO	:	SECRETARIO DE ADMINISTRACAO DA CASA CIVL DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Requeiram os impetrantes o que for de direito, considerando o trânsito em julgado da sentença. Prazo de 30 dias. Caso negativo, arquivar.

95.00.00113-6 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	CEVAL EXPORT SA
ADVOGADO	:	DF0000770A - DOMINGOS NOVELLI VAZ
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor da petição de fls.., oportunidade em especificar as provas que ainda pretende produzir.

2001.34.00.000332-5 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	CICERO VALDEMAR QUEIROZ DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00004848 - MARIO LUIZ MACHADO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista aos autores.

2008.34.00.014831-6 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00016721 - DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO
REU	:	ROBERTO CORTOPASSI JUNIOR

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor.

2001.34.00.026598-2 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	- CLAITON LUIZ CORREA
RÉU	:	GIOVANE GODOI DE SOUSA
ADVOGADO	:	DF00009300 - LUIZ WAGNER RODRIGUES DE CASTRO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifeste-se a CEF.

2002.34.00.001815-1 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	ALBERTO EVANGELISTA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00006923 - EDEWYLTON WAGNER SOARES
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00007529 - DANIELLA GAZZETTA DE CAMARGO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista aos autores.

2005.34.00.033912-2 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	DF00005319 - ROMULO TORRES COSTA
EMBDO	:	JOSE EDUARDO DE ARAUJO FORMOSINHO
EMBDO	:	JOSE FURTADO FILHO
EMBDO	:	JOSE GERALDO BARBOZA
EMBDO	:	JOSE GERALDO ELIAS
EMBDO	:	JOSE IVAM DE PAULA
EMBDO	:	JOSE GERONIMO DA SILVA
EMBDO	:	JOSE MACHADO CAMPOS
EMBDO	:	JOSE MACHADO DE CASTRO
EMBDO	:	JOSE MAURICIO DE ARAUJO
EMBDO	:	JOSE ORLANDO DOS SANTOS
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO
ADVOGADO	:	DF0001691A - MARISTELA PINTO DA MOTA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ás partes dos cálculos de fls...

2008.34.00.007229-5 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00021928 - JOSNEI DE OLIVEIRA PINTO
REU	:	ALICE DIMAS MARCAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor para manifestar-se sobre certidão de fls...

2005.34.00.031147-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00016227 - INESSA DO AMARAL ALMEIDA MADRUGA
EXCDO	:	FEDERACAO MINEIRA DE VOLEIBOL
EXCDO	:	RESENDE E CABRAL DIVERSOES LTDA - BINGO BARREIRO
ADVOGADO	:	MG00081486 - THALES JOSE FERNANDES DE CASTRO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifeste-se a CEF.

2008.34.00.014079-1 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00016721 - DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO
REU	:	FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor da certidaão de fl.

2006.34.00.026339-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	ALDENIRA COELHO DE CARVALHO
ADVOGADO	:	DF00022228 - WILSON CESAR RASCOVIT
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS- EMGEA
ADVOGADO	:	DF00017174 - SUZANA RODRIGUEZ ALVES MOREIRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ás partes sobre a proposta de honorários de fls., no prazo comum de cinco dias.

2001.34.00.019187-5 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	ESPOLIO DE ROBERTO DE OLIVEIRA JORDAO
ADVOGADO	:	SP00165826 - CARLA SOARES VICENTE
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00007529 - DANIELLA GAZZETTA DE CAMARGO
INVENT.	:	MARIA DO CARMO DOS SANTOS COSTA JORDAO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista às partes.

2003.34.00.043611-5 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	CLAUDIO VITALI
ADVOGADO	:	- SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00017788 - ELGA LUSTOSA DE MOURA
ADVOGADO	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor.

2005.34.00.034218-2 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CIMCORP COMERCIO INTERNACIONAL E INFORMATICA S/A
ADVOGADO	:	DF00011714 - EDUARDO HAN
ADVOGADO	:	DF00014344 - JONAS CECILIO
REU	:	UNIAO FEDERAL
LITISPA	:	SILICON GRAPHICS, S.A DE CV
ADVOGADO	:	DF00007009 - FERNANDA GUIMARAES HERNANDEZ
ADVOGADO	:	SP00207464 - PATRICIA PONTES LICURCI

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista às rés sobre o pedido de desistência formulado à fl....

Atos do Exmo.	:	DR. NÁIBER PONTES DE ALMEIDA

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.032516-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	JOSE EUSTAQUIO DA COSTA
ADVOGADO	:	DF00022228 - WILSON CESAR RASCOVIT
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS- EMGEA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...)
... assino ao autor o prazo de quinze dias para que apresente todos os contracheques desde a data de assinatura do contrato sob exame.

2007.34.00.029581-4 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00017348 - ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU	:	RS ARAUJO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
RÉU	:	KARINA APARECIDA RODRIGUES
RÉU	:	RODRIGO ARAUJO DO AMARAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vistaà CEF das certidões de fls....

2007.34.00.044059-0 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	MG00090735 - LENYMARA CARVALHO
ADVOGADO	:	GO00018771 - THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
RÉU	:	COMERCIAL DE ALIMENTOS BARROS FIOROTE
RÉU	:	WESLEY JOSE MOREIRA DA SILVA
RÉU	:	SHIRLEY MOREIRA DA SILVA E PAIVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vistaà CEF das certidões de fls....

2006.34.00.023358-9 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00012946 - JOSE ROBERTO DE SOUZA
EMBDO	:	MARIA VILANI NUNES DA SILVA
EMBDO	:	MARIA CELIA MONTEIRO GOMES
EMBDO	:	MARIA CARREIRO CHAVES
ADVOGADO	:	DF00011116 - UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...)
Dê-se vista aos embargados dos cálculos de fls...

2007.34.00.030155-4 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	JAIME MARTINS CRUZ
ADVOGADO	:	DF00011723 - ROBERTO GOMES FERREIRA
REU	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intime-se o autor para querendo, especificar as provas que desejar. Prazo: 5 dias.

2008.34.00.008227-9 IMPUGNAÇÃO DO DIREITO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

IMPTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00020829 - DANIEL AQUINO SCHNEIDE
ADVOGADO	:	DF00020549 - MORENA PAULA S.D. SILVEIRA
IMPGDO	:	MARCOS DA SILVA IBIAS
ADVOGADO	:	DF00020549 - MORENA PAULA S.D. SILVEIRA
ADVOGADO	:	DF00019455 - RODRIGO VALADARES GERTRUDES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista ao autor.

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.021467-0 ALVARÁ E OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

REQTE	:	ALVARO AGAPITO DE MOURA
REQDO	:	NAO HA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...)
... julgo EXTINGO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 267, VI do CPC.
(...)

JUÍZO FEDERAL DA 5ª VARA

Juiza Titular	:	DRA. DANIELE MARANHÃO COSTA
Juiz Substit.	:	DR. PAULO RICARDO DE SOUZA CRUZ
Dir. Secret.	:	BELA. ROSSANA ALVES LEITE

EXPEDIENTE DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

AUTOS COM VISTA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.023818-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ALCINO JUNIOR DE MACEDO GUEDES
ADVOGADO	:	DF00001000 - ALCINO GUEDES DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00007070 - ALCINO JUNIOR DE MACEDO GUEDES
EXCDO	:	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA IPEA
PROCUR	:	- JORGE DE SOUZA
PROCUR	:	- MAURICIO MURIACK DE FERNANDES E PEIXOTO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA ÀS PARTES em face da requisição de pagamento (art. 12 da Resolução 559 de 26.6.2007, do Conselho da Justiça Federal).

96.00.05167-4 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CARLOS ROBERTO GUERMANDI E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00006923 - EDEWYLTON WAGNER SOARES
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00005794 - GISELA LADEIRA BIZARRA
PROCUR	:	- MARIA ALICE MARINHO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirarem o alvará expedido.

1997.34.00.004711-4 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	ANTONIO JORGE BOABAID ROVEDO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00005794 - GISELA LADEIRA BIZARRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirarem o alvará expedido.

2001.34.00.019814-0 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	ERLI APARECIDA RIBEIRO DORO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
OUTROS	:	IVO EVANGELISTA DE AVILA S/C ADVOGADOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirarem o alvará expedido.

2001.34.00.031140-7 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	ANA GEUSA BARBOSA FONTES E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00006923 - EDEWYLTON WAGNER SOARES
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00007529 - DANIELLA GAZZETTA DE CAMARGO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
VISTA AOS AUTORES para retirarem o alvará expedido.

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.035156-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO	:	RJ00133602 - CARLOS EMANUEL DO NASCIMENTO VIANA
ADVOGADO	:	RJ00137604 - CORINA ELOISA DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita formulado pelo Autor. Providencie o Autor o pagamento das custas iniciais e do preparo da apelação interposta, sob pena de deserção.

2008.34.00.018406-2 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00016721 - DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO
REU	:	PAULO PAULUCIO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Considerando que esta ação enquadra-se na hipótese descrita pelo art. 275, I, do CPC, emende a CEF a inicial, adequando-a ao disposto no art. 282, VI, c/c art. 276, todos do CPC. Prazo: 10 dias.

2008.34.00.007772-2 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	TRANSNORTE TRANSPORTE E TURISMO NORTE DE MINAS LTDA
ADVOGADO	:	DF00014963 - ANTHONY DE SOUZA SOARES
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Mantenho a decisão agravada por seus próprios e legítimos fundamentos.

2006.34.00.004528-7 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	JUVENAL NUNES MOREIRA
ADVOGADO	:	DF00011800 - ILDECER MENESES DE AMORIM
ADVOGADO	:	DF00021202 - MARCELO SOARES FRANCA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação do autor nos efeitos devolutivo e suspensivo. Vista à União para contra-razões.

2005.34.00.019003-4 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	CARLOS ALBERTO MORAES CASAS NOVAS
ADVOGADO	:	DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação do INSS nos efeitos devolutivo e suspensivo. Vista ao Autor para contra-razões.

2008.34.00.006672-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ALEXANDRE SPIGUEL FERNANDES DE SANTANNA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00024046 - FELIPE CARLOS SCHWINGEL
ADVOGADO	:	DF00017183 - JOSE LUIS WAGNER
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR ANSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação dos autores nos efeitos devolutivo e suspensivo. Ao TRF/1ª Região.

2006.34.00.013682-1 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	CESAR MAZZEO RODRIGUES
ADVOGADO	:	DF0005034E - LUCIANA LARA FERNANDES
ADVOGADO	:	DF00022510 - RICARDO PEREIRA GONCALVES DOS SANTOS JUNIOR
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação da União no efeito devolutivo. Vista ao Impetrante para contra-razões.

2006.34.00.021106-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JOSE MAXIMO TOLEDO MELQUIADES
ADVOGADO	:	DF00004383 - MARCO AURELIO GONSALVES
IMPDO	:	DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO
IMPDO	:	SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação da União no efeito devolutivo. Vista ao Impetrante para contra-razões.

2006.34.00.035170-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	LIMOEIRO PREFEITURA
ADVOGADO	:	PE00005786 - MARCIO JOSE ALVES DE SOUZA
IMPDO	:	COORDENADOR DA COORDENACAO GERAL DE CONVENIOS DO MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação da União no efeito devolutivo. Vista ao Impetrante para contra-razões.

2006.34.00.028694-5 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	LIDER RECURSOS HUMANOS LTDA
ADVOGADO	:	GO00013905 - DALMO JACOB DO AMARAL JR
ADVOGADO	:	DF00017598 - DANILO COSTA BARBOSA
IMPDO	:	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação da impetrante no efeito devolutivo. Vista à PFN para contra-razões.

2006.34.00.036484-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	RUI ADOLFO KIRST E OUTROS
ADVOGADO	:	RS00033779 - FELIPE NERI D DA SILVEIRA
IMPDO	:	DIRETOR DE ADMINISTRACAO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL
IMPDO	:	CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTAO DE PESSOAS E ORGANIZACAO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação dos impetrantes no efeito devolutivo. Vista ao BACEN para contra-razões.

2007.34.00.039988-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ELISABETE BATISTA RIBEIRO
ADVOGADO	:	DF00024259 - TIAGO CONDE TEIXEIRA
IMPDO	:	COORDENADOR-GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DA FAZENDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação da impetrante no efeito devolutivo. Vista à União para contra-razões.

2007.34.00.026059-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ANTONIO EURIBERTO DE FRANCA
ADVOGADO	:	DF00016317 - GUILHERME ORNELAS MENDES LOBATO
IMPDO	:	GERENTE EXECUTIVO DA AGENCIA DE BRASILIA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação do impetrante no efeito devolutivo. Tendo em vista que as contra-razões já foram apresentadas, ouvido o MPF, remetam-se os autos ao TRF/1ª Região.

2005.34.00.028066-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	GREGORIO DE SOUZA RABELO NETO
ADVOGADO	:	RJ00050425 - JUAREZ MARCIO FREITAS MAGLIANO
IMPDO	:	SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO
IMPDO	:	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO E FINANCAS DA EMBRATUR

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo as apelações da União e da EMBRATUR nos efeitos suspensivo e devolutivo, nos termos do art. 7º da Lei nº 4.348/64. O pedido formulado pelo impetrante fica prejudicado, em face do efeito suspensivo conferido às apelações interpostas. Vista ao Impetrante para contra-razões.

2005.34.00.011240-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	S.H.M. REPRESENTACAO COMERCIAL S/C LTDA
ADVOGADO	:	DF00023262 - ANALICE CABRAL COSTA ANDRADE GONCALVES
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo as apelações nos efeitos devolutivo e suspensivo. Vista ao Autor para contra-razões.

73.00.00026-6 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	ENERGIA - ENGENHARIA MECANICA ELETRICA E HIDRAULICA LTDA
ADVOGADO	:	DF00010463 - ROBERTO LUIZ DE BARROS BARRETO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00016721 - DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Aguarde-se o julgamento dos agravos de intrumento interpostos pelas partes.

2008.34.00.003525-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - SINTFUB
EXQTE	:	ALFREDA ARGUELHO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00024046 - FELIPE CARLOS SCHWINGEL
ADVOGADO	:	DF00017183 - JOSE LUIS WAGNER
EXCDO	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB
PROCUR	:	- ELSIO BENETTI

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Mantenho o despacho de fls. por seus próprios fundamentos.

2008.34.00.009072-1 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - SINTFUB
EXQTE	:	AIDA NAZARETH DE SANTANNA SANTOS COSTA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00017183 - JOSE LUIS WAGNER
EXCDO	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB
PROCUR	:	- ELSIO BENETTI

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Mantenho o despacho de fls. por seus próprios fundamentos.

2008.34.00.009074-9 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - SINTFUB
EXQTE	:	CELIA PEREIRA MADURO NETO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00017183 - JOSE LUIS WAGNER
EXCDO	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB
PROCUR	:	- ELSIO BENETTI

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Mantenho o despacho de fls. por seus próprios fundamentos.

2008.34.00.009084-1 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - SINTFUB
EXQTE	:	ALBA CRISTINA ALVES BATISTA LIMA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00017183 - JOSE LUIS WAGNER
EXCDO	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB
PROCUR	:	- ELSIO BENETTI

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Mantenho o despacho de fls. por seus próprios fundamentos.

2008.34.00.009098-9 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - SINTFUB
EXQTE	:	ABALBERTO COUTO DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00017183 - JOSE LUIS WAGNER
EXCDO	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB
PROCUR	:	- ELSIO BENETTI

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Mantenho o despacho de fls. por seus próprios fundamentos.

1999.34.00.033937-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	AURELINA NASCIMENTO DE MACEDO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00007070 - ALCINO JUNIOR DE MACEDO GUEDES
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL MINI DAS COMUNICACOES
PROCUR	:	- MARIA ALICE MARINHO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Esclareçam os Exeqüentes se a obrigação foi integralmente satisfeita. No silêncio ou em havendo concordância, venham os autos conclusos para sentença.

2002.34.00.007709-7 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CRISALIS MARIA DE SEIXAS NASCIMENTO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF0001672A - SOLANGE MARIA DE CARVALHO CAVALCANTE
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Esclareçam os Exeqüentes se a obrigação foi integralmente satisfeita. No silêncio ou em havendo concordância, venham os autos conclusos para sentença.

2002.34.00.024067-9 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ARNALDO ALVES PORTO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00008583 - JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
ADVOGADO	:	DF00011723 - ROBERTO GOMES FERREIRA
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Esclareçam os Exeqüentes se a obrigação foi integralmente satisfeita. No silêncio ou em havendo concordância, venham os autos conclusos para sentença.

2003.34.00.040290-3 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CARLOS AUGUSTO DE SOUSA FORTES
ADVOGADO	:	DF00006034 - IVALDO DE HOLANDA CUNHA
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00013337 - HUMBERTO MANOEL ALVES AFONSO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Esclareçam os Exeqüentes se a obrigação foi integralmente satisfeita. No silêncio ou em havendo concordância, venham os autos conclusos para sentença.

2007.34.00.038519-2 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
EMBDO	:	LUIZ MANOEL VIDAL DE NEGREIROS
EMBDO	:	LUIZ CARLOS DOS SANTOS
EMBDO	:	VALTER RUBENS BARROS
EMBDO	:	WALDEMAR MANZALLI
EMBDO	:	TARCISIO CHAVES MAGRI
EMBDO	:	LIBERTINO GARCIA TEJEDA
EMBDO	:	CARLOS FERNANDES GUEDES
EMBDO	:	CARLOS SANTI MARRCHI
EMBDO	:	NILTON GONCALVES
EMBDO	:	OSMAR BRUNO DA SILVA
ADVOGADO	:	SP00140493 - ROBERTO MOHAMED AMIN JUNIOR

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Apresentem os Embargados planilhas conforme solicitado pelo Contador.

87.00.01290-4 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	TRORION SA E OUTROS
EXQTE	:	SEAGRAM CONTINENTAL BEBIDAS S/A
ADVOGADO	:	SP00020309 - HAMILTON DIAS DE SOUZA
ADVOGADO	:	SP00026750 - LEO KRAKOWIAK
ADVOGADO	:	DF00007889 - PATRICIA GUIMARAES HERNANDEZ
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCUR	:	- MARIA DE LURDES MARTINS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Mantenho o despacho de f. 2107, inclusive porque os valores requisitados já foram depositados (ff. 2102/2103), cabendo à interessada obter diretamente do advogado em nome do qual a solicitação foi expedida procuração com poderes para receber e dar quitação, ou deverá o beneficiário proceder ao levantamento do crédito, pessoalmente.
Requeiram os exeqüentes o que lhes aprouver quanto aos pagamentos noticiados.

2003.34.00.020329-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	DF00006721 - ANA LUISA DE CARVALHO GAZZINEO
PROCUR	:	DF00007547 - ANNAMARIA MUNDIM GUIMARAES BORGES
EMBDO	:	ALFREDO CORREA NETO
EMBDO	:	ANA LUCIA DE MESQUITA DO LAGO CERQUEIRA
EMBDO	:	ANA LUZIA DOS SANTOS DE SOUSA
EMBDO	:	ANSELMO PEREIRA LIMA NETO
EMBDO	:	CARLOS MARQUES PESSOA
EMBDO	:	CELIA REGINA CARDOSO MOUTINHO
EMBDO	:	CRISTINA MORAES DE SOUZA
EMBDO	:	DACYR BOTELHO DOS SANTOS FILHO
EMBDO	:	ELZA DE SOUZA SILVA
EMBDO	:	FIRMINO JOSE DA SILVA LEAO
EMBDO	:	HELENA BEATRIZ TAVARES FERREIRA
EMBDO	:	HELIANA MARIA GOES CAVALCANTE
EMBDO	:	JOSE ALVARO JARDIM
EMBDO	:	JOSE NELSON TAVARES DO NASCIMENTO
EMBDO	:	JURANDIR CARVALHO DOS SANTOS
EMBDO	:	LUCIO NAZARENO DE OLIVEIRA PINHEIRO
EMBDO	:	MARIA ARICELI MIRANDA DE ALMEIDA
EMBDO	:	MARIA DELZA BATISTA DA SILVA
EMBDO	:	MARIA DEUSA ANDRADE DA SILVA
EMBDO	:	MARIA VILANI DA SILVA MOREIRA
EMBDO	:	NELITA RIBEIRO SILVA
EMBDO	:	NILZA RIBEIRO PEREIRA
EMBDO	:	OLGARINA DE BRITO TRINDADE
EMBDO	:	OSMAR ROCHA RODRIGUES
EMBDO	:	PAULO DE TARSO BRAGA GUIMARAES
EMBDO	:	PAULO SERGIO GONCALVES DA GAMA
EMBDO	:	PAULO SERGIO TENORIO E SILVA
EMBDO	:	RAIMUNDA ARAUJO DE MORAES
EMBDO	:	RAIMUNDO AUDENOR DA SILVA
EMBDO	:	RAIMUNDO GILBERTO DE OLIVEIRA MARINHO
EMBDO	:	REGINA COELI DA SILVA VALIENTE
EMBDO	:	TEREZA LOPES DA LUZ
EMBDO	:	TEREZINHA VELIA MARQUES DE AZEVEDO
EMBDO	:	VALMIRA BARBOSA DA CONCEICAO
ADVOGADO	:	PA00001926 - HAROLDO SOUZA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifeste-se o exeqüente ALFREDO CORREA NETO quanto à litispendência alegada pela União.

2007.34.00.008880-7 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	CE00002356 - FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO	:	IOCHITO WATANABE
EMBDO	:	JOSE ROBERTO DE ARAUJO
EMBDO	:	ANGELA DO CARMO NARDONI WATANABE
EMBDO	:	ALGACYR DE ASSUNCAO MACIEL
EMBDO	:	JOSE CARLOS DOS SANTOS VIEIRA
ADVOGADO	:	DF00001652 - GUSTAVO FERNANDES RIBAS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo (art. 520, caput, 1ª parte, CPC). Vista aos Embargados para contra-razões.

2007.34.00.040398-9 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	MG00090735 - LENYMARA CARVALHO
RÉU	:	EMANUEL RODRIGUES OLIVEIRA
RÉU	:	JOSIVAN ADILMO BATISTA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Esclareça a CEF a qual dos endereços apresentados pertence cada um dos réus. Prazo: 5 dias.

2006.34.00.037902-7 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	MARCIO PIRES MACIEL
ADVOGADO	:	DF00013979 - BRUNO ANIBALL PEIXOTO DE SOUZA
REQDO	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Diante da declaração e dos documentos apresentados, DEFIRO ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, ficando, desse modo, suspensa a cobrança dos honorários de sucumbência pelo réu.

2007.34.00.017770-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	ADAO CORDEIRO MACIEL
ADVOGADO	:	DF00006102 - ALZIR LEOPOLDO DO NASCIMENTO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00020829 - DANIEL AQUINO SCHNEIDE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Apresente a CEF os documentos solicitados pelo autor. Prazo: 15 dias.

2008.34.00.005171-6 AÇÃO ORDINÁRIA / IMÓVEIS

AUTOR	:	JOSE DOMINGOS CARREIRO NASCIMENTO
ADVOGADO	:	DF00011859 - KARLA ANDREA PASSOS
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	CICERO GOMES DA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Cumpra o autor integralmente a decisão de ff. 114/116, fazendo juntar aos autos cópia da sentença do processo nº. 2002.34.00.037934-8, no prazo de 05 (cinco) dias. No silêncio, concluam-se os autos para sentença extintiva.

2003.34.00.001754-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA HIPOTECÁRIO

AUTOR	:	MARIA ELIETE DOS ANGELOS
ADVOGADO	:	- SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00017788 - ELGA LUSTOSA DE MOURA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Se a autora tem interesse em uma composição amigável com a CEF em relação ao contrato firmado, deve se dirigir diretamente ao estabelecimento da ré, conforme registrado pelo despacho de f. 240, sendo desnecessária a designação de audiência de conciliação para essa finalidade. Caso contrário, o processo deverá prosseguir, em seus
ulteriores termos. Diga a autora qual opção deseja ver concretizada, no prazo de 05 (cinco) dias.

2000.34.00.044693-4 AÇÃO ORDINÁRIA / IMÓVEIS

AUTOR	:	SILVANI MARIA PORTILHO
ADVOGADO	:	DF0000811A - GLEI ROBERTO VILELA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	- DIRCEU MARCELO HOFFMANN

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifeste-se a CEF sobre a petição de fl. Prazo: 15 dias.

2007.34.00.043731-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	GCE S/A
ADVOGADO	:	DF00025260 - JULIANA A C CASTRO
IMPDO	:	PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE LICITACOES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Como a impetrante inclui entre seus pedidos a nulidade do contrato administrativo eventualmente assinado, impõe-se a citação da empresa consagrada vencedora da licitação como litisconsorte passiva necessária (artigo 47, parágrafo único, do CPC c/c art. 19 da Lei nº 1.533/51). Isso posto, promova a impetrante a citação da MANCHESTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, como litisconsorte passiva necessária, no prazo de 10 dias, pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.

2007.34.00.032167-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	AUTO POSTO CEILANDIA NORTE LTDA
ADVOGADO	:	DF00018865 - CARLOS EDUARDO VALADARES ARAUJO
IMPDO	:	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM BRASILIA DF

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) De fato, a representação processual da impetrante está irregular, pois a procuração de fls. 28/29 foi outorgada a pessoa jurídica que não é sociedade de advogados, razão pela qual é inválida para constituição de poderes para representação judicial de parte (...) Isso posto, determino que o impetrante regularize sua representação, mediante juntada de procuração outorgada diretamente a advogado ou advogados.

2007.34.00.042773-4 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	LUBRIFICANTES GASOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	:	DF00006017 - UBIRATAM GARCIA DE OLIVEIRA JR
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Expeça-se requisição de pequeno valor quanto aos honorários advocatícios. Intimem-se as partes para os fins do art. 12 da Resolução 559 de 26.06.2007, do Conselho da Justiça Federal.

2006.34.00.022417-5 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	MARIA DO SOCORRO LEAL
ADVOGADO	:	DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifeste-se a autora sobre o trânsito em julgado da sentença proferida.

2008.34.00.019851-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	TARSIS JOSE FARIAS
ADVOGADO	:	DF00021740 - EUNICE DE MEDEIROS BEZERRA ARAUJO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita.

2006.34.00.013878-4 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	NILTON ASSIS DE LIMA
ADVOGADO	:	DF00019623 - FLAVIA NAVES SANTOS PENA
IMPDO	:	DIRETOR DA GERENCIA EXECUTIVA DO INST NACIONAL DO SEGURO SOCIAL DIVISAO DE BENEFICIOS EM BRASILIA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação do INSS no efeito devolutivo. Vista ao Impetrante para contra-razões.

2002.34.00.007921-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MARIANGELA DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00014038 - GERALDO MARCONE PEREIRA
IMPDO	:	FUNDACAO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIALTELOS
IMPDO	:	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM BRASILIA/DF

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Considerando que a autora reconhece que houve levantamento indevido do valor depositado em juízo e demonstra interesse em devolvê-lo de forma parcelada, intime-se a Impetrante para apresentar concretamente sua proposta para que seja submetida à apreciação da União. Prazo: 15 (quinze) dias.

1999.34.00.026975-3 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	LEOCADIA SOARES FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00003308 - LUIZA TIMOTEO DE OLIVEIRA SOUZA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Considerando as informações prestadas pela União de que a exeqüente LEOCÁDIA SOARES FERREIRA formulou transação, determino a exclusão de seu nome da requisição de pagamento nº. 95/2008, devendo permanecer no referido requisitório apenas os valores relativos aos honorários advocatícios. Encaminhe-se o Precatório quanto a exeqüente ELSINE BARRETO GAMA DE OLIVEIRA.

2004.34.00.026864-1 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	SINDICATO NAC DOS SERV FEDERAIS DA EDUCACAO BASICA E PROFIS SECAO SINDICAL DE BARBACENA/MG-SINASEFE
ADVOGADO	:	DF00011997 - JOSILMA BATISTA SARAIVA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Cancele-se o alvará de levantamento nº. 23/2008, pois expirada sua validade. Retire a patrona do Autor o novo alvará expedido, no prazo de 5 dias.

JUÍZO FEDERAL DA 8ª VARA

Juiz Titular	:	DR. TALES KRAUSS QUEIROZ
Juiz Substit.	:	DR. TALES KRAUSS QUEIROZ
Dir. Secret.	:	BELA. ILKA URBANO FERNANDES PIMENTA

EXPEDIENTE DO DIA 9 DE JULHO DE 2008

Atos do Exmo. : DR. TALES KRAUSS QUEIROZ

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.044359-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ACARY BARBOSA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Promova (m) o (s) autor (es), caso queira (m), a execução do julgado, trazendo aos autos memória atualizada e discriminada de cálculos, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento dos autos.

2007.34.00.029518-0 AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA

REQTE	:	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS ECT
ADVOGADO	:	DF00024992 - CRISTINA APARECIDA DOS SANTOS
ADVOGADO	:	DF00017279 - JOHN CORDEIRO
REQDO	:	RODOPOULOS CCV EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
REQDO	:	CONSTRUTORA ADONIS RODOPOULOS LTDA
REQDO	:	P.A.R EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
REQDO	:	CONSTRUTORA LIDER

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Manifestem-se as partes acerca do Ofício 127/2008- DIRURP/RA I(fls. 93/103), no prazo de 5 (cinco) dias. Após, venham-me conclusos."

2007.34.00.010669-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	VANESSA PEREIRA FERNANDES
ADVOGADO	:	DF00012643 - MIRYAM NARA ROCHA REIS
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Indefiro o pedido de fls. 204/208, (...)"

2006.34.00.037725-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	BERNARDINO MARTINS DE AQUINO JUNIOR
ADVOGADO	:	DF00004945 - MARIA HELENA LEITE DE AZEVEDO
IMPDO	:	COORDENADORA DE CADASTRO E PAGAMENTO DE SERVIDORES INATIVOS DO MINISTERIO DA SAUDE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Determino a suspensão do presente feito até a decisão final do Agravo de Instrumento n.2008.01.00.020186-0"

2004.34.00.029305-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	HERVAL GONCALVES DE SOUZA
ADVOGADO	:	RJ00089365 - JOSE BEZERRA DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) esclareça o réu a razão pela qual não procede ao pagamento dos direitos correspondentes, como reconhecido administrativamente. (...)"

2002.34.00.026564-9 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	CLAUDIO FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00014006 - MARLON TOMAZETTE
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"esclareça o autor remanescente o interesse no prosseguimento do feito, (...)"

1999.34.00.030133-2 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00005974 - ANTONIO GILVAN MELO
EMBDO	:	RICARDO PAULO PASTORE MARQUES
EMBDO	:	SORAYA HAJALLE MARQUES
ADVOGADO	:	DF00001589 - FERNANDO ANTONIO MARQUES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"remetam-se os autos ao Arquivo, com baixa"

2007.34.00.017989-0 MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO

REQTE	:	VLADIMIR MEIRELES DE ALMEIDA E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00011624 - ENRICO CARUSO
ADVOGADO	:	DF00022820 - LOURIVAL MOURA E SILVA
ADVOGADO	:	DF00020933 - SIMONE APARECIDA CAIXETA
REQDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) requerentes promovam o correto pagamento das custas na Caixa Econômica Federal, (...)"

2007.34.00.038297-1 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	UNIAO FEDERAL E OUTRO
ADVOGADO	:	DF0001429A - ANTONINO JERONIMO PIAZZI
EXCDO	:	MIRANDA TURISMO E REPRESENTACOES LTDA AGM TURISMO
ADVOGADO	:	DF00010671 - PAULO ROBERTO ROQUE ANTONIO KHOURI
ADVOGADO	:	DF00018230 - THIAGO PEDROSA FIGUEIREDO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) intime-se o exequente para que diga se a pretensão executiva está satisfeita"

2006.34.00.002900-8 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ANA CAROLINA DE ALMEIDA TOLEDO
ADVOGADO	:	DF00016681 - FLAVIA LOPES ARAUJO
IMPDO	:	DIRETORA DA ESCOLA CETEB DE JOVENS E ADULTOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) Manifeste-se a impetrante, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre seu interesse no prosseguimento do feito, devendo informar sua situação escolar."

2006.34.00.020003-9 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	BENEDITA FRANCISCA MORAES LIMA
ADVOGADO	:	DF00017956 - MIRIAN RIBEIRO RODRIGUES DE MELLO
REQDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"diga o autor se tem interesse no prosseguimento do feito."

2006.34.00.012060-7 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	DILTON ALVES CAFE
ADVOGADO	:	DF0001691A - MARISTELA PINTO DA MOTA
ADVOGADO	:	DF0002238A - SANDRA LUIZA FELTRIN
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	GEAP FUNDACAO DE SEGURIDADE SOCIAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Esclareça a União, de forma fundamentada, qual a atual situação do plano de saúde, informando (...) se a Fundação GEAP ainda faz a assistência dos servidores vinculados ao Ministério da Justiça."

2000.34.00.019980-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	SILVIA MARIA DO NASCIMENTO GUARDIEIRO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00012250 - CLAUDISMAR ZUPIROLI
ADVOGADO	:	DF0001393A - DARIO LOPES DA COSTA
ADVOGADO	:	DF00010969 - GUSTAVO CORTES DE LIMA
EXCDO	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO	:	DF00012250 - CLAUDISMAR ZUPIROLI

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...)Em face da concordância manifestada (...), determino a expedição de requisição de pagamento relativo aos honorários de sucumbência referentes à exequente Wanja Meyre Soares de Carvalho, nos moldes propostos na petição de fls. 1006/1007. Indefiro o pedido de fls. 1032/1035."

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.018771-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JOAO LUIZ PEREIRA
ADVOGADO	:	DF00027211 - MONICA OLIVEIRA DE LACERDA ABREU
IMPDO	:	CHEFE DO SERVICO DE BENEFICIOS DA AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) Declino a competência para uma das Varas Federais da Seção Judiciária de Tocantins, local sede da autoridade impetrada, devendo a Secretaria providenciar a imediata remessa dos autos, tendo em vista o pedido liminar formulado. (...)".

2008.34.00.021343-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ANDRE MENDONCA FALK
ADVOGADO	:	RS00044178 - ANDRE MENDONCA FALK
IMPDO	:	DIRETORIA DE GESTAO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) defiro parcialmente o pedido de liminar ".

2008.34.00.006832-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF0001617A - ANTONIO CÉSAR CAVALCANTI JÚNIOR
IMPDO	:	PRESIDENTE DE JUNTA INTERVENTORA DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO DF- COREN DF

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) conheço dos Embargos para, no entanto, rejeita-los, (...)"

2008.34.00.018679-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	STERILE VITA-PROCESSAMENTO REPROCESSAMENTO ESTERILIZACAO DE MATERIAIS DE SAUDE LTDA
ADVOGADO	:	SC00014834 - MARCOS JUNIOR JAROSZUK
IMPDO	:	DIRETOR PRESIDENTE DA AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...INDEFIRO A LIMINAR...

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.010162-8 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	JAVAHE DE LIMA
ADVOGADO	:	DF00014006 - MARLON TOMAZETTE
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE (S) O (S) PEDIDO (S)....

2007.34.00.024758-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	HELENA MARIA TAMANINI E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE (S) O (S) PEDIDO (S)....

2006.34.00.011164-2 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / REVISAO DE BENEFICIO

AUTOR	:	MARLY FELIZ DA SILVA
ADVOGADO	:	DF0002160A - MEURE MARQUES DE OLIVEIRA RIBEIRO
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) julgo procedente o(s) pedido(s)"

2007.34.00.035714-5 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	MARIANGELA DOS SANTOS
ADVOGADO	:	DF00017184 - MARCOS A Z ROMANO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) julgo procedente o(s) pedido(s)"

2008.34.00.008304-4 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	PAULO CESAR GOMES AZEVEDO
ADVOGADO	:	DF00014038 - GERALDO MARCONE PEREIRA
IMPDO	:	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO PROCEDENTE O PEDIDO E CONCEDO A SEGURANÇA...

2007.34.00.004977-8 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	TRANSPORTADORA MECA LTDA
ADVOGADO	:	SP00123479 - LUIS ANTONIO NASCIMENTO CURI
IMPDO	:	PRESIDENTE DO COMITE GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL - REFIS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DENEGO A SEGURANÇA....

2007.34.00.038024-8 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MARCELO DOMINGUES LEMOS E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00024569 - MARCO ANTONIO ZANELLA DUARTE
IMPDO	:	COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
IMPDO	:	COORDENADOR-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO MPOG
IMPDO	:	SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO SRH MPOG
IMPDO	:	SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
IMPDO	:	PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
IMPDO	:	DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DENEGO A SEGURANÇA....

2007.34.00.039006-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	CAIXA DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA FABIO DE ARAUJO MOTTA - CASFAM
ADVOGADO	:	DF00016718 - ADRIANA MOURAO NOGUEIRA
ADVOGADO	:	MG00032340 - HENRIQUE CESAR MOURAO
ADVOGADO	:	MG00080716 - MARIANA BORLIDO DE LIMA PEREIRA
IMPDO	:	DIRETORA DE ANALISE TECNICA DA SECRETARIA DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR DO M.DA PREVIDENCIA SOCIAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DENEGO A SEGURANÇA....

2007.34.00.040296-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	DIRCEU DE FREITAS
ADVOGADO	:	PR00037635 - EDUARDO FRANCA ROMEIRO
ADVOGADO	:	PR00028618 - RENATO COSTA LUZ PINHEIRO DA HORA
IMPDO	:	COORDENADOR GERAL DE ADMINISTRACAO DE REC HUMANOS DO MIN AGRICULTURA PECUARIA E ABASTECIMENTO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DENEGO A SEGURANÇA....

2007.34.00.040703-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	REGINA HERMINIA PINTO FERREIRA
ADVOGADO	:	DF00014192 - MARIA APARECIDA GUIMARAES SANTOS
IMPDO	:	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL
IMPDO	:	SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL DO DISTRITO FEDERAL
IMPDO	:	PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DENEGO A SEGURANÇA....

2007.34.00.040948-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	CLODOMIR FERREIRA CAMPOS
ADVOGADO	:	DF00004183 - ANTONIO AUGUSTO DE OLIVEIRA
IMPDO	:	COORDENADOR DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE PAULISTA, CAMPUS BRASILIA, UNIP DF

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DENEGO A SEGURANÇA....

2007.34.00.044292-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : ISMAEL DAMACENA DE OLIVEIRA PEREIRA SOARES
ADVOGADO : DF00020896 - FERNANDO DE ASSIS GOMES
IMPDO : DIRETOR GERAL DO CENTRO DE SELECAO E DE PROMOCAO DE EVENTOS DA UNB

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DENEGO A SEGURANÇA....

2008.34.00.021048-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : JOAO ALBERTO LEGEY DE LIMA SIQUEIRA
ADVOGADO : DF00012781 - JOAQUIM GUEDES
IMPDO : UNIAO FEDERAL
IMPDO : AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DENEGO A SEGURANÇA....

2000.34.00.043780-5 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : LUIZ FERNANDO MAGALHAES LIMA E OUTROS
ADVOGADO : DF00003173 - MARIA ANGELA MINEIRO LIMA
EXCDO : UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DECLARO EXTINTO O PROCESSO DE EXECUÇÃO...

2001.34.00.021816-5 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : VALDEMIR PEREIRA ROCHA E OUTROS
ADVOGADO : DF00012949 - RONALDO SOARES ROCHA
ADVOGADO : DF00013701 - TAISA FRANCA RESENDE
EXCDO : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DECLARO EXTINTO O PROCESSO DE EXECUÇÃO...

2006.34.00.005521-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : ALTAMIR LOPES E OUTROS
ADVOGADO : DF00010219 - MANOEL FAUSTO FILHO
EXCDO : UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DECLARO EXTINTO O PROCESSO DE EXECUÇÃO...

2008.34.00.013133-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : UNIAO FEDERAL E OUTRO
EXCDO : VANZIN INDUSTRIAL AUTO PECAS LTDA
ADVOGADO : DF00002074 - EDISON FREITAS DE SIQUEIRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DECLARO EXTINTO O PROCESSO DE EXECUÇÃO...

2008.34.00.015080-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : MARIO MONTANHA
ADVOGADO : DF00008043 - DENISE APARECIDA RODRIGUES P. DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DF00012919 - FRANCISCO RODRIGUES PRETO JUNIOR
ADVOGADO : DF00003590 - OLDEMAR BORGES DE MATOS
EXCDO : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO : DF00015771 - TULIO DE OLIVEIRA TAVERNAD

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DECLARO EXTINTO O PROCESSO DE EXECUÇÃO...

2008.34.00.015081-6 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : MARCOS ALEXANDRE SANFELICE E OUTROS
ADVOGADO : DF0001188A - ELBES MENDONCA DE ABREU
EXCDO : UNIAO FEDERAL
PROCUR : - OBELKY CARDOSO DOS SANTOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DECLARO EXTINTO O PROCESSO DE EXECUÇÃO...

2008.34.00.020317-9 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : CARLOS FARIA
ADVOGADO : DF00001444 - CLAUDIO REZENDE
ADVOGADO : DF00006025 - MURILO PEREIRA DA FONSECA
EXCDO : UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...DECLARO EXTINTO O PROCESSO DE EXECUÇÃO...

1999.34.00.023484-8 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : SIMONE NOVAES FACCIN DE FARIA
ADVOGADO : DF00009275 - ROMULO SULZ GONSALVES JR
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2002.34.00.015117-9 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU : ALVINA GOMES FERREIRA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2003.34.00.023479-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : CONSERVO BRASILIA SERVICOS GERAIS LTDA
ADVOGADO : DF00010010 - DALMO ROGERIO S DE ALBUQUERQUE
ADVOGADO : DF00021399 - GLAYCON CORTES BARBOSA
ADVOGADO : DF00021429 - RAPHAEL RABELO CUNHA MELO
ADVOGADO : DF00024068 - ROSELI DIAS VALENTIM
REU : UNIAO FEDERAL
REU : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2003.34.00.036600-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR : LAURINHA SOARES DOS SANTOS
ADVOGADO : DF00011555 - IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
REU : UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2003.34.00.037107-0 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
RÉU : ALBERTO JUNIO DE CARVALHO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2004.34.00.026294-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : ENGESOFTWARE CONSULTORIA DE SISTEMAS LTDA
IMPDO : SUBSECRETARIO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTERIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2006.34.00.026819-3 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO LEITE
ADVOGADO : DF00015072 - DANILO DAVID RIBEIRO
ADVOGADO : PI00002734 - FRANCISCO SOARES CAMPELO FILHO
ADVOGADO : DF00000242 - J J SAFE CARNEIRO
ADVOGADO : DF00023381 - JOSE NORBERTO LOPES CAMPELO
ADVOGADO : DF00007823 - TEREZA SAFE CARNEIRO
REU : UNIAO FEDERAL
REU : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO TCU

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2007.34.00.027173-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : ULISSES VILLELA DE SOUZA
ADVOGADO : DF00023540 - FREDERICO FORTES FERREIRA
IMPDO : ADVOGADO GERAL DA UNIAO
IMPDO : DIRETOR GERAL DO CENTRO DE SELECAO E DE PROMOCAO DE EVENTOS DA UNB

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2007.34.00.041589-4 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : COMBRASEN - COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES EM ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO : DF00022612 - REILOS MONTEIRO
IMPDO : PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO DA VARA DA INFANCIA E DA JUVENTUDE DO DF

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2008.34.00.000640-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : ORLANDO COELHO BARRETO FILHO
ADVOGADO : DF0025136A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
ADVOGADO : PR00027739 - RODRIGO OTAVIO ACCETE BELINTANI
IMPDO : SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2008.34.00.009803-0 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00016721 - DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO
RÉU : CYNTHIA PINHEIRO CUMARU
RÉU : MARIA SILVANETE CUMARU
RÉU : DANILO CARDOSO LIMA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2008.34.00.009832-5 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : JACIRO ALVES DOS SANTOS
IMPDO : DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL
IMPDO : COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2008.34.00.011137-2 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00016721 - DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO
RÉU : SABRINA COSMO PINHEIRO
RÉU : REGINA AMELIA PINHEIRO GALVAO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2008.34.00.011546-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : TEREZA TAVARES DE MELO GONCALVES
ADVOGADO : DF00008298 - GOIANY BABILONIA DE SOUZA
ADVOGADO : DF0005192E - LEONARDO CONTE AZEVEDO DE SOUZA
IMPDO : REITOR DA FACULDADE JK
ADVOGADO : DF00013398 - VALERIO ALVARENGA M DE CASTRO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2008.34.00.012017-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : ARCOM S.A
ADVOGADO : DF00017721 - FABIO LIMA QUINTAS
IMPDO : CHEFE DE SUBUNIDADE DA SUBDIVISAO DE REGISTRO DE CREDITO EXTERNO DO BACEN
IMPDO : COORDENADOR DA SUBDIVISAO DE REGISTRO DE CREDITO EXTERNO DA DICIC DO DESIG DO BACEN

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2008.34.00.017875-4 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR : RENATO KHALIL EL KHOURI
ADVOGADO : SP00164127 - CARLOS HENRIQUE MARTINS DE LIMA
REU : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2008.34.00.020001-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : UNIFRIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA E OUTROS
ADVOGADO : CE00013260 - FRANCISCO LUIS GADELHA SANTOS
ADVOGADO : SP00128341 - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
ADVOGADO : PR00027739 - RODRIGO OTAVIO ACCETE BELINTANI
IMPDO : SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO EXTINTO o processo....

2003.34.00.037753-0 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA

AUTOR : ROSIMIRO BEZERRA
ADVOGADO : DF00002275 - PEDRO AUGUSTO MUSA JULIAO
REU : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

2004.34.00.022665-8 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : BETEL TURISMO LTDA
ADVOGADO : MG00087242 - ANDRE MANSUR BRANDAO
ADVOGADO : MG00085479 - WARLEY DA SILVA MARTINS
REU : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

2005.34.00.008628-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	BRISATUR VIAGENS E TURISMO LTDA
ADVOGADO	:	MG00087242 - ANDRE MANSUR BRANDAO
ADVOGADO	:	MG00085479 - WARLEY DA SILVA MARTINS
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

2005.34.00.020185-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	RAIMUNDO NONATO RAMOS
ADVOGADO	:	CE00017466 - ANTONIO AZEVEDO VIEIRA FILHO
ADVOGADO	:	CE00007084 - PAULO CESAR FEITOSA ARRAIS
ADVOGADO	:	CE00018002 - WILSON SILVINO DE MOURA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

2006.34.00.011714-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	LABORATORIO BRASILEIRO DE BIOLOGIA LTDA
ADVOGADO	:	RJ00093830 - DANIELLE BITTENCOURT CRUZ
ADVOGADO	:	RJ00020904 - VICENTE NOGUEIRA
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

2006.34.00.012282-3 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	ANGELA MARIA SOUSA BENNET
ADVOGADO	:	DF00019013 - MARCO GUIMARAES GRANDE POUSA
REQDO	:	FAZENDA NACIONAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

2006.34.00.018984-9 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	AMERICO DE CAMPOS PREFEITURA
ADVOGADO	:	BA00008085 - HENRIQUE FIGUEIREDO
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

2006.34.00.022190-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ADEMAR PASSOS VEIGA E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00019044 - WAGNER PIRES DE OLIVEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

2006.34.00.023892-7 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	FABIOLA INEZ GUEDES DE CASTRO SALDANHA E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00019044 - WAGNER PIRES DE OLIVEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

2007.34.00.000778-4 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	TAMIRES TURISMO LTDA
ADVOGADO	:	MG00092772 - ERICO MARTINS DA SILVA
ADVOGADO	:	MG00103915 - THAIS MORAIS PEREIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

2007.34.00.001690-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	DIBAPE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO	:	RJ00094953 - CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

2007.34.00.004373-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	MYRIAM VIANA DE CARVALHO
ADVOGADO	:	RS0059184B - FELIPE CARLOS SCHWINGEL
ADVOGADO	:	DF00017183 - JOSE LUIS WAGNER
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

2007.34.00.005891-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	DOROTEA CORDEIRO DE SENA LIMA
ADVOGADO	:	DF00011555 - IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

2007.34.00.008619-7 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	GERLANE CLARISSE RODRIGUES DE AZEVEDO
ADVOGADO	:	DF00014710 - SINVALINO MARIANO DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

2007.34.00.023340-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	SERGIO CARNEIRO DA CUNHA MOSCOSO
ADVOGADO	:	DF00006102 - ALZIR LEOPOLDO DO NASCIMENTO
ADVOGADO	:	DF00015130 - DANIEL LEOPOLDO DO NASCIMENTO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

2007.34.00.028922-8 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO	:	RJ00133602 - CARLOS EMANUEL DO NASCIMENTO VIANA
ADVOGADO	:	RJ00137604 - CORINA ELOISA DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

2008.34.00.001220-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	ALPINA AGRO INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	:	RJ00087500 - ALESSANDRA KRAWCZUK CRAVEIRO RIBEIRO
ADVOGADO	:	RJ00111642 - GEORGEANA SILVA LEAL DE MACEDO
IMPDO	:	PRESIDENTE DO COMITE GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL - REFIS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...JULGO IMPROCEDENTE o (s) pedido(s)...

AUTOS COM

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.009135-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	DISTRIBUIDORA COLORADO DE BEBIDAS LTDA
ADVOGADO	:	SP00128341 - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
IMPDO	:	SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vistas às partes da sentença de fls. 253/255 e da decisão de fls. 257/262"

JUÍZO FEDERAL DA 10ª VARA

Juiza Titular	:	DRA. MARIA DE FÁTIMA DE PAULA PESSOA COSTA
Juiz Substit.	:	DR. RICARDO AUGUSTO SOARES LEITE
Dir. Secret.	:	BELA. MARILUCIA MIGUEL DE SOUZA

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

Atos da Exma.	:	DRA. MARIA DE FÁTIMA DE PAULA PESSOA COSTA

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.011630-6 INCIDENTE DE RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS

REQTE	:	HASSAN ISMAIL DIAB
ADVOGADO	:	DF00018812 - MARGARETH MARIA DE ALMEIDA
REQDO	:	JUSTICA PUBLICA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
"1) Defiro o pedido de restituição do passaporte de HASSAN ISMAIL DIAB. 2) Autorizo sua viagem ao Líbano, pelo prazo de 15 (quinze) dias. Em 25/06/2008.".

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.017099-5 AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR

AUTOR	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCUR	:	- LUIZ FERNANDO B. VIANA
REU	:	GENIBERTO PAIVA CAMPOS
REU	:	RADI MACRUZ
REU	:	HUGO DE MORAES SARMENTO MACRUZ
ADVOGADO	:	DF00016286 - ANTONIO CORREA JUNIOR
ADVOGADO	:	SP00049869 - HEINE VASNI PORTELA SAVIETTO
ADVOGADO	:	SP00062086 - ISAAC NEWTON PORTELA DE FREITAS
ADVOGADO	:	DF00018805 - JOAO CARNEIRO DE ULHOA
ADVOGADO	:	DF00015266 - PATRICIA CARRILHO CORREA
ADVOGADO	:	DF0001750A - TEODORA CARRILHO CORREA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
"Julgo parcialmente procedente a denúncia para ABSOLVER os réus GENIBERTO PAIVA DE CAMPOS e HUGO DE MORAES SARMENTO MACRUZ. Em 26/06/2008."

Atos do Exmo.	:	DR. RICARDO AUGUSTO SOARES LEITE

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.033355-0 AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR

AUTOR	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REU	:	DECIO GOMES
ADVOGADO	:	DF00009020 - ANTONIETA PAULINA BULBOL C MOREIRA DA COSTA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Fica intimada a defesa de que foi designado o dia 06 de agosto de 2008, às 14:40 horas, para audiência de inquirição de testemunha. Em 02/07/2008."

2006.34.00.033969-5 AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR

AUTOR	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCUR	:	- CELSO ANTONIO TRES
REU	:	NICACIO PEREIRA ALVES
REU	:	FABIO FRANCISCO DE VASCONCELOS
REU	:	JOVIANO JOSE COUTINHO
REU	:	RICARDO ANTONIO BORGES
REU	:	FLAVIO FERREIRA DA SILVA
REU	:	JOSE FERNANDO ROCHA GOULART
ADVOGADO	:	DF00019398 - EZEQUIEL SALVADOR
ADVOGADO	:	DF00018407 - HELIO DE OLIVEIRA SEIXAS FILHO
ADVOGADO	:	DF00013807 - KLEBER DE OLIVEIRA COELHO
ADVOGADO	:	DF00001679 - RICARDO ANTONIO BORGES
ADVOGADO	:	GO00022452 - VANUSIA DOS SANTOS RAMOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Manifeste-se a defesa do acusado JOSÉ FERNANDO sobre a certidão de fls. 668, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de caracterização de desistência tácita da oitiva da testemunha. Em 08/07/2008."

2007.34.00.016717-9 AÇÃO PENAL PÚBLICA / PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR

AUTOR	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCUR	:	- JOSE ROBALINHO CAVALCANTI
REU	:	CLAUDIO DE RESENDE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DF00000760 - AMAURI SERRALVO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Fica intimada a defesa para os fins do artigo 500 do CPP. Em 09/04/2008."

Juiza Titular	:	DRA. MARIA DE FÁTIMA DE PAULA PESSOA COSTA
Atos da Exma.	:	DRA. CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM

AUTOS COM DECISÃO - PLANTÃO JUDICIAL

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.021488-4 LIBERDADE PROVISÓRIA

REQTE	:	JORGE ALEXANDRE VIEIRA DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00008405 - PAULO CORREA DOS SANTOS
REQDO	:	JUSTICA PUBLICA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
"Em face do exposto, indefiro o pedido. Em 11/07/2008."

JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA

Juiza Titular : DRA. MAGNÓLIA SILVA DA GAMA E SOUZA
Dir. Secret. : MARIANA TAVARES MADUREIRA

EXPEDIENTE DO DIA 26 DE JUNHO DE 2008

Atos da Exma. : DRA. MAGNÓLIA SILVA DA GAMA E SOUZA

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.018272-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE : SUPERKENT SERV DE ALIMENTACAO LTDA
ADVOGADO : GO00017417 - TEREZINHA CORDEIRO DA SILVA
EMBDO : CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 1A REGIAO
ADVOGADO : DF00011737 - KATIA VIEIRA DO VALE

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

2002.34.00.000231-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EMBTE : ALVARO RAINERI DE LIMA E OUTRO
ADVOGADO : DF00008549 - HEBERT DA SILVA TAVARES
EMBDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

2003.34.00.038240-8 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EMBTE : CONSTRUTORA GUIMARAES FIGUEREDO LTDA
ADVOGADO : DF00012701 - CLOVIS POLO MARTINEZ
EMBDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : - DIRCEU MARCELO HOFFMANN

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

2004.34.00.019195-4 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE : DENIS MARINHO DA SILVA BRANDAO
ADVOGADO : DF00010053 - JOSEFINA SERRA DOS SANTOS
EMBDO : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

2005.34.00.015926-3 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE : INTERGEMAS MINERACAO E INDUSTRIALIZACAO LTDA
ADVOGADO : DF00008765 - EDUARDO MILEN VIEGAS
EMBDO : DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM
PROCUR : - RICARDO MOURAO PEREIRA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

2006.34.00.020582-6 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE : PRINTWORK COMUNICACAO LTDA
ADVOGADO : DF00012007 - GUILHERME AZAMBUJA CASTELO BRANCO
EMBDO : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCUR : - ANDRE ALVIM DE PAULA RIZZO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

2006.34.00.036135-0 EMBARGOS DE TERCEIRO

EMBTE : BANCO DIBENS S.A.
EMBDO : SERGIO MURILO ABDO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

2006.34.00.037024-3 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE : SAO GABRIEL SERVICOS GERAIS LTDA E OUTROS
EMBDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00008540 - SERGIO LUIZ GUIMARAES FARIAS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

2007.34.00.012514-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE : RT PROMOCOES DE EVENTOS LTDA EPP
ADVOGADO : DF00006113 - DECIO DE OLIVEIRA POLLA
EMBDO : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

2007.34.00.017309-7 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE : MARCOS MOENNICH
ADVOGADO : DF00018077 - CLAUDIO ANDREI CANTO DA SILVA
ADVOGADO : DF00010860 - WELLINGTON DE QUEIROZ
EMBDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00004045 - ANNA MARIA M DE ALEONCIO JUNIOR

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

2007.34.00.026712-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE : CLIAMPAR CLINICA DE ASSIST MED AO PAC DE ALT RISCO LTDA
ADVOGADO : GO00005131 - JANDUIR LEITE
EMBDO : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCUR : - ARIDEU GALDINO DA SILVA RAYMUNDO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

2007.34.00.031125-7 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : MG00090735 - LENYMARA CARVALHO
EXCDO : JOSE ANTONIO DE ASSIS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

2007.34.00.033070-2 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE : UNIMED LESTE PAULISTA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADVOGADO : SP00249219 - IGOR DOS REIS FERREIRA
ADVOGADO : MG00048885 - LILIANE NETO BARROSO
EMBDO : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE
PROCUR : - ADRIANA PEREIRA DE MENDONCA
PROCUR : - ARTHUR BADIN
PROCUR : - MARCOS BENACCHIO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

2007.34.00.033093-9 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE : RESTAURANTE LA TERRAZZA LTDA
ADVOGADO : DF00004828 - MARIO MARTO
EMBDO : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
EMBDO : JOAO CARLOS DE OLIVEIRA
PROCUR : - ANDRE ALVIM DE PAULA RIZZO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

2007.34.00.040150-5 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE : FRANCISCA SANTANA DE SOUSA
ADVOGADO : DF00022289 - DANIEL VIEIRA RODRIGUES
EMBDO : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCUR : - NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

2007.34.00.040174-5 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE : APRIGIO JOSE FERNANDES FILHO
ADVOGADO : DF00018232 - VITTOR CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA
EMBDO : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCUR : - ARIDEU GALDINO DA SILVA RAYMUNDO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

2008.34.00.002320-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE : CONDOMINIO VALE DAS ACACIAS
ADVOGADO : DF00024716 - ROLLAND FERREIRA DE CARVALHO
EMBDO : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCUR : DF00024283 - SYBELLE MORGANA MACENA BATINGA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...EXTINGO O PROCESSO ...

JUÍZO FEDERAL DA 13ª VARA

Juiza Titular : DRA. ISA TÂNIA CANTÃO BARÃO PESSOA DA COSTA
Juiz Substit. : DR. WALDEMAR CLAUDIO DE CARVALHO
Dir. Secret. : MARÍLIA CARDOSO DUARTE

EXPEDIENTE DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

Atos da Exma. : DRA. ISA TÂNIA CANTÃO BARÃO PESSOA DA COSTA

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.018876-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : JOSE PAULO AFONSO DE SOUSA
ADVG. : DF00017265 - CAROLINE CORREA DE ALMEIDA
REU : SUSEP SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...Tendo em vista o que consta do despacho de fls. 888 e alegação do autor de que este feito é conexo com o de nº 2007.34.00.042109-6, esclareça se a indisponibilidade de seus bens foi decretada pela mesma Portaria (SUSEP nº 2779, de 31 de outubro de 2007). Caso positivo, junte cópia.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.002113-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : ANTONIO COSTA JUNIOR E OUTROS
ADVG. : DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO : UNIAO FEDERAL
EXCDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG. : DF00009170 - ALBERTO CAVALCANTE BRAGA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
A criação de uma nova conta relativa ao FGTS, ainda que não cause prejuízo ao respectivo titular, também não lhe traz nenhum benefício. Por tal razão não está obrigado a aceitar esse entendimento da CEF. 2. Ademais, o título exeqüendo determinou que os valores devidos relativos aos expurgos inflacionários fosse depositados na(s) conta(s) vinculada do FGTS do(s) autor(es)... Assim, determino à CEF que transfira os valores creditados na(s) conta(s) da Base PEF para a(s) conta(s) vinculada(s) ao Fundo, oportunidade em que deverá se manifestar acerca dos item "2.4" da petição de fls. 811/816. 2. Indefiro o pedido dos autores para pagamento dos juros de mora, conforme requerido às fls 811/816, uma vez que a sentença (fls. 221/228), determinou o pagamento destes no percentual de 0,5%, portanto, esse é o percentual a ser aplicado, mesmo diante das alterações do Código Civil, tendo em vista a incidência da coisa julgada.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.018692-4 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR : CARLOS ALBERTO SANTOS MELLO E OUTROS
ADVG. : DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Indefiro o pedido de fls. 266, item 1.1, uma vez que o título exeqüendo (fls. 153) determinou o pagamento dos juros moratórios mensais no percentual de 0,5%, a partir do levantamento. 2. Quanto ao pedido do item 1.2 de fls. 267, verifico que a criação de uma nova conta relativa ao FGTS, ainda que não causa prejuízo ao respectivo titular, também não lhe traz nenhum benefício. Por tal razão não está obrigado a aceitar esse entendimento da CEF. 3. Ademais, o titulo exeqüendo determinou que os valores devidos relativos aos expurgos inflacionários fossem depositados na(s) conta(s) vinculada do FGTS do(s) autor(es)... 5. Assim, determino à CEF que transfira os valores creditados na(s) conta(s) da Base PEF para a(s) conta(s) vinculada(s) ao Fundo.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1997.34.00.015462-2 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR : FRANCISCO DAS CHAGAS MEIRELLES E OUTROS
ADVG. : DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Indefiro o pedido de fls. 503, item 1.2, uma vez que o título exeqüendo (fls. 186) determinou o pagamento dos juros moratórios mensais no percentual de 0,5%, a partir do levantamento. 2. Quanto ao pedido do item 1.1 de fls. 502, verifico que a criação de uma nova conta relativa ao FGTS, ainda que não causa prejuízo ao respectivo titular, também não lhe traz nenhum benefício. Por tal razão não está obrigado a aceitar esse entendimento da CEF. 3. Ademais, o título exeqüendo determinou que os valores devidos relativos aos expurgos inflacionários fosse depositados na(s) conta(s) vinculada do FGTS do(s) autor(es)... 4. Assim, determino à CEF que transfira os valores creditados na(s) conta(s) da Base PEF para a(s) conta(s) vinculada(s) ao Fundo. 6. Na oportunidade, deverá a CEF se manifestar sobre o pedido formulado no item 1.4 de fls. 503. 7. Após, apreciarei os pedidos de fls. 509/513 e item 1.3 de 503, relativos às verbas de sucumbência.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.034890-9 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR : ARMANDO BENTES GALUCIO E OUTROS
ADVG. : DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ASSISTP : UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Indefiro o pedido de fls. 293, item 1.3, uma vez que o título exeqüendo (fls. 186 e 253) determinou o pagamento dos juros moratórios mensais no percentual de 0,5%, a partir da citação. 2. Quanto ao pedido do item 1.2 de fls. 293, verifico que a criação de uma nova conta relativa ao FGTS, ainda que não cause prejuízo ao respectivo titular, também não lhe traz nenhum benefício. Por tal razão não está obrigado a aceitar esse entendimento da CEF. 2. Ademais, o título exeqüendo determinou que os valores devidos relativos aos expurgos inflacionários fosse depositados na(s) conta(s) vinculada do FGTS do(s) autor(es)... 4. Assim, determino à CEF que transfira os valores creditados na(s) conta(s) da Base PEF para a(s) conta(s) vinculada(s) ao Fundo. 6. Na oportunidade, manifeste-se a CEF sobre o pedido formulado no item 1.4, de fls. 293. 7. Após, apreciarei os pedidos quanto ao pagamento das verbas honorárias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.012159-4 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : ANTONINA MARIA DE FRANCA SILVA E OUTROS
ADVG. : DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Tendo em vista a incidência da coisa julgada, indefiro o pedido dos autores para pagamento dos juros de mora, conforme requerido à fl. 746, uma vez que a sentença determinou o pagamento destes no percentual de 0,5% (fls. 173/179). O aresto fala expressamente da aplicação "juros moratórios mensais de 0,5% a partir do levantamento." Assim, como o título

exeqüendo não especificou que estes deveriam ser aplicados apenas nos casos de levantamento integral, intime-se a CEF para creditar os juros de mora na conta do FGTS do exeqüente CLÁUDIO CAETANO. Tendo em vista a certidão de fls. 748, expeça-se alvará de levantamento dos valores depositados às fls. 545, 547 e 726. Intimem-se os exeqüentes para juntar, aos autos instrumentos de mandato, com poderes expressos para receber e dar quitação e firma reconhecida, para fins de levantamento do depósito de fls. 546.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

95.00.06709-9 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	SINDICATO NACIONAL DOS AEROVIARIOS
ADVG.	:	DF00009664 - CARLOS VICTOR AZEVEDO SILVA
ADVG.	:	DF00011176 - CARMEN SILVA LARA DE SOUZA
ADVG.	:	DF00004574 - LUIZA RODRIGUES PEREIRA
ADVG.	:	- MARCOS LUIS BORGES DE RESENDE
ADVG.	:	DF00009984 - MARIA APARECIDA SILVA
ADVG.	:	DF00010876 - MARIA FRANCILENIA DE MEDEIROS GOMES
ADVG.	:	DF00009486 - RINALDO TADEU PIEDADE DE FARIA
ADVG.	:	DF00011644 - ZEILA LEMOS MASCARENHAS
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...Em face do exposto, rejeito a exceção de executividade.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.027693-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ASSOCIACAO NACIONAL DAS ENTIDADES ASSOCIATIVAS DOS SERVIDORES DA POLICIA FEDERAL ANSEF NACIONAL
ADVG.	:	PE00022716 - RODRIGO ALBUQUERQUE DE VICTOR
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Intimado para emendar a inicial quanto ao valor da causa, requer o Sindicato-Autor que, para fins de fixação do valor da causa, seja considerada a remuneração de um sindicalizado. Verifico que são 47 (quarenta e sete) substituídos (fls.49). O valor da causa deve corresponder ao conteúdo econômico do pedido, nos termos do art. 259 e 260 do CPC. Assim, o valor da causa deve ser o correspondente à multiplicação do valor individualmente requerido pelo total de substituídos indicados à fl. 49. Indefiro, pois o pedido de fls. 90/94. Intime-se o autor para indicar corretamente o valor da causa, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Publique-se.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.024993-1 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
EXCDO	:	MARCIO GONTIJO
EXCDO	:	BENEDICTO DA ROCHA LIMA FILHO
EXCDO	:	ROGERIO DE ALMEIDA LIMA
EXCDO	:	BENEDICTO DA ROCHA LIMA NETO
EXCDO	:	MARIA DA PAZ DO NASCIMENTO PINHO
ADVG.	:	DF00005460 - VANIA MARQUEZ SARAIVA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Intime-se a CEF para informar o saldo atual dos depósitos realizados na conta judicial nº 830.785, agência 0975. 02. Após, tendo em vista a petição de fls. 1830/1831, expeça-se alvará de levantamento em favor dos autores. 03. Cumpra-se.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.019154-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	- GILDA MARIA FREIRE GARCIA
PROC.	:	- LUIS MARTIUS H. BEZERRA JUNIOR
EMBDO	:	ANAJUR ASSOCIACAO NACDOS ASSISTJUR DA UNIAO MINISTERIO DA JUSTICA
ADVG.	:	DF00012511 - PAULO VILAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Intime-se a ANAJUR, para apresentar a relação de associados na época de propositura da ação, a fim de que os cálculos da execução de honorários possam ser realizados.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.041670-2 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	MARIA ISABEL DA APARECIDA LELES CAIXETA E OUTROS
ADVG.	:	DF00008583 - JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ASSISTP	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Indefiro o pedido de fls. 209, uma vez que cabe ao advogado, na condição de mandatário dos autores, providenciar junto aos seus clientes a devida regularização da representação processual para levantamento dos valores devidos à título de custas judiciais. Assim, aguarde-se por 30 (trinta) dias a regularização dos respectivos instrumentos de mandato. Sem manifestação, arquivem-se os autos sem baixa na distribuição.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

91.00.30268-6 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	JAIME PEREIRA DA SILVA E OUTROS
EXQTE	:	JAIME PEREIRA DA SILVA E OUTROS
EXQTE	:	FRANCISCO SALES BLANDIM
ADVG.	:	DF00008789 - AUGUSTO CESAR GUTERRES
ADVG.	:	- LUCIANA CARVALHO FERREIRA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Torno sem efeito o item "4" do despacho de fl. 401, e indefiro o pedido de fls. 463/464, uma vez que para expedição da requisição de pagamento é necessária a certidão de trânsito em julgado, conforme disposto no artigo 23 da Lei nº 10.707/2003 c/c o artigo 6º da Portaria nº172/2004. 2. Aguarde-se a decisão final a ser proferida nos embargos.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.003934-5 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	FEDERACAO NACIONAL DOS POLICIAIS RODOVIARIOS FEDERAIS
ADVG.	:	DF00022050 - RODRIGO ALBUQUERQUE DE VICTOR
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Recebo a petição de fls. 53, como emenda à inicial, para que seja atribuído como valor da causa a quantia de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). As custas iniciais já se encontram complementadas, consoante comprovante de recolhimento juntado à fls. 54... 2. A Federação-Autora, nestes autos, na qualidade de substituta processual apresenta às fls. 55/283 rol de filiados que se encontram em atividade. São milhares de substituídos. 3. Por se tratar de ação coletiva, para facilitar a rápida tramitação do processo e a fim de possibilitar a ré o direito efetivo à ampla defesa, determino o desdobramento do feito, de modo que os filiados sejam reunidos em processos, que levem em conta o local que percebem seus vencimentos. 4. Os autos originários do desmembramento deverão ser distribuídos por dependência para esta 13ª Vara.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.018540-6 AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

AUTOR	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVG.	:	DF00015771 - TULIO DE OLIVEIRA TAVERNAD
RÉU	:	LUCIOLA SANTOS RABELLO
ADVG.	:	DF00006459 - IRANDI DE PAULA MACHADO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Tendo em vista a certidão de fl. 88, intime-se a ré para juntar aos autos cópia da sentença prolatada nos autos da Ação Ordinária nº 2007.34.00.017226-0.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.005462-4 AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

AUTOR	:	JOSE LOBATO LINS E OUTRO
ADVG.	:	DF00015969 - RAIMUNDO NONATO PORTELA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
A questão discutida nestes autos diz respeito aos índices de reajuste de financiamento de imóvel, pelo Plano de Equivalência Salarial. A ré requer que a Autora apresente todos os seus contracheques desde a assinatura do contrato do mútuo, para que sejam demonstrados os efetivos índices dos reajustes percebidos. Em face das alegações apontadas, entendo ser necessária a realização de prova pericial contábil. Assim, com base nos poderes instrutórios do juiz, nomeio perito o Sr. Benjamin Q. de Oliveira Filho. Os contracheque, se necessários, deverão ser apresentados ao perito. Intimem-se as partes para apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos. Publique-se.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

94.00.05158-1 AÇÃO DE DEPÓSITO

REQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00004914 - GERALDO DE ASSIS ALVES
REQDO	:	MARILENE MONTIJO
ADVG.	:	DF00006637 - GILSON DA SILVA VIANA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...não há falar em omissão na decisão embargada, e, portanto, rejeito os embargos...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.014549-1 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	DF00015945 - MELISSA GEHRE GALVAO
EMBDO	:	LUCIELMA MARIA DE SOUSA
EMBDO	:	RUBENS CESAR GONCALVES RIOS
EMBDO	:	GENOVEVA MARIA DA CONCEICAO NETA
EMBDO	:	CLAUDIA MARIA DA SILVA
EMBDO	:	LUIZ DE SOUZA
ADVG.	:	DF00010308 - RAUL CANAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Em face do trânsito em julgado da sentença de fl. 86/88, requeiram os embargados o que entender o que de direito. Prazo: 10 (dez) dias. Sem manifestação, arquivem-se os autos.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.016262-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	COELHO E BRITO LTDA
ADVG.	:	PI00001829 - AUDREY MARTINS MAGALHAES
REU	:	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP

A Exma. Sra. Juiza exarou :
A parte autora atribuiu à causa o valor de R$ 5.000,00 (fl. 14), que não corresponde ao benefício patrimonial objetivado na presente demanda, razão pela qual determino, de ofício, a sua correção. Assim o faço com base na reiterada jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça (Resp. 55.288-GO), a qual, por considerar de ordem pública as regras sobre o valor da causa, permite ao magistrado proceder à retificação do mesmo, quando este discrepar do seu verdadeiro conteúdo econômico. 2. Assim, determino a emenda da inicial. Deverá a parte autora indicar valor à causa condizente com a pretensão desejada, oportunidade em que recolherá a diferença de custas. 3. Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 284 do CPC.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.016263-2 EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

EXPTE	:	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
PROC.	:	- ANA CAROLINA SQUADRI SANTANNA
EXCTO	:	COELHO E BRITO LTDA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Tendo em vista a certidão de fl. 61, arquivem-se os autos.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.016162-7 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	ALCIONE CASTRO SILVEIRA E OUTRO
ADVG.	:	DF00022228 - WILSON CESAR RASCOVIT
REU	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Emende(m) o(a) (s) autor(a)(es)(s) a inicial para indicar como valor da causa, o correspondente ao conteúdo econômico do pedido. Ressalte-se que, nas ações em que se discute o critério de reajuste das prestações e do saldo devedor de mútuo celebrado pelas regras do Sistema Financeiro da Habitação, o valor da causa deve corresponder à diferença entre o valor tido como devido pelo mutuário e o cobrado pelo agente financeiro, conforme precedentes do STJ e do TRF - 1ª Região. Emendada a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, deverá(ão) os autor(es) proceder ao depósito da complementação das custas iniciais, comprovando o seu recolhimento em juízo, mediante guia de depósito.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.029186-4 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ALMIR LEITAO BELFORT TEIXEIRA E OUTROS
ADVG.	:	DF00012409 - JOSE CARLOS DE ALMEIDA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Chamo o feito à ordem... emendem os autores a inicial, a fim de indicar valor à causa condizente com a soma das pretensões econômicas estimadas de cada um deles, oportunidade em que deverá recolher as custas complementares.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.015647-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ALAOR RIBEIRO FILHO E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Indefiro o pedido dos autores para pagamento dos juros de mora, conforme requerido às fl. 424/426, uma vez que a sentença (fls 268/173) determinou o pagamento destes no percentual de 0,5%, logo, esse é o percentual a ser aplicado, mesmo diante das alterações do Código Civil, tendo em vista a incidência da coisa julgada. 2. Em face da certidão de fl.920, autorizo a expedição de alvará de levantamento dos valores referentes às guias de fls. 417 e 798, referentes aos honorários advocatícios. 3. A criação de uma nova conta relativa ao FGTS, ainda que não cause prejuízo ao respectivo titular, também, não lhe traz nenhum benefício. Por tal razão não está obrigado a aceitar esse entendimento da CEF. Ademais, o título exeqüendo determinou que os valores devidos relativos aos expurgos inflacionários fossem depositados na(s) conta(s) vinculada do FGTS do(s) autor(es)... Assim, determino à CEF que transfira os valores creditados na(s) conta(s) da Base PEF para a(s) conta(s) vinculada(s) ao Fundo, oportunidade em que deverá se manifestar acerca do item "2.1" da petição de fls. 866/870. Intime-se, ainda, a CEF, para carrear aos auots a guia de depósito referente à Autorização de Pagamento de fl. 621. 4. Nada a deferir com relação ao pedido dos exeqüentes, formulado no item "2.4" da petição de fls. 866/870, uma vez que a CEF, à fl. 856, informou que já houve o desbloqueio das contas dos exeqüentes.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

96.00.27030-9 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	ADALBETO TRINDADE DE SOUZA E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Indefiro o pedido de fls. 433, item 1.1, uma vez que o título exeqüendo (fls. 184) determinou o pagamento dos juros moratórios mensais no percentual de 0,5%. 2. Quanto ao do item 1.2 de fls. 433, verifico que a criação de uma nova conta relativa ao FGTS, ainda que não cause prejuízo ao respectivo titular, também não lhe traz nenhum benefício. Por tal razão não está obrigado a aceitar esse entendimento da CEF. 2. Ademais, o título exeqüendo determinou que os valores devidos relativos aos expurgos inflacionários fosse depositados na(s) conta(s) vinculada do FGTS do(s) autor(es)... 4. Assim, determino à CEF que transfira os valores creditados na(s) conta(s) da Base PEF para a(s) conta(s) vinculada(s) ao Fundo.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.012392-8 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Indefiro o pedido dos autores para pagamento dos juros de mora, conforme requerido à fl. 424/426, uma vez que a sentença (fls. 193/198) determinou o pagamento destes no percentual de 0,5%. Logo, esse é o percentual a ser aplicado, mesmo diante das alterações do Código Civil, tendo em vista a incidência da coisa julgada. 2. A criação de uma nova conta relativa ao FGTS, ainda que não cause prejuízo ao respectivo titular, também,não lhe traz nenhum benefício. Por tal razão não está obrigado a aceitar esse entendimento da CEF. Ademais, o título exeqüendo determinou que os valores devidos relativos aos expurgos inflacionários fossem depositados na(s) conta(s) vinculada do FGTS do(s) autor(es). .. Assim, determino à CEF que transfira os valores creditados na(s) conta(s) da Base PEF para a(s) conta(s) vinculada(s) ao Fundo. 3. Em face da certidão de fl. 428, expeça-se alvará de levantamento do valor depositado à fl. 418, relativo a honorários advocatícios, em favor do advogado IVO EVANGELISTA DE ÁVILA (OAB/DF 2787).
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.028640-1 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	FERNANDO ANTONIO LUTTERBACH LOPES DA SILVA E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Indefiro o pedido de fls. 373, item 1.2, uma vez que o título exeqüendo (fls. 195) determinou o pagamento dos juros moratórios mensais no percentual de 0,5%, a partir do levantamento. 2. Quanto ao pedido do item 1.3 de fls. 373, a criação de uma nova conta relativa ao FGTS, ainda que não cause prejuízo ao respectivo titular, também não lhe traz nenhum benefício. Por tal razão não está obrigado a aceitar esse entendimento da CEF. 2. Ademais, o título exeqüendo determinou que os valores devidos relativos aos expurgos inflacionários fosse depositados na(s) conta(s) vinculada do FGTS do(s) autor(es)... 4. Assim, determino à CEF que transfira os valores creditados na(s) conta(s) da Base PEF para a(s) conta(s) vinculada(s) ao Fundo. 5. Após, apreciarei os pedidos formulados às fls. 378/380 e 373, item 1.1.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.019848-3 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	ANA RITA DE MORAIS MENDES E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ASSIST.	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Defiro os pedidos de fls. 441, item 1.1 e de fls. 4543. Expeça-se alvará de levantamento dos valores depositados às fls. 433 e 435, relativos a honorários advocatícios, em favor do advogado IVO EVANGELISTA DE ÁVILA (OAB/DF 2787), tendo em vista o teor da certidão de fls. 455. 2. Quanto ao pedido do item 2.1 de fls. 442, verifico que a criação de uma nova conta relativa ao FGTS, ainda que não cause prejuízo ao respectivo titular, também não lhe traz nenhum benefício. Por tal razão não está obrigado a aceitar esse entendimento da CEF. 2. Ademais, o título exeqüendo determinou que os valores devidos relativos aos expurgos inflacionários fosse depositados na(s) conta(s) vinculada do FGTS do(s) autor(es)... 4. Assim, determino à CEF que transfira os valores creditados na(s) conta(s) da Base PEF para a(s) conta(s) vinculada(s) ao Fundo. 6. Na oportunidade, manifeste-se a CEF sobre o pedido formulado à fl. 442, item 2.2.

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.032889-3 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ANTONIO JULIMAR RAMOS DE SOUZA E OUTRO
ADVG.	:	DF00003308 - LUIZA TIMOTEO DE OLIVEIRA SOUZA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

2004.34.00.042975-4 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
EXCDO	:	CLAUDIO CAGNI
EXCDO	:	NAIR LELIS DE SOUSA CAGNI
ADVG.	:	DF00019031 - REGINA CELIA DO NASCIMENTO

2006.34.00.001485-8 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ENOS JOSUE ROSE E OUTROS
ADVG.	:	DF0002220E - FILOMENA CUNHAL RODRIGUES
ADVG.	:	DF00013195 - MARIA DE LOURDES VILA-ROUCA FAIAS
ADVG.	:	DF0001957E - NAIR RODRIGUES MAAS
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00010554 - MANOEL MOREIRA FILHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...julgo extinta a presente execução, com fundamento no art. 794, I, do CPC. Transitada em julgado, arquivem-se...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.046479-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	RAIMUNDO NONATO BITTENCOURT
ADVG.	:	DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...julgo improcedente o pedido formulado por RAIMUNDO NONATO BITTENCOURT contra a UNIÃO FEDERAL...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.021444-8 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	TJ KURGAN SERVICOS MEDICOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA
ADVG.	:	DF00013847 - SERGIO BONFIM M PERES
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...julgo improcedente o pedido e revogo a decisão proferida em antecipação de tutela (fls. 73/74)...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.006542-9 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	COMAGRIL COMERCIO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA
ADVG.	:	MG00067249 - MARCELO TORRES MOTTA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...julgo improcedente o pedido formulado por COMAGRIL COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA. contra a UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.033606-8 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	JESUS NONOAI DA SILVEIRA CEZAR E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

2004.34.00.041261-3 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	LICIO FRANCISCO DA SILVA
ADVG.	:	DF00011723 - ROBERTO GOMES FERREIRA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...julgo procedente o pedido...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.018684-0 MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

IMPTE	:	FEDERACAO BRASILEIRA DE HOSPITAIS FBH
ADVG.	:	DF00018161 - BRUNO DEGRAZIA MOHN
IMPDO	:	SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASILIA/DF

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, a teor do disposto no art. 267, VI, do CPC...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.014516-3 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	GERDAU ACOMINAS S.A E OUTROS
ADVG.	:	DF00020015 - CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO
REQDO	:	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA ANEEL
REQDO	:	CAMARA DE COMERCIALIZACAO DE ENERGIA ELETRICA- CCEE

A Exma. Sra. Juiza exarou :
...homologo o pedido de desistência requerido pelas autoras, e, em conseqüência, declaro extinto o processo, sem julgamento do mérito, com base no art. 267, VIII, do CPC...
Atos do Exmo. : DR. WALDEMAR CLAUDIO DE CARVALHO

AUTOS COM Decisão

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.025573-8 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	UNIAO FEDERAL
EXCDO	:	ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA ASSTJ
ADVG.	:	DF00012528 - JESUS COSTA LIMA
ADVG.	:	DF00009275 - ROMULO SULZ GONSALVES JR

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tendo em vista o advento das alterações introduzidas pela Lei 11.382/2006, especificamente o art. 655-A, que traz a possibilidade de penhora on line, DEFIRO o pedido de fls. 301/307 , a fim de determinar a penhora dos valores apresentados pela União Federal por meio do Sistema BACEN JUD. 3. 2. Intime-se a executada, nos termos do art. 475-J, § 1º, do CPC...

JUÍZO FEDERAL DA 14ª VARA

Juiz Titular	:	DR. JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA
Juiz Substit.	:	DR. ROBERTO LUIS LUCHI DEMO
Dir. Secret.	:	LUIZ ANTONIO CAZADO DA SILVA

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

Atos do Exmo. : DR. JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.021039-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
ADVG.	:	DF00018161 - BRUNO DEGRAZIA MOHN
ADVG.	:	DF00021148 - GUSTAVO RABAY GUERRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Fica intimada a autora para no prazo de 10 dias, indicar qual efetivamente é o valor da causa.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.018824-4 AÇÃO SUMÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS ECT
ADVG.	:	DF00017279 - JOHN CORDEIRO
ADVG.	:	MG00101327 - MELISSA RODRIGUES VIANA
REU	:	VALMILIA DESIGN LTDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Defiro o pedido formulado pela ECT. Suspenda-se o curso do processo por 60 dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.028164-7 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	GASPAR GONCALVES DE ANDRADE E OUTROS
ADVG.	:	DF00000968 - ULISSES RIEDEL DE RESENDE
REU	:	SOCIEDADE IBEGIANA DE ASSISTENCIA E SEGURIDADE SIAS
REU	:	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA
ADVG.	:	RJ00018937 - ANTONIO MARTINS DE ALMEIDA
ADVG.	:	RJ00009036 - CARLOS HENRIQUE VILELLA DOS SANTOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Revogo o despacho de fls. 257. Tendo em vista a manifestação do IBGE, uma vez que expressamente desiste de promover a execução da parcela referente à sucumbência, encaminhem-se os autos, após baixa e anotações à Justiça Comum desta capital.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.009023-8 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	- LUCIA HELENA PIGOSSI NEVES
PROC.	:	DF00005319 - ROMULO TORRES COSTA
EMBDO	:	FATIMA CRISTINA FRANCISCA DA SILVA
EMBDO	:	NAIR DE SOUZA LARES
EMBDO	:	CELIA GUIOT CRUZ
EMBDO	:	ISMAEL GALDINO SIQUEIRA
EMBDO	:	JACIRA AZEVEDO CORTES
EMBDO	:	JOSEFA SANTOS LIMA
EMBDO	:	MARLENE MARIA FERREIRA
EMBDO	:	MARIA DO SOCORRO COSTA
EMBDO	:	MARIA LUCIA RODRIGUES BESERRA LIMA
EMBDO	:	VALDIVIA MENDES DA SILVA
ADVG.	:	DF0001930A - GIANCARLO MACHADO GOMES
ADVG.	:	DF00012793 - GLAUCIA DA SILVA BORGES
ADVG.	:	DF00012811 - STWART MOACIR M GOMES
ADVG.	:	DF00005108 - TANIA MARIA MARTINS G LEÃO FREITAS
ADVG.	:	DF00011116 - UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação da União nos efeitos devolutivo e suspensivo. Intimem-se os embargados para apresentarem as contra-razões no prazo de 15 dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

96.00.05844-0 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	ALIKAN FERREIRA BORGES E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ficam intimados os autores para resposta da impugnação, no prazo de 15 dias, quando deverão se manifestar sobre os documentos apresentados pela CEF.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.018502-7 AÇÃO ORDINÁRIA / IMÓVEIS

AUTOR	:	ADAO RODRIGUES JUNQUEIRA
ADVG.	:	DF00008549 - HEBERT DA SILVA TAVARES
ADVG.	:	CE00009816 - REGIS FILIZOLA ARAUJO SOUSA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00004914 - GERALDO DE ASSIS ALVES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Em face do decursos de prazo certificado, sem manifestação do executado, intime-se, mais uma vez, a CEF para requerer o que de direito, no prazo de 10 dias, oportunidade em que deverá apresentar memória de cálculos discriminada e atualizada.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.014964-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	RODRIGUES & CIA LTDA ME
ADVG.	:	DF00020870 - PEDRO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR
IMPDO	:	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Com o advento da lei nº 11705/2008, diga o impetrante sobre o interesse no prosseguimento deste writ.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.032724-0 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	- SIMONE MARIA MARQUES
RÉU	:	GILBERTO GOMES DA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
A fim de viabilizar a pesquisa no sistema BACENJUD, fica intimada a CEF, no prazo de 10 dias, para apresentar memória discriminada e atualizada dos cálculos nos termos da sentença de fls. 91-94.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.016878-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	RUBENS DE SOUZA E OUTRO
ADVG.	:	- SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifestem-se as partes acerca dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Perito às fls. 307/311, quando poderão, querendo, apresentar alegações finais, no prazo de 10 dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

86.00.29340-5 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	AIRTON SABOYA PITTA E OUTROS
ADVG.	:	DF00000222 - LUIZ CARLOS BETTIOL
ADVG.	:	DF00002547 - MARIA LUZIA FAYAD DA SILVA
ADVG.	:	DF00009594 - PATRICIA CAMPOS DO NASCIMENTO
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC.	:	- FRANCISCO JOAQUIM DE SOUSA NETO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Dê-se vista aos exeqüentes do trânsito em julgado do Acórdão proferido pelo STF, pelo prazo de 10 dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.005384-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CONDOMINIO DO EDIFICIO SERRA VERDE II
ADVG.	:	DF00013224 - DELZIO JOAO DE OLIVEIRA JUNIOR
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00020885 - WELISANGELA CARDOSO MENEZES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Dê-se vista ao autor da guia juntada às fls. 49, quando deverá requerer o que entender de direito, no prazo de 05 dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.006294-3 AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

AUTOR	:	JOSANIO GOMES DA SILVA
ADVG.	:	PR00025824 - JULIANA GONCALVES NAVARRO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Fica intimada a CEF do trânsito em julgado.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.017043-4 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	IBAMA
EMBDO	:	WILMAR PADUA PEREIRA
ADVG.	:	DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo os embargos no efeito suspensivo. Intimem-se os embargados, para impugnação, no prazo de 10 dias, bem como para que tragam os instrumentos de mandato, em face da autonomia destes embargos.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.001482-6 AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

AUTOR	:	JOSIRENE GONCALVES PINHO
ADVG.	:	DF00011438 - EDNA DE FATIMA VIANA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Tendo em vista a apresentação do comprovante de recolhimento das custas recursais pela CEF, revogo o despacho de fls. 288 e recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se a autora para apresentar as contra-razões , no prazo de 15 dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.043550-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00018695 - JANAINA C. MASCARENHAS
ADVG.	:	GO00018725 - SERGIO MEIRELLES BASTOS
REU	:	MARILENE SOUZA MORAIS

2004.34.00.010704-9 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	TO00001145 - JOSNEI DE OLIVEIRA PINTO
ADVG.	:	GO00018725 - SERGIO MEIRELLES BASTOS
ADVG.	:	GO00018771 - THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
RÉU	:	JOSE ADENISSO DA SILVA
ADVG.	:	GO00017489 - DANILO FIRMINO

2006.34.00.025384-4 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00018695 - JANAINA C. MASCARENHAS
EXCDO	:	JEAN PAUL DEGAUT PONTES
ADVG.	:	DF00018695 - JANAINA C. MASCARENHAS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Defiro o prazo de 90 dias para que a CEF possa diligenciar bens do executado.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.010060-8 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
REU	:	PEDRO AUGUSTO MUSA JULIAO
ADVG.	:	DF00002275 - PEDRO AUGUSTO MUSA JULIAO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Fica intimada a CEF para proceder voluntariamente ao pagamento do valor de R$ 935,07 em favor do Réu, devidamente atualizado, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de mutla de 10% sobre o aludido valor, nos termos do art. 475J do CPC.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.037914-6 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	JOSEMAR LEITE SERRANO
ADVG.	:	DF00017089 - DILSILEI MARTINS MONTEIRO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Fica intimada o autor para proceder voluntariamente ao pagamento do valor de R$ 652,06 em favor da CEF, devidamente atualizado, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa de 10% sobre o aludido valor, nos termos do art. 475J do CPC.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.018306-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	JOSE AIRTON SIMAO
ADVG.	:	DF00019031 - REGINA CELIA DO NASCIMENTO
ADVG.	:	DF0002343A - RODRIGO DANIEL DOS SANTOS
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Fica intimado o autor, mais uma vez, para comprovar o recolhimento da segunda parcela dos honorários periciais, eis que o comprovante não acompanhou a petição de fls. 163.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.018112-1 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MARCIA MARTINS THEODORO
ADVG.	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO
ADVG.	:	DF00019590 - TATYANA MARQUES SANTOS
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Defiro o pedido formulado pela CEF. Aguarde-se por 60 dias o cumprimento do despacho.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.008044-6 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
EMBDO	:	CLAUDINO COLLET
EMBDO	:	ZELIA PEREIRA MACEDO LIMA
ADVG.	:	DF00012063 - ANTONIO VENILSON DA SILVA

2007.34.00.008047-7 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
EMBDO	:	JOSE PEREIRA DA SILVA
EMBDO	:	SEBASTIAO DA SILVA
EMBDO	:	ACIR PERETTI
EMBDO	:	AGACIR DE PAULA CORDEIRO
EMBDO	:	ABADIO JOSE DE SOUZA
ADVG.	:	DF00012926 - AMAURI ANTONELLO
ADVG.	:	DF00008696 - MOZART GOUVEIA BELO DA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação da União nos efeitos devolutivo e suspensivo. Intimem-se os embargados para apresentarem as contra-razões no prazo de 15 dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.015670-0 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / REVISAO DE BENEFICIO

AUTOR	:	DOMINGOS DA CONCEICAO
ADVG.	:	DF0001945A - MELQUIADES MONTELO FERREIRA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Em face do valor atribuído à causa pelo proponente, qual seja R$ 6.177,60, determino que os autos sejam remetidos ao Juizado Especial Federal, nos termos do § 3º, do artigo 3º da lei 10259 de julho de 2001.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.028001-4 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	FARONI FERRERA DE SOUZA E OUTRO
ADVG.	:	DF00017462 - CARLOS EDUARDO DUTTWEILER
ADVG.	:	DF00019031 - REGINA CELIA DO NASCIMENTO
ADVG.	:	DF0002343A - RODRIGO DANIEL DOS SANTOS
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	SASSE - COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVG.	:	DF00018730 - ANGELA CIGNACHI

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Fica intimada a Caixa Seguradora s/a para apresentar os cálculos necessários à execução do julgado, levando em consideração que o valor fixado na sentença de fls. 380 dve ser rateado entre a CEF e a Caixa Seguradora s/a.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.010889-3 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	ADAILTON PEREIRA VASCONCELOS E OUTROS
ADVG.	:	GO00011394 - IVETE PERES BORGES
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a impugnação no efeito suspensivo da execução...Ficam intimados os Exeqüentes, para resposta à impugnação no prazo de 15 dias...
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.026032-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO PARA-SEAC
ADVG.	:	DF00012099 - LIRIAN SOUSA SOARES
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	UNIAO (FAZENDA NACIONAL)
ADVG.	:	DF00018747 - IGOR FELIPE GUSKOW

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Fica intimado o autor para trazer aos autos os cálculos necessários à execução do julgado, no prazo de 10 dias.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.010270-1 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	RIO PLATENSE CONSTRUCOES PROJETOS E CONSULTORIA LTDA
ADVG.	:	DF00000288 - ALBERTO MOREIRA DE VASCONCELLOS
IMPDO	:	PROC.ADOR GERAL DA FAZENDA NACIONAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação apenas no efeito devolutivo. Intime-se o impetrante para apresentar as contra-razões no prazo de 15 dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.019352-7 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA HIPOTECÁRIO

AUTOR	:	JOSE LUIZ ALMEIDA SILVA
ADVG.	:	RJ00075958 - ERNANES CRISPIM
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Fica intimada a CEF do trânsito em julgado.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1997.34.00.006362-2 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA

AUTOR	:	ENAURA CAMPOS RIBEIRO E OUTROS
ADVG.	:	DF00008861 - GIOVANI PASINI NETO
REU	:	UNIAO FEDERAL

2003.34.00.025498-2 OPÇÃO DE NACIONALIDADE

OPTTE	:	REGINA MABEL ROBLETO AVELAR
ADVG.	:	DF00017155 - MARIA FERNANDA DE SOUZA ROCHA
OPTDO	:	NAO HA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Dê-se vista à autora pelo prazo de 10 dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1997.34.00.021690-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	HAROLTON MOYSES VIEIRA FERREIRA
AUTOR	:	HAROLTON MOYSES VIEIRA FERREIRA
RVNTE	:	EMBRAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA
ADVG.	:	DF00004785 - MARIO GILBERTO DE OLIVEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	EMBRAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA
RVNDO	:	HAROLTON MOYSES VIEIRA FERREIRA
ADVG.	:	DF00006753 - JOSE MARIA MATOS COSTA
ADVG.	:	DF00015096 - PERLA CRISTINA SANSEVERO
ADVG.	:	DF00008378 - TARCISIO KLEBER BORGES GONCALVES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Fica intimada o autor para proceder voluntariamente ao pagamento do valor de R$ 7.414,62 em favor da UNIÃO, devidamente atualizado, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa de 10% sobre o aludido valor, nos termos do art. 475J do CPC.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.001164-4 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	AIRTON LUIS CASSAPULA E OUTROS
ADVG.	:	DF00006923 - EDEWYLTON WAGNER SOARES
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00005794 - GISELA LADEIRA BIZARRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ficam intimados os exeqüentes pelo prazo de 10 dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

91.00.19703-3 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC.	:	- GERALDO DE ASSIS ALVES
EXCDO	:	LOISE DUNCAN MACHADO GONCALVES
ADVG.	:	DF00001898 - JOAO DUARTE MOREIRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Dê-se vista à CEF do comprovante juntado.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

86.00.33813-1 AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

AUTOR	:	UNIAO FEDERAL
RÉU	:	OSVALDO MENEZES
RÉU	:	ARLETE DIAS MENEZES
ADVG.	:	DF00010671 - PAULO ROBERTO ROQUE ANTONIO KHOURI

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Assim, rejeito a impugnação.

Atos do Exmo. : DR. ROBERTO LUIS LUCHI DEMO

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2004.34.00.020865-0 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF0002124A - DIRCEU MARCELO HOFFMANN
ADVG.	:	GO00021179 - FABIANO DOS REIS TAINO
RÉU	:	ANTONIO MACIEL PINHEIRO
ADVG.	:	DF00010781 - KACI SUELI DE SOUSA SANTOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ficam intimadas as partes da audiência de conciliação para o dia 12/08/2008, às 15h, na sede deste Juízo.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.021271-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAUDE E PREVIDENCIA SOCIAL DE MATO GROSSO
ADVG.	:	MT00007215 - MAURICIO BENEDITO PETRAGLIA JUNIOR
IMPDO	:	DIRETORA DO DPTO DE ADMINISTRACAO DO SISTEMA DE INFORMACAO DE RECURSOS HUMANOS DO MPOG

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Do exposto, indefiro a liminar.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.021327-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ADEMIR TEODORO DOS SANTOS
ADVG.	:	MG00086177 - PAULO ROBERTO CARDOSO BRASILEIRO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Do exposto, indefiro a antecipação de tutela. Fica intimado o autor desta decisão e para recolher as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição.

JUÍZO FEDERAL DA 15ª VARA

Juiz Titular	:	DR. JOÃO LUIZ DE SOUSA
Juíza Substit.	:	DRA. EMÍLIA MARIA VELANO
Dir. Secret.	:	AYALA SANTANA TORRES

EXPEDIENTE DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

Atos do Exmo. : DR. JOÃO LUIZ DE SOUSA

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.005152-4 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	EDILENE DANTAS SOUTO
ADVG.	:	DF00019038 - JONILSON BASILIO DA SILVA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Cumpra a autora o item 1, de fl. 45, em cinco (5) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.020466-0 PROTESTO

AUTOR	:	MULTICAP PARTICIPACOES E CONSULTORIA LTDA
ADVG.	:	SC00003474 - JOSE CARLOS PEREIRA
ADVG.	:	PR0032873A - TANIA REGINA PEREIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Regularize-se a representação processual de fl. 22, apresentando o original, bem como, o do recolhimento de custas de fls. 801, sob pena de indeferimento da inicial.
Prazo de 10 (dez) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.027185-0 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	LUIZ ANTONIO JUNQUEIRA
ADVG.	:	DF0002343A - RODRIGO DANIEL DOS SANTOS
ADVG.	:	DF00022228 - WILSON CESAR RASCOVIT
REQDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REQDO	:	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS- EMGEA
ADVG.	:	GO00018771 - THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
De fls. 146/166, pedido novo de liminar, fale a ré.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.011648-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DE RORAIMA SIMPOLRR
ADVG.	:	DF0001007A - ANTONIO MACEDO BEZERRA
ADVG.	:	DF00010958 - MARCELO LAVOCAT GALVAO
REU	:	UNIAO FEDERAL

2004.34.00.000138-1 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	GO00018725 - SERGIO MEIRELLES BASTOS
RÉU	:	MARCELO GILVANI CHAVES COSTA
ADVG.	:	DF00011529 - AMELIA ROSA LEITE MOURA
ADVG.	:	DF00011708 - JOSE LUIZ ATAIDE
ADVG.	:	DF00004123 - MARIA DE NAZARE OLIVEIRA
ADVG.	:	DF00018902 - MONICA DE MATOS ALVES
ADVG.	:	DF00020903 - PATRICIA CRISTINE VIANA DAVID

2004.34.00.010042-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
REU	:	ESANIR APARECIDA DE SOUSA

2004.34.00.029320-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CARLOS HENRIQUE LIMA PIRES DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVG.	:	DF00017602 - FRANCISCA CORREIA DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL

2004.34.00.043648-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	JONAS MACHADO DOS SANTOS
ADVG.	:	RJ00089365 - JOSE BEZERRA DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL

2005.34.00.005682-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	LEANDRO FRANCISCO MUNHOZ
ADVG.	:	DF00016302 - ANDERSON NAZARENO RODRIGUES
REU	:	UNIAO FEDERAL

2005.34.00.023618-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	HERMES DE ALMEIDA E OUTROS
ADVG.	:	DF00010010 - DALMO ROGERIO S DE ALBUQUERQUE
REU	:	UNIAO FEDERAL

2005.34.00.032576-5 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	MONTES CLAROS PREFEITURA
ADVG.	:	RS00021214 - SYLVIO CADEMARTORI NETO
REU	:	UNIAO FEDERAL

2005.34.00.032760-4 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	GUILHERME DI PINO CASTRO E OUTROS
ADVG.	:	DF00019360 - FULVIO LEONE DE ARRUDA CHAVES
REU	:	UNIAO FEDERAL

2005.34.00.033822-3 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	ADELSON JACINTO DOS SANTOS
ADVG.	:	DF00018172 - JOAO FELIPE DU PIN CALMON
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00022069 - DAMIAO ALVES DE AZEVEDO

2006.34.00.005145-5 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	- IGOR MATOS ARAUJO
PROC.	:	DF00012938 - VALDENIR ANTONIO FELIZ
REU	:	SULINA SEGURADORA S/A
REU	:	SUPERMAX COMERCIAL LTDA
ADVG.	:	ES00012114 - CLARISSE MERLO SOUTO
ADVG.	:	DF00012163 - MIGUEL ALFREDO DE OLIVEIRA JUNIOR

2006.34.00.020318-5 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	VIACAO CANINDE LTDA
ADVG.	:	SP00208207 - CRISTIANE SALDYS
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2007.34.00.002909-4 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	FLEXIBRAS TUBOS FLEXIVEIS LTDA
ADVG.	:	RJ00123594 - JOSE RENATO PEREIRA RANGEL
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Apresentem as partes suas razões finais, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.039480-3 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	- DIRCEU MARCELO HOFFMANN
ADVG.	:	DF00017348 - ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
RÉU	:	JOSE PEDRO DE AZEVEDO NETO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Fl.84, defiro, devendo o oficial observar a "hora certa" requerida.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.017706-3 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
ADVG.	:	DF00003340 - LUIZ CARLOS MARTINS DA SILVA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	BRADESCO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Considerando a petição de fl.22, excluo da lide o Banco Itaú e o Banerj.
Retificações necessárias.
Após, cite-se a CEF.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.042894-5 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	ROBISON RODRIGUES XAVIER
ADVG.	:	DF00011489 - CARLOS ESTEVAO MENDONÇA DE SOUZA
ADVG.	:	DF0000672A - ISRAEL MENDONCA SOUZA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	KENNETHY LEONARDO SILVA
ADVG.	:	DF00026492 - CLÁUBER MADUREIRA GUEDES DA SILVA
ADVG.	:	DF00010668 - WILSON DE SOUZA MALCHER

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Posto isso, ausentes de requisitos legais que autorizem a concessão do pedido nos termos do art. 273, do CPC, indefiro-o.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.019480-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	OLVEGO-OLEOS VEGETAIS DE GOIAS LTDA
ADVG.	:	DF00016959 - ANDRE FRANCISCO NEVES SILVA DA CUNHA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVG.	:	DF00021419 - MARCIO BEZE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
1. Indefiro o pedido de tutela para depósito de valores, pela Eletrobrás, supostamente reconhecidos, por ausência dos requisitos dos incisos 1 e 2, do art. 273, do CPC.
2. Considerando que a União não contestou a ação, como expressamente declara à fl. 550, determino o desentranhamento da petição de fls. 550/559, e documentos de fls. 560/579. Referida petição é de conteúdo integralmente contestatória, intempestiva. Foi desvirtuada a determinação de fl. 547 (dizer apenas se eventual contestação teria sido aposentada e extraviada pela secretaria que não foi o caso). A União poderá formalizar contradita se, eventualmente, o feito alcançar a fase de alegações finais.
3. Fale a autora sobre a contestação e documentos apresentados pela ré Eletrobrás.

Atos da Exma.	:	DRA. POLLYANNA KELLY MACIEL MEDEIROS MARTINS ALVES

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.013595-3 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00016721 - DANIELA ALVES CRUZ DE CARVALHO
REU	:	WORKTIME ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

2006.34.00.030339-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ASSOCIACAO NACIONAL DOS ESPECIALISTAS EM REGULACAO - ANER
ADVG.	:	DF00009930 - ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO
ADVG.	:	DF00018257 - GUSTAVO HENRIQUE LINHARES DIAS
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA

2007.34.00.004103-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	REGINALDO EVANGELISTA DO NASCIMENTO E OUTRO
ADVG.	:	DF0006493E - ELTON BARBOSA DA SILVA
ADVG.	:	DF00018434 - JOSE GERALDO ARAUJO MALAQUIAS
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	GO000018725 - SERGIO MEIRELLES BASTOS

2007.34.00.015461-4 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	VEPESA VEICULOS PESADOS LTDA
ADVG.	:	DF00008154 - HELIO CEZAR A RODRIGUES
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2007.34.00.018819-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	ROSA HELENA DOS SANTOS - ME E OUTRO
ADVG.	:	DF00018969 - SANNY BRAGA VASCONCELOS
REU	:	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS ECT
ADVG.	:	DF00017279 - JOHN CORDEIRO

2007.34.00.024193-2 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MARIA PEREIRA DE VASCONCELOS RIBEIRO
ADVG.	:	DF00014743 - ELIANE CRISTINA PESTANA
REU	:	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA

2007.34.00.024843-1 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	M J ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA
ADVG.	:	DF00011489 - CARLOS ESTEVAO MENDONÇA DE SOUZA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2007.34.00.025019-1 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MARIA DO SOCORRO MAIA GURGEL DE VASCONCELOS
ADVG.	:	DF00004306 - MARIA DO CARMO CAMPOS TREVISAN
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00009170 - ALBERTO CAVALCANTE BRAGA
ADVG.	:	DF00019562 - JUCILEIA GOMES DE OLIVEIRA FELIX

2007.34.00.038929-2 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	WYETH INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA
ADVG.	:	SP00240697 - ALEXANDRE EINSFELD
ADVG.	:	SP00137599 - PEDRO SERGIO FIALDINI FILHO
ADVG.	:	SP0128768A - RUY JANONI DOURADO
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Fale(m) o(s) autor(es) sobre a(s) contestação (ões) e documentos.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.026317-2 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	MUNICIPIO DE ALPINOPOLIS - MG
ADVG.	:	DF00016263 - HERIKA CRISTIANE DE OLIVEIRA ROSA
ADVG.	:	DF00001504 - TARCILA LINS T. DE CARVALHO
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2003.34.00.035221-3 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	OLVEBRA INDUSTRIAL S/A
ADVG.	:	DF0002074A - EDISON FREITAS DE SIQUEIRA
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVG.	:	DF00011546 - ROGERIO SANTOS MUNIZ

2004.34.00.026505-3 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CONDOMINIO DO BLOCO G DA SQN 405
ADVG.	:	DF00017614 - SAUMIR DA SILVA RODRIGUES
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

2004.34.00.030095-2 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	DEPOSITO DE GAS CHAMA AZUL LTDA
ADVG.	:	MG00078248 - ALEXANDRE WALMOTT BORGES
REU	:	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP

A Exma. Sra. Juíza exarou :
Apresentem as partes suas razões finais, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.034027-5 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ANA LUISA FAGUNDES SALOMAO
ADVG.	:	DF00008583 - JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
REU	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

A Exma. Sra. Juíza exarou :
(...)
Ante o exposto, indefiro o pedido de gratuidade judiciária.
Recolha o autor às custas iniciais no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de cancelamento da distribuição.

JUÍZO FEDERAL DA 16ª VARA

Juiz Titular	:	DR. FRANCISCO NEVES DA CUNHA
Juiza Substit.	:	DRA. IOLETE MARIA FIALHO DE OLIVEIRA
Dir. Secret.	:	JOSE FRANCISCO DE PAULA FREITAS PORTELLA

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

Atos do Exmo.	:	DR. FRANCISCO NEVES DA CUNHA

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.039390-4 AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE

AUTOR	:	COOPERATIVA ATIVO REAL DE FOMENTO IMOBILIARIO LTDA
ADVG.	:	DF00008883 - CLAUDIO ROCHA REIS
RÉU	:	UNIAO FEDERAL
RÉU	:	TERRACAP
RÉU	:	DISTRITO FEDERAL
ADVG.	:	DF00010491 - JOSE MANOEL DA CUNHA E MENEZES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Abra-se vista à Terracap pelo prazo de 30 dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.035140-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	FUNDACAO INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA IPEA
PROC.	:	- BRUNO RODRIGUES ARRUDA E SILVA
PROC.	:	- CESAR MOREL ALCANTARA
EMBDO	:	LETICE LOPES DE VASCONCELOS
EMBDO	:	WELTON DOS SANTOS
EMBDO	:	NADJA NUNES BANDEIRA
EMBDO	:	SERGIO AUGUSTO BATALHONE
ADVG.	:	- DENISE APARECIDA R P DE OLIVEIRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação dos embargados nos efeitos suspensivo e devolutivo.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.002302-1 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM/MS
ADVG.	:	DF00011873 - CHRISTINA AIRES CORREA LIMA
REU	:	UNIAO FEDERAL

2008.34.00.007677-9 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	JOSENILDO BARROS DOS SANTOS
ADVG.	:	DF00014738 - ANTONIO JOSE INACIO DOS SANTOS NETO
REU	:	UNIAO FEDERAL

2008.34.00.015927-8 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	FRANCISCO HELIO BEZERRA BESSA
ADVG.	:	AM00005227 - KARIME ALENCAR PONTES BESSA
REU	:	UNIAO FEDERAL

2008.34.00.019138-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	PABLO VIANA SOUZA
ADVG.	:	RJ00112998 - DEILCE VICTER BARBOZA MATOS
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Corrija-se o valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial (...)
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

96.00.04957-2 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	ARMANDO ARELARO FILHO E OUTROS
ADVG.	:	DF00006923 - EDEWYLTON WAGNER SOARES
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Abra-se vista às partes pelo prazo de 10 (dez) dias para manifestarem-se sobre a cota de fls. 566.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.006773-4 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
EXCDO	:	PAULO ROBERTO DE AZEREDO BRANDAO
EXCDO	:	VERA MEIRELLES BRANDAO
ADVG.	:	PA00008824 - CAROLINE IRIS PANTOJA WILLIAMS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista à CEF pelo prazo de 15 (quinze) dias para atualização do débito (...)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.016581-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MUNICIPIO DE PARACATUMG E OUTROS
ADVG.	:	DF00023151 - ADEMAR CYPRIANO BARBOSA
ADVG.	:	DF00013486 - CARLOS ALBERTO DO CARMO
ADVG.	:	MG00065710 - ROBERTO BATISTA DO NASCIMENTO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) manifeste-se a parte autora sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.044889-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	GELRE TRABALHO TEMPORARIO SA
ADVG.	:	DF00015156 - ALESSANDRA CAMARGO ROCHA
ADVG.	:	DF00008857 - GESSE DE ROURE FILHO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	CACTUS LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA
ADVG.	:	PR00022398 - LUCIANE FREITAS OLIVEIRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) intime-se a parte autora para pagamento da dívida atualizada, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% e penhora de bens (...)
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.009496-0 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	AUGUSTO LUIZ BUFFON E OUTROS
ADVG.	:	DF00017184 - MARCOS A Z ROMANO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) abra-se vista à parte autora pelo prazo de 15 (quinze) dias (...)
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.010282-1 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CASA DE SAUDE SANTA MARIA LTDA
ADVG.	:	RJ00096330 - JOSE MAURO COUTO DE ASSIS FILHO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) às partes faculto indicar seus Assistentes Técnicos, assim como formular quesitos, no prazo comum de 05 dias (...) No que tange ao pedido de produção de prova documental, especifique a autora a natureza dessa prova e a sua necessidade, no prazo de 5 (cinco) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.024317-0 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	CESAR AUGUSTO DE ALMEIDA E OUTRO
ADVG.	:	DF00015096 - PERLA CRISTINA SANSEVERO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ASSIST.	:	UNIAO FEDERAL

2001.34.00.030501-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO SINASEMPU
ADVG.	:	DF00001291 - NILTON DA SILVA CORREIA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) abra-se vista à parte autora pelo prazo de 30 (trinta) dias (...)
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.020132-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JOCKEY CLUB DE SANTIAGO
ADVG.	:	RS00036426 - FLAVIO BRAGA PIRES
ADVG.	:	RS00067241 - RODRIGO RAMOS BAIRROS
IMPDO	:	SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONOMICO DO MIN DA FAZENDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos(...)
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.032132-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	IVO MENDES LIMA
ADVG.	:	DF00002977 - JOSE EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN
IMPDO	:	PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA - CONFEA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Recebo a apelação do impetrante no efeito devolutivo (...)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.004651-8 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	SILAS LEMOS VILARINS
ADVG.	:	DF00019774 - ELADIO BARBOSA CARNEIRO
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - CENTRO DE SELECAO E DE PROMOCAO DE EVENTOS - CESPE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) as execuções contra a União, Estados, Municípios, Distrito Federal e suas autarquias devem ser processadas de acordo com o disposto nos artigos 730 e 731 do CPC (...) Intime-se, pois, o ilustre advogado da parte autora para, no prazo de 20 (vinte) dias, promover a execução atentando-se para os dispositivos acima mencionados.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.004908-2 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	- HENRIQUE AUGUSTO FIGUEIREDO FULGENCIO
EMBDO	:	ESPOLIO DE DALVA RIBEIRO VIANNA
ADVG.	:	RJ00048808 - EDUARDO BARREIRA GOMES RIBEIRO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) abra-se vista às partes pelo prazo de 30 (trinta) dias.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.005709-5 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	VILSON DE SA E OUTROS
ADVG.	:	DF00004056 - HELIO CARVALHO SANTANA
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL
EXCDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) abra-se vista à parte autora pelo prazo de 10 (dez) dias (...)
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.030915-2 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL MINISTERIO DO EXERCITOMIN DA MARINHAEMFAESTADO MAIOR DAS FORCAS ARMADAS
ADVG.	:	DF00009745 - WILSON MARQUES DE ALCANTARA
PROC.	:	- EVERTON PACHECO SILVA
EMBDO	:	ROSANGELA DE FATIMA ALMEIDA MENDES NUNES
EMBDO	:	BENJAMIN QUEIROZ DE OLIVEIRA FILHO
EMBDO	:	RITA DE CASSIA BEZERRA
EMBDO	:	MOACYR RIBEIRO DA SILVA
EMBDO	:	ANA LUZIA MARTINS DE OLIVEIRA
EMBDO	:	SILDENHA ALVES RIBEIRO
EMBDO	:	CELIA CAMPOS DE MOURA COIMBRA
EMBDO	:	JORGE CARDOSO DE MENDONCA
EMBDO	:	SUELY DA COSTA
EMBDO	:	SUELY SANTOS FERREIRA
ADVG.	:	DF00009745 - WILSON MARQUES DE ALCANTARA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) abra-se vista aos embargados pelo pazo de 15 (quinze) dias para requerer o que for de direito(...)
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.042143-5 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	DELMA RAMOS DOS SANTOS
ADVG.	:	DF00024100 - FELIPE CASCAES SABINO BRESCIANI
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) abra-se vista à parte autora pelo prazo de 10 (dez) dias, em face da contestação apresentada.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

93.00.09297-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CARLOS DARTAGNAN DE ARAUJO CAVACO
ADVG.	:	DF00011701 - VICTOR HUGO MOSQUERA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	UNIAO FEDERAL SECRETARIA DA ADMINISTRACAO FEDERAL DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA
ADVG.	:	DF00005974 - ANTONIO GILVAN MELO
PROC.	:	- ANTONIO GERALDO DA ROCHA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) intime-se a CEF para atualização dos cálculos de fls. 480/481 (...)

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.014608-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MINASGAS S/A INDISTRIA E COMERCIO
ADVG.	:	DF00011099 - CARLOS EDUARDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO
REU	:	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS ANP

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) defiro a tutela cautelar ora pleiteada (...) Corrija-se o valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial (...)

AUTOS COM ATO ORDINATÓRIO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.040123-8 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	CLARENCE BRITO E OUTROS
ADVG.	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista à parte autora pelo prazo de 10 dias, em face da contestação apresentada.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.040880-6 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO DO JUNCO
ADVG.	:	DF00023151 - ADEMAR CYPRIANO BARBOSA
ADVG.	:	DF00008577 - JORGE AMAURY MAIA NUNES
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista à parte autora pelo prazo de 10 dias, em face da contestação apresentada.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.032556-3 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	RJ00134786 - MICHELE MENEZES DA CUNHA
EMBDO	:	SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO SINAIT
EMBDO	:	ANTONIO FERNANDO DIAS LOPES JUNIOR
EMBDO	:	ANTONIO FOJO DA COSTA
EMBDO	:	ANTONIO GUILHERME LOBATO DE MIRANDA
EMBDO	:	ANTONIO INACIO DINIZ
EMBDO	:	ANTONIO JOAQUIM RODRIGUES DE SOUZA MORAES
EMBDO	:	ANTONIO JOSE DE SAMPAIO MELO
EMBDO	:	ANTONIO JOSE DE SOUZA LOBO
EMBDO	:	ANTONIO JOSE EWERTON DE SANTANNA
ADVG.	:	DF00006603 - AMARIO CASSIMIRO DA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista à parte embargada pelo prazo de 10 (dez) dias sobre os cálculos apresentados pela Contadoria às fls. 31/54.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.042544-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	RODRIGO MOURA SILVA
ADVG.	:	DF00012329 - GLADSTOM DE LIMA DONOLA
REU	:	UNIAO FEDERAL

2008.34.00.001815-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA HIPOTECÁRIO

AUTOR	:	LEILA MARIA REZENDE
ADVG.	:	DF00008549 - HEBERT DA SILVA TAVARES
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista às partes para especificação de provas, pelo prazo comum de cinco dias (...)
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.008492-5 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROC.	:	- GISLAINE TORRES
EMBDO	:	CYRO VIEIRA ZIGZAG
EMBDO	:	PROCOPIO PINHEIRO BARROSO
EMBDO	:	PLINIO VIEIRA PINHEIRO
EMBDO	:	JORGE PINTO DE LIMA
EMBDO	:	SERGIO COUBE BOGADO
EMBDO	:	JOAO GARCIA BASTOS
EMBDO	:	OSCAR DA GAMA FEIO
EMBDO	:	VITORIO EMANOEL CONSTANTINO CODO
EMBDO	:	SINVAL COUBE BOGADO
EMBDO	:	SILVIO BARBOSA CARDOSO
EMBDO	:	JOSE CHRISTOVAM SANTOS
EMBDO	:	LUIZ DE SA MIRANDA E SILVA
EMBDO	:	RIZZO LOPES GALVAO
EMBDO	:	PAULO PINTO BROWN
ADVG.	:	DF00001963 - PLINIO VIEIRA PINHEIRO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) intimem-se os embargados para recolhimento do valor apurado (...)
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.003709-1 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	RITA PEREIRA DE ANDRADE
ADVG.	:	PB00003994 - MARCOS DOS ANJOS PIRES BEZERRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

2007.34.00.025816-5 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	LAGOA DE VELHOS PREFEITURA E OUTROS
ADVG.	:	DF00018865 - CARLOS EDUARDO VALADARES ARAUJO
REU	:	UNIAO FEDERAL

2007.34.00.032154-2 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	SIENS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVG.	:	RJ00138238 - ANDRE OLIVEIRA BRITO
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2007.34.00.040821-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	FLORIANO PEIXOTO E OUTROS
ADVG.	:	DF00018587 - DENISE SCHIPMANN DE LIMA
REU	:	UNIAO FEDERAL

2007.34.00.042749-8 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	HELOILTON DE OLIVEIRA SANTOS
ADVG.	:	DF00008771 - JOSE LUIZ BARROS DE OLIVEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL

2008.34.00.007024-3 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	CELSO VIANA DE ASSIS
ADVG.	:	DF00002144 - INEMAR BAPTISTA PENNA MARINHO
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Vista à parte autora pelo prazo de 10 dias, em face da contestação apresentada.
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.037636-8 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	COVABRA SUPERMERCADOS LTDA
ADVG.	:	SP00246600 - ADEMIR BERNARDO DA SILVA JUNIOR
ADVG.	:	SP00072400 - JOSE PAULO DE CASTRO EMSENHUBER
ADVG.	:	SP00182523 - MARCO ANTONIO VIANA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Especifiquem as partes as provas que ainda pretentem produzir no prazo comum de 05 (cinco) dias (...)

JUÍZO FEDERAL DA 17ª VARA

Juiz Titular	:	DR. MOACIR FERREIRA RAMOS
Juiza Substit.	:	DRA. CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH
Dir. Secret.	:	VANIA GOMES LIBERAL

EXPEDIENTE DO DIA 9 DE JULHO DE 2008

Atos do Exmo. : DR. MOACIR FERREIRA RAMOS

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2000.34.00.029163-6 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	USINA CANSANCAO DE SINIMBU SA
ADVOGADO	:	PE00008372 - MARCO TULIO CARACIOLO ALBUQUERQUE
REU	:	UNIAO FEDERAL
PERITO	:	PEDRO PEREIRA DE SOUZA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ao(s) autor(es) para apresentar(em) contra-razões, no prazo de 15 dias.

2004.34.00.042440-9 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ANTONIO MARCOS MACHADO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00012409 - JOSE CARLOS DE ALMEIDA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ao(s) autor(es) para apresentar(em) contra-razões, no prazo de 15 dias.

2005.34.00.009014-1 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ADILSON RANGEL TAVARES E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ao(s) autor(es) para apresentar(em) contra-razões, no prazo de 15 dias.

2005.34.00.027956-2 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	EXTERNATO RIO BRANCO LTDA
ADVOGADO	:	DF00023262 - ANALICE CABRAL COSTA ANDRADE GONCALVES
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ao(s) autor(es) para apresentar(em) contra-razões, no prazo de 15 dias.

2005.34.00.032954-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS MAVEN LTDA
ADVOGADO	:	SP00104535 - SERGIO AQUIRA WATANABE
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ao(s) autor(es) para apresentar(em) contra-razões, no prazo de 15 dias.

2006.34.00.013459-5 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	CIMAR PEREIRA DA SILVA LIMA
ADVOGADO	:	DF00003875 - JAIRO RODRIGUES BIJOS
ADVOGADO	:	DF0006118E - VINICIUS RODRIGUES BIJOS
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ao(s) autor(es) para apresentar(em) contra-razões, no prazo de 15 dias.

2006.34.00.027802-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES E DEMAIS AGENTES PUB AG NAC REGUL SINAGENCIAS
ADVOGADO	:	RS0059184B - FELIPE CARLOS SCHWINGEL
ADVOGADO	:	DF0002238A - SANDRA LUIZA FELTRIN
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS - ANTAQ

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ao(s) autor(es) para apresentar(em) contra-razões, no prazo de 15 dias.

2006.34.00.033716-7 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ABCZ LTDA
ADVOGADO	:	DF00020009 - CLAUDIA SIMONE PRACA PAULA
REU	:	FAZENDA NACIONAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ao(s) autor(es) para apresentar(em) contra-razões, no prazo de 15 dias.

2007.34.00.000330-7 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	CANASVIEIRAS TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	:	RS00030717 - EDUARDO KUMMEL
ADVOGADO	:	RS00039143 - RICARDO VOLLBRECHT
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ao(s) autor(es) para apresentar(em) contra-razões, no prazo de 15 dias.

2007.34.00.027048-8 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	LUCIA HELENA BERTO
ADVOGADO	:	DF00006819 - RUBENS SANTORO NETO
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ao(s) autor(es) para apresentar(em) contra-razões, no prazo de 15 dias.

2007.34.00.039993-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ELISA CAZUE SUDO
ADVOGADO	:	DF00010455 - EDMUNDO JOSE MODESTO GONZAGA
ADVOGADO	:	DF00010371 - SANDRA LUCIA GUERREIRO DA SILVA DE ARAUJO
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ao(s) autor(es) para apresentar(em) contra-razões, no prazo de 15 dias.

2008.34.00.018846-0 AÇÃO SUMÁRIA / CAUSAS DE VALOR INFERIOR A 60 SALÁRIOS-MÍNIMOS

REQTE	:	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS ECT
ADVOGADO	:	DF00013223 - ADRIANA MAGALHAES ROSA
ADVOGADO	:	DF00018508 - MARCOS ANTONIO TAVARES MARTINS
REQDO	:	LCR PRODUCOES DE EVENTOS E PUBLICIDADE LTDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), indefiro o pleito de isenção de custas judiciais. Com efeito, deverá a ECT recolher as custas devidas, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de cancelamento da distribuição.

2007.34.00.030420-3 AÇÃO SUMÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	- PAULO TAEK KEUN RHEE
PROCUR	:	- ROGERIO MEZENCIO LEMOS
REU	:	CARLOS DA CRUZ DOS SANTOS MELO
ADVOGADO	:	DF00018434 - JOSE GERALDO ARAUJO MALAQUIAS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Renove-se a intimação da parte ré para que cumpra o despacho de fls. 100, sob pena de serem considerados, por ocasião do julgamento da lide, somente àqueles documentos já acostados aos autos.

2008.34.00.016612-2 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	JAIME ASSAKURA E OUTROS
ADVOGADO	:	SP00089882 - MARIA LUCIA DUTRA RODRIGUES PEREIRA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), faculto aos autores novo prazo de 15 (quinze) dias para adequarem o valor da causa...

2006.34.00.004138-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ABI SOARES DOS ANJOS MARQUES E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00018474 - CAROLINE SCHUBERT
ADVOGADO	:	DF00014489 - DAMARES MEDINA
ADVOGADO	:	DF00013811 - MARCELISE DE MIRANDA AZEVEDO
ADVOGADO	:	DF00017441 - SERGIO LINDOSO BAUMANN DAS NEVES
REU	:	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIAEMBRAPA
REU	:	CERES - FUNDACAO DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO	:	DF00012359 - JORDANA MARIA CASTRO
ADVOGADO	:	DF00006753 - JOSE MARIA MATOS COSTA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Renove-se, com urgência, a intimação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA para que cumpra o despacho de fls. 546.

2007.34.00.035618-8 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	2MM ELETRO TELECOMUNICACOES COMERCIO REPRESENTACAO LTDA
ADVOGADO	:	DF00019249 - PEDRO AURELIO ROSA DE FARIAS
ADVOGADO	:	DF00023768 - TALITHA DIZIALOSZYNSKI BONATO
LITISPA	:	FORTESUL SERVICOS CONSTRUCOES E SANEAMENTO LTDA
IMPDO	:	PREGOEIRO DA COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO DA IMPRENSA NACIONAL CPL IN

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Cientifiquem-se as partes do teor da decisão de fls. 278/279.

2008.34.00.009472-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	PREMIERE DISTRIBUIDORA DE MOTOS LTDA
ADVOGADO	:	DF00018865 - CARLOS EDUARDO VALADARES ARAUJO
IMPDO	:	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM BRASILIA DF

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Pet. fls. 54/55. Mantenho a decisão (fls. 48/51), pelos seus próprios fundamentos.

2007.34.00.010652-4 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	:	DF00017517 - DILVO DE ARAÚJO CONSTANTINO
ADVOGADO	:	DF00025323 - FELIPE LUCKMANN FABRO
IMPDO	:	CHEFE DO SERVICO DE ORIENTACAO E GERENC DA RECUP DE CRED DA DELEG DA RECEITA PREVIDNECIARIA DO DF
IMPDO	:	CHEFE DO SERVICO COTENCIOSO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ao(s) impetrante(s) para que tenha(m) ciência da sentença de fls... e para que apresente(m) contra-razões, no prazo de 15 dias.

2006.34.00.020983-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	FRANCISCO LIVIO BELEM LIMA
ADVOGADO	:	AM00004498 - LUCIANA DA CRUZ BARRONCAS
IMPDO	:	DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ao(s) impetrante(s) para apresentar(em) contra-razões, no prazo de 15 dias.

2007.34.00.023409-4 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	JOTA JOTA TURISMO LTDA
ADVOGADO	:	MG00087242 - ANDRE MANSUR BRANDAO
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), dê-se vista à parte autora pelo prazo de 10 (dez) dias.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.020332-6 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	BANCO SAFRA SA
ADVOGADO	:	DF00017721 - FABIO LIMA QUINTAS
ADVOGADO	:	DF0001942A - LUIZ CARLOS STURZENEGGER
REQDO	:	UNIAO FEDERAL
REQDO	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), defiro o pedido liminar, para suspender a exigibilidade da condenação imposta pelo Acórdão TCU n.º 445/2002 à instituição bancária autora, bem como a inscrição em dívida ativa e quaisquer cadastros restritivos, até posterior deliberação deste Juízo, condicionada ao depósito em juízo do valor integral cobrado. Intime-se o autor, com urgência, para efetivação do depósito, ou alternativamente, oferecer fiança bancária no valor compatível, conforme requerido.

2008.34.00.013082-8 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	RICHARD RODRIGUES DE TOLEDO
ADVOGADO	:	DF00019579 - EVALDO CORREA CHAVES
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), declaro a incompetência deste Juízo, determinando o encaminhamento dos presentes autos à livre distribuição nos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal.

2001.34.00.008598-4 AÇÃO POPULAR

REQTE	:	EXPEDITO GONCALVES FERREIRA JUNIOR
ADVOGADO	:	MA00002283 - JOSE DO COUTO CORREA
ADVOGADO	:	DF00015932 - JOSE ROSSINI CAMPOS DO COUTO CORREA
REQDO	:	BANCO CENTRAL DO BRASIL
LITISPA	:	ROWILSON SIDRIM PESSOA
LITISPA	:	VALDIR RAUPP DE MATOS
LITISPA	:	FERNANDO LACERDA NORONHA
LITISPA	:	FLORA VALADARES COELHO
LITISPA	:	FRANCISCO DE ASSIS XAVIER
LITISPA	:	FRANCISCO JOSE MENDONCA DE SOUZA
LITISPA	:	SADI ZANOTO
LITISPA	:	SERGIO ALVES PERILO
LITISPA	:	VANDERLEI LOPES CORREIA
LITISPA	:	WAGNER ORMANES
LITISPA	:	REGINALDO BENTES DOS SANTOS
REQDO	:	ALTINO ALMEIDA DE SOUZA
ADVOGADO	:	PA00009084 - CAROLINA ORMANES
ADVOGADO	:	DF00017496 - ERIKA MIALIK MARENA
ADVOGADO	:	RO000001370 - JOSE DE ALMEIDA JUNIOR
PROCUR	:	DF00002560 - ROBERTO HIDEMITSU YAMASHIRO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), considerando a potencial configuração de conflito federativo que possa afetar o equilíbrio da Federação, declino da competência para o Supremo Tribunal Federal (STF) (art. 102, I, f, CF/88)

2001.34.00.028129-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MINASGAS DISTRIBUIDORA DE GAS COMBUSTIVEL LTDA
ADVOGADO	:	DF00011099 - CARLOS EDUARDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
LITISPA	:	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
PROCUR	:	- HUMBERTO PEREIRA ROCHA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Sem requerimentos, aguarde-se no arquivo.

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.041836-5 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	ANTONIO REINALDO NETO
DEF. PUB	:	- EDSON RODRIGUES MARQUES
REQDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), julgo extinto o processo sem resolução de mérito...

2008.34.00.011106-0 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	ORDEM ODS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO DF OAB/DF E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00001773 - HERILDA BALDUINO DE SOUZA
ADVOGADO	:	DF00005218 - JOMAR ALVES MORENO
REQDO	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), declaro extinto o feito sem resolução do mérito...

2003.34.00.031340-3 AÇÃO ORDINÁRIA / IMÓVEIS

AUTOR	:	ANGELO CALMON DE SA
ADVOGADO	:	DF00004337 - ROGERIO AVELAR
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), julgo parcialmente procedente o pedido...

2003.34.00.044571-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ANNA VALERIA DE MIRANDA
ADVOGADO	:	- SEBASTIAO MORAES DA CUNHA
ADVOGADO	:	DF00018124 - WILSON CAMPOS DE MIRANDA FILHO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), julgo parcialmente procedente o pedido...

2005.34.00.029136-4 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	POLESE PRODUTOS FLORESTAIS LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:	SC00007987 - TANIA REGINA PEREIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVOGADO	:	RJ00075413 - CLEBER MARQUES REIS
ADVOGADO	:	DF00021419 - MARCIO BEZE

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), julgo parcialmente procedente o pedido...

2007.34.00.018842-2 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	POLIPLAST IND E COM DE PLASTICOS LTDA
ADVOGADO	:	DF00016959 - ANDRE FRANCISCO NEVES SILVA DA CUNHA
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), julgo parcialmente procedente o pedido...

2007.34.00.025645-6 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	FRANGO FORTE PRODUTOS AVICOLAS LTDA
ADVOGADO	:	GO00015701 - AURELIO ARAUJO TOMAZ
REU	:	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), julgo parcialmente procedente o pedido...

2008.34.00.004094-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ITAPIPOCA PREFEITURA
ADVOGADO	:	MG00073427 - JOAO CLAUDIO FRANZONI BARBOSA
ADVOGADO	:	DF0000183A - MARIA TEREZA CALIL NADER
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), julgo parcialmente procedente o pedido...

2006.34.00.020908-3 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	CARIUS PREFEITURA
ADVOGADO	:	RS00021214 - SYLVIO CADEMARTORI NETO
ADVOGADO	:	DF0005245E - VANESSA ALEXANDRA SANTOS REZENDE
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), julgo procedente o pedido...

2007.34.00.042870-5 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	SINDICATO DOS POLICIAIS RODOVIARIOS FEDERAIS NO ESTADO DO PARANA E OUTRO
ADVOGADO	:	PR00035358 - FLAVIO JOSE SOUZA DA SILVA
ADVOGADO	:	PR0023510B - JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), julgo procedente o pedido...

2008.34.00.014480-9 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA HIPOTECÁRIO

AUTOR	:	CELSO RENATO DE OLIVEIRA PAGY
ADVOGADO	:	DF00016254 - EDUARDO DALBUQUERQUE AUGUSTO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), extingo o feito sem exame do mérito...

2008.34.00.007478-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	JOSE OSVALDO REZENDE DE CARVALHO
ADVOGADO	:	GO00008512 - HELIO FRANCA DE ALMEIDA
REU	:	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), julgo procedentes os pedidos...

2007.34.00.034268-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	AFFONSO SCHMIDT E OUTRO
ADVOGADO	:	DF0002238A - SANDRA LUIZA FELTRIN
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), julgo improcedente o pedido

2007.34.00.043276-7 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	EMPRESA DE TRANSPORTES COUTINHO LTDA
ADVOGADO	:	SP00162441 - CELIO ANTONIO DE ANDRADE
ADVOGADO	:	SP00100139 - PEDRO BENEDITO MACIEL NETO
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), julgo improcedente o pedido

2008.34.00.001752-1 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	PLANALTINA COMERCIO E CONSTRUCOES LTDA
ADVOGADO	:	PE00021751 - KARINA LINS LUNDGREN DE HOLANDA PINTO
IMPDO	:	SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), denego a segurança.

2008.34.00.016358-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	CONDOMINIO DO CONJUNTO RESIDENCIAL MORADA DO SOL
ADVOGADO	:	SP00128341 - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
IMPDO	:	SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), acolho a preliminar de ilegitimidade passiva do Sr. Secretário da Receita Federal do Brasil e, em consequência, declaro extinto o feito sem resolução do mérito...

Atos da Exma.	:	DRA. CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2002.34.00.021295-0 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	DEBORA DA ROCHA SOUZA
ADVOGADO	:	DF0001793A - JOAQUIM MARQUES NETO
REQDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REQDO.	:	CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO	:	GO0002124A - DIRCEU MARCELO HOFFMANN
ADVOGADO	:	DF00003495 - FRANCISCO CARLOS CAROBA
ADVOGADO	:	DF00016341 - LEANDRO B RODRIGUES
ADVOGADO	:	DF00004848 - MARIO LUIZ MACHADO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), não recebo o recurso de apelação de fls. 212/235. Determino, ainda, a intimação da CEF para que manifeste interesse no prosseguimento do seu recurso de apelação (fls. 199/210)

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.013463-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ALCIDES DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	:	SP00056320 - IVANO VIGNARDI
REU	:	UNIAO FEDERAL
INVENT.	:	BENEDITA LEILA GODOY TERACIN

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

2008.34.00.020563-1 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	CARLOS RENATO LOPES DA SILVA
ADVOGADO	:	DF0006756E - CICERO DUARTE MOURA
ADVOGADO	:	DF00015758 - REJANE LUCIA ALVES DE ANDRADE
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

2008.34.00.011396-9 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
EMBDO	:	EDNIR MARIA PEREIRA CANDIDO
EMBDO	:	NORMA MARIA DA SILVA REIS LIMA
EMBDO	:	DORA GONCALVES
EMBDO	:	IVONE DAHER PEDROSO
EMBDO	:	JOAO LUIZ BUENO PEDROSO
EMBDO	:	SUELI SILVA DE OLIVEIRA
EMBDO	:	ANTONIA MARIA APARECIDA BASTOS
EMBDO	:	AMADEU JOSE PINTO
EMBDO	:	IRMGARD LUDEMANN VALENT
ADVOGADO	:	DF00004785 - MARIO GILBERTO DE OLIVEIRA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Abro vista ao(s) embargado(s) para impugnar os Embargos opostos, no prazo de 15 (quinze) dias...

2008.34.00.002668-5 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	JOAO LUIZ JOAQUIM
ADVOGADO	:	SP00124703 - EVANDRO R. DA SILVA COELHO
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Portanto, determino a intimação do autor para que comprove, no prazo de 10 dias, a data de ingresso nas fileiras da aeronáutica, devendo manifestar-se, na oportunidade, acerca da contestação apresentada.

2008.34.00.009652-7 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	CENTRAIS ELETRICAS BELEM S/A
ADVOGADO	:	DF00019502 - EDSON QUEIROZ BARCELOS JUNIOR
ADVOGADO	:	DF00009378 - EDUARDO A L FERRAO
ADVOGADO	:	DF00023656 - JOSE ROLLEMBERG LEITE NETO
ADVOGADO	:	DF00020299 - RANNERY LINCOLN GONCALVES PEREIRA
REQDO	:	CONSORCIO CONSTRUTOR VILHENA CCV

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), declaro a incompetência deste juízo e, em consequência, determino a remessa dos presentes autos à Justiça Estadual de Rondônia, Comarca de Vilhena-RO.

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.006945-8 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : SMAFF IMPORT VEICULOS LTDA
ADVOGADO : DF00018865 - CARLOS EDUARDO VALADARES ARAUJO
IMPDO : DELEGADO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL EM BRASILIA-DF

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), denego a segurança.

2007.34.00.022797-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR : OTAVIO ROQUE TEIXEIRA DE SOUZA
ADVOGADO : DF00004595 - ULISSES BORGES DE RESENDE
REU : UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), rejeito os embargos, permanecendo a sentença tal como fora proferida.

2006.34.00.030843-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR : JAYME ALVES MACHADO
ADVOGADO : DF0005687E - MARCOS DAVILA MELO FERNANDES
ADVOGADO : SE00023302 - MARILIA NABUCO SANTOS
ADVOGADO : SE00022861 - THIAGO DAVILA FERNANDES
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU : FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), acolho os Embargos de Declaração para cassar os benefícios da gratuidade judiciária concedidos ao autor e, em consequência, excluir da parte dispositiva do decisório a determinação de suspensão da execução das custas e honorários de sucumbência, bem como para indeferir o pedido de exibição de documentos. No mais, o decisório permanece tal como fora proferido.

2002.34.00.024300-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR : DEBORA DA ROCHA SOUZA
ADVOGADO : DF0001793A - JOAQUIM MARQUES NETO
ADVOGADO : DF0002343A - RODRIGO DANIEL DOS SANTOS
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO : DF00018730 - ANGELA CIGNACHI
ADVOGADO : GO0002124A - DIRCEU MARCELO HOFFMANN
ADVOGADO : DF00003495 - FRANCISCO CARLOS CAROBA
ADVOGADO : DF00016341 - LEANDRO B RODRIGUES
ADVOGADO : DF00004848 - MARIO LUIZ MACHADO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), declaro extinto o feito sem resolução do mérito...

2008.34.00.011582-5 AÇÃO SUMÁRIA / OUTRAS

AUTOR : UNIAO FEDERAL
DEF. PUB : - ROGERIO MEZENCIO LEMOS
PROCUR : - PAULO TAEK KEUN RHEE
REU : SOLANGE DE ANDRADE SPINOLA CARVALHO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), declaro extinto o feito sem resolução do mérito...

2004.34.00.048212-0 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR : ANTONIO GERALDO DENTELLO E OUTROS
ADVOGADO : DF00013417 - ROGERIO ANDRADE C ARAUJO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
INVENT. : LETICIA SAATKAMP
INVENT. : MARIA AMOR DOS CEUS E SILVA RAMOS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), julgo procedente o pedido...

2007.34.00.027275-9 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR : SAO VICENTE PREFEITURA
ADVOGADO : RJ00098840 - ALESSANDRO OROANDIR NASCIMENTO FREIRE
REU : UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), julgo procedente o pedido...

Juiz Titular : DR. MOACIR FERREIRA RAMOS
Juiza Substit. : DRA. CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH
Dir. Secret. : VANIA GOMES LIBERAL

EXPEDIENTE DO DIA 10 DE JULHO DE 2008

Atos do Exmo. : DR. MOACIR FERREIRA RAMOS

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.013614-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : GRUPO EMS SIGMA PHARMA
ADVOGADO : SP0123310A - CARLOS VICENTE DA SILVA NOGUEIRA
ADVOGADO : RJ00069392 - FRANCISCO CELSO NOGUEIRA RODRIGUES
ADVOGADO : DF00021957 - MILENA PACCE ZAMMATARO
IMPDO : INSPETORA DA RECEITA FEDERAL NO AEROPORTO DE GUARULHOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), intime-se a parte autora para requerer o que entender devido. Prazo: 30 dias.

2006.34.00.015730-4 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A
ADVOGADO : DF00016758 - ANA BEATRIZ DE ARRUDA SANTOS
ADVOGADO : SP00160036 - ANDREA DE MORAES CHIEREGATTO
ADVOGADO : SP0107445A - MARIA REGINA MALYNCH
IMPDO : DIRETOR DE LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL DO INST BRAS DO MEIO AMB E DOS REC NAT RENOV IBAMA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), intime-se a parte autora para requerer o que entender devido. Prazo: 30 dias.

2001.34.00.033322-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : ROMUALDO TENORIO DE CARVALHO E OUTROS
ADVOGADO : DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO : UNIAO FEDERAL
EXCDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00004874 - VALDI CARDOSO FERNANDES
ADVOGADO : IVO EVANGELISTA DE AVILA SC ADVOGADOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), vista à parte autora pelo prazo de 10 (dez) dias.

2005.34.00.027223-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : IVO EVANGELISTA DE AVILA
ADVOGADO : DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), vista às partes para se manifestarem sobre as informações/conta apresentada no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias.

2001.34.00.028515-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIARIO E DO MINISTERIO PUBLICO NO DF - SINDJUS/DF
ADVOGADO : RS00019146 - VERA MIRNA SCHMORANTZ
REU : UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...), dê-se vista ao autor...

1999.34.00.024052-3 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR : MARIA JOSE PEREIRA DE REZENDE E OUTROS
ADVOGADO : DF00014762 - HERCULES ALEXANDRE DA C BENICIO
ADVOGADO : DF00014746 - JOSE PEIXOTO GUIMARAES NETO
ADVOGADO : DF00015060 - WELLINGTON VIEIRA DA SILVA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00004874 - VALDI CARDOSO FERNANDES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Em sede de juízo de retratação, mantenho a decisão ora impugnada pelos seus próprios fundamentos.

Atos da Exma. : DRA. CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.020298-2 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR : ANTONIO GUILHERME PAULA SANTOS DE AZEVEDO E OUTROS
ADVOGADO : DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), faculto aos autores novo prazo de 15 (quinze) dias para adequarem o valor da causa à competência deste Juízo, sob pena de remessa para o Juizado Especial Federal.

2007.34.00.032898-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : EURIPEDES ALEXANDRE ROCHA
ADVOGADO : DF00018761 - SERGIO DA COSTA MOREIRA
IMPDO : DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONAUTICA DEPENS

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Ao(s) impetrante(s) para que tenha(m) ciência da sentença de fls. 215/220 e para que apresente(m) contra-razões, no prazo de 15 dias.

2002.34.00.009363-6 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROCUR : - CLAUDIANE DE SOUSA CAVALCANTE
EMBDO : RAINERO DE QUEIROZ NETO
EMBDO : MARIA NEUZA ANTUNES FERRARI
EMBDO : HELIO RECEDIVE BORGES
EMBDO : CARLOS ALBERTO FERREIRA LAMARAO
EMBDO : ELVIO SIRQUEIRA DE OLIVEIRA
EMBDO : JOSE DE ABREU RANGEL
EMBDO : ANTONIO LUIZ FREITAG DE MELLO
EMBDO : JERSON DE MOURA LOPES
EMBDO : MARINES REFFATTI
EMBDO : MEROSLAU DESZCZYNSKI
ADVOGADO : DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), dê-se vista às partes. Prazo sucessivo de 15 (quinze) dias.

2005.34.00.026882-3 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00013747 - ADRIANA SOUSA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DF00004874 - VALDI CARDOSO FERNANDES
EMBDO : ANTONIO NUNES DE OLIVEIRA
EMBDO : ROBERTO CARLOS ALVES
EMBDO : CARLOS AUGUSTO RIBEIRO
EMBDO : RAIMUNDO RODRIGUES DE SOUZA
EMBDO : VALTER RIBEIRO ROSAES
EMBDO : EUDES LILDES GOMES
EMBDO : JOAQUIM XAVIER PEREIRA
EMBDO : NILTON ANTONIO NUNES
EMBDO : MANOEL SOARES ADORNO
EMBDO : CAMERINO RIBEIRO PORTO
ADVOGADO : DF00004056 - HELIO CARVALHO SANTANA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), intime-se a parte ré para requerer o que entender devido, prazo de 30 dias.

2005.34.00.027220-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : IVO EVANGELISTA DE AVILA
ADVOGADO : DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
EXCDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00004874 - VALDI CARDOSO FERNANDES

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), vista às partes, pelo prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, primeiro aos exequentes.

93.00.01412-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : ULDARICO ABREGO
ADVOGADO : DF00004830 - OLIVEIRA BELCHIOR RIBEIRO
REU : BANCO CENTRAL DO BRASIL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), intimem-se as partes para requerer o que entenderem devido, prazo sucessivo de 15 dias, primeiro o autor.

2006.34.00.000267-5 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : EUCLIDES RENATO ARBUIO
ADVOGADO : SP00185897 - HASSAN MOHAMAD TAHA
IMPDO : COORDENADOR GERAL DE OPERACOES RODOVIARIAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), intimem-se as partes para requerer o que entenderem devido, prazo sucessivo de 15 dias, primeiro o autor.

1998.34.00.025873-3 AÇÃO ORDINÁRIA / IMÓVEIS

AUTOR : MARIA SILVIA FANTINI AMORIM E OUTROS
ADVOGADO : DF00010258 - ANTONIO MARCOS DA SILVA
ADVOGADO : DF00008549 - HEBERT DA SILVA TAVARES
ADVOGADO : DF00012520 - MARIZETE RODRIGUES
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00010574 - JESUS LIMA CAVAIGNAC

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), intimem-se as partes para requererem o que entenderem devido, prazo sucessivo de 15 dias, primeiro o autor.

1998.34.00.026792-3 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE : MARIA SILVIA FANTINI AMORIM E OUTROS
ADVOGADO : DF00010258 - ANTONIO MARCOS DA SILVA
ADVOGADO : DF00008549 - HEBERT DA SILVA TAVARES
ADVOGADO : DF00012520 - MARIZETE RODRIGUES
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : DF00010574 - JESUS LIMA CAVAIGNAC

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), intimem-se as partes para requererem o que entenderem devido, prazo sucessivo de 15 dias, primeiro o autor.

2003.34.00.034530-7 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR : ESPOLIO DE TEREZINHA APARECIDA FERRAZ DE MENDONCA BARBOSA
ADVOGADO : DF00017183 - JOSE LUIS WAGNER
ADVOGADO : DF0002238A - SANDRA LUIZA FELTRIN
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : MG00077736 - FLAVIO SILVA ROCHA
INVENT. : SUDARIO EVALDO BARBOSA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Despacho fls. 115, item 3. (...), requeira a parte autora, quanto a eventual obrigação de pagar, o que entender devido. Prazo: 15 (quinze) dias.

1997.34.00.011962-7 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	CLERENIO ROSAS AZEVEDO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00014849 - ADRIANA BITENCOURTI DORETO CRUZ
ADVOGADO	:	DF00016960 - ANDRE LUIZ FERREIRA MAFFIA
ADVOGADO	:	- JOSE ALBERTO COUTO MACIEL
ADVOGADO	:	DF00008579 - JOSE DE JESUS ALENCAR MAFRA
ADVOGADO	:	DF00012200 - ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00004874 - VALDI CARDOSO FERNANDES

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), dê-se vista ao autor para que diga, em definitivo, se a obrigação de fazer foi integralmente cumprida.

2002.34.00.031377-3 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR	:	EGIDIO AIRTON HELLER E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00017184 - MARCOS A Z ROMANO
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), intime-se a parte autora para requerer o que entender devido. Prazo: 30 dias.

2002.34.00.027174-5 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	- J.J. BERREDO FILHO
EMBDO	:	FLAVIO DE KRUSE VILLAS BOAS
EMBDO	:	ANTONIO CARLOS DE CAMPOS
EMBDO	:	AMILTON ROSA DE SOUZA
EMBDO	:	AURELIANO AVELINO BEZERRA FILHO
EMBDO	:	ERISON DOS PASSOS DE DEUS
EMBDO	:	EVERALDO FRANCISCO DE SOUZA
EMBDO	:	GONCALO RAMOS DE SANTANA
EMBDO	:	HILDEBRANDO RIBEIRO DA SILVA
EMBDO	:	JOVINIANO FRANCISCO CAVALCANTE
EMBDO	:	OSVALDO DE ABREU LIMA
ADVOGADO	:	DF00006102 - ALZIR LEOPOLDO DO NASCIMENTO

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Intime-se a parte ré para requerer o que entender devido, prazo de 30 dias.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.021114-5 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ADRIANA MOSCOSO PEREIRA DOMINGUES
ADVOGADO	:	DF00016302 - ANDERSON NAZARENO RODRIGUES
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
(...), concedo parcialmente a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, (...). Emende, a parte autora, o valor da presente causa, sob pena de extinção do feito, sem julgamento do mérito, bem como proceda ao pagamento das custas na Caixa Econômica Federal, tendo em vista que o pagamento foi realizado em banco diverso ao permitido.

Juiz Titular	:	DR. MOACIR FERREIRA RAMOS
Juiza Substit.	:	DRA. CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH
Dir. Secret.	:	VANIA GOMES LIBERAL

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

Atos da Exma.	:	DRA. CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.021856-2 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ASA BRANCA DISTRIBUICAO LTDA
ADVOGADO	:	DF00015192 - ELVIS DEL BARCO CAMARGO
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REU	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVOGADO	:	RJ00075413 - CLEBER MARQUES REIS
ADVOGADO	:	DF00021419 - MARCIO BEZE

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Tendo em vista eventual efeito modificativo na sentença ora impugnada, intime-se a parte embargada para que se manifeste sobre o teor dos embargos declaratórios interpostos.

2008.34.00.020627-7 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	JANOR BIANCHINI
ADVOGADO	:	DF00023282 - ANNA CAROLINA NOVAES PESSOA
REU	:	UNIAO FEDERAL

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Intime-se a parte autora para adequar o valor da causa, sob pena de remessa dos autos ao Juizado Especial Federal...

2006.34.00.023166-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	SIMONE MARTINS MENDES
ADVOGADO	:	MG00073320 - RENATO LUIS MARQUES PESSOA
IMPDO	:	DIRETOR GERAL DO CENTRO DE SELECAO E DE PROMOCAO DE EVENTOS DA UNB
IMPDO	:	CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTAO DE PESSOAS DA EMBRAPA
IMPDO	:	CRISTINA SCHETINO BASTOS
ADVOGADO	:	DF00010054 - ANTONIO NILSON ROCHA

A Exma. Sra. Juiza exarou :
Intimem-se as partes para requererem o que entenderem devido, prazo sucessivo de 15 dias, primeiro o autor.

JUÍZO FEDERAL DA 19ª VARA

Juiz Titular	:	DR. RICARDO GONÇALVES DA ROCHA CASTRO
Juiza Substit.	:	DRA. POLLYANNA KELLY MACIEL MEDEIROS MARTINS ALVES
Dir. Secret.	:	CLAUDIA CRISTINA GEOFFROY ZERAIK VEIGA

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

Atos do Exmo.	:	DR. RICARDO GONÇALVES DA ROCHA CASTRO

AUTOS COM VISTA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.004983-1 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	PR00027390 - CLAITON LUIZ CORREA
ADVG.	:	DF0002124A - DIRCEU MARCELO HOFFMANN
EXCDO	:	ANTONIO CARLOS MOREIRA GOMES
EXCDO	:	POLCAR SERVICOS DE CONSERVCAO E LIMPESA LTDA
EXCDO	:	WILSON QUIRINO DA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
" Vista à exeqüente sobre o ofício de f. 225".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

91.00.07583-3 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA EMBRAPA
ADVG.	:	DF00007491 - CANDIDO TELES DE ARAUJO
EXCDO	:	JOAO BATISTA DE SOUZA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vista à (ao) exeqüente sobre o ofício retro".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.041798-7 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE	:	RAPIDO PLANALTINA LTDA
ADVG.	:	DF0001508A - AIDA DUTRA DANTAS FERREIRA
EMBDO	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	DF00012228 - JOSE CANDIDO DE CARVALHO JR.

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vista à (ao) embargante dos termos da última petição juntada aos autos".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.029493-5 EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL

EXQTE	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC.	:	- ANDRE ALVIM DE PAULA RIZZO
EXCDO	:	CARLOS ALBERTO MAZZEI

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) intime-se o executado para atender o pedido de f. 37".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.030846-0 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00021928 - JOSNEI DE OLIVEIRA PINTO
EXCDO	:	MARCELO LIMA COSTA
EXCDO	:	VERA LUCIA LIMA COSTA
ADVG.	:	DF00019589 - SAMUEL LIMA LINS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) requeira a exeqüente o que lhe couber".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

93.00.01454-4 EXECUÇÃO FISCAL/INSS

EXQTE	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
EXCDO	:	LARZER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
EXCDO	:	FRANCISCO HELDER VIEIRA
EXCDO	:	RUI MAGALHAES VIEIRA
ADVG.	:	DF0002160A - MEURE MARQUES DE OLIVEIRA RIBEIRO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) intime-se o Sr. Rui Magalhães Vieira para que providencie o recolhimento dos emolumentos cartorários, conforme solicitação do Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal".

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.011903-0 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE	:	IOLANDA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
ADVG.	:	DF00022798 - PAULO HENRIQUE MARIANO ALVES
ADVG.	:	DF00007914 - SEBASTIAO PEREIRA GOMES
EMBDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vista à (ao) embargante dos termos da última petição juntada aos autos".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.037780-8 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00091613 - DALILA APARECIDA BRANDAO DO SERRO
ADVG.	:	DF00017348 - ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
EXCDO	:	MARIA APARECIDA DE SOUSA LEMOS

2007.34.00.011040-4 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA EMBRAPA
ADVG.	:	DF00015501 - JULIERME FREIRE MENDES
EXCDO	:	SEMENTES KATARINA LTDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vista à exeqüente do teor da carta precatória acostada às ff (...)".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.031181-9 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	GO00018771 - THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
EXCDO	:	COMERCIAL DE ALIMENTOS SAMAMBAIA LTDA EPP
EXCDO	:	ANA FLAVIA BARBOSA SANTOS

2007.34.00.031194-2 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	GO00018771 - THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
EXCDO	:	FPR DUTRA PRESENTES E DECORACOES LTDA
EXCDO	:	FLAVIA PATRICIA RIBEIRO DUTRA

2007.34.00.031339-8 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00017348 - ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
EXCDO	:	S&S MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA
EXCDO	:	SEBASTIAO HONORIO RODRIGUES
EXCDO	:	ROSA MARIA RODRIGUES MARQUES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vista à exeqüente pelo prazo de cinco dias".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.031180-5 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	GO00018771 - THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
EXCDO	:	QHZ COMERCIO DE FORROS E PAREDES LTDA ME
EXCDO	:	JULIANA NUNES ESCORCIO LIMA SACRAMENTO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) Defiro a vista requerida pelo prazo de cinco dias".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.035773-8 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	GO00018771 - THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
EXCDO	:	RODRIGO ESTRELA DE CARVALHO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) abra-se vista à (ao) exeqüente acerca do teor da certidão de f. 39".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.025580-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	WENDEL JUNIOR DE SOUZA MEIRELES
ADVG.	:	DF00019914 - JOAO DE CARVALHO LEITE NETO
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
ADVG.	:	DF00019914 - JOAO DE CARVALHO LEITE NETO
ADVG.	:	DF00020234 - WENDEL MEIRELES
PROC.	:	- ARIDEU GALDINO DA SILVA RAYMUNDO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Diga o exeqüente quanto ao levantamento do valor de f. 79 e requeira o que for de direito no prazo de dez dias, sob pena de extinção do feito ".

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.010520-7 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00090721 - LENYMARA CARVALHO
EXCDO	:	SUPER FAMA COMERCIAL LTDA
EXCDO	:	FAUSTO BATISTA
EXCDO	:	FLAVIO RODRIGO LACERDA RIBEIRO

2007.34.00.010522-4 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00090721 - LENYMARA CARVALHO
EXCDO	:	CLECIA ALVES DE SOUZA ME
EXCDO	:	CLECIA ALVES DE SOUZA

2007.34.00.011292-9 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00006608 - EVERARDO DA SILVA AMARAL
EXCDO	:	MELO E MELO LTDA
EXCDO	:	JOSE TARCISIO DE MELO
EXCDO	:	JOSE EVERARDO DE MELO

2007.34.00.012098-8 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00100921 - ANDIARA SIDONIO VILAS-BOAS
EXCDO	:	SALUSTIANO OLIVEIRA DE SOUZA
EXCDO	:	SALUSTIANO OLIVEIRA DE SOUZA

2007.34.00.017243-4 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVG.	:	DF00021127 - DANIELLE DE MOURA CAVALCANTE
ADVG.	:	DF0006276E - URIEL DOS SANTOS GONCALVES
EXCDO	:	ABEL DARIO GALEANO NUNEZ

2007.34.00.023921-0 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00006608 - EVERARDO DA SILVA AMARAL
EXCDO	:	SANTA LIRA DA SILVA ME

2007.34.00.032417-8 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00090735 - LENYMARA CARVALHO
EXCDO	:	CRISTIANE MENDONCA DA FONSENCA ME- DEPOSITO DE GAS CRISTIANE
EXCDO	:	CRISTIANE MENDONCA DA FONSECA

2007.34.00.035318-2 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00090735 - LENYMARA CARVALHO
EXCDO	:	ISABEL TRUCKLER MOLINA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vista à (ao) exeqüente sobre a (s) certidão (ões) e/ou documento (s) de f (f) (...)".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

95.00.01237-5 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00005794 - GISELA LADEIRA BIZARRA
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
EXCDO	:	JAIR PY
EXCDO	:	MARILUZA DE ALMEIDA PY
ADVG.	:	DF00009781 - MARILUZA DE ALMEIDA PY

2002.34.00.017524-0 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	UNIAO FEDERAL
ADVG.	:	DF00014200 - ISRAEL PINHEIRO TORRES JUNIOR
EXCDO	:	HELIO MARTINS BARROS

2002.34.00.027020-5 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
EXCDO	:	OSVALDO BARRETO ALVES
EXCDO	:	IZOLDA MARA DA SILVA BARRETO
EXCDO	:	TOMAZ LAURENTINO DE ALBUQUERQUE
EXCDO	:	MARIA VIRGINIA DE ALBUQUERQUE

2005.34.00.008791-4 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	UNIAO FEDERAL
ADVG.	:	DF00012938 - VALDENIR ANTONIO FELIZ
PROC.	:	- SERGIO GUIZZO DRI
EXCDO	:	ESTELITA GOMES

2006.34.00.000317-3 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVG.	:	DF00020981 - MARCO ANTONIO ROCHAEL FRANCA
EXCDO	:	ROSANGELA MOREIRA BASTOS

2006.34.00.004221-6 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVG.	:	DF00021262 - OCTAVIO AUGUSTO CARNEIRO PEREIRA
EXCDO	:	PEDRO ROBERTO DA SILVA NUNES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vista à (ao) exeqüente sobre o ofício retro".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.000534-0 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00017431 - MARIANA THEOPHITO
ADVG.	:	DF00018527 - THAIS SEVERO BARBOSA
EXCDO	:	JORGE ADOLFO CESAR BLASI
EXCDO	:	JOSENIL BATISTA BLASI

2005.34.00.002340-4 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00010626 - HÉLIO HIRASAWA
EXCDO	:	IRANEIDE DE JESUS SILVA
ADVG.	:	DF0001945A - MELQUIADES MONTELO FERREIRA

2005.34.00.012296-7 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	SP00148880 - SIMONE CRISTINA DE OLIVEIRA
EXCDO	:	MOVEIS SALLAS LTDA
ADVG.	:	DF00002374 - CLESIA PINHO PIRES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vista à (ao) exeqüente sobre o ofício de f(f) (...)".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.034521-9 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00090735 - LENYMARA CARVALHO
EXCDO	:	OLIMPIA COMERCIO E SERVICOS E LIMPEZA LTDA EPP

2007.34.00.038012-8 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00090735 - LENYMARA CARVALHO
EXCDO	:	ANTONIO XISTO ARRUDA JUNIOR
EXCDO	:	ANTONIO RICARDO RODRIGUES ARRUDA
EXCDO	:	TECHRSKY ASSESSORIA COMERCIO E SERVICOS LTDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) requeira a exeqüente o que lhe couber por direito".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.036221-9 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE	:	PANIFICADORA E CONFEITARIA CRUZEIRO LTDA E OUTRO
DEF. PUB	:	- ROMULO COELHO DA SILVA
EMBDO	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
PROC.	:	- JOÃO CARLOS AMARAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) vista à embargante sobre a impugnação acostada às ff. 77/80".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.018725-2 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00021928 - JOSNEI DE OLIVEIRA PINTO
EXCDO	:	EDEPLANDE FONTES
EXCDO	:	MARIA TERESINHA BARBOSA FONTES
ADVG.	:	DF00015123 - SEBASTIAO MORAES DA CUNHA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) abra-se vista à (ao) exeqüente para as providências solicitadas no ofício acostado às ff. 106/0107".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

93.00.00007-1 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA EMBRAPA
ADVG.	:	DF00004683 - MARIA DO ESPIRITO SANTO B DE SOUZA
EXCDO	:	MARCIO LUIZ NICOLA LOPES RIBEIRO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vista à (ao) exeqüente do decurso do prazo do pedido de f. 259".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.025477-4 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00004244 - MARLY BRANDAO SCHMIDT SANTOS
ADVG.	:	DF00008540 - SERGIO LUIZ GUIMARAES FARIAS
ADVG.	:	DF00018527 - THAIS SEVERO BARBOSA
EXCDO	:	ALDA MARIA DE JESUS CARDOSO
EXCDO	:	NEY SANTOS CERQUEIRA
ADVG.	:	DF00004261 - DEUSDEDITA SOUTO CAMARGO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...)intime-se a CEF para as providências solicitadas no ofício acostado à f. 253".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.037911-6 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00012810 - JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA
EXCDO	:	VALMIR GONTIJO FERREIRA ME
EXCDO	:	VALMIR GONTIJO FERREIRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vista à (ao) exeqüente sobre a devolução da carta precatória acostada às ff 71/83".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.038428-6 EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL

EXQTE	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC.	:	- NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS
EXCDO	:	MERCATTO COMUNICACAO LTDA
EXCDO	:	PAULO CESAR DE ANDRADE
ADVG.	:	DF00024131 - BRUCE FLAVIO DE JESUS GOMES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) vista à (ao)executada para que providencia a juntada nos autos da documentação solicitada pela exeqüente à f. 50".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.030661-1 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	GO00018771 - THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
EXCDO	:	TRANSBOMFIM MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA-ME
EXCDO	:	FRANCISCO SAMUEL DA SILVA
EXCDO	:	MARCOS ROGERIO FARIAS DA SILVA

2007.34.00.039563-5 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	GO00018771 - THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
ADVG.	:	GO00023166 - VIVIANE ZANCANARO PITTHAN
EXCDO	:	CENTRO CARNES COMERCIAL LTDA
EXCDO	:	ELMO VAZ DE ALMEIDA

2007.34.00.042617-0 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	GO00018725 - SERGIO MEIRELLES BASTOS
EXCDO	:	JESUS MANOEL PINTO
EXCDO	:	JANILSON PEREIRA DA SILVA
EXCDO	:	J E J COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCOES LTDA
EXCDO	:	SIMONETE BERNARDES DA SILVA PEREIRA

2007.34.00.042892-8 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00017348 - ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
EXCDO	:	LUIZ ELIAS DOS SANTOS BARRETO

2007.34.00.043562-5 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00017348 - ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
EXCDO	:	OSVALDO MAXIMO DA SILVA

2008.34.00.004040-1 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00090735 - LENYMARA CARVALHO
EXCDO	:	MAURO FLORESTA DIAS
EXCDO	:	MARCELO ROOS FLORESTA DIAS
EXCDO	:	DERLON ANDRINO DE ROURE

2008.34.00.004054-9 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00090735 - LENYMARA CARVALHO
EXCDO	:	AGUIA DOURADA SUPERMERCADO E SACOLAO LTDA ME
EXCDO	:	RODRIGO CESAR DE ANGELIS
EXCDO	:	ANDRESA FRANCA DE ANGELIS

2008.34.00.004587-7 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00081101 - ALISON MIRANDA DE FREITAS
EXCDO	:	ELAINE TURISMO LTDA
EXCDO	:	ELIANE ARAUJO GORDIANO
EXCDO	:	CRISTINA VITA MATUSZEWSKI

2008.34.00.005078-0 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00090735 - LENYMARA CARVALHO
EXCDO	:	GR VEICULOS LTDA
EXCDO	:	ROZELANE SCHOWARTZ

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Abra-se vista à (ao) exeqüente acerca da certidão de f(f) (...)".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.001053-2 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE	:	BRASIL TELECOM S/A
ADVG.	:	DF00012051 - LELIANA ROLIM DE PONTES VIEIRA
ADVG.	:	DF00020919 - OLDAIR GERALDO GOMES
EMBDO	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Abra-se vista à embargante acerca da impugnação acostada às ff. 342/350".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.013722-0 EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL

EXQTE	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC.	:	- NEYDJA MARIA DIAS MORAIS
EXCDO	:	KINROSS PARTICIPACOES LTDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Abra-se vista à executada para o cumprimento das exigências elencadas na manifestação de ff. 29/31".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2005.34.00.025778-0 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00081101 - ALISON MIRANDA DE FREITAS
ADVG.	:	MG00076652 - LEANDRO CLEMENTONI DA CUNHA
EXCDO	:	WAGNER DE JESUS SANTOS NEVES

2006.34.00.033493-2 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00018527 - THAIS SEVERO BARBOSA
EXCDO	:	ANTONIO ARAUJO SALES

2007.34.00.015249-4 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVG.	:	DF00015022 - EDUARDO AMARANTE PASSOS
EXCDO	:	ANA LOUREDO ABRAO COSTA

2007.34.00.019306-8 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00090735 - LENYMARA CARVALHO
EXCDO	:	ROSELI ONEIDE ZERBINATO DA SILVA

2007.34.00.024101-0 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO FHE
ADVG.	:	DF00017107 - DANIEL AYRES KALUME REIS
EXCDO	:	RUMIAR PUCHETA GONCALVES

2007.34.00.024721-7 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00090735 - LENYMARA CARVALHO
EXCDO	:	AGENOR VIEIRA DOS SANTOS

2007.34.00.026573-6 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	MG00090735 - LENYMARA CARVALHO
EXCDO	:	ANTONIO DIONISIO BATISTA VIEIRA

2007.34.00.028192-2 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00017348 - ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
EXCDO	:	MARTA MARIA RIBEIRO ME
EXCDO	:	MARTA MARIA RIBEIRO

2007.34.00.028652-0 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00017348 - ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
EXCDO	:	ANA PAULA ALVES CALAZANZ

2007.34.00.032619-9 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00017348 - ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA
EXCDO	:	ANGELA MARIA MIRANDA DE M. LOBO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Vista à (ao) exeqüente sobre a (s) certidão (ões) e/ou documento (s) de f(f) (...)"
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

94.00.00240-8 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00008540 - SERGIO LUIZ GUIMARAES FARIAS
EXCDO	:	SO PORCO DISTRIBUIDORA DE CARNES LTDA
EXCDO	:	MENDES E ROCHA LTDA
EXCDO	:	EDUARDO GENUINO LUSTOSA RODRIGUES
ADVG.	:	DF00010758 - HILTON BORGES DE OLIVEIRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) abra-se vista à (ao) exeqüente acerca do teor da carta precatória acostada às ff. 189/204".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2003.34.00.036363-4 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO SA RADIOBRAS
ADVG.	:	DF0003464E - AGNALDO JOSE DE OLIVEIRA JUNIOR
ADVG.	:	DF00010180 - MARCELO RIBAS DE A BRAGA
EXCDO	:	BIG BUSINESS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) abra-se vista à (ao) exeqüente acerca do teor da carta precatória acostada às ff. 85/89".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.001026-5 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EMBTE	:	MARIO CESAR CINELLI
ADVG.	:	DF00008088 - ANISIO BATISTA MADUREIRA
EMBDO	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) abra-se vista ao embargante sobre a impugnação apresentada à f. 86".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.041070-0 EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL

EXQTE	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC.	:	- SERGIO MOACIR DE OLIVEIRA ESPINDOLA
EXCDO	:	FRANCISCO JOSE DA SILVA
EXCDO	:	DROGARIA 108 SUL LTDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) aguarde-se por trinta dias a resposta aos ofícios enviados às ff. 99/109".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.013299-2 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVG.	:	DF00020501 - ALESSANDRA LINHARES DE SOUZA
EXCDO	:	ESPOLIO DE ANTONIO RODRIGUES DE SOUSA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) abra-se vista à (ao) exeqüente acerca do teor da carta precatória acostada às ff. 47/57".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2001.34.00.006491-4 EXECUÇÃO FISCAL/FAZENDA NACIONAL

EXQTE	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
PROC.	:	- PEDRO PAULO BERNARDES LOBATO
EXCDO	:	CELIO DE ASSUNCAO MARTINS MENEZES
EXCDO	:	CMAD ALIMENTACAO E DIVERSOS LTDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) intime-se a executada a fim de que preste esclarecimentos solicitados pela exeqüente à f. 66".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.001633-4 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA EMBRAPA
ADVG.	:	DF00017194 - CARLOS HICKS DE LIMA VIEIRA
EXCDO	:	JOSE FRANCISCO BATIGALHIA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(..) abra-se vista à (ao) exeqüente acerca do teor da carta precatória acostada às ff (...)".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.041790-8 EMBARGOS DE TERCEIROS

EMBTE	:	LUCIANA GONZAGA PLACIDO
ADVG.	:	RJ00123780 - EDMILSON S. PEREIRA
EMBDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) abra-se vista à (ao) embargante acerca da contestação acostada às ff. 33/40".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

1999.34.00.009581-2 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB
PROC.	:	- LUIZ CARLOS DE SOUZA
EXCDO	:	CARLOS OTAVIO SCHARAMM
EXCDO	:	TARCISIO OTAVIO BONAVIDES MATIZ MAIA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"Fundamente o exeqüente seu pedido de f. 85".
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.011606-2 EXECUCAO DIVERSA POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXQTE	:	FUB FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA
PROC.	:	- LUIZ CARLOS DE SOUZA
EXCDO	:	CREISON JOSE KONRAD
EXCDO	:	VANDERLI INES ALLEBRANDT
EXCDO	:	ILDA MENDES RODRIGUES DA SILVA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
"(...) Vista à (ao) exeqüente do decurso do prazo de suspensão processual".

JUÍZO FEDERAL DA 20ª VARA

Juiz Titular	:	DR. ALEXANDRE VIDIGAL DE OLIVEIRA
Juiza Substit.	:	DRA. MARINA ROCHA CAVALCANTI BARROS
Dir. Secret.	:	GIOVANNA CECÍLIA JARDIM BURGER NUNES VIEIRA

EXPEDIENTE DO DIA 9 DE JULHO DE 2008

Atos do Exmo.	:	DR. ALEXANDRE VIDIGAL DE OLIVEIRA

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2006.34.00.002314-4 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	MAURICIO JERONIMO DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00014167 - PRESTES FERREIRA GOMES
REU	:	UNIAO FEDERAL
REU	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL DNPM

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Em consulta ao Sistema Processual da Justiça Federal, verifica-se que o Autor ajuizou a Ação Ordinária nº 96.00.009737-2, em 31/5/96, objetivando a recomposição salarial pelo índice da Lei 8.627/93, obtendo, inclusive, sentença favorável em 30/5/97. Dessa forma, determino ao Autor que junte aos autos, em 10 dias, cópia da petição inicial e da sentença/voto proferidos naquele processo, a fim de se verificar a provável litispendência com o presente processo.

2006.34.00.036121-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	CAIO DE SERPA CRESPO E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00019848 - MARCELO PIRES TORREAO
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Fls. 137/150: mantenho a decisão agravada de fls. 129/132 por seus próprios fundamentos. Registrem-se os autos conclusos para sentença.

2007.34.00.040032-5 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	CORNELIO MEDEIROS PEREIRA
ADVOGADO	:	DF00022019 - MAURICIO VERDEJO G. JUNIOR
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Considerando que o réu devidamente citado não apresentou contestação, e sendo a matéria unicamente de direito, registrem-se os autos conclusos para sentença.

2007.34.00.021844-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	FRANCISCA LEONIDAS DE HOLANDA NUNES DE AQUINO
ADVOGADO	:	DF00017468 - ALBERTO DO CARMO MIRANDA
IMPDO	:	DIRETOR DO IESCO INST ENSINO SUP CENTRO OESTE ASSOC ENS SUP CENTRO OESTE
IMPDO	:	REITOR DA UNB

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Após, registrem-se os autos conclusos para sentença.

2003.34.00.008276-0 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR	:	LIDIA NUNES GONCALVES E OUTRO
ADVOGADO	:	PA00008824 - CAROLINE IRIS PANTOJA WILLIAMS
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REU	:	EMGEA
ADVOGADO	:	DF00022069 - DAMIAO ALVES DE AZEVEDO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intime-se, com urgência, a advogada Caroline Íris Pantoja Williams para que comprove deter poderes para realizar o acordo constante às fls. 361/362. Anote-se a EMGEA no pólo passivo (fls. 90). Intime-se a EMGEA para que se manifeste sobre o acordo noticiado às fls. 361/362.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.020296-5 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	ALVARO BEZERRA DE FARIAS LEITE E OUTROS
ADVOGADO	:	DF00002787 - IVO EVANGELISTA DE AVILA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Diante disso, à mingua de prova inequívoca quanto ao alegado, INDEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. IV - Mesmo quanto ao depósito judicial não comporta acolhimento a postulação formulada, posto que o mesmo estaria a alcançar toda a incidência tributária questionada, mas sobre a qual não se tem qualquer comprovação nos autos de que tenha havido o anterior recolhimento do IRPF. V - Manifeste-se a Autora IGNEZ DONIZETTI MACEDO DO CARMO, em 5 (cinco) dias, acerca da provável litispendência com o processo nº 96.00.01975-4, conforme noticiado à fl. 168, juntando aos autos cópia da sua petição inicial, sob pena de extinção do processo em relação a esta Autora.

2008.34.00.020270-8 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MAURILANDIA PREFEITURA
ADVOGADO	:	GO000003884 - PAULO SILVA DE JESUS
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...Diante disso, INDEFIRO a antecipação pretendida.

2008.34.00.021028-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	TRANSDATA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	:	DF00012329 - GLADSTOM DE LIMA DONOLA
ADVOGADO	:	DF00027441 - MARIANA NOGUEIRA COSTA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Diante disso, à míngua de pressuposto que lhe é essencial, INDEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.

2008.34.00.019078-2 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	JANIO PEREIRA PRACA E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00009052 - NIVALDO DE OLIVEIRA
REQDO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REQDO	:	EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Em face disso, presentes os pressupostos que a autorizam, DEFIRO A LIMINAR para suspender o leilão do imóvel residencial dos Autores, situado na Quadra 56, lote 04, apto. 408, Ed. AlfaGama, Gama/DF. E, acaso já tenha sido realizado o mesmo, com a venda do imóvel, para que se suspendam quaisquer atos tendentes à sua convalidação. Cite-se como requerido. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita.

2008.34.00.019030-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	COOPERATIVA MISTA DE CONSUMO E PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO COOPERTRAN LTDA
ADVOGADO	:	DF00012315 - LIVIO RODRIGUES CIOTTI
IMPDO	:	PREGOEIRO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Diante disso, presentes os pressupostos que a autorizam, DEFIRO A LIMINAR para permitir a participação da Impetrante no Pregão Eletrônico 05/2008, do INSS, na sessão prevista para o dia 17/6/2008, às 10:00 horas, bem como para determinar ao Pregoeiro que se abstenha da prática de qualquer ato tendente a afastá-la do procedimento, pelo só fato de ser Sociedade Cooperativa, se outro motivo não houver.

2008.34.00.017880-9 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	LUIS CARLOS ASATO
ADVOGADO	:	MS00007862 - ANTONIO FERREIRA JUNIOR
ADVOGADO	:	MS00007863 - GUSTAVO MARQUES FERREIRA
ADVOGADO	:	MS00003291 - JOSE WANDERLEY BEZERRA ALVES
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Pelo exposto, configurada a plausibilidade do direito do Autor e restando inadiável a necessidade do provimento judicial, a evitar o fundado receio de dano irreparável, em razão da expiração do prazo de validade do concurso, DEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, a fim de que o INSS possibilite ao Autor a escolha de nova opção de lotação, para município que tenha vaga e que seja de seu interesse, com prioridade em relação aos candidatos com classificação inferior à sua. IV - Providencie o Autor a citação dos litisconsortes passivos necessários, identificados na pessoa dos candidatos que possam vir a ser prejudicados com o cumprimento da presente decisão.

2008.34.00.016497-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	LETICIA MAGALHAES ESPOSITO DE ALMEIDA E OUTRO
ADVOGADO	:	DF00016302 - ANDERSON NAZARENO RODRIGUES
IMPDO	:	DIRETOR DE GESTAO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Por essas razões, DEFIRO A LIMINAR, a fim de que as vagas a serem oferecidas aos alunos do Curso de Formação Profissional de Agente de Polícia Federal em andamento, com encerramento previsto para 11/7/2008, sejam primeiramente oferecidas às Impetrantes, com o direito à respectiva remoção para a lotação que manifestarem preferência, assegurando-lhes o mesmo tratamento com relação às vagas decorrentes dos cursos vindouros, observando-se, quanto a estas, outras e eventuais limitações normativas quanto ao processo de remoção, como a vinculação temporal por última opção de lotação exercitada.

2007.34.00.039172-7 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	CIRPLAS CENTRO DE CIRURGIA PLASTICA DE BRASILIA LTDA
ADVOGADO	:	DF00005460 - VANIA MARQUEZ SARAIVA
REU	:	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO	:	DF00018622 - MARCELO REIS ALVES DE OLIVEIRA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Diante disso, adotando como razão de decidir o entendimento delineado, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA, para afastar a exigência de manter um farmacêutico nas dependências da Autora, devendo o Réu abster-se da aplicação de multas e autuações com base em tal exigência. Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as.

2008.34.00.016028-6 MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

IMPTE	:	SINDICATO RURAL DE PORTO SEGURO E OUTROS
ADVOGADO	:	BA00014544 - JULIMAR DA SILVA FERNANDES
IMPDO	:	PRESIDENTE DA FUNDACAO NACIONAL DO INDIO FUNAI

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Pelo exposto, DEFIRO A LIMINAR, para suspender os efeitos do Despacho do Presidente da FUNAI, de 27/02/2008, atinente À demarcação da Terra Indígena BARRA VELHA, na Bahia, até prestação das informações e apresentação de documentos especificados nos itens de 1 a 11 de fls. 43 e 44, destes autos.

2008.34.00.018230-5 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR	:	ELIEZER DURANTE DA COSTA
ADVOGADO	:	DF00018513 - NEWTON CARLOS MOURA VIANA
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Diante disso, DEFIRO a antecipação da tutela, para determinar à União que se abstenha de impor o retorno do Autor ao local de lotação inicial na carreira de Escrivão de Polícia Federal, no Estado do Acre, mantendo-o até o julgamento final da ação no local em que se encontra lotado.

2006.34.00.012596-6 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CARDOSO BORGES ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	:	MG00095113 - LEONARDO FURTADO BORELLI
RÉU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Isso considerado, DECLINO DA COMPETÊNCIA em favor da 15ª Vara Federal/DF, em face da conexão com a AO 2004.34.00.029024-9, com amparo nos artigos, 102 e 103, do CPC.

2008.34.00.020630-4 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MICHELA RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00019759 - MARCELO MARTINS NARDELLI
IMPDO	:	DIRETOR DE GESTAO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Diante disso, ausente pressupostos que lhe é indispensável, INDEFIRO A LIMINAR.

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.001966-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MARIANA DE LOIOLA GUERREIRO MRAD
ADVOGADO	:	CE00014464 - LEDA MARIA SANTANA CRAVEIRO
IMPDO	:	PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA ADVOCACIA GERAL DA UNIAO
IMPDO	:	DIRETORA GERAL DA ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
...Pelo exposto: a) JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem mérito, com relação ao Diretor-Geral da ESAF, por ilegitimidade passiva "ad causam", com fulcro no artigo 267, VI, § 3º, do CPC; b) CONCEDO A SEGURANÇA para assegurar à Impetrante o direito de participar regularmente da 2ª fase do concurso para provimento do cargo de Procurador da Fazenda Nacional da 2ª Categoria, em face do reconhecimento de sua aprovação na 1ª fase do concurso. Incabível a condenação em honorários de advogado (Súmulas 512/STF e 105/STJ). Custas, pelo Impetrado.
Sentença sujeita ao reexame necessário.

2007.34.00.010350-1 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	TALMA CAROLINA TEMOTEO AMARO DA SILVA
ADVOGADO	:	DF00016040 - LUIZ AMARO DA SILVA
ADVOGADO	:	DF0006680E - TALMA CAROLINA TEMOTEO AMARO DA SILVA
IMPDO	:	SECRETARIO GERAL DO CENTRO UNIVERSITARIO DE BRASILIA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Pelo exposto, CONCEDO A SEGURANÇA para garantir a matrícula da Impetrante na disciplina Direito do Consumidor, confirmando a liminar anteriormente deferida (fls. 29/30). Incabível a condenação em custas e honorários de advogado (Súmulas 512/STF e 105/STJ). Sem custas, por tramitar o presente feito sob o pálio da justiça gratuita. Sentença sujeita ao reexame necessário.

2006.34.00.037006-5 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	CARVALHO HOSKEN S A ENGENHARIA E CONSTRUCOES
ADVOGADO	:	DF00009947 - JOSE GAGLIARDI
ADVOGADO	:	DF00012717 - KARLA DOMENICA GAGLIARDI CORDEIRO
IMPDO	:	PRESIDENTE DA PRIMEIRA TURMA DO EGREGIO CONSELHO DE CONTRIBUINTRS DO MINISTERIO DA FAZENDA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Pelo exposto, CONCEDO A SEGURANÇA para anular a decisão proferida no julgamento do Recurso Voluntário nº 142.403 que reputou intempestivo o recurso interposto pela Impetrante contra a decisão que manteve o lançamento tributário relativo ao IRPJ, COFINS, IRRF e CSSL, e, em conseqüência, para reconhecer como tempestivo o recurso, com seu regular processamento. Incabível a condenação em honorários de advogado (Súmulas 512/STF e 105/STJ).
Custas pelo Impetrado. Sentença sujeita ao reexame necessário.

2006.34.00.034076-1 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	CE00002356 - FRANCISCA RODRIGUES NOGUEIRA FORTES
EMBDO	:	ANTONIO LOURENCO DA COSTA
EMBDO	:	ANTONIO MONTEIRO DO NASCIMENTO
EMBDO	:	ANTONIO MARQUES ALVES NETO
EMBDO	:	JOSE DE ARIMATEIA LEMOS
EMBDO	:	ANTONIO LUIZ CAVALCANTE DOS REIS
EMBDO	:	ANTONIO LUSTOSA DA CUNHA
EMBDO	:	ANTONIO ONOFRE DOS SANTOS
EMBDO	:	ANTONIO MARTINS DE DEUS
EMBDO	:	ANTONIO LOPES DA SILVA
EMBDO	:	ANTONIO MARINHO DA CUNHA
ADVOGADO	:	DF00016362 - MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Pelo exposto, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Atos do Exmo.	:	DR. ALYSSON MAIA FONTENELE

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.019903-1 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	VICTOR HUGO DE ALMEIDA MACHADO
ADVOGADO	:	RJ00083920 - JOSE PAULO DOS SANTOS
IMPDO	:	DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONAUTICA DEPENS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifeste-se a Impetrante, em 10 (dez) dias, quanto ao interesse no prosseguimento do feito.

2008.34.00.010265-4 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	SMAFF CORRETORA DE SEGUROS LTDA
ADVOGADO	:	DF00018865 - CARLOS EDUARDO VALADARES ARAUJO
IMPDO	:	DELEGADO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL EM BRASILIA-DF

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Mantenho a decisão agravada, por seus próprios fundamentos. Á conclusão para sentença.

2008.34.00.007297-7 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE	:	VIRTOS INFORMATICA LTDA
ADVOGADO	:	SC00019002 - LUCIANO CHEDE
REQDO	:	UNIAO FEDERAL
REQDO	:	IBM BRASIL INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	:	DF00015058 - WAGNER ROSSI RODRIGUES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Em face da apresentação da contestação em duplicidade pela União, determino o desentranhamento da peça apresentada às fls. 409/420, devendo ser entregue a seu subscritor. Vista ao(s) Autor(es) sobre a(s) contestação(ões), no prazo de 10 dias.

2000.34.00.044657-8 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	:	GO00001776 - LORIME GUALBERTO DINIZ
ADVOGADO	:	GO00018725 - SERGIO MEIRELLES BASTOS
ADVOGADO	:	GO00018771 - THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO
RÉU	:	EDUARDO NOVIS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Intime-se a advogada subscritora da petição de fls. 130, com urgência, para que comprove possuir poderes para representar a CEF, bem como para requerer a desistência da presente ação, em 05 (cinco) dias, sob pena de desentranhamento.

2007.34.00.039199-8 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	DANIELE DE CARVALHO OLIVEIRA
ADVOGADO	:	SP00226278 - SANDRA BARBOSA DOS SANTOS
IMPDO	:	PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS INEP
IMPDO	:	DIRETORA DE ENSINO DAS FACULDADES INTEGRADAS DE CRUZEIRO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Manifeste-se a Impetrante, em 10 (dez) dias, quanto ao interesse no prosseguimento do feito, informando se já houve a emissão do histórico escolar e o registro de seu diploma, dado ter informado que a conclusão do seu curso se daria no ano de 2007.

2008.34.00.009159-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	DEBORA DENISE RATICO
ADVOGADO	:	SC00003113 - LUIZ EUZEBIO MALISKA
IMPDO	:	COORDENADOR-GERAL DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTERIO DOS TRANSPORTES

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Fls. 88/95: intime-se a Impetrante, com urgência, para que se manifeste sobre a petição e documentos.

2006.34.00.020325-7 AÇÃO SUMÁRIA / ACIDENTE DE TRÂNSITO

AUTOR	:	UNIAO FEDERAL
PROCUR	:	- IGOR MATOS ARAUJO
PROCUR	:	DF00012938 - VALDENIR ANTONIO FELIZ
REU	:	UELISSON DE JESUS ALMEIDA
ADVOGADO	:	DF00011635 - MEIRE MARIA PINTO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Designo o dia 05/08/2008, às 16:00 horas, para a realização da Audiência de inquirição da testemunha (fls. 115).

2008.34.00.013305-2 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	MELLO SOARES E CIA LTDA
ADVOGADO	:	PR00040492 - CESAR ANTONIO TUOTO SILVEIRA MELLO
IMPDO	:	PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSAO DE LICITACAO DO PREGAO ELETRONICO 08/2008 DO M.DA JUSTICA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Ao Impetrante Fls. 84/94.

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.014377-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	CARLOS FERNANDO LOPES ABELHA
ADVOGADO	:	SP00203901 - FERNANDO FABIANI CAPANO
IMPDO	:	DIRETORA DE GESTAO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL EM BRASILIA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
Fls. 206/215: mantenho a decisão agravada de fls. 184/188 por seus próprios fundamentos.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2008.34.00.014567-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JONI CLECIO JOAO DA SILVA
ADVOGADO	:	PE00025668 - ANA MARIA NUNES DE SA
IMPDO	:	CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTAO DE PESSOAS DA EMBRAPA

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Diante disso, por configurar-se ausente a relevância do direito invocado, INDEFIRO A LIMINAR.

2008.34.00.020633-5 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	JOSE CARLOS NUNES BARBOSA
ADVOGADO	:	DF00019759 - MARCELO MARTINS NARDELLI
IMPDO	:	DIRETOR DE GESTAO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Em face do exposto, DEFIRO A LIMINAR para garantir ao Impetrante o direito de precedência na escolha de vaga de lotação em relação aos candidatos em classificação inferior no concurso, oferecendo-lhe as vagas que seriam colocadas à disposição dos que vierem a fazer novo curso de formação aos candidatos do mesmo concurso em que lograram obter melhor classificação, considerando-se a classificação, como exposto, com base apenas na nota da 1ª etapa, bem como para que proceda à lotação do Impetrante na vaga de sua escolha.

2008.34.00.019175-3 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / REVISAO DE BENEFICIO

AUTOR	:	ANTENOR JOSE DO NASCIMENTO E OUTROS
ADVOGADO	:	DF0007919E - DANIEL SOLIDONIO DE SOUZA
ADVOGADO	:	DF00004229 - FRANCISCO MARTINS LEITE CAVALCANTE
ADVOGADO	:	DF0007811E - JEFFERSON DE ALMEIDA ANDRADE
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
A concessão de liminar contra a Fazenda Pública com fins de extensão de vantagens a servidores públicos, seja de forma parcial ou total, é expressamente proibida pelo artigo 1º da Lei 9.494, de 10/09/97. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.

2008.34.00.019139-7 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR	:	RODRIGO OLIVEIRA DE SOUZA
ADVOGADO	:	DF00016687 - LEONARDO SIADE MANZAN
ADVOGADO	:	DF00025534 - LORENA VASCONCELOS DE ABREU BOSA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Diante disso, à mingua de pressuposto que lhe é indispensável, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPATÓRIA.

2007.34.00.020875-3 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	DEGRADE POSTO E SERVICO LTDA
ADVOGADO	:	SP00111351 - AMAURY TEIXEIRA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
REU	:	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO ANP
REU	:	FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Diante do exposto, declaro a incompetência deste Juízo para processar e julgar o feito, determinando o encaminhamento dos presentes autos à livre distribuição da Justiça Comum Estadual.

2008.34.00.020569-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE	:	CEREALISTA RECONCAVO LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:	BA00022364 - DIEGO CARNEIRO TEIXEIRA
IMPDO	:	SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
... Diante disso, por configurar-se ausente a relevância do direito invocado, INDEFIRO A LIMINAR.

JUÍZO FEDERAL DA 24ª VARA

Juiz(a) Subst.	:	DR.JOSÉ GUTEMBERG DE BARROS FILHO
Juiz(a) Titular	:	DR.RUI COSTA GONÇALVES

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE JULHO DE 2008

Atos do(a) Exmo(a).		DR.RUI COSTA GONÇALVES

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

2007.34.00.913967-7 CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF

AUTOR	:	VILMA GODOI DE CARVALHO
ADVOGADO	:	DF00003488 - SEBASTIAO AUGUSTO DE AZEVEDO FILHO
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"Designo a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 14/10/2008, às 15:30 horas, a ser realizada na Sala de Audiências da 24ª Vara Federal, localizada no Edifício Cidade de Cabo Frio, na SEPN 510, Bloco C, lote 08 - Asa Norte, CEP: 70.750-523.

Intimem-se as partes para comparecimento, devendo trazer as suas testemunhas, independentemente de intimação, bem assim todos os documentos que disponham para o esclarecimento da causa (art. 11 da Lei 10.259/2001)."

2007.34.00.916271-8 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / OUTROS / JEF

AUTOR	:	GENTIL FRANCISCO DE LIMA
ADVOGADO	:	DF00007010 - ROBERTO PIRES THOME
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 14/10/2008, às 16:00 horas, a ser realizada na Sala de Audiências da 24ª Vara Federal, localizada no Edifício Cidade de Cabo Frio, na SEPN 510, Bloco C, lote 08 - Asa Norte.

Intimem-se as partes para comparecimento, devendo trazer as suas testemunhas, independentemente de intimação, bem assim todos os documentos que disponham para o esclarecimento da causa (art. 11 da Lei 10.259/2001)."

2007.34.00.917933-8 CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO / JEF

AUTOR	:	MARIA SOCORRO LOPES
ADVOGADO	:	DF00016858 - NILTON LAFUENTE E OUTRO(S)
REU	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"Designo a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16/10/2008, às 16:00 horas, a ser realizada na Sala de Audiências da 24ª Vara Federal, localizada no Edifício Cidade de Cabo Frio, na SEPN 510, Bloco C, lote 08 - Asa Norte, CEP: 70.750-523.

Intimem-se as partes para comparecimento, devendo trazer as suas testemunhas, independentemente de intimação, bem assim todos os documentos que disponham para o esclarecimento da causa (art. 11 da Lei 10.259/2001)."

2007.34.00.918321-8 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL / OUTROS / JEF

AUTOR	:	CEDRIC PIN
ADVOGADO	:	DF00021203 - MARCOS JOEL DOS SANTOS
REU	:	UNIAO FEDERAL

O(A) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) exarou :
"Designo a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16/10/2008, às 15:30 horas, a ser realizada na Sala de Audiências da 24ª Vara Federal, localizada no Edifício Cidade de Cabo Frio, na SEPN 510, Bloco C, lote 08 - Asa Norte, CEP: 70.750-523.

Intimem-se as partes para comparecimento, devendo trazer as suas testemunhas, independentemente de intimação, bem assim todos os documentos que disponham para o esclarecimento da causa (art. 11 da Lei 10.259/2001)."

Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

PRESIDÊNCIA

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA

PORTARIA PRE DGJ Nº 12, DE 19 DE JUNHO DE 2008

Define o Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico - DJT como instrumento de comunicação oficial, divulgação e publicação dos atos do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e dos Órgãos que o compõem.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, regulamentada no âmbito da Justiça do Trabalho pela Instrução Normativa nº 30/2007 do c. TST;

CONSIDERANDO a edição do ATO CONJUNTO CSJT.TST.GP Nº 15/2008, de 9 de junho de 2008, que instituiu o Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico, estabelecendo normas para elaboração, divulgação e publicação de matérias dos Órgãos da Justiça do Trabalho; e

CONSIDERANDO a necessidade de disciplina da matéria no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, resolve:

Art. 1º Definir o Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico - DJT como instrumento de comunicação oficial, divulgação e publicação dos atos do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e dos Órgãos que o compõem, com acesso gratuito pela rede mundial de computadores, no endereço eletrônico

Art. 2º As publicações no DJT terão início no dia 15 de julho de 2008 e serão feitas simultaneamente no Diário da Justiça até 15 de agosto de 2008 (trinta dias após o início).

§ 1º A partir de 18 de agosto de 2008, as publicações dos Órgãos do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região serão feitas exclusivamente no Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico - DJT.

§ 2º Nos casos em que a lei expressamente dispuser, a publicação será feita igualmente na imprensa oficial.

Art.3º Todas as unidades publicadoras deste órgão terão gerentes responsáveis, que se encarregarão de cadastrar seus substitutos, bem como os servidores habilitados para o envio de matérias no âmbito de sua unidade.

§1º Caberá ao gestor regional o cadastramento de todas as unidades publicadoras deste órgão, do gestor regional substituto, bem como dos gerentes das unidades publicadoras.

§2º Ficam designados gerentes de unidades publicadoras, no âmbito de suas competências, os Secretários do Tribunal Pleno e das Turmas, os Diretores de Secretaria das Varas e demais responsáveis pelas unidades publicadoras.

Art. 4º Todas as unidades publicadoras deverão observar estritamente as normas contidas no ATO CONJUNTO CSJT.TST.GP Nº 15/2008 para a elaboração, divulgação e publicação de matérias, especialmente aquelas pertinentes à forma, periodicidade, contagem de prazos e responsabilidades.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Juiz-Presidente do TRT 10ª Região

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

DESPACHOS

TRT - 00243-2008-000-10-00-9 - AC

RELATOR	JUIZ JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
AUTOR	Ministério Público do Trabalho
PROCURADOR	Valdir Pereira da Silva
RÉU	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros Urbanos Interestaduais Especiais Escolares Turismo e Transporte de Cargas do Distrito Federal - SITTRATER/DF
RÉU	Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Distrito Federal - SETRANSP/DF
ADVOGADO	André Puppin Mâcedo

DESPACHO DE FLS. 196/197: "Trata-se de Ação Cautelar Preparatória à Ação de Dissídio Coletivo de Greve, com pedido de liminar, por meio da qual busca o Autor, face a possibilidade de decretação de greve dos rodoviários por prazo indeterminado a partir de 9 de junho de 2008, seja determinado aos Sindicatos envolvidos a manutenção de um mínimo razoável de ônibus no percentual de 50%, por linha, em circulação, para assegurar o deslocamento da população em geral. A medida liminar requerida foi deferida, parcialmente, pelos fundamentos expressos na decisão de fls. 136/140. O SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO DISTRITO FEDERAL - SETRANSP/DF, citado, peticionou às fls. 160/161 noticiando a realização de acordo entre as partes. Remetidos os autos ao Ministério Público do Trabalho, o eminente Procurador Valdir Pereira da Silva, pela manifestação de fls. 193/194, concordou com a extinção da ação, tendo em vista a perda do objeto. O processo cautelar tem por objetivo assegurar a utilidade do provimento jurisdicional do processo principal do qual é sempre dependente. Para tanto, subordina-se a ação cautelar à ocorrência simultânea de dois requisitos: a) o dano potencial ou perigo que a demora no provimento jurisdicional final não seja útil ao interesse da parte; b) a fumaça do bom direito, que é a plausibilidade do direito pretendido por quem busca a cautela. Conforme noticiam as certidões exaradas pelos senhores Oficiais de Justiça (fls. 159/187), bem como a petição de fls. 160/161, em 08/06/2008 os Sindicatos envolvidos, intermediados pelo Governo do Distrito Federal, decidiram pela não deflagração do movimento paredista marcado para o dia 09/06/2008. Como a presente ação foi ajuizada como medida acautelatória preparatória à Ação de Dissídio Coletivo de Greve e, ainda, considerando-se que a pretensão deduzida dirigia-se à manutenção dos serviços mínimos do transporte rodoviário no dia 09/06/2008 em face da greve anunciada, ao final não deflagrada, esta ação cautelar perdeu integralmente o seu objeto, visto que dissipado e desaparecido o interesse processual do Autor em prosseguir no seu intento. Impõe-se, por conseguinte, a extinção do processo, sem a resolução do mérito, na forma do inciso VI do art. 267 do CPC. Custas, pelo Autor, no importe de R$4.000,00 (quatro mil reais), calculadas sobre R$200.000,00 (duzentos mil reais), valor atribuído à causa e aproveitado para esta finalidade, de cujo pagamento é isento. Publique-se. À STP para as providências cabíveis. Brasília/DF, 07 de julho de 2008. JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO Juiz Convocado - Relator JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO Juiz Relator"

TRT - 00110-2006-000-10-00-0 - AR

RELATOR	JUIZA MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
REVISOR	JUIZA MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
AUTOR	ANA VALÉRIA SANTOS PRADO MELLO
ADVOGADO	GERALDO MARCONI PEREIRA
RÉU	BRASIL TELECOM S.A.
ADVOGADO	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL

DESPACHO DE FLS. 198 "Vistos os autos.Intime-se a ré , para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o cumprimento do acordo homologado à fl. 194, bem como requerer o que for de seu interesse.Publique-se. Brasília, 8 de julho de 2008.
RICARDO ALENCAR MACHADO
Juiz Vice-Presidente, no exercício da Presidência do TRT 10ª Região"

TRT - 00110-2008-000-10-00-2 - AR

RELATOR	JUIZ DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
REVISORA	JUÍZA MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
AUTOR	Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional da 10ª Região)
PROCURADOR	Luís Paulo Villafañe Gomes Santos
RÉU	Silas Minichelli Cola e Outros
ADVOGADO	Ana Lúcia Amaral Queiróz
RÉU	Distribuidora de Frutas Paulista Ltda.
RÉU	Luiz Vicente Colla
ADVOGADO	Eduardo Aureliano e Silva
RÉU	Maria Iolete Martins Colla
ADVOGADO	Eduardo Aureliano e Silva

DESPACHO DE FLS. 377: "Vistos etc. (I) Defiro a oitiva das testemunhas arroladas pelo Réu Silas Minichelli Colla à fl. 353. Para tanto, expeça-se Carta de Ordem ao MMº Juiz da 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga/TO, extraindo-se cópias da petição inicial, da sentença rescidenda, da contestação (fls. 345/353) e, ainda, do instrumento de procuração contido à fl. 354. Prazo de 30 (trinta) dias. (II) Autorizo a extração de cópias do presente feito, na forma requerida à fl. 372. Publique-se. Brasília(DF), 1º de julho de 2008. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES Juiz Relator"

TRT - 00275-2008-000-10-00-4 - AR

RELATOR	JUIZ ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
REVISOR	JUIZ JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
AUTOR	Maria José Garces dos Reis
ADVOGADO	João Américo Pinheiro Martins
RÉU	Associação dos Moradores da Granja do Torto - AMGRATO e Outra
RÉU	BELACAP - Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana de Brasília

DESPACHO DE FLS. 221: "Vistos e examinados os autos. Concedo à Autora os benefícios da justiça gratuita, deferindo a isenção do pagamento do depósito prévio (Lei 11.495/2007). Considerando a OJ-84/TST-SDI 2 regularize a Autora a autenticação das peças essenciais, eis que, como apresentada, a ação rescisória se mostra aparentemente irregular, salientando- se, ainda, que não é facultado ao procurador da parte declarar a autenticidade dos referidos documentos. Publique-se. Após, conclusos. Brasília(DF), 08 de julho de 2008. ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA Juiz Relator"

TRT - 00282-2008-000-10-00-6 - AR

RELATOR	JUIZ RICARDO ALENCAR MACHADO
REVISORA	JUÍZA MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
AUTOR	Caixa Econômica Federal - CEF
ADVOGADO	Elizabeth Pereira de Oliveira
RÉU	Angelita Machado Figueiredo e Outros
RÉU	Doralina Galvão da Silva
RÉU	Ivo de Meira Lima
RÉU	Lea Rodrigues da Cruz
RÉU	Carlos Magno Lopes da Silva
RÉU	Fernando da Rocha Reis
RÉU	José Sampaio da Silva
RÉU	Lucíola Romeiro Mendes
RÉU	Manoel Rodrigues Camelo
RÉU	Alcione Luz de Souza

DESPACHO DE FLS. 144: "Vistos. I - Anote-se o procurador informado (PG-015280). II - Acolho a emenda à petição inicial apresentada (petição de nº 015279) apenas quanto à retificação do número de processo indicado na ação rescisória e, quanto ao pedido de aplicação da OJSBDI1 transitória de nº 61, recebo-o como aditamento à petição inicial. III - Intime-se a autora para que, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do processo, regularize a representação processual (CPC, 13) e emende a petição inicial (CPC, 284), de modo a adequá-la aos termos do art. 4º da IN de nº 31/2007 do TST e da Súmula de nº 299, I, do TST. IV - À Secretaria da 1ª Seção Especializada para providências. Após, conclusos. Brasília (DF), 7 de julho de 2008 (2ªf). RICARDO ALENCAR MACHADO Juiz Relator"

TRT - 00296-2008-000-10-00-0 - MS

RELATOR	JUIZ PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
IMPETRANTE	Luiz Estevão de Oliveira
ADVOGADO	Renata Diniz de Almeida
AUT.COATORA	Juiz Substituto da 13ª Vara do Trabalho de Brasília - DF

DESPACHO DE FLS. 169: "Luiz Estevão de Oliveira impetrou mandado de segurança contra o ato do Exmo. Juiz Rubens Corbo, Substituto na 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, que tornou sem efeito a adjudicação a ele deferida nos autos do processo 09056-2007-013- 10-00-6. Diz que havendo a expedição do auto de adjudicação e tendo efetuado o pagamento do imposto sobre transmissão, adquiriu o direito de ver expedida a carta de adjudicação a seu favor, revelando-se ilegal o ato. Pede a concessão de liminar para que seja determinada a expedição da carta de adjudicação e a procedência da presente ação. Pois bem. Antes de analisar o pedido de concessão da liminar e o próprio mérito do presente mandado de segurança, necessário averiguar se estão presentes todos os requisitos para admissão da ação. Nesse sentido, observo que o autor não cuidou de indicar o litisconsorte necessário, com a qualificação e respectivo endereço para intimação, deixando de atender aos termos do art. 282 do CPC. A não-observância acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito (CPC, art. 267), não se admitindo a emenda à inicial, diante da excepcionalidade da medida. Por tais fundamentos indefiro, liminarmente, o mandado de segurança e extingo o processo sem apreciação do mérito, nos termos do art. 267, I, do CPC. Custas pela impetrante no valor de R$ 20,00, calculadas sobre o valor dado à causa (R$ 1.000,00). Publique-se. À Secretaria do Egr. Tribunal Pleno para as providências cabíveis. Brasília(DF), 8 de julho de 2008. PEDRO LUÍS VICENTIN FOLTRAN Juiz Relator"

TRT - 00301-2008-000-10-00-4 - MS

RELATORA	JUÍZA MARLI LOPES DA COSTA DE GÓES NOGUEIRA
IMPETRANTE	Norma Alice Pozzi de Vasconcelos Aviani
ADVOGADO	Lourival Moura e Silva
AUT.COATORA	Juiz Titular da 8ª Vara do Trabalho de Brasília - DF
LITISCONSORTE	Luiz Paulo Silva de Sales

DESPACHO DE FLS. 174/176: "Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado por NORMA ALICE POZZI DE VASCONCELOS AVIANI contra ato praticado pelo Excelentíssima Juíza Substituta em exercício na MM. 8ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, que, nos autos do processo de nº 00941-1998-008-10-00-2, determinou a inclusão, no pólo passivo da execução, dos sócios da empresa reclamada - EMBRACON EMPRESA BRASILIENSE DE CONSTRUÇÕES -, como solicitado pelo autor da demanda, Sr. LUIZ PAULO SILVA DE SALES, e, ato contínuo, determinou também a expedição de mandado de citação para o pagamento da dívida no importe de R$ 4.202,03, sob pena de, em não sendo saldado o débito e nem indicado algum bem à penhora, se efetivasse o bloqueio de suas contas bancárias pelo sistema BACEN-JUD. Como a impetrante figura entre os sócios indicados pelo reclamante, pretende ela a concessão de liminar para que seja suspensa a ordem de penhora de seus bens, bem como de bloqueio de sua conta bancária, e que, ao final, quando do exame do mérito, seja julgado totalmente procedente o presente writ, com exclusão definitiva de seu nome do pólo passivo daquela ação. Alega a impetrante que desde 19.06.85 não integra mais o quadro societário da empresa reclamada - BRADESCON S/A EMPRESA BRASILIENSE DE CONSTRUÇÕES LTDA -, o que afasta por completo qualquer responsabilidade por eventuais créditos deferidos ao Sr. LUIZ PAULO SILVA DE SALES, reclamante da mencionada demanda trabalhista. Juntou procuração e documentos, atribuindo à causa o valor de R$ 4.202,03. Resumidos os fatos, passo agora ao exame da liminar postulada. No dizer do saudoso jurista Hely Lopes Meirelles, "Para a concessão da liminar devem concorrer os dois requisitos legais, ou seja, a relevância dos motivos em que se assenta o pedido da inicial e a possibilidade da ocorrência de lesão irreparável ao direito do impetrante, se vier a ser reconhecido na decisão de mérito - fumus boni iuris e periculum in mora. (...) A liminar não é uma liberalidade da Justiça; é medida acauteladora do direito do impetrante, que não pode ser negada quando ocorrem os seus pressupostos, como também não deve ser concedida quando ausentes os requisitos de sua admissibilidade." ("Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção e 'Habeas Data'", Ltr, 13a. ed., 1989, pág. 51). Na presente hipótese, contudo, entendo não se fazerem presentes os requisitos autorizadores da concessão da liminar. A fumaça do bom direito não está de todo evidenciada, não sendo verdade que a impetrante tenha deixado a empresa no ano de 1985. O documento de fls. 48/49 demonstra que a impetrante participou, como Secretária, das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias de 30.04.87, data em que também foi eleita Diretora de Administração e Finanças da empresa. O documento de fls. 65/66 revela que em 19.04.89 ela foi reeleita Diretora de Administração e Finanças por mais 2 anos, com início em 01.05.89 e término em 30.04.91. O documento de fls. 113 deixa claro que, por proposta do sócio Aldo Aviani Filho, a Assembléia Geral Extraordinária de 13.06.90 decidiu exonerar a impetrante do cargo de Diretora de Admi-

nistração e Finanças, colocando, em seu lugar, o Sr. ALDO AVIANI NETO, que, como comprova o documento de fls. 137, é filho da impetrante e do sócio ALDO AVIANI FILHO, tendo até mesmo sido reeleito para ocupar o cargo de sua mãe, ou seja, Diretor de Administração e Finanças. Dessa forma, ainda que a Sra. Norma Alice Pozzi de Vasconcelos Aviani tenha realmente deixado a sociedade da empresa, não há qualquer indício nos autos de que esse fato tenha tido o condão de eximi-la por completo da responsabilidade pelo pagamento dos créditos trabalhistas do exeqüente, uma vez que a empresa é gerida pela família. Também não vislumbro a presença do periculum in mora, pois que, sendo a impetrante casada com o sócio ALDO AVIANI FILHO, e residindo com ele na área mais nobre do Distrito Federal (QL 10, CONJ. 11, CASA 11, como indicado na petição inicial e no documento de fls. 137), é de todo impossível imaginar que a quantia de R$ 4.202,03 (valor da execução) consiga impactar seu orçamento a ponto de abalá-la financeiramente. Máxime quando se leva em consideração que, em 1999, a empresa acumulava um capital de nada mais, nada menos do que R$ 2.758.125,26, como se vê às fls. 169. Como a impetrante não trouxe aos autos a nova situação econômica da EMBRACON, só se pode admitir que ela continua plenamente hígida. Por considerar, portanto, não demonstrados os requisitos fumus boni iuris e periculum in mora, indefiro a liminar postulada. Intime-se a Impetrante. Oficie-se à d. autoridade coatora, para que preste as informações necessárias, observado o disposto no art. 7º, I, da Lei n. 1.533/51. À Secretaria do Egr. Tribunal Pleno para as providências cabíveis. Brasília(DF), 10 de julho de 2008. Marli L. da C. de Góes Nogueira Juíza Relatora"

TRT - 00289-2008-000-10-00-8 - MS

RELATOR	JUIZ GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
IMPETRANTE	Antônio Carlos Martins
ADVOGADO	Jadir Santos Ferreira
AUT.COATORA	Juíza Substituta da 7ª Vara do Trabalho de Brasília - DF
LITISCONSORTE	Ronaldo Rodrigues de Lima

DECISÃO DE FLS. 40: "1. RELATÓRIO Trata-se de mandado de segurança impetrado contra decisão da Juíza Érica de Oliveira Angoti, substituta na 7ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, que, nos autos da reclamação trabalhista de nº 258-2007-007-10-00-0, deferiu apenas parcialmente liberação de valores bloqueados em conta bancária do impetrante (fls. 35). Os autos foram a mim conclusos em razão de afastamento do Juiz Gilberto Augusto Leitão Martins (RITRT, 35, VI). É o relato necessário. 2. DECIDO Observo que o impetrante descumpriu o dever de zelar pela correta instrução do writ, uma vez que as cópias dos documentos colacionados nos autos (fls. 11/16 e 18/34) não estão devidamente autenticadas, conforme determina o artigo 830 da CLT. Anoto, por oportuno, ser inaplicável à hipótese os arts. 365, IV, e 475-O, § 3º, do CPC, pelo óbice do art. 769 da CLT, bem como considerando a impossibilidade de impugnação da autenticidade das peças e a necessidade de prova documental pré- constituída no mandamus. Igualmente, o art. 544, §1º, do CPC refere-se ao recurso de agravo de instrumento. E, nos termos do art. 8º da Lei de nº 1.533/51, a falta dos requisitos legais do mandado de segurança enseja indeferimento da petição inicial, sem possibilidade de emenda, de acordo com a Súmula de nº 415/TST. Por tais fundamentos, INDEFIRO a petição inicial, extinguindo o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, I, do CPC. Custas pelo impetrante, no valor de R$ 20,00, calculadas sobre o valor de R$ 1.000,00, atribuído à causa. Dê-se ciência ao impetrante. À Secretaria para providências. Brasília (DF), 04 de julho de 2.008 (6ªf). RICARDO ALENCAR MACHADO Juiz Vice-Presidente, atuando na forma do art. 35, VI, do RITRT"

TRT - 00291-2008-000-10-00-7 - MS

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
IMPETRANTE	José Vital Araújo Fagundes
ADVOGADO	Luciana Conceição Santos
AUT.COATORA	Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília - DF

DECISÃO DE FLS. 39/41: "Trata-se de mandado de segurança impetrado por José Vital Araújo Fagundes contra decisão proferida pelo Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília - DF , que determinou a penhora das suas contas-correntes pelo sistema BACEN-JUD. Alega o impetrante que os valores bloqueados são de caráter alimentício; que os diversos bloqueios em contas-salários vem lhe trazendo a insolvência, impossibilitando-o de manter o sustento da família. Informa que foi convidado pelo Conselho de Administração do Instituto Candango de Solidariedade para assumir o cargo de vice-presidente do órgão, sem nenhuma remuneração, por um período ínfimo de cinco meses, em data posterior ao afastamento do então presidente Ronan Batista, preso na ocasião por denúncias do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Diante de todas as irregularidades e processos judiciais, o impetrante solicitou sua renúncia do cargo, sendo que foi iniciada a dissolução do órgão e nomeado um liquidante. Afirma que o Juízo a quo tem desconsiderado a pessoa jurídica do ICS e tem imposto o ônus do pagamento das execuções trabalhistas, por todo período laboral, somente ao impetrante, enquanto os verdadeiros responsáveis pelo descumprimento dos direitos dos empregados do ICS (ex-presidentes da instituição) em nada estão respondendo. Assevera que os bloqueios se deram em contas-correntes utilizadas para recebimento de salário, como funcionário do Banco Central e como professor da rede pública de ensino do Distrito Federal. Aponta violação à ampla defesa e ao contraditório, aduzindo que não foi citado, e ao art. 649, IV, do CPC, e art. 596 do CPC, norma proíbe a penhora de salário. Requer o impetrante a concessão da liminar para determinar o desbloqueio das contas-correntes nº 50500 do Banco do Brasil e nº 025110320-0 do BRB, e a retomada dos valores porventura transferidos. O presente mandado de segurança apresenta vício no tocante à prova pré-constituída, vez que muitas peças carecem de autenticação, nos termos da súmula 415 do c. TST. A decisão da autoridade apontada com coatora e os comprovantes de pagamento não prescindem de autenticação. As cópias dos documentos trazidas aos autos sem autenticação não se prestam para efeito de prova (art. 830/CLT), não podendo a irregularidade pode ser sanada nos termos da Súmula 415/TST. Pacificando esse entendimento, o c. Tribunal Superior do Trabalho editou a Súmula 415, in verbis MANDADO DE SEGURANÇA. ART. 284 DO CPC. APLICABILIDADE. Exigindo o mandado de segurança prova documental pré-constituída, inaplicável se torna o art. 284 do CPC quando verificada, na petição inicial do "mandamus",a ausência de documento indispensável ou de sua autenticação. O fato que ampara o direito líquido e certo deve ser provado de imediato, ou seja, desde a impetração do mandado, não carecendo de dilação probatória. Portanto, havendo necessidade da ratificação dos documentos acostados por não estarem devidamente autenticados, deverá o magistrado indeferir a inicial. Nesse sentido, colaciono os seguintes precedentes do c. TST e desta e. Corte Trabalhista: RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE CÓPIA AUTENTICADA DO DOCUMENTO EM QUE SE REGISTRA O ATO COATOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Ausência de cópia autenticada do documento em que se registra o ato coator. Súmula nº 415 do TST (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 52 da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal). Processo que se extingue sem resolução de mérito, na forma do inc. IV do art. 267 do Código de Processo Civil. (Ac. TST; AIRR 1123/2003-017-10-40.0; Rel. Walmir Oliveira da Costa; DJ19/12/2006) (Grifei) MANDADO DE SEGURANÇA. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. CÓPIAS NÃO AUTENTICADAS. OJ N.° 52 DA SBDI-2 DO TST. Pacífica a jurisprudência no sentido de que, em se tratando de mandado de segurança, a prova documental é pré-constituída, não comportando, portanto, emenda à inicial prevista no artigo 284 do CPC (inteligência da Orientação Jurisprudencial n.° 52 da SBDI-2 do TST). Por outro lado, não sendo o documento original, indispensável se torna a sua autenticação, ou conferência da respectiva pública-forma ou cópia perante o Juiz ou tribunal, conforme disposição inserta no artigo 830 da CLT. Logo, detém a parte o ônus de apresentar, juntamente com a petição inicial, todos os documentos indispensáveis à propositura da ação mandamental, com a respectiva autenticação, ou requerer a sua conferência perante o Juiz ou tribunal, caso não se trate de documentos originais. No caso dos autos, estando as cópias que acompanharam a petição inicial todas inautênticas, o indeferimento liminar da exordial é medida que se impõe. 2. Agravo regimental conhecido e desprovido. (MS 00079- 2005-000-10-00-7; Ac. 2ª Seção Especializada; Rel. BRASILINO SANTOS RAMOS; DJ 13/05/2005) Além disso, as cópias relativas à decisão ora impugnada encontram-se quase ilegíveis, impossibilitando análise mais aprofundada do seu teor. A inicial apresenta ainda defeito insanável que é a falta de indicação do endereço do litisconsorte passivo para citação. Apenas o nome do exeqüente e de seu advogado não é suficiente para ultimar a citação. Portanto, considerando (1) os documentos em cópias não autênticas; (2) a ilegibilidade dos citados documentos e (3) ausência de indicação do endereço do litisconsorte passivo, indefiro a petição inicial e extingo a ação mandamental sem resolução do mérito, na forma dos inciso I do art. 267 c/c art. 295, I, ambos do Código de Processo Civil c/c art. 8º, caput, da Lei nº 1.533/51. Custas pelo autor, no importe de R$ 10,64 (art. 789/CLT), calculadas sobre R$ 500,00, valor dado à causa na inicial. Intime-se o impetrante, por sua procuradora. Cientifique-se a autoridade alegada de coatora. À secretaria do Eg. Tribunal Pleno, para as providências cabíveis. Brasília(DF), 10 de julho de 2008.JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE Juiz Relator."

TRT - 00292-2008-000-10-00-1 - MS

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
IMPETRANTE	José Vital Araújo Fagundes
ADVOGADO	Luciana Conceição Santos
AUT.COATORA	Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília - DF

DECISÃO DE FLS. 42/45: "Trata-se de mandado de segurança impetrado por José Vital Araújo Fagundes contra decisão proferida pelo Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília - DF , que determinou a penhora das suas contas-correntes pelo sistema BACEN-JUD. Alega o impetrante que os valores bloqueados são de caráter alimentício; que os diversos bloqueios em contas-salários vem lhe trazendo a insolvência, impossibilitando-o de manter o sustento da família. Informa que foi convidado pelo Conselho de Administração do Instituto Candango de Solidariedade para assumir o cargo de vice-presidente do órgão, sem nenhuma remuneração, por um período ínfimo de cinco meses, em data posterior ao afastamento do então presidente Ronan Batista, preso na ocasião por denúncias do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Diante de todas as irregularidades e processos judiciais, o impetrante solicitou sua renúncia do cargo, sendo que foi iniciada a dissolução do órgão e nomeado um liquidante. Afirma que o Juízo a quo tem desconsiderado a pessoa jurídica do ICS e tem imposto o ônus do pagamento das execuções trabalhistas, por todo período laboral, somente ao impetrante, enquanto os verdadeiros responsáveis pelo descumprimento dos direitos dos empregados do ICS (ex-presidentes da instituição) em nada estão respondendo. Assevera que os bloqueios se deram em contas-correntes utilizadas para recebimento de salário, como funcionário do Banco Central e como professor da rede pública de ensino do Distrito Federal. Aponta violação à ampla defesa e ao contraditório, aduzindo que não foi citado, e ao art. 649, IV, do CPC, e art. 596 do CPC, norma proíbe a penhora de salário. Requer o impetrante a concessão da liminar para determinar o desbloqueio das contas-correntes nº 50500 do Banco do Brasil e nº 025110320-0 do BRB, e a retomada dos valores porventura transferidos. O presente mandado de segurança apresenta vício no tocante à prova pré-constituída, vez que muitas peças carecem de autenticação, nos termos da súmula 415 do c. TST. A decisão da autoridade apontada com coatora e os comprovantes de pagamento não prescindem de autenticação. As cópias dos documentos trazidas aos autos sem autenticação não se prestam para efeito de prova (art. 830/CLT), não podendo a irregularidade pode ser sanada nos termos da Súmula 415/TST. Pacificando esse entendimento, o c. Tribunal Superior do Trabalho editou a Súmula 415, in verbis: MANDADO DE SEGURANÇA. ART. 284 DO CPC. APLICABILIDADE. Exigindo o mandado de segurança prova documental pré-constituída, inaplicável se torna o art. 284 do CPC quando verificada, na petição inicial do "mandamus",a ausência de documento indispensável ou de sua autenticação. O fato que ampara o direito líquido e certo deve ser provado de imediato, ou seja, desde a impetração do mandado, não carecendo de dilação probatória. Portanto, havendo necessidade da ratificação dos documentos acostados por não estarem devidamente autenticados, deverá o magistrado indeferir a inicial. Nesse sentido, colaciono os seguintes precedentes do c. TST e desta e. Corte Trabalhista: RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE CÓPIA AUTENTICADA DO DOCUMENTO EM QUE SE REGISTRA O ATO COATOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Ausência de cópia autenticada do documento em que se registra o ato coator. Súmula nº 415 do TST (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 52 da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal). Processo que se extingue sem resolução de mérito, na forma do inc. IV do art. 267 do Código de Processo Civil. (Ac. TST; AIRR 1123/2003-017-10-40.0; Rel. Walmir Oliveira da Costa; DJ19/12/2006) MANDADO DE SEGURANÇA. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. CÓPIAS NÃO AUTENTICADAS. OJ N.° 52 DA SBDI-2 DO TST. Pacífica a jurisprudência no sentido de que, em se tratando de mandado de segurança, a prova documental é pré-constituída, não comportando, portanto, emenda à inicial prevista no artigo 284 do CPC (inteligência da Orientação Jurisprudencial n.° 52 da SBDI-2 do TST). Por outro lado, não sendo o documento original, indispensável se torna a sua autenticação, ou conferência da respectiva pública-forma ou cópia perante o Juiz ou tribunal, conforme disposição inserta no artigo 830 da CLT. Logo, detém a parte o ônus de apresentar, juntamente com a petição inicial, todos os documentos indispensáveis à propositura da ação mandamental, com a respectiva autenticação, ou requerer a sua conferência perante o Juiz ou tribunal, caso não se trate de documentos originais. No caso dos autos, estando as cópias que acompanharam a petição inicial todas inautênticas, o indeferimento liminar da exordial é medida que se impõe. 2. Agravo regimental conhecido e desprovido. (MS 00079-2005-000-10-00-7; Ac. 2ª Seção Especializada; Rel. BRASILINO SANTOS RAMOS; DJ 13/05/2005) Além disso, as cópias relativas à decisão ora impugnada encontram-se quase ilegíveis, impossibilitando análise mais aprofundada do seu teor. A inicial apresenta ainda defeito insanável que é a falta de indicação do endereço do litisconsorte passivo para citação. Apenas o nome do exeqüente e de seu advogado não é suficiente para ultimar a citação. Portanto, considerando (1) os documentos em cópias não autênticas; (2) a ilegibilidade dos citados documentos e (3) ausência de indicação do endereço do litisconsorte passivo, indefiro a petição inicial e extingo a ação mandamental sem resolução do mérito, na forma dos inciso I do art. 267 c/c art. 295, I, ambos do Código de Processo Civil c/c art. 8º, caput, da Lei nº 1.533/51. Custas pelo autor, no importe de R$ 10,64 (art. 789/CLT), calculadas sobre R$ 500,00, valor dado à causa na inicial. Intime-se o impetrante, por sua procuradora. Cientifique-se a autoridade alegada de coatora. À secretaria do Eg. Tribunal Pleno, para as providências cabíveis. Brasília(DF), 10 de julho de 2008.JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE Juiz Relator."

TRT - 00293-2008-000-10-00-6 - MS

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
IMPETRANTE	José Vital Araújo Fagundes
ADVOGADO	Luciana Conceição Santos
AUT.COATORA	Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília - DF

DECISÃO de fls. 41/44: "Trata-se de mandado de segurança impetrado por José Vital Araújo Fagundes contra decisão proferida pelo Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília - DF , que determinou a penhora das suas contas-correntes pelo sistema BACEN-JUD. Alega o impetrante que os valores bloqueados são de caráter alimentício; que os diversos bloqueios em contas-salários vem lhe trazendo a insolvência, impossibilitando-o de manter o sustento da família. Informa que foi convidado pelo Conselho de Administração do Instituto Candango de Solidariedade para assumir o cargo de vice-presidente do órgão, sem nenhuma remuneração, por um período ínfimo de cinco meses, em data posterior ao afastamento do então presidente Ronan Batista, preso na ocasião por denúncias do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Diante de todas as irregularidades e processos judiciais, o impetrante solicitou sua renúncia do cargo, sendo que foi iniciada a dissolução do órgão e nomeado um liquidante. Afirma que o Juízo a quo tem desconsiderado a pessoa jurídica do ICS e tem imposto o ônus do pagamento das execuções trabalhistas, por todo período laboral, somente ao impetrante, enquanto os verdadeiros responsáveis pelo descumprimento dos direitos dos empregados do ICS (ex-presidentes da instituição) em nada estão respondendo. Assevera que os bloqueios se deram em contas-correntes utilizadas para recebimento de salário, como funcionário do Banco Central e como professor da rede pública de ensino do Distrito Federal. Aponta violação à ampla defesa e ao contraditório, aduzindo que não foi citado, e ao art. 649, IV, do CPC, e art. 596 do CPC, norma proíbe a penhora de salário. Requer o impetrante a concessão da liminar para determinar o desbloqueio das contas-correntes nº 50500 do Banco do Brasil e nº 025110320-0 do BRB, e a retomada dos valores porventura transferidos. O presente

mandado de segurança apresenta vício no tocante à prova pré-constituída, vez que muitas peças carecem de autenticação, nos termos da súmula 415 do c. TST. A decisão da autoridade apontada com coatora e os comprovantes de pagamento não prescindem de autenticação. As cópias dos documentos trazidas aos autos sem autenticação não se prestam para efeito de prova (art. 830/CLT), não podendo a irregularidade pode ser sanada nos termos da Súmula 415/TST. Pacificando esse entendimento, o c. Tribunal Superior do Trabalho editou a Súmula 415, in verbis MANDADO DE SEGURANÇA. ART. 284 DO CPC. APLICABILIDADE. Exigindo o mandado de segurança prova documental pré-constituída, inaplicável se torna o art. 284 do CPC quando verificada, na petição inicial do "mandamus",a ausência de documento indispensável ou de sua autenticação. O fato que ampara o direito líquido e certo deve ser provado de imediato, ou seja, desde a impetração do mandado, não carecendo de dilação probatória. Portanto, havendo necessidade da ratificação dos documentos acostados por não estarem devidamente autenticados, deverá o magistrado indeferir a inicial. Nesse sentido, colaciono os seguintes precedentes do c. TST e desta e. Corte Trabalhista: RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE CÓPIA AUTENTICADA DO DOCUMENTO EM QUE SE REGISTRA O ATO COATOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Ausência de cópia autenticada do documento em que se registra o ato coator. Súmula nº 415 do TST (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 52 da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal). Processo que se extingue sem resolução de mérito, na forma do inc. IV do art. 267 do Código de Processo Civil. (Ac. TST; AIRR 1123/2003-017-10-40.0; Rel. Walmir Oliveira da Costa; DJ19/12/2006) (Grifei) MANDADO DE SEGURANÇA. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. CÓPIAS NÃO AUTENTICADAS. OJ N.° 52 DA SBDI-2 DO TST. Pacífica a jurisprudência no sentido de que, em se tratando de mandado de segurança, a prova documental é pré-constituída, não comportando, portanto, emenda à inicial prevista no artigo 284 do CPC (inteligência da Orientação Jurisprudencial n.° 52 da SBDI-2 do TST). Por outro lado, não sendo o documento original, indispensável se torna a sua autenticação, ou conferência da respectiva pública-forma ou cópia perante o Juiz ou tribunal, conforme disposição inserta no artigo 830 da CLT. Logo, detém a parte o ônus de apresentar, juntamente com a petição inicial, todos os documentos indispensáveis à propositura da ação mandamental, com a respectiva autenticação, ou requerer a sua conferência perante o Juiz ou tribunal, caso não se trate de documentos originais. No caso dos autos, estando as cópias que acompanharam a petição inicial todas inautênticas, o indeferimento liminar da exordial é medida que se impõe. 2. Agravo regimental conhecido e desprovido. (MS 00079- 2005-000-10-00-7; Ac. 2ª Seção Especializada; Rel. BRASILINO SANTOS RAMOS; DJ 13/05/2005) Além disso, as cópias relativas à decisão ora impugnada encontram-se quase ilegíveis, impossibilitando análise mais aprofundada do seu teor. A inicial apresenta ainda defeito insanável que é a falta de indicação do endereço do litisconsorte passivo para citação. Apenas o nome do exeqüente e de seu advogado não é suficiente para ultimar a citação. Portanto, considerando (1) os documentos em cópias não autênticas; (2) a ilegibilidade dos citados documentos e (3) ausência de indicação do endereço do litisconsorte passivo, indefiro a petição inicial e extingo a ação mandamental sem resolução do mérito, na forma dos inciso I do art. 267 c/c art. 295, I, ambos do Código de Processo Civil c/c art. 8º, caput, da Lei nº 1.533/51. Custas pelo autor, no importe de R$ 10,64 (art. 789/CLT), calculadas sobre R$ 500,00, valor dado à causa na inicial. Intime-se o impetrante, por sua procuradora. Cientifique-se a autoridade alegada de coatora. À secretaria do Eg. Tribunal Pleno, para as providências cabíveis. Brasília(DF), 10 de julho de 2008.JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE Juiz Relator."

TRT - 00294-2008-000-10-00-0 - MS

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
IMPETRANTE	José Vital Araújo Fagundes
ADVOGADO	Luciana Conceição Santos
AUT.COATORA	Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília - DF

DECISÃO DE FLS. 41/44: "Trata-se de mandado de segurança impetrado por José Vital Araújo Fagundes contra decisão proferida pelo Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília - DF , que determinou a penhora das suas contas-correntes pelo sistema BACEN-JUD. Alega o impetrante que os valores bloqueados são de caráter alimentício; que os diversos bloqueios em contas-salários vem lhe trazendo a insolvência, impossibilitando-o de manter o sustento da família. Informa que foi convidado pelo Conselho de Administração do Instituto Candango de Solidariedade para assumir o cargo de vice-presidente do órgão, sem nenhuma remuneração, por um período ínfimo de cinco meses, em data posterior ao afastamento do então presidente Ronan Batista, preso na ocasião por denúncias do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Diante de todas as irregularidades e processos judiciais, o impetrante solicitou sua renúncia do cargo, sendo que foi iniciada a dissolução do órgão e nomeado um liquidante. Afirma que o Juízo a quo tem desconsiderado a pessoa jurídica do ICS e tem imposto o ônus do pagamento das execuções trabalhistas, por todo período laboral, somente ao impetrante, enquanto os verdadeiros responsáveis pelo descumprimento dos direitos dos empregados do ICS (ex-presidentes da instituição) em nada estão respondendo. Assevera que os bloqueios se deram em contas-correntes utilizadas para recebimento de salário, como funcionário do Banco Central e como professor da rede pública de ensino do Distrito Federal. Aponta violação à ampla defesa e ao contraditório, aduzindo que não foi citado, e ao art. 649, IV, do CPC, e art. 596 do CPC, norma proíbe a penhora de salário. Requer o impetrante a concessão da liminar para determinar o desbloqueio das contas-correntes nº 50500 do Banco do Brasil e nº 025110320-0 do BRB, e a retomada dos valores porventura transferidos. O presente mandado de segurança apresenta vício no tocante à prova pré-constituída, vez que muitas peças carecem de autenticação, nos termos da súmula 415 do c. TST. A decisão da autoridade apontada com coatora e os comprovantes de pagamento não prescindem de autenticação. As cópias dos documentos trazidas aos autos sem autenticação não se prestam para efeito de prova (art. 830/CLT), não podendo a irregularidade pode ser sanada nos termos da Súmula 415/TST. Pacificando esse entendimento, o c. Tribunal Superior do Trabalho editou a Súmula 415, in verbis: MANDADO DE SEGURANÇA. ART. 284 DO CPC. APLICABILIDADE. Exigindo o mandado de segurança prova documental pré-constituída, inaplicável se torna o art. 284 do CPC quando verificada, na petição inicial do "mandamus",a ausência de documento indispensável ou de sua autenticação. O fato que ampara o direito líquido e certo deve ser provado de imediato, ou seja, desde a impetração do mandado, não carecendo de dilação probatória. Portanto, havendo necessidade da ratificação dos documentos acostados por não estarem devidamente autenticados, deverá o magistrado indeferir a inicial. Nesse sentido, colaciono os seguintes precedentes do c. TST e desta e. Corte Trabalhista: RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE CÓPIA AUTENTICADA DO DOCUMENTO EM QUE SE REGISTRA O ATO COATOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Ausência de cópia autenticada do documento em que se registra o ato coator. Súmula nº 415 do TST (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 52 da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal). Processo que se extingue sem resolução de mérito, na forma do inc. IV do art. 267 do Código de Processo Civil. (Ac. TST; AIRR 1123/2003-017-10-40.0; Rel. Walmir Oliveira da Costa; DJ19/12/2006) MANDADO DE SEGURANÇA. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. CÓPIAS NÃO AUTENTICADAS. OJ N.° 52 DA SBDI-2 DO TST. Pacífica a jurisprudência no sentido de que, em se tratando de mandado de segurança, a prova documental é pré-constituída, não comportando, portanto, emenda à inicial prevista no artigo 284 do CPC (inteligência da Orientação Jurisprudencial n.° 52 da SBDI-2 do TST). Por outro lado, não sendo o documento original, indispensável se torna a sua autenticação, ou conferência da respectiva pública-forma ou cópia perante o Juiz ou tribunal, conforme disposição inserta no artigo 830 da CLT. Logo, detém a parte o ônus de apresentar, juntamente com a petição inicial, todos os documentos indispensáveis à propositura da ação mandamental, com a respectiva autenticação, ou requerer a sua conferência perante o Juiz ou tribunal, caso não se trate de documentos originais. No caso dos autos, estando as cópias que acompanharam a petição inicial todas inautênticas, o indeferimento liminar da exordial é medida que se impõe. 2. Agravo regimental conhecido e desprovido. (MS 00079-2005-000-10-00-7; Ac. 2ª Seção Especializada; Rel. BRASILINO SANTOS RAMOS; DJ 13/05/2005) Além disso, as cópias relativas à decisão ora impugnada encontram-se quase ilegíveis, impossibilitando análise mais aprofundada do seu teor. A inicial apresenta ainda defeito insanável que é a falta de indicação do endereço do litisconsorte passivo para citação. Apenas o nome do exeqüente e de seu advogado não é suficiente para ultimar a citação. Portanto, considerando (1) os documentos em cópias não autênticas; (2) a ilegibilidade dos citados documentos e (3) ausência de indicação do endereço do litisconsorte passivo, indefiro a petição inicial e extingo a ação mandamental sem resolução do mérito, na forma dos inciso I do art. 267 c/c art. 295, I, ambos do Código de Processo Civil c/c art. 8º, caput, da Lei nº 1.533/51. Custas pelo autor, no importe de R$ 10,64 (art. 789/CLT), calculadas sobre R$ 500,00, valor dado à causa na inicial. Intime-se o impetrante, por sua procuradora. Cientifique-se a autoridade alegada de coatora. À secretaria do Eg. Tribunal Pleno, para as providências cabíveis. Brasília(DF), 10 de julho de 2008.JOSÉ LEONE CORDEIRO Leite Juiz Relator."

TRT - 00295-2008-000-10-00-5 - MS

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
IMPETRANTE	José Vital Araújo Fagundes
ADVOGADO	Luciana Conceição Santos
AUT.COATORA	Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília - DF

DECISÃO DE FLS. 38/41: "Trata-se de mandado de segurança impetrado por José Vital Araújo Fagundes contra decisão proferida pelo Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília - DF , que determinou a penhora das suas contas-correntes pelo sistema BACEN-JUD. Alega o impetrante que os valores bloqueados são de caráter alimentício; que os diversos bloqueios em contas-salários vem lhe trazendo a insolvência, impossibilitando-o de manter o sustento da família. Informa que foi convidado pelo Conselho de Administração do Instituto Candango de Solidariedade para assumir o cargo de vice-presidente do órgão, sem nenhuma remuneração, por um período ínfimo de cinco meses, em data posterior ao afastamento do então presidente Ronan Batista, preso na ocasião por denúncias do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Diante de todas as irregularidades e processos judiciais, o impetrante solicitou sua renúncia do cargo, sendo que foi iniciada a dissolução do órgão e nomeado um liquidante. Afirma que o Juízo a quo tem desconsiderado a pessoa jurídica do ICS e tem imposto o ônus do pagamento das execuções trabalhistas, por todo período laboral, somente ao impetrante, enquanto os verdadeiros responsáveis pelo descumprimento dos direitos dos empregados do ICS (ex-presidentes da instituição) em nada estão respondendo. Assevera que os bloqueios se deram em contas-correntes utilizadas para recebimento de salário, como funcionário do Banco Central e como professor da rede pública de ensino do Distrito Federal. Aponta violação à ampla defesa e ao contraditório, aduzindo que não foi citado, e ao art. 649, IV, do CPC, e art. 596 do CPC, norma proíbe a penhora de salário. Requer o impetrante a concessão da liminar para determinar o desbloqueio das contas-correntes nº 50500 do Banco do Brasil e nº 025110320-0 do BRB, e a retomada dos valores porventura transferidos. O presente mandado de segurança apresenta vício no tocante à prova pré-constituída, vez que muitas peças carecem de autenticação, nos termos da súmula 415 do c. TST. A decisão da autoridade apontada com coatora e os comprovantes de pagamento não prescindem de autenticação. As cópias dos documentos trazidas aos autos sem autenticação não se prestam para efeito de prova (art. 830/CLT), não podendo a irregularidade pode ser sanada nos termos da Súmula 415/TST. Pacificando esse entendimento, o c. Tribunal Superior do Trabalho editou a Súmula 415, in verbis MANDADO DE SEGURANÇA. ART. 284 DO CPC. APLICABILIDADE. Exigindo o mandado de segurança prova documental pré-constituída, inaplicável se torna o art. 284 do CPC quando verificada, na petição inicial do "mandamus",a ausência de documento indispensável ou de sua autenticação. O fato que ampara o direito líquido e certo deve ser provado de imediato, ou seja, desde a impetração do mandado, não carecendo de dilação probatória. Portanto, havendo necessidade da ratificação dos documentos acostados por não estarem devidamente autenticados, deverá o magistrado indeferir a inicial. Nesse sentido, colaciono os seguintes precedentes do c. TST e desta e. Corte Trabalhista: RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE CÓPIA AUTENTICADA DO DOCUMENTO EM QUE SE REGISTRA O ATO COATOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Ausência de cópia autenticada do documento em que se registra o ato coator. Súmula nº 415 do TST (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 52 da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal). Processo que se extingue sem resolução de mérito, na forma do inc. IV do art. 267 do Código de Processo Civil. (Ac. TST; AIRR 1123/2003-017-10-40.0; Rel. Walmir Oliveira da Costa; DJ19/12/2006) (Grifei) MANDADO DE SEGURANÇA. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. CÓPIAS NÃO AUTENTICADAS. OJ N.° 52 DA SBDI-2 DO TST. Pacífica a jurisprudência no sentido de que, em se tratando de mandado de segurança, a prova documental é pré-constituída, não comportando, portanto, emenda à inicial prevista no artigo 284 do CPC (inteligência da Orientação Jurisprudencial n.° 52 da SBDI-2 do TST). Por outro lado, não sendo o documento original, indispensável se torna a sua autenticação, ou conferência da respectiva pública-forma ou cópia perante o Juiz ou tribunal, conforme disposição inserta no artigo 830 da CLT. Logo, detém a parte o ônus de apresentar, juntamente com a petição inicial, todos os documentos indispensáveis à propositura da ação mandamental, com a respectiva autenticação, ou requerer a sua conferência perante o Juiz ou tribunal, caso não se trate de documentos originais. No caso dos autos, estando as cópias que acompanharam a petição inicial todas inautênticas, o indeferimento liminar da exordial é medida que se impõe. 2. Agravo regimental conhecido e desprovido. (MS 00079- 2005-000-10-00-7; Ac. 2ª Seção Especializada; Rel. BRASILINO SANTOS RAMOS; DJ 13/05/2005) Além disso, as cópias relativas à decisão ora impugnada encontram-se quase ilegíveis, impossibilitando análise mais aprofundada do seu teor. A inicial apresenta ainda defeito insanável que é a falta de indicação do endereço do litisconsorte passivo para citação. Apenas o nome do exeqüente e de seu advogado não é suficiente para ultimar a citação. Portanto, considerando (1) os documentos em cópias não autênticas; (2) a ilegibilidade dos citados documentos e (3) ausência de indicação do endereço do litisconsorte passivo, indefiro a petição inicial e extingo a ação mandamental sem resolução do mérito, na forma dos inciso I do art. 267 c/c art. 295, I, ambos do Código de Processo Civil c/c art. 8º, caput, da Lei nº 1.533/51. Custas pelo autor, no importe de R$ 10,64 (art. 789/CLT), calculadas sobre R$ 500,00, valor dado à causa na inicial. Intime-se o impetrante, por sua procuradora. Cientifique-se a autoridade alegada de coatora. À secretaria do Eg. Tribunal Pleno, para as providências cabíveis. Brasília(DF), 10 de julho de 2008.JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE Juiz Relator."

SECRETARIA DA 2ª SEÇÃO ESPECIALIZADA

ATA DE JULGAMENTOS

ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da 8ª Sessão Ordinária da 2ª Seção Especializada do egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, realizada aos 17 dias do mês de junho do ano de 2008, às 14:00 horas, com as presenças dos Excelentíssimos Srs. Juízes MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON - Presidente, BERTHOLDO SATYRO E SOUSA - Vice-Presidente em exercício, FLÁVIA SIMÕES FALCÃO, ANDRÉ R.P.V. DAMASCENO, PEDRO LUÍS VICENTIN FOLTRAN , BRASILINO SANTOS RAMOS, GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS-convocado para substituir o Exmº Juiz JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA LIMA JÚNIOR - licenciado na forma do art.73, inciso II, da LOMAN e JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE - convocado para substituir a Exmª Juíza MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA, ausente em razão de licença médica.

Ausentes os Exmºs Srs. Juízes HELOÍSA PINTO MARQUES em razão de férias regimentais e RICARDO ALENCAR MACHADO - Vice-Presidente , com ausência justificada.

Representando a d. Procuradoria Regional do Trabalho, a Procuradora Drª. DANIELA DE M. DO MONTE VARANDAS.

Secretária, Srª SANTUSA C.M.S. DE ALMEIDA.

Havendo 'quorum', o Exmº. Senhor Juiz Presidente MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON declarou aberta a Sessão, saudando os Senhores membros da Corte, Juízes Convocados, o d. Ministério Público do Trabalho, servidores da Casa, advogados, partes e demais presentes.

Antes do início dos trabalhos, o Exmº Juiz Presidente MÁRIO CARON justificou a ausência do Exmº Juiz Vice-Presidente RICARDO ALENCAR MACHADO , em licença para acompanhar pessoa da família.

Submetida à aprovação da 2ª Seção Especializada a Ata da 7ª Sessão Ordinária do dia 03/06/2008, foi aprovada por unanimidade.

A seguir, passou-se à ordem do dia, obedecendo-se à 8ª Pauta de Julgamento publicada no Diário de Justiça da União, do dia 12 de junho de 2008 , páginas 478/479 , às preferências, tudo na forma regimental.

PROCESSO	0041-2008-000-10-00--MS T.R.T. DA 10ª REGIÃO
Juiz Relator	BERTHOLDO SATYRO
Impetrante	GEAP - Fundação de Seguridade Social
Advogado	Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior
Aut.Coatora	Juíza Titular da 10ª Vara do Trabalho de Brasília - DF
Litisconsorte	UNIÃO

Decisão: Decidiu a egr. 2ª Seção Especializada, por unanimidade, aprovar o relatório e, por maioria, admitir o mandado de segurança, vencidos os Juízes José Leone Cordeiro Leite, Pedro Luis Vicentin Foltran e André R. P. V. Damasceno.
No mérito, por maioria, vencidos os Juízes Pedro Luis Vicentin Foltran e André R. P. V. Damasceno, conceder a ordem, tornando definitiva a liminar para determinar à Delegacia Regional do Trabalho no Distrito Federal (União Federal - Ministério do Trabalho e Emprego) e ao órgão gestor do FGTS (CEF), que se abstenham de adotar qualquer medida coercitiva objetivando o recolhimento das parcelas objeto da Notificação Fiscal nº 505.920.794 (Proc. Adm. 46202.006691/2007-24) enviada à CEF, bem como de incluir seu nome e CNPJ nos cadastros da Dívida Ativa (CADIN) e, respectivamente, a cobrança desses valores, e expeça a Certidão de Regularidade de FGTS a favor da Impetrante, se outro impedimento não houver.
Oficiar à Exma. Juíza da MM.10ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, dando ciência desta decisão (Processo 00083-2008-010-10-00-5).
Oficiar também ao órgão gestor do FGTS e ao INSS, dando-se-lhes também ciência desta decisão definitiva. Intimar o impetrante. Sem custas.
Tudo, nos termos do voto do Exmº Juiz Relator BERTHOLDO SATYRO.Vencidos os juízes Pedro Luis Vicentin Foltran e André R. P. V. Damasceno. **Sust. Oral: Dr. Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior, pela parte GEAP-Fundação de Seguridade Social.**
Juize(s) Ausente(s): Licença RICARDO ALENCAR MACHADO, RIBAMAR LIMA JUNIORFerias HELOISA PINTO MARQUES Licença Médica MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

PROCESSO	0130-2008-000-10-00--MS T.R.T. DA 10ª REGIÃO
Juiz Relator	PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Impetrante	Leonardo Mendes Lacerda
Advogado	Miguel Alfredo de Oliveira Júnior
Aut.Coatora	Juiz Substituto da 16ª Vara do Trabalho de Brasília - DF
Litisconsorte	Luciana Cristina da Silva Braga

Decisão: Decidiu a egr. 2.ª Seção Especializada, por unanimidade, aprovar o relatório, admitir o mandado de segurança e, no mérito, conceder parcialmente a ordem, nos termos do voto reformulado do Exmo. Juiz Relator, com ressalvas do Exmo. Juiz BERTHOLDO SATYRO E SOUSA.
Custas, pela União, no importe de R$10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos), valor mínimo permitido, uma vez que foi dado à causa o valor de R$100,00 (cem reais), isenta na forma da lei. Ementa aprovada.
Juize(s) Ausente(s): Licença RICARDO ALENCAR MACHADO, RIBAMAR LIMA JUNIORFerias HELOISA PINTO MARQUES Licença Médica MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

PROCESSO	0431-2007-000-10-00--MS T.R.T. DA 10ª REGIÃO
Juiz Relator	ANDRÉ R. P. V. DAMASCENO
Impetrante	Ricardo Lomonaco Carvalho
Advogado	Marcos Wander de Azevedo
Aut.Coatora	Juíza Titular da 10ª Vara do Trabalho de Brasília - DF
Litisconsorte	Paula Messias de Andrade

Decisão: Decidiu a egr. 2.ª Seção Especializada, por unanimidade, aprovar o relatório, admitir o mandado de segurança e, no mérito, conceder parcialmente a ordem para tornar definitiva a liminar anteriormente deferida e determinar que a penhora de 30% seja efetivada sobre a remuneração líquida, após os descontos legais, quais sejam, imposto de renda e previdência social tão-somente, com ressalvas do Exmo. Juiz BERTHOLDO SATYRO E SOUSA.
Custas pela União, arbitradas sobre o valor da causa, das quais se determina a sua isenção, nos termos do art. 790-A, inciso I, da CLT. Oficie-se à autoridade coatora.
Tudo nos termos do voto do Exmo. Juiz Relator ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA DA VEIGA DAMASCENO.
Juize(s) Ausente(s): Licença RICARDO ALENCAR MACHADO, RIBAMAR LIMA JUNIORFerias HELOISA PINTO MARQUES Licença Médica MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

PROCESSO	0022-2008-000-10-00--AGMS T.R.T. DA 10ª REGIÃO
Juiz Relator	FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Agravante	Bauruense Tecnologia e Serviços Ltda.
Advogado - Agravado	Renato Pereira de Freitas - Despacho do Exmº Sr. Juiz Mário Macedo Ferenandes Caron nos autos do Processo TRT-00022-2008-000-10-00-0-MS
Outra Parte	Juíza Substituta da 8ª Vara do Trabalho de Brasília - DF
Outra Parte	Furnas Centrais Elétricas S.A.

Decisão: Decidiu a egr. 2.ª Seção Especializada, por unanimidade, aprovar o relatório, conhecer do agravo e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Exma. Juíza Relatora. Vencidos parcialmente na fundamentação os Exmos. Juízes PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN e ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA DA VEIGA DAMASCENO.
Sust. Oral: Dr. Renato Pereira de Freitas, pela parte Bauruense Tecnologia e Serviços Ltda. Juize(s) Ausente(s): Licença RICARDO ALENCAR MACHADO, RIBAMAR LIMA JUNIORFerias HELOISA PINTO MARQUES Licença Médica MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

PROCESSO	0157-2008-000-10-00--AGMS T.R.T. DA 10ª REGIÃO
Juiz Relator	RICARDO ALENCAR MACHADO
Agravante	Sandro Georgio Soares Moreira dos Santos
Advogado Agravado	Dennys Douglas Moreira Neves - Despacho do Exmº Sr. Juiz Relator nos autos do Processo-TRT-00157-2008-000-10-00-6-MS
Outra Parte	Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília - DF
Outra Parte	Antônio Carlos Felix da Paiva

Decisão: Decidiu a egr. 2.ª Seção Especializada, por unanimidade, retirar de pauta o presente processo, face a ausência justificada do Exmo. Juiz Relator.
Juize(s) Ausente(s): Licença RICARDO ALENCAR MACHADO, RIBAMAR LIMA JUNIORFerias HELOISA PINTO MARQUES Licença Médica MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

PROCESSO	0196-2008-000-10-00--AGMS T.R.T. DA 10ª REGIÃO
Juiz Relator	RICARDO ALENCAR MACHADO
Outra Parte	Brasiliense Futebol Clube S/C. Ltda.
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa
Outra Parte	Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho de Taguatinga - DF
Agravante	Agenor Figueiredo dos Santos
Advogado - Agravado	Daniel Fabiano Cidrão - Despacho do Exmº Juiz Relator

Decisão: Decidiu a egr. 2.ª Seção Especializada, por unanimidade, retirar de pauta o presente processo, face a ausência justificada do Exmo Juiz Relator, com a remessa dos autos.
Juize(s) Ausente(s): Licença RICARDO ALENCAR MACHADO, RIBAMAR LIMA JUNIORFerias HELOISA PINTO MARQUES Licença Médica MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

PROCESSO	0360-2007-000-10-00--AGMS T.R.T. DA 10ª REGIÃO
Juiz Relator	JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Agravante	Luís Carlos Pires Rayol
Advogado	Francisco Rodrigues Preto Júnior
Outra Parte - Agravado	Juiz Substituto da 14ª Vara do Trabalho de Brasília - DF - Despacho da Exmª Juíza Relatora nos autos do Processo-TRT-00360-2007-000-10-00-1-MS

Decisão: Decidiu a egr. 2.ª Seção Especializada, por unanimidade, aprovar o relatório e, por maioria, conhecer do agravo regimental, vencidos os Exmos. Juízes GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS e PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN. No mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Exmo. Juiz Relator.
Juize(s) Ausente(s): Licença RICARDO ALENCAR MACHADO, RIBAMAR LIMA JUNIORFerias HELOISA PINTO MARQUES Licença Médica MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA
Nada mais havendo a tratar, o Exmº. Sr. Juiz Presidente MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON, agradecendo a presença de todos, encerrou a Sessão, desejando-lhes uma boa semana de trabalho e, para constar, eu,_____, SANTUSA C.M.S. DE ALMEIDA, Secretária do Tribunal Pleno, lavrei e mandei imprimir a presente Ata que, após lida e achada conforme, será assinada pelo Exmº. Juiz Vice-Presidente no exercício da Presidência.
Sessão encerrada às 14:58 horas.
Brasília-DF, 08 de julho de 2008. (Data da aprovação da Ata) RICARDO ALENCAR MACHADO- Juiz Vice-Presidente do TRT da 10ª Região no exercício da Presidência

SECRETARIA DA 2ª TURMA

DESPACHOS

TRT - 00129-2008-017-10-00-0 - RO

RELATOR	JUIZ ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
REVISOR	JUIZ GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
RECORRENTE	Eliene de Oliveira Medeiros
ADVOGADO	Robson Freitas Melo
RECORRIDO	Indústria e Comércio Kodama Ltda. (SEVEN BOYS)
ADVOGADO	Flávio Couto Bernardes
ORIGEM	17ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(JONATHAN QUINTAO JACOB)

DESPACHO: Vistos. Defiro, em parte, o pedido de fls. 164/166 para determinar, nos termos do art. 515, § 4.º do CPC, a intimação da reclamada para, querendo, contra-arrazoar o recurso obreiro, efetivando o registro do nome do procurador Flávio Couto Bernardes como advogado da empresa, para os fins pertinentes. Registre-se. Publique-se. À Secretaria da 2.ª Turma para as providências cabíveis. Brasília-DF, 08 de julho de 2008. ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA Juiz Relator.

TRT - 00896-2007-009-10-00-4 - RO

RELATOR	JUIZ ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
REVISOR	JUIZ GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
RECORRENTE	Jean Charles Silva Ericeira
ADVOGADO	Antônio Braz de Almeida
RECORRIDO	Fundação Universidade de Brasília - FUB/UnB
ADVOGADO	Geraldo de Azevedo Maia Neto
ORIGEM	09ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(FERNANDO GABRIELE BERNARDES)

DECISÃO: Contra a r. sentença da lavra do Exmo. Sr. Juiz Fernando Gabriele Bernardes, da MM. 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, que julgou improcedente os pedidos exordiais, com base na Súmula 363/TST (fls. 95/98) recorre o Reclamante pretendendo a reforma do julgado, alegando que trata-se de relação de emprego entre o Recorrente e o Cespe que, de forma maliciosa, mascara a relação empregatícia de seus empregados, através da Recorrida, que é sua representante legal, assim insistindo no pagamento dos depósitos do FGTS de todo período laborado (fls. 101/104). Contra-razões apresentadas pela Reclamada às fls. 118/124. O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e provimento do recurso interposto pelo Reclamante, para que seja incluído na condenação o pagamento dos depósitos do FGTS não efetuados durante a vigência da relação de trabalho. Relatados. Decido: O recurso ordinário interposto pelo Reclamante é tempestivo e regular, a merecer provimento singular, eis que a sentença encontra-se, na parte recorrida, em confronto com a Súmula 363/TST. Inicialmente, cabe salientar que o contrato de trabalho é de cunho bilateral, resultado da vontade de trabalhador e empregador, ainda quando haja adesão obreira a cláusulas pré-estabelecidas, porque tal também pressupõe manifestação de vontade própria da formação dos contratos em geral. Assim, a nulidade decorrente da inobservância ao preceituado no artigo 37 da Constituição Federal é resultado da ação de ambas as partes, eis que se é certo ter a empresa pública se beneficiado de trabalhadores sem efetivação de certame público, também é certo que o trabalhador não pode alegar desconhecimento à célebre norma da exigência de concurso público para ingresso no serviço público, preferindo beneficiar-se de apadrinhamento, indicações ou convites, num ato egoístico que acaba prejudicando outros tantos trabalhadores alijados do processo público de ingresso exigido pela Lei Fundamental. É certo, ainda, que nulo o contrato de trabalho, nenhum efeito poderia advir daquilo que não pode gerar efeitos à luz da Constituição, sob pena de instituir-se o direito repudiado por interpretação divergente com a índole constitucional. Não obstante isso, a jurisprudência trabalhista tem, sob um certo manto social, entendido razoável que ao menos os dias laborados sejam remunerados, assim como os valores referentes aos depósitos do FGTS, em caráter indenizatório pelo trabalho dispendido, nesse ponto tentando encontrar o equilíbrio entre a não-locupletação da Administração Pública e a não-efetivação obreira nos quadros públicos. Tenho ressalvas a tal entendimento jurisprudencial, mas considero a firme disposição superior de aplicar os precedentes, por conta da Súmula 363/TST, às realidades sociais surgidas, quando muito há que ser observado tal limite definido, sem estabelecimento de qualquer outra modalidade remuneratória ou indenizatória pelo trabalho desenvolvido à margem da Constituição Federal. Embora aplicando a Súmula 363/TST com ressalvas de entendimento pessoal, em respeito à segurança jurídica que deve advir da jurisprudência como balizador de condutas sociais, vislumbro existir nos pedidos verba condizente ao preceituado no verbete sumular indicado, qual seja, os valores referentes aos depósitos do FGTS, como fora postulado. Assim, aplicando-se, ainda que com ressalvas, a Súmula 363/TST, quando restringe o pagamento das verbas de caráter salarial, enquanto tenho entendimento mais restritivo por conta da nulidade declarada, verifica-se a procedência do pedido formulado, já que os valores referentes aos depósitos do FGTS condizem com o preceituado pela parte final do referido verbete sumular. Concluindo, ao amparo do artigo 557, § 1º-A, do CPC, c/c artigo 769 da CLT e nos termos do Regimento Interno desta Corte, e ante a Súmula 363/TST, DOU PROVIMENTO ao recurso, porque manifestamente procedente face à jurisprudência superior, para condenar a Reclamada ao pagamento dos valores referentes aos depósitos do FGTS, invertendo os ônus da sucumbência e arbitrando à condenação o valor de R$ 12.380,00 (doze mil e trezentos e oitenta reais), com as custas processuais a serem suportadas pela Reclamada, no importe de R$ 247,60 (duzentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos), das quais é isenta na forma da lei. Publique-se e intime-se. À Secretaria da 2ª Turma para as providências cabíveis. Brasília (DF), 02 de julho de 2008. (data do julgamento) ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA Juiz Relator.

TRT - 01205-2007-019-10-00-7 - RO

RELATOR	JUIZ ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
REVISOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
RECORRENTE	União (Fazenda Nacional)
PROCURADOR	Leopoldo Gomes Muraro
RECORRIDO	Márcia Dias Pereira Amaral
ADVOGADO	Alceste Vilela Júnior
RECORRIDO	Gasol Combustíveis Automotivos Ltda.
ADVOGADO	Marcelo Luiz Ávila de Bessa
ORIGEM	19ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(GRIJALBO FERNANDES COUTINHO)

DECISÃO: Contra a r. decisão da lavra do Exmº. Sr. Juiz Grijalbo Fernandes Coutinho, da MM. 19ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, que homologou acordo havido entre as partes (fl. 283), recorre ordinariamente a União (Fazenda Nacional), nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 11.457/2007, objetivando reformar o julgado, alegando que a contribuição previdenciária deva incidir sobre a rubrica indenização por ausência de intervalo intrajornada (fls. 289/293). Devidamente intimadas as partes (fl. 294), somente a Reclamada apresentou contra-razões (fls. 295/305). O Ministério Público emitiu parecer pelo prosseguimento do feito, invocando a Súmula 189/STJ (fl. 311). Ressalvo entendimento pessoal, pois vislumbro o agravo de petição como a via recursal própria, eis que a contribuição previdenciária emerge na execução da sentença, ainda que homologatória de acordo, do que resultaria a incidência do artigo 897, "a" e § 8º, da CLT, e não do artigo 895 consolidado, eis que o contexto de recurso contido no artigo 832, § 4º, da CLT dirige-se ao sentido amplo de recurso em geral e não específico do recurso ordinário, do que resultaria a for-

mação de autos apartados que não inibiriam o prosseguimento regular da execução das parcelas trabalhistas, enquanto em discussão a incidência previdenciária. A tal modo, o apelo é admissível. No entanto, no mérito, o apelo se mostra manifestamente procedente. O MM. Juízo de origem, por intermédio da r. decisão homologou conciliação, na qual restou acordado que as partes declaravam que a transação no valor de R$ 5.000,00 se compunha de 100% de parcelas de natureza indenizatória, correspondentes a indenização do § 4º, do art. 71, da CLT (R$ 3.000,00), multa convencional (R$ 1.250,00) e honorários assistenciais (R$ 750,00), sobre as quais não há incidência de contribuição previdenciária. Pretende a União (Fazenda Nacional) que a contribuição previdenciária incida sobre a parcela indenização por ausência de intervalo intrajornada, ante sua natureza salarial (fls. 289/293). Tenho entendimento pessoal que a falta de intervalo intrajornada configura a indenização em decorrência do art. 71, § 4º, da CLT, assim também entendendo a Egrégia Segunda Turma Regional. No entanto, a Colenda 1ª Subseção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho publicou a OJ-354/TST-SDI-1 que denota a natureza salarial da verba: "OJ-354-INTERVALO INTRAJORNADA. ART. 71, § 4º, DA CLT. NÃO CONCESSÃO OU REDUÇÃO. NATUREZA JURÍDICA SALARIAL." Possui natureza salarial a parcela prevista no art.71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais." Nesse sentido, emergindo agora pela jurisprudência superior mais recente a natureza salarial, resulta a hipótese de incidência fiscal e previdenciária sobre a parcela, ainda que impropriamente houvesse sido antes considerada de indenização. Assim, à luz do exposto, e com ressalvas de entendimento pessoal, não há mais que se falar em negativa de incidência de contribuição previdenciária sobre a parcela decorrente da falta de intervalo intrajornada. Concluindo, ao amparo do artigo 557, § 1º-A, do CPC, c/c artigo 769 da CLT e nos termos do Regimento Interno desta Corte, e ante a OJ-354/TST-SDI-1, DOU PROVIMENTO ao recurso, porque manifestamente procedente face à jurisprudência superior, para determinar a incidência previdenciária sobre a parcela decorrente do art. 71, § 4º, da CLT. Publique-se e intime-se. À Secretaria da 2ª Turma para as providências cabíveis. Brasília/DF, 30 de junho de 2008. ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA Juiz Relator

TRT - 00302-2007-008-10-00-9 - EDRO

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
REVISOR	JUIZ JOÃO AMÍLCAR
RECORRENTE	Distrito Federal
ADVOGADO	João Itamar de Oliveira
RECORRIDO	Ana Paula de Assunção
ADVOGADO	Normando Augusto e Cavalcanti Júnior
RECORRIDO	Instituto Candango de Solidariedade - ICS
ORIGEM	08ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(URGEL RIBEIRO PEREIRA LOPES)

DESPACHO: Considerando os termos do v. Acórdão de fls 106/113 e tendo em vista a possibilidade de efeito modificativo dos embargos declaratórios, opostos pelo recorrente fls. 115/120), abre-se vista à parte contrária (Enunciado 278), pelo prazo de 05 dias. Intime-se. Brasília (DF), 08 de Julho de 2008. JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE Juiz Relator.

TRT - 00412-2007-011-10-00-3 - EDRO

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
REVISOR	JUIZ JOÃO AMÍLCAR
RECORRENTE	Distrito Federal
ADVOGADO	Renato Guanabara Leal de Araújo
RECORRENTE	Rosa Maria da Silva Campelo
ADVOGADO	Francisco Rodrigues Preto Júnior
RECORRIDO	Os Mesmos
RECORRIDO	Instituto Candango de Solidariedade - ICS
ORIGEM	11ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(GILBERTO AUGUSTO L. MARTINS)

DESPACHO: Considerando os termos do v. Acórdão de fls 168/176 e tendo em vista a possibilidade de efeito modificativo dos embargos declaratórios, opostos pelo recorrente fls. 178/179), abre-se vista à parte contrária (Enunciado 278), pelo prazo de 05 dias. Sendo intimada via edital. Intime-se. Brasília (DF), 08 de julho de 2008 JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE Juiz Relator.

TRT - 00404-2007-006-10-00-1 - EDRO

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
REVISOR	JUIZ JOÃO AMÍLCAR
RECORRENTE	Adriano Alves de Matos Feitosa
ADVOGADO	Luciano Silva Campolina
RECORRENTE	Banco Mercantil do Brasil S.A
ADVOGADO	Carlos Odorico Vieira Martins
RECORRIDO	Os Mesmos
ORIGEM	06ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(SILVIA MARIOZI DOS SANTOS)

DESPACHO: Abre-se vista à parte contrária (Enunciado 278), pelo prazo de cinco dias, em razão do requerimento de efeito modificativo ao Acórdão de fls. 447/458 , consignado nos embargos declaratórios interpostos pelo recorrente de fls. 460/465 . Intime-se. Brasília (DF), 08 de julho de 2008. JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE Juiz Relator.

TRT - 00349-2007-009-10-00-9 - EDRO

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
REVISOR	JUIZ GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
RECORRENTE	Abgail Elma Nunes Silva e Outros
ADVOGADO	Djalma Nogueira dos Santos Filho
RECORRIDO	Distrito Federal
PROCURADOR	Márcia Guasti Almeida
RECORRIDO	Instituto Candango de Solidariedade - ICS
ORIGEM	09ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(NAIANA CARAPEBA NERY DE OLIVEIRA)

DESPACHO: Vistos, etc. Abre-se vista às partes, pelo prazo sucessivo de cinco dias, a começar pela reclamante, em razão do requerimento de efeito modificativo ao Acórdão de fls. 128/140, consignado nos embargos declaratórios opostos pelos litigantes às fls. 145/146 e 147/148. Intimem-se. Brasília (DF), 07 de julho de 2008. JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE Juiz Relator.

TRT - 01135-2007-006-10-00-0 - EDRO

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
REVISOR	JUIZ GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
RECORRENTE	Banco do Brasil S.A.
ADVOGADO	Carlos Alberto de Souza
RECORRENTE	Alceo João Ronchetti
ADVOGADO	Maria de Fátima Mendonça dos Santos
RECORRIDO	Os Mesmos
ORIGEM	06ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(SILVIA MARIOZI DOS SANTOS)

DESPACHO: Abre-se vista ao reclamado (Súmula 278 do TST), pelo prazo de cinco dias, em razão da possibilidade de efeito modificativo ao Acórdão de fls. 631/643, consignado nos embargos declaratórios opostos pelo reclamante. Intime-se. Brasília (DF), 09 de julho 2008. JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE Juiz Relator.

TRT - 00010-2008-009-10-00-3 - EDRO

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
REVISOR	JUIZ GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
RECORRENTE	Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS
ADVOGADO	Daniela Elena Carboneri
RECORRIDO	Airton Luciano Aragão
ADVOGADO	Denise Aparecida Rodrigues Pinheiro de Oliveira
ORIGEM	09ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(TAMARA GIL ALVES PORTUGAL)

DESPACHO: Abre-se vista ao reclamante (Súmula 278 do TST), pelo prazo de cinco dias, em razão da possibilidade de efeito modificativo ao Acórdão de fls. 209/214, consignado nos embargos declaratórios opostos pela Reclamada. Intime-se. Brasília (DF), 09 de julho 2008. JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE Juiz Relator.

TRT - 00680-2007-004-10-00-7 - EDRO

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
REVISOR	JUIZ BRASILINO SANTOS RAMOS
RECORRENTE	Fabiana Carneiro
ADVOGADO	Luiz Carlos Brito Simões
RECORRENTE	Distrito Federal
ADVOGADO	Djacyr Cavalcanti de Arruda Filho
RECORRIDO	Os Mesmos
RECORRIDO	Instituto Candango de Solidariedade - ICS
ORIGEM	04ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(DENILSON BANDEIRA COELHO)

DESPACHO: Abre-se vista à reclamante (Súmula 278), pelo prazo de cinco dias, em razão da possibilidade de efeito modificativo ao Acórdão de fls. 119/134, consignado nos embargos declaratórios opostos pelo Distrito Federal. Intime-se. Brasília (DF), 0 9 de julho de 2008. JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE Juiz Relator.

TRT - 00017-2007-018-10-00-5 - EDRO

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
REVISOR	JUIZ ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
RECORRENTE	Fabiana Aparecida Silva da Cruz
ADVOGADO	Roberto Gomes Ferreira
RECORRENTE	Centro de Ensino Unificado de Brasília - UNICEUB
ADVOGADO	Roberto Esteves Lima
RECORRIDO	Os Mesmos
ORIGEM	18ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(REJANE MARIA WAGNITZ)

DESPACHO: Abre-se vista à reclamante (Súmula 278), pelo prazo de cinco dias, em razão da possibilidade de concessão de efeito modificativo ao Acórdão de fls. 659/669, consignado nos embargos declaratórios opostos pelo reclamado às fls. 671/675. Intime-se. Brasília (DF), 07 de Julho de 2008. JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE Juiz Relator.

TRT - 00538-2007-019-10-00-9 - EDRO

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
REVISOR	JUIZ JOÃO AMÍLCAR
RECORRENTE	Milena Rodrigues Leão
ADVOGADO	Júlio César Borges de Resende
RECORRENTE	Serviço Social do Comércio no Distrito Federal - SESC/AR/DF
ADVOGADO	Bruno Ribeiro Silva de Oliveira
RECORRIDO	Os Mesmos
ORIGEM	19ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(SOLYAMAR DAYSE NEIVA SOARES)

DESPACHO: Abre-se vista à reclamante (Súmula 278), pelo prazo de cinco dias, em razão da possibilidade de efeito modificativo ao Acórdão de fls. 264/271, consignado nos embargos declaratórios opostos pela Reclamada. Intime-se. Brasília (DF), 09 de julho de 2008. JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE Juiz Relator.

TRT - 01186-2007-002-10-00-7 - EDRO

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
REVISOR	JUIZ GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
RECORRENTE	União
PROCURADOR	Diogo Palau Flores dos Santos
RECORRIDO	Mário Mendes Monteiro
ADVOGADO	Jomar Alves Moreno
RECORRIDO	Executiva Serviços Profissionais Ltda.
ORIGEM	02ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(ODELIA F. NOLETO)

DESPACHO: Abre-se vista ao reclamante (Súmula 278), pelo prazo de cinco dias, em razão da possibilidade de efeito modificativo ao Acórdão de fls. 158/166, consignado nos embargos declaratórios opostos pela União. Intime-se. Brasília (DF), 09 de julho de 2008. JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE Juiz Relator.

TRT - 00870-2004-004-10-00-1 - EDAP

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
REVISOR	JUIZ JOÃO AMÍLCAR
AGRAVANTE	República de Portugal
ADVOGADO	Victorino Ribeiro Coelho
AGRAVADO	Dilza Aamaro Martinho
ADVOGADO	Renato Borges Rezende
AGRAVADO	União (Fazenda Nacional)
PROCURADOR	Ticiana Lopes Pontes
ORIGEM	04ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(DENILSON BANDEIRA COELHO)

DESPACHO: Vistos, etc. Abre-se vista ao Embargado/Exeqüente (Súmula 278), pelo prazo de cinco dias, em razão do requerimento de efeito modificativo ao Acórdão de fls. 194/197, consignado nos embargos declaratórios opostos pela Executada às fls.204/207. Intime-se. Brasília (DF), 09 de julho de 2008. JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE Juiz Relator.

TRT - 00900-2004-004-10-00-0 - EDAP

RELATOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
REVISOR	JUIZ JOÃO AMÍLCAR
AGRAVANTE	República de Portugal
ADVOGADO	Victorino Ribeiro Coelho
AGRAVADO	Ilda Maria de Fonte Moutinho
ADVOGADO	Renato Borges Rezende
AGRAVADO	União (Fazenda Nacional)
PROCURADOR	Ticiana Lopes Pontes
ORIGEM	04ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(DENILSON BANDEIRA COELHO)

DESPACHO: Vistos, etc., Considerando os termos do v. Acórdão de fls. 156/158 e tendo em vista a possibilidade de efeito modificativo dos embargos declaratórios, opostos pelo agravante (fls. 165/167), abre-se vista à parte contrária (Enunciado 278), pelo prazo de cinco dias. Intime-se. Brasília (DF), 08 de julho de 2008. JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE Juiz Relator.

TRT - 01733-2006-101-10-00-5 - EDRO

RELATOR	JUIZ GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
REVISOR	JUIZ JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
RECORRENTE	Naej Lucas Chaves
ADVOGADO	Carlos Sidney de Oliveira
RECORRENTE	Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Distrito Federal - SESI/DR/DF (Recurso Adesivo)
ADVOGADO	Clélia Scafuto
RECORRIDO	Os Mesmos
ORIGEM	01ª VARA DO TRABALHO DE TAGUATINGA/DF
JUIZ(A)	(ROGÉRIO NEIVA PINHEIRO)

DESPACHO: Vistos, etc. Nos termos da OJ n.º 142 da SBDI-1, vista à reclamante dos embargos declaratórios opostos pela reclamada. Prazo legal. Publique-se. Brasília (DF), 09 de julho de 2008. GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS Juiz Relator.

SECRETARIA DA 3ª TURMA

DESPACHOS

TRT - 00545-2007-010-10-00-3 - EDRO

RELATOR	JUIZ BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA
REVISORA	JUÍZA MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
EMBARGANTE	Rodrigo Duarte Evangelio
ADVOGADO	Marcone Guimarães Vieira
EMBARGADO	v,acórdão 3ª Turma
OUTRA PARTE	MDF Móveis Ltda. (Star Móveis)
ADVOGADO	José Roberto dos Santos
OUTRA PARTE	Os Mesmos
ORIGEM	10ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(SANDRA NARA BERNARDO SILVA)

DESPACHO: Tendo em vista o pedido de efeito modificativo aos embargos de declaração, intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo de 05(cinco) dias (Súmula n. 278 e Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 n. 142 ambas do c. TST). Publique-se. Brasília-DF, 9 de julho de 2008. BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA Juiz Relator cjl

TRT - 00027-2008-102-10-00-4 - RO

RELATOR	JUIZ BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA
REVISOR	JUIZ BERTHOLDO SATYRO
RECORRENTE	União Brasiliense de Educação e Cultura - UBEC
ADVOGADO	Luiz Augusto Pires Mesquita
RECORRIDO	José de Lima Soares
ADVOGADO	Larissa Chaul de Carvalho Oliveira
ORIGEM	02ª VARA DO TRABALHO DE TAGUATINGA/DF
JUIZ(A)	(IDALIA ROSA DA SILVA)

DESPACHO: Considerando as petições do Reclamante de fls. 346/376 e fl.380, intime-se a Reclamada para manifestar-se sobre o seu teor. Após, cls. Brasília(DF), 09 de julho de 2008. BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA Juiz Relator rcm

TRT - 00631-2007-017-10-00-0 - EDRO

RELATOR	JUIZ BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA
REVISOR	JUIZ BERTHOLDO SATYRO
EMBARGANTE	Stanley Lustosa Fonseca
ADVOGADO	Marciano Côrtes Neto
EMBARGADO	v.acórdão da 3ª turma
OUTRA PARTE	Metropolitan Logística Comercial Ltda.
ADVOGADO	Antônio Celso Soares Sampaio
OUTRA PARTE	Platinum Operadora de Transporte Multimodal e Logística Ltda.
ADVOGADO	Rogério Marcio Falotico
OUTRA PARTE	Os Mesmos
ORIGEM	17ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(PAULO HENRIQUE BLAIR DE OLIVEIRA)

DESPACHO: Tendo em vista o pedido de efeito modificativo aos embargos de declaração, intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo de 05(cinco) dias (Súmula n. 278 e Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 n. 142 ambas do c. TST). Publique-se. Brasília-DF, 9 de julho de 2008. BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA Juiz Relator cff

TRT - 00961-2007-007-10-00-9 - EDRO

RELATOR	JUIZ BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA
REVISOR	JUIZ BERTHOLDO SATYRO
EMBARGANTE	Carlos Fernandes de Queiroz
ADVOGADO	Aldenei de Souza e Silva
EMBARGADO	v.acórdão da 3ª turma
OUTRA PARTE	Qualix Serviços Ambientais Ltda.
ADVOGADO	Almir Hoffmann de Lara Júnior
ORIGEM	07ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(ÉRICA DE OLIVEIRA ANGOTI)

DESPACHO: Tendo em vista o pedido de efeito modificativo aos embargos de declaração, intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo de 05(cinco) dias (Súmula n. 278 e Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 n. 142 ambas do c. TST). Publique-se. Brasília-DF, 9 de julho de 2008. BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA Juiz Relator cff

TRT - 00918-2007-811-10-00-8 - EDROPS

REDATOR	JUIZ BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA
RELATOR	JUIZ BERTHOLDO SATYRO
EMBARGANTE	Probank S.A.
ADVOGADO	Décio Flávio G. Torres Freire
EMBARGADO	v.acórdão da 3ª turma
OUTRA PARTE	Viviane Assis Montes
ADVOGADO	Gisele Rodrigues de Sousa
ORIGEM	01ª VARA DO TRABALHO DE ARAGUAÍNA/TO
JUIZ(A)	(MARLY COSTA DA SILVEIRA)

DESPACHO: Tendo em vista o pedido de efeito modificativo aos embargos de declaração, intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo de 05(cinco) dias (Súmula n. 278 e Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 n. 142 ambas do c. TST). Publique-se. Brasília-DF, 10 de julho de 2008. BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA Juiz Redator cff

TRT - 00002-2008-019-10-00-4 - ROPS

RELATOR	JUIZ BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA
RECORRENTE	Tiger Segurança Eletrônica e Serviços Ltda.
ADVOGADO	Tales Pinheiro Lins Júnior
RECORRIDO	Rosana Verônica de Salles Cella
ADVOGADO	Joyce M. E. M. Cerqujeira
ORIGEM	19ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF
JUIZ(A)	(GRIJALBO FERNANDES COUTINHO)

DESPACHO: Recebo a petição de fls. 144/146 como embargos declaratórios. Diante dos termos nela contidos, e a fim de evitar qualquer nulidade, intime-se a Reclamada para, querendo, apresentar contra-razões aos embargos de declaração opostos pela parte contrária, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes da Orientação Jurisprudencial nº 142 do C. TST. Publique-se. Brasília(DF), 09 de julho de 2008. BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA Juiz Relator rcm

SECRETARIA DE APOIO JUDICIÁRIO

COORDENADORIA DE RECURSOS

TRT 10ª REGIÃO - RR-AIRO 01076-2006-020-10-00-6

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Leopoldo Gomes Muraro
Recorrido	EMPLAVI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Advogado	Júlio César Cavalcante Aires
Recorrido	Rafael Sodré da Silva
Advogado	Pedro Martins Filho

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 29/04/2008 - fl. 245; recurso apresentado em 13/05/2008 - fl. 247). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS COMPETÊNCIA JUSTIÇA DO TRABALHO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, XXXV, e 114, VIII e IX, da CF; - ofensa ao art. 87 do CPC e 876, parágrafo único, da CLT; - divergência jurisprudencial. A Eg. 1ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 237/241, deu provimento ao agravo de instrumento interposto pela União para considerar oportuna a apresentação do recurso ordinário e a este negou provimento, adotandoo fundamento de que a competência da Justiça do Trabalho para executar parcela previdenciária relativa aoperíodo do vínculo de emprego reconhecido em Juízo, nos termos do art. 876, parágrafo único, da CLT, ocorreu a partir de 2/5/2007, data de vigência da Lei nº 11.457/07, que conferiu nova redação ao texto do citado dispositivo legal. In casu, comoa sentença foi proferida em 1/12/2006, antes, portanto, da vigência da Lei nº 11.457/2007, não haveria competência desta Justiça Especializada para a execução da contribuição previdenciária referente ao período do vínculo empregatício reconhecido em Juízo. Nas razões de recurso de revista, a União sustenta que o art. 114, inc. VIII, da Constituição Federal não faz distinção alguma acerca do conteúdo das sentenças que o Juízo Trabalhista proferir; dessa forma, a competência executória da Justiça do Trabalho abrangeria as sentenças de conteúdo condenatório e declaratório. Antes de proceder à análise das alegações, importante ressaltar que vinha adotando entendimento no sentido de que, nos termos do art. 6º da LICC, a lei em vigor teria efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, esclarecendo que a Lei nº 11.457/2007, de cunho processual, incidiria de forma imediata nos processos em curso, e, de tal modo, considerava prudente a admissão dos recursos para a devida apreciação do tema pelo Col. TST. Contudo, revendo posicionamento, passo ao exame. Não obstante todos os argumentos expendidos no recurso, constata-se que a decisão, como delimitada, não importaem violação literal e direta dos dispositivos invocados pela recorrente, a ensejar a admissibilidade do recurso, nos moldes estabelecidos pelo art. 896 da CLT. Trata-se, como visto, de discussão relativa à competência desta Justiça para a execução de ofício das contribuições previdenciárias incidentes sobre o período de vínculo reconhecido em Juízo. O art. 114, VIII, da Constituição Federal estabelece a competência da Justiça do Trabalho para a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, "a", e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir. Procedendo à exegese do referido artigo, o Col. TST pacificou seu entendimento, consubstanciando-o no item I da Súmula nº 368, esclarecendo que a competência desta Justiça para a execução das referidas contribuições limitava-se às sentenças condenatórias em pecúnia e aos valores objeto de acordo homologado, que integrem o salário-contribuição. De tal modo, a conclusão alcançada pela Eg. Turma não permite se possa afirmar que tenha ela violado literalmente as disposições do referido dispositivo constitucional - diga-se de passagem - interpretado pelo Col. TST, mediante o item I da súmula retrocitada.Não há, pois, que se cogitar de ofensa direta e literal ao art. 876, parágrafo único, da CLT, muito menos de ofensa ao art. 5º, XXXV, da Constituição, já que não foi excluída da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Quanto ao inc. IX do art. 114, não procede a alegação de ofensa, uma vez que nada se discute acerca de outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho. Já no que se refere à invocação do art. 87 do CPC, registre-se que o artigo apenas estabelece que se determina a competência no momento em que a ação é proposta, e, sob tal ótica, não houve qualquer pronunciamento por parte da Eg. Turma, que nem sequer foi provocada a fazê-lo, o que atrai a aplicabilidade do entendimento contido na Súmula nº 297 do Col. TST. Por fim, também não se sustenta o recurso em face da alegação de divergência jurisprudencial. O aresto colacionado à fl. 250 é oriundo de Turma do Col. TST, fonte não autorizada à comprovação de dissenso, nos termos estabelecidos pelo artigo 896, "a", da CLT. Já o de fls. 252/253 não detém a especificidade e a identidade fática necessárias à demonstração de divergência, pois aborda genericamente a questão relativa à ampliação da competência da Justiça do Trabalho, conforme diretriz traçada no parágrafo único do artigo 876 da CLT, não enfrentando o fundamento adotado pela Eg. Turma, no sentido de qual regramento deve ser aplicado, considerando-se a data em que proferida a sentença em que se reconheceu o vínculo de emprego. Incide, nesse caso, o entendimento consubstanciado nas Súmulas nºs 23 e 296 do Col. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 00163-2007-001-10-00-9

Recorrente	Centro de Estudos Superiores Planalto Ltda. - CESPLAN
Advogado	Sérgio Leverdi Campos e Silva
Recorrido	Claudete da Costa Borba
Advogado	Júlio César Borges de Resende

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 247; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 248). Regular a representação processual (fls. 80). O juízo está garantido (fl (s) 207). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS EXCESSO DE PENHORA Alegação(ões): - violação do art. 5º, II, XXII, XXXV, LIV e LV, da CF; A Eg. 1ª Turma deste Regional, por meio do v. acórdão às fls. 244/246, negou provimento ao agravo de petição do executado, restando o v. acórdão assim ementado, verbis: "EXCESSO DE PENHORA. NÃO-CONFIGURAÇÃO. A constrição judicial de bem em valor superior ao débito exeqüendo não configura excesso de penhora, na medida em que apenas a quantia necessária será utilizada para quitar a execução e o valor remanescente será devolvido ao executado, garantindo-lhe a possibilidade de arrematar o bem pelo valor da avaliação (art. 690-A do CPC). No caso, o devedor não aponta especificamente outros bens de menor valor livres e desembaraçados em substituição ao imóvel constrito, devendo subsistir a penhora." Inconformado, insurge-se o executado contra a decisão insistindo na tese de que o bem penhorado possui valor muito superior ao da execução. Sem razão. Ab initio,assinale-se que,a teor da Súmula nº 266 do Col. TST, a admissibilidade do recurso de revista interposto contraacórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiro, depende de demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal. Nesse mesmo sentido, a propósito,preconiza o § 2º do art. 896 da CLT. Pois bem. No tocante ao art. 5º, inc. II, da Constituição Federal, conforme reiteradas decisões da Excelsa Suprema Corte, em regra não admite violação direta mas tão-somente reflexa em razão do descumprimento de norma infraconstitucional. A análise de suposta afronta ao art. 5º, inc. XXII, da Carta Política, alusivo ao direito de propriedade, esbarra no óbice da Súmula nº 297/TST, à míngua de prequestionamento, porquanto o Colegiado não emitiu nenhuma tese acerca de seu conteúdo. Por fim, não se reconhece a propalada lesão do art. 5º, incs. XXXV, LIV e LV, do Texto Fundamental, uma vez que foi garantido ao executado o direito subjetivo de ação, o contraditório e a ampla defesa com os meios e recursos a ela inerentes, de modo que foi respeitado o devido processo legal. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /lbj/

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 00252-2001-018-10-00-1

Recorrente	União (Ministério da Marinha)
Advogado	Iolaine Kisner Teixeira
Recorrido	Enoque Sobrinho da Silva
Advogado	Henrique Gustavo Ribeiro Jacome
Recorrido	Unidas Empreendimentos e Conservação Ltda.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 05/06/2008 - fl. 310; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 312). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS EXECUÇÃO - DEVEDOR SUBSIDIÁRIO Alegação(ões): - violação dos arts. 1º, caput e III, 5º, XXIII, e 170, III, da CF; - ofensa aos arts. 592, II, e 596 do CPC, 50 do CCB e 28 do CDC. A Eg. 1ª Turma deste Regional, por meio do v. acórdão às fls. 303/307, negou provimento ao agravo de petição da União, mantendo a r. sentença que reconheceu como legítimo o direcionamento da execução à devedora subsidiária. A r. decisão restou assim ementada, verbis: "AGRAVO DE PETIÇÃO. DIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA O DEVEDOR SUBSIDIÁRIO. LEGALIDADE. Constatando-se nos autos que tanto o devedor principal como seus respectivos sócios encontram-se em local incerto e não sabido e que inexistem bens passíveis de garantir a execução, bem como não tendo o agravante, ao pretender seja observado o benefício de ordem, indicado bens do devedor à penhora, conforme preconizam os arts. 595 e 596 do CPC, legítimo revela-se o direcionamento da execução contra o devedor subsidiário." Insurge-se a União contra a decisão almejando a sua reforma, ao argumento de que a execução deve ser direcionada à primeira executada, devedora principal, com a desconsideração da respectiva personalidade jurídica para atingir bens dos sócios. Inicialmente, assinale-se que, a teor da Súmula nº 266 do Col. TST, a admissibilidade do recurso de revista interposto contra acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiro, depende de demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal. Nesse mesmo sentido, inclusive, preconiza o § 2º do art. 896 da CLT. A tal modo, despicienda a análise dos dispositivos infraconstitucionais tidos por

violados. Quanto à alegada ofensa aos arts. 1º, caput e III, 5º,XXIII, e 170, III,da Constituição Federal, constata-se que o apeloesbarra no óbice da Súmula nº 297/TST, à míngua de prequestionamento, porquanto a Eg. Turma não emitiu nenhuma tese à luz de tais dispositivos. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /lbj/

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 00340-2006-010-10-00-7

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Ticiana Lopes Pontes
Recorrido	João Roberto Pádua Pinto
Advogado	Ulisses Borges de Resende
Recorrido	Sauber Cervejaria Ltda. (STADT BIER)
Advogado	Dorival Borges de Souza Neto

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 02/06/2008 - fl. 168; recurso apresentado em 13/06/2008 - fl. 170). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS COMPETÊNCIA JUSTIÇA DO TRABALHO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, XXXV, 114, VIII e IX, da CF; - ofensa ao art. 87 do CPC e 876, parágrafo único, da CLT; - divergência jurisprudencial. A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 161/165, negou provimento ao agravo de petição, adotandoo fundamento de que a competência da Justiça do Trabalho para executar parcela previdenciária relativa ao período dovínculo de emprego reconhecido em Juízo, nos termos do art. 876, parágrafo único, da CLT, ocorreu a partir da vigência da Lei nº 11.457/07, que conferiu nova redação aoparágrafo únicodo citado dispositivo legal. In casu , como o sentença foi proferida em 26/6/2006, antes, portanto, da vigência da Lei nº 11.457/2007, nãoseria esta Justiça competente para a execução da contribuição previdenciária referente ao período do vínculo empregatício reconhecido em Juízo. Nas razões de recurso de revista, a União sustenta que o art. 114, inc. VIII, da Constituição Federal não faz distinção alguma acerca do conteúdo das sentenças que o Juízo Trabalhista proferir; dessa forma, a competência executória da Justiça do Trabalho abrangeria as sentenças de conteúdo condenatório e declaratório. Inicialmente, ante a restrição do artigo 896, § 2º, da CLT, não se cogita da análise da alegação de violação à legislação infraconstitucional e de divergência jurisprudencial. Trata-se, como visto, de discussão relativa à competência desta Justiça para a execução de ofício das contribuições previdenciárias incidentes sobre o período de vínculo reconhecido em Juízo. Com efeito,o artigo 114, VIII, da Constituição Federal estabelece a competência da Justiça do Trabalho para a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, "a" , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir. Procedendo à exegese do referido artigo, o Col. TST pacificou seu entendimento, consubstanciando-o no item I da Súmula nº 368, esclarecendo que a competência desta Justiça para a execução das referidas contribuições limitava-se às sentenças condenatórias em pecúnia e aos valores objeto de acordo homologado, que integrem o salário-contribuição. Dentro de tal contexto, nos termos em que proferida a decisão, não se pode afirmar que tenha a Eg. Turma incorrido em ofensa literal e direta ao referido dispositivo, uma vez que se tratou de interpretação dada aos dispositivos que regem a matéria Não há que se cogitar, ainda,de ofensa direta e literalao artigo 5º, XXXV, da Constituição, já que não foi excluída da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Quanto ao inciso IX do artigo 114, não procede a alegação de ofensa, uma vez que nada se discute acerca de outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 00444-1988-007-10-85-9

Recorrente	ABÁDIA ROSÁRIA DE MORAIS
Advogado	José Alberto Couto Maciel
Recorrente	Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP
Advogado	Ernani Teixeira de Sousa
Recorrido	ABÁDIA ROSÁRIA DE MORAIS
Advogado	José Alberto Couto Maciel
Recorrido	Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP
Advogado	Ernani Teixeira de Sousa

Recurso de:Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 12238; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 12242). Irregularidade de representação. Recurso inexistente. O recurso de revista encontra-se firmado por procurador do Distrito Federal, entidade de direito público que não é parte no presente feito. Areclamada é uma empresa pública do Distrito Federal, possuindo autonomia administrativa, sendo representada em Juízo na forma estatutáriapor seu presidente, conforme prova o mandato à fl. 11.182, no qual não está incluído o nome do referido procurador. Dessarte, considerando que osubscritorda peça processual às fls. 12.242/12.250 não possui procuração nos autos, tenho como juridicamenteinexistente o recurso em análise. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:ABÁDIA ROSÁRIA DE MORAIS PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 12.238; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 12.251). Regular a representação processual (fls. 28/224 e 2.631). Inexigível opreparo (fl. 1.437). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS COISA JULGADA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, XXXVI da CF; A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 12.187/12.200, complementado às fls. 12.234/12.237,negouprovimento ao agravo de petição interposto pelos exeqüentes, mantendo a r. sentença dos embargos à execução emquese fixou a data-base para os reajustes requeridos nomês de março de 1986, pontuando o seguinte: Ressalto desde logo que a discussão sobre a natureza da parcela contida notítulo judicial não está sepultada pela preclusão ou pela coisa julgada, como sustentam as alegações recursais. Anatureza da parcela - em que pese a clareza do título judicial ao nomeá-la como antecipação salarial - foi suscitada pelos exeqüentes no limiar da fase executória, mas não gerou controvérsia e tampouco pronunciamento judicial. Por esse motivo é permitido abrir-se espaço para sua definição, máxime em se considerando que se trata de incorporação da parcela aos salários de setembro de 1986 a novembro de 2002. Os cálculos para tal finalidade jamais passaram pelo crivo do julgador no processo de execução. Justificável, assim, a discussão. Inconformados, os exeqüentes interpõem recurso de revista (fls. 12.252/12.303), alegando, dentre outras matérias,ofensa à coisa julgada, ao argumento nuclear de que,nos termos do título exeqüendo, o critério a ser utilizado para a confecção da conta deve ser o de que o adiantamento salarial concedido tem a natureza dereajuste salarial, e não de antecipação salarial. Verifica-se, de plano, que embora haja mencionada referência aantecipação salarial, o fato é que o comando sentencial é bastante claro ao determinar a sua integração sobre quaisquer reajustes salariais posteriores, evidenciando tratar-se de verdadeiro reajuste salarial, entendimento esclarecido no v. acórdão às fls. 12.191, in verbis : ""Dentro deste contexto, da coisa julgada aflora determinação inarredável, no sentido de que aos salários resultantes da incidência dos percentuais em tela, a partir de agosto de 1986, aplicar-se-iam os índices futuros de reajuste salarial, o que foi inobservado. Restaurando a integralidade do art. 5º, inciso XXXVI, da CF, acolho as ponderações doexeqüentes, para afastar a limitação imposta na origem, pois em descompasso com o que não mais é alterável. Determino, desta forma, a apuração das diferenças entre os salários pagos e os devidos, a partir de setembro de 1986 - inclusive - , até a integral satisfação do ordenado pela v. decisão trânsita em julgado"". De se notar que o mencionado entendimento não foi modificado, malgradoa utilização de diversos recursos interpostos nos presentes autos, apreciados inclusive pelo Col. TST, razão por quese torna admissível o recurso, em face depossível violação doartigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal. De tal modo, admite-se o presente recurso de revista, remetendo-se à apreciação da Superior Corte Trabalhista as demais matérias deduzidas pelos recorrentes. (Súmula nº 285/TST) CONCLUSÃO RECEBO o recurso de revista. Ao Recorrido, para contra-razões. Após, remetam-se os autos ao Col. TST. Publique-se. Brasília,4de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 00489-1999-013-10-00-5

Recorrente	Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia Crea Df
Advogado	Horácio Eduardo Gomes Vale
Recorrido	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Leopoldo Gomes Muraro
Recorrido	Urbano Alves Cordeiro
Advogado	Ellis Denise Corrêa

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 09/06/2008 - fl. 866; recurso apresentado em 13/06/2008 - fl. 848). Regular a representação processual (fl. 754). O juízo está garantido (fl (s) 790/795). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - BASE DE CÁLCULO Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, inc. XXXVI, da CF; - ofensa ao art. 832, § 3º, da CLT; 30, inc. I, alínea "b" e 43 da Lei 8.620/93; - divergência jurisprudencial. A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 826/829, complementado pelo julgamento dos embargos de declaração às fls. 842/846, deu provimentoao agravo de petição interposto pela União,para determinar o recolhimento das contribuições fiscais e previdenciárias, nos moldes em que fixados na r. sentençatransitada em julgado, e não sobre o valor acordado entre as partes. O v. acórdãoestá assim ementado, verbis : EXECUÇÃO. ACORDO. ENCARGOS SOCIAIS. BASE DE CÁLCULO. As partes não podem transacionar com o que não lhes pertence. Assim, não podem modificar ou desistir do resultado do julgamento que lhes foi imposto pelo Poder Judiciário. Não podem se compor para transacionar a respeito do resultado de julgamento que não lhes satisfez. A parte credora pode até mesmo renunciar à totalidade do seu crédito (art. 794, inciso III, do CPC). O que lhe é obstado é renunciar ao direito que deu origem ao crédito, cuja existência, porquanto que protegida pela coisa julgada, é indiscutível. E se não pode renunciar ao seu próprio direito, quanto mais aos de outrem, como por exemplo custas e recolhimentos previdenciários, que in casu pertencem, respectivamente, à União e ao INSS. Isso significa que contribuição previdenciária devida sobre o total dos direitos reconhecidos pela r. sentença transitada em julgado ou após a elaboração dos cálculos de liquidação de sentença não prejudicará os créditos da União (art. 832, §6º,CLT) e deverá ser devidamente recolhida, ainda que as partes transacionem. Nas razões de recurso de revista (fls. 848/863),o reclamado sustenta que "o acordo combatido destoa da ordem legal, tendo em vista que, o fato de as partes terem celebrado acordo não eleva os cálculos realizados pela Contadoria Judicial à categoria de definitivos, escorreitos e devidos. Doutro lado, o valor percebido e tido pelo reclamante é o legítimo e apto a compor a base de cálculo das contribuições previdenciárias." (fl. 853). Inicialmente, ante a restrição do artigo 896, § 2º, da CLT, não se cogita da análise da alegação deofensa à legislação infraconstitucional e de divergência jurisprudencial. Quanto à alegação de ofensa à literalidade do inc. XXXVI do art. 5º da Constituição Federal,conforme destacado,a Eg.Turma concluiu que, tendo o acordo ocorrido após o trânsito em julgado da sentença condenatória, na verdade, as contribuições deveriam incidir sobre osvalores determinados na sentença. Dessa forma, incólume o referido dispositivo,na medida em que, ao contrário do que alega o recorrente, o referido dispositivo foi observado pela Turma. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - MULTA Insurge-se o recorrente contra a multa aplicada em razão de os embargos de declaração terem sido considerados procrastinatórios. Nesse sentido, argumenta que não houve protelação no desfecho da demanda com a interposição dos embargos, uma vez que o recorrente embargou o v. acórdão recorrido por motivos de prequestionamento.No entanto, não ampara suas alegações em quaisquer das hipóteses previstas no artigo 896 da CLT para a admissibilidade do recurso de revista, o que torna o apelo desfundamentado. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 00540-2004-002-10-00-3

Recorrente	SAPATO DA CORTE LTDA. - ME
Advogado	Rodrigo Costa Suares
Recorrido	Núria Melo Monteiro
Advogado	Aroldo Oliveira de Souza Júnior

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 02/05/2008 - fl. 409; recurso apresentado em 12/05/2008 - fl. 411). Regular a representação processual (fls. 228, 229, 295). O juízo está garantido (fl (s) 304/307). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS AGRAVO DE PETIÇÃO. ACORDO. DESCUMPRIMENTO. MULTA. Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, caput, da CF; - ofensa ao art. 1.425, III, do CCB. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma, por meio do v.acórdão proferido às fls. 391/394, complementado às fls. 406/408, manteve a decisão proferida para resolver os embargos à execução ao fundamento de que "se o acordo entre as partes estipula o pagamento de prestações sucessivas, a parcela paga a destempo caracteriza a inadimplência do pactuado. e não cabe ao Juiz da Execução modificar os termos do acordo e deixar de aplicar a multa acordada quando descumprida a avença. Pontuou que a multa de 80% estipulada pelas partes, em caso de descumprimento do pactuado, incidirá sobre o valor remanescente do acordo. Ante a restrição do artigo 896, § 2º, da CLT, descabe análise de ofensaà legislação infraconstitucional, contrariedade e divergência jurisprudencial. Quanto à alegação de afronta ao artigo 5º, caput, da Constituição Federal, também impossível o seguimento do recurso, uma vez eu tal preceito é principiológico e, assim, enseja apenas violação de forma reflexa ou indireta, conforme reiteradamente tem se manifestado o Excelso Supremo Tribunal Federal. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1dejulho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 00541-2007-821-10-00-4

Recorrente	Guimarães e Miranda Ltda.
Advogado	Milton Roberto de Toledo
Recorrido	Henrique Pereira dos Santos e Outro
Advogado	Henrique Pereira dos Santos

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 167; recurso apresentado em 20/06/2008 - fl. 181). Regular a representação processual (fl. 10). O juízo está garantido (fl31). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO INVERSA - CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIETÁRIO Alegação(ões): - ofensa ao art. 591 do CPC, 1.026, caput, do CCB. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão de fls. 163/166, negou provimento ao agravo de petição interposto pela ora recorrente, pelo seguinte fundamento: EXECUÇÃO. APLICAÇÃO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO INVERSA. A sociedade empresária poderá ser responsabilizada por obrigação de sócio, quando demonstrada a fraude na constituição societária, situação em que se torna aplicável a teoria da desconsideração inversa. Sustenta a recorrente que a legislação autoriza que o credor particular do sócio penhore os lucros referentes à participação deste na sociedade, mas desde que não existam outros bens em nome do devedor suficientes para garantir o débito exeqüendo e, no caso em exame, não existe nenhum documento que comprove que a sócia da recorrente não possua bens executáveis. A despeito dos argumentos apresentados pela recorrente,nos termos do disposto no §2º do art. 896 da CLT, das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, só caberá recurso de revista por violação direta e literal à Constituição Federal. Nesse contexto, inviável o presente recurso, uma vez que fundamentado apenas emalegação de violação de dispositivos infraconstitucionais e divergência jurisprudencial. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mmmf/

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 00941-2006-016-10-00-8

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Dharla Giffoni Soares
Recorrido	Mirason Sound Car Tecnology - Eletrônica Mirasom Ltda. - ME (Gledson Gonçalves)
Advogado	Antônio Wanderlaan Batista Júnior
Recorrido	Thiago Pauferro Mafra
Advogado	Emens Pereira de Souza

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 02/06/2008 - fl. 151; recurso apresentado em 13/06/2008 - fl. 152). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS COMPETÊNCIA JUSTIÇA DO

TRABALHO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, XXXV, 114, VIII e IX, da CF; - ofensa ao art. 87 do CPC e 876, parágrafo único, da CLT; - divergência jurisprudencial. A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 144/148, negou provimento ao agravo de petição, adotandoo fundamento de que a competência da Justiça do Trabalho para executar parcela previdenciária relativa ao período dovínculo de emprego reconhecido em Juízo, nos termos do art. 876, parágrafo único, da CLT, ocorreu a partir da vigência da Lei nº 11.457/07, que conferiu nova redação aoparágrafo únicodo citado dispositivo legal. In casu , como o acordo foi homologado em 17/10/2006, antes, portanto, da vigência da Lei nº 11.457/2007, nãoseria esta Justiça competente para a execução da contribuição previdenciária referente ao período do vínculo empregatício reconhecido em Juízo. Nas razões de recurso de revista, a União sustenta que o art. 114, inc. VIII, da Constituição Federal não faz distinção alguma acerca do conteúdo das sentenças que o Juízo Trabalhista proferir; dessa forma, a competência executória da Justiça do Trabalho abrangeria as sentenças de conteúdo condenatório e declaratório. Inicialmente, ante a restrição do artigo 896, § 2º, da CLT, não se cogita da análise da alegação de violação à legislação infraconstitucional e de divergência jurisprudencial. Trata-se, como visto, de discussão relativa à competência desta Justiça para a execução de ofício das contribuições previdenciárias incidentes sobre o período de vínculo reconhecido em Juízo. Com efeito,o artigo 114, VIII, da Constituição Federal estabelece a competência da Justiça do Trabalho para a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, "a" , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir. Procedendo à exegese do referido artigo, o Col. TST pacificou seu entendimento, consubstanciando-o no item I da Súmula nº 368, esclarecendo que a competência desta Justiça para a execução das referidas contribuições limitava-se às sentenças condenatórias em pecúnia e aos valores objeto de acordo homologado, que integrem o salário-contribuição. Dentro de tal contexto, nos termos em que proferida a decisão, não se pode afirmar que tenha a Eg. Turma incorrido emofensa literal e direta ao referido dispositivo, uma vez que se tratoudeinterpretação dadaaos dispositivos que regem a matéria. Não há que se cogitar de ofensa direta e literalao artigo 5º, XXXV, da Constituição, já que não foi excluída da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Quanto ao inciso IX do artigo 114, não procede a alegação de ofensa, uma vez que nada se discute acerca de outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 00993-2006-017-10-00-0

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Dharla Giffoni Soares
Recorrido	Evilásio Alves de Araújo
Advogado	Alessandro Freitas da Rocha

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 02/06/2008 - fl. 93; recurso apresentado em 13/06/2008 - fl. 82). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS COMPETÊNCIA JUSTIÇA DO TRABALHO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, XXXV, 114, VIII e IX, da CF; - ofensa ao art. 87 do CPC e 876, parágrafo único, da CLT; - divergência jurisprudencial. A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 76/80, negou provimento ao agravo de petição, adotandoo fundamento de que a competência da Justiça do Trabalho para executar parcela previdenciária relativa ao período dovínculo de emprego reconhecido em Juízo, nos termos do art. 876, parágrafo único, da CLT, ocorreu a partir da vigência da Lei nº 11.457/07, que conferiu nova redação aoparágrafo únicodo citado dispositivo legal. In casu , como a sentença foi prolatada em 8/11/2006, antes, portanto, da vigência da Lei nº 11.457/2007, nãoseria esta Justiça competente para a execução da contribuição previdenciária referente ao período do vínculo empregatício reconhecido em Juízo. Nas razões de recurso de revista, a União sustenta que o art. 114, inc. VIII, da Constituição Federal não faz distinção alguma acerca do conteúdo das sentenças que o Juízo Trabalhista proferir; dessa forma, a competência executória da Justiça do Trabalho abrangeria as sentenças de conteúdo condenatório e declaratório. Inicialmente, ante a restrição do artigo 896, § 2º, da CLT, não se cogita da análise da alegação de violação à legislação infraconstitucional e de divergência jurisprudencial. Trata-se, como visto, de discussão relativa à competência desta Justiça para a execução de ofício das contribuições previdenciárias incidentes sobre o período de vínculo reconhecido em Juízo. Com efeito,o artigo 114, VIII, da Constituição Federal estabelece a competência da Justiça do Trabalho para a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, "a" , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir. Procedendo à exegese do referido artigo, o Col. TST pacificou seu entendimento, consubstanciando-o no item I da Súmula nº 368, esclarecendo que a competência desta Justiça para a execução das referidas contribuições limitava-se às sentenças condenatórias em pecúnia e aos valores objeto de acordo homologado, que integrem o salário-contribuição. Dentro de tal contexto, nos termos em que proferida a decisão, não se pode afirmar que tenha a Eg. Turma incorrido em ofensa literal e direta ao referido dispositivo, uma vez que se tratou de interpretação dada aos dispositivos que regem a matéria. Não há que se cogitar, ainda, de ofensa direta e literalao artigo 5º, XXXV, da Constituição, já que não foi excluída da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Quanto ao inciso IX do artigo 114, não procede a alegação de ofensa, uma vez que nada se discute acerca de outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 01150-2003-003-10-00-6

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Ticiana Lopes Pontes
Recorrido	Edileuza de Alcantara Lima
Advogado	André Vieira Macarini
Recorrido	Hospital Santa Lúcia S.A.
Advogado	Valdir Campos Lima

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 09/06/2008 - fl. 383; recurso apresentado em 13/06/2008 - fl. 384). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS COMPETÊNCIA JUSTIÇA DO TRABALHO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, XXXV, 114, VIII e IX, da CF; - ofensa ao art. 87 do CPC e 876, parágrafo único, da CLT; - divergência jurisprudencial. A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 375/379, negou provimento ao agravo de petição, adotandoo entendimento de queocorreu apreclusão consumativa, em face da concordânciada autarquia acerca dos cálculos anteriormente elaborados quanto às parcelas devidas à Previdência Social.Como reforço de fundamentação, esclareceu que, mesmo queassim não se entendesse, a competência da Justiça do Trabalho para executar parcela previdenciária relativa ao período dovínculo de emprego reconhecido em Juízo, nos termos do art. 876, parágrafo único, da CLT, ocorreu a partir da vigência da Lei nº 11.457/07, que conferiu nova redação aoparágrafo únicodo citado dispositivo legal. In casu , como o sentença foi proferida em 15/12/2005, antes, portanto, da vigência da Lei nº 11.457/2007, nãoseria esta Justiça competente para a execução da contribuição previdenciária referente ao período do vínculo empregatício reconhecido em Juízo. Nas razões de recurso de revista, a União sustenta que o art. 114, inc. VIII, da Constituição Federal não faz distinção alguma acerca do conteúdo das sentenças que o Juízo Trabalhista proferir; dessa forma, a competência executória da Justiça do Trabalho abrangeria as sentenças de conteúdo condenatório e declaratório. Inicialmente, ante a restrição do artigo 896, § 2º, da CLT, não se cogita da análise da alegação de violação à legislação infraconstitucional e de divergência jurisprudencial. Trata-se, como visto, de discussão relativa à competência desta Justiça para a execução de ofício das contribuições previdenciárias incidentes sobre o período de vínculo reconhecido em Juízo. Com efeito,o artigo 114, VIII, da Constituição Federal estabelece a competência da Justiça do Trabalho para a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, "a" , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir. Procedendo à exegese do referido artigo, o Col. TST pacificou seu entendimento, consubstanciando-o no item I da Súmula nº 368, esclarecendo que a competência desta Justiça para a execução das referidas contribuições limitava-se às sentenças condenatórias em pecúnia e aos valores objeto de acordo homologado, que integrem o salário-contribuição. Dentro de tal contexto, nos termos em que proferida a decisão, não se pode afirmar que tenha a Eg. Turma incorrido em ofensa literal e direta ao referido dispositivo, uma vez que se tratou de interpretação dada aos dispositivos que regem a matéria. Não há que se cogitar, ainda,de ofensa direta e literalao artigo 5º, XXXV, da Constituição, já que não foi excluída da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Quanto ao inciso IX do artigo 114, não procede a alegação de ofensa, uma vez que nada se discute acerca de outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 01324-1996-018-10-85-2

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Daharla Giffoni Soares
Recorrido	LA ROMA ALIMENTOS LTDA.
Advogado	Luzia de Andrade Costa Freitas
Recorrido	Mauro Pereira Silva
Advogado	Hélio Carvalho Santana

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 28/05/2008 - fl. 634; recurso apresentado em 13/06/2008 - fl. 635). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS ACORDO - EXECUÇÃO Alegação(ões): - ofensa ao art. 832, § 6º, da CLT; - divergência jurisprudencial. A Eg. 2ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 623/630, negou provimento ao agravo de petição interposto pela União,ao fundamento de que é lícito às Partes celebrarem acordo em qualquer momento processual, inclusive após o trânsito em julgado da decisão. O v. acórdão restou assim ementado, verbis : "1. ACORDO CELEBRADO EM FASE DE EXECUÇÃO, ANTES DA LEI N.º11.457/2007, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 02.05.2007. POSSIBILIDADE. TÍTULO EXECUTIVO. SUBSTITUIÇÃO. RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO. "Na Justiça Trabalhista o acordo entre as partes pode ocorrer em qualquer momento processual, inclusive após o trânsito em julgado da decisão (art. 764, § 3.º, da CLT). O termo de conciliação substitui o título executivo consubstanciado na sentença e, por isso, não representa afronta à coisa julgada, razão pela qual não há crédito de terceiro impassível de modificação." (TRT-AP-00333-2001-006-10-85-4.Ac. 2.ªT. Nas razões de recurso de revista, a União sustenta que, de acordo com o disposto no §6º do art. 832 da CLT, os créditos da União não podem ser prejudicados por eventual transação entre as partes após o trânsito em julgado da sentença ou da elaboração dos cálculos de liquidação da sentença, sob pena de caracterizar possível exação fiscal no tocante às contribuições previdenciárias.Inviabilizado o recurso, ante a restrição do artigo 896, § 2º, da CLT, uma vez que, nos recursos de revista interpostos em processo de execução,não se cogita da análise de alegação deofensa à legislação infraconstitucional e de divergência jurisprudencial. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 08056-2005-004-10-00-6

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Sophia Dias Lopes
Recorrido	Gilmar Luiz Borges
Recorrido	Santa Maria Indústria e Comércio LTDA

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 10/06/2008 - fl. 105; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 106). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 114/TST; - violação dos arts. 5º, inc.LIV e LV, da CF; - ofensa aos arts. 205 do CCB; 40, e parágrafos, da Lei 6.830/80; 219 § 5º do CPC e 174 do CTN. - divergência jurisprudencial. A Eg. 1ª Turma deste Tribunal, por meio do v. acórdão às fls. 77/83,complementado comàs fls. 98/100manteve a r. sentença quanto à prescrição intercorrente e à extinção da execução. Nas razões recursais (fls. 106/116), a União alega supressão de instância e insiste na tese de que não há inércia da Fazenda Pública, postulando a aplicação da Súmula nº 114 do Col. TST e violação dos dispositivos legais acima citados. Sem razão, contudo. Não há que se falar em vulneração do art. 5º, inc LIV e LV, da Constituição, porque assegurado o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Demais disso, a controvérsia em debate diz respeito à prescrição intercorrente, disciplinada em dispositivo infraconstitucional. Nesse contexto, o apelo encontra o óbice do art. 896, § 2º, da CLT e na Súmula nº 266 do Col. TST, já que se trata de recurso de revista interposto em face de acórdão prolatado em agravo de petição, cuja admissibilidade está adstrita à demonstração de ofensa literal e direta a dispositivo da Constituição Federal. Conseqüentemente, torna-se despiciendo o exame da alegação deofensaaos dispositivos infraconstitucionais,dedivergência jurisprudenciale de contrariedadea súmula do Col. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1 de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aps/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 08105-2005-020-10-00-0

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Bertrand Rocha de Oliveira
Recorrido	M.C.W. Serviços Técnicos Ltda.-ME
Recorrido	Marcos Borges de Castro e Silva
Recorrido	Paulo Augusto Borges de Castro e Silva

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 10/06/2008 - fl. 131; recurso apresentado em 12/06/2008 - fl. 132). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS INTEMPESTIVIDADE Alegação(ões): - violação do art. 5º, LIV, LV e LXXVIII, da CF. A Egr. 1ª Turma, por meio do acórdão às fls. 94/96, complementado às fls. 123/126, não conheceu do agravo de petição interpostopela União Federal por considerá-lo intempestivo.Fundamentou que o recurso foi protocolado antes da sua intimação pessoal, o que configura sua intempestividade à luz do entendimento adotado pelo C. TST e

prevalente naquela Egr. Turma (RO 00647-2006-019-10-00-5). A União interpõe recurso de revista (fls. 132/138). Alega que a interposição do agravo de petição ocorreu antes da sua intimação pessoal, mas após a publicação da sentença e que o Colegiado, ao considerar o apelo intempestivo, agiu com excesso de formalismo e em violação aos princípios da celeridade, ampla defesa e devido processo legal. A decisão recorrida está em consonância com a atual OJ nº 357 da SDI-1 do C. TST, segundo a qual "é extemporâneo recurso interposto antes de publicado o acórdão impugnado". Registre-se que, conforme exposto no v. acórdão (fl. 95), "nos termos da Lei nº 11.033/2004, art. 20, as intimações e notificações à Fazenda Nacional (...) dar-se-ão de forma pessoal, mediante entrega dos autos com vista". Inadmissível, portanto, o recurso de revista a teor do disposto na Súmula nº 333 do C. TST, não havendo de se falar em violação do art. 5º, LIV, LV e LXXVIII, da CF. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 08119-2005-021-10-00-0

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Recorrido	Líder Agenciamentos e Negócios Ltda

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 10/06/2008 - fl. 131; recurso apresentado em 12/06/2008 - fl. 132). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 114/TST; - violação dos arts. 5º, inc.LIV e LV, da CF; - ofensa aos arts. 205 do CCB; 40, §4º, da Lei 6.830/80; 5º § único do Decreto-lei 1.569/77; 21 da Lei 10.522/02 e 174 do CTN. - divergência jurisprudencial. A Eg. 1ª Turma deste Tribunal, por meio do v. acórdão às fls. 122/126, manteve a r. sentença quanto à prescrição intercorrente e à extinção da execução. Nas razões recursais (fls. 132/141), a União alega supressão de instância e insiste na tese de que não há inércia da Fazenda Pública, postulando a aplicação da Súmula nº 114 do Col. TST e violação dos dispositivos legais acima citados. De início, não há que se falar em vulneração do art. 5º, inc LIV e LV, da Constituição, porque assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Demais disso, a controvérsia em debate diz respeito à prescrição intercorrente, disciplinada em dispositivo infraconstitucional. Nesse contexto, o apelo encontra o óbice do art. 896, § 2º, da CLT e na Súmula nº 266 do Col. TST, já que se trata de recurso de revista interposto em face de acórdão prolatado em agravo de petição, cuja admissibilidade está adstrita à demonstração de ofensa literal e direta a dispositivo da Constituição Federal. Conseqüentemente, torna-se despiciendo o exame da alegação deofensaaos dispositivos infraconstitucionais,dedivergência jurisprudenciale de contrariedadea súmula do Col. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aps/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 08173-2005-020-10-00-9

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Carolina Soares Honorato
Recorrido	Fraternidade Essenia no Brasil
Recorrido	Joana D'arc Fraga da Rosa

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 10/06/2008 - fl. 136; recurso apresentado em 12/06/2008 - fl. 137). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS INTEMPESTIVIDADE Alegação(ões): - violação do art. 5º, LIV, LV e LXXVIII, da CF. A Egr. 1ª Turma, por meio do acórdão às fls. 106/108, complementado às fls. 127/131, não conheceu do agravo de petição interpostopela União (Fazenda Nacional) por considerá-lo intempestivo.Fundamentou que o recurso foi protocolado antes da sua intimação pessoal, o que configura sua intempestividade à luz do entendimento adotado pelo C. TST e prevalente naquela Egr. Turma (RO 00647-2006-019-10-00-5). A União interpõe recursode revista (fls. 137/142). Alega que a interposição do agravo de petição ocorreu antes da sua intimação pessoal, masapós a publicação da sentença e que o Colegiado, ao considerar o apelo intempestivo, agiu com excesso de formalismo e em violação aos princípios da celeridade, ampla defesa e devido processo legal. A decisão recorrida está em consonância com a atual OJ nº 357 da SDI-1 do C. TST, segundo a qual "é extemporâneo recurso interposto antes de publicado o acórdão impugnado". Registre-se que, conforme exposto no v. acórdão (fl. 128), "Nos termos da Lei nº 11.033/2004, art. 20, as intimações e notificações à Fazenda Nacional dar-se-ão de forma pessoal, mediante entrega dos autos com vista". Inadmissível, portanto,o recurso de revista a teor do dispostona Súmula nº 333 do C. TST, não havendo de se falar em violação do art. 5º, LIV, LV e LXXVIII,da CF. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 08242-2005-021-10-00-0

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Recorrido	Comercial de Alimentos Luan Ltda.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 26/05/2008 - fl. 129; recurso apresentado em 03/06/2008 - fl. 130). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 114/TST; - ofensa ao art. 205 do CCB, art. 5º do Dec. Lei n° 1.569/77 e art. 20 da Lei nº 10.522/2002. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma deste Tribunal, por meio do v. acórdão às fls. 119/125,manteve a r.sentença quanto àprescrição intercorrente e à extinção da execução. A decisãoestá assim ementada (fl. 119), verbis: EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PRAZO PRESCRICIONAL DE MULTAS PREVISTAS NA CLT. 1. Consoante o entendimento sumulado pelo Col. STJ: "em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende- se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente" (Súmula nº 314). 2. As multas previstas na CLT caracterizam-se como crédito de natureza não-tributária, tornando inaplicáveis o Código Civil e o Código Tributário Nacional. O prazo prescricional será de cinco anos estabelecido no art. 1º do Decreto nº 20.910/32, à luz do princípio isonômico. Precedentes desta Corte e do Col. STJ. 3. Hipótese em que se mostra correto o entendimento do Juízo de origem que, pronunciando a prescrição, declarou extinta a execução após a oitiva da Fazenda Nacional, não tendo esta demonstrado causa suspensiva ou interruptiva de sua ocorrência. Interpõe recurso de revista a União (Fazenda Nacional) às fls. 130/143. Alega, preliminarmente, que não incidem ao caso concreto os termos do §2º do art. 896 da CLT, pois não se trata de execução ou de liquidação de sentença trabalhista, tampouco de processo incidente na execução. No mérito, requer seja afastada a prescrição intercorrente declarada e aponta violação dos dispositivos legais acima citados. Transcreve aresto a fim de demonstrar existência de conflito pretoriano quanto ao tema. A despeito dos argumentos da recorrente, o fato é que, nos termos do § 2º do art. 896 da CLT, a admissibilidade do recurso de revista em processo de execução depende de demonstração inequívoca de ofensa direta e literal à Constituição Federal, circunstância que afasta a apreciação da alegada ofensa aosdispositivos supramencionados, bem como do aresto trazido à colação, além da alegação de contrariedade à referida súmula. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mdpf/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 08328-2005-020-10-00-7

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Mirian ALves da Silva
Recorrido	Elvina Soares Nunes e Silva
Recorrido	Elvina Soares Nunes e Silva (Manhatta Club)
Advogado	João Cyrino Filho

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 10/06/2008 - fl. 118; recurso apresentado em 13/06/2008 - fl. 116). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS INTEMPESTIVIDADE Alegação(ões): - violação do art. 5º, LIV, LV e LXXVIII, da CF. A Egr. 1ª Turma, por meio do acórdão às fls. 78/80, complementado às fls. 109/112, não conheceu do agravo de petição interpostopela União (Fazenda Nacional) por considerá-lo intempestivo.Fundamentou que o recurso foi protocolado antes da sua intimação pessoal, o que configura sua intempestividade à luz do entendimento adotado pelo C. TST e prevalente naquela Egr. Turma (RO 00647-2006-019-10-00-5). A União interpõe recursode revista (fls. 116/124). Alega que a interposição do agravo de petição ocorreu antes da sua intimação pessoal, masapós a publicação da sentença e que o Colegiado, ao considerar o apelo intempestivo, agiu com excesso de formalismo e em violação aos princípios da celeridade, ampla defesa e devido processo legal. A decisão recorrida está em consonância com a atual OJ nº 357 da SDI-1 do C. TST, segundo a qual "é extemporâneo recurso interposto antes de publicado o acórdão impugnado". Registre-se que, conforme exposto no v. acórdão (fl. 79), "nos termos da Lei nº 11.033/2004, art. 20, as intimações e notificações à Fazenda Nacional dar-se-ão de forma pessoal, mediante entrega dos autos com vista". Inadmissível, portanto,o recurso de revista a teor do dispostona Súmula nº 333 do C. TST, não havendo de se falar em violação do art. 5º, LIV, LV e LXXVIII,da CF. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 08351-2005-010-10-00-4

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Celso Costa Lima Verde Leal
Recorrido	LO Móveis e Decorações Ltda. - ME

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 26/05/2008 - fl. 100; recurso apresentado em 29/05/2008 - fl. 101). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE Alegação(ões): - ofensa ao art. 205 do CCB, art. 5º do Dec. Lei n° 1.569/77, art. 20 da Lei nº 10.522/2002 e art. 40, §4º, da Lei nº 6.830/80. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma deste Tribunal, por meio do v. acórdão às fls. 93/96,manteve a r.sentença quanto àprescrição intercorrente e à extinção da execução. A decisãoestá assim ementada (fl. 93), verbis: EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INCIDÊNCIA. De acordo com o entendimento cristalizado por meio da Súmula nº 314 do col. Superior Tribunal de Justiça, para os créditos decorrentes de execução fiscal, a prescrição aplicável é a qüinqüenal. Verificando o julgador a inércia da exeqüente por mais de cinco anos quanto ao processo executivo fiscal, correta, pois, a decisão primária que pronunciou a prescrição intercorrente de ofício, em conformidade com os comandos normativos ínsitos do § 5º do art. 219 do CPC, e extinguiu o feito com resolução de mérito (art. 269, IV, do CPC). Interpõe recurso de revista a União (Fazenda Nacional) às fls. 101/108. Alega, preliminarmente, que não incidem ao caso concreto os termos do §2º do art. 896 da CLT, pois não se trata de execução ou de liquidação de sentença trabalhista, tampouco de processo incidente na execução. No mérito, requer seja afastada a prescrição intercorrente declarada eindica violação dos dispositivos legais acima citados. Transcreve aresto, a fim de demonstrar existência de conflito pretoriano quanto ao tema. A despeito dos argumentos da recorrente, o fato é que, nos termos do § 2º do art. 896 da CLT, a admissibilidade do recurso de revista em processo de execução depende de demonstração inequívoca de ofensa direta e literal à Constituição Federal, circunstância que afasta a apreciação da alegada ofensa aosdispositivos supramencionados, bem como do aresto trazido à colação. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mdpf/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-AP 08380-2005-001-10-00-5

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	João Paulo Cordeiro Cavalcanti
Recorrido	Antônio Ribeiro dos Santos

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 127; recurso apresentado em 29/05/2008 - fl. 128). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 114/TST; - ofensa aos arts. 205 do CCB, art. 5º Decreto-lei nº 1.569/77 e do art. 20 da Lei nº 10.522/2002; - divergência jurisprudencial. A Eg. 1ª Turma deste Tribunal, por meio do v. acórdão às fls. 116/123, manteve a r.sentençaquanto à prescrição intercorrente e à extinção daexecução.Seguindoo entendimento já pacificado pelo Col. STJ, esclareceu que, se aplicável oprazo prescricional de cinco anos à dívida passiva da Fazenda Pública, por força do princípio da isonomia, omesmo entendimento deve ser aplicado no que se refere à dívida ativa, em atendimento ao art. 1º do Decreto nº 20.910/32. Interpõe recursode revista a União (Fazenda Nacional) às fls. 128/142.Alega, preliminarmente, que não incidem ao caso concreto os termos do § 2º do art. 896 da CLT, pois não se trata de execução ou de liquidação de sentença trabalhista, tampouco de processo incidente na execução. No mérito, requer seja afastada a prescrição intercorrente declarada ealega violação dos dispositivos legais acima citados. Transcreve arestos a fim de demonstrar existência de conflito pretoriano quanto ao tema. A despeito dos argumentos da recorrente, o fato é que, nos termos do § 2º do art. 896 da CLT, a admissibilidade do recurso de revista em processo de execução depende de demonstração inequívoca de ofensa direta e literalà Constituição Federal, circunstância que afastaa apreciação daalegada ofensa aos dispositivos supracitados, bem como de divergência jurisprudencialou contrariedade a súmula doCol. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mdpf/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-MS 00505-2007-000-10-00-4

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Sophia Dias Lopes
Recorrido	Luisa Wester dos Santos
Advogado	José Augusto de Carvalho Torres

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Recurso inadequado A União Federal interpõe recurso de revista, fls. 60/64, contraagravo regimental prolatado pela Eg. 2ª Seção Especializada deste Tribunal, ao qual se negou provimento, mantendo-se o deferimento liminar da segurança pretendida no mandado de segurança impetrado. A despeito dos argumentosdeduzidos pela recorrente, o fato é que o recurso de revista, segundoestabelece o artigo 896 da CLT,somente é admitido para impugnar decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando configurados os pressupostos intrínsecos ali definidos. No caso, como

destacado, não se trata da situação definida no artigo 896 da CLT, mas, ao contrário, de decisão proferida pela 2ª Seção Especializadaem agravo regimental interposto pela União que se destinou à impugnação dedecisão monocrática do Relator, na situação prevista no artigo 214, IV, doRegimento Interno deste Tribunal. Logo, inadmissível recurso de revista, antea flagrante inadequação, denega-se seguimento. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /emff/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00003-2007-009-10-00-0

Recorrente	Gol Transportes Aéreos S.A.
Advogado	Cassiano Pereira Viana
Recorrido	Gustavo Barbosa Tenti
Advogado	Luciana Martins Barbosa

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 25/04/2008 - fl. 515; recurso apresentado em 07/05/2008 - fl. 532). Regular a representação processual (fls. 541/544). Satisfeito o preparo (fls. 345, 403 e 546). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS HORA EXTRA - INTERVALO INTRAJORNADA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, inc. LIV, da CF; - ofensa ao art. 818 da CLT e 333 do CPC. A Eg. 2ª Turma desta Corte, por meio do acórdão às fls. 453/464, complementado pelo julgamento dos embargos de declaração às fls. 512/514, negou provimento ao recurso ordinário interposto pela reclamada, no particular, para manter a condenação quanto ao pagamento de horas extras. Entendeu o Colegiado que o autor logrou demonstrara ocorrência de trabalho extraordinário e a não fruição integral do intervalo intrajornada. A recorrente interpõe recurso de revista pelas razões de fls. 532/540. Sustenta que não cabia à reclamada a prova da jornada de trabalho efetivamente cumprida pelo autor, o qual não comprovou o trabalho extraordinário nem a inexistência do intervalo intrajornada, sendo, desta forma, indevida a condenação imposta. Sem razão. Conforme delimitado no julgado,a Eg. Turmadecidiu com esteio na prova efetivamente produzida nos autos, a qualfoi convincenteno sentidode que o autorrealmentecumpriu jornada extraordinária e nãogozou do intervalo intrajornada de forma integral. Nesta esteira, ressaltando que foi observado o devido processo legal, intactos os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais invocados pela parte. Ademais, infirmar tais fundamentos implicaria o reexame de fatos e provas, o que é defeso em sede de recurso de revista, a teor do disposto na Súmula nº 126 do Col. TST. EQUIPARAÇÃO SALARIAL DIFERENÇAS SALARIAIS Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, inc. LIV, da CF; - ofensa ao art. 461 e 818 da CLT e 333, I, do CPC. - divergência jurisprudencial Quanto à matéria em exame, o Eg. Regional também negou provimento ao recurso da reclamada. Concluiu que, uma vez comprovado o exercício das mesmas atribuições do paradigma, o reclamante fazia jus à equiparação salarial pretendida. Sustentaa recorrente não ter ficado demonstrada a identidade de funções apta a ensejar o pagamento ao reclamante de diferenças salariaisemrazãoda alegada equiparação salarial, ônus que caberia ao recorrido. Constata-se, a partir das razões deduzidas, nítido interesse no reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado, nos termos da Súmula nº 126/TST, e inviabiliza o seguimento do recurso de revista, inclusive por divergência jurisprudencial, restando despicienda a análise dos arestos colacionados. De todo modo, registre-se que, nos termos em que delimitado o v. acórdão, o fundamento da Eg. Turma para deferir o pedido foi que ficou comprovado o exercício pelo reclamante das mesmas atribuições do paradigma. Nesse sentido, ressaltou que "a própria testemunha da reclamada afirmou que ambos exerciam as mesmas funções" (fl. 458). Dessa forma não há de se falar em violação dos preceitos constitucionais e infraconstitucionais indicados pela recorrente, mesmo porque a prova foi apreciada pela Eg. Turma, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, mediante decisão devidamente motivada (art. 131 do CPC). ACORDO COLETIVO DE TRABALHO Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 7º, inc. XXVI, e 114 da CF; Insiste arecorrente na tese de que não houve nenhuma infração à cláusula de Acordo Coletivo de Trabalho, apontando violação dos dispositivos acima citados. Aduz ser vedado ingressar no terreno da liberdade de negociação que aConstituição Federal reserva às entidades sindicais, não cabendo ao juiznegar validade aoconteúdo da norma ou interpretá-lade forma a extrapolar seus limites. Não procedem os argumentos. De início, ressalte-se que a alegação deduzida quanto ao art. 114 da Constituição Federal não ampara a pretensão de reforma da decisão. Isto porque a reclamada, apesar de citar o artigo, que, diga-se de passagem, detém conteúdo referente à competência da Justiça do Trabalho para processamento e julgamento de ações, não indica especificamente o preceito tido por violado. Incidência da Súmula 221, item I, do Col. TST. Aliás, a Corte Trabalhista já manifestou o entendimento de que, na hipótese em que o dispositivo tido por violado desdobra-se em parágrafos, incisos e alíneas, é ônus da parte indicar com precisão a qual das subdivisões do dispositivo se refere. Nesse sentido, os seguintes precedentes da SDI - 1 do TST: A-E-RR-33701/2002, Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DJ 25/05/2007; E-RR-470.868/1998, Rel. Min. Lélio Bentes Corrêa, DJ 22/04/2005; A-E-RR-488.004/1998.8, Rel. Min. Maria Cristina Peduzzi, DJ 24/02/2006. Por sua vez, conforme a delimitação apresentada no v. acórdão, consignou a Eg. Turma que o MM. Juízo originário condenou a recorrente ao pagamento da multa em face do descumprimento de algumas cláusulas das CCT's, citando como exemplo a compensação de domingos e feriados, a prestação de serviços fora do local de trabalho e a realização de cursos em horários extraordinários, tratando de esclarecer, por ocasião do julgamento dos embargos de declaração opostos à r. sentença, que as multas tinham valor fixo pelo descumprimento de qualquer das cláusulas. O Regional registrou, ainda, que a multa tinha previsão na cláusula 26ª da CCT juntada, bem como que ficou demonstrado o descumprimento pela recorrente de várias cláusulas das convenções, "como pagamento das horas extras (cláusula 5ª), compensação de domingos e feriados (cláusula 6ª) e cursos em horário extraordinário (cláusula 9ª), todos direitos previstos na norma coletiva e presentes na hipótese dos autos", e, dessa forma, confirmou a decisão do MM. Juízo de origem. Neste contexto, não se cogita de ofensa ao art. 7º, inc. XXVI, da Constituição Federal. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1dejulho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mmmf/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00009-2006-007-10-00-4

Recorrente	Datamec S.A. - Sistemas e Processamento de Dados
Advogado	José Fernando Ximenes Rocha
Recorrido	Rosa Maria Rey Lima
Advogado	Ivanildo Lisbôa Pereira

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 11/04/2008 - fl. 1627; recurso apresentado em 22/04/2008 - fl. 1628). Regular a representação processual (fls. 1665). Satisfeito o preparo (fls. 1403, 1513, 1514 e 1666). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Alegação(ões): - violação dos arts. 5º, XXXV, LIV e LV e 93, IX da CF. - ofensa ao art. 832 da CLT e 535, I e II do CPC. - divergência jurisprudencial A reclamada argúi a nulidade do v. acórdão por negativa de prestação jurisdicional, porque o julgado teria sido omisso quanto à apreciação da violação dos arts. 128 e 460 do CPC, bem como quanto à transcrição de depoimento testemunhal eda oitiva de testemunha sem que ela tivesse prestado compromisso. Dispõe o art. 93, IX, da Constituição Federal que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões. Da leitura do v. acórdão, constata-se, em primeiro lugar, que a matéria referente ao depoimento de testemunhas não foi objeto dos embargos de declaração opostos às fls. 1.617/1.619, sendo totalmente impertinente a propalada alegação de omissão. Quanto ao restante, também não existe omissão alguma, eis quena r. decisão proferida em embargos de declaração esclareceu-se de forma peremptória que a matéria mereceu "apreciação tópica no v.acórdão embargado, como se vê às fls. 1.566/1.567." Eventual inconformismo com a análise não tem pertinência com a completude da prestação jurisdicional, e, sim, com o próprio mérito do provimento. Restaram observadas as prescrições contidas nos arts. 93, IX, da CF e 832 da CLT, não havendo de se falar em negativa de prestação jurisdicional. Por fim, ressalte-se que, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 115 da SBDI-1/TST, a admissibilidade do recurso de revista quanto à preliminar em destaque pressupõe a indicação dos dispositivos ali enumerados, razão pela qual não se cogita da análise dos demais dispositivos ora invocados. ACIDENTE DO TRABALHO - DANO MORAL E/OU PATRIMONIAL - PRESCRIÇÃO Alegação(ões): - violação do arts. 7º, inc. XXIX da CF; O v. acórdão recorrido encontra-se assim ementado: PRESCRIÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO. Nas ações indenizatórias decorrentes de acidente de trabalho, ajuizadas antes da modificação da competência introduzida pela EC. nº 45/2004 (como na situação versada), a prescrição aplicável deve ser aquela disciplinada no Código Civil. In casu, o marco prescricional é a ciência inequívoca do dano decorrente do acidente de trabalho. Se esta ocorreu antes de janeiro de 2003 - data da vigência do Novo Código Civil - incide na espécie o prazo de 20 (vinte) anos previso no art. 177, parte inicial, do Código Civil de 1916. Recorre de revista a Reclamada(fls. 1.648/1.664), assente natese da ocorrência da prescrição total (art. 7º, XXIX, da Constituição), argumentando que créditos derivados da relação de trabalho sejam eles quais for devem ser postulados em dois anos após a extinção do contrato de trabalho, não havendo espaço para a aplicação da prescrição do Código Civil. Nos termos da delimitação do julgado, trata-se de ação ajuizada perante a Justiça Comum, em 20/6/2000, a qual foi redistribuída a esta Justiça por força da EC 45/2004 e que a reclamante foi aposentada por invalidez em 24/3/1991, em face de acidente de trabalho, tendo, pois, o contrato de trabalho ficado suspenso, afastando, por tal fundamento, a prescrição extintiva na forma do artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal (fl. 1579). Como reforço de fundamentação, consignou-se, ainda, que nos casos de ações indenizatórios decorrentes de acidente de trabalho ajuizadas na Justiça Comum, antes da modificação da EC nº 45/2004, deveria ser aplicada a prescrição do código civil, ressaltando-se, nesse sentido, que, se a ciência inequívoca do dano decorrente do acidente de trabalho ocorreu antes de janeiro de 2003 - data da vigência do novo Código Civil - incide n a espécie o prazo de vinte anos previsto no art. 177, parte inicial, do Código Civil anterior. (fl. 1580). De tal modo, concluiu a Turma que não havia prescrição a ser pronunciada. Constata-se, dentro de tal contexto,que a recorrente não atacou o fundamento que norteou o julgado, ou seja, a aplicação da prescrição disciplinada pelo Código Civil, limitando-se apenas à alegação de que em qualquer situação incidiria a prescrição do artigo 7º, XXIX, da Constituição, não impugnando, pois, especificamente, os fundamentos da decisão, nos termos em que proferida, o que inviabiliza o seguimento do apelo nos termos da orientaçãoda Súmula nº 422 do Col. TST. ACIDENTE DO TRABALHO - DANO MORAL E/OU PATRIMONIAL - INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, XXXVI e XXVIII e 7º, XXVIII da CF; - lesão aos arts. 6º, § 1º, da LICC e 128 e 460 do CPC; - divergência jurisprudencial. Inviável a análise do recurso, uma vez que aTurma, ao manter a condenação por danos morais e materiais, incluindo o valor da pensão, não adotou tese sobre a matéria, à luz dos dispositivos invocados pela parte recorrente. Ausente o prequestionamento, incide a Súmula nº 297/TST. VALOR DO DANO MORAL Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, II da CF; A Eg. Turma manteve o valor da indenização pelo dano moral fixado na sentença,em face da sua compatibilidade com o dano experimentado pela reclamante, levando-se em conta os critériosobservados na origeme de modo a desestimular a conduta negligente da empregadora. Insurge-se a reclamada, argumentandonão existir previsão legal para a fixação do valor da indenização do dano moral. Nesse particular, constata-se que a recorrente não atacou o fundamento delineado no v. acórdão, que diz respeito aos critérios observados para a fixação do quantum da indenização, incidindo na espécie, novamente, a Súmula nº 422 do Col. TST. Ademais, o artigo constitucional invocado, conforme reiterada jurisprudência, não admite em regra violação direta e literal, mas apenas reflexa, em face do descumprimento de norma infraconstitucional, o que não atende às previsões contidas na alínea 'c' do artigo 896 da CLT. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - MULTA Alegação(ões): - ofensa ao art. 535, II, 536 e 538 do CPC. A matéria pertinente à aplicação da multa à reclamada por interposição de embargos procrastinatórios no primeiro grau de jurisdição não foi objeto de exame pelo Regional, razão porque não merece admissibilidade o recurso. Inteligência da Súmula nº 297/TST. Inviável a análise do recurso, uma vez que aTurma não adotou tese sobre a matéria, à luz dos dispositivos invocados pela parte recorrente. Ausente o prequestionamento, incide a Súmula 297/TST. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, LIV e LV da CF; - ofensa ao art. 17 e 18 do CPC. Acerca da manutenção da condenação da reclamada ao pagamento da multa por litigância de má-fé, assim pontuou a r. decisão (fls. 1.610/1.611): Convém ponderar que o exercício dos direitos de ação e de defesa - garantias constitucionais - devem se compatibilizar com o arcabouço jurídico vigente, e seu abuso deve ser coibido com rigor pelo Poder Judiciário. Nos moldes da fundamentação expendida na r. sentença recorrida, restou provada conduta temerária e incompatível com o dever de lealdade processual, restando, pois, adequado o enquadramento da situação no inciso V do art. 17 do CPC. Não há como deixar de reconhecer a atitude anormal da reclamada ao fotografar ou obter fotos da autora em locais públicos, como se estivesse vigiando-a ou seguindo seus passos (às fls. 410/413). Também desponta descabida e indevida a juntada pela demandada de extrato sobre processo criminal existente contra o filho da reclamante. É evidente que a capacidade da autora ou ausência de abalo emocional prescinde desse tipo de prova (inciso IV do art. 14 do CPC). O direito de defesa tem limite no seu abuso, portando-se processualmente com deslealdade a parte que, de forma desesperada e injusta, "persegue uma vitória que sabe ser indevida"(Nelson Nery Júnior), olvidando ainda os deveres previstos no artigo 14 do CPC. O dano sofrido pela reclamante tem natureza processual e por atitude da parte que transtorna a atividade jurisdicional. É também de exposição e constrangimento causado à autora pela atuação processual desleal da parte adversa, nos termos da legislação já citada. Preservados os comandos normativos emanados do art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal; arts. 300 e 302 do CPC e art. 8º da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos. Recorre de revista a reclamada, alegando que o exercício do direito constitucional de defesa não pode ser entendido como litigância de má-fé. Delimitou-se no julgado que foi devidamente provada a conduta temerária e incompatível com o dever de lealdade processual, mostrando-se, pois, adequado o enquadramento da situação no inciso V do art. 17 do CPC. Constata-se, pois,queos dispositivos constitucionais e infraconstitucionaismereceram exegese regular e adequada pelo Regional, pois, como dito,oexercício do direito de defesa não é absoluto e encontra os seus limites na legislação vigente que previnemo seu abuso. De tal modo, não se cogita de ofensa aos dispositivos citados, senão de sua observância, ressaltando-se a impossibilidade do reexame dos fatos e da prova que formaram o convencimento da Turma (Súmula nº 126/TST). CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1 de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00011-2007-004-10-00-5

Recorrente	Banco Bradesco S.A.
Advogado	Juliana Picolo Salazar Costa
Recorrido	Marco Aurélio Roma Pessoa
Advogado	Nilton da Silva Correia

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 662; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 663). Regular a representação processual (fl. 385). Satisfeito o preparo (fls. 766, 781, 780 e 665). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PLANO DE SAÚDE - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, II da CF; - ofensa ao art. 475 da CLT, 101 da Lei nº 8.213/91, 15, § 5º da Lei nº 8.036/90 e 28, § 9º, da Lei nº 8.212/92. - divergência jurisprudencial. A Eg. 2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 322/326, negou provimento ao recurso ordinário interposto pelo reclamado, mantendo a r. sentença em que se determinou o restabelecimento do benefício do plano de saúde ao reclamante, pontuando o seguinte (fls. 657/658): No caso concreto, a manutenção do plano de assistência médica ao obreiro, inclusive pelo período em que gozou de auxílio-doença acidentário, integrou seu patrimônio jurídico. O seu cancelamento, em minha compreensão, inegavelmente implica alteração unilateral do contrato de trabalho, atraindo o disposto no artigo 468 da CLT. Importante frisar que o seu afastamento das atividades laborais decorre do fato de ter contraído doença profissional, o que, por si só, justifica a manutenção da benesse, garantindo-lhe condições de tratamento - é a incidência, quando menos, do princípio da restitutio in integro. Inconformado, o reclamado interpõe recurso de revista às fls. 663/701. Argumenta em síntese,que encontrando-se suspenso o contrato de trabalho em razão de aposentadoria por invalidez, não há obrigação de pagamento de salários nem de manutenção de cláusulas

acessórias. Quanto ao art. 5º, II, da Constituição Federal,afigura-se inviável o processamento do recurso, pois tal preceito encerra conteúdo nitidamente principiológico e, nesta feição, eventual ofensa teria natureza reflexa ou indireta. Por outro lado, Eg. Turma adotou como razãode decidir que o cancelamento do plano de assistência médica do reclamante implicoualteração unilateral do seu contrato de trabalho, fazendo incidir as disposições contidas no art. 468 da CLT. Ressaltou-se, nesse sentido, que o afastamento do trabalho decorreu do fato de o empregado ter contraído doença profissional, o que, por si só, justificava a manutenção do benefício (fl. 657). Verifica-se que tal fundamento não foi propriamente atacado pelo recorrente, o que, no aspecto, atrai a aplicabilidade da Súmula nº 422 do Col. TST. Quanto aosarestoscolacionados,os de fls. 670/671 não indicam a fonte oficial em que publicados (Súmula nº 337, I/TST); o de fl. 673, o de fl. 680 e o último de fl. 683tratam de pactuação coletiva para manutenção do benefício, matéria alheia ao caso em julgamento; o de fl. 682 trata de situação relativa a pagamento por mera liberalidade; o segundo de fl. 682nem sequer aborda a questão relativa ao plano de saúde; o de fl. 683 trata genericamente da cessação das obrigações oriundas do contrato de trabalho quando da aposentadoria por invalidez. Incidência da Súmula nº 296 do Col. TST, a obstar o seguimento do recurso, no particular. INDENIZAÇÃO DANO MORAL E MATERIAL Alegação(ões): - ofensa aos arts. 186 e 927 do CCB e 131 do CPC. - divergência jurisprudencial ORegional, também negou provimento ao recurso ordinário do reclamado, mantendo a condenaçãoao pagamento de indenização por danos morais e materiais, delineando o que se segue (fl. 654): E a prova pericial é conclusiva no sentido da existência de nexo causal. O diagnóstico da doença DORT/LER, segundo o perito, está amplamente evidenciado e corroborado pelos relatórios médicos, exames complementares e laudos do INSS, culminando na concessão do benefício previdenciário por acidente de trabalho. O quadro da doença foi agravado pela exposição a fatores de risco, pois submetido o autor a condições ergonômicas inadequadas ao exercício da função, como posições forçadas, gestos repetitivos, ritmo de trabalho penoso e má adaptação ao trabalho. Em síntese, o laudo pericial ratifica que o autor apresenta quadro clínico de origem ocupacional de grau III, existindo incapacidade laborativa parcial com nexo técnico e causal estabelecido, pois esteve exposto a condições anti- ergonômicas. Em suma, o trabalho foi causa concorrente para criar as condições hoje experimentadas pelo trabalhador (fl. 682). O reconhecimento dos danos moral e materiale a fixação do valor da indenização decorreram da análise de fatos, da documentação do INSS atestando a invalidez por meio delaudo pericialque comprovaram o nexo causal e a existência dos elementos impulsionadores da obrigação de reparação do dano, à luz dos artigos 5º, V, da Constituiçãoe 159, 186 e 944 do CCB. A pretensão do recorrente não é outra senão ade revolvimento dos fatos e provas que levaram a Eg. Turma a reconhecer a ação ou omissão do agente, a ofensa a um bem jurídico e a relação de causalidade entre a ofensa e o dano causado. Não há que se cogitar, pois, de ofensa aos artigos invocados que tratam da responsabilidade civil em caso de cometimento de ato ilícito. Ao contrário a Eg. Turma observou os comandos ali contidos. Por fim, quanto à alegação de divergência jurisprudencial, os arestos colacionados não detêm a identidade fática e a especificidade necessárias ao confronto de teses, já que nãoabordam a matéria como no caso em julgamento, ou seja, tratam,respectivamente,ode fl. 691da responsabilidade do INSS pelo pagamento de pensão vitalícia, osegundo de fl. 692 da impossibilidade de cumulação de pensão com indenização por danos morais, quando não demonstrada a responsabilidade da empresa, o primeiro de fl. 692 da ausência de demonstração de prejuízo no padrão de vida da família a inviabilizar o pagamento de pensão, o de fl. 693 de situação em que a incapacidade para o trabalho não teve causa ocupacional - matérias alheias ao caso ora analisado. Incidência da Súmula nº 296/TST. DANOS - VALOR DA INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - ofensa ao art. 8º e 818 da CLT e 333, I, do CPC; - divergência jurisprudencial. A este respeito, assimestá ementada a r. decisão, in verbis : DANO MATERIAL E MORAL. INDENIZAÇÃO. VALOR. A definição do montante a ser pago, a título de indenização, exige a avaliação sobre aspectos de fato que são próprios a cada lide, como a condição social dos envolvidos, a natureza, a extensão do dano e o grau de culpa do ofensor, bem como suas conseqüências na esfera subjetiva da vítima. Preservados tais parâmetros, e ressaindo a observância dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, não há falar na alteração do quantum arbitrado na instância de origem. Inconformado, recorre o reclamado, insistindo na tese de queo valor fixado na sentençaé excessivo, porque não considerou os princípios da razoabilidade e proporcionalidade nem a extensão do dano causado. A questão não foi dilucidada à luz dos arts. 8º e 818 da CLT e 333, I, do CPC, invocados pelo recorrente, razão porque não prospera o apelo à falta do necessário prequestionamento. Súmula nº 297/TST. De igual modo, o recurso não se viabiliza pelo dissenso pretoriano alegado, eis que os arestos às fls. 696/697 e 698/700 não guardam identidade fática coma presente discussão, eis que nem sequer abordam a questão relativa ao valor fixado para reparação de danos morais. Já o de fl. 698 trata genericamente da redução do valor arbitrado para o dano moral, sem adentrar a questão relativa aos critérios considerados para a fixação.O de fl. 700 de situação em que ultrapassados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, situação fática diversa da delineada nestes autos. (Súmula nº 296/TST). CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1 de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00046-2007-008-10-00-0

Recorrente	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Advogado	José Alberto Araújo de Jesus
Recorrente	John Kennedy Fonseca
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva
Recorrido	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Advogado	José Alberto Araújo de Jesus
Recorrido	John Kennedy Fonseca
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva

Recurso de:John Kennedy Fonseca PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 22/02/2008 - fl. 337; recurso apresentado em 03/03/2008 - fl. 345). Regular a representação processual (fls. 15). Inexigível opreparo (fl. 282). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS HORA EXTRA Alegação(ões): - ofensa aos arts. 62, II, e 818 da CLT e 333, I e II, do CPC. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 323/336, manteve a r. sentença que julgou improcedente o pedido de horas extras, haja vista que o autor desempenhava função de confiança, na forma do art. 62, II, da CLT. A r. decisão restou assim ementada, verbis: "HORAS EXTRAS. CARGO DE CONFIANÇA. ART. 62, II, DA CLT. A redação do art. 62, II e parágrafo único, da CLT, permite inferir que os empregados incumbidos de função gerencial não receberão horas extras. Entretanto, para que fique configurada a aludida função, é necessário que o trabalhador exerça atividade que confira amplos poderes, percebendo salário superior aos dos demais empregados. Assim, se o trabalhador percebe padrão salarial diferenciado e possui função que o designa, ao menos formalmente, como gerente e pode contratar, advertir, suspender e dispensar os empregados de seu setor, há evidências de amplos poderes de representação necessários à configuração da função de gerente, obstando o pagamento de contraprestação por labor extraordinário." Inconformado, recorre de revista oreclamante insistindo na tese de que nãoexerciacargo de confiança. Nesse sentido, aduz que o acervo probatório constante dos autos demonstraque as tarefas executadas, consubstanciadas na fiscalização, vigilância e orientação de funcionários, são insuficientes para comprovar o exercício de atos de gestão, de direção plena, de independência e de discricionariedade, ao contrário, provam o simples desempenho de chefia ordinária, o que impossibilitaria a incidência da hipótese prevista no art. 62, II, da CLT. Sem razão, contudo. Depreende-se que o v. decisum originou-se do exame do suporte fático produzido nos autos - prova testemunhal e depoimento das partes na direção de que o reclamante não estava sujeito a controle de jornada, sem submissão a um superior hierárquico imediato e com poderes para admitir, demitir, suspender ou advertir subordinados. Nesse passo, qualquer discussão neste momento processual acerca do exercício de cargo de confiança, nos moldes do art. 62, II, da CLT, exigiria, sem dúvida, o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é defeso a teor do que dispõe a Súmula nº 126/TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Carrefour Comércio e Indústria Ltda. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Intempestividade. O recurso de revista não ultrapassa a barreira da admissibilidade, pois manifesta a sua intempestividade. Compulsando-se os autos, verifica-se que os embargos de declaração opostos pela reclamada, às fls. 341/343 e 375/381, não tiveram o condão de interromper o prazo para interposição do recurso de revista, porquanto não foram conhecidos pela Eg. Turma, às fls. 372/373 e 398/400, respectivamente. O não-conhecimento da peça aclaratória, com efeito, tornou-a inexistente, não gerando os efeitos inscritos no artigo 538 do CPC. Desse modo, considerando que o v. acórdão, às fls. 323/336, foi publicado no Diário de Justiça do dia 22/02/2008 - sexta-feira (fl. 337), encontra-se intempestivo o apelo interposto em 13/06/2008, fls. 402/408. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /LBJ/2

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00073-2007-017-10-00-3

Recorrente	União - Câmara dos Deputados
Advogado	Edvard de Freitas Machado
Recorrido	Ubiratan Rodrigues da Costa e outros
Advogado	Francisco de Assis Evangelista

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 05/06/2008 - fl. 288; recurso apresentado em 10/06/2008 - fl. 289). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Alegação(ões): - violação do art. 5º incs. II, XXXV, LIV e LV, 93, inc. IX, da CF. - ofensa ao art. 832 da CLT. A União suscita a prefacial ora em comento. Argumenta quenão houvepronunciamento jurisdicional quantoàinexistência da culpa in vigilando pelos agentes públicos. Aduz, ainda, que não houve enfrentamento sobre a atribuição da responsabilidade objetiva na modalidade do risco integral à União e nem dos fatos efetivamente ocorridos. A entrega da prestação jurisdicional foi plena e efetiva. Com efeito, a Eg. Turma foi clara ao adotar tese explícita, no sentido de que a responsabilidade subsidiária imputada à segunda reclamada decorreu de culpa in eligendo e in vigilando ede que não houve afronta ao art. 37, §6º, da Constituição Federal, pois tratou-se apenas de atribuir responsabilidade a quem causou dano ou contribuiu para a sua ocorrência, nos exatos termos do entendimento consolidado na Súmula nº 331, IV, do Col. TST. Intactos, portanto, os arts. 93, inc. IX, da Constituição Federal e 832 da CLT. Quanto ao art. 5º, incs. II, XXXV, LIVe LV, da Constituição Federal, tais dispositivos não constituem fundamento válido a ensejar a admissibilidade do recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional (OJ nº 115 da SBDI-1 do Col. TST). RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 2º, 5º, inc. II, 22, 37,§ 6º e 48 da CF; - ofensa aos arts. 66 e 71, §1º, da Lei nº 8.666/93 e 265 do CCB.. - divergência jurisprudencial. A Eg.2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 269/285,manteveacondenação subsidiáriaao pagamento das verbas rescisórias, com fundamento na Súmula nº 331, IV, do Col. TST. Recorre de revista a União (289/304). Requer a reforma do julgado para que seja afastada sua responsabilidade subsidiária. Conforme destacado, foi reconhecida a responsabilidade subsidiária da União pelo pagamento dos créditos deferidos aos autores, nos exatos termos do entendimento consagrado pela Súmula 331, IV, do Col. TST. Ressaltou-se no v. acórdão a ocorrência de contrato de prestação de serviços em que o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador conduz à responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços prestados pelo empregador. Dentro de tal contexto, afastam-se as alegações deduzidas, ressaltando-se que a referida súmula reflete a interpretação da Superior Corte Trabalhista acerca dos dispositivos que regem a matéria. Além do que, o próprio artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, invocado pelos recorrentes, trata da responsabilidade objetiva da Administração Pública pelos danos causados pelos seus agentes na prestação de serviços públicos. No caso concreto, a União, beneficiária do trabalho despendido pelos autores, celebrou contrato por meio de licitação com empresa prestadora de serviços e sua responsabilidade subsidiária, na esfera dos direitos trabalhistas, decorre da culpa na contratação de empresa inidônea e da falta de fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, de modo que não se reconhece violação dos dispositivos constitucionais indicados. Assim, não se verifica a alegada violação dos artigos 66 e 71, §1º,da Lei nº 8.666/93, na medida em que a responsabilidade subsidiária da União pelos débitos trabalhistas contraídos pela empresa prestadora dos serviços encontra, como dito, fundamento na interpretação sistemática da legislação trabalhista, inclusive de seus princípios, que possuem caráter protecionista. Com efeito, constata-se que o v. acórdão regional está em consonância com a Súmula nº 331, IV, do Col. TST, o que obsta a admissibilidade do recurso de revista, nos termos do entendimento consagrado no artigo 896, § 4º, da CLT e da Súmula 333/TST, mostrando-se, pois, superados os arestos trazidos a confronto de teses. Quanto à alegada ofensa ao art. 235 do CCB, embora se reconheça a existência de erro material na indicação do aludido dispositivo - que trata de questão referente à obrigação de dar coisa certa, sendo que, ao que tudo indica, a recorrente estaria se referindo ao art. 265 do mesmo diploma -, o recurso não se viabiliza porquanto, nos autos, não se discute a matéria à luz da responsabilidade solidária. Inteligência da Súmula 297/TST. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, incs. II, XLVI, alínea "c", 37, § 6º e 100, da CF; - divergência jurisprudencial. O descontentamento da União decorre da decisão quanto à condenação, na forma subsidiária, ao pagamento da multa contida no art. 477 da CLT. Nesse sentido, aduz, em síntese, que, conforme a jurisprudência pátria, a responsabilidade subsidiária do ente público deve ser limitada às obrigações contratuais principais, aí não incluídas as multas, penalidades e outras conseqüências estendidas pela condenação em face de dolo, culpa ou ato exclusivo do empregador. Sem razão, contudo. A Súmula nº 331, IV, do Col. TST, ao estabelecer a responsabilidade subsidiária, não excetua as parcelas decorrentes de penalidades impostas ao prestador de serviços. De outra parte, a tese trazida nos arestos está superada pela jurisprudência do Col. TST, que firmou entendimento de que a responsabilidade subsidiária abrange todos os haveres trabalhistas, inclusive as multas (E-ED-RR-715.443/2000, DJ de 30/3/2007, Rel. Min. Lélio Bentes Corrêa; E-RR-199/2004-014-10-00, DJ de 16/3/2007, Rel. Min. João Batista Brito Pereira; E-RR-215/2004-014-10-00, DJ de 24/11/2006, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga). Aplicação da Súmula nº 333/TST e do art. 896, § 4º, da CLT. Incólumes, portanto, os artigos constitucionais supracitados. MULTA ART. 557, § 2º, CPC Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, incs. LIV e LV da CF; A questão relacionada com a aplicação da multa prevista no art. 557, §2º, do CPC não se encontra debatida no v. acórdão. Ausente o necessário prequestionamento, incide a Súmula nº 297 do Col. TST e, por conseqüência, não se cogita de ofensa aos artigos 5º, incs. LIV e LV, da Constituição Federal. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00100-2006-004-10-86-6

Recorrente	Politec Ltda.
Advogado	Rafael Ferraresi Holanda Cavalcante
Recorrido	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Elga Lustosa de Moura Nunes
Recorrido	Viviã de Sousa Oliveira
Advogado	Carlos Roberto Siqueira Castro

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 874; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 879). Regular a representação processual (fls. 176, 876). Satisfeito o preparo (fls. 831, 502, 945 e 944). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Alegação(ões): - violação dos arts. 5º, XXXV e LV, 93, IX, da CF. - ofensa ao art. 832, 897-A da CLT, 535 do CPC. A reclamada insiste na nulidade do v. acórdão por negativa de prestação jurisdicional, questão argüida nos embargos de declaração, pois a Eg. Turma não se manifestou sobre a alegação de que a reclamante se afastou do trabalho por apenas 07 dias, não preenchendo o requisito temporal para percepção do auxílio doença, não atendendo, o que afasta a incidência da Súmula 378 do Colendo TST e do art. 118 da Lei nº 8.213/90. Dispõe o art. 93, IX, da Constituição Federal que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões. Da lei-

tura do v. acórdão, verifico que a Eg. Turma apreciou amplamente as alegações da reclamada no tocante ao período de afastamento das atividades e percepção do benefício previdenciário,às fls. 808/810, concluindo que, em decorrência do acidente de trabalho ocorrido em 10.03.2005, a reclamante permaneceu incapacitada até 31.07.2005 e que nesse período percebeu auxílio-doença (fl. 810) Eventual inconformismo com a análise não tem pertinência com a completude da prestação jurisdicional, e, sim, com o próprio mérito do provimento. Restaram observadas as prescrições contidas no artigo 93, IX, da CF, não havendo de se falar em negativa de prestação jurisdicional. Por fim, quanto à suposta violação do artigo 5º, XXXV e LV e ofensa aos artigos 832, 897-A da CLT e535 do CPC, tais dispositivos não constituem fundamento válido a ensejar a admissibilidade de recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional (Orientação Jurisprudencial nº 115 do Col. TST). ESTABILIDADE PROVISÓRIA - ACIDENTE DE TRABALHO Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 378, II,/TST; - ofensa ao art. 118 da Lei nº 8.213/90. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão proferido às fls. 248/252, complementado às fls. 360/363, reiterou a estabilidade provisória da reclamante, vítima de acidente de trabalho (queda na sede da tomadora de serviços)em 10.03.2005, permanecendo incapacitada para o trabalho até 31.07.2005. Contra tal decisão, insurge-se a reclamada por meio das razões de recurso de revista às fls. 879/901, insistindo na exclusão da condenação. Sustenta, em suma, que, em decorrência da queda, a reclamante se afastou do trabalho por apenas 7 dias e que,após o fim do contrato em 19.03.2005,o auxílio-doença e o afastamentodecorreram de LER. Assim, não restaram preenchidos os requisitos da Súmula 378,II do Colendo TST tampouco do artigo 118 da Lei nº 8.213/90. Conforme delineamento fático do v. acórdão, a reclamante foi vítima de acidente do trabalho em 10.03.2005, no curso do aviso prévio e recebeu alta do INSS em 31.07.2005, com percepção de auxílio-doença. Restaram, então, presentes os pressupostos para a concessão da estabilidade, quais sejam: o afastamento superior a 15 dias e a conseqüente percepção do auxílio-doença acidentário, conforme inciso II da Súmula 378 do Colendo TST e artigo 118 da Lei nº 8.213/90. A decisão está em consonância com a Súmula 378, II, do Colendo TST e com o dispositivo legal apontado, assim, inviável o seguimento do recurso de revista, inclusive por dissenso jurisprudencial (artigo 896, § 4º, da CLT). FGTS - MULTA Neste tópico, a insurgência se encontra desfundamentada, porquanto aparte recorrente não se reporta aos pressupostos específicos do recurso de revista, nos termos do art. 896 da CLT. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - MULTA Alegação(ões): - ofensa ao art. 538 do CPC. A Eg. Turmaaplicou à reclamada a multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC por considerar protelatóriosos embargos de declaração opostos. Em suas razões de recurso de revista,a reclamada sustenta a impropriedade da multa em epígrafe ao argumento deque os embargos tiveram comoobjetivo a apreciação de tópicos de fundamental importância.Amulta imposta em embargos declaratórios decorreu do entendimento de terem sido opostos com caráter manifestamente protelatório. Conforme exposto em tópico anterior, quando analisada a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, todos os argumentos trazidos pelas partes foram analisados. Nos embargos declaratórios, a reclamada manifestou seu inconformismo com o resultado do julgamento, não demonstrando a pretensão de integrar aquela decisão.Nesse contexto, não vislumbro ofensa ao parágrafo único do art. 538 do CPC. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00158-2007-018-10-00-8

Recorrente	União - Ministério do Meio Ambiente
Advogado	Guilherme Brum de Almeida
Recorrido	Organização das Nações Unidas (ONU) - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
Advogado	Guilherme Brum de Almeida
Recorrido	Sônia Souza Pereira
Advogado	Rubens Santoro Neto

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 05/06/2008 - fl. 460; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 461). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. ORGANISMO INTERNACIONAL. Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 4º, IX, da CF; - ofensa ao art. 1º e 2º do Decreto Presidencial nº 27.784/50, 3º do Decreto 52.288/63. Impossível o processamento do recurso de revista por ausência de interesse processual da União para discutir a proteção de imunidade de execução em relação aos bens de propriedade do executado PNUD, nos termos do art. 499, caput, do CPC. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 331/TST; - violação do(s) art(s). 37, II, da CF; A Eg. 2ª Turma, por meio do v. acórdão proferido às fls. 424/457, manteve a r. sentença quanto à condenação subsidiária da União Federal ao pagamento dos créditos reconhecidos em favor da reclamante, em atendimento ao disposto na Súmula nº 331, IV, do Colendo TST. Interpõe recurso de revista a União (fls. 461/479). Requer a reforma do julgado, para que seja afastada sua responsabilidade subsidiária. Verifico que o v. acórdão regional está em consonância com a Súmula nº 331, IV, do Colendo TST, o que obsta a admissibilidade do recurso de revista, nos termos do entendimento consagrado no artigo 896, § 4º, da CLT e da Súmula nº 333/TST, inclusive por divergência jurisprudencial. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 331, IV,/TST; - divergência jurisprudencial O descontentamento da União decorre da decisão que acondenou, na forma subsidiária, ao pagamento de aviso prévio e multado 477 da CLT. Nesse sentido, aduz, em síntese, que, conforme a jurisprudência pátria, a responsabilidade subsidiária do ente público deve ser limitada às obrigações contratuais, aí não incluídas as multas, penalidades e outras conseqüências estendidas pela condenação em face de dolo, culpa ou ato exclusivo do empregador. Sem razão, contudo. A Súmula nº 331, IV, do Colendo TST, ao estabelecer a responsabilidade subsidiária, não excetua as parcelas decorrentes de penalidades impostas ao prestador de serviços. De outra parte, a tese trazida nos arestos está superada pela jurisprudência do Col. TST, que firmou entendimento de que a responsabilidade subsidiária abrange todos os haveres trabalhistas, inclusive as multas (E-ED-RR-715.443/2000, DJ de 30/3/2007, Rel. Min. Lelio Bentes Corrêa; E-RR-199/2004-014-10-00, DJ de 16/3/2007, Rel. Min. João Batista Brito Pereira; E-RR-215/2004-014-10-00, DJ de 24/11/2006, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga). Aplicação da Súmula nº 333/TST e do art. 896, § 4º, da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00180-2007-021-10-00-0

Recorrente	João Amélio da Silva - Serviço Auxiliar Transportes Aéreos Ltda.
Advogado	Pedro Paulo Sartin Mendes
Recorrente	Varig Logistica S.A.
Advogado	Sérgio Palomares
Recorrido	João Amélio da Silva - Serviço Auxiliar Transportes Aéreos Ltda.
Advogado	Pedro Paulo Sartin Mendes
Recorrido	João Mariano Tavares Neto
Advogado	Natanael Antônio de Oliveira
Recorrido	Varig Logistica S.A.
Advogado	Sérgio Palomares

Recurso de:João Amélio da Silva - Serviço Auxiliar Transportes Aéreos Ltda. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 28/03/2008 - fl. 296; recurso apresentado em 01/04/2008 - fl. 297). Regular a representação processual (fl. 82). Satisfeito o preparo (fls. 200, 233 e 232). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS ADICIONAL DE PERICULOSIDADE Alegação(ões): - ofensa ao art. 193 da CLT. A Eg. 3ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 288/295, complementado às fls. 314/318, negou provimento aos recursos ordinários interpostos pelas reclamadas, mantendo, assim, a condenaçãoao pagamento do adicional de periculosidade, pontuando o seguinte, in verbis: A eventualidade no contato, sustentada pelas Reclamadas, não restou demonstrada, dada a freqüência de chegada das aludidas cargas informada pela citada testemunha. A Súmula nº 364 do C. TST dispõe que mesmo a exposição intermitente do trabalhador a situações de risco autorizam o deferimento do adicional, afastando-o tão-somente em casos de exposição fortuita ou habitual por tempo extremamente reduzido. In casu, as provas dos autos demonstram que o Autor submetia-se a exposição intermitente, não havendo falar-se em hipótese fortuita ou período de tempo demasiadamente reduzido. Inconformada, recorre de revista a reclamada em epígrafe, alegando, em síntese, que o reclamante "não trabalhou em ambiente perigoso e nem estava exposto à radiação dentro do próprioTerminal de Cargas." A pretensão da Parte recorrente, assim como exposta, importa necessariamente no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula nº 126/TST e inviabiliza o seguimento do recurso. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Varig Logistica S.A. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 09/05/2008 - fl. 319; recurso apresentado em 19/05/2008 - fl.). Regular a representação processual (Súmula 164/TST - fl. 138). Satisfeito o preparo (fls. 200, 266 e 331). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS ADICIONAL DE PERICULOSIDADE Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 364/TST; Por sua vez, também interpõe recurso de revista (fls. 320/330) a reclamadaVARIG LOGÍSTICA S/A, alegando que, medianteo v. acórdão, a Turmaaplicou equivocadamente o critério da valoração da prova e que o adicional de periculosidade somenteincidiria nas hipóteses de exercício de atividade de risco. No que se refere à valoração equivocada da prova, aparte recorrente não indica qualquer fundamento a amparar suas alegações, conforme disciplina contida no artigo 896 da CLT,o queinviabiliza oseguimento do recurso. Já quanto à freqüência do reclamante na área de risco, a questão encontra-se delimitada da seguinte forma na r. decisão(fl. 294): In casu, as provas dos autos demonstram que o Autor submetia-se a exposição intermitente, não havendo falar-se em hipótese fortuita ou período de tempo demasiadamente reduzido. A recorrente insurge-se contra a decisão, apenas argumentando no sentido do contato eventual do empregado a condições perigosas, invocando, no aspecto, a Súmula nº 364/TST. Verifica-se, todavia, que o Regional, ao contrário do que alega a recorrente,decidiu a matéria em perfeita consonância com a orientaçãoda Súmula nº 364 do Col. TST, ao concluir que o autor se submetia a exposição a situações de risco de forma intermitente, conclusão essa insuscetível de reexame, a teor do entendimento consolidado na Súmula nº 126/TST.Inviável, portanto,oseguimento do recurso. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00209-2007-015-10-00-2

Recorrente	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Gustavo Pereira Mendes
Recorrido	Hilda Maria Severo
Advogado	José Eymard Loguércio

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 1.042; recurso apresentado em 11/06/2008 - fl. 1.043). Regular a representação processual (fls. 1.075). Satisfeito o preparo (fls. 1.007, 1.073 e 1.074). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS INTERVALO INTRAJORNADA Alegação(ões): - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 991/1.008, complementada às fls. 1.038/1.041, emprestou provimento ao recurso da reclamante para lhe deferir pagamento relativo ao intervalo de 15 minutos previsto no art. 384 da CLT, pontuando que a autora, sujeita a jornada de 6 horas (CLT, 224), prestava 2 horas suplementares, mas apenas gozava do intervalo intrajornada previsto nos artigos 71 e 383 da CLT, ao passo queo art. 384 da CLT,do Capítulo da Proteção do Trabalho da Mulher da CLT, dispõe: "Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de quinze (15) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário". A reclamada insurge-se contra tal decisão, alegando que o artigo 384 da CLT não foi recepcionado pela atual Constituição. Colaciona jurisprudência em abono a sua tese. A parte recorrente logrou demonstrar a existência de divergência apta a ensejar o seguimento do recurso, com a ementa colacionada à fl. 1.071 dos autos, proveniente doEg. TRT da 4ª Região, no sentido de que o artigo 384 da CLT não foi recepcionado pela Constituição Federal em razão da igualdade entre homens e mulheres. A teor da Súmula nº 285 do Colendo TST, fica prejudicada a análise dos demais temas ventilados na revista nesta assentada. CONCLUSÃO RECEBO o recurso de revista. Ao Recorrido, para contra-razões. Após, remetam-se os autos ao Colendo TST. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00217-2007-002-10-00-2

Recorrente	Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CONFEA
Advogado	João de Carvalho Leite Neto
Recorrido	Carlos Eduardo Vianna Figueiredo
Advogado	Ulisses Riedel de Resende

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 216; recurso apresentado em 09/06/2008 - fl. 218). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL - ESTABILIDADE Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 37, II, e 41 da CF e 19 do ADCT; - divergência jurisprudencial. A Egr. 2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 180/189, complementada às fls. 212/215, deu provimento ao recurso ordinário interposto pelo reclamante, para, declarando a nulidade da dispensa imotivada,determinar a reintegração do autor ao emprego de origem. A decisão restou assim ementada: CONSELHOS FEDERAIS E REGIONAIS DE FISCALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL: ENTIDADES PARAESTATAIS DE NATUREZA AUTÁRQUICA ESPECIAL: PRECEDENTES DO STF, TCU: APLICABILIDADE DOS PRECEITOS CONTIDOS NOS ARTIGOS 37, II, E 41 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 390-I/TST. Os conselhos federais e regionais de fiscalização de exercício profissional têm natureza autárquica especial, conforme precedentes do Supremo Tribunal Federal. Portanto, a essas entidades de classe aplicam-seos preceitos dos artigos 37, II, e 41 da Constituição Federal, concernentes à exigência de prévio concurso público para contratação e aos requisitos para dispensa ante a estabilidade adquirida após o decurso pertinente, segundo entendimento da Súmula 390-I/TST. Nesse contexto, a dispensa imotivada não é direito potestativo do administrador dessas autarquias e devem estar relacionadas às hipóteses do artigo 41, § 1º, da CF/1988, sob pena de nulidade, dada a estabilidade adquirida pelo obreiro, sujeita à descaracterização da rescisão para resultar na reintegração no emprego. Recurso obreiro conhecido em parte e provido. Inconformado, o reclamado interpõe recurso de revista às fls. 218/241. Argumentaque os conselhos de fiscalização profissionais são autarquias especiais,não integrantes da administração direta ou indireta, estando os seus empregados sujeitos à legislação trabalhista, inclusivequanto às normas de demissão.Aponta violação dos arts. 37, II, e 41 da CF e 19 do ADCT, bem comodivergência jurisprudencial. Logrou êxito o recorrente em demonstrar o dissenso de teses. O aresto transcrito às fls. 227/228 (RO 2127/2001),oriundo do TRT da 20ª Região, traz o entendimento de que os órgãos defiscalização profissional, dada a sua condição de mero ente de cooperação da administração pública, nãointegram a administração direta ou indireta, razão por que seus empregados não são considerados servidores públicos, não lhes sendo conferida, portanto,a garantia no emprego.Patente, pois,a dissonância entre a decisão impugnada e o acórdão ora citado. Registro, por oportuno, que a Súmula nº 390, item I,do C. TST, por tratar especificamente de servidor público celetista da administração direta, autárquica e fundacional, hipótese rechaçada no acórdão paradigma,não é óbice ao seguimento deste apelo. Configurada a divergência jurisprudencial, admito o recurso de revista. CONCLUSÃO RECEBO o recurso de revista. Ao recorrido, para contra-razões. Após,remetam-se os autos ao C. TST. Publique-se. Brasília,25de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00221-2007-812-10-00-3

Recorrente	Brasil Telecom S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel
Recorrente	Wagner Faria Santos
Advogado	Paulo Roberto de Oliveira
Recorrido	Brasil Telecom S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel
Recorrido	Wagner Faria Santos
Advogado	Paulo Roberto de Oliveira

Recurso de:Brasil Telecom S.A. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 636; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 646). Regular a representação processual (fls. 602/604). Satisfeito o preparo (fls. 466, 487, 486 e 662). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS JUSTA CAUSA Alegação(ões): - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 563/575, complementado pela decisão proferida em sede de embargos de declaração às 631/635, não conheceu do recurso ordinário da reclamada no que diz respeito ao tema "justa causa",ao fundamento de que os argumentos ventilados na peça recursal não abalavam os pilares que sustentavam a r. sentença. Assentou que a irresignação contida no apelo apenas descrevia ataque ao primeiro fundamento, silenciando-se sobre o segundo, ou seja, o desrespeito à cláusula coletiva que obrigava a empresa a instaurar o procedimento de apuração da falta grave. Inconformada, insurge-se a ré contra a decisão sustentando, em resumo, que, a teor da regra contida nos §§ 1º e 2º do CPC, toda a argumentação desenvolvida na peça de resistência relativa à justa causa, quando do oferecimento do recurso ordinário,foi devolvida ao Tribunal. Sem razão, contudo. Conforme delimitado no v. acórdão, a reclamada não atacou todas as razões constantes na r. sentença do primeiro grau, na medida em que o segundo fundamento utilizado para o afastamento da justa causa- descumprimento de norma convencional que compelia a empregadora a promover, mediante procedimento interno, a apuração da falta grave - não foi especificamente impugnado. Como é cediço, a parte recorrente deve expor as razões do pedido de reforma da decisão, cumprindo-lhe invalidar todos os fundamentos em que esta se assenta. Diante desse cenário, o v. acórdão encontra-se em perfeita sintonia com o entendimento sedimentado na Súmula nº 422/TST. A tal modo, o recurso de revista, no particular aspecto, está inviabilizado, conforme o contido na Súmula nº 333/TST e no § 4º do art. 896 da CLT. DANO MORAL - INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - violação do art. 5º, IX e X, da CF; - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma, com arrimo no conjunto fático-probatório dos autos, considerou demonstrado os requisitos ensejadores do dano moral. Com efeito, manteve a r. sentença que condenou a reclamada ao pagamento de indenização. A r.decisão restou assim ementada, verbis: "DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. A justa causa não enseja, por si só, direito à indenização por dano moral. Porém, não demonstrada a conduta ilícita grave atribuída ao empregado, desrespeitando o empregador a norma coletiva que lhe assegurava o contraditório e a ampla defesa, e ainda, agindo ilicitamente ao dar publicidade aos motivos do ato demissional em detrimento da imagem do trabalhador, configura-se o dano moral indenizável." Insurge-se a ré contra a decisão alegando, em síntese, quenão há nos autos nenhuma prova da existência do dano moral sofrido pelo autor, assim como de sua conduta culposa. Sem razão, entretanto. O Colegiado, com supedâneo na prova produzida, concluiu que a reclamada não se preocupou em preservar o reclamante quando do seu desligamento da empresa, ao contrário, exibiu aos demais funcionários como exemplo de mau comportamento interno. Ora, rever tal decisão implicaria inevitavelmente o reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula nº 126/TST e inviabiliza o seguimento do apelo no particular aspecto. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Wagner Faria Santos PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 636; recurso apresentado em 04/06/2008 - fl. 668). Regular a representação processual (fl. 27). Inexigível opreparo (fl. 466). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS ADICIONAL DE PERICULOSIDADE Alegação(ões): - violação do art. 7º, VI, da CF; - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma manteve a r. sentença que extinguiu, sem resolução do mérito, o pleito relativo ao adicional de periculosidade e reflexos, em virtudeda ocorrência de coisa julgada. Em suas razões recursais, sustenta,o autor, em resumo,que o adicional de periculosidade vindicado diz respeito ao tempo em que exerceu a função de fiscal, da área de manutenção das equipes terceirizadas (março/2002 a setembro/2006). Aduz que não há falar em coisa julgadaà luzdo acordo judicialmentehomologado, porquanto o direito reconhecido na ação proposta pelo sindicato da categoria refere-se apenas ao período compreendido entre 1989 a 1993. Sem razão, todavia. Consoante delimitadono v. acórdãovergastado, o próprio reclamante, na peça de intróito,noticiou a existência de ação trabalhista anterior postulando o adicional de periculosidade, com pronunciamento favorável e recebimento, inclusive,de importância decorrente de acordo firmado em quitação da parcela. Ora, o caso sob análise, conforme pontuou o Colegiado, revela que a matéria trazida a Juízojá foi objeto de outra decisão judicial transitada em julgado, não sendo viável a sua rediscussão. Diante desse panorama, incólume o dispositivo constitucional tido por violado. Sob o prisma da discrepância, de igual modo, o apelo não se viabiliza, porque os arestos colacionados para cotejo mostram-se inespecíficos para o fim colimado, porque não abordam a mesma questão fática adotada nos autos - incidência da Súmula nº 296/TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1 de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /lbj/2

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00225-2006-007-10-00-0

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Igor Aragão Brilhante
Recorrido	Joabson Martins Cahú Júnior
Advogado	Marco Aurélio Gonsalves

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 26/05/2008 - fl. 308; recurso apresentado em 10/06/2008 - fl. 309). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS NULIDADE DE AUTUAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO Alegação(ões): - ofensa ao art. 630 da CLT. A Eg. 3ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 299/304, negou provimento ao recurso ordinário interposto pela União e manteve a r. sentença em que reconhecida a nulidade do auto de infração lavrado pelo fiscal do trabalho. Fundamentou-sena disposição constante do art. 7º da CLT, para concluirque a exigência de manutenção dos Livros de Inspeção do Trabalho e Registros de Empregados está direcionada às empresas, não se aplicando aos empregadores domésticos, in verbis: Alega o Autor, em sua petição inicial, que foi autuado pelo Auditor Fiscal do Trabalho, por infração capitulada no § 6º do art. 630 da CLT, porquanto não apresentou os livros exigidos pelos fiscais da DRT; quais sejam: LIVRO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO e LIVRO DE REGISTRO DE EMPREGADOS - previstos nos arts. 628, § 1º, e 41 da CLT. Ocorre, todavia, que a exigência de manutenção dos referidos livros está dirigida às empresas; não alcançando, por força do art. 7º da CLT, os empregadores domésticos. Inconformada, a União interpõe recurso de revista às fls. 309/314. Alega violação frontal aoart. 630e parágrafos da CLT que contém "regramento protetivo ao trabalhador doméstico, com o fito de impedir o abusopor parte do empregador." Constata-se que o art. 630 e parágrafos da CLTnão fazem nenhuma referência ao trabalhador doméstico e que afundamentação central do v. acórdão, amparada no art. 7º da CLT não foi atacada nas razões do recurso, tornando-se inviável o seguimento do apelo com base na orientaçãoda Súmula nº 422 do Col. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00227-2003-020-10-00-6

Recorrente	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE
Advogado	Júnia de Abreu Guimarães Souto
Recorrido	Lúcia Helena Soares de Loiola e Francisca Nonato de Macedo
Advogado	Lycurgo Leite Neto

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 320; recurso apresentado em 09/06/2008 - fl.). Regular a representação processual (fls. 322/323 e 337). Satisfeito o preparo (fls. 148, 175, 174 e 240). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM Alegação(ões): - violação do art. 5º, II, da CF. A Egr. 2ª Turma deste Regional, por meio do acórdão às fls. 313/319, negou provimento ao recurso ordinário interposto pela reclamada para, mantendo a r. sentença, afastar a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam argüida pela ré e condená-la ao pagamento das diferenças relativas à multa de 40% do FGTS decorrentes dos expurgos inflacionários. Inconformada, areclamada interpõe recurso de revista (fls. 326/336) renovando a argüição deilegitimidade passiva. Aduz que "O verdadeiro responsável pela ofensa ou violação do direito da reclamante é a Caixa Econômica Federal-CEF e, portanto, seus bens ficam sujeitos à reparação do dano causado ". Alega violação ao art. 5º, II, da Constituição Federal. O art. 5º, II, da CF, segundo entendimento reiterado da Suprema Corte, em regra, somente admite violação reflexa em face do descumprimento de norma infraconstitucional, de modo que sua indicação não atende ao disposto no art. 896, "c", da CLT. Nego seguimento ao recurso, pois, neste particular. FGTS - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS Alegação(ões): -ofensa aos arts. 5º, incs. XXXVI, LIV e LV, e 37 da CF; - violação dos arts. 18, § 1º, da Lei nº 8.036/90 e 6º da LICC. Insurge-se a reclamada contra o v. acórdão em que reconhecida a sua responsabilidade pelo pagamento das diferenças da multa de 40% do FGTS referentes aos expurgos inflacionários. Assim restou ementada a decisão: 1. ELETRONORTE. DIFERENÇAS DA MULTA DE 40% SOBRE OS DEPÓSITOS FUNDIÁRIOS. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR. PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESLIGAMENTO-PDI. Nos estritos termos do artigo 18, § 1.°, da Lei n.° 8.036/90, é do empregador a responsabilidade pelo pagamento da indenização de 40% do FGTS, em virtude da dispensa imotivada. Ora, se o saque sobreveio em momento anterior aos expurgos inflacionários ocorridos nas contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, os valores sacados deverão ser corrigidos, incluindo os índices reconhecidos pela Justiça Federal Comum ou pela Lei Complementar n.° 110/2001, para apuração das diferenças na indenização rescisória de 40% do FGTS. (Inteligência da Orientação Jurisprudencial n.° 341 da SBDI-1 do col. TST). Por sua vez, a adesão das obreiras ao PID não gerou, por si só, quitação da indenização perseguida, pois, no ato do acerto rescisório, as autoras ressalvaram, expressamente, o direito de cobrar diferenças relativas à correção do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, conforme TRCT presente aos autos (Inteligência da Orientação Jurisprudencial n.° 270 da SBDI-1 do TST). 2. Recurso conhecido e desprovido. Adecisão recorrida está em plena consonância com a Orientação Jurisprudencial nº 341 da SBDI-1 do C. TST, no sentido de ser do empregador a responsabilidade pelo pagamento da diferença da aludida multa. Nesse contexto, o recurso de revista esbarra na Súmula nº 333 do C. TST, restando inviabilizada a análise das violações legais e dos arestos trazidos à demonstração do confronto de teses. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00232-2006-007-10-00-1

Recorrente	República da Tunísia
Advogado	João Marcos de Werneck Farage
Recorrido	Toufik Boutaher
Advogado	Edvaldo Soares Brasileiro

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 228; recurso apresentado em 09/06/2008 - fl. 229). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. ESTADO ESTRANGEIRO. Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 2º, 5º, incs. II e LV, 37, inc. XXI e 144, caput, da CF; - ofensa aos arts. 8º e 896 da CLT, 126 do CPC, 31 e 32 do Decreto 56.435/65; - divergência jurisprudencial. A Eg. 2ª Turma, por meio do v. acórdão proferido às fls. 210/224, manteve a rejeição da preliminar de imunidade de jurisdição argüida pela reclamada, ao fundamento de que "Pacifica-se o entendimento jurisprudencial no sentido de que Estados estrangeiros e organismos internacionais não mais gozam de imunidade de jurisdição, admitindo-se até o abrandamento da imunidade de execução, mormente quanto à prática de atos de gestão, como no caso do contrato de trabalho." (fl. 213). A reclamada interpõe recurso de revista às fls. 229/242, insistindo na preliminar e na extinção do feito, com amparo nas previsões da Convenção de Viena e demais dispositivos em epígrafe. Diz que a imunidade somente pode ser afastada nos casos de renúncia expressa da reclamada, o que não ocorreu. Sob o enfoque da alegada violação do art. 5º, II, da Constituição Federal, o apelo não se viabiliza, pois o princípio nele insculpido mostra-se como norma geral do ordenamento jurídico pátrio, sendo necessária a análise da ocorrência de violação de norma infraconstitucional para que se reconheça, somente de maneira indireta ou reflexa, afronta ao seu texto. Não há violação do art. 5º, LV, da Constituição Federal. Constata-se quefoi observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Quanto às alegações de violação aos arts. 2º, 37, XXI e 144, caput , da Constituição Federal e ofensa aos arts. 8º e 896da CLT e 126 do CPC, impossível o processamento do recurso, por ausência de prequestionamento (TST, Súmula 297). Quanto à alegação de ofensa aos arts. 31 e 32 doDecreto 56.435/65, impossível o processamento do recurso, porque se trata de espécie normativanãocontemplada na alínea "c" do art. 896 da CLT. Por fim, no tocante à divergência jurisprudencial, também impossível o seguimento dorecurso, pois a jurisprudência do Colendo TST, na esteira do Excelso STF, é pacífica no sentido de que a imunidade de jurisdição não é maisabsoluta, tratando-se de imunidade relativa quando o direito em disputa diga respeito a atos de gestão, situação em que o ente estrangeiro se equipara ao particular. Assim, somente é absoluta a imunidade de jurisdição quando se tratar de atos de império praticados pelo Estado estrangeiro, o que não é o caso de reclamação trabalhista, em que a disputa se circunscreve a interesses de particulares à luz de norma infraconstitucional (STF-AgRg-RE-222.368/DF, Rel. Min. Celso de Mello, 1ª Turma, DJ de 14/02/03; TST-RR-1.260/2004-019-10-00.4, Rel. Min. Antônio José de Barros Levenhagen, 4ª Turma, DJ de 25/08/06; TST-AIRR-78/1998-010-10-40.4, Rel. Min. Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, 6ª Turma, DJ de 25/08/06; TST-RR-313/2004-020-10-00, Rel. Min. Antônio José de Barros Levenhagen, 4ª Turma, DJ de 04/08/06; TST-RR-1.301/1991-003-10-40.6, Rel. Juiz Convocado Walmir Oliveira da Costa, 5ª Turma, DJ de 23/06/06; TST-E-RR-189.280/1995, Rel. Min. José Luiz Vasconcellos, SBDI-1, DJ de 04/08/00; TST-AIRR-186/2005-018-10-40.8, Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, 4ª Turma, DJ de 13/04/07). Assim, os arestos trazidos para cotejo mostram-se superados, nos moldes daSúmula nº 333 do Colendo TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00245-2007-019-10-00-1

Recorrente	CEB Distribuição S.A.
Advogado	Ana Carolina Soares da Rocha
Recorrido	José Soares de Lima
Advogado	Ulisses Borges de Resende

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 09/05/2008 - fl. 224; recurso apresentado em 19/05/2008 - fl. 225). Regular a representação processual (fls. 44). Todavia, a ausência de comprovação do pagamento de custas processuais torna deserto o recurso de revista. Note-se que a guia DARF à fl. 182 não contém autenticação e a cópia do comprovante a ela anexado não registra número de referência que o vincule a este processo. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00250-2007-020-10-00-4

Recorrente	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ/DF
Advogado	André Luiz Vieira de Melo
Recorrido	Sheyla Nunes Brandão
Advogado	Adriano Souza Nóbrega

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 02/05/2008 - fl. 482; recurso apresentado em 12/05/2008 - fl. 483). Regular a representação processual (fl. 64). Satisfeito o preparo (fls. 458, 430 e 515 e 428 e 512). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS INTERVALO INTRAJORNADA Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) nº 364/TST; - violação do(s) art(s). 5º, inc. LIV, 7º, inc. XXVI, e I, III e VI do art. 8º da CF; - ofensa ao art. 614 da CLT. - divergência jurisprudencial. A Eg. 2ª Turma desta Corte, por meio do acórdão às fls. 447/458, comple-

mentado pelo julgamento dos embargos de declaração às fls. 479/481, negou provimento ao recurso ordinário interposto pela reclamada, no particular, considerando inválida a pactuação coletiva para redução do período do intervalo intrajornada, e manteve a condenação quanto ao pagamento de 1 hora extradiária, acrescido do adicional de 50%, a título do intervalo intrajornada não gozado. Fundamentou a decisão nasOrientações Jurisprudenciaisnºs 307 e 342 da SBDI-1 do Col. TST. A recorrente almeja afastar a condenação imposta (fls. 483/511), defendendo a tese de que o gozo do intervalo intrajornada por 30 minutos decorreu de negociação coletiva regularmente pactuada. Faz alusões ao entendimento consubstanciado na Súmula 364/TST, tentando demonstrar a pertinência da negociação levada a efeito quanto ao intervalo intrajornada. Colaciona arestos com o fim deevidenciar odissenso de teses. Constata-se que a Eg. Turma, ao concluir que a concessão parcial do intervalo intrajornada enseja o pagamento total do período correspondente e que convenção coletiva não pode contemplar sua redução, decidiu em estrita observância ao estabelecido nas Orientações Jurisprudenciais nºs 307 e 342 do C. TST.Afastam-se, por tais fundamentos, as alegações deduzidas, uma vez que a consolidação da jurisprudência acerca do tema em debate reflete justamente a interpretação dos dispositivos que regem a matéria. Ressalte-se, ainda, que a invocação da Súmula nº 364, além de impertinente, constitui matéria nem sequer debatida (Súmula nº 297/TST). REPOUSO SEMANAL REMUNERADO - DIFERENÇAS Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, inc. LVI, e 7º, XV, da CF; - ofensa ao art. 333 do CPC; 818 da CLT e 7º, §2º, da Lei nº 605/49. - divergência jurisprudencial O Eg. Tribunal Regional deu provimento ao recurso ordinário interposto pela reclamante, paracondenar a reclamada ao pagamento diferenças relativasao descanso semanal remunerado. Em suas razões recursais, a Reclamada assevera, em síntese, que não há espaço para a condenação imposta, argumentando no sentido da impropriedade da inicial e da inexistência de comprovação de pagamento incorreto pela reclamada dos valores pagos a título de descanso semanal remunerado. Indica arestos para demonstração de divergência jurisprudencial. Sem razão. Conformedelimitado no v. acórdão, consignou a Eg. Turma que, para o pedido de pagamento de 11 DSR's, alegou a reclamante quea reclamada reconheceu ser devida a parcelapleiteada, por meio doprocesso administrativo nº 097.001.510-2006, assertiva que foi comprovada pela documentação de fls.312/387, trazida aos autos pela própria recorrente, na qual se registra também que ainda não houve dotação orçamentária suficiente para quitação dessa parcela, o que denota a falta de efetividade da decisão administrativa, uma vez que reconhece o direito, mas não providencia o respectivo pagamento. Dentro de tal contexto, não há que se cogitar em ofensa aos dispositivos relativos ao ônus da prova, na medida em que, conforme a delimitação, a condenação decorreu da comprovação, mediante documentos, do direito da autora em receber asdiferenças do DSR. Quanto aos dispositivos constitucionais indicados, ressalte-se que aEg. Turmanada fez senão garantir ao trabalhador o direito ao descanso semanal remunerado, previsto no art. 7º, XV, da Constituição Federal, ressaltando-se, ainda, que não houve qualquer discussão acerca de ilicitude de prova, a ensejar a aplicabilidade do artigo 5º, LVI, da CF/88, nem emissão de tese à luz do art. 7º, §2º, da Lei nº 605/49. Nesse particular, o recurso esbarra no óbice contido na Súmula nº 297 do C. TST. Por fim,os arestos trazidos a cotejo (fls. 507/510), não servem ao fim colimado, pois, além de trazidos aos autos sem indicação da fonte oficial ou do repositório autorizado em que publicados,são oriundos de varas do trabalho desta Região,fontes não autorizadasà demonstração de dissenso (Súmula 337, I, "a" do C. TST e art. 896, "a", da CLT). CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1dejulho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mmmf/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00261-2005-005-10-00-0

Recorrente	Brasília Corporate Finance Consultores Associados S/C Ltda. - BCF
Advogado	Elízio Rocha Júnior
Recorrido	Acidézio Paulino Valentim
Advogado	Déborah Rodrigues Affonso

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicadaem 20/04/2007 - fl. 298; recurso apresentado em 30/04/2007 - fl. 300). Regular a representação processual (fl. 19). Satisfeito o preparo (fls. 122, 157V e 157). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - CERCEAMENTO PROBATÓRIO Alegação(ões): - violação do art. 5º, inc. LV da CF. - divergência jurisprudencial A Eg. 2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 362/372, rejeitou a preliminar de cerceamento de defesa e manteve a r. sentença em que julgados parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial.Consignou que não houve qualquer insurgência acerca da questão na audiência de instrução; logo, operou-se a preclusão, pois as nulidades processuais devem ser argüidas na primeira oportunidade de se falar nos autos, a teor do art.795 da CLT. Registrou, também, que a diligência requerida pela reclamada revela evidente inocuidade, incidindo a regra do art. 765 da CLT. Recorre de revistaa reclamada (fls. 375/411). Insiste na nulidade do acórdão por cerceio a seu direito de defesa. Em pedido sucessivo, postula a reforma da r. decisão no que diz respeito à imposição da multa do art. 477 da CLT. Não seconstata a alegada ofensa ao preceito constitucional. Constou do v. acórdão que a recorrente não feznenhuma menção ao alegado cerceamento probatóriopor ocasião daaudiência de instrução. Pontuou o Regional, inclusive, sobre a inocuidade da diligência requerida e que o Juízo encerrou a audiência sem registro de insurgência quantoà produção de mais provas.Não há que se falar, desse modo, em cerceamento do direito de defesa. Também não se viabiliza o processamento da revista por divergência de teses, porquanto os arestos colacionados às fls. 382/409são imprestáveis para essa finalidade, eis queprovenientes deste Eg. Tribunal, não atendendo aos requisitos constantes do art. 896, alínea a, da CLT. Finalmente, quanto à matéria remanescente, relativa ao pagamento da multa do art. 477 da CLT, o apelo encontra-se desfundamentado, não tendo a recorrente atacado o fundamento adotado pelo v. acórdão nem indicado quaisquer dospressupostos intrínsecosdefinidos no artigo 896 da CLT para a admissibilidade do recurso de revista CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1 de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00261-2007-001-10-00-6

Recorrente	Carlos Fernando Pereira Ferreira
Advogado	Ivan Benício de Abreu
Recorrente	Posto Brasal Ltda.
Advogado	José Alberto Couto Maciel
Recorrido	Carlos Fernando Pereira Ferreira
Advogado	Ivan Benício de Abreu
Recorrido	Posto Brasal Ltda.
Advogado	José Alberto Couto Maciel

Recurso de:Carlos Fernando Pereira Ferreira PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 659; recurso apresentado em 20/05/2008 - fl. 660). Regular a representação processual (fls. 21). Inexigível opreparo (fl. 536). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DANO MORAL - INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - violação dos arts. 1º, III e IV, e 5º, X, e 226 da CF; A Eg. 1ª Turma, com arrimo no acervoprobatório, considerou que o reclamante não se desincumbiu do ônus de mostrar a ocorrência do prejuízo moral quando do seu desligamento da empresa. Com efeito, excluiu da condenação a indenização por danos morais. Insurge-se o demandante contra a decisão alegando, em síntese, que as provas constantes dos autos, em especial os depoimentos das testemunhas,demonstram o cometimento de abuso pelo empregadorno exercício do seu poder potestativo(resilição do contrato de trabalho). Nesse contexto, aduz querestaram preenchidos os requisitos necessários à obtenção da reparação por danos morais. Sem razão, contudo. Isso porque, como exposta, a pretensão do recorrente importaria necessariamente no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula nº 126/TST e inviabiliza o seguimento do apelo no particular aspecto. HORAS EXTRAS Alegação(ões): - violação do art. 5º, LV, da CF; A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 611/632, complementado peladecisão proferida em sede de embargos de declaração às fls. 653/658, manteve a r. sentença que julgou improcedente o pedido de horas extras. Assentou, com arrimo no conjunto fático-probatório,que, à saciedade, restou demonstrado que o autor exercia amplos poderes de mando e gestão, típicos aenquadramento do art. 62, II, da CLT. Inconformado, recorre de revistao reclamante pugnando pelo deferimento da jornada excedente. Sem razão, todavia. Depreende-se que o v.decisum originou-se do exame detalhado do suporte fático produzido nos autos - prova testemunhal e documental na direção de que o reclamante, efetivamente,detinha cargo de gestão, na medida em que todos os aspectos gerenciais da empresa em que atuava eram de sua responsabilidade. Nesse passo, qualquer discussão neste momento processual acerca do exercício, ou não,de cargo de confiança, nos moldes do art. 62, II, da CLT, exigiria, sem dúvida, o revolvimento de fatos e provas, o que é defeso a teor do que dispõe a Súmula nº 126/TST. FÉRIAS FERIADO Analisando-se minuciosamente as razões recursais, observa-se que o apelo, quanto às matérias em referência, encontra-se nitidamente desfundamentado, na medida em queo autor não aponta nenhuma ofensa a dispositivo infraconstitucional ou constitucional, tampouco transcreve aresto no escopo de caracterizar dissenso pretoriano. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - MULTA Alegação(ões): - contrariedade à Súmula 98/STJ; - divergência jurisprudencial Por meio do v. acórdão às fls. 653/658, o Colegiado aplicouao reclamante a multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, por considerar protelatórios os embargos de declaração opostos. Em suas razões de recurso de revista,o autorsustenta a impropriedade da multa em epígrafe, ao argumento de que os aclaratórios tiverem como único objetivo o prequestionamento. Sem razão, entretanto. De início, assinale-se que a alegação de contrariedade à Súmula nº 98/STJ,a teor da alínea "a" do art. 896 da CLT, não se viabiliza. A penalidadeinstituídaao reclamante decorreu da constatação de terem sido opostos embargos de declaração com caráter manifestamente protelatórios, haja vista que o v. acórdão embargado não padecia de nenhum vício. Diante desse cenário, a imposição da multa emerge da aplicação da regra insculpida no art. 538, parágrafo único, do CPC. Sob o prisma da divergência jurisprudencial, constata-se que o único aresto trazido para cotejo,à fl. 671,revela-se inespecífico para o fim colimado, na medida em que não aborda as mesmas premissas fáticas adotadas pelo Eg. Regional - incidência da Súmula nº 296/TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Posto Brasal Ltda. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 659; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 673). Regular a representação processual (fls. 129/131). Satisfeito o preparo (fls. 536, 575, 574 e 701). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Alegação(ões): - violação dos arts. 5º, XXXV e LV, e 93, IX, da CF; - ofensa aos arts. 832 da CLT e 458 do CPC. Pugna a reclamada pela nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, ao argumento de que, nada obstante a oposição dos pertinentes embargos de declaração, a Eg. Turma não se manifestou acerca da alegação de que o acréscimo salarial decorrente da venda da gasolina Shell V-Power era condicionado a metas, não podendo, pois, ser considerado comissão, mas prêmio. Em que pesem as razões esboçadas no vasto arrazoado, a alegação de nulidade por negativa de prestação jurisdicional em face da decisão dos embargos declaratórios não se viabiliza.Isso porque, conforme assentado no v. acórdão regional à fl. 657, "houve menção da tese defensiva, mas adotou-se o entendimento de que se tratava de comissões, segundo a prova oral produzida".Nesse contexto, observa-se que a jurisdição foi prestada mediante decisão suficientemente motivada, conquanto contrária a pretensão da recorrente. Assim sendo, havendo fundamentação no v. decisum sobre as questões postas em debate, não há falar em afronta aos arts. 93, IX, da Constituição Federal, 458 do CPC e 832 da CLT. Por fim, quanto à suposta violação do art. 5º, XXXV e LV, da Constituição Federal, tal dispositivo não constitui fundamento válido a ensejar a admissibilidade de recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional (Orientação Jurisprudencial nº 115 do Col. TST). JULGAMENTO ULTRA PETITA Alegação(ões): - violação do art. 5º, LIV e LV, da CF; - ofensa aos arts. 128, 282, IV, 286, 293 e 460 do CPC. - divergência jurisprudencial Insiste a reclamada na nulidade do v. acórdão por julgamento alémdos limites do pedido, uma vez que deferida ao reclamantea indenização pela estabilidade provisória, sem contudo,ter ele participado das eleições para membroda CIPA. Ab initio, registre-se, por oportuno, que o autor, na peça de intróito, pleiteou o pagamento da indenização pela estabilidade provisória. Conforme delimitado no v. decisum ,o desligamento sem justo motivo, no momento em que o autor já teria registrado a sua candidatura para às eleições da CIPA, retirou-lhe a expectativa do direito de sair vencedor. Nesse passo, como implementada a condição necessáriaà obtençãoda garantia estabilitária no emprego, a r. decisão encontrasedentro dos limites do pedido, cabendo ressaltar que o seu acerto, ou não, diz respeito ao mérito, a ser tratado em tópico específico. Diante desse cenário, incólumes os dispositivostidos por violados. Sob o ângulo da discrepância jurisprudencial, de igual modo, o apelo não se viabiliza. O primeiro aresto revela-se nitidamente inespecífico para o fim colimado, na medida em que não aborda a mesma premissa fática adotada pelo Regional - incidência da Súmula nº 296/TST. Já o segundo, mostra-se inservível, porque não indica a fonte oficial ou o repositório autorizado em que foi publicado (Súmula nº 337, I, do Col. TST) JUSTA CAUSA Alegação(ões): - violação dos arts. 5º, II, da CF; - ofensa ao art. 482, "b", da CLT. A Eg. 1ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 611/632, complementado pelo julgamento dos embargos de declaração às fls. 653/658, à luz do conjunto probatório produzido, manteve a r. sentença que concluiu não ter havido motivo ensejador da ruptura contratual por justa causa.O v. acórdão, no particular, restou assim ementado, verbis: "JUSTA CAUSA. Tratando-se a justa causa da penalidade mais severa imputável a um empregado, manchando sua reputação e dificultando sua recolocação no mercado de trabalho, é mister a prova inconteste da prática do fato ensejador. E o ônus da prova dos fatos que importam em dissolução contratual por justa causa incumbe ao empregador, a quem a forma de dissolução aproveita (CLT, artigo 818 e CPC, artigo 333, inciso II). No caso dos autos, não há comprovação do comportamento irregular do obreiro justificador da demissão por justa causa." Nas razões do recurso de revista sustentaa reclamada, em resumo,que há nos autos provas suficientes que justifiquem a conduta passível de punição com justa causa. A conclusão turmária foi baseada na análise do conjunto probatório dos autos,o qual revelou a inexistência deconduta incompatível do reclamante com o trabalho, justificadora da ruptura contratual. Ora, infirmar tal entendimento implicaria o revolvimento de fatos e provas, vedado na instância extraordinária a teor da Súmula nº 126 do TST. Nesse passo, despicienda a análise de ofensa ao artigo infraconstitucional indicado como transgredido. No tocante à pretensa violação do art. 5º, II, da Constituição Federal, o princípio nele insculpido mostra-se como norma geral do ordenamento jurídico pátrio, sendo necessária, em regra, a análise da ocorrência de violação de norma infraconstitucional para que se reconheça, somente de maneira indireta ou reflexa, afronta ao seu texto. ESTABILIDADE PROVISÓRIA - INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - ofensa ao art. 10, II, "a", do ADCT. A egrégia 1ª Turma, com supedâneo no conjunto fático-probatório dos autos, teve como implementada a condição necessária ao alcance da estabilidade provisória do autor, ressaltando que ele "sofreu quebra na sua expectativa de direito, provocada por ato positivo do empregador, que suspendeu indevidamente o processo eleitoral, investindo contra a competência da comissão eleitoral constituída, eliminando a possibilidade de concorrência por parte do reclamante, ao desligá-lo por justa causa tida como decorrente de fundamento insubsistente neste provimento". Com efeito, em razão da impossibilidade de obtençãoda estabilidade, por falta de condição sine qua non , representada pelo êxito no processo eleitoral, condenou a reclamada a efetuar o pagamento da indenização correspondenteao período estabilitário. Inconformada, recorre de revistaa ré alegando, em síntese,que não há prova de que o reclamante obteria êxito no processo eleitoralpara ocupar cargo na CIPA, razão pela qual não há falar em garantia estabilitária no emprego e, por conseqüência, em indenização. Sem razão. Inicialmente, assinale-se que a Constituição Federal prevê a estabilidade provisória no emprego ao empregado eleito para a CIPA desde o registro de sua candidatura até doze meses posteriores ao final do mandato (ADCT, art. 10, II, "a"), e que o autor efetuou a sua inscrição no processo eleitoral objetivando ocupar cargo de direção na CIPA. Pois bem.Conforme relatado em linhas volvidas,o Colegiado concluiu que os elementos extraídos dos autos conduziram à manifesta vontade do empregador em evitar o sucesso do reclamante na empreitada, consubstanciada no seu desligamento sem justo motivo. Ora, para rever tal entendimento seria necessário o revolvimento de fatos e provas, o que é vedado na instância extraordinária, a teor da Súmula nº 126 do Col. TST. PRÊMIOS Alegação(ões): - ofensa aos arts. 818 da CLT e 333, I, do CPC. - divergência jurisprudencial O inconformismo da acionada emerge da decisão que determinou o pagamento de comissão pela venda da gasolina Shell V-Power. Nesse sentido, aduz, em síntese, que o reclamante não se desincumbiu do encargo que lhe competia.Acaso mantida acondenação, pugna pelo reconhecimento da natureza indenizatória da parcela, uma vezque se

trata de um incentivo ao desempenho do trabalhador, vinculado ao alcance de venda mínima do combustível, previamente especificado. Sem razão. Inicialmente, inviável a análise da questão relativa à natureza jurídica da parcela, haja vista que o Colegiado não adotou nenhuma tese a respeitonem foi instado a fazê-lo por intermédio de embargos de declaração. Nesse contexto, ausente o indispensável prequestionamento, incide a Súmula nº 297/TST. Relativamente à alegação de ofensa aos artigos 818 da CLT e 333, I, CPC, que tratam da distribuição do ônus da prova, verifica-se que a Eg. Turma concluiu que restou demonstrado o pagamento de comissões por fora, em razão da venda da gasolina Shell V-Power, tendo o autor se desvencilhadosatisfatoriamente do ônus que lhe cabia, mediante produção de prova oral, ressaltando-se, nesse sentido, a regular observância das regras de distribuição do ônus probatório. De outra parte, de se registrar que não houve propriamente discussão sob a ótica do ônus da prova, mas, sim, delimitação acerca da prova do fato alegado. A tal modo, qualquer alteração do julgado implicaria, necessariamente, o revolvimento de fatos e provas, o que é defeso à instância extraordinária, a teor da Súmula n° 126/TST. Diante desse panorama, não há falar emtrangressão aos dispositivos infraconstitucionais tidos por violados nem em divergência jurisprudencial válida. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - MULTA Alegação(ões): - ofensa aos arts. 538, parágrafo único, do CPC e 897-A da CLT. Às fls. 653/658,a Eg. Turma,por considerar nitidamente protelatórios os embargos de declaração opostos, condenou areclamada ao pagamentoda multa inserta no art. 538, parágrafo único, do CPC. Insurge-se a ré contra a decisão alegando a impropriedade da multa em referência, ao argumento de que os aclaratórios tiverem comoobjetivo o prequestionamento, assim como agarantia de uma prestação jurisdicional plena e eficiente. Argumenta, outrossim, que, ao contrário do consignado no v. acórdão,a medida processual não traduz simples inconformismo daparte. Sem razão. A multa impostaà rédecorreu da constatação de terem sido opostos embargos de declaração com caráter manifestamente protelatórios, haja vista que o v. acórdão embargado não padecia de nenhum vício. A tal modo, a imposição da multa emerge da aplicação da regra insculpida no art. 538, parágrafo único, do CPC, não havendo que se falar em ofensa aos dispositivosacima indicados. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /lbj/2

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00266-2006-009-10-00-9

Recorrente	Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito - CONTEC e Outros
Advogado	Hélio Carvalho Santana
Recorrido	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Flávio Silva Rocha
Recorrido	União (Ministério do Trabalho e Emprego)
Advogado	Anna Maria Felipe Borges

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 07/03/2008 - fl. 785; recurso apresentado em 17/03/2008 - fl. 787). Regular a representação processual (fls. 32 e 738). Satisfeito o preparo (fls. 555 e 580). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CEF - EXCLUSÃO DO PÓLO PASSIVO Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, incs. XXXVI e LIV, da CF; - ofensa ao art. 589 da CLT e 515, caput, do CPC. A Eg. 1ª Turma desta Corte, por meio do acórdão às fls. 752/764, complementado pelo julgamento dos embargos de declaração às fls. 781/784, resolvendo questão incidental suscitada de ofício, excluiu a Caixa Econômica Federal do pólo passivo da demanda, reconhecendo como autoridade impetrada, no caso em exame,apenaso Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.Concluiuque o órgãoefetivamente responsável pelo fornecimento do código sindical é o Ministério do Trabalho e Emprego, estando a atuação daCEFrelacionada ao recolhimento e movimentação da contribuiçãode acordo comos códigos previamente fornecidos pelo ente governamental. Sustentamas recorrentes (fls.787/814)que tal premissa é equivocada. Alegam não restar dúvidas quanto à responsabilidade da CEF pelo fornecimento do citado código.Argumentamque, no caso da contribuição sindical, tal instituição financeirafigura como agente de Estado na arrecadação, estruturação e repasse de tributo federal, o que a legitima como sujeito passivopara apresente demanda. Aduzem que a manutenção da CEF nopólo passivo também é devida porque a Vara do Trabalho rejeitou a argüição de ilegitimidade passivasuscitadae, nesse aspecto, não houve qualquer insurgência da Caixa, ocorrendo, assim, a coisa julgada formal. Não procedem os argumentos. Nos termos em que delimitado o v. acórdão, consignou-se que,conforme oart. 589 da CLT,a CEF efetua o créditodos valores arrecadadosa título de contribuição sindical de acordo com as instruçõesexpedidas pelo Ministro do Trabalho, sendocomplexoo ato de arrecadação e repasse do tributo, já que dele participam ainstituição financeirae o Ministério do Trabalho e Emprego. Registrou-se queé deste último a efetivaresponsabilidade pelofornecimento do código sindical, estando a atuação da Caixa vinculada ao recolhimento e movimentação da contribuição segundo os códigosanteriormente fornecidos e, dessa forma, não teria legitimidade para figurar no pólo passivo da presente demanda. Assim, o Colegiado concluiu pela exclusão da CEF do pólo passivo,ressaltando que o saneamento do processo naquela fase era devido, considerando-se que a questão, como uma das condições da ação,revestia-se de ordem pública, constituindo poder-dever do magistradoo seuconhecimento de ofício. Dentro de tal contexto, não há de se falar em afronta aos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais indicados pelas recorrentes. AUSÊNCIA DE SUPOSTOS LITISCONSORTES PASSIVOS NECESSÁRIOS CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - COBRANÇA DISFARÇADA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, LV, da CF; - ofensa ao art. 282, 283 e 284 do CPC; 6º da Lei nº 1.533/51. A Eg. Turma negou provimento ao recurso ordinário interposto pelas impetrantes, mantendo a r. sentença queconcluiu pelaextinção do processo sem resolução de mérito.O Colegiado entendeuque foi deficiente a formação da relação processual, jáque existiam litisconsortes necessários, mas as impetrantes não cuidaram de nomeá-los e promover a respectiva citação, conforme determina a legislação pertinente, bem como que foi impróprias via eleita. Sustentam as recorrentes que a Eg. Turmaafastou a possibilidade de emenda à inicial, mas nãojustificou a não aplicação do art. 284 do CPC, que autoriza tal procedimento. Alegaminexistência de lesão aos interesses patrimoniais dos sindicatos não citados para compor o pólo passivo da demanda,e, portanto, aqueles não reúnemcondições para serem qualificados como litisconsortes necessários. Argumentam que o Colegiadoequivocou-se quando fundamentou a extinção do feito na suposta caracterização da "cobrança disfarçada de contribuição sindical", pois o que há é a denúncia de fraude ao sistema de recolhimento da contribuição sindical. Asseveram, ainda,que não se extrai dos pedidos da inicial nenhum debate sobre disputa de base de representação sindical, mas, sim, o interesse dasrecorrentes na regularização do recolhimento e repasse da contribuição sindical devida. Sem razão. Conforme delimitado na decisão impugnada, a Eg. Turma concluiu pela extinção do processo sem resolução de mérito porqueconsiderou deficiente a formação da relação processual e que foi impróprio o manejo do mandado de segurança para produção de efeitos diretamente patrimoniais. Para tanto, consignouque, no caso em exame,acausa de pedir e a indicação das autoridades tidas como coatoras revelaram que a alteração do código sindical não decorreu de ato deliberado doSecretário das Relações de Trabalho ou doPresidente da CEF, mas de procedimento desencadeadoa pedidode diversos sindicatos, alguns dos quais foram, inclusive, nomeados no presente processo. Dentro de tal quadro,registrou que a pertinência subjetiva da lide alcançaria,além da autoridade apontada como coatora, os referidos sindicatos que, espontaneamente e em atendimento a seus próprios interesses,solicitaram a alteração de seu código de recolhimento da contribuição sindical, situação jurídica que provocou conflito com os interesses das impetrantes, nacondição de entidades sindicais de grau superior, motivo pelo qual tais sindicatos deveriam atuar no processo como litisconsortes necessários, até porque eventual decisãoquanto à concessão da ordem preventivarequerida teria imediata repercussão na esfera jurídica dessas entidades.Considerou, ainda,que existia,subjacente ao conflito de interesses, a pretensão de cobrança de valores tidos por recolhidos e indevidamente repassadosa entidade diversa,em prejuízo das impetrantes, revelando-se a impropriedade do manejoda ação mandamentalcoma finalidade de produção de efeitos diretamente patrimoniais,principalmente quando a discussão tratava, em última análise, de uma cobrança disfarçada, invocando para tal assertiva ajurisprudência pacífica do Col. STJ. Diante de tal quadro, em razão da deficiente formação da relação processual e da impropriedade da via eleita, ressaltando que a petição inicial em mandado de segurança não comportava emenda,foi que a Eg. Turma concluiu que era impositiva a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC,conforme decidido pelo MM. Juízo de origem. Por tais fundamentos,ressaltando que a decisão da Eg. Turma encontra-se em harmonia com a Súmula nº 415 do Col. TST, afastam-se as alegações deduzidas. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mmmf/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00267-2007-019-10-00-1

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Tatiana Lima Campelo
Recorrido	Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda.
Advogado	Alessandra Pires de Campos de Pieri

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 10/06/2008 - fl. 936; recurso apresentado em 17/06/2008 - fl. 940). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS RECURSO DESFUNDAMENTADO Alegação(ões): - violação do art. 5º, LV, da CF; - ofensa ao art. 1º, V, do DL 779/79. A Eg. 2ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 931/933, não conheceu do recurso ordinário da União. Pontuou que não se conhece de recurso que nãoataca a todos os fundamentos em que se baseou a decisão alvejada. Isso porque, em não sobrevivendo a r. decisão em caso de acolhimento de um certo fundamento específico do recurso, por outro (que não foi aduzido em sede recursal) poderá sustentar-se. Interpretação do artigo 514, inciso II, do CPC c/c Súmula n.º 422 do Colendo TST. Inconformada, recorre de revistaa União (fls. 940/945), insistindo que havia impugnação específica em suas razões de recurso ordinário e, de outro lado, que a r. sentença estava sujeita ao reexame necessário. Conforme pontuado no v. acórdão, a recorrente se insurgiu contra a anulação do auto de infração apenas sob o argumento de que a lei não contém restrição quanto a motoristas e vigilantes, determinando que o cálculo considere todos os empregados da empresa. Não foram combatidos os demais fundamentos sentenciais, notadamente aqueles que se constituem nos principais, vale dizer, inviabilidade da atividade empresarial com violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, não-observância da orientação passada pelo próprio Ministério do Trabalho, mediante a Delegacia Regional do Trabalho de Goiás que ajustou compromisso com a autora, excluindo os motoristas do percentual legal e aplicação analógica do Decreto Decreto n.º 3298/99. Registro que o valor atribuído ao direito controvertido, como consta da inicial, afasta o reexame necessário, na forma do § 2º do artigo 475 do CPC. Diante desse cenário,o v. acórdão encontra-se em plena consonânciacom o entendimento consagrado naSúmula nº 422 do Colendo TST, situação que obsta o seguimento do recurso (CLT, artigo 896, § 4º e Súmula 333 do Colendo TST). NULIDADE DE AUTUAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO Alegação(ões): - ofensa ao art. 93 da Lei nº 8.212/91. Inviável a análise do recurso, uma vez que aTurma não adotou tese sobre a matéria, à luz dos dispositivos invocados pela parte recorrente. Ausente o prequestionamento, incide a Súmula 297/TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00273-2007-013-10-00-0

Recorrente	Roberto Carlos dos Anjos
Advogado	Ulisses Riedel de Resende
Recorrido	EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
Advogado	Denise Fonseca Rodrigues de Souza

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 143; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 145). Regular a representação processual (fls. 11 e 12). Inexigível opreparo (fl. 81). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONTRATO DE TRABALHO - NULIDADE Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, caput e XXXVI, 7º, I e XXI da CF; - ofensa ao art. 2º, 9º, 442, 443, 487, II, § 1º da CLT e art. 18, § 1º da Lei nº 8.036/90. - divergência jurisprudencial. A Eg. 2ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 123/130, complementado às fls. 140/142, deu provimento ao recurso da reclamada, para julgar improcedentes os pedidos formulados pelo reclamante, com fundamento na Súmula nº 363 doCol. TST. Assim restou ementada a r. decisão: 1. DO RECURSO DA RECLAMADA. EMPREGO EM COMISSÃO. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO. A Constituição de 1988 tornou universal a regra do concurso público, independente do regime jurídico do servidor, instituindo uma única exceção: os cargos, de natureza estatutária, definidos por lei como de livre nomeação e exoneração. O autor, que prestava serviços à empresa pública integrante da Administração Indireta do Distrito Federal, foi nomeado para o que se denomina de "emprego em comissão" sem a prévia participação em certame público em completo desrespeito à norma constitucional, isto porque não comprovou que o seu cargo era destinado exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento (CF, art. 37, inc. V), e que havia "limitação e previsão em tabela de empregos da respectiva empresa pública", devidamente aprovada pelo órgão controlador. Nulo o contrato de trabalho do autor com a reclamada na forma da Súmula 363/TST. 2. Recursos conhecidos. Provido o da reclamada e prejudicada a apreciação do recurso do reclamante. Em suas razões recursais (fls. 145/159), alega o autor que aTurma Rgional violou os preceitos constitucionais einfraconstitucionais retromencionados, porquanto sofreu discriminação indevida; teve o seu aviso prévio cancelado, sendo arbitrariamente despedido e que não deu causa à nulidade do contrato de trabalho. Vê-se queRegional adotou o entendimento de que, no presente caso,houve desrespeito à norma constitucional, porque embora o reclamante tenha sido nomeado para o cargo denominado de "emprego em comissão", não provou que o aludido cargoera destinado exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramentonemquehavialimitação e previsãoem tabela de empregos, como mencionado. A decisão recorrida está, pois, em consonância com os termos da Súmula nº 363 do Col. TST, que consagra o entendimento segundo o qual é nulo o contrato de trabalho celebrado ao arrepio do art. 37, II, da Constituição Federal. O recurso encontra óbice noartigo 896, § 5º,da CLT. Assim, não há falar em violação dos preceitos invocados, bem como emdissenso de teses, nos moldes estabelecidos pelo artigo 896, § 4º, da CLT e Súmula nº 333/TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00284-2007-019-10-00-9

Recorrente	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Vicente Paulo da Silva
Recorrido	Lucas Gonçalves de Araújo
Advogado	Ludmila Borges Goulart

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 288; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 289). Regular a representação processual (fls. 302 e 303). Satisfeito o preparo (fls. 135, 164, 163, 261 e 301). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Alegação(ões): - violação do art. 93, inc. IX, da CF; - violação do(s) art(s). 458 do CPC e 832 e 897-A da CLT. O reclamadoargúi anulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, argumentando que o Colegiado não teria se pronunciado acerca das omissões indicadas nos embargos declaratórios, relativamente às razões patronais acerca do dano moral abordado na sentença, ao valor excessivo da indenização e da utilização do termo "assédio moral". Como bem esclarecido na r. decisão dos aludidos embargos, não ocorreram as omissões apontadas, in verbis : O acórdão embargado é claro ao assentar que esta Eg. Turma considerou que, no caso, a petição inicial não faz menção a assédio moral, tampouco a sentença enfrentou tal tema para fins de condenar o Reclamado a pagar indenização por dano moral, razão por que o recurso do Reclamado não pode ser conhecido quanto à parte da fundamentação que trata desse aspecto. Não complementa a dialeticidade pretendida pelo recurso patronal a mera menção feita na sentença à decisão do MM. Juiz Márcio Roberto Andrade Brito, no julgamento do Processo número 148/2007, ajuizado perante a 1ª Vara do Trabalho de Brasília/DF e movido em face do mesmo Reclamado, no qual aquele Magistrado constatou a prática de assédio moral, como asseverado no acórdão embargado. Além disso, esta egr. Turma entendeu correta a determinação de remessa de peças processuais ao

Sindicato da categoria para divulgação entre os funcionários, diante dos indícios de prática de dano moral coletivo. É que tal questão constitui matéria de ordem pública, razão pela qual providências como a tomada no julgado impõem-se de ofício, independentemente de pedido. Sobre outro aspecto, esta egr. Turma entendeu também que o valor da indenização estabelecido na sentença (R$200.000,00), extrapola o que esta Eg. Turma vem entendendo como razoável para casos idênticos, considerado aí pelos integrantes deste Órgão, evidentemente, o poder econômico do agente. Ressaltou ainda este egr. Órgão judicante que não se deve banalizar o instituto do dano moral e as indenizações decorrentes, de modo a tornar-se uma constante ameaça pairando sobre as relações empregatícias, vindo a tolher o poder diretivo do empregador. Da mesma forma, não se pode tomar a psique humana como frágil a ponto de ser atingida por qualquer conduta pouco polida de colega ou superior hierárquico. Dentro de tal contexto, não prospera aalegação de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, pois, como demonstrado, não houve vício no julgado. Afasta-se, assim,a alegada afronta aos arts. 93, inc. IX, da Carta Magna; 832 da CLT e 458 do CPC. DANO MORAL - INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, LV, da CF; - violação do(s) art(s). 2º, 461 e 468 da CLT e 128 do CPC; A Eg. 3ª Turma desta Corte, pelo acórdão às fls. 249/261, complementado pelo julgamento dos embargos de declaração às fls. 284/287, manteve a r. sentença mediante a qual o MM. Juízo de origem condenou o reclamado ao pagamento de indenização por danos morais. Dessa decisão recorre o reclamado, alegando que a reversão do reclamante ao cargo efetivo encontra apoio na disposição do art. 468 da CLT e que se negaria vigência ao art. 461 daquele diploma legal a manutenção do trabalhador em cargo de complexidade mínima com a percepção de remuneração destinada às funções mais especializadas. Aduz que a determinação de remessa de peças processuais ao Sindicato da categoria para divulgação entre os funcionários, extrapola a competência do órgão jurisdicional e atenta contra a ordem processual. Em primeiro lugar, o apelo não se viabiliza pela alegação de ofensa aos arts. 2º, 461 e 468 da CLT, pois a questãorelacionadaaos danos morais não foi abordada à luz de tais preceitos. Ausente o necessário prequestionamento, incide na espécie a Súmula nº 297 do Col. TST. No que diz respeito à remessa de peças do processo ao Sindicato, verifico dos esclarecimentos prestados à fl. 286 que a medida foi adotada, ante a existência de indícios de prática de dano moral coletivo, constituindo-se, pois, matéria de ordem pública. Dentro de tal contexto, não se cogita de violação aos dispositivos legais indicados neste particular pelo recorrente. DANO MORAL - VALOR DA INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - divergência jurisprudencial A Eg. Turma, com fulcro nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade,reduziuo valor da indenização fixado na r. sentençaa título de danos morais. Insurge-se a reclamadatambém contra este aspecto da decisão. Alega queovalor da indenização é desproporcionalàquele fixado em ação civil pública na qual se colima a reparação de danos morais coletivos.A pretensão recursal não se viabiliza, primeiro porque, para se rever o patamar da reparação, seria necessário realizar-se nova análiseda adequação daquele valor à extensão dos danos, o que implicaria inevitavelmente o reexamedos fatos e daprova, o que é defeso,nos termos da Súmula nº 126 do Col. TST. Quanto aos arestos colacionados, não se prestam à demonstração de divergência, pois os de fls. 295/296 são oriundos de Turmas do Col. TST, fonte não autorizada a tal fim, nos termos do artigo 896, "a", da CLT. Já o de fl. 298 não indica a fonte oficial de publicação ou o repositório autorizado, nos termos consagrados pela Súmula nº 337, item I/TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,24 dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00334-2007-016-10-00-9

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Lucas Aires Bento Graf
Recorrido	FRANCISCO REGINALDO SOUZA
Advogado	Djalma Nogueira dos Santos Filho

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 203; recurso apresentado em 05/06/2008 - fl. 205). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS JUSTIÇA DO TRABALHO - PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA Alegação(ões): - violação dos arts. 109, inc. I, e 114, da CF. A Eg. 1ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 177/189, complementado pelo julgamento dos embargos de declaração às fls. 199/202, afastou a preliminar deincompetência absoluta suscitada pelo Distrito Federal. Recorre de revista o reclamado (fls. 205/232). Renova a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho para processamento do feito. Delimitou-se no julgado que, nos termos do artigo 114, VIII, da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho é competente para executar de ofício as contribuições previdenciárias previstas no artigo 195, I, "a" e II, da Constituição. A decisão recorrida encontra-se em sintonia com a nova a redação dada ao art. 114 da Constituição Federal pela EC nº 45, a qual ampliou a competência da Justiça do Trabalho para executar de ofício as contribuições previdenciárias devidas pelo empregado e pelo empregador decorrentes das sentenças que proferir. Sendo assim, afasta-se a alegação de ofensa ao referido dispositivo. Quanto ao artigo 109, I, da Constituição, além de inaplicável à presente discussão, não foi objeto de análise por parte da Eg. Turma, o que atrai a aplicabilidade da Súmula nº 297/TST. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM Alegação(ões): - ofensa ao art. 11, parágrafo único, alínea "a", da Lei nº 8.212/91. Inviável a análise da questão relativa à ilegitimidade ativa, haja vista que o Colegiado não adotou nenhuma tese a respeito nem foi instado a fazê-lo por intermédio de embargos de declaração. Nesse contexto, ausente o indispensável prequestionamento, incide a Súmula nº 297/TST. CONTRATO NULO - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 363 e 368/TST; - violação do(s) art(s). 114, inc. VIII, da CF; - ofensa ao art. 818 e 876, parágrafo único, da CLT; 331, inc. I e 460, parágrafo único, do CPC; 28 da Lei 8.212/91; - divergência jurisprudencial. A Eg. Colegiado deu provimento ao recurso ordinário dos reclamantes para condenar subsidiariamente o Distrito Federal ao pagamento das parcelas previdenciárias ao longo do pacto laboral,mantendo o reconhecimento da nulidade do contrato firmado entre as partes e a condenação ao pagamento das diferenças do FGTS, nos termos da Súmula nº 363 do Col. TST. Recorre de revista o Distrito Federal. Sustenta ter havido incongruência jurídica da condenação uma vez que o v. acórdão determinou o recolhimento das "contribuições previdenciárias devidas ao longo do pacto, ainda que expressamente reconhecida a sua absoluta nulidade"(fl. 211). Constata-se que o v. acórdão atacado encerra consonância tanto com os termos da Súmula nº 363 do Col. TST, que consagra o entendimento de que a contratação após a vigência da Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no art. 37, inc. II e § 2º, da CF, fazendo jus o trabalhador exclusivamente ao salário e aos depósitos do FGTS, quanto com o art. 114, VIII, da CF. Como bem pontuou a Eg. Turma, a nulidade do contrato de trabalho não é óbice ao recolhimento de contribuições previdenciárias, pois incontestável a prestação de serviços. Incide, pois, no caso, o óbice contido no art. 896, § 4º, da CLT e na Súmula nº 333/TST à admissibilidade do recurso, inclusive por dissenso jurisprudencial. Ademais, os arts. 818e 876, parágrafo único, da CLT, 333, inc. I e 460, parágrafo único, do CPC e 28 da Lei 8.212/91, não viabilizam o conhecimento da revista, pois carecem do indispensável prequestionamento, o que atrai a incidência do óbice contido na Súmula nº 297 do Col. TST. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS Alegação(ões): - violação dos arts. 2º, 5º, inc. II, 22, inc. I e 48, caput, da CF; - ofensa aos arts. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93. A Eg. 1ª Turma deste Regional,negou provimento ao recursodo Distrito Federal,confirmando a suaresponsabilidade subsidiáriaao pagamento das parcelas deferidas, inclusive quanto aos honorários assistenciais. Insurge-se o recorrente contra tal condenação. Alega que a Eg. Turma contrariou a Súmula nº 331, item IV, do TST, ao condená-lo ao pagamento dos honorários assistenciais, já que estes não se enquadrariam no conceito de obrigação trabalhista. Sem razão, contudo. Ao contrário do que afirma o recorrente, a Eg. Turma decidiu em sintonia com o entendimento contido na referida súmula, uma vez que todas as lesões patrimoniaissofridaspelo empregado, inclusive as decorrentes do processo, recaem, em caso de inadimplência doempregador, sobre o ente público, tomador dos serviços, por força de sua responsabilidade subsidiária. Ademais, o item IV da Súmula nº 331/TST, ao estabelecer a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços não exclui qualquer parcela dessa responsabilidade. Dentro de tal contexto, não há que se cogitar de ofensa aos dispositivos indicados, ressaltando-se, ainda, que, no que se refere aos dispositivosconstitucionais, nem sequer houve emissão de tese acerca da matéria neles contida, o que atrai a aplicabilidade da Súmula nº 297 do Col. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00341-2007-013-10-00-1

Recorrente	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ/DF
Advogado	Luís Maurício Lindoso
Recorrente	Dinâmica Administração Serviços e Obras Ltda.
Advogado	Carolina Pieroni
Recorrente	Maria da Paz Aguiar Vieira
Advogado	Magda Ferreira de Souza
Recorrido	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ/DF
Advogado	Luís Maurício Lindoso
Recorrido	Dinâmica Administração Serviços e Obras Ltda.
Advogado	Carolina Pieroni
Recorrido	Maria da Paz Aguiar Vieira
Advogado	Magda Ferreira de Souza

Recurso de:Dinâmica Administração Serviços e Obras Ltda. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 09/05/2008 - fl. 389; recurso apresentado em 19/05/2008 - fl. 390). Regular a representação processual (fls. 40/41). Satisfeito o preparo (fls. 251, 270 e 268). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - ACORDO INTERVALO INTRAJORNADA Alegação(ões): - contrariedade à Súmula 85, I,/TST; - violação dos arts. 7º, XIII e XXVI, e 8º, III, da CF; - ofensa ao art. 611, § 1º, da CLT. - divergência jurisprudencial A Eg. 2ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 375/388, deferiuà reclamante o pagamento das horas extrasrelativas ao intervalo intrajornada, nos moldes doart. 71, § 4º, da CLT, em razão da concessão de apenas 30 (trinta) minutos para o descanso. Assentou que aestipulação de intervalo intrajornada para repouso e alimentação destina-se à preservação da saúde física e mental do trabalhador, não se admitindo a sua sonegação. Recorre de revista a primeira reclamada sustentando, em resumo, que a CCT da categoria permite a redução e a compensação do intervalo intrajornada. Sem razão, contudo. A r. decisão recorrida encontra-se em perfeita harmonia com as Orientações Jurisprudenciais nºs 307 e 342 da SBDI-1/TST, que preceituam ser inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva que contemple a redução ou supressão do intervalo intrajornada por constituir medida de higiene, saúde e segurança do trabalhador. Diante desse cenário, o apelo, quanto à alegação de divergência jurisprudencial, encontra óbice na Súmula nº 333/TST, não havendo, ainda, que se cogitar das alegações deduzidas, na medida em que as referidas orientações jurisprudenciais refletem a uniformização da exegese dos dispositivos constitucionais e legais que regem a matéria. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ/DF PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 09/05/2008 - fl. 389; recurso apresentado em 19/05/2008 - fl. 401). Regular a representação processual (fl. 39). Conquanto subscrito por advogado devidamente habilitado e interposto no prazo legal, o recurso de revista não ultrapassa a barreira da admissibilidade, porquanto deserto. Isto porque, nada obstante tenha a primeira reclamada interposto, também, recurso de revista e efetuado regularmente o recolhimento do depósito recursal (fl. 533), tal depósito não aproveita a ora recorrente, pois a condenação imposta foi de forma subsidiária, o que afasta a incidência da Súmula nº 128, III, do Col. TST. De se registrar, ainda,que os arestos às fls. 402/404 encontram-se superados em face da cristalização da jurisprudência por meio da mencionada súmula. Afastada, portanto, a incidência da diretriz contida no item III da Súmula nº 128/TST, mostra-se deserto o recurso de revista interposto pela segunda reclamada sem o respectivo recolhimento do depósito recursal. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Maria da Paz Aguiar Vieira PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 09/05/2008 - fl. 389; recurso apresentado em 19/05/2008 - fl. 417). Regular a representação processual (fls. 12 e 430). Inexigível opreparo (fl. 251). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO Alegação(ões): - violação dos arts. 5º, XXXV da CF; - ofensa aos arts. 13, 37 e 515, § 4º do CPC. A Eg.Turma, também não conheceu o recurso ordinário interposto pela reclamante, aos seguintes fundamentos:1.3. RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE Conquanto tempestivo e adequado, o recurso obreiro não merece conhecimento, por que nítida a irregularidade de representação. Explico. Compulsando os autos, observo que o subscritor da peça recursal, Dr. Nival Camilo de Oliveira, não tem os indispensáveis poderes para representar a reclamante em Juízo. De outra parte, não restou configurada a ocorrência de mandato tácito. Portanto, não conheço do recurso da reclamante, em face da irregularidade de representação processual. Inconformada, recorre de revista pelas razões às fls. 417/429. Alega violação dos preceitos retromencionados, sob a alegação central de que nos termos previstos nos arts. 13 e 37 do CPC deveria ter sido intimada para sanar a irregularidade. Conforme delimitação traçada no v. acórdãoorecurso ordinário não foi conhecidopor manifesta irregularidade de representação e, ainda, pelanão-configuração de mandato tácito, não sendo a matéria decidida em razão dos dispositivos legais ora invocados. Ausente o necessário prequestionamento, incide na espécie a orientação jurisprudencial constante da Súmula nº 297 do Col. TST. Ademais, a decisão mostra-se em conformidade com o entendimento consolidado na Súmula nº 383 do Col. TST. De tal modo, em face do não-conhecimento do recurso ordinário interposto pela reclamante, não há que se cogitar daanálise das demais matérias deduzidas, até por conta daausência de prequestionamento. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1 dejulhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00361-2007-002-10-00-9

Recorrente	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Advogado	Rodrigo Madeira Nazário
Recorrido	Antônio Carlos Ribeiro Martins
Advogado	Jonas Duarte José da Silva
Recorrido	Auto Posto Esquina Ltda. (Dom Bosco Construções e Serviços Ltda.)
Advogado	Fabiano Feliciano Jerônimo

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 283; recurso apresentado em 09/06/2008 - fl. 284). Regular a representação processual (fls. 43/44 e 297). Satisfeito o preparo (fls. 258 e 292). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA Alegação(ões): - violação dos arts. 2º, 5º, inc. II, 37, caput, da CF; A Eg. 1ª Turma, por meio do v.acórdão às fls. 278/282,negou provimento ao recurso ordináriodo segundoreclamado,mantendo a r. sentença quanto à sua condenação subsidiária. A decisão estáassim ementada, verbis: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO TOMADOR DE SERVIÇOS. SÚMULA Nº 331 DO TST. Beneficiando-se diretamente o tomador dos serviços do trabalho prestado pelo laborista, mediante contrato de terceirização de mão-de-obra, correta a sentença ao aplicar a responsabilização subsidiária pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do real empregador (inteligência da Súmula de nº 331, IV, do TST). Inconformado, insurge-se o segundo reclamado contra a decisão, reiterando o afastamento da condenação subsidiária que lhe foi imposta. Sem razão, contudo. A responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços pelos débitos trabalhistas contraídos pela empresa prestadora dos serviços encontra fundamento na interpretação sistemática da legislação trabalhista, inclusive de seus princípios, que possuem caráter protecionista. Com efeito, é patente que o v. acórdão regional está em plena consonância com a Súmula nº 331, IV, do Col. TST, fato a obstar o recurso de revista, a teor doque dispõe o artigo 896 da CLT.Registre-se,ademais,que a aplicação de súmula da Corte Superior não se enquadra em conduta de legislar, mas, tão-somente, de pacificar entendimento sobre determinada matéria, o que afasta a ofensa aos artigos constitucionais invocados. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00367-2006-019-10-00-7

Recorrente	IBM Brasil Indústrias Máquinas e Serviços Ltda.
Advogado	José Alberto Couto Maciel
Recorrente	Marcelo Anes Carvalho
Advogado	Robson Freitas Melo
Recorrido	IBM Brasil Indústrias Máquinas e Serviços Ltda.
Advogado	José Alberto Couto Maciel
Recorrido	Marcelo Anes Carvalho
Advogado	Robson Freitas Melo

Recurso de:IBM Brasil Indústrias Máquinas e Serviços Ltda. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 18/04/2008 - fl. 1081; recurso apresentado em 29/04/2008 - fl. 1092). Regular a representação processual (fls. 68). Satisfeito o preparo (fls. 922, 977, 976, 1072 e 1100). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS COMISSÃO Alegação(ões): - ofensa ao art. 466 da CLT e 302 do CPC. A Eg. 1ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 1.047/1.072, complementado às fls. 1.105/1.111, mantevea condenação da reclamadano tocante aopagamento de comissões ao autor. Concluiu, que o fato de o reclamante ter sido dispensado antes da assinatura do contrato não o impede de perceber as comissões dele advindas, ao teor do art. 466 da CLT e que o contrato de adesão firmado entre as partes é prejudicial ao empregado. No que se refere ao percentual incidente sobre o valor da venda, manteve o entendimento da r. sentença, fazendo incidir a regra do art. 302 do CPC, ante a inexistência de impugnação desse percentual indicado na petição inicial, pontuando às fls. 1.062/1.064,in verbis : Conforme salientado na origem, "a previsão regulamentar ou em contrato de adesão, que condicione o recebimento das comissões à vigência do pacto laboral, traduz cláusula prejudicial ao empregado, hipossuficiente em relação ao empregador, que detém os meios de produção, além do direito potestativo de resilição, suficiente para obstar o recebimento daquela verba, se assim lhe convier. Por isso, qualquer disposição nesse sentido, por abusiva, não pode prevalecer" (fl. 914). Uma vez contribuído decisivamente para o fechamento do vantajoso negócio concretizado em prol da reclamada, deve o reclamante ser remunerado pelo labor desenvolvido, razão pela qual não socorrem a recorrente os documentos citados no recurso para albergar a tese de que uma vez formalizado o contrato somente após a saída do reclamante, esse não teria direito às comissões postuladas. Quanto ao percentual da comissão, o Juízo originário manteve aquele indicado na inicial (0,276%), "à míngua de contestação específica" (fl. 914). ... Não obstante, analisando-se a contestação da reclamada, vê-se que inexiste qualquer argumento ou alegação que infirme o percentual indicado na peça de ingresso. Por isso, é óbvio que deve incidir a regra da confissão estampada no artigo 302 do CPC, tal como decidido pelo Juízo originário. Não há que se falar em utilização do depoimento do preposto para fins de elisão da confissão aplicada relativamente ao percentual da comissão, pois ele não constitui elemento de prova, mas mero depoimento da própria reclamada. Assim, não havendo elemento probatório capaz de infirmar a presunção relativa decorrente da confissão ficta decorrente da ausência de contestação do percentual de 0.276 indicado pelo reclamante, mantém-se a r. sentença também nesse particular. Recorre de revistaa reclamada por meio das razões às fls. 1.092/1.099.Alega, em síntese, que, de conformidade com o art. 466 da CLT,exige-se a ultimação da venda paraensejar o pagamento de comissão, como pagamento da nota fiscalpara se fazer jus às comissões postuladas, o que não se configurou no caso. Quanto ao percentual da comissão, diz que a presunção do art. 302 do CPC é relativa e que não se aplica quando os fatos entrem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto. Ao que se vê, a recorrente não atacou os fundamentos adotados no v. acórdão referente à prejudicialidade da cláusula prevista no contrato firmado entre as partes, por abusividade e a inexistência de elemento probatório nos autos de modo aafastar a presunção relativa decorrente da ausência de contestação do percentual de 0,276 indicado pelo reclamante na peça de ingresso, pelo que aplicável Súmula nº 422 do Col. TST. Nesse diapasão, torna-se despicienda a análise da violação dos dispositivos legaisindicados. MULTA - ART. 477 CLT Alegação(ões): A recorrente limita-se à afirmação de que deve ser excluída da condenação o pagamento da multa do artigo 477, § 8º, da CLT, argumentando que não há qualquer ressalva no TRCT de que as parcelas rescisórias foram pagas fora do prazo legal. Contudo, não traz qualquer fundamento a amparar suas assertivas, conforme exigências estabelecidas no artigo 896 da CLT, estando, pois, desfundamentado o recurso. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Marcelo Anes Carvalho PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 1112; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 1113). Regular a representação processual (fls. 12). Inexigível opreparo (fl. 922). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 93, IX da CF; - ofensa ao art. 458 do CPC e 832 da CLT. OReclamante, por meio das razões às fls. 887/892, preliminarmente, argúi a nulidade do v. acórdão recorrido por falta de fundamentação. Sustenta que o Regional, mesmo após provocação por meio dos embargos declaratórios opostos, manteve-se silente quanto aos respectivos questionamentos. Incólumes os arts.93, inc. IX, da Carta Política, 832 da CLTe 458 do CPC. O v. acórdão foi claro em enfrentar todos os fundamentos delineados pela Parte,de forma exaustiva, pontuando, inclusive,acerca da inveracidade da afirmação do embargante de que a Eg. Turma havia se baseadono depoimento do preposto, porquanto, oseu convencimentoresultou do "teor das provas testemunhais edocumentais existentes nos autos." Verifica-se, portanto, quea Turma entregou a prestação jurisdicional de forma ampla e efetiva e motivousua decisão, nos termos da exigência expressa no art. 131 do CPC. CONFISSÃO FICTA Alegação(ões): - ofensa ao art. 302 e 303, caput, do CPC. O inconformismo manifestado pelo reclamante refere-se à falta de impugnação específica na contestação da reclamada quanto ao valor da venda feita ao Banco do Brasil, no valor de R$718.260.400,40 e que após a contestação foram feitas novas alegações ferindo o art. 303, caput, do CPC. Sem razão, contudo. Não seconstata violação do art. 302 do CPC,haja vista que, conforme consignado no v. decisum , a reclamada impugnou de modo preciso e explícito o retromencionado valor (fl. 1109). A tal modo, tem-se que a ré satisfez, plenamente,a exigência contida no indigitado dispositivo, não materializando, por conseqüência, a confissão postulada. Por outro lado, a matéria não foi dilucidada à luz das disposições constantes do art. 303, caput , do CPC, pelo que incide na espécie a orientação traçada na Súmula nº 297 do Col. TST, ausente o necessário prequestionamento. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1 dejulho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00369-2007-018-10-00-0

Recorrente	Terezinha Carneiro Pinto
Advogado	Francisco Rodrigues Preto Júnior
Recorrido	Distrito Federal
Advogado	Luciana Ribeiro Melo de Moraes

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 168; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 169). Regular a representação processual (fl. 9). Inexigível opreparo (fl. 95). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONTRATO DE TRABALHO - NULIDADE Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 363/TST; - violação do(s) art(s). 5º, II, e 37, II, da CF; - ofensa ao art. 2º, 3º, 9º e 844 da CLT; 302 e 334, inc. III, do CPC; 11, inc. I, alínea "a", da Lei nº 8.213/1991; 11, parágrafo único, alínea "a" e 12, inc. I, alínea "a", da Lei nº 8.212/1991; 15 e 22 da Lei nº 8.036/90; - divergência jurisprudencial. A Egr. 2ª Turma deste Tribunal Regional, por meio do acórdão às fls. 156/167, manteve a decisãoquanto à declaração de nulidade do contrato havido entre as partes e ao deferimento dasparcelas, tudo nostermos daSúmula nº 363 do C. TST.Em suas razões recursais (fls. 169/180),a autora sustenta equívoco na declaração de nulidade do contrato de trabalho firmado com o primeiro reclamado (Instituto Candango de Solidariedade - ICS). Aduz queo ICS é pessoa jurídica de direito privado, razão pela qual não se encontra vinculado ao preceito contido no art. 37, II, da Constituição da República. Afirma que a ausência de contestação sobre a validade do vínculo empregatício torna o fato incontroverso em função da confissão ficta. Dispõe que a nulidade da terceirização de serviços pelo Distrito Federal, identificada em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho perante o C. TST, diz respeito apenas à atividade-fim do Estado, o que não reflete o caso dos autos. Argumenta que a nulidade da terceirização declarada na referida ação não gera a nulidade do pacto laboral legalmente firmado e alega, por fim,que a existência de recolhimentos previdenciários em face da efetiva prestação de serviços torna impossível a decretação de nulidade do pacto laboral. Quanto à declaração de nulidade do contrato de trabalho e às parcelas trabalhistas devidas, não merece reforma a decisão recorrida, pois a Turma decidiu em sintonia com os termos da Súmula nº 363 do C. TST, o que inviabiliza o seguimento do recurso, quer por afronta a preceito de lei, quer por dissenso jurisprudencial. Incidência do art. 896, § 4º, da CLT e da Súmula nº 333 do C. TST. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA Alegação(ões): - violação do art. 37, § 6º, da CF; - ofensa aos artigos 942 do CCB, 2º, § 2º, e 455 da CLT; - divergência jurisprudencial. A Egr. Turma, manteve a r. sentença quantoàresponsabilidade subsidiáriado Distrito Federal pelo pagamento dasparcelas deferidas. Aautora pugna pela reforma do acórdão, alegando que a responsabilidade do segundo reclamado deveria ser solidária, e não subsidiária. Aponta violação dos dispositivos legais acima mencionados e divergência jurisprudencial. O recurso de revista também não prospera quanto a este tópico, pois a decisão recorrida está em harmonia com o entendimento consubstanciado na Súmula nº 331, IV, do C. TST, o que atrai a aplicabilidade do entendimento contido no art. 896, § 4º, da CLT e na Súmula nº 333 do C. TST, no que diz respeito à alegação de divergência jurisprudencial. Afasta-se, ainda, a alegação de ofensa aos dispositivos infraconstitucionais indicados e violação do art. 37, §6º, da Constituição Federal, pois, além de não guardarem pertinência com a discussão travada nestes autos, não houve, quanto a eles, o necessário prequestionamento (Súmula nº 297/TST). CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00370-1990-003-10-85-0

Recorrente	Sindicato dos Trabalhadores Federais Em Saúde e Previdência Social do Distrito Federal - SINDPREV
Advogado	Ulisses Riedel de Resende
Recorrido	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Ticiana Lopes Pontes

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 327; recurso apresentado em 05/06/2008 - fl. 329). Regular a representação processual (fl. 6). Satisfeito o preparo (fls. 277 e 41). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS EMPREGADO PÚBLICO - DOZE REFERÊNCIAS Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, caput, da CF; - ofensa ao art. 844 da CLT e 302 do CPC. A Egr. 2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 316/326, negou provimento ao recurso ordinário interposto pelo autor, mantendo a r. sentença em se julgou improcedente o pedido de concessão de 12 referências, a partir de março/1985, conforme previsto na Lei nº 5.645/70. A decisão restou assim ementada, in verbis: EMPREGADO PÚBLICO. 12 (DOZE) REFERÊNCIAS. CONCESSÃO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1.967 (EMENDA DE 1.969). 1. A confissão da demandada pela ausência de impugnação específica na contestação ao pleito inicial, restringe-se às questões de fato e não as de direito. 2. Por outro lado, inviável a concessão de referências funcionais aos empregados públicos substituídos do sindicato reclamante, uma vez que a equiparação ou vinculação, de qualquer natureza, para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público era expressamente vedada pelo art. 98, parágrafo único, da Constituição Federal de 1.967, alterada pela Emenda Constitucional nº 1/1969, então em vigor. Inaplicável o princípio da isonomia. A alteração de vencimentos dependia de lei ou, na hipótese de urgência ou de interesse público relevante (desde que sem aumento de despesa), do decreto-lei, nos termos dos arts. 43, V, e 55, III, da EC nº 1/69. Ademais, a Lei nº 5.645/70 carecia de regulamentação. Informado, o autor interpõe recurso de revista (fls. 329/334), insistindo no direito às referências pleiteadas. Aponta violação dos arts. 5º, caput, da CF, 302 do CPC e 844 da CLT. Quanto ao art. 5º, caput, da CF, inviável o recurso de revista por ausência de prequestionamento, porquantoo Colegiado não apreciou a questão à luz de tal dispositivo (Súmula nº 297 do C. TST).Registre-se que, conforme exposto textualmente no v. acórdão à fl. 323,"... impende refutar, de logo, o argumento de afronta ao art. 5º, caput, da Constituição Federal de 1.988, justamente porque o pleito cinge-se a atacar supostas "distorções" surgidas entre 1.970 e 1.985 (vide fls. 3/4), quando ainda não promulgada a Carta da República em vigor. Quanto aos demais dispositivos, não há a violação apontada, pois, segundo fundamentou o Colegiado,oalegado direito dos empregados às referências pugnadas é questãode direito, não influindo na decisão a confissão ficta aplicada à ré, cujo alcance restringe-se à matéria de fato. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1 de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00377-2007-013-10-00-5

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	José Raimundo das Virgens Ferreira
Recorrido	Clayton dos Santos Ferreira
Advogado	Waldivino Carvalho dos Santos

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 02/05/2008 - fl. 161; recurso apresentado em 19/05/2008 - fl. 162). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 93, inc. IX, da CF; Por meio da decisão monocrática, às fls. 145/146, o Exmo. Juiz Relator, com amparo no art. 557, caput, do CPC, c/c art. 769 da CLT, negou seguimento aosembargos de declaraçãoopostospelo Distrito Federal por manifestamente inadmissíveis,ao fundamento de que a guia de recolhimento da multa aplicada por interposição de agravo infundado (art. 557, §2º, do CPC)foi juntada em cópia não autêntica, o que obstaria o conhecimento dos embargos de declaração, por deserção. Dessa decisãooente públicointerpôs agravo regimental (fls. 148/152),recebido, porém, como o agravo previsto noart. 557 do CPC (fl. 154),ao quala Eg. 1ª Turma deste Tribunal, por meio da decisão de fls. 158/160, negou provimento. O Distrito Federal interpõe recurso de revista (fls. 162/180) sustentando apreliminar em epígrafe. Alega que a decisão da Eg. Turma"inovou de forma a causar prejuízos ao recorrente Distrito Federal" (fl. 167), uma vez queo fundamento do relator para, monocraticamente,não conhecer dos embargos foi a apresentaçãodo comprovante de pagamento da multa em cópia inautêntica, enquanto o fundamento utilizado no v. acórdãofoi o de quetaldocumento estaria também ilegível, situação que contamina o julgamento eenseja a sua nulidade. Sem razão. Constata-se, a partir da delimitação do julgado, que o ora recorrentefoi condenado ao pagamento de multa por agravo manifestamente infundado e,por ocasião da oposição dos embargos de declaração, o documento referente à comprovação dorecolhimento de tal multa foijuntado em cópia sem autenticação. Consignou a Eg. Turma que a apresentação de documentos originais é pressuposto processual que também deve ser cumprido pelas pessoas jurídicas de direito público e é providência exigida "justamente para verificação da regularidade do ato que se fizer comprovar por meio da análise desse documento e/ou comprovação da tese defendida pela parte" (fl. 159). Ressaltou que, ainda que fosse acolhida a tese do agravante quanto a ser desnecessária a autenticação das cópias por ele anexadas, em razão de ser ente público, o documento juntado para comprovação do pagamento da multa era ilegível na parte em que aposta a autenticação mecânica, sendo, portanto,impossível a verificação da data do pagamento e do valor recolhido, situação que impedia a vinculação do documento ao presente processo. Dentro de tal contexto, então, concluiua Eg. Turma que não foi comprovado o devido preparo e,considerandoque o recolhimento da multa em questão é pressuposto para o conhecimento de qualquer recurso interposto pela parte,manteve a decisão agravada que negou seguimento aos embargos de declaração por deserção. O Eg. Regional registrou, ainda,que "incumbe à parte zelar pela satisfação do pressuposto recursal objetivo referente à comprovação da regularidade do preparo, nos moldes do artigos 789, § 4º e 899, §1º, ambos da CLT" (fl. 160). Verifica-se, portanto,inexistência deinovação, até porque foio primeiro pronunciamentoda Eg. Turma, a qual, além de acolher a tese adotada na decisão monocrática,acresceu fundamentos para considerar que o documento juntado pelo recorrente para comprovar o pagamento da multa não serviu ao fim colimado. Nessa perspectiva, não há, pois, que se cogitar de negativa de prestação jurisdicional, restando afastada a alegação de afronta ao art.93, inc. IX, da Constituição Federal. MULTA ART. 557, § 2º, CPC Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, incs. LIV e LV, e 93, IX, da CF; - ofensa ao art. 538, parágrafo único, e 557, §2º, do CPC. - divergência jurisprudencial Sustentao recorrente que a hipótese vertente não se subsome às disposições dos arts. 538 e 557, §2º, do CPC. Alega que em sua contestação e no recurso ordinário veiculou in-

surgência contra a aplicação da responsabilidade subsidiária, em virtude de tratar-se o caso de convênio e, não, de terceirização, sendo que na decisão monocrática se deu parcial provimento ao recurso ordinário do Distrito Federal para convolar a responsabilidade deste de solidária para subsidiária. Argumenta que a lei estabelece hipóteses diferentes para a negativa de seguimento do recurso e para a aplicação da multa. Asseveraque o recurso interposto pelo Distrito Federal também não é infundado, pois a tese referenteà não aplicação da Súmula nº 331, item IV, do Col. TST, na hipótese de convênio celebrado pelo ente público, é reconhecida pela jurisprudência do Col. TST. Aduz, ainda, não existir fundamento para aplicação da multa em grau máximo. Não procedem os argumentos. Esclareça-se, de início, que a Eg.Turma não adotou nenhuma tese sobre a matéria à luzdas disposiçõescontidasnoart. 538, parágrafo único, do CPC. Inviável, portanto,a análise do recurso quanto à alegação de afronta ao citado preceito à míngua do necessárioprequestionamento (Súmula nº 297/TST) Por sua vez, conforme delimitação do v. acórdão (fls. 106/111), orecorrente pretendeu dar seguimento ao apelo denegado, reiterando nas razões do agravo os argumentos articulados no recurso ordinário, esclarecendo a Eg. Turmanão existir razão para a eternização da lide, uma vez que a decisãoatacada por meio do agravo teve alicerceem Súmulas da Corte Superior Trabalhista, quais sejam, a nº 331, IV, que atribui a responsabilidade subsidiária ao tomador de serviços, e nº 363, que assegura ao trabalhador, em caso decontratodeclarado nulo porausência de submissão a concurso público,o pagamento dos depósitos do FGTS por todo o período da relação havida entre as partes. Ressaltou que, "encontrando-se as razões constantes dos recursos em confronto tanto coma jurisprudência dominante do C. Tribunal Superior do Trabalho, como com a jurisprudência deste Egrégio Regional, seu provimento torna-se manifestamente inviável, o que autoriza, nos termos do art. 557, caput , do CPC, a negativa de seguimento" (fl. 109). Neste contexto,concluiuo Colegiadoqueo agravo interposto foimanifestamente infundado, o que ensejoua aplicação da multa ora impugnada. Verifica-se, portanto,que nãohá de ser falarem afronta ao art. 557, §2º, do CPC, e 93, IX, da Constituição Federal. Quanto à alegação deviolação do artigo 5º, incs. LIV e LV, da Carta Política, além da circunstância detais preceitos ensejarem apenas violação de forma reflexa ou indireta, conforme reiteradamente tem se manifestado o Excelso Supremo Tribunal Federal, o fato é quenão se deixou deobservar o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recurso a ela inerentes. Por sua vez, inespecíficos os arestos colacionados (fls. 175/176), uma vez quetratam de hipóteses em que a multa em comento foi aplicadasob ofundamento de ter sido protelatório o agravo e, não, manifestamente infundado, como no presente caso. BASE DE CÁLCULO DA MULTA APLICADA CONTADORIA JUDICIAL - INCORREÇÃO DOS CÁLCULOS Neste tópico, a insurgência se encontra desfundamentada, porquanto aparte recorrente não se reporta aos pressupostos específicos do recurso de revista, nos termos do art. 896, da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mmmf/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00385-2007-009-10-00-2

Recorrente	Ovídio José dos Santos
Advogado	Janúncio Azevedo
Recorrido	Neusa Maria de Lima
Advogado	Carlos Antônio Ladislau

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 158; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 159). Regular a representação processual (fl. 36). Satisfeito o preparo (fls. 141, 178 e 179). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Alegação(ões): - violação do art. 93, IX, da CF; - ofensa aos arts. 458 e 535 do CPC e 832 e 897-A da CLT. Pugnao reclamado pela nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, ao argumento de que, nada obstante a oposição dos pertinentes embargos de declaração, a Eg. Turma não se manifestou acerca da ausência de pessoalidade da reclamante e de documentos que provem o pagamento, em pecúnia, do salário fixado pelo Colegiado. Em que pesem as razões esboçadas no vasto arrazoado, a alegação de nulidade por negativa de prestação jurisdicional em face da decisão dos embargos declaratórios não se viabiliza. Inicialmente, registre-se, por oportuno, que é firme o entendimento da jurisprudência pátria que o órgão judicial, para expressar o seu convencimento, não precisa tecer considerações sobre todos os argumentos trazidos pelas partes. Sua fundamentação pode ser concisa, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, entendeu suficiente para a solução da lide (CPC, art. 131). Posto isso, verifica-se que o Colegiado, ao contrário do que alegado, trouxe à baila todos os fundamentos que resultaram no reconhecimento do vínculo empregatício e na fixação da base salarial da reclamante. Nesse contexto, observa-se que a jurisdição foi prestada mediante decisão suficientemente motivada, conquanto contrária a pretensão do recorrente. Assim sendo, havendo fundamentação no v. decisum sobre as questões postas em debate, não há falar em afronta aos arts. 93, IX, da Constituição Federal, 458 do CPC e 832 da CLT. Por fim, quanto à suposta violação dos arts. 535 do CPC e 897-A daCLT, tais dispositivos não constituem fundamento válido a ensejar a admissibilidade de recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional (Orientação Jurisprudencial nº 115 do Col. TST). CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA Alegação(ões): - contrariedade à Súmula 368, I,/TST e à Súmula Vinculante nº 8/STF; - violação do art. 146, III, da CF; - ofensa aos arts. 173, I, e 174 do CTN. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma condenou o reclamado a providenciar o recolhimento das contribuições previdenciárias relativas a todo o pacto laboral reconhecido (1º/6/94 a 1º/7/2004). Insurge-se o reú contra a decisão alegando, em resumo, a incompetência da Justiça do Trabalho para promover a execução das contribuições previdenciárias. Outrossim, sustenta a prescrição dos créditos previdenciários. Nadaobstanteos argumentos expendidos no apelo, constata-se que a r. decisão, como delimitada, não importa na violação literal e direta dos dispositivos invocados pelo recorrente, a ensejar a admissibilidade do recurso de revista, nos moldes estabelecidos pelo artigo 896 da CLT. Trata-se, como visto, de discussão relativa à competência desta Justiça Especializadapara a execução de ofício das contribuições previdenciárias incidentes sobre o período de vínculo reconhecido em Juízo. Com efeito, o artigo 114, VIII, da Constituição Federal, estabelece a competência da Justiça do Trabalho para a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir. Procedendo à exegese do referido artigo, o Col. TST pacificou seu entendimento, consubstanciando-o no item I da Súmula nº 368, esclarecendo que a competência desta Justiça para a execução das referidas contribuições limitava-se às sentenças condenatórias em pecúnia e aos valores objeto de acordo homologado, que integrem o salário-contribuição. A tal modo, a conclusão alcançada pelo Colegiado não permite se possa afirmar que tenha ela violado literalmente as regras dos dispositivos invocados. Trata-se, pois,de interpretação conferida pela Eg. Turma, em observância aos dispositivos que regem a matéria, em especial os artigos 114, VIII, e 195, I, "a", da Constituição Federal. Relativamente à alegação de prescrição, de igual modo, o apelo não se viabiliza. Isso porque, conforme delimitado no v. acórdão regional,a determinação de recolhimento das contribuições previdenciárias encontra respaldo no parágrafo único do art. 876 da CLT, verbis: "serão executadas ex-ofício as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultante de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido ". Da leitura do referido permissivo, constata-se que a lei impõe à Justiça Trabalhistao deverde determinar orecolhimento das parcelas previdenciárias de todo o período do vínculo de emprego reconhecido em Juízo, não havendo que se falar em aplicação, de ofício, do instituto da prescrição, conforme preceitua o art. 219, § 5º, do CPC. Ademais, conforme assentado no v. acórdão vergastado, o direito da Seguridade Social, a teor do art. 45 da Lei nº 8.212/91, extingue-se após 10 (dez) anos, nos termos de seu inciso I e, para cobrá-lo, em 10 (dez) anos, art. 46. De outra parte, assinale-se que a prescrição dos créditos previdenciários são regulados pela Lei nº 8.212/91 e não pelo Código Tributário Nacional. Por fim, quanto à divergência jurisprudencial, verifica-se que o único aresto trazido para confronto revela-se inservível ao fim colimado, porqueoriginário de Turma do Col. TST, não satisfazendo, pois, a exigência contida na alínea "a" do art. 896 da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /lbj/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00388-2007-007-10-00-3

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Maria Gorete Cosme
Recorrido	Rosemary Batista de Miranda
Advogado	Wanderley Campos

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 105; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 106). Regular a representação processual (fls. 05 e 110). Dispensado o preparo (fl. 46). Contudo, o presente recurso não ultrapassa a barreira da admissibilidade, uma vez que nitidamente inadequado. Isto porqueareclamante interpõeagravo de instrumento(fls. 106/109), fazendo, inclusive, referência expressa a decisão mediante a qual se teria denegado seguimento a recurso de revista.Nesse sentido, aliás, colaciona diversas peças do processo para a formação do agravo de instrumento interposto. Todavia, trata-se a decisão recorrida (fls. 99/103) de julgamento de agravo interposto em face de decisão monocrática mediante a qual se denegou seguimento a recurso ordinário manifestamente improcedente. Dentro de tal contexto,a Eg. 2ª Turmanegou provimento ao agravo, mantendo o reconhecimento danulidade do contrato havido entre as partes. Nos termos do artigo 897, alínea 'b', da CLT, cabe agravo de instrumento dos despachos que denegarem a interposição de recursos, esclarecendo o § 4º que,na hipótese da alínea b deste artigo, o agravo será julgado pelo Tribunal que seria competente para conhecer o recurso cuja interposição foi denegada. Como visto, nãose trata o caso desta situação, senão daquelaprevista no artigo 557, caput e §1º,do CPC,não sendo orecurso adequado para impugnar tal decisão o agravo de instrumento. Não há como se aplicar, ao caso, o princípio da fungibilidade, porque seu emprego somente é possível quando as razões recursais satisfazem os requisitos de admissibilidade pertinentes ao recurso cabível, e desde que o equívoco decorrente da interposição do apelo não corresponda a erro grosseiro. O princípio da fungibilidade, segundo a jurisprudência do excelso STF, apenas se aplica quando houver fundada dúvida quanto ao recurso cabível, hipótese diversa dos presentes autos, em que a impugnação de acórdão prolatado por Turma deste Tribunal do Trabalho está expressamente prevista no artigo 896 da CLT. Assim, constitui erro processual grosseiro que repele a aplicação do princípio da fungibilidade a interposição de agravo de instrumento contra acórdão de Turma deste Tribunal, quando o recurso cabível seria o recurso de revista para uma das Turmas do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (artigo 896 da CLT). Ademais, repito, a observância do princípio da fungibilidade limita-se às situações em que as razões recursais apresentadas satisfaçam os requisitos de admissibilidade relativos ao recurso cabível, o que nem sequer foi demonstrado no caso, configurando-se, pois, nítido erro grosseiro, a obstar o seguimento do recurso. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1 de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aps/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00396-2007-017-10-00-7

Recorrente	Banco do Brasil S. A.
Advogado	Vicente Paulo da Silva
Recorrido	Ana Maria Movilla de Pires e Marcondes
Advogado	José Eymard Loguércio

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 02/05/2008 - fl. 418; recurso apresentado em 12/05/2008 - fl. 419). Regular a representação processual (fls. 432/433). Satisfeito o preparo (fls. 297, 338, 337 e 431). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS FGTS - DIFERENÇAS - PRESCRIÇÃO Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 7º, inc. XXIX da CF; - ofensa ao art. 11 da CLT; - divergência jurisprudencial. A Eg. 3ª Turma desta Corte, por meio do acórdão às fls. 382/393, complementado pelo julgamento dos embargos de declaração às fls. 414/417, negou provimento ao recurso ordinário interposto pelo Reclamado quanto à declaração de prescrição qüinqüenal em relação ao pedido de diferenças do FGTS. Fundamentou tratar-se de pedido de depósitos de FGTS tendo como base de cálculo a totalidade das verbas remuneratórias percebidas pela reclamante e,em conseqüência,a prescrição é trintenária, nos termos do parágrafo 5º do artigo 23 da Lei 8.036/90 e Súmula nº 362 do Col. TST. O Banco do Brasil interpõe recurso de revista pelas razões de fls. 419/430.Pugna pela reforma do decisum, ao argumento deser inaplicável a Súmula nº 362 à hipótese em discussão, pois a aplicação do entendimento nela consolidado está restrito às hipóteses de pedidos específicos de parcelas do FGTS jamais recolhidas. Aduz que no caso de diferenças de FGTS a prescrição se dá no mesmo lapso temporal das demais diferenças salariais. Logrou o Reclamado demonstrar divergência válida quanto à aplicação da prescrição decorrente de diferenças do FGTS por meio do aresto às fls. 422/423, que exprime tese do TRT da 19ª Região no sentido de que, em se tratando de "recolhimento de diferenças de FGTS sobre verbas trabalhistas devidas e não pagas, aplica-se a prescrição qüinqüenária". Nesse diapasão, a teor da Súmula 285 do TST, fica prejudicada a análise dos demais temas ventilados na revista nesta assentada. CONCLUSÃO RECEBO o recurso de revista. Ao Recorrido, para contra-razões. Após, remetam-se os autos ao Col. TST. Publique-se. Brasília,1 dejulho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mmmf/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00425-2007-008-10-00-0

Recorrente	Gráfica e Editora Ideal Ltda.
Advogado	João de Carvalho Leite Neto
Recorrido	Helton de Melo Silva
Advogado	Sebastião Pereira Gomes

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 172; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 175). Regular a representação processual (fls. 49). Satisfeito o preparo (fls. 108, 128, 129, 171 e 181). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS JUSTA CAUSA HORA EXTRA - REFLEXOS Analisando-se minuciosamente as razões recursais, observa-se que o apelo, quanto às matérias em referência, encontra-se nitidamente desfundamentado, na medida em quea reclamada não aponta nenhuma ofensa a dispositivo infraconstitucional ou constitucional, tampouco transcreve aresto no escopo de caracterizar dissenso pretoriano. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /lbj/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00430-2007-014-10-00-4

Recorrente	Departamento Nacional de Infra -Estrutura de Transportes - DNIT
Advogado	Lana Mara P. de Moura
Recorrido	Igor Paulino Cardoso
Advogado	Leandro Artiaga e Vieira
Recorrido	Patrimonial Serviços Especializados Ltda.
Advogado	Dalmo Rogério S. de Albuquerque

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 26/05/2008 - fl. 352; recurso apresentado em 05/06/2008 - fl. 353). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM Alegação(ões): - ofensa ao art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93. Insisteo recorrentena tesede que não é parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda,tendo em vista a inexistência de relação jurídica empregatícia entre ele eo reclamante. Inviável o recurso de revista, neste tópico, ante a ausência de prequestionamento, haja vista que não houve pronunciamento do Egr. Colegiado acerca desta matéria (Súmula nº 297 do C. TST). RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA Alegação(ões): - violação do art. 2º, 5º, II, 22, XXVII, 44, 48 e 102, I, da CF; - violação do art. 71 da Lei nº 8666/93. Assim como no tópico anterior, inviável o recurso de revista, neste particular, ante a ausência de prequestionamento, haja vista que não houve pronunciamento do Egr. Colegiado acerca desta matéria (Súmula nº 297 do C. TST). EQUIPARAÇÃO SALARIAL Alegação(ões): - ofensa ao art. 461 da CLT. A Egr. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 342/349, negou provimento ao recurso ordinário interposto pelo reclamado, mantendo a r. sentença em que reconhecido o desvio de função noticiado à exordial. Esclareceu, inicialmente,não se tratar de equiparação salarial, como alegado em defesa,mas de desvio funcional e asseverou que "A prova oral produzida é robusta e demonstra de forma inequívoca que as atividades do reclamante não estavam inseridas naquelas específicas à função de contínuo, pois envolviam maior conhecimento e complexidade". Alega a segunda reclamadaque, embora o acórdão tenha tratado a questão como desvio de função, trata-se na verdade de pedido de equiparação salarial e, nestes

termos, a Egr. Turma violou o art. 461 da CLT. O apelo, nesse particular, encontra-se desfundamentado, pois o recorrente não impugna os fundamentos da decisão (Súmula nº 422 da C. TST). Inviabilizado, pois, o seguimento da revista. DANO MORAL - INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, V e X, da CF; - divergência jurisprudencial. A Egr. 1ª Turma, com arrimo no conjunto fático-probatório dos autos, considerou demonstrado os requisitos ensejadores do dano moral, por meio de tratamento desonroso e impróprio a um ambiente de trabalho, e manteve a indenização no valorfixado pela instância de origem. Fundamentou que "Não se trata de brincadeiras ingênuas, mas de afirmativas que embaraçariam qualquer homem comum, com nítido conteúdo discriminatório" (fl. 348).Insurge-se a ré contra a decisão, alegando a inexistência de dano sofrido pelo reclamante em sua esfera pessoal. Impugna, ainda, o valor atribuído a título de indenização.O Colegiado, com supedâneo na prova produzida, concluiu que o reclamante esteve exposto a situação humilhante e vexatória decorrente da conduta inapropriada do superior hierárquico, entendendo razoável a condenação da reclamada ao pagamento de indenização no valor de R$5.000,00. Rever tal decisãoimplicaria inevitavelmente o reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula nº 126/TST e inviabiliza o seguimento do apelo no particular aspecto. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00441-2007-017-10-00-3

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	José Luiz Ramos
Recorrido	Fábio de Sousa Araújo
Advogado	Sebastião Moraes da Cunha

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 128; recurso apresentado em 12/06/2008 - fl. 129). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM Suscitaa Reclamada, no seu recurso às fls. 129/135,a prefacial supracitada. O recurso, no particular, encontra-se desfundamentado, porque a Parte nãoindicou qualquer texto de lei que entenda violado, tampouco transcreveu aresto no escopo de demonstrar divergência de teses nos termos das exigências contidas nas alíneas do art. 896 da CLT. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA Alegação(ões): - contrariedade às Súmulas 363 e 368/TST; - violação dos arts. 114, inc. VIII, da CF; - ofensa aos arts. 876, parágrafo único, da CLT; - divergência jurisprudencial. A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 114/127,condenou, de ofício, o Distrito Federal ao pagamento das parcelas previdenciárias sobre todo o período em que houve prestação de serviços, ao amparo do artigo 195, I, "a", da Constituição Federal, determinando ao empregador recolher também a cota-parte do empregado, por não tê-lo feito no momento adequado. O Distrito Federal interpõe recurso de revista (fls. 129/135), objetivando seja excluído da condenação o pagamento das contribuições previdenciárias. Argumenta que, nos termos da Súmula nº 363 do Col. TST, somente os salários stricto sensu e o FGTS seriam direitos advindos do contrato nulo.Conforme delimitado no julgado, trata-se de situação em que, reconhecida a nulidade do contrato, em face da não-observância dos ditames constitucionais relativos ao concurso público, foi declarada aresponsabilidade subsidiária do segundo reclamadopelo recolhimento das parcelas previdenciárias de todo o período em que houve a prestação de serviços, inclusive a cota-parte do empregado, com fundamento no artigo 195, I, da Constituição Federal.Não obstante todos os argumentos expendidos no recurso, constata-se que a decisão, como delimitada, não importaem violação literal e direta dos dispositivos invocados pela recorrente, a ensejar a admissibilidade do recurso, nos moldes estabelecidos pelo artigo 896 da CLT. Trata-se, como visto, de discussão relativa à competência desta Justiça para a execução de ofício das contribuições previdenciárias incidentes sobre todo o período em que houve prestação de serviços. Com efeito, o artigo 114, VIII, da Constituição Federal estabelece a competência da Justiça do Trabalho para a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.De tal modo, a conclusão alcançada pela Eg. Turma, não permite se possa afirmar que tenha ela violado literalmente as regras dosdispositivos invocados.Trata-se de interpretação conferida pela Eg. Turma, em observância aos dispositivos que regem a matéria, em especial os artigos 114,VIII, e 195, I, "a", da Constituição Federal.Não há, pois, que se cogitar de ofensaao artigo 876, parágrafo único, da CLT,que, ao contrário do que alega o recorrente, foi devidamente observado. Dentro deste contexto, não há que se falar em contrariedade às Súmulas 363 e368, I, do Col. TST, ressaltando-se, inclusive no que se refere a esta última, que o Col. TST, em face da alteração do parágrafo único do artigo 876 da CLT,remeteu ao seu Tribunal Pleno a apreciação da matéria ali contida. Já no que se refere à Súmula nº 363, constata-se que a decisão guardasintonia com os ditames ali definidos. Por fim, também não se sustenta o recurso em face da alegação de divergência jurisprudencial. O aresto colacionado à fl. 133é oriundo de Turma do Col. TST,fonte não autorizada à comprovação de dissenso, nos termos estabelecidos pelo artigo 896, "a", da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mdpf/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00446-2007-006-10-00-2

Recorrente	Rosa Olímpia Martins de Melo
Advogado	Rogério Ferreira Borges
Recorrido	Banco do Brasil S.A. (Recurso Adesivo)
Advogado	Taíse Machado Melo

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 701; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 705). Regular a representação processual (fl. 15). Dispensado o preparo (fl. 619). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS ACIDENTE DO TRABALHO - DANO MORAL E/OU PATRIMONIAL - INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - ofensa aos arts. 186, 927 e 950 do CCB; - divergência jurisprudencial. A Eg. 1ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdãoàs fls. 690/700, manteve a r. sentença quantoà improcedência dos pedidos de pagamento de danos morais e materiais formulados pela autora.Pontua ov. acórdão (fl. 699),in verbis :Não ficou demonstrada, desenganadamente, a culpabilidade do empregador como causa inequívoca e determinante dos danos físicos e moral alegados, o que atrai a improcedência do pedido reparatório. Recorre de revista a Autora, aduzindo que a Eg Turma equivoca-se "ao exigir demonstração de culpa", tendo prevalecido na jurisprudência a tese da responsabilidade objetiva. Sustenta, ainda, a aplicação da teoria do risco (art. 927, parágrafo único, do Código Civil). Em primeiro, verifica-se que a solução adotada pelo Colegiado encontra-se em perfeita conformidade com o preceito insculpido no art. 7º, XXVIII, da Constituição, ao garantirseguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa. Pelo que bem interpretados os arts. 186, 187 e 927, do Código Civil, pois não se prescinde da existência de culpa para a configuração da obrigação de indenizar. Quanto à alegada existência do dano ou culpa da empresa e do nexo causal entre a doença ocupacional e o labor exercido pela autora, tem-se que, para verificá-la, necessário seria o reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula nº 126/TST e inviabiliza o seguimento do recurso, inclusive por divergência jurisprudencial, uma vez que, no caso, com destacado, não foi provado qualquer nexo de causalidade entre a doença e o trabalho executado, situação diversa daquelas abordadas nos arestos colacionados em que demonstrado o efetivo nexocausal (Súmula nº 296/TST). Por outro lado, inviável a análise do recurso quanto à ventilada lesão ao art.950 do CCB,uma vez que aEg. Turma não adotou tese sobre a matéria à luz de taldispositivo (Súmula nº 297/TST). CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00451-2007-020-10-00-1

Recorrente	Ana Alice Miana Cater
Advogado	Júlio César Borges de Resende
Recorrente	Distrito Federal (Recurso Adesivo)
Advogado	Luís Augusto Scandiuzzi
Recorrido	Ana Alice Miana Cater
Advogado	Júlio César Borges de Resende
Recorrido	Ação Social Nossa Senhora de Fátima
Advogado	Terson Ribeiro Cavalho
Recorrido	Distrito Federal
Advogado	Luís Augusto Scandiuzzi

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS O Distrito Federal interpõe recurso de revista adesivo, às fls. 234/242, que foi protocolado no dia13.06.2008. Contudo, constata-se que o v. acórdãoregional prolatado às fls. 176/189 e complementado, às fls. 202/205, pelo julgamento dos embargos de declaração interpostos,foi publicado para ciência das partes em 29/02/2008 (fl. 206). Contra a decisão, a autora interpôs o recurso de revista de fls. 212/226, cujo seguimento foi denegado às fls. 228/229, tendo esta decisão sido publicada em 16/4/2008 (fl. 230). Relatados os fatos do processo, constata-se que o recurso de revista adesivo ora analisado (fls. 234/242) revela-se impertinente. Isto porque, nos termos do que estabelece o artigo 500 do Código de Processo Civil, cada parteinterporá o recurso, independentemente, no prazo e observadas as exigências legais, ressaltando que, sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir a outra parte. Contudoo recurso adesivoestá subordinado ao recurso principal e se rege pelas disposições estabelecidas no referido artigo. De tal modo, admitido o recurso principal, poderá ser interposto o recurso adesivo perante a autoridade judiciária competente para admitir o recurso principal, no prazo legalcontado da publicação do despacho que o admitiu, ou seja, no prazoque a parte dispõe para responder ao recurso principal. Não será conhecido, portanto, se o recurso principal fordeclarado inadmissível, como no casosob análise. Assim, repita-se, como o recurso de revista interposto pela autora teve seu seguimento denegado, não há que se cogitarde interposição de recurso de revista adesivo. Por tais fundamentos, denego seguimento ao recurso de revista adesivo interposto pelo Distrito Federal. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista adesivo. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mdpf/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00456-2007-006-10-00-8

Recorrente	Clóvis da Cunha
Advogado	Júlio César Borges de Resende
Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Josué Pinheiro de Mendonça
Recorrido	Clóvis da Cunha
Advogado	Júlio César Borges de Resende
Recorrido	Distrito Federal
Advogado	Josué Pinheiro de Mendonça

Recurso de:Clóvis da Cunha PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 201; recurso apresentado em 30/05/2008 - fl. 203). Regular a representação processual (fl. 15). Inexigível opreparo (fl. 107). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONTRATO NULO - TERCEIRIZAÇÃO - PARCELAS TRABALHISTAS Alegação(ões): - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma deste Regional, por meio do v. acórdão de fls. 168/178, complementado pelo julgamento dos embargos de declaração às fls. 196/200,declarou de ofício a nulidade do contrato de trabalho, nos termos da Súmula nº 363/TST, condenando a primeira reclamada e, subsidiariamenteoDistrito Federal, aorecolhimentos dos depósitos do FGTSe ao pagamento de quinze dias trabalhados no curso do aviso prévio.Interpõe recurso de revista oreclamante, alegando que o Regional, ao indeferir o pagamento das demais parcelas trabalhistas pleiteadas, deu interpretação diversa dadefendida por outros Regionais trabalhistas,queadotamentendimentono sentido dequeos efeitos do contrato nulo devem ser ex nunc , em observância aos princípios da irretroatividade, das normas de ordem pública, da natureza jurídica alimentar do créditotrabalhista, bem como da hipossuficiência do trabalhador. Não prospera o recurso, pois aEg. Turma decidiu em sintonia com os termos consagrados na Súmula nº 363 do Col. TST, o que inviabiliza o seguimento do recurso,nos termosdo art. 896, § 4º,da CLT e do entendimento contido na Súmula nº 333/TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Distrito Federal PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 201; recurso apresentado em 05/06/2008 - fl. 218). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS JUSTIÇA DO TRABALHO - PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA Alegação(ões): - violação dos arts. 109, inc. I, e 114, da CF. A Eg. 1ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 168/178, complementado pelo julgamento dos embargos de declaração às fls. 196/200, pronunciou a competência da Justiça do Trabalho , esclarecendo que, nos termos do parágrafo único do artigo 876 da CLT, "estendeu-se a competência da Justiça do Trabalho para executar de ofício as contribuições devidas sobre os salários pagos no curso da relação de emprego" e que, "ainda que declarado nulo o contrato de trabalho em razão da ausência de concurso público, a incidência das contribuições previdenciárias sobre os valores pagos pela retribuição do trabalho prestado encontra arrimo no art. 195, I,'a', da Constituição Federal", determinando, assim, que o primeiro reclamado comprovasse os recolhimentos das parcelas previdenciárias devidas durante o período trabalhado, sob penade execução, fixando, ainda, a responsabilidade subsidiária do Distrito Federal, no particular.(fl. 177) Recorre de revista oDistrito Federal(fls. 218/233). Pugna pela incompetência da Justiça do Trabalho para processamento do feito. Inviável o seguimento do recurso também neste tópico. A decisão recorrida encontra-se em sintonia com a nova a redação dada ao art. 114 da Constituição Federal pela EC nº 45, a qual ampliou a competência da Justiça do Trabalho para executar as contribuições previdenciárias devidas pelo empregado e pelo empregador decorrentes das sentenças que proferir. Sendo assim, afasta-se a alegação de ofensaaos preceitos constitucionais invocados. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 363/TST; - ofensa ao art. 818 da CLT; 331, inc. I e 460, parágrafo único, do CPC; - divergência jurisprudencial. A Eg. Colegiado declarou de ofício a nulidade do contrato de trabalho, condenando, subsidiariamente,o Distrito Federalao pagamento das diferenças do FGTS e ao saldo salarial de quinze dias, além da responsabilidade quanto à comprovação dos recolhimentos previdenciários, sob pena de execução. Recorre de revista o Distrito Federal. Sustenta ter havido incongruência jurídica na condenação, uma vez que o v. acórdão determinou o recolhimento das "contribuições previdenciárias devidas ao longo do pacto, ainda que expressamente reconhecida a sua absoluta nulidade" (fl. 222). Constata-se que o v. acórdão,contrário do que alega o recorrente, está em consonância com as disposições estabelecidas no artigo 876, parágrafo único, da CLTe 114, VIII, da Constituição Federal. Ademais, os arts. 818 da CLT, 333, inc. I e 460, parágrafo único, do CPC não viabilizam o conhecimento do recurso, pois carecem do indispensável prequestionamento, o que atrai a incidência do óbice contido na Súmula nº297 do Col. TST. Por fim, no que se refere à alegação de divergência jurisprudencial, os arestos colacionados também não amparam a pretensão do recorrente, pois ou são oriundos de Turma do Col. TST ou deste Tribunal, fontes não autorizadas a tal demonstração, nos termos do artigo 896, 'a', da CLT. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA Alegação(ões): - violação dos arts. 2º, 5º, inc. II, 22, inc. I e 48, caput, da CF; - ofensa aos arts. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93. A Eg. 1ª Turma deste Regional,confirmou aresponsabilidade subsidiáriado Distrito Federal ao pagamento das parcelas deferidas. Interpõe recurso de revista o Distrito Federal (fls. 218/233). Requer a reforma do julgado, a fim de ver excluída a responsabilidade subsidiária a ele imposta. Indica violação aos dispositivos supracitados. Sem razão. Os princípios insculpidos nos arts. 2º e 5º, inc. II, da Constituição Federal, constituem norma geral do ordenamento jurídico pátrio, sendo necessária a análise da ocorrência de violação de norma infraconstitucional para que se reconheça, somente de maneira indireta ou reflexa, afronta aos seus comandos. No que se refere aos arts. 22, inc. I, 48, caput,da Constituição Federal, não se constata a alegada violação. Isso porque a aplicação da referida súmula implicou tão-somente o respeito à interpretação jurisprudencial acerca da matéria ora debatida, não se cogitando de usurpação de função legislativa, mas apenas da uniformização da jurisprudência acerca da matéria, o que compete à Superior Corte Trabalhista, que pacificou qualquer controvérsia mediante a edição da Súmula nº 331, inclusive fazendo referência expressa ao artigo 71, § 1º da Lei nº 8.666/93, concluindo que a responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelos débitos trabalhistas contraídos pela empresa prestadora dos serviços encontra fundamento na interpretação sistemática da legislação trabalhista, inclusive de seus princípios, que possui caráter protecionista. De tal forma, estando o v.

acórdão em consonância com a Súmula nº 331, IV, do Col. TST,inviabiliza-se a admissibilidade do recurso de revista, nos termos do entendimento consagrado no artigo 896, § 4º, da CLT e da Súmula 333/TST CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/2/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00462-2007-002-10-00-0

Recorrente	Fernanda Pereira Peixoto Pedatella
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva
Recorrido	Financeira Alfa S.A.- Crédito Financiamento e Investimento
Advogado	Carlos José Elias Júnior

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 243; recurso apresentado em 06/06/2008 - fl. 244). Regular a representação processual (fl. 25). Dispensado o preparo (fl. 218). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, XXXV e LV, e 93, IX, da CF; - ofensa ao art. 832 e 897-A da CLT e 458 do CPC. Alega a reclamante negativa de prestação jurisdicional ao argumento de que o Colegiado não enfrentou explicitamente o questionamento levantado nos embargos de declaração acerca dos requisitos subjetivos de configuração da exceção do § 2º do art. 224 da CLT. Não há imperfeição no julgado, pois aEgr. Turmamanifestou-se de forma clara e efetiva sobre os pontos suscitados nos embargos, esclarecendo, in verbis, que "Com relação ao enquadramento da autora no regime do § 2º do Art. 224 da CLT, fincou-se a convicção da Corte em que além de perceber gratificação bastante, a reclamante exercia trabalho externo, sem fiscalização da jornada, dispondo de seu tempo de trabalho à vontade, firmando sua convicção na avaliação que fez do contexto probatório como o permite o Art. 131 do Cód. de Proc. Civil, por isso entendendo que as horas extras não foram satisfatoriamente provadas. Houve, na verdade, razoável aplicação da Súmula nº 102". Como se vê, a jurisdição foi prestada mediante decisão suficientemente motivada, conquanto contrária à pretensão da recorrente. Assim sendo, havendo fundamentação no v. decisum sobre as questões postas em debate, não há afronta aos arts. 832 da CLT, 458 do CPC e 93, IX, da CF. Quanto aos arts. 5º, XXXVe LV, da CF e 897-A da CLT, tais dispositivos não constituem fundamento válido a ensejar a admissibilidade do recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional (OJ nº 115 da SBDI-1 do C. TST). HORA EXTRA - TRABALHO EXTERNO Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 102/TST; - ofensa ao art. 62, I, e 224, § 2º, da CLT; - divergência jurisprudencial. A Egr.Turma, com esteio no conjunto probatório produzido nos autos, deu provimento ao recurso ordinário interposto pela reclamada e excluiu da condenação as horas extras e reflexos deferidos. Fundamentou que o § 2º do art. 224 da CLT é meramente exemplificativo, cabendo ao intérprete enfrentar a questão diante dos fatos concretos, e que a empresa pode estabelecer em regulamento quais de seus cargos estão a merecer fidúcia especial. Por fim, concluiu que a reclamante estaria enquadrada na exceção do art. 62, I, da CLT, pois exercia sua atividade externamente, dispondo do tempo conforme sua conveniência, não fazendo jus, portanto, à percepção de horas extras. Inconformada, a reclamante interpõe recurso de revista (fls. 244/261), insistindona tese de queestava, sim,sujeita a controle de jornada, tanto por sistema eletrônico como pela exigência de cumprimento de metas. Aduz ainda que o exercício de cargo de confiança bancária não se presume, devendo estar amplamente provada a fidúcia maior e o exercício de atividades de chefia. Aponta violação dos arts. 62, I, e 224, § 2º, da CLT, contrariedade à Súmula nº 102 do C. TSTe divergência jurisprudencial. Ofundamento basilar adotado por este Regional para indeferir o pedido de horas extras postulado pelo reclamante não teve espeque no § 2º do art. 224 da CLT, mas no inc. I do art. 62 desse mesmo diploma legal. Originou-se o decisum recorridodo suporte fático produzido, por meio do qual o Colegiado restou convencido de quea reclamante não estava sujeita acontrole dejornada e que os controles por telefone e visitas eventuais praticadas pela reclamada não configuravamfiscalização de horário, mas atos de gestão que não inibiam o empregado de usufruir de seu tempo conforme lhe conviesse.Rever tal entendimento, importaria necessariamente no reexame de fatos e provas, o que encontra óbicena Súmula nº126 do C. TST e inviabiliza o seguimento do recurso, seja por violação legal ou por dissenso jurisprudencial. Desse modo, afasta-se a alegação de ofensa aos art. 62, I, e 224, § 2º, da CLT, restando inviabilizada a análise dos arestos trazidos à demonstração do confronto de teses. Não há de se falar em contrariedade à Súmula nº 102 do C.TST, uma vez que o Egr. Colegiado não decidiu a questãoà luz do art. 224, §2º, da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,24de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00463-2007-011-10-00-5

Recorrente	União (Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT)
Advogado	Luiz Felipe Cardoso de Moraes Filho
Recorrente	ZL Ambiental Ltda.
Advogado	Carolina Macêdo do Vale
Recorrido	Deborah de Braga e Castro
Advogado	Jomar Alves Moreno
Recorrido	União (Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT)
Advogado	Luiz Felipe Cardoso de Moraes Filho
Recorrido	ZL Ambiental Ltda.
Advogado	Carolina Macêdo do Vale

Recurso de:ZL Ambiental Ltda. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 09/05/2008 - fl. 327; recurso apresentado em 19/05/2008 - fl. 330). Regular a representação processual (fls. 345). Satisfeito o preparo (fls. 203, 219, 220 e 346). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS RESCISÃO CONTRATUAL - MODALIDADE GARANTIA DE EMPREGO Alegação(ões): - divergência jurisprudencial. A Egr. 2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 310/326, conheceu parcialmente do recurso ordinário interposto pela primeira reclamada e, no mérito, manteve a r. sentença quanto à conversão da dispensa por justa causa em dispensa imotivada e ao reconhecimento dagarantia provisória do emprego. Inconformada, a reclamada interpõe recurso de revista (fls. 330/344), insistindo na tese de que a rescisão se deu por justa causa em vista do abandono de emprego pelo reclamante. Insurge-se também contraaestabilidade provisória reconhecida na instância de origem e mantida pelo Egr. Colegiado, apontando, para tanto, divergência jurisprudencial. Quanto à modalidade da rescisão, o recurso encontra-se desfundamentado, pois a recorrente não se reporta aos pressupostos específicos do recurso de revista, nos termos do art. 896 da CLT. No tocante à garantia provisória de emprego, o recurso também não se viabiliza, uma vez que os arestostrazidos à demonstração do dissenso são inespecíficos, porquanto partem da premissa fática de que o emprego agiu com abuso de direito ao postular a indenização decorrente da estabilidade provisória, proposição claramente afastada pelo Colegiado ao asseverar que "Além de emergir a razoabilidade do interstício, não é possível inferir que a autora buscava tão-somente o recebimento de indenização, exatamente porque a empresa a impediu de trabalhar no local previsto no contrato" (fl. 320). CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:União (Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT) PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 13/05/2008 - fl. 329; recurso apresentado em 28/05/2008 - fl. 347). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA Alegação(ões): - ofensa ao art. 625-D da CLT; - divergência jurisprudencial. Insurge-se a União contra a decisão do Egr. Colegiado no sentido deser faculdade das partes a submissão da demanda às comissões de conciliação prévia. Alegaviolação doart. 625-D da CLT e divergência jurisprudencial. Conforme narrado no v. acórdão, "o documento de fl. 15 atesta a tentativa frustrada de conciliação pela ausência de ambas as partes - empregado e empregador, embora tenha sido registrada a presença do patrono da obreira". Vê-se, portanto, que, diversamente do alegado pela recorrente, a demanda foi devidamente submetida à comissão de conciliação prévia, frustrando-se a tentativa conciliatória em face da ausência do empregador àquela sessão. Nesse contexto, não há de se falarem afronta ao art. 625-D da CLT. Quanto à divergência jurisprudencial, o recurso também não se viabiliza. Em relação aos dois primeiros arestos, por serem oriundos de Turma do TST, fonte não autorizada para a demonstração do dissenso (art. 896, "a", da CLT); os dois últimos, por serem inespecíficos, uma vez quetrazempremissa fática oposta àquela ora apresentada, qual seja, a efetiva ausência de submissão da demanda à comissão de conciliação prévia. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA Alegação(ões): - violação dos arts. 37, § 6º, e 97 da CF; - violação dos arts. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93; - divergência jurisprudencial. A Egr. 2ª Turma desta Corte manteve a r. sentença quanto àcondenação subsidiária da Uniãoao pagamento dos créditos reconhecidos em favor do reclamante. Interpõe recursode revista a União (fls. 347/365), requerendo a reforma do julgado, para que seja afastada sua responsabilidade subsidiária. Conforme destacado no julgado regional, foi reconhecida a responsabilidade subsidiária da União pelo pagamento dos créditos deferidos ao autor, nos exatos termos do entendimento consagrado pela Súmula nº 331, item IV, do C. TST. Ressaltou-se no v. acórdão a ocorrência de contrato de prestação de serviços em que o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador conduz à responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços prestados pelo empregado. Dentro de tal contexto, afastam-se as alegações deduzidas, ressaltando-se que a referida súmula reflete a interpretação da Superior Corte Trabalhista acerca dos dispositivos que regem a matéria. Além do que, o próprio art. 37, § 6º, da Constituição Federal, invocado pela Recorrente, trata da responsabilidade objetiva da Administração Pública pelos danos causados pelos seus agentes na prestação de serviços públicos. No caso concreto, a União, beneficiária do trabalho despendido pelo Autor, celebrou contrato por meio de licitação com empresa prestadora de serviços esua responsabilidade subsidiária, na esfera dos direitos trabalhistas, decorre da culpa na contratação de empresa inidônea e da falta de fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, de modo que não se reconheceviolação dos dispositivos constitucionais indicados. Assim,não se verifica a alegadaviolação do art. 71, § 1ºda Lei nº 8.666/93, na medida em quea responsabilidade subsidiária da União pelos débitos trabalhistas contraídos pela empresa prestadora dos serviços encontra, como dito,fundamento na interpretação sistemática da legislação trabalhista, inclusive de seus princípios, que possuem caráter protecionista. Com efeito, constata-se que o v. acórdão regional está em consonância com a Súmula nº 331, IV, do TST, o que obsta a admissibilidade do recurso de revista, nos termos do entendimento consagrado no art. 896, § 4º, da CLT e da Súmula 333/TST, mostrando-se, pois, superados os arestos trazidos a confronto de teses. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 363/TST; - violação do(s) art(s). 37, II, da CF; - divergência jurisprudencial. Requer a Uniãoseja sua condenação limitada ao saldo salarial devida ao reclamante, excluindo-seda responsabilidade subsidiáriaa multaprevista no art.477 da CLT, bem como a indenizaçãode 40% do FGTS. Alega violação do art.37, II,da Constituição Federal, contrariedade à Súmula nº 363 do C. TSTe divergência jurisprudencial. O recurso ordinário interposto pela União não foi conhecido neste tópico. Assim, não havendo pronunciamento do Egr. Colegiado a respeito, resta inviabilizado o recurso de revista, nos termos da Súmula nº 297 do C. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,24 dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/2

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00473-2006-016-10-00-1

Recorrente	Caixa Econômica Federal
Advogado	Gustavo Adolfo Maia Júnior
Recorrente	Geusa Aparecida Barbosa de Jesus
Advogado	Andréia Ceregatto Gomes
Recorrido	Caixa Econômica Federal
Advogado	Gustavo Adolfo Maia Júnior
Recorrido	Geusa Aparecida Barbosa de Jesus
Advogado	Andréia Ceregatto Gomes

Recurso de:Caixa Econômica Federal PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 3.502; recurso apresentado em 11/06/2008 - fl. 3.503). Regular a representação processual (fls. 3.525). Satisfeito o preparo (fls. 3.279, 3.298 e 3.524). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DANOS MATERIAIS - INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma, por meio do acórdão de fls. 3.449/3.467,conheceu e deu provimento ao recurso do reclamante para deferir indenização a título de danos materiais decorrentes do acidente de trabalho sofrido pelo autor, consistente em pensionamento mensal. Consignou que o pensionamento traduz o ressarcimento a cargo do empregador, que tem caráter pessoal; não se assimila nem se comunica com benefícios previdenciários recebidos pelo INSS (art. 121 da Lei nº 8.213/91) e, por esse motivo, faz-se indevida a compensação com qualquer pagamento recebido a título de auxílio-doença previdenciário, aposentadoria, complementação de aposentadoria ou mesmo seguro ou prêmios de seguro, tendo em vista que tais parcelas ostentam diversa natureza. A reclamada interpõe recurso de revista às fls. 3.503/3.523, pretendendo a exclusão da condenação. Sustenta que a decisão diverge de decisões proferidas em outros tribunais no sentido de que a reparação por danos materiais é incabível se o ofendido mantém seu padrão de renda com o recebimento de benefício previdenciário. Logrou êxito a recorrente na demonstração do dissenso jurisprudencial com a transcrição da ementa do acórdão proferido nos autos do RO 00398-2005-004-20-00-3, oriundo do Eg. TRT da 20ª Região, no sentido de que na hipótese de percepção de proventos de aposentadoria por invalidez do INSS, o deferimento de indenização por danos materiais, consistente em pensão mensal, configura bis in idem.A teor da súmula nº 285 do Colendo TST, fica prejudicada a análise dos demais temas ventilados na revista nesta assentada. CONCLUSÃO RECEBO o recurso de revista. Ao Recorrido, para contrarazões. Após, remetam-se os autos ao Colendo TST. Recurso de:Geusa Aparecida Barbosa de Jesus PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 3.502; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 3.527). Regular a representação processual (fls. 3.470). Inexigível opreparo (fl. 3.2633.462). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PENSÃO. INCAPACIDADE LABORAL. BASE DE CÁLCULO. Alegação(ões): - ofensa ao art. 950 do CCB. A Eg. 1ª Turma, por meio do acórdão de fls. 3.449/3.467, conheceu e deu provimento ao recurso do reclamante para deferir indenização a título de danos materiais decorrentes do acidente de trabalho sofrido pelo autor, consistente em pensionamento mensal no importe de 50% do salário mínimo. Consignou que a reparação do dano sofrido pela diminuição da capacidade para o trabalho, longe de propiciar enriquecimento indevido à custa da sociedade empresária, há de se efetivar em padrões razoáveis, segundo os parâmetros médios do trabalhador brasileiro, quesão pautados pelo salário mínimo como aquele considerado necessário a atender à dignidade do trabalhador e de sua família, porquanto assim tratado como direito social assegurado pelo art. 6º, IV, da Constituição da República. Por fim, pontuou que a adequação social do entendimento traçado pelo Excelso STF na Súmula nº 490: "a pensão correspondente à indenização oriunda de responsabilidade civil deve ser calculada com base no salário mínimo vigente ao tempo da sentença e ajustar- se-á às variações ulteriores" Contra tal decisão, insurge-se a reclamante por meio das razões de recurso de revista às fls. 3.503/3.523, pretendendo majorar o valor fixado, para adequá-lo à remuneração efetivamente percebida quando da plena capacidade laboral. O artigo 950 do CCB dispõeque a indenização nas hipótesesde redução ou perda da capacidade laboral "incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu" e o arbitramento da pensão mensal em importância equivalente a 50% do valor do salário mínimo parece destoar daquela previsão, ao menos em sentido literal. Assim, entendo prudente o seguimento do recurso de revista para que o Colendo TST examine possível violação ao artigo 950 do CCB. A teor da súmula nº 285 do Colendo TST, fica prejudicada a análise dos demais temas ventilados na revista nesta assentada. CONCLUSÃO RECEBO o recurso de revista. Ao Recorrido, para contra-razões. Após, remetam-se os autos ao Colendo TST. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/2

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00479-2007-003-10-00-3

Recorrente	Jozeane Costa de Oliveira
Advogado	Aroldo Oliveira de Souza Júnior
Recorrido	BRB- Banco de Brasília S.A.
Advogado	Liliane Ferreira Porfírio
Recorrido	Manchester Serviços Ltda.
Advogado	Raquel Corazza

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 346; recurso apresentado em 09/06/2008 - fl. 347). Regular a representação processual (fl. 12). Dispensado o preparo (fl. 345). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - CARACTERIZAÇÃO Alegação(ões): - contrariedade à(s) OJ(s) nº 4 SBDI-I/TST. - divergência jurisprudencial. A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão proferido às fls. 337/345, com fundamento na OJ nº 4 do Col. TST,deu pro-

vimento ao recursoda reclamada, para excluir da condenação o pagamento do adicional de insalubridade. A reclamante interpõe recurso de revista, mediante as razõesàs fls. 347/360. Alega, em síntese,que o entendimento contido na OJ nº 4 do Col. TSTnão se aplica ao caso concreto, uma vez quese trata de limpeza em banheiros de empresa pública e não de residências e escritórios, como descritona referidaorientação jurisprudencial. Conforme delimitado no julgado, o indeferimento da parcela fundamentou-se no fato de não se enquadrar a atividade de higienização de sanitários como insalubre, nos moldes estabelecidos pelo Anexo 14 da NR 15 da Portaria Ministerial nº 3.214/78 e na OJ nº $ da SBDI-1/TST,uma vez que não não classificada como lixo urbano. Assim, ao contrário do que afirma a recorrente, a decisão está em harmonia com o entendimento contido na OJ nº 4 do Col. TST, o que obsta a admissibilidade do recurso de revista, nos termos do entendimento consagrado no artigo 896, § 4º, da CLT e da Súmula nº 333 do Colendo TST. Dessa forma, despicienda a análise do aresto colacionado para demonstrar o conflito de teses. Por fim, no que se refere à insurgência quanto ao grau do referido adicional, ressalte-se que a manutenção da decisão quanto ao indeferimento do pedido relativo ao adicional de insalubridade prejudica a análise da alegação, até porque, como destacado,não houve enfrentamento da questão por parte da Eg. Turma, em face da improcedência do pedido. (Súmula nº 297/TST). CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00491-2007-001-10-00-5

Recorrente	Carmencélia Vieira dos Passos
Advogado	Francisco Rodrigues Preto Júnior
Recorrido	Distrito Federal
Advogado	Ivan Machado Barbosa

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 143; recurso apresentado em 09/06/2008 - fl. 144). Regular a representação processual (fl. 8). Inexigível opreparo (fl. 72). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONTRATO DE TRABALHO - NULIDADE Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 363/TST; - violação do(s) art(s). 5º, II, e 37, II, da CF; - ofensa ao art. 2º, 3º, 9º e 844 da CLT; 302 e 334, inc. III, do CPC; 11, inc. I, alínea "a", da Lei nº 8.213/1991; 11, parágrafo único, alínea "a" e 12, inc. I, alínea "a", da Lei nº 8.212/1991; 15 e 22 da Lei nº 8.036/90; - divergência jurisprudencial. A Egr. 1ª Turma deste Tribunal Regional, por meio do acórdão às fls. 135/142,manteve a decisãoquanto à declaração de nulidade do contrato havido entre as partes e ao deferimento dasparcelas, tudo nostermos daSúmula nº 363 do C. TST.Em suas razões recursais (fls. 144/154),sustenta a autoraequívoco na declaração de nulidade do contrato de trabalho firmado com o primeiro reclamado (Instituto Candango de Solidariedade - ICS). Aduz queo ICS é pessoa jurídica de direito privado, razão pela qual não se encontra vinculado ao preceito contido no art. 37, II, da Constituição da República. Afirma que a ausência de contestação sobre a validade do vínculo empregatício torna o fato incontroverso em função da confissão ficta. Dispõe que a nulidade da terceirização de serviços pelo Distrito Federal, identificada em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho perante o C. TST, diz respeito apenas à atividade-fim do Estado, o que não reflete o caso dos autos. Argumenta que a nulidade da terceirização declarada na referida ação não gera a nulidade do pacto laboral legalmente firmado e alega, por fim,que a existência de recolhimentos previdenciários em face da efetiva prestação de serviços torna impossível a decretação de nulidade do pacto laboral. Quanto à declaração de nulidade do contrato de trabalho e às parcelas trabalhistas devidas,não merece reforma a decisão recorrida, pois a Turma decidiu em sintonia com os termos da Súmula nº 363 do C. TST, o que inviabiliza o seguimento do recurso, quer por afronta a preceito de lei, quer por dissenso jurisprudencial. Incidência do art. 896, § 4º, da CLT e da Súmula nº 333 do C. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00503-2007-017-10-00-7

Recorrente	Karina Sousa Freire de Souza
Advogado	Theopisto Abath Neto
Recorrido	Ação Social Nossa Senhora de Fátima
Advogado	Terson Ribeiro Cavalho
Recorrido	Distrito Federal
Advogado	Ricardo Sussumu Ogata

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 321; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 322). Regular a representação processual (fl. 14). Inexigível opreparo (fl. 234). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 1º, 7º e 37, §6º, da CF; - divergência jurisprudencial Por meio do v. acórdão às fls. 306/320, aEg. 3ª Turmadeu provimento ao recurso ordinário do 2º reclamado, para excluir a sua responsabilidade subsidiária, ao entendimento de que não se aplica no presente caso a Súmula 331 do Col. TST, por não existir a figura do tomador de serviços e nem se encontrar caracterizada a intermediação de mão-de-obra no convênio administrativo firmado entre o Distrito Federal e a 1ª Reclamada (Ação Social Nossa Senhora de Fátima), fundamentos estes sintetizados no seguinte trecho da r. decisão recorrida, verbis : Evidencia-se, portanto, a mútua cooperação entre as Reclamadas, visando a consecução de interesses comuns e convergente objetivando bem maior - a coletividade -, materializada por meio de instrumento jurídico próprio - convênio administrativo -, o que em nada se relaciona ao fornecimento de mão-de-obra especializada, impedindo, assim, a aplicação da Súmula 331 do col. TST e a conseqüente responsabilização subsidiária do Distrito Federal, porquanto igualmente inexistente a figura do Tomador de Serviços que teria se beneficiado da força de trabalho operária. (fl. 315) O Reclamante recorre de revista às fls (322/335). Sustenta que "a AÇÃO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA não atuou em cooperação como o DISTRITO FEDERAL, mas como mero agente recrutador de mão de obra para os projetos desenvolvidos pelo referido ente público, o que não configura o requisito da colaboração mútua." (fl. 328). Conforme delimitação do julgado, trata-se de convênio administrativo firmado entre os reclamados, visando à consecução de interesses comuns e convergentes e, ainda, ao interessemaior da comunidade. Dentro de tal contexto, impossível oreexame dos fatos e da prova que levaram à conclusão externada pela Eg. Turma, à luz do entendimento consagrado na Súmula nº 126/TST. De tal modo, não prospera a alegação de ofensa aos dispositivos citados,uma vez que aTurma, ao afastar a hipótese de responsabilidade subsidiária, não adotou tese sobre a matéria, à luz dos dispositivos ora enumerados. Ausente, pois,o prequestionamento, incide a Súmula 297/TST. Por outro lado, inespecíficos os arestos colacionados às fls. 331/333, porque tratam de situações fáticas diversas daquelaenfrentada no acórdão recorrido, quediz respeito a convênio administrativo para execução de serviços de interesse social previstos no art. 227 da Constituição, fato a afastar tanto a hipótese de intermediação de mão-de-obra como da figura dotomador de serviços (Súmulanº 296 do Col. TST). Já oaresto defls. 329/330 é proveniente deTurma do Col. TST, fonte não autorizada à comprovação de dissenso, nos termos estabelecidos pelo artigo 896, "a", da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00510-2007-002-10-00-0

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Eduardo Alecsander Xavier de Medeiros
Recorrido	Denise Angélica Moreira Bose
Advogado	Hudson Linhares Batista

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Apesar de tempestivo o recurso (decisão publicada em30/05/2008 - fl.86; apresentado em11/06/2008 - fl. 87), o apelo é inexistente, porque do exame minucioso dos autos verifica-se que o recurso está apócrifo.Ressalte-se que não se trata da aplicação do entendimento sedimentado na OJ nº120 da SBDI-1 do Col.TST, segundo o qual será considerado válido o recurso assinado ao menos na petição de apresentação do apelo ou nas razões recursais. No caso, não constou a assinatura do advogado que subscreveu o recurso na petição de encaminhamento (fl. 87) tampouco nas razões recursais (fls. 101), o que torna o recurso inexistente. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aps/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00522-2007-010-10-00-9

Recorrente	Keiko Ishida
Advogado	Nacir da Conceição Fernandes
Recorrido	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Juliana Furtado de Moura

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 140; recurso apresentado em 09/06/2008 - fl. 142). Regular a representação processual (fl. 10). Satisfeito o preparo (fls. 139 e 156). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS APOSENTADORIA ESPONTÂNEA - EFEITOS SOBRE O CONTRATO DE TRABALHO Alegação(ões): - divergência jurisprudencial. A Egr. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 134/139, deu provimento ao recurso ordinário interposto pelo reclamado para excluir da condenação a multa de 40% sobre o saldo do FGTS. Entendeu por demonstrado que o desligamento do emprego ocorreu por vontade própria da empregada, não havendo que se condenar o empregador ao pagamento de parcelas devidas por despedimento sem justa causa. A decisão restou assim ementada, no particular: PEDIDO DE AFASTAMENTO POR APOSENTADORIA. EFEITOS. Havendo nos autos pedido formal da empregada de desligamento da empresa, a partir do deferimento da aposentadoria, bem como homologação sindical no TRCT sem qualquer ressalva, resta resolvida a relação de emprego por iniciativa do empregado. A empresa não pode impedir o empregado de se afastar. Insurge-se a reclamante contra essa decisão alegando que o entendimento firmado pela Egr. Turma diverge dos julgados proferidos pelo Egr. TRT da 3ª Região. Inviável o processamento do recurso de revista por dissenso jurisprudencial, porquanto os arestos transcritos tratam apenas da questão relativa ao fato de a aposentadoria espontânea não ter o condão de extinguir o contrato de trabalho, mas não enfrentam tese acerca da manifestação do empregado em optar pelo seu desligamento a partir da jubilação. Incidência da Súmula nº 23 do C. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00524-2007-020-10-00-5

Recorrente	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Bruno Nascimento Coelho
Recorrido	Maria Grassi Costa
Advogado	Nacir da Conceição Fernandes

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 140; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 141). Regular a representação processual (fls. 42 e 43). Satisfeito o preparo (fls. 66, 93, 94 e 163). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS APOSENTADORIA ESPONTÂNEA - EFEITOS SOBRE O CONTRATO DE TRABALHO Alegação(ões): - violação dos arts. 2º, 5º, inc. XXXVI, 37, incs. XVI e XVII, 40, § 6º, 170, parágrafo único e 173, § 1º, da CF; - ofensa aos arts. 110 e 422 do CCB e 483 da CLT, 18 da Lei nº 8.036/90 e 27 da Lei nº 9.868/99; - divergência jurisprudencial. A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 114/123, negou provimento ao recurso ordinário do reclamado, mantendo a sua condenação ao pagamento damulta de 40%sobre o saldo do FGTS.Decidiunos termos seguintes, in verbis: 1. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. 1.1. APOSENTADORIA x PEDIDO DE DESLIGAMENTO. Não provado o motivo alegado pelo reclamado para rescindir o contrato (pedido de demissão) e tendo em vista que a aposentadoria não extingue a relação trabalhista, é devida a multa do art. 18, §1º, da Lei de nº 8.036/90. 1.2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS E VENCIMENTOS. POSSIBILIDADE. Outrossim, não prospera tese de que o contrato se extinguiria de qualquer forma, dada a impossibilidade de acumular proventos e vencimentos. É que, nos termos do art. 37, §10, da CF, a vedação à acumulação restringe-se a proventos de "titulares de cargos efetivos" (art. 40), "membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares" (art. 42) e das Forças Armadas (art. 142). Insurge-seo reclamado contra a decisão, alegando, em resumo,que tendoo autorrequerido espontaneamenteo seu desligamento, em face da sua aposentadoria por tempo de serviço, não está tipificada a hipótese de incidência da indenização compensatória de 40% sobre o FGTS. Sem razão, contudo. Inicialmente, registre-sea inviabilidadede análise do recurso quanto à alegação de violação dos arts. 2º, 40, § 6º, e 170, parágrafo único, ambos da Constituição Federal e 483 da CLT, uma vez que a Eg. Turma não adotou nenhuma tese sobre a matéria à luz de tais dispositivos. Ausente, pois,o prequestionamento, incide a Súmula nº 297/TST. No tocante aos arts. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, e 110 e 422 do Código Civil Brasileiro, não há qualquer afronta, pois o v. acórdão concluiu pela validade da rescisão contratual, apenas ressaltando que ocorreu por iniciativa do empregador. Acerca do art. 37, XVI e XVII, da Constituição, ao contrário do que alega o recorrente,aTurma esclareceu que não se cuida de acumulação de proventos com remuneração previstos § 10 do aludido dispositivo constitucional, mas, sim, de proventos da aposentadoria pagos pelo regime geral da previdência e remuneração de emprego público. Quanto ao art. 173, § 1º,da Lei Maior, não se cogita de violação, até porque tal dispositivo diz respeito ao fato de a lei estabelecer o estatuto jurídico de empresa pública e de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços,matéria não discutida nestes autos. Também não há violação aos arts. 18 da Lei nº 8.036/90 e 27 da Lei nº 9.868/99, pois a Eg. Turma considerou imotivada a ruptura do vínculo laboral até então existente entre as partes(fl.119). Sob a ótica do dissenso pretoriano, o apelo, de igual modo,também não se viabiliza, em face da inespecificidade dos arestos às fls. 147/148 e 154 (Súmula nº 296, item I, do Col. TST), pois que o primeiro nãoaborda a tese da aposentadoria como causa de ruptura do contrato de trabalho, partindoda premissa fática de ter o empregado requerido espontaneamente o seu desligamento da empresa (fato não provado pelo reclamadonestes autos) e o segundo cuida da necessidade de submissão dos empregados de sociedades de economia mista ao concurso público e à vedação de acumulação de proventos e remuneração, não abrangendo o fundamento basilar do acórdão recorrido, qualseja a inexistência de comprovação do pedido de desligamento por parte do autor (Súmulas nºs 23 e 296/TST). Já os demais são provenientes do STF, de turmas doTST e até de Vara do Trabalho, não satisfazendo os requisitos constantes do art. 896, caput e alínea "a" da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25 dejunhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00566-2007-001-10-00-8

Recorrente	César Ferreira Nunes
Advogado	Maria Conceição Filha
Recorrido	Compacta Construções e Projetos
Advogado	Jackson de Domenico

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 541; recurso apresentado em 09/06/2008 - fl. 543). Regular a representação processual (fl. 13). Inexigível opreparo (fl. 459). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CERCEAMENTO DE DEFESA Alegação(ões): - ofensa ao art. 130 do CPC e 765 da CLT. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma afastou a preliminarde cerceamento de defesa, aofundamento de que aoitiva de testemunhas pretendida pelo autor era desnecessária, estando ementado o julgado da seguinte forma: PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. A concessão de poderes instrutórios ao juiz contém, em seu bojo, o poder de direção formal do processo, ou seja, uma vez instaurado, o modo, o ritmo e o impulso processual passam à esfera de atuação do Estado/Juiz. O magistrado detém a liberdade em relação à instrução do processo, indeferindo as provas inúteis ou meramente protelatórias, conforme disposição inscrita nos artigos 130 e 131 do CPC. Na hipótese dos autos, a atuação como responsável técnico comprova-se com prova documental. Portanto, inócua e despicienda a produção de prova

oral para tal fim. Nesse sentido, extraído dos autos elementos convincentes que permitem o julgamento da lide, o indeferimento de outras provas não configura cerceamento de defesa. O autor insiste na nulidade do julgado por cerceamento de defesa, em razão do indeferimento da oitiva de suas testemunhas. No quese refereà alegação de violação do princípio da primazia da realidade, nenhuma das disposições constantes do art. 896 da CLT viabiliza o seguimento do apelo com base na alegação de contrariedade a princípio de direito do trabalho, além do que tal matéria não foi objeto de exame pelo Regional, atraindo, nesse último aspecto, a incidência da Súmula nº 297 do Col. TST. De outro ângulo, constata-seque o autor pretendia provar com as testemunhas fato demonstrável por meio da prova documentalacostada aos autos ou fato vinculado à inovação da lide. Dessarte, encontrando-se devidamente fundamentado o indeferimento de provas desnecessárias, não há de se falar em nulidade, pois, como pontuado no v. acórdão, nos termos dos arts. 130 do CPC e 765 da CLT, o procedimento insere-se na ampla liberdade do Juiz na direção do processo, velando pela celeridade no andamento da causa. Finalmente, não se viabiliza orecurso de revista pelo dissídio pretoriano, eis queo recorrente não indica a fonte oficial ou o repositório autorizado em que foram publicados os arestoscolacionadosàs fls. 546/547, incidindo na espécie a Súmula nº 337, I, "a", do Col.TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00577-2007-003-10-00-0

Recorrente	Marden dos Reis Carvalho
Advogado	Francisco Rodrigues Preto Júnior
Recorrido	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Advogado	João Amílcar Valle Aboud

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 401; recurso apresentado em 09/06/2008 - fl. 405). Regular a representação processual (fl. 11). Dispensado o preparo (fl. 333). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PROGRESSÃO FUNCIONAL - PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS Alegação(ões): - violação do art. 5º, caput, da CF; - ofensa aos arts. 461, § 2º, e 468 da CLT e 269, inc. II, do CPC; - divergência jurisprudencial. O v. Acórdão recorrido assim restou ementado (fl. 396): PROMOÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE. Tendo o autor atingido o último nível da carreira por antiguidade no PCS anterior, não teriam mais seqüências as promoções por antiguidade, a não ser com a implantação de novo PCS, o que veio a ocorrer em 2002. A prova documental demonstra que sob a égide do novo Plano de Cargos e Salários o recorrente obteve promoções regulares por merecimento e antiguidade alternadas a cada dois anos, como alegado na inicial. Recurso não provido. Em suas razões recursais (fls. 405/417),o autor assevera que faz jus às progressões funcionais porque restou incontroverso por meio de documento o reconhecimento administrativo acerca da procedência de seu pedido. Alega que com a edição do novo plano não houve alteração nos critérios de promoção por antiguidade e que tais promoções foram expressamente garantidas pelo item 2.6 do novo PCS. O entendimento esposado no v. acórdão não vulnera o art. 5º, caput, da Carta Política, mesmo porque o princípio ali insculpidomostra-se como norma geral do ordenamento jurídico pátrio, sendo necessária a análise da ocorrência de violação de norma infraconstitucional para que se reconheça, somente de maneira indireta ou reflexa, afronta ao seu texto. A Eg. Turma, por outro lado, adotou o entendimento de que a hipótese vertente não se configura como alteração contratual lesiva ao Empregado, visto que a impossibilidade de conceder promoçãoao reclamante decorreu do fato de ele já ter atingido o último nível de sua carreira, o que constitui interpretação razoável dos arts. 461, § 2º e 468 da CLT. Impossível, pois, o trânsito da revista, a teor do disposto na Súmula 221, II, do TST. De outro ângulo,impossível a caracterização de violação à teoria do conglobamento,primeiro porquenenhuma das disposições insertas no art. 896 da CLT viabiliza o recurso de revista em virtude de eventual contrariedade a princípio de direito do trabalho e, segundo, porque o Colegiado, aointerpretar quea pretensão do reclamante implica na aplicação da teoria da cumulação,realizou exegese apropriada e regular em relaçãoà matéria, pelo que incide o óbice mencionado no parágrafo anterior. Em relação ao art. 269, inc. II, do CPC,incólume o dispositivo,já que o Regional bem afastou sua incidência, ao entendimento de que o documento de fl. 98 cuida de "suposições acerca de algumas distorções de enquadramento no PCS a serem ajustadas", não implicando no reconhecimento do pedido. Rever o teor do referido documento é procedimento defeso na atual fase, nos moldes da Súmula nº 126 do Col. TST. Os arestos colacionados, por seu seu turno,são inespecíficos porque não aludem especificamente à matéria enfrentada nos presentes autos.Ao contrário, tratam da teoria do conglobamento aplicadaàs convenções coletivas. Incidência da Súmula nº 296/TST. HONORÁRIOS ASSISTENCIAIS A insurgência veiculada no apelo em relação aos honorários assistenciais não prospera, na medida em queinexistente asucumbência por parte da reclamada,a matéria nem sequer foi abordada na origem. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00579-2006-821-10-00-6

Recorrente	Enerpeixe S.A. (Recurso Adesivo)
Advogado	Ciney Almeida Gomes
Recorrido	Anderlon Vargas dos Santos
Advogado	Emerson dos Santos Costa
Recorrido	Engehidro Engenharia Ltda.
Advogado	Bráulio Glória de Araújo

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 316; recurso apresentado em 29/05/2008 - fl. 344). Regular a representação processual (fl. 53). Satisfeito o preparo (fls. 315, 370 e 369). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM Alegação(ões): - divergência jurisprudencial. Insistea recorrentena tesede que não é parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda,tendo em vista a inexistência de relação jurídica empregatícia entre ela eo reclamante. Inviável o recurso de revista, neste tópico, ante a ausência de prequestionamento, haja vista que não houve pronunciamento do Egr. Colegiado acerca desta matéria (Súmula nº 297 do C. TST). RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA Alegação(ões): - contrariedade à(s) OJ(s) 191, SDI-I/TST; - ofensa ao art. 2º e 3º da CLT; - divergência jurisprudencial. A Egr. 2ª Turma, por meio do v. acórdão proferido às fls. 308/315, manteve a condenação subsidiária da segunda reclamada ao pagamento das verbas devidas ao autor, nos termos da Súmula nº 331 do C. TST.Contra tal decisão, insurge-se a segunda reclamada por meio das razões de recurso de revista às fls. 349/361, insistindo na exclusão da condenação ao argumento de que era a dona da obra e, na esteira da OJ n.º 191, SBDI-1 do C. TST, não responde pelos débitos da verdadeira empregadora do reclamante. Colaciona jurisprudência em abono a sua tese.A pretensão recursal, como exposta, importaria necessariamente no reexame do contexto fático-probatório existente nos autos, o que encontra óbice na Súmula nº 126 do C. TST e inviabiliza o seguimento do recurso, tanto por violação legal como por divergência jurisprudencial. HORA EXTRA Alegação(ões): - ofensa aos arts. 818 da CLT. A Egr. 2ª Turma deu provimento ao recurso interposto pelo reclamante, reformando a r. sentençaneste particular. A decisão restou assim ementada, in verbis : HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. Da análise do conjunto fático-probatório dos autos, emana a existência do trabalho em sobrejornada não pago pela Reclamada, razão pela qual são devidas as horas extras. Recurso do Reclamante conhecido e provido. Irresignada,a segunda reclamada interpõe recurso de revista. Alega que não há prova nos da realização de horas extras e que aquelas eventualmentecumpridas restaram quitadas pela primeira reclamada. Aponta violação do art. 818 da CLT. Conforme depreende-se do v. acórdão, oColegiado julgou não com base no critério de distribuição do ônus da prova, mas doselementos de prova constantes dosautos. Dessa forma, não se viabiliza o presente recurso, já que não houve pronunciamento explícito deste Regional acerca do art. 818 da CLT (Súmula nº 297 do C. TST). CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1 de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00588-2006-017-10-00-2

Recorrente	SESLA - Sociedade Educacional de Ensino Superior do Lago Ltda.
Advogado	Maria da Conceição Maia Awwad
Recorrido	M 3 A Cursos Lda.
Advogado	Valério Alvarenga Monteiro de Castro
Recorrido	Massa Falida da Strong Assessoria Administrativa Ltda.
Advogado	Frederico Vasconcelos de Almeida
Recorrido	Veralúcia Guedes Diniz Sobrinho
Advogado	Júlio César Borges de Resende

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 611; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 612). Regular a representação processual (fls.). Satisfeito o preparo (fls. 556, 633 e 635). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS GRUPO ECONÔMICO -SOLIDARIEDADE Alegação(ões): - violação do art. 5º, II, da CF; - ofensa aos arts. 2º, § 2º, e 818 da CLT, 265 do CCB e 333, I, do CPC. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma deu provimento ao recurso ordinário da reclamante para estender a condenação à reclamada SESLA, firmando sua responsabilidade solidária porque integrante do mesmo grupo econômico das demais reclamadas. Inconformada,recorre de revista a reclamada (fls. 612/633)sustentando, em síntese, que no caso dos autos não havia entre as empresas figurantes do pólo passivo, controle, direção ou administração comuns e que o simples uso de marca por uma ou mais delas não caracteriza a existência de grupo econômico. Sob o enfoque da alegada violação do art. 5º, II, da Constituição Federal, o apelo não se viabiliza, pois o princípio nele insculpido mostra-se como norma geral do ordenamento jurídico pátrio, sendo necessária a análise da ocorrência de violação de norma infraconstitucional para que se reconheça, somente de maneira indireta ou reflexa, afronta ao seu texto. Nesse sentido, a propósito,é o entendimento manifestado pelo Excelso Supremo Tribunal Federal quando da admissibilidade do recurso extraordinário dotado de natureza jurídica especial, como o de revista (Ag-158.982-PR, Rel. Min. Sydney Sanches - Ag-182.811-SP, Rel. Min. Celso de Mello - Ag-174.473-MG, Rel. Min. Celso de Melloe Ag-188.762-PR, Rel. Min. Sydney Sanches). De outro ângulo, a pretensão da parte recorrente, assim como exposta, importaria, necessariamente, no reexame de fatos e provas, no que se refere à caracterização do grupo econômico no caso dos autos, o que encontra óbice na Súmula nº126/TST e inviabiliza o seguimento do recurso, inclusive por divergência jurisprudencial. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00593-2007-011-10-00-8

Recorrente	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Advogado	Rodrigo Madeira Nazário
Recorrido	Nilca Soares da Rocha
Advogado	João Américo Pinheiro Martins

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 361; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 362). Regular a representação processual (fls. 164/207/373). Satisfeito o preparo (fls. 247, 285, 286, 316, 341 e 340). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS SUCESSÃO TRABALHISTA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, II e XXXVI, da CF; - ofensa aos arts. 10 e 448 da CLT; 128 e 460 do CPC; - divergência jurisprudencial. A Eg. 2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 307/316, deu parcial provimentoao recurso ordinário interposto pela Reclamante, para incluir na condenação o pagamento de férias vencidas e declarar a responsabilidade solidária os três primeiros litisconsortes passivo e o oitavo reclamados, pelos créditos trabalhistas reconhecidos à reclamante. A r. decisão, no particular,está assim ementada, verbis : SUCESSÃO TRABALHISTA. REQUISITO. NOVA VERTENTE INTERPRETATIVA. Consoante a mais abalizada doutrina, o requisito essencial à configuração da sucessão trabalhista é tão-somente a garantia de que qualquer mudança no âmbito da empresa não afete os contratos de trabalho, independentemente de ter ocorrido ou não a continuidade da prestação de trabalho. Irresignado, o oitavo reclamado interpõe recurso de revista, alegando violação dos arts. 10 e 448 da CLT, bem como divergência jurisprudencial. Argumenta que "a melhor exegese dos artigos 10 e 448 da CLT é no sentido de que os requisitos essenciais à ocorrência da sucessão de empregadores são transferência da titularidade da unidade econômica-jurídica e a inexistência de solução de continuidade na prestação de labor por parte do obreiro na mesma atividade econômica " (fl. 366). A tese adotada pelo Colegiado, conforme acima exposto, foi no sentido de ser irrelevante, para o reconhecimento da sucessão, que o empregado continue a prestar serviços para a empresa sucessora. Tal entendimento não importa violação dos arts. 10 e 448 da CLT, pois tais dispositivos, ao estabelecerem que a alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho nem os direitos adquiridos dos respectivos empregados, não limitou essa proteção apenas aos vínculos empregatícios em vigor à época da sucessão. Quanto à divergência jurisprudencial, também não se viabiliza este recurso. Quanto aos acórdãos oriundos do Col. TST, por serem provenientes de Turma, o que não atende aos requisitos do art. 896, "a", da CLT; quanto aos demais (fl. 367), porque o entendimento neles consignado está superado pela atual jurisprudência do Col. TST, segundo a qual a continuidade na prestação de serviços pelo empregado ao sucessor não constitui requisito essencial à configuração da sucessão (TST-ERR 512839/1998, SDI-1, Rel. Min. João Orestes Dalazen, DJ 24/5/2002; TST-ERR 536697/1999, SDI-1, Rel. Min. Milton de Moura França, DJ 27/4/2001). Em relação ao artigo 5º, II e XXXVI, da Constituição Federal,128 e 460, do CPC,a alegação de ofensa não se sustenta, porque genérica, ou seja, o recorrente não demonstrou as razões por que entendeu violados tais dispositivos. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /srmm/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00595-2007-002-10-00-6

Recorrente	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Advogado	Matias de Araújo Neto
Recorrido	Valdery Franco de Moura
Advogado	Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 09/05/2008 - fl. 189; recurso apresentado em 19/05/2008 - fl. 197). Regular a representação processual (fl. 172). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV e DL 509/69). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRESCRIÇÃO - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - MARCO INICIAL Alegação(ões): - contrariedade à(s) OJ(s) 344, SDI-I/TST. - violação do(s) art(s). 5º, II, e 7º, XXIX, da CF. - divergência jurisprudencial A Eg. 3ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 123/127, complementadoàs fls. 186/188, reconheceu o direito do autor ao pagamentos das diferenças da indenização de 40% do FGTS decorrentes dos expurgos inflacionários depositados em sua conta vinculada, mantendo o não-reconhecimento da prescrição, nos seguintes termos: PRESCRIÇÃO. FGTS. DIFERENÇAS DECORRENTES DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. DISPENSA IMOTIVADA APÓS A EDIÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR N. 110/01. A compreensão sedimentada na OJ 344 da SDI-1/TST não deve prevalecer nas hipóteses em que a ruptura contratual ocorreu após a edição da Lei Complementar n. 110/01 ou após a data do trânsito em julgado de decisão proferida em ação proposta anteriormente na Justiça Federal. Aplicação da inteligência inscrita no § 1° do art. 18 da Lei n. 8.036/90. Recurso conhecido e provido. Dessa decisão recorre de revista a Reclamada (fls. 197/221). Renova a questão em torno da ocorrência da prescrição total. O recurso de revista não prospera. Conforme delimitado no julgado,à fl. 574,a relação de emprego entre as partes perdurou até

31.05.2006e a ação trabalhista foi ajuizada em 13.06.2007, dentro, pois, do biênio previsto no artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal. Situação em quenão há que se falar na aplicação da orientação jurisprudencial invocada pela recorrente. Por outro lado, não se viabiliza o apelo ante a alegação de divergência jurisprudencial,uma vez que os arestos colacionados às fls. 206/209 são provenientes de Turmas do Col. TST, não atendendo assim os requisitos constantes do art. 896, caput e alínea "a" da CLT. O art. 7º, inc. XXIX, da Lei Maior, ao contrário do que entende a recorrente, foi devidamente observado pela Eg. Turma. MULTA DE 40% FGTS - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DA CEF - MULTA RESCISÓRIA Alegação(ões): - violação dos arts. 5º, II da CF; - ofensa aos arts. 186, 187, 188, I, 396 e 927 do CCB; 7º, 8º, 13 e 18 da Lei nº 8.036/90 e 4º da LC 210/2001. Após a decisão proferida nos embargos de declaração, em que se determinou o pagamento das diferenças da indenização de 40% do FGTS sobre as diferenças decorrentes dos expurgos inflacionários, insurge-se a reclamada,insistindoque a responsabilidadeseria da Caixa Econômica Federal - CEF, por ter se omitido quantoà existência outra conta vinculada em nome do reclamante. Aduzser a aludida empresa também responsável exclusiva pelo pagamento dos juros moratórios por ter dado causa à condenação. Consignou-se no julgado que "em que pese ter havido o depósito dos expurgos inflacionários em momento anterior à rescisão contratual - o que fez presumir tivesse o pagamento da indenização de 40% abarcado todos os valores constantes na conta vinculada do autor - a existência de duas contas vinculadas evidencia o direito obreiro ao recebimento das diferenças postuladas" (fl. 187), concluindo a Turma que, como a reclamada considerou apenas o montante existente em uma das contas vinculadas em que eram efetuados os depósitos regulares mensais, devia, então, proceder ao pagamento da indenização de 40% sobre as diferenças do FGTS decorrentes dos expurgos inflacionários depositadas na outra conta vinculada, consoante demonstrativo de fl. 15 (fl. 188). Constata-se que a decisão está em consonância como entendimento contido na OJ nº 341 da SBDI-1 do Col. TST, o que obsta o seguimento do recurso de revista, no particular. Ademais, a questão relativa à responsabilização da CEF em decorrência de eventual omissão não foiobjeto de exame pelaEg. Turma, razão porque, ausenteo necessário prequestionamento da matéria, torna-se inviável o seguimento do apelo nos termos daSúmula nº 297 do Col. TST, tornando despicienda a análise das violações indicadas pela recorrente. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25 dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00603-2006-013-10-00-7

Recorrente	Distribuidora Farmacêutica Panarello Ltda.
Advogado	Tadeu de Abreu Pereira
Recorrido	União
Advogado	Fábio Almeida Lima

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS A autora apresentou recurso via fax em 30/05/2008 (fls. 509/515), mas não trouxe aos autos a viaoriginal. Registro que, nos termos da legislação aplicável à espécie tem-se que os originais de documentos enviados via FAX serão apresentados no prazo de 05 (cinco) dias conforme os termos do art. 2º, caput, da Lei nº 9.800, de 26/05/1999. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00606-2007-007-10-00-0

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Alysson Sousa Mourão
Recorrido	Alex César Siqueira
Advogado	Rita Helena Pereira

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 157; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 158). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS JUSTIÇA DO TRABALHO - PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA Alegação(ões): - violação dos arts. 109, inc. I, 114, 195, incs. I, alínea "a" e II, da CF. Recorre de revista o reclamado (fls. 158/178).Pugnapelaincompetência da Justiça do Trabalho para processamento do feito. Verifica-se que não houve qualquer pronunciamento por parte da Eg. Turma quanto ao tema ventilado enem sequer foi provocada a fazê-lo, o que atrai a aplicabilidade do entendimento contido na Súmula nº 297 do Col. TST. Ressalte-se, nesse sentido, a disciplina contida na Orientação Jurisprudencial nº 62 da SBDI-1 do Col. TST, expressa no sentido de que o prequestionamento é pressuposto de recorribilidade em apelo de natureza extraordinária, ainda que a matéria seja de incompetência absoluta. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM Alegação(ões): - ofensa ao art. 11, parágrafo único, alínea "a", da Lei nº 8.212/91. Inviável a análise da questão relativa à ilegitimidade ativa, haja vista que o Colegiado não adotou nenhuma tese a respeito nem foi instado a fazê-lo por intermédio de embargos de declaração. Nesse contexto, ausente o indispensável prequestionamento, incide a Súmula nº 297/TST. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 331 e 368 do Col/TST; - violação dos arts. 5º, inc. II, da CF; - ofensa aos arts. 3º do CPC; 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93; 1º, 2º e 3º da Lei 11.098/05. A Eg. 1ª Turma deste Regional, por meio do v.acórdão às fls. 151/156, negou provimento ao recurso interposto pelo segundo reclamado para, nos termos preconizados na Súmula n.º 331, item IV, do Col. TST, manter a responsabilidade subsidiária declarada pelo MM. Juízo de primeiro grau. Inconformado, o Distrito Federal interpôs recurso de revista às fls. 158/178. Requer a reforma do julgado, a fim de ver excluída a responsabilidade subsidiária a ele imposta. Indica violação dos dispositivos supracitados. Sem razão. Não se verifica a situação alegada pelo recorrente, incluindo a alegada ofensa ao art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, eis que a responsabilidade subsidiária pelos débitos trabalhistas contraídos pela entidade prestadora dos serviços encontra fundamento na interpretação sistemática da legislação trabalhista, que possui caráter protecionista, justificando-se ante o descumprimento das obrigações trabalhistas por parte da primeira reclamada, sem fiscalização ou providência por parte do contratante, principalmente quando beneficiário dos serviços prestados pela autora. Nesse sentido, consignou-se no julgado ser incontroversa a efetiva prestação de serviços pelo reclamante em favor do Distrito Federal, configurando-se situação de terceirização lícita, a atrair a aplicabilidade da responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços prestados. Assim sendo, a decisão recorrida encontra-se em perfeita harmonia com o preceito traduzido pelo item IV da Súmula nº 331 do Col. TST, situação suficiente a obstar o regular processamento do recurso de revista, em virtude da incidência do art. 896, § 4º, da CLT. Afastam-se, por tais fundamentos, as alegações deduzidas. Em relação às violações dos arts. 3º do CPC, 1º, 2º e 3º da Lei 11.098/05, bem como da contrariedade da Súmula nº 368 do Col. TST, o recurso não se viabiliza, ante a ausência de prequestionamento(Súmula nº 297 do Col. TST). CONTRATO DE TRABALHO - NULIDADE Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 37, inc. II da CF; A Eg. Colegiado deu parcial provimento ao recurso ordinário da reclamante, mantendo a r. sentença quanto ao reconhecimento da nulidade do contrato firmado entre as partes,condenando, subsidiariamente,o Distrito Federalao pagamentodo FGTS relativo aos meses em que não foi depositado, nos termos da Súmula nº 363 do Col.TST. Recorre de revistao Distrito Federal.Dispõe que os contratos de gestão celebrados entre o ICS e o Distrito Federal foram declarado nulos em ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios por ofensa ao preceito contido no art. 37, II, da Constituição da República, não gerando quaisquer efeitos. Constata-seque o v. acórdão atacado encerra consonância com os termos da Súmula nº 363 do Col. TST, que consagra o entendimento de que a contratação após a vigência da Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no art. 37, inc. II e § 2º, da CF, fazendo jus o trabalhador exclusivamente ao salário e aos depósitos do FGTS. Incide, pois, no caso, o óbice contido no art. 896, § 4º, da CLT e na Súmula nº 333/TST à admissibilidade do recurso, inclusive por dissenso jurisprudencial. JUROS DE MORA - FAZENDA PÚBLICA - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA Alegação(ões): - contrariedade à(s) OJ(s) 7 do Pleno, do TST; - ofensa ao art. 1º-F da Lei 9.494/97. A Eg. 1ª Turmaconsignou que o art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, que limitou os juros moratórios cobrados da Fazenda Pública a 0,5% ao mês, não se aplicaao caso, por se tratar de responsabilidade subsidiáriaimposta ao Distrito Federal, razão por que o percentual do débito deve seguir os parâmetros perpetrados para o devedor principal. Nas razões de recurso de revista, o Distrito Federalinsiste na tese da limitação dos juros. Conforme destacado no julgado, não se trata de condenação imposta diretamente à Fazenda Pública, mas, sim, de situação em que o Distrito Federal fora condenado de forma subsidiária ao pagamento das parcelas devidas pelo prestador dos serviços - real empregador. Dentro de tal contexto, não há que se falar em ofensa ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, que limita a 6% ao ano os juros de mora nas condenações impostas à Fazenda Pública relativas a servidores e empregados públicos. Quanto à alegada divergência jurisprudencial, os arestos transcritos são inservíveis ao confronto de teses, uma vez que oriundos do STF (fls. 376/377), Turma (fls. 379/380) e Pleno (fl. 380/381) do TST, fontes não autorizadas a tal demonstração, nos termos da alínea "a" do art. 896 da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00613-2007-801-10-00-9

Recorrente	Manoel Roberto Neto
Advogado	Clóvis Teixeira Lopes
Recorrido	Brasil Posto Diesel Ltda.
Advogado	Telmo Hegelé

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 201; recurso apresentado em 12/06/2008 - fl. 232). Regular a representação processual (fls. 17/19). Dispensado o preparo (fl. 168). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA Alegação(ões): - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 195/200, rejeitou a preliminar de cerceamento de defesa, pontuando que as partes acordaram em utilizar como prova emprestada as assentadas referentes aos processos 00606-2007-802-10-00-3 e 00606-2007-801-10-00-7. Consignou, outrossim, que a instrução processual foi encerrada sem que o reclamante informasse a necessidade de produção de outras provas. Insurge-se oautorcontra a decisão insistindo na nulidade do julgado,ao argumento de que o indeferimento da oitiva de sua testemunha cerceou o seudireito de defesa. Sem razão, contudo. Inicialmente,ressalte-se que o indeferimento de oitiva de testemunha não se configura em cerceio ao direito de defesa, podendo configurar tão-somente cerceio de prova. Todavia, esta não é a situação que se delineou nos presentes autos. Isso porque, como se observa do v. acórdão hostilizado, a instrução processual foi encerrada sem outras provas a se produzir, nada constando acerca da eventual presença de testemunhas, tampouco de indeferimento de sua oitiva pelo Juiz. Ressalte-se, ainda, a ausência de protestos das partes na ocasião. Diante desse cenário, não há falar em nulidade. Sob o prisma da divergência jurisprudencial, de igual modo, o apelo não se viabiliza, porque o único aresto trazido não revela a identidade fática concreta exigida pela jurisprudência, conforme Súmula nº296 do Col. TST, na medida em que relatao indeferimento da prova testemunhal que a ré pretendia produzir, circunstância que não ocorreu nocaso sob exame. VÍNCULO EMPREGATÍCIO Alegação(ões): - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma manteve a r. sentença que não reconheceu a relação empregatícia entre as partes, restando o v. acórdão ementado nos termos seguintes, verbis: "VÍNCULO DE EMPREGO. PROVA. Nos termos do artigo 818 da CLT o ônus da prova incumbe a quem alega. Assim, ao reclamante resta o encargo de comprovar a alegada relação de emprego diante da negativa do reclamado de prestação de serviços em seu proveito." Inconformado, insurge-se o autor contra a decisão sustentando, em síntese, a presença dos requisitos caracterizadores da relação de emprego. Conforme delimitado no v. acórdão regional,a Eg. Turma, com arrimo no contexto fático-probatório produzido nos autos, concluiu pela inexistência de vínculo empregatício entre as partes. Ora, para rever tal entendimento seria necessário o revolvimento de fatos e provas, o que é vedado na instância extraordinária, a teor da Súmula nº 126 do Col. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /lbj/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00618-2007-005-10-00-1

Recorrente	Geraldo Guimarães (Recurso Adesivo)
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva
Recorrente	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Distrito Federal SENAI/ DR/DF
Advogado	Clélia Scafuto
Recorrido	Geraldo Guimarães (Recurso Adesivo)
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva
Recorrido	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Distrito Federal SENAI/ DR/DF
Advogado	Clélia Scafuto

Recurso de:Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Distrito Federal SENAI/ DR/DF PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 139; recurso apresentado em 21/05/2008 - fl. 140). Regular a representação processual (fl. 34). Satisfeito o preparo (fls. 77, 86 e 85). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS QUITAÇÃO - SÚMULA 330/TST Alegação(ões): - contrariedade à Súmula 330/TST. A Egr. 2ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 131/138, não atribuiu eficácia liberatória geral ao termos de rescisão do contrato de trabalho emanteve a condenação da empresa em relação à multa sobre os depósitos do FGTS anteriores à aposentadoria. Fundamentou àsfls. 133/134: Ora, o termo de rescisão fez ressalva expressa, no que tange à complementação das parcelas recebidas, pelo menos de forma padronizada (fl. 17 vº). Além disso, a quitação das verbas rescisórias, com a assistência sindical prevista em lei, gera efeitos apenas quanto aos títulos e valores consignados no termo, ou seja, ele não satisfaz quantias outras diversas daquelas nele consignadas. O simples fato de constar do termo de rescisão contratual o pagamento de multa incidente sobre o FGTS, o evento não atrai a incidência da eficácia liberatória plena tratada na Súmula nº 330, do c. TST, pois incontroverso que a parcela guarda estrita relação com o período compreendido entre a aposentadoria do obreiro, ocorrida no ano de 2004, e a sua dispensa imotivada, a qual recaiu em junho de 2005. Na realidade, a hipótese de fato amolda-se à previsão de seu item I. Inconformada, insurge-se a reclamada contra a decisão insistindo naquitação geral, uma vez que o reclamante não fez ressalva específica quanto à parcela postulada. O Colegiado rejeitou a alegação de quitação prevista na Súmula nº 330 do TST, porque, conforme o entendimento ali consolidado, a quitação tem eficácia liberatória apenas quanto às parcelas expressamente consignadas no TRCT. A conclusão alcançada pelo Regional está em consonância com o item I da Súmula nº 330 do C. TST, segundo a qual "Aquitação não abrange parcelas não consignadas no recibo de quitação e, conseqüentemente, seus reflexos em outras parcelas, ainda que essas constem desse recibo". Inviabilizado, pois, o seguimento do presente recurso. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Geraldo Guimarães (Recurso Adesivo) PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 139; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 146). Regular a representação processual (fls. 16). Inexigível oprepparo (fl. 77). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS FGTS - MULTA Alegação(ões): - contrariedade à(s) OJ(s) 42, SDI-I/TST. - ofensa ao art. 18, § 1º, da Lei nº 8.036/90 e 9º, § 1º, do Dec. nº 99.684/90. A Egr. 2ª Turma desta Corte manteve a r. sentença em relação à base de cálculoadotada para opagamento da multa relativa ao FGTS, atinente ao período anterior à aposentadoria voluntária. Fundamentou à fl. 137, in verbis: No que diz respeito à base de cálculo da parcela, data venia o autor não observou, na íntegra, o conteúdo do extrato da conta vinculada de fls. 20/26. Muito embora do documento constem os depósitos mensais realizados a partir de 07/05/1992, é induvidoso que o saldo anterior também o integra (fl. 20), e foi considerado tanto para o efeito dos saques realizados nos dias 10 e 19 de abril de 2004 (fl. 25), que englobaram a totalidade dos depósitos existentes até então, quanto para o efeito do cálculo da multa em litígio. A r. sentença reconheceu a unicidade do contrato de emprego, e a seguir apurou o quantum debeatur com esteio nos referidos documentos, aplicando o índice de 40% (quarenta por cento) sobre todos os depósitos procedidos. Como a partir de 19/04/2004 houve o regular pagamento da parcela, isto é, quando da dispensa imotivada, não há falar nas diferenças postuladas pelo obreiro. Inconformado, o reclamante alega que o valor da condenação em R$13.510,72 baseou-se

apenas no período a partir de 7/5/1992, e não o de sua admissão, em 17/5/1977. Aduz, ainda, que não foram considerados os valores atualizados dos depósitos. Conforme delineamento fático do v. acórdão, os depósitos efetuados ao longo do vínculo empregatício foram, de fato, considerados para efeito de apuração da multa deferida. A decisão está em perfeita consonância não apenas com o art. 18, § 1º, da Lei nº 8.036/90 comocom o entendimento sedimentado na OJ nº 42 da SDI-1 do C. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25 dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/2

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00619-2007-103-10-00-1

Recorrente	Maria Franco de Brito
Advogado	Tristana Crivelaro Souto
Recorrido	Andyara de Sena e Silva
Advogado	Francisco Ferreira de Farias

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 11/04/2008 - fl. 124; recurso apresentado em 22/04/2008 - fl. 126). Regular a representação processual (fl. 14). Dispensado o preparo (fl. 90). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CERCEAMENTO DE DEFESA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, LV, da CF; - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma afastou a preliminarde nulidade da sentença por cerceamento de defesa, aofundamento de que não caracteriza cerceamento de defesa o indeferimento da prova testemunhal, quando o depoimento da reclamante é suficiente ao convencimento do julgador,à luz doart. 400, inc. I, do CPC. O autor insiste na tese de nulidade do julgado por cerceamento de defesa. Alega que a prova do vínculo laboral, cujo ônus incumbia a reclamante,foi prejudicadapelo indeferimento do pedido de oitiva das testemunhas. Argumenta que, ao contrário do entendimento adotado pela Eg. Turma, não houve confissão no depoimento da autora, pois oteor desua declaraçãofoi no sentido deque, "uma vez conduzida a forma de execução de serviços, pela Reclamada, não havia necessidade de fiscalização" (fl. 128), enfatizando, ainda, o fato de a reclamanteser pessoa simples, de idade avançada, desprovida de de conhecimento técnico e que, certamente, nem "entendeu o que a Juíza quis lhe perguntar acerca da 'subordinação', termo totalmente técnico". Conformedelimitação do julgado,registrou-sequeo MM. Juízo de origem deixou de ouvir as testemunhas diante do teor dos autos, ressaltando-se também queo depoimento da reclamante revelou-se suficiente à formação do convencimento do julgador. Diante de tal contexto, observou a Eg. Turma que, sendoo objetivo da instrução probatóriaa busca da verdade dos fatos, no caso de ojuiz entenderpela existêncianos autos de elementos suficientes a gerar um grau de certeza sobre o direito,deve o magistradoindeferir a realização de outras provas eproferir ojulgamento.Dessarte, encontrando-se devidamente fundamentado o indeferimento de provas desnecessárias, não há de se falar em nulidade, pois, como pontuado no v. acórdão, nos termos dos arts. 130 do CPC e 765 da CLT, o procedimento insere-se na ampla liberdade do Juiz na direção do processo, velando pela celeridade no andamento da causa. Incólume, portanto, o art. 5º, inc. LV, da Constituição Federal. Finalmente, não se viabiliza o recurso de revista pelo dissídio pretoriano.O arestode fl. 132 e os dois primeiros da fl. 133 são inservíveis ao confronte de teses, poisoriundos de turmas do TST e deste Tribunal, órgãos que não atendem às exigências contidas no art. 896, alínea "a", da CLT. O aresto de fl. 131, os doisúltimos da fl. 133 e o de fl. 134 são inespecíficos.O primeiro, porque apenastraz afirmação genérica quanto ao direito das partes à prova testemunhal e à condução das instrução probatória pelo juiz. Os últimos, porque não abordamo fundamento quantoa já existir nos autoselementos suficientes ao convencimento do magistrado, como no presente caso. VÍNCULO EMPREGATÍCIO Alegação(ões): - ofensa ao art. 1º da Lei nº 5.859/72; 3º do DL nº 71.885/73; 302 e 333, II, do CPC e 818 da CLT. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma desta Corte, por meio do acórdão às fls. 118/123, negou provimento ao recurso ordinário interposto pela autora, mantendo a r. sentença quanto àimprocedência do pedidode reconhecimento de vínculoempregatício coma reclamada, ao fundamento de que areclamante, em seu depoimento, confessou ainexistência dos requisitos previstos no art. 3º da CLT, em especial a subordinação,restando, portanto,impossível o reconhecimento do vínculo empregatício. Insistea recorrentena tese existência derelação deempregonos moldesda CLT.Alega ser imprescindível a revisão do julgado, tendo em vista que as provas produzidas conduzem no sentido da existência de tal vínculo. Quanto à alegação de ofensa aosartigos1º da Lei nº 5.859/72 e302 do CPC,a Turma não adotou tese sobre a matéria à luz das disposições constantes nosreferidos dispositivos. Ausente o prequestionamento, incide a Súmula nº 297/TST. No que tange à dita ofensa ao Decreto-Lei nº 71.885/73, impossível o processamento do recurso, pois esta espécie normativa não viabiliza o recurso, a teor do art. 896, alínea "c", da CLT. Por fim, constata-se que os argumentos trazidos pela reclamante invocam o contexto fático-probatório dos autos, cujo reexame é vedado à instância extraordinária, nos termos da Súmula nº 126 do Col. TST. Ressalte-se, nesse sentido, que todas as referências feitas no recurso pretendem demonstrar a configuração de vínculode emprego, nos moldes estabelecidos na CLT, o que foi expressamente afastado no julgado. Afastam-se, de tal modo, todas as alegações deduzidas no recurso. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mmmf/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00632-2007-011-10-00-7

Recorrente	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Advogado	Rodrigo Madeira Nazário
Recorrido	Carmelita Candida de Miranda
Advogado	João Américo Pinheiro Martins

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 297; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 298). Regular a representação processual (fls. 87/86/279). Por meio da r. sentença às fls. 183/191, foramfixadas as custas processuais em R$100,00 (cem reais), calculadas sobre R$ 5.000,00 (cinco mil reais) valor arbitradoà condenação. Ao interpor recurso ordinário, o Reclamado comprovou o respectivo preparo, conforme custas e depósito recursal de fls. 231/232. A Eg. 3ª Turma desta Corte, pela decisão às fls. 255/266, complementada às fls. 293/296,arbitrou novo valor à condenação, fixando-o em R$6.000,00 (seis mil reais) e custas no importe de R$120,00 (cento e vinte reais). Constata-se, contudo,que o recorrente, ao interpor o presente recurso, fls. 298/304,não efetivou a devida complementação do recolhimento das custas processuais e do depósito recursal, nos moldes estabelecidos pela Súmula nº 128 do Col. TST, tendo apenas procedido ao depósito d quantia de R$6,22 (fl. 305). Logo, o recurso está deserto. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,24 dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /srmm/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00640-2007-011-10-00-3

Recorrente	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Advogado	Rodrigo Madeira Nazário
Recorrido	Maria das Graças de Souza Freitas
Advogado	João Américo Pinheiro Martins

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 304; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 305). Regular a representação processual (fl. 67/317). Satisfeito o preparo (fls. 184, 220, 221 e 312). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS SUCESSÃO TRABALHISTA Alegação(ões): - ofensa aos arts. 10 e 448 da CLT; - divergência jurisprudencial. A Eg. 3ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 239/252, complementado pelo julgamento dos embargos declaratóriosàs fls. 300/303, deu parcial provimento aorecurso ordinário interposto por Carrefour Comércio e Indústria Ltda., apenaspara excluir da condenação a multa por litigância de má-fé e mantevea sucessão reconhecida em sentença. A r. decisão, no particular,está assim ementada, verbis : SUCESSÃO TRABALHISTA. OCORRÊNCIA. FRAUDE À LEGISLAÇÃO LABORAL. TRANSFERÊNCIA APENAS DOS ATIVOS POSITIVOS AO SUCESSOR. PERMANÊNCIA DOS ATIVOS NEGATIVOS COM O SUCEDIDO QUE FICA SEM SAÚDE FINANCEIRA PARA ARCAR COM CRÉDITOS DOS EMPREGADOS DISPENSADOS ANTES DA ALIENAÇÃO. Independentemente da continuidade na prestação de serviços para a empresa sucessora, resta configurada a sucessão trabalhista naqueles casos em que a experiência tem demonstrado que algumas empresas dispensam todos os empregados e, logo em seguida, transferem o negócio para novo titular, com o fim de alienar apenas os ativos positivos da empresa sucedida para a empresa sucessora, deixando, porém, os ativos negativos a cargo da empresa sucedida, a qual fica sem condições financeiras para arcar com os pagamentos devidos aos empregados dispensados, como se dá no presente caso. Irresignado,Carrefour Comércio e Indústria Ltda. interpõe recurso de revista, alegando violação dos arts. 10 e 448 da CLT, bem como divergência jurisprudencial. Para tanto, argumenta que "a melhor exegese dos artigos 10 e 448 da CLT é no sentido de que os requisitos essenciais à ocorrência da sucessão de empregadores são a transferência da titularidade da unidade econômica-jurídica e a inexistência de solução de continuidade na prestação de labor por parte do obreiro na mesma atividade econômica" (fl. 308). Sem razão, contudo. A tese adotada pelo Colegiado foi no sentido de ser irrelevante, para o reconhecimento da sucessão, que o empregado continue a prestar serviços para a empresa sucessora. Tal entendimento não implicaofensa aos arts. 10 e 448 da CLT, pois tais dispositivos, ao estabelecerem que a alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho nem os direitos adquiridos dos respectivos empregados, não limitou essa proteção apenas aos vínculos empregatícios em vigor à época da sucessão. Quanto à divergência jurisprudencial, também não se viabiliza este recurso. Quanto aos acórdãos oriundos do Col. TST, por serem provenientes de Turma, o que não atende aos requisitos do art. 896, "a", da CLT; quanto aos demais (fl. 308), por serem inespecíficos, pois, conforme esclareceu a Eg. Turma, não se trata a hipótese de sucessão de empregadores (questão versada nos arestos paradigmas), mas de sucessão de empresas, razão pela qual se mostra desnecessária a continuidade da prestação de serviços para a empresa sucessora. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,24 dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /srmm/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00644-2007-020-10-00-2

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Sérgio Silveira Banhos
Recorrente	Marco Túlio Bittencourt
Advogado	Francisco Rodrigues Preto Júnior
Recorrido	Distrito Federal
Advogado	Sérgio Silveira Banhos
Recorrido	Marco Túlio Bittencourt
Advogado	Francisco Rodrigues Preto Júnior

Recurso de:Distrito Federal PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 151; recurso apresentado em 12/06/2008 - fl. 152). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS Alegação(ões): - contrariedade à Súmula 331/TST; - divergência jurisprudencial A Eg. 2ª Turma deste Regional, por meio do v. acórdão às fls. 141/150, condenou, de forma subsidiária, o DistritoFederalao pagamento das parcelas deferidas ao autor, inclusive honorários advocatícios. Inconformado, insurge-se o Distrito Federal contra tal condenaçãoalegando, em síntese,que a Eg. Turma contrariou a Súmula nº 331, item IV, do Col. TST, ao condená-lo ao pagamento dos honorários assistenciais, já que estes não se enquadrariam no conceito de obrigação trabalhista. Sem razão, contudo. Ao contrário do que afirma o recorrente, o Colegiado decidiu em sintonia com o entendimento contido na referida súmula, uma vez que todas as lesões patrimoniais inflingidas ao reclamante pelo empregador, inclusive as decorrentes do processo, recaem, em caso de inadimplência do primeiro reclamado, sobre o ente público por força de sua responsabilidade subsidiária. De outra parte, não se sustenta, ainda, a alegação de divergência jurisprudencial, visto que o único aresto colacionado para confronto é oriundo de Turma deste Eg. Regional, fonte não autorizada a comprovação de dissenso (art. 896, "a", da CLT). CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Marco Túlio Bittencourt PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 151; recurso apresentado em 13/06/2008 - fl. 156). Regular a representação processual (fl. 10). Inexigível opreparo (fl. 88). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONTRATO DE TRABALHO - NULIDADE - TERCEIRIZAÇÃO Alegação(ões): - violação do art. 5º, II da CF; - ofensa aos arts. 2º, 3º, 9º e 844 da CLT, 302 e 334, III, do CPC, 11, I, "a", da Lei nº 8.213/91 e 11, parágrafo único, "a", e 12, I, "a", da Lei nº 8.212/91. - divergência jurisprudencial A Eg. 2ª Turma desta Corte manteve a r. sentença quanto ao reconhecimento da nulidade do contrato firmado entre as partes, nos exatos termos da Súmula nº 363/TST. Irresignado, interpõe recurso de revistao reclamante às fls. 156/168. Alega equívoco na declaração de nulidade do contrato de trabalho firmado com oprimeiro reclamado (Instituto Candango de Solidariedade - ICS). Aduz que o ICS é pessoa jurídica de direito privado, razão pela qual não se encontra vinculado ao preceito contido no art. 37, II, da Constituição da República. Afirma que a ausência de contestação sobre a validade do vínculo empregatício torna o fato incontroverso em função da confissão ficta. Dispõe que a nulidade da terceirização de serviços pelo Distrito Federal, identificada em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho perante o Col. TST, diz respeito apenas à atividade-fim do Estado, o que não reflete o caso dos autos e que a existência de recolhimentos previdenciários em face da efetiva prestação de serviços torna impossível a decretação de nulidade do pacto laboral. Colaciona arestos para confronto de teses. Constata-se que o v. acórdão atacado está em consonância com os termos da Súmula nº 363 do Col. TST, que consagra o entendimento de que a contratação após a vigência da Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no art. 37, inc. II e § 2º, da Carta Magna, fazendo jus o trabalhador exclusivamente ao salário e aos depósitos do FGTS. De tal modo, inviabiliza-se o recurso de revista, seja por violação dos preceitos indicados, seja por divergência jurisprudencial, ressaltando-se, quanto a esta última alegação, que os arestos colacionados, além de não deterem identidade fática com a situação em julgamento, pois abordam casos de contratação por fundação de direito privado, são oriundos de Turmas do Col. TST, fontes não autorizadas à demonstração de dissenso. Incidência do artigo 896, "a", da CLT e da Súmula nº 296/TST. Afastam-se, de tal modo, todas as alegações deduzidas, ressaltando-se, ainda, que a responsabilidade subsidiária atribuída ao Distrito Federal, em face do reconhecimento da contratação irregular de trabalhadores sem a observância do necessário concurso público, decorreu da aplicabilidade do item IV da Súmula 331 do Col. TST, não havendo sequer que se cogitar da aplicabilidade dos artigos ora invocados à situação sub judice, já que afastada a tese contratação lícita a ensejar a respectiva incidência. Por fim, no que diz respeito à alegação de saldo de salário referente aos dias trabalhados no curso o aviso prévio, não merece reforma a decisão recorrida, pois, conforme alinhavado em linhas pretéritas,a Eg. Turma decidiu em sintonia com os termos da Súmula nº 363 do Col. TST. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA Alegação(ões): - violação do art. 37, § 6º, da CF; - ofensa aos arts. 2º, § 2º, e 455 da CLT e 942 do CCB. A Eg. 1ª Turma reformou a r. sentença e declarou a responsabilidade subsidiária do Distrito Federal pelos créditos deferidos ao obreiro, com fundamento no entendimento contido na Súmula 331, IV, do Col. TST. Em suas razões recursais, insisteo autor na tese de que a responsabilidade do segundo reclamado deveria ser solidária, e não subsidiária. De início, ressalte-se a impertinência da invocação dos referidos artigos da CLT à situação ora em discussão. No mais, constata-se que a Eg. Turma, ao contrário do que alegao recorrente, deu efetividade ao comando emergente do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, na medida em que atribuiu à Administração Pública a responsabilidade pelos danos causados, em consonância com o entendimento consagrado na Súmula nº 331, IV, do TST. Incidência do artigo 896, § 4º, da CLT. Por fim, no que diz respeito à alegação de divergência jurisprudencial, o aresto colacionado à fl. 168 é oriundo de Turma deste Eg. Tribunal, não cumprindo, pois, as exigências estabelecidas no artigo 896, "a", da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /lbj/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00646-2007-011-10-00-0

Recorrente	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Advogado	Rodrigo Madeira Nazário
Recorrido	Maria Irismar Furtado de Souza e Sá
Advogado	João Américo Pinheiro Martins

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 244; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 245). Regular a representação processual (fls. 67/66/257). Satisfeito o preparo (fls. 170, 207, 208 e 252). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS SUCESSÃO TRABALHISTA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, II e XXXVI, da CF; - ofensa aos arts. 10 e 448 da CLT; 128 e 460 do CPC; - divergência jurisprudencial. A Eg. 2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 234/243, deu parcial provimentoao recurso ordinário interposto pela Reclamante, para responsabilizar de forma solidária os três primeiros e o oitavo reclamados pelo débito trabalhista,fundamentando a decisão de fls. 234/243 nos seguintes termos, in verbis : Emerge sereno que o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. adquiriu o fundo de comércio do empregador no dia 15/03/2007, relativamente ao estabelecimento onde o reclamante trabalhava, além de alguns ativos fixos pré-selecionados, sem assunção, porém, dos débitos trabalhistas. Em decorrência disso, o primeiro demandado encerrou suas atividades no local, no dia 20/03/2007. O contexto pode ser evidenciado pelos documentos de fls. 116/142 e 146/159, juntados pelo pretenso sucessor, e tidos como verdadeiros pela parte contrária em réplica. Os arts. 10 e 448, da CLT, tornam os direitos dos empregados infensos a qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa. Na medida em que o ora recorrente incorporou todo o patrimônio útil ou produtivo do original empregador, pelo menos no que diz respeito ao estabelecimento adquirido, persistindo na exploração da atividade comercial varejista e operando junto à clientela formada ao longo dos anos pela empresa anterior, além de apoiar na estrutura física então existente, ele assume na plenitude os direitos e obrigações trabalhistas, na qualidade de sucessor. A progressiva evolução das relações sociais de produção afasta, como requisito essencial ao instituto, a prestação de serviços por parte do empregado no âmbito do sucessor, data venia dos posicionamentos em sentido contrário - como os colacionados nas razões recursais. Irresignado, o oitavo reclamado interpõe recurso de revista, alegando violação dos arts. 10 e 448 da CLT, bem como divergência jurisprudencial. Argumenta que "a melhor exegese dos artigos 10 e 448 da CLT é no sentido de que os requisitos essenciais à ocorrência da sucessão de empregadores são transferência da titularidade da unidade econômica-jurídica e a inexistência de solução de continuidade na prestação de labor por parte do obreiro na mesma atividade econômica " (fl. 249). A tese adotada pelo Colegiado, conforme acima exposto, foi no sentido de ser irrelevante, para o reconhecimento da sucessão, que o empregado continue a prestar serviços para a empresa sucessora. Tal entendimento não importa violação aos arts. 10 e 448 da CLT, pois tais dispositivos, ao estabelecerem que a alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho nem os direitos adquiridos dos respectivos empregados, não limitou essa proteção apenas aos vínculos empregatícios em vigor à época da sucessão. No que se refere à alegação dedivergência jurisprudencial, também não se viabilizao recurso. Quanto aos acórdãos oriundos do Col. TST, por serem provenientes de Turma, o que não atende aos requisitos do art. 896, "a", da CLT; quanto aos demais (fl. 248/249), porque o entendimento neles consignado está superado pela atual jurisprudência do Col. TST, segundo a qual a continuidade na prestação de serviços pelo empregado ao sucessor não constitui requisito essencial à configuração da sucessão (TST-ERR 512839/1998, SDI-1, Rel. Min. João Orestes Dalazen, DJ 24/5/2002; TST-ERR 536697/1999, SDI-1, Rel. Min. Milton de Moura França, DJ 27/4/2001). Em relação aos artigos 5º, II e XXXVI, da Constituição Federal, 128 e 460 do CPC, a alegação de ofensa não se sustenta, porque genérica, ou seja, o recorrente não demonstrou as razões por que entendeu violados tais dispositivos. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília, 24 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /srmm/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00657-2006-019-10-00-0

Recorrente	JHF Promotora S/C. Ltda.
Advogado	Solange Maria Michelon Endres
Recorrido	Banco Panamericano S.A.
Advogado	Manoel Messias Leite de Alencar
Recorrido	Maria Alcioneida Amaro Sabino
Advogado	João Emílio Falcão Costa Neto

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS O recurso de revista não ultrapassa os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, ante a deserção configurada. Mediante ar. sentença às fls. 407/422, atribuiu-se à condenação o valor de R$20.000,00 (vinte mil reais). Não obstanteasegunda reclamada tenha depositado R$4.808,65 (quatro mil oitocentos e oito reais e sessenta e cindo centavos), à fl. 483, constata-se que, ao interpor o presente recurso, limitou-se ao recolhimento do depósito no valor de R$4.993,78 (quatro mil novecentos e noventa e três reais e setenta e oito centavos), à fl. 585, não atingindo, pois,o valorfixado pelo Col. TST, mediante o Ato.GP 251/07,para fins de interposição de recurso de revista, qual seja, R$9.987,56 (nove mil novecentos e oitenta e sete reais e cinqüenta e seis centavos),muito menos o valor da condenação, que, aliás, foi aumentado para R$30.000,00 (trinta mil reais) à fl. 522. Não cumprida, de tal modo, a determinação contida na Súmula nº 128, I, do Col TST, o recurso está deserto. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00658-2006-014-10-00-3

Recorrente	DATA Construções e Projetos Ltda.
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa
Recorrido	Ministério Público do Trabalho
Advogado	Ana Cristina D. B. F. Tostes Ribeiro

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 348; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 349). Regular a representação processual (fls. 124). Satisfeito o preparo (fls. 192, 288 e 385). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Impossível o processamento do recurso de revista no tocante à preliminar porque, para o reconhecimento da nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, é imprescindível a oposição, pela parte interessada, dos pertinentes embargos de declaração demonstrando a recusa do julgador em se manifestar sobre questões essenciais à solução da controvérsia. No caso sob exame, observa-se que a recorrente não interpôs embargos declaratórios, tornando, portanto, inviável o exame da tese recursal ante a preclusão da matéria. Inteligênciada Súmula nº 184 do Colendo TST. CERCEAMENTO DE DEFESA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, II, LIV, LV, XXXIV e XXXV da CF; A Eg. Turma afastou a preliminar de cerceamento de defesa, pontuando que a penalidade foi imposta, após a recorrente ter tomado conhecimento dos termos da petição inicial, produzido suas provas, seja documental seja oral, ou seja, em nenhum momento impôs-se multa sem que ela tenha se manifestado nos autos. A ré insiste na nulidade, argumentando que a imposição de multa para a hipótese de não cumprimento das obrigações de fazer, no futuro, a critério do fiscal do trabalho poderá configurar cerceio de defesa, pois não haverá oportunidade de defesa prévia. Conforme pontuado no v. acórdão, a ré teve todas as oportunidades de defesa e produção de provas na presente ação civil pública, não havendo de se falar em cerceamento de defesa. A hipótese de informação equivocada pelo fiscal do trabalho pode ser levada a conhecimento do juízo da execução, no momento processual oportuno. Por ora, restam preservadas as proteções do artigo 5º, II, LIV, LV, XXXIV e XXXV da CF AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PRECEDENTES. Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, LV, da CF; - ofensa ao art. 1º e 50, II, da Lei nº 9.784/99. A Eg. 2ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 335/347, reiterou a regularidade do ajuizamento da ação civil pública. Recorre de revista a ré (fls. 349/384), insistindo na violação ao devido processo legal. Sustenta que a representação na DRT foi instaurada sem comunicação à ré, configurando violação ao princípio do contraditório e da publicidade, e, que, quando da requisição dos documentos para instrução do inquérito, não houve indicação da portaria pertinente e da data de sua publicação. Conforme pontuado no v. acórdão, a instauração de inquérito civil pelo Ministério Público prescinde da observância do contraditório, pois trata-se de procedimento meramente administrativo de natureza inquisitorial com o objetivo de formar o convencimento do órgão ministerial à propositura de ação civil pública. De outro lado, registro que, no trâmite desta ação civil pública, restou preservado o devido processo legal. Assim, não há de se falar em violação do artigo 5º, LV, da CF ou ofensa aos artigos 1º e 50, II, da Lei nº 9.784/99. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PERDA DO OBJETO. Neste tópico, a insurgência se encontra desfundamentada, porquanto aparte recorrente não se reporta aos pressupostos específicos do recurso de revista, nos termos do art. 896, da CLT. DESCUMPRIMENTO DE NORMA REGULAMENTADORA. Alegação(ões): - ofensa ao art. 157, I, da CLT; Lei nº 6.514/77; NR 18, item 18.13.5.b e Portaria 3.214/78. A Eg. 2ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 335/347, com base no contexto probatório dos autos, manteve a condenação da ré ao pagamento de multa por descumprimento dos itens 18.13.2, 18.3.2.1, 18.13.5, 18.13.6, 18.13.6.1, 18.13.6.2, 18.15.3, 18.15.6, 18.15.25 e 18.15.25 da NR 18, em relação ao canteiro de obras da SEPN 505, conjunto B, lote 2, Brasília-DF Recorre de revista a ré (fls. 349/384). Sustenta que não descumpriu as normas regulamentadoras em questão. Por outro lado, diz que sanou todas as irregularidades descritas pelo parquet antes do ajuizamento da ação civil pública. Diante do contexto, verifico que a pretensão da recorrente, no particular, é de reexame de fatos e provas, procedimento impossível na instância extraordinária, a teor da Súmula 126 do Colendo TST. Assim, não há de se falar em ofensa ao art. 157, I, da CLT. Quanto à alegação de ofensa à NR 18, item 18.13.5.b e Portaria 3.214/78, impossível o processamento porque os diplomas não estão contemplados na espécie normativa aludida na alínea "c" do art. 896 da CLT. Quanto à invocação da Lei 6.514/77, a revista está desfundamentada porquanto a reclamada não aponta o preceito tido por violado. Incidência da Súmula 221, I, do TST. A Corte Trabalhista já manifestou o entendimento de que, na hipótese em que o dispositivo tido por violado desdobra-se em parágrafos, incisos e alíneas, é ônus da Parte indicar com precisão a qual das subdivisões do dispositivo se refere. Nesse sentido, os seguintes precedentes da SDI - 1 do TST: A-E-RR-33701/2002, Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DJ 25/05/2007; E-RR-470.868/1998, Rel. Min. Lelio Bentes Corrêa, DJ 22/04/2005. DUPLA CONDENAÇÃO. Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 154, I e 195, § 4º da CF; A Eg. 2ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 335/347, manteve a condenação em multa equivalente a R$3.000,00 por cada item descumprido da NR 18. Pontuou que a imposição da multa pelo Poder Judiciário em nada se confunde com aquela eventualmente aplicada pela DRT, dada a natureza que cada uma possui, detendo aquela caráter judicial e esta, administrativo, tendo,portanto, fatos geradores distintos, o que afasta a deduzida violação aos artigos constitucionais 154, inc. I, e 195, § 4.º. Recorre de revista a ré (fls. 349/384), insistindo na configuração de bis in idem . Impossível o processamento do recurso por violação dos artigos 154, I e 195, § 4º da CF, pois o primeiro trata de restrição a instituição de impostos pela União e, o segundo, trata de fonte de custeio da seguridade social. Os dispositivos apontados tratam de matéria estranha à discussão travada nestes autos. DANO MORAL COLETIVO. MAJORAÇÃO DA MULTA. Alegação(ões): - ofensa ao art. 333, I,. A Eg. 2ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 335/347, majorou o valor da condenação por dano moral coletivo de R$ 50.000,00 para R$ 120.000,00, pontuando que utilizou os critério de razoabilidade, condição econômica das partes e o caráter pedagógico da pena. Recorre de revista a ré (fls. 349/384), insistindo que o valor é excessivo e acarretaria enriquecimento sem causa. Impossível o processamento do recurso por ofensa ao artigo 333, I, do CPC, por ausência de prequestionamento, a teor da Súmula nº 297 do Colendo TST, pois a discussão a respeito do valor da indenização não se pautou em distribuição de ônus da prova. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00663-2006-014-10-00-6

Recorrente	Daisy Castro do Nascimento
Advogado	Nilton da Silva Correia
Recorrente	Empresa Brasileira de Comunicações S.A. - RADIOBRÁS
Advogado	Luiz Filipe Ribeiro Coelho
Recorrente	Empresa Brasileira de Comunicações S.A. - RADIOBRÁS
Advogado	Marco Fridolin Sommer dos Santos
Recorrido	Daisy Castro do Nascimento
Advogado	Nilton da Silva Correia
Recorrido	Empresa Brasileira de Comunicações S.A. - RADIOBRÁS
Advogado	Luiz Filipe Ribeiro Coelho
Recorrido	Empresa Brasileira de Comunicações S.A. - RADIOBRÁS
Advogado	Marco Fridolin Sommer dos Santos

Recurso de:Empresa Brasileira de Comunicações S.A. - RADIOBRÁS PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 29/02/2008 - fl. 659; recurso apresentado em 10/03/2008 - fl. 676). Regular a representação processual (fls. 559 e 560). Satisfeito o preparo (fls. 545, 562, 561 e 683). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DIFERENÇAS SALARIAIS DIFERENÇAS DA MULTA DE 40% DO FGTS INTERVALO INTERJORNADA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, II da CF; A Egr. 1ª Turma por meio do v. acórdão às fls. 633/658, complementado às fls. 698/703, negou provimento ao recurso ordinário interposto pela reclamada, mantendo a sua condenação ao pagamento de diferenças salariais eda multa do FGTS,bem como do intervalo intrajornada. Inconformada, recorre de revista a reclamada, alegando ofensa ao dispositivo constitucional em epígrafe. O apelo não se viabiliza por afronta direta ao art. 5º, inc. II, do Texto Fundamental, uma vez queo princípio nele insculpido mostra-se como norma geral do ordenamento jurídico pátrio, sendo necessária a análise da ocorrência de violação de norma infraconstitucional para que se reconheça, somente de maneira indireta ou reflexa, afronta a seu texto. De se notar que a as diferenças salariais foramreconhecidas com base em acordo coletivo de trabalho. No que diz respeitoàs demaismatériaso julgamento se deu com base na legislação de regência eos respectivos fundamentos não foram atacadosnas razões do recurso, pelo que incide também na espécie a orientaçãoda Súmula nº 422 do Col. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Daisy Castro do Nascimento PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 25/04/2008 - fl. 704; recurso apresentado em 05/05/2008 - fl. 705). Regular a representação processual (fls. 19/20). Inexigível opreparo (fl. 545). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRESCRIÇÃO Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º,XXXV, LIV e LV da CF; - ofensa ao art. 8º da CLT e 128 e 460 do CPC. - divergência jurisprudencial. A Eg. Turma, pronunciou a prescrição do direito da reclamante quanto às horas extras. Esclareceu em sede de embargos de declaração à fl. 701 que aprescrição foi decretadade ofício nos termos do art. 219, § 5º do CPC. A Recorrente logrou demonstrar a existência de divergência apta a ensejar o seguimento do recurso comos arestos colacionados às fls. 720/726, que expressam tese no sentido de que a prescrição trabalhista apenas deve ser conhecida e decretada quando suscitada por quem a beneficia, sendo incompatível com o processo do trabalhoomencionado dispositivo legal. Nesse diapasão, a teor da Súmula nº 285 do Col. TST, fica prejudicada a análise dos demais temas deduzidos no recurso de revista da reclamante. CONCLUSÃO RECEBO o recurso de revista. Ao Recorrido, para contra-razões. Após,remetam-se os autos ao Col. TST. Publique-se. Brasília,27dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00666-2007-009-10-00-5

Recorrente	Luiz de Souza Maciel
Advogado	Juscelino Cunha
Recorrido	Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB (Em liquidação)
Advogado	João Braga de Lima

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 762; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 764). Regular a representação processual (fl. 60). Dispensado o preparo (fl. 373). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º,XXXV e LV, da CF; - ofensa ao art. 397 do CPC. Aduzo reclamante que não foram analisados todos os documentos juntados aos autos, em especial laudo pericial e planilhas, com o que não houve a efetiva prestação jurisdicional, restando ofendidosos dispositivos legais acima indicados. Nos termos da OJ nº 115 da SDI-1 do C. TST, "O conhecimento do recurso de revista ou de embargos, quanto à preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, supõe indicação de violação do art. 832 da CLT, do art. 458 do CPC ou do art. 93, IX, da CF/1988". Da leitura das razões do recurso (fls. 790/791), contudo, verifico que nenhuma dessas violações foi deduzida pelo recorrente para embasar a alegação de nulidade do acórdão. Dessa forma, não trazendo o autor fundamento válido a ensejar a admissibilidade do recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional, denego seguimento ao apelo. PLANO VERÃO - DIFERENÇAS SALARIAIS - VANTAGEM PESSOAL Alegação(ões): - contrariedade à Súmula 168/TST; - violação do art. 7º, VI e XXIX, da CF; - ofensa ao art. 468 da CLT. A Egr. 1ª Turma, por meio do v. acórdão proferido às fls. 739/742, complementado às fls. 758/761, negou provimento ao recurso ordináriodo reclamante, restando assim ementada a decisão: VANTAGEM PESSOAL. REAJUSTE. A parcela conferida como vantagem pessoal, por meio de acordo judicial, deve retratar e observar a situação específica de cada empregado, sendo extensíveis a ela apenas os reajustes salariais gerais decorrentes da política econômica do governo ou em face de negociação coletiva, mas não aqueles decorrentes de melhorias específicas, tais como piso da categoria ou em face de progressão funcional. Insurge-seo autor contra a decisão, sustentando, em resumo, que a reclamada não poderia, ao seu livre arbítrio, efetuar a correção da parcela incorporada à sua remuneração em percentual inferior ao concedido ao salário. Verifica-se que a pretensão do recorrente, nos termos em que exposta,importaria necessariamente no reexame do conjunto fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula nº126 do C. TST e inviabiliza o seguimento do recurso de revista, sendo desnecessária, portanto, a apreciação das indicadas ofensas legal e constitucional. SAB - LIMITES DA SENTENÇA Alegação(ões): - ofensa ao art. 459 do CPC. Inviável a análise do recurso, uma vez que a Egr. Turma não adotou tese sobre a matéria. Ausente o prequestionamento, incide a Súmula nº 297 do C. TST. Registre-se que, embora tal dispositivo (art. 459 do CPC) tenha sido invocado quando da interposição dos embargos de declaração, o reclamante nada abordou sobre o tema nasrazões do recurso ordinário, sendo inaplicável à hipótese, portanto, o item III da referida súmula. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ Alegação(ões): - ofensa ao art. 17 do CPC. Não é viável o exame do apelo no particular aspecto, haja vista que a Egr. Turma não adotou nenhuma tese sobre a matéria. Nesse contexto, ausente o necessário prequestionamento, incide a Súmula nº 297 do C. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00674-2007-006-10-00-2

Recorrente	Cristiane Diniz Celestino
Advogado	Cláudio Barbosa de Moraes
Recorrido	POLITEC Tecnologia da Informação S.A.
Advogado	Rafael Ferraresi Holanda Cavalcante

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 513; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 514). Regular a representação processual (fl. 8). Inexigível opreparo (fl. 471). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS HORAS EXTRAS - PROVA Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 338, III, 357 e 376/TST e 593/STF; - violação do(s) art(s). 5º, XXXV e LV, e 7º, XVI, da CF; - ofensa ao art. 59 e 74, § 2º, da CLT; - divergência jurisprudencial. A Egr. 2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 509/512, conheceu parcialmente do recurso ordinário interposto pela reclamada e, no mérito, deu-lhe provimento parcial a fim de excluir da condenação o pagamento de horas extras referentes ao período de 1º/7/2003 a 1º/7/2005. A decisão restou assim ementada, in verbis : 1. HORAS EXTRAS. SÚMULA N.º 338, III, DO TST. A apresentação de controle de jornada com horários rígidos ocasiona a inversão do ônus da prova, que passa a ser da reclamada (Súmula n.º 338, III, do TST). Não tendo ela se desonerado de comprovar a inexistência do cumprimento das horas extras alegadas pela reclamante, a sua compensação, ou mesmo quitação, é devido o pagamento das horas extras laboradas excedentes à 8ª diária e às 44 horas semanais e reflexos. 2. HORAS EXTRAS. DEPOIMENTO PESSOAL DA RECLAMANTE. CONFISSÃO. Confessado pela reclamante, em depoimento pessoal, que o paradigma por ela indicado trabalhava no mesmo horário que ela e, tendo o dito paradigma, na condição de testemunha, informado que estava submetido a jornada que não extrapola a 8.ª hora diária ou 44 horas semanais, forçoso reconhecer que a reclamante também não estava submetida a jornada elastecida, no período em que mourejou juntamente com o testemunhante. 3. Recurso da reclamada parcialmente conhecido e provido em parte. Inconformada, a reclamante interpõe recurso de revista às fls. 514/524. Alega que as folhas de ponto foram inservíveis como meio de prova por refletirem horários rígidos e que, invertido o ônus probatório, a reclamada dele não se desincumbiu, devendo prevalecer, por conseguinte, a jornada de trabalho declinada à exordial. Aponta violação dos dispositivos legais e constitucionais indicados em epígrafe, contrariedade às Súmulas nº 338, item III,357 e 376 do C. TST e 593 do E. STFe divergência jurisprudencial. Quanto aos arts. 5º, XXXV e LV, e 7º, XVI, da CF e 59 e 74, § 2º, da CLT, o recurso de mostra desfundamentado, uma vez que a recorrente não trouxe as razões por que entendeu violados tais dispositivos. Em relação à Súmula nº 593 do STF, oapelo também não se viabiliza, pois enunciados do Supremo Tribunal Federal não podem ser objeto de recurso de revista, a teor do disposto no art. 896, "a", da CLT. Resta, portanto, a análise de contrariedade às Súmulas nº 338, item III, 357 e 376 do C. TST e da divergência jurisprudencial. Conformedepreende-se dov. acórdão impugnado, no período de 1º/7/2003 a 1º/7/2005, as horas extrasforam indeferidas não com base no ônus da prova, mas em vista da confissão da reclamantede quecumpria a mesmacarga horáriada testemunha por elaindicada,quereconheceu não trabalhar em jornada suplementar. Houve, portanto, prova efetiva a derrogar a presunção de veracidade da jornada alegada pela reclamante na petição inicial.Nesse contexto, a decisão recorrida está em perfeita sintonia com a parte final do item III da Súmula nº 338 do C. TST. Em relação às Súmulas nº 357 e 376do TST, inadmissível o apelo, pois não se manifestou o Colegiado acerca das matériasali tratadas (Súmula nº 297 do TST). Por fim, inviabilizado o recurso também em relação à divergência jurisprudencial,pois a recorrente não indicou a fonte de publicação dosarestos trazidos àdemonstração do dissenso (Súmula nº 337, item I, "a", doC. TST). CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília, dejunho de 2008. RICARDO ALENCAR MACHADO Juiz Vice-Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00683-2007-009-10-00-2

Recorrente	Maria de Fátima Guimarães Arantes
Advogado	Francisco Rodrigues Preto Júnior
Recorrido	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASP
Advogado	João Amílcar Valle Aboud

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 578; recurso apresentado em 09/06/2008 - fl. 582). Regular a representação processual (fl. 11). Dispensado o preparo (fl. 525). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PROGRESSÃO FUNCIONAL - PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS Alegação(ões): - violação do art. 5º, caput, da CF; - ofensa aos arts. 461, § 2º, e 468 da CLT e 269, inc. II, do CPC; - divergência jurisprudencial. O v. Acórdão recorrido está assimementado (fls. 569/570): CODEVASF. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. REENQUADRAMENTO. PROMOÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A recorrida, como empresa pública, não poderia conceder à recorrente outros níveis dentro da carreira exatamente pelo fato de esta estar posicionada nos últimos níveis, sendo que comportamento contrário da empresa implicaria em desobediência ao próprio PCCS. 2. A interpretação dada pela empregada/recorrente ao item 2.6, alíneas "c" e "f", do novo PCCS é por demais extensiva ("dixt minus quant voluit"). O citado item é tão-somente a fundamentação do "modelo lógico" que orienta o novo PCSC da Reclamada, não se vendo nele nenhuma garantia expressa ou implícita que assegure a empregados posicionados nos últimos níveis salariais direito à concessão de novas promoções/níveis pelo fato de terem permanecido estagnados no último PCCS (vigente até junho de 2002), já que enquadrados nos últimos níveis do cargo (emprego) ocupado. 3. Não há violação ao PCS nem à teoria do conglobamento, uma vez que o novel regulamento, benéfico ao empregado, foi aplicado em sua integralidade, desde o momento em que entrou em vigor, não sendo possível emprestar-lhe efeitos retroativos. Precedentes. Em suas razões recursais (fls. 568/580), a autora assevera que faz jus às progressões funcionais, porque restou incontroverso por meio de documento o reconhecimento administrativo acerca da procedência de seu pedido. Alega que, com a edição do novo plano, não houve alteração nos critérios de promoção por antiguidade e que tais promoções foram expressamente garantidas pelo item 2.6 do novo PCS. O entendimento esposado no v. acórdão não vulnera o art. 5º, caput, da Carta Política, mesmo porque o princípio insculpido no aludido preceito mostra-se como norma geral do ordenamento jurídico pátrio, sendo necessária a análise da ocorrência de violação de norma infraconstitucional para que se reconheça, somente de maneira indireta ou reflexa, afronta ao seu texto. A Eg. Turma, por outro lado, adotou o entendimento de que a hipótese vertente não se configura como alteração contratual lesiva ao Empregado, visto que a impossibilidade de se conceder promoção à reclamante decorreu do fato de ela já ter atingido o último nível de sua carreira, o que constitui interpretação razoável dos arts. 461, § 2º, e 468 da CLT. Impossível, pois, o trânsito da revista, a teor do disposto na Súmula 221, II, do TST. De outro ângulo,impossível a caracterização de violação à teoria do conglobamento,primeiro porque nenhuma das disposições insertas no art. 896 da CLT viabiliza o recurso de revista em virtude de eventual contrariedade a princípio de direito do trabalho e, segundo, porque o Colegiado, ao reconhecer a impossibilidade de se emprestar efeitos retroativos ao novo regulamento,realizou exegese apropriada e regular em relaçãoà matéria, pelo que incide o óbice mencionado no parágrafo anterior. Em relação ao art. 269, inc. II, do CPC,incólume o dispositivo, já que o Regional bem afastou sua incidência, ao entendimento de que "emissões de notas técnicas e apurações administrativas visando esclarecer supostas distorções acerca do reenquadramento de empregados" não caracteriza reconhecimento do pedido. Rever o teor do referido documento é procedimento defeso na atual fase nos moldes da Súmula 126 do Col. TST. Os arestos colacionados, por seu seu turno,são inespecíficos porque não aludem especificamente à matéria enfrentada nos presentes autos. Ao contrário, tratam da aplicação da teoria do conglobamento para os casos de convenção coletiva.Incidência da Súmula 296/TST. HONORÁRIOS ASSISTENCIAIS A insurgência veiculada no apelo em relação aos honorários assistenciais não prospera, na medida em que não existe sucumbência por parte da reclamada. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00689-2007-001-10-00-9

Recorrente	Academia Barros Barreto Ltda. (Academia Classe A)
Advogado	Víctor Russomano Júnior
Recorrido	Ricardo Bacelar Santana
Advogado	Robson Freitas Melo
Recorrido	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Ticiana Lopes Pontes

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 96; recurso apresentado em 19/05/2008 - fl. 97). Regular a representação processual (fl. 26). Inexigível opreparo (fl. 53). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS COMPETÊNCIA JUSTIÇA DO TRABALHO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) nº 368 do Col. TST; - violação do(s) art(s). 109, inc. I e 114, VII, da CF; - divergência jurisprudencial A Eg. 3ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 93/95, deuprovimento ao recurso ordinário interposto pela União, adotandoo fundamento de que a competência da Justiça do Trabalho para executar parcela previdenciária relativa ao período do vínculo de emprego reconhecido em Juízo, nos termos do art. 876, parágrafo único, da CLT, ocorreu a partir de 2/5/2007, data de vigência da Lei nº 11.457/07, que conferiu nova redação ao texto do citado dispositivo legal. In casu , como o acordofoi homologado em 21/8/2007, após, portanto, da vigência da Lei nº 11.457/2007,há competência desta Justiçapara a execução da contribuição previdenciária referente ao período do vínculo empregatício reconhecido em Juízo. A primeira reclamada interpõe recurso de revista (fls. 97/100), objetivando seja excluída da condenação o pagamento das contribuições previdenciárias,sustenta a incompetência da Justiça do Trabalho para executar este tipo de cobrança,ao argumento de que o Eg. Regional deu interpretação elástica ao entendimento contido na Súmula 368 do Col. TST. A decisão recorrida encontra-se em sintonia com a nova a redação dada ao art. 114, VIII,da Constituição Federal pela EC nº 45, a qual ampliou a competência da Justiça do Trabalho para executar de ofício as contribuições previdenciárias devidas pelo empregado e pelo empregador decorrentes das sentenças que proferir. Sendo assim, afasta-se a pretensa vulneração aos preceitos constitucionais supracitados, bem como a alegação de contrariedade à referida súmula, cujo item I, aliás, está suspenso para apreciação do Col. TST, em face das alterações conferidas pela Lei nº 11.457/07 à redação do parágrafo único do artigo 876 da CLT. Já no que se refere ao artigo 109, I, da Constituição, além de inaplicável à presente discussão,ressalte-se quenão houve qualquer pronunciamento por parte da Eg. Turma acerca da matéria ali tratada, o que atrai a aplicabilidade do entendimento contido na Súmula nº 297 do Col. TST. Por fim, também não se sustenta o recurso em face da alegação de divergência jurisprudencial. Os arestos colacionados às fls. 99/100 são inservíveis por serem oriundos de Turma do Col. TST, fonte não autorizada à comprovação de dissenso, nos termos estabelecidos pelo artigo 896, "a", da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00692-2007-011-10-00-0

Recorrente	Construtora Artec Ltda.
Advogado	Raquel Corazza
Recorrente	Fernando Gomes da Silva
Advogado	Janeti da Conceição Amaro de Pina Gomes Mello
Recorrido	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
Advogado	James Corrêa Caldas
Recorrido	Construtora Artec Ltda.
Advogado	Raquel Corazza
Recorrido	Fernando Gomes da Silva
Advogado	Janeti da Conceição Amaro de Pina Gomes Mello

Recurso de:Construtora Artec Ltda. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 28/03/2008 - fl. 442; recurso apresentado em 07/04/2008 - fl. 449). Regular a representação processual (Súmula 164/TST - fl. 333). Satisfeito o preparo (fls. 411 e 455). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS EQUIPARAÇÃO SALARIAL Alegação(ões): - violação do art. 37, I, II, e XIII, da CF; - ofensa ao art. 460 da CLT. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma deferiuao autor o pedido de equiparação, condenando a empregadora ao pagamento das diferenças salariais, ante a aplicação analógica da alínea "a" do art. 12 da Lei nº 6.019/74. O v. acórdão, no particular, restou assim ementado, verbis: "A equiparação salarial, embasada no princípio constitucional da isonomia, tem por finalidade preterir as práticas discriminatórias na remuneração do trabalho. Desta maneira, visa retribuir pecuniariamente, de forma idêntica, a todos os trabalhadores que laborarem para um mesmo empregador, exercendo funções iguais, com mesma perfeição técnica, desde que entre eles não haja diferença de antigüidade na empresa superior a dois anos, nos termos do art. 461, caput e § 1º, da CLT. Nos casos de terceirização, não há óbice para o reconhecimento da equiparação entre os empregados da prestadora com aqueles do tomador dos serviços, ainda que se trate de ente público, em observância ao princípio da isonomia, nos termos do art. 5º da Constituição Federal e art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74. Insurge-se a primeira

reclamada contra a decisão alegando que a situação do reclamante é totalmente distinta dos empregados da segunda acionada e que o reconhecimento de direitos iguais implicaria em afronta ao princípio da isonomia. Sem razão, entretanto. As razões do recurso, da forma como expostas, revelam o nítido interesse da parte no reexame dos fatos e prova, o que é vedado à instância extraordinária, nos termos da Súmula nº 126/TST. Ademais, o entendimento dominante no Col. Tribunal Superior do Trabalho, Corte uniformizadora da jurisprudência trabalhista, é na direção de que o trabalhador terceirizado faz jus aos mesmos salários e vantagens percebidas pelos empregados de tomadoras de serviços que exercem as mesmas funções, por aplicação analógica do artigo 12, alínea "a", da Lei nº 6.019/74, expressamente autorizada pelo art. 8º, caput, da CLT. Nesse sentido, os seguintes precedentes da Subseção Especializada em Dissídios Individuais -I do Col. TST, verbis: "EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. ISONOMIA. TERCEIRIZAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ATIVIDADES TÍPICAS DA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. ARTIGO 12, ALÍNEA A, DA LEI Nº 6.019/74. APLICAÇÃO ANALÓGICA. A Constituição da República consagra o princípio da igualdade (art. 5º, caput), ao mesmo tempo em que proíbe o tratamento discriminatório (art. 7º, XXXII). A execução das mesmas tarefas, bem como a submissão a idênticos encargos coloca o empregado da tomadora de serviços e o empregado terceirizado em situação que enseja tratamento eqüitativo. A submissão a concurso público distingue tais empregados no que toca aos estatutos jurídicos reguladores de suas relações de trabalho, o que não afasta o direito ao tratamento isonômico, adequado às peculiaridades das atividades desenvolvidas. A impossibilidade de se formar o vínculo de emprego, contudo, não afasta o direito do trabalhador terceirizado às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas ao empregado público que cumprisse função idêntica no ente estatal tomador dos serviços. Esse tratamento isonômico visa a afastar os efeitos perversos e discriminatórios tentados pela terceirização ilícita. Trata-se de mecanismo hábil a propiciar que o ilícito trabalhista não perpetre maiores benefícios a seu praticante, encontrando amparo no art. 5º, caput, da Constituição (Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,...) e também no art. 7º, inciso XXXII, da CF/88, que proíbe distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos (TST-E-RR-799.073/01.6, SDI-I, Relator Ministro Rider Nogueira de Brito, DJ 25.02.2005). Ora, se na terceirização temporária de curto prazo vislumbrou-se a possibilidade de tratamento discriminatório, com muito maior razão na terceirização permanente, em que, não raro, os empregados da prestadora dos serviços sujeitam-se por período de tempo prolongado a condições de patente desigualdade salarial em relação aos empregados de mesma categoria da empresa tomadora, não obstante desempenhando idênticas funções (TST-E-RR-654.203/00.9, SDI-I, Relator Ministro João Oreste Dalazen, DJ - 11/11/2005). Aplicação analógica do art. 12, a, da Lei 6.019/74. Embargos conhecidos e não-providos". (E-ED-RR-655028/2000.1, Rel. Min. Rosa Maria Weber Candiota Da Rosa, DJU de 25/5/2007). "TERCEIRIZAÇÃO. ISONOMIA SALARIAL. IDENTIDADE DE FUNÇÕES ENTRE OS EMPREGADOS DA EMPRESA FORNECEDORA DE MÃO-DE-OBRA E OS CONTRATADOS DIRETAMENTE PELA TOMADORA DOS SERVIÇOS. ARTIGO 12, ALÍNEA A, DA LEI Nº 6.019/74. APLICAÇÃO ANALÓGICA 1. À falta de previsão legal específica, socorrendo-se da analogia e dos princípios gerais do direito, bem como atendendo aos fins sociais da norma aplicada e às exigências do bem comum (LICC, arts. 4º e 5º), aplica-se o preceito inscrito na alínea a do artigo 12 da Lei nº 6.019/74 para reconhecer aos empregados terceirizados tratamento isonômico em relação àqueles contratados pela tomadora dos serviços, desde que haja igualdade de funções. 2. O legislador ordinário lançou mão do referido dispositivo no intuito de coibir qualquer tratamento discriminatório gerado a partir de possível diferenciação de conduta e de salário, no ambiente de trabalho, entre os empregados temporários e os de mesma categoria da empresa tomadora. Ora, se na terceirização temporária de curto prazo vislumbrou-se a possibilidade de tratamento discriminatório, com muito maior gravidade, constância e profundidade tal circunstância verificar-se-á na terceirização permanente, em que, não raro, os empregados da prestadora dos serviços sujeitam-se por período prolongado a condições de patente desigualdade salarial em relação aos empregados de mesma categoria da empresa tomadora, não obstante desempenhando idênticas funções. 3. Embargos de que se conhece, por divergência jurisprudencial, e a que se dá provimento para, reconhecendo o direito dos Reclamantes, terceirizados, à isonomia salarial com os empregados da tomadora dos serviços exercentes das mesmas funções, restabelecer a r. sentença." (E-RR-654.203/2000.9, Rel. Min. João Oreste Dalazen, DJU de 11/11/2005). "DIFERENÇAS SALARIAIS. TERCEIRIZAÇÃO. TRATAMENTO ISONÔMICO ENTRE EMPREGADOS DA EMPRESA PRESTADORA E DA EMPRESA TOMADORA DOS SERVIÇOS - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional. (Enunciado nº 331, II, do TST). A impossibilidade de se formar o vínculo de emprego, contudo, não afasta o direito do trabalhador terceirizado às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas ao empregado público que cumprisse função idêntica no ente estatal tomador dos serviços. Esse tratamento isonômico visa a afastar os efeitos perversos e discriminatórios tentados pela terceirização ilícita. Trata-se de mecanismo hábil a propiciar que o ilícito trabalhista não perpetre maiores benefícios a seu praticante, encontrando amparo no art. 5º, caput, da Constituição (Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,...) e também no art. 7º, inciso XXXII, da CF/88, que proíbe distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos. Embargos não conhecidos" (E-RR-799.073/2001, Rel. Min. Rider Nogueira de Brito, DJU de 25/2/2005). "TERCEIRIZAÇÃO. ISONOMIA SALARIAL. EMPREGADOS DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS. EMPREGADOS DA EMPRESA DA TOMADORA. A fim de se evitar a ocorrência de tratamento discriminatório entre os empregados da empresa prestadora de serviços e os da tomadora, e observado o exercício das mesmas funções, esta Corte entende serem devidos os direitos decorrentes do enquadramento como se empregado da empresa tomadora fosse, tanto em termos de salário quanto às condições de trabalho. Recurso de Embargos de que se conhece e a que se nega provimento." (E-RR-1.403/2006-057-03-00.4, Rel. Min. João Batista Brito Pereira, DJU de 02/5/2008). Diante desse panorama, o recurso de revista esbarra no entendimento contido na Súmula nº 333/TST. HORA EXTRA Alegação(ões): - violação do art. 7º, XXVI, da CF; A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 401/411, complementado pelas decisões proferidas em sede de embargos de declaração às fls. 437/441 e 461/464, deferiu ao reclamante apenas o adicional das horas trabalhadas que ultrapassaram a oitava hora diária. Insurge-se a primeira ré contra a decisão sustentando, em resumo, que a conclusão alcançada pelo Colegiado afronta o art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, na medida em que não reconhece o estabelecido no instrumento coletivo. Sem razão, contudo. Conforme delimitado no v. acórdão hostilizado,somente foi deferido ao autor o adicional das horas laboradas que ultrapassaram a oitavadiáriae não horas extras, sendo certo que não houve extrapolação da jornada após a quadragésima quartasemanal. A tal modo, incólume o dispositivo constitucional tido por violado. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Fernando Gomes da Silva PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 465; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 468). Regular a representação processual (fl. 09). Inexigível opreparo (fl. 411). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - BASE DE CÁLCULO Alegação(ões): - contrariedade à Súmulas 17 e 228/TST; - violação do art. 7º, XXII, da CF; - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma manteve a r. sentença que definiu como base de cálculo do adicional de insalubridade o salário mínimo. Insurge-se o reclamante contra a decisão alegando contrariedade às Súmulas nºs 17 e 228/TST, violação do art. 7º, XXII, da Constituição Federal e divergência jurisprudencial. Vislumbro próspero o seu inconformismo, na medida em que a conclusão alcançada pelo Colegiado contraria a nova redação dada pelo Col. TST à Súmula nº 228,a qual expressa o entendimento no sentido de que a base de cálculo para o adicional de insalubridade, a partir da Súmula Vinculante nº 4 do Exc. STF,é o salário básico. Nesse diapasão, a teor da Súmula nº 285/TST, fica prejudicada a análise dos demais temas ventilados no apelo nesta assentada. CONCLUSÃO RECEBO o recurso de revista. Aos recorridos, para contra-razões. Após, remetam-se os autos ao Col. TST. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /lbj/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00702-2006-102-10-00-3

Recorrente	Brasil Telecom Celular S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel
Recorrido	Alcatel Telecomunicações S.A.
Advogado	Marcelo Pimentel
Recorrido	Izaías Severino da França (Recurso Adesivo)
Advogado	Cleide Alves Guimarães

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 339; recurso apresentado em 09/06/2008 - fl. 340). Regular a representação processual (fls. 114 e 116). Satisfeito o preparo (fls. 203 e 349). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) nº 331 do Col. TST; - ofensa ao art. 267, incs. I e VI, 295, inc. II, do CPC. Insiste a recorrentena tesede que não é parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda,tendo em vista a inexistência de relação jurídica empregatícia entre ela e o reclamante,que mantinha vínculo de trabalho com a primeira reclamada.Alega a inexistência dos elementos caracterizadores da relaçãode empregoentreo reclamante e ela,recorrente,mas apenas um contrato de natureza civil com a primeira reclamada. Conforme delimitado no v. acórdão (fls. 321/338), a Eg. 1ª Turma deste Tribunal afastou a preliminar em epígrafe, consignando que o autor não pretende o reconhecimento de relação de emprego com a tomadora de serviços, mas, apenas, a sua responsabilização subsidiária, esclarecendo que tal pedido é possível e que a parte contra quem se pretende essa condenação possui legitimidade para figurar no pólo passivo da demanda. Dessa forma, não há de se falar em afronta à súmula e aos artigos invocados. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA Alegação(ões): - violação do art. 5º, II, da CF; -ofensa aos arts. 593 a 609 do CC - violação do art. 455 da CLT - ofensa ao art. 94 da Lei nº 9.472/97. Conforme destacado no julgado regional, foi reconhecida a responsabilidade subsidiária darecorrente pelo pagamento dos créditos deferidos ao autor, nos exatos termos do entendimento consagrado pela Súmula nº 331, IV, do Col. TST. Ressaltou-se no v. acórdão a ocorrência de contrato de prestação de serviços em que o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador conduz à responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços prestados. Verifica-se, portanto, que ov. acórdão encontra-se em perfeita sintonia com o entendimento consagrado na Súmula nº 331, IV, do Col. TST, situação suficiente para obstar o regular processamento do recurso de revista, nos moldes estabelecidos pelo artigo 896 da CLT.. Dentro de tal contexto, afastam-se as alegações deduzidas, ressaltando-se que a referida súmula reflete a interpretação da Superior Corte Trabalhista acerca dos dispositivos que regem a matéria, não havendo, pois, que se cogitar das ofensas deduzidas. Especificamente no que se refere aos artigos 593 a 609 do Código Civil, a alegação sucumbe ante a falta de prequestionamento (Súmula nº 297/TST). No mais, constata-se nítido interesse da parte No reexame dos fatos e da prova, o que é vedado à instância extraordinária, à luz da Súmula nº 126/TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00704-2007-006-10-00-0

Recorrente	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Milena Rossine Sbravatti
Recorrido	Juarez da Conceição Pires (Recurso Adesivo)
Advogado	Weslen Costa da Silva

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 214; recurso apresentado em 30/05/2008 - fl. 215). Regular a representação processual (fls. 51 e 52). Satisfeito o preparo (fls. 144, 165, 164 e 241). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS APOSENTADORIA - COMPLEMENTAÇÃO Alegação(ões): - violação do art. 2º; art. 5º, II, XXXVI; art. 37, XVI e XVII, §10º; art. 40, §6º; art. 49, XI; art. 170, § único; art. 173, §1º, II da CF; - ofensa ao(s) art. 110 do CCB, art. 422 do CCB, art. 483 da CLT, arts. 18 e 20 da Lei 8.036/90 e art. 27 da Lei 9.868/99. A Eg. 2ª Turma deste Regional, por meio do v. acórdão às fls. 206/213, deu provimento parcial ao recurso ordinário do reclamado, para determinar a incidência da multa do FGTS apenas sobre o saldo realizado antes da jubilação, em função da proibição de acumulação de proventos e salários após o jubilamento e, ainda, paraexcluir da condenação o aviso prévio indenizado. Especificamente, quanto aos efeitos da aposentadoria espontânea, o v. acórdão encontra-se sintetizado na seguinteementa, in verbis : "APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. EXTINÇÃO DO CONTRATO. INOCORRÊNCIA. O excelso STF dando continuidade aos julgamentos das ações direta de inconstitucionalidade que contestavam a constitucionalidade da Lei 9.528 de 10.12.97, findou por decidir de forma contrária ao que fez o col. TST na OJ 177. Prevaleceu na mais alta Corte de Justiça do país o entendimento de que a aposentadoria por tempo de serviço não é causa de extinção do contrato de trabalho. Como a aposentadoria espontânea não representa a imediata extinção do contrato de trabalho, segundo o abalizado entendimento do Supremo Tribunal, o afastamento da autora se deu por deliberação do empregador. Entretanto, em face da vedação à acumulação de proventos e salários após o jubilamento, limita-se a multa do FGTS até o período anterior a concessão da aposentadoria, sendo ainda indevido o aviso prévio, considerando que o empregado não se encontra em estado de desemprego a justificar a percepção do benefício." Delimitou-se no julgado que, no caso dos autos, é inequívoco que a causa determinante da dispensa do autor está na concessão da aposentadoria por tempo de serviço e queo fato gerador da multa indenizatória de 40% está alicerçado na dispensa do empregado sem justa causa. Assim, concluiu a Turma que, se a dispensa se deu sem motivo justificado, o empregado tem efetivo direito a receber a multa indenizatória de 40% sobre a totalidade dos depósitos realizados em sua conta vinculada. Contudo, o entendimento majoritário da Turma foi de que deveria ser limitada a multa do FGTS ao período anterior à concessão da aposentadoria, em face da vedação à acumulação de proventos e salários. (fl. 211). Mediante as razões às fls. fls. 215/240, recorre de revista o empregador, com fundamento no art. 896, "a" e "c", da CLT. Alega que a decisão colegiada criou nova modalidade de dispensa imotivada, bem como nova hipótese de incidência do art. 18, §1º, da Lei 8.036/90, criando "a esdrúxula situação de que todos os Funcionários, vinculados à Empresa pública e/ou Sociedade de Economia Mista, ao se aposentarem voluntariamente pelo órgão oficial, independente de sua manifestação volitiva de se desligar ou não da Empresa, façam jus à multa indenizatória de 40% sobre os depósitos fundiários efetuados no curso do contrato de trabalho" (fl. 220/221). Colaciona arestos para estabelecer o confronto de teses. Inviável a análise do recurso quanto à violação dos arts. 2º, 5º, XXXVI e 49, XI, da Constituição, 110 e 422 do CCB, 483 da CLT e27 da Lei nº 9.868/99,uma vez que a Turma não adotou tese sobre a matéria à luz de tais dispositivos. Ausente o prequestionamento, incide a Súmula 297/TST. O princípio da legalidade insculpido no art. 5º, II, da CF/88 mostra-se como norma geral do ordenamento jurídico pátrio, sendo necessária a análise da ocorrência de violação de norma infraconstitucional para que se reconheça, somente de maneira indireta ou reflexa, afronta ao seu texto. Acerca do art. 37, XVI e XVII, §6º, 10º, e do art. 40, §6º, da CF, o Regional restringiu a condenação em relaçãoà indenização rescisória de 40% do FGTSao saldo realizado no período do contrato de trabalho não cumulado com a jubilação exatamente porque segundo seu entendimento deveriam serobservadas às vedações ali prescritas. Não há que se falar, portanto, em violação de tais preceitos. Inexistente tambémviolação do art 170, parágrafo único, da CF, uma vez que a decisão não restringe o livre exercício da atividade econômica do empregador. Quanto ao art 173, §1º, II, da CF, a decisão regional não ofende a sujeição do reclamado ao regime jurídico próprio das empresas privadas, não havendo porque prosperar a revista também neste tópico. Nãose constatanenhuma violação dos arts. 18 e 20 da Lei nº 8.036/90, porquanto a condenação ao pagamento da indenização de 40% sobre o valor atualizado dos depósitos encontra-se em perfeita conformidade com o aludido dispositivo legal. Sob a ótica do dissenso pretoriano, o apelo também não se viabiliza. O aresto à f'l.224 é inespecífico, visto que não trata da mesma hipótese dos autos, em que o reclamante era empregado de sociedade de economia mista e requer o desligamento da empresa(Súmula 296, I/TST). O arestoà fl. 232, ao contrário do alegado pelo reclamado, está em harmonia com o acórdão atacado, visto que neste não foi atribuída nenhuma nulidade ao ato patronal e restringiu a condenação da indenização fundiária ao período anterior ao jubilamento exatamente em observância aos mandamentos constitucionais que vedam a acumulação de proventos e salários. Os arestos colacionados às fls. 235/236 e 196/197 também são inservíveis ao confronto de teses; o primeiro, por nãoindicar a fonte oficial de sua publicação, não atendendo aos termos da Súmula 337/ TST e o segundo é oriundo de Turma do TST, órgão nãoenumerado na alínea "a" do art. 896 da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00723-2007-003-10-00-8

Recorrente	Auto Posto Gasol e Outros
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa
Recorrente	Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo
Advogado	Hélio Stefani Gherardi
Recorrido	Auto Posto Gasol e Outros
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa
Recorrido	Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo
Advogado	Hélio Stefani Gherardi
Recorrido	Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Distrito Federal - STCMDP/DF
Advogado	Alceste Vilela Júnior

Recurso de:Auto Posto Gasol e Outros PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 18/04/2008 - fl. 1.303; recurso apresentado em 29/04/2008 - fl. 1.305, ratificado às fls. 1.353/1.354). Regular a representação processual (fls. 238/239). Satisfeito o preparo (fls. 1.053, 1.135 e 1.136). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS RECURSO INTEMPESTIVO - SÚMULA Nº 197 DO TST Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, II, LIV e LV, da CF. A Egr. 1ª Turma desta Corte, por meio do acórdão às fls. 1.299/1.302, complementado às fls. 1.345/1.348, negou provimento ao agravo interposto pelo Auto Posto Gasol e Outros, mantendo a decisão monocrática exarada às fls. 1.258/1.260. Fundamentou que as partes estavam cientes da data de publicação da sentença, nos moldes da Súmula nº 197 do TST, e que "O fato de ter constado ao final da sentença determinação de intimação das partes não tem o condão de desfazer o ato anteriormente consumado" (fl. 1.300). Inconformados, os reclamados interpuseram recurso de revista às fls. 1.305/1.331. Alegam que não podem ser responsabilizados por um erro do Judiciário e que, constando da decisão que as partes deveriam ser intimadas, deve-se contar a partir da data depublicaçãono Diário de Justiça o prazo para a interposição de recurso. Argumentam, ainda, que a sentença não estava disponível às partes na data de sua prolação.Apontam violação dos arts. 5º, II, LIV e LV, da CF, 535 e 538 do CPC e 895, "a", da CLT. Quanto ao art. 5º, II, da Constituição Federal, afigura-se inviável o processamento do recurso, pois tal preceito encerra conteúdo nitidamente principiológico e, nesta feição, eventual ofensa teria natureza reflexa ou indireta. No tocante aos arts. 5º, LIV e LV, da CF, 535 e 538 do CPC e 895, "a", da CLT, não vislumbro a ofensa apontada. Conforme acima narrado, as partes estiveram presentes à audiência de instrução, acompanhadas dos respectivos advogados, oportunidade em que tomaram ciência da data de publicação da sentença.Restou consignado no v. acórdão inexistir prova nos autosde que a sentença não estivesse disponível na secretaria da Vara no dia designado para o julgamento da demanda. Nesse contexto, não há de se falar em violação do devido processo legal ou da ampla defesa, nem em afronta aos arts.535 e 538 do CPC e 895, "a", da CLT. As partesforam previamente intimadas da decisão, na forma da Súmula nº 197 do C. TST, estando os autos disponíveis às partes na Secretaria da Vara no dia designado para o julgamento, correndo a partir daí o prazo para a interposição de recurso. MULTA DE 10% SOBRE O AGRAVO Alegação(ões): - violação do art. 5º, II, XXXIV, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da CF; - ofensa ao art. 557, § 2º, do CPC. O Exmo. Juiz Relator, com supedâneo no art. 557, caput, do CPC, denegou seguimento ao recurso ordinário interposto pelas reclamadas, por considerá-lo intempestivo. As reclamadas interpuseram o agravo previsto no § 1º do art. 557 do CPC, pleiteando a reconsideração da decisão agravada, a qual foi mantida pela Egr. 1ª Turma, condenando-se as agravantes ao pagamento da multa prevista no § 2º do art. 557 do CPC. Nas razões de recurso de revista, impugnam as reclamadas a multa aplicada. Alegam que não houve má-fé em sua conduta e que o Colegiado não fundamentoupor que a fixação da multa no percentual máximo. Impossível o seguimento do recurso por afronta aos arts. 5º, LIV e LV, da CF. Os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório só restariam vulnerados se a parte demonstrasse cabalmente que a multa aplicada importaria em grave dificuldade em se defender, o que não ocorreu no caso vertente. Ademais, a penalidade imposta resultou de sua conduta em interpor recurso manifestamente infundado. Intactos, portanto, os dispositivos constitucionais acima mencionados. Quanto ao art. 557, § 2º, do CPC, também não vislumbro a ofensa alegada, senão exata observância dos seus preceitos, tanto em face da sua aplicação, por interposição de agravo manifestamente infundado, como em face do percentual,nos precisos moldes da norma em questão. Não há de se falar também em ofensa ao IX do art. 93 da CF, pois o tema discutido nos autos restou apreciado em decisão suficientemente fundamentada, não havendo que se cogitar de negativa de prestação jurisdicional. Quanto ao art. 5º, II, da Constituição Federal, afigura-se inviável o processamento do recurso, pois tal preceito encerra conteúdo nitidamente principiológico e, nesta feição, eventual ofensa teria natureza reflexa ou indireta. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 1.349; recurso apresentado em 13/06/2008 - fl. 1.356). Regular a representação processual (fl. 184). Satisfeito o preparo (fl. 1.369). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS RECURSO INTEMPESTIVO - SÚMULA Nº 197 DO TST Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 221/TST; - violação do(s) art(s). 5º, II, XXXV, LIV e LV, da CF; - ofensa ao art. 535 e 538 do CPC e 895, caput e "a", da CLT. Pelas mesmas razões já expendidas no recurso anteriormente analisado, denego seguimento ao presente apelo. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/2

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00736-2007-013-10-00-4

Recorrente	Avicultura Francesa Ltda. - AVIFRAN
Advogado	Alessandra Maia Homem Del-Rei
Recorrido	Thiago Leite de Macedo
Advogado	Antônio Marques de Andrade

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Irregularidade de representação. Recurso inexistente. Os ilustres advogados que subscreveram o presente recurso de revista (fls 185/190)não detêm poderes para representar a parte recorrente, pois não possuem procuração nos autos. Portanto, o recurso de revista não existe juridicamente. Outrossim, não se configurou mandato tácito, que ocorre mediante o comparecimentodo advogado à audiência, sem procuração, mas acompanhado do cliente, e não pela simples prática de atos processuais. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00784-2007-018-10-00-4

Recorrente	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Advogado	Rodrigo Madeira Nazário
Recorrido	Jefferson Sousa de Arruda (Recurso Adesivo)
Advogado	Luiz Rodrigues Pereira

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 296; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 297). Regular a representação processual (fls. 60/61 e 194). Satisfeito o preparo (fls. 224, 233, 234 e 301). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DANO MORAL - VALOR DA INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - ofensa aos arts. 944 e 945 do CCB. A Egr. Turma, com fulcro nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade,manteve o valor da indenização fixado na sentençaa título de danos morais. Fundamentou que "a condenação em danos morais não pode servir de porta para o enriquecimento do empregado e nem de punição exacerbada do empregador, sendo apenas uma providência pedagógica, uma vez que o sentimento moral não tem preço, inibidora da prática de outros atos que prejudiquem os empregados" (fl. 292). Insurge-se a reclamadacontra esta decisão. Alega queovalor da indenização foi excessivo eque fere o princípio da razoabilidade. Aponta ofensa aos arts. 944 e 945 do CC.A pretensão recursal não se viabiliza porque, para se rever o patamar da reparação, seria necessário realizar-se nova análiseda adequação daquele valor à extensão dos danos, o que implicaria inevitavelmente no reexamedas provas, o que é defeso no atual estágio, ante o que expressa a Súmula nº 126 do C. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00805-2007-011-10-00-7

Recorrente	Clóvis Martins Lima Filho
Advogado	Américo Paes da Silva
Recorrido	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Milena Rossine Sbravatti

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 1669; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 1670). Regular a representação processual (fl. 46). Inexigível opreparo (fl. 1571). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DANO MORAL - INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - lesão ao art. 5º, XI, da CF; - divergência jurisprudencial. A Eg. 2ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 1.656/1.668, manteve a r. sentençaquanto aoindeferimento do pedido relativo às parcelas rescisórias, concluindo o seguinte: Por todo o exposto, mantenho intacta a sentença que reconheceu como justa a dispensa do reclamante, indeferindo-lhe as parcelas de rescisão. Inconformado, recorre de revista o reclamante, alegando, em resumo, quefoi comprovada violação da sua honra e imagem, requerendo a reforma da r. decisão recorrida, para condenar o reclamado "ao pagamento da indenização por danos morais conforme requerido na inicial." Conforme delimitado no julgado, o recurso do autor, quanto ao pedido de indenização por danos morais deduzido em face da alegação de que a aplicação da justa causa ter ocorridode "forma excessiva e os métodos adotados pelo Banco durante 4 (quatro meses)foram desproporcionais ao desfecho" (fl. 1664), não foi conhecido, porque em relação a tal causa de pedir somente foi apresentado no recurso ordinário, tratando-se, pois, de flagrante inovação à lide. Nesse sentido,osargumentos novamente deduzidos no recurso de revista não se mostrampassíveis de conhecimento, uma vez que, não devolvidos ao Tribunal Regional,nem sequer foram decididos no acórdão recorrido, o que afasta a alegação de ofensa ao dispositivo indicado e de divergência jurisprudencial. A decisão, conforme destacada, pautou-se naprova do fato alegado pela empresa acerca da efetiva ocorrência de conduta desabonadora e reprovável do empregado, ao efetuar "aumentos sucessivos em seu limite de crédito, em curto período de tempo, em benefício próprio, em desobediência evidente às referidas normas" (fl. 1666), referindo-se, exclusivamente, ao indeferimento das parcelas da rescisão, em face do reconhecimento da justa causa. Inviável a análise do recurso, uma vez que aTurma não adotou tese sobre a matéria, à luz dos dispositivos invocados pela parte recorrente. Ausente o prequestionamento, incide a Súmula 297/TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,24dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00813-2007-005-10-00-1

Recorrente	Ana Lúcia da Silva e outros
Advogado	Djalma Nogueira dos Santos Filho
Recorrido	Distrito Federal
Advogado	Patricia Novaes Carvalho

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 177; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 181). Regular a representação processual (fl. 14). Inexigível opreparo (fl. 127 e 175). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS COMPETÊNCIA JUSTIÇA DO TRABALHO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 363/TST; - violação do art. 114, incs. I e VIII, 195, inc. I, alínea "a" e inc. II da CF; - ofensa ao art. 876, parágrafo único da CLT; 28 e 43 da Lei 8.212/91; 104 e 138 do CCB; - divergência jurisprudencial. A Eg. 2ª Turma deste Regional, por meio do v. acórdão às fls. 165/176,pronunciou a incompetência absoluta desta Justiça para apreciar a questão relativa à contribuição previdenciária, extinguindoo processo, no particular, nos termos do art. 267, inc. IV, do CPC. Os autores interpõem recurso de revista pelas razões de fls. 181/199. Insistem na tese acerca dacompetência da Justiça do Trabalho para apreciar a matéria relativa aos recolhimentos previdenciários mesmo decorrentes de contratos de trabalho declarados nulos. Não obstante todos os argumentos expendidos no recurso, constata-se que a decisão, como delimitada, não importa na violação literal e direta dos dispositivos invocados, a ensejar a admissibilidade do recurso, nos moldes estabelecidos pelo artigo 896 da CLT. Trata-se, como visto, de discussão relativa à competência desta Justiça para a execução de ofício das contribuições previdenciárias incidentes sobre o período de vínculo, retidas ilicitamente pelo empregador. Com efeito, o artigo 114, VIII, da Constituição Federal estabelece a competência da Justiça do Trabalho para a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir. De tal modo, a conclusão alcançada pela Eg. Turma não permite se possa afirmar que tenha ela violado literalmente as disposições do referido dispositivo constitucional, pois, nos termos em que delimitado o julgado, trata-se de circunstância em que, a despeito de exibir como premissa a existência de relação de emprego formal, em que o empregador procedia à retenção das cotas devidas pelos empregados, não asrepassava ao INSS. Dentro de tal contexto, concluiu a Turma não havia qualquer substrato trabalhista a atrair a aplicabilidade do artigo 114, VIII, da Constituição, já que "a gênese do ato acoimado de ilícito é de natureza eminentemente extrajudicial, e não decorrente de sentença" (fl. 169). Trata-se, pois, de interpretação conferida pela Eg. Turma aos dispositivos que regem a matéria. Ressalte-se, nesse sentido,areferência expressa aos termos do parágrafo único do artigo 876 da CLT, concluindo a Turma que a competência da Justiça do Trabalhopara a execução de ofíciode contribuições previdenciárias decorre de suas decisões, não sendo esse o caso em discussão. Não há, pois, que se cogitar de ofensa direta e literal aos artigos 114, I, 195, I, "a" e II, da Constituição e876, parágrafo único, da CLT. Quanto aos artigos 28 e 43da Lei 8.212//91 e 104 e 138 do CCBnão procede a alegação de ofensa, à míngua do indispensável prequestionamento (Súmula nº 297/TST). Também não se sustenta o recurso em face da alegação de divergência jurisprudencial. Os arestos de fls.194/197, por seremoriundos de Turmas do C. TST, fontes não autorizada à comprovação de dissenso, nos termos estabelecidos pelo artigo 896, "a", da CLT. Jáos de fls. 189/194, oriundos da 2ª e 21ª Regiões,não detêm a especificidade e a identidade fática necessárias à demonstração de divergência, pois abordam apenas questão relativa à anotação da CTPS em situaçõesem quereconhecida a nulidade da contratação, tratando genericamente da obrigação legal de recolhimento das contribuições previdenciárias. Incide, nesse caso, o entendimento consubstanciado nas Súmulas nºs 23 e 296 do Col. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00816-2007-102-10-00-4

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Leopoldo Gomes Muraro
Recorrido	Cristiane da Silva Oliveira
Advogado	Francisco Fontenele Carvalho

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 28/05/2008 - fl. 93; recurso apresentado em 06/06/2008 - fl. 94). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - MULTA ART. 467 DA CLT Alegação(ões): - violação dos arts. 28, inc. I, § 9º, alínea "e" da Lei 8.212/91 e 467 da CLT. - divergência jurisprudencial. A Eg. 2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 86/89, negou provimento ao recurso ordinário da União, ao fundamentode que "a transação realizada em primeira audiência não ilide a existência de parcelas incontroversas", isso porque"caso o emrpegdor discorde estar obrigado ao pagamento de determinada verba pleiteada, poderá ele, com vistas a por fim ao litígio, abrir mão de seu direito de defesa, conciliando-se com o demandante em audiência". De tal modo, entendeu "cabível a inclusão da multa do art. 467 da CLT como parcela constante da transaçã homologada em Juízo, e, em virtude de sua natureza indenizatória". Nas razões de recurso de revista, às fls. 94/101, a União sustenta que houve fraude ao constar do acordo a multa do art. 467 da CLT, porquanto a transação foi entabulada em audiência inaugural, momento em que sequer havia se instaurado controvérsia. O aresto transcrito às fls. 99/100, oriundo da 4ª Região, demonstra divergência jurisprudencial válida, na medida em que revela tese antagônica àquela adotada pelo Colegiado acerca da possibilidade de se transacionar, em primeira audiência, sobre a multa do art. 467 da CLT, uma vez que, em tal momento processual, não foi oportunizada a defesa, não havendo que se cogitar da existência de parcelas incontroversas, a atrair a aplicabilidade da referida multa. Destarte, diante da divergência jurisprudencial válida, invoco a Súmula nº 285 do Col. TST para remeter à apreciação da Corte Superior a apreciação das demais matérias deduzidas no recurso. CONCLUSÃO RECEBO o recurso de revista. Ao Recorrido, para contra-razões. Após, remetam-se os autos ao Col. TST. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00819-2007-005-10-00-9

Recorrente	José Luiz Leite de Oliveira
Advogado	Francisco Rodrigues Preto Júnior
Recorrido	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF
Advogado	Alessandro Luis dos Reis

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 386; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 387). Regular a representação processual (fl. 12). Dispensado o preparo (fl. 341). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PROGRESSÃO FUNCIONAL - PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS Alegação(ões): - violação do art. 5º, caput, da CF; - ofensa aos arts. 461, § 2º, e 468 da CLT e 269, inc. II, do CPC; - divergência jurisprudencial. O v. Acórdão recorrido está assimementado (fl. 379): PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. ATINGIMENTO DO ÚLTIMO NÍVEL PREVISTO EM TABELA SALARIAL. PROMOÇÕES. NÃO CONCESSÃO. POSSIBILIDADE. Atingindo o empregado o limite da faixa salarial do cargo ocupado, de acordo com a tabela salarial vigente à época de sua admissão, não mais tem direito às novas promoções, cujas regras foram implantadas em Plano de Cargos e Salários com vigência posterior. Inexistindo qualquer irregularidade no procedimento adotado pela empresa quando da migração do empregado para a carreira regida pelo novo Plano de Cargos e Salários, não há que se falar nas diferenças salariais postuladas. Em suas razões recursais (fls. 387/599),o autor assevera que faz jus às progressões funcionais porque restou incontroverso por meio de documento o reconhecimento administrativo acerca da procedência de seu pedido. Alega que com a edição do novo plano não houve alteração nos critérios de promoção por antiguidade e que tais promoções foram expressamente garantidas pelo item 2.6 do novo PCS. O entendimento esposado no v. acórdão não vulnera o art. 5º, caput, da Carta Política, mesmo porque o princípio ali insculpidomostra-se como norma geral do ordenamento jurídico pátrio, sendo necessária a análise da ocorrência de violação de norma infraconstitucional para que se reconheça, somente de maneira indireta ou reflexa, afronta ao seu texto. A Eg. Turma, por outro lado, adotou o entendimento de que a hipótese vertente não se configura como alteração contratual lesiva ao Empregado, visto que a impossibilidade de conceder promoçãoao reclamante decorreu do fato de ele já ter atingido o último nível de sua carreira, o que constitui interpretação razoável dos arts. 461, § 2º e 468 da CLT. Impossível, pois, o trânsito da revista, a teor do disposto na Súmula 221, II, do Col.TST. De outro ângulo,impossível a caracterização de violação à teoria do conglobamento,primeiro porque nenhuma das disposições insertas no art. 896 da CLT viabiliza o recurso de revista em virtude de eventual contrariedade a princípio de direito do trabalho e, segundo,porque o Colegiado, aointerpretar quea pretensão do reclamante é que importaria em desrespeitoàquelateoria,realizou exegese apropriada e regular em relaçãoà matéria, pelo que incide o óbice mencionado no parágrafo anterior. Em relação ao art. 269, inc. II, do CPC,incólume o dispositivo,já que o Regional bem afastou sua incidência, ao entendimento de que a Nota Técnica 001/1993(fls. 131/136) "apenas sugere o modo de gerir o recurso humano da empresa, não vinculando a recorrida", não caracterizando reconhecimento do pedido. Rever o teor do referido documento é procedimento defeso na atual fase nos moldes da Súmula nº 126 do Col. TST. Os arestos colacionados, por seu seu turno,são inespecíficos porque não aludem especificamente à matéria enfrentada nos presentes autos. Ao contrário, abordam a teoria do conglobamento em face de convenções coletivas.Incidência da Súmula nº 296/TST. HONORÁRIOS ASSISTENCIAIS A insurgência veiculada no apelo em relação aos honorários assistenciais não prospera, na medida em,inexistente sucumbência por parte da reclamada, a matéria nem sequer foi analisada na origem. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00822-2007-001-10-00-7

Recorrente	Edivone Ribeiro da Costa
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva
Recorrente	Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF
Advogado	Luiz Antônio Muniz Machado
Recorrido	Edivone Ribeiro da Costa
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva
Recorrido	Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF
Advogado	Luiz Antônio Muniz Machado

Recurso de:Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 530; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 531). Regular a representação processual (fls. 74). Satisfeito o preparo (fls. 417, 465, 464 e 542). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Alegação(ões): - violação dos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da CF; - ofensa aos arts. 832 da CLT e 458 e 535 do CPC. Pugna a reclamada pela nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, ao argumento de que, nada obstante a oposição dos pertinentes embargos de declaração, a Eg. Turma não se manifestou acerca da confissão ficta da reclamante que declarou, em audiência, ter cerca de 230 horas acumuladas no banco de horas, as quais nunca foram pagas, limitando assim o pedido de horas extraordinárias. Em que pesem as razões esboçadas no arrazoado, a alegação de nulidade por negativa de prestação jurisdicional em face da decisão dos embargos declaratórios não se viabiliza. Isso porque o Colegiado, ao contrário do alegado,adotou expresso posicionamento sobre a questão ventilada nos aclaratórios, conforme se verifica do v. acórdão às fls. 528/529, pontuando que as declarações prestadas pela autora não detinham o teor de confissão e nem o efeito de limitar a condenação, porque se tratava de afirmações prestadas por estimativa, sem apuração ou delimitação específica. A jurisdição, com efeito, foi prestada mediante decisão suficientemente motivada, conquanto contrária à pretensão da recorrente. Assim sendo, havendo fundamentação no v. decisum sobre as questões postas em debate, não há falar em afronta aos arts. 93, IX, da Constituição Federal, 458 do CPC e 832 da CLT. Por fim, quanto à suposta violação dos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, da Constituição Federal e535 do CPC, tais dispositivos não constituem fundamento válido a ensejar a admissibilidade de recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional (Orientação Jurisprudencial nº 115 do Col. TST). HORAS EXTRAS Alegação(ões): - violação do art. 5º, II, da CF; - ofensa aos arts. 343 e 348 do CPC. O descontentamento da reclamada emerge da condenação ao pagamento de horas extras. Nesse sentido, aduz, em síntese, que o entendimento manifestado pelo Colegiado violou os dispositivos acima declinados, ao não declarar a confissão real da reclamante. Sem razão, contudo. Inicialmente, quanto ao art. 5º, II, da Constituição Federal, afigura-se inviável o processamento do recurso de revista, porque tal preceito encerra conteúdo nitidamente principiológico e, nesta feição, eventual ofensa teria natureza reflexa ou indireta. Conforme delimitado no v. acórdão regional, a declaração prestada pela autora, em audiência, no sentido de que teria cerca de duzentas e trinta horas acumuladas no banco de horas, as quais jamais foram adimplidas, não caracteriza confissão e nemrestringe a condenação, pois se trata de afirmação baseada em estimativa, sem nenhuma apuração ou delimitação específica, não havendo como se exigir da reclamante a quantização das horas devidas. Diante desse cenário, a conclusão alcançada pela Eg. Turma constitui interpretação razoável dos arts. 343 e 348 do CPC, não dando ensejo ao trânsito do recurso derevista, a teor do disposto na Súmula 221, II, do Col.TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Edivone Ribeiro da Costa PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 530; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 543). Regular a representação processual (fls. 32). Inexigível opreparo (fl. 417). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DANO MORAL - INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - violação dos arts. 1º, III, IV IV, 3º, IV, e 5º, XXXV e XLVI, da CF; - ofensa aos arts. 170, 193 e 818 da CLT e 333, I e II, do CPC. - divergência jurisprudencial A Eg. 2ª Turma, com arrimo no acervo probatório dos autos, considerou que a dispensa da reclamante não configurou ato discriminatório, ressaltando que a despedida decorreu de motivo disciplinar, ante a quebra de confiança. Com efeito, indeferiu o pedido de indenização por danos morais. O v. acórdão, no particular, restou assim ementado, verbis: "EMPREGADO PORTADOR DO VÍRUS HIV. REINTEGRAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO. A prova produzida nos autos revelou que não houve discriminação da reclamada na dispensa do reclamante, mas que esta decorreu de motivo disciplinar, ante a quebra de confiança promovida pela atitude da autora. Assim, a sentença que julgou improcedentes os pedidos de declaração de nulidade de sentença, reintegração e indenização por dano moral e material deve ser mantida." Inconformada, insurge-se a reclamantecontra a decisão alegando, em síntese, que a moldura fática assentada nos autos revelou que o seu desligamento decorreu de ato discriminatório. Nesse contexto, pugna pela reparação por danos morais, em virtude da condutapatronalser socialmente reprovável. Sem razão, entretanto. Conforme relatado,o Colegiado, com supedâneo na prova oral produzida, afastou a tese de que a dispensa foi discriminatória, pontuando que a ruptura contratualse deu em razão de ordem disciplinar (quebra de fidúcia). Ora, rever tal decisão implicaria inevitavelmente o reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula nº 126/TST e inviabiliza o seguimento do apelo. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília, 24 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /lbj/2

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00824-2007-019-10-00-4

Recorrente	Nilson Alves Ruas
Advogado	Mário Thiago Gomes de Sá Padilha
Recorrido	Serveng - Civilsan S.A.- Empresas Associadas de Engenharia
Advogado	Osmar Mendes Paixão Côrtes

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 09/05/2008 - fl. 464; recurso apresentado em 16/05/2008 - fl. 465). Regular a representação processual (fl. 14). Dispensado o preparo (fl. 463). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS ENQUADRAMENTO SINDICAL Alegação(ões): - ofensa ao art. 581, § 1º, da CLT; - divergência jurisprudencial. A Egr. 1ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão de fls. 455/463, deu provimento ao recurso ordinário interposto pela reclamada e julgou improcedentes os pedidos deduzidos à exordial. A decisão restou assim ementada, in verbis : NORMA COLETIVA. ENQUADRAMENTO SINDICAL PATRONAL. ATIVIDADE PREPONDERANTE. O enquadramento sindical patronal se dá em função da atividade preponderantemente desenvolvida pela empresa. Comprovado que a atividade preponderante da reclamada situa-se na área da indústria da construção pesada, tem-se que a demandada encontra-se vinculada ao Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - SINICON, não estando obrigada ao cumprimento das normas coletivas entabuladas entre o sindicato profissional e o Sindicato da Indústria da Construção Civil e do Mobiliário do DF - SINDUSCON. Inconformado, oreclamante interpõe recurso derevista, às fls. 465/471, insistindo na aplicação dos instrumentos coletivos trazidos na peça vestibular. Conforme delineado no v. acórdão regional,as atividades de construção civil da ré indicam atuação no ramo da construção pesada, razão pela qual aplicáveis ao recorrente a CCT firmada entre o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - SINICON e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília - STICMB. A pretensão de rever tal entendimento demanda o reexame de fatos e provas, vedado na instância extraordinária, a teor da Súmula nº126 do C.TST. Nesse contexto, incólume o dispositivo tido por violado. Sob o prisma da divergência jurisprudencial, de igual modo, o apelo não se viabiliza, porque o único aresto trazido para confronto é oriundo desta Eg. Corte, não satisfazendo as exigências previstas na alínea "a" do art. 896 da CLT (OJ nº 111 da SBDI-1 do C. TST). CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00832-2007-020-10-00-0

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Dharla Giffoni Soares
Recorrido	José Ribamar Ferreira dos Santos
Advogado	Leandro Oliveira Alves

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 28/05/2008 - fl. 148; recurso apresentado em 06/06/2008 - fl. 149). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - MULTA ART. 467 DA CLT Alegação(ões): - violação dos arts. 28, inc. I, § 9º, alínea "e" da Lei 8.212/91 e 467 da CLT. - divergência jurisprudencial. A Eg. 2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 141/145, negou provimento ao recurso ordinário da União, ao fundamento basilar de que não incide a contribuição previdenciária sobre a multa do artigo 467 da CLT, objeto deacordo realizado em primeira audiência,em face de sua natureza indenizatória. Nas razões de recurso de revista, às fls. 149/156, a União sustenta que houve fraude ao constar do acordo a multa do art. 467 da CLT, porquanto a transação foi entabulada em audiência inaugural, momento em que sequer havia se instaurado controvérsia. Com efeito, delimitou-se no julgado que as partes, na audiência inaugural, resolveram por fim ao litígio e que, nos termos do artigo 467 da CLT, deve ser paga nesta oportunidade a parte incontroversa das parcelas rescisórias, ressaltando-se, inclusive, que "no momento do ajuizamento da ação, impossível ao autora quantificar tal verba, posto que a controvérsia ou incontrovérsia não está estabelecida, somente sendo possível aferir tal qualidade após o oferecimento da defesa" e que "a transação realizada entre as partes em primeira audiência não ilide a existência de parcelas incontroversas", esclarecendo, ainda, que"casoo empregador discorde estar obrigado ao pagamento de determinada verba pleiteada, poderá ele, com vistas a por fim ao litígio, abrir mão de seu direito de defesa, conciliando-se com o demandante em audiência, inclusive quantoàs verbas que entendesse devidas". E concluiu a Turma que "a referida multa pode incidir, inclusive, sobre valores que não necessariamente estarão integralmente indicados no acordo, o que, desde que atenda certa razoabilidade, permite que o valor para ela estabelecido seja superior a 50% daquele obtido pela soma das verbas rescisórias incontroversas que constam da conciliação."(fls. 143 e 144). O arestocolacionado às fls. 154/155, oriundo do TRT da 4ª Região, demonstra divergência jurisprudencial válida, na medida em que revela tese antagônica àquela adotada pelo Colegiado, ou seja, concluiu pelaimpossibilidade de se transacionar, em primeira audiência,acerca damulta do art. 467 da CLT, em face da inexistência do reconhecimento de parcelas incontroversas, já que nem sequer fora produzida a contestação, ainda mais quando a referida parcela objeto de transação detém valor significativo dentro da importância total do acordo homologado, acrescentando que, "mesmo que reconhecendo que às partes compete a discriminação das parcelas do acordo e atribuição das respectivas naturezas, é relevante que se atente para a impropriedade da transação concernente à multa do art. 467 da CLT e respectivo valor, na espécie", concluindo, assim, pela incidência das contribuições previdenciárias sobre a referida multa. Assim, demonstradadivergência jurisprudencial válida, determina-se a remessa dos autos ao Col. TST para a devida apreciação do tema. CONCLUSÃO RECEBO o recurso de revista. Ao Recorrido, para contra-razões. Após,remetam-se os autos ao Col. TST. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00837-2007-102-10-00-0

Recorrente	Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal - SINPROEP/DF
Advogado	Júlio César Borges de Resende
Recorrente	União Brasiliense de Educaçao e Cultura - UBEC
Advogado	Alberto Magno da Mata
Recorrido	Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal - SINPROEP/DF
Advogado	Júlio César Borges de Resende
Recorrido	União Brasiliense de Educaçao e Cultura - UBEC
Advogado	Alberto Magno da Mata

Recurso de:Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal - SINPROEP/DF PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 553; recurso apresentado em 30/05/2008 - fl. 554). Regular a representação processual (fl. 12). Inexigível opreparo (fl. 503). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS MULTA CONVENCIONAL Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 7º, XXVI, da CF; - ofensa ao art. 611, §1º, e 618 da CLT. A Eg. 2ª Turma, por meio do v. acórdão

proferido às fls. 544/552, manteve a r. sentençaquando ao indeferimento do pedido de pagamento de multa convencional. Pontuou que o Juízo de primeiro grau fixou a data de vigência do ACT 2006/2007 como termo final para a implantação do plano de carreira, encerrando controvérsia acerca da data de cumprimento da obrigação. Registrou que a cláusula não continha data para seu cumprimento.Registrou que foi homologado o Plano de Cargos e Salários da Universidade Católica de Brasília, conforme Portaria MTE n.º 19 de 5/3/2008. O sindicato autor interpõe recurso de revista (fls. 554/557), insistindo na multa convencional. Sustenta que o prazoestabelecido em Convenção Coletiva (Cláusula 50ª)para que ainstituiçãodê cumprimento ao estabelecido na cláusula 32ª é de 45 dias. Argumenta que apenas cumpriu o que estava previsto na CCT da categoria e que a notificação extrajudicial com o prazo de 45 dias está dentro das normas convencionais, bem como a multa peloeventual descumprimento da obrigação estipulada. Aduz que a não aplicação da multa convencional, in casu, fere as regras que disciplinam a autonomia e a autotutela coletiva no Direito do Trabalho consagradas pelo texto constitucional e pela CLT. Conforme delimitado no v. acórdão, a Eg. Turma entendeu por bem manter a r. sentença quanto à não aplicação imediata da multa pleiteada, porque o prazo para cumprimento da obrigação restou fixado apenas em Juízo, na oportunidade da prolação da sentença. Assim, não há de se falar em violação do art. 7º, XXVI, da CF ou ofensa ao art. 611, §1º, e 618 da CLT, pois a negociação coletiva entabulada entre as partes foi observada, restando impossível a aplicação da cláusula penal, porque o instrumento normativo não fixou data para cumprimento da obrigação, a partir de quando, então, a reclamada poderia ser constituída em mora. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:União Brasiliense de Educaçao e Cultura - UBEC PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 552; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 558). Regular a representação processual (fl. 79). Satisfeito o preparo (fls. 503, 510 e 572). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA - AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO Alegação(ões): - ofensa ao art. 625-A, e seguintes, da CLT. A Eg. 2ª Turma, por meio do v. acórdão proferido às fls. 544/552, manteve a r. sentença em que se afastou a preliminar de extinção do feito por ausência de submissão à Comissão de Conciliação Prévia. Contra tal decisão, insurge-se a reclamada por meio das razões de recurso de revista às fls. 558/570, insistindo na nulidade. De início, registro que a interposição de recurso de revista por violação tem comopressuposto a indicação expressado dispositivo de lei ou da Constituição tido como violado. Assim,o juízo prévio de admissibilidade do recurso, no particular, terá como norte a indicação de ofensa ao artigo 625-A da CLT, exclusivamente. O art. 625-A da CLT prevê que as empresas e sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho. Diante do teor do dispositivo, impossível o seguimento do recurso por sua ofensa quando a reclamada pretende a declaração de extinção do feito por ausência de pressuposto processual, pois o artigo não trata do tema. AÇÃO DE CUMPRIMENTO. PROFESSORES. PLANO DE CARREIRA. Neste tópico, a insurgência se encontra desfundamentada, porquanto aparte recorrente não se reporta aos pressupostos específicos do recurso de revista, nos termos do art. 896, da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/2

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00839-2007-014-10-00-0

Recorrente	União (Ministério do Trabalho)
Advogado	Iolaine Kisner Teixeira
Recorrido	Fundação Lindolfo Collor - FUNDALC
Advogado	Elízio Rocha Júnior
Recorrido	Wellington Nunes de Oliveira
Advogado	Fabrício Trindade de Sousa

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 29/05/2008 - fl. 323; recurso apresentado em 13/06/2008 - fl. 324). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA Alegação(ões): - violação do art. 2º, 5º, inc. II, 22, 37, § 6º, 44 e 48 da CF; - violação do art. 66, 71, § 1º, da Lei nº 8666/93; - divergência jurisprudencial. A Eg. 2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 312/320, negou provimento ao recurso da União e manteve sua condenação subsidiária ao pagamento das verbas rescisórias, com fundamento na Súmula nº 331, IV, do Col. TST. Recorre de revista a União (fls. 324/339). Requer a reforma do julgado para que seja afastada sua responsabilidade subsidiária. Conforme delimitado no julgado, o reclamante foi contratado pela primeira reclamada, prestadora dos serviços, para trabalhar para a segunda reclamada, tomadora dos serviços. Dentro de tal contexto, insuscetível de reexame pela instância extraordinária é que foi determinada a responsabilidade subsidiária da União pelos créditos trabalhistas reconhecidos, em consonância, portanto, com o entendimento consubstanciado na Súmula nº 331, IV, do Col. TST. Não há que se cogitar, pois, de ofensa aos dispositivos indicados, tampouco em divergência jurisprudencial válida para o cotejo de teses. Até porque o art. 2º da Constituição está inserido no título dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, tratando-se, assim, de princípios gerais de Direito Constitucional que estabelecem, respectivamente, a formação da República Federativa do Brasil e a independência e harmonia dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. Não se pode admitir que a imposição de condenação subsidiária implique afronta deste princípio fundamental. Quanto ao art. 5º, inc. II, o apelo também não se viabiliza, pois não se cogita do reconhecimento de afronta direta, já que o princípio nele insculpido mostra-se como norma geral do ordenamento jurídico pátrio, sendo necessária a análise da ocorrência de violação de norma infraconstitucional para que se reconheça, somente de maneira indireta ou reflexa, ofensa ao seu texto. No que se refere aos arts. 22, 44e 48 também da Constituição, o Eg. Regional não vulnerou a literalidade de seus textos, na medida em que a aplicação de súmula da Corte Superior não se enquadra em conduta de legislar, mas, tão-somente, de pacificar o entendimento sobre determinada matéria. O art. 37, § 6º, da Constituição Federal trata da responsabilidade objetiva da administração pública pelos danos causados pelos seus agentes na prestação de serviços públicos. No caso concreto, a União, beneficiária do trabalho despendido pela autora, celebrou contrato por meio de licitação com empresa prestadora de serviços e sua responsabilidade subsidiária, na esfera dos direitos trabalhistas, decorre da culpa na contratação de empresa inidônea e da falta de fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, de modo que não se reconhece a violação do dispositivo Constitucional. Também não se verifica violação dos arts. 66 e 71 da Lei nº 8666/93, pois a responsabilidade subsidiária da União pelos débitos trabalhistas contraídos pela empresa prestadora dos serviços encontra fundamento na interpretação sistemática da legislação trabalhista, inclusive de seus princípios, que possuem caráter protecionista. Com efeito, é patente que o v. acórdão regional está em consonância com a Súmula nº 331, IV, do TST, o que obsta a admissibilidade do recurso, inclusive por divergência jurisprudencial (Súmula nº 333/TST e art. 896, § 4º, da CLT). LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO Alegação(ões): - divergência jurisprudencial. O descontentamento da União decorre da decisão que a condenou, na forma subsidiária, ao pagamento das multas contidas nos arts. 467 e 477 da CLT, bem como da indenização do FGTS. Nesse sentido, aduz, em síntese, que, conforme a jurisprudência pátria, a responsabilidade subsidiária do ente público deve ser limitada às obrigações contratuais principais, aí não incluídas as multas, penalidades e outras conseqüências estendidas pela condenação em face de dolo, culpa ou ato exclusivo do empregador. Sem razão, contudo. A Súmula nº 331, IV, do Col. TST, ao estabelecer a responsabilidade subsidiária, não excetua as parcelas decorrentes de penalidades impostas ao prestador de serviços. De outra parte, a tese trazida nos arestos está superada pela jurisprudência do Col. TST, que firmou entendimento de que a responsabilidade subsidiária abrange todos os haveres trabalhistas, inclusive as multas (E-ED-RR-715.443/2000, DJ de 30/3/2007, Rel. Min. Lélio Bentes Corrêa; E-RR-199/2004-014-10-00, DJ de 16/3/2007, Rel. Min. João Batista Brito Pereira; E-RR-215/2004-014-10-00, DJ de 24/11/2006, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga). Aplicação da Súmula nº 333/TST e do art. 896, § 4º, da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mdpf/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00844-2007-011-10-00-4

Recorrente	União (Ministério do Trabalho)
Advogado	Iolaine Kisner Teixeira
Recorrido	Elzimar Falcão Menezes
Advogado	Fabrício Trindade de Sousa
Recorrido	Fundação Lindolfo Collor - FUNDALC
Advogado	Elízio Rocha Júnior

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 27/05/2008 - fl. 338; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 340). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE CARÊNCIA DA AÇÃO COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA Alegação(ões): - ofensa ao art. 625-A da CLT. - divergência jurisprudencial Sob o argumento de que o reclamante submeteu-se à comissão de conciliação prévia diversa da que pertence o seu empregador, reiteraa reclamada, em sede de recurso de revista,a extinção do feito sem resolução do mérito. Sem razão, contudo. Depreende-se do v.acórdão às fls. 325/335, que apesar do enquadramento sindical balizar-se pela atividade econômica preponderante do empregador, quando este exerce mais de uma, "nem o autor, nem a União, demonstram sera atividade preponderante da Fundação reclamada outra que não a prestação de serviços gráficos ao Ministério". E acrescentou: "seja por isso, seja pelos fins sociais da entidade, não há como sujeitar o autor à conciliaçãoperante comissão criada pelo Sindicato de Asseio e Conservação" (fl. 328). Portanto, como o autor se submeteu à comissão de conciliação prévia referentea atividadeque exercia, qual seja, a comissão instituída pelo Sindicato das Indústrias Gráficas do Distrito Federal,satisfez-se o requisito exigido, mostrando-se, pois, incólume o art. 625-A da CLT. Por fim, no que diz respeito à alegação de divergência jurisprudencial, o aresto colacionado à fl. 343 é oriundo de Turma deste Tribunal Regional, não cumprindo, pois, as exigências estabelecidas no artigo 896, "a", da CLT. PRELIMINAR DE NULIDADE RESERVA DE PLENÁRIO Alegação(ões): - violação do art. 97 da CF. - divergência jurisprudencial A União argumenta que não foi respeitada a reserva de plenário ao se declarar a inconstitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993. A alegada nulidade não se viabiliza na medida em que o Eg. Colegiado não pronunciou a inconstitucionalidade do referido dispositivo legal,limitando-se a aplicar entendimento sumular acerca doacerca do referido dispositivo legal, o qual por sua veztambém não contém nenhuma declaração de inconstitucionalidade. Assinale-se que o paradigma oriundo do Excelso STF revela-se inservível para fins de confronto de teses, por não atender às exigências previstas na alínea "a" do artigo 896 da CLT. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 2º; 5º, inc. II; 22; 37,§ 6º e 48 da CF; - ofensa aos arts. 66 e 71, §1º, da Lei nº 8.666/93 e 265 do CCB. - divergência jurisprudencial. A Eg.3ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 325/335,manteveacondenação subsidiáriaao pagamento das verbas rescisórias, com fundamento na Súmula nº 331, IV, do Col. TST. Recorre de revista a União (340/354). Requer a reforma do julgado para que seja afastada sua responsabilidade subsidiária. Conforme destacado, foi reconhecida a responsabilidade subsidiária da União pelo pagamento dos créditos deferidos ao autor, nos exatos termos do entendimento consagrado pela Súmula 331, IV, do Col. TST. Ressaltou-se no v. acórdão a ocorrência de contrato de prestação de serviços em que o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador conduz à responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços prestados pelo empregador. Dentro de tal contexto, afastam-se as alegações deduzidas, ressaltando-se que a referida súmula reflete a interpretação da Superior Corte Trabalhista acerca dos dispositivos que regem a matéria. Além do que, o próprio artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, invocado pela recorrente, trata da responsabilidade objetiva da Administração Pública pelos danos causados pelos seus agentes na prestação de serviços públicos. No caso concreto, a União, beneficiária do trabalho despendido pelo autor, celebrou contrato por meio de licitação com empresa prestadora de serviços e sua responsabilidade subsidiária, na esfera dos direitos trabalhistas, decorre da culpa na contratação de empresa inidônea e da falta de fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, de modo que não se reconhece violação dos dispositivos constitucionais indicados. Assim, não se verifica a alegada violação dos artigos 66 e 71, §1º,da Lei nº 8.666/93, na medida em que a responsabilidade subsidiária da União pelos débitos trabalhistas contraídos pela empresa prestadora dos serviços encontra, como dito, fundamento na interpretação sistemática da legislação trabalhista, inclusive de seus princípios, que possuem caráter protecionista. Com efeito, constata-se que o v. acórdão regional está em consonância com a Súmula nº 331, IV, do Col. TST, o que obsta a admissibilidade do recurso de revista, nos termos do entendimento consagrado no artigo 896, § 4º, da CLT e da Súmula 333/TST, mostrando-se, pois, superados os arestos trazidos a confronto de teses. Quanto à alegada ofensa ao art. 265 do CCB, o recurso não se viabiliza, uma vez que, nos autos, não se discute a matéria à luz da responsabilidade solidária. Inteligência da Súmula 297/TST. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO Alegação(ões): - divergência jurisprudencial. O descontentamento da União decorre da decisão que a condenou, na forma subsidiária, ao pagamento das multas contidas nos arts. 467 e 477 da CLT, bem como da indenização do FGTS. Nesse sentido, aduz, em síntese, que, conforme a jurisprudência pátria, a responsabilidade subsidiária do ente público deve ser limitada às obrigações contratuais principais, aí não incluídas as multas, penalidades e outras conseqüências estendidas pela condenação em face de dolo, culpa ou ato exclusivo do empregador. Sem razão, contudo. A Súmula nº 331, IV, do Col. TST, ao estabelecer a responsabilidade subsidiária, não excetua as parcelas decorrentes de penalidades impostas ao prestador de serviços. De outra parte, a tese trazida nos arestos está superada pela jurisprudência do Col. TST, que firmou entendimento de que a responsabilidade subsidiária abrange todos os haveres trabalhistas, inclusive as multas (E-ED-RR-715.443/2000, DJ de 30/3/2007, Rel. Min. Lélio Bentes Corrêa; E-RR-199/2004-014-10-00, DJ de 16/3/2007, Rel. Min. João Batista Brito Pereira; E-RR-215/2004-014-10-00, DJ de 24/11/2006, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga). Aplicação da Súmula nº 333/TST e do art. 896, § 4º, da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00848-2007-003-10-00-8

Recorrente	Tânia Pinto Damasceno
Advogado	José Eymard Loguércio
Recorrido	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Carlos Alberto de Souza

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 202; recurso apresentado em 03/06/2008 - fl. 207). Regular a representação processual (fl. 8). Dispensado o preparo (fl. 154). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS APOSENTADORIA ESPONTÂNEA - SERVIDOR PÚBLICO - MULTA DE 40% DO FGTS Alegação(ões): - violação do art. 7º, I, da CF; - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdãoàs fls. 184/201,negou provimentoao recurso ordinário interposto pela reclamante, mantendo a r. sentença em que sejulgou improcedente o pedido deduzido na reclamação trabalhista. Entendeu como perfeitamente válido e eficaz o pedido de desligamento formulado pela autora,pelo que concluiu ser indevido o pedido de pagamento de parcelas próprias da despedida sem justa causa, incluindo a multa de 40% sobre o FGTS. Insurge-se aautora contra a decisão, sustentando, em síntese, que a causa da dissolução do pacto laboralfoia sua aposentadoria e que existe um regulamento interno do reclamado que proíbe a continuidade do vínculo depois da concessão de aposentadoria. Não se constata a alegada ofensa ao art. 7º, I, da Constituição Federal,uma vez que tal preceito faz referência à despedida arbitrária ou sem justa causa e a r. decisão regional foi no sentido de que não houve despedimento nos moldes ali citados, mas, sim, que o afastamento do emprego se deu por iniciativa da empregada, não fazendo jus a parcelas rescisórias próprias do despedimento sem justa causa. Nesse sentido, consignou-se no julgado a existência de prova ademonstrar que a empregada pediu seu desligamento voluntário da empresa (fl. 200), situação fática, aliás, insucetível de reexame pela instância extraordinária (Súmula nº 126/TST). HONORÁRIOS ASSISTENCIAIS A insurgência veiculada no apelo em relação aos honorários assistenciais está prejudicada, em face da manutenção da improcedência do pedido, não havendo, pois, nem sequer sucumbência por parte do reclamado. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,24 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00848-2007-008-10-00-0

Recorrente	Francismá Soares de Sousa
Advogado	José Eymard Loguércio
Recorrido	BRB - Banco de Brasília S.A.
Advogado	Liliane Ferreira Porfírio

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 503; recurso apresentado em 09/06/2008 - fl. 507). Regular a representação processual (fl. 10). Dispensado o preparo (fl. 442). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Alegação(ões): - violação dos arts. 93, IX, da CF. - ofensa ao art. 832 da CLT e 535 do CPC. A reclamada insiste na nulidade do v. acórdão por negativa de prestação jurisdicional, questão argüida nos embargos de declaração, pois a Eg. Turma deixou de registrar que o autor recebeu gratificação de função por 24 anos e deixou de analisar a alegação de que não pediu para ser cedido. Pontua que tais fatos são imprescindíveis para a aplicação da Súmula 372/TST. Dispõe o art. 93, IX, da Constituição Federal que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões. Da leitura do acórdão, verifico que a Eg. Turma manteve o indeferimento dos pedidos deduzidos na reclamação trabalhista, analisando as teses relevantes trazidas pelas partese mediante reapreciação da prova dos autos. Verificoà fl. 482 que do v. acórdão consta a transcrição de trecho da r. sentença no sentido de que o exercício de funções gratificadas por mais de 10 anos ininterruptos não foi contestado nos autos. A transcrição é suficiente ao delineamento fático pretendido pelo recorrente quanto ao tempo de exercício de função gratificada. Quanto à alegação de que não foi do autor a iniciativa para a cessão, a questão foi amplamente debatida e a Eg. Turma concluiu positivamente. Eventual inconformismo com a análise não tem pertinência com a completude da prestação jurisdicional, e, sim, com o próprio mérito do provimento. Restaram observadas as prescrições contidas nos artigos 93, IX, da CF e 832 da CLT, não havendo de se falar em negativa de prestação jurisdicional. Por fim, quanto à suposta ofensa ao artigo 535 do CPC, o dispositivo não constitui fundamento válido a ensejar a admissibilidade de recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional (Orientação Jurisprudencial nº 115 do Col. TST). GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. SUPRESSÃO. JUSTO MOTIVO. Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 372, I,/TST; - violação do(s) art(s). 7º, VI, da CF; - ofensa ao art. 457, § 1º, e 468 da CLT. A Eg. 3ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 480/489, manteve a r. sentença quanto à improcedência do pedido de diferenças em decorrência da incorporação da gratificação de função. Pontuou que a gratificação de função de confiança é contraprestação condicionada ao exercício de função comissionada. Então, cedido o empregado ao Governo do Distrito Federal, a pedido, segue-se a supressão do correspondente pagamento, não se garantindo ao empregado, ainda que exercida a função de forma habitual, a incorporação de parcela comissionada à remuneração, mormente em se considerando que, in casu , ocorreu o justo motivo, excepcionalidade prevista na Súmula nº 372, I, do Colendo TST. Oreclamante interpõe o recurso de revista às fls. 507/515, insistindo na procedência do pleito. Sustenta que a cessão, ainda que a pedido, não configura justo motivo para a supressão da gratificação, porquanto a ressalva contida na Súmula 372 diz respeito ao desempenho do empregado. Não há de se falar em contrariedade à Súmula 372 do Colendo TST, pois, conforme delineamento fático do v. acórdão, o autor nãofoi revertido ao cargo efetivo unilateralmente, hipótese de incidência do verbete. Ao contrário, por sua iniciativa, deixou de exercer a função ensejadora da gratificação para ocupar cargo na administração do GDF. Registro que o entendimento excepciona o poder diretivo do empregador e, portanto, não pode ser aplicado por analogia. De outro lado, inviável a apreciação de ofensa aos artigos 457, § 1º e 468 da CLT, bem como de violação ao artigo 7º, VI, da CF, por ausência de prequestionamento (TST, Súmula 297). CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00856-2007-012-10-00-5

Recorrente	Fernando Chinaglia Distribuidora S.A.
Advogado	Flávio Buonaduce Borges
Recorrido	Manoel Rosa Teixeira
Advogado	Newton Rubens de Oliveira

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 174; recurso apresentado em 13/06/2008 - fl. 175). Regular a representação processual (fls. 165). Satisfeito o preparo (fls. 113, 117, 116 e 192). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL Alegação(ões): - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 150/151, complementado pela decisão proferida em sede de embargos de declaração às fls. 170/173, não conheceu do recurso ordinário da reclamada, por inexistente. Salientou queo instrumento de outorga de poderes veio aos autos em fotocópiainautêntica, o que configura irregular a representação processualdo subscritor da peça processual. Insurge-se a ré contra a decisão sustentando, em resumo, a validade da procuração, visto que o documento apresentado em cópia não autenticada é valido quandonão há impugnação da parte contrária no momento oportuno, como no caso sob exame. Sem razão, entretanto. Conforme jurisprudência reiterada e pacífica do Col. Tribunal Superior do Trabalho,o instrumento de mandato válido faz prova da regularidade da representação da parte em Juízo. Desse modo, deve vir aos autos em via original ou em fotocópia autenticada, observando-se as disposições contidas no artigo 830 da CLT, até o momento da interposição do recurso, sob pena de configurar irregularidade de representação, resultando na inexistência do apelo, na forma da Súmula nº 164, que dispõe, verbis: "PROCURAÇÃO. JUNTADA. O não-cumprimento das determinações dos §§ 1º e 2º do art. 5º da Lei nº 8.906, de 04.07.1994 e do art. 37, parágrafo único, do Código de Processo Civil importa o não-conhecimento de recurso, por inexistente, exceto na hipótese de mandato tácito." Diante desse cenário, o recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 333/TST. Registre-se, por fim, que as demais matérias ventiladas no apelo carecem do necessário prequestionamento - incidência da Súmula nº 297/TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /lbj/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00864-2007-006-10-00-0

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Ticiana Lopes Pontes
Recorrido	Geraldo Clodomir Freitas Venâncio
Advogado	Marco Aurélio Ghisleni Zardin
Recorrido	Viação Pioneira Ltda.
Advogado	Marcus Ruperto Souza das Chagas

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 21/05/2008 - fl. 57; recurso apresentado em 03/06/2008 - fl. 59). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - MULTA ART. 467 DA CLT Alegação(ões): - ofensa aos arts. 467 da CLT; 28, inc. I, §9º, alínea "e", da Lei nº 8.212/91. - divergência jurisprudencial A Eg. 3ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 51/54, negou provimento ao recurso ordinário da União, adotando o fundamento de que a multa do art. 467 da CLT possui natureza indenizatória e foi devidamente discriminada no acordo entabulado entre as partes, o que afastaria a incidência de contribuição previdenciária sobre a referida parcela. Nas razões de recurso de revista (fls. 59/66), a União sustenta que tentou demonstrar a ocorrência de fraude no acordo entabulado, já que nem sequer foi reconhecida a existência de direitos incontroversos, pois o referido acordo foi feito na audiência inaugural, sem oportunizar qualquer defesa ou reconhecimento de direitos incontroversos por parte do reclamado. Assim, conclui que a referida parcela não deve ser reconhecida para efeitos de discriminação, devendo ser considerada parcela salarial e, portanto, sujeita a incidência de contribuição previdenciária. O inciso I do art. 28 da lei 8.212/91 define como salário-de-contribuição, para o empregado e trabalhador avulso, a remuneração efetivamente recebida ou creditada a qualquer título, durante o mês em uma ou mais empresas, inclusive os ganhos habituais sob a forma de utilidades, ou seja, não trata da penalidade prevista no art. 467 da CLT. De igual forma, as importâncias previstas nos itens 1 a 9 da alínea "e" do mesmo dispositivo não contemplam a parcela. Assim, afasto as ofensas alegadas. Os arestos colacionados não servem ao confronto de teses, pois as ementas transcritas às fls. 62/63 são oriundas deste Tribunal, fonte não autorizada à demonstração de divergência, nos termos do artigo 896,"a", da CLT. Já aquela oriunda do TRT da 4ª Região é inespecífica, na medida em que não aborda a matéria sob a ótica em que se pautou a decisão recorrida, ou seja, no acórdão recorrido o fundamento da decisão foi a existência de devida discriminação das parcelas acordadas como sendo de natureza indenizatória, nos termos do artigo 832, § 3º, da CLT, não havendo no acórdão qualquer delimitação acerca do fato de não ter havido o reconhecimento de parcelas incontroversas. De tal modo, impossível qualquer confronto de teses, em face do aresto colacionado em que analisadas premissas fáticas não delimitadas na situação em julgamento, quais sejam, acordo efetivado na primeira audiência, sem o reconhecimento da existência de parcelas incontroversas, além da abusividade na discriminação da parcela em discussão a configurar a fraude ali perpetrada. Incidência da Súmula nº 296/TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00868-2007-003-10-00-9

Recorrente	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ/DF
Advogado	Luís Maurício Lindoso
Recorrente	Rosely Dias de Souza
Advogado	Magda Ferreira de Souza
Recorrido	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ/DF
Advogado	Luís Maurício Lindoso
Recorrido	Dinâmica Administração Serviços e Obras Ltda.
Advogado	Márcio Herley Trigo de Loureiro
Recorrido	Rosely Dias de Souza
Advogado	Magda Ferreira de Souza

Recurso de:Rosely Dias de Souza PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 11/04/2008 - fl. 610; recurso apresentado em 16/04/2008 - fl. 613). Regular a representação processual (fl. 17). Inexigível opreparo (fl. 609). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS QUEBRA DE CAIXA. Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, caput, e 7º, XXX, da CF; - ofensa ao art. 8º, caput, da CLT, e 12, "a" da Lei nº 6.019/74. - divergência jurisprudencial A Eg. 3ª Turma desta Corte, por meio do acórdão às fls. 587/609,deu provimento aorecurso ordinário interposto pela 1ª reclamada,para excluir da condenaçãoo pagamento de gratificação atítulo de "quebra de caixa".Entendeu o Colegiado que a autora não fazia jus à percepção da citada gratificação porque os instrumentos normativosnos quaisopedido estava baseado nãofavoreciam a recorrente,já que eramaplicáveisaos empregados da segunda reclamada, os quaisingressaram na Administração Pública por meio deconcurso público. Registrou, ainda,a impossibilidade deaplicação do ACT pactuado entre o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários do Distrito Federal - SINDMETRÔ-DF - e a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ-DF, porque as disposições emanadasdessa normaalcançava apenas as empresas participantes da negociação, não aproveitando, portanto, à autora, empregada da empresa terceirizada. A reclamante interpõe recurso de revista (fls. 613/628) e insiste no deferimento do pedido em observância ao princípio da isonomia. Sob o enfoque da alegada violação do art. 5º, caput , da Constituição Federal, o apelo não se viabiliza, pois o princípio nele insculpido mostra-se como norma geral do ordenamento jurídico pátrio, sendo necessária a análise da ocorrência de violação de norma infraconstitucional para que se reconheça, somente de maneira indireta ou reflexa, afronta ao seu texto. Quanto à alegada violação ao art, 7º, XXX, também impossível o processamento do recurso de revista, poistal dispositivo veda a diferenciação salarial por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, hipótese estranha à discussão levada a efeito nestes autos. Por sua vez, inviável a análise do recurso quanto à alegada ofensa aos arts. 12, alínea "a", da Lei nº 6.019/74,e8º, caput , da CLT, uma vez que aEg. Turma não adotou tese sobre a matéria à luz das disposições contidas em tais preceitos. Ausente o prequestionamento, incide a Súmula nº 297/TST. O recurso também não prospera por divergência jurisprudencial. Os arestos de fls. 617/620,o segundo da fl. 621 e o segundode fl. 627, oriundos de turma destaCorte e do TST, são inservíveis ao confronto de teses, à luz do art. 896, alínea "a", da CLT. Os demais arestos (fls. 621/622 e 625/627) sãoinespecíficos, pois não enfrentam os fundamentos adotados na decisão impugnada quanto à não aplicação dos instrumentos normativos à reclamante, já que direcionados aos empregados da segunda reclamada, os quais ingressaram na Administração Pública por meio de concurso público, e o fato de as disposições do ACT celebrado entre o SINDMETRÔ-DFe a 2ª reclamada alcançarem apenas as empresas participantes da negociação. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ/DF PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 11/04/2008 - fl. 610; recurso apresentado em 22/04/2008 - fl. 629). Regular a representação processual (fl. 278). Tendo em vista a ausência de comprovação do pagamento de custas, o recurso se encontra deserto. Note-se quea guia DARF, à fl. 527, não contém autenticação e o comprovante a ela anexadonão registra nenhum dado que o vincule à citada guia ou ao processo. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1dejulho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mmmf/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00876-2007-020-10-00-0

Recorrente	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Eric Sarmanho de Albuquerque
Recorrido	Neide Maria Garuti
Advogado	Ricardo Luiz Rodrigues da Fonseca Passos

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 25/04/2008 - fl. 738; recurso apresentado em 30/04/2008 - fl. 739). Regular a representação processual (fls. 268/269). Satisfeito o preparo (fls. 630, 666, 667, 726, 748 e 749). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS BANCO DO BRASIL - HORAS EXTRAS - OBSERVÂNCIA DA TABELA SALARIAL Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 347/TST; - violação do(s) art(s). 5º, II, da CF; - ofensa aos arts. 459 da CLT, 114 do CCB. A Eg. 2ª Turma, por meio do acórdão às fls. 717/726,complementado pelo julgamento dos embargos de declaração às fls. 735/737, deu parcial provimento ao recurso ordinário da reclamante, para, entre outros comandos,determinar que os valores devidos a título de horas extrasdeveriam ser pagos com base nas tabelas salariais vigentes na data de seu pagamento, consoante os Acordos Coletivos de Trabalho juntados aos autos. O reclamado interpõe recurso de revista (fls. 739/747) sustentando que a Eg. Turma equivocou-se ao basear a forma de cálculo das horas extras em cláusula convencional, poisconsiderando o valor da tabela salarial vigente na data do pagamento das horas extras deferidas e, cumulativamente, a incidência de correção monetária nos termos da Lei nº 8.177/91, os valores decorrentes da condenação sofrerão dupla incidência de correção monetária. Quanto à alegada contrariedade à súmula nº 347 do Colendo TST, ao contrário do que alega o recorrente,a Eg. Turma, ao determinar que as horas extras devem ser calculadas com base nas tabelas salariais vigentes na data do pagamento, decidiu exatamente em sintonia com o entendimento ali consubstanciado,que é no sentido de que no cálculo do valor das horas extras habituais deve-se aplicar o valor do salário-hora da época do pagamento(Súmula nº 333 do Col. TST). Em relação àalegada violação do art. 5º, II, da CF, conforme reiteradas decisões do Excelso STF, esta somente ocorre de forma reflexa em face do descumprimento de norma infraconstitucional e, por conseguinte, a indicação genérica não atende ao disposto no art. 896, "c", da CLT. Por fim, esclarece-se ser inviável a análise do recurso quanto à alegada violação ao art. 114 do Código Civil, uma vez que aTurma não adotou tese sobre a matéria à luz de tal dispositivo. Ausente o prequestionamento, incide a Súmula nº297 do Col. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1 dejulho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mmmf/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00882-2007-018-10-00-1

Recorrente	Carlos Henrique Barros Soares
Advogado	Júlio César Borges de Resende
Recorrido	CEB Distribuição S.A. e outro
Advogado	Ana Paula Souza da Costa

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 11/04/2008 - fl. 504; recurso apresentado em 18/04/2008 - fl. 505). Regular a representação processual (fl. 14). Dispensado o preparo (fl. 469). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS RECURSO ORDINÁRIO - IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO Alegação(ões): - ofensa ao art. 840, §1º, e 899 da

CLT. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma desta Corte, por meio do acórdão às fls. 500/503, não conheceu do recurso ordinário interposto pelo reclamante, porque não foram atacados os fundamentos da sentença, in verbis: RECURSO. AUSÊNCIA DE ATAQUE AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. NÃO CONHECIMENTO. A parte que não se conformar com a decisão proferida em primeiro grau deve atacar expressamente os fundamentos lançados pelo julgador, apontando de forma inequívoca as razões pelas quais pretende vê-la reformada. Deixando de fazê-lo, a parte nada devolve à apreciação do Tribunal Revisor, o que inviabiliza o conhecimento do recurso por ausência de fundamentação específica. Inteligência do Verbete n.º 4 da Egrégia Primeira Turma. Nas razões de recurso de revista (fls. 505/521), o recorrente alega que a interposição dos recursos na Justiça do Trabalho dispensa formalidade, diante da redação do art. 899 da CLT referente à interposição de recursos "por simples petição". Aduz que, considerando a redação do §1º do art. 840 da CLT, segundo o qual na petição inicial deve ter uma "breve" exposição dos fatos de que resulte o dissídio, não pode ser considerada inovação à lide a circunstância de o reclamante declinar os exatos fatos que levaram o reclamante a não submissão da lide à Comissão de Conciliação Prévia do sindicato, tendo em vista que já havia declinado na inicial a não submissão da presente demanda à citada Comissão. Conforme delimitado no julgado, não houve ataque aos fundamentos da r. sentença quando da interposição do recurso ordinário pelo reclamante. Consignou-se no v. acórdão que o MM. Juízo originário extinguiu o processo sem resolução do mérito, ao fundamento de que o autor não se desincumbiu do ônus de demonstrar que estava impossibilitado de submeter a lide à CCP do sindicato representante de sua categoria, não tendo ainda comprovado sua tese de quanto à impugnação ao registro de alteração estatutária feita perante o Ministério de Trabalho e Emprego e ao sobrestamento do processo de registro sindical, ressaltando também que a ação já havia sido extinta outras duas vezes pelo mesmo motivo. No entanto, em seu recurso, o reclamante limitou-se a reiterar os argumentos da inicial quanto à irregularidade no funcionamento do SINDISERVIÇOS, e tentar "apresentar provas fora do momento processual adequado, fazendo uso de 'colagens' no corpo do recurso de documentos que deveriam ter sido apresentados com a petição inicial, como a publicação inserida à fl. 476" (fl. 501), não atacando os fundamentos da r. sentença, tratando de demonstrar o equívoco do MM. Juízo de primeiro grau quanto à afirmação de inexistência de prova da veracidade de sua tese. Ressaltou-se, ainda, que a "simples petição prevista pelo artigo 899 da CLT para a interposição de recursos não significa dispensa de fundamentação" (fl. 501). Dentro de tal contexto, não se cogita de afronta aos preceitos indicados pelo recorrente,valendofrisarque a Eg. Turma decidiu em sintonia com a Súmula nº 422 do Col. TST, o que inviabiliza o seguimento do recurso, inclusive por dissenso jurisprudencial (Súmula n° 333/TST). COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA - AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO Alegação(ões): - ofensa ao art. 511, §3º, da CLT. Neste tópico, inviável a análise do recurso,à míngua de prequestionamento,pois a Turma não adotou tese sobre a matéria,tendo em vistaque o recurso ordinário nem sequer foi conhecido. Incidência da Súmula nº 297 do Col. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília, 25dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mmmf/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00911-2007-017-10-00-9

Recorrente	Maria Elizabet de Oliveira Duarte
Advogado	José Eymard Loguércio
Recorrido	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Taíse Machado Melo

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 217; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 219). Regular a representação processual (fl. 8). Dispensado o preparo (fl. 143). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS AUSÊNCIA DE ATAQUE AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA Alegação(ões): - ofensa ao art. 895 e 899 da CLT e 514, II, do CPC. A Eg. 1ª Turma deste Tribunal Regional não conheceu do recursoordinário interposto pela reclamante,ante afalta de ataque aos fundamentos da r. sentença, esclarecendo às fls. 215/216,in verbis: No caso, verifica-se que a v. acórdão embargado não conheceu do recurso obreiro por ausência de ataque direto aos fundamentos declinados no r. julgado primário, em razão de toda a argumentação apresentada no apelo referir-se a processo distinto. Com efeito, não demonstrou a reclamante o desacerto da r. sentença, limitando-se a consignar a impossibilidade de cumulação de proventos de aposentadoria e vencimentos de empregados de economia mista, ou seja, expõe vários argumentos incompatíveis com as razões de decidir que fundamentaram a decisão a quo.. Ademais, acrescente-se que a alegação da embargante de que a Súmula nº 422 do col. TST não é adequada aos recursos dirigidos ao TRT, é simplesmente absurda. Reafirma-se que inexistiu ataque direto aos fundamentos da r. decisão, o que ensejou o não-conhecimento do recurso por desfundamentado, a teor do disposto no inciso II do art. 514 do CPC, Súmula nº 422 do col. TST e Verbete nº 4 desta egr. Turma. Inconformada, a reclamante interpõe recuso de revista (fls. 219/226), alegando ofensa aos preceitos legaisem epígrafe. Aduz que os itens 9 a 16 das razões do recurso ordinário guardam pertinência com a sentença recorrida. Constata-se, todavia, que a Eg. Turmadecidiu em consonância com o entendimento preconizado na Súmula nº 422 do Col. TST,pois, nos termos em que delimitado o julgado,a autora não se insurgiu contra os fundamentos adotados no julgado de origem relativos à aposentadoria por ela requeridae a sua não-intenção em continuar trabalhando para o recorrido ou reintegrar-se aos quadros da empresa. Ao contrário, trouxe argumentos totalmente desconexos com a discussão travada nestes autos. Dentro de tal contexto, insuscetível de reexame (Súmula nº 126/TST),não há quese falar em ofensa aos artigos invocados, que, aliás, tratam do direito derecorrer, traçando os contornos próprios do recurso, especificamente a necessidade de impugnaçãoaos fundamentos de fato e de direito, o que não ocorreu no caso delimitado. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,24 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00937-2005-008-10-00-4

Recorrente	Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. - CEASA/DF
Advogado	Raul Queiroz Neves
Recorrido	Marcos Antônio de Almeida Santos
Advogado	Imaculada Conceição Almeida Santos

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 11/04/2008 - fl. 396; recurso apresentado em 22/04/2008 - fl. 404). Regular a representação processual (fl. 90). Satisfeito o preparo (fls. 395, 414 e 413). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS APOSENTADORIA ESPONTÂNEA - EFEITOS SOBRE O CONTRATO DE TRABALHO Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 37, II, da CF; - ofensa ao art. 166, IV e IV, do CC; - divergência jurisprudencial. A Egr. 1ª Turma desta Corte, por meio do v.acórdão às fls. 378/395, deu parcial provimento ao recurso ordinário interposto pelo reclamante "para declarar que a aposentadoria espontânea do trabalhador não é causa de extinção do contrato de trabalho". Fundamentou que, conforme decisão do Excelso STF, nos autos da ADI 1.770/DF, a aposentadoriaimplicará em automático desligamento com a administração pública somente se resultar na cumulação de proventos e vencimentos, hipótese esta diversa da ora em análise. Inconformada, a reclamada interpõe recurso de revista (fls. 404/412), alegando a nulidade do contrato de trabalho mantido entre as partes após a aposentadoria espontânea do autor. Argumenta que "A contratação no serviço público há de se fazer, sem distinção, apenas por concurso público e se adotada outra via, ela está eivada de nulidade e contrária a norma jurídica" (fl. 408). Conforme depreende-se do acima exposto, não houve impugnação específica aos termos da decisão. Sendo assim, tenho por desfundamentado o apelo, restando inviabilizado o seu processamento (Súmula nº 422 do C. TST). CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00937-2007-001-10-00-1

Recorrente	União - Ministério da Saúde
Advogado	Anna Maria Felipe Borges
Recorrido	Janaína de Oliveira Pinheiro Azevedo
Advogado	Patrícia Pinheiro Martins
Recorrido	Worktime Assessoria Empresarial Ltda.
Advogado	Flávia Rosana Costa Motta

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 09/06/2008 - fl. 295; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 296). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS INTEMPESTIVIDADE Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 197/TST; - violação do art. 5º, LIV da CF. - ofensa ao art. 834 e 852 da CLT. A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão proferido às fls. 265/270, não conheceu do recurso ordinário da União por considerá-lo intempestivo, já que interpostoantes da intimação pessoal, à luz do entendimento adotado pelo Colendo TST no julgamento do incidente de uniformização de jurisprudência suscitado nos autos do ED-ROAR-11607/2002-000-02-00.4. Inconformada, a União interpõe recurso de revista alegando, em resumo, que estava intimada da sentença nos termos da Súmula nº 197 do Colendo TST, não havendo, assim, que se falar em intempestividade. Assevera, ainda, ser nulo o v. acórdão porviolação aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Os representantes da União Federal, nos termos da Lei nº 10.910/04, art. 17, devem ser intimados pessoalmente, o que afasta a aplicação da Súmula 197 do Colendo TST. Ademais, a r. decisão recorrida está em consonância com a atual Orientação Jurisprudencial nº 357 da SBDI-1 do Colendo TST, segundo a qual "é extemporâneo recurso interposto antes de publicado o acórdão impugnado". Nesse passo, inadmissível o recurso de revista a teor do disposto na Súmula nº 333 do Colendo TST, não havendo de se falar, também, em violação do art. 5º, LIV, da CF ou ofensa ao art. 834 e 852 da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00943-2007-011-10-00-6

Recorrente	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Advogado	Rodrigo Madeira Nazário
Recorrido	Sérgio de Matos Reis
Advogado	João Américo Pinheiro Martins

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 275; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 276). Regular a representação processual (fls. 76/223). Satisfeito o preparo (fls. 166, 199 e 200). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS SUCESSÃO TRABALHISTA Alegação(ões): - ofensa aos arts. 10 e 448 da CLT; - divergência jurisprudencial. A Eg. 3ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 232/247, complementado pelo julgamento dos embargos declaratóriosàs fls. 271/274, negou provimento ao recurso ordinário interposto por Carrefour Comércio e Indústria Ltda. quanto à sucessão reconhecida em sentença. A r. decisão, no particular,está assim ementada, verbis : SUCESSÃO TRABALHISTA. OCORRÊNCIA. FRAUDE À LEGISLAÇÃO LABORAL. TRANSFERÊNCIA APENAS DOS ATIVOS POSITIVOS AO SUCESSOR. PERMANÊNCIA DOS ATIVOS NEGATIVOS COM O SUCEDIDO QUE FICA SEM SAÚDE FINANCEIRA PARA ARCAR COM CRÉDITOS DOS EMPREGADOS DISPENSADOS ANTES DA ALIENAÇÃO. Independentemente da continuidade na prestação de serviços para a empresa sucessora, resta configurada a sucessão trabalhista naqueles casos em que a experiência tem demonstrado que algumas empresas dispensam todos os empregados e, logo em seguida, transferem o negócio para novo titular, com o fim de alienar apenas os ativos positivos da empresa sucedida para a empresa sucessora, deixando, porém, os ativos negativos a cargo da empresa sucedida, a qual fica sem condições financeiras para arcar com os pagamentos devidos aos empregados dispensados, como se dá no presente caso. Irresignado,Carrefour Comércio e Indústria Ltda. interpõe recurso de revista, alegando violação dos arts. 10 e 448 da CLT, bem como divergência jurisprudencial. Para tanto, argumenta que "a melhor exegese dos artigos 10 e 448 da CLT é no sentido de que os requisitos essenciais à ocorrência da sucessão de empregadores são a transferência da titularidade da unidade econômica-jurídica e a inexistência de solução de continuidade na prestação de labor por parte do obreiro na mesma atividade econômica" (fl. 280). Sem razão, contudo. A tese adotada pelo Colegiado foi no sentido de ser irrelevante, para o reconhecimento da sucessão, que o empregado continue a prestar serviços para a empresa sucessora. Tal entendimento não implicaofensa aos arts. 10 e 448 da CLT, pois tais dispositivos, ao estabelecerem que a alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho nem os direitos adquiridos dos respectivos empregados, não limitou essa proteção apenas aos vínculos empregatícios em vigor à época da sucessão. Quanto à divergência jurisprudencial, também não se viabiliza este recurso. Quanto aos acórdãos oriundos do Col. TST, por serem provenientes de Turma, o que não atende aos requisitos do art. 896, "a", da CLT; quanto aos demais (fl. 280/281), por serem inespecíficos, pois, conforme esclareceu a Egr. Turma, não se trata a hipótese de sucessão de empregadores (questão versada nos arestos paradigmas), mas de sucessão de empresas, razão pela qual se mostra desnecessária a continuidade da prestação de serviços para a empresa sucessora. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,24dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /srmm/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00953-2006-020-10-00-1

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Dharla Giffoni Soares
Recorrido	Aguiar Martins Ferreira
Advogado	Cristiana Meira Monteiro
Recorrido	M3A Cursos Ltda.
Advogado	Carlos Henrique Ribeiro

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 28/05/2008 - fl. 220; recurso apresentado em 06/06/2008 - fl. 221). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - MULTA ART. 467 DA CLT Alegação(ões): - violação dos arts. 28, inc. I, § 9º, alínea "e" da Lei 8.212/91 e 467 da CLT. - divergência jurisprudencial. A Eg. 2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 214/216, negou provimento ao recurso ordinário da União, ao fundamentode que não incidecontribuição previdenciária sobre a multa do artigo 467 da CLT, parcelaajustada em acordo realizado em primeira audiência, porque tal transação realizada naquele momento processual, "não ilide a existência de parcelas incontroversas" e que, "caso o empregador discorde estar obrigado ao pagamento de determinadaverba pleiteada, poderá ele, com vistas a por fim ao litígio, abrir mão de seu direito dedefesa, conciliando-se com o demandante em audiência, inclusive quanto às verbas que entendesse devidas" (fl. 215). Nas razões de recurso de revista, às fls. 221/228, a União sustenta que houve fraude ao constar do acordo a multa do art. 467 da CLT, porquanto a transação foi entabulada em audiência inaugural, momento em que sequer havia se instaurado controvérsia. O aresto transcrito às fls. 226/227, oriundo da 4ª Região, demonstra divergência jurisprudencial válida, na medida em que revela tese antagônica àquela adotada pelo Colegiado acerca da possibilidade de se transacionar, em primeira audiência,acerca da multa do art. 467 da CLT, esclarecendo que até este momento não foi oportunizada a defesa, não havendo como se concluir pela existência de parcelas incontroversas. Destarte, diante da divergência jurisprudencial válida, invoco a Súmula nº 285 do Col. TST parareformeteràquela Cortea apreciação das demaismatériastrazidas no recurso. CONCLUSÃO RECEBO o recurso de revista. Ao Recorrido, para contra-razões. Após, remetam-se os autos ao Col. TST. Publique-se. Brasília,1 de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00954-2007-001-10-00-9

Recorrente	Núria Débora Bezerra de Souza
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva
Recorrido	Banco Bradesco S.A.
Advogado	Fabrício Coutinho Petra de Barros

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 349; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 350). Regular a representação processual (fls. 29). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS INDENIZAÇÃO POR QUILOMETRO RODADO - TRAJETO Alegação(ões): - ofensa ao art. 884 do CCB. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão proferido às fls. 325/33, complementado às fls. 344/348, manteve a improcedência do pedido de ressarcimento de gastos com a utilização de veículo próprio. Pontuou que restou comprovado nos

autos que oreclamado pagava todas as despesas da reclamante com a utilização de carro próprio, incluindo o deslocamento residência/trabalho. Contra tal decisão, insurge-se a reclamante, por meio das razões de recurso de revista às fls. 350/361, insistindo no pleito, ao argumento de que os quilômetros rodados da residência ao trabalho e vice-versa não eram remunerados. Impossível o processamento do recurso, no particular, porque a Eg. Turma não apreciou o pedido à luz do artigo 884 do CCB. Assim, ausente o necessário prequestionamento, a teor da Súmula 297 do Colendo TST. De outro lado, os arestos trazidos ao confronto são inespecíficos, pois, conforme delineamento fático do v. acórdão, as despesas com a utilização de veículo próprio foram pagas, inclusive quanto ao deslocamento residência/trabalho/residência e os paradigmas tratam da obrigação de ressarcimento. DANO MORAL - INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão proferido às fls. 325/333, complementado às fls. 344/348, deu provimento ao recurso do reclamado para excluirda condenação o pagamento de indenização por dano moral deferida ao reclamante em razão do transporte de valores. Pontuou que há dano moral quando a conduta de alguém atinge propositalmente, ou por culpa, os valores ideais e morais de outrem e que, se a autora não explicita onde a suposta atitude ilícita do reclamado teria atingido seu patrimônio moral, ressaltando apenas o risco acentuado e desnecessário imposto à sua pessoa, sem mencionar a ocorrência de aflição, angústia ou medo, não está configurado o dano moral. O reclamante interpõe recurso de revista (fls. 350/361). Sustenta que a atitude empresarial de determinaro acompanhamento do transporte de numerários sem proteção lhe impunha risco objetivo. Colaciona jurisprudência em abono a sua tese. Os arestos trazidos não permitem o confronto de teses, porque oriundos deste Egrégio Tribunal, fonte não autorizada à comprovação de dissenso,a teordo artigo 896, alínea "a", da CLT e da OJ nº 111 da SDI 1 do Colendo TST CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00954-2007-005-10-00-4

Recorrente	Genilton Martins Silva
Advogado	Júlio César Borges de Resende
Recorrido	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Advogado	Nilton da Silva Correia

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 245; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 247). Regular a representação processual (fls. 12). Dispensado o preparo (fl. 207). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS SUPRESSÃO DE ADICIONAL DE 15% PREVISTO EM CCT - ALTERAÇÃO LÍCITA Alegação(ões): - contrariedade à Súmula 372/TST; - violação do art. 7º, VI, da CF; - ofensa ao art. 468 da CLT. A Eg. 1ª Turma desta Corte, pelo v. acórdão às fls. 239/244, negou provimento ao recurso ordinário interposto pelo reclamante e manteve a r. sentença que indeferiu o pagamento do adicional de 15% sobre o salário, devido pelo labor prestado em finais de semana. A r. decisão restou assim ementada, verbis : "SUPRESSÃO DO ADICIONAL DE 15% PELO LABOR EM FINS DE SEMANA. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. VALIDADE. As cláusulas estabelecidas em acordo ou convenção coletiva de trabalho somente poderão repercutir nos contratos dos empregados pelo período de sua vigência, sem integrar, definitivamente, aos contratos, consoante Súmula nº 277/TST. A supressão do labor desenvolvido pelo empregado em fins de semana não caracteriza alteração ilícita do contrato de trabalho (art. 468 da CLT), quando não mais implementada tal condição." Em suas razões recursais, às fls. 247/251, insiste o autor na tese de que faz jus ao pagamento do adicional de 15%, bem como à sua incorporação ao salário, ao argumento de que recebeu tal parcela por mais de 10 anos. Alega que sua supressão configura alteração ilícita. Sem razão, contudo. Conforme delimitado no v. acórdão impugnado, a supressão do adicional decorreu do fato de o empregado deixar de trabalhar nos finais de semana (salário condição), sendo, assim, poupado da condição gravosa, o que justifica a supressão do adicional de 15%. Nesse contexto, não há ofensa aos arts. 468 da CLT e 7º, VI, da Constituição Federal. De outro lado, impossível a aplicação do entendimento pacificado por meio da Súmula nº372 do Col. TST, pois trata o verbete de estabilidade econômico-financeira decorrente do pagamento por longos anos de gratificação de função e reversão ao cargo efetivo, situação estranha à discussão destes autos. Registro que o entendimento excepciona o poder diretivo do empregador e, portanto, não pode ser aplicado por analogia. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /lbj/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00988-2007-013-10-00-3

Recorrente	Comercial Farmacêutica Santa Fé S.A.
Advogado	Carlos José Elias Júnior
Recorrido	Moacyr de Carvalho Lima
Advogado	Giovani Pasini Neto

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 216; recurso apresentado em 09/06/2008 - fl. 217). Regular a representação processual (fl. 52). Satisfeito o preparo (fls. 161, 177, 178 e 222). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DANO MORAL - INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, X, e 7º, XXVIII, da CF; - ofensa aos arts. 186, 187, 884 e 927 do CC, 333, I e II, do CPC e 818 da CLT. A Egr. 2ª Turma deste Regional manteve a r. sentença no tocante ao deferimento de indenização por dano moral sofrido pelo reclamante por imputações sobre furtos de medicamentos que lhe foramatribuídas pela empresa.Inconformada, a reclamada interpõe recurso de revista (fls. 217/221). Alega que não houve ofensa à honra ou à imagem do recorrido, tampouco lhe foi imputada a acusação de furto de medicamentos e que o reclamante não teria se desvencilhado do ônus que lhe competia. Aponta violação dos dispositivos indicados em epígrafe.O Egr. Colegiadoconsiderou demonstrada a imputação de ato faltoso ao reclamante e entendeu nitidamente desenhado o nexo causal entre a conduta da empresa e o dano moral sofrido pelo autor ao fundamento de que "Deixou o reclamante os quadros da empresa sob a sombra do furto cometido, sempre havendo de pairar a dúvida sobre seu caráter e a sua honradez" (fl. 214). Para rever tal entendimento seria necessário o revolvimento de fatos e provas, o que é vedado na instância extraordinária, a teor da Súmula nº 126 do C. TST. Nesse passo, não há de se falar em violação dos arts. 5º, X, da CF e 186, 187, 884 e 927 do CC a ensejar a admissibilidade do recuso. Particularmente quanto aos arts. 818 da CLT e 333 do CPC, inviabilizado o recurso de revista, por ausência de prequestionamento, já que a questão não foi decidida com base em regras de distribuição do ônus da prova, não adotando o Colegiado tese a esse respeito (Súmula nº 297 do C. TST). Em relação à suposta violação do art. 7º, XXVIII, da CF, inviável o apelo, uma vez que este dispositivo não tem pertinência com a matéria ora em discussão. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,24 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00991-2006-010-10-00-7

Recorrente	União
Advogado	Anna Maria Felipe Borges
Recorrido	Daniel Araújo Sousa
Advogado	Genesco Resende Santiago

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Intempestividade. A União foi intimadado v. acórdãoregional no dia 29/04/2008 - terça-feira. Portanto, o prazo legal para interposição do recurso de revista expirou em15/05/2007(quinta-feira).Logo, o recurso interposto em 23/05/2008 é intempestivo. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00995-2006-008-10-00-9

Recorrente	Banco da Amazônia S.A.- BASA
Advogado	Décio Freire
Recorrente	Dileta Maria de Albuquerque Sena
Advogado	José Pinto de Albuquerque
Recorrido	Banco da Amazônia S.A.- BASA
Advogado	Décio Freire
Recorrido	Dileta Maria de Albuquerque Sena
Advogado	José Pinto de Albuquerque

Recurso de:Banco da Amazônia S.A.- BASA PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 18/04/2008 - fl. 656; recurso apresentado em 29/04/2008 - fl. 657). Regular a representação processual (fls. 703/704 e 705). Satisfeito o preparo (fls. 377, 516, 515 e 702). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS BANCO DA AMAZÔNIA S/A - ADVOGADO EMPREGADO - JORNADA ESPECIAL Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, II, XXXVI e LXXIII; 7º, XXVI e XXIX; 14; 37, caput, II, XVII, XIX, XX; 49, X; 52, VII; 165, § 5º; 169, § 1º e 173 da CF; - ofensa ao art. 12, § 2º, 13 e 20 da Lei nº 8.906/94 e Lei nº 9.527/97. A Eg. 1ª Turma por meio do v. acórdão às fls. 607/626, complementado às fls. 652/655, negou provimento ao recurso do reclamado quanto à condenação ao pagamento de duas horas extras diárias e respectivos reflexos, ao fundamento de que o Excelso Supremo Tribunal Federal, na ADIN-MC n º 1552-4 excepcionou da aplicação da jornada especial do advogado apenas as empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica sob monopólio, condiçãonão ostentada pelo recorrente, pontuando o seguinte: Inicialmente, reitere-se que regularmente notificado para comparecer à audiência em que deveria apresentar defesa (art. 843 da CLT), o reclamado não se fez presente, comparecendo apenas seu procurador (fl. 357). Tendo em vista os efeitos da revelia, torna-se verdadeiro todo o conjunto fático afirmado na exordial, consoante regra disposta no art. 844 da CLT c/c art. 319 do CPC, o que não obsta ao julgador a análise dos demais elementos dos autos, a teor do §2º do art. 277 do CPC. Dessa forma, o não comparecimento do reclamado alçou à condição de verdade processual as alegações constantes da inicial de que a reclamante exercia a função de advogada, como também que o demandado reconheceu a aplicabilidade do estatuto do advogado aos seus empregados que laborassem nesta função, restando, assim, inviável ao réu, nesta fase processual, deduzir matéria de defesa, que não logrou declinar no momento oportuno. Desse modo, o exame da insurgência da reclamada no presente recurso cingir-se-á a discussão em torno da inaplicabilidade do regime de jornada especial de 4 horas aos empregados advogados do reclamado, integrante da administração indireta, a teor dos dispositivos legais que regem a matéria, tese de direito desenvolvida pelo julgador originário. Recorre de revista o reclamado, alegando a inaplicabilidade da Lei nº 8.906/94(Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil)aos seus advogados, bem como ao contrato de trabalho da reclamante, a qual sempre cumpriu jornada de seis horas diárias, com intervalo de quinze minutos e sempre recebeu comissão de analista sem aumento de jornada. Argúi a inconstitucionalidade da Lei nº 9.257/97 que fere o princípio da isonomia e que exerce atividade econômica com monopólio. Como restou delimitado no v. acórdão, em razão da aplicação dos efeitos da revelia, a matéria relativa ao exercício da função de advogado pela reclamante, bem como a aplicação do Estatuto dos Advogados no Banco,a pretensãodo recorrente, relativa ao reconhecimento de direito adquirido à manutenção da jornada de seis horas, bem como a percepção de comissão de analista pela empregada, esbarra no óbice da Súmula nº 126 do Col. TST, porquanto implica o revolvimento de fatos e provas. No mesmo diapasão, implica necessariamente no reexame de fatos e provas infirmar o reconhecimento feito pela Eg. Turma no sentido de que o recorrente não exerce atividade sob monopólio, tratando-se de sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica. Inicialmente,ressalte-se quea argüição de inconstitucionalidade do art. 4º da Lei nº 9.527/97 não prospera pela simples razão de que tal matéria não foi enfrentada pelo Regional, incidindo na espécie a Súmula nº 297/TST. De outro ângulo, verifica-se que a Eg. Turma ao reconhecer o direito da reclamante ao pagamento de horas extras em razão do seu exercício da função de advogada realizou exegese regular e apropriada dos dispositivos constitucionais e infraconstitucionaisinvocados pelo reclamado, os quais permanecem incólumes, inviabilizandoa revista nos termos da Súmula nº 221, II, da mais alta corte trabalhista. Finalmente o apeloé inviável pelo ângulo do dissenso pretoriano, uma vez que os arestos às fls. 690/693 e 696/697partem de premissas fáticas diversas do presente caso, em que não se discutiu a questão relativaà dedicação exclusiva e se chegou à conclusão de queo reclamado não explora atividade econômica de natureza monopolística. Já osdemais arestos são provenientes de Turmas do Col.TST,fontes não autorizadaà demonstração da divergência jurisprudencial, nos termos estabelecidos pelo art. 896,alínea "a", da CLT. - divergência jurisprudencial CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Dileta Maria de Albuquerque Sena PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 18/04/2008 - fl. 656; recurso apresentado em 29/04/2008 - fl. 706). Regular a representação processual (fl. 422). Inexigível opreparo (fl. 377). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DANO MORAL - INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - divergência jurisprudencial O v. acórdão manteve a r. decisão de primeiro grau no que tange ao indeferimento do pedido de pagamento de danos morais, ao fundamento de não ter sido comprovado o liame entre a doença sofrida pela postulante e os atos praticados pelo reclamado,conforme narrados na inicial (perseguições, humilhações e "armações"), a despeito da aplicação dos efeitos da revelia. Isto porque o tumor maligno de mama foi diagnosticado em junho de 2005, tendo a empregada permanecido em licença médica no período compreendido entre 23/8/2005 a 17/4/2007, ressaltando-se, ainda, que, "a par de constar da exordial a afirmação categórica de que a causa dessa doença foi em decorrência do 'stress' sofrido durante aquele período", não se infere dos autos qualquer comprovação médica de que a doença da qual foi acometida a autora tivesse decorrido de ato praticado pelo reclamado. Ao contrário, esclareceu-se que o documento colacionado à fl. 352 cuidava apenas de matéria publicada na revista "Saúde" do mês de setembro de 2006, abordando evidências de que o strress pode favorecer o câncer, o que, segundo a Turma, não se presta para efeito de prova da prática de ato ilícito pelo réu. (fl. 624). Recorre de revista a reclamante, por meio das razões às fls. 706/716, alegando que tais fatos "por si só" fundamentaram o pedido e que a referência à doença foi feita apenas para "reforçar a tese do pedido". Verifico, assim, que a pretensão da recorrente implicanecessariamenteem reexame dos fatos e provas que levaram a Eg. Turma a firmar o entendimento de que o pleito foi aviado emdecorrência dos atos imputados ao reclamado que vieram acausar a patologia diagnosticada, o que encontra óbice na Súmula nº 126/TST. Finalmente, percebo que o recurso não se sustentapela alegação de divergência jurisprudencial, porquanto a recorrente não indica a fonte oficial em que foram publicados os arestos colacionados às fls. 712/715. Súmula nº 337, I, "a", do Col. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1 de julho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 00997-2007-012-10-00-8

Recorrente	Banco Santander S.A. (Recurso Adesivo)
Advogado	José Alberto Couto Maciel
Recorrido	Viviane Marques de Melo
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 09/05/2008 - fl. 335; recurso apresentado em 19/05/2008 - fl. 336). Regular a representação processual (fls. 322/324 e 326). Satisfeito o preparo (fls. 247, 283, 282, 317 e 343). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Alegação(ões): - violação dos arts. 5º, XXXV e LV e 93, IX da CF; - ofensa aos arts. 538, parágrafo único, da CLT. O recorrente argúianulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, ao fundamento nuclear de que o Regional não enfrentou a matéria sob o prisma de que a reclamante exercia funções típicas de tesouraria, limitando-se apenas à questão da existência, ou não, de subordinados. Todavia, a Eg. Turma decidiu a matéria examinando detidamente todas as funções exercidas pela reclamante, sem a limitação acima mencionada, como demonstraa transcrição do seguinte trecho do v. acórdão (fls. 316/316), in verbis : Ainda que se considere dispensável a presença de subordinados para configuração da situação excepcional do art. 224, § 2º, da CLT - tese adotada no julgado -, mesmo assim entendo inviável o acionamento do aludido dispositivo consolidado. Com todas as venias, nem as atribuições descritas na peça defensiva, nem aquelas relatadas no depoimento da própria Autora se amoldam ao tipo excepcional inscrito no § 2º do art. 224 da CLT. Não há prova alguma de que a Reclamante supervisionasse a emissão de relatórios gerenciais ou coordenasse atividades e orientasse os empregados da área, como anotado à fl. 118. Aliás, para que isso fosse possível, necessário seria que a Reclamante laborasse com a colaboração de subordinados, supervisionando, coordenando e orientando outro(s) empregado(s). O atendimento a clientes, a abertura de caixas e o fechamento de malotes e da tesouraria também não caracterizam fidúcia especial. A par de não serem mais complexas, as referidas tarefas também não indicam promoção funcional, como exposto no julgado recorrido. Na verdade, o Reclamado apenas deslocou a Reclamante da atividade de

caixa, antes exercida, para o cumprimento de outras de idêntica índole técnica. Todavia, não é correto enquadrar o bancário na moldura do § 2º do art. 224 da CLT pela simples circunstância de o empregado não atuar como caixa. A Reclamante, na realidade, jamais desempenhou função que lhe conferisse expressão hierárquica diferenciada, distinguindo-a dos demais bancários. Havendo legislação imperativa que prescreve conteúdos mínimos e irrenunciáveis (CLT, art. 9º), eventuais alterações contratuais processadas em nível individual, ainda quando resultantes do exercício do poder regulamentar reservado ao empregador, devem se conformar àqueles parâmetros legais, sob pena de nulidade (CLT, art. 468). Nesse sentido, a classificação da função exercida pelo empregado, tal como realizada pelo empregador, apenas prevalecerá se, no plano da realidade concreta, estiverem presentes os requisitos do § 2º do art. 224 da CLT, o que no caso não se revelou presente. Constata-se, pois, quea Eg. Turma expôs, de forma clara e precisa a sua motivação, enfrentando minudentemente todas as questões de fato e de direito apresentadas, não havendo qualquer omissão no julgado. Afasta-se, por tais fundamentos, a alegada ofensa aos artigos 93, IX, da Constituição. Por fim, ante o que preconiza a OJ nº115 da SBDI-I doCol. TST, os demais artigos invocadosnão constituem fundamento a ensejar o conhecimento do recurso de revista quanto ao tema. BANCÁRIO - HORA EXTRA Alegação(ões): - ofensa aos arts. 224, § 2º, e 818 da CLT e 333, II, do CPC. Como exaustivamente demonstrado no tópico anterior,baseadano conjunto fático-probatório dos autos, a Eg. 1ª Turmamanteve a r. sentença em que secondenou o reclamado ao pagamento de horas extras, porque não comprovado o grau de fidúcia especial da autora no desempenho de suas funções. Oreclamado insistena tese de que a atividade exercida pela reclamante, ao gerir a tesouraria,nãoseria técnica, mas de gestão, não restrita ao desempenho de simples caixa. Sem razão. A Eg. Turma levou em consideração todas as atividades exercidas pela reclamante, incluindo aquela relativa ao fechamento da tesouraria, para chegar à conclusão de que elas não caracterizavam o desempenho de cargo de confiançacomo alegado. De início,conforme destacado no julgado, não há que se cogitar de violação dos arts. 818 da CLT e 333,II, do CPC, haja vista queaconclusão da Turma baseou-se na prova oral colhida nos autos, no sentido de quea reclamante não estava enquadrada naexceção do art.224, § 2º, da CLT. Destacouseque oreclamado não se desincumbiu do ônus de provar as suas alegaçõesde que a reclamante possuía subordinados nem que as tarefas que ela exercia envolviam grau diferenciado de fidúcia.Note-se que nãoocorreu questionamento sobre a distribuição do ônus da prova, mas como se demonstrou este fora distribuído na forma da lei,pelo quese afasta a alegação de ofensaaos dispositivos indicados no recurso. De tudo isso, dessume-se que acontrovérsia foi decidida por vários fundamentos, não se restringindo ao mero exercício de atividades de fechamento da tesouraria, os quais não foramatacados, atraindo,de tal modo, a orientaçãoconstante da Súmula nº 422 do Col. TST. Por fim, oaresto colacionado à fl. 341é inespecífico, por cuidar de situação fática diversa, na qual o bancário exercia formalmente a função de tesoureiro, quando no caso dos autos, no período delimitado,a reclamante desempenhava a função de caixa. (Súmula nº 296/TST). CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01005-2007-103-10-00-7

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Dharla Giffoni Soares
Recorrido	União Brasiliense de Educação e Cultura - UBEC
Advogado	Alberto Magno da Mata
Recorrido	Vania Alves Braga Rodrigues
Advogado	Júlio César Borges de Resende

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 28/05/2008 - fl. 364; recurso apresentado em 06/06/2008 - fl. 365). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - MULTA ART. 467 DA CLT Alegação(ões): - violação dos arts. 28, inc. I, § 9º, alínea "e" da Lei 8.212/91 e 467 da CLT. - divergência jurisprudencial. A Eg. 2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 358/360, negou provimento ao recurso ordinário da União, ao fundamentode que "a transação realizada entre as partes em audiência não ilide a existência de parcelas incontroversas", podendo o empregador abrir mão de seu direito de defesa, conciliando-se com o demandante na primeira audiência. De tal modo, entendeu possível a inclusão da multa do artigo 467 da CLT como parcela integrante da transação efetivada. Nas razões de recurso de revista, às fls. 365/372, a União sustenta que houve fraude ao constar do acordo a multa do art. 467 da CLT, porquanto a transação foi entabulada em audiência inaugural, momento em que sequer havia se instaurado controvérsia. O aresto transcrito às fls. 370/371, oriundo da 4ª Região, demonstra divergência jurisprudencial válida, na medida em que revela tese antagônica àquela adotada pelo Colegiado acerca da possibilidade de se transacionar, em primeira audiência, sobre a multa do art. 467 da CLT, uma vez que, em tal momento processual, não foi oportunizada a defesa, não havendo que se cogitar da existência de parcelas incontroversas, a atrair a aplicabilidade da referida multa. Destarte, diante da divergência jurisprudencial válida, invoco a Súmula nº285 do Col. TST para remeter à apreciação da Corte Superior a apreciação das demais matérias deduzidas no recurso. CONCLUSÃO RECEBO o recurso de revista. Ao Recorrido, para contra-razões. Após, remetam-se os autos ao Col. TST. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01027-2007-020-10-00-4

Recorrente	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
Advogado	James Corrêa Caldas
Recorrido	Jesumar Martins de Paula
Advogado	Júlio César Borges de Resende

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 359; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 360). Regular a representação processual (fl. 124). Satisfeito o preparo (fls. 358, 366 e 364). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS COISA JULGADA Neste tópico, a insurgência se encontra desfundamentada, porquanto a parte recorrente não se reporta aos pressupostos específicos do recurso de revista, nos termos do art. 896 da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1 de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01041-2007-003-10-00-2

Recorrente	Manoel Mendes Luiz Abreu Júnior
Advogado	Robson Freitas Melo
Recorrido	UNIMED Brasília - Cooperativa de Trabalho Médico
Advogado	Regilene Santos do Nascimento

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 220; recurso apresentado em 11/06/2008 - fl. 222). Regular a representação processual (fls. 08). Dispensado o preparo (fl. 162). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS VÍNCULO EMPREGATÍCIO Alegação(ões): - violação do art. 5º, XXXV e XXXVI, da CF; - ofensa aos arts. 818 da CLT e 333, II, do CPC. - divergência jurisprudencial A Eg. 3ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 188/203, complementado pela decisão proferida em sede de embargos de declaração às fls. 215/219, manteve a r. sentença que não reconheceu como de emprego a relação jurídica havida entre as partes. Com arrimo na prova produzida, pontuou que restou configurado o status de cooperado do reclamante. O v. acórdão foi assim ementado, verbis: "COOPERATIVA. RELAÇÃO DE EMPREGO. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. Ao se filiar a uma cooperativa de trabalho, por livre e espontânea vontade, sendo previamente esclarecido em todos os sentidos, demonstra o trabalhador discernimento para operacionalizar suas escolhas, da maneira que melhor lhe aprouver. Opta por um modelo de trabalho do qual tem plena consciência estar distante das feições normais de uma relação de emprego. É, pois, responsável pelo caminho escolhido. Não provado o intento de fraudar as normas trabalhistas (CLT, art. 9°), tem-se por comprovado o status cooperado do reclamante, com adesão e permanência espontâneas na associação. Aplicação do art. 442, parágrafo único, da CLT. Recurso ordinário conhecido e desprovido." Nas razões de recurso de revista, às fls. 222/230, o reclamante insiste no reconhecimento do vínculo empregatício, ao argumento de que as provas constantes dos autos corroboram a tese declinada na exordial. Conforme delimitado no v. acórdão hostilizado, a Eg. Turma, examinando o acervo probatório, verificou que a relação entre as partes era de cooperativismo. Ora, para rever tal entendimento seria necessário o reexame de fatos e provas, o que é vedado na instância extraordinária, a teor da Súmula nº 126 do Col. TST. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - MULTA Alegação(ões): - ofensa ao art. 538, parágrafo único, do CPC. - divergência jurisprudencial Por meio do v. acórdão às fls. 215/219, o Colegiado aplicou ao reclamante a multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, por considerar protelatórios os embargos de declaração opostos. Em suas razões de recurso de revista, o autor sustenta a impropriedade da multa em epígrafe, ao argumento de que os aclaratórios tiverem como único objetivo a efetiva prestação jurisdicional. Sem razão, entretanto. A penalidade instituída ao reclamante decorreu da constatação de terem sido opostos embargos de declaração com caráter manifestamente protelatórios, haja vista que o v. acórdão embargado não padecia de nenhum vício. Diante desse cenário, a imposição da multa emerge da aplicação da regra insculpida no art. 538, parágrafo único, do CPC. Sob o prisma da divergência jurisprudencial, constata-se que osarestos trazidos para cotejo revelam-se inespecíficos para o fim colimado, na medida em que não abordam as mesmas premissas fáticas adotadas pelo Eg. Regional - incidência da Súmula nº 296/TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /lbj/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01072-2007-006-10-00-2

Recorrente	Vilma Aparecida de Sousa
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva
Recorrido	Banco Bradesco S.A.
Advogado	Juarez Martins Ferreira Netto

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 11/04/2008 - fl. 381; recurso apresentado em 18/04/2008 - fl. 382). Regular a representação processual (fl. 21). Dispensado o preparo (fl. 326). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS BANCÁRIO - CARGO DE CONFIANÇA - HORAS EXTRAS Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) nº 102 do C./TST; - ofensa ao art. 224, §2º, e 818 da CLT da CLT; 333, I, do CPC. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 373/380, negou provimento ao recurso ordinário da reclamante, mantendoa r. sentença que indeferiu opedido de pagamento, como extras, das 7ª e 8ª horas diariamente trabalhadas e seus reflexos. Assentou o Colegiado que aautora exerceu funçõesque exigiamespecial fidúcia, enquadrando-a na hipótese do §2º do art. 224 da CLT, não fazendo, assim, jus a tal direito. O v. acórdão restou assim ementado (fl. 373), verbis: BANCÁRIO. ENQUADRAMENTO NO PARÁGRAFO 2° DO ART. 224 DA CLT. Para que o empregado bancário seja enquadrado na regra exceptiva do §2° do art. 224 da CLT, há que serem observadas as exatas tarefas por ele executadas, bem como as responsabilidades e a fidúcia que lhe são conferidas pelo empregador. Demonstrado que a empregada ocupou funções que exigiam fidúcia especial, com exercício de encargos típicos de gestão e padrão salarial diferenciado, inviabilizado torna-se o pleito de horas suplementares. A reclamante insurge-se contra a decisão pelas razões de fls. 382/395. Alega, em síntese,que não ficou provado que a autora exerceu funções comfidúcia especial aptas à enquadrá-la na exceção prevista no §2º do art. 224 da CLT.Sem razão. O Colegiado decidiu com esteio na prova produzida nos autos, a qual revelou que as funções exercidas pela autora exigiam fidúcia diferenciada. Nesse contexto, nos termos em que proposto o arrazoado,rever as efetivas atribuições desenvolvidas é questão probatória, procedimento vedado na atual fase, a teor da Súmula nº 126/TST, a obstar o recurso de revista inclusive por divergência jurisprudencial. Destaque-se que, nos termos da Súmula nº 102, item I, do Col. TST,a configuração, ou não, do exercício da função de confiança a que se refere o art. 224, § 2º, da CLT, dependente da prova das reais atribuições do empregado, é insuscetível de exame mediante recurso de revista ou de embargos. Incólume, pois, os preceitos e a Súmulainvocados pela recorrente. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1dejulho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mmmf/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01074-2007-007-10-00-8

Recorrente	Márcia Pinheiro dos Santos Carvalho
Advogado	Raimundo Nonato de Oliveira Santos
Recorrido	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Advogado	Matias de Araújo Neto

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 197; recurso apresentado em 05/06/2008 - fl. 199). Regular a representação processual (fl. 14). Dispensado o preparo (fl. 152). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS Alegação(ões): - ofensa aos arts. 122 do CCB e 461, §§ 2º e 3º, da CLT; - divergência jurisprudencial. A Eg. 2ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 192/196,negou provimento ao recurso ordinário da reclamante, mantendo a r.sentença emque sejulgou improcedente o pedido de progressão horizontal previsto no PCCS da ECT. Entendeu o Eg. Colegiado que a progressão horizontal perseguida não é automática, devendo ater-se a critérios normativos, dentre os quais, os ítens 8.2.10.1 e8.2.10.2 do PCCS,a disponibilidade orçamentária, consistente na deliberação da Diretoria, a lucratividade da empresa, a conveniência e a oportunidade. A r. decisãoestá assim ementada, verbis: "PROGRESSÃO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS - ECT. Pelas normas contidas no PCCS resultou inconteste que a progressão horizontal pretendida pela Reclamante não é automática, haja vista a observância de disponibilidade orçamentária consistente na deliberação da diretoria e na lucratividade da empresa e demais normativas internos. A falta dos requisitos legais impede o deferimento da pretensão. Nego provimento." (TRT-RO- 01078-2005-005-10-00-1, Ac. 2ª Turma, Relatora Juíza Heloísa Pinto Marques, publicado no DJU de 16.06.2006) Recurso da Reclamante conhecido e desprovido. Insurge-sea reclamante contraa decisão (fls. 199/209), sustentando, em resumo, que, a teor do decidido, estar-se-ia diante de uma condição contratual leonina, puramente potestativa, o que é vedado no ordenamento jurídico pátrio, nos estritos termos do artigo 122 do Código Civil Brasileiro. Outrossim, aduz que, tendo a reclamada instituído o Plano de Carreira, Cargos e Salários, a sua omissão em implementá-lo, para conferir aos empregados o direito às promoções, constitui flagrante desrespeito ao disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 461 da CLT, devendo, por isso, serreformada a decisão. Sem razão, contudo. Não prospera aalegação deofensa ao artigo 122 do Código Civil Brasileiro,na medida em quetal preceito encerra conteúdo nitidamente principiológico relativo à licitude das condições estabelecidas em um negócio jurídico,e, nesta feição, eventualofensa teria naturezareflexa ou indireta. Ademais, o posicionamento adotado pela Eg.Turma mostra observância ao regramento pertinente. Quantoao artigo 461, §§ 2º e 3º, da CLT, a Eg. Turma, como visto, afastoua aplicação dos referidos dispositivos,em face do não-preenchimento dos requisitos autorizadores para a promoção funcional postulada. Ressaltou-se no julgado que "a deliberação da diretoria constitui critério normativo nitidamente vinculado à disponibilidade orçamentária e financeira da empresa pública, não se mostrando um óbice que fica ao inteiro alvitre da empregadora", afastando-se, assim, a alegada ofensa ao artigo 122 do Código Civil. Neste contexto, não seconstata a violação dos dispositivos acima indicados. Sob a ótica do dissenso pretoriano, os arestoscolacionados às fls. 204 e seguintes revelam-se inespecíficos, pois partem de premissas fáticas diversas, o primeiro, oriundo da SBDI-1/TST, aborda situação em que nem sequer houve deliberação da Diretoria, um dosrequisitos; os demais tratam de situação em que houve a comprovação dos requisitos necessários à referida progressão. Incidência da Súmula nº 296/TST. Já os de fls. 207/209 sãooriundos de Turmas do Col. TST, fontes não autorizadas à comprovação de divergência, segundo regra estabelecida no artigo 896, "a", da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01084-2006-007-10-00-2

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Ticiana Lopes Pontes
Recorrido	Casa da Vó Sinhá Biscoitos Artesanais Ltda.
Advogado	Adelino de Carvalho Tucunduva Júnior
Recorrido	Ruth Maria de Oliveira
Advogado	Waldomiro Rodrigues de Andrade

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 02/06/2008 - fl. 130; recurso apresentado em 13/06/2008 - fl. 132). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS COMPETÊNCIA JUSTIÇA DO TRABALHO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, XXXV, e 114, VIII e IX, da CF; - ofensa ao art. 87 do CPC e 876, parágrafo único, da CLT; - divergência jurisprudencial. A Eg. 1ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 124/127, negou provimento ao recurso ordinário interposto pela União, adotandoo fundamento de que a competência da Justiça do Trabalho para executar parcela previdenciária relativa aoperíodo do vínculo de emprego reconhecido em Juízo, nos termos do art. 876, parágrafo único, da CLT, ocorreu a partir de 2/5/2007, data de vigência da Lei nº 11.457/07, que conferiu nova redação ao texto do citado dispositivo legal. In casu, comoo acordo foi homologado em 20/11/2006, antes, portanto, da vigência da Lei nº 11.457/2007, não haveria competência desta Justiça Especializada para a execução da contribuição previdenciária referente ao período do vínculo empregatício reconhecido em Juízo. Nas razões de recurso de revista, a União sustenta que o art. 114, inc. VIII, da Constituição Federal não faz distinção alguma acerca do conteúdo das sentenças que o Juízo Trabalhista proferir; dessa forma, a competência executória da Justiça do Trabalho abrangeria as sentenças de conteúdo condenatório e declaratório. Antes de proceder à análise das alegações, importante ressaltar que vinha adotando entendimento no sentido de que, nos termos do art. 6º da LICC, a lei em vigor teria efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, esclarecendo que a Lei nº 11.457/2007, de cunho processual, incidiria de forma imediata nos processos em curso, e, de tal modo, considerava prudente a admissão dos recursos para a devida apreciação do tema pelo Col. TST. Contudo, revendo posicionamento, passo ao exame. Não obstante todos os argumentos expendidos no recurso, constata-se que a decisão, como delimitada, não importa na violação literal e direta dos dispositivos invocados pela recorrente, a ensejar a admissibilidade do recurso, nos moldes estabelecidos pelo art. 896 da CLT. Trata-se, como visto, de discussão relativa à competência desta Justiça para a execução de ofício das contribuições previdenciárias incidentes sobre o período de vínculo reconhecido em Juízo. O art. 114, VIII, da Constituição Federal estabelece a competência da Justiça do Trabalho para a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, "a", e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir. Procedendo à exegese do referido artigo, o Col. TST pacificou seu entendimento, consubstanciando-o no item I da Súmula nº 368, esclarecendo que a competência desta Justiça para a execução das referidas contribuições limitava-se às sentenças condenatórias em pecúnia e aos valores objeto de acordo homologado, que integrem o salário-contribuição. De tal modo, a conclusão alcançada pela Eg. Turma não permite se possa afirmar que tenha ela violado literalmente as disposições do referido dispositivo constitucional - diga-se de passagem - interpretado pelo Col. TST, mediante o item I da súmula retrocitada.Não há, pois, que se cogitar de ofensa direta e literal ao art. 876, parágrafo único, da CLT, muito menos de ofensa ao art. 5º, XXXV, da Constituição, já que não foi excluída da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Quanto ao inc. IX do art. 114, não procede a alegação de ofensa, uma vez que nada se discute acerca de outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho. Já no que se refere à invocação do art. 87 do CPC, registre-se que o artigo apenas estabelece que se determina a competência no momento em que a ação é proposta, e, sob tal ótica, não houve qualquer pronunciamento por parte da Eg. Turma, que nem sequer foi provocada a fazê-lo, o que atrai a aplicabilidade do entendimento contido na Súmula nº 297 do Col. TST. Por fim, também não se sustenta o recurso em face da alegação de divergência jurisprudencial. O aresto colacionado à fl. 135 é oriundo de Turma do Col. TST, fonte não autorizada à comprovação de dissenso, nos termos estabelecidos pelo artigo 896, "a", da CLT. Já o de fls. 137/138 não detém a especificidade e a identidade fática necessárias à demonstração de divergência, pois aborda genericamente a questão relativa à ampliação da competência da Justiça do Trabalho, conforme diretriz traçada no parágrafo único do artigo 876 da CLT, não enfrentando o fundamento adotado pela Eg. Turma, no sentido de qual regramento deve ser aplicado, considerando-se a data em que proferida a sentença em que se reconheceu o vínculo de emprego. Incide, nesse caso, o entendimento consubstanciado nas Súmulas nºs 23 e 296 do Col. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01084-2007-003-10-00-8

Recorrente	Globex Utilidades S.A.
Advogado	Carlos José Elias Júnior
Recorrido	Fábio Lima de Santana
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 02/05/2008 - fl. 318; recurso apresentado em 12/05/2008 - fl. 319). Regular a representação processual (fl. 51). Satisfeito o preparo (fls. 262, 279, 278 e 326). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS HORAS EXTRAS - PROVA Alegação(ões): - ofensa ao art. 818 da CLT e 128, 333, I e II, e 460 do CPC. A Eg. 1ª Turma desta Corte, por meio do acórdão às fls. 311/317, negou provimento ao recurso ordinário interposto pela reclamada para manter acondenação quanto ao pagamento de horas extras, ao fundamento de queemergiu "da prova documental e da prova testemunhal a prestação de serviços pelo autor em sobrejornada" (fl. 311). A recorrente interpõe recurso de revista pelas razões de fls. 319/325. Sustenta que a jornada mantida pelo Eg. Tribunal Regional está superestimada, pois em desarcordo com a realidade, além de não está amparada no conjunto probatório,uma vez quenão existe nenhuma prova no sentido de que o recorrido prestou horas extras na quantidade alegada. Sem razão. Conforme delimitado no julgado,a Eg. Turmadecidiu com esteio na prova efetivamente produzida, a qualfoi convincenteno sentidode que o autorrealmentecumpriu jornada extraordinária.Consignou a Eg. Turma que a reclamada foi confessa ao indicar a jornada cumprida pelo reclamante e que a existência de banco de horas e de concessão de folgas compensatórias foram afastadas pelo depoimento da testemunha apresentada pelo ora recorrido.Nesta esteira,intactos os dispositivos invocados pela parte. Ademais, infirmar tais fundamentos implicaria o reexame de fatos e provas, o que é defeso em sede de recurso de revista, a teor do disposto na Súmula nº 126 do Col. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1dejulho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mmmf/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01099-2007-001-10-00-3

Recorrente	Ernando de Paula Pereira
Advogado	Eduardo Bittencourt Barreiros
Recorrido	Sindicato dos Empregados no Comércio do Distrito Federal - SINDCOM
Advogado	Gustavo Varela

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 02/05/2008 - fl. 364; recurso apresentado em 12/05/2008 - fl. 368). Regular a representação processual (fl. 06). Dispensado o preparo (fl. 336). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS COMISSÃO - PAGAMENTO POR FORA Alegação(ões): - ofensa aos arts. 333 e seguintes do CPC; 342 do CP; 818 da CLT. A Eg. 3ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 357/363,negou provimento ao recurso ordinário interposto pelo reclamante, para manter a r. sentença que julgou improcedentes os pedidosrelacionados com o alegado pagamento "por fora" de comissões. A decisãofoi assim ementada (fl. 357), verbis : RECURSO ORDINÁRIO. RECEBIMENTO DE COMISSÕES "POR FORA". NÃO COMPROVAÇÃO. NÃO PROVIMENTO. Demonstrado nos autos que as alegações do reclamante não restaram comprovadas, pois a prova testemunhal produzida não foi suficientemente robusta no sentido de comprovar que ocorreram os pretensos pagamentos de comissões " por fora" , não merece provimento seu recurso embasado nessa premissa. O reclamante interpõe recursode revista pelas razões de fls. 368/373. Alega que a Eg. Turma deu "entendimento equivocado do valor testemunhal", uma vez que os depoimentos das testemunhas foram totalmente contraditórios, pois uma testemunhadeclarou que o recorrente recebia comissões, enquanto a testemunha da recorrida negou esse fato, não podendo o Juízo concluir que houve "empate de testemunhas", mas, sim,reconhecendo que uma delas apresentou falso testemunho, instaurar o devido processo criminal para apuração do fato e suspender o curso do processo. Por fim, diz que oônus de comprovar o pagamento de comissões foi cumprido pelo recorrente por meio da testemunhapor ele apresentada. Constata-se, a partir das razões deduzidas, nítido interesse no reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado nos termos da Súmula nº 126/TST. Conforme delimitado, o fundamento da Eg. Turma para indeferiro pedidofoi a ausência decomprovação do fato alegado pelo autor. De todo modo, não se cogita de ofensa aos arts. 333 e seguintes do CPC e818 da CLT,mesmo porque a prova foi apreciada pela Turma, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, mediante decisão devidamente motivada (art. 131 do CPC). Quanto ao art. 342 do CP,não houve pronunciamento da Turma à luz das disposições nele contida. Ausente o prequestionamento, incide a Súmula nº 297/TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1 dejulho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mmmf/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01112-2004-005-10-85-0

Recorrente	Oswaldo Pullen Parente
Advogado	Mario Batista
Recorrido	Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Advogado	Anna Maria Felipe Borges
Recorrido	União
Advogado	Anna Maria Felipe Borges

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 01/02/2008 - fl. 651; recurso apresentado em 13/02/2008 - fl. 653). Regular a representação processual (fl. 10). Inexigível opreparo (fl. 460). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 297 e 331, IV, do TST; - violação do(s) art(s). 1º, IV, 5º, caput, e XXXVI e LV, 7º, 37, caput, 170 e 193 da CF; - ofensa ao art. 3º, 9º e 896 da CLT. A Eg. 1ª Turma, por meio do acórdão proferido às fls. 585/595, entre outras questões, afastou a responsabilidade subsidiária da União, declarada no primeiro grau, pontuando que, no caso dos autos, o contrato de prestação de serviços foi celebrado sob o regime de cooperação com organismointernacional e, em razão desta especificidade, decidiu pela inaplicabilidade da súmula 331 do Colendo TST. O reclamante interpõe recurso de revista(fls. 653/660), insistindo na presença de todos os requisitos para a responsabilização subsidiária da União porque tomadora dos serviços prestados. Segundo o delineamento fático contido no acórdão, a prestação dos serviços contratados com a UNESCO se deu em prol da União Federal (Ministério do Meio Ambiente), situação que, a princípio, atrairia a aplicação do entendimento consubstanciado por meio da súmula 331, IV, do Colendo TST. A inaplicabilidade em razão da especificidade da contratação em regime de cooperação técnica é construção que, num primeiro exame, não encontra guarida no verbete, ao menos em sua literalidade. Assim, entendo prudente o recebimento do recurso para que o Col. TST aprecie possível contrariedade à Súmula 331, item IV, daquela Corte. Nesse diapasão, a teor da Súmula nº 285 do Col. TST, fica prejudicada a análise das demais questões ventiladas no recurso de revista da reclamante. CONCLUSÃO RECEBO o recurso de revista. Ao Recorrido, para contra-razões. Após, remetam-se os autos ao Col. TST. Publique-se. Brasília,1 dejulho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mmmf/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01120-2006-009-10-00-0

Recorrente	MG Master Ltda.
Advogado	Bellini Balduíno Fonseca
Recorrido	Hudson Alves da Silva
Advogado	Pablício Monteiro Cardoso

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 28/03/2008 - fl. 466; recurso apresentado em 03/04/2008 - fl. 468). Regular a representação processual (fls. 280, 329). Satisfeito o preparo (fls. 392, 424 e 498). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS INÉPCIA DA INICIAL Alegação(ões): - ofensa ao art. 295, parágrafo único, e 267, I, do CPC. A Eg. 1ª Turma, por meio do acórdão às fls. 459/465,afastou a pretensão dareclamada de ver declarada a inépcia da exordial. Pontuou que consta da peça inicial, precisamente às fls. 04/05, as razões pelas quais pretendeu o reclamante o pagamento das verbas inerentes à dispensa imotivada, em razão do afastamento da justa causa aplicada, bem como do adicional noturno e das horas extras e reflexos, inexistindo, pois, o vício alegado. Insiste a reclamada, por meio das razões de fls. 468/497,na preliminar de inépcia da inicial quanto ao pedido de verbas rescisórias e fornecimento das guias CD/SD e TRCT, posto que não foi formulado pedido de reversão da justa causa aplicada ao obreiro, configurando, assim, a inexistência de causa de pedir. Conforme delineamento fático do v. acórdão, ao contrário do que argumenta a recorrente, constam da inicial as razões pelas quais o autor pretendia o afastamento da justa causa aplicada e o pagamento das verbas pertinentes à dispensa imotivada. Assim, a peça empresta integral satisfação aos requisitos insculpidos no artigo 840 da CLT, contendo uma breve exposição dos fatos e os pedidos deles decorrentes, situação que afasta a pretensão de extinção do feito por inépcia. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA EXCLUSÃO DOS PEDIDOS NÃO FORMULADOS NAQUELA OPORTUNIDADE. Alegação(ões): - ofensa ao art. 625-A e 625-D da CLT; - divergência jurisprudencial. A Eg. 1ª Turma, por meio do acórdão às fls. 459/465, afastou a pretensão da reclamada no sentido de que não fossem apreciados os pedidos não submetidos ao crivo da Comissão de Conciliação Prévia. Pontuou que a absoluta impossibilidade de composição extrajudicial foi largamente evidenciada, em face da ausência do reclamado à data designada na CCP e que adeclaração de tentativa conciliatória frustrada, juntada aos autos, atende à exigência inscrita no artigo 625-D da CLT. A reclamada interpõe recurso de revista às fls. 468/497, aduzindo que "deverá ser reformada a sentença, não devendo ser apreciados os pedidos não formulados perante a comissão, como, por exemplo, aviso prévio indenizado, saldo de salário, ...". Da leitura das razões do recurso da reclamada, não vislumbro impugnação específica aos fundamentos adotados no v. acórdão no sentido de que a exigência do artigo 625-D da CLT foi atendida. Ao contrário, a reclamada repetiu as assertivas expendidas quando da interposição do recurso ordinário. Assim, impossível o seguimento do recurso de revista, no particular, a teor da súmula 422 do Colendo TST. JUSTA CAUSA Alegação(ões): - violação dos arts. 5º, caput, da CF; - ofensa ao art. 125, I, 400 do CPC482, "b", da CLT. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 611/632, complementado pelo julgamento dos embargos de declaração às fls. 653/658, à luz do conjunto probatório produzido, manteve a r. sentença que concluiu não ter havido motivo ensejador da ruptura contratual por justa causa. Pontuou que o reclamado não produziu prova suficiente à demonstração do ato desidioso alegado. Nas razões do recurso de revista (fls. 468/497)sustentaa reclamada, em resumo,que há nos autos provas suficientes que justifiquem a conduta passível de punição com justa causa. A conclusão turmária foi baseada na análise do conjunto probatório dos autos,o qual revelou a inexistência deconduta incompatível do reclamante com o trabalho, justificadora da ruptura contratual. Infirmar tal entendimento implicaria o revolvimento de fatos e provas, vedado na instância extraordinária a teor da Súmula nº 126 do TST. Nesse passo, despicienda a análise das violações apontadas. Inespecíficos os arestos trazidos porque não tratam de ausência de prova da desídia. Assim, impossível o confronto de teses, a teor da Súmula nº 296 do Colendo TST. HORAS EXTRAS Alegação(ões): - ofensa ao art. 59, 818 da CLT; 131 e 333, I, do CPC; 884 do CCB. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão proferido às fls. 459/465, manteve a condenação da reclamada ao pagamento de horas extras. Pontuou que, inexistindo contestação específica dos horários de trabalho do reclamante, tem-se como verdadeira a jornada alegada na inicial, por força do art. 302/CPC e que o próprio réu confessa a prestação de trabalho extraordinário e o labor nos feriados, ao asseverar que as horas extras cumpridas e os feriados trabalhados foram pagos ou compensados. Registrou, ainda, que a fragilidade dos depoimentos testemunhais não permitiu afastar aquela presunção. Contra tal decisão, insurge-se a reclamada por meio das razões de recurso de revista às fls. 263/270, insistindo na exclusão da condenação. Sustenta que o deferimento de horas extras nos feriados violou o que dispõe os artigos 818 da CLT e 333, I, do CPC pois o

reclamante não se desincumbiu do ônus de provar o labor em feriados. Neste ponto, houve, também, ofensa aos artigos 131 do CPC e 884 do CCB, pois houve julgamento contra a prova dos autos e caracterização de enriquecimento sem causa, uma vez que as testemunhas foram uníssonas em afirmar a inexistência de trabalho nos feriados. A desconsideração dos depoimentos das testemunhas configura violação ao princípio da isonomia consubstanciado no artigo 5º, caput, da CF e artigo 125, I, do CPC. Impossível o processamento do recurso em razão de ofensa ao artigo 131 do CPC, pois, conforme pontuado no v. acórdão, os depoimentos das testemunhas mostraram-se frágeis e não possível revolver as provas dos autos na instância extraordinária, a teor da Súmula nº 126 do Colendo TST. De outro lado, a ausência de impugnação específica ao horário declinado na exordial enseja a presunção de veracidade da jornada descrita na exordial, situação que desonera o autor do ônus da prova, no particular. Assim, não há que se falar em ofensa aos artigos 818 da CLT e 333, I, do CPC. Quanto aos artigos 5º, caput, da CF, 125, I, do CPC e 884 do CCB, impossível o seguimento do recurso, por ausência de prequestionamento (TST, Súmula 297). Os arestos trazidos são inespecíficos porque não tratam de ausência de impugnação específica à jornada declinada na exordial. INTERVALO INTRAJORNADA Alegação(ões): - ofensa ao art. 71, §§ 2º e 4º, da CLT. - divergência jurisprudencial O reclamado se insurge contra a condenação ao pagamento do intervalo intrajornada, ao argumento de que a não-concessão acarretaria apenas irregularidade administrativa. Caso mantida a condenação, pretende seja limitada a 45 minutos diários, conforme jurisprudência que colaciona. Conforme delimitado no julgado, a Eg. Turma manteve a r. sentença quanto aoreconhecimento de que o empregado gozava apenas 15 minutos de intervalo intrajornada. Verifico, então, que a decisão está em consonância com o entendimento contido na Orientação Jurisprudencial nº 307 da SBDI-1 do Colendo TST, que é expressa no sentido de que a "não-concessão total ou parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, implica o pagamento total do período correspondente, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho". Assim, não há que se cogitar em ofensa ao artigo 71, §§ 2º e 4º, da CLT, bem como desnecessária a análise dos arestos trazidos porque adotam entendimento superado, a teor da Súmula 333 do Colendo TST. . AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO Alegação(ões): - ofensa ao art. 884 do CCB. A Eg. 1ª Turma manteve a condenação ao pagamento de um vale-refeição para cada feriado trabalhado.A reclamada não se conforma com a condenação relativa ao auxílio-alimentação ao argumento de caracteriza enriquecimento sem causa, uma vez que os demonstrativos comprovam a quitação da parcela em todos os meses do contrato e insiste na tese, já apreciada, no sentido de que não houve labor nos feriados. Impossível o processamento do recurso, no particular, porque a Eg. Turma não apreciou o pedido à luz do artigo 884 do CCB. Assim, ausente o necessário prequestionamento, a teor da Súmula 297 do Colendo TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01121-2005-103-10-00-4

Recorrente	Horizonte da Amazonia Transportes Ltda.
Advogado	Estefânia Ferreira de Souza Viveiros
Recorrido	Renan Dias de Assunção
Advogado	Rodrigo Vincente Maia Mendes
Recorrido	Rodrigo Dias de Assunção
Advogado	Rodrigo Vincente Maia Mendes

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 337; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 341). Regular a representação processual (fls. 295/296). Satisfeito o preparo (fls. 270, 286, 285 e 356). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Alegação(ões): - violação dos arts. 5º, LV, 7º, XVIII, e 93, IX, da CF; - ofensa aos arts. 897-A da CLT e 535, I, do CPC. Pugna a reclamada pela nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, ao argumento de que, nada obstante a oposição dos embargos de declaração, a Egr. Turma deferiu a indenização por danos morais e materiais decorrentes do acidente sofrido pelo então empregado sem, contudo, examinar as circunstâncias fáticas do acidente. Aponta violação dos dispositivos legais e constitucionais indicados em epígrafe.Em que pesem as razões esboçadas noarrazoado, a alegação de nulidade por negativa de prestação jurisdicional em face da decisão dos embargos declaratórios não se viabiliza. Isso porque todas as questões aliventiladas foram devidamente abordadas no acórdão às fls. 302/308.A jurisdiçãofoi prestada mediante decisão suficientemente motivada, conquanto contrária a pretensão da recorrente.Assim sendo, havendo fundamentação no v. decisum sobre as questões postas em debate, não há de se falar em afronta ao art.93, IX, da Constituição Federal. Quanto à suposta violação dos arts. 5º,LV, e 7º, XVIII, da Constituição Federal,535 do CPC e 897-A da CLT, tais dispositivos não constituem fundamento válido a ensejar a admissibilidade de recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional (OJ nº 115 do C. TST). CERCEAMENTO DE DEFESA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, LV, da CF. Aduz a recorrente ter o Egr. Colegiado incorrido em cerceamento de defesa "pois não se ateve o órgão julgador estritamente às provas dos autos, que atestam pela culpa exclusiva da vítima". Aduz que a decisãoestá fundamentada na "ausência de provas periciaisparticulares que não foram produzidas (...) por total impossibilidade de se fazê-las face ao lapso temporal de mais de 9 meses entre o acidente e a instrução processual, até porque o veículo sinistrado já havia sido recuperado" (fl. 349). A Egr. Turma rejeitou esta preliminar ao fundamento de que "A reclamada teve todas as oportunidades processuais possíveis para consubstanciar sua defesa. Se não o fez foi por sua inação" (fl. 330). Não há relato no v. acórdão de que se tenhaindeferidoa produção de provas por parte da reclamada. Aliás, a alegação da recorrente nem é nesse sentido, limitando-se apenas a demonstrar contrariedade à valoração dos elementos de prova constantes dos autos. Nesse contexto, não há de se falar em ofensa ao art. 5º, LV, da CF. ACIDENTE DE TRABALHO - INDENIZAÇÃO - CULPA Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 7º, XVII, da CF; - ofensa ao art. 818 da CLT, 333, I, do CPC e 927 do CC. A Egr. 2ª Turma desta Corte manteve a condenação da reclamada ao pagamento da indenização por danos materiais e morais proveniente do acidente de trabalho do qual foi vítima seu ex-empregado. Considerou provado não apenas o nexo causal entreo acidente e o exercício do trabalho, como também a culpa da empregadora ao não providenciar a manutenção mecânica das carretas utilizadas no transporte de cargas. Inconformada, a reclamada interpõe recurso de revista às fls. 341/355, alegando, em síntese, má-apreciação das provas. Aduz que não restou configurada a sua culpa pelo sinistro e que "a conclusão do julgado baseou-se principalmente na ausência de provas (perícia particular e exame de sangue) para desconsiderar as averiguações da perícia realizada no local do acidente" (fl. 350). Aponta violação dos dispositivos legais acima citados e divergência jurisprudencial. A pretensão recursal, como exposta, importaria necessariamente no reexame do contexto fático-probatório existente nos autos, o que encontra óbice na Súmula nº 126 do C. TST e inviabiliza o seguimento do recurso. Particularmente quanto aos arts. 818 da CLT e 333 do CPC, inviabilizado o recurso de revista, por ausência de prequestionamento, já que a questão não foi decidida com base em regras de distribuição do ônus da prova, não adotando o Colegiado tese a esse respeito (Súmula nº 297 do C. TST). ACIDENTE DE TRABALHO - DANOS MATERIAIS - INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - ofensa ao art. 944 e 945 do CC e 53 da Lei nº 5.250/67. Inviabilizado o recurso neste tópico, por ausência de prequestionamento, uma vez que não houve pronunciamento do Egr. Colegiado acerca da indenizaçãopor danos materiais (Súmulanº 297 do C. TST). DANO MORAL - VALOR DA INDENIZAÇÃO Alegação(ões): - ofensa aos arts. 944 e 945 do CC e 53 da Lei nº 5.250/67. A Egr. Turma, com fulcro nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade,manteve o valor da indenização fixado na sentençaa título de danos morais. Insurge-se a reclamadatambém contra esta decisão. Alega queovalor da indenização foi excessivo,principalmente considerando-se que houve culpa concorrente do empregadopara a ocorrência do sinistro.A pretensão recursal não se viabiliza porque, para se rever o patamar da reparação, seria necessário realizar-se nova análiseda adequação daquele valor à extensão dos danos, o que implicaria inevitavelmente no reexamedas provas, o que é defeso no atual estágio, ante o que expressa a Súmula nº 126 do C. TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01122-2006-014-10-00-5

Recorrente	Taguasul Comércio de Alimentos Ltda. (Supermercado COMPER)
Advogado	Regina Maria de Freitas Castro
Recorrido	Mary Ane Costa Conceição
Advogado	Júlio César Borges de Resende

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 200; recurso apresentado em 09/06/2008 - fl. 203). Regular a representação processual (fl. 35). Satisfeito o preparo (fls. 134, 158 e 159). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NULIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 297/TST e 282 e 356/STF; - violação dos arts. 5º, XXXV, LIV e LV e 93, IX, da CF; - ofensa ao art. 832 da CLT. Aduz a recorrente, em síntese,que a Egr. Turma não abordou as questões ventiladas nos embargos declaratóriosa respeito da contradição na valoração das provas. Dispõe o art. 93, IX, da Constituição Federal que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões. Da leitura do acórdão às fls. 173/184, depreende-se que a Egr. Turma externou os motivos de seu convencimento, discutindo as teses apresentadas pelas partes. Os elementos de prova colacionados aos autos pela recorrente foram apreciados, não havendo obrigação de transcrevê-los. Restaram observadas as prescrições contidas nos arts. 93, IX, da CFe 832 da CLT. A alegação de ofensa ao art. 5º, XXXV, LIVe LV, da CFnão constitui fundamento aptos a ensejar a admissibilidade de recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional (OJ nº 115 do TST). ACIDENTE DO TRABALHO REINTEGRAÇÃO Neste tópico, a insurgência se encontra desfundamentada, porquanto aparte recorrente não se reporta aos pressupostos específicos do recurso de revista, nos termos do art. 896 da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,24 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01158-2005-007-10-00-0

Recorrente	FG Alimentos Ltda. (Frango Bom Gosto)
Advogado	Carlúcio Campos Rodrigues Coelho
Recorrido	José Batista da Silva Júnior
Advogado	Cicinato Carvalho Trindade

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 11/04/2008 - fl. 344; recurso apresentado em 22/04/2008 - fl. 345). Regular a representação processual (fl. 53). Satisfeito o preparo (fls. 333, 354 e 355). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS ACIDENTE DE TRABALHO - ATO ILÍCITO DO EMPREGADOR - CARACTERIZAÇÃO Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 7º, inc. I, da CF; - ofensa ao art. 186 e 944 do CCB. A Eg. 2ª Turma desta Corte, por meio do acórdão às fls. 324/333, complementado pelo julgamento dos embargos de declaração às fls. 342/343, entendeu caracterizado o ato ilícito da empresa, que deixou de adotar as medidas de segurança indispensáveis para impedir o acidente de trabalho, configurando-sea figura da culpa recíproca,que não afastava a obrigação da empresa em indenizar. Sustenta a recorrente (fls. 345/353) que, em sede de reparação civil, não há que se falar em extensão da culpa, mas em extensão do dano. Alega que o causador do acidente foi o empregado, sendo fato incontroverso que o acidente ocorreu em razão da sua displicência e negligência, não tendo a reclamada, portanto, responsabilidade pelo infortúnio e, muito menos, obrigação de indenizar, já que não cometeu nenhum ato ilícito capaz de ensejar tal reparação. Sem razão. Quanto à alegação de violação do art. 7º, inc. I, da Constituição Federal, além de impertinente, tendo em vista que se refere ao direito do trabalhador à relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, verfica-se ser inviável a análise do recurso, uma vez que aTurma não adotou tese sobre a matéria à luz das disposições contidas em tal preceito. Ausente o prequestionamento, incide a Súmula nº 297/TST. No tocante à invocação dos arts. 186 e 944 do CCB, conforme delimitação do julgado, consignou-seque, caso concreto, restou incontroverso que o autor sofreu o acidente no local e horário de trabalho, bem como revelou-se manifesto o dano e seu nexo causal com o trabalho, ressaltando-se que, embora o empregado também tenha contribuído para o infortúnio, não haveria como eximir a reclamada da responsabilidade, tendo em vista que a retirada indevida da grade de proteção, que findou por propiciar o acidente, foi realizada por empregado da reclamada, que é responsável pela reparação civil por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, nos termos do art. 923 do CCB. Detal modo, não se cogita de violação dos dispositivos invocados pela recorrente, os quais estabelecem que comete ato ilícito aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, e que a indenização é medida pela extensão do dano, tendo em vista que a conclusão da Eg. Turma foi, com fundamento no conjunto fático-probatório, no sentido do reconhecimento da existência do dano sofrido pela reclamante eda configuração da culpa recíproca da empregadora,a ensejar acorrespondente reparação. DANOS MATERIAIS. PENSÃO VITALÍCIA. Alegação(ões): - ofensa aos arts. 944 do CCB. - divergência jurisprudencial Sustenta a reclamada ser incabível a condenação ao pagamento de pensão vitalícia, pois o recorridotem sua renda mensal resguardada pela percepçãodos benefícios previdenciários em razão do acidente de trabalho. Sem razão, entretanto. Nos limites do julgado, tem-se que a Eg. Turma entendeu que a existência de prejuízosao reclamante foi evidente, pois, em decorrência de ato culposo da empresa, deixou de auferir salários no montante e proporção alcançados antes do acidente. Ressaltou quea perícia realizada indicou perda da capacidade funcional do membro afetado em 60% (sessenta por cento), concluindo,que foide idêntica proporção a perda da capacidade laboral, o que gerava a necessidade dereparação pela empresa por estaperda parcial.Para tanto, tratando de esclarecer que o fato de o autor receber benefício previdenciário não interferiria na questão,arbitrou talparcela em valor correspondente a 30% (trinta por cento) do último salário percebido pelo reclamante,que deveria serpago mensalmente, desde a datado afastamento, em 13 (treze) prestações anuais e de forma vitalícia, ou até que otrabalhador completasse 70 anos. Verifica-se, portanto, que a Eg. Turma preocupou-se em arbitrar a indenização conforme aextensão do dano, não havendo de se falar em ofensa ao art. 944 do Código Civil. Por fim, quanto à alegada divergência jurisprudencial,constata-se que oaresto de fls. 351/352 é inservível ao confronto de teses, pois proveniente do Tribunal de Justiça do DF, órgãoque não atende às exigências daalínea "a", do art. 896, da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1dejulho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mmmf/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01202-2006-021-10-00-9

Recorrente	Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa Econômica Federal - ANEAC
Advogado	Rogério Avelar
Recorrente	Caixa Econômica Federal
Advogado	José Alberto Couto Maciel
Recorrido	Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa Econômica Federal - ANEAC
Advogado	Rogério Avelar
Recorrido	Caixa Econômica Federal
Advogado	José Alberto Couto Maciel

Recurso de:Caixa Econômica Federal PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 15/02/2008 - fl. 2.089; recurso apresentado em 25/02/2008 - fl. 2.093). Regular a representação processual (fls. 2.043/2.044). Satisfeito o preparo (fls. 1.863, 1.979 e 1.978). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 297/TST; - violação do(s) art(s). 5º, caput, XXXV e LV, e 93, IX, da CF; - ofensa ao art. 832 e 897-A da CLT e 458 do CPC. Alega a Caixa Econômica Federal-CEF negativa de prestação jurisdicional, ao argumento de que o Colegiado não enfrentou explicitamente o questionamento levantado nos embargos de declaração em relação à participação da entidade sindical representativa dos empregados na negociação coletiva, à forma de adesão dos empregados, à teoria do conglobamento, à renúncia ao regulamento anterior (Súmula nº 51, II, do TST) e à não-observância das condiçõesestabelecidas na Circular Interna no novo plano de cargos e salários. Inicialmente, registre-se, por oportuno, que é firme o entendimento da jurisprudência pátria de que o órgão judicial, para expressar o seu convencimento, não precisa tecer considerações sobre todos os argumentos trazidos pelas partes. Sua fundamentação pode ser concisa, pronunciando-se acerca do

motivo que, por si só, entendeu suficiente para a solução da lide (CPC, art. 131). Posto isso, verifica-se que o Colegiado, ao contrário do que alegado, trouxe à baila todos os fundamentos que resultaram na conclusão de que o conteúdo da Circular Interna SUPES/GEINP 265/06 evidencia claramente o desvirtuamento do negociado, restando patente a abusividade da reclamada ao estipular regras para a implantação da nova estrutura salarial. A jurisdição, com efeito, foi prestada mediante decisão suficientemente motivada, conquanto contrária a pretensão da recorrente. Assim sendo, havendo fundamentação no v. decisum sobre as questões postas em debate, não há que se falar em afronta aos arts. 832 da CLT, 458 do CPC e 93, IX, da CF. Quanto à contrariedade à Súmula nº 297 do C. TST e à violação dos arts. 897-A da CLT e 5º, caput , XXXV e LV, da CF,tais alegações não são fundamento válido a ensejar o conhecimento do recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional (OJ nº 115 da SDI-1 do C. TST). CEF - RENÚNCIA - MIGRAÇÃO - NOVA ESTRUTURA SALARIAL - ABUSIVIDADE DA NORMA Alegação(ões): - contrariedade à Súmula 51/TST; - violação dos arts. 7º, XXVI, e 8º, III e VI, da CF; - ofensa ao art. 840 do CCB; - divergência jurisprudencial. A Egr. 2ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 2.052/2.061, complementado àsfls. 2.085/2.088 e 2.146/2.148,manteve a r. sentença quanto à ilegalidade da condição imposta na CI SUPES/GEINP 265/06. A r. decisão restou assim ementada, no particular, in verbis : 1. CIRCULAR INTERNA. PREVISÃO DE DESISTÊNCIA DE AÇÕES E RENÚNCIA GENÉRICA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. NULIDADE. A circular interna que prevê como condição, para adesão a nova estrutura salarial da empresa, a desistência de ações, pelo empregado, com renúncia genérica a direitos, está eivada de nulidade, na medida em que a estipulação ultrapassa os limites impostos pelo princípio protetor e o princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas, além de agredir a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, consagrados constitucionalmente (CF, arts. 1º, III e IV e 170, caput) e contrariar o disposto nos arts. 421 e 424 do Código Civil Brasileiro. Inconformada, insurge-se a reclamada contra a decisão sustentando, em resumo,a legalidade da contrapartida proposta no bojo da implantação da nova estrutura salarial. Alega que a migração foi possibilitada em negociação coletiva, denotando legítima transação entre as partes, restando afastado qualquer vício na regra editada. Ademais, afirma não constituir nenhuma infringência ou ameaça ao patamar mínimo civilizatório a possibilidade de transação entre as partes, na qual o empregado, abrindo mão de vantagem financeira duvidosa, incerta e futura, aufere ganho salarialimediato, certo e atual. Depreende-se do v. acórdão regional que a renúncia de direitos, consubstanciada na desistência de ações judiciais,como condição imposta ao empregado para a implantação da nova estrutura salarial da reclamada, não foi objeto de negociação coletiva, sendo certo que,acaso efetivada,violaria irremediavelmente o princípio da irrenunciabilidade de direitos, além de atentar contra a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (Constituição Federal, art. 1º, III e IV, e 170, caput, e 421 e 424 do CCB). Nesse contexto, incólumes os dispositivos constitucionais e infraconstitucional apontados como transgredidos, assim como a súmula de jurisprudência do C. TST. Sob a ótica do dissenso jurisprudencial,os arestos trazidos para confronto de teses revelam-se nitidamente inespecíficos para o fim colimado, na medida em que não partem das mesmas premissas fáticas adotadas pelo Regional quedetectou a inexistência de cláusula convencionalcondicionando a implantação de nova estrutura salarialà desistência de ações judiciais. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa Econômica Federal - ANEAC PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 09/05/2008 - fl. 2.149; recurso apresentado em 19/05/2008 - fl. 2.051). Regular a representação processual (fl. 20). Inexigível opreparo (fl. 1.863). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da CF; - ofensa ao art. 832 e 897-A da CLT e 458 do CPC. Alega a reclamante negativa de prestação jurisdicional, ao argumento de que o Colegiado não enfrentou explicitamente o questionamento levantado nos embargos de declaração quanto ao interesse de agir dos associados da ANEAC e à contrariedade à Súmula nº 288 do C. TST. Não há imperfeição no julgado. Conformereiterado à fl. 2.147, quando do julgamento dos embargos de declaração, o Colegiado acolheu a preliminar de interessede agir suscitada pela reclamada por entender que somente os empregados que aderiram formalmente ao novo plano teriam interesse em reclamar contra suasas regras. Esclareceu que referidos empregados são aqueles constantes do rol acostado às fls. 1.645/1.646, documento este que não sofreu nenhuma impugnação da ora recorrente. Como se vê, a jurisdição foi prestada mediante decisão suficientemente motivada, conquanto contrária à pretensão da recorrente. Assim sendo, havendo fundamentação no v. decisum sobre as questões postas em debate, não há que se falar em afronta aos arts. 832 da CLT, 458 do CPC e 93, IX, da CF. Quanto aos arts. 897-A da CLT e 5º, XXXV, LIV e LV, da CF, tais dispositivos não constituem fundamento válido a ensejar a admissibilidade do recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional (OJ nº 115 da SBDI-1 do C. TST). Em relação à Súmula nº 288 do C. TST, ao contrário do alegado,a autora não interpôs embargos declaratórios a respeito. De qualquer forma, não há de se falar em negativa de pronunciamento a respeito. O Colegiado manifestou-se sobre a alegação, porém dela não conheceu por considerá-la inovatória à lide (fl. 2.058). PRELIMINAR DE NULIDADE RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO EM PARTE Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, XXXV, LIV e LV da CF; - ofensa ao art. 895 da CLT. Argúi a recorrente a nulidade do v. acórdão em razão de a Egr. Turma não haver conhecido da alegação de contrariedade à Súmula nº 288 do C. TST suscitada no recurso ordinário. Aponta violação dos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, da CF e 895 da CLT. Conforme exposto à fl. 2.058, o Colegiado não conheceu do apelo em relação a tal matéria por constituir inovação à lide, o que impedia a atuação revisional acerca do tema. Nas razões do recurso de revista, a recorrente não refuta a afirmação deste Regional no sentido de que esta questão não foi suscitadaanteriormente, apenas argumenta que "Fundamento do recurso ordinário não pode ser considerado inovação a lide". Nesse contexto, não vislumbro nulidade no acórdão impugnado. O recursofoi conhecido parcialmente porque a recorrente não observou o momento processual oportuno paratecer todos os argumentos em defesa de sua tese. Assim, diversamente do que alega, não houve vedação deacesso ao Judiciário ou violação da garantia do contraditório e da ampla defesa, senão efetiva observância ao princípio do devido processo legal. Incólumes, portanto,os dispositivos acima citados. INTERESSE DE AGIR Aleg
ação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, XXXV, LIV e LV da CF; - ofensa ao art. 267, VI, do CPC. Insurge-se a recorrente contra a extinção do feito sem julgamento de mérito, por falta de interesse de agir, em relação aosassociados que não integraram o rol indicado às fls. 1.645/1.646 e que não estão indicados na preliminar de desistência do presente recurso. Argumenta que, quandodo ajuizamento desta ação,estes outros associados anexaram requerimentos (fls. 172, 185 e 195), manifestandopretensão em aderir ao novo plano de cargos e salários, não havendo de se falar, portanto, em carência de ação por falta de interesse de agir. Segundo exposto no v. acórdão, à fl. 2.054, apenas os associados cujos nomes constam da relação trazida pela reclamada (fls. 1.645/1.646) têm interesse de agir. O Colegiado não fez menção algumaacerca destes outros empregados que, supostamente, aderiram ao novo plano quando do ajuizamento desta ação. Nessa toada, rever o entendimento ora adotadoimplicaria a reapreciação de fatos e provas, o que é vedadoà instância extraordinária, a teor do que dispõe a Súmula nº 126 do C. TST. CEF - NOVA ESTRUTURA SALARIAL - ADESÃO AO NOVO PLANO CONDICIONADA À VINCULAÇÃO PRÉVIA AO NOVO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DA FUNCEF Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, caput, II e XX, 7º e 37 da CF; - ofensa aos arts. 461, § 3º, e 468 da CLT; - divergência jurisprudencial. A Egr. 2ª Turma desta Corte negou provimento ao recurso ordinário interposto pela autora mantendo a r. sentença quanto à legitimidade da norma interna da Caixa que condicionou a adesão dos empregadosà nova estrutura salarial à respectiva vinculaçãoao novo plano de benefícios da FUNCEF. A decisão restou assim ementada, no particular, in verbis: 2. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. PREVISÃO DE CONDIÇÃO PARA ADESÃO A NOVO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. POSSIBILIDADE. NORMA INTERNA QUE DÁ EFETIVIDADE A CLÁUSULA DE ACORDO COLETIVO. LEGITIMIDADE. O acordo coletivo de trabalho traduz acordo de vontade dos sujeitos pactuantes, consubstanciando-se diploma revelador de regra jurídica típica, sendo dirigida à regulação ad futurum de relações trabalhistas. Logo, é perfeitamente legítima condição por ele criada para adesão a novo plano de cargos e salários, já que contou com a chancela de ambas as partes signatárias do acordo. Assim sendo, norma interna que dá efetividade à cláusula de acordo coletivo de trabalho compartilha da mesma legitimidade deferida a norma coletiva. Inconformada,a autora alega violação dos dispositivoslegais e constitucionais em epígrafe. Argumenta que a vinculação obrigatória a certo plano de previdência como pressuposto para a progressão funcional é abusiva, além de caracterizar alteração ilegal do contrato de trabalho, pois "impõe aos empregados/substituídos a renúncia ao antigo plano de previdência privada como fator condicionante à validade da opção" (fl. 2.163). Conforme exposto no v. acórdão recorrido, a norma interna ora questionada teve origem em acordo coletivo firmado pelas partes, estando os empregados devidamente representados pela CONTEC, não havendo, por isso, que se falar em prejuízo. Asseverou-se, ainda, inexistir óbice à inserção, em norma interna, de cláusula referente à aposentadoria privada, em face da sua inegável correlação com o contrato de trabalho. Do delineamento fático traçado no v. acórdão, portanto,não vislumbro afronta aos arts. 5º, caput eII,da CF e468 da CLT, na medida em que, segundo ali consignado,a norma ora em apreço constituia efetivação de cláusula já firmada pelas partes em acordo coletivo de trabalho, validamente pactuado. Não vislumbro, também, divergência jurisprudencial a ensejar a admissibilidade do apelo. Os arestos trazidos à demonstração de confronto são inespecíficos, pois não tratam da questão acercada necessáriavinculação ao novo plano de previdência da FUNCEF pelos empregados que aderiremà nova estrutura salarial criada pela Caixa. Quanto à invocação do art. 7º e 37da CF, a revista está desfundamentada porquanto arecorrente não aponta especificamente o preceito tido por violado (incidência da Súmula nº 221, I, do C. TST). A Corte Trabalhista já manifestou o entendimento de que, na hipótese em que o dispositivo tido por violado desdobra-se em parágrafos, incisos e alíneas, é ônus da parte indicar com precisão a qual das subdivisões do dispositivo se refere. Nesse sentido, os seguintes precedentes da SDI - 1 do TST: A-E-RR-33701/2002, Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DJ 25/05/2007; E-RR-470.868/1998, Rel. Min. Lelio Bentes Corrêa, DJ 22/04/2005. Em relação ao art. 461, § 3º, daCLT, o recursonão se viabiliza ante a ausência de prequestionamento, pois a questão não foi decidida à luz do referido dispositivo (Súmula nº 297 do C. TST). Por fim, quanto ao art. 5º, XX, da CF, inadmissível o apelo, uma vez que referido dispositivo não tem pertinência com a matéria ora em discussão, pois trata da livre associação. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,24dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/2

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01213-2000-004-10-85-0

Recorrente	FURNAS Centrais Elétricas S.A.
Advogado	Lycurgo Leite Neto
Recorrente	Milton Vilela Borges
Advogado	Rogério Lucas Dias
Recorrido	FURNAS Centrais Elétricas S.A.
Advogado	Lycurgo Leite Neto
Recorrido	Milton Vilela Borges
Advogado	Rogério Lucas Dias

Recurso de:FURNAS Centrais Elétricas S.A. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 09/05/2008 - fl. 784; recurso apresentado em 19/05/2008 - fl. 814). Regular a representação processual (fl. 400). Satisfeito o preparo (fls. 717, 754 e 823). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE NÃO-CONHECIMENTO Alegação(ões): - ofensa ao art. 2º da Lei nº 9.289/96, 1º da Lei nº 9.703/98, 789, § 4º, da CLT e 511 do CPC. A reclamada insurge-se contra o conhecimento do recurso ordinário do reclamante, ao argumento de que não houve recolhimento de custas, estando, portanto,deserto (fls. 814/822). Relendo o v. acórdão de fls. 775/783, verifico que a questão não foi analisada pela Eg. Turma, situação que impede o seguimento do recurso de revista, no particular, em razão da ausência de prequestionamento (TST, Súmula 297). AUSÊNCIA DE ATAQUE AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA Alegação(ões): - ofensa ao art. 769 da CLT e 514, II, do CPC. A Eg. 2ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 775/783,não conheceu do recursoordinário interposto pela reclamada, por falta de ataque aos fundamentos da r. sentença. Pontuou que o Exmo. Juiz de primeiro grau concedeu ao autor progressão automática do nível 55 para o 56 em 1999, tendo em vista previsão no PCS para a hipótese de o empregado ficar três anos consecutivos sem auferir qualquer movimentação funcional. Mas, a reclamada em seu recurso ordinário se insurgiu contra as assertivas do recurso do reclamante, ilegitimidade ativa e inexistência de responsabilidade por ser a dona da obra. Assim, não houve impugnação às razões de decidir, atraindo o entendimento contida na Súmula nº 422 do Colendo TST. Inconformada, a reclamada interpõe recuso de revista (fls. 814/822), apontando ofensa aos preceitos legaisem epígrafe. Insiste que, naquela oportunidade, procurou impugnar as razões da r. sentença, que deu interpretação extensiva às normas internas da empresa, mormente quanto ao tempo de serviço, experiência no cargo. O v. acórdão está em consonância com o entendimento preconizado na Súmula nº 422 do Colendo TST. Dessa forma, não há de se falar em ofensa ao artigo 514, II, do CPCe 769da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Recurso de:Milton Vilela Borges PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 09/05/2008 - fl. 784; recurso apresentado em 21/05/2008 - fl. 824). Regular a representação processual (fl. 13). Satisfeito o preparo (fls. 717 e 754). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PROGRESSÃO FUNCIONAL - PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS Alegação(ões): - ofensa aos arts. 461, §§ 2º e 3º, da CLT; - divergência jurisprudencial. A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão proferido às fls. 715/783,manteve a r. sentença que concedeu ao autor a promoção do nível 55 para o 56 e indeferiu o pleito de progressão funcional por mérito para o nível 69. Pontuou que o empregado não contava com o tempo de experiência no cargo, assim, não atingiu os "pontos de maturidade" previstos no PCSpara auferir a ascensão funcional por mérito. Afastou a alegação de que o PCS da reclamada contraria o art. 461 da CLT, pois há cláusulas tratando de promoção por antiguidade e por mérito. Insurge-se o reclamante contra a decisão (fls. 824/837), sustentando, em resumo, que os "pontos de maturidade" constituem promoção por antiguidade e, se assim não for, o PCS da reclamada é ilegal, pois não prevê promoção por mérito e por antiguidade, de forma alternada, em desrespeito ao disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 461 da CLT. Como pontuado no v. acórdão, os "pontos de maturidade" têm pertinência com promoção por merecimento e a previsão de promoção automática ao empregado que ficar por três anos consecutivos sem movimentação funcional é ascensão por antigüidade. Nesse contexto, o plano de cargose salários da reclamada mescloucritérios de antiguidade e merecimento para a ascensãofuncional de seus empregados. Assim, não há de se falar em ofensa aos§§ 2º e 3º do artigo 461 da CLT. Os arestos trazidos não permitem o confronto de teses, pois, conforme delineamento fático do acórdão, o pedido do reclamante de movimentação para o nível 69 tem pertinência com as previsões do PCS relacionadas a promoção por merecimento e as ementas trazidas dizem respeito ao preenchimentodos requisitos para a promoção por antigüidade. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/2

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01229-2007-001-10-00-8

Recorrente	Laurísia Corado Lisboa
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva
Recorrido	Carrefour Administradora de Cartão Ltda.
Advogado	Rodrigo Madeira Nazário

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 229; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 231). Regular a representação processual (fl. 13). Inexigível opreparo (fl. 165). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS HORAS EXTRAS Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) 338, I,/TST; - ofensa ao art. 302, 333, I, do CPC, 74, § 2º e 818 da CLT. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma, por meio do v. acórdão proferido às fls. 05/213, complementado às fls. 225/228, manteve o indeferimento do pedido de horas extras por entender que a reclamante não se desincumbiu do ônus de demonstrar a jornada descrita na exordial, ante a fragilidade da prova oral produzida. Contra tal decisão, insurge-se a reclamante por meio das razões de recurso de

revista às fls. 231/247, insistindo no pleito. Sustenta que a reclamada apresentou contestação genérica, não impugnando especificamente a alegação de sobrejornada aos sábados e domingos. Quanto às horas extras laboradas no período de 02.04.2004 a 03.11.2005, não era necessária a produção de prova, pois a reclamada não trouxe aos autos os controles de freqüência relacionados com esse período, situação que atrai a presunção de veracidade da jornada declarada na inicial, a teor do art. 74, § 2º, da CLT e Súmula 338 do Colendo TST. Por fim, quanto às horas extras prestadas de 24.10.2002 a 01.04.2004 defende que foi produzida prova testemunhal robusta no sentido de que havia fraude na marcação do ponto. Não há de se falar em ofensa ao artigo 302 do CPC, pois, como pontuado no v. acórdão, a reclamada contestou o labor extraordinário como um todo, abrangendo todos os dias trabalhados. Assim delineado, houve contestação específica quanto à jornada alegada para os finais de semana, situação que não permite a aplicação do dispositivo. Quanto à alegação de ofensa ao artigo 74, § 2º, da CLT e contrariedade à Súmula 338 do Colendo TST com relação ao indeferimento das horas extras alegadas como prestadas de 02.04.2004 a 03.11.2005, também impossível o processamento do recurso, pois, no particular, entendeu a Eg. Turma que a reclamante exerceu função de confiança em tal período, situação que afasta a presunção de que tratam o artigo 74, § 2º, da CLT ea Súmula 338 do Colendo TST. De outro lado, a alegação de ofensa aos artigos 333, I, do CPC e 818 da CLT, em razão de haver nos autos prova suficiente ao deferimento das horas extras relacionadas com o período de 24.10.2002 a 01.04.2004, também não autoriza o seguimento do recurso.Da leitura dos argumentos trazidos, verifico que a autora não aponta equívoco na distribuição dos ônus da prova. Ao contrário, pretende se valer da prova efetivamente produzida nos autospara defender a veracidade de sua tese. A pretensão é de reapreciação de fatos e provas, procedimento inviável na instância extraordinária (TST, súmula nº 126). Por fim, inservíveis ao confronto de teses os arestos trazidos porque oriundos deste Egrégio Tribunal, órgão não elencado na alínea "a", do art. 896, da CLT (OJ 111/SDI-I/TST). CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25 dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01240-2007-019-10-00-6

Recorrente	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Carlos Alberto de Souza
Recorrido	Miguel Abdelnur
Advogado	Maria de Fátima Mendonça dos Santos

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 110; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 111). Regular a representação processual (fls. 48 e 49). Satisfeito o preparo (fls. 71, 85, 86 e 134). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS APOSENTADORIA ESPONTÂNEA - EFEITOS SOBRE O CONTRATO DE TRABALHO Alegação(ões): - violação dos arts. 2º, 5º, inc. XXXVI, 37, incs. XVI e XVII, 40, § 6º, 170, parágrafo único e 173, § 1º, da CF; - ofensa aos arts. 110 e 422 do CCB, 483 da CLT e às Leis nºs 8.036/90 e 9.868/99; - divergência jurisprudencial. A Eg. 3ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 101/109, manteve a condenação do reclamadoao pagamento de aviso prévio e da multa de 40%sobre o saldo do FGTS. Insurge-seo reclamado contra a decisão, alegando, em resumo,que o autorrequereu espontaneamenteo seu desligamento, em face da aposentadoria por tempo de serviço, o que afasta aincidência da indenização compensatória de 40% sobre o FGTS. De plano,constata-se que o v. acórdão está em harmoniacom o entendimento pacificado por meio da OJ 361 da SBDI 1 do Colendo TST, no sentido de que "a aposentadoria espontânea não é causa de extinção o contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação. Assim, por ocasião da sua dispensa imotivada, o empregado tem direito à multa de 40% do FGTS sobre a totalidade dos depósitos efetuados no curso do pacto laboral." Registre-se que, como delineado no v. acórdão à fl. 105, o reclamante seaposentou em 13.10.2006, continuando a prestação de serviços até19.11.2006. Dentro de tal contexto, não há que se cogitar de violaçãodos dispositivos enumeradosnem dedivergência jurisprudencial, uma vez que os arestos colacionados não detêm identidade fática com a situação em julgamento, pois abordam casos em que o empregado requereu o seu desligamento imediato da empresa por motivo de aposentadoria, não se configurando ali a hipótese de despedida imotivada. Incidência da Súmula nº 296/TST. Quanto à alegação de ofensa aos dispositivosconstitucionais, registro a inviabilidadede análise do recurso quanto aos arts. 2º, 40, § 6º, e 170, parágrafo único, ambos da Constituição Federal, uma vez que a Eg. Turma não adotou nenhuma tese sobre a matéria à luz de tais dispositivos. Ausente, pois,o prequestionamento, incide a súmula nº 297 do Colendo TST. No tocante ao art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal,não há qualquer afronta, pois o v. acórdão concluiu pela validade da rescisão contratual, apenas ressaltando que ocorreu por iniciativa do empregador. Também não prospera aalegação de ofensaao art. 37, XVI e XVII, da ConstituiçãoFederal, pois, ao contrário do que alega o recorrente,a Eg.Turma esclareceu que caberia ao reclamado requisitar do reclamante a opção pelo recebimento dos salários ou dos proventos da aposentadoria e que a impossibilidade de cumulaçãoaplica-se tão-somente aos servidores públicos, regidos por regime previdenciário próprio, não sendo anorma extensível aos empregadosceletistas das sociedades de economia mista e das empresas públicas. Nesse sentido, repita-se o aresto de fl. 125 não serve ao fim de demonstrar dissenso de teses, já que inespecífico, nãoabordando o fundamento basilarque norteou a decisão recorrida, qual seja, a continuidade na prestação de serviços após a aposentadoria. Incidência das Súmulas nºs 23 e 296 do Col. TST.Por fim, quanto ao art. 173, § 1º,da CF, não se cogita de violação, pois o dispositivo diz respeito ao fato de a lei estabelecer o estatuto jurídico de empresa pública e de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços,matéria não discutida nestes autos. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-RO 01253-2007-015-10-00-0

Recorrente	Teleperformance CRM S.A.
Advogado	Eduardo Valderramas Filho
Recorrido	Nádia Raquel Ferreira Lopes
Advogado	Wanderson Lima de Oliveira
Recorrido	SPCC - São Paulo Contact Center Ltda.
Advogado	Eduardo Valderramas Filho

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 09/05/2008 - fl. 324; recurso apresentado em 19/05/2008 - fl. 326). Regular a representação processual (fl. 88). Satisfeito o preparo (fls. 278, 298, 299 e 347). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONTAGEM DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS DE RECURSO AJUIZADO VIA FAC-SÍMILE Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, LV da CF; - ofensa ao art. 184 do CPC e 2º da Lei nº 9.800/99. A Eg. 3ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 320/323, firmou o entendimento de que o recurso ordinário interposto via fac-símile em data de 15/2/2008, sexta feira, com a apresentação dooriginal somente em21/2/2008, quinta-feira,estaria intempestivo, pois o prazo começou a correr no dia 16/2/2008, sábado, com término previsto para o dia 20/2/2008. Inconformada, recorre de revista a reclamada, alegandoviolação do art. 2º da Lei nº 9.800/99, que dispõe que os originais devem ser entregues em Juízo, necessariamente, até cinco dias da data do término do prazo recursal, no caso previsto para o dia 18/2/2008. De tal modo, entendo prudente o seguimento do apelo, por possível violação do art.2º daLei nº 9.800/99, pois, como delimitado no v. acórdão recorrido, o término do prazo recursal estava previstopara o dia 18/2/2008 e os originais dorecurso interposto via fac-símile foram apresentados no dia 21/2/2008. CONCLUSÃO RECEBO o recurso de revista. Ao Recorrido, para contra-razões. Após, remetam-se os autos ao Col. TST. Publique-se. Brasília,1 dejulho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-ROPS 00065-2008-811-10-00-5

Recorrente	Luiz Messias
Advogado	Mary Ellen Oliveti
Recorrido	SPA Engenharia Indústria e Comércio Ltda.
Advogado	Raimundo José Marinho Neto

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 252; recurso apresentado em 10/06/2008 - fl. 262). Regular a representação processual (Súmula 164/TST - fl. 70). Dispensado o preparo (fl. 212). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS HORAS IN ITINERE Alegação(ões): - contrariedade à(s) Súmula(s) nº 90 do C. TST; - ofensa ao art. 58, §2º, da CLT. - divergência jurisprudencial A Eg. 2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 244/251,negou provimento ao recurso ordinário interposto pelo reclamante quanto às horas in itinere,mantendo a r. sentença quanto ao reconhecimento decláusula da CCT juntada pela reclamada que previa o não-pagamento da parcela. O reclamante interpõe recursode revista pelas razões de fls. 261/268. Insiste na tese de que faz jus às horas in itinere pleiteadas, considerando-se que preencheu os dois requisitos legais, quais sejam, condução fornecida pelo empregador e local de difícil acesso ou não servido por transporte público regular. A despeito dos argumentos expendidos, o fato é que a delimitação contida no v. acórdão não permite a conclusão pretendida pelo autor, ressaltando-se, nesse sentido o óbice previsto na Súmula nº 126/TST. Ademais,ressalte-se que, conforme preceitua o art. 896, §6º, da CLT, a admissibilidade do recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo está condicionada à demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal ou contrariedade à súmula de jurisprudência do Col. Tribunal Superior do Trabalho,ficando, o que impede aanálise da alegada afronta ao art. 58, §2º, da CLT, bem como dos arestos colacionados. Conformedelimitado nojulgado, a Eg. Turmamanteve a r. sentença quanto ao indeferimento do pedidodo autor, considerando quea vedação ao pagamento de horas in itinere decorria de pactuaçãoresultante do instrumento coletivocelebrado entre o sindicato patronal e o sindicato representante dacategoria do reclamante, uma vez que em tal norma ficou convencionado que as horas de percurso no trajeto de ida e volta ao trabalho não seriam consideradas horas in itinere para nenhum efeito legal. Diante disso,e considerando que a Constituição Federal reconhece a validade das negociações coletivas,concluiu o Eg. Regional ser indevido o pedido do autor. Dentro de tal contexto, não há como se concluir pela contrariedade do julgado com a Súmula nº 90 do Col. TST, que apenas estabelece os requisitos à configuração do direito. Isto porque a questão relativa ao preenchimento, ou não, dos requisitos ali definidos não foi propriamente enfrentada no v. acórdão. A Eg. Turma firmou seu convencimento, fundamentando-se no fato de que se aplicava à relação de emprego mantida entre as partes a convenção coletiva colacionada aos autos pela reclamada a fls. 118/133. Nesse sentido, aliás, consignou-se, em referência expressa à referida cláusula, que "as empresas fornecerão transporte para os seus empregados, quando os serviços forem prestados em lugar de difícil acesso ou não forem servidos por linha regular de transporte público de passageiros, em ônibus, caminhões adaptados ou embarcações que atendam os requisitos de segurança e higiene. Fica desde já convencionado que as horas de percurso no trajeto de ida e volta ao trabalho não serão consideradas horas in itinere para qualquer efeito legal." Do texto da cláusula em discussão extrai-se que, quando os serviços fossem prestados em lugar de difícil acesso ou não servidos por transporte público regular, a empresa forneceria transporte aos seus empregados, convencionando-se, para essa situação específica, que as horas de percurso no trajeto não seriam consideradas horas in itinere para qualquer efeito legal. Tal delimitação não permite se possaconcluir que tenha o empregado se submetido a tal situação, até porque, como dito, não houve qualquer pronunciamento por parte da Eg. Turma acerca de tal fato, ressaltando-se que a decisão pautou-se simplesmentepelo reconhecimento daquilo que foi convencionado, não adentrando às peculiariedades previstas na Súmula nº 90/TST. Dentro de tal contexto, não se constata a contrariedade alegada pelo recorrente. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília, de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /mmmf/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-ROPS 00443-2007-019-10-00-5

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Dharla Giffoni Soares
Recorrido	Rodrigo Alexandre Reis Cardozo
Advogado	Pedro Martins Filho

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 11/06/2008 - fl. 59; recurso apresentado em 18/06/2008 - fl. 60). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - MULTA ART. 467 DA CLT Alegação(ões): - ofensa aos arts. 467 da CLT; 28, inc. I, §9º, alínea "e", da Lei nº 8.212/91. - divergência jurisprudencial A Eg. 1ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 54/57, negou provimento ao recurso ordinário da União, ao fundamentode que não incide a contribuição previdenciária sobre multa do art. 467 da CLT, especificada no acordo entabulado entre as partes porque "o simples parcelamento da importância ajustada, seria mais do que suficiente para afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre a importância paga a título da multa prevista no art. 467 da CLT, por tratar-se justamente da hipótese deste artigo: houve o reconhecimento de que as parcelas são devidas, uma vez que a reclamada se compromete a pagar parte delas, mas não há quitação por ocasião do comparecimento à Justiça do Trabalho". Nas razões de recurso de revista, às fls. 60/67, a União sustenta que houve fraude ao constar do acordo a multa do art. 467 da CLT, porquanto a transação foi entabulada em audiência inaugural, momento em que sequer havia se instaurado controvérsia. A despeito dos argumentos expendidos, o fato é que, conforme preceitua o art. 896, § 6º, da CLT, a admissibilidade do recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo está condicionada à demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal ou contrariedade à súmula de jurisprudência do Col. Tribunal Superior do Trabalho. De tal forma, inviável a análisede ofensa aosartigos 28, inc. I,§9º, alínea "e", da Lei nº8.212/91, 467 da CLT, bem como da alegação de divergência jurisprudencial. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-ROPS 00576-2007-008-10-00-8

Recorrente	Ana Nery Christo de Oliveira
Advogado	Francisco Luiz Guedes
Recorrido	Mister Grafix Produções Ltda.
Advogado	Gustavo Arthur Coelho Lôbo de Carvalho

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 146; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 147). Regular a representação processual (fls. 53). Satisfeito o preparo (fls. 145, 108 e 109). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR VÍNCULO EMPREGATÍCIO Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, II, da CF; - ofensa ao art. 3º, 477, 625-D e 818 da CLT;267, VI, 295, III, 333, I, do CPC. - divergência jurisprudencial Ante a restrição do artigo 896, § 6º, da CLT, descabe análise de violação à legislação infraconstitucional e divergência jurisprudencial. Quanto à alegação de violação do artigo 5º, II, da Constituição Federal, o preceito tem caráter principiológico eenseja apenas violação de forma reflexa ou indireta, conforme reiteradamente tem se manifestado o Excelso Supremo Tribunal Federal. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/

TRT 10ª REGIÃO - RR-ROPS 00623-2007-014-10-00-5

Recorrente	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ/ DF
Advogado	André Luiz Vieira de Melo
Recorrido	Giancarlo Magalhães Pinho Coelho
Advogado	Adriano Souza Nóbrega

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2008 - fl. 365; recurso apresentado em 16/06/2008 - fl. 366). Regular a representação processual (fl. 102). Satisfeito o preparo (fls. 301, 326, 324 e 389). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS INTERVALO INTRAJORNADA Alegação(ões): - violação dos arts. 7º, XXVI, e 8º, I, III e IV, da CF; - ofensa ao art. 614 da CLT. - divergência jurisprudencial A Eg. 2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 358/364, negou provimento ao recurso ordinário interposto pela reclamada, mantendo a condenação ao pagamento de uma hora por dia efetivamente trabalhado, acrescido do adicional de 50%, a título do intervalo intrajornada não gozado. Fundamentou-se a decisão na Orientação Jurisprudencialnº 307da SBDI-1 do Col. TST. O v. acórdão restou assim ementado, verbis: "INTERVALO INTRAJORNADA. ARTIGO 71, § 4.º, DA CLT. RE-

DUÇÃO POR NORMA COLETIVA. INVALIDADE. Não é válida a pactuação coletiva para redução do período do intervalo intrajornada, em razão de constituir norma de indisponibilidade absoluta, assecuratória da saúde do trabalhador." Inconformada, a reclamadaalmeja afastar a condenação imposta, defendendo a tese de que o gozo do intervalo intrajornada por 30 minutos decorreu de negociação coletiva regularmente pactuada. Sem razão, contudo. De início, conforme preceitua o art. 896, § 6º, da CLT, a admissibilidade do recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo está condicionada à demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal ou contrariedade à súmula de jurisprudência do Col. Tribunal Superior do Trabalho. Nesse passo, obstada a análise da indicada afronta ao art. 614 da CLT, assim como o dissenso pretoriano. De outra parte, constata-se que a Eg. Turma, ao concluir que a concessão parcial do intervalo intrajornada enseja o pagamento total do período correspondente e que convenção coletiva não pode contemplar sua redução, decidiu em estrita observância ao estabelecido nas Orientações Jurisprudenciais nºs 307 e 342 da SBDI-1 do Col. TST. Diante desse cenário, afastam-se, por tais fundamentos, as alegações de ofensa aos dispositivos constitucionais indicados, uma vez que a consolidação da jurisprudência acerca do tema em debate reflete justamente a interpretação dos dispositivos que regem a matéria. Incidência da Súmula nº 333/TST. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /lbj/

TRT 10ª REGIÃO - RR-ROPS 00857-2007-821-10-00-6

Recorrente	Adonias dos Santos Silva
Advogado	Adilar Daltoé
Recorrido	SADEFEM Equipamentos e Montagens S.A.
Advogado	Mario Unti Junior

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Intempestividade. O v. acórdão foi publicado no dia 18/04/2008 - sexta-feira. Portanto, o prazo legal para interposição do recurso de revista expirou em29.04.2008(terça-feira).Logo, o recurso interposto em 19/06/2008 é intempestivo. Registre-se que os embargos de declaração não foram conhecidos (acórdão às fls. 181/183), razão porque não há que se falar na interrupção de que trata o art. 538 do CPC. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /sbo/

TRT 10ª REGIÃO - RR-ROPS 01249-2007-006-10-00-0

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Ticiana Lopes Pontes
Recorrido	Maria José Alves de Carvalho
Advogado	Francisco Barbosa de Morais

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 26/05/2008 - fl. 60; recurso apresentado em 06/06/2008 - fl. 62). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - MULTA ART. 467 DA CLT Alegação(ões): - ofensa aos arts. 467 da CLT; 28, inc. I, §9º, alínea "e", da Lei nº 8.212/91. - divergência jurisprudencial A Eg. 3ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 51/57, negou provimento ao recurso ordinário da União, adotando o fundamento de que a multa do art. 467 da CLT possui natureza indenizatória e foi devidamente discriminada no acordo entabulado entre as partes, o que afastaria a incidência de contribuição previdenciária sobre a referida parcela. Nas razões de recurso de revista (fls. 62/69), a União sustenta que tentou demonstrar a ocorrência de fraude no acordo entabulado, já que nem sequer foi reconhecida a existência de direitos incontroversos, pois o referido acordo foi feito na audiência inaugural, sem oportunizar qualquer defesa ou reconhecimento de direitos incontroversos por parte do reclamado. Assim, conclui que a referida parcela não deve ser reconhecida para efeitos de discriminação, devendo ser considerada parcela salarial e, portanto, sujeita a incidência de contribuição previdenciária. A despeito dos argumentos expendidos, o fato é que, conforme preceitua o art. 896, § 6º, da CLT, a admissibilidade do recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo está condicionada à demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal ou contrariedade à súmula de jurisprudência do Col. Tribunal Superior do Trabalho. De tal forma, inviável a análisede ofensa aosartigos 28, inc. I,§9º, alínea "e", da Lei nº8.212/91, 467 da CLT, bem como da alegação de divergência jurisprudencial. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-ROPS 01251-2007-006-10-00-0

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Advogado	Ticiana Lopes Pontes
Recorrido	Maria das Dores da Silva Nascimento
Advogado	Francisco Barbosa de Morais

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 28/05/2008 - fl. 64; recurso apresentado em 06/06/2008 - fl. 65). Regular a representação processual (nos termos da OJ 52/SDI-I/TST). Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - MULTA ART. 467 DA CLT Alegação(ões): - ofensa aos arts. 467 da CLT; 28, inc. I, §9º, alínea "e", da Lei nº 8.212/91. - divergência jurisprudencial A Eg. 2ª Turma desta Corte, por meio do v. acórdão às fls. 57/60, negou provimento ao recurso ordinário da União, ao fundamento basilar de que não incide a contribuição previdenciária sobre a parcela paga em acordo, realizado em primeira audiência, a título de multa do art. 467 da CLT, em face de sua natureza indenizatória, premissa que obsta a incidência da contribuição previdenciária e de que a transação realizada naquele momento processual não "ilide a existência de parcelas incontroversas". Nas razões de recurso de revista, às fls. 65/72, a União sustenta que houve fraude ao constar do acordo a multa do art. 467 da CLT, porquanto a transação foi entabulada em audiência inaugural, momento em que sequer havia se instaurado controvérsia. A despeito dos argumentos expendidos, o fato é que, conforme preceitua o art. 896, § 6º, da CLT, a admissibilidade do recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo está condicionada à demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal ou contrariedade à súmula de jurisprudência do Col. Tribunal Superior do Trabalho. De tal forma, inviável a análisede ofensa aosartigos 28, inc. I,§9º, alínea "e", da Lei nº8.212/91, 467 da CLT, bem como da alegação de divergência jurisprudencial. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,1de julhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-ROPS 01272-2007-002-10-00-0

Recorrente	Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB2
Advogado	Gabriela Lucas Queiroz Oliveira
Recorrido	Itácio Neves da Silva
Advogado	Júlio César Borges de Resende

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/05/2008 - fl. 359; recurso apresentado em 09/06/2008 - fl. 360). Regular a representação processual (fl. 112). Satisfeito o preparo (fls. 339 e 341). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS CERCEAMENTO DE DEFESA RECURSO DESFUNDAMENTADO Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º e 37 da CF. Alega a recorrente queo pronunciamento da intempestividadedo recurso adesivo por ela interposto implicou cerceamento de defesa e violação direta dos arts. 5º e 37 da Constituição Federal. Constata-se, todavia, que as alegações ora deduzidas não amparam a pretensão de reforma da decisão. Isto porque a reclamada, apesar de citar os artigos supracitados,que, diga-se de passagem,detêm conteúdo genérico atinente, respectivamente, aos direitos iguais dos cidadãos e aos princípios que regem a Administração Pública,não indica especificamente opreceitotido por violado. Incidência da Súmula 221, item I, do Col. TST. Aliás, aCorte Trabalhista já manifestou o entendimento de que, na hipótese em que o dispositivo tido por violado desdobra-se em parágrafos, incisos e alíneas, é ônus da parte indicar com precisão a qual das subdivisões do dispositivo se refere. Nesse sentido, os seguintes precedentes da SDI - 1 do TST: A-E-RR-33701/2002, Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DJ 25/05/2007; E-RR-470.868/1998, Rel. Min. Lélio Bentes Corrêa, DJ 22/04/2005; A-E-RR-488.004/1998.8, Rel. Min. Maria Cristina Peduzzi, DJ 24/02/2006. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /fsc/emff

TRT 10ª REGIÃO - RR-ROPS 01286-2007-007-10-00-5

Recorrente	Thaís Santiago Barros
Advogado	Júlio César Borges de Resende
Recorrido	Fundação Brasileira de Teatro - FBT (Faculdade Dulcina de Moraes)
Advogado	Ronaldo Falcão Santoro

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 23/05/2008 - fl. 211; recurso apresentado em 02/06/2008 - fl. 213). Regular a representação processual (fl. 8). Inexigível opreparo (fl. 190). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS FÉRIAS - PAGAMENTO EM DOBRO AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR Alegação(ões): - ofensa ao art. 840 da CLT. Conforme preceitua o art. 896, §6º, da CLT, a admissibilidade do recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo está condicionada à demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal ou contrariedade à súmula de jurisprudência do C. Tribunal Superior do Trabalho. Nesse passo, obstada a análise da indicada afronta ao art. 840 da CLT. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,27 de junhode 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /tzrd/

TRT 10ª REGIÃO - RR-ROPS 01293-2007-009-10-00-0

Recorrente	Adão Alves
Advogado	Hitoshi Ito
Recorrido	Nei Cardoso da Silva
Advogado	André Cavalcante Barros

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS Tempestivo o recurso (decisão publicada em 16/05/2008 - fl. 88; recurso apresentado em 26/05/2008 - fl. 89). Regular a representação processual (fl. 13). Satisfeito o preparo (fls. 51, 66, 67 e 94). PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL Alegação(ões): - violação do(s) art(s). 5º, LIII da CF; - ofensa ao art. 651 da CLT. - divergência jurisprudencial A Eg. 2ª Turma, por meio do v. acórdão às fls. 82/87, rejeitou a preliminar de incompetência formulada pelo reclamado, pelos seguintes fundamentos: Conforme dispõe o artigo 10, § 2º da Lei nº 10.770/2003, todas as Varas do Trabalho do Distrito Federal, possuem competência territorial concorrente, in verbis: " Art. 10. São criadas na 10ª Região da Justiça do Trabalho 6 (seis) Varas do Trabalho, assim distribuídas: (...) § 2o Todas as Varas do Trabalho no Distrito Federal terão competência territorial concorrente, inclusive as já existentes." Verifica-se ainda que o excipiente não formulou qualquer tipo de irresignação logo após a decisão de fls. 11 que decidiu a exceção de incompetência, nem mesmo por ocasião das razões finais, o que redunda na circunstância de conformidade do excipiente com a decisão que rejeitou incompetência suscitada. Neste sentido, rejeito a preliminar. Inconformado, o reclamado recorre de revista(fls. 89/93),pugnando pelo acolhimento da aludida preliminar. Inicialmente, registre-se que se trata de recurso de revista interposto em processo sujeito ao procedimento sumaríssimo, cuja admissibilidade está adstrita aos comandos do artigo 896, § 6º, da CLT. De tal modo, constata-se que a única alegação passível de análise diz respeito ao artigo 5º, LIII, daConstituição, ressaltando-se, nesse sentido,que a questão relativa à competência foi decidida, levando-se em consideração a legislação infraconstitucional que rege a competência territorial das Varas do Trabalho, não havendo que se cogitar de qualquer ofensa ao dispositivo indicado, que apenas estabelece que "ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente", não se cogitando, pois, de violação aos seus termos. VÍNCULO EMPREGATÍCIO Alegação(ões): - contrariedade à(s) OJ(s) 191, SDI-I/TST. - divergência jurisprudencial. A Eg.Turma também negouprovimento ao recurso ordinário do Reclamado emanteve a r. sentença quanto aoreconhecimento do vínculo empregatício.Insurge-se o reclamadocontra tal decisão, indicandocontrariedade à orientação jurisprudencial em epígrafe. Todavia, como dito, aadmissibilidade do recurso de revista em procedimento sumaríssimo estáadstrita aos comandos do artigo 896, § 6º, da CLT, não se admitindo o recurso por contrariedade a orientação jurisprudencial, nos moldes da OJ nº 352 da SBDI-1 do Col. TST, nem por divergência jurisprudencial. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista. Publique-se. Brasília,25 dejunho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Juiz Presidente do TRT da 10ª Região /aib/emff

DIRETORIA DO SERVIÇO DE CADASTRAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DO TRIBUNAL

Ata de Audiência e Notícia de Distribuição Extraordinária Nº 174 / 2008

Às 16:16 horas do dia 08 de julho de 2008, ausentes partese advogados, o Juiz Ricardo Alencar Machado , Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no exercício da Presidência, realizou em audiência pública a distribuição distribuição do(s) seguinte(s) processo(s):

PRIMEIRA SEÇÃO ESPECIALIZADA
AÇÃO RESCISÓRIA

Juiz Relator PAULO HENRIQUE BLAIR
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Juiz Revisor BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA

0297-2008-000-10-00-4 - AR

Autor	Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. Metalúrgicas Mecânica e de Mat. Elétrico Eletrônico e Similares Informática Siderurgia Fundição Of. Mecânicas Inclusive de Emp. Concessionárias de Automóveis Peças Para Automóveis e Similares Const. Aeronáutica Const. Reparação e Manutenção de Elevadores Reparação de Veículos e Acessórios Funilaria Forjaria Refrigeração Aquecimento e Tratamento de Ar Reparação de Sucata Ferrosa e Não Ferrosa Art. e Equip. Odont. Médicos Hospitalares e Rolhas Metálicas do DF
Advogado	Wilson Gonçalves de Oliveira Filho
Réu	Jucelino Lima Soares

Do que, para constar eu, Orlando Batista Filho,_____ Diretor do Serviço de Cadastramento e Distribuição Processual do Tribunal, lavrei esta Ata que é assinada pelo Juiz Presidente.
Brasília,08 de julho de 2008.
Ricardo Alencar Machado
juiz Vice-Presidente
no exército da presidência

Ata de Audiência e Notícia de Distribuição Extraordinária Nº 175 / 2008

Às 16:58 horas do dia 08 de julho de 2008, ausentes partese advogados, o Juiz Ricardo Alencar Machado , Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no exercício da Presidência, realizou em audiência pública a distribuição do(s) seguinte(s) processo(s):

SEGUNDA SEÇÃO ESPECIALIZADA

MANDADO DE SEGURANÇA

Juiz Relator PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN

0296-2008-000-10-00-0 - MS

Impetrante	Luiz Estevão de Oliveira
Advogado	Renata Diniz de Almeida
Aut.Coatora	Juiz Substituto da 13ª Vara do Trabalho de Brasília - DF

Do que, para constar eu, Orlando Batista Filho,_____ Diretor do Serviço de Cadastramento e Distribuição Processual do Tribunal, lavrei esta Ata que é assinada pelo Juiz Presidente.
Brasília,08 de julho de 2008.
Ricardo Alencar Machado
juiz Vice-Presidente
no exército da presidência

Ata de Audiência e Notícia de Distribuição Extraordinária Nº 176 / 2008

Às 17:58 horas do dia 08 de julho de 2008, ausentes partese advogados, o Juiz Ricardo Alencar Machado , Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no exercício da Presidência, realizou em audiência pública a distribuição do(s) seguinte(s) processo(s):

SEGUNDA SEÇÃO ESPECIALIZADA

MANDADO DE SEGURANÇA

Juiz Relator JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

0291-2008-000-10-00-7 - MS

Impetrante	José Vital Araújo Fagundes
Advogado	Luciana Conceição Santos
Aut.Coatora	Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília - DF

Do que, para constar eu, Orlando Batista Filho,_____ Diretor do Serviço de Cadastramento e Distribuição Processual do Tribunal, lavrei esta Ata que é assinada pelo Juiz Presidente.
Brasília,08 de julho de 2008.
Ricardo Alencar Machado
juiz Vice-Presidente
no exércicio da presidência

Ata de Audiência e Notícia de Distribuição Extraordinária Nº 177 / 2008

Às 18:10 horas do dia 08 de julho de 2008, ausentes partese advogados, o Juiz Ricardo Alencar Machado , Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no exercício da Presidência, realizou em audiência pública a distribuição do(s) seguinte(s) processo(s):

PRIMEIRA SEÇÃO ESPECIALIZADA

AÇÃO CAUTELAR

Juiz Relator ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

0299-2008-000-10-00-3 - AC

Autor	Condomínio do Conjunto Comercial Brasília Shopping and Towers (Brasília Shopping) e Outros
Autor	Condomínio do Complexo Comercial Taguatinga Shopping (Taguatinga Shopping)
Autor	Condomínio do Complexo Comercial do Terraço Shopping (Terraço Shopping)
Autor	Condomínio do Parkshopping (Parkshopping)
Autor	Condomínio do Centro Comercial Alameda Shopping e Alameda Tower (Alameda Shopping)
Autor	Condomínio do Conjunto Nacional Brasília (Conjunto Nacional)
Autor	Condomínio do Shopping Center Liberty Mall (Liberty Mall)
Autor	Condomínio do Águas Claras Shopping & Office
Réu	Sindicato dos Condomínios Residenciais e Comerciais do Distrito Federal - SINDICONDOMÍNIO - DF
Réu	Sindicato dos Trabalhadores em Condomínios Residenciais Comerciais Rurais Mistos Verticais e Horizontais de Habitações em Áreas Isoladas Condomínios de Shopping Center e Edifícios Ascensoristas de Condomínios Trabalhadores em Empresas de Compra Venda Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais Trabalhadores em Prefeituras de Setores Quadras e Entrequadras do Distrito Federal - SEICON - DF

Do que, para constar eu, Orlando Batista Filho,_____ Diretor do Serviço de Cadastramento e Distribuição Processual do Tribunal, lavrei esta Ata que é assinada pelo Juiz Presidente.
Brasília,08 de julho de 2008.
Ricardo Alencar Machado
juiz Vice-Presidente
no exércicio da presidência

Ata de Audiência e Notícia de Distribuição Extraordinária Nº 178 / 2008

Às 18:34 horas do dia 08 de julho de 2008, ausentes partese advogados, o Juiz Ricardo Alencar Machado , Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no exercício da Presidência, realizou em audiência pública a distribuição do(s) seguinte(s) processo(s):

SEGUNDA SEÇÃO ESPECIALIZADA

MANDADO DE SEGURANÇA

Juiz Relator JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

0292-2008-000-10-00-1 - MS
POR DEP AO MS 291-2008-000-10-00-7

Impetrante	José Vital Araújo Fagundes
Advogado	Luciana Conceição Santos
Aut.Coatora	Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília - DF

0293-2008-000-10-00-6 - MS
POR DEP AO MS 291-2008-000-10-00-7

Impetrante	José Vital Araújo Fagundes
Advogado	Luciana Conceição Santos
Aut.Coatora	Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília - DF

0294-2008-000-10-00-0 - MS
POR DEP AO MS 291-2008-000-10-00-7

Impetrante	José Vital Araújo Fagundes
Advogado	Luciana Conceição Santos
Aut.Coatora	Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília - DF

0295-2008-000-10-00-5 - MS
POR DEP AO MS 291-2008-000-10-00-7

Impetrante	José Vital Araújo Fagundes
Advogado	Luciana Conceição Santos
Aut.Coatora	Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília - DF

Do que, para constar eu, Orlando Batista Filho,_____ Diretor do Serviço de Cadastramento e Distribuição Processual do Tribunal, lavrei esta Ata que é assinada pelo Juiz Presidente.
Brasília,08 de julho de 2008.
Ricardo Alencar Machado
juiz Vice-Presidente - no exércicio da presidência

Ata de Audiência e Notícia de Distribuição Extraordinária Nº 179 / 2008

Às 14:50 horas do dia 09 de julho de 2008, ausentes partese advogados, o Juiz Ricardo Alencar Machado , Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no exercício da Presidência, realizou em audiência pública a distribuição do(s) seguinte(s) processo(s):

PRIMEIRA SEÇÃO ESPECIALIZADA

Redistribuição de Relator

AÇÃO RESCISÓRIA

Juiz Relator JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Juiz Revisor BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA

0297-2008-000-10-00-4 - AR
Redistribuição de Relator

Autor	Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. Metalúrgicas Mecânica e de Mat. Elétrico Eletrônico e Similares Informática Siderurgia Fundição Of. Mecânicas Inclusive de Emp. Concessionárias de Automóveis Peças Para Automóveis e Similares Const. Aeronáutica Const. Reparação e Manutenção de Elevadores Reparação de Veículos e Acessórios Funilaria Forjaria Refrigeração Aquecimento e Tratamento de Ar Reparação de Sucata Ferrosa e Não Ferrosa Art. e Equip. Odont. Médicos Hospitalares e Rolhas Metálicas do DF
Advogado	Wilson Gonçalves de Oliveira Filho
Réu	Jucelino Lima Soares

Do que, para constar eu, Orlando Batista Filho,_____ Diretor do Serviço de Cadastramento e Distribuição Processual do Tribunal, lavrei esta Ata que é assinada pelo Juiz Presidente.
Brasília,09 de julho de 2008.
Ricardo Alencar Machado
juiz Vice-Presidente - no exércicio da presidência

Ata de Audiência e Notícia de Distribuição Extraordinária Nº 180 / 2008

Às 15:15 horas do dia 09 de julho de 2008, ausentes partese advogados, o Juiz Ricardo Alencar Machado , Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no exercício da Presidência, realizou em audiência pública a distribuição do(s) seguinte(s) processo(s):

SEGUNDA SEÇÃO ESPECIALIZADA

MANDADO DE SEGURANÇA

Juiz Relator GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR

0300-2008-000-10-00-0 - MS

Impetrante	Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde Trabalho Previdência e Assistência Social do Distrito Federal - SINDPREV
Advogado	Felipe Carlos Schwingel
Aut.Coatora	Juiz Substituto da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

Do que, para constar eu, Orlando Batista Filho,_____ Diretor do Serviço de Cadastramento e Distribuição Processual do Tribunal, lavrei esta Ata que é assinada pelo Juiz Presidente.
Brasília,09 de julho de 2008.
Ricardo Alencar Machado
juiz Vice-Presidente - no exércicio da presidência

Ata de Audiência e Notícia de Distribuição Extraordinária Nº 181 / 2008

Às 15:40 horas do dia 09 de julho de 2008, ausentes partese advogados, o Juiz Ricardo Alencar Machado , Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no exercício da Presidência, realizou em audiência pública a distribuição dos seguinte(s) processo(s):

PRIMEIRA SEÇÃO ESPECIALIZADA

Redistribuição de Relator

AÇÃO CAUTELAR

Juiz Relator PAULO HENRIQUE BLAIR
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES

0299-2008-000-10-00-3 - AC
Redistribuição de Relator

Autor	Condomínio do Conjunto Comercial Brasília Shopping and Towers (Brasília Shopping) e Outros
Autor	Condomínio do Complexo Comercial Taguatinga Shopping (Taguatinga Shopping)
Autor	Condomínio do Complexo Comercial do Terraço Shopping (Terraço Shopping)
Autor	Condomínio do Parkshopping (Parkshopping)
Autor	Condomínio do Centro Comercial Alameda Shopping e Alameda Tower (Alameda Shopping)
Autor	Condomínio do Conjunto Nacional Brasília (Conjunto Nacional)
Autor	Condomínio do Shopping Center Liberty Mall (Liberty Mall)
Autor	Condomínio do Águas Claras Shopping & Office
Réu	Sindicato dos Condomínios Residenciais e Comerciais do Distrito Federal - SINDICONDOMÍNIO - DF
Réu	Sindicato dos Trabalhadores em Condomínios Residenciais Comerciais Rurais Mistos Verticais e Horizontais de Habitações em Áreas Isoladas Condomínios de Shopping Center e Edifícios Ascensoristas de Condomínios Trabalhadores em Empresas de Compra Venda Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais Trabalhadores em Prefeituras de Setores Quadras e Entrequadras do Distrito Federal - SEICON - DF

Do que, para constar eu, Orlando Batista Filho,_____ Diretor do Serviço de Cadastramento e Distribuição Processual do Tribunal, lavrei esta Ata que é assinada pelo Juiz Presidente.
Brasília,09 de julho de 2008.
Ricardo Alencar Machado
juiz Vice-Presidente
no exércicio da presidência

Ata de Audiência e Notícia de Distribuição Extraordinária Nº 182 / 2008

Às 15:50 horas do dia 09 de julho de 2008, ausentes partese advogados, o Juiz Ricardo Alencar Machado , Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no exercício da Presidência, realizou em audiência pública a distribuição do(s) seguinte(s) processo(s):

SEGUNDA SEÇÃO ESPECIALIZADA

MANDADO DE SEGURANÇA

Juiz Relator MARLI LOPES DA COSTA DE GÓES NOGUEIRA
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN

0301-2008-000-10-00-4 - MS

Impetrante	Norma Alice Pozzi de Vasconcelos Aviani
Advogado	Lourival Moura e Silva
Aut.Coatora	Juiz Titular da 8ª Vara do Trabalho de Brasília - DF
Litisconsorte	Luiz Paulo Silva de Sales

Do que, para constar eu, Orlando Batista Filho,_____ Diretor do Serviço de Cadastramento e Distribuição Processual do Tribunal, lavrei esta Ata que é assinada pelo Juiz Presidente.
Brasília,09 de julho de 2008.
Ricardo Alencar Machado
juiz Vice-Presidente
no exércicio da presidência

Ata de Audiência e Notícia de Distribuição Extraordinária Nº 183 / 2008

Às 16:05 horas do dia 09 de julho de 2008, ausentes partese advogados, o Juiz Ricardo Alencar Machado , Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no exercício da Presidência, realizou em audiência pública a distribuição do(s) seguinte(s) processo(s):

SEGUNDA SEÇÃO ESPECIALIZADA

MANDADO DE SEGURANÇA

Juiz Relator GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR

0302-2008-000-10-00-9 - MS

Impetrante	Nadir Alves
Advogado	Anthony de Souza Soares
Aut.Coatora	Juiz Titular da 4ª Vara do Trabalho de Brasília - DF

Do que, para constar eu, Orlando Batista Filho,_____ Diretor do Serviço de Cadastramento e Distribuição Processual do Tribunal, lavrei esta Ata que é assinada pelo Juiz Presidente.
Brasília,09 de julho de 2008.
Ricardo Alencar Machado
juiz Vice-Presidente
no exércicio da presidência

Ata de Audiência e Notícia de Distribuição Extraordinária Nº 184 / 2008

Às 15:03 horas do dia 11 de julho de 2008, ausentes partese advogados, o Juiz Ricardo Alencar Machado , Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no exercício da Presidência, realizou em audiência pública a distribuição do(s) seguinte(s) processo(s):

PRIMEIRA SEÇÃO ESPECIALIZADA

AÇÃO RESCISÓRIA

Juiz Relator JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Juiz Revisor BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA

0307-2008-000-10-00-1 - AR
por dep. AR-297-2008-000-10-00-4

Autor	Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. Metalúrgicas Mecânica e de Mat. Elétrico Eletrônico e Similares Informática Siderurgia Fundição Of. Mecânicas Inclusive de Emp. Concessionárias de Automóveis Peças Para Automóveis e Similares Const. Aeronáutica Const. Reparação e Manutenção de Elevadores Reparação de Veículos e Acessórios Funilaria Forjaria Refrigeração Aquecimento e Tratamento de Ar Reparação de Sucata Ferrosa e Não Ferrosa Art. e Equip. Odont. Médicos Hospitalares e Rolhas Metálicas do DF

Advogado	Wilson Gonçalves de Oliveira Filho
Réu	Jucelino Lima Soares

Do que, para constar eu, Orlando Batista Filho,_____ Diretor do Serviço de Cadastramento e Distribuição Processual do Tribunal, lavrei esta Ata que é assinada pelo Juiz Presidente.
Brasília,11 de julho de 2008.
Ricardo Alencar Machado
juiz Vice-Presidente
no exércicio da presidência

Ata de Audiência e Notícia de Distribuição Extraordinária Nº 185 / 2008

Às 15:26 horas do dia 11 de julho de 2008, ausentes partese advogados, o Juiz Ricardo Alencar Machado , Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no exercício da Presidência, realizou em audiência pública a distribuição do(s) seguinte(s) processo(s):

SEGUNDA SEÇÃO ESPECIALIZADA

MANDADO DE SEGURANÇA

Juiz Relator GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR

0306-2008-000-10-00-7 - MS
POR DEP AO MS-300-2008-000-10-00-0

Impetrante	Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde Trabalho Previdência e Assistência Social do Distrito Federal - SINDPREV
Advogado	Felipe Carlos Schwingel
Aut.Coatora	Juiz Substituto da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

Do que, para constar eu, Orlando Batista Filho,_____ Diretor do Serviço de Cadastramento e Distribuição Processual do Tribunal, lavrei esta Ata que é assinada pelo Juiz Presidente.
Brasília,11 de julho de 2008.
Ricardo Alencar Machado
juiz Vice-Presidente
no exércicio da presidência

Ata de Audiência e Notícia de Distribuição Ordinária Nº 025 / 2008

Às 14:00 horas do dia 02 de junho a 08 de julho 2008, ausentes partes e advogados,o Juiz Mário Macedo Fernandes Caron , Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região,realizou em audiência pública a distribuição do(s) seguinte(s) do(s) seguinte(s) processo(s):

PRIMEIRA TURMA

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Juiz Revisor ANDRÉ R. P. V. DAMASCENO

0307-2006-019-10-00-4 - AP
novo julgamento

Agravante	Distrito Federal
Advogado	Eduardo Cordeiro Rocha
Agravado	Ananias Ferreira da Rocha
Advogado	Jomar Alves Moreno
Agravado	Gávea Empresa de Vigilância e Segurança Ltda.

0479-2005-010-10-00-0 - AP
novo julgamento

Agravante	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Maria Eliza Nogueira da Silva
Agravado	Maria Angélica Gomes Queiroz
Advogado	Euler Rodrigues de Souza

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Juiz Revisor JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS

0140-2008-017-10-00-0 - RO

Recorrente	Antônio de Pádua Queiroz Fialho
Advogado	Bartolomeu Bezerra da Silva
Recorrido	Paulo Octávio Investimentos Imobiliários Ltda.
Advogado	Aquiles Rodrigues de Oliveira

0160-2008-004-10-00-5 - RO

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Almir Nogueira
Recorrente	Cláudia Rodrigues de Aguiar (Recurso Adesivo)
Advogado	Celso José Soares
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS

0171-2008-008-10-00-0 - RO

Recorrente	Ailton de Araújo Ferreira
Advogado	Ivone Crispim Moura Ogliari
Recorrido	SYN da Amazônia Ltda.
Advogado	João Naylor Villas-Bôas Agra
Recorrido	Sony do Brasil Ltda.
Advogado	Caroline Hedwig Neves Schobbenhaus
Recorrido	Climazon Industrial Ltda. (SPRINGER)
Advogado	Cristina de Medina Coeli Braga

0191-2008-007-10-00-5 - RO

Recorrente	Leonel Klock Peçanha
Advogado	João Pedro Ferraz dos Passos
Recorrido	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO
Advogado	Nilton da Silva Correia

0241-2008-011-10-00-3 - RO

Recorrente	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP
Advogado	Sérgio Cupertino Marques
Recorrido	Oscar Honório de Medeiros
Advogado	Claudi Mara Soares
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS

0389-2008-015-10-00-3 - RO

Recorrente	Antônio Luiz Pereira Silva
Advogado	Jorge Raul Nara Funes
Recorrido	Distribuidora ABC de Papeis Ltda.
Advogado	Solange Maria Michelon Endres

0461-2008-011-10-00-7 - RO

Recorrente	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Maria Eliza Nogueira da Silva
Recorrido	Vera Lúcia Soares Simões
Advogado	José Eymard Loguércio

0960-2007-015-10-00-9 - RO

Recorrente	Joana D'Arc Alves Bittencout
Advogado	Celso José Soares
Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Jaqueline Brito de Barros
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS

Juiz Relator FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Juiz Revisor PAULO HENRIQUE BLAIR
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES

0120-2008-010-10-00-5 - RO

Recorrente	Egiel de Sousa Silva
Advogado	Fábio José Gomes Aguiar
Recorrido	QUALIX - Serviços Ambientais Ltda.
Advogado	Almir Hoffmann de Lara Júnior

0255-2003-005-10-00-0 - RO
novo julgamento

Recorrente	Expresso Guanabara S.A.
Advogado	Antônio Cleto Gomes
Recorrido	Natan Augusto de Oliveira
Advogado	Marcos Antônio Barreto

0304-2008-019-10-00-2 - RO

Recorrente	Banco Itaú S.A.
Advogado	Eliane Oliveira de Platon Azevedo
Recorrido	Rita de Cássia Oliveira de Farias
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva

1023-2007-102-10-00-2 - RO

Recorrente	Vida Panificação Ltda. - EPP
Advogado	Djalma Nogueira dos Santos Filho
Recorrido	Fábio Rodrigues Braz
Advogado	Sirnelange França de Oliveira

Juiz Relator FLÁVIA SIMÕES FALCÃO
Juiz Revisor PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN

0232-2008-010-10-00-6 - RO

Recorrente	Semco - Manutenção Volante Ltda.
Advogado	Eucler Giraldi
Recorrido	Clemilton Werbert da Silva
Advogado	Marco Aurélio Ghisleni Zardin

1045-2007-012-10-00-1 - RO

Recorrente	Odair José do Couto
Advogado	Robson Freitas Melo
Recorrido	Disbrave Administradora de Consórcios Ltda.
Advogado	Alcimira Aparecida dos Reis Gomes

RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

Juiz Relator FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

0137-2008-021-10-00-6 - ROPS

Recorrente	Atento Brasil S.A.
Advogado	Adelmo da Silva Emerenciano
Recorrido	Alice Aparecida da Silva Dantas
Advogado	Eduardo Rodrigues Figueiredo

0324-2008-020-10-00-3 - ROPS

Recorrente	Silvano Diniz de Souza
Advogado	Júlio César Borges de Resende
Recorrido	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
Advogado	Gabriela Lucas Queiroz Oliveira

0487-2008-021-10-00-2 - ROPS

Recorrente	Francisco Renan de Medeiros e Silva
Advogado	Júlio César Borges de Resende
Recorrido	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
Advogado	Gabriela Lucas Queiroz Oliveira

1326-2007-017-10-00-6 - ROPS

Recorrente	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Advogado	Rodrigo Madeira Nazário
Recorrido	Alex Moreira
Advogado	Emens Pereira de Souza

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Juiz Revisor FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

0044-2007-101-10-00-4 - AP

Agravante	Casa Bahia Comercial Ltda. (CASAS BAHIA)
Advogado	Zenaide Hernandez
Agravado	Cosme Cardoso Sampaio
Advogado	Eduardo Rodrigues Figueiredo

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Juiz Revisor FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

0108-2008-017-10-00-5 - RO

Recorrente	Vinícius Araújo Marques
Advogado	Marthius Sávio Cavalcante Lobato
Recorrido	CETEAD - Centro Educacional de Tecnologia em Administração
Recorrido	Cobra Tecnologia S.A.
Advogado	Víctor Russomano Júnior
Recorrido	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Israel Pinheiro Torres

0239-2008-013-10-00-7 - RO

Recorrente	Só Car Derivados de Petróleo Ltda.
Advogado	Rogério Avelar
Recorrente	Raimundo Nonato de Lima Sousa (Recurso Adesivo)
Advogado	Nabian Martins de Paiva
Recorrido	Os Mesmos

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Juiz Revisor FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

0858-2006-013-10-00-0 - AP

Agravante	Ricardo Silveira Monteiro
Advogado	Marco Aurélio Gonsalves
Agravado	Gabriel Corte Imperial
Advogado	Wander Fabrício Rodrigues Oliveira
Agravado	RM Assessoria Empresarial Ltda.
Advogado	Marco Aurélio Gonsalves

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Juiz Revisor FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

1044-2007-013-10-00-3 - RO

Recorrente	Condomínio Quintas do Sol
Advogado	José Peixoto Guimarães Neto
Recorrido	Edvaldo Batista da Silva
Advogado	Hitoshi Ito
Recorrido	Obra de Assistência Social Santa Filomena
Recorrido	Diocese de Brasília da Igreja Católica Apostólica Brasileira
Advogado	João Naylor Villas-Bôas Agra

1123-2007-020-10-00-2 - RO

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Dharla Giffoni Soares
Recorrido	Larissa Santos de Marco Loures
Advogado	Marco Aurélio de Moraes
Recorrido	Linknet Tecnologia e Telecomunicações Ltda.
Advogado	João Tadeu Severo de Almeida Neto
Recorrido	Distrito Federal
Procurador	Robson Vieira Teixeira de Freitas

1196-2007-020-10-00-4 - RO

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Alessandra Andrade F. de Medeiros
Recorrido	Fabiano Sousa da Silva
Advogado	Allan Brasil dos Santos
Recorrido	O Tigrão Comercial de Frutas Ltda.
Advogado	Henrique Gustavo Ribeiro Jacome

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Juiz Revisor FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

8044-2005-009-10-00-3 - AP

Agravante	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Eduardo Luz Gonçalves
Agravado	Seneca Training Center Serviços de Informática Ltda.
Agravado	Antônio Carlos Coelho Abrantes
Advogado	Everaldo Peleja de Souza Oliveira

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Juiz Revisor PAULO HENRIQUE BLAIR
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES

0079-2008-111-10-00-1 - RO

Recorrente	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Advogado	Rodrigo Madeira Nazário
Recorrido	Evandro Soares Barboza
Advogado	Veraní Spíndola de Ataídes Souza
Recorrido	Dom Bosco Construções e Serviços Ltda.

0215-2008-016-10-00-7 - RO

Recorrente	EBM - Empresa Brasileira de Metalurgia e Outros
Advogado	Robson Freitas Melo
Recorrente	CIEEP - Projetos e Comércio de Produtos Metalúrgicos e Materiais de Costrução Ltda.
Recorrente	Iluminar Comércio e Representação de Produtos Metalúrgicos e de Iluminação Ltda.
Recorrido	Uesley Alves dos Santos
Advogado	Renault Campos Lima

0329-2008-102-10-00-2 - RO

Recorrente	Comercial de Alimentos Vieira & Martins Ltda.
Advogado	Benedito Francelino Moreira
Recorrido	Vagne Roberto Santos Queiroz
Advogado	Pedro Alves da Silva Filho

0696-2007-019-10-00-9 - RO

Recorrente	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Órgãos Públicos de Processamento de Dados Serviços de Informática e Similares do Estado do Rio de Janeiro - SINDPD/RJ
Advogado	Luiz Alexandre Fagundes de Souza
Recorrido	Federação Nacional dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Serviços de Informática e Similares - FENADADOS
Advogado	Marthius Sávio Cavalcante Lobato

Juiz Relator JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS
Juiz Revisor PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN

0116-2008-802-10-00-8 - RO

Recorrente	COOPERBRÁS - Cooperativa dos Serviços Múltiplos do Estado do Tocantins
Advogado	Carlos Roberto de Lima
Recorrido	Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região
Procurador	Antônio Carlos Cavalcante Rodrigues

0193-2008-007-10-00-4 - RO

Recorrente	Companhia Brasileira de Distribuição (Hipermercado Extra)
Advogado	Carlos José Elias Júnior
Recorrido	Juliana de Sousa Silva
Advogado	Analva Moreira Ramos

0317-2008-013-10-00-3 - RO

Recorrente	Gedeon Pereira Souza
Advogado	José Correia Primo
Recorrido	Aliança Atacadista Ltda.
Advogado	Marcelo Rosa Franco

1178-2007-019-10-00-2 - RO

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Gabriela Freire de Arruda
Recorrido	Elson Aurélio de Oliveira
Advogado	Walter de Castro Coutinho
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS

1709-2007-102-10-00-3 - RO

Recorrente	Pneus Way Pneus e Serviços Automotivos Ltda. (Pneuline)
Advogado	Narciso Camilo de Andrade
Recorrido	Gilveni Lima Araújo
Advogado	Paulo Fernando de Souza

RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

Juiz Relator JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS

0026-2008-012-10-00-9 - ROPS

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Ricardo Alexandre de Albuquerque
Recorrido	Gilberto da Silva Campos
Advogado	Beatriz Pereira
Recorrido	Conservo Serviços Gerais Ltda.
Advogado	Samuel Oliveira Maciel

0137-2008-002-10-00-8 - ROPS

Recorrente	Cleber da Silva Rangel
Advogado	Eduardo Rodrigues Figueiredo
Recorrido	Atento Brasil S.A.
Advogado	Adelmo da Silva Emerenciano

0229-2008-004-10-00-0 - ROPS

Recorrente	Jeisilene Lopes Leite
Advogado	Ivone Crispim Moura Ogliari
Recorrido	Nenen's Chopp - Comércio e Indústria Agropecuária Ltda. (Nenen's Veículos)
Advogado	José Alberto Couto Maciel

0427-2008-013-10-00-5 - ROPS

Recorrente	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP
Advogado	Sérgio Cupertino Marques
Recorrido	Lusinete Consuelo Nunes Cabral
Advogado	Carla Guimarães Buiati

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator PAULO HENRIQUE BLAIR
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Juiz Revisor FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

0858-2007-014-10-00-7 - RO

Recorrente	União (Ministerio do Trabalho e Emprego)
Procurador	Lygia Maria Avancini
Recorrente	Márcia Assunes Gonçalves (Recurso Adesivo)
Advogado	Paulo Collier de Mendonça
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Fundação Lindolfo Collor - FUNDALC
Advogado	Elízio Rocha Júnior

0993-2007-007-10-00-4 - RO

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Ticiana Lopes Pontes
Recorrente	Sônia Daniz Pereira de Sousa
Recorrido	Maria Domingos de Almeida Lemos e Outros
Advogado	Beatriz Pereira
Recorrido	Ademar Macena de Lima Aquino
Recorrido	Almerinda Ribeiro Dias
Recorrido	Andaluza Lorena Mulinari
Recorrido	Willian Cleyton Costa de Carvalho
Recorrido	Willys Anderson de Sousa Santos
Recorrido	Conservo Serviços Gerais Ltda.
Advogado	Fernanda Rocha Souza

1210-2007-014-10-00-8 - RO

Recorrente	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Taíse Machado Melo
Recorrente	Waldemar Sato
Advogado	Elizabeth Tostes Peixoto
Recorrido	Os Mesmos

1322-2007-010-10-00-3 - RO

Recorrente	Linknet Tecnologia e Telecomunicações Ltda.
Advogado	Waldir Ramos da Silva
Recorrido	Rogério Soares Carvalho Silva
Advogado	Carlos Antônio Reis

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator PAULO HENRIQUE BLAIR
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Juiz Revisor FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

1345-2007-013-10-00-7 - AP

Agravante	Ismael Francisco da Silva Filho
Advogado	Luís Itamar Ribeiro
Agravado	Ana Lídia Paraguassu da Silva
Advogado	Patrícia de Camargo Figueiredo

8387-2005-009-10-00-8 - AP

Agravante	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Sophia Dias Lopes
Agravado	Benildo Pereira Cardozo - ME

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator PAULO HENRIQUE BLAIR
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Juiz Revisor JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS

0020-2008-015-10-00-0 - RO

Recorrente	Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda.
Advogado	Darcy Maria Gonçalves de Almeida
Recorrido	Esternaldo Assis Pinheiro
Advogado	Aldenei de Souza e Silva

0207-2008-019-10-00-0 - RO

Recorrente	Garagem Dance Bar Ltda.
Advogado	Rubens Santoro Neto
Recorrente	Édio de Paula da Silva (Recurso Adesivo)
Advogado	Danilo Rinaldi dos Santos
Recorrido	Os Mesmos

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator PAULO HENRIQUE BLAIR
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Juiz Revisor JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS

0407-2002-101-10-00-7 - AP

Agravante	BRB- Banco de Brasília S.A.
Advogado	Liliane Ferreira Porfírio
Agravado	Maria Ângela Ferreira Zottmann
Advogado	Hermano Camargo Júnior
Agravado	Hospital Geral Nossa Senhora Aparecida Ltda.
Advogado	Mirian Ribeiro Rodrigues de Mello

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator PAULO HENRIQUE BLAIR
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Juiz Revisor JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS

1059-2007-015-10-00-4 - RO

Recorrente	José Ferreira do Nascimento
Advogado	Geraldo Marcone Pereira
Recorrido	TELEMONT - Engenharia de Telecomunicações S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel

1265-2007-010-10-00-2 - RO

Recorrente	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Maria Eliza Nogueira da Silva
Recorrente	Natal Pires Cardoso
Advogado	José Eymard Loguércio
Recorrido	Os Mesmos

Juiz Relator PAULO HENRIQUE BLAIR
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Juiz Revisor PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN

0036-2008-013-10-00-0 - RO

Recorrente	Globex Utilidades S.A.
Advogado	Carlos José Elias Júnior
Recorrente	Alex Gonçalves de Barros (Recurso Adesivo)
Advogado	Marcone Guimarães Vieira
Recorrido	Os Mesmos

0053-2008-011-10-00-5 - RO

Recorrente	Vanilda Magalhães César Modesto - ME
Advogado	Dorival Borges de Souza Neto
Recorrente	Daniel Bruno Ricardo (Recurso Adesivo)
Advogado	Francisco Pereira Serpa
Recorrido	Os Mesmos

0058-2004-013-10-00-7 - RO

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Ricardo Alexandre de Albuquerque
Recorrido	Ronaldo Araújo Sudré
Advogado	Lúcia Divina Barreira Bessa Martins
Recorrido	Cabral & Antunes Ltda. - ME (Baquete de Outro)
Advogado	Heráclito Zanoni Pereira

0160-2008-101-10-00-4 - RO

Recorrente	Corina Maria Alves Amorim da Silva
Advogado	Luciana Bueno da Cruz
Recorrido	TAGUATUR - Taguatinga Transportes e Turismo Ltda.
Advogado	Paulo Jorge Carvalho da Costa

0294-2008-008-10-00-1 - RO

Recorrente	Carlos Alberto Gomes Marques
Advogado	Cláudio Alberto Feitosa Penna Fernandez
Recorrido	Associação das Pioneiras Sociais - APS (Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor)
Advogado	José Alberto Couto Maciel

1150-2007-009-10-00-8 - RO

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Ricardo Alexandre de Albuquerque
Recorrido	Cremilson dos Santos Brito
Advogado	Iná Maria Fernandes da Silveira
Recorrido	Posto Estrada Park Ltda.
Advogado	José Alberto Couto Maciel

RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

Juiz Relator PAULO HENRIQUE BLAIR
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES

0182-2008-007-10-00-4 - ROPS

Recorrente	Kleiton Arcanjo de Oliveira
Advogado	Paulo Roberto Ivo da Silva
Recorrido	Rádio Táxi Turismo Ltda.
Advogado	Lívia Márcia de Carvalho Portugal

0266-2008-015-10-00-2 - ROPS

Recorrente	Edivaldo Bertoldo de Santana
Advogado	Davino Alves Cavalcante
Recorrido	Qualix Serviços Ambientais Ltda.
Advogado	Almir Hoffmann de Lara Júnior

0457-2008-006-10-00-3 - ROPS

Recorrente	Maria do Amparo Silva Lemos
Advogado	Alessandra Camarano Martins Janiques de Matos
Recorrido	Viação Satelite Ltda.
Advogado	Marcus Ruperto Souza das Chagas

1162-2007-019-10-00-0 - ROPS

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Alessandra Andrade F. de Medeiros
Recorrido	Matildes Pereira de Sousa
Advogado	José Aldemir Borges de Matos
Recorrido	Emplavi Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogado	Júlio César Cavalcante Aires

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Juiz Revisor FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

0184-2008-012-10-00-9 - RO

Recorrente	Linknet Tecnologia e Comunicações Ltda.
Advogado	Waldir Ramos da Silva
Recorrido	Oswaldo de Melo Pedra
Advogado	Marcelo Piloto Maciel

0227-2008-102-10-00-7 - RO

Recorrente	Pedro Paulo Guedes Barbosa
Advogado	Ederson dos Reis
Recorrido	Polodoro - Materiais de Construção Ltda. (DEMACOL - Materiais de Construção Ltda.)
Advogado	José Maurício de Oliveira

0738-2007-015-10-00-6 - RO

Recorrente	Editora JB S.A.
Advogado	Raquel Freire Alves
Recorrido	Raimundo Silvio Rodrigues do Nascimento
Advogado	Luiz Carlos Brito Simões

1153-2007-004-10-00-0 - RO

Recorrente	Maria Alves de Azeredo
Advogado	Elias Pessôa de Lima
Recorrente	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Advogado	Matias de Araújo Neto
Recorrido	Os Mesmos

1326-2007-006-10-00-2 - RO

Recorrente	Fábio Júnior Livino dos Santos
Advogado	Ivone Crispim Moura Ogliari
Recorrido	Servesyn Logística Integrada Ltda.
Advogado	João Naylor Villas-Bôas Agra
Recorrido	SYN da Amazônia Ltda.
Advogado	Eduardo Fróes Ribeiro de Oliva

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Juiz Revisor JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS

0324-2005-017-10-00-8 - AP
novo julgamento

Agravante	Advocacia Buzzi S/C. e Outro
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa
Agravado	Arturo Buzzi
Agravado	Gustavo Andre Pinheiro de Oliveira
Advogado	Hugo Damasceno Teles

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Juiz Revisor JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS

0348-2008-017-10-00-0 - RO

Recorrente	Diomiro Rodrigues da Silva
Advogado	Humberto Fernando Vallim Porto
Recorrido	Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda. - ASU (Mc Donald's)
Advogado	Carmem Plá Pujades de Ávila

1228-2007-012-10-00-7 - RO

Recorrente	Aldo Moreira Alves
Advogado	Cosmo Roberto Pereira Duarte
Recorrido	Pedro Passos Júnior
Advogado	Luciana Ferreira Gonçalves

Juiz Relator PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN
Juiz Revisor PAULO HENRIQUE BLAIR
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES

0208-2007-010-10-00-6 - RO

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Ricardo Schneider Rodrigues
Recorrido	Fábio Ricardo Alves Barbosa
Advogado	Pablício Monteiro Cardoso
Recorrido	MG Master Ltda. - Grupo Centauro Esporte
Advogado	Bellini Balduíno Fonseca

0291-2008-019-10-00-1 - RO

Recorrente	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Juliana Furtado de Moura
Recorrido	Carlos Eurialo da Silva Albuquerque
Advogado	José Eymard Loguércio

0951-2005-018-10-00-5 - RO

Recorrente	Davi da Silva Reis
Advogado	Osmar Lobão Veras Filho
Recorrido	Petrobrás Distribuidora S.A.
Advogado	Hamilton Reis Diniz

1084-2007-007-10-00-3 - RO

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Eduardo Alecsander Xavier de Medeiros
Recorrido	José Siqueira Campos
Advogado	Pantaleão Martins Abreu
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS

1105-2007-010-10-00-3 - RO

Recorrente	União (Tribunal de Contas da União)
Procurador	Anna Maria Felipe Borges
Recorrido	Pedro Renato Campos Silva
Advogado	Ivan Alves Leão
Recorrido	Kuatro Serviços Ltda.

1108-2007-011-10-00-3 - RO

Recorrente	Ângelo Ferraris Neto
Advogado	Américo Paes da Silva
Recorrido	GVT - Global Village Telecom S.A.
Advogado	Víctor Russomano Júnior

RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

Juiz Relator PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN

0067-2008-015-10-00-4 - ROPS

Recorrente	Wasty Ferreira Santos
Advogado	Francisco José dos Santos Miranda
Recorrido	Fiança Serviços Gerais Ltda.
Advogado	Carlita Rocha Brito

0335-2008-014-10-00-1 - ROPS

Recorrente	VIPLAN - Viação Planalto Ltda.
Advogado	Maria Aparecida Vieira Vilar
Recorrido	Alex Alves da Silva
Advogado	Alessandra Camarano Martins Janiques de Matos

0349-2008-018-10-00-0 - ROPS

Recorrente	Luciene Pereira de Paula
Advogado	João Vitor Mesquita Agresta
Recorrido	J Machado Rodrigues de Souza - ME
Advogado	José Batista Neto

0424-2008-019-10-00-0 - ROPS

Recorrente	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Felipe Montenegro Mattos
Recorrido	Dorani da Costa Pinto
Advogado	Olavo José Viana

0706-2007-019-10-00-6 - ROPS

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Alessandra Andrade F. de Medeiros
Recorrido	Josemar Henrique de Freitas
Advogado	Francisco Pereira Serpa
Recorrido	HP House - Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogado	Maria Cristina de Fillipo Gangana

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Juiz Revisor JOÃO AMÍLCAR

0584-2000-018-10-85-8 - RO
novo julgamento

Recorrente	Nildo Ribeiro de Sousa
Advogado	José Eymard Loguércio
Recorrente	BRB- Banco de Brasília S.A.
Advogado	Liliane Ferreira Porfírio
Recorrido	Os Mesmos

Juiz Relator ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Juiz Revisor GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR

0081-2008-111-10-00-0 - RO

Recorrente	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Advogado	Rodrigo Madeira Nazário
Recorrido	Alessandro Bento de Souza
Advogado	Veraní Spíndola de Ataídes Souza
Recorrido	Dom Bosco Construções e Serviços Ltda.

0085-2008-015-10-00-6 - RO

Recorrente	Marisvalda Abreu Soares Parreira
Advogado	Ulisses Riedel de Resende
Recorrente	Condomínio do Conjunto Nacional de Brasília
Advogado	Heráclito Zanoni Pereira
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Ancar Administradora de Shopping Centers Ltda.
Advogado	Heráclito Zanoni Pereira

0177-2008-012-10-00-7 - RO

Recorrente	Líllian Eliane dos Santos
Advogado	Carlos Eduardo Tadeu de Oliveira
Recorrido	S.A. Correio Braziliense
Advogado	Marcelo Pimentel

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Juiz Revisor GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR

0523-2007-013-10-00-2 - AP

Agravante	Transportadora Wadel Ltda.
Advogado	João Tadeu Severo de Almeida Neto
Agravado	Bolívar Crestani
Advogado	Nilton da Silva Correia

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Juiz Revisor GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR

1182-2007-007-10-00-0 - RO

Recorrente	Márcia Marília Colen Franco
Advogado	Rodrigo Silvério Salomão
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS
Recorrido	Distrito Federal
Advogado	Ângelo Barbosa Lovis

1391-2007-103-10-00-7 - RO

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Djacyr Cavalcanti de Arruda Filho
Recorrido	Antônio de Araújo Miranda
Advogado	Humberto Fernando Vallim Porto
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Juiz Revisor GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR

8135-2005-009-10-00-9 - AP

Agravante	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Roberta Thaiane Torres de Abreu Moreira
Agravado	Móveis Santa Marta Ltda. - ME
Agravado	José Gonçalves Pereira Filho

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Juiz Revisor JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

0302-2008-021-10-00-0 - RO

Recorrente	Isaac Gomes Veras
Advogado	Júlio César Borges de Resende
Recorrente	Comercial Neves e Nascimento Ltda. (Recurso Adesivo)
Advogado	Ronaldo Pinheiro de Almeida
Recorrido	Os Mesmos

0307-2007-019-10-00-5 - RO

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Dharla Giffoni Soares
Recorrido	Jacinta Santana de Sousa
Advogado	Tatiana Freire Alves
Recorrido	Centralmaq Comércio Assistência Técnica e Divisórias Ltda.
Advogado	Karla Gomes da Silva

0353-2008-011-10-00-4 - RO

Recorrente	Joselino Messias Figuerêdo
Advogado	Murilo Gustavo Fagundes
Recorrido	Organização Sebba Materiais de Construção Ltda.
Advogado	Iran Amaral

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Juiz Revisor JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

0501-2002-101-10-00-6 - AP

Agravante	BRB - Banco de Brasília S.A.
Advogado	Juliana Xavier Ferraresi Cavalcante
Agravado	Elisabeth Lúcia de Souza
Advogado	Ives Geraldo de Souza
Agravado	Hospital Geral Nossa Senhora Aparecida Ltda.
Advogado	Mirian Ribeiro Rodrigues de Mello

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Juiz Revisor JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

0531-2007-019-10-00-7 - RO

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Alessandra Andrade F. de Medeiros
Recorrido	Marcos da Silva Santos
Advogado	Raquel Freire Alves
Recorrido	José Nalty Mota Torquato - ME
Advogado	Hélio Pereira Leite Filho

0821-2007-015-10-00-5 - RO

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Leopoldo Gomes Muraro
Recorrente	Instituto Processus de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico Ltda.
Advogado	Moacir Akira Yamakawa
Recorrido	Ana Paula Araújo Vieira
Advogado	Beatriz Pereira

1111-2004-017-10-85-5 - RO
novo julgamento

Recorrente	Aché Laboratorios Farmaceuticos S.A.
Advogado	Raquel Moreira de Oliveira
Recorrido	Alberto Pedro Bispo dos Santos
Advogado	Wilson Antônio de Souza Corrêa

1195-2007-018-10-00-3 - RO

Recorrente	Banco Bradesco S.A.
Advogado	Juarez Martins Ferreira Netto
Recorrente	Leonardo Guimarães Vilela (Recurso Adesivo)
Advogado	Leonardo Guimarães Vilela
Recorrido	Os Mesmos

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Juiz Revisor JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

8331-2005-009-10-00-3 - AP

Agravante	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Sophia Dias Lopes
Agravado	Argus Assessoria e Planejamentos Industriais Ltda.

RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

Juiz Relator ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

0308-2008-014-10-00-9 - ROPS

Recorrente	José Carlos de Barros
Advogado	Aldenei de Souza e Silva
Recorrido	Qualix Serviços Ambientais Ltda.
Advogado	Almir Hoffmann de Lara Júnior

0420-2008-020-10-00-1 - ROPS

Recorrente	Wagner Carneiro de Araújo
Advogado	Aderaldo de Moraes Leite
Recorrido	Santa Helena Urbanização e Obras Ltda.
Advogado	Raquel Corazza

1277-2007-001-10-00-6 - ROPS

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Ticiana Lopes Pontes
Recorrido	Antônio Siqueira Romão
Advogado	José Batista Neto
Recorrido	Antônio Carlos Lassi Lopes
Advogado	Rogério Gomide Castanheira

1373-2007-009-10-00-5 - ROPS

Recorrente	Cinermark Brasil S.A.
Advogado	Tânia Machado da Silva
Recorrente	Juliana dos Santos de Melo (Recurso Adesivo)
Advogado	José Wilton Borges Cruz
Recorrido	Os Mesmos

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR
Juiz Revisor ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

0073-2008-001-10-00-9 - RO

Recorrente	Denard Costa Soares
Advogado	Victor Hugo Mosquera
Recorrido	Linknet Tecnologia e Comunicações Ltda.
Advogado	Waldir Ramos da Silva

0082-2008-111-10-00-5 - RO

Recorrente	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Advogado	Rodrigo Madeira Nazário
Recorrido	Diórgens Beserra Galvão
Advogado	Veraní Spíndola de Ataídes Souza
Recorrido	Dom Bosco Construções e Serviços Ltda.

0218-2008-102-10-00-6 - RO

Recorrente	Casa Bahia Comercial Ltda. (CASAS BAHIA)
Advogado	Zenaide Hernandez
Recorrido	Sônia José de Lima
Advogado	Jamil Jorge

0539-2007-017-10-00-0 - RO

Recorrente	Antônio Balbino Trigueiro
Advogado	Mário Thiago Gomes de Sá Padilha
Recorrido	SERVENG Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia
Advogado	Carlos José Elias Júnior

0876-2006-019-10-85-2 - RO
Novo julgamento

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Alessandra Andrade F. de Medeiros
Recorrido	Mauro César de Lima Sousa
Advogado	Maria do Rosário Nogueira Vidal
Recorrido	União Brasiliense de Educação e Cultura - UBEC e Outra
Advogado	Alberto Magno da Mata
Recorrido	Universidade Catolica de Brasilia - UCB
Advogado	Luiz Augusto Pires Mesquita

1031-2007-015-10-00-7 - RO

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Luís Augusto Scandiuzzi
Recorrido	Otalício Pereira Rodrigues
Advogado	Luiz Humberto Vieira Guido
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS

1543-2007-103-10-00-1 - RO

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Josué Pinheiro de Mendonça
Recorrente	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP
Advogado	Angelica Cristina Conceição Dutra
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	João Damasceno
Advogado	Cleide Alves Guimarães
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR
Juiz Revisor ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

8070-2005-009-10-00-1 - AP

Agravante	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Hilyn Hueb
Agravado	Multgold Indústria e Comércio de Metais S.A.

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR
Juiz Revisor JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

0082-2008-007-10-00-8 - RO

Recorrente	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Juliana Furtado de Moura
Recorrido	Vitor Teixeira Campos
Advogado	Chrystian Junqueira Rossato

0093-2008-021-10-00-4 - RO

Recorrente	Banco da Amazônia S.A. - BASA
Advogado	Décio Freire
Recorrido	Hegel Morhy
Advogado	Domingos Araújo dos Santos

0096-2008-004-10-00-2 - RO

Recorrente	Ana Paula Ribeiro Silva
Advogado	Marthius Sávio Cavalcante Lobato
Recorrido	Centro Educacional de Tecnologia em Administração - CETEAD
Recorrido	Cobra Tecnologia S.A.
Advogado	Víctor Russomano Júnior
Recorrido	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Euclides Júnior Castelo Branco de Souza

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR
Juiz Revisor JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

0475-2005-001-10-00-0 - AP

Agravante	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Ticiana Lopes Pontes
Agravado	Jacira Lima Marques
Advogado	Albertino Ribeiro Coimbra
Agravado	COTRADASP - Cooperativa de Trabalho para a Conservação do Solo Meio Ambiente Agrícola e Silvicultura (Insolvente)

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR
Juiz Revisor JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

0561-2007-101-10-00-3 - RO

Recorrente	Erasmo Cosmo Raposo do Nascimento
Advogado	Francisco Fontenele Carvalho
Recorrente	Marcelo Antonio Maniero - Transportadora Maximus (Recurso Adesivo)
Advogado	Aderaldo de Moraes Leite
Recorrido	Os Mesmos

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Juiz Relator GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR
Juiz Revisor JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

0589-2007-019-10-01-3 - AIAP

Agravante	Wolmar José Tosta
Advogado	Ariston de Aquino Alves
Agravado	TRANSCODIL - Transporte e Comércio de Diesel Ltda.
Advogado	Luciano Brasileiro de Oliveira

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR
Juiz Revisor JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

1268-2007-016-10-00-4 - RO

Recorrente	Cobra Tecnologia S.A.
Advogado	Víctor Russomano Júnior
Recorrente	Cristiano Ribeiro de Vasconcelos da Fonseca (Recurso Adesivo)
Advogado	Alexandre Ferreira de Carvalho
Recorrido	Os Mesmos

1334-2007-010-10-00-8 - RO

Recorrente	Associação de Assistência aos Trabalhadores em Educação do DF - ASEFE
Advogado	Ulisses Borges de Resende
Recorrente	Marcondes Nunes de Morais
Advogado	Haroldo Teixeira Bilio
Recorrido	Os Mesmos

RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

Juiz Relator GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR

0138-2008-002-10-00-2 - ROPS

Recorrente	Brasil Telecom S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel
Recorrido	Luciana de Paiva Souza
Advogado	Jorge Raul Nara Funes
Recorrido	K.A.S. de Oliveira Serviços e Representações - ME (FASTNET Telecomunicações)
Advogado	Chesther Luiz Vasconcelos Braga

0161-2008-004-10-00-0 - ROPS

Recorrente	Raimundo Ramos de Araújo
Advogado	Francisco Pereira Serpa
Recorrido	Maria Aparecida dos Santos
Advogado	Ely Talyuli Júnior
Recorrido	Bungue Alimentos S.A.
Advogado	Danilo Augusto Cobianchi da Costa

0301-2007-101-10-00-8 - ROPS

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Ticiana Lopes Pontes
Recorrido	Teresinha de Jesus Rodrigues
Advogado	Marcelo Moreira dos Santos
Recorrido	Banda Sintonia
Advogado	Wedjer Cortes

0380-2008-007-10-00-8 - ROPS

Recorrente	Bárbara Lima Albuquerque
Advogado	Júlio César Borges de Resende
Recorrido	Grid Pneus e Serviços Automotivos
Advogado	Narciso Camilo de Andrade

0609-2007-013-10-00-5 - ROPS

Recorrente	Kesley Pereira Uchoa
Advogado	Normando Augusto e Cavalcanti Júnior
Recorrido	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ/DF
Advogado	André Luiz Vieira de Melo

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA
Juiz Revisor ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

0007-2008-012-10-00-2 - RO

Recorrente	Márcio da Silva Araújo
Advogado	Geraldo Marcone Pereira
Recorrido	Primutel Telecomunicações Ltda.
Advogado	José Maria de Souza Andrade
Recorrido	Americel S.A. (Claro Região Centro Oeste)
Advogado	Cristiana Rodrigues Gontijo

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA
Juiz Revisor ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

0418-2007-014-10-00-0 - AP

Agravante	Centro de Estudos Superiores Planalto Ltda. - CESPLAN
Advogado	Sérgio Leverdi Campos e Silva
Agravado	Eduardo Quesado Filgueira
Advogado	Irení Braga

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA
Juiz Revisor ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

0874-2007-004-10-00-2 - RO

Recorrente	Fiança Serviços Gerais Ltda.
Advogado	Carlita Rocha Brito
Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Lucas Aires Bento Graf
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Clemerson Oilio Salgado
Advogado	Ubiramar Peixoto de Oliveira

0981-2007-016-10-00-0 - RO

Recorrente	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Advogado	Flávia Ayres de Morais e Silva
Recorrente	Júnior César Gomes Faria (Recurso Adesivo)
Advogado	Djalma Nogueira dos Santos Filho
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Instituto Recicla Brasil/DF - IRB

1069-2007-010-10-00-8 - RO

Recorrente	De Millus Vendas Domiciliares Ltda.
Advogado	Paulo Roberto Fernandes do Amaral
Recorrido	Doralice Martins Barbosa do Nascimento
Advogado	Leandro Oliveira Alves

1346-2007-014-10-00-8 - RO

Recorrente	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Carlos Alberto de Souza
Recorrente	Edivaldo Martins Moura (Recurso Adesivo)
Advogado	Abiel Alcântara Lacerda
Recorrido	Os Mesmos

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA
Juiz Revisor ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

8305-2005-009-10-00-5 - AP

Agravante	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Roberta Thaiane Torres de Abreu Moreira
Agravado	Frigorífico Bandeirante Ltda.
Agravado	Ivan Seabra da Costa

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA
Juiz Revisor GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR

0007-2008-103-10-00-0 - RO

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Alysson Sousa Mourão
Recorrido	Paulo José Inácio Campos
Advogado	Marcone Tolentino Alves
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS

0202-2008-007-10-00-7 - RO

Recorrente	Hamilton da Silva Bitencourt
Advogado	Américo Paes da Silva
Recorrido	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Distrito Federal SENAI/DR/DF
Advogado	Clélia Scafuto

0740-2007-010-10-00-3 - RO

Recorrente	Banco Santander Brasil S.A.
Advogado	Cristiana Rodrigues Gontijo
Recorrido	Edson Dias Ortega
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva

0769-2007-020-10-00-2 - RO

Recorrente	Sandra Alves de Araújo
Advogado	Celso José Soares
Recorrente	Distrito Federal
Procurador	Eduardo Cordeiro Rocha
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS

1144-2007-017-10-00-5 - RO

Recorrente	Sociedade de Clínica Médica S/S (SOCLIMED)
Advogado	Júlio Otsuschi
Recorrido	Cláudio Batista
Advogado	Ana Maria Uchôa

1179-2007-019-10-00-7 - RO

Recorrente	União (Ministério das Relações Exteriores)
Procurador	Anna Maria Felipe Borges
Recorrido	Domingos de Ramos Pereira de Castro
Advogado	Maria Lindinalva de Souza
Recorrido	Virtual Service Empresa de Serviços Gerais Ltda.

1298-2007-010-10-00-2 - RO

Recorrente	JAD - Cargas Expressas Ltda. (JAD Carga Express)
Advogado	João Oscar Tega
Recorrido	Antônio Marques de Figueiredo Júnior
Advogado	Luiz Paulo Ferreira

1317-2007-017-10-00-5 - RO

Recorrente	Alice Nepomucena Lemes dos Santos
Advogado	A. C. Alves Diniz
Recorrido	Carlúcio José dos Santos
Advogado	Rodrigo Mazoni Curcio Ribeiro

1344-2007-015-10-00-5 - RO

Recorrente	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Carlos Alberto de Souza
Recorrido	Ana Luíza Wittler Contardo
Advogado	José Eymard Loguércio

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA
Juiz Revisor GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR

8138-2005-009-10-00-2 - AP

Agravante	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Roberta Thaiane Torres de Abreu Moreira
Agravado	Massa Falida de Pure Water Engenharia e Construções Ltda.
Agravado	Andréa Bastianon

RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

Juiz Relator JOSE LEONE CORDEIRO LEITE
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

0044-2008-012-10-00-0 - ROPS

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Ticiana Lopes Pontes
Recorrido	Luiz Gomes Bezerra
Advogado	Beatriz Pereira
Recorrido	Conservo Serviços Gerais Ltda.
Advogado	Samuel Oliveira Maciel

0148-2008-014-10-00-8 - ROPS

Recorrente	Ziad Amine Abou Chacra
Advogado	Maria da Penha Sarandy
Recorrido	Sales e Morato Comercio e Representações de Produtos de Limpeza Ltda.
Advogado	Talita de Souza Paiva

0227-2008-015-10-00-5 - ROPS

Recorrente	Adolar Martins de Menezes
Advogado	Alessandra Camarano Martins Janiques de Matos
Recorrido	VIPLAN - Viação Planalto Ltda.
Advogado	Sônia Regina Marques Barreiro

0283-2008-020-10-00-5 - ROPS

Recorrente	Tatiane Daniela Soares Braga
Advogado	Júlio César Borges de Resende
Recorrido	Globex Utilidades S.A.
Advogado	Carlos José Elias Júnior

0485-2008-102-10-00-3 - ROPS

Recorrente	RG - Distribuição de Produtos Alimentícios Ltda.
Advogado	César Augusto Ribeiro Brito
Recorrido	Dênis Fernando Maciel Cordeiro
Advogado	Maria Aparecida Lemos

Redistribuição de Relator

RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

Juiz Relator ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

0226-2008-017-10-00-3 - ROPS
Redistribuição

Recorrente	Empresa de Transportes Atlas Ltda.
Advogado	Maria Cristina da Costa Fonseca
Recorrente	José Carlos Gomes das Chagas (Recurso Adesivo)
Advogado	Daniel Muniz da Silva
Recorrido	Os Mesmos

Redistribuição de Relator/Revisor

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) RIBAMAR LIMA JUNIOR
Juiz Revisor JOÃO AMÍLCAR

0067-2008-004-10-00-0 - RO
Redistribuição

Recorrente	Agnaldo Monteiro da Conceição
Advogado	Ulisses Riedel de Resende
Recorrido	Caixa Auxiliadora dos Praças da Polícia Militar do Distrito Federal - CAP/PMDF
Advogado	Nailton de Araújo Lima

TERCEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA
Juiz Revisor BERTHOLDO SATYRO

0027-2008-102-10-00-4 - RO

Recorrente	União Brasiliense de Educação e Cultura - UBEC
Advogado	Luiz Augusto Pires Mesquita
Recorrido	José de Lima Soares
Advogado	Larissa Chaul de Carvalho Oliveira

0353-2008-018-10-00-9 - RO

Recorrente	DF Engenharia e Consultoria Ltda.
Advogado	Albertino Ribeiro Coimbra
Recorrido	Paulo Roberto Franca Perna
Advogado	Roberta Correia Batista

0492-2007-103-10-00-0 - RO

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Alessandra Andrade F. de Medeiros
Recorrido	Fablício Lobão Matos
Advogado	Eduardo da Silva Cavalcante
Recorrido	Cia Vigilância e Segurança Ltda - ME
Advogado	Gercilênio Menezes de Souza

1076-2007-014-10-00-5 - RO

Recorrente	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Advogado	Matias de Araújo Neto
Recorrido	Francineide Lopes Pereira
Advogado	Mário Augusto de Oliveira Santos

1206-2006-012-10-00-6 - RO

Recorrente	Paulo Luiz Rosa
Advogado	Euler Rodrigues de Souza
Recorrido	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Maria Eliza Nogueira da Silva

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA
Juiz Revisor BERTHOLDO SATYRO

8012-2007-009-10-00-0 - AP

Agravante	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Eduardo Luz Gonçalves
Agravado	Jornais Brasileiros Ltda.

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA
Juiz Revisor DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

0133-2008-103-10-00-4 - RO

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Sérgio Carvalho
Recorrido	Cristiane Polyana Alves Teles
Advogado	Osvaldo Elias da Silva
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS

0239-2008-011-10-00-4 - RO

Recorrente	Maria do Socorro Neves Santos
Advogado	Marthius Sávio Cavalcante Lobato
Recorrido	CETEAD - Centro Educacional de Tecnologia em Administração
Recorrido	Cobra Teconologia S.A.
Advogado	Víctor Russomano Júnior
Recorrido	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Acélio Jacob Roehrs

0285-2008-007-10-00-4 - RO

Recorrente	Ícaro Ribeiro Soares
Advogado	José Maria de Souza Andrade
Recorrido	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Elga Lustosa de Moura Nunes

0772-2007-007-10-00-6 - RO

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Ticiana Lopes Pontes
Recorrido	Francisco das Chagas Sousa Lacerda
Advogado	Alceste Vilela Júnior
Recorrido	Posto Park Taguatinga Derivados de Petróleo Ltda.
Advogado	José Alberto Couto Maciel

1106-2007-015-10-00-0 - RO

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Rogério Santos Muniz
Recorrido	Iara dos Santos Pereira Voos
Advogado	Renato Borges Rezende
Recorrido	Sanoli Indústria e Comércio de Alimentação Ltda.
Advogado	Vitório Augusto de Fernandes Melo

1169-2007-017-10-00-9 - RO

Recorrente	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
Advogado	Gabriela Lucas Queiroz Oliveira
Recorrido	Ramires Fonseca Matos
Advogado	Júlio César Borges de Resende

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA
Juiz Revisor HELOISA PINTO MARQUES

1059-2005-013-10-00-0 - AP
Novo Julgamento

Agravante	Marcelo Netto Souza
Advogado	Luciano Silva Campolina
Agravado	Banco Rural S.A.
Advogado	Nilton da Silva Correia

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA
Juiz Revisor MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO

1156-2007-007-10-00-2 - RO

Recorrente	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
Advogado	James Corrêa Caldas
Recorrido	Messias Pereira dos Santos Neto
Advogado	Júlio César Borges de Resende

RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

Juiz Relator BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA

0016-2008-021-10-00-4 - ROPS

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Alessandra Andrade F. de Medeiros
Recorrido	Eliane Ferreira dos Santos
Advogado	Beatriz Pereira
Recorrido	Conservo Serviços Gerais Ltda.
Advogado	Fernanda Rocha Souza

0312-2008-013-10-00-0 - ROPS

Recorrente	Labor Seleção e Treinamento de Pessoal Ltda.
Advogado	Rogério Avelar
Recorrido	Arethuza Rodrigues de Sá
Advogado	Júlio César Borges de Resende
Recorrido	Brasil Telecom S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel

0340-2008-018-10-00-0 - ROPS

Recorrente	Tellus Informática e Telecomunicações
Advogado	Jorge Elias Suaid
Recorrido	Evanildo Alves da Silva
Advogado	Francisca Aires de Lima Leite

0503-2008-011-10-00-0 - ROPS

Recorrente	Caixa Econômica Federal -CEF
Advogado	Maria Eliza Nogueira da Silva
Recorrido	Jacinta Bezerra da Silva e Outros
Advogado	Ubiramar Peixoto de Oliveira
Recorrido	Juliana Bezerra dos Santos de Castro
Recorrido	Leila Regina Sousa Oliveira
Recorrido	Marcus dos Santos

0506-2008-011-10-00-3 - ROPS

Recorrente	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
Advogado	Gabriela Lucas Queiroz Oliveira
Recorrido	Jurandi Barreto de Morais
Advogado	Júlio César Borges de Resende

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator BERTHOLDO SATYRO
Juiz Revisor BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA

0098-2008-007-10-00-0 - RO

Recorrente	Casa Bahia Comercial Ltda. (CASAS BAHIA)
Advogado	Zenaide Hernandez
Recorrente	Marcos Antonio Gomes da Costa
Advogado	Marcone Guimarães Vieira
Recorrido	Os Mesmos

0986-2007-008-10-00-9 - RO

Recorrente	Júlio César de Oliveira Silva
Advogado	Lúcio Cézar da Costa Araújo
Recorrente	UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A.
Advogado	Cristiana Rodrigues Gontijo
Recorrido	Os Mesmos

1359-2007-014-10-00-7 - RO

Recorrente	João de Almeida Santos
Advogado	Ivone Crispim Moura Ogliari
Recorrente	LAJESPLAN - Premoldados Indústria e Comércio Ltda.
Advogado	César Augusto Ribeiro Brito
Recorrido	Os Mesmos

Juiz Relator BERTHOLDO SATYRO
Juiz Revisor DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

0360-2008-007-10-00-7 - RO

Recorrente	Joaquim Camargo Júnior
Advogado	João Pedro Ferraz dos Passos
Recorrido	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO
Advogado	Nilton da Silva Correia

1149-2007-007-10-00-0 - RO

Recorrente	Ana Flávia Araújo da Silveira
Advogado	Jorivalma Muniz de Sousa
Recorrido	Benner Brasília Sistemas Ltda.
Advogado	Eduardo Cavalcante Gauche

Juiz Relator BERTHOLDO SATYRO
Juiz Revisor MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO

0121-2008-019-10-00-7 - RO

Recorrente	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Carlos Alberto de Souza
Recorrente	Marcela Discacciati Brasil Cotta
Advogado	Elizabeth Tostes Peixoto
Recorrido	Os Mesmos

0200-2008-019-10-00-8 - RO

Recorrente	Chaulet & Marengo Ltda. - ME
Advogado	Eduardo de Barros Pereira
Recorrente	Aires Pereira Moura
Advogado	Marcelo Barbosa Coelho
Recorrido	Os Mesmos

0333-2008-021-10-00-0 - RO

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Lília Almeida Sousa
Recorrido	Ana Maria Ferreira do Nascimento dos Santos
Advogado	Hilário Lopes Neto Monteiro
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS

0376-2008-102-10-00-6 - RO

Recorrente	Atual Automóveis Ltda. - EPP
Advogado	Larissa Trindade Costa de Paula
Recorrido	Alex Alves Rodrigues
Advogado	Francisco Fontenele Carvalho

0790-2007-015-10-00-2 - RO

Recorrente	Editora JB S.A.
Advogado	Marco Antônio Cunha
Recorrido	Kelly Oliveira dos Santos
Advogado	Belchior Francisco de Castro
Recorrido	Jornal do Brasil S.A.
Advogado	Víctor Russomano Júnior
Recorrido	Gazeta Mercantil
Advogado	Gilberto Amado da Silva

0938-2007-008-10-00-0 - RO

Recorrente	Carlos Jorge Vilas Boas de Araújo
Advogado	Dalmo Rogério S. de Albuquerque
Recorrido	VARIG S.A. - Viação Aérea Rio-Grandense (em recuperação judicial)
Advogado	Víctor Russomano Júnior

1152-2007-019-10-00-4 - RO

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Leopoldo Gomes Muraro
Recorrido	Alcione Xavier da Silva
Advogado	Jorivalma Muniz de Sousa
Recorrido	Sociplan Engenharia Ltda.
Advogado	Alessandra Mendes da Silva

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator BERTHOLDO SATYRO
Juiz Revisor MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO

8040-2007-016-10-00-5 - AP
Por Dep.ao RO 512-2000-016-10-00-5

Agravante	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Giovanni Simão da Silva
Agravado	Adriana Lima de Oliveira e Outros
Advogado	José Eymard Loguércio
Agravado	Alix Dantas Barbosa
Agravado	Ana Maria Dantas Brixi
Agravado	Antônio José Franco da Silva
Agravado	Antônio Nicilau Ferreira Brandão
Agravado	Dinah Almeida Cavalcante
Agravado	Genebaldo Alves Moura Júnior
Agravado	Geralda Celi Costa Campos
Agravado	Hebert Otto
Agravado	Heloisa Engelsdorff Leitão
Agravado	Isabella Peres da Rocha e Silva Fregonasse
Agravado	Ivone Falcão da Gama Carvalho
Agravado	Jamison Franca Vieira
Agravado	José Rodney Leal Brito
Agravado	João Vagnes de Moura Silva
Agravado	Luis Carlos Cordeiro de Souza
Agravado	Maria Virginia Brasiliense Pantoja
Agravado	Mário Yshiyama
Agravado	Mirian Limeira Mena Barreto
Agravado	Tereza Maria Fernandes Lima

8053-2007-016-10-00-4 - AP
Por Depen.ao RO 512-2000-016-10-00-5

Agravante	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Vicente Paulo da Silva
Agravado	Alex Nunes Japiassu e Outros
Advogado	José Eymard Loguércio
Agravado	Ane Cristina Chan Jorge Mendes
Agravado	Aparecida Fares Marcolino
Agravado	Cláudio José Carmona
Agravado	Eliesio Teixeira Nunes
Agravado	Flavio de Araujo Paredes Júnior
Agravado	Iane Conceição Helbourn Bastos
Agravado	Isabel Cristina Jardelino da Costa
Agravado	Joel Oliveira Boa Sorte
Agravado	Nilson Lameira da Silva
Agravado	Raquel Viana Brandim
Agravado	Sergio Braune Solon de Pontes
Agravado	Teresinha Nunes Gomes

8169-2006-016-10-00-2 - AP
Por Depend.ao RO 512-2000-016-10-00-5

Agravante	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Vicente Paulo da Silva
Agravado	Cisenando Alves Bizerra e Outros
Advogado	José Eymard Loguércio
Agravado	Cláudia de Vasconcelos Andrade
Agravado	Henrique Fontenele Klein
Agravado	Janir Oliveira da Conceicão
Agravado	João Henrique Ribeiro Soares
Agravado	Jorge Luiz Teixeira
Agravado	José Alves de Carvalho
Agravado	José Carlos Costa
Agravado	Luiz Horácio Costa
Agravado	Marcelo Bezerra Goes
Agravado	Maria das Gracas R Carvalho
Agravado	Ramalho Alves de Melo
Agravado	Regina Lúcia Andrade de Paula
Agravado	Roque de Oliveira dos Santos
Agravado	Rosângela Escorcio Lima Costa
Agravado	Ruth Maria Bezerril de Araújo
Agravado	Sara Helena C Marques de Faria
Agravado	Selman Glaucia de Lima Costa
Agravado	Waleska Martins Costa Damasceno
Agravado	Yurico Kodama Correa de Moraes

8171-2006-016-10-00-1 - AP
Por depend.ao RO 512-2000-016-10-00-5

Agravante	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Vicente Paulo da Silva
Agravado	Antônio Vanderlei de Faria e Outros
Advogado	José Eymard Loguércio
Agravado	Célia Regina de Jesus Lima
Agravado	César Negreiros Neto
Agravado	Eduardo Baiocchi de Macedo
Agravado	Elenilson Travassos Formigosa
Agravado	Gilberto Almeida e Silva
Agravado	Giselle Frattini Vieira
Agravado	Ivan Ferraz de Bem
Agravado	Lúcia Maria Mussel Zanutto
Agravado	Lúcia Maria de Morais Veras
Agravado	Luciane Silva Mendes Batista
Agravado	Luiza Helena Branco Greca da Cunha
Agravado	Maria Clareth Arruda Castro
Agravado	Maria José Andrade Costa
Agravado	Maria da Conceicão Alves Bellinello
Agravado	Maria do Socorro a Araújo
Agravado	Mônica de Oliveira Gomes
Agravado	Nilo Guimaraes Barbosa
Agravado	Ozeas Antônio Rodrigues
Agravado	Renato de Oliveira Matos

8172-2006-016-10-00-6 - AP
Por Depend.ao RO 512/2000/016/10/00/5

Agravante	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Giovanni Simão da Silva
Agravado	Ana Maria Marinho Franca e Outros
Advogado	José Eymard Loguércio
Agravado	Andrea Fukie Kurihara
Agravado	Attila Jose Labre Filho
Agravado	Dione Mary Nobre de Souza
Agravado	Elmar da Silva
Agravado	Ermar Ribeiro Rocha
Agravado	Herivelton Araújo Guerra
Agravado	José Geraldo Cardoso dos Santos
Agravado	Josmar Gomes de Oliveira
Agravado	José Evaldir Ditzel
Agravado	Jucival Ferreira Cavalcante
Agravado	Maria Gorete Batista Miranda
Agravado	Maria Margarete Lopes Leite
Agravado	Marinete Cardoso Barbosa
Agravado	Selma Fatima Oliveira da Silva
Agravado	Sônia Maria Rodovalho Amaral
Agravado	Sônia Oliveira de Paula
Agravado	Valter Mariano
Agravado	Vicente Finageiv Filho
Agravado	Volney Custodio Araújo

8176-2006-016-10-00-4 - AP
Por Depend.ao RO 512-2000-016-10-00-5

Agravante	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Giovanni Simão da Silva
Agravado	Ana Maura Santos dos Reis e Outros
Advogado	José Eymard Loguércio
Agravado	Artemisa Miranda da Silva
Agravado	Antônia Nagilza Chaves Dias
Agravado	Benedito dos Santos Costa
Agravado	Carlos Eurialo da Silva Albuquerque
Agravado	Carmen Santos de Vasconcelos Barreto
Agravado	Cristiane Braga Pereira
Agravado	Dinaldo Antônio Piedade de Faria
Agravado	Francisco Marcio Fontes Amaro
Agravado	Geraldo Jesus Araújo Teixeira
Agravado	Hudson Vieira de Souza
Agravado	Jacy Afonso de Melo
Agravado	Jamir de Sousa Lima
Agravado	João Dias Rosa Filho
Agravado	Luis Clayton Souto Mourão
Agravado	Luiz Carlos Coelho
Agravado	Rosa Maria Neumann
Agravado	Sebastião Cledio de Lacerda
Agravado	Valdinar Lopes de Oliveira
Agravado	Wadson Francisco dos Santos Boaventura

RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

Juiz Relator BERTHOLDO SATYRO

0260-2008-004-10-00-1 - ROPS

Recorrente	Alsar Tecnologia em Redes Ltda.
Advogado	Rogério Avelar
Recorrido	Rosemberk Antônio Costa
Advogado	Emilena Tavares Santos Amorim

0491-2008-019-10-00-4 - ROPS

Recorrente	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
Advogado	Gabriela Lucas Queiroz Oliveira
Recorrido	Eder Carlos Ferreira do Prado
Advogado	Júlio César Borges de Resende

1237-2007-009-10-00-5 - ROPS

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Ticiana Lopes Pontes
Recorrido	João Vianeide Geraldo
Advogado	Filadelfo Paulino da Silva
Recorrido	Servilimpe - Confecções e Serviços Administrativo Ltda.- ME
Advogado	Sylvanna de Jesus Silva Schults

1304-2007-008-10-00-5 - ROPS

Recorrente	Atento Brasil S.A.
Advogado	Adelmo da Silva Emerenciano
Recorrente	Gabriela dos Reis Rocha (Recurso Adesivo)
Advogado	Eduardo Rodrigues Figueiredo
Recorrido	Os Mesmos

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Juiz Revisor BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA

0044-2008-020-10-00-5 - RO

Recorrente	Roberta dos Santos
Advogado	Geraldo Marcone Pereira
Recorrido	Fundação Sistel de Seguridade Social
Advogado	Adelmo da Silva Emerenciano

0115-2008-007-10-00-0 - RO

Recorrente	UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A.
Advogado	Cristiana Rodrigues Gontijo
Recorrido	Carlos Alves Rodrigues
Advogado	Gilberto Cláudio Hoerlle

0162-2008-003-10-00-8 - RO

Recorrente	Distrito Federal
Procurador	Lilia Almeida Sousa
Recorrido	Elina Maria Xavier Cavalcante
Advogado	Henrique Gustavo Ribeiro Jacome
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS

0523-2007-009-10-00-3 - RO

Recorrente	Lourdes Valdete Silva e Outra
Advogado	Eduardo Cavalcante Pinto
Recorrente	Ana Cláudia Salomão da Silva
Recorrente	União (Ministério dos Transportes)
Procurador	Luiz F. C. de Moraes Filho
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Haggat Comunicação Multimídia e Produção Ltda.

0791-2007-012-10-00-8 - RO

Recorrente	Adriano de Lima Rocha
Advogado	José Nilton Leite
Recorrido	TELEMONT - Engenharia de Telecomunicações S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel

1159-2007-006-10-00-0 - RO

Recorrente	Alessandra Fernandes de Castro
Advogado	Renato Manuel Duarte Costa
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS
Recorrido	Distrito Federal
Procurador	Josué Pinheiro de Mendonça

1345-2007-010-10-00-8 - RO

Recorrente	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Maria Eliza Nogueira da Silva
Recorrido	Maria Cristina de Queiroz
Advogado	José Eymard Loguércio

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Juiz Revisor BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA

1752-2002-101-10-00-8 - AP

Agravante	Hospital Geral Nossa Senhora Aparecida Ltda.
Advogado	Mirian Ribeiro Rodrigues de Mello
Agravante	BRB - Banco de Brasília S.A.
Advogado	Régis França Barbosa
Agravado	Os Mesmos
Agravado	Mônica da Conceição Torres
Advogado	João Batista de Almeida

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Juiz Revisor BERTHOLDO SATYRO

0128-2008-014-10-00-7 - RO

Recorrente	Leila Lira de Araújo
Advogado	Israel Mendonça Souza
Recorrido	Vestcon Editora Ltda.
Advogado	Eurípedes de Araújo Mendes Júnior

0167-2007-019-10-00-5 - RO

Recorrente	Francis Lurdes Guimarães do Prado
Advogado	Wellington de Queiroz
Recorrente	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Eric Sarmanho de Albuquerque
Recorrido	Os Mesmos

0354-2008-020-10-00-0 - RO

Recorrente	Alcides Brito dos Santos
Advogado	Francisca Aires de Lima Leite
Recorrido	QUALIX - Serviços Ambientais Ltda.
Advogado	Almir Hoffmann de Lara Júnior

0802-2007-004-10-00-5 - RO

Recorrente	Rosália Maria de Faria
Advogado	Cleide Alves Guimarães
Recorrido	Vitrus Consultoria de Mercados Ltda.
Advogado	Jackson de Domenico

Juiz Relator DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Juiz Revisor MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO

0078-2008-013-10-00-1 - RO

Recorrente	Luciane Danielle Silva Rodrigues Novak
Advogado	Américo Paes da Silva
Recorrido	DHL - Express (Brazil) Ltda.
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa

0098-2008-012-10-00-6 - RO

Recorrente	Fernando Costa da Silva
Advogado	Euler Rodrigues de Souza
Recorrido	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Maria Eliza Nogueira da Silva

0345-2008-011-10-00-8 - RO

Recorrente	Margarida Benquerer Costa e Outros
Advogado	Luís Carlos B. O. Alcoforado
Recorrente	Francisco Russo Junior
Recorrente	Helio Coutinho Abbott Galvão
Recorrente	José Geraldo Coutinho
Recorrente	Maria Maia de Freitas
Recorrente	Maria de Salete Santos de Carvalho
Recorrente	Rubens Brito
Recorrido	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Maria Eliza Nogueira da Silva
Recorrido	Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF
Advogado	Luiz Antônio Muniz Machado

1310-2007-007-10-00-6 - RO

Recorrente	Rádio e Televisão CV Ltda. - TV Brasília
Advogado	Aquiles Rodrigues de Oliveira
Recorrente	Paulo Tamanaha
Advogado	Nilton da Silva Correia
Recorrido	Os Mesmos

RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

Juiz Relator DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

0124-2008-011-10-00-0 - ROPS

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Ricardo Alexandre de Albuquerque
Recorrido	Isaías Soares dos Santos
Advogado	Jorge Raul Nara Funes
Recorrido	Ágil Serviços Especiais Ltda.
Advogado	Nilton da Silva Correia

0213-2008-011-10-00-6 - ROPS

Recorrente	Régia Maria da Silva Bezerra
Advogado	Júlio César Borges de Resende
Recorrido	Nivanda Maria Mota Carolino
Advogado	Valério Alvarenga Monteiro de Castro

0330-2008-001-10-00-2 - ROPS

Recorrente	Arnóbio Vieira dos Anjos
Advogado	Maximiniano Souza Araújo Neto
Recorrido	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP
Advogado	Angelica Cristina Conceição Dutra

0407-2008-101-10-00-2 - ROPS

Recorrente	Marcelo Souza Pimentel
Advogado	Sérgio Luiz dos Santos
Recorrido	Coral Serviços de Refeições Industriais Ltda.
Advogado	Raquel Corazza

1149-2007-102-10-00-7 - ROPS

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Rogério Santos Muniz
Recorrido	Vilma Bornoldo
Advogado	Wilson Roberto Prezzoto
Recorrido	WRC Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.
Advogado	Paulo César Frenhan

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Juiz Revisor BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA

0301-2008-004-10-00-0 - RO

Recorrente	Edimar Ramos Santos Silva
Advogado	Marthius Sávio Cavalcante Lobato
Recorrido	Centro Educacional de Tecnologia em Administração - CETEAD
Recorrido	Cobra Tecnologia S.A.
Advogado	Víctor Russomano Júnior
Recorrido	Banco do Brasil S.A.
Advogado	Tales Pinheiro Lins Júnior

0352-2008-013-10-00-2 - RO

Recorrente	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Gustavo Pereira Mendes
Recorrente	Ângela Lima Gonçalves
Advogado	José Maria de Souza Andrade
Recorrido	Os Mesmos

0475-2008-011-10-00-0 - RO

Recorrente	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Maria Eliza Nogueira da Silva
Recorrido	Maria de Fátima Guerra Amaral
Advogado	Ulisses Riedel de Resende

1242-2007-001-10-00-7 - RO

Recorrente	Maria Lúcia Cavalcante Dejavite
Advogado	Adnan El Kadri
Recorrente	Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF
Advogado	Luiz Antônio Muniz Machado
Recorrente	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Gustavo Pereira Mendes
Recorrido	Os Mesmos

1261-2007-020-10-00-1 - RO

Recorrente	Marcos Antônio Silva Maciel
Advogado	Magda Ferreira de Souza
Recorrido	Vivo S.A.
Advogado	José Alberto Couto Maciel

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Juiz Revisor BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA

8158-2005-009-10-00-3 - AP

Agravante	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Jackson Urquiza da Costa e Silva
Agravado	Estrela Conservadora Ltda.
Agravado	Edmilson Gomes de Macedo

8325-2005-003-10-85-0 - AP
Novo Julgamento

Agravante	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Fábio Almeida Lima
Agravado	Maria Naire Palhano Pinto ME.

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Juiz Revisor BERTHOLDO SATYRO

0029-2008-019-10-00-7 - RO

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Eduardo Cordeiro Rocha
Recorrido	Leandro Oliveira de Medeiros
Advogado	Maria Regina Ghisleni Zardin
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS

0090-2008-014-10-00-2 - RO

Recorrente	Sâmara Arbex
Advogado	José Eymard Loguércio
Recorrido	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Gustavo Pereira Mendes
Recorrido	Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF
Advogado	Luiz Antônio Muniz Machado

0215-2008-010-10-00-9 - RO

Recorrente	GP Lanchonete Ltda. - ME
Advogado	Viviane Pimentel Veloso
Recorrido	Adevone Benedito da Silva
Advogado	Neusa Maria de Oliveira Araújo

0547-2007-015-10-00-4 - RO

Recorrente	Cláudia Moreno Cardoso
Advogado	Claudismar Zupiroli
Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Lucas Aires Bento Graf
Recorrido	Os Mesmos
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS

0794-2003-101-10-00-2 - RO

Recorrente	Brasiliense Futebol Clube S/C. Ltda.
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa
Recorrido	Edmilson da Silva
Advogado	Alexandre Souza Rezende

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Juiz Relator MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Juiz Revisor BERTHOLDO SATYRO

1347-2007-010-10-01-0 - AIRO

Agravante	Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Distrito Federal - SESI/DR/DF
Advogado	Clélia Scafuto
Agravado	Clarice Alves Martins
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva

AGRAVO DE PETIÇÃO

Juiz Relator MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Juiz Revisor BERTHOLDO SATYRO

8202-2005-009-10-00-5 - AP

Agravante	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Hilyn Hueb
Agravado	Graham Bell Alarme Ltda.

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Juiz Revisor DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

0296-2008-101-10-00-4 - RO

Recorrente	Donizeti Francisco Alves
Advogado	Marcelo Américo Martins da Silva
Recorrido	Banco Bradesco S.A.
Advogado	Juarez Martins Ferreira Netto

0866-2007-014-10-00-3 - RO

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Ricardo Alexandre de Albuquerque
Recorrido	Érica Dias de Paula
Advogado	Adriano Rodrigues Pereira
Recorrido	Sarah Previdência - Fundo de Pensão dos Empregados da Associação das Pioneiras Sociais
Advogado	José Alberto Couto Maciel

1031-2007-101-10-00-2 - RO

Recorrente	Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Distrito Federal - SESI/DR/DF
Advogado	Clélia Scafuto
Recorrido	Cícero Sérgio Amaro Lima
Advogado	Lúcia Divina Barreira Bessa Martins

1066-2007-020-10-00-1 - RO

Recorrente	Distrito Federal
Advogado	Luís Augusto Scandiuzzi
Recorrido	Marcy Marques de Oliveira
Advogado	João Cândido da Silva
Recorrido	Instituto Candango de Solidariedade - ICS

1164-2007-019-10-00-9 - RO

Recorrente	Fundação Universidade de Brasília - FUB/UnB
Advogado	Flávia Ayres de Morais e Silva
Recorrido	Veríssimo Vogado Dias
Advogado	Pedro Martins Filho
Recorrido	Milênio Engenharia Ltda.

RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

Juiz Relator MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO

0198-2008-014-10-00-5 - ROPS

Recorrente	Vera Marleide Loureiro dos Anjos
Advogado	Rinaldo Tadeu Piedade de Faria
Recorrido	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Maria Eliza Nogueira da Silva

0458-2008-009-10-00-7 - ROPS

Recorrente	Josefa Pereira da Silva Macedo
Advogado	Paulo Renan Pereira Lopes
Recorrido	Rafan Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogado	Marcelo Luiz Ávila de Bessa

1305-2007-001-10-00-5 - ROPS

Recorrente	União (Fazenda Nacional)
Procurador	Ticiana Lopes Pontes
Recorrido	Anaildes de Souza
Advogado	Déborah Rodrigues Affonso
Recorrido	Maria Aparecida Barbosa
Advogado	Antônio Vale Leite

1340-2007-017-10-00-0 - ROPS

Recorrente	Omar Ferreira Castro - ME
Advogado	Sueli Ferreira Nunes
Recorrido	Eliane Lustosa da Cruz Santos
Advogado	Israel Mendonça Souza

Redistribuição de Relator

RECURSO ORDINÁRIO

Juiz Relator BERTHOLDO SATYRO
Juiz Revisor DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

0747-2007-017-10-00-0 - RO
Redistribuição

Recorrente	Partido Progressista - PP
Advogado	Jackson de Domenico
Recorrido	Maria Nilza da Silva Pereira
Advogado	Raul Freitas Pires de Sabóia

PRIMEIRA SEÇÃO ESPECIALIZADA

AÇÃO RESCISÓRIA

Juiz Relator ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA
Juiz Revisor JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO
Conv. em subs. ao(a) Exmo(a). Juiz(a) ELAINE MACHADO VASCONCELOS

0275-2008-000-10-00-4 - AR

Autor	Maria José Garces dos Reis
Advogado	João Américo Pinheiro Martins
Réu	Associação dos Moradores da Granja do Torto - AMGRATO e Outra
Réu	BELACAP - Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana de Brasília

Juiz Relator MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO
Juiz Revisor ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

0284-2008-000-10-00-5 - AR

Autor	Enéas Camargo Neves
Advogado	Danielle A. Ferreira
Réu	Companhia Imobiliária de Brasília Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal

Juiz Relator RICARDO ALENCAR MACHADO
Juiz Revisor MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO

0282-2008-000-10-00-6 - AR

Autor	Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado	Elizabeth Pereira de Oliveira E OUTROS
Réu	Angelita Machado Figueiredo e Outros
Réu	Doralina Galvão da Silva
Réu	Ivo de Meira Lima
Réu	Lea Rodrigues da Cruz
Réu	Carlos Magno Lopes da Silva
Réu	Fernando da Rocha Reis
Réu	José Sampaio da Silva
Réu	Lucíola Romeiro Mendes
Réu	Manoel Rodrigues Camelo
Réu	Alcione Luz de Souza

Do que, para constar eu, Orlando Batista Filho,_____ Diretor do Serviço de Cadastramento e Distribuição Processual do Tribunal, lavrei esta Ata que é assinada pelo Juiz Presidente.
Brasília, 02 de junho de 2008.

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON
Juiz Presidente

JUÍZO CONCILIATÓRIO

DESPACHOS

PROCESSO:	**00356-2001-002-10-00-0 (0001)**
RECLAMANTE	MARCOS GOMES ALVES
ADVOGADO:	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA
RECLAMADO	TV OMEGA LTDA
ADVOGADO:	FABIO SILVA FERRAZ DOS PASSOS

DESP. DE FL.496:"Vistos os autos. O documento 1 de folha 488 comprova o pagamento do Imposto de Renda pela TV Ômega, contudo o DARF, erroneamente preenchido, indica como contribuinte do tributo recolhido a executada e não o exeqüente. Fato que provavelmente, gerará futuros problemas para o exeqüente junto à receita federal. Intime-se a executada para no prazo de quinze dias retificar junto à receita federal ser o exeqüente Marcos Gomes Alves, CPF nº 248.945.241-04, o contribuinte do Imposto de Renda retido no valor de R$ 4.778,85. A executada deverá comprovar perante este Juízo o cumprimento da determinação acima. Publique-se. Brasília, 08 de julho de 2008." Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

PROCESSO: **00009-1990-003-10-00-0 (0002)**
RECLAMANTE ROBERTO SOARES ANTUNES
ADVOGADO: ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECLAMADO Distrito Federal (extinta FEDF)
ADVOGADO: SERGIO EDUARDO FERREIRA DE LIMA

DESPACHO À FL.24/25:"O DISTRITO FEDERAL, peticionou às fls. 18/19, requerendo o sobrestamento do processo e vista dos autos fora da Secretaria, aduzindo que não se concedeu prazo suficiente para se cumprir todos os trâmites administrativos necessários à emissão de parecer conclusivo sobre a regularidade do pagamento requisitado . Deferiu-se o pedido, concedendo vistas dos autos ao executado pelo prazo de 30 dias. Insatisfeito, o DISTRITO FEDERAL apresenta nova petição às fls. 22/23, ponderando que a Lei Distrital nº 3.624/05 estabelece prazo de 90 dias para a Fazenda Pública cumprir todas as providências administrativas e efetuar o pagamento das obrigações de pequeno valor. Destaca, inclusive, que não foi remetido o ofício requisitório para que se possa regularmente dar início ao processo de pagamento. Com esses argumentos, pede a observância da Lei nº 3624/05-DF, e a expedição do ofício requisitório.Decido.Esclareça-se, primeiramente, que somente se expede ofício requisitório quando se pretende requisitar valores para o pagamento de obrigações do ente público devedor. Ocorre que o DISTRITO FEDERAL firmou Convênio com o Tribunal para o pagamento de obrigações de pequeno valor com o repasse mensal mínimo de 1 milhão e 500 mil reais. Logo, enquanto vigorar o Convênio com o repasse de recursos financeiros, afigura-se descabido expedir ofício contra o Distrito Federal com a finalidade de requisitar numerário para o pagamento de obrigações de pequeno valor.Aliás, no citado Convênio, o executado expressamente autoriza o pagamento das obrigações de pequeno valor, após ciência dos valores calculados. Eis o teor da cláusula:Cláusula 5.1.2 Fica autorizado o pagamento das obrigações definida em lei distrital como de pequeno valor, independentemente de conciliação, após ciência do CONVENENTE quanto aos valores calculados. Para o cumprimento desta cláusula, concedeu-se ao executado 30 dias, prazo, no meu entendimento, mais que suficiente para ciência e análise da conta.Obviamente que essa sistemática para pagamento de obrigações de pequeno valor prevista no Convênio poderá ser alterada pelo executado caso não lhe seja conveniente. Basta suscitar a modificação, conforme lhe faculta a cláusula 6.1 do Convênio. Mas enquanto não houver a alteração , a sistemática convencionada deve ser respeitada.Ressalte-se, por fim, que a Lei Distrital nº 3624/05 estabelece prazo de 90 dias nas hipóteses em que se requisita valores para o pagamento das obrigações de pequeno valor, o que não é caso dos autos, em que ocorre a simples comunicação da existência do débito para análise da conta. Com esses argumentos, mantenho o prazo de 30 dias concedido no despacho de fl. 20 e indefiro o pedido de expedição de ofício requisitório . Publique-se. Brasília-DF, 8 de julho de 2008.MARCOS ALBERTO DOS REISJuiz do Trabalho Substituto."

PROCESSO: **00592-1991-003-10-00-0 (0003) PREC 83/08**
RECLAMANTE MONICA PIRES MENDES CARNEIRO
ADVOGADO: NILTON CORREIA
RECLAMADO UNIÃO FEDERAL
ADVOGADO: RAIMUNDO DA CUNHA ABREU

DESP. DE FL.1041:"Regular o oficio precatório apresentado e transitada em julgado a decisão homologatória dos cálculos de liquidação do débito existente contra a Fazenda Publica Federal, prossiga-se a execução.Providencie-se, o Departamento de Precatórios, na época própria, a atualização do valor devido com vistas a adoção dos atos administrativos pertinentes a sua inclusão na proposta orçamentaria do ente público devedor para o exercício de 2009, observando-se rigorosamente a ordem cronológica de apresentação, a teor do art. 100, § 1º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 30 de 2000. Intime-se a executada para ciência,por mandado.Publique-se.Brasília, 23 de junho de 2008.MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON - Juiz-Presidente do TRT/10ª Região."

PROCESSO: **00077-2000-003-10-00-2 (0004)**
RECLAMANTE IZABEL PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO: MARIA DE LOURDES M. OLIVEIRA
RECLAMADO TV OMEGA LTDA
ADVOGADO: FABIO SILVA FERRAZ DOS PASSOS

DESP. DE FL.410:"Vistos os autos. A exeqüente foi pessoalmente intimada para comparecer à Secretaria de Apoio ao Juízo Conciliatório a fim de receber a Declaração de Imposto de renda retido, tendo quedado-se inerte, fls. 400 e 401. Proceda-se à juntada da Declaração que se encontra à contra-capa dos autos. Declaro extinta a execução nos termos do art. 794, I do CPC, devendo a Secretaria do Juízo Conciliatório providenciar o retorno dos presentes autos à Vara de origem para arquivamento e baixa, observando-se o devido registro por ocasião da devolução ao Juízo de origem. Publique-se. Brasília-DF, 07 de julho de 2008." Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

PROCESSO: **01777-1989-004-10-00-4 (0005)**
RECLAMANTE ANTONIO AUGUSTO DOS SANTOS
ADVOGADO: ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECLAMADO FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO: GISELLE DE BRITO

DESP. DE FL.514:"Vistos os autos. Declaro extinta a execução nos termos do art. 794, I do CPC, devendo a Secretaria do Juízo Conciliatório providenciar o retorno dos presentes autos à Vara de origem para arquivamento e baixa, observando-se o devido registro por ocasião da devolução ao Juízo de origem. Publique-se. Brasília-DF, 08 de julho de 2008." Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

PROCESSO: **00248-2004-005-10-00-0 (0006)**
RECLAMANTE JEFFERSON DE MORAES IVANICSKA
ADVOGADO: CLAUDISMAR ZUPIROLI
RECLAMADO TV OMEGA LTDA (REDE TV)
ADVOGADO: RENATA SILVA PIRES

DESP. DE FL.131:"Vistos os autos. Proceda-se à juntada da Declaração nº 126/2008 que se encontra à contra-capa dos autos. Concedo à Procuradoria-Geral Federal o prazo de 10(dez) dias para manifestar-se acerca dos recolhimentos fiscais e previdenciários oriundos do processo, ante os termos do art. 832, § 4º, da CLT, combinado com oart. 16, § 3º, inciso II, da Lei nº11.457/2007 e art. 1º da Portaria de delegação da PGFN nº433, de 25 de abril de 2007. Intime-se a PGF por mandado, remetendo os autos para vista, conforme determina o art. 832, §4º, da CLT c/c o art. 20 da Lei nº11.033/2004. Decorrido o prazo sem manifestação, declaro extinta a execução nos termos do art. 794, I do CPC, devendo a Secretaria do Juízo Conciliatório providenciar o retorno dos autos à Vara de origem para arquivamento e baixa, observando-se os devidos registros por ocasião da devolução dos presentes autos ao Juízo de origem. Publique-se. Brasília, 08 de julho de 2008." Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

PROCESSO: **02174-1990-006-10-00-6 (0007) PREC 59/08**
RECLAMANTE Maria Cristina de Abreu
ADVOGADO: NILTON DA SILVA CORREIA
RECLAMADO União

DESP. DE FL.227:"Regular o oficio precatório apresentado e transitada em julgado a decisão homologatória dos cálculos de liquidação do débito existente contra a Fazenda Publica Federal, prossiga-se a execução. Providencie-se, o Departamento de Precatórios, na época própria, a atualização do valor devido com vistas a adoção dos atos administrativos pertinentes a sua inclusão na proposta orçamentaria do ente público devedor para o exercício de 2009, observando-se rigorosamente a ordem cronológica de apresentação, a teor do art. 100, § 1º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 30 de 2000.Intime-se a executada para ciência, por mandado.Publique-se.Após, remetam-se cópia do presente despacho, bem como do mandado ao juízo da execução para juntada aos autos principais.Brasília,23 de junho de 2008.MÁRIO MACEDO FERNANDES CARONJuiz-Presidente do TRT/10ª Região."

PROCESSO: **01210-1989-010-10-00-0 (0008) PREC 81/08**
RECLAMANTE RONALDO TEIXEIRA AMARAL
ADVOGADO: GILENO CUNHA DA SILVA
RECLAMADO União Federal
ADVOGADO: SAÁDIA COELHO DO NASCIMENTO

DESP. DE FL.1132:"Regular o ofício precatório apresentado e transitada em julgado a decisão homologatória dos cálculos de liquidação do débito existente contra a Fazenda Pública Federal, prossiga-se a execução. Providencie-se, o Departamento de Precatórios, na época própria, a atualização do valor devido com vistas a adoção dos atos administrativos pertinentes a sua inclusão na proposta orçamentária do ente público devedor para o exercício de 2009, observando-se rigorosamente a ordem cronológica de apresentação, a teor do art. 100, § 1º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº30 de 2000. Intime-se a executada para ciência, por mandado. Publique-se. Brasília, 23 de junho de 2008. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON - Juiz Presidente do TRT/10ª Região."

PROCESSO: **00359-1992-010-10-00-7 (0009) PREC 75/08**
RECLAMANTE ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES
ADVOGADO: ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECLAMADO UNIAO FEDERAL

DESP. DE FL.622:"Regular o oficio precatório apresentado e transitada em julgado a decisão homologatória dos cálculos de liquidação do débito existente contra a Fazenda Publica Federal, prossiga-se a execução.Providencie-se, o Departamento de Precatórios, na época própria, a atualização do valor devido com vistas a adoção dos atos administrativos pertinentes a sua inclusão na proposta orçamentaria do ente público devedor para o exercício de 2009, observando-se rigorosamente a ordem cronológica de apresentação, a teor do art. 100, § 1º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 30 de 2000. Intime-se a executada para ciência, por mandado.Publique-se.Brasília,23 de junho de 2008.MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON - Juiz-Presidente do TRT/10ª Região."

PROCESSO: **00836-2006-018-10-00-1 (0010)**
RECLAMANTE EDINALDO ALVES PONTES
ADVOGADO: MARIA LINDINALVA DE SOUZA
RECLAMADO SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA
ADVOGADO: GELVA CAROLINA PIATTI DE OLIVEIRA

DESP. DE FL.279:"1.Vistos os autos. 2.Tendo o reclamente recebido o seu crédito e comprovado o recolhimento das custas finais de execução e não havendo outras parcelas a quitar, declaro por sentença, extinta a execução nos termos do art. 794, I do CPC. 3.Após a publicação da presente decisão e decorrido o prazo recursal, determino o retorno dos autos à Vara de origem para o devido arquivamento e baixa na distribuição. Observe esta Secretaria os registros de devolução. 4.Publique-se. Brasília-DF, 07 de julho de 2008." Juiz do Trabalho MARCOS ALBERTO DOS REIS

ÍNDICE

Advogado: CLAUDISMAR ZUPIROLI **12250/DF** (0006)
Advogado: FABIO SILVA FERRAZ DOS PASSOS **21897/DF** (0001) (0004)
Advogado: GELVA CAROLINA PIATTI DE OLIVEIRA **23955/DF** (0010)
Advogado: GILENO CUNHA DA SILVA **5464/DF** (0008)
Advogado: GISELLE DE BRITO **7868L01/DF** (0005)
Advogado: JONAS DUARTE JOSE DA SILVA **6083/DF** (0001)
Advogado: MARIA DE LOURDES M. OLIVEIRA **4429/DF** (0004)
Advogado: MARIA LINDINALVA DE SOUZA **22536/DF** (0010)
Advogado: NILTON CORREIA **1291/DF** (0003)
Advogado: NILTON DA SILVA CORREIA **01291/T/DF** (0007)
Advogado: RAIMUNDO DA CUNHA ABREU **5040/DF** (0003)
Advogado: RENATA SILVA PIRES **15895/DF** (0006)
Advogado: SAÁDIA COELHO DO NASCIMENTO **3909/DF** (0008)
Advogado: SERGIO EDUARDO FERREIRA DE LIMA **13054/DF** (0002)
Advogado: ULISSES RIEDEL DE RESENDE **968/DF** (0002) (0005) (0009)

VARAS DO TRABALHO DE BRASÍLIA

1ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

DESPACHOS

PROCESSO: **00660-1997-001-10-00-4 (0001)**
RECLAMANTE Eliseu Luiz de Carvalho
ADVOGADO: GERALDO MARCONE PEREIRA
RECLAMADO Brasil Telecom S/A
ADVOGADO: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL

DESPACHO Fl. 756. "Homologo o acordo firmado entre as partes às fls.753/755 para que surta seus efeitos legais e jurídicos. Custas processuais remanescente no importe de R$ 1.329,93, pela reclamada, já deduzidos os valores pagos às fls. 638 dos autos.A reclamada deverá comprovar nos autos o recolhimento das contribuições previdenciárias e o IRPF incidentes sobre o acordo, no prazo de 30 dias do vencimento da última parcela. Oficie-se ao Juízo Relator do AI informando sobre a homologação deste acordo para as providências cabíveis. O depósito recursal à fl. 739 deverá ser liberado após comprovados os todos pagamentos. Intime-se o INSS dos termos do acordo. Em 11/07/2008."

PROCESSO: **00018-2002-001-10-00-3 (0002)**
RECLAMANTE RISALDO LUTERO COSTA SILVA
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
RECLAMADO SETA PROJETOS INSTALACOES E COMERCIO LTDA
ADVOGADO: VITOR HUGO ZAIDEM MALUF
RECLAMADO Rafael Tobias Cardozo
RECLAMADO Helena Ribeiro Cardozo

DESPACHO Fl. 254. "Indefiro o requerimento. Em 10/07/2008."

PROCESSO: **01198-2003-001-10-00-1 (0003)**
RECLAMANTE ANTONIO CARLOS FERRAZ
ADVOGADO: ANDRE JORGE ROCHA DE ALMEIDA
RECLAMADO BRASIL TELECOM SA TELEBRASILIA BRASIL TELECOM
ADVOGADO: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL

DESPACHO Fl. 191. "Defiro a vista dos autos pelo prazo de cinco dias. Ante a notícia de acordo à fl. 278 do AI, apresentem as partes petição conjunta com assinatura dos dois procuradores. Em 10/07/2008."

PROCESSO: **00983-2004-001-10-00-8 (0004)**
RECLAMANTE MARIA JOSE PONTES DE SOUZA MELO
ADVOGADO: JOCELIA BORGES GALVAO VALADARES
RECLAMADO CONSERVADORA MUNDIAL
ADVOGADO: ANTONIO MARQUES DE ANDRADE

DESPACHO Fl. 100. "Informo a exeqüente a existência de reserva de créditos da presente execução nos autos do processo nº 834-2004-001-10-00-9. Aguarde-se o repasse do valor reservado. Em 10/07/2008."

PROCESSO: **00391-2006-001-10-00-8 (0005)**
RECLAMANTE Solange Malosti Khoury
ADVOGADO: FRANCISCO RODRIGUES PRETO JUNIOR
RECLAMADO General Motors do Brasil Ltda.
ADVOGADO: LUZIA DE ANDRADE COSTA FREITAS

DESPACHO Fl. 406. "Intime-se a reclamada para receber o alvará nº 245/08 e as guias às fls. 391 e 407 no prazo de cinco dias. Em 10/07/2008."

PROCESSO: **00845-2006-001-10-00-0 (0006)**
RECLAMANTE TANIA CRISTINA DA SILVA CRUZ
ADVOGADO: PAULO RENAN PEREIRA LOPES
RECLAMADO Fortium Editora e Treinamento Ltda. (sucessora de Sociedade Educacional Brasilia Ltda. - SOEDUC - FAC-GAMA)
ADVOGADO: DAISON CARVALHO FLORES
RECLAMADO COOPSEM - COOPERATIVA DE SERVICOS TECNICOS EMPRESARIAIS
ADVOGADO: NIXON FERNANDO RODRIGUES
RECLAMADO UNEDUC - COOPERATIVA DA UNIAO DE EDUCADORES DO DF
ADVOGADO: MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA

DESPACHO Fl. 713. "Requisite-se o mandado. Homologo o acordo firmado entre as partes, às fls. 711/712, para que surta seus efeitos legais e jurídicos. Custas processuais pela reclamante dispensadas. A reclamada deverá comprovar nos autos o recolhimento das contribuições previdenciárias e do imposto de renda nos termos da planilha à fl. 675 no prazo de 30 dias do vencimento da última parcela. Intime-se o INSS desta homologação. Ato contínuo, expeça-se alvará para liberar os depósitos recursais às fls. 585/664 à exeqüente, intimando-a para recebê-lo em cinco. Em 03/07/2008."

PROCESSO: **00049-2007-001-10-00-9 (0007)**
RECLAMANTE Ricardo Costa Figueiredo
ADVOGADO: ODILON GUIMARAES PIRES
RECLAMADO Novadata Sistemas e Computadores S/A
ADVOGADO: AQUILES RODRIGUES DE OLIVEIRA

DESPACHO Fl. 306. "Vista ao exeqüente do bem ofertados à penhora no prazo de cinco dias. Em 09/07/2008."

PROCESSO: **09165-2007-001-10-00-3 (0008)**
RECLAMANTE Moseli Carolina de Oliveira (1ª VT de Goiânia - GO)
RECLAMADO CONVIBRAS CONSERVAÇÃO DE BRASÍLIA LTDA.
ADVOGADO: POLYANNA FERREIRA SILVA

DESPACHO Fl. 78. "Ante a certidão supra, julgo subsistente a penhora de fl. 28. Concedo ao exeqüente as benesses da justiça gratuita. Designo praça para o dia 13/08/2008, às 14:04 horas. Em não havendo licitante, adjudicação, remição ou lanço superior ao valor da avaliação (art. 686, VI/CPC), fica desde já designado leilão para o dia 28/08/2008, às 15:00 horas, confiado ao leiloeiro público oficial, Sr. JORGE FRANCISCO, ora nomeado, ficando outorgado a promover a remoção dos bens, se for o caso (art.888, § 3º da CLT). As despesas e comissionamento, desde a nomeação do leiloeiro, serão acrescidas no valor da execução, obedecendo o disposto no art. 173, incisos I e II e parágrafos 1º a 6º, do Provimento Geral Consolidado deste Regional. Publique-se o edital. Intime-se o leiloeiro. Intimem-se os executados, por mandado. Intime-se o credor hipotecário (Banco do Brasil S/A). Oficie-se ao Juízo Deprecante para ciência da exeqüente. Em 19/06/2008."

PROCESSO: **00350-2008-001-10-00-3 (0009)**
RECLAMANTE Juraci Paulo dos Santos
ADVOGADO: RAIMUNDO SOARES MOTA
RECLAMADO Churrascaria Restaurante e Bar Pampa Ltda.
ADVOGADO: JOAO EMILIO FALCAO COSTA NETO

DESPACHO Fl. 104. "Vista ao reclamante para, querendo, contra-arrazoar o Recurso Ordinário interposto no prazo de 8 dias. Em 10/07/2008."

PROCESSO: **00428-2008-001-10-00-0 (0010)**
RECLAMANTE Luis Carvalho Sales
ADVOGADO: FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE
RECLAMADO Fiança Serviços Gerais Ltda.
ADVOGADO: CARLITA ROCHA BRITO

DESPACHO Fl. 27. "Vista às partes do recurso interposto pela União, prazo sucessivo de 8 dias, a começar pela reclamada. Em 10/07/2008."

PROCESSO: **00473-2008-001-10-00-4 (0011)**
RECLAMANTE Nilton Sergio Borges dos Santos
ADVOGADO: UBIRATAN BATISTA PEDROSO
RECLAMADO Enova Construções Ltda.
ADVOGADO: VIDAL MARTINEZ FERNANDEZ
RECLAMADO Brasil Telecom
ADVOGADO: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL

DESPACHO Fl. 54. "Vista às reclamadas para querendo, contra-arrazoarem o Recurso Ordinário interposto no prazo sucessivo de 8 dias, a começar pela primeira reclamada. Em 10/07/2008."

PROCESSO: **00529-2008-001-10-00-0 (0012)**
RECLAMANTE Marco Antonio Sobbe Candiota
ADVOGADO: MAGDA FERREIRA DE SOUZA
RECLAMADO Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
ADVOGADO: ALCIMIRA APARECIDA DOS REIS GOMES

SENTENÇA: "CONCLUSÃO - Ex positis, julgo IMPROCEDENTES os pedidos desta demanda, na forma da fundamentação, que passa a fazer parte deste dispositivo. Custas processuais pelas reclamadas, no importe de R$ 400,00, calculadas sobre R$ 20.000,00, valor da causa, dispensadas, em face da gratuidade de justiça ora concedida. Brasília/DF, 09 de julho de 2008." Descisão de fls. 179/184.

PROCESSO: **00702-2008-001-10-00-0 (0013)**
RECLAMANTE Moacir Costa de Almeida
ADVOGADO: CLAUDIO BARBOSA DE MORAES
RECLAMADO FTB - Faculdades Integradas da Terra de Brasília

DESPACHO Fl. 35. "De ordem do Juiz Titular, incluo ofeito na pauta de AUDIÊNCIA INAUGURAL do dia 06/08/2008, às 14:05 horas, sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT. Intime-se o reclamante. Notifique-se a reclamada. Em 11/07/2008."

PROCESSO: **00703-2008-001-10-00-5 (0014)**
RECLAMANTE Irani Fereira da Costa
ADVOGADO: ALISSON DE SOUZA E SILVA
RECLAMADO Pronto Socorro São Camilo SS Ltda-EPP

DESPACHO Fl. 11. "De ordem do Juiz Titular, incluo ofeito na pauta de AUDIÊNCIA INAUGURAL do dia 12/08/2008, às 14:00 horas, sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT. Intime-se a reclamante. Notifique-se o reclamado. Em 11/07/2008."

PROCESSO: **00704-2008-001-10-00-0 (0015)**
RECLAMANTE Fabiana Moura Cardoso de Oliveira
ADVOGADO: LUANDA ALVES DE SOUZA
RECLAMADO Abas Serviços de Meios de Comunicaçoes Ltda. - ME

DESPACHO Fl. 22. "De ordem do Juiz Titular, incluo ofeito na pauta de AUDIÊNCIA INAUGURAL do dia 06/08/2008, às 14:10 horas, sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT. Intime-se a reclamante. Notifique-se a reclamada. Em 11/07/2008."

PROCESSO: **00705-2008-001-10-00-4 (0016)**
RECLAMANTE Nilva Gomes Lopes
ADVOGADO: FRANCIS LURDES GUIMARAES DO PRADO
RECLAMADO Caixa de Previdencia dos Funcionarios do Banco do Brasil - Previ
RECLAMADO Banco do Brasil S.A.

DESPACHO Fl. 230. "De ordem do Juiz Titular, incluo ofeito na pauta de AUDIÊNCIA INAUGURAL do dia 12/08/2008, às 14:05 horas, sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT. Intime-se a reclamante. Notifiquem-se os reclamados. Em 11/07/2008."

PROCESSO: **00706-2008-001-10-00-9 (0017)**
RECLAMANTE Lucilene Vieira de Sousa
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Associação dos Funcionários do Touring DF - ATF

DESPACHO Fl. 82. "De ordem do Juiz Titular, incluo ofeito na pauta de AUDIÊNCIA INAUGURAL do dia 06/08/2008, às 14:15 horas, sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT. Intime-se a reclamante. Notifique-se a reclamada. Em 11/07/2008."

PROCESSO: **00707-2008-001-10-00-3 (0018)**
RECLAMANTE Marlene Ribeiro de Araujo Pimenta
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Centro Educacional José Leite Ltda.

DESPACHO Fl. 90. "De ordem do Juiz Titular, incluo ofeito na pauta de AUDIÊNCIA INAUGURAL do dia 12/08/2008, às 14:10 horas, sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT. Intime-se a reclamante. Notifique-se o reclamado. Em 11/07/2008."

PROCESSO: **00708-2008-001-10-00-8 (0019)**
RECLAMANTE Adriano Machado Facioli
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - SUPERO

DESPACHO Fl. 69. "De ordem do Juiz Titular, incluo ofeito na pauta de AUDIÊNCIA INAUGURAL do dia 06/08/2008, às 14:20 horas, sob as cominações dos artigos 843 e 844 da CLT. Intime-se o reclamante. Notifique-se o reclamado. Em 11/07/2008."

ÍNDICE

Advogado: ALCIMIRA APARECIDA DOS REIS GOMES **13710/O/DF** (0012)
Advogado: ALISSON DE SOUZA E SILVA **22988/O/DF** (0014)
Advogado: ANDRE JORGE ROCHA DE ALMEIDA **16023/DF** (0003)
Advogado: ANTONIO MARQUES DE ANDRADE **6263/DF** (0004)
Advogado: AQUILES RODRIGUES DE OLIVEIRA **1145/DF** (0007)
Advogado: CARLITA ROCHA BRITO **01687/O/DF** (0010)
Advogado: CLAUDIO BARBOSA DE MORAES **12388/O/DF** (0013)
Advogado: DAISON CARVALHO FLORES **10267/DF** (0006)
Advogado: FRANCIS LURDES GUIMARAES DO PRADO **24410/O/DF** (0016)
Advogado: FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE **02300/O/DF** (0010)
Advogado: FRANCISCO RODRIGUES PRETO JUNIOR **12919/DF** (0005)
Advogado: GERALDO MARCONE PEREIRA **14038/DF** (0001)
Advogado: JOAO EMILIO FALCAO COSTA NETO **09593/O/DF** (0009)
Advogado: JOCELIA BORGES GALVAO VALADARES **22340/O/DF** (0004)
Advogado: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL **00513/O/DF** (0003) (0011)
Advogado: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL **513/DF** (0001)
Advogado: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE **08583/O/DF** (0017) (0018) (0019)
Advogado: LUANDA ALVES DE SOUZA **25674/O/DF** (0015)
Advogado: LUZIA DE ANDRADE COSTA FREITAS **16394/DF** (0005)
Advogado: MAGDA FERREIRA DE SOUZA **08364/O/DF** (0012)
Advogado: MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA **12330/DF** (0006)
Advogado: NIXON FERNANDO RODRIGUES **11749/DF** (0006)
Advogado: ODILON GUIMARAES PIRES **8188/DF** (0007)
Advogado: PAULO RENAN PEREIRA LOPES **10299/DF** (0006)
Advogado: POLYANNA FERREIRA SILVA **19273/O/DF** (0008)
Advogado: RAIMUNDO SOARES MOTA **01413/O/DF** (0009)
Advogado: ROBSON FREITAS MELO **1982/DF** (0002)
Advogado: UBIRATAN BATISTA PEDROSO **05350/O/DF** (0011)
Advogado: VIDAL MARTINEZ FERNANDEZ **10091/O/DF** (0011)
Advogado: VITOR HUGO ZAIDEM MALUF **217.811/SP** (0002)

2ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

PROCESSO: **00719-1991-002-10-00-5 (0001)**
RECLAMANTE VICENTE JOAQUIM PEREIRA
ADVOGADO: ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECLAMADO SIT SOCIEDADE DE INSTALACOES TECNICAS S/A
ADVOGADO: GERALDO BERNARDES DA SILVA

Considerando a informação ora prestada pela Seção Judiciária do Maranhão, intime-se o Credor para ciência. Ultimada a medida, sobrestem-se os autos por 120 dias.

PROCESSO: **01336-1992-002-10-00-5 (0002)**
RECLAMANTE JUELITA SOUZA
ADVOGADO: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
RECLAMADO MAXIMILIAN FRANCOIS CIQUEIRA
ADVOGADO: CARMEN SOARES MARTINS JANCOSKI

Diante da anuência expressa do Credor à conta de liquidação, da conta judicial do Banco do Brasil nº 3800107848578 e 3800107848578, proceda as seguintes determinações: a)-a liberação ao exeqüente, mediante Alvará Judicial, do seu crédito líquido, no importe de R$ 861,10 (e nada mais), já atualizados até 30/06/08; b) R$9,25 de INSS Empregado;c)- R$ 13,87 de INSS cota parte Empregador + SAT; d)- R$ 17,41 de Custas Processuais; e)- R$ 4,35 de custas do Art. 789 A IX; f)-e todo o remanescente à disposição deste Juízo, até ulterior deliberação. As guias DARF e GPS deverão ser devolvidas a Secretaria da Vara pelo Gerente bancário, devidamente autenticadas. Com a quitação supra, julgo extinta a execução, com esteio no art.794 "I" do CPC. Ultimadas as medidas supra e decorrido o prazo recursal, libere-se em favor da reclamada, os valores constantes da conta judicial supra mencionada e ARQUIVEM-SE DEFINITIVAMENTE os autos, com a devida baixa.

PROCESSO: **02060-1992-002-10-00-2 (0003)**
RECLAMANTE FRANCISCO TORRES BIZERRA
ADVOGADO: RUBENS SANTORO NETO
RECLAMADO SERVIG SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA
ADVOGADO: HUMBERTO MENDES DOS ANJOS
RECLAMADO José Arthur Nunes Vieira
RECLAMADO Wilson da Costa Ritto
RECLAMADO Aldiney Correa Vieira

Junte-se apenas o espelho que acompanha o expediente encaminhado pela Receita Federal , digitalizando os demais documentos, tendo em vista o Sigilo fiscal que protege tais informações. Considerando que a diligência junto à Receita logrou êxito em localizar bens do executado declarados, intime-se o exeqüente para manifestar-se sobre o expediente encaminhado pela Receita Federal (EM SECRETARIA), oportunidade em que deverá indicar um dos bens passíveis de penhora ou ainda indicar outros meios de prosseguimento da execução, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos por hum ano, nos termos do Provimento Consolidado deste Regional.

PROCESSO: **01174-1995-002-10-00-8 (0004)**
RECLAMANTE LUZIMAR OLIVEIRA DAS NEVES
ADVOGADO: CARMEN SOARES MARTINS JANCOSKI
RECLAMADO EDUARDO JUNQUEIRA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO: GASPAR REIS DA SILVA
RECLAMADO Eduardo Catananti Junqueira
RECLAMADO Maria Helena Panattoni Chaves

Devidamente garantida a execução dos valores previdenciários devidos, intime-se o Sócio reclamado para a oposição de embargos,caso queira, no prazo de 05(cinco) dias.Antes porém, oficie-se ao Banco do Brasil, solicitando a imediata transferência de todos os valores da conta judicial nº 4800109948297, zerando-a, para a conta corrente do Banco do Brasil nº 36923-3 Agência 1507-5 na titularidade do Sr. Adair Lasaro Ferreira CPF nº 350.579.711-15. Portanto, fica prejudicado o pedido do Sócio executado Eduardo Junqueira.

PROCESSO: **00486-2000-002-10-00-2 (0005)**
RECLAMANTE LINDOMAR PATROCINIO FONSECA
ADVOGADO: GENESIO DIAS MIRANDA
RECLAMADO SELO FORTE SERVICOS POSTAIS LTDA
ADVOGADO: EDUARDO DE BARROS PEREIRA

Considerando que todos os esforços restaram efetivados por este Juízo (BACEN DETRAN e RECEITA) para a garantia do Juízo, sem contudo lograr êxito, intime-se a reclamada-credora, para que indique meios de prosseguimento da execução ou requeira o que mais entender por direito, no prazo final de 60(sessenta) dias,sob pena de arquivamento do processo por hum ano e posterior expedição de certidão de dívida trabalhista , resguardada a possibilidade de manifestação das Partes, nos termos 269 e 270 do Provimento Geral Consolidado.

PROCESSO: **00234-2001-002-10-00-4 (0006)**
RECLAMANTE AUREA CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: ALCINO MARCAL ALMEIDA
RECLAMADO MARIA APARECIDA AREIAS V SHIMIDT
ADVOGADO: ALDEMIO OGLIARI
RECLAMADO Maria Aparecida Areias Von Schimidt

Diante da anuência tácita do Credor à conta de liquidação, da conta judicial da CEF nº 04802125-9 , proceda as seguintes determinações:a)-a liberação ao exeqüente, mediante Alvará Judicial,do seu crédito líquido, no importe de R$ 62,65 (e nada mais), já atualizados até 30/06/08; b)- e todo o remanescente à disposição deste Juízo, até ulterior deliberação. Com a quitação supra, julgo extinta a execução, com esteio no art.794 "I" do CPC.Intime-se o INSS para informar o NIT da reclamante para fins de transferência dos valores previdenciários cota parte Empregado. Ultimadas as medidas supra, venham conclusos os autos.

PROCESSO: **00011-2003-002-10-00-9 (0007)**
RECLAMANTE DEUSELANDE NUNES NOGUEIRA
ADVOGADO: MOZART CAMAPUM BARROSO
RECLAMADO AUTO STAR AUTOMOVEIS PECAS E SERVICOS Ltda
RECLAMADO José Edilvon Figueiredo de Souza
RECLAMADO Francisca Edna Figueiredo de Souza

Junte-se apenas o espelho que acompanha o expediente encaminhado pela Receita Federal , digitalizando os demais documentos, tendo em vista o Sigilo fiscal que protege tais informações. Considerando que a diligência junto à Receita não logrou êxito em localizar bens da executada e sócios declarados, intime-se o exeqüente para indicar bens passíveis de penhora ou ainda indicar outros meios de prosseguimento da execução, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos por hum ano, nos termos do Provimento Consolidado deste Regional. Caso haja a inércia do credor e considerando ainda que todos os esforços foram envidados por este Juízo, de ofício, (BACEN, DETRAN e RECEITA) para que fosse liquidado o crédito exeqüendo, sem contudo lograr êxito ARQUIVEM-SE PROVISORIAMENTE os autos por hum ano, resguardada a manifestação das Partes. Transcorrido o prazo "in albis", desarquivem-se os autos e expeça-se Certidão de dívida trabalhista, nos termos do art. 270 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional.

PROCESSO: **00291-2003-002-10-00-5 (0008)**
RECLAMANTE ZILMA ALVES COSTA
ADVOGADO: SEBASTIAO DUQUE NOGUEIRA DA SILVA
RECLAMADO CIBRAS EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA
RECLAMADO Renato Ramos de Medeiros

Junte-se apenas o espelho que acompanha o expediente encaminhado pela Receita Federal , digitalizando os demais documentos, tendo em vista o Sigilo fiscal que protege tais informações. Considerando que a diligência junto à Receita não logrou êxito em localizar bens da executada e sócios declarados, intime-se o exeqüente para indicar bens passíveis de penhora ou ainda indicar outros meios de prosseguimento da execução, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos por hum ano, nos termos do Provimento Consolidado deste Regional. Caso haja a inércia do credor e considerando ainda que todos os esforços foram envidados por este Juízo, de ofício, (BACEN, DETRAN e RECEITA) para que fosse liquidado o crédito exeqüendo, sem contudo lograr êxito ARQUIVEM-SE PROVISORIAMENTE os autos por hum ano, resguardada a manifestação das Partes. Transcorrido o prazo "in albis", desarquivem-se os autos e expeça-se Certidão de dívida trabalhista, nos termos do art. 270 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional.

PROCESSO: **00644-2004-002-10-00-8 (0009)**
RECLAMANTE SERGIO BARCELOS VIEIRA
ADVOGADO: LUISA ISAURA MARTINS
RECLAMADO EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS ECT CENTRO DE OPERACOES BRASILIA
ADVOGADO: NILTON CORREIA

Da manifestação da D. Contadoria, intimem-se as Partes para vista e manifestação,no prazo sucessivo de dez dias,iniciando-se pelo Credor.

PROCESSO: **00974-2004-002-10-00-3 (0010)**
RECLAMANTE JOSE BATISTA DE CAMARGO
ADVOGADO: MARCO AURELIO GONSALVES
RECLAMADO MARCA EMPRESA DE SERVICOS PROFISSIONAIS LTDA
RECLAMADO MARLUCE RODRIGUES CAVALCANTE
RECLAMADO LUIZ PAULO AMORIM MARTINS

Junte-se apenas o espelho que acompanha o expediente encaminhado pela Receita Federal , digitalizando os demais documentos, tendo em vista o Sigilo fiscal que protege tais informações. Considerando que a diligência junto à Receita logrou êxito em localizar bens do executado declarados, intime-se o exeqüente para manifestar-se sobre o expediente encaminhado pela Receita Federal (EM SECRETARIA), oportunidade em que deverá indicar um dos bens passíveis de penhora ou ainda indicar outros meios de prosseguimento da execução, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos por hum ano, nos termos do Provimento Consolidado deste Regional.

PROCESSO: **00975-2004-002-10-00-8 (0011)**
RECLAMANTE MARIA RIBEIRO RODRIGUES
ADVOGADO: ERICA LIMA DE PAIVA MUGLIA
RECLAMADO CAPRI BRONZEAMENTO LTDA ME
ADVOGADO: SHIRLEY MORAIS DE OLIVEIRA FERREIRA
RECLAMADO Leonardo de Albuquerque Cavalcanti
ADVOGADO: SHIRLEY MORAIS DE OLIVEIRA FERREIRA
RECLAMADO Ricardo de Albuquerque Cavalcanti
RECLAMADO Suzana Albuqurque Cavalcanti

Da conta judicial da CEF nº 04801278-0 , proceda as seguintes determinações:a)-a liberação ao exeqüente, mediante Alvará Judicial, do seu crédito líquido, no importe de R$ 2.935,99 (e nada mais), já atualizados até 30/06/08; b)- R$ 245,49 de INSS cota parte Empregado;c)- R$ 501,82 de INSS Empregador +SAT; d)- R$ 138,60 de INSS cota parte de Terceiros; e)- R$ 52,69 de Imposto de Renda. f)- R$ 118,99 de custas processuais; g)- R$ 29,75 de Emolumentos; h)- todo o remanescente à disposição deste Juízo, até ulterior deliberação. As guias DARF e GPS deverão ser devolvidas a Secretaria da Vara pelo Gerente bancário, devidamente autenticadas. Com a quitação supra, julgo extinta a execução, com esteio no art.794 "I" do CPC. Ultimadas as medidas supra e decorrido o prazo recursal, libere-se em favor do Sócio reclamado LEONARDO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI , os valores constantes da conta judicial supra mencionada e ARQUIVEM-SE DEFINITIVAMENTE os autos, com a devida baixa.

PROCESSO: **00678-2005-002-10-00-3 (0012)**
RECLAMANTE Alírio de Oliveira Ramos
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Instituto Rui Barbosa do Brasil Ltda. (Faculdade Michelangelo)
ADVOGADO: PAULO RENAN PEREIRA LOPES

Junte-se à contracapa dos autos a CTPS do autor.Ato contínuo, intime- se a reclamada para proceder às devidas anotações na CTPS do reclamante, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de comunicação a DRT para fins de adoção das medidas cabíveis.

PROCESSO: **00213-2006-002-10-00-3 (0013)**
RECLAMANTE Juracy Oliveira Cruz
ADVOGADO: RAIMUNDO DE OLIVEIRA MAGALHAES
RECLAMADO Companhia Brasileira de Distribuição
ADVOGADO: JULIANA GONCALVES DE SOUZA GUIMARAES

Diante da anuência expressa do Credor à conta de liquidação, da conta judicial do Banco do Brasil nº 4300120313187 , proceda as s eguintes determinações:a)-a liberação ao exeqüente, mediante Alvará Judicial, do seu crédito líquido, no importe de R$ 13.493,14 (e nada mais), já atualizados até 30/06/08; b)- R$ 4.118,43 de Imposto de Renda; c)- e todo o remanescente à disposição deste Juízo, até ulterior deliberação. Com a quitação supra, julgo extinta a execução, com esteio no art.794 "I" do CPC.Ultimadas as medidas supra e decorrido o prazo recursal,venham conclusos os autos para a liberação dos valores previdenciários devidos e ARQUIVEM-SE DEFINITIVAMENTE os autos, com a devida baixa.

PROCESSO: **00368-2006-002-10-00-0 (0014)**
RECLAMANTE Reginaldo José Bonifácio
ADVOGADO: RAPHAEL MESQUITA CARNEIRO
RECLAMADO Pires Serviços Gerais a Banco e Empresas Ltda em Recuperação Judicial (administrador Asdrubal Montenegro Neto)

Desarquivem-se os autos. Intime-se o exeqüente em dez dias, para informar se habilitou o seu crédito junto ao Juízo falimentar, ante a falência da executada.

PROCESSO: **00513-2006-002-10-00-2 (0015)**
RECLAMANTE Adriana Alves Pereira
ADVOGADO: MARIA CRISTINA DA COSTA FONSECA
RECLAMADO VM Comércio de Alimentos Ltda.
RECLAMADO Eduardo Silva Macedo
RECLAMADO Rodrigo Esmeraldo Caixeta
RECLAMADO Vitor Manuel Ribeiro da Cruz Moura
ADVOGADO: LYCURGO LEITE NETO

Junte-se apenas o espelho que acompanha o expediente encaminhado pela Receita Federal , digitalizando os demais documentos, tendo em vista o Sigilo fiscal que protege tais informações. Considerando que a diligência junto à Receita logrou êxito em localizar bens do executado declarados, intime-se o exeqüente para manifestar-se sobre o expediente encaminhado pela Receita Federal (EM SECRETARIA), oportunidade em que deverá indicar um dos bens passíveis de penhora ou ainda indicar outros meios de prosseguimento da execução, no prazo de 30 (trinta) dias,sob pena de arquivamento provisório dos autos por hum ano, nos termos do Provimento Consolidado deste Regional.

PROCESSO: **00982-2006-002-10-00-1 (0016)**
RECLAMANTE Thais Soares Jancoski
ADVOGADO: CARMEN SOARES MARTINS JANCOSKI
RECLAMADO Gaspar Jose Pereira - ME
ADVOGADO: JOSUE APARECIDO DE ARAUJO

À vista do ora certificado pelo Sr. Oficial de Justiça, intime-se o exeqüente para vista e manifestação, oportunidade em que deverá requerer o que entender de direito, no prazo de sessenta dias, sob pena de arquivamento provisório do processo por hum ano e posterior expedição de certidão de dívida trabalhista, resguardada a possibilidade de manifestação das Partes, nos termos dos artigos 269 e 270 do Provimento Geral Consolidado deste Regional.

PROCESSO: **00035-2007-002-10-00-1 (0017)**
RECLAMANTE André Machado Silva
ADVOGADO: ANTONIO DE PADUA ARAUJO
RECLAMADO ARÃO LEMES CAVALCANTE
RECLAMADO Edermínio Merquidiz Araujo
ADVOGADO: GASPAR REIS DA SILVA

Junte-se apenas o espelho que acompanha o expediente encaminhado pela Receita Federal , digitalizando os demais documentos, tendo em vista o Sigilo fiscal que protege tais informações. Considerando que a diligência junto à Receita não logrou êxito em localizar bens da executada e sócios declarados, intime-se o exeqüente para indicar bens passíveis de penhora ou ainda indicar outros meios de prosseguimento da execução, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos por hum ano, nos termos do Provimento Consolidado deste Regional. Caso haja a inércia do credor e considerando ainda que todos os esforços foram envidados por este Juízo, de ofício, (BACEN, DETRAN e RECEITA) para que fosse liquidado o crédito exeqüendo, sem contudo lograr êxito ARQUIVEM-SE PROVISORIAMENTE os autos por hum ano, resguardada a manifestação das Partes. Transcorrido o prazo "in albis", desarquivem-se os autos e expeça-se Certidão de dívida trabalhista, nos termos do art. 270 do Provimento Geral Consolidado deste Egrégio Regional.

PROCESSO: **00102-2007-002-10-00-8 (0018)**
RECLAMANTE Breno de Gouveia Menezes
ADVOGADO: JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
RECLAMADO Lojas Mig Carlos Saraiva Importação e Comércio Ltda.
ADVOGADO: LUCIANO BRASILEIRO DE OLIVEIRA

Diante da anuência tácita do Credor à conta de liquidação, da conta judicial da CEF nº 04804409-7 , proceda as seguintes determinações:a)-a liberação ao exeqüente, mediante Alvará Judicial, do seu crédito líquido, no importe de R$ 1.615,18 (e nada mais), já atualizados até 30/06/08; b)- R$ 90,62 de INSS Empregado; c)- R$ 260,55 de INSS cota parte Empregador +SAT;d)- R$ 68,70 de INSS

Terceiros; e)- e todo o remanescente à disposição deste Juízo, até ulterior deliberação. As guias GPS deverão ser devolvidas a Secretaria da Vara pelo Gerente bancário,devidamente autenticadas.Com a quitação supra, julgo extinta a execução, com esteio no art.794 "I" do CPC. Ultimadas as medidas supra e decorrido o prazo recursal, libere-se em favor da reclamada, os valores constantes da conta judicial supra mencionada e ARQUIVEM- SE DEFINITIVAMENTE os autos, com a devida baixa.

PROCESSO:	**00299-2007-002-10-00-5 (0019)**
RECLAMANTE	Gilberto Baptista de Assumpção
ADVOGADO:	PAULO ROBERTO I DA SILVA
RECLAMADO	Independência Terraplanagem e Participações Ltda.
ADVOGADO:	MARI MERCEDES CASTANHO SILVESTRE

Garantido o Juízo, sem a oposição de embargos, intime-se o exeqüente para querendo, apresentar impugnação à conta de liquidação, no prazo de cinco dias ou requerer o que entender de direito.

PROCESSO:	**00348-2007-002-10-00-0 (0020)**
RECLAMANTE	Carlos Luiz Alves Oliveira
ADVOGADO:	JOSE OLIVEIRA NETO
RECLAMADO	Banco Citibank S.A
ADVOGADO:	CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR

Diante da anuência expressa do Credor à conta de liquidação, da conta judicial da CEF nº 04804455-0 , proceda as seguintes determinações:a)-a liberação ao exeqüente, mediante Alvará Judicial,do seu crédito líquido, no importe de R$ 6.107,75 (e nada mais), já atualizados até 30/06/08; b)- R$ 437,43 de INSS cota parte Empregado; c)- R$ 1.343,76 de INSS Empregador +SAT;d)-R$ 154,37 de INSS cota parte de Terceiros;e)-R$ 1.021,10 de Imposto de Renda; f)R$128,80 de Custas processuais;g)- R$ 37,83 de custas Art. 789 A-IX; h)- e todo o remanescente à disposição deste Juízo, até ulterior deliberação. As guias DARF e GPS deverão ser devolvidas a Secretaria da Vara pelo Gerente bancário, devidamente autenticadas. Com a quitação supra, julgo extinta a execução, com esteio no art.794 "I" do CPC.Ultimadas as medidas supra e decorrido o prazo recursal, libere-se em favor da reclamada, os valores constantes da conta judicial supra mencionada e ARQUIVEM-SE DEFINITIVAMENTE os autos, com a devida baixa.

PROCESSO:	**00570-2007-002-10-00-2 (0021)**
RECLAMANTE	Alex Cardoso de Oliveira
ADVOGADO:	ALDENEI DE SOUZA E SILVA
RECLAMADO	Qualix Serviços Ambientais Ltda.
ADVOGADO:	ALMIR HOFFMANN DE LARA JÚNIOR

Nada a deferir por ora, ao pedido do exeqüente. Garantida a execução pela penhora "on line" via BACEN JUD 2.0 em contas da executada, intime-se o exeqüente para vista e manifestação,no prazo de 05(cinco) dias.

PROCESSO:	**00639-2007-002-10-00-8 (0022)**
RECLAMANTE	Artemiza Teixeira Silva
ADVOGADO:	PATRICIA PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO	Virtual Service Empresa de Serviços Gerais Ltda.

Acoste-se a Carta Precatória nº 0032/08 a contracapa destes autos.Considerando os termos do certificado pelo Sr. Oficial de Justiça do MM. Juízo deprecado, intime-se o exeqüente para vista e manifestação em trinta dias, oportunidade em que poderá requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento provisório dos autos por hum ano, ante a inércia, nos termos do Provimento Consolidado deste Regional.

PROCESSO:	**01061-2007-002-10-00-7 (0023)**
RECLAMANTE	Carlos Eduardo França
ADVOGADO:	HUGO LEONARDO DE RODRIGUES E SOUSA
RECLAMADO	COMERCIAL DE ALIMENTOS ATIVO LTDA. (ANTIGA EMPRESA SANTA THEREZINHA ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA.)
ADVOGADO:	GUSTAVO PEREIRA GOMES
RECLAMADO	S.A. Atacadista de Alimentos Ltda. (Superadega)
ADVOGADO:	GUSTAVO PEREIRA GOMES
RECLAMADO	Sto Atacadista Distribuidor de Produtos Alimentícios Ltda.
ADVOGADO:	GUSTAVO PEREIRA GOMES
RECLAMADO	Aero Factoring Ltda.
ADVOGADO:	GUSTAVO PEREIRA GOMES
RECLAMADO	Meridian Táxi Aereo Ltda
ADVOGADO:	GUSTAVO PEREIRA GOMES

Nos termos do art.23, IV do PGC do TRT-10ª Região, remeto os autos à intimação das Partes para vista e manifestação no prazo comum de 08(oito) dias, acerca do Recurso Ordinário oposto por ambas.

PROCESSO:	**01070-2007-002-10-00-8 (0024)**
RECLAMANTE	José Nunes da Silva
ADVOGADO:	PEDRO MARTINS FILHO
RECLAMADO	Delta Engenharia Indústria e Comércio Ltda.
ADVOGADO:	DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO

Nos termos do art.23, IV do PGC do TRT-10ª Região, remeto os autos à intimação da reclamante para vista e manifestação em 05(cinco) dias, acerca dos Embargos declaratórios opostos pela reclamada.

PROCESSO:	**01079-2007-002-10-00-9 (0025)**
RECLAMANTE	Gerson Alves de Oliveira
ADVOGADO:	LEANDRO OLIVEIRA ALVES
RECLAMADO	MARCELO MOTORS SERVICE LTDA.
ADVOGADO:	LUIS HENRIQUE BORGES SANTOS
RECLAMADO	Mundo do Carro Centro Automotivo Ltda EPP
ADVOGADO:	LUIS HENRIQUE BORGES SANTOS

Compulsando os autos, observo que esta Secretaria laborou em equívoco em relação aos termos da Publicação de fls. 272 (DJ de 03/06/08).Assim sendo, torno sem efeito tal publicação, vez que inexistente nos autos Embargos declaratórios opostos pelo reclamante. Do Recurso Ordinário interposto pela segunda reclamada (fls. 262/271), intime-se a primeira reclamada para vista e manifestação no prazo de 08 (oito) dias, considerando que o reclamante já manifestou-se às fls. 274/283.

PROCESSO:	**01101-2007-002-10-00-0 (0026)**
RECLAMANTE	Karolinne Ramos
ADVOGADO:	ELIANA TRAVERSO CALEGARI
RECLAMADO	LOSANGO PROMOTORA DE VENDAS LTDA.
ADVOGADO:	VICTOR RUSSOMANO JUNIOR
RECLAMADO	HSBC Bank Brasil Banco Múltiplo
ADVOGADO:	VICTOR RUSSOMANO JUNIOR

Nos termos do art.23, IV do PGC do TRT-10ª Região, remeto os autos à intimação das Partes para vista e manifestação no prazo comum de 08(oito) dias, acerca do Recurso Ordinário oposto por ambas.

PROCESSO:	**01262-2007-002-10-00-4 (0027)**
RECLAMANTE	Rodrigo Pereira Morais
ADVOGADO:	MARCELO AMERICO MARTINS DA SILVA
RECLAMADO	Banco Bradesco S/A
ADVOGADO:	MARCUS DE OLIVEIRA KAUFMANN

Nos termos do art.23, IV do PGC do TRT-10ª Região, remeto os autos à intimação do reclamante para vista e manifestação no prazo de oito dias acerca do Recurso Ordinário interposto pelo banco reclamado.

PROCESSO:	**01357-2007-002-10-00-8 (0028)**
RECLAMANTE	Adriano Oliveira Souto
ADVOGADO:	MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA
RECLAMADO	RAVELE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.
RECLAMADO	União Federal

Preliminarmente,intime-se o reclamante para trazer aos autos sua CTPS em cinco dias, para as anotações devidas. Oportunamente o Recurso Ordinário interposto pela UNIÃO, segunda reclamada será processado.

PROCESSO:	**01360-2007-002-10-00-1 (0029)**
RECLAMANTE	Ademir Rodrigues Viana
ADVOGADO:	SEBASTIAO DUQUE NOGUEIRA DA SILVA
RECLAMADO	Paulo & Maia Supermercados Ltda. (Supermaia)
ADVOGADO:	FRANCISCO XAVIER DE ALMEIDA

" Posto isso, CONHEÇO dos EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS PELO RECLAMANTE para no mérito rejeitá-los nos termos da fundamentação. Intimem-se".

PROCESSO:	**00103-2008-002-10-00-3 (0030)**
RECLAMANTE	Bruno Correa Costa
ADVOGADO:	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE
RECLAMADO	C.S PROCESSAMENTOS DE DADOS ME
ADVOGADO:	GIL VICENTE DOMINGUES SOARES DE OLIVEIRA
RECLAMADO	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A
ADVOGADO:	CHRISTIANO PEREIRA CARLOS

Nos termos do art.23, IV do PGC do TRT-10ª Região, remeto os autos à intimação das Partes para vista e manifestação no prazo comum de 05 (cinco) dias, acerca dos Embargos declaratórios opostos pela segunda reclamada.

PROCESSO:	**00166-2008-002-10-00-0 (0031)**
RECLAMANTE	Ana Lúcia de Souza
ADVOGADO:	ANA CLAUDIA DE SOUZA
RECLAMADO	Exame Laboratório de Patologia Clínicas S/C Ltda.
ADVOGADO:	AIRTON ROCHA NOBREGA

Nos termos do art.23, IV do PGC do TRT-10ª Região, remeto os autos a intimação da reclamante para vista e manifestação no prazo de 08 (oito) dias, acerca do Recurso Ordinário oposto pela reclamada.

PROCESSO:	**00190-2008-002-10-00-9 (0032)**
AUTOR	Alaor José Zavaski
ADVOGADO:	MARCELO ALESSANDRO DA SILVA
RÉU	RPS Bar e Restaurante Ltda.

Defiro o desentranhamento requerido pelo reclamante, sendo a Procuração e declaração de hipossuficiência financeira mediante traslado. Prazo de 05 (cinco) dias para o recebimento. Cumpridas as determinações supra, retornem os autos ao ARQUIVO DEFINITIVO.

PROCESSO:	**00225-2008-002-10-00-0 (0033)**
RECLAMANTE	Marciano Oliveira Lima
ADVOGADO:	RENATO BORGES REZENDE
RECLAMADO	SATA - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S/A.
ADVOGADO:	PAULO ROBERTO MOGLIA THOMPSON FLORES

Em 30 de junho de 2008, na sala de sessões da MM. 2ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF, sob a direção da Exmo(a). Juíza Odélia França Noleto, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.Às 15h42min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho,apregoadas as partes.Ausente o(a) reclamante e seu advogado.Ausente o(a) reclamado(a) e seu advogado. Considerando que até a presente data o reclamado não foi notificado para manifestar-se sobre o laudo pericial de fls. 105/132, defiro-lhe o prazo de 5 dias para manifestação, a contar de sua intimação. Intime-se o reclamado com urgência, dando-lhe ciência do inteiro teor desta ata.Designa-se para ENCERRAMENTO da instrução e renovação da proposta conciliatória a data de 23/07/2008, às 14h45min, dispensado o comparecimento das partes.

PROCESSO:	**00368-2008-002-10-00-1 (0034)**
RECLAMANTE	José Cláudio Souza Galeno
ADVOGADO:	IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
RECLAMADO	JFA Restaurante e Lanchonete Ltda. - ME
ADVOGADO:	KLEBER DE OLIVEIRA COELHO

Nos termos do art.23, IV do PGC do TRT 10ª Região, remeto à intimação da reclamada para vista e manifestação em oito dias acerca do Recurso Ordinário ora interposto pelo reclamante.

PROCESSO:	**00395-2008-002-10-00-4 (0035)**
RECLAMANTE	Isabel Cristina de Alcântara Januário
ADVOGADO:	FRANCISCO BARBOSA DE MORAIS
RECLAMADO	Reman Segurança Privada Ltda.

Trata-se de reclamação trabalhista proposta por ISABEL CRISTINA DE ALCÂNTARA JANUÁRIA em face de REMAN SEGURANÇA PRIVADA LTDA, objetivando a condenação desta ao pagamento da verbas rescisórias resultantes do contrato de trabalho mantido entre as partes. Deu à causa o valor de R$ 11.382,17. Pelo teor do despacho de fl. 14 foi determinado que a autora juntasse aos autos a homologação do pedido de desistência a que se referiu. Entretanto, deixou de juntar o que lhe fora determinado, sob o argumento de que ainda não houve apreciação judicial. Não é possível prosseguir com esta reclamação se ainda está pendente outra perante o Eg. TRT da 10ª Região. Dessa forma, não logrou ela êxito no cumprimento de sua obrigação, uma vez que não cumpriu o que lhe fora determinado no prazo assinado, não atendendo dessa forma, a determinação solicitada na emenda. Neste contexto, extingo o processo, sem exame do mérito, nos moldes do artigo 267, inciso I, do CPC, c/c 769 consolidado, tudo nos termos da fundamentação, que a este "decisum" integra. Custas processuais, pela reclamante, no importe de R$ 208,80, calculadas sobre R$ 10.440,69, valor atribuído à causa, dispensada de seu pagamento na forma da lei.Transitada em julgado a decisão, defere-se desde logo o desentranhamento dos documentos. Após, arquivem-se os autos definitivamente.

PROCESSO:	**00442-2008-002-10-00-0 (0036)**
RECLAMANTE	Zuleide Quirino de Oliveira dos Santos
ADVOGADO:	JOMAR ALVES MORENO
RECLAMADO	Alpha Prestadora e Locadora de Serviços Ltda.
ADVOGADO:	MOZART CAMAPUM BARROSO
RECLAMADO	Olympique Concessionária Peugeot
ADVOGADO:	JACIARA VALADARES

Defiro o pedido da reclamante. Libere-se em seu favor a guia ora acostada à contracapa dos autos.

PROCESSO:	**00508-2008-002-10-00-1 (0037)**
AUTOR	Amanda Aparecida Goveia Brasil
ADVOGADO:	ALESSANDRA NUNES CABRAL
RÉU	Banco Citibank S.A.
ADVOGADO:	CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR

Dê-se vista à requerida dos termos da defesa apresentada no prazo de 5 (cinco) dias, cabendo-lhe também informar, no mesmo prazo, se tem outras provas a produzir, que não as até aqui formuladas. Diga o requerida, do mesmo modo, se tem provas a produzir, especificando-as, se for o caso. Intimem-se.

ÍNDICE

Advogado:	AIRTON ROCHA NOBREGA (0031)	**05369/O/DF**
Advogado:	ALCINO MARCAL ALMEIDA (0006)	**13209/DF**
Advogado:	ALDEMIO OGLIARI (0006)	**4373/DF**
Advogado:	ALDENEI DE SOUZA E SILVA (0021)	**4041/DF**
Advogado:	ALESSANDRA NUNES CABRAL (0037)	**22264/O/DF**
Advogado:	ALMIR HOFFMANN DE LARA JÚNIOR (0021)	**11.388/RJ**
Advogado:	ANA CLAUDIA DE SOUZA (0031)	**20938/O/DF**

Advogado:	ANTONIO DE PADUA ARAUJO	**7760/DF**
(0017)		
Advogado:	CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR	**10424/O/DF**
(0020) (0037)		
Advogado:	CARMEN SOARES MARTINS JANCOSKI	**70165/DF**
(0002)		
Advogado:	CARMEN SOARES MARTINS JANCOSKI	**7165/DF**
(0004) (0016)		
Advogado:	CHRISTIANO PEREIRA CARLOS	**14223/O/DF**
(0030)		
Advogado:	DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO	**9315/DF**
(0024)		
Advogado:	EDUARDO DE BARROS PEREIRA	**13529/DF**
(0005)		
Advogado:	ELIANA TRAVERSO CALEGARI	**1856/DF**
(0026)		
Advogado:	ERICA LIMA DE PAIVA MUGLIA	**13775/DF**
(0011)		
Advogado:	FRANCISCO BARBOSA DE MORAIS	**05707/O/DF**
(0035)		
Advogado:	FRANCISCO XAVIER DE ALMEIDA	**02040/O/DF**
(0029)		
Advogado:	GASPAR REIS DA SILVA	**9324/DF**
(0004) (0017)		
Advogado:	GENESIO DIAS MIRANDA	**11818/DF**
(0005)		
Advogado:	GERALDO BERNARDES DA SILVA	**34301/MG**
(0001)		
Advogado:	GIL VICENTE DOMINGUES SOARES DE OLIVEIRA	**189798/SP**
(0030)		
Advogado:	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE	**05166/O/DF**
(0030)		
Advogado:	GUSTAVO PEREIRA GOMES	**16549/DF**
(0023)		
Advogado:	HUGO LEONARDO DE RODRIGUES E SOUSA	**15.138/DF**
(0023)		
Advogado:	HUMBERTO MENDES DOS ANJOS	**4112/DF**
(0003)		
Advogado:	IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI	**13505/O/DF**
(0002) (0034)		
Advogado:	JACIARA VALADARES	**08826/O/DF**
(0036)		
Advogado:	JOMAR ALVES MORENO	**05218/O/DF**
(0036)		
Advogado:	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS	**9004/DF**
(0018)		
Advogado:	JOSE OLIVEIRA NETO	**8680/DF**
(0020)		
Advogado:	JOSUE APARECIDO DE ARAUJO	**22625/DF**
(0016)		
Advogado:	JULIANA GONCALVES DE SOUZA GUIMARAES	**21410/DF**
(0013)		
Advogado:	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE	**8583/DF**
(0012)		
Advogado:	KLEBER DE OLIVEIRA COELHO	**13807/O/DF**
(0034)		
Advogado:	LEANDRO OLIVEIRA ALVES	**25014/T/DF**
(0025)		
Advogado:	LUCIANO BRASILEIRO DE OLIVEIRA	**11457/O/DF**
(0018)		
Advogado:	LUIS HENRIQUE BORGES SANTOS	**12655/DF**
(0025)		
Advogado:	LUISA ISAURA MARTINS	**6107/DF**
(0009)		
Advogado:	LYCURGO LEITE NETO	**1530-A/DF**
(0015)		
Advogado:	MARCELO ALESSANDRO DA SILVA	**25851/T/DF**
(0032)		
Advogado:	MARCELO AMERICO MARTINS DA SILVA	**5.166/DF**
(0027)		
Advogado:	MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA	**15767/DF**
(0028)		
Advogado:	MARCO AURELIO GONSALVES	**4383/DF**
(0010)		
Advogado:	MARCUS DE OLIVEIRA KAUFMANN	**14750/DF**
(0027)		
Advogado:	MARI MERCEDES CASTANHO SILVESTRE	**02042/O/DF**
(0019)		
Advogado:	MARIA CRISTINA DA COSTA FONSECA	**14974/DF**
(0015)		
Advogado:	MOZART CAMAPUM BARROSO	**09978/O/DF**
(0036)		
Advogado:	MOZART CAMAPUM BARROSO	**9978/DF**
(0007)		
Advogado:	NILTON CORREIA	**1291/DF**
(0009)		
Advogado:	PATRICIA PINHEIRO MARTINS	**14753/DF**
(0022)		
Advogado:	PAULO RENAN PEREIRA LOPES	**10299/DF**
(0012)		
Advogado:	PAULO ROBERTO I DA SILVA	**6545/DF**
(0019)		
Advogado:	PAULO ROBERTO MOGLIA THOMPSON FLORES	**11848/T/DF**
(0033)		
Advogado:	PEDRO MARTINS FILHO	**9.158/DF**
(0024)		
Advogado:	RAIMUNDO DE OLIVEIRA MAGALHAES	**6901/DF**
(0013)		
Advogado:	RAPHAEL MESQUITA CARNEIRO	**20.219/DF**
(0014)		
Advogado:	RENATO BORGES REZENDE	**10700/O/DF**
(0033)		
Advogado:	RUBENS SANTORO NETO	**6819/DF**
(0003)		
Advogado:	SEBASTIAO DUQUE NOGUEIRA DA SILVA	**1902A/DF**
(0008) (0029)		
Advogado:	SHIRLEY MORAIS DE OLIVEIRA FERREIRA	**17.951/DF**
(0011)		
Advogado:	ULISSES RIEDEL DE RESENDE	**968/DF**
(0001)		
Advogado:	VICTOR RUSSOMANO JUNIOR	**3609/DF**
(0026)		

3ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

AUTOS COM VISTA

PROCESSO:	**01208-1991-003-10-00-7 (0001)**
RECLAMANTE	GETULIO LIMA DE SOUZA
ADVOGADO:	LUIZ GONZAGA BAIAO
RECLAMADO	CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL-CARACU S/A
ADVOGADO:	JOSE ALBERTO COUTO MACIEL

Vistos. 1. Julgo extinta a execução (art. 794, I, do CPC). Publique-se.

PROCESSO:	**02209-1991-003-10-00-9 (0002)**
RECLAMANTE	OLIMPIO PEREIRA DE ARAUJO
ADVOGADO:	IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
RECLAMADO	CLIN SERVICOS GERAIS DE LIMPEZA LTDA
RECLAMADO	Cesar Luís Granados Guzman

...intime-se o exequente, via imprensa oficial, a fornecer o atual endereço do sócio CÉSAR LUÍS GRANADOS GUSMAN, ou requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento provisório desde já autorizado em caso de inércia. Prazo de dez dias.

PROCESSO:	**00562-1992-003-10-00-5 (0003)**
RECLAMANTE	ANTONIO CARLOS SIQUEIRA SOUSA
ADVOGADO:	FRANCISCO JOSE DOS S.MIRANDA
RECLAMADO	SERG SERVICOS GERAIS DE RESTAURANTE LTDA
RECLAMADO	Carlos Abel Lazo
RECLAMADO	Alejandro Alfredo Solorzano Ramirez
RECLAMADO	Maria de Jesus Pereira da Cunha

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO Nº 327/2008O Doutor FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juíz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, publicado no "Diário da Justiça", Seção III e no local de costume, na sede da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, fica intimado o executado: SERG SERVIÇOS GERAIS DE RESTAURANTE LTDA do seguinte despacho: " Assim, intimem-se a executada e o sócio Alejandro Alfredo Solorzano Ramirez, para, excepcionalmente, manifestarem acerca dos fins do art. 884 da CLT e para ciência dos valores bloqueados nas contas do sócio". FRANCISCO LUCIANO AZEVEDO FROTA-Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF. Os autos estão à disposição dos interessados na Secretaria desta 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, instalada na Avenida W/3 Norte, Quadra 516, Lote 02, Conjunto "B", Bloco 01, Salas 11, 13, 15 e 17, 1º sub-solo, Brasília/DF, no horário de 12h às 18h., de segunda a sexta-feira. Eu, MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES - Diretora de Secretaria, o subscrevi em 08 de julho de 2008.

PROCESSO:	**00692-1997-003-10-00-2 (0004)**
RECLAMANTE	VILSON DA COSTA SOUZA
ADVOGADO:	UBIRATAN BATISTA PEDROSO
RECLAMADO	MARIANGELA GONCALVES DA MOTA ME

2-Decorrido o prazo, designe-se praça do bem imóvel penhorado à fl. 264 para o dia 18 de agosto de 2008, às 14h30.3-Expeça-se o edital de praça (DJ-16-07-08)e intimem-se as partes, sendo a executada pela via postal.

PROCESSO:	**00073-1998-003-10-00-9 (0005)**
RECLAMANTE	JOAO CAMILO DE OLIVEIRA NETO
ADVOGADO:	HELOISA R. C. F. DOS SANTOS
RECLAMADO	VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA
ADVOGADO:	LUIZ GUSTAVO BARREIRA MUGLIA

Mantida a decisão a quo.Homologo os cálculos à fl. 254, fixando a execução das custas e parcelas previdenciárias em R$1.749,21, atualizados até 28/02/2003, sem prejuízo de futuras atualizações.Pleiteia a executada a substituição da penhora do veículo VW/GOL MI, 1998, placa JFH 9575 pelo veículo VW GOL, 2008, placa JGK 6311.Indefiro o pleito, vez que não observado o prazo previsto no art. 668 do CPC, bem como as hipóteses do art. 656 do mesmo Diploma Legal.Ressalte-se, ainda, que a necessidade de circulação de capital, a renovação da frota e a liquidez e atualização do capital pela executada, fundamentos embasadores do pedido, não podem ser privilegiados em detrimento da satisfação do débito exeqüendo.Assim, caso pretenda a executada a liberação da penhora do veículo penhorado, deverá substituí-la por dinheiro, nos termos do art. 655 do CPC. Indefiro, portanto, a substituição da penhora.Intime-se a executada para comprovar o recolhimento das custas e parcelas previdenciárias no prazo de 48h, sob pena de prosseguimento da execução.Publique-se.Data supra.FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA-JUIZ DO TRABALHO.

PROCESSO:	**00377-1998-003-10-00-6 (0006)**
RECLAMANTE	MARIA DAS GRACAS CARNEIRO DO NASCIMENTO
ADVOGADO:	IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
RECLAMADO	LORENZA DE MELO JORGE

Vistos. 1. Garantida a execução, assino ao exeqüente o prazo de 5 dias para os fins do art 884 da CLT. Publique-se.

PROCESSO:	**09127-2004-003-10-00-0 (0007)**
RECLAMANTE	LUCI BRUNI SARNO (ORIUNDA 13 VT SALVADOR BA)
RECLAMADO	EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S/A

1-Designo praça dos bens penhorados à fl. 74 para o dia 18 de agosto de 2008, às 15h00. 2-Expeça-se o edital de praça (DJ 16-07-08). Intime-se a executada. Publique-se. Expeça-se ofício ao Juízo deprecante, informando a data da praça.

PROCESSO:	**00604-2005-003-10-00-3 (0008)**
RECLAMANTE	Valder Lafaiete Ribeiro
ADVOGADO:	BOLIVAR DOS SANTOS SIQUEIRA
RECLAMADO	Planalto Bingo Lanchonete e Promoções Ltda
ADVOGADO:	SERGIO LUIS TEIXEIRA DA SILVA
RECLAMADO	Aparecido César de Oliveira

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO Nº 326/2008O Doutor FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juíz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, publicado no "Diário da Justiça", Seção III e no local de costume, na sede da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, fica intimado o sócio da executada: APARECIDO CÉSAR OLIVEIRA, do seguinte despacho: "1-Intime-se o sócio da executada, APARECIDO CÉSAR OLIVEIRA, por edital, para assumir o encargo de fiel depositário dos bens penhorados pelo Juízo deprecado, devendo comparecer à Secretaria deste Juízo para assinar o auto no prazo de cinco dias". Doutor FRANCISCO LUCIANO AZEVEDO FROTA-Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF. Os autos estão à disposição dos interessados na Secretaria desta 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, instalada na Avenida W/3 Norte, Quadra 516, Lote 02, Conjunto "B", Bloco 01, Salas 11, 13, 15 e 17, 1º sub-solo, Brasília/DF, no horário de 12h às 18h., de segunda a sexta-feira. Eu, Mirian Vilas Boas Fernandes - Diretora de Secretaria, o subscrevi em 08 de julho de 2008.

PROCESSO:	**01193-2005-003-10-00-3 (0009)**
RECLAMANTE	Altemir Ferreira da Silva
ADVOGADO:	JOMAR ALVES MORENO
RECLAMADO	Gávea - Empresa de Vigilância e Segurança Ltda.
RECLAMADO	Distrito Federal (Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal)
RECLAMADO	Otávio Alves Neto

Analisando os autos, verifico que o sócio da executada e proprietário do imóvel penhorado não teve ciência do dia e horário designado para a hasta pública. Desse modo, suspendo a realização da prça designada para o dia 09/07/2008, às 14h15. Por conseguinte, designo o dia 18 de agosto de 2008 às 14h15 para praça do bem penhorado à fl. 106. Expeça-se o edital (DJ-16/07/08). Intime-se a executada, diretamente, via postal. Intime-se o sócio OTÁVIO ALVES NETO, diretamente, via postal, no endereço sito à Praça José Maurício de Moura, nº 373, Mara Rosa-GO, CEP 76.490-000. Publique-se.

PROCESSO: **00218-2006-003-10-00-2 (0010)**
RECLAMANTE Jose Ivan Silva de Souza
ADVOGADO: ELGINA LINO FRANCA DE MORAES
RECLAMADO GM Carimbos e Artes em Geral
ADVOGADO: ANDERSON JORGE FIGUEIRA PEREIRA
RECLAMADO espólio do Sr. Guilherme Vieira Corrêa (N/P Valéria Cristina de Oliveira Araújo)
RECLAMADO Valéria Cristina de Oliveira Araújo

Vistos. Considerando que são vários os bens arrolados na declaração de imposto de renda e que o valor total da avaliação ultrapassa em demasia o valor da execução, assino ao exeqüente o prazo de 10 dias para especificar sobre qual bem deverá recair a penhora, sob pena de a escolha ser feita pelo devedor. Publique-se.

PROCESSO: **00294-2007-003-10-00-9 (0011)**
RECLAMANTE Jaqueline Aquino de Sousa Borges
ADVOGADO: FRANCISCO RODRIGUES PRETO JUNIOR
RECLAMADO INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE ICS
RECLAMADO Distrito Federal (Sucar)
ADVOGADO: EDUARDO CORDEIRO ROCHA

...intime-se a exequente para os fins previstos no artigo 884 da CLT.

PROCESSO: **00359-2007-003-10-00-6 (0012)**
RECLAMANTE Aldo Medeiros da Silva
ADVOGADO: GERALDO MARCONE PEREIRA
RECLAMADO SEICOM - SERVIÇOS, ENGENHARIA E INSTALAÇÃO DE COMUNICAÇÕES LTDA.
ADVOGADO: VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO
RECLAMADO Global Village Telecom Ltda.
ADVOGADO: DJALMA N. DOS SANTOS FILHO

DESPACHO-Defiro vista ao requerente por 5 dias. Transcorrido o prazo"in albis", retornem-se os autos ao arquivo. Publique-se.

PROCESSO: **00641-2007-003-10-00-3 (0013)**
RECLAMANTE Vanuza Soares Leite Pereira
ADVOGADO: LUCIANA MEIRA DE SOUZA COSTA
RECLAMADO INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE
RECLAMADO Governo do Distrito Federal

EDITAL DE CITAÇÃO 330/2008O DOUTOR FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso de suas atribuições legais, torna público que, pelo presente EDITAL, fica(m) citado(s) o(s) sócio(s) da(s) executado(s): o(s) Sr(s): INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE-ICS,, encontrando-se atualmente estabelecido(s) em local incerto e não sabido, a efetuar(em) o pagamento, em 48h (quarenta e oito horas), do valor de R$ 1.105,12 (hum mil, cento e cinco reais e doze centavos), apresentar bens a penhora. Valor atualizado até 30/06/2008. A(s) executada(s), desejando pagar ou garantir a execução com moeda, deverá(ão) comparecer à Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, instalada na Av. W/3 Norte, Quadra 516, Lote 02, Conjunto "B", Bloco 01, Salas 11, 13 15 e 17, 1º sub-solo, Brasília/DF, no horário de 12h às 18h, de segunda a sexta-feira, requerendo a expedição de guias próprias. Na hipótese de pretender garantir a execução com a nomeação de bens, deverá observar o que dispõe o C.P.C. (art. 652/658) e C.L.T. (arts. 880 a 884). Eu, MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES - Diretora de Secretaria, o subscrevi em 08 de julho de 2008. Ass. DOUTOR FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

PROCESSO: **00728-2007-003-10-00-0 (0014)**
RECLAMANTE Aelson de Souza Santos
ADVOGADO: ALICE RODRIGUES AUERSWALD
RECLAMADO Skydiver Construções Ltda
RECLAMADO Atanael da Cruz de Souza
RECLAMADO Evanilde Cruz Sousa

EDITAL DE CITAÇÃO 329/2008O DOUTOR FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso de suas atribuições legais, torna público que, pelo presente EDITAL, fica(m) citado(s) o(s) sócio(s) da(s) executado(s): o(s) Sr(s): ATANAEL DA CRUZ DE SOUZA,, encontrando-se atualmente estabelecido(s) em local incerto e não sabido, a efetuar(em) o pagamento, em 48h (quarenta e oito horas), do valor de R$ 3.582,66 (três mil, quinhentos e oitenta e dois reais e sessenta e seis centavos), apresentar bens a penhora. Valor atualizado até 30/11/2007. A(s) executada(s), desejando pagar ou garantir a execução com moeda, deverá(ão) comparecer à Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, instalada na Av. W/3 Norte, Quadra 516, Lote 02, Conjunto "B", Bloco 01, Salas 11, 13 15 e 17, 1º sub-solo, Brasília/DF, no horário de 12h às 18h, de segunda a sexta-feira, requerendo a expedição de guias próprias. Na hipótese de pretender garantir a execução com a nomeação de bens, deverá observar o que dispõe o C.P.C. (art. 652/658) e C.L.T. (arts. 880 a 884). Eu,MIRIAN VILAS BOAS FERNANDES - Diretora de Secretaria, o subscrevi em 08 de julho de 2008. Ass. DOUTOR FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

PROCESSO: **00767-2007-003-10-00-8 (0015)**
RECLAMANTE Elder Vieira Fernandes
ADVOGADO: FUVIA KARINA MENDES PEDROZA E SILVA
RECLAMADO VIPLAN Viaçao Planalto Ltda.
ADVOGADO: ANA ESTER FEITOSA DE BRITTO

O crédito do exequente e os encargos foram integralmente quitados, consoante movimentação ordenada no alvará nº 196/2008. Assim, nada a decidir quanto ao requerimento obreiro. Aguarde-se o cumprimennto do mandado de entrega de bens e comprovação de transferência do véiculo para o nome da executada. Publique-se apenas para ciência.

PROCESSO: **00945-2007-003-10-00-0 (0016)**
RECLAMANTE Maria do Socorro Sá
ADVOGADO: GENESCO RESENDE SANTIAGO
RECLAMADO Credivisa
ADVOGADO: PAULO SERGIO HILARIO VAZ

3-Designe-se praça do bem penhorado à fl. 197 para o dia 18 de agosto de 2008, às 14h45. 4-Expeça-se o edital (DJ-16-07-08) e intimem-se as partes pelo DJ. 5-Quanto ao depósito recursal de fl. 199, aguarde-se o resultado da praça.

PROCESSO: **00969-2007-003-10-00-0 (0017)**
RECLAMANTE Luciane Natali da Cruz
ADVOGADO: MARCIANO CORTES NETO
RECLAMADO VARIG S.A - VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE
ADVOGADO: MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA
RECLAMADO SATA - Serviço Auxiliar de Transporte Aéreo S.A
ADVOGADO: PAULO ROBERTO MOGLIA THOMPSON FLORES
RECLAMADO Companhia Tropical de Hotéis
ADVOGADO: ROSANGELA MACIEL DE ALMEIDA
RECLAMADO VRG Linhas Aéreas S.A
ADVOGADO: CASSIANO P.VIANA
RECLAMADO Varig Logística S.A
ADVOGADO: HELENA CARDOSO DOS SANTOS

DECISÃO-Posto isso, conheço dos presentes embargos para, no mérito, REJEITÁ-LOS, nos termos da fundamentação supra, que passa a integrar esta decisão apra todos os efeitos legais. Intimem-se as partes. Nada mais. Juiz do Trabalho FRANCISCO LUCIANO AZEVEDO FROTA

PROCESSO: **01346-2007-003-10-00-4 (0018)**
RECLAMANTE Vânia Jesus de Oliveira
ADVOGADO: RODRIGO GEAN SADE
RECLAMADO Maria de Fátima e Sousa Lopes
ADVOGADO: AQUILES RODRIGUES DE OLIVEIRA

Vistos.Intime-se a reclamada, por seu patrono, para, querendo, contra-arrazoar o recurso ordinário interposto pela reclamante. Prazo oito dias. Juiz do Trabalho FRANCISCO LUCIANO AZEVEDO FROTA

PROCESSO: **01359-2007-003-10-00-3 (0019)**
RECLAMANTE Luana Ferreira do Nascimento Santos
ADVOGADO: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
RECLAMADO WMI - Comércio de Prod. Alimentícios Ltda.
ADVOGADO: PAULO CESAR FRENHAN

Assino o prazo de cinco dias à reclamada pra se manifestar sobre as alegações da reclamante do cumprimento do acordo e retificação da CTPS (carimbo fl. 44).

PROCESSO: **00076-2008-003-10-00-5 (0020)**
RECLAMANTE Claúdio Vieira Santos
ADVOGADO: VANESSA RIOS DOS REIS TARGINO ALVES
RECLAMADO VIRTUAL SERVICE EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
RECLAMADO União (Ministério das Relações Exteriores)
ADVOGADO: DIOGO PALAU FLORES DOS SANTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO Nº 325/2008 A DRª FERNANDA FERREIRA - JUIZA DA 3ª VARA DO TRABALHO - Brasília-DF , na forma da lei.Pelo presente Edital, publicado no "Diário da Justiça", Seção III e no local de costume, na sede da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, fica intimado: VIRTUAL SERVICE EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA, que nos autos do processo supra foi proferida a seguinte decisão (FLS.277/287)."Pelo exposto, na Reclamação Trabalhista ajuizada por CLÁUDIO VIEIRA SANTOS em face de VIRTUAL SERVICE - EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA e UNIÃO (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES), nos termos da fundamentação supra, parte integrante deste decisum, decido:a) DECLARAR a incompetência material da Justiça do Trabalho para processar e julgar o pedido de condenação dos reclamados aos recolhimentos das contribuições previdenciárias, extinguindo o respectivo pedido, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, IV, do CPC.b)REJEITAR as preliminares;c) julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, condenando a Reclamada a pagar em favor da Reclamante: saldo de salário referentes a 7 (sete) dias; aviso prévio indenizado; férias integrais + 1/3 do período aquisitivo de 2005/2006; dois períodos de férias integrais, acrescidas de 1/3; férias proporcionais + 1/3, em 6/12 avos; gratificação natalina proporcional, em 9/12 avos; indenização rescisória (40% do FGTS incidente sobre todo o período contratual e as parcelas ora deferidas); indenização referente ao vale-transporte; e as multas do art. 467 e art. 477, parágrafo 8º, ambos da CLT;d) condeno a 1ª Reclamada, ainda, a retificar a data da ruptura contratual em CTP, observando-se os dados, as cominações e os prazos estabelecidos na fundamentação.Liqüidação por cálculos. A atualização do crédito trabalhista deverá fazer incidir juros de mora de 1% ao mês, pro rata die, e correção monetária, na forma do art. 883 da CLT e do art.39 da Lei 8.177/91 c/c Súmulas 200 e 381 do C.TST.Descontos fiscais na forma do Provimento 1/96 da Corregedoria-geral da Justiça do Trabalho e da Lei 8.541/92 c/c Súmula 368, inciso II, C.TST, observando-se o limite máximo do salário de contribuição.A teor do disposto no §3º, do art. 832 da CLT, com a nova redação atribuída pela Lei 10.035/2000, estabeleço que incidirão contribuições previdenciárias sobre as parcelas de natureza salarial objeto da condenação, assim compreendidas aquelas previstas expressamente no art.28, da Lei 8212/91, que deverão ser recolhidas e comprovadas nos autos no de 05 (cinco) dias após o trânsito em julgado desta decisão, sob pena de execução ex officio, conforme previsão do art. 114, §3º da Constituição da República.Comprovados os recolhimentos, autoriza-se o Reclamado a deduzir do crédito do Reclamante os valores correspondentes à cota por ele devida, respeitados os percentuais e o teto de contribuição, conforme art. 198 do RPS(Decreto 3.048/1999).Custas, pelas Reclamadas, no importe de R$ 90,00, calculadas sobre R$4.500,00, valor ora arbitrado à condenação.Oficie-se à DRT, à CEF e ao INSS.Reclamante e 2ª Reclamada cientes (S. 197, C.TST).Intime-se a 1ª Reclamada. Dra. FERNANDA FERREIRA- JUIZA DA 3ª VARA DO TRABALHO - Brasília-DF. Brasília 30 de junho de 2008". Eu, Mirian Vilas Boas Fernandes -Diretora de Secretaria, o subscrevi em 08 de julho de 2008.

PROCESSO: **00186-2008-003-10-00-7 (0021)**
RECLAMANTE Maria Clara Vaz Cabral Marques
ADVOGADO: VALDIR CAMPOS LIMA
RECLAMADO Praxis - Fisioterapia e Fonodiologia S/C (na pessoa Amélia Vidal Barros)
ADVOGADO: EDUARDO RODRIGUES FIGUEIREDO

O depósito recursal não detém caráter de taxa judiciária. Assim, ainda que o reclamado fosse beneficiário da Justiça Gratuita (o que não é), não estaria isento do depósito recursal. Desse modo, denego seguimento ao recurso ordinário interposto pela reclamada por deserto.

PROCESSO: **00289-2008-003-10-00-7 (0022)**
RECLAMANTE Erica dos Santos Lacerda
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO SCR Comércio de Confecções Ltda. ME
ADVOGADO: JOSE RODRIGUES BONFIM

Intime-se a reclamada, por seu patrono, para devolver a CTPS obreira e pagar a multa, conforme comando sentencial de fl. 216. Juiz do Trabalho FRANCISCO LUCIANO AZEVEDO FROTA

PROCESSO: **00376-2008-003-10-00-4 (0023)**
RECLAMANTE Raimundo Batista Fernandes
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
RECLAMADO Construtora Costa & Mila Ltda.
ADVOGADO: LINCOLN DE OLIVEIRA
RECLAMADO Construtora Vilela e Carvalho Ltda.
ADVOGADO: LINCOLN DE OLIVEIRA

Vistos. 1. Assino ao reclamante o prazo de 5 dias para dizer se o acordo foi integralmente cumprido, sob pena de o silêncio ser acolhido como quitação. Publique-se.

PROCESSO: **00402-2008-003-10-00-4 (0024)**
RECLAMANTE Oldegar Caldeira do Nascimento
ADVOGADO: KAYTA CRISTHINE OLIVEIRA ROCHA LIMA
RECLAMADO Instituto Candango de Solidariedade
RECLAMADO Distrito Federal
ADVOGADO: LUCIANA RIBEIRO MELO DE MORAES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO Nº 328/2008 O DOUTOR FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - JUIZ DA 3ª VARA DO TRABALHO - Brasília-DF , na forma da lei.Pelo presente Edital, publicado no "Diário da Justiça", Seção III e no local de costume, na sede da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, fica intimado: INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIREDADE-ICS, que nos autos do processo supra foi proferida a seguinte decisão (FLS. 64/70)."ISTO POSTO, decido EXTIGÜIR O FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do inciso IV do art. 269 do CPC, em relação às parcelas anteriores a 25/04/2003, salvo quanto ao FGTS não depositado, bem como julgar PROCEDENTE EM PARTE a reclamatória promovida por OLDEGAR CALDEIRA DO NASCIMENTO contra INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE e DISTRITO FEDERAL, condenando os reclamados, sendo o segundo subsidiariamente a pagarem ao reclamante as parcelas deferidas na fundamentação supra, que passam a integrar esta decisão para todos os efeitos legais.A responsabilidade subsidiária do segundo reclamado limita-se ao período a partir de janeiro de 2002.Custas pelos primeiro reclamado no valor de R$1.460,00 calculadas sobre R$73.000,00, valor estimado para esse fim.Juros, correção monetária e recolhimentos previdenciários na forma da lei.Processo sujeito ao duplo grau de jurisdição.Cientes o reclamante.Intime-se o segundo reclamado por mandado e o primeiro reclamado por edital.Nada mais ". DOUTOR FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA - JUIZ DA 3ª VARA DO TRABALHO - Brasília-DF. Eu, Mirian Vilas Boas Fernandes -Diretora de Secretaria, o subscrevi em 08 de julho de 2008.

PROCESSO: **00425-2008-003-10-00-9 (0025)**
RECLAMANTE Edielson Alves Lima
ADVOGADO: JOSE MAURICIO DE OLIVEIRA
RECLAMADO RL Fonseca ME - MontSerrat Café Bar
ADVOGADO: REGINA MARIA DE FREITAS CASTRO

Vistos.Intime-se a reclamada para, querendo, contra-arrazoar o recurso ordinário interposto pelo reclamante. Prazo oito dias. Juiz do Trabalho FRANCISCO LUCIANO AZEVEDO FROTA

PROCESSO: **00442-2008-003-10-00-6 (0026)**
RECLAMANTE José Oliveira Rocha
ADVOGADO: JOSE AVELARQUE DE GOIS
RECLAMADO Agostinho Barbosa Fonseca ME
RECLAMADO Construtora RV Ltda.
ADVOGADO: JOELSON COSTA DIAS

Vistos.Tendo em vista que não foi apresentado comprovante de pagamento do acordo, embora noticiado na petição, concedo o prazo suplementar de cinco dias a segunda executada para comprovar o pagamento tempestivo do acordo, sob pena de execução. Publique-se. Juiz do Trabalho FRANCISCO LUCIANO AZEVEDO FROTA

PROCESSO: **00450-2008-003-10-00-2 (0027)**
RECLAMANTE Adriana Silva Arruda dos Santos
ADVOGADO: JOAO PORFIRIO FILHO
RECLAMADO WE Confecções e Comércio Ltda. (na pessoa de Albatêncio de Araujo Silva)
ADVOGADO: WILKERSON FREITAS RODRIGUES

Intime-se a reclamada, via imprensa oficial, para, querendo, contra-arrazoar o recurso ordinário interposto pela reclamante. Prazo oito dias.

PROCESSO: **00471-2008-003-10-00-8 (0028)**
RECLAMANTE Antonio Marcos Sobrinho
ADVOGADO: GILBERTO CLAUDIO HOERLLE
RECLAMADO Finasa Promotora Venda Ltda.
ADVOGADO: CESAR AUGUSTO NARDELLI COSTA
RECLAMADO Banco Finasa S. A.
ADVOGADO: CESAR AUGUSTO NARDELLI COSTA

DECISÃO-POSTO ISSO, decido julgar PROCEDENTE EM PARTE a reclamatória movida por ANTÔNIO MARCOS SOBRINHO contra FINASA PROMOTORA DE VENDAS LTDA e BANCO FINASA S/A, para reconhecer o vínculo de emprego com a primeira reclamada a partir de 14.03.2005, determinando a retificação da CTPS e os recolhimentos previdenciários do período, bem como condenar as reclamadas, sendo a segunda subsidiariamente, a pagarem ao reclamante as parcelas deferidas na fundamentação supra, que passam a integrar esta decisão para todos os efeitos legais.Custas pelas reclamadas no valor de R$200,00 calculadas sobre R$10.000,00, valor estimado para esse fim.Juros, correção monetária e recolhimentos previdenciários na forma da lei.Intimem-se as partes.Nada mais.FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA-JUIZ DO TRABALHO.

PROCESSO: **00505-2008-003-10-00-4 (0029)**
RECLAMANTE Reginaldo Gomes da Rocha
ADVOGADO: JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO Conservo Serviços Gerais Ltda.
ADVOGADO: SAMUEL OLIVEIRA MACIEL

DECISÃO-POSTO ISSO, decido julgar PROCEDENTE a reclamatória movida por REGINALDO GOMES DA ROCHA contra CONSERVO SERVIÇOS GERAIS LTDA, condenando a reclamada a pagar ao reclamante as parcelas deferidas na fundamentação supra, que passam a integrar esta decisão para todos os efeitos legais.Custas pela reclamada no valor de R$50,00 calculadas sobre R$2.500,00, valor estimado para esse fim.Juros, correção monetária e recolhimentos previdenciários na forma da lei.Intimem-se as partes.Nada mais.FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA-JUIZ DO TRABALHO.

PROCESSO: **00563-2008-003-10-00-8 (0030)**
RECLAMANTE Eila Aparecida de Oliveira Ribas
ADVOGADO: CIRENE ESTRELA
RECLAMADO Gemini Núcleo de Beleza e Equilibrio
ADVOGADO: ANDRE CAVALCANTE BARROS

Vistos. 1. Assino ao reclamado o prazo de 5 dias para anotar a CTPS da reclamante. Publique-se.

PROCESSO: **00590-2008-003-10-00-0 (0031)**
RECLAMANTE Walquíria Rezende
ADVOGADO: JOEMIL ALVES DE OLIVEIRA
RECLAMADO Codomínio do Bloco "E" do Edifício Mix Park
ADVOGADO: GANDHI GOUVEIA BELO DA SILVA

Vistos.Indefiro a intimação das testemunhas arroladas pela reclamante, por preclusa a oportunidade, haja vista o disposto na ata de fl. 11.Publique-se para ciência.Aguarde-se a realização da audiência. Juiz do Trabalho FRANCISCO LUCIANO AZEVEDO FROTA

PROCESSO: **00603-2008-003-10-00-1 (0032)**
RECLAMANTE Josimar Ferreira Lima
ADVOGADO: JOSUE APARECIDO DE ARAUJO
RECLAMADO Lupulus Bar Restaurante e Pizzaria Ltda.

Compulsando os autos, verifico que a audiência designada para o dia 03/07/2008 foi remarcada para o dia 17/07/2008, conforme despacho de fl. 33. Portanto, torno sem efeito o arquivamento de fl. 38. Aguarde-se a audiência designada para o dia 17/07/2008, às 13h35.

PROCESSO: **00651-2008-003-10-00-0 (0033)**
RECLAMANTE Edcarlos de Sousa Costa
ADVOGADO: MARIA DE LOURDES SILVA DE MELO
RECLAMADO Oliveira Marini Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda.
RECLAMADO BRA - Transportes Aéreos Ltda.
RECLAMADO Total Linhas Aéreas
RECLAMADO Passaredo Transportes Aéreos
RECLAMADO Oceanair Linhas Aéreas Ltda.

DECISÃO-POSTO ISSO, decido extinguir sem julgamento do mérito a reclamatória movida por EDCARLOS DE SOUSA COSTA contra OLIVEIRA MARINI SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO LTDA, BRA - TRANSPORTE AÉREO LTDA, TOTAL LINHAS AÉREAS, PASSAREDO LINHAS AÉREAS e OCEANAIR LINHAS AÉREAS LTDA., nos termos do art. 267, VIII, do CPC, conforme fundamentação supra, que desta decisão passa a fazer parte integrante.Custas pelo reclamante no importe de R$ 110,59, calculadas sobre R$ 5.544,62, valor atribuído à causa, dispensadas sem face da declaração de pobreza de fl. 13.Defere-se ao reclamante os documentos de fls. 12/64, sendo a procuração e a declaração de pobreza mediante traslado.Publique-se para ciência do autor.Intimem-se as reclamadas via postal. Nada mais.FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA-JUIZ DO TRABALHO.

PROCESSO: **00655-2008-003-10-00-8 (0034)**
EMBARGANTE Maria de Fátima Lopes Costa
ADVOGADO: ELBA SOUZA DE ALBUQUERQUE E SILVA
EMBARGADO Procuradoria da Fazenda Nacional

Os presentes embargos de terceiro foram distribuídos por dependência aos autos da CP 9072-2008-003-10-00-2. Tendo em vista a devolução da Carta Precatória devidamente cumprida, nos termos da certidão supra, declara-se, nesta oportunidade, a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, remetendo-o ao Juízo Deprecado para julgamento.

ÍNDICE

Advogado: ALICE RODRIGUES AUERSWALD **7024/DF** (0014)
Advogado: ANA ESTER FEITOSA DE BRITTO **649/RO** (0015)
Advogado: ANDERSON JORGE FIGUEIRA PEREIRA **13755/DF** (0010)
Advogado: ANDRE CAVALCANTE BARROS **22948/O/DF** (0030)
Advogado: AQUILES RODRIGUES DE OLIVEIRA **1145/DF** (0018)
Advogado: BOLIVAR DOS SANTOS SIQUEIRA **8186/DF** (0008)
Advogado: CASSIANO P.VIANA **7978/DF** (0017)
Advogado: CESAR AUGUSTO NARDELLI COSTA **26900/O/DF** (0028)
Advogado: CIRENE ESTRELA **15338/T/DF** (0030)
Advogado: DIOGO PALAU FLORES DOS SANTOS **63643/RS** (0020)
Advogado: DJALMA N. DOS SANTOS FILHO **4604/DF** (0012)
Advogado: EDUARDO CORDEIRO ROCHA **22603/DF** (0011)
Advogado: EDUARDO RODRIGUES FIGUEIREDO **21176/O/DF** (0021)
Advogado: ELBA SOUZA DE ALBUQUERQUE E SILVA **24402/O/DF** (0034)
Advogado: ELGINA LINO FRANCA DE MORAES **9183/DF** (0010)
Advogado: FRANCISCO JOSE DOS S.MIRANDA **4989/DF** (0003)
Advogado: FRANCISCO RODRIGUES PRETO JUNIOR **12919/DF** (0011)
Advogado: FUVIA KARINA MENDES PEDROZA E SILVA **23926/DF** (0015)
Advogado: GANDHI GOUVEIA BELO DA SILVA **12136/O/DF** (0031)
Advogado: GENESCO RESENDE SANTIAGO **11746/DF** (0016)
Advogado: GERALDO MARCONE PEREIRA **14038/DF** (0012)
Advogado: GILBERTO CLAUDIO HOERLLE **05166/O/DF** (0028)
Advogado: HELENA CARDOSO DOS SANTOS **17126/DF** (0017)
Advogado: HELOISA R. C. F. DOS SANTOS **1539/DF** (0005)
Advogado: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI **13.505/DF** (0019)
Advogado: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI **13505/DF** (0002)
Advogado: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI **13505/O/DF** (0006)
Advogado: JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS **10434/O/DF** (0029)
Advogado: JOAO PORFIRIO FILHO **05752/O/DF** (0027)
Advogado: JOELSON COSTA DIAS **10441/O/DF** (0026)
Advogado: JOEMIL ALVES DE OLIVEIRA **05339/O/DF** (0031)
Advogado: JOMAR ALVES MORENO **5218/DF** (0009)
Advogado: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL **513/DF** (0001)
Advogado: JOSE AVELARQUE DE GOIS **20686/O/DF** (0026)
Advogado: JOSE MAURICIO DE OLIVEIRA **07379/O/DF** (0025)
Advogado: JOSE RODRIGUES BONFIM **59641/SP** (0022)
Advogado: JOSUE APARECIDO DE ARAUJO **22625/O/DF** (0032)
Advogado: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE **08583/O/DF** (0022)
Advogado: KAYTA CRISTHINE OLIVEIRA ROCHA LIMA **22010/O/DF** (0024)
Advogado: LINCOLN DE OLIVEIRA **07626/O/DF** (0023)
Advogado: LUCIANA MEIRA DE SOUZA COSTA **24231/DF** (0013)
Advogado: LUCIANA RIBEIRO MELO DE MORAES **04886/O/DF** (0024)
Advogado: LUIZ GONZAGA BAIAO **13712/DF** (0001)
Advogado: LUIZ GUSTAVO BARREIRA MUGLIA **20412/O/DF** (0005)
Advogado: MARCIANO CORTES NETO **8462/DF** (0017)
Advogado: MARIA DE LOURDES SILVA DE MELO **05696/O/DF** (0033)
Advogado: MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA **21934/A/DF** (0017)
Advogado: PAULO CESAR FRENHAN **19626/DF** (0019)
Advogado: PAULO ROBERTO MOGLIA THOMPSON FLORES **11848/T/DF** (0017)
Advogado: PAULO SERGIO HILARIO VAZ **13834/DF** (0016)
Advogado: REGINA MARIA DE FREITAS CASTRO **05778/O/DF** (0025)
Advogado: ROBSON FREITAS MELO **1982/O/DF** (0023)
Advogado: RODRIGO GEAN SADE **20875/DF** (0018)
Advogado: ROSANGELA MACIEL DE ALMEIDA **165.753/SP** (0017)

Advogado:	SAMUEL OLIVEIRA MACIEL	**72793/MG**
(0029)		
Advogado:	SERGIO LUIS TEIXEIRA DA SILVA	**9999/DF**
(0008)		
Advogado:	UBIRATAN BATISTA PEDROSO	**5350/DF**
(0004)		
Advogado:	VALDIR CAMPOS LIMA	**00870/O/DF**
(0021)		
Advogado:	VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO	**13398/DF**
(0012)		
Advogado:	VANESSA RIOS DOS REIS TARGINO ALVES	**24.260/DF**
(0020)		
Advogado:	WILKERSON FREITAS RODRIGUES	**25468/O/DF**
(0027)		

4ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

EDITAIS

PROCESSO:	**00483-2007-004-10-00-8 (0001)**
EDITAL:	**000.284/2008**
RECLAMANTE:	Selma Ribeiro Coutinho
ADVOGADO:	MANOEL VERAS NASCIMENTO
RECLAMADO	Ação Social Nossa Senhora de Fátima
ADVOGADO:	TERSON RIBEIRO CARVALHO

EDITAL DE CITAÇÃO
DENILSON BANDEIRA COÊLHO, Juiz do Trabalho Titular da Eg. 4ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, sita no SHLN, lote 2, conj. B, bloco 1, Sala S/14, nesta capital, no uso das atribuições que lhe confere a lei, faz saber a todos quantos virem o presente Edital que fica o Executado: Ação Social Nossa Senhora de Fátima - CNPJ: 44503000169, nos autos do processo em epígrafe, encontrado em local incerto e não sabido, CITADO para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, pagar a quantia devida no valor de R$ Resumo de Cálculo
Liq. Exequente....: 15.833,18 (93,15%)
INSS Reclamante...: 167,19 (0,98%)
INSS Reclamado....: 396,95 (2,34%)
INSS Terceiros....: 89,31 (0,53%)
INSS SAT.....: 19,84 (0,12%)
I R P F.....: 88,25 (0,52%)
Custas do Processo: 321,77 (1,89%)
Custas Art.789....: 80,44 (0,47%)
Custas de execução: 11,06
Total Geral: 17.007,99
Atualizado:30/06/2008, atualizado até 30.11.2007, sem prejuízo de posteriores atualizações, ou apresentar bens á penhora. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Nacional, e ainda afixado no local de costume na sede desta Vara. Eu, Márcio Magalhães Baião, Diretor de Secretaria, conferi e subscrevi o presente, no dia 11, JULHO de 2008.

MÁRCIO MAGALHÃES BAIÃO
Diretor de Secretaria

PROCESSO:	**01347-2007-004-10-00-5 (0002)**
EDITAL:	**000.285/2008**
RECLAMANTE:	Naiara da Silva Caldas
ADVOGADO:	FRANCISCO BARBOSA DE MORAIS
RECLAMADO	Virtual Service - Empresa de Serviços Gerais Ltda.

EDITAL DE CITAÇÃO
DENILSON BANDEIRA COÊLHO, Juiz do Trabalho Titular da Eg. 4ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, sita no SHLN, lote 2, conj. B, bloco 1, Sala S/14, nesta capital, no uso das atribuições que lhe confere a lei, faz saber a todos quantos virem o presente Edital que fica o Executado: Virtual Service - Empresa de Serviços Gerais Ltda. - CNPJ: 1126673000155, nos autos do processo em epígrafe, encontrado em local incerto e não sabido, CITADO para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, pagar a quantia devida no valor de R$ 3.375,73. Total. Atualizado:31/07/2008, atualizado até 30.11.2007, sem prejuízo de posteriores atualizações, ou apresentar bens á penhora. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Nacional, e ainda afixado no local de costume na sede desta Vara. Eu, Márcio Magalhães Baião, Diretor de Secretaria, conferi e subscrevi o presente, no dia 11, JULHO de 2008.

MÁRCIO MAGALHÃES BAIÃO
Diretor de Secretaria

ÍNDICE

Advogado:	FRANCISCO BARBOSA DE MORAIS	**5707/DF**
		(0002)
Advogado:	MANOEL VERAS NASCIMENTO	**16.459/DF**
		(0001)
Advogado:	TERSON RIBEIRO CARVALHO	**11195/DF**
		(0001)
Advogado:		/

5ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

DESPACHOS

PROCESSO:	**00426-1991-005-10-00-7 (0001)**
RECLAMANTE	DANIEL DA SILVA PAMPLONA BELTRAO
ADVOGADO:	UBIRAJARA W LINS JUNIOR
RECLAMADO	UNIAO FEDERAL

1.O exeqüente requer a devolução de prazo da decisão que extinguiu a execução. Alega, para tanto, a não localização dos autos pela Secretaria do Juízo.Defiro o pedido, por segurança jurídica.2.Assim, intime-se o exeqüente para, querendo, manifestar-se no prazo de 8 dias da Decisão de fl. 695, que extinguiu a execução, bem como para receber o alvará acostado à contracapa dos autos.

PROCESSO:	**08205-2005-005-10-00-3 (0002)**
INSC. DIVÍDA ATIVA:	1059700104831
EXEQUENTE	União (Fazenda Nacional)
ADVOGADO:	PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO	Jose Otaviano Pinto,

Considerando os termos da certidão do Oficial de Justiça de fls.108,intime-se o exeqüente para no prazo de 30 dias ,informar o atual endereço do executado.Fica a parte ciente de que sua inércia implicará no arquivamento provisório dos autos, pelo prazo de um ano, a teor dos art.268 a 270 do Prov. Geral Consolidado do Egrégio Regional, o que fica desde já determinado.

PROCESSO:	**00886-2006-005-10-00-2 (0003)**
RECLAMANTE	MICHELE FIGUEIRA DE PAULA SENA
ADVOGADO:	REGIS CAJATY BARBOSA BRAGA
RECLAMADO	XEROX DO BRASIL LTDA
ADVOGADO:	CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR

sentença de fls. 2660/2662: "DISPOSITIVO Ante o exposto, conheço dos embargos opostos pelos embargantes, rejeitando-os na forma da fundamentação, parte integrante deste dispositivo.Intimem-se as partes.Brasília, 9 de julho de 2008.Thais Bernardes Camilo Rocha Juíza do Trabalho Substituta "

PROCESSO:	**00906-2006-005-10-00-5 (0004)**
RECLAMANTE	ROBERTA CHAVES BARBOSA
ADVOGADO:	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE
RECLAMADO	PATRIMONIAL SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA
ADVOGADO:	DALMO ROGERIO SOUZA DE ALBUQUERQUE

Despacho de fl.134:Libere-se à executada, por alvará, o depósito recursal de fl.77, intimando-a via publicação no Diário da Justiça para o seu recebimento no prazo de 5 dias.

PROCESSO:	**01225-2006-005-10-00-4 (0005)**
RECLAMANTE	Cledson Moreira do Nascimento
ADVOGADO:	EMENS PEREIRA DE SOUZA
RECLAMADO	Instituto de Crescimento Humano - CRE-SER Ltda. ME
ADVOGADO:	WELLINGTON SANTANA SILVA
RECLAMADO	Welington Cesar Dias de Oliveira
RECLAMADO	Elzeni Vieira Ramos

Considerando os termos da certidão do Oficial de Justiça de fls.108,intime-se o exeqüente para no prazo de 30 dias ,informar o atual endereço do executado.Fica a parte ciente de que sua inércia implicará no arquivamento provisório dos autos, pelo prazo de um ano, a teor dos art.268 a 270 do Prov. Geral Consolidado do Egrégio Regional, o que fica desde já determinado.

PROCESSO:	**00506-2007-005-10-00-0 (0006)**
RECLAMANTE	Alexson Oliveira Silva
ADVOGADO:	ALCESTE VILELA JUNIOR
RECLAMADO	Posto Parque da Cidade Derivados de Petróleo Ltda
ADVOGADO:	SERGIO LUIZ OLIVEIRA DE MORAES
RECLAMADO	Petrobrás Distribuidora S/A
ADVOGADO:	DANIELA SOARES COUTO

Despacho de fl.387:Intime-se o reclamado para, no prazo de 5 dias, comprovar o cumprimento das demais obrigações de fazer determinadas na r. Sentença, sob as penas já cominadas.

PROCESSO:	**01156-2007-005-10-00-0 (0007)**
AUTOR	Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção e do Mobiliario de Brasilia - STICMB
ADVOGADO:	ROBSON FREITAS MELO
RÉU	DNB Reformas e Construções Ltda.

(...)Intimação da reclamada para, no prazo de 08 dias, manifestar-se acerca do recurso ordinário interposto pelo reclamante.

PROCESSO:	**01261-2007-005-10-00-9 (0008)**
RECLAMANTE	Idalia Dias Custodio
ADVOGADO:	GASPAR REIS DA SILVA
RECLAMADO	Flora Garden Gramados e Paisagismo Ltda.
RECLAMADO	União Federal
ADVOGADO:	LYGIA MARIA AVANCINI

Despacho de fl.907:1.Intime-se o reclamante para, no prazo de 5 dias, entregar sua CTPS na Secretaria da Vara para retificação,caso ainda não tenha sido providenciado, sob pena de se ter por cumprida a obrigação no particular.

PROCESSO:	**01291-2007-005-10-00-5 (0009)**
RECLAMANTE	Maria do Carmo Gomes da Silva
ADVOGADO:	BEATRIZ PEREIRA
RECLAMADO	Conservo Serviços Gerais Ltda. - Grupo Conservo BH
ADVOGADO:	SAMUEL OLIVEIRA MACIEL

Despacho de fl.72:Intime-se a reclamada para que comprove, no prazo de 5 dias, o recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais,nos termos da decisão de fls.68/70, sob pena de execução.

PROCESSO:	**00261-2008-005-10-00-2 (0010)**
RECLAMANTE	Merian Abraham Ohana
ADVOGADO:	JOSE CALASANS JUNIOR
RECLAMADO	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE
ADVOGADO:	LISA CRISTINA GOMES LAUFFER

SENTENÇA DE FLS.311/315 ("CONCLUSÃODiante do exposto, resolve a Eg. 5ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, reconhecer a existência de coisa julgada, para EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos dos artigos 471, 474 e 267, V, todos do Código de Processo Civil Brasileiro, conforme a fundamentação que é parte integrante deste decisum.Custas processuais no valor de R$16.894,07, calculadas sobre R$844.703,82, valor atribuído à inicial, pela autora, que deverá efetuar o pagamento no prazo de 5 dias, sob pena de execução.Ciente a reclamante por meio de seus advogados (Súmula nº. 197 do C. Tribunal Superior do Trabalho.Publique-se, para ciência da reclamada.ELISÂNGELA SMOLARECK Juíza do Trabalho")

PROCESSO:	**00303-2008-005-10-00-5 (0011)**
AUTOR	Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção e do Mobiliario de Brasilia - STICMB
ADVOGADO:	MARCELLO FERREIRA MELO
RÉU	CMS - Central de Manut e Serviços Ltda - ME

Despacho de fl.Intimação do exeqüente, para no prazo de 30 dias, juntar aos autos a relação dos empregados da executada.

PROCESSO:	**00328-2008-005-10-00-9 (0012)**
RECLAMANTE	Nara Cristina da Silva
ADVOGADO:	REGINALDO BACCI ACUNHA
RECLAMADO	Ravele Locações de Serviços Ltda.
RECLAMADO	Mário César Pimentel de Sousa
RECLAMADO	União Federal

Intimação das partes para, no prazo sucessivo de 08 dias, a começar pelo reclamante, manifestarem-se acerca dos recursos ordinários reciprocamente interpostos.

PROCESSO:	**00377-2008-005-10-00-1 (0013)**
RECLAMANTE	Carmem Rangel Pereira Ferreira
ADVOGADO:	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO	Guanabara Jornais e Revistas Ltda.
ADVOGADO:	MARIA CRISTINA DA COSTA FONSECA

Intimação do reclamado para manifestação, querendo, no prazo de 05 dias, quanto aos Embargos de Declaração interpostos pela parte contrária, ante a possibilidade de concessão de efeito modificativo ao julgado.

PROCESSO:	**00441-2008-005-10-00-4 (0014)**
RECLAMANTE	Luiz Henrique de França
ADVOGADO:	JERONIMO CAETANO DA FONSECA
RECLAMADO	Múltipla Logística e Transportes Ltda.

Despacho de fl.34: Intime-se o reclamado para no prazo de 5 dias, comprovar o cumprimento das demais obrigações de fazer determinadas na r. Sentença, sob as penas já cominadas.

PROCESSO:	**00447-2008-005-10-00-1 (0015)**
AUTOR	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília - DF
ADVOGADO:	ROBSON FREITAS MELO
RÉU	Oliveira & Manfrim Engenharia Ltda.

A teor do art. 322 do CPC, intimação do reclamado revel, via Diário da Justiça, para manifestação, querendo, no prazo de 08 dias, quanto ao Recurso Ordinário interposto.

PROCESSO:	**00458-2008-005-10-00-1 (0016)**
RECLAMANTE	Claudia Maria Vasconcelos Frota
ADVOGADO:	LARISSA DE FREITAS PANTALEAO
RECLAMADO	Supervarejo Comercio de Alimentos Ltda EPP - (Supermercado Baratudo)

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 23-7-2008, às 09 horas, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(A) reclamado(a) será notificado, via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos

documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00624-2008-005-10-00-0 (0017)**
RECLAMANTE	José Augusto Barbosa
ADVOGADO:	MARCIO FLAVIO DE OLIVEIRA SOUZA
RECLAMADO	Açotec Estruturas Metálicas Ltda.

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 29-7-2008, às 08h45min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O reclamado será notificado, por mandado, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00648-2008-005-10-00-9 (0018)**
RECLAMANTE	Lindalva Farias de Alencar Moraes
ADVOGADO:	JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO	Casa do Colegial Livraria e papelaria Ltda. (nome fantasia Casa do Colegial)
RECLAMADO	Anna Paula Barros dos Santos ME (nome fantasia Casa do Colegial)
RECLAMADO	ML Barros Livraria e Papelaria Ltda. (nome fantasia Casa do Colegial)
RECLAMADO	Sandra Barros Bandos ME (nome fantasia Casa do Colegial)
RECLAMADO	Malharia Central Ltda. (nome fantasia Casa do Colegial)

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 22-7-2008, às 12 horas, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.Os reclamados serão notificados, via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00672-2008-005-10-00-8 (0019)**
RECLAMANTE	Raphael Ribeiro Chahini
ADVOGADO:	Humberto Fernando Vallim Porto
RECLAMADO	Exa World Ltda.

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 22-7-2008, às 12h30min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(a) reclamado(a) será notificado(a), via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00675-2008-005-10-00-1 (0020)**
RECLAMANTE	Adilson Machado Santana
ADVOGADO:	JERONIMO CAETANO DA FONSECA
RECLAMADO	JK Segurança Empresarial e Patrimonial Ltda. (nome fantasia Centro Oeste Vigilância)

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 22-7-2008, às 11 horas, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(a) reclamado(a) será notificado(a), via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO SUMARÍSSIMO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00676-2008-005-10-00-6 (0021)**
RECLAMANTE	Celio Alberto Ferreira de Oliveira
ADVOGADO:	MARCONE GUIMARAES VIEIRA
RECLAMADO	MDF Móveis Ltda.

Vistos os autos. Intime-se o reclamante para, no prazo de 10 dias, juntar aos autos prova de regular e prévia passagem pela Comissão de Conciliação Prévia da categoria, ou comprovar a impossibilidade de fazê-lo, nos termos do art. 625-D, § 3º, da CLT, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito. Apresentada a manifestação do autor ou decorrido assinado, inclua-se o feito em pauta.Caso contrário, retornem os autos conclusos.

PROCESSO:	**00678-2008-005-10-00-5 (0022)**
RECLAMANTE	João Valério da Silva
ADVOGADO:	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS
RECLAMADO	Viação Planalto Ltda. - Viplan

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 22-7-2008, às 11h15min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(a) reclamado(a) será notificado(a), via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO SUMARÍSSIMO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00679-2008-005-10-00-0 (0023)**
RECLAMANTE	Luciana Martins de Medeiros
ADVOGADO:	CLAUDIO ANDREI CANTO DA SILVA
RECLAMADO	Banco Santander Brasil S.A.

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 23-7-2008, às 08h45min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(A) reclamado(a) será notificado, via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00682-2008-005-10-00-3 (0024)**
RECLAMANTE	Rosinei do Carmo Ribeiro
ADVOGADO:	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE
RECLAMADO	Clínica Orthodentalles Ltda.

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 22-7-2008, às 11h30min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(a) reclamado(a) será notificado(a), via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO SUMARÍSSIMO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00683-2008-005-10-00-8 (0025)**
RECLAMANTE	Evandro Abdias Franco
ADVOGADO:	FUVIA KARINA MENDES PEDROZA E SILVA
RECLAMADO	Viação Planalto Ltda. - Viplan

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 22-7-2008, às 11h45min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(a) reclamado(a) será notificado(a), via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de

preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO SUMARÍSSIMO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00684-2008-005-10-00-2 (0026)**
RECLAMANTE	Cintia Fasano Leão
ADVOGADO:	APARECIDO ANTONIO DE OLIVEIRA
RECLAMADO	Bbtur Viagens e Turismo Ltda.

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 23-7-2008, às 08h30min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(A) reclamado(a) será notificado, via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00686-2008-005-10-00-1 (0027)**
RECLAMANTE	Oziel Lopes de Sousa
ADVOGADO:	CLINO BENEDITO BENTO
RECLAMADO	Lairton Alves Ataíde EPP

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 30-7-2008, às 09 horas, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(A) reclamado(a) será notificado(a), por mandado, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO SUMARÍSSIMO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00687-2008-005-10-00-6 (0028)**
RECLAMANTE	Rodrigo Felipe Vieira da Silva
ADVOGADO:	MARCOS LOPES COELHO
RECLAMADO	Garra Empreendimentos e Serviços Ltda.

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 29-7-2008, às 08h30min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(A) reclamado(a) será notificado(a), via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00688-2008-005-10-00-0 (0029)**
RECLAMANTE	Aldemir Veras Marques
ADVOGADO:	DALMO ROGERIO SOUZA DE ALBUQUERQUE
RECLAMADO	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Vistos os autos. Intime-se o reclamante para, no prazo de 10 dias, juntar aos autos a prova de regular e prévia passagem pela Comissão de Conciliação Prévia da categoria, conforme informado na inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito. Apresentado o documento, inclua-se o feito em pauta.

PROCESSO:	**00689-2008-005-10-00-5 (0030)**
RECLAMANTE	Gilberto da Conceição
ADVOGADO:	ALEXANDRE DA SILVEIRA BARBOSA
RECLAMADO	Gce S/A
RECLAMADO	Embaixada da Repúblida da Coréia

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 5-8-2008, às 08h30min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.Os reclamados serão notificados, sendo o primeiro via postal e o segundo por mandado, via Ministério das Relações Exteriores, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00690-2008-005-10-00-0 (0031)**
RECLAMANTE	Maria Lizete da Silveira
ADVOGADO:	ELIZABETH TOSTES PEIXOTO
RECLAMADO	Banco do Brasil S. A.

Vistos os autos. Intime-se a reclamante para, no prazo de 10 dias, juntar aos autos a prova de regular e prévia passagem pela Comissão de Conciliação Prévia da categoria, conforme informado na inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito. Apresentado o documento, inclua-se o feito em pauta.

PROCESSO:	**00691-2008-005-10-00-4 (0032)**
RECLAMANTE	Elicezar Marques de Brito
ADVOGADO:	JOSE MAURICIO DE OLIVEIRA
RECLAMADO	Alexandre - Empréstimo Pessoal

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 23-7-2008, às 09h15min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(A) reclamado(a) será notificado(a), via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO SUMARÍSSIMO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00692-2008-005-10-00-9 (0033)**
RECLAMANTE	Rafael Vinicius Siqueira
ADVOGADO:	AROLDO OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR
RECLAMADO	Instituto Candango de Solidariedade
RECLAMADO	Distrito Federal

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 12-8-2008, às 09 horas, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O primeiro e segundo reclamados serão notificados, via edital e mandado, respectivamente, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00693-2008-005-10-00-3 (0034)**
RECLAMANTE	Luiz Carlos Ferreira
ADVOGADO:	PATRICIA ELIZA ALVES MOREIRA
RECLAMADO	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 23-7-2008, às 11 horas, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(A) reclamado(a) será notificado, via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00695-2008-005-10-00-2 (0035)**
RECLAMANTE	Renato Amaral Braga da Rocha
ADVOGADO:	RODRIGO GEAN SADE
RECLAMADO	Centro de Ensino Superior de Brasília - CESB

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 23-7-2008, às 11h15min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(A) reclamado(a) será notificado, via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT,

artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00696-2008-005-10-00-7 (0036)**
RECLAMANTE	Julio César Quirino Marciel
ADVOGADO:	RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
RECLAMADO	Instituto Candango de Solidariedade - ICS
RECLAMADO	Distrito Federal

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 12-8-2008, às 08h45min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O primeiro e segundo reclamados serão notificados, via edital e mandado, respectivamente, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00697-2008-005-10-00-1 (0037)**
RECLAMANTE	João Batista dos Anjos Lima
ADVOGADO:	ABADIO FERREIRA DA SILVA
RECLAMADO	Ômega - Tecnologia e Engenharia Ltda.
RECLAMADO	Construtora RV Ltda.

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 23-7-2008, às 10 horas, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.Os reclamados serão notificados, via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO SUMARÍSSIMO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00698-2008-005-10-00-6 (0038)**
RECLAMANTE	Luzia Vitória Gonçalves de Campos
ADVOGADO:	SERGIO AGOSTINI XAVIER
RECLAMADO	Ponto Zero Panificadora Ltda. - ME

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 23-7-2008, às 10h15min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(a) reclamado(a) será notificado(a), via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO SUMARÍSSIMO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00699-2008-005-10-00-0 (0039)**
RECLAMANTE	Maria da Conceição Borges de Moraes
ADVOGADO:	JOMAR ALVES MORENO
RECLAMADO	Carmo e Aboulhossem S.A.
RECLAMADO	Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel

Vistos os autos.Por não restarem preenchidos os requisitos insculpidos no art. 273 do CPC, indefiro a antecipação de tutela pretendida.Para realização da audiência INICIAL designo o dia 29-7-2008, às 09 horas, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado(a) na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, e fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.Os reclamados serão notificados, via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem dentre as peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua alteração, com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00700-2008-005-10-00-7 (0040)**
RECLAMANTE	Aline Borges da Cunha
ADVOGADO:	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO
RECLAMADO	Amaro Rosa de Moraes

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 23-7-2008, às 09h45min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(A) reclamado(a) será notificado(a), via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO SUMARÍSSIMO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00702-2008-005-10-00-6 (0041)**
RECLAMANTE	Andrea Toscan Begotto
ADVOGADO:	ELDA GOMES DE ARAUJO
RECLAMADO	Antares Materiais para Contrução Ltda. - ME (Ferragens Tavares)

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 23-7-2008, às 10h45min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(A) reclamado(a) será notificado, via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00703-2008-005-10-00-0 (0042)**
RECLAMANTE	Vanderli Rodrigues da Silva
ADVOGADO:	NADJA FERREIRA GUEDES
RECLAMADO	Viplan Viação Planalto Ltda.

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 23-7-2008, às 09h30min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(A) reclamado(a) será notificado(a), via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO SUMARÍSSIMO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00704-2008-005-10-00-5 (0043)**
RECLAMANTE	Elizeu Monteiro Costa
ADVOGADO:	ANTONIO LEONEL DE ALMEIDA CAMPOS
RECLAMADO	Lins Engenharia Ltda.
RECLAMADO	Via Engenharia e Imobiliária S/A
RECLAMADO	Apece - Serv. Gerais Ltda.

Vistos os autos. Intime-se o reclamante para, no prazo de 10 dias, juntar aos autos prova de regular e prévia passagem pela Comissão de Conciliação Prévia da categoria, ou comprovar a impossibilidade de fazê-lo, nos termos do art. 625-D, § 3º, da CLT, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito. Apresentada a manifestação do autor ou decorrido assinado, inclua-se o feito em pauta.

PROCESSO:	**00705-2008-005-10-00-0 (0044)**
RECLAMANTE	João Marques de Matos Junior
ADVOGADO:	SONIA MARIA FREITAS
RECLAMADO	Alcatel Lucent Brasil S.A.

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 23-7-2008, às 11h30min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(A) reclamado(a) será notificado, via

postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00706-2008-005-10-00-4 (0045)**
RECLAMANTE	Leni Nascimento Viana da Silva
ADVOGADO:	GERALDO DA SILVA
RECLAMADO	Brasília Comercial e Serviços Ltda. (Lavanderia Brasília)

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 23-7-2008, às 10h30min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(a) reclamado(a) será notificado(a), via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO SUMARÍSSIMO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

PROCESSO:	**00707-2008-005-10-00-9 (0046)**
RECLAMANTE	Valderina da Silva
ADVOGADO:	CELIA MARIA REGIS VALENTE
RECLAMADO	Fiança Empresa de Segurança Ltda.

De ofício, nos termos do art. 23 do Provimento Geral Consolidado do Egrégio Regional, designa-se o dia 23-7-2008, às 11h45min, para realização da audiência relativa ao processo acima identificado, que será realizada na sala de audiências da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, situada na Avenida W3 Norte, quadra 516, lote 02, conjunto "B", bloco 01, sala 103 (1º andar), em Brasília/DF.O(A) reclamante será intimado na pessoa do seu procurador, via Diário da Justiça, que fica encarregado de comunicar ao seu outorgante para comparecer pessoalmente à audiência, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844 da CLT.O(A) reclamado(a) será notificado, via postal, com cópia da petição inicial, para comparecer pessoalmente à audiência, ou através de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844). O(a) reclamado(a) deverá apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, e poderá, querendo, ter vista dos documentos apresentados com a petição inicial.O presente feito tramita sob o RITO ORDINÁRIO e a audiência será realizada de forma fracionada.Caso haja discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) deverá apresentar com a defesa os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST).Em audiência, caso não constem nos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número do seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP, bem como pelo(a) reclamado(a) o número do CNPJ ou CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e a sua última alteração com o CPF dos proprietários ou sócios.Quanto à apresentação de documentos, deverá ser observado pelas partes os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.

ÍNDICE

Advogado: (0037)	ABADIO FERREIRA DA SILVA	**26888/O/DF**
Advogado: (0006)	ALCESTE VILELA JUNIOR	**10609/DF**
Advogado: (0022)	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS	**13750/O/DF**
Advogado: (0030)	ALEXANDRE DA SILVEIRA BARBOSA	**25604/O/DF**
Advogado: (0043)	ANTONIO LEONEL DE ALMEIDA CAMPOS	**03529/O/DF**
Advogado: (0024)	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE	**06263/O/DF**
Advogado: (0004)	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE	**6263/DF**
Advogado: (0026)	APARECIDO ANTONIO DE OLIVEIRA	**21727/O/DF**
Advogado: (0033)	AROLDO OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR	**14326/O/DF**
Advogado: (0009)	BEATRIZ PEREIRA	**1964/DF**
Advogado: (0003)	CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR	**10424/DF**
Advogado: (0046)	CELIA MARIA REGIS VALENTE	**12180/O/DF**
Advogado: (0023)	CLAUDIO ANDREI CANTO DA SILVA	**18077/O/DF**
Advogado: (0027)	CLINO BENEDITO BENTO	**07036/O/DF**
Advogado: (0004)	DALMO ROGERIO SOUZA DE ALBUQUERQUE	**10010/DF**
Advogado: (0029)	DALMO ROGERIO SOUZA DE ALBUQUERQUE	**10010/O/DF**
Advogado: (0006)	DANIELA SOARES COUTO	**22439/GO**
Advogado: (0040)	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO	**15690/T/DF**
Advogado: (0041)	ELDA GOMES DE ARAUJO	**12155/T/DF**
Advogado: (0031)	ELIZABETH TOSTES PEIXOTO	**07311/O/DF**
Advogado: (0005)	EMENS PEREIRA DE SOUZA	**6371/DF**
Advogado: (0025)	FUVIA KARINA MENDES PEDROZA E SILVA	**23926/O/DF**
Advogado: (0008)	GASPAR REIS DA SILVA	**9324/DF**
Advogado: (0045)	GERALDO DA SILVA	**25522/O/DF**
Advogado: (0019)	Humberto Fernando Vallim Porto	**20190/o/DF**
Advogado: (0014) (0020)	JERONIMO CAETANO DA FONSECA	**10854/O/DF**
Advogado: (0018)	JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS	**10434/O/DF**
Advogado: (0039)	JOMAR ALVES MORENO	**05218/O/DF**
Advogado: (0010)	JOSE CALASANS JUNIOR	**15086/T/DF**
Advogado: (0032)	JOSE MAURICIO DE OLIVEIRA	**07379/O/DF**
Advogado: (0013)	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE	**08583/O/DF**
Advogado: (0016)	LARISSA DE FREITAS PANTALEAO	**23875/T/DF**
Advogado: (0010)	LISA CRISTINA GOMES LAUFFER	**18337/T/DF**
Advogado: (0008)	LYGIA MARIA AVANCINI	**5833/DF**
Advogado: (0011)	MARCELLO FERREIRA MELO	**23969/DF**
Advogado: (0017)	MARCIO FLAVIO DE OLIVEIRA SOUZA	**15660/O/DF**
Advogado: (0021)	MARCONE GUIMARAES VIEIRA	**09336/O/DF**
Advogado: (0028)	MARCOS LOPES COELHO	**24110/O/DF**
Advogado: (0013)	MARIA CRISTINA DA COSTA FONSECA	**14974/O/DF**
Advogado: (0042)	NADJA FERREIRA GUEDES	**04000/T/DF**
Advogado: (0034)	PATRICIA ELIZA ALVES MOREIRA	**12562/O/DF**
Advogado: (0002)	PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL	**PFN/DF**
Advogado: (0036)	RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA	**26962/O/DF**
Advogado: (0012)	REGINALDO BACCI ACUNHA	**16333/O/DF**
Advogado: (0003)	REGIS CAJATY BARBOSA BRAGA	**11056/DF**
Advogado: (0015)	ROBSON FREITAS MELO	**01982/O/DF**
Advogado: (0007)	ROBSON FREITAS MELO	**1982/DF**
Advogado: (0035)	RODRIGO GEAN SADE	**20875/O/DF**
Advogado: (0009)	SAMUEL OLIVEIRA MACIEL	**72793/DF**
Advogado: (0038)	SERGIO AGOSTINI XAVIER	**00908/A/DF**
Advogado: (0006)	SERGIO LUIZ OLIVEIRA DE MORAES	**7638/DF**
Advogado: (0044)	SONIA MARIA FREITAS	**04008/O/DF**
Advogado: (0001)	UBIRAJARA W LINS JUNIOR	**5064/DF**
Advogado: (0005)	WELLINGTON SANTANA SILVA	**22396/DF**

EDITAIS

PROCESSO:	**00618-2008-005-10-00-2 (0001)**
EDITAL:	**000.320/2008**
RECLAMANTE	Pedro Edson da Cunha Bastos
ADVOGADO:	MAXIMIANO SOUZA ARAUJO NETO
RECLAMADO	Instituto Candango de Solidariedade
RECLAMADO	Serviço de Limpeza Urbana SLU

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) THAIS BERNARDES CAMILO ROCHA, Juiz(íza) da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Instituto Candango de Solidariedade de que o processo em referência foi incluído em pauta e que deverá comparecer pessoalmente no dia 17/08/08, às 10h00min, à AUDIÊNCIA relativa à Ação Trabalhista em referência, sendo facultada a nomeação de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844), no que deve apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, ficando desde logo intimado(a) para vista dos documentos apresentados. Cópia da petição inicial está à disposição na Secretaria do Juízo, localizada na SHLN, Quadra 516- Lote 02 - Bloco 01 - Conjunto "B" - Sala 103 - Brasília/DF. O feito tramita pelo RITO ORDINÁRIO, sendo que a audiência será realizada de forma FRACIONADA. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) fica desde já intimado(a) a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido o número do CNPJ e do CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e sua última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios (Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região). Quanto à apresentação de documentos, deverão ser observados os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado do Eg. Regional. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume na Vara. Brasília/DF, 10, JULHO de 2008.

PROCESSO:	**00692-2008-005-10-00-9 (0002)**
EDITAL:	**000.319/2008**
RECLAMANTE	Rafael Vinicius Siqueira
ADVOGADO:	AROLDO OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR
RECLAMADO	Instituto Candango de Solidariedade
RECLAMADO	Distrito Federal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) THAIS BERNARDES CAMILO ROCHA, Juiz(íza) da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Instituto Candango de Solidariedade de que o processo em referência foi incluído em pauta e que deverá comparecer pessoalmente no dia 12-8-2008, às 09 horas, à AUDIÊNCIA relativa à Ação Trabalhista

em referência, sendo facultada a nomeação de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844), no que deve apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, ficando desde logo intimado(a) para vista dos documentos apresentados. Cópia da petição inicial está à disposição na Secretaria do Juízo, localizada na SHLN, Quadra 516- Lote 02 - Bloco 01 - Conjunto "B" - Sala 103 - Brasília/DF. O feito tramita pelo RITO ORDINÁRIO, sendo que a audiência será realizada de forma FRACIONADA. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) fica desde já intimado(a) a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido o número do CNPJ e do CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e sua última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios (Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região). Quanto à apresentação de documentos, deverão ser observados os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado do Eg. Regional. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume na Vara. Brasília/DF, 10 de JULHO de 2008.

PROCESSO: **00696-2008-005-10-00-7 (0003)**
EDITAL: **000.318/2008**
RECLAMANTE Julio César Quirino Marciel
ADVOGADO: RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
RECLAMADO Instituto Candango de Solidariedade - ICS
RECLAMADO Distrito Federal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA
(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) THAIS BERNARDES CAMILO ROCHA, Juiz(íza) da MM. 5ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em LUGAR INCERTO OU NÃO SABIDO, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Instituto Candango de Solidariedade - ICS de que o processo em referência foi incluído em pauta e que deverá comparecer pessoalmente no dia 12-8-2008, às 08h45min, à AUDIÊNCIA relativa à Ação Trabalhista em referência, sendo facultada a nomeação de preposto legalmente habilitado (CLT, artigo 843), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844), no que deve apresentar resposta, preferencialmente por meio de advogado, ficando desde logo intimado(a) para vista dos documentos apresentados. Cópia da petição inicial está à disposição na Secretaria do Juízo, localizada na SHLN, Quadra 516- Lote 02 - Bloco 01 - Conjunto "B" - Sala 103 - Brasília/DF. O feito tramita pelo RITO ORDINÁRIO, sendo que a audiência será realizada de forma FRACIONADA. Havendo discussão quanto ao horário de trabalho, o(a) reclamado(a) fica desde já intimado(a) a apresentar, com a defesa, os registros de que trata o art. 74, § 2º, da CLT (Súmula 338/TST). Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido o número do CNPJ e do CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e sua última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios (Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região). Quanto à apresentação de documentos, deverão ser observados os termos do art. 50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado do Eg. Regional. Este Edital foi expedido por ordem do(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho e será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume na Vara. Brasília/DF de 10, JULHO de 2008.

ÍNDICE

Advogado: AROLDO OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR **14326/O/DF** (0002)
Advogado: MAXIMIANO SOUZA ARAUJO NETO **14584/O/DF** (0001)
Advogado: RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA **26962/O/DF** (0003)
Advogado: /

6ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

AUTOS COM VISTA

PROCESSO: **00966-2000-006-10-00-9 (0001)**
RECLAMANTE Belcina Pereira da Cruz
ADVOGADO: JULMAR ROCHA LIMA DE BARROS
RECLAMADO Regina Lucia Alencar da Silva
ADVOGADO: ANTONIO VENILSON DA SILVA

Vistos. Fixo o débito remanescente da executada e depositária infiel Regina Lúcia Alencar da Silva em R$ 815,03, atualizado até 31/07/2008.Expeça-se mandado de intimação para que a mesma comprove, no prazo de cinco dias, o recolhimento espontâneo do referido valor sob pena da não revogação do mandado de prisão. Cumpra-se no endereço ora encontrado.Publique-se. Juiz do Trabalho RAQUEL GONÇALVES MAYNARDE

PROCESSO: **00346-2002-006-10-00-1 (0002)**
RECLAMANTE ALAN DE OLIVEIRA GUEDES
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS
RECLAMADO CARREFOUR COM. E IND. LTDA (SUCESSORA DOS SUPERMERCADOS PLANALTÃO S/A)
ADVOGADO: VALERIA GOMES BARBOSA

Vistos. Defiro o pedido de desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, sendo a procuração e declaração de pobreza, mediante traslado.Prazo de 5 dias.Decorridos, arquivem-se definitivamente.Publique-se. Juiz do Trabalho SILVIA MARIOZI DOS SANTOS

PROCESSO: **00041-2003-006-10-00-0 (0003)**
RECLAMANTE SONIA MARIA DA SILVA
ADVOGADO: JOMAR ALVES MORENO
RECLAMADO D FEDERAL ORGANIZACAO DE OBRAS E SERVICOS LTDA
RECLAMADO BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: ERIC SARMANHO DE ALBUQUERQUE

Defiro como determinado a fl.208. Assino ao Banco 5 dias para recebimento. Após, ao arquivo definitivo. Publique-se. Juiz do Trabalho SILVIA MARIOZI DOS SANTOS

PROCESSO: **01105-2003-006-10-00-0 (0004)**
RECLAMANTE Eduardo de Oliveira Cunha Neto
ADVOGADO: NIVALDO DE OLIVEIRA
RECLAMADO Sociedade Educacional Amarante Ltda.
RECLAMADO Gerson Gonçalves Amarante

Vistos. Os bens adjudicados cuja recusa foi manifestada pelo obreiro no ato da tentativa de entrega dos bens (fl. 165) haviam sido reavaliados (fls. 146/147), observando-se que os que continham defeito foram recuperados pelo depositário, à vista do teor da certidão da Oficiala de Justiça, que manteve a avaliação anterior (fl. 147).O auto de penhora e avaliação de fl. 81 foi expresso ao mencionar que estavam as cadeiras penhoradas em bom estado de conservação e a certidão de fl. 147 autorizou a manutenção da avaliação anterior. Tais documentos gozam de fé pública, não infirmada por nenhum elemento apresentado pelo obreiro.Para que não se considere injustificada a recusa obreira, assino ao exeqüente o prazo de 5 dias para apresentação de elementos que infirmem o teor das certidões mencionadas quanto à avaliação dos bens. Juiz do Trabalho SILVIA MARIOZI DOS SANTOS

PROCESSO: **00265-2006-006-10-00-5 (0005)**
RECLAMANTE Ivanildo Pereira Pinto Filho
ADVOGADO: PAULA ADRIANNE JANIQUES DE MATOS CORDOVA
RECLAMADO TH Editoração e Distribuição de Livros e Apostilas Ltda - ME (Editora Específica)
RECLAMADO Teresinha de Jesus do Vale
RECLAMADO Lúcia Maria Inácio
ADVOGADO: TATYANA MARQUES SANTOS DE CARLI

Vistos. Oficie-se o Juízo Deprecado (3ª VT de Uberaba - MG), solicitando informações sobre o andamento da CPE de fl. 110, bem como anexando cópia do despacho de fl.109 e esclarecendo que a sócia a ser citada (TERESINHA DE JESUS DO VALE LEITE) foi incluída do pólo passivo da execução. Tendo em vista a execução instaurada exclusivamente para satisfação de crédito previdenciário, intime-se a União (PGF), via SCJAE, para fins de despacho de fl.146. Juiz do Trabalho RAQUEL GONÇALVES MAYNARDE

PROCESSO: **00759-2006-006-10-00-0 (0006)**
RECLAMANTE Ivone de Andrade Rezende Sousa
ADVOGADO: JOAQUIM LIMA RIBEIRO
RECLAMADO Viação Aérea São Paulo S/A - VASP
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO

Vistos. Manifeste-se o autor no prazo de cinco dias acerca do que entender de direito, sob pena de sobrestamento dos autos.Publique-se. Juiz do Trabalho SILVIA MARIOZI DOS SANTOS

PROCESSO: **00997-2006-006-10-00-5 (0007)**
RECLAMANTE Lourivaldo Correa da Silva
ADVOGADO: EDNA MARIA FERNANDES
RECLAMADO Construtora Aquino Cavalcante Ltda
RECLAMADO Caenge S/A - Construção, Administração e Engenharia
ADVOGADO: PEDRO MARTINS FILHO
RECLAMADO José Bezerra Cavalcanti
RECLAMADO Nilza de Aquino Cavalcanti

Vistos.1. Compulsando melhor os autos, verifico que houve um equívoco no trâmite da presente execução após o pagamento realizado através da guia constante às fls. 77, tendo em vista que, conforme acordado pelas partes em audiência (fl. 57/58), a 2ª Reclamada ficou responsável subsidiariamente pela integral satisfação do acordo, ficando exonerada da multa caso pagasse a parcela do acordo nos 05 dias seguintes à sua notificação via DJ.2. Ocorre que, conforme demonstra a guia constante às fls. 77, o pagamento foi realizado pela 2ª Reclamada (Caenge S/A, CNPJ nº 00.578.443/0001-64), antes mesmo de ser realizada a publicação do despacho para que ela arcasse com o pagamento integral do acordo.3. Desta forma, não há que se falar em prosseguimento da presente execução quanto à multa de 100% referente a 1ª parcela paga em atraso, tendo em vista o acordo entabulado entre as partes, o qual exonera a 2ª Reclamada da multa caso efetivasse o pagamento em até 05 dias após a publicação via DJ, fato este que ocorreu um dia antes da publicação do despacho intimando a 1ª Reclamada a comprovar o pagamento da 1ª parcela do acordo.4. Assim, torno sem efeito todos os atos praticados a partir do dia 23/01/2007 (fl. 80).5. Determino, em caso positivo, que efetue o desbloqueio dos valores bloqueados por meio do Sistema Bacenjud realizado através do nº de protocolo 20080001161481.6. Após, libere-se à 1ª Reclamada o valor bloqueado às fls. 149 a que alude a guia acostada à contracapa, assinando o prazo de 5 dias para recebimento.7. Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.Publique-se. Juiz do Trabalho RAQUEL GONÇALVES MAYNARDE

PROCESSO: **00291-2007-006-10-00-4 (0008)**
AUTOR Milton Ferreira de Carvalho
ADVOGADO: FREDERICO AUGUSTO DIAS DA CUNHA
RÉU Automarcas Comércio de Peças para Veículos Ltda ME
ADVOGADO: KATYA MARIA SPROESSER MORETTO

Vistos. Rejeito a exceção de pré-executividade apresentada pela executada, haja vista que o exame do tema proposto na exceção demandada escapa ao caráter do remédio jurídico eleito, razão por que deverão ser reapresentados em sede de embargos à execução, após a garantia do juízo. Juiz do Trabalho SILVIA MARIOZI DOS SANTOS

PROCESSO: **00321-2007-006-10-00-2 (0009)**
RECLAMANTE Márcio da Rocha Marques
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
RECLAMADO Capbrasil Informática e Serviços Ltda
ADVOGADO: MAURÍCIO DE FIGUEIREDO CORRÊA DA VEIGA

Vistos.1.Haja vista o bloqueio de valores junto ao BACENnão ter atingido o valor total da execução e, considerando-se a gradação legal insculpida no art. 655 do CPC, intime-se a executada para, no prazo de cinco dias, apresentar o endereço onde poderá ser encontrado o veículo constante da relação anexa (placa JEK6629), a fim de possibilitar a penhora, bem como o de quaisquer outros bens, até que se atinja o valor total da execução (art. 652, §3º do CPC).2.Advirta-se a executada de que o não atendimento no prazo legal será considerando ato atentatório à dignidade da justiça, como previsão legal de multa de até 20% do valor da causa (art. 600, caput e inciso IV e art. 601 do CPC). Juiz do Trabalho SILVIA MARIOZI DOS SANTOS

PROCESSO: **00607-2007-006-10-00-8 (0010)**
RECLAMANTE Fernando Mauro da Silva
ADVOGADO: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
RECLAMADO Transportes Rodovia Ltda. - EPP
ADVOGADO: SAMUEL BARBOSA DOS SANTOS

Vistos.Intime-se a União/PGF, via SCAJE, para ciência do acordo homologado e da comprovação dos recolhimentos previdenciários incidentes sobre as parcelas de natureza salarial nele fixadas.Publique-se. Juiz do Trabalho RAQUEL GONÇALVES MAYNARDE

PROCESSO: **00632-2007-006-10-00-1 (0011)**
RECLAMANTE Orlando Perez Filho
ADVOGADO: RICARDO LUIZ RODRIGUES DA FONSECA PASSOS
RECLAMADO Banco do Brasil S/A
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO DE SOUZA

Vistos. Assino ao reclamado o prazo de 10 dias para que se manifeste sobre os cálculos de liquidação sugeridos pelo reclamante, sob pena de preclusão (CLT, art. 879, § 2º). Na hipótese de contrariedade aos cálculos obreiros pelo banco, remetam-se os autos ao SCJAE para manifestação sobre a irresignação, de modo que os valores possam ser eventualmente retificados pela parte, segundo a orientação fundamentada daquela seção. Juiz do Trabalho SILVIA MARIOZI DOS SANTOS

PROCESSO: **00690-2007-006-10-00-5 (0012)**
RECLAMANTE Noeme dos Santos Morais
ADVOGADO: JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Centro Médico Ceilândia CEMEC S/C Ltda

Vistos. Comprovado o pagamento das seis parcelas do acordo homologado a fls. 89, todavia todas em atraso (v. fls. 145/151), realinho os cálculos de fl. 114, para fixar o débito da executada em R$2.400,00 (multa de 100% incidente sobre a conciliação), atualizados até 15/1/2008.Assino ao exeqüente o prazo de 5 dias para receber seu crédito de fls. 148, 149 e 151 por meio das guias acostadas à contracapa, bem como indicar meios de prosseguimento da execução, tendo em vista as frustradas tentativas junto ao BACEN e a certidão negativa passada a fl. 154.Publique-se. Juiz do Trabalho SILVIA MARIOZI DOS SANTOS

PROCESSO: **00860-2007-006-10-00-1 (0013)**
RECLAMANTE Marcelo Calasans Gomes
ADVOGADO: ULISSES BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Ceb Distribuição S/A
ADVOGADO: ANA CAROLINA SOARES DA ROCHA

Aguarde-se atá 08/08/2008 a comprovação. Juiz do Trabalho SILVIA MARIOZI DOS SANTOS

PROCESSO: **01035-2007-006-10-00-4 (0014)**
RECLAMANTE Adriana Ferreira de Souza
ADVOGADO: CARLOS ANDRÉ LOPES ARAÚJO
RECLAMADO Azeite de Oliva Comércio de Alimentos Ltda
ADVOGADO: MÔNICA FLORÊNCIO TARDIVO

Vistos. Manifeste-se o autor no prazo de cinco dias acerca do que entender de direito, sob pena de sobrestamento dos autos.Publique-se. Juiz do Trabalho SILVIA MARIOZI DOS SANTOS

PROCESSO: **01200-2007-006-10-00-8 (0015)**
RECLAMANTE Alexandre de Almeida Rocha
ADVOGADO: TIAGO CONDE TEIXEIRA
RECLAMADO Fundação Universidade de Brasília - FUB

Vistos. Assino ao exequente o prazo de 5 dias para manifestar-se sobre os embargos opostos pela executada. Juiz do Trabalho SILVIA MARIOZI DOS SANTOS

PROCESSO: **00086-2008-006-10-00-0 (0016)**
RECLAMANTE Frank Pedson Pinto
ADVOGADO: MAXIMIANO SOUZA ARAÚJO NETO
RECLAMADO Garra Empreendimentos e Serviços Ltda
ADVOGADO: JÂMERSON DE FARIA MARRA
RECLAMADO Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte - DNIT
ADVOGADO: ROSALLINY PINHEIRO DANTAS

Vistos. Assino à 1ª reclamada o prazo de 5 dias para proceder às anotações na CTPS obreira acostada na contracapa dos autos, entregar, em Secretaria, as guias do TRCT, garantida a integralidade dos depósitos, conforme os termos da sentença de fls. 85/92, bem como para regularizar sua representação processual, haja vista a ausência de procuração outorgada ao Dr. Jâmerson de Faria Marra, OAB/MG 76.742, que assina a defesa, nos presentes autos.Intime-se a 1ª reclamada diretamente.Publique-se.

PROCESSO: **00340-2008-006-10-00-0 (0017)**
RECLAMANTE Rita de Cássia de Souza Silva
ADVOGADO: MARIA ANGELA GOMES
RECLAMADO Intervisa Brasiliense Agência de Viagens Ltda.

Vistos. Denego seguimento ao recurso ordinário interposto pelo reclamante porque deserto.Decorrido o prazo recursal, venham-me conclusos.Publique-se. Juiz do Trabalho SILVIA MARIOZI DOS SANTOS

PROCESSO: **00495-2008-006-10-00-6 (0018)**
RECLAMANTE José Orlando Silva
ADVOGADO: MARIA LINDINALVA DE SOUZA
RECLAMADO Sociedade dos Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB
ADVOGADO: MAURICIO MIRANDA DURAES

Vistos. Assino às partes o prazo sucessivo de prazo de 8 dias, a iniciar pelo reclamante, para, querendo, contra-arrazoarem o recurso ordinário interposto pela parte contrária.Publique-se.

PROCESSO: **00551-2008-006-10-00-2 (0019)**
RECLAMANTE Patrícia de Souza Medeiros
ADVOGADO: MARCONE GUIMARAES VIEIRA
RECLAMADO Patrimonial Serviços Especializados Ltda.
RECLAMADO União

Vistos, etc. A reclamada requer a desistência da ação. Considerando que o prazo para a apresentação de defesa não expirou, HOMOLOGO a desistência, extinguindo o processo sem julgamento do mérito (CPC, art.267, VIII). Custas, pelo reclamante, no importe de R$500,00, calculadas sobre R$25.000,00, de cujo recolhimento está dispensada, à vista da declaração de fl. 07. Retiro o processo da pauta designada para o dia 10.07.2008 às 15:30. Publique-se. Notifique-se a 1ª reclamada. Juiz do Trabalho SILVIA MARIOZI DOS SANTOS

PROCESSO: **00595-2008-006-10-00-2 (0020)**
RECLAMANTE Priscilla dos Santos Augusto
ADVOGADO: ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECLAMADO Tim Celular Centro Sul S. A.
ADVOGADO: NILTON CORREIA

ATA DE AUDIÊNCIA. Em 10 de julho de 2008, na sala de sessões da MM. 6ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF, sob a direção da Exmo(a). Juíza SILVIA MARIOZI DOS SANTOS, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.Às 15h45min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.Ausente o(a) reclamante e seu advogado.Presente o preposto do(a) reclamado(a), Sr(a). CLAUDIA APARECIDA NOBREGA FRANCO, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). ELISE RAMOS CORREIA, OAB nº 17197/DF.Diante da ausência injustificada do(a) reclamante, ARQUIVO a presente reclamação (CLT, art. 844).Fica autorizado o desentranhamento dos documentos de fls. 30/275, sendo a procuração e a declaração de pobreza mediante cópia, ficando dispensada a renumeração dos autos, servindo esta ata como certidão.Custas pelo(a) reclamante no importe de R$ 5.400,00, calculadas sobre R$ 270.000,00, dispensadas na forma da lei.Intime-se o(a) reclamante, por seu procurador.Após o desentranhamento dos documentos, remetam-se os autos ao arquivo definitivo, por não conterem os autos documentos de valor histórico.Audiência encerrada às 15h47min. Juiz do Trabalho SILVIA MARIOZI DOS SANTOS

PROCESSO: **00700-2008-006-10-00-3 (0021)**
RECLAMANTE Pedro Antônio da Silva
ADVOGADO: PEDRO MARTINS FILHO
RECLAMADO Bar e Restaurante Lavento Ltda.
RECLAMADO Iate Clube de Brasília

Vistos. Trata-se de processo sujeito ao rito sumaríssimo instituído pela Lei nº 9.957/2000. Designo para audiência una a data de 05/08/2008, às 15:30horas, quando deverão ser produzidas todas as provas que se entenderem necessárias, observando-se a adoção do procedimento sumaríssimo a que se refere a CLT, em seus artigos 852-A a 852-H.Notifique-se os dois reclamados, com as advertências acima. Publique-se.

PROCESSO: **00701-2008-006-10-00-8 (0022)**
RECLAMANTE Maria Carmem Mello Ayres Do Nascimento
ADVOGADO: MAGDA FERREIRA DE SOUZA
RECLAMADO Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. - CODEVASF

Vistos. Designo para audiência una a data de 29/07/2008, às 14:20 horas, quando deverão ser produzidas todas as provas que se entenderem necessárias. Notifique-se a reclamada.Publique-se observando-se o correto cadastramento do advogado do reclamante.

PROCESSO: **00702-2008-006-10-00-2 (0023)**
RECLAMANTE Adriana Gonçalves Lima
ADVOGADO: JOAO EVANGELISTA LUIZ DA COSTA
RECLAMADO Sérgio Augusto Barreto
RECLAMADO Marilena Ferraz Barreto

Vistos. Designo para audiência una a data de 30/07/2008, às 14:20 horas, quando deverão ser produzidas todas as provas que se entenderem necessárias. Notifiquem-se os dois reclamados. Publique-se observando-se o correto cadastramento do advogado do reclamante.

ÍNDICE

Advogado: ANA CAROLINA SOARES DA ROCHA **20.535/DF** (0013)
Advogado: ANTONIO VENILSON DA SILVA **12.063/DF** (0001)
Advogado: CARLOS ALBERTO DE SOUZA **19.962/DF** (0011)
Advogado: CARLOS ANDRÉ LOPES ARAÚJO **17. 510/DF** (0014)
Advogado: EDNA MARIA FERNANDES **19958/T/DF** (0007)
Advogado: ERIC SARMANHO DE ALBUQUERQUE **17406/O/DF** (0003)
Advogado: FREDERICO AUGUSTO DIAS DA CUNHA **19.828/DF** (0008)
Advogado: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI **13505/O/DF** (0010)
Advogado: JOAO EVANGELISTA LUIZ DA COSTA **18719/T/DF** (0023)
Advogado: JOAQUIM LIMA RIBEIRO **7. 131/DF** (0006)
Advogado: JOMAR ALVES MORENO **5218/DF** (0003)
Advogado: JULMAR ROCHA LIMA DE BARROS **4.260/DF** (0001)
Advogado: JÂMERSON DE FARIA MARRA **76.452/MG** (0016)
Advogado: JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE **8.583/DF** (0012)
Advogado: KATYA MARIA SPROESSER MORETTO **20.546/DF** (0008)
Advogado: MAGDA FERREIRA DE SOUZA **08364/O/DF** (0022)
Advogado: MARCONE GUIMARAES VIEIRA **09336/O/DF** (0019)
Advogado: MARIA ANGELA GOMES **14581/O/DF** (0017)
Advogado: MARIA LINDINALVA DE SOUZA **22536/T/DF** (0018)
Advogado: MAURICIO MIRANDA DURAES **22018/O/DF** (0018)
Advogado: MAURÍCIO DE FIGUEIREDO CORRÊA DA VEIGA **21. 934/DF** (0009)
Advogado: MAXIMIANO SOUZA ARAÚJO NETO **14. 584/DF** (0016)
Advogado: MÔNICA FLORÊNCIO TARDIVO **12.587/DF** (0014)
Advogado: NILTON CORREIA **1291/O/DF** (0020)
Advogado: NIVALDO DE OLIVEIRA **09052/O/DF** (0004)
Advogado: PAULA ADRIANNE JANIQUES DE MATOS CORDOVA **16232/O/DF** (0005)
Advogado: PAULO AYRTON CAMPOS **8521/DF** (0002)
Advogado: PEDRO MARTINS FILHO **09158/O/DF** (0007) (0021)
Advogado: RICARDO LUIZ RODRIGUES DA FONSECA PASSOS **15. 523/DF** (0011)
Advogado: ROBSON FREITAS MELO **1.982/DF** (0006) (0009)
Advogado: ROSALLINY PINHEIRO DANTAS **14081/CE** (0016)
Advogado: SAMUEL BARBOSA DOS SANTOS **18904/O/DF** (0010)
Advogado: TATYANA MARQUES SANTOS DE CARLI **19590/T/DF** (0005)
Advogado: TIAGO CONDE TEIXEIRA **24.259/DF** (0015)
Advogado: ULISSES BORGES DE RESENDE **4. 595/DF** (0013)
Advogado: ULISSES RIEDEL DE RESENDE **00968/T/DF** (0020)
Advogado: VALERIA GOMES BARBOSA **112.662/RJ** (0002)

7ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

AUTOS COM VISTA

PROCESSO: **00808-1989-007-10-00-9 (0001)**
RECLAMANTE AGENCIO MARTINS FERREIRA (247)
ADVOGADO: MARCOS LUIS BORGES DE RESENDE
RECLAMADO COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB
ADVOGADO: LUIS FELIPE R. COELHO

(fls.1463) Vistos, etc. 1. manifestem-se os Reclamantes, no prazo de 05 dias, sobre os termos da petição de fls. 1461/1462. 2. Intimem-se. Brasília/DF, 11 de julho de 2008.

PROCESSO: **00108-1991-007-10-00-9 (0002)**
RECLAMANTE Fabio Carneiro
ADVOGADO: JOSE EYMARD LOGUERCIO
RECLAMADO UNIAO FEDERAL (BNCC)

(fls.745) Vistos, etc. 1. Expeça-se alvará ao Reclamante para levantamento do saldo existente na conta judicial nº 042.02141063-7, intimando-o para o recebimento, no prazo de 05 dias. 2. Após, intime-se a União, por mandado, para informar a este Juízo em qual conta deverá ser efetuada a restituição do depósito recursal (fls. 733). 3. Efetuada a restituição, remetam-se os autos ao arquivo definitivo. Brasília/DF, 09 de julho de 2008. Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00597-1991-007-10-00-9 (0003)**
RECLAMANTE REGINA CELIA FERREIRA MACHADO
ADVOGADO: JOAO EMILIO FALCAO COSTA NETO
RECLAMADO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA (INCRA)

(fls.1030) Vistos, etc. 1. Inicialmente, manifeste-se a Reclamante, no prazo de 05 dias, sobre a promoção da Contadoria de fls. 951.2. Intime-se. Brasília/DF, 11 de julho de 2008. Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **01473-1992-007-10-00-1 (0004)**
RECLAMANTE Maria Jose Silva Gonçalves
ADVOGADO: ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECLAMADO INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL

(fls.1086) Vistos, etc. 1.Expeça-se alvará à Reclamante para levantamento do saldo existente na conta judicial nº-042.0214.104.40.2.Expeça-se alvará ao Perito Aristóteles Alvim Gomes para levantamento do saldo existente na conta judicial nº-042.0214.104.59.3.Expedido os alvarás, intimem-se a Reclamante e o perito para recebimento do documento, bem como para requererem o que entenderem pertinente, no prazo de 05 dias. 4.Oficie-se à CEF, solicitando-lhe que transfira para os cofres da Previdência, a título de recolhimento previdenciário (cota parte do empregador), o existente na conta judicial nº-042.0214.104.67. 5. Após a manifestação da Reclamante, ou decorrido o prazo e comprovado o recolhimento previdenciário nos autos, remetam-se os autos ao arquivo definitivo, observando-se que não há documentos originais a serem desentranhados dos autos. Brasília/DF, 10 de julho de 2008. Raquel Gonçalves Maynarde, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00948-2000-007-10-00-3 (0005)**
RECLAMANTE JULIANA DE SOUSA FREITAS
ADVOGADO: GILBERTO ANTONIO VIEIRA
RECLAMADO MCS COMERCIO DE ARTIGOS DE COURO E VESTUARIO LTDA/ME
ADVOGADO: FABIO JOSE G. AGUIAR

(fls.186) Vistos, etc. 1. Informe a Reclamante, no prazo de 05 dias, se concorda com os bens nomeados à penhora pela Executada, implicando o silêncio em concordância. 2. Não anuindo com os bens ofertados, deverá indicar outros à penhora. 3. Intime-se. Brasília/DF, 10 de julho de 2008. Raquel Gonçalves Maynarde, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00679-2001-007-10-00-6 (0006)**
RECLAMANTE DANIEL FRANCOIS DINIZ
ADVOGADO: FERNANDO FRANCISCO DA SILVA JUNIOR
RECLAMADO OWG TECNOLOGIA E INFORMATICA (ARISTEU BERNARDES DE ASSIS NETO)
ADVOGADO: ANTONIO CLAUDIO ARAUJO.
RECLAMADO Aristeu Bernardes de Assis Neto
ADVOGADO: ANTONIO CLAUDIO ARAUJO.

(fls.906) Vistos, etc. 1. À vista da decisão proferida no Eg. TRT/10ª Região, relativa ao MS-305/2005, revogo o despacho de fls. 905, bem como desconstituo a penhora de fls. 892/893. 2. Oficie-se ao Ministério dos Transportes, dando-lhe ciência deste despacho, para que torne sem efeito a determinação contida no mandado nº 891/2008.3. Após, intime-se o Reclamante para que requeira, no prazo de 05 dias, o que entender pertinente, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório. Brasília/DF, 09 de julho de 2008. Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00794-2004-007-10-00-3 (0007)**
RECLAMANTE ANDRE CEZAR CORREA PEREIRA
ADVOGADO: FRANCISCO BARBOSA DE MORAIS
RECLAMADO UNIWAY COOPERATIVA PROFESSOR LIBERAIS LTDA
ADVOGADO: PABLICIO MONTEIRO CARDOSO

(fls.221) Vistos, etc. 1. Indefiro, ante à falta de previsão legal.2. Intime-se o Reclamante para que requeira, no prazo de 05 dias, o que entender pertinente, sob pena de retorno dos autos ao arquivo provisório. Brasília/DF, 11 de julho de 2008. Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00175-2005-007-10-00-0 (0008)**
RECLAMANTE Hercules Diniz Costa
ADVOGADO: ULISSES B. DE RESENDE
RECLAMADO CEB Distribuição S.A.
ADVOGADO: RODRIGO MATOS DA COSTA

(fls.391 e 394) Vistos, etc. 1. Homologo os cálculos de atualização, fixando o débito da Executada em R$ 1.613,81. 2. Cumpra-se o item 2 do despacho de fls. 391. Item 02 de fls. 391. após, intime-se o advogado do Reclamante para que informe a este juízo, no prazo de 05 dias, o banco, agência e conta-corrente em que deverá ser depositada a importância referente aos honorários assistenciais, devendo ainda informar se o INSS efetuou a devolução da importância requerida nos ofícios de fls. 298 e 335. Brasília/DF, 10 de julho de 2008. Raquel Gonçalves Maynarde, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00224-2005-007-10-00-4 (0009)**
RECLAMANTE Maria Lúcia de Fátima Rodrigues Nunes
ADVOGADO: ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECLAMADO Caixa Econômica Federal - CEF
ADVOGADO: LEONARDO DA SILVA PATZLAFF

(fls.288) Vistos, etc. 1. Defiro a dilação do prazo por 20 dias. 2. Intime-se a Reclamada. Brasília/DF, 10 de julho de 2008. Raquel Gonçalves Maynarde, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00596-2005-007-10-00-0 (0010)**
RECLAMANTE Willian Gomes dos Santos
ADVOGADO: EMENS PEREIRA DE SOUZA
RECLAMADO Centro Automotivo Polar Ltda. - ME (N/P DO SÓCIO GERALDO BORGES SOUTO)
ADVOGADO: ALESSANDRO DOS SANTOS AJOUZ
RECLAMADO José Abel Borges
RECLAMADO Geraldo Borges Souto

(fls.254) Vistos, etc. 1.Susto, por ora, o cumprimento do despacho de fls.263. 2. Intime-se o Reclamante para informar a este Juízo, no prazo de 05 dias, o nº de sua CTPS e do PIS, para fins de expedição de alvará. Brasília/DF, 10 de julho de 2008. Raquel Gonçalves Maynarde, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00013-2006-007-10-00-2 (0011)**
RECLAMANTE José de Araújo Fonseca Júnior
ADVOGADO: ELIZABETH TOSTES PEIXOTO
RECLAMADO Banco do Brasil S.A.
ADVOGADO: ANA CAROLINA REIS MAGALHAES

(fls.862/864) Vistos, etc. JOSÉ DE ARAÚJO FONSECA JÚNIOR opôs Impugnação à conta às fls. 744/750 na ação que move em desfavor do BANCO DO BRASIL S/A. Alega o Exeqüente que os cálculos apresentados pela Contadoria do Juízo apresenta erros que devem ser sanados. Prossegue aduzindo que a Contadoria deixou de observar sua remuneração nos meses de setembro, outubro e novembro dos anos de 2001 e 2002; setembro e outubro dos anos de 2003 e 2004 e julho, setembro outubro e novembro do ano de 2005. Acrescenta que a quantidade de horas extras apuradas está aquém das devidas; que na apuração do repouso semanal remunerado não se observou o disposto nos Acordo Coletivos de Trabalho; que equivocada a base de cálculo do Imposto de Renda; que deixou-se liquidar valores a título de contribuição para PREVI; que apesar de sempre ter efetuado a contribuição previdenciária pelo teto máximo exigido pelas leis da previdência, o cálculo apresenta valores a tal título. Por fim, assevera que a conta foi efetuada pela média dos 12 meses, e não se utilizou duas horas extras para cada dia. Junta memória de cálculo.O Executado manifesta-se às fls. 820/822, apresentando memória de cálculo. O Exeqüente apresenta contra razões às fls. 825/827. A Contadoria expões seus esclarecimentos às fls. 830/832. É o relatório. Tempestiva a impugnação, dela conheço. MÉRITO Afirma o Reclamante, em primeiro ponto, estar equivocada a base de cálculo das horas extras nos meses 09, 10 e 11/2001; 09,10 11/2002; 09 e 10/2003; 09 e 10/2004; 07, 09, 10 e 11/2005. A Contadoria do Juízo ao apresentar seus esclarecimentos informa as parcelas que compuseram a base de cálculo, asseverando acerca da não utilização da verba denominada acertos, citada às fls. 744, bem como a verba 127 - anuênios. A decisão de fls. 530/535 expressamente consignou as parcelas que devem compor a base de cálculo das horas extras, tais parcelas são: vencimento padrão (VP), ATS - Adicional por Tempo de Serviço - Incorporado, Adicional de Função (AF) e Adicional de Função-Complementação AF-COMPL, excluída a gratificação semestral (Súmula 253/TST). Observo que a conta formulada pela Contadoria utiliza base de cálculo correta, ou seja, as parcelas acima elencadas, sendo, portanto, indevido o reparo pretendido nos cálculos. Cabe apenas salientar que a execução nos autos se processa de acordo com as disposições constantes da sentença de fls. 530/535 e que o inconformismo do Exeqüente, na atual fase processual, demonstra ser inoportuno, mesmo reconhecendo a natureza salarial do anuênio.À vista do acima exposto, não acolho o pleito do Reclamante.A outra insurgência formulada pelo Autor diz respeito às horas extras. Afirma o Exeqüente que a quantidade de horas extras apuradas está aquém das efetivamente devidas. A Contadoria esclarece que na apuração das horas extras, observou as folhas de ponto juntadas ao feito e que no mês de abril de 2001 deixou de computar alguns dias de labor extraordinário, reconhecendo, parcialmente, o erro apontado.Da análise dos cálculos, fls. 833/860, bem como observando as folhas de freqüência, noto que as horas extras estampadas nesses comprovantes foram corretamente apuradas não havendo que se falar em exclusão de horas trabalhadas, salvo a já corrigida pelo Sr. Contador, nas planilhas acima citadas. Assim, acolho parcialmente o pleito do Reclamante, haja vista que faltante do cálculo primitivo o labor extraordinário no mês de abril de 2001. Ressalto, contudo, que a nova conta formulada, fls. 833/860 já apresenta a correção do ponto em destaque. Aduz o Exeqüente que a verba Repouso Semanal Remunerado foi liquidada sem se observar as disposições constantes dos Acordos Coletivos de Trabalho, e que 2 horas extras devem ser computadas para cada sábado domingo e feriado. Afirma o Sr. contador que a rubrica 102 (Dif. RSR) apresenta cálculo de dois dias (sábado e domingo) para cinco dias úteis da semana e que os dias de feriados foram incluídos nos cálculos das horas extras no item 060. Comefeito, o procedimento adotado pela Contadoria do Juízo demonstra estar em harmonia que as determinações emanadas da decisão exeqüenda que literalmente consignou o pagamento das 7ª e 8ª horas como extras bem como sua integração salarial para todos os efeitos, inclusive férias (1/3), 13º salário, RSR e FGTS. Portanto, a liquidação da parcela em comento, do modo como efetuado pela Contadoria, observou os comandos da sentença, não havendo motivos para a pretendida alteração na conta. Afirma o Reclamante estar equivocada a base de cálculo do Imposto de Renda, haja vista decisão liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança 95.00.14262-7, deferindo à Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil direito de não ter recolhido o Imposto de Renda sobre valores correspondentes a licença-prêmio, folgas, férias e abonos-assiduidade indenizados, doc. fls. 814.Com efeito, o documento supracitado traz em seu bojo a informação de que o Juiz da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal deferiu liminar concedendo aos funcionários do Banco do Brasil direito de, sobre os valores correspondentes a licença-prêmio, folgas, férias e abonos-assiduidade indenizados, não sofrer descontos a título de contribuição fiscal. Dessa forma, acato o pedido do Exeqüente, porquanto observo haver decisão judicial transitada em julgado anuindo com o requerido pela parte. Prossegue o Reclamante afirmando que sempre efetuou o recolhimento para Previdência Social pelo teto máximo e que indevido novo recolhimento. A Contadoria reconhece o recolhimento pelo teto efetuado pelo Reclamante.Em processos outros que tramitam perante esta Vara, a Autarquia Previdenciária vem se manifestando de forma favorável aos pleitos dos Reclamantes, cuja contribuição social foi efetuada pelo teto máximo.Os contracheques do Autor, juntamente com a informação da Contadoria, corroboram a informação de recolhimento da parcela em destaque pelo valor máximo exigido, razão pela qual defiro a pretensão do Reclamante. No que se refere à contribuição para a PREVI, determino que o Executado, no prazo de 15 dias, apresente os valores devidos, haja vista a informação da Contadoria acerca da complexidade dos cálculos referentes a esta parcela. Por fim, afirma o Reclamante que os cálculos foram efetuados segundo a média de 12 meses, quando o correto seria usar duas horas extras para cada dia. Noto que os cálculos seguem a orientação constante da Súmula 347 do col. TST que assim assevera: "HORAS EXTRAS HABITUAIS. APURAÇÃO. MÉDIA FÍSICA. O cálculo do valor das horas extras habituais, para efeito de reflexos em verbas trabalhistas, observará o número de horas efetivamente prestadas e a ele aplica-se o valor so salário-hora da época do pagamento daquelas verbas (Res. 57/1996, DJ28.06.1996)". À vista do acima exposto, não acolho o pedido da parte, haja vista a exatidão dos cálculos que foram formulados seguindo o normativo supratranscrito. ISSO POSTO, conheço da impugnação para, no mérito, ACOLHÊ-LA, parcialmente, nos termos da fundamentação supra, que passa a fazer parte integrante desta decisão. Observo que os cálculos apresentados às fls. 833/860 que trazem algumas das correções indicadas nesta peça, salvo a correção da base de cálculo do Imposto de Renda. Intimem-se as partes. Brasília, 10 de julho de 2008.ÉRICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juíza do Trabalho.efeito, o procedimento adotado pela Contadoria do Juízo demonstra estar em harmonia que as determinações emanadas da decisão exeqüenda que literalmente consignou o pagamento das 7ª e 8ª horas como extras bem como sua integração salarial para todos os efeitos, inclusive férias (1/3), 13º salário, RSR e FGTS. Portanto, a liquidação da parcela em comento, do modo como efetuado pela Contadoria, observou os comandos da sentença, não havendo motivos para a pretendida alteração na conta. Afirma o Reclamante estar equivocada a base de cálculo do Imposto de Renda, haja vista decisão liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança 95.00.14262-7, deferindo à Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil direito de não ter recolhido o Imposto de Renda sobre valores correspondentes a licença-prêmio, folgas, férias e abonos-assiduidade indenizados, doc. fls. 814.Com efeito, o documento supracitado traz em seu bojo a informação de que o Juiz da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal deferiu liminar concedendo aos funcionários do Banco do Brasil direito de, sobre os valores correspondentes a licença-prêmio, folgas, férias e abonos-assiduidade indenizados, não sofrer descontos a título de contribuição fiscal. Dessa forma, acato o pedido do Exeqüente, porquanto observo haver decisão judicial transitada em julgado anuindo com o requerido pela parte. Prossegue o Reclamante afirmando que sempre efetuou o recolhimento para Previdência Social pelo teto máximo e que indevido novo recolhimento. A Contadoria reconhece o recolhimento pelo teto efetuado pelo Reclamante.Em processos outros que tramitam perante esta Vara, a Autarquia Previdenciária vem se manifestando de forma favorável aos pleitos dos Reclamantes, cuja contribuição social foi efetuada pelo teto máximo.Os contracheques do Autor, juntamente com a informação da Contadoria, corroboram a informação de recolhimento da parcela em destaque pelo valor máximo exigido, razão pela qual defiro a pretensão do Reclamante. No que se refere à contribuição para a PREVI, determino que o Executado, no prazo de 15 dias, apresente os valores devidos, haja vista a informação da Contadoria acerca da complexidade dos cálculos referentes a esta parcela. Por fim, afirma o Reclamante que os cálculos foram efetuados segundo a média de 12 meses, quando o correto seria usar duas horas extras para cada dia. Noto que os cálculos seguem a orientação constante da Súmula 347 do col. TST que assim assevera: "HORAS EXTRAS HABITUAIS. APURAÇÃO. MÉDIA FÍSICA. O cálculo do valor das horas extras habituais, para efeito de reflexos em verbas trabalhistas, observará o número de horas efetivamente prestadas e a ele aplica-se o valor so salário-hora da época do pagamento daquelas verbas (Res. 57/1996, DJ28.06.1996)". À vista do acima exposto, não acolho o pedido da parte, haja vista a exatidão dos cálculos que foram formulados seguindo o normativo supratranscrito. ISSO POSTO, conheço da impugnação para, no mérito, ACOLHÊ-LA, parcialmente, nos termos da fundamentação supra, que passa a fazer parte integrante desta decisão. Observo que os cálculos apresentados às fls. 833/860 que trazem algumas das correções indicadas nesta peça, salvo a correção da base de cálculo do Imposto de Renda. Intimem-se as partes. Brasília, 10 de julho de 2008.ÉRICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00302-2006-007-10-00-1 (0012)**
RECLAMANTE Flávio Ferreira Damasceno
ADVOGADO: RITA HELENA PEREIRA
RECLAMADO Bauruense - Tecnologia e Serviços Ltda.
ADVOGADO: MARIO LICE BOEMER
RECLAMADO Furnas - Centrais Elétricas S.A.
ADVOGADO: ALEXANDRE GUIMARAES FARAH

(fls.416) Vistos, etc. 1. Considero penhorado o saldo existente na conta judicial nº 042.04808150-2. 2. Intime-se a 1ª Reclamada, para os fins do art.884/CLT. Brasília/DF, 10 de julho de 2008. Raquel Gonçalves Maynarde, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00629-2006-007-10-00-3 (0013)**
RECLAMANTE ANTONIO MOTA SOBRINHO
ADVOGADO: ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECLAMADO CONFEDERAL VIGILANCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA
ADVOGADO: RODRIGO BORGES COSTA DE SOUZA

(fls.479) Vistos, etc. 1. Intime-se o Reclamante para o desentranhamento e recebimento dos originais juntados com a inicial, sendo a procuração mediante cópia. 2. Após, retornem-se os autos ao arquivo definitivo. Brasília/DF, 11 de julho de 2008. Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00818-2006-007-10-00-6 (0014)**
RECLAMANTE ARCENIO CORREIA DA SILVA
ADVOGADO: PEDRO MARTINS FILHO
RECLAMADO DATA CONSTRUCOES E PROJETOS LTDA
ADVOGADO: FLAVIA ANDREA FERREIRA PIMENTA
RECLAMADO Instituto Nacional do Seguro Social INSS

(fls.125) Vistos, etc. Expeça-se alvará ao Reclamante para levantamento da importância correspondente a 50% do saldo existente na conta judicial nº 042.02141064-5, intimando-o para o recebimento, no prazo de 05 dias. Brasília/DF, 09 de julho de 2008. Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00213-2007-007-10-00-6 (0015)**
RECLAMANTE Manoel Santana dos Santos
ADVOGADO: ITAMAR BATISTA LIMA
RECLAMADO Sky Systems Tecnologia e Integração Ltda.
ADVOGADO: ROGERIO G. CASTANHEIRA

(fls.33) Vistos, etc. Intimem-se as partes, sendo o Reclamante para informar a este Juízo, no prazo de 05 dias, se a Reclamada cumpriu ao acordo homologado nos autos, e a Reclamada para comprovar, no mesmo prazo, o recolhimento das parcelas previdenciárias e fiscais incidentes sobre a conciliação, conforme ata de fls. 10/11.Brasília/DF, 11 de julho de 2008. Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00639-2007-007-10-00-0 (0016)**
RECLAMANTE Maria Eugênia Ferreira Buta
ADVOGADO: LIVIO PINTO
RECLAMADO Henrique do Valle Assis
ADVOGADO: NIVALDO DANTAS DE CARVALHO

(fls.152) Vistos, etc. 1. À vista da petição de fls. 151, indefiro a solicitação de fls. 148. 2. Intime-se o Reclamado. 3. Decorrido o prazo para sua manifestação, libere-se à Reclamante a guia de levantamento referente ao depósito recursal (conta nº 042.04802362-6), bem como expeça-se alvará à Autora na forma abaixo discriminada, cujos valores deverão ser deduzidos do saldo existente na conta judicial nº 3600.114.344.871, ficando o saldo remanescente (46,23%) à disposição deste Juízo, ficando a liberação da parcela líquida da Reclamante condicionada à retenção do IRPF, quando do levantamento do alvará. PARCELA Percentuais sobre o total da contaLíquido do Reclamante 50,81% IRPF 2,96% Total 53,77% 4. Expedido o alvará, intime-se a Reclamante para recebimento, da guia e do alvará, devendo requerer o que entender pertinente, no prazo de 05 dias. Brasília/DF, 11 de julho de 2008. Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00746-2007-007-10-00-8 (0017)**
RECLAMANTE Alexandra Xavier Sampaio Salinas
ADVOGADO: BEATRIZ CRUZ DA SILVA
RECLAMADO UNIÃO DE INTELIGÊNCIAS EM EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA LTDA. - UNIEAD
RECLAMADO Centro Educacional Oxford Ltda.
RECLAMADO Fabiano Hartmann Peixoto
RECLAMADO Roxana Hartmann Peixoto

(fls.121/122) Vistos etc. UNIEAD- UNIÃO DE INTELIGÊNCIAS EM EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA LTDA e CENTRO EDUCACIONAL OXFORD LTDA opuseram Embargos à Execução às fls. 101/112, na ação movida por ALEXANDRA XAVIER SAMPAIO SALINAS, argumentando, preliminarmente, nulidade do processo de

conhecimento, haja vista que a demanda não foi submetida à Comissão de Conciliação Prévia da categoria. No mérito, afirmam que a Exeqüente prestava seus serviços como professora da empresa IESDE BRASIL S.A, desde outubro de 2006. Acrescentam que na qualidade de micro empresa estão isentas do recolhimento prevdienciário e que os valores apurados a título de Imposto de Renda devem ser retidos na fonte para que não haja enriquecimento ilícito do Reclamante. Por fim, asseveram ser indevida a condenação presvista no artigo 467, da CLT, uma vez que o não-comparecimento à audiência deu-se em virtude da citação por edital. A Exeqüente manifesta-se às fls. 118/119.É o relatório. ADMISSIBILIDADE: Tempestivos e regulares os presentes embargos, merecem conhecimento. PRELIMINAR: Alegam os Executados, em preliminar, a nulidade do processo de conhecimento, haja vista que o feito não foi submetido à Comissão de Conciliação Prévia. A insurgência dos Embargantes, na atual fase processual, demonstra ser inoportuna, uma vez que as questões atinentes à fase de conhecimento somente podem ser objeto de análise na execução quando versarem acerca de vícios e nulidades absolutas, aquelas que maculam o processo e unicamente são sanadas pela declaração de nulidade dos atos processuais, o que não é o caso dos autos. Ademais, noto que da decisão de mérito não recorreu o embargante, e que a decisão já transitou em julgado, não cabendo trazer como argumento de defesa, em fase de execução, o que deixou de ser alegado na fase de conhecimento, nesse sentido, cito o disposto no artigo 474, do CPC, verbis: "Art. 477. Passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim, ao acolhimento como à rejeição do pedido." Portanto, a nulidade invocada pelo Embargante não merece ser acolhida, porquanto não se trata de nulidade absoluta e foi formulada em momento inoportuno. MÉRITO: Afirmam os Embargantes que a Exeqüente prestava seus serviços como professora da empresa IESDE BRASIL S.A., desde outubro de 2006, conforme demonstra a CTPS. O que se executa no autos é a sentença de fls. 37/40. Na referida decisão restou devidamente consignada a condenação da UNIEAD - União de Inteligências em Educação à Distância Ltda, Centro Educacional Oxford Ltda, Fabiano Hartmann e Roxana Hartmann Peixoto. Portanto, conforme alhures esclarecido, após o transito em julgado da sentença de mérito, inoportuno invocar alegações relativas ao processo de conhecimento, motivo pelo qual não acato o pedido do Executado.Prosseguindo, aduzem os Embargantes que na qualidade de micro empresa estão isentos do pagamento da contribuição social, que a parcela apurada a título de Imposto de Renda deve ser retida na fonte, pela empresa, e que é indevida a condenação prevista no artigo 467, da CLT, uma vez que o não-comparecimento à audiência deu-se em virtude da citação por edital. Noto que os Executados não cuidaram de comprovar a condição de micro empresa, o que lhes competia. No que tange ao Imposto de Renda, os cálculos de fls. 46/55 especificam os exatos valores das parcelas e trazem a quantia apurada a título de Imposto de Renda a ser depositado em guia própria a favor do erário, o que encontra consonância com o disposto na Súmula 368 do col. TST. Em relação à condenação prevista no artigo 467 da CLT, melhor sorte não assiste aos Embargantes, haja vista que a decisão exeqüenda expressamente estabeleceu a condenação prevista no artigo supracitado, não cabendo a alteração almejada. Assim, não acolho os pedidos dos Embargantes. ISSO POSTO, conheço dos embargos para, no mérito, REJEITÁ-LOS, nos termos da fundamentação supra, parte integrante desta decisão. Intimem-se as partes. Brasília, 1º de julho de 2008. OSWALDO F. NEME JÚNIOR, Juiz do Trabalho.o. Intimem-se as partes. Brasília, 1º de julho de 2008. OSWALDO F. NEME JÚNIOR, Juiz do Trabalho.

PROCESSO: **01043-2007-007-10-00-7 (0018)**
RECLAMANTE Marcelina Paula Silva de Sena
ADVOGADO: ALISSON DE SOUZA E SILVA
RECLAMADO Qualix Serviços Ambientais Ltda. (Enterpa Ambiental S.A.)
ADVOGADO: INGRYD DE SOUSA DA SILVA

(fls.328) Vistos, etc. Expedido o alvará, intime-se a Reclamante para recebimento do documento e requerer o que entender pertinente no prazo de 05 dias. Brasília/DF, 09 de julho de 2008. Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **01070-2007-007-10-00-0 (0019)**
RECLAMANTE Cláudio Soares Pereira
ADVOGADO: PEDRO MARTINS FILHO
RECLAMADO Delta Engenharia Indústria e Comércio Ltda.
ADVOGADO: DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO

(fls.234 e 236) Vistos, etc. Publique-se novamente no DJ o despacho de fls.234. Intime-se as partes para apresentarem razões finais, no prazo de 05 dias. Brasília/DF, 10 de julho de 2008.

PROCESSO: **01078-2007-007-10-00-6 (0020)**
RECLAMANTE Onésio Mota Fernandes
ADVOGADO: DEBORAH RODRIGUES AFFONSO
RECLAMADO Ribruvima Comercial de Alimentos Ltda
ADVOGADO: JESUS GERALDO MOROSINO

(fls.68) Vistos, etc. 1. Manifeste-se o Reclamante, no prazo de 05 dias, sobre os termos da certidão do Oficial de Justiça. 2.Intime-se. Brasília/DF, 10 de julho de 2008. Raquel Gonçalves Maynarde, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **01127-2007-007-10-00-0 (0021)**
RECLAMANTE Euripedes Luiz da Silva Sobrinho
ADVOGADO: MARCELO PILOTO MACIEL
RECLAMADO Linknet Tecnologia e Telecomunicações Ltda - DF
ADVOGADO: WALDIR RAMOS DA SILVA

(fls.184) Vistos, etc. 1. Informe o Reclamante, no prazo de 05 dias, se concorda com os bens nomeados à penhora pela Executada, implicando o silêncio em concordância. 2. Não anuindo com os bens ofertados, deverá indicar outros à penhora. 3. Intime-se. Brasília/DF, 10 de julho de 2008. Raquel Gonçalves Maynarde, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **01224-2007-007-10-00-3 (0022)**
RECLAMANTE Sergio Ribeiro
ADVOGADO: VALCIDES JOSE RODRIGUES DE SOUSA
RECLAMADO OBRA DE ASSISTENCIA SOCIAL SANTA FILOMENA
RECLAMADO Diocese de Brasília da Igreja Católica Apostólica Brasileira

(fls.30) Vistos, etc. Intime-se o Reclamante para informar a este Juízo, no prazo de 05 dias, se a Reclamada cumpriu ao acordo homologado nos autos. Brasília/DF, 11 de julho de 2008. Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00209-2008-007-10-00-9 (0023)**
RECLAMANTE Marco Antônio Pereira
ADVOGADO: JOAO EVANGELISTA LUIZ DA COSTA
RECLAMADO MULTI EDIFIC CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA.
RECLAMADO Allicerce Construtora e Incorporadora Ltda.
ADVOGADO: VICTOR ALVES MARTINS

(fls.80) Vistos, etc. À vista do ofício expedido pela CEF, intime-se o advogado do Reclamante para que informe a este Juízo, no prazo de 05 dias, o PIS do Autor. Brasília/DF, 11 de julho de 2008.Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00276-2008-007-10-00-3 (0024)**
RECLAMANTE Robson Duram de Lima
ADVOGADO: VANIA CRISTINA PINTO DA SILVA
RECLAMADO HOSPITAL SANTA LUZIA
ADVOGADO: JULIO CESAR CAVALCANTE AIRES
RECLAMADO Cardiorad Diagnóstico por Imagem S/S-(na pessoa Ricardo Loureiro Cavalcanti Sobrinho)
ADVOGADO: MÁRCIA DE JESUS CASIMIRO

(fls.195) Vistos, etc. 1. Susto, por ora, o cumprimento do despacho de fls.194. 2. Intime-se a advogada do Reclamante para informar a este Juízo, no prazo de 05 dias, o nº de seu CPF, para fins de recolhimento fiscal. Brasília/DF, 11 de julho de 2008. Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00302-2008-007-10-00-3 (0025)**
RECLAMANTE Edijael Morais Lima
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
RECLAMADO Araguaia Construtora Brasileira de Rodovias S/A
ADVOGADO: GABRIEL ATLAS UCCI

(fls.103) Vistos, etc. 1. Manifestem-se as partes, no prazo sucessivo de 08 dias, a iniciar-se pelo Reclamante, sobre o recurso interposto pela parte contrária. 2. Intimem-se. Brasília/DF, 11 de julho de 2008. Claudio Bittencourt de Pinho, Diretor de Secretaria.

PROCESSO: **00442-2008-007-10-00-1 (0026)**
AUTOR Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília - DF
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
RÉU O & F Gessos Ltda.

(fls.83) Vistos, etc. 1. A audiência designada para o dia 09/07/2008 fica adiada para o dia 05/08/2008, às 08:55 horas, mantidas as cominações legais. 2. Cite-se a Reclamada, por edital. 3. Após, intime-se o Reclamante, por seu procurador. Brasília/DF, 04 de julho de 2008. Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00490-2008-007-10-00-0 (0027)**
RECLAMANTE Fabio Rodrigues Alves Pereira
ADVOGADO: FLAVIO AUGUSTO DA COSTA CARMONA
RECLAMADO Obra de Assistência Social Santa Filomena - OASFI
RECLAMADO Condominio Villages Alvorada

(fls.24) Vistos, etc. 1. Considerando-se que a 1ª Reclamada foi notificada por edital (fls.12) e sua ausência a audiência designada para o dia 19/06/2008, proceda a Secretaria às devidas anotações na CTPS do Reclamante, conforme determinado na ata de fls. 16/17. 2. Efetuadas as anotações, intime-se o Reclamante para recebimento de sua CTPS, no prazo de 05 dias. 3. Após, intime-se a União (INSS) para ciência do acordo de de fls. 16/17. Brasília/DF, 03 de julho de 2008. Oswaldo Florêncio N. Junior. Juiz do Trabalho.

PROCESSO: **00491-2008-007-10-00-4 (0028)**
RECLAMANTE Jose Valdir Francisco Sales
ADVOGADO: FLAVIO AUGUSTO DA COSTA CARMONA
RECLAMADO Obra de Assistência Social Santa Filomena - OASFI
RECLAMADO Condomínio Villages Alvorada
ADVOGADO: MARIO LUCIO MARQUES JUNIOR

(fls.25) Vistos, etc. 1. Considerando-se que a 1ª Reclamada foi notificada por edital (fls.12) e a sua ausência a audiência designada para o dia 19/06/08, proceda a Secretaria às devidas anotações na CTPS do Reclamante, conforme determinado na ata de fls. 16/17. 2. Efetuadas as anotações intime-se o Reclamante para recebimento de sua CTPS, no prazo de 05 dias. 3. Após, intime-se a União (INSS) para ciência de fls. 16/17. Brasília/DF, 03 de julho de 2008. Oswaldo Florêncio N. Júnior, Juiz do Trabalho.

PROCESSO: **00493-2008-007-10-00-3 (0029)**
RECLAMANTE Carlos Lopes da Costa
ADVOGADO: FLAVIO AUGUSTO DA COSTA CARMONA
RECLAMADO Obra de Assistência Social Santa Filomena - OASFI
RECLAMADO Condomínio Villages Alvorada
ADVOGADO: MARIO LUCIO MARQUES JUNIOR

(fls.22) Vistos, etc. considerando-se que a 1ª Reclamada foi notificada por edital (fls.11) e a sua aus^ncia a audiência designada para o dia 19/06/2008, proceda a Secretaria às devidas anotaçõesna CTPS do Reclamante, conforme determinado na ata de fls. 14/15. 2. Efetuadas as anotações, intime-se o Reclamante para o recebimento de sua CTPS, no prazo de 05 dias. 3. Após, intime-se a União (INSS) para ciência do acordo de fls. 14/15. Brasília/DF, 03 de julho de 2008. Oswaldo Florêncio N. Júnior, Juiz do Trabalho.

PROCESSO: **00617-2008-007-10-00-0 (0030)**
RECLAMANTE Maria Luciene Borges
ADVOGADO: BORMAN GOMES MONTEIRO
RECLAMADO Distrito Federal

(fls.23) Vistos, etc. 1. Fica designada audiência inaugural para o dia 13/08/2008, às 08:50 horas. 2. Cite-se a Reclamada, por mandado.3. Após, intime-se a Reclamante, por seu procurador. Brasília/DF, 09 de julho de 2008. Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00657-2008-007-10-00-2 (0031)**
RECLAMANTE Nilza Rezende Luso
ADVOGADO: DIEGO VEGA POSSEBON DA SILVA
RECLAMADO Revele locações de serviços Ltda.
RECLAMADO Uniao Federal

(fls.22) Vistos, etc. 1. Fica designada audiência inaugural, para o dia 30/07/2008, às 09h20min. 2. Citem-se os Reclamados, sendo o 1º por edital e o 2º por mandado. 3. Após, intime-se a Reclamante, por seu procurador. Brasília/DF, 01 de julho de 2008.

PROCESSO: **00686-2008-007-10-00-4 (0032)**
RECLAMANTE Adão Nascimento da Silva
ADVOGADO: GUSTAVO PEREIRA GOMES
RECLAMADO Poligás Comercial Ltda Me.

(fls.16) Vistos, etc. 1. Homologo o acordo de fls. 12/13, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, pelo que retiro o feito da pauta do dia 21/07/2008. 2. Custas pelo Autor, no importe de R$ 139,60, calculadas sobre R$ 6.980,04, dispensadas na forma da lei. 3. Intimem-se as partes. 4. Cumprido o acordo, intime-se a União (PGF), via Contadoria, dando-lhe ciência do acordo celebrado entre as partes. 5. Após, ao arquivo. Brasília/DF, 11 de julho de 2008.Érica de Oliveira Angoti, Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00699-2008-007-10-00-3 (0033)**
RECLAMANTE Luiz Keslei da Rocha
ADVOGADO: JORGE RAUL NARA FUNES
RECLAMADO Brasal Refrigerantes S.A.

(Fls.16). A audiência relativa a esta reclamatória foi designada para o dia 24/07/2008, às 08:55 horas. Haverá o fracionamento da audiência, com designação específica de pauta para instrução e julgamento, não havendo, pois, necessidade de comparecimento de testemunhas na audiência inicial ora designada. Na impossibilidade de comparecimento espontâneo de testemunhas para a audiência de instrução, o respectivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial, sob pena de preclusão.

PROCESSO: **00700-2008-007-10-00-0 (0034)**
RECLAMANTE Valmir Domingos dos Passos
ADVOGADO: HOSANAH MUNIZ DA COSTA
RECLAMADO RFC Serviços de Construção
RECLAMADO Allicerce Construtora e Incorporadora Ltda.

(Fls.10). A audiência relativa a esta reclamatória foi designada para o dia 24/07/2008, às 09:00 horas. Haverá o fracionamento da audiência, com designação específica de pauta para instrução e julgamento, não havendo, pois, necessidade de comparecimento de testemunhas na audiência inicial ora designada. Na impossibilidade de comparecimento espontâneo de testemunhas para a audiência de instrução, o respectivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial, sob pena de preclusão.

PROCESSO: **00701-2008-007-10-00-4 (0035)**
RECLAMANTE Orlando Teodoro Ferreira Gomes
ADVOGADO: FLAVIO JOSE DA ROCHA
RECLAMADO ADM9 Tecnologia em Informática Ltda. - ME
RECLAMADO Vivo S.A.

(Fls.17). A audiência relativa a esta reclamatória foi designada para o dia 07/08/2008, às 08:50 horas. Haverá o fracionamento da audiência, com designação específica de pauta para instrução e julgamento, não havendo, pois, necessidade de comparecimento de testemunhas na audiência inicial ora designada. Na impossibilidade de comparecimento espontâneo de testemunhas para a audiência de instrução, o respectivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial, sob pena de preclusão.

PROCESSO: **00702-2008-007-10-00-9 (0036)**
RECLAMANTE Leonardo Silva Alves de Oliveira
ADVOGADO: JONAS ALVES DE OLIVEIRA
RECLAMADO Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed

(Fls.126). A audiência relativa a esta reclamatória foi designada para o dia 24/07/2008, às 09:05 horas. Haverá o fracionamento da audiência, com designação específica de pauta para instrução e julgamento, não havendo, pois, necessidade de comparecimento de testemunhas na audiência inicial ora designada. Na impossibilidade de comparecimento espontâneo de testemunhas para a audiência de instrução, o respectivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial, sob pena de preclusão.

PROCESSO: **00703-2008-007-10-00-3 (0037)**
RECLAMANTE Ana Joaquina Nascimento da Silva
ADVOGADO: CELIA MARIA REGIS VALENTE
RECLAMADO Fiança Serviços Gerais Ltda.

(Fls.16). A audiência relativa a esta reclamatória foi designada para o dia 24/07/2008, às 09:10 horas. Haverá o fracionamento da audiência, com designação específica de pauta para instrução e julgamento, não havendo, pois, necessidade de comparecimento de testemunhas na audiência inicial ora designada. Na impossibilidade de comparecimento espontâneo de testemunhas para a audiência de instrução, o respectivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial, sob pena de preclusão.

PROCESSO: **00704-2008-007-10-00-8 (0038)**
RECLAMANTE Carmelito Pereira da Cruz
ADVOGADO: ABADIO FERREIRA DA SILVA
RECLAMADO Kajiwara Engenharia Ltda.

(Fls.28). A audiência relativa a esta reclamatória foi designada para o dia 12/08/2008, às 08:50 horas. Haverá o fracionamento da audiência, com designação específica de pauta para instrução e julgamento, não havendo, pois, necessidade de comparecimento de testemunhas na audiência inicial ora designada. Na impossibilidade de comparecimento espontâneo de testemunhas para a audiência de instrução, o respectivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial, sob pena de preclusão.

ÍNDICE

Advogado: ABADIO FERREIRA DA SILVA **26888/DF** (0038)
Advogado: ALESSANDRO DOS SANTOS AJOUZ **21276/DF** (0010)
Advogado: ALEXANDRE GUIMARAES FARAH **14214/DF** (0012)
Advogado: ALISSON DE SOUZA E SILVA **22988/DF** (0018)
Advogado: ANA CAROLINA REIS MAGALHAES **17700/DF** (0011)
Advogado: ANTONIO CLAUDIO ARAUJO. **3442/DF** (0006)
Advogado: BEATRIZ CRUZ DA SILVA **24967/DF** (0017)
Advogado: BORMAN GOMES MONTEIRO **15325/DF** (0030)
Advogado: CELIA MARIA REGIS VALENTE **12180/O/DF** (0037)
Advogado: DEBORAH RODRIGUES AFFONSO **15690/DF** (0020)
Advogado: DIEGO VEGA POSSEBON DA SILVA **18589/O/DF** (0031)
Advogado: DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO **9315/DF** (0019)
Advogado: ELIZABETH TOSTES PEIXOTO **7311/DF** (0011)
Advogado: EMENS PEREIRA DE SOUZA **6371/DF** (0010)
Advogado: FABIO JOSE G. AGUIAR **4115/DF** (0005)
Advogado: FERNANDO FRANCISCO DA SILVA JUNIOR **13781/DF** (0006)
Advogado: FLAVIA ANDREA FERREIRA PIMENTA **14622/DF** (0014)
Advogado: FLAVIO AUGUSTO DA COSTA CARMONA **23312/O/DF** (0027) (0028) (0029)
Advogado: FLAVIO JOSE DA ROCHA **23640/O/DF** (0035)
Advogado: FRANCISCO BARBOSA DE MORAIS **5707/DF** (0007)
Advogado: GABRIEL ATLAS UCCI **195330/SP** (0025)
Advogado: GILBERTO ANTONIO VIEIRA **8914/DF** (0005)
Advogado: GUSTAVO PEREIRA GOMES **16549/O/DF** (0032)
Advogado: HOSANAH MUNIZ DA COSTA **09578/O/DF** (0034)
Advogado: INGRYD DE SOUSA DA SILVA **136584/RJ** (0018)
Advogado: ITAMAR BATISTA LIMA **9148/DF** (0015)
Advogado: JESUS GERALDO MOROSINO **11432/DF** (0020)
Advogado: JOAO EMILIO FALCAO COSTA NETO **09593/O/DF** (0003)
Advogado: JOAO EVANGELISTA LUIZ DA COSTA **18719/T/DF** (0023)
Advogado: JONAS ALVES DE OLIVEIRA **03227/O/DF** (0036)
Advogado: JORGE RAUL NARA FUNES **07243/O/DF** (0033)
Advogado: JOSE EYMARD LOGUERCIO **01441/A/DF** (0002)
Advogado: JULIO CESAR CAVALCANTE AIRES **18960/O/DF** (0024)
Advogado: LEONARDO DA SILVA PATZLAFF **16557/O/DF** (0009)
Advogado: LIVIO PINTO **09210/O/DF** (0016)
Advogado: LUIS FELIPE R. COELHO **5297/DF** (0001)
Advogado: MARCELO PILOTO MACIEL **24048/A/DF** (0021)
Advogado: MARCOS LUIS BORGES DE RESENDE **3842/DF** (0001)
Advogado: MARIO LICE BOEMER **11744/GO** (0012)
Advogado: MARIO LUCIO MARQUES JUNIOR **18058/A/DF** (0028) (0029)
Advogado: MÁRCIA DE JESUS CASIMIRO **92825/SP** (0024)
Advogado: NIVALDO DANTAS DE CARVALHO **01554/A/DF** (0016)
Advogado: PABLICIO MONTEIRO CARDOSO **19567/DF** (0007)
Advogado: PEDRO MARTINS FILHO **9158/DF** (0014) (0019)
Advogado: RITA HELENA PEREIRA **7284/DF** (0012)
Advogado: ROBSON FREITAS MELO **01982/O/DF** (0025) (0026)
Advogado: RODRIGO BORGES COSTA DE SOUZA **18522/DF** (0013)
Advogado: RODRIGO MATOS DA COSTA **15827/DF** (0008)
Advogado: ROGERIO G. CASTANHEIRA **9036/DF** (0015)
Advogado: ULISSES B. DE RESENDE **4595/DF** (0008)
Advogado: ULISSES RIEDEL DE RESENDE **00968/T/DF** (0004) (0009) (0013)
Advogado: ULISSES RIEDEL DE RESENDE **968/DF** (0004) (0009)
Advogado: VALCIDES JOSE RODRIGUES DE SOUSA **13855/DF** (0022)
Advogado: VANIA CRISTINA PINTO DA SILVA **8710/DF** (0024)
Advogado: VICTOR ALVES MARTINS **21804/O/DF** (0023)
Advogado: WALDIR RAMOS DA SILVA **137904/SP** (0021)

EDITAIS

PROCESSO: **00373-2001-007-10-00-0 (0001)**
EDITAL: **000.302/2008**
RECLAMANTE LUIZ CARLOS BRITO
ADVOGADO: DEBORAH RODRIGUES AFFONSO
RECLAMADO CERTA SERVICOS EMPRESARIAS E REPRESENTACOES LTDA
RECLAMADO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇA DO CORPO DE BOMBEIRO DO DF
ADVOGADO: LUIS AUGUSTO SCANDIUZZI
RECLAMADO Maria Tereza de Moura Maia
RECLAMADO Flávio Martins dos Santos

EDITAL DE CITAÇÃO DE DÉBITO Nº302/2008 ok
Bruto do Exeqüente.....:R$ 4.726,13
INSS Reclamado.....:R$ 307,05
INSS Terceiros + SAT....:R$ 104,41
Custas do Processo.....:R$ 94,52
Total Geral:R$ 5.232,11
Atualizado:31/07/2002
Decisão/Despacho de fls.: 67

O(a) Doutor(a) ÉRICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho da Egrégia Sétima Vara do Trabalho de Brasília/DF, na forma da lei, etc,
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que, nesta Vara e Secretaria, situada à Av. W/3 Norte, Qd. 516, Bloco 1, Conjunto B, sala 115, nesta Capital, tramita a Reclamação Trabalhista em epígrafe, sendo o presente para proceder à CITAÇÃO do sócio da executada, Sr. Flávio Martins dos Santos, para comparecer à Secretaria desta Vara e, em 48 horas, efetuar o PAGAMENTO do total de seu débito nos autos do processo supracitado, no importe acima indicado. A referida importância é devida em função dos autos do processo supracitado. E, para que chegue ao conhecimento do sócio da executada e demais interessados, e no futuro não possam alegar ignorância, foi expedido o presente EDITAL DE CITAÇÃO, afixado no local de costume na sede deste Juízo e publicado no Diário de Justiça, Seção 3, na forma da lei.
Assinado por DARLON BATISTA DE OLIVEIRA, Assistente do Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 7ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 10, JULHO de 2008

PROCESSO: **00755-2003-007-10-00-5 (0002)**
EDITAL: **000.300/2008**
RECLAMANTE ANTONIO MARCOS PAULO DA COSTA
ADVOGADO: BENEDITO FRANCELINO MOREIRA
RECLAMADO JOAQUIM JOSE MANOEL - RESTAURANTE E CHOPARIA LTDA.
RECLAMADO Julio Cezar Dias
RECLAMADO Carlos Alberto Dias

EDITAL DE CITAÇÃO DE DÉBITO Nº 300/2008 ok
Bruto do Exeqüente.....:R$ 4.737,91
INSS Reclamado.....:R$ 638,12
INSS Terceiros + SAT.....:R$ 248,89
Custas do Processo + Art. 789:R$ 118,45
Total Geral:R$ 5.743,37
Atualizado:30/09/2006
Decisão/Despacho de fls.: 87

O(a) Doutor(a) ÉRICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho da Egrégia Sétima Vara do Trabalho de Brasília/DF, na forma da lei, etc,
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que, nesta Vara e Secretaria, situada à Av. W/3 Norte, Qd. 516, Bloco 1, Conjunto B, sala 115, nesta Capital, tramita a Reclamação Trabalhista em epígrafe, sendo o presente para proceder à CITAÇÃO dos sócios da executada, Sr. JULIO CEZAR DIAS, Sr. CARLOS ALBERTO DIAS, para comparecerem à Secretaria desta Vara e, em 48 horas, efetuarem o PAGAMENTO do total de seu débito nos autos do processo supracitado, no importe acima indicado. A referida importância é devida em função dos autos do processo supracitado. E, para que chegue ao conhecimento dos sócios da executada e demais interessados, e no futuro não possam alegar ignorância, foi expedido o presente EDITAL DE CITAÇÃO, afixado no local de costume na sede deste Juízo e publicado no Diário de Justiça, Seção 3, na forma da lei.
Assinado por DARLON BATISTA DE OLIVEIRA, Assistente do Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 7ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 10, JULHO de 2008

PROCESSO: **01005-2007-007-10-00-4 (0003)**
EDITAL: **000.301/2008**
RECLAMANTE Genilson Oliveira de Araujo
ADVOGADO: ANTONIO DE PADUA ARAUJO
RECLAMADO Maria Telma M. Reccinini

EDITAL DE CITAÇÃO DE DÉBITO Nº 301/2008 ok
Bruto do Exeqüente.....:R$ 5.619,65
INSS Reclamado.....:R$ 273,99
INSS Terceiros + SAT.....:R$ 132,30
INSS Pacto Laboral.....:R$ 62,05
Custas do Processo + Art. 789:R$ 140,49
Total Geral:r$ 6.228,48
Atualizado:30/04/2008
Decisão/Despacho de fls.:71

(a) Doutor(a) ÉRICA DE OLIVEIRA ANGOTI, Juiz(a) do Trabalho da Egrégia Sétima Vara do Trabalho de Brasília/DF, na forma da lei, etc,
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que, nesta Vara e Secretaria, situada à Av. W/3 Norte, Qd. 516, Bloco 1, Conjunto B, sala 115, nesta Capital, tramita a Reclamação Trabalhista em epígrafe, sendo o presente para proceder à CITAÇÃO da 1ª Reclamada/Executada, Maria Telma M. Reccinini para comparecer à Secretaria desta Vara e, em 48 horas, efetuar o PAGAMENTO do total de seu débito nos autos do processo supracitado, no importe acima indicado. A referida importância é devida em função dos autos do processo supracitado. E, para que chegue ao conhecimento da Reclamada/Executada e demais interessados, e no futuro não possam alegar ignorância, foi expedido o presente EDITAL DE CITAÇÃO, afixado no local de costume na sede deste Juízo e publicado no Diário de Justiça, Seção 3, na forma da lei.
Assinado por DARLON BATISTA DE OLIVEIRA, Assistente do Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 7ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 10, JULHO de 2008

ÍNDICE

Advogado: (0003)	ANTONIO DE PADUA ARAUJO	**7760/DF**
Advogado: (0002)	BENEDITO FRANCELINO MOREIRA	**07240/O/DF**
Advogado: (0001)	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO	**15690/DF**
Advogado: (0001)	LUIS AUGUSTO SCANDIUZZI	**15311/DF**
Advogado:		/

9ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

DESPACHOS

PROCESSO: **01145-1997-009-10-00-2 (0001)**
RECLAMANTE SERGIO TULIO FERREIRA LIMA
ADVOGADO: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
RECLAMADO OFICINA JBR LTDA (OFICINA PLANALTO LTDA)
ADVOGADO: NILTON MUNIZ DA SILVA

Despacho de fl. 193 - Vista ao Exeqüente da certidão negativa de fl. 192, para requerer o que entender direito ao regular prosseguimento da execução, no prazo de 30 dias, importando o silêncio em arquivamento provisório dos autos. Intime-se. Juiz do Trabalho TAMARA GIL ALVES PORTUGAL

PROCESSO: **00513-2003-009-10-00-4 (0002)**
RECLAMANTE LINDONILSON AZEVEDO ASSUNCAO
ADVOGADO: ANTONIO LEONEL DE A. CAMPOS
RECLAMADO SACOLAO CRISTAL

Despacho de fl. 124 - Vista ao Exeqüente da certidão negativa de fl. 123, para requerer o que entender direito ao regular prosseguimento da execução, no prazo de 30 dias, importando o silêncio em requisição da CPE expedida e arquivamento provisório dos autos. Intime-se. Juiz do Trabalho TAMARA GIL ALVES PORTUGAL

PROCESSO: **00526-2006-009-10-00-6 (0003)**
RECLAMANTE Jucéle Antônio Ribeiro
ADVOGADO: EDUARDO CLEMENTE
RECLAMADO Zildete ATAÍDES VIEIRA - ME
ADVOGADO: CARLOS FERNANDO V.DE SOUZA

Despacho de fl. 148 - Vista ao Exeqüente da certidão negativa de fl. 147, para requerer o que entender direito ao regular prosseguimento da execução, no prazo de 30 dias, importando o silêncio em arquivamento provisório dos autos. Intime-se. Juiz do Trabalho TAMARA GIL ALVES PORTUGAL

PROCESSO: **00641-2007-009-10-00-1 (0004)**
RECLAMANTE Cecília Sousa Oliveira
ADVOGADO: BERNARDO MENEZES DE SOUZA
RECLAMADO Virtual Service Emp. Geral Ltda.

Despacho de fl. 62 - Vista ao Exeqüente da certidão negativa de fl. 61, para requerer o que entender direito ao regular prosseguimento da execução, no prazo de 30 dias, importando o silêncio em arquivamento provisório dos autos. Intime-se. Juiz do Trabalho TAMARA GIL ALVES PORTUGAL

PROCESSO: **01346-2007-009-10-00-2 (0005)**
RECLAMANTE Luiz Gomes de Lima
ADVOGADO: FRANCISCO FERREIRA DE FARIAS
RECLAMADO Virtual Service Empresa de Serviços Gerais Ltda.

Despacho de fl. 47 - Vista ao Exeqüente da certidão negativa de fl. 46, para requerer o que entender direito ao regular prosseguimento do feito, no prazo de 30 dias, importando o silêncio em arquivamento provisório dos autos. Intime-se. Juiz do Trabalho TAMARA GIL ALVES PORTUGAL

PROCESSO: **00685-2008-009-10-00-2 (0006)**
RECLAMANTE Darliane da Silva Reis
ADVOGADO: GERALDO MARCONE PEREIRA
RECLAMADO Teleperformance CRM S.A.

"De ordem, incluo o feito na pauta do dia 23/07/2008, às 09:20, para a realização da AUDIÊNCIA UNA, observado o procedimento sumaríssimo.A Secretaria deverá realizar a intimação do(s) reclamante(s), por meio de seu procurador, e a notificação da(s) reclamada(s), enviando-lhe(s) cópia da inicial, para que compareça(m) à audiência designada, trazendo espontaneamente suas testemunhas e demais provas, sob pena de preclusão (arts. 845 e 852-H, § 2º, da CLT), facultando-lhe(s) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), e nela ofereça sua resposta aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e conseqüentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)."

PROCESSO: **00686-2008-009-10-00-7 (0007)**
RECLAMANTE Luciano Navarro Bueno Orenstein
ADVOGADO: JEOSUE JOSEPH EVIMAR FREIRE ORENSTEIN DE ARAUJO COHEN
RECLAMADO Instituto Navarro de Educação e Cultura S/C Ltda.

"De ordem, incluo o feito na pauta do dia 23/07/2008, às 09:40, para a realização da AUDIÊNCIA UNA, observado o procedimento sumaríssimo.A Secretaria deverá realizar a intimação do(s) reclamante(s), por meio de seu procurador, e a notificação da(s) reclamada(s), enviando-lhe(s) cópia da inicial, para que compareça(m) à audiência designada, trazendo espontaneamente suas testemunhas e demais provas, sob pena de preclusão (arts. 845 e 852-H, § 2º, da CLT), facultando-lhe(s) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), e nela ofereça sua resposta aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e conseqüentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)."

PROCESSO: **00687-2008-009-10-00-1 (0008)**
RECLAMANTE Elineusa Dias Gomes
ADVOGADO: ALEXANDRE DA SILVEIRA BARBOSA
RECLAMADO Vanda Eduarda da Silva

"De ordem, incluo o feito na pauta do dia 29/07/2008, às 09:00, para a realização da AUDIÊNCIA UNA, observado o procedimento sumaríssimo.A Secretaria deverá realizar a intimação do(s) reclamante(s), por meio de seu procurador, e a notificação da(s) reclamada(s), enviando-lhe(s) cópia da inicial, para que compareça(m) à audiência designada, trazendo espontaneamente suas testemunhas e demais provas, sob pena de preclusão (arts. 845 e 852-H, § 2º, da CLT), facultando-lhe(s) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), e nela ofereça sua resposta aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e conseqüentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)."

PROCESSO: **00690-2008-009-10-00-5 (0009)**
RECLAMANTE Luciano Alves da Cruz
ADVOGADO: ODILON VALE DE MESQUITA
RECLAMADO CAENGE S. A, - Construção, Administração e Engenharia

"De ordem, incluo o feito na pauta do dia 23/07/2008, às 10:00, para a realização da AUDIÊNCIA UNA, observado o procedimento sumaríssimo.A Secretaria deverá realizar a intimação do(s) reclamante(s), por meio de seu procurador, e a notificação da(s) reclamada(s), enviando-lhe(s) cópia da inicial, para que compareça(m) à audiência designada, trazendo espontaneamente suas testemunhas e demais provas, sob pena de preclusão (arts. 845 e 852-H, § 2º, da CLT), facultando-lhe(s) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), e nela ofereça sua resposta aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e conseqüentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)."

PROCESSO: **00692-2008-009-10-00-4 (0010)**
RECLAMANTE Edson Nogueira dos Santos
ADVOGADO: GILSON MOREIRA DA SILVA
RECLAMADO Transporte Progresso Ltda.

"De ordem, incluo o feito na pauta do dia 24/07/2008, às 10:00, para a realização da AUDIÊNCIA UNA, observado o procedimento sumaríssimo.A Secretaria deverá realizar a intimação do(s) reclamante(s), por meio de seu procurador, e a notificação da(s) reclamada(s), enviando-lhe(s) cópia da inicial, para que compareça(m) à audiência designada, trazendo espontaneamente suas testemunhas e demais provas, sob pena de preclusão (arts. 845 e 852-H, § 2º, da CLT), facultando-lhe(s) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), e nela ofereça sua resposta aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e conseqüentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)."

PROCESSO: **00694-2008-009-10-00-3 (0011)**
RECLAMANTE Eleuteria Nunes da Silva
ADVOGADO: LUANDA ALVES DE SOUZA
RECLAMADO Hallstar Cabeleireiros Ltda-ME

"De ordem, incluo o feito na pauta do dia 24/07/2008, às 09:40, para a realização da AUDIÊNCIA UNA, observado o procedimento sumaríssimo.A Secretaria deverá realizar a intimação do(s) reclamante(s), por meio de seu procurador, e a notificação da(s) reclamada(s), enviando-lhe(s) cópia da inicial, para que compareça(m) à audiência designada, trazendo espontaneamente suas testemunhas e demais provas, sob pena de preclusão (arts. 845 e 852-H, § 2º, da CLT), facultando-lhe(s) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), e nela ofereça sua resposta aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e conseqüentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)."

PROCESSO: **00695-2008-009-10-00-8 (0012)**
RECLAMANTE José Carlos Alves da Costa
ADVOGADO: ONEIDA MARTINS RODRIGUES
RECLAMADO Viação Planalto Ltda. - VIPLAN

"De ordem, incluo o feito na pauta do dia 28/07/2008, às 08h40, para a realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL, observado o procedimento ordinário.A Secretaria deverá realizar a intimação do(s) reclamante(s), por meio de seu procurador, e a notificação da(s) reclamada(s), enviando-lhe(s) cópia da inicial, para que compareça(m) à audiência designada, facultando-lhe(s) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), e nela ofereça sua resposta aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e conseqüentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)."

PROCESSO: **00696-2008-009-10-00-2 (0013)**
RECLAMANTE Venina Metaxa Kladi
ADVOGADO: RAIMUNDO DA CUNHA ABREU
RECLAMADO Banco do Brasil S.A.

"De ordem, incluo o feito na pauta do dia 24/07/2008, às 08h55, para a realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL, observado o procedimento ordinário.A Secretaria deverá realizar a intimação do(s) reclamante(s), por meio de seu procurador, e a notificação da(s) reclamada(s), enviando-lhe(s) cópia da inicial, para que compareça(m) à audiência designada, facultando-lhe(s) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), e nela ofereça sua resposta aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e conseqüentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)."

PROCESSO: **00697-2008-009-10-00-7 (0014)**
RECLAMANTE Douralice da Conceição Sousa
ADVOGADO: UBIRAJARA WANDERLEY LINS JUNIOR
RECLAMADO Cristine de Fátima Freitas Mundim Santiago

"De ordem, incluo o feito na pauta do dia 29/07/2008, às 08h35, para a realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL, observado o procedimento ordinário.A Secretaria deverá realizar a intimação do(s) reclamante(s), por meio de seu procurador, e a notificação da(s) reclamada(s), enviando-lhe(s) cópia da inicial, para que compareça(m) à audiência designada, facultando-lhe(s) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), e nela ofereça sua resposta aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e conseqüentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)."

PROCESSO: **00698-2008-009-10-00-1 (0015)**
RECLAMANTE Selvino Nunes da Rocha
ADVOGADO: MARCOS LUIS BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. -TCB

"De ordem, incluo o feito na pauta do dia 24/07/2008, às 08h45, para a realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL, observado o procedimento ordinário.A Secretaria deverá realizar a intimação do(s) reclamante(s), por meio de seu procurador, e a notificação da(s) reclamada(s), enviando-lhe(s) cópia da inicial, para que compareça(m) à audiência designada, facultando-lhe(s) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), e nela ofereça sua resposta aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e conseqüentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT)."

PROCESSO: **00699-2008-009-10-00-6 (0016)**
RECLAMANTE Adrianna Troccoli de Nogueira Valverde Morais
ADVOGADO: JOELSON COSTA DIAS
RECLAMADO Instituto Candango de Solidariedade

"Considerando que os pedidos da inicial foram realizados em face do INSTITUTO CÂNDANGO DE SOLIDARIEDADE - ICS, que encontra-se em local incerto, converto o Rito Sumaríssimo em Rito Ordinário.Proceda a secretaria as devidas alterações.Incluo o feito na pauta do dia 12/08/2008, às 08h30, para a realização da AUDIÊNCIA INAUGURAL, observado o procedimento ordinário.A Secretaria deverá realizar a intimação do(s) reclamante(s), por meio de seu procurador e a notificação da(s) reclamada(s), , para que compareça(m) à audiência designada, facultando-lhe(s) substituir-se pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente (CLT, art. 843, § 1º), podendo, ainda, oferecer sua resposta aos termos da presente ação, sob pena de caracterizar-se a revelia e conseqüentemente a confissão quanto à matéria de fato (art. 844 da CLT).O ICS deverá ser notificado por EDITAL."

ÍNDICE

Advogado: (0008)	ALEXANDRE DA SILVEIRA BARBOSA	**25604/O/DF**
Advogado: (0002)	ANTONIO LEONEL DE A. CAMPOS	**3529/DF**
Advogado: (0004)	BERNARDO MENEZES DE SOUZA	**10512/DF**
Advogado: (0003)	CARLOS FERNANDO V.DE SOUZA	**5138/DF**

Advogado:	EDUARDO CLEMENTE	**21.232/DF**
(0003)		
Advogado:	FRANCISCO FERREIRA DE FARIAS	**16682/DF**
(0005)		
Advogado:	GERALDO MARCONE PEREIRA	**14038/T/DF**
(0006)		
Advogado:	GILSON MOREIRA DA SILVA	**09610/O/DF**
(0010)		
Advogado:	IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI	**13505/DF**
(0001)		
Advogado:	JEOSUE JOSEPH EVIMAR FREIRE ORENSTEIN DE ARAUJO COHEN	**25807/O/DF**
(0007)		
Advogado:	JOELSON COSTA DIAS	**10441/O/DF**
(0016)		
Advogado:	LUANDA ALVES DE SOUZA	**25674/O/DF**
(0011)		
Advogado:	MARCOS LUIS BORGES DE RESENDE	**03842/O/DF**
(0015)		
Advogado:	NILTON MUNIZ DA SILVA	**10565/DF**
(0001)		
Advogado:	ODILON VALE DE MESQUITA	**24688/A/DF**
(0009)		
Advogado:	ONEIDA MARTINS RODRIGUES	**11902/O/DF**
(0012)		
Advogado:	RAIMUNDO DA CUNHA ABREU	**05040/O/DF**
(0013)		
Advogado:	UBIRAJARA WANDERLEY LINS JUNIOR	**05064/O/DF**
(0014)		

11ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

DESPACHOS

PROCESSO:	**01886-1994-011-10-00-7 (0001)**
RECLAMANTE	JUCARA PAGIORO CAVALCANTE DE ALMEIDA
ADVOGADO:	AURO VIDIGAL DE OLIVEIRA
RECLAMADO	SERPRO SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
ADVOGADO:	ANA ELISABETE MOYA

Despacho às fls. 1420 - Vistos os autos.Considerando certidão supra, intimem-se as partes para que informem se os autos se encontram em seu poder. Prazo de cinco dias em Secretaria.Caso os autos não se encontrem em seu poder, as partes devem informar desde já se pretendem a reconstituição dos autos, isto porque a execução já se encontra extinta e os autos já haviam sido remetidos ao Arquivo Definitivo.DF., 04/07/2008 (6ª feira).Patrícia Birchal Becattini Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO:	**00016-1996-011-10-00-2 (0002)**
RECLAMANTE	JOSE AYRES GUIMARAES
ADVOGADO:	JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO	RIOFORTE SERVICOS TECNICOS DE VIGILANCIA S/A
RECLAMADO	INFRAERO EMPRESA BRASILEIRA INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA
ADVOGADO:	NILSON MACIEL DE LIMA.

Despacho às fls. 162 - J. Observa-se que o reclamante levou os autos com carga e retirou a CTPS que se encontrava à contracapa sem efetuar recebimento. Esclareço que o desentranhamento de qualquer documento deve ser feito no balcão da Vara, mediante recibo. Publique-se para ciência do autor. Após, prossiga-se com a remessa dos autos à Contadoria. DF., 08/07/2008 (3ª feira)Patrícia Birchal Becattini Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO:	**01393-1997-011-10-00-0 (0003)**
RECLAMANTE	CLAUDIA MARIA OTTONI CARVALHO
ADVOGADO:	ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECLAMADO	Golden Cross - Alimentação, Refeição e Empreendimentos S.A.
ADVOGADO:	IVAN FERNANDES DA SILVEIRA
RECLAMADO	Paulo Cesar Carvalho da Silva Afonso
ADVOGADO:	HAROLDO JOSE DA SILVA BRITO

Despacho às fls. 456 - J. NÃO CONHEÇO dos embargos opostos ante a ausência de garantia do Juízo. Intime-se o peticionário, sendo o procurador ora constituído a indicar nos autos o endereço de seu cliente. Prazo de cinco dias. DF., 08/07/2008 (3ª feira)Patrícia Birchal Becattini - Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO:	**01079-1999-011-10-00-9 (0004)**
RECLAMANTE	MANOEL DO NASCIMENTO PIRES
ADVOGADO:	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
RECLAMADO	BETONMIX SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA(WAYNE FARIA DO CARMO)
ADVOGADO:	JOAQUIM LIMA RIBEIRO
RECLAMADO	URBRAS URBANIZACAO E PREMOLDADOS LTDA
ADVOGADO:	ALEXANDRE DUARTE DE LACERDA
RECLAMADO	IRFATUR TURISMO E HOTELARIA S/A
ADVOGADO:	ALEXANDRE DUARTE DE LACERDA
RECLAMADO	IRFASA S/A CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO:	ALEXANDRE DUARTE DE LACERDA
RECLAMADO	SARANA AGROPECUARIA SAO BENTO DO PARANA LTDA
ADVOGADO:	ALEXANDRE DUARTE DE LACERDA

Despacho às fls. 365- Vistos os autos.Por intermédio do petitório retro informa o exeqüente que o novo acordo noticiado à fl. 353 não chegou a ser formalizado, requerendo, pois, o prosseguimento da execução.De análise do cálculo de fls. 329/335 verifico que as custas cartoriais não foram incluídas na execução, merecendo reparo tal omissão.Nesse mister, providencie a Secretaria a atualização e inclusão do valor informado à fl. 254 (R$242,81) no campo diversos da conta liquidatória, salientando tratar-se dos emolumentos devidos pelo registro da penhora incidente sobre o imóvel constrito à fl. 232 dos autos. Deverá a Secretaria, outrossim, atentar para a necessidade de inclusão do valor equivalente a 4 diligências realizadas por oficiais de justiça (cumprimento de mandados - custas do art. 789-A, II da CLT).Após, defiro a expedição de novo edital de praça do imóvel penhorado, tendo em vista o não pagamento espontâneo da dívida.Publique-se.Brasília/DF, 8 de julho de 2008. (3ª feira).PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza Substituta da 11ª VT/Brasília

PROCESSO:	**00819-2000-011-10-00-4 (0005)**
CONSIGNANTE	RENTAL FROTA LOCACAO DE VEICULOS E SERVICOS LTDA
ADVOGADO:	ELIANE OLIVEIRA DE PLATON AZEVEDO
CONSIGNADO	MARCOS AUGUSTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO:	FLAVIO TOMAZ PEREIRA LOPES

Despacho às fls. 308 - J. Defiro o pedido de vista pelo prazo de dez dias, conforme requerido. Intime-se. Após, arquivem-se os autos com baixa nos registros. DF., 07/07/2008 (2ª feira)Acélio Ricardo Vales Leite - Juiz do Trabalho Substituto

PROCESSO:	**00400-2002-011-10-00-4 (0006)**
RECLAMANTE	NILTON JOSE DINIZ DA SILVA
ADVOGADO:	ROSA M. FERNANDES TROINA GOMES
RECLAMADO	CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
ADVOGADO:	REGINA COELI M. DE FIGUEIREDO

Despacho às fls. 191 - Intime-se o Exeqüente, para vista dos cálculos, na forma do art. 884, § 3º da CLT, no prazo de cinco dias. PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza do Trabalho da 11ª Vara de Brasília/DF

PROCESSO:	**00043-2003-011-10-00-5 (0007)**
RECLAMANTE	MARIA GISELIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO:	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA
RECLAMADO	PLANER SISTEMAS E CONSULTORIAS LTDA
RECLAMADO	UNIAO FEDERAL (CAMARA FEDERAL)

Decisão às fls. 300/302 - "...Diante do exposto, conheço dos embargos à execução opostos pela 2ª executada, para, no mérito, julgar improcedentes seus argumentos. (...) Intimem-se as partes." PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza Auxiliar da 11ª VT/Bsb-DF

PROCESSO:	**00047-2003-011-10-00-3 (0008)**
RECLAMANTE	AGNALDO SANTOS
ADVOGADO:	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA
RECLAMADO	PLANER SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA
RECLAMADO	UNIAO FEDERAL (CAMARA FEDERAL)

Despacho às fls. 315 - J. Preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade, recebo o Recurso interposto pelo executado. Intime-se o exeqüente para, querendo, apresentar contraminuta. Prazo legal. Após manifestação, ou decorrido o prazo "in albis", remetam-se os autos ao eg. Regional, com as cautelas de estilo DF., 09/07/2008 (4ª feira)Acélio Ricardo Vales Leite - Juiz do Trabalho Substituto

PROCESSO:	**00070-2003-011-10-00-8 (0009)**
RECLAMANTE	FRANCISCA ALMEIDA MARTINS (9)
ADVOGADO:	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA
RECLAMADO	PLANER SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA
RECLAMADO	UNIAO FEDERAL (CAMARA FEDERAL)

Decisão às fls. 473/474 - "...Em face do exposto, resolve a 11ª Vara do Trabalho de Brasília-DF conhecer dos embargos opostos por UNIÃO FEDERAL para, no mérito, rejeitá-los, de acordo com a fundamentação que passa a integrar o dispositivo. Intimem-se as partes, sendo a embargante por mandado." ACÉLIO RICARDO VALES LEITE - Juiz Substituto da 11ª VT/Bsb-DF

PROCESSO:	**00083-2003-011-10-00-7 (0010)**
RECLAMANTE	ADAILTON CARLOS SANTANA SILVA
ADVOGADO:	UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA
RECLAMADO	PLANER SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA
RECLAMADO	UNIAO FEDERAL (CAMARA FEDERAL)

Decisão às fls. 270/272 - "...Diante do exposto, conheço dos embargos à execução opostos pela 2ª executada, para, no mérito, julgar improcedentes seus argumentos. (...) Intimem-se as partes." PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza Auxiliar da 11ª VT/Bsb-DF

PROCESSO:	**00103-2003-011-10-00-0 (0011)**
RECLAMANTE	ALMIRO SOARES PUGA (5)
ADVOGADO:	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA
RECLAMADO	PLANER SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA
RECLAMADO	UNIAO FEDERAL (CAMARA FEDERAL)

Despacho às fls. 420 - J. Primeiramente, os reclamantes devem efetuar o recebimento dos documentos acostados à contracapa dos autos. Prazo de cinco dias. Intime-se. DF., 09/07/2008 (4ª feira)Acélio Ricardo Vales Leite - Juiz do Trabalho Substituto

PROCESSO:	**00105-2003-011-10-00-9 (0012)**
RECLAMANTE	DAVID EDSON RODRIGUES FREIRE
ADVOGADO:	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA
RECLAMADO	PLANER SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA
RECLAMADO	UNIAO FEDERAL (CAMARA FEDERAL)

Decisão às fls.362/363 - "...Diante do exposto, deixo de conhecer dos embargos à execução opostos pela UNIÃO, nos termos da fundamentação supra, que passa a integrar o presente decisum para todos os efeitos. Intimem-se as partes, sendo a embargante por mandado." ACÉLIO RICARDO VALES LEITE - Juiz Substituto da 11ª VT/Bsb-DF

PROCESSO:	**00136-2003-011-10-00-0 (0013)**
RECLAMANTE	FRANCISCO ANTONIO GOMES RORIZ (1)
ADVOGADO:	JOMAR ALVES MORENO
RECLAMADO	PLANER SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA
RECLAMADO	UNIAO FEDERAL (CAMARA FEDERAL)

Despacho às fls. 296 - Vistos os autos.Diante da certidão supra, observe a Secretaria que a 2ª Reclamada, União Federal (Câmara dos Deputados), arcará com a presente condenação, de forma subsidiária (fls. 120).A fim de dar cumprimento à determinação de fl.119 , expeçam-se ofícios à DRT, INSS, CEF/Órgão Gestor do FGTS e Ministério do Trabalho, enviando-lhes cópia da sentença de fls. 111/120, para as providências cabíveis.Após, e considerando que a 1ª Reclamada vem sendo citada por edital sem, no entanto se manifestar nos autos, intime-se o Reclamante a apresentar sua CTPS, na Secretaria desta Vara, a fim de possibilitar o registro determinado em sentença, no prazo de 05 (cinco) dias, bem como deverá informar a este Juízo, no mesmo prazo, o montante sacado a título de FGTS (Alvará nº 91/2003 de fl. 121), sob pena de restar prejudicado o andamento do feito. PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza do Trabalho - 11ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

PROCESSO:	**00142-2003-011-10-00-7 (0014)**
RECLAMANTE	ROBERTO DE SOUZA COSTA
ADVOGADO:	JOMAR ALVES MORENO
RECLAMADO	PLANER SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA
RECLAMADO	UNIAO FEDERAL (CAMARA FEDERAL)
RECLAMADO	Walter Antunes dos Reis
RECLAMADO	Otacilio Antunes dos Reis Filho
RECLAMADO	João Vicente Cunha

Despacho às fls. 432 - J. Preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade, recebo o Recurso interposto pelo executado. Intime-se o exeqüente para, querendo, apresentar contraminuta. Prazo legal. Após manifestação, ou decorrido o prazo "in albis", remetam-se os autos ao eg. Regional, com as cautelas de estilo. DF., 09/07/2008 (4ª feira)Acélio Ricardo Vales Leite - Juiz do Trabalho Substituto

PROCESSO:	**00170-2003-011-10-00-4 (0015)**
RECLAMANTE	AERCIO PONTES DA SILVA (1)
ADVOGADO:	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA
RECLAMADO	PLANER SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA
RECLAMADO	UNIAO FEDERAL (CAMARA FEDERAL)

Decisão às fls. 358/360 - "...Diante do exposto, conheço dos embargos à execução opostos pela 2ª executada, para, no mérito, julgar improcedentes seus argumentos. (...) Intimem-se as partes." PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza Auxiliar da 11ª VT/Bsb-DF

PROCESSO:	**00448-2003-011-10-00-3 (0016)**
RECLAMANTE	SECONCI/DF SERVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO:	ITAMAR FERREIRA DE LIMA
RECLAMADO	ROLDAO ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO:	ELIZABETH CABRAL VALENTIM

Despacho às fls. 300 - Vistos.Intime-se a demandada, SECONCI/DF SERVIÇO SOCIAL DO DF, para recebimento da guia, acostada aos autos, referente à multa fixada em seu favor.Passo contínuo, expeça-se certidão de crédito, ao Executado, ROLDÃO ENGENHARIA LTDA, a fim de reaver, perante A Receita Federal, a importância de R$100,00, paga a maior em guia DARF.PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Brasília-DF

PROCESSO:	**00378-2004-011-10-00-4 (0017)**
RECLAMANTE	ANTONIO MARTINS DA SILVA
ADVOGADO:	ULISSES B. DE RESENDE
RECLAMADO	CEB Distribuição S/A
ADVOGADO:	MURILO BOUZADA DE BARROS

Despacho às fls. 360 - Os embargos à execução já foram apreciados e a executada não recorreu da decisão proferida, tendo assim operado o trânsito em julgado. Assim, fica extinta a execução, na forma do art. 794, I do CPC. (...) Intimem-se as partes, sendo o exeqüente ao recebimento de seu crédito. ACÉLIO RICARDO VALES LEITE - Juiz do Trablaho Substituto

PROCESSO:	**00449-2005-011-10-00-0 (0018)**
RECLAMANTE	Nilva Alves de Oliveira
ADVOGADO:	JOMAR ALVES MORENO
RECLAMADO	Múltipla Prestacão de Servicos e Higienizacão Ltda
RECLAMADO	União Federal

Despacho às fls. 169 verso - Vistos os autos.Observe a Secretaria que a segunda reclamada foi condenada subsidiariamente.Converto desde já a obrigação relativa ao FGTS constante do item 5 do dispositivo da sentença (fls. 77).Considerando que a primeira reclamada vem sendo citada por edital, fica a reclamante, Nilva Alves de Oliveira (CPF

647.353.971-91), autorizada a levantar o total existente na conta vinculada do FGTS recolhido pela reclamada, Múltipla Prestação de Serviços e Higienização Ltda (CNPJ 03.342.669/0001-50), com os acréscimos legais.O presente despacho tem força de alvará, suprindo a exigência das guias específicas para o fim pretendido e de carimbo de baixa na CTPS.Intime-se o reclamante.Cumpridas as determinações, remetam-se os autos à Contadoria para liquidação do feito.DF., 09/07/2008 (4ª feira)Acélio Ricardo Vales LeiteJuiz do Trabalho Substituto

PROCESSO:	**01199-2005-011-10-00-5 (0019)**
RECLAMANTE	Alessandra Abrantes de Melo
ADVOGADO:	VALDIR CAMPOS LIMA
RECLAMADO	Volkswagen Serviços S.A
ADVOGADO:	PABLO ROLIM CARNEIRO

Decisão às fls. 713/717 - "...Diante do exposto, conheço dos embargos e da impugnação oposta, para , no mérito, julgar-lhes procedentes em parte seus arguemntos. (...) Intimem-se as partes." ACÉLIO RICARDO VALES LEITE - Juiz do Trablaho da 11ª VT de Brasília/DF

PROCESSO:	**00478-2006-011-10-00-2 (0020)**
RECLAMANTE	Anne Macedo da Silva
ADVOGADO:	AUREA FELICIANA PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO	JBA Comércio Varejista de Doces Ltda. (Cacau Show)
ADVOGADO:	SILVANA FERREIRA VIDAL DO AMARAL

Despacho às fls. 325 - Vistos, etc.Diante do pagamento do débito, da ausência de oposição de embargos e da expressa concordância do exeqüente com a conta, fica extinta a execução, na forma do art. 794, I do CPC.Determino a liberação ao exeqüente, em nome dos advogados constituídos às fls. 09 dos autos, para movimentação financeira no somatório das contas 042/04800829-5 e 042/04807145-0 (fls. 304 e 319), observando os cálculos de fls. 316/, nos seguintes termos: - autenticar guia GPS, no código 2909, relativa ao recolhimento do empregado e empregador acrescido de SAT e terceiros no importe de R$1.164,83; - autenticar guia DARF no importe de R$502,35, no código 5936, relativa ao Imposto de Renda em nome do Reclamante; - autenticar guia DARF no importe de R$11,06, no código 8168 relativa aos emolumentos; - liberar do saldo remanescente ao exeqüente, por meio de seus advogados, aí incluídos o crédito líquido do autor e os honorários assistenciais, "zerando" a respectiva conta.O procurador que efetuar o recebimento deve apresentar seu CPF no momento do saque ao Banco pagador;O PRESENTE DESPACHO TEM FORÇA DE ALVARÁ PERANTE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.Intimem-se as partes, sendo o exeqüente ao recebimento de seu crédito.Comprovada a efetivação dos recolhimentos, arquivem-se os autos com baixa nos registros.Advogados autorizados ao levantamento: João Américo Pinheiro Martins (OAB/DF 10.434), Áurea Feliciana Pinheiro Martins (OAB/DF 11.464) e Patrícia Pinheiro Martins (OAB/DF 14.753).Brasília/DF, 09/07/2008 (4ª feira).Acélio Ricardo Vales LeiteJuiz do Trabalho Substituto

PROCESSO:	**00517-2006-011-10-00-1 (0021)**
RECLAMANTE	Sérgio Luís Lima Barreto
ADVOGADO:	ANTONIO LEONEL DE A. CAMPOS
RECLAMADO	Juliana Silva (Vila Infantil Buffet e Willy Park Buffet)
ADVOGADO:	AUGUSTO CESAR DE LIMA SANTOS
RECLAMADO	Willy Park Buffet Infantil Ltda
RECLAMADO	Dilma Farias Nascimento
RECLAMADO	Walter Farias Nascimento

Despacho às fls. 189 - Vista ao exeqüente. Prazo de cinco dias. Intime-se. ACÉLIO RICARDO VALES LEITE - Juiz do Trabalho Substituto

PROCESSO:	**00751-2006-011-10-00-9 (0022)**
RECLAMANTE	FRANCISCO PAULO DE OLIVEIRA
ADVOGADO:	FABRICIO TRINDADE DE SOUSA
RECLAMADO	DIGIPRINT GRAFICA E EDITORA LTDA
ADVOGADO:	JOAO DE CARVALHO LEITE NETO
RECLAMADO	Gráfica e Editora Brasil Ltda.
ADVOGADO:	BRUNO CESAR PESQUEIRO PONCE JAIME

Despacho às fls. 167 - Vistos.Renovo ao Reclamado o prazo de 05 dias para entregar as guias do SD/CD, sob pena de pagar indenização equivalente. Intime-se diretamente.PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINIJuíza do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Brasília-DF

PROCESSO:	**00768-2006-011-10-00-6 (0023)**
RECLAMANTE	MARCELO DE MELO FARIAS
ADVOGADO:	EMENS PEREIRA DE SOUZA
RECLAMADO	HVA PROMOÇÕES PUBLICIDADE E COMÉRCIO LLTDA
RECLAMADO	Sherwin Willians do Brasil Indústria e Comércio Ltda.
ADVOGADO:	PABLO ROLIM CARNEIRO

Decisão às fls. 275/277 - "...Diante do exposto, conheço dos embargos opostos, para, no mérito, julgar improcedentes seus argumentos. (...) Intimem-se as partes." ACÉLIO RICARDO VALES LEITE - Juiz do Trabalho da 11ª VT de Brasília/DF

PROCESSO:	**00790-2006-011-10-00-6 (0024)**
RECLAMANTE	EDUARDO DA CONCEIÇÃO SANTOS
ADVOGADO:	RODRIGO MAZONI CURCIO RIBEIRO
RECLAMADO	CAPITAL REPRESENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE REVISTAS LTDA
RECLAMADO	Ramiro Ramos Filho
RECLAMADO	Jenilze Machado de Lima Ramos

Despacho às fls. 284 - Vistos.Libere-se ao exeqüente, as guias acostadas aos autos referentes aos valores constantes dos documentos de fls. 227/228.Prazo de 05 dias para recebimento bem como requerer o que for de seu interesse, sob pena de retorno dos autos ao arquivo provisório.Publique-se PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Brasília-DF

PROCESSO:	**00833-2006-011-10-00-3 (0025)**
RECLAMANTE	ELIZABETE RIBEIRO LIMA
ADVOGADO:	JOSE WILTON BORGES CRUZ
RECLAMADO	PM BUSINESS L&G CONSULTORIA LTDA.
ADVOGADO:	JOAO PAULO DA SILVA
RECLAMADO	Alexsandro Cézar de Jesus Cordova (sócio da reclamada)
RECLAMADO	Antônio Cézar Cordova Júnior (sócio da reclamada)

Despacho às fls. 242 - J. HOMOLOGO o presente ACORDO para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Recolhimentos previdenciários, fiscais e custas processuais no importe já fixado e que deverão ser pagos até o final do acordo, sob pena de prosseguimento da execução. O valor já disponibilizado deverá ser liberado ao exeqüente. O autor terá o prazo preclusivo de cinco dias a contar do vencimento de cada parcela para informar eventual inadimplência, sob pena de se ter que houve quitação. Intimem-se. DF., 08/07/2008 (3ª feira)Patrícia Birchal Becattini - Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO:	**00838-2006-011-10-00-6 (0026)**
RECLAMANTE	RAIMUNDA DIVINA DE LIMA
ADVOGADO:	FRANCISCO DE ASSIS SOARES DE PINHO
RECLAMADO	MARKERT HOUSE PRESTADORA DE SERVICOS DE LIMPEZA LTDA
RECLAMADO	Luis Felipe da Pieve
RECLAMADO	Wagner da Pieve

Despacho às fls. 182 - Vistos, etc.Esgotadas as possibilidades executórias pelo Juízo, intime-se o exeqüente a requerer o que entender de seu interesse, no prazo de quinze dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos desde já autorizado.Brasília/DF, 03/07/2008 (5ª feira).Patrícia Birchal Becattini - Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO:	**00924-2006-011-10-00-9 (0027)**
RECLAMANTE	Olga Iizuka e Carvalho Vasconcellos
ADVOGADO:	CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO
RECLAMADO	Cariday Stúdio Comércio Indústria de Roupas e Acessórios Ltda.(na pessoa da Sra. Daisy Salem)
ADVOGADO:	JOÃO PEDRO AVELAR PIRES
RECLAMADO	Dasak Modas Ltda. (na pessoa do Sr. Fábio Nesi Curi)
ADVOGADO:	JOÃO PEDRO AVELAR PIRES
RECLAMADO	Park Rio Modas Ltda. (na pessoa do Sr. Fábio Nesi Curi)
ADVOGADO:	JOÃO PEDRO AVELAR PIRES
RECLAMADO	Conjunto Rio Confecções de Roupas Ltda. (na pessoa da Sra. Daisy Salem)
ADVOGADO:	JOÃO PEDRO AVELAR PIRES

Despacho às fls. 1705 - Vistos.Aguarde-se o total cumprimento do acordo.Ultimado prazo para pagamento, e não havendo nova insurgência, prossiga-se a execução tão somente sobre a parcela paga em mora.PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza do Trabalho da 11ª Vara do Trabalhode Brasília-DF

PROCESSO:	**00993-2006-011-10-00-2 (0028)**
RECLAMANTE	Cristóvão Gomes de Moura
ADVOGADO:	FRANCISCO JOSE DOS S.MIRANDA
RECLAMADO	SETEC - Sociedade de Ensino, Tecnológico e Educação e Cultura (FACULDADE ALVORADA)
ADVOGADO:	MARIA CLAUDINEA SOBRINHO

Despacho às fls. 283 - Intime-se o exeqüente para que indique fiel depositário para o bem penhorado. Prazo de cinco dias. PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO:	**01086-2006-011-10-00-0 (0029)**
RECLAMANTE	Dagmar José Ferreira
ADVOGADO:	IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
RECLAMADO	Cláudio José Pereira
ADVOGADO:	JOAO CLIMACO DE ALMEIDA FILHO

Decisão às fls. 257/259 - "...Diante do exposto, conheço dos embargos opostos, para, no mérito, julgar parcialmente procednetes seus argumentos. (...) Intimem-se as partes." ACÉLIO RICARDO VALES LEITE - Juiz do Trabalho da 11ª VT de Brasília/DF

PROCESSO:	**00090-2007-011-10-00-2 (0030)**
RECLAMANTE	Sinomar Floriano Rezende
ADVOGADO:	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA
RECLAMADO	Conservo Brasília Serviços Gerais Ltda.
ADVOGADO:	GLAICON CORTES BARBOSA

Despacho às fls. 396 - Vistos.Vista ao executado da penhora em dinheiro promovida via sistema BACEN JUD, pelo prazo de 5 dias, para os fins previstos no art.884, da CLT.Publique-se.ACÉLIO RICARDO VALES LEITE - Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília-DF

PROCESSO:	**00140-2007-011-10-00-1 (0031)**
RECLAMANTE	Cássia Tecylia Pereira Fagundes de Oliveira
ADVOGADO:	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO	QUADRATA COMUNICAÇÕES EMPRESARIAIS LTDA.
ADVOGADO:	NORBERTO BEZERRA M. R. BONAVITA
RECLAMADO	Banco do Brasil S.A
ADVOGADO:	EUCLIDES JR. C. B. DE SOUZA

Despacho às fls. 533 - J. Intime-se o reclamante ao recebimento das guias ora trazidas pela reclamada, ficando consignado o prazo de dez dias para comprovação do montante recebido a título de FGTS. DF., 08/07/2008 (3ª feira)Patrícia Birchal Becattini Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO:	**00376-2007-011-10-00-8 (0032)**
RECLAMANTE	Joseline Moreira Simão
ADVOGADO:	RENATA RODRIGUES MOREIRA E SILVA
RECLAMADO	INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE - ICS
RECLAMADO	Serviço de Limpeza Urbana - SLU (antiga BELACAP - Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana de Brasilia)
RECLAMADO	Distrito Federal

Vistos, etc.Observe a Secretaria que o Distrito Federal foi subsidiariamente condenado nos autos.Intime-se o reclamante a trazer aos autos o extrato analítico de sua conta vinculada, a fim de possibilitar a elaboração dos cálculos. Prazo de cinco dias.Cumprida a determinação, remetam-se os autos à Contadoria para liquidação do feito.Brasília/DF, 08/07/2008 (3ª feira).Patrícia Birchal Becattini - Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO:	**00563-2007-011-10-00-1 (0033)**
RECLAMANTE	Cláudio Edgar de Sousa Mendes
ADVOGADO:	RITA HELENA PEREIRA
RECLAMADO	SPS - ASSESSORIA EM COMERCIO EXTERIOR LTDA.
ADVOGADO:	ADELITON ROCHA MALAQUIAS
RECLAMADO	Guimarães Assessoria Aduaneira Ltda.
ADVOGADO:	RICARDO TRARBACH

Despacho às fls. 376 - Vistos.Renovo às reclamadas/condenadas solidariamente, o prazo de 10 dias para se manifestarem acerca da promoção da Contadoria, colacionando aos autos os documentos requeridos.Fica determinado que em caso de nova inércia, a apuração dos valores devidos será efetivada por arbitramento.Publique-se ACÉLIO RICARDO VALES LEITE - Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalhode Brasília-DF

PROCESSO:	**00606-2007-011-10-00-9 (0034)**
RECLAMANTE	Antonio Ferreira da Silva
ADVOGADO:	EUNICE PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO	GRUPO SUPERMERCADO BOM MOTIVO (GEZEBEL REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.)
RECLAMADO	BM Alimentos Ltda.
RECLAMADO	BM Alimentos Ltda.
RECLAMADO	Edmar Bittencourt & Filhos Ltda.
RECLAMADO	Grupo Carrefour (Carrefour Comércio e Indústria Ltda.)
ADVOGADO:	RODRIGO MADEIRA NAZARIO

Vistos, etc.Diante da certidão supra, observe a Secretaria que o feito deve prosseguir em relação ao 8º reclamado (Carrefour Comércio e Indústria LTDA).Converto a obrigação de fazer referente ao período faltante do FGTS em obrigação de pagar o equivalente.Oficie-se ao INSS e CEF.Em seguida, intime-se o Reclamante para apresentar sua CTPS na Secretaria da Vara , em 05 dias, a fim de que sejam feitas as retificações determinadas em sentença, sob pena de restar prejudicado o andamento do feito até o cumprimento da diligência determinada.ACÉLIO RICARDO VALES LEITE - Juiz do Trabalho - 11ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

PROCESSO:	**00683-2007-011-10-00-9 (0035)**
RECLAMANTE	Edison Ferreira Filho
ADVOGADO:	ALESSANDRA CAMARANO MARTINS
RECLAMADO	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB
ADVOGADO:	MAURICIO MIRANDA DURAES

Despacho às fls. 299 - Diante do pagamento do débito, da ausência de manifestação das partes, nos termos do art. 884, da CLT, fica extinta, na forma do art. 794, I do CPC. Expeça-se alvará ao exeqüente e em nome dos advogados constituídos às fls. 06 para desmembramento da guia de fls. 294, observando os cálculos de fls. 291, (...) Intimem-se as partes, sendo o exeqüente ao recebimento de seu crédito. PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO: **00731-2007-011-10-00-9 (0036)**
RECLAMANTE Valdomiro de Oliveira Júnior
ADVOGADO: MARIA LINDINALVA DE SOUZA
RECLAMADO Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. TCB
ADVOGADO: GELVA CAROLINA PIATTI DE OLIVEIRA

Despacho às fls. 354 - Intime-se a executada ao recebimento da guia de saldo remanescente em cinco dias. PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO: **00850-2007-011-10-00-1 (0037)**
RECLAMANTE Matilde de Lacerda do Nascimento
ADVOGADO: LUIZ HUMBERTO VIEIRA GUIDO
RECLAMADO ANDREIA MOREIRA DUQUE MARQUES PORTO
ADVOGADO: FERNANDO GAIAO TORREAO DE CARVALHO
RECLAMADO João Gualberto Marques Porto Junior
ADVOGADO: FERNANDO GAIAO TORREAO DE CARVALHO

Despacho às fls. 157 - Intime-se a Reclamante a vir receber a CTPS, no prazo de 10 dias. THIAGO HENRIQUE AMENT - Juiz do Trabalho Substituto - 11ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

PROCESSO: **00869-2007-011-10-00-8 (0038)**
RECLAMANTE Weliton do Espírito Santo
ADVOGADO: ALDEISE DE SOUSA E SILVA FIGUEIREDO
RECLAMADO Qualix Serviços Ambientais Ltda. (antes denominada Enterpa Ambiental S/A)
ADVOGADO: ROBERTA ROCHA RODRIGUES

Despacho às fls. 318 - J. Diante da garantia integral do Juízo, primeiramente, intime-se a executada para ciência, nos termos do art. 884 da CLT. Prazo de cinco dias. Não havendo insurgência, venhamme os autos para liberação do crédito obreiro, observadas as guias de fls. 299, 303, 315 e o bloqueio de fls. 317 (ainda sem guia nos autos) e os cálculos de fls. 296. DF., 02/07/2008 (4ª feira)Patrícia Birchal Becattini Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO: **00917-2007-011-10-00-8 (0039)**
RECLAMANTE Osmar Eugênio Pinto Júnior
ADVOGADO: RITA HELENA PEREIRA
RECLAMADO Expresso Mercúrio S.A
ADVOGADO: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO

Decisão às fls. 309/311 - "...FUNDAMENTOS pelos quais CONHEÇO dos embargos aviados, para REJEITÁ-LOS in totum, e julgá-los IMPROCEDENTES, nos termos da fundamentação supra. Intimem-se." NARA CINDA ALVAREZ BORGES - Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO: **01101-2007-011-10-00-1 (0040)**
AUTOR SINDISERVIÇOS - Sind. dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trab. Temporário, Prest.de Serviços Terceirizados no DF
ADVOGADO: JOMAR ALVES MORENO
RÉU Concreta - Assessoria Empresarial Ltda.
ADVOGADO: FLAVIO MARCIO RANIERI DE ALBUQUERQUE

Despacho às fls. 394/396 - "...Vista às partes sobre os valores apurados pelo prazo preclusivo 10 dias, sob pena de se ter por corretos os valores supra, presumindo-se a concordância das partes com a liberação de tais valores." PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza Auxiliar da 11ª VT/Brasília

PROCESSO: **01278-2007-011-10-00-8 (0041)**
RECLAMANTE Verônica dos Santos Lemos de Souza
ADVOGADO: GENESCO RESENDE SANTIAGO
RECLAMADO Concreta - Assessoria Empresarial Ltda.
ADVOGADO: MARCELO R C FERNANDES

Despacho às fls. 51 - J. Expeça-se ofício ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais solicitando a desconsideração do requerimento formulado por meio do ofício de fls. 50, tendo em vista a comprovação de pagamento no autos. Intime-se o reclamante para ciência das guias ora apresentadas. Prazo preclusivo de cinco dias. No silêncio, ter-se-á por integralmente cumprido o pactuado, com a posterior intimação da União, via Contadoria, para ciência dos termos do acordo. DF., 08/07/2008 (3ª feira)Patrícia Birchal Becattini Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO: **01302-2007-011-10-00-9 (0042)**
RECLAMANTE Renata Simões de Carvalho
ADVOGADO: GENESCO RESENDE SANTIAGO
RECLAMADO Concreta - Assessoria Empresarial Ltda.
ADVOGADO: MARCELO R C FERNANDES

Despacho às fls. 42 - J. Expeça-se ofício ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais solicitando a desconsideração do requerimento formulado por meio do ofício de fls. 40, tendo em vista a comprovação de pagamento no autos. Intime-se o reclamante para ciência das guias ora apresentadas. Prazo preclusivo de cinco dias. No silêncio, ter-se-á por integralmente cumprido o pactuado, com a posterior intimação da União, via Contadoria, para ciência dos termos do acordo. DF., 08/07/2008 (3ª feira)Patrícia Birchal Becattini Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO: **01312-2007-011-10-00-4 (0043)**
RECLAMANTE Eliandra Alves de Souza
ADVOGADO: ALESSANDRO FREITAS DA ROCHA
RECLAMADO Concreta - Assessoria Empresarial Ltda.
ADVOGADO: MARCELO R C FERNANDES

Despacho às fls. 51 - J. Expeça-se ofício ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais solicitando a desconsideração do requerimento formulado por meio do ofício de fls. 49, tendo em vista a comprovação de pagamento no autos. Intime-se o reclamante para ciência das guias ora apresentadas. Prazo preclusivo de cinco dias. No silêncio, ter-se-á por integralmente cumprido o pactuado, com a posterior intimação da União, via Contadoria, para ciência dos termos do acordo. DF., 08/07/2008 (3ª feira)Patrícia Birchal Becattini Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO: **00036-2008-011-10-00-8 (0044)**
RECLAMANTE Francisco de Assis Seabra
ADVOGADO: PATRICIA ELIZA ALVES MOREIRA
RECLAMADO Rental Frota Distribuidora e Logística Ltda.
ADVOGADO: ISABELA ROMINA ALBERNAS DINIZ TEIXEIRA

Despacho às fls. 154 - Vistos, etc.Tendo em vista o silêncio da reclamada, converto a obrigação de liberar as guias do Seguro Desemprego em obrigação de pagar o equivalente em dinheiro.Fica o reclamante, FRANCISCO DE ASSIS SEABRA (CPF 289.512.471-04), autorizado a levantar o total existente na conta vinculada do FGTS recolhido pela reclamada, RENTAL FROTA DISTRIBUIDORA E LOGÍSTICA LTDA (CNPJ 97.415.681/0001-90) com os acréscimos legais.O presente despacho tem força de alvará, suprindo a exigência das guias específicas para o fim pretendido e de carimbo de baixa na CTPS.O reclamante deverá comprovar o montante levantado no prazo de dez dias, sob pena de se ter por integralmente quitada a obrigação relativa ao FGTS.Intime-se.Brasília/DF, 08/07/2008 (3ª feira). Patrícia Birchal Becattini - Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO: **00131-2008-011-10-00-1 (0045)**
RECLAMANTE Geraldo Magella da Gama
ADVOGADO: ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECLAMADO Caixa Econômica Federal - CEF.
ADVOGADO: RAMON DANTAS MANHAES SOARES

Despacho às fls. 288 - Vistos, etc.Diante da certidão supra, expeça-se alvará em favor da Reclamada para levantamento do depósito recursal de fl. 246, intimando-a para recebimento, em 05(cinco) dias.Recebida o alvará pela Reclamada, arquivem-se os autos definitivamente, devendo a Secretaria providenciar a devida baixa no Sistema. Brasília-DF, 04/07/2008 (6ª feira).Patrícia Birchal Becattini - Juíza do Trabalho - 11ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

PROCESSO: **00137-2008-011-10-00-9 (0046)**
RECLAMANTE Romister Teixeira de Souza
ADVOGADO: EDUARDO RODRIGUES FIGUEIREDO
RECLAMADO Atento Brasil S/A
ADVOGADO: TATIANA VILLA CARNEIRO

Despacho às fls. 188 - Intime-se o Reclamante para entregar na Secretaria da Vara sua CTPS, em 05 (cinco) dias, a fim de que seja retificada pela Reclamada. PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza do Trabalho - 11ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

PROCESSO: **00194-2008-011-10-00-8 (0047)**
RECLAMANTE Graciete Silva da Costa
ADVOGADO: GIOVANNA SILVEIRA LIRA DE OLIVEIRA
RECLAMADO Maria Conceição de Heredias - ME

Despacho às fls. 79 - Vistos, etc.Fica a reclamante, GRACIETE SILVA DA COSTA (CPF 602.839.631-15), autorizado a levantar o total existente na conta vinculada do FGTS recolhido pela reclamada, MARIA DA CONCEIÇÃO DE HEREDIAS - ME (CNPJ 02.015.810/0001-47) com os acréscimos legais.O presente despacho tem força de alvará, suprindo a exigência das guias específicas para o fim pretendido e de carimbo de baixa na CTPS.O reclamante deverá comprovar o montante levantado no prazo de dez dias, sob pena de se ter por integralmente quitada a obrigação relativa ao FGTS.Intime-se.Brasília/DF, 08/07/2008 (3ª feira).Patrícia Birchal Becattini - Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO: **00204-2008-011-10-00-5 (0048)**
RECLAMANTE Renata Araújo da Cunha
ADVOGADO: NABIAN MARTINS DE PAIVA
RECLAMADO Auto Posto Lazzat Ltda.
ADVOGADO: CARLOS ANDRE LOPES ARAUJO

Despacho às fls. 181 - J. Uma vez que o exeqüente insiste no pagamento da multa, e considerando o pagamento em atraso da terceira parcela, intime-se a executada a efetuar o pagamento em cinco dias, sob pena de se proceder à execução forçada. DF., 09/07/2008 (4ª feira)Acélio Ricardo Vales Leite - Juiz do Trabalho Substituto

PROCESSO: **00212-2008-011-10-00-1 (0049)**
AUTOR Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção e do Mobiliario de Brasilia - STICMB
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
RÉU Nilsa Maria R da Silva (Modulo Div Mov)
ADVOGADO: EVERALDO PELEJA DE SOUZA OLIVEIRA

Despacho às fls. 49 - J. Nada a deferir, ante a preclusão da alegação. Intime-se. Após, retornem os autos ao arquivo definitivo. DF., 09/07/2008 (4ª feira)Acélio Ricardo Vales LeiteJuiz do Trabalho Substituto

PROCESSO: **00222-2008-011-10-00-7 (0050)**
RECLAMANTE Leoncio João Dias
ADVOGADO: CARLOS ANDRE LOPES ARAUJO
RECLAMADO Dinamica Administração, Serviços e Obras
ADVOGADO: CAROLINA PIERONI

Decisão às fls. 227/236 - "...Diante do exposto, acolho a prejudicial de mérito invocada e julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos. (...)Intime-se a reclamada, por sua advogada, via imprensa oficial."ACÉLIO RICARDO VALES LEITE - Juiz do Trabalho Substituto

PROCESSO: **00234-2008-011-10-00-1 (0051)**
RECLAMANTE Herval de Araújo Sobrinho
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO MOSCATO DE MIRANDA
RECLAMADO TRIBUNA DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO: GABRIELA OSORIO DE CARVALHO ARRUDA
RECLAMADO Pulitzer Capital Jornalismo Ltda.
ADVOGADO: GABRIELA OSORIO DE CARVALHO ARRUDA

Despacho às fls. 185 - Intime-se a segunda Reclamada para efetuar as anotações conforme comando sentencial, no prazo de 10 (dez) dias. THIAGO HENRIQUE AMENT - Juiz Substituto da 11ª Vara do Trabalho de Brasília-DF

PROCESSO: **00276-2008-011-10-00-2 (0052)**
RECLAMANTE Wagner Gonçalves de Souza
ADVOGADO: FRANCISCO LUIZ GUEDES
RECLAMADO CETEST BRASÍLIA CONDICIONAMENTO DE AR LTDA.
ADVOGADO: JOAO VITOR MESQUITA AGRESTA
RECLAMADO Caixa Econômica Federal
ADVOGADO: FLÁVIO SILVA ROCHA

Decisão às fls. 158/166 - "...Diante do exposto, rejeito as preliminares, acolho a prejudicial de mérito e julgo PARCIALMENTE PROCEDNETES os pedidos. (...)Ciente o reclamante. (Súmula 197/TST). Intimem-se as reclamdas." ACÉLIO RICARDO VALES LEITE - Juiz do Trablaho Substituto

PROCESSO: **00291-2008-011-10-00-0 (0053)**
RECLAMANTE Deusirene Neres da Silva
ADVOGADO: MARCELO ALEXANDRE AMARAL DALAZEN
RECLAMADO R & J Papelaria, Copiadora e Serviços de Limpeza Ltda.
ADVOGADO: GILSON OLIVEIRA FACIOLA DE SOUZA

Despacho às fls. 93 - Vistos, etc.A fim de imprimir celeridade ao feito, fica a reclamante, DEUSIRENE NERES DA SILVA (CPF 800.923.221-15), autorizada a utilizar o presente perante o FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR para percepção do benefício do Seguro Desemprego decorrente do vínculo mantido com a reclamada, R & J PAPELARIA, COPIADORA E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA (CNPJ 09.070.071/0001-35).O presente despacho tem força de alvará, suprindo a exigência das guias específicas para o fim pretendido e de carimbo de baixa na CTPS.Intime-se.Brasília/DF, 08/07/2008 (3ª feira). Patrícia Birchal Becattini - Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO: **00331-2008-011-10-00-4 (0054)**
RECLAMANTE Redimar Carvalho de Moraes
ADVOGADO: EZEQUIEL SALVADOR
RECLAMADO Restaurante Bar e Choparia Corsário
ADVOGADO: HELEN APARECIDA PORTO

Despacho às fls. 89 - Intime-se o Reclamado para efetuar a baixa na CTPS da Reclamante, no prazo de 48 horas. PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Brasília-DF

PROCESSO: **00342-2008-011-10-00-4 (0055)**
RECLAMANTE Paulino Tavares da Câmara Filho
ADVOGADO: HERACLITO ZANONI PEREIRA
RECLAMADO CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
ADVOGADO: JAMES CORREA CALDAS

DECISÃO às fls. 238 - "...Pelo exposto, nos autos da Reclamação trabalhista interposta, julgo o processo extinto com julgamento do mérito. (...) Intimem-se as partes. Cumpra-se." PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - JUÍZA DO TRABALHO

PROCESSO: **00409-2008-011-10-00-0 (0056)**
RECLAMANTE Maria José de Souza Ferreira
ADVOGADO: KAMILLA FLAVILA E LELES BARBOSA
RECLAMADO Ability Comunicação Integrada Ltda.
RECLAMADO Tim Celular S.A.
ADVOGADO: ELISE RAMOS CORREIA

Decisão às fls. 247/252 - "...Pelo exposto, nos autos da Reclamação trabalhista interposta, julgo improcedentes os pedidos. (...) Intimem-se as partes. Cumpram-se." PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza do Trabalho

PROCESSO: **00412-2008-011-10-00-4 (0057)**
RECLAMANTE Edvane Silva dos Santos
ADVOGADO: EMENS PEREIRA DE SOUZA
RECLAMADO Josiane Santos Batista
ADVOGADO: LILIANE BARBOSA DE ANDRADE MELO

Despacho às fls. 49 - J. HOMOLOGO o ACORDO de fls. 41/42 para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Não há recolhimentos previdenciários e fiscais a serem observados dada a natureza das parcelas transacionadas. Custas processuais pelo reclamante no importe de R$70,00, de cujo pagamento fica dispensado na forma da lei. Publique-se para ciências das partes. Intime-se a União, via Contadoria, para ciência. Após, arquivem-se os autos com baixa nos registros. DF., 09/07/2008 (4ª feira)Acélio Ricardo Vales Leite - Juiz do Trabalho Substituto

PROCESSO: **00416-2008-011-10-00-2 (0058)**
RECLAMANTE Deusdete Francisco da Costa
ADVOGADO: BEATRIZ PEREIRA
RECLAMADO Conservo Serviços Gerais Ltda. - Grupo Conservo BH.
ADVOGADO: DRª ADRIANA DORADO TÔRRES

Despacho - Uma vez que o laudo pericial somente foi apresentado nesta data, fica prejudicado o prazo anteriormente concedido. Intimem-se as partes para vista do laudo pericial. Prazo comum de cinco dias, EM SECRETARIA. Intimem-se. PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO: **00421-2008-011-10-00-5 (0059)**
RECLAMANTE Manoel Sobreira Neto
ADVOGADO: LUCIANO PINHEIRO LACERDA
RECLAMADO Eplak Construções Ltda.
ADVOGADO: PAULO RICARDO FETTER NUNES
RECLAMADO Sadia S.A.
ADVOGADO: CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR

Despacho às fls. 123 - J. Preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade, recebo o Recurso interposto pelo primeiro reclamado. Intimem-se reclamante e segundo reclamado para, querendo, apresentarem contra-razões. Prazo legal e sucessivo a começar pelo reclamante. Após manifestação, ou decorrido o prazo "in albis", remetam-se os autos ao eg. Regional, com as cautelas de estilo. DF., 09/07/2008 (4ª feira)Acélio Ricardo Vales Leite - Juiz do Trabalho Substituto

PROCESSO: **00429-2008-011-10-00-1 (0060)**
RECLAMANTE Bárbara Gabriela da Silva
ADVOGADO: JOAO CANDIDO DA SILVA
RECLAMADO Fujioka Eletro Imagem S. A.
ADVOGADO: BARTOLOMEU BEZERRA DA SILVA

Decisão às fls. 118 - "...Pelo exposto, conheço dos embargos declaratórios e julgo os mesmos improcedentes. Intimem-se as partes. Cumpra-se." PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - JUÍZA DO TRABALHO

PROCESSO: **00443-2008-011-10-00-5 (0061)**
RECLAMANTE Antonio Hernásio Mendes Junior
ADVOGADO: ATILA ALVARO DE OLIVEIRA E SOUZA
RECLAMADO Canal 27 Comunicações Ltda.

Despacho às fls. 40 - J. Constou da ata de fls. 12 que o reclamante teria o prazo de cinco dias, a contar do vencimento da parcela, para informar a inadimplência. Uma vez que a parcela em questão venceu em 27 de junho de 2008, o prazo para manifestação se encerrou em 04/07/2008, conforme certificado às fls. 39. Assim, tenho por quitada a segunda. Intime-se o reclamante para ciência da presente decisão, assim como de que prevalece o contido na ata de fls. 12, de forma a inadimplência das demais parcelas também deverá ser informada nos autos em cinco dias da data convencionada, sob pena de se ter que houve quitação. DF., 08/07/2008 (3ª feira)Patrícia Birchal Becattini Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO: **00464-2008-011-10-00-0 (0062)**
RECLAMANTE Giovanna Dantas Magno
ADVOGADO: ADRIANO SOUZA NOBREGA
RECLAMADO Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRO - DF.
ADVOGADO: LUIS MAURICIO LINDOSO

Decisão às fls. 179/183 - "...Pelo exposto, nos autos da Reclamação trabalhista interposta, julgo o processo extinto com julgamento do mérito. (...) Intimem-se as partes. Publique-se. Cumpram-se." PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza do Trabalho

PROCESSO: **00538-2008-011-10-00-9 (0063)**
RECLAMANTE Alberto Araujo Lins
ADVOGADO: ERNANI DA SILVA CARLOS
RECLAMADO Eduardo Fernandes Toledo
ADVOGADO: RICARDO DE CARVALHO GUEDES

Despacho - Tendo em vista a certidão supra, determino que a Secretaria proceda a intimação das partes para tomarem ciência da certdião supra, e ficarem cientes do novo horário da audiência (Dia 24/07/2008 às 15h45min.). PATRÍCIA BIRCHAL BECATTINI - Juíza do Trabalho da 11ª VT/Brasília

PROCESSO: **00552-2008-011-10-00-2 (0064)**
RECLAMANTE Carlos José da Silva Pereira
ADVOGADO: CARLOS VICTOR AZEVEDO SILVA
RECLAMADO Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB
ADVOGADO: MAURICIO MIRANDA DURAES

Despacho às fls. 365 - J. Preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade, recebo o Recurso interposto pelo reclamante. Intime-se o reclamado para, querendo, apresentar contra-razões. Prazo legal. Após manifestação, ou decorrido o prazo "in albis", remetam-se os autos ao eg. Regional, com as cautelas de estilo. DF., 09/07/2008 (4ª feira)Acélio Ricardo Vales Leite - Juiz do Trabalho Substituto

PROCESSO: **00556-2008-011-10-00-0 (0065)**
RECLAMANTE José Carlos Rezende
ADVOGADO: CARLOS VICTOR AZEVEDO SILVA
RECLAMADO Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB
ADVOGADO: MAURICIO MIRANDA DURAES

Despacho às fls. 379 - J. Preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade, recebo o Recurso interposto pelo reclamante. Intime-se o reclamado para, querendo, apresentar contra-razões. Prazo legal. Após manifestação, ou decorrido o prazo "in albis", remetam-se os autos ao eg. Regional, com as cautelas de estilo. DF., 09/07/2008 (4ª feira)Acélio Ricardo Vales Leite - Juiz do Trabalho Substituto

PROCESSO: **00621-2008-011-10-00-8 (0066)**
RECLAMANTE Francisca Silva Souza
ADVOGADO: ANTONIO MARQUES DE ANDRADE
RECLAMADO Ateliê de Costura Shekinah
ADVOGADO: MARIA CONSUELO PORTO GONTIJO

Despacho às fls. 30 - Retiro o feito da pauta de julgamento e reabro a instrução processual de modo a viabilizar o interrogatório das partes. Inclua-se o feito na pauta de audiência de instrução do dia 23.07.2008, às 15.15. Intimem-se as partes, via postal e seus procuradores, via imprensa oficial. Intimem-se as partes, via postal e seus procuradores, via impresnsa oficial. ACÉLIO RICARDO VALES LEITE - Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00634-2008-011-10-00-7 (0067)**
EMBARGANTE Junia Gonçalves de Souza Guimarães
ADVOGADO: BARBARA DE ANDRADE CUNHA E TONI
EMBARGADO Francisco Petrônio Guedes

Despacho às fls.46 - J. Haja vista que o Reclamante não apresentou a emenda nos termos em que foi determinado, julgo extinto o processo, sem apreciação do mérito, nos termos do art. 267, I, c/c art. 284, parágrafo único, do CPC. Custas pelo Embargante no importe de R$1.340,00, calculadas sobre o valor da causa (R$67.000,00), cujo pagamento deve ser comprovado em oito dias, sob pena de execução. Intime-se. DF., 03/07/2008 (5ª feira)Patrícia Birchal Becattini Juíza do Trabalho Substituta

PROCESSO: **00636-2008-011-10-00-6 (0068)**
RECLAMANTE Marcos Aurélio Pereira Ramos
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Cia Bras. de Distribuição (Grupo Pão de Açucar)
ADVOGADO: HELENA CARDOSO DOS SANTOS

J. Vista à reclamada da emenda ora apresentada. Prazo de cinco dias. Intime-se. DF., 11/07/2008 (6ª feira)Acélio Ricardo Vales LeiteJuiz do Trabalho Substituto

ÍNDICE

Advogado: ADELITON ROCHA MALAQUIAS **10773/DF** (0033)
Advogado: ADRIANO SOUZA NOBREGA **07803/O/DF** (0062)
Advogado: ALDEISE DE SOUSA E SILVA FIGUEIREDO **20237/DF** (0038)
Advogado: ALESSANDRA CAMARANO MARTINS **13750/DF** (0035)
Advogado: ALESSANDRO FREITAS DA ROCHA **13345/DF** (0043)
Advogado: ALEXANDRE DUARTE DE LACERDA **7658/DF** (0004)
Advogado: ANA ELISABETE MOYA **04847/O/DF** (0001)
Advogado: ANTONIO LEONEL DE A. CAMPOS **3529/DF** (0021)
Advogado: ANTONIO MARQUES DE ANDRADE **06263/O/DF** (0066)
Advogado: ATILA ALVARO DE OLIVEIRA E SOUZA **08366/O/DF** (0061)
Advogado: AUGUSTO CESAR DE LIMA SANTOS **8060/DF** (0021)
Advogado: AUREA FELICIANA PINHEIRO MARTINS **11464/DF** (0020)
Advogado: AURO VIDIGAL DE OLIVEIRA **6812/DF** (0001)
Advogado: BARBARA DE ANDRADE CUNHA E TONI **08073/E/DF** (0067)
Advogado: BARTOLOMEU BEZERRA DA SILVA **03647/O/DF** (0060)
Advogado: BEATRIZ PEREIRA **19645/T/DF** (0058)
Advogado: BRUNO CESAR PESQUEIRO PONCE JAIME **19250/O/DF** (0022)
Advogado: CARLOS ANDRE LOPES ARAUJO **17510/O/DF** (0048) (0050)
Advogado: CARLOS EDUARDO MOSCATO DE MIRANDA **15735/O/DF** (0051)
Advogado: CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR **10424/O/DF** (0059)
Advogado: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO **20015/DF** (0039)
Advogado: CARLOS VICTOR AZEVEDO SILVA **09664/O/DF** (0064) (0065)
Advogado: CAROLINA PIERONI **17512/O/DF** (0050)
Advogado: CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO **6.930/DF** (0027)
Advogado: DRª ADRIANA DORADO TÔRRES **96756/MG** (0058)
Advogado: EDUARDO RODRIGUES FIGUEIREDO **21176/O/DF** (0046)
Advogado: ELIANE OLIVEIRA DE PLATON AZEVEDO **7772/GO** (0005)
Advogado: ELISE RAMOS CORREIA **17197/O/DF** (0056)
Advogado: ELIZABETH CABRAL VALENTIM **12544/DF** (0016)
Advogado: EMENS PEREIRA DE SOUZA **06371/O/DF** (0057)
Advogado: EMENS PEREIRA DE SOUZA **6371/DF** (0023)
Advogado: ERNANI DA SILVA CARLOS **23010/O/DF** (0063)
Advogado: EUCLIDES JR. C. B. DE SOUZA **3156/DF** (0031)
Advogado: EUNICE PINHEIRO MARTINS **3113/DF** (0034)
Advogado: EVERALDO PELEJA DE SOUZA OLIVEIRA **04058/O/DF** (0049)
Advogado: EZEQUIEL SALVADOR **19398/T/DF** (0054)
Advogado: FABRICIO TRINDADE DE SOUSA **17407/DF** (0022)
Advogado: FERNANDO GAIAO TORREAO DE CARVALHO **20800/DF** (0037)
Advogado: FLAVIO MARCIO RANIERI DE ALBUQUERQUE **49137/MG** (0040)
Advogado: FLAVIO TOMAZ PEREIRA LOPES **4149/DF** (0005)
Advogado: FLÁVIO SILVA ROCHA **77736/MG** (0052)
Advogado: FRANCISCO DE ASSIS SOARES DE PINHO **15009/DF** (0026)
Advogado: FRANCISCO JOSE DOS S.MIRANDA **4989/DF** (0028)
Advogado: FRANCISCO LUIZ GUEDES **02337/T/DF** (0052)
Advogado: GABRIELA OSORIO DE CARVALHO ARRUDA **19607/O/DF** (0051)
Advogado: GELVA CAROLINA PIATTI DE OLIVEIRA **23955/DF** (0036)

Advogado: GENESCO RESENDE SANTIAGO **11746/DF**
(0041) (0042)
Advogado: GILSON OLIVEIRA FACIOLA DE SOUZA **19224/T/DF**
(0053)
Advogado: GIOVANNA SILVEIRA LIRA DE OLIVEIRA **21872/T/DF**
(0047)
Advogado: GLAICON CORTES BARBOSA **21399/DF**
(0030)
Advogado: HAROLDO JOSE DA SILVA BRITO **63805/RJ**
(0003)
Advogado: HELEN APARECIDA PORTO **25007/T/DF**
(0054)
Advogado: HELENA CARDOSO DOS SANTOS **17126/O/DF**
(0068)
Advogado: HERACLITO ZANONI PEREIRA **11050/O/DF**
(0055)
Advogado: ISABELA ROMINA ALBERNAS DINIZ TEIXEIRA **25112/O/DF**
(0044)
Advogado: ITAMAR FERREIRA DE LIMA **6382/DF**
(0016)
Advogado: IVAN FERNANDES DA SILVEIRA **70554/SP**
(0003)
Advogado: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI **13505/DF**
(0029)
Advogado: JAMES CORREA CALDAS **13649/O/DF**
(0055)
Advogado: JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS **10434/DF**
(0002)
Advogado: JOAO CANDIDO DA SILVA **03737/O/DF**
(0060)
Advogado: JOAO CLIMACO DE ALMEIDA FILHO **18096/O/DF**
(0029)
Advogado: JOAO DE CARVALHO LEITE NETO **19914/DF**
(0022)
Advogado: JOAO PAULO DA SILVA **19472/DF**
(0025)
Advogado: JOAO VITOR MESQUITA AGRESTA **09455/O/DF**
(0052)
Advogado: JOAQUIM LIMA RIBEIRO **7131/DF**
(0004)
Advogado: JOMAR ALVES MORENO **5218/DF**
(0013) (0014) (0018) (0040)
Advogado: JONAS DUARTE JOSE DA SILVA **6083/DF**
(0007) (0008) (0009) (0011) (0012) (0015) (0030)
Advogado: JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS **9004/DF**
(0004)
Advogado: JOSE WILTON BORGES CRUZ **10563/DF**
(0025)
Advogado: JOÃO PEDRO AVELAR PIRES **19425/DF**
(0027)
Advogado: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE **08583/O/DF**
(0068)
Advogado: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE **8583/DF**
(0031)
Advogado: KAMILLA FLAVILA E LELES BARBOSA **19512/O/DF**
(0056)
Advogado: LILIANE BARBOSA DE ANDRADE MELO **25442/O/DF**
(0057)
Advogado: LUCIANO PINHEIRO LACERDA **18913/T/DF**
(0059)
Advogado: LUIS MAURICIO LINDOSO **19757/O/DF**
(0062)
Advogado: LUIZ HUMBERTO VIEIRA GUIDO **16298/DF**
(0037)
Advogado: MARCELO ALEXANDRE AMARAL DALAZEN **21903/O/DF**
(0053)
Advogado: MARCELO R C FERNANDES **100355/MG**
(0041) (0042) (0043)
Advogado: MARIA CLAUDINEA SOBRINHO **22569/DF**
(0028)
Advogado: MARIA CONSUELO PORTO GONTIJO **19484/O/DF**
(0066)
Advogado: MARIA LINDINALVA DE SOUZA **22.536/DF**
(0036)
Advogado: MAURICIO MIRANDA DURAES **22018/DF**
(0035)
Advogado: MAURICIO MIRANDA DURAES **22018/O/DF**
(0064) (0065)
Advogado: MURILO BOUZADA DE BARROS **11467/DF**
(0017)
Advogado: NABIAN MARTINS DE PAIVA **17456/T/DF**
(0048)
Advogado: NILSON MACIEL DE LIMA. **3617/DF**
(0002)
Advogado: NORBERTO BEZERRA M. R. BONAVITA **78179/SP**
(0031)
Advogado: PABLO ROLIM CARNEIRO **19334/DF**
(0019) (0023)
Advogado: PATRICIA ELIZA ALVES MOREIRA **12562/DF**
(0044)
Advogado: PAULO RICARDO FETTER NUNES **32221/RS**
(0059)
Advogado: RAMON DANTAS MANHAES SOARES **24113/O/DF**
(0045)
Advogado: REGINA COELI M. DE FIGUEIREDO **1324/DF**
(0006)
Advogado: RENATA RODRIGUES MOREIRA E SILVA **19324/DF**
(0032)
Advogado: RICARDO DE CARVALHO GUEDES **08892/O/DF**
(0063)
Advogado: RICARDO TRARBACH **16203/DF**
(0033)
Advogado: RITA HELENA PEREIRA **7284/DF**
(0033) (0039)
Advogado: ROBERTA ROCHA RODRIGUES **18553/CE**
(0038)
Advogado: ROBSON FREITAS MELO **01982/O/DF**
(0049)
Advogado: RODRIGO MADEIRA NAZARIO **12931/DF**
(0034)
Advogado: RODRIGO MAZONI CURCIO RIBEIRO **15536/DF**
(0024)
Advogado: ROSA M. FERNANDES TROINA GOMES **8297/DF**
(0006)
Advogado: SILVANA FERREIRA VIDAL DO AMARAL **22737/DF**
(0020)
Advogado: TATIANA VILLA CARNEIRO **20228/O/DF**
(0046)
Advogado: UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA **7962/DF**
(0010)
Advogado: ULISSES B. DE RESENDE **4595/DF**
(0017)
Advogado: ULISSES RIEDEL DE RESENDE **00968/T/DF**
(0045)
Advogado: ULISSES RIEDEL DE RESENDE **968/DF**
(0003)
Advogado: VALDIR CAMPOS LIMA **870/DF**
(0019)

12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

DESPACHOS

PROCESSO: **00794-1995-012-10-00-7 (0001)**
RECLAMANTE FRANCISCO MARCELINO DE SENA
ADVOGADO: AUREA FELICIANA PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO VX ENGENHARIA LTDA (N/P DO SOCIO PROP. VILMAR VALENTE ORNELAS)
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO BARRETO

Despacho. Vistos. Indefiro ante a expressa impenhorabilidade ditada pelo art. 649, IV, do CPC. Requeira o exeqüente o que mais entender de direito, no prazo de 30 dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos, resguardada a manifestação da parte interessada. Publique-se. Juiz do Trabalho CRISTIANA SOARES CAMPOS

PROCESSO: **00792-1997-012-10-00-0 (0002)**
RECLAMANTE ISMAEL DE GOIS BAY
ADVOGADO: JOAO ROCHA MARTINS
RECLAMADO CANAL SELECAO RECRUTAMENTO E REPRESENTACAO LTDA
ADVOGADO: SILVIO CIRILO DA SILVA
RECLAMADO Isabel Cristina da Silva
RECLAMADO Juan Pablo Londono Mora
ADVOGADO: RODRIGO DA ROCHA LIMA BORGES

Despacho. Vistos. Para propostas conciliatórias, incluo o feito na pauta do dia 4/8/2008, às 14h35. Intimem-se o reclamante e o 3º executado, Sr. Juan Pablo Londoño Moura, diretamente, pela via postal.Publique-se para ciência dos procuradores. Juiz do Trabalho CRISTIANA SOARES CAMPOS

PROCESSO: **00240-2002-012-10-00-0 (0003)**
RECLAMANTE JORGE LUIZ CORREA DE SA
ADVOGADO: RITA HELENA PEREIRA
RECLAMADO Massa Falida de TRANSBRASIL S/A LINHAS AEREAS (N/P DO SÍNDICO SR. ALFREDO LUIZ KUGELMAS)

Despacho. Vistos. Compulsando os autos, verifico que a intimação da reclamada acerca da sentença de fls. 135/137, ocorrida em 18/4/2002 (fl. 138v.), se deu de forma irregular, pois não efetivada na pessoa do síndico da massa falida, uma vez que a decretação da quebra se deu 16/4/2002. Do mesmo modo, a citação ocorrida em 11/2/2003 (fl. 333) não observou a representação correta da massa falida. Indevidas, também, as constrições de fls.267 e 270, vez que impenhoráveis os bens da massa falida fora da execução universal em curso no Juízo Falimentar. Assim, e tendo em vista que o estado falimentar da reclamada foi restituído com a cassação da liminar noticiada à fl. 391, chamo o feito à ordem para: 1- desconstituir as penhoras de fls. 267 e 270; 2- determinar a intimação da reclamada acerca da sentença de fls. 135/137 na pessoa do síndico, pela via postal.3- decorrido o prazo recursal, determinar o envio dos autos à contadoria para apresentação de nova planilha de cálculo com a incidência dos juros de mora somente até 16/4/2002, data da decretação da falência da reclamada, incluindo-se, ainda, o IRPF devido e atualizando-se a conta; 4- após homologação, determinar a citação da reclamada, na pessoa do síndico, pela via postal, com aviso de recebimento, para, querendo, opor embargos à execução no prazo legal. Publique-se. Bsb., 9/7/2008.REJANE MARIA WAGNITZJuíza do Trabalho Substituta Juiz do Trabalho REJANE MARIA WAGNITZ

PROCESSO: **00689-2003-012-10-00-9 (0004)**
RECLAMANTE MARIA DO SOCORRO SOUZA SILVA
ADVOGADO: AUREA FELICIANA PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO BENEDITA FROTA FREITAS (BRECHO BALAIO DE GATO)
ADVOGADO: ANTONIO ALDRIM FERREIRA COSTA

Despacho. Vistos. Indefiro ante a expressa impenhorabilidade ditada pelo art. 649, IV, do CPC. Requeira o exeqüente o que mais entender de direito, no prazo de 30 dias, sob pena de arquivamento provisório dos autos, resguardada a manifestação da parte interessada. Publique-se. Juiz do Trabalho CRISTIANA SOARES CAMPOS

PROCESSO: **00244-2004-012-10-00-0 (0005)**
RECLAMANTE ALEXANDRE BRUNO DA CUNHA NEVES GONZAGA
ADVOGADO: RICARDO LUIZ RODRIGUES DA FONSECA PASSOS
RECLAMADO BANCO DO BRASIL S A
ADVOGADO: EDIMAR LUIZ DA SILVA

Despacho de fls. 981. Vistos. Julgo extinta a execução na forma do art.794, I, do CPC.Expeça-se alvará à CEF para levantamento dos depósitos recursais de fls. 542 e 640 pelo executado. Expeça-se alvará ao Banco do Brasil para levantamento do saldo remanescente na conta 2400103949548 pelo executado. Assino ao executado o prazo de 5 dias para receber os alvarás. Ultimada a medida e decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos. Publique-se. Juiz do Trabalho REJANE MARIA WAGNITZ

PROCESSO: **00373-2004-012-10-00-8 (0006)**
RECLAMANTE JOSE DO EGITO MAVIGNIER DE CASTRO
ADVOGADO: ULISSES B. DE RESENDE
RECLAMADO CEB Distribuição S.A.
ADVOGADO: MURILO BOUZADA DE BARROS

Despacho de fls. 443. Vistos. Apense-se o AI aos autos principais.Expeça-se alvará à CEF determinando a seguinte movimentação no saldo das contas 042.01544121-6 e 042.01542821-0:1- a liberação de 56,78% do saldo total ao exeqüente;2- a liberação de 11,03% do saldo total ao procurador do exeqüente a título de honorários advocatícios;3- a transferência de 1,33% do saldo total para a Receita Federal a título de custas processuais, mediante guia DARF (código 8019-C) que deverá ir anexa ao alvará;4- a transferência de 0,37% do saldo total para a Receita Federal, a título de custas de execução (art. 789-A, da CLT), mediante guia DARF (código 8019-E) que deverá ir anexa ao alvará;5- a transferência de 10,99% do saldo total para o INSS, a título de contribuição previdenciária cota parte empregador + SAT, mediante guia GPS (código 2909), e ainda 1,43% no campo destinado a "outras entidades" da mesma guia;6- a transferência do saldo remanescente para a Receita Federal, a título de IRPF, mediante guia de retenção própria, na forma da Lei 10.833/2003. Assino o prazo de 5 dias ao exeqüente para recebimento do alvará supra determinado e requerer o entender de direito, pena de preclusão.Publique-se. Juiz do Trabalho REJANE MARIA WAGNITZ

PROCESSO: **00324-2006-012-10-00-7 (0007)**
RECLAMANTE Antonio Rodrigues Pinho
ADVOGADO: ULISSES B. DE RESENDE
RECLAMADO CEB Distribuição S.A.
ADVOGADO: ANA CAROLINA SOARES DA ROCHA

Despacho de fls.472. Vistos. Julgo extinta a execução na forma do art.794, I, do CPC. Expeça-se alvará à CEF para levantamento do saldo remanescente na conta 042.01524174-8 pela executada, a qual deverá receber o documento no prazo de 5 dias. Faculto ao exeqüente o prazo de 5 dias para extração de cópia dos comprovantes do recolhimento previdenciário e/ou fiscal, com vistas ao resguardo de futuras comprovações. Ultimadas as medidas e decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos. Publique-se. Juiz do Trabalho CRISTIANA SOARES CAMPOS

PROCESSO: **00325-2006-012-10-00-1 (0008)**
RECLAMANTE Sonia Regina Gonçalves
ADVOGADO: NACIR DA CONCEICAO FERNANDES
RECLAMADO Banco do Brasil S.A.
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO DE SOUZA

Despacho de fls. 557. Vistos. Julgo extinta a execução na forma do art.794, I, do CPC. Expeça-se alvará à CEF determinando o levantamento do saldo remanescente na conta 042.01528366-1 pelo executado, o qual deverá receber o documento no prazo de 5 dias.Faculto ao exeqüente o prazo de 5 dias para extração de cópia dos comprovantes do recolhimento previdenciário e/ou fiscal, com vistas ao resguardo de futuras comprovações. Decorrido o prazo legal, arquivem-se os autos. Publique-se. Juiz do Trabalho CRISTIANA SOARES CAMPOS

PROCESSO: **00819-2006-012-10-00-6 (0009)**
RECLAMANTE Lucia Maria de Macedo Dantas
ADVOGADO: GERALDO MARCONE PEREIRA
RECLAMADO Tele Centro Oeste Celular Participações S/A
ADVOGADO: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL

Despacho. Vistos. Julgo extinta a execução na forma do art.794, I, do CPC.Libere-se a guia de levantamento referente aos depósitos recursais (fl. 211) à executada, que deverá receber o documento em 5 dias. Decorrido o prazo legal, arquivem-se os autos.Publique-se. Juiz do Trabalho CRISTIANA SOARES CAMPOS

PROCESSO: **01056-2006-012-10-00-0 (0010)**
RECLAMANTE Livia Correia Barbosa
ADVOGADO: TEREZINHA APARECIDA MOREIRA COURA
RECLAMADO Hermes Espaço Holistico Ltda. - ME
ADVOGADO: LUIZ EUGENIO MELLO SALOMON
RECLAMADO Adriano Neme Gebrim
RECLAMADO Juliana Maria Neme Gebrim
ADVOGADO: VANIA CRISTINA PINTO DA SILVA

Despacho de fls.181. Vistos. Expeça-se alvará à CEF determinando a seguinte movimentação na conta 042.01543464-3:1- a liberação de R$408,02 do saldo total ao exeqüente;2- o recolhimento de R$37,41 do saldo total para a Receita Federal a título de custas processuais, mediante guia DARF (código 8019-C);3- o recolhimento de R$9,35 do saldo total para a Receita Federal, a título de custas de execução (art. 789-A, da CLT), mediante guia DARF (código 8019-E); 4- o recolhimento de R$32,93 do saldo total para o INSS, mediante guia GPS (código 2909), a título de contribuição previdenciária cota parte empregado; 5- o recolhimento de R$90,39 do saldo total para o INSS, mediante guia GPS (código 2909), a título de contribuição previdenciária cota parte empregador + SAT, e ainda de R$24,97 no campo destinado a "outras entidades" da mesma guia;6- o saldo remanescente deverá ser mantido na conta para posterior deliberação. Assino o prazo de 5 dias ao exeqüente para recebimento do alvará supra determinado e requerer o que entender de direito, sob pena de preclusão. Decorrido o prazo, apurem-se as custas finais de execução, as quais deverão ser pagas com o saldo remanescente na conta supra indicada, devolvendo-se o restante à sócia Juliana Maria Neme Gebrim, 3ª executada. Publique-se. Juiz do Trabalho REJANE MARIA WAGNITZ

PROCESSO: **00855-2007-012-10-00-0 (0011)**
RECLAMANTE Gerson Rodrigues de Souza Júnior
ADVOGADO: MAGDA FERREIRA DE SOUZA
RECLAMADO Horizonte da Amazônia Transportes Ltda.
ADVOGADO: TATIANA BERTOZZO PEREIRA FRANCA

Despacho de fls. 243. Vistos.Expeça-se alvará à CEF para levantamento de R$10.800,00 pelo reclamante, a serem extraídos dos saldos dos depósitos recursais de fls. 161 e 225, devendo o saldo remanescente ser transferido para conta judicial à disposição deste Juízo, informando o saldo atualizado no prazo de 48 horas.O saldo remanescente deverá ser utilizado para pagamento dos encargos fixados à fl. 241. Assino ao reclamante o prazo de 5 dias para receber o alvará. Publique-se. Juiz do Trabalho REJANE MARIA WAGNITZ

PROCESSO: **01232-2007-012-10-00-5 (0012)**
RECLAMANTE Antônio Evanilson Mendes da Silva
ADVOGADO: HOSANAH MUNIZ DA COSTA
RECLAMADO Cooperativa Habitacional de Mão de Obra dos Trabalhadores e Servidores do Legislativo do Distrito Federal e Entorno - COOSERLEGIS
ADVOGADO: KENIA MARA FERREIRA MATOS

Despacho. Vistos. À vista da certidão de fl. 40v., assino ao reclamante o prazo de 5 dias para informar o atual endereço da reclamada. Publique-se.

PROCESSO: **00141-2008-012-10-00-3 (0013)**
RECLAMANTE Elenildo Francisco de Souza
ADVOGADO: FRANCISCO PEREIRA SERPA
RECLAMADO Couto Interiores (nome empresarial Couto Indústria e Comércio de Móveis Ltda.)
ADVOGADO: ADILSON PINTO DE QUEIROZ

Despacho de fls.27. Vistos. Expeça-se alvara para saque do FGTS, pelo reclamante devendo este receber o referido documento e comprovar o valor sacado no przo de 10 dias. publique-se. Juiz do Trabalho REJANE MARIA WAGNITZ

PROCESSO: **00489-2008-012-10-00-0 (0014)**
RECLAMANTE Jerônimo Cordeiro Pereira
ADVOGADO: FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE
RECLAMADO Conservo Brasília Serviços Técnicos Ltda.
ADVOGADO: DALMO ROGERIO S.DE ALBUQUERQUE

Despacho de fls.34. Vistos. Expeça-se alvara para saque do FGTS peloreclamante devendo este receber o referido documento e comprovar ovalor sacado no prazo de 10 dias. publique-se. Juiz do Trabalho REJANE MARIA WAGNITZ

PROCESSO: **00518-2008-012-10-00-4 (0015)**
RECLAMANTE Roberto Alves Santos Lima
ADVOGADO: RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
RECLAMADO Instituto Candango de Solidariedade - ICS
RECLAMADO Distrito Federal (Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais - SUCAR)
ADVOGADO: LUIS AUGUSTO SCANDIUZZI

Despacho. Vistos. Assino ao reclamante e ao segundo reclamado o prazo legal para, querendo, contra-arrazoarem o recurso interposto pela parte contrária. Efetivada a medida ou decorridos os prazos, intime-se a primeira reclamada para o mesmo fim, por edital.Publique-se. Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00677-2008-012-10-00-9 (0016)**
RECLAMANTE Renato Rios
ADVOGADO: MOACIR AKIRA YAMAKAWA
RECLAMADO Centro Unificado de Ensino de Brasília- UNICEUB
ADVOGADO: ROBERTO ESTEVES LIMA

Despacho. Vistos. Registre-se o procurador da reclamada, inclusive na capa dos autos.Tendo em vista a manifestação conjunta das partes, retiro o feito da pauta anteriormente designada incluindo o presente feito na pauta do dia 04/08/2008, às14h.15min, para audiência inaugural. Intimem-se as partes diretamente, pela via postal.Publique-se para ciência dos procuradores. Juiz do Trabalho CRISTIANA SOARES CAMPOS

ÍNDICE

Advogado: ADILSON PINTO DE QUEIROZ **8.605/GO** (0013)
Advogado: ANA CAROLINA SOARES DA ROCHA **20535/DF** (0007)
Advogado: ANTONIO ALDRIM FERREIRA COSTA **22.619/DF** (0004)
Advogado: AUREA FELICIANA PINHEIRO MARTINS **11464/DF** (0001) (0004)
Advogado: CARLOS ALBERTO DE SOUZA **19962./DF** (0008)
Advogado: DALMO ROGERIO S.DE ALBUQUERQUE **10010/T/DF** (0014)
Advogado: EDIMAR LUIZ DA SILVA **14723/DF** (0005)
Advogado: FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE **02300/O/DF** (0014)
Advogado: FRANCISCO PEREIRA SERPA **07437/O/DF** (0013)
Advogado: GERALDO MARCONE PEREIRA **14.038/DF** (0009)
Advogado: HOSANAH MUNIZ DA COSTA **9578/DF** (0012)
Advogado: JOAO ROCHA MARTINS **3112/DF** (0002)
Advogado: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL **513/DF** (0009)
Advogado: KENIA MARA FERREIRA MATOS **21761/DF** (0012)
Advogado: LUIS AUGUSTO SCANDIUZZI **15311/O/DF** (0015)
Advogado: LUIZ EUGENIO MELLO SALOMON **20441/O/DF** (0010)
Advogado: MAGDA FERREIRA DE SOUZA **8364/DF** (0011)
Advogado: MARCOS ANTONIO BARRETO **7029/DF** (0001)
Advogado: MOACIR AKIRA YAMAKAWA **01937/A/DF** (0016)
Advogado: MURILO BOUZADA DE BARROS **11467/DF** (0006)
Advogado: NACIR DA CONCEICAO FERNANDES **18189/DF** (0008)
Advogado: RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA **26962/O/DF** (0015)
Advogado: RICARDO LUIZ RODRIGUES DA FONSECA PASSOS **15523/DF** (0005)
Advogado: RITA HELENA PEREIRA **7284/DF** (0003)
Advogado: ROBERTO ESTEVES LIMA **09159/O/DF** (0016)
Advogado: RODRIGO DA ROCHA LIMA BORGES **14756/O/DF** (0002)
Advogado: SILVIO CIRILO DA SILVA **2907/DF** (0002)
Advogado: TATIANA BERTOZZO PEREIRA FRANCA **23670/DF** (0011)
Advogado: TEREZINHA APARECIDA MOREIRA COURA **24862/O/DF** (0010)
Advogado: ULISSES B. DE RESENDE **4595/DF** (0006) (0007)
Advogado: VANIA CRISTINA PINTO DA SILVA **8710/DF** (0010)

EDITAL DE CITAÇÃO Nº 317/2008

Processo nº 01178-2001-012-10-00-2 - 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF
Exeqüente: José Ribamar Ribeiro da Silva
Advogado: Atila Alvaro de O. Souza
1º Executado: Aratec Araguaia Tecnologia Ltda
2º Executado: Companhia Energética de Brasília - CEB

A DOUTORA REJANE MARIA WAGNITZ, Juíza Substituta da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso de suas atribuições legais, Pelo presente Edital, publicado no "Diário da Justiça", Seção III e no local de costume, na sede da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, fica citado o 1º executado Aratec Araguaia Tecnologia Ltda, encontrando-se atualmente em local incerto e não sabido, a efetuar o pagamento, em 48 (quarenta e oito) horas, de R$6.522,89 (seis mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e nove centavos), sendo R$6.361,15 referente ao total do exeqüente, R$116,36 de INSS empregador, R$11,64 de SAT e R$33,74 de Terceiros. INSS empregado em R$46,53 e R$176,22, respectivamente a serem recolhidos pela executada e deduzido do principal a ser pago ao exeqüente. Todos os valores atualizados até 30/06/2008. A executada, desejando pagar ou garantir a execução com moeda, deverá comparecer à Secretaria da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, instalada na Av.W3 Norte, SHLN Qd. 516, Conj. B, 2º andar, Salas 214/216, Brasília-DF . Horário de Atendimento das 12h às 18h, de segunda a sexta-feira, requerendo a expedição de guias próprias. Na hipótese de pretender garantir a execução com a nomeação de bens, deverá observar o que dispõe o C.P.C. (Arts. 652/658) e C.L.T. (Arts. 880 a 884). Eu, Paula da Silva Bordoni, Diretora de Secretaria, o subscrevi em 11 de julho de 2008 (6ªf.). As. Rejane Maria Wagnitz, Juíza Substituta da 2ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.
PUBLIQUE-SE.
Em, 11/7/2008.

EDITAL DE CITAÇÃO Nº 318/2008

Processo nº 00635-2007-012-10-00-7 - 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF
Exeqüente: Lusilene Batista Rodrigues
Advogado: Patricia Pinheiro Martins
1º Executado: Instituto Candango de Solidariedade - ICS
2º Executado: Distrito Federal

A DOUTORA REJANE MARIA WAGNITZ, Juíza Substituta da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso de suas atribuições legais, Pelo presente Edital, publicado no "Diário da Justiça", Seção III e no local de costume, na sede da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, fica citado o 1º executado Instituto Candango de Solidariedade - ICS, encontrando-se atualmente em local incerto e não sabido, a efetuar o pagamento, em 48 (quarenta e oito) horas, de R$3.619,35 (três mil, seiscentos e dezenove reais e trinta e cinco centavos), sendo R$3.175,87 referente ao total do exeqüente, R$307,96 de INSS empregador, R$46,20 de SAT e R$89,32 de Terceiros. INSS empregado em R$117,80 e R$39,10, respectivamente a serem recolhidos pela executada e deduzido do principal a ser pago ao exeqüente. Todos os valores atualizados até 31/07/2008. A executada, desejando pagar ou garantir a execução com moeda, deverá comparecer à Secretaria da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, instalada na Av.W3 Norte, SHLN Qd. 516, Conj. B, 2º andar, Salas 214/216, Brasília-DF .

Horário de Atendimento das 12h às 18h, de segunda a sexta-feira, requerendo a expedição de guias próprias. Na hipótese de pretender garantir a execução com a nomeação de bens, deverá observar o que dispõe o C.P.C. (Arts. 652/658) e C.L.T. (Arts. 880 a 884). Eu, Paula da Silva Bordoni, Diretora de Secretaria, o subscrevi em 11 de julho de 2008 (6ªf.). As. Rejane Maria Wagnitz, Juíza Substituta da 2ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.
PUBLIQUE-SE.
Em, 11/7/2008.

EDITAL DE CITAÇÃO Nº 319/2008

Processo nº 01647-1994-012-10-00-3 - 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF
Exeqüente: Giovana Magda Flavio Quintal
Advogado: Dorgeval Lopes da Silva
1º Executado: Oliveira Oliveira Administração de Restaurante Ltda
2º Executado: Academia de Tênis de Brasília

A DOUTORA REJANE MARIA WAGNITZ, Juíza Substituta da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso de suas atribuições legais, Pelo presente Edital, publicado no "Diário da Justiça", Seção III e no local de costume, na sede da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, fica citado o 1º executado Oliveira Oliveira Administração de Restaurante Ltda, encontrando-se atualmente em local incerto e não sabido, a efetuar o pagamento, em 48 (quarenta e oito) horas, de R$4.342,54 (quatro mil, trezentos e quarenta e dois reais e cinqüenta e quatro centavos), sendo R$4.055,11 referente ao total do exeqüente, R$81,10 de custas processuais, R$20,28 de Custas Art.789-A,IX, CLT, R$133,84 de INSS empregador, R$13,39 de SAT e R$38,82 de Terceiros. INSS empregado em R$52,01 a ser recolhido pela executada e deduzido do principal a ser pago ao exeqüente. Valor atualizado até 31/07/2008. A executada, desejando pagar ou garantir a execução com moeda, deverá comparecer à Secretaria da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, instalada na Av.W3 Norte, SHLN Qd. 516, Conj. B, 2º andar, Salas 214/216, Brasília-DF . Horário de Atendimento das 12h às 18h, de segunda a sexta-feira, requerendo a expedição de guias próprias. Na hipótese de pretender garantir a execução com a nomeação de bens, deverá observar o que dispõe o C.P.C. (Arts. 652/658) e C.L.T. (Arts. 880 a 884). Eu, Paula da Silva Bordoni, Diretora de Secretaria, o subscrevi em 11 de julho de 2008 (6ªf.). As. Rejane Maria Wagnitz, Juíza Substituta da 2ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.
PUBLIQUE-SE.
Em, 11/7/2008.

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO Nº 320/2008

Processo : 01083-1994-012-10-00-9 - 12ª Vara/DF.
Exeqüente : Antonio Tomaz Filho
Advogado(a) : Antônio Marques de Andrade
1ª Executado(a): SC Veículos e Imobiliária Ltda
2ª Executada(a): Sérgio Santos Cravo
3º Executado(a): Francisco da Rocha Cravo Filho
Advogado(a): José Adirson de Vasconcelos Junior
Fiel Depositário: Francisco da Rocha Cravo Filho
Local dos bens: SQN 106 - BLOCO - D - APTº 203 - BRASÍLIA/DF
Data e hora da praça única: 15/08/2008, às 14h15min
Data e hora do leilão: 4/10/2008, às 10h

A DOUTORA REJANE MARIA WAGNITZ, Juíza Substituta da 12ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso de suas atribuições e na forma da lei, torna público que no dia e horário supra informados, na sede desta Vara do Trabalho, situada na Av.W3 Norte, SHLN Qd. 516, Conj. B, 2º andar, Sala de Espera, Brasília-DF, será(ão) levado(s) a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der, o(s) bem(ns) constante(s) da relação abaixo, devidamente conferida pela Diretora de Secretaria, encontrado(s) no(s) endereço(s) supramencionado(s), na guarda do(a) Sr(a) Depositário(a). Quem pretender arrematar, adjudicar ou remir dito(s) bem(ns), deverá estar ciente de que a espécie aplicam-se os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, da Lei n.º 5584, de 26.06.70, da Lei n.º 6830, de 22.09.80 e do Código de Processo Civil. Em não havendo licitante, adjudicação ou remição, fica designado Leilão para a data e horário supra informados, confiado ao leiloeiro público oficial, Sr. Paulo Henrique de Almeida Tolentino, com endereço no SOF/ Norte Quadra 01, conjunto "A", lote 08 - Brasília/DF - Brasília/DF (telefone 3361-9748), ficando autorizado a promover oportunamente, se for o caso, a remoção do bem penhorado. Em caso de remição, deverá a Executada comprovar o pagamento de seu débito, de forma atualizada, em dinheiro, antes de adjudicados ou alienados os bens (art. 651 do CPC), respondendo a Executada pelas despesas daí decorrentes. O pagamento a título de comissões do Leiloeiro obedecerá ao art.1.º, incisos I e II, da Portaria PRE-SGC n.º 007/2000. As notas de venda serão extraídas em nome do licitante vencedor, identificado no ato do Leilão. Em caso de aquisição em nome de pessoa jurídica, o representante desta deverá portar o cartão do CNPJ e a inscrição estadual ou cópia autenticada, para possibilitar a emissão de notas em nome da pessoa jurídica. O lanço efetuado por cheques será reconhecido como feito para fins de arrematação, somente após a devida compensação bancária, não sendo admitidos cheques de terceiros ou fora da praça do Distrito Federal.
RELAÇÃO DOS BENS: -01 (um) Veículo NISSAN/XTERRA 2.8 SE, DE PLACA JGH 8707, cor preta, pneus e rodas em bom estado, com 77.000 KM, som original interior com bancos em couro, motor em perfeito estado de funcionamento, avaliado em R$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). Em, 11 de julho de 2008 (6ªf). Ass. Paula da Silva Bordoni, Diretora de Secretaria.
PUBLIQUE-SE.
EM, 11/07/2008

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO Nº 321/2008

Processo : 01210-2006-012-10-00-4 - 12ª Vara/DF.
Exeqüente : Alex Alves dos Santos
Advogado(a) : Tiago Conde Teixeira
Executado(a) : Paulo Roberto Nogueira Prata
Advogado(a) : Clelia Scafuto
Fiel Depositário: Paulo Roberto Nogueira Prata
Local dos bens: SMLN ML 5 - CONJUNTO 1 - CASA 10 e 11 - BRASÍLIA/DF
Data e hora da praça única: 15/08/2008, às 14h30min
Data e hora do leilão: 4/10/2008, às 10h

A DOUTORA REJANE MARIA WAGNITZ, Juíza Substituta da 12ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso de suas atribuições e na forma da lei, torna público que no dia e horário supra informados, na sede desta Vara do Trabalho, situada na Av.W3 Norte, SHLN Qd. 516, Conj. B, 2º andar, Sala de Espera, Brasília-DF, será(ão) levado(s) a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der, o(s) bem(ns) constante(s) da relação abaixo, devidamente conferida pela Diretora de Secretaria, encontrado(s) no(s) endereço(s) supramencionado(s), na guarda do(a) Sr(a) Depositário(a). Quem pretender arrematar, adjudicar ou remir dito(s) bem(ns), deverá estar ciente de que a espécie aplicam-se os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, da Lei n.º 5584, de 26.06.70, da Lei n.º 6830, de 22.09.80 e do Código de Processo Civil. Em não havendo licitante, adjudicação ou remição, fica designado Leilão para a data e horário supra informados, confiado ao leiloeiro público oficial, Sr. Paulo Henrique de Almeida Tolentino, com endereço no SOF/ Norte Quadra 01, conjunto "A", lote 08 - Brasília/DF - Brasília/DF (telefone 3361-9748), ficando autorizado a promover oportunamente, se for o caso, a remoção do bem penhorado. Em caso de remição, deverá a Executada comprovar o pagamento de seu débito, de forma atualizada, em dinheiro, antes de adjudicados ou alienados os bens (art. 651 do CPC), respondendo a Executada pelas despesas daí decorrentes. O pagamento a título de comissões do Leiloeiro obedecerá ao art.1.º, incisos I e II, da Portaria PRE-SGC n.º 007/2000. As notas de venda serão extraídas em nome do licitante vencedor, identificado no ato do Leilão. Em caso de aquisição em nome de pessoa jurídica, o representante desta deverá portar o cartão do CNPJ e a inscrição estadual ou cópia autenticada, para possibilitar a emissão de notas em nome da pessoa jurídica. O lanço efetuado por cheques será reconhecido como feito para fins de arrematação, somente após a devida compensação bancária, não sendo admitidos cheques de terceiros ou fora da praça do Distrito Federal.
RELAÇÃO DOS BENS: -01 (um) Veículo FORD/COURIER 1.6 L, tipo carroceria aberta, PLACA JGN-4808/DF COR PRATA, ano/modelo 2005/2006, em bom estado de conservação (pequena avaria/arranhão do lado esquerdo, tampa traseira/carroceria a ser pintada, pneus carecas, rodas de ferro), em funcionamento normal, avaliado em R$15.000,00 (quinze reais).
ÔNUS: Existe débito de IPVA , licenciamento e multas pendentes do referido veículo, conforme espelho de dados juntados aos autos. Em, 11 de julho de 2008 (6ªf). Ass. Paula da Silva Bordoni, Diretora de Secretaria.
PUBLIQUE-SE. EM, 11/07/2008.

13ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

DESPACHOS/DECISÕES

PROCESSO:	**00211-1995-013-10-00-4 (0001)**
RECLAMANTE	EDNELDO BARROZO PEREIRA (MENOR REPRESENTADO POR SUA GENITORA SRA MARIA BARROZO PEREIRA)
ADVOGADO:	UBIRATAN BATISTA PEDROSO
RECLAMADO	Halei Escola de Idiomas S/C Ltda (YASMIM GHOBAD DA SILVA)
ADVOGADO:	RONALDO FALCAO SANTORO
RECLAMADO	Osmir de Abreu das Laranjeiras
RECLAMADO	Yasamin Ghobad da Silva

Despacho de f.407: Vistos etc., Preliminarmente, ante a certidão de fls.406, verifico que a sócia YASAMIM HOBAD DA SILVA retirou-se da sociedade em 29.11.1990 conforme 1ª alteração contratual juntada às fls.356/358 pela própria sócia, não podendo responder pela execução do feito, tendo em vista que o pacto laboral durou no período 02.03,1994 a 27.10.1994. Intime-se a sócia e o exequente. Após, venham os autos conclusos para deliberação quanto ao Agravo de Instrumento.

PROCESSO:	**00061-1997-013-10-00-0 (0002)**
RECLAMANTE	ADALCY SILVA NUNES
ADVOGADO:	WALDOMIRO RODRIGUES DE ANDRADE
RECLAMADO	SINAL SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
ADVOGADO:	CELIA MARIA REGIS VALENTE

Despacho de f.344: Vistos, etc. Diante da certidão supra, intime-se o exequente para, no prazo de cinco dias, trazer aos autos o novo endereço da executado ARQUIMEDES SAMPAIO FILHO. Intime-se ainda o exequente para que comprove a condição societária de ROSANGELA DE GUADALUPE K SERIGHELLI SANPAIO, bem como informe o seu CPF, eme dez dias.

PROCESSO:	**00174-1997-013-10-00-6 (0003)**
AUTOR	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA E VIGILANCIA NO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO:	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA
RÉU	SINAL SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
ADVOGADO:	INGRID N¡GIA VIEIRA DA SILVA
RÉU	Luciana Gimenes
ADVOGADO:	JOAO EMILIO FALCAO COSTA NETO

Despacho de f.528: Vistos, etc. Diante da promoção supra, não tendo sido cumprido o dispositivo no parágrafo 5º do Art. 687, do CPC, torno sem efeito a arrematação de fls.522. Liber-se ao arrematente os valores referentes aos depósitos de fls.525 e 526, intimando-o ao recebimento, prazo de 5 dias. Intimem-se as partes. Após retornem os autos conclusos para designação de novo leilão.

PROCESSO:	**00257-1997-013-10-00-5 (0004)**
RECLAMANTE	Dorvalino Alves do Nascimento
ADVOGADO:	ANTONIO AUGUSTO ALCKMIN NOGUEIRA
RECLAMADO	Rede Ferroviária Federal S/A
ADVOGADO:	MARCIA RODRIGUES DOS SANTOS

Despacho de f.1214: Vistos, etc. Diante da atualização de fls.1206/1213, bem como do que consta dos autos, intime-se o exequente para, no prazo de 10 dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento provisório dos autos.

PROCESSO:	**00705-1997-013-10-00-0 (0005)**
RECLAMANTE	LEONCIO CAIXETA NASCIMENTO
ADVOGADO:	ANTONIO AUGUSTO ALCKMIN NOGUEIRA
RECLAMADO	Ferrovia Centro-Atlântica S/A (sucessora de REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A)
ADVOGADO:	JOSE ALBERTO COUTO MACIEL

Despacho de f.746: Vistos, etc. Diante do que consta dos autos, intime-se o exequente para, no prazo de dez dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento provisório dos autos, o que, desde já, fica determinado.

PROCESSO:	**00920-2002-013-10-00-0 (0006)**
RECLAMANTE	ADRIANO FERNANDES DE ALMEIDA
ADVOGADO:	ANTONIO LEONEL DE A. CAMPOS
RECLAMADO	BALTAZAR GEOVANE CAIXETA
ADVOGADO:	LUCAS RICHARD GONCALVES

Decisão de fls.212/213: (...)Assim, declaro a impenhorabilidade do bem imóvel objeto da constrição judicial, nos moldes da Lei 8.009/90 e acolho o pedido para desconstituir a penhora formalizada às fls.110/111, bem como a arrematação subsequente, restituindo o imóvel ao proprietário, desonerando-o, em decorrência do encargo e responsabilidade do fiel depositário. Devolva-se o valor da arrematação ao arrematante, devendo para tanto ser intimado. considerando o pagamento da Execução, expeça-se alvará ao exeqüente para levantamento, devendo ser abatido os valores previdenciários e fiscais. Oficie-se ao cartório solicitando a baixa da averbação. Venham os autos conclusos da Ação Anulatória para decisão. Após, remetam-se os autos ao ARQUIVO DEFINITIVO, eis que não existem nos autos documentos de valor histórico. Intimem-se as partes.

PROCESSO:	**00074-2003-013-10-00-9 (0007)**
RECLAMANTE	MANOEL JOSE BARBOSA
ADVOGADO:	GUY FURTADO DE ANDRADE
RECLAMADO	PROFISSIONAL DIVULGACAO E SERVICOS LTDA
ADVOGADO:	WILLIAM DAVID FERREIRA

Despacho de f.193: Vistos etc. Pelo contrato Social e suas alterações juntados aos autos às fls.168/188 não é possível atestar a responsabilidade dos sócios citados à fl.133, vez que não constou a data em que eles se retiram da sociedade. Assim, indefiro, por ora, o requerido à fl.192. Intime-se o exequente.

PROCESSO:	**00909-2003-013-10-00-0 (0008)**
RECLAMANTE	MARIA DARQUE VELOZO TIMBO
ADVOGADO:	MARCELO RAMOS CORREIA
RECLAMADO	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB

Despacho de f.148: Vistos, etc. Diante do depósito de fl.140, desconstituo a penhora de fl.144. Intime-se o fiel depositário. Intime-se ainda o exequente do deposito efetuado e dos cálculos para fins do art. 884 da CLT.

PROCESSO:	**00218-2004-013-10-00-8 (0009)**
RECLAMANTE	ANTONIO DOS REIS MESSIAS PASSOS
ADVOGADO:	ANTONIO MARQUES DE ANDRADE
RECLAMADO	VICENTE MARINHO DE PINHO

Decisão de fs.165: Vistos, etc. Indefiro o requerido à fl.164. Cabe à parte diligenciar no sentido de localizar bens do executdo, não havendo necessidade de intervenção do Juízo. Além disso, pela data de fabricação dos veículos (1970 e 1086, respectivamente), deduz-se que o valor de mercado dos referidos é muito baixo, o que eventual leilão não despertaria interesse na arrematação. Intime-se o exequente, inclusive para, no prazo de 10 dias, impulsionar a execução, indicando objetivamente bens do executado passíveis de penhora, sob pena de arquivamento provisório dos autos.

PROCESSO: **00246-2004-013-10-00-5 (0010)**
RECLAMANTE JACKSON LUIZ MENDES GONCALVES
ADVOGADO: JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS C. COUTO
RECLAMADO EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS ECT
ADVOGADO: MATIAS DE ARAUJO NETO

Decisão de fs.535/536: (...) Razões e fundamentos pelos quais ACOLHO PARCIALMENTE os Embargos à Execução apresentados nos autos em que figuram como partes JACKSON LUIZ MENDES GONÇALVES e EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, tudo nos termos da fundamentação retro. Remetam-se os autos a D. Contadoria para refazimento dos cálculos. Intimem-se Embargante e Embargado.

PROCESSO: **01209-2004-013-10-00-4 (0011)**
RECLAMANTE REGINALDO LUCIANO PEREIRA AMARAL CHAVES
ADVOGADO: ESTEVAO RAMOS MUNIZ
RECLAMADO UNIWAY COOPERATIVA PROFISSIONAIS LIBERAIS LTDA
ADVOGADO: PABLICIO MONTEIRO CARDOSO
RECLAMADO UNIAO (MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORCAMENTO E GESTAO)

Despacho de f.176: Vistos, etc. Impossível a anulação do acordo por simples petição. Intime-se o exequente. Após, retornem os autos ao arquivo provisório.

PROCESSO: **01226-2004-013-10-00-1 (0012)**
RECLAMANTE JUVANETE LIMA DOS SANTOS VIEIRA
ADVOGADO: MARCELO ALEXANDRE ANDRADE
RECLAMADO INSTITUTO DOM PEDRO II (COLEGIO MILICIANO DOM PEDRO II)
ADVOGADO: MANOEL NINAUT FILHO
RECLAMADO BOMBEIROS BRASILEIROS (MANTENEDOR DO COLÉGIO PEDRO II)
RECLAMADO Altamiro Rajão - devedor subsidiário
RECLAMADO José Rajão Filho - devedor subsidiário

Despacho de f.479/480: (...) Ato contínuo, intime-se a exequente para, no prazo de dez dias, trazer aos autos o novo endereço dos sócios acima citados.

PROCESSO: **00021-2005-013-10-00-0 (0013)**
RECLAMANTE ORLANDO MENDONCA DE SOUSA
ADVOGADO: RENAULT CAMPOS LIMA
RECLAMADO HP HOUSE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS
ADVOGADO: MARIA CRISTINA DE FILIPPO GANGANA

Despacho de f.326: Vistos, etc. O exequente informou à fl.325 que o imóvel indicado há penhora não possui escritura pública. Assim, sem registro no CRI, não se presta o referido imóvel, portanto, como garantia da execução. Intime-se o exequente, inclusive, para no prazo de dez dias, impulsionar a execução. indicando objetivamente bens do executado passíveis de penhora, sob pena de arquivamento provisório dos autos.

PROCESSO: **00099-2005-013-10-00-4 (0014)**
RECLAMANTE IVONE MARIA NUNES
ADVOGADO: FRANCISCA AIRES L.LEITE
RECLAMADO DGRAUS CONSERVACAO E LIMPEZA
RECLAMADO UNIAO FEDERAL

Despacho de f.177: Vistos os autos. CTPS devidamente anotada, à contracapa. Intime-se a autora a recebê-la bem como a trazer aos autos o extrato de sua conta vinculada, em quinze dias, sob pena de se considerar satisfeita a obrigação relativa ao FGTS devido. Convolo a obrigação ao Seguro-Desemprego em indenização.

PROCESSO: **00120-2005-013-10-00-1 (0015)**
RECLAMANTE Tatiana Miranda Lopes dos Anjos
ADVOGADO: PAULO ROBERTO RIBEIRO ALVES
RECLAMADO Uniway Cooperativa Profissionais Liberais Ltda.
ADVOGADO: PABLICIO MONTEIRO CARDOSO
RECLAMADO Uniway Servicos Coop. Trab. Prof. Lib Ltda.
ADVOGADO: PABLICIO MONTEIRO CARDOSO
RECLAMADO E-W Consultoria e Projetos
ADVOGADO: RODRIGO GONZAGA ROCHA

Despacho de f.394: Vistos os autos. CPE à contracapa. Ante o contido à certidão supra, manifeste-se a exequente acerca do prosseguimento da execução. Prazo de dez dias. Intime-se

PROCESSO: **00760-2005-013-10-00-1 (0016)**
RECLAMANTE Fabieni Tiemy Menezes Okiyama
ADVOGADO: OSMAR LOBAO VERAS FILHO
RECLAMADO Clinica Dona Cadela e Seus Filhotes Ltda
ADVOGADO: FULVIO LEONE DE ARRUDA CHAVES

Despacho de f.268: Vistos os autos. As partes podem, a qualquer momento, colocar termo à lide, via conciliação. Assim, HOMOLOGO O ACORDO de fls.266/267 para que seus termos produzam jurídicos e legais efeitos. Requisite-se o mandado nº 806/08. Custas, IRPF e INSS (f. 226) pela reclamada, a serem recolhidos no prazo de 60 dias. Comprovados os pagamentos do acordo, bem como das custas processuais, INSS e IRPF, ficam liberados os bens penhorados, assim como o depositário fiel dos respectivos ônus (fls.204/210). Intime-se o INSS após o adimplemento do acordo. Cumpridas as determinações acima, remetam-se os autos ao arquivo com baixa nos registros. Intimem-se as partes, sendo o autor diretamente, via postal, e seu procurador via Diário. Data supra.

PROCESSO: **00843-2005-013-10-00-0 (0017)**
RECLAMANTE Ivan Gonçalves dos Santos
ADVOGADO: JOMAR ALVES MORENO
RECLAMADO Gávea Empresa de Vigilância e Segurança Ltda.

Despacho de f.242: Vistos os autos. Manifeste-se o exequente acerca do contido no ofício retro e quanto ao prosseguimento da execução, no prazo de cinco dias. Intime-se.

PROCESSO: **01060-2005-013-10-00-4 (0018)**
RECLAMANTE Valdemar Batista Figueredo
ADVOGADO: MARCUS RUPERTO SOUZA DAS CHAGAS
RECLAMADO MADE BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.

Despacho de f.176: Vistos etc. Acondicione-se o documento supracitado em pasta própria, em razão das informações sigilosas nele contidas. Após, dê-se vista ao exequente, por dez dias, para que requeira o que entender de direito.

PROCESSO: **01097-2005-013-10-00-2 (0019)**
RECLAMANTE Renero Martins Sobrinho
ADVOGADO: FELIPE DE SOUSA SASAKI
RECLAMADO JJP Fondue Bar & Restaurante Ltda ME
ADVOGADO: VIVIANE PIMENTEL VELOSO

Despacho de f.471: (...)Intime-se o exeqüente ao recebimento dos alvarás judiciais nº518/08 e nº519/08, no prazo de 5 dias.

PROCESSO: **01311-2005-013-10-00-0 (0020)**
RECLAMANTE Elias dos Santos Cardoso
ADVOGADO: JONAS DUARTE JOSE DA SILVA
RECLAMADO Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda.
ADVOGADO: MARISA FREIRE BORGES

Despacho de f.561: Vistos os autos. Intime-se o patrono do exequente a proceder ao levantamento do alvará nº81/08, recebido em 10/6/08.

PROCESSO: **00024-2006-013-10-00-4 (0021)**
RECLAMANTE Raimundo Caetano do Nascimento Neto
ADVOGADO: FRANCISCO PEREIRA SERPA
RECLAMADO Construtora e Eletrica Saba Ltda
ADVOGADO: MONICA OTTONI BARBOSA
RECLAMADO Furnas Centrais Elétricas S.A.
ADVOGADO: LYCURGO LEITE NETO

Despacho de f.318: Vistos os autos. Mantida a decisão de fs.227/233. Intime-se a 1ª reclamada a proceder ao recolhimento dos valores devidos a título de FGTS, bem como a trazer aos autos as guias TRCT para saque do FGTS, no prazo de cinco dias.

PROCESSO: **00698-2006-013-10-00-9 (0022)**
RECLAMANTE JOSE LUCIANO DO NASCIMENTO
ADVOGADO: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
RECLAMADO CONSTRULAJE IND E COM DE PREMOLDADOS LTDA
ADVOGADO: AUTEMIDIO ANSELMO JULIAO

Vistos, ect., De ordem; considerando a manifestação das partes (fls. 262/263 e 267) quanto à possibilidade de acordo, incluo o feito na pauta do dia 21/07/2008 às 14h20min., para realização de audiência em execução. Intimem-se as partes e seus procuradores.

PROCESSO: **00969-2006-013-10-00-6 (0023)**
RECLAMANTE Paulo Pereira da Silva
ADVOGADO: ANTONIO MARQUES DE ANDRADE
RECLAMADO Lava-Jato Móvel (Sr. Marcos Antônio de Carvalho Rodrigues)
ADVOGADO: ITAMAR GERALDO SILVEIRA FILHO

Despacho de f.134: (...) ntimem-se o exequente e o arrematente (fl.126) para manifestação quanto à manutenção da arrematação, sendo que esta terá prosseguimento com a dedução do valor referente aos débitos, ficando fixada em R$1.370,46 (R$2.250,00 menos R$579,54).

PROCESSO: **00991-2006-013-10-00-6 (0024)**
RECLAMANTE Rosangela Lopes da Cruz
ADVOGADO: CARMEN SOARES MARTINS JANCOSKI
RECLAMADO La Cuccina Produtos Alimenticios Ltda.
ADVOGADO: IVAN CARLOS TEIXEIRA COUTINHO

Despacho de f.125: Vistos etc. Acondicione-se o documento supracitado em pasta própria, em razão das informações sigilosas nele contidas. Após, dê-se vista ao exequente, por dez dias, para que requeira o que entender de direito.

PROCESSO: **01029-2006-013-10-00-4 (0025)**
AUTOR GERALDA MARINEZ BORGES DA SILVA CAIXETA
ADVOGADO: MARIO THIAGO GOMES DE SA PADILHA
RÉU Arilson Bernardo Meneses
ADVOGADO: REINALDO LEITE DE OLIVEIRA NETO

Despacho de fs.402: Vistos, etc. Considerando-se não haver notícias do trânsito em julgado do processo nº 00920-2002-013-10-00-0, redesigno julgamento para o dia 01/08/2008 às 16h37min. Intimem-se.

PROCESSO: **01032-2006-013-10-00-8 (0026)**
RECLAMANTE Divaney Barros de Castro
ADVOGADO: ALCESTE VILELA JUNIOR
RECLAMADO Pulitzer Capital Jornalismo Ltda. / Tribuna do Brasil
ADVOGADO: GABRIELA OSORIO DE CARVALHO ARRUDA

Despacho de f.337: Visto os autos. CTPS à contracapa. Intime-se o autor a recebê-la em cinco dias. Após, aguarde-se o cumprimento total do acordo.

PROCESSO: **01063-2006-013-10-00-9 (0027)**
RECLAMANTE Gustavo Pinto de Oliveira
ADVOGADO: CLOVIS POLO MARTINEZ
RECLAMADO Massa Falida de Open Academia Ltda (na pessoa do administrador judicial, Dra. Carla Carvalho de Melo)

Desapcho de fs. 130: Expeça-se certidão de crédito, intimando-se o exequente ao recebimento, prazo de 5(cinco)dias.

PROCESSO: **01090-2006-013-10-00-1 (0028)**
RECLAMANTE Antônio Jonas Lôbo
ADVOGADO: DJALMA N. DOS SANTOS FILHO
RECLAMADO CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
ADVOGADO: OTONIL MESQUITA CARNEIRO

Despacho de f.188: Intime-se a executada do depósito de f.184 para finsdo art. 884 da CLT.

PROCESSO: **01186-2006-013-10-00-0 (0029)**
RECLAMANTE Reinaldo Silva de Souza (Espólio de) (Maria Zélia Souza dos Santos)
ADVOGADO: MAURO SEVERINO DIAS
RECLAMADO CONSTRUTORA MOURA LTDA.
ADVOGADO: GILSON FERNANDES VASCONCELLOS
RECLAMADO Reginaldo Candido de Moura
ADVOGADO: GILSON FERNANDES VASCONCELLOS
RECLAMADO União

Despacho de f.288: Vistos os autos. CTPS à contracapa. Intime-se a reclamada a proceder às anotações devidas, em cinco dias.

PROCESSO: **01218-2006-013-10-00-7 (0030)**
RECLAMANTE Jurandir Francisco Santana
ADVOGADO: ANA MARIA RIBAS MAGNO
RECLAMADO Eletroclima Engenharia Ltda

Desapacho de f.203: Vistos os autos. As informações prestadas pela Receita Federal acerca dos bens informados pela sócia em questão são as contidas à fl.199. A solicitação de bloqueio de valores efetuada por meio do BACEN-JUD abrange todas as contas de titularidade da referida sócia. Logo, indefiro o peticionado. Intime-se o exequente. decorrido o prazo de cinco dias, "in albis", arquivem-se provisoriamente os autos.

PROCESSO: **00035-2007-013-10-00-5 (0031)**
RECLAMANTE Sérgio Rodrigues Cardoso
ADVOGADO: MARTHIUS SAVIO CAVALCANTE LOBATO
RECLAMADO CWSA Tecnologia e Serviços de Engenharia Ltda.

Despacho de f.136: Vistos, etc. Diga o exequente, no prazo de 5 dias, se pela petição de fl.133 está a requerer seja a multa fixada até a data de sua manifestação, ou seja, 23/06/2008, renunciado de multa posterior. Intime-se.

PROCESSO: **00110-2007-013-10-00-8 (0032)**
AUTOR MÁRIO CHAVES PINTO
ADVOGADO: CARLA SOARES VICENTE
RÉU BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADO: TAISE MACAHADO MELO

Decisão de fs.304: (...) O patrono da reclamada informa que até a presente data não houve o trânsito em julgado de um dos Agravos de Instrumento que acarretaram a suspensão do presente processo. Assim sendo, mantenho a suspensão declarada, por outros 2 meses, ou até a informação das partes de julgamento do agravo noticiado. O patrono da reclamada se compromete a juntar aos autos, no prazo de 05 dias, o andamento atualizado do agravo pendente de julgamento, bem como trazer a informação de seu número, para facilitar o acompanhamento por esta Vara. Designa-se para prosseguimento da INSTRUÇÃO a data de 08/09/2008, às 14h20min.Ficam mantidas as cominações anteriores. Ciente a reclamada. Intimem-se os reclamantes.

PROCESSO: **00127-2007-013-10-00-5 (0033)**
AUTOR ELTON TOMAZ DE MAGALHÃES
ADVOGADO: ELTON TOMAZ DE MAGALHAES
RÉU Adalberto Carlos Viana Júnior

Despacho de f.112: Vistos etc. Acondicione-se o documento supracitado em pasta própria, em razão das informações sigilosas nele contidas. Após, dê-se vista ao exequente, por dez dias, para que requeira o que entender de direito.

PROCESSO: **00312-2007-013-10-00-0 (0034)**
RECLAMANTE Luis Borges da Silva
ADVOGADO: PAULO RENAN PEREIRA LOPES
RECLAMADO CS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA.
ADVOGADO: GILSON MOREIRA DA SILVA
RECLAMADO Condomínio do Bloco G da SQN 103
ADVOGADO: GILSON MOREIRA DA SILVA

Despacho de f.263: Vistos os autos. Converto em penhora o depósito recursal de f.109, que garante em parte a execução. Intimem-se as partes para efeito do Art.884 da CLT.

PROCESSO: **00340-2007-013-10-00-7 (0035)**
RECLAMANTE Francisco de Assis Monteiro da Silva
ADVOGADO: ANTONIO MARQUES DE ANDRADE
RECLAMADO American Portas Ltda.
ADVOGADO: LILIAN MARA FERREIRA

Despacho de f.121: Vista ao exequente, prazo de cinco dias. Intime-se.

PROCESSO: **00375-2007-013-10-00-6 (0036)**
RECLAMANTE ANÁLIA TAVARES DOS SANTOS
ADVOGADO: JOMAR ALVES MORENO
RECLAMADO Dom Bosco Construções e Serviços Ltda.
RECLAMADO Wlademir Nery da Silva - Dev. Subsidiário
RECLAMADO Antônio Alberto Oliveira - Dev. Subsidiário

Despacho de f.249: (...)Intime-se o exeqüente para, no prazo de 5 dias, trazer aos autos o novo endereço do executado ANTÔNIO ALBERTO OLIVEIRA.

PROCESSO: **00425-2007-013-10-00-5 (0037)**
RECLAMANTE Fábia Moreira da Costa
ADVOGADO: MAGDA FERREIRA DE SOUZA
RECLAMADO DINÂMICA ADM. SERVIÇOS E OBRAS LTDA.
ADVOGADO: MARCIO HERLEY TRIGO DE LOUREIRO
RECLAMADO Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - Metrô/DF
ADVOGADO: JANE MARIA DO VALE

Despacho de f.559: Vistos os autos. Vista à exequente dos cálculos, convolação e depósito efetuados. Prazo e fins legais. Intime-se.

PROCESSO: **00448-2007-013-10-00-0 (0038)**
RECLAMANTE Manoel da Costa
ADVOGADO: JOSUE APARECIDO DE ARAUJO
RECLAMADO Transportes Rodovia Ltda.
ADVOGADO: ADRIANO PEIXOTO FRANCO

Despacho de f.435: Vista ao excepto/exequente, prazo de cinco dias. Intime-se.

PROCESSO: **00506-2007-013-10-00-5 (0039)**
RECLAMANTE Noélia Saturnino Alexandre
ADVOGADO: JOSE AVELARQUE DE GOIS
RECLAMADO Daniela Justina Marques
RECLAMADO Sérgio Sanches de Jesus

Despacho de fl.92:Vistos etc.Vista às partes para manifestação acerca da promoção da D. Contadoria, no prazo sucessivo de 05 dias, a começar pelo reclamante. Juiz do Trabalho RUBENS CORBO

PROCESSO: **00509-2007-013-10-00-9 (0040)**
RECLAMANTE João de Souza Oliveira
ADVOGADO: SIMONE DE SOUSA TORRES
RECLAMADO Restaurante 348
ADVOGADO: TACIANA MACHADO DE BASTOS

Despacho de f.81: Vistos os autos. 1. Vista ao executado para manifestaçãp da petição de fls.74/78, no prazo de 10 dias. 2. No silêncio, prossiga na execução.

PROCESSO: **00585-2007-013-10-00-4 (0041)**
RECLAMANTE Welynessa Rodrigues Cruz Oliveira
ADVOGADO: FRANCISCO PEREIRA SERPA
RECLAMADO Rosane de Cássia Lodes Ramos

Despacho de f.96: (...)Intime-se a reclamante ao recebimento da Autorização Judicial nº94/08 e do Alvará Judicial nº517/08, no prazo de 5 dias.

PROCESSO: **00618-2007-013-10-00-6 (0042)**
RECLAMANTE José Onofre Pereira
ADVOGADO: RONALDO RODRIGO FERREIRA DA SILVA
RECLAMADO Conservo Serviços Gerais Ltda.
ADVOGADO: FERNANDA ROCHA SOUZA

Despacho de f.138: Vista à executada para, querendo, oferecer contrariedade à impugnação aos cálculos oposta, prazo legal.Intime-se.

PROCESSO: **00710-2007-013-10-00-6 (0043)**
RECLAMANTE Fernando Ayres Branquinho
ADVOGADO: RICARDO LUIZ RODRIGUES DA FONSECA PASSOS
RECLAMADO Banco do Brasil S.A.
ADVOGADO: MILENA ROSSINE

Decisão de fs.901/903: (...) Pelo exposto, CONHEÇO dos embargos declaratórios opostos pela reclamante e dou-lhe PARCIAL PROVIMENTO , sanando a omissão apontada, esclarecer que a) será observada a Súmula 113 do TST no que tange aos reflexos de horas extras no descanso semanal remunerado; b) háverá a incidência de FGTS sobre as verbas salariais deferidas nesta sentença, não havendo que se falar em repercussão de todas as verbas no FGTS, mas, sim, cálculos do FGTS sobre as verbas de natureza salarial deferidas; tudo nos termos da fundamentação supra que passa a fazer parte integrante da sentença.

PROCESSO: **00740-2007-013-10-00-2 (0044)**
RECLAMANTE Bruna Araújo da Silva
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO H.G Colen - ME
ADVOGADO: SERGIO ROGERIO MACHADO

Despacho de f.190: Vistos os autos. As partes podem, a qualquer momento, colocar termo à lide, via conciliação. Assim, HOMOLOGO O ACORDO de fls. 188/189 para que seus termos produzam jurídicos e legais efeitos. Diligencie a Secretaria acerca do resultado da solicitação de fl. 186, efetuando o desbloqueio de valores porventura bloqueados. Custas, IRPF e INSS (f. 144) pela reclamada conforme acordado. Comprovados os pagamentos do acordo, bem como das custas processuais, IRPF e dos valores do INSS, fica liberado o bem penhorado, assim como o depositário fiel dos respectivos ônus (fls. 174). Intime-se o INSS após o adimplemento do acordo. Cumpridas as determinações acima, remetam-se os autos ao arquivo com baixa nos registros. Intimem-se as partes, sendo o autor diretamente, via postal, e seu procurador via Diário.

PROCESSO: **00778-2007-013-10-00-5 (0045)**
RECLAMANTE Maria Dalva Oliveira Silva
ADVOGADO: JOMAR ALVES MORENO
RECLAMADO ASA SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.
ADVOGADO: DR. JOÃO GOMES DE OLIVEIRA
RECLAMADO M5 Indústria e Comércio S.A. (M. Officer)
ADVOGADO: KATHE ROSA VASQUES

Despacho de f.257: (...)Intime-se a reclamante ao recebimento do Alvará Judicial nº520/2008, no prazo de 5 dias.

PROCESSO: **00782-2007-013-10-00-3 (0046)**
RECLAMANTE Júlio César Santos Gama
ADVOGADO: CICERO FRANCISCO DE OLIVEIRA
RECLAMADO Sociedade Esportiva do Gama
ADVOGADO: KATIA VIEIRA DO VALE

Despacho de f.122: Vista ao reclamante, por 5 dias. Intime-se.

PROCESSO: **00835-2007-013-10-00-6 (0047)**
RECLAMANTE Pedro Henrique Nascimento de Aquino
ADVOGADO: GETULIO HUMBERTO BARBOSA DE SA
RECLAMADO NCT INFORMÁTICA LTDA
ADVOGADO: REGINALDO BACCI ACUNHA
RECLAMADO Fernando César Barbosa Joranhzon
ADVOGADO: TARLEY MAX DA SILVA OLIVEIRA

Despacho de f.485: Vistos os autos. Inicialmente, vista ao reclamado/recorrido do recurso interposto pelo reclamante. Prazo e fins legais.

PROCESSO: **00837-2007-013-10-00-5 (0048)**
AUTOR Maria Dias Cruz Batista
ADVOGADO: ROGÉRIO FERREIRA BORGES
RÉU Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT
ADVOGADO: NILTON CORREIA

Decisão de fs.516/540: (...) Razões e fundamentos pelos quais julgo PROCEDENTE EM PARTE o pleito exordial, para condenar a reclamada, , a pagar à reclamante, , transitada esta em julgado e no quanto em liquidação se apurar, as parcelas deferidas na fundamentação retro - pensão vitalícia e indenização por danos morais - que doravante passam a fazer parte integrante deste dispositivo, bem como concedo à Autora os benefícios da justiça gratuita. Liquidação por cálculos. Atualizações, juros, recolhimentos tributários e contribuições previdenciárias, como de lei, sendo que, em relação a estas, e sobre as parcelas de naturezas salariais objeto do condeno, a Reclamada, tão logo o trânsito em julgado, deverá proceder ao recolhimento do percentual previsto no art. 22, da Lei nº 8.212/91, observando-se o seu devido enquadramento, aplicando-se ao Autor o limite do art. 20, da mesma lei, devendo a liquidação abranger também o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, cotas do empregado e do empregador. (art. 879, § 1º-A, da CLT; art. 46, da Lei nº 8.541, de 23.Dez.92, e art. 28, da Lei nº 10.833, de 29.Dez.2003). A contribuição previdenciária devida do(a) empregado(a) será calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, do Decreto n º 3.048/99, observado o limite máximo do salário de contribuição. (art. 276, § 4º, do Decreto nº 3.048/99). O recolhimento das contribuições previdenciárias devidas será comprovado nos autos. Custas a serem arcadas pela Reclamada, e recolhidas aos cofres da União, no importe de R$150,00, calculadas sobre R$7.500,00, valor arbitrado à condenação, isenta na forma da lei. Intimem-se as partes, por seus procuradores, podendo a intimação ser efetuada inclusive em Secretaria.

PROCESSO: **00838-2007-013-10-00-0 (0049)**
RECLAMANTE Aldo Francisco Zago
ADVOGADO: ALDO FRANCISCO ZAGO
RECLAMADO Elenice Batista de Souza Campos

Despacho de f.55: Intime-se o exequente a informar o atual endereço da reclamada, no prazo de 20 dias.

PROCESSO: **00878-2007-013-10-00-1 (0050)**
RECLAMANTE Maurício Brasil Ferreira
ADVOGADO: ADELVAIR PEGO CORDEIRO
RECLAMADO APOLO IMÓVEIS LTDA
ADVOGADO: ERCILIA ALESSANDRA STECKELBERG
RECLAMADO Arigatô Administradora de Consórcio S/C Ltda
ADVOGADO: ERCILIA ALESSANDRA STECKELBERG

Decisão de fs.135/136: (...) Razões e fundamentos pelos quais REJEITO os Embargos de Declaração apresentados por APOLO IMÓVEIS LTDA E OUTRA nos autos em que contende com MAURÍCIO BRASIL FEREIRA ,tudo nos termos da fundamentação retro. Intimem-se.

PROCESSO: **01063-2007-013-10-00-0 (0051)**
RECLAMANTE Ana Célia Vieira dos Santos
ADVOGADO: JOSE MORAES CARDOSO
RECLAMADO Alfa Luz Viação Transportes Ltda.
ADVOGADO: CESAR GUIMARAES FARIA

Despacho de fl.232:Vistos etc.Vista às partes para manifestação acerca da promoção da D. Contadoria, no prazo sucessivo de 05 dias, a começar pelo reclamante. Juiz do Trabalho RUBENS CORBO

PROCESSO: **01241-2007-013-10-00-2 (0052)**
RECLAMANTE Francisco das Chagas de Souza
ADVOGADO: ALDENEI DE SOUZA E SILVA
RECLAMADO Conservo Brasília Serviços Gerais Ltda.
ADVOGADO: GLAICON CORTES BARBOSA

Despacho de fl.122:Vistos etc.Vista às partes para manifestação acerca da promoção da D. Contadoria, no prazo sucessivo de 05 dias, a começar pelo reclamante. Juiz do Trabalho RUBENS CORBO

PROCESSO: **01296-2007-013-10-00-2 (0053)**
RECLAMANTE Vanessa de Sousa Cerqueira
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Nivanda Maria Mota Carolino
ADVOGADO: VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO

Despacho de f.117: Vistos os autos. Vista à reclamada do recurso interposto pela reclamante. Prazo e fins legais. Intime-se.

PROCESSO: **01359-2007-013-10-00-0 (0054)**
RECLAMANTE Pedro Otávio da Costa Nunes Junior
ADVOGADO: ANGELA SORAIA AMORAS COLLARES
RECLAMADO Restaura Car Estacionamento e Limpeza Ltda (Na pessoa de Flávio Augusto Bonfá)
RECLAMADO Flávio Augusto Bonfá

Despacho de f.82: Vistos, etc. Diante da certidão supra, concedo ao reclamante o prazo de 10 dias para que informe ao juízo o atual endereço da reclamada para sua regular prosseguimento do feito.

PROCESSO: **01363-2007-013-10-00-9 (0055)**
RECLAMANTE Giselle Araújo Leite
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Nivanda Maria Mota Carolino
ADVOGADO: VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO

Despacho de f.134: Vistos os autos. Vista ao reclamado/recorrido do recurso interposto pelo reclamante. Prazo de fins legais. Intime-se.

PROCESSO: **00010-2008-013-10-00-2 (0056)**
RECLAMANTE Paulo Henrique Storti de Oliveira
ADVOGADO: FRANCISCO PEREIRA SERPA
RECLAMADO Teec Tour Transporte Escolar e Turismo do Cruzeiro Ltda.ME (Teec Tour)
ADVOGADO: LOURIVAL VASQUES DA SILVA

Decisão de fs.41/47: (...) F U N D A M E N T O S pelos quais julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial para condenar TEEC TOUR TRANSPORTE ESCOLAR E TURISMO DO CRUZEIRO LTDA - ME (TEEC TOUR), ao adimplemento das obrigações de dar e fazer acima deferidas em favor de PAULO HENRIQUE STORTI DE OLIVEIRA, no prazo de 5 (cinco) dias do trânsito em julgado, conforme termos da fundamentação supra, cujo teor passa a integrar o presente dispositivo. Liquidação por cálculos. A atualização monetária deverá incidir a partir do vencimento de cada parcela objeto da condenação, na forma da lei. Juros de mora de 1% ao mês. Termo inicial contado da data de propositura da ação (art. 883 da CLT) com incidência sobre a condenação já corrigida (súmula 200 do c. TST). Em atenção ao disposto no art. 832, § 3º da CLT, declaro que as parcelas deferidas a título de horas extras habituais e reflexos sobre gratificação natalina detém natureza salarial e estão sujeitas à incidência previdenciária. O recolhimento previdenciário é de responsabilidade das reclamadas, nos termos da súmula 368, II do c. TST, facultada a retenção da cota-parte do reclamante. A ausência de comprovação acarretará a execução de ofício. Descontos fiscais nos termos da legislação vigente (lei nº 8.541/1992, art. 46 e Provimento CGJT/TST nº03/2005), cujos recolhimentos deverão ser tempestivamente comprovados nos autos. No silêncio, oficie-se à Receita Federal. Oficie-se à PGF (IRRF) e à Procuradoria Federal Especializada do INSS (lei n. 11.457/2007 e Portaria Conjunta PGF/PGFN 433/2007). Custas pela reclamada, no importe de R$ 65,54, calculadas sobre o valor da condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 3.277,00 (já deduzido o valor recebido no TRCT de fl. 37).

PROCESSO: **00016-2008-013-10-00-0 (0057)**
RECLAMANTE Lucilene Bernardo da Silva
ADVOGADO: ALANCARDE FERREIRA DE ALMEIDA
RECLAMADO Hospital Santa Helena S.A.
ADVOGADO: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL

Decisão de fs.396/411: Diante do exposto, rejeito as preliminares e julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para condenar a reclamada, HOSPITAL SNATA HELENA S/A, a pagar à reclamante, LUCILENE BERNARDO DA SILVA, as parcelas deferidas nos termos da fundamentação, que passa a fazer parte integrante desse decisum, apuradas em liquidação de sentença, por simples cálculos.Atendendo ao disposto no artigo 832, § 3º da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.035/00, declaro que têm natureza salarial as parcelas deferidas a título de horas extras e as repercussões em décimo terceiro salário, adicional noturno, em repouso semanal remunerado e sobre tais parcelas incidirão contribuições previdenciárias da reclamante e da reclamada, autorizando-se esta a reter a parcela devida por aquela (art. 30, Inciso I, alínea "a", da Lei 8.212/91), devendo comprovar o recolhimento nos autos, sob pena de execução. Correção monetária na forma do disposto no artigo 39 e parágrafos da Lei nº 8.177/91 e juros de mora a partir do ajuizamento da ação, conforme previsto no artigo 883 da CLT, devendo ser observado o disposto no Provimento CG/TST nº 01/96, com as alterações promovidas pelo Provimento CG/TST 03/2005 e, ainda, o disposto nas Súmulas 200 e 381 do TST. Para fins de cálculo das horas extras deferidas, observar-se-á a evolução salarial da reclamante e o divisor 220. Custas pela reclamada, no valor de R$ 400,00, calculadas sobre o valor de R$ 20.000,00 atribuído à condenação, para este fim.Intimem-se as partes.

PROCESSO: **00046-2008-013-10-00-6 (0058)**
RECLAMANTE Nilson Roberto Carvalho
ADVOGADO: AUREA FELICIANA PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO Supervarejo Comércio de Alimentos Ltda. (nome fantasia Super Baratudo)
ADVOGADO: SEBASTIAO PEREIRA GOMES

Decisão de fs.180/185: (...) Razões e fundamentos pelos quais julgo PROCEDENTE EM PARTE o pleito exordial para condenar a reclamada a pagar ao reclamante, transitada esta em julgado e no quanto em liquidação se apurar, as parcelas deferidas na fundamentação retro, que doravante passam a fazer parte integrante deste dispositivo, bem como concedo ao Autor os benefícios da justiça gratuita. Liquidação por cálculos. Atualizações, juros, recolhimentos tributários e contribuições previdenciárias, como de lei, sendo que, em relação a estas, e sobre as parcelas de naturezas salariais objeto do condeno, a Reclamada, tão logo o trânsito em julgado, deverá proceder ao recolhimento do percentual previsto no art. 22, da Lei nº 8.212/91, observando-se o seu devido enquadramento, aplicando-se ao Autor o limite do art. 20, da mesma lei, devendo a liquidação abranger também o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, cotas do empregado e do empregador. (art. 879, § 1º-A, da CLT; art. 46, da Lei nº 8.541, de 23.Dez.92, e art. 28, da Lei nº 10.833, de 29.Dez.2003).A contribuição previdenciária devida do(a) empregado(a) será calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, do Decreto n º 3.048/99, observado o limite máximo do salário de contribuição. (art. 276, § 4º, do Decreto nº 3.048/99). O recolhimento das contribuições previdenciárias devidas será comprovado nos autos. Custas a serem arcadas pela Reclamada, e recolhidas aos cofres da União, no importe de R$ 200,00, calculadas sobre R$ 10.000,00, valor arbitrado à condenação. Intimem-se as partes, por seus procuradores, podendo a intimação ser efetuada inclusive em Secretaria.

PROCESSO: **00091-2008-013-10-00-0 (0059)**
RECLAMANTE Ivo Gonzaga
ADVOGADO: GILBERTO GONZAGA
RECLAMADO Condomínio Edifício Seguradoras - Brasília
ADVOGADO: ALEXANDRE STROHMEYER GOMES

Decisão de f.88: (...) Razões e fundamentos pelos quais REJEITO os Embargos de Declaração apresentados por CONDOMÍNIO EDIFÍCIO SEGURADORAS - BRASÍLIA nos autos em que contende com IVO GONZAGA, tudo nos termos da fundamentação retro. Intimem-se.

PROCESSO: **00125-2008-013-10-00-7 (0060)**
RECLAMANTE José Ribamar dos Santos
ADVOGADO: LEANDRO OLIVEIRA ALVES
RECLAMADO REMAN SEGURANÇA PRIVADA LTDA.
ADVOGADO: ELIZIO ROCHA JUNIOR
RECLAMADO União Federal - Tribunal de Justiça

Despacho de f.61: Vistos os autos. Manifeste-se o reclamado acerca do contido à petição retro, sob pena de execução. Prazo de cinco dias. Intime-se.

PROCESSO: **00161-2008-013-10-00-0 (0061)**
RECLAMANTE Adélio Prado Oliveira
ADVOGADO: ANTONIO MARQUES DE ANDRADE
RECLAMADO SANTO ELIAS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (DENOMINADO BUON GUSTAIO)
ADVOGADO: MARCIO GEOVANI DA CUNHA FERNANDES
RECLAMADO Santa Clara Comércio de Alimentos Ltda (denominado Buon Gustaio)
ADVOGADO: EDUARDO ANTONIO DORIA DE CARVALHO

Decisão de f.257: (...) Do laudo pericial as partes poderão se manifestar no prazo sucessivo de 5 dias cada, reclamante e reclamado, a iniciar-se em 06/08/2008. Designa-se para ENCERRAMENTO da intrução a renovação da proposta conciliatória a data de 20/08/2008, às 13h25min, facultada a presença das partes. Ciente o reclamante. Intime-se a reclamada por seu procurador.

PROCESSO: **00169-2008-013-10-00-7 (0062)**
RECLAMANTE Ana Camila da Silva Souza de Oliveira
ADVOGADO: GILBERTO CLAUDIO HOERLLE
RECLAMADO Banco Santander Banespa S/A
ADVOGADO: GISELLE ESTEVES FLEURY

Despacho de f.294: Vista ao recorrido/reclamado para, querendo, oferecer contrariedades ao recurso ordinário interposto, prazo legal. Intime-se.

PROCESSO: **00184-2008-013-10-00-5 (0063)**
RECLAMANTE Adenilson Santos de Oliveira
ADVOGADO: ANTONIO MARQUES DE ANDRADE
RECLAMADO DOM BOSCO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
RECLAMADO Carrefour Comércio e Industria Ltda.
ADVOGADO: MARINA SILVA CACAO

Decisão de fs.226/234: (...) Em face do exposto, na Reclamatória Trabalhista que ADENILSON SANTOS DE OLIVEIRA propôs em face de DOM BOSCO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. E CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA., decido julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor, condenando as reclamadas nas seguintes obrigações: a) a primeira reclamada - anotar a CTPS do reclamante, consignando admissão em 19/03/2005 e dispensa em 19/05/2006 (já considerada a projeção do aviso prévio), na função de agente patrimonial e salário mensal de R$ 407,00, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa diária de R$ 100,00, até o limite de R$ 1.000,00, com a conseqüente anotação pela Secretaria desta Vara e remessa de ofício à DRT; b) a primeira reclamada - comprovar o recolhimento do FGTS relativo a todo o período do vínculo empregatício ora reconhecido, com acréscimo de 40%, em prazo de 48 (quarenta e oito) horas do trânsito em julgado desta, sob pena de conversão em obrigação de pagar esses valores ao reclamante, hipótese em que o 2º reclamado responderá subsidiariamente; c) ambas as reclamadas, sendo a segunda de forma subsidiária (Súmula 331, item IV, do C. TST), a pagarem: c.1) salários dos meses de janeiro e fevereiro de 2006; c.2) aviso prévio de 30 dias; c.3) 4/12 avos de 13º salário relativo ao ano de 2006; c.4) férias integrais, de forma simples, relativas ao período aquisitivo de 19/03/2005 a 18/3/2006, incluído o terço constitucional; c.5) 2/12 avos de férias proporcionais, relativas ao período aquisitivo de 19/03/2006 a 19/05/2006, incluído o terço constitucional; c.6) depósitos de FGTS sobre todas as verbas ora deferidas e multa de 40% relativo a todo o período do vínculo empregatício (saldo da conta vinculada), bem como sobre as verbas acima deferidas, não incidindo esta (multa) sobre o aviso prévio (OJ 42, item II, da SBDI-1 do C. TST); c.7) multa do art. 477, § 8º, da CLT. Liquidação da sentença por cálculos, observada como base de cálculo o salário mensal de R$ 407,00.Juros e correção monetária, na forma da Lei 8177/91 e Súmula 200 TST.Deferem-se ao reclamante os benefícios da Justiça gratuita. Determina-se às reclamadas, a segunda subsidiariamente, recolherem as importâncias devidas ao INSS e Fazenda Nacional, sobre as parcelas da condenação sujeitas à incidência da contribuição previdenciária e imposto de renda, nos exatos termos do art. 43 da Leis 8.212/90, com redação da Lei 8.620/93, e art. 46 da Lei 8.541/93. Deverão os reclamados comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias sobre todo o vínculo de emprego ora reconhecido, no prazo de 48 após o trânsito em julgado desta sentença, sob pena de execução de ofício, no termos do parágrafo único do art. 876 da CLT. Observe-se o Provimento CG/JT do TST 01/96 e 03/2005. Custas pela reclamadas no importe de R$ 40,00, calculadas sobre R$ 2.000,00, valor da condenação. Cientes o reclamante e o 2º reclamado. Intimem-se a 1ª reclamada.

PROCESSO: **00200-2008-013-10-00-0 (0064)**
EMBARGANTE José de Ribamar de Oliveira Sampaio
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA A DE SOUSA
EMBARGADO Gelisvanho Lopes Rodrigues
ADVOGADO: ANTONIO MARQUES DE ANDRADE

Decisão de f.39/40: (...) Razões e fundamentos pelos quais ACOLHO PARCIALMENTE os Embargos de Declaração apresentados por JOSÉ DE RIBAMAR DE OLIVEIRA SAMPAIO nos autos em que contende com GELISVANHO LOPES RODRIGUES, apenas para retificar erro material havido, tudo nos termos da fundamentação retro. Intimem-se.

PROCESSO: **00223-2008-013-10-00-4 (0065)**
RECLAMANTE Luciano Francisco dos Santos
ADVOGADO: FRANCISCO PEREIRA SERPA
RECLAMADO Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda
ADVOGADO: CARMEN PLA PUJADES DE AVILA

Decisão de fs.98/100: (...) Razões e fundamentos pelos quais ACOLHO PARCIALMENTE os Embargos de Declaração apresentados por ARCOS DOURADOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA nos autos em que contende com LUCIANO FRANCISCO DOS SANTOS, tudo nos termos da fundamentação retro. Intimem-se.

PROCESSO: **00233-2008-013-10-00-0 (0066)**
RECLAMANTE Paulo Marcos Mattos de Moura
ADVOGADO: ANALVA MOREIRA RAMOS
RECLAMADO Qualix Serviços Ambientais Ltda.
ADVOGADO: ROBERTA ROCHA RODRIGUES

Decisão de fs.212/214:(...) ACOLHO os Embargos de Declaração opostos pelo reclamante para, sanando a omissão, conceder-lhes efeito modificativo, a fim de excluir da condenação a obrigação de pagar o aviso prévio. Intimem-se as partes.

PROCESSO: **00286-2008-013-10-00-0 (0067)**
RECLAMANTE Angela Lima Gonçalves
ADVOGADO: LEONARDO MIRANDA SANTANA
RECLAMADO Caixa Econômica Federal
ADVOGADO: GUSTAVO PEREIRA MENDES

Decisão de f.447/449: (...) Razões e fundamentos pelos quais RESOLVO ACOLHER os Embargos de Declaração apresentados por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL nos autos em que contende com ANGELA LIMA GONÇALVES para PRESTAR ESCLARECIMENTOS, tudo nos termos da fundamentação retro. Intimem-se.

PROCESSO: **00291-2008-013-10-00-3 (0068)**
RECLAMANTE João Batista da Costa
ADVOGADO: JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
RECLAMADO Espaço Engenharia e Reformas Ltda.
ADVOGADO: HEITOR FRANCISCO GOMES COELHO

Decisão de f.50/52: (...) ACOLHO os Embargos de Declaração opostos pelo reclamante para, sanando a omissão, conceder-lhes efeito modificativo, a fim de acrescer à condenação do reclamado a obrigação de entregar o TRCT ao reclamante, com a chave de identificação, para movimentação do FGTS (Lei 8.036/90, art. 20, inc. IX), em prazo de 48 (quarenta e oito) horas do trânsito em julgado desta, sob pena de multa diária de R$ 100,00, até o limite de R$ 1.000,00. Intimem-se as partes.

PROCESSO: **00300-2008-013-10-00-6 (0069)**
RECLAMANTE Israel Carnero Bruzaca
ADVOGADO: RITA HELENA PEREIRA
RECLAMADO ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
ADVOGADO: JOHN CORDEIRO DA SILVA JUNIOR

Decisão de fs.474/477: (...) Pelo exposto, decido, nos autos da Reclamação Trabalhista movida por Israel Carnero Bruzaca em face de ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo: a) Extinguir o processo com julgamento do mérito, em relação aos direitos anteriores a 26.03.2003, com fulcro no artigo 269, inciso IV, do CPC. b) Julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para o fim de condenar a reclamada a pagar ao reclamante as seguintes verbas deferidas na fundamentação supra que passa a fazer parte integrante deste decisum, conforme se apurar em liquidação de sentença: adicional de periculosidade no percentual de 30%, bem como sua integração ao salário e os reflexos sobre aviso prévio, férias + 1/3, 13º salário e FGTS + 40%. Juros e correção monetária na forma da lei. Recolhimentos fiscais e previdenciários na forma da fundamentação. Custas pela reclamada, no importe de R$ 300,00 calculadas sobre R$15.000,00 valor arbitrado à condenação.Intimem-se as partes.

PROCESSO: **00307-2008-013-10-00-8 (0070)**
RECLAMANTE Genilson Trindade Sampaio
ADVOGADO: ANALVA MOREIRA RAMOS
RECLAMADO Qualix Serviços Ambientais Ltda.
ADVOGADO: ROBERTA ROCHA RODRIGUES

Decisão de f.336/337: (...) Razões e fundamentos pelos quais ACOLHO os Embargos de Declaração apresentados por QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. nos autos em que contende com GENILSON TRINDADE SAMPAIO para PRESTAR ESCLARECIMENTOS, tudo nos termos da fundamentação retro. Intimem-se.

PROCESSO: **00311-2008-013-10-00-6 (0071)**
RECLAMANTE Reginaldo Pereira Goveia
ADVOGADO: PATRICIA PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE CRÉDITO, COBRANÇA E TELEMARKETING (CCCOOP)
RECLAMADO Finasa Promotora de Vendas Ltda.
ADVOGADO: JULIANA PICOLO SALAZAR COSTA
RECLAMADO Banco Finasa S/A
ADVOGADO: JULIANA PICOLO SALAZAR COSTA
RECLAMADO Banco Bradesco S/A
ADVOGADO: JAMES AUGUSTO SIQUEIRA

Despacho de f.167: Nada a deferir ante a interposição do recurso às fs.149/163. Intime-se o reclamante.

PROCESSO: **00328-2008-013-10-00-3 (0072)**
RECLAMANTE Irandy Silva
ADVOGADO: ALDEISE DE SOUSA E SILVA FIGUEIREDO
RECLAMADO Fiança Serviços Gerais Ltda.
ADVOGADO: CARLITA ROCHA BRITO

Decisão de f.312/318: (...) Razões e fundamentos pelos quais julgo PROCEDENTE EM PARTE o pleito exordial, para condenar a reclamada a pagar ao reclamante, transitada esta em julgado e no quanto em liquidação se apurar, as parcelas deferidas na fundamentação retro, que doravante passam a fazer parte integrante deste dispositivo, bem como concedo ao Autor os benefícios da justiça gratuita. A reclamada sucumbente responde, ainda, pelos honorários periciais, ora fixados em R$ 2.550,00. Liquidação por cálculos. Atualizações, juros, recolhimentos tributários e contribuições previdenciárias, como de lei, sendo que, em relação a estas, e sobre as parcelas de naturezas salariais objeto do condeno, a Reclamada, tão logo o trânsito em julgado, deverá proceder ao recolhimento do percentual previsto no art. 22, da Lei nº 8.212/91, observando-se o seu devido enquadramento, aplicando-se ao Autor o limite do art. 20, da

mesma lei, devendo a liquidação abranger também o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, cotas do empregado e do empregador. (art. 879, § 1º-A, da CLT; art. 46, da Lei nº 8.541, de 23.Dez.92, e art. 28, da Lei nº 10.833, de 29.Dez.2003). A contribuição previdenciária devida do(a) empregado(a) será calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, do Decreto n º 3.048/99, observado o limite máximo do salário de contribuição. (art. 276, § 4º, do Decreto nº 3.048/99). O recolhimento das contribuições previdenciárias devidas será comprovado nos autos. Custas a serem arcadas pela Reclamada, e recolhidas aos cofres da União, no importe de R$ 800,00, calculadas sobre R$ 40.000,00, valor arbitrado à condenação. Intimem-se as partes, por seus procuradores, podendo a intimação ser efetuada inclusive em Secretaria.

PROCESSO: **00361-2008-013-10-00-3 (0073)**
RECLAMANTE Dailton Ferreira da Silva
ADVOGADO: JORGE NARA
RECLAMADO JJ Colocação de Pisos e Lajes Ltda. ME
RECLAMADO Sadia S.A.
RECLAMADO Eplak Construções Ltda.

Despacho de f.108: Nada a deferir ante o depósito de f.107. Intime-se o reclamante ao recebimento da guia referente ao depósito citado no parágrafo anterior, prazo de 5 dias. No mais, aguarde-se o cumprimento das parcelas remanescentes do acordo homologado.

PROCESSO: **00362-2008-013-10-00-8 (0074)**
RECLAMANTE Suheila Abou Chacra
ADVOGADO: MARIA DA PENHA SARANDY
RECLAMADO Real Distribuidora e Logística Ltda.
ADVOGADO: ANA CLÁUDIA DA SILVA

Decisão de fs.131/140: (...) Pelo exposto, decido, nos autos da Reclamação Trabalhista movida por Suheila Abou Chacra em face de Real Distribuidora e Logística Ltda julgar IMPROCEDENTES os pedidos formulados na presente demanda trabalhista e liberar a reclamada dos pleitos formulados na inicial, nos termos da fundamentação supra que passa a fazer parte integrante deste decisum.Custas, pela reclamante, arbitradas em R$ 2.578,30, calculadas sobre valor atribuído à causa, das quais fica dispensada por ser beneficiária da justiça gratuita. Intimem-se as partes. Nada mais.

PROCESSO: **00364-2008-013-10-00-7 (0075)**
RECLAMANTE Lanne Evelyn Nunes Almeida
ADVOGADO: SIMONE DE SOUSA TORRES
RECLAMADO Mari e Ana Restaurante Ltda. - EPP
ADVOGADO: ANTONIO LUIZ SAGRILO COSTENARO

Despacho de f.147: CTPS à contracapa dos autos. Intime-se o reclamante ao recebimento, prazo de 5(cinco) dias.

PROCESSO: **00369-2008-013-10-00-0 (0076)**
RECLAMANTE Vanessa Gonçalves Kamimura
ADVOGADO: DENISE APARECIDA RODRIGUES P DE OLIVEIRA
RECLAMADO Fredson Coiffeur Est. e Com. de Cosm. Ltda.
ADVOGADO: MARIA CLAUDINEA SOBRINHO

Decisão de fs.152/153: (...) - PressupostosextrínsecosOs Embargos de Declaração opostos são tempestivos e com representação processual regular. Deles conheço, portanto. 2 - Do Mérito A respeito das Convenções Coletivas juntadas com a petição inicial, assim fundamentou a sentença, verbis: "Nada a decidir a respeito das convenções coletivas juntas com a petição inicial, porquanto sequer mencionadas como causa de pedir da presente reclamação" (fls. 143). Ao contrário do que alega a embargante, em sua defesa não há menção a qualquer convenção coletiva e, a se referir ao desconto de 33% em sua contestação, cogitava a embargante do contrato de locação de cadeira, conforme é possível perceber pela simples leitura da contestação (fls. 52/54), cujo tópico é intitulado "I - Do Contrato de Locação de Cadeira" (fls. 52). REJEITO os Embargos de Declaração. Ante o exposto, REJEITO os Embargos de Declaração. Intimem-se as partes.

PROCESSO: **00407-2008-013-10-00-4 (0077)**
RECLAMANTE Eduardo Marco Pereira
ADVOGADO: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
RECLAMADO Instituto Candango de Solidariedade - ICS
RECLAMADO Companhia Urbanizadora Nova Capital - NOVACAP
ADVOGADO: SERGIO CUPERTINO MARQUES

Decisão de fs.101/118: (...) Razões e fundamentos pelos quais julgo PROCEDENTE EM PARTE o pleito exordial para condenar o primeiro reclamado, INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE, a pagar aos reclamantes, EDUARDO MARCO PEREIRA, EDITH REGINA DE MENDES, EDVALDO FERREIRA PEREIRA, ELIACY BERTO DOS SANTOS, ELIENE GONZAGA VIEIRA e EXPEDITO DIAS PAES, transitada em julgado esta decisão e no quanto em regular execução se apurar, os títulos deferidos na fundamentação supra, que doravante passam a fazer parte integrante deste dispositivo. Benefícios da Justiça Gratuita deferidos aos reclamantes. Honorários assistenciais, na razão de 10% sobre o valor da condenação, arcará também a reclamada. Liquidação por cálculos. Atualizações, juros, recolhimentos tributários e contribuições previdenciárias, como de lei, sendo que, em relação a estas, e sobre as parcelas de naturezas salariais objeto do condeno, a Reclamada, tão logo o trânsito em julgado, deverá proceder ao recolhimento do percentual previsto no art. 22, da Lei nº 8.212/91, observando-se o seu devido enquadramento, aplicando-se ao Autor o limite do art. 20, da mesma lei, devendo a liquidação abranger também o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, cotas do empregado e do empregador. (art. 879, § 1º-A, da CLT; art. 46, da Lei nº 8.541, de 23.Dez.92, e art. 28, da Lei nº 10.833, de 29.Dez.2003). A contribuição previdenciária devida do(a) empregado(a) será calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, do Decreto n º 3.048/99, observado o limite máximo do salário de contribuição. (art. 276, § 4º, do Decreto nº 3.048/99). O recolhimento das contribuições previdenciárias devidas será comprovado nos autos. Custas a serem arcadas pelas Reclamadas, e recolhidas aos cofres da União, no importe de R$ 10,00, calculadas sobre R$ 500,00, valor arbitrado à condenação, dispensadas na forma da lei. Intimem-se as partes, por seus procuradores, podendo a intimação ser efetuada inclusive em Secretaria.

PROCESSO: **00422-2008-013-10-00-2 (0078)**
RECLAMANTE Amanda Gomes Mariano
ADVOGADO: LUIZ CARLOS MARTINS
RECLAMADO Comercial de Alimentos Irmãos Ferreiras Ltda.
ADVOGADO: CESAR ODAIR WELZEL

Decisão de fs.118/122: (...) Isto posto, decide a 13 VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF julgar IMPROCEDENTE o pedido contido na AÇÃO TRABALHISTA ajuizada por AMANDA GOMES MARIANO em face de COMERCIAL DE ALIMENTOS IRMÃOS FERREIRA LTDA, conforme fundamentação supra. Custas pela parte autora no importe de R$ 1.800,00, calculadas sobre o valor da causa de R$ 90.000,00. Intimem-se as partes.

PROCESSO: **00449-2008-013-10-00-5 (0079)**
RECLAMANTE Edvaldo Inácio da Silva
ADVOGADO: FILADELFO PAULINO DA SILVA
RECLAMADO Viação Planeta Ltda.
ADVOGADO: MARCUS RUPERTO SOUZA DAS CHAGAS

Despacho de fl.143:Após a entrega do laudo pericial, intimem-se, com urgência, as partes para que em prazo sucessivo de 5 dias, a começar pelo reclamante, apresentem manifestação a respeito da prova produzida. Juiz do Trabalho RUBENS CORBO

PROCESSO: **00461-2008-013-10-00-0 (0080)**
RECLAMANTE Maria Doroilsa Nascimento Costa
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
RECLAMADO Antares Engenharia Ltda.
ADVOGADO: PEDRO MARTINS FILHO

Decisão de fs.72/73: (...) ACOLHO os Embargos de Declaração opostos pela reclamante para, sanando a omissão, conceder-lhes efeito modificativo, a fim de incluir na parte dispositiva a condenação da reclamada no importe de 15% sobre o crédito que for apurado em favor da reclamante, de acordo com os termos da fundamentação do item 1.4 da sentença embargada. Intimem-se as partes.

PROCESSO: **00463-2008-013-10-00-9 (0081)**
RECLAMANTE Flávio Galúcio de Andrade
ADVOGADO: WESLEN COSTA DA SILVA
RECLAMADO Banco do Brasil S.A.
ADVOGADO: BRUNO NASCIMENTO COELHO

Decisão de fs.780/794: (...) Razões e fundamentos pelos quais julgo PROCEDENTE o pleito exordial, para condenar o reclamado a pagar ao reclamante, transitada esta em julgado e no quanto em liquidação se apurar, as parcelas deferidas na fundamentação retro, que doravante passam a fazer parte integrante deste dispositivo. Liquidação por cálculos. Atualizações, juros, recolhimentos tributários e contribuições previdenciárias, como de lei, sendo que, em relação a estas, e sobre as parcelas de naturezas salariais objeto do condeno, a Reclamada, tão logo o trânsito em julgado, deverá proceder ao recolhimento do percentual previsto no art. 22, da Lei nº 8.212/91, observando-se o seu devido enquadramento, aplicando-se ao Autor o limite do art. 20, da mesma lei, devendo a liquidação abranger também o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, cotas do empregado e do empregador. (art. 879, § 1º-A, da CLT; art. 46, da Lei nº 8.541, de 23.Dez.92, e art. 28, da Lei nº 10.833, de 29.Dez.2003). A contribuição previdenciária devida do(a) empregado(a) será calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, do Decreto n º 3.048/99, observado o limite máximo do salário de contribuição. (art. 276, § 4º, do Decreto nº 3.048/99). O recolhimento das contribuições previdenciárias devidas será comprovado nos autos. Custas a serem arcadas pelo Reclamado, e recolhidas aos cofres da União, no importe de R$ 400,00, calculadas sobre R$ 20.000,00, valor arbitrado à condenação. Intimem-se as partes, por seus procuradores, podendo a intimação ser efetuada inclusive em Secretaria.

PROCESSO: **00472-2008-013-10-00-0 (0082)**
RECLAMANTE Adriana de Jesus Gualberto
ADVOGADO: SILVIO CIRILO DA SILVA
RECLAMADO Brf Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda.

Decisão de fs.81/82: (...) Diante do exposto, não conheço dos Embargos opostos pela reclamada. Intimem-se as partes.

PROCESSO: **00484-2008-013-10-00-4 (0083)**
RECLAMANTE Edvaldo do Nascimento Neves
ADVOGADO: ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECLAMADO Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do DF
ADVOGADO: HORACIO EDUARDO GOMES VALE

Despacho de f.303: Visto, etc. Tendo em vista a certidão supra, denego seguimento ao recurso interposto pela reclamada às fls.277/296 por intempestivo. Intimem-se as partes.

PROCESSO: **00488-2008-013-10-00-2 (0084)**
RECLAMANTE Rosilene Pereira Vieria
ADVOGADO: PEDRO DE ALMEIDA PINHEIRO BASTOS
RECLAMADO Maria Divina
ADVOGADO: AURELIANO CURCINO DOS SANTOS

Decisão de fs.35/37: (...) F U N D A M E N T O S pelos quais julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial para condenar TEEC TOUR TRANSPORTE ESCOLAR E TURISMO DO CRUZEIRO LTDA - ME (TEEC TOUR), ao adimplemento das obrigações de dar e fazer acima deferidas em favor de PAULO HENRIQUE STORTI DE OLIVEIRA, no prazo de 5 (cinco) dias do trânsito em julgado, conforme termos da fundamentação supra, cujo teor passa a integrar o presente dispositivo. Liquidação por cálculos. A atualização monetária deverá incidir a partir do vencimento de cada parcela objeto da condenação, na forma da lei. Juros de mora de 1% ao mês. Termo inicial contado da data de propositura da ação (art. 883 da CLT) com incidência sobre a condenação já corrigida (súmula 200 do c. TST). Em atenção ao disposto no art. 832, § 3º da CLT, declaro que as parcelas deferidas a título de horas extras habituais e reflexos sobre gratificação natalina detém natureza salarial e estão sujeitas à incidência previdenciária. O recolhimento previdenciário é de responsabilidade das reclamadas, nos termos da súmula 368, II do c. TST, facultada a retenção da cota-parte do reclamante. A ausência de comprovação acarretará a execução de ofício. Descontos fiscais nos termos da legislação vigente (lei nº 8.541/1992, art. 46 e Provimento CGJT/TST nº03/2005), cujos recolhimentos deverão ser tempestivamente comprovados nos autos. No silêncio, oficie-se à Receita Federal. Oficie-se à PGF (IRRF) e à Procuradoria Federal Especializada do INSS (lei n. 11.457/2007 e Portaria Conjunta PGF/PGFN 433/2007). Custas pela reclamada, no importe de R$ 65,54, calculadas sobre o valor da condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 3.277,00 (já deduzido o valor recebido no TRCT de fl. 37).

PROCESSO: **00501-2008-013-10-00-3 (0085)**
RECLAMANTE Regina dos Santos Veras
ADVOGADO: FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE
RECLAMADO Marlene Libardoni
ADVOGADO: ANA FLAVIA TORRES COSTA E SILVA COUTO

Despacho de f.17: Vistos os autos. Intime-se a reclamante a informar o nº do seu PIS PASEP ou de sua inscrição no INSS, em cinco dias.

PROCESSO: **00505-2008-013-10-00-1 (0086)**
RECLAMANTE Adilson Laurentino
ADVOGADO: MARCELO ALESSANDRO DA SILVA
RECLAMADO Instituto Candango da Solidariedade - ICS
RECLAMADO Distrito Federal - DF

Despacho de f.63: Vista aos recorridos, reclamante e 1º reclamado, para querendo, oferecer contrariedades ao recurso interposto pelo 2º reclamado, prazo legal.

PROCESSO: **00523-2008-013-10-00-3 (0087)**
RECLAMANTE David João do Nascimento
ADVOGADO: JONAS DUARTE JOSE DA SILVA
RECLAMADO LIfe Defense Segurança Ltda.
ADVOGADO: ROSELI DIAS VALENTIM

Decisão de fs.134/141: (...) Razões e fundamentos pelos quais julgo EXTINTO O PROCESSO, COM JULGAMENTO DO MÉRITO, em face das pretensões anteriores a 21/05/03, nos termo do art. 269, IV, do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho, ante o permissivo do art. 769, da CLT, e, no mais, PROCEDENTE EM PARTE o pleito exordial, para condenar a reclamada a pagar ao reclamante, transitada esta em julgado e no quanto em liquidação se apurar, as parcelas deferidas na fundamentação retro, que doravante passam a fazer parte integrante deste dispositivo, bem como concedo ao Autor os benefícios da justiça gratuita. Liquidação por cálculos. Atualizações, juros, recolhimentos tributários e contribuições previdenciárias, como de lei, sendo que, em relação a estas, e sobre as parcelas de naturezas salariais objeto do condeno, a Reclamada, tão logo o trânsito em julgado, deverá proceder ao recolhimento do percentual previsto no art. 22, da Lei nº 8.212/91, observando-se o seu devido enquadramento, aplicando-se ao Autor o limite do art. 20, da mesma lei, devendo a liquidação abranger também o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, cotas do empregado e do empregador. (art. 879, § 1º-A, da CLT; art. 46, da Lei nº 8.541, de 23.Dez.92, e art. 28, da Lei nº 10.833, de 29.Dez.2003). A contribuição previdenciária devida do(a) empregado(a) será calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, do Decreto n º 3.048/99, observado o limite máximo do salário de contribuição. (art. 276, § 4º, do Decreto nº 3.048/99). O recolhimento das contribuições previdenciárias devidas será comprovado nos autos. Custas a serem arcadas pelas Reclamadas, e recolhidas aos cofres da União, no importe de R$150,00, calculadas sobre R$7.500,00, valor arbitrado à condenação, podendo a 2ª Reclamada recolher sua parte ao final. Intimem-se as partes, por seus procuradores, podendo a intimação ser efetuada inclusive em Secretaria.

PROCESSO: **00544-2008-013-10-00-9 (0088)**
RECLAMANTE Valdeck dos Santos Andrade
ADVOGADO: CIRENE ESTRELA
RECLAMADO Lock Maq

Decisão de fs.18/21: (...) Razões e fundamentos pelos quais julgo PROCEDENTE EM PARTE o pleito exordial, condenar a reclamada a pagar ao reclamante, transitada esta em julgado e no quanto em liquidação se apurar, as parcelas deferidas na fundamentação retro, que doravante passam a fazer parte integrante deste dispositivo, bem como concedo ao Autor os benefícios da justiça gratuita. Liquidação

por cálculos. Atualizações, juros, recolhimentos tributários e contribuições previdenciárias, como de lei, sendo que, em relação a estas, e sobre as parcelas de naturezas salariais objeto do condeno, a Reclamada, tão logo o trânsito em julgado, deverá proceder ao recolhimento do percentual previsto no art. 22, da Lei nº 8.212/91, observando-se o seu devido enquadramento, aplicando-se ao Autor o limite do art. 20, da mesma lei, devendo a liquidação abranger também o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, cotas do empregado e do empregador. (art. 879, § 1º-A, da CLT; art. 46, da Lei nº 8.541, de 23.Dez.92, e art. 28, da Lei nº 10.833, de 29.Dez.2003). A contribuição previdenciária devida do(a) empregado(a) será calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, do Decreto n º 3.048/99, observado o limite máximo do salário de contribuição. (art. 276, § 4º, do Decreto nº 3.048/99). O recolhimento das contribuições previdenciárias devidas será comprovado nos autos. Custas a serem arcadas pela Reclamada, e recolhidas aos cofres da União, no importe de R$ 160,00, calculadas sobre R$ 8.000,00, valor arbitrado à condenação. Intimem-se as partes, por seus procuradores, podendo a intimação ser efetuada inclusive em Secretaria.

PROCESSO: **00551-2008-013-10-00-0 (0089)**
RECLAMANTE Maria Aurilene Alves Carvalho
ADVOGADO: ANTONIO LEONEL DE ALMEIDA CAMPOS
RECLAMADO Luciano André de Souza Rodrigues

Despacho de f.19: Vistos, etc. Nos termos da 2ª parte do inciso II, do art. 852-B, da CLT, com redação dada pela Lei nº 9.957/2000, no procedimento sumaríssimo ao autor incumbe fornecer a correta indicação do nome e o endereço do Reclamado (g.n). Conforme o § 1º do citado art. 852 - B, da CLT, o não atendimento do disposto no inciso II importará no arquivamento da reclamação. No caso dos autos, não tendo o autor indicado o correto endereço do Reclamado, determinou o MM. Juiz Titular o ARQUIVAMENTO dos autos, na forma do § 1º do art. 852 - B, da CLT. Custas pelo(s) reclamante(s) no importe de R$ 140,00, calculadas sobre R$ 7.000,00, dispensadas conforme requerido às fls. 07. Deferido o desentranhamento dos documentos de fls.08 sendo a procuração e a declaração de hipossuficiência mediante traslado. Arquivem-se os autos.

PROCESSO: **00554-2008-013-10-00-4 (0090)**
RECLAMANTE Leandro da Hora Miranda
ADVOGADO: ANA PAULA SILVA MIRANDA
RECLAMADO Linknet Tecnologia e Telecomunicações Ltda. - DF
ADVOGADO: WALDIR RAMOS DA SILVA

Decisão de fs.154/157:(...) Razões e fundamentos pelos quais julgo PROCEDENTE EM PARTE o pleito exordial, para condenar a reclamada a pagar ao reclamante, transitada esta em julgado e no quanto em liquidação se apurar, as parcelas deferidas na fundamentação retro, que doravante passam a fazer parte integrante deste dispositivo, bem como concedo ao Autor os benefícios da justiça gratuita. Liquidação por cálculos. Atualizações, juros, recolhimentos tributários e contribuições previdenciárias, como de lei, sendo que, em relação a estas, e sobre as parcelas de naturezas salariais objeto do condeno, a Reclamada, tão logo o trânsito em julgado, deverá proceder ao recolhimento do percentual previsto no art. 22, da Lei nº 8.212/91, observando-se o seu devido enquadramento, aplicando-se ao Autor o limite do art. 20, da mesma lei, devendo a liquidação abranger também o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, cotas do empregado e do empregador. (art. 879, § 1º-A, da CLT; art. 46, da Lei nº 8.541, de 23.Dez.92, e art. 28, da Lei nº 10.833, de 29.Dez.2003). A contribuição previdenciária devida do(a) empregado(a) será calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, do Decreto n º 3.048/99, observado o limite máximo do salário de contribuição. (art. 276, § 4º, do Decreto nº 3.048/99). O recolhimento das contribuições previdenciárias devidas será comprovado nos autos. Custas a serem arcadas pelas Reclamadas, e recolhidas aos cofres da União, no importe de R$ 380,00, calculadas sobre R$ 19.000,00, valor arbitrado à condenação. Intimem-se as partes, por seus procuradores, podendo a intimação ser efetuada inclusive em Secretaria.

PROCESSO: **00559-2008-013-10-00-7 (0091)**
RECLAMANTE Vilmar Eustáquio Carvalho Porto
ADVOGADO: CLAUDIA CRISTINA NUNES NOBREGA
RECLAMADO Locbrás - Locadora de Ferramentas Elétricas Ltda.
ADVOGADO: CRISTIANO CAMPOS K. SANTANA

Decisão de fs.111/117: (...) Por todo o exposto, na reclamatória trabalhista que VILMAR EUSTÁQUIO CARVALHO PORTO move em face de LOCBRÁS - LOCADORA DE FERRAMENTAS ELÉTRICAS LTDA. (Processo 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF nº 559/08), DECIDO julgar IMPROCEDENTES todos os pleitos formulados na exordial, na forma da fundamentação supra, a qual passa a integrar o presente dispositivo, como se nele estivesse transcrita. Custas processuais, pelo autor, no importe de R$ 1.200,00, calculadas sobre R$ 60.000,00, valor da causa, isento por ser beneficiário da justiça gratuita. Intimem-se as partes.

PROCESSO: **00566-2008-013-10-00-9 (0092)**
RECLAMANTE Adolpho Teixeira de Menezes Ferreira
ADVOGADO: BENEDITO SILVIO PALMA MASSELI
RECLAMADO Cemop - Centro de Estudos de Mercado e Opinião Pública Ltda.
ADVOGADO: PAULO SAVIO CUNHA GUIMARAES
RECLAMADO Real Marketing

Despacho de f.107: Não houve previsão na ata de fls.101/102 para a liberação das guias do TRC e SD. Quanto à CTPS, aguarde-se o cumprimento do despacho de fl.105. Intime-se o reclamante.

PROCESSO: **00569-2008-013-10-00-2 (0093)**
RECLAMANTE Rosiene dos Santos Ribeiro
ADVOGADO: FERNANDO LUIS RUSSOMANO OTERO VILLAR
RECLAMADO Rúbia Torres de Oliveira

Decisão de f.27/29: Pelo exposto, nos termos da fundamentação supra que integro a esse dispositivo como se nele estivesse transcrita, julgo PROCEDENTES EM PARTE, os pedidos formulados na Reclamação Trabalhista nº 0569-2008 - 13ª Vara, proposta por ROSIENE DOS SANTOS RIBEIRO em face de RÚBIA TORRES DE OLIVEIRA, condenando-se a reclamada a pagar à autora, em 48 horas, as seguintes parcelas: a) saldo de salários 12 dias - R$ 201,03;b) indenização de férias proporcionais - R$ 390,89; c) gratificação natalina proporcional - 83,76; d) indenização do aviso prévio - R$502,57. Os valores estão apurados por simples cálculos e constam de planilha anexa, que integro a esta sentença como parte integrante. Incidirão juros a contar do ajuizamento, em 1% ao mês, de forma simples, e correção monetária desde a violação do direito, na forma do artigo 39 da Lei 8177/91 e Súmulas 200 e 381 do Colendo TST.As parcelas saldo de salários, aviso prévio e gratificação natalina deferidas têm natureza salarial e apenas sobre elas incidirão as contribuições fiscais ou previdenciárias. A contribuição previdenciária devida nos autos importa em R$ 84,44 e a cota da reclamante é de R$ 21,78. Deferem-se os benefícios da justiça gratuita à reclamante. Custas, pela reclamada, no importe de R$25,04(vinte e cinco reais e quatro centavos), calculadas sobre R$1.252,67 (mil, duzentos e cinqüenta e dois reais e sessenta e sete centavos), valor provisoriamente arbitrado à condenação, nos termos do artigo 789 da CLT. Para adequação da pauta, o julgamento foi antecipado para esta data e hora. Intimem-se as partes, sendo a reclamada por mandado.

PROCESSO: **00570-2008-013-10-00-7 (0094)**
RECLAMANTE Edmara Firmino de Paula
ADVOGADO: GERALDO MARCONE PEREIRA
RECLAMADO Teleperformance CRM S.A.
ADVOGADO: EDUARDO VALDERRAMAS FILHO

Decisão de fs.198/202: (...) Razões e fundamentos pelos quais julgo PROCEDENTE EM PARTE o pleito exordial, para condenar a reclamada a pagar ao reclamante, transitada esta em julgado e no quanto em liquidação se apurar, as parcelas deferidas na fundamentação retro, que doravante passam a fazer parte integrante deste dispositivo, bem como concedo ao Autor os benefícios da justiça gratuita. Liquidação por cálculos. Atualizações, juros, recolhimentos tributários e contribuições previdenciárias, como de lei, sendo que, em relação a estas, e sobre as parcelas de naturezas salariais objeto do condeno, a Reclamada, tão logo o trânsito em julgado, deverá proceder ao recolhimento do percentual previsto no art. 22, da Lei nº 8.212/91, observando-se o seu devido enquadramento, aplicando-se ao Autor o limite do art. 20, da mesma lei, devendo a liquidação abranger também o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, cotas do empregado e do empregador. (art. 879, § 1º-A, da CLT; art. 46, da Lei nº 8.541, de 23.Dez.92, e art. 28, da Lei nº 10.833, de 29.Dez.2003). A contribuição previdenciária devida do(a) empregado(a) será calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, do Decreto n º 3.048/99, observado o limite máximo do salário de contribuição. (art. 276, § 4º, do Decreto nº 3.048/99). O recolhimento das contribuições previdenciárias devidas será comprovado nos autos. Custas a serem arcadas pela Reclamadas, e recolhidas aos cofres da União, no importe de R$ 200,00, calculadas sobre R$ 10.000,00, valor arbitrado à condenação. Intimem-se as partes, por seus procuradores, podendo a intimação ser efetuada inclusive em Secretaria.

PROCESSO: **00574-2008-013-10-00-5 (0095)**
RECLAMANTE Julia Maria Moraes de Sousa
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Companhia de Saneamento do Distrito Federal - Caesb
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO LEONCIO LOPES

Despacho de f.264: Vista ao recorrido/reclamante para, querendo, oferecer contrariedades ao recurso ordinário, interposto, prazo legal. Intime-se.

PROCESSO: **00576-2008-013-10-00-4 (0096)**
RECLAMANTE Epitácio Alves Dos Santos Filho
ADVOGADO: SEBASTIÃO MORAES CUNHA
RECLAMADO Caixa Econômica Federal - CEF
ADVOGADO: ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA

Despacho de f.573: Vista ao recorrido/reclamado para, querendo, oferecer contrariedades ao recurso ordinário interposto. Prazo legal. Intime-se.

PROCESSO: **00584-2008-013-10-00-0 (0097)**
RECLAMANTE Fábio Garcia de Oliveira
ADVOGADO: RENILDA DA COSTA XAVIER
RECLAMADO Sata Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S. A.
ADVOGADO: RICARDO VICENTE CORREA DE OLIVEIRA

Decisão de fs.163/165: (...) Razões e fundamentos pelos quais julgo PROCEDENTE o pleito vestibular, para condenar a reclamada a pagar ao reclamante, transitada esta em julgado e no quanto em liquidação se apurar, as parcelas deferidas na fundamentação retro, que doravante passam a fazer parte integrante deste dispositivo, bem como concedo ao Autor os benefícios da justiça gratuita. Liquidação por cálculos. Atualizações, juros, recolhimentos tributários e contribuições previdenciárias, como de lei, sendo que, em relação a estas, e sobre as parcelas de naturezas salariais objeto do condeno, a Reclamada, tão logo o trânsito em julgado, deverá proceder ao recolhimento do percentual previsto no art. 22, da Lei nº 8.212/91, observando-se o seu devido enquadramento, aplicando-se ao Autor o limite do art. 20, da mesma lei, devendo a liquidação abranger também o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, cotas do empregado e do empregador. (art. 879, § 1º-A, da CLT; art. 46, da Lei nº 8.541, de 23.Dez.92, e art. 28, da Lei nº 10.833, de 29.Dez.2003).A contribuição previdenciária devida do(a) empregado(a) será calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, do Decreto n º 3.048/99, observado o limite máximo do salário de contribuição. (art. 276, § 4º, do Decreto nº 3.048/99). O recolhimento das contribuições previdenciárias devidas será comprovado nos autos. Custas a serem arcadas pelas Reclamadas, e recolhidas aos cofres da União, no importe de R$ 200,00, calculadas sobre R$ 10.000,00, valor arbitrado à condenação. Intimem-se as partes, por seus procuradores, podendo a intimação ser efetuada inclusive em Secretaria.

PROCESSO: **00657-2008-013-10-00-4 (0098)**
RECLAMANTE Alexandre Nunes Santiago
ADVOGADO: ASDRUBAL NASCIMENTO LIMA JUNIOR
RECLAMADO ADM 9 Tecnologia

Decisão de f.23: (...) Diante da ausência injustificada das partes, decide-se ARQUIVAR a presente reclamação (CLT, art. 844).Fica autorizado o desentranhamento dos documentos de fls. 08/16, sendo a procuração e a declaração de pobreza mediante cópia. Custas pelo(a) reclamante no importe de R$ 148,96, calculadas sobre R$ 7.448,00, dispensadas na forma da lei. Intime-se o(a) reclamante, por seu procurador.

PROCESSO: **00707-2008-013-10-00-3 (0099)**
RECLAMANTE José Fereira Neto
ADVOGADO: JOSE MENDES DA SILVA NETO
RECLAMADO Planer Sistema e Consultoria Ltda.

Fls.(27). A audiência relativa a esta reclamatória foi designada para o dia 31/7/2008, às 14:10 horas. Haverá o fracionamento da audiência,com designação específica de pauta para instrução e julgamento, não havendo, pois, necessidade de omparecimento de testemunhas na audiência inicial ora designada. Na impossibilidade de comparecimento espontâneo de testemunhas para a audiência de instrução, o respectivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial, sob pena de preclusão.

PROCESSO: **00708-2008-013-10-00-8 (0100)**
RECLAMANTE Gustavo Augemar Neto
ADVOGADO: SERGIO LUIZ DOS SANTOS
RECLAMADO Zara Brasil Ltda.

Fls.49). A audiência relativa a esta reclamatória foi designada para o dia 24/7/2008, às 14:05 horas. Haverá o fracionamento da audiência,com designação específica de pauta para instrução e julgamento, não havendo, pois, necessidade de omparecimento de testemunhas na audiência inicial ora designada. Na impossibilidade de comparecimento espontâneo de testemunhas para a audiência de instrução, o respectivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial, sob pena de preclusão.

PROCESSO: **00709-2008-013-10-00-2 (0101)**
RECLAMANTE Paulo Henrique Lima da Silva
ADVOGADO: CELIA MARIA REGIS VALENTE
RECLAMADO Fiança Empresa de Segurança Ltda.

Fls.16). A audiência relativa a esta reclamatória foi designada para o dia 24/7/2008, às 14:00 horas. Haverá o fracionamento da audiência,com designação específica de pauta para instrução e julgamento, não havendo, pois, necessidade de omparecimento de testemunhas na audiência inicial ora designada. Na impossibilidade de comparecimento espontâneo de testemunhas para a audiência de instrução, o respectivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial, sob pena de preclusão.

PROCESSO: **00710-2008-013-10-00-7 (0102)**
RECLAMANTE Jose de Ribamar Fontenele
ADVOGADO: ANDERSON LOURENCO DE OLIVEIRA
RECLAMADO Real Engenharia Ltda.
RECLAMADO V&R Reformas e Pinturas Ltda.

Fls.09). A audiência relativa a esta reclamatória foi designada para o dia 24/7/2008, às 13:55 horas. Haverá o fracionamento da audiência,com designação específica de pauta para instrução e julgamento, não havendo, pois, necessidade de omparecimento de testemunhas na audiência inicial ora designada. Na impossibilidade de comparecimento espontâneo de testemunhas para a audiência de instrução, o respectivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial, sob pena de preclusão.

PROCESSO: **00716-2008-013-10-00-4 (0103)**
RECLAMANTE Julio Cesar Bento Alves
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Cores e Formas Móveis e Decorações Ltda. ME

Fls.105). A audiência relativa a esta reclamatória foi designada para o dia 25/7/2008, às 9:00 horas. Haverá o fracionamento da audiência,com designação específica de pauta para instrução e julgamento, não havendo, pois, necessidade de omparecimento de testemunhas na audiência inicial ora designada. Na impossibilidade de comparecimento espontâneo de testemunhas para a audiência de instrução, o respectivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial, sob pena de preclusão.

PROCESSO: **00717-2008-013-10-00-9 (0104)**
RECLAMANTE Devair Modesto
ADVOGADO: HITOSHI ITO
RECLAMADO Condominio Rural Residencia Recanto Real

Fls.106). A audiência relativa a esta reclamatória foidesignada para o dia 25/7/2008, às 9:05 horas. Haverá ofracionamento da audiência,com designação específica de pauta parainstrução e julgamento, não havendo, pois, necessidade deomparecimento de testemunhas na audiência inicial ora designada. Naimpossibilidade de comparecimento espontâneo de testemunhas para aaudiência de instrução, o respectivo rol deverá ser apresentado naaudiência inicial, sob pena de preclusão.

ÍNDICE

Advogado: ADELVAIR PEGO CORDEIRO **7462/DF** (0050)
Advogado: ADRIANO PEIXOTO FRANCO **19747/DF** (0038)
Advogado: ALANCARDE FERREIRA DE ALMEIDA **12464/DF** (0057)
Advogado: ALCESTE VILELA JUNIOR **10609/DF** (0026)
Advogado: ALDEISE DE SOUSA E SILVA FIGUEIREDO **20237/O/DF** (0072)
Advogado: ALDENEI DE SOUZA E SILVA **4041/DF** (0052)
Advogado: ALDO FRANCISCO ZAGO **8476/DF** (0049)
Advogado: ALEXANDRE STROHMEYER GOMES **08535/O/DF** (0059)
Advogado: ANA CLÁUDIA DA SILVA **17419/GO** (0074)
Advogado: ANA FLAVIA TORRES COSTA E SILVA COUTO **23458/O/DF** (0085)
Advogado: ANA MARIA RIBAS MAGNO **1224/DF** (0030)
Advogado: ANA PAULA SILVA MIRANDA **10952/O/DF** (0090)
Advogado: ANALVA MOREIRA RAMOS **24002/O/DF** (0066) (0070)
Advogado: ANDERSON LOURENCO DE OLIVEIRA **08316/O/DF** (0102)
Advogado: ANGELA SORAIA AMORAS COLLARES **17506/DF** (0054)
Advogado: ANTONIO AUGUSTO ALCKMIN NOGUEIRA **12958/DF** (0004) (0005)
Advogado: ANTONIO AUGUSTO ALCKMIN NOGUEIRA **12958/O/DF** (0004)
Advogado: ANTONIO LEONEL DE A. CAMPOS **3529/DF** (0006)
Advogado: ANTONIO LEONEL DE ALMEIDA CAMPOS **03529/O/DF** (0089)
Advogado: ANTONIO LUIZ SAGRILO COSTENARO **14380/O/DF** (0075)
Advogado: ANTONIO MARQUES DE ANDRADE **06263/O/DF** (0061) (0063) (0064)
Advogado: ANTONIO MARQUES DE ANDRADE **6263/DF** (0009) (0023) (0035)
Advogado: ASDRUBAL NASCIMENTO LIMA JUNIOR **12873/O/DF** (0098)
Advogado: AUREA FELICIANA PINHEIRO MARTINS **11464/DF** (0058)
Advogado: AURELIANO CURCINO DOS SANTOS **08140/O/DF** (0084)
Advogado: AUTEMIDIO ANSELMO JULIAO **09411/O/DF** (0022)
Advogado: BENEDITO SILVIO PALMA MASSELI **22726/T/DF** (0092)
Advogado: BRUNO NASCIMENTO COELHO **21811/O/DF** (0081)
Advogado: CARLA SOARES VICENTE **1996-A/DF** (0032)
Advogado: CARLITA ROCHA BRITO **01687/O/DF** (0072)
Advogado: CARLOS AUGUSTO LEONCIO LOPES **13181/O/DF** (0095)
Advogado: CARMEN PLA PUJADES DE AVILA **08786/O/DF** (0065)
Advogado: CARMEN SOARES MARTINS JANCOSKI **7165/DF** (0024)
Advogado: CELIA MARIA REGIS VALENTE **12180/DF** (0002)
Advogado: CELIA MARIA REGIS VALENTE **12180/O/DF** (0101)
Advogado: CESAR GUIMARAES FARIA **19202/DF** (0051)
Advogado: CESAR ODAIR WELZEL **16414/T/DF** (0078)
Advogado: CICERO FRANCISCO DE OLIVEIRA **491/DF** (0046)
Advogado: CIRENE ESTRELA **15338/T/DF** (0088)
Advogado: CLAUDIA CRISTINA NUNES NOBREGA **10859/O/DF** (0091)
Advogado: CLOVIS POLO MARTINEZ **12701/DF** (0027)
Advogado: CRISTIANO CAMPOS K. SANTANA **84396/MG** (0091)
Advogado: DENISE APARECIDA RODRIGUES P DE OLIVEIRA **08043/O/DF** (0076)
Advogado: DJALMA N. DOS SANTOS FILHO **4604/DF** (0028)
Advogado: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO **04604/O/DF** (0077)
Advogado: DR. JOÃO GOMES DE OLIVEIRA **45057/SP** (0045)
Advogado: EDUARDO ANTONIO DORIA DE CARVALHO **27000/O/DF** (0061)
Advogado: EDUARDO VALDERRAMAS FILHO **19653/GO** (0094)
Advogado: ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA **17348/O/DF** (0096)
Advogado: ELIZIO ROCHA JUNIOR **11741/O/DF** (0060)
Advogado: ELTON TOMAZ DE MAGALHAES **19437/DF** (0033)
Advogado: ERCILIA ALESSANDRA STECKELBERG **20518/DF** (0050)
Advogado: ESTEVAO RAMOS MUNIZ **15581/DF** (0011)
Advogado: FELIPE DE SOUSA SASAKI **23743/DF** (0019)
Advogado: FERNANDA ROCHA SOUZA **72960/MG** (0042)
Advogado: FERNANDO LUIS RUSSOMANO OTERO VILLAR **14559/O/DF** (0093)
Advogado: FILADELFO PAULINO DA SILVA **09429/O/DF** (0079)
Advogado: FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE **02300/O/DF** (0085)
Advogado: FRANCISCA AIRES L.LEITE **2300/DF** (0014)
Advogado: FRANCISCO PEREIRA SERPA **07437/O/DF** (0065)
Advogado: FRANCISCO PEREIRA SERPA **7437/DF** (0021) (0041) (0056)
Advogado: FULVIO LEONE DE ARRUDA CHAVES **19360/O/DF** (0016)
Advogado: GABRIELA OSORIO DE CARVALHO ARRUDA **19607/DF** (0026)
Advogado: GERALDO MARCONE PEREIRA **14038/T/DF** (0094)
Advogado: GETULIO HUMBERTO BARBOSA DE SA **12244/DF** (0047)
Advogado: GILBERTO CLAUDIO HOERLLE **05166/O/DF** (0062)
Advogado: GILBERTO GONZAGA **7200/DF** (0059)
Advogado: GILSON FERNANDES VASCONCELLOS **3055/DF** (0029)
Advogado: GILSON MOREIRA DA SILVA **9610/DF** (0034)
Advogado: GISELLE ESTEVES FLEURY **11420/O/DF** (0062)
Advogado: GLAICON CORTES BARBOSA **21399/DF** (0052)
Advogado: GUSTAVO PEREIRA MENDES **84262/MG** (0067)
Advogado: GUY FURTADO DE ANDRADE **9306/DF** (0007)
Advogado: HEITOR FRANCISCO GOMES COELHO **02599/O/DF** (0068)
Advogado: HITOSHI ITO **04362/T/DF** (0104)
Advogado: HORACIO EDUARDO GOMES VALE **18092/O/DF** (0083)
Advogado: INGRID N¡GIA VIEIRA DA SILVA **13787/PB** (0003)
Advogado: ITAMAR GERALDO SILVEIRA FILHO **11839/DF** (0023)
Advogado: IVAN CARLOS TEIXEIRA COUTINHO **8925/DF** (0024)
Advogado: IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI **13505/DF** (0022)
Advogado: JAMES AUGUSTO SIQUEIRA **18065/T/DF** (0071)
Advogado: JANE MARIA DO VALE **10968/DF** (0037)
Advogado: JOAO EMILIO FALCAO COSTA NETO **9593/DF** (0003)
Advogado: JOHN CORDEIRO DA SILVA JUNIOR **17279/O/DF** (0069)
Advogado: JOMAR ALVES MORENO **5218/DF** (0017) (0036) (0045)
Advogado: JONAS DUARTE JOSE DA SILVA **06083/O/DF** (0087)
Advogado: JONAS DUARTE JOSE DA SILVA **6083/DF** (0003) (0020)
Advogado: JORGE NARA **7243/DF** (0073)
Advogado: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL **00513/O/DF** (0057)
Advogado: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL **513/DF** (0005)
Advogado: JOSE AVELARQUE DE GOIS **20686/DF** (0039)
Advogado: JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS **09004/O/DF** (0068)
Advogado: JOSE MENDES DA SILVA NETO **22558/O/DF** (0099)
Advogado: JOSE MORAES CARDOSO **19703/DF** (0051)
Advogado: JOSUE APARECIDO DE ARAUJO **22625/DF** (0038)
Advogado: JULIANA PICOLO SALAZAR COSTA **21979/A/DF** (0071)
Advogado: JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS C. COUTO **13802/DF** (0010)
Advogado: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE **08583/O/DF** (0095) (0103)
Advogado: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE **8583/DF** (0044) (0053) (0055)
Advogado: KATHE ROSA VASQUES **21471/DF** (0045)
Advogado: KATIA VIEIRA DO VALE **11737/DF** (0046)
Advogado: LEANDRO OLIVEIRA ALVES **25014/O/DF** (0060)
Advogado: LEONARDO MIRANDA SANTANA **14196/T/DF** (0067)
Advogado: LILIAN MARA FERREIRA **20689/DF** (0035)
Advogado: LOURIVAL VASQUES DA SILVA **09019/O/DF** (0056)
Advogado: LUCAS RICHARD GONCALVES **1467/DF** (0006)
Advogado: LUIZ CARLOS MARTINS **13020/O/DF** (0078)

Advogado:	LYCURGO LEITE NETO	**1530-A/DF**
(0021)		
Advogado:	MAGDA FERREIRA DE SOUZA	**8364/DF**
(0037)		
Advogado:	MANOEL NINAUT FILHO	**6995/DF**
(0012)		
Advogado:	MARCELO ALESSANDRO DA SILVA	**25851/T/DF**
(0086)		
Advogado:	MARCELO ALEXANDRE ANDRADE	**21418/DF**
(0012)		
Advogado:	MARCELO RAMOS CORREIA	**15598/DF**
(0008)		
Advogado:	MARCIA RODRIGUES DOS SANTOS	**7339/DF**
(0004)		
Advogado:	MARCIO GEOVANI DA CUNHA FERNANDES	**13361/T/DF**
(0061)		
Advogado:	MARCIO HERLEY TRIGO DE LOUREIRO	**11712/DF**
(0037)		
Advogado:	MARCUS RUPERTO SOUZA DAS CHAGAS	**12538/DF**
(0018)		
Advogado:	MARCUS RUPERTO SOUZA DAS CHAGAS	**12538/O/DF**
(0079)		
Advogado:	MARIA CLAUDINEA SOBRINHO	**22569/O/DF**
(0076)		
Advogado:	MARIA CRISTINA DE FILIPPO GANGANA	**21981/DF**
(0013)		
Advogado:	MARIA DA PENHA SARANDY	**33338/MG**
(0074)		
Advogado:	MARIA DE FATIMA A DE SOUSA	**1676/TO**
(0064)		
Advogado:	MARINA SILVA CACAO	**21331/O/DF**
(0063)		
Advogado:	MARIO THIAGO GOMES DE SA PADILHA	**22362/DF**
(0025)		
Advogado:	MARISA FREIRE BORGES	**14955/DF**
(0020)		
Advogado:	MARTHIUS SAVIO CAVALCANTE LOBATO	**1681A/DF**
(0031)		
Advogado:	MATIAS DE ARAUJO NETO	**11755/O/DF**
(0010)		
Advogado:	MAURO SEVERINO DIAS	**19450/DF**
(0029)		
Advogado:	MILENA ROSSINE	**208601/SP**
(0043)		
Advogado:	MONICA OTTONI BARBOSA	**22662/GO**
(0021)		
Advogado:	NILTON CORREIA	**1291/DF**
(0048)		
Advogado:	OSMAR LOBAO VERAS FILHO	**9725/DF**
(0016)		
Advogado:	OTONIL MESQUITA CARNEIRO	**1236/DF**
(0028)		
Advogado:	PABLICIO MONTEIRO CARDOSO	**19567/DF**
(0011) (0015)		
Advogado:	PATRICIA PINHEIRO MARTINS	**14753/O/DF**
(0071)		
Advogado:	PAULO RENAN PEREIRA LOPES	**10299/DF**
(0034)		
Advogado:	PAULO ROBERTO RIBEIRO ALVES	**10844/DF**
(0015)		
Advogado:	PAULO SAVIO CUNHA GUIMARAES	**54484/MG**
(0092)		
Advogado:	PEDRO DE ALMEIDA PINHEIRO BASTOS	**27214/O/DF**
(0084)		
Advogado:	PEDRO MARTINS FILHO	**09158/O/DF**
(0080)		
Advogado:	REGINALDO BACCI ACUNHA	**16333/O/DF**
(0047)		
Advogado:	REINALDO LEITE DE OLIVEIRA NETO	**10387/DF**
(0025)		
Advogado:	RENAULT CAMPOS LIMA	**4303/DF**
(0013)		
Advogado:	RENILDA DA COSTA XAVIER	**15141/O/DF**
(0097)		
Advogado:	RICARDO LUIZ RODRIGUES DA FONSECA PASSOS	**15523/DF**
(0043)		
Advogado:	RICARDO VICENTE CORREA DE OLIVEIRA	**10850/O/DF**
(0097)		
Advogado:	RITA HELENA PEREIRA	**07284/O/DF**
(0069)		
Advogado:	ROBERTA ROCHA RODRIGUES	**26661/A/DF**
(0066) (0070)		
Advogado:	ROBSON FREITAS MELO	**1982/O/DF**
(0080)		
Advogado:	RODRIGO GONZAGA ROCHA	**20223/DF**
(0015)		
Advogado:	ROGÉRIO FERREIRA BORGES	**16.279/DF**
(0048)		
Advogado:	RONALDO FALCAO SANTORO	**8325/DF**
(0001)		
Advogado:	RONALDO RODRIGO FERREIRA DA SILVA	**18787/DF**
(0042)		
Advogado:	ROSELI DIAS VALENTIM	**24068/O/DF**
(0087)		
Advogado:	SEBASTIAO PEREIRA GOMES	**07914/O/DF**
(0058)		
Advogado:	SEBASTIÃO MORAES CUNHA	**15123/O/DF**
(0096)		
Advogado:	SERGIO CUPERTINO MARQUES	**06425/O/DF**
(0077)		
Advogado:	SERGIO LUIZ DOS SANTOS	**08328/O/DF**
(0100)		
Advogado:	SERGIO ROGERIO MACHADO	**8850/DF**
(0044)		
Advogado:	SILVIO CIRILO DA SILVA	**02907/O/DF**
(0082)		
Advogado:	SIMONE DE SOUSA TORRES	**17173/DF**
(0040)		
Advogado:	SIMONE DE SOUSA TORRES	**17173/O/DF**
(0075)		
Advogado:	TACIANA MACHADO DE BASTOS	**45189/DF**
(0040)		
Advogado:	TAISE MACAHADO MELO	**21749/GO**
(0032)		
Advogado:	TARLEY MAX DA SILVA OLIVEIRA	**19960/T/DF**
(0047)		
Advogado:	UBIRATAN BATISTA PEDROSO	**5350/DF**
(0001)		
Advogado:	ULISSES RIEDEL DE RESENDE	**00968/T/DF**
(0083)		
Advogado:	VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO	**13398/DF**
(0055)		
Advogado:	VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO	**13398/T/DF**
(0053)		
Advogado:	VIVIANE PIMENTEL VELOSO	**20791/DF**
(0019)		
Advogado:	WALDIR RAMOS DA SILVA	**137904/SP**
(0090)		
Advogado:	WALDOMIRO RODRIGUES DE ANDRADE	**8425/DF**
(0002)		
Advogado:	WESLEN COSTA DA SILVA	**24753/O/DF**
(0081)		
Advogado:	WILLIAM DAVID FERREIRA	**42176/MG**
(0007)		

EDITAIS

PROCESSO: **00697-2008-013-10-00-6 (0001)**
EDITAL: **000.380/2008**
RECLAMANTE Laize Keveny de Oliveira Mota
ADVOGADO: SIMONE DE SOUSA TORRES
RECLAMADO Andrade e Moura Ltda. - ME

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a)RUBENS CORBO , Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília-DF , no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Andrade e Moura Ltda. - ME, para comparecer perante esta Vara do Trabalho, no dia 23/7/2008 às 14h10min à AUDIÊNCIA relativa à reclamação trabalhista acima mencionada, que será realizada na sala de audiência da 13ª Vara do Trabalho desta cidade sita a: AV. W/3 NORTE QUADRA 516(SHLN), lote 2, bloco 1, sala 303 - 3º andar. O reclamado poderá fazer-se substituir por preposto(art. 843, § 1º, da CLT), desde que observada a condição de empregado, exceção feita ao empregador doméstico, micro-empresa e pequeno empresário(Súmula 377, do C.TST). Em caso de doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado nos autos, poderá o reclamante fazer-se representar em audiência por outro empregado de mesma profissão ou pelo Sindicato profissional(art. 843, § 2º da CLT). A representação pelo Sindicato Profissional será admitida, ainda, quando se tratar de reclamação plúrima ou de cumprimento(art. 843, caput, da CLT).Fora estas hipóteses, a ausência do reclamante importará em arquivamento da reclamação e a ausência da reclamada, ainda que presente o seu advogado, em revelia e confissão quanto a matéria de fato(art. 844, da CLT). Em se tratando de pessoa jurídica, a reclamada deverá juntar aos autos seus atos constitutivos e eventuais alterações societárias subseqüentes e, em se tratando de Sociedade Anônima, a Ata de Eleição da atual diretoria. As partes poderão apresentar, na audiência referida o rol de testemunhas a serem ouvidas na audiência de prosseguimento(art.825/CLT). Havendo controvérsia sobre a jornada de trabalho, fica intimada a reclamada à acostar aos autos os controles de ponto, sob as cominações do art. 359 do CPC. Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada. por CLÁUDIO LUÍS GONÇALVES GARCIA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 8, JULHO de 2008

PROCESSO: **00707-2008-013-10-00-3 (0002)**
EDITAL: **000.381/2008**
RECLAMANTE José Fereira Neto
ADVOGADO: JOSE MENDES DA SILVA NETO
RECLAMADO Planer Sistema e Consultoria Ltda.

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a)RUBENS CORBO , Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília-DF , no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A) o(a) RECLAMADO Planer Sistema e Consultoria Ltda., para comparecer perante esta Vara do Trabalho, no dia 31/07/2008 às 14h10min à AUDIÊNCIA relativa à reclamação trabalhista acima mencionada, que será realizada na sala de audiência da 13ª Vara do Trabalho desta cidade sita a: AV. W/3 NORTE QUADRA 516(SHLN), lote 2, bloco 1, sala 303 - 3º andar. O reclamado poderá fazer-se substituir por preposto(art. 843, § 1º, da CLT), desde que observada a condição de empregado, exceção feita ao empregador doméstico, micro-empresa e pequeno empresário(Súmula 377, do C.TST). Em caso de doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado nos autos, poderá o reclamante fazer-se representar em audiência por outro empregado de mesma profissão ou pelo Sindicato profissional(art. 843, § 2º da CLT). A representação pelo Sindicato Profissional será admitida, ainda, quando se tratar de reclamação plúrima ou de cumprimento(art. 843, caput, da CLT).Fora estas hipóteses, a ausência do reclamante importará em arquivamento da reclamação e a ausência da reclamada, ainda que presente o seu advogado, em revelia e confissão quanto a matéria de fato(art. 844, da CLT). Em se tratando de pessoa jurídica, a reclamada deverá juntar aos autos seus atos constitutivos e eventuais alterações societárias subseqüentes e, em se tratando de Sociedade Anônima, a Ata de Eleição da atual diretoria. As partes poderão apresentar, na audiência referida o rol de testemunhas a serem ouvidas na audiência de prosseguimento(art.825/CLT). Havendo controvérsia sobre a jornada de trabalho, fica intimada a reclamada à acostar aos autos os controles de ponto, sob as cominações do art. 359 do CPC. Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada. por CLÁUDIO LUÍS GONÇALVES GARCIA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 10, JULHO de 2008

ÍNDICE

Advogado:	JOSE MENDES DA SILVA NETO	**22558/O/DF**
(0002)		
Advogado:	SIMONE DE SOUSA TORRES	**17173/O/DF**
(0001)		
Advogado:		/

PROCESSO: **00212-2008-013-10-00-4 (0001)**
EDITAL: **000.384/2008**
RECLAMANTE Maria Alves dos Santos
ADVOGADO: JOMAR ALVES MORENO
RECLAMADO VIRTUAL SERVICE - EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
RECLAMADO União (Ministério das Relações Exteriores - MRE)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) CARLOS AUGUSTO DE LIMA NOBRE, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado VIRTUAL SERVICE - EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA., que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO proferido nos autos e a seguir transcrito: "De ordem, junte-se. Vistas aos recorridos, 1º e 2º reclamados, para, querendo, oferecerem contrariedades ao recurso adesivo interposto, prazo legal.Intimem-se, sendo o 1º por Edital e o 2º, por Mandado. ". O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SHLN - Q.516 - Lote 2 - Conj.'B' - 3º Andar. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por CLÁUDIO LUÍS GONÇALVES GARCIA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 10, JULHO de 2008

PROCESSO: **00277-2008-013-10-00-0 (0002)**
EDITAL: **000.385/2008**
RECLAMANTE Edvânia da Silva Lucas
ADVOGADO: UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA
RECLAMADO Ebasa - Empresa de Serviços Gerais Ltda.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) CARLOS AUGUSTO DE LIMA NOBRE, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Ebasa - Empresa de Serviços Gerais Ltda., que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência da DECISÃO proferida nos autos e a seguir transcrito: " III - DISPOSITIVO Ante o exposto, nos termos da fundamentação e de tudo o que nos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido por EDVÂNIA DA SILVA LUCAS em face de EBASA - EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA. para condenar a Reclamada a anotar a CTPS da Reclamante com data de dispensa em 15/03/2005, sob pena de fazê-lo a Secretaria desta Vara, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis (CLT, arts. 39, § 1°, e 54).em vista que a Reclamada foi condenada apenas a obrigação de fazer, não há que se falar em incidência de juros, correção monetária ou contribuição previdenciária e fiscal.se à DRT. Custas pela Reclamada fixadas em R$ 10,64, calculadas sobre o valor da condenação arbitrado em R$ 100,00, a serem recolhidas em 8 dias, sob pena de execução correspondente. Ciente a Reclamante (Súmula n° 197/TST).Intime-se a Reclamada por Edital (CLT, art. 852). Brasília, 9 de julho de 2008. RAQUEL GONÇALVES MAYNARDE Juíza do Trabalho Substituta". O inteiro teor da decisão poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SHLN - Q.516 - Lote 2 - Conj.'B' - 3º Andar. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por CLÁUDIO LUÍS GONÇALVES GARCIA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 10, JULHO de 2008

PROCESSO: **00407-2008-013-10-00-4 (0003)**
EDITAL: **000.388/2008**
RECLAMANTE Eduardo Marco Pereira
ADVOGADO: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
RECLAMANTE Edith Regina de Mendes
ADVOGADO: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
RECLAMANTE Edvaldo Ferreira Pereira
ADVOGADO: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
RECLAMANTE Eliacy Berto dos Santos
ADVOGADO: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
RECLAMANTE Eliene Gonzaga Vieira
ADVOGADO: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
RECLAMANTE Expedito Dias Paes
ADVOGADO: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
RECLAMADO Instituto Candango de Solidariedade - ICS
RECLAMADO Companhia Urbanizadora Nova Capital - NOVACAP
ADVOGADO: SERGIO CUPERTINO MARQUES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) CARLOS AUGUSTO DE LIMA NOBRE, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Instituto Candango de Solidariedade - ICS, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência da DECISÃO proferida nos autos e a seguir transcrito: " DISPOSITIVO Razões e fundamentos pelos quais julgo PROCEDENTE EM PARTE o pleito exordial para condenar o primeiro reclamado, INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE, a pagar aos reclamantes, EDUARDO MARCO PEREIRA, EDITH REGINA DE MENDES, EDVALDO FERREIRA PEREIRA, ELIACY BERTO DOS SANTOS, ELIENE GONZAGA VIEIRA e EXPEDITO DIAS PAES, transitada em julgado esta decisão e no quanto em regular execução se apurar, os títulos deferidos na fundamentação supra, que doravante passam a fazer parte integrante deste dispositivo.Benefícios da Justiça Gratuita deferidos aos reclamantes.Honorários assistenciais, na razão de 10% sobre o valor da condenação, arcará também a reclamada.Liquidação por cálculos. Atualizações, juros, recolhimentos tributários e contribuições previdenciárias, como de lei, sendo que, em relação a estas, e sobre as parcelas de naturezas salariais objeto do condeno, a Reclamada, tão logo o trânsito em julgado, deverá proceder ao recolhimento do percentual previsto no art. 22, da Lei nº 8.212/91, observando-se o seu devido enquadramento, aplicando-se ao Autor o limite do art. 20, da mesma lei, devendo a liquidação abranger também o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, cotas do empregado e do empregador. (art. 879, § 1º-A, da CLT; art. 46, da Lei nº 8.541, de 23.Dez.92, e art. 28, da Lei nº 10.833, de 29.Dez.2003).A contribuição previdenciária devida do(a) empregado(a) será calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, do Decreto n º 3.048/99, observado o limite máximo do salário de contribuição. (art. 276, § 4º, do Decreto nº 3.048/99). O recolhimento das contribuições previdenciárias devidas será comprovado nos autos.Custas a serem arcadas pelas Reclamadas, e recolhidas aos cofres da União, no importe de R$ 10,00, calculadas sobre R$ 500,00, valor arbitrado à condenação, dispensadas na forma da lei.Intimem-se as partes, por seus procuradores, podendo a intimação ser efetuada inclusive em Secretaria. Brasília, 07 de julho de 2008. Nada mais. CORBO Juiz do Trabalho Substituto 13ª Vara do Trabalho de Brasília". O inteiro teor da decisão poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SHLN - Q.516 - Lote 2 - Conj.'B' - 3º Andar. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por CLÁUDIO LUÍS GONÇALVES GARCIA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 10, JULHO de 2008

PROCESSO: **00454-2008-013-10-00-8 (0004)**
EDITAL: **000.386/2008**
RECLAMANTE Maria do Socorro Lopes da Silva
ADVOGADO: GUILHERME DEQUIQUI DE ASSIS BORGES
RECLAMADO Planalto Bingo Lanchonete e Promoções Ltda.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) CARLOS AUGUSTO DE LIMA NOBRE, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Planalto Bingo Lanchonete e Promoções Ltda., que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO proferido nos autos e a seguir transcrito: "...Vistos os autos. De ordem:Cumprido o ítem 01, intime-se a reclamada,por Edital, a proceder às anotações devidas, bem como a trazer aos autos as guias TRCT para saque do FGTS, no prazo de cinco dias , sob pena de expedição de alvará ". O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SHLN - Q.516 - Lote 2 - Conj.'B' - 3º Andar. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.
Assinado por CLÁUDIO LUÍS GONÇALVES GARCIA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 10, JULHO de 2008

PROCESSO: **00462-2008-013-10-00-4 (0005)**
EDITAL: **000.389/2008**
RECLAMANTE Ana Maria Mendonça
ADVOGADO: JOMAR ALVES MORENO
RECLAMADO Parceria Conservação e Serviços Técnicos Ltda.
RECLAMADO União Federal (Câmara Federal)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) CARLOS AUGUSTO DE LIMA NOBRE, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Parceria Conservação e Serviços Técnicos Ltda., que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência da DECISÃO proferida nos autos e a seguir transcrito: " III - DISPOSITIVOexposto, nos termos da fundamentação supra que integro a esse dispositivo como se nele estivesse transcrita, julgo PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados na Reclamação Trabalhista nº 0462/2008 - 13ª Vara, proposta por ANA MARIA MENDONÇA em face de PARCERIA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA e UNIÃO FEDERAL, condenando a primeira reclamada PARCERIA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA a pagar, em 48 horas, as seguintes parcelas: Indenização do período de garantia de emprego (12 meses), incluindo salários, FGTS, férias e gratificação natalina do período; Indenização do aviso prévio;de 40% sobre do saldo do FGTS.À condenação supra devem ser acrescidos honorários assistenciais em favor do Sindicato que patrocina a causa, em 15% sobre o crédito bruto da autora.se a segunda reclamada de forma subsidiária ao pagamento das parcelas supra.As parcelas serão apuradas mediante simples cálculos do contador e sofrerão atualização monetária desde a lesão e juros de 1% ao mês, de forma simples, na forma preconizada pelo art. 459 e 883, da CLT e das Súmulas 200 e 381, do C. TST.juros reduzidos de 0,5% ao mês invocados pela defesa são inaplicáveis ao caso, pois não se trata de relação com servidores e a condenação é apenas subsidiária.Incidem contribuições previdenciárias e fiscais em relação ao salários do período de garantia de emprego, ao aviso e gratificação natalina devida. se a reclamada, ainda, ao registro de baixa na CTPS da autora.Custas, pela primeira reclamada, no importe de R$ 200,00 (duzentos reais), calculadas sobre R$ 10.000,00 (dez mil reais), valor provisoriamente arbitrado à condenação. A segunda reclamada goza de isenção das custas processuais, conforme artigo 790-A da CLT.Cientes o reclamante e a segunda reclamada.Intime-se a primeira reclamada via Edital.Nada mais. Data Supra.Soares Dias Juiz do Trabalho
". O inteiro teor da decisão poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SHLN - Q.516 - Lote 2 - Conj.'B' - 3º Andar. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por CLÁUDIO LUÍS GONÇALVES GARCIA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 10, JULHO de 2008

PROCESSO: **00520-2008-013-10-00-0 (0006)**
EDITAL: **000.387/2008**
RECLAMANTE Maria de Fátima Machado Brito Gonçalves
ADVOGADO: RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
RECLAMADO Instituto Candango de Solidariedade - ICS
RECLAMADO Distrito Federal (Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais - SUCAR)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) CARLOS AUGUSTO DE LIMA NOBRE, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Instituto Candango de Solidariedade - ICS, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO proferido nos autos e a seguir transcrito: "De ordem, junte-se.Vistas aos recorridos/reclamados para, querendo, oferecer contrariedades ao recurso interposto, prazo legal.Intimem-se, sendo o 1º por Edital, e o 2º por Mandado. ". O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SHLN - Q.516 - Lote 2 - Conj.'B' - 3º Andar. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.
Assinado por CLÁUDIO LUÍS GONÇALVES GARCIA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 10, JULHO de 2008

ÍNDICE

Advogado: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO **04604/O/DF** (0003)
Advogado: GUILHERME DEQUIQUI DE ASSIS BORGES **24636/O/DF** (0004)
Advogado: JOMAR ALVES MORENO **05218/O/DF** (0001) (0005)
Advogado: RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA **26962/O/DF** (0006)
Advogado: SERGIO CUPERTINO MARQUES **06425/O/DF** (0003)
Advogado: UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA **07962/O/DF** (0002)
Advogado: /

PROCESSO: **00336-2007-013-10-00-9 (0001)**
EDITAL: **000.382/2008**
RECLAMANTE SOCORRO BARBOSA LIMA
DJALMA N. DOS SANTOS FILHO
RECLAMANTE Simão Lopes Ferreira
ADVOGADO: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
RECLAMANTE Silvia Suassuna Maia
ADVOGADO: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
RECLAMANTE Sandra dos Santos Cambrai Gilson
ADVOGADO: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
RECLAMANTE Sandra Maria Messias Araujo
ADVOGADO: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
RECLAMANTE Susana Keren Miranda de Melo Sousa Pinheiro
ADVOGADO: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
RECLAMANTE Santina Dias de Sousa
ADVOGADO: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
RECLAMANTE Severino Alves Martins
ADVOGADO: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
RECLAMANTE Simone Alves de Souza
ADVOGADO: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
RECLAMANTE Simone Pereira de Alencar
ADVOGADO: DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
RECLAMADO INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE ICS
RECLAMADO Distrito Federal

EDITAL DE CITAÇÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) CARLOS AUGUSTO DE LIMA NOBRE, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica CITADO o Executado INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE ICS para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:
Resumo de Cálculo
Liq. Exequente....: 6.706,95 (86,96%)
Hon. Advocatício..: 1.006,04 (13,04%)
Total Geral: 7.712,99
Atualizado:31/05/2008
Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.
Assinado por CLÁUDIO LUÍS GONÇALVES GARCIA Diretor de Secretaria, por ordem da Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 10, JULHO de 2008

PROCESSO: **00505-2008-013-10-00-1 (0002)**
EDITAL: **000.383/2008**
RECLAMANTE Adilson Laurentino
ADVOGADO: MARCELO ALESSANDRO DA SILVA
RECLAMADO Instituto Candango da Solidariedade - ICS
RECLAMADO Distrito Federal - DF

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) CARLOS AUGUSTO DE LIMA NOBRE, Juiz(a) do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Instituto Candango da Solidariedade - ICS, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO proferido nos autos e a seguir transcrito: "Ilmo. Sr. Diretor do Instituto Candango da Solidariedade - ICS. Vistos. Intime-se o reclamado para, querendo, apresentar contrariedades ao recurso interposto pelo reclamante, no prazo legal. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Brasília, 10 de julho de 2008. ". O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SHLN - Q.516 - Lote 2 - Conj.'B' - 3º Andar. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.
Assinado por CLÁUDIO LUÍS GONÇALVES GARCIA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 10, JULHO de 2008

cretaria desta Vara do Trabalho, sita na SHLN - Q.516 - Lote 2 - Conj.'B' - 3º Andar. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.
Assinado por CLÁUDIO LUÍS GONÇALVES GARCIA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 10, JULHO de 2008

ÍNDICE

Advogado: (0001)	DJALMA N. DOS SANTOS FILHO	**4604/DF**
Advogado: (0001)	DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO	**4606/DF**
Advogado: (0002)	MARCELO ALESSANDRO DA SILVA	**25851/T/DF**
Advogado:		/

14ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

DESPACHOS/DECISÕES

PROCESSO:	**01952-1994-014-10-00-8 (0001)**
RECLAMANTE	DENISE LOPES LEITE DE MENEZES
ADVOGADO:	CARLOS ANTONIO REIS
RECLAMADO	MARIA IGNEZ DOS REIS (+03)
RECLAMADO	LUCAS FERNANDES DOS REIS
RECLAMADO	MARTA FERNANDES PAULUCCI
ADVOGADO:	OSMAR LOBAO VERAS FILHO
RECLAMADO	SERTRAN TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO:	MARCIO GONTIJO

Despacho/decisão de fls.354:"Vistos os autos. Indefiro o requerido pela executada pelos fundamentos já esposados no despacho de fls.327.Intimem-se as partes, sendo o exequente para indicar objetivamente bens dos executados passíveis de penhora.Prazo de dez dias.Brasília-DF, 10 de julho de 2008." Juiz do Trabalho JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES

PROCESSO:	**00346-1995-014-10-00-6 (0002)**
RECLAMANTE	CICERO MOREIRA HOLANDA
ADVOGADO:	FRANCISCA AIRES L.LEITE
RECLAMADO	STRADUS CONSTRUÇOES E INCORPORAÇOES LTDA
ADVOGADO:	GILBERTO ANTONIO VIEIRA
RECLAMADO	LUIZ DE OLIVEIRA GONÇALVES (+01)
ADVOGADO:	DEBORA MAÇANEIRO VIEIRA

Despacho/decisão de fls.197:"Vistos os autos. Junte-se apenas o ofício oriundo da Receita Federal, devendo os demais documentos declarações de rendimentos serem guardados em pasta própria na Secretaria, uma vez que resguardados por sigilo fiscal.Intime-se o exequente para à vista das informações obtidas nas declarações de renda, indicar aqueles que pretende ver penhorados, especificando-os e informando sua localização, de forma a viabilizar as diligência à constrição judicial.Prazo sessenta dias.A inércia do exequente implicará a remessa dos autos ao arquivo provisorio, o que fica desde já determinado.Publique-se.Brasília-DF, 09 de julho." Juíza do Trabalho FERNANDA FERREIRA

PROCESSO:	**00585-2003-014-10-00-7 (0003)**
RECLAMANTE	MARIA DE JESUS DA CONCEICAO
ADVOGADO:	LUIZ PAULO FERREIRA
RECLAMADO	SERVICON SERVICOS E CONSTRUCOES DF LTDA
ADVOGADO:	PAULO ROBERTO I DA SILVA

~despacho/decisão de fls.208:"Vistos os autos. Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem contraminuta ao agravo de petição interposto pela União.Prazo comum de oito dias.Publique-se,Brasília-DF, 09 de julho de 2008." Juíza do Trabalho FERNANDA FERREIRA

PROCESSO:	**00377-2004-014-10-00-9 (0004)**
RECLAMANTE	MARIA APARECIDA CARDOSO DA SILVA
ADVOGADO:	UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA
RECLAMADO	LUIZ CARLOS ZYTKUEWISZ
ADVOGADO:	SEVERINO SILVESTRE DA CONCEICAO

Despacho/decisão e fls.215:"Vistos os autos.Intime-se a reclamante para indicar bens da executada à penhora,bem como a localização dos mesmos, para prosseguimento da execução.Prazo de 60 dias.Brasília-Df, 10 de junho de 2008." Juiz do Trabalho JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES

PROCESSO:	**00315-2005-014-10-00-8 (0005)**
RECLAMANTE	Nielsen Nunes de Carvalho
ADVOGADO:	LUIZ PAULO FERREIRA
RECLAMADO	ASEFE Associação de Assistência aos Servidores da Fundação Educacional do Distrito Federal
ADVOGADO:	ULISSES B. DE RESENDE

Despacho/decisão de fls.316:"Vistos os autos. Considerando que a reclamada já quitou seu débito, intime-se a reclamada para receber o seu saldo remanescente, correspondente à conta judicial de fls. 299, no prazo de 05 dias.Deverá a reclamada, no prazo de 30 dias, manifestar-se acerca do prosseguimento da execução contra o reclamante, referente à multa por litigância de má fé.Brasília-DF, 09 de julho de 2008." Juiz do Trabalho FERNANDA FERREIRA

PROCESSO:	**00463-2005-014-10-00-2 (0006)**
RECLAMANTE	Edmilson Barbosa da Silva
ADVOGADO:	DORIVAL FERNANDES RODRIGUES
RECLAMADO	Eletroclima Engenharia Ltda
ADVOGADO:	ARI SOARES FERREIRA

Despacho/decisão de fls.382:"Vistos os autos. Intime-se o exequente para se manifestar acerca dos cálculos de liquidação, nos termos do art. 884, da CLT,importando a anuência em praceamento dos bens penhorados.Prazo cinco dias.Publique-se.Brasília-DF, 09 de julho de 2008." Juiz do Trabalho FERNANDA FERREIRA

PROCESSO:	**00632-2005-014-10-00-4 (0007)**
RECLAMANTE	Antônio Augusto Beda dos Reis + 6
ADVOGADO:	ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECLAMADO	Caixa Econômica Federal
ADVOGADO:	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS

Despacho/decisão de fls.390:"Vistos os autos.Expeça-se alvará, liberando à reclamada o depósito recursal, intimando-a para recebê-lo em cinco dias.Brasília-DF, 26 de maio de 2008." Juiz do Trabalho JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES

PROCESSO:	**01049-2005-014-10-00-0 (0008)**
RECLAMANTE	Antônio Eudes Bezerra Oliveira
ADVOGADO:	WILSON ANTONIO DE SOUZA CORREA
RECLAMADO	Vistoriacar Vistorias e Serviços Ltda
ADVOGADO:	CORNELIO JUNIOR ROSA

Despacho/decisão de fls.844:"Vistos os autos. Intime-se novamente a executada para comprovar os recolhimentos à PREVI e CASSI, cota-parte patronal, no prazo de dez dias, sob pena de prosseguimento da execução e expedição de ofício às referidas entidades.Publique-se. Brasília-DF, 16 de junho de 2008." Juiz do Trabalho JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES

PROCESSO:	**01078-2005-014-10-00-2 (0009)**
RECLAMANTE	Aline Silva Vilela
ADVOGADO:	JAMERSON DE OLIVEIRA PEDROSA
RECLAMADO	Banco General Motors S/A + 01
ADVOGADO:	LUZIA DE ANDRADE COSTA FREITAS
RECLAMADO	General Motors Prestadora de Serviços Ltda
ADVOGADO:	MARCELO KANITZ

Despacho/decisão de fls.837:"Vistos os autos.Julgo extinta a execução, nos termos do art. 794, I do CPC. Intimem-se as partes, sendo a executada para receber seu saldo remanescente(guia fl.829).Publique-se.Brasília-DF, 08 de julho de 2008." Juiz do Trabalho JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES

PROCESSO:	**01280-2005-014-10-00-4 (0010)**
RECLAMANTE	Argemiro José Cardoso
ADVOGADO:	MAGDA FERREIRA DE SOUZA
RECLAMADO	CONFEA- Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia
ADVOGADO:	LUIZ GUSTAVO SOUZA MOURA

Despacho/decisão de fls.244:"Vistos os autos.Tendo em vista a manifestação da reclamada, indefiro a liberação das guias do FGTS, uma vez o cumprimento das obrigações de fazer prescinde do trânsito em julgado da decisão.Intime-se o reclamante.Brasília-Df, 09 de julho de 2008." Juiz do Trabalho FERNANDA FERREIRA

PROCESSO:	**00139-2006-014-10-00-5 (0011)**
RECLAMANTE	Márcio Lima de Santana
ADVOGADO:	RIVAYL DEONISIO DAS CHAGAS
RECLAMADO	Olimpia Comércio e Serviços Ltda + 01
ADVOGADO:	MOZART CAMAPUM BARROSO
RECLAMADO	RADIOBRRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S/A
ADVOGADO:	MARCO FRIDOLIN SOMMER DOS SANTOS

Despacho/decisão de fls.345:"...Intime-se o exequente para recebimento de seus créditos.Brasília-Df, 24 de junho de 2008." Juiz do Trabalho JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES

PROCESSO:	**00212-2006-014-10-00-9 (0012)**
RECLAMANTE	Carlos Ernandes Gonçalves Rego
ADVOGADO:	FERNANDA VIANA DE PAULA SALGADO
RECLAMADO	Empresa Brasileira de Telecomunicações Embratel
ADVOGADO:	JOSE IDEMAR RIBEIRO

Despacho/ecisão de fls.891:"Vistos os autos. Vistas ao reclamante das informações prestadas pela reclamada, no prazo de cinco dias.Brasília-DF, 10 de julho de 2008." Juiz do Trabalho JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES

PROCESSO:	**00678-2006-014-10-00-4 (0013)**
RECLAMANTE	KARLA RODRIGUES ROSA DE OLIVEIRA
ADVOGADO:	GEYSA COELHO LOBO DE CARVALHO
RECLAMADO	Massa Falida de Open Academia Ltda (administradora Carla Carvalho de Melo)
ADVOGADO:	CARLOS CARVALHO DE MELO
RECLAMADO	União

Despacho/decisão de fls.119:"Vistos os autos. Tendo em vista a interposição de agravo de petição pela União, converto o processamento do feito, o qual deverá seguir, doravante, o rito ordinario.Adote a Secretaria as medidas necessárias.Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem contraminuta ao agravo de petição interposto.Prazo comum de oito dias.Publique-se.Brasília-DF, 09 de julho de 2008." Juiz do Trabalho FERNANDA FERREIRA

PROCESSO:	**00685-2006-014-10-00-6 (0014)**
RECLAMANTE	FERNANDA DE SOUSA SANTOS CHAGAS
ADVOGADO:	MARCONE GUIMARAES VIEIRA
RECLAMADO	PATRIMONIAL SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA
ADVOGADO:	DALMO ROGERIO SOUZA DE ALBUQUERQUE
RECLAMADO	ANVISA AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA
ADVOGADO:	YGOR VIEIRA DE FIGUEIREDO

Despacho/decisão de fls.376:"J.Vista à executada da impugnação aos cálculos oposta para , querendo, contestá-la em cinco dias.Brasília-Df, 09 de julho de 2008." Juiz do Trabalho JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES

PROCESSO:	**00083-2007-014-10-00-0 (0015)**
RECLAMANTE	Maria Rita Alves de Souza
ADVOGADO:	CLAUDIO PEREIRA DE JESUS
RECLAMADO	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. TCB
ADVOGADO:	GELVA CAROLINA PIATTI DE OLIVEIRA

Despacho/deisão de fls.182:"Vistos os autos. O Juizo encontra-se garantido pelos depósitos de fls.123 e 181. Intime-se a executada acerca da garantia da execução para os fins do artigo 884 da CLT.Prazo legal.Publique-se.Brasília-DF, 09 de junho de 2008. Juíza do Trabalho FERNANDA FERREIRA

PROCESSO:	**00276-2007-014-10-00-0 (0016)**
RECLAMANTE	Sandra Lúcia Furlan Ribeiro
ADVOGADO:	ARLINDO DE OLIVEIRA X. NETTO
RECLAMADO	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. TCB
ADVOGADO:	CARLOS LEONARDO SOUZA DOS SANTOS

Despacho/decisão de fls.165:"J. Vista à exequente do bem oferecido em penhora, para manifestação em cinco dias. Brasília-DF, 09 de julho de 2008." Juiz do Trabalho JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES

PROCESSO:	**00512-2007-014-10-00-9 (0017)**
RECLAMANTE	Salomão Bezerra Cavalcante
ADVOGADO:	ALDENEI DE SOUZA E SILVA
RECLAMADO	Supermercado Opção (Proprietario Orlando Pires Maciel)
ADVOGADO:	JOAO GOMES PEREIRA

Despacho/decisão de fls.146:"Vistos os autos.Não obstante os termos da conclusão de fls. 140, os embargos à execução aviados pela executada não foram conhecidos, pois opostos sem a garantia do juízo, consoante despacho de fls. 131. Reconheceu-se, no mencionado despacho, que os depósitos fundiários foram devidamente recolhidos pela executada, devendo a execução prosseguir tão somente em relação à multa de 100% aplicada sobre a parcela paga a destempo.A esse respeito, a executada se manifestou nos termos de fls. 141, informando do recolhimento da multa e denotando não ter intenção de opor novos embargos à execução. Considerando também a petição do exeqüente de fls. 137, tenho por transitada em julgado a conta de liquidação conforme cálculos de fls. 134/135.Libere-se o valor da conta nº 1553443-5 ao exeqüente, intimando-o para recebimento no prazo de cinco dias.Verifico, contudo, que resta remanescente o pagamento das contribuições previdenciárias e fiscais incidentes sobre a conciliação, que deverão ser apuradas pela contadoria, após o cumprimento da determinação do parágrafo anterior.Brasília-DF, 1.º de julho de 2008.JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES Juiz do Trabalho

PROCESSO:	**00914-2007-014-10-00-3 (0018)**
RECLAMANTE	Pedro dos Santos Neto
ADVOGADO:	ANDERSON FERREIRA GONCALVES
RECLAMADO	SODILER - GUANABARA JORNAIS E REVISTAS LTDA.
ADVOGADO:	MARIO SERGIO DE MELLO FERREIRA
RECLAMADO	LASELVA - Comercio de Livros e Artigos de Conveniência Ltda.
ADVOGADO:	LUANA ALVES SILVA

Despacho/decisão de fls.411:"Vistos os autos. Intime-se o exequente para recebimento de seus créditos em 05(cinco)dias.Brasília-DF,06 de junho de 2008." Juíza do Trabalho CILENE FERREIRA AMARO SANTOS

PROCESSO:	**01111-2007-014-10-00-6 (0019)**
RECLAMANTE	Antônio Domingos Durães
ADVOGADO:	ALESSANDRO FREITAS DA ROCHA
RECLAMADO	Embaixada da Bolívia no Brasil
ADVOGADO:	FERNANDO LUIZ CARVALHO DANTAS

Despacho/decisão de fls.129:"Vistos os autos.Não conheço da petição da reclamada, por apócrifa.Todavia, intime-se o reclamante para carrear aos autos os contracheques do período solicitado pela contadoria.Prazo dez dias.Poderá o reclamante, caso não possua os contracheques requeridos, informar a variação salarial ocorrida no referido período, conforme anotações efetuadas em sua CTPS.Publique-se.Brasília-DF, 09 de julho de 2008." Juiz do Trabalho FERNANDA FERREIRA

PROCESSO: **01324-2007-014-10-00-8 (0020)**
RECLAMANTE Mário Ueti (Espólio de) (Representado por Ilza Ueti)
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO União do Planalto Central Ltda. UNIPLAC
ADVOGADO: RUBENS MARCIAL FERREIRA DOS SANTOS

Despacho/decisão de fls.199:"Vistos os autos. Intime-se o reclamante para, querendo, apresentar contra-razões ao recurso ordinario interposto pela reclamada.Prazo oito dias.Publique-se.Brasília-DF, 09 de julho de 2008." Juíza do Trabalho FERNANDA FERREIRA

PROCESSO: **01362-2007-014-10-00-0 (0021)**
RECLAMANTE Aldenir Figueiredo de Oliveira
ADVOGADO: ADELVAIR PEGO CORDEIRO
RECLAMADO Estação Gráfica Ltda.
ADVOGADO: ARINA ESTELA DA SILVA

Despacho/decisão de fls.301:"Vistos os autos.Intime-se a reclamada para, no prazo de dois dias, depositar o valor relativo à quinta parcela, vencida em 04/07/2008, acrescido da multa de 100%, sob pena de execução, com vencimento antecipado das demais parcelas.Publique-se. Brasília-Df, 10 de julho de 2008." Juiz do Trabalho JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES

PROCESSO: **00274-2008-014-10-00-2 (0022)**
RECLAMANTE Zilda Ferreira da Silva
ADVOGADO: ASDRUBAL NASCIMENTO LIMA JUNIOR
RECLAMADO Leila Braga Dias Ciampi
ADVOGADO: SIBELE GUIMARAES SALGADO

Despacho/decisão e fls.54:"Vistos os autos. Vista à reclamante dos recolhimentos previdecniários efetuados pela reclamada e ora juntados aos autos, no prazo de dez dias, importando o silêncio em anuência.A reclamante deverá, em caso de discordância, especificar eventuais incorreções, sob pena de não conheço da impugnação.Publique-se.Brasília-DF, 09 de julho de 2008." Juiz do Trabalho FERNANDA FERREIRA

PROCESSO: **00295-2008-014-10-00-8 (0023)**
RECLAMANTE Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília
ADVOGADO: JOSE EYMARD LOGUERCIO
RECLAMADO Caixa Econômica Federal
ADVOGADO: GUSTAVO ADOLFO MAIA JUNIOR

Despacho/decisão de fls.750/757:"DISPOSITIVO Diante do exposto, nos termos da fundamentação que passa a ser integrante deste dispositivo, este juízo, após decretar a inexigibilidade das parcelas anteriores a 26.03.03, excepcionado o FGTS, julga PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA, condenando a reclamada CAIXA ECONÔMICA FEDERAL a depositar, em relação aos empregados que laboram ou laboraram até a rescisão nos estabelecimentos no Distrito Federal, o FGTS incidente sobre todos os valores pagos a título de auxílio-alimentação (ou outra rubrica que designe parcela relativa a despesa de alimentação) pelo período de 26.03.78 até 31.08.87, devendo ser observados os seguintes parâmetros: a) ser depositada a contribuição na conta vinculada dos empregados cujos contratos estejam em vigência ou suspensos por ocasião do trânsito em julgado; b) ser depositada na conta vinculada dos empregados desligados há menos de dois anos do ajuizamento da ação ou que tenham seus contratos rescindidos no curso desta; c) depositar as diferenças de multa fundiária na conta vinculada em relação aos bancários dispensados sem justa causa desligados há menos de dois anos do ajuizamento da ação ou que tenham seus contratos rescindidos imotivadamente no curso desta.Juros e correção monetária na forma lei, devendo ser obedecida a Súmula 381 do TST.O montante da condenação será apurado em liquidação por cálculos, devendo a reclamada quitar o débito em 48hs, sob pena de execução.Havendo condenação apenas em contribuição fundiária e diferenças de multa fundiária, não há que se falar em incidência de contribuição previdenciária ou imposto de renda.Custas pela reclamada, sobre o valor da condenação, arbitrada para tal fim em R$ 100.000,00, no importe de R$ 2.000,00.Intimem se as partes.Nada mais.JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES Juiz do Trabalho 6

PROCESSO: **00316-2008-014-10-00-5 (0024)**
RECLAMANTE Victor Hugo Silva
ADVOGADO: GUSTAVO VICENTE MOLLER GONCALVES
RECLAMADO Espaço Express Academia de Ginástica Ltda.
ADVOGADO: MARCELO UCCI PINHEIRO

Despacho/decisão de fls.162:"Vistos os autos. Intime-se a reclamada para depositar o valor da multa incidente sobre a segunda parcela do acordo(R$500,00), paga a destempo, no prazo de cinco dias, sob pena de execução.Sem prejuízo da determinação acima, intime-se o reclamante para retirar sua CTPS, no mesmo prazo.Publique-se.Brasília-DF, 09 de julho de 2008." Juíza do Trabalho FERNANDA FERREIRA

PROCESSO: **00338-2008-014-10-00-5 (0025)**
RECLAMANTE Fabio Francisco Lago Pereira
ADVOGADO: MARCIANO CORTES NETO
RECLAMADO Banco Bradesco S.A.
ADVOGADO: JUAREZ MARTINS FERREIRA NETTO

Despacho/decisão de fls.262:"Vistos os autos.Verifico que às fls. 216 e 231 foi requerida que as intimações destinadas ao reclamante foram endereçadas ao Dr. Marciano Cortes Neto(OAB/DF 8462), o que não foi observado pela Secretaria da Vara.Proceda-se à alteração nos assentamentos cadastrais do reclamante,nos termos requeridos.Após, e com o fito de evitar qualquer alegação de nulidade processual, intime-se novamente o autor para, querendo, apresentar contra-razões ao recurso ordinario interposto pela parte contrária.Prazo legal. Publique-se.Brasília-Df, 08 de julho de 2008. Juiz do Trabalho JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES

PROCESSO: **00417-2008-014-10-00-6 (0026)**
RECLAMANTE Renato Gomes da Silva
ADVOGADO: ASDRUBAL NASCIMENTO LIMA JUNIOR
RECLAMADO Linknet Tecnologia e Telecomunicações Ltda. (Representante legal - Andre)
ADVOGADO: WALDIR RAMOS DA SILVA

Despacho/decisão de fls.56:"Vistos os autos. Intime-se a reclamada para carrear aos autos as guias de seguro-desemprego e TRCT para levantamento do FGTS, garantida a integralidade dos depósitos, nos termos do acordo de fl.50, sob pena de conversão da obrigação em pagamento de indenização nos valores equivalentes.Prazo cinco dias.Publique-se.Brasília-DF, 09 de julho de 2008." Juiz do Trabalho FERNANDA FERREIRA

PROCESSO: **00483-2008-014-10-00-6 (0027)**
RECLAMANTE Jeronimo Dias de Alecrim
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB
ADVOGADO: JAMES CORREA CALDAS

Despacho/decisão de fls.280:"Vistos os autos. Intime-se o reclamante para, querendo apresentar contra-razões ao recurso ordinario interposto pela reclamada.Prazo oito dias.Publique-se.Brasília-Df, 09 de julho de 2008." Juíza do Trabalho FERNANDA FERREIRA

PROCESSO: **00588-2008-014-10-00-5 (0028)**
IMPETRANTE Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Uniformes Profissionais, Esportivos e Escolares de Cascavel e Região - SINTRAFORME
ADVOGADO: GUSTAVO DE SOUZA PREUSSLER
AUT. COATORA Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho

Despacho/decisão de fls.254/258:"DISPOSITIVO Diante do exposto, nos termos da fundamentação que passa a fazer parte integrante deste dispositivo, este juízo julga EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamentos no art 267,I e IV do Código de Processo Civil c/c art. 8º da Lei 1.533/51.Custas, pelo impetrante, calculadas sobre o valor da causa,no importe de R$10,64, por ser este o valor mínimo.Intime-se o impetrante.Brasília-DF, 10 de julho de 2008." Juiz do Trabalho JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES

PROCESSO: **00613-2008-014-10-00-0 (0029)**
RECLAMANTE Darci Vaz Tosta
ADVOGADO: CLAUDIO RAMOS DA SILVA
RECLAMADO Consórcio Integrado Jorlan Orca Ltda.
ADVOGADO: MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA

Despacho/decisão :"J.Vista à reclamada do documento juntado pela autora em réplica.Prazo cinco dias.Brasília-DF, 11 de julho de 2008." Juiz do Trabalho JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES

PROCESSO: **08006-2008-014-10-00-9 (0030)**
INSC. DIVÍDA ATIVA: 1050700106903
EXEQUENTE União (Fazenda Nacional)
EXECUTADO Pronto Socorro São Camilo SC Ltda.

Despacho/decisão de fls.11:"Vistos os autos. Intime-se o exequente para, querendo, se manifestar sobre os cálculos.Prazo de 05 dias.Brasília-DF, 09 de julho de 2008." Juiz do Trabalho JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES

ÍNDICE

Advogado: ADELVAIR PEGO CORDEIRO **7462/DF** (0021)
Advogado: ALDENEI DE SOUZA E SILVA **4041/DF** (0017)
Advogado: ALESSANDRO FREITAS DA ROCHA **13345/DF** (0019)
Advogado: ANDERSON FERREIRA GONCALVES **21145/DF** (0018)
Advogado: ARI SOARES FERREIRA **1415/DF** (0006)
Advogado: ARINA ESTELA DA SILVA **27162/O/DF** (0021)
Advogado: ARLINDO DE OLIVEIRA X. NETTO **5828/DF** (0016)
Advogado: ASDRUBAL NASCIMENTO LIMA JUNIOR **12873/O/DF** (0022) (0026)
Advogado: CARLOS ANTONIO REIS **7650/DF** (0001)
Advogado: CARLOS CARVALHO DE MELO **3455/RO** (0013)
Advogado: CARLOS LEONARDO SOUZA DOS SANTOS **20462/DF** (0016)
Advogado: CLAUDIO PEREIRA DE JESUS **14905/DF** (0015)
Advogado: CLAUDIO RAMOS DA SILVA **08536/O/DF** (0029)
Advogado: CORNELIO JUNIOR ROSA **17643/DF** (0008)
Advogado: DALMO ROGERIO SOUZA DE ALBUQUERQUE **10010/DF** (0014)
Advogado: DEBORA MAÇANEIRO VIEIRA **7956/E/DF** (0002)
Advogado: DORIVAL FERNANDES RODRIGUES **2701/DF** (0006)
Advogado: FERNANDA VIANA DE PAULA SALGADO **21.650/DF** (0012)
Advogado: FERNANDO LUIZ CARVALHO DANTAS **22588/O/DF** (0019)
Advogado: FRANCISCA AIRES L.LEITE **2300/DF** (0002)
Advogado: GELVA CAROLINA PIATTI DE OLIVEIRA **23955/DF** (0015)
Advogado: GEYSA COELHO LOBO DE CARVALHO **21823/DF** (0013)
Advogado: GILBERTO ANTONIO VIEIRA **8914/DF** (0002)
Advogado: GUSTAVO ADOLFO MAIA JUNIOR **17759/T/DF** (0023)
Advogado: GUSTAVO DE SOUZA PREUSSLER **38400/PR** (0028)
Advogado: GUSTAVO VICENTE MOLLER GONCALVES **19945/O/DF** (0024)
Advogado: JAMERSON DE OLIVEIRA PEDROSA **4339/PE** (0009)
Advogado: JAMES CORREA CALDAS **13649/O/DF** (0027)
Advogado: JOAO GOMES PEREIRA **14472/DF** (0017)
Advogado: JOSE EYMARD LOGUERCIO **01441/A/DF** (0023)
Advogado: JOSE IDEMAR RIBEIRO **8940/DF** (0012)
Advogado: JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS **9004/DF** (0007)
Advogado: JUAREZ MARTINS FERREIRA NETTO **229636/SP** (0025)
Advogado: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE **08583/O/DF** (0027)
Advogado: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE **8583/DF** (0020)
Advogado: LUANA ALVES SILVA **146810/RJ** (0018)
Advogado: LUIZ GUSTAVO SOUZA MOURA **77576/MG** (0010)
Advogado: LUIZ PAULO FERREIRA **7573/DF** (0003) (0005)
Advogado: LUZIA DE ANDRADE COSTA FREITAS **16394/DF** (0009)
Advogado: MAGDA FERREIRA DE SOUZA **8364/DF** (0010)
Advogado: MARCELO KANITZ **14116/DF** (0009)
Advogado: MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA **12330/O/DF** (0029)
Advogado: MARCELO UCCI PINHEIRO **24937/O/DF** (0024)
Advogado: MARCIANO CORTES NETO **08462/O/DF** (0025)
Advogado: MARCIO GONTIJO **1734/DF** (0001)
Advogado: MARCO FRIDOLIN SOMMER DOS SANTOS **27239/RS** (0011)

Advogado:	MARCONE GUIMARAES VIEIRA	**9336/DF**
(0014)		
Advogado:	MARIO SERGIO DE MELLO FERREIRA	**58500/SP**
(0018)		
Advogado:	MOZART CAMAPUM BARROSO	**9978/DF**
(0011)		
Advogado:	OSMAR LOBAO VERAS FILHO	**9725/DF**
(0001)		
Advogado:	PAULO ROBERTO I DA SILVA	**6545/DF**
(0003)		
Advogado:	RIVAYL DEONISIO DAS CHAGAS	**5373/DF**
(0011)		
Advogado:	RUBENS MARCIAL FERREIRA DOS SANTOS	**16053/DF**
(0020)		
Advogado:	SEVERINO SILVESTRE DA CONCEICAO	**14997/O/DF**
(0004)		
Advogado:	SIBELE GUIMARAES SALGADO	**08656/O/DF**
(0022)		
Advogado:	UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA	**7962/DF**
(0004)		
Advogado:	ULISSES B. DE RESENDE	**4595/DF**
(0005)		
Advogado:	ULISSES RIEDEL DE RESENDE	**968/DF**
(0007)		
Advogado:	WALDIR RAMOS DA SILVA	**137904/SP**
(0026)		
Advogado:	WILSON ANTONIO DE SOUZA CORREA	**18282/DF**
(0008)		
Advogado:	YGOR VIEIRA DE FIGUEIREDO	**1480037/DF**
(0014)		

15ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

AUTOS COM VISTA

PROCESSO:	**00206-1993-015-10-00-2 (0001)**
RECLAMANTE	RAIMUNDO TEIXEIRA DA SILVA
ADVOGADO:	RUBENS SANTORO NETO
RECLAMADO	NOVO HORIZONTE EMPRESA DE SERVICOS TECNICOS LTDA
RECLAMADO	MARCO FERNANDO OTTOLINE DE OLIVEIRA
ADVOGADO:	VERA GESSY FERREIRA FARIA
RECLAMADO	Marilda Rivetti
ADVOGADO:	VERA GESSY FERREIRA FARIA

Vistos,etc. Ante os cálculos apresentados pela Secretaria de Cálculos Judiciais, libere-se ao exeqüente o seu crédito remanescente, mediante alvará, utilizando o numerário existente na conta judicial nº 042.04803680-9, deduzindo-se os valores a título de custas, conforme cálculos de fls. 352/55.Intime-se o autor ao recebimento. Prazo de 5 dias.Comprovados os recolhimentos pela instituição bancária, voltem conclusos para desconstituição da penhora de fl. 227 e intimação do depositário fiel, bem como verificação de saldo remanescente.Publique-se. Data supra. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

PROCESSO:	**00393-1997-015-10-00-8 (0002)**
RECLAMANTE	IVANILTON DE OLIVEIRA NASCIMENTO
ADVOGADO:	JORGE NARA
RECLAMADO	METALFRAME INDUSTRIAL LTDA
RECLAMADO	Regina Lucia de Albuquerque
ADVOGADO:	TULIUS BERQUO FERREIRA LEMES
RECLAMADO	Jose Eduardo de Paulo Arantes

Vistos, etc.Recebo a petição de fls. 118/119 como embargos à penhora.Intime-se o exeqüente para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar manifestação acerca das petições e documentos de fls. 118/122 e 125/129. Após, conclusos. Publique-se.Data supra. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

PROCESSO:	**00897-1999-015-10-00-0 (0003)**
RECLAMANTE	JURACI FERREIRA DE BARROS
ADVOGADO:	MAURILIO DE SANTANA FILHO
RECLAMADO	LASER COMERCIAL DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME
ADVOGADO:	ELION DA MATA FERREIRA
RECLAMADO	Francisco Cajado Sobrinho
ADVOGADO:	RODRIGO MAZONI CURCIO RIBEIRO

Vistos os autos.Cumpra-se o determinado na última parte da decisão de fls.126/128, retificando o pólo passivo, com a exclusão do sócio Bazildo dos Santos, bem como liberando os valores penhorados à fl.124, mediante alvará, intimando o referido sócio, via postal, ao recebimento, no prazo de cinco dias.Publique-se.Data Supra. Juiz do Trabalho CRISTIANO SIQUEIRA DE ABREU E LIMA

PROCESSO:	**00732-2002-015-10-00-4 (0004)**
RECLAMANTE	FABIO AVELINO DA SILVA
ADVOGADO:	MIGUELZINHO MARTINS NOVAIS FILHO
RECLAMADO	SAMPRA CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA
RECLAMADO	ACYR AMORIM FILHO
RECLAMADO	OSVALDO GOMES DE AMORIM]

Vistos os autos. Tendo em vista a certidão negativa referente ao Bacen-jud em relação aos executados fl. 321, concedo ao autor o prazo de 10 dias para indicar bens que possam garantir a execução, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório e conseqüente suspensão de seu curso por um ano, com vista a surtir os efeitos do artigo 270, do Provimento Geral Consolidado desta Corte, publicado no Diário da Justiça, Seção 3, n° 66, páginas 1/12, de 5/4/2006. Publique-se. Data supra. Juiz do Trabalho CRISTIANO SIQUEIRA DE ABREU E LIMA

PROCESSO:	**00777-2004-015-10-00-0 (0005)**
RECLAMANTE	RUI ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO:	GERALDO MARCONE PEREIRA
RECLAMADO	TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS SA TELEBRAS
ADVOGADO:	SERGIO ROBERTO RONCADOR

Vistos,etc. Defiro o requerido pela executada às fls. 319/20.Vista à executada Telecomunicações Brasileiras S.A _ Telebrás. Prazo de 5 dias. Publique-se. Data supra. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

PROCESSO:	**01204-2004-015-10-00-4 (0006)**
RECLAMANTE	ANA PAULA ALBINO DE LIMA
ADVOGADO:	MARCO AURELIO DE MORAES
RECLAMADO	COOPENINF COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS AUTONOMOS LTDA
ADVOGADO:	PAULO LOBO
RECLAMADO	PROJEL PLANEJAMENTO ORGANIZACAO E PESQUISA LTDA (NA PESSOA DE EDISON JOSE DOS SANTOS e MARIA SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO:	JOAO LEITE
RECLAMADO	DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO:	OSDYMAR MONTENEGRO MATOS

Vistos os autos.Intime-se a autora para, no prazo de 5 dias, tomar ciência das certidões negativas encaminhadas pelo Juízo Deprecado, referentes aos mandados de citação dos sócios executados Edilson José dos Santos e Maria Silva dos Santos. Publique-se. Data supra. Juiz do Trabalho CRISTIANO SIQUEIRA DE ABREU E LIMA

PROCESSO:	**00995-2005-015-10-00-6 (0007)**
RECLAMANTE	Sara Luciana Pereira de Brito
ADVOGADO:	CASSIUS FERREIRA MORAES
RECLAMADO	Roberpar Participações Ltda (Jornal Tribuna do Brasil)
ADVOGADO:	GABRIELA OSORIO DE CARVALHO ARRUDA
RECLAMADO	alcyr duarte collaço filho
RECLAMADO	ETEVALDO DIAS

Vistos os autos. Tendo em vista a certidão do Sr. Oficial de Justiça de fl. 193, bem como a certidão negativa referente ao Bacen-jud em relação à executada Roberpar Serviços de Impressão Ltda, concedo ao autor para manifestar-se, no prazo de 10 dias, para indicar bens que possam garantir a execução, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório e conseqüente suspensão de seu curso por um ano, com vista a surtir os efeitos do artigo 270, do Provimento Geral Consolidado desta Corte, publicado no Diário da Justiça, Seção 3, n° 66, páginas 1/12, de 5/4/2006. Publique-se. Data supra. Juiz do Trabalho CRISTIANO SIQUEIRA DE ABREU E LIMA

PROCESSO:	**01082-2005-015-10-00-7 (0008)**
AUTOR	Sindicato dos Empregados no Comércio do Distrito Federal
ADVOGADO:	JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS
RÉU	GEZEBEL - REPRESENTAÇÕES COMERCIAL LTDA. (SUPERMERCADO BOM MOTIVO)
ADVOGADO:	MARCIO MACHADO VIEIRA
RÉU	BM - Alimentos Ltda. (Supermercado Bom motivo)
ADVOGADO:	MARCIO MACHADO VIEIRA
RÉU	BM - Alimentos Ltda. (Supermercado Bom motivo)
ADVOGADO:	MARCIO MACHADO VIEIRA
RÉU	BM - Alimentos Ltda. (Supermercado Bom motivo)
ADVOGADO:	MARCIO MACHADO VIEIRA

Vistos os autos. Estando a execução garantida mediante os numerários acima certificados, intime-se o exeqüente para manifestação nos termos do art. 884 da CLT. Cumpra-se. Data supra. Juiz do Trabalho CRISTIANO SIQUEIRA DE ABREU E LIMA

PROCESSO:	**00123-2006-015-10-00-9 (0009)**
RECLAMANTE	Carlos José Maciel
ADVOGADO:	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA
RECLAMADO	Gávea Empresa de Vigilância e Segurança Ltda.
RECLAMADO	Distrito Federal (Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal)
RECLAMADO	Otavio Alves Neto
RECLAMADO	Cléria Alves Cavalcanti

Vistos,etc. Tendo em vista o resultado negativo do leilão realizado pelo Juízo Deprecado, intime-se o exeqüente para ciência e indicar meios de prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento provisório, pelo prazo de um ano. Prazo de 5 dias. Publique-se. Data supra. Juiz do Trabalho CRISTIANO SIQUEIRA DE ABREU E LIMA

PROCESSO:	**00947-2006-015-10-00-9 (0010)**
RECLAMANTE	Valdemar Pereira dos Santos
ADVOGADO:	MICHELLE VITORIA CUSTODIO
RECLAMADO	Coral Serviços de Refeições Industriais Ltda.
ADVOGADO:	CELITA OLIVEIRA SOUZA

Vistos os autos.Homologo os cálculos de fls. 336/344, fixando o valor da execução em R$ 1.853,01 (Hum mil, oitocentos e cinqüenta e três reais e um centavo), valores atualizados até 30/06/2008, sem prejuízo de futuras atualizações.Os valores relativos às contribuições previdenciárias e fiscais, ora homologados, foram ratificados pelo INSS à fl. 345, restando cumprido o disposto no parágrafo terceiro do artigo 879 da CLT.Observe-se que, em 4/07/2008 (fls.347/351), houve a atualização de cálculos até 31/07/2008, que ora homologamos para fixar o valor da execução em R$ 1.871,77 (Hum mil, oitocentos e setenta e um reais e setenta e sete centavos). Especificação do débito: R$ 1.855,41 Crédito líqüido do exeqüenteR$ 3,53 INSS (reclamante)R$ 10,15 INSS (Empregador + SAT)R$ 2,68 INSS (Terceiros) R$ 1.992,00 Total dos Cálculos Não há incidência de IRPF nos referidos cálculos. Penhoro o depósito recursal de fl. 280, com o valor devidamente corrigido (fl. 346), no importe de R$ 5.124,07 (Cinco mil, cento e vinte e quatro reais e sete centavos), como garantia total da execução. Considerando que a execução encontra-se garantida mediante o depósito recursal acima mencionado, intime-se a executada para manifestação nos termos do art. 884 da CLT.Publique-se.Cumpra-se.Brasília, 09 de julho de 2008(quarta-feira) Juiz do Trabalho CRISTIANO SIQUEIRA DE ABREU E LIMA

PROCESSO:	**01112-2006-015-10-00-6 (0011)**
RECLAMANTE	André Luiz Siqueira Leite
ADVOGADO:	MOZART CAMAPUM BARROSO
RECLAMADO	SATA - SERV. AUX. DE TRANSPORTES AÉREO S.A.
ADVOGADO:	FRANCISCO OLIVEIRA THOMPSON FLORES
RECLAMADO	Viação Áerea Rio Grandense (VARIG S.A.)
ADVOGADO:	VICTOR RUSSOMANO JUNIOR
RECLAMADO	VARIG Logística S.A.
ADVOGADO:	SERGIO PALOMARES

Vistos os autos.Defiro, por 05 (cinco) dias, o prazo requerido pela executada (SATA - SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANPORTE AÉREO S.A), à fl. 396. Juiz do Trabalho CRISTIANO SIQUEIRA DE ABREU E LIMA

PROCESSO:	**00492-2007-015-10-00-2 (0012)**
RECLAMANTE	Valdetina Nunes de Oliveira
ADVOGADO:	DENIZAR GOMES DOS SANTOS FILHO
RECLAMADO	Lenita de Freitas Capanema
ADVOGADO:	CLAUDIA CALHEIRO NASTARI

Vistos,etc. Tendo em vista a manifestação da União de fl. 90/1, bem como o fato de tratar-se de execução de valores referentes a contribuições previdenciárias, indefiro o pedido de suspensão requerido pela executada às fls. 81/3. Intime-se a executada Lenita de Freitas Capanema para ciência do presente despacho, bem como para pagar a execução. Prazo de 48 horas.Decorrido o prazo in albis, proceda-se à pesquisa Bacen-Jud em desfavor da executada, CPF nº 221.668.231-49. Publique-se.Data supra.Juiz do Trabalho CRISTIANO SIQUEIRA DE ABREU E LIMA

PROCESSO:	**00789-2007-015-10-00-8 (0013)**
RECLAMANTE	Rita de Cássia Oliveira Santos
ADVOGADO:	CRAU ALVES LOPES
RECLAMADO	Luciene de Oliveira Santos
ADVOGADO:	ROSA MAURA CIPRIANO ARAUJO

Vistos os autos. Junte-se. Defiro. Expeça-se a certidão como requerida. Expedida a certidão intime-se o patrono da reclamante para recebimento. Prazo de 05 (cinco) dias. Publique-se. Brasília, 08.07.2008. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

PROCESSO:	**00932-2007-015-10-00-1 (0014)**
RECLAMANTE	Guilherme de Carvalho Veras
ADVOGADO:	EMENS PEREIRA DE SOUZA
RECLAMADO	POLLYSERVICE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA LTDA.
RECLAMADO	CNPQ -Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Vistos, etc.Ante a informação de "mudou-se" contida no SEED de intimação de decisão da primeira reclamada (fl. 133v.) intime-se o autor para informar o atual endereço da reclamada Pollyservice Administradora de Serviços Terceirizados de Limpeza Ltda. Prazo de 5 diasPublique-se. Data supra. Juiz do Trabalho CRISTIANO SIQUEIRA DE ABREU E LIMA

PROCESSO: **01061-2007-015-10-00-3 (0015)**
RECLAMANTE Sand Santana França Aguiar
ADVOGADO: AMERICO PAES DA SILVA
RECLAMADO Casa Bahia Comercial Ltda.
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO MOSCATO DE MIRANDA

Expedido o alvará, intime-se o exeqüente para no prazo de 05 (cinco) dias receber o seu crédito. Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

PROCESSO: **00175-2008-015-10-00-7 (0016)**
RECLAMANTE Luiz Fernando Cordeiro dos Santos
ADVOGADO: GERCILENIO MENEZES DE SOUZA
RECLAMADO Toca de Frios Comércio de Alimentos Ltda.
ADVOGADO: DANIELLE BASTOS MOREIRA

Vistos os autos.Considerando a manifestação do reclamante (fls. 63/64), expeça-se alvarás substitutivos às guias de FGTS e do Seguro Desemprego. No tocante a CTPS nada a deferir, uma vez que no acordo homologado à fl. 55 não restou consignado nenhuma determinação de anotação no referido documento. Proceda a Secretaria a devolução da CTPS do autor, intimando-o para recebimento. Após, intime-se o reclamante para no prazo de 05 (cinco) dias receber alvarás substitutivos às guias do FGTS, do Seguro Desemprego e a sua CTPS. Devendo no mesmo prazo, comprovar o valor sacado a título de FGTS a fim de que se proceda o cálculo do valor faltante, uma vez que no referido acordo a reclamada garantiu a integralidade dos depósitos. Ultimadas as determinações supra, conclusos os autos despacho. Cumpra-se. Publique-se.Data supra. Juiz do Trabalho CRISTIANO SIQUEIRA DE ABREU E LIMA

PROCESSO: **00191-2008-015-10-00-0 (0017)**
RECLAMANTE Gleice Rodrigues da Silva
ADVOGADO: GERALDO MARCONE PEREIRA
RECLAMADO Teleperformance CRM S/A
ADVOGADO: BRUNO PEREIRA MAGALHÃES

Vistos, etc.Intime-se a reclamante para, caso queira, apresentar contra-razões ao recurso ordinário interposto pela reclamada (fls.87/95), no prazo de 8 dias. Apresentadas ou decorrido o prazo, sem qualquer manifestação, remetam-se os autos ao Eg. TRT. Publique-se.Data supra. Juiz do Trabalho CRISTIANO SIQUEIRA DE ABREU E LIMA

PROCESSO: **00242-2008-015-10-00-3 (0018)**
RECLAMANTE Cristina Cunha Silva
ADVOGADO: HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO
RECLAMADO R Tomaz de Aquino Mercado ME
ADVOGADO: DAMIAO GOMES TEIXEIRA

Vistos os autos.Considerando o cumprimento pela executada do Mandado de Citação para Pagamento da multa, conforme guia de fl. 69, intime-se a autora ao seu recebimento. Prazo de 5 dias. Publique-se. Data supra. Juiz do Trabalho CRISTIANO SIQUEIRA DE ABREU E LIMA

PROCESSO: **00529-2008-015-10-00-3 (0019)**
RECLAMANTE Arnaldo do Reis da Rocha
ADVOGADO: BEATRIZ PEREIRA
RECLAMADO Conservo Serviços Gerais Ltda - Grupo Conservo BH

ATO ORDINATÓRIO: Ante o disposto no § 4º, do art. 162 do Código de Processo Civil e no art. 23 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. TRT 10ª Região, o presente feito terá a seguinte movimentação:Ficam as partes intimadas para manifestação acerca do laudo pericial (fls. 25/34). Prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, a começar pelo reclamante. Brasília, 10 julho de 2008.KLEBER FERREIRA COSTA -Diretor de Secretaria

PROCESSO: **00537-2008-015-10-00-0 (0020)**
RECLAMANTE Carlos Pontes Gomes
ADVOGADO: FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE
RECLAMADO Alosge Distribuidora de Jornais e Revistas Ltda. -ME
RECLAMADO TAM Linhas Aéreas S.A.

"Vistos os autos,nos termos do art.23,do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 31 de julho de 2008 às 14h10, para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 516, lote 02, Conjunto B, Bloco 01, nesta Capital. Intime-se o Reclamante, por SEED, e através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

PROCESSO: **00644-2008-015-10-00-8 (0021)**
RECLAMANTE Aldenor Batista da Silva
ADVOGADO: ABADIO FERREIRA DA SILVA
RECLAMADO CAENGE - Construção, Administração e Engenharia Ltda.

Vistos os autos, nos termos do art. 23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 04 de agosto de 2008 às 13h20 para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 516, lote 02, Conjunto B, Bloco 01, nesta Capital.Intime-se o Reclamante, por AR, e através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.Notifique(m)-se o(s)Reclamado(s), por SEED, enviando cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. A tramitação do presente feito observará as disposições da Lei nº 9.957/2000 (Procedimento Sumaríssimo), ressalvada a sistemática da audiência, a qual, considerando a diversidade/complexidade da matéria e pedidos em debate, e com base na faculdade estabelecida no art. 852-H, §§ 1º, será fracionada.Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT.Brasília-DF, 08 de julho de 2008 (3ª - feira).

PROCESSO: **00675-2008-015-10-00-9 (0022)**
RECLAMANTE Aline de Melo Alvares
ADVOGADO: GILBERTO CLAUDIO HOERLLE
RECLAMADO Banco Industrial e Comercial S.A.

" Vistos,etc. Trata-se de reclamação trabalhista originária da MM 19ª Vara do Trabalho de Brasilia, proposta por Aline de Melo Alvares, em face de Banco Industrial e Comercial S/A, remetida a esta Vara em virtude da conexão existente entre o presente processo e a ação trabalhista de nº 365-2008-015-10-00-4,desta vara, declarada às fls. 88/89. Inclua-se o feito na pauta do dia 31/07/2008,às 15:10 horas, sendo necessário o comparecimento das partes, sob pena de confissão(Súmula nº 74/TST).Concedo às partes o prazo de 05 dias para arrolamento de testemunhas, podendo trazê-las espontaneamente, sob pena de preclusão.Intime-se as partes, via postal. Publique-se para ciência dos procuradores. Data supra." Juiz do Trabalho AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO

PROCESSO: **00685-2008-015-10-00-4 (0023)**
RECLAMANTE Ana Paula Siqueira de Sousa Fernandes
ADVOGADO: NABIAN MARTINS DE PAIVA
RECLAMADO Cascol Combustiveis p/ Veiculos Ltda.

Vistos os autos, nos termos do art.23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 06 de agosto de 2008 às 14h00, para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 516, lote 02, Conjunto B, Bloco 01, nesta Capital.Intime-se o Reclamante, por SEED, e através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.Notifique-se o reclamado, por SEED, com cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Havendo necessidade de intimação de testemunha(s), o respetivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial ora designada, sob pena de preclusão. Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT.Brasília-DF, 08 de julho de 2008 (3ª - feira).

PROCESSO: **00686-2008-015-10-00-9 (0024)**
RECLAMANTE José Clodoaldo de Sousa
ADVOGADO: SIMONE DE SOUSA TORRES
RECLAMADO Pianino Pizzeiria LTDA

Vistos os autos, nos termos do art. 23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 04 de agosto de 2008 às 13h30 para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 516, lote 02, Conjunto B, Bloco 01, nesta Capital.Intime-se o Reclamante, por SEED, e através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.Notifique(m)-se o(s)Reclamado(s), por SEED, enviando cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Havendo necessidade de intimação de testemunha(s), o respetivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial ora designada, sob pena de preclusão. Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT.Brasília-DF, 08 de julho de 2008 (3ª - feira).

PROCESSO: **00687-2008-015-10-00-3 (0025)**
RECLAMANTE Carolina Rodrigues Bretas
ADVOGADO: ANA PAULA PEREIRA
RECLAMADO Grv Producoes Culturais Ltda. - ME

Vistos os autos, nos termos do art.23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 31 de julho de 2008 às 14h30, para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 516, lote 02, Conjunto B, Bloco 01, nesta Capital.Intime-se o Reclamante, por SEED, e através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.Notifique-se o reclamado, por SEED, com cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverãoo(s)reclamado(s)juntar,obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.Havendo necessidade de intimação de testemunha(s), o respetivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial ora designada, sob pena de preclusão.Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT.Brasília-DF, 08 de julho de 2008 (3ª - feira).

PROCESSO: **00688-2008-015-10-00-8 (0026)**
RECLAMANTE João Mendes da Silva
ADVOGADO: DALVA CORREIA LIMA RAFAEL
RECLAMADO Dam Engenharia e Consultoria Ltda.

Vistos os autos, nos termos do art. 23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 04 de agosto de 2008 às 13h25 para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 516, lote 02, Conjunto B, Bloco 01, nesta Capital.Intime-se o Reclamante, por SEED, e através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.Notifique(m)-se o(s)Reclamado(s), por SEED, enviando cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. A tramitação do presente feito observará as

disposições da Lei nº 9.957/2000 (Procedimento Sumaríssimo), ressalvada a sistemática da audiência, a qual, considerando a diversidade/complexidade da matéria e pedidos em debate, e com base na faculdade estabelecida no art. 852-H, §§ 1º, será fracionada.Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT.Brasília-DF, 08 de julho de 2008 (3ª - feira).

PROCESSO:	**00689-2008-015-10-00-2 (0027)**
RECLAMANTE	Maria do Livramento Ramos Lima
ADVOGADO:	RONALDO FALCAO SANTORO
RECLAMADO	Associação Atlética Banco do Brasil - AABB

Vistos os autos, nos termos do art.23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 31 de julho de 2008 às 14h20, para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 516, lote 02, Conjunto B, Bloco 01, nesta Capital.Intime-se o Reclamante, por SEED, e através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.Notifique-se o reclamado, por SEED, com cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Havendo necessidade de intimação de testemunha(s), o respetivo rol deverá ser apresentado na audiência inicial ora designada, sob pena de preclusão.Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT.Brasília-DF, 08 de julho de 2008 (3ª - feira).

PROCESSO:	**00690-2008-015-10-00-7 (0028)**
RECLAMANTE	Luciene da Crus Marques Ribeiro
ADVOGADO:	SERGIO AGOSTINI XAVIER
RECLAMADO	Ponto Zero Panificadora Ltda. - ME

Vistos os autos, nos termos do art. 23, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT.De ordem do Exmo. Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, designo o dia 04 de agosto de 2008 às 13h35 para realização da audiência inaugural relativa à presente Reclamação Trabalhista, a ser realizada na sala de audiências da Eg. 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, situada na avenida W/3 Norte, Quadra 516, lote 02, Conjunto B, Bloco 01, nesta Capital.Intime-se o Reclamante, por SEED, e através de seu procurador devidamente constituído, via DJ, para comparecimento pessoal, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 844, da CLT. Caso não tenha informado na petição inicial, nesta oportunidade deverá ser fornecido ao juízo o número da CTPS, do RG, do CPF e do PIS/PASEP do reclamante.Notifique(m)-se o(s)Reclamado(s), por SEED, enviando cópia da inicial, para comparecimento pessoal ou através de preposto(s) legalmente habilitado(s) (art. 843, da CLT), sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (art. 844, da CLT). A(s) parte(s) reclamada(s) deverá(ão) apresentar resposta, ficando desde logo intimada(s) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial. Com a defesa deverão o(s) reclamado(s) juntar, obrigatoriamente, cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa, bem como cópia CNPJ e do CEI (Cadastramento Específico do INSS), nos termos do Provimento nº 5/2003 de 09/10/03 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.A tramitação do presente feito observará as disposições da Lei nº 9.957/2000 (Procedimento Sumaríssimo), ressalvada a sistemática da audiência, a qual, considerando a diversidade/complexidade da matéria e pedidos em debate, e com base na faculdade estabelecida no art. 852-H, §§ 1º, será fracionada.Em havendo pedido de pagamento de horas extras, determina-se à reclamada que junto com a defesa, traga aos autos os originais ou cópias dos registros de freqüência do autor, relativos ao período contratual, nos termos do artigo 355 do CPC, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os horários indicados na exordial, nos moldes do artigo 359 do CPC, aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT.Brasília-DF, 08 de julho de 2008 (3ª - feira).

ÍNDICE

Advogado: (0021)	ABADIO FERREIRA DA SILVA	**26888/DF**
Advogado: (0015)	AMERICO PAES DA SILVA	**7772/DF**
Advogado: (0025)	ANA PAULA PEREIRA	**19383/O/DF**
Advogado: (0019)	BEATRIZ PEREIRA	**19645/T/DF**
Advogado: (0017)	BRUNO PEREIRA MAGALHÃES	**24115/GO**
Advogado: (0015)	CARLOS EDUARDO MOSCATO DE MIRANDA	**15735/DF**
Advogado: (0007)	CASSIUS FERREIRA MORAES	**19582/GO**
Advogado: (0010)	CELITA OLIVEIRA SOUZA	**3174/DF**
Advogado: (0012)	CLAUDIA CALHEIRO NASTARI	**248451/SP**
Advogado: (0013)	CRAU ALVES LOPES	**19942/DF**
Advogado: (0026)	DALVA CORREIA LIMA RAFAEL	**05614/O/DF**
Advogado: (0018)	DAMIAO GOMES TEIXEIRA	**26496/O/DF**
Advogado: (0016)	DANIELLE BASTOS MOREIRA	**09920/O/DF**
Advogado: (0012)	DENIZAR GOMES DOS SANTOS FILHO	**21303/DF**
Advogado: (0003)	ELION DA MATA FERREIRA	**12512/DF**
Advogado: (0014)	EMENS PEREIRA DE SOUZA	**6.371/DF**
Advogado: (0020)	FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE	**02300/O/DF**
Advogado: (0011)	FRANCISCO OLIVEIRA THOMPSON FLORES	**17122/O/DF**
Advogado: (0007)	GABRIELA OSORIO DE CARVALHO ARRUDA	**19607/DF**
Advogado: (0005) (0017)	GERALDO MARCONE PEREIRA	**14038/DF**
Advogado: (0016)	GERCILENIO MENEZES DE SOUZA	**17571/T/DF**
Advogado: (0022)	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE	**05166/O/DF**
Advogado: (0018)	HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO	**20190/O/DF**
Advogado: (0008)	JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS	**10434/DF**
Advogado: (0006)	JOAO LEITE	**12638/DF**
Advogado: (0009)	JONAS DUARTE JOSE DA SILVA	**6083/DF**
Advogado: (0002)	JORGE NARA	**7243/DF**
Advogado: (0008)	MARCIO MACHADO VIEIRA	**13458/DF**
Advogado: (0006)	MARCO AURELIO DE MORAES	**16614/DF**
Advogado: (0003)	MAURILIO DE SANTANA FILHO	**11719/DF**
Advogado: (0010)	MICHELLE VITORIA CUSTODIO	**19664/DF**
Advogado: (0004)	MIGUELZINHO MARTINS NOVAIS FILHO	**15428/DF**
Advogado: (0011)	MOZART CAMAPUM BARROSO	**9978/DF**
Advogado: (0023)	NABIAN MARTINS DE PAIVA	**17456/T/DF**
Advogado: (0006)	OSDYMAR MONTENEGRO MATOS	**2783/DF**
Advogado: (0006)	PAULO LOBO	**7402/BA**
Advogado: (0003)	RODRIGO MAZONI CURCIO RIBEIRO	**15536/O/DF**
Advogado: (0027)	RONALDO FALCAO SANTORO	**08325/O/DF**
Advogado: (0013)	ROSA MAURA CIPRIANO ARAUJO	**13637/DF**
Advogado: (0001)	RUBENS SANTORO NETO	**6819/DF**
Advogado: (0028)	SERGIO AGOSTINI XAVIER	**00908/A/DF**
Advogado: (0011)	SERGIO PALOMARES	**12526/DF**
Advogado: (0005)	SERGIO ROBERTO RONCADOR	**11306/DF**
Advogado: (0024)	SIMONE DE SOUSA TORRES	**17173/O/DF**
Advogado: (0002)	TULIUS BERQUO FERREIRA LEMES	**14311/O/DF**
Advogado: (0001)	VERA GESSY FERREIRA FARIA	**5074/DF**
Advogado: (0011)	VICTOR RUSSOMANO JUNIOR	**3609/DF**

EDITAL DE CITAÇÃO Nº 933/08

Processos nº : 286-2007-015-10-00-2
Reclamante : VALMIRA VIANA DA SILVA
Advogado : Simone de Sousa Torres
Reclamado : DANIELA FUGA CINTRA/ME

Sua excelência, AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO ,Juiz da 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica CITADO o executado DANIELA FUGA CINTRA/ME, para em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas, devidas nos termos da decisão, conforme atualização e homologação a seguir transcritas: "Homologo os cálculos de fls.92/103, fixando em R$ 4.168,30, o débito do Executado,sem prejuízo de futuras atualizações, valores atualizados até 30/11/07.

Total da execução	R$	4.168,30

Deverá o Reclamado comparecer à Secretaria desta Vara do Trabalho de Brasilia/DF, sita à SHLN 5l6, conj. "B", bl. 1, sala 313/315, onde poderá tomar conhecimento do inteiro teor da decisão e saldar seu débito. Este Edital será publico no Diário da Justiça,além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada. Eu, Kleber Ferreira Costa, Diretor de Secretaria conferi e subscrevi o presente Edital,em 10 de julho de 2008.

AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO
Juiz do Trabalho

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO Nº 338/08

Processo nº : 1221-2005-015-10-00-2
RECLAMANTE : FERNANDA APARECIDA DA SILVA
Advogado : Cristiane Aires do Rego
RECLAMADO(s): PAULO ROBERTO DE CASTRO

Sua Excelência AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO, Juiz da 15ª Vara do Trabalho de Brasília - DF,torna público que, pelo presente Edital, fica(m) INTIMADO(S) o(s) reclamado(s) PAULO ROBERTO DE CASTRO, que se encontra(m) em local incerto e não sabido, para tomar(em)ciência da sentença, proferido nos autos e a seguir transcrito:
"Conheço dos embargos de declaração como embargos à execução e, no mérito,julgo-os procedentes para determinar a adoção do cálculo de fls.174/182, atualizando-o e excluindo-se a parcela "INSS -Terceiros". Intimem-se as partes..″
O inteiro teor do sentença poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita à SHLN 5l6, conj. "B", bl. 1, sala 313/315.E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital ,que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.
Assinado pelo Diretor se Secretaria , por ordem do Excelentíssimo Juiz da 15ªVara do Trabalho de Brasilia/DF em 09 de julho de 2008.

KLEBER FERREIRA COSTA
Diretor de Secretaria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA Nº 932/08

Processo :537-2008-015-10-00-0
Reclamante :Carlos Pontes Gomes
Advogado :Francisca Aires de Lima Leite
Reclamado :ALOSGE DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA
Data da Audiência:31/07/2008 14h10min

Sua Excelência. AUGUSTO CESAR ALVES DE SOUZA BARRETO, Juiz da 15ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica NOTIFICADO(A)o(a)Reclamado -ALOSGE DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA, para comparecer perante esta Vara do Trabalho, na data e horário acima especificados, à AUDIÊNCIA INICIAL, relativa à reclamação trabalhista cuja cópia está à disposição do(a) reclamado(a) na Secretaria deste Juizo, sita na SHLN, Quadra 516-Lote 02- Bloco 01-Conjunto "B"- Salas 313/315- Brasilia/DF, onde deverá apresentar

defesa (art.846 da CLT).Deverá estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sob pena da Lei (art.844-CLT), sendo-lhe facultada a substituição prevista no parágrafo 1º do art. 843 consolidado. Este edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.
Assinado pelo Diretor de Secretaria, por ordem do Excelentíssimo Juiz da 15ª Vara do Trabalho de Brasilia/DF em 10 DE JULHO DE 2008.

KLEBER FERREIRA COSTA
Diretor de secretaria

16ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

DESPACHOS/DECISÕES

PROCESSO: **00184-2002-016-10-00-9 (0001)**
RECLAMANTE NADIA FERREIRA MARTINS
ADVOGADO: UBIRATAN BATISTA PEDROSO
RECLAMADO MEJIA E SANTOS LTDA (MONICA MEJIA)
RECLAMADO Monica Mejia
RECLAMADO Antonio de Assis Santos

Despacho/Decisão às fls.87:Vistos os autos.Primeiramente, o exequente deve fornecer o atual paradeiro dos sócios da reclamada ou requerer o que for de seu interesse, uma vez que, até a presente data, os sócios da executada não foram devidamente citados.Intime-se.Prazo de 05 dias.

PROCESSO: **00064-2003-016-10-00-2 (0002)**
RECLAMANTE JILVAN RODRIGUES ALKMIM
ADVOGADO: JUSCELINO REIS DE SOUZA
RECLAMADO AUTO POSTO GASOL LTDA
ADVOGADO: FLAVIA ANDREA FERREIRA PIMENTA

Despacho/Decisão às fls.435:Vistos.Considerando que a atualização anteriormente efetuada não contemplou o crédito do exequente ainda devido, aprovo os cálculos de fls. 432/434 e fixo o débito residual ainda existente referente ao crédito residual do exequente, em R$ 810,19, valor em 30.06.2008, sem prejuízo de futuras atualizações.Intimem-se as partes para ciência, podendo se manifestar, em cinco dias sucessivos, a começar da executada.Decorridos os prazos sem manifestações das partes, fica desde já determinada a liberação do crédito do exequente, a partir do valor remanescente certificado à fl. 427, liberando-se o crédito residual à executada.No mesmo ato, a Secretaria deverá providenciar o recolhimento previdenciário residual do empregador, a partir do depósito comprovado à fl. 431.

PROCESSO: **00815-2003-016-10-00-0 (0003)**
RECLAMANTE IRENE PEREIRA MEIRA
ADVOGADO: MARIA LINDINALVA DE SOUZA
RECLAMADO SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LTDA TCB
ADVOGADO: JORGE ALVES DE ARAUJO

Despacho/Decisão às fls.257:Ante a apresentação da transferência solicitada por meio do ofício de fls.251, intime-se a reclamante para vista, por 5 dias.Decorrido o prazo sem manifestação devolvam-se os autos ao arquivo definitivo, conforme determinado à fl.234.

PROCESSO: **01197-2003-016-10-00-6 (0004)**
RECLAMANTE EMANUEL BATISTA DA SILVA
ADVOGADO: GERALDO MARCONE PEREIRA
RECLAMADO TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS SA TELEBRAS
ADVOGADO: JOSE CICERO CORDEIRO

Despacho/Decisão às fls.408:Ante a comprovação do pagamento dos emolumentos, proceda a Secretaria a conferência e autenticação das cópias somente dos documentos produzidos por esta Vara, conforme determinado à fl.404.Intime-se o reclamante para recebimento em 5 dias.Após, devolvam-se os autos ao arquivo definitivo.

PROCESSO: **01174-2004-016-10-00-2 (0005)**
RECLAMANTE MARIA DO SOCORRO MOTA E SILVA
ADVOGADO: ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECLAMADO CAIXA ECONOMICA FEDERAL CEF
ADVOGADO: JOAO ROBERO DE TOLEDO

Despacho/Decisão às fls.355:Intime-se a exequente para que em 5 dias tenha vista das planilhas de cálculos realizados pela executada.

PROCESSO: **00046-2006-016-10-00-3 (0006)**
RECLAMANTE Helena Catia de Souza Vieira
ADVOGADO: JOSEVALDO DOS SANTOS SILVA
RECLAMADO Flora Gardem Gramados e Paisagismo Ltda.
RECLAMADO Sebastião de Castro
RECLAMADO Paulo Roberto de Castro

Despacho/Decisão às fls.176:Vistos.A reclamante requer desarquivamento dos autos e vista por 10 dias.Defiro.Intime-se a reclamante para vista requerida.Decorrido o prazo sem manifestação, devolvam-se os autos arquivo definitivo.

PROCESSO: **00564-2006-016-10-00-7 (0007)**
RECLAMANTE Francisco das Chagas de Lima
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS
RECLAMADO De La Rocque & Da S. Comércio de B. e Rest. Ltda
ADVOGADO: SEBASTIAO VALERIANO RODRIGUES

Despacho/Decisão às fls.326:Vistos.O reclamante requer o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial.Defiro.Intime-se o reclamante para que proceda ao desentranhamento em 5 dias.Após, devolvam os autos ao arquivo definitivo.

PROCESSO: **00081-2007-016-10-00-3 (0008)**
RECLAMANTE Jesus Almeida Lima
ADVOGADO: PEDRO MARTINS FILHO
RECLAMADO Frigocarnes Comércio e Representação de Produtos Bovinos Ltda. ME
ADVOGADO: ELVANE DE ARAUJO

Despacho/Decisão às fls.73:Intime-se o exequente para que tenha vista do teor do ofício emitido pela Vara do Trabalho de Luziânia/GO, devendo informar os meios necessários ao prosseguimento da execução. Prazo de 10 dias.

PROCESSO: **00869-2007-016-10-00-0 (0009)**
RECLAMANTE Flávio Melo de Araújo
ADVOGADO: ANALVA MOREIRA RAMOS
RECLAMADO AUDAC - Serviços Especializados de Cobrança e Atendimento Ltda.
ADVOGADO: MARINA BAHIA FERREIRA GUIMARAES

Despacho/Decisão às fls.271:Intime-se o reclamado para recebimento de seu crédito por meio da guia que está acostada à contracapa dos autos.Recebida a guia, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

PROCESSO: **01038-2007-016-10-00-5 (0010)**
CONSIGNANTE Banco Bradesco S.A.
ADVOGADO: JUAREZ MARTINS FERREIRA NETTO
CONSIGNADO Dourival Rego da Silva
ADVOGADO: GILBERTO CLAUDIO HOERLLE

Despacho de fls. : "Por motivo de reorganização de pauta, fica adiada a audiência marcada para o dia 12/08/2008, às 13h25min, e designo nova audiência de ENCERRAMENTO DE INSTRUÇÃO para o dia 19/08/2008, às 13h25min. Intimem-se as partes, por seus procuradores."

PROCESSO: **01039-2007-016-10-00-0 (0011)**
RECLAMANTE Elizete Souza Silva
ADVOGADO: RONALDO PINHEIRO DE ALMEIDA
RECLAMADO Cidade Serviços e Mão de Obra Especializada Ltda.
ADVOGADO: DIVA MARIA MESQUITA DE S. LOBO

Despacho/Decisão às fls.152:Vistos.Expeça-se alvará autenticando em guias próprias os valores fixados à fl.147 utilizando o crédito noticiado à fl.97.Declaro extinta a execução.Intimem-se as partes e a União/PGF sendo o reclamante para recebimento do alvará em 5 dias devendo nos 10 dias subsequentes comprovar a movimentação do alvará.Decorridos os prazos e comprovada a movimentação do alvará, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

PROCESSO: **01137-2007-016-10-00-7 (0012)**
RECLAMANTE Tiago José Vieira
ADVOGADO: FABIANA VENDRAMINI NUNES OLIVEIRA
RECLAMADO Rgm Com. de Peças e Serviços Ltda.
ADVOGADO: RODRIGO BRITO DA SILVA

Despacho/Decisão às fls.33: Homologo o cálculo fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT). Especificação do débito: Resumo de Cálculo INSS Terceiros....: 228,09 (15,91%) INSS Pacto Laboral: 1.205,40 (84,09%) Total Geral: 1.433,49 Atualizado:31/07/2008 Intime-se a Reclamada para comprovar os recolhimentosprevidenciários, no prazo de 48 horas, sob pena de execução.D.S.

PROCESSO: **01225-2007-016-10-00-9 (0013)**
RECLAMANTE Isac Ferreira de Macedo
ADVOGADO: JUAREZ DE OLIVEIRA BENJAMIM
RECLAMADO Fundação Zerbini
ADVOGADO: HELEN DOS SANTOS REIS

Despacho/Decisão às fls.139:Vistos.Ante os termos da petição da executada e a comprovação de quitação do débito, considero como desistência do prazo para oposição de embargos.Intime-se o exequente para que em 5 dias tenha vista dos cálculos homologado e do Juízo garantido.

PROCESSO: **00062-2008-016-10-00-8 (0014)**
RECLAMANTE Anna Carolina Sampaio Cardoso de Andrade
ADVOGADO: ANDRE VIEIRA MACARINI.
RECLAMADO Academia Geração Atleta Ltda.ME(na pessoa da sócia Francisleide Ribeiro de Souza Soares)
ADVOGADO: LUIZ GUARACI DAVID

Despacho/Decisão às fls.34: Homologo o cálculo fixando o débito conforme discriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT). Especificação do débito: Resumo de Cálculo INSS Reclamante...: 110,42 (35,48%) INSS Reclamado....: 200,76 (64,52%) Total Geral: 311,18 Atualizado:31/07/2008 Intime-se a Reclamada para comprovar os recolhimentos previdenciários, no prazo de 48 horas, sob pena de execução.D.S.

PROCESSO: **00183-2008-016-10-00-0 (0015)**
RECLAMANTE Maria Carolina Lopes de Oliveira
ADVOGADO: ANA FLAVIA TORRES COSTA E SILVA COUTO
RECLAMADO S/A Correio Braziliense
ADVOGADO: MARCELO PIMENTEL

Despacho/Decisão às fls.239:Intime-se a reclamante para vista acerca do recurso ordinário interposto pelo reclamado. Prazo legal.

PROCESSO: **00241-2008-016-10-00-5 (0016)**
RECLAMANTE Rodrigo Domingues Borges
ADVOGADO: JOMAR ALVES MORENO
RECLAMADO ZL Ambiental Ltda.
ADVOGADO: MICHELLE CRISTHINA DIAS
RECLAMADO Fundação Nacional do Índio - FUNAI

Despacho/Decisão às fls.194:Vistos os autos.Considerando a possibilidade de se conferir efeito modificativo ao julgado, dê-se vista às reclamadas para, querendo, manifestarem-se acerca dos embargos de declaração opostos pelo reclamante (OJ 142/SBDI-1/TST), no prazo legal.Intime-se a primeira reclamada.Expeça-se mandado à segunda ré.

PROCESSO: **00278-2008-016-10-00-3 (0017)**
RECLAMANTE Leomar Pereira de Oliveira
ADVOGADO: ANDRE VIEIRA MACARINI
RECLAMADO Rhox Comunicação de Dados Ltda.
ADVOGADO: CRISTIANO DE FREITAS FERNANDES

Despacho/Decisão às fls.103:Apense-se com grampos à contracapa dos autos.Intime-se a reclamada para que em 5 dias proceda às devidas anotações na CTPS do reclamante.

PROCESSO: **00331-2008-016-10-00-6 (0018)**
RECLAMANTE Vicente Alves de Paula
ADVOGADO: RUBENS SANTORO NETO
RECLAMADO Milênio Engenharia Ltda.
RECLAMADO Fundação Universidade de Brasília
ADVOGADO: JOSE BONIFACIO DA SILVA FIGUEIREDO

Despacho/Decisão às fls.101:Primeiramente intime-se o reclamante para vista caso queira acerca do recurso ordinário interposto pela 2.ª reclamada. Prazo legal.

PROCESSO: **00512-2008-016-10-00-2 (0019)**
AUTOR Robério Luis Da Silva Severiano
ADVOGADO: EDSON ROSEMAR O COSTA
RÉU Coronário Editora Gráfica Ltda.
ADVOGADO: JOAO DE CARVALHO LEITE NETO

Despacho/Decisão às fls.50/56:"(...ISSO POSTO, na Ação Trabalhista n. 512-2008-016-10-00-2 proposta por ROBÉRIO LUIS DA SILVA SEVERIANO em face de CORONÁRIO EDITORA GRÁFICA LTDA., resolvo, nos termos da fundamentação supra, que integra este dispositivo para todos os fins, rejeito as argüições de inépcia da petição inicial, impossibilidade jurídica do pedido e prescrição bienal e resolvo extinguir o processo com resolução de mérito (art. 269, I, CPC), para julgar IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor.Custas pelo reclamante no valor de R$430,07 (quatrocentos e trinta reais e sete centavos), atribuídas proporcionalmente ao valor atribuído à causa (R$21.503,80 - vinte e um mil, quinhentos e três reais e oitenta centavos), dos quais fica dispensado do pagamento, posto que lhe foi deferido o benefício da Justiça Gratuita.O Reclamante está ciente da publicação desta sentença, a teor do disposto na Súmula 197/TST. Intime-se a reclamada via Diário da Justiça.)"

PROCESSO: **00532-2008-016-10-00-3 (0020)**
RECLAMANTE Tânia Mara de Lima Pantaleão Brito
ADVOGADO: LUIS ANTONIO CASTAGNA MAIA
RECLAMADO Banco ABN AMRO REAL S.A.
ADVOGADO: CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR

Despacho/Decisão às fls.195:Vistos.O reclamado requer prorrogação do prazo para assinar a CTPS do reclamante.Defiro.Intime-se o reclamado para que proceda às devidas anotações no prazo de 5 dias.

PROCESSO: **00537-2008-016-10-00-6 (0021)**
RECLAMANTE Jackson Humberto Cruz de Oliveira
ADVOGADO: BEATRIZ PEREIRA
RECLAMADO Conservo Serviços Gerais Ltda. - Grupo Conservo BH
ADVOGADO: SAMUEL OLIVEIRA MACIEL

Despacho de fls. : "Por motivo de reorganização de pauta, fica adiada a audiência marcada para o dia 13/08/2008, às 13h20min, e designo nova audiência de ENCERRAMENTO DE INSTRUÇÃO para o dia 20/08/2008, às 13h20min. Intimem-se as partes, por seus procuradores."

PROCESSO: **00541-2008-016-10-00-4 (0022)**
RECLAMANTE Luiz Carlos de Souza Oliveira
ADVOGADO: BEATRIZ PEREIRA
RECLAMADO Conservo Serviços Gerais Ltda. - Grupo Conservo BH
ADVOGADO: SAMUEL OLIVEIRA MACIEL

Despacho de fls. : "Por motivo de reorganização de pauta, fica adiada a audiência marcada para o dia 13/08/2008, às 13h15min, e designo nova audiência de ENCERRAMENTO DE INSTRUÇÃO para o dia 20/08/2008, às 13h15min. Intimem-se as partes, por seus procuradores."

PROCESSO: **00592-2008-016-10-00-6 (0023)**
RECLAMANTE Ancelmo Rodrigues da Cruz
ADVOGADO: JOAO EVANGELISTA DE OLIVEIRA
RECLAMADO Dcorline Conservação e Limpeza Ltda.
ADVOGADO: VALDIR CAMPOS LIMA

Despacho/Decisão às fls.85/90:"(...Ex positis, DECIDE o Juízo da 16ª Vara do Trabalho de Brasília/DF julgar o pedido PROCEDENTE EM PARTE, para condenar o reclamado a prestar ao reclamante as obrigações de pagar deferidas na fundamentação da presente decisão, que fica fazendo parte integrante desta disposição e que são as seguintes:a)15 horas extras mensais, entre 24/24/4/2007 e 19/4/2008. com acréscimo de 50%, descontado do montante apurado a importância de R$325,25.Deverá o reclamado, ainda, prestar as seguintes obrigações de fazer:b) liberar, em favor do reclamante, o instrumento apto à movimentação da conta vinculada em nome do autor, que deverá conter os depósitos de FGTS no período de vinculação, calculado na base de 8% de todas as parcelas remuneratórias, constantes dos recibos de pagamento e do 13° pago no ato rescisório, bem como indenização compensatória pela despedida injusta, da ordem de 40% do saldo atualizado da conta, e,c) entregar ao autor o formulário do seguro desemprego.Juros e Correção Monetária, como de direito.Concede-se ao reclamante o benefício de gratuidade de Justiça.Custas, pelo reclamado, no importe de R$20,00 (vinte reais), calculadas sobre R$1.000,00 (um mil reais), valor arbitrado à condenação nesta oportunidade e aproveitado para este fim.Declara-se que, observados os tetos de contribuição por parte do segurado, mês a mês, são suscetíveis de incidência previdenciária as parcelas deferidas pela presente decisão e concernentes a: horas extras- art. 832,§3º, da CLT c/c Lei 8.212/91, art. 28,§9º). Em caso de não cumprimento espontâneo da decisão, incluam-se na conta de liquidação as contribuições previdenciárias a cargo de ambas as partes (art. 114, §3º, da CF c/c art.879, §1º-A, da CLT.Observe-se o Provimento CG/TST nº 01/96.Recolhimentos fiscais, nos termos da Lei 10.833, de 29.12.2003.Cumpra-se em 48 horas, após o trânsito em julgado. No silêncio, à execução, nos moldes do art. 878, do Texto Consolidado.As partes deverão ser intimadas da publicação da presente decisão.)"

PROCESSO: **00694-2008-016-10-00-1 (0024)**
RECLAMANTE Maria de Lourdes da Conceição
ADVOGADO: MARCUS AURELIO BESSA VIEIRA
RECLAMADO Pronto Socorro São Camilo S.C. Ltda.

Despacho/DEcisão de fl.26 "Vistos, etc.O feito deverá tramitar sob o rito sumaríssimo, haja vista o valor atribuído à causa ser inferior a 40 (quarenta) salários mínimos, além de não estarem presentes as hipóteses do art. 852-A, parágrafo único, da CLT.Observe a Secretaria, devendo promover as alterações ertinentes no cadastro processual, bem como a alteração da capa.Incluo o feito na pauta do dia 22/07/2008 às 13h45min.Intime-se o reclamante por seu procurador.Notifique-se o reclamado, via postal.As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do art. 844 da CLT.Dê-se ciência às partes, ainda, que a audiência será UNA (art. 852, "C" da CLT), e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias, inclusive as testemunhais, cujo número é de, no máximo, duas (CLT art. 852, letra "H", §2º), sob pena de preclusão.Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

PROCESSO: **00695-2008-016-10-00-6 (0025)**
RECLAMANTE Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares - FENTECT
ADVOGADO: CLAUDIO SANTOS DA SILVA
RECLAMADO Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

Despacho/Decisão às fls.335/336:Vistos etc.FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CORREIOS, TELÉGRAFOS E SIMILARES - FENTECT, devidamente qualificada na exordial, ajuizou AÇÃO DE RITO ORDINÁRIO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA, em desfavor de EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT).Afirma a autora, em síntese, que a ECT, ao noticiar a implementação unilateral do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS, sem a anuência prévia dos trabalhadores e/ou seus representantes, descumpriu cláusula coletiva que previa o mútuo consentimento entre as partes. Alega que o novo regulamento mostra-se ilícito e não-isonômico, e que trará prejuízos aos empregados por estar em confronto com as normas trabalhistas, não respeitando os limites das condições contratualmente estabelecidas. Requer a antecipação dos efeitos da tutela para que a ré abstenha-se de implementar, unilateralmente, o novo PCCS.Não vislumbro, todavia, possibilidade de se decidir antecipadamente no feito, inaudita altera pars.Isso porque a implementação de PCCS é ato de liberalidade empresarial ínsito à prerrogativa que possuem as empresas de administrar e organizar a estrutura funcional e salarial de seus empregados, estabelecendo regramento interno a tal intento.A verificação de eventual inobservância da legislação vigente, sobretudo das normas cogentes de caráter imperativo que estabelecem o patamar mínimo de direitos impassíveis de negociação para menos, ou mesmo irrenunciáveis, há que ser realizada a posteriori, no caso concreto, devendo, na pertinência da hipótese, ser reconhecida a nulidade da cláusula abusiva, porque ilegal, à luz dos artigos 9º e 468, da CLT.Desse modo, ausente o alegado periculum in mora.Por outro lado, a autora não indicou quais os dispositivos da CLT que estariam sendo violados pelas cláusulas do referido plano, fazendo apenas alusão genérica à possível ilicitude e não-isonomia, com o que não se verifica, de plano, e por prova inequívoca, a aparência do direito.Assim sendo, porque não preenchidos os requisitos insertos no artigo 273 do CPC, indefiro o pedido.Inclua-se o feito na pauta do dia 30.07.2008, às 15h10.A audiência será UNA.As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.Notifique-se a ré.Intime-se a autora.

PROCESSO: **00698-2008-016-10-00-0 (0026)**
RECLAMANTE Fabiano Alves do Nascimento
ADVOGADO: HOSANAH MUNIZ DA COSTA
RECLAMADO Allicerce Construtora e Incorporadora Ltda.
RECLAMADO RFC Serviços de Construção

Ato ordinatório de fls. 11: "O processo foi distribuído sob o rito sumaríssimo para a solução do presente litígio, nos termos da lei. Incluo o feito na pauta do dia 23/07/2008 às 13h45min. Intime-se o reclamante, por seu procurador. Notifiquem-se os reclamados, via postal. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Dê-se ciência às partes, ainda, que a audiência será UNA (art. 852, "C" da CLT), e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias, inclusive as testemunhais, cujo número é de, no máximo, duas (CLT art. 852, letra "H", §2º), sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações."

PROCESSO: **00699-2008-016-10-00-4 (0027)**
RECLAMANTE Adriana Aparecida Guimarães da Silva
ADVOGADO: JOAO CANDIDO DA SILVA
RECLAMADO Premiun Construtora e Serviços Especializados Ltda.

Ato ordinatório de fls. 28: "Incluo o feito na pauta do dia 29/7/2008 às 13h20min. Intime-se o reclamante por seu procurador. Notifique-se o reclamado, via postal. A audiência será INICIAL para recebimento da defesa. A audiência em prosseguimento, de instrução, será designada posteriormente. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT(inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações."

PROCESSO: **00700-2008-016-10-00-0 (0028)**
RECLAMANTE Francinete Nascimento dos Santos
ADVOGADO: JOSE BATISTA NETO
RECLAMADO Asa Odontologia

Ato ordinatório de fls. 14: "O processo foi distribuído sob o rito sumaríssimo para a solução do presente litígio, nos termos da lei. Incluo o feito na pauta do dia 23/07/2008 às 13h30min. Intime-se o reclamante, por seu procurador. Notifique-se o reclamado, via postal. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Dê-se ciência às partes, ainda, que a audiência será UNA (art. 852, "C" da CLT), e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias, inclusive as testemunhais, cujo número é de, no máximo, duas (CLT art. 852, letra "H", §2º), sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações."

PROCESSO: **00701-2008-016-10-00-5 (0029)**
RECLAMANTE Jonas Caldeira Fernandes
ADVOGADO: JUAREZ DE OLIVEIRA BENJAMIM
RECLAMADO Syn da Amazônia Ltda.

Ato ordintório de fls. 124: "O processo foi distribuído sob o rito sumaríssimo para a solução do presente litígio, nos termos da lei. Incluo o feito na pauta do dia 30/07/2008 às 14h15min. Intime-se o reclamante, por seu procurador. Notifique-se o reclamado, via postal. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Dê-se ciência às partes, ainda, que a audiência será UNA (art. 852, "C" da CLT), e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias, inclusive as testemunhais, cujo número é de, no máximo, duas (CLT art. 852, letra "H", §2º), sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações."

PROCESSO: **00702-2008-016-10-00-0 (0030)**
RECLAMANTE Ivan Ilton da Silva Batista
ADVOGADO: ALEXANDRE DA SILVEIRA BARBOSA
RECLAMADO Wm e Pc Comércio de Alimentos Ltda.

Ato ordinatório de fls. 12: "Incluo o feito na pauta do dia 28/7/2008 às 13h20min. Intime-se o reclamante por seu procurador. Notifique-se o reclamado, via postal. A audiência será INICIAL para recebimento da defesa. A audiência em prosseguimento, de instrução, será designada posteriormente. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT(inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações."

PROCESSO: **00703-2008-016-10-00-4 (0031)**
RECLAMANTE Luzia Rosena da Silva
ADVOGADO: BEATRIZ PEREIRA
RECLAMADO Conservo Serviços Gerais Ltda. - Grupo Conservo BH

Ato ordinatório de fls. 09: "O processo foi distribuído sob o rito sumaríssimo para a solução do presente litígio, nos termos da lei. Incluo o feito na pauta do dia 24/07/2008 às 13h30min. Intime-se o reclamante, por seu procurador. Notifique-se o reclamado, via postal. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Dê-se ciência às partes, ainda, que a audiência será UNA (art. 852, "C" da CLT), e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias, inclusive as testemunhais, cujo número é de, no máximo, duas (CLT art. 852, letra "H", §2º), sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações."

PROCESSO: **00704-2008-016-10-00-9 (0032)**
RECLAMANTE Raquel Cristina de Jesus Basta
ADVOGADO: JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO MG Artezanato. - ME

Ato ordinatório de fls. 28: "Incluo o feito na pauta do dia 24/7/2008 às 14h50min. Intime-se o reclamante por seu procurador. Notifique-se o reclamado, via postal. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do art. 844 da CLT. Dê-se ciência às partes, ainda, de que a audiência será UNA, e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias. As testemunhas deverão ser trazidas espontaneamente ou arroladas no prazo de 05 (cinco) dias, antes da audiência, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações."

PROCESSO: **00705-2008-016-10-00-3 (0033)**
RECLAMANTE Maria Iraci Darc da Silva
ADVOGADO: CELIA MARIA REGIS VALENTE
RECLAMADO Fiança Empresa de Seguirança Ltda.

Ato ordinatório de fls. 28: "Incluo o feito na pauta do dia 4/8/2008 às 14h50min. Intime-se o reclamante por seu procurador. Notifique-se o reclamado, via postal. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do art. 844 da CLT. Dê-se ciência às partes, ainda, de que a audiência será UNA, e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias. As testemunhas deverão ser trazidas espontaneamente ou arroladas no prazo de 05 (cinco) dias, antes da audiência, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações."

PROCESSO: **00706-2008-016-10-00-8 (0034)**
RECLAMANTE Benedito Pinto de Freitas
ADVOGADO: JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
RECLAMADO Construtora Better S. A.

Ato ordinatório de fls. 11: "O processo foi distribuído sob o rito sumaríssimo para a solução do presente litígio, nos termos da lei. Incluo o feito na pauta do dia 22/07/2008 às 13h30min. Intime-se o reclamante, por seu procurador. Notifique-se o reclamado, via postal. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Dê-se ciência às partes, ainda, que a audiência será UNA (art. 852, "C" da CLT), e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias, inclusive as testemunhais, cujo número é de, no máximo, duas (CLT art. 852, letra "H", §2º), sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações."

ÍNDICE

Advogado: ALEXANDRE DA SILVEIRA BARBOSA **25604/O/DF** (0030)
Advogado: ANA FLAVIA TORRES COSTA E SILVA COUTO **23458/O/DF** (0015)
Advogado: ANALVA MOREIRA RAMOS **24.002/DF** (0009)
Advogado: ANDRE VIEIRA MACARINI **02705/O/DF** (0017)
Advogado: ANDRE VIEIRA MACARINI. **2705/DF** (0014)
Advogado: BEATRIZ PEREIRA **19645/T/DF** (0021) (0022) (0031)
Advogado: CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR **10424/O/DF** (0020)

Advogado: (0033)	CELIA MARIA REGIS VALENTE	**12180/O/DF**
Advogado: (0025)	CLAUDIO SANTOS DA SILVA	**10081/O/DF**
Advogado: (0017)	CRISTIANO DE FREITAS FERNANDES	**13455/O/DF**
Advogado: (0011)	DIVA MARIA MESQUITA DE S. LOBO	**7961/DF**
Advogado: (0019)	EDSON ROSEMAR O COSTA	**10008/GO**
Advogado: (0008)	ELVANE DE ARAUJO	**14.315/GO**
Advogado: (0012)	FABIANA VENDRAMINI NUNES OLIVEIRA	**14989/DF**
Advogado: (0002)	FLAVIA ANDREA FERREIRA PIMENTA	**14622/DF**
Advogado: (0004)	GERALDO MARCONE PEREIRA	**14038/DF**
Advogado: (0010)	GILBERTO CLAUDIO HOERLLE	**5166/DF**
Advogado: (0013)	HELEN DOS SANTOS REIS	**25740/DF**
Advogado: (0026)	HOSANAH MUNIZ DA COSTA	**09578/O/DF**
Advogado: (0032)	JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS	**10434/O/DF**
Advogado: (0027)	JOAO CANDIDO DA SILVA	**03737/O/DF**
Advogado: (0019)	JOAO DE CARVALHO LEITE NETO	**19914/O/DF**
Advogado: (0023)	JOAO EVANGELISTA DE OLIVEIRA	**07783/O/DF**
Advogado: (0005)	JOAO ROBERO DE TOLEDO	**76258/MG**
Advogado: (0016)	JOMAR ALVES MORENO	**05218/O/DF**
Advogado: (0003)	JORGE ALVES DE ARAUJO	**6364/DF**
Advogado: (0028)	JOSE BATISTA NETO	**05729/O/DF**
Advogado: (0018)	JOSE BONIFACIO DA SILVA FIGUEIREDO	**11034/O/DF**
Advogado: (0004)	JOSE CICERO CORDEIRO	**11204/O/DF**
Advogado: (0034)	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS	**09004/O/DF**
Advogado: (0006)	JOSEVALDO DOS SANTOS SILVA	**20058/DF**
Advogado: (0013)	JUAREZ DE OLIVEIRA BENJAMIM	**10. 909/DF**
Advogado: (0029)	JUAREZ DE OLIVEIRA BENJAMIM	**10909/O/DF**
Advogado: (0010)	JUAREZ MARTINS FERREIRA NETTO	**229636/SP**
Advogado: (0002)	JUSCELINO REIS DE SOUZA	**09972/O/DF**
Advogado: (0020)	LUIS ANTONIO CASTAGNA MAIA	**13377/O/DF**
Advogado: (0014)	LUIZ GUARACI DAVID	**25446/O/DF**
Advogado: (0015)	MARCELO PIMENTEL	**01565/A/DF**
Advogado: (0024)	MARCUS AURELIO BESSA VIEIRA	**24652/O/DF**
Advogado: (0003)	MARIA LINDINALVA DE SOUZA	**22536/DF**
Advogado: (0009)	MARINA BAHIA FERREIRA GUIMARAES	**21040/O/DF**
Advogado: (0016)	MICHELLE CRISTHINA DIAS	**23763/O/DF**
Advogado: (0007)	PAULO AYRTON CAMPOS	**8521/DF**
Advogado: (0008)	PEDRO MARTINS FILHO	**9158/DF**
Advogado: (0012)	RODRIGO BRITO DA SILVA	**25787/DF**
Advogado: (0011)	RONALDO PINHEIRO DE ALMEIDA	**7764/DF**
Advogado: (0018)	RUBENS SANTORO NETO	**06819/O/DF**
Advogado: (0021) (0022)	SAMUEL OLIVEIRA MACIEL	**72793/MG**
Advogado: (0007)	SEBASTIAO VALERIANO RODRIGUES	**8446/DF**
Advogado: (0001)	UBIRATAN BATISTA PEDROSO	**5350/DF**
Advogado: (0005)	ULISSES RIEDEL DE RESENDE	**968/DF**
Advogado: (0023)	VALDIR CAMPOS LIMA	**00870/O/DF**

EDITAIS

PROCESSO:	**00134-2003-016-10-00-2 (0001)**
EDITAL:	**000.320/2008**
RECLAMANTE	FERNANDO LUIZ FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO:	SILVANETE CANDIDA SENA
RECLAMADO	PLANER SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA + 01
RECLAMADO	UNIAO FEDERAL (CAMARA DOS DEPUTADOS)
RECLAMADO	Otacílio Reis Filho
RECLAMADO	João Vicente Cunha
RECLAMADO	Wlater Antunes dos Reis

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz(a) do Trabalho da 16ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado PLANER SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA + 01, que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO de fls.1462 proferido nos autos e a seguir transcrito: "Intime-se a 2ª reclamada/União por mandado e 3º, 4ºe 5º reclamados para ciência dos termos da sentença de fls. 1458/1460."fls. 1458/1460(...Pelo exposto, julgo procedentes em parte os embargos à execução opostos pela União, conforme os fundamentos que passam a integrar este dispositivo.Por se tratar a embargante da União, fica isenta do recolhimento das custas processuais (art. 790-A, inciso I, da CLT).Transitado em julgado, atualize-se a conta de fl.1.448 e expeça-se o precatório, na forma da lei.Intimem-se o embargado e a União (segunda executada).)" O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SHLN - Q.516 - Lote 2 - Conj.'B' - 3º Andar. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por GELMA DE SOUSA ALVES Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 16ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 10, JULHO de 2008.

PROCESSO:	**00411-2007-016-10-00-0 (0002)**
EDITAL:	**000.319/2008**
RECLAMANTE	Alexandre de Fraga
ADVOGADO:	JOMAR ALVES MORENO
RECLAMADO	United Segurança Ltda.
RECLAMADO	Correio Brasiliense S.A.
ADVOGADO:	AFONSO HENRIQUE LUDERITZ DE MEDEIROS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz(a) do Trabalho da 16ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado United Segurança Ltda., que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência do DESPACHO de fls.269 proferido nos autos e a seguir transcrito: "Vistos. Decalaro extinta a execução. Intimem-se as partes.Decorridos os prazos, remetam-se os autos ao arquivo definitivo." O inteiro teor do despacho poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SHLN - Q.516 - Lote 2 - Conj.'B' - 3º Andar. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por GELMA DE SOUSA ALVES Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 16ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 10, JULHO de 2008.

PROCESSO:	**00207-2008-016-10-00-0 (0003)**
EDITAL:	**000.321/2008**
RECLAMANTE	Jeferson de Souza Silva
ADVOGADO:	UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA
RECLAMADO	Virtual Service Empresa de Serviços Gerais Ltda.
RECLAMADO	Centrais Elétricas do Norte - Eletronorte
ADVOGADO:	ANDREI BRAGA MENDES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) SOLANGE BARBUSCIA DE CERQUEIRA GODOY, Juiz(a) do Trabalho da 16ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO o reclamado Virtual Service Empresa de Serviços Gerais Ltda., que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência da DECISÃO de fls. 156/168 proferida nos autos e a seguir transcrito: " ...ISSO POSTO, na Ação Trabalhista n. 207-2008-016-10-00-0, proposta por JEFERSON DE SOUZA SILVA em face de VIRTUAL SERVICE EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA. e CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE - ELETRONORTE, nos termos da fundamentação supra, que integra este dispositivo para todos os fins, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva e resolvo extinguir o processo com resolução de mérito (art. 269, I, CPC) para condenar a primeira reclamada:1) a pagar em 8 (oito) dias, figurando a segunda reclamada como responsável subsidiária:1.1) saldo de salários - R$1324,29 (mil, trezentos e vinte e quatro reais e vinte e nove centavos); 1.2) aviso prévio - R$1569,94 (mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos);1.3) férias integrais 2005/2006 acrescidas de um terço - R$2088,02 (dois mil, oitenta e oito reais e dois centavos);1.4) 8/12 de férias proporcionais acrescidas de um terço - R$1392,01 (mil, trezentos e noventa e dois reais e um centavos); 1.5) 3/12 de 13º salário proporcional - R$392,48 (trezentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos);1.6) multa do artigo 477 da CLT - R$1569,94 (mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos); 1.7) horas extras, a serem pagas com acréscimo de 50% (cinqüenta por cento) do valor da hora normal de trabalho, nos seguintes meses e quantidades: novembro/2006 - 11h55min; janeiro/2006 - 12h35min; fevereiro/2006 - 1h40min; abril/2006 - 4h52min; junho/2006 - 6h45min.1.8) 2 (duas) horas extras diárias referentes ao labor durante o período de intervalo, de segunda a sexta-feira, a serem pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal de trabalho, nos meses de novembro/2006 a fevereiro/2006, abril/2006 e junho/2006;

.9) 3 (três) horas extras diárias, de segunda a sexta-feira, no período de 18/07/2005 a 31/10/2005, março/2006, maio/2006, e de julho/2006 a 26/02/2007, a serem pagas com adicional de 50% (cinqüenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho;

.10) repercussão das horas extras sobre o FGTS, multa fundiária, férias acrescidas de um terço, 13º salário, repouso semanal remunerado e aviso prévio indenizado;1.11) honorários advocatícios no percentual de 15% (quinze por cento) do crédito trabalhista;

) a cumprir as seguintes obrigações de fazer: 2.1) retificar a data de término do contrato de trabalho na CTPS, observando a data de 26/03/2007; 2.2) realizar o depósito na conta vinculada do reclamante do FGTS dos meses de julho a dezembro/2005, dezembro/2006, 13º salário de 2006, janeiro e fevereiro/2007, além da multa fundiária de 40% (quarenta por cento) sobre a totalidade do FGTS.Na recusa da reclamada em cumprir a obrigação de fazer concernente aos depósitos fundiários, a obrigação de fazer converter-se-á em obrigação de dar (pagar), respondendo subsidiariamente por ela a segunda reclamada. Caso haja recusa em retificar a CTPS, a anotação será feita pela Secretaria da Vara.liquidação dos valores devidos ao Reclamante far-se-á por simples cálculos, observando que a maioria das parcelas já foi fixada em valores líquidos, históricos e sem atualização, considerando o salário para fins rescisórios de R$1569,94 (o saldo de salários considerou tal valor, mas limitou-se ao pedido do autor). Para a liquidação do pedido de FGTS em atraso, serão observados os seguintes valores como devidos: julho/2005 - R$38,33; agosto/2005 - R$95,83; setembro/2005 - R$80,80; outubro/2005 - R$80,80; novembro/2005 - R$80,80; dezembro/2005 - R$87,66; dezembro/2006 - R$85,65; 13º salário de 2006 - R$108,62; janeiro/2007 - R$85,65; fevereiro/2007 - R$76,82. Para o cálculo da multa fundiária serão considerados os valores de FGTS faltantes e o valor sacado de FGTS, conforme extrato de fl. 33. As horas extras serão calculadas sobre o divisor 220 (duzentos e vinte) e observarão a evolução salarial registrada em CTPS: da admissão até 22/11/2005 - R$510,13; de 23/11/2005 a 31/12/2006 - R$1010,00; a partir de 01/01/2007 - R$1108,07. Deverá ser deduzido do crédito obreiro o valor pago pela primeira reclamada de R$1800,00 (mil e oitocentos reais), em 26/03/2007. Sobre o crédito trabalhista incidirá imposto de renda, na forma da lei da época do recebimento, bem como contribuições previdenciárias, observando os ditames da Súmula 368/TST. Declara-se, nos termos da Lei 8212/1991, art. 28, parágrafo 9º, que sofrem a incidência das contribuições previdenciárias apenas as horas extras, o saldo de salários, salários trezenos (ainda que decorrentes de reflexos das horas extras).O crédito trabalhista sofrerá ainda a incidência de correção monetária, incidente a partir do 1º dia útil do mês subseqüente ao mês da prestação de serviços (Súmula 381/TST), e juros moratórios de 1 (um) por cento ao mês, de forma simples (não capitalizada), a partir da propositura da ação. Custas pelas reclamadas no valor de R$400,00 (quatrocentos reais), atribuídas proporcionalmente ao valor arbitrado à condenação (R$20.000,00 - vinte mil reais). Ao reclamante deferiu-se o benefício da justiça gratuita. O reclamante e segunda reclamada estão cientes da publicação desta decisão (Súmula 197/TST). Intime-se a primeira reclamada por edital.AUDREY CHOUCAIR VAZ JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA". O inteiro teor da decisão poderá ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita na SHLN - Q.516 - Lote 2 - Conj.'B' - 3º Andar. E para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, na sede desta Vara.

Assinado por GELMA DE SOUSA ALVES Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 16ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 11, JULHO de 2008

PROCESSO: **08002-2008-016-10-00-3 (0004)**
EDITAL: **000.318/2008**
EXEQUENTE Carmem Cunha Dias
ADVOGADO: JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS
EXECUTADO GEZEBEL - REPRESENTAÇÕES COMERCIAL LTDA.
EXECUTADO BM - Alimentos Ltda.
EXECUTADO BM - Alimentos Ltda.
EXECUTADO Edmar Bittencourt e Filhos Ltda.

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) AUDREY CHOUCAIR VAZ, Juiz(a) do Trabalho da 16ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, ficam intimados os Executados BM ALIMENTOS LTDA, BM ALIMENTOS LTDA E EDIMAR BITTENCOURT para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:
Resumo de Cálculo
Liq. Exequente....: 1.635,10 (100,00%)
Total Geral: 1.635,10
Atualizado:31/03/2008.
Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.
Assinado por GELMA DE SOUSA ALVES Diretor de Secretaria, por ordem da Excelentíssimo(a) Juiz(a) da 16ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 10, JULHO de 2008

ÍNDICE

Advogado: AFONSO HENRIQUE LUDERITZ DE MEDEIROS **1861/DF** (0002)
Advogado: ANDREI BRAGA MENDES **21545/A/DF** (0003)
Advogado: JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS **10434/DF** (0004)
Advogado: JOMAR ALVES MORENO **5218/DF** (0002)
Advogado: SILVANETE CANDIDA SENA **5710/DF** (0001)
Advogado: UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA **07962/O/DF** (0003)
Advogado: /

17ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

AUTOS COM VISTA

PROCESSO: **01359-1999-017-10-00-5 (0001)**
RECLAMANTE JAIRO MOURA GUEDES
ADVOGADO: THEODORO HILDEBRANDO GARCIA
RECLAMADO VIACAO AEREA SAO PAULO S/A VASP
ADVOGADO: CLAUDIO ALBERTO F.P.FERNANDEZ

"Vistos os autos. Intime-se a reclamada para se manifestar acerca do ofício da Caixa Econômica, no prazo de 05 dias, sob pena de retorno dos autos ao arquivo definitivo. Publique-se. Brasília/DF, 10 de julho de 2008." Maurício Westin Costa, Juiz do Trabalho Substituto.

PROCESSO: **00381-2004-017-10-00-6 (0002)**
RECLAMANTE JOSE RIBAMAR PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO: ULISSES B. DE RESENDE
RECLAMADO COMPANHIA ENERGETICA DE BRASILIA CEB
ADVOGADO: MURILO BOUZADA DE BARROS

"Vistos os autos. Intime-se a executada para, querendo, se manifestar acerca da impugnação aos cálculos apresentada pelo exeqüente, no prazo de 05(cinco) dias. Publique-se. Brasília/DF, 10 de julho de 2008." Maurício Westin Costa, Juiz do Trabalho Substituto.

PROCESSO: **00844-2004-017-10-00-0 (0003)**
RECLAMANTE AFONSO RIBEIRO E FONSECA
ADVOGADO: PAULO AYRTON CAMPOS
RECLAMADO BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO: CELISMAR COELHO DE FIGUEIREDO

"Vistos os autos. Intime-se o executado para se manifestar acerca dos cálculos apresentados pelo Sr.Perito, no prazo de 05 dias, valendo o seu silêncio como anuência. Publique-se. Brasília/DF, 10 de julho de 2008." Maurício Westin Costa, Juiz do Trabalho Substituto.

PROCESSO: **00957-2004-017-10-00-5 (0004)**
EMBARGANTE ACACIA PERPETUA LEMES E JOSE GERALDO DE ANDRADE JUNIOR
ADVOGADO: MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ
EMBARGADO ÉRICA ALVES RODRIGUES

"Vistos os autos. Intimem-se os embargantes, para emendarem a inicial dos embargos de terceiros, no prazo legal, conforme v. acórdão às fls.139."

PROCESSO: **00958-2005-017-10-00-0 (0005)**
RECLAMANTE Wendson Carneiro dos Santos
ADVOGADO: ANTONIO DE PADUA ARAUJO
RECLAMADO Fulltalent Comunicação Ltda
ADVOGADO: DAISON CARVALHO FLORES

"Vistos os autos. Indefiro por ora o requerido, primeiramente oficie-se ao Bacen/Jud. Publique-se." Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

PROCESSO: **01195-2005-017-10-00-5 (0006)**
RECLAMANTE João Bosco Inácio
ADVOGADO: MOZART CAMAPUM BARROSO
RECLAMADO SATA Serv. Aux. de Transportes Aéreo S.A.
ADVOGADO: RICARDO VICENTE CORREA DE OLIVEIRA

"SENTENÇA SATA SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉRO S.A., por meio de seu procurador, opõe embargos à execução alegando a ocorrência de erro nos cálculos elaborados pela d. Contadoria, consoante razões expostas na peça de fls. 523/525. Intimada à fl. 529, a embargada não se manifestou. O Serviço de Cálculos Judiciais manifestou-se à fl.533. A execução encontra-se garantida à fl. 516. Em síntese, é o relatório. I-ADMISSIBILIDADE: Tempestivos e regulares, conheço dos embargos. II-MÉRITO: Alega a embargante que a Contadoria equivocou-se ao não incluir na base do cálculo do IRRF os juros moratórios. A d. Contadoria informa que de fato não incluiu os juros moratórios na base de cálculo do imposto de renda (fl. 533). Com efeito, como a exação fiscal somente incide no momento do pagamento da verba salarial, é razoável entender-se que não se podem excluir os juros de mora, pois que se trata de valor agregado à parcela principal que passará a integrar o patrimônio do exeqüente. Nesse sentido, a jurisprudência do eg. Regional: "IRRF.BASE DE CÁLCULO. JUROS. Por força do Decreto nº 3000/99, os juros integram a base de cálculo para a retenção do Imposto de Renda na fonte. Não há falar em conflito de legislação, uma vez que a Lei nº 8541/92 estabelece, tão-somente, que os juros deverão ser excluídos da base de cálculo para o IRRF exclusivamente no que tange à identificação da alíquota aplicável, sobre eles incidindo o referido tributo. Recurso conhecido e parcialmente provido"(TRT 10ª Região AP 00340-2000-016-10-00-0, relatado pela Exmª. Srª MÁRCIA MANZONI CÚRCIO RIBEIRO). "IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. Os juros de mora são considerados pela legislação como rendimentos tributáveis, sofrendo a incidência de imposto de renda no momento em que se torna disponível o total de rendimentos decorrentes do cumprimento de decisão judicial, nos moldes dos artigos 46, "caput", da Lei nº 8.541/92, 43, § 3º, do Decreto nº 3.000/99 e 16 da Lei nº 4.506/64 e Súmula 368 do C. TST" (0471-2007-008-10-00-9 RO, Rel. Juiz Braz Henriques de Oliveira, DJ de 18/01/2008). Acolhidos os embargos. III-CONCLUSÃO: Pelo exposto, conheço dos embargos à execução ofertados pela reclamada, julgando-os PROCEDENTES para determinar a inclusão dos juros de mora na base de cálculo da retenção do imposto de renda. Prossiga-se com a execução, remetendo-se os autos à d. Contadoria para o refazimento dos cálculos, segundo os parâmetros acima. Custas pelo embargado na forma do art. 789-A, inciso V, da CLT, que serão calculadas ao final da execução. Intimem-se as partes. Brasília, 08 de julho de 2008." Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

PROCESSO: **00586-2006-017-10-00-3 (0007)**
RECLAMANTE Júlio César Monteiro da Silva
ADVOGADO: ANTONIO LEONEL DE A. CAMPOS
RECLAMADO Qualix - Serviços Ambientais Ltda.
ADVOGADO: ULISSES B. DE RESENDE

"Vistos os autos. Intime-se a executada para anotar a CTPS do exeqüente, no prazo de 05 dias, sob pena de fixação de multa diária e expeça-se o competente alvará para recebimento do FGTS e do Seguro Desemprego. Após, intime-se o exeqüente para vir receber o alvará. Publique-se. Brasília/DF, 09 de julho de 2008." Maurício Westin Costa, Juiz do Trabalho Substituto.

PROCESSO: **00893-2006-017-10-00-4 (0008)**
RECLAMANTE Evandro Medeiros Viana
ADVOGADO: ULISSES B. DE RESENDE
RECLAMADO CEB Distribuição S. A.
ADVOGADO: DANIELLE MARTINS SCHRODER

"Vistos,etc. Considerando a concordância do reclamante à fl.302, os embargos à execução perdem o objeto. O reclamante tem razão na sua impugnação de fls.299/300, considerando que já recolhia as contribuições previdenciárias pelo teto máximo, conforme informou a Contadoria. Nesses termos, homologo o cálculo de fls.309/335, fixando o valor total da execução em R$ 13.917,96. Publique-se para ciência das partes. Transcorrido o prazo recursal, proceda-se a atualização do cálculo ora homologado, liberando-se os valores com base no depósito de fls.275." Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

PROCESSO: **00188-2007-017-10-00-8 (0009)**
RECLAMANTE Renato Luis dos Santos
ADVOGADO: RUBENS CURCINO RIBEIRO
RECLAMADO MANÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
RECLAMADO Caixa Econômica Federal
ADVOGADO: JOSNEI DE OLIVEIRA PINTO

"Vistos os autos. Com razão a Caixa Econômica Federal em seu inconformismo, tendo em vista que o pedido de responsabilidade subsidiária foi julgado improcedente nos termos da sentença de fls. 53/64. Assim, venham-me os autos conclusos para desbloqueio da conta da Caixa Econômica Federal. Publique-se. Brasília/DF, 10 de julho de 2008." Maurício Westin Costa, Juiz do Trabalho Substituto.

PROCESSO: **00212-2007-017-10-00-9 (0010)**
RECLAMANTE Pedro José Vieira
ADVOGADO: ADRIANO SOUZA NOBREGA
RECLAMADO Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRO - DF
ADVOGADO: WANDERSON SILVA DE MENEZES

"Vistos os autos. Libere-se à executada, mediante alvará, o depósito recursal de fls.389. Após, intime-se a executada para vir receber o alvará." Juiz do Trabalho JONATHAN QUINTAO JACOB

PROCESSO: **00853-2007-017-10-00-3 (0011)**
RECLAMANTE Brenda Camila de Freitas Vila Nova
ADVOGADO: SIMONE DE SOUSA TORRES
RECLAMADO Pamonha Mineira (José Antonio de Souza)
ADVOGADO: UBIRATAN BATISTA PEDROSO

"Vistos os autos. Quitado o débito e comprovados os recolhimentos previdenciários e fiscais, julgo extinta a execução na forma do art. 794, I, CPC. Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo, com a devida baixa na distribuição. Publique-se. Brasília/DF, 10 de julho de 2008." Maurício Westin Costa, Juiz do Trabalho Substituto.

PROCESSO: **01140-2007-017-10-00-7 (0012)**
RECLAMANTE Mauro Sérgio Pereira de Assunção
ADVOGADO: ESTEVAO RAMOS MUNIZ
RECLAMADO Porto Seguro Adm. Consórcio S.C Ltda.
ADVOGADO: MARIA ALESSIA C. VALADARES

"Vistos os autos. Intime-se a reclamada para, querendo, apresentar contra-razões ao recurso adesivo interposto pelo reclamante, no prazo legal. Publique-se." Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

PROCESSO: **01322-2007-017-10-00-8 (0013)**
RECLAMANTE Adriano da Costa Monteiro
ADVOGADO: FRANCISCO PEREIRA SERPA
RECLAMADO Everaldo Araújo de Brito (espólio de)
ADVOGADO: SANDRO PEREIRA DE CASTRO

"Vistos, e etc... EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: I - RELATÓRIO: ADRIANO DA COSTA MONTEIRO, opõe embargos declaratórios em ação trabalhista em que contende com ESPÓLIO DE EVERALDO DE ARAÚJO MONTEIRO, à decisão proferida a fls. 19/22. Em síntese, é o relatório. II - FUNDAMENTAÇÃO: ADMISSIBILIDADE: Tempestivos e regulares, deles conheço. MÉRITO- DOS EMBARGOS DA RECLAMANTE: Alega o reclamante que houve omissão e contradição no julgado, no tocante ao reconhecimento da existência de parceria e não de vínculo empregatício. Como se lê da sentença, o MM. Julgador firmou seu convencimento com base no próprio depoimento pessoal do reclamante, concluindo que o trabalho prestado não se enquadrava nos moldes do art. 3º da CLT. Os argumentos alinhavados pelo embargante são tendentes a desfazer essa conclusão, razão pela qual devem ser dirigidos à instância superior, já que a questão encontra-se decidida na sentença, de forma fundamentada, não se admitindo a sua reanálise neste 1º grau de jurisdição (art. 836 da CLT). Não se verificam a omissão ou a contradição alegadas, as quais se examinam no próprio texto do julgado, e não em sua eventual comparação com a prova produzida. Nego provimento. CONCLUSÃO: Pelo exposto, conheço dos embargos e nego-lhes provimento. Publique-se. Brasília, 08 de julho de 2008." Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

PROCESSO: **01362-2007-017-10-00-0 (0014)**
RECLAMANTE Deuzânia Lima Gonçalves Amorim
ADVOGADO: PEDRO PAULO DE SOUZA PINTO
RECLAMADO Associação de Assistência aos Trabalhadores da Fundação Educacional do Distrito Federal - ASEFE (Policlínica)
ADVOGADO: ULISSES B. DE RESENDE

"Ata de Julgamento-Aos 16 de maio de 2008, às 16h34, na sala de audiência desta Vara, na presença do Juiz do Trabalho em exercício, foi apreciado o processo em que são partes Deuzânia Lima Gonçalves Amorim, reclamante, e ASEFE - Associação de Assistência aos Trabalhadores da Fundação Educacional do Distrito Federal, reclamada. Ausentes as partes. A seguir, observadas as formalidades legais, foi proferida a sentença. 1. Relatório: Deuzânia Lima Gonçalves Amorim ajuizou reclamação trabalhista em face de ASEFE - Associação de Assistência aos Trabalhadores da Fundação Educacional do Distrito Federal, alegando que, em síntese, tem direito ao recebimento das parcelas relacionadas a fls. 6. Colacionou documentos. Na audiência inaugural, a reclamada apresentou a defesa, contestando as pretensões deduzidas na peça de ingresso. A autor manifestou-se a respeito da peça de contestação ofertada: cf. fls. 92 a 94. Na audiências de instrução, as partes prestaram depoimento pessoal e foi realizada a oitiva de testemunhas. Foi produzida prova pericial. Vãos os esforços conciliatórios. Tudo visto e examinado. Em síntese, é o Relatório. 2. Fundamentos: Extinção do processo: Alega a reclamada que o processo deve ser extinto, à falta de liquidação dos pedidos, na inicial. Rejeita-se, eis que, sendo o rito ordinário, não há necessidade de liquidação dos pedidos. Período laborado: Alega a reclamante que foi admitida, em verdade, em 1º de maio de 2005. A reclamada, na defesa, alega que a autora começou a trabalhar em 1º de novembro de 2005. As testemunhas Valdirene Rodrigues dos Santos (cf. fls. 48) e Raimundo Nonato da Silva (cf. fls. 86 e 87) afirmaram que a reclamante laborava já em maio de 2005. O depoimento prestado pela testemunha Rafael Sunao Alves Watanabe, assim, não aproveita à reclamada. Assim, tem-se que a reclamante foi admitida, em verdade, em 1º de maio de 2005. Deverá ser retificada a CTPS da autora, para

que nela se faça constar a data de admissão ora reconhecida (e também a data de saída). E deverão ser feitos os recolhimentos previdenciários e depósitos do FGTS, quanto ao período laborado que ora se reconhece. Função desempenhada: Na inicial, alega a reclamante que ela laborava como copeira, e não como agente operacional. Postula o recebimento de diferenças salariais, e reflexos. Na defesa, alega a reclamada que a reclamante laborava como copeira, e não como agente operacional. As testemunhas Valdirene Rodrigues dos Santos, Rafael Sunao Alves Watanabe e Silvia das Neves Barros (cf. fls. 48 e 49, e fls. 87) declararam que a reclamante laborou como agente operacional, e não como copeira. O depoimento prestado pela testemunha Raimundo Nonato da Silva (cf. fls. 148 e 86 e 87) não aproveita, assim, à autora. Competia à reclamante comprovar a veracidade das alegações dela, no particular, o que não aconteceu. Assim, indefere-se (inclusive consectários sobre parcelas rescisórias postulados, tais como aviso prévio, férias acrescidas de 1/3, salários trezenos e depósitos do FGTS, incluída multa de 40%, sendo que as parcelas rescisórias já foram pagas conforme revela o TRCT juntado aos autos). Horas extras: Na inicial, postula a reclamante o recebimento de horas extras, e consectários, sob o fundamento de que ela cumpria a seguinte jornada de trabalho: de 7h00 às 17h00, de 2ª a 6ª feira, com intervalo de 1 hora. Na defesa, alega a reclamada que a reclamante laborava de 7h00 às 16h48, com 1 hora de intervalo. Os depoimentos prestados pelas testemunhas Valdirene Rodrigues dos Santos e Raimundo Nonato da Silva Neto (cf. fls. 48 e 86 e 87) não aproveitam à reclamante, ante o que declararam as testemunhas Silvia das Neves Barros e Rafael Sunao Alves (cf. fls. 87), as quais declinararam horário de labor compatível com a duração normal do trabalho prevista na lei. Assim, indefere-se o pedido de horas extras, e reflexos. Multa convencional: Não há de se falar em multa convencional, eis que a reclamante não juntou a Convenção Coletiva, e não se pode dizer, assim, se houve ou não descumprimento a cláusulas convencionais. Multa prevista no art. 477, da CLT: É inaplicável a multa prevista no art. 477, da CLT, eis que o acerto rescisório foi efetuado dentro do prazo legal, conforme demonstra o TRCT de fls. 11. Art. 467, da CLT: É inaplicável o art. 467, da CLT, ante a razoável controvérsia instalada em Juízo. Honorários: Não há de se falar em honorários, pois a autora não se encontra assistida pelo sindicato da categoria. 3. Conclusão: Pelo exposto, julga-se procedente em parte o pedido, para condenar a reclamada a cumprir as obrigações fixadas nos Fundamentos supra, os quais integram este dispositivo, observados os parâmetros neles traçados. Liquidação, por meros cálculos. Correção monetária, juros e dedução do imposto de renda, na forma da lei. Defere-se o benefício da justiça gratuita à reclamante. Custas, pela reclamada, no importe de R$ 10,64, calculadas sobre R$ 100,00, valor arbitrado à causa, dispensadas, na forma da lei. Cientes as partes, na forma prevista na Súmula 197, do C. TST. Encerrou-se a audiência. Nada mais." Juiz do Trabalho JONATHAN QUINTAO JACOBizer, assim, se houve ou não descumprimento a cláusulas convencionais. Multa prevista no art. 477, da CLT: É inaplicável a multa prevista no art. 477, da CLT, eis que o acerto rescisório foi efetuado dentro do prazo legal, conforme demonstra o TRCT de fls. 11. Art. 467, da CLT: É inaplicável o art. 467, da CLT, ante a razoável controvérsia instalada em Juízo. Honorários: Não há de se falar em honorários, pois a autora não se encontra assistida pelo sindicato da categoria. 3. Conclusão: Pelo exposto, julga-se procedente em parte o pedido, para condenar a reclamada a cumprir as obrigações fixadas nos Fundamentos supra, os quais integram este dispositivo, observados os parâmetros neles traçados. Liquidação, por meros cálculos. Correção monetária, juros e dedução do imposto de renda, na forma da lei. Defere-se o benefício da justiça gratuita à reclamante. Custas, pela reclamada, no importe de R$ 10,64, calculadas sobre R$ 100,00, valor arbitrado à causa, dispensadas, na forma da lei. Cientes as partes, na forma prevista na Súmula 197, do C. TST. Encerrou-se a audiência. Nada mais." Juiz do Trabalho JONATHAN QUINTAO JACOB

PROCESSO:	**00219-2008-017-10-00-1 (0015)**
RECLAMANTE	Felipe Machado Lopes
ADVOGADO:	FILADELFO PAULINO DA SILVA
RECLAMADO	New Art Turismo Rural (nome fantasia Hotel Fazenda Stracta)
ADVOGADO:	INGRYD DE SOUSA DA SILVA

"Vistos, e etc...EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: I - RELATÓRIO: NEW ART TURISMO RURAL, opõe embargos declaratórios, em ação de reclamação trabalhista, movida por FELIPE MACHADO LOPES, à decisão proferida a fls.118 a 124. Em síntese, é o relatório. II - FUNDAMENTAÇÃO- ADMISSIBILIDADE: Tempestivos e regulares, deles conheço. MÉRITO- DOS EMBARGO DO RECLAMADO: O reclamado alega contradição, porque a sentença indeferiu o pedido de domingos, em desfavor do reclamante, mas deferiu as horas extras. Não existe a contradição apontada. O indeferimento do pagamento dos domingos decorre da própria jornada considerada para as horas extras, conforme o depoimento da testemunha do autor, pois que o labor se dava apenas de quinta a domingo, ou seja, o repouso semanal era observado. Portanto, a análise foi coerente e se baseia na mesma prova, diferentemente do que alega o embargante. A desconsideração da prova testemunhal produzida pelo réu, bem como da prova documental, decorre do livre convencimento do magistrado, o qual foi devidamente fundamentado à fl. 122, atendendo ao disposto no art. 131 do CPC. O mesmo se diga em relação à consideração da jornada declinada pela testemunha, apesar do tempo em que trabalhou com o reclamante. Com relação ao intervalo intrajornada, tem razão o reclamado ao aduzir a omissão. Na inicial o reclamante já relatara que "muito raramente, quando o movimento estava mais fraco, após o horário do almoço, ou seja, após às 14:30 horas, Reclamante conseguia fazer um descanso que durava no máximo até às 15:00/16:00 horas" (fl. 03). Em depoimento, disse que "fazia sua refeição entre 15 e 16 horas no máximo e jantava depois das 22 horas" (fl. 115). Para se adequar o provimento jurisdicional aos limites da lide postos na inicial (artigos 128 e 460 do CPC), mas considerando os termos em que se dera a afirmativa da inicial e do depoimento, sempre ressaltando que o horário informado é máximo, fixo o intervalo do reclamante com duração média de 45min, o qual deve ser excluído da jornada (art. 71, § 2º, da CLT) para o cálculo das horas extras. No mais, se o reclamado discorda das conclusões da sentença, deve levar seus argumentos à instância superior, pois que aqui no 1º grau de jurisdição a matéria está decidida, não se permitindo novo conhecimento (art. 836/CLT). CONCLUSÃO: Pelo exposto, conheço dos embargos do reclamado para, no mérito, dar-lhes parcial provimento para agregar à sentença os fundamentos acima, determinando que seja excluído da jornada o intervalo de 45min, para o efeito de cálculo das horas extras. Publique-se. Brasília, 08 de julho de 2008." Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

PROCESSO:	**00229-2008-017-10-00-7 (0016)**
RECLAMANTE	Marcos Roberto da Conceição Rodrigues
ADVOGADO:	IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI
RECLAMADO	Amador Eustaquio Gonçalves Magela
ADVOGADO:	RAPHAEL MESQUITA CARNEIRO

""S E N T E N Ç A :I - RELATÓRIO: AMADOR EUSTÁQUIO GONÇALVES MAGELA, qualificado nos autos da reclamatória que lhe move MARCOS ROBERTO DA CONCEIÇÃO RODRIGUES, opõe embargos declaratórios com o intuito de sanar contradição que entende configurada na sentença de fls. 85/90, consoante razões expostas na peça de fls. 95/97. Manifestação da embargada à fl. 101, pugnando pela improcedência do pedido. Em síntese, é o relatório. ADMISSIBILIDADE: Tempestivos e regulares, deles conheço. MÉRITO: Alega o embargante contradição no julgado, afirmando que este Juízo reconheceu o vínculo empregatício no período de 04.06.07 a 19.12.07, na função de Guardião de obra e tendo o contrato de empreitada se expirado em 09/10/07, após este período haveria a perda do objeto da força de trabalho do reclamante, pois o fato gerador ensejador de sua mão-de-obra não mais subsistiria, qual seja a guarda e conservação das ferramentas. O cabimento dos Embargos Declaratórios está inserto nos artigos 897-A da CLT c/c o art. 535 do CPC, cuja finalidade é a de sanar omissão, contradição e obscuridade que contenha o julgado. A contradição apontada pelo embargante, na verdade, não diz respeito ao julgado em si, mas à pretensão de modificar o entendimento do julgador, submetendo as questões já decididas a um novo reexame, o que não é viável por meio de Embargos de Declaração. Este Juízo apreciou o conjunto probatório dos autos analisando todos os tópicos suscitados, firmando o seu convencimento na forma da decisão proferida. Não sendo os embargos meio adequado para resolver questões já decididas, o embargante deverá apresentar o remédio processual adequado para manifestar seu inconformismo com a decisão prolatada. Rejeito, pois, os embargos, quanto às contradições apontadas. CONCLUSÃO:Pelo exposto, conheço dos embargos, para, no mérito, REJEITÁ-L0S, nos termos da fundamentação precedente, parte integrante deste decisum. Publique-se. Brasília, 07 de julho de 2008." Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

PROCESSO:	**00276-2008-017-10-00-0 (0017)**
RECLAMANTE	Antoniades Chaves da Silva
ADVOGADO:	JORGE RAUL NARA FUNES
RECLAMADO	Pulitzer Capital Jornalismo LTDA
ADVOGADO:	FLAVIO QUEIROZ E OLIVEIRA

"Vistos os autos. Indefiro o pedido de execução, tendo em vista que não foi consignada na ata de acordo a modalidade do pagamento (cheque/dinheiro), sendo certo que a quantia ficou disponível no primeiro dia útil subseqüente à data constante da conciliação para pagamento da segunda parcela, qual seja, 20/06/2008. Intime-se o reclamante para vir receber a guia de fls. 60. Publique-se. Brasília/DF, 10 de julho de 2008." Maurício Westin Costa, Juiz do Trabalho Substituto.

PROCESSO:	**00345-2008-017-10-00-6 (0018)**
RECLAMANTE	Deuzimar Pereira de Sousa
ADVOGADO:	SERGIO ROGERIO MACHADO DA SILVA
RECLAMADO	Condomínio Rural Império dos Nobres
ADVOGADO:	OCELIO FERREIRA GOMES

"Vistos os autos. Diante da certidão, inclua-se o presente feito na pauta de audiências de encerramento de instrução do dia 24.07.2008, às 13h40min, facultado o comparecimento das partes. Intimem-se as partes por seus procuradores." Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

PROCESSO:	**00416-2008-017-10-00-0 (0019)**
RECLAMANTE	Carmelita da Silva Santos
ADVOGADO:	ANTONIO CLAUDIO DE ARAUJO
RECLAMADO	Brasilit Indústria e Comércio Ltda. (ou Saint-Gobain Brasilit Ltda.)
ADVOGADO:	SUENY ANDREA ODA

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: I-RELATÓRIO: CARMELITA DA SILVA SANTOS opõe embargos declaratórios com o intuito de sanar contradição que entende configurada na sentença de fls. 154/159, consoante razões expostas na peça de fls. 164. SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA, também opõe embargos declaratórios contra decisão proferida por este Juízo, objetivando sanar omissão que entende configurada na sentença de fls. 154/159, consoante razões expostas às fls. 165/166. Em síntese, é o relatório. II - FUNDAMENTAÇÃO- ADMISSIBILIDADE: Tempestivos e regulares, conheço dos embargos da reclamante e reclamada. MÉRITO- DOS EMBARGOS DA RECLAMANTE: Alega a reclamante contradição no julgado, sustentando que a sentença reconheceu o vínculo com salário mensal de R$297,62,cujo valor é inferior ao salário mínimo, indo de encontro à lei, que considera nulo de pleno direito qualquer contrato ou convenção que estipule remuneração inferior. Em seu depoimento pessoal, a reclamante disse que laborava de 7h às 8h40min na reclamada. Com relação ao valor do salário mínimo, dispõem os parágrafos 1º e 2º do artigo 6º da Lei 8.542/92: "§ 1º O salário mínimo diário corresponderá a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo mensal, e o salário mínimo horário a 1,220 (um duzentos e vinte avos) do salário mínimo." "§ 2º Para os trabalhadores que tenham por disposição legal a jornada máxima diária de trabalho inferior a 8 (oito) horas, o salário mínimo será igual ao definido no parágrafo anterior multiplicado por 8 (oito) e dividido pelo máximo legal." A jurisprudência assentou-se, por meio da OJ 358 da SDI-1 do TST, no sentido de que "havendo contratação para cumprimento de jornada reduzida, inferior à previsão constitucional de oito horas diárias ou quarenta e quatro semanais, é lícito o pagamento do piso salarial ou do salário mínimo proporcional ao tempo trabalhado". Diante da confissão da reclamante de que trabalhava apenas 1hora e 40 minutos por dia e dos dispositivos acima transcritos, é plenamente possível o pagamento de salário inferior ao mínimo legal. Provejo parcialmente os embargos para acrescentar esses fundamentos, sem alteração na conclusão. DOS EMBARGOS DA RECLAMADA:Sustenta a reclamada que este Juízo se omitiu de apreciar os os seguintes itens: a) compensação de valores recolhidos a título de INSS; b) fixação dos salários da reclamante de acordo com os valores constantes nos docs. 1 a 89; c) que a condenação não ultrapasse a quantia de R$13.306,93, valor atribuído à causa, por se tratar de rito sumaríssimo. Com razão, em parte, a reclamada. O recolhimento previdenciário deferido na sentença incidirá sobre as parcelas salariais deferidas na decisão. Quanto ao recolhimento incidente sobre as parcelas já pagas, a reclamada deverá apresentar, na liquidação, os comprovantes de pagamento da contribuição previdenciária que alega já ter procedido, sob pena de ter que pagar o valor integral. Relativamente ao valor dos salários, a Contadoria deverá observar a evolução salarial contida nos recibos de pagamentos de fls. 59 a 147, mês a mês, para a apuração das parcelas deferidas na sentença, bem como das contribuições previdenciárias devidas (Súmula 368, III, do TST). Quanto ao pedido de limitação da condenação ao valor da causa, é impertinente, tendo em vista que é um valor meramente estimativo, sendo que o quantum efetivamente devido será apurado em regular liquidação de sentença. CONCLUSÃO: Pelo exposto, conheço dos embargos opostos. Dou parcial provimento aos da reclamante para agregar à sentença os fundamentos acima, sem alteração na conclusão. Dou parcial provimento aos da reclamada, para agregar os fundamentos acima, determinando que: (i) a reclamada apresente, na liquidação, os comprovantes de recolhimentos previdenciários, para dedução, sob pena de pagar a integralidade dos valores; (ii) na apuração das parcelas deferidas, bem como das contribuições previdenciárias devidas ao longo do pacto laboral, seja observada a evolução salarial, conforme os recibos de fls. 59 a 147. Intimem-se as partes. Brasília, 08 de julho de 2008." Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTAlarial, conforme os recibos de fls. 59 a 147. Intimem-se as partes. Brasília, 08 de julho de 2008." Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

PROCESSO:	**00432-2008-017-10-00-3 (0020)**
RECLAMANTE	Luciana Silva Ribeiro
ADVOGADO:	FRANCISCO PEREIRA SERPA
RECLAMADO	Qualix Serviços Ambientais Ltda.
ADVOGADO:	INGRYD DE SOUSA DA SILVA

"SENTENÇA: RELATÓRIO: LUCIANA SILVA RIBEIRO, opõe embargos declaratórios contra decisão proferida por este Juízo, objetivando sanar contradição que entende configurada na sentença de fls. 53/56, relativamente à forma de rescisão contratual, consoante razões expostas na peça de fls. 95/97. Em síntese, é o relatório. ADMISSIBILIDADE: Tempestivos e regulares, deles conheço. MÉRITO:Alega a embargante contradição no julgado, afirmando que este Juízo quando da apreciação do item referente à estabilidade gestacional indeferiu o pleito relativo à indenização, salários e reflexos, reconhecendo que o vínculo se deu por contrato de experiência. Aduz que houve contradição, porque a multa fundiária foi deferida ao argumento de que a rescisão contratual antecipada e juridicamente imotivada se deu por iniciativa da parte empregadora. Não existe a contradição apontada. O reconhecimento da dispensa antecipada, fato gerador da indenização de 40% do FGTS, não desnaturou o contrato de experiência, mas apenas levou ao seu término antes do prazo estipulado, dando ainda maior razão para o entendimento esposado quanto à estabilidade da gestante. CONCLUSÃO:Pelo exposto, conheço dos embargos, para, no mérito, dar-lhes parcial provimento agregando à sentença os fundamentos acima, sem alteração na conclusão. Publique-se. Brasília, 08 de julho de 2008." Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

PROCESSO:	**00594-2008-017-10-00-1 (0021)**
RECLAMANTE	Aristóteles da Silva Freire
ADVOGADO:	JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS C. COUTO
RECLAMADO	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
ADVOGADO:	MATIAS DE ARAUJO NETO

"Ausente o(a) reclamante e seu advogado. Ausente o(a) reclamado(a) e seu advogado. Considerando que a alegação da reclamada é de que a indenização de 40% foi paga sobre a totalidade dos depósitos feitos na conta vinculada do reclamante, desde a admissão em 26.11.1974 até 02.06.2005, data da saída, determino que seja oficiada à CEF, para que informe no prazo de 10 dias, se efetivamente o saldo dos depósitos utilizado para o pagamento se refere à totalidade do período do contrato de trabalho, ou apenas ao período pós aposentadoria,

apontando a eventual existência de saque, bem como se o valor correspondente ao saque está ou não computado no referido saldo. Encaminhe-se cópia dos documentos de fls. 47/49. Enviada a resposta, intimem-se as partes para manifestarem-se a respeito, prazo sucessivo de 5 dias, a contar do reclamante. Designa-se para ENCERRAMENTO do feito a data de 14/08/2008, às 13h40min, facultado o comparecimento das partes. INTIMEM-SE AS PARTES. Audiência encerrada às 13h41min. Nada mais." Juiz do Trabalho MAURÍCIO WESTIN COSTA

ÍNDICE

Advogado: (0010)	ADRIANO SOUZA NOBREGA	**7803/DF**
Advogado: (0019)	ANTONIO CLAUDIO DE ARAUJO	**03442/O/DF**
Advogado: (0005)	ANTONIO DE PADUA ARAUJO	**7760/DF**
Advogado: (0007)	ANTONIO LEONEL DE A. CAMPOS	**3529/DF**
Advogado: (0003)	CELISMAR COELHO DE FIGUEIREDO	**19029/GO**
Advogado: (0001)	CLAUDIO ALBERTO F.P.FERNANDEZ	**936/DF**
Advogado: (0005)	DAISON CARVALHO FLORES	**10267/DF**
Advogado: (0008)	DANIELLE MARTINS SCHRODER	**15071/O/DF**
Advogado: (0012)	ESTEVAO RAMOS MUNIZ	**15581/DF**
Advogado: (0015)	FILADELFO PAULINO DA SILVA	**09429/O/DF**
Advogado: (0017)	FLAVIO QUEIROZ E OLIVEIRA	**24799/O/DF**
Advogado: (0020)	FRANCISCO PEREIRA SERPA	**07437/O/DF**
Advogado: (0013)	FRANCISCO PEREIRA SERPA	**7437/DF**
Advogado: (0015) (0020)	INGRYD DE SOUSA DA SILVA	**26739/T/DF**
Advogado: (0016)	IVONE CRISPIM MOURA OGLIARI	**13505/0/DF**
Advogado: (0017)	JORGE RAUL NARA FUNES	**07243/O/DF**
Advogado: (0009)	JOSNEI DE OLIVEIRA PINTO	**21928/T/DF**
Advogado: (0021)	JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS C. COUTO	**13802/O/DF**
Advogado: (0012)	MARIA ALESSIA C. VALADARES	**3558/DF**
Advogado: (0004)	MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ	**16.362/DF**
Advogado: (0021)	MATIAS DE ARAUJO NETO	**11755/O/DF**
Advogado: (0006)	MOZART CAMAPUM BARROSO	**9978/DF**
Advogado: (0002)	MURILO BOUZADA DE BARROS	**11467/DF**
Advogado: (0018)	OCELIO FERREIRA GOMES	**08746/O/DF**
Advogado: (0003)	PAULO AYRTON CAMPOS	**8521/DF**
Advogado: (0014)	PEDRO PAULO DE SOUZA PINTO	**20781/DF**
Advogado: (0016)	RAPHAEL MESQUITA CARNEIRO	**20219/O/DF**
Advogado: (0006)	RICARDO VICENTE CORREA DE OLIVEIRA	**10850/O/DF**
Advogado: (0009)	RUBENS CURCINO RIBEIRO	**22517/DF**
Advogado: (0013)	SANDRO PEREIRA DE CASTRO	**19105/DF**
Advogado: (0018)	SERGIO ROGERIO MACHADO DA SILVA	**08850/O/DF**
Advogado: (0011)	SIMONE DE SOUSA TORRES	**17173/DF**
Advogado: (0019)	SUENY ANDREA ODA	**162354/SP**
Advogado: (0001)	THEODORO HILDEBRANDO GARCIA	**8362/DF**
Advogado: (0011)	UBIRATAN BATISTA PEDROSO	**5350/DF**
Advogado: (0002) (0007) (0008)	ULISSES B. DE RESENDE	**4595/DF**
Advogado: (0014)	ULISSES B. DE RESENDE	**4595/O/DF**
Advogado: (0010)	WANDERSON SILVA DE MENEZES	**24199/DF**

EDITAIS

PROCESSO: **01348-2007-017-10-00-6 (0001)**
EDITAL: **000.319/2008**
RECLAMANTE Anigleide Maria de Jesus
ADVOGADO: FRANCISCO BARBOSA DE MORAIS
RECLAMADO Virtual Service Empresa de Serviços Gerais Ltda.

Edital de Citação Doutor MAURÍCIO WESTIN COSTA, Juiz da 17ª Vara do Trabalho do Distrito Federal, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que tramita na MM. 17ªVara do Trabalho do Distrito Federal, situada na AV. W/3 Norte, Qd. 516, Lote 02, Conj. B, Lote 02, sala 404, a Reclamação Trabalhista supracitada, onde a Executada Virtual Service Empresa de Serviços Gerais Ltda, atualmente em lugar incerto e não sabido, sendo o presente Edital para proceder a sua CITAÇÃO para, em 48 horas, pagar a quantia total de R$ 4.429,08 sendo: Resumo de Cálculo
Liq. Exequente....: 4.044,30 (91,31%)
INSS Reclamante...: 27,06 (0,61%)
INSS Reclamado....: 70,72 (1,60%)
INSS Terceiros....: 20,51 (0,46%)
INSS SAT.....: 7,07 (0,16%)
I R P F.....: 153,79 (3,47%)
Custas do Processo: 84,50 (1,91%)
Custas Art.789....: 21,13 (0,48%)
Total Geral: 4.429,08
Atualizado:30/06/2008, sob pena de penhora de tantos bens quanto bastem, para integral quitação da dívida, sendo o referido valor sujeito à atualizações posteriores, conforme o seguinte despacho:"Vistos os autos. Homologo os cálculos de fls.33/40, fixando o valor total da execução em R$ 4.429,08, atualizados até 30/06/2008, sem prejuízo de futuras atualizações. Expeça-se edital de citação para pagamento do débito, no prazo de 48 horas, sob pena de constrição judicial. Brasília/DF, 10 de julho de 2008." Maurício Westin Costa, Juiz do Trabalho Substituto. E, para que chegue ao conhecimento da executada acima mencionada, foi passado o presente Edital. Eu, HÉLIO MAIA GONÇALVES, Diretor de Secretaria, passei o presente em 11 de JULHO de 2008, nesta cidade de Brasília-DF. Doutor MAURÍCIO WESTIN COSTA, Juiz do Trabalho da 17ª Vara/DF.

PROCESSO: **00198-2008-017-10-00-4 (0002)**
EDITAL: **000.318/2008**
RECLAMANTE Welton Gonçalves Silva
ADVOGADO: MARCELO LUCAS DE SOUZA
RECLAMADO Clube Esportivo Guará

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DOUTOR MAURÍCIO WESTIN COSTA, Juiz do Trabalho da 17ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, faz saber a(os) Clube Esportivo Guará , atualmente em local incerto e não sabido, que fica INTIMADA da DECISÃO proferida no Processo em epígrafe, cujo inteiro teor é o seguinte: "ATA DE AUDIÊNCIA-Aos 20 dias do mês de maio do ano dois mil e oito, na 17ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, o Juiz do Trabalho Titular PAULO HENRIQUE BLAIR DE OLIVEIRA, julgou a Reclamação Trabalhista nº 00198-2008-017-10-00-4, em que contendem, WELTON GONÇALVES SILVA, reclamante, e CLUBE ESPORTIVO GUARÁ, reclamada. Aberta a audiência às 13h16min, ausentes as partes, passo à SENTENÇA: I - RELATÓRIO: WELTON GONÇALVES SILVA, reclamante, ajuizou reclamação trabalhista contra CLUBE ESPORTIVO GUARÁ, reclamado, alegando laborou para o reclamado pelo período de dezembro de 2006 a 05 de maio de 2007, em que foi primeiramente formalizado um contrato onde ficou consignado que faria jus à remuneração de R$350,00, mas efetivamente ganhava R$1.500,00 o que será provado por meio de testemunhas. Sustenta que encontra-se sem receber seus salários por mais de 5 meses e em razão disso requer a rescisão indireta. Pelos fatos narrados pretende o pagamento das parcelas elencadas na inicial. Com a inicial juntou os documentos de fls.12/24. Na audiência do dia 13 de maio a reclamada não compareceu no que foi requerida a aplicação da confissão quanto à matéria fática. Encerrada a instrução processual. Conciliação rejeitada. II- FUNDAMENTAÇÃO. 1.DA REVELIA DO RECLAMADO: Em não comparecendo à audiência para a qual foi notificado, via Mandado (fls.35/36), o reclamado é considerado revel e confesso quanto à matéria de fato, nos moldes do art. 844 da CLT. 2. DO VÍNCULO DE EMPREGO. Dada a confissão ficta, acolho como verdade a assertiva do reclamante de que foi contratado em 11.12.2006 e demitido sem justa causa (rescisão indireta) em 05.05.2007, quando percebia o salário mensal de R$ 1.500,00, sem receber as verbas rescisórias a que tem direito. 3. DO SALÁRIO E SALDO DE SALÁRIO. Diante da confissão ficta, presume-se verdade que ainda restam a pagar os salários referente aos meses de dezembro/2006 a maio/2007, no valor de R$7.500,00 devendo a reclamada pagar ditas parcelas ao reclamante. 4. DAS VERBAS RESCISÓRIAS: Foram alçadas à condição de verdade processual a ausência de pagamentos das verbas rescisórias, bem como a falta de depósitos do FGTS + 40%, logo, condeno a reclamada a pagar ao autor as seguintes parcelas: 1) Aviso prévio; 2) férias proporcionais 5/12. 3) 13.º Salário proporcional; 4) repouso semanal remunerado; 5) Multa do art. 467 e 477, por não ter pago as parcelas no prazo legal. Valores limitados aos pedidos da inicial (art.460/CPC). 5-DO FGTS: Diante da confissão ficta, presume-se verdadeira a assertiva do reclamante de que não foi procedido o depósito do FGTS, e nem a multa de 40%, assim como a ocorrência da demissão imotivada. Portanto, na forma do art.15, 18, e 20 da Lei 8.036/90, determino a reclamada a pagar o FGTS de todo o pacto laboral, acrescida da multa de 40%, sob pena indenização equivalente. Devendo liberar as guias para levantamento, sob pena da secretaria sub-rogar-se no ato. Pedidos limitados aos valores da inicial (art.460/CPC). 6-DA CLÁUSULA PENAL. Requer o reclamante o pagamento pactuado a título de clausula penal. Na forma do art.3.º, da Lei 9.615/98 o valor da cláusula penal para hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral, será estabelecido livremente pelos contratantes. Portanto, ante o documento de fl.18 defiro a multa requerida no valor de R$1.750,00. 7-PRÊMIO PELA CONQUISTA DO VICE CAMPEONATO. Diante da confissão ficta, tenho como verdadeira a assertiva do reclamante de que não foram pagos os valores decorrentes do recibo de quitação juntado à fl.16, pelo que condeno a reclamada a tal pagamento. 8. JUSTIÇA GRATUITA: Defiro ao reclamante o benefício da justiça gratuita ante o requerimento de fl.3, nos termos do art 790, § 3° da CLT. 9-DOS RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS. Sobre as parcelas de natureza salarial incidirão os encargos previdenciários e fiscais, salvo FGTS + 40%, aviso prévio e 13.º salário. 10-DA JUSTIÇA GRATUITA. Defiro ao reclamante o benefício da justiça gratuita, eis que a declaração de fl.13 foi por ele firmada, nos termos do art.790, § 3.º, da CLT. III - DECISÃO: Ex positis, na 17ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, julgo PROCEDENTES os pedidos da inicial para condenar o reclamado, CLUBE ESPORTIVO GUARÁ, a pagar ao reclamante, WELTON GONÇALVES SILVA, as parcelas deferidas nos termos da fundamentação retro expendida que passa a fazer parte integrante desse decisum, apuradas em liquidação de sentença. Juros e correção monetária na forma da lei. Custas pela reclamada no importe de R$ 332,32 incidente sobre o valor atribuído à condenação, R$ 16.616,00, para esse fim. Intimem-se as partes, sendo o reclamado, via mandado, e o reclamante, via imprensa. Intime-se o INSS por mandado. Nada mais. Juiz do Trabalho PAULO HENRIQUE BLAIR DE OLIVEIRA." E, para que chegue ao conhecimento da(o) RECLAMADA(O) é passado o presente Edital. Eu, HÉLIO MAIA GONÇALVES, Diretor de Secretaria da 17ª VARA/DF, passei o presente em 11 de JULHO de 2008. As.MAURÍCIO WESTIN COSTA, Juiz do Trabalho da 17ª VT/DF.

ÍNDICE

Advogado: (0001)	FRANCISCO BARBOSA DE MORAIS	**5707/DF**
Advogado: (0002)	MARCELO LUCAS DE SOUZA	**25369/A/DF**
Advogado:		/

18ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

AUTOS COM VISTA

PROCESSO: **00821-1998-018-10-00-2 (0001)**
RECLAMANTE ADEMAR CARDOSO DA SILVA
ADVOGADO: JOSE EXPEDITO DE ANDRADE FONTES
RECLAMADO ASSOCIACAO DAS PIONEIRAS SOCIAIS
ADVOGADO: MARCIA M. GUIMARAES DE SOUSA

Vistos etc. Libere-se a reclamada os depositos recursais as fls. 255 e 317, intimando-a para receber o alvara em 05 dias. Após o recebimento, arquivem-se os autos com baixa.

PROCESSO: **00734-2002-018-10-00-2 (0002)**
RECLAMANTE Manoel de Paiva Gadelha Neto
ADVOGADO: EUVALDO THOMAZ SOARES
RECLAMADO ETE ENGENHARIA DE TELECOMUNICACOES E ELETRICIDADE SA
ADVOGADO: ANDRE PUPPIN MACEDO

J. Intime-se a reclamada para efetuar o pagamento da execução remanescente em 05 dias, sob pena de prosseguimento da execução.

PROCESSO: **00968-2002-018-10-00-0 (0003)**
RECLAMANTE ISABEL PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO: SILVANETE CANDIDA SENA
RECLAMADO CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL SA CEASA
ADVOGADO: RAUL QUEIROZ NEVES

J. Libere-se ao reclamado o deposito recursal. I. Após, remeta-se o processo ao arquivo geral com baixa.

PROCESSO: **01221-2002-018-10-00-9 (0004)**
RECLAMANTE ALVARO RIBEIRO LACERDA
ADVOGADO: AUREA FELICIANA PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
ADVOGADO: ROGERIO AVELAR

Vistos etc. Homologo os calculos de fls. 230/239, ressalvadas as posteriores atualizações. Tendo em vista que o valor depositado para fins de recurso as fls. 125 é superior ao total da execução, considero garantida a mesma. Intime-se diretamente a reclamada/ executada CARREFOUR, bem como seu procurador, para querendo, por embargos a execução, no prazo legal. No mesmo prazo, deverá o reclamado indicar os valores de retenções fiscais e sociais. I.

PROCESSO: **00177-2003-018-10-00-0 (0005)**
RECLAMANTE CRELIA GREY PAIVA
ADVOGADO: SEBASTIAO PEREIRA GOMES
RECLAMADO ACAO SERVICOS E COBRANCA LTDA
RECLAMADO MARIA VALDENIA DE CARVALHO SANTOS

J. Sobre a proposta apresentada, manifeste-se o exequente em 05 dias.

PROCESSO: **00636-2003-018-10-00-6 (0006)**
RECLAMANTE MARCIO GERALDO DE OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO: FRANCISCO RODRIGUES PRETO JUNIOR
RECLAMADO TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS SA TELEBRAS
ADVOGADO: NILTON CORREIA

J. Como pedido. I. reclamante.

PROCESSO: **00116-2004-018-10-00-4 (0007)**
RECLAMANTE ANTONIO CARLOS FERREIRA
ADVOGADO: GERALDO MARCONE PEREIRA
RECLAMADO TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS SA TELEBRAS
ADVOGADO: SERGIO ROBERTO RONCADOR

Vistos, etc.Intime-se o Reclamante para levantar os alvarás e guia acostados à contracapa, no prazo de 05(cinco) dias.(21/07).

PROCESSO: **00910-2004-018-10-00-8 (0008)**
RECLAMANTE FRANCISCO ALVES GUIMARAES
ADVOGADO: CIRENE ESTRELA
RECLAMADO TERCON BRASILIA TERRAPLANAGEM E CONSTRUCAO LTDA

J. Intimem-se as partes para adequarem a petição de acordo, pois, trata-se de parcfelas de natureza salarial não guardando suas proporçoes, concedo prazo de 05 dias as partes.

PROCESSO: **01067-2004-018-10-00-7 (0009)**
RECLAMANTE RIAN CORREA DA VEIGA
ADVOGADO: ADRIANO PEIXOTO FRANCO
RECLAMADO HVA SERVICOS TEMPORARIOS LTDA

Junte-se. Nada a decidir aobre o presente requerimento, tnedo em vista a decisão de fls. 269. I.

PROCESSO: **01256-2004-018-10-00-0 (0010)**
RECLAMANTE FRANCISCA NEUDE EUGENIO GUIMARAES
ADVOGADO: JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO ADCONTROL SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA
ADVOGADO: RAQUEL CORAZZA
RECLAMADO UNIAO (PALACIO DO PLANALTO)
ADVOGADO: DR.EDVARD DE FREITAS MACHADO
RECLAMADO Cosme Bandeira de Negreiros
RECLAMADO Marcelo Rodrigues de Negreiros

Vistos etc. Dê-se conhecimento ao exequente sobre a certidão lavarada pelo Oficial de Justiça no prazo de 10 dias, devend requerer o que for de seu interesse.

PROCESSO: **00932-2005-018-10-00-9 (0011)**
RECLAMANTE Maria Marta Campos de Paiva
ADVOGADO: ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECLAMADO Caixa Econômica Federal CEF
ADVOGADO: JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS

Libere-se o deposito de recurso de revista ao reclamado,no prazo de 05 dias, por alvará.

PROCESSO: **01065-2006-018-10-00-0 (0012)**
RECLAMANTE Yuri Achcar Albuquerque Maranhão
ADVOGADO: ÉLDER CASTRO DE CARVALHO
RECLAMADO Jornal Tribuna do Brasil
ADVOGADO: GABRIELA OSORIO DE CARVALHO ARRUDA
RECLAMADO Pulitzer Capital Jornalismo Ltda
ADVOGADO: GABRIELA OSORIO DE CARVALHO ARRUDA
RECLAMADO Alcyr Duarte Collaço Filho
ADVOGADO: GABRIELA OSORIO DE CARVALHO ARRUDA

J. Diante da falta de manifestação do INSS, fica liberada a penhora de fl. 57, bem como o fiel depositario. Mas antes deverá efetuar o deposito atinente aos honorarios do leiloeiro no valor de R$ 150,00, com fulcro no aart. 173, § 1º do PGC. I.

PROCESSO: **01204-2006-018-10-00-5 (0013)**
RECLAMANTE Ana Carolina Chaves Cavalcanti de Almeida
ADVOGADO: DJALMA N. DOS SANTOS FILHO
RECLAMADO ASEFE - Associação de Assistência aos Trabalhadores em Educação do Distrito Federal
ADVOGADO: ULISSES B. DE RESENDE

Vistos etc. Libere-se a reclamante o seu credito, observando-se o calculo a fl. 471, intimando-a para levantar o alvara, em 05 dias

PROCESSO: **00024-2007-018-10-00-7 (0014)**
AUTOR Tancredo Alves de Andrade
ADVOGADO: SONIA MARA MENDES MARINHO
RÉU Expresso São José Ltda.
ADVOGADO: GERSON PEDRO DA SILVA

J. Defiro a cobrança conforme requerido. Intime-se o reclamante para efetuar o deposito pela não prestação de contas das arrecadações conforme estabelecido em sentença no prazo de 05 dias, sob pena de execução. O valor deverá ser atualizado quando da expedição da guia.

PROCESSO: **00138-2007-018-10-00-7 (0015)**
RECLAMANTE José Damázio de Freitas
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
RECLAMADO SGM GRANITOS LTDA.
ADVOGADO: GERALDO MACHADO JUNIOR
RECLAMADO José Celso Gontijo Engenharia Ltda.
ADVOGADO: PAULO ROBERTO RIBEIRO ALVES
RECLAMADO Josefa Maria da Silva
RECLAMADO Silene Francelina da Silva

Vistos et. Libere-se ao reclamante o seu credito, observando-se o calculo a fl. 189, intimando-o para receber o alvara em 05 dias. Julgo extinta a presente execução nos termos do art. 794 do CPC. Intime-se. omprovados os recolhimentos e decorrido o prazo para recurso, arquivem-se os autos, com baixa.

PROCESSO: **00230-2007-018-10-00-7 (0016)**
RECLAMANTE Elicarlo Santos Costa
ADVOGADO: HUDSON LINHARES BATISTA
RECLAMADO INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE
RECLAMADO Distrito Federal
ADVOGADO: ROBSON VIEIRA TEIXEIRA DE FREITAS

J. Ao agravante/reclamante no prazo legal. I.

PROCESSO: **00283-2007-018-10-00-8 (0017)**
RECLAMANTE Michele Souza Lima Monteiro
ADVOGADO: ENRICO CARUSO
RECLAMADO Worktime Assessoria Empresarial Ltda.
ADVOGADO: FLAVIA ROSANA COSTA MOTTA

J. A agravo de Instrumento encontra-se apenso a contra capa dos autos com transito em julgado pelo que se pode constatar da certidão. Esclareça melhor o executado o que pretende no prazo de 48 horas.

PROCESSO: **00391-2007-018-10-00-0 (0018)**
RECLAMANTE Carlos Antonio Carvalho Brandão
ADVOGADO: JORGE NARA
RECLAMADO MI Group Comunicação e Inteligência
ADVOGADO: WASHINGTON LUIZ DA LUZ

Intime-se a executada da penhora, querendo no prazo legal, deverá embargar a execução.

PROCESSO: **00435-2007-018-10-00-2 (0019)**
RECLAMANTE Luiz Antonio Oliveira dos Santos
ADVOGADO: NADJA FERREIRA GUEDES
RECLAMADO Iteba Construções e Inst Tecnicas Ltda.
ADVOGADO: DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO

Vistos, etc.Intime-se a Reclamada para, no prazo de 10 dias, apresentar os períodos de gozo de férias pelo Reclamante entre 27/04/2002 e 31/3/2006 e o demonstrativo de 13º salário pago em 1991, 1992, 1993, 1999, 2000, 2001,2002, 2003 e 2004, sob pena de perícia contábil às suas expensas.(25/07)

PROCESSO: **00507-2007-018-10-00-1 (0020)**
RECLAMANTE Ana Paula do Nascimento Gonçalves da Silva
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
RECLAMADO Governo do Distrito Federal

Junte-se. Indefiro, tendo em vista o desentranhamento de fl. 75. I. Após arquive-se

PROCESSO: **00531-2007-018-10-00-0 (0021)**
RECLAMANTE Elizanete de Menezes Porto
ADVOGADO: LUIZ HUMBERTO VIEIRA GUIDO
RECLAMADO Gaza Comércio de Roupas Ltda. EPP
ADVOGADO: MARIA DE LOURDES SILVA DE MELO

Libere-se por alvará o crédito do reclamante líquido, observando os recolhimentos. Julgo extinta a presente execução nos termos do art. 794 CPC. Com o recebimento do alvará, comprovados os recolhimentos e decorrido o prazo de recurso, remeta-se o processo ao arquivo geral com baixa. DS.

PROCESSO: **00557-2007-018-10-00-9 (0022)**
RECLAMANTE Andrei Lima Queiroz
ADVOGADO: MILTON LOPES MACHADO FILHO
RECLAMADO LG & C Consultoria Ltda.
ADVOGADO: SANDRO CARLO REIS XAVIER
RECLAMADO Antonio Cesar Cordova Junior
ADVOGADO: SANDRO CARLO REIS XAVIER
RECLAMADO Alessandro Cesar Cordova

Vistos etc. Peticiona a reclamada às fls. 70/74, noticiando não ter sido validamente notificada para defender-se nos presentes autos e por tal motivo requerendo seja decretada a nulidade do processo. Junta o documento de fls. 75/76. Verifico que, de fato, a notificação da reclamada para comparecer à audiência inaugural foi encaminhada ao endereço indicado na petição inicial, conforme se vê às fls. 15, o mesmo ocorrendo com a intimação da sentença proferida afl. 17/20 (vide fl. 21). Já o documento exibido por cópia às fls.75 demonstra claramente que a reclamada se mudara anteriormente daquele de local e, portanto, não recebera a comunicação judicial enviada. Disso se extrai que a relação processual não se completou porquanto a reclamada não foi validamente notificada para se defender na presente demanda, eis que não se encontra localizada no endereço informado na petição inicial. Pronuncio, pois, a nulidade dos atos processuais praticados nos autos por vício de citação. Tendo em vista tratar-se de ação de rito sumaríssimo e restando inatendido o preceituado no art. 852-B, II da CLT, decido arquivar a presente ação. Intimem-se as partes.

PROCESSO: **00798-2007-018-10-00-8 (0023)**
RECLAMANTE ARISTEU FERREIRA DE JESUS
ADVOGADO: BEATRIZ PEREIRA
RECLAMADO Cactus Locação de Mão de Obra Ltda.
ADVOGADO: GLEYSON LEVI FERREIRA LIMA

Vistos etc. Libere-se ao reclamante o seu credito, observando-se o calculo a fl. 253, bem como o deposito recursla e guia as fls. 252, respectivamente, intimando- o para receber o alvara no prazo de 05 dias, ficando o saldo remanescente a disposição deste Juízo.

PROCESSO: **00808-2007-018-10-00-5 (0024)**
RECLAMANTE Romao de Sousa Lima
ADVOGADO: EUVALDO THOMAZ SOARES
RECLAMADO Condominio do Bloco M da SQS 411
ADVOGADO: DELZIO JOAO DE OLIVEIRA JUNIOR

Junte-se. Volto atrás na certidão de gl. 65, tendo em vista a interposição de presente recurso no prazo. Aos recorridos/reclamante no prazo legal.

PROCESSO: **00817-2007-018-10-00-6 (0025)**
RECLAMANTE Rosemary Aparecida Bergamaschi
ADVOGADO: NATHANE MABEL BRIXNER
RECLAMADO INFORME RRN COMUNICAÇÃO E MARKETING S/S LTDA.
ADVOGADO: JOAO EMILIO FALCAO COSTA NETO
RECLAMADO MI Management Sociedade de Profissionais Associados

Vistos, etc.Intime-se a Reclamante para levantar as guias do TRCT e seguro desemprego, no prazo de 05(cinco) dias.(21/07)

PROCESSO: **00060-2008-018-10-00-1 (0026)**
RECLAMANTE Sebastião Araújo Pimenta
ADVOGADO: MIGUEL ARCANJO NETO
RECLAMADO Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa
ADVOGADO: THAWYO WANDERLEY B.ROSENTHAL
RECLAMADO União Federal

J. Nada a decidir sobr eo presente requerimento. Tendo em vista a decisão juntada pela reclamada.

PROCESSO: **00062-2008-018-10-00-0 (0027)**
RECLAMANTE Dionizio Soares Araujo
ADVOGADO: NADJA FERREIRA GUEDES
RECLAMADO Construtora Villela e Carvalho Ltda.
ADVOGADO: LINCOLN DE OLIVEIRA

Junte-se. Dê-se conhecimento ao reclamante sobre o documento juntado pela Seguradora MAPFRE VERA CRUZ. Aguarde-se por 15 dias. Após, retornem-se os autos ao arquivo gerla com baixa.

PROCESSO: **00232-2008-018-10-00-7 (0028)**
AUTOR Banco Bradesco S.A.
ADVOGADO: GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA
RÉU Jane Cardoso Teixeira Sinesio
ADVOGADO: JOSE OLIVEIRA NETO

ANTE O EXPOSTO, nos termos da fundamentação retro que a esta conclusão passa a integrar, resolvo, na presente ação proposta por JANE CARDOSO TEIXEIRA SINÉSIO em face da reclamada BANCO BRADESCO S.A. julgar Totalmente Improcedentes as pretensões deduzidas na petição inicial, na forma do art. 269, I, do CPC. Custas, pela reconvinte, no importe de R$265,04, calculadas sobre o valor atribuído à reconvenção de R$13.252,21, de cujo recolhimento fica dispensada. INTIMEM-SE AS PARTES.

PROCESSO: **00296-2008-018-10-00-8 (0029)**
RECLAMANTE Flávio Rodrigues Silva
ADVOGADO: DIOGO BATISTA ILHA SANTOS
RECLAMADO Localiza Rent a Car S.A
ADVOGADO: PAULO ROBERTO RIBEIRO ALVES

ANTE O EXPOSTO, nos termos da fundamentação retro que a esta conclusão passa a integrar, resolvo, na presente ação proposta por FLÁVIO RODRIGUES SILVA em face da reclamada LOCALIZA RENT A CAR S.A. e LOCALIZA CAR RENTAL S.A. julgar Parcialmente Procedentes as pretensões deduzidas na petição inicial, para condenar as reclamadas a pagarem ao reclamante as verbas deferidas no curso da fundamentação. Concedo ao reclamante os benefícios da justiça gratuita. O quantum debeatur deverá ser apurado mediante liquidação por cálculo, com inclusão das contribuições previdenciárias e descontos fiscais, bem como incidência de juros e correção monetária, esta última contada a partir do mês da prestação dos serviços, e aqueles a partir do ajuizamento da ação, nos termos do art. 833, da CLT e Enunciado 200 do C. TST. Para fins do disposto no art. 832, § 3º da CLT, deverá ser observado o disposto no art. 214, I, § 9º do Decreto nº 3.048/99. Custas, pela reclamada, no importe de R$40,00, calculadas sobre o valor arbitrado provisoriamente de R$2.000,00, sujeitas à complementação no final. INTIMEM-SE AS PARTES.

PROCESSO: **00311-2008-018-10-00-8 (0030)**
RECLAMANTE Davi Cesar de Souza
ADVOGADO: DAVINO ALVES CAVALCANTE
RECLAMADO Qualix Serviços Ambientais Ltda. (antes denominada Anterpa Ambiental S. A.)
ADVOGADO: ROBERTA ROCHA RODRIGUES

J. Defiro o desentranhamneto da documentação juntada pela reclamada. I.

PROCESSO: **00328-2008-018-10-00-5 (0031)**
RECLAMANTE Ailton Ricardo de Jesus Silva
ADVOGADO: CARLOS ANDRE LOPES ARAUJO
RECLAMADO Bier Fass Cervejaria Ltda.
ADVOGADO: PAULO ANDRE VACARI BELONE

J. Ao recorrido/reclamado no prazo legal.

PROCESSO: **00399-2008-018-10-00-8 (0032)**
RECLAMANTE Manuela Alexia Guimarães Viana
ADVOGADO: NILTON CORREIA
RECLAMADO Gráfica e Editora Jornal de Brasília Ltda.
ADVOGADO: ADRIANO DIAS MEZAEL

Junte-se. Fica homologado o aditamento ao acordo de fls. 92

PROCESSO: **00419-2008-018-10-00-0 (0033)**
RECLAMANTE Mateus Celestino Bahia
ADVOGADO: FREDERICO SOARES DE ALVARENGA
RECLAMADO Julio Cesar & Roberto Advogados Associados
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE

Junte-se. Ao recorrido/reclamante no prazo legal.

PROCESSO: **00428-2008-018-10-00-1 (0034)**
RECLAMANTE Ivanires Fernandes da Silva
ADVOGADO: EMENS PEREIRA DE SOUZA
RECLAMADO Manchester Serviços Ltda.
ADVOGADO: RAQUEL CORAZZA

Junte-se. Ao recorriodo/reclamante no prazo legal.

PROCESSO: **00453-2008-018-10-00-5 (0035)**
RECLAMANTE Max da Silva Barbosa
ADVOGADO: ALDEISE DE SOUSA E SILVA FIGUEIREDO
RECLAMADO Viação Anapolina Ltda.
ADVOGADO: ROBSON MORAIS LIAO

F U N D A M E N T O S pelos quais julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial por MAX DA SILVA BARBOSA, para condenar a VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA, ao adimplemento das obrigações de dar e fazer acima deferidas, no prazo de 5 (cinco) dias do trânsito em julgado, nos termos da fundamentação supra, cujo teor passa a integrar o presente dispositivo. Liquidação por cálculos. A atualização monetária deverá incidir a partir do vencimento de cada parcela objeto da condenação, na forma da lei. Juros de mora de 1% ao mês. Termo inicial contado da data de propositura da ação (art. 883 da CLT) com incidência sobre a condenação já corrigida, (súmulas 200 do c. TST e 224 do e. STF). Em atenção ao disposto no art. 832, § 3º da CLT, declaro que as parcelas deferidas a título de diferença de horas extras habituais e reflexos sobre 13º salário proporcional, detém natureza salarial e estão sujeitas à incidência previdenciária. O recolhimento previdenciário é de responsabilidade da reclamada, nos termos da súmula 368, II do c. TST, facultada a retenção da cota-parte da reclamante. A ausência de comprovação acarretará a execução de ofício. Descontos fiscais nos termos da legislação vigente (lei nº 8.541/1992, art. 46 e Provimento CGJT/TST nº03/2005), cujos recolhimentos deverão ser tempestivamente comprovados nos autos. No silêncio, oficie-se à Receita Federal. Oficie-se à PGF (IRRF) e à Procuradoria Federal Especializada do INSS (lei n. 11.457/2007 e Portaria Conjunta PGF/PGFN 433/2007). Custas pela reclamada, no importe de R$ 1.000,00, calculadas sobre o valor da condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 50.000,00 (já deduzido o valor recebido no TRCT de fl. 37). Intimem-se.

PROCESSO: **00476-2008-018-10-00-0 (0036)**
RECLAMANTE Jean Cleber Cardoso Rios
ADVOGADO: LUANDA ALVES DE SOUZA
RECLAMADO Embraserv - Empresa Brasileira de Serviços Ltda.
RECLAMADO Srª Paula Regina Brito Cardoso (Representante Legal)

Vistos, etc.Intime-se o Reclamante para apresentar sua CTPS, em 05 (cinco) dias.(21/07)

PROCESSO: **00580-2008-018-10-00-4 (0037)**
RECLAMANTE Jose Romildo Tito da Silva
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Companhia de Saneamento do Distrito Federal - Caesb
ADVOGADO: OTONIL MESQUITA CARNEIRO

F U N D A M E N T O S pelos quais julgo IMPROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial por JOSÉ ROMILDO TITO DA SILVA em face de COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, tudo nos estritos termos da fundamentação supra, cujo teor passa a integrar o presente dispositivo. Custas pelo reclamante, no importe de R$ 137,22, calculadas sobre o valor dado à causa. Isento, na forma da lei. Intimem-se..

PROCESSO: **00608-2008-018-10-00-3 (0038)**
RECLAMANTE Debora Nunes Augusto
ADVOGADO: JOAO BATISTA RIBEIRO
RECLAMADO Best Brasília Empresa de Serviços Técnicos Ltda.
ADVOGADO: DENNYS DOUGLAS MOREIRA NEVES

J. Ao recorrid/reclamado no prazo legal.

PROCESSO: **00695-2008-018-10-00-9 (0039)**
RECLAMANTE Mauro Wilson dos Santos
ADVOGADO: JOAQUIM LIMA RIBEIRO
RECLAMADO Lotaxi Transportes Urbanos Ltda.

Vistos, etc. Intime-se a reclamada a comparecer à audiência que se realizará no dia 24/07/2008 às 09:00 Horas, na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita SHLN 516, Bloco-1, Lote-2, Conjunto-B, Sala-405/411, 4ºandar, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art.843 consolidado. O não com- parecimento de V.Sa. Importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO ORDINÁRIO. Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, com designação específica de instrução e julgamento. Fica o RECLAMANTE, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do art. 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. As testemunhas deverão ser trazidas espontaneamente ou arroladas no prazo de 05 (cinco) dias, antes da audiência, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (insc. junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações. Data supra

PROCESSO: **00696-2008-018-10-00-3 (0040)**
RECLAMANTE Leonita Ribeiro Rodrigues
ADVOGADO: ALDEISE DE SOUSA E SILVA FIGUEIREDO
RECLAMADO Viação Anapolina Ltda.

Vistos etc. Intime-se a RECLAMADA a comparecer à audiência que se realizará no dia 24/07/2008 às 09:15 Horas, na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita SHLN 516, Bloco-1, Lote-2, Conjunto-B, Sala-405/411, 4ºandar, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art.843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. Importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art.852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento. Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. As testemunhas deverão ser trazidas espontaneamente ou arroladas no prazo de 05 (cinco) dias, antes da audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações. Data Supra. (PAUTA)

PROCESSO: **00697-2008-018-10-00-8 (0041)**
RECLAMANTE Josue Pinto Brandão
ADVOGADO: MARCONE GUIMARAES VIEIRA
RECLAMADO Cial Comercio e Industria de Alimentos Ltda.

Vistos etc. Intime-se a RECLAMADA a comparecer à audiência que se realizará no dia 24/07/2008 às 09:30 Horas, na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita SHLN 516, Bloco-1, Lote-2, Conjunto-B, Sala-405/411, 4ºandar, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art.843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. Importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO SUMARÍSSIMO (Lei 9957/2000). Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, conforme permissivos legais (art.852-H, §§ 1º e 7º), com designação específica de instrução e julgamento. Fica o Reclamante, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do artigo 844 da CLT. As testemunhas deverão ser trazidas espontaneamente ou arroladas no prazo de 05 (cinco) dias, antes da audiência inaugural, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações. Data Supra. (PAUTA)

PROCESSO: **00698-2008-018-10-00-2 (0042)**
RECLAMANTE Paulo Affonso
ADVOGADO: LUCIANE CARVALHO MOURA
RECLAMADO Banco Abn Amro Real S/A

Vistos, etc. Intime-se a reclamada a comparecer à audiência que se realizará no dia 24/07/2008 às 09:45 Horas, na sala de audiência da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF sita SHLN 516, Bloco-1, Lote-2, Conjunto-B, Sala-405/411, 4ºandar, quanto poderá apresentar sua defesa (CLT, art.846) devendo V.Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seu advogado sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no art.843 consolidado. O não com- parecimento de V.Sa. Importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato. A tramitação do presente feito observará o RITO ORDINÁRIO. Considerando, todavia, a complexidade da matéria e pedidos em debate, haverá o fracionamento, com designação específica de instrução e julgamento. Fica o RECLAMANTE, na pessoa de seu advogado, intimado, observando-se os termos do art. 844 da CLT. Em havendo interesse na intimação de testemunhas, deverão as partes apresentar o respectivo rol até a audiência inaugural, sob pena de preclusão. As testemunhas deverão ser trazidas espontaneamente ou arroladas no prazo de 05 (cinco) dias, antes da audiência, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (insc. junto ao INSS). O reclamado deverá informar o numero de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações. Data supra

ÍNDICE

Advogado: ADRIANO DIAS MEZAEL **20552/GO** (0032)
Advogado: ADRIANO PEIXOTO FRANCO **19747/DF** (0009)
Advogado: ALDEISE DE SOUSA E SILVA FIGUEIREDO **20237/O/DF** (0035) (0040)
Advogado: ANDRE PUPPIN MACEDO **12004/DF** (0002)
Advogado: AUREA FELICIANA PINHEIRO MARTINS **11464/DF** (0004)
Advogado: BEATRIZ PEREIRA **19645/DF** (0023)
Advogado: CARLOS ANDRE LOPES ARAUJO **17510/O/DF** (0031)
Advogado: CIRENE ESTRELA **15338/DF** (0008)
Advogado: DAVINO ALVES CAVALCANTE **24705/O/DF** (0030)
Advogado: DELZIO JOAO DE OLIVEIRA JUNIOR **13224/O/DF** (0024)
Advogado: DENNYS DOUGLAS MOREIRA NEVES **20135/O/DF** (0038)
Advogado: DIOGO BATISTA ILHA SANTOS **22003/O/DF** (0029)
Advogado: DJALMA N. DOS SANTOS FILHO **4604/DF** (0013)
Advogado: DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO **9315/DF** (0019)
Advogado: DR.EDVARD DE FREITAS MACHADO **4295./DF** (0010)
Advogado: EMENS PEREIRA DE SOUZA **06371/O/DF** (0034)
Advogado: ENRICO CARUSO **11624/DF** (0017)
Advogado: EUVALDO THOMAZ SOARES **14427/DF** (0002) (0024)
Advogado: FLAVIA ROSANA COSTA MOTTA **17285/BA** (0017)
Advogado: FRANCISCO RODRIGUES PRETO JUNIOR **12919/DF** (0006)

Advogado: FREDERICO SOARES DE ALVARENGA **19468/O/DF** (0033)
Advogado: GABRIELA OSORIO DE CARVALHO ARRUDA **19607/DF** (0012)
Advogado: GERALDO MACHADO JUNIOR **16028/DF** (0015)
Advogado: GERALDO MARCONE PEREIRA **14038/DF** (0007)
Advogado: GERSON PEDRO DA SILVA **9386/DF** (0014)
Advogado: GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA **08971/O/DF** (0028)
Advogado: GLEYSON LEVI FERREIRA LIMA **6111/RN** (0023)
Advogado: HUDSON LINHARES BATISTA **09713/O/DF** (0016)
Advogado: JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS **10434/DF** (0010)
Advogado: JOAO BATISTA RIBEIRO **07209/O/DF** (0038)
Advogado: JOAO EMILIO FALCAO COSTA NETO **9593/DF** (0025)
Advogado: JOAQUIM LIMA RIBEIRO **07131/O/DF** (0039)
Advogado: JORGE NARA **7243/DF** (0018)
Advogado: JOSE EXPEDITO DE ANDRADE FONTES **11725/DF** (0001)
Advogado: JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS **9004/DF** (0011)
Advogado: JOSE OLIVEIRA NETO **08680/O/DF** (0028)
Advogado: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE **08583/O/DF** (0033) (0037)
Advogado: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE **8583/DF** (0020)
Advogado: LINCOLN DE OLIVEIRA **07626/O/DF** (0027)
Advogado: LUANDA ALVES DE SOUZA **25674/O/DF** (0036)
Advogado: LUCIANE CARVALHO MOURA **17237/T/DF** (0042)
Advogado: LUIZ HUMBERTO VIEIRA GUIDO **16298/T/DF** (0021)
Advogado: MARCIA M. GUIMARAES DE SOUSA **8383/DF** (0001)
Advogado: MARCONE GUIMARAES VIEIRA **09336/O/DF** (0041)
Advogado: MARIA DE LOURDES SILVA DE MELO **5696/DF** (0021)
Advogado: MIGUEL ARCANJO NETO **26631/O/DF** (0026)
Advogado: MILTON LOPES MACHADO FILHO **14087/DF** (0022)
Advogado: NADJA FERREIRA GUEDES **4000/DF** (0019) (0027)
Advogado: NATHANE MABEL BRIXNER **18879/DF** (0025)
Advogado: NILTON CORREIA **1291/DF** (0006)
Advogado: NILTON CORREIA **1291/O/DF** (0032)
Advogado: OTONIL MESQUITA CARNEIRO **01236/O/DF** (0037)
Advogado: PAULO ANDRE VACARI BELONE **12671/DF** (0031)
Advogado: PAULO ROBERTO RIBEIRO ALVES **10844/DF** (0015)
Advogado: PAULO ROBERTO RIBEIRO ALVES **10844/O/DF** (0029)
Advogado: RAQUEL CORAZZA **17240/DF** (0010)
Advogado: RAQUEL CORAZZA **17240/O/DF** (0034)
Advogado: RAUL QUEIROZ NEVES **734/DF** (0003)
Advogado: ROBERTA ROCHA RODRIGUES **26661/A/DF** (0030)
Advogado: ROBSON FREITAS MELO **1982/DF** (0015)
Advogado: ROBSON MORAIS LIAO **12531/GO** (0035)
Advogado: ROBSON VIEIRA TEIXEIRA DE FREITAS **22064/O/DF** (0016)
Advogado: ROGERIO AVELAR **4337/DF** (0004)
Advogado: SANDRO CARLO REIS XAVIER **17440/O/DF** (0022)
Advogado: SEBASTIAO PEREIRA GOMES **7914/DF** (0005)
Advogado: SERGIO ROBERTO RONCADOR **11306/DF** (0007)
Advogado: SILVANETE CANDIDA SENA **5710/DF** (0003)
Advogado: SONIA MARA MENDES MARINHO **13946/DF** (0014)
Advogado: THAWYO WANDERLEY B.ROSENTHAL **12320/T/DF** (0026)
Advogado: ULISSES B. DE RESENDE **4595/DF** (0013)
Advogado: ULISSES RIEDEL DE RESENDE **968/DF** (0011)
Advogado: WASHINGTON LUIZ DA LUZ **12286/DF** (0018)
Advogado: ÉLDER CASTRO DE CARVALHO **23.666/DF** (0012)

EDITAIS

PROCESSO: **00468-2008-018-10-00-3 (0001)**
EDITAL: **000.285/2008**
RECLAMANTE Marilia Serra Barros
ADVOGADO: JOSE MARIA RIBEIRO DE SOUSA
RECLAMADO Virtual Service Empresa de Serviços Gerais Ltda.
RECLAMADO União Federal (Ministério das Relações Exteriores)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO

O (A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) NARA CINDA ALVAREZ BORGES, Juiz(a) do Trabalho da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, torna público que, pelo presente Edital, fica INTIMADO(A) o(a) reclamado(a) Virtual Service Empresa de Serviços Gerais Ltda., que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar ciência da DECISÃO de fls. 163/169 proferida nos referidos autos, cujo inteiro teor pode ser obtido na Secretaria desta Vara do Trabalho, sita a Av. W/3 Norte, Qd.516 - Bl. I, Lote 2, Salas 409/411, 4º Andar, SHLN. Para conhecimento do interessado, o presente edital será publicado no Diário da Justiça do Distrito Federal, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça Especializada.
Assinado por ATAHUALPA FONSECA Diretor de Secretaria, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF em 11, JULHO de 2008.

ÍNDICE

Advogado: JOSE MARIA RIBEIRO DE SOUSA **26125/O/DF** (0001)
Advogado: /

20ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

DESPACHOS

PROCESSO: **00164-1998-020-10-00-0 (0001)**
RECLAMANTE NILTON MARCIO PORTILHO RODRIGUES
ADVOGADO: GILBERTO CLAUDIO HOERLLE
RECLAMADO UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO: CRISTIANA RODRIGUES CONTIJO

Ao Recte,desp.de fl.640,Considerando-se o saldo da conta de fls.633,procedam-se às seguintes movimentações,por autorização judicial:...-libere-se ao exequente o saldo remanescente da conta,zerando;-liberem-se ao executado os depositos recursais de fls.467 e 578.Intimem-se as partes. Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00317-1999-020-10-00-0 (0002)**
RECLAMANTE JOSE FERNANDO TEOFILO DA SILVA
ADVOGADO: UBIRATAN BATISTA PEDROSO
RECLAMADO JEDIAL FERNANDES LEAL

Ao exeq.desp.de fl.226,Preliminarmente,esclareça o exequente em qual cartório está registrado o imóvel indicado à fl.225.Prazo de 05 dias.Com a manifestação,conclusos para apreciação dos demais pedidos.Intime-se o autor. Juiz do Trabalho MARLOS AUGUSTO MELEK

PROCESSO: **00197-2006-020-10-00-0 (0003)**
AUTOR ANANIAS ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: FRANCISCO DE ASSIS SOARES DE PINHO
RÉU BRASIWORK PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.
ADVOGADO: RODRIGO NOGUEIRA MACHADO
RÉU Hermes Siqueira Braga

Ao Exeq.desp.de fl.315,Intime-se o exequente para vista dos documentos acostados à contracapa dos autos,requerendo o que de direito em cinco dias. Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00985-2007-020-10-00-8 (0004)**
RECLAMANTE Érico Curt Hoeper
ADVOGADO: ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECLAMADO Associação Brasileira de Recursos em Telecomunicações - ABR T (sucessora da Associação Brasileira de Roaming-ABR)
ADVOGADO: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL
RECLAMADO Vivo S/A
ADVOGADO: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL

A Recda.desp.de fl.449,J.Intime-se a parte contrária,para querendo,observado o prazo legal de 08(oito)dias,apresentar suas contrarazões. Juiz do Trabalho

PROCESSO: **01135-2007-020-10-00-7 (0005)**
AUTOR Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção e do Mobiliario de Brasilia - STICMB
ADVOGADO: ROBSON FREITAS MELO
RÉU DF - Engenharia e Consultoria Ltda.
ADVOGADO: ALBERTINO RIBEIRO COIMBRA

Ao Autor,Intime-se o autor para vista e manifestação acerca da impugnação aos cálculos ofertados pela ré (fls.329/331),esclarecendo a este Juízo os parâmetros utilizados para apuração da multa do art.553,alínea "a",no prazo de cinco dias.Com a manifestação ou decorrido o prazo,venham-me os autos conclusos,inclusive para homologação dos cálculos. Juiz do Trabalho

PROCESSO: **01297-2007-020-10-00-5 (0006)**
RECLAMANTE Lucília José de Souza
ADVOGADO: JOMAR ALVES MORENO
RECLAMADO KOMPE COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA. (N/P DE SEU SÓCIO JOSÉ OLÍVIO CHAVES)
ADVOGADO: MIKAELA MINARE BRAUNA
RECLAMADO Distrito Federal (Secretaria de Estado de Educação)
RECLAMADO Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Planalto - IDESP
ADVOGADO: JOSE LEITE SARAIVA FILHO

A 3ª-Reclamada,Decisão de Embargos de fls.347/348,"...CONCLUSÃO Conheço dos embargos de declaração e, no mérito,dou-lhes parcial provimento apenas para prestar esclarecimentos,tudo nos termos da fundamentação.Intimem-se as partes."Inteiro teor na Secretaria da Vara. Juiz do Trabalho ADRIANA ZVEITER

PROCESSO: **00202-2008-020-10-00-7 (0007)**
RECLAMANTE Shirley Montiel de Almeida
ADVOGADO: FABIANA VENDRAMINI NUNES OLIVEIRA
RECLAMADO Farany Presentes e Adorno Ltda. ME
ADVOGADO: JERONIMO CAETANO DA FONSECA

As Partes.desp.de fl.102,Considerando-se o saldo da conta de fls.100,procedam-se às seguintes movimentações,por autorização judicial:...-libere-se à exequente o saldo remanescente da conta,zerando-a.Intimem-se as partes. Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00672-2008-020-10-00-0 (0008)**
RECLAMANTE João Bezerra Magalhães Neto
ADVOGADO: JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS C. COUTO
RECLAMADO Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

Ao RECTE.Aud.de fl.181/182,"...Numa análise a priori,entendo presentes o fumus boni juris e o periculum in mora,razão pela qual-DEFIRO a antecipação de tutela pretendida,...Designo o dia 19/08/2008,às 15:00 horas,para realização da audiência relativa ao processo supra,a ser realizada na Sala de Audiências da Eg.20ª Varas do Trabalho-DF,situada à avenida W/3 Norte,Quadra 516,Lote 02,Conjunto "B",Bloco 01,Sala 416(quarto andar),nesta...A audiência será UNA,devendo as partes apresentar na oportunidade todas as provas que pretendam produzir..."INTEIRO Teor na Secretaria da Vara. Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00698-2008-020-10-00-9 (0009)**
AUTOR Edielson Felix Vidqal Evangelista
ADVOGADO: UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA
RÉU Empresa de Serviços Gerais e Transportes Ltda. - IPANEMA

Fica intimado(a) o(a) reclamante a comparecer à Audiência UNA que serealizará no dia 12/08/08, às 14:00 horas, na sala de audiência da20ª VT/DF desta cidade sita a SHLN 516, lote 02, conjunto B, bloco 1,sala 416, 4º andar, munido de sua CTPS. O não comparecimentoimportará nas penalidades previstas nos Art. 843 e 844 da CLT. Atramitação do presente feito observará as disposições da Lei nº9.957/2000 (RITO SUMARÍSSIMO).

PROCESSO: **00700-2008-020-10-00-0 (0010)**
RECLAMANTE Ronildo Ramalho de Sousa
ADVOGADO: GASPAR REIS DA SILVA
RECLAMADO Cosenco - Correia de Sousa Engenharia e Comércio Ltda.

Fica intimado(a) o(a) reclamante a comparecer à Audiência UNA que serealizará no dia 07/08/08, às 14:00 horas, na sala de audiência da20ª VT/DF desta cidade sita a SHLN 516, lote 02, conjunto B, bloco 1,sala 416, 4º andar, munido de sua CTPS. O não comparecimentoimportará nas penalidades previstas nos Art. 843 e 844 da CLT. Atramitação do presente feito observará as disposições da Lei nº9.957/2000 (RITO SUMARÍSSIMO).

PROCESSO: **00701-2008-020-10-00-4 (0011)**
RECLAMANTE Leandro dos Santos Araujo
ADVOGADO: JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO Laselva Comercio de Livros e Artigos de Conveniência Ltda.

Fica intimado(a) o(a) reclamante a comparecer à Audiência UNA que serealizará no dia 12/08/08, às 13:50 horas, na sala de audiência da20ª VT/DF desta cidade sita a SHLN 516, lote 02, conjunto B, bloco 1,sala 416, 4º andar, munido de sua CTPS. O não comparecimentoimportará nas penalidades previstas nos Art. 843 e 844 da CLT. Atramitação do presente feito observará as disposições da Lei nº9.957/2000 (RITO SUMARÍSSIMO).

PROCESSO: **00702-2008-020-10-00-9 (0012)**
RECLAMANTE Randerson de Oliveira Santos
ADVOGADO: JOMAR ALVES MORENO
RECLAMADO União (Ministério das Relações Exteriores - MRE)
RECLAMADO Virtual Service - Empresa de Serviços Gerais Ltda.

Fica V.Sa. intimado(a) o(a) reclamante a comparecer à Audiência UNAque se realizará no dia 20/08/08, às 14:30 horas, na sala deaudiência da 20ª VT/DF desta cidade sita a SHLN 516, lote 02,conjunto B, bloco 1, sala 416, 4º andar, munido de sua CTPS. O nãocomparecimento importará nas penalidades previstas nos Art. 843 e 844da CLT.

PROCESSO: **00703-2008-020-10-00-3 (0013)**
RECLAMANTE Antônio Nascimento da Silva
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Colégio Le Petit Galois
RECLAMADO Instituto Ápice de Ensino Ltda. (Colégio Gênesis)
RECLAMADO Gênesis Cursos e Concursos
RECLAMADO Faculdade Evangélica

Fica intimado(a) o(a) reclamante a comparecer à Audiência UNA que serealizará no dia 18/08/08, às 14:30 horas, na sala de audiência da20ª VT/DF desta cidade sita a SHLN 516, lote 02, conjunto B, bloco 1,sala 416, 4º andar, munido de sua CTPS. O não comparecimentoimportará nas penalidades previstas nos Art. 843 e 844 da CLT. Atramitação do presente feito observará as disposições da Lei nº9.957/2000 (RITO SUMARÍSSIMO).

PROCESSO: **00705-2008-020-10-00-2 (0014)**
RECLAMANTE Aurelito Rodrigues de Sousa
ADVOGADO: RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE
RECLAMADO Distribuidora de Bebidas Rio Preto

Fica V.Sa. intimado(a) o(a) reclamante a comparecer à Audiência UNAque se realizará no dia 19/08/08, às 14:30 horas, na sala deaudiência da 20ª VT/DF desta cidade sita a SHLN 516, lote 02,conjunto B, bloco 1, sala 416, 4º andar, munido de sua CTPS. O nãocomparecimento importará nas penalidades previstas nos Art. 843 e 844da CLT.

ÍNDICE

Advogado: ALBERTINO RIBEIRO COIMBRA **19081/DF** (0005)
Advogado: CRISTIANA RODRIGUES CONTIJO **6930/DF** (0001)
Advogado: FABIANA VENDRAMINI NUNES OLIVEIRA **14989/T/DF** (0007)
Advogado: FRANCISCO DE ASSIS SOARES DE PINHO **15009/DF** (0003)
Advogado: GASPAR REIS DA SILVA **09324/O/DF** (0010)
Advogado: GILBERTO CLAUDIO HOERLLE **5166/DF** (0001)
Advogado: JERONIMO CAETANO DA FONSECA **10854/DF** (0007)
Advogado: JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS **10434/O/DF** (0011)
Advogado: JOMAR ALVES MORENO **05218/O/DF** (0012)
Advogado: JOMAR ALVES MORENO **5218/DF** (0006)
Advogado: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL **00513/O/DF** (0004)
Advogado: JOSE LEITE SARAIVA FILHO **08242/O/DF** (0006)
Advogado: JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS C. COUTO **13802/O/DF** (0008)
Advogado: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE **08583/O/DF** (0013)
Advogado: MIKAELA MINARE BRAUNA **18225/DF** (0006)
Advogado: RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE **11110/O/DF** (0014)
Advogado: ROBSON FREITAS MELO **1982/DF** (0005)
Advogado: RODRIGO NOGUEIRA MACHADO **55250/RS** (0003)
Advogado: UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA **07962/O/DF** (0009)
Advogado: UBIRATAN BATISTA PEDROSO **5350/DF** (0002)
Advogado: ULISSES RIEDEL DE RESENDE **968/DF** (0004)

21ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA

AUTOS COM VISTA

PROCESSO: **00139-2005-021-10-00-2 (0001)**
CONSIGNANTE Posto da Torre Ltda
ADVOGADO: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL
CONSIGNADO Ueliton Almeida da Costa Filho
ADVOGADO: MARIA TERESA LOURENCO

Homologo o cálculo fixando o débito conforme descriminadoabaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais.Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelaspartes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT). Especificação do débito: Resumo de Cálculo Liq. Exequente....: 434,55 (96,09%) INSS Reclamante...: 3,70 (0,82%) INSS Reclamado....: 9,71 (2,15%) INSS Terceiros....: 2,81 (0,62%) INSS SAT.....: 1,45 (0,32%) Total Geral: 452,22 Atualizado:30/06/2008 A Receita Federal (PGF) manifestou concordância com ocálculo(fl.218). Dê-se ciência ao embargante/Executado de que o seu débitototal é de R$ 452,22 valor em 30.06.2008, estando o juízo garantidocom o depósito recursal de fl. 132. Cite-se ao Embargante/Executado, por seu procurador, viaDJ, para fluência de prazo de embargos, tendo em vista o juízogarantido, devendo ficar ciente de que, no seu silêncio e após aconcordância do Embargado/Exequente com os cálculos, o valor seráutilizado para pagamento do débito atualizado, no limite do créditodo embargado/exequente. Oficie-se à CEF solicitando a transferência do depósitorecural de fl. 132.

PROCESSO: **00327-2005-021-10-00-0 (0002)**
RECLAMANTE Heloísa Elpídes do Nascimento
ADVOGADO: CRISTIANE AIRES DO REGO
RECLAMADO Flora Garden Gramados e Paisagismo Ltda.
RECLAMADO ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários

"Vista ao exeqüente, por cinco dias, dos cálculos bem como do depósito de fl. 285.Intime-se."

PROCESSO: **00340-2005-021-10-00-0 (0003)**
RECLAMANTE Salete Sousa Correia
ADVOGADO: CRISTIANE AIRES DO REGO
RECLAMADO Flora Garden Gramados e Paisagismo Ltda.
RECLAMADO ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

Vistos.Expeça-se alvará para recebimento do seguro-desemprego.Intime-se a autora para vir receber o alvará em cinco dias.Publique-se.

PROCESSO: **08101-2005-021-10-00-8 (0004)**
INSC. DIVÍDA ATIVA: 1059500036190
EXEQUENTE União (Fazenda Nacional)
EXECUTADO AJAX CONSTRUTORA LTDA.
EXECUTADO Lucy Gabriela Pritzke Schulz
ADVOGADO: JACQUES MAURICIO FERREIRA VELOSO DE MELO

Considerando os termos da petição de fls.243, primeiramente, dê-se ciência à sócia-executada da constrição, via BACEN/JUD, da quantia constante da guia de fls.231.Publique-se.Em Julho 11, 2008.

PROCESSO: **00279-2006-021-10-00-1 (0005)**
RECLAMANTE José Machado Siqueira
ADVOGADO: FRANCISCO PEREIRA SERPA
RECLAMADO Pianino Pizzeria Ltda
ADVOGADO: EDUARDO DE BARROS PEREIRA

Vistos.Considerando que não houve oposição de embargos, libero ao exequente os depósitos de fls. 233 e 253.Intime-se o exequente para receber as referidas guias.O depósito de fls. 233 já foi deduzido do cálculo de fls. 235.A secretaria para dedução do depósito de fl. 253.Após, conclusos para exame do requerimento final de fl. 270.

PROCESSO: **00893-2006-021-10-00-3 (0006)**
RECLAMANTE Pedro Henrique Valente Mendes
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Sociedade Educacional Península Norte S/C
ADVOGADO: ANTONIO ALBERTO DO VALE CERQUEIRA

Libero o crédito do exeqüente.Expeça-se alvará para movimentação do depósito de fl. 360, observado o seguinte percentual:Conta n.º 4.800.758-2: ; Valor : R$ 2.376,33; Data :24/6/2008. 01 - Autenticar em uma guia do INSS, com cód.2909, o percentual de 22,6917% (valor do INSS cota parte empregado, empregador, SAT e terceiros);02 - Autenticar em uma guia de retenção de IRPF o percentual de 2,8022%, referente ao valor do recolhimento do imposto de renda, de acordo com a Lei nº 10.833/2003. Base de cálculo R$ 1.815,42 + 138,26R$ =66,39;03 - Liberar ao exeqüente e/ou a seu advogado JÚLIO CESAR BORGES DE RESENDE OAB/DF nº 8583 , sendo o percentual de 59.3684% o saldo líquido do exeqüente e de 14,50 % correspondente aos honorários assistenciais, zerando-se a conta, conforme procuração de fl. 13, dos autos, o saldo remanescente;04 - Autenticar em uma guia DARF o saldo remanescente, referente ao recolhimento parcial das custas. Libero, também, ao exeqüente a guia na importâncias de R$ 683,04 acostada na contracapa dos autos do processo. Declaro extinta a execução quanto ao crédito ao exeqüente.Intimem-se o executado para que recolha o débito residual no valor de R$ 42,27 referente ao recolhimento parcial das custas e, ainda, o exeqüente para retirar a guia e receber o alvará

PROCESSO: **00973-2006-021-10-00-9 (0007)**
RECLAMANTE Tatiane Gommer Backx
ADVOGADO: PATRICIA PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO MATRIX SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
RECLAMADO União - Superior Tribunal de Justiça
ADVOGADO: LUIZ FELIPE CARDOSO DE MORAES FILHO

Os autos encontram-se SOBRESTADOS, face ao AI ainda pendente de julgamento (fl.248), interposto pela 2ª reclamada.Na petição de fls. 251/252, vem a Reclamante requerer a execução provisória da sentença .Defiro a execução de sentença, apenas quanto à 1ª Reclamada, de forma definitiva, uma vez que ela não recorreu da decisão de 1º grau.Intime-se a Reclamante para juntar sua CTPS , para as anotações determinadas na sentença, em cinco dias.Expeça-se alvará para levantamento do FGTS, devendo a autora informar, nos autos, o valor recebido em 10 dias, tendo em vista a liquidação de sentença.Intime-se a autora, por seu procurador, via DJ.Após anotação da CTPS e comprovado o valor levantado pela reclamante, encaminhem-se os autos à Contadoria.

PROCESSO: **01042-2006-021-10-00-8 (0008)**
RECLAMANTE Cleumir Gomes de Azevedo
ADVOGADO: JAMIL JORGE
RECLAMADO Casa Bahia Comercial Ltda.
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO MOSCATO DE MIRANDA

Vistos.Libero o crédito do exeqüente.Libero a guia do depósito recursal convertido em penhora de fls.400, cuja cópia para recebimento encontra-se acostada à contracapa dos autos.Expeça-se alvará para movimentação do depósito de fl. 407, observando o seguinte percentual:Conta n.º:1600106871132 ;Valor: R$12.783,27, data 06/06/2008. 01 - Autenticar em uma guia do INSS, com cód.2909, 25,75% (valor do INSS cota parte empregado, empregador, SAT e terceiros).02 - Autenticar em uma guia de retenção de IRPF 22,85 %, referente ao valor do recolhimento do imposto de renda, de acordo com a Lei nº 10.833/2003. 03- Liberar ao exeqüente e/ou a seu advogado Dr.Jamil Jorge,OAB/DF 4899, conforme procuração de fl.07, dos autos, o saldo remanescente.Declaro extinta a execução.Intimem-se as partes.Decorrido o prazo e comprovados os recolhimentos, ao arquivo definitivo.Em Julho 11, 2008.

PROCESSO: **01100-2006-021-10-00-3 (0009)**
RECLAMANTE Valdemar Gomes de Alarcão
ADVOGADO: JOSE ALDEMIR BORGES DE MATOS
RECLAMADO PEIXOTO E CIRINO LTDA. - ALFA SERVIÇOS
RECLAMADO Cimento Tocantins S.A.
ADVOGADO: ADIRCIO LOURENCO TEIXEIRA

Homologo o cálculo fixando o débito conforme descriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).Especificação do débito:R$ 0,00 RECOLHIMENTOS FISCAIS (IRPF)R$ 101,27 INSS COTA PARTE EMPREGADOR$ 247,53 INSS COTA PARTE EMPREGADOR, SATR$ 65,26 TERCEIROSR$ 414,06 TOTAL DO DÉBITOTrata-se de uma segunda execução relativa aos recolhimentos previdenciários incidentes sobre a conciliação parcial, de exclusiva responsabilidade da 2ª Reclamada.A Receita Federal (PGF) manifestou concordância com o cálculo(fl.129). Cite-se a 2ª Reclamada, por seu procurador, via DJ, para pagamento em 48 horas, sob pena de penhora de bens.Em 11 de julho de 2008.

PROCESSO: **00570-2007-021-10-00-0 (0010)**
RECLAMANTE Edilberto Souza da Silva
ADVOGADO: MARIA CELIA PITOMBO
RECLAMADO Athalaia Gráfica e Editora Ltda.
ADVOGADO: JOAO DE CARVALHO LEITE NETO

Homologo o cálculo fixando o débito conforme descriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).Especificação do débito:R$ 4.817,20 TOTAL LÍQUIDO DO EXEQUENTE R$ 122,86 INSS COTA PARTE EMPREGADOR$ 966,61 INSS COTA PARTE EMPREGADOR, SAT e TERCEIROS R$ 84,53 RECOLHIMENTOS FISCAIS (IRPF)R$ 2.014,69 INSS DO PACTO LABORAL R$ 0,00 CUSTAS ART. 789-AR$ 7.883,03 TOTAL DO DÉBITO DO EXECUTADOA Receita Federal (PGF) manifestou concordância com o cálculo (fl. 117).Cite-se o executado, por seu procurador, via DJ, dando-lhe ciência de que seu débito é de R$ 7.883,03, valor atualizado até 30/06/2008, estando o juízo parcialmente garantido com o numerário existente na conta 042.042/04807698-3, procedente do depósito recursal de fl. 71, o qual será convertido em penhora.Cientifique, ainda, o executado de que a penhora, proceder-se-á, apenas, em relação ao valor do débito remanescente, no importe de R$ 2.746,27, em 02/07/2008 para total garantia do juízo e posterior fluência de prazo para embargos.Deverá o executado providenciar o pagamento do débito remanescente no prazo de 48 horas ou garantir o juízo para fins de embargos.O débito será atualizado pela Secretaria no ato do pagamento.Em 11 DE JULHO DE 2008.

PROCESSO: **00799-2007-021-10-00-5 (0011)**
RECLAMANTE Geovane Alves Ribeiro
ADVOGADO: PEDRO IGOR DRAGO BATISTA SILVA
RECLAMADO Cetest Brasilia
ADVOGADO: JOAO VITOR MESQUITA AGRESTA

"Vistos.Homologo o cálculo fixando o débito conforme descriminadoabaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais.Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelaspartes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT). Especificação do débito: Resumo de Cálculo Liq. Exequente....: 22.777,07 (64,58%) INSS Reclamante...: 1.271,38 (3,60%) INSS Reclamado....: 3.214,32 (9,11%) INSS Terceiros....: 932,08 (2,64%) INSS SAT.....: 482,15 (1,37%) I R P F.....: 3.884,47 (11,01%) Custas do Processo: 558,66 (1,58%) Custas Art.789....: 139,66 (0,40%) Hon. Periciais....: 2.010,30 (5,70%) Total Geral: 35.270,09 Atualizado:31/03/2008. A Receita Federal (PGF) manifestou concordância com ocálculo(fl.218). Cite-se a reclamada, por seu procurador, via DJ, para pagamento em 48 horas, sob pena de penhora de bens".

PROCESSO: **01148-2007-021-10-00-2 (0012)**
RECLAMANTE Jaqueline Rodrigues da Fonseca
ADVOGADO: ESTEVAO RAMOS MUNIZ
RECLAMADO Consórcio Nacional Panamericano S/C Ltda.
ADVOGADO: MANOEL MESSIAS LEITE DE ALENCAR

Despacho de fl. 218..."Homologo o cálculo fixando o débito conforme descriminado abaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais. Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelas partes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT).Especificação do débito:R$ 13.437,06 TOTAL LÍQUIDO DO RECLAMANTE (já deduzido o INSS cota parte empregado e IR)R$ 43,88 CUSTAS PROCESSUAISR$ 92,43 CUSTAS ART. 789-AR$ 3.548,83 RECOLHIMENTOS FISCAIS (IRPF)R$ 1.500,55 INSS COTA PARTE EMPREGADOR$ 4.143,96 INSS COTA PARTE EMPREGADOR, SAT e TERCEIROSR$ 22.766,71 TOTAL DO DÉBITO A Receita Federal (PGF) manifestou concordância com o cálculo (fl. 206).O débito será atualizado pela Secretaria no ato do pagamento.Cite-se o executado, por seu procurador, via DJ para que fique ciente do montante dos cálculos ora homologados.O executado deverá providenciar o pagamento do débito no prazo de 48 horas, sob pena de penhora."

PROCESSO: **00071-2008-021-10-00-4 (0013)**
RECLAMANTE Vera Lúcia Regina dos Santos
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Centro de Ensino Stela Brito Ltda. (Maria Estela Brito Nascimento)
ADVOGADO: RAIMUNDO OLIVEIRA BRITO

Vistos. Intime-se o Reclamante para informar se teve sua CTPS anotada, na forma da decisão transitada em julgado. Caso negativo, deverá o reclamante apresentar sua CTPS para anotação, no prazo de 15 (quinze) dias. Juiz do Trabalho MARIA SOCORRO DE SOUZA LOBO

PROCESSO: **00295-2008-021-10-00-6 (0014)**
CONSIGNANTE Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A.
ADVOGADO: ANDREI BRAGA MENDES
CONSIGNADO Jorge Humberto Borges da Silva
ADVOGADO: ULISSES BORGES DE RESENDE

Vista à Consignante/Recorrida. Prazo legal. Publique-se.

PROCESSO: **00374-2008-021-10-00-7 (0015)**
RECLAMANTE Teresa Cristina Cardoso de Sousa
ADVOGADO: GERALDO MARCONE PEREIRA
RECLAMADO Teleperformance CRM S/A
ADVOGADO: EDUARDO VALDERRAMAS FILHO

Vistos. Razão assiste à Reclamante. Porém, a multa incidente sobre a parcela objeto do inadimplemento é de 50%(cinqüenta por cento), e não de 100%(cem por cento) como pretendido pelo Reclamante. Intime-se a Reclamada para pagar a quantia de R$ 150,00(cento e cinqüenta reais) referente à multa incidente sobre a referida parcela paga com atraso, em 48 horas, sob pena de execução. Publique-se. Juiz do Trabalho MARIA SOCORRO DE SOUZA LOBO

PROCESSO: **00396-2008-021-10-00-7 (0016)**
RECLAMANTE João Feliciano da Silva
ADVOGADO: BENEDITO SILVIO PALMA MASSELI
RECLAMADO Distrito Federal Logística Fin (nome fantasia DF EXPRESS)
ADVOGADO: RAFAEL BRITTO FUNAYAMA

"Vistos. Homologo o cálculo fixando o débito conforme descriminadoabaixo, sem prejuízo de futuras atualizações e acréscimos legais.Cabe incidência de outros valores oriundos de atos praticados pelaspartes no curso do processo executório (art. 789-A, CLT). Especificação do débito: Resumo de Cálculo Liq. Exequente....: 1.427,69 (100,00%) Total Geral: 1.427,69 Atualizado:31/07/2008 Cite-se a executada, por seu procurador, via DJ, parapagamento em 48 horas, sob pena de penhora de bens." "Intime-se o reclamante para receber o alvará."

PROCESSO: **00442-2008-021-10-00-8 (0017)**
RECLAMANTE Helita Carvalho Lopes
ADVOGADO: MILTON LOPES MACHADO FILHO
RECLAMADO Instituto Candango de Solidariedade - ICS
RECLAMADO Distrito Federal

Despacho de fl. 45..."Intime-se a reclamante para que diga se teve sua CTPS anotada, na forma da decisão transitada em julgado, caso negativo, deverá a reclamante apresentar sua CTPS para anotação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser considerada como cumprida a obrigação estabelecida quanto à anotação."

PROCESSO: **00472-2008-021-10-00-4 (0018)**
RECLAMANTE Adilson Nascimento
ADVOGADO: NARCISO BASTOS PORTELA
RECLAMADO Tapeçaria São Jorge
ADVOGADO: TARSO GONCALVES VIEIRA

Despacho de fl. ..."Intime-se a reclamada para, em 05 (cinco) dias, anotar a CTPS da reclamante, bem como entregar o TRCT."

PROCESSO: **00494-2008-021-10-00-4 (0019)**
RECLAMANTE Sávio Wállace de Paula Fernandes
ADVOGADO: MARIA DA PENHA SARANDY
RECLAMADO Real Distribuidora e Logistica Ltda.
ADVOGADO: ANA CLÁUDIA DA SILVA

Vistos. Com razão a Reclamada. Cadastre-se o(a) procurador(a) da Reclamada no Sistema de Administração Processual. Após, intime-se a Reclamada para ter vista do Recurso Ordinário interposto pelo Reclamante. Prazo legal. Publique-se. Juiz do Trabalho MARIA SOCORRO DE SOUZA LOBO

PROCESSO: **00529-2008-021-10-00-5 (0020)**
RECLAMANTE Sandoval Inacio dos Santos
ADVOGADO: JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO Conservo Serviços Gerais LTDA.(Grupo Conservo)
ADVOGADO: SAMUEL OLIVEIRA MACIEL

J. Vista ao reclamado para contra-razões, prazo legal.Intime-se.

PROCESSO: **00580-2008-021-10-00-7 (0021)**
RECLAMANTE Mauricio Jose dos Santos
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
ADVOGADO: GABRIELA LUCAS QUEIROZ OLIVEIRA

Do RO interposto pelo Reclamante, abre-se vista à demandada para contra-razões, querendo, no prazo legal. P.Em 11/07/2008, 6ª feira.

PROCESSO: **00589-2008-021-10-00-8 (0022)**
RECLAMANTE Valcir Santana Bispo
ADVOGADO: MOZAR QUIRINO DA SILVA
RECLAMADO LG Comercial de Alimentos Ltda (WG Comercial de Alimentos Ltda CNPJ 07.791.364/0001-86)
ADVOGADO: RUBENS SANTORO NETO

Expeça-se alvará para levantamento do FGTS depositado pela empresa WG - COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 07.791.364/0001-86.Expeça-se alvará para suprimento do seguro desemprego.Intime-se o reclamante para receber os alvarás.Após, encaminhem-se os autos à PGN para ciência da ata de fl. 13.

PROCESSO: **00616-2008-021-10-00-2 (0023)**
RECLAMANTE Clemilton Sousa Ferreira
ADVOGADO: JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
RECLAMADO G Martins Alves Pinturas e Reformas Ltda.
RECLAMADO Construtora Vilela e Carvalho Ltda.

"Intime-se o reclamante para receber sua CTPS, prazo cinco dias.

PROCESSO: **00622-2008-021-10-00-0 (0024)**
RECLAMANTE Maria Ângela de Matos
ADVOGADO: LUCIANE CARVALHO MOURA
RECLAMADO Banco ABN AMRO Real S.A.
ADVOGADO: CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR

Despacho de fl. 233..."J. Vista ao reclamado pelo prazo de 48 horas, sobre os documentos apresentados pela reclamante.Intime-se."

PROCESSO: **00623-2008-021-10-00-4 (0025)**
RECLAMANTE Luciene Pereira Santana
RECLAMADO Cristiano Pacheco Lusosa

Em 09 de julho de 2008, na sala de sessões da MM. 21ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF, sob a direção da Exmo(a). Juíza MARTHA FRANCO DE AZEVEDO, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.Às 14h48min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.Ausente o(a) reclamante e seu advogado.Presente o(a) reclamado(a) acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). SEBASTIÃO DA COSTA VAL, OAB nº 14975/DF.Diante da ausência injustificada do(a) reclamante, decide-se ARQUIVAR a presente reclamação (CLT, art. 844).Fica autorizado o desentranhamento dos documentos de fls. 5/9, sendo a procuração e a declaração de pobreza mediante cópia.Custas pelo(a) reclamante no importe de R$ 158,68, calculadas sobre R$ 7.934,20, dispensadas na forma da lei.Intime-se o(a) reclamante, por seu procurador.Audiência encerrada às 14h50min.

PROCESSO: **00626-2008-021-10-00-8 (0026)**
RECLAMANTE Irani Espíndola de Campos Barbosa
ADVOGADO: RENATO BORGES REZENDE
RECLAMADO Aerosuporte Ltda
ADVOGADO: MARCIO ROGERIO ALMEIDA ARAUJO

"Em 10 de julho de 2008, na sala de sessões da MM. 21ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF, sob a direção da Exmo(a). Juíza MARIA SOCORRO DE SOUZA LOBO, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.Às 15h10min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.Presente o(a) reclamante, acompanhado(a) de advogado Dr. ROMILTON MOREIRA DE ARAÚJO - OAB/DF Nº 21480.Ausente o(a) reclamado(a) e seu advogado.O patrono da reclamada peticionou ao Juízo requerendo o adiamento da audiência, pois iria participar de outra na Justiça comum, nessa data e horário, designada anteriormente, com a qual concorda a reclamante, pois a reclamada já havia contatado seu advogado via telefone.Defiro o adiamento e designo nova audiência UNA para o dia 28/07/2008, às 14h50min, mantidas cominações do despacho de fls. 120.Ciente a reclamante.Intime-se a reclamada por seu procurador, via DJ.Audência encerrada às 15h11min.Nada mais."

PROCESSO: **00698-2008-021-10-00-5 (0027)**
RECLAMANTE Sandra Alves das Graças
ADVOGADO: QUEZIA FABRICIO MARINHO
RECLAMADO Borim Comércio do Vestuário Ltda-EPP (Colcci)
RECLAMADO B6 Comércio do Vestuário Ltda-EPP (Colcci)

Certifico e dou fé que, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e do art. 23 do Provimento Geral Consolidado, o presente feito terá a seguinte movimentação: Incluo o feito na pauta do dia 30/7/2008 às 15h10min. Intime-se o reclamante por seu procurador. Notifique-se a reclamada, por mandado. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do art. 844 da CLT. Dê-se ciência às partes, ainda, de que a audiência será UNA (art. 852, "C", da CLT), e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias. As testemunhas deverão ser trazidas espontaneamente ou arroladas no prazo de 05 (cinco) dias, antes da audiência, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

PROCESSO: **00699-2008-021-10-00-0 (0028)**
RECLAMANTE Valdemiro Ribeiro da Silva
ADVOGADO: BEATRIZ PEREIRA
RECLAMADO Conservo Serviços Gerais Ltda. - Grupo Conservo BH

Certifico e dou fé que, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e do art. 23 do Provimento Geral Consolidado, o presente feito terá a seguinte movimentação: O processo foi distribuído sob o rito sumaríssimo para a solução do presente litígio, nos termos da lei. Incluo o feito na pauta do dia 28/7/2008 às 14h10min. Intime-se a reclamante por seu procurador. Notifique-se a reclamada, na pessoa de seu representante legal, por mandado. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Dê-se ciência às partes, ainda, que a audiência será UNA (art. 852, "C" da CLT), e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias, inclusive as testemunhais, cujo número é de, no máximo, duas (CLT art. 852, letra "H", §2º), sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

PROCESSO:	**00700-2008-021-10-00-6 (0029)**
AUTOR	Nairon Braz Lima
ADVOGADO:	EDUARDO NOBREGA BRAZ
RÉU	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Certifico e dou fé que, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e do art. 23 do Provimento Geral Consolidado, o presente feito terá a seguinte movimentação: Incluo o feito na pauta do dia 30/7/2008 às 14h30min. Intime-se o reclamante por seu procurador. Notifique-se a reclamada, por mandado. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do art. 844 da CLT. Dê-se ciência às partes, ainda, de que a audiência será UNA (art. 852, "C", da CLT), e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias. As testemunhas deverão ser trazidas espontaneamente ou arroladas no prazo de 05 (cinco) dias, antes da audiência, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

PROCESSO:	**00701-2008-021-10-00-0 (0030)**
RECLAMANTE	Lazaro Arrais de Sousa
ADVOGADO:	JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS
RECLAMADO	Sadia/ S.A.

Certifico e dou fé que, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e do art. 23 do Provimento Geral Consolidado, o presente feito terá a seguinte movimentação: Incluo o feito na pauta do dia 29/7/2008 às 14h50min. Intime-se o reclamante por seu procurador. Notifique-se a reclamada, por mandado. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do art. 844 da CLT. Dê-se ciência às partes, ainda, de que a audiência será UNA (art. 852, "C", da CLT), e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias. As testemunhas deverão ser trazidas espontaneamente ou arroladas no prazo de 05 (cinco) dias, antes da audiência, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

PROCESSO:	**00702-2008-021-10-00-5 (0031)**
RECLAMANTE	Antonio Carlos Silva dos Santos
ADVOGADO:	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO	A Liderança Serviços Especializados Ltda.

Certifico e dou fé que, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e do art. 23 do Provimento Geral Consolidado, o presente feito terá a seguinte movimentação: Incluo o feito na pauta do dia 29/7/2008 às 14h30min. Intime-se o reclamante por seu procurador. Notifique-se a reclamada, por mandado. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do art. 844 da CLT. Dê-se ciência às partes, ainda, de que a audiência será UNA (art. 852, "C", da CLT), e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias. As testemunhas deverão ser trazidas espontaneamente ou arroladas no prazo de 05 (cinco) dias, antes da audiência, sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

PROCESSO:	**00703-2008-021-10-00-0 (0032)**
RECLAMANTE	Marcia Aparecida Gomes de Araujo
ADVOGADO:	CARLOS ANDRE LOPES ARAUJO
RECLAMADO	Chaves Tecidos e Confecções Ltda.

Certifico e dou fé que, com amparo no § 4º do art. 162 do CPC e do art. 23 do Provimento Geral Consolidado, o presente feito terá a seguinte movimentação: O processo foi distribuído sob o rito sumaríssimo para a solução do presente litígio, nos termos da lei. Incluo o feito na pauta do dia 29/7/2008 às 14h20min. Intime-se a reclamante por seu procurador. Notifique-se a reclamada, na pessoa de seu representante legal, por mandado. As partes deverão comparecer sob pena de aplicação do artigo 844 da CLT. Dê-se ciência às partes, ainda, que a audiência será UNA (art. 852, "C" da CLT), e que elas deverão, na oportunidade, produzir as provas que julgarem necessárias, inclusive as testemunhais, cujo número é de, no máximo, duas (CLT art. 852, letra "H", §2º), sob pena de preclusão. Em cumprimento do Provimento nº 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de sua CTPS, do RG, do CPF, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). O reclamado deverá informar o número de seu CNPJ, CEI e apresentar cópia do contrato social e suas alterações.

ÍNDICE

Advogado: (0009)	ADIRCIO LOURENCO TEIXEIRA	**03365/O/DF**
Advogado: (0019)	ANA CLÁUDIA DA SILVA	**17419/GO**
Advogado: (0014)	ANDREI BRAGA MENDES	**21545/A/DF**
Advogado: (0006)	ANTONIO ALBERTO DO VALE CERQUEIRA	**15106/DF**
Advogado: (0028)	BEATRIZ PEREIRA	**19645/T/DF**
Advogado: (0016)	BENEDITO SILVIO PALMA MASSELI	**22726/T/DF**
Advogado: (0032)	CARLOS ANDRE LOPES ARAUJO	**17510/O/DF**
Advogado: (0008)	CARLOS EDUARDO MOSCATO DE MIRANDA	**15735/O/DF**
Advogado: (0024)	CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR	**10424/O/DF**
Advogado: (0003)	CRISTIANE AIRES DO REGO	**19810/DF**
Advogado: (0002)	CRISTIANE AIRES DO REGO	**19810/O/DF**
Advogado: (0005)	EDUARDO DE BARROS PEREIRA	**13529/O/DF**
Advogado: (0029)	EDUARDO NOBREGA BRAZ	**27256/DF**
Advogado: (0015)	EDUARDO VALDERRAMAS FILHO	**19653/GO**
Advogado: (0012)	ESTEVAO RAMOS MUNIZ	**15581/T/DF**
Advogado: (0005)	FRANCISCO PEREIRA SERPA	**07437/O/DF**
Advogado: (0021)	GABRIELA LUCAS QUEIROZ OLIVEIRA	**17013/O/DF**
Advogado: (0015)	GERALDO MARCONE PEREIRA	**14038/T/DF**
Advogado: (0004)	JACQUES MAURICIO FERREIRA VELOSO DE MELO	**13558/O/DF**
Advogado: (0008)	JAMIL JORGE	**04899/O/DF**
Advogado: (0020) (0030)	JOAO AMERICO PINHEIRO MARTINS	**10434/O/DF**
Advogado: (0010)	JOAO DE CARVALHO LEITE NETO	**19914/O/DF**
Advogado: (0011)	JOAO VITOR MESQUITA AGRESTA	**09455/O/DF**
Advogado: (0001)	JOSE ALBERTO COUTO MACIEL	**00513/O/DF**
Advogado: (0009)	JOSE ALDEMIR BORGES DE MATOS	**06580/O/DF**
Advogado: (0023)	JOSE MARIA DE OLIVEIRA SANTOS	**09004/O/DF**
Advogado: (0013) (0021) (0031)	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE	**08583/O/DF**
Advogado: (0006)	JULIO CESAR BORGES DE RESENDE	**8583/DF**
Advogado: (0024)	LUCIANE CARVALHO MOURA	**17237/T/DF**
Advogado: (0007)	LUIZ FELIPE CARDOSO DE MORAES FILHO	**14862/O/DF**
Advogado: (0012)	MANOEL MESSIAS LEITE DE ALENCAR	**16765/GO**
Advogado: (0026)	MARCIO ROGERIO ALMEIDA ARAUJO	**26362/O/DF**
Advogado: (0010)	MARIA CELIA PITOMBO	**03933/O/DF**
Advogado: (0019)	MARIA DA PENHA SARANDY	**33338/MG**
Advogado: (0001)	MARIA TERESA LOURENCO	**11175/O/DF**
Advogado: (0017)	MILTON LOPES MACHADO FILHO	**14087/T/DF**
Advogado: (0022)	MOZAR QUIRINO DA SILVA	**17912/O/DF**
Advogado: (0018)	NARCISO BASTOS PORTELA	**01790/A/DF**
Advogado: (0007)	PATRICIA PINHEIRO MARTINS	**14753/O/DF**
Advogado: (0011)	PEDRO IGOR DRAGO BATISTA SILVA	**21783/O/DF**
Advogado: (0027)	QUEZIA FABRICIO MARINHO	**22448/O/DF**
Advogado: (0016)	RAFAEL BRITTO FUNAYAMA	**19765/O/DF**
Advogado: (0013)	RAIMUNDO OLIVEIRA BRITO	**11865/O/DF**
Advogado: (0026)	RENATO BORGES REZENDE	**10700/O/DF**
Advogado: (0022)	RUBENS SANTORO NETO	**06819/O/DF**
Advogado: (0020)	SAMUEL OLIVEIRA MACIEL	**72793/MG**
Advogado: (0018)	TARSO GONCALVES VIEIRA	**25584/O/DF**
Advogado: (0014)	ULISSES BORGES DE RESENDE	**04595/O/DF**

EDITAIS

PROCESSO:	**01039-2006-021-10-00-4 (0001)**
EDITAL:	**000.274/2008**
RECLAMANTE	João Manoel de Oliveira Neto
ADVOGADO:	RICARDO PINTO DO AMARAL
RECLAMADO	Mehdi Abdelrahman Kassem (Digital Center)
ADVOGADO:	ROBINSON DE OLIVEIRA MURTA
RECLAMADO	Mehdi Abdelrahman Kassem

EDITAL DE CITAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) MARIA SOCORRO DE SOUZA LOBO, Juiz(a) da 21ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica CITADO o Executado Mehdi Abdelrahman Kassem (Digital Center) para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:
Resumo de Cálculo
INSS Reclamante...: 428,07 (11,90%)
INSS Reclamado....: 1.261,94 (35,07%)
INSS Terceiros....: 332,69 (9,25%)
I R P F.....: 1.082,21 (30,08%)
Custas do Processo: 368,14 (10,23%)
Custas Art.789....: 92,03 (2,56%)
Diversos.....: 33,18 (0,92%)
Total Geral: 3.598,26
Atualizado:14/04/2008
Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.
Assinado por JOSÉ DE BONFIN FERREIRA DE MENEZES Diretor de Secretaria, por ordem da Excelentíssima Juíza Titular da 21ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Dr(a)ELKE DORIS JUST.
Brasília/DF 11, JULHO de 2008.

PROCESSO:	**00305-2007-021-10-00-2 (0002)**
EDITAL:	**000.275/2008**
RECLAMANTE	Flávia Cristina da Silva
ADVOGADO:	FRANCISCO RODRIGUES PRETO JUNIOR
RECLAMADO	INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE - ICS
RECLAMADO	Distrito Federal (Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais - SUCAR)

EDITAL DE CITAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) MARIA SOCORRO DE SOUZA LOBO, Juiz(a) da 21ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica CITADO o Executado INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE - ICS para, em 48 (quarenta e oito) horas, PAGAR a quantia correspondente ao total das parcelas abaixo especificadas:
Resumo de Cálculo
Liq. Exequente....: 2.887,78 (82,28%)
INSS Reclamante...: 93,99 (2,68%)
INSS Reclamado....: 218,91 (6,24%)
INSS SAT.....: 10,94 (0,31%)
Hon. Advocatício..: 298,18 (8,50%)
Total Geral: 3.509,80
Atualizado:30/06/2008
Este Edital será publicado no Diário da Justiça, além de afixado no quadro de avisos desta Justiça especializada.
Assinado por JOSÉ DE BONFIN FERREIRA DE MENEZES Diretor de Secretaria, por ordem da Excelentíssima Juíza Titular da 21ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Dra. ELKE DORIS JUST.
Brasília/DF 11, JULHO de 2008.

ÍNDICE

Advogado: (0002)	FRANCISCO RODRIGUES PRETO JUNIOR	**12919/O/DF**
Advogado: (0001)	RICARDO PINTO DO AMARAL	**21269/O/DF**
Advogado: (0001)	ROBINSON DE OLIVEIRA MURTA	**24660/O/DF**
Advogado:		/

VARA DO TRABALHO DO GAMA

DESPACHOS/DECISÕES

PROCESSO: **00115-2007-111-10-00-6 (0001)**
RECLAMANTE Herberth Lopes do Nascimento
ADVOGADO: SONIA REGINA MARTINEZ HOFFMANN
RECLAMADO Pontal - Frigorífico Ponte Alta Ltda +2
ADVOGADO: DARCY MARIA GONÇALVES DE ALMEIDA
RECLAMADO Elaine Batista Vargas Vasques
RECLAMADO Marcio José da Silva Vasques

Despacho às fl.128. ÀS partes."As partes resolveram por fim ao litígio, nos termos da peça de fls. 127. Julgo extinta a execução (artigo 794, II, do CPC). Acerca do acordo de fls. 34/35.Intimem-se as partes."

PROCESSO: **00276-2007-111-10-00-8 (0002)**
RECLAMANTE Antônio Carlos de Souza
ADVOGADO: CLAUDI MARA SOARES
RECLAMADO Faculdades Euro-Brasileiras Para A Educação Superior Privada S/A.
ADVOGADO: VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO
RECLAMADO João Paulo Ferreira Guimarães
RECLAMADO Rafael Ferreira Guimarães

Despacho/decisão(fls.162):Ao Recte."Intime-se o Reclamante para o recebimento do Alvará, no prazo de 05 dias.

PROCESSO: **00313-2007-111-10-00-0 (0003)**
RECLAMANTE Eduardo Rodrigues da Silva
ADVOGADO: FRANCISCO BARBOSA DE MORAIS
RECLAMADO Instituto Candango de Solidariedade+1
RECLAMADO Distrito Federal+1
ADVOGADO: ANA LUCIA DE LIMA COSTA

Despacho/decisão(fls.146):Ao Recte."Intime-se o Reclamante para o recebimento do Alvará, no prazo de 05 dias.

PROCESSO: **00381-2007-111-10-00-9 (0004)**
RECLAMANTE Marta Martins Leal
ADVOGADO: CRISTIANE AIRES DO REGO
RECLAMADO Panificadora Celestino e Marques Ltda-ME
ADVOGADO: KATIA RIBEIRO MACEDO ABILIO

Despacho às fls. 91.Às partes:" Converto em penhora a importância de R$ 1.110,07, bloqueada por meio do BACEN-JUD, em conta de titularidade da executada no Banco do Brasil S.A. Fica, pois, desconstituída a penhora de fls. 86, ficando liberada do encargo de fiel depositária, Maria Helena David dos prazeres. Acerca do gravame, vista a executada, prazo legal. Intime-se.

PROCESSO: **00473-2007-111-10-00-8 (0005)**
RECLAMANTE Luis Viana Silva
ADVOGADO: LEONIDAS JOSE DA SILVA
RECLAMADO Quintandela Pães e Conveniência LTDA-ME
ADVOGADO: AUGUSTO MAGESSY ALBUQUERQUE MELO

Despacho às fls. 137. Ao Exeqüente:" Intime-se o Exeqüente para, querendo, se manifestar acerca da penhora realizada à fl. 131 e demais diligências realizadas em prol da execução, prazo de 5 dias."

PROCESSO: **00171-2008-111-10-00-1 (0006)**
RECLAMANTE Wesley Calazans
ADVOGADO: GILENO DA CUNHA SILVA
RECLAMADO Movilex Móveis Ltda
ADVOGADO: REGINA SEBASTIANA CALDEIRA

Despacho às fls.59.Ao recte:" O Juízo já se manifestou à fl.55, segundo parágrafo acerca do Seguro-Desemprego e FGTS. Ao cálculo de liquidação, com inclusão do FGTS e Seguro-Desemprego.I."

PROCESSO: **00194-2008-111-10-00-6 (0007)**
RECLAMANTE Euripedes Alves de Paula
ADVOGADO: CRISTIANE AIRES DO REGO
RECLAMADO Melodi Papas Ltda

Despacho/Decisão.fls 21: Ao Recte."Intime-se a Reclamante para apresentar sua CTPS, prazo 5 dias."

PROCESSO: **00222-2008-111-10-00-8 (0008)**
RECLAMANTE Neurivânia gonçalves de melo
ADVOGADO: ALMIRO CARDOSO FARIAS JUNIOR
RECLAMADO Pizzaria Cesar - Razão Social JOAQUINA LOPES DA COSTA ME
ADVOGADO: MARCONDES BRAULIO DE PAIVA

Despacho/Decisão.fls : Ao Recte."Intime-se a Reclamantepara apresentar a CTPS, prazo 5 dias."

PROCESSO: **00282-2008-111-10-00-8 (0009)**
RECLAMANTE Maicon Santos da Cunha
ADVOGADO: WILMEM ALMEIDA FONSECA OLIVEIRA
RECLAMADO CMG - Centro Médico Geral de Saúde do Gama S/S Ltda.

Despacho às fls. 45. Ao recte:" Indefiro o pedido de adiamento da audiência porquanto nesta Especializada prevalece o instituto do "ius postulandi" como prerrogativa da parte se fazer presente em Juízo, movendo e acompanhando suas demandas, sem necessidade de procurador (art.791 da CLT). Caso a parte entenda a real necessidade da assistência de advogado, pode contratar outro profissional ou se utilizar do instituto do substabelecimento. Aguarde-se a audiência."

PROCESSO: **00284-2008-111-10-00-7 (0010)**
RECLAMANTE Patricia Silva Rodrigues
ADVOGADO: HUDSON CUNHA
RECLAMADO Edmea Santana de Holanda

AUDIENCIA UNA DIA 28/07/2008 ÀS 14H50."De ordem do MM. Juiz Titular, fica v.sa. intimado(a) a comparecer aaudiência, no dia 28/07/2008 às 14h50 a ser realizada na sala deaudiências da Vara do Trabalho do Gama/DF, situada na quadra 02conjunto A lote 20 Setor Sul-Gama/DF, importando o nãocomparecimento nas penalidades previstas no art.844, da CLT. Obs:Aaudiência a ser realizada será UNA, consoante orientação expedidapela PORTARIA nº 001/2005, da Vara do Trabalho do Gama/DF. Astestemunhas deverão comparecer independentemente de intimação, naforma do artigo 852§ da CLT".

ÍNDICE

Advogado: ALMIRO CARDOSO FARIAS JUNIOR **18954/O/DF** (0008)
Advogado: ANA LUCIA DE LIMA COSTA **22168/DF** (0003)
Advogado: AUGUSTO MAGESSY ALBUQUERQUE MELO **17507/O/DF** (0005)
Advogado: CLAUDI MARA SOARES **9437/DF** (0002)
Advogado: CRISTIANE AIRES DO REGO **19810/DF** (0004)
Advogado: CRISTIANE AIRES DO REGO **19810/O/DF** (0007)
Advogado: DARCY MARIA GONÇALVES DE ALMEIDA **8832/DF** (0001)
Advogado: FRANCISCO BARBOSA DE MORAIS **5707/DF** (0003)
Advogado: GILENO DA CUNHA SILVA **05464/O/DF** (0006)
Advogado: HUDSON CUNHA **09431/O/DF** (0010)
Advogado: KATIA RIBEIRO MACEDO ABILIO **22924/O/DF** (0004)
Advogado: LEONIDAS JOSE DA SILVA **22158/DF** (0005)
Advogado: MARCONDES BRAULIO DE PAIVA **09021/O/DF** (0008)
Advogado: REGINA SEBASTIANA CALDEIRA **15949/T/DF** (0006)
Advogado: SONIA REGINA MARTINEZ HOFFMANN **15451/DF** (0001)
Advogado: VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO **13398/T/DF** (0002)
Advogado: WILMEM ALMEIDA FONSECA OLIVEIRA **18974/T/DF** (0009)

VARAS DO TRABALHO DE TAGUATINGA

1ª VARA DO TRABALHO DE TAGUATINGA

DESPACHOS

PROCESSO: **01625-1999-101-10-00-2 (0001)**
RECLAMANTE FRANCISCO DE ASSIS SOUZA REIS
ADVOGADO: JAIRO RODRIGUES BIJOS
RECLAMADO Planeta Rock - Diversões Ltda
ADVOGADO: FERNANDO JOSE BATISTA DE MORAIS
RECLAMADO Israel Macedo Ribeiro
ADVOGADO: ELVIS DEL BARCO CAMARGO
RECLAMADO Tirone Claudino
RECLAMADO Givaldo Mendes Tavares

Vista ao exeqüente para contra-razões, prazo de oito dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, e tendo em vista estarem presentes os pressupostos de admissibilidade, razão pela qual recebo o agravo de petição interposto, remetam-se os autos ao eg. TRT/10ª Região, com as cautelas de estilo. Publique-se.

PROCESSO: **00229-2003-101-10-00-5 (0002)**
RECLAMANTE KLAUS ALEXANDRE SILVA SANTOS
ADVOGADO: CLEIDE ALVES GUIMARAES
RECLAMADO UNIPREV LTDA
ADVOGADO: CEZAR AUGUSTO WERTONGE SANTIAGO
RECLAMADO Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior
RECLAMADO Edson Ferreira

"Ante os termos do sr. Oficial de Justiça, intime-se a parte Exeqüente para promover o prosseguimento do feito, no prazo de 10 dias." Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

PROCESSO: **01555-2006-101-10-00-2 (0003)**
RECLAMANTE Jose Mateus de Assis
ADVOGADO: JOSE INACIO SOBRINHO
RECLAMADO Aero Factoring Ltda
ADVOGADO: GUSTAVO PEREIRA GOMES

Como se trata de execução provisória, ficam-se os autos sobrestados aguardando-se o julgamento do Agravo de Instrumento do Recurso de Revista.Nos termos do petitório de fl. 265, indefiro o bloqueio de valores pelo BACENJUD uma vez que a execução provisória já se encontra garantida, como consta no auto de penhora às fls. 262/263. Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

PROCESSO: **01678-2006-101-10-00-3 (0004)**
RECLAMANTE Nivaldo Ramos Ferreira
ADVOGADO: JOSUE APARECIDO DE ARAUJO
RECLAMADO LR Informatica e Cartuchos Ltda
ADVOGADO: ISRAEL MENDONCA SOUZA

"Ante os termos do sr. Oficial de Justiça, intime-se a parte Exeqüente para promover o prosseguimento do feito, no prazo de 10 dias." Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

PROCESSO: **01831-2006-101-10-00-2 (0005)**
RECLAMANTE Marcia dos Reis Brum
ADVOGADO: IDOLINE ALVES
RECLAMADO Martins Comercio e Serviços de Distribuiçao S/A
ADVOGADO: FABRICIO TRINDADE DE SOUSA

"Em face do exposto, julgo procedente em partes os pedidos, para condenar, na forma da fundamentação, a reclamada ao pagamento de: indenização decorrente de dispensa em período estabilitário (natureza indenizatória). Ante o objeto da condenação, não há fato gerador de tributo. Custas pela reclamada no valor de R$ 264,67. Reconheço o direito à justiça gratuita para a reclamante. Determino que a Secretaria providencie, na forma das disposições administrativas vigentes, o pagamento dos honorários devidos ao sr. Perito, ante a sucumbência da reclamante e o direito à isenção." Juiz do Trabalho ROGÉRIO NEIVA PINHEIRO

PROCESSO: **00710-2007-101-10-00-4 (0006)**
RECLAMANTE Luciene Coelho dos Santos
ADVOGADO: WILSON ROBERTO PREZZOTO
RECLAMADO Panettiere Panificadora e Confeitaria LTDA
PROCESSO: **00925-2007-101-10-00-5 (0007)**
RECLAMANTE Armando Adriano Europeu
ADVOGADO: WILSON ROBERTO PREZZOTO
RECLAMADO Auto Mecânica Brasfit Ltda ME. (Brasfit Veiculos)
ADVOGADO: LUIS ITAMAR RIBEIRO

Vistos os autos. Homologo o acordo firmado pelas partes para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Custas processuais pela reclamada, no importe de R$ 200,00, tendo sido recolhido o valor de R$ 100,00 quando da interposição do recurso ordinário, razão pela qual deverá a reclamada complementar o valor no prazo de 60 dias, sob pena de execução. Contribuições previdenciárias e fiscais também a cargo da reclamada, nos termos do art. 832, § 6º, da CLT, devendo serem comprovados os recolhimentos no prazo de 60 dias, sob pena de execução. Intime-se a União. Publique-se. Data supra.

PROCESSO: **01300-2007-101-10-00-0 (0008)**
AUTOR Hotel Aastha Ltda
ADVOGADO: ROSEMIRA CONCEICAO A. DE L. SOUSA
RÉU União Federal (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional)

Para encerramento da instrução, inclua-se o feito na pauta de audiências do dia 21/08/2008, às 14h55min.

PROCESSO: **01308-2007-101-10-00-7 (0009)**
RECLAMANTE Geane Cristina Silva da Silva
ADVOGADO: ANTÔNIO DE PÁDUA ARAUJO
RECLAMADO Panificadora Natalia e Michele Braga Ltda ME (Panificadora e Mercearia Paraiso do Pão)
ADVOGADO: TRISTANA CRIVELARO SOUTO

"...Para prosseguimento da instrução designa-se a data de 07/08/2008, às 14h55min. Cientes os presentes.Publique-se para ciência do procurador. Intime-se a reclamada pessoalmente." Juiz do Trabalho ROGÉRIO NEIVA PINHEIRO

PROCESSO: **01414-2007-101-10-00-0 (0010)**
RECLAMANTE Antônio Lopes Filho
ADVOGADO: JOSUE APARECIDO DE ARAUJO
RECLAMADO Modelo Lanternagem e Pintura Para Autos Ltda Epp
ADVOGADO: GILBERTO PRATES

Para encerramento da instrução, inclua-se o feito na pauta de audiências do dia 14/08/2008, às 15:00 horas.

PROCESSO: **00017-2008-101-10-00-2 (0011)**
RECLAMANTE Aldilene Rodrigues da Silva
ADVOGADO: LUIS ITAMAR RIBEIRO
RECLAMADO Companhia Brasileira de Distribuição "EXTRA"
ADVOGADO: CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR

Para encerramento da instrução, inclua-se o feito na pauta de audiências do dia 18/08/2008, às 15:00 horas.

PROCESSO: **00291-2008-101-10-00-1 (0012)**
RECLAMANTE Aílton Borges da Silva
ADVOGADO: JOSE WILTON BORGES CRUZ
RECLAMADO Conservo Serviços Gerais
ADVOGADO: SAMUEL OLIVEIRA MACIEL
"Manifestem-se as partes sobre o laudo pericial, no prazo de 10 dias." Juiz do Trabalho OSVANI SOARES DIAS

PROCESSO: **00355-2008-101-10-00-4 (0013)**
RECLAMANTE Wesley Santos Leomeu
ADVOGADO: MARCONE GUIMARAES VIEIRA
RECLAMADO MDF Moveis Leomeu - Star Móveis e Idhea Móveis
ADVOGADO: JOSE ROBERTO DOS SANTOS
DESPACHO: 'Nos moldes da OJ 142 da SDI-I/TST, intimem-se as partes para, querendo, se manifestarem acerca dos embargos de declaração no prazo sucessivo de cinco dias, a começar pelo Reclamante'. Juiz do Trabalho ROGÉRIO NEIVA PINHEIRO

PROCESSO: **00489-2008-101-10-00-5 (0014)**
RECLAMANTE Givaldo Valença De Almeida
ADVOGADO: JOSUE APARECIDO DE ARAUJO
RECLAMADO Divino Sales Gomes - ME
ADVOGADO: WILSON ROBERTO PREZZOTO
Considerando que há pedido de adicional de insalubridade, do qual não houve realização da respectiva perícia, incluo o feito na pauta de instrução do dia 19/08/2008, às 15:00 horas.

PROCESSO: **00561-2008-101-10-00-4 (0015)**
RECLAMANTE João Batista de Sousa Santana
ADVOGADO: HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO
RECLAMADO Brasil Transportes Ltda.
ADVOGADO: SAMUEL BARBOSA DOS SANTOS
DESPACHO: "Intime-se a Reclamada a anotar a CTPS no prazo de cinco dias". Juiz do Trabalho ROGÉRIO NEIVA PINHEIRO

ÍNDICE

Advogado: ANTÔNIO DE PÁDUA ARAUJO **7760/DF** (0009)
Advogado: CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR **10424/DF** (0011)
Advogado: CEZAR AUGUSTO WERTONGE SANTIAGO **14992/O/DF** (0002)
Advogado: CLEIDE ALVES GUIMARAES **14906/T/DF** (0002)
Advogado: ELVIS DEL BARCO CAMARGO **15192/O/DF** (0001)
Advogado: FABRICIO TRINDADE DE SOUSA **17407/O/DF** (0005)
Advogado: FERNANDO JOSE BATISTA DE MORAIS **11255/O/DF** (0001)
Advogado: GILBERTO PRATES **5687/DF** (0010)
Advogado: GUSTAVO PEREIRA GOMES **16549/O/DF** (0003)
Advogado: HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO **20190/O/DF** (0015)
Advogado: IDOLINE ALVES **11017/O/DF** (0005)
Advogado: ISRAEL MENDONCA SOUZA **00672/A/DF** (0004)
Advogado: JAIRO RODRIGUES BIJOS **03875/O/DF** (0001)
Advogado: JOSE INACIO SOBRINHO **02967/O/DF** (0003)
Advogado: JOSE ROBERTO DOS SANTOS **15729/O/DF** (0013)
Advogado: JOSE WILTON BORGES CRUZ **10563/O/DF** (0012)
Advogado: JOSUE APARECIDO DE ARAUJO **22625/DF** (0010)
Advogado: JOSUE APARECIDO DE ARAUJO **22625/O/DF** (0004) (0014)
Advogado: LUIS ITAMAR RIBEIRO **08716/O/DF** (0007)
Advogado: LUIS ITAMAR RIBEIRO **8716/DF** (0011)
Advogado: MARCONE GUIMARAES VIEIRA **09336/O/DF** (0013)
Advogado: ROSEMIRA CONCEICAO A. DE L. SOUSA **9678/DF** (0008)
Advogado: SAMUEL BARBOSA DOS SANTOS **18904/O/DF** (0015)
Advogado: SAMUEL OLIVEIRA MACIEL **72793/MG** (0012)
Advogado: TRISTANA CRIVELARO SOUTO **11704/DF** (0009)
Advogado: WILSON ROBERTO PREZZOTO **17318/T/DF** (0006) (0007) (0014)

2ª VARA DO TRABALHO DE TAGUATINGA

AUTOS COM VISTA

PROCESSO: **02094-1997-102-10-00-0 (0001)**
RECLAMANTE WELLINGTON GONCALVES DA SILVA
ADVOGADO: JOSE ORLANDO PEREIRA DA SILVA
RECLAMADO UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO: HAROLDO ALMEIDA SOLDATELI
(Fls. 812) Vistos, etc. Razão assiste à reclamada. Às fls. 159 do AI nº 0568/99 consta o depósito recursal efetuado pela reclamada em dezembro/99 no valor de R$5.602,98. Assim, expeça-se alvarà diretamente à reclamada para liberação do referido depósito recursal, intimando-a para o recebimento no prazo de 5 dias. Recebido o alvará, retornem-se os autos ao arquivo definitivo.

PROCESSO: **01347-1998-102-10-00-9 (0002)**
RECLAMANTE FRANCENYLSON LUIZ DANTAS DOS SANTOS
ADVOGADO: CICERO GONCALVES SIMOES
RECLAMADO PKE - IND. COM. E REPRESENTACAO LTDA
ADVOGADO: MARCIO AMERICO MARTINS DA SILVA
RECLAMADO Engracia Barbosa Farias Rodrigues
RECLAMADO Ana Goretti Kalume Maranhao
ADVOGADO: HERMANO CAMARGO JUNIOR
(Fls. 431) Vistos, etc. No despacho de fls. 394, determinou-se a remessa dos autos à Contadoria para apuração do imposto de renda e atualização com a dedução dos valores naquela oportunidade liberados (fls. 319/321, 376 e 391). Frise-e que ao a atualização com base nos cálculos de fls. 287/290, estava implícita a dedução do valor levantado pelo exeqüente às fls. 280, no importe de R$ 18.979,21.Registre-se, por oportuno, que os valores sacados às fls. 405/407 correspondem àqueles constantes às fls. 319/321, 376 e 391, sendo que os de fls. 406 são oriundos de uma mesma conta judicial de fls. 319 e 321 (nº 2100108909342), descontado o valor devolvido à executada Ana Goretti Kalume Maranhão às fls. 372 (alvará nº 279/07).Expeça-se ofício ao Banco do Brasil (fls. 234) solicitando a transferência do valor bloqueado na conta da 2ª executada Engrácia Barbosa Farias Rodrigues às fls. 234 para agência congênere em funcionamento neste Fórum. A pendência relativa aos meses de agosto e setembro de 2007, constante da parte final do expediente de fls. 416, restou esclarecida com juntada dos documentos remetidos pela CEF de fls. 425/427), demonstrando que já foram levantados pelo exeqüente.Constata-se ainda dos extratos enviados pela CEF a regularização dos depósitos dos meses de fevereiro, março e abril de 2008. Libere-se ao exeqüente, por alvará, o valor à disposição do Juízo (fls. 424), que deverá comprovar a importância levantada no prazo de 05 dias. Prossiga-se com a execução nos termos do despacho de fls. 394.Suspenda-se o cumprimento da determinação constante do 3º parágrafo do despacho de fls. 394 até o mês de outubro de 2008. Intime-se.

PROCESSO: **00555-1999-102-10-00-1 (0003)**
RECLAMANTE ROSICLEIDE MELO DA COSTA
ADVOGADO: ASTERIO CARRIJO BARBOSA
RECLAMADO FRANCISCO CARLOS M. UCHOA
ADVOGADO: ALFREDO JOSE SANTOS DA CUNHA
(Fls. 242) Vistos, etc. Por ora, nada a decidir. Aguarde-se o cumprimento das diligências de fls. 212 e 231. Intime-se.

PROCESSO: **01609-2001-102-10-00-1 (0004)**
RECLAMANTE ADAILSON JOSE NERE DE MATOS
ADVOGADO: PAULO CUNHA DE CARVALHO
RECLAMADO HOSPITAL GERAL NOSSA SENHORA APARECIDA
ADVOGADO: MIRIAN RIBEIRO RODRIGUES DE MELLO
(fla. 270) Vistos, etc... Intime-se a reclamada para ciência do crédito disponibilizado, Juízo garantido e fluência do prazo de embargos à execução (art. 884 da CLT).

PROCESSO: **01927-2001-102-10-00-2 (0005)**
RECLAMANTE MONICA PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO: LUIZ GONZAGA BAIAO
RECLAMADO LAVIDA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS LTDA (NA PESSOA DA SÓCIA GISÉLIA FERREIRA)
RECLAMADO Denilson Amaral de Castro
RECLAMADO Alvaro Pereira Iaccino
RECLAMADO GISÉLIA FERREIRA
ADVOGADO: GISELIA FERREIRA
(Fls. 388) Vistos, etc. Preclusa a nomeação de bens de fls. 382. Todavia, com espeque no art. 652, § 3º, do CPC, concede-se à executada Gisélia Ferreira o prazo de 5 dias para indicação de outros bens de sua propriedade passíveis de penhora, sob pena de prosseguimento da execução nos termos do despacho de fls. 379. Intimem-se.

PROCESSO: **00599-2002-102-10-00-8 (0006)**
RECLAMANTE ANTONIO BARBOSA RODRIGUES NETO
ADVOGADO: LUIS ANTONIO CAPELASSO
RECLAMADO HOSPITAL GERAL NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA
ADVOGADO: ANTONIO ITAMAR SABOIA FREITAS
(Fls. 286) Vistos, etc. Defiro o requerimento de suspensão do feito, mas por 01 ano nos termos do art. 268,269 e 270 do Provimento Geral consolidado. Intime-se. Após, ao arquivo provisório

PROCESSO: **00833-2002-102-10-00-7 (0007)**
RECLAMANTE ESPOLIO DE HUMBERTO RODRIGUES CERQUEIRA
ADVOGADO: MARIA REGINA GHISLENI ZARDIN
RECLAMADO Associação dos Moradores da Granja do Torto
ADVOGADO: TERSON RIBEIRO CARVALHO
RECLAMADO SERVIÇO DE AJARDINAMENTO E LIMPEZA URBANA DO DFL-BELACAP(PROCURADORIA GERAL DO DF)
ADVOGADO: GISELE DE BRITTO
(Fls.292) Vistos, etc. Intime-se o exeqüente para, no prazo de 8 dias, se manifestar quanto ao agravo de petição interposto pela 2ª executada. Intime-se.

PROCESSO: **00813-2003-102-10-00-7 (0008)**
RECLAMANTE CARLOS IVAN MIRANDA TOUSSAINT
ADVOGADO: ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECLAMADO SOCIEDADE DE EDUCAÇAO CAIÇARAS
ADVOGADO: CARLOS SIDNEY DE OLIVEIRA
RECLAMADO Fabricio Rangel da Silva
RECLAMADO Flaviana Nubia da Silva
(Fls. 262) Vistos, etc. Indefiro a intimação por edital, pois sendo feita por presunção seria ineficaz para o fim colimado no art. 600, IV, do CPC. Quanto à expedição de ofício, indefiro pelos fundamentos expendidos no despacho de fls. 251 e também em face do valor da remuneração que a executada viesse a receber, caso fosse recontratada em 2008 (documento de 249). Ao exeqüente para indicar os meios efetivos para o prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento provisório dos autos, nos termos dos arts. 268/270 do Provimento Geral Consolidado do TRT 10ª Região. Prazo de 10 dias.Decorrido o prazo, sem manifestação, ao arquivo provisório. Intime-se.

PROCESSO: **02025-2003-102-10-00-5 (0009)**
RECLAMANTE ELIXANDRA DE SOUZA FREITAS
ADVOGADO: OSVALDO ELIAS DA SILVA
RECLAMADO CHOPPERIA E PIZZARIA ARMAZEM DO CHOPP
ADVOGADO: ADERALDO DE MORAIS LEITE
(Fls.245) Vistos, etc. Diligencie-se a Secretaria na base de dados da RFB acerca do atual endereço do depositário judicial constituído às fls. 67, verso. Sendo obtido endereço diverso daqueles constantes dos autos, intime-se depositário judicial para que apresente os bens penhorados e confiados a sua guarda ou deposite em Juízo o valor equivalente, no prazo de 05 dias, sob pena de ser declarado depositário infiel e, conseqüentemente, decretado sua prisão na forma da lei. Em caso negativo, ao exeqüente para indicar os meios efetivos para o prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento provisório dos autos, nos termos dos arts. 268/270 do Provimento Geral Consolidado do TRT 10ª Região. Prazo de 10 dias. Decorrido o prazo, sem manifestação, ao arquivo provisório. Intime-se.

PROCESSO: **01431-2004-102-10-00-1 (0010)**
RECLAMANTE EDMILSON CAMILO DE ALENCAR
ADVOGADO: ELY NASCIMENTO DA ROCHA
RECLAMADO VIPLAN VIAÇAO PLANALTO LTDA
ADVOGADO: VITOR HUGO PEREIRA DE OLIVEIRA
(Fls. 223) Vistos, etc... libere-se o crédito do exeqüente, por alvará, utilizando-se o saldo de fls. 222 e observando-se os percentuais de fls. 213. O saldo da conta de fls. 197 deverá ser integralmente liberado ao exeqüente. Intimem-se as partes.

PROCESSO: **01528-2004-102-10-00-4 (0011)**
CONSIGNANTE GOIAS PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA
ADVOGADO: DIVINO CAVALHEIRO LEITE
CONSIGNADO CLAUDIO APARECIDO DA SILVA
ADVOGADO: CLEIDE ALVES GUIMARAES
(Fls. 786) Vistos, etc. Quanto ao pedido de liberação do crédito obreiro, aguarde-se o decurso de prazo à executada para manifestação acerca do cálculo de atualização de fls. 682/692 e acerca da penhora dos créditos disponibilizados nos autos, conforme §§ 3º e 5º do despacho de fl. 765 e ofício expedido a fls. 775. Intime-se.

PROCESSO: **01991-2004-102-10-00-6 (0012)**
RECLAMANTE PAULO DA SILVA SANTOS
ADVOGADO: CLEIDE ALVES GUIMARAES
RECLAMADO BARATAO SOM E ACESSORIOS LTDA
ADVOGADO: FRANCISCO FELIX RIBEIRO
RECLAMADO Euler de Moura Castro
RECLAMADO Fabiana de Moura Machado
(Fls. 263) Vistos, etc... Intimem-se as partes para querendo manifestarem-se acerca da impugnação do INSS, prazo legal e sucessivo a começar pelo reclamante.

PROCESSO: **02018-2004-102-10-00-4 (0013)**
RECLAMANTE ROSANGELA CAMPOS MENDES
ADVOGADO: FRANCISCO FONTENELE CARVALHO
RECLAMADO ALICOM ALIMENTOS COM. E INDUSTRIA LTDA
Vistos, etc.Intime-se o exeqüente para se manifestar acerca dos fins previstos no art. 884 da CLT. Prazo legal.

PROCESSO: **00083-2005-102-10-00-6 (0014)**
RECLAMANTE Eduardo de oliveira guimaraes
ADVOGADO: ADRIANO SOARES BRANQUINHO
RECLAMADO Reabilit odontologia ltda
ADVOGADO: SOLANGE MARIA MICHELON ENDRES
RECLAMADO Daniela Mourao Senna
RECLAMADO Eliane Cristina de Castro
RECLAMADO Fabio Aguiar Fiuza de Moraes
ADVOGADO: MARIANA ARAUJO BECKER
RECLAMADO Cesar Augusto Figueiredo Ferraz

(Fls. 820) Vistos, etc... intime-se a reclamada para comprovar os recolhimentos previdenciários, fiscal e das custas processuias, sob pena de prosseguimento da execução.

PROCESSO: **01373-2005-102-10-00-7 (0015)**
RECLAMANTE Vania Maria Coelho
ADVOGADO: DIVINO CAVALHEIRO LEITE
RECLAMADO Zay 2 Sistemas e Informaçoes Ltda
ADVOGADO: NILTON RODRIGUES DE OLIVEIRA

(Fls. 224) Vistos, etc... Libere-se, por alvará, à 2° reclamada o valor constante da guia de fl. 144 referente ao depósito recursal, intimando ao recebimento, no prazo de 05 dias. Intime-se a reclamante para que diga s teve sua CTPS anotada, caso negativo, deverá a reclamante apresentar sua CTPS para anotação, no prazo de 05 dias, sob pena de ser considerada como cumprida as obrigações estabelecidas quanto à anotação...

PROCESSO: **01402-2005-102-10-00-0 (0016)**
RECLAMANTE Junio Cesar Batista de Souza
ADVOGADO: REGINALDO BACCI ACUNHA
RECLAMADO Sociedade de Educacao e Cultura Caicaras
ADVOGADO: RAIMUNDO EUSTAQUIO MARTINS SANTANA
RECLAMADO Marly das Dores Silvéria Silva
RECLAMADO Milton Silvério da Silva

(Fls. 300) Vistos, etc. Extrai-se da Alteração Contratual da empresa KI BALAS E BOMBONS LTDA (fls. 279/281) que os executados MILTON SILVÉRIO DA SILVA e MARLY DAS DORES SILVÉRIA SILVA fazem parte do quadro social daquela empresa. Sendo os mencionados sócios devedores nestes autos, expeça-se mandado de penhora de quotas sociais a recair sobre a participação no capital social da referida empresa. Saliente-se ao Oficial de Justiça que avaliação das quotas deve estar em consonância com o último Balanço Patrimonial, que pode ser obtido através da consulta aos livros contábeis (CAIXA/RAZÃO) KI BALAS E BOMBONS LTDA. Efetivada a medida, o Oficial de Justiça deverá proceder ao registro da constrição na Junta Comercial do Distrito Federal. Quanto ao terreno indicado à penhora, indefere-se tendo em vista que pertence a terceiros, o que contraria o disposto no art. 591 do CPC. Intime-se.

PROCESSO: **00261-2006-102-10-00-0 (0017)**
RECLAMANTE Elde de Castro Guedes
ADVOGADO: FILADELFO PAULINO DA SILVA
RECLAMADO Josue Magalhães Sousa - Firma Individual
ADVOGADO: MANUEL GONÇALVES DA SILVA

Vistos, etc.A penhora efetivada não garante a execução.Face o constante nos autos e estando exauridas as possibilidades de execução por impulso oficial, intime-se o exeqüente para requerer o que for de seu interesse fornecendo os meios para prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento provisório dos autos, nos termos do art. 268, 269 e 270 do provimento geral consolidado do TRT 10ª Região. Prazo de 10 dias.

PROCESSO: **00298-2006-102-10-00-8 (0018)**
RECLAMANTE Katiana Jacob de Assunçao
ADVOGADO: TARLEY MAX DA SILVA OLIVEIRA
RECLAMADO Sociedade de Educacao e Cultura Caicaras
RECLAMADO Marly das Dores Silveira
RECLAMADO Milton Silveiro da Silva

(Fls. 198) Vistos, etc. Frise-se à exeqüente que os executados já foram citados (fls. 99 e 101) e constam dos autos atos constitutivos da 1ª executada (fls. 82/87). Quanto ao terreno indicado à penhora, indefere-se tendo em vista que pertence a terceiros, o que contraria o disposto no art. 591 do CPC. À exeqüente para indicar os meios efetivos para o prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento provisório dos autos, nos termos dos arts. 268/270 do Provimento Geral Consolidado do TRT 10ª Região. Prazo de 10 dias. Decorrido o prazo, sem manifestação, ao arquivo provisório. Intime-se.

PROCESSO: **00299-2006-102-10-00-2 (0019)**
RECLAMANTE Leandro Batista da Silva
ADVOGADO: TARLEY MAX DA SILVA OLIVEIRA
RECLAMADO Sociedade de Educaçao e Cultura Caiçaras
RECLAMADO Marly das Dores Silveira
RECLAMADO Milton Silverio da Silva

(Fls. 238) Vistos, etc. Extrai-se da Alteração Contratual da empresa KI BALAS E BOMBONS LTDA (fls. 224/227) que os executados MILTON SILVÉRIO DA SILVA e MARLY DAS DORES SILVÉRIA SILVA fazem parte do quadro social daquela empresa. Sendo os mencionados sócios devedores nestes autos, expeça-se mandado de penhora de quotas sociais a recair sobre a participação no capital social da referida clínica.Saliente-se ao Oficial de Justiça que avaliação das quotas deve estar em consonância com o último Balanço Patrimonial, que pode ser obtido através da consulta aos livros contábeis (CAIXA/RAZÃO) KI BALAS E BOMBONS LTDA. Efetivada a medida, o Oficial de Justiça deverá proceder ao registro da constrição na Junta Comercial do Distrito Federal. Quanto ao terreno indicado à penhora, indefere-se tendo em vista que pertence a terceiros, o que contraria o disposto no art. 591 do CPC. Intime-se.

PROCESSO: **00771-2006-102-10-00-7 (0020)**
RECLAMANTE Carmita Marques Ferreira
ADVOGADO: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE
RECLAMADO Centro de Ensino Stela Brito Ltda.(na pessoa da socia MARIA ESTELA B. NASCIMENTO)
ADVOGADO: RAIMUNDO OLIVEIRA BRITO
RECLAMADO Maria Stela Brito Nascimento
RECLAMADO Julio Vieira do Nascimento

Vistos, etc.Face o constante nos autos e estando exauridas as possibilidades de execução por impulso oficial, intime-se o exeqüente para requerer o que for de seu interesse fornecendo os meios para prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento provisório dos autos, nos termos do art. 268, 269 e 270 do provimento geral consolidado do TRT 10ª Região. Prazo de 10 dias.

PROCESSO: **00871-2006-102-10-00-3 (0021)**
RECLAMANTE Joao Elias Antunes de Oliveira
ADVOGADO: MARCELO ALEXANDRE AMARAL DALAZEN
RECLAMADO Sociedade de Educaçao e Cultura Caiçaras - Faculdades Caiçaras

(Fls.130) Vistos, etc. Preliminarmente, o exeqüente deverá juntar aos autos cópias dos atos constitutivos da executada, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento. Intime-se.

PROCESSO: **00934-2006-102-10-00-1 (0022)**
RECLAMANTE Nelrades de Souza Silva Guimaraes
ADVOGADO: FILADELFO PAULINO DA SILVA
RECLAMADO Dinamica Adm. Serviços e Obras Ltda
ADVOGADO: LARISSA DIAS MAGALHAES SILVA
RECLAMADO Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - Metro-DF
ADVOGADO: RICARDO HUMBERTO CEZE

(Fls. 585) Vistos, etc. Declaro extinta a execução, nos termos do art. 794, I, CPC. Diante da concordância do exeqüente (fls. 528), libere-se o seu crédito líquido, por alvará, após efetuados os recolhimentos das contribuições fiscais, previdenciárias e do FGTS devidos, a partir do saldo existente na conta judicial do Banco do Brasil (fls.583/584), observando-se os percentuais fixados no Quadro Consolidado de fls. 536. A instituição financeira deverá comprovar a movimentação discriminada no alvará. Após decorrido o prazo para recurso e comprovados os recolhimentos, remetam-se os autos ao arquivo definitivo. Intimem-se.

PROCESSO: **00176-2007-102-10-00-2 (0023)**
RECLAMANTE Jose Nilton dos Santos Mota
ADVOGADO: MARIA CELIA PITOMBO
RECLAMADO Casa & Vidros (Luciano Machado Valente)
ADVOGADO: PAULO DE TARSO MATTAR

Vistos, etc.Face o constante nos autos e estando exauridas as possibilidades de execução por impulso oficial, intime-se o exeqüente para requerer o que for de seu interesse fornecendo os meios para prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento provisório dos autos, nos termos do art. 268, 269 e 270 do provimento geral consolidado do TRT 10ª Região. Prazo de 10 dias.

PROCESSO: **00189-2007-102-10-00-1 (0024)**
RECLAMANTE Aliny Gomes Miranda
ADVOGADO: HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO
RECLAMADO Instituto de Tecnologia Aplicada a Educaçao - Novo Horizonte

Vistos, etc.Proceda a Secretaria as anotações devidas na CTPS obreira, intimando-se o reclamante ao recebimento, no prazo de 05 dias.

PROCESSO: **00529-2007-102-10-00-4 (0025)**
RECLAMANTE Rozamira Pereira da Conceiçao
ADVOGADO: JOSE DOS SANTOS BAHIA NETO
RECLAMADO Instituto Candango de Solidariedade - ICS
RECLAMADO Distrito Federal

(Fls.131)/132) C O N C L U S Ã O. ANTE O EXPOSTO e por tudo que dos autos consta, DECIDO conhecer dos Embargos opostos pelo DISTRITO FEDERAL, por tempestivos e no mérito, REJEITÁ-LOS, tudo nos termos da fundamentação, que passa a fazer parte integrante do decisum. Custas processuais, no importe de R$ 44,26, devidas ao final pelo executado, isento. Intimem-se as partes. Nada mais.

PROCESSO: **00998-2007-102-10-00-3 (0026)**
RECLAMANTE Red Nascimento de Araújo
ADVOGADO: IVAN LIMA DOS SANTOS
RECLAMADO Posto Esso Tagua Centro - Maritza Kopp Setti Ghedini
ADVOGADO: RAFAEL CALVET CORTES

(Fls. 112) Vistos, etc... intime-se a reclamada para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento da diferença apurada, sob pena de multa de 10% na forma do art. 475-J do CPC. Decorrido "in albis" o prazo de pagamento espontâneo, solicite-se o bloqueio eletrônico via bacen-jud em contas da executada. CNPJ a fls. 75.

PROCESSO: **01153-2007-102-10-00-5 (0027)**
AUTOR Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do DF - SINDESV/DF
ADVOGADO: LEANDRO OLIVEIRA ALVES
RÉU Colossal do Brasil Vigilância Ltda.

(Fls. 656) Vistos, etc. Para formação do contraditório, vista à Requerida, no prazo de 10 dias, sobre os termos da petição do Requerente. Intime-se. Após, com ou sem manifestação, conclusos os autos.

PROCESSO: **01165-2007-102-10-00-0 (0028)**
RECLAMANTE Josan Melo dos Santos
ADVOGADO: HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO
RECLAMADO Auto Mecânica JJ Ltda - ME

(Fls. 56) Vistos, etc... intimando o reclamante ao recebimento. Prazo de 05 dias...

PROCESSO: **01199-2007-102-10-00-4 (0029)**
RECLAMANTE Erislene Sotero Félix
ADVOGADO: PAULO SANTOS DA SILVA
RECLAMADO MG E. A. Consultoria e Informática e Cyber Café Ltda
ADVOGADO: ALDENOR FERREIRA DA SILVA

(Fls. 120) Vistos, etc. Preclusa a matéria articulada pela executada às fls. 95/97, pois o momento oportuno para a sua contrariedade fluiu em 07/01/08 (2º-feira), ou seja, 10 dias após a publicação do despacho de fls. 72. Frise-se ao exeqüente que não há se falar em multa de 100%, visto que as duas parcelas do acordo celebrado foram regularmente adimplidas (fls. 66 e 68). Declaro extinta a execução, nos termos do art. 794, I, do CPC. Expeça-se alvará judicial ao executado para levantamento do valor à disposição do Juízo às fls. 110. Após o trânsito em julgado dessa decisão, libere-se ao exeqüente o valor da guia de fls. 116. Intime-se.

PROCESSO: **01314-2007-102-10-00-0 (0030)**
RECLAMANTE Leonardo Meira e Almeida
ADVOGADO: SIRLENE PEREIRA LIMA
RECLAMADO Faculdade AD1 + 7
ADVOGADO: MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA
RECLAMADO Unisaber
ADVOGADO: MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA
RECLAMADO Unibra
ADVOGADO: MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA
RECLAMADO Itb
ADVOGADO: MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA
RECLAMADO Theceupar
ADVOGADO: MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA
RECLAMADO Gil Vicente
ADVOGADO: MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA

(Fls. 410) Vistos, etc. Juízo garantido com o comprovante dos recolhimentos previdenciários e IRPF às fls. 409. Intimem-se o 2º, 3º, 4°, 5° e 6° reclamados para fins do art 884 da CLT.

PROCESSO: **01463-2007-102-10-00-0 (0031)**
RECLAMANTE Bertolina Igino
ADVOGADO: HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO
RECLAMADO Ricardo Campos da Silva

(Fls.29) Homologo o cálculo de folhas retro, fixando o débito da-Reclamada no importe de R$168,50, atualizado até 30/04/2008.Determino a notificação da Reclamada, via postal (diretamente), paracumprimento da obrigação no prazo de 15 (quinze) dias, na forma doart. 475-J do Cód. de Proc. Civil. Decorrido o prazo acima sem opagamento espontâneo, proceda-se a penhora de quantos bens quantoforem necessários para garantir o débito, obedecendo-se a ordemprefenrencial prevista no art. 655 do Cód. de Proc. Civil. Garantidaa execução, inicia-se a contagem do prazo previsto no art. 884 daCLT, para a Reclamada. Decorrido esse, será o Recte intimado para omesmo fim.

PROCESSO: **01473-2007-102-10-00-5 (0032)**
RECLAMANTE José de Sousa Lima Filho
ADVOGADO: IDOLINE ALVES
RECLAMADO União Química Farmaceutica Nacional S/A
ADVOGADO: RENATA VIEIRA FONSECA

(Fls. 149) Vistos etc. União/INSS ciente dos cálculos às fl. 133. Tendo em vista a ausência de embargos à execução (certidão de fl. 146) e a concordância do exeqüente em relação à conta de liqüidação, conforme petição de fl. 148, libere-se ao autor a importância líquida a que faz jus a ser deduzida do numerário depositado na conta de fl. 144 na CEF, observando-se as parcelas e alíquotas constantes de fl. 137. Expeça-se alvará. CNPJ e PIS a fls. 78. Após, intime-se o reclamante para recebimento do alvará, no prazo de 05 dias. Declaro extinta a execução, com fundamento no art. 794, I, do CPC. Intimem-se as partes. Comprovados os recolhimentos discriminados a fls. 137 e decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.

PROCESSO: **01494-2007-102-10-00-0 (0033)**
RECLAMANTE Adriana Silveira das Neves
ADVOGADO: LUIZ CARLOS MARTINS
RECLAMADO Instituto Shekinah de Ensino Ltda
ADVOGADO: DANILO RINALDI DOS SANTOS

(Fls. 57) Vistos, etc. Defiro vista ao requerente por 10 dias transcorrido o prazo "in albis", retornem-se os autos ao arquivo. intime-se.

PROCESSO: **01710-2007-102-10-00-8 (0034)**
RECLAMANTE Francismary Beserra da Cunha
ADVOGADO: WALTER MORAES
RECLAMADO Comercial de Alimentos Itamar Ltda.

(fls. 33)"Vistos, etc.Declaro extinta a execução nos termos do art. 794 do CPC. Intimem-se as partes". Juiz do Trabalho ELAINE MARY ROSSI DE OLIVEIRA

PROCESSO: **00103-2008-102-10-00-1 (0035)**
RECLAMANTE Edson Felix do Nascimento
ADVOGADO: EUVALDO THOMAZ SOARES
RECLAMADO Martins Comércio e Serviços de Distribuição LTDA
ADVOGADO: ABEILARD BARRETO

(Fls. 324) Vistos, etc. Intime-se o(a) reclamado(a) para, no prazo de 8 dias, se manifestar quanto ao recurso adesivo interposto pelo(a) reclamante.

PROCESSO: **00125-2008-102-10-00-1 (0036)**
RECLAMANTE Luana Gomes Torres
ADVOGADO: GERALDO ILTAMAR MADUREIRA
RECLAMADO Officina Taguatinga Shopping Comercio de Bijoterias ltda(responsaveis Getulio Vargas de Freitas Santos e Gilberto Rodrigues Miranda de Freitas)

(fl.61)Vistos, etc.Proceda a Secretaria as anotações devidas na CTPS obreira. Oficie-se à DRT para ciência.Tendo em vista que a reclamada não forneceu as guias do TRCT e seguro desemprego, expeçam-se alvarás para habilitação ao seguro-desemprego e levantamento dos valores depositados a título de FGTS, devendo o reclamante comprovar o valor levantado no prazo de 05 dias após o recebimento.Intime-se o reclamante ao recebimento dos documetos, no prazo de 05 dias.

PROCESSO: **00152-2008-102-10-00-4 (0037)**
RECLAMANTE Maria Lucia da Silva
ADVOGADO: WILSON ROBERTO PREZZOTO
RECLAMADO COMIDA BOA - RESTAURANTE SELF-SERVICE, de propriedade de Da. ZIZI

(Fls. 34) Vistos, etc... intime-se o reclamante ao recebimento, no prazo de 05 dias.

PROCESSO: **00339-2008-102-10-00-8 (0038)**
RECLAMANTE Mariosan Lucio
ADVOGADO: CLEIDE ALVES GUIMARAES
RECLAMADO Brasília- Empresa de Segurança Ltda
ADVOGADO: MICHELLE DE ARAUJO POVOA

(Fls. 121) Prejudicado o encerramento da instrução, em virtude de não ter havido tempo hábil para manifestação das partes acerca do laudo pericial juntado na presente data. Vista do referido laudo pericial, por 05 dias, a começar pelo reclamante, a partir de 14/07/2008 e pela reclamada, a contar de 22/07/2008. Designa-se para ENCERRAMENTO da instrução e renovação da proposta conciliatória a data de 07/08/2008, às 14h45min, facultando-se o comparecimento das partes. Ciente o reclamante. Intime-se a reclamada.

PROCESSO: **00502-2008-102-10-00-2 (0039)**
RECLAMANTE José Arnaldo Carvalho Bessa
ADVOGADO: GILSON MOREIRA DA SILVA
RECLAMADO FEEG - Distribuidora de Produtos de Higiena Ltda

Vistos, etc.Intime-se o reclamante a fornecer o atual endereço da reclamada, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção do feito.

PROCESSO: **00606-2008-102-10-00-7 (0040)**
RECLAMANTE Jose Raimundo Mendes de Souza
ADVOGADO: Sergio Luiz dos Santos
RECLAMADO Jorge Afrendard Andelist

(Fls. 19) Vistos, etc. Considerando-se que o reclamado se trata de pessoa física e não empresa do ramo da construção civil; Considerando que a certidão de fls. 17, lavrada pelo Oficial de Justiça, revela que a notificação do reclamado foi realizada em uma obra (imóvel em construção), que não é o endereço residencial ou profissional do reclamado; Considerando que a notificação de fls. 17 foi recebida por mero trabalhador da referida obra (vigilante-pedreiro), não havendo como ter segurança de que tal notificação foi repassada ao reclamado, considero inválida a notificação de fls. 17, pelo que retiro o feito da pauta de julgamento e reabro a instrução processual para DETERMINAR ao reclamante que, no prazo de 05 dias, informe nos autos o endereço residencial ou profissional do reclamado ou requeira o que de direito, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito. Esclareço ao reclamante que caso ele insista no endereço constante às fls. 16, deverá informar um horário no qual o reclamado poderá ser localizado na referida obra. Fica, desde já, designada audiência inicial para o dia 21/08/2008, às 14h35min. Intime-se o reclamante.

PROCESSO: **00663-2008-102-10-00-6 (0041)**
RECLAMANTE Andréia da Silva Severino
ADVOGADO: WILSON ROBERTO PREZZOTO
RECLAMADO A & L Lanchoente Ltda. ME (Quiosque BIG - Lanchonete Bomba)

(Fls. 25/27) III - DISPOSITIVO. ANTE O EXPOSTO, julgo PROCEDENTES os pedidos formulados por ANDREIA DA SILVA SEVERINO para, nos termos e parâmetros da fundamentação supra, que fica fazendo parte integrante deste dispositivo, condenar a reclamada A&L LANCHONETE LTDA (QUIOSQUE BIG- LAMCHONETE BOMBA), nas seguintes obrigações: - pagamento do aviso prévio indenizado; férias proporcionais, acrescidas de 1/3; 13º salários proporcionais de 2007 e de 2008; depósitos, em conta vinculada, do FGTS de todo período e rescisório, com liberação imediata à obreira; multa de 40% sobre o FGTS; liberação das guias do seguro desemprego ou indenização equivalente; verba prevista no §4º do artigo 71 da CLT e reflexos; horas extras e reflexos; multas dos artigos 467 e 477 da CLT. Deverá a reclamada anotar a CTPS obreira, sob pena de fazê-lo a Secretaria da Vara. Juros e correção monetária nos termos da Lei 8177/91, observadas as Súmulas 200 e 381 do C.TST.A reclamada responderá pelos recolhimentos fiscais e previdenciários (quota parte empregado e empregador - art. 33, § 5º da Lei 8.212/91), estes últimos sobre o período do pacto e sobre as parcelas de horas extras, intervalo não gozado e 13º salários, sob pena de execução de ofício na forma do § 3º do art. 114 da CRFB, observando-se o Provimento n. 3/2005, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e a Lei 8541/92. Custas, pela reclamada, no importe de R$ 200,00 sobre o valor ora arbitrado à condenação de R$10.000,00. Ciente a reclamante, na forma da Súmula n. 197 do C.TST. Intime-se as partes, sendo a reclamada por oficial de justiça.

PROCESSO: **00686-2008-102-10-00-0 (0042)**
RECLAMANTE Eva Pereira de Jesus
ADVOGADO: FRANCISCO FELIX RIBEIRO
RECLAMADO Oficina Bijouteira Comercial Ltda
RECLAMADO Oficina Terraço Shopping Comércio de Bijouterias Ltda
RECLAMADO Oficina Patrio Brasil Shopping Comércio de Bijouterias Ltda
RECLAMADO Le Top Alameda Comercial de Roupas e Serviços Ltda
ADVOGADO: OLDINA EUSTORGIO DA SILVA
RECLAMADO GR de M Freitas - ME
RECLAMADO GR de M Freitas - ME
RECLAMADO Freitas e Freitas Com de Bijouterias Ltda
RECLAMADO Freitas e Freitas Com de Bijouterias Ltda - EPP

(Fls. 83)Vistos, etc. Tendo em vista que a 1ª reclamada não foi notificada por edital , conforme determinado ás fls. 23, retiro o feito da pauta de julgamento e reabro a instrução processual para DETERMINAR a expedição de edital notificatório em relação à 1ª reclamada, sem prejuízo dos atos processuais já praticados nos presentes autos. Fica, desde já, designada audiência inicial para o dia 21/08/2008, às 14h40min. Intimem-se a reclamante, e as reclamadas LE TOP ALAMEDA COMERCIAL DE ROUPAS E SERVIÇOS LTDA e FREITAS E FREITAS COMERCIO DE BIJOUTERIAS LTDA - EPP (4ª e 7ª reclamada).Expeça-se o competente edital citatório em face da 1ª reclamada.

PROCESSO: **00709-2008-102-10-00-7 (0043)**
RECLAMANTE Carlos dos Santos Lopes
ADVOGADO: WILSON ROBERTO PREZZOTO
RECLAMADO Lava a Jato LD Ltda. ME
RECLAMADO Auto Posto Oliveira Ltda

(Fls. 34) Vistos, etc. Intime-se o reclamante para que diga se teve sua CTPS anotada, caso negativo, deverá o reclamante apresentar sua CTPS para anotação, no prazo de 05 dias, sob pena de ser considerada como cumprida as obrigações estabelecidas quanto à anotação...

PROCESSO: **00733-2008-102-10-00-6 (0044)**
RECLAMANTE Kelielane Ferreira de Sá
ADVOGADO: JOSUE APARECIDO DE ARAUJO
RECLAMADO Maria da Conceição Soares Santos

(Fls. 23) A reclamante não atendeu integralmente o despacho de fl. 20. Intime-se a reclamante para, no prazo de 5 dias, informar o seu grau de instrução, devendo ainda no mesmo prazo receber a CTPS que se encontra à contracapa dos autos. Após, prossiga-se na forma da parte final do despacho de fl. 20.

PROCESSO: **00746-2008-102-10-00-5 (0045)**
RECLAMANTE Pabliny Christine Ferreira
RECLAMADO Ecos Turismo Ltda. ME
ADVOGADO: LUCIANE CARVALHO MOURA

(Fls. 54) A Reclamante informa que o seu advogado, Dr. ALAN LAUREANO DE ARAUJO, declarou a reclamante que não mais permaneceria representando-a nesta demanda, em virtude de a reclamante ter declarado ao Dr. ALAN que não faz jus a totalidade das verbas que estão sendo postuladas na presente demanda, bem como que nenhum momento solicitou ao referido patrono que redigisse a petição inicial elencando direitos que ela reclamante tem ciência a fazer jus. Tendo em vista o ocorrido, a reclamante desconstitui o Procurador, Dr. ALAN LAUREANO DE ARAUJO, em relação a sua representação, tornando sem efeito os poderes outorgados na procuração de fls. 08. Anote-se. O(A) reclamante desistiu da ação, com o que concordou o(a) reclamado(a).Homologa-se a DESISTÊNCIA para que surta seus legais e jurídicos efeitos. Extingue-se o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VIII, do CPC. Fica autorizado o desentranhamento, diretamente para a reclamante, dos documentos de fls. 08/22, sendo a procuração e a declaração d e pobreza mediante cópia. Fica autorizado o desentranhamento para a reclamada da documentação de fls. 34/50 e 52/53, sendo procuração e carta de preposição mediante cópia. Custas pelo(a) reclamante no importe de R$ 428,17, calculadas sobre R$ 21.408,73, dispensadas na forma da lei. Intime-se o advogado, Dr. ALAN LAUREANO DE ARAUJO acerca de sua desconstituição na presente assentada.

PROCESSO: **00835-2008-102-10-00-1 (0046)**
RECLAMANTE Uilverson Soares Lemos
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO DA SILVA CORREA
RECLAMADO Solares Comercio e Representaçõa Ltda
RECLAMADO Mercearia Silva Leal Ltda (Supermercado Rede Popular)
RECLAMADO Michele dos Santos Camara
RECLAMADO José Fernando de Souza Filho

(Fls. 28) Vistos, etc... ISTO POSTO, decido extinguir o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, I, do CPC, relativo à ação ajuizada por UILVERSON SOARES LEMOS contra SOLARES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. Custas pelo reclamante no importe de R$ 159,64, calculadas sobre R$ 7.982,00, valor atribuído à causa, dispensadas na forma da lei. Defere-se ao reclamante o desentranhamento dos documentos de fls. 07/14, sendo a procuração e declaração de pobreza mediante cópias. Retire-se o presente feito da pauta de audiências anteriormente designada. Intime-se o reclamante.

PROCESSO: **00899-2008-102-10-00-2 (0047)**
RECLAMANTE Vinicius Silva Vieira
ADVOGADO: EDNA MARIA FERNANDES
RECLAMADO Alexandre Fleming de Freitas
RECLAMADO Isaias Alves Silva

(Fls. 33) Vistos, etc... Posto isso, homologo a desistência para que surta seus legais e jurídicos efeitos e extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do Art. 267, VIII, CPC. Custas pelo(s) reclamante(s) no importe de R$ 1.000,00, calculadas sobre R$ 50.000,00, valor atribuído à causa, que se utiliza para este efeito, dispensado do pagamento ante a declaração de pobreza a fl. 13. Decorrido o prazo legal, defiro o desentranhamento dos documentos de fls. 12/25, sendo a procuração e declaração de pobreza mediante cópias. Retire-se o feito da pauta de audiências anteriormente designada. Após o prazo recursal, arquivem-se os autos. Intimem-se as partes.

PROCESSO: **00980-2008-102-10-00-2 (0048)**
AUTOR Orlando Antonio da Silva
ADVOGADO: ANTONIO DOS REIS LAZARINI
RÉU Valdemar Satake
RÉU Aroldo Satake

(Fls.42) CONCLUSÃO. Ante o exposto e por tudo que dos autos consta, DECIDO declarar extinto o processo, sem resolução do mérito, consoante os fundamentos supra, que ficam integrando esta conclusão. Custas processuais, no importe de R$8.000,00, calculadas sobre o valor dado à causa de R$400.000,00, a cargo do requerente, dispensadas na forma da lei. Não é necessário citar os réus. Intime-se o autor.

PROCESSO: **01016-2008-102-10-00-1 (0049)**
RECLAMANTE Mônica Ribeiro de Oliveira
ADVOGADO: CICERO GONCALVES SIMOES
RECLAMADO Espólio de Terezinha de Castro Soares (inventariante Alice Maria França Soares)
RECLAMADO Alice Maria França Soares

(Fls. 12) Vistos, etc. Intime-se a reclamante para, no prazo de 05 dias, esclarecer se pólo passivo da presente Reclamatória é composto por TEREZINHA DE CASTRO SOARES e ALICE MARIA FRANÇA SOARES ou se, de modo diverso, é constituído apenas pelo ESPÓLIO DE TEREZINHA DE CASTRO SOARES, representado pela inventariante Alice Maria França Soares.

PROCESSO: **01021-2008-102-10-00-4 (0050)**
RECLAMANTE Paula Andressa Freitas de Souza
ADVOGADO: RICARDO COELHO DE MEDEIROS
RECLAMADO CED - Centro de Estudos Diferenciados Ltda.

(Fls.16) Vistos, etc. A audiência inaugural relativa ao processo e aspartes acima identificados está designada para o dia 25/07/2008, às10h15, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 daCLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e dareclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria defato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art.843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendoapresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO(art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a provadocumental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar onúmero de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. Areclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deveráapresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assimcomo o contrato social ou a última alteração contratual em que consteo número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado àreclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, emCartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

PROCESSO: **01022-2008-102-10-00-9 (0051)**
RECLAMANTE Diego Nunes Silva
ADVOGADO: RICARDO COELHO DE MEDEIROS
RECLAMADO Alves e Camargo Comércio de Baterias Ltda

(Fls.18) Vistos, etc. A audiência inaugural relativa ao processo e aspartes acima identificados está designada para o dia 25/07/2008, às10h35, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 daCLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e dareclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria defato. A reclamada poderá utilizar-se

da faculdade prevista no art.843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendoapresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO(art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a provadocumental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar onúmero de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. Areclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deveráapresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assimcomo o contrato social ou a última alteração contratual em que consteo número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado àreclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, emCartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

PROCESSO: **01024-2008-102-10-00-8 (0052)**
RECLAMANTE Waldmilson Candido de Lima
ADVOGADO: EDUARDO ANTONIO CORTES DOS SANTOS
RECLAMADO Panificadora Paulista
RECLAMADO Drogaria Esperança

(Fls.52) Vistos, etc. A audiência inaugural relativa ao processo e aspartes acima identificados está designada para o dia 25/07/2008, às11h35, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 daCLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e dareclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria defato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art.843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendoapresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO(art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a provadocumental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar onúmero de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. Areclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deveráapresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assimcomo o contrato social ou a última alteração contratual em que consteo número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado àreclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, emCartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

PROCESSO: **01025-2008-102-10-00-2 (0053)**
RECLAMANTE Carlos Machado da Silva
ADVOGADO: RAFAEL AMARAL DA COSTA E SILVA
RECLAMADO Peixaria Ueda

(Fls.13) Vistos, etc. A audiência inaugural relativa ao processo e aspartes acima identificados está designada para o dia 25/07/2008, às11h40, na sala de audiências desta Vara. Nos termos do art. 844 daCLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamento da ação e dareclamada na aplicação da revelia e confissão quanto à matéria defato. A reclamada poderá utilizar-se da faculdade prevista no art.843, § 1.º da CLT, fazendo-se substituir por preposto, devendoapresentar DEFESA PREFERENCIALMENTE ESCRITA e POR MEIO DE ADVOGADO(art.846 da CLT c/c art. 1.º da Lei 8.906/94), juntamente com a provadocumental que entender necessária. O reclamante deverá apresentar onúmero de sua CTPS, CI, CPF, PIS/PASEP, NIT e data de nascimento. Areclamada tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deveráapresentar o número do CNPJ, CEI (Cadastro Específico do INSS), assimcomo o contrato social ou a última alteração contratual em que consteo número do CPF e da Carteira de Identidade. Fica facultado àreclamada vista dos documentos porventura juntados com a inicial, emCartório. A AUDIÊNCIA NÃO SERÁ UNA.

ÍNDICE

Advogado: ABEILARD BARRETO **11333/O/DF** (0035)
Advogado: ADERALDO DE MORAIS LEITE **8129/DF** (0009)
Advogado: ADRIANO SOARES BRANQUINHO **19172/DF** (0014)
Advogado: ALDENOR FERREIRA DA SILVA **2141-A/DF** (0029)
Advogado: ALFREDO JOSE SANTOS DA CUNHA **8922/DF** (0003)
Advogado: ANTONIO DOS REIS LAZARINI **01293/A/DF** (0048)
Advogado: ANTONIO ITAMAR SABOIA FREITAS **3655/DF** (0006)
Advogado: ASTERIO CARRIJO BARBOSA **7106/DF** (0003)
Advogado: CARLOS ALBERTO DA SILVA CORREA **10622/O/DF** (0046)
Advogado: CARLOS SIDNEY DE OLIVEIRA **03338/O/DF** (0008)
Advogado: CICERO GONCALVES SIMOES **03787/O/DF** (0049)
Advogado: CICERO GONCALVES SIMOES **3787/DF** (0002)
Advogado: CLEIDE ALVES GUIMARAES **14906/DF** (0012)
Advogado: CLEIDE ALVES GUIMARAES **14906/T/DF** (0011) (0038)
Advogado: DANILO RINALDI DOS SANTOS **04489/O/DF** (0033)
Advogado: DIVINO CAVALHEIRO LEITE **18377/DF** (0015)
Advogado: DIVINO CAVALHEIRO LEITE **18377/T/DF** (0011)
Advogado: EDNA MARIA FERNANDES **19958/DF** (0047)
Advogado: EDUARDO ANTONIO CORTES DOS SANTOS **24743/O/DF** (0052)
Advogado: ELY NASCIMENTO DA ROCHA **7905/DF** (0010)
Advogado: EUVALDO THOMAZ SOARES **14427/DF** (0035)
Advogado: FILADELFO PAULINO DA SILVA **09429/O/DF** (0017)
Advogado: FILADELFO PAULINO DA SILVA **9429/DF** (0022)
Advogado: FRANCISCO FELIX RIBEIRO **11774/DF** (0012) (0042)
Advogado: FRANCISCO FONTENELE CARVALHO **9977/DF** (0013)
Advogado: GERALDO ILTAMAR MADUREIRA **23543/O/DF** (0036)
Advogado: GILSON MOREIRA DA SILVA **09610/O/DF** (0039)
Advogado: GISELE DE BRITTO **07868/O/DF** (0007)
Advogado: GISELIA FERREIRA **21824/DF** (0005)
Advogado: HAROLDO ALMEIDA SOLDATELI **39548/A/PR** (0001)
Advogado: HERMANO CAMARGO JUNIOR **7690/DF** (0002)
Advogado: HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO **20190/DF** (0024) (0028)
Advogado: HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO **20190/O/DF** (0031)
Advogado: IDOLINE ALVES **11017/O/DF** (0032)
Advogado: IVAN LIMA DOS SANTOS **12316/DF** (0026)
Advogado: JOSE DOS SANTOS BAHIA NETO **23227/O/DF** (0025)
Advogado: JOSE ORLANDO PEREIRA DA SILVA **11592/DF** (0001)
Advogado: JOSUE APARECIDO DE ARAUJO **22625/O/DF** (0044)
Advogado: JULIO CESAR BORGES DE RESENDE **8583/DF** (0020)
Advogado: LARISSA DIAS MAGALHAES SILVA **22819/DF** (0022)
Advogado: LEANDRO OLIVEIRA ALVES **17026/GO** (0027)
Advogado: LUCIANE CARVALHO MOURA **17237/T/DF** (0045)
Advogado: LUIS ANTONIO CAPELASSO **12476/DF** (0006)
Advogado: LUIZ CARLOS MARTINS **13020/O/DF** (0033)
Advogado: LUIZ GONZAGA BAIAO **13712/O/DF** (0005)
Advogado: MANUEL GONÇALVES DA SILVA **13604/DF** (0017)
Advogado: MARCELO ALEXANDRE AMARAL DALAZEN **21903/DF** (0021)
Advogado: MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA **12330/DF** (0030)
Advogado: MARCIO AMERICO MARTINS DA SILVA **7934/DF** (0002)
Advogado: MARIA CELIA PITOMBO **3933/DF** (0023)
Advogado: MARIA REGINA GHISLENI ZARDIN **12058/DF** (0007)
Advogado: MARIANA ARAUJO BECKER **14675/DF** (0014)
Advogado: MICHELLE DE ARAUJO POVOA **18366/O/DF** (0038)
Advogado: MIRIAN RIBEIRO RODRIGUES DE MELLO **17956/T/DF** (0004)
Advogado: NILTON RODRIGUES DE OLIVEIRA **2454/DF** (0015)
Advogado: OLDINA EUSTORGIO DA SILVA **09983/O/DF** (0042)
Advogado: OSVALDO ELIAS DA SILVA **18031/DF** (0009)
Advogado: PAULO CUNHA DE CARVALHO **06934/E/DF** (0004)
Advogado: PAULO DE TARSO MATTAR **8784/DF** (0023)
Advogado: PAULO SANTOS DA SILVA **47173/MG** (0029)
Advogado: RAFAEL AMARAL DA COSTA E SILVA **26959/O/DF** (0053)
Advogado: RAFAEL CALVET CORTES **16567/DF** (0026)
Advogado: RAIMUNDO EUSTAQUIO MARTINS SANTANA **24782/T/DF** (0016)
Advogado: RAIMUNDO OLIVEIRA BRITO **11865/DF** (0020)
Advogado: REGINALDO BACCI ACUNHA **16333/O/DF** (0016)
Advogado: RENATA VIEIRA FONSECA **15048/O/DF** (0032)
Advogado: RICARDO COELHO DE MEDEIROS **21791/O/DF** (0050) (0051)
Advogado: RICARDO HUMBERTO CEZE **20221/DF** (0022)
Advogado: SIRLENE PEREIRA LIMA **24354/DF** (0030)
Advogado: SOLANGE MARIA MICHELON ENDRES **11353/DF** (0014)
Advogado: Sergio Luiz dos Santos **08328/o/DF** (0040)
Advogado: TARLEY MAX DA SILVA OLIVEIRA **19960/DF** (0018) (0019)
Advogado: TERSON RIBEIRO CARVALHO **11195/DF** (0007)
Advogado: ULISSES RIEDEL DE RESENDE **00968/T/DF** (0008)
Advogado: VITOR HUGO PEREIRA DE OLIVEIRA **13947/DF** (0010)
Advogado: WALTER MORAES **12819/DF** (0034)
Advogado: WILSON ROBERTO PREZZOTO **17318/T/DF** (0037) (0041) (0043)

3ª VARA DO TRABALHO DE TAGUATINGA

DESPACHOS

PROCESSO: **09005-2006-103-10-00-4 (0001)**
RECLAMANTE Haroldo Torquato de Oliveira
RECLAMADO Jetcar Ltda
ADVOGADO: ANDRECINDA ROCHA DE MORAIS PINA

Despacho à fl. 83: "Intime-se a executada para manifestar-se acerca do teor da petição do reclamante, no prazo de 5 dias." Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00453-2007-103-10-00-3 (0002)**
RECLAMANTE Jarbas de Oliveira Madeira
ADVOGADO: RAIMUNDO NONATO PORTELA
RECLAMADO Igreja Universal do Reino de Deus
ADVOGADO: ELIARDO MAGALHAES FERREIRA

Despacho à fl. 273: "A CTPS à contracapa dos autos, intimando-se a reclamada para proceder as anotações no documento, no prazo de 5 dias." Juiz do Trabalho LUCIANA MARIA DO ROSARIO PIRES

PROCESSO: **01535-2007-103-10-00-5 (0003)**
RECLAMANTE Patricia Nunes da Silva
ADVOGADO: EVA RAQUEL DESIDÉRIO ALVES
RECLAMADO San Remy Park Hotel

Despacho à fl. 57: "A CTPS e as guias do TRCT, Seguro Desemprego e GRRF FGTS à contracapa dos autos, intimando-se o reclamante para retirá-los em 5 dias." Juiz do Trabalho LUCIANA MARIA DO ROSARIO PIRES

PROCESSO: **00342-2008-103-10-00-8 (0004)**
RECLAMANTE Francisco Alves de Sousa Filho
ADVOGADO: HELIO STEFANI GHERARDI
RECLAMADO San Remo Norte Serviços Ltda
ADVOGADO: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL

Despacho à fl. 329: "Vistos etc. Defiro o desentranhamento dos documentos a fls. 259 e 270/271.Intime-se a reclamada para proceder o desentranhamento no prazo de 5 dias.(...)" Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00343-2008-103-10-00-2 (0005)**
RECLAMANTE Ary Usedo Pires
ADVOGADO: HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO
RECLAMADO Gustavo Moreira de Assis
ADVOGADO: CARLOS HENRIQUE DE LIMA SANTOS

Despacho à fl. 64: "Intime-se o reclamante para, querendo, contra-arrazoar recurso ordinário interposto pela reclamada no prazo de 8 dias." Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00513-2008-103-10-00-9 (0006)**
RECLAMANTE Wagner dos Santos
ADVOGADO: BENEDITO FRANCELINO MOREIRA
RECLAMADO Hotel Colonia Ltda-me
ADVOGADO: ANDERSON DE ALMEIDA FREITAS

Despacho à fl. 48: "Intime-se o reclamante a receber os documentos localizados à contracapa dos autos, no prazo de 05 dias." Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00526-2008-103-10-00-8 (0007)**
RECLAMANTE Maria Ferreira da Costa
ADVOGADO: EDGARD MACEDO DE OLIVEIRA
RECLAMADO Marcelo Cristiano Theodorovicz
ADVOGADO: OSMAR QUIRINO DA SILVA

Despacho à fl. 32: "Intime-se o reclamado, para, no prazo de 05 dias, proceder às devidas anotações na CTPS da reclamante, nos moldes estabelecidos na decisão de fls. 27/31, bem como para comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre as parcelas salariais ora deferidas e as devidas sobre os salários pagos durante todo o vínculo ora reconhecido, sob pena de execução." Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00848-2008-103-10-00-7 (0008)**
RECLAMANTE Antonio Idalberto de Sá Melo
ADVOGADO: EVA RAQUEL DESIDERIO ALVES
RECLAMADO Ídstak Design Móveis

Decisão à fl. 14: "Tendo em vista a certidão da EBCT, às fls. 13, informando que o endereço da reclamada mencionado é "insuficiente" e tendo em vista ser incabível a emenda à exordial em processo sob o rito sumaríssimo, extingue-se o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, IV do CPC.Fica autorizado o desentranhamento dos documentos de fls. 6/7, sendo a procuração e a declaração de pobreza mediante cópia.Custas pelo(a) reclamante no importe de R$ 89,70, calculadas sobre R$ 4.485,00, dispensadas na forma da lei.Retire-se o feito da pauta de inaugurais.Intime-se o(a) reclamante, por seu procurador." Juiz do Trabalho LUCIANA MARIA DO ROSARIO PIRES

PROCESSO: **00993-2008-103-10-00-8 (0009)**
RECLAMANTE Roberth Corrêa dos Santos
ADVOGADO: THIAGO JANUARIO DE ANDRADE
RECLAMADO Kayalamy Construtora e Incorporadora Ltda
RECLAMADO Constam Incorporações e Participações Ltda

"Audiência inicial designada para o dia 25.07.2008, às 11:35h. Em-cumprimento do Provimento nº 005/2003 da Corregedoria Geral da-Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de suaCTPS, do RG, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). Nos termos doart. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamentoda ação." Juiz do Trabalho LUCIANA MARIA DO ROSARIO PIRES

PROCESSO: **01024-2008-103-10-00-4 (0010)**
RECLAMANTE Rodrigo Americo dos Santos
ADVOGADO: WASHINGTON HAROLDO MENDES DE ANDRADE
RECLAMADO Mc Donald's comercio de alimentos

"Audiência inicial designada para o dia 31.07.2008 às 14:40h. Em-cumprimento do Provimento nº 005/2003 da Corregedoria Geral da-Justiça do Trabalho, o reclamante deverá informar o número de suaCTPS, do RG, do PIS e do NIT (inscrição junto ao INSS). Nos termos doart. 844 da CLT, a ausência do reclamante acarretará no arquivamentoda ação." Juiz do Trabalho LUCIANA MARIA DO ROSARIO PIRES

PROCESSO: **01029-2008-103-10-00-7 (0011)**
RECLAMANTE Neuton Pèreira de Oliveira
ADVOGADO: CICERO GONCALVES SIMOES
RECLAMADO Belarmino Carneiro Moita

ÍNDICE

Advogado: ANDERSON DE ALMEIDA FREITAS **22748/O/DF** (0006)
Advogado: ANDRECINDA ROCHA DE MORAIS PINA **24965/DF** (0001)
Advogado: BENEDITO FRANCELINO MOREIRA **7240/DF** (0006)
Advogado: CARLOS HENRIQUE DE LIMA SANTOS **20605/O/DF** (0005)
Advogado: CICERO GONCALVES SIMOES **03787/O/DF** (0011)
Advogado: EDGARD MACEDO DE OLIVEIRA **13771/DF** (0007)
Advogado: ELIARDO MAGALHAES FERREIRA **16591/DF** (0002)
Advogado: EVA RAQUEL DESIDERIO ALVES **027493/O/DF** (0008)
Advogado: EVA RAQUEL DESIDÉRIO ALVES **27493/O/DF** (0003)
Advogado: HELIO STEFANI GHERARDI **23891/A/DF** (0004)
Advogado: HUMBERTO FERNANDO VALLIM PORTO **20190/DF** (0005)
Advogado: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL **00513/O/DF** (0004)
Advogado: OSMAR QUIRINO DA SILVA **18191/O/DF** (0007)
Advogado: RAIMUNDO NONATO PORTELA **15969/DF** (0002)
Advogado: THIAGO JANUARIO DE ANDRADE **21800/O/DF** (0009)
Advogado: WASHINGTON HAROLDO MENDES DE ANDRADE **14599/O/DF** (0010)

VARAS DO TRABALHO DO TOCANTINS

1ª VARA DO TRABALHO DE ARAGUAÍNA

DESPACHOS

PROCESSO: **01197-1999-811-10-00-2 (0001)**
RECLAMANTE JANIO ANDRADE MENEZES
ADVOGADO: OSCAR ALOYSIO SCHEIBEL
RECLAMADO CONSTRUTORA TRES PONTOS LTDA
ADVOGADO: CÉLIA REGINA DE OLIVEIRA GAMERO

DESPACHO DE FL.236"Vistos, etc.1.Homologo os cálculos de fls.231/235, ressalvadas futuras atualizações e acréscimos legais.2.Considerando que não houve indicação de meios efetivos para prosseguimento da execução, cumpra-se o Provimento Geral Consolidado TRT 10ª Região, Arts. 270 e 271, expedindo-se CERTIDÃO DE DÍVIDA TRABALHISTA ao credor, intimando-o(a) para o recebimento em l0(dez) dias, findo os quais, decorrido o prazo in albis, será a referida certidão arquivada pela secretaria da Vara à disposição do interessado.3.Declaro extinta a execução à vista do disposto no Provimento Geral Consolidado, art. 274, c/c art. 795, do CPC 4.Remetam-se os autos ao definitivo procedendo-se a baixa para fins estatísticos e de registro (Consolidado Geral, art. 274, § 1º).5.Publique-se.Em,09/07/2008.JÚNIA MARISE LANA DA SILVA.Juíza do Trabalho."

PROCESSO: **01325-1999-811-10-00-8 (0002)**
RECLAMANTE DELCIVAN ALMEIDA SILVA
ADVOGADO: JOSE HILARIO RODRIGUES
RECLAMADO TRIÂNGULO EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
ADVOGADO: JOSE HILARIO RODRIGUES

DESPACHO DE FL.120"Vistos, etc.1.Homologo os cálculos de fls.118/119, ressalvadas futuras atualizações e acréscimos legais.2.Considerando que não houve indicação de meios efetivos para prosseguimento da execução, cumpra-se o Provimento Geral Consolidado TRT 10ª Região, Arts. 270 e 271, expedindo-se CERTIDÃO DE DÍVIDA TRABALHISTA ao credor, intimando-o(a) para o recebimento em l0(dez) dias, findo os quais, decorrido o prazo in albis, será a referida certidão arquivada pela secretaria da Vara à disposição do interessado.3.Declaro extinta a execução à vista do disposto no Provimento Geral Consolidado, art. 274, c/c art. 795, do CPC 4.Remetam-se os autos ao definitivo procedendo-se a baixa para fins estatísticos e de registro (Consolidado Geral, art. 274, § 1º).5.Publique-se.Em,09/07/2008.JÚNIA MARISE LANA DA SILVA.Juíza do Trabalho."

PROCESSO: **00132-2006-811-10-00-0 (0003)**
RECLAMANTE CLAUDIENE TAVARES MACEDO DE SOUSA
ADVOGADO: CLAYTON SILVA
RECLAMADO MARIA LUIZA SEARA (CONSULTORIO ODONTOLOGICO)
ADVOGADO: ELI GOMES DA SILVA FILHO

DESPACHO DE FL.75"Vistos, etc.1.Homologo os cálculos de fls.73/74, ressalvadas futuras atualizações e acréscimos legais.2.Considerando que não houve indicação de meios efetivos para prosseguimento da execução, cumpra-se o Provimento Geral Consolidado TRT 10ª Região, Arts. 270 e 271, expedindo-se CERTIDÃO DE DÍVIDA TRABALHISTA ao credor, intimando-o(a) para o recebimento em l0(dez) dias, findo os quais, decorrido o prazo in albis, será a referida certidão arquivada pela secretaria da Vara à disposição do interessado.3.Declaro extinta a execução à vista do disposto no Provimento Geral Consolidado, art. 274, c/c art. 795, do CPC 4.Remetam-se os autos ao definitivo procedendo-se a baixa para fins estatísticos e de registro (Consolidado Geral, art. 274, § 1º).5.Publique-se.Em,09/07/2008.JÚNIA MARISE LANA DA SILVA.Juíza do Trabalho."

PROCESSO: **00270-2007-811-10-00-0 (0004)**
AUTOR Ministério Público do Trabalho
ADVOGADO: PROCURADORIA DO TRABALHO - OFÍCIO DE ARAGUAÍNA
RÉU REMAQ - RECUPERAÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS TIBIRIÇÁ LTDA 2
RÉU Pedro Getúlio Artiaga da Silva
RÉU João Eurípedes de Cardoso

Despacho de fls. 190 "Vista ao MPT, pelo prazo de 10 (dez) dias, da Declaração de Imposto de Renda, que se encontra acostada à contracapa dos autos, bem como do resultado da pesquisa efetivada junto ao DE-TRAN (fls.184/187). Araguaína/TO, quinta-feira, 03 de julho de 2008.

PROCESSO: **00750-2007-811-10-00-0 (0005)**
RECLAMANTE Aguiomar Pereira da Silva
ADVOGADO: MILTON RIBEIRO DE ARAUJO
RECLAMADO Physical Extração Ind. e Com. de Minérios Ltda
ADVOGADO: EDGAR CARVALHO SALES NETO

DECISÃO PARA ÀS PARTES DE FLS.267/273:CONCLUSÃO - Ante o exposto e mais o que dos autos consta, decide a M.M. Vara do Trabalho de Araguaína/TO, na ação ajuizada pela CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, em desfavor de DILSON MACHADO DE CARVALHO JUNIOR, julgar TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na exordial, para condenar o reclamado, após o trânsito em julgado da presente, a pagar ao autor a importância de R$ 1.259,55, a título de contribuições sindicais rurais dos exercícios de 2004 a 2007 e honorários advocatícios no valor de R$ 251,91. São devidos juros, correção monetária e descontos fiscais, na forma da Lei.A Confederação autora deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o recebimento do valor devido nos autos, os repasses legais previstos nos arts. 589 e 600 da CLT, sob pena de execução.Tudo nos termos e limites da fundamentação.Custas pelo reclamado no importe de R$ 30,22 , calculadas sobre o valor da condenação.Ciente o autor.Notifique-se o reclamado revel.Audiência encerrada às 13h20min.Nada mais.MARLY COSTA DA SILVEIRA-Juíza do Trabalho. Juiz do Trabalho MARLY COSTA DA SILVEIRA

PROCESSO: **00014-2008-811-10-00-3 (0006)**
RECLAMANTE Jailce Alves Oliveira
ADVOGADO: ANDRÉ FRANCELINO DE MOURA
RECLAMADO J. C. Araújo - ME - Jucilene Carvalho Araújo - Limites Celulares

DESPACHO DE FL.62."Vistos, etc.À vista do pleito formulado pelo autor às fls.60/61, devolvam-se os autos à contadoria para retificação dos cálculos de fls.54/59, abatimento dos valores referentes às parcelas já quitadas pelo reclamado e aplicação da multa estipulada no acordo homologado às fls.44, em relação às demais parcelas.Araguaína, 03/07/2008.MARLY COSTA DA SILVEIRA.Juíza do Trabalho."

ÍNDICE

Advogado: ANDRÉ FRANCELINO DE MOURA **2621/TO** (0006)
Advogado: CLAYTON SILVA **2126/TO** (0003)
Advogado: CÉLIA REGINA DE OLIVEIRA GAMERO **72266/MG** (0001)
Advogado: EDGAR CARVALHO SALES NETO **5336/MA** (0005)
Advogado: ELI GOMES DA SILVA FILHO **2796B/TO** (0003)
Advogado: JOSE HILARIO RODRIGUES **652B/TO** (0002)
Advogado: MILTON RIBEIRO DE ARAUJO **118A/TO** (0005)
Advogado: OSCAR ALOYSIO SCHEIBEL **1690/TO** (0001)
Advogado: PROCURADORIA DO TRABALHO - OFÍCIO DE ARAGUAÍNA **MPT/TO** (0004)

2ª VARA DO TRABALHO DE ARAGUAÍNA

DESPACHOS

PROCESSO: **00213-2004-812-10-00-4 (0001)**
RECLAMANTE JOAO ALVES CARDOSO
ADVOGADO: MAURINA JACOME SANTANA
RECLAMADO Construtora Loiola Guimarães Ltda + 2
ADVOGADO: ALMIVAR SIQUEIRA FREIRE
RECLAMADO Adeci Loiola Guimarães
ADVOGADO: BRUNO GUILHERME DA SILVA OLIVEIRA
RECLAMADO Francisco Lopes Araújo

Despacho de fl. 210: "Vistos os autos. 1. Homologo a atualização dos cálculos previdenciários de fls. 206/209 (Total R$485,26), para que surtam seus regulares efeitos jurídicos. 2. Cite-se a empresa executada, por sua procuradora, para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pagar ou garantir a execução. Intime-se a empresa executada, por seu procurador, para que no prazo de 05 (cinco) dias comprove nos autos o pagamento do valor ora homologado, sob pena de constrição de tantos bens quantos bastem

para integral satisfação do débito. 3. Decorrido o prazo para o executado, cumpra-se o disposto no art. 53 da Consolidação dos Provimentos da CGJT/TST. Araguaína/TO, quinta-feira, 26 de junho de 2008. LAURA RAMOS MORAIS - Juíza do Trabalho." Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

PROCESSO: **00682-2007-812-10-00-6 (0002)**
RECLAMANTE Wilias Neres de Lima
ADVOGADO: MARIA EURIPA TIMÓTEO
RECLAMADO Alex Dias Saito - Lumifort Comunicação Visual e Luminosos
ADVOGADO: SANDRO CORREIA DE OLIVEIRA

Despacho de fl. 73:CERTIDÃO E ATO ORDINATÓRIO (ART. 23 DO PGC/TRT/10ªR). Com amparo no art. 23 do PGC do TRT da 10ª Região certifico e dou fé que os presentes autos terão a seguinte tramitação: - Expedição dos ofícios determinados na r. sentença. - Intimação do reclamado para retirar a CTPS obreira na Secretaria desta MM. Vara e proceder as anotações pertinentes, obedecidos os comandos da sentença, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa de 2 (dois) salários mínimos a ser revertida ao autor.- Anotada a CTPS ou transcorrido in albis o prazo, ao Setor de Cálculos para liquidação da sentença.Araguaína/TO, sexta-feira, 11 de julho de 2008.Elenice Rita de Souza Araújo - Diretora de Secretaria em exercício" Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

PROCESSO: **00841-2007-812-10-00-2 (0003)**
RECLAMANTE Paulo Parreira Rodrigues dos Santos
ADVOGADO: GASPAR FERREIRA DE SOUSA
RECLAMADO Phisical Extração, Indústria e Comércio de Minérios Ltda
ADVOGADO: ELISA HELENA SENE SANTOS

Despacho de fl. 230:"Vistos os autos. Declaro, por sentença, extinta a execução nos moldes do art. 794, I c/c 795 do CPC. Intimem-se as partes, renovando-se a executada a intimação para retirar a guia de depósito judicial nesta Secretaria, no prazo de 5 (cinco) dias. Transcorrido in albis o prazo legal e retirada a guia DJO, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Araguaína/TO, quarta-feira, 09 de julho de 2008. LAURA RAMOS MORAIS - Juíza do Trabalho" Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

PROCESSO: **00087-2008-812-10-00-1 (0004)**
RECLAMANTE Moisés Gonçalves dos Santos
ADVOGADO: SOLON CARVALHO MENDES
RECLAMADO Município de Tocantinópolis/TO - Prefeitura Municipal

Despacho de fl. 132:"Vistos, etc.1. Homologo os cálculos de fls. 126/131 (Total R$ 5.898,08) para que surtam seus regulares efeitos jurídicos, ressalvadas eventuais atualizações e acréscimos legais. 2. Aguarde-se o decurso do prazo assinado ao executado à fl. 121, após conclusos. Araguaína/TO, terça-feira, 17 de junho de 2008. LAURA RAMOS MORAIS - Juíza do Trabalho"Despacho de fl. 133:"Vistos os autos.Cite-se o reclamado para os fins do art. 730 do CPC. Expeça-se o competente mandado. Considerando que a execução se processa nos termos do artigo supra, intime-se o exeqüente, por seu procurador, para os fins do art. 884 da CLT. Araguaína/TO, quinta-feira, 10 de julho de 2008. LAURA RAMOS MORAIS - Juíza do Trabalho" Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

PROCESSO: **00140-2008-812-10-00-4 (0005)**
RECLAMANTE Júlio Reis Gomes Ferreira
ADVOGADO: WÁTFA MORAES EL MESSIH
RECLAMADO Marcia Anaide Maranhão Ayres Cruz (Comercial MG)
ADVOGADO: SOLENILTON DA SILVA BRANDÃO

Despacho de fl. 71:"Vistos os autos, etc. 1. Considerando que o acordo encontra-se assinada pelo autor e sua advogada, tenho por satisfeito o disposto no Provimento TRT/nº 003/2000, pelo que homologo a transação nos termos da petição de fls. 69/70 (arts. 449 do CPC e 831, § único da CLT), para que surta seus jurídicos e legais efeitos. 2. Custas processuais, pelo(a) reclamante, no valor de R$ 140,00, calculadas sobre a conciliação (R$ 7.000,00), dispensadas na forma lei. 3. Ante o consta na exordial, tenho que a transação é composta de 60% de parcelas de natureza salarial (R$ 4.200,00), sobre as quais há incidência de contribuição previdenciária, a cargo da reclamada, e 40% de parcelas de natureza indenizatórias, correspondentes: aviso prévio indenizado (R$ 415,00), multa do art. 467 e 477 (R$ 830,00) e diferenças de FGTS (R$1.555,00). 4. A reclamada deverá comprovar nos autos os recolhimentos fiscais e previdenciários, no prazo de 30 dias após o vencimento da última parcela da transação, sob pena de execução (art. 195/CF c/c art. 832, § 6º da CLT, alterado pela Lei 11.457/07). Deverá, ainda, apresentar a GFIP/SEFIP até o décimo dias do mês subseqüente ao recolhimento (art. 32. IV, §2º, c/c o §7º do art. 33 da Lei 8.212/91 e art. 225, § 1º do RPS/3.048/99). 5. O silêncio do(a) autor(a) no prazo de 5(cinco) dias, contados do vencimento da última parcela do acordo, valerá como quitação. 6. Cumprido o acordo e comprovado os recolhimentos, intime-se à PGF/União/carga, para os fins previstos nos arts. 832 § 4º da CLT, sob pena de preclusão. 7. Inclua-se o feito na pauta desta data (16h02min) para disponibilização da presente decisão e Publique-se no DJ. Araguaína/TO, Quarta-feira, 10 de Julho de 2008. LAURA RAMOS MORAIS - Juíza do Trabalho" Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

PROCESSO: **00305-2008-812-10-00-8 (0006)**
RECLAMANTE Jose Wilson Francisco da Silva
ADVOGADO: MARIENE COELHO E SILVA
RECLAMADO Astronio Lima Souza & Cia Ltda
ADVOGADO: CLAYTON SILVA
RECLAMADO Frigorífico Boi Forte
ADVOGADO: EMILIO DE PAIVA JACINTO

Despacho de fl. 132:"Vistos os autos, etc. 1. À vista da ratificação firmada à fls.130, tenho por satisfeito o disposto no Provimento TRT/nº 003/2000, pelo que homologo a transação nos termos da petição de fls. 124/125 (arts. 449 do CPC e 831, § único da CLT), para que surta seus jurídicos e legais efeitos. 2. Custas processuais, pelo(a) reclamante, no valor de R$ 140,00, calculadas sobre a conciliação (R$ 7.000,00), dispensadas na forma lei. 3. Ante o consta na exordial, tenho que a transação é composta de 50% de parcelas de natureza salarial (R$ 3.500,00), sobre as quais há incidência de contribuição previdenciária, a cargo da 1ª reclamada, e 50% de parcelas de natureza indenizatórias, correspondentes: aviso prévio indenizado (R$ 780,00), férias indenizadas (R$ 1.360,00) e diferenças de FGTS (R$1.360,00). 4. A reclamada deverá comprovar nos autos os recolhimentos fiscais e previdenciários, no prazo de 60 dias após o vencimento da última parcela da transação, sob pena de execução (art. 195/CF c/c art. 832, § 6º da CLT, alterado pela Lei 11.457/07). Deverá, ainda, apresentar a GFIP/SEFIP até o décimo dias do mês subseqüente ao recolhimento (art. 32. IV, §2º, c/c o §7º do art. 33 da Lei 8.212/91 e art. 225, § 1º do RPS/3.048/99). 5. O silêncio do(a) autor(a) no prazo de 5(cinco) dias, contados do vencimento da última parcela do acordo, valerá como quitação. 6. O reclamado deverá restituir a CTPS obreira, devidamente anotada, no prazo de cinco dias. 7. Cumprido o acordo e comprovado os recolhimentos, intime-se à PGF/União, com cópia desta decisão, para os fins previstos nos arts. 832 § 4º da CLT, sob pena de preclusão. 8. Inclua-se o feito na pauta desta data (16h01min) para disponibilização da presente decisão e Publique-se no DJ. Araguaína/TO, quarta-feira, 9 de julho de 2008. LAURA RAMOS MORAIS - Juíza do Trabalho" Juiz do Trabalho LAURA RAMOS MORAIS

PROCESSO: **00529-2008-812-10-00-0 (0007)**
RECLAMANTE Rodrigo Barbosa da Silva
ADVOGADO: ORLANDO RODRIGUES PINTO
RECLAMADO Suriname Terraplanagem Ltda

"Pela presente fica o(a) ADVOGADO(A) do(a) RECLAMANTE intimado(a) da AUDIÊNCIA UNA (R. SUMARISSIMO), que se realizará no DIA 30-07-2008, às 09h30 min., na sala de Audiências da 2ª VARA DO TRABALHO DE ARAGUAÍNA-TO, na Av. Tocantins, 1164, centro, térreo, estando ciente que o não-comparecimento do(a) autor(a) implicará no arquivamento da reclamação (arts. 843 e 844/CLT), devendo o(a) reclamante trazer espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 852-H, parágrafos 2º e 3º da CLT. Em audiência, acaso não constante das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP (TST, Provimento CGJT nº 05/2003)."

PROCESSO: **00530-2008-812-10-00-4 (0008)**
RECLAMANTE José Tadeu Pereira da Costa
ADVOGADO: FERNANDA AMESTOY MELLO
RECLAMADO João Francisco Nogueira Carvalho

"Pela presente fica o(a) ADVOGADO(A) do(a) RECLAMANTE intimado(a) da AUDIÊNCIA UNA (R. SUMARISSIMO), que se realizará no DIA 24-07-2008, às 09h20 min., na sala de Audiências da 2ª VARA DO TRABALHO DE ARAGUAÍNA-TO, na Av. Tocantins, 1164, centro, térreo, estando ciente que o não-comparecimento do(a) autor(a) implicará no arquivamento da reclamação (arts. 843 e 844/CLT), devendo o(a) reclamante trazer espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 852-H, parágrafos 2º e 3º da CLT. Em audiência, acaso não constante das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP (TST, Provimento CGJT nº 05/2003)."

PROCESSO: **00531-2008-812-10-00-9 (0009)**
RECLAMANTE Manoel Noronha de Sousa
ADVOGADO: MANOEL MENDES FILHO
RECLAMADO Boiforte Frigoríficos Ltda

"Pela presente fica o(a) ADVOGADO(A) do(a) RECLAMANTE intimado(a) da AUDIÊNCIA UNA (R. ORDINÁRIO), que se realizará no DIA 06-05-2008, às 10h20 min., na sala de Audiências da 2ª VARA DO TRABALHO DE ARAGUAÍNA-TO, na Av. Tocantins, 1164, centro, térreo, estando ciente que o não-comparecimento do(a) autor(a) implicará no arquivamento da reclamação (arts. 843 e 844/CLT), devendo o(a) reclamante trazer espontaneamente suas testemunhas, nos termos dos arts. 821 e 825 da CLT, ou arrolá-las com cinco dias de antecedencia para intimação (art. 407 do CPC). Em audiência, acaso não constante das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP (TST, Provimento CGJT nº 05/2003)."

ÍNDICE

Advogado: ALMIVAR SIQUEIRA FREIRE **6796/MA** (0001)
Advogado: BRUNO GUILHERME DA SILVA OLIVEIRA **3788/TO** (0001)
Advogado: CLAYTON SILVA **2126/TO** (0006)
Advogado: ELISA HELENA SENE SANTOS **2096B/TO** (0003)
Advogado: EMILIO DE PAIVA JACINTO **2094/TO** (0006)
Advogado: FERNANDA AMESTOY MELLO **3644/TO** (0008)
Advogado: GASPAR FERREIRA DE SOUSA **2893/TO** (0003)
Advogado: MANOEL MENDES FILHO **960/TO** (0009)
Advogado: MARIA EURIPA TIMÓTEO **1263B/TO** (0002)
Advogado: MARIENE COELHO E SILVA **1175/TO** (0006)
Advogado: MAURINA JACOME SANTANA **1509B/TO** (0001)
Advogado: ORLANDO RODRIGUES PINTO **1092-A/TO** (0007)
Advogado: SANDRO CORREIA DE OLIVEIRA **1363/TO** (0002)
Advogado: SOLENILTON DA SILVA BRANDÃO **3889/TO** (0005)
Advogado: SOLON CARVALHO MENDES **11241/GO** (0004)
Advogado: WÁTFA MORAES EL MESSIH **2155B/TO** (0005)

VARA DO TRABALHO DE GURUPI

DESPACHOS

PROCESSO: **00136-2001-821-10-00-0 (0001)**
RECLAMANTE ADAIL FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO: ILDETE FRANÇA DE ARAÚJO
RECLAMADO SUDARIO DOMINGOS FILHO
ADVOGADO: VANDRA HELENA SCHAEDLER

Despacho de fl. 265 : " VISTOS, ETC... Diante do resultado da consulta via RENAJUD, documento em anexo, nada a decidir sobre a devolução do ofício enviado à fl. 269.Intime-se o reclamante para que, no prazo de 05 dias, tome conhecimento da consulta acerca da existência de automóveis em nome do reclamado e requeira o que mais entender de direito visando o prosseguimento do feito, sob pena de requisição da carta precatória. Gurupi/TO, 04 de julho de 2008.LEADOR MACHADO Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO: **00508-2001-821-10-00-9 (0002)**
RECLAMANTE RAIMUNDO NONATO LOPES DE SOUZA
ADVOGADO: ILDETE FRANÇA DE ARAÚJO
RECLAMADO BISCOITOS PRINCEZA DA AMAZONIA S/A
ADVOGADO: FERNANDO PALMA PIMENTA FURLAN
RECLAMADO Aluisio Gregorio da Mota Junior

Despacho de fl.1044 : " VISTOS OS AUTOS. Intime-se o exequente por sua procuradora, via DJU, para, no prazo de CINCO dias, requerer o que entender de direito, visando-se o prosseguimento do feito.Gurupi(TO), 09 de julho de 2008(4ªf). LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO: **00189-2002-821-10-00-2 (0003)**
RECLAMANTE CREOMAR OLIVEIRA AIRES
ADVOGADO: ADILAR DALTOE
RECLAMADO AUTO POSTO DELTA LTDA (SOCIO PROP. JOSE CANDIOTTO GUIMARAES)
ADVOGADO: DEBORA REGINA MACEDO

ATO ORDINATÓRIO fl. 492 : " Amparado no artigo 23 do Provimento Geral Consolidado do Eg. Tribunal Regional da 10ª Região, de ofício, esta Secretaria tomará a seguinte providência:Intimará o reclamante para que, no prazo de 10 dias, requeira o que entender de direito visando o prosseguimento do feito. Gurupi/TO, 09 de julho de 2008(4ªf).DELTRI PERINAZZO Assistente-5".

PROCESSO: **00208-2002-821-10-00-0 (0004)**
RECLAMANTE GILBERTO GOMES MUNIZ
ADVOGADO: ADILAR DALTOE
RECLAMADO POLIMASSAS IND E COM MASSAS ALIMENT LTDA (SONIA APARECIDA DE PAULA ACACIO)

Despacho de fl.162 : " VISTOS OS AUTOS.1.Diante do teor da certidão supra, determino a suspensão do feito pelo prazo de UM ANO, nos termos do art. 268, III, do Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região. 2.Intime-se o credor para, no curso da suspensão, indicar os meios efetivos para o prosseguimento da execução, nos termos do art. 269 do PGC do TRT 10ª Região. 3.Após a publicação, remetam-se os autos ao arquivo provisório pelo prazo assinalado (um ano).Gurupi/TO, 10 de julho de 2008 (5ª f.). LEADOR MACHADOJuiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO: **00211-2002-821-10-00-4 (0005)**
RECLAMANTE WALLACE JUCIE MOREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ADILAR DALTOE
RECLAMADO POLIMASSAS IND E COM MASSAS ALIMENT LTDA (SONIA APARECIDA DE PAULA ACACIO)

Despacho de fl. 175 : " VISTOS OS AUTOS. 1.Diante do teor da certidão supra, determino a suspensão do feito pelo prazo de UM ANO, nos termos do art. 268, III, do Provimento Geral Consolidado

do Eg. TRT da 10ª Região. 2.Intime-se o credor para, no curso da suspensão, indicar os meios efetivos para o prosseguimento da execução, nos termos do art. 269 do PGC do TRT 10ª Região. 3.Após a publicação, remetam-se os autos ao arquivo provisório pelo prazo assinalado (um ano). Gurupi/TO, 10 de julho de 2008 (5ª f.).LEADOR MACHADO,Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO:	**00242-2002-821-10-00-5 (0006)**
RECLAMANTE	LUCIENE COSTA SOARES PEIXOTO
ADVOGADO:	ADILAR DALTOE
RECLAMADO	POLIMASSAS IND E COM MASSAS ALIMENT LTDA (SONIA APARECIDA DE PAULA ACACIO)

Despacho de fl. 168 : " VISTOS OS AUTOS. 1.Diante do teor da certidão supra, determino a suspensão do feito pelo prazo de UM ANO, nos termos do art. 268, III, do Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região. 2.Intime-se o credor para, no curso da suspensão, indicar os meios efetivos para o prosseguimento da execução, nos termos do art. 269 do PGC do TRT 10ª Região. 3.Após a publicação, remetam-se os autos ao arquivo provisório pelo prazo assinalado (um ano).Gurupi/TO, 10 de julho de 2008 (5ª f.).LEADOR MACHADO Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO:	**00244-2002-821-10-00-4 (0007)**
RECLAMANTE	ROSILEIDE DA SILVA ALVES
ADVOGADO:	ADILAR DALTOE
RECLAMADO	POLIMASSAS IND E COM MASSAS ALIMENT LTDA (SONIA APARECIDA DE PAULA ACACIO)

Despacho de fl. 225 : " VISTOS OS AUTOS.1.Diante do teor da certidão supra, determino a suspensão do feito pelo prazo de UM ANO, nos termos do art. 268, III, do Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região.2.Intime-se o credor para, no curso da suspensão, indicar os meios efetivos para o prosseguimento da execução, nos termos do art. 269 do PGC do TRT 10ª Região.3.Após a publicação, remetam-se os autos ao arquivo provisório pelo prazo assinalado (um ano).Gurupi/TO, 10 de julho de 2008 (5ª f.).LEADOR MACHADOJuiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO:	**00246-2002-821-10-00-3 (0008)**
RECLAMANTE	ROSANGELA PEREIRA LIMA GOMES
ADVOGADO:	ADILAR DALTOE
RECLAMADO	POLIMASSAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MASSAS ALIMENTICIAS LTDA

Despacho de fl. 164 : " VISTOS OS AUTOS. 1.Diante do teor da certidão supra, determino a suspensão do feito pelo prazo de UM ANO, nos termos do art. 268, III, do Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região. 2.Intime-se o credor para, no curso da suspensão, indicar os meios efetivos para o prosseguimento da execução, nos termos do art. 269 do PGC do TRT 10ª Região. 3.Após a publicação, remetam-se os autos ao arquivo provisório pelo prazo assinalado (um ano).Gurupi/TO, 10 de julho de 2008 (5ª f.). LEADOR MACHADOJuiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO:	**00129-2005-821-10-00-2 (0009)**
RECLAMANTE	ADAILTON RIBEIRO CARVALHO
ADVOGADO:	VENANCIA GOMES NETA
RECLAMADO	OCELIO JOSE MAIA - ME (+ A)
ADVOGADO:	DONATILA RODRIGUES RÊGO
RECLAMADO	UIRAMUTA - ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO S/C LTDA
ADVOGADO:	JERONIMO RIBEIRO NETO

Despacho de fl.225 : " VISTOS OS AUTOS.1.Diante do teor da certidão supra, determino a suspensão do feito pelo prazo de UM ANO, nos termos do art. 268, III, do Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região.2.Intime-se o credor para, no curso da suspensão, indicar os meios efetivos para o prosseguimento da execução, nos termos do art. 269 do PGC do TRT 10ª Região.3.Após a publicação, remetam-se os autos ao arquivo provisório pelo prazo assinalado (um ano).Gurupi/TO, 10 de julho de 2008 (5ª f.).LEADOR MACHADOJuiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO:	**00515-2005-821-10-00-4 (0010)**
RECLAMANTE	Aldeman Rodrigues de Carvalho
ADVOGADO:	ADAO GOMES BASTOS
RECLAMADO	Fernando Alves Rosa - ME (Ceramica Lagoa do Romao)
ADVOGADO:	NORTON FERREIRA DE SOUZA

Despacho de fl. 163 : " VISTOS OS AUTOS. Intime-se o exequente por seu procurador, via DJU, para, no prazo de CINCO dias, requerer o que entender de direito, inclusive manifestando se tem interesse em adjudicar o bem na forma do art.98,§7º da Lei nº 8.212/91. Gurupi(TO), 09 de julho de 2008(4ªf).LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO:	**00599-2005-821-10-00-6 (0011)**
RECLAMANTE	Marilene Aguiar de Jesus Rodrigues
ADVOGADO:	RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA
RECLAMADO	DANTAS E AMORIM LTDA (+ A)
ADVOGADO:	HAROLDO RASTOLDO CARNEIRO
RECLAMADO	Saraiva e Cia Ltda ME
ADVOGADO:	HAROLDO RASTOLDO CARNEIRO

Despacho de fl.1242 : " VISTOS OS AUTOS. Converto em penhora os depósitos recursais às fls. 1009 e 1082 e os depósitos judiciais à fls. 1173 e 1229. Intimem-se as partes por seus procuradores, via DJU, prazos e fins do art. 884 da CLT. LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO:	**00698-2005-821-10-00-8 (0012)**
RECLAMANTE	Ademilson Soares da Cruz
ADVOGADO:	DONATILA RODRIGUES RÊGO
RECLAMADO	Reflorestadora e Ext. de Produtos Vegetais e Transp. Rio Verde Ltda - Leonardo Bonifacio Cardoso
ADVOGADO:	MILTON ROBERTO DE TOLEDO

Despacho de fl. 183 : " VISTOS OS AUTOS.1.Tendo em vista que o reclamante não indicou o nome da pessoa a quem pertence o bem indicado à penhora, indefiro o seu requerimento(fl. 181). 2. Convolo em penhora o valor bloqueado à fl. 171. 3. Intimem-se o Sr. Leonardo Bonifácio Cardoso, da penhora do valor de R$10,00, apreendido em sua conta, através do procurador da reclamada, Dr. Milton Roberto de Toledo, via DJU, prazo e fins legais.3. Intimem-se as partes da penhora parcial acima, prazos e fins legais. Gurupi(TO), 09 de julho de 2008(4ªf).LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO:	**00835-2005-821-10-00-4 (0013)**
RECLAMANTE	Pedro Paixao Coelho de Souza
ADVOGADO:	DONATILA RODRIGUES RÊGO
RECLAMADO	Reflorestadora e Ext. de Produtos Vegetais e Transporte Rio Verde Ltda
ADVOGADO:	VALERIA BONIFACIO

Despacho de fl. 151 : " VISTOS OS AUTOS. 1. Tendo em vista que o reclamante não indicou o nome da pessoas a quem pertence o bem indicado à penhora, indefiro o seu requerimento (fl. 148). 2. Renove-se a intimação do despacho à fl. 145. Gurupi(TO), 09 de julho de 2008(4ªf).LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho Auxiliar".Despacho de fl. 145 : " VISTOS OS AUTOS.1.Diante do teor da certidão supra, determino a suspensão do feito pelo prazo de UM ANO, nos termos do art. 268, III, do Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região. 2.Intime-se o credor para, no curso da suspensão, indicar os meios efetivos para o prosseguimento da execução, nos termos do art. 269 do PGC do TRT 10ª Região.3.Após a publicação, remetam-se os autos ao arquivo provisório pelo prazo assinalado (um ano).Gurupi/TO, 15 de abril de 2008 (3ª f.).ERASMO MESSIAS DE MOURA FÉ, Juiz do Trabalho Titular.

PROCESSO:	**00388-2006-821-10-00-4 (0014)**
RECLAMANTE	Luciano Jose Dornel
ADVOGADO:	GISSELI BERNARDES COELHO
RECLAMADO	ELDORADO COMERCIO DE PETROLEO LTDA (+ O)
ADVOGADO:	ELIANE MAGALHAES DE ALENCAR BARBOSA
RECLAMADO	Comercial Santa Rita de Petroleo Ltda.

Despacho de fl. 608 : " VISTOS OS AUTOS. Retire-se o nome da procuradora da segunda reclamada, substabelecida à fl. 184, do Sistema de Acompanhamento Processual.Por não embargada, julgo boa e subsistente a penhora de fl. 576, bem como homologo a avaliação.Designo PRAÇA para o bem penhorado, para o dia 18/08/2008 às 13h10min.Em não havendo licitante fica designado, desde já, o mesmo dia (18/08/2008), a partir das 14h00, para realização de LEILÃO, confiado ao leiloeiro público oficial Sr. JORGE FRANCISCO - JCTO nº 009, ora nomeado para o encargo, conforme artigo 888, § 3º da CLT. O pagamento dos honorários do leiloeiro obedecerá o disposto nos artigos 173 a 175 do Provimento Geral Consolidado.A praça e o leilão serão realizados no átrio da Vara do Trabalho de Gurupi/TO. Publique-se o edital competente, ressaltando que o bem arrematado na praça poderá ser alienado no leilão caso haja licitante interessado que ofereça valor maior, a critério do Juízo.Intimem-se as partes, sendo o autor e a primeira reclamada, por seus procuradores, via DJU e a segunda reclamada, diretamente, via postal. Intime-se a credora hiportecária PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.Intime-se o leiloeiro, por e-mail.Gurupi/TO, 02 de julho de 2008 (4ª f).LEADOR MACHADO,Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO:	**00582-2006-821-10-00-0 (0015)**
RECLAMANTE	Joaci Silva Santos
ADVOGADO:	ADILAR DALTOE
RECLAMADO	CERÂMICA LAGOA DO ROMÃO (FERNANDO ALVES ROSA) (+O)
ADVOGADO:	ROSANGELA R. DE SOUZA SANTOS
RECLAMADO	Luis Carlos Gonçalves
ADVOGADO:	ROSANGELA R. DE SOUZA SANTOS

Despacho de fl.141 : " VISTOS OS AUTOS. Intime-se o exequente por seu procurador, via DJU, para, no prazo de CINCO dias, requerer o que entender de direito, inclusive manifestando se tem interesse em adjudicar o bem na forma do art. 98,§7º da Lei 8.212/91.Gurupi(TO), 09 de julho de 2008(4ªf). LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO:	**00863-2006-821-10-00-2 (0016)**
RECLAMANTE	Antonio Claudio Guimaraes Silva
ADVOGADO:	DONATILA RODRIGUES RÊGO
RECLAMADO	Central Edificacoes e Industria de Premoldados Ltda (rep. Antonio Luiz Costa Filho - Tony Costa) +1
ADVOGADO:	MILTON ROBERTO DE TOLEDO
RECLAMADO	Antonio Luiz Costa Filho

ATO ORDINATÓRIO fl. 133 : " Amparado no artigo 23 do Provimento Geral Consolidado do Eg. Tribunal Regional da 10ª Região, de ofício, esta Secretaria tomará a seguinte providência:Intimará o exequente, por sua procuradora, via DJU, para manifestar-se, no prazo de 05(cinco)dias, acerca da certidão expedida pelo Sr. Oficial de Justiça Avaliador Federal (fl. 132).Gurupi/TO, 10 de julho de 2008(5ªf). DELTRI PERINAZZO, Assistente -5".

PROCESSO:	**00864-2006-821-10-00-7 (0017)**
RECLAMANTE	Valto Francisco da Silva
ADVOGADO:	DONATILA RODRIGUES RÊGO
RECLAMADO	Central Edificacoes e Industria de Premoldados Ltda (rep. Antonio Luiz Costa Filho - Tony Costa) +1
ADVOGADO:	MILTON ROBERTO DE TOLEDO
RECLAMADO	Antonio Luiz Costa Filho

ATO ORDINATÓRIO fl. 132 : " Amparado no artigo 23 do Provimento Geral Consolidado do Eg. Tribunal Regional da 10ª Região, de ofício, esta Secretaria tomará a seguinte providência:Intimará o exequente, por sua procuradora, via DJU, para manifestar-se, no prazo de 05(cinco)dias, acerca da certidão expedida pelo Sr. Oficial de Justiça Avaliador Federal (fl. 131).Gurupi/TO, 10 de julho de 2008(5ªf). DELTRI PERINAZZO, Assistente -5".

PROCESSO:	**00974-2006-821-10-00-9 (0018)**
RECLAMANTE	Luana Martins Carvalho
ADVOGADO:	CLEUSDEIR RIBEIRO COSTA
RECLAMADO	Hotel Vila Rica (Clediner Apolinario de Oliveira)
ADVOGADO:	ALDECIMAR ESPERANDIO

Despacho de fl. 212 : " VISTOS OS AUTOS. Intime-se a exequente por sua procuradora, via DJU, para, no prazo de CINCO dias, requerer o que entender de direito, inclusive manifestando se tem interesse em adjudicar o bem na forma do art. 98,§ 7º da Lei nº8.212/91. Gurupi(TO), 09 de julho de 2008(4ªf).LEADOR MACHADO Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO:	**01152-2006-821-10-00-5 (0019)**
RECLAMANTE	Gilmar Ferreira Flor
ADVOGADO:	GISSELI BERNARDES COELHO
RECLAMADO	Rosely Garcia de Araújo (+01)
ADVOGADO:	RICARDO HENRIQUE PARADELLA TEIXEIRA
RECLAMADO	Abel Costa Figueiredo

ATO ORDINATÓRIO fl. 147 : " Amparado no artigo 23 do Provimento Geral Consolidado do Eg. Tribunal Regional da 10ª Região, de ofício, esta Secretaria tomará a seguinte providência:Intimará o reclamante para que , no prazo de 05 dias, manifeste-se sobre a certidão expedida pelo Sr. Oficial de Justiça à fl. 146, verso e requeira o que entender de direito visando o prosseguimento do feito.Gurupi/TO, 07 dee julho de 2008(2ªf). DELTRI PERINAZZO, Assistente -5".

PROCESSO:	**00148-2007-821-10-00-0 (0020)**
RECLAMANTE	Francilene Gonçalves de Lima
ADVOGADO:	ILDETE FRANÇA DE ARAÚJO
RECLAMADO	Ciclonorte Com e Ind de Bicicletas e Ciclomotores Ltda
ADVOGADO:	DONATILA RODRIGUES RÊGO

Despacho de fl. 217 : " VISTOS, ETC... Intime-se a reclamada para que, no prazo de 05 dias, manifeste-se sobre os bens indicados à penhora à fl. 216, sendo o seu silêncio interpretado como concordância. Gurupi/TO, 08 de julho de 2008. LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho Auxiliar". Gurupi/TO, 08 de julho de 2008. LEADOR MACHADO Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO:	**00163-2007-821-10-00-9 (0021)**
RECLAMANTE	Paulo Sérgio Pereira Soares
ADVOGADO:	MAGDAL BARBOSA DE ARAUJO
RECLAMADO	Anésio Guerra Importação +01
ADVOGADO:	GISSELI BERNARDES COELHO
RECLAMADO	Cerealista Gurupi Ltda.
ADVOGADO:	GISSELI BERNARDES COELHO

Despacho de fl.307 : " VISTOS OS AUTOS.1.Diante do teor da certidão supra, determino a suspensão do feito pelo prazo de UM ANO, nos termos do art. 268, III, do Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT da 10ª Região.2.Intime-se o credor para, no curso da suspensão, indicar os meios efetivos para o prosseguimento da execução, nos termos do art. 269 do PGC do TRT 10ª Região.3.Após a publicação, remetam-se os autos ao arquivo provisório pelo prazo assinalado (um ano).Gurupi/TO, 10 de julho de 2008 (5ª f.).LEADOR MACHADOJuiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO:	**00167-2007-821-10-00-7 (0022)**
RECLAMANTE	Nardecy Pinto Figueiredo
ADVOGADO:	MILTON ROBERTO DE TOLEDO
RECLAMADO	Hotel Amazonas Ltda.
ADVOGADO:	ADAO GOMES BASTOS

Despacho de fl.154 : " VISTOS OS AUTOS. Intime-se o exequente por seu procurador, via DJU, para, no prazo de CINCO dias, requerer o que entender de direito, inclusive manifestando se tem interesse em adjudicar o bem na forma do art. 98,§7º da Lei 8.212/91.Gurupi(TO), 09 de julho de 2008(4ªf). LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO:	**00171-2007-821-10-00-5 (0023)**
RECLAMANTE	Nivaldo Santos
ADVOGADO:	NORTON FERREIRA DE SOUZA
RECLAMADO	Mourão Machado Ltda +02
RECLAMADO	Nuccom - Nucleo de Construcao e Montagem Ltda.
ADVOGADO:	FLAVIA SILVA MENDANHA
RECLAMADO	Consórcio Construtor UHE Peixe
ADVOGADO:	HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS

Despacho de fl. 395 : " VISTOS OS AUTOS. Diante das tentativas inexitosas na execução da primeira demandada, intime-se a segunda

reclamada NUCCOM - NÚCLEO DE CONSTRUÇÃO E MONTAGEM LTDA, condenada subsidiariamente, por sua procuradora, via DJU, para indicar bens da primeira executada, passíveis de penhora, sob pena de reversão da execução em face da mesma. Gurupi(TO), 10 de julho de 2008 (5ª f.).LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO: **00198-2007-821-10-00-8 (0024)**
RECLAMANTE Neide de Castro Carneiro
ADVOGADO: ODETE MIOTTI FORNARI
RECLAMADO José da Silva Fonseca (Hotel dos Viajantes)
ADVOGADO: GISSELI BERNARDES COELHO

Despacho de fl.103 : " VISTOS OS AUTOS. Intime-se o exequente por sua procuradora, via DJU, para, no prazo de CINCO dias, requerer o que entender de direito, inclusive manifestando se tem interesse em adjudicar o bem na forma do art. 98,§7º da Lei 8.212/91.Gurupi(TO), 09 de julho de 2008(4ªf). LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO: **00231-2007-821-10-00-0 (0025)**
RECLAMANTE Gilson Oliveira Aires
ADVOGADO: DONATILA RODRIGUES RÊGO
RECLAMADO Wanderley Caires Gouveia (Panificadora Novo Sabor)

Despacho de fl. 69 : " VISTOS OS AUTOS. Intime-se o exequente por sua procuradora, via DJU, para, no prazo de CINCO dias, requerer o que entender de direito, inclusive manifestando se tem interesse em adjudicar o bem na forma do art. 98,§7º da Lei 8.212/91.Gurupi(TO), 09 de julho de 2008(4ªf). LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO: **00630-2007-821-10-00-0 (0026)**
RECLAMANTE José Caldas Calado
ADVOGADO: ILDETE FRANÇA DE ARAÚJO
RECLAMADO Nativa Engenharia S.A.
ADVOGADO: GISSELI BERNARDES COELHO

Decisão de fls. 188/189 : " (...) III- DISPOSITIVO Ante o exposto, nos termos da fundamentação, conheço dos embargos e, no mérito, dou-lhes provimento para corrigir erro material no sentido de retirar da fundamentação da decisão a expressão que imprimia efeito indenizatório ao adicional de transferência, mantendo-a nos demais termos. Sem custas e sem honorários.Intimem-se as partes.Gurupi-TO, 09 de julho 2008.LEADOR MACHADO,Juiz do Trabalho".

PROCESSO: **00758-2007-821-10-00-4 (0027)**
RECLAMANTE Eugenio Ventura de Oliveira
ADVOGADO: CLEUSDEIR RIBEIRO COSTA
RECLAMADO Poliana Lima dos Santos

Despacho de fl. 43 : " VISTOS, ETC... Indefiro expedição de novo mandado tendo em visto a tentativa frustada já certificada à fl. 24, no endereço ora requerido, intime-se o reclamante, devendo requerer o que entender de direito visando o prosseguimento do feito em 05 dias.Gurupi/TO, 07 de julho de 2008. LEADOR MACHADO Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO: **00856-2007-821-10-00-1 (0028)**
RECLAMANTE Geovanne Ferreira da Silva
ADVOGADO: ILDETE FRANÇA DE ARAÚJO
RECLAMADO Sadefem Equipamentos e Montagens S/A
ADVOGADO: JOSÉ DUARTE NETO

ATO ORDINATÓRIO fl. 143 : " Amparado no artigo 23 do Provimento Geral Consolidado do Eg. Tribunal Regional da 10ª Região, de ofício, esta Secretaria tomará a seguinte providência:Intimará o reclamante para que , no prazo legal, querendo, apresente contra-razões ao recurso ordinário interposto à fl. 125 e seguinte.Gurupi/TO, 08 de julho de 2008(3ªf). DELTRI PERINAZZO, Assistente -5".

PROCESSO: **00104-2008-821-10-00-1 (0029)**
RECLAMANTE Genivaldo Rocha de Araújo
ADVOGADO: ILDETE FRANÇA DE ARAÚJO
RECLAMADO Sadefem Equipamentos e Montagens S/A
ADVOGADO: JOSÉ DUARTE NETO

Despacho de fl. 211 : " Vistos, etc... 1. Cumpra-se o ato ordinatório à fl. 195, intimando o reclamante, por seus procuradores, via DJU para, querendo, manifestar-se sobre o recurso ordinário interposto pela reclamada. 2. Intime-se a reclamada, por seus procuradores, via DJU para, querendo, apresentar contra-razões ao recurso ordinário interposto pelo reclamante. Gurupi-TO, 03 de julho de 2008.LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho".

PROCESSO: **00105-2008-821-10-00-6 (0030)**
RECLAMANTE José Elieis Conceição Rodrigues
ADVOGADO: ILDETE FRANÇA DE ARAÚJO
RECLAMADO Sadefem Equipamentos e Montagens S/A
ADVOGADO: JOSÉ DUARTE NETO

Despacho de fl. 206 : " VISTOS, ATC... Com a finalidade de evitar tumulto processual, aguarde-se o processamento do recurso interposto pela reclamada. Gurupi/TO, 09 de julho de 2008. LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO: **00106-2008-821-10-00-0 (0031)**
RECLAMANTE Francinete Sousa Carvalho
ADVOGADO: DELSON CARLOS DE ABREU LIMA
RECLAMADO Centro Educacional Alfa e Sigma Ltda.
ADVOGADO: HÉLIA NARA PARENTE SANTOS JÁCOME

Despacho de fl. 63 : " VISTOS OS AUTOS. Intime-se o reclamante por seu procurador, via DJU, para, no prazo de CINCO dias, comprovar nos autos o valor de FGTS efetivamente levantado. Comprovado o valor, cumpra-se o último parágrafo do despacho à fl. 59.Gurupi(TO), 10 de julho de 2008(5ªf). LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO: **00107-2008-821-10-00-5 (0032)**
RECLAMANTE Maria Iolanda Lopes da Glória Santos
ADVOGADO: DELSON CARLOS DE ABREU LIMA
RECLAMADO Centro Educacional Alfa e Sigma Ltda.
ADVOGADO: HÉLIA NARA PARENTE SANTOS JÁCOME

Despacho de fl. 113 : " Vistos, etc... Intimem-se a reclamante para, em dez dias, informar o endereço onde possa ser encontrada a reclamada, a fim de proceder a sua citação. Gurupi-TO, 01 de julho de 2008. LEADOR MACHADO. Juiz do Trabalho".

PROCESSO: **00108-2008-821-10-00-0 (0033)**
RECLAMANTE Altaíres Lima de Sousa
ADVOGADO: DELSON CARLOS DE ABREU LIMA
RECLAMADO Centro Educacional Alfa e Sigma Ltda.
ADVOGADO: HÉLIA NARA PARENTE SANTOS JÁCOME

Despacho dee fl. 63 : " VISTOS OS AUTOS. Intime-se o reclamante por seu procurador, via DJU, para, no prazo de CINCO dias, comprovar nos autos o valor de FGTS efetivamente levantado. Comprovado o valor, cumpra-se o último parágrafo do despacho à fl. 59.Gurupi(TO), 10 de julho de 2008(5ªf). LEADOR MACHADO, Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO: **00127-2008-821-10-00-6 (0034)**
RECLAMANTE Inês Rodrigues da Silva
ADVOGADO: CLOVIS TEIXEIRA LOPES
RECLAMADO Transbrasiliana Hotéis Ltda.
ADVOGADO: VALÉRIA BONIFÁCIO

Despacho de fl. 166 : " VISTOS OS AUTOS. 1. Silente o reclamante, tenho por integralmente cumprido o acordo homologado às fls. 59/60. 2. Intime-se a PGF sobre os termos do referido acordo. 3. Comprovada a entrega da intimação referente ao item anterior, remetam-se os autos ao arquivo definitivo. Gurupi(TO), 10 de julho de 2008 (5ª f.).LEADOR MACHADO Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO: **00133-2008-821-10-00-3 (0035)**
RECLAMANTE Shirley Helena de Souza e Lima
ADVOGADO: DELSON CARLOS DE ABREU LIMA
RECLAMADO Centro Educacional Alfa e Sigma Ltda.
ADVOGADO: HÉLIA NARA PARENTE SANTOS JÁCOME

Despacho de fl. 91 : " VISTOS OS AUTOS. 1. Silente o reclamante, tenho que houve concordância com os valores constantes na petição às fls. 82/85, os quais deverão ser observados no momento da liquidação da sentença. 2. Intime-se o reclamante por seu procurador, via DJU, para, no prazo de CINCO dias, juntar a CTPS nos autos.Gurupi/TO, 08 de julho de 2008 (3ª f.). LEADOR MACHADO,Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO: **00239-2008-821-10-00-7 (0036)**
RECLAMANTE Henrique Ricardo Schu
ADVOGADO: LUCYWALDO DO CARMO RABELLO
RECLAMADO Cemar Trasnportadora e Distribuidora de Bebidas Ltda.
ADVOGADO: GISSELI BERNARDES COELHO

Despacho de fl. 212 : " VISTOS, ETC... Com a finalidade de evitar-se tumulto processual, intime-se o reclamante para que, no prazo legal, querendo, apresente contra-razões ao recurso interposto à fl. 195 e seguintes.(...) Gurupi/TO, 08 de julho de 2008. LEADOR MACHADO Juiz do Trabalho Auxiliar".

PROCESSO: **00388-2008-821-10-00-2 (0037)**
RECLAMANTE Luzemir Ferreira Paiva
ADVOGADO: DONATILA RODRIGUES RÊGO
RECLAMADO João Moreira Pimenta - Só Colchões
ADVOGADO: PAULA DE ATHAYDE ROCHEL

ATO ORDINATÓRIO fl. 151 : " Amparado no artigo 23 do Provimento Geral Consolidado do Eg. Tribunal Regional da 10ª Região, de ofício, esta Secretaria tomará a seguinte providência: Intimará a reclamante para que, no prazo legal, querendo, apresente contra-razões ao recurso ordinário interposto à fl. 140 e seguintes. Gurupi/TO, 09 de julho de 2008(4ªf). DELTRI PERINAZZO Assistente-5".

PROCESSO: **00419-2008-821-10-00-9 (0038)**
RECLAMANTE Liro Cezarino Pessoa
ADVOGADO: ADILAR DALTOE
RECLAMADO Comapi Cia Agropastorail e Industrial Ltda. (+03)
ADVOGADO: RICARDO BACCIOTTE RAMOS
RECLAMADO Contern - Construções e Comercio Ltda.
ADVOGADO: RICARDO BACCIOTTE RAMOS
RECLAMADO Comapi Agropecuária Ltda.
ADVOGADO: RICARDO BACCIOTTE RAMOS
RECLAMADO Bracol Holding Ltda - Bertin Ltda
ADVOGADO: RICARDO BACCIOTTE RAMOS

Despacho de fl. 198 : " VISTOS OS AUTOS. 1.Retifico a parte final da decisão de fls. 144/146, para dizer que a decisão è recorrível e determinar a remessa dos autos à Vara do Trabalho de Goiás Velho/GO somente após o decurso do prazo do prazo recursal, nos termos da Súmula nº 214, letra "c" do TST, já que o deslocamento da competência territorial envolve Tribunal Regional distinto ao do Juízo excepicionado. 2. Dê-se ciência ao reclamante/excepto por seu procurador, no balcão da Secretaria.3. Dê-se ciência à reclamada/excipiente por seu procurador via DJU. Gurupi(TO), 26 de junho de 2008(5ªf). ERASMO MESSIAS DE MOURA FÉ, Juiz do Trabalho Titular".

PROCESSO: **00441-2008-821-10-00-9 (0039)**
EMBARGANTE Tereza Pereira Rodrigues
ADVOGADO: DIOGO VIANA BARBOSA
EMBARGADO Wesley de Freitas Souza + 01
EMBARGADO Raimunda Araújo Lopes

Despacho de fl. 16 : " VISTOS OS AUTOS. 1. Concedido prazo à embargante para que emendasse a petição inicial, esta o deixou transcorrer in albis, conforme certidão supra. 2. Portanto, INDEFIRO a inicial e EXTINGO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 283, c/c artigo 284, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. 3. Custas, pela embargante, no importe de R$ 10,64, calculadas sobre o valor dado à causa (R$ 100,00), dispensadas em face da declaração à fl. 12. 4.Intime-se a embargante.Gurupi/TO, 9 de julho de 2008 (4ªf.).LEADOR MACHADO, JUIZ DO TRABALHO AUXILIAR".

PROCESSO: **00553-2008-821-10-00-0 (0040)**
RECLAMANTE Regivalda Francisa da Silva
ADVOGADO: CLOVIS TEIXEIRA LOPES
RECLAMADO Fazenda Santana Agropecuária

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA fl. 14 : " 1. Nos termos do art. 23, II do Provimento Geral Consolidado do TRT 10ª Região, designo o dia 04/08/2008 (segunda-feira), às 14h45mim, para realização da audiência relativa ao processo e partes supra, a ser realizada na sala de audiências da MM. Vara do Trabalho de Gurupi/TO, situada na Rua Presidente Castelo Branco, n° 1.363 (antiga Rua 3), centro, Gurupi-TO, fone: (063) 3351-2864, CEP. 77.405-090. 2. Intime-se o(a) reclamante, por seu procurador, via DJU, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento da ação, nos termos do art. 844 da CLT, com a conseqüente extinção do processo, sem julgamento do mérito.(...) Gurupi-TO, 09 de julho de 2008(4ªf). Sílvia Custódia Pedreira Diretora de Secretaria".

ÍNDICE

Advogado: ADAO GOMES BASTOS **818/TO**
(0010) (0022)
Advogado: ADILAR DALTOE **543/TO**
(0003) (0004) (0005) (0006) (0007) (0008) (0015) (0038)
Advogado: ALDECIMAR ESPERANDIO **2772/TO**
(0018)
Advogado: CLEUSDEIR RIBEIRO COSTA **2507/TO**
(0018) (0027)
Advogado: CLOVIS TEIXEIRA LOPES **875/TO**
(0034) (0040)
Advogado: DEBORA REGINA MACEDO **3811/TO**
(0003)
Advogado: DELSON CARLOS DE ABREU LIMA **1964/TO**
(0031) (0032) (0033) (0035)
Advogado: DIOGO VIANA BARBOSA **2809/TO**
(0039)
Advogado: DONATILA RODRIGUES RÊGO **789/TO**
(0009) (0012) (0013) (0016) (0017) (0020) (0025) (0037)
Advogado: ELIANE MAGALHAES DE ALENCAR BARBOSA **1050/TO**
(0014)
Advogado: FERNANDO PALMA PIMENTA FURLAN **1530/TO**
(0002)
Advogado: FLAVIA SILVA MENDANHA **2788A/TO**
(0023)
Advogado: GISSELI BERNARDES COELHO **678/TO**
(0014) (0019) (0021) (0024) (0026) (0036)
Advogado: HAROLDO RASTOLDO CARNEIRO **797/TO**
(0011)
Advogado: HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS **53B/TO**
(0023)
Advogado: HÉLIA NARA PARENTE SANTOS JÁCOME **2079/TO**
(0031) (0032) (0033) (0035)
Advogado: ILDETE FRANÇA DE ARAÚJO **733/TO**
(0001) (0002) (0020) (0026) (0028) (0029) (0030)
Advogado: JERONIMO RIBEIRO NETO **462/TO**
(0009)
Advogado: JOSÉ DUARTE NETO **2039/TO**
(0028) (0029) (0030)
Advogado: LUCYWALDO DO CARMO RABELLO **2331/TO**
(0036)

Advogado:	MAGDAL BARBOSA DE ARAUJO (0021)	**504/TO**
Advogado:	MILTON ROBERTO DE TOLEDO (0012) (0016) (0017) (0022)	**511B/TO**
Advogado:	NORTON FERREIRA DE SOUZA (0010) (0023)	**436A/TO**
Advogado:	ODETE MIOTTI FORNARI (0024)	**740/TO**
Advogado:	PAULA DE ATHAYDE ROCHEL (0037)	**2650/TO**
Advogado:	RICARDO BACCIOTTE RAMOS (0038)	**149330/SP**
Advogado:	RICARDO HENRIQUE PARADELLA TEIXEIRA (0019)	**225850/SP**
Advogado:	RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA (0011)	**2970/TO**
Advogado:	ROSANGELA R. DE SOUZA SANTOS (0015)	**13656/GO**
Advogado:	VALERIA BONIFACIO (0013)	**776A/TO**
Advogado:	VALÉRIA BONIFÁCIO (0034)	**776-A/TO**
Advogado:	VANDRA HELENA SCHAEDLER (0001)	**1016/TO**
Advogado:	VENANCIA GOMES NETA (0009)	**83B/TO**

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 240/2008

Processo: 00057-2008-821-10-00-6 VT/Gurupi/TO
Reclamante: Antônio Carlos Carvalho da Silva
Procurador(a): Leila Strefling Gonçalves - OAB/TO 1380
Reclamado: Tecnotel - Engenharia e Construções Ltda

O Doutor Leador Machado, MM. Juiz do Trabalho da Vara do Trabalho de Gurupi/TO, em pleno exercício do cargo e na forma da lei.
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que por meio deste fica a EXECUTADA, TECNOTEL - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ 07.404.768/0001-70, atualmente em lugar incerto e não sabido, intimado(a) para que, querendo, apresente contra-razões ao recurso adesivo interposto pelo autor.
Para que chegue ao conhecimento dos reclamados(a) acima identificados(a), é passado o presente edital.
Eu,_____ Mirian Pinheiro Santana Lopes, Assistente - 1, digitei.
Eu,_____ Sílvia Custódia Pedreira, Diretora de Secretaria, conferi.
Gurupi, 09 de julho ano de 2008.

LEADOR MACHADO
Juiz do Trabalho

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA AUDIÊNCIA CONTÍNUA Nº 241/2008

Processo: 00351-2008-821-10-00-8 VT/GURUPI/TO
Reclamante: VÂNIA LÚCIA BRITO GUIMARÃES
Procurador(a): Dra. Donatila Rodrigues Rêgo
Reclamado: FRANCISCO FERNANDES DE QUEIROZ
Data da Audiência: 26/08/2008 (terça-feira) às 13h30min

O doutor Leador Machado, MM. Juiz do Trabalho da Vara do Trabalho de Gurupi/TO, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que por meio deste fica o(a) reclamado(a), Francisco Fernandes de Queiroz, CPF nº 020.192.051-49, atualmente em lugar incerto e não sabido, notificados(a) a comparecerem à audiência inaugural designada para a data supra mencionada, relativa ao processo em epígrafe, quando deverão apresentar suas defesas mais as provas que julgarem necessárias e comparecerem pessoalmente ou designar preposto legalmente habilitado.
O não comparecimento de V.Sas. implicará a aplicação da pena de revelia e conseqüente confissão à matéria de fato na forma da lei. Deverão comparecer, preferencialmente, acompanhados de advogados e trazer defesa escrita. Ficam desde logo intimados(a) para vista dos documentos apresentados com a petição inicial, sem carga dos autos.
A audiência será CONTÍNUA/UNA (arts.849 e 852-C, da CLT, devendo as partes apresentarem as provas que julgarem necessárias, inclusive as testemunhais, cujo número é de, no máximo, três, no rito Ordinário e, duas, no rito Sumaríssimo, pena de preclusão.
Em caso de controvérsia quanto à jornada de trabalho, fica o(a) reclamado(a) intimado(a) a apresentar os controles de horário, conforme Súmula nº 338 do C. TST.
E, para que chegue ao conhecimento do(a) reclamado(a) supramencionados, é passado o presente edital.
Eu,_____ Mirian Pinheiro Santana Lopes, Assistente - 1, digitei.
Eu,_____ Sílvia Custódia Pedreria, Diretora de Secretaria, conferi.
Gurupi/TO, 09 de julho ano de 2008.

LEADOR MACHADO
Juiz do Trabalho

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO DE BEM IMÓVEL Nº 242/2008

Processos nºs: 9003-2008-821-10-00-6
Exequente: Cícero Augusto de Morais dos Santos
Executado(s): Clertan do Vale Rochelle
Fiel Depositário: Clertan do Vale Rochelle
Endereço do imóvel: Avenida Sagres, do Loteamento Jardim das Bandeiras, Gurupi/TO
Endereço do fiel depositário: Rua 7, nº 420, Setor Oeste, Goiânia/GO
Valor total da execução: R$ 1.875,47 (atualizado até 30/5/2007)

O Doutor Leador Machado, Juiz da Vara do Trabalho de Gurupi/TO, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia , 18/8/2008 às 13h22min, será(ão) levado(s) à PRAÇA para arrematação, a quem mais der, os bens imóveis descritos abaixo, no estado e nas condições em que se encontram.

Item	Descrição do bem (conforme auto de penhora de fl. 16)
1	Imóvel, consitente de: Lote 14, da Quadra 01, situado na Av. Sagres, do Loteamento Jardim das Bandeiras, em Gurupi/TO, com área de 450m², com limites e confrontações constantes do registro nº R-2/9.348, 2-BB, Registro Geral, fls. 114, em 02/05/1989, avaliado em R$ 8.000,00 (oito mil reais).

Quem pretender arrematar dito(s) bem(s), deverá estar ciente de que à espécie aplicam-se os preceitos da CLT, da Lei nº 5.584/70, da Lei nº 6.830/80 e do Código de Processo Civil, nessa ordem. A remição da execução somente será deferida nos termos do art. 651 do CPC.
Não havendo licitante na praça, fica designado o mesmo dia (18/8/2008), a partir das 14 horas para realização de LEILÃO, confiado ao leiloeiro público oficial Sr. JORGE FRANCISCO - JCTO nº 009, ora nomeado para o encargo, conforme artigo 888, § 3º da CLT. O pagamento dos honorários do leiloeiro obedecerá o disposto nos artigos 173 a 175 do Provimento Geral Consolidado.
A arrematação far-se-á pelo maior lanço na praça ou no leilão, desde que não inferior a 50% (cinqüenta por cento) do valor da avaliação, a critério do Juízo para homologação, obrigando o arrematante a pagar 20% do valor do lanço e a depositar em 24 horas o restante, sob pena de perda do sinal em prol da execução.
O(s) bem(ns) arrematado(s) na praça poderá(ão) ser alienado(s) no leilão caso haja licitante interessado que ofereça valor maior, a critério do Juízo.
As notas de venda serão extraídas em nome do licitante vencedor, identificado no ato do leilão. Em caso de aquisição em nome de pessoa jurídica, o seu representante deverá portar o cartão do CGC e a inscrição estadual, para possibilitar a emissão de notas em nome da pessoa jurídica. O lanço efetuado por cheques será reconhecido como feito para fins de arrematação somente após a devida compensação bancária, não sendo admitidos cheques de terceiros ou fora da praça.
A praça e o leilão serão realizados no átrio da Vara do Trabalho de Gurupi/TO, situada na Rua Presidente Castelo Branco, nº 1363 (antiga Rua 03) - Centro - Gurupi/TO. CEP 77405-090 - Telefone/Fax (63) 3351-2864.
Caso não sejam as partes encontradas para intimação, ficam desde já intimadas, por meio da publicação do presente edital, para todos os fins de direito.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente edital, que será afixado no quadro de avisos situado no átrio desta Vara do Trabalho e publicado no Diário de Justiça da União - Seção 3, com a antecedência de 20 (vinte) dias.
Mirian Pinheiro Santana Lopes, , Assistente - 1, digitei.
Sílvia Custódia Pedreira, ,Diretora de Secretaria, conferi.
Gurupi/TO, 09 de julho de 2008.

LEADOR MACHADO
Juiz do Trabalho

1ª VARA DO TRABALHO DE PALMAS

DESPACHOS

PROCESSO:	**00800-2002-801-10-00-8 (0001)**
RECLAMANTE	ANTONIO SILVA ARAUJO
ADVOGADO:	FLORISMAR DE PAULA SANDOVAL
RECLAMADO	Julio Queiroz Queiroz da Silva -ME +02
RECLAMADO	CAVAN - PRE-MOLDADOS S/A
ADVOGADO:	CRISTIANO RODRIGUES PODBOY GARCIA
RECLAMADO	Julio Queiroz Queiroz da Silva -ME

desp.fl.:"Libere-se à executada CAVAM PRÉ MOLDADOS, mediante alvará judicial, o saldo remanescente do depósito recursal (fl.370) e o saldo total discriminado na conta judicial discriminada à fl.292, intimando-a para recebê-lo, em DEZ dias.Após, remetam-se os autos ao arquivo definitivo, observadas as formalidades legais. Juiz do Trabalho SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES."

PROCESSO:	**00076-2003-801-10-00-3 (0002)**
RECLAMANTE	GRACILENE FERREIRA XAVIER
ADVOGADO:	CLOVIS TEIXEIRA LOPES
RECLAMADO	ETM DE REZENDE
ADVOGADO:	HUGO MARINHO DE A. OLIVEIRA

desp.fl.:"1.Junte-se apenas o ofício, devendo as declarações de Imposto de Renda serem arquivadas em local próprio, nesta Secretaria, para resguardar o sigilo fiscal dos respectivos documentos.Intime-se a reclamante para manifestar-se sobre as declarações de rendas e bens dos executados, ou requerer o que entender de direito, com vista à impulsionar a execução, no prazo de TRINTA dias, sob pena de expedição de Certidão de Dívida Trabalhista, nos termos dos artigos 270 a 276 do Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT. Juiz do Trabalho SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES."

PROCESSO:	**00573-2003-801-10-00-1 (0003)**
RECLAMANTE	EDNEY DA SILVA AMORIM
ADVOGADO:	MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS
RECLAMADO	ARGOS COMÉRCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (+ 1)
RECLAMADO	ARNALDO GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR

desp.:"1.Defiro o pedido de fl.264, nos termos abaixo determinado.Diante dos depósitos e fls.240 e 251, considero garantida a execução. Isto posto, intimem-se as partes para os fins do art.884 da CLT.Decorrido, in albis o prazo supra, expeça-se ofício à Caixa Econômica Federal, requisitando a transferência do saldo total depositado na conta judicial discriminada à fl.240, para a conta corrente de titularidade do exequente EDNEY DA SILVA AMORIM, no BANCO BRADESCO - Agência 140-6 - c/c 212500-5. No mesmo ato, expeça-se ofício ao Banco do Brasil, requisitando o recolhimento dos encargos abaixo discriminados, em guias GPS e DARF, que seguirão anexas, utilizando-se de parte do saldo depositado na conta judicial discriminada à fl.249, devendo o saldo remanescente ser transferido a uma conta corrente de titularidade do exequente EDNEY DA SILVA AMORIM, no BANCO BRADESCO - Agência 140-6 - c/c 212500-5, limitando-se à quantia de R$ 317,03(trezentos e dezessete reais e três centavos) que deverá permanecer à disposição deste Juízo. Cumpridas as diligências acima, voltem os autos conclusos para deliberação do valor remanescente(R$317,03) à disposição deste Juízo. Palmas, 10 de julho de 2008 (5ª feira).Suzidarly ribeiro TEIXEIRA FERNANDES.Juíza do Trabalho."

PROCESSO:	**01202-2003-801-10-00-7 (0004)**
RECLAMANTE	ERASMO CARLOS LUCENA RIBEIRO
ADVOGADO:	CLOVIS TEIXEIRA LOPES
RECLAMADO	H. A. DE OLIVEIRA (CHURRASCARIA CENTRAL)
ADVOGADO:	VALDONEZ SOBREIRA DE LIMA

desp.fl.:"Tendo em vista que a praça e leilão do bem penhorado obteve resultado negativo e diante da negativa de bloqueio, via Bacen Jud, intime-se o exequente para manifestar seu interesse em adjudicar o respectivo bem ou requerer o que entender de direito, no prazo de DEZ dias.Palmas, 11 de julho de 2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES.Juíza do Trabalho."

PROCESSO:	**01358-2003-801-10-00-8 (0005)**
RECLAMANTE	SAULO SOARES
ADVOGADO:	IRINEU DERLI LANGARO
RECLAMADO	Souza e Fegueredo Ltda (Sucessora de Macedo e Laranjeira Ltda) + 04
ADVOGADO:	MARCOS FERREIRA DAVI
RECLAMADO	Marcos de Sousa Figueredo
RECLAMADO	Marcio de Sousa Figueredo
RECLAMADO	Aniceto Carlos Laranjeira Neto
ADVOGADO:	TELMO HEGELE
RECLAMADO	Marcelane Angela de Macedo
ADVOGADO:	TELMO HEGELE

Desp. de fl. 241/242 (...). 4. O saldo remanescente desta conta deverá ser liberado ao executado, ANICETO CARLOS LARANJEIRA NETO, por meio de guia de levantamento, intimando-o, para no prazo de 05 dias, receber o referido saldo. 5.Intime-se a União Federal, aos cuidados da Procuradoria Geral Federal para manifestar-se, nos termos do art 879, §3º da CLT, no prazo de DEZ dias, sob pena de preclusão. 6. Decorrido o prazo recursal, comprovados os pagamentos e não havendo mais pendências, arquivem-se os autos em definitivo. 7. Intimem-se as partes, sendo os executados Marcos de Sousa Figueiredo e Márcio de Sousa Figueiredo, por edital. Palmas/TO, 24 de junho de 2008. SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES. Juiz do Trabalho. Juiz do Trabalho SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES

PROCESSO:	**01451-2003-801-10-00-2 (0006)**
RECLAMANTE	KYLDER JOSE FONSECA
ADVOGADO:	CLOVIS TEIXEIRA LOPES
RECLAMADO	GLOBAL NET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA (GLOBAL NET) + 01
ADVOGADO:	TEOTONIO ALVES NETO
RECLAMADO	Wilson Fonseca Pereira
RECLAMADO	Sebastião Inácio Ferreira
RECLAMADO	Ana Claudia Bertoldo Oliveira

Desp. de f. "Vistos os autos.Ante o que noticia a certidão de f. 306, do Juízo Deprecado,intime-se o autor para, no prazo de 05 dias, indicar o correto e atualizado endereço de localização da motocicleta indicada à f. 289, para o prosseguimento dos atos de constrição, sob pena de desbloqueio do referido bem."Palmas/TO, 10/07/2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho.

PROCESSO:	**01698-2003-801-10-00-9 (0007)**
RECLAMANTE	MADSON SILVEIRA BORGES
ADVOGADO:	ALONSO DE SOUZA PINHEIRO
RECLAMADO	JALAPAO MOTORS LTDA + 02
RECLAMADO	JOEL LANCHONI
RECLAMADO	PAULO FERREIRA ALVES
ADVOGADO:	JOAO ROBERTO ALVES BERTTI
RECLAMADO	Leila de Fatima Lanchoni Alves
ADVOGADO:	JOAO ROBERTO ALVES BERTTI

Desp. de f.330."Vistos os autos.Ante o ofício de f. retro,intime-se o exeqüente do teor do despacho exarado pelo Juízo Deprecado, a saber: "(...) Intime-se o exeqüente para que manifeste se tem interesse na adjudicação do bem penhorado por preço não inferior ao da avaliação, ou na alienação particular, tudo na forma dos arts. 685-A e 685-B e 685-C, do CPC. Prazo de cinco dias. Não manifestando o interesse, designe-se para para alienação dos bens. Tanabi, 2306/2008. (a)Daniela Renata R. Ferreira Borges-Juíza do Trabalho."Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, oficie-se ao Juízo Deprecado. Palmas/TO, 10/07/2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho.

PROCESSO:	**00171-2005-801-10-00-9 (0008)**
RECLAMANTE	JOSE MOACIR DA ROSA GOMES
ADVOGADO:	REGES HENRIQUE PALLAORO
RECLAMADO	HABITE PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA.
ADVOGADO:	PAULO ANTONIO ROSSI JUNIOR

desp.fl.:"Defiro o pedido constante na peça retro, conquanto não esteja garantida a execução.Converto em penhora os depósitos de fls.299 e 701.Intime-se a executada para manifestar-se sobre os depósitos acima mencionados, no prazo de 05 dias, sob pena de liberação ao exequente. Juiz do Trabalho SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES."

PROCESSO:	**00044-2006-801-10-00-0 (0009)**
RECLAMANTE	EDER PEREIRA BATISTA
ADVOGADO:	EDWARDO NELSON LUIZ CHAVES FRANCO
RECLAMADO	Qualy Comércio e Indústria Ltda. (Colchões Sonart)+02
ADVOGADO:	LUCIANA COELHO DE ALMEIDA
RECLAMADO	Ezequiel Leite de Farias
RECLAMADO	Wilton Macedo dos Reis

desp.fl.:"1.Diante do recolhimento de parte dos encargos previdenciários comprovados no expediente retro, fixo o remanescente da execução em R$240,66(duzentos e quarenta reais e sessenta e seis centavos), sem prejuízo de futuras atualizações, distribuído da seguinte forma:INSS(remanescente):R$23,81;Custas totais:R$154,96,TOTAL:R$178,77.Intime-se a executada para comprovar o recolhimento dos encargos remanescentes, no prazo de DEZ dias, sob pena de prosseguimento da execução.Após, cumpra-se o item 3 do despacho de fl.144. Juiz do Trabalho SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES

PROCESSO:	**00050-2006-801-10-00-8 (0010)**
RECLAMANTE	MANOEL SANTOS DE SOUSA
ADVOGADO:	EDWARDO NELSON LUIZ CHAVES FRANCO
RECLAMADO	Qualy Comércio e Industria Ltda(COLCHOES SONART)+02
ADVOGADO:	LUCIANA COELHO DE ALMEIDA
RECLAMADO	Ezequiel Leite de Faria
ADVOGADO:	LUCIANA COELHO DE ALMEIDA
RECLAMADO	Wilton Macedo dos Reis
ADVOGADO:	LUCIANA COELHO DE ALMEIDA

desp.:"1.Diante do recolhimento de parte dos encargos previdenciários comprovados no expediente retro, fixo o remanescente da execução em R$205,78(duzentos e cinco reais e setenta e oito centavos), sem prejuízo de futuras atualizações, distribuído da seguinte forma: INSS(remanescente):R$ 22,81;Custas totais:R$ 182,97;TOTAL R$:205,78Intime-se a executada para comprovar o recolhimento dos encargos remanescentes, no prazo de DEZ dias, sob pena de prosseguimento da execução.Após, cumpra-se o item 3 do despacho de fl.154. Juiz do Trabalho SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES

PROCESSO:	**00783-2006-801-10-00-2 (0011)**
RECLAMANTE	MARIA DO SOCORRO LIONEL
ADVOGADO:	EDWARDO NELSON LUIZ CHAVES FRANCO
RECLAMADO	PALMAS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.
RECLAMADO	Sandra Maria Soares Borges Caldeira
RECLAMADO	Marcelo Scherr dos Santos Caldeira
RECLAMADO	Maria do Socorro Lionel Gama
RECLAMADO	Israel Cursino Bezerra

Desp. de f.138."Vistos os autos.Ante o teor negativo da certidão de f. 137, do Juízo Deprecado,intime-se o autor para indicar o correto e atualizado endereço do executado, no prazo de 05 dias, ou requerer o que entender necessário, sob pena de requisição da Carta Precatória no estado em que se encontra."Palmas/TO, 10/07/2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho.

PROCESSO:	**00928-2006-801-10-00-5 (0012)**
RECLAMANTE	FRANCISCO SERGIO FERREIRA BARROS
ADVOGADO:	EDWARDO NELSON LUIZ CHAVES FRANCO
RECLAMADO	HELIO ARRUDA BEZERRA +01
ADVOGADO:	ROBERTA MARTINS SOARES MACIEL
RECLAMADO	MD ENGENHARIA LTDA.
ADVOGADO:	ILDO JOAO COTICA JUNIOR

desp.fl.:"Diante dos comprovantes de recolhimentos dos encargos previdenciários e fiscais apresentados pela executada, declaro extinta a execução, nos termos do art.794, I do CPC.Desconstituo a penhora de fl.210.Intime-se a executada e a União Federal.Decorrido, in albis, o prazo supra, remetam-se os autos ao arquivo definitivo, observadas as formalidades procedimentais de estilo.Palmas, 10 de julho de 2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES.Juíza do Trabalho."

PROCESSO:	**01134-2006-801-10-00-9 (0013)**
RECLAMANTE	José da Silva Pereira
ADVOGADO:	CLOVIS TEIXEIRA LOPES
RECLAMADO	Amauri Nascimento Alves

Desp. de f."Vistos os autos.O autor alega o descumprimento do acordo entabulado à f. 69, quanto à 2ª parcela. Requer a aplicação da multa.Indefiro o pedido, ante o comprovante do depósito judicial, datado de 01/07/2008, juntado pela Caixa Econômica Federal.Intime-se o autor, para o levantamento do referido depósito.Após o levantamento, intime-se o INSS."Palmas/TO, 10/07/2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho.

PROCESSO:	**00245-2007-801-10-00-9 (0014)**
RECLAMANTE	Divino Daniel de Vasconcelos
ADVOGADO:	CLOVIS TEIXEIRA LOPES
RECLAMADO	Prudência Vigilância e Segurança Ltda.
ADVOGADO:	ROBSON CABANI AIRES DA SILVA

desp.fl.:"1.Sem prejuízo do cumprimento do despacho de fl.245, intime-se o exequente para manifestar-se sobre a nomeação de bens à penhora, realizada pela executada, no prazo de 10 dias.Após, aguarde-se o decurso do prazo deferido à PGF(fl.246). Juiz do Trabalho SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES."

PROCESSO:	**00704-2007-801-10-00-4 (0015)**
RECLAMANTE	Adeildo Souza Oliveira
ADVOGADO:	ERASMO DE ARAUJO BARRETO
RECLAMADO	Fernanda Alves Veloso
ADVOGADO:	MAURICIO CORDENONZI

desp.fl.:"Converto em penhora o depósito de fl.137.Garantida a execução, intimem-se as partes(executada e União Federal) para se manifestarem nos termos do art.884 da CLT.Decorrido, in albis o prazo supra, declaro extinta a execução, nos termos do art.794, I, do CPC e determino:a)Expedição de ofício ao Banco do Brasil, agência 3615-3, determinando o recolhimento dos encargos previdenciários(R$2.171,67) e fiscais(R$22,13), em guias GPS e DARF que seguirão anexas, tilizando-se do saldo depositado na conta judicial discriminada à fl.137. Ressalta-se que as guias, devidamente autenticadas, deverão ser restituídas a este Juízo no prazo de CINCO dias, bem como a informação sobre a existência de eventual saldo remanescente.Palmas, 11 de julho de 2008(6ªfeira).SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES.Juíza do Trabalho."

PROCESSO:	**00730-2007-801-10-00-2 (0016)**
RECLAMANTE	Sebastião Gaspar de Alvarenga
ADVOGADO:	EDWARDO NELSON LUIZ CHAVES FRANCO
RECLAMADO	Construtora Guia Ltda.

desp.fl.:"Tendo em vista que a praça e leilão do bem penhorado obteve resultado negativo e diante da negativa de bloqueio, via Bacen Jud, intime-se o exequente para manifestar seu interesse em adjudicar o respectivo bem ou requerer o que entender de direito, no prazo de DEZ dias.Palmas, 11 de julho de 2008(6ªfeira).SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES." Juíza do Trabalho

PROCESSO:	**00858-2007-801-10-00-6 (0017)**
RECLAMANTE	Nersi Fátima Favero Heydt - ME
ADVOGADO:	IRINEU DERLI LANGARO
RECLAMADO	Luiza Martins Costa
ADVOGADO:	CLOVIS TEIXEIRA LOPES

desp.fl.:"1.Ante o notícia de transferência do numerário constante no expediente retro, libere-se à reclamante, via alvará judicial, o saldo total depositado na respectiva conta judicial, condicionando o saque ao recolhimento do seguinte encargo:Custas art.789-A:R$11,06.O Banco do Brasil deverá devolver, à este Juízo, a guia acima, devidamente autenticada, no prazo de 05 (cinco) dias. Faça-se constar esta ressalva no alvará.Intimem-se as partes e a União Federal, aos cuidados da Procuradoria Geral Federal, sendo o reclamante, também, para receber o alvará, em 08 dias.Ultimadas as determinações e decorrido o prazo legal, remetam-se os autos ao arquivo definitivo.Palmas, 11 de julho de 2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES.Juíza do Trabalho."

PROCESSO:	**00002-2008-801-10-00-1 (0018)**
EMBARGANTE	Elton Flávio Ferreira
ADVOGADO:	EDWARDO NELSON LUIZ CHAVES FRANCO
EMBARGADO	Eurides Alves de Souza + 01
EMBARGADO	Antonio Bernardes Junior

Desp.f.80:"(...)Assim, EXTINGUE-SE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 852-B, II, e § 1º da CLT.Custas processuais pela reclamante, no importe de R$1.200,00, calculadas sobre R$60.000,00, que deverão ser recolhidas no prazo de 05 dias.Decorrido o prazo legal, autorizo o desentranhamento dos documentos porventura anexados à peça exordial, sendo a procuração e declaração de carência econômica mediante cópia.Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos.Intime-se o autor.Palmas-TO, 11/07/08.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho".

PROCESSO:	**00258-2008-801-10-00-9 (0019)**
EXEQUENTE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET
ADVOGADO:	RODRIGO SILVA LEAL
EXECUTADO	Comissão Pro-Fetraf-TO/CUT
ADVOGADO:	MARCOS AIRES RODRIGUES

decisão de fls. 129/130. (...)Por isso, decido EXTINGUIR O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas, pela demandante, no importe de R$10,64, valor mínimo previsto na legislação trabalhista, tendo em vista o valor dado à causa (R$100,00), dispensadas. Defiro o desentranhamento dos documentos que acompanham a petição exordial e a defesa, sendo as procurações mediante cópias. Por oportuno, ressalto que, em nosso sistema processual, é faculdade das partes aceitar o pronunciamento jurisdicional de 1º grau, já que podem instar a manifestação de instância superior, através de recurso próprio. Os embargos de declaração apresentam-se como modalidade recursal que somente pode ser interposta quando a sentença prolatada pelo julgador trouxer em seu bojo obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz. Questões que envolvam, segundo as partes, má apreciação da prova ou dos elementos dos autos ou qualquer outra questão diversa das hipóteses legais (omissão, contradição e/ou obscuridade) desafiam recurso próprio, sendo incabível sua veiculação em sede de Embargos Declaratórios. Advirto, pois, que o abuso do direito de recorrer encontra óbice na legislação processual. Nos termos do parágrafo único do artigo 538 do Código de Processo Civil, a parte que interpõe embargos protelatórios deve ser apenada com multa não excedente a 1% do valor da causa. Na reiteração dos embargos, a multa será elevada a 10%, ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito da importância respectiva. Retire-se o feito da pauta de julgamentos. Intimem-se as partes, por seus advogados. Nada mais. SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES. JUÍZA DO TRABALHO. Juiz do Trabalho SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES

PROCESSO:	**00315-2008-801-10-00-0 (0020)**
RECLAMANTE	Deusdete Lustosa
ADVOGADO:	REGES HENRIQUE PALLAORO
RECLAMADO	J. G. Construtora Ltda. + 01
ADVOGADO:	CLOVIS TEIXEIRA LOPES
RECLAMADO	Unienge Construtora e Incorporadora Ltda.
ADVOGADO:	CLOVIS TEIXEIRA LOPES

desp.fl.:"desp.fl.:"desp.fl.:1.Intime-se a reclamada para, no prazo de 10 dias, manifestar-se sobre a notícia de descumprimento do acordo, comprovando nos autos o regular e tempestivo pagamento da 2ª parcela, vencida em 07/07/2008, sob pena de aplicação da multa de 100%.Quanto ao pedido de penhora junto à 2ª reclamada, este será analisado no momento oportuno, em eventual execução.Palmas, 09 de junho de 2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES.Juíza do Trabalho

PROCESSO:	**00316-2008-801-10-00-4 (0021)**
RECLAMANTE	Raimundo Dias dos Santos
ADVOGADO:	REGES HENRIQUE PALLAORO
RECLAMADO	J. G. Construtora Ltda. + 01
ADVOGADO:	CLOVIS TEIXEIRA LOPES
RECLAMADO	Unienge Construtora e Incorporadora Ltda.
ADVOGADO:	CLOVIS TEIXEIRA LOPES

desp.fl.:"desp.fl.:1.Intime-se a reclamada para, no prazo de 10 dias, manifestar-se sobre a notícia de descumprimento do acordo, comprovando nos autos o regular e tempestivo pagamento da 2ª parcela, vencida em 07/07/2008, sob pena de aplicação da multa de 100%.Quanto ao pedido de penhora junto à 2ª reclamada, este será analisado no momento oportuno, em eventual execução.Palmas, 09 de junho de 2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES.Juíza do Trabalho

PROCESSO: **00363-2008-801-10-00-8 (0022)**
RECLAMANTE Sérgio Rodrigues de Oliveira
ADVOGADO: CLOVIS TEIXEIRA LOPES
RECLAMADO H. A. de Oliveira
ADVOGADO: VALDONEZ SOBREIRA DE LIMA

Sentença de fls. 50/56.DISPOSITIVO.Por todo o exposto, na reclamação trabalhista que ELANO EVANGELISTA DE CARVALHO ajuizou em face de SUPREMA MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA. e GOIÂNIA TRANSPORTES E MUDANÇAS LTDA., decido: I) rejeitar as preliminares argüidas; II) e, no mérito, julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor, para: 1) condenar o primeiro réu a pagar as seguintes parcelas: a) aviso prévio indenizado; b) saldo de salário (deduzido o valor pago em audiência); c) gratificação natalina proporcional de 2008 (03/12); d) férias proporcionais acrescidas de 1/3 (07/12); e) FGTS sobre as verbas deferidas nesta sentença, mais 40% sobre todos os recolhimentos. 2) impor à segunda reclamada a obrigação de pagar, solidariamente, os créditos trabalhistas oriundos deste decisum, nos termos do artigo 2º, §2, da CLT. 3) aplicar ao reclamante multa por litigância de má-fé, no valor de R$53,77, correspondente a 0,5% do valor da causa (R$10.754,03), tudo nos termos da fundamentação supra e da planilha de cálculos em anexo, que ficam integrando este dispositivo. Concedo à parte autora os benefícios da Justiça Gratuita. Rejeito os demais pedidos da requerente. Correção monetária, na forma do artigo 39 da Lei 8.177/91 e da Súmula 381 do C.TST (ex- OJ 124 da SDI-I). Juros moratórios (art. 883 da CLT), desde a distribuição do feito, sobre o principal já corrigido (Súmula. 200 do TST). O requerido comprovará o recolhimento da contribuição previdenciária e fiscal, nos termos da legislação vigente e do Provimento CG/TST nº. 03/05. Para fins do disposto no artigo 832, §3º da CLT, declaro que, das verbas deferidas, o saldo salarial e a gratificação natalina possuem natureza salarial. Custas, pela parte ré, no importe de R$33,17, calculadas sobre R$ 1.658,57, valor dado à condenação e aproveitado para este fim, sujeitas à complementação. Intimem-se as partes, por seus advogados. Nada mais. SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES. JUÍZA DO TRABALHO. Juiz do Trabalho SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES

PROCESSO: **00367-2008-801-10-00-6 (0023)**
RECLAMANTE Elano Evangelista de Carvalho
ADVOGADO: MARCOS ROBERTO DE O. VILLANOVA VIDAL
RECLAMADO Suprema Mudanças e Transportes Ltda. + 01
ADVOGADO: JESUS FERNANDES DA FONSECA
RECLAMADO Goiânia Transportes e Mudanças Ltda
ADVOGADO: JESUS FERNANDES DA FONSECA

Sentença de fls. 170/176.DISPOSITIVO.Por todo o exposto, na reclamação trabalhista que ELANO EVANGELISTA DE CARVALHO ajuizou em face de SUPREMA MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA. e GOIÂNIA TRANSPORTES E MUDANÇAS LTDA., decido: I) rejeitar as preliminares argüidas; II) e, no mérito, julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor, para: 1) condenar o primeiro réu a pagar as seguintes parcelas: a) aviso prévio indenizado; b) saldo de salário (deduzido o valor pago em audiência); c) gratificação natalina proporcional de 2008 (03/12); d) férias proporcionais acrescidas de 1/3 (07/12); e) FGTS sobre as verbas deferidas nesta sentença, mais 40% sobre todos os recolhimentos. 2) impor à segunda reclamada a obrigação de pagar, solidariamente, os créditos trabalhistas oriundos deste decisum, nos termos do artigo 2º, §2, da CLT. 3) aplicar ao reclamante multa por litigância de má-fé, no valor de R$53,77, correspondente a 0,5% do valor da causa (R$10.754,03), tudo nos termos da fundamentação supra e da planilha de cálculos em anexo, que ficam integrando este dispositivo. Concedo à parte autora os benefícios da Justiça Gratuita. Rejeito os demais pedidos da requerente. Correção monetária, na forma do artigo 39 da Lei 8.177/91 e da Súmula 381 do C.TST (ex- OJ 124 da SDI-I). Juros moratórios (art. 883 da CLT), desde a distribuição do feito, sobre o principal já corrigido (Súmula. 200 do TST). O requerido comprovará o recolhimento da contribuição previdenciária e fiscal, nos termos da legislação vigente e do Provimento CG/TST nº. 03/05. Para fins do disposto no artigo 832, §3º da CLT, declaro que, das verbas deferidas, o saldo salarial e a gratificação natalina possuem natureza salarial. Custas, pela parte ré, no importe de R$33,17, calculadas sobre R$ 1.658,57, valor dado à condenação e aproveitado para este fim, sujeitas à complementação. Intimem-se as partes, por seus advogados. Nada mais. SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES. JUÍZA DO TRABALHO. Juiz do Trabalho SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES

PROCESSO: **00426-2008-801-10-00-6 (0024)**
RECLAMANTE Clauton Lopes De Souza
ADVOGADO: EDWARDO NELSON LUIZ CHAVES FRANCO
RECLAMADO Cooperativa de Trabalho e Moradia + 01
ADVOGADO: JOAN RODRIGUES MILHOMEM
RECLAMADO Comunidade Kolping de Palmas
ADVOGADO: JOAN RODRIGUES MILHOMEM

Desp. de f.26."Vistos os autos.Intime-se o autor para retirar sua CTPS na Secretaria desta MM. Vara,no prazo de 05 dias."Palmas/TO, 10/07/2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00427-2008-801-10-00-0 (0025)**
RECLAMANTE Rejan Nazaré da silva
ADVOGADO: EDWARDO NELSON LUIZ CHAVES FRANCO
RECLAMADO Delta Engenharia Ltda
ADVOGADO: VIRGÍLIO RICARDO COELHO MEIRELLES

Desp. de f.29."Vistos os autos.Ante a comprovação do pagamento do acordo pactuado,intime-se o autor para receber seu crédito, por meio de guia de levantamento.Após, aguarde-se o prazo para a reclamada comprovar o recolhimento dos encargos previdenciários e fiscais devidos.Decorrido in albis o prazo concedido,cite-se a reclamada.Palmas/TO, 10/07/2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00584-2008-801-10-00-6 (0026)**
RECLAMANTE Haroldo Soares de Almeida
ADVOGADO: IRINEU DERLI LANGARO
RECLAMADO Lucas Marques de Araujo - ME

Desp.f.12:"Vistos os autos.1.Designo a audiência inicial para o dia 28/07/2008, às 14h30mim., relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o reclamante por seu procurador, via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.(...)4. O presente feito tramitará pelo RITO SUMARÍSSIMO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 825 da CLT.(...)6. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pelo reclamado, o número do CNPJ e do CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios. (Prov. Geral Consolidado do TRT 10ª Região).7. As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas/TO, 10/07/2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho".

PROCESSO: **00585-2008-801-10-00-0 (0027)**
RECLAMANTE José de Jesus Pereira dos Santos
ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS
RECLAMADO Paraiso Ind. Com. Alimenticios e Abates de Aves Ltda.

Desp.f.14:"Vistos os autos.1.Designo a audiência inicial para o dia 29/07/2008, às 14h40mim,relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o reclamante por seu procurador, via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.(...)4. O presente feito tramitará pelo RITO SUMARÍSSIMO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 825 da CLT. (...)6. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela reclamada, o número do CNPJ e do CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios. (Prov. Geral Consolidado do TRT 10ª Região).7. As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas/TO, 10/07/2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho".

PROCESSO: **00586-2008-801-10-00-5 (0028)**
RECLAMANTE Jose de Lira
ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS
RECLAMADO Paraiso Ind. Com. Alimentos e Abates de Aves Ltda.

Desp.f.28:"Vistos os autos.1.Designo a audiência inicial para o dia 29/07/2008, às 14h30mim,relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o reclamante por seu procurador, via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.(...)4. O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 825 da CLT. (...)6. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela reclamada, o número do CNPJ e do CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios. (Prov. Geral Consolidado do TRT 10ª Região).7. As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8. O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas/TO, 10/07/2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho.

PROCESSO: **00587-2008-801-10-00-0 (0029)**
RECLAMANTE Goncalves Rodrigues Ferreira
ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS
RECLAMADO Paraiso Ind. Com. Alimenticios e Abates de Aves Ltda

Desp.f.22:"Vistos os autos.1.Designo a audiência inicial para o dia 29/07/2008, às 14h20mim,relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o reclamante por seu procurador, via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.(...)4. O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 825 da CLT. (...)6. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela reclamada, o número do CNPJ e do CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios. (Prov. Geral Consolidado do TRT 10ª Região).7. As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas/TO, 10/07/2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho".

PROCESSO: **00588-2008-801-10-00-4 (0030)**
RECLAMANTE Antonio Frazão Magalhães
ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS
RECLAMADO Paraiso Ind. Com. Alimenticios e Abate de Aves Ltda.

Desp.f.14:"Vistos os autos.1.Designo a audiência inicial para o dia 29/07/2008, às 14h10mim,relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o reclamante por seu procurador, via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.(...)4. O presente feito tramitará pelo RITO SUMARÍSSIMO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 825 da CLT. (...)6. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela reclamada, o número do CNPJ e do CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios. (Prov. Geral Consolidado do TRT 10ª Região).7. As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas/TO, 10/07/2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho".

PROCESSO: **00589-2008-801-10-00-9 (0031)**
RECLAMANTE José Moraes da Silva
ADVOGADO: Alcidino de Souza Franco
RECLAMADO Unienge Construtora E Incorp. LTDA

Desp.f.11:"Vistos os autos.1.Designo a audiência inicial para o dia 31/07/2008, às 14h10mim,relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o reclamante por seu procurador, via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.(...)4. O presente feito tramitará pelo RITO SUMARÍSSIMO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 825 da CLT. (...)6. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pela reclamada, o número do CNPJ e do CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios. (Prov. Geral Consolidado do TRT 10ª Região).7. As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas/TO, 10/07/2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho".

PROCESSO: **00590-2008-801-10-00-3 (0032)**
RECLAMANTE Osvaldo da Rocha
ADVOGADO: JUNIOR PEREIRA DE JESUS
RECLAMADO Construtora Novo Nascimento Ltda

Desp.f.13:"(...)Destarte, EXTINGUE-SE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos artigos 625-D, §§ 2º e 3º, da CLT e 267, IV, do CPC.Concedo ao autor os benefícios da Justiça Gratuita.Custas processuais pela reclamante, no importe de R$99,19, calculadas sobre R$4.959,34, dispensadas na forma da lei.Decorrido o prazo legal, autorizo o

desentranhamento dos documentos porventura anexados à peça exordial, sendo a procuração mediante cópia.Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos.Intime-se o autor.Palmas-TO, 10/07/2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho".

PROCESSO:	**00592-2008-801-10-00-2 (0033)**
EXEQUENTE	José Antonio dos Santos
ADVOGADO:	SERGIO ARTUR SILVA
EXECUTADO	V&G Construtora de Obras de Arte LTDA - ME
EXECUTADO	CPL Construtora Padre Luso LTDA
EXECUTADO	CR Almeida Enguenharia de Obras
EXECUTADO	Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A

Desp.f.11:"Vistos os autos.1.Designo a audiência inicial para o dia 30/07/2008, às 14h30mim,relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o reclamante por seu procurador, via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.(...)4. O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 825 da CLT. (...)6. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pelas reclamadas, o número do CNPJ e do CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios. (Prov. Geral Consolidado do TRT 10ª Região).7. As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas/TO, 11/07/2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho".

PROCESSO:	**00593-2008-801-10-00-7 (0034)**
RECLAMANTE	Elrik da Silva Alves
ADVOGADO:	CARLOS AUGUSTO DE SOUZA PINHEIRO
RECLAMADO	Pontal Segurança Ltda
RECLAMADO	UFT - Universidade Federal do Tocantins

Desp.f.26:"Vistos os autos.1.Designo a audiência inicial para o dia 28/08/2008, às 14h50mim,relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o reclamante por seu procurador, via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.(...)4. O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 825 da CLT. (...)6. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pelas reclamadas, o número do CNPJ e do CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios. (Prov. Geral Consolidado do TRT 10ª Região).7. As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas/TO, 11/07/2008. SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho".

PROCESSO:	**00594-2008-801-10-00-1 (0035)**
RECLAMANTE	José Neubaman Farias de Sousa
ADVOGADO:	CLOVIS TEIXEIRA LOPES
RECLAMADO	Marcello de Lima Lelis

Desp.f.36:"Vistos os autos.1.Designo a audiência inicial para o dia 29/07/2008, às 13h50mim., relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o reclamante por seu procurador, via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.(...)4. O presente feito tramitará pelo RITO SUMARÍSSIMO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 825 da CLT. (...)6. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pelo reclamado, o número do CNPJ e do CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios. (Prov. Geral Consolidado do TRT 10ª Região).7. As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas/TO, 11/07/2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho".

PROCESSO:	**00595-2008-801-10-00-6 (0036)**
RECLAMANTE	Jimmes Rodrigues Farias
ADVOGADO:	CLOVIS TEIXEIRA LOPES
RECLAMADO	Marcello de Lima Lelis

Desp.f.38:"Vistos os autos.1.Designo a audiência inicial para o dia 29/07/2008, às 13h40mim., relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o reclamante por seu procurador, via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.(...)4. O presente feito tramitará pelo RITO SUMARÍSSIMO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 825 da CLT. (...)6. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pelo reclamado, o número do CNPJ e do CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios. (Prov. Geral Consolidado do TRT 10ª Região).7. As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas/TO, 11/07/2008.SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho".

PROCESSO:	**00596-2008-801-10-00-0 (0037)**
RECLAMANTE	Elzeni Antonio dos Santos
ADVOGADO:	IRANICE L. SILVA SÁ VALADARES
RECLAMADO	Educon-Sociedade Civil de Educação Continuada
RECLAMADO	HRC - Comércio de Material Didático e Promoção de Eventos Ltda

Desp.f.52:"Vistos os autos.1.Designo a audiência inicial para o dia 30/07/2008, às 14h10mim,relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o reclamante por seu procurador, via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.(...)4. O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 825 da CLT. (...)6. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pelas reclamadas, o número do CNPJ e do CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios. (Prov. Geral Consolidado do TRT 10ª Região).7. As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas/TO, 11/07/2008".SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho".

PROCESSO:	**00597-2008-801-10-00-5 (0038)**
RECLAMANTE	Sávio Cabral Miranda
ADVOGADO:	ROMULO SABARA DA SILVA
RECLAMADO	SAIT - Instalações Técnicas Ltda
RECLAMADO	Marcio Nunes Ribeiro
RECLAMADO	INFRAERO - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária

Desp.f.42:"Vistos os autos.1.Designo a audiência inicial para o dia 28/08/2008, às 14h40mim.,relativa ao processo supra, na sala de audiência da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, situada na Quadra 302 Norte, Conjunto QI 12, Alameda 2, lote 1-A, Palmas-TO.2.Intime-se o reclamante por seu procurador, via Diário da Justiça, para comparecimento pessoal, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 844 da CLT.(...)4. O presente feito tramitará pelo RITO ORDINÁRIO, sendo a audiência acima designada realizada de forma fracionada, devendo as partes conduzir espontaneamente suas testemunhas, nos termos do art. 825 da CLT. (...)6. Em audiência, caso não constem das peças dos autos, deverá ser fornecido pelo(a) reclamante o número de seu CPF, CTPS, RG e do PIS/PASEP e, pelas reclamadas, o número do CNPJ e do CEI - Cadastro Específico do INSS, bem como o contrato social e última alteração, constando o CPF dos proprietários ou sócios. (Prov. Geral Consolidado do TRT 10ª Região).7. As partes deverão observar os termos do art.50, parágrafo único, do Provimento Geral Consolidado e da Portaria FT/PALMAS Nº 002/2004, quanto à juntada de documentos.8.O autor poderá, até a audiência inicial, informar a existência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, se necessário.Palmas/TO, 11/07/2008".SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES-Juíza do Trabalho".

ÍNDICE

Advogado:	ALONSO DE SOUZA PINHEIRO	**80A/TO**
(0007)		
Advogado:	Alcidino de Souza Franco	**2616/A/TO**
(0031)		
Advogado:	CARLOS AUGUSTO DE SOUZA PINHEIRO	**1340/TO**
(0034)		
Advogado:	CLOVIS TEIXEIRA LOPES	**875/TO**
(0002) (0004) (0006) (0013) (0014) (0017) (0020) (0021) (0022) (0035) (0036)		
Advogado:	CRISTIANO RODRIGUES PODBOY GARCIA	**182392/SP**
(0001)		
Advogado:	EDWARDO NELSON LUIZ CHAVES FRANCO	**2557/TO**
(0009) (0010) (0011) (0012) (0016) (0018) (0024) (0025)		
Advogado:	ERASMO DE ARAUJO BARRETO	**2044/TO**
(0015)		
Advogado:	FLORISMAR DE PAULA SANDOVAL	**1329/TO**
(0001)		
Advogado:	HUGO MARINHO DE A. OLIVEIRA	**2066/TO**
(0002)		
Advogado:	ILDO JOAO COTICA JUNIOR	**2298B/TO**
(0012)		
Advogado:	IRANICE L. SILVA SÁ VALADARES	**2495-B/TO**
(0037)		
Advogado:	IRINEU DERLI LANGARO	**1252/TO**
(0017) (0026)		
Advogado:	IRINEU DERLI LANGARO	**1252B/TO**
(0005)		
Advogado:	JESUS FERNANDES DA FONSECA	**2112B/TO**
(0023)		
Advogado:	JESUS FERNANDES DA FONSECA	**212B/TO**
(0023)		
Advogado:	JOAN RODRIGUES MILHOMEM	**3120A/TO**
(0024)		
Advogado:	JOAO ROBERTO ALVES BERTTI	**148314/SP**
(0007)		
Advogado:	JUNIOR PEREIRA DE JESUS	**3866/TO**
(0032)		
Advogado:	LUCIANA COELHO DE ALMEIDA	**3717/TO**
(0009) (0010)		
Advogado:	MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS	**1655/TO**
(0003) (0027) (0028) (0029) (0030)		
Advogado:	MARCOS AIRES RODRIGUES	**1374/TO**
(0019)		
Advogado:	MARCOS FERREIRA DAVI	**2420/TO**
(0005)		
Advogado:	MARCOS ROBERTO DE O. VILLA-NOVA VIDAL	**3671A/TO**
(0023)		
Advogado:	MAURICIO CORDENONZI	**2223B/TO**
(0015)		
Advogado:	PAULO ANTONIO ROSSI JUNIOR	**3661A/TO**
(0008)		
Advogado:	REGES HENRIQUE PALLAORO	**2.149A/TO**
(0008)		
Advogado:	REGES HENRIQUE PALLAORO	**2149A/TO**
(0020) (0021)		
Advogado:	ROBERTA MARTINS SOARES MACIEL	**3694B/TO**
(0012)		
Advogado:	ROBSON CABANI AIRES DA SILVA	**2469/TO**
(0014)		
Advogado:	RODRIGO SILVA LEAL	**19075/BA**
(0019)		
Advogado:	ROMULO SABARA DA SILVA	**1543B/TO**
(0038)		
Advogado:	SERGIO ARTUR SILVA	**3469/TO**
(0033)		
Advogado:	TELMO HEGELE	**340B/TO**
(0005)		
Advogado:	TEOTONIO ALVES NETO	**668A/TO**
(0006)		
Advogado:	VALDONEZ SOBREIRA DE LIMA	**3987/TO**
(0004) (0022)		
Advogado:	VIRGÍLIO RICARDO COELHO MEIRELLES	**4017A/TO**
(0025)		

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO Nº 275/2008

Processo nº: 0442-2008-801-10-00-9
Reclamante: BANCO BRADESCO S/A
Reclamado: LINDEMBERG MORAIS FERREIRA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juíz(a) da 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, em pleno exercício de seu cargo e na forma da lei.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por meio deste fica INTIMADO o consignatário: LINDEMBERG MORAIS FERREIRA, atualmente em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da DECISÃO de fl. 59/60: "DISPOSITIVO - Por todo o exposto, na ação de consignação em pagamento que BANCO BRADESCO S/A ajuizou em face de LINDEMBERG MORAIS FERREIRA, decido julgar PROCEDENTE o pedido consignatório, tudo nos termos da fundamentação supra, que fica integrando este dispositivo. Concedo, ao consignatário, os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do artigo 790, § 3º, da CLT. Custas, pelo consignatário, no valor de R$11,10, calculadas sobre o valor dado à consignação em pagamento (R$555,14), dispensadas, na forma da lei. Ciente a consignante, nos termos da Súmula 197 do C.TST. Intime-se o consignatário, por edital. Expeça-se alvará judicial, determinando ao Banco do Brasil que transfira o saldo total da conta especificada às f. 55 para a conta poupança titularizada pelo réu, conforme dados acima indicados. Nada mais. Audiência encerrada às 14h14min. Nada mais. SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES Juíza do Trabalho.", nos autos do processo em epígrafe, cujo inteiro teor pode ser obtido na Secretaria da Vara, situada na 302 NORTE, ALAMEDA 2, LOTE 1-A, CONJ. QI 12 - Palmas/TO.E, para que chegue ao conhecimento do consignatário: LINDEMBERG MORAIS FERREIRA, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e ainda afixado no local de costume desta Vara.

Eu, Maria Emília Martins, original assinado, Assistente de Diretor de Secretaria, conferi o presente edital, após ter sido digitado pela servidora Raimunda Corrêa Lima, Analista Judiciário. Palmas, .

SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES
Juíza do Trabalho

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO Nº 273/2008

Processo nº : 0018-2003-801-10-00-0
Reclamante : FRANCISCO JADSON FRASAO DOS SANTOS
Reclamado : C. S. LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA LTDA + 04

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) da 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, em pleno exercício de seu cargo e na forma da lei.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por meio deste ficam INTIMADOS os reclamados: EDIVALDO DA CONCEIÇÃO ELISBÃO e TEONACI BORGES RODRIGUES, atualmente em lugar incerto e não sabido, para tomarem ciência do DESPACHO de fl.395: "Vistos os autos. Intimem-se as partes, sendo o quarto (EDIVALDO DA CONCEIÇÃO ELISBÃO) e o quinto (TEONACI BORGES RODRIGUES) reclamados, por edital, para, no prazo legal, contraminutarem o agravo de petição interposto pelo autor. Palmas/TO, 08/07/2008. SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES Juíza do Trabalho" , nos autos do processo em epígrafe, cujo inteiro teor, pode ser obtido na Secretaria da Vara, situada na 302 NORTE, ALAMEDA 2 LOTE 1-A, CONJ. QI 12 - Palmas/TO.

E, para que chegue ao conhecimento dos reclamados: EDIVALDO DA CONCEIÇÃO ELISBÃO e TEONACI BORGES RODRIGUES, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e ainda afixado no local de costume desta Vara.

Eu, Maria Emília Martins, original assinado, Assistente de Diretor de Secretaria, conferi o presente edital, após ter sido digitado pela servidora Raimunda Corrêa Lima, Analista Judiciário.

Palmas, .

SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES
Juíza do Trabalho

EDITAL DE PRAÇA Nº 272/2008

Processo nº : 9058-2008-801-10-00-1
Exeqüente : MANOEL FERREIRA LIMA
Executado : FORMA ENGENHARIA LTDA.
Depositário : JESUS RIBEIRO DA SILVA
Endereço : 504 SUL, AL. 06, LT. 07 - PALMAS/TO
Data e hora da Praça Única: 09/09/2008, às 13h.
Data e hora do Leilão: 09/10/2008, às 14h.

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, torna público que nos dias e horas designados acima será(ão) levado(s) à Praça e/ou Leilão o(s) seguinte(s) bem(ns):

I- 01 (um) arquivo de aço, 05 gavetas, sem marca aparente, 133 cm de altura, em bom estado de conservação - Avalio em R$ 80,00 (oitenta reais); II- 01 (um) armário de madeira, 02 portas, 156 cm de altura e 78 cm de largura - Avalio em R$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

III- 01 escrivaninha para computador, material melaninho, cinza, estrutura de metal, 02 gavetas, em estado regular de conservação - Avalio em R$ 100,00 (cem reais); IV- 01 ar condicionado, consul air master, 7500 BTU'S, funcionando e em bom estado de conservação - Avalio em R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais);

V- 01 mesa de madeira, 91 cm de largura, 189 cm de comprimento, em bom estado de conservação - Avalio em R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais); VI - 03 cadeiras alcochoadas, preta, em bom estado de conservação - avalio em R$ 180,00 (cento e oitenta reais); VII - 01 cadeira alcochoada, giratória, braços, preta, em bom estado de conservação - Avalio em R$ 100,00 (cem reais);

VIII- 01 armário de madeira, 66 cm de largura, 153 cm de comprimento, 02 gavetas, 02 portas - Avalio em R$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

IX - 01 nobreak, marca SMS, net station, grafite, funcionando e em bom estado de conservação - Avalio em R$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

X- 01 estabilizador, marca microline, funcionando e em bom estado de conservação - Avalio em R$ 50,00 (cinquenta reais);

XI - 03 armários de aço, aberto, 197 cm de altura, em estado regular de conservação - Avalio em R$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

XII- 01 mesa para computador, material melaninho, em estado regular de conservação -Avalio em R$ 70,00 (setenta reais); XIII- 01 mesa, melaninho, cinza, 02 gavetas, marca indarma, estrutura de metal, em bom estado de conservação - Avalio em R$ 90,00 (noventa reais);

XIV - 01 mesa de madeira, 80 cm de largura, 150 cm de comprimento, em estado regular de conservação - Avalio em R$ 80,00 (oitenta reais);

XV- 01 impressora, marca deskjet 640 c, funcionando e em bom estado de conservação - Avalio em R$ 100,00 (cem reais);

XVI - 01 ventilador, marca arno, branco, funcionando e em bom estado de conservação - Avalio em R$ 75,00 (setenta e cinco reais);

XVII- 01 frigobar, marca consul, branco, funcionando e em estado regular de conservação - Avalio em R$ 300,00 (trezentos reais);

XVIII - 01 bebedouro, marca gelágua, em estado regular de conservação - Avalio em R$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

XIX - 01 ar condicionado, marca electrolux, 7500 BTU's, funcionando e em bom estado de conservação - Avalio em R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais);

XX - 01 televisão, marca philco, 14 polegadas, colorida, funcionando e em bom estado de conservação - Avalio em R$ 120,00 (cento e vinte reais);

XXI- 01 computador, monitor sansun sync master 750 S, teclado V com, CPU marca compaq, microsoft windows xp, AMD-K6, 500 MHZ, 120 MB RAM, mouse troni, funcionando e em bom estado de conservação - Avalio em R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

XXII - 01 impressora, jato de tinta, hp deskjet, 3535, funcionando e em bom estado de conservação - Avalio em R$ 100,00 (cem reais);

XXIII- 01 cadeira rotatória, curvim, em estado regular de conservação - Avalio em R$ 50,00 (cinquenta reais);

XXIV- 01 televisão, marca sansung, 14 polegadas, colorida, funcionando e em bom estado de conservação - Avalio em R$ 130,00 (cento e trinta reais);

XXV- 01 mesa de madeira para computador, 130 cm comprimento, 71 cm de largura, espaço para teclado, em bom estado de conservação - Avalio em R$ 100,00 (cem reais);

XXVI - 01 armário de aço, marca pandin, 02 portas, 1,89 m de altura e 80 cm de largura - Avalio em R$ 100,00 (cem reais);

XXVII - 01 miniarmário, 46 cm de largura, 56 cm de altura, 02 gavetas, em bom estado de conservação - Avalio em R$ 100,00 (cem reais); XXVIII - 01 impressora HP deskjet D 1360, funcionando e em bom estado de conservação - Avalio em R$ 110,00 (cento e dez reais);

XXIX - 01 armário de aço, 04 gavetas, sem marca aparente, em estado regular de conservação - Avalio em R$ 60,00 (sessenta reais);

XXX- 01 impressora, marca lexmark E 120, funcionando e em bom estado de conservação - Avalio em R$ 90,00 (noventa reais);

XXXI - 01 computador, monitor LCD, marca Dell, CPU marca Dell, teclado Dell, kit multimídia, 02 caixas de som, mouse Dell, microsoft windows XP, AMD Atlon, 2,41 GHZ, 448 MB RAM - Avalio em R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Total da avaliação: R$ 5.285,00 (cinco mil, duzentos e oitenta e cinco reais).

Quem pretender arrematar, dito(s) bem(ns) deverá estar ciente de que à espécie aplicam-se os preceitos da CLT, e subsidiariamente da Lei nº 6.830/80 e do CPC.

* Não será aceito lanço inferior a 50% (cinqüenta por cento) do valor da avaliação.

* A arrematação far-se-á por quem mais der em relação a cada praça ou leilão, obrigando o arrematante a pagar no ato 20%(vinte por cento) do valor do lanço e a depositar, em 24(vinte e quatro) horas o restante, sob pena de perda do sinal em prol da execução.

DA PRAÇA/LEILÃO: serão realizados no átrio da sede desta Vara do Trabalho, sendo que, não havendo licitante e não requerendo o Exeqüente a adjudicação do(s) bem(ens) na praça, realizar-se-á leilão pelo Leiloeiro Público Oficial, Sr. JORGE FRANCISCO, com endereço sito na Quadra 906 Sul, Alameda 09, Lote 27, CEP 77023-432, Palmas/TO, ficando autorizado a promover, oportunamente, a remoção do(s) bem(ens)as penhorado(s).

Em caso de remição, deverá a Executada comprovar o pagamento de seu débito, de forma atualizada. A remição no prazo de 24 horas após a praça dispensa as despesas de leiloeiro. Não ocorrendo o pagamento e/ou sua comprovação neste prazo, fica mantido o Leilão designado, respondendo a Executada pelas despesas daí decorrentes. O pagamento a título de honorários do Leiloeiro obedecerá ao disposto no art. 173 do Prov. Geral Consolidado do Eg. Regional. As notas de venda serão extraídas em nome do licitante vencedor, identificado no ato do Leilão. Em caso de aquisição em nome de pessoa jurídica, o representante desta deverá portar o cartão do CGC e a inscrição estadual ou cópia autenticada, para possibilitar a emissão de notas em nome da pessoa jurídica. O lanço efetuado por cheques será reconhecido como feito para fins de arrematação, somente após a devida compensação bancária, não sendo admitidos cheques de terceiros ou de fora da praça.

Para que chegue ao conhecimento público, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e, ainda, afixado no local de costume da Vara.

Eu, Maria Emília Martins, original assinado, Assistente de Diretor de Secretaria, conferi o presente edital, após ter sido digitado pela servidora Raimunda Corrêa Lima, Analista Judiciário. Palmas, Erro! A seqüência de caracteres da figura contém aspas não coincidentes..

SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES
Juíza do Trabalho

EDITAL DE PRAÇA Nº 274/2008

Processo nº : 9028-2008-801-10-00-5
Exeqüente : MARCELINO GONÇALVES DA SILVA
Executado : ANTON KELLER
Depositário : ANTON KELLER
Endereço : RUA CUSTÓDIA S. PEDREIRA, 1131, CENTRO - PORTO NACIONAL/TO
Data e hora da Praça Única: 09/09/2008, às 13h.
Data e hora do Leilão: 09/10/2008, às 14h.

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) da MM. 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, torna público que nos dias e horas designados acima será(ão) levado(s) à Praça e/ou Leilão o(s) seguinte(s) bem(ns):

I- 01 (um) Computador, Sistema Microsoft, Windows XP, versão 2002, AMD, Durom 1.00 GHZ, 148 MB de RAM, Monitor Marca LG, flatron ez, T 710 SH, em bom estado de conservação, CPU Transglobe, e teclado marca speed, em estado regular de conservação, Mouse, marca Dr. HAN. Avaliados em R$ 400,00 (quatrocentos reais);

II- 01 (um) FAX, marca Panasonic, KX, FT 71, cor grafit, funcionando, em bom estado de conservação. Avaliado em R$ 200,00 (duzentos reais).

Total da avaliação: R$ 600,00 (seiscentos reais).

Quem pretender arrematar, dito(s) bem(ns) deverá estar ciente de que à espécie aplicam-se os preceitos da CLT, e subsidiariamente da Lei nº 6.830/80 e do CPC.

* Não será aceito lanço inferior a 50% (cinqüenta por cento) do valor da avaliação.

* A arrematação far-se-á por quem mais der em relação a cada praça ou leilão, obrigando o arrematante a pagar no ato 20%(vinte por cento) do valor do lanço e a depositar, em 24(vinte e quatro) horas o restante, sob pena de perda do sinal em prol da execução.

DA PRAÇA/LEILÃO: serão realizados no átrio da sede desta Vara do Trabalho, sendo que, não havendo licitante e não requerendo o Exeqüente a adjudicação do(s) bem(ens) na praça, realizar-se-á leilão pelo Leiloeiro Público Oficial, Sr. JORGE FRANCISCO, com endereço sito na Quadra 906 Sul, Alameda 09, Lote 27, CEP 77023-432, Palmas/TO, ficando autorizado a promover, oportunamente, a remoção do(s) bem(ens)as penhorado(s).

Em caso de remição, deverá a Executada comprovar o pagamento de seu débito, de forma atualizada. A remição no prazo de 24 horas após a praça dispensa as despesas de leiloeiro. Não ocorrendo o pagamento e/ou sua comprovação neste prazo, fica mantido o Leilão designado, respondendo a Executada pelas despesas daí decorrentes. O pagamento a título de honorários do Leiloeiro obedecerá ao disposto no art. 173 do Prov. Geral Consolidado do Eg. Regional. As notas de venda serão extraídas em nome do licitante vencedor, identificado no ato do Leilão. Em caso de aquisição em nome de pessoa jurídica, o representante desta deverá portar o cartão do CGC e a inscrição estadual ou cópia autenticada, para possibilitar a emissão de notas em nome da pessoa jurídica. O lanço efetuado por cheques será reconhecido como feito para fins de arrematação, somente após a devida compensação bancária, não sendo admitidos cheques de terceiros ou de fora da praça.

Para que chegue ao conhecimento público, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e, ainda, afixado no local de costume da Vara.

Eu, Maria Emília Martins, original assinado, Assistente de Diretor de Secretaria, conferi o presente edital, após ter sido digitado pela servidora Raimunda Corrêa Lima, Analista Judiciário. Palmas, .

SUZIDARLY RIBEIRO TEIXEIRA FERNANDES
Juíza do Trabalho

2ª VARA DO TRABALHO DE PALMAS

DESPACHOS

PROCESSO:	**00471-2005-802-10-00-4 (0001)**
RECLAMANTE	JANEIDE ALVES DA SILVA
ADVOGADO:	SILVIO ALVES NASCIMENTO
RECLAMADO	POLISHOW IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA 2
RECLAMADO	FLAVIO ALOISIO MIRANDA
ADVOGADO:	GLADYS MORATO
RECLAMADO	ANDREA BRIGIDA GOMES DE MIRANDA
ADVOGADO:	GLADYS MORATO

Desp.fl.280"Declaro extinta a execução, nos termos do art. 794, I, do CPC. Liberem-se os valores executados, conforme discriminado à fl. 198, via alvará. Intimem-se as partes. 2ªVT/Pls-TO, 02/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO: **00515-2005-802-10-00-6 (0002)**
RECLAMANTE JOSE DARCI DA ROCHA
ADVOGADO: MARCOS FERREIRA DAVI
RECLAMADO NIFLEX MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA.
RECLAMADO Gilson Eron de Souza
RECLAMADO João Olasio Pereira

Desp.fl.288"Rejeito o pleito do autor. Em havendo informação da declaração de falência da executada, conforme peça de fl.283, o Juízo universal inaugura-se, devendo o credor (mesmo o trabalhista), habilitar-se junto aos demais credores (perante o Juízo competente) visando o recebimento de seus direitos. Revogo a decisão de fl.264.Extraía-se certidão do crédito devido ao obreiro para que tome, junto ao Juízo falimentar, as providências que julgar devidas. Comunique-se o Juízo Deprecado para que desconstitua a penhora eventualmente ocorrida sobre o patrimônio dos sócios indigitados na decisão acima revogada, e devolva a C.P. Intime-se o obreiro. Tudo feito, arquivem-se os autos. 2ªVT/Pls-TO, 07/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO: **00750-2005-802-10-00-8 (0003)**
AUTOR ADAONIRES SANTANA DA SILVA
ADVOGADO: FRANCISCO JOSE SOUSA BORGES
RÉU Handisa Construtora & Incorporadora Ltda +03
ADVOGADO: TELMO HEGELE
RÉU CIA DE ENERGIA ELETRICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: SERGIO FONTANA
RÉU Hausenclever Katerbroyne Pettersen
RÉU João Batista Silva Pettersen

Desp.fl.568"Diante dos termos da certidão acima, libere-se ao exeqüente o valor à fl. 544, expedindo-se o Alvará, e intimando-o, em seguida, para resgatá-lo, prazo de 05 dias. Além disso, pelas mesmas razões acima expostas, julgo boa e subsistente a penhora (fl. 540), e, sendo assim, determino à Secretaria: A designação de datas e horários para as Praça e Leilão, observando-se as formalidades legais. A expedição e publicação do Edital, e, para fins desta publicação, concedo ao exeqüente as benesses da justiça gratuita. A intimação das executadas, diretamente, via postal, bem como dos seus advogados, via DJ, dando-lhe ciência das datas e horários das Praças e Leilão, podendo, caso venha a querer, remir a execução no prazo de 24 horas após a arrematação/adjudicação, nos termos do artigo 788, I e II, do CPC, sob pena de preclusão. A intimação do exeqüente, bem como do seu advogado, dando-lhe ciência das datas e horários das Praças e Leilão. 2ªVT/Pls-TO, 01/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS." Edital de Praça nº 247/08 - Data da Praça:20/08/08 à partir das 13hs; Data do Leilão:20/08/08 à partir das 14hs.

PROCESSO: **01276-2005-802-10-00-1 (0004)**
RECLAMANTE CLEUBER RODRIGUES ALVES
ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS
RECLAMADO AGUA AZUL BEBIDAS LTDA (JOAO BATISTA M. BRINGEL)

Desp.fl.194"Ante a certidão supra, intime-se o exeqüente para, querendo, indicar bens passíveis de penhora da empresa/executada, prazo de 10 dias, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório. Publique-se. 2ªVT/Pls-TO, 07/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO: **00414-2006-802-10-00-6 (0005)**
RECLAMANTE GILNEY ALVES RODRIGUES
ADVOGADO: TIAGO AIRES DE OLIVEIRA
RECLAMADO AUTO SOCORRO PALMAS LTDA.
ADVOGADO: MARCELO CLAUDIO GOMES
RECLAMADO Nivaldo Antonio Rosa de Oliveira

Desp.fl.298"Intime-se o exequente para manifestar-se sobre a nomeação de bens à penhora, em cinco dias, importando o silêncio em anuência. 2ªVT/Pls-TO, 07/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO: **00975-2006-802-10-00-5 (0006)**
AUTOR Elias Borges Mia + 07
ADVOGADO: LORENA RODRIGUES CARVALHO SILVA
RÉU SINDICATO DOS TRABALHADORES EM VIGILANCIA DO ESTADO DO TOCANTINS - SINTVISTO
ADVOGADO: CLOVIS TEIXEIRA LOPES

Desp.fl.414"Antes do cumprimento do despacho de fl. 413, atualize-se a conta exeqüenda, excluindo-se o valor devido ao primeiro exeqüente, já que o seu crédito já foi depositado por meio da guia de fl. 348.Após, liberem-se os numerários aos exeqüentes, inclusive o que foi depositado à fl. 348. 2ªVT/Pls-TO, 04/07/08, FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS, Juiz do Trabalho." Desp.fl.413"Conforme os termos da certidão acima, decorreu o prazo assinado às partes sem que elas opusessem Embargos à Execução/Impugnação. Sendo assim, determino à Secretaria que proceda: A expedição de Alvará aos exeqüentes/advogado, liberando todo o saldo existente na conta judicial nº 4200129581087 (cópia da peça à fl. 410 deverá acompanhar o Alvará), zerando a conta, devendo o Banco do Brasil devolver as guias, devidamente autenticadas, no prazo de 05 dias. A intimação dos exeqüentes/advogado para levantamento do Alvará no prazo de 05 dias, bem como para que requeira o que entender de direito, no mesmo prazo, sob pena do silêncio ser considerado como satisfeita a obrigação (art. 794, I, do CPC). 2ªVT/Pls-TO, 17/06/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO: **01103-2006-802-10-00-4 (0007)**
RECLAMANTE Eolícia Florinda da Silva
ADVOGADO: CLOVIS TEIXEIRA LOPES
RECLAMADO Edison Luiz Picelli

Desp.fl.102"Junte-se. Intime-se o exequente para indicar bens passíveis de penhora, em 10 dias, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório. 2ªVT/Pls-TO, 07/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO: **00250-2007-802-10-00-8 (0008)**
RECLAMANTE José Barbosa da Rocha
ADVOGADO: ROBERVAL AIRES PEREIRA PIMENTA
RECLAMADO Arranque Construtora Ltda.
ADVOGADO: ALESSANDRA REIS

Desp.fl.256"Indefiro, por enquanto, o requerimento de fl.255. Primeiramente, pronuncie-se o autor, de forma precisa, quanto aos esclarecimentos de fls.248/251, no prazo de cinco dias, sob pena de indeferimento dos seus pedidos. Após, a manifestação, venham os autos conclusos para verificação da necessidade de inclusão em pauta. I. 2ªVT/Pls-TO, 07/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS."

PROCESSO: **00397-2007-802-10-00-8 (0009)**
RECLAMANTE Mirian Lopes do Nascimento
ADVOGADO: IRANICE DE LOURDES DA S. SA VALADES
RECLAMADO Indústria e Comércio de Refrigerantes Araguaia Ltda.
ADVOGADO: TULIO JORGE RIBEIRO DE M. CHEGURY

Desp.fl.118"A exeqüente anuiu com a penhora (fl. 117). Sendo assim, julgo-a boa e subsistente, e determino à Secretaria: Designar datas e horários para as Praça e Leilão, observando-se as formalidades legais. Expedir Edital e publicá-lo. Para fins desta publicação, concedo à exeqüente as benesses da justiça gratuita. Intimar a executada, diretamente, via postal, e seu advogado, via DJ, cientificando-lhes das datas e horários das Praça e Leilão e informando-lhes de que podem remir a execução no prazo de 24 horas após a arrematação/adjudicação, caso queiram, nos termos do artigo 788, I e II, do CPC, sob pena de preclusão. Intimar a exeqüente, por sua advogado, via DJ, dando-lhes, também, ciência das datas e horários das Praça e Leilão. 2ªVT/Pls-TO, 27/06/08, FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS. Edital de Praça nº237/08 - Data da Praça:20/08/08 à partir das 13h; Leilão:20/08/08 à partir das 14h.

PROCESSO: **00465-2007-802-10-00-9 (0010)**
RECLAMANTE Jamerson Oliveira Albuquerque
ADVOGADO: ELISANDRA JUÇARA CARMELIN
RECLAMADO Drogaria Santa Marta
ADVOGADO: ALESSANDRA DANTAS SAMPAIO

Desp.fl.194"Junte-se. Declaro extinta a execução, nos termos 794, I, do CPC. Liberem-se os valores executados, conforme discriminados à fl.184, via alvará. Intimem-se as partes. 2ªVT/Pls-TO, 01/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO: **00658-2007-802-10-00-0 (0011)**
RECLAMANTE Francisco de Jesus Silva
ADVOGADO: EDWARDO NELSON LUIZ CHAVES FRANCO
RECLAMADO Vip Serviços e Construções Ltda.
ADVOGADO: MARCELO CLAUDIO GOMES

Desp.fl.136"O exeqüente anuiu com a penhora (fl. 126). Sendo assim, e diante dos termos da certidão acima, julgo-a boa e subsistente (fl. 105) e determino à Secretaria: Designar datas e horários para as Praça e Leilão, observando-se as formalidades legais. Expedir Edital e publicá-lo. Para fins desta publicação, concedo ao exeqüente as benesses da justiça gratuita. Intimar a executada, diretamente, via postal, e seu advogado (fl. 110), via DJ, cientificando-lhes das datas e horários das Praça e Leilão e informando-lhes de que podem remir a execução no prazo de 24 horas após a arrematação/adjudicação, caso queiram, nos termos do artigo 788, I e II, do CPC, sob pena de preclusão. Intimar o exeqüente, diretamente, via postal, e seu advogado, via DJ, dando-lhes, também, ciência das datas e horários das Praça e Leilão. 2ªVT/Pls-TO, 27/06/08, FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS. Edital de Praça nº238/08 - Data da Praça:20/08/08 à partir das 13h; Leilão:20/08/08 à partir das 14h.

PROCESSO: **00864-2007-802-10-00-0 (0012)**
RECLAMANTE Genivaldo Rodrigues Damasceno
ADVOGADO: REGES HENRIQUE PALLAORO
RECLAMADO ELETINS - Eletrificações do Tocantins Ltda. + 01
ADVOGADO: SILVIO ALVES NASCIMENTO
RECLAMADO Rede Celtins - Cia. de Eneregia Elétrica do Estado do Tocantins

Desp.fl.169"Ante a certidão supra, intime-se o exeqüente para, querendo, indicar bens passíveis de penhora da empresa/executada, prazo de 10 dias, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório. Publique-se. 2ªVT/Pls-TO, 07/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO: **00870-2007-802-10-00-7 (0013)**
RECLAMANTE Aparecido Donizete dos Reis
ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS
RECLAMADO Mineração Sucupira Ltda. - ME

Desp.fl.67"Tendo em vista que o Sr. Diretor de Secretaria em consulta ao banco de dados da Receita Federal do Brasil constatou que o nome da empresa/executada corresponde a empresa inscrita no CNPJ nº 00.355.897/0001-76, intime-se o exeqüente a informar a este Juízo se equivale a mesma empresa constante no polo passivo dos presentes autos, prazo de 05 dias, importando a inércia na remessa dos autos ao arquivo provisório. Publique-se. 2ªVT/Pls-TO, 07/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO: **00226-2008-802-10-00-0 (0014)**
RECLAMANTE Gardene Sampaio Ferreira
ADVOGADO: RENATO KENJI ARAKAKI
RECLAMADO ProBank S.A. + 01
ADVOGADO: DÉCIO FREIRE
RECLAMADO Caixa Econômica Federal
ADVOGADO: GISLAINE GUILHERME TOLEDO

Sentença de fls.484"Do exposto, não conheço dos Embargos interpostos, nos termos da fundamentação supra que passa a fazer parte integrante deste "decisum" para todos os fins legais. Intimem-se as partes. No mesmo ato a autora deverá ser intimada também da interposição do R.O. nada mais. 2ªVT/Pls-TO, 07/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO: **00316-2008-802-10-00-0 (0015)**
CONSIGNANTE Autorama Manutenção de Automóveis Ltda.
CONSIGNADO Jose Almones Filho

Sentença de fls.42/44"Fundamentos pelos julgo EXTINTO PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do artigo 267, I e IV do CPC, consoante fundamentação aduzida e que fica integrando este decisum.Custas de R$10,64, calculadas sobre R$147,00, valor dado à causa e aproveitado para esta finalidade, pela consignante. Pagas as custas processuais, arquivem-se os autos. Intime-se apenas a consignante. 2ªVT/Pls-TO, 08/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO: **00369-2008-802-10-00-1 (0016)**
RECLAMANTE Surama Sousa Pacheco Bastos
ADVOGADO: CLAYTON SILVA
RECLAMADO Transbico - Transporte e Turismo Ltda. + 01
ADVOGADO: ELAINE AYRES BARROS
RECLAMADO Expresso Vitória Ltda.
ADVOGADO: KEYLA MARCIA GOMES ROSAL

Sentença de fls.247"Do exposto, conheço dos Emabrgos interpostos e os julgo PROCDENTES, nos termos da fundamentação supr que passa a fazer parte integrante deste "decisum" para todos os fins legais. Mantida a declaração de inexistência de relação de emprego entre a autora e a primeira ré, declaro a responsabilidade subsidiária da segunda reclamada em relação a qualquer obrigação trabalhista que venha a ter. Nada mais. 2ªVT/Pls-TO, 07/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO: **00370-2008-802-10-00-6 (0017)**
RECLAMANTE Vilmar Carvalho Câmara
ADVOGADO: ALCIDINO DE SOUZA FRANCO
RECLAMADO Goiassis Pereira Costa
ADVOGADO: MARIA LENICE FREIRE DE ABREU COSTA
RECLAMADO Companhia de Saneamento do Tocantins
ADVOGADO: MARIA DAS DORES COSTA REIS

Desp.fl.889"Diante do caráter modificativo dos Embargos opostos pelo reclamante, dê-se vista à parte constrária, prazo legal. Intime-se. 2ªVT/Pls-TO, 07/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO: **00445-2008-802-10-00-9 (0018)**
RECLAMANTE Cristiane da Cruz Melquiades Gouveia
ADVOGADO: FABIO BARBOSA CHAVES
RECLAMADO Roberto de Souza Villa

Sentença de fls.29"A presente demanda, em função do valor da causa, segue às disposições do Rito Sumaríssimo (Lei n1 9.957/00), que alterou o art. 852, CLT; cujo inciso II, ordena que o autor deverá fornecer a correta indicação do endereço do reclamado. No caso dos autos, verifica-se a insuficiência de informação do endereço da reclamada apontada na exordial, conforme se infere às fls.28. Por não observado o disposto no inciso II, do art. 852-B, da Lei n1 9.957 de 12 de janeiro de 2000, determina-se o arquivamento da presente reclamação (' 11, do art. 852-B). Defiro o desentranhamento das peças juntadas, devendo a autora retirá-las na Secretaria no prazo de 08 dias. Concedo à autora os benefícios da justiça gratuita, conforme pedido na exordial. Custas pela reclamante, no importe de R$22,56, calculadas sobre R$1.128,00, dispensado o recolhimento, diante dos benefícios da justiça gratuita. Intime-se a reclamante.Arquivem-se os autos. 2ªVT/Pls-TO, 07/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO:	**00567-2008-802-10-00-5 (0019)**
RECLAMANTE	Rosana Dinajara Rodrigues Batista
ADVOGADO:	RILDO CAETANO DE ALMEIDA
RECLAMADO	De Barros & Vasconcelos Ltda (+02)
RECLAMADO	Samuel de Vasconcelos Silva
RECLAMADO	Greice de Cássia Souza Oliveira

Sentença de fls.22/23"Ante o exposto, Julgo EXTINTO O FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do artigo 267, inciso I, cc art. 295, I, ambos do CPC, de aplicação subsidiária, em face da inobservância do artigo 852-B, III, '11, da CLT. Concedo à autora os benefícios da justiça gratuita, uma vez preenchidos os requisitos legais. Custas pelo reclamante no importe de R$400,00, calculadas sobre R$20.000,00, dispensadas. Decorrido o prazo legal, autorizo o desentranhamento dos documentos porventura anexados. Arquivem-se os autos. Intime-se o reclamante. 2ªVT/Pls-TO, 07/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO:	**00568-2008-802-10-00-0 (0020)**
RECLAMANTE	Paulo Roberto Ferreira Rodrigues
ADVOGADO:	SEBASTIAO LUIZ VIEIRA MACHADO
RECLAMADO	Nelson Emidio Pereira (+ 01)
RECLAMADO	Viação Nossa Senhora Aparecida

Sentença de fls.19/20"ANTE O EXPOSTO Julgo o feito EXTINTO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do artigo 267, I, do CPC, consoante fundamentação aduzida e que fica integrando este decisum. Custas de R$ 354,16 (trezentos e cinqüenta e quatro reais e dezesseis centavos), calculadas sobre R$ 17.708,00 (dezessete mil, setecentos e oito reais), valor dado à causa e aproveitado para esta finalidade, pelo reclamante, dispensadas. Intime-se o reclamante. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos. 2ªVT/Pls-TO, 04/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO:	**00569-2008-802-10-00-4 (0021)**
AUTOR	Anne Giselle Dias Borges
ADVOGADO:	SEBASTIAO LUIZ VIEIRA MACHADO
RÉU	Quatro Marcos Ltda

Sentença de fls.14/15"ANTE O EXPOSTO Julgo o feito EXTINTO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do artigo 267, I, do CPC, consoante fundamentação aduzida e que fica integrando este decisum. Custas de R$ 54,00 (cinqüenta e quatro reais), calculadas sobre R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), valor dado à causa e aproveitado para esta finalidade, pelo reclamante, dispensadas. Intime-se o reclamante. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos. 2ªVT/Pls-TO, 04/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO:	**00584-2008-802-10-00-2 (0022)**
EMBARGANTE	Vera Lucia Neves Nunes
ADVOGADO:	JOÃO CARLOS DE FARIA
EMBARGADO	João da Conceição Sousa

Desp.fl.37/v"Emende-se a petição inicial, no prazo de dez dias, promovendo a completa qualificação do embargado, sob pena de indeferimento. 2ªVT/Pls-TO, 08/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

PROCESSO:	**08014-2008-802-10-00-0 (0023)**
EXEQUENTE	Raimundo Nonato Pereira Andrade
ADVOGADO:	CARLOS AUGUSTO DE SOUZA PINHEIRO
EXECUTADO	Panda Indústria e Comércio de Produtos Lácteos Ltda.

Desp.fl.55"Ante a certidão supra, intime-se o exeqüente para, querendo, indicar bens passíveis de penhora da empresa/executada, prazo de 10 dias, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório. Publique-se. 2ªVT/Pls-TO, 07/07/08, Juiz do Trabalho FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS

ÍNDICE

Advogado:	ALCIDINO DE SOUZA FRANCO	**2616/TO**
(0017)		
Advogado:	ALESSANDRA DANTAS SAMPAIO	**1821/TO**
(0010)		
Advogado:	ALESSANDRA REIS	**12516/GO**
(0008)		
Advogado:	CARLOS AUGUSTO DE SOUZA PINHEIRO	**1340/TO**
(0023)		
Advogado:	CLAYTON SILVA	**2126/TO**
(0016)		
Advogado:	CLOVIS TEIXEIRA LOPES	**875/TO**
(0006) (0007)		
Advogado:	DÉCIO FREIRE	**56.543/MG**
(0014)		
Advogado:	EDWARDO NELSON LUIZ CHAVES FRANCO	**2557/TO**
(0011)		
Advogado:	ELAINE AYRES BARROS	**2402/TO**
(0016)		
Advogado:	ELISANDRA JUÇARA CARMELIN	**3412/TO**
(0010)		
Advogado:	FABIO BARBOSA CHAVES	**1987/TO**
(0018)		
Advogado:	FRANCISCO JOSE SOUSA BORGES	**413A/TO**
(0003)		
Advogado:	GISLAINE GUILHERME TOLEDO	**2185-B/TO**
(0014)		
Advogado:	GLADYS MORATO	**5274/GO**
(0001)		
Advogado:	IRANICE DE LOURDES DA S. SA VALADES	**2495B/TO**
(0009)		
Advogado:	JOÃO CARLOS DE FARIA	**12638/GO**
(0022)		
Advogado:	KEYLA MARCIA GOMES ROSAL	**2412/TO**
(0016)		
Advogado:	LORENA RODRIGUES CARVALHO SILVA	**2270/TO**
(0006)		
Advogado:	MARCELO CLAUDIO GOMES	**955/TO**
(0005) (0011)		
Advogado:	MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS	**1.655/TO**
(0004) (0013)		
Advogado:	MARCOS FERREIRA DAVI	**2420/TO**
(0002)		
Advogado:	MARIA DAS DORES COSTA REIS	**784B/TO**
(0017)		
Advogado:	MARIA LENICE FREIRE DE ABREU COSTA	**2307/TO**
(0017)		
Advogado:	REGES HENRIQUE PALLAORO	**2.149A/TO**
(0012)		
Advogado:	RENATO KENJI ARAKAKI	**3061/TO**
(0014)		
Advogado:	RILDO CAETANO DE ALMEIDA	**310/TO**
(0019)		
Advogado:	ROBERVAL AIRES PEREIRA PIMENTA	**497/TO**
(0008)		
Advogado:	SEBASTIAO LUIZ VIEIRA MACHADO	**1745B/TO**
(0020) (0021)		
Advogado:	SERGIO FONTANA	**701/TO**
(0003)		
Advogado:	SILVIO ALVES NASCIMENTO	**1514A/TO**
(0001) (0012)		
Advogado:	TELMO HEGELE	**340A/TO**
(0003)		
Advogado:	TIAGO AIRES DE OLIVEIRA	**2347/TO**
(0005)		
Advogado:	TULIO JORGE RIBEIRO DE M. CHEGURY	**1428/TO**
(0009)		

VARA DO TRABALHO DE GUARAÍ

PORTARIA Nº 6, DE 9 DE JULHO DE 2008

O Dr. REINALDO MARTINI, Juiz no exercício da Titularidade da Vara do Trabalho de Guaraí-TO, no uso de suas atribuições legais,
Considerando que a única Oficiala de Justiça lotada nesta MM. Vara, IONÁ GONÇALVES SANTOS SILVA AYRES, está impossibilitada de cumprir regularmente suas atividades, em virtude de recomendação médica e que o Sr. Gerôncio Pereira Costa, designado anteriormente como Oficial de Justiça Ad Hoc está em gozo de férias no período de 16/06/2008 a 15/07/2008, tendo informado a este Juízo a possibilidade de licença médica no período de 15/07/2008 adiante, para tratamento de saúde;
Considerando que a solução de continuidade dos serviços a cargo desses servidores ensejaria grave prejuízo aos andamentos processuais e, em última análise, aos jurisdicionados, resolve:

Prorrogar, ante a necessidade de cumprimento urgente de mandados nesta Vara do Trabalho, os termos da portaria nº 005/2008 e DESIGNAR o Senhor **LYRTON SILVA**, Técnico Judiciário do quadro de servidores do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, lotado na Secretaria desta MM. Vara do Trabalho de Guaraí para, como Oficial de Justiça Ad-Hoc, cumprir mandados judiciais no período de **16/07/2008 a 01/08/2008**.

Remeta-se cópia à ao Eg. TRT da 10ª Região e afixe a presente em local apropriado, para conhecimento de todos os interessados.

Guaraí-TO, 09 de julho de 2008 (4ª-feira)
REINALDO MARTINI
Juiz do Trabalho

DESPACHOS

PROCESSO:	**00033-2006-861-10-00-4 (0001)**
RECLAMANTE	Valdiram Cruz Nascimento
ADVOGADO:	MARIA ELISABETE DA ROCHA TAVARES
RECLAMADO	Laticínios Nossa Senhora Aparecida LTDA
ADVOGADO:	MAURÍLIO PINHEIRO CÂMARA
RECLAMADO	Renato Justino Ferreira Filho
RECLAMADO	Angela Cristina Rodrigues Ferreira

Desp. fl.249: Vistos e examinados. Intime-se a executada Ângela Cristina Rodrigues Ferreira, por edital, da penhora de valor via BacenJud realizada em seu empreendimento WW COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. Sem prejuízo, intime-se a empresa, por seu procurador, da penhora realizada via BacenJud supramencionada. Guaraí/TO, 10 de julho de 2008 (quinta-feira). DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA. Juiz do Trabalho."

PROCESSO:	**00336-2006-861-10-00-7 (0002)**
RECLAMANTE	João Almindo Soares Lima
ADVOGADO:	JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO	Município de Itacajá
ADVOGADO:	ALONSO DE SOUZA PINHEIRO

DESPACHO Vistos e examinados. Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, a ordem de quitação adotada por este Juízo é de pagamento das Requisições de Pequeno Valor, e posteriormente os Precatórios.Apesar de regulares os depósitos realizados, observa-se grande quantidade de processos em execução contra o município de Itacajá. Desta forma, aguarde-se a efetivação de outros depósitos, para a oportuna designação das audiências de conciliação, nos termos do convênio. Publique-se. Guaraí/TO, 11 de julho de 2008 (sexta-feira) DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA Juiz do Trabalho Juiz do Trabalho

PROCESSO:	**00341-2006-861-10-00-0 (0003)**
RECLAMANTE	Joana Carneiro Matos
ADVOGADO:	JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO	Município de Itacajá
ADVOGADO:	ALONSO DE SOUZA PINHEIRO

DESPACHO Vistos e examinados. Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, a ordem de quitação adotada por este Juízo é de pagamento das Requisições de Pequeno Valor, e posteriormente os Precatórios.Apesar de regulares os depósitos realizados, observa-se grande quantidade de processos em execução contra o município de Itacajá. Desta forma, aguarde-se a efetivação de outros depósitos, para a oportuna designação das audiências de conciliação, nos termos do convênio. Publique-se. Guaraí/TO, 11 de julho de 2008 (sexta-feira) DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA Juiz do Trabalho

PROCESSO:	**00348-2006-861-10-00-1 (0004)**
RECLAMANTE	Maria Coelho Araújo
ADVOGADO:	JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO	Município de Itapiratins
ADVOGADO:	ALONSO DE SOUZA PINHEIRO

Despacho de fl.295:"Vistos e examinados.Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, o município de Itapiratins-TO até o momento não firmou convênio com o Eg. TRT10 para pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno valor, razão pela qual indefiro o requerimento de fls. 293/294.Intime-se.Após, aguarde-se o jugamento do Agravo de Instrumento.Guaraí/TO, 10 de julho de 2008(quinta-feira).DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA.Juiz do Trabalho."

PROCESSO:	**00349-2006-861-10-00-6 (0005)**
RECLAMANTE	Izaurina Alves Dias
ADVOGADO:	JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO	Município de Itacajá
ADVOGADO:	ALONSO DE SOUZA PINHEIRO

DESPACHO Vistos e examinados. Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, a ordem de quitação adotada por este Juízo é de pagamento das Requisições de Pequeno Valor, e posteriormente os Precatórios.Apesar de regulares os depósitos realizados, observa-se grande quantidade de processos em execução contra o município de Itacajá. Desta forma, aguarde-se a efetivação de outros depósitos, para a oportuna designação das audiências de conciliação, nos termos do convênio. Publique-se. Guaraí/TO, 11 de julho de 2008 (sexta-feira) DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA Juiz do Trabalho

PROCESSO:	**00350-2006-861-10-00-0 (0006)**
RECLAMANTE	José Fernandes da Silva
ADVOGADO:	JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO	Município de Itacajá
ADVOGADO:	ALONSO DE SOUZA PINHEIRO

DESPACHO Vistos e examinados. Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, a ordem de quitação adotada por este Juízo é de pagamento das Requisições de Pequeno Valor, e posteriormente os Precatórios.Apesar de regulares os depósitos realizados, observa-se grande quantidade de processos em execução contra o município de Itacajá. Desta forma, aguarde-se a efetivação de outros depósitos, para a oportuna designação das audiências de conciliação, nos termos do convênio. Publique-se. Guaraí/TO, 11 de julho de 2008 (sexta-feira) DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00354-2006-861-10-00-9 (0007)**
RECLAMANTE Maria Aparecida Couto de Oliveira
ADVOGADO: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO Município de Itacajá
ADVOGADO: ADRIANA ABI-JAUDI BRANDÃO DE ASSIS

DESPACHO Vistos e examinados. Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, a ordem de quitação adotada por este Juízo é de pagamento das Requisições de Pequeno Valor, e posteriormente os Precatórios.Apesar de regulares os depósitos realizados, observa-se grande quantidade de processos em execução contra o município de Itacajá. Desta forma, aguarde-se a efetivação de outros depósitos, para a oportuna designação das audiências de conciliação, nos termos do convênio. Publique-se. Guaraí/TO, 11 de julho de 2008 (sexta-feira) DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00355-2006-861-10-00-3 (0008)**
RECLAMANTE Maria do Socorro Tavares dos Santos Silva
ADVOGADO: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO Município de Itapiratins
ADVOGADO: ALONSO DE SOUZA PINHEIRO

Despacho de fl.306:"Vistos e examinados.Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, o município de Itapiratins-TO até o momento não firmou convênio com o Eg. TRT10 para pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno valor, razão pela qual indefiro o requerimento de fls. 304/305.Intime-se.Após, aguarde-se o jugamento do Agravo de Instrumento.Guaraí/TO, 10 de julho de 2008(quinta-feira).DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA.Juiz do Trabalho."

PROCESSO: **00356-2006-861-10-00-8 (0009)**
RECLAMANTE Maria José de Souza
ADVOGADO: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO Município de Itacajá
ADVOGADO: ADRIANA ABI-JAUDI BRANDÃO DE ASSIS

DESPACHO Vistos e examinados. Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, a ordem de quitação adotada por este Juízo é de pagamento das Requisições de Pequeno Valor, e posteriormente os Precatórios.Apesar de regulares os depósitos realizados, observa-se grande quantidade de processos em execução contra o município de Itacajá. Desta forma, aguarde-se a efetivação de outros depósitos, para a oportuna designação das audiências de conciliação, nos termos do convênio. Publique-se. Guaraí/TO, 11 de julho de 2008 (sexta-feira) DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00358-2006-861-10-00-7 (0010)**
RECLAMANTE Maria de Nazaré Azevedo Barros Souza
ADVOGADO: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO Município de Itapiratins
ADVOGADO: ALONSO DE SOUZA PINHEIRO

Despacho de fl.295:"Vistos e examinados.Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, o município de Itapiratins-TO até o momento não firmou convênio com o Eg. TRT10 para pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno valor, razão pela qual indefiro o requerimento de fls. 293/294.Intime-se.Após, aguarde-se o jugamento do Agravo de Instrumento.Guaraí/TO, 10 de julho de 2008(quinta-feira).DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA.Juiz do Trabalho."

PROCESSO: **00359-2006-861-10-00-1 (0011)**
RECLAMANTE Vilma Azevedo Ferreira
ADVOGADO: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO Município de Itapiratins
ADVOGADO: ALONSO DE SOUZA PINHEIRO

Despacho de fl.282:"Vistos e examinados.Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, o município de Itapiratins-TO até o momento não firmou convênio com o Eg. TRT10 para pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno valor, razão pela qual indefiro o requerimento de fls. 280/281.Intime-se.Após, aguarde-se o jugamento do Agravo de Instrumento.Guaraí/TO, 10 de julho de 2008(quinta-feira).DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA.Juiz do Trabalho."

PROCESSO: **00407-2006-861-10-00-1 (0012)**
RECLAMANTE Luzia Araújo Coelho Alves
ADVOGADO: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO Município de Itacajá
ADVOGADO: ALONSO DE SOUZA PINHEIRO

DESPACHO Vistos e examinados. Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, a ordem de quitação adotada por este Juízo é de pagamento das Requisições de Pequeno Valor, e posteriormente os Precatórios.Apesar de regulares os depósitos realizados, observa-se grande quantidade de processos em execução contra o município de Itacajá. Desta forma, aguarde-se a efetivação de outros depósitos, para a oportuna designação das audiências de conciliação, nos termos do convênio. Publique-se. Guaraí/TO, 11 de julho de 2008 (sexta-feira) DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00409-2006-861-10-00-0 (0013)**
RECLAMANTE Espólio de Maria Rodrigues da Silva (Representado por João Chaves dos Santos)
ADVOGADO: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO Município de Itacajá
ADVOGADO: ADRIANA ABI-JAUDI BRANDÃO DE ASSIS

DESPACHO Vistos e examinados. Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, a ordem de quitação adotada por este Juízo é de pagamento das Requisições de Pequeno Valor, e posteriormente os Precatórios.Apesar de regulares os depósitos realizados, observa-se grande quantidade de processos em execução contra o município de Itacajá. Desta forma, aguarde-se a efetivação de outros depósitos, para a oportuna designação das audiências de conciliação, nos termos do convênio. Publique-se. Guaraí/TO, 11 de julho de 2008 (sexta-feira) DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00411-2006-861-10-00-0 (0014)**
RECLAMANTE Tereza Botelho Dourado
ADVOGADO: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO Município de Itapiratins
ADVOGADO: ALONSO DE SOUZA PINHEIRO

Despacho de fl.283:"Vistos e examinados.Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, o município de Itapiratins-TO até o momento não firmou convênio com o Eg. TRT10 para pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno valor, razão pela qual indefiro o requerimento de fls. 281/282.Ante a devolução do AR de fl.278v intime-se o município de Itapiratins-TO, por seu procurador (DJ) para,querendo, manifestar-se sobre o sequestro realizado via Bacen-Jud.Guaraí/TO, 10 de julho de 2008(quinta-feira).DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA.Juiz do Trabalho."

PROCESSO: **00412-2006-861-10-00-4 (0015)**
RECLAMANTE Maria de Jesus Leal Pires
ADVOGADO: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO Município de Itapiratins
ADVOGADO: ALONSO DE SOUZA PINHEIRO

Despacho de fl.324:"Vistos e examinados.Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, o município de Itapiratins-TO até o momento não firmou convênio com o Eg. TRT10 para pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno valor, razão pela qual indefiro o requerimento de fls. 322/323.Intime-se.Após, aguarde-se o jugamento da Reclamação impetrada junto ao Supremo Tribunal Federal.Guaraí/TO, 10 de julho de 2008(quinta-feira).DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA.Juiz do Trabalho."

PROCESSO: **00413-2006-861-10-00-9 (0016)**
RECLAMANTE Luiza Queiroz do Carmo
ADVOGADO: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO Município de Itapiratins
ADVOGADO: ALONSO DE SOUZA PINHEIRO

Despacho de fl.318:"Vistos e examinados.Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, o município de Itapiratins-TO até o momento não firmou convênio com o Eg. TRT10 para pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno valor, razão pela qual indefiro o requerimento de fls. 316/317.Intime-se.Após, aguarde-se o jugamento da Reclamação impetrada junto ao Supremo Tribunal Federal.Guaraí/TO, 10 de julho de 2008(quinta-feira).DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA.Juiz do Trabalho."

PROCESSO: **00415-2006-861-10-00-8 (0017)**
RECLAMANTE Ana Maria da Conceição Lira
ADVOGADO: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO Município de Itacajá
ADVOGADO: ADRIANA ABI-JAUDI BRANDÃO DE ASSIS

DESPACHO Vistos e examinados. Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, a ordem de quitação adotada por este Juízo é de pagamento das Requisições de Pequeno Valor, e posteriormente os Precatórios.Apesar de regulares os depósitos realizados, observa-se grande quantidade de processos em execução contra o município de Itacajá. Desta forma, aguarde-se a efetivação de outros depósitos, para a oportuna designação das audiências de conciliação, nos termos do convênio. Publique-se. Guaraí/TO, 11 de julho de 2008 (sexta-feira) DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00416-2006-861-10-00-2 (0018)**
RECLAMANTE Florisval Vargas Cordeiro
ADVOGADO: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO Município de Itacajá
ADVOGADO: ADRIANA ABI-JAUDI BRANDÃO DE ASSIS

DESPACHO Vistos e examinados. Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, a ordem de quitação adotada por este Juízo é de pagamento das Requisições de Pequeno Valor, e posteriormente os Precatórios.Apesar de regulares os depósitos realizados, observa-se grande quantidade de processos em execução contra o município de Itacajá. Desta forma, aguarde-se a efetivação de outros depósitos, para a oportuna designação das audiências de conciliação, nos termos do convênio. Publique-se. Guaraí/TO, 11 de julho de 2008 (sexta-feira) DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00417-2006-861-10-00-7 (0019)**
RECLAMANTE Edith Pereira Campos
ADVOGADO: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS
RECLAMADO Município de Itacajá
ADVOGADO: ADRIANA ABI-JAUDI BRANDÃO DE ASSIS

DESPACHO Vistos e examinados. Ao contrário do mencionado pelo nobre causídico, a ordem de quitação adotada por este Juízo é de pagamento das Requisições de Pequeno Valor, e posteriormente os Precatórios.Apesar de regulares os depósitos realizados, observa-se grande quantidade de processos em execução contra o município de Itacajá. Desta forma, aguarde-se a efetivação de outros depósitos, para a oportuna designação das audiências de conciliação, nos termos do convênio. Publique-se. Guaraí/TO, 11 de julho de 2008 (sexta-feira) DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00107-2007-861-10-00-3 (0020)**
RECLAMANTE Regina Ferreira de Almeida
ADVOGADO: ROBERTO NOGUEIRA
RECLAMADO Absair Inácio Ferreira
ADVOGADO: GEDEON BATISTA PITALUGA JR.

Desp. fl.88:"Vistos e examinados.Diante da anulação em instância superior de todos os atos praticados por este Juízo, a partir da fl. 29, designo audiência inicial nos presentes autos para o dia 31/07/2008, às 09h10min, mantidas as cominações de fl.23.Intime-se a Reclamante, por seu procurador, via postal.Intime-se o Reclamado, por seu procurador, via postal.Notifique-se o Reclamado pela via postal, com cópia da inicial, no endereço por ele indicado à fl. 61, para pessoal comparecimento, sob as penas do art. 844 da CLT.Publique-se.Guaraí/TO, 08 de julho de 2008 (3ª feira).REINALDO MARTINI.Juiz do Trabalho."

PROCESSO: **00320-2007-861-10-00-5 (0021)**
AUTOR Alair Antônio Pires
ADVOGADO: FRANCISCO JOSÉ SOUSA BORGES
RÉU União - Fazenda Nacional

SENTENÇA DE FLS. 121/122" III - DISPOSITIVO Por todo o exposto, julgo improcedente a Ação Cautelar Inominada proposta por ALAIR ANTÔNIO PIRES em face da UNIÃO, nos termos da fundamentação retro que fica integrando este dispositivo. Custas pelo requerente, no importe de R$20,00, calculadas sobre o valor dado à causa de R$1.000,00. Honorários advocatícios no valor de R$150,00, correspondente a 15% do valor da causa, na forma do art. 5º da Instrução Normativa nº 27 do C. TST. Guaraí-TO, 09 de julho de 2008. REINALDO MARTINI Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00333-2007-861-10-00-4 (0022)**
RECLAMANTE Francisco Alves de Oliveira
ADVOGADO: LORENA RODRIGUES CARVALHO SILVA
RECLAMADO LUIZ CARLOS PREZOTO
ADVOGADO: ANDRES CATON KOPPER DELGADO
RECLAMADO João Antônio Prezoto
ADVOGADO: ANDRES CATON KOPPER DELGADO

Desp. fl.160:"(...)Intime-se o Executado, por seu procurador, para no prazo de 5 dias indicar conta corrente para a devolução da sobra da execução, existente na conta judicial nº 4000107856679.Guaraí/TO, 7 de Julho de 2008 (segunda-feira).REINALDO MARTINI.Juiz do Trabalho."

PROCESSO: **00025-2008-861-10-00-0 (0023)**
RECLAMANTE José Alves de Oliveira
ADVOGADO: JOÃO DOS SANTOS GONÇALVES DE BRITO
RECLAMADO Município de Guaraí
ADVOGADO: MÁRCIA DE OLIVEIRA REZENDE

Despacho de fl. 91:"Vistos e examinados.Homologo os cálculos de fls. 86/90, fixando à execução o valor de 1.127,13 (hum mil, cento e vinte e sete reais e treze centavos), sem prejuízo de futuras atualizações, quando do efetivo pagamento, observando-se as parcelas abaixo:INSS Rectes: R$ 330,63 / INSS Recdos: R$ 601,15 / IRPF: R$ 195,35.Total Geral: R$ 1.127,33.Cite-se o Executado para os fins legais (art. 730 do CPC e 884 da CLT), cientificando-o de que o trânsito em julgado da conta de liquidação, sem o respectivo pagamento, implicará na expedição de Requisição de Pequeno Valor, nos termos do Art. 100, § 3º/CF, artigos 86 e 87 do ADCT e artigo 17 da Lei 10.259/01.Expeça-se Mandado para Citação de Ente Público.Intime-se o(a) exeqüente, por seu procurador, para que se manifeste sobre o cálculo realizado no prazo de 5 dias.Intime-se a União, por intermédio da PGF do acordo (fls. 78/79) e cálculos (fl. 8690), para os fins legais (art. 879, § 3º, da CLT), sob pena de preclusão.Guaraí/TO, 07 de julho de 2008 (segunda feira).REINALDO MARTINI.Juiz do Trabalho."

PROCESSO: **00097-2008-861-10-00-7 (0024)**
RECLAMANTE Reginaldo Severino da Silva
ADVOGADO: DARCI MARTINS MARQUES
RECLAMADO Teva Transporte Ltda.
ADVOGADO: WANDERLITA FERNANDES DE SOUSA

DESPACHO de fl.54:"Vistos e examinados.Ante o silêncio do Reclamante, tenho por cumprido o acordo, extinguindo o feito, nos termos do art. 794, I do CPC no que tange aos créditos devidos ao obreiro.Publique-se.Intime-se o Reclamado, por seu procurador, via postal, para comprovar no prazo de 10 dias o recolhimento das contribuições previdenciárias (31% do valor do acordo), sob pena de execução.Guaraí/TO, 08 de julho de 2008 (3ª feira).REINALDO MARTINI.Juiz do Trabalho.

PROCESSO: **00116-2008-861-10-00-5 (0025)**
RECLAMANTE Maria Fernandes do Nascimento
ADVOGADO: JOÃO DOS SANTOS GONÇALVES DE BRITO
RECLAMADO Nilza Gomes Bispo
ADVOGADO: FERNANDO CARLOS FIEL DE VASCONCELOS FIGUEIREDO

DESPACHO Vistos e examinados. Ante os comprovantes apresentados, tenho por integralmente cumprido o acordo de fl. 20/21, extinguindo o feito, nos termos do art. 794, I do CPC. Intime-se a União, por intermédio da PGF, via postal, para manifestar-se sobre o ACORDO de fl. 20/21 e comprovantes de recolhimento (fl.28/33) no prazo de 16 dias, sob pena de remessa dos autos ao arquivo, EM DEFINITIVO. Publique-se. Guaraí/TO, 11 de julho de 2008 (6ª feira). DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00141-2008-861-10-00-9 (0026)**
AUTOR Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA
ADVOGADO: ANTONIO JAIME GOMES DE AZEVEDO
RÉU Geraldo José Alves de Magalhães

DESPACHO Vistos e examinados, HOMOLOGO a composição de fls. 108/132, para que surta seus regulares e jurídicos efeitos. Intime-se a Autora deverá manifestar o inadimplemento no prazo de 5 dias após o vencimento, importando o silêncio em regular quitação. Publique-se. Guaraí/TO, 09 de julho de 2008 (4ª feira) REINALDO MARTINI Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00202-2008-861-10-00-8 (0027)**
RECLAMANTE José de Sousa Rolim
ADVOGADO: JOÃO DOS SANTOS GONÇALVES DE BRITO
RECLAMADO Fricol Frigorífico Colinas S. A.
ADVOGADO: EDSON PAULO LINS JUNIOR

DESPACHO de fl.31:"Vistos e examinados.Ante o silêncio do Reclamante, tenho por cumprido o acordo, extinguindo o feito, nos termos do art. 794, I do CPC no que tange aos créditos devidos ao obreiro.Publique-se.Intime-se o Reclamado, por seu procurador, via postal, para comprovar no prazo de 10 dias o recolhimento das contribuições previdenciárias (31% do valor do acordo), sob pena de execução.Guaraí/TO, 08 de julho de 2008 (3ª feira).REINALDO MARTINI.Juiz do Trabalho.

PROCESSO: **00207-2008-861-10-00-0 (0028)**
AUTOR Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA
ADVOGADO: ANTONIO JAIME GOMES DE AZEVEDO
RÉU Judson Barros de Oliveira

Desp. fl.110:"Vistos os autos.Verifico evidente erro material na parte final da ata de audiência de fls. 107/108, no tocante ao nome do reclamado.Com efeito, preceitua o parágrafo único do art. 897-A da CLT que "os erros materiais poderão ser corrigidos de ofício ou a requerimento de qualquer das partes".Assim, retifico parte da conclusão da ata de audiência de fls. 107/108, para constar a seguinte redação:"Ante o exposto e mais o que dos autos consta, decide a MM. Vara do Trabalho de Guaraí/TO, na ação ajuizada pela CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, em desfavor de JUDSON BARROS DE OLIVEIRA, julgar TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na exordial, para condenar o reclamado, após o trânsito em julgado da presente, a pagar ao autor a importância de R$1.361,76, a título de contribuições sindicais rurais dos exercícios de 2004 a 2007 e honorários advocatícios no valor de R$204,64." Intime-se o reclamado revel, por edital.Intime-se o reclamante deste despacho, via Diário da Justiça.Guaraí-TO, 10 de julho de 2007.DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA.Juiz do Trabalho."

PROCESSO: **00212-2008-861-10-00-3 (0029)**
RECLAMANTE Ana Lúcia Ferreira de Sousa
ADVOGADO: JUAREZ FERREIRA
RECLAMADO Diomar Fonseca Carvalho
ADVOGADO: WANDEILSON DA CUNHA MEDEIROS

DESPACHO de fl.18:"Vistos e examinados.Ante o silêncio do Reclamante, tenho por cumprido o acordo, extinguindo o feito, nos termos do art. 794, I do CPC no que tange aos créditos devidos ao obreiro.Publique-se.Intime-se o Reclamado, por seu procurador, via postal, para comprovar no prazo de 10 dias o recolhimento das contribuições previdenciárias (31% do valor do acordo), sob pena de execução.Guaraí/TO, 08 de julho de 2008 (3ª feira).REINALDO MARTINI.Juiz do Trabalho.

PROCESSO: **00239-2008-861-10-00-6 (0030)**
EMBARGANTE Bunge Alimentos S. A.
ADVOGADO: VALDIR JOSÉ MICHELS
EMBARGADO Savona Ltda.
EMBARGADO Sandra Maria Gullo da Silva
EMBARGADO Gilberto Pedro Cappellesso
EMBARGADO Darci Francisco Cappellesso
EMBARGADO Cleusa de Lourdes Montemor Caldas
EMBARGADO Maria da Glória Queiroz
EMBARGADO Peroncy Pereira de Souza

DESPACHO Vistos e examinados. Ante a devolução da citação dirigida à embargada Cleusa de Lourdes Montemor Caldas pelo motivo "mudou-se", intime-se a embargante, por seu procurador, a indicar o correto endereço dela, ou requerer o que entender de direito, no prazo de 10 dias, sob as penas legais. Guaraí/TO, 11 de julho de 2008 (sexta-feira) REINALDO MARTINI Juiz do Trabalho

PROCESSO: **00270-2008-861-10-00-7 (0031)**
RECLAMANTE Marcelo Cantuário da Silva
ADVOGADO: JOSÉ ERASMO PEREIRA MARINHO
RECLAMADO Ronivaldo Luiza de Carvalho (Roni Moto)

Ata de Audiência de fl.15:Em 08 de julho de 2008, na sala de sessões da MM. 1ª VARA DO TRABALHO DE GUARAÍ/TO, sob a direção do Exmo(a). Juiz REINALDO MARTINI, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.Às 14h41min, aberta a audiência, foram, de ordem do Exmo(a). Juiz do Trabalho, apregoadas as partes.Ausente o(a) reclamante e seu advogado.Ausente o(a) reclamado(a) e seu advogado.Diante da ausência injustificada das partes, decide-se ARQUIVAR a presente reclamação (CLT, art. 844). Fica autorizado o desentranhamento dos documentos de fls. 09/10, sendo a procuração e a declaração de pobreza mediante cópia.Custas pelo(a) reclamante no importe de R$ 361,88, calculadas sobre R$ 18.094,00, dispensadas na forma da lei.Intime-se o(a) reclamante, por seu procurador.Audiência encerrada às 14h41min.Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.Nada mais.REINALDO MARTINI.Juiz do Trabalho."

ÍNDICE

Advogado: ADRIANA ABI-JAUDI BRANDÃO DE ASSIS **1998/TO**
(0007) (0009) (0013) (0017) (0018) (0019)
Advogado: ALONSO DE SOUZA PINHEIRO **80A/TO**
(0002) (0003) (0004) (0005) (0006) (0008) (0010) (0011) (0012) (0014) (0015) (0016)
Advogado: ANDRES CATON KOPPER DELGADO **2472/TO**
(0022)
Advogado: ANTONIO JAIME GOMES DE AZEVEDO **1749/TO**
(0026) (0028)
Advogado: DARCI MARTINS MARQUES **1649/TO**
(0024)
Advogado: EDSON PAULO LINS JUNIOR **2901/TO**
(0027)
Advogado: FERNANDO CARLOS FIEL DE VASCONCELOS FIGUEIREDO **1754/TO**
(0025)
Advogado: FRANCISCO JOSÉ SOUSA BORGES **413A/TO**
(0021)
Advogado: GEDEON BATISTA PITALUGA JR. **2116/TO**
(0020)
Advogado: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS **301A/TO**
(0002) (0003) (0004) (0005) (0006) (0007) (0008) (0009) (0010) (0011) (0012) (0013) (0014) (0015) (0016) (0017) (0018) (0019)
Advogado: JOSÉ ERASMO PEREIRA MARINHO **1132/TO**
(0031)
Advogado: JOÃO DOS SANTOS GONÇALVES DE BRITO **1498B/TO**
(0023) (0025) (0027)
Advogado: JUAREZ FERREIRA **3405A/TO**
(0029)
Advogado: LORENA RODRIGUES CARVALHO SILVA **2270/TO**
(0022)
Advogado: MARIA ELISABETE DA ROCHA TAVARES **429B/TO**
(0001)
Advogado: MAURÍLIO PINHEIRO CÂMARA **560-B/TO**
(0001)
Advogado: MÁRCIA DE OLIVEIRA REZENDE **3322/TO**
(0023)
Advogado: ROBERTO NOGUEIRA **726B/TO**
(0020)
Advogado: VALDIR JOSÉ MICHELS **6595/SC**
(0030)
Advogado: WANDEILSON DA CUNHA MEDEIROS **2899/TO**
(0029)
Advogado: WANDERLITA FERNANDES DE SOUSA **1892/TO**
(0024)

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 111/08

Processo: 00033-2006-861-10-00-4
Exeqüente: VALDIRAM CRUZ NASCIMENTO
Executada: ÂNGELA CRISTINA RODRIGUES FERREIRA

O Excelentíssimo Juiz do Trabalho, DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA , no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, pelo presente edital, fica INTIMADA a EXECUTADA acima mencionada, atualmente em LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, para que tome ciência do teor do r. despacho de fl. 249 proferido no processo em epígrafe: "(...)Intime-se a executada Ângela Cristina Rodrigues Ferreira, por edital, da penhora de valor via BacenJud realizada em seu empreendimento WW COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.(...)." O inteiro teor do despacho citado poderá ser obtidos na Secretaria desta MM. Vara do Trabalho, situada na Rua 01, nº 1400, esquina com a Av. Goiás, Setor Norte Rodoviário, Guaraí/TO. Para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça, e ainda afixado na sede do Juízo.

Eu, Daniel de Abreu Noleto, Diretor de Secretaria, conferi o presente edital, após ter sido digitado pelo estagiário Danny Portella Paganucci.

Guaraí-TO, 10 de julho de 2008 (5ª feira).

DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA
Juiz do Trabalho

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA Nº 109/08

Processo: 00206-2008-861-10-00-6
Reclamante: CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
Advogado: ANTÔNIO JAIME GOMES DE AZEVEDO - OAB/TO 1749
Reclamada: RITA COSTA CIRQUEIRA

O Excelentíssimo Juiz do Trabalho, DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, pelo presente edital, fica INTIMADA a RECLAMADA acima mencionada, atualmente em LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, para que tome ciência da sentença de fls. 106/107, proferida nos autos do processo em epígrafe, cuja conclusão é a seguinte:"... Ante o exposto e mais o que dos autos consta, decide a M.M. Vara do Trabalho de Guaraí/TO, na ação ajuizada pela CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, em desfavor de RITA COSTA CIRQUEIRA, julgar TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na exordial, para condenar o reclamado, após o trânsito em julgado da presente, a pagar ao autor a importância de R$ 1.326,57, a título de contribuições sindicais rurais dos exercícios de 2004 a 2007 e honorários advocatícios no valor de R$198,99. São devidos juros, correção monetária e descontos fiscais, na forma da Lei. Tudo nos termos e limites da fundamentação. Custas pelo reclamado no importe de R$ 26,53, calculadas sobre o valor da condenação. Ciente o autor. Notifique-se o reclamado revel, por edital. Audiência encerrada às 14h20min. Nada mais. REINALDO MARTINI. Juiz do Trabalho." O inteiro teor da sentença poderá ser obtido na Secretaria desta MM. Vara do Trabalho, situada na Rua J-01, nº 1400, esquina com a Av. Goiás, Setor Norte Rodoviário, Guaraí/TO. Para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça, e ainda afixado na sede do Juízo.

Eu, Daniel de Abreu Noleto, Diretor de Secretaria, conferi o presente, o qual foi digitado pelo estagiário Danny Portella Paganucci.

Guaraí/TO, 10/07/08 (5ª feira).

DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA
Juiz do Trabalho

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA Nº 110/08

Processo: 00207-2008-861-10-00-0
Reclamante:CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
Advogado:ANTÔNIO JAIME GOMES DE AZEVEDO - OAB/TO 1749
Reclamado: JUDSON BARROS DE OLIVEIRA

O Excelentíssimo Juiz do Trabalho, DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA, no uso das atribuições que lhe confere a lei, torna público que, pelo presente edital, fica INTIMADO o RECLAMADO acima mencionado, atualmente em LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, para que tome ciência da sentença de fls. 107/108 e 110, proferida nos autos do processo em epígrafe, cuja conclusão é a seguinte:"... Ante o exposto e mais o que dos autos consta, decide a M.M. Vara do Trabalho de Guaraí/TO, na ação ajuizada pela CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, em desfavor de JUDSON BARROS DE OLIVEIRA, julgar TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na exordial, para condenar o reclamado, após o trânsito em julgado da presente, a pagar ao autor a importância de R$1.361,76, a título de contribuições sindicais rurais dos exercícios de 2004 a 2007 e honorários advocatícios no valor de R$204,64. São devidos juros, correção monetária e descontos fiscais, na forma da Lei. Tudo nos termos e limites da fundamentação. Custas pelo reclamado no importe de R$ 27,24, calculadas sobre o valor da condenação. Ciente o autor. Notifique-se o reclamado revel, por edital. Audiência encerrada às 14h28min. Nada mais. REINALDO MARTINI. Juiz do Trabalho." O inteiro teor da sentença poderá ser obtido na Secretaria desta MM. Vara do Trabalho, situada na Rua J-01, nº 1400, esquina com a Av. Goiás, Setor Norte Rodoviário, Guaraí/TO. Para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça, e ainda afixado na sede do Juízo.

Eu, Daniel de Abreu Noleto, Diretor de Secretaria, conferi o presente, o qual foi digitado pelo estagiário Danny Portella Paganucci.

Guaraí/TO, 10/07/08 (5ª feira).

DANIEL IZIDORO CALABRÓ QUEIROGA
Juiz do Trabalho

Tribunal Regional Eleitoral

5ª ZONA ELEITORAL

SENTENÇA Nº 9/2008

A MMª. Juíza da 5ª Zona Eleitoral do Distrito Federal, Dra. Margareth Cristina Becker, proferiu sentença no processo abaixo:

Processo nº 9875/2008 - 5ª ZE/DF - Classe XI
Assunto: Dupla Filiação Partidária
Interessado: Jucelene Nonato Figueiredo e Outros

Trata-se de procedimento instaurado para apuração da situação irregular de eleitores, em razão de duplicidade ou pluralidade de filiação partidária, ilícito penal tipificado nos artigos 319 e 320, da Lei 4.737/65 (Código Eleitoral).

Os eleitores indicados à fl. 2 filiaram-se a outro partido político e não providenciaram o desligamento da anterior filiação partidária.

Assim, com fundamento no art. 22, parágrafo único, da Lei 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos), art. 36, § 5º, da Resolução nº 19.406/95, do Tribunal Superior Eleitoral, e no art. 354 do Provimento Geral e Normas da Justiça Eleitoral do Distrito Federal, declaro a nulidade das filiações partidárias dos seguintes eleitores: JUCELENE NONATO FIGUEIREDO (PSL E PDT), RODRIGO MARCELO DO AMPARO SIMÕES (PC do B e PRB) e WANIA NEVES DA SILVA (PC do B e PDT).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se os Partidos Políticos e os eleitores, nos termos do artigo 355, § 2º do Provimento Geral e Normas da Justiça Eleitoral do DF. Proceda-se à atualização no Cadastro Nacional de Eleitores.

Ao Ministério Público Eleitoral.

Sobradinho-DF, em 09 de julho de 2008.

MARGARETH CRISTINA BECKER
Juíza de Direito da 5ª Zona Eleitoral

11ª ZONA ELEITORAL

EDITAL

A Dra. Wilde Maria Silva Justiniano Ribeiro, MMª. Juíza Titular da 11ª Zona Eleitoral do DF, faz saber a todos quantos virem este edital ou dele conhecimento tiverem que proferiu a seguinte sentença no processo abaixo relacionado:

PROCESSO: A 768/2002
ASSUNTO: INELEGIBILIDADE
ELEITOR: HENRIQUE SOARES DE JESUS FILHO

SENTENÇA (fls. 24): "Determino o restabelecimento da elegibilidade de **HENRIQUE SOARES DE JESUS FILHO,** inscrição eleitoral nº 006996542003, desta 11ª Zona Eleitoral, por intermédio do comando do FASE 558, visto que o prazo determinado no art.1º, inciso I, alínea "e" da Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1999 foi devidamente cumprido..". Dado e passado nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, aos 11 dias do mês de julho de 2008, eu , Elaine Veloso Ruas, Chefe do Cartório da 11ª ZE/DF, localizado no SHCES Quadra 1409, Lote 01, Cruzeiro Novo/DF, o subscrevo.

WILDE MARIA SILVA JUSTINIANO RIBEIRO
Juíza Titular da 11ª Zona Eleitoral

12ª ZONA ELEITORAL

EDITAL Nº 28/2008

O Meritíssimo Juiz Substituto da 12ª Zona Eleitoral, Dr. HILMAR CASTELO BRANCO RAPOSO FILHO, faz saber que foi proferida a seguinte decisão:

Processo: 12002045/2003 - CLASSE VII
Assunto: SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS (CONSCRITO)
Interessado: JOSE GOMES MACIEL JUNIOR
Decisão nº 128/2008: "...determino o restabelecimento dos direitos políticos de JOSE GOMES MACIEL JUNIOR, inscrição eleitoral nº 016112532097. Processe-se o FASE 370 para a referida inscrição eleitoral... Ceilândia/DF, 11 de julho de 2008."

Dado e passado nesta 12ª Zona Eleitoral, sito na QNM 12, Via NM 12 A, Lotes 2-4. Eu, Marcos Leandro Leitão Santiago - Chefe do Cartório da 12ª Zona Eleitoral, redigi o presente edital, que vai devidamente conferido. Ceilândia/DF, em 11 de julho de 2008.

HIMAR CASTELO BRANCO RAPOSO FILHO
Juiz Substituo 12ª Zona Eleitoral

14ª ZONA ELEITORAL

DECISÕES

Processo n.: 9888/2008 - Classe XI - Pluralidade de filiação partidária

Interessado(a): ALEX LAURIANO ALVES DA SILVA, FERNANDO NUNES CHAVES, HERMAN DUTRA SOARES PENA, JACKSON LUIZ PIRES MACHADO, PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN), PARTIDO SOCIAL CRISTÃO (PSC), PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB), PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT) e PARTIDO VERDE (PV)

Advogado(s):

(...)

Diante do exposto, DECLARO **nulas**, por infração ao artigo 22, parágrafo único, primeira parte, da Lei 9.096/95, as filiações dos eleitores **FERNANDO NUNES CHAVES** ao Partido Trabalhista Nacional e Partido Social Cristão, **HERNAN DUTRA SOARES PENA** ao Partido Socialista Brasileiro e Partido Democrático Trabalhista e **JACKSON LUIZ PIRES MACHADO** ao Partido Verde e ao Partido Democrático Trabalhista.

Publique-se e notifiquem-se os interessados e os respectivos presidentes dos diretórios regionais e zonais dos partidos envolvidos.

No tocante a situação do eleitor **ALEX LAURIANO ALVES DA SILVA**, ofície-se o Juízo da 4.ª Zona Eleitoral do Piauí, com as informações necessárias, solicitando, após proferida a decisão, a comunicação do resultado a este Juízo, para eventual cumprimento do ato.

Anotem-se as desfiliações.

Cumpridas as providências, vista ao Ministério Público Eleitoral.

Brasília, 08 de julho de 2008.

CARLOS BISMARCK PISKE AZEVEDO BARBOSA
Juiz Eleitoral em exercício

DESPACHO

Processo n.: 6/2008 - Classe III - Ação penal eleitoral

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

Ré: OLGA CRISTINA PEIXOTO PEDRA

Advogado(s): SANNY BRAGA VASCONCELOS - OAB/DF n. 18.969

Vistos.

Não havendo testemunhas arroladas ou diligências requeridas, concedo a cada uma das partes (acusação e defesa) o prazo de 5 (cinco) dias para as alegações finais, nos termos do art. 360 do Código Eleitoral.

Defiro o prazo de 5 (cinco) dias para a Patrona da ré apresentar o instrumento de mandato.

Publique-se e intime-se.

Brasília, 08 de julho de 2008.

CARLOS BISMARCK PISKE DE AZEVEDO BARBOSA
Juiz Eleitoral Plantonista

DIRETORIA GERAL

SECRETARIA JUDICIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 6461

Classe: XXIX - Prestação de Contas de Candidato
Num. Processo: 1685
Interessada: Cleuza Mendes Carlesso, candidata a deputada federal pelo Partido Democrático Trabalhista
Relator: Juiz Evandro Pertence
EMENTA
ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E DE GASTOS. CONTAS APROVADAS.
Resolvem os juízes do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**, **EVANDRO PERTENCE** - relator, **MARCOS LUIS BORGES DE RESENDE**, **CÂNDIDO RIBEIRO**, **DÁCIO VIEIRA** e **SÉRGIO ROCHA** - vogais, aprovar as contas, nos termos do voto do relator. Decisão **UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e as notas taquigráficas.
Brasília (DF), em 30 de junho de 2008.
Desembargador **ESTEVAM MAIA**
Presidente
Juiz **EVANDRO PERTENCE**
Relator
OSNIR BELICE
Procurador Regional Eleitoral

RESOLUÇÃO Nº 6467

Classe: XXVIII - Prestaçao de Contas de Partido
Num. Processo: 1410
Interessado: Partido Republicano Progressista - PRP
Relator: Juiz Sérgio Rocha

EMENTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA (PRP) - EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2006 - REGULARIDADE DAS CONTAS - APRESENTAÇÃO INTEMPESTIVA - AUSÊNCIA DE PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PARTIDO - ART. 14, II, "k" DA RESOLUÇÃO/TSE N° 21.841/04 - APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. A apresentação da prestação de contas anual de partido fora do prazo legal (30 de abril do ano seguinte - art. 32 da Lei n° 9.096/95) constitui mera irregularidade, não sendo causa para o seu não conhecimento, conforme jurisprudência do TRE/DF.

2. A ausência nos autos de parecer da Comissão Executiva do partido, aprovando ou não as contas prestadas (art. 14, II, "k", da Resolução/TSE n° 21.841/2004), não é motivo para a sua rejeição pela Justiça Eleitoral, devendo ser registrada como ressalva.

3. Contas julgadas regulares e aprovada a prestação de contas anual do partido, referente ao exercício financeiro de 2006, com as ressalvas da intempestividade da apresentação e da ausência de parecer da Comissão Executiva do PRP.

Resolvem juízes do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**, **SÉRGIO ROCHA** - relator, **EVANDRO PERTENCE**, **MARCOS LUIS BORGES DE RESENDE**, **CÂNDIDO RIBEIRO**, **ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS** e **DÁCIO VIEIRA** - vogais, aprovar as contas, nos termos do voto do relator. Decisão **UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e as notas taquigráficas.
Brasília (DF), em 7 de julho de 2008.
Desembargador **ESTEVAM MAIA**
Presidente
Juiz **SÉRGIO ROCHA**
Relator
OSNIR BELICE
Procurador Regional Eleitoral

RESOLUÇÃO Nº 6468

Classe: XXIX - Prestação de Contas de Candidato
Num. Processo: 1781
Interessado: Itapuã Prestes de Messias, candidato a deputado federal pela Coligação Avança DF
Relator: Juiz Evandro Pertence
EMENTA
ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E DE GASTOS. CONTAS APROVADAS.
Resolvem os juízes do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**, **EVANDRO PERTENCE** - relator, **MARCOS LUIS BORGES DE RESENDE**, **CÂNDIDO RIBEIRO**, **ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS**, **DÁCIO VIEIRA** e **SÉRGIO ROCHA** - vogais, aprovar as contas, nos termos do voto do relator. Decisão **UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e as notas taquigráficas.
Brasília (DF), em 7 de julho de 2008.
Desembargador **ESTEVAM MAIA**
Presidente
Juiz **EVANDRO PERTENCE**
Relator
OSNIR BELICE
Procurador Regional Eleitoral

RESOLUÇÃO Nº 6469, DE 10 DE JULHO DE 2008

Dispõe sobre as atribuições da Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL**, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Os artigos 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32 da Resolução nº 6.404, de 08 de março de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 21** .....

II. Gerenciar e assegurar a atualização das bases de dados necessárias ao correto gerenciamento das atividades relacionadas ao controle da estrutura funcional do Tribunal, notadamente no que se refere aos cargos e registros pessoais e funcionais das autoridades, servidores e pensionistas; "

"**Art. 22** .....

IV.....

c) Seção de Apoio aos Requisitados;"

"**Art. 24** .....

VI. Acompanhar o processo de planejamento de metas, orientar o desdobramento de diretrizes e controlar a realização das ações das unidades subordinadas a SGP, relatando os resultados institucionais a Diretoria Geral;

VII. Avaliar a eficácia das ações executadas, mantendo os registros apropriados."

"**Art. 25** .....

I. Planejar, coordenar, orientar e controlar as ações voltadas à capacitação e ao desenvolvimento de pessoal, inclusive no que ser refere à seleção recrutamento;

II. Gerenciar sistemas de avaliação de desempenho funcional e evolução pessoal dos servidores;

III.....

IV.Gerenciar o plano de gestão por competências do Tribunal;

V.Promover estudos e pesquisas, elaborar diretrizes, propor políticas e controlar atividades referentes ao suprimento, adequação e desenvolvimento do pessoal ativo, assim como melhorias dos padrões comportamentais dos servidores;

VI.Propor normas, instruções e regulamentos para a aplicação permanente da política de treinamento e aperfeiçoamento pessoal, bem como as instruções necessárias à sua aplicação;

VII. Verificar a correta utilização do quadro de servidores ativos, quantitativos e qualitativos, propondo medidas que venham a eliminar os desvios de função."

"**Art. 26** .....

I.Elaborar propostas que tenham por interesse a composição plena da força de trabalho do Tribunal;

II.Executar e controlar atividades de seleção de servidores ativos;

III.Promover ações relativas à convocação de servidores com vistas ao preenchimento de cargos vagos, bem como estudar e propor a conveniência e oportunidade das alterações de cargos e funções existentes;

IV.Elaborar Portarias de Designação e Dispensa de Magistrados;

V.Elaborar Termos de Posse de Membros e Magistrados;

VI.Formalizar processos referentes à lista tríplice dos membros do TRE submetendo a análise da COPES/SELEPE, para conferência da documentação;

VII.Gerenciar o Programa de Avaliação de Desempenho, promovendo as ações relativas à Progressão Funcional;

VIII.Processar o expediente relativo ao provimento, vacância, promoções, direitos e vantagens dos ativos, elaborando o respectivo ato;

IX.Formalizar os processos relativos ao Estágio Probatório;

X. Realizar pesquisa de clima organizacional e de lotação ideal dos servidores;

XI. Promover a seleção interna e lotação adequada dos servidores;

XII.Informar à COED/SECAP quanto à necessidade de treinamento identificada na avaliação de desempenho."

"**Art. 27** .....

I. Implementar ações e programas de treinamento, aperfeiçoamento, desenvolvimento, integração e de valorização dos servidores;

II. Organizar, coordenar e executar, com apoio dos Cartórios e Postos Eleitorais e sob a direção da Assessoria de Planejamento Estratégico/ASPLAN, as atividades de treinamento de agentes eleitorais para atuarem nos processos das eleições e justificativa eleitoral no Distrito Federal;

III. Elaborar os planos anuais de capacitação, providenciando a divulgação de programas de evento de treinamento e desenvolvimento de pessoal;

IV. Instruir processo de participação de autoridades e servidores em eventos diversos, procedendo à inscrição, mediante autorização superior;

V. Acompanhar os treinamentos externos para assegurar a sua execução conforme as normas preestabelecidas;

VI. Selecionar e cadastrar servidores que desempenharão atividades como instrutores, manifestando-se nos processos de instrutoria interna;

VII. Elaborar a proposta orçamentária relativa ao Programa de Treinamento e Capacitação de Pessoas;

VIII. Promover avaliação de eficácia dos eventos de treinamento, semestralmente, junto ao superior hierárquico do participante;

IX. Promover "Avaliação de Treinamento em Serviço" sempre que houver novos servidores lotados em Cartórios Eleitorais;

X. Promover o levantamento das necessidades de contratação de estagiários de 3º grau, bem como planejar e operacionalizar o programa de estágios supervisionados;

XI. Emitir parecer quanto a pleitos referentes à licença capacitação, após instrução do pleito pelo SECAD e SELEP, acompanhando processo até o retorno do servidor, no caso de deferimento do pleito.

XII. Cotar, reservar e emitir bilhetes de passagens aéreas, objetivando deslocamento de autoridades e/ou servidores para o destino do evento;

XIII. Receber os procedimentos administrativos solicitando Adicional de Qualificação/AQ e manter atualizados os dados referentes a cursos no Módulo Gestão/SGRH para fins de atualização cadastral."

"**Art. 28** .....

I. Coordenar, orientar, controlar e supervisionar as atividades das seções que lhe são afetas, principalmente as relativas ao cadastro e pagamento de magistrados, de servidores e de pensionistas;

II. Submeter os documentos de arrecadação de impostos, Relatório Anual de Declaração de Imposto de Renda na Fonte (DIRF) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) aos Órgãos competentes;

III. Coordenar a manutenção e atualização dos dados junto aos sistemas informatizados de gestão de pessoas, referentes à sua área;

IV. Providenciar o encaminhamento de relatórios de consignações averbadas a entidades autorizadas;

V. Elaborar demonstrativos do quadro de funcionários, para fins de previsão orçamentária;

VI. Controlar os benefícios relativos à Vale-transporte, Assistência Pré-Escolar e Vale-Refeição."

"**Art. 29** .....

I. Instruir processos administrativos referentes a direitos, deveres e vantagens funcionais de magistrados, servidores ativos, inativos, requisitados, sem vínculo e de pensionistas;

II. Analisar e informar à Seção de Pagamento e à Seção de Cadastro as alterações na situação funcional de servidores ativos, inativos, requisitados, sem vínculo e de pensionistas, que possam refletir nas respectivas fichas financeiras;

III. Instruir processos referentes à concessão e revisão de aposentadoria e pensão, bem como suas atualizações de acordo com a legislação vigente;

IV. Manter atualizados junto ao SISAC, os dados referentes à aposentadoria, pensão e outros, dos servidores inativos;

V. Instruir processos referentes à lista tríplice dos membros do TRE a ser encaminhada ao TSE, proceder à conferência da documentação exigida em legislação, bem como atender às solicitações do Tribunal Superior Eleitoral referentes ao assunto;

VI. Informar os direitos, vantagens, concessões do pessoal ativo, inativos e pensionistas, a próprios e ás Autoridades Superiores, quando for o caso."

"**Art. 30** .....

I. Efetuar cálculos de vencimentos, proventos, gratificações, adicionais e outras vantagens financeiras, bem como cálculos retroativos e descontos incidentes na folha de pagamento das autoridades, dos servidores e dos pensionistas;

II. Proceder ao levantamento e à apuração de valores passíveis de acertos financeiros, bem como daqueles decorrentes de processos administrativos e judiciais;

III. Manter atualizadas tabelas de vencimentos, de proventos, de vantagens e de atualização monetária;

IV. Manter atualizados registros financeiros individuais das autoridades, dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas;

V. Manter atualizadas informações relativas a consignações em folha de pagamento de autoridades, servidores ativos, inativos e dos pensionistas;

VI. Manter atualizado os dados no Sistema de Gestão de Pessoas, referentes à sua área;

IX. Disponibilizar as autoridades, aos servidores e pensionistas comprovantes de rendimentos e declarações anuais de rendimentos;

X. Fornecer informações, expedir certidões e ou declarações sobre os elementos constantes das folhas de pagamento ou de pendências financeiras, quando autorizado;

XI. Proceder ao acompanhamento de ressarcimento de despesas dos servidores cedidos com ônus para outros Órgãos;

XII. Manter atualizado, no que lhe compete, o Sistema de Gestão de Recursos Humanos;

XIII. Proceder à elaboração de folhas de pagamento, e as folhas corretivas e suplementares das autoridades, servidores ativos, inativos e dos pensionistas;

XIV. Elaborar documento de arrecadação de impostos, Relatório Anual de Declaração de Imposto de Renda na Fonte (DIRF) e da Relação Anual de Informações Sociais;

XV. Fornecer à Unidade administrativa de orçamento e finanças dados necessários à emissão de documentos de pagamento e de recolhimento;

XVI. Elaborar relatórios de consignações averbadas a entidades autorizadas, submetendo-os à autoridade superior;

XVII. Fornecer ao Tribunal Superior Eleitoral os dados necessários à elaboração do cálculo atuarial."

"SUBSEÇÃO III

DA SEÇÃO DE CADASTRO SUPLEMENTAR

Art. 31 À Seção de Cadastro Suplementar compete:

I. Controlar e executar as atividades relativas à concessão e ao desligamento dos benefícios sociais concedidos aos servidores não pertencentes ao quadro de pessoal efetivo e seus dependentes;

II. Informar à Unidade competente as alterações financeiras a serem incluídas em folha de pagamento decorrentes de concessão de benefícios dos servidores não pertencentes ao quadro de pessoal efetivo;

III. Informar às Unidades competentes a previsão das despesas com a remuneração dos benefícios dos servidores não pertencentes ao quadro de pessoal efetivo;

IV. Manter atualizados os dados relativos aos sistemas informatizados de gestão de pessoas, no que lhe couber.

V. Proceder à emissão da folha de freqüência de servidores requisitados e o respectivo gerenciamento, intercedendo junto aos Órgãos cedentes, quando for o caso;

VI. Atender às diligências requeridas por outros órgãos públicos quando a providência estiver relacionada aos servidores não pertencentes ao quadro de pessoal efetivo;

VII. Preparar, distribuir e controlar a escala anual de férias dos servidores não pertencentes ao quadro de pessoal efetivo;

VIII. Emitir documento de identificação funcional dos servidores não pertencentes ao quadro de pessoal efetivo, exigindo sua devolução quando do eventual rompimento do vínculo com a Administração;

IX. Verificar o cumprimento de obrigações conforme as normas vigentes, tais como a entrega da Declaração de Imposto de Renda, dos ocupantes de Função/Cargo em Comissão, por parte dos servidores não pertencentes ao quadro de pessoal efetivo;

X. Arquivar os documentos nas pastas funcionais dos servidores não pertencentes ao quadro de pessoal efetivo;

XI. Controlar as requisições e respectivas prorrogações dos servidores que estão à disposição do Tribunal;

XII. Manter atualizado o cadastro dos servidores não pertencentes ao quadro de pessoal efetivo;

XIII. Elaborar minutas de ofícios aos Órgãos cedentes, tratando-se de requisição, cessão, prorrogação, retorno, férias, afastamentos, designações para funções comissionadas, nomeações para cargos em comissão, opções remuneratórias e outras informações a respeito da vida funcional dos servidores."

"SUBSEÇÃO IV

DA SEÇÃO DE CADASTRO PERMANENTE

Art. 32 À Seção de Cadastro Permanente compete:

I. Informar os dados necessários à instrução dos processos de aposentadoria e pensão civil;

II. Proceder, de acordo com as normas em vigor, ao controle do cumprimento de obrigações por parte dos servidores ativos, mantendo o sigilo acerca das informações de natureza pessoal;

III. Controlar a declaração de bens de todas as Autoridades Eleitorais, bem como encaminhar para a Coordenadoria de Controle Interno as declarações de bens dos Juristas;

IV. Elaborar os ofícios para os demais Tribunais Regionais Eleitorais, objetivando o recadastramento dos servidores inativos e pensionistas;

V. Executar, orientar, registrar e controlar atividades de localização de servidores efetivos;

VI. Proceder ao gerenciamento e à emissão da folha de freqüência de servidores efetivos;

VII. Preparar, distribuir e controlar a escala anual de férias dos servidores efetivos;

VIII. Manter atualizados, junto aos sistemas informatizados, os dados referentes à aposentadoria e pensão;

IX. Elaborar o Boletim Interno do Tribunal;

X. Emitir documentos de identificação funcional dos servidores, exigindo sua devolução quando do eventual rompimento do vínculo com a Administração;

XI. Providenciar o recadastramento anual de servidores inativos e pensionistas do TRE/DF;

XII. Controlar as prorrogações das cessões dos servidores com envio de expediente aos órgãos cessionários;

XIII. Cadastrar servidores do quadro permanente, quando de sua posse neste Órgão;

XIV. Abrir, guardar e manter as pastas funcionais dos servidores ativos;

XV. Elaborar as certidões e declarações referentes à vida funcional dos servidores (certidão de tempo de serviço, certidão de tempo de função, declaração de lotação, declaração de recebimento de benefícios etc);

XVI. Confeccionar as carteiras funcionais e crachás dos servidores do quadro;

XVII. Encaminhar, mensalmente, a ficha de freqüência aos servidores;

XVIII. Prestar informações em procedimentos relativos à pessoal.

XIX. Elaborar o relatório com o número de cargos efetivos, funções comissionadas e cargos em comissão;

XX. Controlar e executar as atividades relativas à concessão dos benefícios sociais aos servidores efetivos e seus dependentes;

XXI. Informar à unidade competente as alterações financeiras a serem incluídas em folha de pagamento decorrentes de concessão de benefícios dos servidores efetivos;

XXII. Informar às unidades competentes a previsão de gastos com a remuneração dos benefícios dos servidores efetivos (Vale-transporte, Assistência Pré-Escolar e Vale-Refeição);

XXIII. Lavrar termo de posse e declaração de bens de servidores efetivos nomeados para ocuparem Cargo em Comissão."

Art. 2º Ficam aprovadas as novas nomenclaturas e siglas das Unidades Administrativas do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, que passarão a observar os moldes constantes do anexo desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e oito.

Desembargador **ESTEVAM MAIA**
Presidente

Desembargador **DÁCIO VIEIRA**
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Juiz **SÉRGIO ROCHA**

Juiz **EVANDRO PERTENCE**

Juiz **MARCOS LUÍS BORGES DE RESENDE**

Desembargador Federal **CÂNDIDO RIBEIRO**

Juiz **ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS**

Dr. **OSNIR BELICE**
Procurador Regional Eleitoral

RESOLUÇÃO Nº 6470, DE 10 DE JULHO DE 2008

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados por ocasião da preparação e da execução dos serviços de coleta de Requerimentos de Justificativa de Ausência às Urnas dos eleitores que, com domicílio eleitoral em outras Unidades da Federação, se encontrarem no Distrito Federal durante as Eleições Municipais de 2008.

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL**, no uso das atribuições legais, e considerando o disposto no Art. 9º da Resolução nº 22.712, do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, de 28 de fevereiro do corrente ano, que determina o recebimento dos Requerimentos de Justificativa de Ausência às Urnas, nos dias em que se realizarem as Eleições Municipais de 2008,
RESOLVE:
Art. 1º Constituir Mesas Receptoras de Justificativa por ausência de voto, nos dias 5 de outubro de 2008, em primeiro turno, e em 26 de outubro de 2008, em segundo turno, no Distrito Federal, de acordo com o disposto nestas instruções:
§ 1º As Mesas Receptoras de Justificativa funcionarão das 8 horas às 17 horas dos dias em que se realizarem as Eleições Municipais de 2008.
§ 2º As Mesas Receptoras de Justificativa serão compostas por um Presidente, um Primeiro e um Segundo Mesários, dois Secretários e um Suplente, que serão nomeados pelo Juiz Eleitoral, devendo ser observados, para tanto, o disposto no Art. 120 da Lei nº 4.737/65, Código Eleitoral, e nos §§ 2º e 3º do Artigo 10 da Resolução TSE nº 22.712, de 28.02.2008.
Art. 2º Cada Mesa Receptora de Justificativa, aqui denominada de MRJ, funcionará com duas urnas eletrônicas.
Art. 3º As Mesas Receptoras de Justificativa funcionarão, preferencialmente, em prédios públicos ou, quando não for possível, em particulares, desde que com acesso público.
Art. 4º O eleitor deverá comparecer aos locais destinados ao recebimento dos Requerimentos de Justificativa Eleitoral com o correspondente formulário, previamente preenchido, munido de seu Título Eleitoral ou de quaisquer documentos mencionados no art. 50, §§ 2º e 3º da Resolução TSE nº 22.712, de 28.02.2008.
§ 1º É indispensável a apresentação, por parte do eleitor, do Requerimento de Justificativa Eleitoral devidamente preenchido, inclusive com o seu número de inscrição eleitoral.
§ 2º Quando o eleitor não estiver de posse do seu Título Eleitoral e não souber o número de sua respectiva inscrição, será orientado a solicitar esta informação junto à Central de Atendimento Telefônico do Tribunal (*Call Center*), exclusivamente.
Art. 5º O Requerimento de Justificativa Eleitoral preenchido com dados incorretos, que não permitam a identificação do eleitor, não será hábil para justificar a ausência na eleição, nos termos do art. 75, §5º da Resolução TSE nº 22.712, de 28.02.2008.
Art. 6º Os Requerimentos de Justificativa Eleitoral, após seu processamento, serão arquivados no Cartório da Zona Eleitoral responsável por sua recepção, até o próximo pleito, após o que serão destruídos.
Art. 7º Serão nomeados, pelo Juiz Eleitoral, para atuarem junto aos Locais de Justificativa, Administradores de Local, Supervisores de Local e Agentes de Informações.
Parágrafo Único. As atribuições dos cargos mencionados no *caput* deste artigo são as descritas na Resolução TRE nº 5.966/2006, 24 de julho de 2006.
Art. 8º Os Administradores de Local, os Supervisores de Local e os Agentes de Informações serão convocados pelas Zonas Eleitorais na seguinte proporção:
I - Administrador de Local: um para cada Local de Justificativa;
II - Supervisor de Local: um a cada três MRJ;
III - Agente de Informações: um a casa quatro MRJ;
Art. 9º Aos Administradores de Local, aos Supervisores de Local e aos Agentes de Informações aplicam-se os dispositivos da legislação eleitoral relacionados aos mesários, inclusive quanto aos benefícios previstos na Resolução TSE nº 22.747/2008, de 27 de março de 2008.
Art. 10 Os Juizes Eleitorais farão a designação dos Locais de Justificativa por Edital, a ser publicado na imprensa oficial até o dia 06 de agosto de 2008, devendo dele constar as respectivas quantidades de Mesas Receptoras de Justificativa.
Art. 11 O formulário de Requerimento de Justificativa Eleitoral será fornecido gratuitamente aos eleitores, no período compreendido entre os 10 (dez) dias que antecedem o primeiro turno das Eleições Municipais de 2008 até o encerramento da votação do segundo turno daquelas Eleições, nos seguintes locais:
I - nos Cartórios e Postos Eleitorais;
II - na página eletrônica do Tribunal veiculada na *Internet*;
III - nos Locais de Justificativa, nos dias em que se realizarem as Eleições;
IV - em outros, desde que haja prévia autorização do Presidente do Tribunal.
Art. 12 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e oito.

Desembargador **ESTEVAM MAIA**
Presidente
Desembargador **DÁCIO VIEIRA**
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
Juiz **SÉRGIO ROCHA**
Juiz **EVANDRO PERTENCE**
Juiz **MARCOS LUÍS BORGES DE RESENDE**
Desembargador Federal **CÂNDIDO RIBEIRO**
Juiz **ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS**
Dr. **OSNIR BELICE**
Procurador Regional Eleitoral

ATA DA 26ª SESSÃO ADMINISTRATIVA EM 7 DE JULHO DE 2008

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e oito, às dezessete horas e dez minutos, reuniu-se o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador ESTEVAM MAIA, presentes os Excelentíssimos Senhores: Desembargador DÁCIO VIEIRA, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, Juiz SÉRGIO ROCHA, Juiz EVANDRO PERTENCE, Juiz MARCOS LUÍS BORGES DE RESENDE, Desembargador Federal CÂNDIDO RIBEIRO, Juiz ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS e o Excelentíssimo Senhor Procurador Regional Eleitoral, Doutor OSNIR BELICE. Aberta a Sessão, foi lida e aprovada a Ata da Sessão Administrativa realizada no dia quatro de julho do ano de dois mil e oito. Em seguida, o Senhor Presidente chamou a julgamento o Processo Administrativo nº 178, de relatoria do Juiz SÉRGIO ROCHA, que versa sobre a tomada de contas anual do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, referente ao exercício de 2007. Discutida a matéria a Corte, à unanimidade, julgou regulares e aprovou as contas do Tribunal, determinando a remessa dos autos ao Tribunal de Contas da União na forma da Lei. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e eu, __ (Ricardo Pereira Rocha), Diretor-Geral, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente.

Desembargador ESTEVAM MAIA
Presidente

ATA DE JULGAMENTOS

ATA DA 26ª SESSÃO, EM 7 DE JULHO DE 2008
SESSÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e oito, às dezessete horas e vinte minutos, reuniu-se o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Estevam Maia, presentes os Excelentíssimos Senhores: o Desembargador Dácio Vieira, o Juiz Sérgio Rocha, o Juiz Evandro Pertence, o Juiz Marcos Luís Borges de Resende, o Desembargador Federal Cândido Ribeiro, o Juiz Arnoldo Camanho de Assis e o Excelentíssimo Senhor Procurador Regional Eleitoral, Doutor Osnir Belice. Aberta a sessão, foi lida e aprovada a ata da sessão anterior.

J U L G A M E N T O S

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PARTIDO Nº 1410
RELATOR: **JUIZ SÉRGIO ROCHA**
Interessado: Partido Republicano Progressista - PRP.
Assunto: Prestação de Contas de Partido, Exercício 2006.
Decisão: Aprovar as contas, nos termos do voto do Relator e das notas taquigráficas. Unânime.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO Nº 1781
RELATOR: **JUIZ EVANDRO PERTENCE**
Interessado: Itapuã Prestes de Messias, candidato a Deputado Federal pela Coligação Avança DF.
Assunto: Prestação de Contas de Candidato - Eleições 2006.
Decisão: Aprovar as contas, nos termos do voto do Relator e das notas taquigráficas. Unânime.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. E, para constar, eu, JOÃO FRANCISCO BRITTO SOUZA __, Secretário, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Senhor Presidente deste Tribunal. Brasília, 10 de julho de 2008.

Desembargador ESTEVAM MAIA
Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL

Processo nº 2074 - Classe 25 - PC

Partido: Partido dos Aposentados da Nação	**Nº Controle: 99046-2178**	
Órgão do Partido: Estadual	**UF/Município: DF/BRASÍLIA Ano: 2006**	
		Total
1 ATIVO		**0,00**
1.1 ATIVO CIRCULANTE		
1.2 REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		
1.3 ATIVO PERMANENTE		
2 PASSIVO		**0,00**
2.1 PASSIVO CIRCULANTE		

BRASÍLIA-DF, 09 de julho de 2008

JORGE AFONSO ARGELLO
Presidente

IVO BORGES DE LIMA
Tesoureiro

CARLOS CESAR VIEIRA DA SILVA
Contabilista/CRC nº - 009801-DF

Justiça Desportiva

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL

COMISSÃO DISCIPLINAR

1ª COMISSÃO DISCIPLINAR

JULGAMENTOS REALIZADOS EM 7 DE JULHO DE 2008

Fizeram parte da sessão de julgamento do dia 07 de julho de 2008, os seguintes Auditores:

Wanderley Rebello de Oliveira Filho----------Presidente---------
Flávio Zveiter----------
Henrique César Domenici----------
José Alberto Alves Diniz----------
Rodrigo Castilho Ribeiro----------
William Figueiredo de Oliveira----------Procurador----------

PROCESSO Nº 36/2008-Jogo: Vitória S/A (BA) x Santos F.C. (SP) - categoria profissional, realizado dia 08 de junho de 2008 -Campeonato Brasileiro - Série A. Denunciado: Marcelo de Lima Henrique, árbitro, incurso no Art. 266 do CBJD.AUDITOR-RELATOR: DR. FLÁVIO ZVEITER.
RESULTADO: "Por unanimidade de votos, absolver o árbitro Marcelo de Lima Henrique, quanto a imputação do Art. 266 do CBJD."

PROCESSO Nº 37/2008-Jogo: S.C. Internacional (RS) x Botafogo F.R. (RJ) - categoria profissional, realizado em 14 de junho de 2008 - Campeonato Brasileiro - Série A. Denunciados: Federação Gaúcha de Futebol, incurso no Art. 232 do CBJD; Sport Club Internacional, incurso no Art. 215 do CBJD. AUDITOR-RELATOR: DR. HENRIQUE CESAR DOMENICI.
RESULTADO: "Por maioria de votos, absolver a Federação Gaúcha de Futebol, quanto a imputação do Art. 232 do CBJD, contra os votos dos Auditores Relator e Presidente que multavam em R$300,00 e, absolver o S.C. Internacional, quanto a imputação do Art. 215 do CBJD, contra os votos dos Auditores Relator e Presidente que multavam em R$600,00."

PROCESSO Nº 38/2008-Jogo: Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense (RS) x C.A. Paranaense (PR) - categoria profissional, realizado em 22 de junho de 2008 - Campeonato Brasileiro - Série A. Denunciados: Leandro Fahel, atleta do C.A. Paranaense, incurso no Art. 250 do CBJD; José Roberto Fernandes Barros, técnico do C.A. Paranaense, incurso no Art. 188 do CBJD. AUDITOR-RELATOR: DR. JOSÉ ALBERTO ALVES DINIZ.
RESULTADO: "Por maioria de votos, absolver o atleta Leandro Fahel, quanto a imputação do Art. 250 do CBJD, contra os votos dos Auditores Dr. Flávio Zveiter e Presidente que o suspendiam por 01 partida e, absolver o técnico José Roberto Fernandes Barros, quanto a imputação do Art. 188 do CBJD, contra os votos dos Auditores Dr. Flávio Zveiter e Presidente que o suspendiam por 30 dias, ambos pertencentes ao C.A. Paranaense."

PROCESSO Nº 39/2008-Jogo: Vitória S/A (BA) x Goiás E.C. (GO) - categoria profissional, realizado em 28 de junho de 2008 - Campeonato Brasileiro - Série A. Denunciado: Claussio dos Santos Dimas, atleta do Goiás E.C., incurso no Art. 254 do CBJD. AUDITOR-RELATOR: DR. RODRIGO CASTILHO RIBEIRO.
RESULTADO: "Por maioria de votos, suspender por 01 partida o atleta Claussio dos Santos Dimas, do Goiás E.C., face a desclassificação do Art. 254 para o Art. 250, ambos do CBJD, considerando para abatimento da penalidade a suspensão automática, caso já cumprida, contra os votos dos Auditores Drs. Flávio Zveiter e José Alberto Alves Diniz que o absolviam."

PROCESSO Nº 40/2008- Jogo: América F.C. (RN) x Paraná Clube (PR) - categoria profissional, realizado em 27 de junho de 2008 - Campeonato Brasileiro - Série B. Denunciado: Claudemir Ferreira da Silva, atleta do Paraná Clube, incurso no Art. 252 do CBJD. AUDITOR-RELATOR: DR.FLÁVIO ZVEITER.
RESULTADO: "Por unanimidade de votos, suspender por 01 partida o atleta Claudemir Ferreira da Silva, do Paraná Clube, face a desclassificação do Art. 252 para o Art. 251, ambos do CBJD, considerando para abatimento da penalidade a suspensão automática, caso ,já cumprida ."

PROCESSO Nº 41/2008-Jogo: Fortaleza E.C. (CE) x ABC F.C. (RN) - categoria profissional, realizado em 28 de junho de 2008 - Campeonato Brasileiro - Série B. Denunciado: Simão Rodrigues dos Santos, atleta do Fortaleza E.C., incurso no Art. 254 do CBJD - RELATOR-AUDITOR: DR. HENRIQUE CESAR DOMENICI
RESULTADO: "Por unanimidade de votos, suspender por 03 partidas o atleta Simão Rodrigues dos Santos, do Fortaleza E.C., por infração ao Art. 254 do CBJD, considerando para abatimento da penalidade a suspensão automática, caso já cumprida."
As penas impostas tem seu cumprimento iniciado a partir do dia seguinte ao julgamento em conformidade ao disposto do Art. 133 do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD).

Rio de Janeiro, 7 de julho de 2008.

CLÁUDIA MERCURI
Secretária